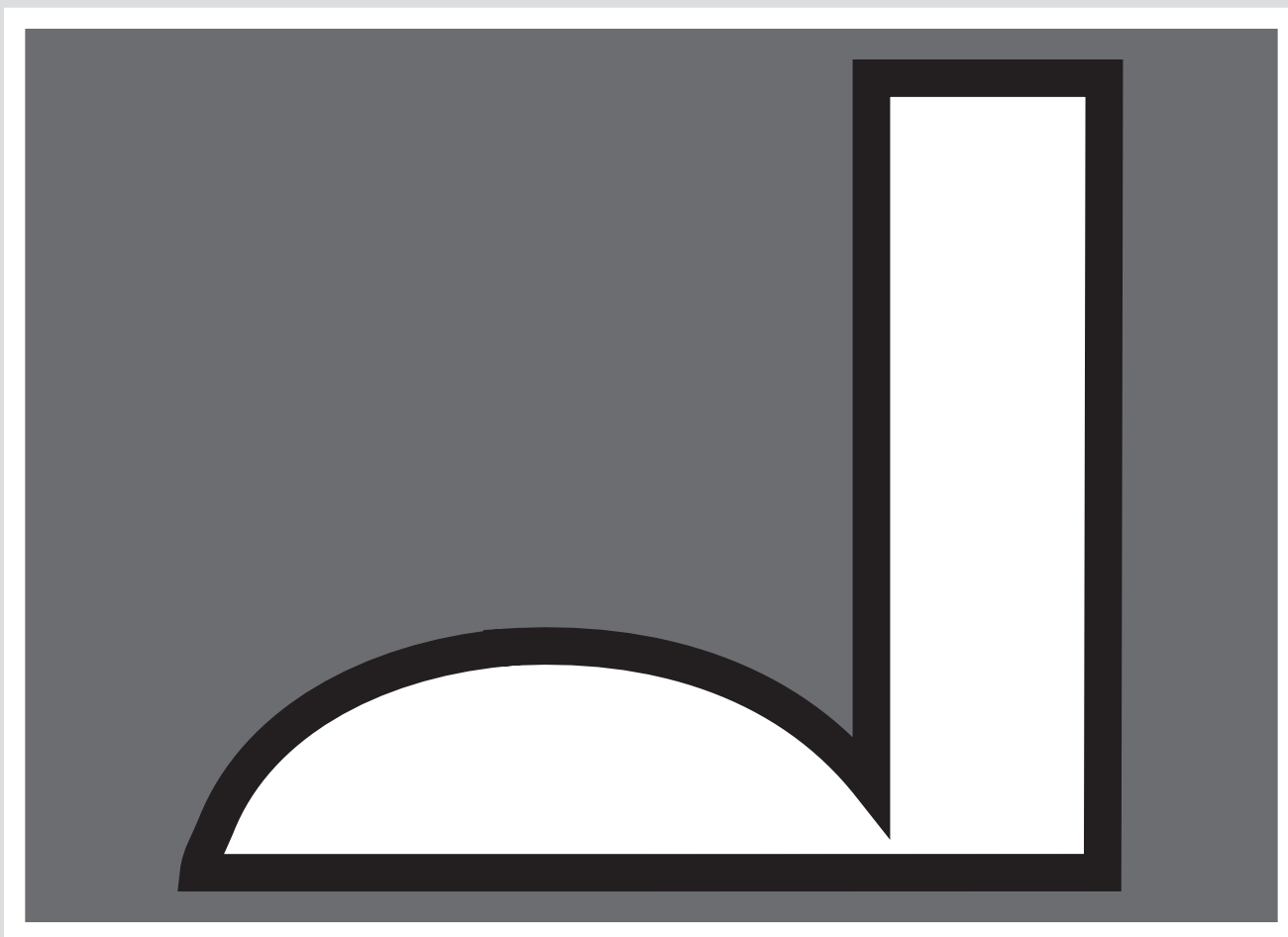




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA**

**RESENHA MENSAL
(269, II, DO RISF)
PERÍODO DE 1º A 30 DE JUNHO DE 2008)
E
ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES**

ANO LXIII – SUP. AO Nº 99 – QUARTA-FEIRA, 2 DE JULHO DE 2008 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE Garibaldi Alves Filho - (PMDB-RN) (2)	3º SECRETÁRIO César Borges - (PR-BA) (1)
1º VICE-PRESIDENTE Tião Viana - (PT-AC)	4º SECRETÁRIO Magno Malta - (PR-ES)
2º VICE-PRESIDENTE Alvaro Dias - (PSDB-PR)	Suplentes de Secretário
1º SECRETÁRIO Efraim Moraes - (DEM-PB)	1º - Papaléo Paes - (PSDB-AP)
2º SECRETÁRIO Gerson Camata - (PMDB-ES)	2º - Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)
	3º - João Vicente Claudino - (PTB-PI)
	4º - Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

LIDERANÇAS

Maioria (PMDB) - 20 Líder Valdir Raupp - PMDB Líder do PMDB - 20 Valdir Raupp Vice-Líderes do PMDB Almeida Lima Valter Pereira Leomar Quintanilha Neuto De Conto Wellington Salgado de Oliveira	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PC DO B/PP/PRB) - 21 Líder Ideli Salvatti - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles Líder do PT - 12 Ideli Salvatti Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns Líder do PR - 4 João Ribeiro Vice-Líder do PR Expedito Júnior Líder do PSB - 2 Renato Casagrande Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda Líder do PP - 1 Francisco Dornelles Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 25 Líder Mário Couto - PSDB Vice-Líderes Heráclito Fortes Flexa Ribeiro Demóstenes Torres Eduardo Azeredo Adelmir Santana João Tenório Kátia Abreu Papaléo Paes Líder do DEM - 13 José Agripino Vice-Líderes do DEM Kátia Abreu Jayme Campos Raimundo Colombo Líder do PSDB - 12 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Marconi Perillo Alvaro Dias Marisa Serrano
PTB - 8 Líder Epitácio Cafeteira - PTB Vice-Líder Sérgio Zambiasi	PSOL - 1 Líder José Nery - PSOL	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello
PDT - 5 Líder Osmar Dias - PDT Vice-Líder Patrícia Saboya		

EXPEDIENTE	
Agaciél da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA	
1.1 – RESENHA MENSAL (período de 1º a 30 de junho de 2008)	
2 – ATAS DE COMISSÕES	
2.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS	
ATA DA 13ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 27 DE MAIO DE 2008, TERÇA-FEIRA, ÀS 11:00 HORAS.	57
ATA DA 14ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 28 DE MAIO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 11:00 HORAS.	73
ATA DA 15ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS CONJUNTA COM A 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 04 DE JUNHO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 11:00 HORAS.	79
ATA DA 16ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 11 DE JUNHO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 11:00 HORAS.	105
2.1.1 – SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	
ATA DA 1ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, CONJUNTA COM A VIGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 9:00 HORAS.	118
2.1.2 – SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE	
ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 4 DE JUNHO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 11:00 HORAS.	141
3 – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
ATA DA 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE e 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 2008.	167
ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 2008.	199
ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2008.	221
ATA DA 24ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE e 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 2008.	233
ATA DA 25ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 2008.	256
ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE JUNHO DE 2008.	260

ATA DA 27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE JUNHO DE 2008.	273	DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATIVA, REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 2008, ÀS 9 HORAS.	440
ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE JUNHO DE 2008.	293	ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATIVA, REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2008, ÀS 11:30 HORAS.	472
ATA DA 29ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE JUNHO DE 2008.	303	ATA DA 20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATIVA, REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 2008, ÀS 10 HORAS.	489
ATA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2008.	312	4.1 – SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E DO FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA	
ATA DA 31ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2008.	323	ATA DA 3ª REUNIÃO, DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PARTICIPAR E ACOMPANHAR AS ATIVIDADES DO FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E DO FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATIVA, REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 2008.	512
4 – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE		5 – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL	
ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATIVA, CONJUNTA COM A 16ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2008, TERÇA-FEIRA, ÀS 10 HORAS.	334	ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EM CONJUNTO COM A 16ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA E COM A 11ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 8 DE MAIO DE 2008, ÀS 14 HORAS.	516
ATA DA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATIVA, REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 2008, ÀS 9 HORAS.	367	ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EM CONJUNTO COM A 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA E A 4ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 14 DE MAIO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS.	545
ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATIVA, REALIZADA EM 03 DE JUNHO DE 2008, ÀS 11:30 HORAS.	393	ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 29 DE MAIO DE 2008, ÀS 10 HORAS.	574
ATA DA 17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATIVA, REALIZADA EM 05 DE JUNHO DE 2008, ÀS 9 HORAS.	408	ATA DA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 29 DE MAIO DE 2008, ÀS 11 HORAS.	576

ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 5 DE JUNHO DE 2008, ÀS 10 HORAS. ...

594

ATA DA 17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE JUNHO DE 2008, ÀS 9 HORAS. ...

619

6 – COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 10ª REUNIÃO (CONJUNTA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, 4ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS E 13ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 14 DE MAIO DE 2008.

639

ATA DA 11ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 28 DE MAIO DE 2008.

668

ATA DA 12ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 4 DE JUNHO DE 2008.

671

ATA DA 13ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 12 DE JUNHO DE 2008.

693

7 – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INO-

VAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA CONJUNTA COM A 13ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2008.

703

ATA DA 17ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 2008.

736

ATA DA 18ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 2008.

746

ATA DA 19ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 4 DE JUNHO DE 2008.

750

ATA DA 20ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE JUNHO DE 2008.

754

ATA DA 21ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE JUNHO 2008. ...

774

SENADO FEDERAL**SECRETARIA-GERAL DA MESA****2ª Sessão Legislativa Ordinária da
53ª Legislatura -2008****Resenha Mensal**

(269, II, do RISF)

(Período de 1º a 30/06/2008)

**A – SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA
DO SENADO FEDERAL****I – MEDIDAS PROVISÓRIAS**

Total 6

**1. Aprovadas na forma de Projeto de Lei de Con-
versão e enviadas à sanção**

Total 1

Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2008 (Medida Provisória nº 418, de 2008), que altera as Leis nºs 11.508, de 20 de julho de 2007, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação, e 8.256, de 25 de novembro de 1991, que cria áreas de livre comércio nos municípios de Boa Vista e Bonfim, no Estado de Roraima; e dá outras providências.

Sessão: 04.06.2008**2. Aprovadas na íntegra e enviadas à promulga-
ção**

Total 5

Medida Provisória nº 414, de 2008, que constitui fonte de recursos adicional para ampliação de limites operacionais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Sessão: 03.06.2008

Medida Provisória nº 419, de 2008, que altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.678, de 23 de maio de 2003, transformando o cargo de Secretário Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial em Ministro de Estado Chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Sessão: 10.06.2008

Medida Provisória nº 420, de 2008, que abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União, no valor de R\$ 12.500.000.000,00 (doze bilhões e quinhentos milhões de reais), para o fim que especifica.

Sessão: 18.06.2008

Medida Provisória nº 421, de 2008, que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de março de 2008.

Sessão: 18.06.2008

Medida Provisória nº 423, de 2008, que Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 613.752.057,00 (seiscentos e treze milhões, setecentos e cinquenta e dois mil, cinquenta e sete reais), para os fins que especifica.

Sessão: 18.06.2008**II – PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À
CÂMARA DOS DEPUTADOS**

De iniciativa do Senado Federal 11

Total 11

Projeto de Lei do Senado nº 399, de 2007, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que denomina “Rodovia Honestino Monteiro Guimarães” o trecho da BR-020 que corta o Distrito Federal.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 02.06.2008

Projeto de Lei do Senado nº 409, de 2007, de autoria do Senador Valdir Raupp, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Ariquemes, no Estado de Rondônia.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 02.06.2008

Projeto de Lei do Senado nº 494, de 2007, de autoria do Senador Marconi Perillo, que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Sudeste de Goiás (UFSG), com sede no município de Catalão, no Estado de Goiás.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 02.06.2008

Projeto de Lei do Senado nº 528, de 2007, de autoria da Senadora Fátima Cleide, que cria a Universidade Federal Rural do Vale do Guaporé – UFRVG, com sede no município de São Francisco do Guaporé, Estado de Rondônia.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 02.06.2008

Projeto de Lei do Senado nº 571, de 2007, de autoria do Senador José Nery, que dispõe sobre a criação do Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, bem como da Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 02.06.2008

Projeto de Lei do Senado nº 189, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Vale do Araguaia (UNIVAR), com sede no Município de Araguatins, Estado do Tocantins.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esportes)

Sessão: 10.06.2008

Projeto de Lei do Senado nº 386, de 2007, de autoria do Senador Wilson Matos, que altera o art. 47 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para instituir o ano letivo em duzentos dias efetivos de aula, no ensino superior.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esportes)

Sessão: 18.06.2008

Projeto de Lei do Senado nº 207, de 2007, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que altera o art. 73 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para permitir que a União possa celebrar convênios com os Estados e o Distrito Federal visando à prevenção e repressão do tráfico ilícito e do uso indevido de drogas, e com os Municípios com o objetivo de prevenir o seu uso indevido, e possibilitar a atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 23.06.2008

Projeto de Lei do Senado nº 295, de 2007, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que dispensa de pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos federais os postulantes a cargos ou empregos públicos que tenham renda familiar per capita não superior a meio salário mínimo.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 23.06.2008

Projeto de Lei do Senado nº 561, de 2007, de autoria do Senador Marco Maciel, que institui o ano de 2010 como “Ano Nacional Joaquim Nabuco”.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 23.06.2008

Projeto de Lei do Senado nº 255, de 2006, de autoria do Senador Pedro Simon, que altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para dispor sobre a divulgação, no horário reservado à propaganda eleitoral no rádio e na televisão, dos candidatos que respondem a processos criminais e de quebra de decoro parlamentar.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 30.06.2008

III – PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À PROMULGAÇÃO

De iniciativa da Câmara dos Deputados 21

Total 21

Projeto de Decreto Legislativo nº 435, de 2007 (nº 242/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária Cohab Nova Carolina S.O.S. Vida Nova de Carolina, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carolina, Estado do Maranhão.

(DECISÃO TERMINATIVA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA)

SESSÃO: 11.06.2008

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 437, DE 2007 (Nº 259/2007, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS), QUE APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À UNIÃO DOS MORADORES DA COHEB SA-CAVÉM PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE SÃO LUÍS, ESTADO DO MARANHÃO.

(DECISÃO TERMINATIVA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA)

SESSÃO: 11.06.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 452, de 2007 (nº 233/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária Fortaleza para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina.

(DECISÃO TERMINATIVA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA)

SESSÃO: 11.06.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 468, de 2007 (nº 327/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente Cristã de Ilhota para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ilhota, Estado de Santa Catarina.

(DECISÃO TERMINATIVA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA)

SESSÃO: 11.06.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 471, de 2007 (nº 2.464/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o

ato que outorga autorização à Centro Social Comunitário Joel Canela de Oliveira para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Felipe Guerra, Estado do Rio Grande do Norte.

(DECISÃO TERMINATIVA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA)

SESSÃO: 11.06.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 472, de 2007 (nº 240/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Novo Horizonte Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cupira, Estado de Pernambuco.

(DECISÃO TERMINATIVA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA)

SESSÃO: 11.06.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 473, de 2007 (nº 276/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Amigos de Ielmo Marinho para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ielmo Marinho, Estado do Rio Grande do Norte.

(DECISÃO TERMINATIVA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA)

SESSÃO: 11.06.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 475, de 2007 (nº 290/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Educacional e de Desenvolvimento Cultural e Comunicação Social de Doutor Severiano – RN para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Doutor Severiano, Estado do Rio Grande do Norte.

(DECISÃO TERMINATIVA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA)

SESSÃO: 11.06.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 2008 (nº 334/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Fundação João XXIII para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Mafra, Estado de Santa Catarina.

(DECISÃO TERMINATIVA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA)

SESSÃO: 11.06.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 2008 (nº 364/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o

ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Alternativa para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Uribici, Estado de Santa Catarina.

(DECISÃO TERMINATIVA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA)

SESSÃO: 11.06.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 23, de 2008 (nº 337/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Apeuense de Radiodifusão Comunitária – AARC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Castanhal, Estado do Pará.

(DECISÃO TERMINATIVA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA)

SESSÃO: 11.06.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 2008 (nº 342/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Modelo – ACCM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Castanhal, Estado do Pará.

(DECISÃO TERMINATIVA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA)

SESSÃO: 11.06.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 2008 (nº 344/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Medianeira S/C Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Buritis, Estado de Minas Gerais.

(DECISÃO TERMINATIVA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA)

SESSÃO: 11.06.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 2008 (nº 360/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária Guarani para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caetés, Estado de Pernambuco.

(DECISÃO TERMINATIVA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA)

SESSÃO: 11.06.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 2008 (nº 370/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária

de Difusão Cultural Ramal Livre para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo.

(DECISÃO TERMINATIVA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA)

SESSÃO: 11.06.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 2008 (nº 392/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação de Jardim de Piranhas/RN para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jardim de Piranhas, Estado do Rio Grande do Norte.

(DECISÃO TERMINATIVA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA)

SESSÃO: 11.06.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 40, de 2008 (nº 394/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Quixabense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quixabá, Estado de Pernambuco.

(DECISÃO TERMINATIVA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA)

SESSÃO: 11.06.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 43, de 2008 (nº 156/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Liberdade de Itarema Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itarema, Estado do Ceará.

(DECISÃO TERMINATIVA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA)

SESSÃO: 11.06.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 46, de 2008 (nº 340/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Comunitário para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Hartz, Estado do Rio Grande do Sul.

(DECISÃO TERMINATIVA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA)

SESSÃO: 11.06.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 50, de 2008 (nº 390/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Santuário FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão

sonora em frequência modulada na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.

(DECISÃO TERMINATIVA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA)

SESSÃO: 11.06.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 54, de 2008 (nº 505/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Semeador para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Santana, Estado do Amapá.

(DECISÃO TERMINATIVA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA)

SESSÃO: 11.06.2008

IV – ESCOLHA DE CHEFES DE MISSÃO DIPLOMÁTICA

Total 12

Mensagem nº 74, de 2008 (nº 207, de 2008, na origem), pela qual o Senhor

Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Affonso José Santos, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Congo.

Sessão: 18.06.2008

Mensagem nº 75, de 2008 (nº 208, de 2008, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Fernando José Marroni de Abreu, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino Hashemita da Jordânia.

Sessão: 18.06.2008

Mensagem nº 84, de 2008 (nº 243, de 2008, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora Maria Nazareth Farani Azevedo, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil em Genebra.

Sessão: 18.06.2008

Mensagem nº 95, de 2008 (nº 271, de 2008, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Sérgio Augusto de Abreu e Lima Florêncio Sobrinho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exte-

riores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos Mexicanos.

Sessão: 18.06.2008

Mensagem nº 96, de 2008 (nº 272, de 2008, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Roberto Carvalho de Azevêdo, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e a outras Organizações Econômicas, com sede em Genebra.

Sessão: 18.06.2008

Mensagem nº 97, de 2008 (nº 283, de 2008, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Eduardo dos Santos, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Paraguai.

Sessão: 18.06.2008

Mensagem nº 100, de 2008 (nº 293, de 2008, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora Maria Stela Pompeu Brasil Frota, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à Confederação Helvética.

Sessão: 18.06.2008

Mensagem nº 115, de 2008 (nº 335, de 2008, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora Maria Stela Pompeu Brasil Frota, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil junto à Confederação Helvética, exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Principado de Liechtenstein.

Sessão: 18.06.2008

Mensagem nº 105, de 2008 (nº 320, de 2008, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor Clodoaldo Hugueney Filho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro

Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Popular da China, e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil na Mongólia e na República Popular Democrática da Coreia, desde que obtidos os agréments dos governos desses países.

Sessão: 18.06.2008

Mensagem nº 106, de 2008 (nº 321, de 2008, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor Luiz Augusto de Castro Neves, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Japão.

Sessão: 18.06.2008

Mensagem nº 107, de 2008 (nº 322, de 2008, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor Ivan Oliveira Cannabrava, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Grão-Ducado de Luxemburgo, desde que obtido o agrément do governo desse País.

Sessão: 18.06.2008

Mensagem nº 114, de 2008 (nº 341, de 2008, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor Pedro Fernando Bretãs Bastos, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Irlanda.

Sessão: 18.06.2008

V – ESCOLHA DE AUTORIDADES

Total 3

Parecer nº 482, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 91, de 2008 (nº 289, de 2008, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal o nome do Doutor Luis Felipe Salomão, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, em vaga re-

servada a Desembargador dos Tribunais de Justiça, decorrente do falecimento do Senhor Ministro Hélio Quaglia Barbosa.

Sessão: 04.06.2008

Parecer nº 483, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 92, de 2008 (nº 290, de 2008, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal o nome do Doutor Mauro Luiz Campbell Marques, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, em vaga reservada a membro do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, relativo ao quinto constitucional, decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Francisco Peçanha Martins.

Sessão: 04.06.2008

Parecer nº 484, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 93, de 2008 (nº 291, de 2008, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal o nome do Doutor Geraldo Og Nicéas Marques Fernandes, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, em vaga reservada a Desembargadores dos Tribunais de Justiça, decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Raphael de Barros Monteiro Filho.

Sessão: 04.06.2008

VI – REQUERIMENTO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

Total 1

Requerimento nº 818, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Srs. Senadores, solicitando, em aditamento ao Requerimento nº 200, de 2008, a prorrogação do prazo de funcionamento em 180 (cento e oitenta dias), a partir de 4 de agosto de 2008, da CPI, destinada a apurar a utilização da internet na prática de crimes de “pedofilia”, bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Acolhido nos termos do art. 152, do Regimento Interno do Senado Federal)

Sessão: 25.06.2008

VII – REQUERIMENTO DE ALTERAÇÃO DE COMISSÃO TEMPORÁRIA

Total 1

Requerimento nº 794, de 2008, de autoria do Senador Renato Casagrande, solicitando o aditamento ao Requerimento nº 227, de 2008, que solicita a criação de Comissão de Juristas com a finalidade de elaborar

projeto de Código de Processo Penal, a fim de que passe a ser integrada por 9 (nove) juristas.

Sessão: 18.06.2008

VIII – REQUERIMENTOS DE SESSÕES ESPECIAIS E HOMENAGENS NO PERÍODO DO EXPEDIENTE

Total 4

Requerimento nº 640, de 2008, de autoria do Senador Cristovam Buarque e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial do Senado, no dia 20 de junho de 2008, destinada a homenagear Leonel de Moura Brizola, no transcurso do quarto aniversário de seu falecimento, ocorrido no dia 21 de junho de 2004; aditado pelo **Requerimento nº 743, de 2008**, aprovado na sessão de 05.06.2008, de autoria do Senador Cristovam Buarque e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos regimentais do Senado Federal, que o tempo destinado aos oradores do Período do Expediente da sessão deliberativa ordinária do dia 10 de junho de 2008 seja dedicado a homenagear a Leonel de Moura Brizola, no transcurso do quarto aniversário de seu falecimento.

Sessão: 03.06.2008

Requerimento nº 702, de 2008, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos Regimentais, a realização de sessão especial em homenagem ao Grande Oriente do Brasil, a ser realizada no dia 17 de junho de 2008, pela celebração da data de sua criação, no dia 17 de junho de 1822; e, em aditamento, **Requerimento nº 737, de 2008**, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senhores Senadores, e **Requerimento nº 763, de 2008**, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senhores Senadores, solicitando que a Sessão Especial de que trata o Requerimento nº 702 seja realizada conjuntamente com a Sessão já aprovada para homenagear a Maçonaria Brasileira, no dia 20 de agosto de 2008.

Sessão: 05.06.2008

Requerimento nº 447, de 2008, de autoria do Senador José Maranhão, solicitando, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, Sessão Especial para homenagear o ex-Presidente do Senado Federal Humberto Lucena, pelo transcurso do 10º ano de seu falecimento.

Sessão: 12.06.2008

Requerimento nº 683, de 2008, de autoria do Senador Adelmir Santana, solicitando, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 26 de junho de 2008,

às 10 horas, em comemoração ao transcurso do 152º aniversário de criação do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

Sessão: 18.06.2008

IX – OUTROS REQUERIMENTOS APROVADOS

Total 2

Requerimento nº 725, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando, nos termos regimentais, seja convidado o Professor Muhammad Yunus, Prêmio Nobel da Paz de 2006, criador do Grameen Bank em Bangladesh, uma das mais importantes e bem sucedidas experiências de microcrédito no mundo, para comparecer ao Plenário do Senado Federal na sessão da tarde de 12 de junho de 2008, logo após a audiência que terá com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ocasião em que poderá relatar de sua experiência e de suas recomendações ao Brasil com a finalidade de erradicar a pobreza e promover o desenvolvimento com justiça social.

Sessão: 03.06.2008

Requerimento nº 751, de 2008, de autoria do Senador Wellington Salgado, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 297, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Sessão: 10.06.2008

X – MATÉRIA REJEITADA

Total 1

Projeto de Lei do Senado nº 63, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Álvaro Dias, que altera os arts. 6º e 16 da Lei Complementar nº 76, de 1993, a fim de garantir o pagamento de créditos tributários através da retenção sobre o valor a ser pago a título de indenização por desapropriação de interesse social para reforma agrária.

(Decisão terminativa da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária)

Sessão: 24.06.2008.

XI – MATÉRIA PREJUDICADA

Total 1

Requerimento nº 102, de 2008, de autoria do Senador Cristovam Buarque, solicitando, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial do Senado, no dia 20 de junho de 2008, destinada a homenagear Leonel de Moura Brizola, no transcurso do quarto aniversário de seu falecimento, ocorrido no dia 21 de junho de 2004.

(Declarado prejudicado em função da aprovação do Requerimento nº 640, de 2008)

Sessão: 03.06.2008

XII – MATÉRIA RETIRADA PELO AUTOR

Total 1

Projeto de Lei do Senado nº 213, de 2008, de autoria do Senador Cristóvam Buarque, que insere § 4º no art. 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, com o fim de estipular em dois meses o prazo de revalidação e reconhecimento, respectivamente, de diplomas de graduação e de pós-graduação expedidos por universidades estrangeiras.

(Retirado pelo Requerimento nº 811, de 2008)

Sessão: 24.06.2008

XIII – OUTRAS DELIBERAÇÕES

Total 59

Requerimento nº 703, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE PESAR, pelo falecimento, em São Paulo, no dia 27 de maio de 2008, do escritor AUSTREGÉSILO CARRANO.

Sessão: 02.06.2008

Requerimento nº 704, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de lembrança em homenagem à memória do intelectual amazonense SÓCRATES BOMFIM, que, se vivo fosse, estaria completando 100 anos no dia 30 de maio de 2008.

Sessão: 02.06.2008

Requerimento nº 706, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de lembrança em homenagem póstuma ao insigne homem público brasileiro SÉRGIO MOTTA, que hoje será alvo de manifestações de apreço “in memoriam” pelo Instituto Sérgio Motta e pelo Jockey Club de S. Paulo.

Sessão: 02.06.2008

Requerimento nº 707, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, seja consignado, nos Anais do Senado, VOTO DE LOUVOR ao povo de SÃO PAULO DE OLIVENÇA, no Amazonas, pelo transcurso de seu aniversário, no dia 31 de maio.

Sessão: 02.06.2008

Requerimento nº 710, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE LEMBRANÇA, em homenagem póstuma ao industrial

e intelectual amazonense SÓCRATES BOMFIM, ao ensejo do lançamento do livro de sua autoria intitulado “Um Esboço da Vida Amazônica”.

Sessão: 02.06.2008

Requerimento nº 712, de 2008, de autoria do Senador Álvaro Dias, solicitando, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar e apresentação de condolências à família, pelo falecimento do General Alípio Ayres de Carvalho, ocorrido no dia 30 de maio de 2008, em Curitiba.

Sessão: 03.06.2008

Requerimento nº 713, de 2008, de autoria do Senador Álvaro Dias, solicitando, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de Voto de Pesar e apresentação de condolências à família, pelo falecimento do delegado de polícia Fauze Mahamoud Salmen Hussain, ocorrido no dia 1º de junho de 2008, em Curitiba.

Sessão: 03.06.2008

Requerimento nº 716, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao engenheiro empresário JOSÉ NASSER, da área de construção civil do Amazonas, ao qual foi deferido o Prêmio de “Industrial de 2008”, conferido pela Federação das Indústrias do Estado do Amazonas-FIEAM em conjunto com o Centro da Indústria do Estado do Amazonas-CIEAM.

Sessão: 03.06.2008

Requerimento nº 717, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento, ocorrido no dia 2 de junho de 2008, do escritor JOSÉ ALCIDES PINTO, vítima de atropelamento por uma motocicleta, em Fortaleza/CE.

Sessão: 03.06.2008

Requerimento nº 718, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao microempresário MARCELO SILVEIRA LOPES, ao qual foi deferido o Prêmio de “Microindustrial de 2008”, conferido pela Federação das Indústrias do Estado do Amazonas-FIEAM em conjunto com o Centro da Indústria do Estado do Amazonas-CIEAM.

Sessão: 03.06.2008

Requerimento nº 719, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso à RECOFARMA INDÚSTRIA DO AMAZONAS, à qual foi deferido o “Prêmio de Geradora do Maior

Superávit Cambial de 2007”, conferido pela Federação das Indústrias do Estado do Amazonas-FIEAM em conjunto com o Centro da Indústria do Estado do Amazonas-CIEAM.

Sessão: 03.06.2008

Requerimento nº 720, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso à NOKIA DO BRASIL TECNOLOGIA, à qual foi deferido o “Prêmio de maior exportadora 2007”, conferido pela Federação das Indústrias do Estado do Amazonas-FIEAM em conjunto com o Centro da Indústria do Estado do Amazonas-CIEAM.

Sessão: 03.06.2008

Requerimento nº 722, de 2008, de autoria dos Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso para ÉDER CARLOS LOPES COIMBRA, com a finalidade de homenagear o estudante da Escola Municipal Ramiro Lopes, da Comunidade Barra Nova, na cidade de Padre Paraíso, em Minas Gerais, por ter vencido o certame sobre a língua portuguesa – Soletrando – do Programa Caldeirão do Huck, promovido pela Rede Globo de Televisão.

Sessão: 03.06.2008

Requerimento nº 726, de 2008, de autoria do Senador Flavio Arns, solicitando, nos termos regimentais, voto de louvor à Faculdade Santa Terezinha, localizada em São Luiz, Estado do Maranhão, por ocasião do décimo aniversário de sua fundação. A Faculdade Santa Terezinha é uma instituição de ensino superior, criada e mantida pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de São Luiz.

Sessão: 04.06.2008

Requerimento nº 729, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do Sr. EDEVAIR DE SOUZA FARIA, pai do jogador Romário, ocorrido no dia 22 de maio de 2008.

Sessão: 04.06.2008

Requerimento nº 730, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do engenheiro HELVÉCIO GILSON, ocorrido no dia 23 de maio de 2008, no Rio de Janeiro.

Sessão: 04.06.2008

Requerimento nº 731, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar

pelo falecimento do empresário MÁRIO OROFINO, ocorrido no dia 29 de maio de 2008.

Sessão: 04.06.2008

Requerimento nº 732, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento da Embaixatriz Jeanne Chantal Neele, esposa do Embaixador do Brasil em Honduras, Brian Michael Fraser Neele, ocorrido no dia 30 de maio de 2008, em acidente aéreo no aeroporto de Tegucigalpa.

Sessão: 04.06.2008

Requerimento nº 733, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao casal SADIE e KHALED HAUACHE que comemoraram no dia 29 de maio de 2008, 60 anos de casamento.

Sessão: 04.06.2008

Requerimento nº 734, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso à paraatleta amazonense VALÉRIA SANTARÉM, pelas medalhas conquistadas na Copa Aberta da Europa (Eurowaves), realizada na República Tcheca.

Sessão: 04.06.2008

Requerimento nº 738, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando, nos termos do disposto no Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de profundo pesar e apresentação de condolências à família, pelo falecimento do Músico Antonio Alves, conhecido pelo nome artístico de Toinho Alves, ocorrido no dia 29 de maio de 2008, na cidade de Jaboatão dos Guararapes, em Pernambuco.

Sessão: 05.06.2008

Requerimento nº 739, de 2008, de autoria do Senador Inácio Arruda, solicitando, nos termos do artigo 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de louvor a Senhora Yolanda Vidal Queiroz, Presidente do Grupo Edson Queiroz, por ter sido agraciada com o Prêmio Personalidade do Ano, outorgada pela Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos, no dia 22 de maio de 2008, em Nova York.

Sessão: 05.06.2008

Requerimento nº 741, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso à Atleta Amazonense DEISE SOARES pelo Bicampeonato alcançado na prova dos 400m dos Jogos do SESI, realizados em Manaus.

Sessão: 05.06.2008

Requerimento nº 746, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando, na forma do disposto no Regimento Interno, inserção em ata de voto de profundo pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento do ex-Senador João Assis Meira Filho, ocorrido no dia 08 de junho de 2008, na cidade de Brasília.

Sessão: 09.06.2008

Requerimento nº 748, de 2008, de autoria do Senador Álvaro Dias, solicitando, nos termos do art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de profundo pesar e apresentação de condolências à família, pelo falecimento do engenheiro PLÍNIO FRANCO FERREIRA DA COSTA, ex-deputado federal e ex-vice-governador do Paraná, ocorrido no dia 07 de junho 2008, em Curitiba.

Sessão: 10.06.2008

Requerimento nº 749, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do radialista e ex-Senador Meira Filho, ocorrido no dia 8 de junho de 2008, em Brasília-DF.

Sessão: 10.06.2008

Requerimento nº 750, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do radialista e jornalista Luiz de Carvalho, ocorrido no dia 9 de junho de 2008, no Rio de Janeiro-RJ.

Sessão: 10.06.2008

Requerimento nº 752, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do fundador do famoso bloco de carnaval "Galo da Madrugada", Enéas Freire, ocorrido no dia 8 de junho de 2008, em Recife-PE.

Sessão: 10.06.2008

Requerimento nº 753, de 2008, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Votos de Congratulações à sua Eminência Reverendíssima, Dom Odilo Pedro Scherer, Arcebispo de São Paulo, pela passagem do centenário da Arquidiocese de São Paulo no dia 7 de junho de 2008.

Sessão: 10.06.2008

Requerimento nº 758, de 2008, de autoria do Senador João Vicente Claudino, solicitando, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do Senhor José Ferreira de

Souza – o “seu Bem”, farmacista mais antigo de Tere-sina, ocorrido no dia 09 de junho de 2008.

Sessão: 12.06.2008

Requerimento nº 764, de 2008, de autoria dos Senadores Geraldo Mesquita e Paulo Paim, solicitando, nos termos do art. 218, inciso VII do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do cantor, compositor e intérprete da Mangueira José Clementino Bispo dos Santos o “Jamelão”.

Sessão: 16.06.2008

Requerimento nº 765, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos do disposto no Regimento Interno do Senado Federal, homenagens pelo falecimento do Ex-Deputado José Carlos Estelita Guerra, ocorrido no dia 15 de junho de 2008, na cidade de Recife-PE.

Sessão: 17.06.2008

Requerimento nº 766, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal José Carlos Guerra.

Sessão: 17.06.2008

Requerimento nº 767, de 2008, de autoria do Senador Jarbas Vasconcelos, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal José Carlos Guerra.

Sessão: 17.06.2008

Requerimento nº 768, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do jornalista CARLOS ZIGMUND KISLANOV, ocorrido no dia 10 de junho de 2008, no Rio de Janeiro-RJ.

Sessão: 17.06.2008

Requerimento nº 769, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Cantor e intérprete José Bispo Clementino dos Santos, o Jamelão.

Sessão: 17.06.2008

Requerimento nº 771, de 2008, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando voto de pesar pelo falecimento do empresário Moisés Bergerson.

Sessão: 17.06.2008

Requerimento Nº 772, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao atleta brasileiro Danilo Índio Villefort.

Sessão: 17.06.2008

Requerimento nº 773, de 2008, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando voto de aplauso ao médico Marcos Mocellin.

Sessão: 17.06.2008

Requerimento nº 774, de 2008, de autoria do Senador João Pedro, solicitando votos de aplauso à para-atleta de natação Valéria Santarém Lira.

Sessão: 17.06.2008

Requerimento nº 781, de 2008, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando votos de congratulações aos Senhores Dr. Roberto Kalil Filho, do Instituto do Coração (InCor) do Hospital das Clínicas (HC) da Faculdade de Medicina da USP (FMUSP) e ao empresário Antonio Ermírio de Moraes, que, no dia 10 de junho de 2008, receberam a medalha Oswaldo Cruz, concedida pelo Ministério da Saúde a personalidades de destaque no setor de Saúde Pública.

Sessão: 17.06.2008

Requerimento nº 786, de 2008, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Gilberto Guimarães.

Sessão: 17.06.2008

Requerimento nº 787, de 2008, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Benedicto Monteiro.

Sessão: 17.06.2008

Requerimento nº 789, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso para a Marinha do Brasil, pelo transcurso do 143º aniversário da Batalha Naval do Riachuelo – Data Magna da Marinha – comemorado no dia 11 de junho.

Sessão: 17.06.2008

Requerimento nº 791, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando voto de aplauso pelos 140 anos da Sociedade Partenon Literário.

Sessão: 17.06.2008

Requerimento nº 792, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos do Art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso a Éder Carlos Lopes Coimbra, vencedor do quadro Soletrando, do programa Caldeirão do Huck, da TV Globo. O estudante teve o melhor desempenho entre cinco mil participantes de duas mil escolas públicas de todo o País.

Sessão: 18.06.2008

Requerimento nº 793, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de lembrança em homenagem à memória do intelectual amazonense Benjamin Magalhães Brandão, Professor e Juiz no Amazonas, ao ensejo da publicação de depoimento intitulado “A História de Uma Injustiça”, que relata episódio que envolveu o ilustre amazonense, vítima de processo de perseguição à época do regime de exceção, só mais tarde, já na democracia, resgatado, com o reconhecimento oficial da verdade, e, em con-

seqüência, provando a injustiça praticada contra um homem de bem.

Sessão: 18.06.2008

Requerimento nº 800, de 2008, de autoria do Senador José Nery, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso à Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB e ao Tribunal Superior Eleitoral – TSE, pelo lançamento da Campanha Mãos Limpas – Pelo Voto Livre e Consciente, no dia 18 de junho de 2008.

Sessão: 18.06.2008

Requerimento nº 804, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao Atleta Amazonense SANDRO VIANA, pela conquista de Medalha de Ouro no XIII Campeonato Ibero-Americano de Atletismo, em Iquique, Chile, no dia 22 de maio de 2008.

Sessão: 19.06.2008

Requerimento nº 805, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao ATLÉTICO SUL-AMÉRICA, da comunidade do Paranapanema, em Parintins/AM, que chega em primeiro lugar na final do primeiro turno da 2ª divisão do Campeonato de Futebol local, em condições de retornar à 1ª divisão.

Sessão: 19.06.2008

Requerimento nº 806, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao Escritor e Filósofo Amazonense Demosthenes Carminé, pelo lançamento do livro “Teresinha Morango”, uma homenagem à beleza do Amazonas, representada pela ex-Miss Brasil.

Sessão: 19.06.2008

Requerimento nº 807, de 2008, de autoria do Senador Mão Santa, solicitando, nos termos regimentais, voto de pesar pelo falecimento do Senhor Professor Doutor José Gerardo Ponte, Médico de expressiva carreira acadêmica e serviços prestados ao Ceará e ao Brasil, apresentando condolências à família.

Sessão: 19.06.2008

Requerimento nº 815, de 2008, de autoria do Senador Sérgio Guerra, solicitando, nos termos dos arts. 218 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento da ex-Primeira-Dama D. Ruth Cardoso, esposa do Ex-Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, ocorrido dia no 24 de junho de 2008.

Sessão: 25.06.2008

Requerimento nº 816, de 2008, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Ex-Primeira-Dama do País, Dra. Ruth Cardoso.

Sessão: 25.06.2008

Requerimento nº 817, de 2008, de autoria do Senador Álvaro Dias, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Ex-Primeira-Dama do País, Dra. Ruth Cardoso.

Sessão: 25.06.2008

Requerimento nº 819, de 2008, de autoria do Senador Tasso Jereissati, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Ex-Primeira-Dama, Dra. Ruth Cardoso.

Sessão: 25.06.2008

Requerimento nº 820, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Ex-Primeira-Dama, Dra. Ruth Cardoso.

Sessão: 25.06.2008

Requerimento nº 821, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Dra. Ruth Cardoso.

Sessão: 25.06.2008

Requerimento nº 826, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando voto de pesar à índia Xavante que faleceu no dia 25 de junho de 2008.

Sessão: 27.06.2008

XIV – REQUERIMENTOS DE LICENÇA

Total 70

Observações:

Art. 13 – licença / representação a serviço da Casa / missão política ou cultural de interesse parlamentar.

Art. 40 – representação da Casa / missão no País ou no exterior (deferidos pela Mesa).

Art. 43, I – tratamento de saúde.

Art. 43, II – interesse particular.

Requerimento nº 263, de 2008-M, Senador Paulo Duque – art. 13 – 03/06/2008.

Requerimento nº 264, de 2008-M, Senador Carlos Dunga – art. 13 – 03/06/2008.

Requerimento nº 265, de 2008-M, Senadora Fátima Cleide – art. 13 – 03/06/2008.

Requerimento nº 266, de 2008-M, Senador Wellington Salgado – art. 13 – 03/06/2008.

Requerimento nº 267, de 2008-M, Senador Magno Malta – art. 13 – 03/06/2008.

Requerimento nº 268, de 2008-M, Senador Cristovam Buarque – art. 13 – 04 a 06/06/2008.

Requerimento nº 269, de 2008-M, Senador Marcelo Crivella – art. 13 – 03 e 04/06/2008.

Requerimento nº 270, de 2008-M, Senadora Roseana Sarney – art. 43, I – 04 e 05/06/2008.

Requerimento nº 271, de 2008-M, Senador César Borges – art. 43, II – 05 a 16/06/2008.

Requerimento nº 272, de 2008-M, Senador Sérgio Guerra – art. 13 – 05/06/2008.

Requerimento nº 273, de 2008-M, Senador Augusto Botelho – art. 13 – 05/06/2008.

Requerimento nº 274, de 2008-M, Senador Sérgio Zambiasi – art. 13 – 05/06/2008.

Requerimento nº 275, de 2008-M, Senador Gilberto Goellner – art. 43, II – 05/06/2008.

Requerimento nº 276, de 2008-M, Senador Fernando Collor – art. 13 – 05/06/2008.

Requerimento nº 277, de 2008-M, Senador João Ribeiro – art. 13 – 05/06/2008.

Requerimento nº 278, de 2008-M, Senador Gerson Camata – art. 13 – 10 a 14/06/2008.

Requerimento nº 279, de 2008-M, Senador Geraldo Mesquita Júnior – art. 13 – 09 a 10/06/2008.

Requerimento nº 280, de 2008-M, Senador Expedito Júnior – art. 13 – 05/06/2008.

Requerimento nº 281, de 2008-M, Senadora Patrícia Saboya – art. 13 – 10/06/2008.

Requerimento nº 282, de 2008-M, Senador Mozarildo Cavalcanti – art. 13 – 10 a 12/06/2008.

Requerimento nº 283, de 2008-M, Senador Cristovam Buarque – art. 13 – 12 a 14/06/2008.

Requerimento nº 284, de 2008-M, Senador Virgínio de Carvalho – art. 13 – 09 e 10/06/2008.

Requerimento nº 285, de 2008-M, Senador Magno Malta – art. 13 – 10/06/2008.

Requerimento nº 286, de 2008-M, Senador Geraldo Mesquita Júnior – art. 13 – 11 e 12/06/2008.

Requerimento nº 287, de 2008-M, Senador Jarbas Vasconcelos – art. 13 – 12/06/2008.

Requerimento nº 288, de 2008-M, Senador Delcídio Amaral – art. 13 – 12/06/2008.

Requerimento nº 289, de 2008-M, Senador Mário Couto – art. 13 – 12/06/2008.

Requerimento nº 290, de 2008-M, Senadora Patrícia Saboya – art. 13 – 11/06/2008.

Requerimento nº 291, de 2008-M, Senador Osmar Dias – art. 13 – 12/06/2008.

Requerimento nº 292, de 2008-M, Senador Magno Malta – art. 13 – 11/06/2008.

Requerimento nº 293, de 2008-M, Senador Magno Malta – art. 13 – 12/06/2008.

Requerimento nº 294, de 2008-M, Senador Marcelo Crivella – art. 13 – 12/06/2008.

Requerimento nº 295, de 2008-M, Senadora Rosalba Ciarlini – art. 13 – 12/06/2008.

Requerimento nº 296, de 2008-M, Senador Sérgio Guerra – art. 13 – 12/06/2008.

Requerimento nº 297, de 2008-M, Senador Valdir Raupp – art. 13 – 12/06/2008.

Requerimento nº 298, de 2008-M, Senador Papaléo Paes – art. 13 – 12/06/2008.

Requerimento nº 299, de 2008-M, Senadora Patrícia Saboya – art. 13 – 12/06/2008.

Requerimento nº 300, de 2008-M, Senador João Ribeiro – art. 13 – 12/06/2008.

Requerimento nº 301, de 2008-M, Senador Eduardo Azeredo – art. 13 – 12/06/2008.

Requerimento nº 302, de 2008-M, Senador Fernando Collor – art. 13 – 12/06/2008.

Requerimento nº 303, de 2008-M, Senadora Ideli Salvatti – art. 13 – 12/06/2008.

Requerimento nº 304, de 2008-M, Senadora Roseana Sarney – art. 43, I – 10 a 12/06/2008.

Requerimento nº 305, de 2008-M, Senadora Rosalba Ciarlini – art. 43, II – 17, 18 e 19/06/2008.

Requerimento nº 306, de 2008-M, Senador Virgínio de Carvalho – art. 13 – 17/06/2008.

Requerimento nº 307, de 2008-M, Senadora Patrícia Saboya – art. 13 – 17/06/2008.

Requerimento nº 308, de 2008-M, Senador Wellington Salgado – art. 13 – 17/06/2008.

Requerimento nº 309, de 2008-M, Senador Francisco Dornelles – art. 13 – 17/06/2008.

Requerimento nº 310, de 2008-M, Senador Sérgio Guerra – art. 13 – 18 e 19/06/2008.

Requerimento nº 311, de 2008-M, Senador Paulo Paim – art. 13 – 19/06/2008.

Requerimento nº 312, de 2008-M, Senador Lobão Filho – art. 43, II – 19/06/2008.

Requerimento nº 313, de 2008-M, Senador Neuto de Conto – art. 13 – 19/06/2008.

Requerimento nº 314, de 2008-M, Senador Expedito Júnior – art. 13 – 19/06/2008.

Requerimento nº 315, de 2008-M, Senador João Ribeiro – art. 43, II – 19/06/2008.

Requerimento nº 316, de 2008-M, Senador Marcelo Crivella – art. 13 – 19/06/2008.

Requerimento nº 317, de 2008-M, Senador Mão Santa – art. 13 – 24 a 26/06/2008.

Requerimento nº 318, de 2008-M, Senadora Patrícia Saboya – art. 13 – 18/06/2008.

Requerimento nº 319, de 2008-M, Senadora Fátima Cleide – art. 13 – 19/06/2008.

Requerimento nº 320, de 2008-M, Senadora Serys Slhessarenko – art. 13 – 23 a 30/06/2008.

Requerimento nº 321, de 2008-M, Senador Raimundo Colombo – art. 43, I – 19/06/2008.

Requerimento nº 322, de 2008-M, Senador José Sarney – art. 43, I – 17 a 19/06/2008.

Requerimento nº 323, de 2008-M, Senador Almeida Lima – art. 43, I – 29 e 30/04/2008.

Requerimento nº 324, de 2008-M, Senador Almeida Lima – art. 43, II – 15/05/2008.

Requerimento nº 325, de 2008-M, Senador Almeida Lima – art. 43, I – 20 e 21/05/2008.

Requerimento nº 326, de 2008-M, Senador Almeida Lima – art. 43, I – 04 e 05/06/2008.

Requerimento nº 327, de 2008-M, Senador José Sarney – art. 13 – 24 a 26/06/2008.

Requerimento nº 328, de 2008-M, Senadora Ideli Salvatti – art. 43, I – 17 a 19/06/2008.

Requerimento nº 329, de 2008-M, Senador Renan Calheiros – art. 13 – 17/06/2008.

Requerimento nº 330, de 2008-M, Senador Mozarildo Cavalcanti – art. 43, I – 17 a 19/06/2008.

Requerimento nº 331, de 2008-M, Senador Cristovam Buarque – art. 43, I – 18/06/2008.

Requerimento nº 332, de 2008-M, Senador João Durval – art. 13 – 1º a 03/07/2008.

Requerimento nº 333, de 2008-M, Senador Francisco Dornelles – art. 13 – 1º a 03/07/2008.

XV – REQUERIMENTOS PARA DESEMPENHO DE MISSÃO

Total 13

Observação:

Art. 40 – representação da Casa / missão no País ou no exterior (aprovados pelo Plenário).

Requerimento nº 724, de 2008, de autoria do Senador Efraim Morais, solicitando, nos termos do inciso II, “a” do artigo 40, do Regimento Interno do Senado Federal, seja concedida licença dos trabalhos desta

Casa, para participar da XII Conferência Nacional dos Legislativos Estaduais, nos dias 28 e 29 de maio de 2008, na cidade de Fortaleza – CE.

Sessão: 03.06.2008

Requerimento nº 742, de 2008, de autoria da Senadora Fátima Cleide, solicitando, nos termos do art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa, no período de 12 a 16 de junho de 2008, para representar o Senado Federal na Exposição Internacional Zaragoza 2008, que será realizada na cidade de Zaragoza, Espanha. Comunica, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente do País no período de 12 a 16 de junho de 2008.

Sessão: 05.06.2008

Requerimento nº 754, de 2008, de autoria do Senador Leomar Quintanilha, solicitando, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa, no período de 12 a 16 de junho de 2008, para representar o Senado Federal na “Expo-Zaragoza 2008 – Água e Desenvolvimento Sustentável”, a realizar-se na cidade de Zaragoza, Reino da Espanha. Comunica ainda, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno, que estará ausente do País no período de 12 a 16 de junho de 2008.

Sessão: 10.06.2008

Requerimento nº 755, de 2008, de autoria da Senadora Marisa Serrano, solicitando, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa, no período de 12 a 16 de junho de 2008, para representar o Senado Federal na “Expo-Zaragoza 2008 – Água e Desenvolvimento Sustentável”, a realizar-se na cidade de Zaragoza, Reino da Espanha. Comunica ainda, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno, que estará ausente do País no período de 12 a 16 de junho de 2008.

Sessão: 10.06.2008

Requerimento nº 757, de 2008, de autoria do Senador Inácio Arruda, solicitando, nos termos do art. 40, § 1º, inciso II, alínea “a”, do Regimento Interno do Senado Federal, licença para participar do XLII Congresso do Partido Comunista da Ucrânia, que se realizará nos dias 21 e 22 de junho de 2008, na cidade de Kiev/Ucrânia. Comunica, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente do País no período de 19 a 23 de junho de 2008.

Sessão: 10.06.2008

Requerimento nº 770, de 2008, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando, com fundamento no art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no período de 25

a 30 de junho de 2008, para participar da Sessão do Parlamento do Mercosul, a realizar-se em Tucumã, na Argentina. Comunica, ainda, nos termos do art. 39, do Regimento Interno desta Casa, que estará ausente do País no mesmo período.

Sessão: 17.06.2008

Requerimento nº 796, de 2008, de autoria do Senador Renato Casagrande, solicitando, nos termos do art. 39, inciso I, combinado com o art. 40, § 1º, inciso I, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se do País, no período de 23 a 30 de junho de 2008, para participar do Fórum de Legisladores G8+5 rodada de Tóquio/Japão, a convite do Globe International.

Sessão: 18.06.2008

Requerimento nº 797, de 2008, de autoria do Senador Demóstenes Torres, solicitando, nos termos do art. 40, inciso II, “a” do Regimento Interno do Senado Federal, seja concedida licença nos dias 19 e 20 de junho de 2008, para audiência com o acadêmico Dr. José Ephim Mindlin membro da Academia Brasileira de Letras, na cidade de São Paulo – SP.

Sessão: 18.06.2008

Requerimento nº 808, de 2008, de autoria do Senador Virgínio de Carvalho, solicitando, nos termos do art. 13, combinado com o art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, e do disposto no art. 55, inciso III, da Constituição Federal, autorização para se afastar dos trabalhos da Casa, no período de 24 de junho a 03 de julho de 2008, para cumprir missão oficial na República do Zimbábue, como membro da Comissão

de Relações Exteriores e Defesa Nacional, comunica ainda, nos termos do art. 39, inciso I e parágrafo único do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente do País no retromencionado período.

Sessão: 23.06.2008

Requerimento nº 809, de 2008, de autoria do Senador José Nery, solicitando licença para desempenho de missão parlamentar na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, no dia 24 de junho de 2008.

Sessão: 24.06.2008

Requerimento nº 812, de 2008, de autoria do Senador Neuto De Conto, solicitando, nos termos do inciso II, “a”, do Artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal, seja concedida licença no período de 26 a 28 de junho de 2008, para participar como membro da Décima Sessão da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, na cidade de San Miguel de Tucumán, Argentina.

Sessão: 24.06.2008

Requerimento nº 813, de 2008, de autoria do Senador Flávio Arns, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, no dia 24 de junho de 2008.

Sessão: 24.06.2008

Requerimento nº 814, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar no Parlamento do MERCOSUL, no período de 26 a 29 de junho de 2008.

Sessão: 24.06.2008

SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS

(1º a 30 de junho de 2008)

Deliberativas Ordinárias	8
Não Deliberativas	11
Deliberativas Extraordinárias	1
Especiais	5
Total	25
Sessão não realizada (*)	1

(*) Em 13/06/2008, foi realizada a 1ª Reunião de 2008 (art. 154, § 6º, inciso I, Regimento Interno).

SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO FEDERAL

(1º A 30 DE JUNHO DE 2008)

MATÉRIAS APROVADAS (ITENS I A VIII) ..	0
I – MEDIDAS PROVISÓRIAS	6
1. APROVADAS NA FORMA DE PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO (APRESENTADOS PELA CÂMARA DOS DEPUTADOS) E ENVIADAS À SANÇÃO	1
2. APROVADAS NA ÍNTEGRA E ENVIADAS À PROMULGAÇÃO	5
II – PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À CÂMARA DOS DEPUTADOS	
11	
1 – EM DECISÃO TERMINATIVA	11
1.1 – PROJETOS DE LEI DO SENADO	11
III – PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À PROMULGAÇÃO	21
1 – CONCESSÕES DE TELECOMUNICAÇÕES	21

IV – ESCOLHA DE CHEFES DE MISSÃO DIPLOMÁTICA	12
V – ESCOLHA DE AUTORIDADES	3
VI – REQUERIMENTO DE ALTERAÇÃO DE COMISSÃO TEMPORÁRIA	1
VII – REQUERIMENTOS DE SESSÕES ESPECIAIS E HOMENAGENS NO PERÍODO DO EXPEDIENTE	4
VIII – OUTROS REQUERIMENTOS APROVADOS	2
PELO PLENÁRIO	2
MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO (ITENS IX A XI)	3
IX – MATÉRIA REJEITADA	1
X – MATÉRIA PREJUDICADA	1
XI – MATÉRIA RETIRADA PELO AUTOR ..	1
TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS (ITENS I A XI)	63
REQUERIMENTOS DE LICENÇA E DESEMPENHO DE MISSÕES	83
REQUERIMENTO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO	1

SUMÁRIO CONSOLIDADO DO PERÍODO DE 6 DE FEVEREIRO A 30 DE JUNHO DE 2008

SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS (6 de fevereiro a 30 de junho de 2008)	
Deliberativas Ordinárias	51
Não Deliberativas	43
Deliberativas Extraordinárias	3
Especiais	18
Total	115
Sessão não realizada	1

Matérias aprovadas (Itens I a XIII)	536
I – Medidas Provisórias aprovadas	24
1 – Aprovadas, na forma de Projeto de Lei de Conversão apresentado pela Câmara dos Deputados, e enviadas à sanção	11
2 – Aprovadas na íntegra e enviadas à promulgação	11

3 – Aprovadas, na forma de Projeto de Lei de Conversão, com emendas, e devolvidas à Câmara dos Deputados	2
II – Projetos aprovados e enviados à sanção	19
III – Proposições aprovadas e enviadas à Câmara dos Deputados	72
1 – Por decisão do Plenário	14
1.1 – Do Senado Federal	8

1.2 – Da Câmara dos Deputados	5
1.3 – Da Presidência da República	1
2 – Em decisão terminativa	58
IV – Proposições aprovadas e enviadas à promulgação	191
1 – Concessões de telecomunicações ...	171
2 – Atos Internacionais	4
3 – Operações de crédito	11
4 – Suspensão de Atos Normativos	3
5 – Projetos de Resolução (outras matérias)	2
V – Escolha de Chefes de Missão Diplomática	31
VI – Escolha de Autoridades	11
VII – Requerimentos de Homenagem de Pes- sar	5
VIII – Requerimentos de Voto de Aplauso ou Semelhante	3
IX – Requerimentos de Sessões Especiais e Homenagens no Período do Expediente	45
X – Requerimentos de Informações aprova- dos pela Mesa	112
XI – Requerimentos de tramitação conjunta aprovados pela Mesa	4
XII – Requerimentos de criação/alteração de Comissão Temporária	5
XIII – Requerimentos Diversos	14
Pelo Plenário	13
Pela Mesa	1
Matérias enviadas ao arquivo (Itens XIV a XXII)	34
XIV – Matérias rejeitadas	7
XV – MATÉRIAS PREJUDICADAS	5
XVI – MATÉRIAS RETIRADAS PELOS AU- TORES	13
XVII – MEDIDA PROVISÓRIA NÃO ADMITI- DA	2
XVIII – MEDIDA PROVISÓRIA REJEITADA	1
XIX – MEDIDA PROVISÓRIA COM PRAZO DE VIGÊNCIA INTEGRAL ENCERRADO	1
XX – REQUERIMENTOS DE TRAMITAÇÃO CONJUNTA REJEITADOS PELA MESA	2
XXI – REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÃO REJEITADOS PELA MESA	2
XXII – REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÃO DECLARADO PREJUDICADO PELA MESA	1
TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS (ITENS I A XXII)	570
REQUERIMENTOS DE LICENÇA E DESEM- PENHO DE MISSÕES	413
REQUERIMENTO DE CRIAÇÃO DE COMIS- SÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO	1
REQUERIMENTO DE PRORROGAÇÃO DE COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO	2

B – SECRETARIA DE COMISSÕES**SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES
PERMANENTES****RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO MÊS DE JUNHO
DE 2008 DAS COMISSÕES PERMANENTES****COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE****REUNIÃO REALIZADA EM 03 DE JUNHO DE 2008
(ORDINÁRIA)****1ª PARTE****CERIMÔNIA DE APOSIÇÃO DO RETRATO DO
SENADOR LUIZ OTÁVIO NA GALERIA DE
EX-PRESIDENTES DA COMISSÃO DE
ASSUNTOS ECONÔMICOS****Resultado: Realizada.****2ª PARTE****AUDIÊNCIA PÚBLICA****Em atendimento ao Requerimento nº 8, de 2008
– CAE.****Autoria:** Senadores RENATO CASAGRANDE e ALOI-
ZIO MERCADANTE.**Assunto:** Debate sobre o Marco Regulatório do Pe-
tróleo diante da perspectiva de descoberta e desen-
volvimento de novas bacias petrolíferas na camada
do pré-sal.**Convidados:** Senhor **José Sérgio Gabrielli**, Presidente
da Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRÁS;
Senhor **Haroldo Borges Rodrigues Lima**, Diretor-
Geral da Agência Nacional de Petróleo – ANP;
Senhor **João Carlos França de Luca**, Presidente do
Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustí-
veis – IBP;
Senhor **Guilherme Estrella**, Diretor de Exploração e
Produção da Petrobras; e
Senhor **Nelson Narciso Filho**, Diretor Técnico da
ANP.**Resultado: Realizada.****REUNIÃO REALIZADA EM 10 DE JUNHO DE 2008
(ORDINÁRIA)****ITEM Nº 01****MENSAGEM (SF) Nº 4, DE 2008
NÃO TERMINATIVO**Encaminha ao Senador Federal, nos termos do § 1º
do artigo 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995,
a Programação Monetária para o 1º semestre e para
o ano de 2008.

Autoria: Presidência da República.

Relator: Senador ROMERO JUCÁ.

Relator “ad hoc”: Senador JAYME CAMPOS.

Parecer: Favorável nos termos do PDS que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável nos termos do PDS apresentado.

ITEM Nº 02

MENSAGEM (SF) Nº 104, DE 2008 NÃO TERMINATIVO

Solicita ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 7,333,700.00 (sete milhões, trezentos e trinta e três mil e setecentos dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de Toledo, Estado do Paraná, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Desenvolvimento Sócio-Econômico Sustentável do Município de Toledo”, no âmbito do Pró-cidades.

Autoria: Presidência da República.

Relator: Senador JEFFERSON PRAIA.

Parecer: Favorável nos termos do PDS que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável nos termos do PDS apresentado. Aprovado, ainda, Requerimento de Urgência para a matéria.

ITEM Nº 03

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 71, DE 2008 NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a apuração do imposto de renda na fonte sobre rendimentos de prestação de serviços de transporte rodoviário internacional de carga, auferidos por transportador autônomo pessoa física, residente na República do Paraguai, considerado como sociedade unipessoal nesse País.

Autoria: Presidência da República.

Relator: Senador ROMEU TUMA.

Relator “ad hoc”: Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.

Parecer: Favorável ao Projeto com a emenda nº 1 que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CAE. Matéria em regime de urgência constitucional e com tramitação simultânea na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e na Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.

ITEM Nº 04

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 89, DE 2003 NÃO TERMINATIVO

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal e a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, e dá outras providências. (Dispõe sobre os crimes cometidos na área de informática, e suas penalidades, dispondo que o acesso de terceiros, não autorizados pelos respectivos interessados, a informações privadas mantidas em redes de computadores, dependerá de prévia autorização judicial).

Autoria: Deputado LUIZ PIAUHYLINO.

Relator: Senador ALOIZIO MERCADANTE.

Parecer: Favorável a matéria e aos Projetos que tramitam em conjunto, nos termos da Emenda nº 2 – CCT (Substitutivo), com vinte e três subemendas que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável aos Projetos nos termos da Emenda nº 2 – CCT/CAE com as Subemendas de nºs 1 a 23 – CAE.

TRAMITANDO EM CONJUNTO COM OS

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 76, DE 2000 NÃO TERMINATIVO

Define e tipifica os delitos informáticos, e dá outras providências.

Autoria: Senador RENAN CALHEIROS.

Relator: Senador ALOIZIO MERCADANTE.

Parecer: Favorável a matéria e aos Projetos que tramitam em conjunto, nos termos da Emenda nº 2 – CCT (Substitutivo), com vinte e três subemendas que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável aos Projetos nos termos da Emenda nº 2 – CCT/CAE com as Subemendas de nºs 1 a 23 – CAE.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 137, DE 2000 NÃO TERMINATIVO

Estabelece nova pena aos crimes cometidos com a utilização de meios de tecnologia de informação e telecomunicações.

Autoria: Senador LEOMAR QUINTANILHA.

Relator: Senador ALOIZIO MERCADANTE.

Parecer: Favorável a matéria e aos Projetos que tramitam em conjunto, nos termos da Emenda nº 2 – CCT (Substitutivo), com vinte e três subemendas que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável aos Projetos nos termos da Emenda nº 2 – CCT/CAE com as Subemendas de nºs 1 a 23 – CAE.

ITEM Nº 05**INDICAÇÃO (SF) Nº 1, DE 2003
NÃO TERMINATIVO**

Sugere à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, bem como à Comissão de Assuntos Econômicos, que precedam a estudos sobre a criação de um Fundo Mundial Ambiental (FMA), na forma proposta no texto da justificativa desta indicação.

Autoria: Senador ALOIZIO MERCADANTE.

Relator: Senador FLEXA RIBEIRO.

Parecer: Pelo encaminhamento da matéria à Comissão Mista Especial do Congresso Nacional sobre Mudanças Climáticas.

Resultado: Aprovado Parecer apresentado pelo Relator. Aprovado, ainda, Requerimento de Urgência para a matéria.

ITEM Nº 06**AVISO Nº 29, DE 2008 (Nº 137/08, na origem)
NÃO TERMINATIVO**

Referente ao Relatório sobre o Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior.

Autoria: Ministério da Fazenda.

Relator: Senador JAYME CAMPOS.

Parecer: Pelo conhecimento e posterior arquivamento da matéria.

Resultado: Aprovado parecer pelo arquivamento da Matéria.

**FORAM APROVADOS, AINDA, OS SEGUINTE
REQUERIMENTOS.****REQUERIMENTO Nº 18, DE 2008 – CAE**

Requer, nos termos do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública sobre concessão de patentes a fórmulas polimórficas de medicamentos, com a presença das seguintes autoridades e representantes da sociedade civil:

Senhor **Jorge Ávila**, Presidente do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI);

Senhor **Dirceu Raposo de Mello**, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);

Senhor **Luiz Antônio Elias**, Secretário Executivo do Ministério de Ciência e Tecnologia;

Senhor **Gerson Oliveira Penna**, Secretário de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde;

Senhor **Francelino Grando**, Secretário de Tecnologia Industrial do Ministério do Desenvolvimento;

Senhor **Gabriel Tannus**, Presidente da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (Interfarma); e

Senhor **Luiz Cláudio Barone**, Presidente da Associação Brasileira das Indústria de Química Fina, Biotecnologia e Outras Especialidades (Abifina).

Autoria: Senador ALOIZIO MERCADANTE.

REQUERIMENTO Nº 19, DE 2008 – CAE

Requer, nos termos do inciso I do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, com a finalidade de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2007, que trata da regulamentação das operações de fomento mercantil, também conhecidas como Factoring. Com a participação dos seguintes convidados:

Senhor **Antônio Carlos Donini**, Presidente da Associação Brasileira de Factoring; e

Senhor **Luiz Lemos Leite**, Presidente da Associação Nacional das Sociedades de Fomento Mercantil Factoring.

Autoria: Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.

REQUERIMENTO Nº 20, DE 2008 – CAE

Requer, nos termos do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, seja promovida por esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Audiência Pública, para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 39, de 2008, que cria o Fundo Soberano do Brasil – FSB. Com a participação dos seguintes convidados:

Senhor **Antônio Delfim Netto**, Professor emérito da FEA-USP;

Senhor **Luiz Gonzaga Belluzzo**, Professor titular da Unicamp;

Senhor **Mailson Ferreira da Nóbrega**, Ex-Ministro de Estado da Fazenda; e

Senhor **Yoshiaki Nakano**, Diretor da Escola de Economia da FGV de São Paulo.

Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE.

REQUERIMENTO Nº 21, DE 2008 – CAE

Requer, nos termos regimentais, a inclusão de representante da Associação Brasileira das Empresas de Leasing – ABEL, para participar da reunião de Audiência Pública com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007 – Complementar, que altera o artigo 3º da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, para dispor sobre o local do recolhimento do ISS nas operações de arrendamento mercantil (leasing). (Adendo ao Requerimento nº 13, de 2008 – CAE).

Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.

REQUERIMENTO Nº 22, DE 2008 – CAE

Requer, nos termos regimentais e constitucionais, que seja realizada no âmbito desta Comissão de Assuntos Econômicos, Audiência Pública com o objetivo de discutir a contratação de operação de crédito externo entre o Estado do Amazonas e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de até US\$ 24,2 milhões, destinada a financiar o Projeto de Desenvolvimento Regional do Alto Solimões, (MSF 103, de 2008), com a participação dos seguintes convidados:

Senhor **Lucas Furtado**, Procurador-Geral do Tribunal de Contas da União;

Senhora **Silvana Nobre de Lima Cabral**, Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Amazonas;

Senhor **Luis Inácio Lucena Adams**, Procurador-Geral da Fazenda Nacional;

Senhor **Arno Hugo de Lima Cabral**, Secretário do Tesouro Nacional;

Senhor **Alvir Alberto Hoffmann**, Diretor de Fiscalização do Banco Central do Brasil;

Senhor **John Briscoe**, Diretor para o Brasil do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – BIRD;

Senhor **Raimundo José Michiles**, Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas; e

Senhor **Isper Abraim Lima**, Secretário de Fazenda do Estado do Amazonas.

Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.

REUNIÃO REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Em atendimento ao Requerimento nº 22, de 2008 – CAE.

Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.

Assunto: Instruir a Mensagem (SF) nº 103, de 2008 que propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 24,250,000.00 (vinte e quatro milhões e duzentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Estado do Amazonas e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada a financiar o Projeto de Desenvolvimento Regional do Alto Solimões em suporte ao Projeto Zona Franca Verde”.

Convidados: Senhor **Raimundo José Michiles**, Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas;

Senhora **Silvana Nobre de Lima Cabral**, Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Amazonas;

Senhor **Marcelo Luiz Souza da Eira**, Secretário de Macro Avaliação Governamental – TCU;

Senhor **Eduardo Coutinho Guerra**, Secretário-Adjunto do Tesouro Nacional;

Senhora **Sônia Portella**, Coordenadora-Geral de Operações Financeiras da União – PGFN;

Senhor **Laércio Cavalcante**, Coordenador Executivo do Programa de Desenvolvimento Regional do Estado do Amazonas para a Zona Franca Verde;

Senhora **Nafice Bacry Valoz**, Presidente da Comissão de Cooperação e Relações Institucionais do Estado do Amazonas, representando o senhor **Isper Ibrahim Lima**, Secretário de Fazenda do Estado do Amazonas; e

Senhor **Thomás Afonso Queiroz Nogueira**, Secretário Executivo do Tesouro do Estado do Amazonas.

Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 24 DE JUNHO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)**ITEM Nº 01****MENSAGEM (SF) Nº 120, DE 2008
NÃO TERMINATIVO**

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 31,130,000.00 (trinta e um milhões e cento e trinta mil dólares dos Estados Unidos da América), entre a Prefeitura Municipal de Teresina, no Estado do Piauí e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada ao financiamento do Programa Lagoas do Norte.

Autoria: Presidência da República.

Relator: Senador GIM ARGELLO.

Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável nos termos do PRS apresentado. Aprovado também Requerimento de Urgência para a matéria.

ITEM Nº 02**MENSAGEM (SF) Nº 119, DE 2008
NÃO TERMINATIVO**

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 19,250,000.00 (dezenove milhões, duzentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), entre a

Prefeitura Municipal de Ipatinga, no Estado de Minas Gerais e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – FONPLATA, destinada ao financiamento parcial do “Programa de Desenvolvimento Urbano, Social e Ambiental do Município de Ipatinga – Ipatinga Mais Humana”.

Autoria: Presidência da República.

Relator: Senador ROMEU TUMA.

Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável nos termos do PRS apresentado. Aprovado também Requerimento de Urgência para a matéria.

ITEM Nº 03

MENSAGEM (SF) Nº 123, DE 2008 NÃO TERMINATIVO

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor até US\$ 976, 000,000.00 (novecentos e setenta e seis milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado de Minas Gerais e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada ao financiamento parcial do Programa de Parceria para o Desenvolvimento de Minas Gerais II.

Autoria: Presidência da República.

Relator “ad Hoc” : Senador HERÁCLITO FORTES.

Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável nos termos do PRS apresentado. Aprovado também Requerimento de Urgência para a matéria.

ITEM Nº 04

MENSAGEM (SF) Nº 103, DE 2008 NÃO TERMINATIVO

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 24,250,000.00 (vinte e quatro milhões e duzentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Estado do Amazonas e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada a financiar o Projeto de Desenvolvimento Regional do Alto Solimões – em suporte ao Projeto Zona Franca Verde.

Autoria: Presidência da República.

Relator: Senador VALDIR RAUPP.

Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável nos termos do PRS apresentado. Aprovado também Requerimento de Urgência para a matéria.

ITEM Nº 05

MENSAGEM (SF) Nº 128, DE 2008 NÃO TERMINATIVO

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 1,100,000,000.00 (um bilhão e cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, cujos recursos são destinados a apoiar o Programa de Sustentabilidade Fiscal para o Crescimento.

Autoria: Presidência da República.

Relatora: Senadora IDELI SALVATTI.

Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável nos termos do PRS apresentado. Aprovado também Requerimento de Urgência para a matéria.

FOI APROVADO, AINDA, O SEGUINTE REQUERIMENTO.

REQUERIMENTO Nº 23, DE 2008 – CAE

Requer, nos termos regimentais, que a Comissão de Assuntos Econômicos solicite ao Tribunal de Contas da União – TCU, o acompanhamento, no que couber da aplicação de empréstimo do BIRD, ao Governo do Estado do Amazonas, no valor de US\$ 24,250,000.00 (vinte e quatro milhões e duzentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), para financiar o Projeto de Desenvolvimento Regional do Alto Solimões – em suporte ao Projeto Zona Franca Verde, cuja contratação é objeto de exame do Senado Federal e tendo em vista a garantia da República Federativa do Brasil.

Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.

TOTAL DE REUNIÕES: 04

01 ORDINÁRIA/DELIBERATIVA

01 EXTRAORDINÁRIA/DELIBERATIVA

01 ORDINÁRIA/AUDIÊNCIA PÚBLICA

01 EXTRAORDINÁRIA/AUDIÊNCIA PÚBLICA

CONJUNTAS/AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

MATÉRIAS APRECIADAS: 26

TERMINATIVAS

13 NÃO TERMINATIVAS

04 REQUERIMENTOS – CAE

08 REQUERIMENTOS DE URGÊNCIA

01 TERMO ADITIVO

**SUBCOMISSÃO TEMPRÁRIA DA REFORMA
TRIBUTÁRIA – CAERT (CAE)**

**REUNIÃO REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 2008
EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE DES-
VOLVIMENTO REGIONAL TURISMO – CDR**

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 08, de 2008 – CDR.

Autoria: Senadores TASSO JEREISSATI e VALTER PEREIRA.

Assunto: Discutir questões relativas à política de desenvolvimento regional vis-à-vis as propostas de reforma tributária apresentadas pelo Governo Federal e pela Subcomissão da Reforma Tributária.

Convidados: Senhor **Mailson da Nóbrega**, Ex-Ministro de Estado da Fazenda;

Senhor **Paulo Roberto Haddad**, Ex-Ministro de Estado da Fazenda (**Ausência Justificada**);

Senhor **Bernard Appy**, Secretário da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda;

Senhor **Marcos Costa Holanda**, Diretor-Geral do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE; e

Senhora **Maria Helena Zockun**, Coordenadora de Pesquisas da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE.

RESULTADO: Realizada.

TOTAL DE REUNIÕES: 01

**EXTRAORDINÁRIA/AUDIÊNCIA PÚBLICA;
01 CONJUNTAS/AUDIÊNCIAS PÚBLICAS.**

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

**REUNIÃO REALIZADA EM 04 DE JUNHO DE
2008 (EXTRAORDINÁRIA) EM CONJUNTO COM A
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO,
ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE.**

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 04, de 2008 – CASSAÚDE e nº 15, de 2008 – CAS.

Autoria: Senadores PAPALÉO PAES e INÁCIO ARRUDA, respectivamente.

Assunto: Debate sobre doenças negligenciadas e sobre a situação atual do Programa Mais Saúde diante da restrição orçamentária com que o programa se defronta.

Convidado: Senhor **José Gomes Temporão**, Ministro de Estado da Saúde.

RESULTADO: Realizada.

**REUNIÃO REALIZADA EM 11 DE JUNHO DE 2008
(EXTRAORDINÁRIA)**

ITEM Nº 01

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 211, DE 2004
NÃO TERMINATIVO**

Dispõe sobre a criação do Sistema Nacional de Cadastro de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, e dá outras providências.

Autoria: Senadora ROSEANA SARNEY.

Relatora “ad hoc”: Senadora ROSALBA CIARLINI.

Parecer: Favorável a matéria nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo), e pela rejeição da emenda apresentada pelo Senador Expedito Júnior.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo), e rejeitada a Emenda de autoria do Senador Expedito Júnior. A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa em decisão terminativa.

ITEM Nº 02

REQUERIMENTO Nº 19, DE 2008 – CAS

Requeiro que a Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal realize Audiência Pública por ocasião do Dia Nacional da Luta Antimanicomial, lembrando anualmente a 18 de maio. A Política Nacional de Saúde Mental, hoje amparada pela Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas acometidas por transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental, baseia-se em princípios fundamentais, quais sejam: ampla mudança do atendimento público em saúde mental, garantindo o acesso da população aos serviços e o respeito a seus direitos e liberdades; mudança do modelo de tratamento, onde no lugar do isolamento, prioriza-se o convívio na família e na comunidade; atendimentos realizados em Centros de Atenção Psicossocial (CAP), Residências Terapêuticas, Ambulatórios, Hospitais Gerais, Centro de Convivência; internações, quando necessárias, deixam de acontecer em hospitais psiquiátricos especializados, dando-se em hospitais gerais ou nos CAPs/24 horas; gradual redirecionamento dos hospitais psiquiátricos especializados. Todos esses são temas que justificam que o debate sobre a área seja trazido à esta Comissão. Com a participação dos seguintes convidados:

O Coordenador de Saúde Mental da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde;
Doutor Pedro Gabriel Godinho Delgado;

Um Representante do Ministério da Educação;
Doutora **Paulina di Carmo Arruda Vieira Duarte**, da
Secretária Nacional Antidroga (SENAD); e um
**Representante da Associação Gerando Saúde Men-
tal do Paraná.**

Autoria: Senador FLÁVIO ARNS.

Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 02

01 EXTRAORDINÁRIAS/DELIBERATIVA

EXTRORDINÁRIAS/ AUDIÊNCIA PÚBLICA

01 CONJUNTA/AUDIÊNCIA PÚBLICA.

MATÉRIAS APRECIADAS: 02

TERMINATIVAS

01 NÃO TERMINATIVA

01 REQUERIMENTO – CAS

**REQUERIMENTOS DE URGÊNCIA
TERMO ADITIVO**

**SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO,
ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE –
CASSAUDE (CAS)**

**REUNIÃO REALIZADA EM 04 DE JUNHO DE
2008, EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE
ASSUNTOS SOCIAIS**

AUDIÊNCIA PÚBLICA

**Em atendimento aos Requerimentos nº 04, de 2008
– CASSAUDE e nº 15, de 2008 – CAS.**

**Autoria: Senadores PAPALÉO PAES e INÁCIO AR-
RUDA, respectivamente.**

**Assunto: Debate sobre doenças negligenciadas
e sobre a situação atual do Programa Mais Saúde
diante da restrição orçamentária com que o pro-
grama se defronta.**

**Convidado: Senhor José Gomes Temporão, Ministro
de Estado da Saúde.**

RESULTADO: Realizada.

TOTAL DE REUNIÕES: 01

01 CONJUNTA/ AUDIÊNCIA PÚBLICA

**SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS
SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA –
CASDEF (CAS)**

**REUNIÃO REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 2008
(EXTRAORDINÁRIA) EM CONJUNTO COM A
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E
LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA (CDH)**

AUDIÊNCIA PÚBLICA

**Em atendimento ao Requerimento nº 54, de 2008 –
CDH, aprovado em 12.06.08**

Autoria: Senador PAULO PAIM.

**Assunto: Tratar da Convenção sobre os Direitos Hu-
manos das Pessoas com Deficiência e seus reflexos
na vida das pessoas com deficiência.**

**Convidados: Senhora Izabel Maria Madeira de Lou-
reiro Maior, Coordenadora da Coordenadoria Nacional
para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência –
CORDE, em substituição a Paulo de Tarso Vannuchi,
Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos
da Presidência da República – SEDH;**

**Senhora Nicola Speranza, Chefe da Divisão de Temas
Sociais, em substituição a Celso Amorim, Ministro de
Estado das Relações Exteriores – MRE;**

**Senhor Alexandre Carvalho Baroni, Presidente do
Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora
de Deficiência – CONADE;**

**Senhora Flávia Maria de Paiva Vital, Organizadora
da publicação “A Convenção sobre os Direitos das
Pessoas com Deficiência Comentada”;**

**Senhora Regina Maria Melo Atalla, Presidenta da
Rede Latino-Americana de Organizações Não Gover-
namentais de Pessoas com Deficiência e suas Famí-
lias – RIADIS; e**

**Senhor Ricardo Tadeu Marques da Fonseca, Procu-
rador Regional do Trabalho – MPU.**

Resultado: Realizada

TOTAL DE REUNIÕES: 01

01 CONJUNTA/ AUDIÊNCIA PÚBLICA

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E
CIDADANIA – CCJ**

**REUNIÃO REALIZADA EM 03 DE JUNHO DE 2008
(EXTRAORDINÁRIA)**

AUDIÊNCIA PÚBLICA

**Em atendimento ao Requerimento nº 13, de 2008
– CCJ e aos Termos Aditivos, aprovados em
28.05.08.**

**Autoria do Requerimento: Senadores CÉSAR BOR-
GES e ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.**

**Autoria dos Termos Aditivos: Senadores FLEXA
RIBEIRO e ALOIZIO MERCADANTE.**

**Assunto: Instruir as PECs 1/2003, 23/2003, 51/2004,
11/2005, 29/2005, 61/2005 e 12/2006 que tramitam
em conjunto (PRECATÓRIOS).**

**Convidados: Senhor Raimundo Cezar Britto Ara-
gão, Presidente do Conselho Federal da Ordem dos
Advogados do Brasil – OAB;**

Senhor **Flávio José de Souza Brando**, Vice-Presidente da Comissão Especial de Defesa dos Credores Públicos do Conselho Federal da OAB;

Senhor **Eduardo de Souza Gouvêa**, Membro da Comissão Especial de Defesa dos Credores Públicos do Conselho Federal da OAB;

Senhor **Simão Cirineu Dias**, Secretário da Fazenda do Estado de Minas Gerais, representando o senhor **Nelson Machado**, Presidente do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ);

Senhora **Elena Garrido**, Coordenadora do Departamento Jurídico da Confederação Nacional de Municípios, representando o senhor **Paulo Ziulkoski**, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM);

Senhor **Gilberto Perre**, Secretário Executivo da Frente Nacional de Prefeitos, representando o senhor **João Paulo Lima e Silva**, Presidente da Frente Nacional de Prefeitos (FNP); e

Senhor **Joaquim Levy**, Secretário da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro.

Resultado: Realizada.

TERMO ADITIVO AO REQUERIMENTO Nº 13, 2008 – CCJ

Requeiro, nos termos regimentais, que seja incluído como convidado o senhor **Joaquim Levy**, Secretário da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, na Audiência Pública a fim de instruir a PEC nº 1, de 2003, e demais Propostas que tramitam em conjunto.

Autoria: Senador ALOIZIO MERCADANTE.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 04 DE JUNHO DE 2008 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 72, DE 2008 (PL nº 02300, de 2007, na origem) NÃO TERMINATIVO

Acresce, altera e revoga dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, cria a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, cria cargos em comissão, revoga dispositivos das Leis nº 10.869, de 13 de maio de 2004, e 11.204, de 5 de dezembro de 2005, e dá outras providências.

Autoria: Presidência da República.

Relator: Senador ROMERO JUCÁ.

Parecer: Favorável à matéria e pela rejeição da Emenda nº 1 de autoria do Senador Arthur Virgílio.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, e rejeitada a Emenda nº 1.

ITEM Nº 02

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 126, DE 2007 (PL nº 07252, de 2006, na origem) NÃO TERMINATIVO

Dá nova redação à alínea “o” do inciso VII do artigo 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios. (Altera competências do Ministério da Defesa).

Autoria: Presidência da República.

Relator: Senador ROMERO JUCÁ.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 03

PETIÇÃO Nº 8, DE 2003 NÃO TERMINATIVO

Requerem, pelas razões que expõem, gestões para impedir que a seita “The Nichiren Shoshu” e seu mandatário Abe Nikken se instalem no País.

Autoria: Externo – César Augusto Garcia e Agência de Preservação Urbana Bairro Vivo – Sociedade Amigos de Vila Buarque, Santa Cecília e Pacaembú.

Relator: Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES.

Parecer: Pelo conhecimento à Presidência do Senado Federal sobre as irregularidades noticiada neste parecer e pelo arquivamento.

Resultado: Aprovado parecer pelo arquivamento.

ITEM Nº 04

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 161, DE 2006 TERMINATIVO

Altera o inciso I do artigo 52 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal. (Dispõe sobre a duração do período de isolamento do preso que representar risco à sociedade ou ao sistema prisional).

Autoria: Senador ROMEU TUMA.

Relator: Senador MOZARILDO CAVALCANTI.

Parecer: Pela prejudicialidade da matéria.

Resultado: Aprovada a Declaração de Prejudicialidade do Projeto.

ITEM Nº 05

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 295, DE 2007 TERMINATIVO

Dispensa de pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos federais os postulantes a cargos ou empregos públicos que tenham renda familiar per capita não superior a meio salário mínimo.

Autoria: Senadora SERYS SLHESSARENKO.

Relator: Senador VALDIR RAUPP.

Parecer: Pela aprovação da matéria com uma emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1 – CCJ.

ITEM Nº 06

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 207, DE 2007 TERMINATIVO

Altera o artigo 73 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para permitir que a União possa celebrar convênios com os Estados e o Distrito Federal visando à prevenção e repressão do tráfico ilícito e do uso indevido de drogas, e com os Municípios com o objetivo de prevenir o seu uso indevido, e possibilitar a atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas.

Autoria: Senadora SÉRGIO ZAMBIASI.

Relator: Senador ADELMIR SANTANA.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

EXTRA PAUTA

REQUERIMENTO Nº 14, DE 2008 – CCJ

Requeiro nos termos regimentais, a criação do segundo grupo de trabalho, composto de cinco parlamentares membros desta Comissão de Constituição e Justiça, a serem indicados pelo Senador Presidente, com prazo definido para término dos trabalhos em 30 dias, com vistas a dar continuidade às discussões, apresentação e votação de proposições que tratem da reforma processual penal, considerando a recente aprovação na Câmara dos Deputados de projetos sobre o tema e encaminhamento a esta Casa.

Autoria: Senadora IDELI SALVATTI.

Resultado: Aprovado.

**REUNIÃO REALIZADA EM 11 DE JUNHO DE 2008
(EXTRAORDINÁRIA)**

NÃO HOUVE DELIBERAÇÃO.

**REUNIÃO REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 2008
(ORDINÁRIA)**

ITEM Nº 01

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 1, DE 2003

(Tramitam em conjunto as PECs nºs 1 e 23, de 2003; 51, de 2004; 11, 29 e 61 de 2005 e 12, de 2006)

NÃO TERMINATIVO

Altera o § 3º do artigo 100 da Constituição Federal, para determinar que os pagamentos de obrigações devidas aos idosos sejam feitos em espécie e excluídos da obrigatoriedade de expedição de precatórios.

Autoria: Senador MAGUITO VILELA e outros senhores Senadores.

Relator: Senador VALDIR RAUPP.

TRAMITANDO EM CONJUNTO COM A

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 23, DE 2003

(Tramitam em conjunto as PECs nºs 1 e 23, de 2003; 51, de 2004; 11, 29 e 61 de 2005 e 12, de 2006)

NÃO TERMINATIVO

Dá nova redação ao § 1º do artigo 100 da Constituição Federal, criando limite máximo para pagamento de obrigações relativas a precatórios judiciais.

Autoria: Senador EFRAIM MORAIS e outros senhores Senadores.

Relator: Senador VALDIR RAUPP.

TRAMITANDO EM CONJUNTO COM A

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 51, DE 2004

(Tramitam em conjunto as PECs nºs 1 e 23, de 2003; 51, de 2004; 11, 29 e 61 de 2005 e 12, de 2006)

NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 100 da Constituição Federal, e dá outras providências. (Dispõe sobre Precatórios Judiciais).

Autoria: Senador PEDRO SIMON e outros senhores Senadores.

Relator: Senador VALDIR RAUPP.

TRAMITANDO EM CONJUNTO COM A

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 11, DE 2005

(Tramitam em conjunto as PECs nºs 1 e 23, de 2003; 51, de 2004; 11, 29 e 61 de 2005 e 12, de 2006)

NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 100 da CF, para instituir limite máximo de comprometimento da receita da União, Estados, Distrito Federal e Municípios o com pagamento de precatórios judiciais.

Autoria: Senador JOSÉ MARANHÃO e outros senhores Senadores.

Relator: Senador VALDIR RAUPP.

TRAMITANDO EM CONJUNTO COM A

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2005

(Tramitam em conjunto as PECs nºs 1 e 23, de 2003; 51, de 2004; 11, 29 e 61 de 2005 e 12, de 2006)

NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a preferência para maiores de 60 (sessenta) anos de idade no recebimento de precatórios.

Autoria: Senador SÉRGIO CABRAL e outros senhores Senadores.

Relator: Senador VALDIR RAUPP.

TRAMITANDO EM CONJUNTO COM A

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 61, DE 2005**

(Tramitam em conjunto as PECs nºs 1 e 23, de 2003; 51, de 2004; 11, 29 e 61 de 2005 e 12, de 2006)

NÃO TERMINATIVO

Altera o § 3º do artigo 100 da Constituição Federal para determinar que os pagamentos de obrigações devidas aos idosos em espécie e excluídos da obrigatoriedade de expedição de precatórios.

Autoria: Senador PAULO PAIM e outros senhores Senadores.

Relator: Senador VALDIR RAUPP.

TRAMITANDO EM CONJUNTO COM A

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 12, DE 2006**

(Tramitam em conjunto as PECs nºs 1 e 23, de 2003; 51, de 2004; 11, 29 e 61 de 2005 e 12, de 2006)

NÃO TERMINATIVO

Acrescenta o § 7º do artigo 100 da Constituição Federal e o artigo 95 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instituindo regime especial de pagamento de precatórios pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Autoria: Senador RENAN CALHEIROS e outros senhores Senadores.

Relator: Senador VALDIR RAUPP.

Parecer: Favorável a PEC nº 12, de 2006, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela prejudicialidade das PECs de nºs 1 e 23, de 2003; 51, de 2004; 11, 29 e 61, de 2005 (Tramitando em conjunto), pela aprovação das emendas nºs 2 e 10, pela aprovação parcial da emendas nºs 1, 4, 7, 11 e 15, e pela rejeição das emendas nºs 3, 5, 6, 8, 9, 12, 13, 14 e das duas subemendas apresentadas pelo Senador João Tenório.

Resultado: Aprovado parecer favorável à PEC Nº 12, de, 2006 nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo).

ITEM Nº 02

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 392, DE 2007
NÃO TERMINATIVO**

Altera a Lei nº 9.496, de 1997, para autorizar a União e os Estados, no âmbito do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal, a abater do cálculo do resultado

primário despesas dos Estados com investimentos em obras de infra-estrutura.

Autoria: Senadora LÚCIA VÂNIA.

Relator: Senador TASSO JEREISSATI.

Parecer: Pela constitucionalidade, juridicidade e aprovação da matéria com a emenda que apresenta e pela rejeição da emenda apresentada pelo Senador Antônio Carlos Valadares.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CCJ e rejeitada a emenda do Senador Antônio Carlos Valadares. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

ITEM Nº 03

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 122, DE 2007
TERMINATIVO**

Concede anistia a policiais militares da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte.

Autoria: Senadores GARIBALDI ALVES FILHO, JOSÉ AGRIPINO e ROSALBA CIARLINI.

Relator: Senador VALDIR RAUPP.

Parecer: Pela aprovação do projeto, e pela rejeição das emendas nºs. 1 e 2.

Resultado: Aprovado o Projeto e rejeitadas as Emendas nº 1 e 2.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 89, DE 2003

(Tramitam em conjunto o PLC 89, de 2003 e os PLS nºs. 76 e 137, de 2000)

NÃO TERMINATIVO

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal e a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, e dá outras providências. (Dispõe sobre os crimes cometidos na área de informática, e suas penalidades, dispondo que o acesso de terceiros, não autorizados pelos respectivos interessados, a informações privadas mantidas em redes de computadores, dependerá de prévia autorização judicial).

Autoria: Deputado LUIZ PIAUHYLINO.

Relator: Senador EDUARDO AZEREDO.

Parecer: Favorável ao PLC 89, de 2003, e aos PLS nºs. 76 e 137, de 2000, na forma do substitutivo aprovado pela CCT, com as subemendas da CAE e com as adequações consolidadas no substitutivo que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao PLC nº 89, de 2003, e aos PLS nºs. 76 e 137, de 2000, nos

termos da Emenda nº 2 – CCT/CCJ (Substitutivo), com as Subemendas de nºs 1 a 23 – CAE.

TRAMITA EM CONJUNTO COM O

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 76, DE 2000
(Tramitam em conjunto o PLC 89, de 2003 e os PLS nºs. 76 e 137, de 2000)

NÃO TERMINATIVO

Define e tipifica os delitos informáticos, e dá outras providências.

Autoria: Senador RENAN CALHEIROS.

Relator: Senador EDUARDO AZEREDO.

Parecer: Favorável ao PLC 89, de 2003, e aos PLS nºs. 76 e 137, de 2000, na forma do substitutivo aprovado pela CCT, com as subemendas da CAE e com as adequações consolidadas no substitutivo que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao PLC nº 89, de 2003, e aos PLS nºs. 76 e 137, de 2000, nos termos da Emenda nº 2 – CCT/CCJ (Substitutivo), com as Subemendas de nºs 1 a 23 – CAE.

TRAMITA EM CONJUNTO COM O

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 137, DE 2000
(Tramitam em conjunto o PLC 89, de 2003 e os PLS nºs. 76 e 137, de 2000)

NÃO TERMINATIVO

Estabelece nova pena aos crimes cometidos com a utilização de meios de tecnologia de informação e telecomunicações.

Autoria: Senador LEOMAR QUINTANILHA.

Relator: Senador EDUARDO AZEREDO.

Parecer: Favorável ao PLC 89, de 2003, e aos PLS nºs. 76 e 137, de 2000, na forma do substitutivo aprovado pela CCT, com as subemendas da CAE e com as adequações consolidadas no substitutivo que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao PLC nº 89, de 2003, e aos PLS nºs. 76 e 137, de 2000, nos termos da Emenda nº 2 – CCT/CCJ (Substitutivo), com as Subemendas de nºs 1 a 23 – CAE.

ITEM Nº 02

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 91, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Cria cargos efetivos, cargos em comissão e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação destinados a instituições federais de educação profissional e tecnológica e de ensino superior.

Autoria: Presidência da República.

Relatora: Senadora IDELI SALVATTI.

Relator “ad hoc”: Senador ALOIZIO MERCADANTE.

Parecer: Favorável a matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

REQUERIMENTOS APRECIADOS

REQUERIMENTO Nº 15, DE 2008 – CCJ

Requeiro nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, a urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2003, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs. 76 e 137, de 2000.

Autoria: Senador EDUARDO AZEREDO.

Resultado: Aprovado.

TERMO ADITIVO AO REQUERIMENTO Nº 12, DE 2008 – CCJ

Requeiro nos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 12, de 2008 – CCJ, aprovado por esta Comissão com o propósito de realizar Audiência Pública para discutir as propostas de mudanças na legislação processual penal e estatutária da criança e do adolescente no que tange à regulação do “Depoimento Sem Dano” (DSD), em especial o PLC 35, de 2007, para o fim de submeter a esta Comissão os nomes dos seguintes convidados a participarem da referida audiência:

Senhora **Esther Arantes**, integrante da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia;

Senhora **Maria Luiza Moura**, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda);

Senhor **Fernando Lejdermani**, Presidente da Sociedade de Psiquiatria do Rio Grande do Sul;

Senhora **Carmem Silveira de Oliveira**, Subsecretária de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH); e

Senhor **José Antônio Daltoé Cezar**, Juiz titular da 2ª Vara da Infância e da Juventude de Porto Alegre.

Autoria: Senadora LÚCIA VÂNIA.

Resultado: Aprovado.

COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

A Presidência comunica à senhoras e senhores senadores que designou como membros do Grupo de Trabalho, aprovado pelo Requerimento nº 14, de 2008 – CCJ, destinado a dar continuidade às discussões e submeter à votação proposições que tratem da Reforma Processual Penal, os seguintes Senadores:

1 Senadora Ideli Salvatti

2 Senador Demóstenes Torres

3 Senador Antônio Carlos Valadares

4 Senador Tasso Jereissati e

5 Senador Valter Pereira.

TOTAL DE REUNIÕES: 04
03 ORDINÁRIA/DELIBERATIVA;
01 EXTRAORDINÁRIA/AUDIÊNCIA PÚBLICA;

CONJUNTA/AUDIÊNCIA PÚBLICA.

MATÉRIAS APRECIADAS: 23

04 TERMINATIVAS;

15 NÃO TERMINATIVAS;

02 REQUERIMENTO – CCJ;

02 TERMOS ADITIVOS;

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E
ESPORTE – CE**

**REUNIÃO REALIZADA EM 03 DE JUNHO DE 2008
(ORDINÁRIA)**

ITEM Nº 01

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 246, DE 2007 NÃO TERMINATIVO

Regula o programa de Seguro-Desemprego Rural, o Abono Salarial Rural, o programa de Educação e Formação de Mão-de-Obra Rural – PRORURAL, e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador Rural – FAT RURAL e dá outras providências.

Autoria: Senador PAULO PAIM.

Relator “ad hoc”: Senador FLÁVIO ARNS.

Parecer: Favorável, com duas emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 – CE de relator e as de nºs 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 10 e 11 – CE, apresentadas pela Senadora Ideli Salvatti e acatadas pelo relator. A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa.

ITEM Nº 02

PROJETO DE RESOLUÇÃO (SF) Nº 21, DE 2008 NÃO TERMINATIVO

Institui o diploma José Ermírio de Moraes e dá outras providências.

Autoria: Senadores JOÃO TENÓRIO E FLEXA RIBEIRO.

Relator “ad hoc”: Senador ROMEU TUMA.

Parecer: Favorável.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 03

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 2008 NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo o artigo 13 da Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971. (Inclui a bandeira do Mercosul nos casos de hasteamento diário da Bandeira Nacional).

Autoria: Deputado DR, ROSINHA.

Relator: Senador SÉRGIO ZAMBIASI.

Parecer: Favorável.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 04

PROJETO DE RESOLUÇÃO (SF) Nº 8, DE 2008 NÃO TERMINATIVO

Dá o nome de Museu Histórico do Senado Federal Cândido Portinari (MUSEN) ao Museu Histórico do Senado Federal.

Autoria: Senador INÁCIO ARRUDA.

Relator “ad hoc”: Senador EDUARDO AZEREDO.

Parecer: Favorável.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

EXTRA PAUTA

REQUERIMENTO Nº 29 DE 2008 – CE

Requeiro nos termos regimentais, a realização de reunião com a finalidade de homenagear o estudante **Eder Carlos Lopes**, estudante da escola municipal Ramiro Lopes, da comunidade Barra Nova de Padre Paraíso, em Minas Gerais, que venceu dia 31 de maio de 2008 o certame sobre a língua portuguesa “SOLETRANDO” do programa Caldeirão do Huck, promovido pela Rede Globo de Televisão, solicitando também que o comparecimento do convidado e acompanhantes familiares seja custeado por esta casa parlamentar. Sugiro ainda que seja convidado o senhor Luciano Huck, apresentador do programa.

Autoria: Senador EDUARDO AZEREDO.

Resultado: Aprovado.

**REUNIÃO REALIZADA EM 04 DE JUNHO DE 2008
(EXTRAORDINÁRIA)**

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 49/07 – CE, Aditado.

Autores do Requerimento: Senadores RAIMUNDO COLOMBO e WELLINGTON SALGADO.

Autores do Aditamento: Senadores RAIMUNDO COLOMBO e VALDIR RAUPP.

Assunto: Instruir o Projeto de Lei do Senador nº 403, de 2005, que “Estabelece regras para a prática de esportes radicais ou de aventura no País”.

Autor do Projeto: Senador EFRAIM MORAIS.

Relator: Senador RAIMUNDO COLOMBO.

Convidados: Senhor Diogo Joel de Marco, Diretor do Departamento de Qualificação, Certificação e de Produção Associada ao Turismo do Ministério do Turismo; Senhor Jorge Derviche Filho, Presidente da Confederação Brasileira de Pára-Quedismo – CBPQ; Senhor André Arantes, Diretor do Departamento de Esporte de Base e de Alto Rendimento do Ministério do Esporte;

Senhor **Flávio (Teco) Padaratz**, Bicampeão Mundial de Surf e Proprietário da licença WCT no Brasil; e Senhor **Silvério José Nery Filho**, Presidente da Confederação Brasileira de Montanhismo e Escalada – CBME.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 10 DE JUNHO DE 2008 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 18, DE 2008 NÃO TERMINATIVO

Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências. (Dimensiona as ações da Educação Básica, da Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional e Tecnológica).

Autoria: Presidência da República.

Relator: Senador MARCO MACIEL.

Parecer: Favorável, com uma emenda de redação que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CE de redação.

ITEM Nº 02

TERMO ADITIVO AO REQUERIMENTO Nº 19, DE 2008 – CE

Requer nos termos do inciso II do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, aditamento ao requerimento nº 19, de 2008 – CE, de autoria dos Senadores Paulo Paim e Flávio Arns, aprovado por esta Comissão em 15.04.08, para que seja incluído entre os participantes da Audiência Pública para debater a proposta do senhor Ministro de Estado da Educação, doutor Fernando Haddad, sobre a mudança no sistema S, com a criação de um Fundo Contábil, de Caráter Nacional – FUNTEC, o seguinte convidado: Senhor **Daniel Klüppel Carrara**, Secretário Executivo do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR.

Autoria: Senadora KÁTIA ABREU e Senadores FLEXA RIBEIRO e GILBERTO GOELLNER.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 11 DE JUNHO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

CERIMÔNIA DE APOSIÇÃO DO RETRATO DO SENADOR HÉLIO COSTA NA GALERIA DE EX-PRESIDENTES DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES.

Resultado: Realizada.

1ª REUNIÃO REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2008 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 91, DE 2008 NÃO TERMINATIVO

Cria cargos efetivos, cargos em comissão e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação destinado a instituições federais de educação profissional e tecnológica e de ensino superior.

Autoria: Presidência da República.

Relator “ad hoc”: Senador PAULO PAIM.

Parecer: Favorável a matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 02

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 19, DE 2008 NÃO TERMINATIVO

Inscribe o nome de **Antônio de Sampaio**, o Brigadeiro Sampaio, no Livro dos Heróis da Pátria.

Autoria: Deputado LEANDRO VILELA.

Relator “ad hoc”: Senador SÉRGIO ZAMBIASI.

Parecer: Favorável a matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

2ª REUNIÃO REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

HOMENAGEM

Em atendimento ao Requerimento nº 29/08 – CE aprovado em 03.06.08.

Autor do Requerimento: Senador EDUARDO AZEVEDO.

Assunto: Homenagem ao estudante da Escola Municipal Ramiro Lopes da Cidade de Padre Paraíso/MG, ÉDER CARLOS LOPES COIMBRA, vencedor do quadro “Soletrando” do programa Caldeirão do Huck, da Rede Globo de Televisão.

Convidados: Senhora Elis Regina Ferreira Lopes, mãe do estudante;

Senhor Marinho Gomes da Silva, pai do estudante; e Senhor Robson Caíres Martins, professor e Diretor da Escola Municipal Ramiro Lopes.

Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 24 DE JUNHO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 56 de 2007 – CE.

Autoria: Senadores CRISTOVAM BUARQUE e PAULO DUQUE.

Assunto: Discutir os problemas enfrentados pelos professores e alunos de altas habilidades (Superdotados) e as políticas públicas com vistas ao incremento das potencialidades desses alunos.

Convidados: Senhor **José Luiz da Silva Valente**, Secretário de Estado de Educação do Distrito Federal; Senhor **Isaac Roitman**, Diretor de Políticas e Programas Temáticos do Ministério da Ciência e Tecnologia; Senhora **Denise de Souza Fleith**, Professora da Universidade de Brasília – UNB do Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento; Senhora **Cláudia Maffini Griboski**, Diretora do Departamento de Políticas de Educação Especial – SEESP do Ministério da Educação; e Senhora **Olzeni Ribeiro**, Coordenadora do Núcleo de Atividade de Altas Habilidades do DF.

Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 25 de 2008 – CE.

Autoria: Senadores **SÉRGIO ZAMBIASI** e **VIRGINIO CARVALHO**.

Assunto: Comemorar os 50 anos da conquista da Copa do Mundo de 1958.

Convidados: Senhor **Mário Jorge Lobo Zagallo (Zagallo)**, Campeão Mundial de 1958;

Senhor **Djalma Santos**, Campeão Mundial de 1998;

Senhor **José Macia (Pepe)**, Campeão Mundial de 1958;

Senhor **José Ely Miranda (Zito)**, Campeão Mundial de 1958;

Senhor **José João Altafini (Mazzola)**, Campeão Mundial de 1958;

Senhor **Dino Sani**, Campeão Mundial de 1958;

Senhor **Moacir Claudino Pinto**, Campeão Mundial de 1958;

Senhor **Newton de Sordi (De Sordi)**, Campeão Mundial de 1958;

Senhor **Orlando Peçanha de Carvalho (Orlando)**, Campeão Mundial de 1958;

Senhor **Luiz Mendes**, Jornalista;

Senhor **Kurt Hamrin**, Jogador Sueco; e

Senhor **Bengt Agren**, representante do Comitê Organizador da Copa do Mundo de 1958.

Resultado: Realizada.

TOTAL DE REUNIÕES: 08

03 ORDINÁRIA/DELIBERATIVA

EXTRAORDINÁRIA/DELIBERATIVA

03 EXTRAORDINÁRIAS/AUDIÊNCIA PÚBLICA

02 EXTRAORDINÁRIA/CERIMÔNIA/HOMENAGEM CONJUNTA/AUDIÊNCIA PÚBLICA.
MATÉRIAS APRECIADAS: 09

TERMINATIVA

07 NÃO TERMINATIVAS

01 REQUERIMENTO – CE

01 TERMO ADITIVO

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

REUNIÃO REALIZADA EM 03 DE JUNHO, DE 2008 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01

**AVISO Nº 35, DE 2006
NÃO TERMINATIVO**

Encaminha ao Senado Federal, cópia do Acórdão nº 1.731, de 2006 – TCU (Plenário), bem como do Relatório e Voto que o fundamentaram, atinente à fiscalização de obras públicas no exercício de 2006.

Autoria: Tribunal de Contas da União.

Relatora “ad hoc”: Senadora **SERYS SLHESSA-RENKO**.

Parecer: Pela remessa do processado ao arquivo.

Resultado: Aprovado o parecer.

ITEM Nº 02

**AVISO Nº 2, DE 2008
NÃO TERMINATIVO**

Encaminha ao Senado Federal, para conhecimento e eventuais consultas, em CD, os Relatórios de Fiscalização, contendo os resultados das ações levadas a efeito pela Controladoria-Geral da União nas unidades municipais sorteadas na 23ª Etapa do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos.

Autoria: Ministério de Estado do Controle e da Transparência.

Relator: Senador **RENATO CASAGRANDE**.

Parecer: Pelo conhecimento da matéria, comunicação aos senadores das bancadas dos Estados fiscalizados e remessa do processado ao arquivo.

Resultado: Aprovado o parecer.

ITEM Nº 03

**AVISO Nº 16, DE 2008
NÃO TERMINATIVO**

Encaminha ao Senado Federal, cópia do Acórdão nº 489, de 2008, proferido nos autos do processo nº TC 017.327/2006-6, bem como do Relatório e do Voto que

o fundamentaram, referente à Auditoria Operacional realizada pela Fiscalização e Avaliação de Programa de Governo – SEPROG, no Programa de Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura, com foco nas atividades do programa referentes à aqüicultura continental.

Autoria: Tribunal de Contas da União.

Relator: Senador GILBERTO COELLNER.

Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo.

Resultado: Aprovado o parecer.

ITEM Nº 04

OFÍCIO “S” Nº 11, DE 2008 NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal, para conhecimento e eventuais consultas, em CD, os Relatórios de Fiscalização, contendo os resultados das ações levadas a efeito pela Controladoria-Geral da União nas unidades municipais sorteadas na 24ª Etapa do Programa de Fiscalização a partir de Sorteio Públicos.

Autoria: Ministério de Estado do Controle e da Transparência.

Relator”ad hoc”: Senador FLÁVIO ARNS.

Parecer: Pelo conhecimento da matéria, comunicação aos senadores das bancadas dos Estados fiscalizados sobre o recebimento do Aviso nº 7, de 2008, disponibilizando a consulta dos dados contidos no CD que acompanha pelo prazo de trinta dias e, vencido este prazo, seja o processado enviado ao arquivo.

Resultado: Aprovado o parecer.

ITEM Nº 05

REQUERIMENTO Nº 19, DE 2008 – CMA

Requer nos termos regimentais e constitucionais, que sejam convidados os senhores **Luciano Coutinho e Élvio Lima Gaspar**, respectivamente Presidente e Diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES para, em Audiência Pública, prestar esclarecimentos aos senadores desta Comissão sobre as denúncias de desvio de verbas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, conforme investigação realizada pela Polícia Federal por meio da chamada “Operação Santa Tereza”.

Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.

Resultado: Rejeitado.

ITEM Nº 06

REQUERIMENTO Nº 20, DE 2008 – CMA

Requer nos termos do artigo 71, inciso IV, da Constituição Federal, combinado com os artigos 1º, inciso II, e 38,

inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e nos termos dos artigos 102-A e 102-B do Regimento Interno do Senado Federal, ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria nos documentos encaminhados a este Senado Federal em atendimento ao item 6 do Requerimento nº 1.343, de 2007, endereçado ao Exmo. Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia, pelo qual foram requeridas informações sobre o andamento do Programa Luz para Todos no Estado de Rondônia.

Autoria: Senador EXPEDITO JÚNIOR.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 07

REQUERIMENTO Nº 21, DE 2008 – CMA

Requer nos termos do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, seja promovida, por esta Comissão, com a participação dos membros da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, Audiência Pública, tendo como convidados o senhor **Lauro Fiúza**, representante da AEEÓLICA; senhor **Roberto Smith**, representante do Banco do Nordeste; senhor **Ricardo Baitelo**, representante do GREENPEACE; e o senhor **Rodrigo Rocha Loures**, representante da Confederação Nacional da Indústria – CNI, para debaterem a participação da energia eólica na matriz energética brasileira.

Autoria: Senador REANTO CASAGRANDE e Senadora SERYS SLHESSARENKO.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 08

REQUERIMENTO Nº 22, DE 2008 – CMA

Requer nos termos regimentais e em conformidade com as competências desta Comissão, a realização de Audiência Pública para ouvir os representantes do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério da Ciência e Tecnologia, bem como o senhor **Eduardo Van Roost**, da Symphony Environmental Technologies e outras autoridades, com a finalidade de debater as diversas alternativas de proteção ao meio ambiente no que se refere às inovações tecnológicas que objetivam a melhor e mais rápida degradação de materiais plásticos.

Autoria: Senador LEOMAR QUINTANILHA.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 09

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 114, DE 2004 NÃO TERMINATIVO

Altera dispositivo da Lei nº 7.565, de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, de modo a

instituir indenização a passageiros em caso de excesso de reservas em aeronave.

Autoria: Senadora SERYS SLHESSARENKO.

Relator: Senador EXPEDITO JÚNIOR.

Parecer: Pela aprovação da matéria nos termos do substitutivo que apresenta, e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nºs. 283, de 2007, 429, de 2007 e o 533, de 2007, que tramitam em conjunto.

Resultado: Aprovado parecer favorável com a Emenda nº 1 – CMA, e pela rejeição dos demais projetos que tramitam em conjunto (PLS 283/2007, PLS 429/2007 e PLS 533/2007). A matéria vai à Comissão de Infra-Estrutura, e posteriormente à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em decisão terminativa.

TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 283, DE 2007 NÃO TERMINATIVO

Altera os artigos 230 e 231 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre direitos de passageiros sujeitos a atrasos superiores a duas horas em seus vôos.

Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE.

Relator: Senador EXPEDITO JÚNIOR.

Parecer: Pela rejeição da matéria, e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2004 na forma do substitutivo que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer que rejeita a matéria, e que aprova o PLS nº 114, de 2004 que tramita em conjunto, na forma da Emenda nº 1 – CMA. A matéria vai à Comissão de Infra-Estrutura, e posteriormente à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em decisão terminativa.

TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 429, DE 2007 NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para instituir indenização aos passageiros em caso de atrasos ou cancelamento de vôos.

Autoria: Senador SERYS SLHESSARENKO.

Relator: Senador EXPEDITO JÚNIOR.

Parecer: Pela rejeição da matéria, e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2004 na forma do substitutivo que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer que rejeita a matéria, e que aprova o PLS nº 114, de 2004 que tramita em conjunto na forma da Emenda nº 1 – CMA. A matéria vai à Comissão de Infra-Estrutura, e posteriormente à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em decisão terminativa.

TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 533, DE 2007 NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para estabelecer regras para indenização, reembolso e assistência aos passageiros em caso de recusa de embarque, cancelamento ou atraso de vôos.

Autoria: Senador ALOIZIO MERCADANTE.

Relator: Senador EXPEDITO JÚNIOR.

Parecer: Pela rejeição da matéria, e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2004 na forma do substitutivo que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer que rejeita a matéria, e que aprova o do PLS nº 114, de 2004 que tramita em conjunto na forma da Emenda nº 1 – CMA. A matéria vai à Comissão de Infra-Estrutura, e posteriormente à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em decisão terminativa.

ITEM Nº 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 91, DE 2008 NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, para destinar recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal para implantação de Centros de Educação Ambiental.

Autoria: Senador GIM ARGELLO.

Relator: Senador MARCONI PERILLO.

Parecer: Favorável com duas emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 – CMA. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

EXTRA PAUTA

REQUERIMENTO Nº 23, DE 2008 – CMA

Requeiro nos termos regimentais, que sejam ouvidos em Audiência Pública um representante da ABRASCA – Associação Brasileira de Concessionários Aeroportuários; um representante do Ministério da Defesa e o Presidente da INFRAERO para tratar da questão sobre a legislação aplicável às locações de áreas de uso por concessionários nos aeroportos brasileiros.

Autoria: Senador GIM ARGELLO.

Resultado: Aprovado com aditamento do Senador Leomar Quintanilha convidando também, um representante do Tribunal de Contas da União.

**REUNIÃO REALIZADA EM 05 DE JUNHO DE 2008
(EXTRAORDINÁRIA)****AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Em atendimento ao Requerimento nº 05, de 2008 – CMA, aprovado em 04.03.2008.

Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE.

Assunto: Com o objetivo de discutir e repensar o modelo de controle interno e externo do País, por meio de um Ciclo de Debates sobre o tema: “Controle Público – instrumento de cidadania”.

MESA 4 – INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS DE CONTROLE – AS ORGANIZAÇÕES DE CONTROLE.

Coordenador: Senador VALTER PEREIRA – “A interação entre o Poder Legislativo e os demais atores (Tribunais de Contas, controle interno, imprensa, organizações sociais) no controle da gestão pública – é possível falar de um ‘sistema de controle’ no Brasil”.

Convidados: Senhor Luiz Sérgio Gadelha Vieira, Vice-Presidente da ATRICON – Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil – “Limitações organizacionais e possibilidade de aperfeiçoamento dos Tribunais de Contas”;

Senhor Amilson Carneiro de Araújo, Presidente da FENASTC – Federação Nacional das Entidades dos Servidores dos Tribunais de Contas do Brasil – “Problemas e soluções para os Tribunais de Contas – a visão dos técnicos”;

Senhora Leany Barreiro Lemos, Cientista Política – “Congresso Nacional e sociedade civil no controle da administração pública”; e

Senhor Fábio Godim Pereira da Costa, Consulto Geral de Orçamentos do Senado Federal – “A transparência da informação orçamentária como instrumento de controle – os casos do Portal de Orçamento do Senado Federal e do sistema SIGA Brasil”.

Resultado: Realizada.

**REUNIÃO REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 2008
(EXTRAORDINÁRIA).****AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Em atendimento ao Requerimento nº 05, de 2008 – CMA, aprovado em 04.03.2008.

Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE.

Assunto: Com o objetivo de discutir e repensar o modelo de controle interno e externo do País, por meio de um Ciclo de Debates sobre o tema: “Controle Público – instrumento de cidadania”.

MESA 5 – SISTEMA POLÍTICO E ORÇAMENTÁRIO NO CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

Coordenador: Senador MARCONI PERILLO – “O Sistema Político e o Processo Orçamentário no Brasil”.

Convidados: Senhor Caio Marini, Fundação Dom Cabral e Instituto – “O Sistema Político e o Controle da Administração Pública – Pesos e Contrapesos”; Senhor Sérgio Miranda, ex-Deputado Federal – “Lições da experiência – a tomada de decisão no sistema político-orçamentário no Brasil”;

Senhor Luiz Nassif, Jornalista – “Acompanhando o Processo de Elaboração, Execução e Controle do Orçamento pela Mídia – uma experiência dos últimos vinte anos”;

Senhor Victor José Faccione, Presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil – ATRICON; e

Senhor Cláudio Weber Abramo, Diretor-Executivo da ONG Transparência Brasil – “As demandas da sociedade civil sobre o processo de decisão no orçamento brasileiro”.

Resultado: Realizada.

**REUNIÃO REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2008
(ORDINÁRIA).****AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Em atendimento ao Requerimento nº 23, de 2008 – CMA, aprovado em 03.06.2008.

Autoria: Senador GIM ARGELLO.

Assunto: Tratar da questão sobre a legislação aplicável às locações de áreas de uso por concessionários nos aeroportos brasileiros.

CONVIDADOS:

Tenente-Brigadeiro-do-Ar Jorge Godinho Barreto Nery, Titular da Secretaria de Aviação Civil do Ministério da Defesa;

Senhor Horácio Sabóia Vieira, Titular da 3ª Diretoria Técnica da 3ª Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas da União – TCU;

Senhor Carlos Alberto Martins de Souza, Diretor Comercial da Infraero – Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária; e

Senhor Modesto Gomes Lopes, Presidente da Abrasca – Associação Brasileira dos Concessionários Aeroportuários.

Resultado: Realizada.

**REUNIÃO REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 2008
(EXTRAORDINÁRIA)****AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Em atendimento ao Requerimento nº 21, de 2008 – CMA, aprovado em 03.06.08

Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE.

Assunto: Debater a ampliação da participação da energia eólica na matriz energética brasileira, bem como decisões recentes do governo federal relativas ao setor.

Convidados: Senhor **Lauro Fiúza**, Presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica – ABEE; Senhor **Luiz Henrique Mascarenhas Corrêa Silva**, Diretor Financeiro e de Câmbio do Banco do Nordeste – BNB; Senhor **Ricardo Baitelo**, Coordenador da Campanha de Energias Renováveis do Greenpeace; Senhor **Frederico Reichmann Neto**, representante da Confederação Nacional da Indústria – CNI; Senhor **Ramón Fiestas**, Secretário para a América Latina da Associação Internacional de Energia Eólica; e Senhor **Christian Konigsfeldt**, Embaixador da Dinamarca.

Resultado: Realizada.

EXTRA PAUTA

ITEM 01

ADITAMENTO AO REQUERIMENTO Nº 21, DE 2008 – CMA

Requer, nos termos regimentais, o aditamento ao Requerimento nº 21, de 2008 – CMA, a fim de que, além dos nomes já aprovados, seja convidado para debater a ampliação da energia eólica na matriz energética brasileira, bem como decisões recentes do Governo Federal relativas ao setor, senhor **Ramón Fiestas**, representante do Conselho Global de Energia Eólica.

Autoria: Senador **RENATO CASAGRANDE**.

Resultado: Aprovado.

ITEM 02

REQUERIMENTO Nº 24, DE 2008 – CMA

Requer, para fins de instrução da matéria sobre energia eólica que seja convidado o Senador **Edison Lobão**, Ministro de Estado das Minas e Energia, para que venha a esta Comissão discorrer sobre a política governamental para o setor.

Autoria: Senador **RENATO CASAGRANDE**.

Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 05

01 ORDINÁRIA/DELIBERATIVA

01 ORDINÁRIA/AUDIÊNCIA PÚBLICA

03 EXTRORDINÁRIAS/AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

CONJUNTA/AUDIÊNCIA PÚBLICA

MATÉRIAS APRECIADAS: 16

TERMINATIVA;

09 NÃO TERMINATIVAS

06 REQUERIMENTOS – CMA

01 ADITAMENTO

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO FORUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E DO FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA – CMAFAAFMA (CMA)

REUNIÃO REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 2008 (ORDINÁRIA).

ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA SUBCOMISSÃO

Resultado: A Senadora **MARINA SILVA** foi eleita Presidente.

TOTAL DE REUNIÕES: 01

01 ORDINÁRIA/DELIBERATIVA

CONJUNTA/AUDIÊNCIA PÚBLICA.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CDH

REUNIÃO REALIZADA EM 05 DE JUNHO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

1ª PARTE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 46, de 2008 – CDH, aprovado em 21.05.08

Autoria: Senadores **PAULO PAIM** e **LEOMAR QUINTANILHA**.

Assunto: Debate sobre o impacto da tributação na distribuição de renda e na qualidade de vida dos pobres e assalariados.

Convidado: Senhor **Márcio Pochmann**, Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada – IPEA.

Resultado: Realizada

2ª PARTE

DELIBERAÇÃO DE MATÉRIAS.

ITEM Nº 01

REQUERIMENTO Nº 48, DE 2008 – CDH

Requeiro, nos termos regimentais, que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal realize Audiência Pública para discutir reportagem levada ao ar pela Rede Paranaense de Comunicação (RPC) no dia 18 de maio, “acerca do trabalho de menores no cultivo e preparo das folhas de fumo no Paraná”, onde segundo a denúncia, 80 mil crianças e adolescente perdem a saúde e a juventude nas estufas e barracões das fazendas onde é feita a separação e classificação das folhas que serão vendidas para os fabricantes de cigarro. Com a participação dos seguintes convidados: Um representante do **Ministério Público do Trabalho**; um representante do **Ministério do Trabalho**; um representante do **Ministério do**

Desenvolvimento Agrário; um representante do **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;** um representante do **Ministério da Saúde;** e um representante das **famílias** citadas na reportagem.

Autoria: Senador FLÁVIO ARNS.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 20, DE 2008

(PL. 7.460, de 2006, na origem)

NÃO TERMINATIVO

Acrescenta dispositivo à Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre pessoas portadoras de deficiência, para caracterizar a visão monocular como deficiência visual.

Autoria: Deputada MARIÂNGELA DUARTE.

Relator: Senador FLÁVIO ARNS.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 03

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 668, DE 2007

NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.900, de 30 de junho de 1994, para dispor sobre a duração do período de percepção do benefício do seguro-desemprego dos trabalhadores que são responsáveis legais de crianças portadoras de deficiência.

Autoria: Senadora MARISA SERRANO.

Relatora: Senadora LÚCIA VÂNIA.

Parecer: Favorável à matéria com uma emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CDH. A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa.

ITEM Nº 04

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 202, DE 2006

NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e Adolescente.

Autoria: Senador PAULO PAIM.

Relator: Senador FLÁVIO ARNS.

Parecer: Favorável à matéria com uma emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CDH. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.

ITEM Nº 05

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, DE 2008 NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, e dá outras providências, para incluir os portadores de deficiência auditiva.

Autoria: Senador NATÔNIO CARLOS VALADARES.

Relator: Senador GERALDO MESQUITA JÚNIOR.

Parecer: Favorável à matéria com duas emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 – CDH. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

ITEM Nº 06

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 315, DE 2007 NÃO TERMINATIVO

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT para dispor sobre a proteção do trabalho do idoso e dá outras providências.

Autoria: Senadora LÚCIA VÂNIA.

Relator: Senador PAULO PAIM.

Parecer: Favorável à matéria com uma emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CDH. A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa.

ITEM Nº 07

SUGESTÃO Nº 29, DE 2005

Institui o voto facultativo no processo eleitoral brasileiro.

Autoria: Associação Comunitária de Chonin de Cima – ACOCCL.

Relator: Senador EDUARDO SUPLICY.

Parecer: Favorável à matéria na forma da Proposta de Emenda à Constituição que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável, nos termos Proposta de Emenda à Constituição apresentada pelo relator.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01

REQUERIMENTO Nº 49, DE 2008 – CDH

Requer a criação de Comissão temporária externa composta por 3 (três) membros, com o desiderato de acompanhar “in loco”, junto ao Senado Colombiano, o

atual estágio do processo de paz e defesa dos direitos humanos. (SIC).

Autoria: Senador INÁCIO ARRUDA.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02

REQUERIMENTO Nº 50, DE 2008 – CDH

Requer a realização de Audiência Pública para “tratar dos reflexos do acidente da Gol no ano de 2006 e o da TAM ocorrido no ano de 2007, na vida dos familiares das vítimas e na população brasileira”. Com a participação dos seguintes convidados: Representantes das **Vítimas**; representantes das **Empresas** envolvidas; representantes do **Governo Federal** e outros a serem definidos.

Autoria: Senador PAULO PAIM.

Resultado: Aprovado.

1ª REUNIÃO REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01

REQUERIMENTO Nº 56 DE 2008 – CDH

Com fundamento no disposto no artigo 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o artigo 90, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, com vistas a tratar da questão da Dependência Química. Com a participação dos seguintes convidados:

Senhor **Paulo César Caju**, ex-jogador de futebol; e Senhor **Cláudio Adão**, ex-jogador de futebol.

Autoria: Senador PAULO PAIM.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02

REQUERIMENTO Nº 52, DE 2008 – CDH

Com fundamento no disposto no artigo 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o artigo 90, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, com vistas a debater a situação de prisão ilegal de índios no Brasil, principalmente em áreas de conflito como Mato Grosso. Para tanto gostaríamos que fossem convidadas:

Conselho Indigenista Missionário – CIMI;

Representante do **Governo Estadual e Federal;**

Representante do **Conselho de Antropologia;** e

Outros a serem definidos pela própria Comissão.

Autoria: Senador PAULO PAIM.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03

REQUERIMENTO Nº 53, DE 2008 – CDH

Com fundamento no disposto no artigo 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o artigo 90, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, com vistas a debater a segurança de vida dos oficiais de justiça e condições de desempenho de suas funções. Para tanto, gostaríamos que fossem convidados:

Representante da **Associação Nacional dos Oficiais de Justiça;**

Representante do **Governo Federal;**

Representante do **Conselho Nacional da OAB;** e

Outros a serem definidos pela própria Comissão.

Autoria: Senador PAULO PAIM.

Resultado: Aprovado.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01

REQUERIMENTO Nº 54, DE 2008 – CDH

Requer a realização de Audiência Pública, com vistas a tratar da Convenção sobre os Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência e seus reflexos na vida das pessoas com deficiências. Para tanto, gostaríamos que fossem convidadas entidades ligadas aos Direitos Humanos e outros a serem definidos pela própria Comissão.

Autoria: Senador PAULO PAIM.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02

REQUERIMENTO Nº 55, DE 2008 – CDH

Requer a realização de Diligência e reunião na cidade de Porto Alegre – RS, com a finalidade de apurar denúncia de maus tratos em conflitos ocorridos entre movimentos sociais e a Brigada Militar do Rio Grande do Sul.

Autoria: Senador PAULO PAIM.

Resultado: Aprovado.

2ª REUNIÃO REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 21, de 2008 – CDH, aprovado em 19.03.08

Autoria: Senador PAULO PAIM.

Assunto: Discutir a violência contra o idoso, bem como os temas: saúde, segurança, igualdade de tratamento e de não discriminação.

Convidados: Senhor **Perly Cipriano**, Subsecretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, representando o senhor **Paulo de Tarso Vannuchi**, Ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República;

Senhor **Fernando Haddad**, Ministro de Estado da Educação;

Senhora **Maria Cecília Minayo**, Coordenadora Científica do Centro Latino-Americano de Violência e Saúde;

Senhor **Emídio Rebelo Filho**, representante da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap) no Conselho Nacional dos Direitos dos Idosos – CNDI;

Senhora **Terezinha Tortelli**, representante da CNBB; e

Senhora **Jussara Rauth**, Vice-Presidenta da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia – SBGG.

Resultado: Realizada

**REUNIÃO REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 2008
(EXTRAORDINÁRIA) EM CONJUNTO COM A
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE
ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS
COM DEFICIÊNCIA (CAS)**

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 54, de 2008 – CDH, aprovado em 12.06.08

Autoria: Senador PAULO PAIM.

Assunto: Tratar da Convenção sobre os Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência e seus reflexos na vida das pessoas com deficiência.

Convidados: Senhora **Izabel Maria Madeira de Loureiro Maior**, Coordenadora da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE, em substituição a **Paulo de Tarso Vannuchi**, Ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República – SEDH;

Senhora **Nicola Speranza**, Chefe da Divisão de Temas Sociais, em substituição a **Celso Amorim**, Ministro de Estado das Relações Exteriores – MRE;

Senhor **Alexandre Carvalho Baroni**, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência – CONADE;

Senhora **Flávia Maria de Paiva Vital**, Organizadora da publicação “A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência Comentada”;

Senhora **Regina Maria Melo Atalla**, Presidenta da Rede Latino-Americana de Organizações Não Governamentais de Pessoas com Deficiência e suas Famílias – RIADIS; e

Senhor **Ricardo Tadeu Marques da Fonseca**, Procurador Regional do Trabalho – MPU.

Resultado: Realizada

EXTRA PAUTA

REQUERIMENTO Nº 57, DE 2008 – CDH

Requer a realização de Audiência Pública, em parceria com a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, para debater o episódio da tortura e morte de três jovens na favela Morro da Providência no Rio de Janeiro/RJ, por traficantes com a participação de militares do Exército Brasileiro. Com a participação dos seguintes convidados:

Senhor **Nelson Jobim**, Ministro de Estado da Defesa; General **Mauro César Lorena Cid**, Comandante do Exército;

Deputado **Alessandro Molon**, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro; e

Senhor **Paulo de Tarso Vannuchi**, Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

Autoria: Senador PAULO PAIM.

Resultado: Aprovado.

**1ª REUNIÃO REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE
2008 (EXTRAORDINÁRIA)**

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 20, de 2008 – CDH, aprovado em 13.03.08

Autoria: Senador PAULO PAIM.

Assunto: Tratar das melhorias nas condições de trabalho, salário, segurança e saúde dos Motoristas de Caminhão (Caminhoneiros), ônibus e transporte de modo geral, enfocando questões como a elevada carga de horário de trabalho com reflexos na saúde pelo uso de drogas para execução de seu trabalho, bem como a segurança de trânsito.

Convidados: Senhor **Marco Antônio Ferreira de Carvalho**, Presidente do Sindicam/POA;

Senhor **Telmo Saraiva Lopes**, Presidente da Cooperativa dos Transportadores Autônomos do Rio Grande do Sul – Cootargs;

Senhor **Nélio Botelho**, Presidente do Movimento União Brasil Caminhoneiro – MUB;

Senhor **Paulo Roberto Barck**, Presidente do Sinecarga; Senhor **Jeová Pereira**, Presidente do Sindicam e Delegado do FENACAM;

Senhor **José Carneiro**, Presidente da Federação das Cooperativas de Transporte de Minas Gerais – FE-TRANSCOOP, representando o senhor **Carlos Roberto Dellarosa**, Presidente do Sindicato dos Transportes Rodoviários Autônomos de Bens de Londrina e Região;

Senhor **Luiz Antônio Festino**, Consultor de Política Sindical da CNTTT/FTTRESP;

Senhor **Luides Fernandes Leopoldo**, Presidente do Sindirodoviários;
Senhor **Laerte José de Freitas**, Vice-Presidente do Sindicam/PR; e
Senhor **José Pedro dos Reis**, Procurador do Trabalho da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região – Mato Grosso.

Resultado: Realizada

2ª REUNIÃO REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 52, de 2008 – CDH, aprovado em 12.03.08

Autoria: Senador PAULO PAIM.

Assunto: Debater a situação de prisão ilegal de índios no Brasil, principalmente em áreas de conflito como Mato Grosso.

Convidados: Senhor **Carlos Macedo**, Coordenador do Projeto Situação dos Detentos Indígenas/MS do Centro de Trabalho Indigenista;

Senhora **Andrea Flores**, Coordenadora do Projeto Situação dos Detentos Indígenas/MS da Universidade Católica Dom Bosco;

Senhora **Deborah Duprat**, Coordenadora da 6ª CCR/MPF, representando à senhora **Nicole Soares Pinto**, Assessora de Imprensa do Projeto Situação dos Detentos Indígenas/MS do Centro de Trabalho Indigenista; e Senhor **Cristhian Teófilo da Silva**, Representante da Associação Brasileira de Antropologia.

Resultado: Realizada

TOTAL DE REUNIÕES: 06

01 EXTRAORDINÁRIA/DELIBERATIVA

04 EXTRAORDINÁRIA/AUDIÊNCIA PÚBLICA/DELIBERATIVA

01 CONJUNTA/AUDIÊNCIA PÚBLICA

MATÉRIAS APRECIADAS: 15

TERMINATIVA;

05 NÃO TERMINATIVA;

09 REQUERIMENTOS – CDH;

01 SUGESTÃO

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL – CRE**

**REUNIÃO REALIZADA EM 05 DE JUNHO DE 2008
(ORDINÁRIA)**

ITEM Nº 01

**MENSAGEM (SF) Nº 95, DE 2008
NÃO TERMINATIVO**

Submete à apreciação do Senador Federal a indicação do senhor **SÉRGIO AUGUSTO DE ABREU E LIMA**

FLORÊNCIO SOBRINHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos Mexicanos.

Autoria: Presidência da República.

Relator: Senador JOÃO RIBEIRO.

Relator “ad hoc”: Senador MARCO MACIEL.

Parecer: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Apreciada.

ITEM Nº 02

**MENSAGEM (SF) Nº 96, DE 2008
NÃO TERMINATIVO**

Submete à apreciação do Senador Federal a indicação do senhor **ROBERTO CARVALHO DE AZEVEDO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e a outras Organizações Econômicas com sede em Genebra.

Autoria: Presidência da República.

Relator: Senador EDUARDO AZEREDO.

Relatora “ad hoc”: Senadora SERYS SLHESSENKO.

Parecer: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Apreciada.

ITEM Nº 03

**MENSAGEM (SF) Nº 105, DE 2008
NÃO TERMINATIVO**

Submete à apreciação do Senador Federal a indicação do senhor **CLODOALDO HUGUENEY FILHO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Popular da China e, cumulativamente na Mongólia e na República Popular Democrática da Coreia, desde que obtidos os Agravements dos Governos dos Países.

Autoria: Presidência da República.

Relator: Senador JARBAS VASCONCELOS.

Parecer: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Apreciada.

**REUNIÃO REALIZADA EM 11 DE JUNHO DE 2008
(EXTRAORDINÁRIA)****ITEM Nº 01****MENSAGEM (SF) Nº 97, DE 2008
NÃO TERMINATIVO**

Submete à apreciação do Senador Federal a indicação do senhor **EDUARDO DOS SANTOS**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Paraguai.

Autoria: Presidência da República.

Relator: Senador MÃO SANTA.

Relator “ad hoc”: Senador EDUARDO AZEREDO.

Parecer: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Apreciada.

ITEM Nº 02**MENSAGEM (SF) Nº 107, DE 2008
NÃO TERMINATIVO**

Submete à apreciação do Senador Federal, o nome do senhor **IVAN OLIVEIRA CANNABRAVA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do quadro especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Bélgica, e, cumulativamente, no cargo de Embaixador do Brasil no Grão-Ducado de Luxemburgo, desde que obtido o Agrément do Governo desses países.

Autoria: Presidência da República.

Relator: Senador MARCO MACIEL.

Parecer: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Apreciada.

ITEM Nº 03**MENSAGEM (SF) Nº 106, DE 2008
NÃO TERMINATIVO**

Submete à apreciação do Senador Federal, nos termos do artigo 52, inciso IV, da Constituição, e com o artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do senhor **LUIZ AUGUSTO DE CASTRO NEVES**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Japão.

Autoria: Presidência da República.

Relator: Senador PAULO DUQUE.

Relator “ad hoc”: Senador ROMEU TUMA.

Parecer: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Apreciada.

EXTRA PAUTA**ITEM Nº 01****REQUERIMENTO Nº 35, DE 2008 – CRE**

Requeremos, nos termos do inciso II do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, e no inciso V do artigo 58 da Constituição Federal, seja realizada Audiência Pública conjunta desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e a Subcomissão Permanente da Amazônia, com o tema “A Política Indigenista do Governo Federal e a atuação de Organizações não Governamentais na Amazônia”. Para tanto requeremos que sejam convidados os senhores:

Senhor **Paulo Fernando da Costa Lacerda**, Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN;

Senhor **Luiz Fernando Corrêa**, Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal; e

General **Augusto Heleno Ribeiro Pereira**, Comandante Militar da Amazônia.

Autoria: Senadores MOZARILDO CAVALCANTI e outros.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02**REQUERIMENTO Nº 36, DE 2008 – CRE**

Requeremos, nos termos do inciso II § 2º do artigo 58 da Constituição Federal, combinado com os incisos II, IX e X do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), em conjunto, com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), a fim de debater as relações bilaterais entre Brasil e a França na Fronteira entre o Estado do Amapá e a Guiana Francesa.

Autoria: Senadores EDUARDO AZEREDO e PAPA-LÉO PAES.

Resultado: Aprovado.

**REUNIÃO REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 2008
(EXTRAORDINÁRIA)****1ª PARTE****ITEM Nº 01****MENSAGEM (SF) Nº 100, DE 2008
NÃO TERMINATIVO**

Submete à apreciação do Senador Federal, nos termos do artigo 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de

2006, o nome da senhora **MARIA STELA POMPEU BRASIL FROTA**, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à Confederação Helvética.

Autoria: Presidência da República.

Relator: Senador TASSO JEREISSATI.

Parecer: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Apreciada.

ITEM Nº 02

MENSAGEM (SF) Nº 114, DE 2008 NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senador Federal, nos termos do artigo 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do senhor **PEDRO FERNANDO BRÊTAS BASTOS**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Irlanda.

Autoria: Presidência da República.

Relator: Senador ROMEU TUMA.

Parecer: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Apreciada.

ITEM Nº 03

MENSAGEM (SF) Nº 115, DE 2008 NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senador Federal, o nome da senhora **MARIA STELA POMPEU BRASIL FROTA**, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil junto à Confederação Helvética, exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Principado de Liechtenstein.

Autoria: Presidência da República.

Relator: Senador TASSO JEREISSATI.

Parecer: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Apreciada.

2ª PARTE

VISITA DE SENADORES DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES DO SENADO DO CHILE

DELEGAÇÃO:

Senador Jaime Gazmuri Mujica, Presidente da Comissão de Relações Exteriores;

Senador Hernán Larraín;

Senador Hosain Sabag Castillo;

Senador Sergio Romero;

Senhor **Julio Cámara**, Secretário da Comissão

COM A PRESENÇA DOS SENHORES:

Alvaro Humberto Dias Peres, Embaixador do Chile no Brasil; e

Pier-Franco Barberis, Conselheiro da Embaixada do Chile no Brasil.

Resultado: A Comissão recebeu a delegação.

REUNIÃO REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 2008 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 71, 2008 NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a apuração do Imposto de Renda na fonte incidente sobre rendimentos de prestação de serviços de transporte rodoviário internacional de carga, auferidos por transportador autônomo pessoa física, residente na República do Paraguai, considerado como sociedade unipessoal nesse País.

Autoria: Presidência da República.

Relator: Senador ALOIZIO MERCADANTE.

Relator “ad hoc”: Senador CRSTOVAM BUARQUE.

Parecer: Favorável a matéria com a emenda apresentada na Comissão de Assuntos Econômicos.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CRE.

ITEM Nº 02

MENSAGEM (SF) Nº 85, DE 2008 NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senador Federal a indicação do senhor **SANTIAGO LUIS BENTO FERNANDEZ ALCÁZAR**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Burkina Faso.

Autoria: Presidência da República.

Relator: Senador VIRGINIO DE CARVALHO.

Parecer: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Apreciada.

ITEM Nº 03

MENSAGEM (SF) Nº 94, DE 2008 NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senador Federal a indicação do senhor **SÉRGIO DE SOUZA FONTES ARRUDA**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata

do quadro especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Malásia, e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Sultanato de Brunei Darussalam, desde que obtido o Agrément do Governo desse País.

Autoria: Presidência da República.

Relatora: Senadora MARINA SILVA.

Relator “ad hoc”: Senador MARCO MACIEL.

Parecer: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Apreciada.

ITEM Nº 04

MENSAGEM (SF) Nº 94, DE 2008 NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senador Federal a indicação do senhor **FLÁVIO HELMOLD MACIEIRA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Nicarágua.

Autoria: Presidência da República.

Relator: Senador JOSÉ NERY.

Parecer: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Apreciada.

ITEM Nº 05

MENSAGEM (SF) Nº 113, DE 2008 NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senador Federal, nos termos do artigo 52, inciso IV, da Constituição, e com o artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do senhor **RICARDO NEIVA TAVARES**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto às Comunidades Européias.

Autoria: Presidência da República.

Relator: Senador JEFFERSON PRAIA.

Parecer: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Apreciada.

EXTRA PAUTA

REQUERIMENTO Nº 37, DE 2008 – CRE

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Solidariedade ao Senador Eduardo Azeredo, em razão da correspondência por ele recebida, datada de 12 de junho de 2008, subscrita

pelo senhor Marco Aurélio Garcia, Assessor Especial de Política Externa do Presidente da República, relativo ao pronunciamento do Senador na sessão do Senado Federal, no último dia 11 de junho, sobre a mudança de opinião do Presidente da Venezuela, Hugo Chaves, em relação às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – FARC.

Autoria: Senador FLEXA RIBEIRO.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 2008 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 90, DE 2008 NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu protocolo facultativo, assinado em 30 de março de 2007.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).

Relator: Senador EDUARDO AZEREDO.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

TOTAL DE REUNIÕES: 05

02 ORDINÁRIA/DELIBERATIVA

03 EXTRAORDINÁRIA/DELIBERATIVA

CONJUNTA/AUDIÊNCIA PÚBLICA.

MATÉRIAS APRECIADAS: 18

15 NÃO TERMINATIVAS

03 REQUERIMENTOS – CRE

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI

REUNIÃO REALIZADA EM 05 DE JUNHO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

REQUERIMENTO Nº 23, DE 2008 – CI

Requer a realização de Audiência Pública com a finalidade de serem prestados esclarecimentos sobre denúncias veiculadas amplamente pela imprensa nacional, nos dias 04 e 05 de junho de 2008, relativas ao processo de compra e venda da Varig e Variglog, com a presença dos seguintes convidados:

Senhora **Denise Abreu**, ex-Diretora da Agência Nacional da Aviação Civil – ANAC;

Senhor **Milton Zuanazzi**, ex-Presidente da Agência Nacional da Aviação Civil – ANAC;

Senhor **João Ilídio de Lima Filho**, ex-Procurador-Geral da Agência Nacional da Aviação Civil – ANAC; e

Senhor **Luiz Roberto Ayoub**, Juiz da 1ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro.

Autoria: Senadora IDELI SALVATTI e Senador ROMERO JUCÁ.

Resultado: Aprovado, com voto contrário do Senador LOBÃO FILHO.

REQUERIMENTO Nº 24, DE 2008 – CI

Requer a realização de Audiência Pública com a finalidade de serem prestados esclarecimentos sobre a denúncia de favorecimento de um fundo americano pela Casa Civil na compra da Varig, com a presença da seguinte convidada:

Senhora **Denise Abreu**, ex-Diretora da Agência Nacional da Aviação Civil – ANAC.

Autoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.

Resultado: Aprovado, com voto contrário do Senador LOBÃO FILHO.

REQUERIMENTO Nº 25, DE 2008 – CI

Requer a retirada do requerimento apresentado na Comissão, solicitando a realização de Audiência Pública em conjunto com as Comissões de Assuntos Econômicos – CAE e de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, para debater a auditoria aprovada pelo Tribunal de Contas da União – TCU, para avaliar a situação dos portos marítimos e fluviais em todo o País por ineficiência operacional.

Autoria: Senador GILBERTO GOELLNER e Senadora KÁTIA BREU.

Resultado: Aprovado.

TERMO ADITIVO AO REQUERIMENTO

Nº 24, DE 2008 – CI

Requer, em aditamento ao requerimento nº 24, de 2008 – CI, com a finalidade de serem prestados esclarecimentos sobre a denúncia de favorecimento de um fundo americano pela Casa Civil na compra da empresa Varig, sendo convidados os senhores:

Senhor **Manoel Felipe Brandão**, ex-Procurador da Fazenda Nacional;

Senhor **Leur Antônio Britto Lomanto**, ex-Diretor da ANAC;

Senhor **Jorge Luiz Brito Velozo**, ex-Diretor da ANAC;

Senhor **Marco Antônio Audi**;

Senhor **Marcos Haftel**;

Senhor **Luiz Eduardo Gallo**; e

Senhor **Roberto Teixeira**.

Autoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 11 DE JUNHO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 23, 24 e 26, de 2008 – CI.

Autoria: Senadora IDELI SALVATTI e Senadores ROMERO JUCÁ e DEMÓSTENES TORRES.

Assunto: Denúncias veiculadas amplamente pela imprensa nacional relativas ao processo de compra e venda da Varig e Variglog.

Convidados: Senhora **Denise Abreu**, ex-Diretora da Anac;

Senhor **Milton Zuanazzi**, ex-Presidente da Anac;

Senhor **Leur Antônio Britto Lomanto**, ex-Diretor da Anac; e

Senhor **João Ilídio de Lima Filho**, ex-Procurador-Geral da Anac.

Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

FORAM APRECIADOS OS SEGUINTES REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO Nº 27, DE 2008 – CI

Requer o adiamento da reunião de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, destinada a ouvir os convidados, abaixo relacionados, para prestarem esclarecimentos sobre denúncia de favorecimento de um fundo americano pela Casa Civil na compra da empresa Varig.

Senhor **Roberto Teixeira**;

Senhor **Marco Antônio Audi**;

Senhor **Marcos Haftel**; e

Senhor **Luiz Eduardo Gallo**.

Autoria: Senadores DEMÓSTENES TORRES, FLEXA RIBEIRO e JOSÉ AGRIPINO.

Resultado: Aprovado.

REQUERIMENTO Nº 28, DE 2008 – CI

Requer, nos termos do artigo 58, § 2º, inciso V da Constituição Federal, combinado com o artigo 90, inciso V do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Comandante **Elnio Borges Malheiros**, Presidente da Associação dos Pilotos da Varig e representante dos Trabalhadores do Grupo VARIG (TGV), para prestar esclarecimento sobre denúncia de favorecimento de um fundo americano pela Casa Civil na compra da empresa VARIG.

Autoria: Senador FLEXA RIBEIRO.

Resultado: Aprovado.

REQUERIMENTO Nº 29, DE 2008 – CI

Requer, nos termos do artigo 58, § 2º, inciso V da Constituição Federal, combinado com o artigo 90, inciso V do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Deputado **Paulo Ramos**, da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, para prestar esclarecimento sobre denúncia de favorecimento de um fundo americano pela Casa Civil.

Autoria: Senador FLEXA RIBEIRO.

Resultado: Aprovado.

REQUERIMENTO Nº 30, DE 2008 – CI

Requer, nos termos do artigo 58, § 2º, inciso V da Constituição Federal, combinado com o artigo 90, inciso V do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Brigadeiro **Allemander Jesus Pereira**, Ex-Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, para prestar esclarecimento sobre denúncia de favorecimento de um fundo americano pela Casa Civil na compra da empresa VARIG.

Autoria: Senador EDUARDO AZEREDO.

Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 03

02 EXTRAORDINÁRIA/DELIBERATIVA

01 EXTRAORDINÁRIAS/AUDIÊNCIA PÚBLICA

MATÉRIAS APRECIADAS: 08

NÃO TERMINATIVAS

07 REQUERIMENTOS – CI

01 TERMO ADITIVO

**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
E TURISMO – CDR**

**REUNIÃO REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 2008
(EXTRAORDINÁRIA)**

ITEM Nº 01

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, DE 2008
NÃO TERMINATIVO**

Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005.

Autoria: Deputado ZEZÉU RIBEIRO.

Relator: Senador INÁCIO ARRUDA.

Parecer: Favorável a matéria.

**Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.
A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.**

ITEM Nº 02

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 631, DE 2007
NÃO TERMINATIVO**

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Bom Jesus, Estado do Piauí.

Autoria: Senador JOÃO VICENTE CLAUDINO.

Relator: Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES.

Parecer: Favorável a matéria com duas emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs. 1 e 2 – CDR. A matéria vai à

Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

**REUNIÃO REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 2008
(EXTRAORDINÁRIA) EM CONJUNTO COM A
SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA REFORMA
TRIBUTÁRIA – CAERT (CAE)**

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 08, de 2008 – CDR.

Autoria: Senadores TASSO JEREISSATI e VALTER PEREIRA.

Assunto: Discutir questões relativas à política de desenvolvimento regional vis-à-vis as propostas de reforma tributária apresentadas pelo Governo Federal e pela Subcomissão da Reforma Tributária.

Convidados: Senhor Mailson da Nóbrega, Ex-Ministro de Estado da Fazenda;

Senhor Paulo Roberto Haddad, Ex-Ministro de Estado da Fazenda (Ausência Justificada);

Senhor Bernard Appy, Secretário da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda;

Senhor Marcos Costa Holanda, Diretor-Geral do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE; e

Senhora Maria Helena Zockun, Coordenadora de Pesquisas da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE.

RESULTADO: Realizada.

TOTAL DE REUNIÕES: 02

01 EXTRAORDINÁRIA/DELIBERATIVA

01 CONJUNTA/AUDIÊNCIA PÚBLICA

MATÉRIAS APRECIADAS: 02

02 NÃO TERMINATIVAS;

**COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA
AGRÁRIA – CRA**

**REUNIÃO REALIZADA EM 04 DE JUNHO DE 2008
(EXTRAORDINÁRIA).**

ITEM Nº 01

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 56, DE 2007
NÃO TERMINATIVO**

Inclui a pesca industrial nas atividades vinculadas ao setor rural e dá outras providências.

Autoria: Deputado NILSON PINTO.

Relatora “ad hoc”: Senadora MARISA SERRANO.

Parecer: Pela rejeição.

Relator do Vencido: Senador FLEXA RIBEIRO.

Parecer do Vencido: Favorável com uma emenda que apresenta.

Resultado: Rejeitado parecer pela rejeição. Passando a constituir parecer da Comissão o Voto em Separado apresentado pelo senador Flexa Ribeiro que concluiu favoravelmente ao Projeto com a Emenda nº 1 – CRA.

ITEM Nº 02

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 523, DE 2003 NÃO TERMINATIVO

Altera o parágrafo único do artigo 106 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para acrescentar que a prova testemunhal seja considerada para efeitos de comprovação do exercício da atividade rural.

Autoria: Senador MARCELO CRIVELLA.

Relator: Senador JAYME CAMPOS.

Parecer: Favorável conforme substitutivo que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável com a Emenda nº 1 – CRA (Substitutivo). A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa.

ITEM Nº 03

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 171, DE 2004 NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 4º da Lei nº 6.019, de 03 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências, para permitir a utilização do trabalho temporário na área rural.

Autoria: Senador RAMEZ TEBET.

Relatora: Senadora KÁTIA ABREU.

Parecer: Favorável com uma emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável com a Emenda nº 1 – CRA. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e posteriormente à Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa.

ITEM Nº 04

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 237, DE 2006 NÃO TERMINATIVO

Altera e acresce dispositivos à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, o Código de Processo Civil, e dá outras providências.

Autoria: Senadores SIBÁ MACHADO, EDUARDO SUPLY e ANA JÚLIA CAREPA.

Relatora: Senadora KÁTIA ABREU.

Parecer: Pela rejeição da matéria.

Resultado: Aprovado parecer pela rejeição do Projeto. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.

ITEM Nº 05

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 4, DE 2007 NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), na aquisição de insumos e equipamentos especificados, utilizados na produção de leite.

Autoria: Senador ÁLVARO DIAS.

Relator “ad hoc”: Senador GILBERTO GOELLNER.

Parecer: Favorável com três emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável com as Emendas nºs. 1, 2 e 3 – CRA. A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa.

ITEM Nº 06

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 60, DE 2007 NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 1º da Lei nº 11.368, de 9 de novembro de 2006, a fim de prorrogar o prazo para o trabalhador rural requerer sua aposentadoria.

Autoria: Senador CÉSAR BORGES.

Relatora: Senadora KÁTIA ABREU.

Parecer: Pela prejudicialidade da matéria.

Resultado: Aprovado parecer pela prejudicialidade do Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa.

ITEM Nº 07

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 21, DE 2008 NÃO TERMINATIVO

Acrescenta parágrafos ao artigo 11 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a manutenção da condição de segurado especial, para produtores rurais com até dois empregados, fixando contribuição diferenciada, e dá outras providências.

Autoria: Senador PAULO PAIM.

Relator “ad hoc”: Senador EXPEDITO JÚNIOR.

Parecer: Favorável a matéria com uma emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CRA. A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa.

ITEM Nº 08

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 389, DE 2005 NÃO TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo Federal a implantar o Aproveitamento Hidrelétrico do Rio Madeira, no Estado de Rondônia, inclusive as usinas hidrelétricas de Jirau e de Santo Antônio e a hidrovia do rio Madeira.

Autoria: Senador VALDIR RAUPP.

Relatora: Senadora KÁTIA ABREU.

Parecer: Favorável a matéria com duas emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs. 1 e 2 – CRA.

ITEM Nº 09

REQUERIMENTO Nº 11, DE 2008 – CRA

Requer, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante a esta Douta, a fim de debater os custos de produção da agropecuária brasileira, com a participação dos seguintes convidados:

Senhor **Ricardo Cotta**, representante da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA;
Senhor **Manoel José dos Santos**, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag;

Senhor **Luiz Antônio Fayet**, Consultor em Logística e Infra-Estrutura; e

Senhor **Edilson Guimarães**, Secretário de Política Agrícola do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Autoria: Senadora KÁTIA ABREU.

Resultado: Aprovado, com adendo do Senador Gilberto Goellner, no sentido de convidar o Presidente da CTNBio.

EXTRA PAUTA

REQUERIMENTO Nº 12, DE 2008 – CRA

Requer, nos termos regimentais, que seja aprovada a realização de Audiência Pública nesta Comissão para discutir as ações a serem tomadas pelo Governo Brasileiro após aprovação pelo Tribunal da Organização Mundial do Comércio – OMC, que deu razão à queixa apresentada pelo Brasil relacionada ao comércio de algodão, bem como a aplicação de sanções contra os Estados Unidos, com a participação dos seguintes convidados:

Representante do **Ministério de Relações Exteriores – MRE**;

Representante do **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA**;

Presidente da **Associação Brasileira dos Produtores de Algodão – ABRAPA**; e

Senhor **Hélio Tolini**, Consultor.

Autoria: Senador GILBERTO GOELLNER.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA).

ITEM Nº 01

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63, DE 2005 – COMPLEMENTAR NÃO TERMINATIVO

Altera os artigos 6º e 16 da Lei Complementar nº 76 de 1993, a fim de garantir o pagamento de créditos tributários através da retenção sobre o valor a ser pago a

título de indenização por desapropriação de interesse social para reforma agrária.

Autoria: Senador ÁLVARO DIAS.

Relator: Senador LEOMAR QUINTANILHA.

Relator “ad hoc”: Senador JOÃO PEDRO.

Parecer: Pela rejeição da matéria.

Resultado: Aprovado parecer pela rejeição do Projeto.

ITEM Nº 02

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 56, DE 2007 NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 143, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a concessão de aposentadoria por idade a trabalhadores rurais e segurados especiais, e dá outras providências.

Autoria: Senador ÁLVARO DIAS.

Relator: Senador GILBERTO GOELLNER.

Parecer: Pela prejudicialidade da matéria.

Resultado: Aprovado parecer pela prejudicialidade do Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

ITEM Nº 03

REQUERIMENTO Nº 13, DE 2008 – CRA

Requer, nos termos do inciso II, do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), com a finalidade de analisar e discutir sobre a Cadeia Produtiva de Caprinos e Ovinos no Brasil, com a participação dos seguintes convidados: Senhor **Francisco Edilson Maia da Costa**, Presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Caprinos e Ovinos do MAPA e Presidente da Comissão Nacional de Ovinos-Caprinocultura da CNA;

Senhor **Enio Queijada de Souza**, Coordenador da Carteira de Ovinos e Caprinos do SEBRAE Nacional;

Senhor **Paulo Afonso Schwab**, Presidente da Associação Brasileira de Criadores de Ovinos – ARCO; e

Senhor **Acari Luis Menestrini**, Diretor-Presidente da Companhia Brasileira de Látex – CBL.

Autoria: Senador NEUTO DE CONTO.

Resultado: Aprovado.

EXTRA PAUTA

REQUERIMENTO Nº 14, DE 2008 – CRA

Requer, nos termos regimentais, que seja aprovada a realização de Audiência Pública para que, em data a ser marcada e confirmada, venham expor e esclarecer aos senadores e demais interessados desta Comissão, a situação de compra e venda de terras na Amazônia, conforme tem sido noticiado na imprensa, com a participação dos seguintes convidados:

Superintendentes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – **INCRA – AM**;

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA – AM;
Representantes da ONG “COOL EARTH”;
Representantes da empresa madeireira GERTHAL Amazonas S/A; e

Senhor **Sebastião Nunes**, Presidente do Instituto de Terras do Amazonas – ITEAM.

Autoria: Senador **JOÃO PEDRO**.

Resultado: Aprovado.

**REUNIÃO REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 2008
(EXTRAORDINÁRIA)**

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 12, de 2008 – CRA aprovado em 04.06.08.

Autoria: Senador **GILBERTO GOELLNER**.

Assunto: Discutir as ações a serem tomadas pelo Governo Brasileiro após a aprovação pelo Tribunal da Organização Mundial do Comércio – OMC, que deu razão à queixa apresentada pelo Brasil relacionada ao comércio de algodão, bem como a aplicação de sanções contra os Estados Unidos.

Convidados: Senhor **Luciano Mazza de Andrade**, Conselheiro e Coordenador-Geral de Contenciosos – MRE; Senhor **Helinton José Rocha**, Diretor de Programa da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – SDC/MAPA;

Senhor **Haroldo Rodrigues da Cunha**, Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão – ABRAPA; e

Senhor **Hélio Tolini**, Consultor Externo da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão – ABRAPA.

Resultado: Realizada.

TOTAL DE REUNIÕES: 03

02 EXTRAORDINÁRIA/DELIBERATIVA

01 EXTRAORDINÁRIA/AUDIÊNCIA PÚBLICA

CONJUNTA/AUDIÊNCIA PÚBLICA

MATÉRIAS APRECIADAS: 14

TERMINATIVA

10 NÃO TERMINATIVAS;

04 REQUERIMENTOS – CRA.

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA –
CCT**

**REUNIÃO REALIZADA EM 04 DE JUNHO DE 2008
(EXTRAORDINÁRIA)**

ITEM Nº 01

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 111, DE 2008
NÃO TERMINATIVO**

Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para incluir mecanismos de acesso dos deficientes visuais a livros adquiridos por programas governamentais.

Autoria: Senador **FLÁVIO ARNS**.

Relatoria: Senador **ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR**.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa.

EXTRA PAUTA

**ADITAMENTO AO REQUERIMENTO Nº 30, DE
2007 – CCT**

Requeiro, nos termos do artigo 90, inciso V, e 93, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal em aditamento ao requerimento nº 30, de 2007 – CCT, seja convidado para participar da Audiência Pública, aprovada por esta Comissão em 30 de outubro de 2007, que tem por finalidade instruir o Projeto de Lei do Senado nº 521, de 2007, o senhor **André Franco Montouro Filho**.

Autoria: Senadores **MARCELO CRIVELLA** e **WELLINGTON SALGADO**.

Resultado: Aprovado.

**REUNIÃO REALIZADA EM 11 DE JUNHO DE 2008
(EXTRAORDINÁRIA)**

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 30, de 2007 – CCT e aditamento.

Autoria: Senador **MARCELO CRIVELA**.

Autoria do Aditamento: Senadores **WELLINGTON SALGADO** e **MARCELO CRIVELA**.

Autoria do Projeto: Senador **VALDIR RAUPP**.

Assunto: Instruir o Projeto de Lei do Senado nº 521 de 2007, que “Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências, para determinar a obrigatoriedade de identificação dos medicamentos por meio de sistema eletrônico”.

Convidados: Senhor **Carlos Alexandre Geyer**, Diretor-Presidente da Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais – ALANAC;

Senhor **Lauro Moretto**, Diretor Executivo Técnico Regulatório da Federação Brasileira da Indústria Farmacêutica – FEBRAFARMA;

Senhor **Marcelo Liebhardt**, Gerente de Assuntos Econômicos, Comércio Exterior e Informática da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa – INTERFARMA;

Senhor **Dirceu Raposo de Mello**, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA; e Senhor **André Franco Montoro Filho**, Presidente do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial – ETCO;

Resultado: Realizada.

**REUNIÃO REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 2008
(EXTRAORDINÁRIA)****ITEM Nº 01****AVISO Nº 15, DE 2008
NÃO TERMINATIVO**

Comunicação recebida da Araté Editorial S/A, em cumprimento ao artigo 3º, parágrafo único da Lei nº 10.610, de 2002, a alteração de controle societário ocorrida na referida empresa jornalística.

Autoria: Araté Editorial S/A.

Relator “ad hoc”: Senador FLEXA RIBEIRO.

Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa à Câmara dos Deputados.

Resultado: Aprovado o parecer.

ITEM Nº 02**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 121, DE 2008
NÃO TERMINATIVO**

Proíbe as empresas de cartões de pagamento de autorizarem transações relacionadas com jogos de azar e pornografia infantil via rede mundial de computadores.

Autoria: Senador MAGNO MALTA.

Relator: Senador ROMEU TUMA.

Parecer: Favorável a matéria com três emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3 – CCT. A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, e posteriormente à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

ITEM Nº 03**REQUERIMENTO Nº 11, DE 2008 – CCT**

Requer, nos termos do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam convidados para fins de debater, nesta Comissão de Ciência e Tecnologia, assuntos relacionados às interferências prejudiciais entre emissoras de TV e retransmissoras tanto na região metropolitana da cidade de São Paulo como no interior do Estado, as seguintes autoridades:

Senhor **Ara Apkar Minassian**, Superintendente de Comunicação de Massa da ANATEL;

Senhor **Edilson Ribeiro dos Santos**, Superintendente de Fiscalização da ANATEL;

Senhora **Zilda Beatriz S. Campos de Abreu**, Secretária de Serviços de Comunicação de Massa do Ministério das Comunicações; e

Senhor **Everaldo Gomes Ferreira**, Gerente Regional da ANATEL em São Paulo.

Autoria: Senador ROMEU TUMA.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 36, DE 2008
TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Península Norte para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brasília, Distrito Federal.

Autoria: Poder Executivo.

Relator “ad hoc”: Senador EXPEDIDO JÚNIOR.

Parecer: Favorável a matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 05**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 39, DE 2008
TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga permissão à Freqüência Brasileira de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Triunfo, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Poder Executivo.

Relator: Senador SÉRGIO ZAMBIASI.

Parecer: Favorável a matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 06**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 18, DE 2008
TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão de Inácio Martins para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Inácio Martins, Estado do Paraná.

Autoria: Poder Executivo.

Relator: Senador FLÁVIO ARNS.

Parecer: Favorável a matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 07**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 32, DE 2008
TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão de São Jerônimo da Serra – Paraná para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná.

Autoria: Poder Executivo.

Relator: Senador FLÁVIO ARNS.

Parecer: Favorável a matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 08**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 490, DE 2007
TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária para o Desenvolvimento de Santana dos Garrotes – PB para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana dos Garrotes, Estado da Paraíba.

Autoria: Poder Executivo.

Relator “ad hoc”: Senador RENATO CASAGRANDE.

Parecer: Favorável a matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 09**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 14, DE 2008
TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga autorização à Fundação Sócio Cultural Amigos de Manaíra – FUNSCAM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manaíra, Estado da Paraíba.

Autoria: Poder Executivo.

Relator: Senador AUGUSTO BOTELHO.

Parecer: Favorável a matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 10**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 20, DE 2008
TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga permissão à Associação Rádio Novo Século Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Braço do Norte, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Poder Executivo.

Relator “ad hoc”: Senador FLÁVIO ARNS.

Parecer: Favorável a matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 11**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 30, DE 2008
TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga permissão à Simpatia FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campos Novos, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Poder Executivo.

Relator “ad Hoc”: Senador FLÁVIO ARNS.

Parecer: Favorável a matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 12**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 31, DE 2008
TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Medianeira S/C Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Navegantes, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Poder Executivo.

Relator “ad Hoc”: Senador FLÁVIO ARNS.

Parecer: Favorável a matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 13**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 15, DE 2008
TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária dos Moradores de Seridó para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Vicente do Seridó, Estado da Paraíba.

Autoria: Poder Executivo.

Relator: Senador GEOVANI BORGES.

Parecer: Favorável a matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

EXTRA PAUTA**ITEM ÚNICO****REQUERIMENTO Nº 12, DE 2008 – CCT**

Nos termos do inciso II do § 2º do artigo 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requereiro a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), para discutir o “Atual estágio de desenvolvimento tecnológico da Produção de Energia Nuclear no País”. Deverão ser convidadas a expor seus pontos de vista Autoridades, Lideranças Acadêmicas e Cientistas credenciados a debater o tema em questão. Os nomes serão encaminhados à Secretaria da Comissão oportunamente.

Autoria: Senadores ROMEU TUMA e AUGUSTO BOTELHO.

Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 03

02 EXTRAORDINÁRIA/DELIBERATIVA

01 EXTRAORDINÁRIA/AUDIÊNCIA PÚBLICA

CONJUNTA/AUDIÊNCIA PÚBLICA.

MATÉRIAS APRECIADAS: 16

10 TERMINATIVAS;

03 NÃO TERMINATIVA;

02 REQUERIMENTO – CCT

01 TERMO ADITIVO

TOTAL GERAL DE REUNIÕES DAS SUBCOMISSÕES:

04

TOTAL GERAL DE REUNIÕES DAS COMISSÕES: 45

TOTAL GERAL DE MATÉRIAS APRECIADAS: 150

C - CONGRESSO NACIONAL – 2008

RESENHA DAS MATÉRIAS APRECIADAS NO PERÍODO DE 1º A 30 DE JUNHO

PLN –	02
RQN – (lido e aprovado).....	01
PRN – (leitura).....	01

MÊS	MENSAGEM	TIPO E Nº	EMENTA	SESSÃO	OBS.
Junho	33/2008-CN (nº 285/2008, na origem)	PL nº 4/2008-CN Leitura: 19-5-2008(SF)	Amplia os limites de despesa no exercício de 2008 e anualizada a que se refere o item II.4.1 do Anexo V da Lei nº 11.647, de 24 de março de 2008.	19-6-2008, às 14 horas	Aprovado. À sanção.
Junho	37/2008-CN (nº 316/2008, na origem)	PL nº 5/2008-CN Leitura: 27-5-2008(SF)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito suplementar no valor de R\$ 7.560.000.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências.	19-6-2008, às 14 horas	Aprovado. À sanção.
Junho	-	RQN nº 107/2008	Com a finalidade de acompanhar as propostas, conclusões e demais recomendações aprovadas no Relatório Final da Comissão Mista Especial constituída pelo Requerimento nº 45, de 2007-CN, destinada a "acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil", sugerindo seja mantida a composição desta última.	19-6-2008, às 14 horas	Lido e aprovado. À publicação
Junho	-	PR nº 2/2008-CN	Dispõe sobre as finalidades, composição e funcionamento da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), órgão de controle e fiscalização externos da atividade de inteligência, previsto no art. 6º, da Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, e estabelece outras normas relativas à sua atuação.	19-6-2008, às 14 horas	Leitura

SESSÕES REALIZADAS

Sessão	DATA/HORA/ LOCAL	Finalidade
Conjunta	19-6-2008, às 14 horas, Plenário do Senado Federal	Apreciação dos <u>PLNs</u> nºs 4 e 5, de 2008 e <u>RQN</u> nº 107, de 2008. Leitura do <u>PRN</u> nº 2, de 2008.
Conjunta Solene	11-6-2008, às 10 horas, Plenário do Senado Federal	Comemorar o Dia Mundial do Meio Ambiente.

ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Nº	Assunto
27/2008 (public. nº DOU de 11-6-2008)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 16 de junho de 2008, a vigência da Medida Provisória nº 424, de 4 de abril de 2008, que "Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 1.816.577,00, para os fins que especifica".
28/2008 (public. nº DOU de 19-6-2008)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 29 de junho de 2008, a vigência da Medida Provisória nº 425, de 4 de abril de 2008, que "Altera os arts. 18 e 19 da Medida Provisória nº 413, de 3 de janeiro de 2008, para postergar a aplicação das disposições relativas à incidência da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS sobre as receitas auferidas na venda de álcool".

CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
Of. nº 304/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada em 2-6-2008, o Aviso nº 14, de 2008-CN (nº 445-GP/TCU/2008), do Presidente do TCU, encaminhando ao Congresso Nacional o Relatório das Atividades daquele Tribunal, referente ao 1º trimestre do exercício de 2008, e foi encaminhado a CMO.
Of. nº 315/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando que foi lida na sessão do Senado Federal realizada em 3-6-2008, a Mensagem nº 40, de 2008-CN (nº 336/2008, na origem), do Presidente da República, que encaminha ao Congresso Nacional, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário do conjunto dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e do Programa de Dispendios Globais das empresas estatais federais não-financeiras, referente ao primeiro quadrimestre de 2008, e foi encaminhada à CMO.
Of. nº 316/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando que foram lidos na sessão do Senado Federal realizada em 4-6-2008, os Relatórios de Gestão Fiscal dos seguintes Órgãos, referentes ao 3º quadrimestre de 2007, e foram despachados à CMO: - Governo Federal (MCN nº 41/2008 – nº 33/2008, na origem, retificada pela MCN nº 42/2008-CN – nº 74/2008, na origem), referente ao período de janeiro a dezembro de 2007; - TCU (AVN nº 15/2008 – nº 73-GP/TCU/2008, na origem), referente ao 3º quadrimestre de 2007; - STF e Conselho Nacional de Justiça (OFN nº 17/2008 – Mensagem nº 8/2008, na origem), referente ao 3º quadrimestre de 2007; - CD (OFN nº 18/2008 – nº GP-O 123/2008, na origem) referente ao período de janeiro a dezembro de 2007; - MPU (OFN nº 19/2008 – nº PGR/GAB/47/2008, na origem), referente ao período de janeiro a dezembro de 2007; - STJ (OFN nº 20/2008 – nº 160/GP/2008, na origem), referente ao 3º quadrimestre de 2007; - TSE (OFN nº 21/2008 – nº 707/2008, na origem), referente ao período de janeiro a dezembro de 2007 e - STM (OFN nº 22/2008 – nº 278/PRES-017/SEPLA-GS/2008, na origem), referente ao exercício de 2007.
Of. nº 317/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando que foi autuado, por solicitação do Presidente da CMO, e lido na sessão do SF realizada em 4-6-2008, o AVN nº 16, de 2008 (nº 553-Seses-TCU-Plenário/2008, na origem), do Presidente do TCU, e retorna à CMO.
Of. nº 318/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Tendo em vista requerimento de autoria do Senador Sérgio Guerra, consulta sobre a viabilidade de realização de sessão solene conjunta do Congresso Nacional, no dia 25 de junho de 2008, às dez horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a homenagear os vinte anos de fundação do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB.
Of. nº 319/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Tendo em vista a apresentação de requerimentos de autoria dos Senadores Cristovam Buarque, Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, consulta sobre a viabilidade da realização de sessão solene conjunta do Congresso Nacional, no dia 5 de novembro do corrente, às 10 horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar os vinte anos da promulgação da Constituição Federal da República Federativa do Brasil.
Of. nº 322/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando que foram lidos na sessão do Senado Federal realizada em 10-6-2008, os Relatórios de Gestão Fiscal dos seguintes Órgãos, e foram encaminhados à CMO: - Governo Federal (MCN nº 46/2008 – nº 332/2008, na origem), referente ao 1º quadrimestre de 2008; - TCU (AVN nº 17/2008 – nº 454-GP/TCU/2008, na origem), referente ao 1º quadrimestre de 2008; - MPU e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (OFN nº 23/2008 – nº PGR/GAB/1027/2008, na origem), referentes ao período de maio de 2007 a abril de 2008; - CD (OFN nº 24/2008 – nº GP-O 1307/2008, na origem), referente ao período de maio de 2007 a abril de 2008; - SF (OFN nº 9/2008, na origem), compreendendo a consolidação dos dados de maio de 2007 a abril de 2008; - TSE (OFN nº 26/2008 – nº 3068/2008, na origem), referente ao 1º quadrimestre de 2008; - STF e Conselho Nacional de Justiça (OFN nº 27/2008 – Mensagem nº 34/2008, na origem), referente ao 1º quadrimestre de 2008; - TST (OFN nº 28/2008 – nº 207/2008/TST/GDGET/GP, na origem), referente ao período de maio de 2007 a abril de 2008; e - STJ (OFN nº 29/2008 – nº 387/GP/2008, na origem), referente ao 1º quadrimestre de 2008.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
Of. nº 323/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Tendo em vista requerimento de autoria da Deputada Vanessa Grazziotin e outros Senhores Deputados, cópia anexa, consulta, nos termos do art. 2º do Regimento Comum, sobre a viabilidade de realização de sessão solene do Congresso Nacional, no dia 1º de julho de 2008, às dez horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a homenagear o centésimo quinquagésimo quinto aniversário de nascimento do líder revolucionário cubano José Martí.
Of. nº 331/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando que esta Presidência convoca sessão conjunta do Congresso Nacional a realizar-se dia 25 de junho do corrente, quarta-feira, às dez horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar os vinte anos de fundação do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB.
Of. nº 334/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando que foram lidos, na sessão do Senado Federal realizada em 17-6-2008, os Projetos de Lei nºs 6, 7, 8 e 9 de 2008, do Congresso Nacional, e foram despachados à CMO.
Of. nº 337/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Em aditamento ao Of. nº 331/2008-CN, do dia 16-6-2008, comunica que esta Presidência convoca sessão solene conjunta do Congresso Nacional a realizar-se dia 25 de junho do corrente, quarta-feira, às onze horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar os vinte anos de fundação do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, anteriormente convocada para às dez horas, do mesmo dia.
Of. nº 336/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando que esta Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se dia 19-6-2008, quinta-feira, às 14 horas, no Plenário do Senado Federal, destinada à apreciação de projetos de lei do Congresso Nacional.
Of. nº 347/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Encaminhando nos termos do § 3º do art. 128 do Regimento Comum, a fim de ser submetido à douta Mesa da Câmara dos Deputados, o PRN nº 2, de 2008, que “Dispõe sobre as finalidades, composição e funcionamento da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), órgão de controle e fiscalização externos da atividade de inteligência, previsto no art. 6º da Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, e estabelece outras normas relativas à sua atuação”.
Of. nº 348/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada em 23-6-2008 o OFN nº 30, de 2008 (nº 327/PRES-26/SEPLA-GS/2008, na origem), do Presidente do STM, encaminhando ao Congresso Nacional, nos termos do art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, e art. 125 da Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007 - LDO/2007, o Relatório de Gestão Fiscal daquele Órgão, referente ao terceiro quadrimestre de 2007 e do primeiro quadrimestre de 2008, e foi encaminhado à CMO.
Of. nº 349/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando que foram lidos, na sessão do Senado Federal realizada em 23-6-2008, os PLNs nºs 10 e 11 de 2008, e foram despachados à CMO.
Of. nº 352/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando que esta Presidência encaminhou à publicação o Relatório Final nº 1, de 2008, do Congresso Nacional, apresentado, como conclusão dos seus trabalhos, pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do Requerimento nº 2, de 2008-CN, que “Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, com a finalidade de investigar o uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF (Cartões Corporativos) por integrantes da Administração Pública Federal, denominados ecônomo.”

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
Of. nº 357/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Encaminhando nos termos do disposto nos arts. 142 e 143 do Regimento Comum, o original do projeto de lei complementar, apresentado como conclusão do Relatório nº 1, de 2008-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do Requerimento nº 2, de 2008-CN, que “Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, com a finalidade de investigar o uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF (Cartões Corporativos) por integrantes da Administração Pública Federal, denominados ecônomos.”
Of. nº 358/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando que foi lido, na sessão do Senado Federal realizada em 25-6-2008, o PLN nº 12, de 2008, e foi despachado à CMO.
Of. nº 359/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando, que esta Presidência, em entendimento com essa Casa do Congresso Nacional, convocou sessão solene conjunta do Congresso Nacional a realizar-se dia 1º de julho do corrente, terça-feira, às dez horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar o centésimo quinquagésimo quinto aniversário de nascimento do líder cubano José Martí.

SUMÁRIO CONSOLIDADO DO PERÍODO DE 6 DE FEVEREIRO A 30 DE JUNHO DE 2008

Sessões Conjuntas	006
Sessões Conjuntas Solenes	006
Vetos (Dispositivos)	171
PLNs	006
PRNs	002
PRNs – Leitura	001
RQNs – Leitura	001
RQNs – Aprovado	001
Total de matérias apreciadas	179

SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 27 DE MAIO DE 2008, TERÇA-FEIRA, ÀS 11:00 HORAS

Às onze horas e trinta e cinco minutos do dia vinte e sete de maio de dois mil e oito, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência da Senhora Senadora **ROSALBA CIARLINI** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos (as) Senadores (as) **FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, PAULO PAIM, INÁCIO ARRUDA, JOSÉ NERY, JAYME CAMPOS, KÁTIA ABREU, EDUARDO AZEREDO, PAPALÉO PAES, JOÃO DURVAL, EXPEDITO JÚNIOR, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, IDELI SALVATTI, ROMEU TUMA e CRISTOVAM BUARQUE**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Comparece também o Senhor Senador Eduardo Suplicy. Justifica a ausência o Senador Marcelo Crivella. A Senadora Rosalba Ciarlini declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A presidência comunica que a Senadora Patrícia Saboya se desculpa pela ausência, tendo em vista problemas na prefeitura de Fortaleza, cumprimentando o Senhor Ministro Mangabeira Unger, por quem nutre grande estima. A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública atendendo ao Requerimentos nº 14, de 2008 – CAS de autoria dos Senadores Paulo Paim e Flávio Arns, com vistas à realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais a fim de discutir o Mercado Informal, participação dos salários na formação da renda nacional e nova estrutura sindical. A Presidente dá início a reunião e convida o palestrante para tomar seu lugar à Mesa. Faz uso da palavra o convidado **Ministro Roberto Mangabeira Unger** – Ministro de Estado Extraordinário de Assuntos Estratégicos. Às doze horas e quatorze minutos o Senador Augusto Botelho assume a presidência e às doze horas e trinta e três minutos a Senadora Rosalba Ciarlini retoma os trabalhos. Às treze horas e sete minutos o Senador Paulo Paim assume a presidência. Fizeram uso da Palavra os Senhores Senadores Eduardo Suplicy, Paulo Paim, Inácio Arruda, José Nery, Rosalba Ciarlini e Augusto Botelho. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e cinco minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais,

a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Rosalba Ciarlini, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senadora **ROSALBA CIARLINI**, Presidente em exercício.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 27 DE MAIO DE 2008, ÀS 11 HORAS E 35 MINUTOS.

SRª PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais e a 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior. Os Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram.

A pedido da Senadora Patrícia Saboya, Presidente dessa Comissão, comunico que ela se desculpa pela ausência tendo em vista problemas na Prefeitura de Fortaleza, ao mesmo tempo em que pede para cumprimentar ao Sr. Ministro Mangabeira Unger por quem ela nutre grande estima. E queria aqui inicialmente dizer da nossa satisfação em termos nessa Audiência como... Que de pronto e sem nenhuma dificuldade o Sr. Ministro Mangabeira Unger se colocou à nossa disposição para que aqui nós possamos nessa Audiência Pública – que tem por objetivo discutir o mercado informal – e nós sabemos que é de extrema importância no nosso país o mercado informal, gerador de emprego, de renda que circula no país, sabendo a participação dos salários na formação da renda nacional e a nova estrutura sindical, conforme Requerimento nº 14/2008 da Comissão de Assuntos Sociais, de autoria do Senador Paulo Paim e do Senador Flávio Arns.

Gostaria de pedir ao Senador Paulo Paim, que foi o autor da proposição... Mas vamos, em primeiro lugar, conceder a palavra ao Exmº Sr. Ministro Roberto Mangabeira Unger que terá 30 minutos. Mais 30 minutos, Sr. Ministro, mas pode ficar certo que nós podemos aumentá-lo de acordo com a sua necessidade para a sua apresentação.

Concedo a palavra ao Ministro, e logo após daremos a palavra aos Srs. Parlamentares.

SR. MINISTRO ROBERTO MANGABEIRA UNGER: Muito obrigado. Srªs. Senadoras, Srs. Senadores, meus co-cidadãos... Proponho iniciar com uma apresentação dentro do prazo regimental de 30 minu-

tos do que talvez seja a proposta mais abrangente e ambiciosa a respeito das mudanças de relações entre o trabalho e o capital no Brasil desde o período de Getúlio Vargas.

Divido minha apresentação em duas partes. Na primeira parte, descrevo os pontos de partida desse esforço e o método que procurei seguir nesse desdobramento. Na segunda parte da minha apresentação, esboço as grandes linhas do conteúdo dessa proposta.

Primeiro – os pontos de partida. O primeiro ponto de partida dessa proposta é a convicção de que nossa economia se encontra imprensada no mundo entre economias de produtividade alta e economias de trabalho barato. Complica-se a situação porque algumas das economias de trabalho barato se estão tornando também setorialmente economias de produtividade alta. Um dos nossos maiores interesses nacionais é escapar dessa prensa pelo lado alto da escalada de produtividade e da valorização do trabalho e não pelo lado baixo do aviltamento salarial. Nós não temos futuro como uma China com menos gente. O país não deve apostar na construção de seu novo modelo de desenvolvimento, o modelo baseado em ampliação de oportunidades econômicas e educativas em trabalho barato.

O segundo ponto de partida é uma convicção a respeito do regime existente de relações entre o trabalho e o capital. O regime que foi estabelecido ainda no período de Getúlio Vargas, em meados do século passado, é comum apontar como defeito principal desse regime o não assegurar a autenticidade, a independência e o vigor das organizações sindicais. No regime atual há muitos sindicatos autênticos, mas também há muitos outros que não representam ninguém.

Não menosprezo o significado desse defeito, não o considero porém o principal vício do regime atual... Sejam quais forem as vantagens e os defeitos do regime de trabalho estabelecido no período de Vargas, o seu maior vício é que nunca incorporou e ainda não incorpora a maioria do povo brasileiro. A maioria está fora e esse é o principal defeito.

Metade da população economicamente ativa do país se encontra no mercado informal, obrigada a trabalhar sem carteira assinada e, portanto, sem garantias, nas sombras da ilegalidade. Essa é uma calamidade nacional. Uma calamidade não apenas econômica, mas também social e moral. E se acrescentarmos a essa metade que está na informalidade o número crescente de trabalhadores na economia formal que se encontram em condições de trabalho terceirizado, ou temporário, ou semi-assalariado, ou não-assalariado veremos que

é a maioria até mesmo a grande maioria que está além das fronteiras do regime estabelecido.

O terceiro ponto de partida desse esforço é a idéia de que os dois discursos predominantes no país a respeito do trabalho e das relações entre o trabalho e o capital são insuficientes para remediar esses defeitos e para nos permitir escapar naquela prensa pelo lado alto e não pelo lado baixo. O primeiro discurso é o da flexibilização que os trabalhadores corretamente interpretam como eufemismo para descrever a corrosão dos direitos deles. E o segundo discurso é o do direito adquirido que pode temporariamente garantir a situação da minoria que está dentro, mas que não resolve os problemas da maioria que está fora.

O quarto ponto de partida dessa iniciativa é a rejeição do método do corporativismo como método suficiente para formular uma alternativa de modelo institucional de relações entre o trabalho e capital. Por corporativismo eu entendo a idéia de que as minorias organizadas do país sejam sindicais ou empresariais devam pactuar o sistema legal que vai governá-las. Seria delegar as organizações sindicais e empresariais à tarefa de construir alternativa.

As organizações sindicais e empresariais devem ser ouvidas... Em primeiro lugar por um imperativo de justiça, porque são interessados e porque conhecem intimamente a problemática, e, em segundo lugar, por uma razão de prudência, porque será muito difícil avançar numa alternativa sem conseguir o apoio de pelo menos uma grande parte dessas organizações dos trabalhadores e do empresariado – o que não seria aceitável, o que não permitiria resolver o problema no interesse da maioria excluída, o que estaria em contradição com o ideário republicano – seria delegar a essas minorias organizadas o poder de pactuar alternativa.

Com muita franqueza, eu tenho dito nas minhas discussões com as centrais sindicais e com as organizações dos empresários que eu estou menos preocupado com a hipótese de que eles discordem do que com a hipótese de que eles concordem, e que a concordância deles fira os interesses da maioria excluída.

Agora, à luz desses quatro pontos de partida que enumerei, passo a descrever o método e os propósitos que me guiaram nessa iniciativa...

Em primeiro lugar, o que procuro e o que apresento e proponho não é propriamente uma agenda legislativa, é um ideário capaz de orientar uma agenda legislativa... É, portanto, a etapa imediatamente anterior à formulação de uma agenda legislativa... E inclui essa proposta algumas medidas que já viraram lei e outras que são objeto de propostas de lei em tramitação no Congresso Nacional.

Em segundo lugar, insisto numa visão de conjunto, não se trata de um amontoado de propostas desconexas que possam ser separadamente avaliadas sem apreciar a relação entre as partes. E isso, inclusive, por um imperativo prático que é criar as bases conceituais para permitir uma lógica de contrapartida. Por exemplo, os empresários estão muito interessados numa desoneração da folha de salários. Seria, porém, um equívoco propor ou conceder a desoneração da folha de salários se não em troca de outras iniciativas a que muitos empresários poderão resistir como, por exemplo, a representação e a proteção dos trabalhadores temporários e terceirizados, a institucionalização efetiva da participação dos trabalhadores nos lucros e resultados, a garantia do acesso à contabilidade das empresas em favor dos sindicatos e a formalização da figura do agente sindical. É só quando se insiste na visão de conjunto que se pode manter a integridade dessa lógica de contrapartida.

Comecei, em setembro do ano passado, por orientação do Presidente da República, uma discussão intensiva com as seis maiores centrais sindicais... Às vezes separadamente e às vezes em conjunto, e essa discussão culminou com uma reunião que as centrais sindicais, alguns outros Ministros e eu tivemos com o Presidente da República em 28 de abril. E nessa discussão ficou clara a intenção do Presidente de promover uma grande discussão nacional a respeito dessa temática.

A proposta que lhes apresento, portanto, ainda não é a proposta do Presidente ou do Governo... É uma obra em construção, é uma proposta que o Presidente e o Governo querem ver debatida e o lugar mais importante para debatê-la é o Congresso Nacional. Em seguida, o que espero é um aprofundamento da discussão com as organizações de trabalhadores não só na cúpula, mas também na base. Com as organizações dos empresários, com as lideranças empresariais não só dos grandes empresários, mas também dos pequenos e médios e, sobretudo, com toda a opinião nacional. À medida que esse debate for avançando, o Presidente e o Governo terão meios para posicionar-se vendo a proposta decantada e julgando as condições de sua viabilidade política e prática.

Agora passo para a segunda parte da minha apresentação. Esboço o conteúdo da proposta. Toda essa discussão e a proposta programática que emerge dela foi organizada em torno de três grandes indagações.

A primeira indagação é como resgatar da informalidade a metade da população economicamente ativa do país que se encontra na economia informal.

A segunda indagação é como reverter a queda da participação nos salários na renda nacional que

ocorre há meio século. Como revertê-la por iniciativas institucionais e não apenas por políticas que procuram influenciar o salário nominal como a política do salário mínimo. E a terceira indagação é como rever o regime sindical, sobretudo no interesse da maioria excluída.

Nunca busquei uma unanimidade, um consenso. O que busquei foi uma convergência preponderante de opinião. Nenhum país do mundo em nenhuma circunstância seria capaz de promover uma grande revisão em de seu modelo institucional de relações entre o capital e o trabalho sem controvérsia e conflito. O que nós devemos querer é minimizar o conflito e usar a própria controvérsia para melhorar a proposta. Caminhamos muito nessa discussão com as centrais, muito mais que eu teria imaginado possível, mas estou consciente de que à medida que o debate público se acalorar, parte dessa convergência constituída tenderá a desaparecer. Se uma parte substancial dela sobreviver, já será uma grande coisa para o país.

Primeiro tema – Como resgatar da informalidade metade da população economicamente ativa do país?

Todos nós compreendemos que a informalidade é um problema complexo com causalidade múltipla. Há uma parte da informalidade que se deve à evasão fraudulenta das leis trabalhistas, e uma grande parte do problema da informalidade, digamos algo como a metade do problema, tem a ver com política econômica, com a nossa política de desenvolvimento, com as nossas dificuldades em alcançar o que a Nação mais quer que é o crescimento econômico com inclusão social.

No capítulo da política econômica é preciso distinguir entre a política macroeconômica, sobretudo a política monetária, e a política microeconômica, industrial e agrícola.

Considero que a política macroeconômica é relevante, mas que está fora da minha jurisdição – está fora do alcance prático do nosso debate. O mesmo não se pode dizer da política microeconômica.

Muito importante para superar o problema da informalidade é a construção de políticas industriais e agrícolas que só erguem a multidão de pequenos empreendimentos industriais e agrícolas que são a maior força da economia brasileira, mas que se encontra esfomeada de acesso aos instrumentos do crédito, da tecnologia e do conhecimento. Se conseguíssemos só erguer essas pequenas empresas, criaríamos o que o país mais quer – um dínamo de crescimento econômico incluyente.

Para essa política industrial é preciso ter três componentes que estão trabalhando numa iniciativa paralela com outros Ministros.

O aconselhamento gerencial, isto é, a formação de práticas e de quadros, justamente o trabalho histórico do SEBRAE. Em geral a área mais difícil para avançar, mas, por conta do trabalho do SEBRAE, a área em que mais avançamos.

Em segundo lugar a ampliação do crédito ao produtor. Historicamente a democratização do acesso ao crédito para a produção precisa anteceder a democratização do crédito para o consumo.

E em terceiro lugar o extensionismo tecnológico. Nós não temos uma EMBRAPA industrial. A EMBRAPA industrial não precisa e não deve ser uma empresa unitária como a EMBRAPA, pode e deve ser uma rede de instituições federais, estaduais e universitárias que elevem as pequenas empresas.

Nas economias dinâmicas do mundo, as grandes empresas estão tipicamente cercadas por uma penumbra de empresas menores que acalentam as inovações. Muito difícil para as grandes empresas radicalizarem nas inovações e aí se dá uma troca, uma dialética entre essa periferia inovadora e as grandes empresas... Inclusive, pelo atalho da compra das menores pelas grandes.

No Brasil, porém, as nossas pequenas empresas, embora demonstrem enorme vitalidade, estão tão distantes das grandes empresas no seu paradigma organizativo e tecnológico, tão empurradas para lá atrás, para a retaguarda que não conseguem desempenhar esse papel indispensável.

De igual forma na política agrícola nós teremos de superar o contraste nocivo e desnecessário que existe no país entre agricultura empresarial e a agricultura familiar. E isto só se faz construindo o desenho institucional unificado de uma agricultura moderna e democratizada.

Os grandes temas desse desenho institucional são os seguintes:

Em primeiro lugar a coordenação estratégica entre o Estado e o produtor. Essa coordenação tem conteúdo temático definido. Organizar a comercialização do produto. Quando o mercado não faz, o sábio tem que fazer como vanguarda do mercado. Organizar o extensionismo agrícola que foi destruído no país nas últimas décadas, e que é a correia de transmissão indispensável entre os eventos da EMBRAPA e a atividade do produtor rural. E organizar a política de preços do seguro agrícola e o seguro de renda para resguardar a agricultura contra a combinação fatal do risco físico e o do risco econômico.

A segunda grande vertente desse desenho institucional é reorganizar os mercados agrícolas. Nos mercados agrícolas em geral no Brasil os produtores estão fragmentados e os compradores e fornecedores

estão cartelizados. E por isso conseguem se apropriar da parte do leilão de ganhos da agricultura. É preciso mudar essa correlação de forças no interesse dos produtores e da produção.

E a terceira grande vertente desse desenho institucional é a promoção das práticas de concorrência cooperativa entre os próprios produtores – conceito mais amplo que o conceito de cooperativa, quer dizer, que os produtores possam competir e cooperar ao mesmo tempo... Fazer mutirão de certos recursos comerciais, financeiros ou tecnológicos e ganhar por meio da cooperação acesso à economia fiscal.

Pois bem... Tudo isso essas políticas industriais e agrícolas destinadas a elevar as pequenas empresas que atuam dos dois lados da fronteira entre a formalidade e a informalidade é parte indispensável da solução da problemática da informalidade. Mas aí chegamos à outra metade do problema... E a outra metade do problema é a desoneração da folha de salários. Há um debate factual no Brasil hoje. Alguns dizem: “Quando o trabalhador nominalmente ganha cem, leva para casa 80 e custa ao empregador 200”. A diferença, a cunha seria 120. Outros no pólo oposto dizem: “a cunha seria só 60”... Mas seja qual for a cunha é grande e representa a parte importante do problema da informalidade.

Nós temos que distinguir entre três camadas de encargos que oneram as folhas de salários. A primeira camada são os elementos acessórios – os chamados “penduricalhos” como salário educação. Há um consenso de que esses elementos acessórios devem ser retirados da folha de salários e financiado, na medida em que se justificarem, pelos impostos gerais.

A terceira camada são os benefícios diretos do trabalhador o “quase salário” como 13º salário ou as férias remuneradas. Há um consenso também de que o financiamento desses benefícios deve permanecer na folha. O debate está centrado na segunda camada, que é o financiamento da Previdência e, sobretudo, a contribuição patronal à Previdência.

Para encontrar uma solução é preciso entender que o problema da desoneração, da Reforma Previdenciária e da Reforma Tributária estão entrelaçados. Mas, ao mesmo tempo, é preciso insistir que se não conseguirmos ao máximo separá-los, corremos o risco de não avançar em nenhum dos três. Daí o meu esforço ao abordar a desoneração de tentar separá-lo o tanto quanto possível dos debates previdenciários e tributários, mantenho a solução relativamente neutra no seu impacto sobre a Previdência e a tributação.

A fórmula intermediária conhecida para desonerar a folha de salários é substituir a folha pelo faturamento como base nessas contribuições previdenciárias. Mas

aí vem o problema de que essa fórmula intermediária destorce os preços relativos contra as empresas mais intensivas em capital... E em consequência disso também transforma essas empresas e empresários em inimigos da Reforma. Para a minha surpresa, a discussão com as centrais evoluiu... Na preponderância da opinião para uma solução mais radical. Pular por sobre essa etapa da fórmula intermediária e substituir a folha pelos impostos gerais na parte correspondente à contribuição patronal à Previdência, mais especificamente o imposto mais neutro que existir no sistema tributário no momento da mudança. Se nós caminhar-mos como a generalidade dos países estão caminhando para um regime tributário organizado em torno do IVA – Imposto Sobre Valor Agregado – esse imposto mais neutro seria o IVA.

Os que divergem essas propostas, os que divergiram do nosso grupo apresentaram duas críticas. A primeira crítica é de que é preciso aproveitar a oportunidade para inibir ou castigar as empresas que poupam mão-de-obra, que seriam as empresas mais intensivas em capital. E a segunda crítica é que ao deslocar essa parte das contribuições previdenciárias para os impostos gerais, nós tornaríamos a Previdência ainda mais vulnerável à crítica de ser inverteradamente deficitária. Considero que ambas essas críticas não são convincentes.

Embora uma parte dos trabalhadores possa ser beneficiada muito a curto prazo por políticas que inibam a intensificação do capital, a médio e longo prazo os próprios trabalhadores seriam as maiores vítimas dessas políticas e os maiores ganhadores com políticas que permitem uma escalada de produtividade. E não consideram no que diz respeito à crítica sobre os ataques à Previdência que devemos permitir que as nossas reformas sejam guiadas por manipulações retóricas e ilusões programáticas.

O segundo grande tema da nossa discussão e, portanto, dessa proposta é como reverter a queda da participação dos salários na renda nacional. Uma queda que com algumas interrupções, inclusive uma reversão recente, ocorre há meio século. Como reverter essa queda por meio de iniciativas institucionais e não apenas por meio de políticas que influenciam o salário nominal como a política do salário mínimo?

Ao abordar esse problema é preciso compreender que uma das formas mais graves e menos debatidas em desigualdade no Brasil é a desigualdade entre os próprios salários. Há no Brasil uma extrema dispersão ou desigualdade salarial e, por essa razão, é provável que as iniciativas institucionais destinadas a reverter a queda da participação dos salários na renda devem

ser diferentes no início para os diferentes níveis da hierarquia salarial.

Na base da hierarquia salarial, isto é, para os trabalhadores mais pobres e menos qualificados o objetivo inicial deve assegurar a neutralidade do sistema tributário, que pelo menos o regime tributário não castigue quem emprega e qualifica o trabalhador mais pobre e menos qualificado e para numa segunda etapa tornar o regime tributário positivo, isto é, que incentive o emprego e a qualificação até mesmo com subsídios diretos.

No meio da hierarquia salarial, o problema que mais ocupou a nossa atenção é a situação dos trabalhadores terceirizados, temporários ou semi-assalariados, que no Brasil como em todo mundo são uma parte crescente da força de trabalho.

Eu faço agora uma reflexão teórica. A base dos regimes sindicais de meados do século XX foi um determinado paradigma de produção. A produção em grande escala de bens e serviços padronizados, por maquinários e processos produtivos [ininteligível], mão-de-obra semiqualiificada e relações de trabalho muito hierárquicas e muito especializadas é o que os especialistas chamam de “o fordismo”. O nosso é um fordismo já tardio, que se mantém competitivo no mundo só a base de restrição de retorno ao fator trabalho. Com a crise do fordismo, começa a desaparecer a base segura para as formas tradicionais de representação de trabalho concebidas no século XX. E esta é uma das razões profundas pelas quais há em todo mundo uma dinâmica de aumento do trabalho terceirizado, temporário e semi-assalariado.

É preciso, portanto, inventar novas maneiras de organizar, de representar e de proteger esses trabalhadores, é preciso organizá-los e representá-los. E enquanto eles não tiverem organização e representação própria, inclusive pela utilização dos novos meios de comunicação eletrônica, poderiam talvez ser representados pelos trabalhadores temporários das empresas... Pelos trabalhadores permanentes das empresas a que se ligam, desde que aceitem essa representação. Mas, ao mesmo tempo, é preciso construir um novo Estatuto legal para proteger esses trabalhadores.

Quanto mais êxito tivermos na formulação desses novos mecanismos de representação e de organização, menos peso terão as formas de tutela legal. Mas quanto menos êxito tivermos, mais importante será desenvolver essas tutelas.

No nível mais alto da pirâmide salarial, o mecanismo mais promissor parece ser a efetivação do princípio constitucional de participação dos trabalhadores nos lucros e resultados das empresas em círculos concêntricos cada vez mais amplos que incorporem

partes crescentes da força de trabalho. A preocupação é evitar que esse mecanismo seja usado para transformar salário permanente em remuneração variável. E um cuidado essencial para assegurar a integridade desse mecanismo é assegurar aos sindicatos acesso à contabilidade das empresas. As empresas não devem resistir, pelo contrário, esse acesso seria o meio de elevar no interesse das próprias empresas a qualidade da governança corporativa.

O terceiro tema da discussão é a revisão do regime sindical. E o que dirige a nossa discussão desse terceiro tema é, portanto, a proposta é o desejo de elevar a posição dos trabalhadores que estão fora dos setores intensivos em capital, sem minar a posição dos trabalhadores que estão dentro daqueles setores.

Convergemos em nossa discussão para cinco propostas pontuais. Só foi possível chegar a essa convergência pondo de lado os debates ideológicos sobre temas abstratos como unicidade e pluralismo sindicais. Descobrir que esse debate está afundado numa neblina de confusões. Nunca conseguiu obter de dois interlocutores a mesma definição do que seja “unicidade” ou “pluralismo”. Há um conflito entre eles, mas não está exatamente claro qual seja o objeto do conflito. Tentei ao máximo por ao lado as controvérsias a respeito dessas abstrações e focalizar as convergências concretas.

As cinco convergências. A primeira convergência, inclusive já transformada em lei, é reconhecer em lei o papel das centrais sindicais. Há um paradoxo no sistema sindical brasileiro. Um sistema que no papel é unitário, pautado pelo princípio da unicidade é caracterizado na prática por uma hiperfragmentação sindical. Por conta dessa hiperfragmentação sindical, nós não temos agentes institucionais capazes de negociar acordos nacionais sobre temas como vínculo entre aumento do salário real e elevação de produtividade. Esses agentes nacionais são capazes de serem os instrumentos para acordos nacionais, inclusive acordos a respeito de temas que transcendem os temas econômicos mais estreitos e que digam respeito à própria estrutura institucional do trabalho e da produção. Esse pode ser o grande papel das centrais.

O segundo tema da convergência concreta foi aceitar a substituição do imposto sindical pela chamada “participação negocial”. A participação negocial é concebida como consensual e coletiva, porém não voluntária no sentido individual. Os trabalhadores votam dentro de um teto que é uma determinada porcentagem do ganho anual médio, e a decisão coletiva obriga todos os filiados e representados... Alguns concordaram com essa idéia por uma questão de princípio, outros concordaram porque simplesmente não viram

possibilidade de manter o imposto sindical e procuraram o mal menor.

O terceiro tema da convergência prática é aceitar o princípio de que na base, isto é, no local de trabalho ou na unidade fabril, o sindicato da categoria preponderante represente todos. E, curiosamente, essa foi uma convergência a que chegaram em geral tanto os defensores da unicidade como os defensores do pluralismo. É uma maneira de reinterpretar o resíduo pragmático dessas controvérsias.

A quarta convergência tangível é fortalecer o combate contra as práticas anti-sindicais. Esse não é um programa de flexibilização no sentido neoliberal, esse é um projeto de reimaginação institucional no interesse, sobretudo, da maioria excluída e sua integridade depende de reforço do combate às práticas contra o movimento sindical. Medidas negativas não bastam, é preciso inclusive institucionalizar a figura do agente sindical com lugar próprio na unidade de trabalho e condição para tratar com os representados sem interromper a rotina de trabalho.

E a quinta convergência pragmática é a organização jurídica do sistema de negociação coletiva, inclusive liberta da camisa de força da data base. Essa foi uma tese insistentemente levada a nós pelos juízes e procuradores do trabalho.

Aí estão, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, as grandes linhas dessa proposta que representem em sua ambição a iniciativa mais abrangente a respeito do modelo institucional de relações entre o capital e o trabalho desde Getúlio Vargas. Nós só caminharemos se conseguirmos, a partir do Congresso Nacional, engajar todo o país nesse debate. Eu apelo ao Senado para que apóie esse projeto de construção nacional.

[troca da presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado, Sr. Ministro Roberto Magalhães Unger. Após a exposição do Ministro, nós vamos passar agora aos Senadores.

O Senador autor do requerimento, Senador Paim, teria prioridade, mas ele está--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu fiz uma permuta com o Senador Suplicy, porque tive que votar dois projetos na Comissão de Educação, voltei e perdi parte da exposição. Ele fará as primeiras perguntas e naturalmente onde ele fazia sua exposição eu me situo e em seguida farei uso da palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com a palavra o Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sr. Presidente Senador Augusto Botelho e prezado Ministro Roberto Mangabeira Unger. Prof^o Roberto Mangabeira Unger, hoje Ministro Extraordinário de Assuntos

Estratégicos, o que pensa o convidado pelo Presidente Lula sobre para onde vamos com esta perspectiva de longo prazo? Normalmente gera polêmicas... Ainda recentemente foi comentado na imprensa que esteve no centro da polêmica da saída da Ministra Marina Silva e a entrada do Ministro Carlos Minc, que toma posse hoje.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO:[Pronunciamento fora do microfone].

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Uma tripla polêmica... Mas o que eu quero, sobretudo, afirmar é que eu conheço o Profº Roberto Mangabeira Unger desde os anos 70 e acompanho a sua contribuição e aprendi a respeitá-lo e muito. E até por esta razão, em pelo menos duas oportunidades, eu o visitei na Universidade de *Harvard* assim como tivemos a oportunidade de dialogar algumas vezes em São Paulo e quero registrar que de todos esses diálogos eu sempre acabei aprendendo mais e num grau maior de patamar de conhecimento, de idéias, e, sobretudo, porque ele é uma das pessoas que mais tem estudado a realidade brasileira mesmo quando no exterior ali lecionando na Universidade de *Harvard*. E sou testemunha de como inúmeras pessoas assistiram às suas aulas normalmente cheia de estudantes, normalmente em ambientes até lotados e com... Onde com frequência as suas aulas naquela universidade são concluídas por aplausos dos estudantes.

E o que eu percebo hoje é que o Profº Roberto Mangabeira Unger, Ministro Mangabeira Unger, vai aos poucos avançando em algumas proposições, algumas das quais ele já as escreveu, dentre outras obras, naquela que ele escreveu com o Edmar Lisboa Bacha, em 1978, salvo engano, denominado *Participação Salário e Voto* onde podemos ali reconhecer algumas das suas proposições. Como ele nasceu em 1947, ali ele estava com 31 anos. E eu faço um paralelo com alguns professores que me vem à lembrança por causa das suas contribuições, inclusive sobre o tema de hoje.

Um dos professores que acredito Roberto Mangabeira Unger provavelmente conhece pessoalmente, eu não o conheço, ontem eu o vi, mas antes da sua palestra... Porque precisei sair, hoje está na imprensa, é o Profº Edmund Phelps que se encontra no Brasil e fez observações positivas ontem sobre a economia brasileira e diversos programas que estão em andamento e faz recomendações. Mas que escreveu uma obra significativa pouco antes de ser laureado com o Prêmio Nobel de Economia denominado *Rewarding Work* que de alguma forma guarda relação com o tema aqui proposto.

O Profº Edmund Phelps, eu gostaria aqui de aproveitar a oportunidade e lhe perguntar como é que avalia

esta proposição? Porque neste livro, basicamente, ele observa que é muito importante se assegurar maior grau de emprego na economia. Que é um objetivo próximo daquilo que é de sua palestra aqui. E ele, então, observa aqui, como há externalidades, ou seja, vantagens adicionais que resultam de... Numa economia de mercado, as empresas estarem contratando mais trabalhadores do que de outra maneira o fariam, que seria importante até o Governo, ou a sociedade estar contribuindo com um acréscimo para que as empresas estejam contratando mais trabalhadores porque assim, digamos, dentre outras coisas, o grau de criminalidade na sociedade diminui e tantas outras vantagens decorrem disso.

O segundo ponto que gostaria de perguntar refere-se ao seguinte... As diversas economias desenvolvidas hoje têm um sistema de transferência de renda que ganhou maior importância ao longo do tempo, e, assim como o Profº Mangabeira Unger observa que nós estamos prensados entre economias de alta produtividade e outras que estão aumentando muito o seu grau de produtividade, em que medida nós deveremos conhecer de perto sejam os empresários, sejam os trabalhadores, os sistemas de transferências de renda que existem nos... Nestes países? Por exemplo, nos Estados Unidos da América, que conhece bem, no Reino Unido e assim por diante.

Nos Estados Unidos da América, nós percebemos que desde os anos 30 iniciaram-se programas como *Assistance for Family with dependent children*, no Governo *Roosevelt*, substituído em 96 no Governo Bill Clinton por *Temporary Assistance for Needy Families*, o *Food Stamp Programs*, o Seguro Desemprego, o *Social Security*, o *Med Care* e assim por adiante. Mas a partir de 1975 iniciou-se um sistema o crédito fiscal por remuneração recebida, uma forma de Imposto de Renda negativo, mas apenas para os que trabalham e que hoje paga, aproximadamente, 24 milhões de famílias nos Estados Unidos cerca de 40 bilhões de dólares.

Eu tenho para mim, mas gostaria de saber a sua opinião... Que este sistema que não me... Que é um passo positivo, mas ainda considero outro melhor, é um sistema que nós brasileiros precisamos estar conscientes de que ele existe, porque se não o fizermos, as economias como as que têm tal sistemática estão sendo mais competitivas em relação à nossa se não fizermos igual ou melhor.

Sinal de que isto tem influência, basta observar que, quando o Bill Clinton se tornou Presidente da República em 1992 para 1993, ele estendeu e mais que dobrou o valor do chamado *EITC*, a taxa de desemprego que era da ordem de 7,5% em 1992 para

1993, baixou no ano 2000 para 3,9%. E tanto isso foi significativo que uma das economias que mais competem contra os Estados Unidos, mais interage com a mesma, que é a do Reino Unido levou ali o Primeiro Ministro, Tony Blair, a fazer com que ali fosse criado o *Family Tax Credit*. Nos Estados Unidos, um trabalhador na faixa de salário mínimo se tiver mulher e duas ou mais crianças recebem 40% a mais de *earning tax credit*, crédito fiscal por remuneração recebida, e é o conjunto da sociedade que remunera mais aquele trabalhador e isto deixa o trabalhador mais satisfeito, com maior grau de produtividade, é o conjunto da sociedade que complementa aquela remuneração, e no Reino Unido... Quando o Tony Blair percebeu isso criou o *Family Tax Credit* que paga ao trabalhador que recebe, digamos, 800 libras esterlinas, 50% a mais e ele acaba recebendo 1200 libras esterlinas para ter aquele emprego que, obviamente, contribui para fazer o Reino Unido uma economia mais competitiva em relação a dos Estados Unidos.

De maneira que... Nós precisamos estar conscientes disso. Nós hoje temos um programa de transferência de renda muito significativo, o "Bolsa Família", que atinge 11 milhões e 100 mil famílias, e seria importante que estudássemos qual a repercussão no mercado de trabalho de um programa como este.

O outro economista que me faz lembrar um pouco da contribuição de Roberto Mangabeira Unger é um que, quando estava com 28 anos, em 1935, e convivia muito no círculo de *Cambridge* com John Maynard Keynes, Joan Robinson(F) e Edward Cane e outros, escreveu algo que guarda relação com a preocupação sua. Ele escreveu: "*Outline of economic policy for a labour government*" me refiro ao Prêmio Nobel de economia, James Edward Meade, que nos anos finais de sua vida, em 89, 92 e 95 escreveu o desenvolvimento daquela proposta e em *Agathotopia*: [ininteligível] e nesses três livros onde ele desenvolve aquilo que havia colocado já aos 28 anos de idade, numa época em que o Reino Unido estava com um quarto da sua força de trabalho desempregada, portanto com objetivos muito afins com o seu propósito, ele relata de sua longa jornada em busca de utopia. E por mais que navegasse não conseguiu encontrá-la. No caminho de volta deparou-se com *Agathotopia*, e ele ficou muito interessado em saber dos seus arranjos sociais e instituições e tornou-se amigo de um economista que lhe disse: "Olha aqui, os *agathotopianos*(F) não sabem onde é que fica o mas não vão lhe contar onde é. Porque eles têm enorme diferença com os *utopianos* que são seres humanos perfeitos que vivem num lugar perfeito".

Mas, então, ao estudar as instituições de *agathotopia* chegou à conclusão de que eram as melhores

para atingir os objetivos que de há muito ele procurava, que são também os seus... Liberdade no sentido de cada um poder trabalhar no que deseja, que seja a sua vocação, de poder gastar o que ganha naquilo que deseja, de igualdade no sentido de não haver grandes disparidades de renda e de riqueza, e de eficiência no sentido de se alcançar um maior padrão de vida possível com a tecnologia e os recursos existentes.

E estas instituições são... Eram justamente as seguintes: Flexibilidade de preços de salários, mas também com algumas contrapartidas para que houvesse a boa locação de recursos... Estou concluindo.

[troca da presidência]

SRª PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Senador, que já ultrapassamos bastante o tempo regimental.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Segundo, que houvesse participação nos resultados, e para que houvesse a participação nos resultados, obviamente, precisaria ter aquilo que o Profº Mangabeira Unger aqui mencionou... O acesso às informações dos resultados e com isso estou inteiramente de acordo.

E em terceiro lugar... Como se houver alguma flexibilidade nos salários e também participação nos resultados, obviamente até por fenômenos climáticos e acontecimentos internacionais poderá haver dificuldades de remuneração para segmentos da sociedade. Então, seria necessário um outro instrumento que justamente seria uma renda como um direito à cidadania para todos. Então, como o Profº Roberto, [soa a campainha] Ministro Mangabeira Unger conhece bem, eu estou consciente e tenho defendido que já é lei para ser instituída a médio e longo prazo como um direito a todos o que, de alguma maneira, ele próprio defendeu aos 31 anos com Edmar Bacha... O direito de toda e qualquer pessoa receber uma renda como um direito à cidadania.

Então, se vamos encaminhar para algo assim, se ele avalia que isto é positivo e deve ser assim considerado? Até porque o Congresso Nacional já definiu como uma lei que ele conhece.

Sr Presidente, acho que... Senadora Rosalba, acho que podem... Acho que gostaria que o Senador Paulo Paim já completasse e não precisa que ele responda de pronto às minhas perguntas.

SRª PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu gostaria, inclusive, de aqui... Primeiro ouvir os Senadores e depois o Ministro daria as respostas, faria suas colocações. Mas eu quero fazer um apelo para que todos cumpram o tempo regimental... É importante a participação do Senador Suplicy, ele vem para realmente trazer subsídios importantes,

mas nós temos um tempo regimental e todos já estão inscritos. Então, Senador Paim, cinco minutos.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Se puder, até marca... Que daí eu me controlo um pouquinho.

Primeiro, Ministro Roberto Mangabeira Unger, cumprimentá-lo pela coragem. V.Ex^a mexe num campo que eu gosto muito de trabalhar, todos nós temos dificuldades, que é um campo delicado e V.Ex^a está trazendo o debate para o Congresso Nacional e, naturalmente, para toda a sociedade brasileira.

Eu confesso que esse debate da relação empregado, empregador, empreendedor, trabalhador, enfim... Capital de trabalho... A questão da informalidade é o que mais nos preocupa e vejo que V.Ex^a está disposto a enfrentar também esse debate, a questão dos encargos sobre a folha de pagamento eu concordo na íntegra. Eu fico meio assustado até fiz um estudo recentemente da consultoria do Senado, e foram 20, 30, 40, 50 bilhões da chamada “renúncia fiscal” sem uma contrapartida para mim no aspecto social de parte dos empreendedores. Não tem problema nenhum de reduzir impostos, tributos, enfim, desde que houvesse uma certa compensação e V.Ex^a aponta alguns caminhos como a participação efetiva dos trabalhadores dos lucros das empresas.

Eu tive a alegria ainda quando era Deputado junto com o Deputado na época Inácio Arruda, hoje Senador, nós ambos Senadores, de apresentarmos também a proposta da redução de jornada sem redução de salário como uma forma de impulsionar a economia, gerar emprego com uma tendência mundial para mim irreversível já que eu sempre digo que nós não vivemos uma ilha... Nós todos sabemos que as novas tecnologias avançam, e tem que haver a responsabilidade social dos empreendedores, dos empregadores com o trabalhador e, conseqüentemente, do emprego.

Então, eu queria também se V.Ex^a pudesse, eu vou ficar nos meus cinco minutos, tenho três ainda, apontar alguma coisa nesse sentido. Eu acho que nessa política de redução de encargo sobre a folha – que não sou contra – para mim o encargo sobre a folha da previdência do empregador tinha que ser zero, porque quem tem que pagar a Seguridade Social não é só o empregador, é o conjunto da sociedade, transfiro isso para o faturamento. Como nós apresentamos um trabalho, não eu, a Comissão apresentou um trabalho há dois anos atrás que jogava para o faturamento, podemos discutir faturamento ou lucro, mas não tem porque só o empregador pagar o encargo sobre a folha, que a responsabilidade social da Seguridade Social para mim abrange a todos. Até porque um estudo recentemente que mandei fazer... Se o trabalhador pegasse o que ele deposita para a Previdência todo o mês du-

rante 35 anos, ele se aposentaria com salário de 16 mil Reais... Se pagar em torno de três, quatro salários mínimos. O que ele paga hoje daria numa poupança o correspondente a 16 mil Reais. Claro que todos nós diremos: “não é só a questão da aposentadoria dele. Tem toda uma responsabilidade social, de acidente de trabalho enfim...”

Mas o que eu quero dizer nessa minha fala rápida e vou ficar nos cinco minutos, é que nós tínhamos que debater nesse complexo... V.Ex^a é muito corajoso, quero elogiá-lo aqui pode ter certeza, porque V.Ex^a está provocando o debate, e o Congresso tem que debater mesmo... As centrais, as confederações. De forma correta V.Ex^a iniciou por lá, mas vai passar por aqui... Sem o aval do Congresso não tem mudança nenhuma, não se muda a CLT, não muda a Constituição, e, por isso, V.Ex^a também foi feliz quando disse que essa é a Casa que vai ter que fazer essa reflexão.

Eu... se eu pudesse, eu apontaria até quando formos discutir essa questão de toda a legislação trabalhista, eu nem entrei na questão sindical que eu acho corretíssima também, como está não pode ficar, essa Casa já aprovou o Projeto nº 298 que regulamenta a contribuição assistencial no máximo em 1% e houve um acordo, eu fui Relator do projeto que regulamentou as centrais sindicais [soa a campanha] o acordo era que o Ministério do Trabalho mandaria para cá o projeto três meses depois. Está vencendo o prazo. Vamos torcer para que, efetivamente, a contribuição social seja regulamentada e paga por todos os trabalhadores da categoria correspondente e não somente para os sócios, porque todos são beneficiados com a atividade sindical, por isso que eu concordo com a tese levantada por V.Ex^a e discutida também com as centrais sindicais.

Mas, por último, eu quero também deixar registrado a minha preocupação com a questão da juventude. Os últimos dados levantados pelo IPEA demonstram que os principais desempregados são nossos jovens de 16 a 24 anos. E que isso eu acho que nesse debate V.Ex^a também poderá trazer à luz, digamos, caminhos para essa situação que pode passar pelo Ensino Técnico, enfim... Mas o que eu quero fechar aqui é dizer que não sei se nós não teríamos também que discutir a Previdência, só deixo como uma sugestão discutir a CLT, discutir a relação empregado-empregador, organização para o local de trabalho, uma nova estrutura sindical, mas eu penso no trabalhador de hoje, todos sabem meu compromisso – e agora é o meu último minuto – é de que o trabalhador na atividade. Mas e no ato que ele se aposenta? Ele vai para esse caminho? Que tudo indica, manter a política adotada pelos últimos Governos nos últimos 20 anos... Todos

vão ficar ganhando salário mínimo e nós sabemos que ninguém vive com salário mínimo. Claro que nós queremos o salário mínimo ideal, mas nós sabemos que não vai conseguir o trabalhador com a sua família a viver com o salário mínimo a continuar essa política que, infelizmente, últimos 20 anos é adotada no Brasil em matéria de previdência pública...

Eu fiz mais uma reflexão... Mas quero muito mais cumprimentar V.Ex^a pela coragem, V.Ex^a esteve inclusive ao meu gabinete, né? V.Ex^a ligou com a humildade dos grandes homens e foi lá visitar esse Senador e conversou um pouco sobre as suas idéias.

Eu acho que o momento é esse. V.Ex^a está de parabéns por provocar o debate. E claro que no debate nós daremos nossa parcela de contribuição para o melhor para o país. Parabéns a V.Ex^a.

SR^a PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Parabéns, Senador Paim. Com a palavra o Senador Inácio Arruda para seus cinco minutos.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): [Interrupção no áudio] Bancada do PCdoB na Câmara de ter a presença do Ministro para discutir exatamente esse... Essas questões que V.Ex^a tem levantado, que são fruto de um debate já prolongado no país. Eu considero também que as matérias são... A matéria é muito polêmica e vai ser motivo de muita controvérsia no Congresso, tanto na Câmara como no Senado, entre os partidos e, fortemente, no movimento sindical. Tem muita força de debate, de discussão e de polêmica.

E todas as partes do debate que V.Ex^a busca dar uma feição sistêmica, não dá para considerar que eu vou resolver a informalidade sem mexer na questão sindical, sem mexer na questão previdenciária, sem mexer num conjunto de outros encargos... Então, se não tiver essa visão de conjunto, também não vai conseguir andar. E a visão de conjunto tem imensa dificuldade... Ela tem imensa dificuldade, porque a nossa prática comum no país como um todo e no Congresso Nacional em especial, afora o debate constitucional, que surgiu pós conquista desse processo de maior liberdade democrática no país, com o fim do regime militar, digamos ali que nós tivemos uma certa quebra institucional sem uma grande revolta popular, quer dizer, o regime não caiu e espatifou-se. Ele como que negociou a sua saída... Mas de certa forma você teve ali uma certa quebra institucional que permitiu a Constituição e a Constituição, então, tinha oportunidade de ter a visão sistêmica. Quem mais teve a oportunidade de ver a visão sistêmica foi exatamente os que elaboraram a Constituição. Mas ela foi fruto de uma grande controvérsia também. Tanto que saiu uma Constituição que almejava o parlamentarismo, no sistema presiden-

cialista, submeteu o sistema parlamentarista a voto, e nós tivemos a segunda grande derrota do sistema parlamentarista. Que deixa esse debate sobre o parlamentarismo fora da discussão talvez por um longuíssimo período no nosso país frente à decisão popular. Dois plebiscitos, duas derrotas pavorosas. Então, eu considero corretíssima a idéia de ter visão sistêmica.

Segundo, o problema depois que você for entrar na questão mais objetiva... No pragmatismo. Quer dizer... "Tá bom, então vamos esquecer as questões do ponto de vista mais ideológico, porque elas estão mais envenenadas, aquelas posições, e vamos ver onde é que elas podem se materializar em coisas bem concretas" Qual é o que nós consideramos sempre o grande problema? E por isso que a Constituição Brasileira ela está, digamos assim, assoberbada de matérias que deveriam ser infraconstitucionais. Por quê? Porque há uma fortíssima desconfiança entre os trabalhadores seja do mercado de formal, seja do mercado informal de que as promessas de garantias... "Olha, eu vou retirar tais e tais direitos", entre aspas, que no final oneram o setor produtivo, ou... Mais precisamente, onera a produção, não é exatamente o empresário, o patrão, onera a produção que é que vai para o consumidor final. Então, está onerando essa produção... Então, ao retirar essas vantagens aparentes que oneram a produção, [soa a campainha] você tem garantias futuras. O teu futuro está garantido. Você não só vai melhorar seu salário, você vai recuperar então a participação dos salários na economia brasileira como seu futuro está garantido.

Então, a desconfiança é gigantesca, não é pequena e mesmo que você acorde em determinadas questões, quando chega no Congresso o debate, há uma fortíssima desconfiança, por quê? Porque os últimos anos, todos nós nos últimos anos pós Constituição de 1988, nós passamos a viver num sistema ou numa política Governo que tinha afeição neoliberal de desconstituir sem garantir. Então, essa desconstituição sem nenhuma garantia gera essa brutal desconfiança... Que eu considero que são as visões de V.Ex^a são corretíssimas. O problema do mercado informal é uma brutalidade no Brasil, algo até criminoso que nós assistimos ao longo de décadas.

O problema da queda sistemática da participação dos salários na economia é também outro problema gravíssimo que V.Ex^a levanta. O problema sindical da representação de muitas representações sindicais que V.Ex^a coloca aqui no texto. Quer dizer, umas reconhecemos, tem um grau de representatividade elevadíssimo, mas boa parte não tem representatividade nenhuma, porém fala em nome dos trabalhadores brasileiros.

Então, como... É mais ou menos assim, o Governo teria que ter uma fortíssima respeitabilidade popular, mas muito forte respeitabilidade popular e no movimento sindical, que o Lula nós podemos dizer que em certa medida possui, mas teríamos até que ter mais essa respeitabilidade para poder consumir um programa como esse dizendo: “Existem garantias”. Antigamente teve um período que se disse o seguinte: “Plante que o Governo garante”. V.Ex^a deve lembrar desse momento da vida política brasileira... “Plante que o Governo garante”. Depois houve uma resposta quase que imediata que era o seguinte: “Plante, colha e coma. Senão o Governo depois vem e toma”. Faz parte da desconfiança popular e da representação política dos setores populares.

Então, se nós não ganharmos essa confiança, acho que aqui talvez esteja a mola central para nós darmos a passagem seguinte... É ganharmos a confiança do setor sindical, patronal e também dos trabalhadores e ganharmos a confiança da parte mais significativa da população que está na informalidade. Ela está fora de qualquer direito. Se ela perceber, se ela sentir que tem garantias, porque ela está fora desse modelo que nós estamos colocando que ele está atrasando até o desenvolvimento da economia nacional... Ela está fora, mas ela almeja entrar nesse sistema. “Não, quero entrar nesse sistema”. Aí vem o Senador, juntamente com o Ministro Mangabeira, e dizer: “vamos acabar com esse sistema”... “Sou eu que estou querendo chegar nesse sistema e me vem agora dizer que vão acabar com esse sistema? Ou vão alterar substancialmente esse sistema?”

Então, teríamos que quebrar essa desconfiança que geraram na população, principalmente quando chega na questão da Previdência Social. O debate aqui tem sido... É um dos debates mais duros do Congresso Nacional... Tem sido o debate da Previdência Social. De mudanças significativas na estrutura da Previdência Social. Onde que vai ficar a garantia? Quer dizer, vamos jogar tudo para o Orçamento Fiscal?

Como mesmo V.Ex^a levantou, Paim levantou aqui também, vamos trabalhar com a folha, né? Com o faturamento... Também há um questionamento. Porque de fato você retira da folha, põe para o faturamento e cria, quer dizer, penaliza então as empresas que são intensivas em capital. Então, por que é que vai penalizar se queremos aumentar nossa competitividade, queremos avançar? O Presidente Lula ao anunciar o Programa de Desenvolvimento Produtivo diz que quer ter grandes empresas brasileiras no mundo, então como é que você vai retirar essas vantagens que essas empresas possuem? Então também não seria uma alternativa factível via faturamento. Então, nós vamos garantir

tudo onde? No orçamento fiscal? Esse orçamento fiscal assegura tudo? Cria um outro debate. Sempre que nós avançamos sobre o orçamento fiscal para dar essas garantias, surge também um debate que foi levantado na... E tem sido levantado sistematicamente no Brasil, que é o problema da “gastança” do Governo. Quer dizer, o Governo... A Previdência sai daqui e vai para ali, para o orçamento fiscal. Sai da folha, sai do faturamento, vai para o orçamento fiscal. Indo para o orçamento fiscal existe hoje um debate intenso no Brasil da chamada “gastança”. Quando se quer desenvolver o país, tem que expandir a base de formação profissional, as escolas técnicas, as universidades, o setor de pesquisa, tudo isso seja maiores gastos da União e maiores gastos em cima do Orçamento Fiscal da União... Isso sempre tem sido colocado como fruto de uma gastança brutal no Brasil.

Então, precisaríamos... Acho que o que ganhará confiança dos trabalhadores e, sobretudo, no Congresso Nacional para nós termos tranquilidade de fazermos alteração é examinarmos e essa garantia é factível. Ela não vai levar os trabalhadores a uma situação mais dramática de futuro. Porque esse é um debate difícil no Congresso Nacional, não é um debate fácil e precisa ser feito com a transparência e a tranquilidade de quem tem essa responsabilidade.

Eu estou considerando assim, que V.Ex^a sempre com temas polêmicos seja em demissão de Ministro ou em ascensão de Ministros, tá certo? E nessa questão aqui então isso é polêmica pura, e vai dar muito pano para manga, mas V.Ex^a tem agido com uma posição que conforta quem vai debater. Que é a seguinte: “Olha, eu tenho... Não estou aqui para ser aplaudido. Eu estou para colocar uma posição que considero que é a mais justa para o desenvolvimento do Brasil”. Numa visão de conjunto. Não é para alguém dizer “olha, ok, está bem, estou de acordo com V.Ex^a”. Não é para isso... É para desenvolver nosso país e tem colocado isso com muita transparência suas posições. Não deixa dúvida sobre elas. Então, isso facilita também o debate e ao mesmo tempo que V.Ex^a não deixa dúvidas sobre as posições, também seja que Senadores, Deputados, sindicalistas não deixem dúvidas sobre as suas posições. Nós estamos aqui defendendo trabalhadores ou até, daqui a pouco, podemos dizer estamos imaginando que estamos defendendo.

SR^a PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Inácio, gostaria que o senhor finalizasse.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): São essas minhas colocações.

SR^a PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada. Passo a palavra ao

Senador José Nery. Gostaria de fazer um apelo... Vamos ser mais sintéticos. Cinco minutos.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr^a Presidente, vou tentar seguir o seu apelo. Queria cumprimentar o Ministro Mangabeira Unger, e me deter entre os temas aqui tratados, a um dos pontos que eu considero uma verdadeira tragédia brasileira que é esse chamado amplo mercado da informalidade. Me refiro a esse aspecto, talvez por ter presenciado e, de certa forma, convivido no último mês com as cenas de violência que ocorreram em Belém, a capital do Estado, quando trabalhadores ambulantes foram retirados à força com medidas muito práticas, muito truculentas das ruas centrais da capital, Belém, não que eu não tenha a compreensão de que o espaço urbano, as calçadas, as praças, devam ser destinada e assegurar ao direito de ir e vir da população.

Mas um problema social de tão alta magnitude, que, infelizmente, não é um problema de Belém, é um problema de todas as nossas capitais, e eu diria das cidades médias e até hoje das cidades pequenas. E essa situação, em vez da busca e da adoção de medidas que no âmbito de um debate sobre desenvolvimento nacional, política de emprego e renda, de garantia de direitos fundamentais da população, inclusive aqueles que estão regulamentados e o debate que se faz aqui e ali é de desregulamentação, de retirada de direitos dos trabalhadores tão necessário diante dessa situação, quer dizer, que o Governo, o Parlamento, busquemos então focar o debate nessa questão para que aquilo que é consequência de um modelo excludente, concentrador de renda, que tem “n” facetas, entre elas a concentração da terra que faz com que milhares de trabalhadores migrem do campo para a cidade, o êxodo rural ainda presente, que hoje quase que 80% da população brasileira estão nas cidades...

Então um conjunto de fatores que sem pensar de forma articulada, medidas que se relacionam diretamente à geração de emprego, a garantia dos direitos sociais menos que tem do trabalhador, bem como medidas que possam garantir a ocupação das pessoas, a garantir o direito ao trabalho e esse trabalho pode se dar no campo. Nos últimos quatro, cinco anos, estima-se que tenha sido assentado em torno de 350, 400 mil trabalhadores nos programas de Reforma Agrária. [soa a campainha] Mas isso está muito longe de garantir a esses trabalhadores do campo, a terra, e ontem mesmo eu presenciei em Marabá uma reunião em que dezenas de ocupantes de áreas rurais lutam por esse direito, e a ocupação no campo pode ser uma forma, não só a ocupação e as condições e um programa de Reforma Agrária mais efetivo, com as condições mínimas de produção, de assistência técnica – da verda-

de – de garantia de que o trabalhador possa ficar no campo é também uma forma de garantir a cidadania desse trabalhador e impedir a continuidade perversa do êxodo rural.

Agora, a informalidade tal qual existe hoje, em que por mais que esteja assegurada ali naquela atividade penosa... Muitas vezes [soa a campainha] Insalubre, sem as mínimas condições de não ter um salário definindo, mas uma renda que às vezes mal permite--

[troca da presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador José Nery, mais dois minutos para V.Ex^a.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, Sr. Ministro, a necessidade que esse setor merecesse uma atenção que infelizmente nós não temos percebido de forma mais efetiva e quando a questão tem aparecido é mais como um caso de polícia, como esse exemplo de Belém, um exemplo que se reproduz na maioria das grandes cidades brasileiras – é uma tragédia.

Portanto, a minha pergunta mais diretamente ao Ministro... Eu li aqui rapidamente alguns dos pressupostos do diagnóstico que o senhor faz da questão e de alguns aspectos que poderiam significar uma atenção mais direta ao problema, mas assim... Qual é de fato o plano estratégico do Governo para tratar essa questão específica sem aqui deixar de considerar a necessidade e a importância dos outros temas que o senhor abordou em sua exposição?

Na verdade, como é que se trata da construção de um Plano Nacional integrado a um conjunto de ações, não é uma ação isolada, mas essa é a pergunta que gostaria de fazer a V.Ex^a e... Também comentar que uma das preliminares que o senhor contrata do resgate da economia informal... De fato identifica a informalidade como uma fraude do regime legal tributário. É verdade, mas é uma verdade que por outro lado, tem do outro lado, a necessidade de milhões aos quais não são lidas as mínimas oportunidades [soa a campainha] de garantias de um trabalho digno e... Essa questão também se relaciona, em alguma medida, com temas tão importantes que estão em discussão aqui no Congresso Nacional como a Reforma Tributária. E lá como me referi a Belém, Belém Amazônia, Pará, Amazônia, talvez um tema que guarda alguma referência em sentido absolutamente contrário, é que de um lado a informalidade é essa fraude ao regime fiscal e tributário, por outro lado há uma excessiva concessão do Estado através de desonerações das exportações – e eu falo aqui especificamente dos produtos primários e semi-elaborados – quando as grandes empresas exportadoras do país, hoje, talvez, algum momento necessário

10, 15 anos depois de sua instituição como a [soa a campanha] Lei Kandir não se justifica mais.

Então, é um apelo que faço a discussão aqui, faço a discussão da reforma tributária do fim da Lei Kandir para que as empresas exportadoras sejam efetivamente... Que volte a fazer a contribuição para o país através do pagamento de impostos que estão isentos os de ICMS, por exemplo, representando para alguns Estados [soa a campanha] verdadeiro, eu vou concluir, Sr. Presidente, verdadeiros caos nas finanças do Estado quando à vezes um Estado como o Pará perde mais de um bilhão por ano.

Então, são questões fundamentais que se relacionam com o tema no outro sentido que a meu ver merece atenção e dizer que o sistema que o senhor traz nessas suas considerações sobre essas questões do emprego, da informalidade e da busca de uma participação maior e efetiva do salário da renda nacional são questões essenciais, fundamentais e com certeza a sua presença aqui ajuda a gente a melhorar o nível do debate e, inclusive, aprofundá-lo juntamente com questões que estão em debate aqui no Congresso, como essa da Reforma Tributária que fiz menção. Agradeço Sr. Presidente, peço desculpas por mais uma vez não ter respeitado o tempo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ficou dentro dos 10 minutos. Senadora Rosalba, dentro dos seus cinco minutos. [risos]

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Justamente... Eu vou retribuir a atenção que o senhor fez, cumpriu o regimento em cinco minutos.

Vou ser muito rápida até porque acho que todos os colegas já colocaram as preocupações e dizer, Sr. Ministro, que hoje realmente sempre que nós estamos a debater e o senhor está aí para estimular o debate na questão do trabalho.... Isso acho que é mais do que benéfico não somente à esta Casa, mas principalmente ao Brasil.

Hoje na Casa, inclusive, está acontecendo a Sessão Especial em homenagem ao Dia da Indústria. Nada mais justo, geradora de emprego, de renda, de trabalho, inclusive na formalidade. Mas também estamos aqui a discutir o problema que é gravíssimo, que é sério que acontece no país e, como o senhor aí colocou, realmente é uma catástrofe. Mais de cerca 50% dos trabalhadores na informalidade. Isso sem computar o percentual daqueles que tem contratos temporários, contratos provisórios.

Mas eu gostaria aqui só de colocar uma questão... O consumo no Brasil aumentou. O nordeste principalmente aumentou e acho que uma das coisas que contribuiu foi a renda... A transferência de renda, de Bolsa-Família. Isso é uma questão... Então, o recurso está

circulando e o consumo aumentou. Quando aumenta o consumo, aumenta a produção e, infelizmente, isso não está acompanhando a formalidade do emprego. Ficaria só uma questão que eu acho que talvez seja o ponto de tudo. Será essa carga tributária tão pesada que nós temos, que faz com que muitos fujam da formalidade?

Já foi criado o "Simples", mas nós sabemos que mesmo assim a informalidade continua muito grande. Quantos e quantos fogem em função do medo do Leão? Dessa carga tributária tão alta que tem o país. Porque o trabalhador ele fica cerca de mais de 40% retido só em impostos... Quando você fizer o cálculo do Imposto de Renda, do que retira o ICMS na conta da água, da luz da sua casa, enfim... Mais do que isso. E será que não seria também essa desconfiança que seja o que mais importante que a gente possa resgatar? Desconfiança de quê? Algo que seja debate e acertado ele realmente venha prevalecer. Porque nós vimos mudanças de como a cada instante e até da própria Constituição sendo alterada em funções de várias questões em nosso país.

Então, sei que o senhor está com grande desafio, Ministro, e parabeno porque o senhor está destemido em enfrentá-la. E quero dizer aqui só dizer que foi bastante importante, vamos... Vou ter agora o material para poder conhecer mais, para detalhar mais e tirar as nossas conclusões e que esta Comissão agradece a sua participação e quer manter esse diálogo, quer manter essa aproximação, porque o que todos nós queremos, com certeza e sei que é o seu pensamento e a sua missão, encontrar um caminho para fortalecer o trabalhador, fortalecendo a produção e fazendo nosso país mais forte. Muito obrigado.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador Paim, um minuto.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Primeiro deixa eu dar os parabéns à nossa Presidente. Ela ficou em quatro minutos, deu um *show* de bola. Quatro, não... Três e meio, parabéns. Senador Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Ministro, o senhor falou bem claro do risco de nós ficarmos entre uma economia de trabalho barato ou de uma economia de tecnologia, né? E fala nas inovações em relação às leis trabalhistas e tudo... E que o nosso caminho talvez seja de mudar... De criar uma ação como Getúlio Vargas criou à época ou fazer uma ação atual. O senhor tem alguma direção que a gente possa começar a pensar, discutir em relação a isso? As mudanças que a gente pode fazer?

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Presidente, eu queria só... Que para complementar

nesse sentido aí já que eu só usei três minutos e meio, me desculpe--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [Pronunciamento fora do microfone].

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Só meio minuto. Porque quando o Ministro falou na questão até do SEBRAE que nós temos que elogiá-lo pela questão do gerenciamento. Eu sei que ele acompanha os pequenos negócios e como você administrar seu próprio negócio. Isso é importantíssimo. Na questão também do crédito aos pequenos para que eles possam se fortalecer e do apoio tecnológico... São desse ponto aí que gostaria aqui para complementar de ouvir do senhor como poderemos alavancar chegando lá na ponta, dos pequenos Municípios. O Brasil é muito grande e eu falo dos nossos Municípios pequenos, o Senador é lá do norte, eu sou do nordeste, onde existem iniciativas que são louváveis e eu poderia aqui até dar um exemplo de uma Fundação geração de emprego e renda lá da minha cidade, onde durante o período que eu estive administrando foram mais de três mil pequenas empresas em parceria com o SEBRAE e com as universidades e com a escola técnica no apoio tecnológico e com o crédito direto para pequeno crédito gerado de um fundo geral da própria Prefeitura que determinou a criação de inúmeras microempresas.

Então, são iniciativas como essa que eu acho que também o senhor poderia analisar de como aproximar mais dos Municípios e trazer o Município para se fortalecer nessas ações, porque nós entendemos que se não acontecer com todo interesse a participação, o envolvimento dos que são responsáveis lá no Município, ficará difícil de qualquer projeto que venha fortalecer dar resultado. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Já que ela gastou meu tempo e eu não falei nada, mas eu gostaria de deixar claro aqui para o Sr. Ministro que nós da Amazônia ficamos muito felizes quando o senhor coloca o homem da Amazônia como um dos pontos a ser bem objetivado nesse Plano de Amazônia Sustentável. Só para dizer que nós agradecemos a sua posição e que vamos apoiá-lo para que a gente consiga implementar para que nós da Amazônia tenhamos uma atenção que nós queremos realmente o que querem que nem em São Paulo, queremos luz elétrica, queremos escola boa, queremos transporte, queremos saúde boa para todos da Amazônia. Para os Ribeirinhos, para os índios e para todos que habitam lá. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou passar a palavra para o Ministro agora para fazer suas considerações finais, e dizer, Ministro, se me permitir ainda... Que eu particularmente estou muito preocupado com dois projetos que estão na Câmara, de dois Deputados de São Paulo. Tanto projeto do Deputado Cândido Vaccarezza como do Nelson Marquetti, ambos projetos eu estou preocupado... Mas tudo bem, vamos debater os projetos. Que mexem na CLT, na minha visão, digamos, me deixa preocupado. Só isso. Vamos ouvir o Ministro para suas considerações finais e naturalmente vai fazer um comentário sobre a fala dos Senadores.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): V.Ex^a permite 15 segundos mais? Só fazer uma observação? É que eu estou... Eu estou de acordo com que o Ministro Roberto Mangabeira Unger propôs, caro Ministro, de transferir... Sobretudo as contribuições para a Previdência para valor adicionado e/ou, isso que eu gostaria de lhe perguntar, há uma proposta do economista José David Langier no sentido de que seja faturamento menos folha de pagamentos. É uma parte da proposta do valor adicionado que é faturamento menos salário juros e aluguéis, ou receita... Aliás, é receita menos o custo dos insumos que é o que vai para salários, juros e aluguéis. Então, dentre essas alternativas, qual a que o Ministro Mangabeira Unger propõe.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com a palavra o Ministro Mangabeira para suas considerações finais.

SR. MINISTRO ROBERTO MANGABEIRA UNGER: Muito obrigado. Como os Srs. Senadores fizeram reflexões muito gerais sobre temas básicos de nosso desenvolvimento e não só a respeito do conteúdo específico dessa proposta de mudança das relações entre trabalho e capital, eu também, nessas minhas reflexões finais, aproveito para colocar a proposta a respeito de trabalho num contexto mais geral.

Entendo a minha tarefa no Governo e no país como a de ajudar a propor e a debater um novo modelo de desenvolvimento para o Brasil.

Tradicionalmente o Brasil cresce dentro de setores avançados e internacionalizados e sua economia. Esses setores geram riqueza e uma parte dessa riqueza é usada para financiar programas sociais. O Presidente, o Governo e a Nação agora querem mais do que isso... Querem transformar a ampliação das oportunidades econômicas e educativas no próprio motor do crescimento econômico. Portanto, ancorar o social na organização do econômico. E com isso construir um novo modelo de desenvolvimento baseado em ampliação de oportunidades. É isso o que nós queremos.

Mas para conseguir isso, precisamos nos esmerar numa prática a que não estamos acostumados. Jamais estivemos acostumados em toda a nossa história nacional... Que é a de reconstruir e reimaginar as nossas instituições, deixar de copiar as nossas instituições, deixar de trilhar apenas caminhos que hajam sido antes referendados pelos países que nos acostumamos a tomar como referência, e desbravar nós mesmos o caminho. Portanto, afirmar a nossa originalidade coletiva não apenas na cultura popular onde acostumamos afirmá-la, mas nas nossas instituições econômicas e políticas onde quase nunca a afirmamos.

Eu entendi na execução da tarefa que me foi confiada que se eu apenas formulasse um projeto conceitual a respeito do futuro, seria muito grande o risco de ficar esse esforço natimorto no papel. E, por isso, orientei o meu esforço para a definição de um elenco de ações concretas que pudessem começar já. E que encarnasse e antecipasse esse novo modelo de desenvolvimento... Servindo como que as primeiras prestações de um novo futuro. Todos nós somos como São Tomé, que precisa tocar a ferida para crer. E o que muda o mundo sempre é a combinação de iniciativa tangível com mensagem universalizante.

Por isso, eu escolhi um conjunto de iniciativas transformadoras em cinco grandes setores: Oportunidade econômica, oportunidade educativa, estrutura do Estado e, portanto, também qualidade da gestão pública, Amazônia e defesa. E escolhi as ações a serem construídas junto com os outros Ministros por dois critérios: o critério da viabilidade prática e política, e o critério da fecundidade transformadora. Que fossem ações que pudesse convergir nesse rumo em que a nação quer ir e ainda não sabe como ir.

O projeto trabalho que descrevi hoje e que estávamos discutindo é uma dessas iniciativas. Dentro do capítulo da oportunidade econômica. E de todas elas junto com o trabalho em favor da Amazônia, talvez, a mais complexa e de mais longo alcance para o país. Ao abordar esse trabalho e todas as outras iniciativas em que estou agora engajado, tomei como princípio da minha ação tratar do longo prazo a curto prazo. E entendi que nós na nossa situação histórica estamos lidando ao mesmo tempo com dois grandes problemas.

O primeiro problema é como sair do caminho de virar uma combinação de uma grande fazenda, uma grande mina e uma montadora média? E construir uma economia baseada na escalada de produtividade, no aprofundamento do saber e na valorização do trabalho. Uma sociedade que assegure primazia aos interesses do trabalho e da produção. Esse é o primeiro problema. Sair do caminho da fazenda, da mina e da montadora para outro caminho.

E o outro grande problema é o problema da inclusão. Como fazer isto com uma base social ampla? O grande paradoxo do Brasil é que o país fervilha de energia humana frustrada e dispersa. E que falta à essa energia humana instrumento e oportunidade. A nossa tarefa histórica é dar a essa energia braços, asas e olhos.

O que eu quero em geral em todas as minhas iniciativas, inclusive nesta do trabalho que discutimos hoje, é resolver o primeiro problema, o problema do crescimento, de uma maneira que também ajude a resolver o segundo problema. O problema da inclusão da oportunidade, da capacitação, do soerguimento dos brasileiros comuns. É nesse campo que se situa a iniciativa a respeito de trabalho.

E por isso mesmo eu entendi que o problema prioritário, a diretriz que nos deve orientar, ao contrário da diretriz que orientou a Constituição de Getúlio Vargas em meados do Século XX, é como atender os interesses da maioria excluída. A maioria excluída em dois sentidos. No sentido da metade que está na economia informal e no sentido da parte crescente da economia formal que trabalha em condições não assalariadas, semi-assalariadas, temporárias ou terceirizadas. É isso... É essa a preocupação que dirige a proposta que está aqui.

Agora, essa proposta não é a solução mágica para todos os nossos problemas nacionais, por mais ambiciosa que ela seja. Ela só ganha o seu potencial transformador em seu significado nacional em combinação com outras grandes iniciativas... Em combinação com uma política industrial que assegure instrumentos e oportunidades para a multidão de empreendimentos emergentes. Em combinação com uma política agrícola que supere o contraste entre a agricultura familiar e a agricultura empresarial. E em combinação com uma política educacional que reconcilie a gestão local das escolas pelos Estados e Municípios com padrões nacionais de investimento e de qualidade.

É a convergência dessas iniciativas todas que nos dará o que queremos. Agora, elas precisam continuar a ser suplementadas por programas de transferência, como esses programas a que se referiu o Senador Suplicy.

Os programas de transferência não são o substituto para as mudanças estruturais, são elementos acessórios, indispensáveis, como acessórios são preciosos... Como substitutos das mudanças estruturais são ilusórios. As pessoas ficam imobilizadas pela miséria e pelo medo. Os programas de transferência têm a vocação de garantir o mínimo necessário para tirá-las dessa imobilização pelo medo e pela miséria.

E esses programas de transferência também têm uma trajetória a percorrer.

Nós estamos nos perguntando, agora dentro do Governo, e logo mais teremos que debater dentro do país todo, qual é o próximo passo nos programas de transferência? O próximo passo é levá-los numa direção que aumente o seu sentido capacitador. Por exemplo, só para dar um exemplo de uma fórmula que está em debate...

Entre as famílias beneficiárias dos programas de transferência seriam abordadas, não as famílias mais pobres, mas as famílias relativamente menos pobres e com mais chance de escapar da condição de dependência. Um quadro de agentes do Estado Brasileiro abordaria essas famílias, relativamente, mais próximas da linha de pobreza e ofereceria a elas um conjunto de serviços capacitadores do Estado. Educativos e não-educativos. Para ajudá-las a escapar da situação de dependência. E teriam esses agentes poderes para requisitar os serviços capacitadores de todas as áreas de Governo... Com prioridades sobre os outros usuários do serviço.

Agora vem um problema complementar. Nós constatamos que muitos dos serviços mais relevantes não são serviços federais, são serviços dos governos locais. E aí o problema da construção do próximo passo nos programas de transferência se combina com a reconstrução do federalismo brasileiro. Para flexibilizar o federalismo e aprofundar o seu sentido experimentalista.

Um grande problema que temos ao andar nesse caminho é que não estamos numa crise. Na história moderna, de todos os países, a crise costuma ser a parteira da mudança. A regra da história é nenhuma transformação sem trauma. Não só não estamos numa crise agora, mas, de alguma maneira, o nosso destino nacional para o bem e para o mal é evitar as crises. E andar no lusco-fusco do meio termo, das evasões, das soluções intermediárias.

Eu quero providenciar uma alternativa para a crise, como condição da mudança. Para isso teríamos além de reorganizar as nossas instituições econômicas, de reorganizar as nossas instituições políticas, de constituir as instituições de uma democracia de alta energia que tornasse a mudança menos dependente da crise. Enquanto não o fizermos, a imaginação terá de fazer o trabalho da crise. A tarefa da imaginação é fazer o trabalho da crise sem crise. Nada disso vai andar, inclusive a proposta sobre o trabalho sem o engajamento do Congresso Nacional. Não é apenas porque o Congresso no final vota as leis. É também porque o Congresso, apesar da influência que tenho nele os grupos corporativos, as minorias organizadas,

é a nossa maior chance de transcender essa influência e afirmar o interesse do todo. Por isso, eu apelo ao Congresso... A consciência dos congressistas. Para me ajudar nessa tarefa de propor e de desdobrar em nome do Governo, mas também em nome do Estado Brasileiro e dos anseios nacionais a esses projetos de construção do Brasil. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Queria cumprimentar o Ministro Roberto Mangabeira Unger, Ministro Extraordinário de Assuntos Estratégicos, pela sua brilhante exposição que, sem sombra de dúvida, trouxe o que eu chamaria de uma “provocação positiva”, “afirmativa” para o Congresso Nacional.

Ministro, eu queria ficar inteiramente à sua disposição em nome da nossa Presidente, Senadora Patrícia Saboya Gomes que só não está aqui por motivo de força maior no seu Estado de deixar a Comissão como uma porta aberta de forma permanente para continuarmos esse debate. Acho que foi em primeiro momento, sei que V.Ex^a está discutindo com sua equipe, com as Centrais, enfim... Na esfera de Governo, mas tem aqui na Comissão de Assuntos Sociais um fórum que estará sempre disposto a continuar esse debate e buscando alternativas e saídas que respondam à sua maior preocupação que é a exclusão de grande parte do povo brasileiro. Obrigado. Sr. Ministro quer fazer mais alguma colocação?

SR. MINISTRO ROBERTO MANGABEIRA UNGER: [Pronunciamento fora do microfone] Queria considerar a possibilidade de convocar um grande evento no Congresso e convidar para esse evento as lideranças sindicais, empresariais e das grandes correntes de opinião nacional.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): [Pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO ROBERTO MANGABEIRA UNGER: Mas não no sentido acadêmico, no sentido de chamar o país para essa discussão, porém a partir do Congresso.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu, de pronto, sem consultar a Ministra... A Ministra, a nossa Senadora Presidente da Comissão...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): [Pronunciamento fora do microfone] a Senadora está em campanha para Prefeitura.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ou quem sabe... Aí fortalece a nossa candidata. Ela vem para Ministra e fortalece a nossa candidata lá do PT. Vai haver uma disputa... Claro que eu não decido isso é apenas uma descontração, mas eu tenho certeza que a Patrícia, a nossa Senadora aqui da Comissão,

aceitará sua proposta e vou encaminhá-la logo que conversar com ela, mas Senador, por favor.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Em alguma hora vai entrar o problema macroeconômico. Um seminário como esse vai ensinar que vai bater na macroeconomia. Há possibilidade de fazer essa mudança e sem também mexermos na macroeconomia, então acho que vai ser uma...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu acho que é o primeiro passo. Vamos ajustando. Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Presidente Paulo Paim, prezado Ministro Roberto Mangabeira Unger. Quero aqui primeiro dizer que acho a sua contribuição de extraordinário valor. E estou de acordo com a maioria das proposições colocadas... Quando V.Ex^a menciona que o programa de transferência de renda não terá uma característica... Qual foi a expressão que utilizou mesmo? Para ser justo e preciso... Não será uma característica... V.Ex^a mencionou.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Se me lembro, que não é uma política permanente para todos. A partir que alguns vão ascendendo, se afastando da pobreza absoluta será dada a eles uma oportunidade no mercado de trabalho.

SR. MINISTRO ROBERTO MANGABEIRA UNGER: Só um esclarecimento. Eu disse basicamente duas coisas a respeito.

Primeiro que são muito importantes e até indispensáveis, porém acessórios às mudanças. Segundo que não há um absoluto entre política compensatória e capacitadora. O destino dos programas de transferência é se tornarem cada vez mais capacitadores.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu gostaria de... Que o debate vai continuar, teremos outras oportunidades... Inclusive, eu tenho tido a oportunidade de dialogar ora visitando o Ministro, ora ele me visitando... Mas eu quero aqui colocar uma divergência... Porque neste ponto eu quero aqui afirmar e que eu concordo com aquilo que um dos maiores filósofos contemporâneos, que substituiu o professor John Rolls (F) na universidade onde o Prof^o Roberto Mangabeira Unger é professor, ou seja, John Rolls (F) que faleceu acho que 2002 ou 3 e foi substituído ali pelo Prof^o Philip Von Pire(F) que leciona filosofia, e que com a Marcha 100(F), prêmio Nobel de Economia, leciona justiça e instituições na universidade onde o Prof^o Roberto Mangabeira Unger leciona. E ali tem dido ao Prof^o Philip Von Pire(F), que o Ministro conhece bem, até porque tem na sua bibliografia um dos livros de Philip Von Pire(F) denominado [ininteligível]. Onde professor Philip Von Pire(F) coloca que a maior transformação à vida no século XIX foi a Abolição da escravidão, no

século XX foi o sufrágio universal, no século XXI será a instituição de uma renda básica como um direito à cidadania igual e universal para todos.

Então, quero registrar, porque as desta afirmação, com a qual eu estou de pleno acordo, é diferente da que ele acaba de afirmar. Portanto, muito respeitosamente com a amizade aqui eu quero registrar uma diferença em prol da democracia.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Agradeço ao Ministro. Está encerrada essa Audiência Pública. Obrigado a todos, obrigado Ministro.

Sessão encerrada às 13h43.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA DÉCIMA QUARTA REUNIÃO (EXTRA-ORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 28 DE MAIO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 11:00 HORAS.

Às onze horas e quarenta e nove minutos, do dia vinte e oito de maio de dois mil e oito, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a Presidência do Senhor Senador **ROMEUTUMA**, com a presença dos (as) Senadores (as) **FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, INÁCIO ARRUDA, JOSÉ NERY, VALDIR RAUPP, WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA, JAYME CAMPOS, EDUARDO AZEREDO, PAPALÉO PAES, JOÃO DURVAL, FÁTIMA CLEIDE, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, IDELI SALVATTI, NEUTO DE CONTO e MARISA SERRANO**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Presidente declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião tem por objetivo a discussão e votação das emendas da Comissão ao Projeto de Lei nº 1/2008-CN, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009. A pedido da Senadora Patrícia Saboya, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, que não pode estar presente, o Senador Romeu Tuma solicita um minuto de silêncio em memória do Senador Jefferson Peres. Passa-se à discussão e votação das emendas ao **PROJETO DE LEI Nº 1/2008-CN**, Lei de Diretrizes Orçamentárias, que “Dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2009 e dá outras providências” **Autor:** Presidente da República. **Relator:** Senador Antônio Carlos Valadares. **Resultado: Aprovadas cinco Emendas à Meta e dez Emendas ao Texto. Emendas à Meta:** Emenda nº 1 (Inclusão à meta) “Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde” – Acréscimo de Meta: 30.000.000; Emenda nº 2 (Inclusão à meta) “Implan-

tação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos” – Acréscimo de Meta: 6.084; Emenda nº 3 (Inclusão à meta) “Vigilância, Prevenção e controle da Dengue” – Acréscimo de Meta: 337.600; Emenda nº 4 (Inclusão à meta) “Inserção de Pessoa com Deficiência no Mercado de Trabalho” – Acréscimo de Meta: 20.280 e Emenda nº 5 (Inclusão à meta) “Implantação de Serviço de Atenção à Saúde da Mulher Vítima de Violência” – Acréscimo de Meta: 50. **Emendas ao Texto:** Emenda nº 1 (Aditiva ao Texto) “Corpo da Lei – Artigo 112, incluir inciso IV– Os custo sociais com a condução da atual política monetária, envolvendo a taxa de juros e a aquisição de reservas cambiais”; Emenda nº 2 (Aditiva ao Texto) “Corpo da Lei – Artigo 34, incluir inciso IX – Voltadas para ações de promoção social à família, à maternidade, às crianças, aos adolescentes, aos idosos, às pessoas com deficiência ou pessoas em situação de risco pessoal ou social”; Emenda nº 3 (Aditiva ao Texto) “Corpo de Lei – Artigo 36 – Inciso I, incluir alínea “d”, d) apoio à aquisição de veículos para entidades que atendam a família, a maternidade, crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência ou pessoas em situação de risco pessoal ou social.”; Emenda nº 4 (Aditiva ao Texto) “Corpo de Lei – Artigo 36 – Inciso I, incluir alínea “d” d) ampliação, modernização e conclusão de obras de entidades que atendam a família, a maternidade, crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiências ou pessoas em situações de risco pessoal ou social.”; Emenda nº 5 (Aditiva ao Texto) “Corpo de Lei – Artigo 32, incluir inciso V – voltadas para ações do movimento escoteiro no Brasil”; Emenda nº 6 (Modificativa ao texto) “Corpo de Lei – Artigo 91 – Parágrafo 5º – Inciso “IV” IV – considerar, como prioritárias, para a concessão de empréstimos ou financiamento, as empresas que desenvolverem projetos de responsabilidade sócio-ambiental e que adotem o corte das diferenças em seu quadro de empregados”; Emenda nº 7 (Substitutiva ao Texto) “Corpo da Lei – Artigo 53 – Inciso “I” I – do reajuste dos benefícios da seguridade social garantindo-se aumento real do salário mínimo, das aposentadorias e pensões em percentual equivalente à variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, calculado e divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, entre o mês do reajuste anterior, inclusive, e o mês imediatamente anterior ao reajuste de cada ano, acrescido do percentual equivalente a taxa de variação real do PIB de 2008, apurada pelo IBGE, quando positiva, ou outro índice que vier a ser estabelecido em legislação superveniente”; e; Emenda nº 8 (Modificativa ao Texto) “Corpo da Lei – Artigo 53 – Parágrafo “1º” § 1º Para efeito do inciso I deste

artigo, será considerada, se for o caso, a projeção do crescimento real do PIB de 2008 constante da Proposta Orçamentária de 2009”; Emenda nº 9 (Supressiva ao Texto) “Corpo da Lei – Artigo 2.º Suprima-se o texto atual”; e Emenda nº 10 (Modificativa ao Texto) “Corpo da Lei – Art. 91 – Inciso IV – Alínea “b”. b) “financiamento de programas do Plano Plurianual 2008-2011 que objetivem a redução das desigualdades sociais”. Ao final, a Presidência comunica que na reunião da próxima semana, que será realizada no dia quatro de junho, teremos a presença do Senhor Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, atendendo ao convite desta Comissão. Fizeram uso da palavra os Senadores Antônio Carlos Valadares, Flávio Arns, Inácio Arruda e Fátima Cleide. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às doze horas e dezessete minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Romeu Tuma, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senador **ROMEU TUMA**, Presidente em exercício.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 28 DE MAIO DE 2007, ÀS 11 HORAS E 48 MINUTOS

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura do Senado Federal.

Essa reunião destina-se, exclusivamente, à discussão e votação das Emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 01/2008 Congresso Nacional – Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Eu pediria licença, Senador Antonio Carlos Valadares, que a pedido da Senadora Patrícia Saboya, a nossa Presidente desta Comissão, pede um minuto de silêncio em homenagem ao nosso querido e saudoso Senador Jefferson Peres. Eu pediria que todos ficassem em pé, por favor.

[um minuto de silêncio]

Registrado essa humilde homenagem e lembrança ao querido Senador Jefferson Peres; passo a palavra ao Senador Valadares, Relator das matérias citadas na abertura da Sessão.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, designado para relatar as

Emendas apresentadas à LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias pela Presidência desta Comissão passo a fazer um relato sucinto das Emendas que os Senadores e as Senadoras deram entrada nesta Comissão. Foram apresentadas 44 Emendas, sendo que 31 Emendas envolvendo metas de trabalho dos diversos Órgãos do Governo Federal, da União e 12 emendas ao texto.

Das 44 Emendas, nós recusamos uma, porque o autor da Emenda não é membro desta Comissão, e, buscando simplificar o processo de encaminhamento por parte desse Relator, nós procedemos a aglutinação de algumas Emendas, de tal modo que possamos contemplar a temática configurada por cada um dos autores das Emendas.

Foram apresentadas as Emendas envolvendo temas como: Violência contra a mulher; atenção à saúde da população negra; pessoa com deficiência; Pró-Jovem; Sarah, Rede Sarah; saúde, envolvendo vários temas, ações e programas que daqui a pouco eu vou relatar; desenvolvimento social e saneamento, como também as Emendas de texto.

Com respeito à violência contra a mulher, uma vez que esse tema não é integrante das atribuições desta Comissão e sim da Comissão de Direitos Humanos, nós resolvemos rejeitar as Emendas nº 5, nº 6, nº 17, nº 23, nº 25, nº 29 e nº 31, de vez que, como eu já me referi, esse tema violência contra a mulher é atribuição da Comissão de Direitos Humanos e não da Comissão de Assuntos Sociais, e assim também, conforme o Parecer preliminar ao Projeto de Lei nº 01/2008... Exatamente, que é o projeto a que estamos nos referindo.

Atenção à saúde da população negra também é outro tema que figura entre as atribuições da Comissão de Direitos Humanos, portanto, todas as Emendas nº 3, nº 21 e nº 30 foram rejeitadas por essa relatoria.

Pessoa com deficiência. Bom, as Emendas nº 8 e nº 27, que consagram apoio a projetos de acessibilidade, ou inserção de pessoa com deficiência no mercado de trabalho. Então, nós achamos de bom alvitre escolher o segundo item. As Emendas que se referissem à inserção de pessoa com deficiência no mercado de trabalho, que nós sabemos que os deficientes encontram muitas dificuldades para a sua inserção no mercado de trabalho. Por essa razão, aceitamos as Emendas nº 8 e nº 27, mas dentro da ação e inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

Pró-Jovem foram apresentadas Emendas nº 16 e nº 18. Logicamente que em se tratando de um assunto que conforme a área temática da CDH, nós estamos rejeitando, quer dizer, inclusive no que diz respeito ao Governo Federal, a Secretaria de Direitos Humanos da

Presidência da República tem uma vinculação no orçamento com a área temática de Direitos Humanos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Tem o Pronace também que atende esse problema dos jovens que está para ser votado já com o relatório pronto. Eu não sei se V.Ex^a examinou a vinculação do pró-jovem.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Mas não existe nenhuma Emenda relativamente ao Pronace.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É porque se atende, o pró-jovem já estaria no Pronace, isso que eu—

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Ao que eu estou me referindo é o seguinte... É que as Emendas que falam do Pró-Jovem, elas devem ser apresentadas na CDH e não aqui, porque senão quando chegar à Relatoria geral, que é a Senadora Serys, ela vai rejeitar e para a gente não perder tempo, a gente já rejeita aqui e deixa com que os autores se preocupem com a apresentação dessas Emendas na Comissão competente, que é a CDH.

À Rede Sarah, o Senador Jucá e o Senador Valdir Raupp apresentaram duas Emendas, que nós aceitamos; nós aprovamos. As Emendas nº 9 e nº 20.

Com relação à Saúde foram apresentadas Emendas nº 10: de promoção à assistência farmacêutica na atenção básica saúde; estrutura de unidade de atenção especialização e saúde: emenda nº 14; vigilância, prevenção e controle da dengue: Emenda nº 22; e incorporação dos direitos sexuais e reprodutivos nas políticas de saúde: Emendas nº 26 e nº 24.

Ora, como nós temos conhecimento, há uma deficiência no Brasil, no setor de assistência farmacêutica na atenção básica à saúde. É fundamental, então, que nós preservemos essa prioridade que é apresentada pela Emenda nº 10. Quem é o autor da Emenda nº 10? Quem é o Senador autor da Emenda nº 10? É o Senador Antonio Carlos Valadares, por coincidência.

Então, eu acho importante que essa Emenda, não é porque a autoria seja do Relator, é porque realmente prestar assistência farmacêutica às pessoas pobres, às pessoas com deficiência, às pessoas que não têm recursos para a aquisição de remédios é da maior importância, uma vez que o Brasil é um país ainda desigual, um país subdesenvolvido com uma taxa de pobreza muito elevada, e o custo do medicamento é exatamente um custo muito elevado. Por isso, eu acho que essa Emenda nº 10 é prioritária.

A assessoria está aqui me lembrando, O Dr. Álvaro, de que em virtude da possível aprovação pela Câmara dos Deputados e, conseqüentemente, depois pelo Senado – porque ela vai voltar para cá – da re-

gulamentação da Emenda nº 29, nós não temos mais recursos. Vamos ter pelo menos uns 10 bilhões a mais para serem aplicados no setor Saúde.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mas eu acho que não impede que V.Exª continue com a sua Emenda, porque eu peço licença, eu sou freqüentador do hospital do INCOR e vejo milhares de pessoas esperando um ou dois comprimidos. E, às vezes, te pedem algum dinheiro, porque falta o medicamento contínuo nos hospitais. Então, eu acho que esta ela tem que ter uma Emenda isolada e direcionada ao medicamento. Desculpa estar falando isso, para a gente não misturar a Emenda nº 29, porque essa tem um objetivo claro de sustentar a necessidade de tratamento contínuo daqueles que não têm dinheiro nem para pegar condução para ir para o hospital.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): V.Exª tem toda razão. Há uma outra Emenda de nº 14 que trata da vigilância, prevenção e o controle da dengue. A dengue se tornou epidemia nacional, e várias vidas foram ceifadas por essa doença terrível, no Rio de Janeiro, em vários Estados, inclusive, no meu Estado de Sergipe em Brasília etc. Então, é importante que essa Emenda nº 14 seja aprovada e não só no demonstrativo da nossa preocupação, mas com uma prioridade nacional.

Quanto à Emenda nº 22, eu falei nº 14 foi a promoção à assistência farmacêutica....Não, promoção assistência farmacêutica é a nº 10. A nº 14 é a estrutura de unidade de atenção e especialização em saúde. Está nós não aceitamos, porque teríamos que fazer uma opção, e a opção que fizemos foi vigilância, prevenção e controle da dengue e promoção à assistência farmacêutica. Então, na realidade, são as Emendas nº 10 e nº 22. Aprovadas.

Então, já temos quantas? Uma, duas, três, quatro. São cinco. Então, veja... O Senador Jucá apresentou a Emenda nº 13 que é a estruturação da rede de serviço de proteção social básica... Ora, já temos aqui a Rede Sarah, então, já aprovamos uma Emenda do Senador Jucá.

Agora, nós teremos que optar aqui, Presidente, esgotamento sanitário, que é a Emenda nº 12 ou implantação de melhoria sanitária domiciliados para prevenção e controle de agravos, que é a Emenda nº 15. Nós teríamos que optar entre esgotamento sanitário ou implantação de melhorias sanitárias.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Melhorias sanitárias.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Privadas, banheiros... Isso aqui é mais popular, vamos dizer assim, atinge a população mais pobre.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Inclusive, educacional também.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Educacional. Então, vamos optar, então, pela implantação de melhorias sanitárias domiciliares para a prevenção e controle de agravos que é a Emenda nº 15.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Poderia ter uma palavra a esse respeito.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Depois V.Exª vai colocar em discussão, naturalmente, o nosso relatório.

Agora, Emenda de texto – São 12 Emendas de texto, só não aceitamos duas, a nº 33 e a nº 34 porque são afeitas à área de Direitos Humanos e, conforme o Parecer preliminar ao PLN nº 01/2008, Item nº 2.2.3 alínea “b”, pode, dessa forma, serem rejeitadas ou excluídas lá pela Relatora geral, como eu já falei.

Este, Sr. Presidente; então: são 10 Emendas de texto acatadas e cinco Emendas de metas também acatadas. Esse é o relatório salvo melhor juízo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): V.Exª teve um cuidado de diversificar as Emendas efetivamente relacionadas com a Comissão de Assuntos Sociais, eu acredito que não há restrições, pelo menos diante das explicações que V.Exª prestou.

Eu não sei se, já concluído o relatório, alguém gostaria de intervir nas decisões do Relator que fez com muita cautela, muito cuidado, buscar a atender todas as reivindicações vinculadas à Comissão de Assuntos Sociais. Senador, V.Exª... Está em discussão.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só gostaria de parabenizar o Senador Valadares que, como de hábito, faz um relatório com cuidado e meticoloso de acordo com os debates que vêm acontecendo e, salvo em melhor juízo, me parece, assim bastante adequado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Muito obrigado. Mais alguém quer discutir o assunto? Não havendo quem queira discutir, vou colocar... Ah, pois não, Senador Inácio.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, nós temos várias Emendas que elas têm, inclusive, estão relacionadas também com as Emendas da Senadora Fátima Cleide, eu já ouvi aqui e é da própria Senadora Serys, que é Relatora. Então, nós poderíamos, Senador Valadares, fazer um esforço aqui para ver se a gente consegue compatibilizar... São todas relativas à questão da mulher. A Senadora Serys, Fátima Cleide e Inácio Arruda, se a gente conseguiria compatibilizar essas Emendas, o Relator poderia, inclusive, colocá-las em uma única Emenda...

O Relator, já ouvi aqui a argumentação do Senador Valadares, que seria CDH, digamos assim, pode ser CDH, mas também pode ser a nossa Comissão. Ela tem mais do que competência para... Está dentro das suas competências, nós já realizamos aqui inúmeros debates sobre a questão da mulher, sobre a questão de discriminações mesmo tendo a CDH. Então, não há incompatibilidade e podemos até apresentar lá, não tem problema nenhum, mas eu acho que está dentro, assim, das nossas competências a não ser que o número de Emendas seja tão grande, porque eu estou vendo que tem muitas Emendas, e que precisamos acolher outras que tenham mais necessidade de serem acolhidas agora que as Emendas relativas à questão da mulher.

Eu considero que elas estão mais ou menos no mesmo pé de igualdade... Então, precisaríamos examinar aqui com o Relator se não é possível ele compatibilizar as nossas Emendas, é Fátima Cleide, Inácio Arruda, Serys, é um conjunto e cada um pelo menos tem três Emendas nessa área que poderiam ser compatibilizadas numa única Emenda, e seria acolhida aqui na nossa Comissão. É a minha reivindicação ao nosso Relator Carlos Valadares.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente, na mesma linha do que foi argüido pelo Senador Inácio Arruda, eu também gostaria de fazer aqui um apelo ao nosso Relator, nobre Senador Antonio Carlos Valadares, porque as Emendas que nós apresentamos com relação à mulher, boa parte dela são com relação à violência, mas diz respeito à saúde também... Então, eu acredito que aquilo, como diz o Senador Inácio Arruda, que se refere à área da violência, nós tudo bem discutirmos na CDH. A Emenda nº 29 que é apresentada por mim e pela Senadora Serys também, que trata da saúde à mulher vítima da violência. Então, é o específico da saúde e uma outra também que foi apresentada por mim e pelo Senador Inácio Arruda e pela Senadora Serys, que eu acredito ser de muitíssima importância, é a de nº 30 que diz respeito à saúde da população negra, entendeu? Então, os Direitos Humanos da população negra, é certo tratarmos na CDH, mas aquilo que diz respeito à saúde; eu acredito que poderíamos observar aqui nessa Comissão, porque pelo o que eu ouvi do relatório do Senador Antonio Carlos Valadares, nós não contemplamos em nada a população negra, né?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Na verdade, a população negra está sendo contemplada, deve estar a essa altura dos acontecimentos sendo contemplada na CDH, que está se reunindo agora nesse momento. A Emenda genérica aqui contempla.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): O problema é que a gente sabe que quando chega no específico, Senador, não é bem assim. Se a gente não colocar na rubrica a destinação desde já, é terrível. Infelizmente as coisas não acontecem como a gente gostaria.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): ...Da mulher, a nº 29, ela tem uma incidência forte, o atendimento da saúde da mulher resultante vítima de violência... Ela foge um pouco o CDH, portanto, de direitos humanos, porque é algo que vem, poderia ser da CCJ também, mas não sei. Mas é uma coisa difícil de ser desprezada assim, mas é que é difícil contemplar porque são cinco... Uma para remédio e tenho outra de assistência à saúde.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Temos uma para remédio, uma para dengue, né?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Deixa eu fazer uma síntese.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Tem mobilidade de deficiente, que eu concordo também.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Veja, Senadora Cleide, Senador Arruda, olha, tem a pessoa com deficiência; nós aprovamos duas Emendas, nº 8 e nº 27. Inserção de pessoa com deficiência no mercado de trabalho... Uma, uma. Isso é uma só. Agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Fundindo as duas.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Depois vem Pró-Jovem... Essa aí está fora, porque é da CDH. Agora, a Rede Sarah se a Comissão quiser...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Rede Sarah é abrangente.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): É Saúde.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): O problema é que a saúde... Eu queria reforçar aqui, eu tenho todo respeito com a Rede Sarah, inclusive, todo ano coloco Emendas individuais, e onde posso, defendo.

Mas a gente tem 50% da população, que é mulher, não é? Que é o maior atendimento do SUS hoje, e a mulher que sofre, que é vítima de violência, infelizmente ainda não tem, precisa ter muito mais o cuidado do Estado Brasileiro para esse atendimento. Então, se não aparecer aqui essa questão da saúde, ela não vai aparecer em outra Comissão, Senador. Então, eu queria reforçar, eu acho importantíssima a Rede Sarah, todo ano a gente contempla. Fazer um esforço nesse sentido.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Senadora, eu estou querendo resolver a ponderação de V.Ex^{as}, Senador Arruda e da Senadora

Cleide, e eu fiz uma consulta à consultoria e fui informado de que não há nenhum prejuízo para a Rede Sarah se nós substituirmos a Rede Sarah, por exemplo, pelo apoio à mulher vítima de violência, pronto.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Que é a saúde, dentro da saúde.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): E quanto à população negra, seria de bom alvitre que fosse lá mesmo na CDH. Então, que fique aprovada a Emenda de V.Ex^a... Essa aqui, violência contra a mulher.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): E a saúde.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Capacitação, devendo optar entre, veja Senadora, nós devemos optar entre capacitação, implantação ou apoio de atendimento de serviço de iniciativa em favor da mulher. São essas...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Tem uma do Inácio Arruda que é diferenciada um pouco da Senadora Fátima.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Tem umas que podem ser reaproveitadas [pronunciamento fora do microfone]... Que é mais ou menos próxima dessas 31 da Fátima Cleide prevenção à violência contra as mulheres...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu até queira sugerir.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): V.Ex^a tem que escolher uma.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Porque essa implica em serviços, atendimentos e para haver serviço o pressuposto é que haja qualificação também, né?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): A nº 5?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não, a nº 29 eu acho. A nº 29 que tem a ver com o Inácio Arruda, as duas são convergentes na idéia, nº 17 e nº 29. As duas têm o mesmo objetivo.

[falas sobrepostas]

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Bom... Nós teríamos que escolher uma das duas. Englobando as duas, nós poderíamos fundir as duas, fazer uma fusão da nº 29 e nº 17. Implantação de serviço de atenção à saúde da mulher vítima de violência e ampliação e consolidação da rede de serviço especializado de atendimento as mulheres em situação de violência.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Vamos ter que acertar a redação, nós aprovaríamos as duas e acertaríamos na redação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Funde as duas.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Funde as duas, a nº 29 e a nº 17.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Então, tendo em vista que não vai haver nenhum prejuízo para a Rede Sarah com essa substituição, como Relator, eu aprovo as Emendas, a Emenda advinda das ações nº 29 e nº 17.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Tem mais alguém que tenha a concordância, Senadora Fátima, Senador Inácio Arruda? Então, há concordância. V.Ex^a acatando, eu coloco em votação o relatório com as correções propostas e aceitas pelo Relator. Em votação. As Sr^{as} e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado, sob os aplausos dessa Comissão. [aplausos]

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Agradeço a V.Ex^a, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): V.Ex^a deseja de fazer uma síntese, Sr. Relator, V.Ex^a pretende fazer uma síntese de como ficou agora?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Bom... Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Só para ficar registrado na Ata.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Então, primeiro – Pessoa com deficiência, duas Emendas a nº 8 e nº 27 foram fundidas numa só. Exatamente, eu estou vendo, estou vendo...

Inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. A Rede Sarah foi substituída para incluir a meta implantação de serviço de atividade de saúde da mulher vítima de violência e ampliação e consolidação da rede de serviços especializados de atendimento à mulher em situação de violência... A pedido da Senadora Fátima Cleide, do Inácio Arruda e de Flávio Arns.

Saúde – Promoção assistência farmacêutica na atenção básica à saúde, Emenda nº 10 e a Emenda nº 22, vigilância, prevenção e controle da dengue.

Por último, saneamento, implantação de melhorias sanitárias domiciliares para prevenção e controle de agravos, Emenda nº 15. São essas, em síntese, as Emendas que foram aprovadas com aceitação total do Plenário, e as 10 de texto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Havendo concordância, aprovada. Eu gostaria de comunicar à Comissão que na reunião da próxima semana, que será realizada no dia 4 de junho, contaremos com a presença do ilustre Ministro da Saúde, Dr. José Gomes Temporão, atendendo a convite desta Comissão.

Alguém mais deseja fazer alguma declaração? Não havendo quem queira mais usar da palavra, eu dou por encerrada a presente Sessão e cumprimentando o nosso querido Relator.

Sessão encerrada às 12h17.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA DÉCIMA QUINTA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS CONJUNTA COM A 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 04 DE JUNHO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 11:00 HORAS.

Às onze horas e quarenta minutos do dia quatro de junho de dois mil e oito, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência da Senhora Senadora **PATRÍCIA SABOYA** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos (as) Senadores (as) **FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, INÁCIO ARRUDA, WELLINGTON SALGADO, KÁTIA ABREU, EDUARDO AZEREDO, PAPALÉO PAES, FÁTIMA CLEIDE, SERYS SLHESSARENKO, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, IDELI SALVATTI, HERÁCLITO FORTES, ROMEU TUMA E MARISA SERRANO**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Comparecem também os Senhores Senadores Eduardo Suplicy e João Pedro. Justificam a ausência os Senadores Rosalba Ciarlini e Leomar Quintanilha. A Senadora Patrícia Saboya declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidente registra a presença do Dr. Reinaldo Guimarães – Secretário da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos; Deputado Osmar Terra – Presidente do Conselho Nacional de Secretários da Saúde – CONASS; Senhora Carolina Larriera – Representante do Drugs for Neglected Diseases Initiative – DNDi; Senhor Jurandi Frutuoso – Secretário da Saúde do Ceará e do Deputado Max Rosenmann (PMDB/PR). A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública atendendo aos Requerimentos nº 04, de 2008 – CASSAUDE e nº 15 de 2008-CAS de autoria dos Senadores Papaléo Paes e Inácio Arruda, com vistas à realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais a fim de debater sobre doenças negligenciadas e sobre a situação atual do Programa Mais Saúde diante da restrição orçamentária com que o programa se defronta. A Presidente dá início à reunião informando que, nos termos regimentais, o Senhor Ministro terá

30 minutos para a sua exposição. O Senhor Ministro de Estado da Saúde, **Dr. José Gomes Temporão** faz suas exposições, em primeiro lugar sobre o Programa Mais Saúde e em segundo lugar sobre doenças negligenciadas. Às doze horas e vinte e sete minutos o Senador Papaléo Paes assume a presidência e às doze horas e trinta e quatro minutos a Senadores Patrícia Saboya retoma os trabalhos. Fizeram uso da Palavra para seus questionamentos, os Senhores Senadores Inácio Arruda, Papaléo Paes, Flávio Arns, Augusto Botelho, João Pedro, Wellington Salgado e Kátia Abreu. O Senador Eduardo Suplicy, que estava afônico, envia sua pergunta por escrito, que é lida e respondida pelo Senhor Ministro. Às treze horas e trinta e seis minutos o Senador Papaléo Paes assume a presidência e às quatorze horas e cinco minutos a Senadora Patrícia Saboya retoma os trabalhos. Após o Senhor Ministro ter usado da palavra para responder a todas as questões dos Senhores Senadores e não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinco minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Patrícia Saboya, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senadora **PATRÍCIA SABOYA**, Presidente.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE – CASSAUDE

5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE, CONJUNTA COM A 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 4 DE JUNHO DE 2008, ÀS 11 HORAS E 38 MINUTOS

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Bom dia a todos e a todas, Sras. e Srs. Senadores, nossos convidados. É com muito prazer que nós abrimos hoje esta Comissão, já com a presença do Ministro da Saúde, José Gomes Temporão. E eu quero, antes de iniciar a leitura do nosso Regimento, eu quero mais uma vez agradecer ao Ministro pela sua presença nesta Comissão.

O Ministro já esteve, por diversas ocasiões, discutindo temas muito importantes e relevantes para o nosso País. Quero aqui, publicamente, mais uma vez, dizer da minha admiração, o meu apreço, o meu respeito

pelo Ministro da Saúde, que vem conduzindo essa pasta com muita determinação, mas, acima de tudo, com muita paixão pela causa da saúde, pensando sempre nos mais pobres, nos menos favorecidos.

E o dia de hoje é um dia hoje muito especial. No Congresso se vota a Emenda 29, todos nós sabemos e estamos acompanhando, e o Ministro, na verdade, abriu um momento na sua agenda para estar aqui, hoje, na Comissão, porque fez questão de atender ao Requerimento, tanto do Senador Papaléo Paes, que é Presidente da Subcomissão da Saúde, como do Senador Inácio Arruda. Mas o Ministro terá hoje um dia bastante agitado, e eu peço a compreensão, portanto, dos Srs. Senadores. Não será uma audiência extensa, em função de todas essas... de todos os movimentos que acontecem hoje no Congresso Nacional.

Então, por isso, nós já iniciamos o nosso trabalho já com o Ministro sentado à Mesa, que dispensou, inclusive, o protocolo inicial. Ministro, muito obrigada mais uma vez, enfim, por atender ao nosso pedido.

Havendo número regimental, declaro, portanto, aberta a 15ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, conjunta com a 5ª Reunião da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura do Senado Federal. Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior. Os Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovada.

Comunico que, nos termos regimentais do art. 398, do inciso V, esta Reunião é destinada exclusivamente à presença do Excelentíssimo Ministro do Estado da Saúde, Dr. José Gomes Temporão, que comparece a esta Comissão em atendimento aos Requerimentos n. 15 de 2008 da CAS, de autoria do Senador Inácio Arruda, do PCdoB, do Estado do Ceará – meu conterrâneo –, com vistas a discutir o tema “Doenças negligenciadas” e o n. 4, de 2008, de autoria do Senador Papaléo Paes, que visa debater sobre a situação atual do Programa Mais Saúde, diante da restrição orçamentária com que o Programa se defronta.

E eu quero parabenizar, mais uma vez, também, o Senador Papaléo Paes, que preside a Subcomissão, pela forma como vem conduzindo esta Subcomissão. Comunico que as autoridades relacionadas, nos referidos Requerimentos, serão ouvidas oportunamente, em data a ser definida.

Nos termos regimentais, será dada a palavra ao Sr. Ministro, pelo período de 30 minutos, que poderá ser prorrogado, de acordo com a necessidade que o Ministro aqui relatar. E, em seguida, nós abriremos a fase de debate pelos Senadores inscritos, dentro do

assunto tratado, dispondo cada Senador de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta do Sr. Ministro, após o que poderá este ser contraditado pelo prazo de mais dois minutos, concedendo-se, assim, ao Ministro do Estado o mesmo tempo para a tréplica.

Está bem informal, é só regimental, Ministro, mas nós teremos, aqui, com certeza, um debate muito produtivo, um debate bastante frutífero. Todos nós dessa Casa temos interesse e muito respeito em lhe ouvir.

Portanto, eu, já para iniciar o debate, eu passo a palavra... Antes de passar a V. Ex^a, ao Senador Papaléo Paes, que é autor do Requerimento e Presidente da Subcomissão.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sra. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro, só para agradecer, mais uma vez, a V. Ex^a pela sua presença permanente aqui, todas as vezes que nós solicitamos e reafirmar a V. Ex^a a nossa confiança na administração que V. Ex^a faz, à frente do Ministério da Saúde, tendo a certeza absoluta de que V. Ex^a sempre prima pelas políticas públicas em saúde, e deixando a política partidária, vou dizer, em segundo plano, e até – desculpe se for muito forte –, até negligenciando. Então, quero agradecer a V. Ex^a e reafirmar aqui o meu respeito pela sua administração.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Obrigada, Senador Papaléo Paes. Com a palavra o Sr. Ministro da Saúde, José Gomes Temporão.

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Bom, muito bom dia. É um prazer estar aqui, mais uma vez. Quero cumprimentar: a Patrícia Saboya, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais do Senado; o Senador Papaléo Paes, que preside a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde; e o Senador Inácio Arruda, que são os autores dos Requerimentos que me convidam para essa audiência. Convidar os demais Parlamentares, Senadores, Senadoras, Secretários e Dirigentes e Assessores do Ministério da Saúde. Bom, são dois temas e dois assuntos. Um, a questão do PAC da Saúde, o Mais Saúde, e, o outro, a questão das “Doenças negligenciadas”, nesse contexto.

Eu preparei, então, uma apresentação, e a oportunidade vem a calhar, digamos assim, porque uma das questões mais... um dos aspectos mais importantes, quando se debate o financiamento setorial, do ponto de vista da sociedade, é exatamente para onde esses recursos vão ser destinados.

Eu acho que, em outras conjunturas, nós erramos, porque ficou claro, ficou pouco claro, para a sociedade como um todo a destinação. Qual é o fim que vai se dar a esses recursos? Qual é o controle que esses

recursos terão? Que impacto terão do ponto de vista das grandes questões de saúde pública?

No ano passado, eu e minha equipe, nós dedicamos exatamente a pensar e repensar a situação da saúde pública brasileira e propor uma proposta de intervenção prática, pragmática, consistente, eu diria até ousada, que, nesse momento, do ponto de vista das suas metas, está aguardando uma definição, uma decisão sobre a questão do financiamento setorial, a partir da regulamentação da Emenda 29.

Quero chamar também a atenção que as metas que vão ser apresentadas aí, elas foram construídas em cima de uma previsão de recursos, em dezembro do ano passado, que eram aqueles 24 bilhões de reais a mais, em quatro anos, que adviriam da CPMF.

É evidente que, se a solução que o Congresso Nacional definir, para a saúde, alocar de maneira permanente, mais recursos do que esses seis bilhões estimados originalmente, essas metas poderão ser ampliadas, mais ambiciosas, mais... Enfim, aumentadas. Vamos lá.

Não sei quem é que está passando... Tem uma tecnologia aí, você vai descobrir no meio do caminho, mas, enfim. É só chamar atenção, enfim, o SUS é a política de inclusão social mais importante que o País desenvolveu nos últimos 20 anos, cobre mais de 70% da população brasileira. Hoje, nós temos, na realidade, aqueles números estão defasados, nós temos já 29 mil equipes de Saúde da Família cobrindo mais de 90 milhões de brasileiros.

Próxima. Pode passar. Não. Pode voltar, por favor. Isso. Como dimensão, são 11 milhões e 300 mil internações; 11 mil e 200 mil(F) transplantes, só no Sistema Único de Saúde; 138 mil cirurgias cardíacas e programas de excelência internacional: o nosso Programa de Imunizações, o Programa de Controle da AIDS e o Programa de Controle do Tabagismo. E isso num sistema que foi uma construção brasileira, compartilhado, compactuando, consensado e executado em parceria entre o Governo Federal, Estados e Municípios.

Próximo. A população brasileira está envelhecendo, é um problema. Por quê? Primeiro, mais doença crônica. Mais doença crônica, mais tecnologia médica, mais medicamentos e mais tecnologia, protegida por patentes. E é uma discussão que nós vamos ter que enfrentar aqui. Nós vamos ver, um pouquinho mais à frente, como é que o Ministério da Saúde vê essa questão da dependência externa do País e que medidas estão sendo propostas para enfrentá-la. Próximo. Ou seja, o perfil epidemiológico muda, Isso é pressão sobre o financiamento setorial. Não vamos nos iludir. População envelhece, doença crônica e somado a uma diferença fundamental em relação aos países centrais.

O Brasil, que tem um perfil epidemiológico semelhante aos dos países desenvolvidos, primeira causa de morte: doença cardiovascular; segunda causa: câncer. Mas aí vem um probleminha. A terceira causa: violência, homicídios, acidentes de transições, acidentes de trabalho. Mais um fator de pressão sobre o financiamento setorial. E a convivência com as doenças do subdesenvolvimento. Ainda as doenças infecciosas e parasitárias, embora, do ponto de vista de carga de doença, tenham caído muito, ainda são problemas importantes de saúde pública.

Também. Pode voltar um pouquinho. A espera, tempo de espera da população, hoje, por consultas especializadas a alguns exames e algumas internações eletivas é grande; a qualidade, principalmente do atendimento de urgência e emergências, é ruim; a necessidade, também, de uma maior articulação da saúde com as demais políticas; nós temos ainda iniquidade no acesso e problemas graves na gestão do sistema e dos serviços. Próximo.

Sem acesso sistemático ao SUS. Isso é um dado impactante. O que eu falo de acesso sistemático? Esse percentual da população brasileira tem acesso ao sistema, mas não de maneira regular, programática e orientada para a solução do problema. Então, 25% dos portadores de tuberculose, malária e hanseníase não têm acesso sistemático ao sistema. Você pode colocar o cursor em cima da pizza, que vão aparecer os novos dados. Treze milhões de hipertensos, quatro milhões e meio de diabéticos... Para esquerda. Isso. Noventa mil brasileiros não têm acesso garantido, a tempo e à hora, ao tratamento radioterápico e 10 milhões de obesos.

Além disso, nós temos, pressionando o sistema, 33 mil novos casos de AIDS por ano; 20 mil novos casos de câncer ginecológico por ano. A tabela do SUS paga dez reais por uma consulta especializada, a rede privada, em média, 42; enquanto que num parto o Sistema Único de Saúde paga 354, e o sistema privado, mais do que o dobro. Próximo.

Por outro lado, nós temos uma distribuição da tecnologia disponível, para atender a população, desigual. Nós poderíamos dizer que a tecnologia instalada acompanha a riqueza. Nos anos 60 do século passado, o saudoso professor de saúde pública, meu mestre, Carlos Gentile de Mello, fez um trabalho que à época pareceu até prosaico, mas ele é muito interessante. Ele fez um estudo mostrando que onde tem agência bancária, tem médico. Onde não tem agência bancária não tem médico. Foi uma maneira irônica de ele mostrar que a oferta acompanha a riqueza, a distribuição de renda, digamos assim.

Então, o grande desafio do SUS é implantar, em todo o País, mesmo nos municípios mais pobres, o mínimo de acesso. Então você veja a concentração de cirurgia cardíaca, a concentração de radioterapia, que agora começa... Teríamos que ter mais uma bolinha lá em Rio Branco, que eu fui lá inaugurar um centro de tratamento de alta complexidade em câncer. A concentração do tratamento transplante renal... Próximo. A concentração de mamógrafos disponíveis para o SUS por mil habitantes. Próximo. De eletrocardiógrafos, mostrando exatamente uma concentração, principalmente, nas regiões Sul e Sudeste, em relação às demais regiões. Próximo. Equipamentos de hemodiálise. Próximo.

Esse diagnóstico nos levou a propor uma nova abordagem para a saúde. Pode passar. Centrado em algumas premissas. A primeira é essa aí: a saúde é a única política social que tem uma dualidade muito interessante. Ela é ao mesmo tempo fundamental para a melhoria da qualidade de vida, mas ao mesmo tempo ela é uma área de desenvolvimento econômico, inovação, riqueza, criação de emprego das mais importantes do mundo. Nós estamos falando de 8% do PIB, áreas que estão na fronteira do conhecimento com a microeletrônica, biotecnologia, química fina, a nanotecnologia e equipamentos; 25% do gasto total em C&T, no Brasil, são realizados na área de saúde; e 10% dos postos formais de trabalho qualificado são nove milhões e meio de empregos, entre empregos diretos e indiretos, são da área da saúde.

Então, a saúde não pode ser vista como gasto. A saúde tem que ser vista como investimento, na sua dualidade. Política social e fundamental e área de crescimento, desenvolvimento e produção de riqueza estratégica. Próximo. Próximo.

Então, a proposta trabalha a dimensão da promoção da atenção e da recuperação, da assistência ambulatorial e hospitalar, propõe, nós vamos ver, a organização, no território, na ponta, para cada população de 100 mil habitantes, o que nós estamos propondo de estrutura de atendimento e, também, não desconsidera os 50 milhões de brasileiros que têm planos e seguros privados.

Nós temos que regular esse setor, qualificar. A Lei que criou a ANS está comemorando 10 anos da sua criação. Estive essa semana no Rio de Janeiro fazendo um balanço. Nós vamos poder falar sobre isso também. Próximo.

Bom, o que é que, do ponto de vista... Nós estamos propondo criar três milhões de empregos até 2011, entre diretos e indiretos; garantir a qualidade de produtos e serviços; e mudar profundamente a gestão, aumentando a eficiência e os resultados. Próximo.

Bom, nós organizamos o Mais Saúde em quatro grandes blocos. Vou apresentar eles rapidamente para que senhores e senhoras tenham uma visão geral da magnitude do que está sendo proposto. Primeiro, atenção à saúde. Pode clicar. Isso. Vamos, lá, em frente.

Nós todos sabemos que, se a gente não investir nesse período que vai da concepção ao sexto ano de vida, nós vamos estar perdendo uma histórica oportunidade de mudar radicalmente o padrão de desenvolvimento do País. Então, o primeiro Programa, que eu escolhi para ser o primeiro e eu adoro o nome, são os “Brasileirinhos Saudáveis”. Na realidade, é uma política intersetorial que envolve saúde, educação, assistência social e outras políticas, para cuidar da promoção e do tratamento da concepção, ou seja, começa na política de direitos sexuais e reprodutivos, de planejamento familiar, entra pelo pré-natal, pela atenção ao parto humanizado e parto normal, pelo aleitamento materno e pela atenção a esse binômio tão fundamental mãe-bebê e acompanhando essa criança até o sexto ano. Próximo.

Algumas metas: garantir, até 2011, o que já deveria ser o direito de toda mulher brasileira, quer dizer, o pré-natal para todas as mulheres grávidas; ampliar para 90% a captação precoce de mulheres em situação de risco; reduzir a mortalidade materna em 5% ao ano; e aumentar o número de municípios com redes de atenção a mulheres e adolescentes em situação de violência. Próximo.

Garantir o parto normal e humanizado, inclusive, é uma coisa fundamental, garantir que toda mulher saiba com quem vai ter o seu filho e aonde vai ter o seu filho. É uma questão fundamental: capacitar e qualificar dois mil profissionais, inclusive urgências e emergências obstétricas; reduzir a taxa de cesarianas de 30% para 25% no SUS; e de 80%, que é uma epidemia de cesarianas, para 60%, no setor suplementar.

Ampliar a oferta de métodos contraceptivos, através da política de planejamento familiar, incluindo anticoncepcionais orais, injetáveis, DIU, diafragma e preservativo. Próximo. Ampliar o número de vasectomias. As mulheres ainda são os principais objetos das intervenções cirúrgicas para a esterilização, e nós sabemos que é um procedimento cirúrgico invasivo; já a vasectomia é um procedimento simples, ambulatorial, demora 15 minutos e passa muito pela conscientização do homem, em relação a essa questão. Então, a idéia é ampliar 20%, ao ano, o número de vasectomias e 10%, ao ano, o número de laqueaduras. Evidentemente dentro do que a Lei Brasileira estabelece da maternidade, das paternidades responsáveis, número mínimo de filhos, idade definida em lei, etc., etc. Próximo.

E uma coisa importante, nós temos também um conjunto de brasileiros e brasileiras que querem ter filhos e não conseguem. Então, nós vamos implantar na Rede Pública, no SUS, isso não existe ainda, centro de reprodução assistida, em universidades, que possam estar oferecendo a casais que têm dificuldade para engravidar essa possibilidade. Próximo.

O aleitamento materno. Estimular a política de aleitamento materno exclusivo até os seis meses; chegar a 304 bancos de leite humano. O Brasil é o maior país do mundo da tecnologia de bancos de leite humano. E criar um Centro de Referência Latino Americano para pasteurização do leite humano. Próximo.

A questão... Só fazendo um parêntese, a questão ali da licença-maternidade está presente ali. Eu sou... A Senadora, aqui, é uma... E eu sou um militante da causa e vejo com satisfação que muitas prefeituras estão aderindo a essa decisão, muitos Governos dos Estados--

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Dezenove Estados e oitenta e poucas prefeituras...

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Oitenta e poucas Prefeituras. Então, acho que agora esse Projeto de Lei pode ser um avanço muito importante na proteção da saúde da mulher e da criança.

Nós estamos propondo, vejam que coisa importante, praticamente universalizar o "Saúde da Família" para todos os brasileiros que usam exclusivamente o SUS. Ou seja, passar de 27 mil equipes, hoje já são 29 mil, para 40 mil equipes, cobrindo 130 milhões de brasileiros. Se tivermos mais recursos, podemos ampliar essa meta. Próximo.

O "Brasil Sorridente" a mesma coisa, chegar a 24 mil equipes, em 2011, contra 16 mil, que foi o número do ano passado. Próximo. Implantar... Isso é muito importante, a internação domiciliar, ou seja, estimulando a alta precoce de atos pós-cirurgia. Idosos que tiveram acidente vascular cerebral ou que foram operados de cirurgias ortopédicas que possam fazer a conclusão da sua recuperação em casa, através da visita do médico, do enfermeiro e do fisioterapeuta. Próximo.

Nós temos uma grande pressão para incorporar novas vacinas à nossa política de imunizações. A dupla viral, a contra meningite C e a do pneumococo são as três que estamos propondo incorporar. Poderíamos incorporar outras, mas o custo sobre o sistema é brutal. A do pneumococo, por exemplo, qual é a nossa proposta? Estabelecer uma parceria de transferência de tecnologia com a empresa que detém a patente, com a Fundação Oswaldo Cruz, para que no pacote de compra do PNI dessa vacina esteja incluída a transferência total da tecnologia, no período de

até cinco anos. Nós fizemos isso com hemófilos B, fizemos isso com a vacina da gripe, do Butantã. É uma estratégia inteligente e importante que nós temos que explorar. Próximo.

Esse é o Programa menina dos olhos do Presidente Lula. Nós vamos fazer uma coisa que acabou no Brasil e ninguém sabe por que. Eu, quando estudava no Colégio Pedro II, no antigo ginásio, o médico ia lá no colégio, eu me lembro, examinar os alunos. Então, nós vamos botar o "Saúde da Família" dentro das escolas. Nós vamos atingir 26 milhões de alunos e, aí, nós vamos trabalhar o quê? Detecção precoce de doenças que afetem o rendimento escolar, inclusive deficiência visual e auditiva. E vamos garantir todos os exames e o tratamento. Do que nós calculamos, 4% desses 26 milhões de alunos vão apresentar algum tipo de problema de saúde que afeta o seu rendimento na escola. Oferecendo, inclusive, óculos... Próximo. Consultas de otorrino, de avaliações audiológicas, incluindo, também, evidentemente, toda a questão de educação sexual e reprodutiva, prevenção da questão do uso de tabaco, álcool e outras drogas. Próximo.

No caso das pessoas que detêm plano de seguro de saúde, nós vamos trabalhar a questão da portabilidade. A ANS já está trabalhando essa questão. E em outubro nós vamos implantar uma nova sistemática de ressarcimento ao SUS, usando a mesma tecnologia que a Receita Federal usa, em relação à declaração do Imposto de Renda. Nós vamos acabar com o papel. Vai ser um sistema online, que vai ser auditado, e evidentemente as empresas vão ser avaliadas em relação à fidedignidade das informações que estão passando.

A nossa estimativa é que nós vamos, no mínimo, triplicar o volume de recursos que hoje os planos de seguros reembolsam o SUS. Poderíamos chegar, apenas com os atendimentos hospitalares e de alta complexidade, a 250 milhões de reais, por ano, sendo reembolsados ao Sistema Único de Saúde. Próximo.

Aumentar a cobertura em relação ao câncer de colo de útero e de mama. Próximo.

Da saúde do homem. O homem, em todas as faixas etárias, é mais frágil do que a mulher. Nós morremos mais e adoecemos mais e, pior, o homem se cuida menos. Ele é mais refratário e menos sensível às políticas de promoção e de prevenção. Então, agora em junho, nós vamos lançar a política de atenção à saúde do homem, que aqui tem só um retrato, ela é mais ampla, mas, por exemplo, ampliar em 20%, ao ano, o número de consultas na população masculina. Próxima. Ampliar em 10% o número de cirurgias para as patologias e câncer do trato genital masculino. Próximo. Ampliar em 20%, ao ano, o número de ultra-sonogra-

fias da próstata e promover a Campanha Nacional de Prevenção do Câncer de Próstata. Próximo.

A questão de hipertensão e diabetes, como prioridades de saúde pública, também está englobada aí, a ampliação de oferta de medicamentos, de insulina e de exames de diagnóstico. Próximo.

A ampliação do Farmácia Popular. A idéia é que nós cheguemos em 500 unidades próprias de Farmácia Popular e em 20 mil unidades do Farmácia Popular no varejo farmacêutico. Hoje, nós temos 370 unidades próprias e 4.500 conveniadas. Então, a meta é chegar a 500 próprias e 20 mil conveniadas e aumentar, nas conveniadas... Hoje eu tenho hipertensão e diabetes, insulina, pílula anticoncepcional. A idéia é incluir medicamentos para asma, que é caríssimo, para as crianças, e medicamentos para os idosos, o de controle do colesterol, estatina, osteoporose, Alzheimer e alguma outra coisa. Isso tem um custo, um impacto financeiro, mas tem um grande impacto do ponto de vista de saúde pública, considerando que 90% do custo o Governo banca e a pessoa paga apenas 10% do custo. Próximo.

Regulamentar... Nós temos um Projeto de Lei aqui no Senado, que está, se não me engano, o relator é o Senador Jereissati, que é essa polêmica da judicialização da saúde. Vai ser um grande avanço se conseguirmos aprovar essa lei. Aumentar a participação de genéricos no mercado e aumentar também 40% os recursos dirigidos à distribuição gratuita de medicamentos. Próximo.

A questão do tabaco, em ambientes fechados. Nós estamos encaminhando um Projeto de Lei à Câmara dos Deputados, que proíbe o fumo em ambiente fechado.

A questão de bebidas alcoólicas. Nós avançamos em relação à comercialização nas estradas, agora tem a coisa da propaganda que está na Câmara ainda. Próximo.

A questão da alimentação saudável e atividade física, uma coisa muito polêmica e importante é a quantidade de sal e de gordura nos produtos industrializados, que precisam ser controlados.

E também a questão de acidentes de trânsito. O último número do IPEA(F) é impressionante, o Brasil gasta 20 bilhões de reais por ano em danos. Do ponto de vista de danos materiais e de tratamento de saúde constam 33 mil óbitos com acidentes de trânsito, no Brasil, anuais. Próximo.

A saúde do idoso. Qualificar 66 mil pessoas como “cuidadores” de idosos, realização de consultas oftalmológicas, oferecendo óculos e a caderneta de saúde da pessoa idosa. Próximo.

Implantar mais 140 novos centros de referência em saúde do trabalhador. Próximo.

A questão das doenças endêmicas. Nós vamos ver em detalhes um pouco mais à frente. A redução e o controle da dengue. Próximo. Da hanseníase. Próximo. Da tuberculose... Nós vamos ver isso em detalhes adiante. Pode passar. A malária... E o conjunto de recursos estimados. Na versão lá de trás, seriam sete bilhões e seiscentos a mais, além do que está no PPA, para esse bloco. Próximo.

O segundo bloco é... Esse é a grande novidade. O que nós estamos fazendo? Nós estamos juntando a Política de Ciência, Tecnologia e Inovação, a Política de Desenvolvimento Industrial, que o Presidente Lula lançou no mês passado, e a Política de Saúde, objetivando fazer o quê? Reduzir a vulnerabilidade setorial que hoje é de seis bilhões de dólares/ano negativos à balança comercial setorial da saúde. Ou seja, o conjunto de indústrias da saúde, medicamentos, fármacos, insumos, reagentes, equipamentos, importou seis bilhões de dólares a mais no ano passado do que exportou.

E pior, mais grave do que o volume de recursos financeiros é uma outra dimensão, a do conhecimento. Cada vez mais o Brasil depende de novas tecnologias desenvolvidas lá fora. Um bom exemplo foi essa decisão histórica do Supremo. Se nós não tivéssemos aprovado autorização para pesquisa com células-tronco embrionárias, seria mais uma área que o Brasil ficaria dependente de tecnologias que, com certeza, serão desenvolvidas a partir desses novos métodos e técnicas.

Então, aqui, a estratégia qual é? Ampliar a capacidade nacional de produzir, no Brasil, criando emprego, aqui, esses insumos. Trinta por cento do que o Brasil importa, o Brasil importa da China e da Índia, e quando a gente vai ver, do ponto de vista tecnológico que tem ali, não tem nada que o Brasil não possa importar. Vou dar um bom exemplo, marcapasso. Todos os marcapassos que o Brasil implanta no Sistema Único de Saúde são importados. Tem alguma barreira tecnológica? Não. A gente tem conhecimento para poder fazer aqui. Falta o quê? Uma política de Estado que estimule o empresariado a fazer aqui. Essa é a proposta. Então, a proposta... E usando o quê? Só para sintetizar. O poder de compra do Estado, que é alto; o BNDES como agente fomentador; e a indústria, privada e pública, para desenvolver isso no Brasil. Ou seja, reduzir o déficit comercial da saúde e aumentar uma taxa de 7%, ao ano, a produção local de farmoquímicos, medicamentos, equipamentos e materiais, através de parcerias com a FINEP e o BNDES, que está disponibilizando três bilhões de reais de créditos para o setor privado. Próximo.

Só um parêntese. Eu publiquei, no mês passado, duas semanas atrás, uma Portaria listando todos os produtos, medicamentos, insumos, vacinas, reagentes, equipamentos de interesse do Sistema Único de Saúde, para fins dessa política. Significa que o BNDES só vai financiar o que estiver dentro dessa lista de prioridades, acabando com... O que acontecia antes? O empresário chegava com a proposta boa, do ponto de vista macroeconômico, ou do negócio em si, mas que não tinha nenhum vínculo com a política de saúde. Agora não, o BNDES só vai aprovar o que está na Portaria que eu publiquei, que coloca quais são, incluindo as doenças negligenciadas.

Atender a 80% das necessidades do PNI e co-produzindo essas vacinas aqui no Brasil; aumentar em 50% a produção dos laboratórios oficiais; e substituir 20% da demanda do SUS por produtos nacionais; como, por exemplo, marcapasso, ultra-sons e mamógrafos. Próximo.

Concluir a HEMOBRÁS até 2010. Hoje o Brasil depende totalmente de importação dos fatores de coagulação. Todos os pacientes que são portadores de discrasias sangüíneas dependem desses insumos, e a guerra do Iraque criou um fenômeno: o consumo aumentou lá, e o preço subiu. Nós tivemos ano passado situações delicadas de estoques mínimos que colocavam em risco a segurança desses pacientes. Só com a HEMOBRÁS operando, em 2010, nós vamos passar a ter, vejam, 100% da demanda de fator nove imunoglobulina e albumina, e vamos poder produzir 30% da demanda para o fator oito. Próximo.

Isso nós já inauguramos, é uma meta cumprida. Já inauguramos a fábrica de camisinha de Xapuri. Toda a produção vai ser comprada pelo SUS. Eu ainda não usei essa camisinha, mas quem já usou garante que a qualidade é excepcional. Camisinha nacional. Vamos privilegiar o material nacional, da Floresta Amazônica. Próximo. Exatamente. Pode passar.

Olha que coisa importante, a Fiocruz, que já está presente naqueles Estados, em amarelo, agora vai ampliar sua presença, como a maior Instituição Brasileira de Ciência e Tecnologia e Saúde Pública... Brasileira e da América Latina, ampliando a sua presença no Rio Grande do Sul, no Paraná, no Mato Grosso do Sul, em Rondônia, no Piauí e no Ceará. Próximo.

Usar o poder de compra do Estado, como grande indutor dessa mudança de política, que é fundamental. Próximo. E ampliar e capacitar rede de laboratório de saúde pública, para ampliar sua capacidade e, também, estruturar uma unidade nacional e reformar 30 centrais de armazenamento de insumos críticos, ou seja, vacinas, medicamentos, inseticidas, entre outros. Próximo. Estruturar duas Redes de Pesquisa Clínica,

em Ciência e Tecnologia, e dois Centros Nacionais de Toxicologia. Esses dois Centros Nacionais de Toxicologia vão atender 100% da demanda da indústria da saúde e das instituições de C&T. Próximo.

Implantar uma rede nacional de biotérios e concluir o Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde da Fiocruz; um investimento de 150 milhões de reais que deve ficar pronto no ano que vem. Esse centro é importante por quê? Ele é a transição entre a pesquisa de bancada e a pesquisa em escala industrial. Muitas vezes, você conseguiu na bancada do laboratório desenvolver alguma coisa que parece promissor, mas, quando vai testar no ambiente industrial, a coisa fica inviável.

Então, esse Centro vai ser o primeiro no Brasil, vai permitir que essas tecnologias de bancada sejam testadas do ponto de vista de sua potencialidade como produto produzido em escala. Próximo.

A Cooperação Internacional também está presente. A Fiocruz vai ter uma Unidade junto à União Africana, e todo o trabalho, principalmente Cuba, Mercosul e os países portugueses africanos, vão ser prioridades do ponto de vista da nossa cooperação.

Queria só destacar que nós vamos implantar uma fábrica de antro e retrovirais em Moçambique, para atender às demandas daquele país e, no futuro, dos países africanos. Uma parceria entre Farmanguinhos e o Governo de Moçambique. Próximo.

Esse é um ponto importante, também, porque o Brasil faz fronteira com 121 municípios. E nós temos problemas de atendimento à saúde, aí. São populações que passam de um lado para outro. Então, o nosso SIS Fronteira tem que ser aperfeiçoado para poder resolver essa equação. Próximo. Para esse bloco, nós vamos precisar de cerca de um bilhão do orçamento do Ministério a mais. Próximo.

O outro ponto fundamental é a gestão e os trabalhadores. A saúde, ao contrário de outras áreas, onde a tecnologia entra você elimina postos de trabalho. Um bom exemplo é a indústria automobilística. Você bota um robô, acaba com... Banco. Você bota aquela maquininha que agora todo mundo usa, acabou. Na saúde, quanto mais tecnologia complicada você coloca, mais gente você precisa e mais gente qualificada. É uma área onde cresce a densidade tecnológica e cresce o emprego. Não tem jeito. Idoso vai precisar ter "cuidador", fisioterapeuta, psicoterapeuta, gerontologista, e vai ter que ter ressonância, tomógrafo, angiógrafo, novos medicamentos, novas vacinas. Tudo junto. Isso é pressão sobre o sistema.

Então, aí qual é a proposta? A tabela do SUS hoje está totalmente defasada, e os tetos dos Estados e municípios, para poder atender essa demanda brutal

do SUS, completamente frágil. Reformular, reajustar a tabela e ampliar os recursos para ampliação de cobertura. Próximo.

A regulação é fundamental. Eu tive, ontem, em Minas e em Montes Claros e Ipatinga, inaugurando novas obras. É importante sair aqui de Brasília e ir lá na ponta e ver que estão acontecendo coisas importantes. Quer dizer, a organização da rede, com a implantação do SAMU, do “Brasil Sorridente”, do “Farmácia Popular”, do “Brasil Saúde da Família”, de hospitais regionais, está acontecendo. É impressionante.

Então, eu fui inaugurar um hospital, com toda uma política de avaliação de risco, de humanização, bem equipado, com profissionais motivados, recebendo salários razoáveis para a realidade brasileira. Então, essa coisa de você trabalhar a regulação, central de marcação de consultas, central de garantia de internação de leitos; isso integrado com o SAMU é muito importante. Informatizar 60 mil unidades de saúde e implantar, finalmente, o cartão nacional de saúde para 100 milhões de brasileiros. Próximo.

Nós temos que mudar a relação com Estados e municípios. A sociedade exige, cada vez mais, mais transparências e resultados. Para onde está indo o dinheiro? O que está acontecendo? Então, a idéia é contratualizar os Estados, e os Estados contratualizarem os municípios, em cima de um conjunto de metas e indicadores, e que isso seja público, disponível para todos poderem consultar e acompanhar. Inclusive, criando prêmios para os municípios e Estados que conseguirem ter um desempenho acima da média; prêmios inclusive financeiros.

Retomar a discussão da Lei de Responsabilidades Social. Nós temos uma Lei de Responsabilidade Fiscal; temos que ter uma Lei de Responsabilidade Social, onde fiquem claras, inclusive, as responsabilidades dos Gestores, dos Secretários de Saúde, mas, também, dos Secretários de Fazenda, na garantia dos repasses dos recursos, dos Prefeitos, dos Governadores, do Ministro, de todos, em relação às suas competências e atribuições. E o Projeto de Lei criando a Fundação Estatal de Direito Privado, que está na Câmara dos Deputados, e que já foi aprovada pelo Estado de Sergipe, da Bahia, do Rio de Janeiro e que começa a ser melhor compreendido, agora, como uma medida importante que pode aumentar a eficiência do gasto público e a qualidade do atendimento. Próximo.

Qualificar o sistema de auditoria do SUS, que é fundamental, através do fortalecimento do DENASUS. Próximo. Fortalecer os Conselhos Estaduais e Municipais, ampliar o Sistema de Ouvidoria e tornar a Carta de Direitos dos usuários disponível a todas as pessoas. Próximo.

Integrar essa política com as demais políticas do Governo Lula: “Bolsa Família”, “Pronasce”, “Pontos de Cultura”, “Quilombolas” e “Territórios da Cidadania”, nos 2.700 municípios mais pobres do Brasil. Próximo.

Essa é uma idéia que nós estamos amadurecendo. A epidemia de dengue no Rio de Janeiro nos chamou a atenção de que o Brasil não tem, ao contrário de outros países, Estados Unidos têm, outros países têm, uma Força Nacional de Saúde que seria um conjunto de clínicos, infectologistas, sanitaristas, planejadores que pudessem ser mobilizados, rapidamente, para qualquer situação de catástrofe. Pode ser um grande desastre natural, um acidente de proporções muito grandes, uma doença que saia do controle das autoridades locais e que você possa usar esse pessoal para isso. Pois não, Deputado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Sim. Também. Está ali. Com a FUNASA e FUNAI. Vai aparecer um pouco mais na frente. Próximo.

Bom, se nós temos... a força de trabalho é o maior patrimônio do Sistema Único de Saúde, nós temos que qualificar. A nossa proposta é especializar 52 mil profissionais de nível superior que hoje trabalham no Saúde da Família, ou seja, dar a esses profissionais o título de especialistas em saúde da família; capacitar 260 mil técnicos de nível médio; qualificar 110 mil profissionais que trabalham em gestão ou gerência; e implantar, em Brasília, a Escola de Governo em Saúde, da Fiocruz, que já está em construção aqui em Brasília. Ano que vem está pronta. Próxima.

Para esse bloco, nós precisaríamos de cerca de seis bilhões de reais a mais, além do que está no PPA. Próximo. Esse é o último bloco. Vamos lá. Pode passar. Aqui é o que mais comumente se compreende por saúde: hospital, tecnologia. Olha que metas desafiadoras. Nós estamos propondo, até 2011, implantar 81 novos centros para tratar o quê? Os brasileiros que hoje vão ficar esperando meses por uma radioterapia [soa a campainha]. Que essa é a realidade, a nossa realidade, hoje, infelizmente. E concluir o novo campus do Instituto Nacional do Câncer, no Rio de Janeiro. Próximo.

Reequipar 300 serviços de hemodiálise, disponibilizando 2.600 novas máquinas. Vejam a importância disso. Criar 366 novas unidades de hemodiálise; 230 serviços de neurocirurgia novos; 155 de cardiologia; 186 de traumatologia-ortopedia; 640 de oftalmologia; e 13 novos serviços de saúde auditiva em todo o País; 6.500 novos leitos de terapia intensiva e semi-intensiva. Na realidade, nós precisaríamos de 18 mil leitos de terapia intensiva e semi-intensiva. Seis mil e quinhentos,

porque nós disporíamos apenas de 24 bi a mais. Se tivermos 40 bi a mais, em quatro anos, poderemos pelo menos dobrar isso aí, praticamente. Próximo.

Aumentar o número de transplantes do SUS de 11 mil para praticamente 16 mil/ano; estruturar 20 bancos de pele, tecido, ossos, cordão umbilical e válvulas cardíacas. Próximo. Universalizar o SAMU, comprando 4.200 novas ambulâncias, 10 helicópteros, 14 ambulâncias até 2011, universalizando o atendimento a toda a população brasileira. Próximo.

Atender um milhão de brasileiros com deficiências físicas, que se encontram aguardando, em fila de espera: deficiência visual, auditiva e deficiência física. Próximo.

Concluir, ampliar, reformar e equipar 244 hospitais. Fortalecer a rede hospitalar filantrópica, envolvendo, aí, 260 unidades, e reformar e reequipar 140 hospitais universitários de ensino. Tudo isso que eu estou mostrando, aqui, nada disso está acontecendo por falta de recursos financeiros. Esse é o Projeto que foi apresentado e aprovado, em dezembro, que não foi implementado porque faltam recursos. Próximo.

A questão da humanização, do acolhimento com classificação de risco, as maternidades amigas da mulher, a humanização na rede SUS está contemplada. Próximo.

Muito bem. Agora, você vai clicar aí nessas “Teias”. Isso, por favor. Entrar nas “Teias”, ali.

Bom, o que nós estamos propondo? Para cada território com 100 mil habitantes, nós vamos organizar um modelo de atenção que seja implementado em todo o Brasil, que tenha agentes comunitários de saúde e de odontologia...

Agora, você bota a mãozinha ali... Não, não. Embaixo... Aí. Não, não, não, ali. Lá em cima, o quadrado, o quadrado, embaixo do quadrado, embaixo, embaixo. Para direita. Uma para direita. Aí. Não, não. Não está, né?

Bom, então as “Teias” não estão funcionando. Mas, em linhas gerais, é basicamente o seguinte: para cada população de 100 mil habitantes, nós vamos ter agentes comunitários de saúde, “Programa Saúde da Família” e “Programa Brasil Sorridente”, as Unidades Básicas de Apoio ao PSF, os Núcleos de Atenção à Saúde da Família, que dão apoio especializado--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Ministro.

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: --os Centros de Especialidades Odontológicas. Pois não.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Esses territórios abrangem vários municípios, né?

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Com certeza.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Ah, tá.

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Os Centros de Atenção Psicossocial; o apoio diagnóstico; a vigilância sanitária; a UPA 24 horas, que é um atendimento de urgência; o SAMU; o Farmácia Popular; o Hospital de Referência; e a integração com as Políticas de Atenção Indígena, Quilombolas, aquele... E os demais Programas de Governo, os CRAS do Ministro Patrus Ananias. Ou seja, todas as políticas, no território, voltadas para populações marginalizadas ou em situação de riscos estariam sendo integradas a essa estratégia.

Muito bem. Eu acho que eu já me excedi no meu tempo, e agora nós teríamos uma apresentação rápida sobre as doenças negligenciadas. Aí eu não sei como que a gente caminha, que o Gerson Penna... Ou a gente discute esse bloco primeiro e entra nas doenças negligenciadas depois...

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Bom, Srs. Senadores, eu agradeço ao Ministro, então, a primeira parte da sua exposição e coloco, então, ao Plenário, se seria mais conveniente que nós discutíssemos essa etapa e em seguida continuarmos ou...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu tenho a impressão, Sra. Presidente, que seria interessante... Eu acho que, na minha opinião, o Ministro continuar, porque a gente sabe que ele tem um problema de horário também, em função dos debates e votações no Congresso, e assim nós poderíamos ser bastante sucintos, na seqüência. Se formos fazer alguma observação, limitar a observação a dois, três minutos, bem rapidinho, só para comentar alguma coisa e aproveitarmos a presença do Ministro aqui nesta Comissão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Então fazemos logo, então. Direto.

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Muito bem. Então, tem uma outra apresentação que vou fazer, e o Gerson Penna, que é meu Secretário de Vigilância e Saúde, Dr. Reinaldo Guimarães, Secretário de Ciência e Tecnologia, não, eles ficam ali de universitários.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Está bom [risos].

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Se eu precisar de algum apoio para esclarecer alguma coisa, eles entram em cena.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Levantem as placas [risos].

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Exatamente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Fique à vontade, então, ministro.

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Só para... Só uma questão. Esse problema das doenças negligenciadas é muito importante. Mas eu queria destacar o que está acontecendo na Organização Mundial da Saúde, que o Brasil vem liderando... Criou-se uma Comissão na OMS, sobre propriedade intelectual e acesso a medicamentos, que o Brasil é o líder desse processo, e nessa última Assembléia, realizada agora em maio, nós tivemos avanços importantes.

Mesmo contra a posição dos Estados Unidos, nós conseguimos praticamente fechar um documento de consenso, e esse documento coloca uma grande questão em debate: como garantir o acesso de todas as pessoas ameaçadas, hoje, por doenças importantes, como garantir que essas pessoas todas elas, dos países pobres, principalmente, tenham acesso ao conhecimento gerado pelo homem? Acesso igualitário. Dois: como garantir que nós possamos desenvolver novas drogas e novos métodos de diagnósticos para essas doenças que são doenças onde não há interesse do setor privado em investir? E três: como mudar esse cenário onde, por exemplo, uma doença que nós vamos ver, que é a leishmaniose, nós usamos, para tratar, uma droga dos anos 40 do século passado, extremamente tóxica, com um conjunto de efeitos colaterais. É inadmissível que até hoje a ciência não tenha se debruçado e desenvolvido uma droga mais eficaz e que traga menos efeitos colaterais.

Então, é um problema importante, e que o Brasil está se mexendo, e que o nosso papel, no cenário internacional, é um papel reconhecidamente de vanguarda e politicamente muito importante e muito consistente. Vamos lá.

Nós já tínhamos visto isso, quer dizer, a pirâmide está ficando... Não é mais uma pirâmide, é quase um caixotinho. A população idosa está aumentando; a base diminui; a parte de cima e a parte intermediária aumentam; nós já temos 10% da população com mais de 60 anos, ou seja, praticamente 20 milhões de brasileiros, e essa é uma tendência inexorável.

O Brasil está fazendo, em 50 anos, o que os países da Europa, a França fez em 100 anos. Nossa transição demográfica é uma transição demográfica rápida. Próximo.

E foi aquilo que eu disse, quer dizer, as principais causas de óbito, mudando radicalmente o cenário dos anos 30 do século passado para cá, principal causa: doenças do aparelho circulatório; segundo: neoplasias; e terceiro: os acidentes e as violências.

As doenças infecciosas e parasitárias reduziram drasticamente a sua participação percentual, mas continuam sendo relevantes e importantes, como nós vamos ver. Próximo.

Bom, a OMS classifica como doenças negligenciadas um conjunto de doenças associadas à situação de pobreza, às precárias condições de vida e as iniquidades. Apesar de serem responsáveis por quase metade da carga de doenças nos países em desenvolvimento e nos países pobres, os investimentos, em pesquisa e desenvolvimento, tradicionalmente, não priorizaram essa área.

Então, nós poderíamos listar essas doenças, que seriam: a doença de chagas, a dengue, a esquistossomose, a hanseníase, a leishmaniose, a malária e a tuberculose. E aí tem uma frase do ex-Ministro Adib Jatene chamando atenção que até a década de 80 as patentes dos medicamentos mais utilizados no mundo eram propriedades de universidades, 70, de universidades ou de institutos públicos de pesquisa. E, a partir daí, a colocação, a detenção de novas patentes é fortemente dirigida e capitaneada pelas grandes empresas multinacionais. Que, em média, uma grande empresa multinacional, hoje, farmacêutica ela investe pelo menos dois bilhões de dólares/ano em P&D; pelo menos, no mínimo. Algumas investem mais. Próxima.

Então, nós temos, ali, o mercado farmacêutico mundial, que já ultrapassou os 600 bilhões de dólares; e um dado impactante, aqui, metade desse mercado é realizado em um único país, os Estados Unidos. Então, vocês imaginam o Brasil, o mercado brasileiro está em torno de 11 bilhões de dólares, e o mercado americano 300... Mais de 300 bilhões de dólares. Então, é...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Nosso mercado é o nono. Mas vejam uma sociedade altamente medicalizada e onde as grandes empresas investem nas chamadas doenças globais. Enquanto que as doenças negligenciadas ficam sem investimentos no desenvolvimento de novas drogas e de novas tecnologias de diagnóstico. Próximo.

Como está a situação dessas doenças no Brasil? A malária... Vejam que está... Nós tivemos já 93 mil casos a menos de malária, com redução de três mil internações, através de novas tecnologias de tratamento. Inclusive, a Fiocruz, no mês passado, lançou uma nova droga, que é a associação de duas drogas, que vai ter um grande impacto no tratamento. Foi desenvolvida, é uma drogada desenvolvida pelo...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [Pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Quer dizer, uma iniciativa voltada para as doenças negligenciadas fez com que Farmanguinhos desenvolvesse uma associação de duas drogas para ter um impacto muito grande no tratamento. Próximo.

A maior concentração da malária está na Amazônia ocidental, e aí você tem um quadro... Em negro, maior incidência. Quanto mais claro, menor a incidência. Próximo.

A nossa meta é estar trabalhando com uma redução, até 2010, substantiva, ou seja, hoje, 2008, nós estaríamos ali com 400 mil casos, a idéia é chegar a cerca de 300 mil casos, em 2010. Ainda significativo, mas aperfeiçoando o diagnóstico, usando essa nova conjugação de drogas para o tratamento e reduzindo o número de internações. Próximo.

A tuberculose é um problema sério, ainda em saúde pública no Brasil. Nós temos 80 mil novos casos, por ano, com cerca de 4.500 óbitos. Ela é a nona causa de internações por doença infecciosa; a sétima em gasto por internação por doença infecciosa; a quarta causa de morte, por doença infecciosa; a maior causa de óbito relacionada à AIDS; e 70% dos casos estão em 315 municípios.

Nós estamos desenvolvendo uma nova abordagem, nesses municípios, que é aquela estratégia de você garantir... O grande problema é o abandono do tratamento. Então, qual é a idéia? Você, através do fortalecimento da atenção primária da Saúde da Família, você estruturar estratégia que garantam o segmento e o controle desses pacientes e que eles tomem, sem interrupção, durante seis meses, ou cumpram o tratamento sem interrupção durante seis meses, inclusive, com "buscativa" de doentes, visitas domiciliares, etc., etc. Próximo.

Na hanseníase, ainda é um problema sério no Brasil. Uma entidade brasileira, uma Organização Não-Governamental, MORHAN, ganhou, esse ano, o prêmio da Fundação Sasakawa, lá em Genebra, durante a Assembléia Mundial da Saúde, mas ainda nós temos um problema sério: três mil pessoas por ano ainda são diagnosticadas com deformidade física, o que é inadmissível. Nós já temos uma cobertura de 34% de Unidade Básica de Saúde, oferecendo diagnóstico e tratamento, e a média do percentual de cura, nesse período, foi de... 2001 a 2006, foi de 90%. Nós estamos avançando, é uma doença complexa, crônica, de longo período de desenvolvimento, principalmente na região amazônica. É a maior concentração, não é isso, Gerson? Maior concentração da hanseníase na região Amazônica. Maior coeficiente na região amazônica. Próximo.

As leishmanioses visceral e tegumentar, aí é efetivamente a prioridade é para o desenvolvimento de novas drogas. Como eu falei, a única tecnologia que nós temos disponível de uma droga, o glucantime, que é usado desde os anos 40. O Papaléo, aqui, já se lembrou na hora. O pessoal da velha guarda, aqui, que

fez medicina lá trás, o glucantime... É o mesmo. Não temos nada novo. O que é dramático. Próximo.

No caso da doença de chagas, nós temos já certificação internacional. Não há mais no Brasil transmissão, pelo vetor, pelo barbeiro. O que nós temos tido é a transmissão por via oral, nos últimos anos. Próximo. Esse quadro mostra... Nós tivemos alguns... Principalmente no Pará, no Amazonas e no Amapá, a maioria dos casos, consumo de açaí contaminado com o barbeiro. Então, por ingestão oral, o tripanossoma passa pela mucosa e contamina e causa um quadro agudo, o quadro agudo de doença de chagas. Não o quadro crônico que nós conhecemos. Então, é uma doença que nós conseguimos um grande avanço, que foi a interrupção da transmissão vertical, mas continuamos com casos agudos... Caldo de cana teve um surto, também, em Santa Catarina, com o uso de caldo de cana contaminado. Próximo.

A taxa de mortalidade de internação por esquistossomose... Vocês vejam que se reduziu significativamente. Aqui, evidentemente, a expansão da oferta de água tratada, saneamento ambiental, esgotamento sanitário e intervenções urbanas reduzem significativamente essa patologia. Próximo. Aqui nós temos... Houve uma redução, portanto, em 57% na taxa de mortalidade. Em 2005, nós tivemos apenas 514 óbitos e uma redução, entre 98 e 2007, de 57% das internações por esquistossomose. Ali, nós temos a faixa de prevalência em inquéritos de análise de fezes, mostrando a concentração, principalmente, ali, nos Estados da região Nordeste, principalmente. Próximo.

A dengue é um problema mundial. Em julho do ano passado, a Organização Mundial de Saúde lançou um alerta. São dois bilhões e meio de pessoas em risco, 80 a 100 milhões de casos por ano e a estimativa de 400 mil casos, da forma hemorrágica, sem países endêmicos. Vejam que a faixa é exatamente a faixa dos países que, por especificidades climáticas, apresentam uma maior facilidade de reprodução do vetor. Existem relatórios da ONU, bastante recentes, mostrando também a relação entre o aquecimento global e a expansão da dengue e de outras doenças. Próximo.

Os soros tipos circulantes, de 2001 para 2050, estão aí. O único soro tipo circulante é o soro tipo 4, que ainda não entrou no Brasil, apesar de estar presente em países que fazem fronteira com o Brasil, como a Venezuela. Próxima. As áreas potenciais de dengue em 2008 estão ali. E áreas potenciais de febre hemorrágica, em 2008, à direita. No caso das áreas potenciais, em 2008, principalmente os Estados que tiveram baixa incidência em 2007, e o número grande de suscetíveis, ou seja, uma nova população, principalmente crianças que nasceram depois do último surto,

que não têm proteção natural, imunidade. E, no caso da forma hemorrágica é exatamente o contrário, quer dizer, população previamente exposta ao soro tipo e onde circulam vários soros tipos, causando os quadros hemorrágicos. Próximo.

Esse é o número de Secretarias Estaduais certificadas de 98 a 2002, praticamente... Quer dizer, todas elas estão certificadas. Próximo. E as Secretarias Municipais certificadas para o combate à dengue. Próximo.

Bom, só para vocês entenderem, o Ministério da Saúde hoje repassa os recursos financeiros para os Estados e Municípios, em cinco blocos. Antigamente, eram 142 formas de repasse. Uma maluquice. Agora, temos o bloco da atenção básica, o bloco da média alta, da vigilância, da assistência farmacêutica e de gestão. Então, são cinco canais de fluxo de recursos. Próximo.

Aqui é o teto financeiro de vigilância em saúde. Então, a modalidade de financiamento da vigilância, do combate, portanto, a essas doenças mudou. Da relação convenial, que era um caos, você tinha que fazer um conveniozinho para cada coisa, hoje repassa fundo a fundo, e cada Estado tem um teto de vigilância em saúde. Então, você veja o crescimento. Em 2008, nós vamos ter aí um... Quanto?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Um bilhão e 20 milhões de reais no teto de financiamento da vigilância em saúde, para todas essas doenças. Próximo.

Esse é só para vocês terem uma idéia da comparação dos gastos *per capita*, na modalidade anterior, convenial, e na modalidade atual, do teto financeiro de vigilância. Mostrando como cresceu, significativamente, e a concentração maior de crescimento nos Estados da região Amazônica. Isso são valores *per capita* médio/ano. É isso? Próximo.

Bom, aqui é o Programa de P&D em doenças negligenciadas, que a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde vem trabalhando. Próximo. Essas são as publicações, por autores brasileiros, nas seis doenças negligenciadas, do Programa de P&D da nossa Secretaria, ou seja, 140 publicações em dengue... Em que ano foi isso, Reinaldo? Ah, está lá. Total dos seis anos. Dois, quatro, seis, sete anos: 140 publicações em dengue; 175 em hanseníase; 285 em malária; 305 em tuberculose; 375 em leishmaniose; e 922 em chagas. Ou seja, mais de 2.600 *papers* de autores brasileiros. Próximo. Essa é evolução anual por doença. Próximo. Esses são como funcionam as redes

de co-autoria científica. O Reinaldo poderia falar sobre isso, Reinaldo, rapidinho, só para traduzir?

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Podia usar aqui...

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: No microfone, aqui.

SR. REINALDO GUIMARÃES: Muito rápido. Isso é apenas uma rede de... No caso da dengue, rede de co-autores brasileiros que estão trabalhando com dengue. Cada ponto marronzinho daqueles é um autor principal, situado num determinado centro de pesquisa, e os pontinhos azuis são co-autores, mostrando que há uma disseminação bastante grande da pesquisa em dengue, no Brasil.

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: E que várias instituições, portanto, se integram nesse esforço de pesquisa e de desenvolvimento de novas abordagens. Próximo. Idem, no caso da malária... De tuberculose... E essas são as principais Instituições das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, em verde, e Instituições estrangeiras que são parceiras para as várias doenças.

Então você vê, ali, a concentração para a doença de chagas, Fiocruz, USP, UFRJ, UFMG, UNIFESP, ou seja, um conjunto grande de instituições para dengue, para leishmaniose, hanseníase, malária e tuberculose. E, ali embaixo, são as instituições brasileiras que aparecem no nível mais alto de avaliação de qualidade. Seria isso? De qualidade, em ordem alfabética.

Então, para a doença de chagas, a Fiocruz; para dengue, a Fiocruz, a Secretaria de Saúde do Ceará, a Secretaria de Saúde do DF e a URFF. O que é a URFF? É Rural Federal Fluminense. Universidade rural. Para leishmaniose UFMG e Natal, não é isso? Hanseníase: Fiocruz, UFRJ; malária: Fiocruz, Pernambuco, Roraima; e tuberculose: Fiocruz e Rio Grande do Sul. Próximo. Essas são para... É a mesma coisa da outra? Ou não? É a mesma coisa. Próximo.

Esse é o número de projetos e recursos que o Ministério vem investindo nas doenças negligenciadas. Números de projetos e de recursos por ano, englobando 2202, 2003, 4 e 5, 6 e 7. Próximo.

Aí, por região, Centro-Oeste, Norte, Nordeste, Sul e Sudeste, número de projetos e recursos. Próximo. E esses são por doença, de 2003 a 2007. Então, alguns números, cerca de 40 milhões em tuberculose; 30 e poucos milhões em leishmaniose; alguma coisa de 24 milhões em dengue, recursos acumulados no período [soa a campainha]. Próximo. É a mesma coisa por região. Próximo. Pode terminar. Acho que é isso aí. Muito bem. Obrigado pela atenção.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Obrigada mais uma vez, Ministro. Nós

vamos começar imediatamente, então, ao debate, mas antes eu quero só registrar a presença dos Deputados Max Rosenmann, do Deputado Osmar Terra, da Sra. Carolina Larriera(F), que está aqui, Dr. Jurandir Frutuoso, demais autoridades. Acho que... [pronunciamento fora do microfone].

Bom, então, os Srs. Senadores podem se inscrever. O primeiro inscrito já é o Senador Inácio Arruda, que é autor do Requerimento, depois o Senador Papaléo, o Senador Flávio, o Senador João Pedro e o Senador Augusto Botelho.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Bom, primeiro agradecer a presença do Ministro que respondeu prontamente a nossa iniciativa conjunta. Senador Papaléo trabalhou conosco neste Projeto. Discutirmos não só o programa, mais saúde, que carece, como bem esclareceu o Ministro, de um aporte razoável de recursos para que ele possa deslançar e ser um programa “exitoso”, que não mexe só com a atenção direta à saúde, mas o Ministro mostrou, aí, os reflexos e a complexidade do Programa que envolve investimentos na área industrial, na pesquisa, na atração, com certeza, de pesquisadores, porque nós precisamos manter os pesquisadores no Brasil, não só nas empresas privadas, mas dentro das universidades e dentro dos institutos de pesquisa do nosso País.

Como a Fiocruz, digamos assim, é a ponta de lança nessa área, na pesquisa, no nosso País, nós poderíamos pedir, não diretamente ao Ministro da Saúde, mas por seu intermédio e diretamente aos Senadores, que talvez a gente precise fazer um bom diálogo com o Ministro do Planejamento para que a gente possa garantir que esses pesquisadores, que são todos de... Gente de altíssima qualidade e de muito compromisso com o País, possam se manter essa Instituição. Ela precisa desse apoio nosso, conjunto. Porque são pesquisadores de grande qualidade, e tem muita gente querendo esses pesquisadores. Quer dizer, se nós negligenciarmos esses pesquisadores, também vão ser levados para outras Instituições, especialmente fora do Brasil, onde estão as principais empresas de pesquisa no setor privado, pesquisando e transformando suas pesquisas em patentes que se tornam caríssimas para o nosso País.

Mas eu queria levantar aqui a idéia, Sr. Ministro, porque acho que o plano nosso de saúde, acho que vai ser motivo também de um embate político sobre a sua compreensão, que está na Câmara e, brevemente, virá ao Senado. Nós vamos ter que fazer um trabalho de diálogo bom com os Senadores e tudo, porque é o problema do financiamento... Sem os recursos, V. Ex^a não terá como conduzir um projeto ousado como o que foi apresentado aqui. Quer dizer, tocar esse Pro-

jeto exige um compromisso forte dos Senadores e Deputados. Digamos que a batalha está começando na Câmara, mas vai chegar a nossa vez de responder a essa necessidade da área de saúde.

E dentro desse... Aqui, o senhor contou com o compromisso largo de muitos Senadores, nessa Comissão, e nós vamos fazer o trabalho de, digamos assim, convencimento, junto com V. Ex^a e dos demais Senadores. Mas, nessa área das doenças negligenciadas é que nós... Digamos, a nossa audiência tem dois tempos. V. Ex^a já levantou aqui as questões, e, em seguida, nós vamos ter uma outra audiência que vai reunir Organizações Não-Governamentais, a própria Fiocruz, FUNASA, outras Instituições sobre a atenção nessa área das doenças negligenciadas. Que tem que ter uma partida do Ministério, mas vai ter que ter uma resposta muito forte, lá na ponta, que é no nosso sistema, ligado aos Estados, ligado aos municípios.

E, aqui, talvez um problema gravíssimo do Brasil, não sei se só o Ministério da Saúde resolveria o nosso problema, que é um problema cultural, que envolve o problema econômico das pessoas, da renda, da distribuição de renda, e envolve cultura... Eu fico assim muito feliz em ver o Programa indo para dentro das escolas, um Programa da... O “Mais Saúde”, lá, dentro da escola, que V. Ex^a lembrou bem. Nós fazíamos todos esses exames: exame de vista, ouvido; faziam peso, medida... Quer dizer, para ver se podia fazer educação física, se não podia fazer educação física, se era dispensado, se não era dispensado... Nós não precisávamos levar um atestado médico. Isso era feito dentro da própria escola. Acho que isso aí é um motivo de grande felicidade para todos vermos as crianças serem atendidas diretamente dentro da escola.

Mas, assim, eu examino que nesse problema das doenças negligenciadas, nós vamos ter que envolver talvez uma ação integrada com o Ministério da Educação. Acho que tem um problema gravíssimo aqui na ponta, lá embaixo, que vai ter que entrar dentro das escolas, no ensino fundamental. E, em seguida, o problema de que as doenças negligenciadas são muito conhecidas nossas. Elas vêm de longo tempo entre nós. E nós poderíamos imaginar o seguinte: “mas, com tanto tempo entre nós, como é que a gente não conseguiu, inclusive, rever os produtos, os medicamentos. Por que é que tudo isso ficou encalhado esse tempo todo? Quais as razões que levaram o nosso País a não mexer nisso? Por que aconteceu isso?”

E, segundo, não sendo... Como o problema central aqui está relativo à questão da renda econômica, e as doenças negligenciadas são exatamente as doenças dos pobres, quer dizer, o mosquito da dengue desgraçadamente ele pica todo mundo. Então, ele não

escolhe se é pobre, rico, remediado, negro, branco, amarelo, qualquer um, ele não tem preferência nessa área. Mesmo a AIDS, que acho que corretamente teve uma atenção espetacular do Ministério da Saúde, de todos os demais Órgãos ligados à saúde, mas também ela não escolhe. Não faz uma escolha. Acho que, aqui, no caso das doenças negligenciadas, talvez a gente... Há uma pressão muito forte das doenças que atingem os setores médios e que têm mais força econômica. Eles têm muito poder de pressão. E, no meio das camadas mais pobres, essa pressão fica muito diminuída, porque elas não têm controle dos veículos de comunicação, elas não estão no rádio, na televisão, nas revistas, nos jornais, não são elas que pagam os anúncios, principalmente, dos grandes veículos no nosso País.

E aqui que eu acho que tem uma necessidade, talvez, de uma intervenção maior nossa, de como sensibilizar, prefeituras, as maiores; Governos dos Estados; e também o próprio Governo Federal, de aportar [soa a campainha] mais recursos da sua Secretaria de Comunicação e do próprio Ministério da Saúde e na Educação, no debate sobre esse tipo de doenças. São doenças que nós podemos controlar. Algumas têm tratamento, mas as pessoas abandonam o tratamento no meio do caminho. Ela não tem a consciência formada. Acho que há uma necessidade de um esforço muito grande nessa área. Em alguns casos...

Acho que aqui é um problema central. Como fazer um grande convencimento, se o Ministério está convencido de envolver a Secretaria de Comunicação da Presidência da República, porque isso aqui é um problema de peças publicitárias que são importantes, são para pessoas simples, para ter um entendimento simples sobre problemas que são graves.

Então, como nós entrarmos aqui... É como se precisasse, digamos assim: "Presidente, nós estamos precisando, aqui, de um aporte adicional, que é na área de comunicação do Governo com o povo brasileiro, para resolver esse problema ou pelo menos atenuar esse problema".

E, por último, acho que seria importante destacar esse trabalho, que vem sendo desenvolvido pela Fiocruz. Eu falei lá atrás, no começo da Fiocruz, no ponto de vista da sustentação ao plano de carreira adequado para os nossos profissionais pesquisadores. E no final é sobre os êxitos, porque a Fiocruz, ela hoje é destacada internacionalmente. Então, quais os medicamentos mais recentes, Sr. Ministro, que a Fiocruz tem patenteado? E o que isso significa não só para o Brasil? Quer dizer, o patenteamento desses medicamentos num país como o nosso, um país em desenvolvimento e que tem forte relação com África,

América Latina e mesmo países como a Ásia, Índia, o que significa nós termos patentes na área, relacionadas com doenças como malária, mesmo como AIDS, tuberculose? Esses medicamentos, a repercussão que têm no Brasil e fora do Brasil, porque nós podemos ter forte relação com esses países.

Eram essas as questões que nessa primeira etapa eu gostaria de levantar, mesmo porque muitos outros Senadores querem argüir [soa a campainha].

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Bom, Srs. Senadores, é, na verdade, regimentalmente, o Ministro agora responderia, teria cinco minutos. Mas acho que nós poderíamos fazer três perguntas que o Ministro pudesse responder, e isso agilizaria a nossa audiência. Portanto, o próximo inscrito é o Senador Papaléo Paes, que é o Presidente da Subcomissão e autor também do Requerimento.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sra. Presidente, Sr. Ministro, eu quero mais uma vez agradecer a sua presença aqui, que é muito importante, vimos a sua exposição, realmente ela já responde várias perguntas que nós deveremos fazer, mas as suas respostas serão no sentido de fixar o que o Ministério tem realmente na sua objetividade para essas questões discutidas aqui.

Então, por isso, considerando o que o Senador Inácio Arruda já dissertou aqui, tudo muito importante e muito bem colocado, eu quero ir direto para minhas perguntas que foram pré-elaboradas. São duas perguntas que vou fazer a V. Ex^a.

As doenças negligenciadas, apesar de acometerem parcelas significativas da população mundial, não são priorizadas pelo setor farmacêutico, recebendo investimentos em pesquisas em montante desproporcional à sua magnitude. Nesse contexto desfavorável de mercado, qual o papel do Estado no sentido de suprir essa lacuna e de atender às necessidades de saúde da parcela da população que padece desse tipo de doença e que, em geral, é a população mais pobre? É a primeira pergunta que faço a V. Ex^a.

E a segunda pergunta é: No final de 2007, o Ministério da Saúde lançou o Programa de Aceleração do Crescimento, PAC da Saúde, também chamado de Programa Mais Saúde, com quatro anos de duração, 2008 a 2011. Parte desses recursos destinados a esse Programa está contemplada no PPA. No entanto, uma parcela significativa deles, cerca de 24 bilhões, ainda não está garantida. Como o Ministério da Saúde pretende obter os recursos financeiros para a execução dessa... Plena do Programa?

Fazendo um registro, aqui, Sr. Ministro, de que eu, como médico, eu, independente, fiz minha votação contrária à CPMF. Tenho minha consciência tranquila

de que foi a opção correta, que foi feita, por isso quero deixar registrado, preocupado, sim, com essa questão de alocação de recursos para a saúde. E também, rapidinho, só reafirmar que, como médico, eu não admito que o Programa... Os Programas de saúde sejam executados com recursos que tenham a sua arrecadação de forma temporária. Então, esse foi um dos motivos que fez eu votar contra. Muito obrigado, Sr. Ministro.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Obrigada, Senador Papaléo Paes. Com a palavra o Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Ministro, eu quero, em primeiro lugar, cumprimentá-lo pela presença, pela exposição, pelas idéias, pelo trabalho e a exposição, toda ela, assim, extremamente relevante e importante, interessante, sem dúvida alguma. E até pelo adiantado da hora, também, eu vou me deter só nas perguntas.

Primeira pergunta é em relação à certificação da dengue. Parece que eu olhei rapidamente o quadro. Inclusive peço que a Presidência depois possa xerocar esses quadros e passar para todos nós, para nos determos, assim, um pouco mais. O Rio de Janeiro estaria, sem dúvida, certificado, me parece. E tivemos o problema que tivemos no Rio de Janeiro. Então, há algum problema com esta certificação? Porque a gente pode admitir, hoje em dia, que alguém tenha dengue, como os meios de comunicação colocam, mas não podemos admitir que a pessoa morra de dengue. Tivemos 80 mil casos, no Mato Grosso do Sul, no ano passado. Uma pessoa morreu, ou duas pessoas morreram se não me engano, pelo que os Senadores do Mato Grosso relataram. E no Estado do Rio de Janeiro 70, 80, não se sabe direito quantas pessoas morreram. Quer dizer, isso significa que o... Salvo melhor juízo, que o Estado do Rio de Janeiro não está fazendo o seu dever de casa, a sua lição de casa. E gostaria que V. Ex^a pudesse pensar e dizer nesse sentido.

O segundo aspecto é em relação a municípios. Eu acho que a solução para os problemas da saúde está... A solução está nos municípios. O município é aquela instância federativa que de fato aplica os 15% em saúde. A grande maioria dos municípios aplica 15% em saúde. O município de Curitiba aplica 18% em saúde. Quer dizer, 20% a mais do que deveria estar aplicando, e não é suficiente. Ou seja, qual é a ênfase que está se dando para se dar maior autoridade, maior liderança, mais recursos para que os municípios enfrentem os problemas de saúde? Os Estados não aplicam os 12%, o Estado do Paraná, inclusive, não aplica, e outros Estados muito menos, e a União também não aplica o que deveria aplicar na área da saúde.

A outra pergunta é em relação ao orçamento. V. Ex^a colocou que o Congresso deve aprovar o recurso. Eu só quero dizer a V. Ex^a que, no meu ponto de vista, e sei que é um debate que poderia ser feito, eu diria que é o Executivo que não está destinando os recursos que a saúde merece, porque o Congresso Nacional pode aprovar uma lei ou desaprovar alguma coisa, mas o Poder Executivo, na minha opinião, não considera a saúde como a prioridade que deveria considerar. Porque, se estrada é prioridade, trem é prioridade, todo mundo fala de estrada, de trem, de energia elétrica e tal, mas ninguém, no Executivo, tirando V. Ex^a, que é o Ministro, fala com a ênfase, com o apoio que V. Ex^a tem que ter, do recurso. E entrar-se numa solução que está na contramão de tudo aquilo que a gente deseja, como sociedade, de aumentar imposto [soa a campainha] me parece uma solução indesejada por todo mundo.

Inclusive eu, pessoalmente, eu quero dizer que eu votei a favor da CPMF, porque iria ser destinada toda ela para a saúde, mas realmente eu sou contra qualquer aumento de imposto e votarei contra, se for o caso, e acho uma pena isso, porque o Executivo, arrecadando do jeito que está arrecadando, tem que destinar recursos para a saúde.

Dizer-se que não existem recursos, quando o Brasil tem recordes de arrecadação, eu acho que esse debate tem que ser feito com a sociedade para dizer que o senhor merece todo o apoio, as idéias são boas, a saúde merece, e o Executivo tem que colocar o dinheiro que a saúde merece ter na área da saúde.

Eu, inclusive, vi entrevistas de V. Ex^a. assim colocando que... Por exemplo, aumento do preço do imposto do cigarro, aumento do imposto da bebida. Eu também acho que isso pode ir para a saúde. Acho que esses fatores causam problemas de saúde. E eu concordo que haja mais imposto sobre isto que causa problema de saúde. Agora, criar-se um imposto eu acho que isso está... Eu sou da base de apoio de Governo, votei a favor, mas realmente quero antecipar, inclusive, o voto, para dizer que sou contra, totalmente contra o aumento de imposto.

E a última pergunta só é a seguinte, o Senador Inácio Arruda falou com muita propriedade sobre o papel dos pesquisadores. Apoiar os pesquisadores para que os pesquisadores não saiam, não fujam do Brasil. Agora, nós até discutimos isso muito na Ciência e Tecnologia, porque os Ministérios e os Institutos de Pesquisa não vêm tendo o apoio necessário, em termos de carreira, de salários. Nós constituímos um Grupo de Trabalho em Ciência e Tecnologia para apoiar os pesquisadores, discutimos com o Ministro do Planejamento, na época, e eu não sei se isto mudou, agora,

nesta mensagem que o Executivo colocou, em termos de apoio para as carreiras públicas também.

Então, gostaria de saber de V. Ex^a como está a situação dos pesquisadores, em termos de apoio, particularmente os pesquisadores da área de saúde? Porque tem pesquisadores nas outras áreas também, na educação... O quadro dos pesquisadores que está, assim, infelizmente, pouco valorizado, e, nesse sentido também, com muita dificuldade, o Brasil se tornar independente, em termos de conhecimento. Mas, quero enfatizar o esforço da saúde, porque eu já discuti isso no Ministério da Saúde, em termos de recursos para a área do Desenvolvimento e Pesquisa. Mas como está o quadro de pesquisadores e a valorização desse quadro? Agradeço e parabenizo V. Ex^a.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Sr. Ministro, três perguntas seriam suficientes ou mais alguma... Mais uma? Senador... Eu tenho uma pergunta também do Senador Suplicy, mas é só porque há uma ordem, Senador.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): É relacionada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Pois não. Há uma pergunta aqui... Quis fazer também. Senador Augusto Botelho. Depois eu leio alto, Senador Suplicy [risos].

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Ministro, realmente, naquele fórum global de 90, concluiu-se que de todo dinheiro aplicado em pesquisa, com as doenças, 90% daquele dinheiro era aplicado em 10% das doenças que afetavam a humanidade, e os outros 10% de pesquisa que sobravam era aplicada nas outras doenças, nas nossas negligenciadas.

O Brasil saiu na frente, quando, em 2006 e 2007, V. Ex^a... Foi feito um Plano para aplicar 20 milhões nessas doenças: malária, leishmaniose, tuberculose, hanseníase, esquistossomose e doença de chagas.

E eu queria saber de V. Ex^a se esses 20 milhões foram reaplicados justamente naquele... Era um convênio que iria ser feito entre Ministério da Saúde e CNPq. Eu queria saber de V. Ex^a se esse dinheiro foi realmente aplicado e quais são os passos que nós demos. Outra coisa que eu gostaria de falar a V. Ex^a é o seguinte, eu sou da Amazônia, sou de Roraima, e a malária é uma de nossas doenças graves lá. Eu ainda não fiz um trabalho a respeito disso, mas gostaria que os seus técnicos fizessem para ver a coincidência, porque a malária normalmente ela desce e sobe de cinco em cinco anos. Mas tem coincidido o nosso pico de malária, lá, com as mudanças dos prefeitos em Roraima. É uma coisa, assim, meio desagradável porque realmente os nossos prefeitos, por exemplo...

A assistência à malária é feita pelos microscopistas que são colocados dentro da comunidade e treinados pelas comunidades. Quando muda o prefeito, geralmente mudam aquilo e cria um problema. Então, eu queria que houvesse um estudo para ver se isso realmente é só uma impressão que eu tenho ou se é uma coisa lógica e, se for uma coisa lógica, nós temos que tomar uma atitude para evitar que isso aconteça. Nós, nos últimos quatro anos, baixamos de 50 mil para 25 mil casos, para 17 mil casos. Esse ano estamos só com três mil casos, até o mês passado, quando eu verifiquei, de malária, isso em relação à malária. E já temos, porque o ano que vem, com a mudança de prefeito, vai começar a subir de novo a coisa lá. Não sei se coincide só com a curva da malária de subir e descer de cinco em cinco anos ou se tem influência nisso. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Com a palavra o Sr. Ministro, para responder essas perguntas, e, em seguida, faremos mais uma rodada, mais duas ou três perguntas, para podermos encerrar a Audiência.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [Pronunciamento fora do microfone].

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Por mim faríamos. Mas não sei se...

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Pode ser...

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Pode ser? Então, pronto, faremos logo. Senador João Pedro [risos], com a palavra. Em seguida, Senador Wellington.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Eu quero dizer que não advoguei em causa própria [risos]. Era para otimizar, mesmo.

Bom, primeiro, eu quero dizer da importância deste debate, deste debate, aqui, principalmente na hora em que o Congresso começa a discutir o financiamento de um projeto audacioso como este. Eu quero parabenizar, não só o Ministro, mas toda a sua equipe e, com certeza, essas idéias, estas propostas, estes rumos para a saúde pública é um sentimento... É um acúmulo do Brasil, um acúmulo do Brasil. V. Ex^a não está inventando, V. Ex^a está externando o que o Norte, o que o Sul, o que o Centro-Oeste pensa sobre saúde pública. Até porque muita coisa é de um passivo, é de um passivo. E nós precisamos responder mesmo. E responder dentro dessa conjuntura, uma conjuntura importante para o Brasil. Acho que nós vivemos um grande momento. Agora, é uma conjuntura. E aí eu quero entrar já no mérito da proposta da CSS.

Tem um problema que foi colocado, já em dezembro, na CPMF, que foi a politização disso, até porque

a CPMF perdurou, salvo engano, por 11 anos. Não é isso? Onze anos existiu a CPMF e, de uma hora para outra, tem que acabar a CPMF. Nós carecemos é de uma política de Estado, ter um olhar para trás, ter um olhar para essa imensa população brasileira, para as distorções regionais, para as diferenças regionais, os bolsões de miséria, de uma parte do povo brasileiro que amanhece nas filas...

Então, eu penso que é justo nós discutirmos uma concepção de política de Estado, não por conta do Ministro Temporão, do Governo Lula, que acaba. E, se nós aprovarmos, e eu defendo a aprovação, para os próximos governos. Mas alguém tem que financiar uma saúde pública revolucionária, que transforme, que responda.

Então, eu discuto isso, Ministro, em cima de dois itens. Concentração de renda e os indicadores sociais no Brasil. Meu Deus, será que não cabe nós contribuímos, uma política justa pra gente contribuir, quem tem mais contribuir? Ou nós vamos achar que alguma empresa privada vai manter, lá em Manaus, que tem dois milhões de habitantes a cidade, algum posto de saúde, vai financiar o funcionamento de um posto? Alguém tem que pagar mesmo. Por que não? É da concepção liberal. Eu fico impressionado. Tem que pagar imposto mesmo. Alguém tem que financiar. E quem pode tem que pagar mesmo. E eu... É claro que está começando esse debate, mas eu penso que é justo nós construirmos um financiamento com uma concepção de política de Estado, para o povo brasileiro, principalmente essa parcela da sociedade que vive nessas regiões.

Duas questões me chamaram atenção e eu gostaria que fosse mais explicitado, Ministro, quando foi apresentado o item da responsabilidade social, que envolve aí os Entes Federativos, Prefeitos, Governadores e o Governo Federal [soa a campainha], que pudesse explicitar mais isso. Terapia renal: 366 unidades. Isso é pouco? Isso atende? Isso vai propiciar um atendimento para o Brasil? Quando eu falo o Brasil, eu estou falando a minha Amazônia, lá do Norte, lá daquela população no meio da floresta.

E eu quero... Como foi apresentada essa participação do Brasil com países africanos, eu quero dizer que, junto com outros Senadores, eu acabei de fazer uma viagem pela África. E eu não vou perder essa oportunidade de abusar do tempo, Senadora Patrícia Saboya, para dizer... Eu passei em dois países, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau. Ministro Temporão, o Brasil, a Europa, os Estados Unidos não podem ficar indiferentes à situação dramática de duas nações. Esses dois países não têm um aparelho de hemodiálise, Ministro. Nos dois países não existe um só aparelho

de hemodiálise, Senadora Patrícia. E quem pode vai para a Europa. Imagine isso.

Então, quero fazer um apelo público, eu gostaria de marcar uma audiência, mas eu não posso perder essa oportunidade, até porque foi explicitado aqui. O Brasil, eu sei que o nosso povo precisa, mas eu gostaria que V. Ex^a pensasse seriamente, como política de Governo, com essa visão de cooperação, de solidariedade internacional, nós pudéssemos instalar, ali, um aparelho de hemodiálise, em cada país. Acho que não nós podemos fazer mais, mas nós não podemos ficar indiferentes a essa situação dramática do povo de São Tomé e Príncipe e do povo de Guiné-Bissau. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Obrigada, Senador João Pedro. Com a palavra, Senador Wellington Salgado, o último inscrito.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Vou ser bem rápido, Presidente. Ministro Temporão, demais Senadores presentes. Ministro Temporão sofre, viu Ministro? Por quê? Porque hoje a dengue é um problema urbano, porque as construções... Estão sendo construídas favelas, a todo momento. Não tem regra para se construir. E eu tive a oportunidade de conversar com o Paulo Buss, que é o Presidente da Fundação Oswaldo Cruz, onde nós conversávamos sobre isso.

Com as construções do jeito que estão acontecendo, com as favelas surgindo, isso é propício para que a dengue se desenvolva. Como é que ele vai poder matar o mosquito da dengue na favela? Tem que ter um tratamento muito especial para isso. Então, acaba vindo para a responsabilidade do Ministro da Saúde um problema que ele é fruto de quê? Do processo de urbanização errado que está acontecendo nas grandes cidades.

Então, ele paga a conta, Senador Papaléo, por um problema de desorganização, de crescimento urbano. A dengue é fruto dessa desorganização urbana que vem acontecendo. E sempre estoura onde? Na mão do Ministro, Ministro do meu partido, que nós temos orgulho de tê-lo como Ministro, academicamente currículo incontestável, um homem, um grande sanitarista e que hoje defende o quê? Uma questão do imposto, desse imposto que está sendo chamado de CSS, que, para cada mil reais, nós vamos pagar um real. É isso? E ainda selecionando acima de determinado valor de quem... Três mil.

Então, quer dizer, eu vejo o seguinte, Senador, aqui, eu estou há três anos no Senado, já morreram quatro Senadores. Está dando 1,33 por ano, 1,33 por ano. Só que nós Senadores, que ninguém presta aten-

ção, que nós temos de melhor aqui é o nosso plano de saúde. Nós vamos morrer num quarto de ar-condicionado, segurando na mão dos amigos ou dos parentes, da esposa, dos filhos, quer dizer, vamos morrer confortavelmente. Isso é certo. Confortável nós vamos morrer. Então, não é justo que nós Senadores tenhamos o direito de morrer confortavelmente, se porventura o destino nos levar para essa, e nós não votarmos para que possamos dar melhor conforto para quem vai ter problema com a saúde.

Eu sinceramente não consigo dormir sabendo que eu tenho um cartãozinho saúde do Senado, que vai me dar o direito de morrer confortável, se porventura acontecer, e um dia vai ter que acontecer, e votar para que eu não dê condições para que alguém, que não tem o cartão do Senado, Senador Papaléo, não vá ter também ter uma morte confortável ou uma oportunidade de ser cuidado pela Saúde. Isso é o que eu penso na hora em que eu for votar esse chamado imposto.

E outra coisa, o que me dá uma tranquilidade de votar por esse imposto é o Ministro. O Ministro não veio por razões políticas, ele veio pelo seu currículo, foi nomeado pelo meu partido, mas a gente sabe que existiu uma vontade do Presidente em tê-lo como Ministro. A gente sabe disso, pelo seu currículo. Agora, nós tentamos levar um homem acadêmico, que cuida bem da saúde desse País, sabendo o que tem que fazer, e nós formos tentar colocar questões ideológicas, partidária, oposição ou situação... Eu acho isso péssimo. Eu sinceramente acho isso péssimo.

Nós vamos ter que votar como Senadores que querem o bem desse País. Carga tributária... O que a gente paga para Banco, só para creditar o salário, já paga uma parte, Senadora Patrícia. Já tem um impostoquinho lá. Ninguém abre conta se não pagar uma taxazinha para o Banco. Todo mundo que pega um empréstimo paga uma taxazinha. Agora vamos pagar uma taxa para a saúde daqueles que não têm o nosso cartão de saúde do Senado e aí nós vamos dizer que não vamos votar? Eu não tenho, sinceramente, coragem de colocar minha cara para a câmera, como eu estou aqui agora, e falar: "Eu não vou votar por esse imposto de saúde". Eu não tenho coragem. Eu vou votar sempre que o Ministro encaminhar alguma coisa, viu, Ministro? Não é por V. Ex^a ser do PMDB, não. Porque eu vi seu currículo, vi a sua história, acompanhei e, agora, então, que eu recebi, aqui, da Senadora Patrícia, nessa Comissão, todo o currículo dele, aproveitei para dar uma lida, não tem como votar contra qualquer indicação que venha do Ministério da Saúde. Isso o que eu queria colocar, Senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Obrigada, Senador Wellington

Salgado. Nós tínhamos encerrado as inscrições, mas acabou de chegar a Senadora Kátia Abreu e pede para dar uma palavrinha, Ministro, e em seguida já passo a palavra para V. Ex^a.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Muito obrigada, Presidente. Seja bem-vindo, Sr. Ministro José Gomes Temporão. Eu estava em meu gabinete e, vendo, aqui, a Sessão desta Comissão, não pude deixar de vir, aqui, também fazer as minhas considerações a V. Ex^a.

Eu tive a oportunidade de ler uma entrevista de V. Ex^a, eu não sei se foi realmente uma entrevista, com o jornalista Josias de Souza, do blog da *Folha de São Paulo*, e imediatamente fiz algumas considerações a respeito da sua entrevista. Realmente o que V. Ex^a declarou para o jornalista Josias de Souza encanta os olhos e ouvidos de todos brasileiros, de todo cidadão do mundo. As suas pretensões com relação à saúde nas escolas, o planejamento familiar, que é uma coisa que me interessa sobremaneira, vasectomias e laqueaduras, que eu acho uma super necessidade, ampliação do Programa da Saúde da Família, agentes comunitários, a sua ampliação, unidades básicas de saúde, a sua ampliação, ampliação dos CACONS, que são os tratamentos que são construídos para tratamento de câncer de alta complexidade, ampliação de 300 postos de hemodiálise.

O senhor coloca que amplia de 187 para 342 as unidades de cardiologia; 230 novas unidades de neurocirurgia; 4.850 novos leitos de terapia intensiva; 50 milhões para o ano e 100 milhões, para o próximo, de hipertensão e diabetes nos exames. Com relação a transparentes, o Ministro estima que será possível elevar o número de transparentes de órgãos financiados pelo SUS de 11 mil para 16 mil. Obras... Para finalizar, deflagrar obras consideradas indispensáveis, 240 unidades de saúde inacabadas; reestruturação de 400 hospitais filantrópicos; reforma de 1.600 hospitais universitários; construção de 200 unidades de pronto atendimento.

15ª) Tabela do SUS, reajustar a tabela do SUS. O Ministro pretende iniciar uma recomposição gradual dos valores pagos pelo SUS. 16ª) Novas vacinas. Temporão alega que o Governo precisa do dinheiro também para introduzir novas vacinas na rede pública; 15 milhões de dólares de pneumococos e 22 de doses de meningite.

V. Ex^a coloca o SAMU, estou fazendo propaganda da sua proposta. O Governo, a TV Senado está nos filmando e está todo mundo ouvindo. É... SAMU... O Governo quer adquirir 4.500 novas ambulâncias que foram paralisadas.

Tudo o que tem pneu no Ministério foi paralisado por causa do “Sanguessuga”. Eu perdi foi três Emendas, Ministro. De três microônibus, Senadora Patrícia, que eu queria para atender os meus mamógrafos, que ia buscar as mulheres no entorno. Um dia eu chego lá, e minhas Emendas caíram. Eu falei: “Mas como?”. Tudo o que tem pneu aqui está proibido, por causa do “Sanguessuga”. Eu fiquei horrorizada, mas perdi as Emendas. O que eu vou fazer? E as mulheres que têm câncer que assumam a consequência.

Dez helicópteros, 4.500 novas ambulâncias, já quero pedir, de antemão a V. Ex^a, se tudo correr bem, para o seu lado, para o lado nosso, que o senhor possa incluir meus microônibus, aqui, nessas ambulâncias. Saltará de 99 milhões para 180 milhões de brasileiros, por ano, atendidos com a SAMU. Remédios, a idéia de Temporão é ampliar de 20 mil o número de unidades do Programa Farmácia Popular, e o cartel de medicamentos ofertados subiria de nove para 20.

E, em termos de gestão, a 19^a proposta de V. Ex^a: Temporão menciona no texto que enviou aos Deputados um elenco de medidas para a melhora da gestão em todos os níveis do SUS. Não especifica, porém, nenhuma das medidas que irá adotar.

Tudo bem, Sr. Ministro, eu vou ser bastante franca com V. Ex^a. Eu vou ser bastante franca com V. Ex^a que, embora eu não tenha formação médica, sou psicóloga, mas as informações a respeito de V. Ex^a são as melhores possíveis, que V. Ex^a é um grande técnico, tanto que o Secretário de Saúde do meu Estado torceu muito para que V. Ex^a se transformasse em Ministro, o Secretário Eugênio, de Tocantins. E realmente as suas propostas, elas encantam, como disse inicialmente, a todos nós.

Eu só tenho uma pergunta a fazer a V. Ex^a, que também está aqui no blog do Josias, porque eu enviei a pergunta de volta a V. Ex^a, e não esperava que fosse encontrá-lo tão cedo e poder fazer a pergunta diretamente a V. Ex^a. No período que V. Ex^a foi Secretário do Ministério e também Ministro, V. Ex^a teve acesso a 35 bilhões, em tese, da CPMF. Certo? Tirando dos 80 e tantos bilhões arrecadados totais, tirando um pedaço da Previdência, tirando outro pedaço do Fundo da Pobreza, sobrou para o Ministério 35 bilhões, 35 bilhões, 35 bilhões para a saúde. Do total, 35 bilhões. Do período que ele foi Secretário da Saúde... Secretário da Saúde... Atenção à saúde, desculpe. E depois Ministro de Estado. Porque eu não entendo um Ministério de um Governo sendo de um Ministro. O Ministério é do Governo Lula. É de um Governo e de Estado Brasileiro. Então, tem que ter uma programação e um projeto global. Não é porque o senhor não era Ministro que as coisas eram diferentes e pensava-se diferente e não

tinham essas propostas, aqui, até então. Mas, mesmo assim, eu coloquei só o valor em recursos quando V. Ex^a era Secretário e depois Ministro.

Então, o senhor está trocando cinco por meia dúzia, porque, enquanto o senhor esteve lá com a disposição da CPMF, o senhor teve 35 bi. E, se aprovar a CSS, que eu vou votar contra, já quero declarar a V. Ex^a, não preciso nem dizer que vou votar contra, se o senhor conseguir aprová-la, o senhor teria seis bilhões, dez mais dez, 26. Então, por que é que não fez com 35 e vai fazer com 26? Eu gostaria muito de poder ter essa resposta, porque é um milagre. Eu acho que é quase um milagre. Enquanto teve à disposição, por que é que não aumentou tudo isso e por que não fez isso? Ou isso é apenas um argumento para colocar os Deputados e Senadores em dificuldade, que talvez não tenha sido montado por V. Ex^a essa estratégia, claro, que sei que o senhor é homem sério, mas eu não quero que isso fique como uma música, um canto de sereia, para justificar o voto da base aliada.

Eu quero dizer que nós já arrecadamos, no mês de janeiro, fevereiro, março e abril, e está em toda a imprensa nacional, não sou eu que estou inventando, já arrecadou 85% do que equivaleria à CPMF de um ano inteiro, este ano. Apenas nesse primeiro quadrimestre. Nós ainda temos dois quadrimestres para a frente. Então, se nós continuarmos nessa “toada”, no meu Estado a gente fala “toada”, nesse ritmo, de mais dois quadrimestres, se eu multiplicar por 35, eu vou achar quase 90 bilhões a mais no orçamento brasileiro.

Então, eu não consigo entender e, se não me engano, alguma coisa o senhor... V. Ex^a disse ontem na imprensa, que a gente lê os jornais e se baseia nos jornais, nossa imprensa, graças a Deus, é muito decente, dizendo que o senhor até concorda que não precisa dessa CSS para tocar os seus projetos na saúde. E eu acredito que sim. Acredito que V. Ex^a tem razão. Com essa super arrecadação, que estamos tendo, visivelmente, nesse primeiro quadrimestre... O Rachid, da Receita, não aguenta mais todo mês ele dizer: “O mês que vem vai ser pior, o mês que vem vai ser pior”. Ele vai chegar em dezembro dizendo que o mês vai ser pior e ele não consegue piorar o mês. Então, essas são as minhas considerações.

Por que é não fez com 35 e vai fazer com 25? O que mudou no Ministério? O que mudou nesse planejamento, nesse momento, para justificar essa CSS? E a questão do aumento da arrecadação que demonstra, visivelmente, como é desnecessária toda essa criação de tributos. Mesmo porque nós estamos trabalhando uma Reforma Tributária, e quando eu crio um imposto ou aumento alíquotas ou faço e desfaço da questão

tributária, eu estou desrespeitando, desconsiderando a Reforma Tributária que está em tramitação na Casa.

Então, o Governo está paralelamente fazendo as suas ações tributárias, em detrimento de uma proposta que tem um monte de Deputados e Senadores, com a maior boa-fé do mundo, inclusive, da base do Governo, como tem o ex-Ministro Palocci, que é o Presidente da Comissão, trabalhando com afinco que a gente não sabe por que. Porque o Governo está fazendo a sua reforma paralela, aí, a todo momento.

Então, eu encerro aqui as minhas palavras pedindo a V. Ex^a que, por favor, me responda o que mudou do ano passado para cá. Obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Obrigada, Senadora Kátia. Com a palavra, agora, o Ministro José Gomes Temporão. O Suplicy está afônico--

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Ele mandou por escrito.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): --Ele mandou por escrito, o Ministro vai na hora que for responder vai--

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Eu vou responder. Bom, vamos, é... Senador Inácio Arruda, vamos lá.

Eu acho que essa nossa perplexidade sobre a situação das doenças negligenciadas, ela tem uma... Se nós formos fazer uma reflexão mais profunda, ela tem a ver com o modelo de desenvolvimento que o País escolheu. Vou dar um exemplo claro. Durante o período Collor, a indústria farmoquímica brasileira foi destruída. Naquela época, nós tínhamos superávit da balança setorial de insumos de matéria-prima e através de uma série de políticas que tinham sido implementadas, cujas origens foram estabelecidas ainda no regime militar, onde foi criada a Central de Medicamentos, onde foi criado o Grupo Executivo da Indústria Farmacêutica – o GEIFAR –, onde foram estruturados centros de produção de matéria-prima, toda essa estrutura foi destruída. Eu poderia afirmar, tranqüilamente, de maneira deliberada, racional, com o objetivo simples, aumentar a dependência nacional.

E isso o que aconteceu? A fragilidade, hoje, do Brasil diante das tecnologias desenvolvidas nos países centrais, pelas grandes multinacionais, é dramático. Poucas áreas, em poucas áreas, o Brasil desenvolveu capacidade própria. Eu queria chamar atenção de uma delas, que é exatamente na área da biotecnologia, na indústria de vacinas. Olha que coisa singular. O Brasil talvez seja dos poucos países do mundo, não vou dizer que seja o único, que não tem indústrias privadas de produção de vacinas no Brasil, de imunobiológicos.

Em 1986, a última empresa privada, que era de capital americano, fechou as portas porque não podia atender às exigências da vigilância sanitária. O que na época criou um problema grave do ponto de vista, inclusive, de abastecimento de soro antiofídico, que ela produzia soro antiofídico e produzia vacinas antitetânicas, antidiftéricas. Isso levou o Governo a criar o Programa Nacional de Auto-suficiência de Imunobiológicos. Esse Programa que fez com que hoje nós tenhamos dois grandes produtores de vacinas e imunobiológicos, no Brasil, que é o Instituto Butantã e Bio-Manguinhos.

Então, nós podemos dizer que essa é uma das poucas áreas... Uma outra área que nós temos tecnologia, inclusive, somos superavitários, é o setor de equipamentos para a saúde oral, equipamentos odontológicos. O Brasil exporta mais do que importa. Mas, se nós sairmos um pouco desses dois campos, no resto a nossa dependência é extremamente grave. Então, essa dependência, ela é estrutural, não é conjuntural. Ela tem a ver com opção de modelo de desenvolvimento, que eu percebo e entendo que o Governo Lula está se colocando numa outra perspectiva e olha de uma maneira um pouco diferenciada. Como eu havia explicado, o somatório da política de C&T Inovação, da nova política industrial, desenvolvimento e da política de saúde introduz uma inovação que é muito importante, no campo da saúde, que é compreender a saúde, como eu havia dito, como um campo importante de criação de riqueza, desenvolvimento, inovação e emprego e trabalhar de maneira estratégica, com a política voltada para as indústrias da saúde. Eu acho que essa é a resposta que nós estamos dando a essa fragilidade estrutural que se criou no setor.

No caso... Depois queria chamar atenção para um outro aspecto. No caso das doenças negligenciadas, acho que nós temos duas grandes dimensões. Nós temos uma dimensão em que essa nós temos governabilidade e temos capacidade nacional para enfrentar, que é como eu faço o diagnóstico e como eu trato. Isso se refere à capacidade brasileira de organizar o sistema de saúde, de maneira que faça detecção precoce, diagnóstico e trate as pessoas. Eu diria que aí nós podemos fazer mais e melhor. Mas tem a outra dimensão, que é quais são as tecnologias, hoje, utilizadas, os métodos diagnósticos e os medicamentos utilizados, no tratamento dessas doenças?

Exatamente aí nós temos um problema fundamental, que é, no caso dessas doenças, pelo fato de elas serem doenças que atingem apenas os países pobres ou em desenvolvimento, nós não tivemos nenhuma evolução. Nós tivemos pouca evolução. E aí o Brasil é totalmente dependente de tecnologias desenvolvidas

fora. Então, aí, nós temos que ter uma política também de aumento da capacidade nacional de pesquisa, desenvolvimento e inovação, no caso... Eu diria que aí está o “x” da questão. Na outra dimensão, nós podemos fazer mais e melhor. Estamos fazendo.

No campo da comunicação e informação, eu tenho um interesse particular nessas questões. Eu acho que isso é muito importante. Infelizmente, hoje, o Governo, ele... Eu diria que ele sofre de um problema grave, que é a nossa incapacidade, a nossa impossibilidade de poder estar implantando um grande programa de educação continuada pela mídia sobre saúde, educação e saúde. Porque num minuto, em horário nobre, na detentora da maior audiência brasileira, que é a Rede Globo, está custando 800 mil reais. Uma coisa por aí.

É evidente que nós tentamos driblar, através de estabelecimento de parcerias, inclusive, de diálogo produtivo e construtivo com a mídia. Ontem, por exemplo, eu não sei quem estava acordado, vendo, no jornal da Globo, uma matéria muito importante sobre transplante de órgãos, na TV Globo, aquilo foi é... Como nós temos tido apoio de várias emissoras. Mas eu acho que falta, aí, sim, uma proposta consistente, que ela tem um pé na escola, mas ela tem que ter um outro pé na mídia. Não é possível que nós não tenhamos espaço cotidiano de levar informação qualificada de educação e saúde para a população brasileira. Acho fundamental isso.

Patentes. Infelizmente aí não posso dar nenhuma novidade. Não sei se o Reinaldo tem alguma, mas... Qual é o grande problema brasileiro? O Brasil, hoje, é país que já forma milhares de doutores, e na área de saúde também. É um país que já está entre os 10, 15 países do mundo que mais publicam *papers* em revistas indexadas internacionalmente, mas o número de patentes que os nossos centros de pesquisa e os nossos pesquisadores registram é absolutamente incompatível com isso. Por quê? Porque falta uma aproximação do campo onde se desenvolve a pesquisa, do campo da produção, da indústria e da pesquisa, que a Lei de Inovação tentou, fez um esforço de enfrentar.

Então, salvo erro, infelizmente o Brasil não depositou nenhuma patente referente a medicamentos ou métodos diagnósticos e terapêuticos de impacto, na saúde pública, nos últimos anos, o que demonstra a nossa fragilidade nesse contexto.

Senador Papaléo fez duas questões, colocou duas grandes questões. Uma questão de, considerando essa fragilidade da Política de Ciência e Tecnologia e da fragilidade do Brasil desenvolver essas tecnologias, qual é o papel... Qual seria o papel do Estado em relação a essa questão? Enfim, eu já havia falado sobre isso, e ele é fundamental. E ele deve ter um papel forte de

indução, de aumento da capacidade nacional de reduzir essa vulnerabilidade, através de políticas que financiem a pesquisa, que fortaleçam as Instituições de C&T, mas que também permitam que o empresário, o produtor possa se interessar em ter condições estruturais de produzir aqui, porque, se for mais fácil e mais barato importar, ele vai importar.

Eu tenho que criar uma condição para que esse empresário tenha interesse em internalizar a produção. Internalizar tecnologia e investir no desenvolvimento dessa tecnologia. A outra pergunta do Senador Papaléo foi sobre como o Ministério da Saúde pretende obter os recursos financeiros para implementar o “Mais Saúde”. Bom, essa é uma pergunta que de certa forma aparece na quase totalidade dos comentários dos Senadores. O nosso primeiro esforço foi, no ano passado, a regulamentação da emenda 29, onde nós estabelecemos que... Tínhamos estabelecido que os 24 bilhões adicionais para viabilizar o “Mais Saúde” viriam da CPMF. Com a queda da CPMF, evidentemente, esses recursos desapareceram, e agora nós estamos no outro momento, que é a questão da regulamentação, que veio do Senado, do Projeto de Lei de autoria do Senador Tião Viana, que agora está na Câmara dos Deputados e hoje parece, em tese, em princípio, se vota essa matéria.

Como esse é um ponto que esteve presente em várias outras perguntas, um pouco mais adiante vou me estender um pouco mais sobre esse ponto. Senador Flávio Arns, quando a gente apresenta ali a certificação, na realidade eu entendo que é o Estado apresentou, do ponto de vista documental e do ponto de vista de condições técnicas, estar em condições de cumprir o que estabelece as normas e os critérios e as Portarias do Ministério da Saúde.

Não tem diretamente a ver com o desempenho real, ou seja, o Estado apresenta as condições teóricas em laboratório, Recursos Humanos, uso dos recursos, Fundo Estadual de Saúde, equipes de especialistas, etc. São rotinas, padrões, normas estabelecidas. Agora, aí o senhor me pergunta: Bom, quando a gente vai ver o resultado? Evidentemente há um contra-senso.

No caso do Rio de Janeiro, há uma série de questões, questões estruturais. A dengue é uma doença que, além de estar fortemente influenciada pelas mudanças climáticas, fortemente influenciada pelo regime de chuvas e temperaturas do Brasil, que são propícias ao desenvolvimento do vetor, um outro importante, principalmente no nordeste, é a oferta irregular de água ou a não oferta. Quando a dona de casa não tem água todo dia na torneira, no tanque de casa, ela vai fazer o quê? Ela vai estocar água. Ela vai estocar água em

tinhas, em recipientes que são espaços propícios para o desenvolvimento do vetor.

Lixo. O Brasil está crescendo, o consumo está aumentando. Ano passado, 20 milhões de pessoas saíram das classes D e E para a classe C, estão comendo mais, estão produzindo mais lixo urbano. Se os municípios não têm uma capacidade adequada de destinação desse lixo, você vai ter uma cidade suja, e uma cidade suja é uma cidade onde você pode ter mais focos potenciais de desenvolvimento do vetor.

Essas seriam as dimensões estruturais: saneamento ambiental, oferta de água e recolhimento de lixo. Agora, tem outra dimensão, que é dimensão da educação, da informação e da mobilização. O Ministério da Saúde tem algumas pesquisas bem interessantes, mostrando que o Brasil, em média, está muito bem informado sobre a dengue. Ele está muito bem informado, mas a avaliação é que ele não está se mobilizando adequadamente para usar essa informação de maneira eficiente.

Eu me reuni com todos os Governadores da região Nordeste e da região Norte, e nós estamos estimulando fortemente que os Governadores assumam, neste ano eleitoral, o papel mais presente de indução, cobrança, de coordenação, estimulando fortemente os municípios a fazerem mobilizações mensais, de massa. Sociedade inteira: PM, Defesa Civil, Bombeiros, igrejas, comércio, empresários, mídia, profissionais de saúde, cidadãos e cidadãs. Sair de casa e ir para rua. Olhar a sua rua, o seu bairro, a sua cidade, com grandes movimentos de limpeza urbana e de detecção precoce de focos potenciais.

Não é isso? Isso ao mesmo tempo educa, e é um processo de ensino e aprendizagem, na prática, real e objetivo. Senador Flávio Arns também entrou na questão do financiamento setorial, não é? Pra mim, aí eu já vou me adiantar e responder um pouco, inclusive, à Senadora Kátia. Eu, por exemplo, nunca reclamei de pagar a CPMF. Eu sou pessoa de classe média, sou Professor da Fundação Oswaldo Cruz. No meu orçamento de classe média, de Professor Universitário, ela nunca pesou. Posso dizer que, inclusive, na minha família, que é uma família que vem de origem humilde, de imigrantes portugueses e que hoje são comerciantes no Rio de Janeiro, ninguém nunca reclamou sobre o peso da CPMF no seu orçamento. E nós sabemos que os 40 bilhões que deixaram de ser arrecadados da CPMF vinham, principalmente, de grandes Bancos, grandes empresários e grandes indústrias. E, como o Presidente Lula brilhantemente lembrou outro dia, a perda da receita não foi acompanhada da redução nem no preço dos produtos nem dos serviços. Então,

esses 40 bi foram re-apropriados por uma parcela da sociedade brasileira.

A minha luta pelo financiamento da saúde ela tem um foco central, que é o seguinte: A saúde não pode mais ficar ao sabor das conjunturas. Nós temos que ter uma solução estrutural. A solução estrutural é a Emenda 29. Bom, setores da sociedade, a oposição e a mídia diz: “Mas o Governo está com excesso de arrecadação, está sobrando dinheiro. Por que é que não usa essa sobra de dinheiro para viabilizar os recursos que a saúde precisa?”. O Governo responde: “Não há sobra de arrecadação. O País tem uma política macroeconômica, metas têm que ser cumpridas, superávit, o equilíbrio macroeconômico não pode se perder”. E eu digo, eu acrescento: “Toda solução que não seja baseada numa fonte segura, estável e permanente, ela é frágil”.

Quando tomo a decisão de construir um hospital, talvez pouca gente saiba disso, eu gasto 50 milhões para construir um hospital, esse hospital significa que dali para frente todos os anos eu vou ter que gastar 50 milhões para mantê-lo funcionando. Eu assumo uma despesa intransferível e irredutível. Pelo contrário, tendendo a ser crescente. Ora, como é que eu vou basear uma equação que dê sustentabilidade no longo prazo, e o Governo tem que pensar nas novas gerações, eu tenho que planejar a política de saúde não para quatro anos, para 20, 30, 40 anos. Eu tenho que ter uma base de financiamento que me dê essa perspectiva futura. Eu não posso estar ao sabor... Bom, ano que vem, então, em 2008, em tese, sobrou dinheiro. Está bom. Em 2009, se faltar, eu faço o quê? Fecho os hospitais, reduzo o número de atendimentos, demito funcionários? Não me parece que essa solução, ela não é segura. Ela não é convincente. Ela é uma frase. Eu preciso de um fato, e não de uma frase. E o fato é uma solução estrutural, com fontes seguras, permanentes, única e exclusivamente destinadas à saúde. É essa a solução que eu espero que o Congresso Nacional possa oferecer ao Ministério.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Ela oferece, mas ela estabelece 10% das receitas, e, aí, nós temos duas questões. Uma macroeconômica. Há um consenso entre todos os economistas, eu diria que se nós juntássemos aqui todos os mais conservadores, dois mais liberais, que acreditam na mão invisível do mercado, até os mais desenvolvimentistas, eu diria que todos eles concordariam que mais essa vinculação traria um problema, do ponto de vista da capacidade de o Governo e de o Estado manejar recursos. E a outra é o volume de recursos. Quer dizer,

na prática, o que está acontecendo? Retirou-se 40 bilhões de receita e está se jogando, em 2011, uma receita adicional de 24 bilhões. Ela seria crescente, sendo 24 a mais em 2011. E o Governo afirma que essa equação não fecha. Essas contas não fecham. Esse é um ponto importante.

Sim, a questão dos pesquisadores, não é? Essa é uma questão importante, fundamental. Eu acho que o Brasil sofre de um problema grave. Eu não consigo compreender, por exemplo, que o Brasil pague um salário para um funcionário da Receita Federal, eu estou usando a Receita como exemplo, sei lá, oito mil, dez mil reais, e pague 1.200 para um médico, quer dizer, é incompreensível. Quando você tem consciência e clareza do que significa o médico para a sociedade brasileira.

Então, o que eu percebo é que nós estamos tendo no Brasil um fenômeno, onde uma burocracia limitada está conseguindo ganhos na sua renda média, e os profissionais de saúde, por exemplo, não. Aí, incluem-se os pesquisadores. Saúde e educação. Os pesquisadores, por exemplo, a pesquisa... O pesquisador é uma profissão muito singular. Ele não pode fazer bico para fora, ele não pode ter outro emprego, enfim, ele se dedica integralmente à produção de conhecimento, à formação de novos pesquisadores, ao desenvolvimento da ciência. O Estado deveria proteger e fortalecer e capacitar, através de uma política salarial que, inclusive, nos permitisse trazer os brasileiros...

E isso está começando a acontecer. Vamos também admitir que, através de uma série de política da CAPES, do próprio CNPq, a Bolsa Jovem Doutor, e nós estamos conseguimos até trazer de volta pesquisadores que tinham ido para os Estados Unidos, mas ainda numa escala, que eu diria que ela é frágil.

Eu tenho filho que é doutor em Física e que poderia estar no exterior trabalhando, já teve “n” ofertas. Só não vai porque não consegue sair do Brasil, mas essa atração é cotidiana. Nós perdemos cotidianamente cérebros preciosos, onde o Estado gastou muito dinheiro. Na sua maioria, eles vieram de escolas públicas, de universidades públicas e fizeram mestrado e doutorado principalmente com bolsa do CNPq, com dinheiro público, e depois vão trabalhar em outro país.

Eu concordo com o Senador que esse é um ponto absolutamente essencial. A outra pergunta do Senador Suplicy. Deixa eu ler, aqui. O Senador Suplicy está afônico e encaminhou, por escrito, a pergunta. Qual a essencialidade da CSS para cumprir as metas fundamentais do Programa Mais Saúde e demais programas do Ministério da Saúde?

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Parece com a da Senadora Kátia Abreu.

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Muito bem. É porque ele está afônico, é melhor, eu diria... A pergunta...

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Ele entendeu, sim.

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Eu vou responder.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Cuidado com a automedicação, Senador. Mas é o seguinte. Eu acho que essa votação de hoje, na Câmara, onde se vota a regulamentação da Emenda 29, onde a base do Governo propôs a criação da contribuição social para a saúde, ela é fundamental.

A estimativa que nós temos é de que nós poderíamos, aí, arrecadar alguma coisa em torno de 11,5 bilhões por ano. Veja, eu apresentei um conjunto de metas que significavam, em média, um acréscimo de seis bilhões, ao ano, adicionais. Se nós tivermos dez bilhões, ao ano, adicionais, vamos poder fazer muito mais do que isso. E o Brasil precisa de mais do que isso. E isso aqui... Essas metas são importantes, elas são fundamentais, mas elas ainda vão deixar muita gente sem assistência, a qualidade ainda vai deixar a desejar, as filas ainda vão continuar.

Mas tem uma questão que o Brasil tem que entender. Essa discussão... Eu fico pasmo quando eu ainda leio e ouço gente dizer que o Brasil gasta muito em saúde. Eu diria que é uma frase obscena. Vou dizer o seguinte. Eu vou dizer o seguinte: O Brasil tem o sistema de saúde semelhante aos sistemas universais, de recorte universal. Em todos esses países, o percentual de gasto público está acima de 75%. Pois muito bem, hoje o gasto público no setor da saúde, no Brasil, está em exatos 47%.

O gasto privado é maior do que o gasto público. Isso é um contra-senso. Como é que eu tenho de um lado uma política que pretende dar saúde integral para todos os brasileiros, onde o gasto privado é maior que o gasto público? Se nós pegarmos o que os planos de seguros de saúde faturaram em 2006 e compararmos com que o Governo Federal, Estados e municípios gastaram, *per capita*, o Governo gastou um terço do que as pessoas desembolsaram para pagar por um plano de seguro.

Se nós usarmos todos e quaisquer indicadores, participação no orçamento global, percentual do PIB e quaisquer outros, o gasto com saúde Federal caiu. Ao contrário do que aconteceu com os municípios, onde, pelo contrário, os gastos aumentaram. Difícil encontrar hoje um município que não gaste pelo menos 20% das suas receitas. O gasto Federal caiu.

Então, para que a equação da saúde pública se resolva, nós vamos ter que, de um lado... E eu quero lembrar, para gente não esquecer, porque a Emenda 29 tem duas dimensões importantíssimas. Uma é, em definitivo, acabar com essa indefinição sobre o que são gastos de saúde, para evitar o que nós chamamos com contrabando, que é o que corriqueiramente todos os Estados e poucos municípios fazem. Prestar contas dos gastos em saúde, enfiando ali dentro gastos com recolhimento de lixo, merenda escolar, atendimento a PMs e seus familiares, saneamento ambiental. São questões importantes, que impactam? “São”, eu disse, “Sem dúvida”. Mas não cumprem o que está na resolução do Conselho Nacional de Saúde de 2003.

Isso vai trazer ao nosso cálculo cinco bilhões a mais, adicionais, ao ano, para o setor saúde, de um lado. De outro, a definição da participação do Governo Federal no financiamento que hoje é baixa, proporcionalmente baixa. Nós temos que aumentar o percentual de gasto público no País.

O Senador Augusto Botelho, a resposta é a seguinte, Senador, nós, em 2006, investimos 21 milhões de reais em pesquisa de doenças negligenciadas, 21 milhões. E, agora, em 2008, estamos lançando mais um edital, com mais 17 milhões. Ou seja, entre 2007 e 2008, nós vamos ter cerca de 38 milhões de reais para pesquisa, nas doenças negligenciadas.

E a outra pergunta, eu concordo, aliás, é um fenômeno que não é limitado à malária. Se nós pegarmos as doenças transmitidas por vetores, há uma coincidência surpreendente, em tese, e perversa, entre ano eleitoral, mudança de prefeito, e o aumento da incidência. Não é por outro motivo que esse ano eu tenho feito um apelo aos Governadores que assumam papel diferenciado, mais pró-ativo, de supervisão, monitoramento e de estímulo, para que não haja descontinuidade, por parte dos prefeitos, no combate às doenças transmitidas por vetores.

O Senador João Pedro fez uma série de perguntas. Eu vou responder primeiro as últimas, que são pontuais, e a outra tem mais a ver com CSS também. Terapia renal. A implantação de mais 366 unidades é importante, mas não daria conta totalmente da demanda. E ela está focada, principalmente, em redistribuir aquela oferta que está hoje totalmente concentrada, ou principalmente concentrada, na região Sul e Sudeste, alguma coisa Nordeste, privilegiando as áreas mais desassistidas. Existe essa lógica por trás da proposta.

Em relação aos países africanos de língua portuguesa, eu só queria chamar atenção, a nossa presença lá, aliás, é uma cobrança do Presidente Lula, eu acho perfeito, são países muito pobres, eu conheço Guiné-Bissau, já trabalhei lá como consultor da UNESCO,

realmente é dramático. Nenhuma comunidade pobre nossa brasileira, por mais pobre que seja, se assemelha ao que vemos lá.

A Fiocruz está trabalhando duro na formação... Olha que coisa interessante. Ao invés de nós trazermos alunos desses países para o Rio de Janeiro, o que vai acontecer? A maioria deles vão acabar ficando no Brasil. Nós estamos levando os professores à África, para Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e os outros países, Tomé e Príncipe. Estamos formando quadros com mestrados profissionalizantes, lá, em gestão sistemas de saúde, formação de pesquisadores... Capacitação desses países em laboratório de saúde pública, que é fundamental para você, depois, poder monitorar a doença, ter o mínimo de formação epidemiológica.

A Fiocruz vai abrir um escritório junto à União Africana, que vai dar uma presença diferenciada do Brasil lá, e essa planta de anti e retrovirais em Moçambique também é uma medida de extrema importância, o que não exclui, e eu concordo com a sua colocação, a possibilidade de que o Brasil também apóie a qualificação e o fortalecimento do sistema de atenção às pessoas em áreas muito críticas. Um bom exemplo foi esse. Acho que nós podemos até pensar, por que não, em parceria com sociedades de especialistas, com o Conselho Federal de Medicina, com a Associação Médica Brasileira, para levar brasileiros para lá, que possam estar ajudando, apoiando, sob a forma de mutirões ou esforços concentrados ou até formando gente para esses países. Essa uma questão importante.

Em relação à CSS, eu já coloquei a minha posição. Eu também sou contra a politização do processo, acho que é ruim. Estou vendo a saúde, estou sendo bastante claro, acho que a proposta que está na Câmara, isentando quem recebe até três mil reais, é importante, o que exclui uma parcela considerável. A grande maioria da população brasileira ficaria fora do pagamento dessa contribuição, e estou confiante de que a sensibilidade, a maturidade, o equilíbrio na Câmara vão conseguir que nós aproveemos essa matéria.

O Senador Wellington colocou duas questões importantes e complexas. Eu já respondi algumas, que são as questões estruturais do combate à dengue. É verdade. Nós temos que ser francos, objetivos e diretos. Há uma relação forte, sim, entre o modelo de urbanização, a pobreza e a doença. Não há dúvida.

A outra questão é, muito bem, considerado isso, como é que eu intervenho na realidade e minimizo essa questão? São duas questões diferentes. Bom, os brasileiros que têm um plano de saúde, parece que o plano de saúde do Senado é bom o suficiente para

que os Senadores possam descansar em paz, confortavelmente, tem uma questão importante.

Eu falei essa frase, outro dia, em algum lugar, primeiro, tem gente no Brasil que pensa que não usa o Sistema Único de Saúde. Eu diria que existe, sim, uma parcela de brasileiros que não usam o Sistema Único de Saúde, os muito ricos. Esses não usam e não usarão. Mas, tirando os muito ricos, deve dar 0,5% da população brasileira, todos os outros usam e usam todos os dias. Usam quando precisam de um transplante de órgãos, usam quando precisam de um medicamento, para uma doença crônica, que custa 15 mil reais, ao mês, o tratamento ou 20 mil reais. Usam quando precisam de hemoderivados, usam quando levam o neto ou o filho para tomar a vacina, no posto de saúde, usam quando sofrem algum acidente e são atendidos no pronto-socorro municipal e usam quando consomem qualquer alimento ou medicamento que são controlados pela vigilância sanitária.

Então, o SUS, na realidade, essa decisão que vai ser tomada na Câmara e, depois, aqui, não é uma questão de interesse dos pobres, é também uma questão de interesse da nação. De fortalecimento de um sistema que presta atendimento e atenção a todos os brasileiros. Mesmo àqueles que têm um plano de seguro e usam esse plano de seguro para um conjunto de ações, em que eles não usam o SUS: uma cirurgia eletiva, uma doença crônica, uma... Enfim. Mas tem gente que acha que não usa. Aliás, uma matéria, na *Folha de São Paulo*, de anteontem, mostra que 15% das pessoas, dos paulistas, que têm plano de seguro usam o SUS, exatamente reafirmando isso que eu estou falando. Quer dizer, 15% das pessoas que pagam por um plano, pela precariedade desse plano, pelo fato de esse plano não cobrir todos os eventos, usam o SUS. E usam nesses espaços de atendimento, que são caríssimos e que são importantes, a que eu meu referi.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Sr. Ministro, só esclarecer um pouquinho, o sistema de saúde do Senado é bom, sim, mas de empresas grandes, já trabalhei em várias, também é bom da mesma maneira. Têm algumas até melhor do que aqui. Porque não fica essa imagem de que seremos os privilegiados--

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO:
Não..

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):
--não é verdade isso--

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: O meu plano também é bom.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Só para ficar claro que também grandes empresas também têm bons planos.

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: O eu meu plano, que é de alto gestão, que é da Fiocruz, também é bastante razoável, mas eu quis chamar a atenção é que, na realidade, nós todos, mesmo os brasileiros, 50 milhões de brasileiros que têm um plano dependem do Sistema Único de Saúde. Esse é o sistema que atende a todos.

A Senadora Kátia Abreu. Veja, Senadora, na verdade, eu não dei nenhuma entrevista para o jornalista Josias de Souza. Eu acho que ele tirou aquilo ali de alguma outra... Eu não dei uma entrevista a ele diretamente, somente comentários de algumas colocações que eu fiz. Agora, veja, Senadora, a minha resposta a sua pergunta é singela. Veja, eu estou até um pouco surpreso com a sua pergunta. Os 35 bilhões que entraram no Ministério da Saúde, enquanto eu fui Secretário de Atenção e, hoje, sou Ministro, ou seja, de 2005 a 2007, eles financiaram o que já está aí. Ou alguém acha... De onde vem o dinheiro para fazer os 11 milhões e 300 mil internações, as 135 mil cirurgias cardíacas, o um bilhão e 500 milhões de exames do SUS, os dois milhões e 200 mil partos? Da CPMF.

O que eu estou falando aqui é de outra coisa. É de que, se nós quisermos ampliar a cobertura, abrir novos serviços, melhorar a qualidade, reduzir o tempo de espera, vamos ter que usar mais. Então, o dinheiro que entrou foi aplicado no que já existe. Eu estou falando de outra coisa. Do que não existe. Do que vai ser construído, profissionais vão ser contratados, equipamentos que vão ser instalados, políticas que vão ser implementadas, o Saúde da Família, hoje, cobre 85 milhões de pessoas. Os 35 milhões da CPMF ajudaram a financiar as 27 mil equipes. Eu quero ter 40 mil equipes. Para ter 40 mil equipes, eu preciso de mais dinheiro, e esse dinheiro precisa vir de uma fonte segura, estável, ao longo do tempo.

Tem mais alguma pergunta? Ah, não, que a imprensa teria dito que eu disse que não precisava da CSS. Pelo contrário. Aliás, foi interessante porque essa foi a pergunta do jornalista. O jornalista disse isso e depois botou na minha boca, e tanto que a *Folha de São Paulo*, que colocou essa frase no ar, minutos depois, retirou, porque a gravação da minha entrevista mostra que eu não havia falado essa frase e, pelo contrário, eu apoio. Estou apoiando e tenho certeza que a base do Governo, hoje, aprova na Câmara dos Deputados.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, para contraditar, por favor, quero me inscrever.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Quero informar a V. Ex^a que V. Ex^a terá dois minutos e o Sr. Ministro também, sobre o assunto. E agradecer o Ministro e lembrar, também, aos senhores e à senhora senadora que nós tínhamos um tempo determinado, para a presença do Ministro, e que ele tem outros compromissos. Era até 12h30, ele está ultrapassando... Por isso eu peço a sua objetividade, Senadora.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Ministro...

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Pois não.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): O senhor disse que, com o dinheiro que foi arrecadado, V. Ex^a fez 25 mil... Pagou 27 mil equipes de Saúde da Família. Mas V. Ex^a está promovendo e está propondo um aumento disso. Como é que o senhor vai propor um aumento disso se o senhor ficou sem isso? Então, na realidade... O senhor ficou sem isso. Como é que o senhor pode? Na sua tese, sim. Se o senhor ficou sem 40 bilhões de reais e está tentando é... Se o senhor ficou sem 40, 40, na realidade, não, no período seu, 35, e o senhor está vindo com 26, então, o senhor não está nem completando o que o senhor gastou no passado, então o senhor está em déficit—

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Senadora.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): --Na sua conta, o senhor... Só terminar o raciocínio. Na sua tese, Ministro, o senhor gastou, no passado com isso e quer aumentar mais isso. Gastou “x” e quer aumentar para dois “x”. Se o senhor ficou sem 35 e vai arrecadar 26, matemática é um menos o outro, o senhor está é deficitário. O senhor está precisando de dinheiro para complementar o que o senhor fazia no passado, nessa tese [soa a campainha]. E este dinheiro não será, então, para o senhor fazer o futuro.

Com relação à queda do fim da CPMF, os preços não terem sido alterados, o senhor me desculpe, mas o senhor não está correto. Se o senhor olhar o site do DIEESE, o senhor vai ver que a cesta-básica estava 229 reais, em janeiro de 2008, e chegou a março de 2008 com 223 reais, com uma queda de menos 2,3%.

Infelizmente, Ministro, nós só não conseguimos baixar mais o preço dos alimentos, porque a grande maioria desses alimentos, aqui, se V. Ex^a não sabe, mas acho que sabe, são commodities, são empresas internacionais que regulam e não nós, empresários brasileiros mortais e que vamos controlar o preço dessas commodities. Então, infelizmente... E também pela inflação. O senhor sabe que a folha [soa a campainha] de pagamento, neste Governo, aumentou 45 bilhões

de reais, em folha de pagamento. Então, não há quem suporte um gasto público desse, transferido da saúde, poderia estar sendo muito bem gasto.

Com relação à questão simplista, que o senhor disse que não fez falta a CPMF, eu tenho certeza absoluta que não, porque o senhor está na fatia dos privilegiados, embora seja classe média, como tenha declarado. A regressividade da carga tributária brasileira, ela incide sobre os mais pobres. O senhor não sentiu a CPMF, porque quem pagou foi a funcionária doméstica da sua casa, foi os serviços gerais do Ministério [soa a campainha] que pagou a regressividade dentro do arroz, do feijão, do açúcar, o café. Porque em cima do salário dela, da sua empregada doméstica, hipoteticamente que o senhor tenha, de 720 reais, para o senhor pode não significar nada, mas para ela significou 46% da carga tributária em cima de seu salário, enquanto que o de V. Ex^a, em torno de 26%. Realmente V. Ex^a não sentiu nada pagar a CPMF e tanto faz como tanto fez.

Agora, também não é simplesmente, para encerrar, não é simplesmente a CPMF não faz falta para ninguém. V. Ex^a tem que entender que isso é muito mais amplo do que o dinheirinho que sai da sua conta de CPMF. A cada 0,38 a menos de CPMF na carga tributária, significa 0,6 a mais de crescimento do PIB. E se o PIB cresce 0,6 a mais, a arrecadação aumenta, Sr. Ministro, 3,6 bilhões de reais. E, se a nossa carga fosse 26, e nós cresceríamos 1,5% no PIB, ao ano, nós geraríamos 600 mil empregos por ano. Então, não é tão simplista assim a sua conta.

Nós estamos atrás não é só contra a CPMF, nós queremos é cair a carga tributária de 36 e ficar igual os países emergentes. A China está 19. Eu não peço tanto, a média é 27. Então, nós temos que perseguir pelo menos essa média dos países emergentes, que são aqueles que estão buscando e tomando o mercado brasileiro lá fora. É a farmácia da esquina [soa a campainha], é o concorrente da esquina, é a China, é a Rússia, é a Índia, que estão com a carga de 26, e nós, de 36.

Então, a conta não é tão simplista como V. Ex^a quer colocar. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Muito obrigado, Senadora Kátia Abreu. Eu quero estabelecer que o Sr. Ministro irá responder as perguntas e não abrirei mais espaço para outro tipo de questionamento, visto que os questionamentos já foram feitos e--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Tenho direito a dois minutos, Sr. Presidente? Que a Senadora Kátia Abreu falou duas vezes.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Não. Eu quero pedir a V. Ex^a que seus dois minutos, V. Ex^a ceda ao Ministro. Que V. Ex^a depois poderá nos informar os dois minutos... V. Ex^a...Vai...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu vou acompanhar V. Ex^a. Vou ceder os dois minutos porque nós nunca tivemos--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Por nós.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): --um Ministro com tanto conteúdo na área quanto nós temos hoje. Da mesma maneira que eu votaria na Senadora Kátia Abreu, se o meu título fosse do Estado de V. Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu concordo com V. Ex^a e passo a palavra...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Quero deixar bem claro isso. Agora, vou passar porque não temos--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Super agradecida... Ainda está em tempo de você...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): --Vou passar porque não temos um Ministro com conteúdo para contraditar tudo o que é colocado aqui como esse. Para mim, ele só perde para o Ministro Hélio Costa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): V. Ex^a... Isso é covardia, também. Com a palavra o Sr. Ministro da Saúde, José Gomes Temporão.

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Senadora, eu sustento a minha argumentação. É simples o raciocínio, eu diria que ele chega a ser até prosaico. Se eu recebia “x” recursos da CPMF, que compunham com um conjunto de outros recursos, o orçamento da saúde, com a perda da CPMF, esses recursos foram todos garantidos, através do aumento do IOF, da contribuição sobre o lucro bancário. Não houve perda nenhuma no meu orçamento. Então, não é verdade de que estou querendo o recurso da CSS para cobrir um buraco, pelo amor de Deus--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Não houve perda no seu orçamento--

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: --Não, não...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): --que a PEC de 29 não permite, Ministro [soa a campanha]--

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Espere, espere eu terminar.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): --nem IOF, nem contribuição social sobre o lucro líquido--

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Senadora, sinceramente...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): --O que não permitiu, o que não permitiu...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Senadora, permita. Senadora...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): --a queda de seu orçamento foi simplesmente a PEC 29 votada nessa Casa. Isso todo mundo sabe.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Senadora, por favor, eu volto a repetir, não terá mais permissão do Presidente o uso da palavra por aqueles que já tiveram oportunidade de fazerem suas perguntas. Peço a compreensão da Sra. Senadora, peço compreensão do Senador Wellington e passo a palavra, volto a palavra ao Sr. Ministro. O Sr. Ministro, não será interrompido mais.

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Só para concluir, quer dizer, o que estou falando, aqui, não é retórica, é a mais absoluta e escorreita verdade. É isso. Os recursos da CPMF foram substituídos por outros recursos; o orçamento do Ministério da Saúde, garantido constitucionalmente pela Emenda 29. O que nós estamos falando, aqui, no mais, são seleções de recursos novos. Qualquer outro comentário falta a verdade.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu quero agradecer a presença do Sr. Ministro José Gomes Temporão, sua Assessoria, demais Autoridades, aqui, a toda a equipe que deu suporte a esta Audiência Pública, aos Srs. Senadores, à Senadora Kátia Abreu. E, Sr. Ministro, a Casa fica à sua disposição para que V. Ex^a possa fazer suas reivindicações. Agradeço à Senadora Patrícia Gomes, que me deu a honra de presidir e de encerrar a Sessão. Está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 14h05.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA DÉCIMA SEXTA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 11 DE JUNHO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 11:00 HORAS.

Às onze horas e trinta e sete minutos, do dia onze de junho de dois mil e oito, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a Presidência da Senhora Senadora **ROSALBA CIARLINI**, com a presença dos (as) Senadores (as) **FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELO, PAULO PAIM, INÁCIO ARRUDA, JOSÉ NERY, VALDIR RAUPP, WELLINGTON SALGADO, JAYME**

CAMPOS, EDUARDO AZEREDO, PAPALÉO PAES, JOÃO DURVAL, FÁTIMA CLEIDE, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, LEOMAR QUINTANILHA, NEUTO DE CONTO, RAIMUNDO COLOMBO, ROMEU TUMA, MARISA SERRANO E CRISTOVAM BUARQUE. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Justifica a ausência a Senadora Patrícia Saboya. A Presidente declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência leva ao conhecimento dos Senhores e Senhoras Senadoras presentes o ofício nº 14, de 2008, da Associação Paulista dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, enviado ao Presidente do Senado Federal, Senador Garibaldi Alves Filho, e posteriormente despachado a esta Comissão, da parte da Associação Paulista dos Auditores Fiscais da Receita Federal que manifesta a inconformidade daquela instituição com a situação em que se encontra no estado de São Paulo, a GEAP – Fundação de Seguridade Social, no que diz respeito à qualidade e quantidade dos serviços prestados pela referida fundação, deixando dúvidas quanto ao futuro da chamada assistência patronal, e, mais ainda, da própria fundação de seguridade social. A referida correspondência ficará à disposição das senhoras e senhores senadores por 15 dias na Secretaria da Comissão. Passa-se à apreciação das matérias. **ITEM 11 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 488, DE 2003** “Que dispõe sobre a dedução do lucro tributável, para fins do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas, do dobro das despesas realizadas em Programas de Hospedagem para Lazer do Trabalhador, institui o vale-hospedagem e dá outras providências”. **Autor:** Senador Leonel Pavan. **Relator:** Senador Paulo Paim. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto, na forma do substitutivo que apresenta. **Resultado: Lido o relatório, iniciada a discussão, a votação ficou adiada.** **ITEM 02 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 211, DE 2004** “Dispõe sobre a criação do Sistema Nacional de Cadastro de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, e dá outras providências”. **Autora:** Senadora Roseana Sarney. **Relatora:** Senadora Patrícia Saboya. **Parecer:** Pela rejeição da emenda apresentada pelo Senador Expedito Júnior e pela aprovação do Projeto, nos termos do substitutivo aprovado na CCJ. **Resultado: Aprovado o Parecer, a matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para prosseguimento de sua tramitação.** **ITEM 01 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2007** “Cria o rastreamento da

produção e consumo de medicamentos por meio do controle eletrônico por códigos de barra”. **Autora:** Deputada Vanessa Grazziotin. **Relator:** Valdir Raupp. **Parecer: Retirado de pauta, a pedido do relator para reexame.** **ITEM 13 – REQUERIMENTO Nº 19, DE 2008 – CAS** “Requeiro que a Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal realize audiência pública por ocasião do Dia Nacional da Luta Antimanicomial, lembrado anualmente a 18 de maio. A Política Nacional de Saúde Mental, hoje amparada pela Lei Nº. 10.216, de 6 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas acometidas por transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental, baseia-se em princípios fundamentais, quais sejam: ampla mudança do atendimento público em saúde mental, garantindo o acesso da população aos serviços e o respeito a seus direitos e liberdades; mudança do modelo de tratamento, onde no lugar do isolamento, prioriza-se o convívio na família e na comunidade; atendimentos realizados em Centros de Atenção Psicossocial (CAP), Residências Terapêuticas, Ambulatórios, Hospitais Gerais, Centros de Convivência; internações, quando necessárias, deixam de acontecer em hospitais psiquiátricos especializados, dando-se em hospitais gerais ou nos CAPs/24 horas; gradual redirecionamento dos hospitais psiquiátricos especializados. Todos esses são temas que justificam que o debate sobre a área seja trazido a esta Comissão. Indico como convidados o Coordenador de Saúde Mental da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, Dr. Pedro Gabriel Godinho Delgado, um representante do Ministério da Educação, a Dra Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte da Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD) e um representante da Associação Gerando Saúde Mental do Paraná. **Autor:** Senador Flávio Arns. **Resultado: Aprovado.**

Os itens 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10 e 12 ficam adiados. Fizeram uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Leomar Quintanilha, Flávio Arns, Rosalba Ciarlini, Eduardo Azeredo e Romeu Tuma. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e dois minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Rosalba Ciarlini, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotípia informatizada. – Senadora **ROSALBA CIARLINI**, Presidente em exercício.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE JUNHO DE 2008, ÀS 11 HORAS E 37 MINUTOS

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior. Os senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Bem-vinda, Senadora Marisa.

Foi despachada a esta Comissão Ofício nº. 14/2008, da Associação Paulista dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. A correspondência dirigida ao Presidente do Senado Federal, Senador Garibaldi Alves Filho, da parte da Associação Paulista dos Auditores Fiscais da Receita Federal, manifesta a inconformidade daquela instituição com a situação em que se encontra no Estado de São Paulo a GEAP, Fundação de Seguridade Social, no que diz respeito à qualidade e quantidade dos serviços prestados pela referida fundação, deixando dúvidas quanto ao futuro da chamada assistência patronal e, mais ainda, da própria Fundação de Seguridade Social.

A referida correspondência ficará à disposição das senhoras e senhores senadores pelos próximos 15 dias na Secretaria da Comissão.

Se os senhores senadores concordarem, gostaríamos de começar pelo item 11, já que o relator da matéria se encontra presente, que é o Senador Paulo Paim.

Projeto de Lei do Senado nº. 488/2003. Passo a palavra ao Exmo. Sr. Senador Paulo Paim, do Rio Grande do Sul.

Senador Paim, eu estive agora no... a semana passada, Senador, eu estive na sua terra, conheci Pelotas, Rio Grande e o grande trabalho que a Universidade do Rio Grande faz prestando apoio ao programa Antártico, que eu tive também a oportunidade depois de conhecer, chegando na Antártica. Conheci o museu oceanográfico. Tivemos encontro com pesquisadores, com professores. Realmente um grande trabalho. E tive a oportunidade de conhecer melhor a cidade, ver o trabalho que está se desenvolvendo lá no porto.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): No porto, é.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Onde está sendo construída uma plataforma.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Isto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Uma plataforma com 3.500 trabalhadores. Isso é muito bom para o nosso Brasil, que todos sejam construídos aqui no Brasil, gerando renda e dando emprego ao nosso povo.

Mas, parabéns pelo seu estado, que eu já admiro de muito, muito tempo. Até porque nós somos dois Rio Grande: eu sou do Norte e o senhor do Sul. Mas sempre houve uma sintonia muito grande.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nos encontramos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PSDB-RN): Então, parabéns, e passamos a palavra para que o senhor possa ler o seu relatório.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Primeiro, dizer da minha satisfação, em um momento tão difícil que passa o nosso estado, das suas palavras elogiosas, aqui, ao meu querido Rio Grande e, principalmente, devido à metade sul chamada... a metade, digamos, com mais... problemas financeiros.

E, com este investimento no Porto, se espera que haja, na região, um investimento na ordem de 10 bilhões de reais. Que vai ser muito importante para o desenvolvimento da nossa metade sul.

Mas, Senadora Rosalba, esse projeto é do Senador Leonel Pavan. Eu fui Deputado Federal com ele. Depois, tive a alegria de ser senador com ele, um grande parlamentar. Agora, ele é o vice-governador do Estado de Santa Catarina. E me lembro, na oportunidade, ele pediu para mim que eu relatasse.

Eu entendo que o projeto é um projeto importantíssimo. Sei que já há discussões, inclusive nos ministérios e inclusive no Ministério do Turismo, para ser aplicado hoje um projeto semelhante a esse.

Então, é com satisfação que eu dou o meu parecer. Eu vou direto na análise do projeto. *“A proposição em análise está em conformidade com os pressupostos constitucionais que regem a elaboração de leis. A legislação sobre a matéria pertencente ao campo do direito tributário e do direito do trabalho é atribuição do Congresso Nacional.*

Analisando-se sua juridicidade e a regimentalidade, não se detectara impropriedades. Se aprovado, portanto, estará apta a fazer parte do ordenamento jurídico nacional.

No mérito, consideramos relevante os argumentos expostos pelo autor, repito, Senador Pavan, hoje licenciado. Hoje como vice-governador de Santa Catarina, pelo autor e plenamente justificável a aprovação da proposta.

O que é que quer o nobre autor do projeto? Ao instituir o vale hospedagem, que o empregador poderá fornecer ao trabalhador, para utilização em despesas de hospedagem e alimentação. Quando incluída no valor da hospedagem, a medida poderá auxiliar no equacionamento dos programas da 'aciosidade(F)' da rede hoteleira nacional e, ao mesmo tempo, facilitar o acesso do trabalhador ao serviço de turismo.

O vale hospedagem é inspirado numa bem-sucedida experiência na França, que, em 1982, criou o cheque de férias, por meio da agência nacional dos cheques de férias. Os assalariados passam a ter acesso a uma temporada turística e uma série de atividades culturais e de lazer.

O cheque de férias é comprado pelo empregado por uma pequena parcela de seu valor e aceito pelo estabelecimento de turismo, tais como hotéis, restaurantes, etc.

Em 2001, 5,6 milhões de pessoas utilizaram esse dispositivo e 65 milhões de títulos foram emitidos. Trata-se de medida benéfica principalmente para os nossos trabalhadores, que, por perceberem salários baixos, nem sempre têm a possibilidade de gozar plenamente suas férias, obrigando-se, na maioria das vezes, e por falta de condições econômicas, a permanecerem em suas casas, em sua cidade, enfim, sem usufruir o merecido descanso.

Com o intuito de aperfeiçoar o projeto, apresentamos, ao final, substitutivo contemplando as alterações já introduzidas pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo”.

Eu faço esse destaque, Senadora Rosalba, porque eu não gosto de fazer substitutivo.

Normalmente eu mantenho o projeto na íntegra com, no máximo, as emendas apresentadas pelos parlamentares. Mas, nesse caso, eu tive que adaptar, porque as emendas foram apresentadas pela Comissão, que eu entendo que enriquecem mais o projeto, mas, em nenhum momento, tiram o mérito do autor dessa idéia, que é o Senador Leonel Pavan.

Já introduzidas pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e pela Comissão de Assuntos Econômicos, bem como provendo sua adequação à Lei Complementar 95/98, que diz respeito à redação do art. 4º da proposta que deverá integrar o texto da CLT.

Nesse particular, vale lembrar, ainda, que; “se o vale hospedagem não tem natureza salarial, ele não pode ser considerado prestação in natura e, como tal, não será computado nas contribuições de FGTS e nem de INSS. Contudo, para que não houvesse dúvidas quanto a não incidência dos impostos de renda das pessoas físicas sobre os valores do vale hospedagem, mantivemos a norma do Inciso III do art. 4º do

projeto, mas a transferimos para a Lei 7.713, de 22 de dezembro de 88, que regula esse imposto.

Por fim, com os mesmos propósitos de adequar a proposição aos ditames da LC nº. 95/98, transferimos as regras do art. 1º relativo aos favores fiscais concedidos às empresas que utilizarem o vale hospedagem para a Lei 9.249, de 26 de dezembro de 95, que já trata do imposto de renda das pessoas jurídicas.

Voto. Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 488/2003, bem como das emendas aprovadas pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e pela Comissão de Assuntos Econômicos, na forma desse substitutivo, que é uma adaptação das emendas”.

Eu fiz questão de fazer a leitura, aí, do relatório, Senadora, porque é um projeto que há um apelo muito grande tanto dos trabalhadores como dos setores hoteleiros, enfim, setores de turismo. Então, é um... há um encontro aqui da boa vontade dos empresários e dos trabalhadores, que ambos serão beneficiados. E percebo, pelas informações que recebi extra-oficialmente, que há um debate já, inclusive, envolvendo o próprio Ministério do Turismo com o mesmo objetivo.

Por isso que eu acho que o projeto, uma vez aprovado, ele vai suscitar o debate e vai fazer com que, efetivamente, os trabalhadores possam ter direito às férias, quem sabe lá no nosso querido Nordeste, eu falo como do Sul, e quem sabe os meus companheiros do Nordeste lá no meu Rio Grande do Sul, conhecendo um pouco mais.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Já que nós temos sol o ano todo, não é?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Exatamente. Conhecendo os nossos estados, o frio do Sul e, quando quisermos, o sol do Nordeste.

Então, esse é o objetivo do projeto. Eu acho que é uma bela iniciativa. E claro que nós não teremos, hoje, pelo que percebo, possibilidade de votá-lo, porque ele é terminativo, mas que a gente já possa considerá-lo, se possível, Senadora, tanto... não só a leitura do relatório, e também a discussão e, numa outra oportunidade, que pudermos, então, com o quorum adequado, faríamos a votação nominal, como exige, baseado no regimento.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Se todos estão de acordo, nós passaremos à discussão. Até porque esse projeto, e quero parabenizá-lo, Senador Paulo Paim, pelo seu relatório. E o autor que... o Senador Paulo... o Senador Leonel Pavan, ex-senador, hoje vice-governador do Estado de Santa Catarina, que é um estado que tem na sua economia muito forte a questão do turismo, e

nós, que somos nordestinos, Leomar, você é cearense, sabe o quanto é importante que possamos criar mecanismos de ocupação da rede hoteleira nas baixas estações, até porque nós temos, na época do verão mais forte, porque até nós temos um verão, podemos dizer, assim, quase que permanente, mas, na época de férias, em geral, há uma ocupação muito grande dos hotéis, e isso é muito importante para o Nordeste. Até porque o Nordeste tem a característica, assim, o Rio Grande do Norte, o Ceará, a Paraíba, as praias são belíssimas, são coisas assim... os eventos, o povo tem uma força muito grande para desenvolver, valorizar a sua história, desenvolver momentos culturais. Então, eu acho que tudo isso é muito forte, mas que o próprio brasileiro, principalmente, o brasileiro que é o trabalhador, ele não está podendo chegar para ver.

E essa será uma forma de... tomara que o Ministério do Turismo realmente abrace essa idéia para que os nossos trabalhadores possam chegar no Nordeste e... aquela história, é uma estrada de mão dupla.

Nós vamos ter possibilidade de ampliar a ocupação da rede hoteleira, de movimentar os serviços das nossas cidades naquelas épocas em que, normalmente, há uma baixa muito grande, e, muitas vezes, isso é... cria até um desestímulo àqueles que estão lutando na questão do turismo.

Acho que está de parabéns o autor, o relator e eu espero que, após a discussão, que vamos colocar aqui em discussão, nós possamos, no momento oportuno, fazermos a votação.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO):

Para discutir, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Para discutir. Para discutir, o Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO):

Muito obrigado, Presidente. Gostaria, preliminarmente, de fazer uma pequena correção.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Meu vizinho forte.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO):

Eu não sou cearense, só de coração. Eu nasci em Goiás. Sou goiano. Mas hoje sou tocantinense, que é uma parte desmembrada de Goiás. E esse Brasil nosso é um país extremamente maravilhoso, e é fundamental essa idéia é genial, é uma idéia muito importante, porque ela estimula o trabalhador a ir conhecer aspectos inusitados, desconhecidos desse nosso Brasil.

O nosso Nordeste, o seu Nordeste, o nosso Nordeste é... realmente nos enche a vista. Não só a parte litorânea. Tem muita região no interior do Nordeste

que é algo que causa espécie a tantos quanto têm a oportunidade de nele botar os olhos.

Mas, já falava, aqui, a nossa ilustre representante do Rio Grande do Sul de que essa campanha, aliás, Mato Grosso do Sul [risos].

[pronunciamento fora do microfone]

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO):

De que essa campanha--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Isso é ótimo, é sinal que nós estamos bem integrados [risos].

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO):

Essa campanha não pode ficar restrita aqui ao Nordeste, ao Nordeste.

Mas, Senador Paulo Paim, os nossos cumprimentos e a nossa aprovação pela descrição da bela idéia colocada pelo Senador Pavan, e nós entendemos que é uma oportunidade muito boa, que concilia os interesses não só do empresariado, do turismo, mas do trabalhador brasileiro, que precisa, sim, efetivamente, ser estimulado no seu momento de descanso, de lazer a conhecer outras regiões desse país continental que é o Brasil.

Eu estou retornando agora do Amazonas. E a gente vê, hoje, com a facilidade da comunicação, com a Internet e com os documentários da televisão, que são de apelo muito forte, a gente vê, com muita propriedade, as peculiaridades de diversas regiões. Mas seria tão importante que não só o trabalhador, todo o brasileiro tivesse a oportunidade de visitar e de conhecer o Brasil, com as suas peculiaridades regionais; de conhecer a Amazônia, como nós fomos agora; conhecer é... os pontos extremos do Brasil na região de fronteira com o Peru e com a Bolívia, uma região extremamente remota, uma região extremamente remota, numa região com peculiaridades extraordinárias e com as suas dificuldades de acesso.

Nesses pontos extremos da Amazônia, só há uma forma de acesso mais eficiente: é o aéreo. E nem todas as comunidades, nem todas as regiões têm essa possibilidade, até porque não tem nenhum campo que permita a utilização de aeronaves de menor porte.

E vimos, inclusive, no exército é... até a quebra de um paradigma de que o próprio exército estaria contrário aos índios. Absolutamente é o inverso do que nós vimos. Mais de 90% do efetivo do exército brasileiro, guardando a soberania nacional, preservando o ambiente amazônico, cuidando das nossas fronteiras, é constituído pelas pessoas das comunidades ali existentes. São os índios de diversas etnias que nos saudaram cada um em sua etnia própria.

E eu até fico imaginando que nós temos um tratamento, aqui, que precisava ser revisto com relação aos índios.

O Brasil, quando foi descoberto, os índios aqui se encontravam. E nós somos hoje uma raça forte exatamente em decorrência dessa miscigenação, da associação do branco com o negro e com o índio. E, quando nós mantemos um contato com os índios, nós sentimos que eles querem ser aculturados, que eles querem usar Mitsubishi L200, que eles querem usar telefonia celular, que... televisão, geladeira. Eles querem aculturar-se, querem estudar, querem conhecer, querem progresso. Querem uma integração com os demais brasileiros. E os índios que estão integrando as Forças Armadas do Exército Brasileiro nos defendendo, defendendo a integridade brasileira, estão fazendo exatamente essa integração.

Eu não sei por que é que nós ainda insistimos nessa segregação de separar índio de não-índio. São brasileiros como nós, que estão lá com os mesmos direitos que nós temos. E é preciso que nós compreendamos que eles queiram preservar algumas das suas tradições, das suas peculiaridades, mas eles têm o direito e querem participar desse processo de crescimento e desenvolvimento econômico que o país tem.

Não tem muito a ver e tem a ver com esse projeto que nós estamos discutindo aqui agora. Porque, ao estimularmos o trabalhador de outras regiões, das diversas regiões do país para conhecer outras regiões do país, isso é a integração. Isso é integração. É motivo de conhecimento da realidade de um país que nós todos amamos.

Então, esse projeto é um projeto do maior relevo, da maior importância. Eu cumprimento o Senador Paulo Paim pela propriedade, pela competência com que realizou o seu relatório e já manifesto a minha opinião favorável à sua aprovação, Presidente. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Senador Leomar Quintanilha. Você falando no Tocantins, eu me lembrei do Jalapão. Que coisa maravilhosa que poucos brasileiros conhecem! A Senadora Marisa, do seu Pantanal, que é outra coisa que encanta, e onde eu chego eu faço a maior divulgação. Digo aos brasileiros: “Vamos conhecer”. Para conhecer o Brasil você precisa ver tudo isso.

Como o senhor falava no Nordeste, no Rio Grande, o seu frio, com suas peculiaridades, com a sua cultura dos pampas gaúchos, e tudo isso, a música. Muita coisa. Nós temos uma riqueza imensa para ser vista, para ser mostrada, para ser descoberta. E, no interior do Nordeste, falar em frio, você desculpa, é que no Nordeste você pode pensar em ter um frio. Pois

bem, ali no Nordeste, no semi-árido tem uma serra. Portalegre e Martins chega a 12 graus. É um clima maravilhoso, no Rio Grande do Norte. Portalegre e a Serra do Martins.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Até o nome ajuda, Porto Alegre.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não, Porto Alegre, lá é Portalegre. Até isso nós combinamos. Então, vejam como nós temos uma diversidade tão grande.

Quem já viu uma salina? É linda, uma pirâmide de sal. Uma cidade onde a Petrobrás está tirando petróleo de dentro da cidade, você tem aqueles cavallinhos de pau nas praças. Isso é outra coisa... São tantas curiosidades que têm nesse Brasil, que têm no nosso Nordeste, nas nossas regiões, no nosso Rio Grande, que eu acho que esse projeto realmente vem para levar o trabalhador a conhecer a sua própria terra.

E parabéns, Leomar, porque eu também concordo com você, eu tenho uma experiência de amigos, inclusive uma amiga que foi alfabetizadora de índios, há muitos anos atrás, e de colegas que tiveram a oportunidade de trabalhar na Amazônia como médico. E eles me expressam que o índio, ele não quer ficar segregado, ele quer se integrar.

Então, é exatamente isso que nós temos que repensar e ver como essa integração da forma mais benéfica. Ele é tão brasileiro e mais brasileiro do que nós, porque chegou antes da gente. Vou passar... Vamos agora--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora, pela importância desse projeto, eu queria, aqui, fazer um apelo aos senadores que, se puderem vir à Comissão antes de encerrarmos os trabalhos, para que a gente possa votá-lo. Acho que seria um... como é que chama? Alavancar o nosso turismo e, no conjunto, aqui, o projeto explica bem, ele fortalece perante o chamado período de baixa estação, tudo, enfim.

Bom, fica o apelo aqui aos senadores que estiverem assistindo nesse momento essa Comissão pela TV...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É terminativo.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): É terminativo, precisa--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Está havendo... É terminativo. Nós estamos--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passaríamos para outros com essa expectativa--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Vamos passar para o outro enquanto os demais membros da Comissão chegam.

Por solicitação do relator, o projeto... o item 1 será retirado para reexame se todos estiverem de acordo.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sra. Presidente--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Só um minutinho.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): A senhora me permite?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Pois não.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Já que foi mencionado o item 1 da pauta. Eu estou vindo da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, o nome é comprido, mas... [risos]. E lá houve uma audiência pública muito interessante sobre essa questão da rastreabilidade dos medicamentos.

Quer dizer, rastreabilidade é você seguir. Como tem a rastreabilidade do boi, hoje em dia, em que esta é uma exigência mundial, que você possa inclusive identificar de onde que o boi vem, que tipo de boi que é, se teve doença, se não teve, não é? E mais ainda do medicamento, não é? O medicamento você precisa ter rastreabilidade em termos de produção, de distribuição. Se alguém chega na farmácia e vai comprar o medicamento tem que ter certeza que o medicamento, quer dizer, nunca vai ter a certeza absoluta, porque até levantaram na audiência que falsificam dinheiro, falsificam tudo. Mas, pelo menos, que tenha, assim, mais segurança em termos de não comprar medicamento falsificado, não é?

Então, lá é o projeto do Valdir Raupp, que viria para cá na sequência, e este projeto é da Deputada Vanessa Grazziotin, que já teria caráter terminativo nessa Comissão.

Como o Valdir Raupp é o relator, o Senador Valdir Raupp, eu quero sugerir a V.Exa. Foi retirado de pauta, não é? Ou foi adiado?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Retirado a pedido do relator para reexame.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Ah, para reexame.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Ele não é terminativo aqui, ele é terminativo no plenário.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): No plenário, exatamente. Mas, indo para o plenário, já tem que ir com esse debate na Comissão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Com a nossa avaliação--

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu de fato ia fazer esse apelo para retirar de pauta, para uma análise, para fazermos isso de uma maneira sincronizada com... inclusive o Dr. André Franco Montoro Filho, que é de São Paulo e que trabalha nessa parte da ética concorrencial, ele sugeriu que houvesse um projeto-piloto nesse sentido, sugeriu que o CONFAZ se manifestasse até como um incentivo fiscal para isto. Porque há um desvio de dois a três bilhões de reais em impostos nesta área, por ano. Então, isto poderia ser pensado. Então, há um conjunto de sugestões, inclusive de se mandar para a Polícia Federal, para o Ministério Público, para também opinarem a respeito do projeto.

Então, eu queria sugerir a V.Exa. exatamente isso que foi feito, para que a gente pudesse aproveitar esse debate todo e ver se o projeto está de acordo, já que é fundamental para a sociedade brasileira.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

O relator já... também já inicialmente tinha feito essa solicitação, e agora com o reforço do Senador Flávio Arns, se todos estão de acordo, retirado para reexame. Até porque o senhor falou, aí, na questão, Senador Flávio, desse grande crime. Porque isso é um crime: você vender medicação falsificada. Isso é um crime.

A pessoa tomar a medicação pensando... claro, quando você vai tomar um remédio é para ficar bom. Muitas vezes, doenças gravíssimas, cardíacos, é... diabéticos, pessoas que precisam... com infecção. Isso é uma coisa revoltante.

E tem um outro crime, mais dois ainda, não é só esse da comercialização do falsificado, é também da comercialização sem receita por pessoas que não estão aptas, medicando, e eu sou médica, e, na infância, isso acontecia, ainda acontece, infelizmente, e peguei muitas crianças com seqüelas, com problemas muito graves. Eu lembro de uma criança surda, tinha nascido com boa audição e ficou surda porque usou um antibiótico errado e numa dosagem muito alta para a criança e provocou a surdez. Esse é só um exemplo.

Além da questão da comercialização paralela, não é? Então, é muito importante. Se todos estão de acordo, está retirado para que a gente possa ter.

Agora, eu gostaria de convidar o Senador Leomar Quintanilha para assumir a presidência. Nós vamos passar ao item 2 da... projeto de autoria da Senadora Roseana. A Senadora Patrícia é relatora e me solicitou, aceitei com muito prazer, de ser *ad hoc*.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Assumo temporariamente a presidência dos trabalhos dessa Comissão e concedo, imediatamente, a palavra à Senadora Rosalba Ciarlini para funcionar como relatora *ad hoc* do item 2. Projeto de Lei nº. 211/2004, que dispõe sobre a criação do sistema nacional de cadastro de crianças e adolescentes desaparecidos e dá outras providências.

Este projeto é de autoria da eminente Senadora Roseana Sarney e já recebeu parecer favorável, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Senadora Rosalba Ciarlini, tem V.Exa. a palavra.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Presidente. Eu vou passar logo à análise. Esse é um projeto de mais alta importância, porque trata de um sistema, da criação de um sistema nacional de cadastro de crianças e adolescentes desaparecidos.

Nós sabemos que, no Brasil, tão extenso, tão grande, com quase seis mil municípios, isto é de uma importância muito grande: que possamos ter um cadastro integrado em todo o Brasil para proteção à nossa infância, às nossas crianças e adolescentes em situação, inclusive, de extrema gravidade, que é quando elas, por uma razão, se perdem dos seus pais, estão desaparecidos ou, muitas vezes, há suspeita de serem seqüestradas ou levadas para serem exploradas. Isso é muito grave. Então, acho que esse projeto também, desde já, tem uma... tenho a satisfação muito grande de poder ler o relatório da Senadora Patrícia, dizer que, na realidade, ela, por motivos muito fortes, não pôde estar presente, porque trata dessa questão da infância e da adolescência, e Senadora Patrícia tem sido uma defensora intransigente.

Bem, vamos à análise: *“O Projeto de Lei do Senado nº. 211/2004 trata de um dos problemas mais angustiantes da atualidade no país, o desaparecimento de crianças e adolescentes. Na tentativa de amenizar o problema, governos e entidades que lidam com o tema acreditam que a divulgação maciça das imagens das crianças e adolescentes não só contribui para a sua localização, mas também serve de alerta para que pais e crianças fiquem mais atentos evitando que novos casos aconteçam. Essa é, certamente, uma missão gigantesca.*

Segundo o Ministério da Justiça, embora não haja dados consolidados que traduzam a exata dimensão do fenômeno, estima-se que aproximadamente 40 mil ocorrências de desaparecimento de crianças e adolescentes sejam registradas anualmente nas delegacias de polícia de todo o país. E, mesmo que a grande maioria desses casos seja solucionada rapidamente,

existe o percentual significativo, entre 10 e 15%. Veja que coisa grave, 40 mil ocorrências é o que está estimado, não é? Não temos ainda esse cálculo fechado, até porque, aproximadamente, desaparecidos, e 10% a 15%. Quer dizer, cerca de mais de cinco mil crianças não foram encontradas a cada ano.

Sabe-se que a prevenção é o melhor caminho no combate à violência. Mas é preciso fazer muito mais, e é exatamente isso que propõe o projeto em análise.

Afinal, a necessidade de criar um cadastro nacional de crianças e adolescentes desaparecidos parece ser uma unanimidade entre aqueles que lidam diretamente com o problema. Com certeza, o cadastro ajudará a reduzir os números de registros de desaparecimentos sem respostas.

A emenda apresentada pelo Senador Expedito Júnior, por seu turno, traz propostas de alteração da lei das telecomunicações para obrigar as emissoras de televisão a divulgar imagens de pessoas desaparecidas. O objetivo dessa emenda é ampliar a medida para pessoas desaparecidas e não só crianças e adolescentes. Traz também uma atualização no valor da multa por descumprimento à lei.

O teor dessa emenda proposta já foi aprovado por esta Casa em fevereiro de 2006, em projeto que hoje se encontra na Câmara dos Deputados para a revisão. Por esse motivo, entendemos ser matéria vencida e prejudicada por deliberação anterior do Senado Federal.

Pelas razões expostas, concluímos pela rejeição da emenda apresentada e pela aprovação do Projeto de Lei nº. 211/2004, nos termos do substitutivo aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania”.

É esse o nosso voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, encerramos a discussão. Passamos ao processo de votação. Senhores senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, a gente percebe que hoje, devido a uma série de questões da Casa, não vamos ter aqui 11 pessoas para votar os terminativos.

Mas eu faria um apelo, Sr. Presidente. Eu recebi uma denúncia, Senador Flávio Arns, muito grave de um jovem, que a TV Record me passou o DVD, que foi filmado acorrentado, aqui, porque a família, aqui em Brasília, porque a família não sabe o que fazer, veja bem, nem a Prefeitura, porque o menino tem uma doença mental. É um... é assustador, digamos, o DVD que eu vi.

E o Senador Flávio Arns tem, aqui, no item 13, uma audiência pública para discutir a questão da do-

ença mental. Então, se desse para nós votarmos. É simbólico, o requerimento. E eu depois passarei para o Senador Flávio Arns, inclusive, esse DVD, e quem sabe no próprio dia, se necessário for, a gente passa aqui para ver situações como essa.

Claro que eu estou tentando, de todas as formas possíveis, ajudar a família, a Prefeitura, enfim, via o Estado, naturalmente, não é? Agindo nesse sentido.

Então, se desse para votar o item 13, porque é um requerimento do Senador Flávio Arns.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): A proposta de V.Exa. é que nós promovêssemos uma inversão de pauta e passássemos a apreciar imediatamente o item 13.

Submetemos ao plenário a proposta apresentada pelo Senador Paim, de inversão de pauta. E os senhores senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos, então, à apreciação do item 13.

O item 13 é um requerimento de autoria do eminente Senador Flávio Arns, a quem concedo a palavra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu... Sr. Presidente, até eu leria o requerimento, porque é realmente, esta área da saúde mental, da doença mental, distúrbio de comportamento, distúrbio psíquico, seja o nome que queira-se dar, é um drama realmente. É um problema sério. Envolve, assim, em termos de licenças da área do trabalho para tratamento de transtornos mentais, depressão, ansiedade, falta de vontade de viver, suicídio, dependência química, álcool e drogas, que levam ao problema do distúrbio mental.

De acordo com estimativas oficiais, isso envolve cerca de 15% a 20% da população, em termos de licenças de trabalho.

E todos nós estamos, em algum momento da vida, sujeitos a termos que tomar o remédio, naturalmente, porque é medo, é fobia, é depressão, é isso, aquilo e tal, não é? Agora, existem aquelas pessoas que precisam, quer dizer, que têm o problema, orientados pelo médico, tomam remédio. Mas tem um grupo percentual que precisa de um atendimento, assim, mais especializado, estruturado, organizado, não é?

Então, esse percentual já diminui. Diminui, mas, mesmo assim, é alto. Chega perto dos 4%, 5% da população, o que é bastante gente.

Então, aqui tem o dia nacional de luta antimanicomial, quer dizer, contra o manicômio. Mas eu pensei, assim, ao invés de fazermos, assim, algo, eu acho que o mais importante no Brasil, hoje, é a gente pensar em conjunto, o que é que é necessário ser estruturado para atender bem essas pessoas, não é?

Quer dizer, não é só dizer: “Vamos acabar com o manicômio”. Ninguém quer o manicômio, internar. Isso ninguém quer. Está bom. Mas o que é que se vai colocar no lugar? Essa que é a pergunta que a gente tem que fazer, não é? Como estruturar os serviços à comunidade, como apoiar a família, como ter acesso a medicamentos, não é? E tal, porque, aí, tendo isso, naturalmente acaba o manicômio, não é?

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): É exatamente isso, Senador. O senhor aí tocou num ponto, acho que isso é uma questão grave do nosso país, porque houve uma modificação, aquela questão: “Vamos acabar com o internamente psiquiátrico”. Isso é ruim, é mostrar o extremo. Claro, existem coisas ruins, mas existem coisas boas.

Então, mudou totalmente o pensamento, a vertente, como se agora vamos desospitalizar, como se isso fosse, tivesse que ser feito isso de uma forma genérica. Mas, hoje, a gente vê e talvez... não sei se vocês tiveram a oportunidade de ler, uma matéria que saiu no Globo há cerca de alguns meses sobre essa questão psiquiátrica, o número de pessoas que estão na rua que eram pessoas que antes estavam hospitalizadas. Porque é um problema muito sério, muitas vezes a família rejeita. Esse caso que o Senador Paim falou, aqui em Brasília... inclusive com a aceitação do jovem. Ele quer ser acorrentado porque sabe que, se não for acorrentado, ele não vai resistir. Então, são coisas assim... Então, é uma questão muito, acho que é bem oportuno. Mas eu sugeriria o seguinte, Leomar--

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senadora Rosalba, eu queria consultar se o Senador Flávio concluiu--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Ah, me desculpe, Senador.

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): O senhor concluiu?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não, não.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Ele vai concluir, depois eu falo.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Pediria para a Senadora Rosalba que deixasse para o momento da discussão do requerimento apresentado por V.Exa. Então, tem V.Exa. a palavra para concluir.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não, não, a palavra é da Senadora.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador, porque eu pensei que senhor já tivesse concluído e já estava em discussão. Desculpe.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não, é que eu vi que V.Exa. queria reforçar o argumento. Eu digo: “Poxa, prazer ouvi-la”.

“Requeiro que a Comissão de Assuntos Sociais realize audiência pública por ocasião, já passou, inclusive, mas o dia nacional de luta antimanicomial, lembrado anualmente a 12 de maio.

A política nacional de saúde mental, hoje amparada pela Lei 10.216, de 6 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas acometidas por transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental baseia-se em princípios fundamentais, quais sejam: ampla mudança do atendimento público em saúde mental, garantindo o acesso da população aos serviços e respeito a seus direitos e liberdades; mudança do modelo de tratamento, onde, no lugar do isolamento, prioriza-se o convívio na família e na comunidade; atendimentos realizados em centros de atendimento psicossocial, que são os CAPS, residências terapêuticas, ambulatórios, hospitais gerais, centros de convivência; internações, quando necessárias, deixam de acontecer em hospitais psiquiátricos especializados, dando-se em hospitais gerais ou nos CAPS 24 horas; gradual redirecionamento dos hospitais psiquiátricos especializados”.

Quer dizer, tudo isso deveria estar acontecendo, né? A gente sabe que não está. Mas existe também outras coisas que estão acontecendo e que precisam ser valorizadas.

Todos esses são temas que justificam que o debate sobre a área seja trazido a essa Comissão. Indico como convidados, pelo menos num primeiro momento, para não ter, assim, muita gente, não é? O coordenador de saúde mental da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, Dr. Pedro Gabriel Delgado, Godinho Delgado. Um representante do Ministério da Educação, porque tem muita criança, jovem, por exemplo, esse jovem que está acorrentado. Não é um problema de saúde, é um problema de saúde, de assistência, de educação multidisciplinar, de apoio à família. A Dra. Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte, da Secretaria Nacional Antidrogas, porque eles estão tentando articular com os ministérios uma política para esta área. E este menino, este adolescente, se não me engano, é dependente químico, pelo que eu vi na... eu vi o filme. também, se for a mesma pessoa, não é? E a família acorrentou e o menino concorda. Porque, se não, ele vai para a rua e se droga de novo e parece que é mais ou menos por aí. Não tenho certeza. Mas, de qualquer forma, a gente tem que pensar qual é a solução para este caso. E a solução é, sem dúvida, passa pela saúde, pela educação, pelo trabalho, pela assistência, pelo apoio à família. E um representante,

que eu conheço muito de perto, de um trabalho que está sendo feito em todo o estado da Associação Gerando Saúde Mental, do Paraná.

Eu recebi ponderações de grupos, outros grupos que gostariam de participar do debate. Eu até quero dizer, Sr. Presidente, que, se a gente comesse com esse grupo, porque já são quatro, e a gente sabe que se a gente trazer dez pessoas aí é complicado, também. Mas a gente fazer um segundo momento, depois, para continuarmos. Porque não vai se esgotar o assunto, com certeza, não é?

Então, eu coloquei educação, porque também existe uma ênfase muito grande para... e a maior queixa dos professores do ensino comum, hoje em dia, é a queixa de distúrbio de comportamento. A maior queixa. Não é dislexia, disgrafia, deficiência mental ou tal, é distúrbio de conduta. E a gente vê casos, inclusive, aí, não é, em termos dos meios de comunicação, um comportamento dos jovens que é realmente distúrbio de conduta, mesmo, não é? Distúrbio mental, que teria que se ver, se discutir com mais propriedade, não é? Essa questão das relações interpessoais, hoje em dia, que... não só isso, mas isso contribui para o surgimento desses problemas.

Então, Sr. Presidente, requeiro que essa audiência pública, que eu considero da mais alta importância na área do distúrbio mental, seja realizada. Mas como... a gente diria até para os palestrantes: “Olhe, eu sei que a luta antimanicomial que é feita, mas nós queremos dizer, assim, como estruturar serviços para esta população para serem bons serviços para a criança, para o jovem, para o adulto, para o idoso, na educação, no trabalho, na saúde, na assistência, no combate às drogas, e assim por diante”.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): A Mesa considera a proposição de V.Exa. de maior relevo e até acredita que os casos mencionados aqui de acorrentamento, na sua grande... na grande maioria das vezes, não são ditados por uma atitude de perversidade do tutor, do pai, do parente que toma conta do doente mental. Mas, talvez, seja uma busca por uma alternativa possível para manter a pessoa sob vigilância, sob os cuidados dentro de casa.

Então, eu entendo que essa audiência pública ela, realmente, envolvendo especialistas, pessoas experimentadas e com experiência na área possa, realmente, trazer subsídios para o encaminhamento de uma solução mais adequada ao processo.

Mas vamos passar à discussão do requerimento de V. Exa. Nós temos, aqui, já três eminentes senadores inscritos. Estava inscrito primeiro o Senador Eduardo Azeredo, mas a Senadora Rosalba Ciarlini

já havia iniciado a discussão. Eu consulto ao Senador [risos] Eduardo Azeredo se nós permitiríamos que a Senadora Rosalba--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):
Vamos ouvi-la. Vamos ouvi-la.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): --Já complementasse a discussão do requerimento apresentado e já por ela iniciado. Então, concedo a V.Exa. a palavra.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):
E dessa vez eu fui apressada, né?

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): V.Exa. está inscrito.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):
Mas é só para concluir, realmente, porque eu já queria colocar essa preocupação, porque o atual sistema de atendimento psiquiátrico, nós temos também que fazer essa avaliação, já que a questão de desospitalizar, ela tem um lado importante, porque muitos casos realmente eles estão... eu acho que o programa de apoio psicossocial, os CAPS, os centros de apoio psicossociais, os CAPS, são muito importantes e têm sido um instrumento para chegar à sociedade, mas, em determinados casos, os CAPS não podem dar cobertura, e é necessário realmente um tratamento mais especializado, que num hospital geral também é difícil.

Então, não existe especialista, não existe o ambiente. E, muitas vezes, cria mais problemas dentro do próprio hospital. E, com isso, com a diminuição dos leitos, que foi muito drástica, existe hoje uma população que infelizmente são carentes e que não estão tendo mais nenhum tipo de atendimento, que estão nas ruas. O número de suicídios aumentou bastante.

Então, eu tenho sido também procurada, Senador, por grupos da área, e acho que iniciarmos essa discussão é muito importante. O que eu gostaria de também propor alguns nomes, que poderíamos depois analisar, num outro momento, até para que a gente pudesse numa segunda ou na primeira, já trazer alguns representantes, trabalhadores que estão nessa área e que têm revelações realmente que são muito importantes para que a gente possa melhorar, dar mais apoio à saúde mental.

E não se esqueçam, porque, olhe, ninguém... o problema mental, de saúde mental é bem mais grave do que todos pensam. É bem mais sério. Ele traz muitos transtornos para esse país e precisa ser considerado com muita atenção. A saúde tem que ter uma atenção especial. Hoje, esse mundo de... de... globalizado, agitado, de muita competitividade faz... associando à angústia, já há muitos casos latentes que estão se

exacerbando e provocando muito transtorno, muitas angústias nas famílias e na sociedade.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado, Senadora Rosalba. Passamos a palavra ao eminente Senador Eduardo Azeredo, em seguida, o Senador Romeu Tuma. Senador Eduardo, V.Exa. tem a palavra.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):
Sr. Presidente, em rápidas palavras, eu queria só lembrar que a sabedoria popular, ela criou os provérbios, e, olha, se tem um que eu realmente gosto muito, não sei nem se é porque eu sou mineiro, é o "Nem 8, nem 80". Eu gosto muito desse ditado, sabe? É um ditado que diz tudo. Então, nesse caso específico, ele se aplica.

Nós temos aí definido sempre a questão, por exemplo, da inclusão das pessoas com deficiência dentro dessa linha. É evidente que temos que incluir, mas têm casos em que há a necessidade de uma escola especializada, diferenciada, não dá para colocar toda a criança que tem problema de deficiência nas escolas comuns, nas escolas de currículo normal. Assim, é que nesse caso, também, eu acho que é muito pertinente que nós possamos discutir as conseqüências, o que é que está acontecendo.

Foi muito importante nós termos esse programa antimanicomial até aqui? Sim. Porque nós tínhamos alguns manicômios que eram realmente uma vergonha. Lá em Minas, mesmo, tinha o caso lá de Barbacena, que era um manicômio com... de má fama nacional, digamos assim. Afetava até a própria imagem da cidade, em si. Foi até quando eu era Governador que nós fizemos a desativação daquele manicômio. Mas eu acho que é o momento de nós verificarmos se conseguiu atender, em outros hospitais, hospitais especializados, o drama... Senadora Rosalba coloca com muita pertinência, mesmo, o drama de problemas mentais do país é muito, mas muito maior do que se coloca ou se discute. Quer dizer, a gente sempre tem essa questão mais pelo lado mais grave, que seriam aqueles que podem chegar à necessidade de internação. Mas os problemas que acontecem no dia-a-dia, com essa vida materializada, essa vida com a sociedade tão competitiva, de tanta competição, feito é hoje, com tanta correria, ela realmente leva a problemas de muita, de muita expressão.

De maneira que eu queria só manifestar que é muito oportuno, sim, minha concordância com esse requerimento. E como eu não pude me manifestar sobre o projeto anterior, eu quero só fazê-lo agora, também, também favoravelmente a essa criação do cadastro de crianças e adolescentes desaparecidos, que vem também em boa hora. Esse é um... um drama grande. Nós precisamos é que os órgãos públicos dêem mais

divulgação, através, especialmente, das televisões educativas. Elas precisam ter como norma a... o que fazem de vez em quando, seria exatamente as campanhas de mostrar as fotografias das crianças, para buscar que elas sejam encontradas. Sempre lembrando, em outros países, por exemplo, a própria caixa de leite, ela traz fotografias também com esse objetivo.

Então, só os dois projetos, um e outro, é o requerimento. Estou de acordo perfeitamente.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Senador. Só para complementar, quando se fala, eu falei num grande número, porque existe também um outro problema: o doente mental, ele é discriminado, ele é segregado. Então, você veja que existe esse tabu, essa questão que tem... quem tem problema mental ele não quer, ele esconde, a família esconde. Porque, principalmente, na juventude, isso é uma coisa muito grave.

Se ele tiver algum problema ele toma um remédio escondido, não quer que o colega saiba, porque é tratado como se já fosse um doido varrido. E doença mental tem que se entender que a mente adocece como adocece um coração, como adocece uma perna, um dedo, um olho.

Então, tem tratamento, tem cura e tem controle, mas a sociedade não vê assim; sempre leva de uma forma muito discriminatória e, por isso, muitos e muitos, são inúmeros que nós não podemos... as nossas estatísticas não chegam ao quanto, em função dessa questão.

Passar aqui para o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu queria, preliminarmente, cumprimentar o Senador Flávio Arns pela importância deste requerimento.

Nós, que convivemos com a área de segurança, que eu digo sempre que infelizmente é o esgoto da sociedade, é a polícia, que só lida com coisas graves já acontecidas. Nós sempre sofremos muito com algumas ações com desequilibrados mentais.

Existia, até, não sei se ainda falo... qualquer pessoa que tinha qualquer desvio, com uma conversa diferenciada, dizia-se: "Não, não liga que é código 13". Uma expressão que se usava na Polícia; código 13 é quem tem qualquer debilidade ou é por embriaguez ou por uso de drogas ou porque tenha qualquer deficiência mental.

Nós atravessamos períodos constrangedores em São Paulo com os manicômios no tratamento de violência. Quer dizer, o doente era tratado com choques, com toda aquela gama de praticamente não curar a doença, mas amansar – desculpe a expres-

são –, amansar a degradação física, psicológica que sofria o doente.

Eram tratados, não diria como animais, porque tem animal tão bem tratado. Mas eram jogados nos cantos no terreno do hospital, e começou um movimento dentro da área médica. Eu tenho um filho que é neurologista, tenho algumas amigas ligadas a ele, psiquiatras, da importância da mudança do tratamento que a agressividade permanente e constante só agravava a doença. Não tinha uma recuperação na saúde.

V.Exa. é médica, tem muito mais condições do que eu de analisar a importância desta proposta. Quando eu fui o relator da última, da aprovação da lei antidrogas, nós tínhamos um princípio para descobrir qual era a melhor forma de se evitar sempre a repressão como a principal ação da segurança, que era uma tese americana, combater a droga pela violência, e não se vê a recuperação do usuário e a necessidade de seu tratamento.

Nós conseguimos incluir na nova lei. Só que até hoje eu não vejo muito a dedicação da esfera governamental de atrair esses doentes mentais provocados pela droga num hospital. O da Polícia Militar de São Paulo, que é um bom hospital, o maior índice de internação é de doentes provindos da embriaguez; o maior número de soldados ou é a droga, que é mais raro, mas a embriaguez é uma constante. Então, é um tratamento difícil, porque o vício, ele não consegue, ele se recupera e, automaticamente, saiu, ele volta, porque tem as consequências naturais daquela falta que faz ao organismo. Eu não vou saber explicar. Mas eu falo muito com o meu filho ele fala: "Pai, o problema da deficiência psicamental, ele é grave, no sentido de que tem que ter um tratamento permanente para se recuperar e se reincorporar a pessoa à vida comum". Porque as famílias ficam num desespero para jogar num canto qualquer. Por quê? Porque elas não suportam a agressividade do doente mental. Porque tem os pacíficos, aqueles que ficam no canto, em silêncio, não querem conversar, não sabem trabalhar. Então, tem uma série de nuances que talvez a discussão com as pessoas indicadas nesse início... Eu gostaria de, depois, se o Senador concordar, não esta vez, mas outra, trazer alguém do manicômio judiciário para discutir como aqueles que são condenados pela Justiça e que são... comprovadamente têm algum distúrbio neurovegetativo ou psíquico completam a sua pena de prisão e depois não podem sair, porque são remetidos ao manicômio judiciário, por não serem possível voltar à vida comum.

E lá deve ter algumas explicações claras de como é o comportamento daquele que tem uma sequência prisional dentro do manicômio judiciário. Não sei, se

o Senador concordar, depois, para a gente trazer alguém que tenha uma convivência com alguém diferenciado, que não é só o doente, ele praticou um crime antes. E, do crime, em decorrência da impossibilidade de ser liberado, porque a lei manda, ele é conduzido a um manicômio judiciário. Como está as condições do Estado na assistência que dá àqueles que tenham que permanecer como prisioneiros dentro do manicômio judiciário.

Acho que é uma importância muito grande. Esse problema das drogas, ainda eu vi aquele Paulo César Caju, se não me engano, jogador de futebol, que foi ao Programa do Jô Soares e contou a história do que fez o vício da droga e da bebida, destruindo não só o seu patrimônio, mas com toda a sua estrutura de família e a estrutura física também. Que conseguiu se recuperar.

Então, tem aqui uma... sempre uma reação minha, pessoal, contrária àqueles que pedem a descriminalização no uso de drogas. Eu sou sempre favorável que não se recolha à prisão o usuário, que se dê tratamento, mas que ele saiba que ele está trazendo um prejuízo não só à sua saúde, porque é uma questão de saúde pública, mas também àqueles que o cercam: a família sofre, todo mundo junto. É como um câncer, desculpa a comparação, mas, quando o doente tem doenças graves que toda a família fica na angústia de poder tratar, porque a pessoa não tem mais condições de reagir, o uso da droga é igual.

Então, chega assim: “Não, discriminar, liberar o uso”. Mas como você vai liberar o uso de algo que traz uma consequência grave e estimula a... várias pessoas a falar: “Não, não é crime, não é nada. Eu vou usar, não deve fazer mal”.

E o César Caju, já com certa idade, experimentou e disse: “Não experimente!”. Por ele é proibido experimentar o uso de drogas. Porque ela se transforma numa necessidade permanente que o corpo exige que faça o uso.

Então, eu acho que é importante isso. Dou os parabéns, Senador, e pelas colocações da senhora, como médica, que nos trazem com muito mais lucidez do que a gente poderia alcançar numa simples leitura do requerimento.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Senador Romeu Tuma. Senador Flávio Arns deseja ainda?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não. Eu só quero concordar com todas as manifestações aqui externadas. Eu acho que todos procuraram evidenciar que é um problema sério, é um problema extenso, muito maior do que muitos de nós imaginamos, chegando a perto de 20% das licenças de trabalho. Quer dizer,

20% é 1/5. E é verdade, e, se a gente olhar, a gente... quer dizer, nós próprios, nos analisando, a gente também vê como a gente, em momentos da vida, temos dificuldades e precisamos ser auxiliados nesta área, através de medicamentos, ou parentes próximos que precisam de um atendimento, como eu disse, mais organizado. Ou o drama--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador, eu queria fazer até uma confissão, se V.Exa. permitisse. Quando eu tive o infarto e fui operado e disse que eu tinha pouco tempo de vida. A gente entra num processo de depressão. Então, o meu médico disse: “Você vai ter que falar com o psiquiatra”. Eu falei: “Puxa! Eu não estou louco não”. “Não, não é louco que vai ao psiquiatra é para não ficar louco. Não ficar depressivo”. E, realmente, quando se fala em tratamento psiquiátrico, não tem... a relação de que o senhor está perdendo a razão do próprio comportamento é aquilo que... às vezes você entra em depressão, em angústia, que vai se agravar se não tiver um tratamento correto. Então, eu peço desculpas, mas--

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É verdade. **SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP)** --é uma confissão que eu faço da importância de se dedicar ao estudo profundo de como colaborar, pelo legislador, em auxílio àqueles médicos que dão praticamente toda a... porque eu não acho que esse tratamento normalmente em hospitais particulares, hospitais do estado, não tem renda para o médico. O médico tem uma vocação de tentar salvar as pessoas através de tratamentos mais humanísticos. Porque o tratamento que se dava àqueles que perderam a razão e o comportamento era um tratamento violento e desumano, que hoje eu sei que os médicos têm procurado trazer uma modificação. E nada melhor do que trazer à discussão a esta Casa e a essa Comissão. Desculpa, viu.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não, está perfeito. E o exemplo dado de famílias que acorren-tam os filhos em função, seja lá de um problema de droga, e, como o Senador Quintanilha colocou, com a concordância do filho e com... até eu diria, com o amor da família. Porque a família não consegue achar uma solução.

Agora, o que é que nós temos que discutir? Colocar o que é que está faltando para substituir a corrente, não é? Quer dizer, quais os serviços que têm que ser estruturados? E os exemplos são muitos, não é? Que a gente pode, assim, colocar, ou famílias que tenham os filhos dependentes químicos que a família quer que o filho saia daquela... Claro. Qual é o pai que não quer que o filho saia? Mas só que a pergunta vem: “Onde é que o meu filho vai se desintoxicar?”. Essa é a pergunta.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Se for uma pessoa de família carente aí é que essa pergunta vai doer muito mais.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Chega o CAPS, por exemplo, o CAPS é parte da solução. Mas o CAPS 24 horas, tal, o pessoal vai lá e se intoxica de noite. É um processo humano, dois anos, três anos.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador. Só, eu tive um caso de um filho de um grande amigo meu. E o filho... desculpa, Senador, eu estou, mas...

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não, à vontade, Senador.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Ele não tinha, era desesperado, porque o filho não se recuperava... botava em casa de tratamento e tudo, mas, nos casos de tratamento, se não tiver cuidado, eles continuam mantendo o vício do internado.

Então, ele falou comigo: “Só tem um jeito: pôr ele no xadrez e tentar segurar”. Eu falei: “Não posso, é uma ilegalidade”. Eu era diretor de departamento. Ele falou: “Pelo amor de Deus, me ajuda! Bota ele no xadrez, pelo menos uns 60 dias, para ver se ele consegue...”. Eu falei com o juiz, o juiz falou: “Olha, eu confio em você, pode fazer”. Mas o que eu fiz? Botei um pastor com ele preso também, para poder ver se, na conversa... Pois ele... teve uma recuperação relativa. Depois, reacendeu ao uso de drogas. Em seguida, foi internado numa casa de saúde, e lá mantiveram o vício dele fornecendo, e ele achou que era um anjo, saltou do quarto dele, caiu sobre uma grade e acabou morrendo. Mas são coisas profundamente amargas para a gente que se julga incompetente pela recuperação. Porque é claro que a gente é leigo no assunto e acha que o melhor caminho é este ou aquele, mas sabe que o médico vai ter uma outra linha de conduta. Então--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu gostaria agora que fosse a votação.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só para concluir, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só ter o requerimento para começarmos, mas, a partir dessa audiência, nós poderíamos pensar em uma coisa assim... algo mais sistematizado dentro dessa Comissão, sei lá eu, um grupo de trabalho, alguma coisa que fizesse com que a gente, daqui a dois, três meses, chegasse a conclusões mesmo, né? Com obrigações, com.... alguma coisa que pudesse ser feita. Mas eu quero dizer do meu profundo interesse nesta área, e V.Exa. também já manifestou, e a necessidade que todos manifestaram,

e vamos caprichar para que contribuir... contribuir para a organização maior.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Então, vamos passar à votação, já que esse é um assunto que, eu estou vendo, vai ser o mais debatido, polêmico e não ficará só numa audiência pública, com certeza.

Vamos passar à votação.

Não havendo... Unanimidade com louvor. Então, está aprovado o requerimento. E vamos... Não havendo mais nada a discutir, está encerrada a presente sessão.

Sessão encerrada às 12h42.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, CONJUNTA COM A VIGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 9:00 HORAS

AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA

Às nove horas e quatro minutos, do dia dezoito de junho de dois mil e oito, na Sala nº 02, da Ala Senador Nilo Coelho, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa em conjunto com a Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, sob a presidência do Senhor Senador **FLÁVIO ARNS** e com a presença do Senhor Senador **EDUARDO AZEREDO**, Presidente da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência. Justifica a ausência o Senador Paulo Paim. Comparecem ainda os Senhores Senadores Geraldo Mesquita Júnior, Cristovam Buarque, José Nery e o Senhor Presidente do Senado Federal, Senador Garibaldi Alves Filho. A presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 54, de 2008-CDH de autoria do Senador Paulo Paim, tem por finalidade debeter sobre a Convenção sobre os Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência e seus reflexos na vida das pessoas com deficiência. O Senador Flávio Arns dá início a Audiência Pública, convidando os palestrantes para comporem a Mesa, que terão 10 minutos, com tolerância suficiente para conclusão de suas exposições. Usaram

da palavra os seguintes convidados: **Nicola Speranza** – Chefe da Divisão de Temas Sociais, representando o Excelentíssimo Ministro Celso Amorim – Ministério das Relações Exteriores – MRE; **Flávia Maria de Páiva Vital** – Organizadora da publicação: “A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência Comentada”; **Izabel Maria Madeira de Loureiro Maior** – Coordenadora da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE, representando o Ministro Paulo de Tarso Vannuchi – Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República – SEDH; **Alexandre Carvalho Baroni** – Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência – CONADE; **Regina Maria Melo Atalla** – Presidente da Rede Latino-Americana de Organizações Não Governamentais de Pessoas com Deficiência e suas Famílias – RIADIS; e **Ricardo Tadeu Marques da Fonseca** – Procurador Regional do Trabalho – MPU. A Presidência registra a presença das seguintes entidades: Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE; Associação Brasileira dos Deficientes de Visão Monocular – ABDPMV; Ministério da Previdência; União Brasileira dos Cegos – UBC; Associação Brasileira dos Ostomizados – ABRASO; Ordem dos Advogados do Brasil – OAB – Nacional; Centro de Vida Independente – CVI – Brasil; Confederação Nacional do Comércio – CNC; Fórum Evangélico Nacional de Ação Social e Política – FENASP; Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – FENEIS; Ministério da Educação – MEC; Movimento de Reintegração de Pessoas Atingidas pela Hanseníase – MORHAN; Acessibilidade Brasil; Ministério da Cultura; Associação Brasileira de Autismo – ABRA; Ministério Público do Trabalho – MPT; Secretaria Estadual dos Direitos das Pessoas com Deficiência do Estado de São Paulo; Federação das Associações de Renais e Transplantados do Brasil – FARBRA; Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down; Central Única dos trabalhadores – CUT; Associação de amigos do Autista em Sergipe – AMAS; Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL; Associação pró-inclusão de Porto Alegre; Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS; Associação de Pais e Amigos do CEAL; Agência Inclusive; Associação – DFDOWN; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome; Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos – ONEDEF; Associação Brasil Síndrome Pós-Pólio; Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA – DF; e Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. Fizeram uso da palavra os Senhores Senadores Cristovam Buarque, Eduardo Azeredo, José Nery e Garibaldi Alves Filho. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da

palavra, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e oito minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Flávio Arns, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada. – Senador **FLÁVIO ARNS**, Presidente.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E
LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CDH

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS
SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA –
CASDEF

1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, CONJUNTA COM A 27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE JUNHO DE 2008, ÀS 09 HORAS E 04 MINUTOS

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Declaro aberta a 27ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, conjunta com a 1ª Reunião da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Solicito a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores e as coloco em votação. Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. Aprovadas.

No dia de hoje esta Comissão em conjunto com a Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, realizará Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 54, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos, requerimento de autoria do Senador Paulo Paim, que foi aprovado em 12/06/2008, com vistas a tratar da Convenção sobre os Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência e seus reflexos na vida das pessoas com deficiência. Antes de compormos a Mesa com os expositores para esta Audiência Pública, eu quero justificar em primeiro lugar, a ausência do Senador Paulo Paim, uma pessoa sempre presente, atuante, um batalhador a favor da área dos Direitos Humanos, num conjunto de áreas. Ele foi o autor do Estatuto da Pessoa Idosa, autor do Estatuto da Igualdade Racial e autor também do Estatuto da Pessoa com Deficiência, que já foi aprovado aqui no Senado Federal e que está agora lá na Câmara dos Deputados para discussão, aprofundamento, reflexão

e votação naquela Casa do Estatuto, que naturalmente tem que ser à exaustão debatido com a sociedade, como aliás, aconteceu aqui no Senado Federal.

No Senado Federal houve, eu diria, dezenas de reuniões com os órgãos governamentais, com o CONADE – Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, com entidades, Ministério Público, juízes, e tudo isto resultou no texto aprovado aqui no Senado. O Senador Paulo Paim, apesar de ser o autor do requerimento, por vários problemas, entre eles de saúde também, ele não pode estar presidindo esta Sessão, esta Audiência Pública, e pediu, então, que eu o substituísse e eu o faço com alegria, com prazer, porque o requerimento que ele apresentou e que foi aprovado por esta Comissão, é um requerimento da maior importância, um documento que vai ser apresentado e discutido hoje com reflexos não só no Brasil, mas em todo o mundo, e para uma população que necessita muito do atendimento do poder público como outros setores e outras camadas mais marginalizadas, mas a pessoa com deficiência precisa da atenção da sociedade e dos poderes públicos. É como todos sabem uma população grande, vinte e quatro milhões, vinte e cinco milhões, em números arredondados, de brasileiros em todas as faixas etárias e em todas as áreas de deficiências. Se pensarmos nessa população de vinte e cinco milhões de brasileiros e ao mesmo tempo vislumbrarmos que cada uma dessas pessoas está numa família, vamos dizer, de quatro pessoas, considerando o pai, a mãe e um irmão, nós veremos que cem milhões de pessoas no Brasil têm um interesse direto na discussão desse tema e nos encaminhamentos concretos decorrentes do debate.

Também esta Comissão está se reunindo hoje em conjunto com a Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, da Comissão de Assuntos Sociais, que é uma outra Comissão do Senado. A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a gente sempre procura destacar que legislação participativa significa – e nós estamos enfatizando isto bastante nesta Comissão – que a sociedade pode participar da elaboração da legislação, seja já mandando texto para apreciação ou a idéia para apreciação por parte do Congresso Nacional. Esta Comissão, que é de Legislação Participativa, recebendo essas idéias, a Comissão as encaminhará para a consultoria para a transformação em Projeto de Lei, que seguirá a tramitação normal de um Projeto de Lei dentro do Congresso Nacional. Então isto é muito importante porque muitas pessoas da sociedade, da população em geral, pensam que a única alternativa seria através daquela que é também enfatizada da coleta de um milhão de assinaturas, e não é só através deste

caminho. Nós temos apreciado inúmeros Projetos de Lei, aceitando-os ou encaminhando como sugestões a Poderes diferentes ou a Ministérios ou tramitando, fazendo a tramitação, apoiando, aceitando ou não a idéia, porque naturalmente passa a ser um Projeto de Lei com todos os debates que têm que ser feitos, então é a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Na Comissão de Assuntos Sociais, a Subcomissão permanente de Assuntos Sociais da Pessoa com Deficiência, eu quero também destacar que é muito importante que um Congresso nacional tenha, em sua estrutura, uma Subcomissão Permanente, quer dizer, sempre está se reunindo, para os Assuntos Sociais, porque é a Comissão de Assuntos Sociais da Pessoa com Deficiência, e o título é adequado porque um dos grandes desafios no mundo inteiro para a pessoa com deficiência é a inclusão social da pessoa com deficiência em todas as áreas, na educação, no trabalho, na saúde, no esporte, no lazer, na cultura, enfim, num conjunto de aspectos. Então a Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais, presidida por um Senador, a exemplo do Paulo Paim, que é Presidente dessa Comissão, a Subcomissão é presidida por um Senador da mais alta qualidade também, que é o Senador Eduardo Azeredo, com alta sensibilidade, disposição para a área, querendo também, através dos caminhos legislativos, contribuir para que a pessoa com deficiência tenha a sua cidadania assegurada. Então esta Audiência Pública, como eu mencionei, é em conjunto desta Comissão com a Subcomissão Permanente para Assuntos da Pessoa com Deficiência.

Eu quero dizer a todas as pessoas que estão aqui presentes e esse Plenário está, assim, repleto de lideranças importantes desta área no Brasil, com a participação de muitos órgãos, entre eles o CONADE, é o Conselho Nacional de Direitos das Pessoas com Deficiência, e no CONADE estão representadas todas as áreas de deficiências, além, naturalmente, das áreas governamentais também, então eu quero realmente dizer que é um momento importante, necessário. Esta Audiência Pública está sendo transmitida pela TV Senado para todo o Brasil, diretamente, neste momento para todo o Brasil, e quero dizer, inclusive para as pessoas que nos acompanham nas suas casas e nos seus trabalhos, através da TV Senado, que também podem perfeitamente enviar sugestões, discussões, posicionamentos que serão na seqüência, sem dúvida alguma, apreciados, analisados e refletidos pelas Comissões que estão organizando essa Audiência Pública. Então são todos bem-vindos à participação. Além disso, eu quero dizer que esta Audiência Pública, em outros momentos a TV Senado tem como hábito,

inclusive, repetir a Audiência em outros horários para que mais pessoas, enfim, possam participar desses debates e dessas discussões. Além da TV Senado, os outros veículos de comunicação do Senado também participam desta Audiência e dos outros momentos, quero destacar a Rádio Senado, a Agência Senado, o Jornal do Senado, enfim, todos os meios de comunicação. Quero, também, dizer que o próprio Senado Federal constituiu Comissões dentro do Senado Federal de acessibilidade e de valorização dos assuntos relacionados à pessoa com deficiência para fazer todas as adequações e adaptações necessárias dentro do Senado Federal, sejam banheiros adaptados, em termos arquitetônicos, banheiros, rampas, acessos, elevadores, em termos de atitudes, em termos de cursos para os funcionários, em termos de cadeiras de roda motorizadas para que as pessoas ou com deficiência ou com dificuldade de saúde ou problema de mobilidade possam circular pelo Senado, em termos de empregos, porque o que nós estamos dizendo, e há um cronograma para implantação de tudo isso gradativo, a gente faz esse alerta também para o Brasil, de que quando nós pensarmos nas adequações físicas no caso para que o prédio seja totalmente adequado e pensamos isto no momento da organização da planta, antes da construção, se torna uma tarefa fácil. Agora se nós construirmos e não observarmos o que as leis determinam, as adaptações são sempre muito mais complicadas, muito mais onerosas, inclusive. Mas a lei tem que ser cumprida e o debate aqui no Senado sempre, que vem sendo enfatizado pelos Senadores e Senadoras que têm, assim, uma tendência, uma simpatia, uma sensibilidade, não é nem simpatia, não seria a palavra certa, mas uma sensibilidade e uma consciência para com a pessoa com deficiência, esses Senadores e Senadoras vêm participando de uma maneira muito ativa em todos os debates, em todos os encaminhamentos.

Então nós estamos aqui, “A Convenção dos Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência e seus reflexos na vida das pessoas com deficiência” é o tema do debate do dia de hoje. Esta Convenção com o status de Emenda Constitucional, ou seja, aprovada por 3/5 do Congresso Nacional já teve a sua tramitação na Câmara dos Deputados, onde foi aprovada em duas votações, com 3/5 dos votos conforme determina a nossa Constituição, e agora esta Convenção está para apreciação no Senado Federal, foi encaminhada para a Comissão de Relações Exteriores, normalmente seria na Comissão de Constituição e Justiça, mas talvez por ser uma Convenção internacional tenha sido direcionada para a Comissão de Relações Exteriores e na Comissão de Relações Exteriores tem como

Relator justamente o Senador Eduardo Azeredo, que eu mencionei agora a pouco, que é o Presidente da Subcomissão Permanente para Assuntos Sociais da Pessoa com Deficiência. O Senador Eduardo Azeredo deve estar a qualquer momento chegando também, ele inclusive estava fora de Brasília, mas retornaria em função desta Audiência Pública.

Muito bem. Então eu gostaria, nesse momento, de chamar as pessoas convidadas e que faziam parte do requerimento para participarem, nesta Mesa, como expositores e expositoras. Em primeiro lugar gostaria de chamar a Dra. Izabel Maria Madeira de Loureiro Maior, que é Coordenadora da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência – CORDE, representando o Secretário de Direitos Humanos Paulo Vannuchi. Eu acho que a Dra. Izabel deve estar chegando, mas o Dr. Paulo Vannuchi é Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Mas já na sequência, ela vindo, ela já será chamada à Mesa também, pois é uma pessoa sempre muito presente, uma liderança importante nesta área no Brasil. Quero, em seguida, chamar Nicola Esperanza, que é Chefe da Divisão de Temas Sociais, representando o Ministro Celso Amorim, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Seja muito bem-vindo. Quero chamar também o nosso companheiro e amigo do Paraná, em primeiro lugar é do Paraná, mas Presidente do CONADE, quer dizer, é brincadeira, em primeiro lugar Presidente do CONADE e do Paraná, que é Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, que é o Alexandre Carvalho Baroni. Seja bem-vindo, Alexandre, é lá de Maringá e uma das lideranças também no Paraná e no Brasil na área da pessoa com deficiência. Chamar a Flávia Maria de Paiva Vital, que é organizadora da publicação “A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência comentada”. Seja bem-vinda, Flávia, minha quase xará, os nossos nomes são muito bonitos, não é [risos]. Em seguida quero chamar a Regina Maria Melo Atalla, Presidente da Rede Latino-Americana de Organizações Não Governamentais de Pessoas com Deficiência e Suas Famílias – RIADIS, Regina Maria Melo Atalla, seja bem-vinda. E quero também chamar o Dr. Ricardo Tadeu Marques da Fonseca, que é Procurador Regional do Trabalho – Ministério Público da União, é Procurador Regional. O Dr. Ricardo Tadeu Marques da Fonseca que já está tomando assento à Mesa.

Na sequência eu vou mencionar, e peço que a Secretaria nos ajude nisso para eu poder mencionar as pessoas e as entidades que estão presentes, porque, como eu mencionei antes, há muitas lideranças importantes nesta área e que sem dúvida alguma po-

deriam estar aqui na Mesa expondo o tema, discutindo o tema, pensando, orientando, enfim, fazendo todo o trabalho, mas sempre uma Audiência Pública tem por objetivo trazer algumas pessoas que representem esse pensamento das pessoas em geral, e a Audiência Pública é sempre no sentido de se aprofundar no tema, de se discutir o tema, de servir como subsídio, de orientação para que isto ajude os Senadores aqui no caso, já que a Convenção está sendo objeto de deliberação aqui no Senado, mas ajude o Brasil inteiro a pensar sobre o assunto, discutir o assunto, ver a importância e como é que isso pode refletir depois no cotidiano das famílias e das pessoas com deficiência, não é verdade? Então sejam todos, novamente, muito bem-vindos, os que estão aqui no Plenário, bem-vindos e bem-vindas, os expositores e expositoras. Eu quero combinar com vocês, assim, habitualmente a gente dá um tempo para a fala, dez minutos estaria bom para uma, duas, três, quatro, cinco, sempre com uma tolerância, se a pessoa disser: “Olha, eu preciso concluir o pensamento, mais alguma coisa”, a gente dá uma tolerância, mas se pensarmos em dez ou quinze minutos, o que daria aproximadamente uma hora, uma hora e quinze minutos. Estaria bem assim? Está bom? Então tá bom.

Muito bem. Então em primeiro lugar eu passo a palavra ao Nicola Esperanza, Chefe da Divisão de Temas Sociais, representando o Ministro Celso Amorim, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Com a palavra.

SR. NICOLA ESPERANZA: Muito obrigado ao Sr. Presidente, muito bom dia a todos. A alegria é muito grande em estar aqui para, mais uma vez, falar sobre a Convenção das Pessoas com Deficiência, o protocolo facultativo. O Itamaraty acompanhou a negociação desse instrumento, enfim, desde o seu início, que foi em 2001, quando foi apresentada a Resolução das Nações Unidas, e inicialmente eu gostaria de fazer um breve apanhado de como tem sido tratado o tema no âmbito das Nações Unidas e no contexto internacional de um modo geral.

A discussão a respeito dos direitos das pessoas com deficiência, a discussão remonta da década de 70 praticamente, nas Nações Unidas, e com o resultado desses debates foi estabelecido, em 1981, o Ano Internacional da Pessoa com Deficiência, na época da Pessoa Deficiente, como foi chamado. Em 1982, já no ano seguinte, foi lançado o Programa de Ação Mundial da Pessoa com Deficiência, onde pela primeira vez as Nações Unidas trataram da questão, enfim, definiram uma estratégia de como lidar com a questão das pessoas com deficiência, definindo ali algumas das prerrogativas que viriam a alimentar o debate, como

o acesso a condições e oportunidades de igualdade das pessoas com deficiência em relação aos demais cidadãos e também estabelece diretrizes básicas no que concerne a políticas de saúde, educação, emprego. E no período subsequente, de 1983 a 1992, a ONU também viria a definir a Década das Nações Unidas para a Pessoa com Deficiência. E isso, de alguma forma, serviu de ímpeto para outros órgãos das Nações Unidas, para os órgãos das Nações Unidas, se envolverem na questão da pessoa com deficiência, por exemplo, a Organização Mundial da Saúde criou em 1989 a classificação internacional de deficiência, incapacidades e desvantagens, em 1997 ela revisou, ampliou, enfim, essa classificação. Há também instrumentos criados no contexto da Organização Internacional do Trabalho, outros na Organização Mundial da Saúde e também, para citar algo fora do sistema das Nações Unidas, no Sistema Interamericano foi criada, e o Brasil é parte dela, a Convenção Interamericana Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas com Deficiência.

Chegando finalmente ao movimento que deu início à criação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, é importante mencionar que em 2001 o México apresentou um Projeto de Resolução que criava um Comitê *ad-hoc*, especialmente designado para tratar da elaboração da Convenção. Esse Comitê, do qual o Brasil fez parte, se reuniu, teve oito Sessões desde 2002, quando foi a primeira, até 2006, e em 2006, em dezembro mais exatamente, esse Comitê entregou às Nações Unidas o texto final, tal como nós o conhecemos, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e o seu protocolo facultativo. O protocolo facultativo é basicamente um instrumento que, ao assiná-lo, o país se submete de alguma forma a um monitoramento mais próximo por parte das Nações Unidas.

O Brasil assinou a Convenção das Pessoas com Deficiência logo no dia do seu lançamento. Ela foi lançada, foi colocada para assinatura no dia 30 de março de 2007, o Brasil estava presente e assinou na pessoa do Dr. Rogério Sottili, Secretário-Adjunto da Secretaria Especial de Direitos Humanos, e no momento ela se encontra, como é do conhecimento de todos, aqui em processo de ratificação por parte do Poder Legislativo.

Voltando a falar do processo de negociação, Sr. Presidente, se o senhor me permitir, o processo de negociação, as oito rodadas de negociação, do ponto de vista do Governo, foi um trabalho conjunto da Secretaria Especial de Direitos Humanos e do Ministério das Relações Exteriores e toda a negociação se deu em Nova Iorque, na sede da ONU, mas é também im-

portante frisar a participação da sociedade civil. Em todas essas oito rodadas de negociação a sociedade civil mandou representantes a Nova Iorque que ao participarem dos eventos designados especialmente para a sociedade civil, manteve contato estreito com a delegação brasileira. Então do ponto de vista do Brasil, a Convenção das Pessoas com Deficiência é resultado de uma consertação, de uma articulação entre o Governo, vamos dizer assim, o poder público, e os representantes da sociedade civil, o que confere ao texto da Convenção mais legitimidade, enfim, e poder propriamente.

Até o presente momento cento e catorze países assinaram a Convenção das Pessoas com Deficiência, entre esses sessenta e quatro assinaram o protocolo facultativo, vinte e três países já ratificaram a Convenção e, entre esses, catorze já ratificaram o protocolo facultativo. A título de exemplo, Sr. Presidente, de países que já ratificaram o instrumento eu citaria a África do Sul, México, Bangladesh, Croácia, Cuba, Chipre, Equador, Espanha, Hungria, Jordânia, Jamaica, Peru e outros.

A Convenção prevê que ela entra em vigor internacionalmente a partir do vigésimo instrumento de ratificação, ou seja, ela já está em vigor do ponto de vista da ONU, do ponto de vista internacional ela já se encontra em vigor.

Só para concluir, portanto, sobre o que o Itamaraty considera, a importância da ratificação desse instrumento é que segundo a *Disability International*, que é uma Organização Não Governamental, o Brasil é o terceiro país mais inclusivo das Américas. Então a eventual ratificação desse instrumento só viria, com fórum qualificado, naturalmente, só viria a dar mais destaque, proeminência ao país no destaque das Políticas das Pessoas com Deficiência e dos Direitos Humanos em geral. Como poucos países ainda já ratificaram, o Brasil teria, portanto, uma postura de vanguarda nesse sentido, e ratificá-la nesse momento nos parece ideal e desejável. Muito obrigado [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu agradeço, então, a participação nesse primeiro momento do Nicola Esperanza, Ministério das Relações Exteriores. Passo, em seguida, a palavra ao Presidente do CONADE – Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que é o Alexandre Carvalho Baroni. Vamos inverter a ordem, a pedido do Alexandre, só para termos um microfone com pedestal também para facilitar a fala. Então passo a palavra a Flávia Maria de Paiva Vital, que é organizadora da publicação “A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência comentada”. Com a palavra, Flávia.

SRA. FLÁVIA MARIA DE PAIVA VITAL: Bom dia a todos e a todas. Eu agradeço o convite de estar aqui, cumprimentando o Senador Flávio Arns cumprimentando toda a Mesa, agradeço também à empresa que eu trabalho, a Companhia de Engenharia de Tráfego de São Paulo, que permitiu que eu estivesse aqui neste momento, a CORDE que viabilizou a minha vinda até aqui e a Secretaria Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo, que tem fortalecido o movimento da sociedade civil em São Paulo, instrumentalizando para que a gente possa acompanhar mais de perto a ratificação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Desde que a Convenção foi assinada pelo Secretário-Adjunto Rogério Sottili em Nova Iorque, numa cerimônia na ONU, nós da sociedade civil nos preocupamos muito em como divulgar o conteúdo dessa Convenção, principalmente para as pessoas com deficiência e às pessoas que de alguma forma trabalham, prestam serviço para essas pessoas. No início a gente fez via Internet, nós criamos um site que é o www.assinoinclusao.org.br e lá contém o texto da Convenção, a importância da sua ratificação por quorum qualificado. Hoje esse movimento do “assinoinclusao” tem cinquenta e uma entidades diretamente ligadas às pessoas com deficiência do Brasil inteiro, é um instrumento bastante importante, que é a Internet, mas não cobre toda a população com deficiência porque o Brasil ainda vive um período de exclusão digital.

Então a Ana Paula Crosara de Resende, que é uma advogada de Uberlândia, em Minas Gerais, e eu, resolvemos solicitar a algumas pessoas especialistas dentro da área da deficiência, nos seus diversos temas, que escrevessem sobre a Convenção e fizesse um pouco um paralelo do que tem hoje a legislação no Brasil.

Então a nossa preocupação sempre é levar à população mais excluída da informação o conteúdo da Convenção e, com isso, nós pegamos, são trinta e quatro especialistas na área que escreveram sobre os diversos temas da Convenção. E como o processo da Convenção, principalmente aqui no Brasil, foi um processo conjunto da sociedade civil com o Governo, mais uma vez o Governo Federal se sensibilizou com essa necessidade de estar se levando essa informação às pessoas, fez a edição do livro que é por parte e por meio digital para as pessoas com deficiência visual e, ainda, pretendemos, não é Izabel, fazer algumas edições(F) em braile para as pessoas cegas que não têm acesso à Internet.

Mas quando a gente pensa quais seriam os reflexos da Convenção na vida das pessoas com deficiência, ao invés de falar eu vou pedir a paciência de

você para assistirem um DVD, é bem curtinho, de seis minutos, para demonstrar na prática aquilo que realmente a gente quer que aconteça para todas as pessoas com deficiência no Brasil. É possível passar o DVD?

[Nesse momento passa-se à exibição do referido DVD]

SR. MARCO ANTÔNIO PELEGRINO:

Veio muito rápido, né, era a moto que eu usava no dia-a-dia e estava casado já, ela esperando um filho e tinha um outro de um ano de idade, estava concluindo um curso de matemática também, estava no penúltimo ano do curso, trabalhava já no Metrô nessa época, na área de projetos, eu cheguei em casa e fui assaltado na porta de casa, dois indivíduos me renderam, pediram a moto e acabaram me dando um tiro que me acertou no pescoço e isso me deixou imobilizado, me levou a uma condição de tetraplegia. É difícil você se ver como você era antes, você saber que é o mesmo.

INTERLOCUTOR: Parar era simplesmente impensável. Ainda no hospital voltou a estudar.

SR. MARCO ANTÔNIO PELEGRINO:

Eu pedi para os colegas que me visitaram negociar isso com a faculdade, eu continuar fazendo as provas e tocando o curso, a turma ia se revezando, levando as coisas para mim, e assim aconteceu.

INTERLOCUTOR: Agora era preciso se adaptar, reaprender tudo.

SR. MARCO ANTÔNIO PELEGRINO:

Depois do acidente a gente crescia, eu precisei descobrir como andar de novo, andar agora significa rodar, né? Eu precisei descobrir também coisas muito básicas como tomar banho de novo, como usar o banheiro, passa a não ser uma coisa mais automática, como conseguir estar dentro de um ambiente e usar os recursos que eu tenho em volta. Chegando em casa, ou eu estava na casa ou estava sentado no sofá da sala. Poucas vezes na cadeira de rodas, era desconfortável. Tudo que eu precisava eu chamando, eu chamava para mudar o canal da televisão, chamava para abrir a janela, para fechar, para desligar uma luz. Quando eu saí do hospital, eu saí com uma cadeira completamente inadequada, né, todo manual, toda mecânica, uma cadeira que fechava, mas era ruim para as costas, quadril, era muito ruim aquela cadeira. Eu saí assim achando que estava bom, né? Aí ficando mais tempo

sentado a gente vai percebendo que está ruim e vai pesquisando. Eu tinha uma convicção grande que eu tinha que tocar a minha vida e que tocar a minha vida dependia de eu ter um pouco de independência, de autonomia para fazer as tarefas que eu precisava fazer. Com isso eu acabei buscando uma cadeira que eu pudesse, eu acho que foi o primeiro passo, o mais importante, foi buscar uma cadeira que me desse condição de me deslocar sozinho, sem ninguém precisar me empurrar.

INTERLOCUTOR: Voltar a trabalhar também estava em seus planos.

SR. MARCO ANTÔNIO PELEGRINO:

Os colegas de trabalho iam me visitar eu dizia: “Olha, esvazia as minhas gavetas que eu vou voltar lá, hein!” Todo mundo olhava assim, era até curioso, porque eu ia no INSS, eles queriam me aposentar, mas eu falava: “Pô, mas eu não quero”. “Pô, mas como que você não quer? Não, chama a psicóloga aí, conversa com a psicóloga um pouco”. E assim ia, eu fui de psicóloga em psicóloga, há cada seis meses, três meses eu voltava lá e assim foram os três anos que eu estive afastado do trabalho, foi assim.

INTERLOCUTOR: A empresa concordou em fazer algumas mudanças. Hoje Marco recuperou o seu espaço.

SR. MARCO ANTÔNIO PELEGRINO:

Eu descobri uma feira que existia na Alemanha, viajei para lá em busca de uma solução para mim. É uma feira de equipamentos para pessoas com deficiência, tem todo tipo de coisa, é impressionante, é muito grande aquilo. Quando eu cheguei lá terminou a minha dúvida, né, se era possível de fato levar uma vida ou não era. Eu vi que era, que era uma questão de aprender, de conhecer uma série de coisas e usar esses recursos.

INTERLOCUTOR: A partir daí a adaptação dos recursos disponíveis e a busca de novas alternativas passaram a ser uma obsessão.

SR. MARCO ANTÔNIO PELEGRINO:

Pela minha informação básica de eletrônica, de técnico, eu comecei a buscar outras coisas e ver que eu podia ter mais autonomia. A partir daí eu passei a pesquisar muito, isso em tecnologia assistiva, essa tecnologia que facilita a vida da gente. A tecnologia assistiva é cadeira de rodas, são os equipamentos de interface com o ambiente, né? Eu sempre

busco pegar recursos que existem no mercado porque tem aplicação e por isso são mais baratos, tem escala de produção, para adaptar para aquilo que eu preciso, que isso facilita, ao invés de partir do zero, de desenvolver alguma coisa específica.

INTERLOCUTOR: *Com a ajuda dos filhos desenvolveu um software e montou um sistema de automação que lhe devolveu o prazer de realizar as coisas mais simples do dia-a-dia.*

SR. MARCO ANTÔNIO PELEGRINO: *Eu desenvolvi esse software que ele aciona uma placa na saída do computador, uma placa que eu usei de experiências aí de robótica, que eu consigo atuar relés e com esses relés é que eu interajo com o ambiente. Esse software me possibilita ligar e desligar a televisão, mudar de canal, volume, consigo também abrir e fechar o portão, consigo receber ligações e fazer ligações, consigo ligar um ventilador. Eu tenho uma forma de digitar através do Palm, eu uso o Palm para digitar no computador, tem um receptor de infra(F) no computador e um teclado desenhado na tela do Palm. Ou, também, eu uso o meu Joystick para digitar um teclado virtual na tela do micro. Em todas essas coisas básicas do dia eu consigo me virar sozinho e isso me trouxe de volta um direito à intimidade, uma concentração melhor, um trabalho, uma produtividade e uma independência, quer dizer, eu hoje colaboro muito mais e dependo muito menos. Eu diria que a vida tem solução e a vida vale a pena, a gente precisa buscar a solução e viver a vida plenamente. Eu acho que a vida vale a pena em qualquer condição.*

[palmas]

SRA. FLÁVIA MARIA DE PAIVA VITAL: Eu preferi mostrar para vocês uma realidade que é uma exceção no nosso Brasil. O que nós queremos, nós pessoas com deficiência, com a ratificação da Convenção, e que todos os Marcos, todos os Antônio, todos os Pedros, Marias, Suzanas e Flávias tenham a mesma oportunidade de acesso a essas tecnologias que o Marco Antônio teve. Eu acho que o Brasil, ele apesar de ser considerado, como o Nicola falou, um dos países mais inclusivos, nós ainda encontramos muita dificuldade no acesso à igualdade com as pessoas com não deficiência. E os reflexos que essa Convenção vai trazer para as nossas vidas, pessoas com deficiência, são de enorme valor. Porém, eu sempre afirmo que a Convenção vai tornar as nossas cidades, principalmente, cidades melhores para todos.

Eu sempre conto o exemplo do banheiro que é feito para a pessoa com deficiência, que hoje ele é de uso exclusivo ou uso prioritário, e que na verdade todos os banheiros deveriam ter aquelas dimensões e aquele conforto, porque as pessoas, quando vão ao banheiro, elas têm que se encostar na parede, fechar a porta e respirar fundo para caber e tal. Aí você tem aquele espaço que para nós, pessoas com deficiência, se não existir, ainda mais para nós cadeirantes, a gente não consegue fazer a circulação da cadeira e a gente não conseguir no banheiro. Mas é um conforto, é uma segurança para todo mundo. Você ter uma barra de apoio para uma pessoa [soa a campainha] com uma certa idade já é muito importante. A própria cidade, se ela tem os equipamentos mobiliários acessíveis, com certeza vão ser equipamentos com maior segurança e conforto para toda a população, porque toda pessoa em algum momento de sua vida, no seu dia, tem a sua mobilidade reduzida. É a hora que você vai no mercado e vem com um pacote, é a hora que você vai levar o neném para passear com o seu carrinho, é a hora que você está falando no celular, você perde a visão espacial urbana normal, então se você tem uma rampa para acessar, você vai estar muito mais seguro.

Então a gente tem que pensar em políticas públicas, hoje a gente ainda pensa para o segmento das pessoas com deficiência, mas dentro de uma cidade e de um ambiente melhor para todo mundo. Então não é o investimento que vai vim só... E não é só porque a população com deficiência no Brasil é muito grande, contando ainda seus familiares, seus amigos, a gente tem a nossa vida social, nós saímos com outras pessoas, mas que a paisagem urbana, ela seja realmente produto dessa composição plural da cidade. Tem um estudo dizendo que em 2050 2/3 da população vão viver em cidades, existe essa tendência da saída do campo para a cidade e que se isso não se transformar, se não houver um planejamento urbano adequado, nós vamos viver a realidade que a França viveu no ano passado, começo desse ano, que são esses bolsões degradados e que aumentam a violência urbana. Eu não sei se vocês se lembram, saiu muito nos jornais, ainda mais porque era em Paris, então teve uma repercussão maior, que a população queimavam os veículos e tal. Era uma violência descabida e que realmente foi fruto desse desenvolvimento não planejado da cidade. Então eu vejo que a Convenção, que traz no seu bojo o desenho universal como um princípio da acessibilidade, ela vem e muito melhorar até o aspecto da violência urbana.

Toda vez que eu leio a Convenção, eu estive lá junto com a Izabel, com a Regina em Nova Iorque, nós conhecemos o texto, mas cada vez que eu leio,

eu vejo um texto em outra perspectiva e sempre para melhor. Eu sempre creio e eu acredito que é possível, através dos princípios dessa Convenção, que é a primeira Convenção do século de Direitos Humanos, fazer com que as comunidades vivam melhor e que elas sejam mais justas, não apenas para as pessoas com deficiência, Senador, mas para toda a população. Obrigada [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Agradeço a participação nesse primeiro momento da Flávia Maria de Paiva Vital, que é organizadora desta publicação “A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência comentada”.

Eu quero destacar a presença do Senador Geraldo Mesquita, sempre atuante, presente, solidário, uma pessoa importante dentro desse Senado Federal em todas as questões relacionadas a Direitos Humanos, e o Senador Cristovam Buarque, um conhecido de todos também e Presidente da Comissão de Educação aqui do Senado Federal, além de já ter sido Presidente desta Comissão de Direitos Humanos. É uma pessoa, um companheiro importante nesta área.

Quero destacar a presença do Marcos, que é o Presidente do Centro de Vida Independente de São Paulo e que foi, para efeitos assim de contextualização, mostrado no vídeo. Também seja muito bem-vindo aí, Marcos, e parabéns pela mensagem mesmo a favor da vida, a vida é importante.

Passo, em seguida, a palavra à Izabel Maria Madeira de Loureiro Maior, que está aqui à minha direita, Coordenadora da Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE. A Dra. Izabel, que hoje está representando o Dr. Paulo Vannuchi, Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Seja muito bem-vinda, Izabel.

SRA. IZABEL MARIA MADEIRA DE LOUREIRO

MAIOR: Bom dia Senador Flávio Arns, Srs. Senadores, Senador Geraldo Mesquita, Senador Cristovam Buarque, demais autoridades, assessores, companheiros aqui da Mesa.

Antes de mais nada, em nome do nosso Ministro Paulo Vannuchi, eu gostaria de agradecer a todo esse empenho da Comissão de Direitos Humanos, da Comissão de Assuntos Sociais também, por terem em tempo recorde determinado a realização dessa Audiência no Senado Federal. Obviamente pela presença maciça de pessoas tanto da área como aqueles que tenham um interesse muito grande na inclusão de todos e na valorização da adversidade, nós já vemos aqui as marcas do sucesso desse evento do Senado Federal.

Graças ao empenho da sociedade, do Governo, seja ele do Poder Legislativo, do Poder Executivo, nós

teremos o Brasil, em breve, entre aqueles países signatários da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. O Senador já tem conhecimento de que há um grande risco de a Argentina passar à nossa frente [risos]. Isso daqui fica como um alerta para que todos nós possamos, com mais rapidez ainda, nos envolvermos na aprovação, seja [falha no áudio]. Bem, perdoem-me a questão, mas é porque de fato sim já foi aprovada no Congresso argentino a Convenção e basta apenas o gesto de depósito junto à Organização das Nações Unidas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Eu estou só pedindo a liberdade para fazer um pequeno aparte para a Izabel, só para não ficar muito triste também com esse fato que ela está mencionando, mas tudo depende da forma de aprovação. É que o Brasil optou por uma forma diferente, permitida pela nossa Constituição, que é a aprovação com status de Emenda Constitucional. Então isso é uma coisa naturalmente mais trabalhosa e surpreendente rápida, considerando o processo na Câmara e aqui no Senado.

SRA. IZABEL MARIA MADEIRA DE LOUREIRO

MAIOR: Exatamente, o senhor está coberto de razão, Senador Flávio Arns, mas agora eu foi lhe dar mais uma preocupação. Lá também é com o status de Emenda Constitucional, então nós vamos ter que correr mesmo [risos]. Então nós temos mais um motivo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Retiro o que falei.

SRA. IZABEL MARIA MADEIRA DE LOUREIRO

MAIOR: Não [risos], mantenha, mantenha, não faz diferença, o que importa é que todos os países façam essa ratificação.

E por que é que eu quero começar falando, muito rapidamente, sobre os países? Eu não sei se já foi mencionado pelos colegas que me antecederam, o fato de a ONU ser composta por cento e noventa dois países, nações, e desses, em torno de 1/3 somente terem algum tipo de legislação voltadas às pessoas com deficiência. Nós estamos entre esse conjunto de países e de pessoas com deficiência, de alguma maneira, felizardos, porque temos nossos direitos gerais resguardados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, que nós comemoramos os sessenta anos agora em 2008, mas temos também a legislação própria, a legislação nacional, a legislação interna que garante esses direitos desde a Constituição Federal de 1988 e até mesmo antes, com alguma legislação específica que já trazia essa questão.

Gostaria também, Senador Flávio Arns, de apresentar o conjunto de pessoas que está aqui conosco hoje, que além de o CONADE – Conselho Nacional

dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que o nosso Presidente Alexandre Baroni daqui a pouco fará uso da palavra, mas gostaria de apresentar uma outra instância da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, que é o Comitê de Ajudas Técnicas, formado por pesquisadores, professores universitários, especialistas no tema de tecnologia assistiva ou ajudas técnicas, a nomenclatura que o Decreto 5.296, o Decreto chamado de Decreto de Acessibilidade adotou. E na Convenção, a terminologia, assim como o próprio Comitê hoje já se autodenomina e vamos fazer uma alteração da própria legislação quando por oportuno, chama-se tecnologia assistiva. Temos, nesse Comitê, a possibilidade de estudar o que é melhor para as pessoas com deficiência em termos de autonomia, segurança e desempenho.

E aqui talvez eu pedisse uma atenção muito especial do Senador Cristovam Buarque, sendo da área da educação, que tão bem representa o nosso país. A área de tecnologia assistiva vem, Senador, lutando pela sua inclusão como área de conhecimento, como área de concentração para que nós possamos ter as pesquisas e os laboratórios apoiados por todos os Centros, como CNPQ, pela CAPS(F), pela questão das bolsas, e que possamos também ter mais recursos para o desenvolvimento dentro das escolas técnicas, dentro das universidades, dos Centros de Pesquisas Nacionais para que esse material mostrado no vídeo, esse material, essa necessidade toda que o Marco e muitos outros brasileiros têm, possa realmente chegar ao alcance da nossa população. Em suma, nós precisamos pesquisar, precisamos desenvolver protótipos, precisamos avançar em tecnologia e chegar a um produto com qualidade e que tenha um preço razoável, que é a palavra da Convenção, não é uma palavra muito precisa, mas significa aquele custo adequado para o produto de forma que tanto o Sistema Único de Saúde como o sistema educacional possam oferecer como um direito à pessoa com deficiência.

A Convenção nos ajudará nesse sentido muito, porque a Convenção vem nos trazer algo de novo em relação à legislação brasileira, que não a contradiz, mas a reforça, no sentido de a falta de acessibilidade passa a ser considerada discriminação. Esse é um ponto extremamente interessante da Convenção. Nós sempre fizemos força para que toda a política pública se apoiasse em acessibilidades, daí o grande peso do Decreto e das Leis para os quais esse Decreto foi feito, para regulamentá-las, 10.098 e 10.048, de 2000. Mas até agora parece que todos nós encarávamos acessibilidade como algo importante e imprescindível, mas não como algo que na sua ausência significa discriminação. E a Convenção vem falar sobre isso.

O outro aspecto que me chama a atenção, e a todos nós, é o fato de a ONU ter colocado a área da pessoa com deficiência, a questão das políticas de pessoas com deficiência em definitivo e de forma inarredável como uma questão de Direitos Humanos. As dúvidas, alguns países têm a área da pessoa com deficiência ligada ao setor saúde, outros ligados ao setor de assistência social, outros ligados ao setor de educação e por aí vai, uma miscelânea bastante grande que se reflete inclusive nos países do Cone Sul, onde nós já temos um grupo de trabalho sobre a área das pessoas com deficiência, recente, criado agora neste ano por uma influência direta do Ministro Paulo Vanuchi, atendendo a uma solicitação da sociedade civil e, agora, com todo o apoio e respaldo da Presidência Pro Tempore da Argentina e que virá para o Brasil, a Presidência Pro Tempore estará conosco no segundo semestre e aqui então teremos a oportunidade de desenvolver o Plano de Ação do MERCOSUL para as Pessoas com Deficiência.

Bem, nesses países, como vinha dizendo, há também essa diferença e só o Brasil já tem a questão da pessoa com deficiência, na verdade desde 1995, vinculada à área dos Direitos Humanos. Então, portanto, essa Comissão tem toda a pertinência, é a Comissão adequada para todos os debates vinculados às pessoas com deficiência, o que não quer dizer que as outras também não possam fazer, obviamente que nós estamos em todas as áreas e o importante é que isso fique aqui registrado.

Aproveito para saudar a chegada do Senador Eduardo Azeredo, do Senador Nery, que já estava aqui à minha frente, o Senador Mesquita já havíamos mencionado, e o importante é que os Srs. Senadores, na verdade, quando estivemos aqui há mais ou menos quinze dias, eu achei muito interessante o que os senhores fizeram, me permitam colocar assim de uma maneira bastante coloquial: os senhores vieram a nós. Sabendo da importância dessa Convenção para o segmento das pessoas com deficiência eu vi no rosto de cada um o entusiasmo por essa matéria ter chegado à Casa do Senado Federal e aqui se decidir. E por isso no menor prazo de tempo essa Comissão se reúne, tenho certeza que a Comissão de Relações Exteriores o fará também brevemente, com todo o entusiasmo do Relator, e para isso nós estamos todos mobilizados, o Brasil inteiro espera por essa questão, o Brasil inteiro sabe do peso que agora representa conseguirmos uma votação de preferência antes do recesso parlamentar, em dois turnos, como já foi dito. E por que isso? Porque nós ficaremos tranquilos em relação a toda a questão das pessoas com deficiência daqui para diante. Estando no status de Emenda

à Constituição não significa, como eu vou reprisar e somente porque nós temos a oportunidade através da nossa TV Senado, estar falando para um maior número de pessoas, não significa que a Constituição brasileira vá ser renumerada, não é isso. É o status de Emenda ou equivalência de Emenda à Constituição, que é o termo que está no inciso III, do art. 5º, depois da Emenda 45, de 2004.

Houve no início um pouco de confusão em relação a isso, até mesmo entre nós, de como seria esse processo, e isso poderia até dificultar o entendimento na hora da votação, mas com certeza isso não vai acontecer no Plenário e tão pouco na Comissão, nem no Plenário do Senado Federal.

Eu gostaria de mais uma vez agradecer todo o empenho de todas as pessoas que participam, dos assessores. Quero fazer uma menção, Senador Flávio Arns, especial ao Ayres, um batalhador dessa Casa, companheiro em todas as horas, que não mede esforços com a sua cadeira motorizada, gastando bateria para cá e para lá. O Ayres nos acompanha e nos orienta como uma pessoa que faz essa ponte permanente entre o movimento de pessoas com deficiência, entre os senhores parlamentares, os assessores dessa Casa e também com a Coordenadoria e o CONADE. Então, Ayres, fica aqui o nosso agradecimento de coração a todo o seu trabalho e a uma série de outras pessoas que também permanentemente estão, do nosso ponto de vista, muito avançados ao perceberem que a diferença é que engrandecesse a humanidade, ao perceberem que essa diferença, ela faz com que cada um de nós tenha mais flexibilidade no tratar também o igual. Quem sabe lidar com aquele que difere de si, com certeza é mais fraterno com aquele que lhe é igual também.

E para finalizar, dessa vez mesmo finalizando, gostaria de dizer que nós temos um trabalho pela frente. A Convenção, ela vai alcançar os seus resultados à medida em que todos nós estejamos imbuídos de fazer com que as políticas públicas, em especial começando com aquelas que já foram priorizadas pelo Governo Federal e compõem a agenda social, elas consigam utilizar todo o recurso que foi incrementado, todo aquele recurso que foi adicionado ao orçamento do Brasil até 2010, de fato através de um pacto federativo que alcance os Estados, cada um dos Municípios, através dos termos de compromisso, e nós, então, possamos sair do patamar atual, em que nós sabemos que a cobertura de atendimento às pessoas com deficiência não é completo, está longe disso [soa a campainha], nós temos os recursos, tanto humanos como cada vez mais os recursos materiais para tornar a Convenção um grande instrumento de implementação e de qua-

lidade de vida. Muito obrigado pela atenção de todos [palmas].

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Presidente, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pois não, Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu, como tenho uma Comissão de Relações Exteriores às dez horas, vou ter que me retirar, eu gostaria de saber se eu poderia fazer uso da palavra um minuto ou voltar depois, porque eu poderei voltar sem nenhum problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu acho que o Senador Eduardo Azeredo, inclusive, deve permanecer aqui, a gente já quer—

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Tem lá também, pois é, esse é o problema aqui do Senado, mas por favor, Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Primeiro eu peço desculpas porque hoje eu estou um pouco portador de alguma deficiência, além das outras que eu tenho, de óculos e etc.

Mas eu não poderia deixar de vir aqui para, primeiro, manifestar o meu apoio a essa luta inteira. Segundo, para manifestar uma opinião: é de que a relação direta que há entre educação e aquilo que a Convenção quer conquistar para os direitos. É completamente diferente a situação de o cadeirante, por exemplo, ou um portador de deficiência visual ou qualquer outra com educação e sem educação. O grau de dificuldades fica muito maior àquele que não consegue, por causa da falta de educação, acesso aos instrumentos necessários para enfrentar os seus problemas. Segundo, eu não esperava assistir a um filme tão impactante como esse do Marco que me tocou profundamente, mas aí também tudo isso é fruto da educação, que a ciência e a tecnologia vem da educação, e a gente, eu estou de acordo com a Izabel, tem que aumentar ao máximo o número de apoio às pesquisas científicas em direção a dar essas coberturas e compensações.

Eu quero dizer que eu lancei um jornalzinho aqui, esse é o primeiro número, chamado “O Educacionista”, e o editorial é em cima desse jovem sul-africano que corre graças a equipamentos que ele coloca nas pernas. Eu coloco que as Olimpíadas, hoje, só se faz com o conhecimento. Sem conhecimento não se chega lá, porque esse é o mais óbvio, ele teve que colocar uma prótese que permite correr e isso é altíssima tecnologia. Mas mesmo aqueles que se consideram sãos, usando essa palavra, eles estão ali por causa de

médicos, nutricionistas, cientistas e especialistas em desempenho físico. Não existe mais uma atleta que desempenha com base no seu corpo. Ele está ali por causa do engenheiro mecânico que inventou o sapato ou que inventou a vara de saltar ou que inventou o calçamento da pista onde se corre. Tudo hoje é resultado de conhecimento, que é o produto da educação. Agora no caso daqueles portadores de deficiências, ainda mais. Seja para dar suporte para eles, seja para que eles tenham acesso a esse suporte.

Eu uma vez já disse que essa Comissão deveria se chamar Comissão de Educação e Direitos Humanos, porque as duas coisas são praticamente a mesma. Eu queria dizer isso, parabenizar ao Presidente que está, Flávio Arns, ao Presidente Paim que não pode estar e dizer que essa Comissão, para mim, como Senador, é uma das coisas que mais eu gosto de estar presente. Não fico o tempo todo porque as obrigações exigem que esteja na outra, que lá tem votações e, se a gente não volta, não dá quorum, não dando quorum não aprova e aí interrompe o processo Legislativo. Parabéns a todos vocês, parabéns pelas conquistas e parabéns, sobretudo, ao Marco, pelo que ele está conseguindo e servindo de exemplo do uso da ciência e da tecnologia na compensação de deficiências que cada um de nós tem de um tipo ou de outro [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Agradeço a participação também do Senador Cristovam Buarque, figura importante aqui e no Brasil e Presidente da Comissão de Educação do Senado Federal. Quero destacar a presença, que já foi mencionada no início da Audiência, do Senador Eduardo Azeredo, que é Relator da Convenção na Comissão de Relações Exteriores e do Senador José Nery, sempre presente, sempre atuante e batalhando incansavelmente num conjunto de áreas relacionadas a Direitos Humanos também. E o Senador Paulo Paim, que até eu atendi o telefone durante uma das falas, porque ele estava acompanhando também pela televisão, a ausência dele já foi justificada, mandando também a solidariedade, o abraço dele para todos que estão aqui presentes e acompanhando pelo Brasil.

Passo, em seguida, a palavra ao Alexandre Carvalho Baroni, que é Presidente do CONADE – Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. É da Pessoa Portadora de Deficiência, mas já o debate lá consolidado que precisa se alterar para Pessoa de Deficiência, mas está ainda escrito Pessoa Portadora, por isso que eu estou lendo o que está escrito aqui, mas a gente sabe do debate que existe para que a expressão utilizada seja a Pessoa com Deficiência.

SR. ALEXANDRE CARVALHO BARONI: Bom dia a todos, bom dia a todas, Senador Flávio Arns,

nosso amigo e companheiro do Paraná. Ainda que eu não seja paraense, viu Senador, mas já estou lá e já sou de coração com certeza. Senadores presentes, na verdade amigos da Mesa, Regina, Nicola, Izabel, Flávia, Ricardo. E aqui na platéia me parece, Senador, que esse momento para o Senado Federal passa a ser um momento já ímpar no início do processo que chega a essa Casa e a importância de se ratificar a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e seu protocolo facultativo com quorum qualificado.

A presença nesse momento do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas – ainda oficialmente – Portadoras de Deficiência, mas já introjetada o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, como assim traz a terminologia da Convenção, é nesse momento maciça por quê? Porque na verdade nós estamos, o Conselho está em reunião plenária desde na verdade terça-feira, hoje nós viemos todos à Audiência Pública entendendo que esse momento, na verdade, é como foi no dia 28 de maio passado, quando nós reunimos, por intermédio do Conselho Nacional, com o apoio da Secretaria Especial de Direitos Humanos, todos os Conselhos Estaduais e as Coordenadorias Estaduais dos Direitos das Pessoas com Deficiência do país, numa reunião para tratar de um tema que é nesse momento para o CONADE de extrema importância, que é a realização da Segunda Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que acontecerá de 1º a 04 de dezembro deste ano, aqui em Brasília, e aonde nós temos um grande desejo, um desejo na verdade que se dá a partir da necessidade de algumas coisas que já foram colocadas aqui e fundamentalmente da necessidade de que as políticas para as pessoas com deficiência sejam de fato efetivadas no nosso país.

O Brasil, e eu tenho dito isso por onde a gente tem passado, nós estamos vivendo agora os momentos das Conferências Municipais, as etapas municipais, e vamos dar início na semana que vem às etapas estaduais da Conferência Nacional, teremos Conferências Estaduais nos vinte e seis Estados e no Distrito Federal e em todas essas Conferências nós estaremos, o CONADE estará representado com a seguinte preocupação e a seguinte missão eu diria até: a de que obviamente nós sabemos, como já foi aqui colocado, que o Brasil é indiscutivelmente um país extremamente avançado no que tange à questão da legislação relativa às pessoas com deficiência, mas nós também sabemos, e eu falo isso porque represento no CONADE a sociedade civil, o movimento das pessoas com deficiência a partir da sociedade civil organizada, nós sabemos que, como a Flávia mostrou, falou e a partir da lógica de que o Brasil é um país indiscutivelmente de diferenças e um país na

verdade que tem ainda muitas desigualdades sociais, e aí faço coro com o Senador Cristovam Buarque, que acaba de sair, mas que deixa uma mensagem de que as pessoas com deficiência que têm a oportunidade diferente pela educação e conseqüentemente a partir da educação, do trabalho, do lazer, do esporte, enfim, de tudo aquilo que um cidadão brasileiro deveria ou tem na verdade direito garantido, muitas dessas pessoas com deficiência hoje têm direitos, mas não os vêem cumpridos. E vou além. Muitos desses cidadãos brasileiros com deficiência não sabem que possuem esses direitos. E para nós, do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, urge que todos os cidadãos brasileiros e inclusive e prioritariamente os cidadãos brasileiros com deficiência, conheçam, saibam dos seus direitos e, mais do que isso, usufruam dos seus direitos, vivam como disse o Marco Antônio no vídeo, vivam uma vida plena e uma vida com qualidade. Não nos cabe aqui dizer qual é a qualidade que cada um de nós desejemos para a nossa própria vida, mas cabe sim dizer que não é justo que poucos ou alguns tenham direitos de fato e que outros tantos não os tenham, sejamos nós cegos, surdos, deficientes físicos, pessoas com deficiência intelectual, pessoas portadoras dos mais diversos tipos de outras deficiências, e aqui também não cabe a discussão nesse momento sobre quem somos ou quem não somos, mas mais do que isso a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência muda a lógica de que a deficiência é um problema exclusivamente meu, e aí estou falando da minha deficiência.

É preciso mais do que nunca que a sociedade brasileira entenda, e isso foi discutido e a Convenção nada mais faz do que trazer isso num texto, que com certeza será ratificado como foi pela Câmara dos Deputados, pelo Senado Federal, com quorum qualificado para que ela se torne uma lei brasileira com força de Emenda Constitucional. Com que função? De dizer à sociedade brasileira de que a minha limitação física não pode me impedir ou não pode ser simplesmente imputada a mim mesmo, ou seja, o tempo em que, Senador Flávio Arns, eu tivesse que entrar por aquela porta e ter que ser levantado, digamos assim, ou carregado para, por exemplo, estar mais alto, no nível quando não havia rampa ou alguma coisa muito simples de se fazer, se foi, porque a minha capacidade de estar aqui é igual à de todos, mas a minha limitação estaria aonde? No meio, na sociedade e não na minha pessoa.

Então, Senador Eduardo Azeredo, o senhor tem um desafio indiscutivelmente grande de convencer os seus pares, que eu acredito, e nós estaremos com o senhor sem sombra de dúvidas o tempo todo para quê? Para que se em algum momento houver algum

tipo de dúvida de que ratificar a Convenção nos trará mais do que o óbvio, ou seja, mais do que a idéia de que somos sim pessoas com alguma limitação, como todos, brincamos muito no nosso meio quem é que não tem uma limitação, quem é que é capaz de se dizer uma pessoa sem deficiência para alguma ou outra questão?

Então nesse aspecto, eu quero ser bem breve, o CONADE vem, a partir do seu Colegiado, um Colegiado representado por dezenove entidades da sociedade civil e dezenove membros de representação do Governo Federal, trabalhando em todos os seus momentos, em todas as suas Reuniões e nas suas discussões, a partir da lógica de que nós temos sim que apoiar a ratificação da Convenção no Brasil e, mais do que isso, nós temos que agir, nós temos que atuar nesse processo. E para isso nós temos feito o quê? Nota aos congressistas, documentos a cada reunião que reforçam a idéia e a proposta na verdade que está aqui colocada nessa Mesa hoje e que está colocada no Senado Federal e que foi objeto do nosso grande trabalho na Câmara dos Deputados para que houvesse e conseguíssemos essa ratificação já na Câmara dos Deputados. Então me parece que é bastante e muito tranquilo dizer nesse momento de que o Senado Federal não tem apenas uma tranquilidade para discutir a matéria, mas mais do que isso tem um argumento que é bastante sólido, que é o fato de que nesse momento, quando ratificamos a Convenção e colocamos o Brasil para não mais discutir simplesmente aquilo que já nos parece bastante óbvio, mas sim de garantirmos o direito de todas as pessoas e de todos os cidadãos brasileiros a terem direitos, ou seja, nós temos aqui agora um momento ímpar no Brasil, onde nós podemos de fato não resolver o problema no sentido simplesmente de acharmos que ratificando a Convenção nós vamos então aí termos todos os problemas resolvidos, mas mais do que isso.

A Izabel coloca sempre, e é importante ressaltar, de que a questão da acessibilidade, que não é uma questão obviamente só de rampas, mas também acessibilidade à comunicação, mas também acessibilidade de outra natureza, nesse momento passa também a ser o quê? A ausência dela passa a ser crime, porque não há mais como admitir que a sociedade, que eu tenho que pedir ou que nós tenhamos, as pessoas com deficiência, que pedirmos favor para lermos, para nos comunicarmos se não ouvimos, para acessarmos algum espaço, seja ele qual for. Não há mais sentido que nós vivamos no Século XXI pedindo favores, quando nós temos o direito de estar e participar.

Então a nossa Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, a nossa Segunda Confe-

rência trata do tema desenvolvimento, participação e inclusão, e nesse sentido nós queremos simplesmente fazer exatamente isso, garantir que os cidadãos brasileiros com deficiência, os seus familiares, enfim, que toda a sociedade tenha aquilo que nós vimos no vídeo, e eu fico muito tranquilo para falar do vídeo porque o Marco Antônio é mais do que alguém especial, mas é um amigo [soa a campainha] com quem eu na verdade aprendi, porque nós começamos quase essa história junto, não é Marco, nós estamos um pouquinho mais limitados mais ou menos na mesma época, por motivos um pouco diferentes e com uma limitação um pouquinho diferente, mas muito parecida do ponto de vista médico na verdade, somos duas pessoas com lesão medular, mas fomos desde o início... O Marco foi um exemplo, na verdade, de perseverança para mim, de que eu também podia e talvez se vocês não tenham percebido ou reparado, mas como o Marco está aqui, é muito gostoso de falar isso, eu ainda tenho algum movimento de braços e de ombro, o Marco nem isso tem. Então algumas tecnologias que ele já criou, eu disse a ele: “Olha, para mim não serve, que essa história de trabalhar com a boca é complicado”, mas ele disse que é mais fácil, eu pretendo ainda tentar usar um pouco da mão.

Mas é possível, é possível termos sim vida e qualidade de vida, vida com qualidade, mas para isso também é imperioso que nós possamos ter acesso aos nossos direitos e possamos ter mais do que isso, a garantia de que a sociedade brasileira nos reconhece como cidadãos de primeira categoria.

Por muitos e muitos anos, eu aqui falo só a partir de dezesseis anos de cadeira, então alguns costumam, nós temos aqui uma brincadeira no meio das pessoas com deficiência que aqueles que já passaram de vinte anos ou um pouco mais já são um pouco dinossauros ou jurássicos e aqueles que estão entrando são os babysauros. E aí a gente que está no meio da história aí, quinze anos, catorze, não sabemos ainda aonde nos enquadramos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Vocês estão mais para adolescentes.

SR. ALEXANDRE CARVALHO BARONI: É, é um problema da adolescência. Mas o fato é que nós percebemos, sem dúvida, e eu posso dizer isso, porque conheço pessoas como a Izabel que está há trinta ou quase isso na cadeira e tantos outros que estão há mais de trinta anos na cadeira e tantos outros que são cegos há mais de trinta anos, nós conhecemos as pessoas, conversamos com essas pessoas, estamos trabalhando na verdade com essas pessoas na perspectiva do quê? Do que essas pessoas fizeram e construíram, nós tenhamos e possamos dar continui-

dade a isso. E aí eu tenho aqui a missão de dizer que o Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência estará como sempre esteve ao lado do Senado Federal e dos Srs. Senadores para absolutamente trabalhar para que nós possamos ratificar o mais rápido possível, ainda que tenhamos a preocupação de ganharmos aí a nossa... de tentarmos, na verdade, conseguir passar a Argentina nesse caso, mas eu acho que não é o problema, mas que nós tenhamos de fato essa Convenção ratificada como Emenda Constitucional. E para isso, Senador Flávio Arns, nós já aqui de antemão queremos dizer que o CONADE estará com o Senado Federal em todos os momentos que isso se fizer necessário, para que sem sombra de dúvidas nós tenhamos, nesse momento, a nossa Convenção ratificada e o seu protocolo facultativo também como Emenda Constitucional.

Então o meu muito obrigado pela oportunidade e que daqui em diante nós possamos ter esse processo o mais rápido possível terminado no sentido aqui da Casa, do Congresso Nacional, e, obviamente aí da sociedade, iniciado na sociedade para que ela tenha efeito. Muito obrigado [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço a participação neste momento do Alexandre Baroni, que é Presidente do CONADE. Eu quero destacar, já o havia feito no início, que o Senador Eduardo Azeredo é o Relator da Convenção e Presidente da Subcomissão Permanente para Assuntos Sociais da Pessoa com Deficiência aqui no Senado. Eu quero até dizer pessoalmente que não poderia estar em melhores mãos esse debate todo.

Passo a palavra, para uma consideração, para o Senador Eduardo Azeredo, que pede a palavra.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente Flávio Arns, eu quero saudar a todos que aqui comparecem hoje, também assim como o Senador Cristovam vou ter que pedir licenças para poder dar algumas votações lá na Comissão de Relações Exteriores, onde inclusive será votada, não hoje, esta Convenção.

Eu quero dizer que nós não temos nenhuma dificuldade, Alexandre, em votar essa Convenção. Nós vamos correr contra o tempo, esse que é o problema, é um pouco a questão de quorum de Comissão, quorum de Plenário, nós temos aí realmente até a primeira quinzena só de julho e vamos tentar, esse é o objetivo de aprovarmos tanto na Comissão quanto no Plenário até o dia 15, por aí, que é quando nós temos duas semanas de recesso aqui, depois retomamos em agosto.

A importância da Convenção é realmente enorme, o Brasil não pode demorar, nós vamos fazer isso

rapidamente, eu fiz questão de estar aqui hoje, eu tinha dito ao Presidente Flávio que eu talvez não viesse porque eu fui a Belo Horizonte, a minha terra natal, para assistir ao jogo do Brasil. Então ficou zero a zero, mas aqui nós vamos dar uma goleada [risos], pode deixar que aqui nós vamos ganhar fácil mesmo [palmas]. Aqui não tenho dúvida, eu acho que o Senado tem mostrado sensibilidade, o Congresso tem mostrado sensibilidade para essas questões e nós temos então essa convicção.

Eu quero até lembrar que são então questões que acontecem, que ajudam muito essa percepção assim da necessidade de valorização das pessoas com deficiência. Nós estamos com o Senador, o Senador Epitácio Cafeteira, que tem se locomovido pelo Senado todo com a cadeira. Então ele vai, ele tromba na gente, vai para cá, vai para lá, entra nas Comissões. Esse lado é muito positivo, quer dizer, o Senador já está mais idoso, está trabalhando em tudo quanto é lugar, vai, e isso ajuda todas aquelas pessoas a entenderem a importância de todos os aspectos que dizem respeito à pessoa com deficiência.

De maneira, Presidente Flávio, que eu queria só exatamente deixar essa mensagem e estarei rapidamente me debruçando, já estou me debruçando ao assunto e espero que nós possamos votar o mais breve possível. Muito obrigado [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está ótimo. Agradeço ao Senador Eduardo Azeredo. O Senador Geraldo Mesquita também quer fazer uma colocação.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Se possível eu agradeço, Senador Arns, porque para que as pessoas não interpretem mal o que está se passando no Senado, porque de fato hoje é um dos dias em que várias Comissões se reúnem e a gente, como faz parte de algumas Comissões, por exemplo agora estão lá nos convocando para a votação em outra Comissão, mas eu não gostaria de sair daqui sem dizer alguma coisa.

Assim como o Senador Buarque falou do prazer dele de fazer parte dessa Comissão, eu acho que esse prazer é comum a todos os membros dessa Comissão, é um prazer muito grande, Izabel, porque aqui são tratados temas de extrema importância e de extrema relevância em Audiências conduzidas ora pelo Senador Paim, ora pelo Senador Arns, ora pelo Senador Eduardo Azeredo, que são pessoas que estão à frente de algumas causas nessa Casa.

Eu saúdo a todos aqui presentes a essa Audiência, os meus colegas de Senado, falo de uma coisa que faz parte da minha vida inclusive. Eu tenho uma irmã, um pouco mais velha do que eu, nascida em 1944,

que foi acometida na tenra idade de paralisia infantil. Ela hoje usa cadeira de roda, usa andador, usa muleta nas diversas situações e é uma pessoa que ama a vida também como o Marco.

Eu acho importante, Izabel, todo o nosso empenho na tramitação dessa matéria aqui no Senado Federal, conduzida pelo Senador Eduardo, acho importante a ratificação, mas eu creio que a gente precisa voltar a nossa preocupação para aspectos assim mais práticos. Tudo isso é muito importante, mas às vezes deixa de ser importante, Senador Arns, quando Convenções da ONU são rasgadas e jogadas na lata do lixo quando um país, por exemplo, resolve invadir o outro, como aconteceu no caso dos Estados Unidos e Iraque e a ONU simplesmente silenciou. Eu fico muito preocupado com esse tipo de coisa.

Acho importante toda a nossa movimentação em torno de uma questão como essa, até porque como lembrou a Izabel, essa Convenção consagra agora como discriminação, não é, a falta de acessibilidade. É um avanço, é uma conquista à acessibilidade. Um dia desses eu estive em Aracajú, não conhecia, fui lá para um ato e fiquei vivamente impressionado. Uma coisa que me chamou a atenção, a coisa é tão interessante que me chamou a atenção vivamente. Pelo menos ali por onde eu andei, no centro, na orla, não foi nem a praia, que é muito bonita, foi a acessibilidade promovida eu não sei por quem, pela Prefeitura ou Governo, não importa, eu sei que está lá, eu achei interessante andando por ali. Na capital do meu Estado também a coisa começa a acontecer, é claro que isso ainda se circunscreve a uma pequena área das cidades, às vezes eu fico... Esse é um tema que eu acho que a gente deveria colocar todo o nosso empenho, colocar todo o nosso empenho. Por exemplo, Izabel, eu tenho dificuldade de execução de Emenda, aloquei já por diversas vezes, Senador ambos, queria até a sua ajuda, uma questão que a gente deveria se bater nesse Congresso, com a ajuda de vocês inclusive, para que o Governo brasileiro também, que a gente estabelecesse um mecanismo que se libertasse um pouco dessa burocracia absurda que a gente tem. Eu não consegui, eu já perdi, por exemplo, alocação de Emendas para as APAEs e etc. por excesso de burocracia na execução de uma Emenda como essa. Essa é uma questão importante, Izabel, porque de repente aqui nessa Casa há movimentos que... Eu vou dar um exemplo. Todo ano nós colocamos recurso, eu acredito que de todos os Senadores, há uma Convenção aqui, todo ano a gente coloca recursos de Emenda pessoal para o Hospital Sara Kubitschek, eu tenho certeza que todos os Senadores fazem isso, e a execução dessa Emenda é tranquila, pelo que eu tenho

acompanhado é tranqüila. Era o caso, por exemplo, de a gente inaugurar uma ação dessa natureza voltada para organismos que acompanham, que tratam, que se preocupam, que promovem na área da pessoa com deficiência de alguma forma. Mecanismo ágil, mecanismo desprovido de tanta burocracia. Eu acho que essa é uma discussão que a gente precisa travar, a gente precisa travar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu concordo.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eu tenho certeza absoluta que conduzido por você aqui, uma campanha como essa, todos os Senadores passam a aderir e a gente passa a fazer isso todo ano como uma coisa ordinária aqui nossa, uma coisa normal, corriqueira, como já é feito, por exemplo, como o Hospital Sara Kubitscheck.

Por último, a questão da acessibilidade me preocupa muito. Olha, uma pessoa com deficiência aqui, eleita Senador, se for eleito para a Mesa do Senado Federal, das duas uma: ou ela terá que ser conduzida ou ela possivelmente até desista de ser eleita membro da Mesa porque aqui nós temos essas rampas, temos alguns avanços, mas eu falo isso de forma simbólica. A gente chega, mas esbarra com tanta dificuldade, parece até que em algum lugar está escrito que: “Olha, vocês só vão até aqui. A partir daqui, negativo”. Eu estou dando um exemplo muito claro: uma pessoa com deficiência, cadeira de rodas, para ser membro da Mesa do Senado Federal do Brasil, terá imensa dificuldade de exercer a sua função, Senador Arns. É preciso que a gente pense nisso. Eu estou falando de acesso ao Poder já. Poder significa você ter um instrumento para transformar a realidade de muita gente, entende? Esse é um simbolismo, isso é uma coisa simbólica, mas que representa muito.

Então eu acho que o Congresso Nacional, por exemplo, se mobiliza para... Eu não estou aqui criticando a matéria, nem o assunto, mas se mobiliza, por exemplo, para discutir aumento de número de Vereador. Acho que a gente deveria se mobilizar aqui, por nossa vez, mobilizar Vereadores e Prefeitos desse imenso país para que a questão da acessibilidade fosse um dos três itens mais importantes de uma administração municipal, pra que isso fosse entranhado nas administrações públicas municipais e estaduais, forçar uma barra mesmo, forçar uma barra.

Eu fico por aqui, o assunto é apaixonante, mas eu gostaria de, pelo menos, tecer essas considerações e me colocar à disposição, mais uma vez humildemente, para que a gente possa dar efetividade a algumas coisas. Na teoria a gente avança, mas a gente precisa consolidar muita coisa, tornar prático muita coisa. Prá-

tico que eu digo é a gente mencionar, falar, requerer condição diferenciada e essa coisa acontecer mesmo efetivamente. É claro, a gente avançou muito, a gente avançou, agora isso não deve nos satisfazer, não deve nos satisfazer. O desafio é grande, acho que necessita do envolvimento de todos, Senador Arns, agora o aspecto prático dessa questão é que me preocupa muito, me preocupa muito. Eu acho que devemos nos mobilizar mais ainda no sentido de tornar fato concreto possibilidades como aqui o Marco conseguiu. A Flávia mencionou ali, isso é um caso raro, o caso do Marco é um caso raro, não é o comum. Então a gente precisa fazer com que isso seja comum de forma prática. Eu queria pedir desculpas pelo alongado e agradecer a possibilidade de tecer essas considerações [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço ao Senador Geraldo Mesquita e a manifestação de todos é no sentido realmente de dizer que concordamos todos. Somos solidários com os argumentos. Até eu peço desculpas à Regina e ao Ricardo, que ainda vão se manifestar como expositores, só para poder passar antes a palavra ao Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente Senador Flávio Arns, Senador Geraldo Mesquita, Senador Eduardo Azeredo. Quero saudar a participação de todos os convidados nessa Audiência Pública e me manifestar em apoio para a urgência quanto à aprovação da Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência, dizer que quando recebemos a visita da Dra. Izabel e toda uma comissão que foi ao Plenário do Senado conversar com os Senadores, naquele momento já conversamos com o Senador Heráclito Fortes, Presidente da Comissão de Relações Exteriores, onde será votada a Convenção, e há o compromisso do Presidente Heráclito Fortes no sentido de conceder à matéria a urgência, a pressa para que possamos concluir a votação ainda nesse primeiro semestre, antes do final dos trabalhos legislativos do Senado.

Portanto, ao manifestar o meu integral apoio à luta das diversas organizações do Conselho Nacional das entidades que estão presentes em cada uma das nossas cidades, dos Conselhos específicos, dos Governos, seja da União, dos Estados e dos Municípios, que já incorporaram e tem a sensibilidade necessária para tratar com dignidade as pessoas com deficiência a partir da aplicação concreta das diversas políticas públicas, dizer que contem com o nosso voto lá na Comissão de Relações Exteriores, para onde eu me dirijo agora em razão de votação que acontece nesse momento, onde eu sou Relator da indicação de um Embaixador, dizer que eu tenho certeza que essa é uma matéria para a qual todos os Srs. Senadores e Senadoras têm a

mais absoluta sensibilidade, eu tenho certeza que não haverá nenhum óbice à aprovação dessa matéria até o final dos trabalhos legislativos do primeiro semestre de 2008. Um grande abraço a todos, estímulos à luta e a muitas conquistas. Obrigado [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Agradeço ao Senador José Nery, também membro muito atuante dessa Comissão de Direitos Humanos. Antes de passar a palavra à Regina Atalla eu quero destacar dois aspectos. Mencionar as entidades presentes: Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE, Associação Brasileira dos Deficientes de Visão Monocular – Deficientes Visuais, Ministério da Previdência, União Brasileira dos Cegos, Associação Brasileira dos Ostomizados, OAB Nacional, Centro de Vida Independente Brasil, Confederação Nacional do Comércio, Federação Nacional das Associações Pestalozzi, Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – APA-ES, Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – FENEIS, Ministério da Educação, Movimento de Reintegração de Pessoas Atingidas pela Hanseníase – MORHAN, Acessibilidade Brasil, Ministério da Cultura, Associação Brasileira de Autismo e Ministério Público do Trabalho. Caso alguma entidade não tenha sido mencionada, por favor, a gente gostaria depois de mencionar e a assessoria pegará o nome também da entidade.

O segundo aspecto que eu quero destacar, só para se entender a tramitação, o Projeto está, como já foi dito, na Comissão de Relações Exteriores, o Presidente é o Senador Heráclito Fortes, mencionado pelo Senador José Nery, o Relator dessa matéria é o Senador Eduardo Azeredo. Após aprovado o Projeto, a Convenção no caso, a Emenda, na Comissão de Relações Exteriores, ela terá como destino o Plenário do Senado Federal. De acordo com o Regimento da Casa existe a necessidade de se ter um interstício de cinco Sessões para debates e discussões. Havendo o consenso como certamente vai haver entre todas as lideranças, esses interstícios podem ser ultrapassados rapidamente, em um dia, em uma Sessão, inclusive como já aconteceu na apreciação de outras matérias. Então quando o assunto é convergente, vamos dizer assim, as pessoas pensam no mesmo objetivo, debatem, percebem a importância, a necessidade para a sociedade, esses prazos podem ser assim bastante diminuídos, para um dia, dois dias ao invés de ser um mês, dois meses, três meses. Então existe realmente, como o Senador José Nery colocou, salvo melhor juízo, porque sempre temos muitas Medidas Provisórias aqui também, temos oito, dez Medidas Provisórias na pauta e a pauta sempre fica trancada, é a expressão

que se usa quando existe uma Medida Provisória, mas sem dúvida alguma havendo assim esse entendimento das lideranças, algum caminho, o que se costuma dizer abrir-se uma janela, votar-se a Medida Provisória que já está trancando a pauta e não se ler a nova Medida Provisória até que certos assuntos sejam votados. Isso significaria abrir uma janela. Mas é possível, tudo depende do entendimento e das conversas que houver entre as lideranças, só para explicar para que vocês saibam como é que, vamos dizer, o fluxo desse processo vai acontecer aqui no Senado.

Passo, em seguida, a palavra a Regina Maria Melo Atalla, é Presidente da Rede Latino-Americana de Organizações Não Governamentais de Pessoas com Deficiência e suas Famílias.

SRA. REGINA MARIA MELO ATALLA:

Bom dia. Eu queria agradecer o convite do Senador Paulo Paim, lamentar a sua ausência, esperar que tenha uma breve volta a esta Casa, ao Senador Flávio Arns, agradecer a presença de todos os Senadores que estiveram aqui presentes. Eu já falei com o Senador Geraldo Mesquita, por favor, me assista, que algumas coisas eu vou falar e quero ser ouvida porque nós temos coisas importantes a dizer aos Senadores e quero, também, cumprimentar a todos amigos, colegas, profissionais, líderes, militantes e dizer que com grande contentamento vejo essa sala lotada, porque isto é uma mensagem que hoje no Brasil existe uma grande e firme unidade em torno desta bandeira: a ratificação da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Então essa eu acho que é uma mensagem clara. É muito difícil, vocês sabem, nós vivemos num país continental, vinte e sete Estados da Federação, eu venho do Nordeste, tem gente de todo o lugar aqui. Agradecer a Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado da Bahia que, enfim, possibilitou a minha estada aqui.

Eu vou fazer um pequeno, um breve histórico sobre esse processo. Eu sou Presidente dessa Rede, uma Rede Latino-Americana que reúne dezenove países da América Latina e mais de cem Organizações Não Governamentais de pessoas com deficiência e que teve uma atuação muito forte na negociação desse Tratado Internacional.

Eu queria rememorar um pouco, Izabel, enfim, Flávia, tiveram a oportunidade também de participar como eu em parte desse processo, dizer que foi um grande diálogo e um fato inédito nas Nações Unidas, porque até então, antes da chegada do Século XXI, e essa é a primeira Convenção, Direitos Humanos, do Século XXI, não havia esse diálogo e essa participação tão intensa da sociedade civil. Ao terminar a Oitava Sessão no Plenário, na Secretaria-Geral das Nações

Unidas, em Nova Iorque, Dom Makey, que era o Embaixador que presidia esse Comitê *ad-hoc*, eu vou dar a seguinte informação para vocês, ao final ele dizia: “Agradeço a participação de mais de oitocentos líderes de pessoas com deficiência do mundo inteiro, que começaram, terminaram e persistiram essa Convenção até o último momento”. E ele dizia o seguinte também: que ele via com contentamento esse Tratado Internacional que vinha proteger o direito de seiscentos e cinquenta milhões de pessoas no mundo e dizia que essa minoria foi a maior minoria do mundo que foi colocada às margens da sociedade por demasiado tempo e que os resultados dessa marginalidade são os indicadores que nós temos: 82% de seiscentos e cinquenta milhões de pessoas vivem na linha de pobreza; 70% das crianças na América Latina, com deficiência, estão fora da escola; 90% desse grupo não tem acesso ao trabalho ou emprego e as condições de acessibilidade nem se fala.

Então esse é um processo, é claro que é um processo de construção, e isso aconteceu nas Nações Unidas, quando nós chegamos lá, nós éramos vistos como bichos raros. Quem são essas pessoas? Cegos e pessoas das... Eu me lembro assim das deficiências mais variadas e limitantes, mas que estavam lá fazendo um papel de defesa de direitos, com uma propriedade muito grande, porque foram líderes que tiveram que conhecer todos os Tratados Internacionais para sentar na mesa e discutir com os Embaixadores, com as delegações oficiais e dizer: “Olha, isso é melhor do que isso”. E nós conseguimos, e essa Convenção, ela não é perfeita, mas ela traz avanços e traz mudanças de paradigmas que são fundamentais para essa implementação desses direitos.

Eu queria dizer que em relação à América latina, hoje nós já temos, se não me engano, dez países que ratificaram essa Convenção. Nós temos cerca, aproximadamente, porque as estatísticas não são muito confiáveis, cerca de setenta a oitenta milhões de pessoas com deficiência na América Latina. Cerca de mais de 1/3 dessa população vive no Brasil. Então a nossa magnitude, o nosso peso em relação ao continente indica e deve indicar uma posição de liderança nesse processo, como foi na Convenção da ONU quando a gente formou essa Força-Tarefa que uniu sociedade e Governo para trazer esses resultados que a gente considera que foram excelentes e a gente considera que no futuro a gente espera ter essa aplicação.

E eu diria que, em relação a essa Convenção, ela afirma essa mudança de paradigma e traz eu acho o que os Senadores falaram. Qual é a consideração que eu faço no Brasil? Bom, nós fomos avaliados, o Nicola disse isso, a Flávia participou desse estudo, como um

dos países mais inclusivos, mas isso foi feito baseado somente na legislação, não se olhou a prática. Então o que é que existe no Brasil de fato hoje? Existe uma grande distância entre o que está na lei e o que está na realidade das pessoas com deficiência e é isso que a gente tem que mudar. A lei diz que as pessoas têm que ser tratadas como prioridade, mas isso não acontece, a gente está sempre no último lugar da fila, como provou o Senador. Se alguém quiser subir à Mesa do Senado hoje, é impossível. Na ONU isso já é possível, que a gente conseguiu. O Secretário-Geral, tivemos uma reunião no último dia 12 de maio, toda a sociedade civil foi convidada, para celebrar a entrada em vigor da Convenção e todas as lideranças subiram ao palco onde o Presidente e o Secretário-Geral Ban Ki-moon estava em condições de igualdade.

Então eu quero dizer o seguinte: que essa falta de acessibilidade, de modo velado e de diversas formas, ela é o principal ingrediente de discriminação contra as pessoas com deficiência. Aqui tudo bem, nós temos condições básicas de acessibilidade que permite, mas se eu tenho uma sala e uma escada, eu não tenho uma lei dizendo que pessoas com deficiência física são proibidas de entrar, mas é como se houvesse uma lei, porque o resultado é esse. Se eu tenho uma sessão onde não há intérprete de Libras para as pessoas com deficiência auditiva, é como se houvesse uma tabuleta e uma lei dito: “É proibido que pessoas com deficiência auditiva entrem nesse recinto”. E do mesmo modo para as pessoas cegas, que não têm acesso à literatura em Braille ou em formatos digitais alternativos, o resultado é o mesmo, é como se houvesse uma lei dizendo que é proibido a essas pessoas o acesso a esses bens e serviços. Então é isso que a gente tem que mudar e essa foi a fala que nós fizemos com todos os países nas Nações Unidas, da necessidade dos Governos tomarem essa questão como prioridade. Sabe por quê? Porque inclusive altos funcionários e pesquisadores, não da sociedade civil, mas do maior Banco Mundial já alertaram que os grandes projetos de desenvolvimento, inclusive os oito objetivos do milênio não vão ser alcançados se não houver uma política dirigida à inclusão de pessoas com deficiência, por exemplo, a questão da educação da escola, porque a magnitude é tão grande que vai ser possível até 2015, se não me engano, cumprir o compromisso de que todas as crianças estejam na escola. Por quê? Nós temos 70% de crianças com deficiência fora da escola. E eu costumo dizer o seguinte: que em nenhum outro grupo populacional você encontra esses indicadores tão graves de exclusão. Isso não aconteceu a acaso, não foi um desígnio divino, isso foi resultado de uma omissão, de uma invisibilidade do Estado, da

sociedade, em permitir que a gente chegasse a esse estágio que nós chegamos.

Então, em relação à Convenção, nós temos a esperança, e acreditamos nisso firmemente, que ele é um pedaço de papel [soa a campainha], mas ele vai ajudar a gente a mudar essa realidade, porque traz uma projeção para esse contingente mundial que durante muito tempo, como disse o nosso Embaixador, foi completamente esquecido e marginalizado.

Eu queria dizer a vocês que hoje, até para o Senado atualizar essas informações, nós já temos, além dos dez países que ratificaram na América Latina, nós temos seis países em processo de ratificação: nós temos a Argentina, nosso grande rival, Paraguai, Chile, Guatemala, Brasil e Costa Rica, que acabou de fazer a primeira votação. O Senador tem razão, de país para país difere os processos de votação, mas dizer o seguinte: que essa é uma questão, a votação da Convenção, que ela reúne uma unanimidade que nós conferimos também no parlamento brasileiro na Câmara e esperamos conferir no Senado. Ninguém votou contra essa Convenção. Todas as votações nos parlamentos da América Latina têm ocorrido com a unanimidade dos votos dos parlamentares nesses países. Então a gente espera que isso ocorra e a gente pede e agradece a compreensão do Senador Eduardo Azeredo de apressar a votação dessa Convenção porque no final de outubro já está marcada a Conferência dos Estados Partes.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Regina, eu me desculpo com você, até para fazer um pequeno aparte, porque com muita alegria nós temos aqui a presença do Presidente do Senado Federal, Garibaldi Alves, que eu inclusive [palmas] disse a ele que seria uma honra para toda a área, para as famílias, para as pessoas com deficiência e para o Brasil se ele estivesse nesse momento presidindo esta Audiência Pública. E quero dizer também, e posso dizer isso, até na condição também de familiar, de pai de pessoa com deficiência, que nós temos no Senador Garibaldi Alves um grande aliado desta área e é muito importante termos o Presidente do Senado Federal junto com a construção de direitos humanos para a pessoa com deficiência. Por isso que eu, inclusive, não só pela formalidade do cargo, que é uma honra, mas também pelo compromisso do Senador Garibaldi Alves. Então eu gostaria que V. Ex^a. só assumisse a presidência [palmas].

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu agradeço a Flávia Arns essa deferência, mas eu não quero interromper os trabalhos aqui. Eu quero que eles continuem a ter o seu

andamento, inclusive presidido por ele. Então eu vou encontrar outra cadeira, porque eu não vim tomar a cadeira dele [risos], mas eu quero inclusive dizer que tenho acompanhado, nós estamos acompanhando de perto todo esse trabalho visando realmente fazer com que prevaleça a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Nós já estivemos juntos lá conversando sobre isso na presidência do Senado e estamos empenhados nesse objetivo e eu quero dizer que essa Audiência é importante porque está ouvindo pessoas que têm uma contribuição muito importante a dar, como Izabel Maria Madeira de Loureiro Maior, Coordenadora da Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE, representando inclusive o Sr. Paulo de Tarso Vannuchi, Ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Nicola Esperanza, Chefe da Divisão de Temas Sociais, representando o Chanceler Celso Amorim, Alexandre Carvalho Baroni, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, Flávia Maria de Paiva Vital, organizadora da publicação “A Convenção sobre direitos da pessoa com deficiência”, justamente isso que nós temos aqui em mãos, esse trabalho, Regina Maria Melo Atalla, Presidente da Rede Latino-Americana de Organizações Não Governamentais e mais o Procurador Regional Ricardo Tadeu Marques da Fonseca.

Portanto, muitos já foram ouvidos, só faltam dois, e vamos prosseguir com os trabalhos, eu realmente estou preocupado em não se constituir minha presença nenhum embaraço para que tudo continue bem.

SRA. REGINA MARIA MELO ATALLA: Ao contrário.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): E vou possibilitar que Flávio Arns reassuma aqui [risos]. Ele está praticamente me botando para fora porque [risos] ou eu fico na cadeira dele, que eu não quero ficar, ou eu vou embora [risos]. Mas reassume aqui, eu vou assistir, vou ouvir o que se tem a dizer aqui, que é muito importante para essa grande causa que é a causa do deficiente, para que eles cada vez mais possam participar mais ativamente da nossa sociedade [palmas].

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu estava dizendo para o Senador que eu também não quero pegar a cadeira dele [risos], há bom relacionamento. Mas que bom, então Dra. Regina, por favor, para completar.

SRA. REGINA MARIA MELO ATALLA: Bom, prosseguindo, para também mim é um prazer, Senador Garibaldi Alves, ser interrompida pelo Presidente desta Casa, demonstrando a importância que tem esse

assunto e essa consideração para o nosso movimento, é uma grande honra.

Eu vou voltar atrás só um pouquinho, aproveitando a sua presença, nós estávamos falando sobre a distância que há entre o que há na legislação e na prática e na realidade das pessoas com deficiência, e alguns indicadores demonstram isso. Eu sou Presidente dessa Organização Latino-Americana e nós dividimos uma realidade muito similar na América Latina e essa realidade nos diz que 70% de crianças e adolescentes com deficiência estão fora da escola. Isso é um dado que devia indignar a todos os brasileiros e tomarmos realmente medidas efetivas para mudar isso, porque perde não só as pessoas com deficiência que estão de modo desigual em estados de pobreza em relação a outros grupos sociais, mas perde o país porque deixa de receber a contribuição valiosa dessas pessoas na sua produção de bens e de toda a ordem para a sociedade. Então nós estamos chamando a atenção, por exemplo, que esta sala tem condições de acessibilidade mínimas que permitem todas as pessoas com deficiência chegarem aqui, mas uma escada, numa reunião pública, onde há uma escada, é como se houvesse um cartaz e uma lei dizendo: “Aqui é proibido que pessoas com deficiência física adentrem a este recinto”. Isso é o que ocorre muito em nosso país. Então é isso que a gente tem que mudar.

Retomando a parte onde eu parei, nós temos na América Latina, no conjunto, como disse o Nicola, vinte e três países no mundo até agora ratificaram essa Convenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Até eu gostaria de transmitir, se me permita, ao Presidente, que foi mencionado que existem duas Comissões no Senado de acessibilidade e valorização para mudar o ambiente do Senado, mas as pessoas levantaram, durante essa Audiência Pública, como uma questão inclusive simbólica e importante, o acesso da pessoa com deficiência à Mesa do Senado, que lá existem só escadas e se alguém chegar numa cadeira de rodas ou com uma dificuldade de locomoção, essa pessoa não teria a possibilidade de chegar e isto seria assim de um simbolismo muito forte também, porque a gente sabe que todo o conjunto está sendo modificado no Senado. Eu acho, até eu iria sugerir a V. Ex^a, depois desta Audiência Pública, que esta questão, talvez dentro do cronograma de reformas, pudesse ser priorizado como consequência, inclusive, deste fato ter sido levantado aqui na Audiência Pública.

SRA. REGINA MARIA MELO ATALLA: Então, prosseguindo, no dia 12 passado de maio, as Nações Unidas, sob a Presidência do Secretário-Geral Ban Ki-moon, realizaram uma Sessão de celebração pela

entrada em vigor da Convenção, e eu dizia que lá, na mesa principal, onde estiveram várias pessoas com deficiência ao lado do Secretário-Geral, já se tem acessibilidade, e isso foi um processo conquistado nos quatro anos de construção dessa Convenção, porque a ONU também, o edifício da ONU em Nova Iorque tinha muitos problemas de acessibilidade, inclusive eles vão entrar em reforma agora e nós da sociedade civil estamos vigilantes para que eles sejam os primeiros a cumprir os requisitos de acessibilidade que estão nessa Convenção e sejam coerentes com tudo que nós trabalhamos durante quatro anos.

Bem, então retomando o processo de ratificação, vinte e três países no mundo ratificaram, se não me engano a República Dominicana acaba também de fazer ou está em vias de ratificar, e mais cinco países na América Latina: Argentina, Brasil, Chile, Guatemala, Costa Rica estão nesse processo de ratificação. E por que é importante nós apressarmos esse processo? O art. 34, que fala sobre a criação de um [soa a campanha] Comitê de vigilância dessa Convenção, ele diz que a Secretaria-Geral da ONU, seis meses depois que a Convenção começa a vigorar internacionalmente, as Nações Unidas tem que convocar uma Conferência dos Estados Partes. Para que essa Conferência? Para eleger esse Comitê de monitoramento que vai contar com a presença de doze especialistas, divididos equitativamente por regiões, por gênero, e nós temos até no final de junho, o Secretário-Geral da ONU envia uma comunicação a todos os Estados Partes que assinaram essa Convenção e os Estados têm dois meses para indicar o seu representante. E nós gostaríamos muito que o Brasil, com a importância que tem no continente, pudesse indicar um especialista para compor esse Comitê. Então é esse o apelo que eu faço, essa Conferência dos Estados Partes está prevista para o final de outubro, até agosto nós teríamos esse prazo e aí os países têm que ter ratificado a Convenção para participar e para enviar o seu representante, porque se os países não ratificarem, não participam da Conferência dos Estados Partes.

Bom, eu queria agradecer a vocês, me colocar à disposição e terminar uma frase que marcou esse processo de construção dessa Convenção: “Nada sobre as pessoas com deficiência sem as pessoas com deficiência”. Muito obrigado [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço a participação da Regina Atalla e passo, em seguida, a palavra ao Dr. Ricardo Tadeu Marques da Fonseca, que é Procurador Regional do Trabalho. Muito prazer também ao recebermos, Dr. Ricardo.

SR. RICARDO TADEU MARQUES DA FONSE-

CA: Senador Garibaldi Alves, Presidente dessa Casa, Senador Flávio Arns, amigos da Mesa. Quero dizer que é uma alegria, uma honra a esse Procurador do Ministério Público do trabalho poder lhes falar.

Antes, no entanto, de dar início à minha fala, Presidente Flávio Arns, eu gostaria de pedir ao senhor que distribua aos presentes um pequeno texto que eu elaborei para embasá-la e queria pedir também que o senhor replique, por favor, aos demais Senadores se possível, que possam todos ler, para que isso facilite a minha argumentação. Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Vamos providenciar.

SR. RICARDO TADEU MARQUES DA FONSE-

CA: Muito obrigado. Senhoras e senhores, estamos vivendo aqui no Senado do Brasil um momento histórico, um momento histórico porque os Direitos Humanos estão se aperfeiçoando, estão se tornando mais eficazes. O preâmbulo da Convenção deixa bem claro que a intenção da ONU ao votar essa Convenção não foi apenas de proteger os seiscentos e cinquenta milhões de deficientes do mundo, foi sim de aperfeiçoar a eficácia dos Direitos Humanos, porque na medida em que uma pessoa não tenha direito humano reconhecido, todos perdemos. Na verdade essa Convenção retoma todo o processo de aperfeiçoamento dos Direitos Humanos. Estamos nesse ano a comemorar sessenta anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos que afirma, no seu art. 1º, que todo ser humano nasce livre e igual em direitos e dignidade.

Até hoje, porém, senhoras e senhores, os direitos básicos das pessoas com deficiência, como direito de livre expressão, direito de ir e vir, direito de opção religiosa, direito de orientação e participação política, direito de votar e ser votado, esses direitos básicos até hoje não foram eficazes a esse segmento de pessoas. Na verdade a ONU estabelece princípios e instrumentos jurídicos que fazem com que esses direitos, antes declarados e não eficazes, se tornem viáveis.

Um dos momentos mais importantes da Convenção é quando ela define pessoa com deficiência, estabelecendo que pessoa com deficiência é aquela que tem um impedimento de caráter físico, mental, intelectual ou sensorial, mas ela não pára por aqui. Esse seria o conceito tradicional de pessoa com deficiência. Ela coloca uma vírgula e diz que, em que razão de barreiras diversas, não tem acesso aos seus direitos. Também no art. 3º, da Convenção, ela estabelece vários princípios que são hoje em dia reconhecidos pelo direito constitucional como normas, como regras que devem ser aplicados tanto quanto as leis tradicionais. Os princípios que estão enumerados na Convenção

são muito importantes. O primeiro princípio no art. 3º é aquele que dá à pessoa com deficiência direito à autonomia, direito a ser e exercer por si os seus direitos, ser senhor dos seus direitos, o direito ao princípio também de não discriminação, ao princípio de participação política e social, ao princípio de que a deficiência deve ser vista como algo inerente da diversidade humana. Senhoras e senhores, aqui a Convenção revoluciona a concepção de direitos da pessoa com deficiência, porque define, efetivamente, que a deficiência física, mental ou sensorial é um atributo da pessoa, tal como o gênero, tal como a orientação política, tal como a orientação sexual, tal como a raça e etc. A deficiência, então, a limitação física e mental ou sensorial é um atributo da pessoa, mas ter ou não acesso aos direitos, isso sim é deficiência e esta não é uma responsabilidade da pessoa e sim da sociedade.

É possível, então, se afirmar que a partir da Convenção da ONU se pode dizer que a deficiência não está na pessoa, mas sim na sociedade de que não cria instrumentos para que a pessoa tenha acesso aos seus direitos. Então os cegos não têm uma deficiência, eles na verdade terão essa deficiência se a sociedade não lhes assegurar o livro acessível, não lhes assegurar os instrumentos para que ele possa exercer o seu direito de ir e vir e de livre expressão. A mesma coisa com relação às pessoas com deficiência física ou auditiva.

Recentemente, Senador Flávio Arns, recentemente, Senador Garibaldi Alves, eu fui incumbido, pelo Colégio de Presidentes e Corregedores da Justiça do Trabalho, de cuidar de um assunto básico, só para os senhores terem uma idéia, a inserção de pessoas que interpretem Libras no Judiciário. Por que isso? Porque até hoje o surdo, se for a uma ação judicial, o Juiz não tem como entendê-lo, então pouco ele, surdo, poderá entender o que aconteceu no processo, porque as sentenças são dadas em português, em português escrito, e muitos surdos não entendem português, expressam-se por Libras. Ora, se jurisdição é o ato do Estado de dizer o direito, não haverá jurisdição plena se os surdos não tiverem a sentença proferida em Libras, não haverá jurisdição plena se o Juiz não puder entender o que o surdo diz, com um intérprete oficial de Libras, como acontece com qualquer cidadão estrangeiro que vá ao Judiciário, o Juiz nomeia um intérprete da língua respectiva. Isso deve acontecer também com relação ao surdo. Até hoje, porém, não acontece. Então por causa das discussões que hoje se travam com relação à pessoa com deficiência é que o Judiciário trabalhista aprendeu que deve nomear um intérprete de Libras, isso hoje, em pleno Século XXI apenas.

Ora, é muito importante que tenhamos essa Convenção ratificada com força de Emenda Constitucional. Isso não é apenas uma vitória de alegoria política, é uma vitória que se pede para que nossos direitos sejam reconhecidos de forma eficaz. São vinte e quatro milhões e quinhentas mil pessoas com deficiência no Brasil. Se poderia dizer: “Bom, é um minoria expressiva”. Mas eu posso dizer mais: além das pessoas com deficiência, como bem já se disse aqui, há os seus familiares, os seus cônjuges. Na verdade essa Convenção, quando vier a ser aprovada, afetará, eu posso afirmar com muita tranquilidade, cerca de cem milhões de pessoas, no mínimo, porque hoje as famílias no Brasil arcam com o ônus que não deveriam arcar porque o Estado até hoje se omite, até hoje a sociedade brasileira é sim deficiente com relação ao reconhecimento das pessoas com deficiência.

É crucial, portanto, que se aprove essa Convenção com força de Emenda Constitucional, é importante que se abram as janelas, as portas, os portões, todos os caminhos do Senado para que as Medidas Provisórias sejam colocadas num ponto de espera para que essa Convenção tenha a acolhida que merece. Nós, pessoas com deficiência, não toleramos mais o descaso, o esquecimento que nos é dirigido. Sabemos que o Senado tem mostrado com galhardia que isso tem que acabar, o Senado foi o primeiro a aprovar o Estatuto da Pessoa com Deficiência. No entanto, recebe agora da Câmara uma mensagem importante, Srs. Senadores, que os senhores aprovem também a Convenção como a Câmara já o fez com força de Emenda Constitucional. Será a primeira vez que isso ocorrerá, isto é extremamente necessário, será muito importante que isso ocorra com a maior brevidade possível para que o Brasil possa participar desse Conferência que a ONU brevemente realizará, como bem disse a Regina.

Eu lhes falo não apenas como Procurador, como membro do Ministério Público, mas eu tenho algo a lamentar, tenho algo a lamentar: até hoje não há nenhum cego no Judiciário, não há nenhum cego no Ministério Público além de mim, quer dizer, eu sou uma exceção que confirma uma regra muito triste: as pessoas com deficiência não têm acesso ao trabalho, não têm acesso à participação política. Todos os que fazemos hoje as coisas, a Regina, a Izabel, a Flávia, todos nós que estamos aqui, o Alexandre, somos pessoas com deficiência que provamos que somos exceções e é importante que não sejamos mais exceções e que sim todas as pessoas com deficiência possam ter acesso às conquistas que nós já tivemos e isso vai depender, Srs. Senadores, dos senhores. Está na mão dos senhores o destino das pessoas com deficiência no Brasil e isso me deixa muito feliz porque eu

sei que esse Senado honrará essa expectativa. Muito obrigado [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Muito bem. Agradeço ao Dr. Ricardo, que é lá do Paraná também [risos], quer dizer, adotado pelo Paraná, ele adotou o Paraná.

SR. RICARDO TADEU MARQUES DA FONSECA:

Eu sou paranaense por opção.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): É, paranaense por opção, foi ele que adotou o Paraná e nós o adotamos no Paraná também, sendo que faz um trabalho extraordinário, é uma pessoa com convicções, assim, profundas sobre as necessidades da área e compartilhadas pela manifestação de vocês, com todo o Plenário e com todo o Brasil certamente. Parabéns.

Eu gostaria de destacar a presença, também, de mais algumas entidades, além daquelas que eu já li antes: Secretaria Estadual dos Direitos das Pessoas com Deficiência do Estado de São Paulo, Federação das Associações de Renais e Transplantados do Brasil, Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down, Central Única dos Trabalhadores – CUT, Associação de Amigos do Autista em Sergipe, ANATEL, Associação Pró-Inclusão de Porto Alegre, Conselho Nacional de Assistência Social, Associação de Pais e Amigos do Sial(F) – Agência Inclusiva e Associação do Distrito Federal – DFDOWN. Parece que havia mais uma folha aqui com uma ou duas entidades, então se por um acaso eu não tiver lido, mas que conste depois no registro todas as entidades presentes e, caso alguma não tenha sido mencionada, por favor, a assessoria da Comissão aqui de Direitos Humanos tomará esses nomes.

Nós estamos chegando ao final desta Audiência Pública, que foi coordenada através desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais, Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais da Pessoa com Deficiência, através do requerimento do Senador Paulo Paim, que já foi mencionada as razões por ele não estar presente hoje, mas que participou inclusive à distância deste evento, agradecer a presença dos vários Senadores que estiveram presentes, já se manifestaram, há outras Reuniões acontecendo, agradecer a participação de todas as entidades que estão aqui neste Plenário e que representam, assim, esta força, esta energia, esta construção de cidadania pelo Brasil todo, porque cada entidade está presente em todos os Estados do Brasil, agradecer a participação dos expositores e das expositoras que clarearam não só para o Senado, para as entidades, mas para o Brasil todo, através dos meios de comunicação do Senado,

a importância desta Convenção de Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência da ONU e que está para ser votada agora no Senado Federal, e dizer, assim, que a minha certeza é aquela certeza de que nós teremos, também, o máximo, sem dúvida, de urgência na apreciação dessa matéria. Há acordos, sempre esses acordos têm que ser construídos entre os líderes dos partidos, o Senador Garibaldi Alves sempre se empenha muito nesse aspecto, que a gente possa ter desdobramentos práticos em termos do Senado Federal continuar demonstrando assim um compromisso de fazer as alterações todas para que acessibilidade seja realidade dentro do Senado Federal. Muitas coisas foram feitas, existe um cronograma, inclusive, de implantação de mudanças e isto vem sendo acompanhado pelas Associações de Pessoas com Deficiência para que tudo isso não seja, no fundo, como foi ressaltado, não só uma questão de legislação, de Constituição, de leis, mas que a gente possa um país com leis boas e realidade que cumpra aquilo que a legislação determina, não é verdade?

A pedido do Senador Paulo Paim – e é bem rápido – eu peço permissão para aprovar um requerimento extrapauta. As pessoas que estiverem de acordo da inclusão do assunto como extrapauta permaneçam como estão. Está aprovado. O requerimento de autoria do Senador Paulo Paim é o seguinte: “Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, inciso III, da Constituição Federal, c.c. o art. 90, inciso III, do Regimento Interno, requereu a realização de Audiência Pública, em parceria com a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, para debater o episódio da tortura e morte de três jovens na Favela Morro da Providência, no Rio de Janeiro, por traficantes, com a participação de militares do Exército brasileiro. Para tanto gostaríamos que fossem convidados o Ministro da Defesa Nelson Jobim, o Comandante do Exército General Mauro César Lorena Cid, o Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, Deputado Alessandro Molon, e o Ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, Paulo de Tarso Vannuchi”. Está em discussão o requerimento. Não havendo quem queira discutir, em votação. Está aprovado.

Para mim foi uma alegria muito grande ter participado desta Audiência Pública. Foi um momento importante para o Senado Federal, para as Comissões, para o Brasil, um debate do mais alto significado a favor de cidadania. Quando nós pensamos em dignidade, respeito, cidadania para a pessoa com deficiência, que foi objeto específico da discussão nesta manhã, sem dúvida alguma isto abrirá todas as portas para

que dignidade, respeito e cidadania aconteçam com todas as pessoas, como foi dito inclusive nesta Audiência Pública, para as pessoas com deficiência e para todos. Então foi um momento importante e Oxalá todos nós possamos nos orgulhar dos desdobramentos e da concretização no cotidiano das pessoas, fruto desse debate da Convenção.

Só quero mencionar, ainda, presentes o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos – ONEDEF, Associação Brasil Síndrome Pós-Pólio, CREA Distrito Federal. Então ressaltar a alegria.

E gostaria muito, Sr. Presidente, que V. Ex^a. pudesse dar a mensagem final e encerrar essa Audiência Pública. Presidente do Senado, amigo, solidário da área e uma pessoa que vem fazendo um trabalho extraordinário dentro do Senado Federal, o Senador Garibaldi Alves.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu quero agradecer a Flávio Arns a possibilidade que ele me dá de, através dessa Audiência Pública, entrar em contato com todos vocês. Senti de perto o que representa essa Convenção, que a despeito de ser uma Convenção Internacional, uma Convenção votada na ONU, mas nós só temos a verdadeira repercussão dela quando ela é discutida assim pelas pessoas, as pessoas revelando todo o seu desejo de uma integração que não pode mais ser postergada. A integração das pessoas deficientes na nossa sociedade é uma exigência dos tempos de hoje, é uma exigência por quem tem no seu coração os melhores sentimentos. Não é uma questão de caridade, é uma questão de direito claro. Então por mais que eu pudesse ter, e ainda ontem eu falava com o Chanceler, num jantar no Itamaraty oferecido ao Príncipe japonês, sobre essa Convenção, sobre a importância dela, eu repito: ela só tem importância quando ela é vista aqui junto às pessoas.

Então, meu caro Flávio Arns, vamos tratar de fazer, correr isso daí, de apressar, de votar. Aqui foi dito até que as Medidas Provisórias poderiam atrapalhar. O nosso Ricardo Tadeu Marques da Fonseca, se não me engano foi ele que falou sobre isso, mas eu acho que isso no momento, no parlamento, está acima de outra e qualquer proposta, deve ser a prioridade [palmas]. Deve ser a prioridade número um e eu, como Presidente, usando as prerrogativas de Presidente, designo você para que, passada essa semana, na outra semana, destrancada a pauta, se possa votar a ratificação [palmas]. Era isso que eu tinha a dizer. Muito obrigado pela acolhida [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Com essas palavras e esse compromisso

está encerrada a presente Audiência Pública. Obrigada [palmas].

Sessão encerrada às 11h38

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA DÉCIMA QUINTA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS CONJUNTA COM A 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 04 DE JUNHO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 11:00 HORAS.

Às onze horas e quarenta minutos do dia quatro de junho de dois mil e oito, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência da Senhora Senadora **PATRÍCIA SABOYA** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos (as) Senadores (as) **FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, INÁCIO ARRUDA, WELLINGTON SALGADO, KÁTIA ABREU, EDUARDO AZEREDO, PAPALÉO PAES, FÁTIMA CLEIDE, SERYS SLHESSARENKO, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, IDELI SALVATTI, HERÁCLITO FORTES, ROMEU TUMA E MARISA SERRANO**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Comparecem também os Senhores Senadores Eduardo Suplicy e João Pedro. Justificam a ausência os Senadores Rosalba Ciarlini e Leomar Quintanilha. A Senadora Patrícia Saboya declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidente registra a presença do Dr. Reinaldo Guimarães – Secretário da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos; Deputado Osmar Terra – Presidente do Conselho Nacional de Secretários da Saúde – CONASS; Senhora Carolina Larriera – Representante do Drugs for Neglected Diseases Initiative – DNDi; Senhor Jurandi Frutuoso – Secretário da Saúde do Ceará e do Deputado Max Rosenmann (PMDB/PR). A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública atendendo aos Requerimentos nº 04, de 2008 – CASSAUDE e nº 15 de 2008-CAS de autoria dos Senadores Papaléo Paes e Inácio Arruda, com vistas à realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais a fim de debater sobre doenças negligenciadas e sobre a situação atual do Programa Mais Saúde diante da restrição orçamentária com que o programa se defronta. A Presidente dá início à reunião informando que, nos termos regimentais, o Senhor Ministro terá 30 minutos para a sua exposição. O Senhor Ministro de Estado da Saúde, **Dr. José Gomes Temporão** faz

suas exposições, em primeiro lugar sobre o Programa Mais Saúde e em segundo lugar sobre doenças negligenciadas. Às doze horas e vinte e sete minutos o Senador Papaléo Paes assume a presidência e às doze horas e trinta e quatro minutos a Senadora Patrícia Saboya retoma os trabalhos. Fizeram uso da Palavra para seus questionamentos, os Senhores Senadores Inácio Arruda, Papaléo Paes, Flávio Arns, Augusto Botelho, João Pedro, Wellington Salgado e Kátia Abreu. O Senador Eduardo Suplicy, que estava afônico, envia sua pergunta por escrito, que é lida e respondida pelo Senhor Ministro. Às treze horas e trinta e seis minutos o Senador Papaléo Paes assume a presidência e às quatorze horas e cinco minutos a Senadora Patrícia Saboya retoma os trabalhos. Após o Senhor Ministro ter usado da palavra para responder a todas as questões dos Senhores Senadores e não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinco minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Patrícia Saboya, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senadora **PATRÍCIA SABOYA**, Presidente.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE – CASSAUDE

5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE, CONJUNTA COM A 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 4 DE JUNHO DE 2008, ÀS 11 HORAS E 38 MINUTOS

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Bom dia a todos e a todas, Sras. e Srs. Senadores, nossos convidados. É com muito prazer que nós abrimos hoje esta Comissão, já com a presença do Ministro da Saúde, José Gomes Temporão. E eu quero, antes de iniciar a leitura do nosso Regimento, eu quero mais uma vez agradecer ao Ministro pela sua presença nesta Comissão.

O Ministro já esteve, por diversas ocasiões, discutindo temas muito importantes e relevantes para o nosso País. Quero aqui, publicamente, mais uma vez, dizer da minha admiração, o meu apreço, o meu respeito pelo Ministro da Saúde, que vem conduzindo essa pasta com muita determinação, mas, acima de tudo, com

muita paixão pela causa da saúde, pensando sempre nos mais pobres, nos menos favorecidos.

E o dia de hoje é um dia hoje muito especial. No Congresso se vota a Emenda 29, todos nós sabemos e estamos acompanhando, e o Ministro, na verdade, abriu um momento na sua agenda para estar aqui, hoje, na Comissão, porque fez questão de atender ao Requerimento, tanto do Senador Papaléo Paes, que é Presidente da Subcomissão da Saúde, como do Senador Inácio Arruda. Mas o Ministro terá hoje um dia bastante agitado, e eu peço a compreensão, portanto, dos Srs. Senadores. Não será uma audiência extensa, em função de todas essas... de todos os movimentos que acontecem hoje no Congresso Nacional.

Então, por isso, nós já iniciamos o nosso trabalho já com o Ministro sentado à Mesa, que dispensou, inclusive, o protocolo inicial. Ministro, muito obrigada mais uma vez, enfim, por atender ao nosso pedido.

Havendo número regimental, declaro, portanto, aberta a 15ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, conjunta com a 5ª Reunião da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura do Senado Federal. Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior. Os Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovada.

Comunico que, nos termos regimentais do art. 398, do inciso V, esta Reunião é destinada exclusivamente à presença do Excelentíssimo Ministro do Estado da Saúde, Dr. José Gomes Temporão, que comparece a esta Comissão em atendimento aos Requerimentos n. 15 de 2008 da CAS, de autoria do Senador Inácio Arruda, do PCdoB, do Estado do Ceará – meu conterrâneo –, com vistas a discutir o tema “Doenças negligenciadas” e o n. 4, de 2008, de autoria do Senador Papaléo Paes, que visa debater sobre a situação atual do Programa Mais Saúde, diante da restrição orçamentária com que o Programa se defronta.

E eu quero parabenizar, mais uma vez, também, o Senador Papaléo Paes, que preside a Subcomissão, pela forma como vem conduzindo esta Subcomissão. Comunico que as autoridades relacionadas, nos referidos Requerimentos, serão ouvidas oportunamente, em data a ser definida.

Nos termos regimentais, será dada a palavra ao Sr. Ministro, pelo período de 30 minutos, que poderá ser prorrogado, de acordo com a necessidade que o Ministro aqui relatar. E, em seguida, nós abriremos a fase de debate pelos Senadores inscritos, dentro do assunto tratado, dispondo cada Senador de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta do Sr.

Ministro, após o que poderá este ser contraditado pelo prazo de mais dois minutos, concedendo-se, assim, ao Ministro do Estado o mesmo tempo para a tréplica.

Está bem informal, é só regimental, Ministro, mas nós teremos, aqui, com certeza, um debate muito produtivo, um debate bastante frutífero. Todos nós dessa Casa temos interesse e muito respeito em lhe ouvir.

Portanto, eu, já para iniciar o debate, eu passo a palavra... Antes de passar a V. Exª, ao Senador Papaléo Paes, que é autor do Requerimento e Presidente da Subcomissão.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sra. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro, só para agradecer, mais uma vez, a V. Exª pela sua presença permanente aqui, todas as vezes que nós solicitamos e reafirmar a V. Exª a nossa confiança na administração que V. Exª faz, à frente do Ministério da Saúde, tendo a certeza absoluta de que V. Exª sempre prima pelas políticas públicas em saúde, e deixando a política partidária, vou dizer, em segundo plano, e até – desculpe se for muito forte –, até negligenciando. Então, quero agradecer a V. Exª e reafirmar aqui o meu respeito pela sua administração.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Obrigada, Senador Papaléo Paes. Com a palavra o Sr. Ministro da Saúde, José Gomes Temporão.

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Bom, muito bom dia. É um prazer estar aqui, mais uma vez. Quero cumprimentar: a Patrícia Saboya, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais do Senado; o Senador Papaléo Paes, que preside a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde; e o Senador Inácio Arruda, que são os autores dos Requerimentos que me convidam para essa audiência. Convidar os demais Parlamentares, Senadores, Senadoras, Secretários e Dirigentes e Assessores do Ministério da Saúde. Bom, são dois temas e dois assuntos. Um, a questão do PAC da Saúde, o Mais Saúde, e, o outro, a questão das “Doenças negligenciadas”, nesse contexto.

Eu preparei, então, uma apresentação, e a oportunidade vem a calhar, digamos assim, porque uma das questões mais... um dos aspectos mais importantes, quando se debate o financiamento setorial, do ponto de vista da sociedade, é exatamente para onde esses recursos vão ser destinados.

Eu acho que, em outras conjunturas, nós erramos, porque ficou claro, ficou pouco claro, para a sociedade como um todo a destinação. Qual é o fim que vai se dar a esses recursos? Qual é o controle que esses recursos terão? Que impacto terão do ponto de vista das grandes questões de saúde pública?

No ano passado, eu e minha equipe, nós dedicamos exatamente a pensar e repensar a situação da saúde pública brasileira e propor uma proposta de intervenção prática, pragmática, consistente, eu diria até ousada, que, nesse momento, do ponto de vista das suas metas, está aguardando uma definição, uma decisão sobre a questão do financiamento setorial, a partir da regulamentação da Emenda 29.

Quero chamar também a atenção que as metas que vão ser apresentadas aí, elas foram construídas em cima de uma previsão de recursos, em dezembro do ano passado, que eram aqueles 24 bilhões de reais a mais, em quatro anos, que adviriam da CPMF.

É evidente que, se a solução que o Congresso Nacional definir, para a saúde, alocar de maneira permanente, mais recursos do que esses seis bilhões estimados originalmente, essas metas poderão ser ampliadas, mais ambiciosas, mais... Enfim, aumentadas. Vamos lá.

Não sei quem é que está passando... Tem uma tecnologia aí, você vai descobrir no meio do caminho, mas, enfim. É só chamar atenção, enfim, o SUS é a política de inclusão social mais importante que o País desenvolveu nos últimos 20 anos, cobre mais de 70% da população brasileira. Hoje, nós temos, na realidade, aqueles números estão defasados, nós temos já 29 mil equipes de Saúde da Família cobrindo mais de 90 milhões de brasileiros.

Próxima. Pode passar. Não. Pode voltar, por favor. Isso. Como dimensão, são 11 milhões e 300 mil internações; 11 mil e 200 mil(F) transplantes, só no Sistema Único de Saúde; 138 mil cirurgias cardíacas e programas de excelência internacional: o nosso Programa de Imunizações, o Programa de Controle da AIDS e o Programa de Controle do Tabagismo. E isso num sistema que foi uma construção brasileira, compartilhado, compactuando, consensado e executado em parceria entre o Governo Federal, Estados e Municípios.

Próximo. A população brasileira está envelhecendo, é um problema. Por quê? Primeiro, mais doença crônica. Mais doença crônica, mais tecnologia médica, mais medicamentos e mais tecnologia, protegida por patentes. E é uma discussão que nós vamos ter que enfrentar aqui. Nós vamos ver, um pouquinho mais à frente, como é que o Ministério da Saúde vê essa questão da dependência externa do País e que medidas estão sendo propostas para enfrentá-la. Próximo. Ou seja, o perfil epidemiológico muda, Isso é pressão sobre o financiamento setorial. Não vamos nos iludir. População envelhece, doença crônica e somado a uma diferença fundamental em relação aos países centrais.

O Brasil, que tem um perfil epidemiológico semelhante aos dos países desenvolvidos, primeira causa de

morte: doença cardiovascular; segunda causa: câncer. Mas aí vem um probleminha. A terceira causa: violência, homicídios, acidentes de transições, acidentes de trabalho. Mais um fator de pressão sobre o financiamento setorial. E a convivência com as doenças do subdesenvolvimento. Ainda as doenças infecciosas e parasitárias, embora, do ponto de vista de carga de doença, tenham caído muito, ainda são problemas importantes de saúde pública.

Também. Pode voltar um pouquinho. A espera, tempo de espera da população, hoje, por consultas especializadas a alguns exames e algumas internações eletivas é grande; a qualidade, principalmente do atendimento de urgência e emergências, é ruim; a necessidade, também, de uma maior articulação da saúde com as demais políticas; nós temos ainda iniquidade no acesso e problemas graves na gestão do sistema e dos serviços. Próximo.

Sem acesso sistemático ao SUS. Isso é um dado impactante. O que eu falo de acesso sistemático? Esse percentual da população brasileira tem acesso ao sistema, mas não de maneira regular, programática e orientada para a solução do problema. Então, 25% dos portadores de tuberculose, malária e hanseníase não têm acesso sistemático ao sistema. Você pode colocar o cursor em cima da pizza, que vão aparecer os novos dados. Treze milhões de hipertensos, quatro milhões e meio de diabéticos... Para esquerda. Isso. Noventa mil brasileiros não têm acesso garantido, a tempo e à hora, ao tratamento radioterápico e 10 milhões de obesos.

Além disso, nós temos, pressionando o sistema, 33 mil novos casos de AIDS por ano; 20 mil novos casos de câncer ginecológico por ano. A tabela do SUS paga dez reais por uma consulta especializada, a rede privada, em média, 42; enquanto que num parto o Sistema Único de Saúde paga 354, e o sistema privado, mais do que o dobro. Próximo.

Por outro lado, nós temos uma distribuição da tecnologia disponível, para atender a população, desigual. Nós poderíamos dizer que a tecnologia instalada acompanha a riqueza. Nos anos 60 do século passado, o saudoso professor de saúde pública, meu mestre, Carlos Gentile de Mello, fez um trabalho que à época pareceu até prosaico, mas ele é muito interessante. Ele fez um estudo mostrando que onde tem agência bancária, tem médico. Onde não tem agência bancária não tem médico. Foi uma maneira irônica de ele mostrar que a oferta acompanha a riqueza, a distribuição de renda, digamos assim.

Então, o grande desafio do SUS é implantar, em todo o País, mesmo nos municípios mais pobres, o mínimo de acesso. Então você veja a concentração

de cirurgia cardíaca, a concentração de radioterapia, que agora começa... Teríamos que ter mais uma bolinha lá em Rio Branco, que eu fui lá inaugurar um centro de tratamento de alta complexidade em câncer. A concentração do tratamento transplante renal... Próximo. A concentração de mamógrafos disponíveis para o SUS por mil habitantes. Próximo. De eletrocardiógrafos, mostrando exatamente uma concentração, principalmente, nas regiões Sul e Sudeste, em relação às demais regiões. Próximo. Equipamentos de hemodiálise. Próximo.

Esse diagnóstico nos levou a propor uma nova abordagem para a saúde. Pode passar. Centrado em algumas premissas. A primeira é essa aí: a saúde é a única política social que tem uma dualidade muito interessante. Ela é ao mesmo tempo fundamental para a melhoria da qualidade de vida, mas ao mesmo tempo ela é uma área de desenvolvimento econômico, inovação, riqueza, criação de emprego das mais importantes do mundo. Nós estamos falando de 8% do PIB, áreas que estão na fronteira do conhecimento com a microeletrônica, biotecnologia, química fina, a nanotecnologia e equipamentos; 25% do gasto total em C&T, no Brasil, são realizados na área de saúde; e 10% dos postos formais de trabalho qualificado são nove milhões e meio de empregos, entre empregos diretos e indiretos, são da área da saúde.

Então, a saúde não pode ser vista como gasto. A saúde tem que ser vista como investimento, na sua dualidade. Política social e fundamental e área de crescimento, desenvolvimento e produção de riqueza estratégica. Próximo. Próximo.

Então, a proposta trabalha a dimensão da promoção da atenção e da recuperação, da assistência ambulatorial e hospitalar, propõe, nós vamos ver, a organização, no território, na ponta, para cada população de 100 mil habitantes, o que nós estamos propondo de estrutura de atendimento e, também, não desconsidera os 50 milhões de brasileiros que têm planos e seguros privados.

Nós temos que regular esse setor, qualificar. A Lei que criou a ANS está comemorando 10 anos da sua criação. Estive essa semana no Rio de Janeiro fazendo um balanço. Nós vamos poder falar sobre isso também. Próximo.

Bom, o que é que, do ponto de vista... Nós estamos propondo criar três milhões de empregos até 2011, entre diretos e indiretos; garantir a qualidade de produtos e serviços; e mudar profundamente a gestão, aumentando a eficiência e os resultados. Próximo.

Bom, nós organizamos o Mais Saúde em quatro grandes blocos. Vou apresentar eles rapidamente para que senhores e senhoras tenham uma visão geral da

magnitude do que está sendo proposto. Primeiro, atenção à saúde. Pode clicar. Isso. Vamos, lá, em frente.

Nós todos sabemos que, se a gente não investir nesse período que vai da concepção ao sexto ano de vida, nós vamos estar perdendo uma histórica oportunidade de mudar radicalmente o padrão de desenvolvimento do País. Então, o primeiro Programa, que eu escolhi para ser o primeiro e eu adoro o nome, são os “Brasileirinhos Saudáveis”. Na realidade, é uma política intersetorial que envolve saúde, educação, assistência social e outras políticas, para cuidar da promoção e do tratamento da concepção, ou seja, começa na política de direitos sexuais e reprodutivos, de planejamento familiar, entra pelo pré-natal, pela atenção ao parto humanizado e parto normal, pelo aleitamento materno e pela atenção a esse binômio tão fundamental mãe-bebê e acompanhando essa criança até o sexto ano. Próximo.

Algumas metas: garantir, até 2011, o que já deveria ser o direito de toda mulher brasileira, quer dizer, o pré-natal para todas as mulheres grávidas; ampliar para 90% a captação precoce de mulheres em situação de risco; reduzir a mortalidade materna em 5% ao ano; e aumentar o número de municípios com redes de atenção a mulheres e adolescentes em situação de violência. Próximo.

Garantir o parto normal e humanizado, inclusive, é uma coisa fundamental, garantir que toda mulher saiba com quem vai ter o seu filho e aonde vai ter o seu filho. É uma questão fundamental: capacitar e qualificar dois mil profissionais, inclusive urgências e emergências obstétricas; reduzir a taxa de cesarianas de 30% para 25% no SUS; e de 80%, que é uma epidemia de cesarianas, para 60%, no setor suplementar.

Ampliar a oferta de métodos contraceptivos, através da política de planejamento familiar, incluindo anticoncepcionais orais, injetáveis, DIU, diafragma e preservativo. Próximo. Ampliar o número de vasectomias. As mulheres ainda são os principais objetos das intervenções cirúrgicas para a esterilização, e nós sabemos que é um procedimento cirúrgico invasivo; já a vasectomia é um procedimento simples, ambulatorial, demora 15 minutos e passa muito pela conscientização do homem, em relação a essa questão. Então, a idéia é ampliar 20%, ao ano, o número de vasectomias e 10%, ao ano, o número de laqueaduras. Evidentemente dentro do que a Lei Brasileira estabelece da maternidade, das paternidades responsáveis, número mínimo de filhos, idade definida em lei, etc., etc. Próximo.

E uma coisa importante, nós temos também um conjunto de brasileiros e brasileiras que querem ter filhos e não conseguem. Então, nós vamos implantar na Rede Pública, no SUS, isso não existe ainda, centro de

reprodução assistida, em universidades, que possam estar oferecendo a casais que têm dificuldade para engravidar essa possibilidade. Próximo.

O aleitamento materno. Estimular a política de aleitamento materno exclusivo até os seis meses; chegar a 304 bancos de leite humano. O Brasil é o maior país do mundo da tecnologia de bancos de leite humano. E criar um Centro de Referência Latino Americano para pasteurização do leite humano. Próximo.

A questão... Só fazendo um parêntese, a questão ali da licença-maternidade está presente ali. Eu sou... A Senadora, aqui, é uma... E eu sou um militante da causa e vejo com satisfação que muitas prefeituras estão aderindo a essa decisão, muitos Governos dos Estados--

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Dezenove Estados e oitenta e poucas prefeituras...

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Oitenta e poucas Prefeituras. Então, acho que agora esse Projeto de Lei pode ser um avanço muito importante na proteção da saúde da mulher e da criança.

Nós estamos propondo, vejam que coisa importante, praticamente universalizar o “Saúde da Família” para todos os brasileiros que usam exclusivamente o SUS. Ou seja, passar de 27 mil equipes, hoje já são 29 mil, para 40 mil equipes, cobrindo 130 milhões de brasileiros. Se tivermos mais recursos, podemos ampliar essa meta. Próximo.

O “Brasil Sorridente” a mesma coisa, chegar a 24 mil equipes, em 2011, contra 16 mil, que foi o número do ano passado. Próximo. Implantar... Isso é muito importante, a internação domiciliar, ou seja, estimulando a alta precoce de atos pós-cirurgia. Idosos que tiveram acidente vascular cerebral ou que foram operados de cirurgias ortopédicas que possam fazer a conclusão da sua recuperação em casa, através da visita do médico, do enfermeiro e do fisioterapeuta. Próximo.

Nós temos uma grande pressão para incorporar novas vacinas à nossa política de imunizações. A dupla viral, a contra meningite C e a do pneumococo são as três que estamos propondo incorporar. Poderíamos incorporar outras, mas o custo sobre o sistema é brutal. A do pneumococo, por exemplo, qual é a nossa proposta? Estabelecer uma parceria de transferência de tecnologia com a empresa que detém a patente, com a Fundação Oswaldo Cruz, para que no pacote de compra do PNI dessa vacina esteja incluída a transferência total da tecnologia, no período de até cinco anos. Nós fizemos isso com hemófilos B, fizemos isso com a vacina da gripe, do Butantã. É uma estratégia inteligente e importante que nós temos que explorar. Próximo.

Esse é o Programa menina dos olhos do Presidente Lula. Nós vamos fazer uma coisa que acabou no Brasil e ninguém sabe por que. Eu, quando estudava no Colégio Pedro II, no antigo ginásio, o médico ia lá no colégio, eu me lembro, examinar os alunos. Então, nós vamos botar o “Saúde da Família” dentro das escolas. Nós vamos atingir 26 milhões de alunos e, aí, nós vamos trabalhar o quê? Detecção precoce de doenças que afetem o rendimento escolar, inclusive deficiência visual e auditiva. E vamos garantir todos os exames e o tratamento. Do que nós calculamos, 4% desses 26 milhões de alunos vão apresentar algum tipo de problema de saúde que afeta o seu rendimento na escola. Oferecendo, inclusive, óculos... Próximo. Consultas de otorrino, de avaliações audiológicas, incluindo, também, evidentemente, toda a questão de educação sexual e reprodutiva, prevenção da questão do uso de tabaco, álcool e outras drogas. Próximo.

No caso das pessoas que detêm plano de seguro de saúde, nós vamos trabalhar a questão da portabilidade. A ANS já está trabalhando essa questão. E em outubro nós vamos implantar uma nova sistemática de ressarcimento ao SUS, usando a mesma tecnologia que a Receita Federal usa, em relação à declaração do Imposto de Renda. Nós vamos acabar com o papel. Vai ser um sistema online, que vai ser auditado, e evidentemente as empresas vão ser avaliadas em relação à fidedignidade das informações que estão passando.

A nossa estimativa é que nós vamos, no mínimo, triplicar o volume de recursos que hoje os planos de seguros reembolsam o SUS. Poderíamos chegar, apenas com os atendimentos hospitalares e de alta complexidade, a 250 milhões de reais, por ano, sendo reembolsados ao Sistema Único de Saúde. Próximo.

Aumentar a cobertura em relação ao câncer de colo de útero e de mama. Próximo.

Da saúde do homem. O homem, em todas as faixas etárias, é mais frágil do que a mulher. Nós morremos mais e adoecemos mais e, pior, o homem se cuida menos. Ele é mais refratário e menos sensível às políticas de promoção e de prevenção. Então, agora em junho, nós vamos lançar a política de atenção à saúde do homem, que aqui tem só um retrato, ela é mais ampla, mas, por exemplo, ampliar em 20%, ao ano, o número de consultas na população masculina. Próxima. Ampliar em 10% o número de cirurgias para as patologias e câncer do trato genital masculino. Próximo. Ampliar em 20%, ao ano, o número de ultra-sonografias da próstata e promover a Campanha Nacional de Prevenção do Câncer de Próstata. Próximo.

A questão de hipertensão e diabetes, como prioridades de saúde pública, também está englobada aí,

a ampliação de oferta de medicamentos, de insulina e de exames de diagnóstico. Próximo.

A ampliação do Farmácia Popular. A idéia é que nós cheguemos em 500 unidades próprias de Farmácia Popular e em 20 mil unidades do Farmácia Popular no varejo farmacêutico. Hoje, nós temos 370 unidades próprias e 4.500 conveniadas. Então, a meta é chegar a 500 próprias e 20 mil conveniadas e aumentar, nas conveniadas... Hoje eu tenho hipertensão e diabetes, insulina, pílula anticoncepcional. A idéia é incluir medicamentos para asma, que é caríssimo, para as crianças, e medicamentos para os idosos, o de controle do colesterol, estatina, osteoporose, Alzheimer e alguma outra coisa. Isso tem um custo, um impacto financeiro, mas tem um grande impacto do ponto de vista de saúde pública, considerando que 90% do custo o Governo banca e a pessoa paga apenas 10% do custo. Próximo.

Regulamentar... Nós temos um Projeto de Lei aqui no Senado, que está, se não me engano, o relator é o Senador Jereissati, que é essa polêmica da judicialização da saúde. Vai ser um grande avanço se conseguirmos aprovar essa lei. Aumentar a participação de genéricos no mercado e aumentar também 40% os recursos dirigidos à distribuição gratuita de medicamentos. Próximo.

A questão do tabaco, em ambientes fechados. Nós estamos encaminhando um Projeto de Lei à Câmara dos Deputados, que proíbe o fumo em ambiente fechado.

A questão de bebidas alcoólicas. Nós avançamos em relação à comercialização nas estradas, agora tem a coisa da propaganda que está na Câmara ainda. Próximo.

A questão da alimentação saudável e atividade física, uma coisa muito polêmica e importante é a quantidade de sal e de gordura nos produtos industrializados, que precisam ser controlados.

E também a questão de acidentes de trânsito. O último número do IPEA(F) é impressionante, o Brasil gasta 20 bilhões de reais por ano em danos. Do ponto de vista de danos materiais e de tratamento de saúde constam 33 mil óbitos com acidentes de trânsito, no Brasil, anuais. Próximo.

A saúde do idoso. Qualificar 66 mil pessoas como “cuidadores” de idosos, realização de consultas oftalmológicas, oferecendo óculos e a caderneta de saúde da pessoa idosa. Próximo.

Implantar mais 140 novos centros de referência em saúde do trabalhador. Próximo.

A questão das doenças endêmicas. Nós vamos ver em detalhes um pouco mais à frente. A redução e o controle da dengue. Próximo. Da hanseníase. Próxi-

mo. Da tuberculose... Nós vamos ver isso em detalhes adiante. Pode passar. A malária... E o conjunto de recursos estimados. Na versão lá de trás, seriam sete bilhões e seiscentos a mais, além do que está no PPA, para esse bloco. Próximo.

O segundo bloco é... Esse é a grande novidade. O que nós estamos fazendo? Nós estamos juntando a Política de Ciência, Tecnologia e Inovação, a Política de Desenvolvimento Industrial, que o Presidente Lula lançou no mês passado, e a Política de Saúde, objetivando fazer o quê? Reduzir a vulnerabilidade setorial que hoje é de seis bilhões de dólares/ano negativos à balança comercial setorial da saúde. Ou seja, o conjunto de indústrias da saúde, medicamentos, fármacos, insumos, reagentes, equipamentos, importou seis bilhões de dólares a mais no ano passado do que exportou.

E pior, mais grave do que o volume de recursos financeiros é uma outra dimensão, a do conhecimento. Cada vez mais o Brasil depende de novas tecnologias desenvolvidas lá fora. Um bom exemplo foi essa decisão histórica do Supremo. Se nós não tivéssemos aprovado autorização para pesquisa com células-tronco embrionárias, seria mais uma área que o Brasil ficaria dependente de tecnologias que, com certeza, serão desenvolvidas a partir desses novos métodos e técnicas.

Então, aqui, a estratégia qual é? Ampliar a capacidade nacional de produzir, no Brasil, criando emprego, aqui, esses insumos. Trinta por cento do que o Brasil importa, o Brasil importa da China e da Índia, e quando a gente vai ver, do ponto de vista tecnológico que tem ali, não tem nada que o Brasil não possa importar. Vou dar um bom exemplo, marcapasso. Todos os marcapassos que o Brasil implanta no Sistema Único de Saúde são importados. Tem alguma barreira tecnológica? Não. A gente tem conhecimento para poder fazer aqui. Falta o quê? Uma política de Estado que estimule o empresariado a fazer aqui. Essa é a proposta. Então, a proposta... E usando o quê? Só para sintetizar. O poder de compra do Estado, que é alto; o BNDES como agente fomentador; e a indústria, privada e pública, para desenvolver isso no Brasil. Ou seja, reduzir o déficit comercial da saúde e aumentar uma taxa de 7%, ao ano, a produção local de farmacêuticos, medicamentos, equipamentos e materiais, através de parcerias com a FINEP e o BNDES, que está disponibilizando três bilhões de reais de créditos para o setor privado. Próximo.

Só um parêntese. Eu publiquei, no mês passado, duas semanas atrás, uma Portaria listando todos os produtos, medicamentos, insumos, vacinas, reagentes, equipamentos de interesse do Sistema Único de Saúde, para fins dessa política. Significa que o BN-

DES só vai financiar o que estiver dentro dessa lista de prioridades, acabando com... O que acontecia antes? O empresário chegava com a proposta boa, do ponto de vista macroeconômico, ou do negócio em si, mas que não tinha nenhum vínculo com a política de saúde. Agora não, o BNDES só vai aprovar o que está na Portaria que eu publiquei, que coloca quais são, incluindo as doenças negligenciadas.

Atender a 80% das necessidades do PNI e co-produzindo essas vacinas aqui no Brasil; aumentar em 50% a produção dos laboratórios oficiais; e substituir 20% da demanda do SUS por produtos nacionais; como, por exemplo, marcapasso, ultra-sons e mamógrafos. Próximo.

Concluir a HEMOBRÁS até 2010. Hoje o Brasil depende totalmente de importação dos fatores de coagulação. Todos os pacientes que são portadores de discrasias sangüíneas dependem desses insumos, e a guerra do Iraque criou um fenômeno: o consumo aumentou lá, e o preço subiu. Nós tivemos ano passado situações delicadas de estoques mínimos que colocavam em risco a segurança desses pacientes. Só com a HEMOBRÁS operando, em 2010, nós vamos passar a ter, vejamos, 100% da demanda de fator nove imunoglobulina e albumina, e vamos poder produzir 30% da demanda para o fator oito. Próximo.

Isso nós já inauguramos, é uma meta cumprida. Já inauguramos a fábrica de camisinha de Xapuri. Toda a produção vai ser comprada pelo SUS. Eu ainda não usei essa camisinha, mas quem já usou garante que a qualidade é excepcional. Camisinha nacional. Vamos privilegiar o material nacional, da Floresta Amazônica. Próximo. Exatamente. Pode passar.

Olha que coisa importante, a Fiocruz, que já está presente naqueles Estados, em amarelo, agora vai ampliar sua presença, como a maior Instituição Brasileira de Ciência e Tecnologia e Saúde Pública... Brasileira e da América Latina, ampliando a sua presença no Rio Grande do Sul, no Paraná, no Mato Grosso do Sul, em Rondônia, no Piauí e no Ceará. Próximo.

Usar o poder de compra do Estado, como grande indutor dessa mudança de política, que é fundamental. Próximo. E ampliar e capacitar rede de laboratório de saúde pública, para ampliar sua capacidade e, também, estruturar uma unidade nacional e reformar 30 centrais de armazenamento de insumos críticos, ou seja, vacinas, medicamentos, inseticidas, entre outros. Próximo. Estruturar duas Redes de Pesquisa Clínica, em Ciência e Tecnologia, e dois Centros Nacionais de Toxicologia. Esses dois Centros Nacionais de Toxicologia vão atender 100% da demanda da indústria da saúde e das instituições de C&T. Próximo.

Implantar uma rede nacional de biotérios e concluir o Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde da Fiocruz; um investimento de 150 milhões de reais que deve ficar pronto no ano que vem. Esse centro é importante por quê? Ele é a transição entre a pesquisa de bancada e a pesquisa em escala industrial. Muitas vezes, você conseguiu na bancada do laboratório desenvolver alguma coisa que parece promissor, mas, quando vai testar no ambiente industrial, a coisa fica inviável.

Então, esse Centro vai ser o primeiro no Brasil, vai permitir que essas tecnologias de bancada sejam testadas do ponto de vista de sua potencialidade como produto produzido em escala. Próximo.

A Cooperação Internacional também está presente. A Fiocruz vai ter uma Unidade junto à União Africana, e todo o trabalho, principalmente Cuba, Mercosul e os países portugueses africanos, vão ser prioridades do ponto de vista da nossa cooperação.

Queria só destacar que nós vamos implantar uma fábrica de antro e retrovirais em Moçambique, para atender às demandas daquele país e, no futuro, dos países africanos. Uma parceria entre Farmanguinhos e o Governo de Moçambique. Próximo.

Esse é um ponto importante, também, porque o Brasil faz fronteira com 121 municípios. E nós temos problemas de atendimento à saúde, aí. São populações que passam de um lado para outro. Então, o nosso SIS Fronteira tem que ser aperfeiçoado para poder resolver essa equação. Próximo. Para esse bloco, nós vamos precisar de cerca de um bilhão do orçamento do Ministério a mais. Próximo.

O outro ponto fundamental é a gestão e os trabalhadores. A saúde, ao contrário de outras áreas, onde a tecnologia entra você elimina postos de trabalho. Um bom exemplo é a indústria automobilística. Você bota um robô, acaba com... Banco. Você bota aquela maquininha que agora todo mundo usa, acabou. Na saúde, quanto mais tecnologia complicada você coloca, mais gente você precisa e mais gente qualificada. É uma área onde cresce a densidade tecnológica e cresce o emprego. Não tem jeito. Idoso vai precisar ter "cuidador", fisioterapeuta, psicoterapeuta, gerontologista, e vai ter que ter ressonância, tomógrafo, angiógrafo, novos medicamentos, novas vacinas. Tudo junto. Isso é pressão sobre o sistema.

Então, aí qual é a proposta? A tabela do SUS hoje está totalmente defasada, e os tetos dos Estados e municípios, para poder atender essa demanda brutal do SUS, completamente frágil. Reformular, reajustar a tabela e ampliar os recursos para ampliação de cobertura. Próximo.

A regulação é fundamental. Eu tive, ontem, em Minas e em Montes Claros e Ipatinga, inaugurando novas obras. É importante sair aqui de Brasília e ir lá na ponta e ver que estão acontecendo coisas importantes. Quer dizer, a organização da rede, com a implantação do SAMU, do “Brasil Sorridente”, do “Farmácia Popular”, do “Brasil Saúde da Família”, de hospitais regionais, está acontecendo. É impressionante.

Então, eu fui inaugurar um hospital, com toda uma política de avaliação de risco, de humanização, bem equipado, com profissionais motivados, recebendo salários razoáveis para a realidade brasileira. Então, essa coisa de você trabalhar a regulação, central de marcação de consultas, central de garantia de internação de leitos; isso integrado com o SAMU é muito importante. Informatizar 60 mil unidades de saúde e implantar, finalmente, o cartão nacional de saúde para 100 milhões de brasileiros. Próximo.

Nós temos que mudar a relação com Estados e municípios. A sociedade exige, cada vez mais, mais transparências e resultados. Para onde está indo o dinheiro? O que está acontecendo? Então, a idéia é contratualizar os Estados, e os Estados contratualizarem os municípios, em cima de um conjunto de metas e indicadores, e que isso seja público, disponível para todos poderem consultar e acompanhar. Inclusive, criando prêmios para os municípios e Estados que conseguirem ter um desempenho acima da média; prêmios inclusive financeiros.

Retomar a discussão da Lei de Responsabilidades Social. Nós temos uma Lei de Responsabilidade Fiscal; temos que ter uma Lei de Responsabilidade Social, onde fiquem claras, inclusive, as responsabilidades dos Gestores, dos Secretários de Saúde, mas, também, dos Secretários de Fazenda, na garantia dos repasses dos recursos, dos Prefeitos, dos Governadores, do Ministro, de todos, em relação às suas competências e atribuições. E o Projeto de Lei criando a Fundação Estatal de Direito Privado, que está na Câmara dos Deputados, e que já foi aprovada pelo Estado de Sergipe, da Bahia, do Rio de Janeiro e que começa a ser melhor compreendido, agora, como uma medida importante que pode aumentar a eficiência do gasto público e a qualidade do atendimento. Próximo.

Qualificar o sistema de auditoria do SUS, que é fundamental, através do fortalecimento do DENASUS. Próximo. Fortalecer os Conselhos Estaduais e Municipais, ampliar o Sistema de Ouvidoria e tornar a Carta de Direito dos usuários disponível a todas as pessoas. Próximo.

Integrar essa política com as demais políticas do Governo Lula: “Bolsa Família”, “Pronasce”, “Pontos de

Cultura”, “Quilombolas” e “Territórios da Cidadania”, nos 2.700 municípios mais pobres do Brasil. Próximo.

Essa é uma idéia que nós estamos amadurecendo. A epidemia de dengue no Rio de Janeiro nos chamou a atenção de que o Brasil não tem, ao contrário de outros países, Estados Unidos têm, outros países têm, uma Força Nacional de Saúde que seria um conjunto de clínicos, infectologistas, sanitaristas, planejadores que pudessem ser mobilizados, rapidamente, para qualquer situação de catástrofe. Pode ser um grande desastre natural, um acidente de proporções muito grandes, uma doença que saia do controle das autoridades locais e que você possa usar esse pessoal para isso. Pois não, Deputado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Sim. Também. Está ali. Com a FUNASA e FUNAI. Vai aparecer um pouco mais na frente. Próximo.

Bom, se nós temos... a força de trabalho é o maior patrimônio do Sistema Único de Saúde, nós temos que qualificar. A nossa proposta é especializar 52 mil profissionais de nível superior que hoje trabalham no Saúde da Família, ou seja, dar a esses profissionais o título de especialistas em saúde da família; capacitar 260 mil técnicos de nível médio; qualificar 110 mil profissionais que trabalham em gestão ou gerência; e implantar, em Brasília, a Escola de Governo em Saúde, da Fiocruz, que já está em construção aqui em Brasília. Ano que vem está pronta. Próxima.

Para esse bloco, nós precisaríamos de cerca de seis bilhões de reais a mais, além do que está no PPA. Próximo. Esse é o último bloco. Vamos lá. Pode passar. Aqui é o que mais comumente se compreende por saúde: hospital, tecnologia. Olha que metas desafiadoras. Nós estamos propondo, até 2011, implantar 81 novos centros para tratar o quê? Os brasileiros que hoje vão ficar esperando meses por uma radioterapia [soa a campainha]. Que essa é a realidade, a nossa realidade, hoje, infelizmente. E concluir o novo campus do Instituto Nacional do Câncer, no Rio de Janeiro. Próximo.

Reequipar 300 serviços de hemodiálise, disponibilizando 2.600 novas máquinas. Vejam a importância disso. Criar 366 novas unidades de hemodiálise; 230 serviços de neurocirurgia novos; 155 de cardiologia; 186 de traumatologia-ortopedia; 640 de oftalmologia; e 13 novos serviços de saúde auditiva em todo o País; 6.500 novos leitos de terapia intensiva e semi-intensiva. Na realidade, nós precisaríamos de 18 mil leitos de terapia intensiva e semi-intensiva. Seis mil e quinhentos, porque nós disporíamos apenas de 24 bi a mais. Se

tivermos 40 bi a mais, em quatro anos, poderemos pelo menos dobrar isso aí, praticamente. Próximo.

Aumentar o número de transplantes do SUS de 11 mil para praticamente 16 mil/ano; estruturar 20 bancos de pele, tecido, ossos, cordão umbilical e válvulas cardíacas. Próximo. Universalizar o SAMU, comprando 4.200 novas ambulâncias, 10 helicópteros, 14 ambulâncias até 2011, universalizando o atendimento a toda a população brasileira. Próximo.

Atender um milhão de brasileiros com deficiências físicas, que se encontram aguardando, em fila de espera: deficiência visual, auditiva e deficiência física. Próximo.

Concluir, ampliar, reformar e equipar 244 hospitais. Fortalecer a rede hospitalar filantrópica, envolvendo, aí, 260 unidades, e reformar e reequipar 140 hospitais universitários de ensino. Tudo isso que eu estou mostrando, aqui, nada disso está acontecendo por falta de recursos financeiros. Esse é o Projeto que foi apresentado e aprovado, em dezembro, que não foi implementado porque faltam recursos. Próximo.

A questão da humanização, do acolhimento com classificação de risco, as maternidades amigas da mulher, a humanização na rede SUS está contemplada. Próximo.

Muito bem. Agora, você vai clicar aí nessas “Teias”. Isso, por favor. Entrar nas “Teias”, ali.

Bom, o que nós estamos propondo? Para cada território com 100 mil habitantes, nós vamos organizar um modelo de atenção que seja implementado em todo o Brasil, que tenha agentes comunitários de saúde e de odontologia...

Agora, você bota a mãozinha ali... Não, não. Embaixo... Aí. Não, não, não, ali. Lá em cima, o quadradinho, o quadradinho, embaixo do quadrinho, embaixo, embaixo. Para direita. Uma para direita. Aí. Não, não. Não está, né?

Bom, então as “Teias” não estão funcionando. Mas, em linhas gerais, é basicamente o seguinte: para cada população de 100 mil habitantes, nós vamos ter agentes comunitários de saúde, “Programa Saúde da Família” e “Programa Brasil Sorridente”, as Unidades Básicas de Apoio ao PSF, os Núcleos de Atenção à Saúde da Família, que dão apoio especializado--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Ministro.

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: --os Centros de Especialidades Odontológicas. Pois não.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Esses territórios abrangem vários municípios, né?

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Com certeza.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Ah, tá.

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Os Centros de Atenção Psicossocial; o apoio diagnóstico; a vigilância sanitária; a UPA 24 horas, que é um atendimento de urgência; o SAMU; o Farmácia Popular; o Hospital de Referência; e a integração com as Políticas de Atenção Indígena, Quilombolas, aquele... E os demais Programas de Governo, os CRAS do Ministro Patrus Ananias. Ou seja, todas as políticas, no território, voltadas para populações marginalizadas ou em situação de riscos estariam sendo integradas a essa estratégia.

Muito bem. Eu acho que eu já me excedi no meu tempo, e agora nós teríamos uma apresentação rápida sobre as doenças negligenciadas. Aí eu não sei como que a gente caminha, que o Gerson Penna... Ou a gente discute esse bloco primeiro e entra nas doenças negligenciadas depois...

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Bom, Srs. Senadores, eu agradeço ao Ministro, então, a primeira parte da sua exposição e coloco, então, ao Plenário, se seria mais conveniente que nós discutíssemos essa etapa e em seguida continuarmos ou...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu tenho a impressão, Sra. Presidente, que seria interessante... Eu acho que, na minha opinião, o Ministro continuar, porque a gente sabe que ele tem um problema de horário também, em função dos debates e votações no Congresso, e assim nós poderíamos ser bastante sucintos, na seqüência. Se formos fazer alguma observação, limitar a observação a dois, três minutos, bem rapidinho, só para comentar alguma coisa e aproveitarmos a presença do Ministro aqui nesta Comissão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Então fazemos logo, então. Direto.

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Muito bem. Então, tem uma outra apresentação que vou fazer, e o Gerson Penna, que é meu Secretário de Vigilância e Saúde, Dr. Reinaldo Guimarães, Secretário de Ciência e Tecnologia, não, eles ficam ali de universitários.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Está bom [risos].

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Se eu precisar de algum apoio para esclarecer alguma coisa, eles entram em cena.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Levantem as placas [risos].

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Exatamente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Fique à vontade, então, ministro.

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Só para... Só uma questão. Esse problema das doenças negligenciadas é muito importante. Mas eu queria destacar o que está acontecendo na Organização Mundial da Saúde, que o Brasil vem liderando... Criou-se uma Comissão na OMS, sobre propriedade intelectual e acesso a medicamentos, que o Brasil é o líder desse processo, e nessa última Assembléia, realizada agora em maio, nós tivemos avanços importantes.

Mesmo contra a posição dos Estados Unidos, nós conseguimos praticamente fechar um documento de consenso, e esse documento coloca uma grande questão em debate: como garantir o acesso de todas as pessoas ameaçadas, hoje, por doenças importantes, como garantir que essas pessoas todas elas, dos países pobres, principalmente, tenham acesso ao conhecimento gerado pelo homem? Acesso igualitário. Dois: como garantir que nós possamos desenvolver novas drogas e novos métodos de diagnósticos para essas doenças que são doenças onde não há interesse do setor privado em investir? E três: como mudar esse cenário onde, por exemplo, uma doença que nós vamos ver, que é a leishmaniose, nós usamos, para tratar, uma droga dos anos 40 do século passado, extremamente tóxica, com um conjunto de efeitos colaterais. É inadmissível que até hoje a ciência não tenha se debruçado e desenvolvido uma droga mais eficaz e que traga menos efeitos colaterais.

Então, é um problema importante, e que o Brasil está se mexendo, e que o nosso papel, no cenário internacional, é um papel reconhecidamente de vanguarda e politicamente muito importante e muito consistente. Vamos lá.

Nós já tínhamos visto isso, quer dizer, a pirâmide está ficando... Não é mais uma pirâmide, é quase um caixotinho. A população idosa está aumentando; a base diminui; a parte de cima e a parte intermediária aumentam; nós já temos 10% da população com mais de 60 anos, ou seja, praticamente 20 milhões de brasileiros, e essa é uma tendência inexorável.

O Brasil está fazendo, em 50 anos, o que os países da Europa, a França fez em 100 anos. Nossa transição demográfica é uma transição demográfica rápida. Próximo.

E foi aquilo que eu disse, quer dizer, as principais causas de óbito, mudando radicalmente o cenário dos anos 30 do século passado para cá, principal causa: doenças do aparelho circulatório; segundo: neoplasias; e terceiro: os acidentes e as violências.

As doenças infecciosas e parasitárias reduziram drasticamente a sua participação percentual, mas continuam sendo relevantes e importantes, como nós vamos ver. Próximo.

Bom, a OMS classifica como doenças negligenciadas um conjunto de doenças associadas à situação de pobreza, às precárias condições de vida e às iniquidades. Apesar de serem responsáveis por quase metade da carga de doenças nos países em desenvolvimento e nos países pobres, os investimentos, em pesquisa e desenvolvimento, tradicionalmente, não priorizaram essa área.

Então, nós poderíamos listar essas doenças, que seriam: a doença de chagas, a dengue, a esquistossomose, a hanseníase, a leishmaniose, a malária e a tuberculose. E aí tem uma frase do ex-Ministro Adib Jatene chamando atenção que até a década de 80 as patentes dos medicamentos mais utilizados no mundo eram propriedades de universidades, 70, de universidades ou de institutos públicos de pesquisa. E, a partir daí, a colocação, a detenção de novas patentes é fortemente dirigida e capitaneada pelas grandes empresas multinacionais. Que, em média, uma grande empresa multinacional, hoje, farmacêutica ela investe pelo menos dois bilhões de dólares/ano em P&D; pelo menos, no mínimo. Algumas investem mais. Próxima.

Então, nós temos, ali, o mercado farmacêutico mundial, que já ultrapassou os 600 bilhões de dólares; e um dado impactante, aqui, metade desse mercado é realizado em um único país, os Estados Unidos. Então, vocês imaginam o Brasil, o mercado brasileiro está em torno de 11 bilhões de dólares, e o mercado americano 300... Mais de 300 bilhões de dólares. Então, é...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Nosso mercado é o nono. Mas vejam uma sociedade altamente medicalizada e onde as grandes empresas investem nas chamadas doenças globais. Enquanto que as doenças negligenciadas ficam sem investimentos no desenvolvimento de novas drogas e de novas tecnologias de diagnóstico. Próximo.

Como está a situação dessas doenças no Brasil? A malária... Vejam que está... Nós tivemos já 93 mil casos a menos de malária, com redução de três mil internações, através de novas tecnologias de tratamento. Inclusive, a Fiocruz, no mês passado, lançou uma nova droga, que é a associação de duas drogas, que vai ter um grande impacto no tratamento. Foi desenvolvida, é uma drogada desenvolvida pelo...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [Pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Quer dizer, uma iniciativa voltada para as doenças negligenciadas fez com que Farmanguinhos desenvolvesse uma associação de duas drogas para ter um impacto muito grande no tratamento. Próximo.

A maior concentração da malária está na Amazônia ocidental, e aí você tem um quadro... Em negro, maior incidência. Quanto mais claro, menor a incidência. Próximo.

A nossa meta é estar trabalhando com uma redução, até 2010, substantiva, ou seja, hoje, 2008, nós estaríamos ali com 400 mil casos, a idéia é chegar a cerca de 300 mil casos, em 2010. Ainda significativo, mas aperfeiçoando o diagnóstico, usando essa nova conjugação de drogas para o tratamento e reduzindo o número de internações. Próximo.

A tuberculose é um problema sério, ainda em saúde pública no Brasil. Nós temos 80 mil novos casos, por ano, com cerca de 4.500 óbitos. Ela é a nona causa de internações por doença infecciosa; a sétima em gasto por internação por doença infecciosa; a quarta causa de morte, por doença infecciosa; a maior causa de óbito relacionada à AIDS; e 70% dos casos estão em 315 municípios.

Nós estamos desenvolvendo uma nova abordagem, nesses municípios, que é aquela estratégia de você garantir... O grande problema é o abandono do tratamento. Então, qual é a idéia? Você, através do fortalecimento da atenção primária da Saúde da Família, você estruturar estratégia que garantam o segmento e o controle desses pacientes e que eles tomem, sem interrupção, durante seis meses, ou cumpram o tratamento sem interrupção durante seis meses, inclusive, com "buscativa" de doentes, visitas domiciliares, etc., etc. Próximo.

Na hanseníase, ainda é um problema sério no Brasil. Uma entidade brasileira, uma Organização Não-Governamental, MORHAN, ganhou, esse ano, o prêmio da Fundação Sasakawa, lá em Genebra, durante a Assembléia Mundial da Saúde, mas ainda nós temos um problema sério: três mil pessoas por ano ainda são diagnosticadas com deformidade física, o que é inadmissível. Nós já temos uma cobertura de 34% de Unidade Básica de Saúde, oferecendo diagnóstico e tratamento, e a média do percentual de cura, nesse período, foi de... 2001 a 2006, foi de 90%. Nós estamos avançando, é uma doença complexa, crônica, de longo período de desenvolvimento, principalmente na região amazônica. É a maior concentração, não é isso, Gerson? Maior concentração da hanseníase na região Amazônica. Maior coeficiente na região amazônica. Próximo.

As leishmanioses visceral e tegumentar, aí é efetivamente a prioridade é para o desenvolvimento de novas drogas. Como eu falei, a única tecnologia que nós temos disponível de uma droga, o glucantime, que é usado desde os anos 40. O Papaléo, aqui, já se lembrou na hora. O pessoal da velha guarda, aqui, que

fez medicina lá trás, o glucantime... É o mesmo. Não temos nada novo. O que é dramático. Próximo.

No caso da doença de chagas, nós temos já certificação internacional. Não há mais no Brasil transmissão, pelo vetor, pelo barbeiro. O que nós temos tido é a transmissão por via oral, nos últimos anos. Próximo. Esse quadro mostra... Nós tivemos alguns... Principalmente no Pará, no Amazonas e no Amapá, a maioria dos casos, consumo de açaí contaminado com o barbeiro. Então, por ingestão oral, o tripanossoma passa pela mucosa e contamina e causa um quadro agudo, o quadro agudo de doença de chagas. Não o quadro crônico que nós conhecemos. Então, é uma doença que nós conseguimos um grande avanço, que foi a interrupção da transmissão vertical, mas continuamos com casos agudos... Caldo de cana teve um surto, também, em Santa Catarina, com o uso de caldo de cana contaminado. Próximo.

A taxa de mortalidade de internação por esquistossomose... Vocês vejam que se reduziu significativamente. Aqui, evidentemente, a expansão da oferta de água tratada, saneamento ambiental, esgotamento sanitário e intervenções urbanas reduzem significativamente essa patologia. Próximo. Aqui nós temos... Houve uma redução, portanto, em 57% na taxa de mortalidade. Em 2005, nós tivemos apenas 514 óbitos e uma redução, entre 98 e 2007, de 57% das internações por esquistossomose. Ali, nós temos a faixa de prevalência em inquéritos de análise de fezes, mostrando a concentração, principalmente, ali, nos Estados da região Nordeste, principalmente. Próximo.

A dengue é um problema mundial. Em julho do ano passado, a Organização Mundial de Saúde lançou um alerta. São dois bilhões e meio de pessoas em risco, 80 a 100 milhões de casos por ano e a estimativa de 400 mil casos, da forma hemorrágica, sem países endêmicos. Vejam que a faixa é exatamente a faixa dos países que, por especificidades climáticas, apresentam uma maior facilidade de reprodução do vetor. Existem relatórios da ONU, bastante recentes, mostrando também a relação entre o aquecimento global e a expansão da dengue e de outras doenças. Próximo.

Os soros tipos circulantes, de 2001 para 2050, estão aí. O único soro tipo circulante é o soro tipo 4, que ainda não entrou no Brasil, apesar de estar presente em países que fazem fronteira com o Brasil, como a Venezuela. Próxima. As áreas potenciais de dengue em 2008 estão ali. E áreas potenciais de febre hemorrágica, em 2008, à direita. No caso das áreas potenciais, em 2008, principalmente os Estados que tiveram baixa incidência em 2007, e o número grande de suscetíveis, ou seja, uma nova população, principalmente crianças que nasceram depois do último surto,

que não têm proteção natural, imunidade. E, no caso da forma hemorrágica é exatamente o contrário, quer dizer, população previamente exposta ao soro tipo e onde circulam vários soros tipos, causando os quadros hemorrágicos. Próximo.

Esse é o número de Secretarias Estaduais certificadas de 98 a 2002, praticamente... Quer dizer, todas elas estão certificadas. Próximo. E as Secretarias Municipais certificadas para o combate à dengue. Próximo.

Bom, só para vocês entenderem, o Ministério da Saúde hoje repassa os recursos financeiros para os Estados e Municípios, em cinco blocos. Antigamente, eram 142 formas de repasse. Uma maluquice. Agora, temos o bloco da atenção básica, o bloco da média alta, da vigilância, da assistência farmacêutica e de gestão. Então, são cinco canais de fluxo de recursos. Próximo.

Aqui é o teto financeiro de vigilância em saúde. Então, a modalidade de financiamento da vigilância, do combate, portanto, a essas doenças mudou. Da relação convencional, que era um caos, você tinha que fazer um conveniuzinho para cada coisa, hoje repassa fundo a fundo, e cada Estado tem um teto de vigilância em saúde. Então, você veja o crescimento. Em 2008, nós vamos ter aí um... Quanto?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Um bilhão e 20 milhões de reais no teto de financiamento da vigilância em saúde, para todas essas doenças. Próximo.

Esse é só para vocês terem uma idéia da comparação dos gastos *per capita*, na modalidade anterior, convencional, e na modalidade atual, do teto financeiro de vigilância. Mostrando como cresceu, significativamente, e a concentração maior de crescimento nos Estados da região Amazônica. Isso são valores *per capita* médio/ano. É isso? Próximo.

Bom, aqui é o Programa de P&D em doenças negligenciadas, que a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde vem trabalhando. Próximo. Essas são as publicações, por autores brasileiros, nas seis doenças negligenciadas, do Programa de P&D da nossa Secretaria, ou seja, 140 publicações em dengue... Em que ano foi isso, Reinaldo? Ah, está lá. Total dos seis anos. Dois, quatro, seis, sete anos: 140 publicações em dengue; 175 em hanseníase; 285 em malária; 305 em tuberculose; 375 em leishmaniose; e 922 em chagas. Ou seja, mais de 2.600 *papers* de autores brasileiros. Próximo. Essa é evolução anual por doença. Próximo. Esses são como funcionam as redes

de co-autoria científica. O Reinaldo poderia falar sobre isso, Reinaldo, rapidinho, só para traduzir?

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Podia usar aqui...

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: No microfone, aqui.

SR. REINALDO GUIMARÃES: Muito rápido. Isso é apenas uma rede de... No caso da dengue, rede de co-autores brasileiros que estão trabalhando com dengue. Cada ponto marronzinho daqueles é um autor principal, situado num determinado centro de pesquisa, e os pontinhos azuis são co-autores, mostrando que há uma disseminação bastante grande da pesquisa em dengue, no Brasil.

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: E que várias instituições, portanto, se integram nesse esforço de pesquisa e de desenvolvimento de novas abordagens. Próximo. Idem, no caso da malária... De tuberculose... E essas são as principais Instituições das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, em verde, e Instituições estrangeiras que são parceiras para as várias doenças.

Então você vê, ali, a concentração para a doença de chagas, Fiocruz, USP, UFRJ, UFMG, UNIFESP, ou seja, um conjunto grande de instituições para dengue, para leishmaniose, hanseníase, malária e tuberculose. E, ali embaixo, são as instituições brasileiras que aparecem no nível mais alto de avaliação de qualidade. Seria isso? De qualidade, em ordem alfabética.

Então, para a doença de chagas, a Fiocruz; para dengue, a Fiocruz, a Secretaria de Saúde do Ceará, a Secretaria de Saúde do DF e a URFF. O que é a URFF? É Rural Federal Fluminense. Universidade rural. Para leishmaniose UFMG e Natal, não é isso? Hanseníase: Fiocruz, UFRJ; malária: Fiocruz, Pernambuco, Roraima; e tuberculose: Fiocruz e Rio Grande do Sul. Próximo. Essas são para... É a mesma coisa da outra? Ou não? É a mesma coisa. Próximo.

Esse é o número de projetos e recursos que o Ministério vem investindo nas doenças negligenciadas. Números de projetos e de recursos por ano, englobando 2202, 2003, 4 e 5, 6 e 7. Próximo.

Aí, por região, Centro-Oeste, Norte, Nordeste, Sul e Sudeste, número de projetos e recursos. Próximo. E esses são por doença, de 2003 a 2007. Então, alguns números, cerca de 40 milhões em tuberculose; 30 e poucos milhões em leishmaniose; alguma coisa de 24 milhões em dengue, recursos acumulados no período [soa a campainha]. Próximo. É a mesma coisa por região. Próximo. Pode terminar. Acho que é isso aí. Muito bem. Obrigado pela atenção.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Obrigada mais uma vez, Ministro. Nós

vamos começar imediatamente, então, ao debate, mas antes eu quero só registrar a presença dos Deputados Max Rosenmann, do Deputado Osmar Terra, da Sra. Carolina Larriera(F), que está aqui, Dr. Jurandir Frutuoso, demais autoridades. Acho que... [pronunciamento fora do microfone].

Bom, então, os Srs. Senadores podem se inscrever. O primeiro inscrito já é o Senador Inácio Arruda, que é autor do Requerimento, depois o Senador Papaléo, o Senador Flávio, o Senador João Pedro e o Senador Augusto Botelho.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Bom, primeiro agradecer a presença do Ministro que respondeu prontamente a nossa iniciativa conjunta. Senador Papaléo trabalhou conosco neste Projeto. Discutirmos não só o programa, mais saúde, que carece, como bem esclareceu o Ministro, de um aporte razoável de recursos para que ele possa deslançar e ser um programa “exitoso”, que não mexe só com a atenção direta à saúde, mas o Ministro mostrou, aí, os reflexos e a complexidade do Programa que envolve investimentos na área industrial, na pesquisa, na atração, com certeza, de pesquisadores, porque nós precisamos manter os pesquisadores no Brasil, não só nas empresas privadas, mas dentro das universidades e dentro dos institutos de pesquisa do nosso País.

Como a Fiocruz, digamos assim, é a ponta de lança nessa área, na pesquisa, no nosso País, nós poderíamos pedir, não diretamente ao Ministro da Saúde, mas por seu intermédio e diretamente aos Senadores, que talvez a gente precise fazer um bom diálogo com o Ministro do Planejamento para que a gente possa garantir que esses pesquisadores, que são todos de... Gente de altíssima qualidade e de muito compromisso com o País, possam se manter essa Instituição. Ela precisa desse apoio nosso, conjunto. Porque são pesquisadores de grande qualidade, e tem muita gente querendo esses pesquisadores. Quer dizer, se nós negligenciarmos esses pesquisadores, também vão ser levados para outras Instituições, especialmente fora do Brasil, onde estão as principais empresas de pesquisa no setor privado, pesquisando e transformando suas pesquisas em patentes que se tornam caríssimas para o nosso País.

Mas eu queria levantar aqui a idéia, Sr. Ministro, porque acho que o plano nosso de saúde, acho que vai ser motivo também de um embate político sobre a sua compreensão, que está na Câmara e, brevemente, virá ao Senado. Nós vamos ter que fazer um trabalho de diálogo bom com os Senadores e tudo, porque é o problema do financiamento... Sem os recursos, V. Ex^a não terá como conduzir um projeto ousado como o que foi apresentado aqui. Quer dizer, tocar esse Pro-

jeto exige um compromisso forte dos Senadores e Deputados. Digamos que a batalha está começando na Câmara, mas vai chegar a nossa vez de responder a essa necessidade da área de saúde.

E dentro desse... Aqui, o senhor contou com o compromisso largo de muitos Senadores, nessa Comissão, e nós vamos fazer o trabalho de, digamos assim, convencimento, junto com V. Ex^a e dos demais Senadores. Mas, nessa área das doenças negligenciadas é que nós... Digamos, a nossa audiência tem dois tempos. V. Ex^a já levantou aqui as questões, e, em seguida, nós vamos ter uma outra audiência que vai reunir Organizações Não-Governamentais, a própria Fiocruz, FUNASA, outras Instituições sobre a atenção nessa área das doenças negligenciadas. Que tem que ter uma partida do Ministério, mas vai ter que ter uma resposta muito forte, lá na ponta, que é no nosso sistema, ligado aos Estados, ligado aos municípios.

E, aqui, talvez um problema gravíssimo do Brasil, não sei se só o Ministério da Saúde resolveria o nosso problema, que é um problema cultural, que envolve o problema econômico das pessoas, da renda, da distribuição de renda, e envolve cultura... Eu fico assim muito feliz em ver o Programa indo para dentro das escolas, um Programa da... O “Mais Saúde”, lá, dentro da escola, que V. Ex^a lembrou bem. Nós fazíamos todos esses exames: exame de vista, ouvido; faziam peso, medida... Quer dizer, para ver se podia fazer educação física, se não podia fazer educação física, se era dispensado, se não era dispensado... Nós não precisávamos levar um atestado médico. Isso era feito dentro da própria escola. Acho que isso aí é um motivo de grande felicidade para todos vermos as crianças serem atendidas diretamente dentro da escola.

Mas, assim, eu examino que nesse problema das doenças negligenciadas, nós vamos ter que envolver talvez uma ação integrada com o Ministério da Educação. Acho que tem um problema gravíssimo aqui na ponta, lá embaixo, que vai ter que entrar dentro das escolas, no ensino fundamental. E, em seguida, o problema de que as doenças negligenciadas são muito conhecidas nossas. Elas vêm de longo tempo entre nós. E nós poderíamos imaginar o seguinte: “mas, com tanto tempo entre nós, como é que a gente não conseguiu, inclusive, rever os produtos, os medicamentos. Por que é que tudo isso ficou encalhado esse tempo todo? Quais as razões que levaram o nosso País a não mexer nisso? Por que aconteceu isso?”

E, segundo, não sendo... Como o problema central aqui está relativo à questão da renda econômica, e as doenças negligenciadas são exatamente as doenças dos pobres, quer dizer, o mosquito da dengue desgraçadamente ele pica todo mundo. Então, ele não

escolhe se é pobre, rico, remediado, negro, branco, amarelo, qualquer um, ele não tem preferência nessa área. Mesmo a AIDS, que acho que corretamente teve uma atenção espetacular do Ministério da Saúde, de todos os demais Órgãos ligados à saúde, mas também ela não escolhe. Não faz uma escolha. Acho que, aqui, no caso das doenças negligenciadas, talvez a gente... Há uma pressão muito forte das doenças que atingem os setores médios e que têm mais força econômica. Eles têm muito poder de pressão. E, no meio das camadas mais pobres, essa pressão fica muito diminuída, porque elas não têm controle dos veículos de comunicação, elas não estão no rádio, na televisão, nas revistas, nos jornais, não são elas que pagam os anúncios, principalmente, dos grandes veículos no nosso País.

E aqui que eu acho que tem uma necessidade, talvez, de uma intervenção maior nossa, de como sensibilizar, prefeituras, as maiores; Governos dos Estados; e também o próprio Governo Federal, de aportar [soa a campainha] mais recursos da sua Secretaria de Comunicação e do próprio Ministério da Saúde e na Educação, no debate sobre esse tipo de doenças. São doenças que nós podemos controlar. Algumas têm tratamento, mas as pessoas abandonam o tratamento no meio do caminho. Ela não tem a consciência formada. Acho que há uma necessidade de um esforço muito grande nessa área. Em alguns casos...

Acho que aqui é um problema central. Como fazer um grande convencimento, se o Ministério está convencido de envolver a Secretaria de Comunicação da Presidência da República, porque isso aqui é um problema de peças publicitárias que são importantes, são para pessoas simples, para ter um entendimento simples sobre problemas que são graves.

Então, como nós entrarmos aqui... É como se precisasse, digamos assim: "Presidente, nós estamos precisando, aqui, de um aporte adicional, que é na área de comunicação do Governo com o povo brasileiro, para resolver esse problema ou pelo menos atenuar esse problema".

E, por último, acho que seria importante destacar esse trabalho, que vem sendo desenvolvido pela Fiocruz. Eu falei lá atrás, no começo da Fiocruz, no ponto de vista da sustentação ao plano de carreira adequado para os nossos profissionais pesquisadores. E no final é sobre os êxitos, porque a Fiocruz, ela hoje é destacada internacionalmente. Então, quais os medicamentos mais recentes, Sr. Ministro, que a Fiocruz tem patenteado? E o que isso significa não só para o Brasil? Quer dizer, o patenteamento desses medicamentos num país como o nosso, um país em desenvolvimento e que tem forte relação com África,

América Latina e mesmo países como a Ásia, Índia, o que significa nós termos patentes na área, relacionadas com doenças como malária, mesmo como AIDS, tuberculose? Esses medicamentos, a repercussão que têm no Brasil e fora do Brasil, porque nós podemos ter forte relação com esses países.

Eram essas as questões que nessa primeira etapa eu gostaria de levantar, mesmo porque muitos outros Senadores querem argüir [soa a campainha].

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Bom, Srs. Senadores, é, na verdade, regimentalmente, o Ministro agora responderia, teria cinco minutos. Mas acho que nós poderíamos fazer três perguntas que o Ministro pudesse responder, e isso agilizaria a nossa audiência. Portanto, o próximo inscrito é o Senador Papaléo Paes, que é o Presidente da Subcomissão e autor também do Requerimento.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sra. Presidente, Sr. Ministro, eu quero mais uma vez agradecer a sua presença aqui, que é muito importante, vimos a sua exposição, realmente ela já responde várias perguntas que nós deveremos fazer, mas as suas respostas serão no sentido de fixar o que o Ministério tem realmente na sua objetividade para essas questões discutidas aqui.

Então, por isso, considerando o que o Senador Inácio Arruda já dissertou aqui, tudo muito importante e muito bem colocado, eu quero ir direto para minhas perguntas que foram pré-elaboradas. São duas perguntas que vou fazer a V. Ex^a.

As doenças negligenciadas, apesar de acometerem parcelas significativas da população mundial, não são priorizadas pelo setor farmacêutico, recebendo investimentos em pesquisas em montante desproporcional à sua magnitude. Nesse contexto desfavorável de mercado, qual o papel do Estado no sentido de suprir essa lacuna e de atender às necessidades de saúde da parcela da população que padece desse tipo de doença e que, em geral, é a população mais pobre? É a primeira pergunta que faço a V. Ex^a.

E a segunda pergunta é: No final de 2007, o Ministério da Saúde lançou o Programa de Aceleração do Crescimento, PAC da Saúde, também chamado de Programa Mais Saúde, com quatro anos de duração, 2008 a 2011. Parte desses recursos destinados a esse Programa está contemplada no PPA. No entanto, uma parcela significativa deles, cerca de 24 bilhões, ainda não está garantida. Como o Ministério da Saúde pretende obter os recursos financeiros para a execução dessa... Plena do Programa?

Fazendo um registro, aqui, Sr. Ministro, de que eu, como médico, eu, independente, fiz minha votação contrária à CPMF. Tenho minha consciência tranquila

de que foi a opção correta, que foi feita, por isso quero deixar registrado, preocupado, sim, com essa questão de alocação de recursos para a saúde. E também, rapidinho, só reafirmar que, como médico, eu não admito que o Programa... Os Programas de saúde sejam executados com recursos que tenham a sua arrecadação de forma temporária. Então, esse foi um dos motivos que fez eu votar contra. Muito obrigado, Sr. Ministro.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Obrigada, Senador Papaléo Paes. Com a palavra o Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Ministro, eu quero, em primeiro lugar, cumprimentá-lo pela presença, pela exposição, pelas idéias, pelo trabalho e a exposição, toda ela, assim, extremamente relevante e importante, interessante, sem dúvida alguma. E até pelo adiantado da hora, também, eu vou me deter só nas perguntas.

Primeira pergunta é em relação à certificação da dengue. Parece que eu olhei rapidamente o quadro. Inclusive peço que a Presidência depois possa xerocar esses quadros e passar para todos nós, para nos determos, assim, um pouco mais. O Rio de Janeiro estaria, sem dúvida, certificado, me parece. E tivemos o problema que tivemos no Rio de Janeiro. Então, há algum problema com esta certificação? Porque a gente pode admitir, hoje em dia, que alguém tenha dengue, como os meios de comunicação colocam, mas não podemos admitir que a pessoa morra de dengue. Tivemos 80 mil casos, no Mato Grosso do Sul, no ano passado. Uma pessoa morreu, ou duas pessoas morreram se não me engano, pelo que os Senadores do Mato Grosso relataram. E no Estado do Rio de Janeiro 70, 80, não se sabe direito quantas pessoas morreram. Quer dizer, isso significa que o... Salvo melhor juízo, que o Estado do Rio de Janeiro não está fazendo o seu dever de casa, a sua lição de casa. E gostaria que V. Ex^a pudesse pensar e dizer nesse sentido.

O segundo aspecto é em relação a municípios. Eu acho que a solução para os problemas da saúde está... A solução está nos municípios. O município é aquela instância federativa que de fato aplica os 15% em saúde. A grande maioria dos municípios aplica 15% em saúde. O município de Curitiba aplica 18% em saúde. Quer dizer, 20% a mais do que deveria estar aplicando, e não é suficiente. Ou seja, qual é a ênfase que está se dando para se dar maior autoridade, maior liderança, mais recursos para que os municípios enfrentem os problemas de saúde? Os Estados não aplicam os 12%, o Estado do Paraná, inclusive, não aplica, e outros Estados muito menos, e a União também não aplica o que deveria aplicar na área da saúde.

A outra pergunta é em relação ao orçamento. V. Ex^a colocou que o Congresso deve aprovar o recurso. Eu só quero dizer a V. Ex^a que, no meu ponto de vista, e sei que é um debate que poderia ser feito, eu diria que é o Executivo que não está destinando os recursos que a saúde merece, porque o Congresso Nacional pode aprovar uma lei ou desaprovar alguma coisa, mas o Poder Executivo, na minha opinião, não considera a saúde como a prioridade que deveria considerar. Porque, se estrada é prioridade, trem é prioridade, todo mundo fala de estrada, de trem, de energia elétrica e tal, mas ninguém, no Executivo, tirando V. Ex^a, que é o Ministro, fala com a ênfase, com o apoio que V. Ex^a tem que ter, do recurso. E entrar-se numa solução que está na contramão de tudo aquilo que a gente deseja, como sociedade, de aumentar imposto [soa a campainha] me parece uma solução indesejada por todo mundo.

Inclusive eu, pessoalmente, eu quero dizer que eu votei a favor da CPMF, porque iria ser destinada toda ela para a saúde, mas realmente eu sou contra qualquer aumento de imposto e votarei contra, se for o caso, e acho uma pena isso, porque o Executivo, arrecadando do jeito que está arrecadando, tem que destinar recursos para a saúde.

Dizer-se que não existem recursos, quando o Brasil tem recordes de arrecadação, eu acho que esse debate tem que ser feito com a sociedade para dizer que o senhor merece todo o apoio, as idéias são boas, a saúde merece, e o Executivo tem que colocar o dinheiro que a saúde merece ter na área da saúde.

Eu, inclusive, vi entrevistas de V. Ex^a. assim colocando que... Por exemplo, aumento do preço do imposto do cigarro, aumento do imposto da bebida. Eu também acho que isso pode ir para a saúde. Acho que esses fatores causam problemas de saúde. E eu concordo que haja mais imposto sobre isto que causa problema de saúde. Agora, criar-se um imposto eu acho que isso está... Eu sou da base de apoio de Governo, votei a favor, mas realmente quero antecipar, inclusive, o voto, para dizer que sou contra, totalmente contra o aumento de imposto.

E a última pergunta só é a seguinte, o Senador Inácio Arruda falou com muita propriedade sobre o papel dos pesquisadores. Apoiar os pesquisadores para que os pesquisadores não saiam, não fujam do Brasil. Agora, nós até discutimos isso muito na Ciência e Tecnologia, porque os Ministérios e os Institutos de Pesquisa não vêm tendo o apoio necessário, em termos de carreira, de salários. Nós constituímos um Grupo de Trabalho em Ciência e Tecnologia para apoiar os pesquisadores, discutimos com o Ministro do Planejamento, na época, e eu não sei se isto mudou, agora,

nesta mensagem que o Executivo colocou, em termos de apoio para as carreiras públicas também.

Então, gostaria de saber de V. Ex^a como está a situação dos pesquisadores, em termos de apoio, particularmente os pesquisadores da área de saúde? Porque tem pesquisadores nas outras áreas também, na educação... O quadro dos pesquisadores que está, assim, infelizmente, pouco valorizado, e, nesse sentido também, com muita dificuldade, o Brasil se tornar independente, em termos de conhecimento. Mas, quero enfatizar o esforço da saúde, porque eu já discuti isso no Ministério da Saúde, em termos de recursos para a área do Desenvolvimento e Pesquisa. Mas como está o quadro de pesquisadores e a valorização desse quadro? Agradeço e parabenizo V. Ex^a.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Sr. Ministro, três perguntas seriam suficientes ou mais alguma... Mais uma? Senador... Eu tenho uma pergunta também do Senador Suplicy, mas é só porque há uma ordem, Senador.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): É relacionada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Pois não. Há uma pergunta aqui... Quis fazer também. Senador Augusto Botelho. Depois eu leio alto, Senador Suplicy [risos].

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Ministro, realmente, naquele fórum global de 90, concluiu-se que de todo dinheiro aplicado em pesquisa, com as doenças, 90% daquele dinheiro era aplicado em 10% das doenças que afetavam a humanidade, e os outros 10% de pesquisa que sobravam era aplicada nas outras doenças, nas nossas negligenciadas.

O Brasil saiu na frente, quando, em 2006 e 2007, V. Ex^a... Foi feito um Plano para aplicar 20 milhões nessas doenças: malária, leishmaniose, tuberculose, hanseníase, esquistossomose e doença de chagas.

E eu queria saber de V. Ex^a se esses 20 milhões foram reaplicados justamente naquele... Era um convênio que iria ser feito entre Ministério da Saúde e CNPq. Eu queria saber de V. Ex^a se esse dinheiro foi realmente aplicado e quais são os passos que nós demos. Outra coisa que eu gostaria de falar a V. Ex^a é o seguinte, eu sou da Amazônia, sou de Roraima, e a malária é uma de nossas doenças graves lá. Eu ainda não fiz um trabalho a respeito disso, mas gostaria que os seus técnicos fizessem para ver a coincidência, porque a malária normalmente ela desce e sobe de cinco em cinco anos. Mas tem coincidido o nosso pico de malária, lá, com as mudanças dos prefeitos em Roraima. É uma coisa, assim, meio desagradável porque realmente os nossos prefeitos, por exemplo...

A assistência à malária é feita pelos microscopistas que são colocados dentro da comunidade e treinados pelas comunidades. Quando muda o prefeito, geralmente mudam aquilo e cria um problema. Então, eu queria que houvesse um estudo para ver se isso realmente é só uma impressão que eu tenho ou se é uma coisa lógica e, se for uma coisa lógica, nós temos que tomar uma atitude para evitar que isso aconteça. Nós, nos últimos quatro anos, baixamos de 50 mil para 25 mil casos, para 17 mil casos. Esse ano estamos só com três mil casos, até o mês passado, quando eu verifiquei, de malária, isso em relação à malária. E já temos, porque o ano que vem, com a mudança de prefeito, vai começar a subir de novo a coisa lá. Não sei se coincide só com a curva da malária de subir e descer de cinco em cinco anos ou se tem influência nisso. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Com a palavra o Sr. Ministro, para responder essas perguntas, e, em seguida, faremos mais uma rodada, mais duas ou três perguntas, para podermos encerrar a Audiência.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [Pronunciamento fora do microfone].

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Por mim faríamos. Mas não sei se...

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Pode ser...

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Pode ser? Então, pronto, faremos logo. Senador João Pedro [risos], com a palavra. Em seguida, Senador Wellington.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Eu quero dizer que não advoguei em causa própria [risos]. Era para otimizar, mesmo.

Bom, primeiro, eu quero dizer da importância deste debate, deste debate, aqui, principalmente na hora em que o Congresso começa a discutir o financiamento de um projeto audacioso como este. Eu quero parabenizar, não só o Ministro, mas toda a sua equipe e, com certeza, essas idéias, estas propostas, estes rumos para a saúde pública é um sentimento... É um acúmulo do Brasil, um acúmulo do Brasil. V. Ex^a não está inventando, V. Ex^a está externando o que o Norte, o que o Sul, o que o Centro-Oeste pensa sobre saúde pública. Até porque muita coisa é de um passivo, é de um passivo. E nós precisamos responder mesmo. E responder dentro dessa conjuntura, uma conjuntura importante para o Brasil. Acho que nós vivemos um grande momento. Agora, é uma conjuntura. E aí eu quero entrar já no mérito da proposta da CSS.

Tem um problema que foi colocado, já em dezembro, na CPMF, que foi a politização disso, até porque

a CPMF perdurou, salvo engano, por 11 anos. Não é isso? Onze anos existiu a CPMF e, de uma hora para outra, tem que acabar a CPMF. Nós carecemos é de uma política de Estado, ter um olhar para trás, ter um olhar para essa imensa população brasileira, para as distorções regionais, para as diferenças regionais, os bolsões de miséria, de uma parte do povo brasileiro que amanhece nas filas...

Então, eu penso que é justo nós discutirmos uma concepção de política de Estado, não por conta do Ministro Temporão, do Governo Lula, que acaba. E, se nós aprovarmos, e eu defendo a aprovação, para os próximos governos. Mas alguém tem que financiar uma saúde pública revolucionária, que transforme, que responda.

Então, eu discuto isso, Ministro, em cima de dois itens. Concentração de renda e os indicadores sociais no Brasil. Meu Deus, será que não cabe nós contribuímos, uma política justa pra gente contribuir, quem tem mais contribuir? Ou nós vamos achar que alguma empresa privada vai manter, lá em Manaus, que tem dois milhões de habitantes a cidade, algum posto de saúde, vai financiar o funcionamento de um posto? Alguém tem que pagar mesmo. Por que não? É da concepção liberal. Eu fico impressionado. Tem que pagar imposto mesmo. Alguém tem que financiar. E quem pode tem que pagar mesmo. E eu... É claro que está começando esse debate, mas eu penso que é justo nós construirmos um financiamento com uma concepção de política de Estado, para o povo brasileiro, principalmente essa parcela da sociedade que vive nessas regiões.

Duas questões me chamaram atenção e eu gostaria que fosse mais explicitado, Ministro, quando foi apresentado o item da responsabilidade social, que envolve aí os Entes Federativos, Prefeitos, Governadores e o Governo Federal [soa a campainha], que pudesse explicitar mais isso. Terapia renal: 366 unidades. Isso é pouco? Isso atende? Isso vai propiciar um atendimento para o Brasil? Quando eu falo o Brasil, eu estou falando a minha Amazônia, lá do Norte, lá daquela população no meio da floresta.

E eu quero... Como foi apresentada essa participação do Brasil com países africanos, eu quero dizer que, junto com outros Senadores, eu acabei de fazer uma viagem pela África. E eu não vou perder essa oportunidade de abusar do tempo, Senadora Patrícia Saboya, para dizer... Eu passei em dois países, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau. Ministro Temporão, o Brasil, a Europa, os Estados Unidos não podem ficar indiferentes à situação dramática de duas nações. Esses dois países não têm um aparelho de hemodiálise, Ministro. Nos dois países não existe um só aparelho

de hemodiálise, Senadora Patrícia. E quem pode vai para a Europa. Imagine isso.

Então, quero fazer um apelo público, eu gostaria de marcar uma audiência, mas eu não posso perder essa oportunidade, até porque foi explicitado aqui. O Brasil, eu sei que o nosso povo precisa, mas eu gostaria que V. Ex^a pensasse seriamente, como política de Governo, com essa visão de cooperação, de solidariedade internacional, nós pudéssemos instalar, ali, um aparelho de hemodiálise, em cada país. Acho que não nós podemos fazer mais, mas nós não podemos ficar indiferentes a essa situação dramática do povo de São Tomé e Príncipe e do povo de Guiné-Bissau. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Obrigada, Senador João Pedro. Com a palavra, Senador Wellington Salgado, o último inscrito.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Vou ser bem rápido, Presidente. Ministro Temporão, demais Senadores presentes. Ministro Temporão sofre, viu Ministro? Por quê? Porque hoje a dengue é um problema urbano, porque as construções... Estão sendo construídas favelas, a todo momento. Não tem regra para se construir. E eu tive a oportunidade de conversar com o Paulo Buss, que é o Presidente da Fundação Oswaldo Cruz, onde nós conversávamos sobre isso.

Com as construções do jeito que estão acontecendo, com as favelas surgindo, isso é propício para que a dengue se desenvolva. Como é que ele vai poder matar o mosquito da dengue na favela? Tem que ter um tratamento muito especial para isso. Então, acaba vindo para a responsabilidade do Ministro da Saúde um problema que ele é fruto de quê? Do processo de urbanização errado que está acontecendo nas grandes cidades.

Então, ele paga a conta, Senador Papaléo, por um problema de desorganização, de crescimento urbano. A dengue é fruto dessa desorganização urbana que vem acontecendo. E sempre estoura onde? Na mão do Ministro, Ministro do meu partido, que nós temos orgulho de tê-lo como Ministro, academicamente currículo incontestável, um homem, um grande sanitarista e que hoje defende o quê? Uma questão do imposto, desse imposto que está sendo chamado de CSS, que, para cada mil reais, nós vamos pagar um real. É isso? E ainda selecionando acima de determinado valor de quem... Três mil.

Então, quer dizer, eu vejo o seguinte, Senador, aqui, eu estou há três anos no Senado, já morreram quatro Senadores. Está dando 1,33 por ano, 1,33 por ano. Só que nós Senadores, que ninguém presta aten-

ção, que nós temos de melhor aqui é o nosso plano de saúde. Nós vamos morrer num quarto de ar-condicionado, segurando na mão dos amigos ou dos parentes, da esposa, dos filhos, quer dizer, vamos morrer confortavelmente. Isso é certo. Confortável nós vamos morrer. Então, não é justo que nós Senadores tenhamos o direito de morrer confortavelmente, se porventura o destino nos levar para essa, e nós não votarmos para que possamos dar melhor conforto para quem vai ter problema com a saúde.

Eu sinceramente não consigo dormir sabendo que eu tenho um cartãozinho saúde do Senado, que vai me dar o direito de morrer confortável, se porventura acontecer, e um dia vai ter que acontecer, e votar para que eu não dê condições para que alguém, que não tem o cartão do Senado, Senador Papaléo, não vá ter também ter uma morte confortável ou uma oportunidade de ser cuidado pela Saúde. Isso é o que eu penso na hora em que eu for votar esse chamado imposto.

E outra coisa, o que me dá uma tranquilidade de votar por esse imposto é o Ministro. O Ministro não veio por razões políticas, ele veio pelo seu currículo, foi nomeado pelo meu partido, mas a gente sabe que existiu uma vontade do Presidente em tê-lo como Ministro. A gente sabe disso, pelo seu currículo. Agora, nós tentamos levar um homem acadêmico, que cuida bem da saúde desse País, sabendo o que tem que fazer, e nós formos tentar colocar questões ideológicas, partidária, oposição ou situação... Eu acho isso péssimo. Eu sinceramente acho isso péssimo.

Nós vamos ter que votar como Senadores que querem o bem desse País. Carga tributária... O que a gente paga para Banco, só para creditar o salário, já paga uma parte, Senadora Patrícia. Já tem um impostoquinho lá. Ninguém abre conta se não pagar uma taxazinha para o Banco. Todo mundo que pega um empréstimo paga uma taxazinha. Agora vamos pagar uma taxa para a saúde daqueles que não têm o nosso cartão de saúde do Senado e aí nós vamos dizer que não vamos votar? Eu não tenho, sinceramente, coragem de colocar minha cara para a câmera, como eu estou aqui agora, e falar: "Eu não vou votar por esse imposto de saúde". Eu não tenho coragem. Eu vou votar sempre que o Ministro encaminhar alguma coisa, viu, Ministro? Não é por V. Ex^a ser do PMDB, não. Porque eu vi seu currículo, vi a sua história, acompanhei e, agora, então, que eu recebi, aqui, da Senadora Patrícia, nessa Comissão, todo o currículo dele, aproveitei para dar uma lida, não tem como votar contra qualquer indicação que venha do Ministério da Saúde. Isso o que eu queria colocar, Senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Obrigada, Senador Wellington

Salgado. Nós tínhamos encerrado as inscrições, mas acabou de chegar a Senadora Kátia Abreu e pede para dar uma palavrinha, Ministro, e em seguida já passo a palavra para V. Ex^a.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Muito obrigada, Presidente. Seja bem-vindo, Sr. Ministro José Gomes Temporão. Eu estava em meu gabinete e, vendo, aqui, a Sessão desta Comissão, não pude deixar de vir, aqui, também fazer as minhas considerações a V. Ex^a.

Eu tive a oportunidade de ler uma entrevista de V. Ex^a, eu não sei se foi realmente uma entrevista, com o jornalista Josias de Souza, do blog da *Folha de São Paulo*, e imediatamente fiz algumas considerações a respeito da sua entrevista. Realmente o que V. Ex^a declarou para o jornalista Josias de Souza encanta os olhos e ouvidos de todos brasileiros, de todo cidadão do mundo. As suas pretensões com relação à saúde nas escolas, o planejamento familiar, que é uma coisa que me interessa sobremaneira, vasectomias e laqueaduras, que eu acho uma super necessidade, ampliação do Programa da Saúde da Família, agentes comunitários, a sua ampliação, unidades básicas de saúde, a sua ampliação, ampliação dos CACONS, que são os tratamentos que são construídos para tratamento de câncer de alta complexidade, ampliação de 300 postos de hemodiálise.

O senhor coloca que amplia de 187 para 342 as unidades de cardiologia; 230 novas unidades de neurocirurgia; 4.850 novos leitos de terapia intensiva; 50 milhões para o ano e 100 milhões, para o próximo, de hipertensão e diabetes nos exames. Com relação a transparentes, o Ministro estima que será possível elevar o número de transparentes de órgãos financiados pelo SUS de 11 mil para 16 mil. Obras... Para finalizar, deflagrar obras consideradas indispensáveis, 240 unidades de saúde inacabadas; reestruturação de 400 hospitais filantrópicos; reforma de 1.600 hospitais universitários; construção de 200 unidades de pronto atendimento.

15^a) Tabela do SUS, reajustar a tabela do SUS. O Ministro pretende iniciar uma recomposição gradual dos valores pagos pelo SUS. 16^a) Novas vacinas. Temporão alega que o Governo precisa do dinheiro também para introduzir novas vacinas na rede pública; 15 milhões de dólares de pneumococos e 22 de doses de meningite.

V. Ex^a coloca o SAMU, estou fazendo propaganda da sua proposta. O Governo, a TV Senado está nos filmando e está todo mundo ouvindo. É... SAMU... O Governo quer adquirir 4.500 novas ambulâncias que foram paralisadas.

Tudo o que tem pneu no Ministério foi paralisado por causa do “Sanguessuga”. Eu perdi foi três Emendas, Ministro. De três microônibus, Senadora Patrícia, que eu queria para atender os meus mamógrafos, que ia buscar as mulheres no entorno. Um dia eu chego lá, e minhas Emendas caíram. Eu falei: “Mas como?”. Tudo o que tem pneu aqui está proibido, por causa do “Sanguessuga”. Eu fiquei horrorizada, mas perdi as Emendas. O que eu vou fazer? E as mulheres que têm câncer que assumam a consequência.

Dez helicópteros, 4.500 novas ambulâncias, já quero pedir, de antemão a V. Ex^a, se tudo correr bem, para o seu lado, para o lado nosso, que o senhor possa incluir meus microônibus, aqui, nessas ambulâncias. Saltará de 99 milhões para 180 milhões de brasileiros, por ano, atendidos com a SAMU. Remédios, a idéia de Temporão é ampliar de 20 mil o número de unidades do Programa Farmácia Popular, e o cartel de medicamentos ofertados subiria de nove para 20.

E, em termos de gestão, a 19^a proposta de V. Ex^a: Temporão menciona no texto que enviou aos Deputados um elenco de medidas para a melhora da gestão em todos os níveis do SUS. Não especifica, porém, nenhuma das medidas que irá adotar.

Tudo bem, Sr. Ministro, eu vou ser bastante franca com V. Ex^a. Eu vou ser bastante franca com V. Ex^a que, embora eu não tenha formação médica, sou psicóloga, mas as informações a respeito de V. Ex^a são as melhores possíveis, que V. Ex^a é um grande técnico, tanto que o Secretário de Saúde do meu Estado torceu muito para que V. Ex^a se transformasse em Ministro, o Secretário Eugênio, de Tocantins. E realmente as suas propostas, elas encantam, como disse inicialmente, a todos nós.

Eu só tenho uma pergunta a fazer a V. Ex^a, que também está aqui no blog do Josias, porque eu enviei a pergunta de volta a V. Ex^a, e não esperava que fosse encontrá-lo tão cedo e poder fazer a pergunta diretamente a V. Ex^a. No período que V. Ex^a foi Secretário do Ministério e também Ministro, V. Ex^a teve acesso a 35 bilhões, em tese, da CPMF. Certo? Tirando dos 80 e tantos bilhões arrecadados totais, tirando um pedaço da Previdência, tirando outro pedaço do Fundo da Pobreza, sobrou para o Ministério 35 bilhões, 35 bilhões, 35 bilhões para a saúde. Do total, 35 bilhões. Do período que ele foi Secretário da Saúde... Secretário da Saúde... Atenção à saúde, desculpe. E depois Ministro de Estado. Porque eu não entendo um Ministério de um Governo sendo de um Ministro. O Ministério é do Governo Lula. É de um Governo e de Estado Brasileiro. Então, tem que ter uma programação e um projeto global. Não é porque o senhor não era Ministro que as coisas eram diferentes e pensava-se diferente e não

tinham essas propostas, aqui, até então. Mas, mesmo assim, eu coloquei só o valor em recursos quando V. Ex^a era Secretário e depois Ministro.

Então, o senhor está trocando cinco por meia dúzia, porque, enquanto o senhor esteve lá com a disposição da CPMF, o senhor teve 35 bi. E, se aprovar a CSS, que eu vou votar contra, já quero declarar a V. Ex^a, não preciso nem dizer que vou votar contra, se o senhor conseguir aprová-la, o senhor teria seis bilhões, dez mais dez, 26. Então, por que é que não fez com 35 e vai fazer com 26? Eu gostaria muito de poder ter essa resposta, porque é um milagre. Eu acho que é quase um milagre. Enquanto teve à disposição, por que é que não aumentou tudo isso e por que não fez isso? Ou isso é apenas um argumento para colocar os Deputados e Senadores em dificuldade, que talvez não tenha sido montado por V. Ex^a essa estratégia, claro, que sei que o senhor é homem sério, mas eu não quero que isso fique como uma música, um canto de sereia, para justificar o voto da base aliada.

Eu quero dizer que nós já arrecadamos, no mês de janeiro, fevereiro, março e abril, e está em toda a imprensa nacional, não sou eu que estou inventando, já arrecadou 85% do que equivaleria à CPMF de um ano inteiro, este ano. Apenas nesse primeiro quadrimestre. Nós ainda temos dois quadrimestres para a frente. Então, se nós continuarmos nessa “toada”, no meu Estado a gente fala “toada”, nesse ritmo, de mais dois quadrimestres, se eu multiplicar por 35, eu vou achar quase 90 bilhões a mais no orçamento brasileiro.

Então, eu não consigo entender e, se não me engano, alguma coisa o senhor... V. Ex^a disse ontem na imprensa, que a gente lê os jornais e se baseia nos jornais, nossa imprensa, graças a Deus, é muito decente, dizendo que o senhor até concorda que não precisa dessa CSS para tocar os seus projetos na saúde. E eu acredito que sim. Acredito que V. Ex^a tem razão. Com essa super arrecadação, que estamos tendo, visivelmente, nesse primeiro quadrimestre... O Rachid, da Receita, não aguenta mais todo mês ele dizer: “O mês que vem vai ser pior, o mês que vem vai ser pior”. Ele vai chegar em dezembro dizendo que o mês vai ser pior e ele não consegue piorar o mês. Então, essas são as minhas considerações.

Por que é não fez com 35 e vai fazer com 25? O que mudou no Ministério? O que mudou nesse planejamento, nesse momento, para justificar essa CSS? E a questão do aumento da arrecadação que demonstra, visivelmente, como é desnecessária toda essa criação de tributos. Mesmo porque nós estamos trabalhando uma Reforma Tributária, e quando eu crio um imposto ou aumento alíquotas ou faço e desfaço da questão

tributária, eu estou desrespeitando, desconsiderando a Reforma Tributária que está em tramitação na Casa.

Então, o Governo está paralelamente fazendo as suas ações tributárias, em detrimento de uma proposta que tem um monte de Deputados e Senadores, com a maior boa-fé do mundo, inclusive, da base do Governo, como tem o ex-Ministro Palocci, que é o Presidente da Comissão, trabalhando com afinco que a gente não sabe por que. Porque o Governo está fazendo a sua reforma paralela, aí, a todo momento.

Então, eu encerro aqui as minhas palavras pedindo a V. Ex^a que, por favor, me responda o que mudou do ano passado para cá. Obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Obrigada, Senadora Kátia. Com a palavra, agora, o Ministro José Gomes Temporão. O Suplicy está afônico--

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Ele mandou por escrito.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): --Ele mandou por escrito, o Ministro vai na hora que for responder vai--

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Eu vou responder. Bom, vamos, é... Senador Inácio Arruda, vamos lá.

Eu acho que essa nossa perplexidade sobre a situação das doenças negligenciadas, ela tem uma... Se nós formos fazer uma reflexão mais profunda, ela tem a ver com o modelo de desenvolvimento que o País escolheu. Vou dar um exemplo claro. Durante o período Collor, a indústria farmoquímica brasileira foi destruída. Naquela época, nós tínhamos superávit da balança setorial de insumos de matéria-prima e através de uma série de políticas que tinham sido implementadas, cujas origens foram estabelecidas ainda no regime militar, onde foi criada a Central de Medicamentos, onde foi criado o Grupo Executivo da Indústria Farmacêutica – o GEIFAR –, onde foram estruturados centros de produção de matéria-prima, toda essa estrutura foi destruída. Eu poderia afirmar, tranqüilamente, de maneira deliberada, racional, com o objetivo simples, aumentar a dependência nacional.

E isso o que aconteceu? A fragilidade, hoje, do Brasil diante das tecnologias desenvolvidas nos países centrais, pelas grandes multinacionais, é dramático. Poucas áreas, em poucas áreas, o Brasil desenvolveu capacidade própria. Eu queria chamar atenção de uma delas, que é exatamente na área da biotecnologia, na indústria de vacinas. Olha que coisa singular. O Brasil talvez seja dos poucos países do mundo, não vou dizer que seja o único, que não tem indústrias privadas de produção de vacinas no Brasil, de imunobiológicos.

Em 1986, a última empresa privada, que era de capital americano, fechou as portas porque não podia atender às exigências da vigilância sanitária. O que na época criou um problema grave do ponto de vista, inclusive, de abastecimento de soro antiofídico, que ela produzia soro antiofídico e produzia vacinas antitetânicas, antidiftéricas. Isso levou o Governo a criar o Programa Nacional de Auto-suficiência de Imunobiológicos. Esse Programa que fez com que hoje nós tenhamos dois grandes produtores de vacinas e imunobiológicos, no Brasil, que é o Instituto Butantã e Bio-Manguinhos.

Então, nós podemos dizer que essa é uma das poucas áreas... Uma outra área que nós temos tecnologia, inclusive, somos superavitários, é o setor de equipamentos para a saúde oral, equipamentos odontológicos. O Brasil exporta mais do que importa. Mas, se nós sairmos um pouco desses dois campos, no resto a nossa dependência é extremamente grave. Então, essa dependência, ela é estrutural, não é conjuntural. Ela tem a ver com opção de modelo de desenvolvimento, que eu percebo e entendo que o Governo Lula está se colocando numa outra perspectiva e olha de uma maneira um pouco diferenciada. Como eu havia explicado, o somatório da política de C&T Inovação, da nova política industrial, desenvolvimento e da política de saúde introduz uma inovação que é muito importante, no campo da saúde, que é compreender a saúde, como eu havia dito, como um campo importante de criação de riqueza, desenvolvimento, inovação e emprego e trabalhar de maneira estratégica, com a política voltada para as indústrias da saúde. Eu acho que essa é a resposta que nós estamos dando a essa fragilidade estrutural que se criou no setor.

No caso... Depois queria chamar atenção para um outro aspecto. No caso das doenças negligenciadas, acho que nós temos duas grandes dimensões. Nós temos uma dimensão em que essa nós temos governabilidade e temos capacidade nacional para enfrentar, que é como eu faço o diagnóstico e como eu trato. Isso se refere à capacidade brasileira de organizar o sistema de saúde, de maneira que faça detecção precoce, diagnóstico e trate as pessoas. Eu diria que aí nós podemos fazer mais e melhor. Mas tem a outra dimensão, que é quais são as tecnologias, hoje, utilizadas, os métodos diagnósticos e os medicamentos utilizados, no tratamento dessas doenças?

Exatamente aí nós temos um problema fundamental, que é, no caso dessas doenças, pelo fato de elas serem doenças que atingem apenas os países pobres ou em desenvolvimento, nós não tivemos nenhuma evolução. Nós tivemos pouca evolução. E aí o Brasil é totalmente dependente de tecnologias desenvolvidas

fora. Então, aí, nós temos que ter uma política também de aumento da capacidade nacional de pesquisa, desenvolvimento e inovação, no caso... Eu diria que aí está o “x” da questão. Na outra dimensão, nós podemos fazer mais e melhor. Estamos fazendo.

No campo da comunicação e informação, eu tenho um interesse particular nessas questões. Eu acho que isso é muito importante. Infelizmente, hoje, o Governo, ele... Eu diria que ele sofre de um problema grave, que é a nossa incapacidade, a nossa impossibilidade de poder estar implantando um grande programa de educação continuada pela mídia sobre saúde, educação e saúde. Porque num minuto, em horário nobre, na detentora da maior audiência brasileira, que é a Rede Globo, está custando 800 mil reais. Uma coisa por aí.

É evidente que nós tentamos driblar, através de estabelecimento de parcerias, inclusive, de diálogo produtivo e construtivo com a mídia. Ontem, por exemplo, eu não sei quem estava acordado, vendo, no jornal da Globo, uma matéria muito importante sobre transplante de órgãos, na TV Globo, aquilo foi é... Como nós temos tido apoio de várias emissoras. Mas eu acho que falta, aí, sim, uma proposta consistente, que ela tem um pé na escola, mas ela tem que ter um outro pé na mídia. Não é possível que nós não tenhamos espaço cotidiano de levar informação qualificada de educação e saúde para a população brasileira. Acho fundamental isso.

Patentes. Infelizmente aí não posso dar nenhuma novidade. Não sei se o Reinaldo tem alguma, mas... Qual é o grande problema brasileiro? O Brasil, hoje, é país que já forma milhares de doutores, e na área de saúde também. É um país que já está entre os 10, 15 países do mundo que mais publicam *papers* em revistas indexadas internacionalmente, mas o número de patentes que os nossos centros de pesquisa e os nossos pesquisadores registram é absolutamente incompatível com isso. Por quê? Porque falta uma aproximação do campo onde se desenvolve a pesquisa, do campo da produção, da indústria e da pesquisa, que a Lei de Inovação tentou, fez um esforço de enfrentar.

Então, salvo erro, infelizmente o Brasil não depositou nenhuma patente referente a medicamentos ou métodos diagnósticos e terapêuticos de impacto, na saúde pública, nos últimos anos, o que demonstra a nossa fragilidade nesse contexto.

Senador Papaléo fez duas questões, colocou duas grandes questões. Uma questão de, considerando essa fragilidade da Política de Ciência e Tecnologia e da fragilidade do Brasil desenvolver essas tecnologias, qual é o papel... Qual seria o papel do Estado em relação a essa questão? Enfim, eu já havia falado sobre isso, e ele é fundamental. E ele deve ter um papel forte de

indução, de aumento da capacidade nacional de reduzir essa vulnerabilidade, através de políticas que financiem a pesquisa, que fortaleçam as Instituições de C&T, mas que também permitam que o empresário, o produtor possa se interessar em ter condições estruturais de produzir aqui, porque, se for mais fácil e mais barato importar, ele vai importar.

Eu tenho que criar uma condição para que esse empresário tenha interesse em internalizar a produção. Internalizar tecnologia e investir no desenvolvimento dessa tecnologia. A outra pergunta do Senador Papaléo foi sobre como o Ministério da Saúde pretende obter os recursos financeiros para implementar o “Mais Saúde”. Bom, essa é uma pergunta que de certa forma aparece na quase totalidade dos comentários dos Senadores. O nosso primeiro esforço foi, no ano passado, a regulamentação da emenda 29, onde nós estabelecemos que... Tínhamos estabelecido que os 24 bilhões adicionais para viabilizar o “Mais Saúde” viriam da CPMF. Com a queda da CPMF, evidentemente, esses recursos desapareceram, e agora nós estamos no outro momento, que é a questão da regulamentação, que veio do Senado, do Projeto de Lei de autoria do Senador Tião Viana, que agora está na Câmara dos Deputados e hoje parece, em tese, em princípio, se vota essa matéria.

Como esse é um ponto que esteve presente em várias outras perguntas, um pouco mais adiante vou me estender um pouco mais sobre esse ponto. Senador Flávio Arns, quando a gente apresenta ali a certificação, na realidade eu entendo que é o Estado apresentou, do ponto de vista documental e do ponto de vista de condições técnicas, estar em condições de cumprir o que estabelece as normas e os critérios e as Portarias do Ministério da Saúde.

Não tem diretamente a ver com o desempenho real, ou seja, o Estado apresenta as condições teóricas em laboratório, Recursos Humanos, uso dos recursos, Fundo Estadual de Saúde, equipes de especialistas, etc. São rotinas, padrões, normas estabelecidas. Agora, aí o senhor me pergunta: Bom, quando a gente vai ver o resultado? Evidentemente há um contra-senso.

No caso do Rio de Janeiro, há uma série de questões, questões estruturais. A dengue é uma doença que, além de estar fortemente influenciada pelas mudanças climáticas, fortemente influenciada pelo regime de chuvas e temperaturas do Brasil, que são propícias ao desenvolvimento do vetor, um outro importante, principalmente no nordeste, é a oferta irregular de água ou a não oferta. Quando a dona de casa não tem água todo dia na torneira, no tanque de casa, ela vai fazer o quê? Ela vai estocar água. Ela vai estocar água em

tinhas, em recipientes que são espaços propícios para o desenvolvimento do vetor.

Lixo. O Brasil está crescendo, o consumo está aumentando. Ano passado, 20 milhões de pessoas saíram das classes D e E para a classe C, estão comendo mais, estão produzindo mais lixo urbano. Se os municípios não têm uma capacidade adequada de destinação desse lixo, você vai ter uma cidade suja, e uma cidade suja é uma cidade onde você pode ter mais focos potenciais de desenvolvimento do vetor.

Essas seriam as dimensões estruturais: saneamento ambiental, oferta de água e recolhimento de lixo. Agora, tem outra dimensão, que é dimensão da educação, da informação e da mobilização. O Ministério da Saúde tem algumas pesquisas bem interessantes, mostrando que o Brasil, em média, está muito bem informado sobre a dengue. Ele está muito bem informado, mas a avaliação é que ele não está se mobilizando adequadamente para usar essa informação de maneira eficiente.

Eu me reuni com todos os Governadores da região Nordeste e da região Norte, e nós estamos estimulando fortemente que os Governadores assumam, neste ano eleitoral, o papel mais presente de indução, cobrança, de coordenação, estimulando fortemente os municípios a fazerem mobilizações mensais, de massa. Sociedade inteira: PM, Defesa Civil, Bombeiros, igrejas, comércio, empresários, mídia, profissionais de saúde, cidadãos e cidadãs. Sair de casa e ir para rua. Olhar a sua rua, o seu bairro, a sua cidade, com grandes movimentos de limpeza urbana e de detecção precoce de focos potenciais.

Não é isso? Isso ao mesmo tempo educa, e é um processo de ensino e aprendizagem, na prática, real e objetivo. Senador Flávio Arns também entrou na questão do financiamento setorial, não é? Pra mim, aí eu já vou me adiantar e responder um pouco, inclusive, à Senadora Kátia. Eu, por exemplo, nunca reclamei de pagar a CPMF. Eu sou pessoa de classe média, sou Professor da Fundação Oswaldo Cruz. No meu orçamento de classe média, de Professor Universitário, ela nunca pesou. Posso dizer que, inclusive, na minha família, que é uma família que vem de origem humilde, de imigrantes portugueses e que hoje são comerciantes no Rio de Janeiro, ninguém nunca reclamou sobre o peso da CPMF no seu orçamento. E nós sabemos que os 40 bilhões que deixaram de ser arrecadados da CPMF vinham, principalmente, de grandes Bancos, grandes empresários e grandes indústrias. E, como o Presidente Lula brilhantemente lembrou outro dia, a perda da receita não foi acompanhada da redução nem no preço dos produtos nem dos serviços. Então,

esses 40 bi foram re-apropriados por uma parcela da sociedade brasileira.

A minha luta pelo financiamento da saúde ela tem um foco central, que é o seguinte: A saúde não pode mais ficar ao sabor das conjunturas. Nós temos que ter uma solução estrutural. A solução estrutural é a Emenda 29. Bom, setores da sociedade, a oposição e a mídia diz: “Mas o Governo está com excesso de arrecadação, está sobrando dinheiro. Por que é que não usa essa sobra de dinheiro para viabilizar os recursos que a saúde precisa?”. O Governo responde: “Não há sobra de arrecadação. O País tem uma política macroeconômica, metas têm que ser cumpridas, superávit, o equilíbrio macroeconômico não pode se perder”. E eu digo, eu acrescento: “Toda solução que não seja baseada numa fonte segura, estável e permanente, ela é frágil”.

Quando tomo a decisão de construir um hospital, talvez pouca gente saiba disso, eu gasto 50 milhões para construir um hospital, esse hospital significa que dali para frente todos os anos eu vou ter que gastar 50 milhões para mantê-lo funcionando. Eu assumo uma despesa intransferível e irreduzível. Pelo contrário, tendendo a ser crescente. Ora, como é que eu vou basear uma equação que dê sustentabilidade no longo prazo, e o Governo tem que pensar nas novas gerações, eu tenho que planejar a política de saúde não para quatro anos, para 20, 30, 40 anos. Eu tenho que ter uma base de financiamento que me dê essa perspectiva futura. Eu não posso estar ao sabor... Bom, ano que vem, então, em 2008, em tese, sobrou dinheiro. Está bom. Em 2009, se faltar, eu faço o quê? Fecho os hospitais, reduzo o número de atendimentos, demito funcionários? Não me parece que essa solução, ela não é segura. Ela não é convincente. Ela é uma frase. Eu preciso de um fato, e não de uma frase. E o fato é uma solução estrutural, com fontes seguras, permanentes, única e exclusivamente destinadas à saúde. É essa a solução que eu espero que o Congresso Nacional possa oferecer ao Ministério.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Ela oferece, mas ela estabelece 10% das receitas, e, aí, nós temos duas questões. Uma macroeconômica. Há um consenso entre todos os economistas, eu diria que se nós juntássemos aqui todos dos mais conservadores, dois mais liberais, que acreditam na mão invisível do mercado, até os mais desenvolvimentistas, eu diria que todos eles concordariam que mais essa vinculação traria um problema, do ponto de vista da capacidade de o Governo e de o Estado manejar recursos. E a outra é o volume de recursos. Quer dizer,

na prática, o que está acontecendo? Retirou-se 40 bilhões de receita e está se jogando, em 2011, uma receita adicional de 24 bilhões. Ela seria crescente, sendo 24 a mais em 2011. E o Governo afirma que essa equação não fecha. Essas contas não fecham. Esse é um ponto importante.

Sim, a questão dos pesquisadores, não é? Essa é uma questão importante, fundamental. Eu acho que o Brasil sofre de um problema grave. Eu não consigo compreender, por exemplo, que o Brasil pague um salário para um funcionário da Receita Federal, eu estou usando a Receita como exemplo, sei lá, oito mil, dez mil reais, e pague 1.200 para um médico, quer dizer, é incompreensível. Quando você tem consciência e clareza do que significa o médico para a sociedade brasileira.

Então, o que eu percebo é que nós estamos tendo no Brasil um fenômeno, onde uma burocracia limitada está conseguindo ganhos na sua renda média, e os profissionais de saúde, por exemplo, não. Aí, incluem-se os pesquisadores. Saúde e educação. Os pesquisadores, por exemplo, a pesquisa... O pesquisador é uma profissão muito singular. Ele não pode fazer bico para fora, ele não pode ter outro emprego, enfim, ele se dedica integralmente à produção de conhecimento, à formação de novos pesquisadores, ao desenvolvimento da ciência. O Estado deveria proteger e fortalecer e capacitar, através de uma política salarial que, inclusive, nos permitisse trazer os brasileiros...

E isso está começando a acontecer. Vamos também admitir que, através de uma série de política da CAPES, do próprio CNPq, a Bolsa Jovem Doutor, e nós estamos conseguimos até trazer de volta pesquisadores que tinham ido para os Estados Unidos, mas ainda numa escala, que eu diria que ela é frágil.

Eu tenho filho que é doutor em Física e que poderia estar no exterior trabalhando, já teve “n” ofertas. Só não vai porque não consegue sair do Brasil, mas essa atração é cotidiana. Nós perdemos cotidianamente cérebros preciosos, onde o Estado gastou muito dinheiro. Na sua maioria, eles vieram de escolas públicas, de universidades públicas e fizeram mestrado e doutorado principalmente com bolsa do CNPq, com dinheiro público, e depois vão trabalhar em outro país.

Eu concordo com o Senador que esse é um ponto absolutamente essencial. A outra pergunta do Senador Suplicy. Deixa eu ler, aqui. O Senador Suplicy está afônico e encaminhou, por escrito, a pergunta. Qual a essencialidade da CSS para cumprir as metas fundamentais do Programa Mais Saúde e demais programas do Ministério da Saúde?

SENADOR EDUARDO SUP LIC Y (PT-SP): Parece com a da Senadora Kátia Abreu.

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Muito bem. É porque ele está afônico, é melhor, eu diria... A pergunta...

SENADOR EDUARDO SUP LIC Y (PT-SP): Ele entendeu, sim.

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Eu vou responder.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Cuidado com a automedicação, Senador. Mas é o seguinte. Eu acho que essa votação de hoje, na Câmara, onde se vota a regulamentação da Emenda 29, onde a base do Governo propôs a criação da contribuição social para a saúde, ela é fundamental.

A estimativa que nós temos é de que nós poderíamos, aí, arrecadar alguma coisa em torno de 11,5 bilhões por ano. Veja, eu apresentei um conjunto de metas que significavam, em média, um acréscimo de seis bilhões, ao ano, adicionais. Se nós tivermos dez bilhões, ao ano, adicionais, vamos poder fazer muito mais do que isso. E o Brasil precisa de mais do que isso. E isso aqui... Essas metas são importantes, elas são fundamentais, mas elas ainda vão deixar muita gente sem assistência, a qualidade ainda vai deixar a desejar, as filas ainda vão continuar.

Mas tem uma questão que o Brasil tem que entender. Essa discussão... Eu fico pasmo quando eu ainda leio e ouço gente dizer que o Brasil gasta muito em saúde. Eu diria que é uma frase obscena. Vou dizer o seguinte. Eu vou dizer o seguinte: O Brasil tem o sistema de saúde semelhante aos sistemas universais, de recorte universal. Em todos esses países, o percentual de gasto público está acima de 75%. Pois muito bem, hoje o gasto público no setor da saúde, no Brasil, está em exatos 47%.

O gasto privado é maior do que o gasto público. Isso é um contra-senso. Como é que eu tenho de um lado uma política que pretende dar saúde integral para todos os brasileiros, onde o gasto privado é maior que o gasto público? Se nós pegarmos o que os planos de seguros de saúde faturaram em 2006 e compararmos com que o Governo Federal, Estados e municípios gastaram, *per capita*, o Governo gastou um terço do que as pessoas desembolsaram para pagar por um plano de seguro.

Se nós usarmos todos e quaisquer indicadores, participação no orçamento global, percentual do PIB e quaisquer outros, o gasto com saúde Federal caiu. Ao contrário do que aconteceu com os municípios, onde, pelo contrário, os gastos aumentaram. Difícil encontrar hoje um município que não gaste pelo menos 20% das suas receitas. O gasto Federal caiu.

Então, para que a equação da saúde pública se resolva, nós vamos ter que, de um lado... E eu quero lembrar, para gente não esquecer, porque a Emenda 29 tem duas dimensões importantíssimas. Uma é, em definitivo, acabar com essa indefinição sobre o que são gastos de saúde, para evitar o que nós chamamos com contrabando, que é o que corriqueiramente todos os Estados e poucos municípios fazem. Prestar contas dos gastos em saúde, enfiando ali dentro gastos com recolhimento de lixo, merenda escolar, atendimento a PMs e seus familiares, saneamento ambiental. São questões importantes, que impactam? “São”, eu disse, “Sem dúvida”. Mas não cumprem o que está na resolução do Conselho Nacional de Saúde de 2003.

Isso vai trazer ao nosso cálculo cinco bilhões a mais, adicionais, ao ano, para o setor saúde, de um lado. De outro, a definição da participação do Governo Federal no financiamento que hoje é baixa, proporcionalmente baixa. Nós temos que aumentar o percentual de gasto público no País.

O Senador Augusto Botelho, a resposta é a seguinte, Senador, nós, em 2006, investimos 21 milhões de reais em pesquisa de doenças negligenciadas, 21 milhões. E, agora, em 2008, estamos lançando mais um edital, com mais 17 milhões. Ou seja, entre 2007 e 2008, nós vamos ter cerca de 38 milhões de reais para pesquisa, nas doenças negligenciadas.

E a outra pergunta, eu concordo, aliás, é um fenômeno que não é limitado à malária. Se nós pegarmos as doenças transmitidas por vetores, há uma coincidência surpreendente, em tese, e perversa, entre ano eleitoral, mudança de prefeito, e o aumento da incidência. Não é por outro motivo que esse ano eu tenho feito um apelo aos Governadores que assumam papel diferenciado, mais pró-ativo, de supervisão, monitoramento e de estímulo, para que não haja descontinuidade, por parte dos prefeitos, no combate às doenças transmitidas por vetores.

O Senador João Pedro fez uma série de perguntas. Eu vou responder primeiro as últimas, que são pontuais, e a outra tem mais a ver com CSS também. Terapia renal. A implantação de mais 366 unidades é importante, mas não daria conta totalmente da demanda. E ela está focada, principalmente, em redistribuir aquela oferta que está hoje totalmente concentrada, ou principalmente concentrada, na região Sul e Sudeste, alguma coisa Nordeste, privilegiando as áreas mais desassistidas. Existe essa lógica por trás da proposta.

Em relação aos países africanos de língua portuguesa, eu só queria chamar atenção, a nossa presença lá, aliás, é uma cobrança do Presidente Lula, eu acho perfeito, são países muito pobres, eu conheço Guiné-Bissau, já trabalhei lá como consultor da UNESCO,

realmente é dramático. Nenhuma comunidade pobre nossa brasileira, por mais pobre que seja, se assemelha ao que vemos lá.

A Fiocruz está trabalhando duro na formação... Olha que coisa interessante. Ao invés de nós trazeremos alunos desses países para o Rio de Janeiro, o que vai acontecer? A maioria deles vão acabar ficando no Brasil. Nós estamos levando os professores à África, para Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e os outros países, Tomé e Príncipe. Estamos formando quadros com mestrados profissionalizantes, lá, em gestão sistemas de saúde, formação de pesquisadores... Capacitação desses países em laboratório de saúde pública, que é fundamental para você, depois, poder monitorar a doença, ter o mínimo de formação epidemiológica.

A Fiocruz vai abrir um escritório junto à União Africana, que vai dar uma presença diferenciada do Brasil lá, e essa planta de anti e retrovirais em Moçambique também é uma medida de extrema importância, o que não exclui, e eu concordo com a sua colocação, a possibilidade de que o Brasil também apóie a qualificação e o fortalecimento do sistema de atenção às pessoas em áreas muito críticas. Um bom exemplo foi esse. Acho que nós podemos até pensar, por que não, em parceria com sociedades de especialistas, com o Conselho Federal de Medicina, com a Associação Médica Brasileira, para levar brasileiros para lá, que possam estar ajudando, apoiando, sob a forma de mutirões ou esforços concentrados ou até formando gente para esses países. Essa uma questão importante.

Em relação à CSS, eu já coloquei a minha posição. Eu também sou contra a politização do processo, acho que é ruim. Estou vendo a saúde, estou sendo bastante claro, acho que a proposta que está na Câmara, isentando quem recebe até três mil reais, é importante, o que exclui uma parcela considerável. A grande maioria da população brasileira ficaria fora do pagamento dessa contribuição, e estou confiante de que a sensibilidade, a maturidade, o equilíbrio na Câmara vão conseguir que nós aproveemos essa matéria.

O Senador Wellington colocou duas questões importantes e complexas. Eu já respondi algumas, que são as questões estruturais do combate à dengue. É verdade. Nós temos que ser francos, objetivos e diretos. Há uma relação forte, sim, entre o modelo de urbanização, a pobreza e a doença. Não há dúvida.

A outra questão é, muito bem, considerado isso, como é que eu intervenho na realidade e minimizo essa questão? São duas questões diferentes. Bom, os brasileiros que têm um plano de saúde, parece que o plano de saúde do Senado é bom o suficiente para

que os Senadores possam descansar em paz, confortavelmente, tem uma questão importante.

Eu falei essa frase, outro dia, em algum lugar, primeiro, tem gente no Brasil que pensa que não usa o Sistema Único de Saúde. Eu diria que existe, sim, uma parcela de brasileiros que não usam o Sistema Único de Saúde, os muito ricos. Esses não usam e não usarão. Mas, tirando os muito ricos, deve dar 0,5% da população brasileira, todos os outros usam e usam todos os dias. Usam quando precisam de um transplante de órgãos, usam quando precisam de um medicamento, para uma doença crônica, que custa 15 mil reais, ao mês, o tratamento ou 20 mil reais. Usam quando precisam de hemoderivados, usam quando levam o neto ou o filho para tomar a vacina, no posto de saúde, usam quando sofrem algum acidente e são atendidos no pronto-socorro municipal e usam quando consomem qualquer alimento ou medicamento que são controlados pela vigilância sanitária.

Então, o SUS, na realidade, essa decisão que vai ser tomada na Câmara e, depois, aqui, não é uma questão de interesse dos pobres, é também uma questão de interesse da nação. De fortalecimento de um sistema que presta atendimento e atenção a todos os brasileiros. Mesmo àqueles que têm um plano de seguro e usam esse plano de seguro para um conjunto de ações, em que eles não usam o SUS: uma cirurgia eletiva, uma doença crônica, uma... Enfim. Mas tem gente que acha que não usa. Aliás, uma matéria, na *Folha de São Paulo*, de anteontem, mostra que 15% das pessoas, dos paulistas, que têm plano de seguro usam o SUS, exatamente reafirmando isso que eu estou falando. Quer dizer, 15% das pessoas que pagam por um plano, pela precariedade desse plano, pelo fato de esse plano não cobrir todos os eventos, usam o SUS. E usam nesses espaços de atendimento, que são caríssimos e que são importantes, a que eu meu referi.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Sr. Ministro, só esclarecer um pouquinho, o sistema de saúde do Senado é bom, sim, mas de empresas grandes, já trabalhei em várias, também é bom da mesma maneira. Têm algumas até melhor do que aqui. Porque não fica essa imagem de que seremos os privilegiados--

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO:
Não..

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):
--não é verdade isso--

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: O meu plano também é bom.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Só para ficar claro que também grandes empresas também têm bons planos.

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: O eu meu plano, que é de alto gestão, que é da Fiocruz, também é bastante razoável, mas eu quis chamar a atenção é que, na realidade, nós todos, mesmo os brasileiros, 50 milhões de brasileiros que têm um plano dependem do Sistema Único de Saúde. Esse é o sistema que atende a todos.

A Senadora Kátia Abreu. Veja, Senadora, na verdade, eu não dei nenhuma entrevista para o jornalista Josias de Souza. Eu acho que ele tirou aquilo ali de alguma outra... Eu não dei uma entrevista a ele diretamente, somente comentários de algumas colocações que eu fiz. Agora, veja, Senadora, a minha resposta a sua pergunta é singela. Veja, eu estou até um pouco surpreso com a sua pergunta. Os 35 bilhões que entraram no Ministério da Saúde, enquanto eu fui Secretário de Atenção e, hoje, sou Ministro, ou seja, de 2005 a 2007, eles financiaram o que já está aí. Ou alguém acha... De onde vem o dinheiro para fazer os 11 milhões e 300 mil internações, as 135 mil cirurgias cardíacas, o um bilhão e 500 milhões de exames do SUS, os dois milhões e 200 mil partos? Da CPMF.

O que eu estou falando aqui é de outra coisa. É de que, se nós quisermos ampliar a cobertura, abrir novos serviços, melhorar a qualidade, reduzir o tempo de espera, vamos ter que usar mais. Então, o dinheiro que entrou foi aplicado no que já existe. Eu estou falando de outra coisa. Do que não existe. Do que vai ser construído, profissionais vão ser contratados, equipamentos que vão ser instalados, políticas que vão ser implementadas, o Saúde da Família, hoje, cobre 85 milhões de pessoas. Os 35 milhões da CPMF ajudaram a financiar as 27 mil equipes. Eu quero ter 40 mil equipes. Para ter 40 mil equipes, eu preciso de mais dinheiro, e esse dinheiro precisa vir de uma fonte segura, estável, ao longo do tempo.

Tem mais alguma pergunta? Ah, não, que a imprensa teria dito que eu disse que não precisava da CSS. Pelo contrário. Aliás, foi interessante porque essa foi a pergunta do jornalista. O jornalista disse isso e depois botou na minha boca, e tanto que a *Folha de São Paulo*, que colocou essa frase no ar, minutos depois, retirou, porque a gravação da minha entrevista mostra que eu não havia falado essa frase e, pelo contrário, eu apoio. Estou apoiando e tenho certeza que a base do Governo, hoje, aprova na Câmara dos Deputados.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, para contraditar, por favor, quero me inscrever.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Quero informar a V. Ex^a que V. Ex^a terá dois minutos e o Sr. Ministro também, sobre o assunto. E agradecer o Ministro e lembrar, também, aos senhores e à senhora senadora que nós tínhamos um tempo determinado, para a presença do Ministro, e que ele tem outros compromissos. Era até 12h30, ele está ultrapassando... Por isso eu peço a sua objetividade, Senadora.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Ministro...

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Pois não.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): O senhor disse que, com o dinheiro que foi arrecadado, V. Ex^a fez 25 mil... Pagou 27 mil equipes de Saúde da Família. Mas V. Ex^a está promovendo e está propondo um aumento disso. Como é que o senhor vai propor um aumento disso se o senhor ficou sem isso? Então, na realidade... O senhor ficou sem isso. Como é que o senhor pode? Na sua tese, sim. Se o senhor ficou sem 40 bilhões de reais e está tentando é... Se o senhor ficou sem 40, 40, na realidade, não, no período seu, 35, e o senhor está vindo com 26, então, o senhor não está nem completando o que o senhor gastou no passado, então o senhor está em déficit—

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Senadora.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): --Na sua conta, o senhor... Só terminar o raciocínio. Na sua tese, Ministro, o senhor gastou, no passado com isso e quer aumentar mais isso. Gastou “x” e quer aumentar para dois “x”. Se o senhor ficou sem 35 e vai arrecadar 26, matemática é um menos o outro, o senhor está é deficitário. O senhor está precisando de dinheiro para complementar o que o senhor fazia no passado, nessa tese [soa a campainha]. E este dinheiro não será, então, para o senhor fazer o futuro.

Com relação à queda do fim da CPMF, os preços não terem sido alterados, o senhor me desculpe, mas o senhor não está correto. Se o senhor olhar o site do DIEESE, o senhor vai ver que a cesta-básica estava 229 reais, em janeiro de 2008, e chegou a março de 2008 com 223 reais, com uma queda de menos 2,3%.

Infelizmente, Ministro, nós só não conseguimos baixar mais o preço dos alimentos, porque a grande maioria desses alimentos, aqui, se V. Ex^a não sabe, mas acho que sabe, são commodities, são empresas internacionais que regulam e não nós, empresários brasileiros mortais e que vamos controlar o preço dessas commodities. Então, infelizmente... E também pela inflação. O senhor sabe que a folha [soa a campainha] de pagamento, neste Governo, aumentou 45 bilhões

de reais, em folha de pagamento. Então, não há quem suporte um gasto público desse, transferido da saúde, poderia estar sendo muito bem gasto.

Com relação à questão simplista, que o senhor disse que não fez falta a CPMF, eu tenho certeza absoluta que não, porque o senhor está na fatia dos privilegiados, embora seja classe média, como tenha declarado. A regressividade da carga tributária brasileira, ela incide sobre os mais pobres. O senhor não sentiu a CPMF, porque quem pagou foi a funcionária doméstica da sua casa, foi os serviços gerais do Ministério [soa a campainha] que pagou a regressividade dentro do arroz, do feijão, do açúcar, o café. Porque em cima do salário dela, da sua empregada doméstica, hipoteticamente que o senhor tenha, de 720 reais, para o senhor pode não significar nada, mas para ela significou 46% da carga tributária em cima de seu salário, enquanto que o de V. Ex^a, em torno de 26%. Realmente V. Ex^a não sentiu nada pagar a CPMF e tanto faz como tanto fez.

Agora, também não é simplesmente, para encerrar, não é simplesmente a CPMF não faz falta para ninguém. V. Ex^a tem que entender que isso é muito mais amplo do que o dinheirinho que sai da sua conta de CPMF. A cada 0,38 a menos de CPMF na carga tributária, significa 0,6 a mais de crescimento do PIB. E se o PIB cresce 0,6 a mais, a arrecadação aumenta, Sr. Ministro, 3,6 bilhões de reais. E, se a nossa carga fosse 26, e nós cresceríamos 1,5% no PIB, ao ano, nós geraríamos 600 mil empregos por ano. Então, não é tão simplista assim a sua conta.

Nós estamos atrás não é só contra a CPMF, nós queremos é cair a carga tributária de 36 e ficar igual os países emergentes. A China está 19. Eu não peço tanto, a média é 27. Então, nós temos que perseguir pelo menos essa média dos países emergentes, que são aqueles que estão buscando e tomando o mercado brasileiro lá fora. É a farmácia da esquina [soa a campainha], é o concorrente da esquina, é a China, é a Rússia, é a Índia, que estão com a carga de 26, e nós, de 36.

Então, a conta não é tão simplista como V. Ex^a quer colocar. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Muito obrigado, Senadora Kátia Abreu. Eu quero estabelecer que o Sr. Ministro irá responder as perguntas e não abrirei mais espaço para outro tipo de questionamento, visto que os questionamentos já foram feitos e--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Tenho direito a dois minutos, Sr. Presidente? Que a Senadora Kátia Abreu falou duas vezes.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Não. Eu quero pedir a V. Ex^a que seus dois minutos, V. Ex^a ceda ao Ministro. Que V. Ex^a depois poderá nos informar os dois minutos... V. Ex^a...Vai...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu vou acompanhar V. Ex^a. Vou ceder os dois minutos porque nós nunca tivemos--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Por nós.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): --um Ministro com tanto conteúdo na área quanto nós temos hoje. Da mesma maneira que eu votaria na Senadora Kátia Abreu, se o meu título fosse do Estado de V. Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu concordo com V. Ex^a e passo a palavra...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Quero deixar bem claro isso. Agora, vou passar porque não temos--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Super agradecida... Ainda está em tempo de você...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): --Vou passar porque não temos um Ministro com conteúdo para contraditar tudo o que é colocado aqui como esse. Para mim, ele só perde para o Ministro Hélio Costa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): V. Ex^a... Isso é covardia, também. Com a palavra o Sr. Ministro da Saúde, José Gomes Temporão.

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Senadora, eu sustento a minha argumentação. É simples o raciocínio, eu diria que ele chega a ser até prosaico. Se eu recebia "x" recursos da CPMF, que compunham com um conjunto de outros recursos, o orçamento da saúde, com a perda da CPMF, esses recursos foram todos garantidos, através do aumento do IOF, da contribuição sobre o lucro bancário. Não houve perda nenhuma no meu orçamento. Então, não é verdade de que estou querendo o recurso da CSS para cobrir um buraco, pelo amor de Deus--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Não houve perda no seu orçamento--

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: --Não, não...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): --que a PEC de 29 não permite, Ministro [soa a campanha]--

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Espere, espere eu terminar.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): --nem IOF, nem contribuição social sobre o lucro líquido--

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Senadora, sinceramente...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): --O que não permitiu, o que não permitiu...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Senadora, permita. Senadora...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): --a queda de seu orçamento foi simplesmente a PEC 29 votada nessa Casa. Isso todo mundo sabe.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Senadora, por favor, eu volto a repetir, não terá mais permissão do Presidente o uso da palavra por aqueles que já tiveram oportunidade de fazerem suas perguntas. Peço a compreensão da Sra. Senadora, peço compreensão do Senador Wellington e passo a palavra, volto a palavra ao Sr. Ministro. O Sr. Ministro, não será interrompido mais.

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Só para concluir, quer dizer, o que estou falando, aqui, não é retórica, é a mais absoluta e escorreita verdade. É isso. Os recursos da CPMF foram substituídos por outros recursos; o orçamento do Ministério da Saúde, garantido constitucionalmente pela Emenda 29. O que nós estamos falando, aqui, no mais, são seleções de recursos novos. Qualquer outro comentário falta a verdade.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu quero agradecer a presença do Sr. Ministro José Gomes Temporão, sua Assessoria, demais Autoridades, aqui, a toda a equipe que deu suporte a esta Audiência Pública, aos Srs. Senadores, à Senadora Kátia Abreu. E, Sr. Ministro, a Casa fica à sua disposição para que V. Ex^a possa fazer suas reivindicações. Agradeço à Senadora Patrícia Gomes, que me deu a honra de presidir e de encerrar a Sessão. Está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 14h05.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTE

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA,
TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

ATA DA 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE E 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 2008.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

CONJUNTA

Às dez horas e cinquenta e três minutos do dia vinte de maio de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze

(15), sob a Presidência Eventual do Senador Paulo Paim, e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Paulo Paim, Renato Casagrande, Geovani Borges, Mão Santa, Valdir Raupp, Gerson Camata, Virginio de Carvalho, Rosalba Ciarlini, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, Sérgio Zambiasi, Francisco Dornelles, Adelmir Santana, Kátia Abreu e Lúcia Vânia reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte e a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Inácio Arruda, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, João Ribeiro, Wellington Salgado, Valdir Raupp, Paulo Duque, Lobão Filho, Heráclito Fortes, Virginio de Carvalho, Marco Maciel, Raimundo Colombo, Marisa Serrano. Justificam a ausência os Senhores Senadores Marconi Perillo e Cristovam Buarque. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Eventual, Senador Paulo Paim, submete à Comissão e à Subcomissão a dispensa das leituras das Atas das Reuniões anteriores e a aprovação das mesmas, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 40/07 – CE e 09/07 – SCTMC de autoria dos Senadores Raimundo Colombo, Flávio Arns e Flexa Ribeiro, que tem como objetivo **“Discutir os direitos autorais nas áreas de cinema e música, bem como o papel desempenhado pelo Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD)”**. Comparecem à Audiência Pública o Senhor Alexandre Annenberg, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura – ABTA; Senhor José de Araújo Novaes Neto, Diretor da Associação Brasileira de Músicas e Artes – ABRAMUS; Senhor Ícaro Martins, Presidente da Associação Paulista de Cineastas – APACI; Senhor Marcos Alberto Sant’Anna Bitelli, Professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP e Especialista nas áreas de Propriedade Intelectual, Audiovisual e Comunicação Social; Senhor Francisco João Moreirão de Magalhães, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Música Independente – ABMI e Senhor Marcos Alves de Souza, Coordenador-Geral de Direito Autoral, da Secretaria de Políticas Culturais do Ministério da Cultura. Prosseguindo, o Senhor Presidente Eventual, Senador Paulo Paim, registra a presença para acompanhar a Audiência Pública, do Senhor Eduardo Jardim, Diretor da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura – ABTA; Senhor Samuel Barrichello, Coordenador-Geral Substituto de Direito Autoral do Ministério da Cultura; Senhora Angeline Monteiro Prata, Sub-Gerente da Secretaria de Políticas Culturais do Ministério da Cultura; Senhor José Vaz de Souza Filho, Especialista em Políticas Pú-

blicas do Ministério da Cultura; Senhor Renio Quintas, Maestro e Diretor do Festival de Música Instrumental e Arte Popular de Cavalcante, estado de Goiás, e a Senhora Dulce A. Santos, Diretora da DDA Comunicação, na cidade de Brasília, Distrito Federal. Neste momento, o Senhor Presidente Eventual, Senador Paulo Paim, comunica que necessita ausentar-se da sessão, em virtude de compromisso inadiável assumido anteriormente, e passa a Presidência ao Senador Papaléo Paes. Ao final da exposição do Senhor Francisco João Moreirão de Magalhães, contendo denúncia de que CDs piratas são vendidos para os trabalhadores informais, pelas gravadoras, em grandes atacados de São Paulo, o Senhor Senador Gerson Camata solicita que seja convidado para prestar esclarecimentos a esta Comissão, o Presidente da Associação Brasileira de Produtores de Discos – ABPD. Neste momento o Senhor Presidente Eventual, Senador Papaléo Paes, passa a presidência ao Senador Flávio Arns. O Senhor Presidente Eventual, Senador Flávio Arns, sugere que além de convidar o Presidente da ABPD, as denúncias do Vice-Presidente da Associação Brasileira de Música Independente – ABMI sejam encaminhadas a Polícia Federal, juntamente com as Notas Taquigráficas da Audiência Pública, bem como ao Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos Contra a Propriedade Intelectual – CNCP, do Ministério da Justiça. As propostas são acatadas por unanimidade. Logo após, o Senador Gerson Camata sugere que o Senhor Marcos Alberto Sant’Anna Bitelli seja consultado acerca da elaboração de um Anteprojeto de Lei, para que possa ser discutido pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte e pela Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, com o que todos concordam. O Senhor Presidente Eventual, Senador Flávio Arns, sugere que o Ministério da Cultura seja consultado para a elaboração desse texto, o que é aprovado. Findas as exposições dos convidados, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Gerson Camata e Papaléo Paes. A Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às quatorze horas e onze minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal. – SENADOR FLÁVIO ARNS,

Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTE – CE

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA,
TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL –
CECTMCS

NOTA TAQUIGRÁFICA

21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE E 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 20 DE MAIO DE 2008

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e a 5ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Submeto à apreciação as Atas das Reuniões anteriores e a aprovação das mesmas. Os Senadores e Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 09, de 2007, aprovados, de autoria dos Senadores Raimundo Colombo, Flávio Arns e Flexa Ribeiro, para realização dessa Audiência Pública destinada a discutir “Os direitos autorais das áreas de cinema e música, bem como o papel desempenhado pelo Escritório Central de Arrecadação e Distribuição – ECAD”. Dando início à Audiência, solicito ao Secretário Júlio Linhares que acompanhe os convidados para tomarem assento à mesa. Os nossos convidados para a presente Sessão são os Exmos. Srs. Alexandre Annenberg, Presidente Executivo da Associação Brasileira de TV – ABTA; José de Araújo de Novaes Neto, Diretor da Associação Brasileira de Músicas e Artes; Ícaro Martins, Presidente da Associação Paulista de Cineastas; Marcos Alberto Sant’Anna, Professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Especialista nas áreas de Propriedade Intelectual, Audiovisual e Comunicação Social; Francisco João Moureirão de Magalhães, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Música Independente; Marcos Alves de Souza, Coordenador-Geral de Direito Autoral – Secretaria de Políticas Culturais do Ministério da Cultura. Eu vou seguir a minha ordem aqui de fala, quinze minutos, com a tolerância, se necessário, de mais dois minutos. Pela ordem que

eu recebi aqui, iniciamos pelo Sr. Alexandre Annenberg, Presidente Executivo da Associação Brasileira de TV – ABTA.

SR. ALEXANDRE ANNENBERG: Caro Senador, muito obrigado aqui pela oportunidade de estar participando dessa Audiência, prezados Senadores aqui presentes. Na verdade a minha apresentação vai ser muito simples e muito rápida, porque minha intenção é apenas mostrar alguns problemas que surgiram ao longo desses anos na relação entre o setor de TV por assinatura e o ECAD e vislumbrar uma solução um pouco para frente que talvez esteja ao nosso alcance. Então não vou descer a grandes detalhes, a minha apresentação deve ter uma meia dúzia de slides no máximo, mas para situar um problema que depois eu acredito que não é só da TV por assinatura e, portanto, pode servir de parâmetro para as decisões que devem ser tomadas daqui para frente sobre o ECAD.

Então nós poderíamos projetar, por favor, um primeiro slide. Ah, estamos com problemas? Problemas técnicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu aproveito o momento para registrar a presença conosco aqui de Eduardo Jardim, Diretor da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura; Samuel Barrichello, Coordenador-Geral sobre o Direito Autoral do Ministério da Cultura; Angeline Monteiro Prata, Subgerente da Secretaria de Políticas Culturais do Ministério da Cultura; José Vaz de Souza Filho, Especialista em Políticas Públicas do Ministério da Cultura; maestro Renio Quintas, Diretor do Festival de Música Instrumental e Arte Popular de Cavalcanti-GO; Dulce Santos, Diretora da Comunicação.

Eu poderia fazer o seguinte encaminhamento se os senhores concordem? Enquanto eles se encontram aí, eu passaria a palavra para o segundo convidado, o Sr. José de Araújo de Novaes Neto, Diretor da Associação Brasileira de Músicas e Artes.

Só quero registrar a presença conosco, com muita satisfação, também do nobre Senador Gerson Camata e do Senador Virginio de Carvalho, ambos sempre presentes em todas as Comissões. Fazem milagre, porque eu atrasei para chegar aqui porque eu estava em outra.

SR. JOSÉ DE ARAÚJO NOVAES NETO: Bom, muito bom dia. Antes de mais nada eu queria agradecer o convite para participar dessa Audiência Pública, Exmos. Srs. Senadores, demais autoridades presentes, membros da Mesa. Eu fui convidado na qualidade de Diretor da Associação Brasileira de Música e Artes, que é uma das sociedades autorais que compõem o ECAD, é uma sociedade que existe há vinte e seis anos, ela inicialmente era integrada por um pequeno grupo

de músicos e acabou se expandindo, hoje representa mais de quinze mil associados dentre músicos, compositores, intérpretes, produtores fonográficos, editores e é hoje uma das duas maiores sociedades autorais brasileiras. Eu integro a diretoria da ABRAMUS, muito embora eu seja Advogado e Procurador do Município de São Paulo, mas eu integro a diretoria da ABRAMUS na qualidade de compositor. A diretoria da ABRAMUS é integrada por editores, produtores fonográficos, músicas e compositores, então eu represento a quota dos autores musicais, dos compositores. Então muito embora a minha sociedade represente-se também em outros segmentos da cadeia produtiva da música, mas eu me sinto aqui principalmente defendendo um lado da questão do direito autoral, que é eu acho o lado mais esquecido quando se fala de eventual mudança da lei ou discussão sobre a Lei Autoral, que é o lado do autor. No momento em que se fala de flexibilização da Lei Autoral, esse é um lado que tem sido esquecido. Muito se fala hoje em novas modalidades de licença, licenças autorais, e sempre quando se enfoca esse lado, o lado do autor acaba ficando em segundo plano. Então eu me sinto aqui hoje, a minha contribuição para esse debate, eu imagino, seja exatamente mostrar o lado do autor musical.

Eu vou falar brevemente sobre um pouco do papel da minha sociedade, que ela não se resume pura e simplesmente a integrar a Assembléia-Geral do ECAD. A ABRAMUS não é uma sociedade que vive exclusivamente da arrecadação e distribuição de obras musicais. Das sociedades que integram o ECAD ela é a única que hoje expandiu o seu leque para outras modalidades de arrecadação e distribuição de direito autoral. Hoje, por exemplo, ela é a sociedade que mais arrecada e distribuiu direito autoral dos chamados grandes direitos, que são os direitos autorais de teatro, os maiores autores teatrais brasileiros e seus sucessores, como os sucessores de Nelson Rodrigues, Plínio Marcos, Jorge Amado, são associados da ABRAMUS. A ABRAMUS também representa, juntamente com uma outra empresa chamada AUTVIS, representa os direitos autorais das obras visuais e também é a primeira sociedade autoral brasileira, já que a gente está centrando esse debate na questão do cinema, é a primeira sociedade autoral brasileira a se credenciar a utilizar o chamado Sistema ISAN, que é um Sistema de Identificação da Obra Audiovisual. Esse sistema foi criado internacionalmente. Assim como no meio fonográfico existe o ISRC, que é como se fosse o R.G. de cada fonograma musical, na obra audiovisual existe o Sistema ISAN, que é um código para identificar cada uma das obras audiovisuais, e a ABRAMUS é a primeira sociedade brasileira a conseguir trabalhar com o Sistema ISAN.

Não que a ABRAMUS tenha a intenção, quero até deixar claro para os colegas da Mesa aqui que atuam na área do cinema, não que a ABRAMUS tenha a intenção de fazer a gestão coletiva do audiovisual, ela não tem essa pretensão. A única intenção dela é de fornecer esse instrumento para que quem for fazer a gestão coletiva possa usar essa identificação para poder pagar corretamente os direitos de todos os autores musicais envolvidos naquela obra.

Antes de entrar propriamente em alguns breves comentários que eu quero fazer sobre a questão da cobrança do audiovisual, eu queria chamar a atenção para uma situação que é pouco divulgada com relação à música brasileira, à sua execução e aos direitos autorais, que é a questão, a relação entre a música brasileira no exterior e a música brasileira aqui no país, da forma como que são arrecadados e distribuídos os direitos autorais relativos a essas obras. Existe um fato surpreendente que é o fato de que o Brasil é um dos poucos países do mundo no qual a música que é executada nas rádios e nas TVs é predominantemente nacional. Poucos países têm essa característica que o Brasil tem. Talvez os Estados Unidos, Inglaterra, alguns outros países da Europa, mas no Brasil, hoje, a música que toca no rádio é majoritariamente música brasileira. É um fenômeno que não ocorria há trinta anos atrás, tivemos aí uma época em que só tocava muito mais música estrangeira, mas hoje a música brasileira é a que mais toca no Brasil. Por outro lado a música brasileira, sabemos, é uma das músicas com maior potencial de exportação, uma das músicas mais difundidas em alguns países importantes como o Japão, como os Estados Unidos, países da Europa. No Japão, por exemplo, onde figura a sociedade autoral que mais arrecada direitos, que é a JASRAC, o Brasil é o quarto país, a quarta música mais executada no Japão é a música brasileira. Então diante desses fatos há um fenômeno muito interessante que demonstra o seguinte: são dados que demonstram que os direitos autorais das músicas estrangeiras executadas no Brasil são sete vezes maiores do que os direitos das músicas brasileiras que as sociedades estrangeiras nos repassam. Nós temos números aqui de 2004 a 2006. Então uma proporção mais ou menos no seguinte: se considerarmos tudo que foi arrecadado dentre a música estrangeira que toca aqui, a música brasileira que toca aqui, a música estrangeira que as sociedades internacionais repassam para o Brasil, 84% desses valores são valores que o Brasil repassa para as sociedades estrangeiras e só recebe de volta cerca de 15%. Isso significa que há uma distorção muito grande, pois se o Brasil é o país que mais executa música nacional e se o Brasil é um país que tem uma repercussão in-

ternacional bastante forte, então isso justifica aí essa posição completamente desfavorável na balança para a música brasileira. Isso demonstra que as sociedades autorais brasileiras têm cumprido o seu papel de repassar para as sociedades internacionais a música que é executada no Brasil. Mas as sociedades internacionais não têm feito esse papel e isso tem sido cobrado da CISAC, que é o órgão internacional que representa as sociedades internacionais.

Mas eu não vou me alongar mais, eu só queria encerrar a minha fala fazendo alguns breves comentários sobre a questão que envolve a cobrança do direito autoral, principalmente em execução pública no cinema, que é algo que certamente aqui os meus colegas vão mostrar o outro lado da questão, mas eu queria já antecipar alguns breves tópicos, porque segundo a Lei Autoral brasileira, art. 86 da Lei Autoral brasileira, existe a previsão da cobrança pela execução pública nos cinemas. Então um percentual da bilheteria, que é fixado em 2,5%, tem sido descido ao ECAD para o pagamento aos compositores das obras musicais envolvidas nos filmes. Isso tem sido debatido pelos exibidores e pelas empresas e isso já há trinta anos que fomentou várias ações judiciais que foram analisadas até pelo STJ, por várias vezes, e em boa parte das vezes dando ganho de causa ao ECAD. Então tem duas questões que eu queria colocar aqui brevemente com relação a essa discussão. Primeiro, com relação a esse percentual de 2,5% que se alega que seria um percentual elevado, eu só queria lembrar que em média de 47% a 50% do valor da bilheteria já eram pagos aos distribuidores a título de direitos autorais. Então se a gente considerar que esses direitos são repartidos entre distribuidores, produtores, diretores e não com os compositores, então a gente pode afirmar que seria razoável pagar 2,5% aos autores musicais. Essa é uma discussão que se coloca com relação a esse percentual. E uma outra questão também que é discutida nessas ações judiciais e obviamente vai ser colocada na Mesa, é com relação ao fato de que a maioria desses direitos seria repassado ao exterior porque a maioria dos filmes que é exibido no Brasil são filmes feitos no exterior. Então é óbvio que isso é uma questão que envolve o mercado brasileiro, porque se os filmes mostrados nos cinemas fossem majoritariamente nacionais esse percentual de bilheteria estaria sendo destinado aos compositores, aos autores musicais nacionais. Então eu só queria deixar esses dois breves comentários com relação a essa questão que certamente será desenvolvida aqui pelos meus colegas.

Eu agradeço muito ao convite e fico à disposição para maiores esclarecimentos. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos a palavra ao Sr. Alexandre Annerberg, Presidente Executivo da Associação Brasileira de TV por Assinatura.

SR. ALEXANDRE ANNENBERG: Bem, mais uma vez obrigado pela presença, mais uma vez Senador Paulo Paim, Senador Virgínio de Carvalho, Senador Gerson Camata, que já há muitos anos acompanha de perto a nossa atividade de televisão por assinatura. A idéia que nos trás aqui é aquela de mostrar os problemas que existiram e que continuam existindo na relação entre os segmentos, o setor de televisão por assinatura e o ECAD, e a possibilidade de nós resolvermos esses problemas, que me parece que essa é a grande questão.

Então, como eu disse antes, eu vou passar rapidissimamente meia dúzia de slides. Podemos passar aí para o primeiro, por favor.

Falar rapidamente sobre quem são os associados da ABTA, a cadeia de valor da TV por assinatura, para que se posicione corretamente o quê que é o direito autoral no caso da televisão por assinatura, o faturamento bruto de televisão por assinatura, os gêneros e canais que nós apresentamos e essa oportunidade que existe com a entrada de novos operadores. Cada um desses grandes itens constitui um único slide. Então os senhores não precisam ficar preocupados com uma longa exposição, absolutamente não se trata disso. Então vamos para o primeiro slide, por favor.

Esses são alguns, não todos os associados da ABTA, mas a característica mais importante que eu gostaria de ressaltar aqui é que a ABTA é formada por operadores de televisão por assinatura e como operadores nós chamamos os nomes que os senhores seguramente conhecem como NET, SKY, TVA, enfim, são as empresas que são a interface com o consumidor, aquelas que vendem, instalam a televisão por assinatura. Mas são associados também da ABTA programadores, que são os produtores de conteúdo. E aí nós temos a FOX, a CNN, a Globosat, Futura, Cultura, TNT, enfim, todos esses são também associados da ABTA, e alguns fornecedores especificamente também.

E eu chamo a atenção para o fato de que a ABTA é uma associação com essa constituição, ela já nasceu com o DNA da discórdia interna, porque não é fácil compatibilizar os interesses de todos esses associados, que muitas vezes são divergentes, que muitas vezes são antagônicos e, no entanto, a ABTA já foi completar agora vinte anos de existência e ela conseguiu se manter com uma homogeneidade e com uma representatividade em relação a todos esses setores porque a ABTA se preocupa em defender determinados princípios. As questões que são conflituosas, as

questões que não sejam consensuais ou onde não haja uma maioria expressiva que determine uma posição da ABTA, elas não são enfrentadas.

E um dos itens que claramente sempre uniu os associados dentro da ABTA é justamente a questão dos direitos autorais, porque direito autoral, para um produtor de conteúdo e para um distribuidor de conteúdo, é um direito sagrado. Ninguém contesta a necessidade de remunerar o autor da obra audiovisual ou o autor da música, enfim, o autor daqueles que todos os autores têm direito à sua remuneração por força do seu trabalho e dos direitos autorais. Essa questão, portanto, da necessidade de remuneração do direito autoral é um ponto pacífico dentro da ABTA e que une todos os seus associados. Não há uma única divergência interna.

Vamos ver o próximo slide, que eu chamo slide da cadeia de valor, para a gente entender o seguinte: existe, em televisão por assinatura, um grande grupo que se dedica à produção de conteúdo. O quê que é produção de conteúdo? Que empresas produzem conteúdo? Estão ali elencados alguns exemplos: a Globosat, a FOX, Discovery, BBC, MTV, TV Câmara, TV Senado, são produtores de conteúdo, eles estão encaixados ali como produtores de conteúdo, e os produtores chamados independentes. Todos esses estão nesse elo da cadeia de valor.

Depois nós um segundo elo nessa cadeia que é o transporte dessa cadeia e o transporte efetuado por meio de redes de telecomunicações. Essas redes podem ser redes físicas, como a televisão a cabo, que é constituída por cabos coaxiais, fibras óticas e etc., ou podem ser redes sem fio, como o satélite, que a gente chama de DTH, as operações satelitais, tem também uma outra tecnologia, pouco conhecida, mas importante, que é a tecnologia de MMDS, é a tecnologia de transporte sem fio desses conteúdos. Então notem que são atividades completamente separadas e independentes a produção e o transporte.

E a terceira atividade mais significativa e aquela que é mais visível para o mercado, que é mais visível para o público, é justamente a atividade da distribuição desse conteúdo. São as empresas conhecidas, a NET, a SKY, TVA, via cabo, ITE-S/A(F), enfim, essas são as empresas que têm contato com o mercado, tem a responsabilidade da venda desse produto, tem a responsabilidade da instalação, tem a responsabilidade da manutenção desse produto e a relação, portanto, com o consumidor se dá neste último elo da cadeia. Mas eu chamo de novo a atenção para mostrar que são três grupos de atividades muito diferentes uma da outra e que, portanto, exigem abordagens diferentes, seja do ponto de vista de regulação, seja do ponto de vista de legislação. Em cada um desses elos da cadeia de valor

valem conceitos regulatórios e legislativos diferentes. O que rege a produção não é a mesma coisa dos regulamentos que regem o transporte e não devem ser a mesma coisa que rege a distribuição. Isso é de uma importância grande porque nós estamos discutindo agora em várias outras sedes dentro do Legislativo, tanto na Câmara, quanto no Senado, vários Projetos de Lei e alguns deles misturam um pouco esses conceitos. Por isso eu achei importante a gente resgatar a visão da necessidade de haver leis e regulamentos específicos para cada um dos elos dessa cadeia. É verdade que uma empresa pode ser absolutamente vertical e pode executar essas três operações se for o caso, ou uma delas ou duas delas, não importa, mas o importante é que funcionalmente se entenda que são funções diferentes.

Vamos para o próximo slide. Isso posto, qual é o faturamento de uma atividade de televisão por assinatura? Esse faturamento é dividido em vários segmentos. A parte mais visível do faturamento é aquela que nós chamamos ali de mensalidade, quer dizer, 59% é devido ao faturamento do conteúdo, é a mensalidade que o consumidor paga. Nesses 59%, entenda-se, estão incluídos os impostos também, estão todos aí nesses 59%. Mas, além disso, o consumidor paga também os serviços de telecomunicações, que são os serviços de levar o sinal, são os serviços de manutenção da rede, são serviços de instalação e assim por diante; ele paga uma taxa de adesão que corresponde a 1% do faturamento; ele paga também outros serviços como *pay-per-view*; a banda larga que corresponde hoje a 15% do faturamento das empresas de televisão por assinatura e outros faturamentos que têm a ver com a venda da revista serviços e assistência técnica, canal local. Muitos operadores possuem seus canais locais e isso tem também um custo importante e uma receita importante, ou seja, a receita global da televisão por assinatura é segmentada por um leque muito diferente de atividades como os senhores podem notar aí, é muito evidente. A TV por assinatura não é uma atividade que só faz entregar e vender conteúdo. Ela tem toda essa infra-estrutura com os seus respectivos custos e com os seus respectivos faturamentos.

Qual é a importância de nós entendermos isso? Vamos para um próximo slide. Nos Estados Unidos, eu peguei aqui o exemplo de como é que nos Estados Unidos é tratada a questão de direitos autorais em cima de televisão por assinatura. Existem nos Estados Unidos duas grandes Associações: uma se chama ASCAP e a outra se chama BMI. E eu tomei aqui só como exemplo ilustrativo, no primeiro quadrinho lá em cima vocês vêem que o padrão ASCAP estabelece alíquotas para canais de música, aqueles canais que

exibem preponderantemente música, uma alíquota de 1,75%; para canais que são variedades, que é aquele último lá da lista, estabelecem 0,84%; e há canais intermediários, cuja descrição vocês podem ver lá embaixo, canais que nós chamamos de audiovisuais, são os canais de filmes, de desenhos animados, de séries e etc., se estabeleceu 0,37%; há canais que se dedicam exclusivamente a jornalismo, a esportes, que têm muito pouco de música evidentemente embutida no canal, e se estabelece, a ASCAP estabelece uma alíquota de 0,1375%. Aí nós temos várias formas de entender como é que funciona nos Estados Unidos. Eu peguei num outro quadrinho, se nós fizéssemos a média aritmética entre o que cobra uma BMI e entre o que cobra uma ASCAP, nós teríamos aqueles valores que estão ali expostos. Para canais exclusivamente de música nos Estados Unidos pagam 1,025% a título de direitos autorais. Canais de audiovisuais, que são os filmes, são aqueles outros valores, canais só de jornalismo têm outros valores e variedades têm outros valores. Não vamos descer aqui à questão dos valores em si. O que eu quero mostrar é que conceitualmente, dependendo do tipo de canal, a cobrança de direito autoral é diferente. E nós podíamos também fazer um outro raciocínio. Somando, ao invés de ir tomando a média desses dois arrecadadores, vamos somar, vamos supor que um exibidor seja afiliado a ambas as Associações. Somando as alíquotas de ambas nós temos no máximo valores como 2% para canais apenas de música, 0,6% para canais audiovisuais e assim por diante.

Qual é o conceito que na verdade eu quero mostrar aqui? Eu não quero me deter aos valores em si. O conceito principal que me parece que nós devemos ter presentes é que não se pode estabelecer um único valor sobre o faturamento global da televisão por assinatura. E esse é o grande pomo de discórdia que faz com que há vinte anos que existe TV por assinatura no país, um pouco menos na verdade, mas nunca se conseguiu entrar em acordo com o ECAD sobre o valor a ser cobrado. Por quê? Porque a exigência do ECAD sempre foi a cobrança de 2,5% sobre o fundamento global da TV por assinatura.

Nós vimos no slide anterior que o faturamento global de televisão por assinatura é dado por uma série de atividades que não tem nada a ver com direito autoral, onde não entra de forma nenhuma exibição de música, não tem nada a ver. Apenas uma parte do faturamento, é uma parte importante, é verdade, mas apenas uma parte do faturamento de televisão por assinatura tem a ver sim com o direito autoral. E mesmo nessa parte de faturamento não são todos os

canais que têm a mesma [soa a campainha], digamos, a mesma concentração de direito autoral.

Um próximo slide, que é praticamente o penúltimo slide, mostra como nós temos, numa grade de canais comum, nós temos canais só de filmes, estão elencados ali, canais só de notícias, canais políticos, por exemplo, como TV Câmara, TV Senado, canais de música e variedades, canais de esportes, canais chamados de cultura, enfim, há tipos e grupos de canais completamente diferentes e, portanto, com cargas de música embutida completamente diferentes.

Nosso pleito, portanto, com o ECAD, é justamente a criação de uma sistemática que obedeça a essa lógica. Como isso nunca aconteceu, infelizmente ao longo de todos esses anos, vários operadores de TV por assinatura acabaram contestando o direito do ECAD de cobrar direitos autorais porque julgaram que da forma como era imposta uma taxa única, isso era absolutamente ilógico, inaceitável e não tem nenhuma relação com o valor embutido. Então vários operadores de TV por assinatura foram à justiça, há inúmeras ações na justiça de operadores de TV por assinatura contra o ECAD. Alguns outros operadores foram por uma via diferente, chegaram a um certo acordo com o ECAD para se estabelecer um valor único. Essa solução durou pouco tempo, durou na verdade um contrato que acabou, durou três anos ou quatro anos se não me engano, e esse contrato nunca conseguiu ser renovado, porque na renovação do contrato o ECAD de novo veio com a exigência da cobrança de 2,5% sobre o faturamento global. 2,55%, porque sobre 2,25% ainda incide mais um adicional, que no total dá 2,55%. A gente fala 2,5% para simplificar, mas é 2,55%. E isso é absolutamente inaceitável, evidentemente.

Essas são as questões fundamentais que nós temos em relação ao ECAD. E nós, recentemente, muito recentemente, eu estou falando de quinze dias atrás, tivemos, pela primeira vez, uma reunião da ABTA – Associação Brasileira de TV por Assinatura com o ECAD. Até hoje todas as negociações tinham sido do ECAD com cada operadora, e das quase duzentas operadoras que temos no país, nenhuma hoje paga o ECAD. E não é que não paga porque não quer. Não paga porque não pode, porque não se conseguiu estabelecer uma metodologia de pagamento que tivesse lógica, que fosse viável, porque, como eu disse no início, nós consideramos o direito autoral um direito sagrado, ele não pode ser de maneira nenhuma evitado ou contornado, não há interesse da televisão por assinatura nisso. O nosso interesse é simplesmente estabelecer um critério de cobrança justo e lógico.

E principalmente, vamos agora só para o último slide para chamar a atenção para um fenômeno que

está ocorrendo e que é da maior importância. Nós estamos num momento em que a TV por assinatura está às vésperas de um grande salto e de um grande aumento de penetração no Brasil inteiro graças à entrada de novos *players*. A Telefônica, semana passada, anunciou que já tem duzentos e oitenta e um mil assinantes de TV por assinatura. A Embratel está entrando, acabou de receber uma licença de DTH – DTH é a televisão por satélite, o *Direct To Home*. A própria Telefônica tem também uma operação via satélite, ou seja, este é um mercado que está prestes a aumentar consideravelmente. E se nós continuarmos não tendo uma clareza e princípios absolutamente consensados e aceitos por todos em termos de direitos autorais, o tamanho do buraco e o tamanho da confusão daqui para frente vai ser realmente muito grande com a entrada de todos esses novos *players* que, como empresas, têm músculos muito mais robustos, muito mais fortes do que todas as empresas de televisão por assinatura reunidas. A gente sabe que as TELES faturam cerca de cem bilhões de reais por ano. Nós, TV por assinatura, faturamos seis bilhões de reais por ano, ou seja, há uma diferença astronômica, monumental, e a entrada desses *players* exige, sem dúvida nenhuma, uma calabresa que hoje não existe.

Essa primeira reunião que tivemos acerca de quinze dias mostrou uma luz no fim do túnel. E nós da ABTA contamos em que quem sabe a partir de agora se consiga chegar a uma solução equânime, adequada, em respeito aos produtores, em respeito aos autores musicais, etc. e etc.

Era esse o recado que eu tinha para passar e fico aqui a disposição. Muito obrigado.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES

(PSDB-AP): Agradeço ao Sr. Presidente Executivo da Associação Brasileira de TV, Sr. Alexandre Annerberg. Passo a palavra ao Sr. Ícaro Martins, Presidente da Associação Paulista de Cineastas.

SR. ÍCARO MARTINS: Senador Papaléo Paes, outros Senadores aqui presentes. A APACI é a Associação Paulista de Cineastas e então, portanto, eu vou me restringir à discussão da questão específica do cinema que nos afeta mais diretamente, embora nós também tenhamos as obras audiovisuais cinematográficas que também circulam nas TVs.

Eu tinha preparado uma explanação maior, um histórico todo que a APACI fez, mas eu vou me concentrar na pauta, que é a questão da atuação do ECAD na questão dos direitos autorais de obras cinematográficas.

Bom, eu posso dizer que graças à atuação do ECAD, se existe um ponto na área de cinema, se

existe um ponto em comum que une produtores, exibidores, diretores e roteiristas, é ser contra a forma como o ECAD tem atuado. Ele tem tido uma atuação absolutamente de certa forma nefasta e predatória do mercado. O que acontece? Outras pessoas vão falar um pouco melhor sobre isso, mas como nunca houve uma regulamentação específica da Lei de Direitos Autorais, o ECAD há cerca de duas décadas atrás fez um acordo com os principais grupos exibidores daquela época que devido à inflação altíssima daquela época eles chegaram a esse tal famoso acordo que também é 2,5% da renda bruta das salas de cinema. Entretanto, terminado o período inflacionário, esse número passou a representar muito. O ECAD recusou-se a qualquer... tem se recusado peremptoriamente a qualquer nova forma de negociação. Em função disso vários exibidores deixaram de pagar, grandes causas na justiça, polêmicas e tal. Na verdade atualmente um único grande grupo, que é o remanescente dos que haviam assinado o acordo, está sendo obrigado a pagar judicialmente e os outros não pagam.

Agora para se ter uma idéia de quão abusiva é essa cobrança feita no ECAD, considerando-se que ela se destina, no caso, ela é feita em nome de um único setor de autores, ou seja, do setor musical, 2,5% seria uma taxa para lá de bom em qualquer outro país do mundo dividindo-se entre todos os autores, incluindo-se aí roteiristas, diretores e direitos conexos.

Outra coisa, por exemplo, esses 2,5% da renda bruta significam, na prática, cerca de 10% da parte de produtor na receita de um filme, sendo que dessa parte ainda são descontados todos os custos(F) de comercialização. Entenda-se aqui que o produtor, quando eu estou falando, não é unicamente o produtor do filme, mas todos os investidores, todas as pessoas que investiram naquele filme em direitos patrimoniais, que podem ser diretores, autores, técnicos, fornecedores, além de eventuais investidores, ou seja, que investiram naquela obra audiovisual.

E a posição que o ECAD tem tido é falar assim: não, esses 2,5% são direito adquirido nosso. Se vocês quiserem, a gente apóia que vocês tenham 2,5% também, os roteiristas também 2,5% e assim vai a coisa. Agora além da desproporcionalidade ser evidente, porque isso tornaria uma taxa de 7,5%, que é o que estão propondo, ou mesmo de 5%, tornaria completamente inviável a atividade, sendo que nós já temos tido um grande problema de evasão de renda devido ao custo do ingresso. O que acontece? Não se pode considerar um direito adquirido uma coisa que é permanentemente contestada, ainda mais quando essa contestação não se restringe aos exibidores, mas ela

inclui também todos os realizadores, a maioria dos roteiristas, ou seja, autores também.

Em suma o que acontece é o seguinte. Além disso, que métodos têm usado o ECAD, que é uma outra coisa que tem criado enormes problemas? No início de 2006 alguns representantes do ECAD se aproximaram de um pequeno número de cineastas, assim realmente uma minoria, uma coisa de meia dúzia, dez pessoas esparsas, convenceram eles a tentar fundar uma sociedade de gestão de direitos autorais audiovisuais que repassaria a arrecadação para o ECAD. Eles fizeram um Estatuto completamente absurdo, que era uma questão onde a diretoria controlava absolutamente tudo.

Eu queria mostrar – você pode ir para o Capítulo Terceiro -, eu vou destacar só duas cláusulas para vocês terem uma idéia. É esse pedaço que está em vermelho, com letra maior. Vai mais para frente um pouco, art. 6º, onde existiam, por exemplo, as seguintes categorias de associados: fundadores, os efetivos, que são aqueles que arrecadaram no ano anterior, e os administrados, os que, digamos, não tivessem atingido um certo percentual de arrecadação.

Vai para o art. 75, por favor, lá no fundo também em vermelho. Eu estou só destacando dois pontos. “Art. 70 – Os associados fundadores terão direito a vinte votos das deliberações da assembléia geral”. Esse é o tipo de Estatuto que eles estavam propondo. Nós imediatamente, quando isso me foi repassado, eu falei: “Espera lá, vamos discutir isso”. E como esses, digamos, têm vários outros pontos mais ou menos no mesmo sentido. Nós tentamos negociar, eles falaram: “Não, absolutamente nós estamos registrando isso no CISAC”. A CISAC é a Confederação Internacional de Sociedades de Autores e Compositores. E a idéia, o plano deles era conseguirem um registro internacional para aí chegarem aqui no Brasil e se arrogarem como representantes, digamos, legítimos representantes para fazer a arrecadação. E não teve conversa sobre isso. Isso fez com que a APACI enviasse uma carta diretamente ao CISAC alertando que essa questão era uma questão extremamente polêmica, que nós achávamos que precisava de uma reestruturação da Lei de Direitos Autorais aqui e a partir daí a APACI e a ABRACI, que é a Associação Brasileira, que é a carioca, que representa os realizadores do Rio de Janeiro, nós nos juntamos para passar a atuar conjuntamente nessa questão de direitos autorais. Fizemos um abaixo-assinado com mais de oitenta assinaturas que nós entregamos ao Ministro Gilberto Gil onde os diretores de cinema do Brasil pediram ao Ministério da Cultura que nos apoiasse num movimento de revisão da legislação brasileira de direitos autorais.

Da maneira como está a legislação e com a forma que permite o tipo de atuação que o ECAD tem feito, principalmente depois que foi extinto o Conselho Nacional de Direitos Autorais também, é completamente inviável que os diretores e roteiristas, que são os principais autores das obras cinematográficas, venham algum dia a receber alguma coisa.

Por isso eu queria fazer esse apelo aos Srs. Senadores que nos apoiem, nós estamos formulando e estamos inclusive chamando os exibidores para negociar junto, para fazer um projeto que reveja a Lei de Direitos Autorais brasileira. Nós consideramos um absurdo num país, por exemplo, onde não existem mais monopólios, nem a Petrobrás que é uma empresa pública hoje tem mais o monopólio da exploração comercial do petróleo, da exploração total do petróleo, e o ECAD tem esse direito. Ele tem tentado seguidamente intervir no processo da arrecadação dos direitos de diretores e roteiristas. Eu me surpreendi com o representante da ABRAMUS que falou que eles não têm pretensão de gerir os direitos audiovisuais, porque há cerca de um mês atrás eu fui num encontro em São Paulo onde justamente a ABRAMUS, junto com o lançamento do Código ABRISAN estava se lançando, se disponibilizando como arrecadadora dos direitos de diretores e roteiristas, me chamaram, estavam chamando as pessoas, começaram inclusive a contatar diretores nesse sentido.

Então, assim, ou nós modificamos urgentemente a legislação ou ficará cada vez mais difícil para os diretores e roteiristas virem a receber alguma coisa. Nós estamos com o apoio do Ministério da Cultura, nós juntamos os roteiristas, os diretores, foram feitos alguns seminários abertos. Estamos começando as negociações, já fizemos alguns contatos preliminares também com exibidores e distribuidores. E nós achamos que uma Lei, nós precisamos de um marco legal que cabe com essa quantidade enorme de ações judiciais que existem.

De certa maneira, claro que esse não foi o único fator, mas todos os outros circuitos de exibição antigos que existiam, que haviam firmado o acordo já fecharam, brasileiros. Os grandes circuitos que estão em atividade hoje em dia são circuitos internacionais que não assinaram, como eles não assinaram aquele acordo com o ECAD, eles têm ganho as causas. Então nós estamos numa situação, assim, que está beirando ao caos. Um dos fatores que nós consideramos de entrave para o crescimento do parque exibidor nacional é essa eterna pendência, porque qualquer um que vá abrir uma sala de cinema, qualquer circuito, pode se preparar para começar a enfrentar uma bateria de ações judiciais.

Então ou nós chegamos num acordo dentro do Congresso e fazemos uma legislação que seja coerente, que seja racional, que distribua os direitos autorais de fato entre todos os autores de uma obra cinematográfica, ou nós vamos continuar com um setor, e na verdade não é nem um setor, é uma entidade de arrecadação se privilegiando e ganhando em nome dos autores e distribuindo direitos conexos e distribuindo outras formas de direitos. Na verdade, assim, quem tem menos têm recebido os direitos autorais, no caso do cinema, são os diretores, são os roteiristas, que são universalmente considerados os principais autores de uma obra.

É isso que eu queria falar, muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES

(PSDB-AP): Agradeço ao Sr. Ícaro Martins, Presidente da Associação Paulista de Cineastas. Quero lembrar que a finalidade das nossas Audiências aqui, que é a segunda série já, a segunda Audiência Pública que nós temos, é exatamente ouvirmos todos os envolvidos nessa questão importante que é direitos autorais nas áreas de cinema e música para fazermos uma legislação mais moderna, modernizarmos a legislação, e que todas essas informações que os senhores nos trazem aqui são informações que nós deixamos registradas aí para ser discutidas por nós. Mas, logicamente, nós não vamos impor nada. Nós queremos sempre, como estamos abertos sempre ao diálogo, às discussões, nós estamos aqui exatamente para pegar essas informações, levarmos para uma lei moderna, atual, que está muito ultrapassada mesmo, e discutirmos também as nossas propostas com os senhores, com essas instituições extremamente importantes para a cultura do nosso Brasil. Muito obrigado ao Dr. Ícaro. Eu passo a palavra ao professor da PUC-SP, Especialista nas áreas de Propriedade Intelectual, Audiovisual e Comunicação Social, Professor Marcos Alberto Sant'Anna Bitelli.

SR. MARCOS ALBERTO SANT'ANNA BITELLI:

Senador Papaléo Paes, na pessoa de V. Ex^a. cumprimento os demais Senadores e os presentes. Eu, antes de mais nada, vou poupar os senhores de ler os dez primeiros slides porque são repetições da lei e eu já gostaria de ir direto ao tema. Por não representar ninguém eu me sinto à vontade de poder eu acho que ir direto à ferida. Eu acho que as Associações aqui presentes todas estão muito bem-comportadas no sentido de não procurar ferir suscetibilidades, mas eu acho que nós temos questões sérias dentro da legislação brasileira de direito autoral.

A primeira questão é que isso aqui é um choque de dois mundos, Senador. Por que de dois mundos?

Porque a legislação autoral brasileira foi escrita para a música e hoje o mundo é audiovisual. Então o que acontece? Quando o ECAD inventou que 2,5% de remuneração era razoável, ele pensava nas rádios. As rádios difusoras não compram conteúdos, as rádios difusoras recebem os conteúdos gratuitamente e elas pagam 2,5% e ponto, ou seja, 2,5% é o único direito autoral que elas pagam.

O mundo audiovisual tem uma realidade totalmente diferente. Então o cinema, 50% do faturamento de um cinema bruto é direito autoral. A televisão por assinatura, 34% do faturamento é direito autoral. A televisão aberta, muitas vezes pode chegar a 80% dependendo do custo de programação que tem uma televisão e não é à toa que uma TV Globo está em juízo brigando com o ECAD justamente porque o ECAD cobra 2,5% do faturamento bruto da TV Globo. O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro já deu uma sentença favorável à TV Globo no sentido de que faturamento bruto não é base de cálculo para cobrança de direito autoral.

Então onde deu essa confusão toda? Essa confusão toda deu quando o Congresso Nacional instalou uma CPI, chamada CPI do ECAD, eu não sei se os senhores acompanharam isso, isso lá atrás, a CPI do ECAD foi de um resultado pavoroso para o ECAD, a gente achou que dali para frente alguma coisa muito séria ia acontecer, e na verdade o tempo se passou até que o PST entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade contra o monopólio do ECAD dado pela Lei 9.610. E para surpresa do mundo jurídico, esse caso, quando estava sendo votado pelo Supremo, estava um a zero pela declaração de inconstitucionalidade, foi pedido vista do processo e, de repente, num voto que para a comunidade jurídica assusta, é o único monopólio constitucionalmente aceito pelo Supremo Tribunal Federal. Então é um monopólio aceito por uma decisão de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade. Isso é uma coisa assustadora pelo que eu vou mostrar em seguida para V. Ex^{as}. O próximo slide, por favor.

O ECAD, na verdade, se o senhor perguntar para 90% das pessoas, eles pensam que é um Departamento do Tribunal de Impostos e Taxas, que é da Receita Federal. Na verdade o ECAD é uma associação civil como qualquer associação, como a APACI aqui ou como a ABRAMUS. Só que como ele recebeu esse monopólio constitucional por uma má técnica da Lei 9.610 e por uma interpretação, digamos, atípica do Supremo Tribunal Federal, o ECAD é formado pelas associações efetivas ABRAMUS, AMAR, SBACEM e SICAM – a ABRAMUS está aqui, e essas associações – o próximo slide, por favor – também, dentro do ECAD, tem uma outra categoria que é totalmente ilegal, segundo o Código Civil, porque tem sócio de

primeira classe e sócio de segunda classe; o sócio de segunda classe são as associações administradas. O próximo slide, por favor.

Qual é o objetivo do ECAD? O ECAD, o que ele arrecada, 18,75% vai para o caixa dele, 6,25% vai para as associações que ele representa e 75%, em tese, teria que ir para o autor, mas na prática não é assim porque ainda tem que dividir 1/3 para o autoral e 2/3 para conexo, aqueles conexos vão para as gravadoras, 2/3 vão para o autoral, que passa para a editora, que fica com mais 20%, então no final isso é uma máquina de intermediação. Se o senhor for compositor, no final, se ficar com 27%, é muito. O próximo slide, por favor.

Este exemplo que o meu amigo Ícaro deu da APACI, o ECAD já pratica uma situação que é digna de ser levada ao CADE, porque no Estatuto do ECAD ele diz que para ser sócio administrado, ou seja, sócio de segunda classe, o senhor tem que representar 10% do repertório que faz parte do ECAD. O próximo slide, por favor.

Agora, para ser sócio efetivo, o senhor tem que representar 20% do repertório de música. Então se eles têm seis sócios efetivos, eles representam 120% do repertório, não é? Mas como têm mais quatro sócios administrados, então 120% mais 30% são 160%, e isso, na verdade, é uma barreira de entrada institucional para que qualquer associação possa entrar sócia do ECAD. Agora eu vou dizer uma coisa mais grave para os senhores. O próximo slide.

A participação na assembléia geral só é permitida aos sócios efetivos, ou seja, é a única associação no Brasil, contrariando o Código Civil brilhantemente votado nessa Casa, que proibiu discriminação de direitos de sócios minoritários, que o sócio não efetivo não pode sequer exercer direito de fiscalização e, veja, não pode ter acesso a documento e nem às dependências sociais do ECAD, só pode entrar lá se for convidado. E ele é sócio. O próximo slide, por favor.

O patrimônio líquido do ECAD pertence só às associações efetivas. As associações administradas não possuem qualquer direito sobre o patrimônio social. O próximo slide, por favor, que nós vamos chegar no mais grave.

As assembléias gerais é o órgão supremo do ECAD, que na verdade são duas pessoas que votam, porque as decisões são tomadas perante as associações presentes e a contagem dos votos é de acordo com a proporção do dinheiro que distribui, ou seja, quando mais distribui dinheiro mais aquela pessoa passa a ter direito a voto. O próximo, por favor.

Olha lá. Cada associação terá um número de votos proporcional ou quantitativo dos direitos autorais, ou seja, é uma estrutura concentradora. Quanto mais o

senhor for juntando gente que tem poder econômico e tiver repertório, mais essas pessoas têm direito a voto, e também não adianta querer mudar de time, que se mudar de time fica um ano de castigo até poder votar com os outros. O próximo, por favor.

Aí é que vem a coisa mais bonita. Todo mundo pergunta: de onde que vem esses 2,5%, que é esse número cabalístico? Da cabala não é. Uma vez na Câmara dos Deputados o representante do ECAD, depondo também na CPI, disse que: “Ora, se a igreja cobra o dízimo de 10%, por que nós não podemos cobrar 2,5%?” Quem que disse que o dízimo em 10%? Eu acho que realmente é um critério de ponderação razoável. Compete à assembléia geral aprovar os sistemas, critérios e planos de arrecadação e distribuição dos direitos autorais de sua competência, ou seja, quem é a assembléia geral? São as seis associações administradas, só que duas das seis associações administradas, duas graças à ABRAMUS, porque antigamente era uma, duas das agências administradas é que têm mais de 50% dos votos. Conseqüentemente duas pessoas, duas efetivas, duas pessoas definem o valor de cobrança de toda indústria que se utiliza de música. Detalhe: o audiovisual ali não se utiliza de música, ele se utiliza de audiovisual e a música está lá embarcada, que é outro problema, que na verdade quem paga o audiovisual, que é o Annenberg, a sala de cinema, ele não tem como tirar a música do filme porque não foi ele que fez o filme. E quem fez o filme já comprou a música, não é, ainda que o músico tenha direito a receber alguma coisa, que é o segundo direito, que é o direito da comunicação pública da obra dele embarcada, ele não pode tirar a música do filme e conseqüentemente esse é o típico caso de *essential facilities* do direito da concorrência. Por que é que é *essential facilities*? Porque eu não tenho como tirar aquele conteúdo da música e o fornecedor é um fornecedor monopolista, que estabelece o preço unilateralmente sem fiscalização, porque o Presidente Collor extinguiu o Conselho Nacional do Direito Autoral que fiscalizava o ECAD. Então o cinema tem a ANCINE, a televisão por assinatura tem ANCINE e a ANATEL como agência reguladora e o ECAD tem as associações efetivas monopolistas, ou seja, para os senhores entrarem sócios do ECAD, os senhores têm que conseguir 20% do repertório e aí o senhor vai para o CADE, porque isso é um ato de concentração, porque acima de 20% deveria estar submetida à Lei 8.884, de fornecimento. O próximo slide, por favor.

No Rio de Janeiro o Ministério Público do Rio de Janeiro entrou com uma Ação Civil Pública contra o ECAD porque o ECAD, inclusive, está se apropriando, após seis meses da arrecadação, do dinheiro das

peessoas que ele diz que não conhece. E o Ministério Público falou: “Mas escuta, se você não conhece, por que é que depois de seis meses você se apropria, se o prazo da prescrição dos direitos não é seis meses?” “Ué, porque a nossa assembléia é soberana e assim decidiu”. Aí tem uma Ação Civil Pública para isso. O próximo slide, por favor.

A TV Globo, não contente então o ECAD de pressionar os pequenos, agora ele já está grande, porque fatura trezentos milhões por ano, então ele entrou com uma ação pela TV Globo, e ele sempre entra com a ação com pedido de lacre, subindo lá no Sumaré para tirar a antena da TV Globo do ar. E os Juízes quando vão analisar a lei, e este é o problema, Senador, a lei na verdade parece que dá até esse direito, porque a lei fala de música. A obra audiovisual não é música, mas o ECAD, quando faz a interpretação da sistemática, e por isso que eu coloquei do slide 1 ao 10 a transcrição grifada dos artigos, se o senhor analisar sistematicamente o senhor vai chegar à conclusão: “Não, tem que parar mesmo, porque não pediu autorização”. Mas como não pediu autorização? A autorização está dada pelo compositor no momento que cedeu os direitos para inserção. O que falta talvez é um pagamento. Agora o pagamento não gera direito nem à interrupção, porque é contraditório, eles querem receber, mas querem tirar o cinema do ar. Mas se tirar do ar não vai receber mesmo. Então este pagamento não se confunde com a autorização que já está dada. Pior. Não contente com isso, pela falta de pagamento, eles usam erradamente o Código Penal. Então existem várias queixas-crimes contra o Presidente da SKY, Presidente da NET, contra o dono do Grupo Severiano Ribeiro, queixa-crime por violação de direito autoral pelo não pagamento. Então no Brasil, contrariando o Pacto de San José da Costa Rica, nós teremos outro tipo de prisão civil agora, que é prisão civil por não pagar o ECAD. O próximo slide, por favor.

Os cinemas, isso daqui eu acho que o Presidente da Federação já apresentou para os senhores, que também tem um contencioso gigante. O próximo.

Eles processam as Prefeituras todas, nas festas municipais, festas folclóricas e etc. Então vários Tribunais já estão tendo que defender as Prefeituras das festas folclóricas. O próximo.

E o ECAD, na verdade, tem parâmetros distintos, porque com uns ele negocia e com outros eles não negocia. O Annerberg estava até feliz que teve uma reunião lá sexta-feira, eu falo assim: “Não fosse a Comissão marcar essa reunião, certamente você não teria sido convidado”, porque desde outubro você está tentando essa agenda lá. Porque o objetivo não é fazer reunião. O objetivo é, desculpa a expressão, por

no pau, por na justiça, porque isso é uma máquina de Judiciário, é uma máquina de cobrança porque inclusive você tem mais de setecentos Advogados do outro lado lá para advogar. O próximo slide, por favor.

Aqui é um exemplo, por exemplo, do acordo que eles têm com a ABERT, que eles conseguem um desconto, mas, de novo, isso vale para a rádio, porque os grandes grupos de radiodifusão nunca pagaram 2,5%. O próximo [soa a campanha].

O quê que querem as televisões por assinatura? As televisões por assinatura são cento e setenta e sete operadoras no Brasil, nenhuma paga direito autoral. Dois mil cinemas no Brasil, só o Grupo Severiano Ribeiro está pagando por uma condenação judicial. Das televisões abertas, a TV Globo está em litígio. A TV Abril da MTV está em litígio. Então eu até pergunto: “Será que está todo mundo na contramão? Será que não tem alguma coisa errada? Por que é que todos estariam brigando na justiça?” Então o que Annerberg explicou é justamente aquilo que nunca foi feito com nenhum setor. Não foi feito com a exibição, não foi feito com a televisão por assinatura e não foi feito no rádio difusor: discutir critérios de ponderação e razoabilidade para o exercício do direito. E mais, que seja criado um controle externo como existia no passado para que se possa arbitrar, para que se possa fiscalizar, no interesse inclusive dos próprios compositores, porque é uma falácia dizer que os agentes de comunicação são mal pagadores de direito autoral, porque direito autoral não é música, direito autoral é tudo. Então existe uma confusão entre música e direito autoral propositalmente, tanto é que fala: “Você pagou o direito autoral?” “Mas o que é que é o direito autoral?” “É música”. Não, direito autoral não é música, direito autoral é qualquer obra que seja protegida: obra audiovisual, fotográfica, plástica e etc. Eles fazem uma confusão que acaba tumultuando toda essa situação e dizendo que não precisam negociar por quê? Porque como o direito autoral, pela nossa Constituição, é um direito exclusivo, é o *ius abutendi*, é um juízo absoluto, eles exercem o direito como se o autor fosse. Então eles fazem ações judiciais contra uma TV Globo, por exemplo, para tirar ela do ar, como se a TV Globo tivesse feito uma pirataria de uma obra, ou seja, o art. 105 não é para outra coisa que não seja uma exibição(F) desautorizada. Alguém vai me dizer que a TV Globo está desautorizada a fazer sua exibição? Quer dizer, o Ministério das Comunicações autoriza, a ANATEL fiscaliza, o titular do conteúdo cede os direitos, o diretor cede os direitos, o músico cede os direitos, mas o ECAD não cede. E mais, se ele tiver esse direito absoluto, ele pode dizer: “Olha, eu quero 20%; eu quero 15%”. Então esse direito absoluto tem que ser regrado

pela lei e o Ministro do STJ uma vez me disse o seguinte: “O seu discurso, Professor, é muito lindo, mas o senhor está no fórum errado, porque o Judiciário não faz lei. O senhor tem que ir na Casa das Leis”. Então é aonde eu venho, porque como acadêmico e quem milita nessa área, não há mais solução para esse conflito que não seja a criação de um agente ponderador e a criação de uma legislação que estabeleça critérios diferentes para o setor do audiovisual como um todo. Isso vale para a EPTV, isso vale para... O ECAD quer cobrar agora de Internet, *download*, *extreming*, e agora não é mais 2,5%. O senhor sabe quanto é, Senador? É 9%, 9%. Sabe por quê? Porque eles falam: “Internet não gasta dinheiro, é tudo eletrônico, não precisa fazer cópia. Então é 9%”. “Por que é que é 9%?” “Ah, porque é 9%”. “Download?” “Download também tem que fazer”. “Por quê?” “Porque o download transmite”. “Mas como, o download não transmite, download é um modelo de fazer cópia sem ter que fazer a cópia física; download é direito de reprodução, não é direito de comunicação”. “Não, mas a lei fala que é comunicação por qualquer meio, processo, fio ou fibra ótica. Se o conteúdo chegou na sua casa pelo cabo da NET, logo é direito autoral”. Quer dizer, é uma coisa que a gente realmente precisa fazer a adequação da lei. Faz favor, o próximo.

Esses são um dos exemplos, por exemplo, que o Judiciário acabou intervindo no caso dos hotéis, porque os hotéis sofriam forte ações do ECAD e o Judiciário acabou intervindo e falou: “Olha, eu preciso fazer uma redução, porque vocês não podem pagar direito autoral sobre quarto fechado”. O próximo.

O caso dos hotéis de novo, que houve uma ponderação. O próximo.

Aqui os paradigmas internacionais do maior mercado do mundo. E aí, só para explicar o que o meu colega da ABRAMUS falou, realmente no que ele disse seria verdade, mas na televisão por assinatura e no cinema é totalmente invertido, ou seja, os direitos autorais das músicas na televisão por assinatura e no cinema são preponderantemente internacionais. Então essa guerra toda, na verdade, para o rádio, realmente, a rádio sonora é predominantemente de música brasileira, mas o conteúdo audiovisual é predominantemente de música estrangeira. A gente até pode mudar, mas teria que mudar a participação do filme brasileiro primeiro, ou seja, a gente tem que incentivar a indústria do audiovisual primeiro porque aí automaticamente a música brasileira estaria sendo mais executada. E essa é a prova, quer dizer, dos Estados Unidos vem uma merreca – desculpa a expressão – para o Brasil e o Brasil lutando para pegar esse dinheiro do cinema brasileiro e da televisão brasileira para remeter para

o exterior através dos contratos de reciprocidade que as associações do ECAD têm com a ASCAP e com a BMI. E o interessante é o seguinte: esses contratos de reciprocidade, se os senhores forem ler o contrato de reciprocidade, ele é muito interessante. Todo brasileiro deveria ler – e você deve conhecer. Ele diz o seguinte: ele garante um tratamento igualitário entre as associações. Conseqüentemente, o americano garante que o que ele cobrar para o compositor americano ele vai cobrar para o brasileiro. E o brasileiro garante que o que ele cobrar para o brasileiro ele vai cobrar do americano. Seria uma política não discriminatória. Só que lá nos Estados Unidos ele cobra 0,1375% de 30% do faturamento da televisão por assinatura. Aqui a gente quer 2,5% sobre o faturamento bruto, ou seja, por que é que aqui no Brasil que tudo está sendo construído e que a maior parte do conteúdo da televisão por assinatura é estrangeiro justamente para baratear o custo do conteúdo nacional, senão não seria possível ter televisão por assinatura, por que é que aqui a gente tem que pagar mais caro para mandar mais dinheiro proporcional para os Estados Unidos? Sem querer falar – e eu prometi que não ia falar de cinema porque não era o tema de hoje, hoje é TV por assinatura – que nos Estados Unidos as salas de cinemas não pagam esse direito de comunicação pública. Não existe esse direito lá nos Estados Unidos, não existe.

Então toda discussão que se faz para que se estabeleça um critério de razoabilidade, isso acontece com a exibição cinematográfica, isso acontece com o rádio difusor de som e imagem e isso acontece com a televisão por assinatura, seria no sentido de que os direitos autorais fossem: 1) Relacionados ao custo do conteúdo audiovisual, que tivesse uma relação com ele; 2) Que os percentuais fossem ponderados de acordo com a intensidade da música que está presente em cada gênero de conteúdo; 3) Que haja um agente externo arbitral que possa fiscalizar a arrecadação e a distribuição desse dinheiro no interesse dos próprios compositores brasileiros. O próximo slide, por favor.

Veja, Senador, mas essa idéia surgiu de onde? Essa idéia não surgiu, essa idéia é assim que faz porque o próprio ECAD, quando conseguiu receber uns dinheiros atrasados da DIRECTV, da NET e da SKY, fez uma assembléia e deliberou que o critério de distribuição do dinheiro que era arrecadado por TV por assinatura é ponderado de acordo com grupos diferenciados de gêneros de canal: música, programação alternativa, audiovisual, jornalismo, esporte e variedades, ou seja, para distribuir ele usa o critério internacional e para arrecadar ele usa o tabelão. Então é aquela história de colocar salsicha de um lado para ver se sai porco do outro. Eu sempre falo: “Por que é

que não usa o mesmo critério de arrecadação?” “Não, mas é muito difícil fiscalizar”. É muito difícil fiscalizar? Essas empresas são fiscalizadas por várias Agências, prestam contas para todas elas, inclusive com relatórios diários. O cinema, hoje, manda borderô para a ANCINE diário. O senhor sabe na sessão das duas, na ANCINE, quantas mesas e quanto inteira entrou no filme que está passando. Então qual é a dificuldade de se fazer a arrecadação ponderada nesses direitos? Ah, se os senhores quiserem, não fui eu que inventei, está lá www.ecad.org.br, está no site a Ata do ECAD que determinou o critério de distribuição. O que a televisão por assinatura quer? O mesmo critério para a arrecadação: ponderação. Segundo, o mesmo critério de usual de alíquotas sobre o seu conteúdo. E isso vale para o cinema. Esse contencioso de vinte anos com o cinema é porque há vinte anos a gente fala: “Olha, você quer 2,5%, então cobre 2,5% do conteúdo”, que é 47% da bilheteria e o exibidor paga metade e o distribuidor paga metade. Isso dá 0,65% para cada um, estava resolvido, nunca teria tido esse contencioso. E mais: faz-se um cálculo autorial(F), se todo mundo concorda, se a ABTA concorda, se a Federação Nacional dos Exibidores concorda, o senhor teria 100% da base contribuindo, quer dizer, isso é aquela história velha: imposto alto, pouco contribuinte; imposto razoável, todo mundo contribui. Mas não, preferem cobrar só de dez, e isso, Senador, está criando um problema competitivo gravíssimo, porque como o Judiciário não tem uma Súmula Orientativa, uns ganham, outros perdem, aqueles que perdem, perdem vantagem competitiva, porque têm que pagar os seus passivos e têm que pagar o valor presente. Então hoje a empresa de cinema, por exemplo, única do Brasil que está pagando o acordo que teve que fazer num processo judicial, ela tem 5% de oneração, porque ela paga 2,5% do mês e mais 2,5% do passado, 2,5% do mês... E isso vai ficar por dez anos, quer dizer, perdeu a capacidade de um importante grupo exibidor brasileiro de investir. Então serve para criar distorções no mercado. O próximo slide, faz favor.

Essa é a tabela do ECAD. Eu gostaria que alguém me explicasse de onde saiu 2,55% da receita de assinatura, e o Annerberg esqueceu de falar, e da inserção de publicidade, quer dizer, então esse é um critério que nunca foi utilizado pelo ECAD. Então a impressão que me dá é o seguinte: que essas tabelas são feitas para não serem usadas, no sentido de dizer “ou você paga o que eu quero ou você vai para o tabelão”. Quem fez isso, e esse foi o exemplo da Globo, a Globo se submeteu durante três ou quatro períodos de quatro ou cinco anos a contratos de pagamentos milionários fixos para não ter que fazer o percentual. O que o

ECAD foi fazendo? A cada renovação ele aumentava um pouco, aumento um pouco, até que chegou num ponto que falou: “Daqui a pouco é mais fácil pagar os 2,5%”. Então foram justamente para esse contencioso e a grande dificuldade é: 1) Quem vai arbitrar esse contencioso? 2) Se não há um órgão arbitral que seja escolhido pela lei, cada Juiz vai dar uma sentença diferente. Teremos de novo distorções. E aí surgem os direitos dos roteiristas e dos diretores. Onde eles cabem nisso? Na cabeça do ECAD eles cabem sempre acima, é o famoso *above de line* da produção. Então: “Olha, nós apoiamos os diretores; põe mais 2,5%”. E aí vem o fotógrafo, “põe mais 2,5%”. E eu cobro para você e ainda fica com os 20% da comissão. O próximo slide, por favor.

Então esse é o cenário hoje da televisão por assinatura no Brasil. Todas essas empresas, nenhuma contribuindo com o ECAD, todas em litígio, esses litígios estão imponderáveis à solução, o Judiciário está atolado com esses processos e, Senadores, acreditem, todos os Juízes olham para mim e falam assim: “Doutor, se não mudar a lei vai ficar difícil vender porque a lei não estabelece essa ponderação”.

Então eu queria pedir desculpas pela minha eloquência, mas esse é um assunto que eu cuido já há dez, quinze anos, e eu não comungo do mesmo otimismo do meu amigo Annerberg porque eu já estive representando a Federação dos Exibidores durante três anos tentando desenvolver um acordo nacional e o acordo nacional é o seguinte: “Podemos discutir tudo, desde que o resultado dê 2,5% de 100% do faturamento”. É isso, obrigado.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, eu queria, pela ordem, sugerir que a gente suspendesse isso, contratasse o Dr. Marcos para fazer uma nova lei, com a consultoria do Senado e ouvidos os demais presentes, porque nós estamos diante de um troço que parece formação de quadrilha, um diabo a quatro, isso que nós vimos aí. Não é um organismo legal uma entidade dessa, nós temos que começar a pensar de outra maneira e veja V. Ex^a., tão forte que já houve uma CPI e ela não resolveu. Dá uma idéia de vacância total de lei que foi demonstrado aí, triste para nós que somos legislador, infelizmente.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu concordo com V. Ex^a.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Pois não.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só quero reforçar o argumento do Senador Camata, Gerson Camata, e dizer assim que sendo Professor da PUC, inclusive especialista nesta área e já tendo atitude inclusive na outra área e perseguido como foi dito um acordo, eu sugiro de fato que o Dr. Marcos possa sugerir a esta Comissão de Educação um texto, um Anteprojeto de Lei que poderá sim, a partir daí, ser até naturalmente objeto de... Mas que a gente dê um desdobramento prático para essa reunião, porque de fato, da minha parte, também as reclamações são... todo mundo reclama e nós temos que achar um jeito realmente de dentro da legislação, do aspecto constitucional, da proteção realmente da propriedade intelectual, de termos algo transparente, aberto, firme. Então eu gostaria de solicitar também, reforçar a solicitação para essa contribuição, esse trabalho em conjunto com o senhor e com a própria instituição, eu acho que a PUC-SP como instituição também ficaria assim extremamente honrada de poder contribuir, através do trabalho de um acadêmico também da instituição, além de profissional respeitado, que a gente pudesse ter uma legislação nesse sentido.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu concordo plenamente e quero, mais uma vez, lembrar que a finalidade das nossas Audiências relativas ao tema é exatamente esse, atualizar, e a colaboração do Dr. Marcos Alberto Bitelli é extremamente importante. Então eu concordo plenamente com as palavras dos Srs. Senadores. A Subcomissão, o nosso Secretário está aqui lembrando, que na questão de exibição, há cinco anos atrás mais ou menos foi aprovada aqui, está circulando no parlamento...

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Foi votada no Plenário, aí entrou a Emenda do Crivella e parou, cinco anos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Pos é, sobre a questão de exibição. Então o que nós não podemos é deixar essas matérias ficarem rolando na Casa, entendeu, sem um objetivo prático que seria no caso sobre o tema que nós estamos discutindo aqui. Isso é um verdadeiro absurdo. Eu acho que muitos de nós aqui não tínhamos o conhecimento profundo dessa questão, dessa exorbitância que acontece. Eu acho que é um...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Esse projeto só cuida da exibição.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): É, exatamente o que nós estamos discutindo é para mexer com todo o sistema que envolve as nossas discussões aqui. Então eu agradeço ao Dr. Marcos Alberto Bitelli e passo a palavra ao Dr. Francisco João Moreirão de Magalhães, Vice-Presidente da

Associação Brasileira de Música Independente, e quero convidar um dos autores do requerimento, o Senador Flávio Arns, para presidir esta Audiência Pública, que eu vou ocupar o seu lugar.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, “cessa tudo que a musa antiga canta, quando um valor mais alto se alevanta” – já dizia o nosso Camões, não é?

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Então dando continuidade às exposições passo a palavra ao Dr. Francisco João Moreirão de Magalhães, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Música Independente. Com a palavra V. S^a.

SR. FRANCISCO JOÃO MOREIRÃO DE MAGALHÃES: Obrigado Sr. Presidente, Srs. Senadores, demais convidados. A ABMI representa hoje, a entidade que eu sou Vice-Presidente, cento e sessenta gravadoras nacionais, quase a totalidade de quem produz sistemática e regularmente, nacionais independentes, porque existe uma outra entidade que concentra as grandes gravadoras multinacionais e algumas outras.

Na nossa base de associados é importante destacar que cerca de 80% dessas gravadoras nacionais independentes têm na sua origem, na sua fundação e são dirigidas por autores musicais e intérpretes musicais. Então nós temos uma relação íntima nessa questão. E uma parcela razoável também é produtora de audiovisual. Então nós acabamos, apesar da nossa finalidade central ser a música, mas acabamos, digamos assim, acabamos nos imiscuindo nas mais diversas áreas.

Eu gostaria de levantar a questão dos direitos autorais aqui de um outro aspecto diferente, inseridos na afirmação da cultura nacional, o direito autoral inserido(F). Antes de eu começar, eu só queria fazer uma correção sobre esses percentuais que foram ditos aqui, particularmente os norte-americanos. Os percentuais estão corretos, mas esqueceram de dizer que o autor lá recebe quinhentos mil dólares só para criar a música; o autor daqui recebe vinte mil reais para produzir, pagar estúdio e etc. Existe uma diferença substancial aí, porque por quinhentos mil dólares eu tenho a certeza que todos nós, está liberado [risos]. A questão é essa. quinhentos mil para o mercado americano, exclusivo, está nos contratos, para o mercado americano; o que é fora do mercado americano não está incluído, não está pago.

Mas eu vou voltar aqui. Eu queria levantar a questão seguinte: nós consideramos que no momento o direito autoral é uma trincheira, uma trincheira definitiva para barrar aquilo que consideramos que está sendo uma tentativa de ocupação e substituição da

cultura nacional por uma subcultura de exportação norte-americana, particularmente, e vou dar inúmeros para apoiar essa afirmação. Em 1982 e em 1984 os filmes brasileiros chegaram a ocupar 50% do mercado nacional. Em 2003 essa taxa de ocupação já era de 21,4%. Em maio de 2007 estava reduzida a 9,7%. E quero lembrar que nesse período a produção aumentou em quantidade, não vou discutir a qualidade, isso não compete, mas em quantidade aumentou. São dados da ANCINE, da ABRACI e da APACI, cujo Presidente está aqui do meu lado e pode confirmá-los ou contestá-los. A partir de maio de 2007 apenas três filmes norte-americanos ocuparam mais de 80% do mercado brasileiro de salas de cinema. De acordo com um documento, inclusive da APACI, numa carta enviada ao Ministério Público, passo a citar a carta que foi enviada para o Ministério Público, “No dia 04 de maio o filme Homem-Aranha 3 ocupou oitocentos e sessenta e nove telas de cinema, o que representa aproximadamente 42% do nosso mercado; o mesmo filme foi lançado nos Estados Unidos com quatro mil, duzentos e cinquenta e duas cópias em um universo de trinta e nove mil, seiscentos e sessenta oito salas, o que equivale a aproximadamente 11% do que é o mercado. Duas semanas depois, quando o filme Piratas do Caribe III estreou em setecentas e oitenta e nove salas, os dois filmes juntos ocuparam mais de 70% das telas. Em seguida Shrek III foi lançado com setecentas e cinco cópias. Somente estes três títulos ocupavam mais de 80% do mercado brasileiro de salas de cinema.

O mercado de distribuição de filmes, filmes para cinema, está sob controle de cinco empresas norte-americanas, desde que acabou a Embrafilme: a Warner, A Bela Vista – que é da Columbia, a FOX, o UIP(F) e a Sony. Se à lista dessas empresas de distribuições de filmes a gente está acrescentar a Universal e a EMI, nós temos o conjunto das empresas que dominam os canais por assinatura na produção. E dentro dessa lista estão incluídas as quatro gravadoras que dominam o mercado de discos, de gravação de discos no Brasil, que são a Warner, a Universal, a Sony BMG e EMI, são todos os mesmos conglomerados. É importante destacar que os canais por assinatura, as TVs por assinatura, na sua programação total de filmes exibem apenas 0,5% da produção nacional e existe produção nacional suficiente para exibirem se quiserem o tempo inteiro, existe, apenas não chega a lugar nenhum.

Aí eu passo agora para o campo da música, que é um campo inclusive meu. Em 1997, segundo dados da ABPD, que é a Associação Brasileira de Produtores de Disco, entidade às quais são avaliadas a Warner, a Universal, Sony, BMG e EMI, a indústria fonográfica

faturou 1,4 bilhão com a venda de cento e sete milhões de CDs. Em 2003 a situação já era completamente diferente. Do 6º mercado mundial que o Brasil chegou a ser, já estávamos em 13º lugar com cinquenta e dois milhões de CDs vendidos e doze milhões e meio de DVDs vendidos.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Piratas.

SR. FRANCISCO JOÃO MOREIRÃO DE MAGALHÃES: Eu afirmo que não, Senador, com dados, que não é pirataria. Camelô vende disco feito pela gravadora há muitos anos já. A Polícia Federal não consegue apreender porque não tem nota fiscal. Os direitos são sonegados, os direitos dos intérpretes, dos autores. Os impostos também, mas o disco sai das gravadoras, o disco do camelô. Por isso eles conseguem proliferar tanto. 80% do que é vendido em camelô sai das gravadoras, sai das fábricas que fazem para todos nós CD. São comprados em atacadistas de São Paulo, são comprados em atacadistas de São Paulo e são--

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): O senhor me desculpe, o senhor não fale isso aqui. Como é que uma gravadora que vende um disco por quarenta e cinco reais vai vender no pirata por três?

SR. FRANCISCO JOÃO MOREIRÃO DE MAGALHÃES: A gravadora não vende o disco a quarenta e cinco reais.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Aqui não tem um monte de imbecil para ouvir uma bobagem dessa.

SR. FRANCISCO JOÃO MOREIRÃO DE MAGALHÃES: Senador, a gravadora não vende a quarenta e cinco reais. A gravadora vende o disco a três, três e cinquenta, quatro reais para o atacadista. Vai aumentando o preço conforme vai passando para os intermediários e chega a quarenta e cinco reais ao consumidor final. Eu vendo o meu disco a dez reais, pago todos os impostos, todos os direitos. O meu disco é vendido pela loja a trinta e cinco. Eu não tenho qualquer poder de interferir no preço final da loja. Eu tenho poder de interferir no preço que eu vendo. O preço do disco é composto assim.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Então vamos comprar pirata todo mundo que é melhor, o senhor está defendendo os piratas aqui.

SR. FRANCISCO JOÃO MOREIRÃO DE MAGALHÃES: Não, não estou defendendo, não estou defendendo a pirataria, mas eu gostaria de dar o conjunto dos dados.

Bom, eu estava dizendo que em 2003 foram vendidos cinquenta e dois milhões de CDs e doze milhões e meio de DVDs, que são dados também da ABPD. As multinacionais têm realmente responsabilizado a pirata-

ria vertiginosa por essa queda. Porém, nada disseram de uma política editorial, chamemos assim, de reduzir drasticamente a quantidade de títulos lançados por ano e de títulos brasileiros lançados por ano. Isso é um fator para levar em consideração. A produção, a produção das quatro, ainda independente da discussão do pirata, a produção das quatro cabe nunca banquinha, até anual, cabe numa banquinha de camelo. Está é a questão. Acontece que os novos talentos da MPB e até alguns deixaram, tiveram as portas das multinacionais fechadas e hoje estão na produção independente. O eixo da produção se deslocou para as independentes e são as pequenas gravadoras que mantêm vivo o registro da nossa cultura musical, mas não conseguem chegar ao grande público. O espaço da comunicação, no geral, foi loteado, é comprado e cercado para uma produção minguada de música brasileira. Para os senhores terem mais alguns dados sobre o lançamento, em 2007, segundo os dados da ABPD, foram vendidos apenas 25,4 milhões de CDs e 5,9 milhões de DVDs, o que dá trezentos milhões, quer dizer, em dez anos 75% do mercado nacional perdeu-se.

O fato é que feitas as contas, olhando os lançamentos, as quatro multinacionais juntas lançaram em 2007 um pouco mais de meia centena de música brasileira. A produção dos independentes passou de setecentos CDs, setecentos títulos diferentes. No entanto, essa produção dos independentes, mais de setecentos títulos, ocupa menos de 10% de execução pública, conseqüentemente das vendas e, portanto, não chega a ser dado(F), são dois caminhos para chegar lá: ou troca ou venda, e tem que tocar para vender. Então esse é o negócio.

Recentemente num encontro realizado em abril, agora em abril, no Paraná, entre produtores fonográficos independentes, entidades de autores, associações de rádios públicas, jornalistas, advogados especializados em direitos autorais e intelectuais diversos, aprovaram um manifesto, que eu cito só um pequenino, um mínimo trecho, que diz o seguinte: "Entendemos que o cenário musical brasileiro oferece um momento esplendoroso e pujante da produção e criação musicais. No entanto, sofremos há tempo com a prática de mercado que dominam o setor. Trata-se de imposição de modelo de dominação cultural e monopolização do mercado da música e levam ao empobrecimento da cultura brasileira. Por meio da redução da pluralidade e diversidade de estilos e gêneros, registra-se um rebaixamento da música, assim como de toda a produção cultural nacional a simples produtos descartáveis, exatamente num país reconhecido mundialmente pela exuberância de seu tesouro musical". Os números dessa execução são os seguintes: o *play list* de uma rádio, de uma FM

comercial normal, portanto, a lista das diferentes músicas anual, não excede duzentos e cinquenta músicas. É só pegar os levantamentos, os senhores têm plena autoridade para requisitá-los, do que [ininteligível], etc., não excede duzentas e cinquenta músicas. Para uma FM, aqui tanto no Brasil como no mundo comercial, a cada vinte e quatro horas ela tem doze horas de música e doze horas de entrevistas, propaganda e etc., diversas coisas. Numa simples conta matemática, considerando que as músicas têm três minutos em média, daria para tocar duzentas e quarenta músicas, se não repetisse nenhuma, num período de vinte e quatro horas. Toca duzentas e cinquenta por ano.

Só a título de exemplo, também, olha, a maioria das rádios públicas toca mais quantidade, uma variedade, uma diversidade de música por semana maior do que as FMs por ano. A Rádio Inconfidência para ficar num exemplo, que eu conheço, toca duzentas e vinte músicas diferentes por dia em média. Só com duzentas e cinquenta por ano no máximo. A TV Educativa do Paraná, que eu estive lá e verifiquei, das nove da manhã ao meio-dia toca a mesma quantidade de músicas que as FMs comerciais tocam em três meses. Então esse é o quadro. É esta monopolização que impede o acesso, na nossa opinião, da sociedade à arte e à expressão da sua própria cultura e que impede a livre fruição dos bens culturais e de conhecimento, como inclusive aponta um dos problemas em discussão nessa Comissão.

Nós achamos que é nesse quadro de crescente substituição da criação e da produção brasileira que numa infundável recorrência os direitos autorais são atacados. Os direitos autorais, como já foi citado, são Cláusula Pétreia da Constituição Federal. Então reconhece formalmente e apenas formalmente esse direito, mas ataca o seu instrumento criado e organizado pelos autores, pelos intérpretes e pelos produtores nacionais para o instrumento que existe para fazê-lo valer.

E aqui se levantaram algumas coisas que eu gostaria de esclarecer. O ECAD não estabelece absolutamente percentual nenhum e estou convicto que os senhores sabem disso. O ECAD é um escritório técnico, com técnicos, que faz aquilo que as assembléias dos autores, dos intérpretes e produtores decidem, que são os seus donos, foi quem o montou. E sempre, sempre por isso existem percentuais diferentes já na prática, sempre estiveram o ECAD a trazer proposta em assembléia e aprovar ou não aberto a discutir percentuais, sempre. O que não está aberto é discutir percentuais quando está com ação na justiça [soa a campainha], que é o caso da Severiano Ribeiro, que só foi querer discutir depois que perdeu em última instância. Aí uma

vez perdido em última instância, na hora da execução, aí quis fazer acordo.

Têm sido várias as campanhas para desmoralizar esse nosso instrumento para garantir esse nosso direito que é constitucional e fundamental, está certo? Comumente tem se tratado o ECAD como se fosse um ente especial, com vontade própria, quando na realidade é um departamento de cobrança, fiscalização e cobrança a nosso critério, de autores, intérpretes e produtores que estamos na sociedade, nas associações. Então essa é a questão. Têm erros? Tem. Agora ele é criticado principalmente pela sua eficiência. E na nossa opinião para os distribuintes(F) tem sido ótimo também, Senador. Nós que somos aqueles que recebemos, que é distribuído, têm sido ótimo e não distribuímos mais porque, sei lá, em janeiro, por exemplo, 54% das rádios comerciais estavam inadimplentes, estavam inadimplentes e elas não estão contestando o percentual. Quem contesta é a Globo, mas o argumento da Globo é que não vai abrir o faturamento, por isso não querem os 2,5%.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Dr. Francisco, é que o tempo está encerrado e eu lhe daria uma prorrogação de dois minutos.

SR. FRANCISCO JOÃO MOREIRÃO DE MANGALHÃES: Tá, eu vou encerrar. Em relação à questão de que a música dos filmes já está paga previamente quando é feita nos Estados Unidos, esta Comissão recebeu em 2003, eu acredito que esteja aí em algum lugar, ou arquivado, eu não sei qual certo são os trâmites formais, documentos do Walt Disney, da Twentieth Century Fox, da Universal, da Miramax, da Sony, da ASCAP, com cópias de contratos inclusive deixando claro o seguinte: o que nós pagamos aqui é para o mercado americano que o nosso Sistema *Copyright* é diferente. Não está incluído o uso comercial por exibição, seja na TV, seja cinema nos outros países. Nos outros países vai ser recolhido o direito, está certo? Então não existe, não está pago previamente o direito autoral da música como não estão outros também.

[soa a campanha]

Para encerrar eu queria dizer que a conclusão, a experiência que nós temos é essa, quer dizer, o ECAD tem os seus métodos questionados não pelas suas deficiências principalmente, mas pela sua eficiência que tem sido crescente em fazer pagar. E quando o ECAD é atacado, mesmo sob o discurso de que o direito autoral é intocável e a gente respeita, na realidade o que não querem é pagar o direito autoral. Porque para pagar o direito autoral é fácil, é sentar e negociar. Primeiro não paga, primeiro recorre à justiça e depois vai até a última instância, perdeu em última instância, aí sim conversa para negociar. Essa tem sido a prática

regular. E nós achamos, em relação a esse contexto de monopolização que eu coloquei anteriormente, que os direitos autorais estão sendo questionados porque hoje, com a mordida da hedionda censura que está sendo imposta à criação e à produção nacionais, ainda é a última e vital garantia de que existe uma criação e uma produção nacionais. Obrigado, era o que tinha a dizer.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Gerson Camata, pela ordem.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Presidente, houve aqui uma denúncia muito grave, pela ordem, de que as produtoras de discos e de DVDs é que produzem as cópias piratas para vender. Eu solicito a V. Ex^a. que convoque aqui o Presidente da Associação, eles vão ter que explicar isso, porque se fato essa denúncia é a mais grave, quer dizer, todo o problema de pirataria no Brasil é alimentado pelas produtoras de discos e CDs, segundo disse o nosso Dr. Francisco João Moreirão. Então nós estamos diante de um fato gravíssimo que aqueles a quem nós respeitamos e que a Polícia Federal fica prendendo, achando que os está defendendo, na verdade são eles os produtores das cópias piratas. É a coisa mais grave que eu já ouvi nessa Comissão neste ano.

SR. FRANCISCO JOÃO MOREIRÃO DE MANGALHÃES: Senador, se é da própria gravadora não é pirata, mas é aquilo que é vendido no camelô.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só um minuto, Dr. Francisco. É que o Senador pediu pela ordem e ele está solicitando, em função da denúncia feita, que também me estareceu também como Presidente dessa Audiência, de que 80% das cópias que alimentam o mercado pirata vem das próprias gravadoras, então essa denúncia, feita pelo Dr. Francisco, terá que ser esclarecida. Então essa denúncia, eu sugiro que além do pedido de explicações num primeiro momento, que essa denúncia seja enviada à Polícia Federal para que a Polícia Federal se certifique da veracidade ou não dessa denúncia, deixando muito claro que 80% do mercado pirata é na verdade suprido pela própria gravadora. Então eu submeto só as duas colocações à apreciação da Comissão no sentido de se buscar esta informação por escrito num primeiro momento para as pessoas e, ao mesmo tempo, que seja enviado expediente à Polícia Federal para que a Polícia Federal dê explicações sobre a denúncia ocorrida, quer dizer, os que estiverem de acordo permaneçam como estão. As duas solicitações estão aprovadas.

SR. MARCOS ALBERTO SANT'ANNA BITELLI: Existe um Conselho Nacional de Combate à Pirataria, que a denúncia pode ser--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): O Dr. Marcos está dizendo que existe o Conselho Nacional de Combate à Pirataria para quem a denúncia também pode ser enviada. Então acrescento, muito pertinente esta observação do Dr. Marcos. Se estiverem de acordo também fazemos. E para outras instâncias, se for necessário, mas para estas três já colocadas. Muito bem. Passo em seguida a palavra ao Dr. Marcos Alves de Souza, que é Coordenador-Geral de Direito Autoral – Secretaria de Políticas Culturais do Ministério da Cultura. Com a palavra V. Ex^a.

SR. MARCOS ALVES SOUZA: Obrigado, Presidente. Srs. Senadores, senhores presentes nessa Audiência, caros colegas da mesa. Em primeiro lugar eu gostaria de agradecer o convite para participar dessa Audiência porque, ao se tratar de direito autoral nesse país, não há como deixar de envolver o Ministério da Cultura, porque o Ministério da Cultura é a pasta responsável pela gestão da política de direito autoral no Brasil. Por isso o título da minha apresentação “O Campo Autoral e o Papel do Estado”, porque direito autoral se insere no conjunto de direitos culturais e, ao mesmo tempo, direito autoral não é pura e simplesmente, pelo menos a gestão da política de direito autoral, não é pura e simplesmente a defesa do interesse apenas do autor. O direito autoral envolve muitos interesses, essa Mesa aqui é representativo disso, há representantes de autores, mas também há representantes de outro tipo de empresa e negócios que utilizam direito autoral que devem ter seus interesses levados em conta e, também, há aqueles que consomem as obras intelectuais protegidas, ou seja, os membros da sociedade que devem ter seu direito de acesso também preservado.

Eu começo fazendo algumas considerações iniciais baseado no requerimento para essa Audiência. Eu gostaria de pontuar alguma coisa a partir do entendimento do Ministério da Cultura. Em primeiro lugar a gestão coletiva de direitos autorais. Por que é que existe gestão coletiva? A gestão coletiva existe, Senador, porque é impossível para um autor fazer a gestão individual da sua obra. Então ela existe no mundo todo porque ela permite que se faça o controle de todos os usos possíveis, em todos os lugares, de uma obra intelectual protegida. A gestão coletiva, nesse sentido, ela representa uma conquista dos autores que deve ser preservada e aprimorada. Ela existe no mundo todo. Em outros países geralmente as associações de gestão coletiva estão separadas por categorias de titulares e o sistema brasileiro de gestão coletiva da execução pública de músicas é diferente e único no mundo. São várias associações reunidas num Escritório Central. É bom que se diga que a criação do ECAD foi feita na

Lei Autoral anterior, porque existiam naquele momento seis associações que cobravam direitos de execução pública na área de música e muitas vezes um usuário não sabia para qual delas pagava, então a solução buscada na lei foi unificar a arrecadação e a distribuição através desse Escritório Central. Mas esse sistema é único no mundo porque essas associações, as dez que formam o ECAD, cada uma delas engloba várias categorias de titulares diferentes. Num certo sentido parece como se houvesse cada uma delas fosse um sindicato que englobasse patrão e empregado. Isso cria alguns problemas. Por exemplo, elas não prestam assessoria jurídica aos seus associados porque reúnem justamente titulares de ordem diferente. Numa mesma associação você vai ter o produtor do fonograma, a gravadora, e o autor. Então o autor, se tiver uma demanda contra a gravadora, não vai ser a associação que vai mediar, porque ela está servindo aos dois interesses. Ela não vai prestar uma assessoria jurídica ao autor nesse caso, que é a parte hipossuficiente da relação. E uma outra coisa que nos preocupa muito no Ministério da Cultura é que diferente de outros países no mundo as nossas sociedades de gestão coletiva não concedem uma aposentadoria para o autor quando ele chega a partir de uma determinada idade. Isso é comum em outros países, ou seja, um montepio(F), uma pensão a partir do momento que o autor não tem mais capacidade de criar. Então são alguns problemas, existem outros, por exemplo, a questão do jabá que foi mencionada aqui rapidamente. O jabá, ele distorce a arrecadação e a distribuição dos direitos de execução pública de música, porque se há uma concentração no *casting* das grandes gravadoras, obviamente são essas gravadoras e os seus artistas que vão receber mais. Tudo isso está relacionado também com a questão da gestão coletiva.

Algumas outras questões que eu vou passar rapidamente que estavam presentes no requerimento. A cobrança de direitos autorais por músicas inseridas em filmes, ela é legal porque está prevista em lei e está prevista nos Tratados Internacionais que o para faz parte, ou seja, não há como fugir desse sistema. Uma coisa é a autorização da inserção da música no filme, a outra coisa é a exibição pública do filme que contém a música, então se torna uma exibição pública, uma comunicação ao público da música e nesse caso é cabível sim a cobrança por isso. Rapidamente, passando adiante.

Direitos autorais por execução pública de música rádio difundida. Também se questionava isso no requerimento. É cabível essa cobrança também, da mesma forma está previsto na Lei Autoral e está previsto também nos Tratados Internacionais que o Brasil faz parte,

notadamente a Convenção de Berna e o Acordo de TRIPs, que é o mais importante, porque esse é do âmbito da OMC. O seu descumprimento enseja sanções comerciais que podem vir por retaliação cruzada que não necessariamente serão no campo autoral ou de propriedade intelectual.

Poder de Polícia do ECAD. O ECAD tem Poder de Polícia? Não, não tem Poder de Polícia. Ele não pode desautorizar a realização de espetáculos de música, mesmo que o promotor não recolha os direitos autorais. Agora ele pode sim processar o promotor do evento a posteriori ou desautorizar essa realização pela via judicial com a obtenção de uma liminar, por exemplo. O ECAD de fato, há distorções na Lei, mas essa a lei não deu ao ECAD, não há Poder de Polícia do ECAD. Se o ECAD assim se apresenta, eu recomendo descumprir a ordem. Uma notificação extrajudicial do ECAD não tem valor de Poder de Polícia. Passando adiante.

A qualidade dos métodos de aferição da execução pública de músicas são confiáveis? A distribuição tem alcançado os potenciais de beneficiários? Os valores são justos? As associações são representativas dos artistas? Não há como saber isso porque não há previsão legal de supervisão estatal, ou seja, nós somos a Coordenação-Geral de Direito Autoral que é o setor do Estado brasileiro que cuida do direito autoral, mas não temos nenhum papel dado por lei. Nós estamos de mãos atadas e, Professor Bitelli, o CADE também por uma decisão do Supremo, porque o Supremo não considera a atividade do ECAD como uma atividade econômica. Nesse sentido, não está abrigado pela Lei 8.884. Isso foi reconfirmado esse mês, um processo foi remetido ao CADE por uma reclamação de sindicato de músicos e foi negado por isso.

Fixação de valores de cobrança pelo ECAD. O Regimento Interno do ECAD tem poderes para fixar os valores de cobrança conforme a Constituição, visto que o ECAD e suas associações são representantes dos autores. Infelizmente ou para alguns felizmente, eu não sei, do nosso ponto de vista nós achamos que a supervisão estatal seria um bom caminho para fixar valores mais justos, equilibrados, ponderados de acordo com a capacidade de pagamento e do que efetivamente está sendo veiculado ou rádio difundido pelas estações, enfim, na ausência disso age sim dentro da legalidade. É o fato. Adiante.

A lei, então, não deve fixar valores, mas pode e deve prever a supervisão estatal visando garantir, por exemplo, proporcionalidade, razoabilidade, impessoalidade nos critérios de fixação de tarifas, publicação de todos os atos da vida institucional, garantia de representação mínima dos associados nas instâncias deliberativas, busca de eficiência e economicidade na

administração, razoabilidade nos prazos de distribuição. Tudo isso poderia ser garantido numa regulação, ou seja, uma previsão legal que garantisse ao Estado um papel desse daí no tocante à gestão coletiva. Indo adiante, por favor.

Também se mencionou no requerimento os direitos dos usuários. Onde ficam? Eles estão garantidos, assim como o direito autoral, na Constituição Federal. Os arts. 215 e 216 garantem direitos culturais, direitos de acesso à cultura. O art. 5º, inciso XIV, garante o direito de acesso à informação. O art. 170 trata da função social da propriedade, porque direito autoral é um direito de propriedade e ele deve seguir a sua função social também. E os artigos que tratam da educação também falam do direito de acesso do cidadão à educação, sendo também um dever do Estado. Então isso não significa que a arte ou o entretenimento não possam sem objeto de apropriação privada, mas sim que os direitos autorais devem estar equilibrados com o direito de acesso à cultura, à educação, à informação e ao conhecimento, e isso que deve ser objeto de uma política pública de direito autoral.

Fazendo um pequeno diagnóstico do nosso cenário atual, eu não vou poder entrar em todos os pontos, eu até me disponibilizo num outro momento se assim a Comissão desejar de traçar um panorama do que é o direito autoral no Brasil hoje, eu estou disposto a apresentar toda essa apresentação completa, nosso cenário é a falta de um sistema legal ou institucional no país capaz de atender com eficácia a seara(F) autoral por dois motivos principais: a baixa institucionalização do setor autoral do Estado e o marco legal inadequado. Veja bem, eu tenho alguns exemplos de conflitos no campo autoral, por exemplo no campo audiovisual nós temos exemplos inclusive no Estado do senhor, Senador Camata, daquele cineclube que numa atividade de extensão universitária perdeu a ação e tem inclusive uma determinação para destruição dos bens.

SR. MARCOS ALBERTO SANT'ANNA BITELLI: Posso pedir a palavra? Eu sou o Advogado dessa ação.

SR. MARCOS ALVES SOUZA: Eu sabia disso, mas o senhor pode--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Na seqüência.

SR. MARCOS ALVES SOUZA: Enfim, há várias questões envolvidas, mas de fato o cineclube muitas vezes não cobra pela entrada. É um problema de acesso à cultura, de fato também naquele caso houve um *download* que foi considerado ilegal e depois a sua comunicação ao público. Mas nós temos um problema de restrição à difusão cultural no país que a atual

legislação autoral agrava a situação ou no mínimo dificulta a sua reversão.

No campo do livro um outro exemplo. As ações intimidatórias, eu peço três minutos para concluir a minha apresentação. Eu vou passar adiante então para a questão mais importante. Enfim, as ações que a ADBR tem movido contra universidades, professores e estudantes têm criado reações como essa campanha “Copiar livro é direito”.

E um outro exemplo, também aí entrando no campo da música, a questão do ECAD, o monopólio do serviço de licenciamento das obras musicais para execução pública, mais de oito mil ações de cobrança ajuizadas pelo ECAD e outras tantas ajuizadas contra o ECAD. Queixas frequentes de autores e usuários quanto à falta de transparência da entidade. Há uma dificuldade para criar sociedade de gestão coletiva no audiovisual, por exemplo, para diretores e roteiristas em função em larga medida por esse percentual 2,5% não comportar novos 2,5% vezes dois, ou seja, 5%, viraria 7,5% a atividade deixa de ter viabilidade econômica. Passando adiante.

E a falta de supervisão do Estado, desde o fim do Conselho Nacional do Direito Autoral, é um caso raríssimo, se não o único no mundo de ausência de uma instância de regulação, mediação e arbitro haja prevista em lei. Há um aumento da demanda pela recriação desse Conselho. Mais adiante.

Aí é um pequeno histórico. O Conselho chegou a ter mais de cento e cinquenta funcionários. Quando ele foi desativado, o setor autoral do Estado brasileiro chegou em alguns momentos a contar apenas com um servidor, um. De 2003 para cá, na gestão do Ministro Gilberto Gil, tem havido um incentivo e um fortalecimento do setor, o setor está se estruturando. Indo adiante.

Olha, quatro pessoas em 2003, era um servidor, dois secretários e uma estagiária. A gente chegou a ter treze pessoas, hoje temos onze, inclusive devido ao falecimento de uma delas esse ano, mas é significativo, porém, se comparar com o mesmo setor em outros países, eu não vou nem para o resto do mundo. Só ficando aqui na nossa região, América Latina, até o Paraguai, naquele momento, tinha mais. O México, a Argentina, Cuba, Colômbia, todos os países possuem um escritório de direito autoral estruturado. O Brasil não. Então esse é o diagnóstico completo.

Eu só vou entrar na questão da gestão coletiva de direitos. Há uma ausência de supervisão, regulação e promoção da gestão coletiva. No caso da música há uma percepção de abuso na arrecadação. Chovem reclamações no Ministério a respeito disso. Também nebulosidade na distribuição dos valores referentes

[soa a campainha] aos direitos autorais. O número de artistas que nos procuram reclamando disso é altíssimo, do consagrado ao desconhecido, e infelizmente nós não podemos divulgar nomes porque eles pedem sigilo para não sofrerem as consequências de uma retaliação na distribuição.

Não há associações representativas dos diversos setores autorais e dado importante: isso por si só justificaria a supervisão estatal. Ora, foi mencionado aqui que há acordos com sociedades congêneres no exterior. Há um risco permanente do Brasil receber um painel na OMC pelo potencial não repasse dos valores arrecadados para titulares estrangeiros. Em que pese nós concordarmos com o argumento da ABRAMUS, de fato o Brasil devia receber mais, é fato também que nós já fomos ameaçados de receber um painel pelos Estados Unidos, que reclamaram que não estavam recebendo todos os valores que eles achavam que deviam receber. Ficamos de mãos atadas por isso e essa situação, por si só, justifica uma supervisão estatal, porque uma sanção de retaliação cruzada, por exemplo, não vai retaliar na cultura, vai retaliar no que a gente tem de mais valioso em termos de exportação: soja, carne, aço, enfim, nossas principais *commodities*. E, por fim, uma última consequência é a falta de observância e fragilidade do poder negociador dos autores.

Toda essa apresentação é uma apresentação com um diagnóstico que eu me disponho a vir fazer em um outro momento, mas eu queria só fazer uma menção rápida a uma iniciativa que o Ministério está promovendo de lançar um Fórum Nacional de Direitos Autorais. Por favor, Rafael, passa lá adiante.

Nós lançamos o Fórum em dezembro do ano passado no Rio de Janeiro e agora em julho retomaremos com cinco seminários nacionais, um seminário internacional e onze oficinas regionais ou temáticas. Eu gostaria de convidar todos os Srs. Senadores a participar do Fórum porque, infelizmente é bom que se diga que o ECAD e suas associações não são todas farinhas do mesmo saco. Há associações que aceitam o diálogo, que aceitam sim a supervisão estatal, mas que perdem no voto, na assembléia. As associações administradas, todas apóiam isso, mas não há como divulgar esse tipo de informação também por medo de sanção das que são efetivas.

Um caso que eu gostaria de mencionar, inclusive pegando palavras da ABMI, sobre a mordida da censura, no lançamento do nosso Fórum, em dezembro, no Rio de Janeiro, houve muitas reclamações contra a atuação do ECAD, e isso por parte de autores. Infelizmente dois deles estão sendo processados pelo ECAD por conta dessas reclamações, de suas declarações, ou seja, chegamos a um absurdo onde o dinheiro do

autor serve para se mover ações contra o autor. Aqueles que se sentiram prejudicados por essas reclamações, acusações, o que sejam, deviam processá-los enquanto pessoas físicas com o seu próprio dinheiro e não com o dinheiro que é dos autores e é utilizado dessa forma. Enfim, eu faço um apelo aqui para que os senhores participem desse Fórum porque o Fórum é justamente para levantar, junto à sociedade, todos os autores envolvidos na questão autoral, a necessidade ou não da mudança da lei, o Ministério entende que a Lei deve mudar também, é uma revisão geral que precisa ser feita, mas precisamos conversar com a sociedade para saber até que medida precisamos mudar essa Lei.

É isso, eu agradeço o tempo, a generosidade do Presidente por eu ter estourado o meu tempo, mas eram as informações que eu tinha a prestar e me coloco à disposição para num outro momento vir aqui fazer uma apresentação mais detalhada se for do interesse da Comissão. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Agradeço então o Dr. Marcos Alves de Souza, que é da Secretaria de Políticas Culturais do Ministério da Cultura. Passo em seguida a palavra ao Senador Gerson Camata e também ao Senador Papaléo Paes, porque assim nós faremos os comentários e indagações em conjunto, e na sequência passaremos novamente a palavra aos expositores para as considerações não só dos Senadores que estão aqui presentes, mas também algum comentário que desejem fazer em relação às falas dos expositores de uma maneira geral. Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. presidentes, eu vou ser bem rápido. O que é que nós, ouvindo os expositores aqui, o que é que... Aliás, primeiro, eu queria cumprimentar o Dr. Ícaro Martins pelo sucesso daqueles dois filmes brasileiros em Cannes, são produtores lá de cineastas paulistas. Parabéns, é um retumbante sucesso lá, eu pude ver ontem na CNN, e cumprimentar o Dr. Marcos Alves. Transmita ao Ministro Gilberto Gil a admiração que nós temos pelo trabalho que ele está fazendo e a competência que o senhor demonstrou aqui também é fruto das modificações profundas que o Gilberto Gil colocou lá no Ministério. Ele está fazendo uma coisa muito importante, Presidente, é bom que o país saiba, interiorizando a cultura. Antigamente cultura era Rio e São Paulo, Orquestra Sinfônica e tal. O Gilberto Gil descobriu que não é só no Rio e São Paulo que há cultura brasileira. Ele está interiorizando, fazendo um trabalho bonito, belo trabalho, cumprimente ele em nome da Comissão, eu tenho certeza.

A outra coisa é então dizer que do que nós ouvimos aqui, do jeito que está não pode ficar, eu acho que nós ouvimos isso aqui. E nós ouvimos tanto o Dr. Marcos Alberto como o Marcos Alves aqui colocando que, quer dizer, o Estado está ausente por lei. Nós aqui, na hora de fazer as leis, num troço tão importante, até no preço do pão o Estado está presente, diminui a alíquota, acerta, mas no direito intelectual, autoral, o Estado está ausente. Como é que pode estar ausente numa coisa tão importante dessa? Então eu acho que do jeito que está não pode ficar. Eu acho que a gente devia fazer primeiro o seguinte: uma Lei, Decreto Legislativo: Art. 1º – Fica extinto o ECAD; Art. 2º – Trinta dias para fazer outro organismo ou tirar o monopólio ou fazer outra coisa. Seria uma maneira de forçar o Legislativo brasileiro a ser mais rápido na tomada dessas decisões.

E aí, Presidente, eu vou contar uma coisa aqui que aconteceu comigo, não foi neste Governo, foi eu acho que na era do Governo Itamar, eu estava numa localidade do interior do Espírito Santo e falo porque deve ter alguém de lá nos ouvindo pela TV Senado, Marilândia, e umas meninas, menores, estavam fazendo um bailezinho na cooperativa, porque nem tinha sede, era em cima da Cooperativa Agrícola, e um bailezinho para arrecadar fundos para a formatura das meninas. Eu estava por ali, já era umas nove, dez horas da noite, eu falei: “Eu vou passar no baile para ter uns votinhos lá e tac”. Eu fui ao baile e, quando eu cheguei lá, Presidente, daí um pouco chega dois camburões da Polícia Federal de metralhadora, entrou assim, eu pensei: “Tem algum traficante aqui dentro, aonde que eu fui me meter”. Não, era o ECAD, tinha um cara de paletó e gravata, era o cobrador do ECAD. E aí, era na época do cruzeiro, mas eles botaram assim dois milhões e meio de multa e as meninas tinham arrecadado trezentos mil cruzeiros, quer dizer, elas tinham que fazer baile uns trinta anos para pagar a multa. E aí eu disse para o cara da Federal, eu falei: “Meu amigo, eu estou com um problema, porque eu dei um aval para o cara, ele sumiu, será que você não pode cobrar para mim? É só para o ECAD que vocês cobram”. Estavam lá cobrando. “Passaram por cima – eu disse a ele – de cocaína, de tráfico, de contrabando, para vir numa vila, num bailezinho de trezentas crianças, menores, para fazer um negócio desse aqui?” Fechou o baile. Eu vi, eu estava presente, acabou o baile. Até quando o carro foi embora as meninas falaram: “Será que a gente podia começar de novo, Senador?” Eu falei: “Não começa não, que eles podem voltar, é melhor todo mundo ir para casa”. Então veja que não pode cobrar, mas estava cobrando. Talvez hoje mudou, naquele tempo vinha do regime militar, estava diferente.

Então eu acredito, Sr. Presidente, até esse Projeto nosso que passou aqui, que já foi aprovada a proibição de cobrança em cinema, segundo a informação do Dr. Marcos nós vamos bater de cara com um organismo internacional, porque nós proibimos a cobrança nos cinemas pela lei e o Crivella botou o seguinte: “Não pode cobrar do estrangeiro; do brasileiro, quando é filme brasileiro, tem que cobrar”, quer dizer, ficou até meio pernalonga aí, que vai favorecer na verdade ao gringo. Tem que se analisar isso.

A outra coisa que nós temos nessa área, eu estou vendo, Presidente, outro dia eu fui aqui no Shopping de Brasília, todas aquelas lojas de discos, de música, de DVD, tudo fechou. Não tem mais nada. Agora o senhor vai na Feira do Paraguai, é pirata para tudo quanto é lado que a gente está vendo. O que é que está acontecendo? Outro dia eu encontrei até um amigo meu, ele falou assim: “Gerson, de brasileiro eu não compro pirata de jeito nenhum; mas de gringo, eles estão tudo rico, eu só compro pirata, que eu não quero mandar dinheiro para fora”, quer dizer, chegou a haver até um conceito nacionalista da pirataria, que é ilegal, é ruim e a gente sabe que ela está misturada com tráfico de drogas, com bandidagem, com tudo quanto é coisa e nós não estamos conseguindo inibir. O Sérgio Reis é meu amigo e ele falou: “Gerson, eu gravei no ano passado um CD” – e aí eu fiquei preocupado com o Francisco Moreirão, eu estou até pedindo desculpas a ele -, eu me lembrei que o Sérgio Reis falou: “Gerson, eu gravei um disco para lançar perto do Natal. Estava no camelô antes de eu lançar o meu disco”. Ele disse que o cara roubou uma cópia no estúdio, foi na China e voltou tudo, já estava vendendo no camelô o disco do Sérgio Reis antes dele lançar o disco, ele ia fazer o Faustão para lançar o disco e foi para o camelô antes. Então veja V. Ex^a. que essas coisas, dizem que a lei tem que ser caudatária dos fatos, mas ela está caudatária demais, nós já estamos lá na rabeira dos fatos. Nós temos que começar a agir com mais rapidez coibindo essas coisas.

Eu quero cumprimentar, foi uma beleza de Audiência, o Brasil acompanhou, quem acompanhou pela TV Senado está vendo. Como está não pode continuar. Nós temos que mudar e depende de nós mudarmos. Nós não podemos é demorar a mudar, porque até a iniciativa cultural... E não pode confundir, não significa que quem quer mudar está contra os direitos autorais. Não, nós queremos é preservar, garantir. O direito autoral é fundamental. No dia que não tiver direito autoral que estímulo terão aos nossos compositores, artistas e tal?

E falou muito certo o Dr. José que a música brasileira está em quarto lugar no Japão, dominando o

mercado brasileiro nas rádios. A gente vê fora do Brasil a música brasileira cada vez se impondo mais. Agora com esse desincentivo total da pirataria, com essa cobrança toda pirata também dos direitos autorais, nós vamos acabar tendo um desestímulo à criação artística no Brasil.

Nós estamos comemorando agora os cem anos do Machado de Assis. Veja, eu acredito que o pouco incentivo do direito autoral, nós não produzimos num século um outro Machado de Assis. Tivemos grandes escritores, temos aí, mas por que é que nós estamos aqui agarrados, admirando cem anos depois como o grande gênio da literatura brasileira, portuguesa e até mundial, está o Machado de Assis ainda imperando. Nós não produzimos mais talvez por essas coisas todas.

E até, Sr. Presidente, eu ouvi uma coisa muito interessante, que eu não consegui entender, que a literatura portuguesa começou a aparecer agora com Saramago a nível mundial, com o Prêmio Nobel dele. E aí as artes, por exemplo, pictóricas, escultura brasileira e portuguesa não se afirmou no mundo ainda, não se colocou. E aí disse um autor ali que foi porque o Marquês de Pombal fechou todos os conventos, as pessoas pararam de refletir e a introspecção que produzia para a arte desapareceu. Eu não consegui entender como é que é isso porque é um troço meio esquisito. Significa que se fechar os conventos todos não vai ter mais filme, não vai ter... Mas, saco, eu não entendi isso daí. Mas como todo mundo escreve o que deseja...

Eu tenho essa preocupação. Eu acho que se nós aperfeiçoarmos a lei, nós vamos incentivar a produção brasileira mais do que ela é. V. Ex^a. era um garoto, Presidente, mas eu já era Deputado quando se discutia o problema dos enlatados. 1976, o enlatado, o enlatado vai acabar com a cultura brasileira. Hoje é um enlatado brasileiro que está indo para Cuba, para a China, para os Estados Unidos. Eu vi outro dia em espanhol os nossos artistas tudo falando espanhol para as TVs espanholas que tocam lá, na América Latina, então a gente vê hoje uma programação de uma TV brasileira, tem um enlatado ou dois por semana, talvez. Então veja que o Brasil superou isso, superou com criatividade. E vamos falar a verdade, de TV aberta, quem olha para fora, nós fazemos a melhor TV aberta do mundo, ela é feita hoje no Brasil e todo mundo que vem aqui fala e os prêmios que nós estamos ganhando.

Então eu não tenho pergunta a fazer, eu quero cumprimentá-los, foi uma aula magna que foi dada hoje aqui ao país inteiro daquilo que está sendo feito errado e daquilo que nós temos que corrigir para fazer certo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Agradeço ao Senador Camata. Passo a palavra ao Senador Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sr. Presidente, quero parabenizar a todos aqui da Mesa porque todos realmente trouxeram para nós informações importantes e que vão nos subsidiar para tornarmos esta lei uma lei mais justa ou justa, que eu não sei se ela hoje é justa. Mas eu quero agradecer, todos colaboraram, parabenizar ao Presidente por estar presidindo a Sessão e também por ser um dos autores do requerimento.

Mas eu quero dizer que realmente o ECAD, nós não somos contra, claro, a arrecadação relativa a direitos autorais, claro que não, que não somos contra. Mas o ECAD, ele, para mim, é uma organização muito antipática, porque lá no Amapá, há vinte anos atrás, trinta anos atrás, eles fechavam Casas de Shows, diversas. Tinha uma senhora que era representante do ECAD lá, que eu não vou aqui falar o nome, mas ela chegava com Poder de Polícia mesmo. Eu não sei se ela estava uma propinazinha ali para um policial, um ou dois, chegavam lá para fechar e fecharam várias Casas de Shows, várias mesmo. Então por isso já se tornou antipatizada. Eu tenho essa imagem assim de uma organização que pode ser muito organizada como instituição, mas é muito desorganizada no sentido de distribuir o que arrecada e até de maneira incorreta arrecadar o que não deveria arrecadar. Então essa ditadura, esse autoritarismo dessa instituição faz com que haja uma necessidade absoluta de nós termos o Estado sim fiscalizando e até interferindo em certas ações autoritárias do ECAD. Então permitam-me ter esta visão, porque foi a imagem que me foi passada muitos anos atrás, e que hoje nos espanta ao ouvirmos algumas declarações aqui sobre esse autoritarismo que eu acho que é ímpar no nosso país, com o Governo não tendo nenhum poder de fiscalizar, de interferir, a não ser através de leis já existentes, mas que não são específicas para o caso.

Eu quero fazer perguntas sim. Perguntas que eu quero objetividade, se for possível, porque deixaram assim muitas dúvidas para nós, apesar de termos escutado algumas respostas já.

Ao Diretor da ABRAMUS, Sr. José de Araújo Novaes Neto. Como o ECAD estipula os valores que cobra?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu até sugiro que sejam feitas as perguntas e na sequência as pessoas respondam.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu posso até ler e encaminhar ao senhor as perguntas que estão escritas. Como é o processo decisório de seu

Conselho e como se compõem as associações que dele fazem parte? Como faço para me associar ao ECAD se eu tiver uma Associação de Compositores, por exemplo, aqui em Brasília? Se os cinemas americanos pagam direitos autorais aos autores brasileiros? Se o ECAD tem sido flexível em negociar algum critério razoável com os exibidores? Se o ECAD tem tentado fechar cinemas? Eu posso até encaminhar à Mesa.

SR. JOSÉ DE ARAÚJO NOVAES NETO: Senador, eu--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só um minutinho. V. Ex^a. já concluiu?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Quero agradecer, só quero escutar a resposta agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Então eu iria passar a palavra na mesma sequência para os expositores. Então como as perguntas foram diretamente endereçadas ao Dr. José de Araújo, passem em primeiro lugar a palavra a ele, mas depois também eu passo aos demais expositores para falarem, porque eu sei que uma observação do Senador Gerson Camata, até o Dr. Ícaro queria também se manifestar sobre aquilo, e, naturalmente, as observações dos dois e as respostas aqui podem depois também servir como comentário também final dos expositores. Então, em primeiro lugar, e na sequência o Dr. Alexandre. Dr. José de Araújo Novaes Neto.

SR. JOSÉ DE ARAÚJO NOVAES NETO: Pois não, Senador. Se bem entendi eu respondo ao nobre Senador e vou ter a oportunidade de me manifestar como razões finais.

Pois não, Senador. Eu queria, antes de mais nada, dizer que muito embora eu represente uma sociedade que integra o ECAD, na verdade eu não estou aqui como representante do ECAD. O ECAD até já foi ouvido na outra Audiência Pública. Então algumas dessas questões, na verdade, elas são questões específicas, mas na medida do possível eu vou respondê-las.

Como o ECAD estipula os valores que cobra? Existe a assembléia geral do ECAD que é formada pelas associações e que disciplina as regras de arrecadação e de distribuição dos direitos autorais. Então esses valores são estipulados nas assembleias gerais.

Como é o processo decisório de seu Conselho e como se compõem as associações que dele fazem parte? É importante a gente lembrar, inclusive o Marcos Souza, do Ministério da Cultura, colocou muito bem isso, a gente lembrar como era o sistema autoral brasileiro antes de existir o ECAD. Então eu vou dar um exemplo assim. Se eu sou um produtor e vou realizar um show, então nesse show seriam apresentadas quinze músicas. Aí eu descobri que a música "a" é de um autor que é filiado à ABRAMUS, a música "b"

é de um autor que é falido à UBC, a música “c” é de um autor que é filiado à AMAR e a música “d” é de um autor que é filiado à SUCIMPRO(F). Antes do ECAD o que eu teria que fazer? Eu teria que ir a todas essas sociedades, pagar para cada uma delas os direitos autorais daquelas respectivas músicas. O que o ECAD trouxe de novo naquele momento? O Escritório Central de Arrecadação e Distribuição. A idéia do legislador foi exatamente de reunir aquelas associações que já existiam para que elas administrassem conjuntamente a arrecadação e distribuição dos direitos autorais para que o produtor, o músico, pagasse num caixa só e não tivesse que pagar para cinco associações diferentes. Então eu acho que é importante colocar que hoje, quando se faz essa crítica ao ECAD, que a gente tenha a noção exata de como era antes e de como o ECAD foi uma conquista dos músicos e como o ECAD agilizou e tornou mais razoável a cobrança dos direitos autorais. Então essas associações fazem parte, elas compõem a assembléia geral do ECAD, existem aí algumas particularidades com relação a essas associações, as efetivas e administradas, como o Dr. Marcos Bitelli teve a oportunidade de colocar, mas de qualquer maneira quem administra o ECAD, quem disciplina a forma de cobrança e tudo mais é exatamente as associações dentro da assembléia geral. Aí é fixado, como o próprio Dr. Marcos também colocou, a forma pelo qual cada associação tem o poder de voto. Então as associações que mais arrecadam têm mais votos. Hoje na assembléia do ECAD as duas associações que mais têm votos são a UBC e a ABRAMUS, cada uma tem onze votos na assembléia geral do ECAD.

A terceira pergunta: Como faço para me associar ao ECAD se tiver uma Associação de Compositores em Brasília, por exemplo? Como o Dr. Marcos teve a oportunidade de colocar, existe uma regra no Estatuto do ECAD que limita, que torna difícil, são uma série de exigências para que uma sociedade possa se gabaritar, se credenciar a integrar o rol das sociedades do ECAD. Uma delas é aquela exigência que tenha 20% do repertório nacional. Então são uma série de regras que existem no Estatuto do ECAD. Então se essa associação, por exemplo, conseguisse suprir essas exigências, ela poderia se credenciar a participar da assembléia do ECAD, integrar o ECAD.

Se os cinemas americanos pagam direitos autorais aos autores brasileiros? Se bem entendi, nobre Senador, é uma coisa que eu tinha falado com relação à questão de que a música que é executada no Brasil, a música estrangeira que é executada no Brasil, as associações brasileiras arrecadam e transferem aos seus autores no exterior muito mais do que as músicas brasileiras que são executadas nos outros países e é

nos repassada. Então existe aí uma visão um pouco diferente do que o Marcos de Souza falou, porque na verdade esse risco de se chegar à OMC, na verdade, é um risco maior até dessas sociedades estrangeiras serem denunciadas na OMC porque não repassam ao Brasil os direitos autorais, porque a proporção de repasse das associações brasileiras para o exterior e das associações internacionais para o Brasil, ela varia de 85% que nós transferimos para lá e 15% que eles transferem para cá. Então recentemente ocorreu na CISAC, que é a Confederação Internacional de Sociedades de Autores e Compositores, que é o órgão internacional que congrega as Associações de Autores, que houve uma denúncia em relação a uma sociedade da América Latina que não estaria repassando direitos autorais devidamente às sociedades européias. Nessa ocasião, nesse evento da CISAC, a própria ABRAMUS fez uma denúncia à assembléia da CISAC de que na verdade o mesmo problema estaria ocorrendo com várias das sociedades européias que não repassam ao Brasil devidamente esses direitos autorais. Eu, como Diretor da ABRAMUS, posso testemunhar que é uma coisa freqüente e comum músicos e compositores e artistas brasileiros que se apresentam no exterior reclamarem que não recebem os direitos autorais referentes às suas apresentações no exterior. Então hoje em dia podemos dizer que as sociedades brasileiras têm cumprido o seu papel de exportar esse dinheiro que é devido aos autores internacionais, mas as sociedades internacionais, boa parte delas, não tem dado essa contrapartida. Isso são números, são números que não mentem.

Se o ECAD tem sido flexível em negociar algum critério razoável com os exibidores? Pelo que eu tomei conhecimento aqui, nobre Senador, que o Dr. Alexandre Annerberg esteve recentemente no ECAD e que abriu um canal de negociação para que possa eventualmente se fazer essa negociação.

Se o ECAD tem tentado fechar cinemas? Na verdade eu creio que o ECAD tem uma interpretação em relação à Lei Autoral que pode até levar ao fechamento de cinemas.

Aproveitando o gancho dessas indagações, eu queria fazer aqui uma breve reflexão com relação a essa questão, porque na verdade, assim, como V. Ex^a. falou, o ECAD é demonizado, e ele é demonizado porque ele cobra, ele é cobrador. Então nesse ponto ele é cobrado, como disse o Presidente da ABMI, de certa maneira pela sua eficiência. É claro que existem distorções. V. Ex^a. mencionou aqui um fato ocorrido no seu Estado, o Senador Gerson Camata também mencionou outro fato. É claro que distorções existem e precisam ser corrigidas, mas nós não podemos perder do foco

o seguinte: quando se critica o ECAD porque o ECAD arrecadou trezentos milhões no ano passado, eu acho que isso deve ser celebrado porque é uma quantia que foi arrecadada para pagamento dos autores e todos os agentes da cadeia produtiva da música. Aliás, eu acho que o ECAD poderia arrecadar muito mais, muito mais se não fosse a inadimplência principalmente da maioria das rádios. Então quando a gente entra nessa questão “Vamos mudar a Lei Autoral”, nós não podemos perder de foco quem está do nosso lado, com quem nós estamos lutando, o que nós queremos algar, porque nessa luta toda nós estamos perfilados com vários inadimplentes que não querem pagar o direito autoral. Então nós precisamos separar o joio do trigo. E como eu falei no início da minha intervenção, o meu papel aqui é trazer o lado do autor e eu falo isso com propriedade porque, antes de ser Diretor da ABRAMUS, eu sou um dos signatários de criação do Fórum Nacional de Música, sou Coordenador do Fórum de Música de São Paulo e represento o pleito dos músicos e compositores, inclusive representei o Fórum de Música de São Paulo na Câmara Setorial da Música, que foi promovida, foi organizada pelo Ministério da Cultura, do qual uma das conclusões que no Fórum acabaram chegando foi exatamente a reflexão sobre a necessidade de um órgão regulador. Então na verdade eu fico muito à vontade para fazer esse tipo de comentário, mas eu chamo a atenção para esse outro lado que é o lado de quem cobra, quem cobra será sempre demonizado. Se tivermos aí um órgão regulador do ECAD, o ECAD vai continuar cobrando, as pessoas vão continuar não querendo pagar e a posição antipática vai continuar sendo a mesma, porque o que eu acho que deve ser observado é se existem distorções, se existem coisas que precisam ser corrigidas, então que enfrentemos essas coisas para corrigi-las, mas nós não podemos tirar do foco que o ECAD foi uma conquista dos músicos, se a gente voltar atrás e tratar da origem do ECAD, e todos nós queremos o aperfeiçoamento do sistema de arrecadação e distribuição de direitos. Eu acho que nós estamos buscando exatamente isso. E se a gente tiver a noção de quem está desse lado ou pleiteando uma mudança na lei, se for o caso para melhorar o repasse dos direitos aos autores, nós estaremos numa posição plenamente correta, mas não podemos confundir isso daí também com posicionamento com relação a quem não quer pagar o direito autoral.

Só para finalizar eu queria só fazer uma referência ao que o Ícaro falou no início com relação à posição da ABRAMUS com relação à gestão coletiva do audiovisual. Eu reitero aqui, Ícaro, que se foi ventilado que a ABRAMUS em algum momento iria fazer ou teria

interesse em fazer gestão coletiva, ela não tem esse interesse, ela não tem esse interesse. A ABRAMUS quer só tratar da codificação do audiovisual e quer colaborar e colocar à disposição da sociedade ou do órgão que for fazer essa gestão coletiva. Ela não tem interesse em fazer a gestão coletiva.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Agradeço então ao Dr. José de Araújo, e sempre destacando, também, que em todos os debates, em todas as intervenções que foram feitas pelos Senadores e pelas outras pessoas, sempre no sentido de que a propriedade intelectual deva ser valorizada. O que na verdade se discute pelos relatos todos é um estado assim de coisas, de confusão, de problemas, de falta de entendimento, de falta de clareza, de transparência que deve ser ultrapassado pela falta de legislação. Foi dito assim de uma maneira muito clara que existe uma carência de legislação que precisa ser suprida em nosso país e esse que é o objetivo também como desdobramento dessa nossa Reunião, inclusive com o apoio, como já foi dito, da PUC-SP, através da figura do Professor Marcos Bitelli isso vai ser formalizado, para que esta ausência de legislação deixe de imperar em nosso país. Então realmente nos debruçarmos em termos de aspectos legais que seria o desdobramento eu penso que principal desta Audiência Pública. Passo em seguida a palavra ao Dr. Alexandre Annerberg.

SR. ALEXANDRE ANNENBERG: Bem, as palavras do Senador Arns sintetizaram exatamente aquilo que eu gostaria de lembrar nesse final de Reunião, porque ao contrário do que disse o Dr. José de Araújo, o ECAD não é demonizado porque cobra. O ECAD é demonizado porque cobra mal, porque não sabe cobrar e porque não instituiu uma sistemática de cobrança que seja alicerçada em instrumentos lógicos, que façam sentido para todos aqueles que querem sim pagar os direitos autorais. Eu não vi aqui nessa Mesa, como não vi em nenhum dos associados da ABTA, a disposição de não pagar direitos autorais. Isso não existe. Nós somos uma indústria, em particular a televisão por assinatura, que privilegia o direito autoral por definição. Então o que se pretende é que se encontre uma nova fórmula de cobrança que seja menos arcaica e menos ineficaz. Isso é tão mais importante, principalmente agora que nós estamos no limiar de um mundo novo de distribuição de conteúdos audiovisuais com conseqüências extraordinariamente revolucionárias, via Internet, via todas as novas plataformas que hoje estão disponíveis para o acesso ao conteúdo audiovisual. Nós precisamos estar avançando, estar além nas metodologias e não regredindo e impondo simplesmente valores absolutamente inexplicáveis e incompatíveis com as estruturas de faturamento, es-

truturas de receita, estruturas de negócio do negócio do audiovisual.

Então o desafio claramente dos senhores, o desafio do Legislativo, é olhar para frente, agora não se trata mais de olhar para trás, de olhar para tudo aquilo que foi feito de errado. Nós já sabemos. O grande desafio agora é como diante de toda essa nova visão de que é a distribuição do conteúdo audiovisual, de que maneira vai se poder remunerar adequadamente o direito autoral de uma forma que permita a essa indústria prosperar. E nós corremos o risco de estar oferecendo, justamente com o intuito de privilegiar, de estimular, de fomentar a produção de conteúdo nacional, que essa é uma nossa obrigação e um nosso objetivo, corremos o risco de termos de estar discutindo, como estamos hoje discutindo na Câmara dos Deputados, um Projeto de Lei que institua a forma mais retrógrada e ineficaz de reserva de mercado que é a instituição de quotas de conteúdo sobre os canais de TV por assinatura. Esse é um outro discurso, evidentemente é uma outra questão que eu oportunamente quero ter a oportunidade de detalhar aqui para os senhores, mas o que nós pretendemos é encontrar as fórmulas eficazes de fomentar, de incentivar, de estimular, de aumentar a participação no conteúdo nacional nas grades de televisão por assinatura. E aí os motivos para isso são inúmeros, não cabem aqui agora essas explicações, mas cabe aqui cumprimentar a iniciativa dessa Audiência Pública e, acima de tudo, cumprimentar a proposta do Senador Camata, secundada pelo Senador Arns e o Senador Papaléo também no sentido de convocar um especialista como o Dr. Bitelli para que possa ajudar na definição de um instrumento arrecadatário que possa ser respeitado por todos. E é isso que nós queremos, nada além disso. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço ao Dr. Alexandre Annerberg a participação nessa Audiência pública também e passo em seguida a palavra ao Dr. Ícaro Martins, Presidente da Associação Paulista de Cineastas.

SR. ÍCARO MARTINS: Eu queria agradecer enormemente a chance de ter vindo aqui. Eu queria também esclarecer que, por exemplo, nós, cineastas, diretores, enquanto autores nós temos, por exemplo, em algumas questões temos discordâncias com a ABTA, por exemplo, na questão de quota de tela e tal, mas nessa questão dos direitos autorais nós temos concordância, ou seja, nós não pensamos em blocos monolíticos. Nós temos, no setor cinematográfico, nós temos uma grande tradição de negociação. Todo ano, por exemplo, nós temos reuniões onde se discute a quota de tela com os exibidores, distribuidores, produtores. Existem opiniões diferentes e a coisa funciona porque nós te-

mos um fórum de arbitragem que no caso do cinema é a ANCINE.

Então eu queria também falar assim, por exemplo, eu não vou ser tão radical, embora eu tenha falado muito contra o ECAD, eu não sou estão radical quanto o Senador Gerson Camata que propôs a extinção sumária. Eu acho que o que acontece é o seguinte: o ECAD, sem dúvida, quando ele surgiu, ele surgiu com boas razões e representou um avanço. Com o tempo a realidade foi mudando e vão se criando distorções, como a falta, por exemplo, desse mecanismo concentrador que nós presenciamos, eles tentando reproduzir numa sociedade de gestão de cinema, isso, digamos, são desvios de conduta que foram surgindo a nosso ver justamente no vácuo da legislação, no vácuo da extinção do Conselho Nacional de Direitos Autorais.

Então nós queremos sim, urgentemente, uma legislação que corrija essas distorções, que coloque limites à ação e discipline a ação do ECAD que entrou por uma via a nosso ver, assim, nunca houve realmente de fato uma posição de negociação, isso pelo menos eu posso assegurar da parte do nosso setor, sempre aconteceu isso.

Eu queria fazer uma ressalva que eu acho importante quanto ao que foi mencionado aqui, o PL 532, que tem aquela Emenda do Senador Crivella. O que acontece é o seguinte, por exemplo, no nosso entender, eu já conversei inclusive com o Dr. Bitelli sobre isso, o PL 532 foi, digamos, feito visando resolver rapidamente um lado do problema, a questão dos exibidores, sem olhar todo o resto. Com a Emenda, por exemplo, do Senador Crivella, que inclusive institui a cobrança apenas sobre o cinema nacional, sobre a produção nacional e não sobre a produção estrangeira, a situação se agrava aí ainda mais porque, assim, digamos, o produto nacional, os filmes nacionais teriam um tributo a mais, ou seja, uma condição ainda mais piorada de competição com o cinema estrangeiro. Então eu acho que isso é uma questão realmente, assim, eu acho que é uma questão que precisa, nesse caso dos direitos autorais, se fazer uma revisão um pouco mais profunda. O PL 532 nos passou um pouco a impressão, desculpe a expressão, mas assim de uma gambiarra momentânea. Então resolve um problema aqui e estoura um outro cano ali. Então tipo eu acho que precisa ser realmente um trabalho um pouco mais dedicado quanto a isso.

Eu queria também fazer uma observação quanto à questão da pirataria, que o colega aqui ao lado falou. A pirataria, eu não diria, eu não sei se são 80%, mas existe--

SR. FRANCISCO JOÃO MOREIRÃO DE MAGALHÃES: Isso é uma estimativa, não dá para calcular um percentual exato.

SR. ÍCARO MARTINS: É. Existe, sem dúvida, um grande fator de evasão fiscal dentro da pirataria no Brasil. É uma pirataria que em grande parte vem de fato de dentro do sistema. E existem vários indícios disso. Desde a época, por exemplo, da fita cassete, as sociedades de diretores e de produtores sempre pleitearam que as coisas fossem seladas, com número de série e tal, e sempre encontramos uma grande resistência tanto por parte dos distribuidores quanto dos copiadores de *Home Video* quanto a isso. Então agora parece que estão começando a mudar de posição porque talvez a coisa tenha começado a sair do controle deles. Os métodos de reprodução ficaram mais fáceis e então talvez, assim, tem aquela coisa do ladrão que rouba ladrão tem cem anos de perdão. Agora realmente assim uma grande parte tem a característica de evasão fiscal e isso nós percebemos tanto pela qualidade do produto pirata, que existem produtos piratas em que o suporte é mais vagabundo, mas digamos a qualidade da cópia é muito boa. Então é assim uma pirataria que em grande parte vem de dentro do sistema isso. Mas isso é uma outra questão.

Então eu queria finalmente agradecer e dizer que realmente, assim, é urgente essa revisão, porque quanto mais se avança, ainda mais nesse momento de mudança tecnológica, nós estamos numa encruzilhada e queria sugerir também que além do Dr. Bitelli, que o Ministério da Cultura também fizesse parte desse grupo de consulta aqui de mudança na legislação porque eu acho que é uma coisa que precisa realmente de uma participação bastante grande. E nós, claro, estamos sempre dispostos a colaborar com V. Ex^{as}. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço ao Dr. Ícaro. Sem dúvida alguma o Ministério da Cultura participaria e participará dessa discussão. O que é importante, que eu estava até falando com o Dr. Marcos antes, é nós termos um texto básico, quer dizer, um texto que sirva para debates internos num primeiro momento e, depois, também que esse texto legal possa servir também de subsídio naturalmente para Audiências Públicas e se ouvir os setores todos da sociedade para opinarem sobre o texto da lei. Mas é importante, assim, o Ministério da Cultura e a PUC-SP, através do Dr. Marcos, proporem, como o Dr. Alexandre colocou, serem convocados a ajudarem o Legislativo a ter um texto básico que depois vai seguir a sua tramitação dentro dessa Casa.

SR. ÍCARO MARTINS: Eu disse isso porque a APACI, a ABRACI e os roteiristas, nós temos colaborado

com o Ministério da Cultura justamente na elaboração de alguns princípios básicos para a legislação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Certo. Eu agradeço a lembrança, mas a gente de fato estava pensando, o Dr. Marcos inclusive antes já havia se colocado à disposição até para detalhar mais a apresentação que também vai ser muito importante. Passo, então, a palavra ao Dr. Marcos Bitelli, que é Professor da PUC-SP, Especialista nas áreas de Propriedade Intelectual, Audiovisual e Comunicação Social, para as suas considerações.

SR. MARCOS ALBERTO SANT'ANNA BITELLI: Muito obrigado. Eu vou tentar ser objetivo e rápido porque a hora está avançada.

Eu queria fazer um primeiro comentário com relação ao que falou o Senador Camata naquela festinha de criança, por que é que aquela multa ficou gigante, Senador? Existe um artigo na Lei Autoral, 109, que precisa ser revisto com urgência, porque esse artigo estabelece uma multa de vinte vezes o valor do direito autoral não pago numa comunicação pública. Então, por exemplo, nós temos um caso de um cinema da Bahia, no Shopping Iguatemi, aonde o Juiz acabou acolhendo essa multa em cima de uma cobrança de dois milhões e meio de reais, que são oito anos de disputa no Cine Shopping Iguatemi e essa multa já está hoje em cinquenta e três milhões. Esse cinema, inclusive, foi fechado com uma liminar, esse cinema acabou abrindo com uma caução judicial e por causa dessa distorção, que o STJ inclusive já disse que essa multa é inconstitucional, já há um caso aí de cinquenta e três milhões de condenação, quando o Código Civil diz que nenhuma multa poderá ser maior do que o valor da obrigação principal. Então isso já é uma das graves distorções que é a questão do art. 109, que tem uma lei que estabelece uma multa que é vinte vezes o valor da obrigação. Nem o não pagamento de tributo tem uma multa de vinte vezes, não é?

O segundo ponto que eu queria tocar rapidamente é com relação à menção que foi feita aqui de que os exibidores de cinema só foram procurar o ECAD quando já tinham perdido. Isso não é ocorrido correto, não é verdade, porque os exibidores, por várias vezes, através da Federação Nacional das Empresas de Cinema estiveram presentes ao ECAD, inclusive em 1997 houve uma reunião histórica entre todos os exibidores brasileiros e de todos os distribuidores, inclusive as *majors*(F) americanas, dentro do escritório do ECAD, no Rio de Janeiro, tentando se estabelecer um consenso tripartite entre quem fornecia o filme, quem exibia o filme e quem era o representante dos titulares da música, e essa reunião foi histórica porque estavam todos os presidentes das Companhias

com poder decisório e a posição do ECAD nessa reunião foi a seguinte depois de seis horas: “Agradeço a presença de todos, podemos fechar qualquer tipo de convênio, desde que não se mude a alíquota e nem a base de cálculo”.

Com relação a uma menção que foi feita sobre o caso do Espírito Santo, eu só peço a palavra aqui para dizer que infelizmente eu sou o Advogado da ação contra o Cine Falcatrú, que é o nome do Cineclube do Espírito Santo, da Universidade Federal. E a bem da verdade duas coisas têm que ser dita. Primeiro, não há nenhum pedido e nenhuma sentença mandando destruir bens da universidade, porque nem foi feito esse pedido. Isso acabou saindo na Internet, um boato desse, isso eu posso mandar a sentença para os senhores, isso nunca aconteceu. Na verdade o que aconteceu no caso do Cine Falcatrú, como o próprio nome diz Cine Falcatrú é o nome do Cineclube da Universidade, não é um nome muito bom para um Cineclube da Universidade Federal. Segundo, que lá no Espírito Santo esse caso judicial só foi adiante porque na verdade era um laboratório fomentado pela própria Faculdade de Comunicação Social que instigava, e na verdade o roteiro era pegar filmes inéditos no Brasil, baixar na Internet, pirata, legendar no computador da própria universidade e fazer exibição pública convidando a comunidade capixaba para assistir ao filme e não precisava pagar nada, mas tinha que levar a cadeira e o lanche. Isso era feito dentro do estabelecimento da Universidade Federal com a área fornecida pela Universidade Federal. E por que é que isso aconteceu? Isso aconteceu porque eles não foram piratear nenhum filme brasileiro. O filme *Kill Bill 2* e o filme *Fahrenheit 193*, que era aquela crítica ao George Bush, a *Avant première* nacional era lá, quer dizer, o filme estava marcado para passar dali um mês aqui no cinema aqui no Brasil, com política de lançamento e etc., e a *Avant première* nacional era no Cine Falcatrú. Então o que aconteceu? Ali houve uma ação pontual aonde realmente os titulares dos direitos autorais das obras entraram com uma ação contra a universidade dizendo o seguinte: “Olha, a universidade não pode fomentar um cineclubismo que chama Cine Falcatrú e que o projeto de estudo analítico é baixar na Internet filme pirata sem direitos no Brasil, legendar e fazer comunicação pública”. Então a questão era a origem deste conteúdo, ou seja, nós não podemos transigir com os direitos autorais sob pena de destruí-los. Fosse o que fosse, seja um filme brasileiro, ou seja, um filme estrangeiro. Então eu só queria dar esta explicação.

Com relação à pergunta de V. Ex^a. ao direito de se associar, o Estatuto do ECAD esquece que nesta Casa foi feita uma Constituição em 1988 e no art. 5º diz o

seguinte: Todo brasileiro tem o direito de se associar e permanecer associado ou não, menos no ECAD. Quer dizer, o ECAD é a única entidade que tem o monopólio associativo para arrecadar e se dá ao direito de não aceitar sócios sob determinadas condições e, pasmem, expulsou duas entidades uma vez, quer dizer, se o eu sou expulso do ECAD, como eu faço para arrecadar? Então essa é uma questão constitucional.

Com relação aos cinemas americanos, que foi outra pergunta de V. Ex^a., na verdade não é bem o que a ABRAMUS respondeu. Não é porque há um erro ou estão cobrando a menos, é porque lá realmente a sala de cinema não é pagadora de direito autoral de comunicação pública. E este pagamento de quinhentos mil, que se falou da composição, isso acontece em todo o lugar do mundo. Aqui no Brasil também, quando se faz uma música, o produtor paga esse direito, que se chama direito de inserção, ou seja, direito de colocar, embarcar a música na obra audiovisual. O segundo direito é que é liquidado nos territórios. O segundo direito é justamente a comunicação pública que o Brasil optou pela gestão coletiva monopolizada através de uma central.

Fechamentos de cinemas. Eu queria dizer para o senhor que não é só de cinemas. É de televisão por assinatura também e de televisões abertas. Então eu posso dizer para o senhor que já foram cassadas liminares contra a Telefônica, contra a TVA, contra a SKY, contra a DIRECTV, além dos processos crimes que foram ajuizados e, pasmem, você tem quinhentos mil, trezentos mil assinantes pendurados num contrato, regras para obedecer junto com a ANATEL junto no sentido do Plano Geral de Metas de Qualidade com os Assinantes e aí o titular da música de um conteúdo, que é operadora sequer é dona, porque ela só entrega esse conteúdo, consegue uma liminar num Juiz de primeira instância tirando do ar enquanto não pagar. Então eu digo aos senhores o seguinte: as televisões hoje que estão no ar e os cinemas estão que estão abertos, ou estão abertos porque cassaram as liminares ou porque estão depositando em juízo uma caução para garantir o seu funcionamento, quer dizer, nem a ANATEL tira do ar uma televisão por assinatura e o ECAD tira.

Com relação a essa história do ECAD cobrar bem e por isso ser odiado, na verdade não é que ele cobra bem, na cobra o que não foi combinado e por isso que há resistência. Se houvesse um consenso, não haveria a resistência. E volto a dizer o que eu disse naquela hora para o Senador: todo mundo quer que o ECAD arrecade mais. Não tem esse problema, ninguém diz: “Não quero que arrecade menos”. “Eu quero que arrecade mais”. Imagine se hoje ele arrecada 0% da TV

por assinatura e arrecada 10% do cinema, se 100% da base contribuir certamente aumentará a arrecadação do ECAD. O problema é que não adianta a gente querer tirar todos os leites de uma vaquinha só. Vai acabar que a vaca vai morrer ou o leite vai secar.

Com relação à pirataria, eu não gostaria de me aprofundar nesse assunto, mas eu acho muito grave a afirmação que está sendo feita aqui, porque isso pelo menos não é a informação que existe no mercado e nem na Comissão de Combate à Pirataria, de que haja pirataria das fabricantes, das gravadoras, porque isso não é o que se tem notícia. O que se tem notícia é da pirataria ilegal mesmo.

Então eu queria agradecer a participação e dizer que me coloco à disposição de todos para o que for necessário. Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço ao Dr. Marcos, só lembrando que esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte já fez várias Audiências Públicas sobre pirataria, com a presença do Conselho Nacional, Polícia Federal, e nunca foi mencionado numa Audiência Pública esse fato das gravadoras suprirem o mercado com cópias piratas. De qualquer forma, como surgiu a denúncia nessa Audiência Pública, nós vamos tomar as providências que foram mencionadas.

SR. ÍCARO MARTINS: Não é necessariamente as gravadoras, mas uma grande parte vem de dentro do sistema. Existem copiadoras, existem... Por exemplo, quando um filme chega ao público antes dele ser finalizado, antes dele ser lançado comercialmente, é porque a pirataria surgiu de dentro do sistema. Eu não sei exatamente em que parte, mas ela vem de dentro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Eu passo, em seguida, a palavra ao Dr. Francisco Magalhães, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Música Independente.

SR. FRANCISCO JOÃO MOREIRÃO DE MAGALHÃES: Obrigado. Eu gostaria de começar por esclarecer essa questão. Quando se fala em pirataria no geral, não em termos legais, no restrito à lei, se fala o seguinte: os discos e DVDs estão sendo vendidos baratos nos ambulantes. Bom, esses discos dos ambulantes, hoje, no mercado de São Paulo, mais de 80% são discos que não foram copiados ilegalmente; são discos com os selos das gravadoras vendidos pelos mesmos atacadistas que compram da minha gravadora e que vendem para os lojistas. Esses discos estão a três, quatro, cinco reais na banca do camelô porque a gravadora pratica esse preço. Se tem ilegalidade antes para ela conseguir praticar o preço, aí eu não sei, eu não tenho como afirmar. Mas esses discos estão lá. Se são piratas porque tem sonegação fiscal apenas,

era bom verificar, porque realmente tem um preço impressionantemente barato. Se são piratas porque não pagam direitos autorais, na minha opinião política é que sim porque as gravadoras estão se valendo de contratos de cláusula de ponta de estoque para obter esses discos a dois, três reais. É só pegar o preço de tabela dos atacadistas de São Paulo. O disco chega a ser vendido pelo atacadista, portanto, comprado pela gravadora, não como ponta de estoque, mas como promoção do mês de novidade, chega a ser vendido a um real, dois reais, quer dizer, ele está vendendo acima do que pagou para a gravadora. E tem lá aquelas coleções de discos antigos, aquelas coleções, eu não vou nomear nenhuma aqui, mas aquelas coleções de coletâneas e etc. que são vendidas a esses preços. Realmente é isso que está abastecendo as bancas dos camelôs e os atacadistas têm até umas salinhas para os camelôs guardarem a banca, que é para fidelizar o cliente. Isso é uma questão fácil de ser verificada. Então me parece que o mercado da música está caindo por diversos setores(F), mas não por causa da pirataria, pensada aquela em que tudo é feito ilegalmente e só tem feito lá no exterior, o disco copiado ilegalmente, vendido ilegalmente, todo o mercado informal. Não, eu não acho que essa pirataria que está derramando o mercado da música, não acho realmente isso.

Agora em relação à questão dos direitos autorais, olha, às vezes – me desculpem se parecer indelicadeza -, mas às vezes a gente fica surpreendido como tem gente que não quer pagar em meu nome o que eu quero receber. Como tem gente que não paga em meu nome para me favorecer o direito. Eu falo isso, meu que eu falo é a entidade, autores, tudo, produtores, intérpretes. Vocês vão me desculpar, mas numa relação que tem sido extremamente comercial, se o sistema e os valores do mercado fossem arcaicos e a arrecadação dele fosse ineficaz, os senhores não estariam tentando mudar a lei, estariam tentando perpetuá-lo, essa que é a realidade, porque a questão é pagar. Os valores, ora, é sabido. Os percentuais que foram estabelecidos pelos autores, eles estão perfeitamente coordenados e são equivalentes aos percentuais cobrados no mundo que seguem o mesmo tipo de Lei Autoral que nós temos aqui, diferente do americano que segue o *Copyright*. No geral eles seguem os mesmos percentuais, até porque tem a relação internacional de passar entre as sociedades, de autores estrangeiros de uns países para os outros. Eu acho que nessa questão, é claro que a lei pode ser aperfeiçoada. Bom, no dia que a gente fizer uma coisa acabada e perfeita, aí a gente é candidato a Deus, não é candidato a levar a luta. Quer dizer, é claro que pode ser aperfeiçoada. E mais, nós somos inteiramente favoráveis, achamos

que foi um retrocesso a extinção CNDA. Nós somos inteiramente favoráveis à recriação do CNDA ou um organismo que cumpre essas funções de câmara arbitral, de regulação, de análise que tinha, porque isso aí garantia inclusive o melhor cumprimento da lei. A extinção do CNDA, que veio no bojo de todo um processo e uma convicção que surgiu na época de que todo lugar em que o Estado mete a mão está errado, porque a autoregulação que é ótima, foi extinto nesse processo contra a vontade dos autores, porque os autores que estavam no CNDA sentiam que existia uma regulação, facilitava tudo. Então nós somos inteiramente favoráveis a essa idéia.

Agora nós achamos, sinceramente, que em todo esse processo, para encerrar, em todo esse processo a questão dos direitos autorais, e isso é um apelo que eu faço aos ilustres Senadores, a questão dos direitos autorais deve, necessariamente, ser considerado não *per si*, sozinha, mas deve ser considerada no seguinte: ela é parte integrante de um processo de afirmação cultural nacional que está passando por outras coisas. Por exemplo, eu achei, foi lido, está aí um Projeto na Câmara que virá para o Senado, acredito, no processo normal de tramitação virá para o Senado, sobre se tem quota, se não tem quota do produto nacional. Vários países têm. Tudo isso faz parte da mesma discussão. E mais: somos as mesmas entidades e são as mesmas empresas envolvidas. O processo é que leva que a rádio se sinta à vontade para não cumprir a Constituição, nem a Lei das Telecomunicações, e não tenha uma diversidade, não tenha uma regionalidade, não tem absolutamente nada, quer dizer, o jabá, nós estamos chegando num ponto que o jabá está começando a ficar obsoleto, porque a verticalização é tal que não tem mais como eu pagar jabá do bolso esquerdo para o direito quando eu estou na estrutura, não é? Está ficando obsoleto. Então é o extremo. Então eu acho que essa questão, eu levantei aqui alguns números, são números inclusive que eu tive o cuidado, que não foram os números levantados pelas entidades, por outras entidades, inclusive entidades que contestam a nossa visão, a nossa interpretação nesse número, para não dar PLAN(F), são números facilmente que comprovam, que mostram como realmente está tendo uma substituição que eu acho, do ponto de vista cultural, criminosa, da cultura nacional, por uma cultura de exportação particularmente norte-americana, e acho que é neste contexto que os Srs. Senadores, me permitam a vontade e a petulância de dizer o que eu acho que vocês devem fazer, mas é um apelo que eu faço ao analisar a questão de direitos autorais nesse contexto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Agradeço ao Dr. Francisco Magalhães e passo a palavra, em seguida, ao Dr. Marcos Alves de Souza, que é Coordenador-Geral de Direito Autoral do Ministério da Cultura – Secretaria de Políticas Culturais do Ministério da Cultura.

SR. MARCOS ALVES SOUZA: Obrigado, Sr. Presidente. Bom, em primeiro lugar eu queria manifestar aqui todo o contentamento do Ministério da Cultura por estar participando dessa Audiência Pública, agradecer de novo o convite feito a nós e gostaria de pontuar algumas coisas.

Bom, em primeiro lugar o Ministério da Cultura também não tem uma posição tão radical quanto o Senador Gerson Camata de extinguir o ECAD. Nós somos contra a extinção do ECAD. O ECAD de fato, como o representante da ABRAMUS falou, é uma conquista dos autores, ele deve ser preservado, mas deve ser aprimorado, porque não adianta tapar o sol com a peneira. Há problemas sim, devem ser resolvidos, devem ser encarados de frente e boa parte deles resultam da falta de supervisão estatal.

Em segundo lugar, também gostaria de ressaltar que, como eu falei antes, rapidamente, não são todas as sociedades do ECAD que agem e pensam da mesma forma. Há diferenças entre as sociedades e, assim, até no seu caso, eu me colocando na sua pele, eu vejo a situação difícil que você enfrentou aqui hoje porque a ABRAMUS é, das que nós temos conhecimento, a que age mais profissionalmente. Eles me convidaram recentemente para visitar a entidade e abriram tudo. Eu tive acesso a todo tipo de conta da ABRAMUS. Então a ABRAMUS, ela é diferente, vamos dizer, da média das sociedades, e eu vi a situação difícil que o senhor teve aqui de defender um sistema que em larga medida a ABRAMUS também se opõe internamente a ele, é sempre vencida no voto, mas tem que defender porque senão vai todo mundo para o mesmo caminho, ou seja, uma situação de fragilidade dos autores.

Em terceiro lugar, também sobre o que você falou sobre os painéis, comentando o meu comentário sobre os painéis da OMC, é bom que se diga o seguinte: de fato concordamos com o ponto de vista da ABRAMUS de que há alguma coisa errada, porque os valores que são recebidos no Brasil pela execução pública de música brasileira no exterior são muito menores do que o que se envia para fora. Deveria ter um equilíbrio maior ou pender para o nosso lado. Mas é fato também o que eu comentei aqui: nós já sofremos uma ameaça de painel dos Estados Unidos, já houve isso do *Copyright Office*. A coisa parou porque foi o Dr. Michael Keplinger que foi para a OMPI. Então isso caiu meio no esquecimento para a nossa sorte, porque

se isso se configurar nós vamos ficar numa situação muito delicada, porque de fato nós não temos informação nenhuma sobre isso. E o outro lado, vamos a um hipotético painel do Brasil contra qualquer outro país, porque é o Governo que vai mover e não uma sociedade do ECAD ou o ECAD, painéis são movidos por Governos, não é, nós não entraríamos nessa sem ter domínio dos dados. Como é que eu posso acreditar nos dados que são falados, assim, a conta-gotas, são apresentados a conta-gotas e me meter num painel, na OMC, se eu não faço a supervisão disso, se nós não temos detalhes maiores sobre como o sistema funciona? Então isso prova que da forma que está de fato não dá para continuar, porque nós ficamos numa situação de prejuízo nessa relação internacional, não podemos fazer nada porque o Estado não controla isso e ao mesmo tempo vulneráveis de sofrer um painel na OMC porque também não controlamos, não temos nenhum papel de controle da gestão coletiva no país.

Sobre a questão da demonização do ECAD, é bom que se diga que não é só porque ele cobra. De fato boa parte da má imagem que o ECAD tem é porque ele assume um papel de cobrança, mas o senhor mesmo, como membro do Fórum Nacional de Música, o senhor sabe como os músicos estão insatisfeitos e cobram transparência na distribuição também. Então o ECAD, também para aqueles a quem ele serve, ele tem uma má imagem. Os artistas reclamam muito dos critérios de distribuição e também, aí eu concordo com o senhor, o senhor participou dessas instâncias, não é, pedem a criação de um órgão, de uma instância que supervisione a atuação do ECAD não só em relação à cobrança, mas também em relação à distribuição. E concordo com o senhor que é necessário sempre olhar para todos os lados, porque não é só uma questão de demonizar o ECAD. É necessário pagar direito autoral, isso é um direito que os autores têm, e, claro, muitas vezes muitas das reclamações são fundadas num desejo de não pagar o direito autoral dos músicos.

Em relação a mesmo que uma criação de um órgão a má imagem continuaria, do ECAD, eu acho que essa imagem poderia melhorar, mas principalmente um órgão supervisionando a atuação do ECAD traria legitimidade à sua atuação, porque da forma que está hoje, a grande queixa é a falta de legitimidade. Se o Estado supervisiona e carimba ali, “Eu olhei, eu conferi e está certo, é justo”, isso traz legitimidade à atuação do ECAD e das associações que a integram.

Bom, por fim eu gostaria de novo de me colocar à disposição para uma discussão mais detalhada sobre a questão autoral no Brasil. A gestão coletiva é apenas uma gota d’água no oceano, nós temos vários outros problemas, seja em função da ausência do Estado,

seja em função de um marco legal inadequado que é necessário enfrentar. Gostaria de reiterar o convite que eu fiz aqui a todos, não só aos parlamentares, mas todos os presentes, inclusive as pessoas da Mesa participar do nosso Fórum Nacional de Direito Autoral, e duas observações rápidas sobre a fala do companheiro da ABMI. Os percentuais que o ECAD pratica não são necessariamente os mesmos praticados no exterior. Eu dou o exemplo, por exemplo, na Espanha se cobra um 1,65% do exibidor para dividir por todos os titulares de direitos autorais do filme, não só o músico, e a Espanha é um dos que cobra mais alto. É necessário ter uma razoabilidade nisso daí, sentar todo mundo para conversar e, assim, de fato aí eu concordo com o Dr. Bitelli que, assim, se permitindo, se diminuindo talvez um pouco a margem da cobrança, é possível que toda a base passe a pagar e a arrecadação aumente.

E, por fim, o jabá não é obsoleto. O jabá está presente, a jabá continua atuando. Recentemente eu recebi um papel apócrifo que descrevia como que o jabá funciona, que é baseado na arrecadação da execução pública, ou seja, o dinheiro sai de dentro, segundo esse papel, da execução pública, a parte que é repassada às gravadoras, e a partir disso se reservaria um percentual dessa receita para o pagamento do jabá. Isso segundo esse papel apócrifo que me remeteram. Agora as reclamações sobre o jabá são constantes lá no Ministério da Cultura e essa é uma atividade que nós precisamos caracterizar como ilícita, porque hoje não está caracterizado isso, e quiçás inclusive tornar um crime com fins de tornar a execução pública dentro de práticas concorrenciais leais e não desleais como o jabá representa.

Então eu gostaria de agradecer aos senhores, a paciência de me escutar até uma hora dessas, e novamente agradecer ao convite para participar dessa Audiência.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Eu quero justificar que o Senador Papaléo Paes teve que se ausentar porque ele está presidindo a Sessão Plenária que acontece nesse momento. Só gostaria de dar dois encaminhamentos, que os ofícios a que nós nos referimos e que foram aprovados durante esta Audiência Pública, que seja anexado. Eu peço à Secretaria da Comissão que sejam anexados às notas taquigráficas com os argumentos apresentados pelos expositores que reforcem o aspecto objeto do ofício de que a pirataria acontece ou através da gravadora ou da copiadora, mas por instâncias, vamos dizer, oficiais, objetivando entre outras coisas, sem dúvida, a sonegação e outros aspectos que possam ser levantados. Eu só quero dizer que nas Audiências Públicas feitas sobre pirataria colocou-se o dado de

que a pirataria hoje no mundo arrecada muito mais do que o tráfico de drogas. Então é um problema que tem as suas raízes também nos meios policiais, nos meios políticos, nos meios jurídicos, na própria sociedade, e este é um problema assim muito sério que tem que ser enfrentado também.

E o segundo aspecto é que eu já combinei com as pessoas para que nós possamos dar o desdobramento à sugestão de se ter a legislação necessária nesta área para que, dentro de duas a três semanas, a gente já tenha uma reunião de trabalho onde se possa chegar à questão da apresentação de um texto legal, um texto de legislação que possa depois servir de subsídio para o debate. Para que nós não fiquemos esperando muito tempo nisto, dentro de duas a três semanas peço à Secretaria da Mesa que possamos discutir após esta Audiência Pública para fazermos os contatos, termos os materiais e a partir da experiência acumulada, conforme o Dr. Alexandre colocou, olharmos para trás para vermos quais foram os problemas, que a legislação tem que também pensar em termos dos problemas que aconteceram e que vem sendo objeto, assim, de muita reclamação por parte de vários grupos sociais. E olharmos para frente porque a dinâmica também é uma outra dinâmica, muito mais, assim, que exige assim mudanças rápidas em termos das alternativas que vem sendo colocadas nos dias de hoje, mas sempre tendo como pano de fundo a proteção da propriedade autoral, intelectual, que isso nunca, até para tranquilizar a sociedade, particularmente, e ninguém faria isso também, mas termos critérios transparentes, objetivos a favor justamente do detentor que é o autor da propriedade intelectual.

Quero destacar, também, que amanhã às dez horas haverá Audiência Pública desta Comissão de Educação sobre os trabalhos desenvolvidos pelos cinco professores premiados pelo Projeto Educador Nota 10, criado pela Fundação Victor Civita, em suas respectivas escolas e as suas idéias para a melhoria do ensino e da educação no Brasil. Então amanhã, às dez horas, nesta Comissão de Educação.

Agradeço a participação dos expositores e, repetindo o que foi dito, foi um momento assim de bastante debate, bastante discussão, preocupação, necessidades de aprofundamento e de reflexão, e que tudo isso possa, a partir desta Audiência Pública, ser concretizado em ações concretas, particularmente legislativas, que vai ser objeto das reuniões de trabalho que se seguirão e que acontecerão nesses próximos dias. Eu agradeço e declaro encerrada a presente Audiência Pública. Obrigado.

[palmas]

Sessão encerrada às 14h12.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 2008.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e quarenta e três minutos do dia vinte e um de maio de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência Eventual do Senador Sérgio Zambiasi, e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Renato Casagrande, Wellington Salgado, Mão Santa, Paulo Duque, Heráclito Fortes, Virginio de Carvalho, Marco Maciel, Flexa Ribeiro, Adelmir Santana e Jefferson Péres reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide, Paulo Paim, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, João Ribeiro, Geovani Borges, Valdir Raupp, Lobão Filho, Gerson Camata, Raimundo Colombo, Rosalba Ciarlini, Marconi Perillo, Marisa Serrano, Papaléo Paes e Cristovam Buarque que justifica a ausência. O Senhor Presidente Eventual, Senador Sérgio Zambiasi, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 14/08 – CE de autoria dos Senadores Marco Maciel e Cristovam Buarque e Aditamento nº 01 ao Requerimento nº 14/08 – CE de autoria dos Senadores Cristovam Buarque e Eduardo Azeredo, que têm como objetivo “**Conhecer os trabalhos desenvolvidos pelos (5) professores premiados pelo projeto ‘Educador nota 10’, criado pela Fundação Victor Civita, em suas respectivas escolas e as suas idéias para a melhoria do ensino e da educação no Brasil**”. O Presidente Eventual, Senador Sérgio Zambiasi registra a presença para acompanhar a Audiência Pública da Senhora Ângela Tavares Rehem Azevedo, Diretora de Relações Governamentais da Editora Abril; Senhor Gustavo Amaral, Assessor de Relações Governamentais da Editora Abril e Senhora Joseli Fátima Vendramin Polezzello, Diretora da Escola Municipal de Ensino Fundamental Ângela Pellegrini Paludo – Nova Prata – RS. Neste momento, o Presidente Eventual, Senador Sérgio Zambiasi, comunica que necessita ausentar-se da reunião, em virtude de compromissos inadiáveis assumidos anteriormente, e passa a presidência ao Senador Augusto

Botelho. Comparecem à Audiência Pública o Senhor David Saad, Diretor Executivo da Fundação Victor Civita; Senhora Bernadete Rocha da Silva, Professora da Escola Municipal Francisca Aragão – Rio Branco (AC); Senhora Fátima Regina dos Reis Ribeiro, Professora da Escola Municipal Padre Donato – Itajubá (MG); Senhora Iranez Ponsoni Martins, Professora da Escola Municipal de Ensino Fundamental Ângela Pellegrini Paludo – Nova Prata (RS); Senhora Vânia Hörner de Almeida, Professora da Escola Municipal Procópio Faria – Vila Rica (MT) e Senhora Francisca das Chagas, Professora da Escola de Ensino Fundamental João Pinto Magalhães – São Gonçalo do Amarante (CE). Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Paulo Duque, Virgínio de Carvalho, Mão Santa e Marco Maciel, autor do Requerimento. A Presidência Eventual agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e seis minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – SENADOR **AUGUSTO BOTELHO**, Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA
E ESPORTE – CE

NOTA TAQUIGRÁFICA

**22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO
DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE,
DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA,
DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO
DIA 21 DE MAIO DE 2008**

AUDIÊNCIA PÚBLICA

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Senadores e senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Está aprovado.

A presente reunião atende a requerimento 14/2008, da Comissão de Educação, aprovado, de

autoria dos senadores Marco Maciel e Cristovam Buarque, e o aditamento nº 1, ao requerimento 14/2008, aprovado, de autoria dos senadores Cristovam Buarque e Eduardo Azeredo, para a realização desta audiência pública, destinada a debater os trabalhos desenvolvidos pelos cinco professores premiados pelo projeto “Eduador Nota 10”, criado pela Fundação Victor Civita, em suas respectivas escolas, e as suas idéias para a melhoria do ensino e da educação no Brasil.

Dando início à audiência pública, solicito ao secretário Dr. Júlio que acompanhe os convidados para tomar assento à mesa. Dando às boas-vindas: ao Dr. David Saad, Diretor Executivo da Fundação Victor Civita; à professora Bernadete Rocha da Silva, da Escola Municipal Francisca Aragão, Rio Branco – AC; Fátima Regina dos Reis Ribeiro, professora da Escola Municipal Padre Donato, Itajubá-MG; Vânia Hörner de Almeida, professora da Escola Municipal Procópio Faria, Vila Rica – MT; Francisca das Chagas, professora de Escola de Ensino Fundamental João Pinto Magalhães, São Gonçalo do Amarante – CE; e a minha conterrânea, a professora Iranez Ponsoni Martins, professora da Escola Municipal de Ensino Fundamental Ângela Pellegrini Paludo, de Nova Prata – RS. Dou as boas-vindas aos convidados e, na pessoa da professora Iranez, conterrânea, eu saúdo a presença das professoras aqui presentes e cumprimento a Fundação Victor Civita pela iniciativa. São dez anos de prêmio. É uma celebração que nós estamos, hoje, promovendo, aqui, e é uma alegria, um orgulho, seguramente, para a Comissão de Educação do Senado, ter sido escolhida para celebrar este momento tão importante, né? Eu sei um pouco da história da Iranez, sei da luta, sei das suas expectativas profissionais, sei das suas tentativas. Ela tentou trabalhar na maior empresa de produção de borrachas do Rio Grande do Sul, mas ela falava demais [risos].

Depois, ela tentou fazer um trabalho extremamente importante no hospital local, mas ela encontrou-se, realmente, como pessoa e como profissional dentro de uma sala de aula e botou na cabeça que um dia este prêmio seria dela. E, entre os milhares de professores, o Rio Grande do Sul é um Estado muito privilegiado, Dr. David, educacionalmente. Nós temos, no Estado, mais de 100 mil matrículas de professores, 120 mil, talvez. Nos municípios, um número também bastante grande. Eu imagino que, entre os professores de ensino fundamental e médio, no Estado, entre municipais e estaduais, podemos alcançar um número aproximado de 200 mil professores. Então, para um Estado de dez milhões de habitantes, acho que o índice é bastante privilegiado, nesse sentido. E ter uma professora gaúcha, aqui, é uma honra. Eu sei do sacrifício,

seguramente, de cada para estar aqui. Nós vamos ter uma alegria e um privilégio de estar aqui. E, nesses casos, não é sacrifício, é uma grande alegria, porque é alcançar um objetivo através dessa iniciativa, assim, realmente louvável, que a Fundação Victor Civita faz e que está sendo reconhecida, hoje, através do Congresso Nacional, pela nossa Comissão de Educação. Passo rapidamente a palavra ao Dr. David. Saudando, também, a presença: da Ângela Tavares Rehem Azevedo, diretora de relações governamentais da Editora Abril; Gustavo Amaral, assessor de relações governamentais da Editora Abril; Joseli Fátima Vendramin Polizzinelo(F), diretora da Escola Municipal de Ensino Fundamental Ângela Pellegrini Paludo, de Nova Prata, que acompanha a professora Iranez. Passo a palavra ao Dr. David.

SR. DAVID SAAD: Bom dia a todos. Gostaria, antes de mais nada, de cumprimentar o Senador Sérgio Zambiasi. Gostaria de cumprimentar as professoras nota 10, aqui presentes, todos os senadores e demais militantes da área de educação, aqui presentes. Gostaria de cumprimentar, em especial, o Senador Cristovam Buarque, que não está aqui, não pôde estar presente, mas que foi o grande idealizador desse momento. Para que todos conheçam um pouco mais do prêmio, eu vou ter umas breves palavras, aqui, a respeito da Fundação Victor Civita e do prêmio “Educador Nota 10”, para que haja esse entendimento, e, logo na sequência, as professoras já vão poder contar um pouco mais suas experiências. Bom, a Fundação Victor Civita é uma entidade que já tem mais de 20 anos e, desde a sua criação, tem a missão de contribuir para a melhoria da educação básica no Brasil. Ela tem uma série de projetos relacionados à educação, sendo que, dos dois mais conhecidos, um deles é o prêmio “Educador Nota 10”, que eu vou falar um pouco mais hoje, e a revista Nova Escola, que quem é da área de educação conhece muito bem.

A revista Nova Escola é uma revista voltada para o educador brasileiro, tem o objetivo de auxiliá-lo nas suas atividades de sala de aula e que, surpreendentemente, é a segunda maior revista deste país. É surpreendente que, num país como o Brasil, com ainda tantas deficiências na questão educacional, a gente tenha uma publicação que seja tão grande. Outra iniciativa da Fundação é o prêmio “Educador Nota 10”, que, até para as pessoas conseguirem ter a noção da magnitude dessas professoras que estão aqui presentes, eu vou contar um pouco como funciona esse processo do prêmio. Os professores de todo o Brasil realizam projetos didáticos com seus alunos, e aqueles trabalhos que foram realizados, que possuem objetivos mensuráveis, que atingiram os objetivos – e, aí, entenda-se

objetivos totalmente relacionados à aprendizagem de seus alunos. Os professores registram esses trabalhos e enviam para a Fundação Victor Civita. Durante quase dois meses, senador, nós ficamos com quinze especialistas, das mais diversas disciplinas, avaliando criteriosamente todos esses trabalhos. E dos quase quatro mil trabalhos que chegam para nós, nós selecionamos dez. Dez trabalhos que são os trabalhos que são considerados dos professores nota dez, e esses professores são levados para São Paulo, em outubro, na semana do dia dos professores, onde nós realizamos uma grande festa para homenageá-los, uma grande festa para homenagear o professor brasileiro, para homenagear a educação brasileira. Essa premiação, ela tem três objetivos principais. O primeiro deles é coletar experiências, boas experiências, que possam ser disseminadas para todos os professores do país, através da revista Nova Escola, através de programas de TV, através de DVDs que são distribuídos para todas as secretarias municipais e estaduais do país, com o objetivo de que essas experiências sirvam como referência e possam ser replicadas em outros lugares. O segundo objetivo é nós, da Fundação Vitor Civita, conseguirmos fazer um diagnóstico bastante preciso da situação da educação brasileira e, com isso, guiar as nossas atividades do ano seguinte. E o terceiro objetivo, que é o principal, é contribuir para valorizar o bom professor. Então, eu acho que já é claro para todos, principalmente para esta Comissão, que o único caminho para o desenvolvimento do nosso país é a educação. E é muito claro para a Fundação Victor Civita, desde a sua criação, que, para ter uma boa educação, a gente precisa ter um bom professor e o professor valorizado pela nossa sociedade. Então, nós levamos muito a sério essa idéia de valorizar e homenagear os professores nota dez. O objetivo de ter trazido os professores aqui é um pouco, também, nós que estamos nessa área de educação, muitas vezes somos bombardeados por estudos, teorias, estatísticas, e, às vezes, a gente fica um pouco longe, ali, da ponta, do professor que está no dia-a-dia. Então, é conseguir coletar um pouco o depoimento desses professores, para saber um pouco, no dia-a-dia, o que os aflige e o que os felicita.

Antes de passar a palavra novamente para o senador, eu trouxe, aqui, um videozinho, de menos de dois minutos, que vai servir para mostrar para os senhores um pouco mais o que é essa festa. O vídeo é muito rápido, e acho que vai servir, também, para as professoras relembrem um pouco esse dia tão especial.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Antes de passar o vídeo, eu vou

pedir para o Senador Augusto Botelho que assuma a Presidência, em função de... [risos] hoje é aquele dia em que nós estamos é... cada um tentando estar em vários locais ao mesmo tempo. E tem uma situação que envolve o meu Estado, o município de Alvorada, que é na região metropolitana, que é o mais baixo IDH do Rio Grande do Sul, Dr. David. E há uma ameaça de novo ciclone sobre a região metropolitana, nesse final de semana. Torcemos pelos ventos. Que os ventos nos ajudem para que vá para o mar. Em razão disso, eu estou buscando apoio federal. E, nesse meio tempo, enquanto eu trabalho essa questão, meu querido colega, amigo, companheiro Augusto Botelho, lá da sua distante Roraima, né, preside a seqüência da reunião. Eu peço licença e desculpas por ter de me retirar nesse momento, mas espero, ainda, continuar acompanhando o final da sessão. Fiquei, me senti muito privilegiado em poder recebê-los aqui, como membro titular da Comissão de Educação, e poder cumprimentar a Editora, pela iniciativa e pelo privilégio de estarmos aqui, de ter estas representantes da base da educação brasileira, a base da formação da educação brasileira, que está nas mãos destas profissionais que receberam a nota dez, que é a mais almejada por todos nós, em qualquer situação onde nós estivermos, assim, disputando. Imagine num concurso nacional, né, o significado para as suas vidas e para aqueles com os quais elas trabalham, o que elas podem produzir em nível de exemplo, inclusive, regional, local, o significado futuro que este ato pode promover e as transformações que elas poderão provocar, a partir deste evento que a Fundação está promovendo em nível nacional. Então, ao cumprimentá-lo, passo a Presidência ao meu querido colega e companheiro Augusto Botelho, para que o trabalho possa ter seqüência. Agradeço a compreensão de todos e abraço Irandez, em nome de todas as homenageadas. Muito obrigado.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Bom dia a todos. Gostaria de dizer aos senhores conferencistas que esta sessão será transmitida pela TV Senado. Posteriormente, é possível que entre também ao vivo. Então, a experiência das senhoras e dos senhores aqui será multiplicada, certamente. Então, é a oportunidade que nós temos de divulgar no Brasil todo. A TV Senado é ouvida em todo o território nacional. Basta dizer que lá em Roraima, no meio da floresta, eu chego lá, tem uma antena parabólica, e as pessoas conhecem a TV Senado. O senhor já? Agora vamos ver o vídeo do David Saad, que continua com a palavra.

[apresentação de vídeo.]

Momentos do prêmio “Educador Nota 10”, que aconteceu em outubro de 2007.

>> É o dia em que nós selecionamos quatro mil projetos do Brasil inteiro e indicamos quem são aqueles dez professores que realmente fazem um trabalho com motivação, de forma apaixonada, e conseguem ensinar seus alunos, apesar de todos os obstáculos. Esse dia nós trazemos esses dez professores aqui, para São Paulo, que participam dessa bonita festa na sala São Paulo, e escolhemos, dentre esses dez, o educador do ano.

>> É a vontade de cada um de nós fazer diferente e fazer a diferença na sala de aula. Apesar de todas as dificuldades e problemas que a gente sabe que existem, é compromisso nosso tentar dar aos nossos alunos condições de uma vida melhor, através da educação.

[palmas.]

>> Educação é tudo, e o nosso futuro depende de termos uma boa educação, de oferecermos a boa educação para o ensino básico, para o ensino fundamental.

>> E o mais importante é mostrar para os nossos alunos, dentro das escolas públicas, que eles têm condições, eles têm capacidade e, o mais importante, eles podem e podem sonhar que eles vão ter muito sucesso.

>> Acho que é importante. Têm que haver outras formas de valorização e fazer o professor participar mesmo desses projetos.

>> Este que é quem mais faz pelo futuro do país. Não há nenhuma outra categoria profissional tão importante quanto o magistério para o futuro das próximas gerações.

>> Somos todas educadoras nota dez, e também, no Brasil, devem existir milhares de educadoras nota dez. A diferença entre nós e essas outras “profes” é que elas ainda não divulgaram o seu trabalho. Certamente, no dia que divulgarem, também serão reconhecidas como nós.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Quer fazer alguma consideração?

SR. DAVID SAAD: Só queria considerar, acredito que deu para notar que é uma grande festa. A gente faz a festa na Sala São Paulo. No ano passado, a gente teve a presença do Ministro, como vocês viram. Também teve a presença do Governador e Prefeito de São Paulo, e mais de 60 Secretários de Educação também estiveram presentes na premiação. Então, uma premiação muito bonita. Este ano ela vai acontecer no dia 13

de outubro, e, certamente, os membros da Comissão serão convidados a participar dessa festa conosco.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado. Nós vamos seguir, aqui, a seqüência da agenda. Professora Bernadete Rocha da Silva, da Escola Municipal Francisca Aragão, de Rio Branco – AC. A senhora tem dez minutos, com prorrogação. A campainha toca automaticamente, não vá se assustar, hein? Quando faltar um minuto.

SRA. BERNADETE ROCHA DA SILVA: Como eu já fui apresentada, eu sou a professora Bernadete Rocha da Silva, de Rio Branco – AC. Trabalho na educação infantil há onze anos. E essa é a minha, tem sido, esse tem sido o meu ofício, muito antes de participar do prêmio. Eu saúdo a todos por estarem aqui, todos os convidados, todos os membros da mesa, minhas colegas professoras, que estão aqui, hoje, para passar um pouco da experiência que nós desenvolvemos na sala de aula. Eu desenvolvi o projeto chamado “bichos esquisitos”. Um nome bem sugestivo, que, *a priori*, as pessoas ficam imaginando, dá essa idéia de: “O que será esse projeto?”. Uma pesquisa sobre os insetos, com 31 alunos, na idade de seis anos, na pré-escola. Nesse projeto, nós tínhamos a pretensão, e conseguimos atingir os objetivos, de: promover a reflexão sobre o sistema de escrita, a partir da escrita de lista de nomes dos insetos e outras atividades desafiadoras; ensinar a pesquisar em diferentes fontes, tais como revistas, livros, sites, entre outros; alimentar a curiosidade das crianças, incentivando o modo próprio de pensar e falar, e, sobretudo, a ampliação desses conhecimentos. Esse foi o ponto de partida: foram as idéias que as crianças já tinham sobre os insetos. Mas a nossa pretensão era: ampliar os conhecimentos delas e promover situações para a observação do comportamento de pequenos insetos; levantar perguntas sobre os insetos; informar-se; testar hipóteses; entre outros.

A idéia básica do projeto é a pesquisa. As crianças, eu entendo que as crianças, desde muito cedo, mesmo muito pequenas, com idade inferior a seis anos, elas são capazes de fazer pesquisas, sim, na pré-escola. E, infelizmente, o vídeo não está sendo passado, porque ele dava uma idéia melhor do projeto. Mas, nessa pesquisa, nós desenvolvemos todos os passos para a... de uma pesquisa mesmo, de uma pesquisa científica. Nós contamos com a ajuda de um profissional, de uma bióloga. Porque o professor, ele não deve ter a pretensão, e ele não sabe tudo. Mas ele tem que ter essa capacidade de buscar ajuda em outros profissionais, seja na própria escola. Ele tem que ser, sobretudo, um pesquisador; ele tem que aprender para ensinar. E foi isso que nós fizemos. Contamos com muita ajuda na escola. Nós buscamos ajuda de

profissionais para fazer uma pesquisa, mesmo, entomológica. Nós selecionamos dez insetos para estudo. Nós estudamos as características desses insetos: o seu habitat, a alimentação e vários outros aspectos relacionados a eles. Esses insetos eram insetos próximos da realidade das crianças. Porque eles teriam que ter acesso a esse objeto da pesquisa. E o nosso objetivo, no final, é que eles construíssem. O produto final desse projeto seria a montagem de um museu, de um “insetário”, que seria para estudo posterior na escola. Nós desenvolvemos esse trabalho indo a campo, pesquisando os insetos *in loco*, no seu habitat natural. Coletamos esses insetos, observamos os insetos e montamos esse “insetário”. Em todas essas etapas, as crianças foram atuantes, estiveram participando de todas as etapas. Elas fizeram, construíram esse projeto e compreenderam, com isso. A partir da pesquisa, elas, paralelamente, elas desenvolveram a leitura e a escrita. A partir das pesquisas, também em livros. Mas como crianças de seis anos podem pesquisar em livros, revistas, sites? Elas são capazes de fazer, de construir conhecimento, de elaborar hipóteses, que muitas vezes nós, adultos, não conseguimos acompanhar. E elas foram capazes de fazer isso, mesmo não sabendo ler. E, com isso, desenvolveram a leitura e a escrita, que era um dos propósitos, não o principal, mas um dos propósitos, também, do projeto. E todas, no final do projeto, elas conseguiram avançar no processo de leitura e de escrita. A grande maioria das crianças saiu da escola alfabetizada, e as que não conseguiram já, como nós dissemos, já estavam meio caminho andado. Já estavam em processo bem adiantado, para que, no ensino fundamental, pudessem estar efetivamente alfabetizadas. Por que elas teriam? O propósito da leitura e da escrita no projeto é para que elas vissem sentido nessa escrita. Para quê escrever? Para registrar as descobertas da pesquisa. Para quê ler? Ler para buscar informações para pesquisar. Então, nós fizemos esse trabalho. Contamos com o apoio da escola, né, das pessoas da escola. A escola se envolveu como um todo, os pais tiveram participação também nisso, incentivando os filhos. A gente sabe que, sem essa participação da família, fica mais difícil a gente atingir os objetivos pretendidos. E os conteúdos que foram ensinados, como eu falei: as características da vida de alguns insetos, os procedimentos de observação e registro para a pesquisa, classificação dos insetos e seus nomes científicos. As crianças construíram fichas com todas as características dos insetos, que nós organizamos num livro com os nomes científicos. Elas passaram a ter o entendimento desses insetos, passaram a denominá-los pelos nomes científicos. Quando elas viam, elas denominavam pelo nome científico. Tinha

uma criança muito pequena, e era muito interessante que ele, o piolho foi um dos insetos que nós estudamos, e ele já dizia sempre, não se referia mais a piolho, mas *Pediculus humanus capitis*. Então, era muito interessante ouvi-los a aprender essa linguagem, que era uma linguagem científica, que, muito provavelmente, ele teria acesso somente na escola. Então, essa ampliação... a grande sacada, como muitos dizem, né, do projeto, é entender que as crianças são capazes, entender que elas são capazes de construir conhecimentos, mesmo muito pequenas. É acreditar nisso. Não é porque são crianças pequenas que nós precisamos minimizar o conhecimento, precisamos tratar de uma forma superficial. E nós aprofundamos o estudo. Elas aprenderam práticas de leitura e escrita, como eu já falei. Ler para buscar informações específicas e escrever para registrar as descobertas. A classificação científica dos insetos. Isso tem um valor para a vida da criança que ela vai seguir nesse... aprendendo, mesmo no ensino fundamental, e ela vai despertar para a questão da pesquisa. Porque eu acredito que hoje nós vivemos num mundo de informações, e as informações nós conseguimos ter acesso. Muitos não têm, mas a grande maioria tem acesso à informação. Mas aprender a lidar com essa informação, que é a grande questão que o professor tem que trabalhar: ensinar a pensar. As informações, por si só, elas não vão garantir uma aprendizagem, mas possibilitar que os alunos aprendam a pensar. E nós temos visto muito isso se perdendo nas escolas, não é? E pode ter pergunta no sentido de entender. E o que diferencia esse projeto de tantos outros que foram feitos, que são feitos nas escolas, que eu tenho certeza em todas as partes do Brasil? É, como eu já coloquei, a profundidade com que nós tratamos o assunto e acreditando na capacidade das crianças e oportunizar a pesquisa, o acesso à linguagem científica, que é o papel da escola. É um pouco o resgate, mesmo, do papel da escola. É a valorização do conteúdo, mesmo. Porque é esse conteúdo que vai instrumentalizar o aluno, para que ele tenha conquistas na sociedade. E nós vemos muito se perder nas escolas, hoje, a questão do conteúdo. Eu não defendo, aqui, uma escola “conteudista”, mas que nós tenhamos essa valorização. É esse conteúdo trabalhado, estudado, pesquisado e aprofundado, nas escolas, que vai garantir uma educação de boa qualidade. Porque a qualidade nós podemos classificar também— [soa a campainha].

E também acreditar na possibilidade das crianças de aprender. Essa é a grande questão que nós suscitamos no projeto e queremos que seja esse o exemplo para os demais professores. Esse é o propósito da iniciativa da Fundação Victor Civita, de possibilitar que

nós formemos uma rede que possa disseminar essas idéias, e que outros professores tenham os projetos aqui apresentados e outros, muitas outras idéias, que são disseminadas pelo Brasil inteiro, como boas idéias que podem ser aproveitadas na educação. É isso. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado. O tempo aparece, ali. E a gente vai dar mais cinco minutos. Não precisa as senhoras correrem para fazer a exposição. Podem falar à vontade para raciocinar. Agradecer a presença do Senador Paulo Duque, que chegou agora. Com a palavra, a próxima, professora Fátima Regina dos Reis Ribeiro, professora da Escola Municipal Padre Donato, de Itajubá – MG. Com a palavra, a professora.

SRA. FÁTIMA REGINA DOS REIS RIBEIRO: Bom dia a todos os presentes. É um prazer estar aqui. A minha história é uma história feita com muitos autores. Eu fiz um projeto, com os meninos, de contos. O próximo, por favor. Foi desenvolvida em 2006, com uma turma de quatro anos. Nessa fase, eles me perguntam assim: “Por que trabalhar leitura e escrita com os meninos, sendo que eles nem sabem ler e escrever ainda?”. Aí eu respondo: “Eles não sabem ler convencionalmente. Eles não fazem decodificação de sílabas, nem de letras, mas eles têm interesse pelo que acontece na leitura e na escrita”. E o meu foco principal foi exatamente isso: o uso dessa escrita na sociedade. Uma prática significativa. Para quê ler? Para quê escrever? Porque muitas coisas que são, às vezes, trabalhadas na escola nem sempre nos faz sentido, nos importam. Então, se o menino quer aprender a ler e escrever, nós vamos dar o pontapé inicial. Eu desenvolvi o projeto para contribuir com a alfabetização da nossa escola, que eu acredito que seja assim a realidade de muitas outras, com alunos que chegam até, às vezes, quase no final do primeiro ciclo do ensino fundamental sem ler convencionalmente ou sem escrever convencionalmente, por acreditar que essa leitura e essa escrita são importantes, mesmo sem saber ler, as crianças estarem alfabetizadas. E mostrar que, como a Bernadete disse, as crianças podem muito, desde que se acredite nelas. Quando você minimiza, quando você deixa para trás: “São só crianças, não vão entender mesmo”, nós deixamos de produzir pessoas, deixamos de produzir cidadãos. Foi a característica dos contos, também, dentro do conteúdo, que eles gostassem de ouvir histórias, que há diferentes maneiras de escrever uma mesma história e recuperar a sequência dos acontecimentos. Pudemos, também, valorizar, o trabalho em grupo, porque não foi um livro para cada um. Eles tiveram que trabalhar em equipe. Os livros foram produzidos, como eu já disse, sem eles sabe-

rem escrever. Então eles diziam assim: “Mas como saiu o livro se eles não escreveram?”. As histórias, os contos estão dentro da gente. Eles tiveram ajuda. Nós, adultos, que trabalhamos nesse projeto, fomos, assim, auxiliares. Nós fomos os escribas. Registramos as idéias que as crianças tinham. E as diferenças da linguagem. Porque, eles, com esse projeto, eu procurei mostrar que nós falamos e escrevemos de acordo com a necessidade e a situação. Hoje, aqui, eu estou usando uma linguagem que, necessariamente, eu não estaria se estivesse falando com a Vânia numa salinha reservada, como até nós conversamos com o David agora há pouco, e com os meninos é outra... Então, infelizmente, nós temos uma linguagem padrão, que é culturalmente reconhecida e que os meninos devem, desde cedo, saber que isso existe. Nós valorizamos as linguagens regionais, valorizamos a linguagem que o menino tem na sua comunidade, mas mostramos que nós temos que aprender essa linguagem padrão, que faz com que eles tenham acesso a qualquer conhecimento, a qualquer informação.

Do universo infantil, foram escolhidos os contos, porque faz parte, eles gostam de ouvir história. Eu escolhi “A pequena sereia”. O trabalho foi desenvolvido em etapas. Eu fiz uma apresentação para os alunos, ou seja, eu fiz uma proposta e, depois, apresentei para os pais todos os objetivos, tudo o que deveria ser cumprido. Porque, quando nós começamos o trabalho, eles tinham consciência que seria um trabalho duro e que nós não poderíamos parar no meio do caminho, nós teríamos que cumprir todas as etapas até termos os livros. Mas, para os meninos, o importante era isso. O livro não era para a professora, o livro era para que eles pudessem ler para os pais, ler para os colegas e deixar na nossa biblioteca. Seriam parte do acervo da sala. Foi feita uma avaliação. Os contos, o registro de todas as informações dos contos que nós fizemos, até chegarmos na produção, que foi o reconto. Fizemos uma revisão textual. Aí brinca, assim: “Nossa, revisão textual com alunos de 4 anos?”. Foi, eu acredito, que o ponto principal de todo o trabalho. Foi nessa hora que os meninos começaram a falar assim: “Não, se nós vamos escrever um livro, não pode ser escrito dessa maneira”. Algumas situações têm que ser preservadas, outras têm que ser melhoradas, porque, quando eles contam, eles colocam assim: “E aí... a sereia fez isso... E aí a sereia fez aquilo outro”. E, quando eles vão falar no livro, no livro não tem escrito “aí”. Qualquer livro de histórias não tem “aí”. Você usa outros elementos, outras palavras para dar essa continuidade. Então, eles começaram a perceber isso. Sem contar que eles queriam usar justamente as palavras que tinham significado na história. Tinham algumas palavras

como, relacionadas à água, à superfície, à poção, que eram necessárias, faziam parte do contexto da história. E essa recuperação foi feita exatamente nesse ponto. Então, eu acredito que o ponto alto do trabalho foi essa revisão textual. Fizemos a organização do livro. Apresentamos. Fizemos uma nova avaliação, tanto dos alunos como do meu trabalho. Porque eu acredito que a avaliação serve exatamente para isso: para você retomar situações, mostrar para você o que é que você fez de bom, e esse bom, com certeza, sempre pode ser melhorado, e mostrar as falhas e o que a gente pode fazer para não acontecer de novo. Porque, apesar de repetir, às vezes, as experiências com outros alunos, são alunos diferentes. E isso não vai nos dar outras situações. Então, nós temos que estar preparados para isso. A sustentabilidade do meu projeto se deve aos pais, que me acompanharam desde o início e me deram apoio. Apesar de alguns acharem que era loucura: “Onde já se viu, meu filho nem sabe ler!”. Mas eles estiveram juntos. A escola, que confiou no meu trabalho, que acreditou no que eu faço. Da avaliação, principalmente, tanto dos alunos como do meu trabalho, com relatórios a cada atividade planejada, e da fundamentação teórica. Eu penso que qualquer coisa que façamos tem que estar sustentada em alguma coisa que nos dê a viabilidade e que faça dizer assim: “Não, eu estou certa por conta disso, disso e disso”. Na minha terra, a gente tem que saber assim: “Donco vim, donco tô, ponco vô”. Porque é isso que faz a gente saber o que está acontecendo. A fundamentação teórica é mais importante, porque nos abre caminhos para discutir melhor, para entender melhor e para buscar mais. Eu penso assim: “Hoje, com o que eu tenho em termos de aprendizado, eu quero aprender mais”. Você toma consciência de que a gente sabe muito pouco. Meus alunos conseguiram, com o projeto, se sentir à vontade para escrever. Hoje, se alguém chegasse para eles e falasse assim: “Você não sabe”. Elealaria assim: “Então, vai escrevendo que eu vou ditando para você”. Ele sabe a direção da escrita, que nós temos uma convenção de escrita e leitura, usam estratégias. Porque muita gente pensa que é só juntar letrinha, muito pelo contrário. A leitura, ela convém usar outros tipos de estratégias que faz com que a gente reconheça. Nós fazemos isso o tempo todo sem nos darmos conta. Às vezes, vocês lêem, assim, um título e falam assim: “Isso fala disso”. Vocês estão fazendo uma inferência. Isso os meninos fazem. Quando eles batem o olho no livrinho: “Fala disso a história”. Mesmo sem saber ler. E usam letras para escrever. Começaram a entender que ler, letra é diferente de desenho. Pode passar, por favor. Os livros foram, o interesse foi aumentado, isso não precisava nem dizer. Ampliaram

o seu vocabulário. As crianças, como diz, começaram a falar chique, como eles diziam, né? Falavam assim: “Mas, isso não é assim que pronuncia”. Era muito interessante. E trabalhamos, também, relacionado a outros currículos: a linguagem oral; a natureza; a sociedade; numeração. Pode passar.

Os conceitos de tempo e espaço; desenho, a parte das etapas de desenho; percepção visual; o jogo simbólico. Tudo isso foi trabalhado durante o projeto. O foco foi na escrita, mas tivemos, pudemos contemplar outras situações. Então, eu volto naquele ponto do início: para quem ler e para quem escrever? Aí vem o ensino significativo— [soa a campainha]. O que importa isso para os meninos? Então, eu penso que, nesse trabalho, é... ele cumpriu a função social dele, porque os meninos tiveram um engajamento muito grande. Eles queriam cumprir. “Tem mais um livro para ler? Que dia que nós vamos contar?”. Às vezes, eles eram muito criteriosos, no sentido de avaliar, mesmo. Eu lia o texto como ficou na primeira revisão. Eles achavam que não estava bom, que tinha que retomar, que era melhor fazer de novo, que tinham algumas situações que ficaram faltando. Teve um caso que foi muito interessante, que eu tinha feito, no começo do ano, um trabalho de... com animais do mar, né? E os meninos queriam colocar que a sereia encontrava todo mundo. Eles fizeram uma lista de duas páginas de todos os peixes. Eles queriam mostrar todos os peixes que eles conheciam. E uma situação também interessante que aconteceu, na apresentação, que, quando eles liam o texto, por exemplo, eles liam assim: “E a sereia foi para a superfície”. Eles paravam para perguntar assim: “Será que ninguém, todo mundo sabe o que é superfície? Porque, se alguém não souber, eu respondo”. Então, eles queriam essa preocupação. E as reescritas foram lidas pelas crianças e foram para o acervo da escola. E, na minha sala, ainda hoje, tem livrinhos que eu mostro para os alunos deste ano. Pode passar.

Eu digo, mais, que, com isso, o que está nessa aprendizagem da escrita ela saiu dos muros da escola. Porque, à medida que os livros foram para a casa, os pais tiveram que ler mais para os seus filhos. Eles exigiam mais. Eles não são mais quaisquer leitores, que querem ouvir qualquer coisa. Eles querem muito mais. Pode ir.

Então, eu coloco, se a prática educativa tem a criança como um dos seus sujeitos, não há diferença, não há separação entre o cognitivo e o afetivo. É só uma relação prazerosa de conhecer o mundo. E isso não foi eu quem disse [risos]. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado, professora. Seguindo a nossa ordem, agora, a palavra vai ficar com a pro-

fessora Iranez Ponsoni Martins, professora da Escola Municipal Fundamental Ângela Pellegrini Paludo, Nova Prata – RS. A palavra com a senhora, professora.

SRA. IRANEZ PONSONI MARTINS: Bom dia a todos. Eu desenvolvi um projeto na Escola Ângela Pellegrini Paludo, que se chamou “Quero que você leia e escreva”. E o grande objetivo desse projeto era justamente que os alunos lessem e escrevessem. Mas lessem o quê e como e escrevessem o quê e como, também? Como eu sabia que, nas séries anteriores, eles não tinham trabalhado com produção, leitura e produção de textos de opinião e argumentativos, eu procurei montar cinco práticas para desenvolver, nos meus alunos, a capacidade de argumentar e de defender as suas idéias. Foram cinco práticas, como eu já falei, e nós começamos todo o trabalho com o texto “Vão-se os anéis”, que abordava o caso do menino João Hélio, que havia sido morto por bandidos no Rio de Janeiro, toda aquela tragédia que foi. Então, eu levei um texto para a sala, onde contava essa situação toda. Junto ao texto, eu coloquei a opinião de dois leitores sobre o fato. Os alunos já sabiam do que tinha acontecido e eles tiveram, depois disso, a oportunidade de expressar oralmente e por escrito a opinião deles sobre o caso João Hélio. Todas as opiniões produzidas foram revisadas por mim, para que os ajustes necessários fossem feitos e aquilo que eles tinham escrito ficasse interessante de ler e legível. Depois disso, eu convidei os pais para que eles respondessem. Os alunos foram para casa com uma perguntinha que devia ser respondida pelos pais: “O que deve ser feito para diminuir a violência no Brasil?”. Cada pai deu a sua opinião, que foi transcrita pelos filhos na sala de aula e expostas em um painel na escola. Todas as opiniões dos alunos ficavam expostas nos corredores, na sala dos professores, às vezes, na própria turma, para que outras pessoas também lessem aquilo que eles tinham escrito. Se o objetivo era mostrar a opinião deles, era preciso que as pessoas também lessem. E, aí, chegou o momento que as minhas colegas diziam: “Bá, Iranez, os teus alunos estão escrevendo direitinho, eles estão escrevendo de uma forma interessante. Como eles escrevem bem!”. Por que é que aquilo que estava lá exposto chamou a atenção pela forma como estava escrita? Porque os alunos já tinham lido, já tinham revisado os seus textos. Então, quando foi para o mural, o material já estava ok, não precisava de mais ajustes, os textos já estavam bons. Depois disso, eu ofereci para eles um recorte de jornal com a opinião de diferentes leitores sobre o mesmo tema. E o tema era: a redução da maioridade penal pode ser uma alternativa para diminuir a violência no Brasil? Muitos não sabiam o que era a redução da maioridade penal

e eles acabaram confundindo, assim: “Ah, então, se baixar de 18 para 16, eu posso fazer carteira de motorista. Eu posso parar de estudar. Eu já me mando e tal”. Então, foi um momento para esclarecer para eles que reduzir a maioridade penal era um outro assunto, e não tinha nada a ver com eles estarem tirando carteira de motorista e tal”. Quando isso ficou claro, eles puderam expor a opinião deles, novamente, sobre essa questão. Aí, eles foram se manifestando de forma oral, depois escrita. Na verdade, as cinco práticas correram assim: lê, discute oralmente, escreve e revisa. Essa foi a primeira prática. As opiniões deles sobre a redução da maioridade penal também foram expostas. E, depois disso, foi a vez de pedir um texto sobre a violência no Brasil. E, aí, eu não tive problemas com os alunos dizendo: “Eu não tenho idéias”, “Eu vou escrever sobre o quê?”. Eles já tinham o texto “Vão-se os anéis”, tinham a opinião dos pais, tinham a opinião dos leitores do jornal *Zero Hora* e tinham as opiniões deles, de onde eles podiam tirar as idéias. Os textos foram escritos, revisados por mim. Foram feitas duas reescritas coletivas na sala de aula, com os textos mais problemáticos, sem a gente colocar o nome, para não melindrar aluno nenhum. Alguns se sentem à vontade em ter o seu texto exposto na sala para ser melhorado, outros não. Então, o melhor, aí, é deixar sem o autor, para que os alunos fiquem mais à vontade e consigam trabalhar melhor. Depois da reescrita coletiva, cada aluno fez o seu texto de forma individual, que foi novamente analisado por mim, para ver se eles tinham realmente feito os ajustes que eu tinha pedido no primeiro texto ou se era apenas uma cópia. Mas, para minha alegria, eu percebi que, assim, a grande maioria dos alunos já estavam fazendo os ajustes.

A segunda prática, seguindo esse assunto que a gente estava trabalhando, foi sobre como coibir a violência nos estádios de futebol. A partir desse momento, eles entraram em contato com uma palavra nova, ampliaram o vocabulário, que era a palavra “coibir”. Eles não precisaram ir ao dicionário para descobrir o que é coibir, porque eles tiveram, pelo texto, pelas opiniões, eles entenderam que coibir era “restringir, diminuir, evitar”, enfim. Novamente, eles leram diferentes opiniões sobre essa questão. Produziram as suas, que foram revisadas e passaram para uma produção de texto. Essa foi a segunda prática. Na terceira, eu levantei a questão, também com diferentes opiniões sobre esse tema, que todo sábado sai na *Zero Hora* e eu aproveito para levar para os alunos. A questão na terceira prática foi: o Brasil tem condições de ser sede da Copa do Mundo de 2014? Aí, pelas opiniões que eles tinham lido, eles começaram a produzir as próprias. Alguns se mostraram contra, outros a favor. Os profes-

sores da escola, nesse momento, foram convidados a produzir as suas opiniões. O painel ficou exposto na sala dos professores, no primeiro momento, depois, foi para a sala de aula. Assim, os alunos tinham três grupos de opiniões: as que eles tinham feito, as dos professores e as dos leitores de ZH. Com esses três grupos de opiniões, eles montaram um paralelo, com argumentos contra e a favor do fato de o Brasil ser sede ou não da Copa em 2014. Depois desse paralelo, eu pedi uma produção de texto, onde eles tinham que se manifestar, colocar o ponto de vista deles. Só que, aí, aconteceu um problema, e eu tive que parar o andamento e oferecer uma outra atividade para sanar uma dificuldade dos alunos. O texto estava ficando uma lista, uma lista de argumentos contra, uma lista de argumentos a favor. E foi o momento que eu tive que intervir para ensinar a turma a usar os organizadores textuais, palavras como: “dessa forma”, “além disso”, “portanto”, “então”, para que o texto não ficasse apenas uma lista, uma vez que texto não é lista, é uma organização de idéias. E a organização de idéias se dá pelo uso correto dos organizadores textuais. A quarta prática foi: é possível criar um Pit Bull sem correr riscos? Foi uma das práticas que eles mais gostaram, porque vários dos alunos tinham esse tipo de animal em casa, esse tipo de cão. E eles queriam defender, sim, né? Um dos alunos disse: “Bá! Eu tenho um Pit Bull há oito anos, e ele nunca me deu problema”. Eu, aí, eu coloquei para a turma: “Gente, um argumento bem forte isso aí. Quem é que rebate isso aí?”. Aí a menina levanta e diz: “Mas você não tem bola de cristal e não sabe se amanhã ele não vai atacar. Ter um Pit Bull em casa é sempre um risco”. Embora alguns colocassem que não há problemas, se criados de forma correta, sem que eles sejam agredidos, sem que eles sejam treinados para a briga.

Nesse momento, não houve uma produção de textos, mas sim uma produção de cartas, onde o grupo a favor tentava convencer o grupo que era contra e vice versa. Eles mandavam, um grupo mandava carta para os outros. E, no dia que eu fiz essas cartas, depois que eu havia revisado e entregue para a gente fazer um momento de leitura e entrega de cartas, eu não precisei [soa a campainha] pedir para os alunos: “Gente, façam silêncio! Vamos ler as cartas!”. Cada um levantou a mão, eles abanavam as cartas: “Oh, cadê a minha, onde está a minha?”. Eles sentaram imediatamente e leram com interesse e vontade as palavras que os colegas tinham escrito. O último momento foi com o texto: “Anões aos milhões”, que abordava o fato do projeto do governo que pretende instalar computadores em todas as escolas primárias. Pelo texto, o autor se colocava claramente contra, isso porque o autor do texto dizia

que os alunos têm que escrever, têm que ler, têm que trabalhar com a escrita, e não apenas apertar teclas. Eu até fiquei com o receio de que: “Será que o texto vai influenciar a turma de forma a que todos se coloquem contra?”. E não foi o que aconteceu. A turma já estava bastante amadurecida, e eles não ficaram presos ao texto. Alguns se colocaram contra. A maioria da turma é sim a favor de que as escolas tenham os computadores, para que possam ser feitas as atividades diferentes, então. Mas uma passagem nesse texto veio ajudar a fechar o meu trabalho, a fazer a prática final. Havia uma passagem que dizia: “Escrever para raciocinar e raciocinar para entender o mundo e expressar-se na vida”. A partir disso, eles foram solicitados a cada um produzir a sua opinião sobre a importância da leitura e da escrita na vida das pessoas. Todas as opiniões foram analisadas, revisadas, e nós enviamos para os dois jornais da cidade: o *Correio Livre* e o *Popular*. E eles publicaram as opiniões dos alunos na semana seguinte, o que eles duvidavam, porque eles diziam: “Ah, imagina, ‘profe’, imagina se as nossas frases vão estar no jornal. Eles não vão colocar”. E, para grande surpresa, os dois jornais, na semana seguinte, fizeram uma matéria especial por causa dessa atividade. Eles se sentiram super valorizados.

A prática final foi uma produção de texto sobre a importância da leitura e da escrita na vida das pessoas. E, dos primeiros textos até o último, o amadurecimento da turma, a forma como eles estavam colocando, articulando as idéias, a melhora foi visível. Eu ia para a sala e elogiava os trabalhos deles. Continuei procurando revisar. Primeiro eu olhar os textos, depois, fazer uma reescrita coletiva, depois a individual. Isso tem que ser feito sempre. Não adianta a gente pedir uma produção de texto. O aluno escreve: “Bá, eu não tenho idéias, de onde é que eu vou tirar as idéias?”. Se a gente oferece os instrumentos para os alunos progredirem e monta estratégias que faz com que eles progridam, é muito mais fácil o avanço deles. Não basta eu olhar o texto e escrever: “Você está escrevendo mal, precisa ler mais”. Se eles não têm acesso a esse material em casa, o que eu escrevi não vai fazer sentido nenhum para eles. E eu quero terminar com um verso do Mário Quintana que diz: “O que mata um jardim é esse olhar vazio de quem por eles passa indiferente”. Se nós queremos um Brasil melhor, é impossível se tratando a educação com indiferença. É preciso olhos especiais para as questões que envolvem a educação. É possível, sim, a gente fazer bons trabalhos na sala de aula, com todas as dificuldades que a gente tem. A sala de aula não é um mar de rosas, não é. Existem problemas. Só que, se a gente oferecer estratégias e levar para a sala de aula assuntos que são interes-

santes e que dizem alguma coisa para eles e que faz com que eles se manifestem, porque todas as pessoas gostam de manifestar as suas opiniões, fica bem mais fácil. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado, professora Iranez. A próxima será a professora Vânia Hörner de Almeida, professora da Escola Municipal Procópio Faria, de Vila Rica – MT. A senhora tem a palavra, professora.

SRA. VÂNIA HÖRNER DE ALMEIDA: Bom dia a todos. Eu sou de Vila Rica – MT, uma cidade com apenas 20 mil habitantes. Fica no interior do Mato Grosso. Eu trabalho na Escola Procópio Faria, é uma escola da zona rural que fica situada a 22 quilômetros da cidade. O Estado de Mato Grosso, ele é o segundo maior produtor de gado de corte do Brasil. E Vila Rica não fica fora desse contexto econômico. Só que Vila Rica é uma cidade que tem pequenos produtores que produzem leite, que trabalham com a pecuária leiteira, e o meu projeto é: “A produção de leite e derivados, uma fonte de renda familiar”. E o porquê que eu desenvolvi esse projeto? Foi devido estar trabalhando na comunidade rural, estar inserida nessa comunidade. Os meus alunos são alunos que levantam de madrugada para tirar o leite, ajudam os pais na lida com o gado. E eu sou professora de matemática e sempre ouvia falar a respeito da matemática, os índices, os dados, o Brasil fica em penúltimo lugar. E eu, preocupada com esse contexto de ensinar os alunos de uma forma mais significativa, que eles tivessem esse conhecimento mais significativo, que tivessem uma aprendizagem com significados. Então, por isso que eu decidi trabalhar nesse projeto: “A produção de leite e derivados, uma fonte de renda familiar”. O início do projeto, eu apresentei o projeto aos alunos, o qual todos aprovaram, deram sugestões, né? Por ser um projeto que todos estavam, tinha, de uma certa forma, um certo conhecimento. Eles tinham um conhecimento empírico desse assunto. E o próximo passo foi a coleta de dados. Esse projeto foi realizado em abril de 2006. Então, a partir do dia primeiro de abril, eles começaram a coleta de dados, que foi anotando uma ficha, fazendo o acompanhamento da produção de leite nas suas respectivas propriedades. E eles fizeram, também, no mês de abril, a coleta de dados sobre a produção, a produção de leite e os derivados e também sobre a receita e as despesas que esse gado leiteiro tinha. Porque ele não dava só renda, ele dava uma certa despesa. Será que compensava criar esse gado leiteiro na sua propriedade? E, enquanto eles estavam, cada aluno, na sua propriedade coletando esses dados, em sala de aula eu estava trabalhando com textos, textos que falavam sobre manejo de pastagem, sobre a degradação do solo, que se não tiver

um manejo de pastagem ocorre a degradação, sobre alimentação, aumento da produção. E, geralmente, esses textos, eles contêm muitos números. E a gente foi, partiu para o entendimento desses números. E também está mostrando, também, que a matemática, ela não é só número, que os números, eles não vêm soltos, eles vêm dentro de um contexto. Então, a gente... analisamos esses números. Fizemos... produção de problemas e resolução de problemas baseados nesses textos, produção de textos. Isso, em sala de aula, enquanto eles estavam, em casa, fazendo a coleta de dados. No mês de maio, eles trouxeram esses dados para a sala de aula, e fomos analisar esses dados, onde foram construídos gráficos, gráficos de segmento, gráfico de barra, setor. Trabalhamos porcentagem, juros, razão, proporção, uma infinidade de conteúdos. E esse projeto, ele foi realizado com as turmas desde quinta à oitava série. Ou seja, desde o sexto ao nono ano, todos realizaram a mesma atividade.

As turmas de sétima e oitava não tiveram tanta dificuldade, devido já ter um certo conhecimento dos conceitos matemáticos envolvidos. Então, eles fizeram uma revisão. E os de quinta e sexta série, então, os conteúdos trabalhados tiveram que fazer uma amostragem de todos os conteúdos para eles poderem dar conta de desenvolver a atividade. Então, quando, depois que fizemos a análise dessas fichas, nós partimos para as visitas nas propriedades. Porque, em cada... fomos pesquisar sobre as formas de comercialização do leite na comunidade. E detectamos várias formas de comercialização do leite, onde uns vendiam para o laticínio, outros faziam o queijo, faziam o queijo salmoura, faziam mussarela, desnatava o leite, vendia manteiga, faziam doce de leite, doce de queijo. E, aí, eu lancei um desafio para eles: dessas formas de comercialização do leite, qual é a mais lucrativa? Para eles que têm uma pequena propriedade, qual era a mais lucrativa? E, aí, partimos para as visitas nas propriedades para coletar os dados para saber, de cada forma, os ingredientes que eram utilizados, o valor desses ingredientes para se chegar à forma mais lucrativa. Então, partimos para as visitas, fomos visitar as casas. As casas eram dos alunos mesmo, que produziam esses produtos. Então, fomos ver os ingredientes. Eu vou citar só um exemplo de um, assim, de como foi o problema. Por exemplo, para fazer um quilo de queijo são necessários dez litros de leite, sendo que o quilo desse queijo era vendido a três reais o quilo. Mas isso tem uma despesa, são gastos coalho, são gastos sal. Ou, então, a maioria desses queijos era colocado em salmoura. Então, eles tiveram que fazer o cálculo para se chegar ao valor do litro de leite de todas as formas de comercialização. Então, aí, eles tiveram que... eu

considero, assim, foi a parte que eles... tiveram os cálculos mais pesados. Mas, por eu ter lançado o desafio, primeiro, para eles dessas formas de comercialização do leite na comunidade, qual era a mais lucrativa, a todo o momento que eles estavam calculando, eles sabiam o resultado daquela conta, eles sabiam o que eles estavam fazendo.

Então, foi um ensino da matemática significativo. Não foi um conteúdo matemático, um exercício que estava lá no livro didático solto, que muitas vezes eles nem sabiam para quê. O resultado a que ele chegava ele não sabia para que aquilo teria, se tinha alguma serventia na vida deles. Então, quando eles fizeram esses cálculos, eles sabiam a todo o momento: "Não, deu 28 centavos". Então, esse número 28 tinha um significado para eles. Outra coisa, também, que foi abordado no projeto foi devido a eles terem o leite em abundância nas casas deles, porque todos tinham o leite, né, têm o leite. Será que eles estavam utilizando esse leite para a alimentação? E, aí, nós fizemos, antes disso, nós fizemos estudos sobre a importância do leite na alimentação. As recomendações do Ministério da Saúde. Porque o leite é uma fonte de cálcio, que o nosso sistema ósseo precisa do cálcio para se desenvolver e para manter. Então, pesquisamos sobre... com os alunos, na própria escola, se eles utilizavam o leite na alimentação. E, aí, descobrimos que a faixa etária que menos utiliza o leite são os adolescentes, que é de 11 a 18 anos, eles... É que deu a porcentagem que menos utiliza o leite para a alimentação. E é a faixa etária que mais é recomendada pelo Ministério da Saúde, que eles têm que tomar o leite. Então, eles têm que tomar.

Os dados do Ministério da Saúde dizem que essa faixa etária tem que tomar 700 ml de leite por dia. E é a fase que mais precisa, porque é a fase que o osso está em formação. E foi a fase que nós percebemos que eles menos utilizam o leite. Eles trocam o leite por refrigerante, por sucos. E, aí, eles, de uma certa forma, assim, caíram a ficha. Porque eles tinham isso na casa deles, mas não utilizavam. E, a partir do momento que foram trabalhados esses textos, que eles viram, eles passaram a utilizar o leite. Inclusive, o leite é servido, é a única escola do município de Vila Rica em que é servido o leite, assim que os alunos chegam na escola é servido o leite, todos os dias [soa a campainha]. E, por um acaso ou outro, chega algum dia que falta o leite, eles já sentem falta. Então, foi uma coisa positiva que aconteceu. E, voltando a falar dos produtos de derivados, o que mais foi lucrativo para a comunidade foi a fabricação do doce de leite. Então, muitos passaram a fabricar o doce de leite. E, no início, muitos falavam que era vender para o laticínio que era mais

lucrativo, por ser... eles, de uma certa forma, estavam trocando a lucratividade por facilidade. Porque vender para o laticínio é bem mais fácil, mas não é a forma mais lucrativa. Então, através dos dados, das contas que eles fizeram, eles puderam provar que a forma que mais dava lucro era fazer o doce de leite. E todas as atividades, a todo o momento, cada aluno tinha um dado diferente, porque eles fizeram com base na quantidade de leite da sua propriedade. E era diferente. Então, cada aluno tinha um dado diferente. Porém, no final, chegaram ao mesmo resultado. Então, isso, para mim, deu o maior trabalho, porque eu tive que pegar caderno por caderno, olhar todo o processo. O processo avaliativo foi no decorrer de todo o projeto. Então, eu tive que olhar um por um, corrigir. E não teve aquela coisa de um aluno faz e o outro copia. Então, foi onde eu percebi que o diferencial foi esse. E o livro didático, ele serviu como fonte de pesquisa. Ele não ficou só em cima. Porque, o que eu via, de primeiro, é que o livro didático era a única arma, que, principalmente o professor de matemática vai para a sala de aula, ele não, de uma certa forma, assim, não tem muito tempo, assim, de planejar, então pega o livro didático, ali já está tudo prontinho, com resposta e tudo, leva para a sala de aula e, simplesmente, passa isso para os alunos. E trabalhar com o projeto não. Trabalhar com o projeto, você vai estar trabalhando com dados que ele está trazendo de casa. Os pais estão interessados. Ou seja, faz uma ligação de escola e família. O pai, a todo o momento, está sabendo o que o filho está fazendo na escola, e a escola sabe o que se passa na casa do aluno. Então, a avaliação foi bem, assim, bem significativa, porque eu tive que acompanhar caderno por caderno, aluno por aluno. O aluno que não estava conseguindo acompanhar, eu tive que trazer ele para um outro momento para estar tendo, ficando mais junto com ele. Então, é um trabalho que eu considero, assim, ele dá muito trabalho. Trabalhar com projeto, ele não é fácil. Ele tem que ter o respaldo da escola, da diretora, dos próprios alunos. Os alunos têm que aceitar. Porque, se o professor não tiver esse respaldo, não tiver esse acompanhamento, esse apoio da comunidade, muitas vezes o professor, ele acaba voltando à mesmice. Então, eu acho que isso tem que ser valorizado.

Os diretores e coordenadores da escola, eles têm que dar esse respaldo, essa certa autonomia para os professores. E eu acredito que a educação, ela vai melhorar a partir do momento que o professor for valorizado. Então, a educação, ela acontece na sala de aula. Então, é a partir dali, é dentro da sala de aula que vai começar a melhorar a educação. Então, é ali aonde está a base. E, ali, dentro da sala de aula, está o professor e o aluno. Então, eu acredito que o

professor, ele tem que ser melhorado, desculpa, ele tem que ser valorizado, valorizado como pessoa, ser bem remunerado. A carga horária, eu acredito que a carga horária tem que ser mudada, porque as 30 horas semanais é pouca. Vinte horas em sala de aula e 10 de planejamento é muito pouco. Então, eu penso que isso tem que ser revisto. Então, para que aconteça uma educação com qualidade tem que valorizar o professor dentro da sua sala de aula [soa a campainha]. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado, professora Vânia. Com a palavra... A professora Vânia é do Estado do Mato Grosso, de Vila Rica. Com a palavra a professora Francisca das Chagas, professora da Escola de Ensino Fundamental João Pinto de Magalhães, de São Gonçalo do Amarante, no Ceará. A senhora tem a palavra, professora.

SRA. FRANCISCA DAS CHAGAS: Bom dia a todos. Para mim é uma honra estar aqui debatendo sobre uma questão que muito tem preocupado o Brasil, que é a educação. E eu sou professora da escola, eu desenvolvi o projeto na Escola João Pinto Magalhães, em São Gonçalo do Amarante. Essa escola, ela se situa na zona rural do município. E desenvolvi esse projeto numa turma de 7ª série, na época, e 8ª série, que é oitavo e nono ano, atualmente. Por que eu desenvolvi esse projeto? Meus alunos não gostavam de ler. Eu descobri que eles não gostavam de ler, por isso, não desenvolviam bem a escrita. E, daí, eu resolvi procurar um projeto que tentasse resgatar isso desses alunos. E por que esse projeto “Cordel: rimas que encantam”, que foi o título do meu projeto vencedor? Por que esse projeto “Cordel: rimas que encantam”? Primeiro, eu vou explicar o título. Eu sempre fui apaixonada por cordéis, desde a minha infância. Porque eu tive a minha infância, ela foi uma infância muito bonita, no interior do Piauí, onde os meus avós eram analfabetos, e a gente, sempre, nas férias, ia passar na casa dos avós. E lá eles sempre tinham uma caixinha cheia de cordéis, que ele não chamava cordéis, ele chamava de “rumance”, uma linguagem bem popular, é “rumance”. E ele sempre trazia, como eu e minha prima sabíamos ler, ele trazia os cordéis para a gente fazer a leitura, e, ali, era tão gostoso, na luz da lamparina, no luar, aquela coisa tão gostosa, tão envolvente, tão familiar! E essa saudade bateu.

Então, quando eu resolvi me inscrever no prêmio Victor Civita com esse projeto, já há três anos eu trabalhava na sala de aula esse projeto. Até, depois que eu ganhei o prêmio, muitas pessoas ligaram para mim perguntando: “Por que o cordel? A região Nordeste não é uma região que se caracteriza pelo cordel?”. Ai,

muita gente se engana, aí. O cordel, a cultura popular, ela está sendo, aos poucos, esquecida. Tem um aqui e outro ali, tentando resgatar essa cultura. Uma cultura que a pessoa mostra o que sabe e o que pode fazer. E muita gente se admirava: “Mas o cordel é tão natural daí, por que resgatar o cordel? Por que trabalhar um projeto como esse?”. E, aí, eu fui mostrar para eles que não. Eu fui mostrar para eles que o cordel estava esquecido, não só o cordel em si, mas como outras manifestações, como a “contação” de histórias. Como... É... deu um branco. Eu quero dizer o nome das tradições. Não... Como a “contação” de histórias, a embolada, o repente, todas essas... Isso era esquecido. Eu tenho pouca lembrança da época que eu ouvia, ainda, da época que eu ainda ouvia pouca coisa disso, na minha comunidade. E isso me fez trabalhar esse cordel. Isso me fez criar um projeto voltado para isso. Porque era uma maneira gostosa de o povo se divertir, era uma maneira de o povo se unir nas calçadas, na noite de lua, ao redor de uma fogueira, ao redor da lamparina, do que fosse. Isso muito me preocupava.

No entanto, é tanto importante eu ressaltar, aqui, que, anos depois, eu visitei os meus avós, me bateu, assim, uma saudade muito grande, porque, em vez dos cordéis, uma televisão substituiu. Então, não existe mais. Acabou. Então, eu resolvi trabalhar o projeto por isso. Porque meus alunos não queriam ler, tinham preguiça de ler e, daí, não sabiam desenvolver bem a escrita, por isso. E, aí, escolhi o cordel por isso. Me encantava o cordel. E o meu primeiro passo foi tentar encantar os alunos também com isso. Eu consegui. Não foi difícil. Eu queria que meus alunos diferenciassem a linguagem oral da linguagem escrita, que para eles isso era muito difícil. Por a gente morar numa zona rural, assim, não desvalorizando as linguagens de cada região, não desvalorizando isso, por a gente morar numa zona rural, é... eles são muito presos, assim, às tradições, seja religiosa, seja cultural, mesmo, seja, ali, naquela pequena comunidade, naquele pequeno grupo, eles são muito... muito ligados a isso. E na hora de escrever se torna difícil. Eles usavam muito “aí”. Usavam muito palavras que na oralidade a gente usa, e na escrita não deve se usar. E, aí, nós fomos trabalhar isso. Trabalhar isso de forma que eles fossem mudando o seu modo de pensar e que, ao mesmo tempo, fossem encontrando esse modo de pensar diferente na leitura dos cordéis. E eles também descobriram que os cordéis, eles trazem, assim, uma maneira muito interessante de contar uma história. É muito interessante que o narrador, ele não perde o fio da meada. Ele é capaz de contar qualquer fato, seja ele violento, seja ele amoroso, seja ele qualquer fato que seja, ele é capaz de contar. E, aí, eles acharam isso super interessante. O que é que

eu fiz? Onde eu ia encontrar cordéis? A essa altura do campeonato, onde eu ia encontrar cordéis? Então, nós saímos na comunidade. E eu descobri, também, que a comunidade não conhecia como literatura de cordel, eles conheciam como “rumance”, como eu já falei. Os mais velhos tinham os seus “rumances” velhinhos, guardados nos baús, folhinhas amarelas, rasgadas, alguns costurados. Então, a gente pediu emprestado. Eles quase não emprestavam, porque guardavam isso como relíquia. Mas nós conseguimos resgatar uns 30 cordéis. Deu para trabalhar na sala de aula. E o meu medo era de que, quando eu colocasse esses cordéis na sala de aula, os alunos fossem se recusar a ler também isso, já que não tinham interesse por outros tipos de leitura. Pensei que eles fossem se recusar. Mas, para a minha surpresa, eles não foram. Porque eu já entrei fazendo a leitura como era para ser, tentando mostrar para eles que era gostoso ouvir e ler o cordel. E eles foram gostando, foram pegando intimidade, foram achando interessante, foram tentando produzir só. E, aí, depois que a gente estava com esses cordéis, fomos trabalhar o ritmo, fomos trabalhar as sílabas métricas, fomos transformar textos de cordéis em prosa. E, aí, fomos trabalhando, adaptando o conteúdo a cada série.

E o seguinte passo, outra idéia que surgiu, foi de a gente levar essa idéia fora da escola. Então, nós criamos o cordel ambulante. O que é esse cordel ambulante? Nós fomos levar aos pais, à comunidade aquele momento gostoso de ouvir ou de recitar os cordéis. E nós levamos para a comunidade. Eles pediam que a gente fosse visitá-los. E tinha aquele momento gostoso da leitura. Nós levávamos vários “rumances”, vários cordéis, e eles escolhiam que tipo de tema que queriam. Se eram aqueles temas de amor, que roubava a moça na garupa de cavalo, aquela coisa toda, na linguagem deles, eles falavam. Ou se eram aqueles bem mesmo violentos. E a gente, aqueles que eles escolhiam, a gente fazia isso. Isso era tão gostoso! A gente via, assim, a satisfação na cara deles, mesmo. Eles gostavam de participar. E, nessas nossas visitas, nós descobrimos, na comunidade, também, uma relíquia, uma pessoa que sabia fazer os seus repentes. Mas ninguém da comunidade sabia, a não ser o seu filho, que estudava na mesma sala. Então, é uma coisa que estava oculta. E, aí, nós fomos fazer uma entrevista com ele. E ele foi e citou os seus cordéis. Ele citou os seus cordéis, que sabia de cor, porque ele não sabia ler. Então, ele aprendeu com o pai que recitava para ele, ele foi memorizando e aprendendo. E, aí, a gente gravou. Transcrevemos para os papéis esses cordéis, levamos para a sala de aula e fomos trabalhar a diferença da linguagem oral para a lingua-

gem escrita [soa a campainha]. Isso já foi, assim, um momento que eu já percebi que os alunos estavam gostando mesmo, já estavam se envolvendo mesmo. E, aí, nós fomos, detalhadamente, trabalhando o que não podia ficar na escrita, o que tinha que sair para ficar uma escrita mais pura. E, depois de a gente fazer essas visitas, nós resolvemos, também, fazer um cordel coletivo. E escolhemos vários temas. Um dos temas que os alunos escolheram, escolhido por eles, foi de um aluno da nossa sala, na época, que havia morrido no rio da cidade. Ele havia morrido afogado, e isso, quando foi oito dias depois, que foi encontrado, já estava em estado de decomposição. Então, foi, assim, um tema triste, mas eles também aprenderam que vários temas eram, podiam ser trabalhados em cordel. E, aos poucos, a gente foi, entre lágrimas, entre palavras, aqui, e outras, ali, a gente foi, aos poucos, escrevendo esse cordel. Formamos o livrinho, e esse livrinho, ainda hoje, anda sendo lido pela comunidade. Como ponto quase final, nós fizemos, também, uma noitada. Foi importante relembrar o momento, aquela época antiga. Foi importante isso. Foi gostoso isso! Então, nós não queríamos nada de fluorescentes, de postes, de lâmpadas, nós não queríamos isso.

Então, o primeiro passo nosso foi criar o ambiente, um ambiente bem antigo. Escolhemos uma noite de lua cheia. Divulgamos na comunidade. Trouxemos repentes, repentistas, trouxemos cantadores de viola, que, gente, eu confesso, foi difícil encontrar um cantador de viola. Foi difícil! Eu andei não sei quantos quilômetros para encontrar esse tocador de viola. E eu, conversando com ele, ele me contando que há 40 anos ele tocava viola. Quando ele foi pegar a sua viola, era dentro de um saco amarrada com um nó a boca do saco. E, aí, eu fiquei questionando com ele e, ao mesmo tempo, fiquei, assim, tomei como um momento de reflexão. Hoje em dia, as bandas de forró começam, hoje, lançam uma música, hoje, na mídia, e amanhã ela já está fazendo sucesso, mas por quê? E por que um cantador de viola, um poeta, que já nasce, é nato, ele já nasce com aquele dom, está com a sua viola guardada no saco há 40 anos e ele não faz nenhum sucesso? Por que é que ele deixou de cantar nas praças? Por que é que ele deixou de cantar nas portas das igrejas? Por quê? Porque hoje em dia, para a geração mais nova, outras coisas eles valorizam mais. E, aí, aos poucos está morrendo. Então, nós trouxemos esse cantador de viola. Acendemos lampiões, trouxemos animais, amarramos nas cercas. Procuramos um lugar bem amplo, um lugar, assim, que fosse terra mesmo, nada de praça, nada de cimento, nada. Procuramos, assim, o mato mesmo, assim, bem... que o momento, que fosse, assim, um ambiente bem interessante. Aí, colocamos

esses animais, colocamos os lampiões, trouxemos, assim, aqueles surrões, que eu não sei se vocês conhecem, são, assim, uns sacos bem grandes feitos de palha, muito característicos da região Nordeste. E fizemos fogueira também. Não podia faltar a fogueira, nessa noite de lua. Chamamos... E, outro detalhe, não colocamos nenhuma cadeira confortável, nenhuma cadeirinha branca, dessas de plástico, não colocamos. Nós colocamos banco à moda antiga mesmo, banco de carnaubeira. Colocamos aqueles tamboretezinhas de quatro pernas, fizemos, assim, e, ainda, colocamos um pratinho para que quem gostasse da poesia fosse colocando a moeda. Fizemos tudo a caráter. Então, isso foi um sucesso na comunidade. Foi preciso repetir outras vezes, porque a comunidade realmente aprovou. Agora, os adolescentes era que tinham alguns que ainda... para eles era novidade. Enquanto para outros estavam alimentando a saudade, para aqueles ainda não estavam, era novidade. Não estavam gostando muito da idéia. Então, um dos alunos meus me barrou e disse assim: “Professora – isso no início do projeto –, eu vim aqui – com muita expectativa, né, oitava série na época –, eu vim aqui estudar a língua portuguesa, não foi cordel”. Eu disse assim: “No final do projeto você vai ter a resposta”. E eu não disse nada. Eu deixei que, no final, nos seus relatórios, que eles faziam mensalmente, ela falasse isso. E eu fiz questão de o relatório dela ser o primeiro a ser lido. E, com certeza, o meu objetivo foi alcançado. Com certeza ela descobriu que não se ensina língua portuguesa só no quadro ou no livro didático. Tem várias outras maneiras de se ensinar a língua portuguesa, bem mais interessantes. Também levamos os nossos alunos para a biblioteca da escola. Nós tínhamos alunos que nunca tinham tido acesso a um computador, nunca tinham tocado na tecla do computador, a não ser visto por livros, em livros. E, aí, nós tivemos um contato com a ilha digital, um órgão que há, lá, no nosso município, na sede do município, e marcamos um horário para esses alunos visitarem. E lá eles pesquisaram sobre vários poetas, inclusive da nossa região, Patativa do Assaré. Eles pesquisaram muito sobre Patativa do Assaré e chegaram na sala de aula cheios de novidades para debater. Depois, nós fomos para a biblioteca da escola também. A biblioteca da sede do município também, onde eles pesquisaram, folhearam os livros. O interessante era que eles não esperavam mais que eu pedisse para eles fazerem poemas. Eles mesmos traziam os poemas feitos de casa e pediam que eu olhasse, que eu avaliasse e visse como era que estava sendo desenvolvido o poema. Eles não mais queriam que eu, não esperavam mais que eu passasse, que eu pedisse. E o projeto foi realizado.

O objetivo foi alcançado, porque meus alunos, a cada dia, eles se interessaram mais pela leitura. Porque eu acredito que não há ninguém que não goste de ler. Muitos, na minha sala, falaram que não gostavam de ler, mas eles mesmos descobriram que gostavam de ler. Então, eu acredito que não há ninguém que não goste de ler. O que falta, mesmo, é um acervo que vá de encontro a esses alunos, que vá de encontro à necessidade deles, que vá de encontro ao que eles gostam. Não há ninguém que não goste de ler. Então, as bibliotecas, elas precisam ser mais equipadas, elas precisam ser mais... assim... fornecidas com esse tipo de material, diversificada, mesmo, para que o aluno possa ter, lá, o seu gosto, possa ter, lá, a sua preferência. E, atualmente, também, eu não trabalho na escola, nessa escola, mais, na João Pinto Magalhães. Depois do prêmio, eu fui para outro cargo, fui ser coordenadora pedagógica de outra escola. E, lá, também, eu realizo um projeto de leitura, porque eu acredito nisso. Deixei de realizar o projeto de leitura na sala de aula e fui realizar um projeto de leitura na escola como um todo. E eu acredito que a leitura, ela é a base. A leitura, ela é, assim, a base mesmo. Então, se as autoridades, se a educação é... olhar mais para... estão preocupados, eu sei, estão tentando fazer projetos, estão muito preocupados com... em ampliar as bibliotecas das escolas, mas o que eu acredito é que está sendo a passos lentos. Está sendo muito lento. Eu quero fazer, assim, inclusive, até uma queixa, se vocês olharem a biblioteca, eu nem chamo de biblioteca, a salinha de leitura da minha escola, é penoso. Se eu disser para vocês o tanto de exemplar que nós temos lá, é penoso. Então, nós estamos fazendo um verdadeiro milagre, para poder realizar um projeto muito bom de leitura. Então, só isso que eu tenho a falar. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado, professora Francisca das Chagas. O Ministério de Desenvolvimento Agrário tem uma Arca do Saber, a senhora já conhece esse projeto? É uma estante cheia de livros. As senhoras conhecem o projeto do...? É uma forma de levar livros para a escola. Lá em Roraima estou fazendo um esforço para levar para todas as escolas uma arquinha dessas, que é uma—

SRA. FRANCISCA DAS CHAGAS: Eu aceito doação de livros, deixa aqui que eu aceito [risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Está bem. Então, agora, nós vamos passar para uma outra etapa, que serão as perguntas dos senhores senadores. Senador Paulo Duque, V.E^{xa}. tem a palavra. A seguir, Senador Virginio de Carvalho.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Eu quero dizer, inicialmente, meu caro professor, Sena-

dor Augusto Botelho, que eu não esperava tanto dessa reunião. Foi uma surpresa extraordinária encontrar, aqui, cinco professoras, nenhuma da minha cidade, do meu Estado, nenhuma de uma grande cidade do país e dos Estados mais desenvolvidos, pelo contrário. A Fundação Victor Civita, em boa hora, tomou a iniciativa de criar esta, quase que concurso, quase concurso, envolvendo milhares e milhares de escolas e com tantas professoras de tantos lugares longínquos, perdidos, quase, e que estão aqui. Está aqui o Estado do Rio Branco, está aqui a capital, Rio Branco, né? Sobre inseto, que pesquisa maravilhosa, trabalhosa, não? Itajubá, Minas Gerais. Quem é? Itajubá, Minas Gerais. Também, estou imaginando o trabalho que a senhora teve, professora, com esses meninos. Com quantos meninos desenvolveu o trabalho? Vinte e oito meninos? Três meses? Professora Iranez Ponsoni Martins, a senhora é gaúcha. Estou imaginando, também, professora, a dedicação, o esforço, bem no interior, né, do Rio Grande do Sul. Fronteira? Não, não é, é serra. Professora Vânia. Professora Vânia, pode estar certa de que o Senado inteiro concorda com a senhora quando diz que é preciso valorizar o professor. Pode estar certa. Nós três, aqui, e o Senado inteiro. Pelos pronunciamentos que quase que diariamente nós ouvimos, aqui, no Plenário, foi bom a senhora falar nisso, embora seja professora de matemática, mas foi bom falar. É isso mesmo. Tem que falar. E falar muito, falar para todos, todos os dias. Quem é que não se lembra do seu primeiro professor, quando era garoto? Todo mundo. É bonito ter coragem de dizer. Finalmente, a professora Francisca das Chagas nos deu uma aula. Eu senti que ela se emocionou um pouco. Quem é que não se emociona com isso? Estar salvando um tipo de hábito que está desaparecendo. É como se a senhora tivesse salvando, levantando, reerguendo um costume bem brasileiro, o cordel. Eu me lembro do cordel, sabe por quê? Por causa do Lampião. Naquela época, o que se falava em cordéis a respeito de Lampião. É um costume bem brasileiro que não pode morrer.

SRA. FRANCISCA DAS CHAGAS: Era fonte de informação.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Era fonte de informação. Então, eu já disse, aqui, e, sem temer, repito, aqui, para vocês, a televisão sem dúvida que educa, mas também deseduca muito. A televisão é agradável, traz sonhos, traz música, traz beleza, mas também traz coisas terríveis e entra pela casa da gente. Vou ficar por aqui, não preciso dizer mais nada. Eu me felicito por ter vindo aqui, professor Augusto Botelho, Senador. E, sobretudo, cumprimento a Organização Civita por ter iniciado isso. E, honestamente, só lamento que, do meu Estado, não tenha ninguém, aqui. Não sei

se do Estado do ilustre Senador, ali, tem alguém, aqui. Mas do meu não tem. Mas, na próxima, eu garanto—[risos]. Eu garanto que haverá uma, pelo menos uma professora do meu Estado, da minha cidade do Rio de Janeiro. Aqui nesta... Foi a primeira, mas não será a última, seguramente, não será a última. Porque a Fundação teve tanto sucesso com essa, que vai haver outras e outras reuniões desse tipo.

SR. DAVID SAAD: Senador, fique tranqüilo, que já houve ganhadoras do Rio de Janeiro em vários anos da premiação. Então, pode ficar tranqüilo.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Posso ficar tranqüilo. Estou feliz por isso. Cumprimento as expositoras, foram brilhantes e me ensinaram muito. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTE-LHO (PT-RR): Muito obrigado, Senador Paulo Duque. Com a palavra o Senador Virginio de Carvalho.

SENADOR VIRGINIO DE CARVALHO (PSC-SE): Eu quero aproveitar esse momento para, primeiramente, parabenizar o diretor David Saad, de ter nos proporcionado, também, essa possibilidade de estarmos aqui para participar desse momento que eu acho bastante enriquecedor, não somente para nós, aqui no Senado, mas para todos que acompanham, através da TV Senado. E dizer ao senador que não tem, aqui, nenhum professor do meu Estado, Sergipe, mas tem da minha região, Nordeste. Então, eu estou observando que é mais, aqui, por região. E fiquei muito feliz de ver que, a partir do Norte do Acre, até Rio Grande do Sul, então, que todos procuravam a realidade local para fazer com que enriquecesse a educação da criança, né? E permita-me dizer que, inclusive é uma brincadeira, do inseto até o Pit Bull, não é? [risos]. Foram apresentados, como exemplos, insetos pesquisados lá no Acre e no Rio Grande do Sul, uma ilustração acerca da... uma visão para as crianças, e mostrar, também, como... o perigo sobre a questão da raça do Pit Bull.

Eu sou educador, também, por formação e eu costume dizer que a linguagem é muito importante, ela ser respeitada, para que se aprenda realmente a sua língua, não é? Eu tive a oportunidade de trabalhar como educador em vários países fora do Brasil e também continentes diferentes e eu comecei a sentir, quando eu saí, na verdade, primeiro, a dificuldade que eu tinha com línguas era porque eu não tinha realmente aprendido a língua portuguesa, mesmo com uma formação. Mas ainda não tinha, assim, aquele conhecimento gramatical que se fazia necessário para facilitar a aprendizagem das outras línguas. E uma coisa também importante é que, para valorizar uma pessoa em uma região, é preciso conhecer a sua linguagem. E, daí, eu vejo a importância, e é um momento bem

colocado, aqui, levando para todo o país. Isso deveria ser feito, sei que é feito já, mas poderia ser bem mais massificada essa importância. Porque, às vezes, até nós brasileiros nos limitamos em criticar a linguagem, o sotaque das regiões, mas esquecemos de valorizar, também. Então, por exemplo, a minha conterrânea do Nordeste, quando ela levou os alunos a rever a literatura de cordel, que é também uma coisa que se aprende para aqueles que se formam em Letras, não é? Então, eles dão uma revisada lá, porque é uma das bases para a nossa linguagem.

É interessante que, na Europa, eles costumam, eu fui, inclusive, vice-diretor de uma escola francesa, eles costumam, justamente, levar a criança à sua realidade, mas eles não deixam de treinar as crianças a memorizar, para que isso possa exercitar, então, os seus neurônios, não é? E alimentar os seus neurônios. Eu acho que a leitura de cordel, que era uma coisa que se... era gravada no nosso tempo, era aquela questão. Tudo a gente memorizava, ou, porque não dizer, na linguagem, a gente dizia, tudo faria de cor. Antigamente, dizíamos isso. Então, especialmente na minha região. E isso eles ainda conservam. A criança, ela é obrigada, ela é induzida a aprender versos e muitos versos, para que elas sejam, também, segundo os pesquisadores, assim elas se tornam até melhores alunos da matemática. E eu trabalhei em uma região na ilha de Madagascar, dentro do Oceano Índico, aonde eles acreditam firmemente que os bons poetas são os melhores alunos de matemática, aquelas pessoas voltadas para as poesias. Então, isso é o que eu aprendi lá. Em contrapartida, a gente encontra, hoje, por exemplo, na Ásia, então, formas diferentes de se assimilar na educação, mas que tudo, então, tudo converge ao mesmo, que nós vimos aqui, hoje. Então, para mim, o Brasil, ele é tão extenso que é como se fosse todo um continente.

Eu quero, aqui, parabenizar a professora de matemática, porque, hoje, você mostrou, a senhora mostrou, aqui, uma visão diferente de como interessar o aluno pela matemática. Como ele saber o porquê do número, o que é que significa aquele 28 centavos para ele. Então, não foi somente a questão do laticínio, mas era, na verdade, a senhora queria mostrar o valor, não é, o que significava aquilo. Então, as histórias, como falou a professora de Minas Gerais, também, a questão que muito, que todos nós, eu acho, temos dificuldade na nossa infância do “aí, aí” e concluirmos, também, para como a diferença da linguagem falada e escrita, não é? A língua, o idioma, é aquilo que a gente escreve, mas nós temos uma linguagem, mas nem por isso deixamos de falar o mesmo idioma, o mesmo idioma. Então, assim são as crianças, eles têm a sua lingua-

gem, mas que precisam conhecer melhor. Eu dou assistência, como assistência pedagógica, numa escola para brasileiros no Japão, para formadores de... para pessoas que estão fazendo treinamentos para ensinar as crianças brasileiras naquele país. E existe a dificuldade, justamente pelo contexto de onde a criança vive, da língua japonesa, etc. Então, mas, quando nós respeitamos o contexto local, então, a linguagem local, para ensinarmos a nossa língua, então se torna bem mais facilitado. O mesmo acontece, nós temos, inclusive, uma escola no Timor Leste. E, no Timor Leste, que é uma realidade bem diferente e que eles... ainda querem continuar com o português, mas, ao mesmo tempo, eles são quase que alienados à Indonésia, à língua da Indonésia. Mesmo que eles tenham a sua língua própria. Mas a linguagem da Indonésia ainda que conta muito, e até hoje os indonesianos ainda querem que eles, mesmo na língua deles, aprendam, mas dentro de um contexto da Indonésia, e isso é aquela luta muito grande. Mas, graças a Deus e aos nossos colegas brasileiros que estão lá tentando ensinar o português, mesmo que eles tenham a raiz do português de Portugal, mas isso é uma questão de linguagem, mas a língua termina sendo a mesma. Então, esse momento que nós tivemos aqui de apresentação das diferentes regiões, eu achei muitíssimo interessante porque todos falaram a mesma coisa, mostrando realidades diferentes. Então, o diretor David Saad está de parabéns. E eu sei que tem vários outros professores que participaram. E vocês tiveram a possibilidade de estarem aqui, hoje. Eu creio que todos os brasileiros, todas as brasileiras são bastante reconhecidos. E eu sempre digo uma coisa, eu gostaria que a educação não fosse apenas uma linguagem para campanhas políticas, mas que fosse, realmente, uma linguagem de interesse. Eu fico um pouco preocupado, muitas vezes, quando, tanto que agora, quando estávamos acompanhando a questão das eleições nos Estados Unidos, enviado por esta Casa, eu já fiquei um pouco preocupado, não vou citar nome, por questão ética, quando eu vi uma das candidatas falar sobre educação. E colocou aquilo como para fazer divulgação. Eu pensei: “Mas isso é só para o voto ou realmente quer mudar alguma coisa?”. As questões de educação e saúde têm sido uma arma muito grande para se ganhar votos, mas eu gostaria que ela fosse, fosse um discurso muito mais apropriado para mudar a realidade do nosso país e, porque não dizer, de muitos outros povos, porque educação e saúde é o que mais pode transformar um povo. Educados, teremos melhor saúde, porque também saberemos nos alimentar melhor. Obrigado, porque o meu tempo também está sendo concluído.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BORTOLHO (PT-RR): Muito obrigado, Senador. Eu quero perguntar ao Senador Mão Santa se ele quer... Está bom. Bom, então, eu vou dar uma oportunidade para todos fazerem uma consideração final. Geralmente, a gente dá dois minutos, mas pode usar um pouco mais. Vou começar, pela ordem, ao David Saad.

SR. DAVID SAAD: Uma consideração final rápida. Agradeço a todos por ouvirem esses trabalhos. Reitero o que o Senador colocou de que educação tem que ser a grande pauta nacional, para que o país se desenvolva. Acho que é óbvio que o único canal é a educação e que, se a gente deseja isso, a profissão do magistério, o professor tem que ser uma profissão cada vez mais valorizada, para que a gente consiga atingir esse objetivo. E que, caso alguém tenha interesse em conhecer um pouco melhor esses trabalhos ou outros trabalhos que também ganharam prêmios e as outras iniciativas da Fundação Victor Civita, nós temos um site, que é o: www.fvc.org.br – as iniciais de Fundação Vitor Civita – .org.br, onde vocês vão poder ver todos os trabalhos que já ganharam prêmios nas dez edições, até hoje, do prêmio “Educador Nota 10”. Muito obrigado.

[soa a campanha.]

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BORTOLHO (PT-RR): Professora Bernadete Rocha, Rio Branco – AC.

SRA. BERNADETE ROCHA DA SILVA: Eu gostaria de agradecer, destacar um aspecto, também, do projeto, uma continuidade do projeto “Bichos esquisitos”. No momento, eu estou realizando uma pesquisa com o professor Amauri Bartosesk(F), da Universidade do Paraná, sobre o conceito que a criança tem de inseto. Isso será de grande importância para que se façam livros didáticos, para entender como a criança pensa para poder propor o que ensinar, não é? E eu destaco, mais uma vez, o papel da Fundação Victor Civita nessa valorização do professor, que é uma ação efetiva para a nossa valorização. Que realmente a educação passa por essa valorização, e todas nós temos, com certeza, uma história de fazer diferente, de atuar de maneira diferente, por conta de um despertar para a formação, para a nossa formação continuada. Conversando com cada uma de nós, vocês perceberão isso, que essa nossa mudança de mentalidade vem de uma... de um investimento pessoal em formação-- [soa a campanha]. Não é? E eu destacaria, para encerrar, eu coloco, aqui, também, esse protesto, não é, da maior aproximação das Secretarias com a escola. Nós gostaríamos de ser mais consultados sobre aquilo que vai fazer na escola, do que se pretende, em termos de política de educação, até mesmo na construção dos

prédios públicos que vão dar lugar às escolas. Porque nós que vivemos a realidade lá, nós sentimos, a cada dia, a dificuldade por conta disso. Que sejam respeitados os projetos pedagógicos das escolas, o que as escolas pretendem, até mesmo para a construção dos prédios públicos. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado, professora Bernadete. Com a palavra, a professora Fátima Regina, da Escola Municipal Padre Donato, de Itajubá, Minas Gerais.

SRA. FÁTIMA REGINA DOS REIS RIBEIRO: Eu gostaria de fazer coro com a Vânia da valorização profissional. Mas eu acredito, como eu disse na minha fala anterior, sobre a avaliação, que só vai ser valorizado o professor que se der o valor e fizer o trabalho bem feito. E que não se coloque no mesmo saco, vamos dizer assim, maus profissionais e bons profissionais. Que se saiba separar o joio do trigo e que sejam valorizados esses professores. Que, muitas vezes, as escolas não recebem é... presentes, vamos dizer, assim, livros, não recebem porque lá teve um grau de... de... das pesquisas que não favoreceu. E, de repente, o profissional que está ali, ele foi engolido pelo sistema. Então, que seja... dê essa oportunidade, e é isso que a Fundação tem feito, mostrar o trabalho de cada um. Por exemplo, na nossa região, na minha escola, na minha cidade, eu sou a segunda, né? Então, taxava-se que raio não caía no mesmo lugar duas vezes, e caiu. Então, eu quero dizer só isso, que temos que ser valorizados, mas temos que nos dar o valor também. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado, professora Fátima. Professora Iranéz Martins, de Nova Prata – RS.

SRA. IRANEZ PONSONI MARTINS: Eu quero ressaltar que, na minha escola, a Ângela Pellegrini Paludo, felizmente, tem uma realidade, eu digo, felizmente, bastante diferente da escola da Chaguinha. Nós temos uma biblioteca muito bem equipada, recebemos livros do governo. Mas a maior parte dos livros que estão lá são livros comprados com recursos da escola, com o dinheiro da multa dos alunos que esquecem o livro no dia que têm que entregar. Nós temos a retirada semanal e nós temos, também, um projeto de leitura andando muito bem na escola. É período de leitura que a gente pára toda a semana para ler. Mas nós temos, também, a edição de um livro, na escola, que é o “Pensar e criar”. Já está no quinto volume. A diretora tem exemplares, aí, depois, para quem quiser dar uma olhada. O que é que é o “Pensar e criar”? É uma coletânea de textos, desenhos, frases que os alunos vão produzindo durante o ano, e nós mandamos para a gráfica, e resulta num livro. E os alunos que têm os seus textos ou desenhos no livro recebem, como prê-

mio, um exemplar do livro. Já estamos na quinta edição. Andando com as nossas pernas, a gente tem a ajuda do governo, no sentido de receber alguns livros, mas o que nós temos lá é por conta e risco da escola. Eu que fico pedindo toda hora: “Jose, tem o livro tal? Tem o lançamento, vamos comprar?”. Aí, tem dias que ela me vê e ela já: “Hoje não! Hoje não!”. Mas todos os pedidos que a gente faz, eles são atendidos. E não adianta a gente esperar muito que as coisas caiam do céu, elas não caem. A gente também tem que ir atrás. É bom quando a gente ganha, mas é bom também a gente ter conquistado com o esforço, com o recurso da escola. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado, professora Iranéz. Professora Vânia Almeida, de Vila Rica – MT.

SRA. VÂNIA HÖRNER DE ALMEIDA: No primeiro momento, eu gostaria de agradecer por estar aqui. E ressaltando que o projeto, ele está dando continuidade, estou dando continuidade no projeto. Realizando ele novamente esse ano com as turmas. E eu gostaria de fazer um pedido, que vocês olhassem com mais carinho para a educação, principalmente para o professor, que é o que está lá na sala de aula junto com os alunos. Que dessem mais atenção para nós, para que a gente pudesse dar continuidade a esse trabalho. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado, professora Vânia. Com a palavra professora Francisca das Chagas, de São Gonçalo do Amarante, do Ceará.

SRA. FRANCISCA DAS CHAGAS: Eu só queria ressaltar a respeito da frase que eu usei, “de cor”. Sempre que eu uso essa frase eu me lembro de um escritor, Fabiano dos Santos, que ele deu outro significado a essa palavra. Quando ele diz “de cor”, ele diz “de coração”. Então, aquilo tudo que a gente viu foi de coração, mesmo, que eles apresentaram. E... quanto... a respeito da nossa sala, da nossa sala de leitura, dos nossos livros, a gente faz, a nossa escola é pequena, como eu já disse, é na zona rural. Nós não temos filhos de pais leitores, ainda estamos tentando formar, em processo de formação. Então, nem a ajuda da comunidade, nesse ponto, para nós é muita. Mas aos poucos a gente vai, um dia ganha um, um dia ganha dois. Mas, assim, a leitura, ela tem uma certa urgência. Trabalhar a leitura, eu penso assim, ela tem uma certa urgência. Então, nós não podemos ficar andando tão lentamente. Por isso que eu peço, assim, socorro a respeito disso. E, assim, eu sou educadora porque um dia eu sonhei ser educadora. Um dia eu sonhei estar no lugar do meu professor, que, na época, eu fazia a primeira série. Mas falta pouco para o meu sonho se realizar, para eu

ser uma pessoa realizada profissionalmente, só falta que nós sejamos valorizados como o meu professor daquela época ele era valorizado. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado, professora Francisca. Senador Mão Santa vai querer a palavra, também, e falar que a professora Francisca eu acho que é do Piauí. Ela trabalha no Ceará, mas os avós dela moravam no Piauí.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Qual a cidade?

SRA. FRANCISCA DAS CHAGAS: Num povoado chamado Alto Alegre.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Qual é o município?

SRA. FRANCISCA DAS CHAGAS: Município de Piracuruca.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Piracuruca é bem pertinho.

SRA. FRANCISCA DAS CHAGAS: É.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Eu sou de Parnaíba. Presidente Augusto Botelho, ilustres convidados, realmente, essa é uma importante reunião. Não é a quantidade. Eu acho que ficou para a história do mundo aquela ceia de Cristo; tinha tão pouca gente e deu uma confusão ainda hoje, né? Mas eu quero cumprimentar, primeiro, todos nós, todos nós, todos temos uma gratidão, aqui, à Abril, à Fundação Victor Civita, culturalmente. Mas o que entendemos. Eu tenho as minhas crenças. Eu creio em Deus, eu creio no amor, eu sou apaixonado. Eu casei com uma professora, até oriento, né, Adalgisa. Mas, naquele tempo, era mais valorizada, mais respeitada, era mais amada. Era comum um médico novo ir nas escolas normais, né, que se chamava, buscar a professorinha. E eu casei com ela antes de ela terminar. Mas o que nós vendemos, hoje, é isso. Eu queria sintetizar. E me preocupa muito.

Eu me lembro, estudando Napoleão Bonaparte, aliás, foi um livro que o professor Cristovam me deu, ele sabe, e eu vou lhe dar uma homenagem. O Napoleão Bonaparte era respeitado, não vou falar no estrategista militar que ele foi. Mas ele foi um homem de grande visão no futuro. Ele fez leis e educação, investiu muito. E ele estava numa reunião, numa solenidade, o Augusto Botelho, aí, do lado de sua professora, todos nós tivemos uma professora primária. Aí, ela entrou na intimidade: “Napoleão, eu estou notando que você está acabrunhado, está entristecido”. Ele: “Estou mesmo. Porque eu tenho investido muito em educação na França, numa época conturbada”. Foi no nascer da democracia, tinha rolado cabeça, mas ele acreditava. E acreditava na lei, na justiça. Ele fez o código napoleônico, que ainda hoje é respeitado. Aí, a professora:

“Mas você está muito entristecido com tanta força?”. Ele disse: “É, eu tenho investido muito em educação, mas cada vez o francês está mais mal educado”. Atentai bem, o nosso Paulo Duque. Está, aí, a professora parou, olhou, assim, e ele disse: “Eu tenho investido muito. Tenho dado tudo o que vocês pedem nas escolas, tenho reconhecido, melhorado, valorizado”. Aí, ela olhou, assim, e disse: “Faça uma escola de mães”. E essa é a reflexão. Então, a educação começa na família. Mãe. Isso aí... Eu não sou Mão Santa não, mas eu sou filho de mãe santa. Minha mãe era mais educada e era poetisa e tal e está no céu. Autora do livro “A vida é um hino de amor”, publicado. Mas é a família. Então, nós temos que cuidar, aquilo que a professora disse: “Faça uma escola de mães”. A família. A família está meio conturbada, está meio desgastada, está meio desmoralizada. Eu sou do tempo que aquela ceia de Cristo, o pai da gente ensinava. No almoço, no jantar. E os mais religiosos chegam até a ler um termo bíblico. Então, vamos buscar essas famílias para o colégio de vocês. Então, aquela professorinha, lá, onde nasceu a democracia, disse: “Faça uma escola de mães”. Então, a escola, a escola. Eu tenho uma noção exata, e todos têm da professora, e é um ente importante. E o mundo o prestigia. O mundo, assim, filosoficamente. Basta dizer que ninguém chama o Presidente, nem Senador, nem banqueiro, nem milionário, nem o dono do Civita de mestre, igual a Cristo, só os professores. Não chama doutor, eu sou médico cirurgião, não chama o Pelé, jogador, o artista, mestre, né? Só então... Mas nós precisamos aprender. Eu aprendi que nós estamos errados e quero passar. Eu entendo e entendo isso, e o Senado só tem esse significativo de for para ensinar. O erro é do executivo de não vir aprender, aqui, na história do mundo é para aprender. Nós temos que ser os pais da Pátria. O D. Pedro II deixava a coroa e o cetro e sentava na banca. Esses reis estudavam, né? Então, de repente, fui prefeitinho da Parnaíba, perto lá da sua Piracuruca, e aí tinha uma multinacional que me convidou para eu visitar. Foi justamente, acho que janeiro de 90. Quase 18 anos essa vivência. Aí, eu fui para a Alemanha. Está ouvindo, Paulo, você, aí, que é religioso. Então a Merck, a Merck Darmstadt, uma das empresas, aí o Augusto Botelho entende, porque é um dos livros mais importantes de medicina, é o manual Merck, é de medicamento, mas é muito poderosa. Aí eu fui. Eu nunca vi tanta mordomia. Bom danado, gostei. Aí, Darmstadt. Aí era um professor Basedow, que era o meu cicerone. Porque essa multinacional tinha no Piauí uma importante fábrica de tirar do jaborandi a pilorcapina, um medicamento. E fui lá e andava com esse professor, Basedow, diretor químico poderoso. Olha, ali é que era o céu, se eu tivesse ficado nisso,

mas tudo o que pensava tinha, tinha hotel e tal. E, aí, quando eu vi o professor Basedow, atencioso, porque tinha andado, aqui, na América Latina, tinha servido o diretor dessas multinacionais, da América Latina. E interessante, quando eu via, de vez em quando, ele, poderoso, rico, sempre nos melhores hotéis, os melhores restaurantes, o homem pagando tudo, e eu gostando. Aí, o professor Basedow, de vez em quando, ele parava e dizia: “Professor Basedow”. Olha, os carros estava engarrafado como está aqui no Brasil, o guarda de trânsito abria, ali. “Professor Basedow.” Restaurante mais complicado aquele que roda em Frankfurt. “Professor Basedow.” A melhor mesa. Teatro: “Professor Basedow”. A primeira fila a gente entrava. Aí eu, daquele meu jeito, eu disse: “Mas, vem cá, o senhor não é diretor da Merck de Darmstadt, poderoso, rico, econômico?”. Ele disse: “É, eu sou. Mas, antes de sê-lo, eu fui professor em Heidelberg. Heidelberg é a primeira, é a mais antiga Universidade da Alemanha. Foi lá que estudou Einstein. E o título de professor, aqui, é tão respeitado, é tão importante que eu prefiro usá-lo. E eu, antes de ser diretor da Merck, eu fui professor da Universidade de Heidelberg, em química, fiz concurso, passei dez anos. Aí, depois, apareceu na Merck, ganha mais, você sabe como é, né? Eu fui. E hoje eu sou diretor químico, andei no seu Brasil, por isso que me botaram para acompanhar, porque eu sei português”. Alemão é complicado. “Pois é, o senhor não quer ir?” “Não quero, é perto de Darmstadt”. E, aí, o que me impressionou logo, atentai bem. Olha o respeito do mundo ao saber! Isso é que... Aí, a arquitetura da Alemanha sofreu duas guerras, toda modernizada, prédios novos, reconstruído. Mas lá é aqueles prédios antigos, castelo, telhado no chão. Eu tive um impacto logo. “Onde eu estou, que raio?”. Aí ele disse: “Olha, houve duas guerras mundiais que nós sofremos: 1919 e essa que nós... Eu nasci na guerra, eu nasci em 42. E, a segunda, fomos bombardeados, perdemos, arrasados. Mas o mundo respeitou Heidelberg. Não soltou uma bomba em Heidelberg”. Para sintetizar, o Einstein estudou lá. E disse: “Na última guerra um general americano que tomou a Alemanha tinha também estudado aqui”. Então, ele disse: “Não solta nenhuma bomba”. Mas, ele, com o poder, tudo... Professor. Então, é essa a mentalidade que nós temos, Augusto Botelho, de ter no Brasil. Ter o respeito. Mas é uma lástima, além dessa história bonita, eu ter que contar que, lá no Piauí, a UESPI, que eu desenvolvi muito, os professores estão em greve já faz é tempo, já faz é tempo, desde que começou o ano letivo. E eu fui ler o jornal da UESPI, 20 horas, eles ganhavam R\$ 560, o governo ofereceu, eles querem R\$ 1.400. Professor da Universidade da nossa Heidelberg do Piauí, da UESPI. E queria, está

aí, em respeito, aqui, ao nosso senador religioso, um outro tripé, como uma democracia tem um tripé, um não pode engolir o outro: o executivo, o judiciário, [ininteligível], eqüipotentes, iguais. Tem o da religião, um dos dias mais bonitos, que foi, nessa sala, uma sessão como essa, violência. Cada um dá uma sugestão. Cadeira elétrica, capar, a força, não sei o quê, e tal, exército. Aí um jornalista, como vocês, convidados, foi e disse o seguinte: “Olha, eu freqüento as favelas do Rio, Rocinha, tudo, conheço tudo. E tenho observado aonde há uma igreja tem paz em torno dela”. Então, eu quero dizer o seguinte, o Civita tem que ver esse tripé. Campanha na família, campanha na escola e um fortalecimento da religião. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTE-LHO (PT-RR): Muito obrigado, Senador Mão Santa. O Senador Marco Maciel, que é o autor do requerimento, chegou aqui, agora, eu acho que ele vai querer falar alguma coisa para as senhoras. Senador Marco Maciel, chegou e foi ali, deve estar vindo, agora. Mas, aí, então, eu vou fazer algumas coisas, também, que eu gostaria de falar. Primeiramente, gostaria de louvar a Fundação Victor Civita, vou falar Civita, porque se falar Civita ninguém sabe no Brasil o que é. E lá na minha região em Roraima é Civita. Em nome do David Saad, louvar a Fundação por esse projeto “Educador Nota 10”, que esse ano será a sua 11ª edição.

Esse projeto mostra que uma empresa pode estimular as pessoas por iniciativa própria. Todas as professoras que estão aqui, todas as que participam do prêmio são projetos que elas desenvolvem por iniciativa delas. Realmente, eu fui valorizar mais as professoras quando fui estudar no Espírito Santo. Eu sou de Roraima, mas meu pai é do Espírito Santo. Que minha tia era professora primária. Eu via que ela trabalhava na escola, mas em casa ela trabalhava quase o mesmo tanto da escola, também. Foi aí que eu valorizei mais a profissão de professor. E professor só é quem gosta mesmo, quem tem amor.

Mas é importante que tanto os professores como médicos, senadores, que cada um no Brasil faça a sua parte. Essa é que é a posição das senhoras aqui presentes. Que fazem o que acham que é necessário, com os recursos que têm. Umas têm mais recursos, outras têm menos, outras nem têm recursos, mas fez a diferença. Porque o ensino precisa é fazer com que os alunos aprendam a pesquisar, a desenvolver, a criticar. Que é para... Ensina a cidadania. Quando a professora pega um *Pediculus humanus capitis*, um piolho, para o aluno estudar, ela está ensinado a desenvolver. E também essa visão de que a criança pode, antes de ler, já começar a desenvolver o espírito de pesquisar, de pesquisa e de criticar é muito boa. Realmente, eu

também tinha uma tendência a achar que a criança era bobinha, que tal... Mas, se a gente puxar mais, eles têm o cérebro mais novo, estão mais ávidos, as conexões neuronais estão se formando àquela hora. Com todo o prazer, professora, que representa a minha região Norte. Eu sou de Roraima, ela é do Acre.

SRA. BERNADETE ROCHA DA SILVA: Essa questão das pessoas é uma questão que está muito presente na sociedade, de pensar que a criança não é capaz. Eu vejo que a sociedade, a nossa sociedade, não pensa muito a criança nas mínimas coisas, até nos ambientes, mesmo. Por isso que eu coloquei a questão de a escola estar adaptada para as crianças. Nós falamos muito em inclusão. Nós recebemos crianças que estão inseridas na escola. Mas a inclusão efetiva, ela ainda está distante de acontecer. Então, é de ver a criança como um ser pensante mesmo. Respeitar a infância, respeitar a linguagem própria dela, mas propor para a criança o conteúdo necessário para que ela aprenda. De crer nisso, na criança como um ser pensante, não é? Eu coloco uma questão, aqui. Na época do prêmio, eu me recordo muito bem, os jornalistas iam na minha escola e falavam assim: “Ah, professora, fale um pouco mais do seu projetinho”. Eu digo: “Em primeiro lugar, ele não é um projetinho, é um projeto. Não é porque são crianças pequenas que nós vamos tratar como um projetinho. É um projeto e um projeto sério”. Um projeto pensado, como o senhor mesmo colocou, pensado para que eles aprendessem. Porque o professor não pode abrir mão disso. O professor é o proponente. Ele pode compartilhar o projeto com as crianças, mas cabe ao professor, e eu digo sempre, eu não abro mão disso, é meu papel.

Como bem foi colocado aqui, pela Fátima, nós seremos valorizados se nós nos dermos também esse valor, se entendermos o real significado da nossa função. E eu creio que eu estou a caminho disso. Como eu já falei aqui, a formação continuada, essa decisão, esse propósito de investir na própria formação ajuda bastante nisso. Então, não é projetinho. Fale dos seus menininhos, das suas criancinhas. Não, são pessoas que merecem o devido respeito. Eu sou, assim, até suspeita para estar aqui defendendo, mas eu defendo mesmo, porque eu acredito nisso.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Professora, o assunto, aqui, foi realmente bem claro entre linguagem escrita e linguagem falada. Eu gostaria de deixar algumas diferenças, porque o Senador Mão Santa, que gosta muito de andar com livros, ele fala prefeitinheiro, professorinha, mas de forma carinhosa, como ele mesmo se refere a ele mesmo, e, de nenhuma maneira, desprezível. Isso...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): E, inclusive, por exemplo, em Roraima, bonitinha é bonitinha mesmo. Mas uma médica do Nordeste chegou lá, eu disse: “A senhora é bonitinha”. Ela disse: “Não, o que é isso, doutor? No Nordeste bonitinha é feia” [risos]. Então, quer dizer, é um feio arrumadinho. Então, a gente vê a diferença da língua de um lugar para o outro. Nós estamos falando de língua. Então, foi bom que a gente esticasse um pouquinho mais a sessão para dar a oportunidade ao Senador Marco Maciel, que é o autor do requerimento. Com certeza é um dos nossos senadores intelectuais, aqui, da nossa casa, que vive estudando, sempre está estudando. É imortal. E sempre estudando. Recentemente, ele estava estudando a Constituição do Mercado Comum Europeu para comparar com a nossa. E eu gostaria de passar a palavra a ele. Com honra, eu passo a palavra ao Senador Marco Maciel, que é o autor do requerimento e que nos brindou com a presença das senhoras e dos senhores aqui.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Bom, antes de mais nada, nobre Senador Augusto Botelho, que tanto aprecio. Aliás, não é querendo me candidatar a Matusalém, mas fui colega do pai dele, que foi Deputado Federal. Isso tudo no século passado. Pois bem. Eu gostaria de dizer que vi nascer essa revista, a revista Nova Escola. Ao tempo em que presidia a instituição Editora Abril a grande figura que foi Victor Civita. Ele tinha um enorme talento e também muita energia, e não lhe faltavam as qualidades de determinação e, também, porque não dizer, de espírito público. Ele encarava a questão da educação normal como uma grande prioridade do país. E, hoje, está mais evidente.

Eu me lembro que, ao tempo do Senador João Calmon, autor de proposição que vinculava recursos para a educação, ele dizia sempre que educação não era questão central do país e que, de modo geral, inclusive a imprensa, também, não dava grande destaque à questão educacional. Um dia, ele chegou a me confidenciar: “Olha, educação só sai depois da página policial”. Eu, querendo dizer que havia, no Brasil, uma certa... um certo menosprezo à importância da educação. Hoje, graças a Deus, podemos dizer que os tempos mudaram e já se reconhece que a questão da educação, que envolve também ciência e tecnologia e a formação cultural do país e a definição de sua identidade, é, hoje, a meu ver, uma questão que merece toda a prioridade. E eu gostaria de repetir uma palavra muito oportuna de Norberto Bobbio, que faleceu há três anos atrás, que foi um grande filósofo, um grande cientista político. Norberto Bobbio disse, num dos seus

últimos livros, em discurso que pronunciou ao lançar o livro. Ele disse que o mundo vai se dividir entre os que sabem e os que não sabem. A revolução científica e tecnológica que nós assistimos, aí, nesses [ininteligível] desse novo milênio. Essa revolução está fazendo com que a educação seja, de fato, fator decisivo que pode se separar os países afluentes que terão algum protagonismo na história do século XXI e aqueles que ficarão marginalizados. Daí, porque eu considero que nós precisamos investir sempre, cada vez mais, na questão educacional brasileira. E, de alguma forma, não posso deixar de registrar que essa... que a revista Nova Escola alcançou, hoje, um reconhecimento muito importante e está ajudando e muito, inclusive, até a melhorar a própria qualidade do professor. E vou mais além. Quando o empresário e por si, assim, posso dizer, e cidadão republicano Victor Civita me procurou dizendo do interesse em lançar a revista, eu era Ministro da Educação e logo me propus a ajudá-lo nessa tarefa. E folgo, hoje, em verificar que é a segunda revista em vendas no Brasil, depois da revista Veja. O que significa dizer que ela tende a continuar a crescer, e, quem sabe, eu espero que isso aconteça, seja talvez a revista mais importante no país, o que estará contribuindo em muito para a melhoria da educação em nosso país e, conseqüentemente, produzindo seus efeitos extremamente decisivos no nosso processo de afirmação cultural.

Eu digo, sempre, que às vezes se reclama, no Brasil, a falta de uma cultura cívica. E, se isso é verdade, eu não sobrecrevo integralmente essa observação, nós podemos dizer que isso em parte se deve, também, a uma falta de cultura, porque ainda temos uma grande parte da sociedade brasileira que não teve acesso à educação e educação de boa qualidade. E, mais do que isso, ainda temos uma parcela significativa de brasileiros analfabetos, enfim. Então, temos uma grande parte de nossa sociedade que ainda é formada por pessoas ágrafas, quer dizer, pessoas que não têm o domínio da escrita e muito menos dessas novas tecnologias digitais e virtuais. E acho que a falta de uma cultura, portanto, da nossa sociedade, isso faz com que não haja uma cultura cívica e, conseqüentemente, não haja, em muitos casos, uma cultura política, também, que passa pela afirmação da cidadania.

Então, eu gostaria de, ao encerrar a presente intervenção, cumprimentar a Comissão de Educação pela realização desta audiência pública. Infelizmente, não pude estar presente, porque estava presidindo a Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania e somente agora terminamos. Como ocorre aqui. E fazer votos que nós continuemos a trabalhar em favor da educação, porque eu tenho sempre presente que a

educação assegura a soberania da pessoa. Somente a educação, somente através da educação é que a pessoa se afirma integralmente na sociedade em que vive. E daí entender que, acho que é um consenso generalizado em nosso país de que não há saída, a não ser investindo em educação. E folgo em registrar que a Comissão de Educação do Senado, presidida pelo nobre Senador Cristovam Buarque, muito tem contribuído para que se gere essa consciência da importância da educação. Certa feita, o ex-presidente Kennedy disse uma frase que eu acho que tem muita pertinência nos dias de hoje. O governo age em função de pressões. A frase dele é até... mas, se não estou equivocado, é a seguinte: “Governar é administrar pressões”. Foi isso que o Kennedy disse. Então, na medida em que a sociedade pressiona o governo no sentido de dar a prioridade, o que é óbvio, à educação, estará, a meu ver, produzindo... estará, assim, contribuindo, e muito, para que a educação ocupe o lugar destacado que ela merece. Enfim, então é importante que haja essa pressão da sociedade, a pressão do Parlamento, que é a voz do país. Então, é importante que haja essa pressão no sentido de conferir à educação essa prioridade.

E acredito que, assim procedendo, o governo dará, conseqüentemente, mais apoio à educação e aos seus desdobramentos, quer dizer, no campo da ciência e da tecnologia. Desejo, também, aproveitar a ocasião para cumprimentar a todos os que integraram a presente audiência pública. Não somente o Dr. David Saad, que é Diretor Executivo da Fundação Victor Civita, mas como também: a professora Bernadete Rocha da Silva, de Rio Branco – AC; a professora Fátima Regina dos Reis Ribeiro, de Itajubá – MG, que era a terra, não diria de nascimento, mas a terra de preferência do ex-vice-presidente Aureliano Chaves, queria cumprimentar, também, entre outras figuras ilustres que nasceram ou fizeram sua educação em Itajubá. Eu gostaria, também, de me referir à professora Iranez Ponsoni Martins, da escola de Nova Prata, no Rio Grande do Sul. Conheço, inclusive, o município de Nova Prata. E também saudar a professora Vânia Hörner de Almeida, da escola de Vila Rica, do Mato Grosso. E, por fim, a professora Francisca das Chagas, da Escola de Ensino Fundamental João Pinto Magalhães, de São Gonçalo do Amarante, no Estado do Ceará. Aliás, eu observo que a mesa redonda teve o grande mérito de acolher as diferentes regiões do país. Aqui estão representadas pessoas de diferentes, de diferentes regiões e que faz com que, muitas vezes, isso ajude a formar esse grande *melt import*(F) brasileiro, que é essa grande integração étnica e cultural.

Eu me lembro que, uma vez, eu falando a respeito de palavras que têm sentido diverso, o Ariano

Suassuna, que é um grande dramaturgo, teatrólogo, escritor, também, ele me contou uma história muito interessante. Ele não gosta de tomar água gelada. E até certo ponto acho que ele tem razão, eu também tenho a minha preferência. Aliás, quando cheguei aqui já trouxeram água natural. Bom. Mas ele, então, chegou no Rio de Janeiro com a peça “O Auto da Compadecida”, com Cleyde Yáconis; Cleyde Yáconis e a outra pessoa que também desempenhava um papel muito importante na peça, nesse momento eu não me lembro, Cacilda Becker. Cacilda Becker, que é uma grande... E ele chegou no hotel e chamou a pessoa do lobby e disse assim: “Olha, eu gostaria que o senhor colocasse uma quartinha no meu apartamento”. Aí ele disse: “O que é quartinha?”. Ele disse: “Não, recipiente de barro, abaulado, a gente põe água para resfriar”. Ele disse: “Não, o senhor quer uma moringa”. Ele disse: “Ah, tá bom. É isso mesmo”. “Então é isso?” “É.” Então, colocaram a moringa. E ele dali saiu, depois das apresentações no Rio. Ele foi para o Rio Grande do Sul. Quando chegou no Rio Grande do Sul, ele disse, fez a mesma recomendação ao rapaz do lobby: “Olha, eu gostaria que colocasse, tal”. Aí, ele, já todo convicto da palavra que devia usar, disse: “Olha, ponha lá uma moringa no meu...”. Aí o rapaz perguntou: “Mas, vem cá, o que é moringa?”. Aí ele disse: “Moringa é um recipiente de barro abaulado, põe água, esfria”. Ele disse: “Ah, o senhor quer uma quartinha”. Entendeu? [risos] Então, com isso eu quero dizer o seguinte, pode mudar a forma de nós entendermos certas palavras, mas, de modo geral, elas se repetem no território do país, e isso ajuda muito a fazer com que o país se afirme como nação.

Aliás, eu diria, se nós compararmos com os países de língua hispânica, aqui, da América do Sul, nós diríamos que construímos um modelo de integração, porque falamos uma só língua, né, num país tão extenso e tão numeroso. Eu vejo países de muito menor dimensão territorial e de muito mais reduzida composição, composição populacional e com, às vezes, com mais de uma língua. A Espanha, exato. E que, muitas vezes, não se entendem dentro do próprio país. Então, por isso, eu diria que isso contribui muito para a unidade do país. Aliás, Gilberto Freire chamava muito a atenção disso. Como também essa foi uma grande preocupação do patriarca da independência, o Bonifácio, o José Bonifácio, que era um homem muito culto, que tinha uma grande visão do país e que foi... também contribuiu de forma decisiva para que o país se mantivesse íntegro, unido, e que essa sua obra foi completada, de alguma forma, por Rio Branco, quando definiu as nossas fronteiras. E, hoje, nós podemos dizer que temos razões para acreditar que podemos ser

a nação com a qual todos nós sonhamos. Uma nação unida, uma nação consciente das suas prioridades e atenta a tudo o que... o homem precisa de pão, espírito, justiça e liberdade.

Portanto, meus cumprimentos ao Senador Augusto Botelho, aos membros da Comissão e os votos também especiais pela... pela premiada...

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): “Educador Nota 10”.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): “Educador Nota 10”. Exatamente. Então, eu gostaria de cumprimentar todos os que foram escolhidos como educador nota dez e fazer os votos de que esses exemplos sirvam de estímulo a novas vocações. Porque eu sempre tenho presente que o professor tem um papel decisivo na formação das novas gerações e, portanto, a sua missão é mais do que uma profissão, é uma atitude de vida, é quase uma doação integral à melhoria das condições de nosso país.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado, Senador Marco Maciel. Mas, se o seu personagem tivesse viajado para Roraima e chegasse no hotel e pedisse uma moringa ou uma quartinha, o rapaz ia ficar olhando assim, também. Quando descrevesse que é um objeto de barro, que bota água, ele diria: “Ah, o senhor quer uma bilha!”. Aí, receberia uma bilha. Bom, em nome da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, eu agradeço à presença de todos os convidados e ao Senador Marco Maciel, por ter tido a idéia brilhante de fazer este requerimento para nos brindar com a presença dessas pessoas que estão fazendo a diferença, porque elas trabalham no que elas gostam e fazem, criam, criam no seu trabalho. E se todos os nossos professores seguirem esse caminho, nós temos certeza de que seremos um dos países onde nós não vamos ficar para trás, com o conhecimento para todos terem uma vida boa no Brasil. Muito obrigado. Declaro encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 13h06.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTE

ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2008.

Às onze horas e quarenta minutos do dia vinte e sete de maio de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Paulo Paim, Ideli Salvatti, Iná-

cio Arruda, Renato Casagrande, Mão Santa, Gerson Camata, Virgínio de Carvalho, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, Sérgio Zambiasi, Francisco Dornelles, João Vicente Claudino, Gilberto Goellner, Kátia Abreu, Romeu Tuma e Eduardo Azeredo reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Fátima Cleide, João Ribeiro, Wellington Salgado, Geovani Borges, Valdir Raupp, Paulo Duque, Lobão Filho, Heráclito Fortes, Raimundo Colombo, Marconi Perillo e Marisa Serrano. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Logo após, o Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, registra a presença para acompanhar a reunião, do Professor Getúlio Moreira Lopes, Reitor do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, que aproveita o ensejo para convidar os membros da Comissão para a Sessão de homenagem aos quarenta anos do UniCEUB, a ser realizada na sexta-feira, dia trinta de maio, ao meio-dia, no plenário da Câmara dos Deputados. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta, pelos itens não terminativos, cujos relatores estão presentes, aguardando o quórum para deliberação dos projetos terminativos. **Item 03: Projeto de Lei do Senado nº 053, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Expedito Júnior que, “Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, a fim de permitir a repactuação de contratos firmados no âmbito do Programa de Financiamento Estudantil (FIES)”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o parecer favorável, com a emenda de redação nº 01 – CE é aprovado. Neste momento, o Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, comunica que necessita ausentar-se da reunião, em virtude de uma Sessão de homenagem ao Dia da Indústria, na qual está inscrito para falar em nome do seu partido, PDT, e passa a presidência ao Senador Eduardo Azeredo. O Senhor Senador Flexa Ribeiro pede a palavra e requer, oralmente, a inversão de pauta, para iniciar a apreciação pelo Item nº 07, o que é aprovado. **Item 07: Projeto de Lei do Senado nº 246, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim que, “Regula o Programa de Seguro-Desemprego Rural, o Abono Salarial Rural, o Programa de Educação e Formação de Mão-de-Obra Rural – PRORURAL, e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador Rural – FAT Rural e dá outras providências”. O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o parecer é favorável, com as emendas oferecidas. É concedida vista à Senadora Ideli Salvatti, pelo prazo regimental de cinco (05) dias. Reassume a Presidência o Senhor Senador Cristovam Buarque. **Item 09: Pro-**

jeto de Lei da Câmara nº 030, de 2002, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Enio Bacci que, “Dispõe sobre a reserva de vagas nas creches públicas para crianças portadoras de deficiência e dá outras providências”, tramitando em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado nº 009, de 2002**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que “Altera o artigo 54 da Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, a fim de garantir a reserva de vagas nas creches, ou entidades similares, e pré-escolas públicas para as crianças portadoras de deficiência”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o parecer é pela rejeição do presente projeto e do PLC 030/02. O projeto é retirado de pauta, atendendo à solicitação do relator. Neste momento, o Senhor Senador Cristovam Buarque, faz um pronunciamento lamentando o desaparecimento do Senador e membro desta Comissão, Jefferson Péres, e propõe voto de pesar pelo seu falecimento. Usam da Palavra para encaminhar o voto de pesar, os Senhores Senadores Eduardo Azeredo, Flávio Arns e Romeu Tuma. O requerimento (**ver Extra-Pauta, Item 02**) é aprovado por unanimidade. **Item 16: Projeto de Lei do Senado nº 370, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Edison Lobão que, “Regulamenta a profissão do Conservador-Restaurador de Bens Culturais Móveis e Integrados (COR), cria o Conselho Federal de Conservação-Restauração de Bens Móveis e Integrados (CONFECOR) e os Conselhos Regionais de Conservação-Restauração de Bens Móveis e Integrados (CONCOR's) e dá outras providências”. A relatora designada é a Senadora Ideli Salvatti e o parecer favorável, com a emenda nº 01 – CE é aprovado. **Item 18: Projeto de Lei da Câmara nº 096, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Chico Alencar que, “Institui o dia 25 de janeiro como Dia Nacional da Bossa Nova”. A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Ideli Salvatti e o parecer favorável é aprovado. **Item 22: Comunicados da Presidência: Comunicado 01:** Comunico aos Senhores Senadores o recebimento da correspondência do Excelentíssimo Senhor Presidente, em exercício, do Tribunal de Contas da União, Ministro Ubiratan Aguiar, encaminhando cópia do acórdão proferido nos autos do Processo TC 006.493/2008-4, bem como do Relatório e do Voto que fundamentaram aquela deliberação, referente à decisão do agravo interposto pela Universidade Federal do Acre – UFAC contra despacho que determinou a suspensão cautelar da tomada de preços 7/2008, realizada pela fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária no Acre – Fundape para contratação de serviço de reforma do refeitório da UFAC. **Extra-Pauta, Item 02: Requerimento de Voto**

de **Pesar nº 028/08 – CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que requer “...nos termos do artigo 218, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Pesar à família do ex-Senador Jefferson Péres pelo seu falecimento”. Ficam adiadas em virtude da ausência dos relatores as seguintes matérias: **Item 08: Projeto de Lei do Senado nº 575, de 2007; Item 10: Projeto de Lei do Senado nº 459, de 2007; Item 12: Projeto de Resolução do Senado nº 021, de 2008; Item 14: Projeto de Lei do Senado nº 455, de 2007; Item 15: Projeto de Lei do Senado nº 484, de 2007; Item 17: Projeto de Lei do Senado nº 294, de 2007; Item 19: Projeto de Lei do Senado nº 296, de 2007.** Ficam adiadas em virtude de falta de quórum as seguintes matérias: **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 387, de 2007; Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 449, de 2007; Item 04: Projeto de Lei do Senado nº 712, de 2007; Item 05: Projeto de Lei do Senado nº 363, de 2007; Item 06: Projeto de Lei do Senado nº 044, de 2008; Item 11: Projeto de Lei do Senado nº 420, de 2007; Item 13: Projeto de Lei do Senado nº 054, de 2007; Item 20: Projeto de Lei do Senado nº 405, de 2007; Item 21: Aditamento nº 01 ao Requerimento nº 19/08 – CE; Extra-Pauta, Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 546, de 2007.** O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e trinta e seis minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – **SENADOR CRISTOVAM BUARQUE**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA
E ESPORTE – CE

**23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO
DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE,
DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA
27 DE MAIO DE 2008**

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Um bom dia a cada uma e a cada um. Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata anterior e a aprovação da mesma.

Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Está aprovado.

Antes de dar início à votação dos Projetos não terminativos, cujos Relatores estão presentes e há diversos, eu quero agradecer a presença aqui que muito nos honra do Dr. Getúlio, Professor Getúlio Moreira Lopes, que é Reitor de um dos patrimônios mais importantes do Distrito Federal, que é a UniCEUB, e além disso carrega os genes do grande João Hercúlio, que é uma figura que nos mencionou pela sua força, pela sua ousadia e a competência como construiu essa maravilhosa Universidade que nós temos hoje. O Professor Getúlio está aqui nos convidando porque sexta-feira, ao meio-dia, haverá na Câmara de Deputados uma Sessão de homenagem aos quarenta anos da UniCEUB, e nós vamos convocar uma Sessão de homenagem aos cinquenta anos no próximo semestre no Senado. A Câmara saiu na frente.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas então eu agradeço muito a presença, está transmitido o convite e eu gostaria, em nome dele faço o convite, que toda Comissão, todos os membros da Comissão que estiverem em Brasília, sexta-feira não é um dia comum de estar aqui, que todos eles venham para homenagearmos a UniCEUB. Senador Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu quero só me somar a essa observação, essa saudade que V. Ex^a. faz como Presidente, além de estar aqui em Brasília, mas o Professor é também mineiro. Então a origem toda da UniCEUB, da presidência do João Hercúlio, o João Hercúlio era inclusive Deputado da mesma cidade, cidade natal do meu pai também, Sete Lagoas, os dois eram dois Deputados de oposição, naquela época difícil que aqui estavam defendendo a democracia brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado. Está feito o convite. Se quiser ficar conosco teremos o maior prazer, mas eu imagino que tenha outras atividades. Então sexta-feira eu devo estar lá ao meio-dia, me sinto quase que obrigado a estar lá pelo carinho que todos da UniCEUB sempre tem comigo.

Vamos passar à Ata, iniciando pelos não terminativos e aqueles cujos Relatores estão aqui. O primeiro é do Senador Flávio Arns, que é o Item 3. Projeto de Lei do Senado nº 053, de 2008, que “Altera a Lei 10.260, de 12 de julho de 2001, a fim de permitir a repactuação de contratos firmados no âmbito do Programa de Financiamento Estudantil -FIES”. Esse é um Projeto de autoria do Senador Expedito Júnior e que

tem como Relator o Senador Flávio Arns, a quem eu quero passar a palavra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Obrigado, Sr. Presidente. O PLS nº 53 é de iniciativa do Senador Expedito Júnior, altera o art. 5º, da lei 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento Estudantil de Ensino Superior – FIES, como efetivamente se denomina o Programa. A alteração do dispositivo legal se faz mediante a inclusão do § 10º para determinar que, conforme normas do agente operador e garantido o equilíbrio financeiro do Fundo, os agentes financeiros devem atender aos pedidos de repactuação dos contratos em fase de amortização sempre que comprovadamente a prestação corresponda a parcela elevada da renda do financiado. A iniciativa prevê o início de vigência da lei proposta na data da sua publicação. Não foram oferecidas Emendas à proposição, a qual após pronunciamento dessa Comissão será enviada à decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos – CAE.

Análise. Uma vez que cabe à CAE analisar o impacto financeiro da proposta sobre o FIES, este Parecer ater-se-á a seus efeitos educacionais no âmbito da competência da Comissão de Educação. Com efeito, o FIES representa um dos mecanismos instituídos pelo Governo Federal para permitir que maior contingente de estudantes tenha acesso à educação superior. Conforme revelam diversos indicadores essa demanda vem crescendo e tornou-se, nos últimos anos, um dos grandes impasses educacionais do país. Afinal, se há vinte anos o número de concluintes do ensino médio mal atingia seiscentos mil, formam-se atualmente nesse nível de ensino em torno de 1,9 milhões de estudantes por ano, além de quatrocentos e cinquenta mil na educação de jovens e adultos, considerando-se apenas os cursos presenciais. O atendimento do cada vez mais expressivo contingente de alunos que tentam o ensino de nível superior é feito sobretudo pela rede particular. Segundo o censo da educação superior de 2006, enquanto as matrículas de graduação nas instituições públicas atingiam um milhão e duzentos mil, na rede privada chegava a quase três milhões e meio. No entanto, muitos alunos são levados a abandonar os estudos ou nem mesmo tentam o ingresso no nível superior em decorrência das dificuldades de arcar com os custos das mensalidades cobradas pelas instituições de natureza privada.

Com o objetivo de alterar esse quadro o FIES vem sendo aperfeiçoado. Assim, por meio da Lei 11.522, de 19 de novembro de 2007, o financiamento foi ampliado para a totalidade dos encargos e não apenas para 70% de seu valor, conforme as normas originais. O Programa passou a abranger os cursos de Pós-Graduação

Stricto Sensu, Mestrado e Doutorado, mantida a prioridade dos financiamentos para os cursos de graduação. Foram criadas a fiança solidária e melhores condições para o pagamento dos empréstimos, como período de carência e ampliação do prazo de amortização.

Merece destaque, ainda, a aproximação entre FIES e o Programa Universidade para Todos – ProUni, que concede pessoas de estudo não reembolsáveis a estudantes de baixa renda. Assim, bolsistas parciais do ProUni poderão financiar o valor restante da mensalidade com recursos do FIES.

Ainda entre as medidas instituídas pela Lei 11.552, de 2007, encontra-se a autorização para que o agente financeiro possa pactuar condições especiais de amortização ou alongamento excepcional de prazos nos termos de normas emitidas pelo agente operador, respeitado o equilíbrio econômico-financeiro do FIES, de forma que o valor inicialmente contratado retorne integralmente ao Fundo acrescido dos encargos contratuais.

A proposta do PLS do nobre Senador Expedito Júnior avança nesse terreno ao estabelecer que, conforme normas do agente operador e com a garantia do equilíbrio financeiro do Fundo, os agentes financeiros devem atender aos pedidos de repactuação dos contratos em fase de amortização, sempre que comprovadamente a prestação comprometa a renda do financiado. Julgamos que essa medida poderá beneficiar os contratantes que venham a enfrentar durante o período de ressarcimentos do empréstimo dificuldades de arcar com os seus compromissos em relação ao Fundo. Por isso, somos levados a apoiar o mérito educacional da presente iniciativa.

Por fim, não existem obstáculos de constitucionalidade e de juridicidade na proposição. Em termos de redação e técnica legislativa, apenas fazemos o reparo anteriormente indicado quanto ao exato nome do Fundo que surge equivocado na Ementa.

Em vista do exposto, o Voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 53, de 2008, acolhida a Emenda de redação a seguir apresentada: Dê-se à Ementa do PLS nº 53, de 2008, a seguinte redação: “Altera a Lei 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES a fim de permitir a repactuação de contratos firmados em seu âmbito”. Esse é o relatório, Sr. Presidente, o Voto é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu vou pedir licença porque está havendo uma Sessão de homenagem ao Dia da Indústria, eu sou escrito para falar em nome do PDT, eu vou e volto correndo. Aqui está tudo sob controle, sobretudo com o Presidente do nível de Eduardo Azeredo. Além

disso, é grande amigo, de velha data. Mas nós vamos continuar insistindo inclusive para ter o quorum para os terminativos.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, fale em nome da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Falarei porque eu vou dizer sobre a indústria do conhecimento hoje.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Flexa Ribeiro com a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu pediria a V. Ex^a. que submetesse ao Plenário da Comissão a alteração de pauta para que pudéssemos--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Estamos em discussão ainda.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ainda está discutindo? Desculpe.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está em discussão esse ainda, depois nós votaríamos. Então em discussão o Item 3 da pauta, que está em discussão, esse Projeto que diz respeito à questão do Programa de Financiamento Estudantil. Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu queria cumprimentar o Senador Flávio Arns e o autor, o Senador Expedito Júnior, pela rapidez na iniciativa de repactuar as dívidas de financiamento para os estudantes que tenham necessidade, que desejam realmente estudar. Eu acho que nós estamos numa fase difícil para a educação brasileira e essas oportunidades não poderão passar em branco.

Eu sei que o Presidente vai baixar hoje um Projeto de Lei ou uma Medida Provisória para repactuar a dívida da agricultura. Então nós não podemos deixar de reconhecer a importância do aumento da capacidade intelectual dos nossos estudantes, até no campo, até no campo, Senador Arns. Eu pergunto se essa repactuação é uma vez só que pode ser feita ou se a cada tempo em que haja uma grande dificuldade possa sempre ser repactuada, desde que o financiador assim o aceite? Eu não sei se essa é... Se bem que eu acho que ela está inserida, porque não há limitação.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É, exato.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não há limitação.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É, conforme normas do agente operador, mas sempre que a renda do financiado vier a ser comprometida em função do pagamento e observado o equilíbrio econômico-- fi-

nanceiro isto pode acontecer. Então em princípio não há--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Nenhuma restrição?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): -- nenhuma restrição.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Outra coisa que V. Ex^a. coloca bem aqui, assim bolsistas parciais do ProUni poderão financiar o valor restante. Por que há bolsistas do ProUni total e há parciais? O ProUni serve aos dois sistemas?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O ProUni tem bolsa de 50%, bolsa de 100% e também de 25%.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Então poderá o restante ser financiado pelo FIES para completar a pessoa do ProUni parcial, é isso?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Exatamente, mas só que isto não faz parte deste Projeto de Lei porque isso já faz parte do Projeto de Lei 11.552, de 2007, já sancionado. Então isso já acontece.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É só para conhecimento, eu acho que a população saber e os estudantes também tomarem conhecimento--

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É muito importante.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): --desse fato. Eu cumprimento a V. Ex^a. e peço o Voto favorável aos demais companheiros.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Mais algum Senador que queira se manifestar? Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só para registrar também o meu Voto favorável, Presidente Senador Eduardo Azeredo, parabenizar o Senador Expedito Júnior, autor do Projeto, e o Senador Flávio Arns como Relator favorável à repactuação dos contratos no âmbito do FIES. Eu acho da maior importância pelas dificuldades que hoje passam os jovens na busca de uma colocação no mercado de trabalho. Ele não é terminativo e deve tramitar em seguida pela Comissão... vai à CAE. Na CAE eu farei uma Emenda, inclusive dando uma outra alternativa de pagamento para o financiamento do FIES que não seja apenas a financeira, o retorno do recurso, mas também por prestação de serviço. Então essa Emenda eu apresentarei na tramitação na CAE. Quero parabenizar o Senador Expedito Júnior e o Relator Flávio Arns.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado ao Senador Flexa Ribeiro. Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, o FIES teve uma profunda modificação há poucos

meses atrás. Nós aprovamos aqui, já foi para a sanção, já foi transformado em lei, modificações que vão desde a amplitude, o alcance do financiamento, que antes era no máximo até 50%, não 70%, além da graduação não abrangia Mestrado, Doutorado, e agora com as modificações é 100%, pode ser financiado 100% não apenas da graduação, mas também Pós-Graduação, Mestrado, Doutorado. Além disso, foram modificadas as condições do próprio financiamento, os juros, a carência, passamos a ter um ano de carência, passamos a ter um tempo maior inclusive para que os tomadores do financiamento, os nossos jovens, pudessem quitar as suas mensalidades do financiamento.

Portanto, todas estas modificações que foram feitas, eu tive o prazer inclusive de ser Relatora do Projeto quando tramitou aqui na Comissão de Educação e no Plenário, e para nós, assim, é muito importante que nós continuemos a aperfeiçoar, porque há uma possibilidade, quer dizer, o FIES, ele tem um potencial de financiamento a atingir de quatrocentos a meio milhão de jovens em todo o Brasil. Então se nós juntarmos isto ao ProUni, que agora já está chegando aos quatrocentos mil e quando estiver totalmente também estruturado e implantado também tenha esse potencial de meio milhão de jovens, e mais a expansão das nossas Universidades, seja através do REUNI, das novas Universidades, da interiorização, é algo em torno de um milhão e trezentos a um milhão e meio de jovens que poderão estar acessando ao ensino de nível superior tão importante para o desenvolvimento de qualquer país. Por isso que eu quero parabenizar não só o autor do Projeto, o Senador Expedito Júnior, como o relatório apresentado pelo Senador Flávio Arns, e acho de fundamental importância que nós possamos dar celeridade, inclusive quando o Projeto chegar na próxima Comissão, que a gente possa dar celeridade porque a repactuação das dívidas já existentes aperfeiçoa efetivamente todas essas mudanças que já foram feitas.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado à Senador Ideli. Exatamente, o Projeto, pelo que o Senador Flávio Arns colocou, ele coloca em igualdade de situação inclusive para os antigos contratantes em face da nova lei que foi estipulada a partir do ano passado. Há necessidade imperiosa de nós aprimorarmos esse processo, portanto, e eu quero só aproveitando também para me manifestar, desde já. Ainda hoje um jornal de Minas Gerais, o Estado de Minas, traz uma matéria grande sobre essa questão, alguns que não conseguem pagar as prestações exatamente porque se acumulou um valor maior, mas os juros efetivamente foram reduzidos nesse último Projeto que aprovamos no ano passado,

as condições são melhores hoje. Só espero que a Senadora Ideli me ajude a aprovar também o Projeto de Fundo de Garantia, que é um dinheiro do trabalhador, que é um outro aprimoramento, que é o trabalhador poder usar o Fundo de Garantia para pagar também parte do ensino universitário.

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação. Aprovado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Já é o próximo, Senador Flexa, já é o próximo item. É o Item 7, também não terminativo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Perfeito. Ele “Regula o Programa de Seguro-Desemprego Rural, o Abono Salarial Rural, o Programa de Educação e Informação de Mão-de-Obra Rural – PRORURAL, institui o Fundo de Amparo ao Trabalho Rural – FAT RURAL e dá outras providências”. Projeto de Lei do Senado nº 246, de 2007. O autor é o Senador Paulo Paim, também aqui já presente, e o Relator é o Senador Flexa Ribeiro, a quem passo a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Eduardo Azeredo, Sr^a. Senadora, Srs. Senadores. Cabe a esta Comissão examinar o Projeto de Lei do Senado, PLS 246, de 2007, que institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador Rural – FAT RURAL, de autoria do nobre Senador Paulo Paim, destinado ao custeio do Programa de Seguro-Desemprego Rural, do Abono Salarial Rural e do Programa de Educação e Formação de Mão-de-Obra Rural – PRORURAL, também criados pelo art. 1º deste PLS.

Vamos à análise, Sr. Presidente. O Projeto de Lei em análise leva ao meio rural, por meio de dispositivo legal específico, os benefícios sociais já instituídos pela lei que regulamentou o Programa do Seguro-Desemprego e o Abono a que se refere o art. 239, da Constituição, e também instituiu o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT. Ressalte-se que há um vício de juridicidade no art. 2º, inciso I, que estabelece que constituem recursos do FAT RURAL o produto da arrecadação das contribuições devidas ao PIS pelo empregador rural, pessoa física ou jurídica. Ocorre que as contribuições para o PIS/PASEP e a COFINS são devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado. Portanto, não pode exigir tal contribuição dos empregadores rurais, pessoas físicas. Dessa forma, apresentamos Emenda para retirar do Projeto a incidência do PIS sobre a pessoa física. Quanto à técnica

legislativa, constatamos a necessidade de Emenda de redação para renumerar o Projeto, tendo em vista a ausência do art. 12. Com relação ao mérito, é inegável que os trabalhadores rurais tiveram tratamento discriminatório no passado pela legislação previdenciária e trabalhista e por ainda não ter sido totalmente resgatada esta dívida da sociedade brasileira com este importante segmento dos trabalhadores rurais, esse Projeto de Lei se reveste da maior importância. Nesse sentido, é de se louvar a iniciativa do Senador Paulo Paim. A criação do Fundo de Amparo ao Trabalhador Rural, destinado ao custeio do Programa de Seguro-Desemprego Rural é um passo importante na distribuição de renda equitativa na sociedade brasileira. Tem igual importância reveste-se a criação do abono salarial rural, uma vez que o trabalhador rural vinculado a empregador, pessoa física, não faz jus ao abono salarial vigente na legislação.

Também merece destaque a instituição pelo PLS nº 246, de 2007, do seguro-desemprego rural, destinado a amparar os trabalhadores rurais dispensados sem justa causa, os dispensados em decorrência do término de contrato de trabalho por prazo determinado, bem como o trabalhador resgatado de regime de trabalho forçado em condição análogo à de escravo.

O Voto, Sr. Presidente. Diante do exposto, votamos pela aprovação do PLS nº 246, de 2007, com as seguintes Emendas: “Emenda nº 1 – Dê-se ao art. 2º, do PLS 246, de 2007, a redação a seguir: Art. 2º, inciso I – O produto da arrecadação das contribuições devidas ao PIS pelo empregador rural, pessoa jurídica, e pelas Cooperativas de Produtores Rurais; Emenda nº 2 – Renuncie-se o art. 13, do PLS nº 246, de 2007, para art. 12, bem como os artigos subsequentes”. São essas as Emendas, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Flexa. Em discussão o Projeto. Senadora Ideli, depois o Senador Tuma.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, eu já faria fazer algumas justificativas ao meu pedido de vista. O Projeto do Senador Paulo Paim é um Projeto que tem como objetivo central trazer benefícios aos trabalhadores rurais. Acontece que no Projeto temos algumas situações de inconstitucionalidade flagrante, aonde nós não teríamos como fazer a revisão aqui sem a gente poder superar estas inconstitucionalidades, como é o caso da criação de Conselho. Conselho é prerrogativa única e conclusiva do Presidente da República, nós não teríamos como fazê-lo, e, também, a própria discussão do Fundo, de ampliação do Fundo específico para o trabalhador rural, também há questionamentos de inconstitucionalidade.

Agora acho que o projeto do Senador Paulo Paim tem muitos méritos, principalmente no sentido de acolher algumas situações extremas aonde nós temos a situação do trabalhador escravo no meio rural, a questão da formação de poder ter, inclusive, benefícios nestas situações.

Por isso, eu quero já de antemão deixar claro que eu estou pedindo vista para que a gente possa apresentar um Substituto no sentido de podermos fazer algumas correções das inconstitucionalidades que já foram flagradas e já nos foram alertadas aqui pela assessoria e poder retornar o Projeto, no mais tardar, na próxima semana.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado. Senador Romeu Tuma com a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Como a Senadora já pediu vistas, eu não sei se V. Ex^a. deve conceder, porque ela invocou uma inconstitucionalidade e eu acho que isto é correto, que se tenha o cuidado porque é um Projeto importante, mas eu só queria fazer um pouquinho de desabafo, se V. Ex^a. permitisse.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Perfeito.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Há muito tempo a Polícia Federal vem investigando procedimentos do FAT para melhora de mão-de-obras, onde algumas instituições, ONGs, estão empregando listas, às vezes frias, para poder receber dinheiro para melhorar a mão-de-obra. Eu vejo aqui que o Senador Relator teve a cautela de mostrar que 30% dos trabalhadores rurais, acima da média dos trabalhadores urbanos, são analfabetos. Então é um critério que tem que ter uma fiscalização, Senadora Ideli, bastante rigoroso, porque o desvio do dinheiro com esta finalidade é um crime inconcebível. Então eu faço esse desabafo aproveitando a oportunidade do Projeto do Senador Paim, que sempre tem uma missão melhorada para trazer mais conforto à população mais carente, e no campo isto é importante, porque o trabalho sazonal, essa contratação temporária, tudo isto a pessoa vai se perdendo ao longo do tempo e não consegue nenhum tipo de formação profissional. Então eles acabam, sem querer, virando escravos da própria falta de conhecimento do que estão fazendo. Então esse é um desabafo, eu peço desculpas a V. Ex^a., mas eu acho que é oportuno que a gente realmente possa trazer ao conhecimento que nós estamos vigilantes.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador Tuma, as suas impressões são sempre muito oportunas, muito bem-vindas e corretas. Com a palavra o autor, o Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Presidente, eu sou autor do requerimento na Comissão de Assuntos Sociais de convocação do Ministro Mangabeira Unger, ele está fazendo lá uma exposição e eu estou constangido de não estar lá. Eu só vim aqui devido a esse Projeto, porque eu acho que é um Projeto fundamental. Eu fui um dos autores da criação do FAT, do Fundo de Amparo ao Trabalhador, e quero fazer justiça, na época eram três Projetos que foram fundidos, na época José Serra, ele era Deputado Federal, Jorge Wekilin(F) e o meu Projeto, e prevaleceu o do Serra que era o mais antigo. E nós cometemos essa incorreção, que ficou uma discriminação, como coloca de forma correta o Flexa Ribeiro, em relação ao trabalhador rural. E eles me procuraram, como os outros dois não estão aqui, eu estou aqui ainda, e foi baseado nessa discussão que eu apresentei essa questão. O projeto ainda vai para mais duas Comissões, vai para a Comissão de Agricultura e para a Comissão de Assuntos Sociais. A minha preocupação é que o pedido de vista não permita, mais uma vez, que a gente não vote nem hoje, nem amanhã e nem a semana que vem, porque algumas vezes, Senadora Ideli, me pediram e eu aceitei que eu retirasse o Projeto para que se conversasse com o Ministro correspondente à área. Só que a conversa não aconteceu e o Projeto tem que vir à pauta um dia. Por isso que acumulam muitos Projetos meus. Pedem vista muitas vezes, não é o seu caso agora, eu estou entendendo a sua preocupação, mas daí não estabelece o diálogo, não conversam e o Projeto acaba vindo. E chega um dia, tem que votar, um dia vai ter que votar. Como ele não é terminativo e eu estou entendendo a posição da líder e vou respeitar, não vou me posicionar de forma diferente, como o Projeto vai para mais duas comissões ainda, eu pediria pelo menos que a gente acertasse aqui que na próxima semana o Projeto vai ser votado. Se aqueles que não concordam por um motivo ou outro, nós votássemos na próxima terça-feira o Projeto.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Aliás, Senador Paim, o meu compromisso foi esse, eu estou pedindo vista para poder devolver na forma de Substitutivo, com as modificações, na próxima terça-feira.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Eu só queria mencionar que na próxima terça-feira já tem uma Audiência Pública, então seria só daqui quinze dias, entraria na próxima Sessão. A Senadora mantém o pedido de vista mesmo com esse argumento de que vai a duas outras Comissões? Tá bem, então concedido o pedido de vista.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, eu queria fazer um apelo à Senadora Ideli para que ela pudesse abrir mão do pedido de vista e deixar

para fazer as observações e as alterações que ela acha pertinente na Comissão seguinte, quando tramitar lá, nós não perderíamos esses quinze dias aqui. Ela vai participar também da discussão na Comissão de Agricultura e lá seriam feitas, então, as correções.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Assuntos Sociais também.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Na Assuntos Sociais eu sou suplente. Eu gostaria, eu acho que em algumas dessas Comissões vai ter o pedido de vista. Eu preferia fazer já, se o Senador Paim concordasse com o meu compromisso, vai estar na próxima Sessão entregue.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Pode constar da Ata a preocupação de V. Ex^a., que será apresentada, a senhora já apresenta--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Mas aí já não serei eu.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Na Comissão de Assuntos Sociais.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): É, mas lá eu estou como suplente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Mas como suplente não tem problema, tem o mesmo direito, pode participar normalmente.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Mas eu gostaria de poder fazer o Substitutivo aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Então tá bom. Vista concedida.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente, só para--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só para encerrar eu quero mais uma vez, Senador Paulo Paim, oferecer a V. Ex^a. a ficha do PSDB. Os Projetos de vossa autoria, o partido de V. Ex^a. não deixa tramitar e, quando são aprovados, são embargados lá na Câmara ou vetados pelo Executivo. Então a oferta e que muito poderá honrar e honra o PSDB a ficha para V. Ex^a. assinar.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Flexa Ribeiro, eu estou entendendo a posição da líder e a líder assumiu o compromisso de votar na próxima semana.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senador Paulo Paim, só pergunta ao Senador Flexa Ribeiro como é que os seus Projetos eram tratados quando eles tinham o Presidente da República.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sem comentários.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sem comentários, não é Senador Paim?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não melhorou muito agora não. Vamos lá, pela ordem, Senador Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu quero dizer, eu quero registrar aqui este Projeto do Senador Paulo Paim como mais um grande Projeto de autoria desse grande Senador. E aproveitando o que o Senador Tuma disse, que é muito sério, que o Governo preste atenção que isto é muito sério, isto não é de hoje, essa questão do FAT. A Polícia Federal tem que ficar de olho mesmo. Isso é uma fábrica de corrupção isso, uma fábrica em cima de ONGs que forjam cursos, forjam número de alunos, de trabalhadores que participam. No meu Estado, por exemplo, têm de anos centenas ou dezenas de denúncias que não foram apuradas, ficam pelo meio do caminho porque é político que está envolvido e sempre procuram uma maneira de encobrir, de corrigir. Então o FAT é um excelente Programa, tem boas intenções, mas digo e afirmo isso – graças a Deus o Senador Tuma diz que a Polícia Federal está de olho -: é um antro de corrupção por ONGs inescrupulosas, irresponsáveis e que servem a alguns políticos como fonte de renda para esses políticos, patrocinar campanhas, patrocinar o que tem de patrocinar aí com dinheiro público. O Programa é ótimo, vemos agora com muita preocupação que o Ministério do Trabalho está liberando para “a”, “b” e “c”, também denúncias em revistas de que ONGs estariam usando aquele dinheiro de forma indevida, prestando conta com nomes fantasmas e assim por diante.

Então o FAT é um antro, provoca com recursos do Governo um antro de ações corruptas, um antro da corrupção. É isto que é a realidade do FAT no nosso país. Os beneficiados são poucos pela proporção do dinheiro público que é desviado por roubalheira associada com membros do Governo ou dos Governos. Então fica aqui registrado isso, que o Senador Tuma levantou e que eu quero dizer do meu pensamento, do meu testemunho do que aconteceu pelo menos no meu Estado e de que nós vemos notícia por esse Brasil. Parabéns Senador Tuma, minha admiração por V. Ex^a. por ter mais uma preocupação importante para o nosso país.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado ao Senador Papaléo Paes. Vou devolver a presidência ao Presidente Cristovam Buarque, agradecemos a sua deferência aqui, pois outros poderiam ter presidido—

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): A vista foi concedida?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): A vista foi concedida no Item 7. Antes, porém, eu já passo a palavra do Item 9, que é um Projeto não terminativo, Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2002, tramitando em conjunto com o PLS 9, de 2002. “Dispõe sobre a reserva de vagas nas creches públicas para crianças portadoras de deficiência e dá outras providências”. A autoria é do Deputado Ênio Bacci e a relatoria é do Senador Flávio Arns, a quem passo a palavra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, em relação ao Item 9 da pauta, que trata da reserva de vagas em creches e pré-escolas para crianças com algum tipo de deficiência, esse relatório foi lido na semana passada, houve um pedido de vistas do Senador Virgínio Carvalho, com uma preocupação assim grande em relação a esta área, para que estas crianças também sejam bem atendidas. Ele, inclusive, já elaborou um Voto em separado, mas nós estávamos conversando antes do início desta Sessão da Comissão de Educação para que nós pudéssemos conversar um pouco mais sobre esse assunto, fazer as ponderações, porque eu acho que nós dois, na verdade, temos a mesma preocupação. O Projeto original é da Senadora Maria do Carmo Alves e o Senador Virgínio, que é suplente da Senadora, que está afastada por motivo de saúde, inclusive quero fazer um parêntese que torcemos e acompanhamos para que ela se recupere dos problemas de saúde pelos quais vem passando e que a afastaram já algum tempo e talvez a afaste ainda durante algum tempo das atividades desse Senado, mas que a gente possa discutir bem porque eu acho que nós convergimos integralmente na preocupação do ponto de vista. Então nesse sentido, para que haja um pouco mais de tempo para a gente conversar sobre esse assunto, eu solicitaria a retirada de pauta desse Projeto e, assim, nós vamos conversar, discutir e chegar, sem dúvida, a um bom entendimento.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está retirado de pauta. Eu só quero dizer que tinha deixado para o final, mas já que o Senador Arns falou da Senadora, eu quero lembrar aqui o nosso voto de pesar da Comissão de termos perdido o Jefferson Peres, que era um dos nossos suplentes, na verdade o meu suplente, eu não preciso falar da falta que ele vai fazer, todos nós sabemos e o Brasil inteiro tem se manifestado. Ele era um dos membros nosso da Comissão.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu ponho em votação o voto de pesar que eu quero fazer pelo falecimento do Senador Jefferson Peres. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, exatamente sobre o Senador Jefferson Peres, ele teve exatamente uma atuação sempre marcada pela seriedade, ele nunca teve dificuldades em dizer não à demagogia, às vezes posições até difíceis ele tomava com toda a tranqüilidade. Então apenas me somar e dar o meu voto favorável a esse voto de pesar.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, também quero me associar à proposição de V. Ex^a. pelas razões expostas por V. Ex^a., pelo Senador Eduardo Azeredo, e sem dúvida alguma se há, assim, uma área que marcou todas as manifestações nesses últimos dias em função do falecimento do Senador Jefferson Peres, foi no sentido da seriedade, da transparência, da ética, do compromisso, do compromisso com o Brasil, com a região amazônica, com o Estado do Amazonas. Então nada mais justo também do que esta Comissão, como Comissão, se manifestar oficialmente à esposa, aos familiares, aos amigos e ao povo do Amazonas. E ao Brasil, no fundo também, em relação à perda do Senador Jefferson Peres.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu também gostaria de me solidarizar com o ato de V. Ex^a., em boa hora, e vejo que o Senador Jefferson Peres, um bom amigo, uma pessoa educada, correta, eticamente perfeita, um exemplo de parlamentar e de política que se faz com dignidade e respeito, o que provavelmente o tenha levado à morte, porque o seu discurso de angústia e decepção nos trouxe, sem dúvida nenhuma, aquilo que os médicos dizem que trazem mais violentamente à busca da morte do que qualquer outro procedimento que possa prejudicar a saúde. Eu acho que esse exemplo não pode deixar de florescer, e por ser um homem da Amazônia. Era uma árvore incapaz de ser serrada. Eu acredito que nós o guardaremos para sempre no nosso coração, no exemplo de comportamento, e acho que é tão fácil ser honesto que é muito mais difícil ser incorreto com a sociedade.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado, Senador Tuma. Eu ponho em votação. Os que tiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado.

Vamos passar ao Item 16, Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): No Item 16 a senhora é Relatora.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): O 12 é não terminativo e eu sou a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O 12 também?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Também.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): 12, desculpe.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Presidente, agora o que eu queria, antes de fazer a relatoria destes dois Projetos, eu queria apenas—

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É o 16, Senadora.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): 16 é o da Bossa Nova, não é isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, não. Da Bossa Nova eu gostaria que a senhora fosse Relatora também por vocação, mas no 16, é o Projeto de Lei 370, de 2007, que a senhora é Relatora do Projeto do Senador Edison Lobão, que regulamenta a profissão do Conservador-Restaurador.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Exatamente. Mas antes de eu fazer o relato, Presidente, eu queria apenas trazer a seguinte questão. No dia 13 de maio foi lido no Plenário dois Projetos que vieram da Câmara, o 3127 e o 3128, que são dois Projetos importantíssimos. São os Projetos que queriam os cargos de professores e de técnicos para as nossas Universidades, o Plano de Expansão, o REUNI, as novas Universidades, e também o Plano de Expansão da Rede das Escolas Técnicas. Então são, só para ter a dimensão, são 25.576 cargos de professores de primeiro, segundo e terceiro grau, e 20.080 de técnicos administrativos. E estes dois Projetos que foram lidos no dia 13 de maio deveriam já estar aqui na Comissão, inclusive nós vamos ter uma votação, deveremos entre hoje e amanhã votar as onze Medidas Provisórias que estão trancando a pauta para a gente poder votar o reajuste dos servidores públicos, aquele que estava de Medida Provisória e foi retirado para ser transformado em Projeto de Lei, e nós poderíamos também estar votando esses dois Projetos que são de fundamental importância. Nós estamos com muitas Universidades, muitas extensões, campus, interiorizando as nossas... Por exemplo, lá em Santa Catarina, a nossa Universidade Federal está em fase de construção de três campus. Então não vai poder funcionar se não tiver professor. Nós estamos com sete escolas técnicas agora iniciando

do construção, duas já estão em andamento e mais seis que vão iniciar a construção agora no segundo semestre, e isto é algo generalizado no Brasil inteiro. Então nós precisaríamos aprovar. Eu não sei se a Comissão hoje aqui poderia se manifestar no sentido de pedir urgência, porque eu não consigo imaginar que alguém, que algum parlamentar seja contra a criação de cargos para contratar professor e técnico administrativo para a Universidade, para escolas técnicas. Então eu não sei se a gente poderia apresentar um pedido de urgência para que esses dois Projetos pudessem, de repente, já no Plenário, ser votados.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Pedir urgência à Mesa?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): À Mesa, à Mesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Estamos esperando para ir imediatamente aqui para um Relator. Esse é um projeto que essa Comissão tem a obrigação de votar rápido e votar bem. E votar bem significa, a meu ver, aprovar--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Aprovar a criação de todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então a Mesa acata e vamos fazer esse pedido à Mesa.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Vou fazer então a relatoria do Item 16.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Item 16, que é o Projeto que “Regulamenta a profissão do Conservador-Restaurador de bens culturais móveis e integrados, cria o Conselho Federal de Conservação-Restauração de Bens Móveis e Integrados e os Conselhos Regionais de Conservação-Restauração de Bens Móveis e Integrados e dá outras providências”.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Bom, a matéria, como já foi explicitada, é de autoria do Senador Edison Lobão e objetiva regulamentar a profissão do Conservador-Restaurador de bens culturais móveis e integrados, cria o Conselho Federal de Conservação-Restauração de Bens Imóveis e Integrados – CONFE-COR e os Conselhos Regionais de Conservação-Restauração de Bens Móveis e Integrados – CONCORS. O Projeto prevê que poderão exercer a profissão de Conservador-Restaurador os diplomados em estabelecimento de ensino superior em conservação e restauração de bens móveis e integrados, em cursos similar no exterior, os que tenham concluído o curso de pós-graduação em restauração de bens móveis e integrados e, finalmente, aqueles que tendo concluído outro curso de nível superior venham exercendo a profissão comprovadamente há pelo menos cinco anos.

Nós estamos apresentando o Parecer favorável a este Projeto por entender que cabe à Comissão de Educação examinar o mérito da proposição, com o qual nós concordamos plenamente e elogiamos a iniciativa do Senador Edison Lobão por estar apresentando este Projeto.

Eu quero aqui fazer o registro também que há poucos dias atrás a Comissão aprovou por unanimidade a autorização para a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento dos Museus, que vem muito na mesma direção de conservar a memória e o patrimônio artístico cultural do nosso povo.

Nós temos, no entanto, problemas de constitucionalidade, notadamente nos arts. 4º e 6º, porque são de iniciativa privativa do Presidente da República leis que disponham sobre o provimento de cargos de servidores da União e Territórios e a criação de Conselhos Profissionais. Além disso, não se pode impor ao chefe do Executivo prazo para a regulamentação da lei, algo que depende tão-somente de sua iniciativa. Portanto, nós estamos apresentando Emenda que transforma o Projeto em autorizativo.

Portanto, ao transformá-lo em autorizativo nós eliminamos todo este problema da criação do Conselho, que tem a inconstitucionalidade flagrante do prazo e tal. Então nós gostaríamos de poder aprovar o Projeto com esta Emenda, transformando o Projeto em autorizativo para que ele não tenha o risco de cometer a inconstitucionalidade da criação de Conselhos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Antes de passar à discussão eu queria dizer, Senadora Ideli, que procuramos ver e o Projeto de contratação(F) não chegou no Senado, está na Câmara. Eu gostaria de pedir que tentássemos conversar com o Presidente da Câmara--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Os da criação dos cargos?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É. E gostaria de pedir também que ajude a trazer o piso salarial dos professores(F) para cá.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Ah, o piso, eu estou monitorando cotidianamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Depende só do Presidente Arlindo.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Tá bom.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, o Senador Flávio Arns quer--

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só gostaria, Sr. Presidente, de indagar da Senadora Ideli Salvatti,

que ela faz uma Emenda alterando a natureza para o aspecto autorizativo, só que na minha cópia aqui eu não vejo essa Emenda colocada.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): É porque eu estou fazendo--

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Ah, está fazendo, quer dizer, houve o relato verbal?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Isso.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só uma pergunta, por curiosidade minha. O exercício da profissão de Conservador-Restaurador, com as atribuições estabelecidas nessa lei, permitido exclusivamente aos diplomados no Brasil em curso superior. Existe algum curso no Brasil de Conservação-Restauração, curso superior?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Olha, Senador Flávio Arns, eu imagino que sim. Eu não saberia de pronto responder. O Senador Romeu Tuma talvez--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu acho que tem em São Paulo a Escola, o Liceu de Artes, de fabricação de móveis e arte, que é bem antigo. É uma das melhores escolas para a fabricação de móveis, tanto é que quando eu era diretor de polícia... Aliás, quando eu estava na polícia, o meu diretor pediu ao Liceu de Artes a construção dos móveis que organizaram. Eu tenho a impressão que ele funciona até hoje, é uma escola de primeira grandeza. Eu não sei qual é o grau, se é profissionalizante ou seu é superior, mas poderia se buscar as informações mais corretas.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só por curiosidade assim, obrigado.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mas tem sim. No interior de São Paulo inclusive, Presidente, Senadora Ideli, as escolas profissionalizantes, o Governador Geraldo tomou a iniciativa de ver as virtudes de cada cidade, de cada Estado, para criar a escola profissionalizante aonde havia a dedicação a alguma atividade, e tem umas três cidades que são moveleiras, então são escolas profissionalizantes de fabricação de móveis. Isso eu vi, eu fui à inauguração de algumas delas e tenho certeza que existe a parte profissionalizante. Superior eu não sei, porque a engenharia, também, ela faz essa parte, principalmente arquitetura.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Arquitetura.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Arquitetura.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não havendo mais quem queira se pronunciar, eu ponho em votação. Os que estão de acordo permaneçam como estão. Está aprovado. Cabe votar a Emenda apresentada pela Senadora Ideli.

Os que tiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovada.

Passamos, então, ao Projeto de autoria do Deputado Chico Alencar, cujo Relator aqui é o Senador Paulo Duque, que é o Projeto, na agenda, o Item 18, que "Institui o dia 25 de janeiro como Dia Nacional da Bossa Nova". A matéria já constou da pauta da Reunião nos dias 06 e 13 de maio, por isso temos direito de indicar um Relator *ad-hoc* e eu fico muito feliz de indicar a Senadora Ideli Salvatti pelo gosto, apego e conhecimento que ela tem da música brasileira.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu agradeço, Senador Presidente Cristovam Buarque. Prometo não cometer aquela insanidade de entoar qualquer música maravilhosa da Bossa Nova como de vez em quando eu gosto de fazer, mas o Projeto do Deputado Chico Alencar, um carioca, portanto, uma das pessoas que eu não tenho dúvida nenhuma tem pleno conhecimento da importância que foi todo o movimento e a criação desta nova batida, este novo jeito de tocar a música brasileira, o quanto isto repercutiu nacional e internacionalmente em termos culturais de relevância e de reconhecimento da música brasileira.

Hoje nós já temos o Dia Nacional do Samba, nós já temos o Dia Nacional do Choro e nada mais justo, agora que completamos os cinquenta anos da Bossa Nova, nós poderemos ter também um dia dedicado a este que foi uma verdadeira revolução, porque trouxe para o cenário musical brasileiro não só artistas maravilhosos, fantásticos, como um Tom Jobim, como tantos outros que permearam ao longo de décadas toda a cultura musical brasileira, mas permitiu uma facilidade, inclusive maior para que no mundo, no âmbito internacional a música brasileira pudesse ter o acolhimento que ela tem hoje e o reconhecimento. Eu quero, inclusive, dizer que é muito emocionante você estar, por exemplo, como eu já tive a oportunidade de estar, num metrô em Tóquio e na música ambiente estar tocando Bossa Nova.

Então é algo que até agora ainda me arrepia, porque este gosto que internacionalmente a música brasileira acabou angariando, acabou tendo o reconhecimento este papel, a Bossa Nova acabou dando esta internacionalização da música brasileira, e com a diversidade, porque nós continuamos cultuando e fazendo valer o bom samba de raiz, o bom samba de roda, o jongo, continuamos cultuando aqui em Brasília, inclusive é um dos principais pólos de desenvolvimento e de manutenção do chorinho, esta coisa fantástica que teve tantos baluartes e entre eles eu queria inclusive realçar a nossa querida Chiquinha Gonzaga, esta mulher fantástica que há muito tempo atrás, quando a mulher não tinha o direito, ela foi maestrina,

foi compositora, foi uma divulgadora forte e marcante da música brasileira com esta raiz afro-descendente e com tudo que o popular acaba marcando, a música brasileira. Então nada mais justo do que instituir o dia 25 de janeiro como Dia Nacional da Bossa Nova e eu quero parabenizar não só ao Deputado Chico Alencar como também o Senador Paulo Duque, que faz um excelente Parecer pela aprovação do Projeto na íntegra, da forma como veio da Câmara.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu ponho em discussão o Projeto. Não havendo nenhum que queira se pronunciar, ponho em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado.

Antes de ler o Comunicado, eu quero dizer que foi informado a cada membro da Comissão a necessidade de apresentar até hoje Emendas à LDO.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Até hoje?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Até hoje às dezenove horas.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Ó meu Deus.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A Reunião é amanhã, nós informamos na semana passada e de fato só chegaram duas propostas até, e eu gostaria de consultar, entre os quatro, se algum quer ser o Relator aqui.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu quero dizer que vou fazer chegar também, porque deve ter--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Vai fazer chegar. Agora se um dos quatro aqui presentes quiser ser o Relator--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Precisa ser alguém que não será autor. Pode ser, tanto faz?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, todos podem ser autores. O Senador Virginio quer ser? Eu acho ótimo porque não foi aí. O Flávio já foi, a Senadora Ideli já foi. Ele propôs, então muito bem, o senhor fica sendo Relator, conta com a nossa assessoria aqui, além disso a assessoria do seu gabinete. A gente lhe passa daqui a pouco.

Bem, não há mais não terminativos. Eu passo a ler um Comunicado que chegou do Presidente em exercício do Tribunal de Contas, Wilson Ubiratan Aguiar, encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos do Processo 006493/2008-4(F), bem como do relatório e voto que fundamentaram aquela deliberação referente à decisão do agravo interposto pela Universidade Federal do Acre, contra despacho que determinou a suspensão cautelar da Tomada de Preços 7/2008, realizada pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento

ao Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária do Acre, para contratação do serviço de reforma do refeitório. Os Senadores que desejarem, está à disposição.

Não havendo nenhum outro assunto, está encerrada a Sessão, agradeço a presença de todos.

Sessão encerrada às 12h36.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

ATA DA 24ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE E 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 2008.

AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA

Às dez horas e dezenove minutos do dia vinte e oito de maio de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque, e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Geovani Borges, Mão Santa, Paulo Duque, Virginio de Carvalho, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Marconi Perillo, Marisa Serrano, Flexa Ribeiro, Sérgio Zambiasi e Romeu Tuma reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte e a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Renato Casagrande, João Ribeiro, Wellington Salgado, Valdir Raupp, Lobão Filho, Gerson Camata, Heráclito Fortes, Raimundo Colombo e Papaléo Paes. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão e à Subcomissão a dispensa das leituras das Atas das Reuniões anteriores e a aprovação das mesmas, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 10/08 – CE e 05/07 – SCTMC de autoria dos Senadores Rosalba Ciarlini, Romeu Tuma e Demóstenes Torres e Aditamento nº 01/08 aos Requerimentos nºs 05/07 – SCTMC e 10/08 – CE, de autoria dos Senadores Paulo Duque e Paulo Paim, que têm como objetivo “**Instruir o Projeto de Lei Geral do Teatro**”, fruto de um trabalho conjunto entre a Comissão, a Subcomissão e o setor teatral brasileiro

nos últimos quatro anos. A Presidência informa que o Senhor Gabriel Villela, Diretor, Cenógrafo e Figurinista de Teatro, convidado a participar desta Audiência Pública, envia e-mail justificando a ausência. Neste momento, o Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, comunica que necessita ausentar-se da sessão, em virtude de um compromisso na Câmara dos Deputados, sobre a implantação do piso salarial do professor no Brasil, e passa a Presidência à Senhora Senadora Marisa Serrano, Vice-Presidente da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social. Comparecem à Audiência Pública o Senhor Roberto Nascimento, Secretário de Incentivo e Fomento do Ministério da Cultura; Senhora Sheila Aragão, Atriz e Produtora Teatral – DF; Senhora Tânia Farias, Conselheira do Grupo REDEMOINHO – Movimento Brasileiro de Espaços de Criação, Compartilhamento e Pesquisas Teatral – RS; Senhora Nicete Bruno, Atriz; Senhora Bianca de Felipes, Produtora de Teatro e Cinema – RJ, substituindo o Senhor Gabriel Villela, e o Senhor Paulo Pélico, Diretor-Secretário da Associação dos Produtores de Espetáculos Teatrais do Estado de São Paulo – APETESP. Prosseguindo, a Senhora Vice-Presidente da Subcomissão, Senadora Marisa Serrano, registra a presença para acompanhar a Audiência Pública, do Senhor B de Paiva, Presidente da Fundação Brasileira de Teatro e Diretor do Teatro Nacional de Brasília; Senhor José Fernando de Azevedo, Diretor do Narradores de São Paulo – SP, Senhor Marcelo Bones, Diretor do Teatro Andante de Belo Horizonte, e Senhor Fernando Yamamoto, Conselheiros do Movimento Brasileiro de Espaços de Criação, Compartilhamento e Pesquisas Teatral – REDEMOINHO; Senhora Edlamar Maria Zanquetin e Senhora Erimeide Zanquetin, Artistas do CIRCO ZANCHETTINI; Senhora Andréa Ribeiro Alves e Senhor Eduardo Barata, Membro do Colegiado e Presidente da Associação de Produtores Teatrais – APTR – RJ, respectivamente. Reassume a Presidência o Senhor Senador Cristovam Buarque. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra a Senhora Senadora Rosalba Ciarlini, autora do Requerimento, e o Senhor Senador Paulo Duque, autor do Aditamento. A Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e quarenta minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comuni-**

cação Social lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – SENADOR **CRISTOVAM BUARQUE**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – CE

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL – CECTMCS

24ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE E 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 28 DE MAIO DE 2008

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom dia a cada uma e a cada um dos Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, e demais pessoas presentes. Havendo número regimental, declaro aberta a Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e a 6ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura das Atas das reuniões anteriores e aprovação das mesmas. Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Está aprovado.

A presente reunião atende os Requerimentos nº 05 da Subcomissão Teatro, Música e Cinema de 2007 e nº 10 da Comissão de Educação 2008 aprovados de autoria dos Senadores e Senadoras Rosalba Ciarlini, Demóstenes Torres, Romeu Tuma com aditamento nº 01 do Requerimento nº 05 da Subsecretaria de Teatro, Música e Cinema de 2007 e de autoria dos Senadores Paulo Paim e Paulo Duque para a realização dessa Audiência Pública destinada a discutir o Projeto de Lei Geral de Teatro.

E dando início a essa Audiência solicito ao secretário que acompanhe os convidados para tomar assento à Mesa.

Eu quero agradecer com muita satisfação e eu diria até com carinho, a presença do Roberto Nascimento, da Sheila Aragão, Tânia Farias, Nicete Bruno, Paulo Pélico. Dizer que o Gabriel Villela pediu desculpas, mas não vai poder vir e se coloca inteiramente à disposição, enviou um e-mail muito simpático para a Comissão. Quero também cumprimentar aqui a pre-

sença do B. de Paiva, essa grande figura do teatro do Brasil e que orgulha tanto a nós de Brasília. E quero dizer que essa é uma reunião da Comissão de Educação, mas também da Subcomissão que nós temos permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Por isso, eu quero passar a Presidência à Senadora Marisa Serrano, que é a Presidente da Subcomissão, e é a Vice-Presidente, e ela vai... Sei que ela vai ter muita satisfação de ficar aqui, porque isso daqui é um bálsamo nos últimos dias dela nessa CPI... Que pode até aparecer que está presente mais do que tudo, mas que é algo muito mais angustiante estar aqui com artistas, com pessoas de teatro falando sobre arte e cultura.

Ao mesmo tempo, eu passo... Além de que ela é da Subcomissão, porque eu estou na luta muito grande pela implantação do piso salarial do professor no Brasil, piso nacional e está quase para ser aprovado. Tivemos um problema ontem e às 11h00 vou ter que ir para a Câmara para tentar ver se supera essa dificuldade. São dois milhões e seiscentos mil professores que estão esperando por isso. Eu acho que justifica numa situação dessa que eu não fique o tempo todo aqui, e ao meio-dia eu lembro que vamos ter uma missa pelo 7º dia do Senador Jefferson Peres e convido a todos da Mesa para que estejam presentes.

[troca de presidência]

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Bom dia a todos. Senadores presentes... Senador Duque, Senadora Rosalba, Senador Cristovam. É com prazer que nós os recebemos aqui, a preocupação nossa é sempre poder apoiar não só a Educação que puxa realmente os trabalhos dessa Casa, mas não deixar nunca de lado de garantir que a Cultura que a gente não pode dissociar de Educação que esteja sempre presente nas nossas discussões. Portanto, eu fico contente de ser Vice-Presidente da Comissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Notadamente discutindo recursos e a forma de manter ativo em todo o país não só nos grandes centros, mas em todo país a manifestação cultural do nosso povo, e hoje mesmo nessa Comissão o nosso Presidente, o Senador Cristovam, deve colocar em votação as Emendas na Lei das Diretrizes Orçamentárias, na LDO, Emendas desta Comissão para as áreas que nós trabalhamos aqui e as outras Comissões também estão fazendo o mesmo. Portanto, cabe a essa Comissão ajudar, inclusive, a colocar mais recursos para aquelas áreas que são fundamentais.

Portanto, eu gostaria que os nossos convidados não se preocupassem muito com o número, que não é

tão grande hoje, tão expressivo de pessoas aqui dentro, embora a qualidade delas já as credencie, mas saber que nós aqui precisamos ouvi-los. Isso vai ser passado em nível nacional através da televisão para que nós possamos abrir espaço para ajudá-los naquilo que vocês conhecem mais do que a gente, que é a garantia de recursos para o teatro.

Portanto, eu quero, aqui, passar a palavra ao doutor... Ao Sr. Roberto Nascimento, que é Secretário de Incentivo e Fomento do Ministério da Cultura. É com muito prazer que o recebemos aqui.

SR. ROBERTO NASCIMENTO: Obrigado, Senadora. É com muita satisfação que--

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu gostaria só de... Antes de você começar Dr. Roberto. Vocês acreditam que 10 minutos daria para cada um expor? Com a prorrogação de pelo menos mais cinco? Porque nós temos uma missa ao meio-dia, e eu gostaria que todos pudessem expor. Então, vamos colocar 10 minutos, nós avisamos e aí se for o caso prorrogamos mais um pouco, certo Dr. Roberto? Com a palavra.

SR. ROBERTO NASCIMENTO: Me esforçarei nesse sentido, cumprir o combinado. É uma satisfação estar acolhendo o convite desta Casa para estar aqui presente, enfim... Cumprimentar a Srª Vice-Presidente, Senador Cristovam Buarque na condição de Presidente dessa Subcomissão, demais Senadores, senhoras e senhores, é uma grande satisfação compor essa Mesa aqui com pessoas que trabalham na Cultura, enfim... Que fizeram e fazem diferença no cenário cultural brasileiro.

Essa já é a segunda Audiência que eu participo, que eu assisti a primeira na verdade, e participo dessa segunda. Preparei na verdade para... Inclusive subsidiar essa discussão alguns gráficos e análises de cenários, séries históricas com relação à questão da lei de incentivo... Da Lei *Rouanet*, da Lei nº 8.213 que completa 17 anos aí agora esse... De existência, né?

Vou pedir para projetar o próximo quadro. Esse é um quadro analítico do comportamento da lei de incentivo Federal de 2000 a 2007, ou seja, pegamos sete anos dessa série histórica – não sei se teria como, talvez, diminuir um pouco a iluminação aqui na frente para poder facilitar a visualização – mas aqui nós temos... Por favor, o anterior.

Aqui nós temos, na verdade, o quadro geral de todos os recursos que foram destinados a todas as áreas da Cultura na Lei *Rouanet*, de 2000 a 2007. A linha mais escura superior ela mostra exatamente o quantitativo, o volume de recursos que foi solicitado ao Ministério da Cultura a cada ano pelo conjunto das áreas culturais. Então, nós temos ali em 2000 o volu-

me solicitado girava em torno de dois bilhões de Reais e em 2007 tivemos sete bilhões de Reais solicitados para o incentivo à cultura no país.

Uma curva quase sempre ascendente com uma pequena variação ali da demanda em 2006 onde houve uma queda dessa demanda. Esse é o comportamento, na verdade, da sociedade enfim... O que nos é solicitado na forma de incentivo a projetos culturais. O Ministério não tem influência sobre essa movimentação na medida em que ele recebe protocolo e processa essas análises.

A linha cor-de-rosa ali no meio... Ela mostra exatamente o comportamento dos aprovados na Lei *Rouanet*. O que mostra uma redução mais... Em torno de 50% do que foi solicitado em 2000, mas ela mostra também um crescimento, um alargamento dessa distância entre o aprovado e o solicitado. Chegando em 2007 a uma espécie de boca de jacaré onde, na verdade, a expectativa de crescimento do solicitado vai numa direção e se estabiliza mais ou menos o volume de recursos aprovados na lei.

Isso sugere algum tipo de valoração dos projetos, ou seja, um aumento do custo unitário dos projetos e na medida em que o corte da aprovação ele passa a representar mais de 50%, enfim, do montante solicitado. Tivemos cerca de três milhões e cem aprovados em 2007 contra sete bilhões que foram solicitados. Bilhões. Estamos falando da ordem de bilhões aqui.

E na verdade a linha mais inferior é o comportamento da captação efetiva, ou seja, a partir dos créditos que o Ministério da Cultura lança para incentivo à Cultura, o que é que o mercado efetivamente acolhe como renúncia fiscal? Em 2007... No ano de 2000 tinha ali alguma coisa da ordem de 200 milhões de reais e em 2007 chegamos à cerca de um bilhão de reais para incentivo à Cultura em todo o Território Nacional, em todas as áreas. Ou seja, um crescimento significativo dessa curva de captação, cinco vezes o montante do valor destinado à Cultura no país, e, obviamente, com uma expansão significativa que não teve a sua correspondente expansão operacional... Ou seja, a capacidade de tratar, analisar, aprovar, acompanhar esse conjunto de processos, essa expansão que se deu a partir dessa demanda não teve a correspondente adequação sob o ponto de vista operacional.

É importante destacar que hoje, em função dessa expansão, o Ministério tem cerca de 18 mil processos ativos a cada ano enquadrados na Lei nº 8.313 seja através de Emendas parlamentares, seja através do Fundo Nacional de Cultura ou, predominantemente, do incentivo fiscal.

O importante é que no cenário atual, em 2007, a gente vê a centralidade que esse mecanismo de finan-

ciamento à Cultura ganha dentro das diferentes calhas de financiamento que a Lei *Rouanet* prevê. O Fundo Nacional de Cultura em 2007 tinha cerca de 200 milhões de reais contra um bilhão de reais do Incentivo à Cultura. Próximo quadro, por favor.

Aqui eu queria mostrar exatamente o valor do comportamento na mesma série histórica para as Artes Cênicas. E aí Arte Cênica incluindo teatro, dança, ópera, mímica, circo... Ali o mesmo comportamento que mostra o comportamento da demanda, que é a linha mais superior, saindo ali de 2000 em torno de 390 milhões de reais e chegando a quase um bilhão e duzentos milhões de reais em 2007... O que foi demandado ao Ministério em projetos culturais.

O valor do aprovado reproduz exatamente aquele fenômeno que mencionei antes que é o distanciamento entre o valor solicitado e o valor aprovado em função da complexidade e dos valores cada vez maiores apresentados nos projetos culturais. E ali embaixo mostra exatamente a curva da captação. Também saindo de alguma coisa em torno, diria, uns 50 milhões de reais, chegando a 150 milhões, talvez aqui em 2007. O conjunto, 190 milhões mais ou menos, o conjunto de artes cênicas. O próximo quadro, por favor.

Aqui é o recorte do teatro, exatamente. O quadro analítico do comportamento dos projetos para teatro nacionalmente de 2000 a 2007. Também configura uma expansão, ou seja, a cada ano tanto sob o ponto de vista da demanda como sob o ponto de vista da aprovação e o comportamento da captação, todos eles mostram resultados cada vez maiores a cada ano saindo a captação efetiva da ordem de 50 milhões de reais em 2000 até 109 milhões de reais em 2007, aproximadamente. O próximo, por favor.

Esse aqui seria, na verdade, a participação das artes cênicas. Artes cênicas no total dos projetos incentivados... Eu peço desculpas pela complexidade dos quadros, mas estamos falando de um mecanismo extremamente complexo que tem uma história acumulada e que envolve várias categorias de comportamento como a demanda, o que é aprovado no Ministério, o que é captado efetivamente pela renúncia fiscal, e também ali no caso destacando que o captado não é, necessariamente, igual ao montante da renúncia associada ao projeto... Primeiro porque nós temos dois artigos onde um sim representa 100% de renúncia, mas não necessariamente todos os projetos se enquadram no art. 18 e têm o 100% de renúncia. Então, parte do que é captado não é computado como renúncia fiscal. No caso do teatro é quase que a totalidade porque, na verdade, o teatro se enquadra no art. 18 assim como as artes cênicas em geral. Mas não é o que acontece com os outros... Com as outras áreas culturais.

Então ali em azul, nós temos o comportamento do solicitado, ou melhor, a apreciação da participação do solicitado da arte cênica dentro do geral, ou seja, em azul ali na primeira coluna quer dizer que em 2000 o solicitado de artes cênicas [soa a campainha] correspondia a cerca de 16%, ou melhor, 17% do total. E por aí vai, enfim... Acho que meu tempo já se esgotou, é isso?

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERANO (PSDB-MS): Vamos mais um pouco.

SR. ROBERTO NASCIMENTO: Peço desculpas, são muitas informações. Mas o quadro geral mostra que o solicitado de artes cênicas que é o azul ele tem uma participação também cada vez maior em relação ao conjunto da demanda total instada ao Ministério da Cultura, ou seja, em 2000 foram 17%, algo em torno de 18% chegando a 20% em 2002 e em 2007 temos ali uma queda em relação a talvez 15%, também 17%, porém com um volume muito maior de projetos. Nós tivemos em 2007 uma demanda estimada de cerca de 7, 8 mil projetos novos entrando em 2007.

Ali no caso... No aprovado, também a participação sobre o total, que representa um volume maior, ou seja, Artes Cênicas gira em torno ali de 20% a 25% do volume total dos valores aprovados na Lei *Rouanet*.

Em verde, o captado para Artes Cênicas que gira em torno de 20% do montante captado. E a renúncia sim, ela aparece com uma participação maior no total exatamente, porque Artes Cênicas se enquadra no art. 18 e representa um volume maior do montante de renúncia fiscal associada à Lei de Incentivo. E chegando até, inclusive, em 2001 a 35% do orçamento total de renúncia e caindo para cerca de 20% em 2007. Mas lembrando que estamos falando ali de um total de renúncia em 2001 da ordem de 200 milhões de reais e um bilhão de reais em 2007. Próximo, por favor.

Ali o comportamento do teatro. Não vou entrar muito em detalhes na questão do teatro, porque o teatro representa a maior parte do comportamento de Artes Cênicas. Ele chega em torno de 70% a 80% dos volumes associados e Artes Cênicas estão relacionadas ao teatro. Então, obviamente, o comportamento dessas curvas no teatro eles reproduzem o comportamento das curvas de Artes Cênicas. Ou ao contrário, as curvas de Artes Cênicas são refletidas exatamente nesse conjunto de comportamento para o teatro nessa série histórica. Próximo quadro, por favor.

Esses gráficos são um pouco mais complexos, eu vou apenas detalhar o que eles reportam para se houver alguma dúvida posterior a gente retornar a eles... Eles fazem uma avaliação da variação do comportamento entre solicitado, aprovado, captado e renúncia fiscal a cada ano para todas as áreas. Temos na

seqüência um para artes cênicas, e um outro quadro similar para teatro.

Aqui nessa variação o que mostra exatamente é o comportamento, a oscilação que teve do solicitado em 2001, do comportamento total, enfim... A cada ano, no aprovado a mesma coisa. Essa variação de tamanho de torres, ela não tem uma relevância absoluta e sim comparativa. Ela simplesmente diz se houve um crescimento ou uma redução no valor, no montante solicitado ou aprovado ou captado em relação ao ano anterior. Mas ela não quer dizer que houve uma redução em termos absolutos ou uma... Um aumento em termos absolutos na medida em que a curva original que eu mostrei que cada ano, os valores, tanto de solicitado quanto de aprovado quanto de captado efetivamente tem crescido a cada ano saindo de 200 milhões em 2000 a um bilhão de reais em 2007.

O próximo, por favor... Esse é o comportamento da variação em relação ao anterior para Artes Cênicas.

O próximo. Mostra em relação ao teatro.

O próximo quadro, por favor. Bom, aqui nós temos... Na verdade, ficou um pouco pequeno até para a gente aqui na Mesa, mas ele mostra, na verdade, a divisão dos recursos dentro da área de Artes Cênicas. Enfim... Como é que se dá o comportamento da captação dentro de Artes Cênicas? Ali no caso do primeiro quadro à esquerda superior mostra essa distribuição em 2004, onde o Teatro apresentava [soa a campainha] cerca de 67% do montante captado dentro de Artes Cênicas. A Ópera com 6%, o Circo com 4%, a Dança com 23% e a Mímica com 0%. 0% ali em 2004.

Em 2005, o Teatro com 72%, a Ópera com 1%, Circo com 2%, Dança com 34%, 24%, e Mímica com zero. Ali no caso, também em 2006 o Teatro com 71%; mímica permanece com zero, Dança 23%, Circo com 3%, e Ópera com 3%. Em 2007, ali o Teatro com 68%, se não me engano, aqui, se não me falha a visão, e mímica continua com zero, Dança 19%...

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERANO (PSDB-MS): Circo com 7% e Ópera com 6%.

SR. ROBERTO NASCIMENTO: O que mostra aqui em termos gerais... Obrigado, Senadora, a predominância do Teatro que é visível nesse gráfico de pizza com relação à captação dentro da área de Artes Cênicas onde, obviamente, a Mímica não figura, participa com traços pontos percentuais ali, enfim, e a Dança em segundo lugar girando em torno de 20% da captação anual. O próximo quadro, por favor.

Aqui no caso a distribuição da captação de Artes Cênicas por região. Eu insisto em a gente estar tendo essa visão sobre o conjunto de Artes Cênicas porque, inclusive, a proposta da criação de uma Lei do Teatro ela atinge diretamente a relação que existe com outros

segmentos da área de Artes Cênicas que já são historicamente menos favorecidos como mostra o gráfico, e a saída do principal segmento desse conjunto de área, um tratamento diferenciado ele certamente irá impactar, sobremaneira, esses outros segmentos que já têm uma participação bem desproporcional em relação ao Teatro dentro desse conjunto de Artes Cênicas.

Aqui no caso é uma média de todo o acumulado de 2000 a 2007. Tudo que foi movimentado, captado de Artes Cênicas de 2000 a 2007, fizemos uma distribuição regional. Então, o que é que mostra aqui? Praticamente 79% de todos esses recursos ficaram na região Sudeste do país. O Norte ficou com cerca de 0.8% dos recursos captados. 3.8% para Nordeste, 3.7% para o Centro-Oeste e 12.9% para a região Sul do país, ou seja, evidencia que ao longo dessa série histórica de sete anos. E esse quadro, na verdade, ele acontece, ele se reproduz a cada ano... A distribuição fica mais ou menos nessa proporção, a gente vai poder ver isso melhor ali, mas independente do volume captado, e estamos falando aí exatamente de uma expansão significativa desse mecanismo nos últimos sete anos que estão mostrados aqui nessa série histórica, mas com um comportamento que não consegue melhorar o quadro de distribuição desses recursos nacionalmente. Concentrando cerca de 80% na região Sudeste e quando fala de região Sudeste é até uma questão de justiça... É importante mencionar que o Espírito Santo, apesar de estar no Sudeste, ele apresenta resultados similares à região Norte do país. Ele capta historicamente 1% de todo o montante que vai para a região Sudeste, ou seja, São Paulo e Rio de Janeiro concentram a grande maioria desses recursos desde sempre. Próximo quadro, por favor.

Aqui a captação do Teatro também nessa média, nesse acumulado de 2000 a 2007, o que faz subir essa concentração regional passando de mais de 80% para a região Sudeste e caindo para 0.4% na região Norte do país, ou seja, todas as regiões apresentam em geral uma queda para poder exatamente subir na região Sudeste a participação do Teatro. O próximo quadro, por favor.

Bom, aqui é uma análise do comportamento dos proponentes do Teatro em 2007. Esse quadro mostra apenas o de 2007 até por questão de tempo eu poderia passar o dia inteiro aqui trazendo informações para vocês, mas infelizmente não temos essa disponibilidade.

Aqui no caso o que a gente quer mostrar é o comportamento dos proponentes sob o ponto de vista do volume solicitado de recursos, ou seja, projetos que solicitam acima de proponentes que captaram em 2007 acima de um milhão de reais representam 8% do

conjunto total de proponentes para Teatro. É importante destacar que em 2007 nós tivemos 311 proponentes de Teatro nacionalmente. Com alguma captação. Estamos falando nesse projeto que estamos criando aqui a criação de uma Secretaria Nacional de Teatro onde o objeto de trabalho seria, inclusive restrito a um universo de 311 proponentes. Não parece haver escala suficiente para justificar inclusive uma nova unidade institucional, enfim, administrativa que dê conta desse setor especificamente.

Esses 311 proponentes captaram em 2007, 109 milhões de reais. Contra inclusive um valor aprovado de cerca de 400 milhões de reais, ou seja, havia 400 milhões em crédito para o Teatro em 2007. Porém, só foi conseguida a captação de 109 milhões de reais no mesmo exercício. Desses 109 milhões de reais, 8% desses proponentes captaram mais de um milhão. 11% captaram entre 500 mil e um milhão de reais. Entre 300 mil e 500 mil reais, somente 10%, 35% dos proponentes captaram entre 100 e 300 mil. E 36% abaixo de 100 mil reais, ou seja, é interessante ver essa distribuição onde a gente está falando o seguinte... Que cerca de 71% desse universo são projetos que vão até 300 mil reais, ou seja, são projetos de baixo orçamento, a maior parte dessa distribuição fica em projetos abaixo de 100 mil reais, porém, esses 8% têm um impacto significativo nesse montante captado como a gente vai ver no próximo quadro, por favor.

Aqui no caso mostra exatamente a participação desses proponentes no bolo da captação, ou seja, nos 109 milhões de reais que foram captados. 8% que tem captado acima de um milhão de reais, eles na verdade captam 40% desses recursos, ou seja, 40% dos recursos captados para o Teatro no exercício de 2007 ficaram na mão de 8% dos proponentes. Sendo que é bom lembrar que a grande maioria deles se encontra no eixo Rio-São Paulo e por isso a concentração de 80% dos recursos no eixo Rio-São Paulo, predominantemente. 11% ficaram com 23% que são projetos entre 500 mil e um milhão de reais, e ao contrário, ou seja, aqueles abaixo de 100 mil que representam 35% do total de proponentes, captaram somente 5% do total de recursos captados para o Teatro em 2007. Ou seja, é uma desproporção muito grande e capacidade muito grande de promover o equilíbrio na medida em que a concentração de recursos se dá não somente em termos regionais, mas também em termos de proponentes.

Um outro dado interessante que não destaquei aqui é a própria concentração geral de proponentes na Lei *Rouanet* que é resultado de uma construção histórica. Estamos falando de um mecanismo de Estado, isso não é uma ação, não é um instrumento de

Governo, enfim, é uma legislação, é como o Estado se dispõe a tratar e financiar a Cultura no país, e o Estado Brasileiro completa aí na verdade 17 anos de experiência de uma legislação que foi exitosa(F), avançou, transformou consideravelmente o cenário da cultura brasileira, profissionalizou o setor, nós temos hoje a cultura em todas as suas áreas muito mais bem estruturada, profissionalizada, com mecanismos muito mais consistentes, porém sem conseguir dar conta de promover o desejado equilíbrio. Eu falo desejado, porque a sociedade recorrentemente insiste numa melhor distribuição e aplicação desses recursos, mas que mostra nesse recorte de Teatro, mas também mostrei o quadro geral da Lei *Rouanet* uma concentração que se reproduz, que é uma concentração regional, baixíssima participação de algumas regiões, como região Norte do país que apesar de toda a sua diversidade cultural e riqueza em inventividade e criatividade, enfim, relacionadas não é capaz de se expressar para o resto do país o que promove, inclusive, nesse caso, uma espécie de exclusão reversa, ou seja, o Norte do país é excluído dos recursos e o restante do país é excluído da Cultura da região. Ou seja, é não agir de forma a que através da Cultura, inclusive, se promova a efetiva integração nacional e com toda a... Contemplando toda a diversidade cultura brasileira. Enfim, muito obrigado e desculpe por ter avançado aqui no tempo.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

Mas é importante, porque eu acho que todos nós ficamos tendo uma idéia de como está a distribuição de recursos por todo o país nessa área.

Eu quero convidar para fazer parte da Mesa a Srª Bianca de Fellipes, que é Produtora de Teatro e Cinema no Rio de Janeiro e que está aqui a pedido do Dr. Villela que era inicialmente o nosso convidado. E seja muito bem-vinda à nossa Mesa. E agradecer a presença aqui conosco do B. de Paiva, Senador Cristovam já falou, Presidente da Fundação Brasileira de Teatro e Diretor do Teatro Nacional; Jose Fernando de Azevedo, Conselheiro do Movimento Brasileiro de Espaço de Criação, Compartilhamento e Pesquisa Teatral Redemoinho e Diretor dos Narradores de São Paulo, São Paulo; Marcelo Bones, Conselheiro do Movimento Brasileiro de Espaço de Criação, Compartilhamento e Pesquisa Teatral Redemoinho e Diretor de Teatro Andante de Belo Horizonte; e Fernando Yamamoto, Conselheiro do Movimento Brasileiro de Espaço de Criação, Compartilhamento e Pesquisa Teatral Redemoinho; e Dilamar Maria Zanquetini, artista do Circo Zanquetini, Erimeida Zanquetini artista também do Circo Zanquetini; André Ribeiro Alves, membro do Colegiado dos Produtores Teatrais – APTR; e Eduardo Barata, Presi-

dente da Associação dos Produtores Teatrais – APTR e sejam todos muito bem-vindos.

Gostaria de passar a palavra à Srª Sheila Aragão, que é atriz e produtora teatral do DF. Seja muito bem-vinda.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Presidente, nós ouviremos todos os questionamentos e depois será a segunda etapa?

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Depois teremos todos os questionamentos. Então, gostaria, se fosse possível, se ater ao tempo.

SRª SHEILA ARAGÃO: Muito bom dia a todos. Eu quero agradecer o convite da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social e dizer que eu tenho enorme prazer de estar ao lado da Tânia, do Roberto Nascimento, da Nicete, da Bianca de Fellipes, do Paulo Pélico para debater o “fazer teatral”. E agradecer aos Senadores Cristovam, Senadora Rosalba, Senador Duque, Senadora Marisa Serrano a oportunidade de abrirem este espaço para ouvir o que temos a dizer sobre a produção teatral no país.

Eu sou meio carioca, meio brasiliense. Há dois anos eu voltei para Brasília e hoje não tenho o menor problema em dizer que, juntamente com meus dois sócios, Luciano Girade e o Deva Ferreira somos responsáveis pelas maiores produções realizadas no teatro nacional de Brasília com o objetivo de colocar novamente Brasília no panorama do eixo Rio-São Paulo com espetáculos a preços acessíveis. E temos conseguido, graças a várias parcerias, nenhuma ainda através da Lei *Rouanet*. Mas também o nosso objetivo é produzir em Brasília com artistas e técnicos de Brasília e levar a produção daqui para fora. E vamos começar com espetáculo trazendo no elenco dois atores da cidade formados por Dulcina de Moraes, na década de 1980, o André Mário e a Fernanda Pelozzi numa adaptação do clássico do Ibsen “A dama do mar” com o qual fomos contemplados com 12 mil reais no edital da Caixa 2007/2008.

Dito isso, eu gostaria de fazer uma retrospectiva, porque sou apaixonada por história e sinto muito que o nosso país não guarda a sete chaves a nossa memória. Então, desde 2004 a questão do teatro brasileiro vem sendo discutida no Senado. Em 2005, a classe teatral se mobilizou e entregou um documento a essa Comissão. Em 2007, o nosso companheiro de Mesa hoje, o Paulo Pélico, defendia aqui na Comissão a necessidade de uma Agência Nacional nos moldes da ANCINE, do cinema, para tratar especificamente do teatro. Finalmente, nós estamos aqui hoje debatendo um Projeto de Lei que cria a Secretaria Nacional de

Teatro, e institui mecanismos de fomento para a atividade teatral.

O que eu queria dizer é que independente de qualquer discussão uma coisa pra mim é muito clara. Todos que estão aqui nessa Mesa hoje defendem o Teatro Brasileiro. Fazemos teatro, respiramos teatro todas os dias de nossas vidas. Queremos que o fazer teatral seja mais confortável, pois não basta ser prazeroso, tem que dar sustento de nossas famílias e todos os envolvidos numa produção. Eu me sinto também muito confortável em dizer que sou totalmente favorável à criação da Secretaria Nacional de Teatro como um embrião da Agência Nacional de Teatro. A ausência de uma célula única para o teatro no Ministério da Cultura é uma regressão.

O teatro já foi mais respeitado, mais bem tratado pelo Estado. Já tivemos um Serviço Nacional de Teatro que foi encampado por um novo órgão na época, o INACEN – Instituto Nacional de Artes Cênicas – que juntava o Serviço Nacional de Dança, Serviço Nacional de Ópera, o Serviço Nacional de Circo. E até que tudo isso foi extinto e ficamos apenas com a FUNARTE, que hoje não representa mais a identidade de nenhuma das Artes Cênicas, e menos ainda do Teatro Brasileiro.

Eu sou uma carioca bem brasileira. Uma jornalista muito artista, porque nasci praticamente dentro de um teatro. Meu bisavô foi porteiro e depois administrador do Teatro João Caetano no Rio de Janeiro. Eu cresci assistindo os grandes atores representarem nos espetáculos hoje considerados *mega* produções, que seriam considerados *mega*, *My fair Lady*, *Hello Dolly*, *Homen de la mancha*, *Gota d'água*... Eu vi Bibi Ferreira e Paulo Autran pela primeira vez com três anos de idade. Aliás, com a mesma idade que pisei no palco pela primeira vez e dirigida por uma educadora, uma professora, D^a Elza Campos, dona de um coleginho pequenininho na Tijuca que ousava montar espetáculos no palco do Clube Municipal do Rio de Janeiro.

Faço parte de uma geração que aprendeu teatro no colégio, e na hora que gostou mesmo do negócio já estava fazendo há muito tempo no colégio. E foi aqui em Brasília, no Colégio Pré-Universitário que aprendi a produzir, a fazer teatro, produção. Com Dimer Monteiro – Medinha ao lado de grandes, como Iara Pietricovsky, Geraldinho Vieira, Guilherme Reis no Teatro do Carmo, na 912 Sul que hoje não existe mais. Com essa bagagem, voltei para o Rio onde fiz o início de uma faculdade de comunicação na UFRJ e acompanhei de perto a regulamentação da profissão de artista quando uma das pessoas mais importantes da minha vida e acho que do cenário brasileiro, a Nicete está aqui, o Pélico também, a atriz Vanda Lacerda, uma tia que ganhei de presente de uma colega de

faculdade com quem eu morei, batalhou dentro desse Congresso Nacional para tornar legítimo o direito do trabalhador de teatro.

E só foi conseguido através da união da categoria. Todos, sem distinção, amadores, profissionais, todos estavam na luta. Bibi, Dulcina, Nicete, o Paulo, a Tônia, a Lélia Abrão, o Othon Bastos, amadores de Pernambuco, de Curitiba... Quem vivia de teatro passava a ser profissional de teatro, mas se quisesse continuar amador, podia continuar, não tinha problema, uma coisa não excluía a outra. Como lembrou bem na última Audiência Pública dessa Comissão, a Irene Ravache, não havia essa briga entre o “teatrão” e quem fazia teatro amador.

E nessa história toda eu terminei minha faculdade de comunicação em Brasília, no CEUB, virei jornalista, editora de um segundo caderno, do segundo caderno do Correio Brasiliense onde acompanhei muito de perto e ativamente a história política do Teatro Brasileiro e suas lutas aqui em Brasília. Mas não foi só o chamado “teatrão” do eixo Rio-São Paulo que teve espaço garantido na imprensa naquela época. Briguei junto com muitos na cidade por um Teatro Candango. O saudoso Ari Pára-raios, o nosso mestre B. de Paiva que está aqui, o genial Hugo Rodas que está com espetáculo estreado ontem, maravilhoso, “O bolero”, o louco do Pingo irmão do Peréio(F), o Fernandão, o Fernando Guimarães, o Ricardo Torres, O Miquéias Paes, o mímico que a mímica dele virou uma logomarca nacional das Diretas Já. Alexandre Ribondi, João Antônio, Humberto Pedrancini, Dulcina de Moraes, Aloísio Batata, André Amaro, maravilhosa Dulcina... Todos. Centenas de artistas verdadeiramente brasilienses porque deram o suor para fazer nascer um teatro com a cara da Capital Federal. Todos brigaram por esse Teatro que tinha um espaço e que agora está diminuindo. Quantas salas acabaram aqui no Distrito Federal? O Aloísio Batata, o Aloísio Magalhães no Centro de Convenções, o Teatro da BO, o Galpão, o Galpãozinho... Tudo fechado. O Teatro Nacional da Sala Villa Lobos e a Martins Pena, ambos sendo deteriorados. Sem condição, sem verba. O Dulcina está acabando.

Apesar dos pesares, Brasília está no mapa da produção teatral e é beneficiado em editais da Petrobras, da Caixa, da Eletrobrás, Banco do Brasil, porque tem história e bons trabalhos. Olhem aí o “Cena Contemporânea” do Guilherme Reis fazendo 20 anos. O Teatro Candango começa a ter algum incentivo através da Lei *Rouanet* e coloca no mapa grupos como “Os melhores do mundo”, o “G7”, os “Irmãos Guimarães”, o maravilhoso Hugo Rodas.

A Lei *Rouanet* não é a melhor do mundo. Como dizia uma das suas criadoras, outra grande educadora

e amiga do teatro, nossa saudosa Prof^a Izilda Ramos. É o que nós podemos fazer para garantir um pouco que a arte merece. É muito pouco, porque estamos aqui brigando para garantir migalhas. O incentivo fiscal destinado ao Teatro Brasileiro representa um nada em relação aos outros incentivos fiscais que são distribuídos pelo país. E não pensem nenhum de nós amadores ou profissionais, amadores, que... [soa a campainha] já estou fechando. E não pensem que se abrir mão desse incentivo, dessa migalha, não vão aparecer outros produtores querendo e lutando de verdade por isso – por essa migalha.

E o que nos difere dos produtores de tecido, de componentes de informática, de soja, também plantamos sonhos. Plantamos a vida do país, a identidade, o afeto, como bem falou nosso queridíssimo Almir Haddad na última Audiência Pública aqui nessa Comissão no final de abril. Nós plantamos mais do que papel jornal que recebe um dos maiores incentivos fiscais do país. Por que o Teatro Brasileiro não pode ser beneficiado com isso sem ter culpa? Por que é que essa culpa de quem faz teatro? Por que essa culpa de quem faz teatro tem que ser miserável? Viver com pires pedindo sempre, começando sempre a cada nova produção. Por que essa discussão de que o investimento é maior no Sul e no Sudeste? Porque é óbvio, a produção é maior nessas regiões. Qualquer mapa ou gráfico que explique a distribuição de benefícios fiscais de determinada atividade vai privilegiar as regiões onde a produção é maior.

Então, amigos, nós temos que somar, juntar as forças, garantir mecanismo para que todos que fazem teatro no país, os amadores e produtores não beneficiados hoje que não dispõem de estrutura para buscar os incentivos da Lei *Rouanet*, ou não são contemplados por empresas da sua região têm de ser incentivados pelo próprio Ministério através de um Fundo de Cultura. O problema hoje é gestão.

E nada melhor que as decisões do Teatro Brasileiro fiquem nas mãos de um colegiado escolhido pela categoria com produtores de todas as regiões, representantes de todos os tipos de teatro.

Por isso, mais uma vez, eu reafirmo que sou favorável à criação de uma Secretaria Nacional de Teatro que represente todos nós... Que tenha a cara do Teatro Brasileiro com toda sua multiplicidade, com todas suas máscaras. E que o Teatro volte a ser o grande parceiro da Educação e que seja o contador da nossa história, resgate a nossa memória. Só assim formaremos platéia. Obrigada.

SR^a PRESIDENTE SENADORA MARISA SERIANO (PSDB-MS): A senhora fechou com chave de ouro. Todas as palavras interessantes e a rememora-

ção histórica do Teatro, mas nós temos que lutar muito para que os nossos professores, esses milhares de professores, como disse o Senador Cristovam há pouco, no país, vejam a Cultura não como algo fora, que não interligue com a Educação e que os professores não precisam ter essa formação. A formação dos nossos profissionais de Educação está muito falha. As nossas universidades não estão dando a eles a formação que precisam. Tanto na área de Educação quanto na área da Cultura.

D^a Tânia Farias, é um prazer recebê-la aqui... É Conselheira do Grupo Redemoinho a qual representa. A senhora tem a palavra para nos dar a sua visão sobre essa Lei do Teatro que estamos discutindo.

SR^a TÂNIA FARIAS: Obrigada. Bom dia a todos. Queria só dizer que eu estou acompanhada de todo o Conselho do Redemoinho – Movimento Brasileiro de Espaços de Criação, Compartilhamento e Pesquisa Teatral e o Marcelo Bones, do teatro andante de Belo Horizonte está aqui, o Fernando Yamamoto dos *clowns* de Shakespeare de Natal está aqui, e o Zé Fernando de Azevedo de São Paulo está aqui também. E por muito pouco o nosso atual Secretário da Bahia, do Teatro Vila Velha, Gordo Neto, também não está aqui.

Eu não tenho uma fala tão organizada quanto a nossa companheira ali, mas vamos lá...

Primeiro queria dizer que... Me apresentar um pouquinho, eu sou Tânia Farias e faço parte da tribo de atores “Ói nós aqui tra vez” lá de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. É um grupo que surgiu no final de 1977, estreou seu primeiro espetáculo em março de 1978, o que significa que 31 de março deste ano o grupo completou 30 anos. Como outros tantos grupos espalhados pelo Brasil que tem essa idade, um pouco menos, um pouco mais, mas é uma longa trajetória de luta com certeza.

Eu queria falar um pouquinho do que caracteriza o trabalho do “ói nós”, porque certamente vou estar falando do trabalho de uma grande porção de grupos que são formadores desse Movimento do qual eu sou conselheira.

O “ói nós” entende que o Teatro é um instrumento de discussão e desde o seu surgimento procurou fazer com que o Teatro dialogasse com a realidade. O “ói nós” surge querendo mudar um pouco como o Teatro vinha sendo feito, então ele surge num momento que é difícil falar do Teatro por quem há censura, é difícil sair dos padrões estéticos porque a gente vive um momento muito difícil no país em toda a América Latina.

Nesse momento ele cria uma só primeira vertente de teatro que é a que a gente chama hoje de Teatro Vivência... Isso na área de criação. Logo em seguida, no início da década de 1980, o “ói nós” vai

descobrir a rua como espaço de expressão e o local onde vai encontrar um público que não vai à sala de espetáculo ainda que o teatro seja gratuito. Porque está em função de grandes carências econômicas produzindo uma carência cultural que é ainda maior e mais assustadora.

Então, o “ói nós” começa a fazer teatro de rua também paralelo à sua vertente de Teatro de Vivência no início da década de 1980 e segue fazendo essas duas vertentes até hoje, 30 anos depois.

Ao longo desses anos foi percebendo a necessidade de estabelecer um diálogo mais aprofundado com a comunidade na qual a gente faz parte, criando uma Escola de Teatro Popular que funciona hoje em Porto Alegre na nossa sede, que é a Terreira da Tribo, que é um centro de experimentação e pesquisa cênica e também escola de teatro popular que oferece diversas oficinas de formação e também teatro de rua que são oferecidas gratuitamente para a população. Isso já há bastante tempo.

Paralelo a esse projeto o “ói nós” desenvolve um projeto que chama “Teatro Como Instrumento de Discussão Social” que tem como objetivo fomentar a criação de grupos teatrais nos bairros para que os problemas do cotidiano pudessem ser discutidos não só através de palavras numa discussão chata, como talvez seja essa, mas que o teatro pudesse fazer com que isso se tornasse mais interessante e funcional. E vem fazendo isso ao longo desses anos todos.

Nos últimos anos o “ói nós” tem se preocupado, porque está fora do eixo Rio-São Paulo, como tantos grupos com grandes produções, na verdade os Estados brasileiros produzem muito teatro ao contrário do que mostra a concentração de renda da Lei *Rouanet* e o que, talvez, tenha dito a nossa companhia. A gente viaja bastante, é um grupo que tem 30 anos e um trabalho extremamente reconhecido, embora o nosso primeiro patrocínio tenha vindo três anos atrás, com quase 30 anos. O “ói nós” tem um trabalho que já foi premiado diversas vezes reconhecido como trabalho profissional importante que trouxe renovações para o Teatro Brasileiro.

Então, a gente viaja bastante, vai a muitos Estados percorrendo festivais e conhece a produção desses Estados. E sabe que ela existe, sabe que ela é de qualidade e que ela é grande. E que, portanto, esses dados colocados evidenciam que existe uma maior parte aliada desses recursos que são disponibilizados pela Lei *Rouanet*.

Quero dizer que o “ói nós” há três anos atrás recebeu seu primeiro patrocínio, um patrocínio da Petrobras, por escolha direta do Conselho Petrobras Cultural, porque toda vez nós entrávamos no edital e

nenca ganhamos nenhum edital da Petrobras ou de nenhuma outra empresa através da renúncia fiscal, mas há três anos o Conselho escolheu o “ói nós”, porque é um grupo representativo da região Sul, acredito que tem um trabalho consistente e representativo do Teatro que é feito no Brasil e por isso foi escolhido.

E nem porque ele foi escolhido e porque hoje nós trabalhamos com uma tranquilidade muito maior, nosso patrocínio termina esse ano, mas sem garantias de continuidade para o próximo ano, mas esses anos foram anos de uma maior tranquilidade, saber que o aluguel da sede estava sendo pago, que as pessoas que estavam indo para a periferia da oficina de teatro iam ter o seu salário, coisas assim.

A gente nem por isso acha que esse mecanismo que rege a Lei *Rouanet*, que é o da renúncia fiscal, ele é bom para o país ou bom para o Teatro Brasileiro. E a gente entende que o que aconteceu com a gente, assim como com alguns grupos teatrais que foram patrocinados por empresas estatais como a Petrobras é uma exceção à regra. A regra não é que o patrocínio chegue a grupos como o “ói nós aqui tra vez”, a regra é que o patrocínio vá para grandes produções.

Eu tenho que afirmar, assim como afirmou nossa companhia, tantas vezes da sua simpatia pela criação de uma Secretaria, que a gente entende o Redemoinho que a criação ou aprovação da lei proposta pela APTR que está sendo discutida aqui no Senado seria mais um tiro na classe teatral, mais um tiro no teatro brasileiro, quer dizer, a morte mais um pouquinho no sentido de reproduzir esse mecanismo que é um mecanismo de concentração e de exclusão, e ele reproduz na medida que a gente trabalha com a renúncia fiscal, segue dando esse equivocado direito ao *marketing* das empresas de decidir para onde vai o dinheiro que é público. Quer dizer, dinheiro que é público na medida em que nós todos aqui pagamos impostos, e essa lei dá direito a um grande empresário de não pagar o seu imposto para ele decidir onde ele vai incentivar a Cultura. E é evidente que um *marketing* de empresa vai se preocupar com aquilo que dá mais visibilidade e não necessariamente naquilo que vai desenvolver mais aquela área e vai ser importante para o país enquanto Nação.

E dizer que entendo que eu conheci as pessoas, o Redemoinho está fazendo um esforço de dialogar com todo mundo, no Senado, no Governo, nos Estados com os Governos Estaduais e Municipais, e dentro dessa discussão que foi gerada pela apresentação da lei da APTR, o Redemoinho já se reuniu com a APTR no Rio e com a APTI dos Produtores Independentes de São Paulo num esforço de diálogo e de tentar descobrir o

que a gente... Em que pontos a gente, em que pontos nós temos de convergência.

E sei que são pessoas boníssimas, que são sérias e que trabalham bem. No entanto, quando eu penso no nome da lei, eu penso que um desentendido qualquer poderia achar que é má-fé chamar essa lei de Lei Geral do Teatro, uma vez que ela vai atender e está sendo apresentada por uma parcela muito pequena do que a gente poderia chamar de Teatro Brasileiro. Mas eu sei que não é má-fé só quero evidenciar que a lei não representa o Teatro Brasileiro senão uma pequena parcela.

Nós, fazedores de teatro, de teatro de grupo, espalhados pelo Brasil, o Redemoinho representa cerca de 70 coletivos espalhados por pelo menos 11 Estados Brasileiros, nós nos sentimos agora um pouco pressionados entre essa lei apresentada e a ausência de propostas do Estado seja no sentido de modificação da Lei *Rouanet*, porque todas essas distorções que vêm sendo apresentadas evidenciam a necessidade de uma transformação, de medidas que modifiquem a Lei *Rouanet*, evitando distorções tão absurdas quanto as que a gente vem observando, e ao mesmo tempo [soa a campainha] colocando que o Estado deve criar um mecanismo de financiamento que seja um mecanismo de financiamento direto, e não de fazer essa transferência de responsabilidade que o Estado tem feito desde a criação da Lei *Rouanet*, dando para o *marketing* das empresas a decisão de onde vai ser investido o dinheiro que é público.

Eu acho que é urgente, que é necessário, que o Estado tome de novo nas suas mãos a obrigação que ele tem com a Cultura, assim como ele tem que ter com a Educação, assim como ele tem que ter com a Saúde. Acho que tem sido feito é uma transferência de responsabilidade que é maléfica para a cultura do Brasil, e mais especificamente para o teatro que é feito no Brasil. E acho que isso tem que ecoar, o Estado tem que apresentar alguma proposta. E o Redemoinho apresentou também para o Senado uma Proposta de Lei que não trabalha com a renúncia fiscal, senão com um incentivo direto, um financiamento direto do Estado. E a gente aguarda que o Estado apresente uma proposta... Se ele não entende que essas propostas que estão sendo apresentadas são relevantes, que ele apresente algo, e a gente espera que não seja através da renúncia fiscal. Como meu tempo está passado, por enquanto fico por aqui. Obrigada.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Quero lembrar também que aqui na Casa todos os Projetos de Lei, o que nós fazemos ou que o Executivo manda leva um número, não tem um nome... Foi dado um nome anos atrás e o Júlio me

lembra aqui, porque eu estou chegando há um ano nessa Casa, um ano e meio, apenas para ter uma... Como poderia ser chamado enquanto nós estamos discutindo, mas isso é algo que não é o essencial.

Agora, concordo com a senhora que esse marco regulatório que nós estamos discutindo e que é importante, todos eu acredito que sabem que é importante, tem que levar em conta todas as propostas. E a proposta do Redemoinho, não é isso Senadora Rosalba; Senador Duque? Tem que ser levado em conta também.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): A proposta do Redemoinho, a proposta já está aqui, já está sendo analisada, porque a senhora sabe muito bem que nós temos que passar por aquela análise da consultoria, da constitucionalidade, por quê? Porque têm algumas questões que não podem ser iniciativas nossa, teria que vir do próprio Executivo... Então, tudo isso está sendo analisado e nós pretendemos, estamos também estudando, fazer uma reunião específica para analisar a proposta do Redemoinho.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): E depois também, Senadora Rosalba, aquelas propostas que não cabe ao Legislativo acolher, nós podemos enviar ao Executivo como contribuição dessas reuniões todas que estamos fazendo aqui dessas Audiências Públicas para que não se perca. Quer dizer, que nós podemos avalizar também propostas de sugestão para o Executivo.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Com certeza. E isso será uma grande... Sua colocação, Presidente, porque nós poderemos fazer aquilo que não pudermos, não pudermos apresentar como de nossa iniciativa, nós levarmos ao Executivo e aí com o aval dos artistas e todo o Congresso tenho certeza que esperamos ser ouvidos.

SRª TÂNIA FARIAS: Pela minha falta de hábito eu não sabia que tinha mais quatro minutos. Poderia colocar mais uma questão que ficou faltando?

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Como não, claro.

SRª TÂNIA FARIAS: Muito obrigada. Na verdade, em reunião com a APTR no Rio de Janeiro nós tivemos uma longa reunião, e nós tiramos alguns pontos convergentes e eu acho que seria importante que eles viessem à tona nesse momento para que a gente conheça. Algumas coisas foram conversadas.

A primeira foi a necessidade da existência de um financiamento direto ao fazer teatral através de fundos não contingenciáveis e, é claro, distribuição democrática através de editais.

Outro ponto é quando houver, e se houver incentivo fiscal, seja na proposta de modificação da Lei *Rouanet* ou na própria proposta da APTR que tramita

no Senado ou em quaisquer outros mecanismos que venham a serem criados estes deverão seguir as seguintes normatizações moralizantes – Um teto para projetos incentivados. O Redemoinho, o Conselho propôs um teto em um milhão. No momento da discussão a APTR não fechou com valor, porque precisava discutir mais.

Outro ponto é a criação de pedágio para as empresas patrocinadoras. Fazendo com que parte do valor incentivado vá para o Fundo Nacional de Teatro. Nós falamos que o pedágio seria para projetos a partir de 500 mil.

Outro, um debate e criação de critérios mais objetivos para a aprovação de projetos, inclusive considerando seu mérito. E o debate criação de um sistema de descentralização de recursos que nos parece urgente e necessário. Era isso que não tinha colocado. Obrigada.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERANO (PSDB-MS): Obrigada. Algumas de suas idéias eu já tinha ouvido e acho que não era o nome de pedágio, mas achei interessante o nome que se deu.

Eu quero também aqui dizer que a área de Circo mandou um bilhete que ela já requereu sem sucesso o Serviço Brasileiro de Circo. Continua requerendo essa entidade que de fato atenderia as necessidades da área. O Serviço Brasileiro de Circo é a meta dos circenses.

Eu tenho certeza que se nós conseguirmos fazer com que essa Lei do Teatro seja cumprida, nós vamos ter condições de brigar também para que haja um serviço dentro do Ministério que possa atender também essa questão.

A palavra agora à atriz Nicete Bruno e é um prazer sempre tê-la aqui conosco.

SRª NICETE BRUNO: Estou aqui como representante, talvez, mais antiga, uma das mais antigas que labuta no Teatro Brasileiro. Eu sou da época em que tivemos que batalhar para a regulamentação da nossa profissão, quando eu estreei eu tinha a minha carteirinha de diversões públicas, tive a oportunidade de trabalhar e batalhar por todas as conquistas que foram realizadas até o presente momento pelo Teatro Brasileiro, e comecei a sentir todas as dificuldades desde o início todas as dificuldades que eram apresentadas para o funcionamento do Teatro Brasileiro. Principalmente, eu acho que neste momento o que nós devemos batalhar é pela união, pela junção das necessidades reais do Teatro Brasileiro. Por isso o entusiasmo pela Secretaria Nacional do Teatro, porque ela abrange todas as necessidades de todos os grupos, de todas as experiências, de tudo aquilo que funcione dentro da arte viva que é o Teatro.

Tenho... Para não citar algumas realizações da Nicete Bruno Produções, nós estamos fazendo um trabalho do teatro das universidades em função da necessidade da criação e formação e ampliação do público, porque eu acho que todas essas necessidades surgiram através do espaço que foi perdendo o próprio Teatro em si. Então, há cinco anos atrás, numa pesquisa feita, 62% dos jovens nunca tinham ido assistir um teatro. Então nós fazemos esse... Através de alguns apoios, através de trabalhos, de batalha, levamos à universidade o Teatro para que haja o interesse do jovem e temos tido um resultado muito bom, porque algumas universidades já estão modificando seus espaços para a possibilidade de apresentação de alguns espetáculos. Já estão sendo criados grupos amadores dentro da própria faculdade, e tudo isso é uma dinâmica que nós todos temos que estar atentos para fortalecer essa realização da Secretaria Nacional do Teatro, porque nós precisamos gente do ramo para analisar os projetos, para viabilizar as possibilidades, para entender que não deve existir a discrepância que existe atualmente, e nesse sentido é que eu, representando os atores da minha geração, os produtores que estão ativamente trabalhando, enfrentando todas as dificuldades, inclusive da perda do público em função de uma série de ocorrências do nosso país, eu estou aqui justamente para dar o meu... A minha presença e somar nessa possibilidade da formação da instituição do serviço da Secretaria Nacional do Teatro.

Eu cheguei a falar em serviço, porque já houve época do Serviço Nacional de Teatro onde batalhámos muito por todos. O teatro de rua que é uma coisa extraordinária que acontece, todos os movimentos jovens, mas não pode haver separação, eu acho. Não deve haver grupos isolados... Eu acho que o fundamental neste momento é um chamamento geral; único, positivo e amplo para que se institua uma condição de fato para que os incentivos fiscais possam ser aumentados, possibilitando assim o amparo a... Eu nem diria amparo, porque acho que é uma obrigação do Estado esse movimento de possibilitar a cultura, o teatro como o portador da Cultura do nosso país.

Era isso que eu tinha que dizer, a minha presença aqui se fundamenta nessa união, nesse desejo que essas coisas sejam encaradas e vistas dentro de um sentido amplo para que nós possamos realizar e para que possa existir novamente nas escolas o incentivo ao Teatro. Na minha época escolar, nós tínhamos o curso curricular de expansão cultural onde eram feitos os espetáculos, onde os alunos tomavam conhecimento de poesia, de textos clássicos e contemporâneos, grupos de amadores, a música, a dança, todos os movimentos artísticos próprios do nosso país eram estimulados

no colégio, conseqüentemente, isso também era estendido às famílias. Então, acho que incluir o Teatro à Educação é fundamental para que nós possamos ter um resultado positivo e justo.

Eu acho que a nossa amiga Sheila colocou muito bem todo o processo, todo trabalho, inclusive da nossa mestra Dulcina de Moraes que batalhou muito para poder realizar um trabalho realmente expansivo, B. de Paiva que está ali que foi um grande auxiliar do trabalho da Dulcina e continua hoje ainda batalhando, a nossa amiga Tânia que expôs de uma forma brilhante toda a batalha, todo o trabalho de expansão da própria realização do Teatro como expressão viva, isso que é fundamental e eu como participante direta já há 60 anos na profissão batalhando, trabalhando, sou da época em que não precisávamos estender pires, nós íamos apenas fazer solicitação de empréstimo bancário e pagávamos esse empréstimo com a bilheteria.

Hoje não temos condição nem de, com a casa cheia, cumprirmos as necessidades com o nosso número de funcionários. Porque a empresa, o empresário, o produtor teatral ele gera empregos, ele é um vetor da cultura no nosso país e eu acho que ele merece o respeito e ele merece a compreensão e a viabilização de condições para que o nosso teatro possa se expandir de acordo com o número de talentos que o nosso país possui. Obrigada. [palmas]

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): A luta tem que ser de todos e a gente fica feliz quando as pessoas se dispõem a estar sempre na linha de frente. Eu acho que isso é tão importante quanto a mudança, o estudo e a participação na formatação de uma lei. É o aval que as pessoas como a Nicete podem dar e todos aqui presentes possam dar à lei. Dizer que vale a pena continuar lutando e que a gente não pode nunca deixar de lutar por aquilo que a gente acredita.

Quero passar a palavra ao Dr. Paulo Pélico, que é Diretor Secretário da Associação dos Produtores de Espetáculos Teatrais do Estado de São Paulo – APE-TESP e seja muito bem-vindo como sempre.

SR. PAULO PÉLICO: Obrigada, Senadora. Bom dia a todos. Eu queria agradecer a essa Casa, a Comissão de Educação e Cultura presidida pelo Senador Cristovam Buarque, e vice-presidida pela Senadora Marisa Serrano que tem nos recebido aqui repetidamente. Agradecer ao Secretário Júlio Linhares que não tem economizado esforços para aprofundar esse debate para que possamos avançar em busca de uma solução. Queria cumprimentar meus colegas de Mesa e já iniciar com uma proposta...

Eu acho que o Brasil tem uma distorção injustificável que é a concentração de aeroportos internacio-

nais na região Sul e Sudeste. Não é possível que a gente aceite que a região Sul e Sudeste tenham tantos aeroportos internacionais o Norte e Nordeste não tenham. Então, eu acho que seria uma medida muito acertada com justiça social se nós construíssemos rapidamente aeroportos internacionais no interior do Acre, no Piauí, e obrigássemos as companhias aéreas a se moldarem a essa nova realidade. E se a operação das companhias internacionais, e nacionais não conseguirem desenvolver atividades aterrissando no Norte e Nordeste, nos vôos internacionais, elas que paguem por isso, porque elas são privilegiadas. O Sul e o Sudeste têm que entender que o privilégio não pode continuar. O Norte e Nordeste têm que ser incluídos no transporte aéreo. Então, vamos construir aeroportos e vamos, através de regulamentos, modificar as regras e obrigá-las a cumprir a ter vôos internacionais no interior do país, porque não é possível nós agüentarmos essa distorção. E se algum... Alguma empresa desobedecer, que o espaço aéreo no Sul e Sudeste seja fechado. E as aeronaves que não conseguirem chegar lá e não tiverem combustível para chegar lá, que se espatife no chão, mas não se pode aceitar esta injustiça.

Secretário; é o que o Ministério da Cultura tem feito com relação à Lei *Rouanet*. A Lei *Rouanet* hoje se transformou... O Ministério da Cultura se transformou hoje num grande Congonhas. Eu sou Diretor de Entidades e tenho acompanhado relatos dramáticos de proponentes que há meses, às vezes anos esperam... Não é nem uma negativa; um deferimento. Esperam um comunicado do Ministério e não recebem. Cobram documentos que já foram enviados, manda-se documentos, pede-se a cópia dos documentos, mando-se a cópia, da cópia, da cópia, pede-se a cópia, da cópia, da cópia. Os funcionários, mais de um funcionário já declarou que está proibido de atender proponente. Os telefones são tirados do gancho e nós não conseguimos avançar.

Em nome desse ideal que é desconcentrar do Sul e do Sudeste. Agora, isso não é tarefa fácil... O próprio Ministério, eu estou com relatório do Tribunal de Contas aqui, o orçamento do Ministério que não depende de Diretoria de *marketing*, não depende de empresas, o Ministro do Tribunal de Contas recomenda que o Ministério distribua de forma mais igual o próprio orçamento que está concentrado no Sul e no Sudeste. Por quê? Porque o mapa geopolítico e geoeconômico estão no Sul e Sudeste. O relatório está aqui. Eu posso apresentar os dados.

O próprio Ministério... Desde a posse se esforçou. Nós achamos que é um esforço legítimo. Para corrigir através da lei, do mecenato essa distorção. Passados quatro anos, os indicadores do Tribunal de Contas

demonstram que piorou a concentração, ligeiramente... De um ponto percentual, mas o Sul e Sudeste nos últimos quatro anos estão com um ponto a mais de concentração do que há quatro anos atrás. Quer dizer, todas as ações, aquele Decreto que levou um ano e oito meses para ser publicado, não resolveu o problema e agravou. Por quê? Por uma razão muito simples. A Lei *Rouanet*... As pessoas confundem a Lei *Rouanet* com mecenato. A Lei *Rouanet* é um tripé feito pelo mecenato, Fundo Nacional de Cultura e FICART. O FICART nunca saiu do papel. O FNC que a sua vocação, se vocês lerem o FNC está escrito lá para privilegiar projetos fora dos grandes centros e privilegiar projetos sem viabilidade comercial como o “ói nós aqui travez”, do Redemoinho.

Agora, por que é que isso não é feito? É uma pergunta que o Ministério tem que responder. O Fundo Nacional de Cultura movimenta vultuosas somas todo ano, ela é resultado de 3% de todas as loterias federais e mais as sobras dos projetos do mecenato que vão para esse Fundo.

A explicação mais comum é que é contingenciado e é verdade, nós temos acompanhado que é muito contingenciado. Mas esse é um problema do Governo e não problema da classe artística. E o Fundo Nacional de Cultura, a Lei *Rouanet* só existe nesse tripé, porque o mecenato precisa de um contrapeso, de um contra freio que é o Fundo Nacional de Cultura. Os números que o próprio Ministério tem divulgado é algo em torno de trezentos milhões por ano. Pois é, não deveria. A lei proíbe, Secretário, a lei proíbe--

SR. ROBERTO NASCIMENTO: [Pronunciamento fora do microfone]. É nessa ordem, o fundo é cerca de 200 milhões de reais.

SR. PAULO PÉLICO: Mesmo assim. Era para ter edital todo mês. Para as regiões... Mas por que é que o Redemoinho não participa dos editais? Então, eu não entendo. Agora, o que está se fazendo, Secretário, é pegando o mecenato e fazendo o mecenato voar com a aerodinâmica invertida. Ele está com a aerodinâmica invertida--

SR. ROBERTO NASCIMENTO: Permita um aparte, porque acho que você está na verdade construindo um entendimento equivocado, uma premissa equivocada.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu vou lhe dar a palavra daqui a pouquinho. Só para não perdemos aqui o raciocínio.

SR. PAULO PÉLICO: O Fundo Nacional de Cultura deveria ter uma distribuição. Claro que ouço falar muito em contingenciamento, em dificuldades. Ok, nós somos sensíveis e estamos dispostos a ajudar a resolver esse problema. Mas não pode querer que

um mecanismo voltado para o mercado, baseado nas empresas, uma empresa que tenha interesses no Sul e Sudeste vá obrigado por Decreto ou por outro tipo, por uma portaria botar dinheiro em Tocantins... Se ela não tem interesses comerciais lá. O que se vende para ela é a visibilidade de imprensa, agregação de valores institucionais.

Então, querer que o mecenato e os números que o Secretário apresentou aqui são todos do mecenato, são todos do mecenato.

Agora, por que é que quatro anos de ação, com alto custo para a segurança legal da lei, por que quatro anos não resolveram? Porque não vai resolver, Secretário. O único jeito de resolver que o mecenato seja pulverizado no interior é flexibilizar os limites. Não dá para a Petrobras ter 4% e os distribuidores de bebidas de Bauru tenham 4% também. Bauru, a distribuidora de bebida de Bauru tem que ter 10, 15, e a Petrobras menos de 4, ou 4. E é isso que irá pulverizar.

Fazer por Decreto, como tem feito, como medida, só tem deformado o sistema. A lei hoje... Eu me aborreço muito quando falam que a Lei *Rouanet* seja uma lei elitista. Eu rebato veementemente. Elitista ela foi há cinco anos atrás, seis anos atrás. Hoje, ela é aristocrática. E vou explicar o porquê. Porque precisa de uma estrutura. A empresa para vencer a burocracia era necessária uma conta de movimentação, agora são duas. Com duas autorizações para movimentar, uma quantidade de certidões em cada momento do processo... Só quem tem estrutura e por isso vai concentrando no Sul e no Sudeste. Poucos produtores de São Paulo têm estrutura para vencer esse arsenal de burocracia que o Ministério desenvolveu. É uma coisa enlouquecedora.

Então, ela era elitista, se transformou em aristocrática e está encaminhando para ser imperial... Ela vai se transformar numa lei imperial. [soa a campainha]

Não se pode mais utilizar o mecanismo com previsão de seis meses para frente, tem que usar com um ano para frente. Que projeto dá para planejar com um ano de antecedência? E o Ministério exige que você tenha a carta de adesão de uma coisa que o processo leva oito meses. Como é que você vai garantir a um artista, a Nicete Bruno que daqui oito meses vou ter meu processo aprovado na melhor das hipóteses. Tem casos piores, e eu falei aqui em avião espatifar no chão, isso está acontecendo. A Petrobras tem 60 proponentes que vão perder, depois de conseguir o mais difícil, o mais difícil... A Petrobras vai ignorar 60 selecionados, porque eles não conseguiram aprovação no Ministério da Cultura, Secretário. Então, é avião se espatifando no chão.

SR. ROBERTO NASCIMENTO: Não é verdade.

SR. PAULO PÉLICO: Bom, então tem que desmentir a imprensa, né? Desmentir a imprensa, isso é na imprensa.

SR. ROBERTO NASCIMENTO: Isso não é uma coisa rara de acontecer...

SR. PAULO PÉLICO: Mas de qualquer forma, Secretário, acho que não dá para negar o caos administrativo que se transformou o Ministério. O caos administrativo que se transformou aprovar um projeto no Ministério, aprovar umas prestações de contas. Então--

SR. ROBERTO NASCIMENTO: Queria fazer uma Questão de Ordem, o senhor me desculpa... Mas estamos com um problema de foco. Eu venho aqui para apresentar subsídios para discutir um Projeto de Lei. Se a gente vai aqui entrar em detalhes operacionais específicos, inclusive com relação a eventuais denúncias que o senhor fez aqui, gostaria de receber de forma qualificada essa denúncia para apurar. De forma qualificada eu não recebi. Recebi de forma vaga. Eu não recebi ainda.

SR. PAULO PÉLICO: Agora, esse preâmbulo foi para dizer o seguinte, nós precisamos sim de uma Secretaria e de uma Agência Nacional de Teatro. Porque outro dia o Presidente da Câmara fez um comentário muito bem humorado, diz que na política não segue a natureza biológica onde a criança mama, dá-se mamadeira, ela pára de chorar. No meio político dá-se mamadeira e ele continua chorando. Esse não é o nosso caso.

O Brasil, em década de 1970, tinha 90 milhões e hoje são 180 milhões. O milagre econômico da década de 1970 criou uma classe média robusta que a partir dos anos 80 começou a se consolidar. E 20 e tantos anos de ditadura criou uma demanda reprimida na área de Teatro, na área de Cultura que vai ser difícil a gente resolver a curto prazo. Por isso que não chega a Lei *Rouanet*, não chega a Lei do Audiovisual e estamos aqui pedindo uma outra lei. A demanda é muito grande. A demanda reprimida explodiu a partir da década de 1990. Então, as condições de trabalho... E mesmo assim, com todas essas leis ainda estamos com menos de 2% dos incentivos fornecidos pelo país para todos os segmentos.

É necessário o Brasil de 1970 para cá criou hidrelétrica, construiu muitas hidrelétricas, estradas, aeroportos... É o *hardware*. O *software* ainda é o mesmo dos anos 70. O *software* de uma nação é Educação e Cultura. E nós estamos em semipane. Nós somos um *hardware* rodando em *software* em semipane. A educação é a falência que nós conhecemos. E quem coloca espectador na sala de teatro é a correia de transmissão que coloca espectador na sala de teatro,

a Educação e está em semipane. A cultura está em semipane. 95% dos Municípios de São Paulo não têm sala de cinema. Só 5% dos municípios do Brasil têm sala de cinema. E desses 90% é ocupado com cinema estrangeiro, americano para ser mais pontual.

Então, nós estamos de uma imensa demanda reprimida. O teatro se desenvolveu e se profissionalizou de uma maneira admirável, mas não fomos acompanhados com a mesma... O Brasil envolve a população da Espanha duas vezes e mais Portugal. Portugal tem três bilhões de... Três bilhões de euros para a Cultura. Nós temos só em São Paulo a população de Portugal inteiro, e o nosso orçamento não acompanha. Então, nós não somos sócios de 180 milhões de pessoas... De corpos, nós somos 180 milhões de espíritos também. E não adianta ter um *hardware*, nós temos a oitava economia do mundo se não tivermos um *software* compatível. É isso. Obrigado.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERIANO (PSDB-MS): Nós que agradecemos, Sr. Paulo. Eu quero lembrar a todos que ontem eu acho que quem acompanhou as notícias nacionais deve ter ficado um pouco preocupado, porque o fórum que acontece sempre no Rio de Janeiro e isso mais de dez anos organizado pelo ex-Ministro Reis Veloso, coloca uma outra visão e um levantamento como estamos do índice social no país. Como é que se vez o índice social no país. E estavam as maiores figuras da área econômica e fizeram esse levantamento e é assustador quando a gente vê essas discrepâncias nacionais que não é só na área da Cultura, na área da Educação também, mas em todas as áreas, quando no índice social os mais baixos do país estão o Piauí, primeiro, depois Maranhão, e em terceiro lugar em Alagoas... São os três Estados com os piores índices sociais do país. E os melhores, Brasília, Santa Catarina, e São Paulo, foram os três melhores. Houve uma mudança na metodologia de análise dessa... Desse índice social que acompanha o nosso país, e a gente vê o quanto nós estamos precisando avançar para que Norte, Nordeste, e até o meu Centro-Oeste, já que eu sou de Mato Grosso do Sul, tenham oportunidades de crescimento, desenvolvimento através não só da Educação e da Cultura, mas todos os recursos que precisamos e, principalmente, do apoio através da área Social. Pois não, Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, pela ordem, Srª Presidente. A senhora está falando aí de uma questão, e eu sou nordestina do Rio Grande do Norte. E conheço de perto o sofrimento e a realidade do nosso Nordeste, do interior, inclusive, onde tem seca, e algo que a senhora falou dessa questão social. Quanto nós temos ainda injustiças nesse país...

E também é bom aqui colocar que parece incrível, mas o consumo no Brasil, isso está no *O Globo* de domingo, se não me engano, o consumo no Brasil o Nordeste foi a região que mais cresceu. Hoje perde só para o Sudeste. Só que tem um outro dado que esse aí deixa a gente... Não sei se a palavra é indignada, meu Deus do céu, mas é uma coisa que dói no coração. É que na Educação nós continuamos sendo lanterninha, nós continuamos sendo lanterninha. Isso é doloroso.

Então, vejam que o Nordeste, quando a gente fala de fome só se pensa em pão. O Nordeste tem fome também de conhecimento, e o movimento cultural no Nordeste, quando você falava no teatro de rua, eu lembrava da minha cidade, quantos grupos na rua. Eu vejo aqui o grupo *Clowns de Shakespeare* chegar em São Paulo e fazer um sucesso... É lá do nosso Estado, tem membros da minha cidade. Menino que até hoje é um homão que eu digo assim com muito orgulho: “vi nascer, porque fui a pediatra dele”.

Essa é a distribuição que precisa chegar. E nós vamos debater sobre isso e temos que encontrar um caminho... Existe forma, Senadora, e eu quero contar com a senhora para desenvolver uma idéia que está surgindo e discutir com todos vocês para que a gente possa chegar lá na base, onde tem potencial, onde tem artista, onde tem uma fonte de criação muito grande e que a gente pode fazer que esse Brasil venha conhecer. Então, eu acho que é isso. É lutar agora para combater a fome de conhecimento.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERANO (PSDB-MS): Verdade. Já que essa Comissão é uma das Comissões que na hora que temos projetos para serem aprovados aqui une mais os Parlamentares, em geral é a Comissão que, né, Júlio, consegue reunir ainda Parlamentares para votar os nossos projetos. Vamos tentar fazer com que a Educação chegue realmente para que o Piauí, Maranhão e Alagoas e outros Estados Nordestinos, aí são três Estados Nordestinos tenham essa outra visão de país e de mundo que a gente gostaria que tivesse.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Só para concluir, eu sei que já... Mas tenho que aproveitar esse momento. Como o Senador Cristovam já me designou como Relatora para acompanhar a lei, que o número ainda não soubemos, porque só terá número depois de apresentado, a Lei de Incentivo ao Teatro no Brasil, eu gostaria aqui de dizer desde já e deixar muito claro... Por ser nordestina eu não irei de forma nenhuma deixar de valorizar, de estimular e de incentivar os valores do Sul e Sudeste. Nós temos que pensar no Brasil como um todo. Agora, que essa lei possa vir exatamente para trazer formas, Sr. Paulo

Pélico, que sejam mais rápidas, mais objetivas e que consiga diminuir as desigualdades regionais.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERANO (PSDB-MS): Obrigada, Senadora. Dª Bianca de Fellipes, a senhora está com a palavra, e só vou lembrar que depois ainda passo a palavra ao Dr. Roberto que nós temos uma missa que essa Casa toda vai parar um pouquinho ao meio-dia. Então, Dª Bianca com a palavra.

SRª BIANCA DE FELLIPES: Vou tentar ser rápida. Bom dia a todos. Eu estou aqui substituindo o Gabriel Villela que não pôde chegar, perdeu o avião. Bom dia à Mesa, bom dia a todos. Eu sou Bianca, sou produtora de teatro há 25 anos, já produzi mais de 50 espetáculos, também sou produtora de cinema, já produzi filmes como “Carlota Joaquina”, “Copacabana”, filmes com incentivo da Lei do Audiovisual e sem nenhum tipo de incentivo como “Carlota Joaquina”, e também faço distribuição de filmes brasileiros principalmente documentários e filmes que normalmente não chegam a ter uma grande distribuidora.

Bom, eu gostaria de falar da importância da aprovação de uma lei específica para o nosso setor de Teatro. No momento, nós estamos engessados com a crise que está a Lei *Rouanet*, que a cada ano vem piorando no seu funcionamento. E o importante seria termos um orçamento digno para atender todas as manifestações culturais do nosso enorme e rico Brasil... Isso não acontece. Nós precisamos sim de incentivos fiscais como todos os outros segmentos da nossa economia. A Cultura ocupa o penúltimo lugar na escala de incentivos fiscais no Brasil. Dos 50 bilhões anuais de incentivos e isenções fiscais, a Cultura ocupa o penúltimo lugar. E o incentivo não só é válido como é necessário para uma parte significativa do setor, principalmente teatral.

Eu queria esclarecer alguns números que eu anotei do Secretário de Fomento, só para saber que do montante hoje captado em Teatro, para o Teatro pela Lei *Rouanet*, 80% do valor é direcionado para o próprio Estado, Governos Federais, Estaduais, Municipais e grandes fundações. Desse montante, o produtor independente fica com menos de 2% da captação. Na realidade, quando a Lei *Rouanet* foi feita era para atender a demanda da produção independente. Hoje, na prática isso não ocorre. Hoje a gente sabe que por mais que a gente... É um mecanismo ainda muito importante que a gente não pode prescindir de maneira alguma, a Lei *Rouanet*, mas nós precisamos criar novos mecanismos para que nós possamos produzir. Hoje, a Lei *Rouanet* não está nos atendendo.

Outra coisa que eu gostaria de falar é que o... Da secretaria. Nós precisamos de agilidade. Uma secreta-

ria específica para o setor de Teatro é muito importante porque tem várias questões que não só são fiscais, tributárias, questões trabalhistas, questões como a meia-entrada que hoje é um problema seriíssimo para o nosso setor que tem que ser discutida.

Então, uma Secretaria nos moldes que o Cinema tem é fundamental. O setor cresce, a demanda cresce, e nós não temos um órgão específico com pessoas do setor para se discutir. Hoje a FUNARTE que tem... Agrega Música, Artes Cênicas, enfim, vários segmentos não tem capacidade de gerir todos os segmentos. É preciso setorizar, assim como no Cinema.

O Teatro não é só o teatro independente, o produtor que faz o musical que precisa captar mais, porque custa mais. O musical emprega diretamente 100 pessoas no mínimo. Tem orquestra... Então, não tem a mesma necessidade do que uma comédia de costumes, ou que um grupo, ou que... São diferentes. Ninguém é maior nem menor. São segmentos com especificidades diferentes. E, por isso, precisamos de uma Secretaria sim para atender a todos esses segmentos. E hoje a FUNARTE, infelizmente, não tem condições operacionais nem de pessoal, nem de atendimento, e nós precisamos sim e essa é a coisa mais importante dessa lei que não é uma lei, conforme a Tânia falou, só para um segmento. A lei do Teatro também tem um tripé. A lei tem um mecanismo de isenção fiscal, tem mecanismo também nos moldes do Cinema que através da CVM as produções colocam seus certificados na CVM e têm investimentos, empresas investem nesses espetáculos.

E também tem um fundo que pode ser regulamentado para especificamente descentralizar os recursos de produções que não podem captar no mercado. Então, é uma lei muito simples, mas que já começa, acabando com as distorções que hoje existem na Lei *Rouanet*, nós podemos sim conversar sobre tetos de captação, obviamente um festival tem uma necessidade muito maior do que uma peça que tem um, dois, três atores.

Então podemos sim ter tetos como acontece no Cinema. Hoje, na ANCINE para você captar para filmes você tem que ter no seu currículo... Se é o seu primeiro filme, você tem um teto até onde pode captar. Se tem dois, três filmes, você já é outro nível. Até você ser um grande produtor e ter nível máximo e fazer grandes produções. Isso já acontece no Cinema, e através de uma Secretaria nós podemos sim regulamentar a utilização dessa lei fazendo com que fique muito mais ágil e que dê acesso a todos os segmentos do Teatro e não só a produção independente. É uma lei que possibilita a utilização por vários segmentos.

Eu queria falar que hoje o Fundo Nacional de Cultura, você não tem abertura, você não tem clareza de como ele é utilizado. Ele deveria sim ser utilizado para descentralizar os recursos. Ele não é utilizado dessa forma. Ele é utilizado como... Por exemplo, o senhor disse que tem sempre editais... No âmbito de teatro, não tem editais no Fundo Nacional de Cultura, tem sim através da Secretaria do Audiovisual. Existem editais no Fundo Nacional de Cultura pela Secretaria do Audiovisual que luta pelo seu segmento que é o Cinema. Então, existem editais de baixo orçamento para curta-metragem, para média-metragem que não tem poder de ir ao mercado captar... Um média-metragem que não pode chegar no cinema não tem como chegar numa empresa e dizer: "olha, eu ponho sua logomarca". Não tem interesse. Então, existem sim financiamentos através do Fundo Nacional de Cultura para esses segmentos que não têm como chegar até o mercado.

Bom, acho que é isso. Eu acho muito importante a aprovação dessa lei, eu acho que vai mobilizar muito o setor. É muito importante para a gente ter uma Secretaria, e isso vai fazer com que a classe seja mais atendida, mais ouvida e gostaria de agradecer muito esse espaço aqui do Senado, da Comissão para discutir as questões relativas ao Teatro que a gente está num momento muito rico, de muita união e precisando muito ampliar. Então, é isso. Muito obrigada.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Quero agradecer a Dª Bianca e dizer, como sou Relatora da meia-entrada, eu quero colocar que há uma dicotomia, realmente, entre a participação do público ter a meia-entrada para fazer com que estudantes, as pessoas, idosos possam usufruir o espetáculo cultural e a viabilização do espetáculo. Quer dizer, ter condições de quem produz o espetáculo ter condições de fazê-lo. Quer dizer, parece que essa dicotomia é intransponível, mas não é.

Nós temos que achar um caminho de manter os espetáculos funcionando e garantir também que a população; jovens, idosos também tenham condições de participar do espetáculo. Nós vamos achar um caminho.

E dizer... Só para encerrar essa parte, quero passar para os nossos dois Senadores que são os autores do requerimento... Os autores do requerimento; é do... Nós estamos vendo agora e temos que trabalhar nisso, acho que essa Comissão tem que se voltar para isso, nesses últimos dias nós vimos o incentivo à indústria grande, um incentivo nacional à indústria feito pelo Presidente da República. Nós vimos aí um apoio, aliás, ontem e hoje e acho certíssimo tudo isso, mas temos que discutir também o apoio efetivo para a Cultura... Quando nós vemos o apoio ao pagamento da dívida

dos agricultores e pecuaristas, precisa também um grande incentivo, estão praticamente zerando a dívida dos agricultores e pecuaristas com os recursos, claro, do Tesouro Nacional, e vimos o Ministro Mantega duas semanas atrás criar e dar a sugestão da criação de um Fundo Soberano com recursos expressivo para empresas que querem investir no exterior. E ele disse ainda e bateu muito que era sobra, era um cofrinho, como se fosse um cofrinho, que nós vamos colocando a sobra do dinheiro no cofrinho, porque está sobrando dinheiro então vamos fazer um cofrinho para guardar esse dinheiro e poder ajudar as empresas no exterior.

Quer dizer, é a hora de tentarmos fazer o Ministro Mantega fazer um cofrinho para a Cultura Brasileira. Quer dizer, esse resto de dinheiro que está sendo a mais, porque ele falou isso, todo mundo ouviu ele falar. Então, se há um recurso a mais, se está sobrando dinheiro nesse país, se a arrecadação está muito grande, está na hora de discutirmos mesmo... A nossa médica aqui se precisa mesmo criar uma nova contribuição para a Saúde, se precisa criar o Fundo Soberano... Bom, tudo isso tem que ser discutido.

Bom, esse é um desabafo meu pessoal. E eu quero passar a palavra... Nós estamos discutindo tanto recursos para outras coisas que precisa nesse país, aos autores do requerimento, Senadora Rosalba Ciarlini primeiro e depois Senador Paulo Duque. Porque as mulheres têm preferências... Então... Coloquei primeiro a Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Mas se nós lutamos por igualdade... Senador Paulo Duque, pronto. [risos]

Sr^a PRESIDENTE SENADORA MARISA SERIANO (PSDB-MS): Senador Paulo Duque. Pronto. Decidido. Ele é muito gentil.[risos]

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Sr^a Presidente, Srs. Senadores, senhores convidados. A cada Audiência Pública que está acontecendo em função de debatermos as questões do Teatro e a forma de poder nos somar, que eu acho importante exatamente, a Nicete colocou aqui muito bem, de fazermos... Nos somarmos, porque se você tiver um gravetinho, você quebra, mas se tiver um calhamaço de gravetos, é difícil, ele enverga... Mas não quebra. Então, é isso que estamos sentindo, que cada vez mais possamos nos somar. E ter idéia de como fazer o financiamento, como fazer a democratização, como chegar a incentivar ao restante do nosso país, aquelas regiões mais difíceis sem detrimento de valorizar o que já existe, o que já está gratificando tanto esse país na questão de Teatro.

Mas, quando se fala em incentivo, a Senadora Patrícia colocou o desabafo dela pessoal. Incentivo

à indústria. E o Teatro não é uma indústria? O Teatro não gera emprego e renda? Por trás de um espetáculo, quanto meu Deus do céu. Quanto? Então, isso tem que ser visto, valorizado. Porque existem cidades, existem regiões, existem países, tira de Nova Iorque a *Broadway* para ver o que vai acontecer na economia. Tire de Londres aqueles inúmeros teatros lá com suas peças que ficam anos e anos isso vai ter um reflexo. Nós queremos que a economia do Brasil seja mais forte, vamos valorizar também a Indústria do Teatro.

Acho sim, além... A Secretaria é importante, aqui no sentido de todos que precisa ter aquele espaço que seja tratado pelos que conhecem, vamos analisar como isso deve ser feito, claro, não pode ser assim só criar e está criado... Isso tem que ser ouvindo vocês, porque é importante ouvir cada vez mais cada... Cada... Vamos dizer assim, o segmento, dos que estão no palco, dos que estão na rua... Porque acho que Teatro na realidade envolve tudo. Quando fazem Artes Cênicas, digo tudo é Teatro. Você não pode separar a Ópera, Teatro. O Circo também é Teatro. Tudo é Teatro.

Então, eu acho que nós estamos com essa responsabilidade, o Fundo Nacional de Cultura é importante que a gente saiba como está sendo... Que a gente falou só nos recursos da Lei *Rouanet*. Recursos da Lei *Rouanet* é uma coisa. O Fundo Nacional de Cultura é outra coisa. E recursos que estão indo para o Ministério também. Tudo isso é oportunidade para que a gente possa debater, conhecer, analisar e através de uma lei ou de mais de uma poder melhorar.

Eu quero aqui só deixar do meu entusiasmo, porque por maior que seja a pedra no caminho nessa questão pode ficar certo que com a força de vocês o nosso entusiasmo será maior. Falo por mim e por todos que fazem essa Comissão. Tenho certeza que o Presidente Cristovam, a Vice-Presidente Marisa, nós estamos nessa luta. Nós estamos com vocês e acho que a oportunidade é essa... O Brasil está mostrando que nós estamos tendo hoje mais arrecadação, que já existe, então, por que não fazer nesse momento? Fazer o momento da Arte, do Teatro, o momento desse conhecimento desse sonho que transforma vidas, desse sonho que gera renda, desse sonho que mata a fome de muitos, aquela fome do espírito que vem do conhecimento.

Então, ficam aqui só algumas... Claro que nós vamos ter ainda muitas questões a serem debatidas, como com relação a como fazer, por exemplo... Que esse Fundo de Cultura possa chegar de forma a todos os recantos, a todos os Municípios. Eu fui Prefeita e por isso que eu tenho... Nessa área eu tenho um pouco de conhecimento, eu sei o quanto é difícil chegar lá na ponta, às vezes o Município está com o maior

dos projetos, querendo incentivar, querendo fazer, e não consegue chegar lá no Ministério. Então, por que é que o Ministério não chega cá? Como faz na Educação em várias questões, como já se faz em outras questões. É isso que devemos provocar. É ele que precisa vir, porque chegar lá... são mais de seis mil Municípios... Fica difícil. Em cada Município tem seus valores, seus grupos que cobram dos administradores municipais apoio, cobram participação, mas muitas vezes o administrador fica sozinho. Não encontra como fazer com tão pouco que já tem. É essa história de valorizar. Vamos deixar de achar Cultura, Teatro, o Teatro que está na Cultura, tudo, seja supérfluo. Isso é tão importante quanto a Educação e não pode haver separação, eles têm que caminhar juntos. Porque senão nós vamos continuar a ver o consumo crescer e o conhecimento diminuir... Essa tristeza grande, deixar a gente cada vez mais aflito como está acontecendo com o Nordeste. Muito obrigada.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Antes de passar a palavra ao Senador Paulo Duque a quem eu parabeno por ontem termos aprovado aqui, os artistas vão gostar disso, a criação do Dia Nacional da Bossa Nova. Projeto do Senador Paulo Duque. Mas eu queria chamar atenção quase que da sua última frase... “Aumentamos o consumo e reduzimos a Cultura”. Essa é uma frase que vale a pena destacar. Consumo material e até consumo não material também como às vezes a Arte e a Cultura chega para a gente.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Presidente, aí quando a gente fala a violência só faz crescer, aí está. Cresce só no consumo material. Mas o tratamento da alma, que é o conhecimento, é a Cultura, está faltando para dar a todos aquele sentimento de que se constrói uma grande nação é com paz.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): E a pouca cultura que chega é graças ao heroísmo de muitos artistas. Passo a palavra ao Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Srs. Membros da Mesa. Pela primeira vez que eu fui ao teatro foi no teatro ginástica, assistir uma peça do Ibsen, que ela falou aqui do Ibsen. “O inimigo do povo”. Era garoto, de calça curta, quase. E o ator principal era o Renato Viana. Não sei se alguém aqui se lembra dele... Porque eu sou o mais velho de toda a turma aqui. Renato Viana. Foi Diretor, ator... Era do teatro estudante também, existe até hoje, Pascoal Carlos Magno, com o teatro Duzi(F) em Santa Tereza. Quanta gente ele formou? Era outro tempo, não havia televisão ainda, Presidente. Não havia criminalidade em alto grau.

Então, eu estou tentando apoiar tudo que se fizer aqui a favor do teatro, porque eu me identifiquei muito desde cedo com esse tipo de atividade teatral, atividade artística. E vejo que existe aqui pelo menos um trabalho. Um trabalho. Depois de quatro anos foi feito um trabalho... E eu gostaria muito que esse trabalho fosse mais divulgado entre as pessoas que estão aqui para que possamos receber sem necessitar destruir aqueles aeroportos. Mas receber as sugestões objetivas. É isso que essa Comissão precisa.

Foi muito bom ter conhecido a produtora do filme “Carlota Joaquina”, que eu vi... Foi muito bom. Eu gostei. Mas o que nós precisamos é entrar na objetividade aqui. Objetividade, porque é muito complicado legislar com 513, imagina com 81 que é mais simples. Mesmo assim às vezes a gente sai daqui a meia-noite e não se resolve nada. É incrível, mas aqui é o Brasil, o Senado é o Brasil. E nós temos uma vontade enorme de acertar o conserto das críticas que aqui houve hoje e a Senadora também. As críticas contundentes, honestas, vocês vieram de longe, um veio do Rio Grande do Sul, está aí o representante do Secretário da Cultura, o Ministro da Cultura.

Estou fazendo o possível, Senador Buarque sabe disso, para trazer para o Rio de Janeiro, para o Rio de Janeiro pelo Governo do Rio de Janeiro, o Palácio Gustavo Capanema no Rio. Tem outro prédio aqui. São 50 anos que se mudou para cá a capital. Veja só... E lá estão guardadas aquelas obras de Portinari, e as esculturas de Celso Antônio... Está tudo lá guardado. Só que tem que ser tudo muito bem cuidado. E o Estado precisa muito daquele prédio. É um Projeto de Lei meu, com o apoio do Presidente aqui.

Então, o que nós queremos e vocês da classe teatral aqui dêem objetividade a essa coisa. Ajudem isso aqui... Que é a única coisa que existe hoje aqui nesse Senado é a... Não existe mais nada. Não chegaram aquelas cartas. Lembra da carta, da carta que você falou... Não chegaram. Mas isso está aqui e está sendo pensado, está sendo trabalhado. Se a gente conseguir aprovar isso, com o apoio talvez dele, quem sabe a gente crie essa Secretaria. Eu estou plenamente de acordo com a criação da Secretaria. Pode dizer assim, não... Pleno acordo. Vocês não tiveram isso, vocês não terão jamais de volta o Serviço Nacional do Teatro, foi dirigido pelo Aldo Calvet, eu conheci, então... Eu falo com uma certa experiência no assunto.

Nós queremos ajudar. Mas é preciso que vocês nos ajudem também. Nós não queremos impor nada, mas já existe um trabalho feito aqui por essa Comissão. Trabalho sério. Venham com as decisões... Surgiram os cortes, os acréscimos, mas nós queremos fazer.

Estamos matando a missa aqui, Presidente, mas é preciso aproveitar essa oportunidade.

O Senador Jefferson Peres, todos nós estamos rezando por ele, ótimo companheiro, mas toda oportunidade que tivermos de ouvir, por exemplo, aquela moça que falou quase chorando ali de emoção lá dentro, estava emocionada. Essas pessoas que estão aqui... Todas... É importante sermos objetivos nisso. Viu Nicete Bruno, cadê o Paulo Goulart?

SRª NICETE BRUNO: Ele está trabalhando.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Então, temos que ser objetivos. Vamos aproveitar isso aqui, vamos melhorar isso aqui se for possível, trazer um outro novo. Está há quatro anos e não caminha por quê? Eu sou do Rio o que há de teatro lá, inaproveitado, fechado, querendo abrir, mas sempre foi o grande panorama aquela Nélia Paula, quem que não se lembra? Esse pessoal não pode se lembrar. São muito jovens ainda. Nós queremos que a classe nos dê subsídios objetivos. Isso que nós queremos. Não serve isso? Tragam pronto. Meu Deus do céu; tragam um pronto.

SRª TÂNIA FARIAS: Nós já fizemos isso, o Redemoinho já fez isso, trouxe uma outra proposta e apresentou para o Senado.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Mas meu Deus, cadê o Redemoinho feliz que ninguém conhece?

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Está aqui, Senador. Eles já colocaram. Senador, eles colocaram já uma proposta que já está sendo analisada. Para que a gente possa--

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Vamos chegar a um ponto de junção--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): E vamos ter que fazer uma reunião para discutir a proposta.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Se formos discutir, discutir, discutir, nós estamos roubados... Nós temos que ter uma coisa objetiva e ter o apoio ali do Secretário. Senão já sabe, o mais difícil. Sabe disso.

Presidente, desculpe o meu diapasão que eu estou meio rouco, mas eu agradeço muito, a atenção da Mesa; dos Deputados que estão aqui, pode estar certo, quem assinou o livro ali, embora não esteja presente, como é se estivesse. Aqueles que assinaram ali estão todos presentes. De araque, mas estão... Mas o importante é isso. Eu ouvi com a maior paciência, com o maior prazer todos falarem aqui. Só não vi a lagrimazinha do... Como é que chama o grupo?

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Redemoinho.

SRª TÂNIA FARIAS: Tribo de atuadores “ói nós aqui travez”.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Olha só. Tem que diminuir isso. [risos] De qualquer maneira muito obrigado a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado Senador, eu creio que dentro--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Só um minutinho, é bem rápido, não levo nem um minuto. Eu sei que nós não vamos, mas possamos chegar pelo menos na benção, [risos], mas em nome até de Jefferson Peres que era um batalhador e um determinado acho que nós estamos fazendo aqui pela ética do Brasil... Que o teatro também é isso.

Olha, mas só queria deixar uma pergunta para o Dr. Roberto Nascimento. Gostaria que o senhor nos encaminhasse a resposta com relação ao Fundo Nacional de Cultura. Que esse ano se não estou enganada foi algo entono de 300 milhões. Eu gostaria de tomar conhecimento, nós da Comissão gostaríamos de tomar conhecimento de como foi destinado, e a distribuição também regional, como tivemos aqui a oportunidade de conhecer melhor a Lei *Rouanet*. E desde já fazer um apelo, nós queremos também, claro, importantíssimo, se o Ministério não estiver somando com a gente, nós não queremos nenhuma lei que não seja exequível, muito pelo contrário, nós queremos aquela que seja para valer e que seja para vencer.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem... Eu creio que diante do fato de termos que comparecer à missa, eu vou pedir que cada um que quiser falar tem um tempo muito curtinho. E aí eu encerro rapidamente. Eu vou passar a palavra de lá para cá.

SRª SHEILA ARAGÃO: Uma coisa, nós de teatro temos uma dificuldade de organização porque o fazer teatro já é por si só anárquico. Mas precisamos lembrar que todas às vezes nos unimos, quando a classe, quando profissionais, amadores, todos nós nos unimos nós conseguimos realizações que mudaram o panorama teatral brasileiro. Se a gente olhar, desde... Quando a Dulcina instituiu a folga na segunda-feira, a regulamentação da profissão de artista, a mobilização em torno do art. 13 dos Direitos Conexos, a Lei Sarney, a Lei *Rouanet*, vamos tentar canalizar uma energia para juntar e brigar sim, mas pelo Teatro. Por favor. Da maneira que o Cinema já está tendo seus ganhos por causa justamente de uma Secretaria de Audiovisual e do ANCINE. Obrigada.

SRª NICETE BRUNO: Eu acho que muita coisa já foi dita aqui e eu quero reforçar que nós estamos aqui com muita objetividade, sim. Por isso, viemos de

longe até aqui para podermos demonstrar a nossa vontade, o nosso empenho e o nosso desejo de que a união se faça, porque através dessa união que nós vamos sair vitoriosos.

SR. ROBERTO NASCIMENTO: Bom... Eu vou ter que evocar o art. 14 aqui. [risos] Houve muitas acusações aqui com relação. Bom... Objetivamente, eu acho que eu concordo aqui até comentei com a Nicete sobre o relato emocionado dela que eu compartilho, acho que não existe nenhuma intenção do Ministério da Cultura em enfraquecer o Teatro ou extinguir a Lei *Rouanet* ou a Lei de Incentivo ou a possibilidade de destinação de incentivo fiscal para a Cultura. Não existe nenhuma estratégia ou plano nesse sentido. O que existe são constatações que a partir daqueles dados que a gente apresentou e discutiu aqui que mostram a incapacidade de um sistema, de um modelo que está vigente de promover a redução de desigualdades e aí diferentemente do que o Paulo Péllico aqui mencionou, não dá para confundir *hardware* com *software*, efetivamente. Quer dizer, aeroporto no interior do Acre é uma coisa. Agora, o Acre tem uma cultura pulsante e assim como todos os territórios do país.

A gente precisa fazer chegar e dinamizar o que há de humanidade, o que há de criatividade, o que há de brasilidade em cada rincão. E se hoje nós temos efetivamente um Fundo Nacional de Cultura que historicamente nunca teve condições, musculatura para promover o equilíbrio, porque quando uma região do país concentra 80% de um bilhão de reais, ou seja, 800 milhões de reais/ano, e você tem um Fundo com 200 milhões de reais para promover o equilíbrio nessa destinação, a conta não fecha. Não existe como você tentar compensar desigualdades com um orçamento que não é capaz de fazer isso e aí vem a questão. É preciso sim discutir a questão do orçamento, é preciso sim discutir regras mais claras e critérios para a utilização de incentivo fiscal. É legítimo que a empresa espere um retorno de imagem, agregar valor à sua imagem a partir de um apoio a projeto cultural. Porém isso tem que ser melhor disciplinado, porque efetivamente com 100% de renúncia é preciso que tenha minimamente a contrapartida de acesso e que a população possa ter garantia de estar sendo beneficiada com aquela produção, aquele serviço cultural que está sendo destinado.

O que o Ministério vem trabalhando efetivamente é no sentido de que os desiguais sejam tratados de forma desigual. O que a lei coloca hoje é tratar de forma igual, os desiguais. E isso não é justo. Isso não nos parece justo e não tem promovido a desejada promoção e fomento da Cultura no país. Com relação a problemas de gestão, eles existem sim e eu evidenciei

isso no começo quando coloquei que o mecanismo de incentivo fiscal se expandiu cinco vezes de 2000 para cá. Saiu de duzentos milhões de reais para um bilhão de reais sem a correspondente capacidade de expansão de capacidade operacional. Agora, entretanto, no ano passado foram procedidos mais de 15 mil atendimentos apesar das reclamações que acontecem. Denúncias; recebemos e apuramos todas. Uma delas inclusive terminou, no final do ano passado na prisão de uma servidora no Ministério e de quatro produtores culturais caracterizados como uma quadrilha operando dentro da Lei *Rouanet*.

Então, ou seja, estamos atentos, estamos abertos a receber denúncias qualificadas, evasivas não. Chegar de forma genérica comentando episódios ou “ouvi falar alguma coisa”, isso não tem como a gente apurar e chegar a algum lugar. Nos qualifiquem, vamos apurar. Vamos chegar às últimas consequências, não estamos nos furtando com relação a isso. E todos os processos, inclusive, que impactam na eventual decisão de aprovação de uma nova lei com criação de uma Secretaria, não serão sucesso... Porque primeiro os termos que estão colocados para financiamento do Teatro a partir dessa lei reproduzem integralmente os mecanismos que hoje existem na Lei *Rouanet*. Baseiam-se no incentivo fiscal em 4% para pessoas jurídicas, 6% pessoa física, enfim, todos os instrumentos que levaram aquele quadro de distorção que hoje a gente vive estão reproduzidos nesse projeto aqui.

Tecnicamente, eu afirmo que não há como esperar resultado diferente fazendo tudo do mesmo jeito. E o que vai acontecer aqui, porque os mecanismos identificados para o financiamento do Teatro Brasileiro não estão sendo inovados nesse projeto. A criação de uma Secretaria ela, na verdade, tenta compensar a eventual insuficiência de uma Instituição que já existe. A FUNARTE tem uma Diretoria que pensa em Teatro, como pensa em Circo. Nós precisamos fortalecer essas Instituições. Seria como pensar em criar um outro Ministério. Talvez seja mais razoável pensarmos em qualificar em forma de desenvolver institucionalmente o que já existe, ao invés de estar pensando em replicar Instituições que, antes de qualquer coisa, oneram ainda mais os cofres públicos.

Sob o ponto de vista da gestão de tramitação desses processos, o que acontece é que se não forem implementadas inovações tecnológicas, nada desse esforço será frutífero. Porque a escala com que se trabalha hoje em função da expansão da demanda, estamos falando de 18 mil processos a cada ano. Se não digitalizarmos isso, se não tiver um processo de tecnologia de informação que dê conta de dar agilidade e segurança jurídica, porque não é só dar agilidade;

todas as medidas que foram implementadas e que estão sendo atribuídas como uma forma de burocratizar, ou dificultar a tramitação de processo elas derivam da evidência de problemas inclusive criminais relacionados ao mecanismo de incentivo fiscal que foram apurados e que estão sendo analisados e julgados na instância adequada, investigados pela Polícia Federal e que, na verdade, estamos seguindo, inclusive, recomendações do Órgão de Controle dessa Casa, inclusive. O TCU identificou problemas de inadequada instrumentação de processos e que estamos tomando conta disso.

Agora, algumas questões, essas conjunturais, são mais fáceis de resolver, vamos sentar e vamos avançar. Agora, questões estruturais não há possibilidade de prescindir de uma discussão, de um aperfeiçoamento da lei que existe que é o mecanismo que o Estado Brasileiro escolheu para financiar a Cultura. Esse mecanismo tem se mostrado insuficiente. Ele não é algo que é nocivo, ao contrário, ele mostrou... Gerou impacto no seu tempo de existência significativo. Agora, a própria Nicete Bruno aqui comentou que no tempo dela era o tempo onde o artista vivia de bilheteria, onde era possível conseguir um empréstimo bancário para financiar sua produção. Hoje o risco das produções mais caras como foi mostrado ali, é um risco totalmente do Estado Brasileiro. A produção é totalmente financiada com renúncia fiscal, com 100% de renúncia fiscal e o Estado sequer, ou melhor, a própria produção ela prescinde da bilheteria, muitas das vezes, porque todos os custos relacionados, inclusive de remuneração de profissionais, estão embutidos no projeto. Ele é financiado com recurso incentivado.

A *Broadway*, Senadora, ela vive numa lógica de mercado, numa lógica de sustentabilidade de mercado. Ela não tem incentivo fiscal para estar funcionando ali. O que nós queremos é tratar de forma desigual os desiguais. Existem projetos, existem iniciativas no cenário nacional que não têm condição de sustentabilidade e não terão, porque é a natureza do projeto. Têm outras que têm condições de ter, precisam se profissionalizar.

Há problema de gestão também por parte da produção cultural brasileira. É preciso se qualificar, é preciso entender mecanismos de administração, de gestão de financiamento de projetos, inclusive, de forma mais qualificada, a poder identificar outras fontes de financiamento que não a fundo perdido [soa a campainha] através de renúncia fiscal.

Para isso o Ministério vem trabalhando, inclusive, junto aos Bancos Federais com criação de linhas de crédito e microcrédito para a cultura, já lançamos na região Norte com o Banco do Nordeste, já lançamos, opa desculpa, na região Nordeste com o Banco do

Nordeste, na região Norte com o Banco da Amazônia, estamos [soa a campainha] lançando agora em breve com a Caixa Econômica, com o Banco do Brasil e o BNDES também já funciona nessa linha. É preciso que a produção cultural identifique essas fontes de financiamento que tem juros facilitados, inclusive, para que possam estar agregando mais incentivo, mais financiamento e fomento à Cultura Brasileira. É isso.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Presidente, só porque eu fui citada eu gostaria de colocar... Só uma coisinha para o Dr. Roberto.

Dr. Roberto, se vocês detectam já onde estão os gargalos, então nós... Era muito importante que vocês nos encaminhassem quais são as políticas que estão sendo desenvolvidas para desobstruir esses gargalos. Porque dizer agora aqui, já temos financiamento através do Banco do Nordeste para o Nordeste, isso foi comunicado Município a Município? Não foi.

SR. ROBERTO NASCIMENTO: Isso foi comunicado Município a Município. Já foi feita oficina de capacitação para projetos culturais nos nove Estados da região--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Agora, se a *Broadway* chegou aonde chegou, eu quero parabenizar o povo e os Governos que lá tiveram que encontraram suas formulas e que devem ser bem diferentes da nossa, porque lá é um país e aqui é outro. Então, temos que encontrar as nossas no nosso país. Juntando a sua inteligência com a inteligência de todos, a sua capacidade, a sua experiência, todos dando uma contribuição. Obrigada.

SR. PAULO PÉLICO: Secretário, eu queria me desculpar, eu me inflamei um pouco na minha colocação. O senhor é tão elegante, eu gostaria de ter sido menos veemente. Mas, talvez, porque eu esteja exasperado que eu, como Diretor de entidade e acompanho o drama de pessoas que não conseguem se comunicar com o Ministério e que se espatifam no chão com o compromisso assumido isso me exaspera, peço desculpas que eu inflamei e coloquei de maneira muito veemente.

Mas voltamos na questão de gestão, Secretário. Se o senhor olhar a curva da Lei *Rouanet*, ela dobrou ano a ano desde a sua sanção. Ano a ano foi dobrando... E nós estamos nesse processo. A Receita Federal recebe 15 milhões de declarações por dia. É claro que tem condições. E ela... E o Ministério ao longo do tempo foi dobrando, mas havia resposta. E cinco anos para cá, a piora foi muito... A deterioração foi muito grande. E...

SR. ROBERTO NASCIMENTO: Mas os gráficos não mostram isso.

SR. PAULO PÉLICO: Estou falando da comunicação dos proponentes com o Ministério. O atendimento à distância, o tempo que se leva para aprovar. E claro que o senhor está certo quando diz que aumenta o controle. Nós somos favoráveis a aumentar o controle, mas é necessário funcionários para isso. Na medida que o senhor cria duas contas para aumentar o controle sobre o dinheiro público, nós aplaudimos, mas quando não tem ninguém para resolver os problemas de depósitos desse dinheiro e o patrocinador suspende o depósito, porque não conseguimos fazer isso em tempo hábil, nós estamos criando um problema no meio e essa é a grande dificuldade. Por isso é que eu me exaspero, porque sou Diretor de entidade. E nós já encaminhamos para o Ministério, para vários secretários que antecederam o senhor de soluções simples, basta pré qualificar. O senhor não precisa aprovar sete mil projetos e publicar independente de portaria, pré qualifica e quando tiver patrocinador, publica... Porque serão mil. Nós cansamos de enviar. Isso resolve com Decreto. O Ministério paralisou as atividades um ano e oito meses para gerar um Decreto que piorou, e nós não fomos ouvidos. Eu não fui ouvido na minha entidade. Nós temos soluções, descentralizar o protocolo que é insano o protocolo do Ministério. É insano.

Então, nós temos propostas, coisas simples. A flexibilização dos limites vai pulverizar os recursos no interior do país. Porque nós não temos Petrobras em Bauru, lá tem que ser 15%. Agora, nós precisamos de uma secretaria que nos ouça. A cada mudança de Governo, a cada mudança de guarda, nós voltamos à estaca zero, como tem sido.

A ANCINE, eu vou encerrar já que eu sei que estou me estendendo, vamos dar um número, a ANCINE, depois que a Lei do Audiovisual e o advento da ANCINE, nós tivemos cinco nomeações para o Oscar em oito anos. Cinco. O Oscar não é parâmetro de qualidade cultural, de qualidade artística, mas é parâmetro de eficiência artística. Nós vemos cinco nomeações, o senhor sabe qual foi a anterior? “62 pagadores de promessas”, a única que o Brasil recebeu. Em cinco anos de ANCINE, em oito anos, recebemos cinco indicações. Posso nominá-los todos aqui para o senhor. Nós queremos a mesma coisa, por quê? Porque muda o Governo e não muda a guarda. Vira uma agência ligada ao Estado e não aos Governos de plantão. É isso. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Tânia, por favor.

SRª TÂNIA FARIAS: Na verdade, eu só queria reafirmar algumas coisas. Uma é dizer que um grupo de teatro não produz um produto... Não produz ou realiza e constitui uma mercadoria. O que nós criamos

é bem simbólico. E como fazedores, mas também como cidadão a gente tem que querer que esse bem simbólico seja distribuído de forma justa e eu acho que quando a gente pensa que vai criar um mecanismo de financiamento para o Teatro tem que pensar para quem? Para os fazedores, mas é também para a maior parte da população. Tem que atender a maior parte da população.

E eu entendo quando a gente coloca que a gente não é a favor da criação da aprovação dessa lei proposta pela APTR, a gente está falando que os princípios são os mesmos. Provavelmente, as distorções daqui a algum tempo; pode ser que no início funcionem melhor, mas a médio ou curto prazo as distorções serão as mesmas, porque o mecanismo é o mesmo. E a gente acha que precisamos brigar, porque se tem orçamento... O Estado precisa investir diretamente na Cultura. E diretamente no Teatro. Precisa ter orçamento. Não pode abrir mão de uma parcela que seria o seu orçamento para quem esteja decidindo isso, esteja decidindo à luz de seus interesses. Porque pagar imposto, todo mundo tem que pagar. E eu acho que a gente não pode esquecer quando a gente fala na Lei *Rouanet*, nas leis de renúncia fiscal que a gente está falando de dinheiro público, não está falando de dinheiro do empresário que generosamente está fazendo isso. É dinheiro público. A gente não pode perder isso de vista. Isso para mim é fundamental.

E a outra questão é que eu... Puxa, eu acho que a união é fundamental para que a gente vá adiante. Acho que a gente precisa encontrar onde é que a gente se encontra. Mas ela só vai existir e a proposta que for apresentada contemplar todo um fazer teatral, que não é só fazer teatral dos produtores... Não é só esse. Acho que existe uma grande maior parte [soa a campainha] isso também é Teatro Brasileiro. A gente não pode fingir que o Teatro Brasileiro é feito pela Associação dos Produtores do Rio de Janeiro ou de São Paulo. Não é. Tem uma grande produção, uma rica produção e de grandes produções. Porque quando eu penso no nosso último espetáculo, penso na grande produção que tem que chegar no festival 10 dias antes para que cenografia seja montada. Que tem que levar para aquele lugar pelo menos 20 atores para que o espetáculo se realize entre músicos, atores, bailarinos. Isso para mim é uma grande produção. Isso para mim tem valor. [soa a campainha] Valor não pode ser só quanto custa a produção e eu acho que não se pode falar do teatro fazer um parâmetro com os espetáculos da *Broadway* como se a gente tivesse um objetivo a alcançar. O objetivo do Teatro é chegar lá. Não queremos chegar lá. O que fazemos é importante para o

Brasil. E é importante que se perceba essa importância por mais redundante que isso posso ser.

Então, eu acho que a gente tem sim que chegar num acordo e se unir para brigar por política pública para o nosso setor, para o Teatro. Mas ainda não é esse, eu acho que não se pode, eu peço aos Senadores que não ignorem o resto dos representantes do Teatro Brasileiro que estiveram aqui nessa Comissão e para que não se decida sem observar tudo que acontece no Brasil. Não só uma parte porque estamos decidindo algo que penso que é importante. Eu acredito que o que se decide aqui é importante. Obrigada

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado. Passo a palavra à Bianca.

SR^a BIANCA DE FELLIPES: Vou ser rápida, porque o tempo está estourando. Só queria dizer que a união faz a força, acho importante sim que essa lei agregue todos os valores do Teatro, ela está aberta a isso na sua regulamentação pode sim incluir os outros setores do Teatro para que ela seja abrangente, para que ela seja viável e para que ela funcione.

Eu acho que hoje a gente não pode dizer que não podemos aprovar uma que vai ficar ruim. A gente não vai deixar ficar ruim. A gente vai deixar com que ela funcione. Já passamos por isso... As deturpações que vêm sendo feitas à Lei *Rouanet* foram feitas ao longo dos anos. Ela, a lei foi feita corretamente e foi sendo deturpada.

Concordo que tem que ter rigor nas prestações, na aprovação dos projetos, mas quem está fazendo isso hoje são pessoas que não são da área, não conhecem a área. Quando publicam uma portaria dizendo que você para apresentar seu projeto você tem que ter todo o elenco fechado, você tem que ter todos os teatros pautados com data, quando você para apresentar o seu projeto você tem que ter o aval, não sendo teatro, se for livro, se você vai fazer um livro, a portaria diz você tem que ter as instituições, se você for de contrapartida dar mil livros, você tem que ter mil instituições querendo receber o livro. Isso para você inscrever o projeto. Então, ao meu ver, quem faz uma coisa dessas não é uma pessoa da área e inviabiliza sim a utilização dessa lei. Então, nós precisamos no nosso setor uma Secretaria que discuta os problemas da área e seja apta a discutir com o setor. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Quero agradecer a todos. Lamento que tenhamos essa dada hora para terminar, porque em geral não tem, vai até a hora que for, mas agradeço muito a presença de todos. Quero garantir, vamos procurar fazer um projeto que beneficie a área do Teatro. Isso que é importante e para tanto tem que levar

em conta o Ministério, obviamente, tem que levar em conta os produtores e tem que levar em conta os diretores, levar em conta os produtores, tem que levar em conta até os dramaturgos. Mas ao final nós vamos ter sim um Projeto de Lei que incentive o Teatro.

Muito obrigado a todos e boa tarde.

Eu quero lembrar aos Senadores da Comissão que, logo em seguida, voltamos aqui depois da missa para reunir a Comissão de Orçamento para apresentar não... A Comissão de Orçamento, mas para apresentar as Emendas dessa Comissão à Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Sessão encerrada às 12h40.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ATA DA 25ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 2008

EMENDAS À LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO/2009

Às quatorze horas e quarenta e nove minutos do dia vinte e oito de maio de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Sérgio Zambiasi e com as presenças dos Senhores Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Geovani Borges, Mão Santa, Paulo Duque, Virginio de Carvalho, Rosalba Ciarlini, Marconi Perillo, Marisa Serrano, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro e Cristovam Buarque reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer, os Senhores Senadores Paulo Paim, Renato Casagrande, João Ribeiro, Wellington Salgado, Valdir Raupp, Lobão Filho, Gerson Camata, Heráclito Fortes, Marco Maciel e Raimundo Colombo. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Eventual, Senador Sérgio Zambiasi, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. A seguir, o Senhor Presidente Eventual, Senador Sérgio Zambiasi, informa que o objetivo da reunião é o de discutir e aprovar as cinco (5) emendas da Comissão de Educação, Cultura e Esporte ao anexo de Metas e Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2009 e ao texto do PLDO 2009. Neste momento o Senhor Presidente Eventual, passa a palavra ao Senador Virginio de Carvalho, relator das Emendas à LDO/2009, para proferir seu parecer. Prosseguindo, a Comissão analisa e aprova as seguintes emendas

à **LDO/2009: Emenda n.º 01 ao Anexo de Metas e Prioridades – Educação – Educação Básica – Qualidade na Escola** – “Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores e Profissionais da Educação Básica”, apresentada pelos Senadores Marisa Serrano e Cristovam Buarque. **Emenda n.º 02 ao Anexo de Metas e Prioridades – Educação Básica – Qualidade na Escola** – “Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica”, apresentada pelo Senador Romero Jucá. **Emenda n.º 03 ao Anexo de Metas e Prioridades – Educação – Educação Profissional** – “Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica”, apresentada pela Senadora Ideli Salvatti. **Emenda n.º 04 ao Anexo de Metas e Prioridades – Educação – Ensino Superior** – “Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais”, apresentada pelo Senador Paulo Paim. **Emenda n.º 05 ao Anexo de Metas e Prioridades – Cultura – Livro Aberto** – “Instalação de Bibliotecas Públicas”, apresentada pelos Senadores Cristovam Buarque e Virginio de Carvalho. **Emenda n.º 01 ao Texto do Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2009:** “Inclua-se o inciso V, no artigo 32, do Projeto de Lei nº 1-CN, de 2008, com a seguinte redação: Inciso V– voltadas para ações do movimento escoteiro no Brasil”, apresentada pelo Senador Flávio Arns. Finda a discussão e deliberação das Emendas da Comissão à LDO/2009, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usa da palavra a senhora Senadora Marisa Serrano. O Senhor Presidente Eventual, Senador Sérgio Zambiasi, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às quinze horas e oito minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – **SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI**, Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA
E ESPORTES – CE

**25ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO
DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE,
DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA,
DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA
28 DE MAIO DE 2008**

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião Extraordinária da Comissão da Educação, Cultura e Esporte, da 2ª Sessão Legislativa

Ordinária, da 53ª Legislatura. Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma. Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

A presente reunião é destinada à votação das emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias, LDO 2009.

Dando início à Reunião, passo a palavra ao Relator, Senador Virginio de Carvalho. Com a palavra, o Senador Relator.

SENADOR VIRGINIO DE CARVALHO (PSC-SE):

No prazo estabelecido pela Comissão, foram oferecidas 31 propostas de emenda ao Projeto de Lei nº. 1 de 2008 do Congresso Nacional, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2009.

Dessas, 30 foram destinadas ao Anexo 1, do PLDO 2009, que contém as prioridades e metas da Administração Pública Federal. E uma ao texto do projeto.

Das propostas do Anexo 1, 21 foram destinadas para a Área da Educação, quatro para a Cultura e cinco para o Esporte.

Conforme consta no art. 87, a Resolução nº. 1, de 2006 do Congresso Nacional, as Comissões Permanentes podem apresentar até cinco emendas ao anexo de prioridades de metas do PLDO. Diante dessas realidades e apesar do inegável mérito de todas as propostas, tivemos a árdua tarefa de selecionar e indicar, para a aprovação desse Plenário, apenas cinco das propostas oferecidas pelos ilustres Senadores. Assim, adotamos como critério inicial identificar as propostas que representam, de maneira mais significativa, os temas de maior interesse dessa Comissão. Optamos por indicar, para aprovação, duas emendas da educação básica, uma da educação profissional, uma do ensino superior, e uma da cultura.

Além disso, dentro de cada um desses temas, demos preferência àquelas propostas que conseguiram mais apoio dos Parlamentares.

Com esses critérios, procuramos atender a maioria dos Senadores que apresentaram sugestões.

Na educação básica, decidimos apoiar a proposta apresentada pelos Senadores Marisa Serrano e Cristovam Buarque, conforme páginas 3, 7 e 8, que inclui como prioridade a ação 633, desculpem, a ação 6333, Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores e Profissionais da Educação Básica.

Essa iniciativa possibilita ampliar a oferta de meios de capacitação e formação inicial e continuada de professores e profissionais da educação básica, por meio de apoio técnico e financeiro às redes públicas

da educação básica, incluindo, inclusive, ações direcionadas ao projeto 100, que é o Setor Educacional do Mercosul, Escolas de Fronteira.

Também na Educação Básica, indicamos a sugestão oferecida pelo Senador Romero Jucá, na página 5, que eleger como prioridade a ação 0509, Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica, destaca-se que essa é a proposta mais abrangente relacionada à Educação Básica, de modo que alcança todas as etapas iniciativas que se destinem à melhoria qualitativa do processo educacional.

Na Educação Profissional, optamos sugerir o acolhimento da ação 1H10, Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, que amplia a oferta de vagas da Educação Profissional e Tecnológica em todo o território nacional, proposta pela Senadora Ideli Salvatti, página 28, do nosso relatório.

No Ensino Superior, escolhemos a proposta do Senador Paulo Paim, página 18, que indicou a ação 0048, Apoio a Entidades de Ensino Superior não-Federais, por considerar que é de fundamental importância assegurar que as Instituições Públicas Estaduais e Municipais do Ensino Superior, recebam recursos do Governo Federal, para poder continuar exercendo o relevante papel no processo educacional brasileiro.

Finalmente, na cultura, escolhemos a proposta de apoiar a ação 1521, Instalação de Bibliotecas Públicas, sugestão do Senador Cristovam Buarque, página 26, essa ação pretende instalar bibliotecas em todos os municípios brasileiros, o que possibilitará o acesso da população à informação, conhecimento e enriquecimento intelectual. Vale ressaltar a emenda do Senador Flávio Arns, que propõe a inclusão do inciso V, no art. 32, do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, possibilitando a inclusão, no orçamento geral da União, de recursos para ações do Movimento Escoteiro do Brasil, conforme já estabelece o art. 4, do Decreto-Lei nº. 8.828, de 24 de janeiro de 1946.

Como essa emenda não se encontra dentro das limitações estabelecidas no relatório da Comissão Mista de Planos Orçamentários e Fiscalização, pois não objetiva atingir o anexo 1, Metas e Prioridades da LDO, não vemos óbice em atender, além do limite das cinco Emendas da Comissão priorizando, é claro, as emendas afeitas às metas.

Diante do exposto, voltamos, aliás, diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão de Educação delibere pela apresentação das seguintes emendas do Anexo 1, do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009.

1ª. 6333: Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores e Profissionais da

Educação Básica, com acréscimo de meta de 300 mil profissionais beneficiados.

2ª. 0509: Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica, com acréscimo de meta de 1.307 Projetos apoiados.

3ª. 1H10, que é a Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com acréscimo de meta de 300 Unidades de Ensino implantadas.

4ª. 0048: Apoio a Entidades do Ensino Superior não-Federais, com acréscimo de meta de 175 Entidades apoiadas.

E a 5ª, que é a 1521, Instalação de Bibliotecas Públicas, com acréscimo de meta de 1.500 Bibliotecas instaladas.

No que diz respeito ao texto, sugerimos a aprovação da seguinte emenda. “Inclua-se o inciso V, no art. 32 do Projeto de Lei nº. 1, do Congresso Nacional de 2008, com a seguinte redação...”, que é o art. 32. E o 5º, no seu § 5º, que diz: “Voltadas para ações de Movimentos Escoteiros no Brasil”.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Senador Virgínio de Carvalho. Coloco em discussão. Com a palavra, Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu queria cumprimentar o Relator, o Senador Virgínio pelo trabalho árduo, porque ontem no final da tarde ainda estavam chegando as Emendas, não é isso Júlio? E ele teve que até tarde, os nossos Assessores e ele, para discutir as Emendas propostas, que não foram poucas.

Eu quero dizer, Sr. Presidente, que fico muito contente em ver V.Exª na Presidência dessa nossa Reunião Extraordinária, Sessão Extraordinária, porque uma das Emendas que foi acatada pelo Sr. Relator, refere-se ao Ensino Básico e dentro dela, Apoio à Capacitação e à Formação Inicial e Continuada de Professores e Profissionais da Educação Básica.

É uma ação global, mas a justificativa e isso foi colocado, é que nós queremos, também, uma prioridade para as Escolas de Fronteira. E essas escolas de fronteiras, que estão dentro do Projeto Setor Educacional do Mercosul, começou em 2004, num projeto do Ministério da Educação do Brasil e o Ministério da Educação da Argentina. E tendo como, vamos dizer assim, experiência piloto, as Escolas de Fronteira do Rio Grande do Sul. E está dando tão certo que a idéia é que ela possa ser expandida para a fronteira de outros Países do Mercosul e quiçá, de fronteiras de todo o Brasil com outros Países da América Latina.

O Sr. Ministro da Educação se interessou mais pelo assunto, a explanação feita pelos responsáveis por esse projeto, na sexta-feira retrasada, quando a

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte do Mercosul, se reuniu aqui no Congresso Nacional, e aqui no Senado, a exposição foi extremamente discutida e bem aceita, que todos se sentiram interessadíssimos em ampliar esse Projeto.

O Senador Modesto Guggiari, do Paraguai, já estava levando para o seu País o interesse em fazer com que essas escolas de fronteira também pudessem estar presentes nos Estados, principalmente, no Paraná e Mato Grosso do Sul, que fazem fronteira com o Paraguai.

Portanto, Sr. Presidente, Sr. Relator, eu quero aqui parabenizar pelo trabalho, dizer que o senhor conseguiu colocar a cultura, o esporte, colocar, principalmente a educação e todos aqueles que precisam realmente do apoio dessa Comissão, dentro da LDO. Fora os projetos que nós pessoalmente faremos, todos nós, incluindo a área de educação, da cultura e do esporte.

Portanto, Sr. Presidente, eram essas as minhas palavras, cumprimentando V.Exª e dizer o que seu Estado está dando um exemplo para o País, na área de integração e dizer ao Senador Virgínio que eu reputo aqui os meus parabéns pelo trabalho efetuado e ao Júlio e toda sua equipe, por estar mais uma vez nos ajudando nessa caminhada. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Senadora Marisa Serrano.

E, realmente, eu quero também aproveitar esse momento, antes de colocar em votação, para cumprimentar o Relator, Senador Virgínio de Carvalho, pela forma democrática como conduziu o processo. Eu já tive o privilégio de relatar, aqui na Comissão de Educação, as Emendas da LDO e não é um trabalho simples não, aglutinar 30, 40 emendas, transformá-las em cinco. E as escolhas, portanto, elas são muito sutis, muito pontuais, porque todas elas têm um foco no sentido de aprimorar ainda mais a educação no Brasil. E vi que as emendas escolhidas pelo Relator, elas realmente atendem um campo mais amplo possível.

E registro aqui, Senadora Marisa Serrano, realmente para nós, gaúchos, a importância desse processo de integração fronteiriço. O Brasil possui 15.700 quilômetros de fronteira. Nós temos fronteiras com dez Países sul americanos, até com a Europa a gente faz fronteira, não é? Até com a França nós fazemos fronteira, através da Guiana Francesa. É um fenômeno que nem todos os franceses sabem, nem todos os brasileiros têm conhecimento. Então, e nós fazemos fronteiras com Países que não falam somente o espanhol. Países que falam inglês e francês. Além do espanhol.

Então, a nossa fronteira é uma das mais ricas do mundo. E a fronteira do Rio Grande do Sul é uma das mais povoadas no Brasil. E, portanto, das frontei-

ras que mais possuem cidades na linha de fronteira, Senadora Marisa Serrano. Cidades gêmeas, cidades irmãs, cidades realmente de fronteira. E exatamente por ser uma fronteira muito vivificada.

Essas experiências de Escolas de Fronteira onde a educação, ela utiliza-se já da carteira de fronteiriço, de cidade fronteiriça, que é fruto do Mercosul, que permite ao menino ou menina uruguaio, ou argentino estudarem em escolas brasileiras, assim como aos brasileiros estudarem em escolas argentinas ou uruguaias, agora ainda uruguaios, mas os argentinos já estão avançando e os paraguaios também, mostra que nós temos que avançar nesse processo de integração humana, social, cultural. Porque a econômica, ela é automática. A integração econômica muitas vezes, não depende da ação do Congresso.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Vai por Decreto.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Vai por Decreto, ou vai pela ação das empresas que hoje, elas são multinacionais, elas estão em todos os Países. Então, uma filial aqui, outra lá já está estabelecida a integração. A relação cultural é diferente. Ela precisa receber atenção do Poder Público. A educação, mais ainda.

E é importante que a América do Sul se conheça mais e nós vamos nos conhecer mais, nos educando mais, com este objetivo, da grande pátria sul-americana. Eu gosto muito desse tema, sou apaixonado por essa questão das fronteiras e toda vez que o assunto tem oportunidade de ser debatido, eu gosto de ampliar essa discussão, para que nós tenhamos consciência de que nós somos um País com enormes fronteiras, que precisam ser melhor estudadas, melhor conhecidas.

Nós conhecemos muito o nosso litoral, todo o nosso litoral, sabemos o nome de todas as praias, desconhecemos praticamente o que acontece nas nossas regiões de fronteira. Nós não sabemos o que está acontecendo ali, muitas vezes, no nosso pátio, que é a nossa fronteira.

Então, acho muito importante que, aqui na Comissão de Educação, uma emenda privilegia esse aspecto. E seguramente o Rio Grande do Sul será um dos mais privilegiados, exatamente por ter uma fronteira mais ocupada, mais vivificada e que precisa, por esta razão também, mais atenção na educação e em todas as áreas.

Também quero registrar aqui o trabalho de toda a Assessoria, dos servidores aqui da Comissão, que se não é o esforço, a dedicação deles, o Júlio é esse símbolo, representando na pessoa, a personificação dessa dedicação de todos os servidores, também quero fazer esse registro, são os nossos anjos de guarda.

Se não fossem os nossos anjos de guarda nas Comissões, o trabalho seria absolutamente impossível, exatamente porque o número de Comissões aqui na Casa, exige que estejamos presentes em várias Comissões ao mesmo tempo. Então, a ação da Assessoria, ela é fundamental.

Faço essa homenagem a eles, e agradecer realmente a forma com que eles nos auxiliam para que esse trabalho possa continuar.

Eu quero colocar então, em votação as emendas referidas, são cinco emendas: Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores e Profissionais da Educação Básica, com acréscimo de meta de 300 mil profissionais beneficiados; Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica, com o acréscimo da meta de 1.307 Projetos apoiados; Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com o acréscimo de meta de 300 Unidades de Ensino implantadas; Apoio à Entidade de Ensino Superior não-Federais, com acréscimo de meta de 175 Entidades apoiadas; Instalação de Bibliotecas Públicas, com acréscimo de meta de 1.521, perdão, de 1.500 Bibliotecas instaladas e mais ainda, uma emenda de texto, incluindo o inciso V, no art. 32, do Projeto de Lei nº. 1, do Congresso Nacional de 2008, com a seguinte redação: “Voltada para as ações do Movimento Escoteiro no Brasil”. Coloco em votação. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Estão aprovados. O relatório e as emendas. Se alguém quiser se manifestar, deixo a palavra à disposição.

Não há mais oradores inscritos. Agradeço a participação de todos e vamos encerrar essa Sessão Extraordinária. Muito Obrigado.

Sessão encerrada às 15h07.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE JUNHO DE 2008.

Às onze horas e quarenta e cinco minutos do dia três de junho de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Mão Santa, Valdir Raupp, Gerson Camata, Virginio de Carvalho, Marconi Perillo, Sérgio Zambiasi, João Pedro, Antônio Carlos Valadares, Marcelo Crivella, João Vicente Claudino, Valter Pereira, Neuto De Conto, Adelmir Santana,

Romeu Tuma e Eduardo Azeredo, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Fátima Cleide, Paulo Paim, Renato Casagrande, João Ribeiro, Wellington Salgado, Geovani Borges, Paulo Duque, Lobão Filho, Heráclito Fortes, Marco Maciel, Raimundo Colombo, Marisa Serano, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro e Rosalba Ciarlini, que justifica a ausência. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a Presidência registra a presença para acompanhar a reunião, dos Senadores Arthur Virgílio (PSDB/AM) e Expedito Júnior (PR/RO), não membros desta Comissão, e inicia a deliberação da Pauta, pelos itens não terminativos, aguardando o quórum para deliberação dos projetos terminativos. **Item 11: Projeto de Lei da Câmara nº 005, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Dr. Rosinha que, “Altera o art. 13 da Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971. (Inclui a bandeira do Mercosul nos casos de hasteamento diário da Bandeira Nacional)”. O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o parecer favorável é aprovado. **Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 246, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim que, “Regula o Programa de Seguro-Desemprego Rural, o Abono Salarial Rural, o Programa de Educação e Formação de Mão-de-Obra Rural – PRORURAL, e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador Rural – FAT Rural e dá outras providências”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Flávio Arns e o parecer favorável, com as emendas nº 01 e 02 – CE, de sua autoria, e acatando as emendas nº 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10 e 11-CE, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, é aprovado. **Item 05: Projeto de Resolução do Senado nº 021, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores João Tenório e Flexa Ribeiro que, “Institui o Diploma José Ermírio de Moraes e dá outras Providências”. O relator designado ad hoc é o Senador Romeu Tuma e o parecer favorável é aprovado. **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 387, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Wilson Matos que, “Altera o Art. 47 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para definir, na educação superior, a frequência mínima exigida para aprovação”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma. A matéria foi lida e iniciada a discussão, ficando adiado o prosseguimento da discussão e votação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para votação nominal. Neste momento, o Senhor Senador Eduardo Azeredo requer, oralmente, a inclusão extra-pauta, de Requerimento, o que é aprovado. **Extra-Pauta, Item 01: Requerimento nº 29/08 – CE,**

de caráter terminativo, de autoria do Senador Eduardo Azeredo que, requer "... nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de reunião com a finalidade de homenagear o estudante EDER CARLOS LOPES COIMBRA, estudante da Escola Municipal Ramiro Lopes, da Comunidade Barra Nova, na cidade de Padre Paraíso, em Minas Gerais, que venceu dia 31 de maio de 2008 o certame sobre a língua portuguesa – Soletrando – do Programa Caldeirão do Huck, promovido pela Rede Globo de Televisão, solicitando também que o comparecimento do convidado, acompanhante e familiares seja custeado por esta Casa Parlamentar. Sugiro ainda que seja convidado Luciano Huck, apresentador do programa". O Requerimento é aprovado. **Item 17: Projeto de Resolução do Senado nº 008, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Inácio Arruda que, "Dá o nome de Museu Histórico do Senado Federal Candido Portinari (MUSEN) ao Museu Histórico do Senado Federal". O relator designado ad hoc é o Senador Eduardo Azeredo e o parecer favorável é aprovado. Ficam adiadas em virtude da ausência dos relatores as seguintes matérias: **Item 04: Projeto de Lei do Senado nº 054, de 2007; Item 14: Projeto de Lei do Senado nº 459, de 2007; Item 16: Projeto de Lei do Senado nº 455, de 2007; Item 18: Projeto de Lei do Senado nº 484, de 2007; Item 19: Projeto de Lei do Senado nº 294, de 2007; Item 20: Projeto de Lei do Senado nº 296, de 2007; Item 21: Projeto de Lei do Senado nº 405, de 2007.** Ficam adiadas em virtude de falta de quórum as seguintes matérias: **Item 03: Projeto de Lei do Senado nº 363, de 2007; Item 06: Projeto de Lei do Senado nº 546, de 2007; Item 07: Projeto de Lei do Senado nº 011, de 2008; Item 08: Projeto de Lei do Senado nº 159, de 2005; Item 09: Projeto de Lei do Senado nº 712, de 2007; Item 10: Projeto de Lei do Senado nº 044, de 2008; Item 12: Projeto de Lei do Senado nº 662, de 2007; Item 13: Projeto de Lei do Senado nº 575, de 2007; Item 15: Projeto de Lei do Senado nº 420, de 2007; Item 22: Aditamento nº 01 ao Requerimento nº 19/08 – CE.** O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e cinquenta e seis minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – **SENADOR CRISTOVAM BUARQUE**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA
E ESPORTE – CE

**26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE
EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 2ª
SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM
03 DE JUNHO DE 2008**

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Um bom dia a cada uma e a cada um. Havendo número regimental declaro aberta a 26ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Submeto a apreciação do plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Está aprovada.

Nós não temos *quorum* ainda para os projetos terminativos. Vamos começar pelos projetos não-terminativos a partir daqueles cujos relatores estão presentes. É o Item 11 cujo relator é o Senador Zambiasi. O Projeto de Lei da Câmara nº 005 de 2008 que altera o art. 13 da lei 5700 de primeiro de setembro de 1971. Inclui a bandeira do MERCOSUL nos casos de hasteamento diário da Bandeira Nacional. O autor é o Deputado Dr. Rosinha. O relator Senador Sérgio Zambiasi a quem passo a palavra.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente Cristovam Buarque, parecer da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Projeto de Lei da Câmara nº 5 de 2008 que altera art. 13 da Lei 5700 de primeiro de setembro de 1971 que inclui a bandeira do MERCOSUL nos casos de hasteamento diário da Bandeira Nacional. A representação brasileira da Comissão Parlamentar conjunta do MERCOSUL aprovou o parecer do Relator que apresentou um substitutivo concernente apenas aos aspectos formais do projeto, propondo que se configurasse alteração aditiva na Lei 5700 de 1971 evitando dessa maneira que se legislasse de forma autônoma e isolada, sobre matéria já objeto de regulamentação. Em seguida a proposição foi aprovada pela Comissão de Educação e Cultura na forma de substitutivo do Relator adotado pela Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL. Encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, foi por ela acatada em 18 de dezembro de 2007 com emenda e subemendas cujo teor dizia respeito a aspectos formais ao substitutivo apresentado pela Comissão do MERCOSUL. Ainda que o MERCOSUL seja dotado de supranacionalidade, não tendo sido essa a intenção dos negociadores, dos seus negociadores, dos seus tratados fundadores, a proposição em pauta

muito contribui para o aprofundamento e a consolidação do processo de integração, visa inserir na rotina nacional homenagem diária a um símbolo da identidade mercosulina que deverá criar nova percepção entre os cidadãos brasileiros de uma cidadania que transcende as fronteiras nacionais estendendo-se...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador um momento. Eu quero pedir silêncio e respeito... Eu gostaria de pedir silêncio para que a gente possa escutar o Relatório que o Senador está fazendo. Senador Zambiasi, com a palavra.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Eu agradeço a sua solidariedade e apenas para colocar aqui as razões que me levaram a dar um parecer favorável à proposta. É que nós estamos falando de integração de um bloco supranacional do MERCOSUL que nós entendemos como, digamos assim, a base de um entendimento e de uma... E de uma proposta ampliada que agora acrescenta o próprio UNASUL, que é a União das Nações Sul-Americanas, mas o MERCOSUL é, digamos assim, o primeiro processo, o primeiro bloco de nações que sem estar reconhecido, inclusive, como um Parlamento, Parlamento do MERCOSUL do qual V. Exa é membro também e cujas reuniões acontecem mensalmente em Montevidéu. O que nós entendemos que exatamente esta, o hasteamento da bandeira é uma forma de ter uma percepção maior da existência desta união de países, desta união socioeconômica, cultural e humana, acima de tudo, que o MERCOSUL está propondo, e maior percepção desta união Sul-Americana que começa a consolidar-se. Nesse contexto como assevera a justificação um símbolo poderoso como a bandeira, sem dúvida, irá ajudar na criação deste sentimento de solidariedade regional que hora precisamos cultivar. E a iniciativa servirá também para caracterizar o MERCOSUL como projeto político e estratégico embasado em preceito Constitucional, não estando limitado apenas à dimensão econômico e comercial. Por todo o exposto e por considerá-lo oportuno e conveniente aos interesses nacionais voto favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 5 de 2008. Esse é o Relatório, Presidente Cristovam Buarque.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O assunto está em discussão. Eu quero aqui da Mesa fazer uma consideração não tanto, Senador Zambiasi, em relação a votar o projeto, mas eu confesso que me incomoda essa idéia de que a bandeira é de um mercado e não a bandeira de um conjunto de nações. Nós vamos dar o mesmo nível à bandeira do Brasil à bandeira de um mercado. Poderia mudar o nome, em vez de MERCOSUL, Comunidade

das Nações do Extremo-Sul, ou o que fosse. Eu não estou querendo com isso impedir a votação.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Eu compreendo essa sua preocupação e me associo a ela. Porém, é um processo de 15 anos, de 16 anos agora, o MERCOSUL nasce a 16 anos atrás, 17, exatamente como um mercado, quer dizer, como... Acho que à época visto como um mercado e depois todos nós nos damos conta de que o mercado se regula por si, o mercado se regula por si próprio, nós temos que trabalhar esta relação de fronteiras que existe na América do Sul. Nós temos, Senador Cristovam...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Apenas para deixar registrado.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Nós temos Senador Cristovam, quase 16 mil quilômetros de fronteiras no Brasil. São 11 Estados, 10 países, nós temos Senador Cristovam, mais de 100 cidades que são cidades de linha de fronteira em todo o Brasil. É uma coisa realmente impressionante. Lá da Amazônia, do nosso Senador Arthur Virgílio, Estado do Amazonas possui nove cidades fronteiriças com a Venezuela e com o Peru, com Colômbia, com Colômbia. Eu gosto muito de ler e estudar um pouco estas dimensões de fronteiras que nós temos que é uma coisa fantástica, é uma coisa fantástica. E quanto mais a gente lê, mais a gente vai aprendendo sobre um aspecto ainda muito pouco discutido que é a questão Sul-Americana. Então, trazer esta discussão do MERCOSUL ou da UNASUL para o nosso plenário é sempre rico e sempre importante. O projeto nasce como um MERCOSUL, quem sabe vire UNASUL englobando todos os blocos socioeconômicos da América do Sul que eu acho importante, nós não podemos estar divididos em MERCOSUL, em pacto andino, em CASA, em UNASUL, com dois ou três parlamentos trabalhando sobre temas comuns, eu acho que nós temos que imaginar uma forma de formarmos um único e sólido bloco à exemplo da Europa, a exemplo do que foi Comunidade Econômica Européia, nasceu como Comunidade Econômica Européia e hoje é aquele... Hoje é União Européia.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem, Senador, obrigado.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): É essa a razão que me leva a acolher a proposta do Deputado Rosinha, mas sem dúvida nenhuma nós, talvez, lá em Montevidéu como Parlamento do MERCOSUL devemos iniciar esse processo de transição.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Transição. Bem, eu já tinha aberto. Não houve nenhuma... Sobre esse assunto, Senador?

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):

Sim. Sr. Presidente, para ressaltar que o Parlamento do MERCOSUL tem, eu não faço parte dele, mas pelo que leio, pelo que acompanho, pelo que recebo de informações, ele já vem dizendo ao que veio. Por exemplo, se formos aos anais do Parlamento do MERCOSUL, formos aos anais da sua e minha, da nossa Comissão de Relações Exteriores da Casa e da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, nós vamos encontrar discussões muito mais substantivas, muito mais numerosas sobre, por exemplo, a rodada de Doha no Parlamento do MERCOSUL do que nas Comissões técnicas, permanentes das Casas. Significa uma antecipação e uma abertura para o mundo que eu julgo muito importante, tanto que eu passei a me interessar com outros olhos pelo funcionamento dessa iniciativa que eu julgo nacional, natural e necessária como meio de chegar ao efetivo processo de integração do nosso subcontinente. Portanto eu comungo com as idéias aqui expostas pelo Senador Zambiasi e entendo que tudo que signifique proteger e dar dimensão ao Mercosul merece o nosso apoio.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado Senador Arthur Virgílio. Não havendo mais discussão eu passo a votação. Os que estejam de acordo permaneçam como estão. Está aprovado. Passamos ao item seguinte.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Sr. Presidente, se for possível o Item 2 porque eu estou participando lá da Audiência Pública.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Pedi a V. Exa também a preferência para o item...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está bem. O Senador Arthur Virgílio já pediu também, mas como é terminativo, vamos esperar que chegue o *quorum*, porque está muito perto o *quorum*. Bem, passamos, então, ao Item 2. O projeto que regula o Programa de Seguro Desemprego Rural, Abono Salarial Rural, Programa de Educação e Formação de Mão-de-obra Rural, Pró-Rural, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador Rural, o FAT-Rural e dá outras providências. O autor é o Senador Paulo Paim que está presente, o Relator é o Senador Flexa Ribeiro, mas como já foi, já veio aqui mais de uma vez, já foi lido a discussão em toda com a vista da Senadora Ideli Salvatti eu passo ao Senador Flávio Arns, se ele estiver de acordo, para fazer a leitura do Relatório *ad hoc*.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, esse como já foi externado por V. Exa, um Projeto de Lei de nº 246 de 2007 de autoria do Senador Paulo Paim, que tem como Relator o Senador Flexa Ribeiro e o parecer do Senador já era favorável com

duas emendas oferecidas. Como a Senadora Ideli Salvatti solicitou vistas do processo ele está retornando à pauta no dia de hoje. Essencialmente o projeto institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador Rural, FAT-Rural vinculado também ao Ministério do Trabalho e Emprego. E o Relatório já havia sido lido pelo Senador Flexa Ribeiro e a Senadora Ideli Salvatti apresenta, na verdade, algumas emendas, nove emendas, que procuram aprimorar o texto. Todas elas relevantes, todas elas importantes. Eu, inclusive, solicitaria à Senadora Ideli Salvatti que abordasse rapidamente as emendas apresentadas para deixá-las, também para os outros membros da Comissão, claras em relação aos seus objetivos. Mas eu quero dizer que este Projeto de Lei não é terminativo nesta Comissão de Educação, na sequência irá para a Comissão de Assuntos Sociais para apreciação, porque envolve aspectos daquela Comissão e naturalmente eu acho que nós poderíamos, inclusive, depois da explicação da Senadora Ideli Salvatti, pensarmos no sentido de que, para agilizar o processo, poderíamos aprovar minha sugestão e analisarmos depois também na sequência da ótica dos assuntos sociais. Mas eu solicitaria a V. Exa. que a Senadora Ideli Salvatti pudesse rapidamente abordar o conteúdo das emendas apresentadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com a palavra a Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Agradeço Sr. Presidente, agradeço também ao Relator *ad hoc*, o Senador Flávio Arns. E as emendas que nós apresentamos tiveram como objetivo central em primeiro lugar sanar algumas inconstitucionalidades que o texto poderia apresentar e em segundo lugar garantir aquilo que nós entendemos como o de mais relevante neste projeto que é tema desta Comissão que é a garantia da formação da mão-de-obra no meio rural, principalmente junto aos pequenos produtores agrícolas. Então, nós apresentamos um total de nove emendas. Eu vou rapidamente me referir a cada uma delas. Dou nova redação ao art. 2º colocando o texto na seguinte forma. “As deliberações sobre a locação de recursos em programas de Reforma Agrária que objetivem a utilização intensiva de mão-de-obra em projetos agrícolas aprovados pelo gestor do Fundo de Amparo ao Trabalhador Rural, FAT-Rural, deverão ser estabelecidas sem prejuízo da destinação de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT a outros programas de financiamento do agronegócio a critério do órgão gestor do FAT-Rural”. Isso é para não permitir que saia tudo de um mesmo recurso, que a gente possa ter ampliação dos recursos e não divisão entre mais parceiros dos recursos do FAT para alocar recursos de programas, de formação de mão-de-obra na área

rural. A outra emenda é no sentido de dar uma redação nos seguintes termos. “Deverá ser regulamentado, ampliado e aperfeiçoado o Programa de Educação e Formação de Mão-de-obra Rural, Pró-Rural no âmbito do FAT-Rural”. Isso é para dar uma formação integrada, continuada dos trabalhadores, das trabalhadoras rurais. Nós estamos suprimindo alínea A, alínea B, aliás, do art. 17, no seguinte sentido. Esta alínea suprimida estabelecia um prazo de 90 dias para o Presidente da República instalar com o FAT-Rural e a inconstitucionalidade da Legislação estabelecer prazos para o Presidente da República.

Então, por conta disso, nós pedimos a supressão. Nós também mudamos o § 2º do art. 11 nos seguintes termos. “Fica o Poder Executivo autorizado a estabelecer que órgão do Ministério do Trabalho e Emprego deverá cumprir os procedimentos necessários ao recebimento do benefício previsto no caput deste artigo observados os respectivos limites de comprometimento dos recursos do FAT-Rural ficando vedado ao mesmo trabalhador o recebimento do benefício em circunstâncias similares nos 12 meses seguintes à percepção da última parcela”. O objeto desta emenda modificativa é porque antes estava definida uma função gestora a ser realizada pelo CODEFAT-Rural que deverá ser criado por determinação do Poder Executivo. Portanto, a presente emenda visa corrigir mais este vício de origem procurando tornar o projeto Constitucional na sua íntegra. Nós estamos também suprimindo o art. 5º e seus incisos e o art. 6º. O objetivo desta supressão é porque os artigos versavam sobre definição de funções a serem executadas pelo CODEFAT-Rural que foge a competência de uma proposta de lei de iniciativa do Congresso Nacional que tem um caráter autorizativo, portanto, nós se não fizéssemos essa supressão estaríamos infringindo o art. 61, § 1º, inciso II, alíneas A e B da Constituição Federal. Também propusemos substituir o art. 4º na seguinte redação. “Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Conselho deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador Rural, CODEFAT-Rural, organizar a sua composição e estabelecer suas principais competências”. Então, é naquela linha de ser um projeto autorizativo na questão de conselho, que é uma prerrogativa conforme a Constituição do Executivo.

Estamos também suprimindo o § único do art. 13 e esta supressão se justifica, uma vez que foram apresentadas emendas supressivas aos artigos, que dispunham sobre a criação do CODEFAT-Rural, então, são adequações da supressão da criação pela autorização da criação. A penúltima emenda trata de acrescentar o inciso III ao art. 13 que diz o seguinte. “Quando o beneficiário tiver direito a mais de um dos benefícios previstos

no caput deste artigo seja de natureza assistencial ou de caráter continuado e não podendo ser acumulável como estabelece o inciso anterior, deverá permanecer o benefício de maior valor financeiro”. A modificação se explica por si só. E a última é uma emenda dando ao inciso II ao art. 13 a seguinte redação. “O benefício do seguro desemprego rural não é acumulável com outro benefício de natureza assistencial ou de caráter continuado da Previdência Social”, que a emenda também por si só se explica. Então, são essas, Sr. Presidente as emendas que volto a afirmar, tiveram um caráter de corrigir possíveis inconstitucionalidades e também garantir algumas modificações para valorizar a formação da mão-de-obra rural.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, lidas as emendas eu passo a votação do Senador Paim, se pronunciar.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, de forma muito rápida eu só queria informar que essas emendas todas nós tivemos acesso praticamente nesse momento. Eu conversei com a Senadora Ideli, conversei também com o Relator, como não é terminativo o acordo que estaríamos fazendo seria acatar as emendas sabendo que vamos aprofundar o debate na Comissão de Assuntos Sociais que lá é a Comissão de mérito. Então, só quero deixar clara essa posição, que nós, pelo menos no que depender de mim, já acatar as emendas, confiando na líder, porque não li as emendas do projeto ao qual sou autor e me disponho naturalmente com calma, na Comissão de Assuntos Sociais estaríamos avançando no processo, analisar emenda por emenda, e aprovar aquilo que for possível, até na íntegra, uma vez que dando o tempo possível para a gente ficar convencido.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senador Paulo Paim, acho que é um bom acordo esse porque assim faz com que o projeto seja aprovado aqui e vá para a Comissão terminativa. E lá nós vamos fazer um debate de mérito, inclusive, com as emendas. As nove emendas que eu apresentei.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, eu passo a palavra ao Senador Arns para se pronunciar sobre o mérito das emendas.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Dentro desse contexto que foi apresentado pelo Senador Paulo Paim e reforçado pela Senadora Ideli Salvatti, eu opino também pela aprovação das emendas apresentadas e pela aprovação do Relatório já lido também e discutido pelo Senador Flexa Ribeiro com duas emendas que ele próprio apresentou. E agora acrescido este Relatório das emendas apresentadas pela Senadora Ideli Salvatti e também defendidas verbalmente por ela.

Então, é o voto, Sr. Presidente, pela aprovação com a inclusão das emendas apresentadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não havendo nenhum outro Senador que queira debater o assunto, eu ponho em votação, os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Então, estão aprovadas todas as emendas que foram oferecidas. E o Relatório também. Passamos ao item...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, pela ordem, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Se V. Exa puder, dentro da aprovação do projeto com as emendas, se pudesse a Secretaria da Comissão distribuir aos Senadores, diz que o próprio Paulo Paim não tinha conhecimento por inteiro das emendas da Senadora Ideli para que a gente tome conhecimento antes de chegar na Comissão de Assuntos Sociais. Só para...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Faremos distribuir...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Presidente, apenas para uma justificativa do porquê não ter sido distribuída anteriormente. É que na sessão passada quando eu pedi vistas e nós fizemos todo o debate, nessa terça-feira estava prevista uma audiência pública e não sessão deliberativa, portanto, nós aprovamos, apresentamos as emendas, mas não tivemos, entende, tempo hábil porque acabou sendo reformulada e a sessão de hoje passou a ser deliberativa. Por isso que nós não tivemos condição de apresentar antes.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo agora ao Item nº 5, outro item não-terminativo o Relator não está presente, Senador Marco Maciel mas ele pediu que fosse substituído nesse momento para não demorar mais o andamento do projeto de resolução do Senado nº 021 de 2008 que institui o diploma José Ermírio de Moraes e dá outras providências. Autoria do Senador João Tenório e Senador Flexa Ribeiro e eu peço que o Senador Tuma seja o Relator *ad hoc*.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Queria preliminarmente Presidente, agradecer a V. Exa, pela honra de substituir o Senador Marco Maciel na leitura desse relatório bem-feito pelo Senador. Porque tinha na pessoa do Senador José Ermírio de Moraes, do empresário José Ermírio de Moraes, uma grande amizade e admiração por todo o seu trabalho, não só da criação de bens de postos de trabalho e principalmente pelas ações sociais, tanto ele quanto o Dr. Antônio Ermírio tem produzido não só na cidade de São Paulo, mas no país. Então, esse projeto é de autoria do Senador

João Tenório e de outros senhores Senadores. Institui o Diploma José Ermírio de Moraes destinado a agradecer personalidades do setor industrial que tenha se destacado por sua contribuição à economia nacional promovendo o desenvolvimento sustentável e o progresso do Brasil. § único do art. 1º da proposição determina que empresas e empresários do setor industrial poderão ser indicados para o recebimento da láurea desde que tenham promovido o crescimento econômico com geração de emprego e renda, contribuindo para programas de responsabilidade e valorização social ambiental, cultural e econômica do país.

A concessão do diploma será anual e contemplará três empresários em homenagem que deverá ocorrer em sessão no Senado Federal especialmente convocada para essa finalidade. Prevista para a semana que incidir o Dia Nacional da Indústria, celebrado em 25 de maio. O art. 3º do projeto dispõe que a indicação dos candidatos poderá ser efetuada por Senador ou Senadora que encaminhará a Mesa do Senado Federal o nome de seus candidatos, devidamente justificados até o dia 25 de fevereiro do ano em que ocorrer a premiação. A proposição determina no art. 4º que o conselho do diploma José Ermírio de Moraes seja integrado por um representante de cada um dos partidos políticos com assento no Senado Federal. Será constituído com a finalidade de apreciar as indicações e realizar a seleção dos agraciados. Os nomes selecionados serão encaminhados à Mesa do Senado Federal até o dia primeiro de maio de cada ano para que sejam tomadas providências relativas à premiação. O projeto nº 21 de 2008 que será encaminhado posteriormente à Comissão Diretora encontra-se em análise na Comissão de Educação, Cultura e Esporte. O projeto não recebeu emendas. Análise. O Senado Federal por intermédio do projeto em exame vem se associar ao elevado espírito que norteia o incentivo, que o Poder Público deve conferir a toda e qualquer ação da sociedade em favor do desenvolvimento, da valorização do país.

Nesse contexto parece de extrema relevância e oportunidade que uma distinção como o Diploma José Ermírio de Moraes seja especialmente criada para promover o reconhecimento do Senado Federal aos homens de indústria que tenham efetivamente se empenhado em favor do Brasil e dos brasileiros. Igualmente e oportuna é a eleição do Senador José Ermírio de Moraes como patrono da láurea, ilustre empreendedor, natural de Nazaré da Mata e tradicional família pernambucana, além de engenheiro e político de destaque, foi um dos maiores nomes da história do empresariado brasileiro.

Formado nas melhores escolas de Recife, José Ermírio de Moraes diplomou-se em engenharia nos Estados Unidos, mas foi à frente da tecelagem Votorantin, de propriedade de seu sogro, que o então jovem empresário demonstrou seu excepcional talento criando o Grupo Votorantin um dos mais sólidos, representativos, conglomerados industriais do país. Eleito Senador, representante do Estado de São Paulo pelo Partido Trabalhista Brasileiro, PTB foi designado no ano seguinte em 1963 para o cargo de Ministro da Agricultura do Governo João Goulart, função que se empenharia por cinco meses. Com o advento do golpe Militar, José Ermírio foi duramente combatido por suas posturas progressistas o que motivou a voltar à vida empresarial ao término do seu mandato de Senador.

Falecido em 1973, em São Paulo, o grande empresário deixou inabalável exemplo de seriedade e dedicação ao trabalho. Em muito boa hora sob a inspiração do nome de José Ermírio de Moraes, o projeto em análise busca a distinção e o reconhecimento dos homens de indústrias brasileiras, concedendo o destaque merecido pelo que à custa de seu trabalho empresarial se empenha verdadeiramente em favor de ações afirmativas em prol da sociedade brasileira, do meio ambiente, da cultura nacional. Voto pelo exposto, examinando o mérito, e por não haver óbice de natureza Constitucional, Jurídica ou Técnica Legislativa, pronunciamo-nos pela aprovação do projeto em resolução no Senado nº 21 de 2008, Senador Marco Maciel, coloco como Relator *ad hoc* e endosso. É esse o Relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço ao Senador Tuma e ponho em discussão. Os que quiserem se pronunciar estão livres para isso. Não havendo pronunciamento eu ponho em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado o projeto. Passamos agora ao item número... Estamos sem relatores dos projetos não-terminativos. Então, eu quero propor à Comissão que façamos o debate sobre os projetos terminativos deixando a votação para quando o *quorum* for completo. Está bem? Então, o Item nº 1 cujo Relator Senador Romeu Tuma aqui está presente, Projeto de Lei do Senado 387 de 2007 que altera o art. 47 da lei 9394 de 20 de dezembro de 1996 para definir na educação superior a frequência mínima exigida para aprovação. É o projeto do Senador Wilson Matos e o Relator é o Senador Romeu Tuma. O projeto já constou de duas reuniões. Eu passo a palavra, então, ao Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O Projeto de Lei do Senado PLS 387 de 2007 de autoria do Senador Wilson Matos, tem por finalidade fixar em 85%

a frequência mínima para aprovação de estudantes do Ensino Superior. Com a medida o proponente tem a vista de promover a melhoria na qualidade do Ensino Superior, mediante a elevação do tempo dedicado pelo estudante às atividades propriamente acadêmicas. Encaminhando essa Comissão para decisão em caráter terminativo o projeto não recebeu emendas no prazo regimental. Análise. O constante aprimoramento da qualidade do ensino erigi-se em objetivos estratégicos de forte conteúdo humanístico no Brasil atual. A nobre aspiração, ademais conta do texto Constitucional, repositório das mais elevadas esperanças do povo brasileiro há cerca de duas décadas. O PLS 387 de 2007 encerra a legítima intenção de melhorar o aprendizado do Ensino Superior pela elevação da frequência mínima dos estudantes nas aulas ministradas em todas as instituições de Ensino Superior brasileiras. No que se refere aos aspectos Constitucionais e formais a proposição encontra-se em conformidade com as normas vigentes, inclusive no que se refere a técnica Legislativa nos termos da Lei Complementar 95 de 26 de fevereiro de 98. Quanto ao mérito. Cumpre sublinhar que a Lei 9394 de 20 de dezembro de 96, lei de diretrizes e bases da educação, LDB, em seu art. 24 inciso VI, estabelece frequência mínima de 75% do total das horas letivas para aprovação do Ensino Básico que compreende a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

A exigência justifica-se em fase formativa da juventude que necessita assimilar conteúdo para avançar nas muitas etapas da educação formal. No que tange a Educação Superior freqüentada por adultos em regras responsáveis por seus projetos e escolhas individuais, a LDB não estabelece frequência mínima. O art. 47 limita-se a impor no caput um patamar mínimo de 200 dias de trabalho acadêmico. § 2º, mencionado no artigo, consta, inclusive, a possibilidade de abreviação nos cursos para estudantes que apresentarem extraordinário aproveitamento dos estudos. No entanto, sabemos que o Brasil necessita de uma comunidade universitária sólida e próspera. As instituições de Ensino Superior operam numa atmosfera de novas e crescentes necessidades impostas por um ambiente cada vez mais globalizado e em constante evolução. É de conhecimento que precisamos ampliar o contingente de representantes da inteligência nacional com qualidade, mesmo sabendo que a educação superior ocorre em fases economicamente ativa e que a maioria dos estudantes também são trabalhadores. Contudo, para maior qualidade do ensino, é fundamental que se crie uma norma legal para obrigar a frequência dos alunos em sala de aula, sem essa transformação, modelo a se perpetuar é de uma nação na qual a educação e o

conhecimento são privilégios de uma minoria desconectada dos verdadeiros anseios nacionais apesar da educação do século 21, está imersa nas possibilidades criadas pela era da informação. Diante do exposto opinamos pela aprovação no Projeto de Lei do Senado 387 de 2007, cumprimento o Senador Cristovam Buarque por sua intensa luta na melhoria da Educação Nacional como grande objetivo para que o país se insira realmente no contexto internacional com o país grandioso e de projetos futuros de grandiosidade pelas palavras, inclusive, que hoje pronunciadas por V. Exa no dia de homenagem à imprensa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado, Senador Tuma. Eu ponho em discussão. Temos mais um Senador aqui, mas saíram três. Estamos com dificuldade de *quorum*, eu quero por em discussão esse projeto e depois discutir se damos continuidade aos trabalhos ou não. Alguém quer se pronunciar sobre o parecer do projeto do Senador Wilson? Senador Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só gostaria de levantar uma situação com o Relator, Senador Romeu Tuma, que eu considero como o Senador colocou, assim, de fundamental importância verificarmos parâmetros de qualidade para que a educação ofertada seja ela em termos de educação básica ou de Ensino Superior possam, assim, ser cada vez mais aprimorados esses parâmetros. E a intenção do Senador Wilson Matos, na época Senador, suplente do Senador Alvaro Dias, sem dúvida foi nessa direção. Agora, há coisas que têm que ser ponderadas nesse aspecto. Uma delas é que, quer dizer, a gente pensa, assim, em termos de presença do aluno nas atividades letivas, quer dizer, na sala de aula. Se nós pensarmos em termos de Universidade, nós vamos ver que existe um conjunto de iniciativas que são importantes para formação acadêmica do aluno. Sem dúvida alguma na sala de aula, no laboratório, mas na comunidade, em pesquisa, em extensão, em congressos, em seminários.

Então, o conjunto de coisas que fazem com que um determinado aluno cumpra o objetivo de formação ou não. Nós, inclusive, poderíamos chegar num ponto no Brasil em que com a discussão do professor com o aluno pudesse se levantar uma possibilidade de um encaminhamento, de um planejamento quase que individualizado, de acordo com a formação da pessoa, com os interesses da pessoa, de acordo com a proposta de formação acadêmica, de pesquisa, chegar-se a um ponto de fazer um levantamento quase que nesse sentido. E, ao mesmo tempo, se nós começarmos, eu acho que a colocar para uma instituição de Ensino Superior que deva agir de uma maneira ou de outra, eu, na minha ótica chegar lá para a Universidade Fe-

deral do Paraná e dizer que o aluno tem que ter 85% de frequência, eu de uma certa maneira eu tiro a autoridade da Universidade Federal do Paraná em ter os seus critérios de avaliação, de aferimento, de ver o quê que é mais importante num curso, no outro curso. Eu penso assim que mais importante do que a gente dizer 70%, 75, 60, 80, 90% de frequência é nós pensarmos em criarmos, assim, cada vez melhores condições para que a instituição de Ensino Superior estabeleça critérios adequados, bons dentro da autonomia que a instituição tem. Quer dizer, é um dos princípios básicos, Constitucionais, inclusive, e que está sendo buscado, assim, a efetivação desse princípio é a autonomia acadêmica, administrativa, que deve reger uma instituição de Ensino Superior. Então, eu diria em princípio que o projeto tem boa intenção. Não vamos negar isso. E a gente até discutiu com o Senador Wilson Matos nessa direção. Mas eu penso que um projeto dessa natureza dificultaria, estaria na contramão daquilo que a gente deve pensar em termos, assim, de aprimoramento das relações, das exigências, de uma instituição de Ensino Superior. Eu não vejo, assim, como eu disse, assim, pegar uma Universidade, não é, como eu sou professor lá da Federal do Paraná, eu acho que o Conselho universitário, conselho de ensino e pesquisa, de acordo com a realidade de cada curso, de cada contexto tem toda a condição de estabelecer critérios de qualidade.

A busca da qualidade, inclusive, está sendo buscada em outros mecanismos como, por exemplo, o provão, quer dizer, ver o desempenho dos alunos, mas junto com o desempenho dos alunos ver a qualidade da instituição em termos de pesquisa, de biblioteca, de infra-estrutura, de um conjunto de coisas. E este conjunto é que vai dizer se a entidade, se a instituição tem um ensino de qualidade ou não. A gente se deter na questão, não, vamos mudar de 75 para 80 ou de 80 para 85, eu, assim, pediria, assim, para que examinássemos com mais cuidado, com mais calma, pensássemos nas implicações disto, porque eu acho que não... Realmente poderíamos criar, assim, uma dificuldade muito grande para as próprias instituições de se verem, assim, cerceadas no seu aspecto de liberdade dentro de critérios bem estabelecidos. Então, é só uma reflexão que a gente faz, a gente não vai votar hoje, mas eu acho que no momento do debate, da discussão a gente poderia se aprofundar mais ainda nesse aspecto.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Augusto Botelho, antes, o Relator já quer responder.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu estava conversando com o Senador Augusto Botelho, não é o

projeto em si, não obriga 85% dentro da sala de aula. Os projetos de melhoria, trabalho de campo, tudo isso, pode ser computado como frequência, não há dúvida nenhuma. Talvez essa seja a preocupação do Senador Arns, que a própria administração na Universidade ou o professor de cada matéria estabeleça a linha de presença através de trabalhos de grupo, de tantas outras coisas que nós temos realmente visto, o que é fixar um tempo necessário para que haja realmente uma frequência porque trabalho à distância, por telefone, só prova no fim do ano, não dá para ter uma formação correta hoje em dia a não ser o ensino a distância que está progredindo, é claro, está recebendo um estímulo até do Governo. Mas ela também se faz presente nas exigências para formação e comprovação do aproveitamento do aluno. Eu acho que o Senador Arns tem razão, mas está implícito aqui que até nos artigos, talvez, no Relatório tenha fixado alguma coisa que fugiu um pouquinho do objetivo do projeto que é o tempo integral de 85% com todas as atividades educacionais e fora da própria Universidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Realmente me preocupa mais a autonomia da Universidade em relação a esse projeto. Mas eu acho também que nos tínhamos que pensar em relação a isso. 75% significa que perdeu de cada quatro atividades o indivíduo perdeu um. É muita tolerância permitir que só 75% de atividade a pessoa participe para se formar. Um curso de 1200 horas a pessoa perdeu 300 horas e se admite que ele seja habilitado para exercer a profissão. Realmente não está se falando em hora sentada em sala de aula, é de atividades acadêmicas, de participação em congressos, de outras coisas assim. Eu acho que nós tínhamos que ser mais rígidos porque nossa preocupação maior, nós aumentamos a quantidade de oportunidades, mas temos que melhorar a qualidade. A gente fala aqui do Ensino Universitário só, mas a qualidade também do Ensino Básico, que no Ensino Básico, na LDB permite 75% de frequência, exige. São coisas que nós temos que pensar e achar uma forma sem ferir a autonomia da Universidade. Não sei como é que... Mas nós temos que exigir que se estude mais. Tudo que for feito para estudar mais, eu sou favorável. Porque a gente estudando mais vai melhorar a qualidade.

Outra coisa que me preocupa também nas nossas Universidades é justamente essa dedicação de 70% para ciências humanas e 30 para tecnológicas. Nós temos que dar um jeito de inverter essa equação senão o Brasil vai ficar para trás. Já faltam pessoas habilitadas para postos de trabalho que estão surgindo, se a

gente não ajudar, não criar uma forma de melhorar, de inverter essa equação, ou pelo menos equilibrar, como aquela que a gente sempre fala em relação ao bolo da educação, 1/3 do Ensino Básico e 2/3 para o Ensino Superior, nós temos que dividir essas duas coisas. E é por aqui se discutindo, se achando caminhos, respeitando-se as autonomias e as leis, mas criando formas de que a gente mostre o rumo que a gente quer que o país tenha, nós queremos um país onde as pessoas estejam habilitadas para trabalhar. Queremos um país que tenha condições de competir com os outros países. Senão nós vamos ficar para trás. É aquela... Não sei se foi o senhor que falou, uma discussão, entre a gente ficar com o país que vai ter trabalhador barato, para ser desenvolvido por causa da mão-de-obra quase explorada pelo seu custo muito baixo, ou um país desenvolvido porque tem um conhecimento evoluído que pode competir com os outros. Muito obrigado Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem, Senador. Eu acho que esse tema da autonomia merece uma grande discussão porque é autonomia, mas não é autismo da Universidade. Ela não é autônoma para ficar falando só com ela própria. E autonomia, sobretudo, como fazer a academia, mas não para que fazer nem para quem fazer.

Nesse sentido o Senador Arns tem razão no que se refere às mudanças que ocorrem no conceito de frequência. Tanto o Senador Botelho e o Senador Tuma falaram também. O mínimo de atividades. Mas pode ser ensino à distância, dentro de casa, pode ser atividades de pesquisas de campo. Então, ambos, os dois lados têm razão. É preciso o mínimo, alto, elevado como propõe o Senador Wilson. Ao mesmo tempo o como fazer essa frequência que a gente tem que dar a liberdade à instituição universitária. Mas hoje a gente está apenas debatendo, não vai votar, não tem *quorum*, Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O Senador Arns para adequar uma forma, para que essa porcentagem seja realmente mais abrangente do que... Fixar mesmo. Como aqui não há nenhuma preocupação de bloqueio de atividades fora da sala de aula, mas talvez o Senador Arns poderia fazer uma emenda que fixasse melhor os objetivos para complementação da atividade escolar.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador Cristovam, eu gostaria... Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a V. Exa que não encerrasse os debates a respeito desse assunto, para a gente continuar na próxima sessão.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu consulto levando em conta a correção das propostas e a gente continua a reunião com leituras ou vai direto para requerimentos e volta para quando tiver o *quorum*. A Comissão está de acordo. Bem, vamos votar os requerimentos que estão aqui, que não precisam de *quorum*, se chegar o *quorum*, creio que muito difícil, são 12:30, a gente faz. Nós temos os seguintes requerimentos aqui: Um requerimento assinado pelo Senador Eduardo Azeredo. Requeiro nos termos do Regimento Interno do Senado a realização de uma reunião com finalidade de homenagear o estudante Éder Carlos Lopes Coimbra, estudante da escola Municipal Ramiro Lopes da Comunidade Barra Nova na cidade de Padre Paraíso de Minas Gerais que venceu dia 31 de maio de 2008, certame sobre língua portuguesa no programa Soletando, do programa Caldeirão do Húck que é promovido pela Rede Globo de televisão, solicitando também que o comparecimento do convidado e dos acompanhantes familiares sejam custeado por esta Casa Parlamentar. Era bom dizer, pelo menos, o número de acompanhantes. O Senador Eduardo Azeredo para...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Pai, mãe e professora, não podemos esquecer também.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Na verdade nós estamos sempre com uma mentalidade de que nós temos que incentivar os bons alunos. Eu acho que esse é um bom exemplo. É um estudante de uma cidade muito pobre, cidade Padre Paraíso, no Jequitinhonha, a parte mais pobre de Minas Gerais, parte mais carente, o estudante em si, mora na área rural e foi, é um certame longo desse programa em que vários candidatos do país todo concorreram e o fato desse rapaz do Éder Carlos Lopes Coimbra de 15 anos, residente nesta comunidade de Barra nova, área rural de Padre Paraíso, ele ter saído como vencedor eu acredito que nós fizemos dentro de uma reunião, estou querendo dentro de uma reunião comum como essa, possamos começar a reunião rotineira da Comissão fazendo uma homenagem a ele pelo fato de estar estudando, mostrando que é possível estudar sim, quer dizer, com a renda familiar de 200, para 300 reais que a família tem ele consegue estudar, estar em primeiro lugar, conhecer a língua portuguesa que é pouca gente que conhece. Até mesmo entre nós aqui, tem muita gente que não conhece português não. Então, é verdade que nós precisamos incentivar mais essa questão da língua portuguesa. Então, esse que é o objetivo desse requerimento, Presidente, V. Exa que é realmente um incentivador da educação, eu acho que aprovará também essa intenção.

Nós faríamos, então, na reunião rotineira, iniciá-amos com a homenagem a ele e os convidados, como diz o Senador Tuma, seria o pai, a mãe e o professor. Só lembrando aqui que esse soletando começou com 5 mil pessoas em todo o Brasil, foram eliminatórias em escolas de cada Estado até que restaram representantes que passaram a participar do programa ao vivo. A cada sábado dois participantes eram eliminados. A etapa final foi entre o representante de Minas, representante do Paraná e Rio de Janeiro. O pai de Éder diz que a família é muito pobre, sobrevive com pouco mais de 200 reais por mês. Apesar das dificuldades para estudar este é um exemplo que mostra que não importa se é escola pública ou particular, se quiser o aluno aprende, ele é aluno de uma escola pública. De maneira que esse é que é o objetivo da escola Municipal Ramiro Lopes da cidade de Padre Paraíso.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu ponho em discussão mas antes eu queria sugerir que eu creio que seria muito positivo se convidássemos também o apresentador Luciano Huck porque o programa dele, a meu ver, tem um impacto muito grande de promover o gosto pela ortografia, pelo menos, na língua portuguesa. Eu sugiro que também ele venha.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Parabéns pela lembrança, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Além do professor ou professora, e dos pais..

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Vale a pena.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está em discussão o requerimento, os que não havendo ninguém mais para se pronunciar, estejam de acordo, permaneçam como estão.

Há um outro requerimento nos termos regimentais da realização de uma audiência pública para instituição do Projeto de Lei do Senado 054 de 2007 que altera a redação dos art. 4º, 29, 30, 87 da lei 9394, 20 de dezembro de 2006, estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional para esse é o objetivo do Projeto de Lei que é de minha autoria para garantir o recenseamento escolar de crianças até 5 anos de idade para atendimento em Educação Infantil. Não temos até hoje esse recenseamento. Mas há aqui um pedido do Senador Arns de uma audiência com o representante do Ministério da Educação, representante da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, representante do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e representante da Campanha de Educação para Todos.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Flávio.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só quero em primeiro lugar dizer da importância do projeto de V. Exa., que se nós quisermos mudar o Brasil nós temos que mudar a educação básica, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Quer dizer, uma geração nova que passasse esses 17 anos com uma ênfase educacional forte. E como V. Exa. colocou, não existe, assim, um trabalho mais sistemático a respeito disto. Então, para valorizar, inclusive, tendo já as pessoas, conversado com V. Exa. para não dificultar de maneira alguma a tramitação do projeto, mas sim valorizar a tramitação do projeto para dizer: “Olha, nós queremos que esse recenseamento seja feito, que saibamos quantas crianças existem, como é que estas crianças estão” e discutirmos como é que isto seria feito pelo IBGE em termos de Educação Infantil, creche, pré-escola de zero a três, quatro e 5 anos de idade. Então, a educação infantil até 5 anos. Eu estou dizendo até 5 anos porque existe um debate no Brasil que nós alteramos a Constituição quando nós aprovamos nesta Comissão o Ensino Fundamental de nove anos. Quer dizer, foi mudada a Constituição, foi mudada a LDB. E aí as pessoas dizem: “Não, mas a pessoa tem uma polêmica ainda pelo Brasil, a criança tem que se matricular com seis anos na primeira série”. Eu tenho defendido o ponto de vista, inclusive, lá no Paraná a justiça já até determinou nesse sentido que o Ensino Fundamental de nove anos não é para acrescentar um ano no final, é para antecipar um ano lá no início, para que essa diferença entre o pessoal economicamente mais carente ou mais abastado, vamos dizer, seja diminuído em um ano.

Então, Educação Infantil até 5 anos significa até 60 meses de idade, não é verdade? Até 5 anos é até 60 meses. Então, 5 anos e um mês, dois meses, nós já estamos indo para o sexto ano. Aí já seria Ensino Fundamental. Por isso que as crianças e as prefeituras e os Estados têm que se organizar para matricular as crianças na primeira série do Ensino Fundamental para que elas completem seis anos na 1ª série, porque senão a Constituição diz isso. A pessoa pode até não gostar. Eu acho adequado. Ah, não, mas tem que matricular com 6 anos completos. Não é... a Constituição não fala isso. A Constituição diz: Educação infantil até 5 anos, até 5 anos significa até 60 meses. 5 anos e um mês, já são... vou completar seis anos na 1ª série, está correto. É isso que a Constituição fala. Então, esse aparte eu só fiz porque aproveitando esse Projeto de Lei, mas dizer, Sr. Presidente, que concor-

do com V. Exa eu acho que trazer o IBGE, Ministério, os Municípios que afinal a Educação Infantil está no âmbito de atuação dos Municípios vai fazer com que a gente valorize, discuta e seja uma aprovação para ter muito mais chances de ter sucesso como é o desejo de V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero dizer que esse projeto já veio duas vezes aqui, ninguém levantou esse aspecto. E que ele vai atrasar? Vai e muito. Até porque essa audiência não será nesse semestre. Não há como fazer. No próximo semestre dificilmente a gente vai conseguir fazer audiências. Então, de fato vai adiar bastante. Eu até me pergunto se não é melhor um contato direto com o IBGE para pedir que eles façam sem nem precisar que o Senado tome a iniciativa. O que é, mais uma vez, a gente perder a chance de mostrar que nós temos uma Casa tentando agir, que é o que está acontecendo com o piso salarial. O piso salarial deu um... voltou...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): V. Exa...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Só um minuto. O piso salarial voltou quase a zero. As brigas lá de duas Comissões na Câmara paralisaram completamente. E os Governadores felizmente já estão adotando o piso salarial de 950, o que vai fazer uma coisa boa para a educação, mas vai desmoralizar o Congresso que perdeu a grande chance de ser a Casa que criou o piso salarial da profissão. Certamente não vai ser um mérito mais do Congresso, por uma disputa entre duas Comissões. Bem, mas está em discussão...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu queria só dizer, diante da... eu acredito que o Senador Arns está com a intenção correta e V. Exa. está com uma ponderação correta.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas não estou contra também.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu acho o seguinte, eu acredito que talvez, o pedido de informações do Senador Arns, poderia ser direto às instituições que ele cita sem que a gente não dê andamento rápido ao projeto. Porque é terminativo aqui?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É terminativo.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não vai ser votado hoje. Talvez lá e o Senador retiraria, não sei, não quero induzi-lo a isso porque eu acho que é correto o pedido dele, mas nós poderíamos votar e ele pediria em nome, V. Exa. em nome da Comissão todos os dados necessários às dúvidas que o Senador Arns poderia ter. Porque eu acho que tem um problema muito sério nos Municípios, em São Paulo já temos mais de

200 ou 300 processos contra a Prefeitura por falta de matrícula nas creches que é uma obrigação do Município, que não está sendo cumprida de acordo com a lei, por uma série de razões, mas o Ministério Público tem aberto processo contra as prefeituras diante da reclamação dos pais. Então, nós temos que dar uma equação rápida em algumas coisas para evitar praticamente uma desobediência à Legislação em vigor. Eu estou pedindo, assim, para o Senador Arns, porque eu sei que ele é um homem como V. Exa. que vai, que soma a respeito da evolução na educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Que as audiências em geral são em assuntos polêmicos, que haja discordância. Nesse caso eu creio que não há discordância.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não... E Sr. Presidente, eu de fato não me dei conta, acho, assim, que o debate é importante e poderíamos até fazer esse debate posterior à aprovação da lei para vermos como é que esta aprovação está, na verdade, acontecendo, se materializando. Então, nesse sentido eu solicitaria a V. Exa. que retirasse o meu requerimento de pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Perfeito. Como não vamos votar hoje mesmo. Até lá podemos pedir informações a todos... Bem, não temos...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, temos um projeto não-terminativo, um projeto muito simples.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu vou colocar em votação. De fato eu não tinha visto a sua chegada, mas o Senador Arthur Virgílio tinha pedido antes, só que o do Senador Arthur Virgílio creio que é terminativo, não é?

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sim, sim. Eu queria justamente discutir não o projeto, mas a situação em que as Comissões estão vivendo. Porque nós temos poucas semanas até o recesso parlamentar e depois esse fato essencial para a nossa vida, para a vida brasileira que são as eleições. E depois finalmente teremos um período se Deus quiser frutífero após o fechamento das urnas de 2º Turno. A minha idéia seria nós fazermos um grande esforço, eu vou contatar cada líder de bancada, no sentido de nós aproveitarmos este momento que nos separa do recesso para votarmos o máximo de matérias terminativas nas Comissões. Porque nós terminamos...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Esforço concentrado.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Pois é, terminamos sem muita moral para nos queixarmos de Medidas Provisórias. Aqui não tem nenhuma Medida Provisória atravancando a pauta. Lá no plenário

tem, mas aqui não tem. Aqui nós não estamos votando simplesmente porque não compareceram os que deviam comparecer para opinar sim ou não em relação às matérias. Então, seria... e eu aproveito muito bem a sugestão do Senador Inácio, seria nós fazermos um esforço concentrado. Aprovar as iniciativas dos parlamentares para nós, inclusive, melhorarmos essa estatística e melhorarmos a qualidade da nossa participação aqui. Eu vou cumprir de minha parte e penso que V. Exa. poderia fazer a mesma coisa pelo PDT, assim como o... Imagino que nenhum líder se negará a solicitar dos Senadores de sua bancada que compareçam em massa às Comissões nessa fase final de modo a nós desovarmos o máximo de matérias de iniciativas dos senhores Senadores e dos Deputados. O que bateu aqui, tocar para frente seria uma boa resposta que daríamos do ponto de vista do nosso acompanhamento técnico sobre as questões.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu creio que a sua sugestão é extremamente positiva. Eu consulto os demais membros se estão de acordo.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): De acordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Estando de acordo eu vou tentar falar com o próprio Presidente do Senado ver como é que podemos fazer isso e procurar cada um dos membros da nossa Comissão, definir, talvez, até mais um dia extra, suspender, talvez, algumas audiências que estejam previstas e nos concentrarmos mais de um dia por semana, dois dias, digamos, que a gente precisa de dois dias, um para deliberação e outro para audiência. Se for possível até suspender algumas audiências. Obrigado Senador Arthur Virgílio. Nós temos a chance ainda de discutir mais um não-terminativo. O problema é que o Senador Inácio Arruda está presente, mas o Relator não está e não podemos pedir ainda, não podemos indicar alguém *ad hoc* a não ser que entre-se em contato com o Senador Sérgio Guerra e ele sugira que tenhamos um outro. Hein? O Relatório dele é favorável.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu não sei se eu posso dar a sugestão em nome do Senador Sérgio Guerra. A minha sugestão era do Senador Arthur Virgílio relatar, se V. Exa...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Posso fazer sim. Qual é o item? Qual o item, Senador Inácio?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Item 17. Na verdade, é uma homenagem, acho que singela a um homem também simples do povo.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):

Qual é a página?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O problema, Senador Arthur Virgílio, é que o senhor é membro honorário dessa Comissão.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):

Ah, meu Deus, só tem um detalhe terrível, eu não sou membro, é verdade.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É membro sim, mas honorário.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Já que o partido de V. Exa. não nomeia nós o nomeamos.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Senador, é verdade, é verdade. Eu já fui membro.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agora, embora não seja membro como líder do seu partido pode, sim, sugerir que já que o Senador Sérgio Guerra, nas suas diversas atividades não está presente, que ele seja substituído.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Pelo Senador Eduardo Azeredo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Pelo Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então, muito bem. Então eu vou passar a votação do projeto que é de... e já...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Isso é só uma mostra de como eu gosto de ser presidido por V. Exa. [Risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O projeto de resolução do Senado nº 008 de 2008 que dá o nome do museu histórico do Senado Federal Cândido Portinari ao museu histórico do Senado Federal. O autor Senador Inácio Arruda que aqui está e eu passo a palavra para o Senador Eduardo Azeredo como Relator *ad hoc*.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, agradecendo a deferência, eu quero relembrar na análise que esse projeto do Senador Inácio Arruda, ele vem exatamente fazer justiça a Cândido Portinari. Cândido Portinari, talvez, seja o maior representante das artes plásticas brasileiras, especificamente no que se refere à pintura. Ele já teve o seu primeiro prêmio no exterior em 1935, durante a exposição internacional do *Carnegie Institute of Pittsburgh* nos Estados Unidos, onde sua tela “Café” obteve menção honrosa. Aí nós temos toda a descrição aqui dos vários prêmios, de toda a sua carreira no material que está distribuído aos senhores Senadores. E

lembrando, portanto, que suas obras vão aos museus, galerias, murais, salas de exposições, particulares, diversas partes do mundo. Tendo em vista a trajetória artística do homenageado, comprova-se que nada depõe contra o mérito da iniciativa, muito pelo contrário. Trata-se de legítimo representante das artes plásticas brasileiras como pintor e mais particularmente como exímio moralista que levou o nome do Brasil a todos os cantos do mundo. O Relatório do Senador Sérgio Guerra, Presidente do nosso partido do PSDB, eu tenho a honra, portanto, de subscrevê-lo também como Relator *ad hoc* com voto favorável pela aprovação do projeto de resolução nº 8 de 2008, de autoria do Senador Inácio Arruda aqui presente dando, portanto, o nome do museu histórico do Senado Federal, de museu histórico do Senado Federal Cândido Portinari.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Inácio quer comentar?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB): Sr. Presidente, apenas para realçar o parecer do nosso Relator, Senador Eduardo Azeredo, que foi nomeado pelo seu líder e acatado por V. Exa. prontamente como Relator *ad hoc*, substituindo o Senador Sérgio Guerra. São todos homens que têm muita relação com a cultura e com a arte no nosso país e sabe desse papel destacado que teve Portinari. Portinari também disputou uma cadeira de Senador da República e ficou conhecido à época, na brincadeira entre todos os amigos, mas era deveras, digamos assim, como Senador Furtado porque ele ganhou na apuração, mas resolveram, então, fazer uma segunda apuração, para ele perder. E obviamente como a segunda apuração era para ele perder, ele perdeu e não assumiu então sua cadeira legítima de Senador da República. Digamos que nós fazemos esse resgate também da história ao lado da homenagem ao homem da arte, da cultura, da expressão do povo brasileiro, nós também resgatamos a história política porque o Portinari era, sobretudo, também uma pessoa de grande atividade política, de grande militância, que tem a sua obra hoje num trabalho, um esforço grande do seu filho, João Cândido Portinari, um professor universitário, hoje residente no Estado do Rio de Janeiro, ele faz um esforço gigantesco para o reconhecimento da obra do seu pai. E uma das... Não reconhecimento, mas uma das grandes obras do Portinari que foram aqueles painéis guerra e paz, dois painéis espetaculares, o Portinari foi desconvocado da inauguração dos painéis, por uma discriminação ideológica na época, disse: “Não, o Portinari não pode entrar no país para inaugurar os painéis porque ele é comunista, vai ter que ficar fora”. Só agora, 50 anos depois, de instalados os painéis, é que o João Cândido

também pôde participar da solenidade de homenagem ao cinquentenário dos painéis guerra e paz.

Então, acho que fazemos esse resgate, acho que o museu do Senado ficará muito bem com o Portinari.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado, Senador. Eu creio que não podemos aceitar nenhum tipo de manipulação de resultado eleitoral. Mas é capaz de que Cândido Portinari daria uma contribuição maior como pintor do que perdendo o tempo dele em algumas sessões aqui.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, eu quero só ainda mencionar, consta aqui do relatório que em 1944 ele iniciou seu trabalho na Pampulha em Belo Horizonte com destaque para o mural São Francisco, que é a via sacra na igreja de São Francisco, é um ponto tradicional de Belo Horizonte, tudo que foi uma obra muito importante e que tem, exatamente, os trabalhos de Portinari lá marcando a cultura de Minas Gerais. E lembrar ainda, Senador Inácio Arruda, não disse, mas que ele foi filiado ao Partido Comunista Brasileiro e que veio a falecer, realmente, intoxicado, quando da acumulação de tintas em 1962.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, você vê que mineiro sempre se dá bem, mas diz que o maior sonho de Portinari era ter pintado um quadro em Manaus. [Risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu... Antes de encerrar a sessão, aliás, eu ponho em votação, os que estiverem de acordo permaneçam como estão. O projeto está aprovado. E eu espero que em breve a gente possa descerrar uma placa com esse nome e convidando o filho do pintor que é uma figura formidável, faz um grande trabalho, talvez o Portinari venha ser o pintor do mundo com mais detalhes de sua obra graças ao trabalho do seu filho.

Eu antes de encerrar quero dizer que amanhã teremos uma audiência pública cujo assunto é instruir o Projeto de Lei do Senado nº 403 de 2005 que estabelece regras para a prática de esportes radicais ou esportes de aventura no país. Autoria do requerimento Senador Raimundo Colombo e Wellington Salgado. Autoria do aditamento Senadores Raimundo Colombo e Valdir Raupp. Autoria do projeto Senador Efraim Morais e a relatoria do Senador Raimundo Colombo. Estão convidados para fazer parte amanhã da audiência; o Antônio José M. de Barros que é Presidente da Confederação Brasileira de Surf, Diogo Joel de Marco, Diretor do Departamento de Qualificação e Certificação de Produções do Turismo, Jorge Derviche Filho, Presidente da Confederação Brasileira de Paraquedismo,

André Arantes, Diretor do Departamento de Esporte de Base de Alto Rendimento, Flávio, conhecido como Teco Padaratz, Bicampeão Mundial de Surf e proprietário da licença WCT no Brasil e Silvério José Nery Filho, Presidente da Confederação Brasileira de Montanhismo e Escalada. Está encerrada a sessão.

Sessão encerrada às 12h56.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE JUNHO DE 2008.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e trinta e dois minutos do dia quatro de junho de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência Eventual do Senador Sérgio Zambiasi, e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Inácio Arruda, João Ribeiro, Heráclito Fortes, Virginio de Carvalho, Raimundo Colombo, Marisa Serrano, Flexa Ribeiro, Sérgio Zambiasi e Romeu Tuma reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Augusto Botelho, Fátima Cleide, Paulo Paim, Ideli Salvatti, Renato Casagrande, Wellington Salgado, Geovani Borges, Mão Santa, Valdir Raupp, Paulo Duque, Lobão Filho, Gerson Camata, Marco Maciel, Marconi Perillo e Papaléo Paes. Justificam a ausência os Senhores Senadores Cristovam Buarque e Rosalba Ciarlini. O Senhor Presidente Eventual, Senador Sérgio Zambiasi, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 49/07 – CE de autoria dos Senadores Raimundo Colombo e Wellington Salgado e Aditamento nº 01 ao Requerimento nº 49/07 – CE de autoria dos Senadores Raimundo Colombo e Valdir Raupp, que têm como objetivo **“Instruir o Projeto de Lei do Senado Nº 403, de 2005, que ‘Estabelece regras para a prática de esportes radicais ou de aventura no país’”**, cujo autor é o Senhor Senador Efraim Morais e o relator é o Senhor Senador Raimundo Colombo. O Presidente Eventual, Senador Sérgio Zambiasi, registra a presença para acompanhar a Audiência

Publica, do Senhor Luciano Vellozo Luz, Representante da ASKALOMBRA – Associação de Skatistas Longboard de Brasília e Senhor Gustavo Fraga Timo, Coordenador da Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura – ABETA. Prosseguindo, o Presidente Eventual, Senador Sérgio Zambiasi, informa que o Senhor Antônio José M. de Barros, Presidente da Confederação Brasileira de Surf – CBS, convidado a participar desta Audiência Pública, justifica sua ausência devido a problemas com seu voo. Neste momento, o Presidente Eventual, Senador Sérgio Zambiasi, comunica que necessita ausentar-se da reunião, passando a presidência ao Senador Raimundo Colombo. Comparecem à Audiência Pública o Senhor Diogo Joel Demarco, Diretor do Departamento de Qualificação, Certificação e de Produção Associada ao Turismo; Senhor Jorge Derviche Filho, Presidente da Confederação Brasileira de Pára-Quedismo – CBPQ; Senhor André Arantes, Diretor do Departamento de Esporte de Base e de Alto Rendimento, do Ministério do Esporte; Senhor Flávio (Teco) Padaratz, Bicampeão Mundial de Surf e Proprietário da licença WCT no Brasil e Senhor Silvério José Nery Filho, Presidente da Confederação Brasileira de Montanhismo e Escalada – CBME. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usa da palavra o Senhor Senador Wellington Salgado, autor do Requerimento. Prosseguindo, o Senhor Presidente Eventual, Senador Raimundo Colombo, solicita que o material entregue pelo Senhor Jorge Derviche Filho seja encaminhado aos membros da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, e reforça a sugestão de serem realizadas novas Audiências Públicas sobre o tema. A Presidência Eventual agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência Eventual encerra a reunião às doze horas e vinte e cinco minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal. – SENADOR **RAIMUNDO COLOMBO**, Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA
E ESPORTE – CE

**27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO
DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA
04 DE JUNHO DE 2008**

AUDIÊNCIA PÚBLICA

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Havendo número regimental, declaro aberta a 27ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Submeto à apreciação do plenário a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e aprovação da mesma. Senadores e Senadoras que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Está aprovado. A presente Reunião atende ao Requerimento nº 49 da Comissão de Educação de 2007, aprovado e de autoria dos Senadores Raimundo Colombo e Wellington Salgado e ao Aditamento nº 1, ao Requerimento nº 49 da Comissão de Educação de 2007, aprovado e de autoria dos Senadores Raimundo Colombo e Valdir Raupp para realização desta Audiência Pública destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 403/2005 que estabelece regras para a prática de esportes radicais ou de aventura no País. Dando início à Audiência Pública, solicito ao Secretário Julio Linhares que acompanhe os convidados para tomarem assento à mesa. Dando início à nossa Audiência Pública, eu quero saldar e agradecer a presença do Diogo Joel Demarco, Diretor do Departamento de Qualificação, Certificação e de Produção Associada ao Turismo do Ministério do Turismo, Jorge Derviche Filho, Presidente da Confederação Brasileira de Pára-Quedismo, André Arantes, Diretor do Departamento de Esporte de Base e de Alto Rendimento do Ministério do Esporte, o Flávio – Teco – Padaratz, bicampeão mundial de surf e proprietário da licença WCT no Brasil, e Silvério José Nery Filho, Presidente da Confederação Brasileira de Montanhismo e Escalada. Também registro a presença do Luciano Vellozo Luz, Representante da ASKALOMBRA – Associação de Skatistas Longboard de Brasília. Conforme nós anunciamos no início esta é uma Audiência Pública que visa instruir o Projeto de Lei do Senado 403/2005 de autoria do Senador Efraim Moraes e cujo requerimento é dos Senadores Raimundo Colombo e Wellington Salgado e com aditamento dos Senadores Raimundo Colombo e Valdir Raupp. Vamos dar, imediatamente, início aos...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, pela ordem, um minutinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Senador Wellington Salgado que é um dos autores do Requerimento.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu vou me ausentar por uns 15 minutos, uma audiência com o Ministro, fazendo uma ponte para o Senador Heráclito que já está me marcando ali com o Ministro Hélio Costa e volto imediatamente. Esperando chegar o Senador Colombo que é autor junto comigo, ele chegando, eu me retiro eu volto rapidinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Ok, Senador Wellington. De qualquer maneira, eu quero informar aos convidados que esta audiência está sendo gravada, tem a cobertura da TV Senado, Rádio Senado, Agência Senado, e acima de tudo, ela será acompanhada pela Consultoria da Casa que a partir dos depoimentos, a partir das informações e das experiências de cada um virá também uma palavra técnica, fruto, exatamente, da manifestação de cada convidado que aqui está presente.

Eu convido então para fazer uso da palavra o nosso primeiro convidado. Eu acho que vou passar a palavra, imediatamente, ao... Vamos ver como é que o Governo se posiciona. Posso iniciar com o Esporte? Então está bem. O André que nos dá a alegria da sua presença.

O Secretário Linhares está me informando que o Dr. Antonio José de Barros que é o Presidente da Confederação Brasileira do Surf não está presente porque houve um problema no seu voo, em consequência, não conseguiu chegar a tempo, mas diz o Júlio que o Teco conhece bem o assunto, aliás, talvez conheça mais que o Presidente.

[risos]

SR. FLÁVIO PADARATZ (TECO): Depende do aspecto.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Depende do aspecto. No aspecto técnico, no aspecto legal o presidente resolve. Então vamos ouvir o André que aqui representa o nosso Ministro Orlando que está em Atenas representando o Brasil. André.

SR. FLÁVIO PADARATZ (TECO): Exatamente. Por conta hoje o Comitê Olímpico Internacional decide as cidades que vão passar para o segundo momento da escolha, das possíveis cidades, a sede olímpica em 2016. E o Brasil nutre uma experiência muito grande de que possa avançar, pela primeira vez na história para essa segunda bateria, usando aqui o linguajar

aqui do surf, passar para essa segunda bateria, onde, provavelmente, passaria Rio de Janeiro, Madri, Tóquio e Chicago que são as cidades mais fortes. São sete cidades ao todo que estão competindo. Hoje às 19h, 19h30 o horário da Grécia, 12h30 o horário do Brasil a gente tem essa resposta. A expectativa é muito boa, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Estamos todos já fazendo uma mentalização positiva para que isso aconteça.

Passar a palavra ao Dr. André para que possa então emitir os seus conceitos, suas opiniões a respeito da proposta.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Está legal. [ininteligível]

SR. ANDRÉ ARANTES: Primeiro queria, em nome do Ministro Orlando Silva, agradecer o convite, aos Senadores, e a todos os Senadores presentes, ao Senador Sérgio Zambiasi, ao Teco Padaratz grande surfista, ao Diogo, colega do Poder Executivo, ao Silvério e ao Jorge. É um grande prazer para gente estar aqui, e também é um grande prazer estar podendo trazer a esta Casa essa discussão do esporte de aventura e radical.

Como os senhores bem sabem, a gente tanto dentro do Ministério do Esporte, como acredita que aqui dentro desta Casa já existe um avanço grande no entendimento do esporte olímpico, do esporte paraolímpico. Mas essa temática do esporte, de aventura e esporte radical é uma temática nova, e é uma temática nova para gente também do Ministério do Esporte. Por isso mesmo no momento que eu começo a apresentação eu peço licença aos senhores de mostrar algumas marcas legais, algumas marcações legais que me parecem que são significativas para balizarem a nossa exposição.

Então, do ponto de vista da visão legal do esporte é importante a gente voltar à Constituição Brasileira no art. 217, onde fica disposto que é um dever do Estado fomentar as práticas desportivas, formais e não formais. Do ponto de vista da Lei 9.615, muito conhecida também como Lei Pelé ela institui as normas gerais sobre desporto e dá outras providências, e no art. 1º ela diz que o desporto brasileiro abrange práticas formais e não formais e obedece normas gerais da lei inspiradas nos fundamentos constitucionais do estado democrático. Isso tudo para gente está chegando ao que é exatamente a prática desportiva formal e a prática desportiva não formal. A prática desportiva formal é regulada por normas nacionais e internacionais e pelas regras das práticas desportivas de cada modalidade que são aceitas pelas respectivas entidades nacionais de administração do desporto, ou seja, aqui

os esportes, na vertente, de competição, são esses esportes que a gente vê, seja o surf, o skate, os esportes olímpicos e paraolímpicos. No momento que você faz utilização do esporte para estar competindo, segundo regras nacionais e internacionais então essa é a prática desportiva formal. E o § 2º então conceitua o que é a prática desportiva não formal que é caracterizada pela liberdade lúdica de seus participantes, ou seja, do ponto de vista da atividade esportiva é absolutamente a mesma, é o surf, só que, ao invés, de ser o surf, o Teco competindo numa etapa do WCT, é um surfista na praia mole pegando onda com seus amigos, ou seja, de maneira prazerosa; a mesma coisa se aplica ao futebol, à natação, enfim, a atividade é a mesma, mas a maneira de você fazer a atividade é que difere, por isso ela é formal ou não formal.

No art. 3º então ele conceitua que é importante as três manifestações esportivas que no Brasil a gente, enfim, trabalha com essas manifestações. A primeira é o desporto educacional, que é praticado no sistema de ensino em formas assistemáticas de educação onde se evita a seletividade e a hiper competitividade, ou seja, é aquele esporte que vitória procurar fazer um exercício da cidadania, a prática do lazer e a forma de competição de seletividade não se aplica bem aqui.

O desporto de participação. Também feito de modo voluntário muito ligado a essa questão do lazer compreende modalidades esportivas praticadas com finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde, da educação e na preservação do meio ambiente, ou seja, é também trabalhar o esporte de uma maneira prazerosa e aqui já aparece nessa lei a preocupação com a preservação do meio ambiente, com certeza, é um link que a gente tem aqui para no momento em que for falar de esporte radical e esporte de natureza. E o desporto de rendimento que é o desporto formal praticado segundo normas gerais desta lei e regras de práticas desportivas nacionais e internacionais. Então é aquele que eu havia falado há pouco tempo, é o desporto na sua vertente de competição, esse desporto que disputa campeonatos brasileiros, sul americanos, pan-americanos, mundiais, olimpíadas, e assim por diante.

Depois dessa parte que, com certeza, os senhores já estão bem acostumados eu venho trazendo algumas outras questões. Essa resolução é uma a Resolução de nº 18, é uma resolução do Ministério do Esporte, Resolução que o Ministro Orlando Silva assinou um abril de 2007 e ela recomenda a adoção dos conceitos de esporte de aventura e esporte radical que, obviamente, são muito pertinentes para essa nossa discussão.

Então com relação a esporte de aventura essa resolução do ano passado diz o seguinte: que o esporte de aventura é o conjunto de práticas esportivas formais e não formais vivenciadas em interação com a natureza a partir de sensações e emoções sobre condições de incerteza e em relação ao meio e de risco calculado, realizadas em ambientes naturais: ar, água, neve, gelo terra como exploração das possibilidades da condição humana em resposta aos desafios desses ambientes quer seja em manifestação educacional, de lazer e de rendimento, sob controle das condições de uso de equipamento, da formação dos recursos humanos, e comprometida com a sustentabilidade socioambiental.

Essa resolução é uma resolução que nasce de um grupo de estudo composto pelo Ministério do Esporte, Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Turismo, entidades, presidentes de entidades nacionais e pesquisadores da área também, alguns atletas. Parece simples na hora que está escrita, mas para chegar a esta redação a gente levou bastante tempo. E eu só queria chamar atenção para uma coisa, na definição de esporte e aventura, basicamente, o que vale a pena destacar é que o esporte de aventura se encaixa em qualquer uma das manifestações de esporte que foram mencionadas anteriormente na Lei 9.615, ou seja, um esporte de aventura pode ter tanto a característica de esporte educacional, quanto a característica de esporte e lazer, quanto característica de rendimento. Então no caso específico da modalidade aqui em questão – o surf – se compete é a de rendimento, se está trabalhando, está na praia, está aproveitando, está curtindo com os amigos ela está encaixada num lazer, e se você está trabalhando, eventualmente, na escola, trabalhando com caráter educacional, a modalidade se encaixa nesse viés mais educacional.

Esporte radical tem uma pequena diferença em relação ao esporte de aventura, que à medida que eu for olhando os senhores vão percebendo. É o conjunto de práticas esportivas formais e não formais vivenciadas a partir de sensações e emoções sob condições de risco calculado – até aqui é muito parecido com a outra – realizadas em manobras arrojadas e controladas como superação de habilidades do desafio extremo, desenvolvida em ambientes controlados podendo ser artificiais, quer seja em manifestações – e aí vai igual ser a outra. Quer dizer, pode ser educacional, de lazer e de rendimento, é formal e não formal, como era a outra. O que é que diferencia então o esporte radical e de natureza? Que foi isso que a gente procurou destacar. A instabilidade do meio. Por exemplo, uma mesma modalidade pode se encaixar num esporte radical ou num esporte de aventura. A gente quebrou a

cabeça com isso que foi uma brincadeira. Por exemplo, o surf novamente. Se o Teco está lá no Havaí pegando onda – Waimea – às vezes o mar está alto, às vezes o mar está baixo, entra um shwell diferente, ele nunca sabe muito bem nem o tamanho e nem o lado, e nem o formato que a onda vem, ela pode mudar durante a bateria que ele está correndo. Agora se ele vai para o Texas ou para a Califórnia e entra numa piscina de onda, daquelas que tem a onda, a cada 30 segundos sai uma onda que é sempre do mesmo jeito, com a mesma força, do mesmo tamanho, para o mesmo lado. Então a mesma modalidade que é o surf que aqui é encaixada como esporte de aventura quando ela está na praia, sujeito às modificações da natureza no momento em que você a faz na piscina sob uma condição controlada ela já tem uma caracteriza diferenciada.

Esse segundo momento eu achei interessante colocar aqui também que fala sobre articulação do segmento, do segmento de esporte e aventura e radical. Para o Ministério do Esporte essa questão começa a tomar vulto com a carta de São Paulo em 2005 a partir de uma grande feira de esporte e aventura que acontece em São Paulo, a maior feira de esporte e aventura da América Latina que se chama Adventure Fair. Nessa feira se encontraram o Ministério do Esporte, do Turismo, do Meio Ambiente, vários atletas, vários presidentes de entidades nacionais de esportes, vários pesquisadores, entre eles a professora Vera que está ali ao fundo, Kati(F) e outros pensadores do esporte radical e de natureza para conversar de forma sistematizada, pela primeira vez, sobre o assunto. E essa carta basicamente o que ela traz é o seguinte: a recomendação de que seja criado no âmbito do Ministério do Esporte, mas precisamente no âmbito do Conselho Nacional de Esporte uma Comissão de esporte e de aventura. Então com esta recomendação de volta ao Ministério isso foi trabalhado internamente. então por uma Resolução nº 15 de 2006 o Ministério do Esporte institui a Comissão de Esporte e de Aventura que começa a trabalhar com alguns objetivos, entre eles, o objetivo de fazer recomendações a respeito do esporte de aventura e esporte radical no sentido de precisar esses conceitos. E nesse sentido em 2007 o Ministério solta a Resolução nº 18 que foi a resolução que eu acabei de ler a pouco tempo conceituando o esporte de aventura e o esporte radical.

Srs. Senadores, feito esse pequeno preâmbulo, essa introdução, a idéia agora do Ministério do Esporte é fazer, tecer alguns comentários muito mais no sentido de contribuir com o PL em questão, com o PL 403 do Senador Efraim Moraes. A idéia, enfim, é colocar da forma mais clara possível o que se conseguiu durante esse período discutir com as entidades, com a

Comissão, com uma parte da Comissão, pelo menos, a respeito do PL.

[soa campanha]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Nós estamos trabalhando o espaço médio de 15 minutos para cada convidado. Então nós vamos dar uma tolerância de 3 minutos para que você possa... Até porque eu tenho uma curiosidade e não vou me conter, vou ter que fazer essa pergunta porque pode passar depois. Nós estamos tratando aqui do esporte radical, mas eu vejo que já tem um outro conceito que é de aventura, o de aventura é radical ou não? Como que é considerado?

SR. ANDRÉ ARANTES: Na verdade, aqui o PL fala em estabelecer regras para prática de esportes radicais e/ou de aventura no país. No momento em que o PL coloca e eu vou citar isso especificamente pelo PL já existe uma primeira recomendação aqui que é exatamente essa, Senador. No Parágrafo Único o PL estabelece uma definição para o esporte radical e de aventura, ou de aventura, aqui no caso. E a gente chama a atenção que já existe uma recomendação do Ministério, e a idéia é que essa recomendação fosse, na medida do possível, assimilada pelo PL que foi aquela recomendação que eu li explicitando o que era o esporte radical e o esporte de aventura.

O art. 2º fala em prestação de serviço para prática desse tipo de esporte e a comprovação de qualificação dos prestadores de serviço que teriam nos órgãos competentes ou entidades do Poder Público e sua comprovação e qualificação específica.

Um entendimento do Ministério é que como a prestação de serviço nada mais é do que a prática esportiva ou de aventura radical com caráter remunerado há de se supor que os órgãos adequados para conceder a certificação comprovando a qualificação do prestador de serviço que, em última análise, é um esportista da modalidade em questão é a própria entidade administração da modalidade. Quer dizer, aqui a sugestão é que, ao invés, de órgão público, que as entidades de administração das modalidades – e aqui no caso específico nós temos três -, elas tenham essa possibilidade ou esse dever de estar, enfim, acompanhando essa prestação de serviços.

No art. 2º § 1º ele dispõe sobre a certificação para fins de comprovação e qualificação dos instrutores e profissionais. Novamente, a idéia aqui é que a sugestão seja que a certificação e esse acompanhamento sejam feitos pelas entidades nacionais de administração do esporte que existem no país e são ligadas a entidades internacionais e que já tenha essa questão da regulamentação e de equipamento de forma muito, digamos assim, definida. [soa campanha]. E estou

terminando aqui que eu já percebi que a campanha é para mim. O art. 3º...

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): A campanha antecede o minuto final.

SR. ANDRÉ ARANTES: Está bom. O art. 3º e os seus § 1º e 2º ele falam a respeito do certificado de comprador que a gente acredita que tem um problema aqui. Nos parece inaplicável e inócuo esse dispositivo, pois não estamos falando de arma de fogo ou coisa parecida, e sim, de capacete, bicicleta, corda, arreio, tênis; enfim, uma série de artigos que são, inclusive, difíceis de catalogar porque a quantidade é muito grande. E que estão à disposição da população em lojas esportivas. Por outro lado, os equipamentos que precisam de um critério maior de segurança já têm seus selos de garantia internacional. Para o capacete já existe, para a corda, para os garrafões de mergulho e etc. E uma outra questão a ser observada é que o controle deveria ser feito na origem e não sobre o comprador.

Para terminar, nossa última contribuição é que o Projeto de Lei seja estruturado de forma integral a Lei 9.615 que disciplina toda a matéria básica do esporte.

Muito obrigado. Desculpa por ter excedido o tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Absolutamente. Eu acho que essa primeira manifestação do André foi importante porque já começa a dar um norteamento de uma compreensão da dimensão do projeto e o que pode ser feito no sentido de aprimorar proposta é se conhecer um pouquinho mais desse tema que de uma maneira... Em termos de lazer como espectador de televisão interessante e popular, porém, na prática ele é, razoavelmente, restrito, não é simples chegar ao Teco. Não deve ser coisa simples não.

Nós iniciamos ouvindo o Governo. Eu quero alertar que a campanha é automática, não é o Presidente que aperta a campanha aqui não. [risos]

Eu, então, dentro do princípio de ouvir primeiro as colocações que o Governo nos traz eu passo então, imediatamente, a palavra ao Dr. Diogo Joel Demarco que é Diretor do Departamento de Qualificação, Certificação e de Produção Associada ao Turismo do Ministério do Turismo.

SR. DIOGO JOEL DEMARCO: Bom dia a todos e a todas.

Cumprimento o Senador Zambiasi, e em nome deles a todos os colegas de mesa.

Para nós também do Ministério do Turismo é muito importante contribuir com esse debate porque a atuação que o Ministério vem tendo nesse setor, mais especificamente o que nós denominamos de turismo

de aventura é importante pelo potencial que esse segmento tem no desenvolvimento turístico.

Hoje nós não estamos num patamar de concorrência com os principais destinos de turismo de aventura do mundo Nova Zelândia, Costa Rica, Estados Unidos; mas temos um potencial muito grande de riquezas naturais que podem ser explorado nesse sentido. Então para nós é importante fazer parte desses momentos que discutem a regulamentação dessa matéria. Várias das questões que eu ia abordar são muito próximas ao que o André abordou aqui, essa diferenciação conceitual entre esporte radical, esporte de aventura, e também essa diferenciação conceitual entre turismo de aventura. Entendido como aquela ação, aquela prática que envolve na sua realização um prestador de serviço, uma empresa de turismo que oferece um determinado serviço e, portanto, tem que seguir toda uma normalização, uma normatização referente à segurança e, portanto, responsável pelas ocorrências e pelos fatos com aqueles clientes que essa empresa tem atendido.

Então para nós isso há uma diferenciação bastante clara em relação ao turismo de aventura e em relação ao esporte de aventura, o esporte radical como o André colocou que é importante porque não são duas ações de mesma natureza, por mais que próxima, são naturezas bastante distintas.

Em relação à atuação do Ministério nesses últimos anos a gente tem atuado nesse segmento do turismo de aventura procurando consolidar e fortalecer um sistema público de certificação no setor de turismo, como de resto não só no segmento de turismo de aventura, mas também em todos os demais setores, a idéia que se consolida um sistema público centrado em cima de três pilares fundamentais, um pilar de quem faz a normatização, nesse caso a Associação Brasileira de Normas Técnicas, a ABNT quem representa esse pilar no país, a organização, a entidade acreditadora, no caso do Brasil, o Instituto Nacional de Metrologia, o INMETRO que é quem faz a acreditação da terceira perna de atuação no sistema público de certificação que são os organismos certificadores. Então organismos certificadores, organismo acreditador e organismo responsável pela normatização é que compõe esse tripé, no caso do Brasil e INMETRO na acreditação por delegação pública que o INMETRO tem, da mesma maneira como a ABNT a Associação Brasileira de Normas Técnicas e no caso os organismos certificadores que são organismos que atuam nesse campo. Hoje nós temos uma maior atuação no campo da certificação em hospitalidade, e um fortalecimento de organismos certificadores para atuarem no segmento de turismo

de aventura. Então essa é uma ação que nós temos desenvolvido, fortalecer esse sistema público.

Em segundo lugar há uma publicização das normas técnicas da ABNT referentes ao turismo como um todo e, em particular, ao turismo de aventura. Porque, muitas vezes, o avanço que nós temos na normalização do setor, hoje o setor do turismo tem cerca de 57 normas técnicas já publicadas no âmbito do CB54 que é a Câmara Básica nº 54 da ABNT que trata do turismo e dessa 57, 31 delas são normas relacionadas ao turismo de aventura. Eu vou detalhar rapidamente quais são essas normas. Com esse quadro institucional e normativo é que o Ministério tem desenvolvido as suas ações. A principal delas – nesse campo – é um programa que nós desenvolvemos a partir de 2004 e a partir de um diagnóstico que foi feito no setor que identificou um grande número de pequenas empresas que atuam no segmento de turismo de aventura, mas de duas mil empresas, muitas delas de caráter familiar, pouco estruturadas; então par e passo com o procedimento de normalização do setor se trabalhou também um fortalecimento desse setor que não dá para se pensar uma cadeia forte no segmento de turismo de aventura se nós não tivermos os elos dessa cadeia que são aquelas empresas que vão estar lá na ponta levando o turista, amarrando as cordas, usando corretamente o equipamento, tendo uma preocupação com a sustentabilidade da sua ação, nós vamos estar com uma fragilidade bastante grande.

Então esse programa que é um carro chefe da nossa atuação, é um programa junto com o SEBRAE e com a ABETA que é Associação Brasileira das Empresas de Turismo de Aventura, chamado: Aventura Segura.

Vou fazer uma rápida apresentação dele que é um programa que tem como foco a qualificação e a certificação do turismo de aventura dentro dessa visão de normalização e de um sistema público e é uma iniciativa do Ministério com esses parceiros que eu já citei.

Grosso modo, esse pequeno esquema representa seis fases que esse programa: aventura segura tem primeiro, uma geração e disseminação desse conhecimento, de como isso funciona, quais são os marcos legais, a estrutura de organização, o tipo de apoio que se dá. Um segundo momento também dentro dessa visão de fortalecimento dos elos, da cadeia do turismo e da aventura é o estímulo ao associativismo, porque, muitas vezes, essas empresas teriam dificuldades de ter uma atuação isolada, e um processo de qualificação isolado. Então quando você consegue atuar de uma maneira associativa colaborativa entre elas os resultados têm se evidenciado muito melhores. Uma terceira fase também é apoiar a qualificação e a estruturação e

grupos voluntários de busca e salvamento que é uma prática em que pese toda a segurança que se procura ter há um grau inerente de risco e, muitas vezes, quando os acidentes ocorrem a gente não tem o socorro adequado na agilidade necessária, até porque em grande parte esse turismo de aventura é praticado em lugares remotos ou distantes. Então esse apoio aos grupos de voluntários de busca e salvamento tem se mostrado também muito importante. Há qualificação profissional fundamentada nas normas técnicas da ABNT, há qualificação empresarial, também dentro dessa visão do fortalecimento das associações e da qualificação para a gestão desses impedimentos, até por serem, na sua grande maioria, pequenas empresas que atuam. E, por fim, a certificação de empresas e dos condutores do turismo de aventura. Então essa é, digamos, o círculo de atuação do Programa Aventura Segura.

Então a qualificação e certificação como principais estratégias é baseado também em práticas, as melhores práticas internacionais e nacionais; então socializar essas informações e essa experiência, esses cases acumulados também tem sido uma ação importante. Visa aprimorar o produto turístico de aventura e o ecoturismo como um resultado do desenvolvimento do turismo, como um resultado econômico com a segurança necessária que a atividade exige, aumentar a competitividade e o profissionalismo do turismo de aventura e ecoturismo, e com um conjunto de ações integradas aí. Ações de abrangência nacional que é a atuação na Câmara básica da ABNT representando o Brasil em alguns espaços internacionais como na ISO que também existe um grupo de trabalho da ISO que discute o turismo de aventura e já tem uma série de normas em relação a isso, e ações com foco nos destinos, nos principais destinos de turismo de aventura no país, hoje atuando em 16 pólos, nos principais pólos de turismo de aventura do país. Pode avançar, por favor.

É um mapa, você pode retornar uma? Não. É retornar. Não está parecendo o mapa aí? Porque depois desse ocorreu algum problema então. É porque depois do programa das bases do programa hoje nós estamos nos 16 principais destinos priorizados no país. Rapidamente, para que todos tenham conhecimento, tem um mapa apresentando essa dispersão geográfica, mas é Bonito no Mato Grosso do Sul, Chapada Diamantina na Bahia, Chapada dos Veadeiros em Goiás, Florianópolis em Santa Catarina, Fortaleza no Ceará, Lençóis Maranhenses no Maranhão, Rio de Janeiro, Serra do Cipó em Minas, Serra dos Órgãos no Rio de Janeiro, Vale do Alto Ribeira em São Paulo, Brotas em São Paulo, Foz do Iguaçu no Paraná, Manaus no Amazonas, Recife no Pernambuco, nas serras gaúchas e Socorro em São Paulo que são os 16 principais des-

tinhas que nós temos atuado nesse primeiro momento com o Programa Aventura Segura. E que o foco dele é a segurança e qualidade, assegurar a qualidade e a segurança da prática do turismo de aventura, tanto para o consumidor, tanto para essa cadeia de distribuição para que essa ação também balize aquelas operadoras de turismo que contratam essas pequenas empresas na ponta para operarem essa atuação no turismo de aventura, quanto também para qualificar as empresas e os profissionais que atuam no turismo de aventura. Todo ele baseado nas normas e regulamentações técnicas da ABNT.

Então, a ABNT tem sido uma referência importante na definição das normas. Eu acho que é importante também frisar uma diferença conceitual. Por que nós estamos tratando de normalização e não de normatização? Normalização porque você constrói um aparato de normas que orientam essa ação, mas elas são normas de adoção involuntárias; elas não são normas obrigatórias que todo o segmento de turismo, de aventura tem que, obrigatoriamente, seguir colegas normas. Esse caráter voluntário na adoção das normas pode parecer, num primeiro momento, uma ação mais frágil, mas ele tem se mostrado um importante indutor para as empresas e para as empresas que contratam os serviços dessas pequenas empresas de turismo de aventura que estão na ponta, e mesmo para o consumidor que tem balizado a ação do mercado nesse campo.

A segunda coisa é a participação da sociedade nos seus diferentes segmentos na elaboração dessas normas e reconhecidas pelo ordenamento jurídico brasileiro da ABNT.

Só por fim, em relação a esse programa, os resultados que ele tem apresentado. Só antes disso esse é um pouco da espinha dorsal do que são as 31 normas hoje existentes em relação ao turismo de aventura. Existe uma espinha dorsal que essa norma 15.331 que são de sistemas de gestão de segurança que envolve uma visão mais ampla de toda a gestão da segurança dos empreendimentos como um todo e depois normas que seriam aí como costelas de sustentação, digamos assim, relacionadas a normas referentes à terminologia, a informações, a procedimentos e normas aí mais direcionadas mesmo a sistema de gestão, competências pessoais de percurso que definem, inclusive, conceitualmente. Essas normas é que dão a base para os processos de qualificação e o processo de certificação seguido.

E em relação aos resultados, hoje nós temos 31 [soa campainha] normas técnicas como referência, esses 16 destinos recebendo as ações do programa, cerca de 1500 empresários e condutores já qualifica-

dos, oito grupos de busca e salvamento já formalizados e em processo de qualificação e equipagem e um outro número também sendo articulado nesses outros destinos; cerca de 300 empresas de turismo de aventura e ecoturismo mobilizadas e já participantes desse programa, e cerca de duas mil pessoas participantes das ações de qualificação.

Então, esse é o grosso da nossa ação enquanto um programa estruturado no segmento.

E em relação às considerações do PL são muito próximas do que o André, colega do Ministério do Esporte que me antecedeu aqui. Eu acho que nós precisamos ter primeiro esse entendimento conceitual, acho que as iniciativas são importantes de se normatizar o setor, mas elas também têm que andar muito articuladas com essa própria estrutura do setor. No caso do esporte com as federações que atuam no esporte, no nosso caso do turismo de aventura com as empresas que têm tido uma aderência grande ao programa, mas em que o caráter voluntário ainda é a tônica do envolvimento dessas empresas nesse programa. Então elas são muito próximas do que o André falou. Não vou me repetir nos argumentos que ele levantou aqui.

Então, essas são um pouco das considerações, da contribuição que nós gostaríamos de trazer enquanto Ministério do Turismo aqui para esse debate, e também contar com a presença do Gustavo Timo que é o coordenador da Associação Brasileira de Empresa de Turismo e de Aventura que acaba de chegar aqui à sala que é um parceiro nosso, é um executor desse programa junto com o SEBRAE e o Ministério do Turismo. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado Diogo.

Eu vou solicitar ao Senador Colombo que assumira a Presidência por alguns minutos, porque nós estamos discutindo uma PEC e estamos mexendo com as Câmaras de Vereadores do Brasil, e eles estão com o Presidente da Câmara de Vereadores de Porto Alegre no meu gabinete. Então na condição de conterrâneo vou dar uma atenção a ele e aos demais que estão junto com ele. E o Senador Colombo que é autor do requerimento preside por esses minutos a Sessão, até para ouvir da minha parte o vizinho e do Colombo conterrâneo o Flávio – Teco – Padaratz que é o nosso bicampeão mundial de surf proprietário da Licença WCT no Brasil. Passo então a Presidência e a palavra ao Senador Colombo.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Cumprimentando a todos e substituindo, temporariamente, aqui o Sérgio que vai cumprir uma missão e logo volta. É um prazer para mim como

catarinense e como brasileiro, com orgulho, poder conceder a palavra ao meu conterrâneo o Teco Padaratz que é conhecido no mundo inteiro e é bi-campeão mundial, Santa Catarina tem tido grandes conquistas e o Teco é um orgulho para todos nós brasileiros, mas no fundo do coração um pouquinho maior para os catarinenses, não é Senador Romeu Tuma?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Concorro perfeitamente, estruturado politicamente que tem V. Exa. [ininteligível].

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): O senhor é muito bondoso. Obrigado. Teco a palavra está contigo.

SR. FLÁVIO PADARATZ (TECO): Obrigado, Sr. Senador. Obrigado pelas palavras também.

Eu não trouxe nada para apresentar aqui porque a minha observação quanto a esse Projeto de Lei é muito específica, e assim muito clara. Primeiro eu acho a iniciativa valiosíssima porque é como se referem ali nas justificativas as ações que acontecem dentro d'água, principalmente, no meu esporte e é por ele que eu respondo aqui nesse momento, são um tanto delicadas porque você está envolvendo um esporte que, como o meu amigo André Arantes comentou, que envolve riscos calculados e nem sempre esses riscos são tão bem calculados e eu acho que a iniciativa de buscar leis que previnem essas situações é muito sábio da nossa parte, é muito prudente da nossa parte, até porque já aconteceu isso de perder pessoas em escolas de surf e isso acontece, assim como a gente perde pessoas surfando deliberadamente sem ser na Escola de Surf. O surf é um esporte radical, ele envolve riscos sérios, você nem sempre sabe exatamente o que é que a corrente do mar vai prever naquela situação. Mas não está só por esses aspectos. Eu acho que o risco de você atravessar uma rua numa avenida é tão grande quanto o de você entrar no mar sabendo alguma coisa de como virar ali dentro, os riscos são muito parecidos, a gente está num mundo lá fora que não é tão fácil.

Quando eu tinha 12 anos de idade eu tinha uma bola de basquete, a minha mochila de colégio, eu ia às 6h da manhã para o colégio numa outra cidade sozinho, eu tinha 12 anos e eu voltava para casa sozinho no final da tarde, começo da noite e eu não tinha problema nenhum com isso. Hoje não me arrisco a botar minha filha a ir para...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É uma aventura de risco.

SR. FLÁVIO PADARATZ (TECO): Exatamente. E o surf não é diferente da aventura de vida de cada um da gente. A gente está sujeito a acontecer um monte de coisa.

Porém, o esporte do surf é um esporte que envolve muito a condição física e a saúde das pessoas e aí é que me preocupa mais, porque a maior parte dos problemas fatais que acontecem no surf são por problemas de saúde de pessoas que não sabiam que tinham aquele problema e se expõem a uma situação onde a sua condição física não estava propícia ou preparada para agüentar aquela situação. E é muito complicado porque não é só uma questão de rendimento físico no sentido de que eu posso correr e jogar uma partida de futebol porque eu sei até onde eu posso correr e a hora que eu cansar e paro. No surf, muitas vezes, você cansa e aí mesmo é que tem que fazer exercício que é para sair de uma situação difícil. Então é delicado. Agora, ao mesmo tempo, criar já uma situação final de uma habilitação para quem vende esse produto, uma habilitação para quem ensina esse produto e uma habilitação para quem pratica esse produto, ou esse esporte, ou esse lazer, esse estilo vida, essa brincadeira; porque você pode enquadrar o surf de várias formas. Entendeu? Isso fica muito delicado. Nós estamos falando hoje de 3,5 milhões de praticantes no litoral brasileiro e fora do litoral, que eles vão sempre no final de semana, no verão. É o segundo esporte mais praticado no litoral brasileiro, segundo algumas pesquisas já feitas dentro do nosso setor industrial, para vocês terem uma idéia. É uma indústria bilionária, é um negócio que envolve... Se você quiser habilitar alguém dentro desse setor talvez seja mais fácil habilitar os professores nas escolas, porque existe um certo credenciamento para isso, existe sempre o alvará da escola e para isso tem as leis que você pode criar e os pré-requisitos para que o cara seja habilitado a estar dando uma aula e a escola dele esteja dentro dos padrões.

E isso já está começando a acontecer nas universidades. A formação especializada em surf para alguns professores de educação física. Eu mesmo já dei alguns cursos, algumas palestras para esses alunos formandos. Só que eu acho que está longe da gente ter gente credenciada o suficiente para fiscalizar, credenciar e executar as leis dentro desse esporte, que como foi mencionado aqui antes, é um esporte livre, você pode, simplesmente, pegar sua prancha, ir para dentro d'água e surfar e não tem nada que te impeça nesse processo.

A agente estava falando aqui na venda de produtos, no caso vai mexer com um das coisas que eu faço, porque eu sou dono de uma fábrica de pranchas de surf. E apesar de a gente alcançar uma boa parte dos praticantes, eu queria que vocês soubessem que existem surfistas que foram campeões mundiais do Brasil que começaram a surfar num pedaço de porta. Então

não existe muito controle mesmo dentro dessa história. A pessoa pode fazer qualquer coisa uma prancha e se aventurar dentro do mar, e não está envolvendo só a prática daquele esporte subir em pé numa prancha, mas é estar dentro d'água.

Hoje em dia, pelo que eu sei, e eu posso estar errado, mas, pelo menos, é o que ocorre dentro d'água, quando a gente está dentro d'água, um surfista quando atropela um banhista e o machuca ou causa uma fatalidade na legislação, pelo que eu sei, a responsabilidade é do salva-vida que deixou os dois estarem praticando a prática do lazer no mesmo ambiente, sendo que um é radical e o outro não. Isso, realmente, é um problema sério, isso acontece diariamente. Tem as redes de pesca no litoral do Rio Grande do Sul que matam muitas pessoas por ano que são surfistas que estão dentro d'água e não sabem que a rede está ali, engatam na rede e morrem afogados, isso acontece todo ano, são muitos casos. Então é sério. A iniciativa é valiosíssima, mas eu acho que a gente antes tem que fazer um conjunto de medidas para que a gente possa se chegar ao objetivo que está nesse Projeto de Lei. Um deles, dentro do meu esporte, é unificar a associação amadora com a associação profissional. Isso é um problema sério que a gente tem no nosso esporte que elas não se conversam. Bem como, a associação internacional amadora e internacional profissional também não se conversam, existe um bairrismo ali. Isso é a primeira coisa que eu acho que o Brasil pode ser pioneiro no mundo até em realizar porque as frentes se conhecem, se falam; mas não oficialmente e eu acho que cabe ao Governo exigir esse tipo de conversa, de discussão, de debate em cima de uma coisa tão séria que é a segurança das pessoas no mar.

Segundo ponto é reconhecer oficialmente esses esportes radicais no Ministério da Educação. Hoje em dia a gente sabe que tem lá os professores sendo credenciados e tudo mais, mas não existe assim uma oficialização, um cuidado com o setor do surf, uma comissão especializada em surf dentro do Ministério tanto de Esporte como de Educação, porque o surf, assim como o montanhismo, principalmente, ele está de cara com o meio ambiente, a gente é o primeiro termômetro que existe do mar ou da areia. Todas as sujeiras que acontecem ali nós somos os primeiros a perceber. Então a gente tem uma oportunidade e um potencial incrível de formar desde crianças nas escolas públicas até que tem acesso à praia, que tenha condição de ter acesso à praia para que elas possam ter condição de aprender a conviver com a praia a fim de manter a sua segurança, no futuro aprender a lidar com aquele ambiente e, principalmente, aprender a preservar aquele ambiente, porque o praticante de

esporte radical é um militante potencial de proteção do meio ambiente. E ele é voluntário, totalmente voluntário; ele não precisa da autorização de ninguém para ir catar um lixo que está na areia e botar no lixo, para ir buscar junto à autoridade local de fechar um esgoto de um hotel que está jogando na praia o seu esgoto. E isso acontece, a gente sabe que acontece. Nós somos os fiscais. Somos nós que estamos vendo ali aquilo que, muitas vezes, o Governo, ou mesmo as estruturas que cuidam disso, as ONGs e tudo, mas não conseguem enxergar. Então vale criar, antes desse Projeto de Lei, criar sim um comitê que possa atender o reconhecimento desses esportes porque ele tem muito, eles todos, esses esportes têm muito a ajudar na educação, na preservação do meio ambiente e, sobretudo, na retirada desses milhares de jovens ociosos que estão por aí sem nada para fazer, a gente tem que botar alguma coisa decente para essas crianças, esses jovens fazerem. Porque assim como o garoto que era da Favela do Titanzinho, o Fábio Silva que acabou sendo o top do circuito mundial, ele vem da favela que é na frente da praia, com um pedaço de porta ele começou a surfar e ele ganhou o mundo. Hoje ele mora a duas praias do lado, tem um apartamento de frente para a praia, sustenta a família inteira com aquela brincadeira. E nunca ninguém foi lá ensinar a ele e dizer para ele: olha, começa a surfar que um dia você vai ter sucesso. Imagina se a gente começa fazer isso nas escolas a oportunidade que a gente está dando para tanta gente não está de perto ao crime, à droga, sei lá, ao mundo ocioso de não fazer nada, ficar na Internet sem fazer nada. A gente pode estar ali gerando saúde para eles, gerando benefícios físicos, principalmente as crianças. Aí tem um ditado dentro do surf que é o seguinte: “a criança que surfa dorme bem e come bem” e isso não tem coisa melhor para a saúde da gente do que isso. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Agradecer ao Teco Padaratz pela exposição. Registrar a presença do Gustavo Frago Timo, Coordenador da Associação Brasileira de Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura a ABETA. E convidar à exposição o Sr. Silvério José Nery Filho, Presidente da Confederação Brasileira de Montanhismo e Escalada, V. Exa. tem a palavra.

SR. SILVÉRIO JOSÉ NERY FILHO: Bom dia a todos. Obrigado pelo convite da Comissão. Tem uma apresentação, tem um power point para acompanhar, só para gente não perder o fio da meada e também não estourar muito o tempo.

O montanhismo é interessante que a gente começa por uma rápida apanhada do que é que se trata. Porque existe um desentendimento muito grande

do que é que se trata, realmente, montanhismo, e eu procurei sintetizar rapidamente alguma coisa.

Nós procuramos, quando a gente fundou as federações, a gente procurou uma definição formal para isso e não foi muito fácil encontrar. Então primeiro a gente pensou naquilo que é estar na montanha, é fundamental estar na montanha, mas nem sempre a montanha é facilmente definida, pode ser uma parede rochosa. E hoje em dia existem estruturas artificiais escaladas. Então nós procuramos fazer uma definição mais ampla que eu queria compartilhar com vocês antes de prosseguir nos comentários.

Nós procuramos definir como atividade do acesso travessia, ascensão e descida de montanha e suas técnicas derivadas. Existem várias submodalidades associadas que vocês, provavelmente, conhecem alguma, já tiveram contato com algumas delas, tipo escalada em gelo, neve, caminhada, trekking, escalada em rocha, paredões rochosos mesmo. E tem a vertente esportiva, como o André bem colocou, nós abrangemos tanto a parte formal como a não formal. Nós temos a competição de escaladas esportivas que hoje em dia ela é, praticamente, 100% realizada em estruturas artificiais. Eu vou explicar rapidamente. E as expedições dos quais nós temos até grandes atletas hoje no Brasil que o Everest hoje passou a ser freqüentado por brasileiros. Então já não é um bicho de sete cabeças. Hoje já há escalada expedicionária himalaiana para brasileiros, apesar da gente não ter esse ambiente aqui.

Só para exemplificar, algumas fotos do ambiente que a gente está falando: a escala em neve, a escalada Alpina, o trekking que são as caminhadas de longa duração, geralmente... Essa atividade nasceu a partir do acesso às grandes montanhas, e a escalada em rocha tradicional que essa é uma fótula da Pedra do Baú ampliada para gente ver as pessoas. Então é como o Teco falou: nós temos na frente da natureza ali, cara a cara com aventura e o “desconhecido”, que a gente, mais ou menos, conhece esses lugares.

No esporte formal nós temos as competições em paredes artificiais. Por que é que tem que ter artificial? Primeiro por causa da questão ambiental. É fundamental hoje a gente evitar agressões à natureza, minimizar os impactos. E porque para competir as vias têm que ser inéditas. Seria injusto você ter uma dificuldade na rocha, ela já é, necessariamente, conhecida pelos locais. Então a única maneira de você conseguir o ineditismo e nivelar todos no mesmo – os competidores – é com estruturas artificiais onde as dificuldades são desconhecidas para todos até o momento da competição.

Um histórico rápido da nossa organização. O montanhismo é considerado, iniciado no Brasil em 1912 com a conquista do Dedo de Deus. É um marco histórico importante, embora, existam outras conquistas interessantes como o Marombi, o próprio Pão de Açúcar que foi no século XIX, mas esse é considerado um marco inicial importante.

Em 1919 é fundado o primeiro clube de montanhismo da América Latina no Rio de Janeiro que é o Centro Excursionista Brasileiro que vai fazer, portanto, 90 anos o ano que vem. Em 1939 um outro clube carioca o CERJ, que naquele tinha outro nome, passou a ter a primeira escola de formação de guias e montanha. Aí a organização, propriamente dita, veio nos anos 2000. Nós fundamos as federações do Rio, São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná entre 2000 e 2002. Já existia toda uma estrutura de clubes, mas uma organização mais formal e a Confederação foi fundada em 2004, só aconteceu nessa época. E em 2006 a CBME se filiou a IAA que é a FIFA da escalada, é a União Internacional das Associações de Alpinismo, é o órgão máximo do esporte em nível mundial. Para dar uma idéia da nossa estrutura hoje, a CBME com quatro federações estaduais e cada federação com seus respectivos clubes, são em torno de 25 clubes, isso é a estrutura formal da Confederação. Existe uma quantidade enorme de praticantes informais associados. Ali naquele nível nós temos cerca de 2 mil montanhistas filiados, pagantes o que é pouco para sustentar a estrutura, mas fora isso nós temos em torno de uns 20 mil praticantes incluindo caminhada e tal, um número bem estimado, mas é uma idéia que a gente dá para questão de volume, porque tem muita gente que faz caminhada independente, tem muita gente que escala independente, como no surf, basta comprar alguns itens de equipamento, que não são muitos e nem são tão caros, para se poder praticar escalada e, principalmente, caminhada que é muito simples, basta uma mochila e caminhar.

Nós temos desde 1939 cursos, mas essa formação passa por vários estágios, vários aspectos. O Teco me ajudou frisando bem a questão ambiental. Os montanhistas, assim como os surfistas, são os que dão a cara, primeiro, para a natureza e percebem mais rapidamente os impactos. Graças a isso no mundo inteiro existem programas de preservação ambiental baseados em princípios, não são regras, são princípios de conduta que no Brasil estão bem consubstanciados nesse Programa Pega Leve que foi desenvolvido inteiramente por montanhistas com apoio do WWF. Esse site tem uma série de práticas para várias modalidades, não só para escalada, tem escalada, corrida de aventura; várias outras modalidades existem recomendações

para convívio na natureza sem causar impacto. Uma iniciativa dos montanhistas.

Nós temos currículo padrão em funcionamento para formação desde os níveis básicos, de montanhista básico que é um simples seguidor de cordada ou de grupo, até o guia de montanha. Na maioria das vezes em caráter amador ou voluntário, que não é pejorativo, pelo contrário, eu acho que é interessante frisar que o caráter voluntário das associações é muito importante, justamente porque quem faz voluntariamente só vale a pena fazer se for muito bem feito, não interessa fazer mais ou menos se você está lá gastando o seu tempo e tem o seu trabalho esperando do outro lado, como nós temos aqui.

Nós temos também uma associação profissional de escalada no Rio que o principal pólo de escalada do Brasil, graças à geografia que é a Associação de Guias Profissionais do Estado do Rio de Janeiro que forma guias de escalada profissional. Esse conjunto de normas que nós estamos sistematizando existe e está em funcionamento e segue o padrão da União Internacional das Associações de Escalada. E até 2007 o índice de acidentes registrados foi muito baixo. Entre montanhistas e escaladores cerca de uma fatalidade a cada seis anos, isso num espectro de mais de 40 anos de registro. Não é um registro formal, mas é um índice interessante.

Aqui eu estou chovendo no molhado. Eu ia passar para vocês novamente a definição que o André já passou. Eu acho que é muito importante, foi um marco muito importante para nós conseguirmos ter um reconhecimento e uma formalização do que a gente tenta explicar e não consegue. Ficou muito bom. Eu gostei muito dos textos e eu acho que essa é a base a partir da qual a gente deve seguir qualquer tentativa de regulamentação ou normatização dos esportes tem que começar daqui. Acho que seria o marco zero, no meu ponto de vista.

Na área do montanhismo e escalada, assim como outros esportes, existe já uma série de normas e certificados para equipamentos. Eu acho que todos os equipamentos de segurança são regidos por normas internacionais, existem normas americanas, européias, internacionais e alguns itens específicos que não eram regidos por normas industriais como as ISOs as DIN(F) ou as EN(F) o IAA criou normas específicas para itens que não eram atingidos, como as cordas dinâmicas, como item específico de escalada. Pouco a pouco as entidades normalizadoras estão agregando os equipamentos de escalada porque eles estão sendo usados em ambiente industrial. Muitos equipamentos de escalada hoje são usados em ambiente industrial, mosquetões de alumínio estão substituindo, gradati-

vamente, mosquetões de aço, por exemplo; as cordas estão substituindo cabo de aço em muitas situações. Então o sistema formal e industrial de normalização está absorvendo pouco a pouco e está criando normas para equipamentos específicos de escalada tornando cada vez mais, digamos assim, “desnecessário” a existência das normas do IAA, especificamente. Então é um sistema que já existe, funciona bem no mundo inteiro e no Brasil ele é adotado simplesmente pelo reconhecimento do selo que os equipamentos portam, todo equipamento certificado possui um selo de qualidade de uma dessas normas e isso é reconhecido no meio facilmente.

Então, eu gostaria de pontuar algumas questões em função do que foi exposto anteriormente. Eu queria dizer aqui o seguinte: existe uma definição muito boa para esporte de aventura e radical e o projeto ficou um pouco fraco nessa questão, causa dúvida à definição que consta no projeto, ele pode ser muito aperfeiçoado com a introdução das definições que nós levamos algum tempo lá com o André para conseguir, e a Vera para conseguir escrever.

A qualificação específica dos instrutores e profissionais também pode ser comprovada por um certificado e seria um dispositivo redundante em função do que nós já fazemos e, potencialmente, dispendioso, você estaria criando uma nova estrutura de certificação independente da que já existe, a princípio, à vista do que está escrito. Então eu acho que seria redundante e, potencialmente, dispendioso. E a certificação de equipamentos, pelo que eu já coloquei também, em relação às normas que já existem também eu juro para os equipamentos de segurança, desnecessário, talvez bastasse... Eu vou seguir com algumas sugestões.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu pediria ao Presidente só uma perguntinha pertinente a essa certificação.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLMBO (DEM-SC): Pois não, V. Exa. tem a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu vi aqui no projeto que a certificação é no comprador também, V. Exa. quando diz que é dispensado inclui o comprador?

SR. SILVÉRIO JOSÉ NERY FILHO: Eu não consigo entender bem como funcionaria um sistema em que o comprador tem que ser certificado, porque o comprador é o público, você não pode restringir o público.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu não sei como poderia exigir do comprador um certificado em que ele pode comprar. Eu fiquei aqui, como V. Sa. está falando sobre esse problema... Desculpa Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLMBO (DEM-SC): Não. Agradeço a contribuição.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mas eu acho que V. Exa. tem uma glória impressionante em trazer à discussão esse assunto. Nós lemos pelos jornais e não temos a dimensão do que, realmente, ocorre dentro do esporte radical. Às vezes vem uma morte que é o noticiário permanente ou uma vitória de alguém do surf e tudo mais. As mortes causam muito mais impacto do que a dimensão do que está sendo apresentado e seu expositor.

SR. SILVÉRIO JOSÉ NERY FILHO: Se me permite.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Então, V. Exa. está trazendo um assunto que eu acho que deveria ter um pouquinho mais de discussão com a presença deles, com questionamento, e ter uma melhor presença aqui pela importância do projeto e alcançarmos aqueles que o fato de incorreções que o projeto pode estar apresentando dificuldade futura. Nós sabemos, o Graiel e outros que têm feito esporte náutico como navegação e outros que surgem no surf e todo lugar para trazer o que ele disse. Eu estou falando porque eu vou ter que ter uma audiência meio dia com o Ministro de Indústria e Comércio e não deu para desmarcar porque ela está me esperando. Então eu acho o seguinte que as regras têm que ter um componente importante, a conscientização daqueles que vão oferecer o esporte e daqueles que queiram praticar. Porque eu estive no Havaí há alguns anos, o que é que é surfista. Eu, hoje, não dou nem para subir em cima de uma prancha, com a idade eu cai direto, até para subir eu caio, não é para...[soa campainha]. O seu tempo eu acho que vai descontar.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLombo (DEM-SC): Não, mas eu incluí o tempo depois, pode ficar, não tem problema.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É que vi que tinha centenas de prancha para serem alugadas. Então o sujeito que faz uma viagem de turismo. Vai lá e aluga uma prancha e mete a cara ali e hoje a Ministra, infelizmente, está indo embora para ser candidata em São Paulo, se despediu hoje, ela estava tentando fazer algumas regras, principalmente, no turismo esportivo que tem uma importância muito grande. Nós temos em São Paulo algumas cidades que se propõem ao esporte radical pela facilidade com que a natureza oferece, porque se a natureza não cooperar é difícil. Então você tem que respeitar a natureza e tem que ter dentro da regra legal como proteger a natureza para que ela não sofra nenhum impacto negativo na prática do esporte radical, ou que você construa alguma destruindo algo que a natureza te deu.

SR. SILVÉRIO JOSÉ NERY FILHO: Certamente.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Então eu acho que é uma discussão maravilhosa. Quero cumprimentar V. Exa., porque V. Exa. tem sido um grande Senador. Primeiro mandato, mas dá banho em muita gente aqui. E, talvez, o esporte dá banho é bom, não é doutor? [risos] É que o surf é convidativo, ele é convidativo, de impacto. E agora nós vemos também que a pessoa tem que se conscientizar que ela tem responsabilidade consigo mesmo, porque a saúde tem um papel importante. Então se não tiver uma assistência médica permanente. Você vê no futebol. No futebol o cara cai duro, morto e não sabe porque. Vai ver e tinha um problema cardíaco ou alguma coisa. E a agressividade que cresce dentro do campo sem responsabilidade quebrando pernas, quebrando... Porque o futebolista ele quer a bola, então, às vezes, ele age incorretamente ferindo o companheiro gravemente por uma questão de disputa de bola objetivando botar fora de campo o companheiro. Então essa conscientização, essa responsabilização até, às vezes, criminal nós temos que, realmente, rever. Eu acho que o projeto foi bom ter sido apresentado. E essa Audiência Pública, claro, o senhor trouxe as melhores pessoas que tratam desse assunto e um objetivo principal: proteger aqueles que querem se dedicar a esse esporte. Não dá para improvisar. O esporte radical não dá para improvisar. Eu acho que ele é, permanentemente, de riscos, então ela tem que ter uma formação correta e a conscientização do usuário. Você não pode proibir. Hoje você tem agências de turismo e independente de qualquer coisa oferece uma viagem de esporte radical. Mas quem vai? O jovem que tem vontade de praticar e não sabe nem como pendurar uma corda para pular naquele negócio que desce e sobe, e o gancho, às vezes, falha e já houve morte a esse respeito.

SR. SILVÉRIO JOSÉ NERY FILHO: Infelizmente.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sei que o índice que V. Exa. apresentou aqui, uma morte a cada seis anos, nós queríamos ter zero morte.

SR. SILVÉRIO JOSÉ NERY FILHO: Claro, claro.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): E é isso que eu acho que é o desejo de todos pela segurança e, principalmente, a fiscalização nos equipamentos que estão sendo usados. Não dá para improvisar, nem emendar. Eu acho que é uma coisa muito séria. E cumprimento V. Exa. pela Audiência Pública requerida. E gostaria que V. Exa. repetisse outras vezes ou com os mesmos, com outras pessoas, porque eu acho que muitos senadores gostariam de estar aqui agora, mas a sobrecarga de audiência pública, de comissão; de tudo isso traz, não é falta de interesse, é que a gente

fica com dificuldade de ter uma cobertura eficiente e assuntos tão importantes como esse.

Não posso deixar de cumprimentar os senhores. Peço desculpas por ter interrompido. Mas ele marcou meio dia e já me ligaram que ele está esperando. Então, Raimundo Colombo, meu amigo, parabéns! Que Deus te abençoe e os senhores também. Mantenham a vigilância. Protejam a natureza para que ela, permanentemente, continue oferecendo esse lazer que tira o estresse e, principalmente, o que o senhor falou: afastar o jovem da possibilidade de ser engajado na criminalidade, de ser atraído por uma proteção ilegal, principalmente, de traficantes. Eu acho que isto... Quem faz esporte, Senador... Eu converso muito com esportista. Esportista não quer beber, não usa droga porque vai influenciar na sua capacidade, principalmente, o esporte de disputa, aquele que ele tem que concorrer com alguém. Então a característica principal é fisicamente estar perfeito. Então ele não faz uso de nenhuma droga, nem esses anabolizantes que estão por aí, que acabam matando, tem que ter uma vigilância permanente. Inclusive, daqueles que são responsáveis pela instrução na prática do esporte, para eles vigiarem os seus alunos para não usem nenhum tipo de droga que possa, no futuro, inviabilizar a sua capacidade esportiva. Muito obrigado. E peço desculpas ao...

SR. SILVÉRIO JOSÉ NERY FILHO: Imagina.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu que agradeço ao Senador Romeu Tuma, é um grande Senador, e um grande amigo e que tem uma visão de mundo e da sociedade extremamente elevada e profunda. Agradeço as palavras de V. Exa. E devolvo a palavra ao Silvério e você tem mais cinco minutos.

SR. SILVÉRIO JOSÉ NERY FILHO: Talvez em menos tempo a gente conclua. Eu estava já terminando.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone] eu esteja aqui porque o senhor falou numa hora [pronunciamento fora do microfone] e eu estava aqui pensando.

SR. SILVÉRIO JOSÉ NERY FILHO: Não, mas é bom, é bom porque as idéias se encadeiam.

Só para concluir. Como eu já tinha dito antes, eu acho que como sugestão eu acho que as entidades poderiam ser incentivadas para ampliar a atuação que nós já procuramos fazer.

Nós somos uma, digamos assim, uma mão-de-obra voluntária disponível com bastante conhecimento técnico do assunto – não estou falando só de montanhismo -, existem outras entidades dos outros esportes que são mantidas por voluntários abnegados. Eu estou falando de mim e de muita gente. Eu faltei o trabalho

hoje para vir aqui. Eu sou engenheiro, trabalho numa empresa de engenharia em São Paulo, o Jorge também está deixando de trabalhar hoje para estar aqui. São pessoas que gostam do que fazem e fazem com muito amor e prazer.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu vou pedir para a indústria não descontar o dia.

[risos]

SR. SILVÉRIO JOSÉ NERY FILHO: E então eu acho que seria muito proveitoso se aumentar, se ampliar à amplitude mesmo de atuação dessas entidades. Para vocês terem um exemplo muito rápido aqui. Em países andinos como a Bolívia, por exemplo, a Confederação de Andinismo – como eles dizem lá – é praticamente uma autarquia do Estado, ela funciona subvencionada totalmente pelo Estado, não é isso que eu estou pedindo, mas é só para um exemplo bem diferente do que a gente tem no Brasil.

Nós temos a facilidade já de ter o conhecimento, praticamente, todo estruturado, nós temos a possibilidade de estar formando pessoas com bastante conteúdo, tirando jovens da rua, como o Teco comentou. E eu acho que seria muito proveitoso se pensar mais nessa questão de ampliar nossas possibilidades de atuação através de alguns programas de incentivo específicos, direcionados, voltados para a educação, para a formação de pessoas, no caso a cada modalidade com a sua. Eu acho que seria um caminho de longo prazo, às vezes, não tão sensacionalista, o caminho da educação é sempre mais de longo prazo, mais com resultados, sem dúvida, muito mais profundos e modificadores. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu agradeço a exposição do Silvério e passo a palavra, então, ao nosso último expositor, Jorge Derviche Filho, Presidente da Confederação Brasileira de Pára-Quedismo, V. Exa. tem a palavra por 15 minutos.

SR. JORGE DERVICHE FILHO: Ok. Obrigado, Senador pelo convite de participar aqui desta Audiência. E deste assunto que eu acho bastante importante, que interfere diretamente nos esportes como os nossos.

A princípio eu coaduno, praticamente, com tudo que o André Arantes falou no que ele fortalece as entidades nacionais e administração de esporte como os órgãos que seriam gestores na sugestão desta lei.

Vimos do mar, do mar para a terra, e da terra para o ar. À medida que a gente vai refinando o esporte e, de certa forma, aumentando o risco, as coisas vão, automaticamente, se controlando melhor. A própria sociedade, independente, da atitude governamental, administrativa ou não, a própria sociedade acaba se organizando de uma forma ou de outra. Então,

verificamos que o surf existe um número imenso de praticantes, o Teco eu acho que falou em 4 milhões, 4,5 milhões, o montanhismo já reduziu bastante e o pára-quedismo é uma célula muito menor dentro do sistema esportivo.

Tendo isso em pauta, tendo dito isto, o que eu trago a vocês é que o pára-quedismo diferente dos demais esportes é extremamente regulamentado, extremamente regulado, muito fechado; justamente por causa do risco. Agora não é por ser um esporte de risco que deixa de ser o esporte seguro. Exatamente ao contrário, ocorre exatamente ao contrário. Pelo alto risco nós temos um alto índice de segurança, muitas limitações para nos manter com vida dentro do esporte.

Então para entendermos, realmente, o que é que se trata o esporte do pára-quedismo a gente tem que primeiro definir conceitualmente o que é um salto esportivo ou lúdico, o que o diferencia de outros tipos de ação de lançar-se ao espaço com a intenção de chegar vivo ao solo.

[risos]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. JORGE DERVICHE FILHO: Essa é a nossa intenção. Um salto esportivo ou lúdico, porque nem todo salto é competitivo, se trata do lançamento voluntário de uma ou duas pessoas, porque hoje a gente tem o tal do salto duplo que entra na parte do turismo, na parte do que a lei, realmente, interfere, procura interferir. Esse salto deve ser feito a partir de uma aeronave em voo homologada para lançamento de pára-quedista, não é qualquer aeronave, movimentando-se ou não, a gente pode saltar de balões ou helicópteros desde que homologados a uma altura mínima sobre o solo de 3 mil pés ou mil metros e 10 mil pés quando se trata de salto duplo. Esse atleta ou os atletas sempre devem estar portando um equipamento homologado contendo dois velames ou dois pára-quedas, sendo um deles, o principal, que deverá ser acionado a uma altura mínima de 800m acima do solo ou 1500 tratando-se de salto duplo. E, além, desse velame principal um velame reserva para ser utilizado no caso de acontecerem eventualidades emergenciais definidas. Qualquer coisa diferente disso não é salto de pára-quedismo, pode ser um salto militar a baixa altura, pode ser um ato de exibicionismo isolado que é o que a Confederação Brasileira de Pára-Quedismo considera o que se chama hoje Base Jump, aquele salto de prédio, ponte, edifício e tudo mais. Devido ao alto índice de risco que, praticamente, foge ao controle. Em muitos países e até é forte recomendação da Diretoria da Confederação a proibição desse tipo de ato no país. Muitos países do mundo o cara salta de um prédio, de uma antena,

de uma ponte, e na hora que botou o pé no chão está preso. Aqui é um pouco diferente. Até eu tive a oportunidade alguns anos atrás junto com o nosso conhecido Sábia do prédio do Congresso Nacional ele saltar lá de cima. Tenho até as fotos disso aí. Então é uma consideração.

Outra coisa também para entender o pára-quedismo no Brasil é reconhecer as vertentes de como ele veio, como ele chegou até nós como esporte. Houve duas grandes vertentes. A primeira vertente é a vertente militar, talvez por isso a gente seja tão regulamentada. Foi durante a época da guerra, houve um precursor chamado Capitão Roberto de Pessoa que se tornou o primeiro pára-quedista militar brasileiro, trazendo para cá esses conhecimentos a partir de 1945 foi criada a Escola Militar de Pára-Quedismo que é a semente da hoje atual Brigada de Infantaria Pára-Quedista do Rio de Janeiro, tão conhecida. A outra vertente é uma vertente civil que no interior de São Paulo, naquelas épocas da viação como o circo, vinham atletas, principalmente, franceses e saltavam, faziam aquelas exhibições circenses e muitos jovens da época gostaram, se entrosaram com aquilo e começaram a recolher esses equipamentos e conhecimentos destas pessoas, desses estrangeiros, desses europeus que vinham aqui. Então a partir de meados da década de 40 o pára-quedismo acabou sendo dotado no país como esporte. E como esporte ele se iniciou sendo gerido pelo antigo DAC, o DAC era o Departamento de Aviação Civil, hoje é a ANAC, não se encaixava como um esporte conhecido na época, é uma coisa diferente e foi gerido pelo DAC até o final de década de 40, início da década de 50 quando o DAC decidiu que não era uma atividade aeronáutica e dispensou e acabamos ficando – eu não, ainda, porque eu ainda não praticava -, mas acabamos ficando sem legislação nenhuma, sem nada. Foi então que um grupo de idealistas, aqueles mesmos que iniciaram como militares no Rio de Janeiro e como civis no interior de São Paulo resolveram colocar o pára-quedismo como esporte e submeter às leis da época. Ele acabou sendo regido pelo MEC, o antigo Ministério da Educação e Cultura e através do CND Conselho Nacional dos Desportos. Daí em 1963, então vocês vejam é uma longa história da nossa organização, em 1963 surgiu a União Brasileira de Pára-Quedismo, não havia possibilidade ainda de uma confederação, uma vez que não existiam federações espalhadas pelos diversos Estados. Então o esporte se organizou a partir daí e a partir daí ele já começou a ser regulamentado, se filiando então a FAE que é a Federação Aeronáutica Internacional no Comitê Internacional de Pára-Quedismo que é a FIFA do pára-quedismo no mundo.

Então desde essa época, desde essa data, 48 anos atrás nós estamos, ano a ano, nos aperfeiçoando, nos evoluindo e crescendo dentro da segurança e da técnica. No ano de 1974, 11 anos depois da União, a União acabou se tornando o que é hoje a Confederação Brasileira de Pára-Quedismo. Hoje a Confederação Brasileira tem 19 federações estaduais filiadas, aliás, uma distrital e 18 estaduais. Temos em torno de 3.500 atletas regularmente cadastrados, diferente dos outros esportes, do surf, do montanhismo e tudo mais. Para ser pára-quedista você, obrigatoriamente, tem que possuir uma credencial, até o presidente tem uma credencial. É como se fosse aprender a dirigir um automóvel, pilotar um avião ou alguma coisa assim. Obrigatoriamente, tem que ser cadastrado, tem que portar... Tem que ser documentado. Obviamente, como as outras atividades humanas existem os saltos clandestinos, existem as pessoas que não estão cadastradas, não estão regulamentadas; mas estariam aí de uma forma ou de outra fora da lei do esporte.

Nós estimamos que entre todos [soa campanha] haja em torno de 10 mil praticantes no país, então muitos não regulamentados. Contamos hoje com 231 instrutores e 153 pilotos de saltos tandem(F), são aqueles que saltam com passageiros. Vou abreviar aqui a minha exposição. Hoje no país nós realizamos algo em torno como quatro mil saltos a cada final de semana, sendo que metade deles ocorre na cidade de Boituva onde está a sede da Confederação Brasileira de Pára-Quedismo. Sendo, como falei, uma entidade de, praticamente, 50 anos de existência, a nossa estrutura administrativa funciona de uma forma bastante cômoda, bastante rápida. Ela é gerida da sua assembléia geral presidência, diretoria e comitês técnicos operacionais e modalidades competitivas. Anualmente, sempre no mês de março, há uma reunião de todo esse pessoal para, justamente, discutir estatutos e normas. Então tudo que nós temos é certificado. O esporte, no nosso caso, o pára-quedismo é um esporte de risco, como eu falei, mas ele existe muito antes do conceito, esporte de risco existir, esporte radical. Esporte radical é um conceito bastante novo, e nós existimos bem antes do que isso. Então se torna um pouco difícil até a gente falar em estatísticas, fatalidades e acidentes graves, porque no nosso caso um simples acidente fatal em função do foco que o pára-quedismo tem é amplamente divulgado e atrai para si, as más notícias que acontecem são divulgadas bombasticamente e, rapidamente, acaba chegando às manchetes. Só que ao longo do tempo é esquecida a fatalidade e não se pensa nesse tempo todo quantos outros saltos bem sucedidos aconteceram.

As estatísticas mundiais nos falam de uma fatalidade a cada 2,5 milhões de lançamentos. É algo grave, claro, uma fatalidade, mas é 2,5 milhões uma fatalidade.

E em relação a essa lei, exatamente, a essa lei, Senador, nós entendemos que no caso de nosso esporte nós temos um grau de controle e segurança muito grande e acreditamos que uma intervenção de um órgão público como está na lei da forma como está na lei, venha até a nos atrapalhar e não nos ajudar. Ao contrário, sendo a entidade de organização, este órgão público, no caso nós mesmos, seria muito interessante, porque aí teríamos uma força de lei para controlarmos melhor o que a gente pode fazer.

Basicamente é isso. E eu gostaria de aproveitar e entregar para o senhor os nossos códigos, os nossos estatutos; todos esses volumes para os Senadores da Comissão e demais interessados lerem e estudarem e, talvez, tirarem daqui alguma idéia, algum proveito. Era isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu quero agradecer ao Dr. Jorge que é o Presidente da Confederação Brasileira de Pára-Quedismo. E um dos autores do Requerimento é o Senador Wellington Salgado. Pergunto a V. Exa. se deseja fazer alguma pergunta, algum depoimento?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, eu fiz questão de assinar esse requerimento com V. Exa. porque há uns tempos, todos que são ligados a esportes radicais teve um acidente muito triste em Araguari, um pulou de um bung-jump que chama e arreventou e o pai estava filmando aquele acidente. Quer dizer, aquilo me chocou bastante. E Araguari no meu triângulo mineiro, a cidade que me colocou na vida política, o meu primeiro título em Minas foi em Araguari. Então quando V. Exa. apresentou esse requerimento eu fiz questão de subscrever com V. Exa. para ter uma explicação sobre tudo o que está acontecendo. Como funciona cada confederação, cada... O esporte radical em si. Eu tomei as anotações, a Secretaria me entregou nesse momento, eu fiquei um pouco triste porque, infelizmente, a nossa vida de político, de repente o Ministro e é o meu Ministro no qual sou suplente que é o Ministro Hélio Costa me chama para levar o Senador Heráclito, uma conversa, algumas coisas relacionadas ao Ministério, dei uma saída rápida. Mas peguei e a gente sabe que é tudo filmado, apresentado para todo o Brasil, eu acho que isso que é importante. Vai ser passado na TV Senado. Hoje tem uma cobertura em nível de Brasil que V. Exa. bem sabe e essa oportunidade que a Comissão está trazendo de poder vocês colocarem o ponto de vista dos senhores, isso é muito importante para o Brasil,

porque, pelo menos, a minha região estava muito entristecida com aquele acidente. Alguns me cobraram explicações. Então eu acho que com esta Audiência Pública, embora, não tenha acompanhado, mas vou pedir o CD para ver, sentar lá no gabinete e dar uma escutada e ver também.

E acho que é uma posição importante que esta Comissão toma ao trazer os senhores para mostrar o ponto de vista dos senhores por quê? Porque hoje também, como bem colocou aqui o Jorge, você pula de um prédio e virou um esporte radical. Outro dia tinha um cidadão subindo pela parede de um prédio de São Paulo. E aquilo virou um esporte. Quer dizer, aparece um maluco aí e diz que é esporte, qualquer coisa é esporte. Então vocês quando colocam... O Teco a gente já acompanha... O surf hoje é o menos radical, comparado com os demais o surf passou a ser conservador, um esporte conservador. Passa a ser...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

[risos]

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É verdade. Tem mais ondas grandes agora aí que...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É verdade. Até a filha do nosso deputado, do Gabeira... Outro dia eu estava na livraria e ele me apresentou a sua filha.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É um ícone do [ininteligível].

SR. JORGE DERVICHE FILHO: Senador, com sua licença. Por curiosidade dos senhores há questão de 15 ou 20 dias, o Ricardo Petenack(F) que é meu diretor técnico deve lembrar, a ex-Senadora, amiga de vocês, uma pessoa doce, eu tinha uma imagem diferente dela.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eloísa Helena.

SR. JORGE DERVICHE FILHO: Eloísa Helena esteve em Boituva e fez um salto duplo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Só rapidamente, quer dizer, senão nós vamos ter uma disputa para ver quem é o mais radical. O Teco, realmente, falou para mim que depende da onde. E é verdade. Dependendo do tamanho da onda...

SR. FLÁVIO PADARATZ (TECO): Estão todos convidados para escalar com a gente.

[risos]

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Se o Senador Raimundo for eu vou

com ele. Porque aqui a gente tem... Senador, a gente acompanha sempre o especialista. Algumas entrevistas que a gente tem que fazer com alguns cidadãos muito perigoso eu falo: "se o Tuma for eu vou junto".

[risos]

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): E assim o Comendador Arcanjo foi lá e o Tuma falou e eu tive que ir. E até foi muito tranquilo a entrevista. Então não vou entrar aqui dizendo que é o mais radical que você entram numa disputa... Mas o Teco a gente acompanha de jornais, tudo, realmente, pelo menos, acho que eu sou um pouco mais velho, mas acompanhei a sua geração. Eu não sei se você também é o único que está sem gravata e fica mais jovem. Não é Teco? Mas eu acho que é um grande momento para vocês colocarem o posicionamento de vocês com relação aos esportes que foram apresentados. E o Senador Raimundo, talvez deve fazer as considerações finais. Só lamento não ter estado aqui todo o tempo para poder ver, mas peguei todo o material, a Secretaria já me deu e vou ler. E podemos depois fazer alguma, se tiver nessa lei a gente fazer alguma coisa de inclusão, Senador Raimundo. Se bem que eu acho que ela está muito boa, esse Projeto de Lei está muito bom. Agora se houver alguma consideração eu vou acompanhá-lo também, Senador Raimundo, Senador Colombo nesse posicionamento.

Essa é só a minha consideração. E muito obrigado por terem vindo. E até a próxima aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Obrigado ao Senador Wellington Salgado.

E o atleta é um ídolo, eu sou da geração do esporte, do futebol, peguei a época do Pelé, ou seja, 53 anos, e para minha geração aquilo era tudo. Quer dizer, o atleta se torna uma referência para a juventude, ele se torna uma pessoa que quer ser seguido. Então muitas pessoas passam a praticar aquele tipo de esporte porque identificam nesse atleta uma referência, realmente um ídolo e a conduta, o posicionamento, o preparo, as orientações faz com que se forma quase que com uma doutrina. De certa forma, as leis também são assim. Porque nós poderíamos dizer que para os homens bons não precisam leis, para os maus não adiantam as leis. Agora, a sociedade precisa de regulamentos, porque há pessoas boas e há pessoas que não são boas, há empresas boas e empresas que não fazem o produto adequado, não oferecem a segurança e na fatalidade você vai encontrar aquilo que foi uma fraude.

Então o Projeto de Lei do Senador Efraim Morais, o nº 403 eu sou o relator deste projeto. E conversando com o Senador Wellington e o Senador Valdir

Raupp que também assinou esse requerimento. Você pode pegar um Projeto de Lei e fazer o relato e nada consta, e ele está bem constituído juridicamente, formalmente e é constitucional e encaminha para aprovação. Cumprimos o dever. Mas nós podemos fazer uma coisa melhor que é, realmente, ouvir as pessoas que no dia-a-dia vivem as consequências ou os benefícios daquela ação que o projeto de lei vai chegar às pessoas. O esporte radical, de aventura é uma atividade, de certa forma, nova, que ainda tem repercussão na vida das pessoas. A sua regulamentação exige um debate maior. E por esta razão nós três tomamos a iniciativa de aperfeiçoar o projeto do Senador Efraim Morais que teve uma bela iniciativa, mas a gente percebeu a necessidade de ouvir os órgãos do Governo e as entidades, porque o atleta, além disso, que eu falei, além, de voluntário, que o Silvério colocou, e com toda a clareza, realmente, é um ato de voluntarismo, mas também é um idealista. O esporte é um ideal, e o esportista é um idealista, isso é a essência da atividade. Ele ainda quase que dá para considerar, ele é uma doação das pessoas.

Então a intenção nossa ao ouvi-los, e nós os escolhemos, não foi assim aleatoriamente, nós buscamos identificar quem seriam as pessoas que mais poderiam contribuir com o Senado e com o País no sentido de nos referenciar, de nos dar um encaminhamento, de nós ajudar a fazer um projeto que, de fato, ele vá ao ponto certo, não crie mais burocracia, não se torne mais um cartório, porque existem tantos e, na maioria deles, atrapalhando a sociedade, o nosso modelo é cartorial, de tal forma que a gente encontre a filosofia e o detalhamento adequado para promover, para estimular, para dar meios, para reconhecer aqueles que fazem e aqueles que venham a praticar o esporte no futuro.

Então eu queria agradecer muito a colaboração. Não desejo fazer pergunta porque com tudo isso que foi relatado aqui nós vamos receber as notas taquigráficas, nós vamos receber todo o material, e em cima disso a gente vai fazer o relatório, de tal forma que depois ele será votado na Comissão, no plenário e vai se tornar lei e vai referenciar todas as atitudes e as atividades que vão decorrer a partir daí.

Existe um outro projeto, esse de autoria do Governo que está tramitando na Câmara dos Deputados e que nós temos que tentar consensuar para não ter dois projetos, para não ter perda de tempo e para não ter conflitos também. Então é importante e aí, Teco, são detalhes simples, como esse da rede do pescador que chama, agride ao bom senso e que precisa ter uma regulamentação, porque é um elemento de alto risco, e como é que a gente vai fazer isso também?

Uma outra coisa que foi colocada aqui, quer dizer, nós já temos a instituição do pára-quedismo, ela está bem regulamentada; todos nós sabemos que é uma coisa profundamente profissional, é uma questão básica, há toda uma experiência acumulada, quer dizer, daqui a pouco você cria um órgão do Governo para ir lá atrapalhar, envolver, complicar o que está funcionando muito bem e que a história mostra que está sendo bem feita e com idealismo e voluntariedade que é a essência do esporte. Então você colocar um órgão do Governo para ir lá se envolver ou regulamentar acaba atrapalhando e tirando, talvez o aspecto essencial. Então são conceitos que foram aqui colocados, foram princípios que estão aqui definidos, é o idealismo que a gente percebe nas pessoas que praticam o esporte e que lideram através da presença da Associação e o que nós precisamos fazer é criar os regulamentos que promovam, estimulem, reconheçam e destaquem os bons e que impeçam que os maus, os aproveitadores que, infelizmente, existem, tenham acesso a esse tipo. E aí eu digo na questão de fornecimento de material ou qualquer coisa dessa ordem que possa colocar em risco aos praticantes do esporte.

É uma grande contribuição, podem acreditar que depois deste depoimento nós temos muito mais condições e melhores condições de fazer um relatório adequado, de aprová-lo e de fazer com que ele se transforme em lei e venha ser uma referência ao nosso país.

Eu consulto aos Srs. Expositores se alguém deseja fazer mais alguma colocação?

SR. FLÁVIO PADARATZ (TECO): Eu queria fazer uma...

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Pois não. V. Exa. tem a palavra, Teco.

SR. FLÁVIO PADARATZ (TECO): Eu só queria realçar a importância de um novo encontro para um debate sobre essas questões, porque um Projeto de Lei como esse, apesar de tão valioso, o quanto ele é, e tão importante, assim no desenvolvimento dessas práticas e tudo mais, ele é um projeto que gera algumas consequências bem drásticas dentro do meu esporte, e isso deve ser bem considerado e discutido antes de ser aprovado.

E eu me ponho à disposição do que for preciso para poder orientar dentro do conhecimento do nosso esporte para que esse projeto seja adequado às nossas condições, às nossas características, até culturais, porque vai envolver coisas de bairrismo e localismo que estão engravadas na educação de cada área do Brasil assim, não só, necessariamente, nos riscos que ele acrescenta, que ele constrói para as pessoas, mas,

principalmente, também na questão da educação, no bairrismo existe muito problema com localismo, tem gente que se acha dona de certas áreas de prática de surf e não querem deixar os outros surfar. Esse é um problema sério também. Então para que a gente possa debater todos esses assuntos antes de aprovar a lei numa nova oportunidade, até talvez numa comissão mais específica.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador...

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): O Júlio informa, Senador Wellington, que, inclusive, este projeto tem efeito terminativo, ele só vai ser votado na Comissão, ele nem vai a plenário. Eu vou pedir desculpas, o Diogo tinha me pedindo antes a palavra, depois eu passo ao André. Por favor, Diogo.

SR. DIOGO JOEL DEMARCO: Não. Só também colocar o Ministério do Turismo à disposição em que pese o Projeto de Lei em si está direcionado à prática dos esportes radicais ou de aventura com foco menos focado tanto nas ações de estruturação do turismo, mas a gente sabe que também em muitos momentos a prática desses esportes é que o motivo de uma viagem turística. Então eu acho que ele tem essa relação, apesar de tratar mais especificamente e diretamente do esporte radical e de aventura. E nos colocamos à disposição para contribuir com os debates e informações que sejam necessárias. E aí a gente também está aproveitando, Senador, para distribuir um pouco de alguns materiais, porque eu fiz uma fala bastante sintética aqui para maiores informações aí sobre esses programas do Ministério do Turismo. Coloco-me à disposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu peço à Secretaria que depois encaminhe ao gabinete todos os Senadores que são membros da Comissão. E passo a palavra ao André.

SR. ANDRÉ ARANTES: Senador Raimundo, aproveitando para dizer que como o Ministério do Esporte tem constituído uma Comissão de Esporte, de Aventura no âmbito do CNE, no qual, inclusive, tem assento o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério do Turismo, várias confederações de esporte de aventura e radical, pesquisadores e pessoas que podem ser, inclusive, convidadas como o Teco que pode ser convidado para estar fazendo parte desse grupo de estudo. O Ministério do Esporte coloca essa Comissão à disposição, nossa Comissão à disposição. Se for o caso estar estudando mais a fundo a questão do projeto, e também de estar à disposição dos senhores no momento em que precisarem, para uma consulta mais informal que não seja aqui no momento de uma

audiência, mas de uma reunião no Ministério do Esporte mesmo ou aqui no próprio Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu quero só colocar, o Projeto de Lei, Senador Wellington, 3.118/2008 de autoria do Governo coloca as atividades esportivas de aventura como atividade turística, eu acho que não é bem isso. Nós vamos ter que modificar isso. Não é o projeto que a gente está avaliando aqui. Esse é o projeto de autoria do Governo que está na Câmara dos Deputados e que foge totalmente do conceito que nós estamos tratando aqui. Não é negócio, esporte é outra coisa, evidentemente, que ele se transforma em negócio pelo seu resultado, mas na sua essência ele não é um negócio. Mas esse é um outro projeto, não está aqui em discussão. Só para observar esse detalhe que me parece uma questão exatamente de aprofundar esse debate, porque senão a gente vai pegar a caminho errado.

Silvério gostaria...

SR. SILVÉRIO JOSÉ NERY FILHO: Queria agradecer a oportunidade de estar explanando aqui a nossa modalidade. E reforçar a sugestão de novos debates. O próprio Senador Tuma aqui mencionou essa possibilidade, antes de sair, vamos fazer outra. Eu acho que vale à pena. E essa questão que o Senador Raimundo colocou também é muito preocupante, porque não se pode confundir as coisas. É regulamentar o esporte através de uma regra volta para o turismo vai ser bem mais complicado do que nós estamos discutindo aqui hoje. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Agradeço ao senhor.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Um pequeno aparte, Senador Colombo.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Pois não, Senador Wellington. V. Exa. tem a palavra.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Veja bem, eu queria deixar bem claro aos senhores o seguinte: muitas vezes, isso que está acontecendo aqui agora, ou seja, uma Audiência Pública para ouvir a sociedade, isso não passa muito para a sociedade que o Senado funciona e é onde realmente as coisas acontecem, porque o Senado tem só aquela imagem do plenário, do azulão e que ali que as coisas acontecem. Têm muitos senadores que aparecem pouco no azulão e que, no entanto, trabalham tremendamente que são nessas comissões, ouvindo a sociedade, criando e adequando as leis. Então só queria colocar isso, porque esse momento é que é o grande momento do Senado, lá já é o final, o grand finale, não é Senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Aqui você faz a opção por um caminhar ou por outro. E, às vezes, acaba lá...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Têm muito que gostam de ficar só lá, são os senadores multimídia, mas que também exercem a sua posição que é importante, porque eles, muitas vezes, são os líderes que já levam... Agora aqui, realmente, é onde eu costumo falar que o Senado melhor trabalha. Eu gosto muito das comissões, das audiências públicas, e aqui é onde os resultados, realmente acontecem.

SR. JORGE DERVICHE FILHO: Eu só quero cumprimentar. Eu avalio a importância, como o Senador Salgado falou, realmente, até me surpreendeu essa recepção dos senhores aqui para nós, porque, normalmente, o esporte radical, o esporte... Pára-que-dista é um bando de louco, surfistas aqueles doidos que ficaram na praia, montanhista aquela turma que vai atrás do mato...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Você que está falando.

[risos]

SR. JORGE DERVICHE FILHO: Não, mas a vida são é essa.

[pronunciamento fora do microfone].

SR. JORGE DERVICHE FILHO: Não, não, nenhum Senador, ao contrário, os senadores estão nos respeitando.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Está registrado para todo o Brasil.

SR. JORGE DERVICHE FILHO: Exatamente. Os senadores estão... Eu recebi isso com muita honra. E vejo que na Casa mais importante do Parlamento, não que a Câmara também não seja, mas, afinal de contas, é a Casa pensante do nosso Parlamento nos ponha esse nível de respeito. Eu agradeço e deixo aqui à vontade, podendo vocês, incitando na colaboração nossa, estamos às ordens. Eu só não convido o Senador Salgado para fazer um salto duplo porque vai faltar piloto para ele. A Eloísa Helena era levinha.

[risos]

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Realmente, uma coisa importante que o Jorge colocou é que esse lado que você conheceu da Senadora Eloísa Helena poucos conhecem que é aquela pessoa doce...

SR. JORGE DERVICHE FILHO: É surpreendente.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu costumava dizer quando ela estava presente que quando ela via o microfone baixava

algo nela e que, realmente, ela se transformava. Mas a Eloísa é uma pessoa doce, tremendamente doce, como é também a Patrícia. Esse lado das senadoras poucos conhece, mas são pessoas assim... A Ideli é lutadora, mas sabe que é uma pessoa doce fora da luta no plenário.

SR. JORGE DERVICHE FILHO: Gostaria de conhecer a Ideli da mesma forma, porque realmente tenho uma impressão.

[risos]

SR. JORGE DERVICHE FILHO: Eu acho que quando...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mas pode apostar que a Ideli...

SR. JORGE DERVICHE FILHO: Até aconteceu uma brincadeira...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Só não acredita no que o Colombo falar, porque o Colombo é oposição. Santa Catarina.

[risos]

SR. JORGE DERVICHE FILHO: Fugindo completamente aqui, mas não custa, afinal de contas, vamos dar um pouquinho de risada também. Quando me falaram: a Senadora Eloísa Helena vem aí, vem saltar. Eu disse: "então convida a Senadora Ideli e aí vamos fazer um salto radical mesmo".

[risos]

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Se convidar ela pula.

SR. JORGE DERVICHE FILHO: Com certeza.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Mas olha, eu queria agradecer muito a participação, a presença. Os senhores podem ter certeza que estão prestado um bom serviço ao esporte no País e ao Senado Federal. Por isso eu quero agradecer muito. E nós vamos começar a produzir o nosso relatório e vamos ouvir outras pessoas, e antes de qualquer votação será apresentado aos senhores para uma colaboração ainda maior para que a gente faça bem feito. Esse tipo de ação não é uma política partidária, não é uma questão de Governo e oposição, é uma questão de interesse nacional, que une a todos. Eu acho assim que a oposição, eu sou da oposição, ela não pode impedir o Governo de governar, ela não pode atrapalhar; ela tem que estar a serviço da sociedade. Então o que é bom, o que é bem feito. Eu relatei, por exemplo, o projeto das armas foi por unanimidade, o projeto do estágio também foi por unanimidade e espero que esse também seja por unanimidade, porque o que interessa é fazer o bem a todos e fazer bem feito. E esse é o nosso desafio.

Então quero agradecer muito a participação do Diogo que já colocou aqui, do Jorge, do André, do

Flávio, do Silvério, do Senador Wellington, e dentro de alguns dias a gente está concluindo esse relatório.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Raimundo, se vocês convidarem alguém para praticar o salto, uma onda grande, convida da oposição, por favor.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): A oposição está em minoria, e a gente tem tido muito poucas vitórias aqui, mas são boas.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]... Nas emoções.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Um grande abraço. Muito obrigado. E parabéns pela exposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Está encerrada a presente Sessão.

Sessão encerrada às 12h25

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE JUNHO DE 2008.

Às onze horas e cinquenta e nove minutos do dia dez de junho de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Paulo Paim, Ideli Salvatti, Renato Casagrande, Valdir Raupp, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Marconi Perillo, Flexa Ribeiro, Sérgio Zambiasi, Antônio Carlos Valadares, João Vicente Claudino, Leomar Quintanilha, Pedro Simon, Valter Pereira, Neuto De Conto, Gilberto Goellner e Eduardo Azeredo, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Fátima Cleide, Inácio Arruda, João Ribeiro, Wellington Salgado, Geovani Borges, Mão Santa, Paulo Duque, Lobão Filho, Gerson Camata, Heráclito Fortes, Virginio de Carvalho, Raimundo Colombo, Marisa Serrano e Papaléo Paes. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. A Presidência inicia a deliberação da Pauta, pelos itens não terminativos, aguardando o quórum para deliberação dos projetos terminativos. **Item 13: Projeto de Lei do Senado nº 144, de 2007, de cará-**

ter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque e outros Senadores que, “Fixa as responsabilidades dos gestores públicos e das famílias quanto às garantias dos cidadãos em relação a seus direitos à educação escolar básica”. O relator designado é o Senador Wellington Salgado e o parecer é pela rejeição. O projeto é retirado de pauta, atendendo à solicitação do relator, para reexame do parecer. **Item 07: Projeto de Lei do Senado nº 159, de 2005, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella que, “Dispõe sobre o exercício da profissão de Físico, e dá outras providências”. O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o parecer favorável, com as emendas nº 01 e 02 – CE é aprovado. Item 15: Projeto de Lei do Senado nº 420, de 2007, de caráter terminativo, de autoria do Senador Marco Maciel que, “Denomina “Rodovia Senador José Coelho” o trecho da Rodovia BR – 428, situado entre as cidades de Petrolina e o Trevo do Ibó, no Estado de Pernambuco”. A relatora designada é a Senadora Rosalba Ciarlini e o parecer é favorável. O projeto é retirado de pauta, atendendo à solicitação da relatora, com a concordância do autor. Item 01: Projeto de Lei da Câmara nº 018, de 2008, de caráter não terminativo, de autoria do Presidente da República que, “Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências (Dimensiona as ações da Educação Básica, da Educação de jovens e adultos e Educação Profissional e Tecnológica)”. O relator designado é o Senador Marco Maciel e o parecer favorável, com a emenda de redação nº 01 – CE é aprovado. Item 22: Aditamento nº 01 ao Requerimento nº 19/08 – CE, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Kátia Abreu e Senadores Flexa Ribeiro e Gilberto Goellner que requer “...nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, Aditamento ao Requerimento nº 19, de 2008, de autoria dos Senadores Paulo Paim e Flávio Arns, aprovado por esta Comissão em 15/04/2008, para que seja incluído entre os participantes da Audiência Pública para debater a proposta do Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação, Fernando Haddad, sobre a mudança no Sistema S, com a criação de um Fundo Contábil, de caráter nacional – FUNTEC, o seguinte convidado: Daniel Klüppel Carrara, Secretário Executivo do SENAR – Serviço Nacional da Aprendizagem Rural”. O Requerimento é aprovado. Item 23: Comunicados da Presidência: Comunicado 01: Comunico aos Senhores Senadores o recebimento de convite do Exmo. Sr. Ministro da Educação, Fernando Haddad, para a solenidade de posse dos membros do Conselho Nacional de Educação, a realizar-se no dia 10 de junho do corrente, às 15 horas, no Auditório Anísio Teixeira do Conselho Nacional de**

Educação – SGAS, Av. L2 Sul, Quadra 607, Lote 50, Térreo – Brasília. **Comunicado 02:** Comunico aos Senhores Senadores o recebimento da cópia do Aviso nº 80/2008, de 4 de junho do corrente, do Excelentíssimo Sr. Ministro das Comunicações, encaminhando informações em resposta ao Requerimento de Informação nº 21/05 – CE (Requerimento de Informação nº 703/05 – PLEN), de autoria de Sua Excelência o Senador Hélio Costa, que solicita informações acerca da concessão outorgada à Fundação Cultural de Belo Horizonte, por meio do Decreto Presidencial 27 de fevereiro do 2002”. Ficam adiadas em virtude da ausência dos relatores as seguintes matérias: **Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 387, de 2007; Item 09: Projeto de Lei do Senado nº 402, de 2007; Item 16: Projeto de Lei da Câmara nº 019, de 2008.** Ficam adiadas em virtude de falta de quórum as seguintes matérias: **Item 04: Projeto de Lei do Senado nº 054, de 2007; Item 05: Projeto de Lei do Senado nº 546, de 2007; Item 06: Projeto de Lei do Senado nº 011, de 2008; Item 08: Projeto de Lei do Senado nº 712, de 2007; Item 10: Projeto de Lei do Senado nº 044, de 2008; Item 11: Projeto de Lei do Senado nº 662, de 2007; Item 12: Projeto de Lei do Senado nº 575, de 2007; Item 14: Projeto de Lei do Senado nº 459, de 2007; Item 17: Projeto de Lei do Senado nº 455, de 2007; Item 18: Projeto de Lei do Senado nº 484, de 2007; Item 19: Projeto de Lei do Senado nº 294, de 2007; Item 20: Projeto de Lei do Senado nº 296, de 2007; Item 21: Projeto de Lei do Senado nº 405, de 2007.** O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e cinquenta e um minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – SENADOR CRISTOVAM BUARQUE, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA
E ESPORTE – CE

28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO
DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE,
DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA,
DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA
10 DE JUNHO DE 2008

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM
BUARQUE (PDT-DF): Bom dia a cada uma e a cada

um dos senhores senadores, senadoras e demais participantes dessa reunião.

Como não há quorum ainda, eu vou direto a um projeto não terminativo, que é de minha autoria, mas não estou colocando já em primeiro lugar por qualquer uso privilegiado da Presidência, e sim porque é o único que dá para a gente votar nesse momento, na ordem. Aliás, é o único não terminativo hoje.

É um projeto que fixa a responsabilidade dos gestores públicos e das famílias quanto às garantias dos cidadãos em relação [soa a campanha] a seus direitos de educação escolar básica. É a que... A lei que [soa a campanha] já cunhou-se por aí com o termo de Lei de Responsabilidade Educacional. O relator é o Senador Wellington Salgado, a quem eu passo a palavra.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, eu vou ler o meu relatório, mas confesso que eu estou muito propenso a fazer uma indicação de Audiências Públicas com alguns nomes, para que possamos debater melhor esse assunto.

Então vou ler para que, dentro do que eu... Só não queria entrar em votação, mas que de repente esclarecesse também o meu posicionamento frente ao projeto de V.Exª. Relatório: “*Chega a essa Comissão o Projeto de Lei do Senado PLS 144/2007, de iniciativa do Senador Cristovam Buarque, que trata de responsabilização dos gestores públicos e das famílias quanto aos direitos que têm os indivíduos à educação básica.*”

Nos termos da proposição, passam a ser responsabilizados os genitores e gestores nas esferas municipal, estadual e do Distrito Federal, em relação aos direitos definidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB, no que toca ao oferecimento de educação básica às crianças e adolescentes.

O PLS 144/2007 é considerado, na justificativa do autor, uma lei de responsabilidade da educação. A lei em que, se transformar o projeto, deverá entrar em vigor na data da sua publicação. Não foram apresentadas emendas no prazo regimental”.

Da análise, Sr. Presidente: “*Na justificativa, lê-se que o objeto desse Projeto de Lei é estabelecer um sistema de responsabilização dos gestores públicos e das famílias pelo cumprimento dos direitos do povo à educação. A abrangência desse projeto certamente aponta para uma necessária regulamentação, responsabilizar civil e criminalmente aqueles que, legalmente responsáveis pela educação fundamental, permitirá que a educação no país possa dar um salto qualitativo de grande importância.*”

Na Constituição Federal, o art. 208 é claro ao imputar responsabilidade à autoridade competente

quando ocorrer o não oferecimento ou oferta irregular do ensino obrigatório pelo Poder Público.

Nesse sentido, o Projeto de Lei PLS nº. 144/2007 é meritório. É necessário moralizar a educação no país como elemento de contribuição à melhoria da vida dos brasileiros. A existência de preceitos constitucionais, de uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei 9.394/96, e de metas definidas no Plano Nacional de Educação, PNE, estabelecido por meio da Lei 10.172/2001, que não contemplam o estabelecimento de sanções, torna extremamente complexo, se não impossível, o trabalho de superpor a essa estrutura legal outras normas, que a recortariam transversalmente.

Além disso, a análise judiciosa do texto do Projeto torna aconselhável a reformulação ou supressão do art. 4º, pois o mesmo refere-se à legislação inexistente, a que se daria o nome de Leis de Diretrizes Educacionais.

Essa presuntiva LDE, de autoria do Senador Cristovam Buarque, visaria detalhar, no prazo equivalente a uma gestão do respectivo Poder Executivo, as metas da educação no âmbito da União, do Distrito Federal, dos estados e dos municípios, derivadas do Plano Nacional de Educação.

No entanto, ainda não existe essa lei, e logo não pode ser usada como referência. No art. 6º, o prazo sugerido pelo Projeto, de dois meses consecutivos, parece-nos curto para que se concretize a coleta e o processamento de dados que permitiriam a declaração de responsabilidade civil e criminal das autoridades competentes.

Aspectos bastante inconvenientes de controle seriam chamados à baila, como da vigilância do plano de trabalho de cada professor. O artigo 7º é de caráter “autorizativo”, permite que seja instituído um sistema de premiação, por meio de transferências financeiras; se por um lado a questão de fundos é sempre problemática, de outro as condições para receber prêmios são de difícil avaliação e consecução.

O art. 8º atribui ao Conselho Nacional de Educação a tarefa de resolução de conflitos suscitados no transcurso da implantação da lei, em que vier a constituir essa proposição. Isso é temerário e legalmente insuficiente, dado que o CNE é tão-somente órgão normativo.

Pode-se também prever dificuldade no tocante à autonomia dos estados e municípios quanto à educação básica. Entendemos ser processualmente incorreto apresentar uma proposição com esse dispositivo de matéria não sancionada, o que forçosamente ocorre no presente caso, tornando a proposição injurídica; seu sobrestamento pode mesmo ser pedido”.

Não queria declarar meu voto, Sr. Presidente, visto que eu vou tentar aprovar, nessa Comissão, Audiências Públicas, se não for possível ainda esse ano, para o ano que vem, para que possamos levar à frente melhor essa idéia de V.Exª, para que possa responsabilizar aqueles que não levam as crianças para a escola e não cumprem a tarefa ou de pai ou de gestor ou de educador ou de Secretário de Educação. Então eu preferiria que tivesse mais tempo para discutir melhor esse Projeto de V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Vou pôr em votação a sugestão de audiência. O Senador Zambiasi pediu a palavra e a Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Também, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Presidente Cristovam. É exatamente na direção da... Agora a proposta que o Senador Wellington apresentou, porque eu entendo que nós não podemos deixar de discutir esse projeto. Ele é... Eu o considero importante.

Eu estou encontrando, aqui, no art. 227 da Constituição da República, algo que deve ser lido e, muitas vezes, fica religado a um segundo plano.

Vale a pena refletir sobre esse artigo: “*É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-la a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão*”.

Então, me parece que, quando o Senador Cristovam apresenta um projeto em que ele regulamenta as obrigações, ele estabelece critérios inclusive de punição para quem não obedece ao que está previsto no art. 227 da Constituição Federal, nós temos que ampliar esse debate realmente, nós temos que trazer para cá para que, se não aprovado como está, podemos aperfeiçoá-lo e, de alguma maneira, fazer a sociedade discutir este dever, que é dever, é dever da família, da sociedade e do Estado essa questão.

E eu, Presidente, coincidentemente, me foi entregue para relatar um estudo do Ministério Público de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, encaminhou aqui para o nosso Senado Federal, e V.Exª me designou relator, é um estudo sobre aplicação de recursos vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino no meu estado, porém é uma análise nacional,

porque baseia-se em estudos do UNICEF e de outros órgãos internacionais e nacionais, da UNESCO.

Traz, assim, informações que podem ser chamadas de estarecedoras. Por exemplo, uma amostra de domicílios realizada pelo IBGE em 2004, constata que apenas 19,66% das crianças entre 0 e 6 anos frequentavam algum tipo de estabelecimento de ensino. Isto levou a UNESCO a selecionar inclusive o Brasil para a realização de um estudo específico ao lado do Quênia, da Indonésia e do Cazaquistão.

Outra informação surpreendente, realmente impressionante, é que, através de um estudo, o Relatório de Monitoramento Global 2003/2004, quando foram analisados os dados relativos às matrículas da educação pré-primária de 152 países, concluiu-se que, em 22 países, esse indicador ultrapassava a faixa de 90%. Em 74 países, situava-se entre 30% e 90%. Em 56 países, esse índice ficava abaixo dos 30%.

No Brasil, Presidente, foram utilizados números dessa pesquisa de amostra por domicílios, que chegou a esta situação realmente impressionante. Estamos aqui ao lado do Quênia, da Indonésia e do Cazaquistão.

Percebe-se que esse problema é institucional, esse problema também é familiar, sim; as famílias têm que ser convocadas a participar dessa jornada de conscientização, e talvez a lei possa, a proposta possa nos ajudar bastante no sentido de alguma maneira chamar atenção dos pais sobre sua responsabilidade com relação à educação dos seus filhos.

Eu deixo aqui essa manifestação e meu apoio à sua proposta, Senador Cristovam.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Para discutir, Sr. Presidente.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente, eu gostaria também de colocar a minha opinião, considerando que a sua proposta, a proposta do projeto de lei, eu considero de extrema importância. É um dever constitucional oferecer às nossas crianças, dar a nossas crianças o direito a educação. É o dever do Estado, é o dever dos pais, é o dever da sociedade.

Mas, quando esse dever não está sendo cumprido, como poderemos fazer com que essa criança chegue à escola? Se ela não está na escola por falta da vaga, por falta da escola, como poderemos nos conduzir? E isso não pode ficar por isso mesmo. Quando ela tem a vaga e deixa de ir à escola, e que é constatado, por falta de cuidado da família, também eu acho que nós deveremos ter como, de certa forma, atrair, acompanhar, forçar essa criança a estar na escola, que é o lugar correto.

Os números que o Senador Zambiasi aí colocou realmente são estarecedores. Quando aqui fizemos

aquela análise sobre o Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação, e eu fiquei com a responsabilidade da relatoria sobre a educação infantil, e vimos o quanto no nosso país a carência de ofertas para 0 a 6 anos, então isso mostra a responsabilidade que existe dos gestores do Governo para oferecer as vagas.

Mas eu também tenho uma experiência, Sr. Presidente, e o senhor que foi Governador também deve ter sentido. Apesar de muitos esforços, quantas e quantas vezes a evasão escolar ela vem crescendo? E no nosso país isso é uma realidade. Com raras exceções, a evasão escolar é muito grande. No que nós temos muitas vezes a escola que está fazendo tudo que é possível, mas essa criança não chega na escola. Existe algum problema na família. Existe alguma coisa que precisa ser estimulada, que precisa ser acompanhada para que essa criança não falte à escola, porque uma criança não ir à escola é algo que inadmissível.

Nós estamos, quando uma criança deixa de ir à escola, Sr. Presidente, nós sabemos que essa criança ela... O seu tem espírito, o seu conhecimento, o seu potencial de desenvolver a sua inteligência, ele morre. Então, eu acho que tem que ser debatido, tem ser analisado, mas que a proposta é boa, porque cria mecanismo para que nós possamos garantir o dever que é do Estado, da família e da sociedade: a criança estar na escola.

Então eu quero aqui dizer que realmente, Senador Wellington, eu fico... A sua reflexão nesse instante é muito importante para que a gente possa conduzir esse processo, chegando de forma mais profunda numa análise da questão, porque esse é um problema muito sério: a evasão escolar é muito grande.

E, muitas vezes, quando prefeita, nós sentíamos falta de alunos, a escola se mobilizava, havia uma parceria com o Juizado da Infância e da Adolescência, que muito nos ajudou para os pais serem convocados. Havia uma conversa com o juiz, com a Justiça, e, de certa forma, essas crianças passaram a voltar mais à escola.

Então, nós chegamos até a um período com 1,6% apenas de evasão escolar. Então, isso é um número que mostra que é importante que se tenha norma. E, quando o dever não é cumprido, nós temos que ter leis que façam, obriguem que ele seja realmente cumprido. E esse é o dever maior, a educação às nossas crianças.

Era isso, Sr. Presidente, que eu queria colocar.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado Senadora. Com a palavra o Senador Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Cristovam Buarque, Presidente desta

Comissão, caros colegas. Entendo muito apropriada e oportuna a iniciativa de V.Ex^a. V.Ex^a que tem se destacado nesta Casa como a principal trincheira de defesa dos interesses nacionais no que concerne à educação.

E eu gostaria de dizer que concordo com a proposição apresentada pelo eminente Senador Wellington Salgado, de realizarmos um ciclo de debates, uma audiência pública, envolvendo outros segmentos e setores da sociedade brasileira, para que possam também trazer a sua contribuição a essa proposição de V.Ex^a, que, repito, é muito importante e oportuna.

É preciso que nós responsabilizemos as pessoas que têm o dever de estar assegurando a vaga, a frequência e a qualidade do ensino às nossas crianças.

Tem sido, efetivamente, uma luta muito grande neste país. E os desacertos ainda são enormes. É claro que, se as futuras gerações, como as gerações anteriores não tiveram a oportunidade de ter o ensino básico, fundamental de qualidade, eles terão fatalmente comprometido o seu futuro nas diversas opções que fizeram na sua formação profissional.

Isso nós temos assistido a largo. Vários profissionais, hoje, nas diversas profissões que escolheram, salvo raras exceções, trazem de forma muito clara as dificuldades que têm experimentado pelo fato de não terem feito um ensino básico, um ensino fundamental, de qualidade.

Então esse debate público certamente trará à baila esta discussão, porque eu não creio, Senador Cristovam, que só apenas a lei ela virá resolver o problema da educação brasileira. Mas ela é um sinal, é uma... afirmação forte de que a educação precisa ter seu balizamento adequado, inclusive com a punição daqueles que descumprem o seu dever, não só na oferta de vagas, na preservação do comparecimento dos filhos, como na colocação de um ensino de qualidade para as nossas novas gerações.

Portanto aplaudo a iniciativa de V.Ex^a e quero ter a oportunidade de ouvir e participar do ciclo de debates que essa audiência pública haverá de propiciar, oferecendo a todos nós melhores elementos, melhores subsídios para que nós possamos aprimorar a educação, a formação e a capacitação das novas gerações brasileiras. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com a palavra, o Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, eu também quero me associar a todos quantos já se manifestaram, no sentido de colocar a importância do projeto para que concretizemos a iniciativa cons-

titucional de que a criança tem que estar matriculada no ensino fundamental.

Só faço uma observação: dos cinco aos 14 anos de idade, porque a Emenda Constitucional que nós aprovamos diz: *“Educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até cinco anos de idade”*, que a Emenda 53, portanto, na questão do ensino fundamental de nove anos, porque, se todas as crianças estiverem matriculadas, nós teremos um avanço extraordinário na área da educação, de Direitos Humanos, de desenvolvimento, e só quero, inclusive, dizer a V.Ex^a, todas as crianças tenham deficiências, por exemplo, ou não.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ou não.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sejam de regiões geograficamente isoladas ou não. Que estejam tendo um atendimento em hospital, estejam hospitalizadas ou não. Quer dizer, a criança de cinco a 14 anos tem o direito de ter o ensino fundamental ofertado e, ao mesmo tempo, a criança estar participando desse ensino fundamental.

Então, parabéns a V.Ex^a, com todas as medidas que estão sendo pleiteadas, até para conscientização e discussão. Também compartilho da iniciativa do Senador Wellington Salgado, no aspecto de se debater um pouco mais, se discutir para que este Projeto, tão importante, no final, seja, assim, um consenso. Acho que todo mundo vai concordar. E fruto de um debate, de uma discussão para ser aprimorado, se for o caso. Mas a iniciativa... Quero me associar a V.Ex^a nesse seu objetivo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Cristovam Buarque, senhores senadores, eu quero parabenizá-lo pela sua preocupação permanente com o item educação. Já... V.Ex^a já... quando foi candidato a Presidente da República, disse, várias vezes, que seria um samba de uma nota só. Continue tocando, continue tocando porque eu tenho certeza absoluta que esse samba de uma nota só precisa ser de todos nós, para colocar a educação no patamar e como... vontade política para que esse país possa galgar os patamares que ele merece.

Eu quero dizer que esse Projeto que V.Ex^a propõe, entre muitos, que responsabiliza os gestores públicos e as famílias quanto às garantias dos cidadãos em relação a seus direitos à educação, escola básica, é da maior importância.

Eu concordo com os senadores e com V.Ex^a quando propõem, e o próprio relator, Senador Wellington Salgado, que retirou seu parecer para que se pudesse

fazer uma audiência pública, o parecer dele era pela rejeição, mas ele teve a competência e o entendimento de, ao retirar o seu parecer, propor, aceitar que se fizesse um debate mais ampliado. De que forma vamos fazer essa responsabilidade com relação aos gestores e às famílias? Mas que é importante, que é importante que haja o engajamento, tanto da questão, principalmente da família, mas também dos gestores e, nos gestores, com relação à qualidade da educação. Que isso é que nós... Não é só na quantidade, que essa oferta o Governo se preocupa e usa de forma midiática a ampliação das vagas, a ampliação de escola, mas não tem nenhuma preocupação com a qualidade do ensino. E isso realmente é que preocupa V.Ex^a, preocupa a todos nós, para que as nossas crianças possam ter o ensino que a prepare, que lhe dê o preparo necessário para enfrentar a vida, quando chegarem na idade de buscarem uma ocupação, buscarem um posto de trabalho. Parabéns a V.Ex^a.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, só queria fazer uma colocação, Senador Flexa Ribeiro, que o meu voto, que seria pela rejeição, não está ligado às questões de mérito, e sim às questões de legalidade. Como é que nós podemos fazer para que não venhamos, como foi colocado aqui no meu voto, no meu relatório, vir contra a legislação já existente ou procurarmos fazer uma legislação nova que não venha a ferir a que já existe, que dê margem para outras ações e que aí inviabilizaria o Projeto de V.Ex^a.

Então, a minha idéia foi essa, o meu parecer jurídico, dos meus assessores, veio mostrando que há problemas com relação à legalidade, mas poderemos encontrar uma solução. Vi aqui que todos pensam igual ao que nós chegamos à conclusão. Ou seja, vamos fazer audiências públicas. Pediria que todos encaminhassem à Secretaria nomes, que de repente pudéssemos fazer uma triagem para que não, também, não transformássemos essa comissão numa reunião [risos], para que pudesse, de repente, num simpósio, alguma coisa assim, mas já fazer um resumo das diferentes linhas, juristas, educadores, pessoas ligadas ao menor também, e podemos debater um pouco mais esse assunto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu queria fazer uma pergunta. Primeiro, fico feliz com a idéia da audiência, até porque a audiência em si já seria uma boa coisa para se fazer. Mas, se o aspecto é apenas de legalidade, a idéia, inclusive inicial, sua de que retirasse de pauta para a gente tentar trabalhar e na próxima semana voltar. Seria possível, ao mesmo tempo que se faria uma audiência pública?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, eu vi aqui que tem muitos interesses aqui. Todos os senadores colocaram suas posições, vi que estão todos interessados em escutar especialistas em cada ramo, no ramo legal, no ramo da legalidade, no ramo do menor, no ramo da representação de pais e mestres... Alguma coisa nesse sentido. Então, acho melhor partirmos direto para as audiências públicas e aí vamos adequando a questão legal e constitucional.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu só lamento que vamos perder o ano inteiro, porque [sobreposição de falas].

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Perderemos o ano inteiro, mas, com certeza, faremos alguma coisa que valerá a pena para o resto da vida e não só o próximo ano.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A outra coisa é uma questão de regimento. A parte de legalidade, não é a CCJ que vai avaliar? Essa comissão não avalia o mérito?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É verdade.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então não poderíamos nos ater ao mérito?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então vamos fazer o seguinte: V.Ex^a quer arriscar tudo na CCJ? Lá o Presidente não é autor do projeto [risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não tem problema.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então não há problema. Ok. Então vamos--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O Presidente é amigo do autor do projeto. [risos]. E conterrâneo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então vamos fazer o seguinte, Sr. Presidente. Vou pegar... Vamos ver, vou fazer uma nova reunião com a minha assessoria jurídica--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu gostaria de--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): E vou pedir à minha assessoria que vá também ouvi-lo nas questões que... de maneira que possamos mudar o projeto, para adequá-lo, e aí a próxima reunião, se houver pauta, colocaremos, depois vamos para a CCJ.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É uma pergunta. Eu mesmo não sei, acho que a idéia de audiência é uma boa idéia. Fico

em dúvida se valeria a pena fazer a audiência aqui, onde o mérito é discutido. Mas aí audiência seria sobre o mérito, e não sobre a constitucionalidade.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu, realmente, eu conheço o perfil de V.Ex^a e achei que seria bem apoiado na questão das audiências públicas.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Totalmente apoiado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mas V.Ex^a, nesse momento, deu uma balançada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É verdade [risos].

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então, eu quero dizer o seguinte: V.Ex^a merece todo o respeito, meu e com certeza dessa Comissão, porque ninguém luta mais pela educação do que V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Inclusive eu lhe disse, quando o senhor falou que pensava fazer a audiência, eu lhe disse que dava todo meu apoio e que seria uma boa decisão fazer uma audiência. Mas, de repente, como o senhor mesmo está falando, o temor de um adiamento por muito tempo, da própria idéia, nem só da lei, mas da idéia, eu confesso, eu fico em dúvida. Deixo a--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu poderia botar em votação: ou audiência ou vamos para o próximo... Para mim é importante ouvir a Comissão, porque a sensibilidade da Comissão é o que eu vou--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, pela ordem. Só para atentar ajudar. Me parece, Senador Wellington Salgado, o Senador Cristovam Buarque, ele não está contra a audiência.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): De jeito nenhum.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ele está só solicitando que, para ganhar--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Positivo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --Para haver celeridade no andamento do Projeto, que se faça a audiência e já fica desde já convocada a audiência para ser feita na Comissão de Constituição e Justiça. V.Ex^a encaminhará o Requerimento lá na CCJ para fazer a audiência lá.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Quem é o relator lá?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, o relator pode ser até V.Ex^a mesmo, se assim o Presidente determinar.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Pode ser mesmo um dos dois?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pode, pode.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Vai depender, Sr. Presidente, de quem o Presidente da CCJ vai indicar.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A audiência aqui é mais enriquecedora.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Aqui quem manda é V.Ex^a, lá quem manda é o Marco Maciel.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, porque essa audiência provavelmente será no próximo ano, que eu já não serei Presidente.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não, pela ordem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não podemos fazer audiência--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O senhor tinha sugerido que, independente de termos a audiência pública, se poderia fazer um estudo da questão, mais, vamos dizer assim, mais detalhado, mais profundo da questão, que não do mérito, que do mérito, pelo que eu senti, toda a Comissão está de acordo. Mas dessas questões de constitucionalidade, embora isso seja uma questão a ser debatida na CCJ, mas se já se pudesse fazer uma análise prévia, com alguns... Com os que são...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A idéia do--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Acho que isso aí seria bastante interessante para que a gente não fizesse audiência pública que pudesse depois terminar em nada. Porque não temos o conhecimento melhor dessa área da legalidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A idéia do Senador Flexa, o Senador Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Marco Maciel, eu soube que ele nomearia com muito prazer o Senador Wellington como relator na Comissão de Constituição e Justiça. E o senhor pediria uma audiência antes mesmo de dar o voto.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então, Sr. Presidente, trarei o próximo relatório na próxima audiência, aqui na próxima sessão desta Comissão, e lá irei pedir, já ouvindo essa Comissão também, a audiência pública se o... Mas aí temos que ver se lá vai aprovar. Vamos sujeitar à Comissão uma audiência pública lá naquela Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): E aqui o parecer viria só com o mérito.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Na próxima audiência, então, Sr. Presidente. Na próxima reunião.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está ótimo. Agradeço ao Senador Flexa, que consegui encontrar o caminho.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Vou ver se acompanho V.Exª ou não. Vou ver se acompanho V.Exª ou não.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): [risos] Está bom.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pediria a V.Exª que, ouvidos os membros da Comissão, nós pudéssemos fazer uma inversão de pauta, para analisar o item 7, porque eu também tenho que relatar um projeto na Comissão de Meio Ambiente.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente, eu gostaria também de fazer a solicitação, que, de acordo com o autor do autor do Projeto de Lei, o Senador Marco Maciel, de retirarmos de pauta, para reexame, o item 15, ele é terminativo, mas está havendo necessidade de ser reexaminado. É o Projeto de Lei nº. 420, de autoria do Senador Marco Maciel.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O Senador Marco Maciel está de acordo?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Rigorosamente de acordo, Sr. Presidente. Agora, eu gostaria de fazer um apelo, eu sou relator do item 1 e é matéria que tem prazo. Se pudesse relatá-lo, eu agradeceria, tendo em vista o compromisso que tenho fora do Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Flexa. A sua inversão seria para ser o segundo?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): O segundo item, se for possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): E o primeiro a gente segue a ordem, porque o Senador Marco Maciel está aqui, ele é o relator, a gente faria o primeiro e iria para o sétimo, porque o senhor solicitou.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Em hipótese nenhuma eu poderia negar um pedido do nobre Senador Marco Maciel. V.Exª tem a precedência para oferecer o relatório.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Muito obrigado nobre Senador Flexa Ribeiro, não me surpreende o seu gesto, mas devo dizer também que eu estou fazendo isso em função do compromisso que tenho fora do Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então vamos ao item nº. 1, que é não terminativo também, Projeto de Lei da Câmara nº. 18... Senadores, eu só queria chamar atenção... Eu quero chamar atenção [soa a campainha] de um fato que a gente precisa conversar com o Presidente Garibaldi. Nós só estamos votando projetos que vêm da Câmara. Porque as sessões de homenagem, nas terças-feiras, quase todas, inviabilizam o quorum totalmente. Terça e quarta.

Bem, mas vamos ao Projeto de Lei da Câmara, por isso que me lembrei, nº. 18, que altera o dispositivo da Lei nº. 9.394/96, de 20 de dezembro de 96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências. Dimensiona as ações da educação básica, da educação de jovens e adultos, da educação profissional e tecnológica. Autoria da Presidência da República. Com a palavra o Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, nobre Senador Cristovam Buarque, senhoras senadoras, senhores senadores. O Projeto de Lei da Câmara nº. 18/2008, PL 919/2007 na Casa de origem, de iniciativa do Presidente da República, faz diversas alterações na Lei 9.394 de 1996, que é a chamada Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a LDB, com vista a redimensionar, institucionalizar e integrar as ações de educação profissional técnica de nível médio, de educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.

No art. 37 da LDB, o projeto introduz o § 3º, pelo qual a educação de jovens e adultos deverá, preferencialmente, articular-se com a educação profissional e promovendo necessários eixos tecnológicos que propiciem a construção de diferentes itinerários informativos.

O § 2º divide esse tipo de formação educacional em três grupos: de formação inicial e contida ou qualificação profissional; segundo, de educação contínua... É porque a digitação está incorreta. Vou continuar do "contínua" ou qualificação profissional de educação profissional técnica de ensino médio, de educação profissional tecnológica, de graduação e pós-graduação.

Ainda com relação ao art. 39, a proposição acrescenta o § 3º, que estabelece que os custos da educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação organizar-se-ão de acordo com as diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional

de Educação, no que diz respeito a seus objetivos características e duração.

O art. 41, nos termos do projeto, estatui que o conhecimento adquirido na educação profissional tecnológica, inclusive no trabalho, pode ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.

A redação proposta no art. 42 reza que as instituições de educação profissional e tecnológica oferecerão, além de seus cursos regulares, cursos especiais abertos à comunidade, sendo que a matrícula será condicionada à capacidade de aproveitamento, e não necessariamente ao nível de escolaridade.

O projeto em exame também altera o Capítulo II, do Título V, da LDB, que passa a ser acrescido da Sessão 4-A, denominada da “Educação Profissional Técnica de Nível Médio”, bem como dos artigos 36-A, 36-B, 36-C e 36-D.

O art. 36-A estabelece que o ensino médio poderá preparar o educando para o exercício das profissões técnicas, sem prejuízo de sua formação geral.

No Parágrafo Único, consta que a preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional.

O art. 36-B explicita as formas em que a educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida, quais sejam: I) articulada com o ensino médio; II) em subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio.

No Parágrafo Único do referido artigo consta que a educação técnica de ensino médio deverá observar: I) os objetivos e definições contidos nas diretrizes curriculares nacionais, tal como estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação; II) as normas complementares dos respectivos sistemas de ensino; e, finalmente, III) as exigências de cada instituição de ensino de acordo com o seu projeto pedagógico.

O art. 36 estatui que a educação profissional de nível médio articulada seja desenvolvida da seguinte forma: I) integrada e oferecida apenas aos que já concluíram o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno; II) concomitantemente oferecida aos que ingressarem no ensino médio ou já o estejam cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer: a) na mesma instituição de ensino; b) em distintas instituições de ensino; c) também instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementarie-

dade, visando ao planejamento e ao desenvolvimento de projeto pedagógico unificado.

Os diplomas de curso de educação profissional técnica de nível médio, estabelece o art. 36-D, terão validade nacional quando registrados e habilitarão ao prosseguimento de estudos na educação superior.

O Parágrafo Único do art. 36-D prevê que os cursos de educação técnica de nível médio, nas formas articulada, concomitante e subsequente, quando estruturados e organizados em etapas com terminalidade, possibilitarão a obtenção de certificados de qualificação para o trabalho após a conclusão, com o aproveitamento de cada etapa que caracterize uma qualificação para o trabalho.

O PLS também altera o Capítulo III, do Título V, da LDB, que nova denominação, aspas: “Da Educação Profissional e Tecnológica” e revoga os §§ 2º e 4º, do artigo 36 e o Parágrafo Único, do art. 41, da mencionada lei.

O início da vigência da lei proposta pelo projeto é marcado para a data de sua publicação, não há, conseqüentemente, *vacatio legis*. Não foram oferecidas emendas à proposição e será objeto de análise apenas nesta Comissão, antes de sua apreciação pelo Plenário da Casa.

Na Câmara dos Deputados, o PLC 18/2008 foi apreciado pelas Comissões de Educação e Cultura e de Constituição, Justiça e Cidadania, onde o texto original, encaminhado pelo Poder Executivo, foi aprimorado a partir de emenda substitutiva.

Análise. O Projeto de Lei da Câmara em exame chegou ao Congresso Nacional por iniciativa do Presidente da República, como já tive ocasião de frisar, e visa atualizar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, uma lei de 1996, como já tive ocasião também de mencionar, para inovar a educação profissional.

O projeto quer elevar ao nível da Legislação as inovações introduzidas no conjunto de medidas no Plano de Desenvolvimento da Educação, PDE, para que elas se tornem referências obrigatórias nos estados, Distrito Federal e municípios brasileiros.

O que se deseja, em suma, é institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica, com vistas a estabelecer as condições de melhor preparo e adequada capacitação dos alunos, de modo a aumentar a sua empregabilidade.

As inovações também darão oportunidade a que os trabalhadores se capacitem para o exercício de alguma ocupação no próprio emprego ou em curso de treinamento e preparação intensiva de mão-de-obra por sistemas paralelos. Outrossim, as modificações

da LDB promoverão a elevação geral da escolaridade e da força de trabalho brasileira.

Nestes termos, Sr. Presidente, o texto do projeto em exame merece ser acolhido. Ademais, não contém quaisquer vícios de inconstitucionalidade e de juridicidade. Sugerimos, contudo, pequena adequação da técnica legislativa empregada na ementa da proposição. A fim de atender aos preceitos da Lei Complementar 95, de fevereiro de 1998, apresentamos emenda de redação para tornar a ementa do projeto mais clara, explicitando o objeto da lei pretendida.

O voto, portanto, em face do exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº. 18/2008, com a seguinte emenda de redação. Emenda... Comissão de Educação. Dê-se à emenda... Perdoe. Dê-se à ementa do PLC nº. 18/08 a seguinte redação, aspas: *“Altera dispositivos da Lei nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar, integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica”*.

Sr. Presidente, este é conseqüentemente meu relatório e meu voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado, Senador. Está em discussão. Os que tiverem... Não havendo discussão, os que estão de acordo permaneçam como estão. Está aprovado.

Passamos ao item 7. Projeto de Lei do Senado 159/2005, de autoria do Senador Marcelo Crivella, Relator Senador Flexa Ribeiro. Dispõe sobre o exercício da profissão de físico e dá outras providências. Com a palavra o Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Cristovam Buarque, senhores senadores. Encontra-se em exame nesta Comissão o Projeto de Lei do Senado, PLS nº. 159/2005, de autoria do Senador Marcelo Crivella. Trata-se de proposição que objetiva regulamentar a profissão de físico.

O Projeto prevê que a profissão de físico seja exercida por diplomados em física e licenciados em ciências com habilitação na área, por diplomados no exterior após a revalidação do diploma, pelos profissionais que obtiveram, até a data da publicação da lei, que visa instituir o grau de Mestre ou Doutor em Física, em estabelecimentos de pós-graduação oficiais ou reconhecidos e pelos não diplomados, que venham exercendo, efetivamente, há mais de quatro anos, atividades atribuídas aos físicos, dependendo de regulamentação.

O exercício da profissão fica condicionado ao prévio registro no órgão competente do Poder Execu-

tivo. Esse registro só será exigível após 180 dias da instalação do respectivo Conselho Regional. Não foram apresentadas emendas ao projeto.

Análise, Sr. Presidente: *“Com relação à iniciativa e competência para legislar, não há impedimentos formais e tampouco há impedimentos de natureza material em relação aos dispositivos constitucionais. Quanto ao mérito, os argumentos que orientam a iniciativa expostos pelo autor são procedentes. Trata-se de uma atividade que merece o reconhecimento do legislador. Ela é fundamental para que possamos desenvolver tecnologia de ponta e qualificar atividades que envolvem a educação, a qualidade de vida e a saúde humana. A atividade profissional dos físicos, além de envolver a possibilidade de danos ao organismo, não pode ser entregue a qualquer interessado desprovido de qualificação. A exigência de qualificação técnica e o estabelecimento de algumas restrições ao exercício do profissional de leigos certamente são necessários. Assim, a regulamentação da profissão de físico representa uma medida justa e um estímulo à busca de qualificação profissional. Representa, também, uma decorrência natural da evolução técnica e científica nessa área”*.

Vamos ao voto, Sr. Presidente: *“Pelo exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado de nº. 159/2005 com duas emendas”*.

As emendas, Sr. Presidente, elas estão já descritas nº. 01 e nº. 02.

A Emenda nº. 01. *“Dê-se ao inciso I e III, do art. 1º, do Projeto de Lei do Senado, PLS 159/2005, a seguinte redação, suprimindo-se o inciso IV: Art. 1º. Aos diplomados em física por estabelecimentos de ensino superior oficiais ou reconhecidos. Inciso III: Aos que até a data da publicação desta lei obtiveram diploma de mestrado em física, em estabelecimento de pós-graduação oficiais ou reconhecidos, permitindo-se ao portador de diploma de Doutorado em Física, obtido a qualquer tempo, o gozo pleno dos direitos a que se refere esta lei”*.

Emenda nº 02: *“Dê-se aos incisos III, V, VI e VII, do art. 2º, do Projeto de Lei do Senado, PLS nº. 159/2005, a seguinte redação: Art. 2º, inciso III: No âmbito da sua especialidade, projetar, desenvolver, construir, fazer manutenção de equipamentos e sistemas em instrumentação científica, fontes de energia, instalações nucleares, proteção de meio ambiente, telecomunicações, integração de sistemas eletrônicos e óticos. Inciso V: Elaborar documentação técnica e científica, realizando perícias, emitindo e assinando laudos técnicos e pareceres, organizando procedimentos operacionais de segurança de radioproteção, de análise de impacto ambiental, redigir documentação instrumental e de*

aplicativo no que couber à sua qualificação. Inciso VI: Difundir conhecimento da área, orientando trabalhos técnicos e científicos, ministrando palestras, seminários e cursos, organizando eventos científicos, treinando especialistas e técnicos. Inciso VII: Administrar, na sua área de atuação, atividades de pesquisa e aplicações planejando, coordenando e executando pesquisas científicas, auxiliando o planejamento de instalações, especificando equipamentos e infra-estrutura laboratorial e instituições públicas e privadas”.

Este é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está em discussão. Não havendo qualquer opinião, ponho em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado o Projeto.

Ponho em discussão as emendas. Os que estiverem de acordo com as emendas apresentadas permaneçam como estão. Está aprovado o projeto com as emendas.

Nós temos ainda projetos não terminativos, mas sem... Mas sem relator presente, e nenhum deles permite um relator *ad hoc*, por isso temos que ir direto ao 22, que é um projeto... É apenas um requerimento.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É, sobre esse requerimento--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Isso. Que o senhor é um dos que subscreve. Peço que apresente o requerimento.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Apenas para aditar ao requerimento já aprovado de uma audiência pública, que tratará da criação do FUNTEC, além dos convidados no requerimento, como eu disse já aprovado, fazer o aditamento do Sr. Daniel Klüppel Carrara, Secretário-Executivo do SENAR, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, Requerimento da Senadora Kátia Abreu, que subscrevo nesse momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Alguém quer comentar? Não havendo ninguém a comentar, ponho em votação, está aprovado e considero que foi uma sugestão extremamente pertinente acrescentar o nome do Dr. Daniel Klüppel Carrara.

Tenho mais dois comunicados a fazer.

Comunico aos senhores senadores e senhoras senadoras, recebendo convite do Excelentíssimo Sr. Ministro da Educação, Fernando Haddad, para a solenidade de posse dos membros do Conselho Nacional de Educação, realização 10 de junho do corrente, às 15h00, no auditório Anísio Teixeira, do Conselho Nacional de Educação.

Comunico aos senhores senadores e senhoras senadoras recebendo a cópia do aviso nº. 80, de 4 de

junho do corrente, do Excelentíssimo Sr. Ministro das Comunicações, encaminhando informações em resposta ao Requerimento de informação de autoria de S.Ex^a Senador Hélio Costa. Os senadores que desejarem uma cópia do aviso deverão se dirigir à Secretaria desta Comissão. A matéria vai ao arquivo.

Lembro que teremos amanhã audiência... Cerimônia de aposição de retrato do Senador Hélio Costa, Ministro das Comunicações, às 10h00 da manhã. E, no encerramento... O Senador Hélio Costa foi Ministro... Que é Ministro das Comunicações, foi Presidente desta Comissão de 21 de fevereiro a 11 de julho de 2005.

No momento, haverá uma palestra do professor Célio da Cunha, em homenagem ao nosso ex-Senador Darcy Ribeiro, com o título: “Darcy e sua visão prospectiva da educação”.

Eu convido a todos os presentes e sugiro que convidem seus amigos, conhecidos, que vai ser uma solenidade bonita de aposição do retrato do Ministro Hélio Costa e essa curta homenagem ao Senador Darcy Ribeiro.

Está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 12h51.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 29ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE JUNHO DE 2008.

Às dez horas e trinta e sete minutos do dia onze de junho de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Paulo Paim, Inácio Arruda, João Ribeiro, Valdir Raupp, Paulo Duque, Raimundo Colombo, Rosalba Ciarlini, Marisa Serrano, Flexa Ribeiro, Leomar Quintanilha, Pedro Simon, Valter Pereira e Eduardo Azeredo reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, Renato Casagrande, Wellington Salgado, Geovani Borges, Mão Santa, Lobão Filho, Gerson Camata, Heráclito Fortes, Virgínio de Carvalho, Marco Maciel, Marconi Perillo, Papaléo Paes e Sérgio Zambiasi. Prosseguindo, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam, e informa a presença do Excelentíssimo Senhor Senador Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, a quem passa a palavra. Findo o pronunciamento do Senhor Senador Garibaldi

Alves Filho, o Presidente da Comissão, Senhor Senador Cristovam Buarque, comunica que não poderá continuar participando da solenidade, em virtude de embarque para viagem que empreenderá ao Chile, às onze horas e cinquenta minutos do dia de hoje, e convida o Senhor Senador Augusto Botelho a presidir a sessão. Neste momento, o Excelentíssimo Senhor Senador Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, informa que está se dirigindo ao plenário do Senado Federal, para presidir a sessão que se realizará às onze horas sobre o Meio Ambiente. Logo após, a Presidência registra a presença para acompanhar a reunião, dos Senadores Antônio Carlos Magalhães Jr. e João Tenório, não membros desta Comissão. Como é de praxe na Comissão, em sessão de aposição de retrato na galeria dos ex-Presidentes, será homenageado um educador com relevantes serviços prestados à Educação no Brasil. O homenageado no dia de hoje, além do Ministro Hélio Costa, é o Professor e ex-Senador Darcy Ribeiro. Prosseguindo, o Senhor Presidente Eventual, Senador Augusto Botelho, convida o Senhor Professor Célio da Cunha, Assessor Especial da UNESCO no Brasil, para proferir a palestra: “Darcy e sua Visão Prospectiva da Educação”. Logo após, o Senhor Presidente Eventual, Senador Augusto Botelho, passa a palavra ao Senhor Ministro Hélio Costa. Prosseguindo, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usa da palavra a Senhora Senadora Marisa Serrano. Neste momento a Presidência convida a todos para participar da cerimônia de aposição do retrato do Senador Hélio Costa, Ministro das Comunicações e Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte no período de 21 de fevereiro a 11 de julho de 2005. O Senhor Presidente Eventual, Senador Augusto Botelho, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às onze horas e trinta e cinco minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal. – SENADOR **AUGUSTO BOTELHO**, Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA
E ESPORTE – CE

**29ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO
DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 2ª
SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA
11 DE JUNHO DE 2008**

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom dia a cada uma e a cada um. É com imenso prazer que eu tenho aqui não só

a presença do Presidente Garibaldi, que honra essa comissão com a sua presença, mas, especialmente, a presença do Ministro Hélio Costa, ex-Presidente dessa comissão, do qual nós vamos colocar a foto no painel ao lado de todas essas outras figuras que, ao longo da história, foram Presidentes dessa comissão.

Ao mesmo tempo, nós vamos ter uma curta sessão feita pelo Prof. Célio Cunha, que eu convido, já está aqui e vai falar sobre um dos nomes mais importantes que já passou por essa comissão que é o Prof. Darcy Ribeiro, Senador Darcy Ribeiro.

Pessoalmente eu gostaria de ficar aqui sem dúvida alguma até o final, mas eu estou fazendo uma viagem, estou correndo o risco de perder o avião e eles só atrasam quando a gente chega cedo... Quando a gente chega em cima da hora, em geral, eles não atrasam. Por isso, eu gostaria muito de pedir que o Senador que está presente aqui conosco faça parte, assuma a Presidência.

Por favor, Senador Augusto Botelho... Claro. Eu peço ao Senador que assuma a Presidência e conduza os trabalhos.

[troca da presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Bom... A presente reunião tem por objetivo a aposição do retrato do Senador Hélio Costa na galeria dos ex-Presidentes desta comissão.

O Ministro Hélio Costa presidiu essa comissão no período de 21 de fevereiro a 11 de junho de 2005. E eu, por coincidência, tive a honra de ser o seu vice-Presidente na comissão. Quer dizer, Deus fez com que eu viesse aqui agora na hora da colocação do seu retrato aqui na galeria.

Agora, passo a palavra ao nosso mestre de cerimônias.

MESTRE DE CERIMÔNIAS: Senhoras e Senhores, bom dia!

A aposição do retrato do ex-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Hélio Costa, fundamenta-se pelo desempenho auferido pelo senador durante o seu mandato como Presidente no período de fevereiro a julho de 2005.

Como é de praxe nesta comissão, no dia da aposição de retrato na galeria dos ex-Presidentes será homenageado um educador com relevantes serviços prestados à Educação no Brasil.

O homenageado no dia de hoje, além do Ministro Hélio Costa, é o Prof. e ex-Senador Darcy Ribeiro. Para tal fim, esta comissão convidou o Prof. Célio Cunha, Assessor Especial da UNESCO no Brasil, que irá proferir agora, a palestra “Darcy e sua visão prospectiva da Educação”.

Em virtude de um compromisso, S. Ex^a, o Presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, está com a palavra.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu quero pedir desculpas, sobretudo ao Prof. Célio da Cunha, por não poder permanecer aqui durante a sua palestra. Ouvir o que ele tem a dizer, sobretudo, a respeito desse grande mestre, desse grande professor que foi Darcy Ribeiro. Mas o que acontece é que esse Senado tem várias atividades ao mesmo tempo e precisaria ter mais de um Presidente e não tem. De modo que agora mesmo eu vou ter que me deslocar para o plenário para uma sessão que está sendo realizada, já foi iniciada, mas que eu tenho que presidi-la a partir de agora a respeito do Meio Ambiente.

Sendo assim, eu queria deixar aqui uma palavra de elogio ao que vai ser feito aqui daqui a poucos instantes quando teremos a oportunidade de inaugurar na galeria de fotografias dos ex-Presidentes da Comissão de Educação, Cultura e Esporte a fotografia do Senador Hélio Costa, hoje Ministro das Comunicações. Vemos por aqui que essa comissão... Vemos por essa galeria que essa comissão já foi presidida por ilustres figuras da vida educacional do nosso país, mas temos que destacar que Hélio Costa, durante a sua gestão à frente da Comissão de Educação, ele deu um dinamismo muito grande... Primeiro porque ele trouxe para esse Plenário o debate a respeito dos temas mais atuais da Educação e em segundo porque Hélio Costa não se deixou levar pela rotina apenas da comissão, inovando, sobretudo, o trabalho desta comissão.

Eu quero, portanto, dizer a Hélio Costa que ele só tem um desafio a partir de agora... É inaugurar um retrato como este no Ministério das Comunicações dando conta de uma gestão no Ministério das Comunicações melhor ainda do que aqui na Comissão de Educação. O que eu sei que não vai ser fácil, porque Hélio Costa se dedica a tudo o que ele faz com grande paixão e eu sei que ele no Ministério das Comunicações, ele está fazendo também um grande trabalho.

Então, vamos esperar pelo Ministro Hélio Costa já pela inauguração do seu próximo retrato lá no Ministério das Comunicações. [risos] Eu só vejo... Eu só vejo uma desvantagem na inauguração de uma fotografia como essa, meu caro, [interrupção do áudio] que o Ministro Hélio Costa vai ter inaugurado o seu retrato nessa galeria fica difícil ele voltar, porque o retrato já está... Já está fixado.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas eu já vi vários retratos de uma mesma pessoa em algumas Comissões, viu, Sr. Presidente?

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Já?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):

Já.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então, se você já viu, eu fico calado. [risos] Eu ia dizer isso, porque na medida que você é tão festejado, você é tão homenageado, você é tão elogiado por um trabalho, que fica difícil depois você voltar a ser elogiado da mesma forma.

Mas Hélio Costa, como é um homem assim de um talento múltiplo, certamente que ele poderá, ainda como Senador, se preferir, voltar a essa comissão ser o seu Presidente e ser tão festejado como está sendo hoje.

Eu tenho muito, muito prazer até pela... Queria dizer isso em nome de todos os senadores pela maneira como ele nos atende lá no Ministério das Comunicações, pela atenção que ele dá às nossas demandas em favor do sistema de comunicação do nosso país.

Eu quero deixar essa palavra aqui, meu caro Presidente Augusto Botelho, sei que você, como Presidente eventual da comissão, vai fazer o melhor para que tenhamos aqui uma grande homenagem a um grande Ministro e a um grande Presidente de comissão que é Hélio Costa. Parabéns, Ministro.

[palmas]

MESTRE DE CERIMÔNIAS: Passamos a palavra ao Prof. Célio Cunha.

SR. CÉLIO DA CUNHA: Bom dia a todos e a todas. Exm^o Ministro Hélio Costa, a UNESCO também se sente e soma-se a essa homenagem que a Comissão de Educação lhe presta hoje por sua larga folha de serviços prestadas ao país em diversos momentos. Aliás, quando se fala em retrato, eu acho que o Senador e Ministro Hélio Costa tem retratos, acho que por todo o país... Eu acho que essa é uma... É uma vantagem, né? E Exm^o Senador Augusto Botelho, que preside esta sessão. Eu recebi essa incumbência de falar brevemente, não mais do que 15, 20 minutos, sobre Darcy Ribeiro, que é uma figura ímpar da Educação Brasileira. Eu procurei assim um enfoque, talvez, eu não diria original, mas um enfoque talvez não convencional, desse grande educador que foi... Que foi Darcy Ribeiro. E é difícil falar sobre o Darcy Ribeiro, porque também é um homem... Eu acho que essa mesma expressão que o Senador Garibaldi Alves empregou em relação ao Ministro Hélio Costa “talentos múltiplos”, eu acho que também se aplica a Darcy Ribeiro. Era uma pessoa... Realmente foi uma figura genial não só da Educação, mas da intelectualidade brasileira.

E eu acredito que uma primeira imagem que me pareceu importante selecionar para apresentar aqui de Darcy Ribeiro foi dada por um antigo professor seu ainda quando Darcy Ribeiro fazia curso de graduação em

sociologia. E esse depoimento foi também de um dos maiores educadores que o Brasil teve, Almeida Júnior. E veja o que disse Almeida Júnior sobre o Darcy Ribeiro e mais ou menos esse... Esse retrato do Almeida Júnior se estabelece como é que... Como é que a... O perfil do Darcy Ribeiro. Seu perfil de inquietação, de estar sempre... Sempre questionando, sempre problematizando as questões do Brasil.

Então, diz o Almeida Júnior assim; fim do século XIX, consulta do Governo Japonês ao químico Willimon Oswald(F): “Queremos mandar à Europa moços inteligentes e promissores para que, pelo estudo, convertam-se em grandes homens. Como escolhê-los?” – Resposta de Oswald: – “Processo infalível não há, o melhor é mandar os que se mostrarem descontentes com os seus professores”. “Há muito tive um aluno – diz Almeida Júnior – descontente com o ensino de seus professores, inclusive com o meu. Formado, sumiu. Decorridos vários anos; ouvi falar nele e já era um nome consagrado entre os indianistas da América, depois um sociólogo e hoje uma autoridade em Educação, chama-se Darcy Ribeiro. Não é que deu certo o conselho do alemão de enviar para outro centro os alunos descontentes com os professores?”.

Então, essa é a imagem que o Almeida Júnior faz do Darcy, esse descontentamento. Então, é esse descontentamento que marca toda a trajetória de Darcy Ribeiro. Mas o Darcy Ribeiro ele inaugura sua trajetória intelectual como antropólogo, como um grande indianista. E o que eu vou procurar fazer aqui é verificar como que todo esse cabedal de conhecimentos que ele produz no âmbito da antropologia indígena, como que de certa forma isso também ele vai passar isso para a Educação.

Nós já tivemos no Brasil grandes educadores como o Lourenço Filho, Fernandes Azevedo, Anísio Teixeira, Paulo Freire, Florestan Fernandes... Mas eu creio que Darcy Ribeiro talvez tenha sido um primeiro, talvez, antropólogo educador. E eu acredito que aí esteja uma diferença importante da grande contribuição de Darcy Ribeiro, do pioneirismo de suas idéias, da visão prospectiva que ele tinha da Educação.

E na medida que o Darcy Ribeiro ele se consagra como um grande antropólogo e começa a estudar o povo brasileiro, começa a estudar a cultura brasileira, começa a estudar o índio, o negro, começa a estudar os vários “Brasis”, eu acho que é a partir dessa visão de vários “Brasis”, então, que Darcy Ribeiro vai edificar toda a sua... Toda a sua, eu diria mesmo, talvez, a sua teoria de uma Educação no Brasil.

Então, ele teoriza a educação no Brasil a partir de algumas matrizes que são fundamentais e ele mesmo diz que a História do Brasil é a história dessa

alternidade original e das que a ela se sucederam. Ela que dá nascimento à primeira civilização de âmbito mundial articulando a América como assentamento, a África como provedora da força de trabalho e a Europa como consumidor privilegiado e como sócio principal do negócio.

Então, aí já se tem a primeira idéia do que queria Darcy Ribeiro da Educação, ou seja, um Brasil que acertasse o passo com a sua origem – a sua origem negra, a sua origem indígena e a sua origem européia. Aí diz o Darcy: “Essa massa” – expressão dele mesmo – “esse grande contingente de mulatos e caboclos excluídos, lusitanizados pela língua portuguesa que falavam foram plasmando a etnia brasileira e promovendo simultaneamente sua integração na forma de um Estado Nação”. Por isso, diz o Darcy Ribeiro: “Somos um povo em ser, mas impedido de sê-lo por essa longa exclusão a que esteve submetida o povo brasileiro e que só mais recentemente começa a emergir. Um povo mestiço na carne e no espírito e nela fomos feitos e ainda continuamos nos fazendo. Esse grande contingente de nativos oriundos da mestiçagem viveu por séculos sem consciência de si até se definir uma nova identidade étnico-nacional, isto é, a de brasileiros. Um povo até hoje em ser, na dura busca de seu destino”.

Então, essa é a matriz que o Darcy Ribeiro leva para a Educação. Aí diz o Darcy então: “Precisa sê-lo agora no domínio da tecnologia” – ou seja, pela educação – “tecnologia da futura civilização para se tornar uma Nação auto-sustentada. Caminhamos para uma nova civilização mestiça e tropical; mais humana porque mais sofrida e mais generosa porque aberta à convivência com todas as raças e todas as culturas. Assim o grande projeto de Educação e Cultura do Brasil, como eu disse, é acertar o passo com o passado, com a origem, com essas diversas origens do Brasil”.

Então, desses fundamentos nascem também as idéias de Darcy para a Educação, que ele vai procurar levar para a universidade e depois para a escola básica. E foi com base também nesses pilares que ele foi buscar na origem do Brasil. Por isso é de grande importância o livro do Darcy “O povo brasileiro”, que ele vai então delinear suas grandes idéias tanto para a universidade quanto para a educação básica.

Por isso, quando ele começou a pensar a Universidade de Brasília, e ele foi um dos baluartes na origem da Universidade de Brasília, uma universidade que, de início, muitos, muitas pessoas não queriam, o próprio Presidente Kubitschek tinha dúvidas. Então... Mas Darcy tinha essa crença, então, de fazer aqui em Brasília uma universidade que fosse a expressão e que fosse um baluarte, que fosse um pilar na reconstrução

do Brasil, nesse encontro ou nessa convergência do Brasil. Por isso, o Darcy, ele pensou uma universidade que pudesse formar médicos, mas médicos de olhos na saúde pública, legisladores para cuidar do direito dos trabalhadores reclamados há séculos, economistas para buscar a fórmula de uma prosperidade generalizável, dentistas preocupados com o dente da gente comum.

Darcy, então, queria uma universidade que não reproduzisse dóceis elites, mas que fosse capaz de formar uma mentalidade renovada sem nenhum complexo de inferioridade. Queria mesmo, a partir da universidade, reformar a Nação. Queria uma Universidade de Brasília que entrasse na análise das causas efetivas do desempenho medíocre do Brasil dentro da civilização industrial. Queria uma universidade com docentes e alunos solidários com a população, com o povo brasileiro. Queria uma universidade que unisse os universitários aos setores populares em formas fecundas de convivência e com a educação uns e outros tendo algo a aprender e algo a ensinar reciprocamente. Queria uma universidade que estendesse ao homem comum com o fim de reensiná-lo a ver as coisas como são, a interpretar e a apreciar as suas representações artísticas e simbólicas, a ler e compreender a linguagem literária, a expressar-se falando e escrevendo sua língua, a empregar a matemática de forma a situar-se no mundo de seu tempo e localizar-se como agente de transformação lúcido e orgulhoso de seus ancestrais.

Mas Darcy Ribeiro... Ele tentou fazer a Universidade de Brasília. Depois, no exílio, tentou fazer universidades em outros países, no Uruguai, no Chile... Várias tentativas. Eu me lembro uma vez que nós o convidamos para fazer uma conferência no Conselho de Reitores e ele começa em São Luís abrindo, começa perguntando aos Reitores, o auditório cheio: “Por que ele havia sido convidado para fazer uma conferência?” Ele seria talvez a pessoa menos indicada, porque todas as universidades que ele havia tentado fazer, não deram certo.

Ele tinha... Ele tinha essa frustração... Ele tinha essa angústia. E eu creio, então, que foi... Acho que a partir desse momento que o Darcy Ribeiro, ele se enveredou para a Educação Básica como querendo dizer: “Olha, eu acho que é importante agora resgatar, começar esse resgate ou a realização desse sonho pela educação básica”. E nós poderíamos selecionar aqui vários exemplos da atuação do Darcy Ribeiro na Educação Básica, mas devido à limitação do tempo, eu só peguei os CIEPs, que é uma experiência esquecida no Brasil. E veja que coisa extraordinária o Brasil também perdeu na Educação, aquilo que o Darcy tentou fazer

no Rio de Janeiro e só não deu certo porque também não houve continuidade.

Então, ele tentou fazer uma escola de tempo integral para evitar o risco da marginalidade e da delinquência. Ele criou alunos residentes nos CIEPs. Chegou a colher cerca de cinco mil crianças abandonadas dentro dos próprios CIEPs. Ele fez aliança entre cultura da comunidade e a cultura da escola e introduziu uma nova figura na educação do animador cultural, porque Darcy queria que as crianças e os jovens adquirissem uma cultura geral. Ele combateu, rigorosamente, nesses anos que ele esteve no Rio de Janeiro e hoje quando o Brasil luta, quando o Ministro Haddad luta contra a repetência no Brasil, Darcy já tinha uma fórmula para combater a repetência que eram os CIEPs.

Ele tentou, no Rio de Janeiro, substituir a cultura do fracasso na escola pela cultura do sucesso. Escola é um lugar para criança é... Ter alguma alegria, ter... Aprender com alguma alegria. Então, ele condenou, violentamente, aquele tipo histórico de avaliação sentenciando o aluno, sentenciando alunos para a reprovação. O Brasil ainda hoje ostenta uma das maiores reprovações, uma das maiores repetências do mundo. Darcy tentou, tentou com todo um projeto pedagógico inovador no Rio de Janeiro resolver essa questão da repetência.

Darcy... Ele afirmava sempre que criança “descolarizada” é uma criança, criou até um vocábulo novo, “desciepada”, ou seja, fora do CIEP, tal era a paixão dele. Porque só uma escola de tempo integral, e que constitui talvez uma das grandes metas da educação não só do Brasil, mas que de todas as Nações, só uma escola de tempo integral é capaz de reter as crianças durante o dia e, talvez, criar uma possibilidade de um itinerário e de um horizonte mais promissor para essas crianças.

E neste projeto do Rio de Janeiro teve um profundo envolvimento, uma pessoa que sempre ajudou Darcy Ribeiro que foi o Oscar Niemeyer. Quando Oscar Niemeyer, ele concebe aquelas escolas pré-fabricadas, representavam uma economia de 30%. E o próprio Oscar Niemeyer, ele diz em relação a essa experiência do Rio: “Era um projeto revolucionário. Adapta-se a qualquer lugar. Nas favelas permite que as crianças sintam que todo um conforto lhes é oferecido sem a discriminação odiosa que a vida de excluído lhes impõe”. Tratava-se de proporcionar às crianças das camadas mais pobres o direito à alimentação, moradia, recreação, saúde, cultura geral para aguçar o seu senso crítico. Tratava-se de responder a pergunta: Como oferecer possibilidade de desenvolvimento intelectual às crianças que não têm um ambiente propício para a

leitura em casa? E não podemos negar que essa é uma situação da maior parte da população brasileira.

Por isso, Darcy dizia: “Nenhuma nação realizou sua potencialidade sem integrar a maioria de sua população na civilização letrada”. O que queria Darcy era que... E isso é extremamente importante, a melhor educação de uns poucos fosse a melhor educação para todos. E gestar pela educação um novo país. Síntese de origens tão diversas que convergem para o ser brasileiro. Este foi o grande sonho do Darcy, o resgate de toda essa diversidade excluída historicamente, fazer essa diversidade emergir pela educação até chegar a este ponto do “ser brasileiro”. Esse “ser brasileiro” que constitui, acho que a grande meta na Educação. Esse Brasil que não é mais o Brasil europeu, não é mais o Brasil de origem indígena, de origem negra, mas é a síntese. Não é mais o Brasil dos imigrantes, mas a síntese de tudo isso a partir da escola.

Este foi... Foi o grande sonho do Darcy Ribeiro e, certamente, nunca será demais lembrar que quando – para encerrar essa fala breve – que quando o Ministro Hélio Costa se empolga tanto em seu Ministério para fazer todas essas novas tecnologias chegar a todas as escolas do Brasil, colocar as escolas do Brasil aí na rede mundial de computadores, fazer um uso intenso, no fundo, eu acho que está ajudando essa idéia que o Darcy tinha e esse legado que o Darcy Ribeiro, eu acho que deixou para todos nós esse compromisso que todos nós deveremos ter com a educação brasileira. Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Bom... Agradeço as palavras do Prof. Célio Cunha e também reforço que o nosso Ministro Hélio Costa saiu da Comissão de Educação e lá no Ministério ele está trabalhando pela Educação, vai acrescentar mais 20 mil pontos do GESSAC no Brasil pela última licitação que foi feita, acrescentada a mais outras milhares que ele fez.

Se a gente conseguir chegar em 80% das escolas, o objetivo é 100%, né? 100% das escolas brasileiras, nós vamos dar uma grande *upgrade* no ensino, principalmente na minha região, na amazônica, que a gente vai lá nas escolas e os professores estão esperando isso, Ministro, todos estão esperando. Porque os computadores do PROINFA estão chegando, eles fazem o curso lá em Roraima e treinaram ano passado dez mil alunos. Os que estão no interior, que não têm acesso à *internet*, estão clamando pela *internet*, né? E vai chegar, com certeza, no Brasil todo.

Bom, agora o nosso ex-Presidente da comissão... Eu gostaria, tenho a honra de passar a palavra para ele para...

SR. MINISTRO HÉLIO COSTA: Obrigado. Em primeiro lugar, eu quero agradecer ao Senador Augusto Botelho, com quem eu tive a honra de compartilhar a Presidência da Comissão de Educação enquanto Senador e, evidentemente, a todos os Senadores que participaram comigo desse momento tão importante da minha carreira pública.

Agradeço também ao Senador Presidente do Senado e do Congresso Nacional, Garibaldi Alves, pela atenção de ter feito absoluta questão de me conduzir até a nossa Comissão de Educação, Senador Botelho.

Agradeço ao Prof. Célio Cunha a lembrança bonita que faz neste momento de um dos grandes brasileiros do nosso tempo, da nossa era que é o Prof. Darcy Ribeiro, antropólogo, educador. Eu registrei a observação que o senhor fez, professor.

Eu tive a honra de conviver com o Senador Darcy Ribeiro, com o Prof. Darcy Ribeiro, e mais do que isso, tive a extrema honra de tê-lo comigo caminhando por Minas Gerais, pelo nosso Estado de Minas Gerais visitando as regiões de Minas enquanto eu era candidato a um cargo majoritário e tinha a honra de ter o Prof. Darcy Ribeiro no meu palanque apoiando a minha pretensão de chegar a um cargo executivo no meu Estado.

Eu quero também agradecer aos Senadores que neste momento estão presentes conosco, Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior, Senador Paulo Duque, Senador Walter Pereira, Senadora Marisa Serrano, Senador Flexa Ribeiro. Eu tenho... Senador João Ribeiro, Senador Quintanilha, Senador João Tenório, Senadora Rosalba Ciarlini e a todos os meus companheiros que trabalharam na Comissão de Educação e Comunicações na época, ainda, do Senado Federal e que me permitiram fazer um trabalho do qual eu, particularmente, me orgulho.

E no instante em que sou chamado para participar deste evento onde tenho o meu retrato colocado nesta galeria, eu confesso que é um dos momentos mais importantes da minha vida, não da minha carreira. Eu me sinto muito, mas extremamente homenageado de estar ao lado de ex-Presidentes desta comissão como João Calmon, que eu conheci como Deputado e como constituinte; Gustavo Capanema que foi para nós, mineiros, sempre uma extraordinária expressão da política mineira e nacional; meu querido amigo Senador Osmar Dias, com quem eu tanto aprendi, porque eu fui, na verdade, vice-Presidente desta comissão na Presidência de Osmar Dias. Ele me preparou, na realidade, para ser o Presidente da Comissão de Educação; Senador Artur da Távola, com quem eu convivi durante tantos anos nas lides jornalísticas e que, lamentavelmente, o Brasil perdeu há algumas semanas com a sua inteligência, sua criatividade e a sua dedicação a

esta Casa, deixando documentos tão extraordinários gravados na nossa TV Senado e que mostram a sua cultura, profunda cultura, extraordinária cultura que ele sempre colocou a serviço do país; o meu companheiro de partido, o Governador Roberto Requião; meu companheiro na Assembléia Nacional Constituinte, Walmir Campelo e, evidentemente, lá atrás, Alcântara Machado e agora, mais recentemente, o Senador Cristovam Buarque, Presidente desta comissão.

Para mim é uma honra muito grande, estar hoje, prestes a ter a minha fotografia inaugurada nesta galeria e eu tenho certeza de que a minha família, minha mulher, Ana Catarina, os meus filhos, se sentem também muito honrados.

Eu queria, Senador Augusto Botelho, fazer um rápido retrospecto do que foi a nossa passagem pela Presidência da Comissão de Educação e, então, ainda Comunicações do Senado, dizendo que nós procuramos naquela época cuidar dos assuntos mais importantes que estavam sendo discutidos à época no Senado e trazidos para a Comissão de Educação tiveram, um debate amplo; democrático, esclarecedor. E que contribuíram, certamente, para que, no seu envio ao Plenário, tivessem a aprovação da maioria dos Srs. e Sr^{as} Senadores.

E eu gostaria de citar, por exemplo, a instituição do Estatuto da Igualdade Social. A instituição do Prêmio Jornalista Roberto Marinho de mérito jornalístico e a Ordem do Mérito das Comunicações. Instituição do Programa de Alfabetização e Cidadania na Empresa – PACE. Projeto sobre o acesso aos cursos de graduação no ensino superior público. Projeto sobre isenção do imposto sobre importação incidente sobre os instrumentos musicais adquiridos por músicos. Modificação da Lei de Execução Penal para instituir o Ensino Médio nas penitenciárias. A criação do prêmio de artes plásticas Marco Antonio Vilaça no âmbito do Ministério da Cultura. A inclusão de conteúdo obrigatório sobre direitos das crianças e adolescentes nos currículos do Ensino Fundamental. A utilização dos recursos do FAT para pagamento de anuidades do ensino superior. Dedução do cálculo do Imposto de Renda de pessoas físicas às doações de livros às bibliotecas públicas. A disponibilização de um canal universitário na lei de serviço de TV a cabo, na Lei do Cabo. Garantia de vagas nos cursos de graduação, de formação de professores. Extensão do benefício fiscal às doações e patrocínios destinados à construção de salas de cinema.

E uma série de Audiências Públicas sobre os seguintes temas: A reforma universitária; a implantação da TV digital no Brasil; a alteração da legislação do salário educação; federalização de universidades

comunitárias, especialmente situadas em regiões pobres; produção e propaganda em radiodifusão e propriedade de empresas jornalísticas e constituição da fundação de pesquisa universitária.

Em resumo, esta foi a pauta da nossa atuação como Presidente da Comissão de Educação onde eu tinha, conforme eu lembrei, a participação sempre inteligente e efetiva do Senador Augusto Botelho.

Quero também agradecer a presença dos Senadores Paulo Paim e do Senador Eduardo Azeredo que, certamente, participaram junto com os demais Senadores e Senadoras de todos os debates e de todos os assuntos que foram tratados aqui nesta comissão.

Eu queria, ao mesmo tempo, lembrar a relação que eu criei entre a educação, através da experiência que tive nesta comissão como Presidente e dela participando apenas como membro da comissão e as minhas funções de Ministro da Educação a convite do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Porque quando nós chegamos no Ministério das Comunicações e estabelecemos como meta dois grandes projetos: o da TV digital e o da *internet* de alta velocidade ou banda larga nas escolas públicas, nós estabelecemos um critério.

Em primeiro lugar, é importante a gente lembrar que a TV digital, ela não pode ser só lembrada como a TV que tem uma imagem de alta definição e que tem um som estéreo. Ela tem que ser lembrada como um instrumento de educação, como um instrumento de cultura. O decreto que criou a TV digital, nº 5820, assinado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, este decreto, ele cria quatro canais públicos de televisão.

Nós, na verdade, passamos um enorme tempo discutindo a questão da TV pública como a TV do Executivo e quando, na realidade, o mais importante canal criado dentro do sistema de TV digital que nós estamos implantando no país é o canal da Cidadania. Cada cidade, cada um dos 5.562 municípios brasileiros têm, a partir da TV digital, um canal que poderá funcionar a qualquer momento mediante solicitação das entidades que vão se agregar e se preparar para administrar este canal. Não é necessariamente o Prefeito, a Câmara de Vereadores, são as entidades representativas da comunidade que vão se apresentar para conduzir os trabalhos deste canal que tem que ser representativo da comunidade.

Esse canal está criado em todas as cidades onde nós já estamos fazendo a canalização, nós já inauguramos São Paulo, já inauguramos Belo Horizonte, já inauguramos Rio de Janeiro, perdão, na próxima segunda-feira, todo o interior de São Paulo já está digitalmente canalizado. Nós já estamos trabalhando as capitais de Salvador e Fortaleza para fazermos

imediatamente. Nós temos já condições de até o final do ano estarmos com todas as capitais digitalizadas. Todas as cidades-pólo, a partir do primeiro semestre do ano que vem, estarem em condições de terem os seus canais digitais. E com a canalização digital, o canal da Cidadania.

Agora, além do canal da Cidadania foi criado também o canal da Educação. É um outro canal sempre no mesmo número em todas as cidades brasileiras – ele vai ter um número. Vamos dizer, seja o canal 63, em todas as cidades do Brasil, o canal 63 será o canal da Educação, meu caro Prof. Célio. E este canal da Educação, ele estará, também, sendo conduzido pelas entidades, por todas as associações, por todos aqueles que participam da educação no Brasil, pelas escolas, pelos professores, pelos alunos. Evidentemente, que tem uma participação do Ministério da Educação, das Secretarias Estaduais de Educação, das Secretarias Municipais de Educação – todos vão participar do canal da Educação.

E além desse canal da Educação, um terceiro canal que é o canal da Cultura, que também estará presente em todos os municípios junto com o canal da Cidadania, com o canal da Educação tem o canal da Cultura.

Então, esta é a grande revolução cultural que está se realizando no país através da implantação da TV digital. E ao mesmo tempo em que nós estamos fazendo isto, nós estamos também conduzindo um programa que é um outro desafio que foi colocado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para o Ministério das Comunicações junto com o Ministério da Educação e com a participação da Casa Civil, que era de colocar a *internet* de alta velocidade em todas as 142 mil escolas públicas brasileiras até o ano de 2016. Nós vamos até 2010, no final do mandato do Presidente Lula, estarmos com 55 mil escolas públicas conectadas à *internet* de alta velocidade – a *internet* banda larga. Isso representa 82% de todos os estudantes brasileiros que freqüentam as escolas públicas brasileiras, muito embora sejam 55 mil escolas de 142, representam 82% de todos os alunos.

Nós só não conseguimos chegar até 2010 a todo o território nacional porque ainda estamos fazendo um projeto que tem a participação efetiva das empresas de telefonia fixa. E, na medida em que a telefonia de terceira geração estiver implantada em todo o território nacional, ela, certamente, vai trazer a solução para algumas situações que nós vivemos nesse Brasil imenso onde não há condições de você chegar com telefonia por fio. O caso da Região Amazônica é típico.

Nós estamos, neste momento, meu caro Senador Augusto Botelho, inaugurando na Região Amazônica a

utilização dos telecentros que nós estamos distribuindo em todo o país, em todas as cidades, mais o sistema de *internet* banda larga que chega às escolas públicas, nós estamos já usando desde a semana passada este sistema para fazer telemedicina.

Quer dizer, até há três ou quatro semanas atrás quando você tinha numa pequena cidade do interior de qualquer cidade da Região Amazônica, às vezes você precisava levar de barco ou de carro, levar dois, três dias para chegar a um hospital, a chegar a um lugar onde pudesse ter um atendimento médico especializado. Hoje, com a telemedicina, você pode fazer isso instantaneamente e ter imediatamente a avaliação de um médico especialista. Esteja ele em São Paulo, ou em Brasília, ou em qualquer capital do Brasil ou do mundo. Isso nós já estamos realizando.

Paralelamente, também por determinação do Presidente Lula, nós fizemos no ano passado um extenso projeto que nós chamamos de “telecentros comunitários” que tem o valor de 130 milhões de reais colocados no orçamento, aprovados e liberados, que nos permitiu fazer uma licitação por pregão eletrônico e atender a todos os 5.562 municípios brasileiros. Na realidade, até o dia 30 de junho deste mês todas as cidades brasileiras terão recebido um telecentro do Ministério das Comunicações e todas já estarão no processo de receber a ligação de *internet* de alta velocidade, porque naquelas localidades onde não há como fazer a ligação da escola ou do telecentro com o processo comum, através das empresas de telefonia fixa ou não tiver ainda acesso à telefonia de terceira geração, nós vamos usar o sistema de satélite que nós temos no Ministério das Comunicações, que se chama GESSAC. Esse sistema já é utilizado em cerca de seis mil pontos estratégicos no país, notadamente na região de fronteira, nas regiões onde você não tem acesso à *internet* banda larga pelo fio da companhia telefônica, não tem pelo rádio, só tem um acesso que é o satélite, nós temos este programa que também atende às pequenas comunidades.

Devemos chegar até o final deste ano com 18 mil pontos, 18 mil pontos de satélite nas regiões mais difíceis de acesso onde não têm nenhuma outra forma de fazer chegar à *internet*. O fato é que nós estamos unindo essas ferramentas modernas da comunicação com a expectativa que nós temos, especialmente, de se levar isso tudo e colocar à disposição do sistema educacional brasileiro partindo desse projeto que chega às escolas públicas de todo o país para que a gente dê um salto, um extraordinário salto em comunicação. Comunicação entre Entidades do Governo, notadamente, na área da Educação, na área da Saúde Pública, na área da Segurança.

Nós fizemos, e eu sei que tivemos várias discussões aqui na comissão enquanto eu presidia esta comissão sobre o FUST. Pela primeira vez, desde que o FUST foi criado no ano 2000, nós estamos já com um projeto sendo executado no valor de simples sete milhões de reais, mas fazendo chegar instrumental diferenciado e especial para as escolas que atendem as crianças com necessidades especiais. Nós temos oito projetos aprovados já entregues à Casa Civil, ao Presidente da República... Já colocados à disposição da Anatel para executar, na área de Medicina, na área de Segurança Pública, de Educação à Distância. São oito projetos importantíssimos também com recursos do FUST e, neste momento, evidentemente, temos uma discussão que está acontecendo na Câmara dos Deputados onde temos o Deputado Paulo Lustosa Filho como Relator da nova proposta do FUST, que é inovadora, que moderniza os instrumentos da Lei do FUST que são muito amarrados de modo que você só pode usar esses recursos do FUST dentro do sistema de telefonia fixa.

Então, fica muito difícil dizer: “Olha, nós temos quase seis bilhões de reais em caixa do FUST, mas não podemos usar no sistema de *internet* banda larga, nós não podemos usar no sistema de telefonia celular. Nós não temos condição de usar esses recursos dentro dessas novas ferramentas”. Então, a lei está sendo modernizada. Evidentemente que, no máximo, em um mês ou já no segundo semestre ela pode estar aqui no Senado e, certamente, vai poder facilitar, encaminhar os projetos que precisam ser colocados para a utilização dos recursos do FUST, notadamente no nosso interior onde ainda há falta... Nós temos uma enorme falta do simples telefone. O simples telefone numa comunidade.

Então, eu acho que é um momento de muita importância que nós estamos vivendo. E eu digo com muita sinceridade que a experiência que nós tivemos na Comissão de Educação, meu caro Senador, nos colocou no Ministério das Comunicações pensando em comunicação, modernidade da comunicação e como é que nós usamos essas ferramentas na Educação. E, evidentemente, que dentro do sistema educacional é o caminho para você fazer este avanço, este progresso com essas novas ferramentas.

Eu agradeço muitíssimo aos senhores e senhoras que estiveram aqui conosco... Em especial, queria fazer também um agradecimento a todos os funcionários da comissão; aos meus colegas do Ministério das Comunicações que me prestigiaram todos ocupando a maioria dessas cadeiras aqui atrás e fico também muito honrado com a presença do Dr. Agaciel, Diretor Geral do Senado, também se deslocou até aqui para

vir prestigiar esta cerimônia que, por mais singela que seja, para mim é um dos momentos mais emocionantes da minha vida. Muito obrigado, Sr. Presidente.

[palmas]

MESTRE DE CERIMÔNIAS: Convidamos a todos para participarem da aposição do retrato--

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Um minutinho, por favor, que a Senadora Rosalba... Senadora Marisa manifestou vontade de falar alguma coisa ao Ministro.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Era rapidamente só para cumprimentar o Prof. Célio, velho e querido amigo e o Dr. Hélio Costa.

SR. MINISTRO HÉLIO COSTA: Muito obrigado, Senadora.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Hélio Costa, é um prazer enorme recebê-lo aqui. Dizer da alegria de ouvi-lo com tanto entusiasmo e isso nos dá certeza de, na homenagem que se faz aqui na Comissão de Educação, Cultura e Esportes, a garantia de que trabalhamos bem e que estamos sintonizados e continuamos sintonizados com V.Ex^a ou V.Ex^a sintonizado conosco.

Dizer que, quando o Prof. Darcy Ribeiro lutou tanto pelas escolas integrais, de tempo integral, fazendo com que os alunos tenham mais tempo na sala de aula, a gente tem lutado muito para que o pós-turno também seja usada à comunicação. Que criança de escola não aprende fazendo um jornalzinho? Que criança de escola não aprende trabalhando com o rádio? Que criança de escola não aprende usando a *internet*? Quer dizer, todas as ferramentas da comunicação são vitais se nós quisermos mesmo ter um tempo maior com as crianças dentro da escola.

Então... Isso é muito importante. E dizer a V.Ex^a que fiquei muito feliz quando o senhor falou no FUST, porque o FUST era uma forma talvez de nós fazermos com que os professores de todo o país pudessem ter um bônus. E eu estou trabalhando nisso... Ter um bônus se eles usarem mais a tecnologia a favor da Educação.

SR. MINISTRO HÉLIO COSTA: É verdade.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Quer dizer, é um estímulo que daríamos para os professores, teria o seu salário mais um bônus se eles tivessem projetos específicos que fossem aprovados pelo Ministério das Comunicações e que eles utilizassem todo o seu cabedal em cima das novas tecnologias.

Então, eu quero terminar cumprimentando V.Ex^a pela brilhante exposição. Fico aqui na espera, realmente, que a gente consiga... Que o país consiga colocar em execução as suas idéias, porque eu não acredito, não acredito que gastar mais dinheiro em alimentação,

em bolsa alimentação, não queremos ver o nosso irmão passar fome, mas eu sei que para sair, todos nós sabemos, que para sair desse estágio de pobreza, de miséria, que nós temos grandes bolsões no país, é garantir que a cabeça, a inteligência, a autonomia seja dada a mais brasileiros.

E vejo que V.Ex^a tem a mesma... O mesmo pensamento. E, oxalá, Prof. Célio, a gente consiga colocar as nossas velhas idéias em prática. Muito obrigada.

SR. MINISTRO HÉLIO COSTA: Muito obrigado, Senadora.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTE-LHO (PT-RR): Vamos à solenidade, aproveitar...

MESTRE DE CERIMÔNIAS: Convidamos a todos para participarem da aposição do retrato ao tempo em que agradecemos suas presenças.

[palmas]

Sessão encerrada às 11h35.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2008.

Às onze horas e dois minutos do dia dezoito de junho de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Paulo Paim, Renato Casagrande, Valdir Raupp, Gerson Camata, Marconi Perillo, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, Sérgio Zambiasi, Marina Silva, Antônio Carlos Valadares, Kátia Abreu, Romeu Tuma e Eduardo Azeredo reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Fátima Cleide, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, João Ribeiro, Wellington Salgado, Geovani Borges, Mão Santa, Paulo Duque, Lobão Filho, Heráclito Fortes, Virginio de Carvalho, Marco Maciel, Raimundo Colombo, Marisa Serrano e Rosalba Ciarlini, que justifica a ausência. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Neste momento, o Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, comunica que necessita ausentar-se da reunião, em virtude de uma Sessão de Homenagem no plenário do Senado, ao ex-Senador Jefferson Péres, motivada por um Requerimento de sua autoria, e passa a presidência ao Senador Romeu Tuma. Prosseguindo, a Presi-

dência inicia a deliberação da Pauta, pelos itens não terminativos, aguardando o quórum para deliberação dos projetos terminativos. **Item 01: Projeto de Lei da Câmara nº 091, de 2008**, de caráter não terminativo, tramitando em Regime de Urgência nos termos do art. 64, § 1º da Constituição Federal, combinado com o art. 122, inciso II, alínea B, combinado com o art. 375, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), de autoria do Presidente da República que, “Cria cargos efetivos, cargos em comissão e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação destinados a instituições federais de educação profissional e tecnológica e de ensino superior”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Paulo Paim e o parecer favorável é aprovado. Neste momento, o Senhor Senador Paulo Paim requer, oralmente, a inclusão extra-pauta, do Projeto de Lei do Senado nº 092, de 2008, o que é aprovado. **Extra-Pauta, Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 092, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim que, “Autoriza o Poder Executivo a criar o Centro de Especialização em Tecnologia da Carne – CETC no Município de São Gabriel no Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado é o Senador Pedro Simon e o parecer é favorável. A matéria foi lida e a discussão encerrada. **Item 13: Projeto de Lei da Câmara nº 019, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Leandro Vilela que, “Inscreve o nome de Antônio de Sampaio, o Brigadeiro Sampaio, no Livro dos Heróis da Pátria”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Zambiasi e o parecer favorável é aprovado. **Item 09: Projeto de Lei do Senado nº 044, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Gerson Camata que, “Define 2009 Como o Ano de Estudo do Ensino Técnico”. O relator designado é o Senador Paulo Paim e o parecer é favorável, com a emenda oferecida. A matéria foi lida e a discussão encerrada. **Item 08: Projeto de Lei do Senado nº 020, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque que, “Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre veículos para transporte coletivo de estudantes, quando adquiridos por Prefeituras Municipais e pelo Distrito Federal, bem como por profissionais autônomos e suas cooperativas habilitados e dedicados exclusivamente ao transporte escolar”. O relator designado é o Senador Gerson Camata e o parecer é favorável, com a emenda oferecida. O projeto é retirado de pauta, atendendo à solicitação do relator, para reexame do parecer. **Item 16: Comunicados da Presidência:** Não foram feitos Comunicados. Ficam adiadas em virtude da ausência dos relatores as seguintes matérias: **Item 06: Projeto de Lei do Senado nº 402, de 2007; Item 10: Projeto de Lei do Senado nº 726, de 2007; Item**

12: Projeto de Lei do Senado nº 025, de 2008. Ficam adiadas em virtude de falta de quórum as seguintes matérias: **Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 011, de 2008; Item 03: Projeto de Lei do Senado nº 054, de 2007; Item 04: Projeto de Lei do Senado nº 546, de 2007; Item 05: Projeto de Lei do Senado nº 387, de 2007; Item 07: Projeto de Lei do Senado nº 712, de 2007; Item 11: Projeto de Lei do Senado nº 733, de 2007; Item 14: Projeto de Lei da Câmara nº 022, de 2008; Item 15: Projeto de Lei da Câmara nº 002, de 2008.** O Senhor Presidente Eventual, Senador Romeu Tuma, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e três minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal. – **SENADOR ROMEU TUMA**, Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA
E ESPORTE – CE

**30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO
DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE,
DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA,
DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA
17 DE JUNHO DE 2008**

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Um bom dia a cada uma e a cada um. Havendo número regimental, declaro aberta a 30ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Os senadores e senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Está aprovado.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Pela ordem, Presidente. V. Ex^a. me permite um segundo?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sim.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu digo que hoje acordei muito feliz, porque li que V. Ex^a. se lança candidato à Presidência, para manter na pauta nacional, principalmente, que V. Ex^a. já conseguiu, que é a discussão permanente sobre educação. E há, hoje, um cuidado todo especial de Governo, governantes, legisladores e todos aqueles que praticam ato em defesa da sociedade de se preocupar muito mais com

educação do que com qualquer outro assunto. Isto em razão da veemência, da coragem e da disposição de V. Ex^a. em tratar de um assunto tão sério e tão importante para a evolução política, educacional, científica do país. Então, eu apóio e agradeço V. Ex^a. por essa coragem de já se lançar candidato a Presidente. Tenho certeza que o tema não sairá da pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado, Senador. Eu quero explicar, aqui, que essa minha fala teve duas razões. Uma é a decisão, Senador Raupp, do PDT, de pedir aos institutos de pesquisa que incluam meu nome na lista dos presidenciáveis. Foi uma decisão do partido de pedir que incluam. E a outra foi a leitura do jornal de ontem da decisão do PSDB de deixar de lado o denunciamento e começar a discutir propostas concretas.

Eu comecei elogiando o PSDB, porque eu creio que o partido não pode ser só fiscal, tem que ser propositivo. Lembrei que o Senador Arthur Virgílio já se lançou candidato e disse que lamentavelmente ele não fez, ainda, nenhum discurso como candidato a Presidente, que está na hora de ele trazer propostas.

Agora, falei mais, que deveríamos ter 81 senadores, todos eles pré-candidatos, para começar a transformar o Plenário em um centro de debates. E lembrei, depois, os jornalistas que eu falei que eu gostaria de ver o Senador Paim como uma espécie de Obama do Brasil, debatendo nesse país afora uma proposta para o país; não para os negros brasileiros, para o país inteiro como, aliás, faz o Obama.

Então, eu vou fazer a minha parte e vou começar a falar com propostas. E disse, inclusive, que eu vou começar falando sobre inflação, que é um ponto que nós devemos criar um pacto nacional. Não podemos deixar o Governo sozinho enfrentar o problema da inflação. É um pacto nacional pela inflação, porque ela está vindo. Hoje, eu ouvi na rádio que já se prevê dois dígitos, passar de 10%.

Bem, eu quero propor uma inversão da ordem, a pedido do Senador Eduardo Azeredo, porque iríamos conversar, e por isso eu não cheguei às 10h30. Iamos começar com uma homenagem ao Éder Carlos Lopes Coimbra, que ganhou o concurso do Programa Soletrando, mas o Senador Eduardo Azeredo é quem fez o requerimento, é um mineiro, e ele quer estar presente. Então, nós vamos adiar. Eu proponho inverter e ir direto para a pauta, já na sessão deliberativa.

E, na pauta, eu quero ir a um projeto, o Item nº. 01, que cria cargos... Não. Tem um item não terminativo, que é o nº. 01, que é extremamente importante, urgente, *“Que cria cargos efetivos, cargos em Comissão e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Edu-*

cação, destinados a instituições federais de educação profissional e tecnológica de ensino superior”.

A Senadora Ideli havia se manifestado com interesse de relatar esse projeto, mas nós temos um acordo de que ela vai relatar o piso salarial. Então, eu pedi que ela abrisse mão desse. Ela abriu mão para a Senadora Fátima Cleide, por sugestão minha. Mas a Senadora Fátima Cleide não está presente e abriu e pediu que o Senador Paim, como relator *ad hoc*, fizesse o relatório do projeto.

A matéria está tramitando em regime de urgência nos termos do art. nº 64, § 1º, da Constituição Federal, combinado com o art. nº 122, Inciso II, alínea “B”, combinado com o art. nº 375, Inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental, e o prazo para a emissão dos Pareceres pelas Comissões de Educação e CJ é 28/6/08.

E eu, antes de passar a palavra ao Senador Paim, eu queria pedir ao Senador Tuma que assumisse a Presidência, porque nós vamos ter agora uma Sessão de homenagem ao nosso colega, companheiro, ex-Senador Jefferson Peres, por um requerimento meu. E eu não posso chegar atrasado lá. Assim que iniciar a homenagem e outros senadores chegarem, eu voltarei à Presidência.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA

(PTB-SP): Agradeço ao Senador Cristovam Buarque e peço que ele nos represente nessa justa homenagem ao Senador Jefferson Peres, que, assim que terminar nossa sessão, estaremos em Plenário para darmos apoio, Senador Paim e todos os outros. Então, eu gostaria que, conforme solicitação da Senadora Fátima Cleide, o Senador Paulo Paim fosse o relator *ad hoc* do projeto, já enunciado pelo Presidente Cristovam Buarque.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente Senador Romeu Tuma, é com alegria que vou relatar esse projeto. Toda a Casa sabe o meu compromisso, principalmente com a educação no seu conjunto, mas, com destaque, ao ensino técnico. Como alguém já disse, Senador Romeu Tuma, eu não acredito em bruxas, mas que ai, ai. Ou seja, que elas existem, existem.

Eu queria, desde que esse projeto foi aprovado na Câmara, eu queria relatar esse projeto. Mas houve um movimento, a Senadora Ideli também gostaria de relatar, acabou indicando a Senadora Fátima Cleide, e a Senadora Fátima Cleide, brilhante Senadora, acabou cedendo para que eu relatasse, então, o projeto aqui na Comissão e, conseqüentemente, no Plenário.

Eu havia já recebido, inclusive, telefonema do meu amigo Eliezer Pacheco, do MEC, dizia ele da impor-

tância desse projeto para toda a sociedade brasileira e que gostaria muito, inclusive, que eu relatasse. Eu diria que o universo conspirou e eu acabei sendo o relator e agradeço, aqui, à Senadora Fátima Cleide por ter me solicitado que eu relatasse em seu lugar o projeto aqui no Plenário da Comissão de Educação.

Relatório. “Chega a essa Comissão o PLC 91/08, Projeto de Lei nº. 3.127/08, na origem, de autoria do Poder Executivo, ‘que cria cargos efetivos e em Comissão, bem como funções gratificadas e no Ministério da Educação para a locação em instituições federais de educação profissional e tecnológica e de educação superior’. O projeto tramita em regime de urgência, com a apreciação simultânea na Comissão de Educação e na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Nos termos do art. 64, § 1º da Constituição, combinado com os art. 122, II, “b” e 375, I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Ainda, pelos art. 1º ao 5º do PLC, cria 45.660 cargos efetivos de professores e técnicos administrativos para atuar em instituições federais de educação profissional, tecnológica e superior, bem como 7.596 cargos em Comissão e Educação gratificados e destinados ao conjunto das mesmas instituições.

A expressão ‘a partir de primeiro de janeiro de cada exercício’, presente ao final dos art. 1º, 2º, 4º e 5º, que discrimina os quantitativos de cada cargo, indica a gradatividade anual do processo de criação de todos os cargos, de acordo com os anexos ao PLC.

O art. 6º reza que o provimento desses cargos fica condicionado à prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa dele decorrente, bem como a autorização da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O art. 7º dispõe que a implantação das novas unidades de ensino, bem como o provimento dos respectivos cargos e funções, ocorrerá gradativamente, conforme a disponibilidade de instalações de recursos financeiros necessários ao seu funcionamento, dependendo de portaria autorizativa do Ministério do Estado da educação.

O art. 8º diz que a autorização para o provimento dos cargos efetivos será escalonado, de acordo com as metas pactuadas com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o MEC e a instituição de ensino observada; especialmente as que regerem a relação entre o número de alunos e professores em cursos regulares presenciais.

O art. 9º estabelece como cláusula de vigência a data da publicação da lei. No prazo legal, não foram apresentadas emendas ao projeto nessa Comissão.

Análise. A instituição... As instituições de Educação Superior do Sistema de Ensino da União – leiam-

se as Universidades Federais, bem como Centro de Educação Profissional e Tecnológica – viveram, nos últimos tempos, uma fase muito difícil. Pressionados pelo aumento da demanda e pela multiplicação dos concluintes do Ensino Fundamental e Médio e impedidos de repor, com regularidade, seus recursos humanos, viam-se na contingência de não somente limitar seu crescimento, como até reestruturar sua oferta, cortando vaga, ou sobrecarregando docentes e técnicos administrativos. Não foi por coincidência que o ensino profissional de nível médio e, principalmente, de educação superior passaram a ser crescentemente ofertados pela iniciativa privada, obrigando a população a enormes sacrifícios para prover os estudantes de um diploma que lhes garantisse acesso ao mundo do trabalho.

Em boa hora, o Governo Federal mudou a política que restringia o crescimento de ofertas de cursos profissionais e de graduação em nível superior, bem como a criação de novas escolas técnicas e universidades. Pela população brasileira e, especialmente, pelos estudantes que concluem o Ensino Fundamental e Médio e por suas... e por com suas famílias perpassam uma nova esperança: a de que, em sua cidade, ou perto dela, o MEC estará presente na forma de um campus universitário ou de uma unidade operante de escola técnica profissional com cursos de nível médio ou superior que façam o enlace entre a educação básica e a sobrevivência no mundo do trabalho.

Já estão em construção dezenas de prédios, de novos campi de universidades antigas e novas; já despontam centenas de edifícios, de novas unidades de educação profissional federal, de educação profissional federais. Muitos deles já foram inaugurados ou esperam o dia do início das aulas.

O presente Projeto de Lei que viabiliza essa nova era para a Educação Profissional e Superior Federal, oriundo da mensagem presidencial nº 121, de 13 de março do corrente ano, tramitou em regime de urgência na Câmara dos Deputados como o Projeto de Lei nº. 3.127/08, tendo sido aperfeiçoado naquela Casa e convertido no PLC 91/08 no Senado Federal.

Anexos minuciosos dão conta não somente da disposição de cargos efetivos e comissionados, bem como das funções gratificadas e das cidades a serem beneficiadas, independentemente do apuro técnico, onde se percebe o cuidado minucioso dos gestores que redigiram os quadros de cargos de função. Um argumento definitivo nos convence pela aprovação desse projeto, o efeito multiplicador que será gerado em centenas de pólos educacionais de nosso país. Pela posse de 45.660 novos docentes e técnicos, todos eles efetivos e remunerados com salários dignos,

como já acontece nas atuais universidades e centros de educação tecnológica federais.

Finalmente, o projeto se caracteriza, também, pela cautela administrativa ao prever progressiva implantação dos provimentos dos cargos e funções, sempre sob a supervisão dessa Casa, que, a cada ano, vota as diretrizes orçamentárias bem como a Lei Orçamentária, propriamente dita, que conterà os valores fiscais que viabilizarão o gradativo crescimento da oferta de educação profissional e superior pelo Sistema de Ensino da União.

Voto. Pelo exposto, nosso voto é pela aprovação do PLC 91/2008. Sala das Comissões, Presidente: Senador Romeu Tuma. Relator: Senador Paulo Paim, substituindo Senadora Fátima Cleide."

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Em discussão o projeto relatado pelo Senador Paulo Paim, de autoria da Senadora Fátima Cleide. Senador Sérgio Zambiasi, para discutir.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente Romeu Tuma, apenas para cumprimentar tanto a Senadora Fátima Cleide quanto o Senador Paulo Paim, pelo relatório. Acho que esse projeto tem uma função social extremamente importante. Ele vem ao encontro dos objetivos do trabalho desta Comissão, que tem apoiado todas as ações no sentido de se criar novas escolas técnicas, mais escolas técnicas, mais escolas profissionalizantes, mais escolas tecnológicas e mais universidades. Então, eu entendo que, para isso, realmente tem que ter profissionais que possam ser contratados e que possam, imediatamente, com o seu trabalho, iniciar esse processo de profissional, de maneira que as escolas técnicas, as escolas profissionalizantes e as universidades possam alcançar os seus objetivos, essa inclusão social através da educação.

Então, entendo que esse é um tipo de projeto que o Congresso deve dar os trâmites céleres necessários para que logo, logo seja sancionado pelo Presidente e, imediatamente, esses profissionais possam entrar em ação. Parabéns, Senador Paim, pelo relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Pergunto se mais algum dos senhores senadores deseja fazer uso da palavra.

Senador Paim, eu só queria, aqui, se V. Ex^a. permitisse, na leitura do projeto de relatoria, fala que, nos art. 1º ao 5º, cria 45.660 cargos efetivos de professores e técnicos administrativos para atuarem em instituições federais de educação, a que seriam efetivados, o que indica que seria por concurso público – não está inserido, aqui, mas, automaticamente, porque era uma discussão que vão dizer que estamos criando cargos – e 7.597 cargos em Comissão e funções gratificadas. Essas não; seriam de livre provimento do Reitor ou

do Diretor, e aqui tem a distribuição, também. Então, acho que é um projeto bem elaborado e acredito que V. Ex^a., ao relatar em nome da Senadora Fátima Cleide, pela sua dedicação a essa área, dá uma ênfase bem grande à importância do projeto.

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. É simbólico? Coloco em votação. As senhoras e os senhores senadores que concordem com sua aprovação permaneçam como se encontram. Aprovado. Senador Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Romeu Tuma, se não tivermos mais nenhum projeto não terminativo, eu ia pedir pela... Porque o Senador Pedro Simon é um Senador muito requisitado na Casa em todas as Comissões. E ele veio aqui me fazendo uma gentileza muito grande. Eu queria ver se, mesmo por ser terminativo, se ele pudesse ler o seu relatório, dar o parecer sobre um projeto também de escolas técnicas, que é da Escola Técnica da Carne, lá para o Rio Grande do Sul, no município de São Gabriel, Estado do Rio Grande do Sul. Porque, se ele ler o relatório hoje e já ficar pronto para a discussão, nós poderíamos votar mantendo, para que não haja, aí, um relator *ad hoc*. Eu faço questão que tenha a marca do Senador Simon, pela importância para o Rio Grande do Sul esse... essa Escola Técnica da Carne, em São Gabriel. Seria extrapauta, se pudesse.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Essa Presidência concorda, mas consulta os senhores senadores se concordam com o pedido do Senador Paim para que eu possa passar a palavra ao Senador Pedro Simon, que, aliás, esses dias tem dado uma aula sobre ética e dignidade àqueles que vêm ocupar um cargo público em nome da sociedade. Queria cumprimentá-lo por isso. Mas nós estamos discutindo um assunto, Senador Pedro Simon – me desculpa é aqui um pouco de desabafo –, aqui foi aprovada uma resolução que ninguém pode ser investigado por fato que ocorreu antes da assunção, quer dizer, há uma anistia com a assunção do cargo político representativo. Então, uma discussão que fica meio no ar, sem a gente saber corretamente como o Congresso pode se comportar perante uma proposta dessas. Desculpa estar falando, mas dou a palavra a V. Ex^a. para a extrapauta ler...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Dizendo que a bancada gaúcha está em peso aqui, ouviu? Os três senadores gaúchos estão aqui em peso.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mais um, aqui, *ad hoc*. Pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº. 92/08, “que autoriza o Poder Executivo a criar Centro de Especialização

em Tecnologia da Carne, CTC, no município de São Gabriel, no Estado do Rio Grande do Sul”. Passo a palavra para a leitura, visto que ainda não há número para a discussão e votação, ao Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente, realmente disse bem o Senador, nós estamos quatro gaúchos, aqui, Sr. Presidente. O Paim, o Zambiasi, eu e o nosso líder.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Então deixa eu ser também, porque meu pai se criou em Pelotas.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Aliás, diga-se de passagem, é importante isso, muitos traços que V. Ex^a. tem, que o caracterizam na vida brasileira, se deve muito ao seu pai e ao que ele passou lá pelo Rio Grande do Sul.

Mas nós estamos, aqui, prestigiando o Senador Paim. Esse projeto é da maior importância, Sr. Presidente, e do maior significado. Aliás, o Senador Paim está obtendo uma vitória muito grande fazendo um debate em torno da criação de escolas técnicas. E é algo em que parece que S. Ex^a. conseguiu influenciar o Governo Federal. E o Presidente Lula está dando um debate aberto, e são várias escolas que nem essa que estão sendo criadas.

Este, que é o projeto 92, de autoria do Senador Paim, autoriza a criar o Centro de Especialização em Tecnologia da Carne no município de São Gabriel. “*Estabelece que o Centro será uma Instituição de Ensino Médio Profissionalizante, que terá por função formar técnicos para atender necessidades subeconômicas locais do setor de carne e derivado. Trata de questões orçamentárias vinculadas ao estabelecimento. Ao justificar a medida, o Senador Paim ressalta a importância da geração de empregos de qualidade para a juventude, a partir da boa formação profissional, igualmente decisiva para a concretização do projeto e a relevância do setor da carne para toda a região de São Gabriel, município que, além de se encontrar em uma distância máxima de 300 quilômetros das cidades gaúchas com maior produção agropecuária, apresenta grande capacidade de frigorificação de carne.*”

Essa proposta do Senador Paim beneficia a comunidade gaúcha de São Gabriel como o primeiro passo para a criação de um Centro de Especialização em Tecnologia da Carne naquele município.

Esse projeto antecipa ao Poder Legislativo, consentâneo com o dispositivo do Governo Federal de expandir a educação tecnológica, tanto na experiência dos países industrializados quanto no esforço de modernização do mundo, onde muitos daqueles que, a exemplo do Brasil, estão em desenvolvimento e preparando-se para o grande contingente de pro-

fissionais especializados, têm constituído importante fator de competitividade para a tecnologia sofisticada no setor de carne.

Além desses aspectos, vale destacar a importância de uma Instituição de Ensino Médio para o desenvolvimento econômico e social da região de São Gabriel, com reflexo na melhoria das condições de vida que toma a população. Trata-se, ademais, de iniciativa de expansão de democratização do ensino público de qualidade.

Por fim, com formações jurídicas, malgrado o entendimento formado na Câmara dos Deputados, diz que as leis autorizativas não têm o poder coercitivo que obriga o Executivo a cumpri-las, guiamo-nos pela convicção predominante nesta Casa de que tais leis abreviam a situação do Executivo ao indicar como forma de colaboração a prática de um ato de competência desse poder. Superando esse óbice afeto à iniciativa da medida, não reclamo reparo quanto ao aspecto da constitucionalidade, juridicidade.”

Eu felicito o Senador Paim e quero dizer, Sr. Presidente, que, para São Gabriel, esse projeto é da maior importância.

São Gabriel, como Rosário, como Uruguaiana, como Alegrete, como toda a nossa fronteira com a Argentina já teve época de grande prosperidade, de grande desenvolvimento, mas, lamentavelmente, hoje vive uma situação muito difícil. Esse projeto vai mudar aquela situação; não apenas São Gabriel, mas de toda a região.

Acho que dar força ao ensino técnico. O Brasil, hoje, está avançando positivamente no ensino universitário. Temos, hoje, universidades; algumas até em demasia, como no Direito. Mas, infelizmente, na parte do ensino técnico, nós já fomos melhores do que somos, e é no mundo inteiro que se reconhece. É a mão-de-obra especializada. É muito melhor ter vários profissionais no Ensino Técnico, que tenham condições de exercer a sua profissão, do que um doutor formado com especialização e, muitas vezes, não sabe o que fazer.

Acho que essa batalha do Senador Paim é muito positiva. E essa escola é recebida com muita alegria lá no nosso Estado.

Eu agradeço, Sr. Presidente, para me retirar, porque eu... É uma sessão em homenagem à memória do Senador Jefferson Peres, e sou um dos oradores indicados pelo líder e terei que estar lá. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Pediria que V. Ex^a. nos representasse durante a sessão, em razão de termos que permanecer na Comissão.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu só queria... Só agradecer ao Senador Simon, antes que ele saia, pelo brilhante relatório em relação ao nosso projeto. Muito obrigado, Senador Simon.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Em discussão. Visto estar o projeto completo, aqui, sobre a Mesa, para não atrasá-lo, nós não poderíamos votar por falta de número, mas podemos encerrar a discussão. Com a palavra o Senador Valdir Raupp. Em seguida, o Senador Sérgio Zambiasi, para discutir o projeto.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, senhoras e senhores senadores. Queria também parabenizar o Senador Paulo Paim pela iniciativa desse projeto de implantar a Escola Técnica no município de São Gabriel, no Rio Grande do Sul, e também o Senador Pedro Simon, pelo brilhante relatório que fez.

E queria dizer, também, que eu apresentei vários projetos para o meu Estado e já creio que todos aprovados; eu não tenho certeza, mas me parece que todos já foram aprovados aqui nesta Comissão. Escola Técnica em Guajará-Mirim, em Ariquemes, em Vilhena, em Cacoal, em São Miguel, em Buritis; quer dizer, várias cidades de Rondônia para receber também as Escolas Técnicas. E, digo mais, essas escolas são tão importantes quanto uma faculdade. Hoje, as Escolas Técnicas Federais, profissionalizando os jovens, têm tanta utilidade quanto às faculdades públicas e privadas.

E a Coréia do Sul deu um salto de qualidade na profissionalização, na sua economia, quando implantou, em grande quantidade, esse tipo de escolas para formar os jovens em uma profissão.

Então, parabenizo a iniciativa do Senador Paim, do relatório do Pedro Simon e do Governo, por estar expandindo, em grande quantidade, as Escolas Técnicas Federais, espalhando por todo o Brasil. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Obrigado a V. Ex^a. Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente Tuma, mais uma vez é uma brilhante iniciativa do nosso companheiro, colega Paim. São Gabriel está na nossa metade centro-sul e dentro do que se considera a faixa de fronteira que hoje se vê injustiçada por um processo que dificulta investimentos, especialmente investimentos estrangeiros, exatamente pela questão de segurança nacional.

São 150 quilômetros de faixa de fronteira; São Gabriel está a pouco mais de 100 quilômetros do Uruguai e, em consequência, está dentro dessa faixa em

que, de alguma maneira, os investimentos têm... são mais difíceis de acontecer. E, na medida em que há uma vocação natural para a região na criação de gado ovino, gado bovino, e é a partir de São Gabriel que as colinas se transformam em grandes planícies que avançam até o Uruguai, nada melhor do que termos em São Gabriel, pela posição geográfica privilegiada, uma escola técnica que trabalha--

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): E vai atrair alguns uruguaios para fazer o curso.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): [risos] Se as Leis permitirem na parceria com estrangeiros. Infelizmente, por enquanto--

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): No Mercosul estamos discutindo isso, Senador, e o senhor é um grande líder lá.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Pois é. Por enquanto, infelizmente, as leis brasileiras são muito restritas com relação a investimentos estrangeiros na região de fronteira, e nós temos que trabalhar alternativas e compensações para as regiões de fronteira. Não apenas as fronteiras gaúchas, que são as maiores, e têm fronteiras de dois mil quilômetros com Uruguai e Argentina, mas as fronteiras brasileiras, preservando, obviamente, a soberania da Amazônia, que eu acho fundamental. Os quartéis de nossos exércitos, que estavam todos eles nas fronteiras do Brasil e Argentina e Uruguai, hoje estão praticamente todos eles lá na Amazônia, o que eu acho muito importante. É fundamental a presença militar brasileira na Amazônia.

E deixar que as nossas fronteiras mais vivificadas possam realmente exercer esta relação de integração que nós, do Mercosul, defendemos tanto, permitindo parcerias com especialmente com países do Mercosul, que a Lei brasileira ainda não deixa. Porque tem uma faixa de 150 quilômetros em que estrangeiros, mesmo os do Mercosul, que estão ali do nosso lado, não podem fazer.

Diferente é o caso da Argentina e do Uruguai, que permitem que os brasileiros possam investir e ajudar a desenvolver a região. Então, é bom que se criem alternativas. O Governo tem o compromisso de oferecer alternativas para corrigir esta injustiça histórica que as nossas fronteiras, a fronteira gaúcha, especialmente, vêm sofrendo por ter o prestígio de ter, de um lado, praticamente mil quilômetros com a Argentina e, do outro lado, outros mil quilômetros com o Uruguai.

Obrigado, Presidente, e parabéns ao Senador Paim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Obrigado, Senador.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Pois não.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu queria de fazer um rápido comentário dessa minha paixão pelas escolas técnicas e percebo que é de todos os senadores desta Comissão e da maioria dos senadores aqui da nossa Casa.

Sr. Presidente, eu sempre digo que para mim foi fundamental para minha vida ter passado por uma escola técnica. É por isso que, quando eu aqui cheguei, um dos primeiros gestos foi apresentar o FUNDEP, que é o Fundo de Investimento para o Ensino Técnico Profissionalizante, que nós tínhamos em torno de sete bilhões de reais para investir nessa área. Entendo que o Presidente Lula tem o mesmo ponto de vista, porque ele também foi fundamental para ele ter começado pelo SENAI. Ali foi a base, digamos, da sua formação.

Eu chegaria, Senador Romeu Tuma, e comentei quando V. Ex^a. chegou hoje pela manhã, talvez, se lá nas favelas do Rio de Janeiro nós tivéssemos, em outros tempos, muito mais escolas técnicas, não teríamos uma situação como essa de hoje, que nós comentávamos, onde três jovens foram covardemente assassinados, com a participação do Exército brasileiro. Olha bem. Eu não diria do Exército, de algumas ervas daninhas do Exército que fizeram aquele ato truculento e covarde de mais de uma dúzia ir pegar três meninos e entregar na mão do narcotráfico, para que fossem, segundo eles, sofrer um corretivo, que, na verdade, foram assassinados.

As Escolas Técnicas para mim é a grande esperança dos mais pobres desse país. Os mais pobres, se tiverem acesso à Escola Técnica, com certeza é ali que eles aprenderão uma profissão para enfrentar a dura batalha no mercado de trabalho.

Por isso que, quando a gente apresenta um projeto como esse, que fiquei muito feliz de receber, aqui, o apoio do Senador Simon, que fez um belo relatório, o Senador Zambiasi, na mesma linha, o Senador Valdir Raupp e sei que V. Ex^a., o Senador Valadares, que passava aqui, antes, o Senador Gerson Camata, que comentava e disse que é um bom projeto, a importância de nós também pensarmos na escola técnica olhando, também, com o viés do agronegócio, com o viés da agricultura e também da agropecuária. E aqui, no caso, é no caso da pecuária. Tínhamos mais jovens lá na área rural trabalhando, produzindo, recebendo e consumindo, a partir de um curso técnico, que seria em São Gabriel, que fica ali equidistante de Pelotas, de Uruguaiana, de Bagé, Julio de Castilhos, de Dom Pedrito e próximo, ainda, porque não dizer, não é uma distância muito grande do porto do Rio Grande, cidades que fazem todo esse eixo fundamental.

E, por isso, Sr. Presidente, eu só quero comentar rapidamente e até cumprimentando, aqui, o Pratini de Moraes, Presidente da Associação Brasileira de Indústria Exportadora de Carne Bovina, que fez questão de dar um depoimento – ele que já foi deputado federal – a favor desse projeto e pela importância que será para aquela região essa Escola Técnica de Carne e Derivados. Eu poderia, aqui, falar horas sobre o tema, mas, sempre como dizia o meu amigo – e V. Ex^a. o conheceu, Floriceno Paixão – Floriceno Paixão me ensinou, ainda quando eu era deputado federal, isso lá quase 23 anos atrás, ele sempre dizia pra mim: “Paim, projeto bom—

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Quando completou a maior idade?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): --“não é o projeto do discurso, é o projeto aprovado”. E esse projeto, de fato, é um projeto que responde a uma expectativa muito grande do Rio Grande do Sul. Por isso, para mim, fiquei feliz com a leitura do Senador Pedro Simon e tenho certeza que será aprovado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu queria, primeiro, saudar a Senadora Marina Silva e lhe digo que é com grande alegria que estou na Presidência e sei que V. Ex^a. vai nos ajudar a decidir bem, principalmente no que diz respeito à educação.

Senador Paim, tem um detalhe interessante. A primeira vez que ouvi falar em escola técnica, eu estava fazendo o curso, entrando para o curso de contador. E aí eu... Foi transformado em Técnico em Contabilidade; Contador passou a ser curso superior. E o técnico em contabilidade só poderia fazer Economia ou Direito. Depois, um Decreto transformou como curso secundário completo e poderia fazer o vestibular em qualquer faculdade e universidade.

Em São Paulo, Senador Camata, Senador Paim, o Governador, então, da época, o Geraldo Alckmin, começou a estudar a criação de escolas técnicas em vários municípios. E qual foi a decisão principal nas conversas das quais eu participei? Ver, Senador Paim, a vocação da cidade para a produção de determinados produtos. Por quê? Visava manter o jovem na cidade sem estar procurando. E esse projeto cai direitinho dentro desta visão. Os rapazes que moram em Caxias terão a oportunidade de uma formação profissional, sem ter o desespero dos pais terem que se afastar dos filhos para procurar outro lugar para a sua formação profissional. V. Ex^a. quer fazer uso da palavra, Senador? Desculpa, Senador.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Dentro daquilo que V. Ex^a. acaba de dizer e até a fala de V. Ex^a. serve de justificativa, eu requeriria inversão

de pauta para que o Item 9 pudesse ser relatado pelo Senador Paulo Paim, que é o seu relator e está presente neste momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu queria só encerrar a discussão para ficar pronto para a votação. Se ninguém mais quer fazer uso da palavra, tinha na frente o Senador... O Item 3, a pedido do Senador Zambiasi, que é rápido, que é inscrever o nome de Antônio de Sampaio, Brigadeiro Sampaio, no livro dos Heróis da Pátria. Eu dou por encerrada a discussão do PLS 92 e deixo para a próxima sessão a votação. Já encerrada a discussão.

Com a palavra o Senador Sérgio Zambiasi, como relator *ad hoc*, em razão de a Deputada Patrícia Saboya ter aberto mão. Senadora Patrícia Saboya. E projeto do Deputado Vilela. Ela pediu para não atrasar o projeto e que V. Ex^a. fosse o relator *ad hoc*. Portanto, é o Item 13, Senador.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Presidente Tuma, e agradeço à Senadora Patrícia a oportunidade de conceder a mim, poderia ser ao Paim, ao Simon, a oportunidade de sermos relatores deste Projeto de Lei da Câmara 19/08, de autoria do ilustre Deputado Leandro Vilela, “*que inscreve o nome de Antônio de Sampaio, Brigadeiro Sampaio, no livro dos Heróis da Pátria, depositado no panteão da liberdade da democracia em Brasília*”. O projeto foi apresentado na Câmara e agora tramita aqui no Senado Federal.

Eu acredito que não foi por acaso que coube ao então Presidente da República Getúlio Vargas a oportunidade de consagrar o Brigadeiro Sampaio como Patrono da Arma da Infantaria do Exército Brasileiro em 1940. Este cearense, nascido a 24 de maio de 1810, em Tamboril, criado no sertão em condições extremamente difíceis e que, aos 20 anos, alistou-se no 22º Batalhão de Caçadores de Fortaleza e que teve uma vida militar meteórica, realmente impressionante, vale estudar um pouco de sua vida e entendê-la, e tem relações muito especiais com o Rio Grande do Sul, com as nossas fronteiras, lá com o Uruguai, mais uma vez. Ele, que esteve presente na Guerra dos Farrapos, entre 1844 e 45, retornando a Pernambuco, na Praia, em 1849 e 50, voltando lá nas fronteiras com o nosso Rio Grande do Sul e Uruguai, na Guerra contra Oribe, em 1851, e, em 1852, na Guerra a Monte Caseiros, na Argentina, na tomada a Paissandu, no Uruguai, em 1864, e, ainda, na Guerra da Tríplice Aliança, no Paraguai, em 1866.

É mais um cearense que contribuiu muito, com sua presença e engrandecimento, com o nosso Rio Grande do Sul, já que as charqueadas gaúchas iniciaram pelas mãos também de um cearense que lá

chegou ao início dos 1800 e instalou essa cultura típica do Nordeste, transformando a carne seca do Nordeste no charque gaúcho.

Dessa vez, um militar que levou a sua bravura ao Sul, ajudando a manter as nossas fronteiras preservadas, acima de tudo. Quero, então, cumprimentar o Deputado Vilela pela iniciativa. O Rio Grande do Sul sente-se muito orgulhoso com isso, deve muito a este cearense, e nos orgulha muito a possibilidade de estarmos aqui; por gentileza da Senadora Patrícia Saboya, estarmos relatando esse projeto. O parecer é pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador, vê como a Patrícia é inteligente. Cearense dando para um gaúcho, onde o Brigadeiro levou a charqueada para lá. V. Ex^a. fez a perfeita ligação entre autor e relator.

Em discussão, o projeto lido pelo Senador Sérgio Zambiasi. Gaúcho da xepa. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os senhores e as senhoras senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos a atender ao pedido do Senador Gerson Camata, que é o projeto--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Isso. Estou com ele aqui já.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): --O Item 9. Projeto de Lei do Senado nº. 044, "que define 2009 como o ano de estudo do ensino técnico". Com a palavra o Senador Gerson Camata, autor da proposta, e relatoria, Senador Paulo Paim. Desculpa. Acho que os dois se casam perfeitamente.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não, nós vamos falar os dois. Eu vou iniciar. Eu quero, primeiro, cumprimentar o Senador Gerson Camata. Eu confesso que, quando eu soube que o Senador Gerson Camata estaria tendo essa iniciativa, fiz um apelo a ele para que eu relatasse. E o Senador Gerson, de imediato: "Não, Paim, vou falar com a Patrícia para que você relate". Acho que é uma brilhante iniciativa, nós que falamos tanto de ensino técnico, nós todos que defendemos essa questão, como eu dizia antes, com paixão, com carinho. E 2009, eu vou ler o relatório pela importância do projeto. É cem anos, Sr. Presidente, cem anos dessa brilhante iniciativa aqui no país. Então, é mais do que justo que o ano de 2009 tenha essa marca. Eu passo, então, a ler o relatório deste, eu diria, inesquecível projeto do nobre Senador Gerson Camata.

Relatório. "Esta Comissão deve se manifestar, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Lei do Senado nº. 44/08, de autoria do Senador Gerson Camata, que tem como objetivo instituir 2009 como o ano do ensino

técnico e o dia 23 de setembro como o Dia Nacional dos Profissionais de Nível Técnico.

Para justificar sua iniciativa, o nobre autor fez breve histórico da evolução da educação escolar no Brasil, com destaque para o ano de 1909, quando, em 23 de setembro, o Presidente Nilo Peçanha".

Eu quero dizer que a escola do SENAI em que me formei, lá em Caxias do Sul, o nome era Escola Nilo Peçanha. Exatamente. Vejam...

"O Presidente Nilo Peçanha criou as escolas de artífices, posteriormente transformadas em escolas técnicas federais. Tendo em vista que em 2009 esse evento completará cem anos e considerando o contexto atual do setor, marcado por iniciativas direcionadas à valorização e expansão do ensino técnico e profissional, o autor, Senador Gerson Camata, do PL 44/08 entende ser bastante oportuno reservar – palavras do autor –, reservar o ano vindouro de 2009 para comemorar o ensino técnico no Brasil e intensificar os investimentos sociais e financeiros para a sua consolidação. Acho que é importante essa fala do autor do projeto. À proposição em exame não foram oferecidas emendas.

Análise. Nas circunstâncias atuais, caracterizadas por declarado interesse e vontade política dos dirigentes relativos ao ensino profissional e tecnológico, a iniciativa do nobre colega mostra-se relevante, oportuna e, eu diria, até urgente. Com efeito, a partir da instituição do Plano de Desenvolvimento de Educação, encontra-se em andamento, no âmbito do Ministério da Educação, MEC, várias propostas de inovação e de expansão da educação profissional, com o objetivo de construir uma educação básica de qualidade, que, no entendimento dos proponentes, contribuirá para diminuir os níveis de pobreza e de marginalidade, o que é indispensável para a promoção do desenvolvimento sustentável e da cidadania."

Eu havia comentado, inclusive, com V. Ex^a. os incidentes da favela do Rio de Janeiro. Quem sabe com mais escolas técnicas, inclusive lá, aqueles fatos não teriam acontecido, que marcou a todo o território nacional e, infelizmente, o próprio Exército brasileiro.

"Entre as propostas mencionadas estão: o Programa Nacional de Informática de Educação, PROINFO; o Sistema de Escola Aberta Técnica no Brasil, ENTEC Brasil; o Programa Nacional de Integração de Educação Profissional com a Educação Básica, na modalidade de educação de jovens e adultos, PROEJA; e o Programa Brasil Profissionalizando. São iniciativas de grande estrutura e complexidade que demandam extraordinário aporte de recursos financeiros. De acordo com os dados do MEC, em 2008 serão disponibilizados 210 milhões de reais para aumentar a oferta de

escolas e matrículas de educação profissional pública no país. Até 2011, serão mais 690 milhões. A meta é atender 800 mil alunos, capacitar 14 mil professores e construir 2.500 laboratórios.

Temos, pois, razões de sobra para expressar o nosso apoio total à iniciativa, como aqui ora relatamos. Afinal, 2009 marca não apenas o centenário do pontapé inicial da educação profissional no Brasil, mas também o início de uma nova era para a sociedade brasileira. Era em que assume o compromisso de suplantar o difícil desafio de integrar a educação propedêutica e a educação profissional, com a finalidade de garantir ao nosso jovem educação de qualidade, capaz de promover sua formação geral e garantir a sua inserção no mercado de trabalho. Da mesma forma, apoiamos a sugestão do nobre Senador Gerson Camata de declarar a data de 23 de setembro como o Dia Nacional dos Profissionais de Nível Técnico, por se tratar de proposta complementar.

Por fim, cabe ressaltar que a proposição não apresenta empecilhos de natureza condicional ou jurídica, demandando apenas pequeno reparo no texto da emenda para harmonizá-lo com os dispositivos do Projeto de Lei.

Voto, face o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 44/08, com a seguinte emenda. Dar-se à ementa do Projeto de Lei do Senado 44/08 a seguinte redação: 'Estabelece 2009 como o ano do ensino técnico e o dia 23 de setembro como o Dia Nacional dos Profissionais de Nível Técnico'."

Isso aqui é apenas um ajuste de redação proposto pela consultoria do Senado, que não mexe uma vírgula no projeto original. É uma simples emenda de redação.

Quero, aqui, então, mais uma vez, dar meus parabéns para o Senador Gerson Camata. Recebi em meu gabinete, Senador Gerson Camata, graças à sua iniciativa, todos os profissionais dessa área, pedindo aprovação na íntegra da sua proposta. Meus cumprimentos. Tenho certeza que a Casa vai aprovar por unanimidade.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Em discussão o projeto.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Para discutir, Senador Gerson Camata, autor do projeto.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, eu quero ser breve. Apenas para agradecer ao Senador Paulo Paim, o relatório que ele faz e

dizer que é muito justo que, no centenário da criação das primeiras escolas de artífices, que foi no dia 23 de setembro de 1909, pelo Presidente Nilo Peçanha, a gente comemore fazendo-se, aqui, o ano nacional do ensino técnico. Até porque a gente observa que, do lado do Governo, o Ministro Fernando Haddad está instalando inúmeras escolas técnicas no Brasil. Por exemplo, no Espírito Santo, eu posso... Nós temos a Escola Técnica Nilo Peçanha, porque foi fundada, na época, pelo Presidente Nilo Peçanha.

Daquela época até quatro anos atrás, só mais um... duas escolas foram criadas: uma em Colatino e uma em Cajueiro.

O Ministro Fernando Haddad, o Presidente Lula está criando oito de uma vez só. Quer dizer, o que não se fez durante cem anos vai se fazer o ano que vem, em um ano. Está começando esse ano para serem implantadas o ano que vem.

Eu acho que é motivo de comemorar, mas é um motivo de comemorar também e jogar luz, colocar holofotes em cima da importância do ensino técnico nos dias atuais. Nós temos que fazer com que as pessoas entendam que o fundamental da educação, hoje, talvez não é tanto colocar os holofotes no Ensino Superior, mas colocar holofotes em cima do Ensino Médio, do Ensino Fundamental e também, mais ainda, com mais intensidade, holofotes para o Ensino Técnico.

Eu quero agradecer e pedir aos companheiros o voto favorável a essa iniciativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador Camata, Senador Paim, Senadora Marina, eu sei que hoje a grande dificuldade que tem o jovem para ter oportunidade de emprego está na má formação profissional que eles poderiam ter. Há um desejo de fazer o curso superior e os cursos de aperfeiçoamento técnico, eles ficaram relegados ao segundo plano. Nós tínhamos, em São Paulo, a Escola de Belas Artes, uma escola técnica com tendência moveleira; fazia móveis de alta qualidade, tipo Luiz 15, e todo mundo queria adquirir, principalmente para os órgãos públicos, aquilo que a escola fabricava.

E o Senador Paim fez referência à possibilidade da diminuição da criminalidade, quando se pode oferecer ao jovem uma oportunidade, que ele em sabendo que numa escola profissionalizante provavelmente ele terá um emprego.

Falou no Exército. Eu pediria licença, Senador Paim, para dizer que a ação daquele oficial e mais alguns sargentos e militares não são a figura da formação profissional e da ética e da disciplina que o Exército tem. Então, são pessoas que não merecem o mínimo respeito, por quê? Porque, ontem, ainda eu vi a entrevista do Coronel de Relações Públicas, Sena-

dora Marina, e ele dizia que era um ato que indignava as Forças Armadas, e que iam tomar todas as providências. Tem o RDE, que é o Regulamento Disciplinar do Exército, e tem o Código Penal Militar do Exército. Que ali ficou a dúvida se houve ou não participação no homicídio ou se foi só seqüestro. Eu faria seqüestro com fim no homicídio.

Então, o que eu acho é que o Exército tem que tomar as providências de ordem legal e expulsá-los e entregá-los à Justiça comum para a sua... Responder ao processo. E sinto que o Exército não pode ser maculado por uma ação de maus elementos que se infiltram.

O Rio de Janeiro é muito difícil, Senador. Quando eu estava na Polícia Federal, o comandante do Exército do Rio de Janeiro era um amigo que eu tinha, e ele tinha um desespero para, quando houvesse convocados, tentar ver a ficha criminal daqueles que estavam sendo incorporados. Por isso que lá há furtos de armamentos, há muitos elementos cooptados pelo crime, por quê? Porque a falta de opção de quem deixa o Exército, quando houve do Presidente Fernando Henrique a dispensa de cerca de 40 mil soldados, por não ter dinheiro para completar o curso de sargento e outros, eu fiquei... eu fui para a Tribuna e disse que, se 0,10% daqueles homens fossem cooptados pela criminalidade, nós teríamos sempre uma violência maior e uma tecnologia na ação do crime organizado.

Então, eu acho que é uma hora, tenho certeza de que o Exército tomará providências e não vai pactuar, em hipótese alguma, com o que aconteceu. Estou só pedindo desculpas a V. Ex^a., porque sei que V. Ex^a. está com o mesmo sentimento, com a mesma angústia que eu e acredito que, pelos sinais, o Senador Camata também.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E a minha fala, me permita, Senador Romeu Tuma, foi na mesma linha de V. Ex^a.—

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Por isso que eu me entusiasmei para poder falar.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): --Não pode algumas pessoas com uma conduta condenável, uma conduta hedionda, jogar lama sobre todo o Exército brasileiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Se ninguém mais queira... A Senadora Marina para discutir o projeto.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Muito mais para dizer, Sr. Presidente, da importância de estabelecermos datas simbólicas e comemorativas, alusivas a determinados assuntos ou a determinadas questões, e, nesse caso, estabelecer o dia 23 de setembro, que

foi quando o Presidente Nilo Peçanha criou as escolas de artífices e, posteriormente, as viu transformadas em escolas técnicas, estabelece a necessidade de que possamos ter o nosso olhar dentro da educação para esses dois níveis de ensino. Tanto aquele que leva o aluno, enfim, a um curso que ele vai ter uma maturação maior dentro de uma universidade quanto àqueles que já estão focados nas escolas técnicas para a formação de um profissional que já pode ser inserido no mercado de trabalho.

Todavia, a nossa preocupação tem que ser de uma formação que mesmo, quando se trata de um curso técnico, nós não tenhamos nenhum espaço para a limitação desses profissionais. Porque, muitas vezes, a gente concebe o técnico como se ele fosse um mero operador de processo, mas ele também é alguém que é capaz de, além de processar tecnicamente uma determinada operação, um determinado fazer, mas ele também é alguém capaz de resignificar essa sua atuação.

E existe, também, o grande desafio de fazer com que a gente não fique com o olhar pura e simplesmente no produto. Porque, muitas vezes, a gente pensa no produto. A gente quer o técnico. E por que a gente quer o técnico? Porque a gente quer um resultado desse técnico. Primeiro, é claro, e isso é bom para ele e para o Brasil, que ele seja empregado. Segundo, porque ele vai prestar um serviço. Mas, para que ele seja um bom técnico, preste um bom serviço e consiga uma ocupação, nós temos que colocar o foco no processo. E eu não tenho dúvidas de que na iniciativa do Senador Camata esse dia está, digamos assim, nos chamando para o processo.

Nós queremos as escolas técnicas, mas, para isso, nós temos que ter profissionais que viabilizarão o processo educativo de formação desses jovens e desses adolescentes, que lhes possibilitem serem verdadeiros produtores de conhecimento também, mesmo que quando técnicos, com uma formação específica. Quem disse que quem tem uma formação específica não tem também uma formação e um olhar abrangente? Cada vez mais a sociedade e a cultura globalizada exigem de nós uma capacidade de ter um olhar múltiplo, diversificado, e aqueles que vão formar os técnicos e todos esses conteúdos têm que dar condições para que o tempo todo eles possam se resignificar, mesmo quando estão voltados para uma atividade de um caráter profissional mais dirigido.

Então, quero parabenizar o Senador Camata, parabenizar, aqui, o Senador Paim, Senador Romeu Tuma. Também fico feliz de estar nessa Comissão e, como professora secundária que sou, sei o quanto é importante as oportunidades que são criadas para os

nossos jovens. Mas, se há algo a ser dito, nós temos que não perder de vista. Que para um bom produto ou um bom resultado, nós temos que ter um bom processo, se não a equação não fecha. E o bom processo diz respeito a termos escolas em condições, professores em condições, e esse dia, com certeza, nos alerta que, cada vez mais, o Estado brasileiro e a sociedade brasileira têm buscado, da nossa parte, tanto professores quanto do Poder Público, que sejamos capazes de oferecer as condições adequadas para um bom processo de ensino e aprendizagem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Muito obrigado, Senadora. Senador Camata quer voltar?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Se V. Ex^a. me permite.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Pois não.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Para agradecer e para registrar, na minha biografia, que o retorno da Ministra, o primeiro voto dela foi favorável ao meu projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Infelizmente não dá para votar hoje, porque nós não temos número. Mas fica registrada a declaração de voto a seu favor.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Eu vou transformar isso em um painel e pregar no meu gabinete. E nós vamos ter um ano para discutir exatamente isso que ela trouxe à nossa reflexão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É verdade.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Um ano para discutir isso. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Obrigado a V. Ex^a. Não havendo quem queira discutir, dou por encerrada a discussão. E, na primeira reunião com quorum, nós faremos a votação com louvor a V. Ex^a. e ao Senador Paim. Senador Camata, como V. Ex^a. está presente, não terminativo nós temos um projeto do Item 8.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Eu tenho que rever o parecer, eu pediria a V. Ex^a. a retirada de pauta para posterior apresentação do parecer já na próxima Sessão. Muito obrigado a V. Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Em votação, a solicitação do Senador Camata, acredito que todos concordam. Então está retirado para posterior deliberação. Assim que V. Ex^a.--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, eu também sou relator do Item 4.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu queria pedir licença para encerrar a sessão.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mas, só, eu ia nessa linha. Quero me somar a V. Ex^a. Como sou relator do Item 4, mas como sei que nosso herói está aí, eu abro mão da relatoria e quero vê-lo aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Dou por encerrada esta sessão, e, dentro de três minutos, abriremos a outra para a homenagem ao jovem do Soletorando, o Éder Carlos Lopes Coimbra, do Programa do Caldeirão do Huck, da Rede Globo de Televisão. E pediria que, então, nesses três minutos, ele fosse conduzido para darmos início à sessão de homenagem. Está encerrada a presente sessão deliberativa.

Sessão encerrada às 12h03.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 31ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2008.

SESSÃO DE HOMENAGEM

Às doze horas e quinze minutos do dia dezoito de junho de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência Eventual do Senador Romeu Tuma, atendendo a solicitação do Senhor Senador Cristovam Buarque, que se encontra afônico, e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Paulo Paim, Renato Casagrande, Valdir Raupp, Gerson Camata, Marconi Perillo, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, Sérgio Zambiasi, Cristovam Buarque, Marina Silva, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Kátia Abreu e Eduardo Azeredo reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, João Ribeiro, Wellington Salgado, Geovani Borges, Mão Santa, Paulo Duque, Lobão Filho, Heráclito Fortes, Virginio de Carvalho, Marco Maciel, Raimundo Colombo, Marisa Serrano e Rosalba Ciarlini, que justifica a ausência. O Senhor Presidente Eventual, Senador Romeu Tuma, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Sessão de Homenagem, atendendo ao Requerimento nº 29/08 – CE de autoria do

Senador Eduardo Azeredo, que requer, “...a realização de reunião com a finalidade de homenagear o estudante ÉDER CARLOS LOPES COIMBRA, estudante da Escola Municipal Ramiro Lopes, da Comunidade Barra Nova, na cidade de Padre Paraíso, em Minas Gerais, que venceu dia 31 de maio de 2008 o certame sobre a língua portuguesa – Soletrando – do Programa Caldeirão do Huck, promovido pela Rede Globo de Televisão, solicitando também que o comparecimento do convidado, acompanhante e familiares seja custeado por esta Casa Parlamentar”.

Sugere ainda que seja convidado o Senhor Luciano Huck, apresentador do programa. O Presidente Eventual, Senador Romeu Tuma, solicita ao Senhor Senador Eduardo Azeredo que acompanhe os convidados para tomarem assento à Mesa. Logo após, registra a presença para acompanhar a Audiência Pública, do Senhor Deputado Federal Leonardo Monteiro – PT/MG; Senhor Prefeito Saulo Aparecido de Oliveira Pinto, da cidade de Padre Paraíso/MG; Senhor Deputado Federal Fábio Ramalho – PV/MG e Senhor Senador Eliseu Resende – DEM/MG, não membro desta Comissão. Prosseguindo, a Presidência informa que o Senhor Luciano Huck, convidado a participar desta Audiência Pública, justifica sua ausência, em virtude de compromissos anteriormente agendados. Comparecem à Audiência Pública o Senhor Éder Carlos Lopes Coimbra, Estudante da Escola Municipal Ramiro Lopes, da Comunidade Barra Nova, na cidade de Padre Paraíso/MG, e vencedor do quadro “Soletrando” do Programa Caldeirão do Huck; Senhora Elis Regina Ferreira Lopes e Senhor Marinho Gomes da Silva, Pais do Estudante; Senhor Robson Caires Martins, Diretor da escola do homenageado, e o Senhor Saulo Aparecido de Oliveira Pinto, Prefeito da cidade de Padre Paraíso/MG. Neste momento é exibido um vídeo do quadro “Soletrando”, do dia em que o Estudante venceu o concurso. Finda a apresentação do vídeo, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Eduardo Azeredo, autor do Requerimento, Cristovam Buarque, Marina Silva e Paulo Paim. Dando prosseguimento, o Presidente Eventual, Senador Romeu Tuma, propõe a apresentação de um voto de louvor, em plenário, ao Senhor Luciano Huck, reconhecendo a boa iniciativa de realização do concurso. Neste momento assume a Presidência o Senhor Senador Cristovam Buarque, que passa a palavra ao Senhor Senador Eliseu Resende e, em seguida, ao Senhor Deputado Federal Leonardo Monteiro, Senhor Deputado Federal Fábio Ramalho, Senhor Prefeito Saulo Aparecido de Oliveira Pinto e ao homenageado, Estudante Éder Carlos Lopes. A Presidência agradece a todos pela presença e declara

encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência Eventual encerra a reunião às treze horas e quinze minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – SENADOR **CRISTOVAM BUARQUE**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA
E ESPORTE – CE

**31ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO
DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE,
DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA,
DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA
17 DE JUNHO DE 2008**

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA

(PTB-SP): Primeiro agradecer ao Joelson a presteza com que trocou o projetor e havendo número regimental, dou início à 31ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Eu queria informar que o Senador Cristovam Buarque, em razão de estar afônico, solicitou que eu permanecesse. É uma grande honra substituí-lo nessa presidência, e dar descanso à sua garganta, que, espero, possa falar sobre educação a partir daqui uma hora.

Submeto à apreciação do plenário a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e aprovação da mesma. Os senadores e senadoras que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovado.

A presente reunião atende ao Requerimento nº. 29 da Comissão de Educação, de 2008, de autoria do ilustre Senador Eduardo Azeredo, para a realização dessa Sessão de Homenagem ao estudante Éder Carlos Lopes Coimbra, vencedor do quadro Soletrando, do programa Caldeirão do Huck, da Rede Globo de Televisão. Dando início à audiência pública, solicito ao Senador Eduardo Azeredo, autor da proposta, que acompanhe o convidado para tomar assento à mesa junto com sua família.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA

(PTB-SP): Eu queria apenas agradecer aos senadores e senadoras dessa importante reunião de homenagem ao jovem Éder Carlos Lopes Coimbra e anunciar a pre-

sença do Deputado Leonardo Monteiro, do PT de Minas Gerais, Prefeito Saulo Aparecido de Oliveira Pinto, cidade de Padre Paraíso, Minas Gerais, muito obrigado pela presença dos senhores e, sem dúvida nenhuma, uma presença importante, porque bem representou o seu município o Éder. E V.Ex^a usou a palavra durante as homenagens da TV, colocou bem a importância que V.Ex^a dá à educação em seu município.

E também queria informar que Luciano Huck, convidado, pediu desculpas por estar impossibilitado de se deslocar a Brasília em razão de vários eventos. Foi gentil conosco e prometeu em outra oportunidade aqui estar presente.

De forma que o Éder Carlos Lopes Coimbra, vencedor do quadro Soletando, Programa Caldeirão do Huck, da Rede Globo de Televisão, estudante da Escola Municipal Ramiro Lopes, da cidade de Padre Paraíso, Minas Gerais. Pergunto se a diretoria, alguém da escola está presente ou não? Está aqui o diretor, doutor...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Está aqui. Robson Caíres Martins, que eu agradeço também e cumprimento V.Ex^a pela excelência do trabalho do Éder. E também o Senador Eduardo Azeredo, pela sensibilidade de seu Estado se fazer bem representado nesse Senado, e chamando a atenção da nação brasileira de fatos tão importantes para a juventude que foi este da cidade que o Éder representou. Eu primeiro ponto passagem... A exibição do filme. Então, por favor.

[exibição de vídeo]

“A primeira rodada já serviu para lembrar rapidinho a todos que aquela era a grande final. Nada de moleza, pessoal. Amanda, do Rio de Janeiro, foi a primeira a ser traída pelo nervosismo. E quando se deu conta do erro, já era tarde. Até que Thafne acabou vacilando na hora H.

Professor, a palavra está...

Dependendo de apenas de uma palavra para ser o grande campeão, Éder, o mineirinho de zelo demonstrou nervosismo pela primeira vez em toda a competição.

Correta a palavra! Vitória de Minas Gerais!

Festa no palco, festa em Padre Paraíso, lá no Vale do Jequitinhonha. A emoção foi tanta que alguns não conseguiram conter o choro. Na manhã seguinte, bem cedo, hora de voltar para casa e comemorar com os amigos. Agora, todo elegante com seu fardão, é a

vez de cumprir o protocolo e desfilar em carro aberto. A timidez que já virou marca registrada do Mineirinho fica ainda mais evidente durante todo o trajeto. E junto com o troféu, o fardão e o cheque de 100 mil reais, um outro desejo se torna realidade: a vontade de levantar a auto-estima dos moradores do Vale do Jequitinhonha, um lugar de gente simples, que graças à força de vontade de um menino tímido, pôde se encher de orgulho daquilo que faz de todos nós brasileiros: a língua portuguesa.

‘Um dos meus objetivos nesse concurso, além de ganhar o prêmio e investir no meu futuro era provar, honrar o vale do Jequitinhonha porque o povo de Minas Gerais, principalmente, tem essa noção que ‘Nossa! Vale do Jequitinhonha é pobre, a educação é péssima’. É claro que não é aquele... Mas tem alunos esforçados, tem gente que corre atrás e eu queria mostrar isso para as pessoas que tudo, se quiser, qualquer um, se quiser é só estudar bastante e correr atrás e com certeza irá chegar onde eu cheguei.’

Éder, antes de tudo, é um aluno, e tem que dar exemplo. Por isso logo cedo ele sai para cumprir mais uma missão: entregar o troféu de vencedor para a Escola Municipal Ramiro Lopes. Missão cumprida! Parabéns garoto! A estrada ainda é longa, mas você já provou que está no caminho certo.”

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senadora Marina, senhores senadores, nós sempre aqui discutimos, já há muito tempo, que o Vale do Jequitinhonha é um dos mais pobres do país, pelo menos é o que se ouvia. Hoje, nós temos certeza que soletrar a palavra Jequitinhonha é uma honra de mostrar a cultura e a vontade de um jovem de ser vencedor.

Então meus parabéns, Éder, e acredito que você dá um exemplo maravilhoso, que o esforço individual leva à vitória e o orgulho e a satisfação da sua família. Passo a palavra ao Senador Arthur Azeredo, como autor do requerimento. Eduardo. Desculpa.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Estou lembrando do Arthur Virgílio.

[risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Arthur Virgílio trai a minha memória sempre.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): É que ele fala muito, ele fala sempre.

[risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Ele fala todo dia e toda hora, umas trinta vezes por dia. Então Eduardo Azeredo, a quem eu presto a minha homenagem pela iniciativa e passo a palavra.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Romeu Tuma, presidente dessa reunião, Senador Cristovam Buarque, presidente da nossa Comissão de Educação, senhores senadores, Senadora Marina, prezado Éder.

Esse é um momento importante, pelo que significa de exemplo para o país como um todo. Essa nossa Comissão de Educação se debruça sobre os problemas da educação, quais são as soluções, as alternativas para que o Brasil possa ter uma educação não só inclusiva e que nós tenhamos todos os estudantes nas escolas, mas também que seja uma educação de qualidade. Essa é uma missão que essa comissão tem.

Nada mais adequado, portanto, que a comissão homenagear alguém que estuda bastante, que mostra que mesmo em condições que não são as ideais, é possível avançar no Brasil. O exemplo do Éder, portanto, é um exemplo que deve ser divulgado em todo o país. Ele disse bem aqui na gravação, quer dizer, o Jequitinhonha é a região mais carente de Minas. Mas não é uma região onde você não tenha condições de viver, pelo contrário, é uma região boa de se viver, é uma região que tem melhorado bastante, está aqui o Prefeito Saulo, a cidade de Padre Paraíso tem 18 mil habitantes e é uma região que tem pedras preciosas, são três mil garimpeiros, ele me explicava agora a pouco, recentemente o Senado aprovou uma proposta criação da zona preferencial de exportações, a ZPE, que vai ser localizada em Teófilo Otoni, isso vai poder beneficiar a região como um todo, na medida em que essa produção da cidade também terá maior valor.

Então, o Jequitinhonha tem realmente essas regiões que são essas cidades que precisam de uma participação do Poder Público mais adequada. Padre Paraíso, mesmo sendo nessa região, tem ainda as condições básicas, por exemplo, de saneamento, já estão adequadas, a questão da educação já é disponível, mas o esforço que o Éder fez, e no primeiro momento ele tinha que andar mais de cinco quilômetros para poder ir para escola, hoje a escola é uma escola municipal, a escola nucleada, ou seja, uma escola rural em que a Prefeitura manda buscar os alunos nas fazendas para que eles possam estudar naquela escola nucleada e aí então as condições já são melhores.

Mas foi exatamente sabendo valorizar essa melhoria das condições básicas, que o Éder conseguiu se superar, conseguiu exatamente dentro da escola, aqui está o Diretor Robson Martins, conseguiu aprender bastante e superar tantos outros, foram mais de 200 concorrentes de todo Brasil, alunos de escolas, algumas delas exatamente com condições básicas melhores do que a dele e ele foi se superando, foi conseguindo mostrar nas várias etapas do programa Soletorando, do Luciano Huck, que ele tinha um conhecimento básico que acabou por vencer e esse conhecimento básico acabou por dar aos mineiros muito orgulho. Nós mineiros, ficamos satisfeitos de ver a bandeirinha de Minas Gerais atrás, tremulando, mostrando que a educação realmente é fundamental e o nosso Estado de Minas Gerais a valoriza.

Portanto, Éder, eu quero aqui nesse momento, o Senado Federal está lhe homenageando e que o seu exemplo frutifique, que todos os estudantes do Brasil vejam que você está aqui nesta casa que representa os Estados brasileiros, sendo homenageado por todos nós Senadores, exatamente pelo seu exemplo, exemplo de perseverança, exemplo de fé, o exemplo de trabalho que seus pais dão, aqui presentes, também junto com você a Elis Regina e o... Marinho, Marinho Gomes, são seus pais, estão aqui presentes e eles têm se esforçado para lhe dar as condições mínimas de sobrevivência, as condições básicas para você poder ir à escola. Para poder ir à escola é fundamental que a pessoa tenha saúde, que o aluno tenha pelo menos as condições iniciais para poder aprender bem. Isso é que seus pais lhe dão, a você, no esforço do dia-a-dia e você tem valorizado o esforço deles, o esforço de seus professores, o esforço das autoridades de sua cidade e isso é que lhe deu condições de ser o premiado e ser um vencedor. Parabéns, e muito sucesso na sua vida.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Como presidente dessa comissão, passo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Boa tarde a cada uma e a cada um presente. Eu quero dizer Éder, que além de você, a gente vai ter que homenagear outras pessoas aqui. E vou dizer por quê. Eu quero começar homenageando o Eduardo Azeredo pela iniciativa disso. Mas sabe por quê Senador? Não só por ter trazido o Éder aqui. O senhor, com essa sessão, está conseguindo mostrar que, de fato, educação é feita por três coisas: família, escola e mídia. A gente

está aqui graças à família, aqui presente, a gente está aqui graças à escola e graças à Rede Globo.

E aí a segunda homenagem é o Luciano Huck. Eu assisti o primeiro programa Soletrando. Por coincidência, eu estava ali e vi. E eu pensei na hora: “Esse programa vai ajudar a mudar a educação brasileira.” E está ajudando. Está ajudando, porque criou na juventude a percepção que você pode ser um personagem importante, como a gente viu você chegando, pela educação. Porque até aqui o que a gente vê na televisão é que você vira alguém importante por ser atleta ou artista. Não por ser bom aluno. Nas novelas, não sei se já repararam, o menino que arranja namorada, é o sarado, não é o educado. Eu queria ver o cara arrumando namorada porque leu Sartre, porque leu Guimarães Rosa. Não tem isso. É porque faz ginástica. Deveria ser as duas coisas, claro, as duas coisas, mas que ponha as duas coisas. Já repararam que nas casas das novelas não tem biblioteca? Aqueles ricos todos não têm um livro em casa. E quando eu vi o Luciano Huck fazer o programa Soletrando, eu disse: “Isso vai ajudar. Vai trazer auto-estima para quem estuda, vai fazer com que outros queiram ganhar esse prêmio. Vai perceber que você é um personagem ao você saber soletrar as letras.” É claro que tinha que ter um sobre aritmética, geografia, história... Eu espero que o Huck comece a colocar não só o soletrar, não só ortografia, a geografia, história e todas as outras áreas.

Então minha homenagem aqui ao Luciano Huck e a Rede Globo, que é a segunda parte depois da família. E outro à escola. Professor Robson, eu quero parabenizá-lo, é claro que ao parabenizá-lo, quero cumprimentar também o Prefeito Saulo, porque a escola depende da Prefeitura. Mas é a escola que forma os alunos. Mas não só ao ensinar, mas também ao criar desafios, para que o aluno chegue onde o Éder chegou. Porque a escola pode ensinar apenas a ler, escrever. Mas aí criou um desafio. Obviamente isso não aconteceria sem a família dele. A família presente, dando apoio, incentivando, às vezes cobrando quando ele não quer de vez em quando estudar... A família é fundamental. Agora, tudo isso se une na pessoa. E aí sim, se não fosse uma figura como o Éder, não adiantava família, escola e mídia.

A gente precisa transformar em “Éders” os 48 milhões de alunos que têm na escola brasileira. Ele soletrando, outra coisa, todo saber é importante. Todo. Não tem um que se diga que esse é menos importante do que o outro. Transformar, fazendo com que todos sejam realmente capazes de ganhar prêmio. Obvia-

mente o prêmio vai ser sempre para alguns, mas que todos se sintam em condições de ter a coragem, e eu quero aí homenagear os que não ganharam o prêmio, mas que tiveram coragem de ir ali, porque eram bons, só que você foi o melhor, e dizer que o nosso desafio é fazer com que todas as escolas do Brasil sejam iguais à escola Ramiro Lopes.

Que todos os alunos sejam iguais a você. E, para isso, precisa de duas coisas que quero ver se você sabe soletrar essas duas palavras, não são complicadas, do ponto de vista ortográfico, mas elas não existem no dicionário ainda. Pelo menos uma eu tenho certeza, a outra a Marina vai me dizer se existe ou não. O futuro deste país está em duas coisas: respeitar a natureza e apoiar a educação.

Por isso eu quero saber se você consegue soletrar e levar para todo o Brasil as duas palavras que a gente vai precisar: ecologismo e educacionismo. Essas palavras não existem. Mas são elas que vão mudar o Brasil. Antigamente era capitalismo, socialismo, não sei o quê, tanto ismo. Agora, educacionismo e eu ponho ao mesmo tempo ecologismo.

Eu quero saber se você soletra, não é para testá-lo, que eu acho você vai tirar de letra isso. É para que todo mundo que for assistir essa sessão, ouça talvez pela primeira vez essas duas palavras. Duas novas palavras que eu espero que entre no dicionário. Dois neologismos. Mas não vamos pedir que soletre neologismo. Eu quero que soletre ecologismo e educacionismo. E com isso eu encerro minha homenagem a você e meu agradecimento, como militante da educação, o que você, a Rede Globo, o Huck, o professor Robson, o Prefeito Saulo, o pai e a mãe e o Azeredo, ao juntar todos nós, o que vocês estão fazendo é muito mais do que vocês pensam. É ajudando a pôr educação como algo importante para fazer que um menino simples se transforme num herói como você é hoje. Parabéns, e eu espero que as palmas venham depois que você soletre essas duas palavras.

ÉDER CARLOS LOPES COIMBRA: Ecologismo. E-C-O-L-O-G-I-S-M-O. Ecologismo.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Palavra certa!

[risos].

ÉDER CARLOS LOPES COIMBRA: Educacionismo. E-D-U-C-A-C-I-O-N-I-S-M-O.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA

(PTB-SP): Palavra certa! Está satisfeito, Senador?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Satisfeitíssimo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA

(PTB-SP): Com a palavra, Senador Paulo Paim, e depois Senadora Marina. Ou o inverso. É por causa do ecologismo. V.Ex^a tem primeiro tem que soletrar ecologismo e depois falar.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Puxa vida, então eu vou abdicar da palavra, Sr. Presidente.

[risos].

Primeiro, eu quero parabenizar o Senador Azevedo por essa iniciativa, como já fizeram os colegas, porque é muito bom que a gente possa reconhecer aquelas pessoas que nos lembram que em determinados momentos eles fazem uma síntese da nossa condição humana, da nossa história, enfim, daquilo que nos orgulha. Então, uma sensibilidade dessas é muito importante porque também é uma forma de educar e de nos educar. E essa casa, com certeza, aprende com esse momento.

Quero cumprimentar os pais, a Elis Regina Ferreira Lopes, e o Sr. Marinho Gomes da Silva, o diretor da Escola Municipal Ramiro Lopes e o Professor Robson, o nosso Prefeito Saulo, e dizer que eu estou um pouco emocionada, porque olhando para esse jovem, o que eu sinto é que ele, nesse momento, toma a prerrogativa nessa cena. Ele toma a prerrogativa literalmente dessa cena. E todos nós passamos a ser coadjuvantes.

É sempre bom a gente questionar. Não são os indivíduos sozinhos que podem sustentar o orgulho, a ética, os valores de uma sociedade. Para isso a gente precisa das instituições. Mas, para ter boas instituições é fundamental que tenhamos indivíduos, bons indivíduos. Porque é um processo de retro-alimentação. E, com certeza, uma das coisas que me tocou muito profundamente foi você dizer que queria dar orgulho para a sua cidade, para a sua gente. E dando orgulho para a sua gente, primeiro lugar para seus pais, seus professores, sua escola, você deu orgulho para o seu município, deu orgulho para o seu Estado, deu orgulho para o seu país e dá orgulho para todas aquelas pessoas da espécie humana que sabe celebrar o esforço dos indivíduos que criam boas instituições. E você está ajudando a criar, viu Éder, a criar boas instituições. Talvez uma das mais necessárias, a instituição escola.

E eu não tenho... Não foi falsa modéstia dizer que se o critério fosse soletrar aqui, eu talvez não passasse.

Porque eu fui alfabetizada aos 16 anos, pelo MOBRAL. E eu tinha dezesseis anos e seis meses quando entrei numa escola pela primeira vez. Foi apenas uma pequena fresta, mas foi por essa fresta que eu passei. E eu fico muito feliz de que esse Senado possa, pelo seu esforço, pelo esforço da sua família, pela sua escola, estar lhe abrindo uma porta. A porta de uma cidadania que coloca os indivíduos na cena. Coloca, como sujeito, como protagonistas de uma nova história para a educação. De uma educação que seja capaz de se resignificar, de criar novas equações.

E a grande equação foi colocada aqui pelo Senador Cristovam. É como nós aprendermos aprendendo. É como nos colocarmos na situação de aprendiz e de ensinante. Nesse momento você é o ensinante. Nós estamos na condição de aprendizes. Mas aprendizes, sobretudo, de determinação, de coragem, de humildade e de capacidade de dividir a autoria daquilo que a gente consegue. O que você fez foi um trabalho em co-autoria. A co-autoria do seu pai, da sua mãe, da sua escola, do Luciano que criou o quadro no programa, e agora o Senador é co-autor e nós também somos co-autores dessa cena. Então, ecologia e educação são as grandes equações desse século, nós temos que respondê-las. E eu sou grata, em primeiro lugar a Deus, e a todos que mencionei porque você, Éder, coloca para nós a esperança. Eu tenho absoluta certeza que a sua presença aqui é muito mais para ensinar do que para aprender. Parabéns.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA

(PTB-SP): Queria anunciar a presença do Deputado Federal Fábio Ramalho, do PV de Minas Gerais, a quem agradecemos a presença e o prestígio da cerimônia. Com a palavra o Senador Paulo Paim.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Antes do Paim, Senador...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA

(PTB-SP): Pois não, Senadora.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Eu vou pedir licença para me ausentar, à família, o Senador Azevedo, meu amigo Tuma, Cristovam, a todos aqui, porque está sendo feita uma homenagem também, póstuma, ao Senador Jefferson Peres e eu não posso deixar de comparecer a essa Sessão de homenagem.

Então vou pedir licença para me ausentar que não seja tomado com um descaso desse momento que para mim é muito precioso. Então, no momento em que nós temos uma vida que se foi, nós aqui temos renascimentos. E que bom casamento que a gente faz. A

vida em plenitude e abundância, na sua juventude, na sua coragem e na beleza do que fez, e a homenagem àquele que fez e passou e deixou uma marca muito positiva da sua ética, do seu trabalho, e principalmente do seu compromisso. Eu peço licença para sair.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): senadora, eu queria fazer uma proposta, se o Senador Cristovam autorizasse que essa Comissão, em conjunto, apresentasse um voto de louvor ao Luciano Huck, em plenário, para que ele receba as homenagens do Senado Federal pela iniciativa. Se todos concordarem V.Exª iniciará a primeira assinatura e todos os membros dessa Comissão seguirão a sua iniciativa. Então desculpa aí, senador, foi um orgulho para mim estar aqui no dia em que V.Exª por três vezes usou da palavra. E deu uma declaração de voto que alegrou o coração do Camata. Disse que vai pôr num quadro o voto de V.Exª no seu gabinete as palavras da Senadora Marina Silva.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Que Deus abençoe.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Romeu Tuma, eu queria, sei que não é protocolar, mas eu acho que nós temos aqui dois deputados representando a Câmara dos Deputados, o Fernando Monteiro... o Leonardo Monteiro e o Fábio Ramalho, que se fosse possível eles pudessem usar a palavra também, ambos são de Minas, conhecem bem a região e faço em primeiro lugar esse apelo, se eles se puderem usar a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Em seguida a V.Exª, eles por alguns minutos poderão, sem dúvida, como é uma sessão de homenagem não vejo nenhum inconveniente e cumprimento V.Exª pela proposta. Mas continua V.Exª com a palavra.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, primeiro cumprimentar o Senador Azeredo pela iniciativa, cumprimento o Professor Robson, cumprimento os familiares e o Éder. Senador Romeu Tuma, eu quero falar muito [interrupção no áudio] Quero começar pela família. E dizer, Sr. Marinho Gomes da Silva... Marinho Gomes da Silva. Repetir o nome duas vezes. O senhor tem que ser muito homenageado.

Eu, graças ao meu amigo Eduardo Azeredo, contou para mim um pouco da sua história e da sua vida. O senhor é o grande pai desse garoto, o senhor é o pai desse garoto, o senhor é um orgulho, um exemplo

para todos os pais. Por isso que eu gostaria de pedir aqui a essa comissão, num momento, que deve uma grande salva de palmas ao senhor. O senhor merece uma grande salva de palmas.

[palmas].

Eu li um pouco da sua vida graças ao Azeredo. E V.Exª sabe que estou fazendo isso de coração.

Éder, você lá não ficou nervoso, mas eu aqui estou nervoso. Eu uso a Tribuna todo dia. Meu coraçãozinho está pum, pum, pum, batendo. Da minha alegria dessa Sessão. A tua mãe, Sra. Elis Regina Ferreira Lopes, que orgulho que a senhora tem desse moleque aí! Que orgulho! Eu sempre via falar dessa cidade de Minas como uma cidade que era o símbolo da pobreza. E eu olhava para lá com muito carinho. Eu que venho do mesmo berço: dez irmãos, pai e mãe ganhando salário mínimo, e eu sei o que vocês passaram para esse menino chegar onde chegou.

Me diziam aqui alguns que o Bolsa Família foi um instrumento que ajudou muito a vocês. Eu sei quantos momentos difíceis vocês passaram para que ele pudesse chegar lá e estudar. Mas sabe por quê, Éder, que eu estou contagiado aqui com a emoção? Porque muitos têm a mania, Éder, de dizer que filho de pobre não pode chegar à universidade, porque ele vai diminuir a excelência dos formandos no futuro. Você, Éder, provou o contrário, filho de gente, tendo oportunidade, mostra que tem capacidade. Você é um exemplo para todos nós, Éder. Você é uma referência para nossa gente, para nosso povo, você vai muito longe na sua caminhada. Mas pode saber que isso para mim é o mais importante, Sr. Marinho e a Sra. Elis.

O Éder quebrou um tabu. Quando a gente fala que filho de pobre tem que estar na universidade, eles dizem: “Mas filho de pobre, vai estar preparado? E a excelência dos formados vai diminuir.” Éder, eu vou confessar para ti que eu estava em casa, eu assisti o programa da Globo com o Huck, o último minuto. Eu estava ali. E quando você ganhou, eu disse para os meus filhos: “Nós ganhamos! Nós vencemos! Viva o Éder!”

[palmas].

Eles me abraçaram, Éder, eles me abraçaram. Você não sabe quanto que foi importante essa vitória tua. Você mostrou que a auto-estima do brasileiro pode crescer, pode avançar, e como diz o Obama, “Nós podemos.” Nós podemos. E você provou que nós podemos. Pode saber Éder, foi uma emoção muito grande.

E quero, por último, me dirigir ao Diretor Robson. Ô Robson, a gente sabe como é difícil, Robson. Quan-

tos dias, quantas horas, não só você, toda a equipe da escola, quantas vezes vocês sentaram com ele, discutiram, treinaram e mostraram, e ele pegando, avançando... Robson, eu quero, na tua figura, dar um forte abraço não só aos professores da escola, a todos os professores do Brasil pela sua luta permanente, pelo carinho da formação da nossa gente. Robson, agora eu vou pedir uma salva de palmas a você e a todos os professores do Brasil--

[palmas].

Que simboliza essa fibra, essa raça, salários baixos, que eu sei, na busca de um momento glorioso para todos nós.

Por isso, Éder, quando você vinha lá eu disse: “Vamos encerrar a Sessão porque o nosso herói está chegando.” Tu és um herói. Herói de todos nós. Nós queremos que esses heróis se multipliquem, se multipliquem.

Quero também cumprimentar o Prefeito Saulo, prefeito, porque eu sei que o apoio que você dá a essa escola, à educação do município. Enfim, o que eu tinha que dizer é isso. Mas você me deu uma alegria enorme naquela tarde de domingo, onde eu disse: “Nós vencemos, nós podemos.”

Você é um símbolo, Éder, um símbolo da resistência, da luta, da tenacidade, você sabe que não é fácil. Desculpe dizer isso. Negro e pobre, tu sabe que não é fácil, o senhor sabe que não é fácil. Eu sei na minha vida pública, o que eu ouço ainda hoje. E tenho orgulho de dizer. Vim de uma família super pobre e sou negro, como eu sempre digo. Todo cidadão tem orgulho da sua origem, da sua história, da sua etnia, por que não? Mas muitos não gostam que eu digo isso. Mas eu digo Éder, enfim, você é nosso herói e o seu exemplo vai fazer que outros milhares de heróis se multipliquem nesse país, até que um dia, como dizem os grandes líderes que eu aprendi a ler, Nelson Mandela, Martin Luther King, até um dia que brancos e negros caminham sempre juntos, de mãos dadas, irmanados, e a educação é a palavra chave dessa revolução e você mostrou qual é o caminho. Viva todo o povo brasileiro, mas hoje aqui: Viva! Viva! Éder Carlos Lopes Coimbra, o nosso herói! Muito obrigado.

[palmas].

[troca de presidência].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com a palavra agora o Senador Eliseu Resende, que muito nos orgulha pela sua firmeza e presença aqui.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Muito obrigado, presidente, muito embora eu não seja titular ou suplente dessa Comissão de Educação, tenho meu esforço aqui no Senado dedicado a outras comissões técnicas. Eu não podia deixar de estar aqui neste momento. Como mineiro que sou e representante de Minas, aqui no Senado, ao lado deste grande Senador Eduardo Azeredo. É uma figura notável o Eduardo Azeredo. Eu acompanho o trabalho dele desde quando moço, menino, filho do Renato Azeredo, amigo de Tancredo Neves, um dos símbolos da política e da cidadania do Estado de Minas Gerais. E acompanhei o Governo de Eduardo Azeredo, voltado ele precipuamente para a educação e para a formação da juventude.

E nós temos aqui um testemunho da sensibilidade do Eduardo ao requerer essa sessão aqui da Comissão de Educação para homenagear o Éder. Homenagear o Éder, homenagear seus pais, homenagear o diretor da escola municipal de Padre Paraíso, e homenagear o nosso Prefeito Saulo, do município do Vale do Jequitinhonha. Eu, como mineiro, me sinto extremamente orgulhoso e emocionado. Estou aqui auferindo a emoção, a sensibilidade também do Senador Paulo Paim que quase chorou aqui ao se dirigir ao nosso jovem Éder Carlos. Você hoje é um campeão, Éder.

Filho de uma família pobre. Dizem que o Vale do Jequitinhonha é muito pobre, mas ele é rico em cidadania e em cultura, e em vontade de trabalho e em bravura. De modo que nós temos, Prefeito Saulo, o Vale do Jequitinhonha como símbolo de Minas Gerais, e aquela região que merece toda devoção e dedicação dos mineiros e dos brasileiros.

Éder, você é uma campeão, você demonstrou que pode ser pobre, você demonstrou que pode ser filho de família humilde, você demonstrou que pode ser estudante de uma escola pública municipal, você demonstrou que pode ser um filho de uma cidade aconchegante, mas pobre do vale do Jequitinhonha. Mas você hoje, pode crer, faz inveja e inspira admiração em todos os jovens do país.

Li aqui que você forma uma família cujos pais têm uma renda mensal de 200 reais. E que você quer ser Economista. O futuro está à sua frente. Quero dizer que você é, sem dúvida nenhuma, um exemplo para a juventude e para toda a nação brasileira. Meus parabéns e meus parabéns extensivos ao Eduardo Azeredo por essa homenagem e pela presença aqui do Saulo, prefeito da cidade de Padre Paraíso. Muito obrigado, Presidente.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, pela ordem, eu passo a palavra com muita satisfação ao Deputado Federal Leonardo Monteiro.

DEPUTADO LEONARDO MONTEIRO (PT-MG): Quero cumprimentar ao Senador Cristovam Buarque, que está presidindo a nossa Sessão, saudar também todos os senadores aqui presentes, o Senador Eduardo Azeredo, autor do requerimento que possibilitou essa audiência, essa reunião, senador que é ex-governador do nosso Estado de Minas Gerais, saudar também o Senador Eliseu Resende, também senador pelo nosso Estado de Minas Gerais, cumprimentar também com muito carinho o Senador Paim, senador pelo nosso partido, o Partido dos Trabalhadores, cumprimentar a Senadora Marina que também já teve que se retirar, saudar aqui os familiares do Éder, o Sr. Marinho Gomes da Silva e a D. Elis Regina, que são os pais do Éder, cumprimentar também o professor Robson, que é o diretor da escola municipal lá de Padre Paraíso. Saudar aqui também o nosso prefeito, o Prefeito Saulo, prefeito municipal e juntamente com ele queria também cumprimentar o nosso vice-prefeito Manoel, Manoel Viana que é o nosso vice-prefeito da cidade de Padre Paraíso.

E queria cumprimentar com muito carinho você, Éder, dizer do orgulho nosso, de mineiros, como disse aqui o Senador Paim, nós que também somos filhos de família pobre, eu tive a oportunidade de entrar na escola com quase 10 anos de idade, portanto essa homenagem, esse título que você recebeu, esse troféu que você recebeu é um troféu de nós todos. Troféu de nós todos. E que deixa a gente muito motivado.

Eu estou falando aqui com dificuldade, também, porque conheço bem o Vale do Jequitinhonha, senador. Vale do Jequitinhonha é uma região formada por negros e índios. São os negros que vieram fugindo da Bahia, da escravidão da Bahia, subiram o rio Jequitinhonha e alguns que descenderam das regiões da alto Minas Gerais, que é a região de Diamantina, onde se explorava o ouro e o diamante, que descenderam ali para aquela região e se formou então o Jequitinhonha e o Mucuri, mais os remanescentes indígenas que existiam naquela região. Portanto é uma região... Pelo contrário, é uma região que tem muitas pessoas pobres, tendo em vista a forma indevida que foi explorada a região.

Mas é uma região muito rica, como disse aqui o senador na abertura do encontro, é uma região que nós temos várias cidades que tem um solo muito rico. Cidade inclusive que leva o nome de pedras preciosas,

como Topázio, várias outras cidades que têm nome de pedras preciosas. Berilo e assim por diante. Além da própria cidade de Padre Paraíso que é uma cidade que tem várias minas de pedras preciosas. Se a gente fala que Teófilo Otoni é a capital das pedras, com certeza Padre Paraíso produz muito mais pedras preciosas do que Teófilo Otoni.

Portanto, além da riqueza cultural que nós temos na região. É uma região que nós temos o artesanato muito forte, até por essa riqueza que vem da época dos indígenas e dos negros, é uma região também, Paim, que tem uma cantoria muito forte. De lá produziu hoje, produziu vários cantores famosos, como Paulinho Pedra Azul, como Rubinho do Vale, como Saulo Laranjeira... Então são vários... É uma região para nós de Minas Gerais que essa região tem um simbolismo muito grande. E que todo ano, inclusive, realiza um grande “FestVale”, é um festival que reúne então a cantoria, o artesanato e toda a força produtiva de cultura daquela região do Vale do Jequitinhonha.

Portanto, quando nós estamos aqui na Comissão de Educação, na Comissão de Educação aqui do Senado, fazendo essa homenagem ao Éder, para nós assim... E por isso fiz questão de como deputado estar presente, viu Éder, queria desejar a você muitas felicidades, que você tenha um futuro promissor pela vontade que a gente viu ali no vídeo, de você, a garra de vencer, a vontade de vencer, isso é inerente da população do vale do Jequitinhonha, e daqueles que sabem a dureza da vida, portanto muitas felicidades a você.

Parabéns ao Senador Eduardo Azeredo por nos propiciar esse momento importante, e sobretudo à sua família e já foi dito aqui que o processo educativo é importante a escola. Importante a escola de boa qualidade. Mas, sobretudo, é importante a família. Nós todos que tivemos a oportunidade de ter uma família, sabemos o quanto que é importante, sobretudo vocês quando vi a declaração da D. Elis que vocês são beneficiários do Bolsa Família.

Portanto é uma família pobre, mas com dignidade estão criando seu filho. Parabéns a vocês, parabéns à Comissão de Educação aqui do Senado, que você possa ter... Deus te abençoe, que você tenha um futuro brilhante. Muito obrigado, gente.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Deputado Fábio Ramalho, por favor.

DEPUTADO FÁBIO RAMALHO (PV-MG): Quero cumprimentar o Senador Cristovam, cumprimentar o Senador Eduardo Azeredo que é o autor, e uns 15 dias atrás a gente almoçava e ele já havia me feito o convite, viu Éder, para que estivesse aqui presente e hoje, por um motivo de... Todos os vãos... A maioria atrasados, não é senador, e graças a Deus eu posso estar aqui presente.

É uma alegria, viu Éder, viu D. Elis Regina Marinho, Professor Robson, senadores aqui presentes, Prefeito Saulo, o Senador Paim, o Deputado Léo, senadores que saíram aqui.

Eu também posso afirmar, viu Éder, eu sou filho de uma família humilde, meu pai... Éramos 15 irmãos, mais cinco, ao todo somos 20, e tenho a alegria de dizer que se eu tivesse que nascer um milhão de vezes, eu queria nascer do mesmo pai e da mesma mãe. Porque eles me deram a herança maior que um pai pode dar ao filho: um nome, a educação, e sobretudo o seu nome honesto. É isso que um pai e uma mãe pode... A herança maior que eles dão para a gente.

Então eu fui Prefeito de uma pequena cidade e tive a honra de ter o Senador e Governador Eduardo Azeredo como Governador e conheço bem o trabalho do nosso senador. O trabalho voltado para aquela região do Vale do Jequitinhonha; eu fui Prefeito de Malacacheta, e o Senador Eduardo Azeredo, quando governador, eu sei o quanto ele e a D. Heloísa fizeram para aquela região. Um trabalho voltado para as camadas mais pobres, um trabalho voltado no sentido de que a gente pudesse dar uma educação melhor para os nossos cidadãos e pudesse também dar uma vida melhor para cada cidadão. Eu conheço o trabalho do Senador e sei da sua luta.

E Éder, hoje nós estamos aqui homenageando você. Homenagear você é homenagear Padre Paraíso, é homenagear cada cidade, é homenagear cada pessoa, é homenagear cada criança, é homenagear cada jovem, é, sobretudo, homenagear a história, homenagear nós mesmos, homenagear... que todo mundo naquela cidade, naquela região hoje e todo mundo nesse Brasil queria ser, estar aqui no seu lugar, merecido, pelo seu esforço, pelo esforço dos seus professores, do seu diretor, pelo esforço dos seus pais, e sobretudo pela capacidade sua e pelo seu esforço. Seu esforço de lutar.

A sua luta só está começando. Tenho certeza que hoje você está sentado aqui. Nós ainda vamos ter o prazer, muitos de nós, de ver você sentado em outros lugares que a gente vai se orgulhar muito mais de

você. Que Deus lhe ajude, lhe ilumine. E eu vou fazer um convite aqui: se vocês quiserem ficar aqui hoje, a minha casa está à disposição de vocês e quantas pessoas quiserem para dormir e amanhã vou oferecer um almoço, prefeito, para você e você vai chamar quem você quiser, Éder, para o seu almoço, se você puder ficar, não sei se vai poder ficar, então a casa está à disposição, lá tem cama, lá é como casa da roça, casa de mineiro. Tem um tanto de cama, tem um tanto de colchão, e você vai ter oportunidade de conhecer Brasília, eu faço questão de mostrar a vocês Brasília, se vocês assim quiserem e desejarem. Meu muito obrigado e que Deus ilumine você e sua família.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Nós gostaríamos de ouvir agora algumas palavras do Prefeito Saulo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, antes só do prefeito falar, eu queria dizer como é que são coisas interessantes que vão acontecendo no Brasil. As pessoas às vezes não... ficam achando que só cidade grande que acontece. Padre Paraíso, Presidente Cristovam, para quem paga IPTU em dia, ele dá a internet gratuita. E a escola, que é uma escola rural, vai ter internet agora nos próximos dias. Lá no sertão bravo de Minas Gerais. Então veja como que, felizmente, tem muita coisa que vai acontecendo, até nessa área de tecnologia.

PREFEITO SAULO APARECIDO DE OLIVEIRA PINTO (PTB-MG): Primeiro eu gostaria de agradecer a Deus por esta oportunidade, onde Éder nos trouxe até aqui. Agradecer o senhor, senador, ao Senador Eduardo Azeredo por ter tido essa idéia, essa brilhante idéia, lembrando do nosso Vale, de uma terra que ele conhece, que ele já passou por lá também.

Parabenizar o Éder, para nós tem sido motivo de orgulho a cada instante. Quando olhamos aqui os senadores que estavam aqui, o Senador Paim, pela sua fala, o Senador Eliseu Resende, que saiu, o Senador Romeu Tuma, a Senadora Marina, o Deputado Leonardo, O Deputado Fábio Ramalho, vocês não imaginam o que isso representa para nós, vindo de uma cidade pequena do Vale do Jequitinhonha.

O feito de Éder na nossa cidade, ele tem sido muito maior do que a gente consegue imaginar, nós que estamos lá. Através do Professor Robson, quando teve o discernimento vindo de Deus, de Jesus Cristo, para escrever a escola Ramiro Lopes no programa do Luciano Huck, e a participação do Éder, a contribuição que foi dada, o apoio que foi dado a ele através da

escola, fez a diferença. E teve uma pessoa na nossa cidade que falou o seguinte: “Padre Paraíso vai ter um marco. Vai ter um período antes do Éder e um período depois do Éder.” Porque a nossa cidade, Senador, ela era conhecida pelo fato de fazer parte de um cinturão de prostituição infantil. Nós estamos na BR-116, e éramos motivo de estarmos sendo expostos pela exploração sexual das crianças, no eixo da BR-116.

Éramos expostos quando aconteciam tragédias, chuvas, a seca, e isso fazia com que as pessoas voltassem os seus olhos para nós, em função de desastres que eram comuns e que a gente acaba aprendendo a conviver com eles. Os problemas de seca, quando não, os problemas de enchente. E Deus quis assim. Jesus Cristo permitiu que Éder participasse desse programa, através dessa iniciativa do Luciano Huck, que a gente não deixa de agradecer e de parabenizar por tudo que ele fez durante esse programa, para que padre paraíso pudesse ser exposto.

E a partir daí nós temos certeza que os rumos do nosso Vale, da nossa cidade, e também do estudo na nossa região tem que ser diferente. Nós precisamos que haja apoio, como está acontecendo aqui da Comissão de Educação, para valorizar o profissional, o educador, para valorizar as escolas municipais, rurais, as escolas estaduais da nossa região e saber que ali tem pessoas que realmente são capazes, sim.

Quando o Senador Paim falou aqui, a gente emociona porque nós somos a realidade que ele colocou, que a Senadora Marina colocou, é a nossa realidade, é o nosso dia-a-dia. É o que nós enfrentamos. As dificuldades de estradas, de levar os nossos alunos a ter uma oportunidade de estar na escola. O governador recebeu o Éder, ficou encantado com que foi feito, porque o nome de Minas também foi exaltado, o nome de Minas também foi reconhecido. E nós temos só que agradecer a esta casa, ao Senado, o Éder será recebido logo mais pelo Presidente também, então isso para nós é motivo de orgulho. Nós estamos aqui, porque primeiro Jesus Cristo permitiu que estivéssemos, e depois o senador ter lembrado e feito essa homenagem.

Mas antes do Senador ter feito, o sucesso de Éder é uma luta que ele sabe o que custou isso para ele. A sua família sabe o que custou. Quando ele fala de ser Economista; ele tem uma economista formada dentro de casa, porque sobreviver com 200 reais tem que ser uma economista formada e pós-graduada. Que Deus o abençoe nessa caminhada, a eles, a família, e pode ter certeza que tudo que acontecer na sua vida,

Jesus Cristo vai estar na direção, te abençoando, e a esta casa, que ele possa abençoar, para que daqui saia decisões que venha a nos ajudar, lá na ponta, como o Bolsa Família, que às vezes as pessoas acham que não é bem empregado, mas quem recebe lá sabe o que faz com ele e o que representa para nós que estamos lá na nossa região. Que Deus abençoe todos, e muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Antes de encerrar quero perguntar ao Éder se ele quer falar uma coisa para o Brasil. O Brasil todo assistiu você soletrando. Deve estar com vontade de assistir você falando.

ÉDER CARLOS LOPES COIMBRA: Eu queria agradecer a todos presentes e dizer que se eu cheguei a ganhar o Soletrando, não foi fácil. E eu costumo dizer que quem ganhou não foi o soletrando não foi Éder, sabe, mas sim minha família, com o apoio moral, meu Diretor, minha escola, meus colegas de classe, meus professores... Padre Paraíso...

Então, foi essas pessoas, o Brasil que torceu por mim. Essas pessoas junto que fizeram, me incentivaram a cada dia querer sempre mais e ser mais perseverante, ser determinado. Porque um concurso desse, a pessoa, ela tem que ter muita determinação, muita perseverança, porque você está sujeito a grandes tensões, principalmente no nacional, você... O que atrapalha é a tensão, a ansiedade. Então você tem que saber não fazer com que isso venha a te atrapalhar, além de ser muito concorrido. Então queria agradecer a todos vocês e agradecer a Deus também. Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu creio que além do Soletrando ele ganharia “Discursando” também.

[risos].

Antes de encerrar, eu quero dizer que a Marina tocou no fato de que entrou na escola aos 17 anos. 16, 16 anos. E quero lembrar que na sexta-feira passada o Presidente Lula sancionou uma lei que garante vaga na escola a qualquer criança a partir do dia em que fizer quatro anos de idade. Isso vai mudar o Brasil quando ficar tudo implantado. Lógico que vai demorar, tem pais que não vão lembrar, outros que não vão querer levar o filho cedo.

A criança que entra aos quatro anos, ela tem muito mais chance de ler aos seis. A que entra aos seis, tem chance menos de aprender aos oito, e se não aprender aos 10, vai ter dificuldade. Salvo personalidades,

peessoas como Marina, que são diferentes. Como vocês dois, como o Presidente Lula, que não fazem parte de uma pessoa comum, como o Éder.

Por isso, Éder, é preciso que você lute para que todos tenham a chance que você teve, desde que tenham sua perseverança. Segundo, eu não sabia, e fiquei emocionado de saber que vocês recebem o Bolsa Família. Porque eu ajudei o Governador Itamar a implantar a bolsa-escola no Vale do Jequitinhonha. Eu fui lá. A secretária Maria José que atualmente trabalha com o programa PROJOVEM, no Palácio do Planalto com o Presidente Lula, Zezé Feres, que era secretária, que tinha sido minha secretária quando governador, ajudou a implantar o bolsa escola aqui, eu fui lá.

Devo até agradecer ao Governador Itamar porque ele tinha ficado com raiva porque eu apoiei o Azeredo na campanha e não a ele. Mas ele me levou e nós implantamos o bolsa-escola no Vale do Jequitinhonha. Não sei se naquela época você já estava na escola ou não. Mas isso me deixou contente.

Mais uma coisa, está faltando algo que na Câmara dos Deputados está demorando: É aprovar o piso salarial do professor. Quando a gente tiver todo mundo entrando na escola e os professores ganhando mais e, prefeito, tem que ser com Governo Federal mesmo, vocês não têm dinheiro para pagar bem, essas coisas vão ser normais.

E finalmente, eu não sabia que ele queria ser Economista. Como ele quer ser economista, duas coisas. Uma é dizer para você que tem muitos tipos de economistas; economista capitalista, desenvolvimentista, neoliberal. Eu queria que você fosse um economista educacionista. Aquele que põe a educação como o motor, o que muda o Brasil. E para dar uma pequena colaboração nisso, vou lhe dar um livro que eu fiz que é a história econômica do Brasil para adolescentes. Quem sabe não ajuda você a ser um educacionista economista.

Mas o que realmente eu estou aqui para lhe dar não é um livro, é esse diploma, que não tem o valor do que você recebeu na Rede Globo, o documento, mas assinado pelo Senador Azeredo e por mim para que você lembre, que aqui no Senado, nós ficamos tão orgulhosos quanto os mineiros e os demais brasileiros.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 13h15.

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

13ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, CONJUNTA COM A 16ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2008, TERÇA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS.

Às dez horas e quarenta e quatro minutos do dia vinte e sete de maio de dois mil e oito, na sala nº 07, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, e a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores **RENATO CASAGRANDE, FÁTIMA CLEIDE, CÉSAR BORGES, GILBERTO GOELLNER, GIM ARGELLO, ALMEIDA LIMA, INÁCIO ARRUDA, IDELI SALVATTI, ALDEMIR SANTANA, ROMEU TUMA, ANTONIO CARLOS JÚNIOR, EDUARDO AZEREDO, SÉRGIO ZAMBIA-SI, CRISTOVAM BUARQUE, EXPEDITO JÚNIOR, FRANCISCO DORNELLES, ROSALBA CIARLINI e FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer os demais Senhores Senadores membros das Comissões. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, submete às Comissões a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 12/2008-CMA, de autoria dos Senadores **FLEXA RIBEIRO** e **ADELMIR SANTANA**, e ao Requerimento nº 08/2008-CCT, de autoria do Senador **FLEXA RIBEIRO**, que requerem “nos termos do inciso I, do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública conjunta da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), para instruir o PLS 213/2007 e o PLS 677/2007 que regulamentam o mercado de cartões de crédito”, com a presença de representantes das seguintes instituições e entidades: 1 – Banco Central do Brasil; 2 – Ministério da

Fazenda; 3 – Ministério da Justiça; 4 – Confederação Nacional do Comércio; 5 – Associação Brasileira de Empresas de Cartões de Crédito e Serviços – ABECS; 6 – Associação Nacional dos Usuários de Cartão de Crédito – ANUCC e 7 – Associação Brasileira de Defesa do Consumidor – Pro Teste. Comparecem os seguintes convidados: Sra. Maria Beatriz Corrêa Sales, Diretora-Substituta do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor – DPDC, do Ministério da Justiça; Vanessa Alves Vieira, Advogada da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor – PRO TESTE; Sr. Marcelo de Matos Ramos, Coordenador Geral de Comunicação e Mídia da Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE, do Ministério da Fazenda; Félix Cardamone, Diretor-Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Cartões de Crédito e Serviços – ABECS; Antonio Rios, Diretor da Associação Brasileira de Empresas de Cartões de Crédito e Serviços – ABECS; José Antonio Marciano, Chefe do Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos – DEBAN, do Banco Central do Brasil – BACEN; e Carlos Thadeu de Freitas Gomes, Chefe da Divisão Econômica da Confederação Nacional do Comércio – CNC. Finda a exposição, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros das Comissões. Usam da palavra os Senhores Senadores **FLEXA RIBEIRO**, autor do Requerimento, **RENATO CASAGRANDE**, **EDUARDO AZEREDO** e **ADELMIR SANTANA**. No transcorrer da Audiência Pública, o Senhor Presidente, Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, passa temporariamente a Presidência ao Senhor Senador **ADELMIR SANTANA**. Ao final da reunião, é apreciado EXTRA-PAUTA, com aquiescência da Comissão, o **REQUERIMENTO Nº 18, DE 2008-CMA**, que “requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para discutir a questão ambiental brasileira, em especial na Amazônia e o PAS – Plano Amazônia Sustentável, com os seguintes convidados: Ministro Extraordinário de Assuntos Estratégicos, Roberto Mangabeira Unger e Ministro do Meio Ambiente a ser nomeado, Carlos Minc”. Autoria: Senador **FLEXA RIBEIRO**. Resultado: **Aprovado**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às quatorze horas e dois minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA REUNIÃO REALIZADA EM 27/05/2008

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em conjunto com a 16ª Reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, que se realiza nesta data, 27 de maio de 2008.

Iniciando os trabalhos desta Reunião, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das Reuniões anteriores. As senhoras e os Srs. Senadores que concordam com os termos permaneçam como se encontram. Aprovado. As Atas, então aprovadas, serão publicadas no Diário do Senado Federal.

Senhoras e Srs. Senadores, a realização desta Audiência Pública atende aos Requerimentos nºs 08, de 2008, da Comissão de Ciência e Tecnologia, e 12, de 2008, da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, de autoria dos Senadores Flexa Ribeiro e Adelmir Santana, com o objetivo de instruir o PLS 213/2007 e o PLS 677/2007, que regulamentam o mercado de cartões de crédito.

Para darmos início à presente Audiência Pública, solicito ao senhor Secretário que conduza os ilustres convidados para tomar assento à Mesa. Os nossos convidados são: Dra. Maria Beatriz Corrêa Sales, Diretora substituta do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça; Dra. Vanessa Alves Vieira; Dr. Félix Cardamone, Diretor-Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Cartões de Crédito e Serviços – ABECS; Dr. Marcelo de Matos Ramos, Coordenador-Geral de Comunicação e Mídia da Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE do Ministério da Fazenda; Antônio Rios, Diretor da Associação Brasileira de Empresas de Cartões de Crédito e Serviços – ABECS; José Antônio Marciano, Chefe do Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos – DEBAN do Banco Central do Brasil; Carlos Thadeu de Freitas Gomes, Chefe da Divisão Econômica da Confederação Nacional do Comércio.

O critério adotado para esta Audiência Pública, para que nós possamos ter um melhor aproveitamento, é de conceder aos ilustres convidados um tempo para as observações preliminares de dez minutos e, em seguida, passaremos ao debate. Eu consulto aos ilustres convidados se nós poderíamos seguir essa ordem de convite para compor a Mesa, substituindo aqui apenas o primeiro e o segundo lugares, que já solicitaram

essa alteração. Falaria primeiro então a Dra. Vanessa Alves Vieira. Se há uma concordância da Mesa, nós iniciariamos, então, ouvindo a manifestação da Dra. Vanessa Alves Vieira. Tem V. S^a. a palavra.

SR^a. VANESSA ALVES VIEIRA: Bom dia a todos. Estou aqui hoje representando a Dra. Maria Inês Dolci, sou também Advogada da PRO TESTE e viemos aqui nos manifestar sobre esses Projetos de Lei apresentados pelos Senadores Adelmir Santana.

A PRO TESTE inicialmente agradece esse convite, nós já temos efetuado um trabalho bastante grande nesse campo dos cartões de crédito e gostaríamos de contribuir aí com a nossa visão referente ao objeto desses Projetos de Lei. Julgamos bastante oportuna e louvável a iniciativa do Senador de apresentar esses Projetos de Lei e de requerer essa Audiência Pública para que haja efetivamente um debate democrático sobre essas propostas que podem alterar e muito o mercado de cartões de crédito.

A PRO TESTE recentemente, no ano de 2007, elaborou um seminário financeiro para discussão dos vários problemas enfrentados aí referente às tarifas bancárias, cartões de crédito, e recentemente, há cerca de um mês atrás, houve a realização do Seminário Internacional da PRO TESTE sobre cartões de crédito e o consumidor em conjunto com a Fundação Getúlio Vargas. Tivemos o prazer de contar com a presença do Senador, e também com vários outros participantes aqui da Mesa, o que possibilitou um amplo debate com várias visões sobre o mercado de cartões de crédito, com a visão do Ministério Público, dos consumidores, dos órgãos governamentais, das empresas, representantes aí dos diversos setores que estão envolvidos no problema dos cartões de crédito. O que foi detectado e surgiu como uma proposta do seminário é que há necessidade de que haja uma regulamentação efetiva e ampla sobre os cartões de crédito, porque o que nós vislumbramos hoje é uma ausência de regulamentação, acaba ficando aí em algumas Resoluções do Banco Central e no próprio Código de Defesa do Consumidor a defesa dos consumidores nesse mercado. Portanto, seria essencial que houvesse uma lei específica para os cartões de crédito. O que nós observamos também é que há diversos Projetos de lei prevendo alterações pontuais no Código de Defesa do Consumidor, prevendo regulamentações pontuais sobre os cartões de crédito, o que talvez não seja a forma mais adequada de se regulamentar esse setor.

Especificamente, portanto, como a PRO TESTE já vem realizando esse trabalho de pesquisa e análise do mercado de cartões de crédito, nós nos manifestamos especificamente sobre esse Projeto de Lei no sentido de que não pode ser acolhida essa diferenciação

de preços entre o pagamento à vista e o pagamento através do cartão de crédito, isso porque gerará uma desvantagem excessiva ao consumidor e uma elevação sem justa causa dos preços, além de implicar um prejuízo, o consumidor vai acabar pagando uma conta que não é dele.

Nós temos observado que o mercado de cartões de crédito tem crescido cada vez mais, tem se tornado um mecanismo de facilitação do pagamento, diminuição da inadimplência e também de possibilidade e facilidade de crédito ao consumidor, e não se pode estabelecer um gravame, um obstáculo a esse crescimento do mercado de cartões de crédito através dessa diferenciação de preços que se pretende. O consumidor já arca com anuidades, com taxas referentes ao uso dos cartões de crédito, com juros altíssimos que chegam por vezes a 400% ao ano e ele não pode arcar com mais esse custo por somente estar utilizando o cartão de crédito.

Desse modo, nós não concordamos com essa proposta de que haja essa diferenciação porque entendemos que isso implicará em grandes prejuízos aos consumidores e ao próprio mercado que sentirá uma sensível diminuição do uso do cartão de crédito e o impedimento de muitas pessoas ao crédito, ao acesso ao crédito, que também pode hoje ser considerado um direito básico do consumidor, porque se o consumidor não tem crédito, ele deixará de ter acesso há muitos bens fundamentais para a sua vida. Desse modo, esse é o posicionamento da PRO TESTE.

No que se refere ao compartilhamento da infraestrutura, nós observamos que isso pode implicar numa diminuição dos custos para os lojistas, para os fornecedores, e que essa diminuição dos custos tende a ser repassada para o consumidor. Então de certa forma parece que seria uma boa medida a ser adotada; o compartilhamento.

Então desse modo nós entendemos que esses Projetos se relacionam e têm que ser analisados sempre sob essa ótica, da sua conformidade com o Código de Defesa do Consumidor, de não se criar gravames excessivos ao consumidor sem elevar sem justa causa os preços que já é uma conta que o consumidor vem arcando com as anuidades, com as taxas, com os juros e que ele não pode arcar com mais esse prejuízo que está querendo ser colocado a ele.

Desse modo, esse é o posicionamento da PRO TESTE, estamos sempre à disposição contribuindo para a melhoria desse mercado, para a harmonização das relações de consumo e nos colocamos à disposição para o debate. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Muito obrigado à Dra. Vanessa.

Passaremos imediatamente a ouvir a manifestação da Dra. Maria Beatriz Corrêa Sales, Diretora-Substituta do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça. Tem V. S^a. a palavra por dez minutos.

SR^a. MARIA BEATRIZ CORRÊA SALES: Obrigada, Presidente. Bom dia a todos, a todas, especialmente aos Senadores presentes, Senador Casagrande, Senador Cristovam Buarque. O DPDC também agradece a oportunidade de participar desse debate e para o DPDC, para o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, esse debate é muito importante e também muito difícil.

O DPDC tem uma série histórica de notas técnicas exaradas com posicionamentos contrários à possibilidade de diferenciação de preços. O DPDC diz nessas notas que haveria, como disse bem aqui a Dra. Vanessa, vantagem excessiva ao fornecedor, enriquecimento sem causa, elevação sem justa causa de valor de produto no caso de haver diferenciação de se cobrar mais caro por um produto comprado por meio de cartão de crédito que, como se sabe, é meio de pagamento à vista. No entanto, tendo em vista que a Secretaria de Direito Econômico vislumbra racionalidade em ambos os Projetos, viemos aqui para discuti-los, para ouvi-los, para ouvir os demais órgãos governamentais, com quem temos tido constantes reuniões sobre esse tema da regulamentação dos cartões de crédito, e estamos muito dispostos a ponderar o valor constitucional da defesa do consumidor com o valor também constitucional do incremento da livre iniciativa. Eu acredito que o Projeto de Lei 213 seja exatamente isso, um incremento da livre iniciativa, que se adequadamente ponderado com a defesa do consumidor pode trazer grandes benefícios sim ao mercado de consumo. Nós nos preocupamos, é claro, com a oferta, com a publicidade, que os senhores também sabem, a oferta vincula o fornecedor, a oferta tem que ser clara, o preço tem que ser ostensivo, a precificação dos produtos hoje, quando temos preços únicos, já não é fácil para o consumidor. Com preços diferenciados talvez tenhamos que pensar novas formas, enfim. Temos de ser criados e o DPDC não se furta a esse debate.

Eu não vou usar todo o meu tempo, eu acho que nós temos muitas autoridades que têm muito mais a contribuir que nós e nós esperamos pelo debate para que esse incremento à livre iniciativa, ponderado com a defesa do consumidor, tenha bom fim aqui nessa Audiência. Obrigada, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Dra. Maria Beatriz, a Mesa agradece a sua colaboração com o tempo, tenho certeza

que ele será bem aproveitado na hora do debate e de qualquer sorte nós agradecemos as suas considerações iniciais. Passaremos, então, imediatamente, a palavra ao Dr. Félix Cardamone, Diretor-Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Cartões de Crédito e Serviços – ABECS.

SR. FÉLIX CARDAMONE: Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Tem V. S^a. a palavra por dez minutos.

SR. FÉLIX CARDAMONE: Muito obrigado, Sr. Presidente. Antes de proceder à minha apresentação, quero agradecer à Comissão de Ciência e Tecnologia e a Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor pelo convite. Agradeço, também, ao autor dos Projetos oras em discussão, Senador Adelmir Santana, e o autor do requerimento dessa Audiência Pública, Senador Flexa Ribeiro. Quero, também, fazer uma menção de pesar pelo falecimento do Senador Jefferson Peres, que infelizmente não se encontra mais entre nós. E, por último, quero cumprimentar os Srs. Senadores que integram a CMA e a CCT e aos membros integrantes da Mesa e a todos os demais convidados para participar dessa Audiência.

Para discutir o objeto do Projeto eu considero importante entendermos o funcionamento da indústria de cartões. Quais são os integrantes desse sistema? Nós temos as bandeiras, os emissores, as credenciadoras de estabelecimento, os estabelecimentos credenciados, todos interligados em função dos consumidores, os portadores de cartões de crédito. Em seguida, temos as principais responsabilidades e atividades da bandeira, do emissor e da credenciadora. Como funciona esse sistema? O emissor emite um cartão para o cliente, esse cliente faz uma compra, essa compra transita entre a credenciadora, a bandeira, o emissor, retorna com a autorização da transação ou não, e isso vale destacar que apenas, em média, sete segundos. A liquidação financeira acontece em vinte e oito dias, em média para o cliente, em trinta dias, em média, para o estabelecimento comercial. Nos próximos slides mostrarei alguns números da indústria.

São noventa e sete milhões de cartões de crédito, duzentos e cinco milhões de cartões de débito e cento e cinquenta milhões de cartões de loja e rede, totalizando quatrocentos e cinquenta e dois milhões de cartões nas mãos dos consumidores brasileiros. O volume financeiro transacionado é de oitenta e cinco bilhões por trimestre e prevemos chegar perto dos quatrocentos bilhões no final de 2008, com aproximadamente 1,4 bilhões de transações por trimestre. A quantidade de transações por cartão ao ano chega

a 11,8, mas esse gráfico deixa muito claro que o potencial de crescimento, se comparados com países de primeiro mundo como, por exemplo, no Reino Unido, o volume chega a quase trinta e oito transações. Quanto à participação de meios de pagamento no mercado brasileiro, vemos que o dinheiro reina soberano com aproximadamente 60%, porém, os cartões tiveram um crescimento expressivo e praticamente substituíram o cheque, isso graças ao foco no consumidor e ao desenvolvimento de diversos produtos como, por exemplo, o parcelamento no cartão, que praticamente substituiu o cheque pré-datado no mercado. Mais uma vez, comparando com o mercado mundial, fica claro o potencial de crescimento desse meio de pagamento, cartão, por exemplo, quando nos Estados Unidos tem 40% de penetração.

Enfim, são duzentos e quarenta e sete milhões de cartões de crédito e de lojas com limites pré-aprovados, uma forte penetração em todas as camadas sociais da população. Nos últimos anos o crescimento se deu basicamente na classe “c” e “d”, que têm acesso a diversas formas de pagamento no ato da compra, à vista e parcelado, como também no pagamento da sua fatura, aonde o cliente pode escolher o pagamento valor integral, parcelado ou o rotativo. Adicionalmente são 1,2 milhões de estabelecimentos credenciados que aceitam cartões no Brasil, uma penetração de 33% no total de estabelecimentos potenciais, e a sinalização das bandeiras aumenta o fluxo dos consumidores nos estabelecimentos gerando conveniência e comodidade para ambos.

Como sabemos, cada meio de pagamento tem o seu custo e é isso que tentamos demonstramos nessa página em relação ao dinheiro, carnê, cheque e cartão, e esses custos têm as suas diferentes ponderações, mas devem sempre ser levado em consideração, como também cada meio de pagamento gera seus benefícios e aqui nós gostaríamos de destacar o caso dos cartões. Para os estabelecimentos, as vendas realizadas com cartões são garantidas, eliminando o risco de inadimplência e otimizando o fluxo de caixa. A regularidade de depósito facilita o planejamento financeiro da empresa e gera um aumento de fluxo de consumidores, os mais de quatrocentos e cinquenta milhões de portadores. Para os consumidores o cartão proporciona segurança e conveniência por não precisar portar grandes somas de dinheiro. E, para a sociedade, transação rastreável é um incentivo à emissão de notas fiscais, menor custo em relação ao pagamento papel e reduz a falsificação de dinheiro.

Agora buscamos avaliar o Projeto de Lei em questão que diz: “Não se considera abusiva a fixação de preço diferenciado na venda de bens ou na pres-

tação de serviços pagos com cartões de crédito em relação ao preço à vista”. Primeiro: qual é a diferença entre preço à vista e preço a prazo? No caso do preço à vista, o consumidor efetuou o pagamento e no ato leva a mercadoria e recebe a quitação, uma nota fiscal, uma nota de venda, e os meios de pagamento disponíveis são: dinheiro, cheque, cartão de débito e, também, o cartão de crédito. No caso de venda a prazo, o pagamento é integralizado em prestações dentro de um prazo fixado a contar da aquisição e da entrega da mercadoria, e os meios de pagamento são: carnê, cheque pré-datado e o cartão de crédito parcelado.

Qual é a atual situação do mercado? Hoje existe um único preço para o produto e o estabelecimento oferece as formas de pagamento disponíveis que for conveniente a ele. O meio de pagamento é livre e o consumidor decide com o que quer pagar. Logo, os descontos são avaliados e aplicados por conveniência e oportunidade do estabelecimento – é importante dizer que os descontos hoje já existem – e garante a concorrência entre os meios de pagamento e a formação de preços sem interferência externa. Em resumo, uma relação totalmente livre e bilateral entre estabelecimentos e consumidores.

Finalmente, como a ABECS avalia os possíveis impactos do Projeto de Lei 213? Primeiro, os novos valores serão calculados a partir dos valores vigentes, que pode servir de estímulo à elevação dos preços. Nada garante que os preços irão cair. Não há como regular e controlar o repasse de custos. Interfere na livre relação de negociação, consumidor e mercado. Quebra a isonomia no mercado de meios de pagamento. Para o consumidor a relação fica sem transparência e de difícil entendimento e para os estabelecimentos comerciais a formação de preço não é transparente e racional. Adicionalmente, fica difícil a administração e logística de diferentes preços.

Com isso, Sr. Presidente, eu encerro a minha apresentação. Obrigado a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Agradeço ao Dr. Félix Cardamone a sua participação inicial, preliminar, nessa Audiência Pública, da mesma forma como agradecemos também a homenagem prestada ao nosso querido e saudoso colega Jefferson Peres, que era o Relator deste Projeto de Lei. Passo a palavra ao Dr. Marcelo de Matos Ramos, Coordenador-Geral de Comunicação e Mídia da Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE do Ministério da Fazenda. Tem V. S^a. dez minutos, tem a palavra.

SR. MARCELO DE MATOS RAMOS: Obrigado. Eu vou tentar ser breve, Srs. Senadores, companheiros aqui da Mesa, público. Em nome do Ministro Mantega

e do Secretário de Acompanhamento Econômico, Nelson Barbosa, eu agradeço a oportunidade de vir aqui discutir com os legisladores Projeto de Lei.

Felizmente o Dr. Cardamone aqui já avançou algumas das coisas que eu pretendia falar, então eu vou tentar acelerar para que a minha palestra caiba nos dez minutos. Por favor, pode passar.

A estrutura da apresentação é essa, eu vou passar muito rápido aqui no papel da Secretaria, o panorama do mercado de cartões, o qual o Sr. Cardamone já falou bastante, a estrutura da indústria e finalmente a discussão dos PLs. Por favor.

A SEAE é o braço do Ministério da Fazenda, herdeiro de uma política de acompanhamento e controle de preços vindo de décadas passadas, de 80, e com a edição da Lei 8.884 (Defesa da Concorrência) passou-se para uma estrutura mais moderna de controle de preços através da concorrência. O SEAE atua principalmente pela promoção e defesa da concorrência, atuando como o [ininteligível] dos reguladores econômicos e no acompanhamento de mercados.

A missão da SEAE, então, pelo Decreto que dá o Regimento do Ministério, assegurar a defesa da ordem econômica e a articulação com os demais órgãos do Governo encarregados de garantir a defesa da concorrência. Nesse espírito de colaboração nós temos um convênio com o Banco Central e a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça cujo objetivo é elaborar análises e estudos sobre a concorrência na indústria de cartões de pagamentos no que se refere à estrutura de mercado, estrutura de preços e etc. É uma pesquisa que está em andamento, em conjunto aí com o Banco Central e a SDE, até por isso muitas das coisas que eu vou falar aqui são impressões preliminares, mas ainda não são definitivas, pois as nossas posições definitivas sobre o tema dos dois PLs só virão quando concluirmos esses estudos. Por favor.

Então, eu tinha preparado um breve panorama, mas o Dr. Cardamone foi bastante exaustivo, eu vou passar bem rápido. Aí eu só falo da explosão, todos aqui conhecemos no uso de cartão de crédito, na emissão. Por favor. 76% do total de transações. Por favor. 87% no faturamento do setor, isso em 2004 a 2007.

Esse é um gráfico interessante feito através de uma pesquisa que o BACEN fez com o Datafolha, contratou a Datafolha para levantar como o brasileiro usa a moeda. Ele é voltado um pouco para a moeda, mas também fala de como o brasileiro usa outros meios de pagamento. É interessante ver aqui como o uso de outros meios em relação ao dinheiro varia com relação à quantidade, o numerário utilizado, e, também, como a coisa varia em relação a diferentes classes sociais. As classes “a” e “b” hoje, para compras de mais de cem

reais, usam majoritariamente outros meios ao invés de dinheiro. Por favor.

Aí é a evolução também bastante significativa da participação dos gastos de cartões de crédito no consumo privado e aqui são alguns slides sobre como a população de baixa renda, principalmente, tem passado a utilizar bastante os cartões, que é uma evolução de 29% para 62%, índice de 2003 e 2007 no número de cartões de crédito imposto à população de baixa renda. Por favor.

Aqui é um perfil do tipo de compra. Compras parceladas: 55%. Por favor.

E aqui, finalmente, o último slide sobre a baixa renda, falando da grande utilização no parcelamento sem juros no cartão por essa população. Por favor.

Aqui é uma breve introdução sobre a estrutura da indústria, enfim, a característica geral dela é que ela é uma indústria com um índice de concentração bastante razoável, tanto a nível das próprias bandeiras. Por favor.

Na questão dos emissores existe de fato um número razoável de emissores, porém, com um grande nível de concentração entre os principais. Aqui em 2006 estimasse que os cinco principais emissores, os grandes bancos, concentravam 71% do mercado em número de cartões e os cinco maiores emissores, também, 79% do mercado em termos de volume de transações. No mercado de credenciadores idem, os maiores credenciadores respondem por cerca de 70% do mercado, ou seja, trata-se de um mercado que tem que ser olhado com cuidado pelas suas características, ou seja, ele exibe alta concentração, existem barreiras na entrada hoje significativas e se trata de uma indústria de rede, que é o tipo de indústria que também, tradicionalmente, o fenômeno da concorrência tem que ser estimulado às vezes não só através de mecanismos de mercado. Por favor.

Aqui a gente passa a discutir exatamente os PLs(F). Como eu chamo a atenção de novo, que essa é uma análise preliminar, a posição final do Ministério acontecerá quando nós concluirmos o estudo em conjunto com os outros órgãos. O PL 231 propõe que se possa fazer preço diferenciado na venda de bens. Hoje isso não é possível por algumas normas expedidas pelo Poder Público, tanto do Conselho Nacional de Defesa do Consumidor como uma Portaria do próprio Ministério da Fazenda. Por favor.

Entretanto, a nossa impressão preliminar a respeito é que essa regra vigente do não sobrepreço tem alguns efeitos anticoncorrenciais. Por quê? Porque ela mascara a possibilidade de que os consumidores imponham uma disciplina de preços sobre os instrumentos de pagamento protegendo tanto as bandeiras quando

os credenciadores da concorrência entre eles, já que o consumidor não consegue enxergar a diferença de preços, dos custos implicados no uso do cartão ou não. O que ocorre é que também isso estimula que a concorrência entre esses atores se dê em outros fatores que não o preço. Aí nós encontramos essa questão das promoções, descontos, programas de milhagem, prêmios, sorteios e etc. Por favor.

No entanto, nós também acreditamos que a regra de não sobrepreço, a sua extinção pode trazer algumas coisas que devem ser acompanhadas com cuidado, como o acompanhamento da diferenciação de preços para evitar abusos, a questão também que foi realçada pelo Dr. Cardamone aqui que o cartão implica na traciabilidade das transações, ou seja, há um problema possível aí de utilização da diferenciação de preços para estimular a evasão fiscal e, finalmente, temos que avaliar também como a diferenciação repercutirá nos preços das operações parceladas. Por favor.

Quanto ao segundo Projeto, o compartilhamento, ele dispõe que as redes de captura do processamento deverão ser interconectas, funcionalmente compatíveis e determina que esse compartilhamento será objeto de livre negociação entre as empresas e que os acordos devem ser assegurados em termos não discriminatórios. Por favor.

Aqui é uma repetição mais ou menos de como é a cadeia de captura de processamento, o qual o Dr. Cardamone falou um pouco. No Brasil essas redes são todas caracterizadas por um alto grau de integração e existem alguns serviços terceirizados, mas de fato a responsabilidade pelo serviço em geral é concentrada em uma única empresa. Por favor. [soa a campainha].

O não compartilhamento implica em uma série de problemas, como custo sobrepuja a ampliação, o não compartilhamento faz com que os estabelecimentos tenham uma única opção de credenciamento, tenham que contratar empresa diferente para cada bandeira, a questão do PDV que hoje existe, mas ele só é viável para estabelecimento de grande porte devido ao seu custo excessivo, e nós sabemos, existem informações no mercado que já existem alguns projetos de compartilhamento feito pelas redes. Por favor.

Ganhos esperados. Seria a aplicação mais eficiente dos recursos, redução nos custos de transação, a possibilidade de entrada de novos players, já que eles não precisariam instalar uma nova rede, e aumento de variedades de serviços oferecidos. Por favor.

Aqui tem algumas questões. Como o Projeto de Lei deixa à cargo dos participantes como se fazer isso, existem alguns modelos diferentes de como se fazer esse compartilhamento: ou separando as atividades ou

não separando as atividades de rede, processamento e credenciamento. Por favor.

No caso em que haja um compartilhamento de terminais, será necessária alguma regulação e acompanhamento do mercado para evitar condutas discriminatórias. O Projeto de Lei já fala em que não seja discriminatório, mas, enfim, temos que nos preocupar em como fazer o enforcement disso. Por favor.

Hoje é o modelo atual, você tem as credenciadoras de cada bandeira e existe alguns outros modelos – vamos passar bem rápido, eu tenho certeza que o Dr. Marciano vai falar mais sobre isso -, existem modelos alternativos em outros países, Japão e Coréia usam um modelo onde existe um provedor de serviço de rede, no Canadá existe um acordo de intercâmbio entre as bandeiras, isso é feito no final. Por favor.

E, finalmente, alguns modelos nos Estados Unidos também usam processador independente ou um adquirente pode fazer o credenciamento de várias bandeiras.

E aqui, finalmente, já existe no mercado uma rede que permite a utilização de seus terminais para o processamento de múltiplos pedidos e existe a perspectiva de entrada de grandes players no mercado especializados em fazer esse credenciamento em bases não discriminatórias, como a ARTSIS(F), interessada em entrar no mercado brasileiro e apostando no fim desse modelo atual. E, também, a SEAE tem prestado muita atenção na entrada de outras possíveis plataformas que possam minorar o problema, como a questão do pagamento móvel, feito através de celulares, que poderia permitir a entrada de novos players no setor.

Eu encerro aqui a minha apresentação, obrigado, desculpe ter passado um pouco do tempo e realço de novo que essas são conclusões preliminares do Ministério.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado ao Dr. Marcelo Ramos. O seu sobretempo acabou compensando com a economia dos seus antecessores. Passamos a palavra ao Dr. Antônio Rios, Diretor da Associação Brasileira de Empresas de Cartões de Crédito e Serviços – ABECS. Tem V. S^a. a palavra por dez minutos.

SR. ANTÔNIO RIOS: Agradeço, Sr. Presidente, a palavra, agradeço à Comissão de Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente e Defesa do Consumidor pelo convite de aqui estar, de poder debater esse assunto que é extremamente importante, vital para o futuro da indústria de meios de pagamento. Cumprimento o Exmo. Senador Adelmir Santana, autor do Projeto a que vou me referenciar aqui, cumprimento a todos os Srs. Senadores presentes e a todos os membros aqui da Mesa.

Bom, eu inicio a minha apresentação, por favor, basicamente elencando os pontos principais dos argumentos do Projeto. O Projeto se baseia exatamente nos pontos de que a falta de compartilhamento de terminais poderia ser uma importante barreira, a entrada de novas bandeiras no mercado, que isso gera custos desnecessários para o comerciante, que há desperdício de recursos com investimento desnecessário feito em máquinas e que não há barreiras tecnológicas ao compartilhamento. Em primeiro lugar, eu acho que vale a pena mencionar que a falta de compartilhamento não tem sido a barreira de entrada de novas bandeiras no mercado brasileiro. Aqui temos alguns pontos importantes. Nos últimos cinco anos nós tivemos a entrada de duas bandeiras multinacionais, uma francesa chamada AURA, que já atua a nível nacional, e uma outra sulamericana, que atua principalmente no interior do país, em especial nas regiões Sul e Sudeste do país. Tivemos a consolidação de duas bandeiras nacionais que hoje já atuam em âmbito nacional, que é a HIPERCARD e a GOODCARD, e tivemos o surgimento e consolidação de dezenas de bandeiras regionais e algumas delas estão exemplificadas aqui nesse slide. É que na realidade o mercado brasileiro já pratica o compartilhamento. Cerca de 45% das transações já cursam através dos PDVs de redes varejistas, a Rede TELECOM, que antes era privada das redes de cartões, hoje são gerenciadas e tocadas pelas empresas de telefonia, ou seja, portanto são compartilhadas.

O processamento das transações, em geral, são feitos por empresas terceirizadas e, portanto, os equipamentos utilizados também já são compartilhados. Como já mencionado aqui nos últimos anos surgiu uma rede, chamada GetNet, que já fornece e possibilita justamente rede para novos entrantes, sejam eles bandeiras, sejam eles redes adquirentes, e, também, o desenvolvimento tecnológico já tem permitido que os nossos equipamentos sejam compartilhados entre lojistas, que é uma outra forma de se compartilhar os equipamentos da rede. Além do mais, a indústria vem utilizando a sua infra-estrutura de POS como canal de distribuição de produtos e serviços para outros setores da economia, quer dizer, os bancos vêm utilizando essa infra-estrutura para fornecimento de serviços correspondente bancário. A gente vem compartilhando com operadoras de telefonia móvel para venda de recarga de celular pré-pago nos nossos equipamentos. Essa infra-estrutura também vem sendo utilizada para compartilhar com operadora de saúde suplementar na autorização de procedimentos, com operadoras de cartão de benefício, tanto alimentação, combustível, farmácia, além de outros segmentos como as empresas de bureau de crédito, que fazem consulta de

qualidade do crédito, de emissores de cheque, inclusive, que são a SERASA e o SPC, isso tudo levando remuneração adicional para os lojistas, em especial para o pequeno varejista e agregação de valor, uma vez que leva fluxo de pessoas para dentro dos seus estabelecimentos.

Em relação ao crescimento junto ao pequeno comércio, aqui nós temos um gráfico que é bastante elucidativo, aqui é representado pela soma dos estabelecimentos credenciados, pelas quatro principais redes: VISANET, REDECARD, AMEX e HIPERCARD, que em 2002 detinham o somatório de um milhão e quinhentos mil estabelecimentos comerciais, em 2002, e atingiram, em 2007, quase três milhões, ou seja, um crescimento de quase 100%, que mostra que o crescimento da aceitação vem sendo vigoroso com o modelo que aí está e com as soluções que o mercado vem construindo. Isso também acontece de forma regional, ou seja, se nós olharmos a dinâmica regional, hoje o Brasil é praticamente 100% coberto com a aceitação eletrônica em todos os Municípios e, em especial, nas periferias dos grandes centros urbanos, onde se localizam os pequenos comerciantes.

E aqui, senhores, um exemplo claro de que a aceitação de cartão vem efetivamente se espalhando por todos os segmentos da economia, desde engraxates, sorveteiros, e aqui com solução mobile(F), vendedores de arte indígena no Norte e no Nordeste, enfim, e basicamente isso tem acontecido em razão de que a indústria vem buscando adequar os seus preços a esse target de mercado e vem desenvolvendo novas tecnologias que permitem que elas já nasçam de forma compartilhada, uma vez que esses segmentos não requerem, não permitem a utilização de outra forma de tecnologia.

Em relação à questão do desperdício de investimentos em máquinas, alguns argumentos devem ser colocados aqui em contraponto. Na medida em que há uma evolução nas compras de novos equipamentos pela indústria, isso provoca um ganho de escala e permite o oferecimento de preços menores pela indústria fornecedora desses equipamentos, além do que temos que observar a necessidade operacional dos estabelecimentos comerciais. O compartilhamento não necessariamente levará à existência de uma única máquina no ponto de venda, uma vez que esse estabelecimento precisará, pela sua dinâmica operacional, manter um equipamento adicional para operar o seu fluxo. Por exemplo, um restaurante, no momento de pagamento das compras, do serviço, em que todas as pessoas tentam pagar ao mesmo tempo, e é importante a existência de mais de uma máquina, às vezes duas ou três, para que isso aconteça.

Bom, agora entrando na questão tecnológica, é importante a gente entender que compartilhamento leva necessariamente a uma necessidade de padronização e necessidade de padronização leva à queda de inovação, e aqui nós trouxemos um gráfico, um chart(F) importante que os senhores observem, que é a comparação do que existe no mercado americano, em termos de cartão de crédito e débito, e do que existe no mercado brasileiro, quer dizer, o mercado brasileiro é sem sombra de dúvidas o mercado mais inovador do mundo em termos de solução de serviços e fitios(F) e segurança no mercado; e isso se deve exatamente ao controle que as empresas de rede tem sobre a sua infra-estrutura, o que permite facilitar – conforme o slide seguinte, por favor, nos mostra – as trocas de versão de software, os lançamentos de novos produtos, a implantação de procedimentos de segurança e, também, os processos de instalação e manutenção. Ainda com relação à questão do óbice tecnológico, embora ele não exista, os equipamentos que nós temos hoje na nossa rede, ele suporta no máximo a instalação de quatro bandeiras e, como os senhores viram, o mercado brasileiro é muito mais rico que isso, e cerca de 45% da infra-estrutura é não compartilhável, uma vez que os equipamentos não têm memória suficiente para receber mais de uma bandeira na sua máquina. Isso poderia levar a investimentos que, dependendo do porte desse compartilhamento, poderia chegar a oitocentos milhões de reais, sem incluir os investimentos e ajustes no sistema de informação.

Bom, até aqui nós falamos apenas das máquinas, mas quando nós vamos para todo o processo de infra-estrutura, que são os sistemas que fazem a autorização das transações e a liquidação das transações, aí, senhores, a questão se torna imensamente mais complexa e o que nos leva a uma conclusão de impeditivo ao compartilhamento, porque nós estamos falando de sistemas que têm características específicas dos produtos e serviços que são o coração, a inteligência do nosso negócio.

E por conta disso – pode passar – a nossa conclusão, Srs. Senadores, é que o mercado tem buscado e tem encontrado soluções para a questão, seja já compartilhando a Rede TELECOM, que antes era privada, hoje é compartilhada, o crescimento do PDV como solução de captura vem acontecendo nos médios varejistas, entre lojistas que são as soluções tecnológicas novas [soa a campainha] da indústria, vem compartilhando verticalmente com outros setores, vem buscando a adequação da sua estrutura de preços. No entanto, a gente vem, sem sombra de dúvidas, estimulado pela diretiva do Banco Central, discutindo na indústria a possibilidade de se padronizar uma cesta

básica de produtos, uma vez que, como vocês viram, a nossa solução é muito mais complexa do que existe em outros mercados e nós não achamos que seja bom para o país a pasteurização ou a não inovação de produtos, mas a padronização de algumas cestas básicas colocando essa solução à disposição de clientes que queiram operar de forma compartilhada e com essas soluções básicas, mas não de uma forma imposta. E no caso do sistema de captura e processamento a nossa conclusão é de que realmente se trata de um compartilhamento inviável.

Sr. Presidente, eu concluo aqui as minhas observações e fico à disposição para o debate, para as perguntas que seguirão na Audiência.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): A Mesa agradece as precisas considerações de V. S^a. e passa imediatamente a palavra ao Dr. José Antônio Marciano, Chefe do Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos – DEBAN do Banco Central do Brasil. Tem V. S^a. dez minutos.

SR. JOSÉ ANTÔNIO MARCIANO: Obrigado, Presidente. Eu agradeço o convite feito ao Banco Central para participar dessa Audiência Pública.

É um tema realmente que está muito em discussão na sociedade e o fato de termos vários iniciativas de setores organizados da sociedade demonstra o interesse e a disposição de todos os envolvidos, seja dos legisladores, como esta Casa, na pessoa do Senador Adelmir Santana, com quatro Projetos encaminhados sobre o mesmo tema, e nós estamos de fato envolvidos com o tema já de algum tempo, desde que cartões de pagamento, eu entendo, no sistema de pagamentos de varejo no país. E como mencionou o nosso colega de Mesa, o Marcelo Ramos e a Dra. Beatriz, nós estamos num trabalho conjunto com a SDE e o SEAE procurando oferecer ao país um diagnóstico e linhas de atuação que poderiam trazer maior eficiência para o sistema de pagamentos brasileiro.

Inicialmente o que nós estamos falando de diferenciação de preço é o que comumente se chama de regra de não sobrepreço. Regra de não sobrepreço é não cobrar alguma coisa além do valor real do bem. É importante notar que a situação que nós temos hoje, como não existe uma regra, não é permitida a regra de sobrepreço, os preços então estariam nivelados por cima. Talvez essa consideração seja importante, porque acreditar que todos os preços devem subir porque está trabalhando com cartão seria dizer que a indústria todinha, o comércio todo, estaria trabalhando com preço baixo do preço real do produto.

Na situação atual lembrando aqui, nós temos o contrato das bandeiras, uma Portaria do Ministério

da Fazenda, tem a nota do DPDC, como a Dra. Beatriz mencionou, e temos uma decisão judicial que já está sob judge no STJ. O interessante notar é que enquanto se discute se é conveniente ou não a diferenciação de preços, no Distrito Federal ela é permitida desde 2004 e não é tão visível assim.

Falando da experiência internacional, nós buscamos alguns países só para poder situar o que é que está acontecendo lá fora. O que nós notamos é que países em que havia proibição para a diferenciação de preços, essa regra foi quebrada, foi dado liberdade e não trouxe movimentos significativos no mercado porque obviamente existem outros fatores a serem considerados do que estritamente a vontade de diferenciar o preço. Nós temos hoje, da nossa amostra, é somente no Chile que é proibido. No Reino Unido a regra é interessante, porque no Reino Unido é permitido, mas limitada à taxa de desconto. Então isso daí significa o quê? Nós temos uma taxa de desconto médio de 2,5% em alguns países, aqui no Brasil 2,8% no global, mas dependendo do segmento chega a 4%, 4,5%. Então por que dar um desconto de 10% numa venda com cheque ou dinheiro quando o custo do lojista não representa toda essa diferença? Esses são alguns comentários que nós observamos na espécie internacional.

Quais seriam as consequências possíveis? Nós estamos falando em possíveis porque nós não temos um estudo conclusivo e, como mencionou o Marcelo Ramos, nós gostaríamos de oferecer um diagnóstico mais preciso, quando concluirmos o trabalho em andamento. A questão de você poder saber quanto custa utilizar cada instrumento de pagamento. Hoje, notadamente no Brasil, ninguém sabe quanto custa este ou aquele instrumento de pagamento, o consumidor não sabe quanto custa. A questão das vendas parceladas também pode trazer maior transparência, mas eu acho que o que talvez motiva mais a apresentação do Projeto está exatamente no poder de negociação dos estabelecimentos, porque hoje um dos aspectos mais reclamados por parte dos estabelecimentos é o fato de não poder negociar um preço mais justo, segundo os comerciantes.

Do ponto de vista de conhecimento na utilização, os gráficos que foram mostrados, evidentemente, sinalizam que o Brasil é um mercado potencial imenso para a indústria de cartões. O efeito nisso daí seria transitório até que se o mercado achasse um novo ponto de equilíbrio, dependendo muito do que os consumidores vão fazer e o que os estabelecimentos vão conseguir negociar com os credenciadores.

Enfim, do ponto de vista desse sistema de pagamentos, olhando, não seria interessante, não seria desejável a gente trabalhar com dois preços no mer-

cado, isso de fato complicaria a vida de todo mundo, mas a livre fixação de preços pode diminuir o poder de mercado que tem a indústria em cima do lojista, do estabelecimento, que é um dos pontos muito reclamados. Se o preço for justo para todo mundo, se na cadeia produtiva todos estiverem satisfeitos com o preço, certamente que o mercado vai continuar crescendo e nós vamos ter maior eficiência para o país.

E, finalmente, o que é que vai regular de fato a possível diferenciação em cada segmento do mercado é o valor agregado que as vendas com cartões proporcionam. Nós temos a questão da segurança, da adimplência e o controle, que já foram mencionados pelo Cardamone. Então de fato com relação à diferenciação de preços, nós achamos que no momento, dado à grande reclamação que existe com relação aos custos do lado do estabelecimento, poderia ter alguma contribuição, mas gostaríamos de ter o diagnóstico completo da indústria de cartões conforme o trabalho que estamos realizando.

Eu passo agora a falar sobre o compartilhamento de infra-estrutura. No sistema de pagamentos de varejo nós temos uma série de fatores para funcionar e o que é interessante notar aí é que existem pedaços da cadeia produtiva em que existem arranjos cooperativos ou arranjos competitivos podendo trazer maior bem-estar social, maior eficiência econômica. O que nós estamos falando é o seguinte: na infra-estrutura nós entendemos que a cooperação traz os melhores efeitos, a promoção da eficiência econômica é arranjo cooperativo de infra-estrutura. Já na parte de oferta de serviços e produtos têm que haver maior ambiente competitivo. E o que é que nós observamos nisso daí? Competição para a oferta de instrumentos e pagamento e cooperação na infra-estrutura. É disso que nós estamos falando quando nós olhamos a infra-estrutura e vemos por quê? Porque tem efeito de rede, ganho de escala, uma infra-estrutura requer investimento muito alto para colocar em funcionamento, não é qualquer agente econômico que consegue fazer esse investimento de rede. Então uma infra-estrutura que tenha um custo mais baixo viabiliza o ingresso de outras empresas credenciadoras e, obviamente, com maior concorrência o mercado saberá ter um preço mais justo. Participantes da infra-estrutura.

O Cardamone apresentou algumas coisas, eu estou exemplificando ali, são uma série de empresas e entidades que agem para que isso funcione. Vamos passar a ver de uma forma mais simplificada o que é que está acontecendo no Brasil. A nossa estrutura hoje que nós temos, os maiores emissores de cartão são o Master Card e Visa e tem um sistema que a RE-DECARDS processa somente o credenciamento e as

transações Master Card [soa a campanha] e Diners, e a VISANET somente Visa. Para os pequenos, para os demais concorrentes no mercado, tem a HIPERCARD, que tem a sua estrutura própria, a AMEX tem estrutura própria e como foi mencionado; os regionais, bem menores. Mas os maiores players de mercado têm estrutura dedicada, não compartilhável.

Passando rapidamente pela experiência internacional, nós vemos no Canadá que tudo é feito por credenciadores, mas existe uma ligação direta entre as bandeiras. Coréia, Japão, Holanda e França; existe só um provedor de serviço de rede. O provedor de serviço de rede não é só uma empresa de telecomunicações, é a que faz a captura de transação, tem a rede de terminais e tudo, e tem os credenciadores que concorrem livremente no mercado. Nos Estados Unidos é mais complexo, têm sistemas que são verticalizados, integrais, mas de qualquer forma existe uma ampla liberdade de credenciamento e as transações são capturadas em terminais únicos nos pontos de venda. Alemanha, Itália e Espanha, um outro modelo de compartilhamento. Enfim, em todos os países que nós estamos olhando não se replica o modelo de infraestrutura que nós temos no Brasil.

Então o que nós podemos dizer? Cada uma dessas redes tem baixa capacidade instalada e um gráfico que nós divulgamos, nós temos essa daí, a quantidade de transações por terminais no Brasil é pequena de uma bandeira em relação à outra, ou seja, existe capacidade instalada não utilizada. Baixa interoperabilidade, acabamos de falar, cada um tem o seu. Temos custo de desenvolvimento e a questão da infra-estrutura continua sendo utilizada como sendo uma vantagem competitiva, mas dada a ampliação do mercado, se tivéssemos a possibilidade de ter um terminal só, evidentemente seria mais acessível para o estabelecimento ser credenciado e escolher qual o cartão com que ele quer trabalhar. Esses pontos todos estão discutidos na diretiva que nós emitimos, o Banco do Brasil emitiu. Isso daqui é um documento institucional aprovado pela diretoria colegiada do banco e que traz claramente uma recomendação para a indústria que tenha maior uso da infra-estrutura para ter eficiência nesse mercado.

Eu encerro aqui a apresentação, reafirmando que nós estamos trabalhando, em conjunto com a SDE é a SEAE, procurando oferecer aos legisladores, reguladores e órgãos de defesa do consumidor subsídios para uma visão mais detalhada de como funciona a indústria de cartões no Brasil e quais que seriam as possíveis medidas que poderiam aumentar a eficiência dessa indústria. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Agradeço a contribuição preliminar do Dr. José Antônio Marciano, Chefe do Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos do Banco Central do Brasil, lembrando que o Senador Jefferson Peres era o Relator deste Projeto de Lei nº 213, de 2007, e um dos muitos interessados na realização desta Audiência Pública. Nós deveremos, em substituição ao Senador Jefferson, designar outro Relator para a matéria. Passo a palavra, imediatamente, ao Dr. Carlos Thadeu de Freitas Gomes, Chefe da Divisão Econômica da Confederação Nacional do Comércio, para expender as suas opiniões preliminares a respeito dos Projetos de Lei em discussão. Tem V. S^a. a palavra por dez minutos.

SR. CARLOS THADEU DE FREITAS GOMES: Senador Quintanilha, outros Senadores presentes, Casagrande, Adelmir Santana, é um prazer estar aqui, principalmente depois que o Banco Central falou, porque praticamente ele deu as linhas gerais dessa área de cartões de crédito que eu acho fundamental. Esse Projeto do Senador Adelmir Santana é um Projeto que vem num momento certo. Todos os países do mundo estão discutindo hoje essa indústria dos cartões de crédito. Nos Estados Unidos, na Austrália, no Chile, no México, na Espanha, todos eles. Por quê? É uma indústria que está mudando constantemente. Novidades tecnológicas. É preciso então mais transparência. Os Bancos Centrais que são mais encarregados dessa área, porque os Bancos Centrais já regulam os meios de pagamento, já regulam o crédito. Então a maior parte dos Bancos Centrais são encarregados também de dar mais transparências aos cartões de crédito.

Vou dar um exemplo. Recentemente o Banco Central regulou um assunto importante, os bancos, as tarifas bancárias, que hoje até deu nos jornais que elas estão até caindo, porque o Banco Central padronizou as tarifas bancárias e exigiu mais transparência, um custo efetivo maior de cada tarifa. Com isso, as tarifas caíram. É um exemplo que aonde nós temos fiscalização, aonde nós temos supervisão, as coisas podem funcionar.

Esse mercado de cartão de crédito é um mercado complicado por natureza, é um mercado que tem dois lados e que tem, o que nós chamamos em economia, externalidades. Por quê? Ambos os lados ganham, ganha um lado com a rede e o outro também ganha com a rede.

Agora, evidentemente, vamos começar com a parte de preços, a diferenciação de preços. Por que é uma coisa importante? Mesmo que não seja uma coisa obrigatória, mas deveria ser uma coisa viável como é em muitos países hoje: Austrália, no Chile, nos

Estados Unidos. Obviamente que não se vai ter dois preços constantemente para o mesmo produto, agora os meios de pagamentos usados para comprar esse produto têm diferentes custos de transação. Então é natural que você possa ter um produto um pouco mais caro do que o outro. É óbvio que quem vai dizer isso, são outros fatores de mercado; a elasticidade de preços de cada bem, como está o mercado. Então não necessariamente se vão ter dois preços, mas é importante que tenha a liberdade de você ter dois preços.

Tem outro aspecto muito importante também. É que essa maior transparência, ela é necessária para que você possa ver a taxa de desconto, quanto é que cada comerciante está pagando. Como hoje no Banco Central você tem, por exemplo, quanto é que cada um de nós está pagando aos bancos, a tarifa bancária. É importante então essa transparência para você auditar os custos que estão sendo cobrados do comerciante.

Agora o uso da rede compartilhada também é uma coisa muito importante para baixar os custos de cada comerciante. Isso é uma coisa natural, o Banco Central inclusive tem um projeto sobre esse assunto, já está estudando isso com outros órgãos do Governo e tem uma posição até da diretoria do Banco Central recomendando uma maior eficiência no uso desse sistema, para você compartilhar os custos. Isso é uma coisa tão evidente que eu acho que está mostrando o seguinte: o que existe no Brasil hoje é o que nós chamamos uma falta de um órgão para legislar sobre esse assunto. Por exemplo, o Banco Central americano recentemente mandou para o Congresso americano um projeto aonde ele pede mais transparência dos cartões de crédito para o consumidor, também para o consumidor, porque o consumidor não sabe quanto custa cada operação que ele está pagando. Às vezes está lá escrito quanto é que custa, mas não tem o custo efetivo de cada operação. E hoje, realmente, a indústria de cartão de crédito é uma indústria que está crescendo muito e tem que crescer, porque é uma indústria que está usando a moeda digital, a moeda que todos nós gostamos de usar, é a moeda que tem uma série de vantagem, evita fraude e outras coisas e tem seus custos também, é uma indústria concentradora. Então a indústria de cartão de crédito é uma indústria que está inovando constantemente. A moeda tecnológica está aí e os Bancos Centrais não podem deixar a moeda tecnológica fugir de seu controle, principalmente nessa parte de fixação de preços que eu acho que vão chegar sempre a um preço único, mas tem um detalhe muito importante por trás disso. É como falou aqui, o preço justo, o Marciano tocou nesse ponto. Qual é o preço justo para ambos os lados? Hoje, realmente, quem está

pagando é o comerciante pelo preço, mais do que o outro lado, porque o outro lado, o consumidor, às vezes, ele tem uma série de vantagens para ter o cartão de crédito, talvez não pague tarifas, tem seus bônus, tem milhagens. É óbvio que tem a vantagem, mas há um excesso de vantagens que está sendo tirada do comerciante na fixação do preço justo. É óbvio que é difícil você tentar regular preço, é impossível você regular tarifa, ninguém quer regular tarifa e nem preço. O que você quer é dar transparência para que você tenha os custos olhados por todo mundo e dentro de um mercado que está em constante mutação.

Por isso que eu acho que o Projeto do Senador Adelmir Santana merece todo o nosso carinho possível, tem que ser estudado, evidentemente, vai mexer em muitas complexidades, agora eu principalmente, Senador, eu acho que seria importante também definir o órgão que vai supervisionar os cartões de crédito, porque esse órgão vai ter uma importância fundamental, viu Marciano? Vai ter uma importância fundamental na evolução desse Projeto. Eu acho que realmente as coisas andam por aí.

Agora, foi muito bom nós estarmos agora conversando sobre esse assunto porque não é um assunto que é só aqui no Brasil que está sendo conversado hoje. Todo dia têm manchetes de jornais dizendo que é importante discutir os cartões de crédito porque eles têm muitas vantagens, excelentes vantagens para todos nós, mas, também, nós temos uma moeda, cartão de crédito, que tem dois lados. Se nós olharmos a economia, principalmente a teoria dos jogos, seria para saber, via teoria dos jogos, qual é o preço ótimo para ambos os lados, mas isso não dá para você fazer via regulação e sim dando liberdade para que o comércio possa ter preços diferenciados.

Senador, seu Projeto é muito bom, eu espero que tenha sucesso aqui no Congresso.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Agradeço ao Dr. Carlos Thadeu de Freitas Gomes pelas manifestações expendidas. Vamos passar agora à segunda parte dessa Audiência Pública, que é a participação, a interação com os Srs. Senadores no debate, aproveitando aqui as inteligências que trazem suas opiniões a respeito do uso de cartão de crédito à luz do Projeto de Lei apresentado pelo eminente Senador Adelmir Santana. Naturalmente o uso dos cartões de crédito mostrou que veio para ficar, está aumentando o seu uso a cada dia, há uma democratização e eu acredito que haverá quase que uma universalização no seu uso pela sua praticidade, e quando houver o equilíbrio entre o custo e o benefício, seguramente essa universalidade de uso dará com maior segurança. Passaremos, então, a palavra

ao eminente Senador Adelmir Santana, autor do PLS 213. Tem V. Ex^a. a palavra.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sr. Presidente Senador Leomar Quintanilha, Srs. debatedores, não vou aqui nominar a todos, uma vez que já foram todos nominados.

O autor do requerimento está ausente, essa Casa tem muitas movimentações ao mesmo tempo, agora está se realizando uma sessão de homenagem à indústria e o Flexa é egresso da indústria, está lá na sessão. Eu tive a sorte de ser o primeiro a falar e até cheguei com atraso aqui.

Sr. Presidente, o estágio em que se discute essa questão, em que se debate essa questão dos cartões, já é avançado em algumas partes do mundo. No Brasil, contudo, somente após o lançamento desses Projetos é que se começa a discutir isso aqui no parlamento. Há uma discussão que ocorre em razão desse convênio celebrado entre o Banco Central, a Secretaria de Direito Econômico e a Secretaria de Acompanhamento de Preços que se deu nas entidades representativas das atividades empresariais e que se estende, porque esse convênio já vem de 2006. Muito bem. O estágio, portanto, de debate no Brasil, é pequeno. Esse estágio de debate no mundo é crescente, bem disse o representante da CNC, Carlos Thadeu. O parlamento europeu discute essa matéria, o Senado americano discute essa matéria com profundidade. As reclamações são constantes com relação aos marcos regulatórios não existentes, reclamações essas que partem hoje do comércio varejista no mundo inteiro, e aqui também no Brasil. A iniciativa do Executivo, volto a repetir, se limita hoje a essa questão do convênio celebrado entre essas três instituições, o BACEN, a Secretaria de Direito Econômico e a Secretaria de Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda, o Ministério da Justiça e Ministério da Fazenda. E agora o debate vem para o parlamento por iniciativa nosso desses dois Projetos. Aliás, não são só apenas dois, viu Carlos Thadeu, já existe um outro Projeto que define o organismo regulador disso. Mas aqui nós estamos debatendo apenas dois Projetos, o 213 e o outro que trata do compartilhamento.

O 213, que é o que permite cobrança diferenciada, na verdade ele não obriga, ele permite. E por que é que nós propusemos esse Projeto? Porque os custos dessa operação, bem disse aqui o Carlos Thadeu, disse o Banco Central, tem taxas de desconto que vão até 4,5%. Quando nós pensamos nisso, as taxas de descontos, em alguns casos, eram maiores do que essas, já foram no passado bem maiores. Está relacionando com o tamanho da instituição, da empresa, do número de operações.

E há um outro custo nessa história, que não foi mencionado aqui, eu cheguei depois, não ouvi todas as explanações, que é o prazo de ressarcimento da compra. A operação não é uma operação para o comerciante, uma operação à vista, é de mais trinta, é o dia da compra mais trinta dias para que esses recursos caiam na sua conta. Todos nós sabemos o custo de recursos financeiros no nosso país, taxas de juros que são as mais elevadas no mundo. Isso certamente na fixação dos preços, para o consumidor, é levado em conta.

A proposta, portanto, reflete, esse Projeto 213, uma permissividade, uma permissão para que haja a cobrança diferenciada e não obriga. Portanto, os valores fixados pelo comerciante, eles estão ligados ao mercado, o mercado é quem regula isso. Se ele for fixar preços mais elevados para a compra de cartão de crédito ou preços mais baixos para quem compra com moeda ou dinheiro, isso quem vai regular é o mercado, ele vai verificar se isso é bom ou ruim, se vai perder ou aumentar clientes. Certamente isso o mercado regulará. Apenas o Projeto permite esse tipo de operação, o que não é permitido hoje. Na prática não é permitido. O Código de Defesa do Consumidor considera as vendas com cartão de crédito como venda à vista e eu já disse aqui que é de mais trinta em alguns casos.

Uma outra coisa é que na prática o desconto também já existe. Ainda ontem, ontem eu cheguei numa loja, fui comprar um determinado presente e, como consumidor, não como parlamentar, peço desconto, aí pergunta: “Como vai pagar?” Essa pergunta é clássica: “Como vai pagar?” “Você vai pagar como?” Se você disser que é com o cartão, o desconto inexistente, porque embutido naquele preço, na formação daquele preço da mercadoria, estão uma série de custos: aluguéis de equipamento, prazo de ressarcimento da compra, custo de... Essa taxa de desconto, o custo do credenciamento. Para falar numa linguagem mais simples, o custo do credenciamento para ter a bandeira, para ter o direito a receber essa moeda, que é importante. Eu nunca me posicionei contrário aos cartões de crédito, ao contrário, eu sou favorável. É seguro, é importante, é importante para o país, é uma moeda segura para o comerciante, para o consumidor, e esse Projeto, ele tem por objetivo buscar no futuro uma relação entre comerciante e bandeira que essa taxa seja tão insignificante que ela não esteja... Seja presente na formação do preço. Imagine os senhores se o crédito fosse feito no ato da operação da venda ou setenta e duas horas, quarenta horas, mas são trinta dias. Trinta dias para um pequeno empresário, para qualquer que seja, vai influenciar no seu capital de giro e, portanto, é um custo que é embutido na formação do preço final.

Ademais, eu queria dizer o seguinte: que os preços entre à vista, cartão de crédito, cheque, têm diferenças. Entretanto, há um subsídio, na minha visão, um subsídio cruzado nessas operações. O comerciante ao fixar o preço leva em conta os custos fixos da sua operação, aluguel, pessoal, encargos, leva em conta também os encargos fiscais, trabalhistas, tributos e também os custos para poder receber esse tipo de moeda, que é crescente, que representa muito no seu faturamento, portanto, está embutido no preço final esse custo.

Falando desse Projeto 213, também eu queria chamar a atenção que a relação é transparente entre a bandeira e o comerciante porque há um contrato. Ninguém em sã consciência vai assinar um contrato se não tiver as suas vantagens. Existem vantagens em ter a oportunidade de receber essa moeda, porque é uma moeda que está presente. Aliás, cresce essa moeda de forma exponencial, como foram colocados aqui os dados de 2002 até 2007. Cresce e cresce de uma forma que a gente não consegue entender, porque cresce de forma exponencial a demanda, mas não há uma redução de preços. Eu recebi agora um estudo em que mostra as margens de custo. Nas operações dos cartões os custos cada vez mais vão diminuindo. Na medida em que cresce o volume de operações diminui os custos para as bandeiras. Entre 2004, por exemplo, 2005 até 2007, o custo para as bandeiras nas operações, no ato de fazer uma transação, os custos significavam... Já chegou a significar 0,55% do total. E a margem, hoje, que no passado era 0,61%, hoje é de 0,74%, quer dizer, crescem as operações, diminuem os custos, hoje é da ordem de 0,39%, mas as margens dos cartões crescem.

Então a gente busca com isso, o que nós desejamos mesmo é que essas operações sejam claras, que sejam visíveis e represente uma redução de custos para os que são comerciantes e especificamente para os consumidores. Os consumidores não têm noção, não sabem que naquele custo que ele paga tem ali embutido um custo de credenciamento, um custo de aluguel de equipamento, um custo de telefonia, um custo de prazo de ressarcimento dos valores. É essa a discussão que nós queremos. Nós não queremos de maneira nenhuma que haja grandes diferenças de preços. Na medida em que forem reduzidos esses custos dessas operações, custo de credenciamento, custo de aluguel, provavelmente no futuro não haverá diferença. A diferença será tão pequena que ela não será estimulada ou será falada.

Eu quero só um minutinho, o nosso Relator não está aqui, eu estou fazendo inclusive o papel do nosso Flexa Ribeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Fique à vontade, Senador.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Um outro aspecto que eu gostaria de chamar a atenção, Sr. Presidente, é com relação ao Projeto 677. Esse 677 é o que permite a questão do compartilhamento. Foi dito aqui, a própria Associação dos Cartões de Crédito já hoje fala em compartilhamento, fala e já pratica isso em algumas grandes empresas, mas não é uma prática dos pequenos negócios. Todos os senhores, ao irem hoje ao supermercado, supermercado não, vão a uma loja menor num centro comercial, haverão de verificar uma série de equipamentos sobre o balcão que representam um credenciamento de uma série de bandeiras. Coitado do comerciante se fosse se credenciar em todas essas bandeiras. Certamente iria ocupar uma metragem extremamente grande do seu ambiente de comércio para adequar e para colocar essas bandeiras. O que nós buscamos com isso – e sabemos que é perfeitamente possível – é esse compartilhamento, um único equipamento para atender a todos. E já é possível, já há admissibilidade. Nós estivemos recentemente em São Paulo lá no PRO TESTE, num debate, dizendo que a autoregulação do próprio sistema já caminha nessa direção. Isso significa sensível redução de custos para os empresários.

Dizia-me o Rios, num dos nossos debates, que já foram vários, eu até quero aqui louvar que nesse debate é importante essa presença dos senhores aqui, creiam que não significa a ausência dos Senadores que isso não seja de conhecimento da casa, é porque todos estão em outras atividades; isso é gravado, é repassado várias vezes e saem relatórios. Então, Rios dizia que só o grupo Visa, eu acho que foi a Visa, tem oitocentos mil equipamentos no Brasil inteiro, eu não me lembro a cifra, sei que era uma coisa monstruosa e isso representa muitos aluguéis, uma renda extremamente importante para a bandeira. Eu não estou contrário às rendas e contrário aos rendimentos de qualquer que seja o segmento do negócio. O que eu acho que é que nós temos que buscar uma redução de custos em benefício dos consumidores. O mercado, portanto, é que regula isso. Agora nós precisamos criar a transparência, criar a possibilidade de concorrência para que esses custos sejam efetivamente reduzidos. Nesse instante a gente percebe que não há essa possibilidade de grandes concorrências quando a gente sabe que mais de 90% das operações estão em duas grandes credenciadoras: a VISANET e a REDECARD, que são as duas grandes detentoras desse mercado.

Então, senhores, com relação ao 213, que estabelece essa diferença, eu creio que isso nunca será usado. Volto a repetir: o mercado regulará isso. Agora

nós não podemos é inibir, através do Código de Defesa do Consumidor, proibir que haja essa possibilidade. Nós sabemos que na prática isso já existe, a famosa e clássica pergunta: “Vai pagar como? Com cheque, dinheiro ou cartão?” Se eu descer com cartão, “Ah não, não tem desconto”. “Eu vou pagar em dinheiro”. “Ah, tem um desconto de 10%”. Ora, mas se ele, consumidor, quiser denunciar, baseado no Código de Defesa do Consumidor, vai ter o amparo da lei, porque não pode haver diferenças de preços entre as compras com moeda circulante, com cheque ou com cartão de crédito. É o que diz o Código de Defesa do Consumidor.

Então, Sr. Presidente, diante dessas considerações eu fiz aqui algumas perguntas dirigidas aos nossos expositores.

Uma das questões que eu queria falar é exatamente dirigida ao Chefe da Divisão Econômica da CNC, o Dr. Carlos Thadeu. Para os pequenos estabelecimentos, qual a sua estimativa dos custos com transações envolvendo cartões de crédito e de débito? Eu não sei se os senhores sabem, os cartões de débito também têm pagado uma taxa para se credenciar, embora diminuam os custos porque o retorno é mais rápido. Ao invés de ser de mais trinta, é de mais vinte e quatro, quarenta e oito horas ou às vezes--

SR. ANTÔNIO RIOS: Quarenta e oito horas.

SENADOR ADELMIRO SANTANA (DEM-DF):

--Quarenta e oito horas. Vinte e quatro, quarenta e oito, mas tem caso de setenta e duas, também, Rios. Baixou? Então está bom. De débito. Veja, é uma operação simples, tira de uma conta e passa para a outra, paga uma taxa de credenciamento e ainda são quarenta e oito horas para que esse crédito esteja na conta.

Então, voltando à minha pergunta: para os pequenos estabelecimentos qual é a sua estimativa dos custos com transações envolvendo cartão de crédito e débito, incluindo aí o custo financeiro de mais trinta, associada a essa demora desse de mais trinta para receber o pagamento sobre os custos totais? Eu vou fazer todos os meus questionamentos, mas essa é especificamente para o Carlos Thadeu.

A outra eu faço para o Dr. Félix Cardamone, a quem tivemos o prazer de um debate em São Paulo, lá no PRO TESTE. Representantes da ABECS têm dito, em diferentes ocasiões, que defendem a autoregulação em oposição à regulação, oposição a essa série de Projetos que temos aqui. Uma das características da indústria de cartões no Brasil é a elevada concentração no segmento de adquirentes. Ao contrário de outros países, como nos Estados Unidos, onde a concorrência no segmento é bastante acirrada, no Brasil há somente um adquirente para a bandeira Visa, a VISANET, e uma para a bandeira Master Card, que é

a REDECARD. Juntas VISANET e REDECARD controlam cerca de 90% do mercado. A ABECS tem alguma posição em relação a esta elevada concentração do segmento de adquirentes?

Uma outra questão, Sr. Presidente, agora já até devido com o Rios, ao Dr. Félix e ao Rios e também ao José Antônio lá do Banco Central, serve para os três. No Brasil alguns terminais de venda, conhecidos pela sigla POS – que foi mostrado aqui – transformaram-se em terminais multiuso, e que é uma vantagem, capazes de efetuar diversas operações além daquelas para o qual foram originalmente criados. Quais sejam as concretizações de venda de cartões de pagamento, venda inclusive de telefonia, essa coisa toda. Esse caráter multiuso dos terminais impede o seu compartilhamento? Seria possível compartilhar somente a operação de compra e venda com cartões de débito e crédito? Ainda nessa questão: Quais os aspectos positivos e negativos da ausência de compartilhamento no Brasil? No Brasil alguns terminais de POS são compartilhados, como os que foi citado aqui, já tem uma empresa, parece que é a GetNet, que já compartilha isso, que captura transações para diversas bandeiras pequenas, não a essas duas que eu citei. Há evidências comprovadas de que esses terminais serem menos seguros do que os terminais exclusivos da VISANET e da REDECARD ou do American Express? Essa é a pergunta. E por último, nessa mesma questão, a VISANET e a REDECARD, os maiores adquirentes ou credenciadores no Brasil, cobram taxas de desconto dos comerciantes muito maiores dos que observados nos mercados norte-americano e europeu. Já as tarifas de intercâmbio que os adquirentes pagam aos bancos emissores são marginalmente maiores do que as cobradas em países desenvolvidos. Além disso, no Brasil VISANET e REDECARD contam com a receita de aluguel de terminais, isso que eu falei, aquelas maquininhas que ficam sobre os balcões. No caso da REDECARD, que publica os seus balanços, as receitas com aluguel de terminais corresponde hoje a cerca de 1/4 do faturamento. Isso é publicação dos balanços da REDECARD. A VISANET e a REDECARD também possuem escala. Em particular a VISANET, que com um faturamento anual superior a cem bilhões é uma das maiores credenciadoras do mundo. Temos, portanto, um quadro em que mesmo tendo ocorrido alguma redução nas taxas cobradas nos últimos anos, as receitas das credenciadoras brasileiras são proporcionalmente maiores que as das congêneres norte-americanas e européias, mas os custos são praticamente os mesmos, aqueles custos que eu citei por cada operação. Como os senhores – falo para os três – avaliam a contribuição da baixa concorrência no mercado de credenciamento e

da ausência de compartilhamento de terminais para esse cenário?

Ao Chefe do DEBAN, José Antônio Marciano, especificamente, ao Diretor-Presidente também da ABECS, ao Félix Cardamone, ao Sr. Antônio Rios, ao Chefe da Divisão Econômica da Confederação Nacional do Comércio, Dr. Carlos Thadeu de Freitas Gomes, eu vou fazer um outro questionamento. Um dos efeitos da aprovação desse Projeto 213, de 2007, que já foi aprovado em algumas Comissões aqui no Senado, que permitirá a cobrança de preços... Permitirá, não obriga, isso para diferenciar das colocações feitas pela expositora Vanessa, que fez essa exposição. Permitirá, não obriga. Os efeitos da aprovação desse Projeto que permitirá essa cobrança de preços diferenciados entre pagamento à vista e com cartão será um aumento da competição entre os diferentes meios de pagamentos. Como os senhores vêem o aumento de competição entre os diferentes meios de pagamento? Isso poderia levar a uma queda na taxa de desconto que os estabelecimentos comerciais pagam para os credenciadores?

Por último, a última questão, Sr. Presidente, e aí dirigida à Diretora-Substituta Dra. Maria Beatriz Corrêa e à Vanessa, eu faço a seguinte pergunta... Vale para você, Maria Beatriz, e vale para a Vanessa que veio substituir aqui a Dra. Maria Inês Dulce. A legislação atual proíbe a cobrança de preços diferenciados para pagamentos à vista ou com cartão de crédito ou de débito. As senhoras acham que esta interpretação de fato, que está no Código de Defesa do Consumidor, beneficia os consumidores, em especial aqueles que não possuem ou não querem pagar com cartão? Veja, até eu sempre dei o exemplo, o Rios é testemunha desse meu exemplo. O vendedor de gravata de uma pequena loja num Shopping importante aqui em Brasília, o Brasília Shopping, que é um Shopping cujas vendas, lá nesse Shopping, mais de 70% se dá com cartão de crédito, ao fixar o preço da gravata ele coloca seus custos, além do aluguel, do pessoal, dos encargos financeiros, dos encargos fiscais, trabalhistas, enfim, toda essa carga tributária horrenda e excessiva, ele coloca na formação dos seus preços o preço do credenciamento, o preço da taxa de desconto, o preço de aluguel do equipamento, o preço do prazo que o dinheiro volta para a sua conta e aí estabelece o preço final de venda da gravata. O rapazinho que passou aqui no concurso para ser motorista do Senado precisa trabalhar de gravata, ainda não tem cartão de crédito, vai a esta loja comprar a gravata e pergunta qual é o preço. E o preço é cem, só que nesses cem estão embutidos todos esses custos e ele quer pagar em dinheiro. O dono da loja não está, é muito peque-

na, tem só o balconista, ele diz: "Não, o preço é igual; tanto faz cartão de crédito, cheque ou dinheiro, é cem reais". Este, coitado, está subsidiando a todos nós que temos cartão de crédito e a isso eu chamo de subsídio cruzado. É uma maldade que se faz com aquele que queria pagar em moeda corrente.

São esses os questionamentos, Sr. Presidente, eu enumerei para que cada um naturalmente ver a resposta que melhor lhe convier. Muito obrigado ao senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Agradeço ao Senador Adelmir Santana que, além de apresentar o Projeto de Lei objeto da discussão nesta Audiência Pública, traz aí uma série de questionamentos aos ilustres debatedores que certamente virá a contribuir para o aprimoramento da legislação pertinente nesta Casa. Eu até tive a intenção de interrompê-lo, apesar de não querer, como Presidente dos trabalhos, estar participando do debate, mas o assunto é muito instigante, nos estimula a todos a participar. E eu gostaria, antes de passar a palavra aos ilustres Senadores Flexa Ribeiro, Relator do Projeto 677, também ao Senador Renato Casagrande e a posteriori aos ilustres debatedores, eu gostaria de comentar a respeito de experiência própria como consumidor da prática existente no mercado aqui da nossa capital. Eu tive até o instinto de fazê-lo no momento em que V. Ex^a. abordou o assunto, que é a questão do desconto na hora do negócio feito e com a escolha da forma de pagamento. Quando você escolhe a forma de pagamento por cartão, não há desconto. Aliás, eu tenho visto em vários estabelecimentos comerciais, não há desconto nem se você oferecer a forma de pagamento em espécie. Eu, pessoalmente, já vivi essa situação várias vezes. Também não há desconto se você não optar quando o próprio fornecedor oferece, você pode dividir a sua compra em quatro vezes sem juros. Muito bem, eu quero pagar só numa vez, também não tem desconto. Quer dizer, não há o benefício para o consumidor. Será – e aí é a segunda pergunta que eu faço – que esse benefício fica só para o vendedor?

O outro questionamento que eu gostaria de mencionar é com relação exatamente ao pagamento via cartão a débito. Qual é a vantagem que leva o consumidor no pagamento a débito? Se o custo financeiro é bem inferior ao custo com o prazo estabelecido de trinta, sessenta ou noventa dias, que aí tem o custo financeiro de mais trinta, sessenta ou noventa dias, e a débito não, é de mais a operacionalização do problema, vinte e quatro, trinta e seis horas no máximo, e não há efetivamente desconto para o consumidor. Qual é o ganho do consumidor nesse tipo de prática em termos de custo de mercadoria? Porque há outro

tipo de ganho, efetivamente a segurança, o transporte do cartão realmente dá segurança também para o consumidor.

Eu gostaria de deixar essas duas indagações para quando os eminentes debatedores forem se manifestar a respeito das opiniões expendidas por V. Ex^{as}. e dos demais Senadores, que nós vamos ouvir os outros dois Senadores e aí passaremos a palavra aos debatedores para as respostas cabíveis. Eu espero que essas indagações que eu coloco, que eu considero também pertinentes, que há uma prática usual no mercado, eu possa também ouvir.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Renato Casagrande, tem V. Ex^a. a palavra e eu gostaria, antes de conceder a palavra, consultar V. Ex^a. se V. Ex^a. aceitaria ser o Relator do PLS 213 em substituição ao nosso saudoso colega Jefferson Peres.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com muita honra, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Fica V. Ex^a. então designado Relator da matéria.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Principalmente de um assunto tão importante como esse. Obrigado pela confiança.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Fica V. Ex^a. designado Relator dessa matéria a partir desse instante. Tem V. Ex^a. a palavra.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado. Sr. Presidente, senhores convidados, convidadas. Eu vou pedir a fala antes do autor da Audiência Pública, porque o Senador Adelmir hoje já incorporou o espírito do Flexa e falou muito, e se o Flexa falar antes de mim eu não consigo sair daqui, eu vou ter que sair antes de ouvir as respostas, porque eu tenho outros compromissos, mas o Flexa estava numa sessão solene importante, eu tenho que passar lá também para dar um abraço nos nossos amigos da indústria.

Mas, Sr. Presidente, a minha colocação é muito rápida, porque de fato o Senador Adelmir fez uma abordagem muito detalhada de questionamentos e de dúvidas com relação ao tema. O tema é um tema importante, cada vez mais importante para o nosso país, para o mundo, e um tema que merece um acompanhamento do Congresso Nacional, do Senado, como nós estamos fazendo. O Senador Adelmir fez a apresentação desses Projetos e eu louvo o Senador Adelmir por ter apresentado e nos dar a oportunidade deste debate

de aperfeiçoá-lo e aprofundarmos a regulamentação, não numa visão legalista simplesmente, mas numa questão da transparência e de simplesmente de alguns parâmetros para que o consumidor seja protegido. A livre concorrência também é uma forma de nós, naturalmente, protegermos o consumidor.

Então eu vou pedir desculpas aos convidados e às convidadas, que eu não vou poder participar aqui das respostas, mas eu acho que tem uma questão que o Aldemir já resvalou nela, que eu acho que é importante. A taxa de desconto cobrada pelas administradoras de cartões é uma taxa que naturalmente varia de estabelecimento para estabelecimento. Então estabelecimentos grandes, pelo que a gente tem informação, é uma taxa que pode ser... Isso é de leitura, pode ser que isso seja diferente, mas o que nós temos de informação é que num estabelecimento com maior movimento a taxa aí chegue em torno de 2%, essa taxa de desconto cobrada das administradoras dos cartões. Num outro estabelecimento pequeno, com pouco movimento, ela chega em torno de 5%. Então tem uma diferença naturalmente porque o poder de barganha e de negociação dos grandes comércios é um poder maior do que o pequeno comércio. Mas têm pequenos comerciantes que acabam não utilizando os cartões porque acrescentar 5% no seu custo, de fato, como nem todos usam o cartão ainda, é um diferencial numa economia estabelecida como a nossa, 5% acabam sendo um percentual que lhe dá competitividade ou não. Então essa taxa é uma taxa que tende a diminuir, tende a se reduzir com esse aumento de números de estabelecimentos hoje que estão usando esse novo meio de pagamento? Precisaremos... Porque nós queremos fugir de qualquer nível de regulamentação de preço, eu acho que o preço tem que ser estabelecido na concorrência, mas precisamos também de um acompanhamento da Comissão de Fiscalização e Controle sobre esse comportamento, até para que se explicita efetivamente as taxas cobradas e que se estabeleça uma concorrência para que as taxas cobradas e os comerciantes tenham a capacidade de ter alternativas de se vincularem a uma bandeira ou à outra bandeira, porque 2% para 5% nessa economia nossa é um diferencial grande que eu acho que nós precisamos levar em consideração.

Era isso simplesmente, eu vou pedir desculpas ao Flexa, ao Aldemir, aos convidados, que eu vou ter que me retirar, mas a minha assessoria está aqui, o comentário feito a essa pergunta a assessoria naturalmente vai anotar e me repassará.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Senador, muito obrigado. Passo a

palavra ao autor do requerimento, que deveria ter sido o primeiro, o Senador Flexa Ribeiro. É o autor do requerimento dessa Sessão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Adelmir Santana, senhores convidados, Srs. Senadores. Eu quero primeiro pedir desculpas aos nossos convidados por não ter assistido às exposições de cada um dos senhores e senhoras. Eu estava--

SR. PRESIDENTE SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Senadora Flexa, eu fiz essa justificativa. Você como egresso da área industrial, estava tendo uma sessão de homenagem--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Muito obrigado. Eu participei da sessão solene em homenagem aos duzentos anos da indústria brasileira e os setenta anos da CNI, depois tive que relatar um Projeto do Senador Paulo Paim na Comissão de Educação e não podia deixar de vir aqui, até porque como Relator dos Projetos do nobre Senador Adelmir Santana e autor do requerimento eu tenho alguns questionamentos a fazer.

Eu vou poder tomar conhecimento das exposições de cada um através do material distribuído e através das notas taquigráficas para que a gente possa, então, avançar na tramitação dos dois Projetos.

O Senador Adelmir Santana apresentou dois Projetos que tratam do mesmo tema, que é a questão dos cartões de crédito, um referente ao preço diferenciado das mercadorias compradas com o cartão à prazo e as mercadorias compradas à vista, em dinheiro, e um outro que trata do compartilhamento da infra-estrutura de coleta e processamento de informações no mercado de cartões de crédito e débito.

Senador Adelmir Santana, é importante essa Audiência Pública e a TV Senado para que a gente possa de início dirimir uma dúvida. Por ocasião do Parecer que fiz no primeiro Projeto seu, com relação aos custos diferenciados nas compras por cartão e a dinheiro, a imprensa noticiou que o meu Parecer era contrário aos interesses do consumidor porque eu pretendia, no meu Parecer, que tivesse um preço diferenciado a maior para as compras com cartões de crédito. Lamentavelmente foi um mal entendido, porque é exatamente o contrário e é o objetivo do Projeto de V. Ex^a., é exatamente que se proteja aqueles consumidores que, querendo fazer a compra à vista através de pagamentos, ou cheque ou a dinheiro, eles possam ter um preço diferenciado daqueles que comprem no cartão com prazos de doze meses e que quando querem comprar à vista o preço é o mesmo, quando todos nós sabemos que no prazo, apesar da propaganda dizer que já é sem juros, sem acréscimo, na realidade dentro daqueles valores estão incorporados, como não poderia deixar de ser, além do

custo financeiro pelo prazo de pagamento também o custo que tem da taxa de administração das diversas bandeiras dos cartões de crédito. Então o meu Parecer em relação a esse Projeto de V. Ex^a. foi no sentido sim de proteger o usuário, que se faça um preço diferenciado no sentido de que aqueles que queiram comprar à vista e à dinheiro possam fazê-lo com um preço menor do que o que compra através de cartão de crédito ou à prazo, através de carnê ou qualquer outro sistema de financiamento que exista.

Mas eu gostaria de fazer alguns questionamentos a respeito dos dois Projetos.

Então eu perguntaria à Dra. Maria Beatriz Corrêa Sales, Diretora-Substituta do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor. A Nota nº 103-CGAJ/DNPC/2004, do Departamento Nacional do Ministério de Justiça, conclui que dentro do marco legal vigente a diferenciação de preços para pagamentos à vista e com cartão é abusiva. Com isso, os custos associados às transações com cartão são distribuídos por todos os consumidores, independentemente da forma de pagamento. A senhora concorda que a legislação atual prejudica os consumidores que não possuem cartão de crédito, pois eles acabam subsidiando os demais consumidores?

Ao Diretor-Presidente e ao Diretor da ABECS, Sr. Félix Cardamone e Antônio Rios, e ao Chefe do DEBAN, Sr. José Antônio Marciano. Em algumas ocasiões representantes da ABECS argumentam que no Brasil os terminais de venda, conhecidos como POS, são mais avançados do que seus similares nos países desenvolvidos. Gostaria de saber dos senhores, primeiramente, se esse diagnóstico procede e, em segundo lugar, que motivos levariam os países desenvolvidos a adotarem uma tecnologia mais atrasada?

Ao chefe do DEBAN, Sr. José Antônio Marciano. Em 2006 o Banco Central emitiu a Diretiva nº 1, que incentivava um maior compartilhamento de terminais de captura e processamento de informações. Desde então se observou muito pouco avanço nesse sentido. O DEBAN também publicou um estudo intitulado "Diagnóstico do sistema de pagamentos de varejo no Brasil". O senhor poderia nos explicar por que o Banco Central defende o compartilhamento da infra-estrutura de captura e processamento de informações? A segunda pergunta: O Banco Central dispõe da competência legal para obrigar as empresas participantes do sistema brasileiro de pagamentos a compartilharem seus terminais?

Ao Dr. Carlos Thadeu de Freitas Gomes, Chefe da Divisão Econômica da Confederação Nacional do Comércio: A despeito da proibição de cobrança de preços diferenciados muitos estabelecimentos co-

merciais, sobretudo os pequenos, costumam oferecer um desconto para pagamento à vista. Na sua opinião esse desconto usualmente entre 5 e 10% representa somente o repasse dos custos de transação com o cartão que inclui também o custo financeiro associado à demora de trinta dias para receber o pagamento nas vendas com cartão de crédito ou embute também outros repasses, por exemplo, associados à sonegação fiscal? Ou, ainda, esses descontos seriam concedidos de qualquer forma à vinculação ao pagamento à vista? Seria uma estratégia de marketing?

Eram essas as perguntas, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Bom, depois dos questionamentos dos Srs. Senadores nós vamos aqui, eu não sei por onde... Foram várias perguntas a vários expositores. Eu iniciaria então pelo Presidente da Associação Brasileira de Empresa de Cartões, que foi questionado em alguns momentos, ele daria as respostas ao que foi questionado. Em seguida nós passaríamos para dar uma medida de peso, assim uma diferenciação, ao Carlos Thadeu e, depois, à Vanessa e assim sucessivamente. Vamos lá.

SR. FÉLIX CARDAMONE: Muito obrigado, Sr. Presidente. Com relação à pergunta que o senhor dirigiu à minha pessoa, sobre a posição da ABECS sobre a concentração de adquirentes, na realidade eu acho que o que vale ressaltar é que há uns trinta anos atrás, vinte ou trinta anos atrás existiam diversos adquirentes num mercado de cartões que era bastante pequeno no país. A criação da REDECARD e a criação da VISANET, que ocorreu em torno de doze ou treze anos atrás, foi basicamente em função de criar maior sinergia entre essas redes para que elas tivessem escala e poder de barganha para começar efetivamente um trabalho mais aprimorado, sendo que a REDECARD no seu início era uma empresa constituída pelo Citibank, pelo Itaú e pelo Unibanco que aportaram seus ativos naquele momento; basicamente as suas redes, pequenas redes, sem escala, até porque o mercado de cartões era um mercado bastante pequeno devido também a um mercado com alta inflação. E com a VISANET o Banco Real, o Banco do Brasil e o Banco Bradesco fizeram o mesmo. Naquele momento houve convergência de um grupo para uma bandeira. Como as duas bandeiras são bandeiras predominantes no mercado mundial, então um grupo foi para uma bandeira e o outro grupo, naturalmente, foi para a outra bandeira, sendo que os bancos acabaram ficando emissores de várias bandeiras para atingir e atender as necessidades dos seus respectivos clientes. Esse modelo proporcionou um crescimento vertiginoso do mercado de cartões no país e não podemos deixar de

mentonar que esse crescimento se deu numa época de estabilidade econômica, que foi basicamente a partir do ano de 1994, e uma redução das taxas de juros, porque antigamente, na época da hiperinflação, a utilização do cartão praticamente era uma coisa proibitiva para os estabelecimentos comerciais.

Hoje o modelo que nós temos, ele permite sim a entrada de novos participantes nesse mercado. Como a gente vê basicamente, eu poderia citar aqui a GetNet ou também a HIPERCARD e outros tantos participantes que vem trabalhando e crescendo de acordo com a sua capacidade. A posição da ABECS sobre essa concentração? Na realidade a ABECS é uma associação e ela não tem uma posição nem em contrário e nem a favor. Esse é um dado de mercado que nós temos que respeitar. Agora o que a ABECS efetivamente entende é que esse mercado atingiu dimensões muito grandes para a economia nacional, hoje sendo responsável, o mercado de cartões sendo responsável por 20% do volume transacionado na economia e que isso faz com que alguns ajustes nas relações devam ser feitas e é isso que nós estamos buscando no nosso código de autoregulação. Eu espero que isso tenha atendido à demanda de V. Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Passo a palavra ao Carlos Thadeu, que eu foi questionado tanto por mim como pelo Senador Flexa, nas questões que nós fizemos.

SR. CARLOS THADEU DE FREITAS GOMES: Senador Adelmir, antes de mais nada o senhor fez uma pergunta muito importante, porque no Reino Unido o cartão de débito não pode ter uma sobretaxa, só o cartão de crédito pode ser sobretaxado. Por quê? O cartão de débito é um depósito à vista, então não tem sentido você cobrar mais pelo uso do cartão de débito. Já o cartão de crédito não, você pode cobrar pelo uso dele porque você recebe daí alguns dias e tem custos dentro dele. Então isso mostra de novo que cada meio de pagamento tem um custo com transação. É uma legislação nova que foi colocada no Reino Unido.

Em relação à sua pergunta, Senador, sobre o custo para o pequeno comerciante, o custo é crescente porque as taxas de juros estão subindo constantemente, ainda mais agora, devido a essa perspectiva de preços mais elevados as taxas de juros estão subindo. O pequeno comerciante pega dinheiro emprestado nos bancos, porque ele não tem caixa suficiente para esperar trinta dias ou mais até, até menos um pouco. Muito bem. O que é que acontece? Na medida em que hoje o custo do dinheiro público do pequeno comerciante é muito caro, porque ele não é o grande comerciante que tem acesso fácil aos bancos, então o custo dele é o custo de tomada de dinheiro que é uma taxa re-

lativamente alta, em termos reais pode ser até acima de 2% ao mês, tendo em conta que hoje nós estamos vivendo um momento de ascensão de taxa de juros. Então é um custo muito elevado para essa demora. Quando nós tínhamos no Brasil uma estabilidade de preço, como nós temos ainda, mas com preços decrescentes, com juros decrescentes, esse custo era menor, só que nós estamos vivendo hoje, em termos internacionais, momentos diferentes, os preços estão subindo e os juros estão subindo e esse custo está aumentando para o pequeno comerciante. É mais um ponto importante para o Banco Central que eu acho. Por quê? Às vezes é importante segurar o consumo em certos momentos da economia que você não está querendo que esse consumo cresça demais, e essa legislação sobre os cartões de crédito até pode ser útil ao Banco Central em certos momentos para segurar o excesso de consumo, que hoje está vindo principalmente dos cartões de crédito. Por quê? Com o processo inflacionário um pouco maior, se o consumidor tem um prazo para pagar aquela compra, ele vai usar e sobreusar o cartão de crédito. Essa é uma grande realidade e quem paga o custo desse uso e sobreuso é o comerciante.

Em relação à pergunta do Senador Flexa Ribeiro, evidentemente que o desconto que o consumidor tem do comerciante, quando ele paga à vista, esse desconto leva em conta os custos financeiros do comerciante, os custos fixos que ele tem e o marketing também, que ele às vezes precisa ter um marketing específico. Agora num processo ancessional(F) de taxa de juros, obviamente que esse desconto vai aumentar, porque os custos de juros, hoje, recaem principalmente sobre quem é pequeno. O grande tem acesso a um recurso barato; o pequeno não tem. Eu espero que tenha respondido a ambas as perguntas, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Obrigado, Carlos Thadeu. Eu queria ouvir o questionamento que foi feito à D. Vanessa Alves Vieira, que aqui representa a Associação Brasileira de Defesa do Consumidor. Mas antes, Vanessa, parece-me que o Flexa fez um questionamento que não se deu por satisfeito com a resposta do Félix Cardamone.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É, o mesmo questionamento foi feito também ao Dr. Antônio Rios e ao Dr. José Antônio Marciano. É com relação à utilização dos terminais compartilhados, em que a informação que se tem, que nos foi transmitida, é que a tecnologia no Brasil é mais avançada que no resto do mundo. Então eu gostaria de saber se procede essa informação e por que é que os países de primeiro mundo estão com uma tecnologia... Se a bandeira é internacional.

SR. PRESIDENTE SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Eu só queria esclarecer que nós, como fizemos as perguntas em blocos e questionamentos a todos, tanto eu, como o Senador Casagrande e V. Ex^a., vai chegar o momento em que os demais irão dar as respostas dos seus questionamentos. Mas como ela também foi feita ao Félix, o Félix deve lhe responder. Por favor, Félix.

SR. FÉLIX CARDAMONE: Senador, eu peço desculpas, eu havia entendido que a dinâmica seria outra. Perdão por isso.

A questão que o senhor mencionou é uma realidade. Aonde houve o grande crescimento do mercado de cartões – e isso está demonstrado na apresentação que eu fiz algum tempo atrás – foi exatamente contra o consumo ou a utilização do talão de cheque. Nós vemos que a utilização do dinheiro continua estável e houve uma inversão nos últimos dez anos aonde o cartão de crédito passou a ser muito mais utilizado e o cheque a ser muito menos utilizado. E por que é que isso ocorreu? Isso ocorreu pelo seguinte motivo: o mercado de cartões de crédito, buscando atender à demanda do consumidor, passou a oferecer o parcelado, lojista, o parcelado sem juros, para competir com o cheque pré-datado. Acontece que isso traz muita conveniência para o cliente final, sem dúvida nenhuma, que tem o plástico, ele faz o seu parcelado, como também traz muita conveniência para o lojista, que fora todo o custo administrativo de ter aqueles cheques, portar, guardar, enfim, fazer a custódia do mesmo, ele também foge do risco de inadimplência, porque na hora que a aprovação é aprovada o risco fica 100% com o banco emissor. Então essa foi a razão desse crescimento. E depois dessa funcionalidade outras tantas funcionalidades foram colocadas para agregar valor aos terminais e, ao mesmo tempo, gerar fluxo para os estabelecimentos comerciais. Então alguns exemplos: recarga de celular pré-pago, o terminal de correspondente bancário, como agora também o sistema de troco fácil, aonde o cliente vai, faz uma compra e pode sacar dinheiro, ter um troco dentro do estabelecimento evitando o seu deslocamento para um banco ou para um auto-atendimento, alguma coisa neste sentido. Então a sofisticação acabou ocorrendo nesse sentido. E não vamos esquecer que o mercado brasileiro realmente, o mercado financeiro brasileiro realmente é um mercado financeiro muito mais sofisticado do que de outros lugares do mundo. Por exemplo, se hoje o senhor for fazer uma compensação de cheque nos Estados Unidos, esse cheque demorará quinze dias, vinte dias, um mês, alguma coisa que o valha, e aqui no Brasil, fruto de todo o investimento do sistema financeiro no passado, o senhor faz a compensação em vinte e quatro horas

ou até no mesmo momento se for dentro do banco. O mercado europeu, o mercado americano, como não tinham essas características do mercado financeiro brasileiro, eles se concentraram basicamente no débito e no crédito e assim ficaram. Então o mercado financeiro americano, o mercado financeiro europeu, por ser menos sofisticado, ele efetivamente ficou só no débito e o crédito, facilitando muito mais esses compartilhamentos do que ocorreu hoje no Brasil, que foi uma sofisticação cada vez maior nos terminais. Mais uma vez eu peço desculpas.

SR. PRESIDENTE SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Eu só queria recapitular como nós estamos procedendo. Foram feitas perguntas a toda à Mesa, por mais de um Senador, então cada vez cada um dos expositores estará respondendo os questionamentos feitos independentemente do Senador, mas feito pelos Senadores.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu ainda queria, se V. Ex^a. permitir, um--

SR. PRESIDENTE SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Por favor, por favor.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): — um esclarecimento do Dr. Cardamone. V. S^a. falou a pouco, quando se referiu ao parcelamento, expressou sem juros. O senhor confirma que no parcelamento não estão embutidos juros? A primeira confirmação que eu gostaria de ter era essa, porque é o que diz a propaganda, quer dizer, parcela em doze vezes sem juros e V. S^a. falou isso, sem juros. Para mim os juros estão embutidos. Eu só queria saber se V. S^a. confirma que não há juros nesses parcelamentos. Agora V. S^a. falou e eu olhei, acho que a explanação de V. S^a., realmente houve uma manutenção de pagamento em dinheiro, em torno de 60%, isso se manteve estável. O que houve foi uma substituição do cheque pelos cartões, o que é muito mais prático, evidentemente. Agora o que é estranho, vendo aqui as transparências, é que a participação do Brasil a nível de cartões ainda é muita pouca, muita pouca. Eu estou vendo aqui quantidade de transações por cartão/ano, uma planilha, você vê o Brasil com 11,8. Eu acho que são milhões?

SR. FÉLIX CARDAMONE: 11,8 transações por cliente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Por cliente?

SR. FÉLIX CARDAMONE: Isso.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Por cliente.

SR. FÉLIX CARDAMONE: Por ano.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Por ano. Quando você vai aos países, outros; você tem: Estados Unidos com 41, França 61. Então lá o uso

é muito mais intenso do que no Brasil, o que deveria levar a ter uma tecnologia bem mais avançada para isso. Agora um outro detalhe que é importante, que a gente esclareça aqui para o consumidor. Na hora que ele deu o troco, como V. S^a. colocou, eu pago e tenho a possibilidade de ter o troco. Eu estou tomando um empréstimo, eu estou tomando um empréstimo, eu também queria esclarecer isso, ou se esse dinheiro não tem custo nenhum, porque se não tiver custo nenhum vai todo mundo correr lá nas bandeiras e tomar o dinheiro sem custo, quer dizer, o sistema financeiro vai ficar sem ter a sua atividade principal que é vender a sua mercadoria, que é o dinheiro, já que a gente pode chegar no cartão e tirar dinheiro sem ter nenhum acréscimo. E, por último, qual é a dificuldade que poderia ter, Senador Adelmir, no sentido de haver o compartilhamento das máquinas? Porque me parece que quando o Senador Adelmir fez o Projeto, ele como membro da CNA, Vice-Presidente da CNA, ele--

SR. PRESIDENTE SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): CNC.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): CNC, melhor dizendo, desculpe.

SR. PRESIDENTE SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Até que gostaria de estar do lado da agricultura.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Está preocupado com o comerciante, além de preocupado com o usuário, que foi o objetivo do seu primeiro Projeto, ele no segundo Projeto está preocupado com o comerciante, principalmente o pequeno, que ao não ter o compartilhamento vai ter que pagar pelas máquinas das diversas bandeiras ao invés de ter uma única máquina para usar todas as bandeiras. Então eram essas.

SR. PRESIDENTE SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Eu queria, viu Senador Flexa, eu sei que o senhor, como Relator, é de dar essas concessões, mas eu queria que nós voltássemos toda a Mesa a responder os questionamentos iniciais, até porque o Senador Azeredo também tem algumas questões, e aí a gente daria uma nova rodada incluindo o Senador Azeredo. O senhor ainda tem alguma complementação? Por favor, Félix, depois eu passaria a palavra à Sra. Vanessa.

SR. FÉLIX CARDAMONE: Pois não, Sr. Presidente. Quanto à sua primeira pergunta, sobre parcelamento sem juros, o que acontece quando ocorre um parcelamento sem juros? O estabelecimento comercial fixa um preço e nesse preço pode sim estar embutido os juros, mas existe uma situação que é a seguinte: o banco assume o risco dessas parcelas no momento em que a transação é efetuada. Então existe uma com-

posição de preço feita pelo estabelecimento comercial que pode estar juros embutidos ou não, eu não vou julgar aqui o mérito, mas sim pode ter juros embutidos. Porém, apesar dos juros estarem embutidos pelo estabelecimento comercial, quem está assumindo o risco de crédito é o banco, é o emissor do cartão que vai debitar a conta do portador do cartão, do consumidor, em duas, três ou até doze vezes e correndo esse risco de inadimplência.

O segundo ponto é a questão de como funciona nos outros países. Essa funcionalidade propriamente dita, ela não existe em outros países. Essa é uma característica puramente do mercado brasileiro.

A questão do troco versus empréstimos que o senhor mencionou. O troco, quando essa transação ocorre, essa transação ocorre no cartão de débito e não no cartão de crédito. Então o cliente, na realidade, ele está sacando da sua conta corrente. Então não existem juros porque a modalidade é uma modalidade do cliente pagar com o cartão de débito, vamos supor um valor de trinta reais, e ele pede mais setenta reais, que seriam os setenta reais de troco. O banco debita cem reais na conta do cliente e repassa os cem reais para o estabelecimento, e aqui é importante ressaltar que a taxa de desconto, que foi mencionada algumas vezes aqui nas discussões, ela incide apenas sobre o valor da compra e não no valor do saque.

Por último, pergunta de V. Ex^a. sobre a dificuldade de compartilhamento, eu diria que existe uma dificuldade técnica de compartilhamento devido a essa complexidade. Porém, já em alinhamento com o Banco Central do Brasil aqui representado pelo Dr. Marciano, nós estamos fazendo um trabalho, a ABECS está liderando esse trabalho, trazendo os adquirentes para a mesa para nós tentarmos montar um padrão básico – e isso foi mencionado pelo Sr. Antônio Luiz -, um padrão básico aonde será oferecido para os clientes um terminal mais simples, um terminal que ofereça apenas o débito e crédito e, assim, o cliente, neste caso o estabelecimento comercial, poderá ter a opção de ter um terminal mais completo, aonde ele oferecerá diversos tipos de produtos e etc. ou um terminal bem mais simples que será um terminal basicamente com débito e crédito.

E é importante ressaltar, só peço mais um segundo, Sr. Presidente, que sempre nós mencionamos a questão dos prazos e custos. Eu gostaria de deixar claro o seguinte: hoje em dia o estabelecimento comercial recebe os seus recursos em trinta dias. Porém, esse prazo também é praticamente repassado na sua integridade para o cliente final, o portador do cartão. O pagamento médio, o prazo médio de pagamento do portador é em torno de vinte e sete dias, podendo chegar

a trinta e cinco, trinta e seis dias de acordo com a data da compra, mas em média é vinte e sete, vinte e oito dias, vinte e oito dias para ser mais exato, e o prazo de pagamento para o estabelecimento é trinta dias. Qual é a diferença para os outros países? No momento em que um cliente entra num crédito rotativo, por exemplo, nos Estados Unidos, ele passa a pagar os juros a partir da data da compra e no Brasil o mercado foi desenhado aonde o cliente passa a pagar os juros a partir da data do vencimento da fatura. Então existe essa diferença básica. E a pergunta: por que é que nos outros países não foi para toda essa evolução? Como eu já mencionei é a questão que basicamente lá eles ficaram no débito e crédito simplesmente.

Um outro ponto que é um custo bastante elevado da indústria, e aqui eu faço questão de fazer uma menção até pela presença do Senador Eduardo Azeredo, é a questão das fraudes. O volume de fraudes existente dentro do país é uma coisa absurda, chega a centenas de milhões de reais por ano dentro da indústria financeira, muito disso focado nas fraudes de cartões de crédito. Essas fraudes são enormes, hoje o Brasil é o pólo dos fraudadores de cartões. Por exemplo, nos Estados Unidos, uma fraude contra cartão de crédito é considerado crime contra a moeda. Então isso é prisão inafiançável nos Estados Unidos. Como hoje nós não temos ainda uma legislação, existe um Projeto de Lei do Senador Eduardo Azeredo exatamente nesse sentido, e aqui eu fiz essa menção porque isso ajudará muito na redução dos custos da indústria de cartões, quer dizer, não é só o que nós estamos discutindo aqui, mas também existem outros pontos extremamente relevantes para um crescimento sustentável da indústria. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Como todos os componentes da Mesa foram questionados, eu vou seguir aqui para que eles respondam todos os questionamentos que foram feitos a cada um e depois a gente retoma as questões. Concedo a palavra a Vanessa Alves Vieira, que está representando aqui a Associação Brasileira de Defesa do Consumidor. A ela foram feitos alguns questionamentos também.

SR^a. VANESSA ALVES VIEIRA: Boa tarde. Bom, os questionamentos do Senador Flexa Ribeiro e do Senador Adelmir Santana foram mais ou menos no mesmo sentido, se nós acreditamos que há benefícios para o consumidor nesse modelo atual de não haver a diferenciação de preços? A PRO TESTE acredita que devem ser pensadas, idealizadas medidas tendentes à universalização do acesso ao crédito, do acesso ao consumo principalmente para a população de baixa renda, logicamente não conduzindo a um super endi-

vidamento, que nós temos observado como um problema aí nas relações de consumo também, porém, o porquê é que nós nos posicionamos contrariamente a essa diferenciação? Porque é difícil acreditar que haverá uma conduta do mercado no sentido de que os Senadores estão apontando de haver uma redução nos preços para o consumidor. Nós acreditamos que a tendência é que tão logo esse Projeto esteja em vigor, a sinalização para o mercado será de que é possível que você estabeleça um preço maior ao consumidor que efetuar a sua compra a partir do cartão de crédito. Será uma sinalização nesse sentido. Nós acreditamos sim que há que se pensar em medidas para ampliar esse acesso ao crédito e para amenizar esse problema que é a taxa de desconto que gera aí um ônus aos comerciantes. Mas há que se pensar que não há somente esse ônus, há também muitas vantagens trazidas aos comerciantes a partir do uso do cartão de crédito, como a ampliação do poder de compra e a diminuição do risco da inadimplência. Então há que se pensar em medidas que não transfiram ao consumidor esse prejuízo no sentido de amenizar esse problema da taxa de desconto. Há que se pensar em medidas conjuntas entre as empresas no sentido de amenizar esse problema e não transferir para o consumidor, que é a parte mais vulnerável das relações de consumo, esse problema da excessiva taxa de desconto. Então nós nos posicionamos no sentido de que é preciso debater e discutir, se pensar outras estratégias que não conduzam a um prejuízo ao consumidor, a vantagens excessivas às empresas em desvantagem notável ao consumidor.

Há que se diferenciar também, a PRO TESTE tem se manifestado neste sentido, à venda à vista e à venda a prazo. Sim, nós somos favoráveis que haja uma diferenciação de preços nesse sentido e há necessidade de que haja uma regulamentação melhor no sentido de que aquele consumidor que compre à vista tenha sim um desconto, porque nós acreditamos, como o Senador se manifestou, que os juros estão embutidos. Então aquele consumidor que vai às Casas Bahia e é conduzido aí pela informação de que é sem juros o parcelamento e tudo mais, ele está sim não tendo a informação clara e adequada sobre aquela relação jurídica, aquela compra que ele está efetuando. Então há necessidade sim de que haja uma melhor regulamentação conduzindo a descontos nas compras efetuadas à vista, diferenciando essa situação da venda à vista e da venda à prazo da venda à vista e a venda com cartão de crédito, que nós entendemos que sim, que constitui uma venda à vista e não pode haver essa diferenciação. Então é nesse sentido que nós nos manifestamos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): *Muito obrigado, Vanessa. Eu queria ouvir o Chefe do Departamento de Operações Bancárias do Banco Central, José Antônio Marciano, sobre os questionamentos que foram feitos e dirigidos a ele.*

SR. JOSÉ ANTÔNIO MARCIANO: *Muito bem. Obrigado pelas perguntas. Eu vou começar falando o seguinte: o Banco Central do Brasil tem um Projeto Modernização do Sistema de Pagamentos de Varejo e o objetivo desse projeto é aumentar a participação relativa dos instrumentos de pagamentos eletrônicos em relação ao papel, principalmente a substituição dos cheques. Esse projeto nós iniciamos em 2003 e o Senador Flexa mencionou o diagnóstico. Eu aproveito a oportunidade para passar para o Presidente da Mesa uma via do diagnóstico, aqui está a atualização até 2006, a de 2007 estará brevemente e a diretiva também. O diagnóstico do sistema de pagamentos de varejo apontou uma série de deficiências, uma série de pontos que merecem ser analisados no cenário brasileiro, e essa questão dos cartões está dentro desse projeto. Quando se olha os instrumentos e pagamentos utilizados no Brasil, evidentemente os gráficos estão aí, não vou repetir números, mas os cartões são os que mais crescem, por isso que chamou a atenção do Banco Central como instrumentos de pagamento. Agora qual é a nossa linha de atuação e, inclusive, junto com os órgãos de defesa da concorrência? É tornar-se o mercado mais competitivo possível para que os custos associados à utilização dos instrumentos de pagamento sejam mais justos e que haja com segurança, eficiência, no uso de qualquer instrumento de pagamento que substitua a moeda do Banco Central. Nós gostamos sempre de frisar que a moeda do Banco Central é a única de curso forçado, ninguém pode se recusar a aceitar moeda do Banco Central. Então quando se olha do lado... o que é que representa para o comércio a seleção dos instrumentos de pagamentos, como que o estabelecimento seleciona, quais os instrumentos de pagamento que ele vai aceitar, o eletrônico tem que ter infra-estrutura. E daí vem a questão dos POS. Qual é o problema do POS? As múltiplas redes de terminais de captura de transação. Nós vamos aceitar, e é bem evidente o aspecto de um que um terminal de POS no Brasil executa uma variedade muito grande de funções, não é diferente também com os caixas automáticos de banco, executam muitas funções. Agora qual é o custo imposto para o lojista para ter essa infra-estrutura em cima do balcão quando ele quiser receber somente pagamentos, cartões de débito ou cartões de crédito? É sobre esse aspecto que nós editamos a diretiva. Nós entendemos que o compartilhamento de infra-estrutura é um modelo cooperativo e que traz maiores resultados*

do ponto de vista de eficiência de uso do instrumento de pagamento. Ora, por que o compartilhamento hoje no Brasil é discutido como sendo de difícil consecução? Se voltarmos um pouco atrás, como o Presidente da ABECS falou a pouco, antigamente cada banco emissor criava a sua rede de captura de transações e assim tinha Cartão Elo, cada banco era obrigado a ter uma rede. A criação da REDECARD e da VISANET foi um passo para dar um pouco mais de eficiência e de permitir que se fosse mais fácil o credenciamento e a utilização de cartões no país. Não há dúvida que foi um passo muito importante. Faltou o passo seguinte, nós entendemos que faltou o passo seguinte; que é o compartilhamento entre essas redes.

Se falar que nós temos uma tecnologia mais evoluída ou menos evoluída do que em outros países, é importante ressaltar que nos outros países a infraestrutura foi montada para captura de pagamentos. Nós não vamos negar os benefícios de terminais multifuncionais, mas por quê que o comerciante, quando resolve trabalhar com cartões, ele não tem a opção de ter um terminal para receber pagamentos, que é a grande discussão? A quantidade de transações, todos os gráficos mostrados pela ABECS evidenciam somente as transações de pagamentos e aí esse último gráfico que foi mostrado aí já evidencia que há uma capacidade instalada que não vem sendo utilizada quando se olha a quantidade de transações por habitante. E se olhar por terminal, também, olhando pagamentos. Óbvio que se o estabelecimento dispõe, como, por exemplo, em São Paulo eu vi na semana passada, eu fui a um restaurante e me assustei com a quantidade de terminais que havia em cima do balcão. Senador, o senhor precisa visitar esse restaurante. Não era um de cada bandeira, eram três de cada bandeira e eu fui conversar com o rapaz, eu falei: “Vocês precisam de tudo isso?” Eu estava à noite, num jantar, ele falou: “Vem aqui na hora do almoço e veja o quanto de fila que forma aqui para eu poder receber os vales restaurantes e ticket refeição. Opção do estabelecimento, eu não vou discutir isso daí. Agora temos que pensar nisso daí”.

Do ponto de vista do Projeto de Lei, a questão, como bem ressaltado pelo Senador, o Projeto é permissivo. Longe de a gente estar discutindo aqui, eu gostaria de enfatizar, nós não queremos engessamento de mercado, nós acreditamos que a livre concorrência é que traz os melhores benefícios. Nós queremos é dar condições a que haja a livre concorrência dentro do nosso trabalho junto com a SDE e a SEAE nós estamos enfatizando muito isso.

A outra questão: cartões de débito ou cartões de crédito? No Brasil, como o cartão de crédito vem sendo

oferecido como uma forma de substituir o cheque pré-datado, que era largamente utilizado pela população, ele está tendo um esquecimento grande também no uso do cartão de crédito. Em outros países o cartão de débito é que é muito utilizado; o cartão de crédito é pouco utilizado porque o cartão de crédito tem custos maiores associados, seja para o lojista, seja para o consumidor. Então nós temos vários países, como Holanda, Reino Unido, em que é esmagadora a quantidade de transações de débito. Que mais, Senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Redução de custos.

SR. JOSÉ ANTÔNIO MARCIANO: Nós acreditamos que compartilhamento traz reduções de custos. Nós temos um tipo de atividade econômica que tem efeito de rede, ganho de escala, o que parece que não está sendo percebido pelos usuários, usuário lojista, é que as grandes escalas tenham sido repassadas numa redução de custos, mas é uma indústria que depende e muito disso. Olhando pelo lado da diferenciação de preços, acreditar que uma diferenciação de preço venha inibir o uso do cartão, nós achamos que é uma coisa que só poderemos ter um efeito conclusivo após implantada a medida. Não existe nenhum estudo hoje no mundo que indique que diferenciar preço trouxe uma redução de custo direta, não é um efeito direto, mas de qualquer forma nós temos aí uma arma muito grande que está se dando ao estabelecimento para obter essa redução de custo. Disso, nós não temos dúvida. Como que ela vai ser utilizada em maior ou menor medida, só os uso e costumes da população em continuar utilizando o cartão e dos estabelecimentos ter um preço mais justo, que na hora que as coisas... o mercado tende a se equilibrar na hora que todos estiverem satisfeitos e nós acreditamos que pode chegar num equilíbrio de redução de custos sim. Com relação a isso eu gostaria de mencionar também a questão dos consumidores, como a PRO TESTE vem falando e nós tivemos outras manifestações de associações de consumidores. Existem algumas diferenças no mundo que são muito mais interessantes do que intervenção regulatória. Um caso típico é o caso da Espanha, em que houve um acordo entre os estabelecimentos, associações de bares, restaurante, lojistas, o comércio em geral, com a associação dos consumidores juntos e as bandeiras e os emissores, foi feito um grande acordo planejando uma redução nas taxas de desconto, nas taxas de desconto deles que, sem dúvida nenhuma, é muito inferior às nossas, programada até tal ano reduz para 25% e depois reduz 50%. Esses acordos, na minha visão, são mais eficientes do que uma intervenção direta de preços como o próprio colega Carlos Thadeu mencionou, longe da gente imaginar em voltar

à época de se engessar o mercado, é ter condições. A Austrália é outro mundo, está do outro lado do mundo e teve uma outra visão sobre a indústria de cartões, tomou uma série de medidas.

Em resumo, no trabalho que nós estamos fazendo – e eu ressalto a importância desse trabalho para um maior debate – nós estamos analisando todas essas experiências internacionais e analisando a situação brasileira, de que forma que nós podemos aproveitar a experiência internacional para tornar a indústria de cartões no Brasil mais eficiente. Não questionamos nesse momento que o modelo de desenvolvimento que ela teve até hoje foi um modelo errado. Ela evoluiu desse jeito, a sociedade aceitou a evolução e está usando os benefícios que ela proporcionou, mas estamos discutindo é se esse modelo continua bom daqui para frente. Nós achamos que há muitas evidências, muita coisa que pode se alterar a estrutura do mercado, porque esse trabalho nosso, o Senador Adelmir Santana por diversas vezes já cobrou da gente uma resposta mais rápida nesse trabalho, não é fácil, porque nós não estamos olhando meramente a questão do preço final, nós estamos olhando toda a cadeia produtiva e de como que esse preço chega, se reflete nos consumidores finais, e para isso olhando a estrutura do mercado, o mercado concorrencial, existe manifestação do poder de mercado, existe abuso do poder econômico. São aspectos relevantes para que se tenha um mercado competitivo e eficientemente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Tem também sobre a questão de compartilhamento. Já existe POS, no caso da GetNet, que foi citado aqui, que compartilha. Se ele é menos seguro dos exclusivos, do tipo VISANET e tipo REDECARD.

SR. JOSÉ ANTÔNIO MARCIANO: Eu vou deixar essa questão, sobre a avaliação de segurança dos terminais, para o representante da indústria, porque eu não conheço as estatísticas que ele dispõe.

SR. PRESIDENTE SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Então com a palavra o Rios para todos os questionamentos que lhe foram feitos.

SR. ANTÔNIO RIOS: Obrigado, Sr. Presidente. Bom, realmente é uma série de questões, eu vou começar com as questões do Exmo. Senador Adelmir Santana, primeiro falando sobre a questão da concentração. Eu só acrescentaria ao que o Félix já respondeu que a indústria de cartões, ela é concentrada por natureza no mundo inteiro. As três principais bandeiras; Visa, Master Card e American Express, em geral, em todos os países do mundo, apresenta uma hegemonia de participação em mercado. No caso brasileiro, Senador, eu diria que a nossa situação é diferenciada

em relação ao resto do mundo, como nós podemos observar na apresentação, uma vez que nós temos não só a entrada de bandeiras multinacionais no nosso mercado, a gente mencionou Aura e Cabal, Cabal é uma bandeira aqui da Argentina que atua fortemente no interior do país, e bandeiras nacionais já com uma certa expressividade, ou seja, em outras palavras, a concentração de mercado vem se reduzindo no mercado brasileiro.

Em relação à unicidade de adquirência em relação à bandeira, isso tem trazido para o mercado brasileiro uma série de vantagens, uma vez que possibilita justamente um maior investimento no crescimento da rede e na aceitação dos cartões no mercado brasileiro. Então se nós comparamos armas a nossa penetração em termos de mercado, é claro que quando a gente compara com os países de primeiro mundo é complicado porque a cultura de uso de cartões nesses países é muito mais evoluída do que a nossa cultura. No entanto, quando nós comparamos países de mesma natureza, por exemplo, Brasil e México, a nossa participação é muito superior à participação de mercado dos cartões, ou seja, a penetração das transações de cartão no total dos meios de pagamento, exatamente pelo modelo e pela forma em que o mercado brasileiro cresceu nos últimos anos, procurando inovar, procurando colocar soluções de pagamento que são aderentes não só ao consumidor, é importante que se diga isso, mas também ao comerciante, quer dizer, a partir do momento que nós levamos, e a unicidade de adquirência permite um trabalho muito importante em sinergia com o comércio no sentido de promover o processo de venda, promover o processo de consumo, que é importante para a economia, porque mais consumo significa mais crescimento e mais empregos em nosso país.

Em relação à questão dos POS multiuso, eu acho que de fato é uma realidade que é diferente sim, Senador Adelmir, em relação ao que nós experienciamos no resto do mundo. O senhor me pergunta se é impeditivo ao compartilhamento? Impeditivo eu não diria, mas provocaria certamente uma interferência não desejável no processo de evolução e de inovação no mercado brasileiro, porque como os senhores sabem existe uma memória, uma memória na máquina que é uma memória disponível para que sejam baixados os programas, porque cada produto representa um programa que é baixado na memória local no equipamento. O equipamento está lá no estabelecimento e tem um programinha que é baixado lá naquela memória e aquilo ali tem um espaço, tem um espaço disponível. Ora, se existe um equipamento multiuso, ou seja, significa que vários programas estão interagindo simultaneamente

naquele terminal. Isso reduz a capacidade de memória do equipamento, portanto, é um impeditivo natural ao compartilhamento nesse sentido, em especial no mercado brasileiro, quando nós percebemos a multiplicidade de bandeiras. Em determinados mercados regionais, por exemplo, se eu contar as bandeiras multinacionais, as nacionais e as regionais, pode dar em determinado lugar dez bandeiras. Não cabe num único POS. Para isso nós teríamos que elevar demasiadamente a capacidade de memória de um POS, o que significaria um preço maior de custo do equipamento, que no limite, Senador, tenderia ao PDV, tenderia ao próprio computador que várias redes utilizam que representa um custo mais alto para o comerciante e é exatamente por isso que eles não utilizam. E quando nós oferecemos a nossa infra-estrutura, nós oferecemos não só a máquina, mas todo o serviço embutido que é a manutenção do equipamento, a substituição quando quebra, os consumíveis, ou seja, tem, não só o custo do equipamento no aluguel, tem o custo de servir para que o estabelecimento tenha aquela máquina sempre pronta para vender e para não perder as suas vendas, porque isso para o comerciante é muito mais oneroso do que a taxa, os custos cobrados pelas bandeiras, é ele perder venda. O comerciante não gosta de perder venda por natureza.

Em relação à pergunta sobre a questão da Getnet, se é mais seguro? Não, não é. Os nossos equipamentos têm o mesmo nível de segurança dos equipamentos da GetNet porque são equipamentos fornecidos pelas mesmas redes. O quê que complica no processo de segurança quando a gente pensa no compartilhamento? A questão é a seguinte: vamos imaginar, senhores, uma bandeira “a” passando as suas transações numa rede gerenciada pela bandeira “b” ou pelo adquirente da bandeira “b” ou mesmo por uma GetNet que é um rede independente. Toda vez que eu quiser, que a bandeira “a” quiser implementar uma nova fitio(F) de segurança, e o mercado brasileiro, como o Félix já demonstrou, é mais complexo nesse sentido, eu vou ter que negociar, quer dizer, as redes vão ter que negociar com vários agentes simultaneamente para poder realizar esse improvement aí da segurança, essa melhoraria da segurança, o que complica o processo de estar updated, de estar atualizado em relação à questão da segurança. Aliás, esse foi um dos impeditivos do compartilhamento lá atrás. No momento em que determinadas bandeiras iniciaram o processo de atualização das máquinas para aceitação de chip, isso dificultou o processo porque desbalanceou o estágio das diversas bandeiras em relação aos seus objetivos de segurança na rede de equipamentos. Essa, aliás, é uma das razões do mercado americano, na

nossa avaliação, até hoje não ter chip, porque é difícil fazer um roll out(F), é difícil fazer uma atualização das fitios(F) de segurança com uma rede pulverizada e totalmente compartimentada do ponto de vista dos gestores dessas redes.

A próxima pergunta do Senador diz respeito à questão das taxas maiores, quer dizer, comparado com o intercâmbio que é praticado no resto do mundo. Na realidade, Senador, o intercâmbio no mercado brasileiro é sim superior ao intercâmbio médio praticado em outros países do mundo e eu vou explicar a principal razão dessa diferença. É justamente em função do parcelado. O parcelado lojista senhores, só existe no Brasil, não existe em outro lugar do mundo. É uma realidade brasileira que foi criada para substituir o cheque pré-datado que era também uma realidade brasileira. Então foi uma solução do mercado de pagamentos, de meios eletrônicos, para uma realidade de mercado que já existia, não foi criado pela indústria. Ela se adaptou a uma necessidade do mercado. E essa transação, por natureza, ela representa um risco maior para o emissor, tem uma inadimplência maior. Portanto, é cobrado, sim do estabelecimento uma taxa maior, essa é uma das razões da nossa taxa média ser um pouco superior à taxa de outros países como o mercado americano, e essa taxa, parte dela, esse adicional que é cobrado é repassado sobre uma forma de um intercâmbio maior ao emissor exatamente para remunerar esse risco adicional que ele tem. Portanto, o nosso intercâmbio, o intercâmbio no mercado brasileiro é superior e essa é uma das razões para que as taxas cobradas dos estabelecimentos comerciais também sejam superiores do que o que a gente observa em outros mercados. No entanto, mais uma vez, se compararmos as nossas taxas a taxas de mercados comparáveis, por exemplo, como México, Chile, as nossas taxas não chegam a ser superiores, chegam a se equiparar às taxas desses mercados, em especial quando a gente calcula a tarifa média cobrada por uma transação, ou seja, a taxa multiplicada pelo ticket médio da transação. Então a gente acredita que sim, os nossos preços são competitivos quando a gente compara não só com os demais meios de pagamentos existentes na economia brasileira, mas, também, quando a gente compara com outros mercados.

Bom, passo agora à pergunta do Senador Leomar Quintanilha, na sequência, que ele perguntou que quando o lojista não concede o desconto à prazo, com quem fica o ganho financeiro? Na realidade de fato o parcelado do lojista é considerado, é definido como uma transação sem juros sob a ótica da bandeira, sob a ótica do adquirente, sob a ótica do consumidor que está pagando em parcelas o preço da mercadoria. No

momento em que o consumidor decide pagar à vista ou pagar em uma única transação, realmente é uma questão de negociação entre ele e o lojista porque é o lojista que define a taxa. O que é importante que se diga aqui é que não existe ganho financeiro em hipótese alguma para o sistema de cartões, a não ser a taxa adicional que é pequena, que é cobrada sobre uma transação parcelada em função... Mas quando ela é parcelada, quando ela é feita como uma transação parcelada, em função do risco maior que nós temos nesse tipo de transação.

Passo à pergunta do Senador Renato Casa-grande, que pergunta sobre a taxa de desconto, se em função do crescimento ela tende a diminuir com o aumento da quantidade de aceitos e de transações. Sim, a tendência é de redução. Já existe, obviamente que diferenciado por segmento, mas existe um movimento, uma tendência de redução. Essa tendência de redução, às vezes, ela é mascarada exatamente pelo crescimento da participação das transações parceladas e aí você não acaba percebendo que essa redução está acontecendo, mas na prática existe uma redução, em especial dos preços de soluções de captura – eu expus isso na minha apresentação. Para os pequenos comércios existe uma redução, eu cito aqui exemplos de táxi, por exemplo, que a indústria vem credenciando, ao preço de aluguel de POS, embutido em todos os serviços, de vinte e nove reais, exatamente por ser um setor específico, um segmento que não consegue pagar com uma taxa um pouco maior, ou seja, tem uma série de movimentos e também uma tecnologia diferenciada, ou seja, uma série de movimentos que a indústria vem fazendo para se adaptar à realidade de chegar no pequeno, não é?

E, por fim, a pergunta do Senador Flexa Ribeiro, nobre paraense, aliás, congratulações aos nossos queridos amigos paraenses, meus conterrâneos também, quanto aos POS mais avançados. Na realidade, Senador, o que a gente afirma não é que o POS, não é que o hardware em si é mais avançado. O hardware é o mesmo, porque os fornecedores, nós compramos POS dos fornecedores mundiais de POS, enfim, os que fornecem lá fornecem aqui. O que nós de fato afirmamos é que do ponto de vista da tecnologia de solução de produtos, da tecnologia de levar coisas diferentes, seja para o consumidor, seja para o comerciante, afirmo mais uma vez, positivo para ambos os lados, nós estamos num estágio mais avançado. Como o Félix demonstrou, a própria indústria financeira está num estágio mais avançado e esse estágio mais avançado se transferiu para a indústria de meios de pagamento que vem buscando soluções eficientes para melhorar os custos e melhorar as transações. Eu cito aqui,

como exemplo, o mercado brasileiro hoje tem praticado transações que não existe paralelo no resto do mundo. Nós hoje já conseguimos capturar transações de pagamentos de financiamentos agrícolas do agricultor comprando uma máquina agrícola, acessando a sua linha de crédito diretamente no banco através de uma transação eletrônica num ponto de venda, numa feira agrícola, como aconteceu recentemente na Agrishow. Isso tudo não existe. Os americanos vêm aqui, vêm esse negócio, eles ficam malucos. De fato dito por americanos, não sou eu que estou dizendo, porque nós já tivemos oportunidade de apresentar para eles as soluções que nós temos aqui, eles ficam encantados, eles falam: “Nós precisávamos levar isso daqui para o mercado americano”. Então, nesse sentido de evolução tecnológica das soluções de produtos, os softwares que são embarcados nas máquinas, nós sim estamos num estágio mais evoluídos do que, eu diria, o mercado americano e o resto do mundo como um todo, não só nos Estados Unidos como na Europa também.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Muito Obrigado, me parece que falta a manifestação da Dra. Maria Beatriz Corrêa Sales, a quem passo a palavra.

SR^a. MARIA BEATRIZ CORRÊA SALES: Eu acredito e eu tomo a liberdade de modificar a pergunta de V. Ex^{as}. Eu acho que a pergunta, na verdade, é sobre se o DPDC vai modificar o seu posicionamento e eu digo que pode ser. O posicionamento do DPDC hoje é calcado no fato de que se considera a diferenciação de preços, elevação de preços sem justa causa, considera-se que há nesse caso para o comerciante vantagem manifestamente excessiva e eu estou citando aqui dois incisos do art. 39 do Código de Defesa do Consumidor. O Projeto de Lei 213, de sua autoria, Senador, busca inserir no art. 39 nove um § 2º e até hoje a Secretaria de Direitos Econômicos se posicionou contrariamente a essa inserção em função do fato de que tendo em vista os incisos do art. 39, que listam as práticas abusivas, seria anti-sistêmico que se inserisse como parágrafo uma prática abusiva. Na verdade nós entendemos, entendíamos, talvez eu já posso dizer dessa maneira, que há na diferenciação de preço vantagem manifestamente excessiva. Nos estudos decorrentes do convênio da SDE com a SEAE e com o BACEN, meus companheiros aqui de Governo, nos estudos que já têm resultados preliminares há sérios indícios de que não, de que não é assim. Ao contrário, há racionalidade econômica nessa diferenciação. Então eu digo aos senhores que o posicionamento do DPDC é sempre o de defesa do consumidor e que

se houver mais do que indícios; se houver uma clara convicção de que essa diferenciação é benéfica para o consumidor, eu tenho certeza de que a Secretaria de Direito Econômico apoiará sem restrições a aprovação desse Projeto de Lei. Nós estamos sim a depender dessa convicção e eu acho que esse debate aclarou um pouco mais, nos aproximou um pouco mais dela. Eu agradeço o convite também por isso.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sr. Presidente, permita-me uma intervenção. Eu fico extremamente feliz--

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Tem V. Ex^a. a palavra.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Eu fico extremamente feliz por termos clareado isso. Eu acho que o exemplo da gravata foi bem sintomático, quer dizer, nós não queremos de maneira alguma... O Projeto, ele permite, ele não obriga. Na verdade o que nós queremos é que essa lógica econômica seja prevalecente. Na verdade a lógica já existe, ele poderia cobrar mais, e hoje o que está ocorrendo é que todos estão pagando embutido no preço final, quando da fixação do preço de qualquer produto, todos esses custos: os custos do equipamento, o custo da tentativa de credenciamento, o custo de financiamento de trinta dias. É isso que nós estamos querendo, não obrigando o comerciante, porque até ele hoje se quiser, se quiser não, já põe, o comerciante já inclui na formação de preços todos esses custos: custo de equipamento, custo de aluguel, custo de credenciamento, custo do dinheiro a retornar, isso tudo está incluso no preço. Então, nós queremos é que seja permitido; que não seja uma criminalidade essa diferença como preceitua hoje o Código de Defesa do Consumidor. Esse é o nosso objetivo.

Eu agradeço demais e fico feliz, eu não ouvi a exposição inicial da senhora, mas fico feliz em saber que é possível que os organismos de fiscalização, os organismos de defesa do consumidor... Aliás, eu fiquei surpreso com as colocações da Dra. Vanessa, porque no debate que tivemos lá no PRO TESTE isso ficou muito claro. O que nós queremos não é criar mecanismos de diferenciação de preço, é a permissividade. Se naquele preço está embutida essa série de custos, quem está pagando isso, nós chamamos isso de subsídio cruzado, são exatamente os consumidores de menor poder aquisitivo, hipoteticamente os que não tem cartão e hipoteticamente os de menor poder aquisitivo. Agradeço demais as suas colocações e tenho certeza que a senhora sai desse debate com o pensamento extremamente, vamos dizer assim, condizente com a nossa intenção através desse Projeto de Lei.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Só lamentei profundamente não ter conseguido modificar o ponto de vista da Dra. Vanessa que era, na minha visão, quando da exposição do debate no PRO TESTE, era um pouco diferente das colocações que ela fez aqui hoje.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Nós temos na lista de inscrição o Senador Eduardo Azeredo, mas naturalmente a precedência é o atendimento ao apelo de pela ordem de V. Ex^a. Tem V. Ex^a. a palavra então.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Eu não sei se a Dra. Beatriz conclui, Sr. Presidente. Já conclui, doutora?

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Concluiu?

SR^a. MARIA BEATRIZ CORRÊA SALES: Ainda não, presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Então vamos aguardar a conclusão da Dra. Beatriz. Desculpe, porque a interpretação que a Mesa fez foi de que a senhora tivesse concluído a sua manifestação.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Eu vi pelo semblante dela que ela não tinha concluído.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): A senhora tem ainda longos três minutos para concluir.

SR^a. MARIA BEATRIZ CORRÊA SALES: Muito obrigada Presidente. Vou concluir neles. Eu queria aqui dizer que esse debate, assim como as conclusões preliminares do nosso grupo de trabalho, serão levadas à discussão no sistema nacional de defesa do consumidor, que tem majoritariamente defendido esse posicionamento com base na legislação atual.

O Senador Adelmir Santana me perguntou sobre se haveria a possibilidade de autuação de um estabelecimento comercial que oferecesse esse desconto hoje? Há, e essa insegurança jurídica de fato não pode permanecer. Essa discussão, então, será levada ao sistema nacional de defesa do consumidor, que é formada, os senhores sabem, é coordenado pelo DPDC, mas é formado pelos PROCONS estaduais e municipais, os Ministérios Públicos, as associações de defesa do consumidor, aqui representadas pela PRO TESTE. Eu tenho certeza de que numa próxima oportunidade eu trarei um posicionamento não do DPDC, mas do sistema nacional de defesa do consumidor a respeito. Eu agradeço, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senadora Flexa Ribeiro, pela ordem tem V. Ex^a. a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É muito rápido, só para concordar com a Dra. Beatriz, que ela está chegando à convicção, porque na realidade as grandes redes não fazem preço diferenciado. Você não vai chegar numa rede nacional e querer pagar menos à dinheiro do que no cartão. Mas a grande maioria dos pequenos estabelecimentos está incorrendo numa penalidade, porque eles na realidade praticam esse desconto. Você chega numa loja, num pequeno estabelecimento, “Quanto custa?” “É ‘X’ para pagar no cartão”. “Não, mas eu quero pagar no dinheiro, o que é que você dá?” No mínimo, no mínimo ele diz: “Eu te dou 5% de desconto”, no mínimo, e eles estão incorrendo numa penalidade. O que o Projeto do Senador Adelmir propõe é exatamente que haja a possibilidade de ter esse preço diferenciado, porque não há como esconder, não há como desconhecer, e aí é importante, Presidente Leomar Quintanilha, porque houve um desvirtuamento quando eu apresentei o parecer de que nós estávamos querendo, como colocou e eu fiquei preocupado também com a representante do PRO TESTE, como colocou que seria em prejuízo ao consumidor e na realidade é em benefício ao consumidor. Nós nunca pudemos imaginar que ao pagar em dinheiro, ao diferenciar, que o comerciante vá aumentar o preço. Não vai, ele vai baixar, que aí é lei de mercado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado, Senador Flexa. Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Se o Flexa deixar eu falo todos esses minutos, hein. Já está na hora do almoço, eu não vou demorar também não. Eu quero só fazer uma observação rápida.

Olha, nós temos que primeiro reconhecer que o sistema brasileiro é um sistema extremamente avançado. Nós tivemos como um subproduto da inflação uma modernização, uma automatização do sistema financeiro brasileiro. Isso é inegável, nós temos aí um sistema bancário realmente em determinados momentos, muito mais avançado do que o próprio sistema americano e a questão do cartão de crédito ficou um pouco mais atrasada. Por que é que ficou mais atrasada? Talvez pela própria inflação, quer dizer, a inflação levava que a compra no cartão de crédito fosse boa porque você tinha mais tempo, mas, por outro lado, o comerciante tinha mais receio de vender no cartão de crédito porque demorava mais a receber. Com a estabilidade econômica do Brasil, a partir de 1994, não foi nesse Governo não, foi em 1994 que começou a estabilidade, nós tivemos realmente a possibilidade de que o país

normal pudesse ter essas questões evoluindo. É inegável que o cartão de crédito é muito melhor do que o cheque do ponto de vista de segurança e os números aqui mostram com clareza isso. Em qualquer país desenvolvido o número de transações com cartão de crédito é muito maior do que em cheque. Não faz muito tempo, os brasileiros que iam ao exterior não podiam usar cartão de crédito no exterior, tinham que sair daqui carregando um bocado de dinheiro na mão; tinha realmente um risco muito maior de roubo e de tudo, de furtos, de perda de dinheiro. Isso tudo as pessoas às vezes esquecem, que tem pouco tempo que essa vantagem passou a existir no Brasil, eu acho que deve ter uns vinte anos talvez só que o cartão brasileiro é internacional, é aceito no exterior, e isso facilita, evidentemente, a vida de todos.

Eu tenho alguma dúvida só com relação à questão... Eu acho que o Projeto do Senador Adelmir, ele tem razão na hora que coloca que o custo acaba sendo dividido para todos, mas eu concordo que o risco de que na prática haja um aumento geral também existe. É um pouco o que a Dra. Vanessa coloca, quer dizer, se não for entendido que é na verdade só a retirada de uma punição, foi entendido que é uma liberação para que se cobre mais quando for em cartão de crédito, aí não está bom. Se for entendido assim, o Projeto vai permitir que se cobre mais para o cartão de crédito, aí vai ser ruim para a população como um todo. O risco existe, o risco existe que seja entendido assim. Se ele for entendido como a permissão de que não haja uma punição se alguém quiser cobrar menos se for em dinheiro, eu acho que aí vai bem, mas nós precisamos é de dar uma clareza nisso que não seja de outra maneira. Se for entendido como: “Olha, pode cobrar diferenciado, pode cobrar a mais no cartão de crédito”. Aí todo mundo vai perder, o consumidor vai perder. Então é isso que nós precisamos ter uma definição talvez mais clara ou conseguir-se chegar a uma definição sobre esse risco.

O número de cartões de crédito no Brasil ainda é pequeno em relação ao mundial, existe por outro lado essa questão do número de transações ser pequeno em termos percentuais, quer dizer, são onze transações por ano, é muito pouco para o cartão. Talvez seja porque os cartões também mandam cartões demais para outros, é aquela quantidade de cartão, então o pessoal acaba tendo mais de um cartão e acaba dividindo demais o número.

As queixas são grandes, todos sabem disso, as queixas com relação à questão de oferta indesejada de cartão, às questões ligadas à taxa que é cobrada de juros e de multa. Eu concordo, é evidente, eu sei que um dos problemas é exatamente esse do custo

elevado de fraudes e por isso eu estou lutando também, é um dos motivos. Eu acredito, Dr. Cardamone, que nós vamos ter agora uma solução. Nós tivemos uma evolução nas negociações com o Governo, especialmente com o Ministério da Justiça, e eu acho que agora nós podemos, já nos próximos dias, ter um Projeto já com concessões de lado a lado, mas que atende ao principal que nós queremos, que é dotar o Brasil de uma lei sobre crimes eletrônicos. Ainda agora à tarde eu vou receber dois dos membros da comunidade européia que estão aqui no Brasil, que nós vamos ter depois de amanhã um debate na Câmara, passado esse debate, eu espero que seja o último, que nós possamos já caminhar para a aprovação e aí sim a implementação. É verdade sim, essa questão de nós não termos legislação contribui, já melhorou, o processo de queixas em relação à perda de cartões já melhorou, quer dizer, hoje as pessoas já não são tão irresponsáveis, quando perdem o cartão já avisam imediatamente para ela não ter que arcar com esse custo. No passado era uma terrível, eu mesmo já tive casos desse de falsificação de cartão de crédito que demorou dois, três meses para conseguir terminar a pendência, mesmo podendo e tendo uma capacidade de ação maior do que o cidadão comum. Então isso felizmente melhorou, eu não sei o que vocês fizeram, o pessoal do cartão de crédito, mas melhorou. Hoje realmente eu não sei se é o processo de seguros, o seguro de cartão também é o principal item para que não haja esse risco de perda para o consumidor.

Mas o ponto final que eu queria colocar, apenas como última pergunta, é sobre essa questão da padronização de equipamentos. Olha, essa questão do restaurante aí, isso vai piorar cada vez mais, porque como hoje as maquininhas estão exigindo a senha, a senha do cartão de chip, então o quê que acontece? No mesmo momento o garçom tem que levar na mesa uma maquininha. Então tem que ter uma segunda para levar na outra mesa que está saindo, uma terceira para o outro. Se o restaurante é grande, ele tem que ter um punhado de maquininhas para levar na mesa, que é o processo mais correto e mais seguro, é a pessoa digitar na mesa o seu código e não levar o cartão embora. Quando o cartão vai embora--

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): O aluguel dessas maquininhas que andam é mais caro do que o aluguel das maquininhas fixas.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Pois é, então o que os cartões precisam fazer é dar um jeito de baratear o preço das maquininhas para que a gente possa ter uma situação realmente muito mais segura, e fazer a transação ainda em papel é muito arriscado, quer dizer, todos esses casos que já

aconteceu comigo, seguramente foi numa transação em papel, certo, em que você dá o cartão, o cartão vai para a cozinha, vai para onde você não sabe onde está o cartão e lá o sujeito passa o cartão e fica com a cópia do papel e com essa cópia do papel é que é feito. Ainda existe, existem ainda várias máquinas de papel sim senhor, não acabou não, e é isso que... Existe, sim, ainda tem ainda. Então a minha pergunta é mais sobre isso, o Dr. Félix talvez pudesse me responder qual é o conveniente maior de a gente tentar... Eu sei que a capacidade não, falando no chip aí, o chip está evoluindo, está cada vez mais barato, então a capacidade dá para colocar junto, mas eu acho que esse é o caminho, essa padronização, senão não vai ter jeito. Isso que o Dr. José Antônio viu no restaurante vai ser pior ainda, que vai ter que ter, um restaurante grande, uma porção desse grande da vida aí, vai ter que ter cem máquinas para poder atender todo mundo. É vinte da Visa, é vinte da Master Card, é vinte do outro lá, para poder levar na mesa de cada um.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF):

Sr. Presidente, só antes de o senhor dar o direito de resposta--

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Tem V. Ex^a. a palavra, Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): O

Relator falecido, o Senador Jefferson, foi substituído pelo Relator Casagrande. Toda a intenção do nosso Projeto, Senador Azeredo, é exatamente essa, não é aumentar preço, é dar a permissividade para que haja a redução de preços, uma vez que os preços fixados estão levando em conta todos esses custos, quer dizer, naturalmente como o Relator Casagrande não está aqui, mas certamente tomará conhecimento dessas colocações, o Senador Flexa foi Relator desse Projeto em outra Comissão, então isso vai se complementar, esse desejo nosso, que não é de alteração de preço, que não é obrigar que haja esses dois preços, mas que haja a permissividade para que ele não seja incriminado pelo Código de Defesa do Consumidor ao conceder este ou aquele desconto no pagamento em dinheiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): E a redução de preços, naturalmente, é do interesse direto do consumidor.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF):

Que na prática existe, mas muitas vezes, se ele for denunciado, ele está cometendo um crime perante o Código de Defesa do Consumidor.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Vai responder à pergunta... Foi endereçada ao Dr. Félix? Dr. Félix, tem V. S^a. a palavra.

V. S^a. já poderia aproveitar para fazer as suas considerações finais, por favor.

SR. FÉLIX CARDAMONE: Obrigado, Sr. Presidente. O que nós acreditamos na ABECS e o que nós estamos buscando fazer, é dar opções para o cliente, esse cliente sendo o estabelecimento comercial. Então é claro que no caso de uma grande churrascaria, como V. Ex^a. bem exemplificou, serão necessárias diversas máquinas, e o que o próprio Banco Central tem nos cobrado é que o mercado dê a possibilidade de existir uma máquina que tenha apenas o débito e o crédito e outras mais sofisticadas para que o estabelecimento comercial possa escolher qual é o melhor produto que atenda. Nós não temos a pretensão, seja na ABECS, como na indústria, de querer adivinhar o que cada cliente quer. Eu acho que a evolução desse mercado passa exatamente por isso, criar alternativas para que os clientes de estabelecimentos comerciais possam escolher o produto que melhor os atende.

Se o senhor me permite, Sr. Presidente, o senhor tinha feito uma--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Teria um produto então que atendesse às várias bandeiras?

SR. FÉLIX CARDAMONE: É, esse é o projeto que a ABECS está tentando endereçar, um produto muito mais simples que padronizado atenda as bandeiras, mas que com certeza não terão as funcionalidades disponíveis hoje, e se o estabelecimento comercial assim o quiser ele estará disponível.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Internacionalmente já existem vários desses sistemas em outros países?

SR. FÉLIX CARDAMONE: É o que existe hoje nos outros países. Quando nós vamos para a Europa e para os Estados Unidos, é uma máquina só, porém uma máquina que só faz débito e crédito, não tem o correspondente bancário, recarga de celular, parcelado, etc. e etc., carregamento, por exemplo, pagamento de vale-alimentação, vale-refeição... São diversas funcionalidades que hoje estão embarcadas no POS. Então, por exemplo, ter um produto simples a ser compartilhado, sim, é possível. Correto? Agora é claro que se V. Ex^a. começa a embarcar mais tecnologia, existe uma série de limitações.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Mas é mais fácil então você ter um equipamento para cartão de crédito e outro equipamento para vale-refeição. É mais negócio isso, quer dizer, um equipamento só para--

SR. FÉLIX CARDAMONE: Na realidade é a mesma rede, na realidade é a mesma rede. Pode ser, pode ser, sem dúvida nenhuma.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só para completar.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Tem V. Ex^a. a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): No caso do que o Dr. Félix colocou, essa máquina que seria menos sofisticada, ela seria, vamos dizer, um padrão que poderia ser usado por todos e seria optativo, quem quisesse ter acesso a outro tipo de carregamento, aí faria um aluguel de um outro equipamento, mas permitiria que aquele que só quisesse crédito e débito, e eu acho que até o parcelamento já poderia estar incluído como um padrão, pudesse ter essa máquina única.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): O Dr. José Antônio quer comentar a respeito dos questionamentos levantados pelo Senador Eduardo Azeredo e pelo Senador Flexa Ribeiro.

SR^a. VANESSA ALVES VIEIRA: Eu gostaria de pedir licença porque eu tenho que me ausentar, realmente o horário do vôo já está em cima.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Dra. Vanessa, fique V. S^a. à vontade, mas leve consigo o reconhecimento e os agradecimentos da Comissão, das duas Comissões, de Meio Ambiente e Ciência e Tecnologia, que realizam essa Audiência Pública conjunta para tratar de tema tão instigante, tão momentoso e tão importante para a sociedade brasileira que é o uso do cartão, que aumenta aí em progressão geométrica, e a contribuição de V. S^a. para esse demente, para o aprimoramento da legislação vigente, foi muito importante. Fique com os nossos agradecimentos, V. S^a. fique à vontade.

SR^a. VANESSA ALVES VIEIRA: Eu agradeço aos nobres Senadores também. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Dr. José Antônio.

SR. JOSÉ ANTÔNIO MARCIANO: Bem, nas questões que foram formuladas, eu acho que acabei não respondendo a última questão que o senhor havia colocado, Senador, é a questão da competência legal para o Banco Central determinar. Nós não trabalhamos com essa possibilidade. Seria interpretativa, não seria explícita.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Eu sugeriria a V. S^a. que ao comentar as questões levantadas já fizesse suas considerações finais também.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Existe também um projeto nessa direção.

SR. JOSÉ ANTÔNIO MARCIANO: Existe.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF):

Existem mais projetos dando poderes ao Banco Central para ser um organismo fiscalizador.

SR. JOSÉ ANTÔNIO MARCIANO: Certo, então eu estava devendo essa resposta para o senhor. Senador Eduardo Azeredo, eu gostaria de parabenizá-lo que o envolvimento que o senhor teve com a questão do crime eletrônico e também esse projeto é muito importante no que se refere ao conhecimento de imagem eletrônica. Dentro do nosso projeto de sistema de pagamentos de varejo é fundamental a aprovação dessas medidas pelo Legislativo porque vai propiciar uma série de inovações que estão em andamento no sistema de pagamentos de varejo.

O outro comentário também que eu gostaria de concluir é exatamente nessa linha que o senhor está falando, é o que nós estamos debatendo hoje. O Banco Central emitiu a diretiva e o que aconteceu? Desde a edição da diretiva nós temos feito reuniões rotineiras com todos os participantes da indústria de cartões, com os bancos emissores, com os credenciadores, com as redes de captura, procurando achar o ponto de equilíbrio nisso daí para que de fato deslanche, quer dizer, há uma inércia natural do mercado e essa inércia tem provocado todas essas reações que nós estamos acompanhando hoje, quer dizer, existe uma manifestação explícita do Banco Central de que há interesse sim no compartilhamento e o compartilhamento passa por uma série de evoluções aí na questão dos terminais e tudo. E a criação de um terminalzinho simplificado é uma das medidas que a gente vem discutindo e incentivando, porque quando o senhor falou aí que vai ter que ter vinte terminais Visa, vinte terminais REDECARD, isso daí para atender a população dentro do estabelecimento. Agora quando nós voltamos e colocamos esse atendimento numa mesa de restaurante, por exemplo, nessa mesa de restaurante tem que vir um a um esses terminais e, enquanto o último não pagar a conta, ninguém sai. Então são questões que realmente nós estamos envolvidos procurando induzir isso daí não através de regulação, nos colocamos isso daí no nível de que o Banco Central tem um papel neutro nesse mercado e ele tem um papel relevante nas soluções que venham a serem tomadas.

Eu queria concluir agradecendo a oportunidade de conversar com os senhores e estou à disposição no Banco Central para futuros questionamentos que quiserem fazer a qualquer momento. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado ao Dr. José Antônio. Passamos a palavra ao Dr. Antônio Rios para as suas ponderações a respeito dos questionamentos efetua-

dos, aproveitando para fazer as suas considerações finais também.

SR. ANTÔNIO RIOS: Obrigado, Sr. Presidente. Bom, é só um comentário final a respeito da questão do exemplo dos restaurantes. A gente de fato tem debatido muito isso, quer dizer, a indústria, ela veio nesses últimos anos justamente com um foco muito grande no crescimento da aceitação. Essa era a dinâmica, era esse o foco, e obviamente que se falar em compartilhamento exige um entendimento tão complexo entre as diversas redes que certamente desvia esse foco do crescimento porque isso implica em tecnologia, isso em implica em adaptação de processos, sistemas, e significa parar para poder entender e ver como é que faz isso. Então o que a gente vem discutindo recentemente, como o Marciano já explicitou, o próprio Félix também nas suas abordagens, é como é que a gente pode encontrar numa solução que não iniba o avanço tecnológico, o avanço de inovação que o mercado brasileiro tem quando a gente compara com o resto do mundo? E aí vem essa idéia de: bom, vamos ver se é possível tratar segmentos específicos, e restaurante é um segmento que está como foco dessa análise para que a gente possa, efetivamente, melhorar o processo de uso do cartão nesse tipo de estabelecimento, assim como pequenos comércios, enfim, aí tem um desenho sendo estruturado nessa direção. E a gente entende, quer dizer, que o mercado, ele tem condições e por isso a ABECs defende a não regulação, defende a continuidade desse processo que vem sendo induzido e conduzido pelo Banco Central, uma vez que o mercado, como explicitar na minha apresentação, ele vem buscando e vem encontrado às soluções para poder viabilizar a aceitação pelo pequeno comércio, seja através, como mencionei, de redução de preços, seja através da criação de novas tecnologias que permitam inclusive o compartilhamento entre os lojistas, é o mesmo POS sendo utilizado por diferentes lojistas, por exemplo, em feiras como possivelmente a nossa lá de Belém do Pará, a feira do Ver-o-Peso, enfim, em locais onde existam vários comerciantes e que possam interagir num determinado ponto com uma única máquina passando transações de diversos lojistas, quer dizer, na realidade o mercado possibilita “n” soluções e a nossa preocupação é de que a regulação venha engessar e venha a trazer, ao invés de benefício, prejuízo para a indústria, prejuízo para o comerciante, para o consumidor e para o país, em última instância. Então essa é a razão de nós defendermos a continuidade do processo de evolução que a indústria vem tendo como um todo no mercado brasileiro.

E aproveito, Senador, para agradecer aos nobres Exmos. Senadores aqui presentes e a oportuni-

dade de a gente poder ter colocado a nossa visão e enriquecer o debate que, aliás, foi de altíssimo nível. Parabéns a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado. Temos a honra de passar a palavra ao Dr. Marcelo de Matos Ramos para suas considerações finais.

SR. MARCELO DE MATOS RAMOS: Eu só gostaria de fazer uma observação de que a semelhança do DPDC e da SDE, que foi questionado aqui sobre um instrumento normativo que vai contra a questão da regra de diferenciação de preços, o Ministério da Fazenda também tem uma, que é uma Portaria de 94, mas da nossa parte eu acho que também não há problemas em alterá-la, até porque ela certamente, pela data, surgiu lá na aurora do Plano Real, onde havia uma preocupação muito grande em não gerar de novo expectativas inflacionárias, naquele momento seria um muito importante que não houvesse qualquer coisa nesse sentido. Eu acho que foi por isso que essa Portaria passou, mas nós podemos revê-la. E, finalmente, eu agradeço aí a oportunidade de vir aqui, eu acho que o debate foi muito frutífero e produtivo. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Concedo a palavra à Dra. Maria Beatriz Corrêa Sales para as suas considerações finais.

SR^a. MARIA BEATRIZ CORRÊA SALES: Eu novamente agradeço ao convite, agradeço a oportunidade, agradeço o esclarecimento de idéias e repito o que eu disse na minha sala inicial. Eu acho que uma das grandes preocupações do DPDC, além desse foco na questão da diferenciação e o benefício que isso pode trazer para o consumidor, nós nos preocupamos com a transparência que é uma questão que também permeia a diferenciação, mas a transparência, caso haja modificação, tende a haver na oferta, porque como os senhores bem disseram há uma certa clandestinidade hoje no oferecimento de descontos e esse Projeto tem a grande virtude de acabar com essa clandestinidade. Terminada a clandestinidade, passamos ao ponto diametralmente oposto, que é o da absoluta transparência. Então que a oferta, a publicidade, que a educação para o consumo sejam incluídas nesse debate, que elas sejam incluídas como o custo também, porque há custos na modificação de oferta, há custos publicitários, há custos marqueteiros. A transparência é muito cara, é muito cara ao DPDC e também é muito cara ao comércio.

Então eu queria terminar pedindo que esses pontos fossem incluídos nesse debate, no debate sobre esses Projetos. Agradeço muito ao convite.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Bem, estamos chegando ao final de mais uma Audiência Pública, esta provocada pelos eminentes Senadores Flexa Ribeiro e Adelmir Santana, para discutirmos em Reunião conjunta das Comissões de Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente e Defesa do Consumidor o PLS 213 e o PLS 667, que tratam da regulamentação do uso de cartões de crédito no país. Nós agradecemos--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): -- Atendo à V. Ex^a. em um minutinho. Nós agradecemos a presença dos ilustres convidados, Dra. Maria Beatriz Corrêa Sales, Diretora-Substituta do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor – DPDC do Ministério da Justiça, da Dra. Vanessa Alves Vieira, ilustre Advogada da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor, que já nos deixou a pouco, do Dr. Félix Cardamone, Diretor-Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Cartões de Crédito e Serviços – ABECS, do Dr. Marcelo de Matos Ramos, ilustre Coordenador-Geral de Comunicação e Mídia da Secretaria de Acompanhamento Econômica – SEAE do Ministério da Fazenda, do Dr. Antônio Rios, Diretor da Associação Brasileira de Empresas de Cartões de Crédito e Serviços – ABECS, do Dr. José Antônio Marciano, Chefe do Departamento de Operações Bancárias e de Sistemas de Pagamentos – DEBAN do Banco Central do Brasil e do Dr. Carlos Thadeu de Freitas Gomes, Chefe da Divisão Econômica da Confederação Nacional do Comércio, que neste curto período de pouco mais de duas, três horas, puderam nos propiciar um debate instigante, um debate muito interessante, momentoso sobre um assunto do maior relevo para a sociedade brasileira, que absorve com muito interesse o uso do cartão de crédito em substituição a outras formas de pagamento, e seguramente este debate traz ricos subsídios para a formatação, para o aprimoramento da legislação pertinente. Portanto, nós agradecemos penhoradamente aos ilustres debatedores ao atendimento do nosso convite.

Nós interromperemos por um minuto a Sessão para nos despedirmos dos ilustres convidados.

Sessão interrompida às 13h59.

[Soa a campanha]

Sessão retomada às 14h01.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Retomamos os trabalhos para apreciação de requerimento que há sobre a mesa, requerimento do eminente Senador Flexa Ribeiro. “Requeiro, nos termos do art. 50, da Constituição Federal, c.c. o art. 90, inciso V, do Regimento Interno do

Senado Federal, que sejam convidadas as autoridades abaixo relacionadas para que no âmbito desta Comissão seja discutida a questão ambiental da Amazônia e o PAS – Plano Amazônia Sustentável. Autoridades convidadas: Ministro Extraordinário dos Assuntos Estratégicos, S. Ex^a. Roberto Mangabeira Unger, e o Ministro do Meio Ambiente a ser nomeado, Sr. Carlos Minc”. Em discussão o acolhimento extrapauta deste requerimento. Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovada a inclusão extrapauta. Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Bastante rápido, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): — para argumentar as razões da apresentação deste requerimento. Tem V. Ex^a. a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Em primeiro lugar eu quero agradecer a V. Ex^a. por ter incluído, com a aprovação do Plenário, extrapauta, o requerimento. A questão ambiental, eu gostaria até de ampliar, fazer um aditivo ao requerimento, ampliar para que a gente possa discutir a questão ambiental no Brasil e especialmente na Amazônia, porque o foco, a questão ambiental, ela é nacional, mas está com o foco dirigido para a região amazônica. Então vamos aproveitar, discuti-la amplamente e um foco especial na região amazônica, convidando o Ministro Mangabeira Unger que é o gestor do Plano Amazônia Sustentável, e o novo Ministro de Meio Ambiente que substitui a Ministra Marina Silva, que toma posse hoje pela parte da tarde. Então esta Comissão, tão bem presidida por V. Ex^a., Comissão de Meio Ambiente de Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, vai ter a oportunidade de ouvir o Ministro e ouvir também o Ministro Mangabeira Unger com relação a essa questão que aflige a todos nós, brasileiros, amazônidas, e o mundo como um todo, que é a questão ambiental, principalmente a nós amazônidas, Senador Leomar Quintanilha, que queremos sim preservar as nossas florestas, mas queremos desenvolver a nossa região, e esse debate vai ser bastante importante, até porque o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, nos jornais de hoje, ele já declara, num evento em que participou, de que a Amazônia é brasileira e quem tem que definir o modelo de desenvolvimento para a Amazônia somos nós, brasileiros, e especialmente os brasileiros que lá habitam. Então vem ao encontro daquilo que a gente vem dizendo há muito tempo, diferentemente do que era defendido ou colocado pelos países já desenvol-

vidos querendo restringir, repito, o desenvolvimento sustentável da nossa região amazônica.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão o requerimento apresentado. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle o requerimento apresentado pelo eminente Senador Flexa Ribeiro.

Agradecendo a participação dos eminentes Senadores Flexa Ribeiro, Adelmir Santana e os demais que aqui compareceram, declaro encerrada a presente Sessão.

Sessão encerrada às 14h02.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA
DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO
E CONTROLE – CMA

**ATA DA 15ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA,
DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE,
DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª
LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE MAIO DE
2008, ÀS 09:00 HORAS.**

Às nove horas e vinte minutos do dia vinte e nove de maio de dois mil e oito, na Sala nº 19, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senhores Senadores **RENATO CASAGRANDE, CÉSAR BORGES, HERÁCLITO FORTES, GILBERTO GOELLNER, GIM ARGELLO, SERYS SLHESARENKO, GEOVANI BORGES, ADELMIR SANTANA e FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, a Presidência informa que a primeira parte da presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 05/2008-CMA, de autoria do Senhor Senador **RENATO CASAGRANDE**, que requer a “realização de ciclo de debates através de audiências públicas, com temas voltados para a atual realidade do controle e possíveis formas de aperfeiçoamentos do poder vigente”. Na seqüência, iniciam-se os trabalhos da Mesa 3: “Instrumentos e procedimentos de controle 2 – a repressão aos atos irregulares”, sob a coordenação da Senhora Senadora **SERYS SLHESARENKO**. Comparecem os seguintes convidados:

Ribamar Oliveira, jornalista do Jornal O Estado de S. Paulo; Luiz Antônio Pagot, Diretor-Geral do DNIT; Doris de Miranda Coutinho, Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins; Laércio Mendes Vieira, Secretário-Adjunto de Contas do TCU e José Adércio Leite Sampaio, Procurador Regional da República. No transcorrer dos trabalhos, o Presidente, Senhor Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, passa a Presidência à Coordenadora do debate, Senhora Senadora **SERYS SLHESSARENKO**. Finda a explanação dos convidados, o Senhor Senador **RENATO CASAGRANDE** apresenta seus questionamentos. Dando prosseguimento à reunião, a Presidente Eventual formula aos participantes as perguntas do público, encaminhadas à Mesa por escrito, durante a realização do evento. Após, a Presidência concede um minuto aos palestrantes para as suas considerações finais. Em seguida, inicia-se a segunda parte da reunião destinada à discussão e votação das emendas da Comissão ao PL Nº 01/2008-CN – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), para o ano de 2009. Foram aprovadas as seguintes emendas, relatadas pelo Senhor Senador **RENATO CASAGRANDE**: **EMENDA Nº 01-CMA** – Autora: Senadora: **SERYS SLHESSARENKO**. Ementa: Apoio a projetos de controle da poluição por resíduos em bacias hidrográficas com vulnerabilidade ambiental. Programa: Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental. Ação: Apoio a Projetos de Controle de Poluição por Resíduos em Bacias Hidrográficas com Vulnerabilidade Ambiental. Produto: Projeto apoiado. **EMENDA Nº 02-CMA** – Autora: Senadora **SERYS SLHESSARENKO**. Ementa: Apoio a projetos de desenvolvimento florestal sustentável. Programa: Nacional de Florestas. Ação: Apoio a Projetos de Desenvolvimento Florestal Sustentável. Produto: Projeto apoiado. **EMENDA Nº 03-CMA** – Autores: Senadores **INÁCIO ARRUDA** e **SERYS SLHESSARENKO**. Ementa: Combate à desertificação. Programa: Combate à Desertificação. Ação: Apoio à Implementação do Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação nas Áreas Susceptíveis à Desertificação – PAN – Brasil. Produto: Estado apoiado. **EMENDA Nº 04-CMA** – Autor: Senador **ROMERO JUCÁ**. Ementa: Formação de educadores ambientais. Programa: Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis. Ação: Formação de Educadores Ambientais. Produto: Pessoa formada. **EMENDA Nº 05-CMA** – Autores: Senadores **ROMERO JUCÁ** e **FLEXA RIBEIRO**. Ementa: Monitoramento de Queimadas e Prevenção de Incêndios Florestais. Programa: Prevenção e Combate ao Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais. Ação: Monitoramento de Queimadas e Prevenção de Incêndios Florestais. Produto: Mapa de risco de fogo

gerado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e onze minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senadora **SERYS SLHESSARENKO**, Presidente Eventual.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA REUNIÃO REALIZADA EM 29/05/2008

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da Sessão anterior queiram permanecer como se encontram. Aprovada.

Em cumprimento ao Requerimento nº 5/08, desta Comissão, de autoria do eminente Senador Renato Casagrande, aprovado em 04 de março de 2008, damos continuidade em Audiência Pública, a este ciclo de debates que visa conhecer, discutir, buscar subsídios para, se for o caso, aprimorar os instrumentos que balizam o controle dos gastos públicos. Por isso, o ciclo de debate tem o nome: “Controle Público, Instrumento de Cidadania”.

Para a nossa alegria, dão-nos a honra de suas presenças estudantes de Direito de vários Estados brasileiros, que visitam o Senado nesta manhã. Representando os servidores dos Tribunais de Contas da Paraíba, de Santa Catarina, do Espírito Santo, de Goiás, da Bahia, do Mato Grosso, do Ceará, do Maranhão e do nosso Tocantins, servidores da Polícia Federal, servidores do DNIT e do TCU. A Mesa de hoje, que é a Mesa nº 3, cujo tema é: “Instrumentos e Procedimentos de Controle 2 – a Repressão aos Atos Irregulares”, tem como coordenadora a ilustre Senadora Serys Slhessarenko, a quem convido para nos honrar com sua presença na Mesa. Convido, ainda, o ilustre Diretor Antônio Pagot, Diretor-Geral do DNIT. Convido o jornalista Ribamar Oliveira, do *O Estado de S. Paulo*. Convido o ilustre Secretário-Adjunto do Tribunal de Contas da União, Laércio Mendes Vieira. Convido a Dra. Doris de Miranda Coutinho, Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, e o ilustre Procurador-Geral da República, José Adércio Leite Sampaio.

Cada um dos palestrantes discorrerá sobre um tema específico dentro desse escopo maior e participa-

rá, num segundo momento, do debate que será travado com os demais participantes deste encontro.

Preliminarmente, nós gostaríamos de registrar os nossos penhorados agradecimentos aos ilustres “convidantes”, que, em deferência ao Senado e a este trabalho, dispensam uma parte especial e importante do seu tempo para vir conosco trabalhar pelo país, com vistas a buscar o aprimoramento do controle dos gastos públicos.

A regra de funcionamento, aqui, é destinar a cada um dos palestrantes um prazo mínimo de dez minutos para uma consideração inicial. São vários os palestrantes, e eu espero que esse tempo, nós sabemos, exíguo, mas seja o suficiente para trazer, de forma sintética, o pensamento do ilustre palestrante a respeito do tema que escolheu. Após a manifestação dos senhores palestrantes, nós, então, passaremos à parte dos debates. Por solicitação do ilustre jornalista do jornal *O Estado de S. Paulo*, que vai abordar o papel da imprensa na luta contra a corrupção e a má gestão pública, o jornalista Ribamar Oliveira fará, preliminarmente, o uso da palavra. Concedo a V.S^a a palavra.

SR. RIBAMAR OLIVEIRA: Obrigado. Bom dia a todos. Em primeiro lugar, eu queria agradecer o convite que foi feito pelo Presidente desta Comissão, Senador Leomar Quintanilha, para a minha participação nesse seminário, e dizer que para mim é uma honra estar aqui.

A mim coube falar sobre o papel da imprensa na luta contra a corrupção e a má gestão pública. Esse papel, na verdade, ele muda muito ao longo... Ele mudou muito ao longo dos últimos 40 anos. E também mudou também a gestão pública.

Durante o regime militar, existia a censura à imprensa. Então, o papel investigativo da imprensa era muito limitado, ficava muito comprometido. E, mesmo assim, a imprensa, como todos os casos veiculados naquela época, mostrou que a imprensa continuava preocupada em retratar a aplicação dos recursos públicos e preocupada, também, com problemas de desvios e privilégios.

Agora, daquela época são os casos, por exemplo, mesmo com toda a censura à imprensa, o jornal *O Estado de S. Paulo*, em 1986, dá de manchete, assim: “Assim vivem os super funcionários”. Era uma série de reportagens sobre o mau uso dos recursos públicos, favorecendo servidores, funcionários, e que, naquela época, essas reportagens deram origem ao termo, que até hoje se usa, de mordomias. E são daquela época, também, os casos, mesmo com toda a censura, os casos dos grandes escândalos financeiros, tipo CAPEMI, Delfim, Banco Alès, Áurea, Coroa Brastel. Agora, era uma época em que não existia, propriamente,

transparência nas contas públicas. Mas essa falta de transparência, ela não decorria apenas da censura à imprensa. Ela decorria, em parte, também, penso eu, da grande centralização política que existia no país.

Então, para se ter uma idéia, o orçamento da União, naquela época, ele era feito pelo Governo Federal. O Congresso apenas referendava decisões tomadas pelo Executivo. Existia, também, um outro orçamento, o orçamento monetário, que sequer passava pelo Congresso Nacional, e esse era o orçamento, na verdade, que valia. Porque lá estavam os subsídios, as operações oficiais de crédito, entre outros programas. Então, esse orçamento monetário era uma verdadeira caixa-preta. Eu sei, porque, na época, eu já trabalhava no jornalismo econômico e, muitas vezes, tinha grande dificuldade de ter acesso a essas informações.

Além disso, também, as informações sobre gastos públicos eram muito deficientes e demoravam muito a serem elaboradas. Para ter uma idéia, a Secretaria do Tesouro Nacional, ela é criada, na verdade, só em 1986, que você cria a Secretaria do Tesouro Nacional e que você passa a elaborar com mais rapidez e maior celeridade essas informações.

Havia, também, o problema da elevada inflação daquele período que deformava completamente os dados, os sobre-gastos públicos, porque um Ministério que tinha 100 milhões de dotação orçamentária, por exemplo, no final do ano ele recebia 40, 50 milhões, e ficava difícil você avaliar, na verdade, todos aqueles números que chegavam aos jornalistas.

Com a democratização, o papel fiscalizador da imprensa, ele é reforçado. Em setembro de 1985, o Congresso Nacional de Jornalistas Profissionais, ele aprova o Código de Ética dos Jornalistas. E esse código, entre outras coisas, ele diz que é dever dos jornalistas denunciar e combater todas as formas de corrupção. Isso é uma coisa, é um preceito que está no nosso Código de Ética.

Agora, é interessante notar que, durante todo o período da redemocratização, não são todos os escândalos sobre corrupção que vêm à tona, são mais escândalos relacionados com questões políticas, provavelmente, refletindo uma preocupação de todos nós com o fortalecimento das instituições democráticas. Então, você tem o caso, por exemplo, o caso Baumgarten, o caso, por exemplo, das escutas telefônicas feitas pelo SNI e, um pouco depois, a reabertura do caso do Rio-centro. Quer dizer, todos mais de conotação política do que, propriamente, escândalos de corrupção.

Mas você tem, também, nessa época, matérias relacionadas com os altos salários do funcionalismo público, com nepotismo. Criou-se, naquela época, inclusive, aquela expressão dos marajás do serviço

público. E esse sentimento que foi criado contra “os marajás do serviço público” chegou, ajudou, inclusive, a eleger um Presidente da República.

O processo de redemocratização resultou na Constituinte de 88. E essa Constituinte, ela reforça a importância dos meios de comunicação, não só assegurando a liberdade de expressão e o direito à informação, mas ela... Os constituintes introduziram, no contexto nacional, um dispositivo extremamente importante para a imprensa investigativa, que é o resguardo do sigilo da fonte, desde que isso seja necessário para o exercício profissional. Isso é fundamental porque essa é a base da imprensa, do jornalismo investigativo. Porque, muitas vezes, a pessoa que toma conhecimento de um crime, de um ilícito, ou quer fazer uma denúncia de corrupção, ela não se sente à vontade em aparecer, em colocar o seu nome. Então, ela pede sigilo, ela preta aquela informação, pra nós da imprensa, “em *off*”. E nós respeitamos isso.

Se o direito, se o sigilo da fonte não fosse uma garantia constitucional, o papel investigativo da imprensa, na verdade, estaria, seria muito complicado, muito difícil. Agora, a Constituição colocou... estabeleceu limites para essa atuação da imprensa, quando ela determinou que são invioláveis: a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

Isso é importante porque é essa questão que baliza a atuação da imprensa. Ou seja, você pode denunciar, nós podemos denunciar, fazer as matérias de contribuição, mas com responsabilidade. Porque você pode ferir, e nós todos conhecemos casos muito sérios que aconteceram de denúncias que foram feitas e depois não foram comprovadas. Então, a própria Constituição ela estabelece o limite da atuação da imprensa e que ela seja feita com responsabilidade.

Mas uma outra questão que foi colocada pela Constituição de 88, fundamental, é a criação do novo Ministério Público: um Ministério com liberdade e autonomia administrativa; liberdade funcional e autonomia administrativa. Esse novo Ministério Público, ele passa a ser montado com novas carreiras e com bons salários, e isso atrai muitos jovens para o Ministério Público, muitas pessoas jovens e jovens idealistas. E, na verdade, a imprensa descobre o Procurador em 1991. Depois, claro, que o Ministério Público começou a ser formado, em 1991, naquele episódio do canal da maternidade, não sei se vocês estão lembrados, relacionado com o canal da maternidade de Rio Branco, no Acre, que foi um caso de superfaturamento e de desvio de dinheiro público.

Naquele episódio ficou claro para nós jornalistas que a missão, a nova missão do Ministério Público era uma coisa para valer. Então, a partir daí se estabelece uma nova parceria; uma parceria entre o jornalista e o procurador. E, desde aí, quase todas as denúncias de corrupção que surgem na imprensa, a origem é o Ministério Público, e elas são alimentadas, também, pelo Ministério Público.

Então, essa parceria, ela vai dominar todo o ano, a década de 1990. O ponto de partida dela é a CPI, a chamada CPI do Collor, e depois a CPI dos anões do orçamento. É o ponto de partida. A partir daí é, na verdade, uma parceria que se formou. Agora, durante a década de 90, existe um outro, ocorreu um outro fenômeno muito interessante: que a Polícia Federal perdeu aquele traço ideológico de polícia política, adquirida durante o regime militar, e ela sofreu uma verdadeira transformação, com a incorporação de novos quadros que são atraídos, também, por novas carreiras, por salários mais altos, e a PF se transforma numa verdadeira polícia do Estado Brasileiro, destinada a investigar o crime organizado, a corrupção, o tráfico de drogas, etc.

No início do Governo Lula, no primeiro mandato do Governo Lula, a Polícia Federal passa a ser uma das principais fontes de informação da imprensa no combate, na luta contra a corrupção. É preciso lembrar – têm representantes, aqui, do TCU, também –, é preciso se lembrar, também, que os relatórios resumidos de auditoria e os acórdãos do Tribunal de Contas da União são preciosos para nós da imprensa, porque eles nos balizam com informações muito consistentes sobre os casos que estão sendo investigados.

Agora, eu acho... Eu ouço sempre isso e eu acho um exagero as pessoas acharem que a imprensa investiga e descobre casos de corrupção por conta própria e desenvolve essa investigação de forma isolada e sozinha. Algumas vezes isso até pode ser possível que isso aconteça, mas, na maioria dos casos, é alguém que está indignado com o desvio do dinheiro público que dá origem ao caso. E isso pode... Essa pessoa pode estar ou no Ministério Público ou na Câmara ou no Senado ou na Polícia Federal ou no TCU ou mesmo no próprio Governo.

Numerosas denúncias só andaram, só foram para frente porque tiveram o apoio dos senhores senadores ou dos deputados. Eu lembro do caso, por exemplo, do escândalo dos precatórios, aquela emissão de títulos estaduais e municipais que deu origem a uma quantidade muito grande de desvios de recursos públicos, que só foi à frente pelo trabalho incansável, tenaz de um senador que dá nome a esta Casa, a esta Comis-

são, o Senador Vilson Kleinübing, de Santa Catarina. Sem ele, aquele caso não teria ido à frente.

Hoje, os veículos de comunicação, todos os grandes veículos de comunicação, eles possuem jornalistas especializados nessa investigação, quer dizer, os chamados jornalistas investigativos. E o principal instrumento desses jornalistas é a pesquisa que é feita nos vários bancos de dados que existem, que estão disponíveis. E essa pesquisa é feita por meio, com ajuda do computador, e por meio da internet.

É incrível como informações que nós levávamos, no passado, meses, semanas, às vezes meses, para obter, hoje você, em minutos, você consegue aquelas informações, às vezes, muito precisas e muito amplas sobre uma determinada pessoa ou sobre uma determinada empresa ou sobre uma determinada obra. Então, esse é um dos principais instrumentos, é essa pesquisa nos bancos de dados hoje existentes.

Mas eu queria, também, chamar – meu tempo está acabando –, mas eu queria chamar atenção, também, para uma mudança extremamente importante que está acontecendo no Brasil e aconteceu no Brasil a partir da aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal: a má gestão do dinheiro público – me desculpe falar –, mas ela sempre foi uma marca da administração pública brasileira até pouco tempo.

Prefeitos, Governadores, até mesmo Presidentes cometiam atos que demonstravam o pouco caso com o dinheiro público. Eu imagino que isso possa estar relacionado com uma questão cultural de não identificar o que é dinheiro, o chamado dinheiro “do Governo”, entre aspas. Então, o povo na verdade, ele não sabe direito de onde que vem esse dinheiro. Parece até que esse dinheiro do Governo é uma coisa infundável, não tem fim. Mas, com o tempo, com o passar dos anos, está ficando cada dia mais claro para as pessoas que o dinheiro do Governo [soa a campainha] é, na verdade, o dinheiro que sai do bolso de todos nós, é o dinheiro do contribuinte. E a Lei de Responsabilidade Fiscal, ela ajudou demais a mudar essa cultura, ela melhorou substancialmente a gestão pública no Brasil, deu maior transparência aos gastos do Governo, porque ela obriga o administrador a prestar conta, com relatórios, às vezes, trimestrais, quadrimestrais, e dá publicidade a esses relatórios, inclusive colocando eles na internet.

Para finalizar, Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que, na minha opinião, têm três passos que precisam ser dados na direção de melhorar a transparência e a gestão pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sr. Ribamar, nós acabamos, acho, sendo muito rigorosos com relação ao prazo. Se

V.S^a entender que precisa de um pouco mais de prazo, nós iríamos transformar de dez para 15 minutos a intervenção de cada um.

SR. RIBAMAR OLIVEIRA: A impressão que eu tenho, Senador, Presidente, é que já foi transformado... Estou acompanhando, aqui, pelo horário e fiquei com a impressão de que foi transformado [risos].

Então, eu gostaria de falar de três passos que eu considero, na minha opinião, são importantes para melhorar essa transparência dos gastos públicos e da gestão pública. Em primeiro lugar, eu acho que é uma luta de vários dos senhores, Excelência, dos senhores, aqui, desta Casa, é tornar o orçamento mais realista, ou seja, aproximar o orçamento executado daquele orçamento que os senhores elaboram, que os senhores aprovam. Por quê? Porque isso aí vai dar mais clareza para o cidadão que acompanha, clareza nas prioridades e como é que elas estão sendo executadas, como elas estão sendo implementadas.

O segundo ponto que eu... O segundo passo é dar mais acesso ao SIAFI. Ampliar o acesso ao SIAFI, que é esse sistema maravilhoso de informações mantido pela Secretaria do Tesouro Nacional. Hoje, os chamados “siafeiros”, Sr. Presidente, que são aqueles técnicos que mexem, que têm acesso e sabem entrar, sabem mexer no SIAFI, são um dos principais aliados de nós... nossos, dos jornalistas brasileiros. E vários senadores e vários deputados mantêm... disponibilizam esses técnicos para o jornalista, para a imprensa. Vários partidos fazem isso.

E eu lembro, inclusive, que, por exemplo, o Deputado Augusto Carvalho, ele chegou a montar uma ONG, chamada “Contas abertas”, que hoje tem um site na internet que faz uma análise preciosa, profunda dos gastos públicos e nos fornece grandes informações sobre o uso de recursos públicos. Então, eu penso que talvez fosse o caso de ampliar isso para entidades sindicais, para outras ONGs, para que as pessoas tenham acesso e vejam como é que o dinheiro público ele é executado. E o terceiro passo e último, se o senhor me permite, é tornar mais efetivas as prestações de contas dos convênios feitos com recursos federais.

Era isso que eu tinha a dizer. Espero ter contribuído para seminário. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): A Mesa agradece a rica contribuição do eminente jornalista Ribamar Oliveira, e espero que ele possa continuar pelo menos por mais um tempo, aí, conosco. E vamos restabelecer a ordem, aqui, da reunião. Eu acabei atropelando. Quem deveria estar conduzindo os trabalhos dessa importante reunião é a nossa coordenadora [risos]. Mas ela, com

esse espírito humano dela, ela já relevou, aqui, essa falha nossa. Então, nós vamos transferir à Senadora Serys Slhessarenko a coordenação dos trabalhos dessa reunião.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHES-SARENKO (PT-MT): Obrigada, Presidente. Sem nenhum problema, imagina, que isso! Eu gostaria... Como disse muito bem o meu Presidente, Senador Leomar Quintanilha, vou começar a coordenação saudando o Senador Quintanilha, o Senador Renato Casagrande. Fazendo, aqui, ao Senador Renato uma saudação muito especial, como autor da solicitação da realização desse evento, a que eu atribuo a maior importância, Senador, e tudo o que acontece, aqui, no Senado, fica gravado, regravado, televisionado e tudo mais, pela importância do evento que vem acontecendo. Já é o terceiro, e que isso seja repassado *a posteriori*, a todos os senadores, pela relevância do acontecimento.

Sr. José Adércio Leite Sampaio, Procurador Regional da República; Sr. Dr. Luiz Antônio Pagot, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura e Transporte; Dra. Doris de Miranda Coutinho, Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Tocantins; Dr. Laércio Mendes Vieira, Secretário-Adjunto de Contas do Tribunal de Contas da União; e Sr. Ribamar Oliveira, jornalista do *O Estado de S. Paulo*, que, aliás, já fez o seu pronunciamento. Nós começamos agradecendo a todos e à senhora, porque aqui não deu para ser a todas, só a todos e à toda. E saudar a todos e a todas que estão aqui presentes, aos estudantes, aos representantes dos vários órgãos, aos assessores da Casa.

Nós, como coordenadora dessa Mesa: “O Poder Legislativo e os procedimentos de sanção à corrupção e à má gestão pública, o que se faz; o que se pode fazer”. Eu gostaria de fazer um pronunciamento, que eu espero que seja breve, mas talvez não seja nem tanto. Eu pediria ao Presidente que marque, aí, dez minutos para a minha fala, e, logo de imediato, passaremos a palavra, pela ordem, ao Dr. Luiz Antônio Pagot e, na sequência, o Dr. Laércio, a Dra. Doris, o Dr. Adércio... Nesta ordem.

Sr. Presidente, senhoras e senhores, Sr. Senador Casagrande, ilustres convidados, em nome da nossa Comissão de Meio Ambiente, sob a Presidência do nosso querido Senador Quintanilha, é a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle. Reitero, como já disse, aqui, as boas-vindas a esse ciclo de audiências que leva o título de “Controle público – instrumento de cidadania”.

Já tivemos, como o nosso Presidente anunciou, duas instigantes sessões de debates que abortaram

os temas: 1º) instituições de padrões de controle, diagnósticos e soluções, coordenada pelo autor da solicitação desse evento, Senador Renato Casagrande, e, na última semana, tivemos a Mesa que, intitulada “Prevenção de fraudes e desperdícios”, coordenada pelo nosso Senador Augusto Botelho.

Hoje, como já está sendo anunciado, trataremos de repressão aos atos irregulares, cabendo a mim cuidar do tema: “Poder Legislativo e os procedimentos de sanção – coordenar, né – de sanção à corrupção e à má gestão pública – o que se faz; o que se pode fazer”.

Inicialmente, senhores e senhoras, devemos nos remeter às primeiras funções do por que foram instituídos os parlamentos. Para limitar os poderes dos governantes e submetê-los aos maiores interesses da nação. Montesquieu, ao vislumbrar uma divisão de poderes que protegessem o interesse dos cidadãos, imaginou três poderes independentes e harmônicos entre si: o Executivo, o Legislativo e o judiciário, que, no seu relacionamento, independência se controlassem mutuamente.

Os federalistas americanos vislumbraram a criação de um sistema de pesos e contrapesos entre os poderes que evitasse a instituição de uma tirania. O poder absoluto corrompe absolutamente. Nesse contexto, o nosso sistema político foi sábio ao conceder a titularidade do controle externo, no art. 70 de nossa Constituição, ao mais democrático e transparente dos poderes, o Legislativo. Mas, como sabemos, não é uma construção simples, é uma estrutura bastante complexa, de pesos e contrapesos, onde a função judicante, portanto repressiva, está concentrada no Poder Judiciário, e este poder ser fundamentalmente provocado por um órgão autônomo, o Ministério Público, autônomo – que eu defendo –, com o papel de guardião da lei – que, inclusive, já foi muito bem... as colocações foram muito bem feitas pelo Dr. Ribamar.

Outros pontos importantes a serem destacados, nessa complexa construção, é a própria estrutura desse controle externo, cuja titularidade é do Poder Legislativo, mas está assentada em um controle interno de cada poder e possui um órgão auxiliar técnico em forma de Tribunal Administrativo, que tem características que em muito ultrapassam as competências de um Tribunal comum, atuando como órgão de auditoria, ouvidoria e órgão consultente.

Aprofundando, ainda, na complexidade do sistema, vemos que o Tribunal de Contas da União, no que pese, tenha sido inicialmente definido como auxiliar do Congresso Nacional, no art. 70 de nossa Constituição, no artigo seguinte, ganha importantes e complexas competências e titularidades constitucionais no exer-

cício das funções de controle administrativo da administração pública.

Essa introdução se faz necessária, senhores e senhoras, para analisarmos qual, efetivamente, é o papel do Congresso Nacional nessa tentativa de construir um efetivo sistema de controle. O Congresso Nacional é o órgão central do controle político federal, tendo a competência do controle dos crimes de responsabilidade das autoridades federais, conforme dispõe a Constituição e a lei nº 1079, de 10 de abril de 1950. No que concerne ao controle administrativo, desempenha importante papel de controle ao realizar investigações, quer por meio de suas comissões temáticas permanentes, quer por comissões de inquérito temporárias, e provocar melhorias na máquina administrativa do Estado. Porém, não possui, nem deve possuir, titularidade para sanções de natureza penal.

Não menos importante, por vezes esquecida, quando falamos de controle, temos a função precípua do poder a que servimos, a função de legislar. Nessa direção, temos a implementação de todos os aperfeiçoamentos a serem produzidos no sistema de controle do conjunto de normas e sanções a serem cobrados pelo Ministério Público, poder Judiciário e tribunais de contas. Sob nossa responsabilidade, temos questões centrais de aperfeiçoamento das relações entre partes do sistema de controle. Entre as importantes discussões travadas nos últimos anos sobre controle e estruturas administrativas, temos, entre outras: a implantação do marco regulatório das parcerias público-privadas; a Legislação sobre consórcios públicos; a Legislação sobre compras por pregão eletrônico, anualmente; as discussões e os aperfeiçoamentos das diretrizes orçamentárias; e, em um passado um pouco mais distante, a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Atualmente, em discussão nas duas casas do Congresso, destacamos os seguintes normativos: o marco regulatório do gás e da concessão de águas e saneamento e as normas relativas ao Programa de Aceleração do Crescimento, em específico as de controle de despesas. Como grande agenda inacabada e trabalho a ser enfrentado em horizonte não longínquo, destacamos a discussão da lei que deve vir a substituir a atual lei de orçamentos e finanças públicas, a lei nº 4320, que é de 1964, e, apesar de suas sabidas qualidades, foi elaborada em um universo social e tecnológico bastante distinto da realidade atual do país.

Hoje, o Congresso tenta superar essas lacunas, por meio da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que é anual e temporária, o que leva a considerável grau de incerteza. Outros importantes pontos da agenda legislativa que devem ser retomados são relativos a ações legislativas que contemplem a transparência e

a fiscalização do orçamento da União, como: reforma do sistema político eleitoral que equacione o financiamento das campanhas e o efetivo controle de gastos e despesas; a urgente e necessária reestruturação da Legislação, com a discussão da nova lei que trata de finanças públicas, discutindo a questão do orçamento impositivo; instituir um outro item; instituir anexo de obras em andamento na LOA e redefinir e limitar o conceito e a aplicação das prioridades de metas.

Eu acho que eu estou meio traumatizada, porque eu estou relatora da Lei de Diretrizes Orçamentárias, então eu estou sofrendo todo esse problema e estou realmente me atendo muito a essa questão.

Limitar a possibilidade de emendamento, estipulando critérios técnicos para o emendamento e justificção adequada; priorização das emendas coletivas em detrimento das individuais; eliminação de dotações globais e/ou irrisórias que caracterizem janelas orçamentárias; fortalecimento das Comissões de Fiscalização e Controle das casas legislativas; instituição de uma Comissão Mista de Fiscalização e Controle; instituição de mecanismos de fiscalização do TCU e controle interno, com base em desvios dos custos padronizados; e instituir mecanismos de acompanhamento permanente da execução física, financeira e orçamentária dos principais programas de Governo; e assim por diante.

Nesse sentido, encerrando, temos uma relevante agenda de discussão já construída, que deve ser levada em consideração, e avançar nas reformas legislativas necessárias, bem como promover a integração necessária com as instituições de controle e com a sociedade civil, com o fim de construir um efetivo sistema de controle para uma sociedade democrática.

Eu tentei, senhoras e senhores presentes, fazer um resumo do nosso papel, fundamentalmente. Porque os outros papéis, é óbvio, nós estamos aqui para buscar subsídios. O Senador Casagrande, quando buscou a construção deste evento, a gente sabe, tem bastante clareza disso, foi bastante discutido que o objetivo é realmente esse: é o aperfeiçoamento, cada vez mais, desses limites, possibilidades e ampliação de formas de controle da questão da coisa pública, em todos os seus sentidos. Eu agradeço, aqui, a contribuição do *O Estado de S. Paulo*, jornal que tem toda uma história e que foi muito bem, as colocações, eu atribuo, da maior relevância, do jornalista Ribamar. E passo a palavra, de imediato, ao Dr. Luiz Antônio Pagot, Diretor-Geral do DNIT, que irá tratar do controle *a posteriori* e seus impactos nos órgãos gestores de grandes investimentos públicos. Com a palavra o Dr. Luiz Antônio Pagot. [palmas] Por 15 minutos.

SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT: Bom dia ao Plenário. Cumprimentos especiais: ao Senador Leomar Quintanilha, Presidente da Comissão; à Senadora Serys Slhessarenko, que é a nossa coordenadora nessa Mesa de trabalhos; ao Senador Renato Casagrande; aos ilustres colegas de trabalho do DNIT; o nosso Senador suplente Osvaldo Sobrinho; e o nosso coordenador de controle interno Cajar Nardes; e aos companheiros e colegas e ilustres convidados que fazem parte dessa Mesa de trabalhos.

É extremamente importante, Senadora Serys, esse debate, mas também é extremamente importante que nós consigamos tirar desse debate ensinamentos que possam nos proporcionar ainda mais melhorias; o que já vem acontecendo na questão da organização do controle interno e externo das contas públicas.

O DNIT, com certeza, Senador Renato Casagrande, é um dos órgãos mais fiscalizados na ação brasileira. Nós somos, hoje, fiscalizados diretamente por oito instituições: o Tribunal de Contas da União, a Auditoria Geral da União, o Ministério Público Federal; por força de convênios: o Ministério Público Estadual e o Tribunal de Contas do Estado, a Controladoria-Geral da União, a auditoria interna e, agora, por conta das obras do PAC, através de um instrumento criado na Casa Civil, por uma controladoria de auditoria da própria Casa Civil. Então, o DNIT é fiscalizado por oito organismos de controle interno e externo. Esses oito organismos de controle interno e externo, só para exemplificar, só a atuação do TCU no DNIT, no ano 2007, nós... No caso do TCU, foram exarados 145 acórdãos que geraram 147... aliás, 143 novos processos, 71 procedimentos de fiscalização, 50 representações, seis monitoramentos, cinco denúncias, três tomadas de conta especial, uma prestação de contas e uma solicitação ao Congresso Nacional. Então, isso só a atuação em 2007 do TCU no DNIT.

No caso da CGU, nós tivemos 180 procedimentos da Controladoria-Geral da União na fiscalização das obras. Além disso, nos Estados em que acontecem as obras, nós temos as superintendências regionais e, além de termos as superintendências, nós temos muitos convênios com Estados e Municípios, que são controlados através de um braço do TCU, denominado SECEX, que é a Secretaria de Controle Externo.

A cada ano que passa, a gente percebe que os órgãos de controle interno e externo têm um melhor aparelhamento, o que é muito importante. E o que nós estamos fazendo desde o dia 3 de outubro de 2007 lá no DNIT a respeito disso? A nossa meta clara, o nosso objetivo claro com relação às obras, são obras de qualidade por preços competitivos. Temos 3.400 contratos de obra abertos, entre os quais, 600 convênios.

Então, realmente é um organismo ativo em toda a nação brasileira. O valor, o volume desses contratos, hoje, dão 45 bilhões de reais, fora as obras do PAC que vão ingressando, agora, ao longo do ano de 2008, 2009, e irão ingressando, também, em 2009 e 2010.

Provavelmente, a nossa carteira de obras, ao chegar em 2010, estará bem superior aos 45 bilhões, mesmo com as obras sendo executadas. Imediatamente, tomamos algumas providências que denomino providências de gestão ou providências administrativas. Como, por exemplo, a criação de um grupo de trabalho de controle interno e um grupo de trabalho de controle externo, com advogados, com engenheiros que possam, efetivamente, responder a todas as demandas traduzidas pelos relatos e acórdãos.

Também com relação ao CGU, que eventualmente recebíamos um relatório bimestral, semestral ou anual, nós passamos a intensificar o relacionamento, criando uma reunião sistêmica, que, nos primeiros três meses, praticamente foram feitas semanalmente. Posteriormente, como a gente começou a andar razoavelmente bem com todas as demandas, nós transformamos essas reuniões em quinzenais. Mas são reuniões em que, ao invés de aguardarmos o relatório para sair elidindo os fatos, nós imediatamente avançamos no sentido de dirimir, de reduzir as possibilidades de qualquer vício ou de alguma ação incorreta que possa causar prejuízos futuros.

O objetivo claro, se nós pudéssemos ilidir todos os malfeitos em tempo real, evidentemente esse seria o objetivo, porque nos daria uma transparência inestimável na questão da utilização dos recursos públicos e também uma intensa interação institucional com os organismos. Nós passamos a freqüentar a SECOB, a SECEX, dentro do Tribunal de Contas da União, os gabinetes dos Ministros, passamos a freqüentar a Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, porque, no seu anexo 6, através do anexo 6, tem 22 obras paralisadas e que nós precisamos responder por elas.

Também com relação ao CGU, já mencionei, mas a Auditoria-Geral da União e outros organismos de controle, nós intensificamos essa relação institucional, com o objetivo claro de nós termos uma ação extremamente transparente com relação à gestão no DNIT. Também com relação a metodologias, nós queremos sugerir ao Congresso, especialmente a essa Comissão, uma modificação de metodologias, Senadora Serys. Por exemplo, nós normalmente estamos atuando em cima do efeito, quer dizer, as obras já realizadas ou edital que já está na praça, ou o convênio já em andamento. Então, é esse tipo de ação. Mas nós precisamos nos antecipar. Em vez de trabalharmos numa

ação do efeito, trabalharmos para eliminar as causas que podem gerar efeitos nocivos.

Então, dentro dessa visão, ontem, inclusive, entreguei ao Ministro Presidente do Tribunal de Contas da União um documento – que eu considero uma vitória do DNIT e que, com certeza, vai ser uma vitória das instituições de aplicação de recursos da nação –, que é um edital padrão de obras e serviços. Esse edital padrão de obras e serviços, ele nos foi recomendado ao longo de 2004, 2005, 2006, e assim por diante, em diversos acórdãos e não foi implementado. Imediatamente, nós nos debruçamos, trabalhamos intensamente com os órgãos de controle e definimos um edital padrão que, com certeza, irá reduzir em muito o vício das obras e, principalmente, medir a subjetividade, principalmente, na contratação de obras e serviços.

O resultado desse edital padrão, com certeza, nós vamos poder observar ao longo dos próximos meses e anos, no aperfeiçoamento da contratação dessas obras e, principalmente, na redução de relatos constatando irregularidades, porque, efetivamente, ele conserta uma série de instrumentos inadequados que vinham sendo utilizados.

Então, ontem, eu fui ao Tribunal de Contas, agradei ao Ministro, ao Alckmin, a todos os ministros que tiveram a oportunidade de fazer uma contribuição ao DNIT, em diversas épocas, e, com certeza, esse edital padrão, de agora para frente, será aperfeiçoado e será um instrumento importante para que cada vez mais nós estejamos num caminho de obras de qualidade com preços competitivos.

Um outro fato que eu gostaria de comentar, aqui, é a questão da interrupção que ocorre por conta do orçamento. O ideal para as obras públicas era que não sofresse qualquer tipo de interrupção, que nós não tivéssemos um *gap* de tempo, principalmente até a abertura do orçamento, para se dar início no trabalho ou retomada de trabalho de muitas obras públicas.

Essas obras públicas, muitas delas sofrem com o problema da sazonalidade, principalmente das chuvas, para quem trabalha em obras rodoviárias ou ferroviárias. Nós sofremos muito com isso. Em algumas regiões do Brasil, consegue-se trabalhar, quando muito, quatro meses por ano. Então, nós ainda perdemos um tempo extraordinário com a questão da aprovação do orçamento. Então, isso seria fundamental que se encontrasse uma metodologia, um mecanismo, para que não tivesse, por conta da questão orçamentária, as interrupções de obras públicas.

Também com relação à paralisação de obras, vez por outra, nas obras são identificadas algumas irregularidades. Irregularidades de preço, irregularidades na composição, num detalhamento do proje-

to. E as obras são paralisadas. Que nós tivéssemos, Senadora Serys, um mecanismo para que se evitasse a paralisação das obras. Então, um seguro, uma conta caução, algum tipo de mecanismo que tivesse respaldado pela lei para que, imediatamente, tanto o DNIT como as empresas contratadas pudesse fazer uso desse mecanismo para que e, obviamente, sem ninguém fugir da sua responsabilidade, mas que não tivéssemos obras paralisadas.

Nós temos algumas obras, Senador Casagrande, Senador Leomar Quintanilha, que estão com mais de 80% delas concluídas e até agora estão paralisadas por algum motivo. Quer dizer, isto causa um dissabor extraordinário, reduz a qualidade de vida das pessoas nessa região e contribui, com certeza, para os acidentes. E temos inúmeras obras, num total de 112 delas, com paralisações por algum motivo e que nós não conseguimos avançar com essas obras, e muitas delas estão a dois, três anos paralisadas, por conta de questões jurídicas institucionais. Que, se nós tivéssemos um mecanismo desse, nós continuaríamos com as obras, concluiríamos elas. E, evidentemente, quem tiver que ser apenado que vá ser apenado, quem tiver que devolver dinheiro que vá devolver e que tivesse um instrumento em lei que provesse lá uma caução, uma conta seguro, de maneira que... de maneira nenhuma a nação brasileira fosse prejudicada.

Então, esse eu vejo que é um trabalho que nós temos que fazer, também, para que não haja paralisação das obras. Além do custo que aumenta. Porque é de lei, também, que, mesmo estando com a obra paralisada, a cada ano os empreiteiros têm um reajuste.

Transferência de responsabilidade na fiscalização dos convênios. Nós estamos sugerindo, inclusive estamos discutindo isso com os órgãos de controle, se for possível na... na própria... no próprio contrato feito pelos convênios, no próprio convênio que são feitos com os Estados, os Municípios, que haja a possibilidade, principalmente, que esses Estados e Municípios, mesmo sendo obras cuja origem do recurso é federal e que tem uma participação de Estados e Municípios, sejam fiscalizados no local e sejam, principalmente, fiscalizados pelo Tribunal de Contas do Estado.

Por que isso? Eu vejo que seria uma delegação de competência ao Tribunal de Contas. Nos Estados, eles estão muito aparelhados; seria uma descentralização importante. Nós reduziríamos o custo da fiscalização, porque já tem um aparelhamento nos Estados. Nós também teríamos a possibilidade de, num menor espaço de tempo, termos os relatórios, fazermos as defesas, enfim, trabalharmos com esses processos. Além do que, a centralização é muito difícil. Por mais que o Tribunal de Contas da União, através da SECEX, da

SECOB, por mais que a CGU, através dos seus organismos, tenham ramificações em toda a nação brasileira, mesmo assim, eu vejo que é muito difícil, e o tempo [soa a campainha] que se leva entre uma obra e outra é significativo. Já estou terminando, Senadora.

Também, um dos defeitos que eu vejo, e aí não é uma questão pequena, é a questão da burocracia nacional. Nós há muitos anos atrás, fizemos um belo trabalho com relação à redução da burocracia, mas, com certeza, a burocracia amplia a possibilidade de corrupção. E a cada ano que passa a burocracia tem aumentado e aumentado de maneira preocupante. Então, com certeza, nós teríamos que fazer, também, no sentido de reduzir a burocracia dos organismos públicos que, muitas vezes, determinadas leis, determinadas normas, determinados tipos de instruções normativas, eles acabam colidindo um com o outro, acabam contribuindo para que determinados processos demorem exaustivamente.

A questão do aprimoramento da lei dos processos administrativos. Existe uma lei, que é a lei dos processos administrativos [soa a campainha]. E essa lei dos processos administrativos, ela estabelece alguns prazos, mas só em casos específicos de processos. Nós, com certeza, Senador Renato Casagrande, Senadora Serys, se nós tivéssemos uma redução dos prazos e uma... E nessa nova lei, que, em alguns casos, se estipulassem prazos para esses processos administrativos poderem ser conclusos, com certeza nós também estaríamos contribuindo para a redução da corrupção e, principalmente, para termos, praticamente num tempo muito mais curto, quer dizer, a conclusão de alguns dos trabalhos que levam dois, três, até cinco anos para chegar à conclusão e que prejudicam muito determinadas obras, determinados serviços, e há um custo extraordinário para a nação.

Então, essa modificação na lei dos processos administrativos, principalmente na redução dos prazos que têm que ser emitidos os pareceres, eu considero importante [soa a campainha]. A questão, e finalmente quero concordar absolutamente com a Senadora, na questão da regulamentação técnica sobre as emendas LDO. Considero fundamental para que, de um ano para outro, porque têm obras, muitas vezes, que atravessam cinco, seis, até dez anos, pela complexidade, pelo tamanho das obras. E elas, muitas vezes, elas não têm uma continuidade e, de um ano para outro, mudam-se determinadas regras que necessariamente tinham que estar vigentes, de acordo com o contrato inicial.

Então isso também nos traz muitos... muito retrabalho, e eu vejo que isso estaria numa linha direta da contribuição para que nós pudéssemos fazer as obras com muito mais eficácia, com muito mais eficiência e

com muito mais efetividade. Agradeço o convite e estou à disposição.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHES-SARENKO (PT-MT): Obrigada Dr. Luiz Antônio Pagot, pela sua significativa, com certeza, muito significativa contribuição. Com a palavra, o Dr. Laércio Mendes Vieira, Secretário-Adjunto de Contas do TCU, sobre restrições, limitações e perspectivas de fortalecimento institucional dos Tribunais de Contas na missão de controle [pronunciamento fora do microfone]. O Sr. Presidente está fazendo um apelo pela inversão da pauta. Então, falaria, antes do Dr. Laércio, a Dra. Doris de Miranda Coutinho... Eu não sei por que ele está pedindo... [risos] Estou brincando, Presidente.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Ela é Presidente do Tribunal de Contas do meu Estado, e V.Ex^a sabe, eu tenho necessidade de me retirar, agora, às 10h30, e eu não gostaria de fazê-lo sem ouvi-la.

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHES-SARENKO (PT-MT): Sim, o senhor desculpe a brincadeira, mas é que, se tivesse o Presidente do Tribunal de Contas do meu Estado, com certeza eu também faria a mesma coisa. Dra. Doris de Miranda Coutinho, Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins. Com a palavra, a Dra. Doris e, logo de imediato, o Dr. Laércio, a quem agradecemos.

SRA. DORIS DE MIRANDA COUTINHO: Excelentíssimo Sr. Senador Leomar Quintanilha, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, do Senado Federal, Excelentíssima Sra. Senadora Serys Slhessarenko, coordenadora desta Mesa, Excelentíssimo Sr. Senador Renato Casagrande, na pessoa dos quais cumprimento os demais componentes desta Mesa. Senhores e senhoras, técnicos aqui presentes, servidores, convidados e profissionais da imprensa. Eu agradeço muito o convite, a oportunidade de estar aqui para passar um pouco da visão de quem está atuando nos Tribunais de Contas, como eu, que sou de carreira.

Comecei, fui técnica, passei por todos os Estados, fui técnica, fui membro do Ministério Público Especial de Contas, fui alçada a conselheira e hoje sou a Presidente do Tribunal. Então lhes confesso que hoje me sinto mais confortável em falar sobre controle, porque não tenho mais apenas a ótica do fiscal da lei ou a ótica do técnico, ou a ótica do julgador, mas também a ótica do administrador. E nisso concordo com algumas das considerações do Dr. Luiz Antônio: a Legislação nos emperra muito.

Eu costumo dizer que nunca mais, depois de Presidente, de ordenadora e gestora, nunca mais serei a

mesma julgadora. Ao menos enquanto tivermos sob a vigência das leis a que estamos nos submetendo hoje, a lei de licitação, já ultrapassada e um mecanismo realmente de burocratização da administração pública.

Bom, eu vou começar dizendo que eu entendo que já o tema dessa... o tema que nos reúne, hoje, aqui, controle público, instrumento de cidadania, já é bastante instigante. Eu tenho... Foi plataforma da minha gestão buscar, levar o Tribunal à sociedade tocantinense e fazer essa inserção do controle na consciência do exercício da cidadania ou no próprio conceito de cidadania e também fazer com que os ordenadores, os administradores públicos entendam que controle não se dissocia da democracia. O controle faz parte, é também integrante da própria concepção de democracia.

Claro que, de controle, ninguém gosta de controle; isso a gente tem uma visão clara. E não é uma particularidade dos brasileiros. Até ontem estava com o Presidente do Tribunal de Contas da corte da União Européia, o qual ele congrega 26 diferentes status, diferentes países, e, em conversas nesses dias, ele disse também ter a mesma dificuldade. De modo que não é uma cultura brasileira não gostar de controle. É uma característica, eu creio que, do próprio ser humano.

Mas eu... Nessa minha caminhada dentro do Tribunal, na minha trajetória profissional dentro do Tribunal de Contas, eu entendo que nós temos, sim, instrumentos e procedimentos de controle eficientes, eficazes. O que nos falta no sistema de Tribunal de Contas, que é um sistema... ou no Tribunal de Contas em si, um órgão tão grande, que tem sete conselheiros em cada Estado, tem o seu Ministério Público próprio, mas o que nos falta, no final, é um mecanismo que efetivamente faça isso aqui que sugere também o título: a repressão efetiva aos atos irregulares.

E porque nos falta – eu começo já com a minha conclusão. Porque, quando a Constituição disse que as decisões dos Tribunais de Contas constituem título Executivo, infelizmente ela não nos disse quem faz essa execução. E, aí, de discussões doutrinárias, de discussões jurisprudenciais, acaba-se que os Tribunais de Contas da União e dos Estados estão com prateleiras abarrotadas de milhões e milhões de imputações de débitos que não voltam ao erário público.

Então, aí, o meu entendimento é que, para eficiência, para a eficácia do controle, do controle externo, a eficácia dele depende da conjugação de quatro fatores. De ações preventivas, primeiro, face essa deficiência na execução das nossas decisões, das decisões dos tribunais; essas ações preventivas, que é também uma função do Tribunal de Contas a função pedagógica. Ou seja, nós observamos na lide do dia-a-dia que muitos, sobretudo nas administrações municipais, que muito

erro, muita falha acontece por desconhecimento da Legislação, sobretudo no nosso Estado, que é uma realidade onde a maioria deles são ponto oito(F)... O Senador Quintanilha está aqui para me... são municípios pequenos, a dificuldade dos senhores prefeitos de ter pessoas capacitadas para trabalhar nas suas gestões.

Então, eu tenho buscado, e outros tribunais também, atuar muito nessa função pedagógica, para prevenir o erro. Porque uma vez que lesado erário, a gente sabe que não mais ele é recomposto por falta, por falha na execução das nossas decisões. Concorre, também, para essa eficácia, a regularidade no exercício do controle externo.

O que eu quero dizer com regularidade no exercício do controle externo? Que o tribunal há que ser assíduo, e isso nós temos conseguido no nosso Estado. No exercício passado, com o enxugamento da máquina do nosso custeio, com um orçamento, todos estão com um orçamento escasso. Mas, com a escassez extrema do nosso orçamento, nós, enxugando, então, as despesas de custeio, conseguimos auditar nossos 139 municípios. Então, o Tribunal foi presente, no exercício de 2007, nos 139 municípios, não só fazendo exercício fechado, ou seja, pegar a prestações de contas que o Prefeito mandou para o Tribunal, botar embaixo do braço. E vão os técnicos a campo e fazem a constatação do que ele informou ao Tribunal com o que existe ou com o que ele efetivamente apresenta *in loco*, e também nas auditorias de regularidades, inspeções, muitas dessas motivadas por denúncias.

Ano como este, um ano eleitoral, é um ano, infelizmente, é um ano não de denúncia, mas de “denuncismo”. Então, os tribunais se vêem abarrotados com denúncias, muitas delas sem nenhum fundamento, que, com fundamento ou não, despendem tempo dos técnicos e de nós conselheiros para acatá-la ou não, conhecê-la e processá-la ou não. Um outro instrumento para contribuir na eficácia desse controle é a... seria o planejamento. E esse planejamento, todos nós, todos os Tribunais de Contas estão correndo atrás da tecnologia da informação. Usar desses recursos para otimizar o tempo e... otimizar o tempo com o pouco... com os poucos servidores que nós temos. Todos os tribunais têm deficiência de Recursos Humanos.

O TCE do Tocantins, hoje, a exemplo de poucos outros, isso eu digo com muita satisfação, Senador Leomar –, que nós estamos na dianteira de muitos Estados muito mais ricos do que nós e temos já instituído para os municípios e, no próximo exercício, já teremos também para o Estado um plano de contas único, o qual possibilita a uniformização das informações, dos dados contábeis, tornando possível a geração de

relatórios de natureza orçamentária, financeira e patrimonial – nesses relatórios patrimoniais se incluem não só os móveis e imóveis, mas também as dívidas e os créditos inscritos na dívida ativa –, além de possibilitar a geração, também, dos relatórios pertinentes à Lei de Responsabilidade Fiscal, que muito bem colocou o jornalista... Desculpe, o jornalista Ribamar. Desculpem. Que veio essa lei trazer tantos benefícios à administração pública.

Então, o nosso sistema, hoje já implantado e em funcionamento no Tocantins, permite a geração de mais... de todos os demonstrativos solicitados pela... exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, e isso não só no sistema, mas também com certificação digital. Então, a idoneidade das... desses dados faz preocupação naquele que está nos fornecendo, no gestor, no ordenador.

E, a propósito dessa busca de tecnologia, que tem sido feita por todos, tem... todos os tribunais estão envolvidos, incluindo o TCU, há que se registrar um programa financiado pelo BID, o maior programa internacional nesse... na área, que vem trazer recursos com a interveniência do Ministério do Planejamento, para que modernizemos o nosso sistema de controle externo como um todo. Então, graças a esse projeto nós estamos, todos os tribunais, renovando seu acervo de computadores, treinando seus técnicos e possibilitando, também, que levemos esse treinamento na nossa função pedagógica, treinando, também, aqueles sujeitos à nossa jurisdição, sujeitos à nossa fiscalização.

Também concorre para a eficácia do controle a tempestividade das fiscalizações. E, para isso, o sistema, a tecnologia nos auxilia e muito. Porque esses relatórios, esses dados não são enviados bimestralmente. Isso possibilita com que o técnico, imediatamente, de posse desses dados, já comece a gerar os relatórios, ele possa fazer a análise e, praticamente, então, conseguimos fazer um controle concomitante, não prévio, porque assim não nos permite a Constituição, mas ao menos concomitante, o que tem, também, contribuído em muito para a correção de procedimentos, então, coibindo a evasão do dinheiro público.

Um dos mecanismos fortes que temos, muitos tribunais estão usando, inclusive o nosso TCU, também faz, inclusive o Ministro Ubiratan, outro dia desses, me disse que, na análise de editais e no mecanismo das decisões cautelares, economizou para o erário público federal, o TCU conseguiu proteger mais de seis bilhões de reais, com a análise de editais, que, infelizmente, muitas vezes, tem desaguado no Judiciário, que há gestor, há ordenador que entende como sendo controle prévio, e não concomitante, mas posso

lhes assegurar que é controle concomitante, previsto, com previsibilidade, inclusive, na lei de licitação, que, embora já antiga, prevê esse mecanismo de que os tribunais possam requisitar, possam analisar os editais e, com isso, também, na análise desses... da sua formalidade, prevenir...

É concomitante e, ao mesmo tempo, ele tem uma característica não prévia, eu digo preventiva. E, como eu digo, são... é um mecanismo muito forte essas decisões cautelares que vêm sendo usadas pelo TCU e pelos tribunais, com previsão nas nossas leis orgânicas, que têm auxiliado muito nessa... no controle, na... em segurar a evasão de recursos.

Uma outra questão que o sistema tem nos proporcionado é a celeridade processual. Porque, com esses dados em mãos, com a geração desses relatórios, possibilita aos técnicos uma tramitação mais desburocratizada dentro, no âmbito do Tribunal. E, também, lançando mão da tecnologia da informação, já entramos, a exemplo do Judiciário, até porque eu vejo, aí, Senadora Serys, eu ousou discordar um pouco de V.Ex^a [soa a campainha] quando diz que... Eu entendo que, na linha de pensamento de alguns doutrinadores, alguns juristas, como o Ministro Carlos Brito, por exemplo, que o Tribunal de Contas, ele tem mais um contorno jurisdicional do que um controle administrativo, porque todas as suas atribuições, todo o seu contorno de funcionamento está colocado na Constituição.

Eu ousou discordar de V.Ex^a, embora lhe respeite, e isso não quer dizer que eu não lhe seja a maior admiradora. Enfim, e um outro mecanismo são as sanções. Quais são as sanções que fazemos? Que lançamos mão das imputações de débito e das multas de caráter reparador ou de caráter meramente punitivo, indisponibilidade de bens, inabilitação para cargos eletivos e de confiança.

E, aqui, mais uma vez, eu reforço a frustração que sente um conselheiro, a frustração que sentem o corpo do Tribunal de Contas, quando vêm as suas decisões, repito, nas prateleiras. São milhões e milhões de débitos imputados que... com processos devidamente instrumentalizado e que, infelizmente, embora tenha força de título executivo, não têm sido, não têm sido executados. Porque há uma discussão se seria competência das procuradorias fazendárias, se é competência do Ministério Público. Mitos tribunais têm convênio com o Ministério Público Estadual, e se faz a execução desses títulos através de Ação Civil Pública de caráter executório. E a deficiência em se atribuir essa competência à Procuradoria fazendária seria dizer ao Procurador, sujeito ao chefe do Poder Executivo, que execute ele mesmo, "Execute a si".

Então, logicamente que esse sistema não funciona. Jamais... Se isso não funciona em nível, na esfera estadual, imaginemos quanto não funciona na esfera municipal, onde a proximidade ainda é muito maior entre o Prefeito ordenador, gestor, com o Procurador do município.

Eu vejo que os Tribunais de Contas, em sua trajetória, evoluíram muito, Senador Renato, sobretudo quando a Constituição de 88 já torna a sua composição mista. Então, hoje, já temos assento no... assento à Mesa, ao Tribunal pleno, um auditor e um membro oriundo da auditoria, ou seja, da Casa técnica, e um membro oriundo do Ministério Público especial junto aos tribunais. Então, eu acho que nós já evoluímos muito e digo, com toda sinceridade, que eu, com a minha experiência de mais de dez anos em todas as esferas do Tribunal de Contas, que o nosso maior problema, hoje, é a falta de um comando constitucional para exequibilidade dos nossos... de legitimidade de quem fará a execução das decisões dos Tribunais de Contas. É isso que eu vou buscar me... Cumprir o tempo. São as colocações que eu tinha a fazer.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHES-SARENKO (PT-MT): Em primeiro lugar, eu já quero justificar, o Sr. Presidente precisa se retirar imediatamente. Eu não sei como, né, porque já tem dez minutos que o avião dele já deve ter saído [risos]. Boa viagem. Queria anunciar, também aqui, que passaram por aqui toda a bancada de Mato Grosso: o Senador Gilberto Goellner e o Senador Jayme Campos. Queria agradecer à Dra. Doris de Miranda Coutinho, dizer a ela que não tem que ter nenhuma preocupação, porque faz parte da democracia o contraditório. E isso é muito importante. E queria, também, dizer, Dra. Doris, que, com todo o respeito e admiração, etc. e tal, e a consideração e o reconhecimento da importância de todos e de todas que participam dos Tribunais de Contas de todos os Estados, mas eu quero render uma homenagem especial, aqui, à senhora, por ter uma mulher Presidente de um Tribunal de Contas de um Estado. Isso honra muito a mulher brasileira, com certeza.

[palmas]

SRA. DORIS DE MIRANDA COUTINHO: [pronunciamento fora do microfone] E Presidente, hoje, só eu.

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHES-SARENKO (PT-MT): Pois é. Isso para a mulher brasileira é muito importante. Eu disse, aqui, com todo o respeito e admiração e sem nenhuma discriminação aos homens. Mas que nós temos que construir o nosso espaço de poder, com certeza, político. E, pela sua fala, eu vi o seu compromisso, a competência técnica

e o seu compromisso político, não partidário, compromisso com a causa que defende. Parabéns.

SRA. DORIS DE MIRANDA COUTINHO: Obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHES-SARENKO (PT-MT): Quero passar a palavra, aqui, ao Dr. Laércio Mendes Vieira, Secretário-adjunto de contas do TCU, como eu já havia anunciado, que falará sobre restrições, limitações e perspectiva de fortalecimento institucional dos Tribunais de Contas na missão de controle. Com a palavra, o Dr. Laércio.

SR. LAÉRCIO MENDES VIEIRA: Muito bom dia. Excelentíssima Senadora Serys Slhessarenko, coordenadora da Mesa, Excelentíssimo Senador Renato Casagrande, senhoras e senhores participantes da Mesa, senhoras e senhores presentes. Eu gostaria de começar agradecendo o convite ao Tribunal de Contas da União. O Tribunal de Contas da União considera muito importante todas essas possibilidades de auxiliar ou de debater, aqui, junto com o Congresso Nacional, que uma das missões mais nobres do Tribunal é exatamente servir de apoio ao exercício de controle externo, aqui, pelo Congresso Nacional.

Bom, gostaria de começar dizendo que a Organização Internacional das Instituições de Auditorias Superiores, a chamada, INTOSAI, em 1977, emitiu uma declaração chamada Declaração de Lima, que dizia qual era o objetivo principal dos órgãos de controle. E, nesse contexto, ele dizia: "O controle não é um fim em si mesmo, mas uma parte indispensável no sistema regulatório, que, dentre outros elementos, tem como tarefa adotar medidas corretivas, identificar responsabilidades, obter compensações e prevenir, ou pelo menos tornar difíceis, algumas violações".

E a nossa satisfação é que a Constituição Federal é plenamente aderente à Declaração de Lima. Então, as competências que foram dadas ao Tribunal de Contas da União e ao próprio Congresso Nacional como titular primário do controle externo são completamente aderentes às melhores práticas internacionais. Então, em termos de competência Legislativa, nós temos uma boa ou razoável estrutura, um bom arcabouço institucional.

Em termos de cenário nacional, em termos de controle externo federal, competência é primordial do Congresso Nacional, que o faz com o auxílio do Tribunal de Contas da União. Mas existe uma articulação de instituições regulatórias nesse contexto. E, nessa articulação, a gente destaca o papel dos órgãos de controle interno, da Advocacia Geral da União, do Ministério Público da União e pelo menos mais dois que não estão aí expressamente citados, que são a Polícia Federal e, também, a Justiça Eleitoral.

Apenas a título de informação, no ano de 2007 um terço das fiscalizações realizadas pelo Tribunal de Contas da União foram a pedido do Congresso Nacional, foram solicitações do Congresso Nacional. E dois terços foram de iniciativa do próprio Tribunal de Contas da União. Em termos de relacionamento com os demais órgãos, a gente destaca que, dos órgãos de controle interno, a gente recebe aproximadamente 2.000 processos de prestações de contas anuais; transferimos como produtos para a Advocacia Geral da União, no ano 2007, 1.100 processos de cobranças em débito, que somam 403 milhões; transferimos para o Ministério Público da União 950 processos, que representam, na verdade, 90% dos responsáveis que o Tribunal condenou, no período; e, fora isso, compartilhamos e transferimos informações com outros órgãos de controle, que não estão aí expressamente citados.

Bom, então o Tribunal de Contas da União tem competências constitucionais e competências legais, advindas de diversos instrumentos normativos. O caso das competências constitucionais, dentre as que mais chamam atenção, está o papel de apreciar contas do Presidente da República, julgar contas de administradores responsáveis, realizar auditorias e inspeções e, ali, destacado, prestar informações ao Congresso Nacional.

Outras normativas, outras leis nos concederam também outros papéis, outras competências, como a própria lei orgânica do Tribunal, a Lei de Responsabilidade Fiscal, a lei 8666 e a lei 9755, que trata de contas públicas.

O Tribunal de Contas da União tem como missão assegurar a efetiva e regular a gestão dos recursos públicos, em benefício da sociedade. Por essa missão, já se percebe que o papel do Tribunal é amplo. O Tribunal tenta desempenhar seu papel por uma junção de atuação em termos de aperfeiçoamento da gestão pública e de combate à corrupção, ao desvio e à fraude. Essas setas, um relacionando com o outro, indicam, na verdade, que uma coisa está intrinsecamente relacionada à outra. Se combate corrupção, desvio e fraude não apenas combatendo ou estancando diretamente o efeito, mas trabalhando na causa, como já foi até apontado aqui na Mesa, ou seja, aperfeiçoando a administração pública, contribuindo para que a administração pública melhore. E, aumentando o profissionalismo e melhorando a forma de administrar, provavelmente a gente contribua, de alguma maneira, para combater a corrupção.

No entanto, considerando que essa missão é ampla, é natural que o Tribunal atue de forma seletiva. Apesar de atuar de forma seletiva, consideramos que qualquer dinheiro público é sagrado. Para atuar como

forma seletiva, adotamos como critérios materialidade, risco e relevância. Critérios que o Tribunal utiliza para embasar os seus trabalhos.

A Constituição Federal assegura ao Tribunal de Contas da União, em qualquer dos três momentos, a atuação prévia, concomitante e posterior. Nós temos, para atuar prévia, concomitante e posterior, pelo menos duas grandes ou boas abordagens. Atuar de forma preventiva e atuar de forma repressiva.

Aquela setinha que conduz do “repressiva” para o “preventiva” é extremamente importante para a gente. Só trazendo alguns números, os quais já foram encaminhados, aqui, ao Congresso Nacional no relatório anual de atividades do próprio Tribunal, apontam que o Tribunal condenou, em 521 milhões, valores de débitos e multas em responsáveis no ano de 2007.

Por outro lado, o Tribunal, com medidas cautelares, aproveitando o que a Dra. Doris havia apontado também, o Tribunal, com medidas cautelares, conseguiu uma economia de 7,9 bilhões. Então, na verdade, atuando preventivamente, conseguimos economia de 7,9 bilhões e, atuando de forma repressiva, conseguimos condenar, em débito e multa, 521 milhões, que representa 1.800 responsáveis, aproximadamente.

Apenas a título comparativo, também, total de obras irregulares que foram fiscalizadas pelo Tribunal gerou uma economia efetiva de 950 milhões, atuando preventivamente. Naturalmente que eu estou trazendo esses números, aqui, mas os benefícios das ações de controle, eles não são apenas quantificáveis. Não é possível apenas quantificá-los. Então, como colocado, aí, nessa próxima lâmina, nem todos os benefícios decorrentes das ações de controle do TCU podem ser realmente mensurados em reais; alguns advêm da expectativa do controle, da prevenção do desperdício, de melhoria na alocação de recursos, sugestão de aprimoramento de leis, redução de danos ambientais e melhoria de políticas públicas. Muitos desses benefícios não são quantificados financeiramente. Mas eles representam ganhos que contribuem substancialmente para o aperfeiçoamento da gestão pública. E, aperfeiçoando a gestão pública, o Tribunal considera que é um passo inicial para combater a corrupção, o desvio e a fraude.

Conforme apontado no relatório de atividades do Tribunal do ano passado, para cada um real que o país destinou para o TCU, o TCU devolveu 5,3 reais. Esses 5,3 reais apurados, demonstrados no Relatório Anual de Atividades do Tribunal, entregue aqui, já, no Congresso Nacional, contém, entre outros elementos, redução de preço máximo em processo licitatório, de 1,7 bilhões; correção de vícios no objeto contratado de 1,13 bilhões; impugnação de despesas de 315 milhões.

Total do conjunto de benefícios quantificados apenas, não considerando ainda os não quantificados, perfazem um total que, perante o orçamento destinado ao Tribunal, o permite concluir para diferença de 5,3 para um. Então, o Tribunal contribui com 5,3, devolve 5,3 reais à sociedade para cada um real que lhe é colocado.

A despeito de eu ter apontado, aqui, que a atuação preventiva normalmente gera muito mais benefício financeiro do que a atuação repressiva, o Tribunal dispõe a si mesmo, dentro do arcabouço jurídico, de um conjunto de possibilidades de sanções que têm efeito pedagógico, além de ter o caráter punitivo também.

Em termos de pessoas físicas, por exemplo, das pessoas que foram condenadas pelo Tribunal no ano de 2007, 93% foram pessoas físicas; 7% foram pessoas jurídicas. Condenação em débito e imputação de multa, que conduziram para o julgamento de uma conta pela irregularidade, totalizou 521 milhões, conforme eu havia colocado antes.

Entre os efeitos dessas condenações, está a possibilidade de inclusão ilícita de inelegíveis e na habilitação para cargos públicos, inscrição em dívida ativa e no cadastro de inadimplentes, o CADIN. Ademais, o Tribunal também possui a possibilidade de aplicar sanções que não têm caráter financeiro, como, por exemplo, a decretação de indisponibilidade de bens e a solicitação de arresto.

Também apenas a título ilustrativo, desses 1.800 responsáveis condenados em 2007, 1.400, ou 75%, se referiam a pessoas que estão em municípios, então, muito possivelmente, prefeitos e secretários municipais que incorporarão a lista de inelegíveis que o Tribunal deve encaminhar para a Justiça Eleitoral até o fim desse mês. Isso deve estar, com o estoque já existente, aproximadamente três mil pessoas. A maioria desses casos também se refere a... ou pelo menos 20% desses casos se refere à simples omissão de prestações de contas, enquanto outros casos se referem a desfalque, desvios, atos antieconômicos e gestão ilegal.

Em termos de pessoas jurídicas, 7% das pessoas jurídicas ou 7% do conjunto de responsáveis que foram condenados pelo Tribunal em 2007 são de pessoas jurídicas, que também podem sofrer condenações de multas e débitos e podem ter suas contas julgadas irregulares. Ademais, podem sofrer inidoneidade para contratar com a administração pública. Podem estar com seus valores ou com essa dívida inscrita na dívida ativa e no CADIN, e também estão sujeitos aos mesmos dispositivos de solicitação de arresto de bens e decretação de indisponibilidade de bens.

Também a título ilustrativo, sempre, por ser muito visível, construtora Gautama, por exemplo, já foi considerada inidônea para licitar com a administração pú-

blica pela Controladoria-Geral da União. Nem mesmo era necessário que o Tribunal viesse a declarar essa inidoneidade novamente. No entanto, o Tribunal continua apurando a possibilidade, está estudando, com o processo em andamento na Casa, de decretação de inidoneidade da empresa Gautama, bem como da empresa Planam, no caso do escândalo das ambulâncias que está em processo de apuração dentro do Tribunal de Contas da União.

Então, trazendo a números aqueles que eu havia comentado um pouco antes, dentre os resultados da atuação do TCU, a gente pode destacar condenações aplicadas: 1.889 responsáveis no ano de 2007. Um crescimento de 10% com relação ao ano de 2006. Valor das sanções e isso tipicamente como uma atuação repressiva que é o tema dessa Mesa, soma 521 milhões. A maioria desses processos é encaminhada para execução pela Advocacia Geral da União. Medidas cautelares no valor de 116, na quantidade de 116 medidas, totalizaram 7,9 bilhões.

Apenas a título comparativo, atuando preventivamente, nós conseguimos gerar uma economia de 7,9 bilhões. Atuando *a posteriori*, no caso de apenas repressão, nós conseguimos condenar, mas não quer dizer que conseguiríamos recolher ou ressarcir 521 milhões de débitos e multas.

Então, na verdade, é um valor um pouco díspare, o que conduz para uma necessidade de se trabalhar um pouco mais proativamente e preventivamente na gestão pública. Dessa forma, também, aprimorando a gestão pública.

Também a título de informação, no Relatório de Contas do Governo, do parecer prévio sobre as contas do Governo do Presidente da República do ano passado, o Tribunal apontou que [soa campainha] há um atraso médio para apresentação de prestações de contas de convênios de municípios de 3,9 anos; de 3,9 a 5,9 anos, 5,4, perdão; assim, de 3 a 5 anos, que ficam aguardando para serem apresentados ao conveniente e depois o conveniente tem que analisar e passar para o Tribunal de Contas da União. Com uma defasagem de três anos mínima e, depois, com uma necessidade de aplicar uma sanção, isso vai demorar pelo menos cinco anos para que o Tribunal consiga condenar minimamente o sujeito. Com cinco anos para se fazer isso, realmente é quase impossível que você consiga recolher esse débito de volta. Daí a necessidade de fortalecer um pouco mais a atuação preventiva.

Então, na verdade, era isso que eu teria para falar. Acho que quase cheguei lá no tempo. Agradeço a atenção e me coloco à disposição para as perguntas para os debates.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHES-SARENKO (PT-MT): Obrigada. Obrigada, Dr. Laércio. Agora passaremos a palavra ao Dr. Adércio. É bem parecido o nome. Dr. Adércio Leite Sampaio, Procurador Regional da República, falará sobre as possibilidades e os limites do controle da gestão pública por meio de ações judiciais.

SR. JOSÉ ADÉRCIO LEITE SAMPAIO: Muito obrigado, Senadora Serys. Eu gostaria de agradecer ao convite feito a mim e especialmente ao Ministério Público Federal pelo Presidente desta Comissão, Senador Leomar Quintanilha. Parabenizar e, com os parabéns, o agradecimento também ao Senador Renato Casagrande. Gostaria de agradecer aos membros da Mesa. Eu, na realidade, o último tem que falar mais rápido, porque está perto do meio-dia, e, antes do meio-dia, a gente tem o debate que é muito mais importante do que propriamente essa discussão. Não vou tanto me ater ao que fez ou deixou de fazer o Ministério Público. Quero desenvolver a minha fala em três pontos específicos: 1) na perspectiva de quem é ou quem são os agentes centrais do controle da gestão pública; e 2) quais são os órgãos auxiliares. No segundo ponto tentarei abordar este controle, especialmente por parte do Ministério Público, em alguns casos se valendo, ou na maioria deles, se valendo do Poder Judiciário; e, finalmente, gostaria de apontar alguns problemas e, junto a esses problemas, algumas sugestões que poderiam aperfeiçoar, na nossa perspectiva, a atuação do Ministério Público e, nesse âmbito, do próprio Judiciário.

Eu, Senadora Serys, tenho a convicção de que a centralidade do sistema de controle da gestão pública tem que ser de fundamento democrático, necessariamente. E, quando eu falo isso, eu me refiro ao Congresso Nacional como a sede formal deste controle de gestão pública e me refiro à sociedade como sede informal e não institucionalizada de controle da gestão pública.

Eu gostaria de dar meu foco a este aspecto, porque nós nunca conseguiremos um controle efetivo da gestão pública se nos ativermos apenas a órgãos burocráticos. Este é um dado fundamental.

Muito bem. O que eu considero órgãos auxiliares ou de execução? Ministério Público; em certa dose, Tribunais de Contas; os órgãos de controle interno; são esses que, de uma certa forma, acompanham, monitoram, auxiliam, prestam informações a que esses agentes principais possam adotar – e me parece que a exposição do Dr. Laércio foi muito elucidativa nesse sentido –, possam adotar medidas preventivas. Porque medidas reparadoras, medidas repressivas, elas têm uma eficácia muito pequena. Ela tem uma eficá-

cia simbólica, e é uma eficácia importante, no sentido de que alguma coisa está sendo feita. E me parece que, nesses últimos anos, esta eficácia simbólica da atuação repressiva, ela, de uma certa forma, sinaliza para a sociedade de que nós vivemos num país sério. Mas, quando nós vamos atrás de números, quando nós vamos atrás de uma estatística que identifique número de corruptos presos, efetivamente cumprindo pena, número de recursos que são recuperados por predestinação dos recursos públicos, nós nos deparamos com um quadro de profunda decepção.

Sorte nossa é que nós temos sempre um problema... Temos sempre uma questão... Sorte e desespero, ao mesmo tempo. Nós temos sempre uma questão de última hora que faz com que a própria imprensa – que é fundamental nesse processo de controle –, faz com que a imprensa não acompanhe o desenrolar de processos que hoje estão na Ordem do Dia, mas que, daqui a dois, três, quatro, cinco anos, quando serão julgados, já caíram no esquecimento público.

Muito bem. Especialmente no âmbito do Ministério Público e no âmbito da atuação do Ministério Público junto ao Judiciário, eu gostaria de destacar três momentos importantes. Um até que, de uma certa forma, até numa propaganda eleitoral, há um ataque direto ao Ministério Público, e eu não diria até que é um ataque desmedido, mas nos obriga a fazer algumas ponderações. O controle ele se faz... Quando nós falamos de gestão pública, falamos tanto do ponto de vista do planejamento, afinal planejamento é elemento central da gestão, como dentro da execução e dentro do instante sancionatório.

Pois bem, no momento do planejamento é quando o Ministério Público e judiciário têm menos a contribuir. E evidentemente que foge a qualquer esquadro democrático se a pauta e a agenda política de um país estiver sendo definida pelo Ministério Público e pelo Judiciário. Isso não quer dizer, evidentemente, que haja uma atuação nula ou não possa haver qualquer intervenção do Ministério Público e do Judiciário nesse instante. Eu diria que ele não é central, ele é um *vetor player* puramente subsidiário. Não é um elemento que deva ser considerado relevante nesse instante.

Mas quando é que nós podemos atuar? Em primeiro lugar, quando há uma opção política, e essa opção política, tomada pelas instâncias, que, legitimamente, democraticamente, devem adotar, de uma certa forma, compromete e compromete com alguma gravidade outras tarefas estatais e outros elementos de políticas públicas que devem ser adotadas e muitas vezes são relegadas.

Essa análise comparativa, para muita gente, seria uma análise de cunho eminentemente político. Bom,

pode ser, desde que nós não tenhamos um flagrante descumprimento a determinados direitos fundamentais, me refiro especialmente à questão atinente à saúde, me refiro à Segurança Pública, me refiro à educação.

Bom, claro que há uma transversalidade das políticas públicas, mas esta transversalidade não pode importar a anulação de uma determinada política pública e, sobretudo, a efetividade dela. Então, é nesta análise comparativa que nós temos mais a dizer. E é aí que podemos interferir. Mas dizer o que deve ou não deve ser feito não é papel do Judiciário, não é papel do Ministério Público.

Na questão da execução, e aí nós temos uma parceria com os Tribunais de Contas, especialmente, mas não só, a CGU também, nós temos tanto no sentido de prevenir que determinado desvio ou que determinado ilícito seja praticado, como, eventualmente, adotar medidas reparadoras. Eu diria que esta fase de execução, no âmbito de Ministério Público e Judiciário, é a mais carente de todas. E eu até, na terceira parte da minha fala, tentarei demonstrar o porquê.

No terceiro instante, que é o instante em que mais aparece, é o instante que mais avulta o papel do Ministério Público e do Judiciário, que é o instante sancionatório, nós temos a possibilidade da responsabilização civil, da responsabilização penal e da responsabilização administrativa. Aparentemente, nós temos um aparato legal que suporta essa tripla responsabilização e responsabilização feita pelo Ministério Público e ajuizada a seu tempo e hora.

Mas, aí, feitas essas... ou desenvolvidas essas três etapas do controle, por meio do Ministério Público, via Judiciário, eu gostaria de apontar alguns problemas e, junto com estes problemas, indicar, ou pelo menos sugerir, ou pelo menos lançar a inquietação, no sentido de como enfrentar especialmente estes problemas. Alguns são de ordem externa. Alguns não dizem respeito à própria instituição Ministério Público, e tampouco ao Judiciário. Mas outras dizem respeito. Especialmente a problemas destes, deste órgão e deste poder.

Muito bem. A primeira, que é de caráter externo, eu me refiro a legislações lacunosas e ambíguas. Eu diria até que nós temos o paradigma da legitimação da ilicitude. E eu explico. Se nós dissermos a qualquer um lá fora – e eu já tive essa experiência em congressos – que temos uma Legislação sobre improbidade administrativa, extremamente severa; se nós dissermos que a nossa Constituição é rigorosa no que diz respeito não só a criar mecanismos de uma gestão pública eficiente, mas, simultaneamente, de imputar sanções àqueles que desviam os recursos públicos, todo mundo dirá que nós vivemos nos melhores do mundo ou dos mundos, se quiserem. Mas aí é que está o grande

problema. A realidade – eu não preciso ir além –, a realidade nos demonstra uma outra situação.

E a pergunta óbvia é: Por que temos uma Legislação extremamente avançada e uma prática que não acompanha, nem de longe, esta Legislação avançada?

Bom, em primeiro lugar, por esta Legislação ser lacunosa. A lei de improbidade administrativa, que é uma ferramenta extremamente importante no processo de responsabilização civil, administrativa e penal, ela tem tantos furos, tem tantas brechas, tem tantas antinomias ou contradições valorativas e mesmo jurídicas que fazem com que bons e até medianos advogados possam brincar no Judiciário, contrariando as ações ajuizadas pelo Ministério Público e pelos demais co-legitimados.

Então, esta é uma questão de extrema importância e que, aqui, eu faço um apelo a esta Casa, que tão bons serviços tem prestado à nação, no sentido deste processo de que estamos vivendo realmente um tempo novo de aperfeiçoamento da lei de improbidade administrativa.

Muito bem. Citaria um outro exemplo: o poder de polícia. Até recentemente, o IBAMA não tinha força de exercer o seu poder de polícia. As multas aplicadas pelo IBAMA, no mais das vezes, eram desconstituídas ou anuladas, melhor termo, no Judiciário. Atualmente, o drama se passa com o IPHAN, que também é um órgão que está sucateado, mas um órgão que precisa de uma reconsideração. O IPHAN não tem um poder de polícia formalmente reconhecido. Segundo lugar, limitação de instrumentos de atuação; me refiro ao acesso a bancos de dados. Não quero falar de sigilo bancário, porque não é hora. Mas quero falar, especialmente, de acessos on-line a convênios. Com todo o trabalho que eu reconheço dos Tribunais de Contas, muitas vezes os julgamentos chegam [soa a campainha] ao Ministério Público e esses julgamentos chegam ao Ministério Público com penas prescritas. Por quê? Por uma série de situações que envolvem não só a sobrecarga, mas o custo, graças a Deus, o custo de vivermos em um Estado democrático de direito. Então tem a ampla defesa, o contraditório, etc. Mas, seja como for, em muitos casos, nós não podemos ajuizar a responsabilização criminal ou a responsabilização administrativa em decorrência da prescrição das penas.

Outra coisa que, aí, é *interna corporis*(F), e o Conselho Nacional do Ministério Público está tentando ver se adquire recursos para compatibilizar as linguagens informáticas dentro do próprio Ministério Público.

Para os senhores terem uma idéia, eu não quero me alongar muito, mas há uma disparidade imensa entre o grau de informatização de diversos ministérios

públicos. Isso gera duplicidade de ações e, evidentemente, custos. Eu não sei, até embora dentro do Ministério Público Federal nós tenhamos tido, nos últimos cinco anos, uma campanha intensa de informatização, eu não sou capaz de dizer para os senhores, hoje, quantas ações civis públicas foram ajuizadas em defesa do meio ambiente, no país inteiro; quanto tempo tem demorado essas ações civis públicas; qual é o resultado dessas ações civis públicas, em que pese os investimentos.

Mas, sem querer fazer o chororô tradicional, o Ministério Público da União, e isso se reflete nos Estados também, tem o seu orçamento muito enxuto. Esta incompatibilização de informações e essa defasagem – estou quase terminando, falta um item – e essa defasagem de grau de informatização traz ineficiência à atuação ministerial.

Última, e é um ponto que eu... Penúltima. Vou deixar. Competição inter-orgânica. Talvez pela imaturidade, ainda, de nossas instituições, nós temos encontrado uma luta por poderes, e uma luta que se reflete na própria adoção de medidas, como luta que se reflete aqui, na Casa do povo e no Congresso Nacional como um todo. O Senado é representante dos Estados formalmente, mas é representante do povo materialmente.

Muito bem. Este elemento central faz com que haja perda de energia. É um órgão brigando com outro, e chega aqui dentro Projeto de Lei geralmente ou proposta de emenda à Constituição com cunho eminentemente corporativista [soa a campainha]. Finalmente, juro, a falta de preparo técnico. E isso eu digo a respeito ao corpo técnico, mas quero me referir, especialmente, aos membros do Ministério Público e, em parte, porque não estou aqui para falar do Judiciário, mas também do Judiciário.

Nós temos nas academias, nós temos nas escolas de Direito uma formação ainda eminentemente dogmática. É impensável que nós não temos na grade obrigatória dos currículos do curso de Direito uma disciplina como Direito Ambiental. Quando encontramos, encontramos como matéria optativa. Isso é um absurdo para o momento que estamos vivendo. Isso se refere a Direito do Consumidor, isso se refere a Direito do Patrimônio Cultural, e vai por aí fora. Finalmente, é mesmo, eu estou quase num júri, mas é finalmente mesmo. É o despreparo [soa a campainha] em relação ao curso de formação. Nós passamos num concurso público extremamente complicado, mas é um concurso público que apura, sobretudo, a formação dogmática, e não a formação humanista.

Na Europa, nós sabemos que, para que alguém possa exercer o cargo de Ministério Público ou da ma-

gistratura judicial, obrigatoriamente ele tem que passar, no mínimo, por um ano a dois anos, dependendo do país, de formação. Depois de passar por um processo seletivo difícil. O resultado é que nós pegamos as pessoas que conseguem apreender uma série de informações dogmáticas, que passam nesses concursos difíceis, e colocamos na frente para, sem uma experiência qualquer, adotar medidas que são medidas extremamente severas. São esses pontos que eu queria apresentar e gostaria de agradecer a paciência da nossa coordenadora [soa a campainha] e da platéia.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHES-SARENKO (PT-MT): Obrigada. Nós é que agradecemos a sua participação, Dr. José Adércio. Sem mais delongas, eu passo a palavra ao nosso Senador Casagrande, para que formule seus questionamentos aos palestrantes, e, de imediato, estaremos recebendo por escrito os questionamentos dos senhores e das senhoras aqui presentes, solicitando que identifiquem a que palestrante está destinada a pergunta que nós faremos aos palestrantes. Com a palavra, o Senador Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sra. Coordenadora, Senadora Serys Slhessarenko, quero agradecer e parabenizá-la pela coordenação dos trabalhos; quero agradecer aos convidados, que deram uma brilhante contribuição nessa data, nesse terceiro debate deste ciclo, o ciclo que tem tido a presença de pessoas de muita experiência e de muita responsabilidade na área do controle.

Acho que a opção pelo ciclo é uma opção para que haja um aprofundamento maior do tema. A gente faz Audiências Públicas, mas são audiências importantes, mas ficamos sem nos aprofundarmos no tema. O objetivo do ciclo é para que a gente possa aprofundar um pouco mais, e esta Mesa de hoje, uma Mesa que apresentou muitas propostas de análise, desde a palestra do nosso jornalista e amigo Ribamar até a última, de agora, diversos pontos apresentados e que todos caminham na direção de aumentarmos a transparência, de consolidarmos o acesso às informações do Governo, no aperfeiçoamento da Legislação vigente, na mudança de cultura... Então, nós temos uma série de ações a serem desenvolvidas a partir da conclusão deste ciclo de debates, que eu espero que a gente consiga consolidar isto, e darmos sequência e praticidade às sugestões que estão sendo apresentadas.

O Dr. DNIT, que já teve que sair, mas o objetivo desses órgãos – trouxemos na semana passada o FNDE – é para que eles possam também expor as suas dificuldades, porque os órgãos de controle, mui-

tas vezes, agem com muito autoritarismo, não sei se a palavra é... Com muita... com uma decisão autocrática, e isso... decisões, às vezes, sobrepostas, e o objetivo da presença do DNIT, que é o órgão que tem mais denúncias contra ele, é muito dinheiro envolvido, que eles possam de fato dizer das suas dificuldades na relação com os órgãos de controle também.

Então, nós estamos, hoje, satisfeitos com esse debate. Acho que têm duas questões só que eu gostaria de colocar. A primeira: por que a imprensa se transformou no principal meio e instrumento de controle hoje? A imprensa, hoje, seja usando informação dos órgãos, seja diretamente, Ribamar, a imprensa se transformou no mecanismo mais temido, porque atinge não o patrimônio material, mas atinge o patrimônio que é a credibilidade de uma liderança política ou de um gestor público. Então, a imprensa se transformou no instrumento mais temido de controle e presta um grande trabalho à sociedade brasileira.

O outro lado, o questionamento que se faz é o questionamento de que nós, apesar de toda a responsabilidade que muitos jornalistas têm, nós assistimos, de vez em quando, um certo campeonato de escândalo. As revistas, por exemplo, semanais, se não tiverem um escândalo para apresentarem no sábado à tarde ou na sexta-feira à noite para ser vendida e serem noticiadas nos sites, já desse mesmo dia, parece que as revistas ficaram para trás. Aquela revista que não trabalha com um escândalo semanal... Então, a gente ficou meio assim que disputando um campeonato de escândalo, quem vai descobrir o próximo escândalo.

Tem uma parte positiva, porque o nível de investigação aumenta. Mas também tem uma possibilidade de injustiça muito grande, de se cometer injustiça muito grande. Nós temos experiências históricas de injustiças cometidas contra lideranças políticas, homens públicos, não só detentores de mandatos, que acaba exigindo cada vez mais responsabilidade dos profissionais da área de comunicação. Porque a imprensa funciona na construção da imagem. Então, a construção da imagem, ela se dá através do conjunto de ações que você consegue transmitir para um público. E qual é o conteúdo dessas ações? E, quando você é exposto, você tem uma desconstrução, uma construção negativa dessa imagem, e depois você não consegue reconstruir com a mesma facilidade. A capacidade de destruição é muito mais... a potência e a intensidade da destruição é muito mais forte do que a potência da reconstrução.

Acho que seria bom se você pudesse comentar um pouco sobre essa questão desse campeonato que nós estamos assistindo pelos órgãos de comunicação no Brasil. A segunda questão que eu acho que eu gos-

taria... que eu quero colocar é que nós pudéssemos ter, primeiro por parte da Doris, que veio dar sua contribuição como Presidente do Tribunal de Contas de um Estado, nós temos, ainda, apesar de que a gente possa ter representantes da Auditoria e do Ministério Público dos Tribunais de Contas, nos Conselhos, nós temos, ainda, um componente político de um Brasil que estava numa outra fase muito forte, ainda, compondo os Tribunais de Contas. O Brasil de dez anos atrás é um e o Brasil de hoje é outro. Grande parte. O Tocantins é um Estado novo.

Mas, assim, o meu Estado – para não falar do Estado de outro –, o meu Estado é um Estado que quase... A maior parte dos componentes do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo são componentes de origem de disputa política, da disputa eleitoral, ex-deputado ou deputado que estava no exercício e foi... Nada contra, mas o componente deste ambiente político de cinco, seis, dez anos atrás, no meu Estado, para hoje é totalmente diferente. Como é um cargo onde as pessoas podem ficar até os 70 anos, isso se mantém presente no Tribunal de Contas. As práticas da cultura é um exemplo nosso, lá, agora, do Espírito Santo. Nós estamos lá numa situação em que o Tribunal de Contas do Estado acabou... está criando diversos cargos comissionados, criando uma gratificação que é uma... tem outro nome que se deu lá, que eu não... verba indenizatória de 30% para o Presidente. O Presidente pode chegar a ganhar 28.700 reais, o vice-Presidente pode ganhar... Então, assim, tem um nível de desgaste por uma cultura...

Não estou dizendo que é só do Espírito Santo, não. Está certo? Estou dando o exemplo do Espírito Santo para não citar outros exemplos. Tem uma cultura ainda muito forte do patrimonialismo presente nesses órgãos. Então, acho que, se nós aperfeiçoarmos a Legislação para melhorarmos o acesso, para qualificarmos o acesso, com outra cultura e com outros métodos, aos Tribunais de Contas, seja da União, seja dos Estados e dos Municípios, acho que é uma ação importante que a gente deva desenvolver, e eu tenho diversos projetos que tramitam, aqui, provocando esse debate. Como tem um projeto que estabelece o Conselho Nacional dos Tribunais de Contas. Nós temos o Conselho Nacional de Justiça, o Conselho Nacional do Ministério Público, estamos propondo o Conselho Nacional dos Tribunais de Contas.

O Tribunal de Contas é um órgão de assessoramento do Congresso, mas ele, na verdade, virou um outro... tem um nível de poder, hoje, enorme – e tem que ter, não estou dizendo que não tenha que ter, tem que ter, mas não tem ninguém que controla o Tribunal de Contas. O Congresso teria controlar, mas o Con-

gresso não controla o Tribunal de Contas. Você tem que ter algum instrumento externo que possa controlar os Tribunais de Contas. Pelo poder que o Tribunal nosso teve, passou a ter nos últimos anos, com a Constituição que nós temos.

Então, eu queria fazer esses comentários e pedir que os membros que aqui vieram, diversas sugestões que vieram, pudessem, depois, se tiverem escrito, pudessem deixar para a gente para poder ajudar a assessoria, aqui, a consolidar as propostas no final desse trabalho.

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHES-SARENKO (PT-MT): Obrigada, Senador Casagrande. Nos chegaram duas perguntas para a Dra. Doris. Uma é do Sr. Francisco Chaves, consultor legislativo do nosso Senado Federal. “Dra. Doris, V.Ex^a é oriunda do Ministério Público de Contas... – Desculpe –, que tem feições distintas. A sua letra é boa, Dr. Francisco, mas eu que tenho um pouco de dificuldade, viu? [risos]. Missões distintas em cada Estado. O Ministério Público de Contas possui vinculação muito estreita com os respectivos Tribunais de Contas, deles dependendo para estruturar-se administrativamente. Cada Tribunal de Contas tem um Ministério Público a ele vinculado. Feitas essas colocações, qual a sua opinião quanto a necessidade de uma lei nacional para o Ministério Público de Contas e, simultaneamente, uma alteração constitucional que garanta ao MP de contas a autonomia administrativa? Lembro que os quadros são pequenos, o que exige soluções que... exigem soluções que condensem e fortaleçam o Ministério Público de contas, entre elas a competência para executar as decisões dos Tribunais de Contas.” Também para a Dra. Doris, outra questão: “Qual a experiência do Tribunal de Contas que V.Ex^a preside nas auditorias operacionais (avaliação dos programas de Governo do Estado)”. Esta questão é do Dr. Luiz Gonzaga Cruvinel, do Tribunal de Contas de Goiás. É isso? Obrigada.

SRA. DORIS DE MIRANDA COUTINHO: Muito obrigada pelas interpelações. Eu, Senador Renato, eu não... Antes de responder, eu não entro no mérito da questão da necessidade de revisão e concordo com muitas das suas assertivas, quase na totalidade, que realmente, infelizmente, ainda existe, não posso negar isso, por corporativismo não o faria, porque sou técnica e sou comprometida com a causa pública. A minha vida é a causa pública. Então... E tenho a magistratura no meu sangue. Então, eu acho que o senhor tem razão nas suas colocações e, quando eu me referi a que ela já é mista, é que nós já... a Constituição de 88 já melhorou alguma coisa, fazendo uma coisa... E, aí, nada como o tempo, agora, e esses estudos para a gente ir aperfeiçoando.

Eu, por exemplo, sou, aqui, sou oriunda do Ministério Público de Contas, mas ocupo vaga política. Muito curioso. Porque houve, na época, no meu Estado, uma opção por um nome técnico, mesmo que integrando a vaga do Legislativo. E, embora tenha colega que teve seu nome contestado e até judicializado, eu, embora uma ilustre desconhecida no universo político nunca tive questionamento nenhum na minha indicação.

Pois bem, mas a pergunta. Então, embora... o que eu penso da independência do Ministério Público de Contas. Eu acho que seria o ideal, mas, como o senhor mesmo coloca, os quadros são pequenos, e hoje a máquina administrativa como um todo, ela merece, ela está necessitando de um enxugamento, e não de um alargamento. E posso lhe assegurar que, pelo menos... muitos Estados, como o senhor deve saber, muitos Estados resistiram muito a integrar, colocar em seu quadros, abrir concurso público para Ministério Público Especial. Estamos, ainda hoje, com Estados em fase de concurso público para prover esses cargos de procuradores de contas, e muitos, também, de auditores substitutos, de conselheiro, também, previsão da Constituição de 88.

Eu acho... O ideal seria que tivesse realmente autonomia administrativa e financeira, mas eu não vejo isso, também, essa dependência administrativa e financeira, a cúpula geralmente centralizada – como são só sete conselheiros em todos os Estados –, concentrada no Presidente da Casa como um empecilho para que eles exerçam na sua plenitude a sua missão constitucional de *custos legis*.

Eu acho que respondi a sua pergunta. Quem fez a pergunta, por favor? Está satisfeito? Sim? Obrigada.

Qual a experiência do Tribunal do Tocantins, que presido, nas auditorias operacionais? Luiz Gonzaga, do Tribunal de Contas de Goiás. Nós estamos fazendo... começamos fazendo quatro por exercício, e pela... participando do PROMOEX. Nós temos que fazer, ter o mínimo de auditorias nesse sentido, em todos os exercícios. E eu lhe confesso que, por deficiência do meu quadro técnico, que vai ser suprido, agora, via concurso público – até agosto devo dar posse a técnicos, a mais analistas de controle externo, especializados, inclusive, na área ambiental –, nós possamos nos dedicar com mais afinco às auditorias operacionais, que são... que na verdade é para onde corre o controle no mundo afora: auditar programas, auditar resultado. Isso eu já tenho tido experiência... Temos tido experiência de observar mais o resultado nas próprias auditorias de regularidade que vínhamos fazendo. Quem fez a pergunta, por favor? Satisfeito? Obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHES-SARENKO (PT-MT): Eu passarei a palavra ao Dr. Adér-

cio, e ele vai tentar formatar a pergunta, porque eu não dei conta. Me desculpe quem fez, eu não tenho o nome aqui, mas ele conseguiu. O senhor mesmo lê a pergunta, por favor, Sr. Adércio.

SR. JOSÉ ADÉRCIO LEITE SAMPAIO: Obrigada, Senadora. A propósito da fala do Procurador Regional sobre a formação. “Com esse debate e controle do gasto público, como exercer esse controle, se as nomeações dos conselheiros dos TCEs são eminentemente políticos? Como mudar esse sistema? Conseqüentemente, quando são nomeados, levam consigo de 20 a 30 servidores sem nenhum compromisso com a instituição.”

Eu acho que foi mais ou menos essa a pergunta que foi feita. Não tem exatamente a identificação, mas eu aproveitaria, talvez é até um complemento à pergunta que foi feita à Dra. Doris, e diria o seguinte. O problema não está exatamente nas nomeações. Eu acho que nós temos que acreditar no nosso Legislativo, nós temos que acreditar no Congresso, nós temos que acreditar nas Assembléias Legislativas, nós temos que acreditar nas câmaras dos vereadores. Sem esses instrumentos de representação popular, nós não temos democracia.

Agora, é óbvio – e foi bem colocado, aqui, pelo Senador Renato Casagrande – que há um desvio, até se brinca dizendo que, quando o político está cansado da política e quer se aposentar, resolve achar uma vaga nos Tribunais de Contas e, agora, também, nos Tribunais Superiores.

Então, aproveitaria a pergunta apenas para dar essa sugestão. Não é que nós tenhamos que mudar o foco e dizer: “Olha, não será mais a Câmara que indicará tantos, o Senado que indicará tantos para o TCU”. Nós devemos é criar mecanismos e critérios que definam quais os requisitos necessários para que aquela... aquele candidato seja nomeado. Aí os senhores vão dizer: “Não, mas já existe. A Constituição já define”. Em parte. Porque se nós formos mais minudentes, por exemplo, ouvindo a sociedade civil. Se os senhores analisarem, eu vou me referir a um âmbito que eu conheço mais, que foi objeto e é objeto de meus estudos acadêmicos, que são as cortes constitucionais. Se os senhores analisarem as cortes constitucionais na Europa, por exemplo, a maior parte é de indicação do Parlamento. Mas o que é que muda significativamente, lá? É que há uma participação efetiva da sociedade civil, e, em segundo lugar, a representação, que não é corporativa nem classista, porque nós temos a tendência, no Brasil, de dizer: “Olha, tantos têm que ser de não sei de quê, tantos têm...”. E aí é uma briga corporativa, e não muda nada, talvez até pior. Mas há uma representação, há um debate, o nome passa por

um processo até difícil para aquele que é indicado, no sentido de, antes de haver a nomeação, a imprensa, tanto a imprensa em geral como a imprensa especializada, discute, a sociedade discute...

Então, a única via que eu enxergo é de nós detalharmos, aprimorarmos os critérios para a nomeação. Quanto a essa questão de levar a um staff próprio, isso, na realidade, é uma ilegalidade. Aí eu daria um testemunho dentro do que o Senador Renato Casagrande se referiu, muita gente criticou o Conselho Nacional do Ministério Público, no qual, hoje, eu tenho a honra de ser Secretário-Geral, e o Congresso Nacional de Justiça. Eu digo para os senhores que, nesses poucos... vamos colocar três, quatro anos de efetivo... três anos de efetiva atuação, dois anos se eu for mais exato, o que se tem identificado de desvios, de problemas nos diversos – e eu falo especialmente do CNMP –, nos diversos ministérios públicos Brasil afora. Quer dizer, é uma situação que, de uma certa forma, tem coibido, tem reprimido e tem coibido e prevenido futuros abusos. O que devemos fazer? Criar também um Conselho em relação a essas indicações? Não. Mas, certamente, com a idéia que o Senador deu, pelo menos no que tange a esse staff, aqui, a que os senhores se referem de nomeação de 20, 30 pessoas que não têm vínculo e para analisar se o critério foi de caráter eminentemente privatista ou patrimonialista ou foi de caráter de mérito, um eventual Conselho Nacional dos Tribunais de Contas certamente dará conta deste recado, como tem feito o CNMP e o CNJ. Espero ter respondido a indagação.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Ribamar.

SR. RIBAMAR OLIVEIRA: Obrigado, Senador. Antes de tentar responder à sua pergunta, Senador, eu queria dizer o seguinte. Que, para mim, eu já aprendi muito nesse seminário, aqui, hoje. Coisas que eu não tinha conhecimento, eu tomei conhecimento. Coisas que eu, inclusive, pretendo escrever sobre isso. Questões realmente fundamentais da atuação do controle dos gastos públicos brasileiros. Mas o senhor coloca uma questão que realmente é difícil de responder.

Senador, existe um ditado na minha profissão que diz o seguinte: “Quando um cachorro morde uma pessoa, não é notícia. Quando a pessoa morde o cachorro, é notícia”. Então, veja bem, realmente você encontra, você abre um jornal... Outro dia um Senador chegou na redação da sucursal do Estado de S. Paulo, aqui, e, na frente da redação, têm reproduções de páginas do *O Estado de S. Paulo* dos últimos anos. Ele ficou olhando. Era um Senador governista. “Mas só coisa contrária ao Governo. Como é que pode?” É

porque a coisa realmente boa, a notícia boa é o normal; as pessoas consideram que aquilo é o que tinha que acontecer mesmo que está acontecendo.

E, com relação a essa competição entre as revistas, Senador, eu queria para o senhor dizer o seguinte. Não é só as revistas. Entre os jornais, o senhor não tem idéia do nível de tensão dos jornais entre si à busca do próximo escândalo.

Agora, vamos pegar para entender a complexidade dessa história, vamos pegar esse caso recente do caso Isabela. Essa coisa triste, lamentável, terrível. Olhe, chegou a um ponto, quando uma primeira emissora começou a colocar a transmissão direta lá de onde estavam... do depoimento, que você não via nada. Só via um monte de jornalista na porta de uma delegacia, nada estava acontecendo. Senador, todas as emissoras de televisão foram atrás. Todas. Agora, o que é? Audiência.

Aí, por exemplo, o Presidente Lula disse que condenou a imprensa, porque estava, de certa forma, dando uma versão, fortalecendo uma inversão sobre o caso da Isabela de que eles, o pai e a madrastra, seriam os responsáveis pelo assassinato e que a imprensa estava se precipitando, criando. Agora, eu pergunto o seguinte, Senador: as informações saíram de onde? Então, quer dizer, a imprensa veicula uma coisa que sai da polícia. Sai do promotor.

Então, as informações chegam. Nós vamos falar com uma pessoa, ela dá as informações. Então, você veicula ou não veicula aquelas informações que a autoridade lhe passou? Eu lhe digo o seguinte, eu acho o seguinte, para... o limite está na Constituição, na minha opinião, aquele trecho da Constituição que eu li que disse que você tem o direito e a garantia constitucional de entrar na Justiça contra a pessoa. Eu, Senador, já entrei na Justiça contra um jornalista. E ganhei. E ganhei. Me senti lesado, me senti caluniado, entrei e ganhei. Eu acho que as pessoas precisam... isso precisa virar uma prática. Isso precisa virar uma... Entrar na Justiça quando se sente agredido tem que ser uma prática. Então, e espero... não sei se respondi à sua colocação, mas é isso. Obrigada.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHES-SARENKO (PT-MT): Obrigada, Dr. Ribamar, obrigada Senador Casagrande. Eu tive que dar uma saída rápida para votar na Comissão de Relações Exteriores. Três Embaixadores. Dr. Laércio, eu pediria ao senhor que pessoalmente também formalizasse a pergunta.

SR. LAÉRCIO MENDES VIEIRA: Com prazer. A pergunta é: “Boa parte dos convênios federais exigem contrapartida de recursos estaduais, o que enseja a fiscalização também desses convênios por parte dos

Tribunais de Contas estaduais. Sendo assim, eu pergunto: ‘O TCU tem sistematizado/formalizado ações de fiscalização com os TCs estaduais? Há parcerias formalizadas entre o TCU e os demais Tribunais de Contas?’”.

Eu considero essa pergunta extremamente oportuna e relevante para a gente abordar um tema que eu passei muito superficialmente na apresentação, que foi a necessidade de articular a rede de controle.

Nós temos um conjunto de instituições que desempenham papéis diferentes e que, muitas vezes, e até aproveitando parte do comentário do Dr. Adércio, às vezes, elas não se articulam e se coordenam para conduzir ou alcançar um objetivo comum. Então, eu acredito que, em algum momento, a gente vai ter, até como parte do processo de amadurecimento das instituições e da exigência da sociedade, a gente vai ter que começar a forçadamente ter uma articulação entre instituições.

Apenas comentando com um pouco mais de informação, o Tribunal de Contas da União, hoje, mantém acordo de cooperação com dez ou 11 Tribunais de Contas dos Estados. Talvez seja o primeiro passo para que a gente comece a definir melhor os papéis que cada um poderia desempenhar de forma a conduzir para um resultado comum. Eu acho, acredito que esse seria um bom começo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHES-SARENKO (PT-MT): Obrigada, Dr. Laércio. Com a palavra, a Dra. Doris.

SRA. DORIS DE MIRANDA COUTINHO: “Em contato com os servidores efetivos responsáveis pela realização de auditorias nos Tribunais de Contas Estaduais, verificamos diversos relatos assim relacionados: A) a presença de um elevado número de servidores comissionados, inclusive realizando auditorias.” Vou responder tópico por tópico, se não fica confuso. É um fato grave. Gravíssimo que servidor... Primeiro o elevado número de servidores comissionados já é uma prática nos órgãos públicos, não só... não é uma característica própria dos Tribunais de Contas, mas dos Tribunais de Justiça dos ministérios públicos, hoje, têm uma determinação do CNMP que determina um percentual “x” só que possa ser de servidores comissionados. Mas o mesmo não ocorre ainda no Judiciário, tampouco com relação aos Tribunais de Contas.

Então, e eu vejo até que uma auditoria realizada por servidor meramente comissionado tem comprometido, inclusive, a sua legitimidade.

O segundo tópico. “Ausência de autonomia dos servidores efetivos para planejar as auditorias.” Também um dado – que não tem o nome de quem está fazendo –, um dado muito grave. Porque, na verdade,

são os técnicos que têm que usar dos instrumentos que eu coloquei na minha explanação, dos dados que nós... das informações que vêm dos nossos jurisdicionados, e planejar, assim, as auditorias.

Eu defendo a participação do conselheiro ou, ao menos, do gabinete do conselheiro relator em algumas reuniões técnicas, em algum planejamento, porque, às vezes, o gabinete do conselheiro ou o modo de o conselheiro enxergar e a experiência que ele tem com determinado município, ele possa querer que venham dados de um determinado convênio, de alguma coisa que esteja já a sua assessoria acompanhando. Então, defendo, sim, a participação dos assessores de conselheiros nesse planejamento, não ditando regras, mas pedindo, fazendo solicitações esporádicas.

As auditorias quase que meramente formais... Acho que... Quer dizer que auditorias, o corpo técnico vai lá e faz auditoria meramente formal, sem observar resultados, em termos de eficiência e eficácia dos recursos públicos auditados. Isso é verdade também; era uma prática comum a todos os tribunais. Acho que, inclusive, está aqui um representante do TCU, mas acho que, em tempos passados, inclusive ao TCU, mas todos nós, todo o sistema Tribunal de Contas, onde se inclui o TCU e Tribunais de Contas de Estados e Municípios, caminham para essa sistemática. Daí o que eu também coloquei na minha exposição, ou respondendo a outra questão, que é a auditoria de resultado. E hoje mais, quando eu disse que nunca mais serei... agora, depois de administradora, nunca mais serei a mesma julgadora, é uma... relatora e julgadora, é uma verdade. Porque eu tive uma conduta técnica e de julgadora sempre extremamente formalista e legalista.

Então, hoje, como administradora, eu sou não uma janela, mas uma vitrine inteira. Quantos? São 139 prefeitos, 139 presidentes de câmara, mais de 30 secretários, um Governo do Estado observando a minha conduta. Então, eu tenho que me conduzir na forma... conduzir a minha administração na forma em que eu julgava. E hoje eu vejo como eu julgava duramente, olhando apenas, olhando muito para o aspecto formal e legal, sem observar o resultado.

Então, hoje eu sofro na pele aquilo que o modo como... eu tenho essa humildade de reconhecer que só administrando que eu fui observar o quanto eu era dura como julgadora e quanto é importante se caminhar para essa observância da... como se atingir o resultado. Não que não se importe o meio, claro que importa o meio, claro que importam os procedimentos legais. Mas é muito valioso o resultado, é muito valioso auditar resultado.

E ainda pergunta: “Qual é o percentual dos servidores comissionados em relação ao quadro total de

servidores do Tribunal de Contas do Tocantins?”. Eu enfrento, eu tenho uma herança muito ruim, eu tenho 354 servidores; desses, 30% são comissionados. Os gabinetes todos são de cargos em Comissão. Muitos conselheiros usam o corpo efetivo, nomeiam para os cargos em Comissão. Mas tem, também, gabinete que é inteiramente de... composto inteiramente por comissionados. E é uma plataforma também da minha gestão, que se encerra nesse ano, eu vou fazer o concurso público para provimento de analistas e, com isso, eu vou reduzindo o quadro comissionado.

Para os senhores terem uma idéia, hoje, a informática do Tribunal do Tocantins, no quadro efetivo, eu tenho um técnico de informática. O que obrigou os meus antecessores a criar cargos comissionados para suprir essa lacuna. Eu teria agido diferente, eu teria aberto, usado esse recurso e aberto vagas e feito provimento por concurso público ou provimento já efetivo.

Porque, hoje, imagine desenvolver os sistemas, sobretudo com a pressão desse projeto financiado pelo BID, com o quadro de comissionado, o quão sofrida tem seu a minha administração. Mas espero entregar para o meu sucessor com essa questão resolvida.

São os próprios técnicos que definem o plano de auditoria do órgão. É no Tribunal. Como eu disse, tem uma auditoria geral de controle externo, com seis diretorias estaduais e seis municipais. Cada uma vinculada a um relator. São seis conselheiros relatores. E são os técnicos, sim, que definem, dentro dos critérios que a gente estabelece num plano anual, discutido, também, e primeiramente pelos técnicos, depois trazido para aprovação, para análise de um relator e aprovação e votação no Plenário. Mas, como eu disse, também, antes, eu defendo a participação... Quando eu relatora, eu gosto que os meus assessores, que são do corpo efetivo e que ocupam cargos comissionados no meu gabinete, participem, observem, porque, no banco de dados que nós temos com os nossos julgados, existem particularidades, especificidades que a gente gosta que o técnico traga de campo. Eu acho que é isso.

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHES-SARENKO (PT-MT): Obrigada, Dra. Doris. Tem, aqui, uma questão dirigida ao Dr. Laércio e à Dra. Doris. “Na perspectiva da necessária existência de um contraponto, a abordagem e o entendimento dos membros dos colegiados dos Tribunais de Contas sobre a efetivação e o alcance das finalidades constitucionais e legais desses órgãos é bem diferente do entendimento da prática fiscalizatória e da postura profissional daqueles que vão a campo, fazendo auditorias, inspeções e analisando processos. A fala da conselheira Doris, confirmada, em parte, pelos números apresentados pelo colega auditor Laércio, do TCU, nos permite aferir, com ab-

soluta tranquilidade e completude, que o Tribunal, em primeira instância, pune, condena, sanciona, estabelece prazos e providências, mas lamentavelmente, em face de uma Legislação processual deficiente, permite a ‘indústria de recursos’ que posterguem definitivamente as decisões finais, contribuindo para a manutenção da impunidade. O pior ainda é que o projeto de uma lei processual única para os TCs, na opinião de especialistas, é uma lamentável contribuição à manutenção desse *status quo*. Marcelo, Diretor de relações públicas da FENASTEC. Com a palavra, o Dr. Laércio e, logo de imediato, a Dra. Doris.

SR. LAÉRCIO MENDES VIEIRA: Eu não sei se eu entendi completamente, se tem uma pergunta ou se é um comentário, na verdade. Nesse sentido, eu repetiria parte dos meus comentários, no sentido de que, se a gente for sempre esperar realmente para atuar de forma repressiva, a gente vai ter uma lacuna ou uma distância muito grande entre o ocorrido e a efetiva punição. E essa distância, ela não vai ser nunca inferior a cinco anos, pelo menos. Então, na verdade, uma solução que o Tribunal de Contas da União tem adotado é começar a trabalhar muito mais de forma preventiva. A despeito de a gente não desconsiderar, de forma alguma, que os mecanismos de repressão que a gente possui não sejam importantes. Eles são de fato muito importantes. Nós temos que conseguir mesclar e o nosso desafio é este: é mesclar, balancear – quando que nós vamos atuar de forma preventiva, quando que vamos atuar de forma repressiva e em que momento nós vamos atuar nos dois pontos.

Nesse sentido, de fato que o Tribunal também sofre com a quantidade de recursos que recebe, e isso, de alguma maneira, é fruto, também, da pulverização do gasto público em nível estadual. Como eu tinha comentado com alguns números, aproximadamente 75% da quantidade de responsáveis que o Tribunal julgou durante o ano de 2007 estão na esfera municipal e 99% das condenações de débitos em multa estão completamente relacionados à esfera municipal, também. E, nesse sentido, vai, de alguma forma, alimentar uma indústria de recursos, o que requer uma reflexão sobre como é que esses tribunais poderiam ou nós dos tribunais poderíamos atuar de forma a mesclar um pouco de atuação preventiva com atuação repressiva, com pouco mais de ênfase na atuação preventiva, mas preventiva não é apenas no sentido de suspender trabalhos ou paralisar obras ou atrapalhar a própria administração pública. Mas sempre no sentido de aperfeiçoar a gestão pública. Que maneira que nós podemos conceber de desenvolver meios para que, em lugar de a gente simplesmente ficar combatendo a corrupção, que é o efeito, que a gente pudesse auxiliar o próprio gestor

como causa disso tudo, ou seja, aperfeiçoando a gestão pública. Esse é que é o principal desafio, acredito, dos Tribunais de Contas hoje em dia.

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHES-SARENKO (PT-MT): Dra. Doris, por favor.

SRA. DORIS DE MIRANDA COUTINHO: Da questão que foi respondida pelo auditor, uma única coisa que acho que ficou sem se comentar é esse Projeto de Lei processual que está embutido no grande projeto de modernização no PROMOEX e que o anteprojeto foi feito por uma Comissão, encabeçada pelo Ministro Benjaminzinho, e está em estudo. Nós não podemos ainda dizer que ela é uma lamentável contribuição à manutenção desse *status quo*, porque ela é ainda um anteprojeto, foi... já está no TCU, já foi designado, sorteado um relator, de modo que vai ter toda uma tramitação sujeito a emendas, dos próprios Ministros, e, segundo me disse o Ministro Walton, vai ser reaberta também a oportunidade de os Tribunais de Contas darem a sua contribuição. Então, eu acho que ainda não podemos chorar a lei nacional. Vamos esperá-la.

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHES-SARENKO (PT-MT): Obrigada, Dra. Doris. Tem, aqui, um último questionamento, que nós também temos apenas seis minutos para encerrar a nossa Mesa. “Senadora Serys, após anos de experiência como analista do Tribunal de Contas Estadual da Bahia e conhecendo a realidade dos Tribunais de Contas Estaduais e Municipais, como também do Tribunal de Contas da União, embora as aparências possam levar à conclusão de que esses tribunais, com essa estrutura e com os dados apresentados, inclusive aqui, são instituições por Excelência. Acredito que os Tribunais de Contas deveriam ser extintos, sendo substituídos pelo modelo anglo-saxão de controladorias. Qual a sua percepção do fato?” Joselito, Tribunal de Contas da Bahia.

Joselito, eu tenho realmente o entendimento a esse respeito e, tanto é, que eu discordo principalmente da Constituição atual de qualquer destes tribunais, dos TCEs ao TCU, que tramita no Congresso Nacional uma proposta de emenda à Constituição, que é de minha autoria, de nº 90/2007, que é algo bastante consistente, em termos de números de páginas, diga-se de passagem, e que eu fiz esta proposição com o objetivo bastante explícito de se abrir a discussão, de provocar a discussão no Senado da República, no nosso país, para que realmente a gente consiga avançar e aperfeiçoar. Aperfeiçoar. E especialmente passa... Ele é bastante, como eu disse, tem muitos itens e subitens o Projeto de Lei, ele tem muitas páginas, eu não poderia tecer, agora, comentários a respeito, mas, quando eu digo que passa da composição a ou-

tra formatação desses tribunais vai no sentido de abrir essa discussão, de aprofundar e de realmente a gente aperfeiçoar. Eu acredito que a forma de se fazer este controle, ele tem que ser aperfeiçoado. Não tenho nenhuma dúvida disso. Como vai sê-lo? Existe o espaço aberto no Senado da República para que se proceda essa discussão. Quando eu ouvi, se é que eu entendi direito, a Dra. Doris colocar que ela é uma técnica – é isso? – que foi indicada politicamente. Eu acredito que as coisas podem... esse aí pode ser um dos caminhos, mais ou menos. Como o outro é de concurso interno, dentre aqueles, ou concurso entre aqueles afins – sabe? –, aqueles setores, aquelas áreas afins, para compor dos tribunais ao Tribunal Superior, e a existência, questionando, inclusive, a existência dos tribunais municipais.

Bom, é uma série de questionamentos. A proposta eu posso cedê-la, eu não sei... Eu posso, inclusive, passar essa cópia ao senhor como posso colocar à disposição de outras pessoas. É uma proposta de emenda à Constituição nº 90/2007. É sua essa aqui. Depois o senhor tome posse.

Eu queria, aqui, colocar que é possível a gente dar, aí, um minuto a cada um dos palestrantes, antes de fazer os agradecimentos muito especiais a cada um aqui presente.

Eu gostaria de ter escutado a resposta ou as respostas do Ribamar ao nosso Senador, porque as questões que o Senador fez, colocou foram da maior relevância do meu ponto de vista, mas eu tive de sair às pressas para complementar uma votação numa outra Comissão. Perdi exatamente a sua fala, Ribamar, que eu não podia perder, Ribamar, de jeito nenhum. Desculpa toda a entonação, mas é que eu acredito, e, aqui, eu, até saindo um pouco da minha competência de coordenadora, eu acredito que, quando o Senador fala que a imprensa tem um papel decisivo, determinante e investigativa, eu sou daquelas que brigam pelo processo democrático e, aí, a independência da... Se eu lhe contar alguns fatos que já existiram na minha vida, que eu saí em manchetes contra a minha pessoa e foram querer exigir que eu tomasse uma providência, eu falei: “Não. A democracia exige a liberdade de imprensa”.

Então, deixando esse meio-de-campo limpo. Mas, quando o Senador fala que a credibilidade das pessoas, às vezes, é comprometida, e o senhor colocou muito bem na sua fala. Eu achei ela da maior relevância, como fala política. As outras foram falas mais técnicas, mas a sua fala foi eminentemente política: “compromete a credibilidade de determinadas pessoas e compromete, também, a credibilidade da imprensa em determinados momentos”. Também. E aí é que eu acho que essa dis-

cussão... Claro que tudo é uma construção do processo democrático. Uma imprensa que foi amordaçada há pouco tempo e que vem tentando abrir os caminhos politicamente corretos, vamos dizer.

Então, é nesse sentido que eu sinto muito não ter assistido a sua fala, porque o resgate da credibilidade das pessoas é muito difícil, mas da imprensa também. Se ela começar a perder a credibilidade por algumas situações que vêm acontecendo, ela também estará com a credibilidade comprometida, e isso é muito ruim para a democracia. Como é muito ruim para as pessoas quando são injustiçadas, é muito ruim para a democracia uma imprensa que vá perdendo a sua credibilidade. Eu queria, antes de agradecer, passar se possível um minuto ao Dr. Laércio. Vamos daqui para lá.

SR. LAÉRCIO MENDES VIEIRA: Bom, eu então não vou me delongar. Eu gostaria de agradecer, em nome do Tribunal de Contas da União, o convite feito pela Comissão e gostaria de enfatizar que, para o Tribunal de Contas da União, é muito importante estar aqui no Congresso Nacional. E, todas as vezes que for convidado, vai seguramente comparecer com a maior boa vontade e sempre com muita disposição para atender a todos os debates que se façam em termos e em relação a esse tema. E ressaltando mais ainda que uma das missões mais nobres que o Tribunal possui é exatamente de apoiar o Congresso Nacional no exercício do controle externo. Então, exatamente por isso é que nos colocamos sempre à disposição para o debate. Então, eu agradeço a oportunidade, à Senadora Serys, ao Senador Casagrande.

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHES-SARENKO (PT-MT): Obrigada, Dr. Laércio Mendes Vieira. Passo a palavra ao Dr. Adércio Leite Sampaio por um minuto, por favor.

SR. JOSÉ ADÉRCIO LEITE SAMPAIO: Da mesma forma, eu quero renovar os agradecimentos e parabenizar a Comissão, especialmente na pessoa da Senadora Serys e do Senador Renato Casagrande, aos que aqui compareceram e dizer que nós temos três pontos importantes só para... Primeiro, e me parece que foi importante a fala da Dra. Doris. Nós não podemos analisar o controle apenas como em dúvida(F) e pró-ilícito(F).

Eu acho que tem que analisar com razoabilidade e com sensibilidade que, muitas vezes, há um “denuncismo” e a utilização dos órgãos de controle como órgão de vindita. A segunda coisa é a ênfase que parece que é comum, aqui, na questão da prevenção. Prevenção parece jargão, mas vamos repetir, a prevenção é melhor do que repressão.

E, em terceiro lugar, eu reafirmo a questão de redefinição de competências dos órgãos de controle,

no sentido de evitar ou diminuir os conflitos interorgânicos. No mais, é me colocar à disposição dessa Casa e especialmente dessa Comissão para outros eventos da espécie.

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHES-SARENKO (PT-MT): Obrigada, Dr. José Adércio. Passaria a palavra, agora, também por um minuto, à Dra. Doris Miranda de Coutinho e, logo após, ao Dr. Ribamar Oliveira. Mas, antes disso, eu gostaria de pedir que essa é a primeira parte da nossa reunião dessa Comissão e que todos permanecessem, se possível, mais alguns minutos, que o Senador terá que fazer um relatório, porque nós... Eu sou a parte mais interessada desse relatório, como relatora da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que é a aprovação das emendas da Comissão, que já estão todas discutidas, e só falta o voto final. Eu pediria que tão logo o Dr. Ribamar se pronuncie, todos permanecessem para que os nossos senadores fizessem um breve relato para que a gente pudesse terminar a reunião da Comissão. Com a palavra, a Dra. Doris.

SRA. DORIS DE MIRANDA COUTINHO: Sra. Senadora Serys, Sr. Senador Renato Casagrande, essa Audiência Pública, sem dúvida nenhuma, é um dos grandes sinais de que vivemos novos tempos; novos e frutíferos tempos. E eu fico muito feliz, estou muito honrada de ter participado desse... nessa manhã, desses debates. Apreendi muito. Espero ter dado a minha contribuição. E estou também a par de agradecer; me coloco à disposição para esclarecimentos, para debate, para aquilo que os senhores entenderem que eu possa contribuir. E muito obrigada pela oportunidade.

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHES-SARENKO (PT-MT): Com a palavra, o jornalista Ribamar Oliveira, jornalista do *O Estado de S. Paulo*.

SR. RIBAMAR OLIVEIRA: Senadora Serys, eu vou usar 30 segundos do meu um minuto para tentar, como a senhora perdeu o que eu disse, só para dizer o seguinte. Eu concordo inteiramente com a senhora. Eu acho que todos nós, a imprensa também está aprendendo a atuar no regime democrático, que é, no nosso país, muito recente. Concordo com a senhora que... Porque já fui vítima disso e, quando você é vítima de uma denúncia, o impacto imediato, ele, às vezes, é irreparável. E a senhora, como o Senador Renato Casagrande, são pessoas públicas e isso deve ser ainda mais complicado ainda.

Como o Sr. Senador já disse, quer dizer, vocês passam uma vida pública toda construindo uma imagem numa direção, e, de repente, vem uma coisa completamente, às vezes, estapafúrdia e desconstrói mais. É uma coisa séria. Eu acho que tem aqui uma coisa que tem que ser discutida. Agora, eu, pessoal-

mente, pela experiência minha, o grande caminho é a Justiça. Eu não tenho dúvida disso, e eu acho que isso deve ser mais praticado por todos, essa queixa contra a imprensa. Agora, eu gostaria apenas de agradecer à Comissão o convite, é uma honra participar e reafirmar: aprendi muito aqui nesta Audiência Pública.

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHES-SARENKO (PT-MT): Obrigada, Ribamar. Eu queria dizer, todos disseram que foi uma honra, os palestrantes disseram que foi uma honra estar aqui. Eu diria que é o Senado da República que está honrado com a presença dos senhores e o nível do debate. Realmente, Senador Casagrande, eu acho da maior grandeza a sua proposta, e é isso que nós precisamos fazer no nosso Senado da República com mais frequência: trazer as organizações institucionais, as organizações da sociedade civil, enfim, todos aqueles que contribuem de forma decisiva e determinada para o aprimoramento do processo democrático.

Eu digo sempre que a democracia não é algo que está pronto. Jamais ela está pronta. Ela tem que ser uma construção permanente. Porque se a gente distrair, ela pode retroagir. E qualquer retrocesso é de alta periculosidade do meu ponto de vista. Portanto, esse processo eu avalio como da maior grandeza.

Parabéns a todos que estiveram aqui e, especialmente, ao nosso Senador, que é o formatador deste evento. Com a palavra, para relatar as emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias, que já estão discutidas, debatidas e avaliadas, com a palavra, o Senador Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sra. Presidente, muito rápido. Essa Comissão, aqui, senhores visitantes, senhoras visitantes, é a Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor. Três assuntos extremamente importantes, e nós temos o direito, aqui, na Comissão de Meio Ambiente, como Comissão temática da Casa, de apresentarmos à LDO, que a relatora é a Senadora Serys, ao anexo de prioridades da LDO, cinco emendas decididas pela Comissão. Nós recebemos 21 emendas, Senadora Serys, mas tivemos que escolher cinco. Então, a quem é Relator cabe a tarefa de agradar cinco e desagradar 16 [risos]. Então nós escolhemos--

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHES-SARENKO (PT-MT): O que vou receber três mil quatrocentas e poucas, para aproveitar 400.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com a sua dificuldade. Por isso que nós lhe atendemos bastante nas suas sugestões, aqui. A proposta que eu faço, Sra. Presidente, são emendas de âmbito mais globais, de atuação mais global.

Então, a primeira emenda de combate à desertificação, que é uma emenda do Senador Inácio Arruda e da Senadora Serys, da senhora; a segunda emenda “Educação Ambiental para sociedades sustentáveis”, do Senador Romero Jucá; a terceira é a emenda “Prevenção e combate ao desmatamento, queimadas e incêndios florestais”, Romero Jucá e Flexa Ribeiro; “Qualidade ambiental”, Senador Flexa Ribeiro; “Revitalização de bacias hidrográficas que estão em situação de vulnerabilidade e degradação ambiental”, emenda da senhora, e a Agenda 21, também da Serys Slhessarenko, e “Programa nacional de florestas”, também da Senadora Serys Slhessarenko.

Então, são as cinco emendas que eu acatei para o relatório, e apresentamos para V.Ex^a. Tem aqui o detalhamento das emendas, mas nós já sabemos que são essas cinco que nós estamos propondo à Comissão de Meio Ambiente. É este o relatório.

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHES-SARENKO (PT-MT): Obrigada, Sr. Relator. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aprovado. Nós agradecemos a presença, mais uma vez, de todos os senhores debatedores e a presença de todos os senhores e senhoras, neste momento, aqui, na nossa Comissão de Meio Ambiente e dizer, como já formalizei antes, que este processo ele não tem fim. Ele tem começo e tem meio. E deve continuar permanentemente acontecendo no nosso Senado da República, no nosso Congresso Nacional. Muito obrigada.

Sessão encerrada às 12h11.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA
DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO
E CONTROLE – CMA

ATA DA 16ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE JUNHO DE 2008, ÀS 11:30 HORAS.

Às doze horas e vinte e sete minutos do dia três de junho de dois mil e oito, na Sala nº 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senhores Senadores **RENATO CASAGRANDE**, **VALTER PEREIRA**, **ELISEU RESENDE**, **GILBERTO GOELLNER**, **JOSÉ AGRIPINO**, **MARCONI PERILLO**, **GIM ARGELLO**, **FLÁVIO ARNS**, **AUGUSTO BOTELHO**, **SERYS SLHESARENKO**, **INÁCIO ARRUDA**, **EXPEDITO**

JÚNIOR, **ROMERO JUCÁ**, **ALMEIDA LIMA**, **ADELMIR SANTANA** e **ARTHUR VIRGÍLIO**. Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, o Senhor Senador **ROMERO JUCÁ** requer, e a Comissão aprova, a inversão de pauta para iniciar a deliberação pelos itens 8 e 7. **Item 08) REQUERIMENTO Nº 19 DE 2008 – CMA-NÃO TERMINATIVO** que “requer nos termos regimentais e Constitucionais, que sejam convidados os senhores Luciano Coutinho e Élvio Lima Gaspar, respectivamente Presidente e Diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES para, em Audiência Pública, prestar esclarecimentos aos Senadores desta Comissão sobre as denúncias de desvio de verbas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), conforme investigação realizada pela Polícia Federal por meio da chamada ‘Operação Santa Tereza’”. Autoria: Senador **ARTHUR VIRGÍLIO**. Resultado: **Rejeitado. Item 07) PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 1, DE 2008-NÃO TERMINATIVO** que “propõe, que a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle fiscalize convênios celebrados entre instituições notariais e de registro e repartições de trânsito, ou portarias editadas por estes órgãos, visando exigir dos consumidores brasileiros o registro em cartório dos contratos de financiamento de veículos, em expressa contrariedade ao art. 1.361, § 1º do Novo Código Civil e as decisões do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça”. Autoria: Senador **JOÃO VICENTE CLAUDINO**. Relator: Senador **ARTHUR VIRGÍLIO**. Parecer: Pela aprovação do relatório prévio. Resultado: **Concedido pedido de vista coletivo**. Pela ordem, o Senhor Senador **EXPEDITO JÚNIOR** requer, e a Comissão aprova, a inversão de pauta para apreciar os itens 9 e 13. **Item 09) REQUERIMENTO Nº 20, DE 2008-CMA-NÃO TERMINATIVO** que “requer, nos termos do art. 71, inciso IV, da Constituição Federal, combinado com os arts. 1º, inciso II, e 38, Inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e nos termos dos artigos 102-A e 102-B do Regimento Interno do Senado Federal, ao Tribunal de Contas da União, a realização de auditoria nos documentos encaminhados a este Senado Federal em atendimento ao item 6 do Requerimento nº 1.343, de 2007, endereçado ao Exmo. Sr. Ministro de Minas e Energia, pelo qual foram requeridas informações sobre o andamento do Programa Luz para Todos no Estado de Rondônia”. Autoria: Senador **EXPEDITO JÚNIOR**. Resultado: **Aprovado. Item 13) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 114, DE 2004-**

NÃO TERMINATIVO (tramitando em conjunto com os Projetos de Lei nº 283, de 2007, nº 429, de 2007 e nº 533, de 2007) que “altera dispositivos da Lei nº 7.565, de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, de modo a instituir indenização a passageiros em caso de excesso de reservas em aeronave”. Autoria: Senadora **SERYS SLHESSARENKO**. Relator: Senador **EXPEDITO JÚNIOR**. Parecer: Pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nº 283, de 2007, nº 429, de 2007 e nº 533, de 2007, e aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2004, na forma do substitutivo que apresenta. Resultado: **Aprovado**. Em seguida, a Presidência encaminha a deliberação do item 1 da pauta. **Item 01) AVISO Nº 35, DE 2006-NÃO TERMINATIVO** que “encaminha ao Senado Federal, cópia do Acórdão nº 1731, de 2006 – TCU (Plenário), bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, atinente à fiscalização de obras públicas no exercício de 2006”. Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatora “ad hoc”: Senadora **SERYS SLHESSARENKO**. Parecer: Pela remessa do processado ao arquivo. Resultado: **Aprovado**. Em seguida, o Senhor Senador **ALMEIDA LIMA**, pela ordem, requer e a Comissão aprova inversão de pauta para deliberar o item 14. **Item 14) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 436, DE 2007-NÃO TERMINATIVO** que “acrescenta § 7º ao art. 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, para determinar que o registro do contrato de aquisição de veículo será feito exclusivamente na repartição de trânsito competente para o licenciamento”. Autoria: Senador **EDISON LOBÃO**. Relator “ad hoc”: Senador **MARCONI PERILLO**. Parecer: Pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1-CMA. Resultado: **Concedido pedido de vista ao Senador ALMEIDA LIMA**. A Presidência retoma a ordem inicial da pauta pela deliberação dos itens 2, 3 e 4. **Item 02) AVISO Nº 11, DE 2008-NÃO TERMINATIVO** que “encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 352, de 2008, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentaram, referente aos Relatórios de Gestão Fiscal do 2º quadrimestre de 2007, encaminhados pelos Poderes e órgãos federais relacionados na Lei de Responsabilidade Fiscal (TC 026.219/2007-5)”. Autoria: Tribunal de Contas da União. Relator “ad hoc”: Senador **GIM ARGELLO**. Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: **Concedido pedido de vista ao Senador MARCONI PERILLO**. **Item 03) AVISO Nº 2, DE 2008-NÃO TERMINATIVO** que “encaminha ao Senado Federal, para conhecimento e eventuais consultas, em CD, os Relatórios de Fiscalização, contendo os resultados das ações levadas a efeito pela Controladoria-Geral da União nas unidades municipais sorteadas na 23ª Eta-

pa do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos”. Autoria: Ministério de Estado do Controle e da Transparência. Relator: Senador **RENATO CASAGRANDE**. Parecer: Pelo conhecimento da matéria, comunicação aos senadores das bancadas dos Estados fiscalizados e remessa do processado ao arquivo. Resultado: **Aprovado**. **Item 04) AVISO Nº 16, DE 2008-NÃO TERMINATIVO** que “encaminha ao Senado Federal, cópia do Acórdão 489, de 2008, proferido nos autos do processo nº TC 017.327/2006-6, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, referente à Auditoria Operacional realizada pela Fiscalização e Avaliação de Programa de Governo – Seprog, no Programa de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura, com foco nas atividades do programa referentes à aquicultura continental”. Autoria: Tribunal de Contas da União. Relator: Senador **GILBERTO GOELLNER**. Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: **Aprovado**. Na sequência, o Senhor Senador **RENATO CASAGRANDE** requer e a Comissão aprova a inversão de pauta para apreciar o item 11. **Item 11) REQUERIMENTO Nº 21, DE 2008-CMA-NÃO TERMINATIVO** que “requer, nos termos do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, seja promovida, por esta Comissão, com a participação dos membros da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, audiência pública, tendo como convidados o Sr. Lauro Fiúza, representante da ABEEÓLICA; o Sr. Roberto Smith, representante do Banco do Nordeste; o Sr. Ricardo Baitelo, representante do GREENPEACE; e o Sr. Rodrigo Rocha Loures, representante da Confederação Nacional da Indústria – CNI, para debaterem a participação da energia eólica na matriz energética brasileira”. Autoria: Senador **RENATO CASAGRANDE** e Senadora **SERYS SLHESSARENKO**. Resultado: **Aprovado**. Pela ordem, o Senhor Senador **MARCONI PERILLO** requer e a Comissão aprova a inversão de pauta para deliberar imediatamente os itens 15 e 16 da pauta. **Item 15) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 714, DE 2007-NÃO TERMINATIVO** que “dispõe sobre o recolhimento e o destino final de pilhas e baterias usadas”. Autoria: Senador **GERSON CAMATA**. Relator: Senador **RENATO CASAGRANDE**. Parecer: Pela aprovação do projeto. Resultado: **Concedido pedido de vista ao Senador MARCONI PERILLO**. **Item 16) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 91, DE 2007-NÃO TERMINATIVO** que “altera a Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, para destinar recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal para a implantação de Centros de Educação Ambiental. Autoria: Senador **GIM ARGELLO**. Relator:

Senador **MARCONI PERILLO**. Parecer: Pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 que apresenta. Resultado: **Aprovado**. A pedido do Senador **GIM ARGELLO**, Comissão aprova a inclusão, EXTRA-PAUTA, do **REQUERIMENTO Nº 23, DE 2008-CMA, NÃO TERMINATIVO**, que “requer nos termos regimentais, que sejam ouvidos em audiência um representante da ABRASCA – Associação Brasileira de Concessionários Aeroportuários, um representante do Ministério da Defesa e o Presidente da INFRAERO para tratar da questão sobre a legislação aplicável às locações de áreas de uso por concessionários nos aeroportos brasileiros”. Autoria: Senador **GIM ARGELLO**. Resultado: **Aprovado com aditamento do Senador LEOMAR QUINTANILHA convidando, também, representante do Tribunal de Contas da União**. A Presidência encaminha, então, a deliberação do item 5. **Item 05) OFÍCIO “S” Nº 11, DE 2008-NÃO TERMINATIVO** que “encaminha ao Senado Federal, para conhecimento e eventuais consultas, em CD, os Relatórios de Fiscalização, contendo os resultados das ações levadas a efeito pela Controladoria-Geral da União nas unidades municipais sorteadas na 24ª Etapa do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos”. Autoria: Ministério de Estado do Controle e da Transparência”. Relator “ad hoc”: Senador **FLÁVIO ARNS**. Parecer: Pelo conhecimento da matéria, comunicação aos senadores das bancadas dos Estados fiscalizados sobre o recebimento do Aviso nº 7, de 2008, disponibilizando a consulta dos dados contidos no CD que o acompanha pelo prazo de trinta dias e, vencido este prazo, seja o processado enviado ao arquivo. Resultado: **Aprovado**. Por solicitação dos respectivos relatores, a Presidência retira de pauta os itens 6 e 10. **Item 06) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 19, DE 2005-NÃO TERMINATIVO** que “dispõe sobre a criação do Monumento Natural do Arquipélago das Ilhas Cagarras”. Autoria: Deputado **FERNANDO GABEIRA**. Relator: Senador **ADELMIR SANTANA**. Parecer: Pela aprovação do projeto nos termos do substitutivo aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Resultado: **Adiado**. **Item 10) REQUERIMENTO Nº , DE 2008-NÃO TERMINATIVO** que “requer nos termos do art. 90, III e IX do Regimento Interno do Senado Federal, seja promovida, por esta Comissão, audiência pública com a presença do Exmo. Sr. Ministro de Estado do Meio Ambiente com o objetivo de expor e debater sobre os projetos e políticas a serem conduzidas a frente da Pasta que ora assume”. Autoria: Senador **RENATO CASAGRANDE**. Resultado: **Adiado**. A fim de concluir a apreciação das matérias não terminativas, a Presidência encaminha a deliberação do item 12 da pauta. **Item 12) REQUERIMENTO**

Nº 22, DE 2008-CMA, NÃO TERMINATIVO, que “requer, nos termos regimentais, e em conformidade com as competências desta Comissão, a realização de audiência pública para ouvir os representantes do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério da Ciência e Tecnologia, bem como o Sr. Eduardo Van Roost, da Symphony Environmental Technologies e outras autoridades, com a finalidade de debater as diversas alternativas de proteção ao meio ambiente no que se refere às inovações tecnológicas que objetivam a melhor e mais rápida degradação de materiais plásticos”. Autoria: Senador **LEOMAR QUINTANILHA**. Resultado: **Aprovado**. Em razão da falta de quorum, a Presidência adia a deliberação dos demais itens da pauta. **Item 17) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 430, DE 2007-TERMINATIVO** que “acrescenta § 6º ao art. 54 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, para dispor que as cláusulas dos contratos de adesão que regulam as relações entre as concessionárias de serviços públicos outorgados pela União, bem como por suas associadas, coligadas e filiadas, e os consumidores e usuários de seus serviços, devem ser aprovados previamente pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça”. Autoria: Senador **GERALDO MESQUITA**. Relator: Senador **RAIMUNDO COLOMBO**. Parecer: Pela rejeição do projeto. Resultado: **Adiado**. **Item 18) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 132, DE 2006-TERMINATIVO** que “altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para estabelecer que os rótulos de alimentos devem atender aos requisitos de clareza e simplicidade e fornecer informações compreensíveis para o consumidor”. Autoria: Senador **VALDIR RAUPP**. Relatora: Senadora **SERYS SLHESSARENKO**. Parecer: Pela rejeição do projeto. Resultado: **Adiado**. **Item 19) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 625, DE 2007-TERMINATIVO** que “altera o Código de Defesa do Consumidor, para dispor sobre a rescisão dos contratos de adesão pelo consumidor.” Autoria: Senador **JOÃO DURVAL**. Relator: Senador **MARCONI PERILLO**. Parecer: Pela aprovação do projeto na forma do substitutivo que apresenta. Resultado: **Adiado**. **Item 20) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 124, DE 2008-TERMINATIVO** que “acrescenta parágrafo no art. 42 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – que, dispõe sobre a proteção do consumidor, para tornar obrigatório prazo mínimo de cinco dias úteis de antecedência do vencimento o recebimento da cobrança”. Autoria: Senador **ROMEU TUMA**. Relator: Senador **PAPALÉO PAES**. Parecer: Pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 3-CMA que apresenta. Resultado: **Adiado**. A Presidência dá conhecimento aos

membros da Comissão que recebeu, da Primeira Secretaria desta Casa, os ofícios de números 482 e 486 do corrente ano, sobre respostas aos requerimentos de números 44 e 45 de 2007, aprovados no âmbito desta Comissão; os avisos de números 14, 137, 227, 240, 273, 278, 303, 338, 447 e 566 do corrente ano, oriundos do Tribunal de Contas da União; e o Ofício nº 106 de 2007, da Controladoria Geral da União. Usam da palavra os Senhores Senadores **ROMERO JUCÁ, ARTHUR VIRGÍLIO, EXPEDITO JÚNIOR, RENATO CASAGRANDE, GIM ARGERLLO e MARCONI PERILLO**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e um minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA REUNIÃO REALIZADA EM 03/06/2008

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião Ordinária da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da Sessão anterior queiram permanecer como se encontram. Aprovada.

V.Ex^a. vai sugerir a inversão de pauta?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar, o Senador Arthur Virgílio está presente, tem um requerimento dele, eu gostaria que se solicitar a inversão para que se votasse primeiro o requerimento do Senador Arthur Virgílio e posteriormente o Item 7 também, uma matéria do Senador João Claudino.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão a proposta apresentada pelo Senador Romero Jucá, que propõe a inversão--

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): É o Item 8, o primeiro é o Item 8.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): -- da pauta. Votando na ordem do Item 8 e Item 9, pág. 5. Os Srs. Senadores que aprovam, a inversão de pauta, permaneçam como estão. Aprovado.

Passamos então ao Item 8. “Requer nos termos Regimentais e Constitucionais, que sejam convidados os Srs. Luciano Coutinho e Elvio Lima Gaspar, respectivamente Presidente e Diretor do Banco Nacional

de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, para, em Audiência Pública, prestar esclarecimentos aos Senadores desta Comissão sobre as denúncias de desvio de verbas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, conforme investigação realizada pela Polícia Federal por meio da chamada “Operação Santa Tereza”. O requerimento é de autoria do eminente Senador Arthur Virgílio, a quem concedo a palavra.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, eu chamo a atenção para o fato de que, apesar dos nossos votos de advertência, aprovou-se – e com aquela comemoração ruidosa pelas extras sindicais – aquela inimizabilidade das próprias Centrais. O Presidente Lula dizendo que liberdade era não se fiscalizar a execução financeira dos recursos chegados às Centrais Sindicais, recursos públicos e confundia ele, eu não sei se propositadamente ou não, confundia ele com os tempos da ditadura, quando a ditadura, pretendendo sufocar a liberdade política das Centrais Sindicais, procurava asfixiá-las também pela via financeira. Estamos na democracia. Hoje não se discute mais democracia e nem se discute ditadura, se discute hoje seriedade ou não seriedade, espírito público ou não espírito público.

É nesse sentido que eu chamo a atenção para o erro grosseiro que cometeu S.Ex^a. ao liberar de investigação as Centrais Sindicais, isso provado na própria situação em que se envolveu o Deputado Paulinho. O Deputado Paulinho vai e não se está a minutos de uma renúncia de mandatos. Se a praxe continua sendo a de não enfrentar até ao final as consequências deve estar a minutos ou horas de uma renúncia de mandato. O fato é que perdeu a legitimidade para continuar Deputado e é simplesmente a maior autoridade da Força Sindical desse país. É este o homem para quem o Governo da República deu cheque em branco outra vez, deu cheque em branco. Então o homem do cheque em branco preencheu o cheque e comprou aí uma casona, uma coisa brutal.

Portanto, eu fiz o requerimento pedindo, Sr. Presidente, que sejam convidados os Srs. Luciano Coutinho e Elvio Lima Gaspar, respectivamente Presidente e Diretor do BNDES, para em Audiência Pública esclarecer aos Senadores sobre as denúncias de desvios de verbas no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, conforme investigação realizada pela Polícia Federal por meio da chamada “Operação Santa Tereza”. Eu entendo que eles têm explicações a prestar, afinal de contas nós temos que preservar todos, a credibilidade do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, e, por outro lado, temos que fazer essa autocrítica, ou seja, sobretudo quem

tem que fazer essa autocrítica é o próprio Presidente da República, é o próprio Governo Federal. Passaram atestado de anjos para todos aqueles que for sindicalistas, ou seja, qualquer hora o Maluf vai e inscreve como sindicalista para ficar inimputável também, e nós vimos em seguida, tipo castigo divino, aconteceu o episódio da “Operação Santa Tereza” e todo o desvendamento das coisas que envolvem o Deputado Paulinho. E não adianta dizer que é o Paulinho do Vasco, que é o Paulinho da Mangueira, porque é o Paulinho Deputado. Está provado e constatado isso. É lamentável, mas nós não podemos aqui ficar passando a mão na cabeça e impedindo que se faça justiça. A justiça, nesse caso, me parece que leva à cassação do mandato do Deputado. Por isso eu insisto no meu requerimento, Sr. Presidente.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Tem V.Ex^a. a palavra.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, apenas para registrar que como a investigação está sendo feita já pela Polícia Federal e toda a imprensa está acompanhando, nós vamos encaminhar contrário à aprovação do requerimento de convocação da diretoria do BNDES.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão. Não havendo mais quem quero discutir, encerrada a discussão, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Rejeitado o requerimento.

Passamos ao Item 7. Projeto de Lei--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Perdemos por quantos votos, Sr. Presidente? Por quantos votos perdemos, perdemos de quanto?

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Foram cinco votos pela rejeição e dois a favor.

Passamos ao Item 7, Proposta de Fiscalização e Controle nº 1. “Propõe, que a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle fiscalize convênios celebrados entre instituições notariais e de registro e repartições de trânsito, ou portarias editadas por estes órgãos, visando exigir dos consumidores brasileiros o registro em cartório dos contratos de financiamento de veículos, em expressa contrariedade ao art. 1.361, § 1º, do Novo Código Civil e as decisões do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça”. É de autoria do eminente Senador João Vicente Claudino e tem como Relator o ilustre Senador Arthur Virgílio, a quem concedo a palavra. O Parecer é pela aprovação do relatório prévio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Pois não, Sr. Presidente. Tendo em vista o disposto no art. 102-A, inciso III, alínea “c” do Regimento Interno da Casa, acrescido pela Resolução do Senado Federal nº 1, de 22 de fevereiro de 2005, compete a esta Comissão acompanhar as políticas públicas e ações desenvolvidas pelo poder público no que se refere à defesa dos direitos do consumidor. Aliás, são essas teses que devem ocupar o espaço na democracia. Eu gostaria de corrupção de menos e discussão a mais sobre o meio ambiente, sobre defesa do consumidor. Infelizmente a pauta é muito ocupada por esse outro assunto que parece que é recorrente no país.

Mas muito bem, Sr. Presidente. Eu pego um exemplo. Não é admissível que os DETRANS e os cartórios ainda exijam dos adquirentes, como condição indispensável à emissão do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo, o registro dos contratos de alienação fiduciária em garantia real em cartório. Tal operação onera o consumidor em quantias absurdas. O jornal Valor Econômico, de 02 de abril de 2008, sobre a matéria “A longa e cara peregrinação pelos cartórios para documentar um carro – Tradicional burocracia consegue ser ainda pior que um prejuízo de R\$ 769,06”, revela essa matéria o quanto o consumidor brasileiro é desrespeitado ao ser forçado a pagar por algo que a própria legislação o isenta. O Código de Trânsito Brasileiro, ao dispor sobre as regras de expedição do CRLV, não prevê como requisito obrigatório a ser apresentado aos DETRANS o contrato de alienação fiduciária em garantia real registrada em cartório.

Muito bem, Sr. Presidente, eu estou convencido de que é inadequado e desarrazoada a edição de atos normativos ou a realização de convênios pelos DETRANS direcionados a partir dos adquirentes de veículos automotores o registro dos contratos de alienação fiduciária nos cartórios extras judiciais como requisito indispensável à emissão do CRLV. Isso porque o Supremo Tribunal Federal julgou improcedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.150, proposta pela Associação dos Notários e Registradores do Brasil – ANOREG, para firmar que são constitucionais os dispositivos legais que atribuam com exclusividade aos órgãos de trânsito o registro de ônus reais sobre veículos de qualquer espécie, dispensando a atuação dos notários e registradores.

Muito bem. Digo ainda, Sr. Presidente, já na fase final desta fala, que após a entrada em vigor do Código Civil o STJ reafirmou que é inviável determinar que o órgão administrativo exija o prévio registro cartorial do contrato de alienação fiduciária para expedição do Certificado de Registro do Veículo sem que a lei o faça, segundo Acórdão unânime proferido pela Segun-

da Turma nos autos do Recurso Especial nº 770.315, julgado em 04 de abril de 2006. Trata-se, como se vê, de proposta de fiscalização e controle que se destina exclusivamente a encontrar mecanismos para coibir a proliferação desses acintosos convênios e portarias, editados na calada da noite, em total desrespeito a diversos dispositivos legais, paulatinamente descumpridos pelos cartórios e DETRANs, de maneira a tornar indispensável a atuação do Senado Federal, em especial desta Comissão.

Muito bem, Sr. Presidente. Diante de exposto, opinamos nos termos do inciso II, do art. 102-B, do Regimento Interno desta Casa, pela aprovação do relatório prévio na proposta de fiscalização e controle, elogiando aqui a percutiente análise feita pelo ilustre Senador João Claudino que de maneira competente me induziu, pelos seus argumentos, a apresentar este relatório favorável, Sr. Presidente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão o relatório do eminente Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE): Sr. Presidente.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Peço vistas.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Almeida Lima, tem V.Ex.^a a palavra. Em seguida o Senador Marconi Perillo.

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE): Quem pediu vistas?

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu.

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE): Vistas coletiva. Eu peço também.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Concedido vista. Tem V.Ex.^a a palavra, pela ordem.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a inversão da pauta porque eu tenho um requerimento para ser votado, tenho também um Projeto e está presente aqui a Senadora Serys, mas é de autoria da Senadora Serys, é de autoria do Senador Casagrande e também do Senador Mercadante. Já foi lido o relatório, foi pedido vistas pelo Senador Gim e me parece que o Senador Gim não apresentou nenhuma Emenda. Então eu gostaria de pedir a possibilidade de votarmos já este Projeto, que é da Overbooking, e também a questão do meu requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Qual o item, Senador?

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Eu estou sem a pauta aqui, Sr. Presidente. Item 9. Eu estou sem a pauta aqui, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): O Item 9 e o Item 13?

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão a proposta apresentada pelo eminente Senador Expedito Júnior de inversão de pauta para que apreciemos de imediato os Itens 9 e 13. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Passamos à apreciação do Item 9. “Requer, nos termos do art. 71, inciso IV, da Constituição Federal, combinado com os arts. 1º, inciso II, e 38, Inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e nos termos dos arts. 102-A e 102-B do Regimento Interno do Senado Federal, ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria nos documentos encaminhados a este Senado Federal em atendimento ao Item 6 do Requerimento nº 1.343, de 2007, endereçado ao Exmo. Sr. Ministro de Minas e Energia, pelo qual foram requeridas informações sobre o andamento do Programa “Luz para Todos” no Estado de Rondônia. Requerimento de autoria do eminente Senador Expedito Júnior, a quem concedo a palavra.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, a Senadora Serys, um certo dia, subiu à tribuna e disse que comemorava praticamente a conclusão da etapa do “Luz para Todos”, do cronograma lá no Estado do Mato Grosso. E eu fiquei, confesso que fiquei orgulhoso de ver a Senadora defendendo o seu Estado e gostaria que estivesse acontecendo a mesma coisa com o meu Estado, que é Rondônia. Infelizmente lá o cronograma está bastante atrasado, nós temos vários problemas nos contratos. E eu fiz uma solicitação, a resposta chegou aqui, Sr. Presidente, eu gostaria de encaminhar isso à Mesa junto com o meu requerimento para que fosse solicitada uma auditoria pelo Tribunal de Contas da União, haja visto que é uma empresa federalizada e, além disso, Sr. Presidente, há também os preços de combustível que eu nunca vi na minha vida, os preços ser mais caro da Petrobras do que das empresas que a Petrobras fornece o combustível e essas empresas fornecem o combustível para as centrais elétricas de Rondônia, para a CERON. Então eu gostaria de pedir aqui a todos os demais Senadores para que votassem favoravelmente para que nós pudéssemos ter uma auditoria então, para que fosse auditado todos os contratos, que eu inclusive relaciono nesse nosso requerimento, feito pelo Tribunal de Contas da União.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão o requerimento de autoria do Senador Expedito Júnior. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão. Passamos à votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos ao Item 13. Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2004, que “Altera dispositivos da Lei 7.565, de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, de modo a instituir indenização a passageiros em caso de excesso de reservas em aeronave”. O Projeto de Lei é de autoria da eminente Senadora Serys Slhessarenko, que tem como Relator o Senador Expedito Júnior, a quem concedo a palavra.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, eu já fiz na Reunião passada, onde foi pedido vistas aqui pelo Senador, eu já fiz a leitura do relatório, já enalteci aqui os dois Senadores que estão presentes, inclusive também o Senador Mercadante, que está ausente, mas os três Senadores que são autores deste Projeto, foram todos apensados, significa que prevaleceu aqui o mais antigo e o mais antigo é da Senadora Serys. Nós já fizemos o nosso Voto, o nosso Voto foi favorável com a Emenda que nós também já lemos também, e eu gostaria, então, de pedir a V.Ex^a. se houver aqui a possibilidade de alguém que queira discutir, nós estaremos pronto para tirar as dúvidas aqui, aproveitando inclusive a presença dos dois autores do Projeto, a Senadora Serys e o Senador Casagrande. O Projeto está com Parecer favorável, pronto para ser votado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão. Passamos ao processo de votação. O Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos ao Item 1. Aviso nº 35, de 2006, “Encaminha ao Senado Federal, cópia do Acórdão nº 1731, de 2006 – TCU, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, atinente à fiscalização de obras públicas no exercício de 2006”. Tem como Relator o eminente Senador Wellington Salgado. Eu solicitaria à Senadora Serys Slhessarenko que funcionasse como Relatora ad hoc do Item 1. O Parecer é pela remessa do processo ao arquivo. É o Aviso nº 35, de 2006. Tem V.Ex^a. a palavra. Senadora Serys, alguma dificuldade?

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MS): Desculpa, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Tem V.Ex^a. a palavra.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MS): Não, é que antes o senhor solicitou que lesse o Aviso nº 1, é isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Eu solicitei a V.Ex^a. que--

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MS): O Item 1.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): — que funcionasse como Relatora ad hoc, uma vez que o Relator do Item 1, o Senador Wellington Salgado, não se encontra presente.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MS): Obrigada, Presidente. É que nós gostaríamos, já que tem quorum, de pedir inversão de pauta a posteriori à nossa leitura do relatório do Item 18, que é o Projeto de Lei de autoria do Senador Valdir Raupp, que eu sou a Relatora, mas após o Item 1.

Relatório. A Presidência do Tribunal de Contas da União – TCU encaminhou a esta Casa cópia do Acórdão 1.731/2006 – TCU – Plenário, acompanhado do relatório e Voto que o fundamentam, com o fim de subsidiar a apreciação pelo Congresso Nacional do processo orçamentário e da consequente elaboração do anexo de obras com indícios de irregularidades graves que tem a sua execução financeira e orçamentária suspensa com recursos da União. A presente matéria foi anteriormente relatada pelo insigne Senador César Borges, que não mais compõe essa Comissão nesta legislatura. A proposta continua sua tramitação nos termos do art. 332, do Regimento Interno, e do Ato nº 97, de 2002, do Presidente do Senado Federal.

Análise. Aspectos relevantes a serem ressaltados sobre o mérito da matéria, identificados no Voto do eminente Ministro Valmir Campelo, são: a) A fiscalização de duzentos e cinquenta e nove obras, montando a valores de aproximadamente vinte e um bilhões de reais; b) Identificação de noventa e uma ocorrências de irregularidades que ensejam paralisação na execução de contrato; c) Redução de seiscentos e dois milhões de reais em contratos firmados ou licitações iniciadas mediante ação fiscalizadora do TCU; d) Fiscalização intensiva do programa emergencial de trafegabilidade e segurança nas estradas, com cento e duas fiscalizações realizadas. A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos de Fiscalização, por meio do relatório do comitê de informações encaminhados pelo Tribunal de Contas da União, já apreciou a matéria por ocasião do processo orçamentário para o exercício de 2007, relatado pelo insigne Senador Valdir Raupp. Este é o relatório.

Voto. Em face do exposto, inexistindo razões para o prosseguimento da presente proposição, o Voto é pelo arquivamento do AVS nº 35, de 2006. Aviso nº

01668, de 20/09/2006 na origem. Este é o Parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado, Senadora Serys. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão, passamos ao processo de votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Tem V.Ex^a. a palavra, pela ordem, Senador.

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE): Para requer a V.Ex^a. a inversão de pauta para que pudéssemos ouvir o relatório e votar imediatamente o Item 14 da pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão a proposta apresentada pelo Senador Almeida Lima de inversão de pauta para que apreciássemos de imediato o Item 14 da pauta. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos, então, à apreciação do Item 14. Projeto de Lei do Senado nº 436, de 2007, “Acrescenta § 7º ao art. 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, para determinar que o registro do contrato de aquisição de veículo será feito exclusivamente na repartição de trânsito competente para o licenciamento”. É de autoria do eminente Senador Édison Lobão e tem como Relator o Senador Flexa Ribeiro. Solicito ao ilustre Senador Marconi Perillo para que funcione como Relator ad hoc nesta matéria. Item 14, tem V.Ex^a. a palavra.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. O Projeto em exame, de autoria do Senador Édison Lobão, acrescenta § 7º, ao art. 66-B, da Lei 4.728, de 14 de julho de 1965, para determinar que o registro de contrato de aquisição de veículo será feito exclusivamente na repartição de trânsito competente para o licenciamento. A medida visa assegurar aos consumidores o direito que, segundo o autor, está sendo violado em algumas cidades brasileiras de registrar os contratos de alienação fiduciária de veículos somente nos órgãos de trânsito – DETRANS -, uma vez que é ilegal a exigência de registro também nos cartórios. Em sua justificção o Projeto enumera as mais diversas decisões judiciais e administrativas que dispensa o consumidor da necessidade de registro desses contratos nos cartórios e do conseqüente custo financeiro e burocrático dessa operação. Não foram oferecidas Emendas à proposição.

Em consonância com as justificativas apresentadas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 436, de 2007, com a seguinte Emenda: Emenda da CMA – Acrescente-se ao art. 66-B, da Lei 4.728, de 14 de julho de 1965, na forma do que dispõe o PLS 436, o § 8º com a seguinte redação: “Uma via do contrato de alienação fiduciária, de que trata o parágrafo anterior, deverá ser obrigatoriamente entregue pelo credor ao devedor”. Esse é o relatório do eminente Senador Flexa Ribeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Agradeço a V.Ex^a. Em discussão.

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE): Sr. Presidente, eu peço vistas desse processo.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Vista concedida.

Voltamos ao Item 2. Aviso 11, não terminativo, “Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 352, de 2008, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentaram, referente aos Relatórios de Gestão Fiscal do 2º quadrimestre de 2007, encaminhados pelos Poderes e órgãos federais relacionados na Lei de Responsabilidade Fiscal”. É de autoria do Tribunal de Contas da União e tem como Relatora a eminente Senadora Fátima Cleide. Solicito ao Senador Gim Argello que funcione como Relator ad hoc nessa matéria, Item 2. Tem V.Ex^a. a palavra.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Obrigado, Sr. Presidente. No Item 2, fui designado pelo nobre Presidente da Comissão para examinar e emitir Parecer sobre relatório de gestão fiscal que os órgãos e entidades do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da União devem encaminhar ao final de cada quadrimestre ao Congresso Nacional e ao Tribunal de Contas da União. Conforme determina o art. 125 da LDO, de 2007, Lei nº 11.439, de 2007, adicional ao inciso III do mesmo artigo, estabelece que compete ao Tribunal de Contas elaborar relatório contendo a análise dos relatórios de gestão fiscal, recebidos de forma a subsidiar a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e demais Comissões do Poder Legislativo. Assim, por meio do Aviso nº 11, de 2008, CN-121(F) – Tribunal de Contas da União na origem, o Tribunal encaminhou ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 352, de 2008 – Tribunal de Contas da União – Plenário e do Voto aprovados pelo Plenário sobre o relatório de gestão fiscal dos órgãos ou entidades do Poder Executivo, Legislativo, Judiciário e do Ministério Público, referente ao segundo quadrimestre de 2007.

Peço autorização do Plenário para ir direto ao Voto da Relatora. Primeiramente na conclusão e análise do Tribunal de Contas. Duas perspectivas gerais(F). O

Tribunal de Contas considerou que os limites previstos no inciso I, do art. 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, estão sendo cumpridos na esfera federal. Registro também o atendimento à obrigatoriedade, publicação e o encaminhamento ao Tribunal de Contas da União dos relatórios de gestão fiscal previstos no arts. 54 e 55 da Lei de Responsabilidade Fiscal, relativo ao segundo quadrimestre de 2007, pelos poderes e órgãos federais relacionados no art. 20, da Lei de Responsabilidade Fiscal, disposição do inciso I, do art. 5º, da Lei 10.028, de 19/10/2000 – Lei dos Crimes Fiscais. Com a despesa líquida com pessoal realizada pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios ficou acima do limite previsto no inciso II, art. 1º, do art. 59, da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Plenário do Tribunal decidiu por expedir alerta previsto no inciso II, § 1º, do art. 59, da Lei Complementar nº 101, de 2000, nos termos da minuta de alerta ao Procurador-Geral da República titular do Ministério Público da União pelo fato de a despesa líquida com pessoal do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios ter atingido 92,44% do limite máximo fixado para o órgão, em 0,064% da receita corrente líquida.

O Voto, Sr. Presidente. Compete a essa Comissão, nos termos do art. 102, do Regimento Interno do Senado Federal, examinar e emitir Parecer sobre as matérias e documentos pertinentes ao acompanhamento e fiscalização da execução orçamentária e financeira da gestão fiscal de que tratam os arts. 70 a 72 e 166, § 1º, inciso II, da Constituição Federal. O relatório de gestão fiscal instituído pelo art. 54, da Lei de Responsabilidade Fiscal, deve ser elaborado e publicado a cada quadrimestre pelos titulares dos poderes e órgãos da administração pública. Constitui-se um documento fundamental para a transparência das contas públicas, na medida em que permite que o Congresso Nacional, aos órgãos de fiscalização e toda a sociedade, o acompanhamento do cumprimento pelos gestores públicos dos limites legais e despesas com pessoal, operação de crédito e concessão de garantia, entre outras. No caso em apreciação, a análise procedida pelo Tribunal de Contas da União culminou com o Acórdão nº 352, de 2008 – Tribunal de Contas da União – Plenário e no respectivo Voto no qual se considera atendidas as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Assim, com base nessa conclusão e principalmente levando em conta a análise por nós efetuada, Voto no sentido de que a Comissão tome conhecimento do conteúdo do relatório da gestão fiscal referente ao segundo quadrimestre de 2007 e demais documentos que compõem o processo, e, uma vez que não há previsão a tomar, determine o seu arquivamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado, Senador Gim Argello. Em discussão o relatório expendido.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Peço vistas, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): V.Ex^a. quer discutir ou está pedindo vistas?

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Vistas.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Vistas concedida.

Item 3. Aviso 2, de 2008. “Encaminha ao Senado Federal, para conhecimento e eventuais consultas, os Relatórios de Fiscalização, contendo os resultados das ações levadas a efeito pela Controladoria-Geral da União nas unidades municipais sorteadas na 23ª Etapa do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos”. O Aviso é de autoria do Ministério de Estado do Controle da Transparência e tem como Relator o eminente Senador Renato Casagrande, a quem concedo a palavra.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Sr. Presidente. Foi a 23ª etapa de fiscalização da CGU, sessenta Municípios foram selecionados por sorteio. As principais irregularidades encontradas nesses Municípios foram superfaturamento, sobrepreço de produtos e serviços, inexecução e execução parcial de objeto pelo ajuste pelo qual o recurso foi repassado, desvio de objeto na aplicação de recursos, falhas no procedimento licitatório, fracionamento de despesas com o objetivo de fugir aos procedimentos licitatórios, ausência de aplicação financeira de recursos repassados, mas sem previsão de uso imediato, não comprovação de despesa, pagamento antecipado de despesa, execução de despesa fora das contas específicas, não aplicação da contrapartida que o conveniente está obrigado, omissão no dever de prestar conta, falta de controle de planejamento de consumo, em casos envolvendo alimentos perecíveis de merenda escolar armazenagem inadequada e controle frágil de estoque e da distribuição de medicamentos e alimentos, ausência de publicidade de recebimento dos recursos federais pelas Prefeituras. A prática pelo CGU, Sr. Presidente, dos sorteios, é uma prática importante e ela visa dar publicidade, também, que em determinada época esses órgãos de controle interno fiscalizará a aplicação dos recursos federais repassados às municipalidades. Permite que as instituições organizadas e a sociedade civil também participem desse processo, ampliando e sedimentando a transparência dos gastos públicos, fundamental para o sucesso do controle por todos. A expectativa do controle foi significativamente ampliada

com a louvável iniciativa da CGU. Este contínuo estado de atenção em que se coloca o controlado, porque é por sorteio, é de suma importância para a defesa do erário, pois é ilusória a idéia de ser possível o controle individualizado de todos os eventos que envolvam dispêndios de recursos públicos. A expectativa do controle oficial, somado ao controle social, é uma arma de inestimável valor contra a má aplicação, desvio e descaso com recurso público.

O Voto, Sr. Presidente. À luz do exposto, considerando que a Controladoria-Geral da União demonstra estar empenhada em cumprir fielmente as atribuições que lhe são designadas pela Constituição Federal e pela lei, posso concluir pelo conhecimento por essa Comissão da matéria consoante no Aviso 2, de 2008, da Controladoria-Geral da União, e pelo seu posterior arquivamento, bem como dos documentos que o acompanham. Mas acrescento ainda que possamos dar conhecimento aos Senadores membros das bancadas dos Estados cujos Municípios foram objetos da fiscalização sob análise, e que estes Senadores, de conhecimento dos relatórios, encaminhando por meio de expediente aos Senadores mencionados, esclarecendo que em caso de conveniência ou de interesse caberia requerimento de providência ou de informações adicionais aos Senadores que têm Municípios selecionados nessa fiscalização, Sr. Presidente. Esse é o Voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado, Senador Casagrande. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, está serrada a discussão. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos ao Item 4. Aviso 16, de 2008. “Encaminha ao Senado Federal, cópia do Acórdão 489, de 2008, proferido nos autos do processo nº 017.327/2006, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, referente à Auditoria Operacional realizada pela Fiscalização e Avaliação do Programa de Governo – SEPROG, no Programa de Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura, com foco nas atividades do programa referentes à aqüicultura continental”. Também de autoria do Tribunal de Contas da União e tem como Relator o eminente Senador Gilberto Goellner, a quem concedo a palavra.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Relatório. Vem à apreciação dessa Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle o Aviso nº 16, de 2008, do Presidente do TCU, que encaminha cópia do Acórdão 489, de 2008, bem como do relatório e do Voto que o fundamentaram. A decisão em comento foi proferida pelo Plenário da-

quela Corte de Contas na sessão ordinária de 26 de março de 2008. O referido processo trata de auditoria operacional realizada no Programa de Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura, de responsabilidade da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República. A inspeção foi realizada no período de 07 de agosto a 08 de dezembro de 2006, sendo considerado procedimento ordinário, constante do plano de auditorias do TCU para o segundo semestre de 2006. Sr. Presidente, vou me permitir ler o Voto, deixando a análise.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): À vontade.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Voto. Pelo exposto, manifesto-me no sentido de que essa Comissão tome conhecimento do Aviso nº 16, de 2008, e em seguida determine o seu arquivamento nos termos do art. 133, § 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, motivado porque após a análise da documentação que acompanha o Aviso concluímos que as recomendações acima cobrem todos os problemas identificados pela equipe técnica que realizou auditoria operacional, não tendo acréscimos, reparos ou observações a fazer. O Voto é pela determinação do arquivamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado, Senador Goellner. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão, passamos ao processo de votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Tem V.Ex.^a a palavra.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Posso pedir inversão de pauta para tentarmos votar o Item 11, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão a proposta apresentada pelo Senador Renato Casagrande, que propõe a inversão de pauta para que apreciemos de imediato o Item 11. Em discussão. Encerrada a discussão, não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos então à apreciação do Item 11. Trata-se de requerimento, “nos termos do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, seja promovida, por esta Comissão, com a participação dos membros da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, Audiência Pública, tendo como convidados o Sr. Lauro Fiúza, representante da

ABEEólica; o Sr. Roberto Smith, representante do Banco do Nordeste; o Sr. Ricardo Baitelo, representante do Greenpeace; e o Sr. Rodrigo Rocha Loures, representante da Confederação Nacional da Indústria, para debaterem a participação da energia eólica na matriz energética brasileira”. É de autoria do eminente Senador Renato Casagrande, a quem concedo a palavra para sustentação do seu requerimento.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Nós teremos um grande encontro no início da semana que vem no Nordeste, Presidente, tratando da questão da energia eólica, e mais do que nunca energia eólica é uma possibilidade ao nosso alcance de fato para que mantenhamos uma matriz energética e elétrica, em especial, com bom perfil de fontes renováveis e alternativas e não tenhamos que “sujar” a nossa matriz. Nós estamos com a demanda grande de energia e desenvolver energia eólica é fundamental. Precisamos lutar e trabalharmos, apresentarmos propostas ao Governo para que se tenha leilões específicos de eólica. Então depois desse debate que nós teremos com Governadores, com estudiosos lá no Nordeste, para que eles possam trazer para esta Comissão os resultados desse grande debate nacional que teremos lá no Ceará, início da semana que vem, a gente buscar fazer esse seminário logo durante a mesma semana.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Tem V.Ex^a. toda a razão. A energia eólica tem merecido em outros países, inclusive países emergentes, uma atenção maior do que o Brasil tem merecido e, em razão disso, a esse estudo, a essa discussão destinado um volume maior de recursos e investimentos. E, particularmente, compreendo e comungo com V.Ex^a. o sentimento de que é saudável, é importante que o Brasil tenha uma matriz plural e possa efetivamente estar ampliando seus investimentos na geração de energia limpa, como é o caso da energia eólica. Encerrada a apresentação do requerimento, passamos à discussão. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão, passamos à votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Tem V.Ex^a. a palavra pela ordem.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu solicito a inversão dos Itens 15 e 16, por gentileza.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão a proposta apresentada pelo Senador Marconi Perillo de inversão de pauta para que apreciemos de imediato os Itens 15 e 16. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão,

passamos à votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos, então, à apreciação do Item 15 da pauta, que refere-se a Projeto de Lei do Senado nº 714, de 2007, e que “Dispõe sobre o recolhimento e destino final de pilhas e baterias usadas”. É de autoria do Senador Gerson Camata e tem como Relator o Senador Renato Casagrande. Item 15, a quem concedo a palavra.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, obrigado. Projeto do Senador Gerson Camata, Projeto que eu julgo importante. Apesar de nós termos um debate com a consultoria da Casa, nós temos realizado um debate porque alguns profissionais da área acham que esse assunto deveria ser tratado na lei mais geral de resíduos sólidos. Mas se nós formos esperar a lei mais geral de resíduos sólidos a gente acaba não fazendo aquilo que é possível fazer. Então mesmo que nós possamos entender a importância da Lei de Resíduos, que é importante que esse Congresso possa aprofundar, eu achei importante que houvesse um relato positivo com relação a essa matéria.

A análise do Projeto é a seguinte, Sr. Presidente. De acordo com o inciso II, do art. 102-A, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Meio Ambiente essa avaliação. A preocupação suscitada no PLS 614 trata essa questão mais abrangente da questão dos resíduos sólidos. O tema em seu primeiro exame constitui assunto de interesse local, preservada a competência legislativa municipal, por força do inciso I, do art. 30, da Constituição Federal. Contudo, ampliando o escopo da análise, a questão recai na competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal, por força dos incisos V, VI e XII, do art. 24, da Constituição Federal. O gerenciamento de lixo tem claras implicações, tanto de ordem ambiental como saúde pública. Fica cada dia mais evidente o descompasso entre os padrões insustentáveis de produção e consumo e exploração racional dos recursos naturais e a capacidade de suporte dos ecossistemas. Nesse contexto, assume especial relevância o descarte ambientalmente adequado de pilhas e baterias. Entendemos ainda, que o setor de substâncias tóxicas e metais pesados não seja elevado em cada unidade descartada, o volume de pilhas e baterias despejada diariamente nos aterros sanitários brasileiros acarretam um risco desnecessário para o meio ambiente e, portanto, para a saúde humana. É indispensável, pois, que a deposição final desses produtos seja realizado de modo a não permitir a contaminação de solos e mananciais hídricos pelos metais pesados presentes em sua composição. Ao consagrar a responsabilidade pós-consumo dos fabricantes e importadores e

distribuidores, o PLS 714 mostra-se sintonizado com as mais modernas concepções de gerenciamento de resíduos sólidos praticadas no mundo.

Então, Sr. Presidente, a responsabilidade do vendedor destinar um local para descarte destes produtos para evitarmos a contaminação do solo, especialmente a contaminação do solo. Sr. Presidente, eu aprovo, o meu Parecer é pela aprovação com uma única alteração no § 2º, do art. 2º. Eu quero acrescentar, diz o seguinte o parágrafo: “As unidades devolvidas deverão ser acondicionadas e armazenadas conforme as normas vigentes até serem repassadas aos fabricantes ou importadores”. O comerciante armazena e repassará aos fabricantes ou importadores. Eu acrescento, a minha alteração: “Os quais serão responsáveis pela destinação final ambientalmente adequada do material recolhido”. Quem tem a responsabilidade é o fabricante e não o comerciante. O comerciante apenas vai manter um local para a recepção, para a coleta desses produtos, e quem tem que dar uma destinação final é o fabricante do produto. Então eu acrescento só este detalhe no § 2º, do art. 2º, e parabeno o Senador Gerson Camata pelo Projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão o relatório do Senador Renato Casagrande, com a Emenda que acrescenta.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, eu só quero--

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Flávio Arns, tem V.Ex^a. a palavra para discutir.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu quero concordar com o Projeto, com o relatório e com a Emenda. E destacar, como o Senador Casagrande já colocou, que o grande responsável, quer dizer, ou em outras palavras, os responsáveis pela colocação de algum lixo no meio ambiente têm que ser os responsáveis também pela coleta desse lixo e a destinação ambientalmente correta. Se nós pensarmos que são quase um bilhão de pilhas por ano no Brasil e alguns milhões de baterias, a gente pode imaginar que é um bem necessário, mas a produção desse bem implica na obrigação de quem o produziu ou fabricou para dar uma destinação ambientalmente correta quando ele não mais estiver sendo usado, e a Emenda do Senador Casagrande é muito boa nessa direção.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Casagrande, antes de darmos prosseguimento à discussão, gostaria de consultar a V.Ex^a. Eu não observei bem, na apreciação do relatório que nos trouxe, se o comerciante que coloca

o produto no mercado, ele tem a responsabilidade de recebê-lo para encaminhá-lo?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Recebê-lo, ele tem só que manter uma--

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Mas ele não pode rejeitar o recebimento?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Não pode rejeitar.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Ele tem que receber e dar uma forma de encaminhar à quem fabricou?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Continuamos a discussão.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, eu peço vistas regimentais por cinco dias para que eu possa estudar melhor. Na semana que vem apresento o Voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Vista concedida a V.Ex^a.

Passamos ao Item 16. Projeto de Lei do Senado nº 91, de 2008, “Altera a Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, para destinar recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal para a implantação de Centros de Educação Ambiental”. O Projeto de Lei é de autoria do eminente Senador Gim Argello e tem como Relator o ilustre Senador Marconi Perillo, a quem concedo a palavra.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, inicialmente eu desejo parabenizar o Senador Gim Argello pela apresentação do referido Projeto. Nós nos debruçamos sobre o mesmo, apresentamos algumas Emendas, estou convencido, aprimoro o Projeto de autoria do Senador Gim.

Relatório. Submete-se ao exame da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle o Projeto de Lei do Senado nº 91, de 2008, de autoria do Senador Gim Argello. A proposição também foi encaminhada para a Comissão de Assuntos Econômicos, cabendo a esta a decisão terminativa. O art. 1º, do Projeto de Lei sob exame, altera o art. 41, da Lei 11.284, de 02 de março de 2006, para acrescentar o § 10, que destina recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal para a implantação de Centros de Educação Ambiental em Municípios localizados no bioma Amazônia e § 11, que estabelece que o objetivo de tais centros é capacitar a população local para o exercício de atividades florestais sustentáveis. O art. 2º estabelece a data de sua entrada em vigor.

Não foram apresentadas Emendas à matéria no âmbito desta Comissão.

O PLS acrescenta dois novos parágrafos ao art. 41, da Lei nº 11.284, de 2006, que trata da gestão de florestas públicas para a produção sustentável. O referido artigo, na redação vigente, cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF e define que os recursos serão também aplicados em projetos na área de educação ambiental. A presente proposição direciona os recursos do FNDF destinados à área de educação ambiental para a criação de Centros de Educação Ambiental em Municípios localizados no bioma Amazônia. Consoante o autor, a iniciativa visa capacitar a mão-de-obra local para exercer atividades florestais sustentáveis e, dessa maneira, mudar o paradigma de uso e ocupação da região amazônica em prol do desenvolvimento sustentável.

Voto. Pelo exposto, Voto pela aprovação do Projeto de Lei no Senado nº 91, com as seguintes Emendas: Emenda nº 1 – Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 91, de 2008, a seguinte redação: Altera a Lei nº 11.284, de 02 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável e dá outras providências, a fim de destinar recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal à implantação de Centros de Educação Ambiental. Emenda nº 2 da CMA: Dê-se ao art. 1º, do Projeto de Lei do Senado nº 91, a seguinte redação: Art. 1º – O art. 41, da Lei 11.284, de 2006, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos: Art. 41, § 10 – Os recursos do FNDF destinados aos projetos de educação ambiental poderão ser aplicados para implantar Centros de Educação Ambiental em Municípios localizados no bioma Amazônia e em Municípios do bioma Mata Atlântica e bioma do Cerrado, que contenham em seu território áreas de conservação, observado o disposto no § 7º desse artigo; § 11 – Os Centros de Educação Ambiental de que trata o § 10 desse artigo visam a capacitar a população local para o exercício de atividades florestais sustentáveis. Sala da Comissão, assinado pelo Relator.

Nós quisemos incluir, eu peço a permissão do Senador Gim Argello, dois biomas importantíssimos para o país, que é a Mata Atlântica e o Cerrado, que por certo necessitam também das mesmas providências relacionadas à Amazônia, que diz respeito ao Centro de Educação Ambiental. Acho que com essas Emendas nós estaremos complementando a boa intenção do Senador Gim Argello. É o relatório, Sr. Presidente, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado ao Senador Perillo. Em discussão o relator expendido.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Sr. Presidente, da mesma forma que o Senador--

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Gim Argello, tem V.Exª. a palavra.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Da mesma forma como o Senador Perillo colocou, eu sou obrigado também a concordar que as suas Emendas enriqueceram demasiadamente o nosso Projeto, tendo em vista que são dois biomas muito importantes, a Mata Atlântica e o nosso Cerrado. Parabéns, Senador Marconi Perillo, e agradeço por ele ter contribuído de forma tão relevante no Projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Continua o processo em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, encerrada a discussão. Passamos à votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Tem V.Exª. a palavra, pela ordem.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, apenas para informar que retifiquei um projeto de autoria do Senador João Durval que V.Exª. delegou-me a honra para relatá-lo. Nós havíamos feito o relatório de forma de substitutivo e depois, em contato com o ilustre Senador João Durval e sua assessoria, nós achamos por bem aprovar o Projeto com Emenda e não o substitutivo. É um Projeto terminativo, estou convencido de que não será possível relatá-lo hoje, mas de qualquer maneira eu gostaria de comunicar que nós fizemos uma retificação em relação ao relatório anteriormente apresentado. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Agradeço a V.Exª.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Tem V.Exª. a palavra.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Tem um requerimento que eu apresentei à nossa Comissão, eu gostaria de ler para todos, eu gostaria que o senhor, por favor, se puder colocar ele em votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Esse requerimento V.Exª. está apresentando hoje?

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): É sim, senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): É um requerimento extrapauta. Nós vamos submeter primeiro à apreciação do Ple-

nário a proposta de inclusão extrapauta do Senador Gim Argello. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovada a inclusão extrapauta do requerimento que V.Ex^a. vai dar conhecimento à Comissão neste momento.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Tem V.Ex^a. a palavra.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Eu agradeço a todos os demais Senadores. “Requeiro nos termos regimentais que sejam ouvidos em Audiência Pública o representante da ABRASCA – Associação Brasileira de Concessionários Aeroportuários, um representante do Ministério da Defesa e o Presidente da INFRAERO para tratar da questão sobre legislação aplicável às locações de áreas de uso por concessionários nos aeroportos brasileiros.

A justificativa, Sr. Presidente. As locações aos concessionários de aeroportos brasileiros têm sido contratadas por cinco anos, nos termos da Lei nº 8.666, o que causa certos prejuízos ao setor na medida em que há uma legislação específica aplicável às concessões de uso que, talvez, possa ser aplicada ao caso. A Audiência visa o esclarecimento dos aspectos jurídicos envolvidos para que se possa, inclusive, chegar a uma alteração de entendimento sobre a matéria ou propor alteração da legislação para adequá-la ao melhor atendimento ao consumidor dos serviços aeroportuários.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Nós gostaríamos de opinar por entender oportuna a inclusão de um representante do Tribunal de Contas da União nessa Audiência Pública, porque eu já tive a oportunidade de ouvir de um Ministro daquela Corte de que mais apropriado, mais adequado seria a utilização nas licitações que essa instituição está fazendo, a INFRAERO, mais adequado de que a 8.666 seria uma outra lei, no entendimento do Ministro, mais pertinente. Então talvez seria interessante incluir no requerimento, aditar o requerimento de V.Ex^a., se V.Ex^a. concordar, o convite também ao Tribunal de Contas para que se fizesse presente nesta Audiência Pública.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Eu concordo sim, Sr. Presidente. Então por favor, fica já aditado verbalmente, eu vou corrigir também, um representante do Tribunal de Contas da União.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos ao Item 5. “Encaminha ao Senado Federal, para conhecimento e eventuais consultas, os Relatórios de Fiscalização, contendo os resultados das ações levadas a efeito pela Controladoria-Geral da União nas unidades municipais sorteadas na 24^a Etapa do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos”. É o Ofício “S” nº 11, de autoria do Ministério do Estado do Controle e da Transparência. Tem como Relator o Senador Geraldo Mesquita. Consulto o Senador Flávio Arns se pode funcionar como Relator ad hoc nesse processo?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pois não, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Tem V.Ex^a. a palavra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): As informações levantadas na fiscalização realizada pelo Ministério de Estado do Controle e da Transparência já foram disponibilizadas para todas as instituições federais, estaduais e municipais competentes para adoção de eventuais providências que se façam necessárias em face dos indícios de irregularidades apurados. Não obstante, as informações enviadas podem ser úteis para os parlamentares integrantes das bancadas dos Estados com Municípios fiscalizados para que eles tomem conhecimento de eventuais irregularidades praticadas e possam adotar, nos limites de suas atribuições, medidas tendentes à necessária correção das práticas inquinadas de irregulares.

Além disso, as informações constantes dos relatórios podem envolver, em alguns casos, ações executadas por força de Emendas parlamentares de bancadas ou individuais, interesse direto parlamentar. É importante também ressaltar irregularidades em programas sociais importantes que são executados pelos Municípios, como os relacionados à saúde, educação básica, merenda escolar e bolsa-família. Por isso, opinamos, de acordo com o Senador Geraldo Mesquita, a quem eu substituo como Relator ad hoc, que esta Comissão informe aos seus membros e aos Senadores dos Estados fiscalizados sobre o recebimento do presente Aviso, disponibilizando a consulta dos dados contidos no CD que o acompanha pelo prazo de trinta dias. Vencido esse prazo, sem o requerimento de providências ou informações adicionais, recomenda-se que o processado seja enviado ao arquivo.

Diante do exposto, votamos que: 1) A CMA tome conhecimento da matéria; 2) seja expedida comunicação aos Senadores integrantes das bancadas dos Estados fiscalizados sobre o recebimento do Aviso nº 7, de 2008, disponibilizando a consulta dos dados contidos no CD que o acompanha pelo prazo de trinta dias; 3) Vencido o prazo a que se refere o item anterior

e não havendo nenhum requerimento de providências ou informações adicionais, seja o processado enviado ao arquivo. É o Voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado, Senador Arns. Em discussão o relatório expendido. Não havendo quem queira discutir, encerramos a discussão. Passamos ao processo de votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Por solicitação dos respectivos relatores, retiro de pauta o Item 6, cujo Relator é o Senador Adelmir Santana, e o Item 10, cujo Relator é o Senador Renato Casagrande.

Passamos ao Item 12. “Requer, nos termos regimentais, e em conformidade com as competências desta Comissão, a realização de Audiência Pública para ouvir os representantes do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério da Ciência e Tecnologia, bem como o Sr. Eduardo Van Roost, da Symphony Environmental Technologies e outras autoridades, com a finalidade de debater as diversas alternativas de proteção ao meio ambiente no que se refere às inovações tecnológicas que objetivam a melhor e mais rápida degradação de materiais plásticos”. Este requerimento é de nossa autoria. Nós tivemos a oportunidade de receber, em visita a esta Comissão, preposto desta instituição Symphony Environmental Technologies que informou-nos deter tecnologia que poderia com a adição de um produto perfeitamente acessível ao plástico hoje utilizado no mercado e que esse plástico tornar-se-ia de não biodegradável a biodegradável, trazendo, com isso, então, uma contribuição muito grande ao meio ambiente. Então nós entendemos que seria interessante travarmos uma discussão no âmbito desta Comissão a respeito dessa nova tecnologia. Essa é a razão do requerimento que nós apresentamos. Então está em discussão o requerimento apresentado. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

A Mesa comunica o recebimento de convite da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente para participar do Dia do Brasil na Exposição Internacional em Zaragoza, na Espanha, EXPO 2008, no dia 15 de junho próximo, na cidade do mesmo nome, na Espanha, onde se destaca a presença do Ministro de Estado Carlos Minc, proferindo palestra sobre a Política Nacional de Recursos Hídricos no âmbito da Tribuna da Água. Nesse evento cujo tema é “Água e desenvolvimento sustentável”, o Brasil tem um estande no Pavilhão EBRO-3, onde os países latino-americanos apresentarão exposições relacionadas às suas florestas tropicais e bosques temperados sob a chuva.

A presidência passa a dar conhecimento aos membros desta Comissão sobre resposta aos seguintes requerimentos aprovados por esta Comissão: Ofício 482, de 2008, da Primeira Secretaria da Casa, que encaminha informação ao Ministro de Estado do Controle e da Transparência, em resposta ao RMA 44, de 2007, de iniciativa do Senador Augusto Botelho, aprovado nesta Comissão, que requer informações acerca da avaliação de execução orçamentária e financeira do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, do FNE e do FNO; Ofício 486, de 2008, da Primeira Secretaria desta Casa, que encaminha informações do Ministro do Estado da Integração Nacional em resposta ao Ofício 45, de 2007, de iniciativa do Senador Augusto Botelho; Aviso oriundo do TCU nº 14, referente a pedido de reexame contra o Acórdão 2.016 do Plenário, interposto pela Secretaria do Tesouro Nacional; Aviso 137, referente ao relatório das atividades do quarto trimestre de 2007 do TCU; Aviso 227, referente a acompanhamento dos processos de outorga de concessão de certos trechos de rodovias integrantes da segunda etapa do Programa de Concessões de Rodovias Federais; Aviso 240, referente à auditoria e inspeção em contrato de propaganda e publicidade celebrado entre a Câmara dos Deputados e a empresa SMP & B Comunicação Ltda.; Aviso 273, referente ao terceiro monitoramento do Programa Nacional de Saúde Escolar; Aviso 278, referente à solicitação desta Comissão para fiscalização de obras executadas pela FUNASA no âmbito do Projeto Alvorada, Município de São Miguel do Guamá, no Pará; Aviso 303, referente a Embargos de Declaração opostos pela Construtora Andrade Gutierrez – Metrô DF; Aviso 338, referente a acompanhamento do leilão para a contratação de energia de Jirau no complexo do Rio Madeira, com vistas ao preço máximo do leilão; Aviso 447, que encaminha o relatório das atividades do TCU referentes ao primeiro trimestre de 2008; Aviso 566, referente ao acompanhamento junto à ANEL da licitação de outorga de concessão para transmissão de energia elétrica, rede básica do sistema interligado nacional; Recebemos, ainda, da Controladoria-Geral da União, o Ofício 106, referente a relatório anual de prestação de contas. Tais documentos encontram-se na Secretaria desta Comissão à disposição dos ilustres Srs. Senadores.

A Mesa lembra, ainda, que dando continuidade ao ciclo de debates sobre Controle de Gestões Públicas, na próxima quinta-feira nós teremos mais uma Audiência Pública, cujo coordenador será o Senador Valter Pereira. O tema será “A interação entre o Poder Legislativo e os demais autores – Tribunais de Contas, Controle Interno, Imprensa e Organizações Sociais

no controle da gestão pública. É possível falar de um sistema de controle no Brasil?” Teremos como participantes o Conselheiro Luiz Sérgio Gadelha Vieira, Vice-Presidente da ATRICON, que falará sobre “Limitações organizacionais e possibilidades de aperfeiçoamento dos Tribunais de Contas”; Amilson Carneiro de Araújo, Presidente da FENASTC, que falará sobre “Problemas e soluções para o Tribunal de Contas – A visão dos técnicos”; Dra. Leany Barreiro Lemos, Cientista Política – “Congresso Nacional e sociedade civil no controle da administração pública”; Dr. Fábio Gondim Pereira da Costa, Consultor-Geral de Orçamento do Senado Federal – “A transparência da informação orçamentária como instrumento de controle nos casos do portal do orçamento do Senado do sistema siga Brasil”; informou-nos também que estará presente nesta Audiência Pública o eminente Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, Deputado Carlos Henrique Gaguim.

Não havendo mais nada a tratar, agradecendo a participação dos Srs. Senadores, declaro encerrada a presente Reunião.

Sessão encerrada às 13h31

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA
DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO
E CONTROLE – CMA

**ATA DA 17ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA,
DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE,
DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª
LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE JUNHO DE
2008, ÀS 09:00 HORAS.**

Às nove horas e vinte minutos do dia cinco de junho de dois mil e oito, na Sala nº 9, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **RENATO CASAGRANDE**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senhores Senadores **WELLINGTON SALGADO, VALDIR RAUPP, VALTER PEREIRA, JOSÉ AGRIPINO, MARISA SERRANO, MARCONI PERILLO, GIM ARGELLO, FLÁVIO ARNS, INÁCIO ARRUDA, ROMERO JUCÁ, GERALDO MESQUITA, ADELMIR SANTANA e FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente Senador **RENATO CASAGRANDE** declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, a Presidência informa que a presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 05/2008-CMA, que requer

a “realização de ciclo de debates através de audiências públicas, com temas voltados para a atual realidade do controle e possíveis formas de aperfeiçoamentos do poder vigente”. Em seguida, a Presidência convida os componentes para proferir a palestra, conforme o tema da Mesa 4: “Instrumentos e procedimentos de controle 3 – as organizações de controle”, sob a coordenação do Senhor Senador **VALTER PEREIRA**. Comparecem os seguintes convidados: Conselheiro Luiz Sérgio Gadelha Vieira, Vice-Presidente da ATRICON-Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil; Amilson Carneiro de Araújo, Presidente da FENASTC – Federação Nacional das Entidades dos Servidores dos Tribunais de Contas do Brasil; Leany Barreiro Lemos, Cientista Política e Fábio Gondim Pereira da Costa, Consultor Geral de Orçamentos do Senado Federal. A Presidência comunica ao Plenário a presença dos Conselheiros Antonio Jorge Malheiro e Dóris de Miranda Coutinho, Presidentes respectivamente do Tribunal de Contas do Estado do Acre e do Estado do Tocantins, que fazem uso da palavra. No transcorrer dos trabalhos, o Senhor Senador **VALTER PEREIRA** assume a Presidência e encaminha aos participantes as perguntas formuladas pelo público, recebidas pela Mesa por escrito, durante a realização do evento. Após as respostas, a Presidência concede oportunidade aos palestrantes para as suas razões finais. Usam da palavra os Senhores Senadores **RENATO CASAGRANDE** e **VALTER PEREIRA**, que apresentam suas considerações. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e três minutos, lavrando eu, Aírton Dantas de Sousa, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **RENATO CASAGRANDE**, Presidente Eventual.

**NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA REUNIÃO
REALIZADA EM 05/06/2008**

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Bom dia, senhoras e senhores. Nós estamos esperando apenas o Coordenador da Mesa, Senador Valter Pereira, mas nós vamos dar início para que a gente de fato possa... Como temos feito nas últimas Sessões, começamos na hora mais ou menos certa.

Então, havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispen-

sa da leitura da Ata da Reunião anterior permaneçam como se encontram. A Ata está aprovada.

A presente Reunião destina-se à 4ª Audiência Pública de ciclo de debates Controle Público e Instrumento de Cidadania, conforme o Requerimento nº. 05 de 2008, aprovado nesta Comissão.

Este é o quarto ciclo de debates, é a 4ª Audiência Pública do ciclo de debates. Nós já fizemos, senhoras e senhores, três Audiências Públicas. A 1ª Audiência Pública teve o tema “Instituições e Padrões de Controle, Diagnósticos e Soluções”; a 2ª Audiência Pública tivemos o tema “Instrumentos e Procedimentos de Controle, a Prevenção de Fraude e Desperdício”; e a última Audiência Pública, “Instrumentos e Procedimentos de Controle, Repressão aos Atos Irregulares”.

Nesta Audiência Pública, que é a quarta que se realiza neste dia 05 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente, essa Comissão é Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle. Então, também é bom a gente lembrar que hoje é o Dia Mundial do Meio ambiente e teremos também uma Sessão solene, com relação a esse tema, daqui a pouco no Plenário do Senado.

Mas, hoje, o tema central é o seguinte: Instrumentos e Procedimentos de Controle. As organizações de controle. Nós temos a coordenação do Senador Valter Pereira, que está se encaminhando aqui para esta Comissão, mas já queremos compor a Mesa, para que nós possamos começar a organização dos trabalhos.

Quero convidar o conselheiro Luiz Sérgio Gadelha Vieira, que é Vice-Presidente da ATRICON, e vai falar e explanar, para nós, sobre Limitações Organizacionais e Oportunidade de Aperfeiçoamento dos Tribunais de Contas. Seja bem-vindo, Dr. Luiz Sérgio, aqui pela contribuição que vai dar para o nosso debate.

Quero convidar o Amilson Carneiro de Araújo, que é Presidente da FENASTC, que vai dizer para nós sobre Problemas e Soluções para os Tribunais de Contas, a visão dos técnicos. Obrigado, Amilson.

Quero convidar a Dra. Leany Barreiro Lemos, que é Cientista Política que vai explanar para nós sobre o Congresso Nacional e Sociedade Civil no Controle da Administração Pública. Obrigado pela sua presença.

Dr. Fábio Gondim Pereira da Costa que é Consultor nosso aqui do Senado, Consultor Geral de Orçamento do Senado Federal, a Transparência da Informação Orçamentária como Instrumento de Combate de Controle. Os casos Portal de Orçamento do Senado e do Sistema Siga Brasil, que é um excelente sistema.

São essas... São esses nossos debatedores e palestrantes. Nós registramos como referência... Temos 20 minutos para cada palestrante, até 20 minutos, não há necessidade quem não quiser usar o tempo todo,

mas temos até 20 minutos de explanação. Podemos começar, então, na mesma ordem... Podemos começar na mesma ordem, mas antes de começar eu quero registrar aqui com alegria a presença da Dra. Doris de Miranda Coutinho, que esteve conosco, deu a sua contribuição aqui na Audiência Pública passada. Ela é Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Tocantins. Então, seja muito bem vinda, novamente, aqui, à nossa Comissão, e espero que continue e acho que, pela informação que tive, vai continuar acompanhando até o final este debate.

Este debate nós teremos depois uma publicação de um documento que vai poder orientar e servir de base para estudo, para análise, para consulta aos Gestores Públicos do País.

E temos também o Conselheiro Antônio Jorge Malheiro, que é Presidente do Tribunal de Contas do Acre. Seja muito bem-vindo, a Casa é sua, literalmente, porque é a Casa da população, mas bem-vindo e que possa dar contribuição para o nosso debate.

Vamos então dar início, convidando o Vice-Presidente da ATRICON, o Presidente Luiz Sérgio Gadelha Vieira para que ele faça a sua apresentação. Está com a palavra.

SR. LUIZ SÉRGIO GADELHA VIEIRA: Minha saudação aos componentes da Mesa, na pessoa do Senador Renato Casagrande. Autoridades presentes, senhoras e senhores, meus agradecimentos especiais aos Conselheiros, Doris Coutinho Antônio Malheiros que vieram especialmente participar dessa Sessão.

Nós trouxemos e estaremos distribuindo, aqui com a Mesa, um texto contendo basicamente a nossa exposição e algum material também sobre a atuação dos Tribunais de Contas. E vamos projetar um power point, vamos procurar ser bastante sucintos, inclusive, solicitando até uma leitura dinâmica de alguns slides, que serão projetados e, naturalmente, importante também é a parte de debates.

Bom, nós queremos assinalar que nesse início de terceiro milênio, o nosso País passa por transformações realmente significativas. Fundamentado, principalmente, em recursos naturais bastante abundantes, nós estamos conquistando um desenvolvimento sustentável, a nossa população, a sociedade, está participando mais ativamente da vida política, a democracia participativa e buscamos também a conquista de uma maior justiça social.

Então, os Tribunais de Contas estão atentos a esse momento, a esta realidade nacional. Estão procurando também evoluir, se abrir para a sociedade, com grande diálogo, transparência, e é isso que nós vamos procurar mostrar. Evidentemente que existem falhas, “defeituações”, vícios, e isso é lugar comum em

várias atividades humanas, mas nós estamos procurando superar através de uma integração, de um trabalho integrado de conselheiros, funcionários, técnicos, servidores, e em síntese é isso que nós trouxemos aqui para a Comissão.

Vamos iniciar, então, a apresentação dos slides, vamos adiante. Basicamente vamos apresentar o PROMOEX, que é programa de Tribunais de Contas e depois a preocupação dos tribunais com a crescente integração com os poderes constituídos e a própria sociedade. A seguir.

Os Tribunais de Contas eles... Eles procuram... O grande objetivo deste Programa de Modernização dos Tribunais de Contas é exatamente... Como dissemos, a modernização e a integração. Esse Programa ele tem vários componentes... Não. Não, retrocede um pouco. Está muito rápido. Volta mais um aí. Esse Programa, ele tem vários componentes. Eu pediria uma leitura rápida do slide, porque não dá tempo de entrar em detalhes. O tempo é curto, não é? Mas fortalecimento e integração dos Tribunais de Contas no âmbito nacional. Vamos para o seguinte.

Modernização dos Tribunais de Contas dos Estados e Municípios. Já houve um Programa semelhante a esse realizado pelo TCU, e nós, então, estamos na mesma linha. O seguinte.

E aí nós temos aí em destaque, na parte... Deixa eu dar o sinal aí, senão... É porque ele vai automático. Está bom. Bom, nós temos aí, pedi aí especial destaque para esses componentes nacionais. Dentro da parte de transparência e integração, nós estamos inaugurando agora, no final deste mês, um portal e uma rede dos Tribunais de Contas Brasileiros, onde vamos procurar veicular todos os dados, não apenas sobre os Tribunais, mas sobre finanças públicas, na integração em todos os níveis de Governo, Federal, Estados e Municípios. Estamos trabalhando na modernização de conceitos da LRF, identificamos 28 pontos de controle com relação a LRF. Estamos informatizando para garantir a uniformidade do acompanhamento da avaliação da aplicação da LRF, por Estados e Municípios. Existe um Projeto de Lei processual que foi entregue pelos ao Tribunal de Contas da União e está sendo estudado para possível apresentação ao Congresso. A idéia aí é ter uma Lei nacional uniforme, processual para os Tribunais de Contas.

Auditoria operacional. Tradicionalmente nós tínhamos a auditoria de conformidade. Estamos procurando desenvolver a Diretoria operacional, realizamos um treinamento e uma capacitação em todos os Tribunais de Contas e estamos iniciando projetos pilotos, também, em todos os tribunais de Estados e Municípios, com relação à auditoria operacional.

E, finalmente, a comunicação institucional, que é a necessidade que os Tribunais sentem de uma maior comunicação mais fácil, uma linguagem mais acessível à sociedade. Estamos trabalhando também essa linha de desenvolver a comunicação institucional. Seguinte.

Essa é só uma idéia do que será o nosso portal que está sendo inaugurado, ele vai ser sediado no CEDASC, que é um órgão de informática vinculado ao Tribunal de Contas do Estado da Bahia, contando com a participação de todos os Tribunais de Contas Brasileiros. Vai ser inaugurado agora, no início deste mês, em junho, está em fase experimental. A seguir.

Nós temos, também, nesse Programa de Modernização dos Tribunais de Contas, os projetos locais. Os tribunais, então, eles estão realizando projetos, com fundamento nesses itens, que estão apresentados aí, para os quais solicitamos também aí uma leitura dinâmica. A seguir. O seguinte.

Bom, além do PROMOEX propriamente dito... Não, o anterior. O anterior. Nós temos aí também outras atividades dos Tribunais de Contas, técnicas, eminentemente técnicas. Nós estamos com reuniões, grupos de trabalho junto a STN para procedimentos contábeis de relatório da LRF, trabalhos com o Ministério da Educação e da Saúde, para harmonizar e aperfeiçoar o controle de gastos, nessas áreas, e também participação do Conselho Federal de Contabilidade, no novo código de contabilidade, para o setor público. Normas de contabilidade que, inclusive, tenham aceitação internacional. A seguir.

Alguns fatos relevantes sobre o PROMOEX. Ele é considerado pelo BID como maior Programa de Modernização de Controle Externo no mundo. É um marco na história dos tribunais, porque o PROMOEX, ele está promovendo uma integração a nível técnico entre os Tribunais. Quer dizer, anteriormente a integração era maior em nível de conselheiros e procuradores e auditores. Agora está havendo uma integração total. Acabamos de realizar um Fórum, em Florianópolis, contando com a participação de 153 Técnicos de Tribunais de Contas. Então, está havendo um trabalho muito homogêneo entre conselheiros, auditores, procuradores e técnicos de um modo geral dos tribunais para exatamente conquistarmos essa modernização do sistema. Vamos à frente.

Ele pretende promover, como falamos, a modernização e a integração entre os Tribunais. A seguir.

Aí nós passamos a tratar da preocupação com a integração com o Poder Executivo. Principalmente aí, além da agilização das informações via internet, on-line, nós temos uma preocupação com o controle interno. Nós estamos participando, inclusive, recente-

mente assinamos um convênio com o Senado Federal, intitulado Mutirão Nacional de Fortalecimento do Controle Interno. Porque o Controle Interno é básico para o acompanhamento das atividades do dia-a-dia, e como suporte ao próprio controle externo.

Existem estudos que indicam que a inexistência de controle interno é responsável, pelo menos, por metade, digamos assim, das facilidades para a corrupção. Em nível de Município, o controle interno não existe. O Estado é precário. Em nível de Estado. Então, temos que fomentar o controle interno. O controle público é muito amplo, todos os poderes exercem algum tipo de controle. O controle externo exercido pelos Tribunais de Contas é apenas um dos tipos de controle. E ele tem que se apoiar muito no controle interno. A seguir.

A integração com o Legislativo. É muito importante. Nos artigos da Constituição, eles permitem uma ampla integração entre o Legislativo, o Poder Legislativo e os Tribunais de Contas. Nós temos aí alguns dispositivos, lembramos, e é importante nós distinguirmos que isso não está muito claro, ainda, entre contas de Governo e contas de gestão. Quer dizer, as contas de Governo, os Tribunais emitem um Parecer e mandam para o julgamento do Legislativo. Mas as contas de gestão e o próprio Prefeito, quando atua como Gestor, ele é julgado como Gestor pelo Tribunal de Contas. Essas contas são julgadas pelo Tribunal e a partir daí há representações ao Judiciário. Então, Senador, é muito importante nós trabalharmos nessa integração, porque afinal de contas o Poder Legislativo é o titular do controle externo. A seguir.

A integração com o Poder Judiciário. Essa também é fundamental. Nós lembramos, ali embaixo, um ciclo que é Tribunal de Contas, Ministério Público e Poder Judiciário. Por quê? Porque ao julgarmos as contas e ao aplicarmos sanções, atualmente a Legislação e os procedimentos são muito precários, são muito deficientes. Eles não garantem a execução daquelas sanções, porque nós atuamos numa esfera administrativa, dentro de um modelo constitucional, e embora, aplicando o processo administrativo que respeita... Hoje em dia o processo administrativo, ele tem status constitucional. Nós estamos lembrando isso. E nós respeitamos todos os princípios da ampla defesa, do devido processo legal. Não obstante, as nossas decisões, elas ainda são recebidas pelo Ministério Público e pelo judiciário, digamos assim, como decisões muito frágeis, porque eles querem renovar todos os procedimentos para apurarem os mesmos fatos.

É comum os nossos técnicos serem convocados para irem prestar depoimentos em Audiências no Judiciário, Audiências demoradas em que eles vão praticamente reafirmar aquilo que já está escrito nos

relatórios. As nossas decisões, os nossos votos, muitas vezes, as provas... O Ministério Público e o Judiciário passam a exigir provas e aqui há uma crítica construtiva, não queremos dizer que não tenhamos falhas, mas é necessário que haja uma Legislação que discipline melhor a matéria, para que o próprio Ministério Público e o Judiciário possam aceitar as nossas decisões já como provas fundamentadas para as suas decisões, para aplicar as sanções que estamos sugerindo. Porque se eles vão iniciar novamente da coleta de provas, etc e tal, a coisa fica infundável. Ela perde a eficácia. Então, essa integração é fundamental. A seguir.

Só nos restam cinco minutos e nós estamos acelerando. Integração com a sociedade. Então, aí é o aspecto exatamente estamos instalando Ouvidorias em todos os Tribunais, o diálogo com a sociedade, as Escolas de Contas, também, para aperfeiçoamento do corpo técnico. Vamos em frente.

Lembramos também que estamos participando da Campanha Nacional de Combate à Corrupção, que está sendo coordenada pela CONANP, e Preservação do Meio Ambiente que é uma mais área recente, nova, que os Tribunais estão procurando exigir, dos servidores públicos, o respeito às normas ambientais. Tivemos um ciclo agora de estudos muito interessante, em Rondônia, com a participação de todos os Tribunais da Região Amazônica e há uma preocupação muito grande, numa colaboração dos Tribunais com o meio ambiente. Vamos à frente.

Nós estamos também esse slide... São algumas propostas que consideramos importantes a fazer perante o Senado. Quer dizer, nós estamos trabalhando numa Lei Processual, Nacional para os Tribunais de Contas que, como falamos, se encontra no TCU, e oportunamente nós apresentaremos ao Congresso.

A criação do Conselho de Gestão Fiscal que é uma matéria, uma PEC, que se encontra no Congresso, que nós reputamos importante, porque atualmente é o Poder Executivo que está disciplinando sozinho, praticamente, a Lei de Responsabilidade Fiscal, Senador, então nós temos que verificar a instalação e criação desse Conselho, previsto pela LRF, a criação do Conselho Externo é outra PEC que se encontra em tramitação, a proposição do Senador Renato Casagrande, competência para que os Tribunais de Contas possam requerer a quebra do sigilo bancário e fiscal, a de seus jurisdicionados. Isso é importante para o desenvolvimento de nossos trabalhos.

Lei que discipline, por parte da Procuradoria-Geral dos Estados Federados, a cobrança judicial da dívida ativa e de títulos extrajudiciais. Quer dizer, nós quando imputamos débito ou aplicamos multa, mandamos que haja inscrição na dívida ativa e precisamos que

haja uma cobrança efetiva. O retorno... O meu TCM, lá, pequenino TCM no Estado do Ceará, nós este ano já aplicamos multas de mais de 30 milhões de reais nos nossos Municípios jurisdicionados, dos Gestores Públicos Municipais do Estado. A cobrança disso que é muito precária exatamente por falta de uma Legislação mais clara.

A cobrança, por exemplo, de títulos executivos, decorrentes de decisões do Tribunal, a primeira dificuldade é que ninguém sabe quem deve cobrar, se é o Ministério Público, se é a Procuradoria-Geral do Município. Segundo lugar, há um problema não se sabe se entra com ação de execução ou se entra com a Ação Civil Pública. Coisas desse tipo que prejudicam a cobrança efetiva desses valores.

Só mais um aspecto, para concluir, é o problema também que os Tribunais se ressentem porque, na LRF, nós ficamos no mesmo percentual, em conjunto com a Assembléia Legislativa e ao contrário do Ministério Público, que teve aqueles 2% próprios. Então, nós solicitamos também é importante para os Tribunais, para a sua autonomia, para o seu planejamento ter um percentual próprio de despesa com pessoal dentro da LRF. E norma própria que disponha sobre a eficácia das decisões dos Tribunais de Contas, inclusive, medidas cautelares, porque em dia toda cautelar nossa, a pessoa entra na justiça e vai discutir o assunto e não há ainda uma jurisprudência. Então, nós precisamos ter maior efetividade, uma maior força nas nossas... Para as nossas decisões.

Então, no tempo disponível nós vamos para o último slide, que é apenas apresentando os nossos sites. Tem o da ATRICON, do Instituto Rui Barbosa, que é o nosso órgão técnico e também cada Tribunal, de modo geral, tem um site. Os senhores podem acessar www.tco.tcm.gov.br. – a sigla do Estado – .gov.br. E vamos ter aqui também do Distrito Federal. De modo que neste site os senhores poderão encontrar bastante informação sobre a atuação/trabalho dos Tribunais de Contas, mais uma vez destacando, Senador, esta... Este momento que vivemos, de grande interesse na participação social, no controle social, na integração com os poderes e na transparência das nossas ações. Muito obrigado pela oportunidade.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado ao senhor, pela sua explanação.

A ATRICON para quem não sabe, é a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil. Dr. Luiz Sérgio é nosso Vice-Presidente. Dr. Luiz Sérgio destacou como importante, aqui, algumas questões, a questão do Conselho de Gestão Fiscal, que está um

projeto na Câmara, eu acho que é fundamental que a gente tente agilizá-lo, nós fizemos já contato com alguns líderes da Câmara, para ver se consegue votar esse Projeto e a PEC do controle externo, que por alguma razão está agarrada na Comissão de Justiça, não sei se o Presidente já definiu um relator. Já definiu? O relator é o Senador... Acho que é o Senador Romero Jucá. Temos que todos nós fazermos um lobby junto ao Senador Romero Jucá, para ele despachar logo esse Parecer na Comissão de Constituição e Justiça.

Está aqui conosco o nosso Coordenador, Senador Valter Pereira, e eu imediatamente passo a palavra para que ele possa coordenar os trabalhos, a partir de agora. Só registrando a presença do Vereador Gladstone, que é um Vereador no município de Fundão, lá no Estado do Espírito Santo, por sinal, um dos melhores Estados desse País. Não sei se o senhor conhece, Senador Valter, se não conhece, vai lá conhecer. Está bom? Muito obrigado.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, em primeiro lugar eu quero agradecer aqui ao Senador Casagrande, que é o Presidente da nossa Comissão, e que se não tivesse presente aqui nós íamos acabar pagando um mico com o atraso. Então, aqueles que são os nossos agentes no controle da administração, de repente, teriam que já levar uma crítica aqui pelo descumprimento de horário. Mas, na verdade, este é o terceiro compromisso que eu cumpro na manhã de hoje. Então, a vida aqui, para quem vem aqui pela primeira vez, acho que a maioria já compareceu, sabe que a vida do Parlamentar não é aquela moleza que a imprensa aponta que é. Na verdade, aqui o expediente do Parlamentar começa muito cedo e termina muito tarde. Se quiser assistir o seu futebol tem que ser à noite, como foi ontem, não é, Casagrande? Senão... Só o segundo tempo também que eu pude assistir e a maioria dos Senadores que estavam ontem na Sessão foi assistir.

Então, ao desculpar-me pelo meu atraso, vamos dar sequência ao trabalho com a palavra ao Sr. Amilson Carneiro de Araújo, que é o Presidente da Federação Nacional das Entidades dos Servidores dos Tribunais de Contas do Brasil. O tema que ele vai abordar é “Problemas e Soluções para os Tribunais de Contas”, segundo a visão dos seus técnicos.

SR. AMILSON CARNEIRO DE ARAÚJO: Muito bom dia a todos, Senador Valter Pereira, Conselheiro Luiz Sérgio, Dr. Fábio Gondim, Dra. Leany Barreiros, Senador Casagrande.

A FENASTC tem vindo a Brasília desde 1993. E quero dizer que esse é o momento mais importante da sua história, porque em 15 anos é a primeira vez

que a gente, de forma oficial, organizada, debate sobre os Tribunais de Contas do controle público. V.Ex^a, Senador, é depositário das nossas esperanças, no sentido de que esse debate, ele prossiga e que nós possamos fazer as correções que os Tribunais precisam fazer para responder à altura à sociedade àquilo que a Constituição lhe manda fazer.

Nós trouxemos aqui algumas provocações no sentido de fazermos todos uma reflexão, porque entendemos que os problemas são muitos em derredor dessa questão do controle externo, especificamente sobre os Tribunais de Contas. O artigo 75 da Constituição Federal diz que as normas estabelecidas, nessa Sessão, aplicam-se no que couber. A organização, composição, fiscalização dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, bem como dos Tribunais de Contas dos Conselhos e Tribunais de Contas dos Municípios. Esse no que couber precisaria ser melhor definido, porque no que pese a gente ter o TCU como nosso paradigma, nós somos um verdadeiro arquipélago. Em cada Estado da Federação há um Tribunal de Contas que funciona de forma diferente. E isso não é bom para o controle. Isso é muito ruim, porque afinal o desperdício e a corrupção, elas têm meios, têm os caminhos nos viés comuns, objetivos. Então, nós precisamos muito fazer as revisões, inclusive, na Constituição Federal, para que isso possa permitir melhor fiscalização do gasto público.

Ali está no art. 71 que o controle interno a cargo do Congresso Nacional será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete. Essa disposição tem gerado discussões e polêmicas. E eu devo dizer que as minhas colocações, aqui, elas irão muito mais na direção dos Tribunais de Contas do estado da Bahia, que é onde eu moro, dada essa heterogeneidade dos Tribunais de Contas, eu não sei por quantos tribunais estarei aqui a falar. E estarei a falar muito menos pelo TCU, porque ele discrepa bastante da maioria dos Tribunais de Contas.

Na Bahia há uma discussão que a Assembléia insiste em fazer no sentido de que o Tribunal de Contas jamais deveria fiscalizar ou apreciar as contas da Assembléia, porque nós somos Órgãos auxiliares, então, portanto, não teríamos competência. Veja como essa coisa é interessante. Mas, no inciso I, diz que a competência do Tribunal de Contas da União, ela apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, as mediante parecer prévio, que deverá ser elaborado em 60 dias, a contar do seu recebimento. E no inciso II, julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens, valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as Fundações, Sociedades destituídas mantidas pelo Po-

der Público Federal. E as contas daqueles que derem causa à perda e extravio ou irregularidade que resulte prejuízo ao erário público. Um pouco redundante ali.

No inciso I, está ali que os Tribunais de Contas apreciam as contas do Presidente da República. Essa é uma norma que acredito esteja reproduzida por obrigação nos textos das Constituições Estaduais. Então, portanto, os Tribunais de Contas Estaduais também não julgam as contas dos Prefeitos, aliás, dos Governadores, e os Tribunais de Contas não julgam as contas dos Prefeitos. E essa referência às contas dos Prefeitos está no art. 31 da Constituição, se não estou enganado, que mais adiante nós mostremos.

Essa apreciação eu coloquei ali que é uma característica, porque não faz judicatura das Procuradorias, que é um dos modelos que existe no mundo para o controle, a Instituição que faz controle. Nós temos dois modelos no mundo. O modelo das Controladorias, que é órgão singular, não tem colegiado e os Tribunais de Contas que são minoria, mais adiante nós vamos mostrar isso em número, que julgam as contas, mas observem bem que só sobraram ali as pequenas contas.

Os Tribunais de Contas, portanto, repito, não julgam as contas do Presidente da República, não julgam as contas dos Governadores e dos Prefeitos. Sobraram ali apenas as contas pequenas, dos peixes menores. Então, isso precisa ser revisto, porque se é para sermos uma judicatura de contas, que sejamos para todos os Gestores Públicos, inclusive, para o Presidente da República.

A outra alternativa é não sermos órgãos que façam julgamento de conta. Essa alternativa a gente está aqui justamente para levantar subsídios para ver qual é a melhor proposição para o controle para o País.

Uma contradição, eu coloquei ali fragilidades e contradições, porque veja só que coisa interessante, e isso é uma avaliação pessoal. As contas principais são exatamente as do Executivo, do Presidente da República, dos Governadores e dos Prefeitos. Quem julga essas contas são os Parlamentos, o Congresso Nacional, as Assembléias Legislativas e as Câmaras de Vereadores. Com esses julgadores, eles são Deputados, Vereadores e Senadores. E eles a cada quatro, oito anos passam pela avaliação da população, pelo crivo popular. Então, repito, o julgamento das principais contas é feito por Parlamentares que passam pela avaliação do povo brasileiro. E os Conselheiros, os Tribunais de Contas que julgam as menores contas, eles são vitalícios. Vejo nisso uma contradição. Com todo respeito, vejo nisso uma contradição. Por favor. Ainda nessa direção, o art. 70, no seu Parágrafo Único, diz que prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica,

pública ou privada que utilize, arrecade, guarde, gereencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos, pelos quais a União responda ou que, em nome dessa, assuma obrigações de natureza pecuniária.

Acho que esse dispositivo exige que todos prestassem contas. Mas Ministros não têm contas para apreciação dos Tribunais de Contas, Secretários de Estado também não, nem Secretários Municipais, porque elas estão todas... É uma conta só que está na conta do chefe dos Executivos. Eu insisto que essa... Isso é o que acontece no meu Estado. Isso é o que acontece na Bahia, não há prestações de contas de Secretários. Então, o que acontece? As contas são todas julgadas com a conta do Executivo. Aí afinal a gente há que perguntar: “E aí, vai julgar a conta somente do Barnabé, daquele que tomou um adiantamento? É justo isso? É razoável?”.

Aí vamos para o art. 73, que trata ali da composição dos Tribunais de Contas. Tribunal de Contas da União, integrado por nove Ministros, tem sede no Distrito Federal, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional, exercendo no que couber as atribuições previstas no art. 96. Os Ministros serão nomeados, do Tribunal de Contas serão nomeados dentre os brasileiros que satisfaçam os seguintes requisitos: mais de 35 e menos de 65 anos de idade; Idoneidade moral e reputação ilibada; notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos, financeiros ou de administração pública; mais de dez anos de exercício ou efetiva atividade profissional, que exija os conhecimentos mencionados no inciso anterior.

A nossa avaliação é de que esses critérios são subjetivos. Não têm permitido, sobretudo, a aferição deles. Idoneidade moral, reputação ilibada. Notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública. Nós temos, em alguns Tribunais, Conselheiros que não têm formação... E aí em alguns tribunais e no meu Tribunal, o Tribunal de Contas da Bahia, alguns Conselheiros que passaram por lá não tinham formação superior. E a pergunta é: Notórios Conhecimentos estaria a exigir essa formação ou que formação estaria a exigir esse dispositivo? E qual seria a explicação para que outras atividades que não aquelas ali elencadas no inciso III do art. 73? Quais seriam os argumentos para permitir que sem nenhum demérito, que médicos, que radiologistas, fizessem parte dessa composição? É isso que o constituinte quis? É isso que ele quer? E também a questão da idade. O máximo de 65 anos. O que isso tem acontecido? Tem permitido que as Assembléias... Porque parte das nomeações são da Assembléia, nós vemos no slide seguinte, mandem para os Tribunais

de Contas pessoas que já estão na beira da aposentaria.

E nós consideramos que isso tem sido um ônus. Não podemos deixar de... Isso tem sido um ônus para a Previdência. No Tribunal de Contas da Bahia, isso, hoje, não, porque a Constituição não mais permite, mas teve Conselheiro que passou um mês para se aposentar. Um mês. Então, isso também precisa ser revisto.

E ali a questão do provimento, que para nós é a principal questão. Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão escolhidos, um terço pelo Presidente da República, com a aprovação do Senado Federal, sendo dois alternadamente, dentre Auditores e Membros do Ministério Público, junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice, pelo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento. Eu tenho uma angustia que é pessoal. Qual seria a lógica de um fiscalizado escolher o seu fiscal? Qual é a lógica? Eu ainda não entendi. Eu tenho 26 anos de Tribunal de Contas e tenho buscado conhecer a Instituição, é verdade que a cada dia a gente conhece, fica sabendo de coisas novas, a Conselheira Doris nos trouxe uma novidade, agora o conselheiro Gadelha, no sentido de afirmarem que não há definição constitucional de quem deve executar as decisões. Isso é um absurdo. Quer dizer, a gente gasta uma energia incomensurável, gasta dinheiro público para fiscalizar conta e depois, quando se consegue proferir um Parecer ou um Julgamento de Contas pela rejeição, essa decisão vai ao judiciário que, eventualmente, pode reformá-la e jogar toda essa energia fora.

E ainda quando isso não acontece, quer dizer, a questão da dificuldade de se saber... Não se executa títulos, aqueles originários dos Tribunais de Contas. O Procurador da República que aqui esteve, semana passada, ele disse que não há punição e também não há... O Estado Brasileiro não tem conseguido reaver aquilo que é mal gasto, o que é desviado, porque a maioria dos processos é tragada pela prescrição. Então, os Tribunais de Contas, na perspectiva da judicatura, nos moldes que está traçado na Constituição, ele está revoltado. E aí essa reflexão que nós deveremos fazer. Nós deveremos continuar a julgar contas? A maioria dos órgãos de controle do mundo não julga contas. Cinco ou seis Tribunais de contas: Bélgica, França, Itália e Alemanha, me parece, são somente esses que têm funções judicantes. Nem o Tribunal de Contas da Comunidade Européia julga contas. Faz os relatórios, quando há indício de fraude, manda para o Órgão, que o nosso correspondente é o Ministério Público, para as providências cabíveis.

E aí volto ao inciso II. Dois terços, na questão da composição, na composição, o Presidente da Repú-

blica, ele tem a possibilidade de escolher livremente quem ele quiser, para mandar para o Tribunal de Contas da União. E, assim, também nos Estados há uma vaga de livre escolha, que ali a Constituição não disse, mas como diz que sendo dois, alternadamente, entre Auditores e membros do Ministério Público, está claro, um terço de nove são três, um é da sua livre escolha. E, ainda, com a possibilidade, nessa questão, de lista tríplice e na nossa PEC, nós propomos isso e precisamos rever a perspectiva de que o fiscalizado, digo melhor, possa barganhar. Isso no ponto de vista da tríplice precisa ser revisto. Precisa ser revisto, porque é possível que o Governador, sei lá, o Presidente da República, barganhe lista tríplice, e isso também não é bom para o controle.

Mas, o inciso II diz que dois terços da composição é feito pelo Congresso Nacional. Isso também é feito nos Estados. E aí que mora o perigo, porque, nada contra os políticos, acho que não há democracia sem o Parlamento, mas não tem dado certo. Setenta por cento ou mais das vagas, nos Tribunais de Contas Brasileiros, estão ocupadas por ex-Parlamentares, ex-Secretários, alguém que já tem vinculação partidária. E seja lá de que partido for, isso não tem dado certo.

E eu quero aqui ilustrar um caso recente que aconteceu na Bahia. A Bahia hoje é governada pelo PT, que é um partido que nós sabemos da sua história. Mas nós pensamos em participar do processo de escolha, porque a Constituição não faz reserva para ninguém. É quem quer que atenda aos requisitos da Constituição. Então, portanto, qualquer cidadão que atenda a aqueles requisitos pode ser sabatinado e, eventualmente, concorrer à vaga na Assembléia. Mas o Governo da Bahia, com a sua bancada na Assembléia, não permitiu que nós participássemos, e veja, seria um fato inédito no Estado, porque isso aconteceu em poucos Estados. O cidadão comum participar de um processo de escolha, porque a Constituição lhe garante. Então, o que eu quero dizer é que não dá certo os partidos políticos terem oportunidade de escolher aquele que vai fiscalizar, que vai apreciar a conta do Governador. Não tem dado certo. E nessa direção há o relatório da Fundação Getúlio Vargas, que foi feito a pedido da ATRICON, que dois terços dos entrevistados, e aí estão Desembargadores, estão Promotores, estão Representantes da sociedade disseram que a maioria dos Tribunais de Contas é norteadada por critérios políticos, e eu vejo aí critério partidário. Então, vejo nisso aí uma crítica.

O fato é que não tem dado certo. Como é que nós podemos imaginar que num Fla-Flu, já que ontem nós tivemos dois jogos bem interessantes, no Fla-Flu a gente possa ter um trio de arbitragem que seja torcedora

do Flamengo ou do Fluminense. A gente já espera o resultado. Uma outra curiosidade que eu quero pontuar aqui, e aí é do meu Tribunal, é que o Regimento Interno daquela Casa foi mais além. Ele diz que será Relator das contas do Governador, o Conselheiro mais novo. O que isso significou na prática? O Conselheiro que foi recém nomeado, pelo partido do Governo e a sua base, do PT, portanto, foi o Relator das Contas. Veja só, é para não funcionar isso. Esse negócio não é para julgar. E qual é o resultado que a gente esperava? Que todo mundo poderia esperar? A aprovação das contas. A aprovação das contas. E tem sido assim.

No Estado da Bahia, em 26 anos eu só testemunhei a existência de um único Parecer Prévio do Tribunal de Contas, propondo a rejeição das contas do Governador. E por que isso? Porque houve uma alternância lá, o Governador Waldir Pires havia ganhado a eleição, pelo PMDB, na época, em 86 e saiu para ser candidato e ficou o sucessor, e ano seguinte houve a eleição e renovação da Casa. O que acontece? O Tribunal emitiu um Parecer pela rejeição e a Assembléia também rejeitou essas contas. E esse gestor, é o, então, Governador Nilo Coelho, foi ao Judiciário e desconstituiu tudo. Quer dizer, o Estado gastou uma energia enorme, um monte de dinheiro, depois para nada.

Então, é preciso a gente refletir direito. Essa coisa da judicatura de contas não tem funcionado nos Tribunais de Contas. Aí está aquilo que eu lhes falei, que é o art. 31, no seu § 2º, diz lá que o Parecer Prévio emitido pelo Órgão competente, sobre as contas que o Prefeito deva anualmente prestar, só deixou de prevalecer por decisão de dois terços de membros do Congresso Nacional. Eu tenho dúvida, como cidadão, se os Prefeitos deveriam isso... Seria muito difícil mudar, pelo princípio da assimetria, se os Prefeitos deveriam ter o tratamento que tem o Presidente da República. O Presidente da República é muito mais chefe de Estado do que chefe de Governo. E a gente sabe que os... Muitos Prefeitos andam com talão de cheque no bolso, ele que emite o cheque, paga, que recebe, etc, etc, então,... Aí a conta dele é julgada, recebe um Parecer Prévio do Tribunal de Contas, mas é a Câmara, mesmo com aquele quorum ali qualificado, é a Câmara que vai fazer o juízo final. E não há... No Estado da Bahia não conheço ninguém, nenhum Prefeito, que tenha ficado inelegível por conta de um julgamento de conta ruim, de conta registrada. Não conheço. Não conheço. E no Brasil inteiro não há notícia de contas rejeitadas pelas Assembléias. Não há. Então, se é pra gente... Porque ali tem também o princípio, o inciso XXXV que precisaria ser revisto. A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça de direito.

Será que eu teria mais um tempinho para ver se concluo, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O senhor tem mais uns dois minutos, tá bom?

SR. AMILSON CARNEIRO DE ARAÚJO: Tá bom. Vou fazer o possível para...

Ali está uma súmula do TSE, que também fulmina, eventualmente, esses julgamentos todos. Proposta ação para desconstituir a rejeição anteriormente... Fica suspensa a inegibilidade. Então, nessa direção, a inegibilidade está automaticamente fragilizada e sepultada. Aí estão as nossas proposições para que sejam refletidas, se o Congresso Nacional entender que os Tribunais de Contas devam continuar com essa perspectiva de judicatura de contas.

Um, sistematizar os seus Órgãos com o duplo grau de jurisdição. Critério e objetivo para provimento das vagas dos julgadores, concurso público nos moldes do Poder Judiciário, que é na carreira, ou na forma da PEC 75, que está tramitando na Câmara. Separação do Órgão Deliberativo, o Colegiado, com o Órgão Instrutivo, dando a este autonomia. Carreira única para os servidores e uniformidade de procedimentos. Em cada Estado nós temos um auditor com o nome diferente, e nós somos carreira de Estado. Isso não é coisa boa, isso é muito ruim. Acesso aos cargos em Comissão somente para servidores da carreira. Por favor, o próximo. Adoção do subsídio como remuneração, com escalonamento não superior a 10%; isso é um dado não muito científico, apenas vislumbrei isso lá no Poder Judiciário, que há esse escalonamento. Vinculação, se é para julgar contas, vinculação ao Poder Judiciário ou exclusão da apreciação do poder dos gestores de contas públicas. Novas ferramentas, a exemplos da quebra de sigilos, definição de Órgão responsável pela execução dos títulos extrajudiciais, como disse aqui a Dra. Doris e o Conselheiro. E a criação do CNTC.

Só mais um minuto. Essas são informações que eu acho importante trazê-las. Dos 182 Órgãos de fiscalização filiados à INTOSAI, que é a Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras, 27% são Tribunais de Contas, com órgãos Colegiados. E 73% são auditorias gerais ou Controladorias gerais, Órgãos singulares que só têm um diretor. Além das Controladorias, os Tribunais de Contas da Alemanha, Áustria, Luxemburgo e o Tribunal de Contas da Comunidade Européia não têm função judicial. O Tribunal de Contas com função judicial: Bélgica, Espanha, França, Grécia, Itália e Portugal. A maioria dos Órgãos está vinculada ao Parlamento, exceto Portugal que está vinculado ao Poder Judiciário. Vitaliciedade dos membros: Só no Brasil, Portugal, Cuba, Nicarágua, Argentina e Chile.

No Peru onde se faz um concurso para Conselheiro, ou seja, lá para que for, correspondente a Conselheiro, se faz um concurso e tem mandato de oito anos.

Por favor, rapidinho, a última. Isso aí já foi, não? [soa a campainha] Não, as características das Controladorias. Não têm função judicante. Realizam auditorias concomitantes ou tempestivas, encaminhando os resultados ao Parlamento. Dão ampla divulgação aos relatórios, havendo fraude ou má gestão. Encaminha os relatórios ao Órgão correspondente ao nosso Ministério Público para as ações pertinentes. Há economia processual e celeridade nas tomadas de decisões.

Conclusão. Algumas entidades internacionais e nacionais estimam que a corrupção no Brasil custa, por ano, 80 bilhões de reais, mais ou menos 44% do PIB, o que representa 9% de toda a arrecadação do País em 2007. A fonte é a foco. É urgente o aperfeiçoamento do controle formal para reprimir com rapidez e eficácia a corrupção, que agora é até registrada em cartório, como ocorreu no interior do Pernambuco. O que eu quero dizer com isso? Os Vereadores lá fizeram acordo com a Presidente da Câmara, para elegê-la, e disseram o seguinte: "Você vai dividir o dinheiro conosco. O plus que você vai receber, como Presidente da Câmara, você vai dividir conosco". E foram e registraram, no cartório, lá dessa cidade de Pernambuco. Vejam só como estão as coisas.

E ali eu concluo, tanto mais eficiente [soa a campainha] o controle, mais serviços públicos com qualidade. Sinônimo de respeito à cidadania que é pilar da democracia. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem, e o Sr. Amilson não precisou dizer "meu nome é Enéas!" [risos]

SR. AMILSON CARNEIRO DE ARAÚJO: Mas foi por pouco, viu Senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Por pouco. É verdade. Agora vai falar a professora Leany Barreiro Lemos, Cientista Política, cujo título, cuja palestra vai ser sobre o "Congresso Nacional e a Sociedade Civil no Controle da Administração Pública".

SRA. LEANY BARREIRO LEMOS: Bom dia a todos, Senador Casagrande, Senador Valter Pereira, senhoras e senhores, eu gostaria em primeiro lugar, agradecer a organização do Seminário, por essa oportunidade de falar um pouco sobre a pesquisa e trazer algumas sugestões para esse Seminário.

De fato quando me convidaram a idéia era falar um pouco sobre Controle Legislativo e Sociedade Civil, só que meus estudos são mais centrados na Instituição do Congresso Nacional, do que opinião pública

e sociedade civil. Daí que a idéia é trazer, então, um pouco das experiências que eu tive na pesquisa, as dificuldades que a comunidade acadêmica tem quando faz suas pesquisas e algumas coisas que eu e outros colegas identificamos, quando trabalhamos com controle Legislativo, dentro do Congresso Brasileiro. Então, trazer algumas considerações em primeiro lugar e depois trazer alguns dados sobre o controle que o Congresso Brasileiro exerce, em algumas instâncias, e depois algumas sugestões pontuais e depois algumas mais processuais, algumas de longo prazo. Que tentem mudar um pouco da estrutura decisória e a estrutura de acompanhamento de políticas públicas pelo Congresso Nacional.

Em primeiro lugar gostaria de dar uma palavrinha sobre o controle Legislativo, porque a gente, na ciência política... Existe, em primeiro lugar, muito pouca literatura sobre isso no Brasil, do ponto de vista da ciência política, que leve em consideração o nosso Presidencialismo de Coalisção, Sistema Partidário, nosso Bica-meralismo, nosso Federalismo, então, é algo bastante recente, de uma década para cá, basicamente. O que nós chamamos de Controle Legislativo é parte, então, de uma engenharia institucional maior, onde entram todas as Instituições que estão aqui, hoje, representadas e mais algumas que vieram sendo representadas nos Seminários: Os Tribunais de Contas, os Ministérios Públicos, enfim, aparatos estatais que promovem o controle. Dentro desses aparatos estatais estaria o Congresso Nacional que também é uma Instituição formal. E isso seria uma complementação do que pra gente é o ponto mais importante, o controle mais importante, que é o controle vertical, que é o voto.

Então, na verdade essa combinação do controle de baixo para cima dos eleitores e o controle desse aparato estatal que vai gerar a especialidade do Poder e Instituições, vamos dizer, mais Republicanas. Eu gosto muito dessa frase do John Stuart Mill, eu quis trazer ela, hoje, porque, apesar de ser bastante normativa, ela traz uma perspectiva para o Congresso que eu acho muito interessante e muito moderna. Quer dizer, pelo menos no final do Século XIX, início do Século XX, a gente tem uma discussão na Ciência Política de que os Parlamentos eles vão perder um pouco do seu poder de legislar e vão aumentar o seu poder de vigiar, pela complexidade do Governo, aumento da administração, enfim, numa nova sociedade mais moderna em que as máquinas são pesadas, existem mais atividades a serem desenvolvidas, é natural que o Poder Executivo, ele tenha mais funções do que o Poder Legislativo, na questão de legislar. Então, hoje em todas as democracias modernas, cerca de 60% da Legislação é produzida pelo Poder Executivo. No Brasil isso é cerca de

80%, quer dizer, é mais do que em outros países e isso tem sido bastante discutido.

Mas e o outro papel e a outra perna? A outra função do Poder Legislativo? Não vamos esquecer que são três funções clássicas fundamentais do Poder Legislativo, que são representar, legislar e fiscalizar. Então, eu gosto muito dessa frase do John Stuart Mill: “A função específica da Assembléia Representativa é vigiar e controlar o Governo. É jogar as luzes da publicidade sobre os seus atos, é compelir o Governo à completa exposição e justificação de todos esses atos”. Então, essa é uma função bastante importante, o que nós chamamos de controle Legislativo, portanto, na Ciência Política não é só o controle no sentido de fiscalização, da má gestão, no mau uso dos recursos públicos, mas também de um acompanhamento de tudo aquilo que o Governo faz. Seja depois de implementar determinada política, os seus resultados, seja antes, processo de formação, projetos de implementação, mesmo antes quando estão ainda sendo formuladas essas questões.

Existe uma... Isso é uma questão, obviamente, normativa e existe uma discussão bastante recente na literatura sobre as novas democracias na América Latina, no Leste Europeu, de que o controle não é possível nesses lugares. Quer dizer, aqui não poderia haver controle. Por quê? Por causa da nossa história autoritária, nossa e de outras democracias recentes, que têm um passado de autoritarismo, um passado de patrimonialismo e, portanto, as agências criadas, os Órgãos criados, para função de controle seriam co-optados ou seriam anulados, isso é uma questão que está importante, mas você pode passar para próxima tabela, por favor. Obrigada.

Bom, isso daí é uma demonstração do que o nosso Congresso fez de 88 a 2005, com relação ao controle. É uma tabela meio ruim de se ler, mas eu gostaria que olhassem na última coluna, que a porcentagem de controle relativa ao total da atividade parlamentar, no Congresso Brasileiro. E aí eu acho que é interessante observar que mais de um terço das iniciativas do Congresso, elas são na área de controle. O que é isso? Convocação de Ministros, Requerimento de Informação, Proposta de Fiscalização e Controle, Audiências Públicas, para acompanhamento de políticas do Poder Executivo. E isso como vocês podem ver nos primeiros três anos, quando a... O processo de transição para a democracia havia um controle muito menor a partir de 91, isso passa a ser 30% das iniciativas dos Parlamentares, Câmara e Senado são de controle e isso tem se mantido, em alguns anos, chegado até 50%. Portanto, é uma atividade crescente. Pode passar para próxima, que isso aí eu falei.

Dado isso, quer dizer, há uma discussão. Não pode haver controle. Ora, na prática existem algumas tentativas de controle, e isso a gente tem visto não só pelas atividades empenhadas pelo Ministério Público e pelas Controladorias, controles internos e pelos Tribunais de Contas, mas também pelo que o próprio Congresso vem fazendo. Agora, qual é a qualidade desse controle? O que o Congresso Nacional vem exercendo?

Bom, uma questão é importante para os pesquisadores, eu acho que também para os grupos de interesses, Organizações Não-Governamentais, enfim, para a sociedade civil, é você ter a publicidade dos dados, publicidade... Não só daquilo que o Executivo faz, que isso é relativamente óbvio para o controle, mas daquilo que o Congresso está fazendo. E nem sempre esses dados estão disponíveis. Ou um esforço bastante grande do Congresso, de 95 para cá, e existe hoje, na Internet, as pessoas fazem tese de doutorado em São Paulo sem vir a Brasília, quando falam de produção Legislativa. Mas não com relação ao controle. Não nas atividades de controle.

Então, de 95 para cá tem algumas dificuldades com relação ao controle, de 95 para trás é muito difícil você conseguir esses dados. Como eu estava em Brasília eu consegui, indo ao arquivo, passei dois meses no arquivo, fazendo pesquisas, mas nem todo mundo pode fazer isso. Principalmente aqueles estudantes de graduação, principalmente as organizações que estão fora de Brasília, não têm os recursos, não são grandes grupos, não são grandes organizações, não têm grandes financiamentos e não têm acesso a essas informações. Então, seria uma contribuição bastante grande se o Congresso colocasse esses dados, antes de 95, se fossem sistematizados e colocados na internet. Estou falando aqui especificamente das Audiências Públicas. É muito difícil... Dos relatórios da Presidência de 95 para cá existem dados. De 95 para trás os relatórios trazem a composição das Comissões, mas não trazem as Audiências que foram realizadas, nem temos essas Audiências.

Uma outra questão que agora é bastante importante é a disponibilização pública dos dados sobre votação nominal dos Senadores. A Câmara já disponibiliza, na sua página, a votação nominal desde 88. Eles têm um banco Excel. Você coloca votação dos Parlamentares por ano, por partido, você consegue identificar. No Senado, não. O resultado disso é que já, desde 95, existem vários estudos sobre Câmara, sobre Presidencialismo de Coalisção, as coalisções que são feitas na Câmara, mas não existe sobre o Senado. Nesse momento, existe um grupo de estudo no SEBRAP, que está parado, tentando conseguir essas informações que

elas são públicas, elas estão publicadas, mas estão no Diário do Senado. Ou você vem para Brasília ou você paga alguém para vir para Brasília para coletar esses dados. Isso é questão bastante importante.

Alguns vão dizer, mas votação nominal não tem a ver controle. Tem a ver com controle, sim. Para a sociedade civil é importante saber como estão votando os Parlamentares e isso tem a ver com controle vertical, que reforça o controle horizontal, que é justamente nessa combinação que você consegue dar um... Vamos dizer, um pique maior para o controle. Que consegue ganhar uma nova força.

E outro exemplo que vou trazer é um banco de dados que nós montamos sobre nomeação de autoridades. O processo de nomeação, o processo de aprovação das autoridades no Brasil e na Argentina. Nós tentamos fazer isso pelo Brasil, não conseguimos e aí com o dinheiro da Alemanha, nós montamos esse banco de dados. Quer dizer, é um banco de dados sobre as nomeações brasileiras, montado em Hamburgo, numa parceria de dois grupos de pesquisas diferentes.

Você pode mudar, por favor. Só um exemplo aqui do que isso... É um dado que foi publicado, num trabalho, sobre Audiências Públicas no Senado Federal, para ver como é que tem aumentado bastante o acompanhamento das atividades de... Da formação de políticas públicas pelo Executivo. Quer dizer, essas Audiências Públicas são Audiências Públicas, é uma média mensal por Governo, Audiências Públicas feitas para orientar o trabalho dos Parlamentares, no acompanhamento dessas políticas. E a gente só tem esses dados para o Senado, na Câmara a gente não tem, só de 95 para cá. Então, quando você vai fazer o comparativo, você consegue comparar do primeiro o Governo Fernando Henrique até 2006. Mas, você não consegue os três primeiros governos pós-democratização. Então, isso é só um exemplo do que a gente deixa de fazer ou deixa de entender sobre sistema política por causa da falta de informações.

Essa é outra tabela, ela traz o controle Legislativo, aqui, entendido... São quatro indicadores: Requerimentos de Informação, Audiências Públicas, convocações de Ministros e propostas de Fiscalização e Controle, na Câmara dos Deputados e no Senado. Quer dizer, ao longo de 17 anos, nós temos aí 22 mil iniciativas de controle. 22500 iniciativas de controle. Agora, o que interessa nessa tabela, aqui na última linha, é que 19900, ou seja, 20 mil propostas, das 22 mil, 90% são Requerimentos de Informação. Então cabe a pergunta: Bom, existe um ativismo bastante significativo do Congresso, mas qual é a eficácia do instrumento que é utilizado? É um instrumento eficiente para o controle?

A gente sabe que os requerimentos de informação são bastante importantes, não só do ponto de vista formal, do que está na Constituição, nos Regimentos, que é atender ao Parlamentar, estar exercendo a sua atividade de controle. Mas para além disso, há a correção de assimetria informacional, que é fundamental, especialmente no Presidencialismo como o nosso, enfim, o Presidente tem tantos poderes, exerce esse poder por meio basicamente de Medidas Provisórias e uso de pedidos de urgência, e isso não é um Governo, são os governos, porque é uma questão institucional, de longo prazo, e estrutural, então, eles corrigem a assimetria informacional, quer dizer, o Parlamentar, ele tem mais informações, ele marca uma posição para o seu eleitorado... É fundamental para a função de representação e ele está conseguindo arrancar do Executivo, vamos dizer, alguma informação que de outra forma ele não teria. Mas ele é eficiente? O que acontece com essa informação? Ele consegue essa informação que ele precisa? Elas são precisas, essas informações?

Então, acho que uma coisa pontual com relação ao controle exercido pelo Poder Legislativo, como é basicamente via Requerimentos de Informação, uma coisa que poderia ser feita... Primeiro, é conseguir que esses Requerimentos todos cheguem ao Governo e que sejam respondidos. Isso é fundamental, porque aqui não tenho os dados, mas uma parte bastante significativa desses Requerimentos nem chegam a ir para o... Não chegam ao seu objetivo. É tornar públicas essas informações, porque o Requerimento de informação ele vem para o Parlamentar. Ele vem para o Senador, ele vem para o Deputado. Quer dizer, uma vez, você tivesse isso sistematizado, via comissões, por exemplo, o Parlamentar, ele recebe é o tema da defesa, então, vai para o Ministério das Relações Exteriores e Defesa Nacional e isso é sistematizado e é colocado num banco de dados de informações. Isso seria muito importante, uma idéia muito interessante para a sociedade civil se apropriar dessas informações, que não são públicas. A gente sabe que as decisões tomadas dentro do Poder Executivo, elas são muito mais fechadas, muito mais isoladas, do que as decisões tomadas no Congresso, e por isso o Congresso, em geral, tem todas as democracias modernas também, uma confiabilidade ou uma reputação mais baixa do que os Poderes Executivos. Mas os Poderes Executivos são menos transparentes. Então, isso também seria interessante. Ter esses Requerimentos... que se alterasse o Regimento e que se pudesse ter um banco de dados dessas... Dessas informações, respeitada a confidencialidade. Isso encurtaria a distância entre os Parlamentares e os cidadãos.

Outras mudanças possíveis, vou estar aqui trazendo algumas experiências, algumas idéias do sistema norte-americano, porque também Presidencialista, Bicameral, Federalista, guardadas as diferenças, mas são algumas coisas que... Algumas características do sistema lá. Uma que as Comissões Permanentes, elas têm um plano bianual, a cada biênio, de controle. Então, no início de cada biênio, para quando são eleitos os Membros das Comissões, eles têm que apresentar um plano de trabalho para os dois anos seguintes. Claro que isso é flexível, ao longo dos anos isso vai se adaptando, mas seria como se a CMA, ela tivesse, a cada dois anos, um ponto de partida, e ao final desses dois anos uma reavaliação e uma adaptação ao longo do tempo.

Uma outra coisa que é bastante interessante nos Estados Unidos é que eles têm uma Legislação que protege o que eles chamam de “assoprador do apito”. Aquele servidor público que identifica, no seu trabalho, um desperdício, má gestão, ilegalidades, ele é protegido por uma Legislação. Isso desde 1912. Isso foi criado em 1912, porque o Presidente Roosevelt e o Presidente Taft quiseram impedir que os servidores públicos fossem ao Congresso ser inquiridos. Então, foi criada essa Legislação, em 78, foi criada uma Legislação específica, impedindo que os servidores fossem retaliados. Aquele sujeito que vê uma ilegalidade e a denúncia, ele tem que ser protegido. Isso é uma mudança possível que pudesse ajudar, inclusive, no trabalho do Ministério Público.

Essas anteriores seriam algumas mudanças pontuais. Do ponto de vista do processo, algumas outras mudanças poderiam ser feitas e aí eu sei das dificuldades que representam essas mudanças, algumas já estão sendo tentadas, aqui dentro, que são com relação a... Que implicam mudanças na relação Executivo/Legislativo, no Brasil, e isso a gente sabe que é bastante complexo.

Mas duas questões são importantes. Primeiro o Congresso Nacional brasileiro não tem a prerrogativa de ditar políticas públicas, de alterar carreiras, de criar programas. Isso é inconstitucional. Vários Parlamentares já tiveram a frustração de querer criar um programa ou criar uma carreira ou extinguir uma carreira e isso não é possível. Isso é uma prerrogativa do Poder Executivo. Isso nos Estados Unidos é o que eles chamam de poder autorizativo, que não é só autorizativo na palavra, ele é autorizativo de fato, que se criam carreiras, se criam programas, a partir do Congresso. E em entrevistas que eu realizei lá, essa é uma das razões porque o Executivo, ele dá informações e ele divide o poder com o Congresso, porque o Congresso

pode alterar as suas políticas e pode alterar as suas carreiras de servidores.

A outra prerrogativa é com relação ao orçamento extensivo, bastante discutido aqui, inclusive, aqui no Senado, que é o orçamento mandatório ou orçamento impositivo. Quer dizer, também nas entrevistas que eu fiz lá nos Estados Unidos... O que os Parlamentares diziam era: “Se a gente tem o poder do dinheiro, então, eles têm que vir conversar com a gente, eles negociarem com a gente”. Então, o Congresso se faz mais importante, porque a cada ano ele que estabelece como é o orçamento e não ao contrário. Não é o Parlamentar que vai se dobrar ao Executivo, seria uma negociação mais equilibrada entre os dois poderes, quando os dois... se os dois tivessem prerrogativas de orçamento de fato e não somente autorizativa como é no caso brasileiro.

Eu acho que basicamente isso que eu tenho para trazer hoje. Só lembrando é justamente que o contexto do controle, nós todos quando falamos das regras, das regras formais, das Instituições formais, a gente se esquece que tem um contexto que ele é mutante, que ele é negociado e que é bastante dinâmico, especialmente no nosso sistema, que é um sistema Multipartidário, de Presidencialismo de Coalisção. Então, o controle também não acontece isoladamente, ele não acontece sem estar dentro de uma dinâmica política também. Mas é fundamental, quer dizer, fortalecer essas Instituições, tentar melhorar essas Instituições é uma questão fundamental para se fortalecer [soa a campainha] também a democracia. Era isso. Obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Na UNILEGIS se aprende a calibrar o tempo em cima do lance [risos]. Beleza.

Bom, eu gostaria de dar algumas informações. Primeira delas é a seguinte. Concluída a primeira parte, que é de exposições, nós vamos abrir a oportunidade de se fazer perguntas. E aqueles que não tiverem ainda uma folha de papel sulfite e precisarem para ir formulando suas perguntas, a fim de serem encaminhadas incontinenti após o término das exposições, então, é só pedir que nós forneceremos. Outra informação é o seguinte. Nós temos aqui representações de Alagoas, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Maranhão, do Mato Grosso, da Bahia, de São Paulo, do Rio Grande do Norte, da Paraíba, do Espírito Santo, do Rio de Janeiro e do meu Estado, que é Mato Grosso do Sul, obviamente. Que está aqui representado por dois Servidores, o Marcílio, Marcílio Arnaldo Alencar, que é ex-Presidente, e o Reinaldo Campos, também do Sindicato dos Técnicos Auditores, lá do meu Estado.

E o próximo expositor é o Fábio Gondim Pereira da Costa, que é Consultor de Orçamento do Senado Federal, e ele vai falar sobre o título “A Transparência da Informação Orçamentária como Instrumento de Controle. Casos do Portal de Orçamento do Senado e do Sistema Siga Brasil”. Com a palavra o Fábio.

SR. FÁBIO GONDIM PEREIRA DA COSTA: Bom dia a todos, bom dia Senador Renato Casagrande, bom dia Senador Valter Pereira e demais integrantes da Mesa, senhoras e senhores. Antes de iniciar o que eu tinha previamente preparado, eu vou abordar algumas questões que foram... Vamos dizer assim, levantadas pelos que me antecederam, aliás, uma responsabilidade muito grande falar depois de colegas que falaram tão bem. E lembrar uma história, para que... Contextualizar...

Eu peço desculpas até aos senhores que já têm um conhecimento maior sobre a história aí do orçamento, mas eu vou lembrar aquela velha historinha de 1217, em que o Rei João Sem Terra, na Inglaterra, teve seus poderes de tributar e de alocar despesas, que até então eram ilimitados. Então, surgiu, naquela época, o que se entende como sendo o embrião do orçamento no mundo, em que o Rei teve os seus poderes, de tributar, parcialmente limitados, e também de definir unilateralmente as despesas, parcialmente limitadas. De forma que o primeiro orçamento veio para colocar um freio no poder do Rei, que até então era ilimitado, em matéria tributária e em matéria de discricionariedade na alocação da despesa. E essas leis orçamentárias vieram evoluindo ao longo dos tempos, desses séculos, nos diversos países do mundo, e com maior ou menor complexidade em cada país, mas o fato é que, em países democráticos, nós temos o povo participando, mais direto ou menos diretamente, da elaboração dos orçamentos.

E em ditaduras, obviamente, quem define é o Rei, o Imperador, o Primeiro-Ministro, sei lá, quem seja a autoridade máxima do país unilateralmente. Não vai perguntar para o povo, por meio de seus representantes eleitos ou não, o que acha que deve ser feito, ele simplesmente faz. Então, quando nós falamos da fiscalização e do controle das finanças, do gasto público, nós estamos falando é desse orçamento, que é elaborado em conjunto, no caso brasileiro, entre o Executivo e Legislativo, e que é executado sob a fiscalização da população, por meio dos Tribunais de Contas, por meio dos Legislativos, das Controladorias, conforme o caso de cada país. De forma que essa elaboração e execução correta e transparente dos orçamentos é um dos pilares da democracia, nos diversos países.

Tanto é verdade que no Brasil as Constituições, dos períodos de ditaduras, tiraram do Congresso a

prerrogativa de participar da elaboração do orçamento. E as Constituições que foram promulgadas nas épocas de democracia devolveram, ao Congresso, essa prerrogativa, como é o caso da Constituição de 88.

Bom, então com base nisso, a gente percebe que a existência... A própria existência da informação e a transparência dessa informação é muito importante e também acaba sendo fundamental para o controle. Porque se a informação não existe, ou se ela não é acessível, não vai haver controle, nem de Tribunal e, muito menos ainda, controle social do gasto público. E essa transparência, ela passa pela existência da informação, pelo acesso direto à informação pelo cidadão, porque muitas vezes a pessoa diz assim “não, mas eu coloquei um relatório lá na internet é só olhar”. Olha, relatórios... Os mesmos números dizem muitas coisas. Eu acho que o mais justo é deixar que o cidadão chegue a suas próprias conclusões. É nesse sentido que a gente tem trabalhado. A transparência também passa pelo conhecimento do assunto, quer dizer, não adianta você colocar uma informação que o cidadão absolutamente não tem condições de interpretar e por causa disso, também, passa pela colocação da informação num nível adequado para o interlocutor.

Bom, feita essa breve introdução que não foi tão breve assim, pelo que estou vendo no relógio, vamos parto ir para... Nós tínhamos aqui no caso do Congresso uma situação que os senhores devem conhecer ainda, que nós temos diversas bases de dados, nós temos SIAFIs, SIAFEMs, SELOR, no caso dentro Congresso, SIDOR, SIASG, SIGPLAN e sei lá mais que outros sistemas, que são importantes, para todos nós aqui que trabalhamos com controle, são fundamentais. Temos bases de dados que estão na internet, temos informações de jornais, enfim, de diversas fontes. E precisamos gerar uma informação tempestiva e que seja gerencial, capaz de orientar, no nosso caso, aqui, do Congresso, os parlamentares na discussão e votação de matérias importantes. Como os planos, orçamentos, os créditos, isso era muito difícil de ser feito até pouco tempo atrás. Pode passar, por favor.

Então, a própria... O acompanhamento da elaboração orçamentária, quem apresentou emenda, para que é que apresentou, o que solicitou, quem atendeu, com que foi atendido, qual valor, em que etapa do processo? Quer dizer, são informações importantes. Ela não era uma informação muito fácil de ser obtida no âmbito do Congresso, muito menos ainda fora do Congresso.

O acompanhamento da arrecadação da receita, a vinculação legal, entre receita e as fontes de recursos, ver se está sendo destinada para a despesa correta, aquela receita... A execução de emendas, que junta-

mente com que a Dra. Leany falou, que é do acompanhamento das votações nominais fornece subsídios importantes de controle público do gasto. Análise crítica de medidas de Governo, como contingenciamento, metas de superávit, tudo isso era muito difícil de obter. Pode passar, por favor.

Então, nós começamos, percebemos... Primeiro, que não há, e isso é importante que os senhores reflitam sobre isso, porque eu percebo que cada Órgão está trabalhando no seu sistema, cada órgão está buscando suas informações, e o fato é que não há uma única fonte de dados de que se necessite, por exemplo, uma coisa simples como acompanhar a execução de emendas, não há um Sistema Único que traga essa informação, porque essa informação vem do que é do SELOR, que é o Sistema de Elaboração Orçamentária do Congresso, que diz quem apresentou a emenda e vem do SIAFI que diz como essa emenda foi executada. Então, tem exemplos mais complexos, só um bem didático.

Qual é a situação em que nós nos defrontamos? Precisamos unir essas informações, tratá-las, colocar num local único, para que o cidadão aí, sim, com uma única interface, que ainda seja amigável, possa acessar as informações diretamente, sem intermediários, aí nós vamos ter o acesso à informação e à transparência que é desejada. Pode passar, por favor.

Bom, então quando nós desenvolvemos um sistema, aqui no Congresso, que chama Siga Brasil, nós objetivamos isso. O acesso à informação, que até então não estava disponível, e uma interface única e amigável. Ou seja, nós não precisamos de nenhum dos senhores, porque está disponível na internet, precisa de um analista de sistemas para fazer uma consulta e obter informações, bastante relevantes, que os senhores vão ver de que tipos são. Pode passar, por favor.

Bom, nós desenvolvemos uma série de parcerias que são do tipo treinamento, já demos treinamento para a Casa Civil da Presidência da República, Tribunal de Contas da União, Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda, Banco Central do Brasil, enfim, uma série de Instituições que já estão utilizando e pediram para serem treinadas. Outros Órgãos da administração têm fornecido bases de dados, isso é um trabalho de parceria e que tem sido também formalizado por meio das Leis de Diretrizes Orçamentária, que traz um rol de bases de dados que devem ser fornecidas ao Congresso, a cada ano, lá pelo artigo cento e alguma coisa. Interpretação dos dados, nós ajudamos entidades, inclusive, da sociedade civil organizada, interpretar informações, agrupar informações de seu interesse. Quero acompanhar o orçamento da mulher: “Pois não, diga o que vocês entendem como orçamento da mu-

lher”, aí a gente faz uma marcação na base de dados e a partir dali basta apertar um botãozinho e pronto... Sai, nós vamos ter oportunidade de ver. Enfim, pode passar, por favor.

Uma série de Órgãos que já têm parcerias com o Senado, Instituições, como eu falei, da sociedade civil... Só para os senhores darem uma olhada rápida. E a cada dia isso cresce. Pode passar.

Bom, agora o interessante é o seguinte: Nós temos a previsão de colocar, disponibilizar, e isso talvez a participação dos senhores seja importante, as bases de dados dos Estados e Municípios, de elaboração e execução. Cada uma dessas entidades teria um espaço para fazê-lo, se quiser, e com custo zero e com tudo mapeado. Porque nos três níveis da federação, tudo é padronizado, a classificação da despesa... Então, não haveria maiores problemas. Já estamos trabalhando, estamos procurando, junto com o Presidente do Senado, alguns Estados para trabalhar no projeto piloto, e isso tudo deve acontecer em breve. Pode passar, por favor.

De forma que nós vamos ter uma informação que não é fácil hoje. Quanto se gasta com educação, nas três esferas de Governo. Quanto gastamos até agora, em maio? Quem tem essa informação? Estamos gastando bem? É difícil. A pessoa tem que fazer um bom trabalho de pesquisa, para obter uma informação que deveria ser até trivial. Mas não é. Ainda não é no Brasil. Bom, a partir disso, nós começamos a conseguir informações do seguinte tipo: Emendas e Pareceres à despesa, ou seja, quem propôs o que e quem deu o Parecer de que tipo e que emenda. Reestimativas de Receita, ou seja, o Projeto de Lei chegou no Congresso e teve uma reestimativa. E a gente ouviu muito críticas, inclusive, até dos Ministros, de autoridades do Executivo, no sentido de que o Congresso incha o orçamento e usa esse termo... Sai na imprensa... “O Congresso inchou o orçamento”, como se fosse uma coisa irresponsável.

Então, os senhores têm condições de acompanhar, agora, pela Internet, o quanto o Congresso inchou, e depois, mais adiante, vê se houve a arrecadação de fato ou não. Em cada uma das naturezas da Receita. E ainda vendo para que cada uma das fontes que aquela receita foi, para verificar se depois aquela despesa correspondeu à fonte arrecadada. E eu digo que se os senhores tiverem esse cuidado, os senhores vão constatar que pelo menos nos últimos 10 anos nunca o Congresso errou. Nunca. Nenhuma vez. Então, isso é uma coisa importante. Isso é um tipo de controle que a sociedade deve fazer. É um controle até mais político, não é? Porque não é propriamente uma ilegalidade fazer uma afirmação que não seja verdadeira, mas você

induz um outro poder a decisões que, muitas vezes, não são corretas, quando se faz isso. Então, tem como verificar isso agora.

Agora, uma coisa assim mais direta, para os Tribunais. Se pode verificar o CNPJ, todas as informações do SIAFI estão lá, com a possibilidade... E cruzadas com todas outras de planos, Planos Plurianuais, Lei de Diretrizes Orçamentárias, os senhores vão verificar que as diretrizes orçamentárias têm um anexo de metas que são solenemente ignorados nas Leis orçamentárias, eu não sei se isso poderia acontecer, aí cabe, talvez, aos Tribunais avaliarem. Então, a gente tem o CNPJ, ou CPF, nome ou razão social dos beneficiários, de cada uma das despesas, qual o número da ordem bancária, que data que o dinheiro entrou, qual o banco, qual a agência, qual a conta do banco e qual o valor transferido, naquela data, para cada uma das ações orçamentárias, e, ainda, isso ligado a quem recebeu o dinheiro mais adiante. Temos, se quiser, por essa ótica, ver a execução de Emendas, ao longo do tempo, também, e temos como avaliar resultado primário, contingenciamento, etc.

É importante observar o seguinte: A cada escândalo... Quer dizer, um rol de informações... Quer dizer, tem muito mais coisa. Eu estimulo aos senhores que olhem e nos procurem para propor parcerias. Já tem diversos Órgãos que estão propondo, estão oferecendo suas bases, a pessoa que tem uma base importante e que queira disponibilizar, para cruzar com as que já existem, pode fazê-lo. Pode fazer um upload. Quer dizer, pode, não, poderá. Estamos trabalhando para isso. Então, a idéia é essa, que se cada um individualmente tentar fazer um sistema com tudo que precisa ter, eu ousar dizer que ninguém vai conseguir. Ouso dizer. Não sei se... Pode ser que eu esteja errado, mas o volume de informações é absurdamente grande. E não conheço nenhuma Instituição, no País, com essa capacidade.

Então, qual é a solução? Que todos convirjam para algum lado. E o Congresso Nacional é, talvez, a Instituição mais legítima para fazer essa divulgação de informações, possibilitar transparência, o controle social do gasto público.

Eu queria fazer... Sobre o Siga Brasil, que é o nosso sistema, acho que não é o caso da gente ficar aqui dando demonstração de sistema, eu estimulo que os senhores olhem, mas a gente acaba chegando a... Refletindo quando começa a ter acesso a esse volume absurdo de informações, que a gente começou a ter de uns anos para cá, a nossa capacidade de discernimento e de reflexão sobre esses temas aumenta demais. É muito interessante. Então, você percebe, por exemplo, “Poxa, o Congresso mexe, altera, um

percentual relativamente pequeno da Lei Orçamentária”. Se considerarmos a Lei como um todo é coisa de 2, 3%, se considerarmos investimentos é coisa de menos de 30%. Mas a cada escândalo que acontece, surge o nome de inúmeros e inúmeros Parlamentares, a imagem do Congresso fica prejudicada, e a gente reflete “Poxa, mas e os outros 97%?”. Ou, então, pensando só em investimento, e os outros 70%? Porque ninguém aparece do lado de lá? Darei uma resposta do por quê.

Por quê? No Congresso, tudo é transparente. Tudo. Quem apresenta... Cada uma das... Cada real que é incluído na Lei Orçamentária, pelo Congresso, tem digital, tem dono. Então, eu cansei de receber licitações formais, que vinham por meio da Secretaria Geral da Mesa, de informações... Ah, quais são os Parlamentares... Quero uma lista de todos os Parlamentares que apresentaram Emendas, que poderiam ter sido utilizadas para a compra das ambulâncias, naquela época da CPI das ambulâncias. Eu pensava duas coisas, quando eu recebia cada uma dessas solicitações. E cada uma era diferente, vinha uma lista com 20, depois uma lista com 30, depois... Eu acabei fazendo uma lista... Seguinte: vou fazer uma lista única com todo mundo que fez ou que poderia ter feito, daquele jeito, aí vocês chegam à conclusão de que lista vocês querem, porque não dá para entender.

Agora, eu pensava em duas coisas. A primeira é que está disponível na Internet. Então essa informação pedida com sigilo, a pessoa mandava um ofício confidencial... Está na Internet, não tem nada de confidencial. E a segunda coisa que eu pensava, o confidencial é o outro lado que ninguém nunca pensa, a gente tem a Maria da Penha ou outros servidores ou quem mais quer que seja, coloca recursos lá à vontade e não tem digital. Não tem rastro, não tem nada. Talvez fosse o caso dos controles exigirem algum tipo de registro, quem que está propondo o quê do lado de lá? Nos outros 70% dos investimentos, quem está propondo o quê, nos outros 97% do orçamento total? Aí facilitaria talvez esse controle que se deseja tanto fazer.

Um outro aspecto, se eu pedir licença aos senhores, é o seguinte: Que é... Queria destacar que, com o acompanhamento dessas bases de dados a gente pode começar a criticar aspectos mais profundos dos orçamentos. A gente estava aqui discutindo a questão do orçamento em positivo e autorizativo. Eu digo que no Brasil orçamento para ser autorizativo ainda tem que evoluir. E muito. E muito. E a gente sofre de um problema muito grave, porque a gente tem uma receita prevista, de ser arrecadada durante 2008, de algo em torno de um total de um trilhão, o orçamento total do lado da receita, e temos uma autorização de cerca

de 15% a mais do que isso. 150 bilhões de reais, bilhões, 150 bilhões de reais de autorização a mais do que se espera arrecadar. O que significa isso? Alguém unilateralmente vai definir aonde gastar. O quê que é esses 150 bilhões, para quem estiver assistindo, para que não me não venha perder tempo com críticas, que eu já digo logo de uma vez, 62 bilhões de resto a pagar inscrito, vou pegar o volume de Medidas Provisórias do ano passado, 48 já deu cem, um contingenciamento que não se aplica, não tem amparo legal sob nenhum aspecto, se os senhores quiserem depois, na hora do debate, discutir, estou aberto, de mais 19 e mais reabertura de créditos. [soa a campainha] Então, a situação é fática. No Brasil hoje um poder que está hipertrofiado nessa área elabora e executa o orçamento. Unilateralmente. Se os senhores quiserem discutir mais sobre isso estou aberto.

Eu agradeço, não vou me alongar, e quero dizer mais uma vez que estamos abertos, o Senado Federal está aberto a parcerias, disponibilizando sistema na Internet, aberto, não tem necessidade de senha nem nada, e é bem poderoso. É o mesmo sistema que as consultorias, os Parlamentares usam para discutir e votar o orçamento aqui, que as consultorias usam para dar essas informações para os Parlamentares. Muito obrigado e bom dia para os senhores.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Tudo indica que o Fábio não foi aluno do Mão Santa. Com certeza.

[risos]

Muito bem. Eu, em primeiro lugar, em nome da Mesa, quero agradecer aos quatro expositores, o Vice-Presidente da ATRICON, Luiz Sérgio; o Amilson, da Federação Nacional das Entidades Servidoras do Tribunal de Contas; a Leany, que é uma cientista política; e o Fábio, que é Consultor Geral do Orçamento do Senado Federal. Pelas exposições que foram feitas.

Então, agora nós vamos começar a segunda parte dos nossos trabalhos. Com as indagações. Eu vou adotar a seguinte metodologia: eu vou passando uma indagação a cada um dos expositores e depois eu vou voltando aos mesmos para que responda as outras perguntas. Certo?

Então, a primeira indagação que tem aqui é uma indagação ao Amilson. E é uma indagação que tem até um discursinho bom aqui, sabe? A composição do prêmio do TCE do Mato Grosso é a seguinte: Cinco de livre escolha do Governador e dois indicados pela Assembléia, contrariando frontalmente a Constituição Estadual – e Federal também. É verdade. Para piorar, o último Conselheiro foi indicado pelo Governador, sendo que esse foi funcionário de suas empresas e

seu Secretários de Fazenda. Com esse pré-histórico, qual a independência para apreciar as contas deste Governo? Você acha que essas anomalias poderiam ser evitadas? Se as indicações de Conselheiros fossem preponderantes, dentre técnicos de carreira dos Tribunais, como acontece no do Judiciário, dentre juízes, esta é uma indagação feita – Pode falar o nome, Wander?

[risos]

Pelo Wander, obviamente. Wander da Silveira, TCE-MT.

SR. AMILSON CARNEIRO DE ARAÚJO: Como já disse aqui, não há independência. Um julgador que ascende nessas circunstâncias não vai exercer um juízo imparcial, independente. Não vai nunca. E sobre essa questão do provimento, eu quero lembrar que aqui no Congresso Nacional tem várias emendas aqui, propondo a revisão disso. Senador Casagrande é autor de uma emenda nessa direção. Propõe o concurso público. O Senador Pedro Simon também tem emenda e propõe discussão e alteração dessa forma de provimento. O Senador Alvaro Dias. E me lembro aqui do falecido Senador Jefferson Peres.

Quando nós começamos a andar para cá, para mostrar que uma PEC que nós construímos, ao longo de cinco ou seis anos de conversas nossas, encontramos o Senador Jefferson Peres nos corredores e aí nos apresentamos; nós somos dos Tribunais de Contas. Ele disse: “Não me venham para cá com propostas do Tribunal de Contas que não contemple a alteração da forma de provimento”. Ele, na sinceridade dele foi categórico. Então Wander, eu concordo absolutamente, não há como a gente... Porque, sobretudo alguém disse assim: “Não basta...— acho que foi a mulher de César – não basta a mulher de César ser honesta. Tem que parecer honesta”. Quer dizer, a gente quando diz isso para o cidadão comum, que é o fiscalizado, que escolhe o fiscal, ele ri da nossa cara. Ele diz: “Não, mas isso é a mesma coisa que botar raposa em galinheiro”. Essa é a avaliação que a as pessoas, sociedade faz desse critério horroroso de provimento das vagas de uma instituição que é importante. Quer dizer, a instituição que tem o dever de fiscalizar o gasto público tem essa anomalia, na minha avaliação. Espero ter respondido.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Wander, eu gostaria de fazer um breve comentário, para passar para o Dr. Luiz Sérgio, também vai repercutir essa mesma pergunta. Na Assembleia Constituinte da qual fiz parte, eu apresentei uma emenda que foi aprovada no primeiro turno. E caiu no segundo. E essa emenda previa uma mudança estrutural. Previa primeiro, o fim da vitaliciedade;

segundo, as indicações deveriam ser feitas, em sua maioria, pela sociedade civil organizada. E ali eu especificava até a representação dos contabilistas, dos economistas, dos administradores, dos engenheiros, e dos advogados – Ordem dos Advogados do Brasil. Apresentei essa proposta, foi aprovada, e no segundo turno houve um lobby muito grande que acabou demolindo a possibilidade dessa mudança. Infelizmente eu também concordo que houve um retrocesso. Um retrocesso porque é muito difícil entender como que aquele que está arbitrando o jogo também está jogando. Então é muito complicado. Mas para repercutir a mesma pergunta, o Luiz Sérgio.

SR. LUIZ SÉRGIO GADELHA VIEIRA: Pois não, Senador. Veja bem, uma anomalia como essa de Mato Grosso, que desrespeita a Constituição Federal e Estadual, evidentemente tem que ser corrigida. Imediatamente corrigida. E até declarado inconstitucional. Agora veja bem, esse critério de indicação de prestigiar o poder político para indicar nomes, ele é o mesmo que ocorre com os tribunais superiores, principalmente na indicação de Advogados para comporem os tribunais superiores. E isso depende muito de um aperfeiçoamento do poder político e da própria pressão da opinião pública.

Agora mesmo, recentemente, houve uma indicação para o TCU, do Congresso Nacional, que acabou não sendo aceita. Porque a pessoa não reunia as qualidades suficientes. Agora eu lembro o seguinte, se quer adotar o método de concurso público, que crie a carreira de magistratura de contas. Porque o que não se pode é fazer um concurso público, para a pessoa já iniciar no final da carreira. No Judiciário a pessoa já entra como Juiz Substituto e ao longo do tempo, pelo próprio tempo e pelo merecimento, ele vai sendo promovido. Então, não é tão-só estabelecer o concurso público e pronto. Não. Vamos estabelecer uma carreira de magistratura de contas e a pessoa entra como auditor 1, e com o tempo vai sendo avaliado. Porque a experiência, para um setor público, não é só a capacidade intelectual, o jovem que sai da universidade para fazer concurso público, pode haver uma idade mínima, mas a pessoa às vezes não reúne a experiência suficiente para um cargo desta dimensão.

Eu entendo também, que na composição dos colegiados há indicações várias, inclusive representantes de auditores, de procuradores, vários Legislativos, Executivo, vários indicam... Então, geralmente pode haver exceções, existem exceções, mas geralmente há uma mescla de indicações, de correntes, de tendências – vamos dizer assim, políticas diferentes. Eu acredito muito também, existe, temos visto tudo, mas eu acredito muito na dignidade humana. O exemplo do

juiz de futebol; todo brasileiro é torcedor de um time, então não poderia haver juiz de futebol. Porque todo mundo tem simpatia por algum time. Estou fazendo uma colocação meio caricata, mas o que eu quero dizer é o seguinte: Eu fui indicado, no meu caso aqui a minha vaga; sou de origem técnica. Fui Secretário de Planejamento. Fui indicado por um Governador, esse Governador inclusive já faleceu, vai à composição do pleno, você tem várias indicações, funcionamos perfeitamente no nosso caso. Quer dizer, é um processo então, que precisa ser avaliado.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Só um comentário também, coordenador Senador Valter Pereira, muito rápido, até porque sou autor de uma PEC que estabelece provimento para concurso público. Qual o objetivo da PEC? PEC é difícil de tramitar. Na Casa. Apresentei na Câmara, reapresentei aqui no Senado, mas o objetivo é levantar o debate. A gente tem que tem levantar o debate. A Constituição de 1988 já deu um passo adiante na hora que estabeleceu que uma representação dos auditores, não é isso? E uma representação dos procuradores, é isso mesmo.

Então, deu um passo adiante. Foi uma... Um passo importante. Podemos chegar a uma forma que você tenha aí um mix, onde você garanta um peso maior no número de indicados de pessoas que têm o perfil técnico, que aumente o número de auditores, de procuradores ou de quem faz uma carreira dentro dos Tribunais de Contas, acho que nós temos alternativas. Mas a gente precisa provocar o debate. O debate tem que ser provocado. A minha PEC é para provocar o debate. Porque o formato de escolha, hoje, é um formato equivocado. Equivocado especialmente nos Tribunais de Contas dos Estados. Porque virou um local muitas vezes de – Desculpe, Conselheiro, nada pessoal, está certo? Mas virou às vezes, um local de aposentadoria de políticos que já está cansado de ficar na Assembléia Legislativa. Então, tem muito disso. A gente sempre faz as coisas olhando o nosso Estado. Meu Estado é muito... Foi muito assim. O Estado do Espírito Santo, a composição do Tribunal foi muito assim, de ex-Deputados que... De Deputados que estavam, às vezes, no exercício do mandato, mas que por indicação do Governador, da Assembléia, acabaram ocupando. Então, as pessoas não têm o perfil, não é que ela não tenha capacidade, a pessoa tem capacidade para muitas coisas, mas não tem o perfil para aquele espaço que está sendo colocado. Então, acho que esse é um debate é um debate importante para a consolidação de um sistema nacional de controle. Para se consolidar num sistema nacional de controle. Acho que esse é um debate que vai ter que ser feito pelo Congresso Nacional, para que a gente evite os

abusos e desvios nas indicações desses membros dos supremos dos tribunais.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É bom esse alerta do Senador Casagrande, porque agora está se discutindo a tal da PEC da bengala. E de repente essa bengala pode chegar até os Tribunais de Contas. É meio complicado também. Pois não.

SRA. LEANY BARREIRO LEMOS: Eu gostaria de fazer um comentário, porque essa discussão me lembrou agora, um mecanismo que existe no Congresso argentino. Lá, Senador, quando uma autoridade é indicada e tem que passar pelas comissões, a sociedade civil pode colocar um veto. No Congresso argentino também, diferentemente do brasileiro, os militares, as promoções militares são aprovadas pelo Senado. E as promoções das carreiras diplomáticas, não só a chefia de uma missão diplomática, mas as promoções na carreira são aprovadas. Então, eles têm, por ano, cinco mil sabatinas. É uma coisa que eles fazem até em blocos, 10 militares de cada vez. Já houve vários casos, por causa do período de exceção, em que militares que participaram das torturas e da ditadura militar eram nomeados ou eram promovidos e foram vetados por grupos. Então, existe mecanismo que a sociedade civil pode entrar na Comissão com pedido de que aquele nomeado não tem as características não tem perfil e deve ser derrubado, e isso é avaliado. Então, é um mecanismo que pode ser uma sugestão, também, para a incorporação do sistema brasileiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Acho que você cometeu uma impropriedade, porque a partir deste momento, você vai ser mais requisitada, ou seja, vai aumentar o seu trabalho aqui. Mas há uma pergunta aqui, que foi formulada pelo Domingos, que eu acho que foi prejudicada porque o Conselheiro Luiz Sérgio já respondeu. É sabido que a prática de nepotismo é comum no serviço público, nos TCEs não é diferente. Como combater essa prática nos órgãos de controle? Você considera respondida já a pergunta? Não? Então, pode responder. Aí está se estendendo aos funcionários, não é?

SR. LUIZ SÉRGIO GADELHA VIEIRA: De algum tempo para cá essa parte do nepotismo tem sido corrigida e combatida. Até por ações, iniciativas do Ministério Público. E, em termos de compromisso, solicitou a demissão de parentes de conselheiros, de servidores e diretores que existiam no âmbito dos tribunais. Como, ademais, no Poder Judiciário e no próprio Ministério Público. Isso por ação também do Conselho de Controle Externo do Judiciário e do Ministério Público. De modo que é um assunto que historicamente existiu,

mas que está sendo... Está avançando muito, está sendo bem corrigido.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Está sendo distribuído pelo nepotismo cruzado.

SR. LUIZ SÉRGIO GADELHA VIEIRA: Bom, aí eu não... Esses dados...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Lamentavelmente. As [ininteligível] legais são para o nepotismo direto.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Eu acho o seguinte. O conselho tem razão num aspecto. O Ministério Público tem enfrentado o problema. Mas, como o brasileiro é muito criativo, sempre cria algum mecanismo para escapar dos rigores da lei e da percepção criminal. Infelizmente é essa a nossa realidade. Ao Amilson; o senhor não acha que houve uma traição do PT, na questão da indicação reestruturação para todos os Tribunais de Contas? Pois quando era oposição sempre lutava por isso, e agora que é Governo faz a mesma coisa ou pior.

SR. AMILSON CARNEIRO DE ARAÚJO: Eu estou me sentindo apertado sem ser abraçado.

[risos]

Mas veja, o que eu coloquei aqui é que, na nossa avaliação, a intervenção, a possibilidade de intervenção dos partidos políticos, seja ela de que partido for, não tem sido bom para os Tribunais de Contas. A intervenção não tem sido boa. É claro que esse é um processo, que eu espero que seja aperfeiçoado. E tenho buscado, além da discussão aqui no Congresso Nacional, nós temos buscado o Poder Executivo. E lá tivemos um dia desses uma conversa, com o Secretário lá da... Um Assessor do Secretário da Secretaria da Presidência da República, que nos prometeu, até nos garantiu, que o Governo iria, o Governo iria apoiar esse debate na hora que fosse o momento. Na hora que chegasse o momento, que ele iria fazer esse debate. Então, nessa direção nós temos um pedido de audiência lá, com o Ministro das Relações Institucionais, que é quem faz a ponte entre o Poder Executivo e o Congresso. Então, nós esperamos que ainda nesse Governo essas alterações possam ser materializadas. Porque precisamos que o Estado Brasileiro seja melhor tratado, muito mais na questão da fiscalização dos gastos públicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem.

SR. LUIZ SÉRGIO GADELHA VIEIRA: Senador, eu posso repercutir, rapidamente--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pode.

SR. LUIZ SÉRGIO GADELHA VIEIRA: É sobre essa parte de fiscalização de gastos públicos. Eu fiquei realmente... Essa afirmação do Presidente Amilson, com todo respeito, de que os tribunais só fiscalizam as pequenas contas, me... Eu fiquei realmente pasmo. Eu não sei se na Bahia é diferente do resto do país, acho que não. Porque é o seguinte, veja bem, aquela distinção que eu me referi é entre contas de Governo e contas de gestão. Porque aí elas têm metodologias diferentes. Nas contas de Governo, o que se analisa? É o relatório de Governo, o respeito aos princípios orçamentários, os limites constitucionais e da LRF e o endividamento público. Basicamente isso aí. Isso que o Tribunal emite parecer e vai para o Legislativo julgar. É isto. Agora, as contas de gestão, elas englobam toda a receita e a despesa pública do Estado e do Município. Olha, nós temos aqui, Srs. Senadores, Srs. participantes, agora a edição de 03 de junho, no Estado do Ceará. Uma relação encaminhada pelo Tribunal de Contas dos Municípios à Justiça Eleitoral, de 1.701 gestores com contas desaprovadas nos últimos cinco anos, inclusive 76 Prefeitos, dos quais 44 são candidatos, Prefeitos atuais. São 184 Prefeitos no Estado do Ceará. 76 têm contas desaprovadas dos quais 44 são candidatos à reeleição, possíveis candidatos à reeleição. Então, isso é uma atuação baseada na análise das contas de gestão. Estou deixando vários recortes de jornal--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu gostaria de fazer um comentário--

SR. LUIZ SÉRGIO GADELHA VIEIRA: Para os anais, que é a relação dos gestores municipais. Então, Sr. Senador--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Deixa eu fazer uma reflexão sobre essa questão da inelegibilidade. Por força da Legislação constitucional e infraconstitucional os Tribunais de Contas têm que produzir esta relação de todos aqueles que têm contas pendentes, que não foram aprovadas pelos respectivos órgãos controladores, pelos Tribunais de Contas. E, surpreendentemente, as pessoas cobram o seguinte. Ele está na lista, mas resgatou a elegibilidade. E por que isso acontece? Houve um entendimento do TSE, segundo o qual, aquele que se insurgir no Poder Judiciário contra a decisão prolatada pelo respectivo Tribunal de Contas, resgata a elegibilidade. Eu apresentei inclusive um Projeto de Lei, que muda a Lei Complementar nº. 64, que trata da inelegibilidade, obrigando que haja um momento para que esta ação seja intentada. Por quê? Porque o que tem acontecido a rigor é o seguinte.

O administrador, diante da rejeição de suas contas pela corte de contas, aguarda, aceita, portanto

esta rejeição e aguarda até a véspera do pedido de registro de candidatura. E lá, com o simples protocolo já resgata a elegibilidade. Quer dizer, é uma distorção da lei. Houve a omissão da lei e o suprimento que foi dado pelo TSE não foi adequado. Por isso nós estamos com Projeto de Lei, tramitando aqui no Senado, visando corrigir essa distorção. Que acho que efetivamente o que está acontecendo é o seguinte, esse entendimento que foi dado, embora eu entenda correto porque o órgão judicante não é o Tribunal de Contas, pelo sistema constitucional nosso o Tribunal de Contas é um órgão auxiliar do Poder Legislativo. Quem julga as contas é o Poder Legislativo.

Pois bem. Embora ele não seja um órgão judicante, e exatamente por isso, cabe reparação. Reparação do Poder Judiciário. O Tribunal de Contas, se cometer algum erro, na apreciação das contas, esse erro é reparável por decisão dos tribunais. E isso faz parte do ordenamento jurídico do país. Portanto, a decisão do TSE, do ponto de vista do direito, não está inteiramente equivocada. Ela só está equivocada quanto a um momento. Porque a insurgência tem que ser logo após a prolação da decisão do Tribunal de Contas. Esse é o meu entendimento sobre esse assunto.

SR. LUIZ SÉRGIO GADELHA VIEIRA: Senador, permite um rápido esclarecimento?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pois não.

SR. LUIZ SÉRGIO GADELHA VIEIRA: Veja bem, eu insisto no seguinte ponto. É a distinção entre conta do Governo e conta de gestão. Conta de gestão quem julga é o Tribunal de Contas. Quem julga é o Tribunal de Contas e adota as medidas como esta representação eleitoral. Agora, realmente como o Senador falou, o eleitoral tinha esse entendimento. Se a pessoa tem alguma ação ordinária, ele suspende. Porque o judiciário, ele não pode julgar o mérito da decisão do Tribunal de Contas. Ele só pode julgar aspectos processuais. Agora, Senador, informo a V.Ex^a que há uma pequena mudança, uma mudança até significativa no TSE, com relação ao assunto, que decorre do Recurso Ordinário 912, foi recentemente julgado, Relator é o Ministro César Asfor. Há um entendimento novo em que o TSE passa a exigir um provimento liminar qualquer na ação para que possa, digamos assim, a liberar o candidato, entendeu? Não basta mais somente entrar com ação. Há uma ligeira mudança nesse sentido. Mas ainda é muito tímida.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É preciso que a lei explicita. Até tantos dias, a proposta que nós fizemos é que no prazo de 90 dias, se for intentada a ação, o Tribunal já não pode listar aqueles que foram julgados, impugnados,

aquelas contas que foram impugnadas, até que haja a decisão do Poder Judiciário. Passado esses 90 dias, é claro que não se resgata a elegibilidade.

Bom, vamos aqui então, a mais uma indagação--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Só um segundo, Coordenador. Se o senhor não tiver nada contra, a nossa Presidente do Tribunal de Contas de Tocantins, que foi palestrante nossa na semana passada, queria tecer um comentário sobre este assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com a palavra.

SRA. DORIS DE MIRANDA COUTINHO: Muito obrigada pela deferência. Primeiro, quanto ao julgamento a que se referiu o Conselheiro Gadelha, e que nos afirmou o Sr. Amilson, que na Bahia não acontece. Se não acontece realmente é uma aberração constitucional. Porque são dois... Duas atividades distintas dos tribunais. Tanto que o inciso I diz, apreciar as contas. E, aliás, no meu entendimento, no meu particular, eu acho isso um grande incômodo para o Tribunal de Contas fazer esse trabalho. Porque às vezes... Às vezes, não, sempre nos esmeramos na apreciação, no estudo dessas... Dessas contas apresentadas e 90% das vezes elas vão às Câmaras ou vão às Assembléias Legislativas e são... Se são pela rejeição, são aprovadas. Então, o julgamento é político.

E com esse inciso I também, ele nos traz... Traz também um grande inconveniente para o Tribunal, que é entender quando se interpreta equivocadamente, que os Tribunais de Contas são um órgão de... Um órgão auxiliar do Congresso Nacional, um órgão auxiliar das Assembléias Legislativas. O que diz a Constituição: "O controle externo a cargo do Congresso Nacional será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete apreciar as contas e tal". E eu me filio à corrente jurisdicional e doutrinária, a exemplo do Ministro Carlos Brito, que ele diz que quando a Constituição fala que o Tribunal... Diz caber ao Tribunal de Contas da União auxiliar o Congresso Nacional, no exercício da função de controle externo, está dizendo ele ser mero órgão auxiliar, mas sim que o controle externo, a cargo do Congresso Nacional não se fará senão com o auxílio do Tribunal de Contas. Então, acho que essa... Até essa palavra, ela traz muitas interpretações equivocadas.

Quando vem o inciso II e que aí me causa surpresa quando o técnico... Desculpe, o senhor é técnico lá do... Do TCE da Bahia, dizer que não julga conta de ordenadores. Eu francamente, eu acho inaceitável, porque não se cumpre a premissa do Tribunal, a nossa função maior que é julgar a conta do administrador,

que é julgar, é irregular lá se imputar débito, nessas contas com o auxílio das auditorias, das inspeções, enfim, se imputar o débito e daí cair naquela reclamação minha, da Sessão passada, em que clamando a essa Casa que dê um comando constitucional para legitimar alguém a executar as nossas decisões. Que a Constituição vem dizer... Vem dizendo no art. 71, § 3º, que ela tem força de título Executivo, no entanto a nossa grande frustração, temos aqui mais dois Conselheiros, é ver nossas prateleiras abarrotadas de imputações de débito. São milhões e milhões e milhões de dinheiro público, que não saem das prateleiras por falta de um... De um comando constitucional de legitimação de quem é o autor dessa ação.

Eu entendo, eu no meu entendimento, eu... As Procuradorias de Fazenda, as Procuradorias de Estado poderiam fazer isso. Poderiam e deveriam, inclusive na Legislação tocantinense, que eu conheço bem, está lá, ele tem que velar pelo erário. A imputação do débito não um... Ela resulta de um dano. De um dano que a má gestão provocou na administração. Então, seria sim, uma atribuição da Procuradoria executar esse título. Aí vem o questionamento, que Procurador executa o seu Governador? Que Procurador executa o Secretário, subalterno ao seu Procurador? Nos Municípios pequenos nem Procuradoria Municipal existe. No nosso Estado do Tocantins, onde 90% dos Municípios são 0.8, não existe nem sequer Advogado contratado, e se tivesse não o faria também. Porque se fizesse ele seria mandado embora. Então, a gente tem... Realmente acho que é uma...

A efetividade do Tribunal e a pecha do Tribunal faz de conta, que a gente cansa de escutar, esse Tribunal faz de conta, Tribunal faz de conta muito disso, concordo com muitos comentários, muitas críticas que invariavelmente ocorrem, ocorre em todos... Inclusive quanto aos Tribunais Judiciais, mas esse comando nos traria muita... Nos traria efetividade e talvez tirar essa pecha do Tribunal faz de contas, porque fica... A sociedade mesmo, ela é desinformada de que nós não temos essa atribuição. A nossa atribuição é julgar, apurar o dano, imputar o débito, identificar o responsável, a partir daí ela fica na prateleira. Muitas vezes a gente busca arranjos com o Ministério Público, que alguns Estados, o que não é o caso do Estado do Tocantins, usam a Ação Civil Pública de execução e executa os nossos débitos. Me parece que no Rio Grande do Sul funciona muito bem assim.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A Fazenda Nacional faz execução.

SRA. DORIS DE MIRANDA COUTINHO: Mas nos Estados infelizmente os milhões estão nas prateleiras--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas a senhora está dando uma bela contribuição para o processo Legislativo. Porque na minha ligeira avaliação, eu acho que a norma está carecendo de sanção. Qualquer norma jurídica que esteja desacompanhada de uma sanção, qualquer tipo infracional que não tenha penalidade, se torna inócuo, se torna ineficaz. Nesse caso talvez, seja a falta de uma norma sancionadora. Com isso daí poderia levar à prática. Agora veja o seguinte, então, a senhora deu a contribuição. Quanto à interpretação que eu dei de órgão auxiliar, eu parto da premissa do próprio art. 70. O que é que diz o art. 70? "A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncias de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional". Então, o órgão fiscalizador é efetivamente o Congresso Nacional, mediante o controle externo e pelo sistema de controle de cada poder. E aí no seu parágrafo diz o seguinte. "Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica pública ou privada que utiliza e arrecada..." Aliás, não é essa aqui que eu queria mostrar para senhora.

SRA. DORIS DE MIRANDA COUTINHO: Acho que é no 71.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): 71.

SR. LUIZ SÉRGIO GADELHA VIEIRA: Senador, me permita só um rápido esclarecimento sobre esse ponto.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pois não.

SR. LUIZ SÉRGIO GADELHA VIEIRA: É o seguinte, esse termo auxiliar já foi bem discutido pela doutrina e pela jurisprudência. Na realidade, esse auxílio, ele se realiza, no parecer prévio das contas de Governo, principalmente. E na condução de auditorias requeridas pelo Congresso. Pelo Senado, principalmente, e pelo Congresso. Agora, nas contas de gestão, que é o item 2, aí a atuação do Tribunal independe do Poder Legislativo. Ela é autônoma, nós julgamos as contas de gestão que são aquelas exatamente que auditam, que fiscalizam a receita e a despesa, nós aplicamos multas, imputações, representamos ao Ministério Público ou ao eleitoral, independentemente de qualquer, digamos assim, autorização congressual. Esta matéria de julgamento de contas de gestão--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Que já estão delegadas pela Constituição.

SR. LUIZ SÉRGIO GADELHA VIEIRA: Que já estão delegadas aos Tribunais de Contas pela Constituição--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela Constituição e pela Legislação--

SR. LUIZ SÉRGIO GADELHA VIEIRA: Nesse aspecto aí, a autonomia é total.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Outra coisa que precisa ficar claro é o seguinte. A reparação judicial, ela pode se dar em qualquer ato que o prejudicado a entenda impugnável. Qualquer ato. Não existe um trânsito em julgado em qualquer órgão, que não tendo sido apreciado pelo Poder Judiciário, possa sofrer a impugnação.

SR. AMILSON CARNEIRO DE ARAÚJO: Senador, só para fazer um esclarecimento. O que eu disse é verdade, na Bahia não há essa separação. O que o TCM, e aí uma particularidade, que eu acabei não colocando, mas é oportuno agora--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas a Bahia é a Bahia...

SR. AMILSON CARNEIRO DE ARAÚJO: Eu sei. Me permita, Senador.

[risos]

SR. AMILSON CARNEIRO DE ARAÚJO: Soamente... Antes que... Porque veja, não há essa separação de contas de gestão e conta... A outra conta que o senhor... Não há essa separação. O Tribunal de Contas dos Municípios emite parecer prévio sobre as contas do Prefeito. Assim como, o Tribunal de Contas na Bahia não julga a conta de Secretário. Secretária manda um relatório e isso é avaliado, mas sem julgamento, não há julgamento disso. Então não há isso. E outra particularidade que é interessante, é que em apenas quatro Estados da federação, Ceará, Bahia, Pará e Goiás existem Tribunais de Contas dos Municípios. Será que nesses Estados existem mais mau gestores ou mais corruptos? Isso também precisa ser discutido. Porque Minas Gerais tem 700 municípios e só tem um Tribunal de Contas.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: 980.

SR. AMILSON CARNEIRO DE ARAÚJO: Hein?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: 980.

SR. AMILSON CARNEIRO DE ARAÚJO: 980. Então, é preciso que isso seja refletido também. Por que é que dois Tribunais de Contas? E essa confusão toda que a gente está presenciando aqui, testemunhando, por um aspecto que é a questão da judicatura de contas. Quer dizer, é difícil julgar. E eu chamo atenção, viu Senadores, eu chamo a atenção de V.Ex^{as} que entendo que é extremamente difícil fazer julgamento. Tanto é difícil que o conselheiro do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, ao ser entrevistado por um

repórter da TV Globo, disse que dois e dois poderia não ser quatro. A idéia que eu tenho de contas é de que uma coisa objetiva é a aritmética. Ele disse não. Dois e dois pode não ser conta. Por que a gente insiste nessa história de julgar contas? Ora, nós estamos na contramão das outras instituições de controle. Nós podemos perfeitamente caminhar na direção das auditorias, identificada a má gestão ou a fraude, encaminhar esse trabalho, esse resultado ao Ministério Público para ações competentes. Me parece que isso vai ser bem melhor para todo o país e para o controle.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, agora deixa eu fazer só um... Uma advertência. São 11 horas e 18 minutos precisamente na Capital da República. Portanto vamos ter que acelerar para encerrarmos esta Sessão ao meio-dia. Então, vou fazer umas perguntas aqui com a maior rapidez. Vou pedir a resposta com maior rapidez possível, a fim de que a gente consiga responder essas poucas perguntas que têm aqui ainda. Amilson, quantas contradições levantadas acredito que são verdadeiras, mas V.S^a esqueceu de apontar que se refere à possibilidade de acesso de corpo técnico ao corpo deliberativo. Contudo, na prática os tribunais têm evitado isso, realizando concurso para auditor substituído. Como V.S^a encara mais essa contradição? Resposta equivalente àquelas dadas pelo saudoso Deputado Enéas.

SR. AMILSON CARNEIRO DE ARAÚJO: Eu considero que isso ocorre exatamente porque os partidos políticos ficam de olho, de olhos abertos nas vagas dos tribunais. Então, é em razão disso, como disse a conselheira Dóris, que ainda temos vários Tribunais de Contas que não têm representantes dos auditores e não têm representantes do Ministério Público especial. Então, credito a isso, a esse fato de que os Parlamentares, os partidos políticos, para não generalizar, ficam de olhos abertos nas vagas dos tribunais. Daí porque se retarda muito o processo de concurso público para auditor e para Ministério Público especial na perspectiva de que ele possa ingressar e ascender à vaga que lhe cabe, que lhe é consagrada pela Constituição.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Outra. O senhor acha que a PEC 90/2007, proposta pela Senadora Serys Slhessarenko, de modo geral atenderia ao que almeja os servidores dos Tribunais de Contas? Quem faz a pergunta é o Joaquim Filho. Do Tribunal de Contas do Tocantins. Vale dizer que esta proposta extingue os TCs e cria auditoria de contas subordinadas às Casas legislativas.

SR. AMILSON CARNEIRO DE ARAÚJO: Eu penso, Senador, que nós deveríamos fazer essa experiência. Por quê? Porque é, para mim está muito claro que Tribunal de Contas, na perspectiva da judicatura,

é uma experiência negativa e eu diria que rejeitada pela sociedade.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Ainda para o Amilson. Outra pergunta do Marcelo.

SR. LUIZ SÉRGIO GADELHA VIEIRA: Senador, só rapidamente... Bem rápida a essa pergunta aí.

É o seguinte, esse amor pelas auditorias. Até internacionalmente nós sabemos do escândalo que envolveu a Price e a Enron. Hoje em dia os Bancos internacionais, BID e outros, estão dando preferência aos Tribunais de Contas do que às próprias auditorias privadas. Outra coisa, outra coisa é o seguinte. Os sistemas no mundo todo ele... Em muitos países eles são mistos. Na Argentina, por exemplo, tem o nome de auditoria, mas funciona como colegiado. Então, isso é um assunto que precisa ser aprofundado. Outra coisa é uma posição muito negativista de instruir 100 anos de experiência, que existe no Brasil, e de uma hora para outra criar um órgão que vai resolver tudo. A auditoria, ou o auditor. Então, eu gostaria de ponderar sobre o assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Outra rapidinha. Parece-nos que a raiz dos inúmeros e crescentes problemas dos TCs, que ocupam cada vez mais nos jornais brasileiros, reside na exacerbada politização dos membros dos colegiados, que não se acham imunes aos vícios e mazelas que corroem nossa democracia. Nepotismo, corrupção, favorecimento ilícito, formação de quadrilha, negociação de pareceres, acórdãos, etc. Se o fiscalizado, Executivo e Legislativo, escolhe bem seus fiscalizadores pode-se dizer que é impossível pensar em isenção e parcialidade e eficiência e resultados concretos para a melhoria do Estado, com modelo de TCs que temos? Essa é uma indagação do Marcelo Henrique, de Florianópolis. Já foi discutido.

Ao Luiz Sérgio. Vigé no Brasil o princípio do amplo controle público que de vez em... De vez que bens, dinheiro e valores públicos e seus responsáveis tem obrigação de prestar contas ao Poder Legislativo com colaboração dos TCs. Qual a sua consideração acerca da fiscalização do próprio TC, já que se o Legislativo requer o auxílio do TC para realizar a sua atribuição fiscalizatória, como ele, Legislativo, poderá analisar e apreciar contas e atos dos TCs em paralelo? Quem fiscaliza os recursos públicos destinados às decantadas instituições que albergam membros dos colegiados dos TCs? Os quais inclusive atuam decisivamente na aplicação de recursos do cultuado PROMOEX? A indagação é do Marcelo Henrique, Diretor de relações públicas da FENASTC.

SR. LUIZ SÉRGIO GADELHA VIEIRA: Eu creio que esse assunto foi bastante elaborado aqui. Houve vários comentários sobre o processo de modernização e integração dos TCs, e nós entendemos que hoje em dia é muito importante estabelecer prioridades e relevância nessa fiscalização. Porque é um mundo de recursos a serem fiscalizados, inúmeros contratos, licitações e todo esse processamento da receita de despesa pública, e os TCs estão procurando exatamente avançar nesse sentido, com base em prioridades em relevâncias e em treinamento, em tecnologia. Em muitos TCs o corpo técnico não é bastante amplo para a tarefa, então, você tem que investir em novos... Em concursos, admissão de pessoal e também de inovações tecnológicas para poder dar mais rapidez a todo o trabalho de fiscalização.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Outra ao Corregedor Luiz Sérgio. Os Tribunais de Justiça e as Assembleias Legislativas geralmente não recebem a fiscalização dos Tribunais de Contas. Parece um caso de simbiose. O que fazer para se exigir o cumprimento dessas obrigações constitucionais por esses Tribunais de Contas e como punir os seus gestores? A pergunta é do... Sem assinatura. Aliás, Luiz Belo. Está certo. Desculpa.

SR. LUIZ SÉRGIO GADELHA VIEIRA: O Tribunal de Contas, ele tem a competência de fiscalizar as contas do judiciário e do próprio Poder Legislativo. Isso é realizado, precisa melhorar, evidentemente, se tornar mais eficiente. É a tal história, se formos examinar o comportamento das instituições públicas do Brasil, ao longo da história todas têm vícios, têm problemas. Agora nós temos que procurar melhorar, aperfeiçoar. Esse é o trabalho que está se tentando realizar. Aliás, com uma participação muito grande dos técnicos. Eu até estranho algumas posições, com todo o respeito, da FENASTC, porque me parece que a FENASTC tem – eu não estou aqui... Mas ela tem a filiação de 13 Estados, dos 26 da federação. O que consta no site são 13. Mas tudo bem, de qualquer modo eu estranho, porque nós temos tido um trabalho enorme de integração com os técnicos dos tribunais e, inclusive eu fiz referência, temos feito fóruns, com participação de 150 técnicos, uma integração muito grande, um trabalho positivo para modernizar os tribunais e nós não sentimos esse tipo de colocação e de crítica tão exacerbada que se faz nesse momento. Com todo respeito até me surpreende.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Vamos agora a uma indagação ao consultor Fábio Gondim. Quem faz a indagação é o Carlos Alberto, do Tribunal de Contas do Espírito Santo. Um, a que fatores o senhor atribui os

problemas relacionados à ausência de um plano de contas nacional e de um sistema nacional informatizado, de utilização obrigatória, por parte de todos os entes federados?

SR. FÁBIO GONDIM PEREIRA DA COSTA: Bom, eu acho que falta um pai. Porque se os senhores pensarem quem seria a entidade ou a pessoa com a responsabilidade de integrar essas informações nos três níveis do Governo? Não existe. Então, formalmente não existe e o que tem sido feito é de uma maneira informal e negociada. Isso é possível, mas não é tão fácil quanto seria, se essa integração fosse obrigatória. O que a gente tem tentado fazer, e posso adiantar para os senhores um pouco, é num primeiro momento disponibilizar uma área em que essa integração seja feita espontaneamente, problemas vão surgir, esse plano de contas vai ter que ser revisto, certamente, e na hora que isso tiver razoavelmente engrenado e funcionando, aí a gente pode pensar, por exemplo, em colocar a disponibilização dessa base, não mais como uma opção dos entes federados, e sim como uma obrigação caso, por exemplo... Estou dando um exemplo, não sei se é isso que vai acontecer, mas, por exemplo, caso queiram receber recursos federais por meio de transferências voluntárias. Diga-se de passagem, é volume de recursos bastante significativo que as entidades recebem. E tendo em vista que já há um mundo de outras obrigações que esses entes federados têm que cumprir e não tem nada a ver com transferência voluntária pode ser um instrumento de criar a cultura. Depois de criada perde o sentido. Aí a coisa já vai por outras pressões populares, da mídia, enfim. Obrigada.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Só uma coisa. A Portaria 136 da OSTM já está fazendo isso [ininteligível].

SR. FÁBIO GONDIM PEREIRA DA COSTA: Pois é. Mas só que--

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Ano que vem já vai ser obrigatório.

SR. FÁBIO GONDIM PEREIRA DA COSTA: Sim. Só que a diferença é o seguinte. As entidades, elas não têm obrigação, pelo menos por enquanto, de disponibilizar informações ao longo do ano. O que a senhora tem é um balanço é um balanço no final do ano. Então, tudo que está acontecendo ao longo... E isso só da execução. E isso só com o detalhamento que tiver no... Nessa portaria que não é um detalhamento da despesa, por exemplo, completo. Tudo bem que viabiliza uma integração. O que a gente está propondo é que a entidade coloque essa informação no nível de detalhamento que ela desejar. Inclusive mais aprofundado, se for o caso. É uma coisa um pouco mais ampla.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu vou... Eu antes de dar uma orientação aqui, eu vou dar uma informação que acredito que a maioria dos senhores e das senhoras sabem. Cada parlamentar tem um estilo de atuação. Uns falam bastante e outros são concisos. Jefferson Peres foi exemplo de concisão. E o nosso companheiro Mão Santa é o exemplo de extensão. Certo. Então, vamos adotar aqui nas respostas a metodologia Jefferson Peres. Que é mais apropriada para o nosso tempo.

Conselheiro Luiz Gadelha. Essa aqui é uma pergunta boa. Qual a posição da ATRICON frente à proposta de emenda constitucional com vistas à mudança do sistema de provimento dos conselheiros dos Tribunais de Contas, especial a proposição de mandatos e concursos públicos? Esta é uma indagação da Associação dos Servidores do Tribunal de Contas do Maranhão.

SR. LUIZ SÉRGIO GADELHA VIEIRA: Nós ficamos muito a vontade sobre o assunto. Até porque qualquer mídia dessas não atinge os direitos dos atuais conselheiros e Ministros. Agora, eu... Fica difícil eu dizer qual a posição oficial da ATRICON. Nós pensamos que se passar o sistema de concurso público, é aquela idéia de criar uma carreira de magistratura de contas, para que o concurso seja para os níveis iniciais, e não para o último nível, como ocorre no judiciário de modo geral.

Agora, quanto a mandato, se há mandato, se há vitaliciedade, é também um modelo, a vitaliciedade é um modelo que protege os membros da magistratura. Então, na medida em que se queira ter Tribunais de Contas efetivos, com medidas efetivas, que facilitem inclusive a interligação, a interação com o Poder Judiciário, acredito que a vitaliciedade seria uma garantia importante. Mas fica, evidentemente, a critério do Congresso debater e aprofundar o assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Agora uma pergunta do Adailton Amaral, doutorando de ciências políticas pela UFPE. Como os Tribunais Estaduais, TCEs, têm atuado no controle do gasto das transferências automáticas, fundo a fundo, da educação, saúde e assistência federal? Ao Dr. Luiz Sérgio.

SR. LUIZ SÉRGIO GADELHA VIEIRA: Em princípio, as transferências constitucionais, elas são fiscalizadas pelo Tribunal do destino. As transferências constitucionais da União para os Estados são fiscalizadas pelo Tribunal de Contas do Estado. Agora, os convênios, por exemplo, verbas federais conveniadas com o Estado ou com o Município, aí cada Tribunal fiscaliza sua parte. O recurso transferido pela União é fiscalizado pelo Tribunal de Contas da União, se existe contrapartida do Estado e do Município aquela contra-

partida é fiscalizada pelo ente estadual ou municipal. O princípio geral é esse daí.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. O Reinaldo não está querendo ir embora não, não é Reinaldo? Então está certo. Porque se você for embora eu vou comunicar ao Tribunal que você assistiu só metade da Sessão. Aí você vai ter que devolver as diárias, sob pena de uma ação popular.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Justificada que paga nossa diária.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Beleza. Grande contribuição para o setor público.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Ao Sr. Amilson, do Sidnei, do Tribunal de Contas da Bahia. Eu falo assim com o Reinaldo, porque quando eu fui Secretário de Educação do Estado, eu convoquei, ele era membro do Tribunal de Contas, e eu para livrar-me de qualquer tipo de problema falei: “Bom, vou colocar alguém do Tribunal de Contas aqui, para ele me fiscalizar diretamente”. E ele era o fiscal. E deu certo. Graças a Deus não tivemos nenhum problema.

Bom, a partir do avanço da tecnologia – Essa pergunta aqui já foi até respondida e se o Sidnei concordar comigo eu vou passar para frente. A partir do avanço da tecnologia da informação que tem proporcionado uma maior transparência e fiscalização dos gastos públicos por parte da sociedade, podemos sonhar para o futuro próximo, com outro modelo de controle externo um modelo com menor interferência política no qual a sociedade possa prescindir do cargo de conselheiro ou Ministro das cortes de conta. Sidnei, você considera respondida? Obrigado, em nome da celeridade processual.

Do Carlos Alberto, do Tribunal de Contas do Espírito Santo. Cadê o Senador Casagrande? A pergunta é ao conselheiro Luiz Sérgio. Está prevista a participação da representação dos servidores técnicos dos TCs no comitê deliberativo do PROMOEX? Caso a resposta seja negativa, qual o motivo da exclusão? É do Carlos Alberto.

SR. LUIZ SÉRGIO GADELHA VIEIRA: O PROMOEX, eu até explico no texto que eu distribuí, ele tem um comitê deliberativo e um comitê técnico em nível dos órgãos participantes, Governo Federal e Tribunais de Contas. E no âmbito dos Tribunais ele tem um grupo deliberativo, que é um conselheiro por região, coordenado por esse que vos fala e um grupo técnico. São oito ou nove técnicos representantes de vários tribunais que participam do programa, inclusive

temos um aqui presente que é o Dr. Luiz Genédio, do TC-DF, aqui do Distrito Federal. Então os funcionários, servidores técnicos, estão perfeitamente representados no âmbito do programa. E nós temos no âmbito de cada Tribunal uma unidade execução local, UEL, inteiramente composta por técnicos que executam o programa em nível de cada Tribunal.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem.

SR. AMILSON CARNEIRO DE ARAÚJO: Senador, poderia fazer um comentário rápido?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Repercute--

SR. AMILSON CARNEIRO DE ARAÚJO: É que a pergunta do Carlos Alberto, foi no sentido de saber se há representante lá, de associação ou sindicato. Porque isso não existe. Essa participação dos técnicos, conselheiro, é das pessoas lá dos gerentes, dos coordenadores. Esses que fazem parte, não é--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Cargos em comissão?

SR. AMILSON CARNEIRO DE ARAÚJO: Da administração. Então, a pergunta dele é nesse sentido. Não há representante de associação do sindicato nesse--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Então não é descredenciado em cada Estado por servidores comissionados nos tribunais participantes do programa? Ou contratado?

SR. LUIZ SÉRGIO GADELHA VIEIRA: Veja bem, se vocês querem ter uma participação mais efetiva, é só dialogar e conversar com a gente. Não tem mistério. Nós não fazemos essa distância, essa diferença. Nós queremos construir um Tribunal moderno, atuante, integrado da maneira como colocamos aqui. Não há nenhuma prevenção. O que nós... A nossa dificuldade é em encontrar técnicos, porque os tribunais, eles têm uma limitação de pessoal muito grande. Nós entendemos de um modo geral. Então, a nossa dificuldade é encontrar técnicos dispostos a participarem do programa. A desenvolverem as idéias do programa e os projetos elaborados. Sinceramente--

SR. MARCELO HENRIQUE: O senhor pode ter certeza que a Federação das Entidades Representativa dos Servidores tem um sem número de nomes, em cada um dos tribunais representados, para indicar, para participar ativamente, não somente do PROMOEX, mas todas as ações voltadas à modernização e a efetividade dos Tribunais de Contas. Só que historicamente, corpo deliberativo e corpo funcional, sempre estiveram em pontos distintos do mesmo tabuleiro. E nós precisamos com a sua ajuda, já que há essa sua simpatia, reverter esse quadro histórico. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, eu gostaria de conclamar os participantes para evitar a discussão paralela. Vamos seguir essa metodologia que nós adotamos, de formular por escrito, que aí nós conseguimos raciocinar melhor. E vamos também, mais uma vez, seguir o exemplo de Jefferson Peres.

Conselheiro Gadelha, o que a ATRICON vai fazer, se vai fazer, em relação ao caso de Mato Grosso, já que se interessa tanto pelo controle e legalidade dos atos públicos? Joselito Mimoso, da Bahia, Analista TCE.

SR. LUIZ SÉRGIO GADELHA VIEIRA: Nós vamos... Perfeitamente examinar o caso de Mato Grosso. Eu acredito até que isso já deveria ter sido providenciado pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso. É inconstitucionalidade flagrante. Não há o que se discutir muito não. Entendeu?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. LUIZ SÉRGIO GADELHA VIEIRA: Aonde?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: No Mato Grosso.

SR. LUIZ SÉRGIO GADELHA VIEIRA: Mato Grosso.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Se declara impedido de se posicionar e o processo acaba [ininteligível].

SR. LUIZ SÉRGIO GADELHA VIEIRA: Nós vamos procurar acompanhar o assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É bom sempre lembrar que quando um agente público é muito sonolento, o outro pode acordá-lo.

No caso, o Ministério Público também pode ser acordado por qualquer ente público, incluindo aí os próprios sindicatos, que embora não sendo um ente público no texto da lei, representa um segmento social e, portanto, tem legitimidade para fazê-lo.

Amilson. Em apenas quatro Estados existe Tribunal de contas dos Municípios. Após a Constituição de 1988 vários TCs dos Municípios foram extintos, mas resiste os quatro dos Estados do Ceará, Bahia, Goiás e Pará. Os Municípios já recebem visitas de técnicos dos TCEs, e até TCU. A descentralização do controle, na minha opinião, é prejudicial a experiência... Aliás, à eficiência e efetividade do controle, considerando que os três... TCEs e TCMs – Aqui tem uns hieróglifos também que está danado. Porque autônomos e por interesses evidentes não compartilham informações importantíssimas para o controle. Não só acho um desperdício. O que você acha? Joselito Mimoso.

SR. AMILSON CARNEIRO DE ARAÚJO: Quero dizer que não houve combinação de nada aqui. O que

acontece? Quer dizer, a gente já pontuou ali que isso precisa ser discutido. E, sobretudo há essa confusão, quer dizer, de falta de economia no órgão que fiscaliza conta. Eventualmente podem três instituições de controle, estar a examinar, no mesmo Município, verbas públicas. O Tribunal de Contas da União, se eventualmente houve esse repasse, o Tribunal de Contas do Estado e eventualmente o Tribunal de Contas do Município, onde ele existir. Então, de cara a gente já percebe a falta de economicidade. Quer dizer, órgãos do controle, que deveriam ter uma preocupação grande com isso, mas que em razão dessas coisas, dessas idiosincrasias do nosso país, isso acaba acontecendo. Então, essa questão dos TCMs precisam ser urgentemente resolvidas. Porque considero que nós precisaríamos fortalecer as nossas instituições de contas. E considerando as frágeis onde tem dois tribunais de contas, um do Estado e outro do Município, eles são ainda mais frágeis.

SR. LUIZ SÉRGIO GADELHA VIEIRA: Senador, para repercutir. Rapidamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Vai repercutir o Sr. Luiz Sérgio e depois o Francisco também quer fazê-lo.

SR. LUIZ SÉRGIO GADELHA VIEIRA: Veja bem, existe um estudo que mostra que o Brasil tem sete auditores por cem mil habitantes. Países europeus adiantados têm cem auditores por cem mil habitantes. Então nós temos um muito pequeno número de auditores por habitantes. Vejam bem os senhores. A Constituição de 1988, ela manteve os Tribunais de Contas existentes. E a ATRICON considera válida a experiência dos Tribunais de Contas dos Municípios. Nós temos nos quatro Estados e temos nas capitais de São Paulo e Rio de Janeiro. O meu Tribunal de Contas dos Municípios no Ceará, ele tem 54 anos de existência. Tem um orçamento até um pouco maior do que o TCE. E atua nos 184 Municípios e eu posso afirmar e os senhores estão vendo aqui... Apenas rapidamente por essas manchetes, a nossa atuação. Este ano já imputamos e multamos mais de 30 milhões de reais, somos respeitados pela sociedade cearense, é uma experiência válida a do Tribunal de Contas do Município. O Município, ele foi valorizado no âmbito constitucional. Ele passou na Constituição de 1988 a ser um ente federado. Nós temos a União, o Estado e os Municípios. Então, cada Estado deveria ter um Tribunal de Contas dos Municípios. Nós temos é que avançar, e não retroagir. Certo?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Para repercutir, o Francisco do...--

SR. FRANCISCO CHAVES: Meu nome é Francisco Chaves, sou consultor Legislativo da Casa, o Senado. Sou oriundo do TCU e me dedico a controle externo já há um significativo tempo. Senhores, porque eu tenho visto muita... Muito direcionamento de perguntas para o Sr. Luiz Sérgio e para o Sr. Amilson, eu gostaria de provocar a Sra. Leany para que ela participasse também e com relação à parte de controle social, controle político do sistema de contas. No sistema de contas.

Foi falado aqui sobre contas de gestão e contas de Governo. E uma coisa que passou e está passando despercebido, eu tinha solicitado ao Senador Casagrande, só que ele teve que sair que ele interviesse para que eu pudesse fazer essa pergunta, porque para botar no papel era muito grande. A Lei de Responsabilidade Fiscal criou as chamadas contas de Governo, incluindo várias autoridades, além do Presidente da República, que era originalmente as únicas contas de Governo, era das contas prestadas pelo Presidente da República. Por um subterfúgio legal, incluído na LRF, foi colocado lá que todas as contas seriam entregues para o Presidente da República, de várias autoridades. Presidente da Câmara, Presidente do Senado, Presidente do STF, vários outros, chefe do Ministério Público. E o Presidente da República entregaria, no sentido de prestar contas, seria o fato de entregar as contas. O que é um absurdo legal. Porque se nós associarmos prestar contas ao fato de entregar contas, nós estaríamos dizendo que é a mesma coisa que arquivar um processo, seria a mesma coisa que botar os feitos... Os autos do processo num arquivo, que não é a mesma coisa. Então, ninguém pode prestar contas por outro. Só você pode prestar contas daquilo que você fez.

Em função disso existe a ADIN 2238, já antiga no Senado, desculpa, no STF, e que recentemente, no ano passado, nessa ADIN foi declarada, foi concedida medida cautelar, a suspensão dos efeitos de dispositivo da LRF. Entre elas, a que retira a competência dos Tribunais de Contas, de julgar as contas de todos os demais administradores, exceto o Presidente da República, porque é o que diz a Constituição. Que as contas dele são julgadas pelo Congresso Nacional. Todas as demais, Presidente de que for, de que órgão for, serão julgadas pelo TC. O problema é o seguinte, aí que eu peço a intervenção da Dra. Leany. Desde a edição da LRF e claro, como houve a suspensão cautelar dos efeitos, foi recente ano passado, as contas de Governo não são julgadas. Não são julgadas. Desde a LRF. Desde 2001 não há julgamento de contas de Governo. As contas prestadas... Desde a edição da LRF que veio para--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Que veio para oprimir... Oprimir não, para tornar rigorosa a fiscalização, efetivamente está tornando rigorosa para Prefeitos, mas para o Presidente não.

SR. FRANCISCO CHAVES: Não.

SR. LUIZ SÉRGIO GADELHA VIEIRA: A última... Senador, só uma informação. A última conta de Presidente da República julgada pelo Congresso é do ano 2002.

SR. FRANCISCO CHAVES: Exatamente. Então, mas o que eu coloco é isso. Qual foi o problema que foi criado para os Parlamentares, para o Congresso Nacional e por que até hoje, permita usar essa expressão chula, estão sentados em cima das contas? Por quê? A LRF criou parâmetros objetivos que não existiam antes. Estando diante de parâmetros objetivos, eu estou inviabilizado de fazer controle político. Só posso fazer controle objetivo. Se eu extrapolo o limite X, eu tenho que reprovar, se eu não posso reprovar por outras vinculações que eu tenha, eu não reprovoo. Só que quem julga? São os Senadores e Deputados. Do Plenário do Congresso Nacional. Eles são invioláveis por seus votos. Os seus votos, inclusive, podem ser contra lei e ninguém pode fazer nada. Hoje não há julgamento, não tem havido julgamento por quê? Porque para não se colocar o que? Contra a sociedade uma situação claramente contrária à posição da sociedade que, claro, iria o que? Rejeitar esse julgamento político, mal feito, vamos dizer assim, porque estaria contra, exatamente contra as disposições legais expressas com números absolutos. 90%, 50%... Não é verdade?

Dra. Leany, depois de toda essa explanação, o que a senhora considera dessa... Esse fictício controle político, que efetivamente não existe, não sei se esse é um dado novo para a senhora, que essas contas não têm sido julgadas a tanto tempo e de que forma a senhora pensaria numa contribuição para o Senado para que a gente possa mudar, inclusive a nível de Legislação, mudar a Legislação, mexer na LRF de alguma forma para poder contribuir para a melhoria desse sistema?

SRA. LEANY BARREIRO LEMOS: Francisco. Olha, o dado eu não sabia. Mas não é surpreendente. Na verdade, eu estou acompanhando a discussão, e a discussão, até pelas características do seminário, do grupo a discussão mais pela técnica, mas não tem como você eliminar a política. E eu particularmente nem acho que seja bom se eliminar a política, do ponto de vista de uma forma de se dirimir conflitos de uma maneira aberta. Agora, o que acontece no Brasil é que você tem – E por isso eu disse ao final, a história do presidencialismo de coalizão, o que você tem é

que as decisões do Congresso, elas são tomadas por maioria, elas são sempre negociadas por... Porque da natureza do Congresso é refletir a pluralidade social, então são os diferentes que estão aqui representados, e é justamente, as contas não são aprovadas porque é desejo da maioria que não seja. Por que as Medidas Provisórias, apesar de todas as críticas, elas são votadas e aprovadas? Porque há uma coalizão que a aprova. Existe uma maioria que aprova. E pode se questionar a forma de formação de maiorias, as relações do Presidente com o Congresso, a relação das lideranças com os membros de partidos, com Conselhos liderados, os interesses pessoais dos representantes, a sua prestação de contas aos eleitores, porque muitas vezes são votados, eles votam não porque o Presidente quer ou porque foram cooptados ou porque estão respondendo ao seu papel primeiro, que é o da representação, independentemente disso, o que há é uma formação de uma maioria. Para mudar isso só formação de maioria.

Existe toda uma crítica a esse presidencialismo de coalizão, que dificulta o Governar, dificulta, a dificuldade de, inclusive do cumprimento dessas leis e uma solução para isso seria então uma Reforma Política que trouxesse um pouco mais de racionalidade dentro do Congresso, e que não fosse necessário fazer a construção de coalizão a cada Governo ou a cada matéria, como em muitas vezes acontece. Quer dizer, a diminuição da fragmentação partidária, seria um aspecto importante para isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Falou a especialista em Ciência Política. Agora, nós queremos ouvir aqui também a opinião, para repercutir essa... Esse enfoque que foi dado pelo Francisco, do chefe dele. Não? Não é na mesma área não? Mas então, do consultor geral de orçamento que é o Fábio Gondim.

SR. FÁBIO GONDIM PEREIRA DA COSTA: É que tem duas consultorias, a Legislativa e de orçamento. Eu sou chefe da outra. Mas somos colegas. Bom, eu conheci essa informação. Na verdade a Consultoria de Orçamento Fiscalização e Controle. E os avisos do TCU, as contas de Governo passam por lá para receber uma minuta de parecer que vai... A orientação aos Parlamentares que eventualmente vão relatar essas matérias também sai de lá. E a gente vê que os Parlamentares, muitas vezes, ficam nessa saia justa. Justamente, tem uma conta, claramente tem que ser rejeitada, e o parlamentar não quer rejeitá-la. Não gostaria de fazê-la. Então, o que é que... A Dra. Leany já levantou aqui algumas soluções, reforma política.

Agora, isso aí eu acho que deveria... A gente não pode ficar dependente de uma criação de maioria para

votar esse tipo de matéria. Para outro tipo de matéria, talvez. Mas não dá para ficar 20 anos sem votar uma conta de Governo. Então deixar de votar logo de uma vez e pronto. Prescreveu, considere-se votado se passado tantos anos. Pronto. Encerra esse assunto. Porque chega um ponto que passa a ser ridículo. Ou a outra solução é dizer olha, tem um prazo, isso aí tem que ser sorteado entre os Parlamentares, uma solução, os juízes... As causas não são sorteadas entre os magistrados? Então, poderia sortear e ter um parecer, que tem que ser votado até determinada data, tranca a pauta, enfim, é um assunto relevante, tem uma relevância tal, que justificaria esse tipo de procedimento. Bom, o assunto é mais longo, eu prometi que ia ser igual o Jefferson Peres dessa vez. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Aqui nós vamos fazer mais uma indagação, que é do Adailton, doutorando de Ciências Políticas. Aqui não foi feito? Não. Adailton. Nos TCEs, igual ao judiciário, o Vice-Presidente é o Corregedor, que por acordo deve ser eleito Presidente em seguida. Não é contraditório? Se ele for atuante como Corregedor, não se elege. Que é seu interesse se eleger. Obviamente. Então, Adailton, realmente essa aqui é uma pulga atrás da orelha e a pergunta é dirigida ao Amilson.

SR. AMILSON CARNEIRO DE ARAÚJO: Nós concordamos com essa afirmação. Mas é isso, os Tribunais de Contas estão sempre diferentes um do outro. Na Bahia é o Corregedor, não é o Vice-Presidente, não é o Vice-Presidente. No Ceará também não. Mas essas coisas, esse jeitinhos que só depõem contra a instituição, acabam maculando, inclusive, a sua imagem. Quer dizer, o que mais a gente precisa é de ter a credibilidade do cidadão. Porque nós fomos delegatários deles para fiscalizar o gasto público. Então na medida em que isso não acontece, a gente está no fundo do poço.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Você quer repercutir em um minuto. Tem um minuto para fazê-lo.

SR. ANTÔNIO JORGE MALHEIRO: Eu queria colocar, acho que já está falando aqui, não é--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Se identifique para--

SR. ANTÔNIO JORGE MALHEIRO: É Malheiro, também Conselheiro no Tribunal de Contas do Acre. Eu queria colocar que lá nós não temos essa norma de que o Corregedor é o Vice-Presidente ou que ele vai em seguida para a Presidência. A eleição é livre, é cabíveis(F)...

Eu queria só colocar aqui, de um modo geral a nossa discussão que está aqui. Entendo que nós es-

tamos discutindo um modelo. Esse modelo qualquer um dá certo. Modelo de Tribunal, modelo de auditoria. Há países que usam de auditoria, há países que usam o do Tribunal, e concordo com a Dra. Leany de que a dinâmica política é quem vai dizer qual é o modelo. O que importa é que esse modelo seja estruturado, que ele seja concatenado, que ele tenha poder para fazer a ação que lhe é destinada e isso quem vai decidir, inclusive, é esta Casa. É o Congresso que vai ter que fazer isso. Há falta de normas complementares, inclusive deu para ver aqui a falta de unidade na formulação e na interpretação dos cinco artigos que dizem respeito aos Tribunais de Contas, a Constituição só fala em cinco artigos para os Tribunais de Contas e depois, cada Tribunal teceu sua Lei Orgânica infraconstitucional para se organizar de um determinado modo. Então, se houver uma padronização, que hoje às vezes a gente diz que é difícil por causa disso, a Bahia não julga as contas do Secretário, então seria como a União não julgar as contas dos Ministérios. Então isso...

Por exemplo, no meu Estado isso seria improvável. Tá certo? Mas então se nota que há uma falta de unidade a uma lei processual que agora está entrando no Congresso para unificar os procedimentos nos tribunais que nem isso é unificado e ela vem sucinta, já só com os princípios para que não haja uma discussão muito grande em nível de Parlamentares de cada Estado, porque em cada Estado vai haver um lobby para que um procedimento seja diferente. Então, para que se iniciar uma lei processual.

Também formar uma e o Lei Orgânica, como existe uma Lei Orgânica das Magistraturas, como existe uma Lei Orgânica dos ministérios públicos, não há uma Lei Orgânica nacional para os Tribunais de Contas. Isso seria importante. Então, acredito que o modelo em si, qualquer um, desde que ele funcione, chegue ao seu papel final, que a sociedade chegue a um final e ela consiga entender que aquilo que foi julgado, que a decisão que foi tida, que ela no final vai ser atendida, vai ser respeitada e vai ter um resultado que a sociedade vai cobrar. Então, essa angústia que vejo por parte dos técnicos, por parte dos servidores, com certeza também é a mesma angústia que tem os conselheiros, a mesma angústia que tem o Ministério Público de Contas, desde que as atribuições finais, o resultado não seja aberto e aceite pela sociedade. Então, o que falta realmente é essa discussão profunda.

O modelo acho que vai ser o segundo plano, que o momento político definir, esse vai ser. Ou auditoria, ou Tribunal, mas não é essa questão. A questão é que realmente seja alguma coisa que ordenado de modo a ser julgado. E com certeza no final o poder de julgar vai ser sempre político. Isso aí... Porque é assim desde

a formação, desde o início do poder, desde a disputa, sempre a palavra final vai ser a palavra política.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, eu gostaria de fazer alguns comentários e formular uma pergunta também.

A primeira... O primeiro comentário que vou fazer é sobre o que eu acabo de ouvir do conselheiro. Realmente a decisão vai ser política. Porém, dependendo do nível de participação da sociedade no processo político, poderá ter um desate ou outro. Acho que é fundamental é que toda a sociedade tenha uma participação através dos seus órgãos representativos, que são muitos, e é claro que o ser político, esse foi considerado... Aliás, o homem foi considerado como um animal político, por Aristóteles, é suscetível à pressão. Nós não podemos desconsiderar isso. Quantas vezes nós percebemos um parlamentar recuar diante de uma decisão que para ele já está definida, determinada e que ele já está perseguindo? E de repente os órgãos que exprimem os sentimentos da sociedade são acionados e fazem com que haja esse recuo. Então, acho que a democracia é exatamente isso.

Quantos segmentos da sociedade que não estão hoje controlando as contas públicas? Não é só o Tribunal de Contas. Nós temos a imprensa que está vigilante, temos o Ministério Público que a qualquer sussurro já está acionando o Poder Judiciário, quantas ADINs, quantas outras ações que são manejadas pelo Ministério Público para controlar gastos, para fazer com que haja melhor qualidade, etc. Então, o aprimoramento depende muito do engajamento da sociedade.

E a propósito disso é que vem a minha indagação. Nesse cipoal de segmentos que ajudam a controlar os gastos públicos, de repente apareceu mais um. E eu sou relator de um projeto que trata exatamente deste que pretende ser mais um segmento institucional para fazer o acompanhamento de gastos. Veio uma proposta para a criação de um Conselho Federal de Gestores Públicos e de Conselhos Estaduais de Gestores Públicos. E eu quero ouvi-los sem emitir o meu juízo de valor a respeito. Então, a começar pela Mesa. Luiz, depois... Luiz é o senhor--

SR. LUIZ SÉRGIO GADELHA VIEIRA: Senador, evidentemente eu precisaria dar um lida, conhecer a matéria para opinar melhor. Agora, em princípio não estou entendendo. Conselho Federal de Gestores Públicos, como órgão de fiscalização. Se já existe o controle interno, que precisa ser instalado na maioria dos Municípios, melhorado, efetivado, e o próprio controle externo e o Legislativo. Então, realmente em princípio eu não entendi bem a idéia.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, Amilson.

SR. AMILSON CARNEIRO DE ARAÚJO: Considero oportunas as proposições porque estou a entender que se trata de mais um mecanismo, uma alternativa de controle, é também--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O Conselho, na verdade, propõe a ser um representante dos gestores e que tem, dentre as suas funções representativas, a de fazer o acompanhamento da gestão e de fiscalizar a gestão.

SR. AMILSON CARNEIRO DE ARAÚJO: Então, seria ou será um órgão de controle. Nós estamos absolutamente a favor dessa idéia, assim como apoiamos integralmente a proposta do Senador Renato Casagrande que cria o Conselho Nacional para os Tribunais de Contas. Nós fiscalizamos os gestores públicos, mas também precisamos ser fiscalizados. O controle social será sempre bem-vindo para o Estado Brasileiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Leany.

SRA. LEANY BARREIRO LEMOS: Eu acho que tenho mais perguntas do que respostas, Senador. Das características desse Conselho. É um Conselho opinativo, ele é para apontar falhas internas da administração pública, ele é para julgar, ele cria gastos, ele cria cargos?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Aí é que está o problema. Ela está começando a entrar na seara.

SRA. LEANY BARREIRO LEMOS: Eu acho--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Cria gastos--

SRA. LEANY BARREIRO LEMOS: E cargos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Cria cargos, é subvencionado pelo setor público, e também entra no bolso dos associados--

SRA. LEANY BARREIRO LEMOS: Então não é Sociedade Civil?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): E também entra no bolso dos associados.

SRA. LEANY BARREIRO LEMOS: Eu faria um comentário mais geral--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu economizei todas essas informações porque eu não queria deixar transparecer o juízo de valor. Mas você entrou no assunto, então...

SRA. LEANY BARREIRO LEMOS: Eu faria um comentário mais geral, Senador, sobre as críticas ao aparato estatal brasileiro, que muitas vezes é ineficiente, pesado e ineficiente. É eficiente em alguns setores, sim, e não é pesado em alguns setores, alguns setores talvez ele precise de expansão, mas certamente em outros setores, ele é pesado e ineficiente. Então, eu acho

que a primeira questão é qual o papel desse Conselho, o que ele representa para com o bem público.

A gente sabe que as decisões políticas, elas são tomadas sob pressão, mas cabe aos Parlamentares, diante de todas as pressões, ver no longo prazo. Porque da nossa tradição política e pela nossa cultura, que infelizmente ainda tem... Apesar de o Brasil ter se modernizado muito, em vários setores, em várias instituições, em vários órgãos a administração ter avançado em várias áreas, inclusive na área de controle externo, Ministério Público, mas existem áreas que são ilhas de ineficiência. Existem ilhas de eficiência, talvez fosse melhor dizer assim. Acho que seria interessante o senhor investigar todas essas consequências e pensar no longo prazo. A nossa tradição é a tradição da patronagem e do aparelhamento. Então é uma questão que precisa ser levada em consideração.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Dr. Fábio.

SR. FÁBIO GONDIM PEREIRA DA COSTA: Eu concordo com a Leany. Precisa avaliar se o Conselho não vai acabar funcionando no sentido oposto. No sentido de não de fiscalizar os gestores, mas sim de que... Fazer uma instância para que eles se defendam... Não que não possam ser defendidos, mas enfim. Eu acredito que investir na estrutura que existe e que precisa de investimento, apesar de ser ineficiente, quer dizer, a ineficiência não pressupõe excesso de recursos, mas talvez a má utilização, investir em todos os sentidos, eu acho que seria melhor, no controle interno, no controle externo, aparelhar melhor, instruir melhor. Não vejo muito espaço, sem analisar bem, a gente não teve a oportunidade para--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Para não alongar muito, eu vou abrir o espaço para até três do público se pronunciarem sobre o assunto, certo?

SR. MARCELO HENRIQUE: Eu fico um pouco preocupado com a tendência no Brasil de nós analisarmos rasteiramente as questões.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Identifique-se--

SR. MARCELO HENRIQUE: Meu nome é Marcelo, da Federação dos Servidores dos Tribunais de Contas. Já que a preocupação não pode ser puramente e simplesmente a criação de despesa, tendo em vista que há mecanismos legais, a LRF é um exemplo típico disso, de que a justificativa para a criação de despesa e tem que apontar exatamente a fonte de recursos. Talvez haja uma canalização melhor do processo de fiscalização. E nisso nós concordamos com a posição do nosso Presidente que é a aplicação dos focos de controle e a polarização, sempre que possí-

vel, da participação da comunidade, da sociedade nos mecanismos de controle, principalmente em órgãos de composição paritária, seja uma fórmula ainda não tentada no Brasil, mas que pode levar a resultados mais dinâmicos e expressivos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Conselheiro.

SR. IRMALIR: Irmalir, lá do Acre. Eu entendo que o Conselho de Gestão, todos os órgãos, entendo que talvez, a gente não sabe ainda qual é a concepção, mas uma concepção política do Conselho, ele pode fazer com que os órgãos em si que já existem na sua atividade específica conversem mais. E pode também servir para poder aprimorar os mecanismos com que eles hoje atuam. Então, foram criados alguns órgãos de gestão até em nível da Lei de Responsabilidade Fiscal, alguns colegiados para trabalharem nos Estados e eles ficam muito em função das pessoas. Se são pessoas atuantes, esses conselhos foram adiante se não foram esses conselhos não tiveram atividade. Mas todos aqueles que tiveram atividade e conseguiram agregar as funções dos órgãos que hoje já têm que executá-las, eles conseguiram ter um bom resultado. Então, se esse Conselho vier de forma a agregar as atividades, então tem já os órgãos de controle, então usa o serviço de controle para conversar com outro órgão de planejamento, com outro órgão de execução, acredito que será muito interessante essa forma política de agir.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Tem uma vaga. Reinaldo. Tinha que aparecer um de Mato Grosso do Sul.

SR. REINALDO GUIMARÃES DE CAMPOS: Senador Valter Pereira, é um prazer estar aqui. Eu sou Ex-presidente do Sindicato dos Técnicos e Auditores do Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul, hoje presidido pelo Marcílio Arnaldo Alencar. Nós já temos tanta forma de controle porque... Até que estamos esquecendo do mais eficiente instrumento de controle da atualidade que é a Polícia Federal. Até porque eles têm agido com muito mais rapidez e intercedido junto aí às falcaturas ou as possíveis falcaturas que existem no sistema de controle. O que nós... Acredito que a nossa idéia de controle puro, ele surge lá com Dante Alighieri quando escreveu sobre o céu e o inferno e o purgatório. Porque acreditar em pessoas absolutamente honestas isso é coisa de religião, de Papa, de pastores. Porque não vai existir essa coisa absoluta. O que nós... Acredito que precisa ter, Senador e os presentes, é que a sociedade aprenda a controlar. É o controle social que talvez seja o controle mais eficiente. Os políticos desse país já têm esse controle social. Senador Valter Pereira, daqui quatro anos se não fizer uma boa administração

nós estaremos trabalhando sim ou contra a sua pessoa lá no Mato Grosso do Sul. Então, este--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Faço votos que seja a favor da minha reeleição.

[risos]

SR. REINALDO GUIMARÃES DE CAMPOS: Então esse é o melhor controle. E talvez quando demora a República, quatro anos ou quantos anos? Cinco, seis anos sem julgar as contas do Presidente da República, talvez seja por aí que o Lula está querendo o terceiro mandato. Não sabemos se ele está indo bem ou mal nas contas. Então, o que nós precisamos é agilizar o que está aí. Não precisamos de mais Tribunal de Contas de Municípios... Daqui a pouco vamos ter Tribunal de Contas de distrito, talvez. Porque São Paulo vai ficando tão grande que só do município não vai dar conta de cuidar daquilo lá. Então, nós precisamos agilizar essa eficiência.

Quando o conselheiro do Acre aqui se manifestou, realmente conselheiro, é tão bom ouvir isso de um Estado, o Acre, que é um Estado tão novo é que a gente precisa definir esses artigos da Constituição com medidas infraconstitucionais. E é isso, Senador, que nós esperamos que do Congresso Nacional, do Senado Federal, é que agilize as normas, é que crie penalizações quando não se julgam as contas. Porque eu já estou há 30 anos, desde quando criou o Mato Grosso do Sul, no Tribunal de Contas. O Tribunal tem sido um Tribunal lento, moroso. Está aí o jornal, o Tribunal há 28 anos não fiscaliza a Assembléia Legislativa. O senhor já foi da nossa Assembléia Legislativa, nunca foi fiscalizado. Será que os homens que lá estão, são tão honestos como aquelas imagens do paraíso de Dante Alighieri, que não precisa de fiscalização? Então, acho assim, quem está propondo mais uma sistemática, realmente está criando despesa e função pública e não atividade que deixa transparecer à sociedade que o gestor público é competente é transparente é eficiente.

E aqui a gente tem que se juntar com ATRICON, com o Instituto Rui Barbosa, com FENASTC, com PROMOEX que é um recurso do banco, para que financie sistema de controle. Porque... Conselheiro, isso existe porque já se detectou que no terceiro mundo o maior problema é a transparência na aplicação dos recursos. Por isso que estão financiando essas ações. Agora, nós precisamos também financiar com o dinheiro brasileiro e com a inteligência brasileira criando instrumentos e mecanismos muito mais eficientes. Obrigado, Valter.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito obrigado. Então... Nós estamos chegando ao final dessa Audiência Pública com

a consciência tranqüila de que estamos prestando um relevante serviço ao país. O que todos nós buscamos é construir um sistema que torne a administração pública suficientemente transparente e um Estado permanente de prestação de contas e resultados para o cidadão. O que introduz não só mecanismos mais razoáveis, que induzem à eficiência. E ao alcance de resultados, ou seja, a governança, mas também, que aumentem a governabilidade. Que garanta a legitimidade e o aumento da eficiência, que conferem a todos aqueles que têm que tomar decisões. Eu acho que, daqui muitas luzes haverão de iluminar as nossas decisões. Confesso que da minha parte aprendi muito mais do que passei conhecimento a todos os senhores e as senhoras que estão presentes. Em nome da Comissão... Para as considerações finais. Então, nós vamos abrir um minuto para cada um para encerrar. Um minuto.

SR. LUIZ SÉRGIO GADELHA VIEIRA: Somente para parabenizar ao Senador Valter Pereira pela condução, ao Senado Federal, ao Senador Renato Casagrande pela Constituição deste ciclo de debate, a participação de todos, e aquela história, casa de ferreiro e espeto de pau. Então, nós aqui sentimos a distância que existe entre a FENASTC e a ATRICON e vice-versa. Entre a ATRICON e o IRB, que é o Instituto Rui Barbosa de Estudos Técnicos e o próprio PROMOEX. Então, nós queremos nos colocar à disposição da FENASTC para estreitar o diálogo, o debate, e eu acho que o nosso objetivo é único, é realmente modernizar.

Eu sou conselheiro, tenho meus direitos, minhas garantias constitucionais assim, não tenho o que temer pessoalmente. A idéia é realmente construir um Tribunal moderno, ágil, eficiente, uma fiscalização realmente que responda aos anseios de um Brasil novo. Nós colocamos aqui no nosso texto, Senador, exatamente... Nós estamos convictos, eu tenho viajado o Brasil inteiro, nós temos um potencial... Nós somos um país grande. Temos um imenso potencial e estamos crescendo para um desenvolvimento auto-sustentável, com democracia participativa, realmente, e de modo que os Tribunais de Contas, eles têm que estar atentos a este momento para participar e colaborar com o esforço, no sentido de construir um Brasil grande. É essa a nossa intenção. Parabéns ao Senado e de uma maneira muito particular ao Senador Valter Pereira pela condução dos trabalhos dessa Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito obrigado. Amilson.

SR. AMILSON CARNEIRO DE ARAÚJO: Senador, ao agradecer ao Senado por essa oportunidade, eu quero dizer que a partir de 1993 quando nós começamos a vir para cá, foi para saber o porquê de uma proposição de um Deputado, lá do Espírito Santo, que

propunha simplesmente a extinção dos Tribunais de Contas. Na verdade, naquele momento a gente estava um pouco... Ou estava muito mais preocupado com a manutenção dos nossos empregos. Mas hoje não, nós estamos aqui com uma proposta que é a PEC 75 que tramita na Câmara, subscrita pela Deputada Alice Portugal, lá do nosso Estado, e por vários outros Parlamentares, que propõe uma revisão do critério de provimento, que propõe, também, mandato para os futuros julgadores, propõe uma separação do órgão julgador com o órgão instrutório, que a gente tenha autonomia nesse órgão que instrui os processos, de sorte que nós estamos abertos ao debate; felizes por estarmos aqui, como disse inicialmente, é a pela primeira vez em 15 anos que a gente oficializa e organiza esse debate, porque desde aquela época que a gente ouve e sabe da existência de várias proposições na perspectiva dos Tribunais de Contas e muitas delas propondo pura e simplesmente a extinção dessas instituições.

Então, nesse particular, nós estamos fazendo essa proposição que foi fruto de muitas conversas nossas com representantes das associações e dos sindicatos, porque de outra forma não poderia ocorrer, de forma que material e concretamente os servidores, os representantes dos servidores dos Tribunais de Contas, trazem ao debate essa contribuição. Finalizo agradecendo, inclusive, aos companheiros que vieram dos quase 15 ou 16 Estados, para prestigiar essa Sessão tão importante aqui no Senado da República. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Leany.

SRA. LEANY BARREIRO LEMOS: Eu gostaria de agradecer ao Senador Casagrande, ao Senador Valter Pereira pelo convite, pela presença hoje, e lembrar, toda essa discussão, acho muito gratificante porque são 20 anos de Constituição, 20 anos de democracia e democracia só se aprende no exercício. Pela primeira vez que nós temos na história do Brasil, 20 anos de democracia ininterruptas. Então, eu acho que é isso mesmo, essas diferenças que aparecem são mais uma demonstração de que a nossa democracia, ela está se consolidando de maneira bastante satisfatória. Então, agradecer a todos pela presença e me colocar a disposição para quaisquer perguntas que vocês tenham. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Fábio.

SR. FÁBIO GONDIM PEREIRA DA COSTA: Bom, também gostaria de parabenizar a iniciativa, Senador Renato Casagrande e Senador Valter Pereira, agradecer a oportunidade de ouvir, também a exemplo do Senador, eu aprendi muito mais do que consegui pas-

sar com toda certeza, e queria colocar a consultoria de orçamentos do Senado a disposição dos senhores, nós lá trabalhamos com acompanhamento da execução orçamentária, temos temas bastante interessantes, temos um contato bastante estreito com o TCU e nos colocamos a disposição para estreitar esses laços, esse relacionamento também com os Tribunais de Contas dos Estados e com os que mais desejarem. Muito obrigado e bom dia.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Então eu gostaria de dar uma informação a todas as senhoras e senhores, antes de dar o encerramento dessa Sessão, sobre a consultoria do Senado. Indiscutivelmente este órgão técnico do Senado Federal é um dos melhores, um dos mais especializados que existe em matéria de orçamento. Tanto é verdade que o Governo Federal, reiteradas vezes recorre à consultoria do Senado para tirá-lo de determinadas armadilhas que eles mesmos criam e que de repente encontram dificuldades para sair. Então, a consultoria do Senado é um órgão provido por um concurso muito difícil e implacável e seus técnicos são da mais alta estirpe, do mais alto conhecimento e conceito profissional. Então, ao colocar a disposição à consultoria estou avalizando para dizer que se precisarem, essa consultoria vai prestar o melhor serviço a todos os senhores e a todas as senhoras.

Eu acho que, acima de tudo, hoje, nesta reunião, nós exercitamos uma das faculdades mais proeminentes da democracia, que foi o exercício da cidadania. Acima de servidores, quem está aqui, conselheiros ou funcionários, são cidadãos. E aqui hoje nós exercitamos a cidadania. Muito obrigado aos expositores e muito obrigado a todos que participaram. Bom dia.

[palmas]

Sessão encerrada às 12h23.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA
DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO
E CONTROLE – CMA

**ATA DA 18ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA,
DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE,
DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª
LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE
2008, ÀS 09:00 HORAS.**

Às nove horas e vinte e oito minutos do dia doze de junho de dois mil e oito, na Sala nº 19, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senho-

res Senadores **WELLINGTON SALGADO, GILBERTO GOELLNER, MARCONI PERILLO, GIM ARGELLO, JEFFERSON PRAIA, INÁCIO ARRUDA e FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente Senador **LEOMAR QUINTANILHA** declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, a Presidência informa que a presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 05/2008-CMA, que requer a “realização de ciclo de debates através de audiências públicas, com temas voltados para a atual realidade do controle e possíveis formas de aperfeiçoamentos do poder vigente”. Em seguida, a Presidência convida os componentes para proferir a palestra, conforme o tema da Mesa 5: “O Sistema Político e o Processo Orçamentário no Brasil”, sob a coordenação do Senhor Senador **MARCONI PERILLO**. Comparecem os seguintes convidados: Caio Marini, Fundação Dom Cabral e Instituto Publix; Sérgio Miranda, ex-Deputado Federal; Luiz Nassif, Jornalista; Victor José Faccioni, Presidente da ATRICON e Claudio Weber Abramo, Diretor-Executivo da ONG Transparência Brasil. A Presidência comunica ao Plenário a presença dos Conselheiros Antonio Jorge Malheiro, Dóris de Miranda Coutinho, Otávio Gilson dos Santos e Manoel Figueiredo Castro, Presidentes respectivamente dos Tribunais de Contas dos Estados do Acre, do Tocantins, de Santa Catarina e da Bahia. Após a realização das exposições, o Coordenador, Senador **MARCONI PERILLO**, procede à leitura das perguntas formuladas pelo público durante a Audiência, que são respondidas pelos palestrantes. No transcorrer dos debates, o Senhor Senador **LEOMAR QUINTANILHA** passa a Presidência ao Senhor Senador **RENATO CASAGRANDE**. Usam da palavra os Senhores Senadores **RENATO CASAGRANDE** e **MARCONI PERILLO**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e cinco minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, Presidente.

**NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA REUNIÃO
REALIZADA EM 12/06/2008**

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião Extraordinária da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 2ª Sessão Legislativa

Ordinária, da 53ª Legislatura. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior permaneçam como se encontram. Aprovada a dispensa da leitura da Ata.

A presente Reunião destina-se à realização da 5ª Audiência pública do Ciclo de Debates Controle Público – Instrumento de cidadania, conforme o Requerimento nº 5, de 2008, de iniciativa do ilustre Senador Renato Casagrande, aprovado em 04 de março de 2008 nesta Comissão.

Temos hoje como convidados, a quem já convido para compor a mesa, além do Senador Marconi Perillo, que é o Coordenador da Mesa de hoje, que já está a caminho, o Dr. Caio Marini, da Fundação Dom Cabral e Instituto Publix, que vai falar sobre “O Sistema Político e o Controle da Administração Pública – Pesos e Contrapesos”; o Deputado Federal Sérgio Miranda, que abordará o tema “Lições da Experiência – A tomada de decisão no Sistema Político-orçamentário no Brasil”; o ilustre jornalista Luiz Nassif, que abordará o tema “Acompanhando o processo de elaboração, execução e controle do orçamento pela mídia – Uma experiência dos últimos vinte anos” e estamos informados que está a caminho o Sr. Cláudio Weber Abramo, Diretor-Executivo da ONG Transparência Brasil, que abordará o tema “As demandas da sociedade civil sobre o processo de decisão do orçamento brasileiro”.

Encontram-se presentes, nos honrando com a sua participação, o ilustre Conselheiro Victor Faccioni, nosso colega Deputado Federal e hoje Presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil – ATRICON, a Conselheira Doris Coutinho, nossa querida e ilustre Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Tocantins; o Conselheiro Jorge Malheiros, Presidente do Tribunal de Contas do Acre; o Conselheiro Otávio Gilson dos Santos, do Tribunal de Contas de Santa Catarina e o Conselheiro Manoel Castro, Presidente do Tribunal de Contas da Bahia.

Nós percebemos que a cada uma das Reuniões que compõem o ciclo de debates, o interesse e a participação se torna mais efetiva, dando uma demonstração muito clara, inequívoca de que o tema, muito bem lembrado pelo Renato Casagrande, instigante, momentoso e incita essa discussão com vistas a colhemos subsídios que nos permitam aprimorar o marco regulatório, o sistema de controle que hoje é praticado no país, de sorte que consideramos hesitosas todas as Reuniões anteriores e estou seguro de que essa não será diferente. O procedimento desta Reunião será como a das demais, concederemos inicialmente o tempo de vinte minutos para cada um dos expositores para as suas considerações preliminares, quando, então, passaremos ao debate com os ilustres participantes.

O Senador Renato Casagrande funcionará como Coordenador ad-hoc até que o Senador Marconi Perillo chegue para assumir as suas funções. Passo, então, a palavra ao ilustre Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado ao Presidente Senador Leomar Quintanilha, agradecer ao Caio, ao Sérgio, ao Dr. Nassif, ao Dr. Cláudio Abramo que está chegando, aos Conselheiros na pessoa do Victor, que é o Presidente da ATRICON, representando os servidores do Estado do Rio de Janeiro e diversos Estados presentes aqui da Federação Nacional dos Servidores dos Tribunais de Contas, muito obrigado mais uma vez pelas suas presenças.

Esta é a última Audiência Pública de um ciclo de cinco Audiências Públicas que nós desenvolvemos aqui na Comissão de Fiscalização e Controle, sob a coordenação e presidência do Senador Leomar Quintanilha e estamos com essa Audiência Pública, estamos concluindo diversas sugestões, encaminhamentos que a equipe técnica já está preparando para que transformemos essas sugestões ou em aperfeiçoamento legal ou em cobrança junto à administração pública ou em medidas administrativas no Poder Legislativo e nos demais poderes, mas o resultado será um resultado que nós tentaremos apresentar até o dia 04 de julho, também aqui na Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, daquilo que nós estamos tirando como conclusão destes debates, um tema que é um tema fundamental e importante, cada vez mais importante, que é o controle da administração pública. É um tema que exigirá dos legisladores, da sociedade e dos gestores um envolvimento e um conhecimento e um aperfeiçoamento cada vez maior e é um tema que com os aparatos tecnológicos que nós temos hoje, nós não temos nenhuma necessidade de cumprirmos com o princípio da transparência, para que a transparência ajude neste controle. A administração pública só será controlada efetivamente não só com a atuação dos órgãos de controle, mas com a sociedade controlando a administração pública e acompanhando através das suas entidades. Então é esse o nosso objetivo, por isso que estamos debatendo com mais profundidade esse tema.

Aqui estão os membros da Federação Nacional dos Servidores dos Tribunais de Contas de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Bahia, Paraíba, Alagoas, Goiás, Mato Grosso do Sul, além do Rio de Janeiro, que nós já citamos.

Então, Sr. Presidente, com a sua permissão já podemos começar. Podemos começar com o Dr. Sérgio, Dr. Caio, alguma preferência? Está arrumado, Dr. Caio? Então com a palavra o senhor, se possível, ló-

gico, aqui não tem a inflexibilidade de alguns lugares não, mas se puder controlar o tempo em vinte minutos a gente agradece. Com a palavra o senhor.

SR. CAIO MARINI: Bom dia a todos. Eu cumprimento o Senador Quintanilha, o Senador Casagrande, agradeço o honroso convite que foi me formulado para poder compartilhar aí desse ciclo de debates, trazer aí algumas idéias, cumprimento os membros aí da plenária, me sinto realmente muito honrado de poder estar presente aqui nesse evento e me permitam assim no início, quero ser breve e me restringir ao tempo que me foi concedido, a fazer primeiro uma interpretação sobre a razão aí do convite, quer dizer, eu sou um administrador público gerencialista, quer dizer, um pouco da onda aí da gestão orientada a resultados, portanto, a minha fala vai obviamente estar delimitada a essa dimensão do controle da necessidade da reinvenção do controle, movimento importante, um movimento que vem acontecendo, há iniciativas bastante expressivas e eu quero fazer – eu pediria que passasse à seguinte – a minha reflexão a partir de três pontos básicos, quer dizer, um início aí um pouco citando o Raul Seixas, quer dizer, em homenagem ao nosso conterrâneo, como um bom baiano, o Presidente do Tribunal de Contas da Bahia, o início, um pouco os antecedentes e um novo contexto que de certa forma justifica a necessidade de repensar os temas de controle, tanto na perspectiva interna como na perspectiva externa, o fim, quer dizer, a finalidade dessa reinvenção, explicitar um pouco a direção da mudança proposta, e o meio, os meios, os movimentos necessários para que o controle possa se redirecionar e alinhar às características aí desse novo tempo. A próxima, por favor.

Esse quadro procura colocar de uma forma bastante sintética a questão do controle na perspectiva de um movimento de transformação porque passa a sociedade. De uma maneira geral nós vivemos num mundo um pouco mais estruturado, menos ambíguo, razoavelmente previsível, tipicamente aí da sociedade industrial, e nós estamos vivendo, há uma transição para uma sociedade que vem recebendo aí diversas denominações, pós-industrial, da informação, eu gosto muito da idéia da sociedade do conhecimento porque ela destaca o elemento que de certa forma se caracteriza como uma vantagem comparativa para as organizações em geral e dá à gestão um papel absolutamente relevante.

No contexto eu acho que é absolutamente fundamental que a gente destaque o movimento porque passa o Estado, quer dizer, o Estado vem evoluindo, abandonando algumas funções, assumindo outras funções. O Estado tinha um protagonismo quase que isolado na cena do desenvolvimento, hoje a gente

fala de um Estado que divide esse protagonismo com a sociedade, felizmente, em função de avanços aí no contexto, do ponto de vista da democratização, da afirmação da cidadania, então nós estamos falando de um Estado que antes fazia o provimento direto da demanda social e hoje é um Estado que combina ainda provimentos direto com provimentos indiretos, o que faz com que ele tenha que assumir uma nova função que é a função de regulação, de promoção e de direcionamento estratégico aí no sentido do alcance do desenvolvimento.

A administração pública também passa por importantes transformações. O modelo tradicional que fundamentou o Estado desenvolvimentista era um motel burocrático ortodoxo de corte weberiano, auto-referenciado e orientado para os meios, e estamos falando hoje de um modelo pós-burocrático, um modelo mais empreendedor, sistêmico, com foco em resultados. E o controle, o controle, quer dizer, um pouco a idéia de trazer a discussão do controle é exatamente neste contexto, um controle que tradicionalmente trabalhava a perspectiva da conformidade normativa, seguindo o preceito aí da legalidade, da eficiência, e nós estamos falando de um controle que, além dessas funções, avança também na perspectiva do controle e dos resultados, dos resultados da ação governamental. A seguinte.

O argumento central dessa primeira reflexão introdutória é que essas coisas precisam estar alinhadas. Não faz sentido discutir o controle, essa perspectiva do controle da administração pública sem que a gente considere o momento porque passa a administração pública, papéis e funções contemporâneas do Estado e requerimentos aí da sociedade e do contexto. Então essa discussão do controle, o ponto que eu quero falar destacar no início é que ela precisa ser contextualizada e precisa estar alinhada com esses outros movimentos. Há um controle típico para um determinado tipo de administração pública que implementa determinadas funções do Estado. Há um outro tipo de controle para outro tipo de administração pública que implementa outras funções do Estado. Esse é o ponto inicial que eu queria trazer como reflexão. O seguinte.

Há uma série de dificuldades, quer dizer, não é trivial, por diversas razões, essa ênfase do controle, esse direcionamento do controle para resultados. Em primeiro lugar, quer dizer, eu costumo dizer, parece óbvio, não há controle de resultados se não há resultados. Então é absolutamente fundamental e isso não é papel do controle, não é o controle que define os resultados. Então se não há uma agenda estratégica de Governo não há como o controle direcionar a sua ação para o acompanhamento desse direcionamento.

to estratégico. Então esse é o primeiro ponto. Muitas vezes há uma ausência, embora eu admita que aqui também a gente tenha dito um avanço importante, cada vez mais as administrações públicas federal, estadual e municipal têm avançado na proposição de estratégias, de estratégias governamentais, o que coloca um segundo ponto absolutamente fundamental, quer dizer, que é a necessidade de fortalecer a capacidade de implementação.

O ponto número um, que é a ausência da agenda, na verdade a gente avançou, há um conjunto hoje bastante expressivo de administrações públicas que têm um projeto estratégico, muitas vezes bem definido, com qualidade, mas outro ponto ainda com relação a esse aspecto da definição da agenda estratégica é que muitas vezes essa agenda tem um direcionamento meramente fiscalista, quer dizer, um pouco a concepção do que vem sendo denominado “As reformas de primeira geração”. Nós estamos vivendo aí uma transição muito importante, há limitações e há um legado extremamente positivo que as reformas de primeira geração com conteúdo meramente fiscalistas deixaram, que é a cultura da responsabilidade fiscal, esse legado é fundamental, se consolida cada vez mais e felizmente tem perdido conotação ideológica. Mas o grande argumento das reformas de segunda geração é que o foco da gestão pública é em resultados de desenvolvimento. Se na primeira geração a boa gestão pública é aquela que de certa forma minimizava, reduzia o escopo do Estado, a segunda perspectiva, a boa reforma da gestão pública é aquela que faz com que o Estado alcance os seus resultados de desenvolvimento.

Esta agenda precisa ser coerente, muitas vezes há um anunciado estratégico que aponta um norte para um determinado lado e quando eu vou ver as operações cotidianas, as iniciativas e estratégias que são realizadas dentro da administração pública, o norte é para o outro lado. E o tema da governabilidade, essa agenda, o ator que declara essa agenda e que lidera essa agenda precisa ter minimamente controle dos meios para implementar essa agenda. A segunda natureza de problemas é o da implementação, esse é o grande desafio. Talvez pela primeira vez na história gestão pública e gestão privada estão em linha. Se a gente examinar um pouco o que a literatura especializada vem produzindo, os debates sobre gestão pública, o grande desafio, mais do que fortalecer a capacidade do Estado de formular boas estratégias, é o de implementar essas eventuais boas estratégias.

Aí há algumas barreiras importantes. Uma barreira, eu diria, de natureza cultural, que separa formulação da ação, há áreas que formam, há áreas

que implementam e nem sempre há uma comunicação eficaz entre essas duas áreas. Há um problema de fragmentação, isso é absolutamente fundamental enfrentar, a ação governamental é excessivamente fragmentada. Cada vez mais os temas estratégicos de Governo são transversais, extrapolam os limites das unidades organizacionais, eu diria do próprio Estado, pressupõe ações de consertação Estado/Sociedade, Estados com outros Estados ou níveis subnacionais, e há um equívoco, embora eu reconheça que haja um avanço muito importante na retomada do planejamento governamental, ele parte de um pressuposto equivocado de que é autoexecutável. Basta fazer um plano estratégico, definir programas, uma carteira prioritária de programas instrutores, nomear gerentes que os resultados vão acontecer. Isso não é verdade. É preciso criar mecanismos de indução na máquina para que os resultados efetivamente possam alcançar. Fortalecer os mecanismos de monitoramento e o tempo(F) do controle social é absolutamente fundamental.

O terceiro ponto que quero destacar como barreiras é a questão dos meios e aí o ponto é fundamental, para que o exercício do controle para resultados seja eficaz, é fundamental que haja coerência na locação dos meios com os fins. Muitas vezes a estratégia está definida, aponta o norte para um lado e quando eu vou olhar, por exemplo, como é que os recursos estão alocados no orçamento, o norte é para o outro lado. Então eu não vou realizar os resultados que são pretendidos, eu vou realizar os resultados que estão previstos no orçamento.

E do ponto de vista eu diria assim central dessa questão, estão as pessoas. Muitas vezes as estratégias estão formuladas e não há uma estratégia de comprometimento das equipes, dos servidores para o alcance dos resultados. Às vezes o problema é anterior, não é de comprometimento, é de comunicação, e as pessoas, se não estão comunicadas, não vão dar cheque em branco, não vão aderir a uma nova estratégia se não conhecem a essência, o conteúdo dessa nova estratégia governamental. O próximo, por favor.

O segundo ponto que eu queria destacar é o da finalidade, o fim, quer dizer, qual é o fim desse novo modelo, desse redirecionamento porque passa o controle, quer dizer, eu não estou falando aqui de uma inovação, da necessidade de introduzir o novo. Nós estamos vivendo uma transição em que o controle combina ações voltadas para a gestão dos meios e iniciativas ainda iniciais, mas iniciativas de controle dos resultados, então há uma transição importante e aí a idéia um pouco dos pesos e contrapesos, é fundamental que a gente introduza com mais vigor essa perspectiva do controle para resultados, eventualmente

te imaginando que essa cultura que se instalou e eu diria está consolidada nas administrações públicas em geral, tanto na perspectiva internacional quanto nacional, que é a cultura da responsabilidade fiscal, eu acho que chegou o momento da gente trabalhar a perspectiva da introdução da cultura da responsabilidade gerencial. É absolutamente fundamental que os dirigentes se comprometam, além do equilíbrio das contas, de uma boa gestão eficiente dos meios, que ele se comprometa com o conjunto de resultados. Há iniciativas isoladas, relatórios que são prestados, mas eu diria que isso ainda é tímido do ponto de vista do que efetivamente é necessário, avançar como avançamos na outra perspectiva. E aqui não se trata simplesmente de trocar uma pela outra, é de avançar, quer dizer, o legado positivo da cultura da responsabilidade fiscal precisa ser mantido, aperfeiçoado e tornar cada vez mais irreversível esse processo, mas ele não é suficiente, quer dizer, se a gente olha a perspectiva da gestão pública do ponto de vista da sociedade, a sociedade não quer só saber como é que o recurso é gasto, ela quer saber se os resultados foram ou não alcançados e isso significa dizer que nós precisamos produzir uma transformação.

O gestor público tende a se colocar, essa figura coloca aí um pouco a cadeia de valor da gestão pública. Uma organização pública, qualquer que seja, eu posso pensar isso na perspectiva mais macro governamental como posso pensar isso na perspectiva de órgãos específicos, uma organização pública, ela é utilizadora de insumos, é o que destaca lá o primeiro quadradinho, ela processa esses insumos, esses insumos geram produtos que são entregues aí aos usuários da sociedade e esses produtos produzem resultados, impactos, mudando padrões aí do desenvolvimento econômico e social da sociedade. A visão mais tradicional é que o gestor público tende a se colocar nessa perspectiva, ele se entende mais como um gestor dos insumos, ele recebe a atribuição de administrar um patrimônio, um orçamento, pessoas e informações e busca fazer uma gestão efetiva e o controle busca controlar se ele está fazendo uma gestão nessa perspectiva. Perspectiva nova que se introduz, adicionando-se à anterior, é que além disso o gestor público é responsável pelo alcance de resultados tanto na perspectiva do produto que a administração pública está entregando à sociedade, e aí eu preciso melhorar a cobertura, a quantidade, a qualidade desses serviços entregues à sociedade, como preciso produzir resultados sobre os impactos dessa transformação. Então a idéia é encontrar um equilíbrio entre essas duas dimensões, entre a cultura da responsabilidade fiscal, que eu diria está consolida-

da, e a nascente figura da lógica da responsabilidade gerencial. O próximo, por favor.

Esse repensar do controle, obviamente, está sendo colocado numa perspectiva de alinhamento com essa geração nova, com essa segunda geração das reformas. Ressalto, de novo, como fiz no início, já quase concluindo, que é fundamental, é necessário reconhecer os avanços tanto do controle interno quanto do controle externo. Alguns indicadores importantes, eu tenho um pessoal, o tempo que vivi em Brasília e que atuava no meio acadêmico aqui em programas de pós-graduação, sempre me impressionou muito a presença das pessoas da área de controle, dos servidores e técnicos, especialistas da área de controle nesses programas. Havia e sempre houve um interesse muito grande tanto em Brasília como fora de Brasília, quer dizer, eu fui diversas vezes convidado a fazer palestras, participar de seminários para exatamente discutir essa questão em Tribunais de Contas estaduais, em eventos promovidos pela administração pública, o pessoal do controle interno. Então eu percebo que do ponto de vista técnico a questão está quase resolvida. Eu acho que há uma consciência instalada nos órgãos de controle externo e interno da necessidade desse redirecionamento.

O tema aqui é o controle na perspectiva política e eu acho que falta ainda uma compreensão política da necessidade desse redirecionamento. E, também, reconheço que aqui a gente começa a assistir iniciativas muito interessantes, em alguns Estados da federação, onde esse movimento começa a ganhar um certo vigor, e a percepção, que não é trivial, do político na percepção da importância da gestão como forma de alcançar os resultados. Isso começa a acontecer e isso ajuda, é um elemento que pode ajudar na direção desse novo controle aqui proposto.

Obviamente isso se soma, isso não é uma coisa gratuita, isso se soma a uma pressão muito forte que a sociedade faz nas duas direções: no controle dos meios, do uso adequado dos recursos financeiros e, também, do controle dos resultados. Cada vez mais a sociedade se preocupa com o bom uso do recurso, mas com os impactos desse bom uso do recurso no padrão do desenvolvimento humano da sociedade.

De uma forma muito sintética, obviamente esse tema demandaria um tempo maior, que a gente não tem, a institucionalização dessa nova cultura da responsabilidade gerencial poderia, por exemplo, somos um país muito legalista, de repente talvez fosse necessário trabalhar na perspectiva da dimensão institucional legal para fortalecer um pouco essa dimensão, mas a idéia seria que houvesse algum instrumental jurídico legal que de certa forma estabelecesse um compro-

misso e que cada governante ao assumir a sua função pública teria o período em que ele apresentaria à sociedade aquilo que é a tradução do seu programa de campanha, um plano com um conjunto de metas, uma coisa muito simples e que fique claro quais são os resultados que ele pretende alcançar naquele período de Governo. Aí é importante distinguir resultado de esforço. Até aparece muito: eu vou fazer a obra tal, vou fazer não sei o que, etc. Mas mais do que isso, eu estou fazendo isso para quê? Eu estou mexendo nos resultados, os indicadores sociais, nos indicadores econômicos, assumir compromissos com relação a isso e ser cobrado por isso.

Há iniciativas muito interessantes acontecendo na experiência internacional aqui perto. O Chile tem uma lei de funcionamento da alta direção pública em que o parlamento chileno aprovou essa lei definindo funções em que são de livre nomeação, outras que são de natureza gerencial, mas mais importante do que isso, o dirigente quando assume a função, ele tem um período em que ele apresenta o seu compromisso expresso num contrato de gestão que é pactuado e é publicizado, e periodicamente a sociedade recebe feedbacks, prestação de contas sobre os resultados a serem alcançados. Então a idéia é ter esse compromisso, isso começa a acontecer, há iniciativas interessantes. Minas Gerais, agora no segundo mandato do Governador Aécio, no ato da posse dos novos Secretários, cada um firmou um caderno de compromisso assumindo resultados com relação a determinados indicadores sócio-econômicos e periodicamente há uma prestação de contas sobre isso. Isso muda o padrão. Independente do que possa acontecer depois, isso no mínimo cria um constrangimento, porque permite uma comparação se eu estou prestando contas. Há um conjunto de resultados, alguns conseguiram, outros não conseguiram. Isso cria na verdade um movimento positivo dentro da administração pública no sentido de direcionar o controle para resultados.

Criação de uma Comissão, quer dizer, que além de fazer o acompanhamento das contas, quer dizer, dos meios, que possa fazer uma avaliação governamental. E eventualmente pensar na possibilidade de uma certificação. Da mesma forma que eu faço uma certificação da conformidade normativa, por que não pensar numa certificação de resultados, quer dizer, da qualidade da gestão colocada?

Por fim, para concluir, a última, que seriam os meios, esse movimento pressupõe avançar pelo menos em três direções. A primeira na dimensão institucional legal, quer dizer, é fundamental [soa a campanha] que a gente trabalhe a perspectiva de um novo aparato jurídico legal orientado para resultados, o atual ainda é

muito restritivo a essa idéia. Segundo, é fundamental que hajam ferramentas de gestão que apoiem esse movimento, por exemplo, a idéia dos contratos de gestão é uma idéia muito interessante, consolidada na experiência internacional, ainda tímida na realidade nacional. E, por fim, há um trabalho mais lento, mas que é importante, que está acontecendo, que é uma mudança de cultura. Não adianta mudar as leis, não adianta dotar a administração pública de novas ferramentas de gestão se a cultura dominante ainda é uma cultura voltada para o controle burocrático e pouco voltada para o controle para resultados.

Eu agradeço a atenção e com isso eu concluo aqui a minha apresentação. Obrigado [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Com a presença do Senador Marconi Perillo, nós vamos transferir a ele a Coordenação dos trabalhos. Agradecemos, contudo, a participação, as considerações preliminares despendidas pelo Sr. Caio Marini, da Fundação Dom Cabral e Instituto Publix. Espero que a sua participação seja efetiva também na parte do debate. Passo a palavra, então, ao Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Registro os meus cumprimentos a todos os convidados, a toda a assistência, agradeço ao nosso Presidente, o Senador Leomar Quintanilha, pela escolha para a Coordenação desse painel e gostaria de imediatamente passar a palavra ao Dr. Sérgio Miranda, ex-Deputado Federal, que vai fazer uma exposição sobre “Lições de experiência – A tomada de decisão no sistema político orçamentário no Brasil”. Com a palavra o Deputado Sérgio Miranda, por vinte minutos.

SR. SÉRGIO MIRANDA: Obrigado ao Senador Marconi Perillo, queria saudar os membros da Mesa, o Dr. Caio, o jornalista Luiz Nassif, saudar o Senador Leomar Quintanilha e o meu colega Manoel de Castro, convivemos na Câmara, trabalhamos juntos, Victor Faccioni, ex-Deputado.

O que eu vou transmitir aqui é um saber de experiência feita. Eu, como dizia o poeta, eu participei do debate orçamentário desde que eu assumi o mandato em 1993. Fui um membro muito ativo da Comissão de Orçamento, da CPI do Orçamento e, posteriormente, acompanhei durante todo esse período, até 2007, quando saí da Câmara dos Deputados, o processo orçamentário.

Eu começaria por entender as várias fases, depois vou tirar algumas conclusões do ponto de vista do Executivo e do processo legislativo e apontar alguns rumos. A CPI do orçamento é um marco, porque mesmo depois da Constituição de 1988 não houve uma mudança real à aplicação efetiva das normas da

abertura democrática que a Constituição permitiu e o Congresso participar efetivamente da elaboração orçamentária. A Comissão, ela foi capturada por um grupo pequeno de parlamentares, é o caso famoso do Deputado João Alves, e o processo se dava em relação ao Executivo onde havia um compromisso de aprovar o orçamento praticamente como veio e o benefício, em troca, era a chamada lista de subvenções que recebiam favores especiais por parte do Executivo. Esses dois focos, as subvenções sociais foram bem debatidas na Comissão de Orçamento e o Congresso foi capaz de examinar isso em profundidade e punir aqueles parlamentares envolvidos nessa prática. E o outro episódio, sobre as empreiteiras, apesar da enorme quantidade de materiais que a CPI conduziu arrecadar, principalmente quando a Polícia Federal ocupou uma casa da Construtora Norberto Odebrecht, nós não avançamos nesse debate. O marco, depois da CPI, houve uma outra Resolução avançada na Comissão de Orçamento onde se criaram, se limitou as Emendas individuais, criaram-se as Emendas coletivas, buscou-se valorizar a participação do Congresso, se limitou o poder do Relator-Geral e foi durante alguns anos, esse processo, ele foi se consolidando.

Mas é inevitável que surja depois uma certa desagração. Aí, logo uns três ou quatro anos depois da Resolução, surgiram as rachadinhas, as Emendas de Ministro, uma forma que degradou o ambiente e a elaboração orçamentária dentro do Congresso. Chamo a atenção que a Comissão de Orçamento deu contribuições efetivas para o debate do controle. Foi na Comissão de Orçamento que se deslindou a questão do TRT de São Paulo, essa relação da Comissão de Orçamento com o TCU, o relatório das obras com indícios de irregularidades apresentadas pelo TCU foi incorporado à elaboração orçamentária, mas de novo a degradação aparece com mais força no episódio dos Sanguessugas e nós estamos vivendo um processo de votação de uma nova Resolução, que foi feita em 2006, para melhorar o ambiente dentro da Comissão de Orçamento.

Quais são as lições que eu tiraria sob o ponto de vista do Executivo? Primeiro, há uma mudança estrutural na elaboração orçamentária que nós devemos levar em conta. Uma coisa é o que está proposto na Constituição, um processo de planejamento. A Constituição, ela tinha uma concepção, quando foi elaborada, de que o orçamento era definido como orçamento programa em função de um projeto de desenvolvimento e os seus três elementos tinham uma lógica de encadeamento. O PPA, o Plano Plurianual, o início de Governo, praticamente o plano de Governo, a cada ano a LDO para fazer a relação do PPA com a

Lei Orçamentária Anual. Isso não chegou a ser viabilizado. Houve o PPA, o PPA talvez com mais clareza que foi proposto ao Congresso Nacional foi o primeiro PPA do Governo Fernando Henrique Cardoso, porque ali ele expunha com clareza a sua política.

Eu, naquele tempo, membro da Comissão de Orçamento, eu fiz um trabalho que eu acho, me sinto, sinto orgulho daquele trabalho, que já apontava a crítica àquele projeto, mas eu tinha alguma coisa para discutir que foi denominado Plano do Fundo do Poço. Os outros PPAs, o segundo PPA do Governo Fernando Henrique Cardoso, dos eixos de desenvolvimento, contratou uma consultoria privada, mas a crise do segundo Governo Fernando Henrique Cardoso, aquele PPA... Os PPAs do Governo Lula não tem profundidade do projeto em si, não se discute. Acho que houve no último período, antes nós líamos com atenção as mensagens que o Executivo a cada ano entregava ao Congresso Nacional porque aquilo ali definia de certa forma quais são as intenções. Hoje todas essas Mensagens são mera propaganda, não dizem nada, não se aprofunda.

Mas o que é que houve de diferente? Foi a Lei de Responsabilidade Fiscal, que mudou o sentido da elaboração orçamentária. A elaboração orçamentária, que era concentrada no projeto de planejamento, hoje ela se reduz a um debate sobre metas fiscais. O orçamento é de um trilhão e quinhentos bilhões, mas não se discute isso no orçamento. O orçamento se reduz à discussão, não há debate no Congresso Nacional sobre toda a questão financeira do Estado brasileiro, não há debate. Não se discute o Banco Central. A Lei de Responsabilidade Fiscal assumiu que o Banco Central pode fazer qualquer prejuízo que é assumido pelo Tesouro, antecipadamente às vezes, como ocorreu ano passado, não há debate. O que se debate no Congresso são as receitas não financeiras e as despesas não financeiras, se desconta a meta de superávit primário e é isso que o Congresso debate. O orçamento, como um instrumento de planejamento, ele ficou totalmente irrelevante. A questão central são as metas fiscais, é o controle do endividamento.

Como é executado o orçamento no nosso país? A partir do contingenciamento. Quando se vota um orçamento, qual é a expectativa que se tem? O primeiro é o decreto do contingenciamento. As liberações se dão no último período porque o mais importante é garantir o superávit primário. E no último período, no último mês, aí vem as liberações, aí nós vemos os órgãos públicos correrem atrás para fazer uma licitação apressada, aqueles que têm ainda alguma já também aprende os macetes, transfere os recursos para uma fundação e pode usar no próximo ano. Então eu chamo a atenção

dessa mudança estrutural. Não houve nenhuma preocupação de aplicar a lei, a nova Lei Complementar do Orçamento. Nós trabalhamos ainda com a Lei 4.320, apesar dos esforços da Casa de tentar renovar.

A segunda questão é da experiência. Todo processo de corrupção envolve o Executivo, isso é evidente. Há um trabalho clássico, que faz parte da CPI do Collor, relatada pelo Senador Amir Lando, que são os seis ralos do orçamento. Há um apenas no Congresso, mas será aquele trabalho assim seminal porque ele procura discutir o problema do controle. É inadmissível a questão dos Sanguessugas, uma empresa conquistar quase 1/3 de todos os contratos de venda de ambulância para Municípios e o controle interno não ter consciência disso, nem comparar custos. Qual o custo efetivo de uma ambulância?

Terceiro ponto: há um controle absoluto do Executivo sobre o processo orçamentário que vem se degradando no último período. São as chamadas Medidas Provisórias para créditos extraordinários. Crédito extraordinário pela Constituição é uma exceção, é um caso de calamidade, de guerra. O Executivo aplicou no último período crédito extraordinário, Medidas Provisórias de Crédito Extraordinário: em 2003, 2,6 bilhões; 2004, 8 bilhões; 2005, 12 bilhões; 2006, 27 bilhões; 2007, 48 bilhões. Qual é o orçamento que tem consistência? 48 bilhões.

E a outra questão são os restos a pagar que vem num crescente. Se executa o financeiro do ano, do ano passado, não se executa o orçamento do ano, só do ano passado. Sabe quanto de restos a pagar? Quase 60 bilhões de restos a pagar em 2007.

O uso pelo Executivo do controle das suas... Isso agora fica mais claro no processo recente, no PAC, a questão do controle de quais são as suas prioridades. Há uma distinção no orçamento: as prioridades do Governo que eram PPI, agora PAC, e a utilização das Emendas do Congresso como uma forma de criar sua base política interna, a liberação das Emendas no sentido de consolidar a sua base política.

O segundo grau de observações que eu faria sobre a minha experiência dentro do Congresso Nacional foi a alteração da forma de fazer política no nosso país. Hoje eu observo, no último período ainda Deputado, a enorme dependência dos parlamentares pelas Emendas. Aumentou isso, não era o comum isso. No início, quando eu entrei na Casa, não era o comum essa dependência. Por quê? Porque houve uma alteração no processo legislativo. O fazer legislativo, basicamente a produção de leis, a fiscalização, hoje é profundamente restrito. Quem produz leis no país é o Poder Executivo através das Medidas Provisórias, não é? Nós também vivemos uma sociedade pouco mobilizada e, pelo con-

trário, nós temos hoje os Municípios, principalmente Estados com enorme carência de investimentos. Às vezes uma pequena Emenda para uma cidade significa a obra que o Prefeito vai realizar naquele ano. Então hoje existe uma enorme valorização das Emendas. Os Deputados se promovem não pela sua ação legislativa, não pela sua capacidade de acompanhar as leis, Deputados e Senadores. Eu não estou fazendo aqui juízo de valor, eu estou fazendo uma constatação pela minha experiência. Então há uma mudança, isso aí é muito natural. Quando você chega a um Município, eu me recordo disso, a pergunta é: "Deputado, o que é que o senhor fez aqui pela cidade?" Eu digo: "Olha, aqui tem trabalhador, eu votei para garantir direito dos trabalhadores, votei pelo aumento do salário mínimo, lutei por verbas", aí dizem assim: "Não, não, eu quero saber qual foi a obra que você trouxe". O fazer legislativo se reduz a isso. "Qual é a obra que foi?"

A outra questão, que é mais complicada, isso até pode se justificar, é a proliferação das chamadas entidades assistenciais e a falta de controle sobre isso. Meus amigos, eu considero essa questão, quando nós elaboramos a Resolução nº 2, o Relator foi o Senador Sérgio Guerra, nós tivemos uma participação muito ativa, praticamente se proibiu as subvenções e auxílios e restringiu as subvenções já em função da experiência da CPI do Orçamento, em 1993, aí apenas se me permitiu as subvenções definidas por lei, que são naturais, já que o Estado, em grande parte, não cumpre a sua função. Por exemplo, é correto dar uma subvenção para o funcionamento das APAEs? É claro, porque o Estado não trata das questões envolvendo as pessoas com necessidades especiais. Agora nós restringimos e durante todo o processo as LDOs foram ampliando. Têm alguns estudos da Comissão de Orçamento que são muito interessantes, principalmente no caso dos auxílios. Auxílio é você transferir patrimônio para uma entidade privada, é patrimônio, não é uma subvenção que trata do custeio. É você ceder a um hospital, mesmo que seja filantrópico, um tomógrafo que ele, além de dar cobertura ao setor social, ele vai ganhar dinheiro com aquele patrimônio. Era proibido auxílios para entidades privadas e a cada ano eles foram ampliando. Em 1992 voltadas ao ensino especial, depois ao ensino técnico agrícola, depois... eu não vou ler todas. Hoje criou-se uma necessidade política, eu não estou fazendo denúncia, eu estou apenas explicitando, de quase que inúmeros parlamentares têm ligado à sua ação política um órgão assistencial financiado com recursos públicos, essas questões sem controle.

Por último, o meu tempo está esgotando, as sugestões. Eu queria salientar, uma das coisas que eu muito me orgulho nesse período que eu passei na Câ-

mara, foi a qualidade dos servidores públicos que aqui encontrei. Nós temos dentro do Congresso Nacional, principalmente os que eu mais convivi na Comissão, a Consultoria da Comissão de Orçamento, técnicos capazes, sérios, dedicados ao serviço público e com elaborações bastante objetivas e criativas. Se nós quisermos discutir o processo orçamentário brasileiro, nós temos fontes fiéis para poder fazer esse debate com propostas bastante concretas de pessoas ligadas diretamente. Cito o Dr. Tollini, o Dr. Eugênio Gregiane(F), Heber(F), Dr. Sanches, Osvaldo Maldonado Sanches, uma série de documentos bem precisos sobre isso. Alguns debates que têm de ser feitos, por exemplo: é válido ou não as chamadas Emendas individuais dos parlamentares? Eu defendo as Emendas individuais, mas ocorreram distorções em relação às Emendas individuais. Elas começaram na Resolução nº 2, de 1996, com o limite modesto de um milhão, um milhão e quinhentos, e a cada ano vai se aumentando sem que haja uma... Hoje, no último orçamento, cada Deputado teve direito a uma quota de oito milhões de reais, cada parlamentar. Eu acho que nós poderíamos trabalhar melhor essa questão Emendas individuais, mas quantidade e qualidade em função de programas que você pudesse ter controle e em função de determinados parâmetros [soa a campainha]. Eu considero que outras sugestões que estão sendo aplicadas também muito interessantes, há um documento recente da aplicação dessas Resoluções, que era importante que depois nós examinássemos com mais vagar. A utilização das Comissões Permanentes da Casa para analisar o orçamento, o orçamento deixa de ser uma coisa da Comissão Mista Especial, mas se envolve com o debate da Casa, a questão do aumento dos controles sobre as Emendas, essa prática que se iniciou agora, fim de rachadinha ou fim da... Tinha a rachadinha e também tinha a rachadona, que era dos Ministros. Essa relação entre os relatores setoriais e os Ministros da área que criavam uma relação que você trabalhava para aumentar as possibilidades do orçamento ser cada vez mais usado para agregar base política.

Eu quero encerrar a minha intervenção, quero chamar a atenção que nós temos hoje materiais suficientes para debater toda essa prática. Acho que o Congresso vem avançando, avançando nas suas Resoluções. O Congresso tem acertado. Avançando em algumas ocasiões como em 1993, 1994, foi avançado no ponto de vista de chegar a conclusões precisas na CPI do Orçamento. As Resoluções servem para aprimorar o processo orçamentário. Agora o processo orçamentário cada vez mais distante do ponto de vista da sua execução, das necessidades do país, um processo que exclui completamente o debate sobre

as receitas e as despesas financeiras, excluem. Qual o debate que nós temos dentro do Congresso sobre o controle do chamado swap reverso do Banco Central ou do prejuízo do Banco Central? Mas uma Emenda do Deputado, aquilo é examinado com uma lente de aumento, mas esse debate sobre a questão financeira não é feito, não é controlado, é à margem do processo político. Se o Congresso quer de fato assumir um papel efetivo, ele tem de se dedicar a isso.

Essa é a minha modesta contribuição, eu espero que tenha ajudado de alguma forma aos senhores que estão participando desse seminário. Muito obrigado [palmas].

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Bom, eu quero, como ex-colega do Deputado Sérgio Miranda, saudá-lo e cumprimentá-lo pela clareza com que ele coloca aqui a sua experiência, especialmente como especialista na área do orçamento. Ele traz aqui lições, especialmente hoje, depois de estar um pouco mais à distância, ele traz aqui lições importantes à reflexão de todos nós. Parabéns, cumprimento mais uma vez ao Deputado Sérgio Miranda, que continua coerente com aquele espírito com que ele atuou no Congresso ao longo de muitos anos, por vários mandatos. Eu tenho o prazer e a satisfação de passar a palavra ao jornalista Luiz Nassif, que vai discorrer aqui sobre o tema "Acompanhando o processo de elaboração, execução e controle do orçamento pela mídia – Uma experiência dos últimos vinte anos". Com a palavra o jornalista Luiz Nassif, que falará por vinte minutos.

SR. LUIZ NASSIF: Bom, muito obrigado Senador Perillo, Senador Quintanilha, Senador Casagrande. Nós tivemos dois momentos muito importantes aqui nessas duas primeiras apresentações. O ex-Deputado Sérgio Miranda mostrando o quadro atual e o Professor Caio Marini mostrando o quadro possível, o quadro futuro que está por aí.

Quanto se pensa na questão orçamentária e na cobertura da mídia, eu só lembro aos senhores o seguinte: a semana passada teve um encontro aqui de Secretários de Gestão em Brasília que me disseram que foi um encontro extraordinário, mil e duzentas pessoas, portadores das boas novas aí do avanço de gestão e não mereceu uma linha da imprensa. Então a recomendação que eu daria para os senhores é o seguinte: se depender do quadro atual da mídia para cobertura de orçamento ou para disseminação de novos conceitos, desistam, não tem aí... Os escândalos pontuais hoje, eles são mais relevantes do que a discussão das grandes mudanças estruturais. E essas mudanças estão ocorrendo. É um ponto importante a gente entender, esse país é um país muito curioso. Você pega os anos 80, considerada a década perdida, era

um período que parecia que não se tinha mais novas idéias, preso àquela idéia de fechamento da economia, de combate à inflação e naquele período nasceram muitas idéias relevantes que depois, nos anos 90, ajudaram aí a alavancar o país e tudo mais.

Nós tivemos, nós estamos agora num burburinho de novos conceitos, de novas idéias, mas muito interessante, que não vêm à tona por algumas razões. O Brasil, ele tem um conjunto de deficiências institucionais muito fortes. As idéias são ativos nacionais, cada boa idéia é algo que você não pode perder. Esses ativos, eles são captados como em países institucionalmente maduros? Através dos partidos políticos. Nós não temos partidos políticos programáticos, é através do chamado jornalismo de opinião. Nós não temos jornalismo de opinião. O que nós temos foi um processo de marketingização da notícia que transformou o jornalismo de opinião, que é um dos Poderes da República, um dos Poderes na disseminação de conceitos, de controle, transformou em algo sensacionalista, quer dizer, ele invadiu o território do jornalismo sensacionalista e hoje tem muita dificuldade em discutir temas relevantes. E nós temos aí a questão das universidades e institutos, poderia ser um outro caminho de disseminação de informação, mas eles estão estratificados, as idéias têm muita dificuldade de avançar lá porque as idéias são ferramentas de disputas de poder também.

Mas quando nós vemos a experiência dos últimos anos na questão de gestão, de um lado distorções tremendas. O Deputado Sérgio Miranda mencionou essa questão do swap reverso, isso é um escândalo, um escândalo. Nós estamos discutindo aí recursos para a saúde da ordem de vinte bilhões, o swap reverso, que é uma operação que o Banco Central faz no mercado financeiro, só aqui e no México se faz essa operação, custou dez bilhões de reais no último ano para o país, dez bilhões. Isso daí vai direto no caixa dos Bancos que atuaram com esse swap reverso e o argumento é de que esse swap reverso ajudaria a conter o dólar, a cada minuto o dólar caindo aí, vem uma crise cambial aí previsível daqui alguns anos. Dez bilhões que não passaram pelo orçamento. Isso daí é déficit público na veia, direto. Essa é uma das distorções.

Eu vou pegar uma outra distorção, isso daí me foi contado por um Ministro sobre a maneira como se contingenciam aqui as verbas, os recursos orçamentários. O Ministro Palocci, que aprendeu rapidamente, digamos, as manhas do chamado bom Ministro da Fazenda no padrão brasileiro, ele pegava, por exemplo, o Ministério da Agricultura e mandava selecionar um item de despesa que fosse de difícil aplicação por exigir contrapartidas e tudo mais. Daí se depositava o dinheiro, se alocava o dinheiro naquele item. Depois,

quando havia a reunião ministerial, o Ministro Roberto Rodrigues ia reclamar que não tinha recursos, aí a Fazenda falava: “Não, mas olha lá, tem daquele plano lá e você não usou”, quer dizer, um país da dimensão do Brasil é governado por truques.

Alguns pontos relevantes de avanços que ocorreram nos últimos anos, o Brasil, hoje, nós temos um conhecimento em termos de gestão que já ultrapassou aquela parte inicial de programas de qualidade e tudo. O conhecimento difuso que o país tem hoje já permite partir para planejamento estratégico. Nós tivemos alguns avanços em termos de reordenamento do orçamento, eu discordo um pouquinho do Deputado Sérgio Miranda quando ele fala no Avança Brasil, eu fui um entusiasta na época do Programa do Avança Brasil, eu acho que foi importante para tentar articular o orçamento e dar para nós da imprensa uma visão um pouco mais clara do que é o orçamento para poder se cobrar resultados. Agora o Avança Brasil, ele tinha dois problemas muito sérios lá. O primeiro problema é que ele dividia o Brasil estrategicamente a partir dos estudos do Eliezer Batista e corretamente ele pensou o seguinte: se eu tenho um recurso público alocado numa determinada obra, esse recurso público vai me permitir desenvolver um conjunto de projetos privados. Então foi montado tendo em vista um recurso público, por exemplo, uma ferrovia que você abra, uma ponte numa determinada região abre espaço para um conjunto de investimentos privados. Fez investimentos em projetos e tudo e cometeu três erros fundamentais que resultaram no seu fracasso amplo lá. O primeiro é que não havia recursos públicos, ele amarrou tudo em recurso público e não existia. O segundo é que todo controle era feito por gerentes, se pegou muito aquela idéia de uma empresa privada, que se pega o gerente, o gerente é o cara que vai controlar, agora você imagina dentro do serviço público um gerente cobrando de um Ministro resultados e tudo mais. Isso daí já falhou. E um terceiro que não levou em conta a questão federativa, então ele pensou do ponto de vista racional, ao invés de pensar em cada Estado vão pensar em regiões e isso deu um conflito federativo lá que matou o programa. Mas o programa trouxe avanços no sentido... Ah, e uma outra coisa é a megalomania, ele queria controlar quatrocentos programas de uma vez, todos com indicadores. Eu acho que nenhum indicador sobrou desse trabalho que era muito grande. Você quando vai começar uma obra que demanda mudança de cultura e tudo mais, tem que ir aos poucos.

O que é que ficou desse projeto? Ficou a idéia de você ter que organizar as despesas de acordo com o público que vai receber, ou seja, você tem no orçamento uma verba para... vamos pegar a infância aí, a

saúde participa disso, a educação participa disso, as políticas sociais participam disso. Eu tenho que organizar e estruturar esse ponto. Então essa idéia dessa transversalidade, idéia da necessidade de indicadores, acabou sendo uma semente lançada aí. Com o PAC eu acho que nós tivemos avanços gerenciais relevantes. O PAC criou sistemas de articulação, de investimento com Estados e Municípios, eu acho que o Brasil está avançando no pacto federativo de uma forma acentuada, reservou recursos, o ponto central é que reservou recursos que não vão ser contingenciados para o PAC.

Agora a grande dificuldade que se tem, eu acho que nessa nova etapa que o Caio fala aí, fala-se em dois das reformas, eu acho que os Tribunais de Contas vão ter um papel dos mais relevantes, é essa questão da gestão de despesa. Toda discussão que se tem agora aí é sobre reforma fiscal não leva em conta a questão da gestão de despesa, quer dizer, nós não temos idéia se tal despesa é relevante ou não é. Se têm duas visões aqui que em geral passam ao largo(F) desse conceito de gestão. Uma visão é de que com mais recurso você supre as carências existentes e a outra visão é que quando se tem muito desperdício, se você cortar, você vai automaticamente reduzir o desperdício, o que é uma maluquice. Você pega uma área de saúde, se você acha que tem desperdício, eu acho que é mínimo, mas se você tem desperdício e reduz os recursos para a área de saúde, você acaba desestruturando muito mais do que está ocorrendo, a saúde e outras áreas também.

O que eu vi de mais substantivo aí, de maior avanço nesses conceitos que estão sendo colocados de controle público, primeiro, você precisa ter indicadores. Eu acho que tem que ter uma obrigatoriedade de criação de indicadores em todas as áreas. Os indicadores, eles são fundamentais, inclusive para a redução da carga tributária, porque se eu tenho um indicador, se eu tenho um número de pacientes atendidos “X”, se eu foco nesse resultado eu posso buscar a melhoria da gestão melhorando aquele resultado ou mesmo alguma redução de despesa, mas sem afetar o resultado final. Agora para que eu possa avaliar adequadamente a questão dos indicadores, saber se aquela despesa está sendo bem conduzida, eu tenho que ter clareza sobre os objetivos. Daí eu entro em outro ponto colocado pelo Caio Marini que é a visão estratégica, para que é que eu quero esse ponto. Nós perdemos a tradição de planejamento estratégico aqui no Brasil desde os anos 80. Nós tivemos isso daí muito claramente firmado desde os anos 30, num certo momento houve um exagero de querer controlar todos os passos do País, que caracterizou aquele final do Regime Militar

e tudo mais, e a partir dali se entra numa fase de enfraquecimento do Estado que qualquer intervenção do Estado era considerado como algo... como a volta aos anos 80, esses fantasmas todos aí que assolam o país ainda hoje impedindo grandes saltos.

Para que a imprensa possa ter um acompanhamento adequado das despesas públicas o primeiro ponto é entender a lógica e a visão de futuro de cada uma das partes do Governo. Eu tenho recebido no meu blog alguns trabalhos do Tribunal de Contas aqui da União que são exemplares, exemplares, são quase que teses de Mestrado aí explicando a lógica do setor, explicando o quê que setor visa, o quê que o setor busca e a partir disso definindo os indicadores e o que medir. Então os Tribunais de Contas, a partir do momento que consigam profissionalizar, trazer profissionais que entendem, passem a cobrar essa lógica, a gente dá um salto extraordinário. Então uma coisa é a conformidade, que é feito hoje de alguma maneira aí respondendo aos conflitos e às demandas de licitantes e tudo mais, uma outra coisa é você cobrar resultados, ter a certificação de processos, que é um grande avanço que você tem também, agora o ponto maior é você buscar no resultado final a visão estratégica, porque daí você passa a ter uma compreensão e passa a exigir do governante a explicitação de objetivos que fica muito mais fácil você, como imprensa, você entender o quê que é relevante ou não, cobrar o quê que é relevante e deixar de lado o que é perfumaria. Eu tive uma conversa ontem com o pessoal do Tribunal de Contas da União, eu saí francamente entusiasmado. Eu acho que se esse movimentado puder avançar para outros Tribunais de Contas, vai ser uma pressão lógica, uma pressão lógica sobre o Executivo para explicitação, para explicitação dessa visão estratégica de longo prazo.

Agora o ponto que eu colocaria para os senhores é o seguinte, eu não estou desfazendo, mas o caminho para disseminação de conceitos não é mais a mídia convencional, a mídia, digamos, estática, essa mídia que pega as notícias, joga as notícias, o eleitor recebe a notícia de uma forma estática. Esse tipo de jornalismo, eu não estou falando em termos de Brasil, esse tipo de produção de informação ficou anacrônico. O país hoje, o mundo hoje é muito complexo para poder ser coberto por... Quem define a lógica, o que vira notícia e o que vira notícia é o que acontece, quem define é um conjunto de jornalistas reunidos numa sala precisando vender o produto, precisando jogar para o leitor aquilo que o leitor conhece, que é o que dá venda. Então esse tipo de cobertura convencional, primeiro, não é de interesse dela o fato relevante. Segundo, nem que

fosse, ela não dá conta, o modo convencional de fazer jornalismo não dá conta.

Nós temos ferramentas hoje na Internet que permite hoje captar esse conhecimento difuso que tem no país. O Brasil é um país muito curioso porque ele tem de um lado... ele é complexo como um país de primeiro mundo, ele tem estruturas de informação, ele tem informação hoje sobre tudo quanto é tema, nós temos especialistas... Pôxa, quando se compara o quê que era no final dos anos 80 e agora, temos especialistas em tudo quanto é área e esses especialistas não conseguem se comunicar pelas vias convencionais. Quando você monta, por exemplo, fóruns de discussão, comunidades de discussão... Eu estou montando uma dentro do Projeto Brasil para discutir isso, já foi convidado aqui o pessoal do Tribunal de Contas aqui de Brasília, você tem o tema, o pessoal coloca as informações lá, você não tem mais a mediação. Se você quiser hoje fazer uma discussão sobre gestão baseado no que sai na mídia, não sai discussão porque não sai nada na mídia. Se quiser discutir o conceito de planejamento estratégico, você tem aí o Roberto Mangabeira Unger, se comparar a centimetragem que ele recebe na mídia é muito mais o sotaque dele do que as idéias dele. É uma coisa inacreditável, isso aí não é uma caricatura, quer dizer, é uma caricatura, mas baseada em fatos reais. Quando você monta comunidade de discussão, o que é que acontece? O gestor coloca as informações, você não tem mais aquela interferência, aquele curto-circuito da informação mal assimilada pelo repórter que não é especialista. Então você tem a informação primária lá aberta. Depois você traz para a discussão. Nessa discussão quem coloca a informação vai ter que defender as suas idéias perante um público especializado, um público muito mais exigente que o público que aceita passivamente a opinião dos jornais.

O Brasil, ele mudou nos anos 20. Nós temos hoje uma situação muito similar aos anos 20. Nos anos 20 nós tivemos essa perda de rumo. Hoje essa perda de rumo é disfarçada num certo momento aí por uma situação internacional muito favorável, nós caminhamos para dias pesados aí com essa deterioração das contas externas aí, vem tiroteio pela frente e o que vai segurar o país são essas novas idéias que estão surgindo. Agora essas novas idéias, elas têm que se consolidar ao largo das instituições convencionais: mídia, executivo. Você vê, por exemplo, dentro do setor público, hoje muitos setores de ponta que são ilhas, que não conseguem se expandir. Dentro da universidade você vê pensadores expressivos que não conseguem avançar porque você tem estruturas burocratizadas que impedem. Você tem na mídia, você tem hoje na opinião pública especialis-

tas de todo tipo que não conseguem chegar a superar a barreira da falta de interesse jornalístico.

Então o caminho passa a ser as comunidades. Então você tem hoje os Tribunais de Contas aí pensando de forma diferente, tem dentro do parlamento pessoas pensando de forma diferente. Nos anos 20 nós tínhamos esse mesmo bloqueio, essa falta de rumo levava, olha, a cada ano uma tentativa de quartelada. Quando você pega essa falta de idéias que têm no Brasil hoje, de idéias que eu digo não a nível mais profundo, que essas idéias estão brotando, mas você tem uma quartelada, isso daí não é desse Governo, é desde o segundo Governo do Fernando Henrique, você tem uma quartelada a cada semana. Na falta de idéias uma CPI, na falta de idéias outra CPI, tapioca para cá, isso daí desde que o segundo Governo Fernando Henrique com a questão do câmbio entrou.

Então o caminho para se conseguir desbravar e trazer, nos anos 20 foi o advento do rádio que permitiu a formação de uma cultura popular relevante que ajudou a driblar, digamos, aquela falta de rumo. Hoje com a Internet essas comunidades de informação, é o caminho para se começar não apenas aquela discussão intramuros, mas para a discussão extravasar e ir para um público hoje que está ansioso por pensar o novo, está ansioso por trazer informações novas, para entender o que está acontecendo, para buscar o rumo e não consegue pelo modelo convencional, digamos, que se tem hoje de mídia.

A cobertura de orçamento, só para dar um exemplo para os senhores, eu lembro de um desenho animado quando eu era criança que o cavalo do xerife lá entendia Código Morse. Então ele tinha o Porsche(F) lá que o bandido estava passando as informações de Código Morse, o cavalo ia lá e entendia tudo. Daí quando o xerife pedia para ele traduzir, ele repetia o Código Morse. Às vezes eu vejo a cobertura do orçamento muito desse nível. Eu converso com colegas aqui que eu fico espantado com o nível de conhecimento dos detalhes, dos detalhes e dos detalhes, mas você não tem a visão do essencial. Por quê? Porque você tem uma lógica que vai ter que ser rompida por essa lógica de começar a medir o resultado, de começar a entender o que é que se busca, qual o objetivo de determinado gasto, de determinada ação e tudo mais.

Então eu vejo dentro da área pública, o Brasil, ele sempre teve esses processos. Essas mudanças que ocorrem, que ocorreram nos anos 50, ocorreram a partir da área pública, a partir de funcionários públicos de visão estratégica aí. A Petrobrás nasceu disso, o BNDES nasceu disso, o Plano de Metas do Juscelino nasceu disso e o que nós vemos agora é esse ponto muito interessante, quer dizer, você teve uma tentativa

de recuperação do Estado, esse vento neoliberal que está acabando em toda parte do mundo, o Brasil é sempre o último a entrar na onda. Quando em todo lugar do mundo acabou a onda, o Brasil está pensando se sai, se não sai, daí vem o maior estadista brasileiro, que é o cara que resolve tudo, que é o Sr. Crise, ele vem e determina o começo de uma nova onda. Mas você tem hoje, dentro da área pública, um pensamento de ponta aí que precisa se manifestar e eu acho que o caminho são as comunidades de discussão [soa a campainha] através da Internet. Muito obrigado [palmas].

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa Coordenação agradece ao jornalista Luiz Nassif pela qualidade da sua intervenção e retorna a palavra ao Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, Senador Leomar Quintanilha.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Essa nossa Comissão, além de tratar das questões relacionadas com a Fiscalização e Controle, Defesa do Consumidor, também cuida das questões relacionadas com o Meio Ambiente. Em decorrência disso eu, a Senadora Marisa Serrano e a Senadora Fátima Cleide estaremos participando agora de um encontro internacional promovido pela ONU em Saragossa, na Espanha, que vai discutir “A Água e o Desenvolvimento Sustentável”, onde o Brasil tem um estande, onde os países latino-americanos apresentarão exposições relacionadas às suas florestas tropicais e bosques temperados sob a chuva, de sorte que eu vou deixá-los aqui, mas emitindo o meu agradecimento pessoal ao jornalista Luiz Nassif, ao Deputado Sérgio Miranda e ao Dr. Caio Marini pela bela contribuição, pela rica contribuição que trazem a este debate, bem como aos demais convidados e participantes. O debate continua sob a Coordenação do Senador Marconi Perillo e passo imediatamente a presidência desta Mesa ao Senador Renato Casagrande.

[troca de presidência]

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Nós estamos aguardando a chegada do convidado Cláudio Abramo, Diretor-Executivo da ONG Transparência Brasil, que não chegou ainda em virtude de atraso no voo. Em função disso eu vou passar a palavra ao Conselheiro, ex-Deputado Victor Faccioni, Presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil – ATRICON, que terá dez minutos para as suas colocações.

SR. VICTOR FACCIONI: Obrigado Senador. Eu estava agradecendo, em primeiro lugar, ao Coordenador Marconi Perillo e saudando a S. Ex^a. eu saúdo também o Senador Leomar Quintanilha, que acabou de sair, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, ao Senador Renato Casagrande que é o autor dessa pro-

posição e aos eminentes palestrantes, professor Caio Marini, o Deputado Sérgio Miranda e o Dr. Luiz Nassif. Quero saudar aqui os meus colegas Conselheiros de outros Estados, representantes do TCU, representantes dos servidores e auditores, dos técnicos dos Tribunais de Contas, desde a FENASTC e de todo o sistema de controle de contas.

Apenas algumas considerações de ordem geral sobre a temática oportuna deste ciclo de debates. Em meu nome, antes de mais nada, e da ATRICON, a Associação Nacional dos Membros dos Tribunais de Contas, cumprimento ao Senado e muito especialmente o Senador Renato Casagrande pela iniciativa da realização deste ciclo de debates envolvendo matéria do País alto interesse. É no parlamento que temos os representantes dos mais diversos segmentos sociais e pelo exercício da competência de legislar traçam-se as regras destinatárias a cada esfera de Poder, representado pelos limites de atuação de cada um e pelos sistemas de controle. Desde logo registro o quanto nós interessa a temática, enquanto parte integrante dos sistemas de controles e também como cidadãos. Muito importante, por isso mesmo, o que hoje e antes e nas audiências anteriores deste ciclo de palestras ouvimos aqui e daqui estamos a levar.

Estivemos aqui, os Tribunais de Contas, desde o início deste ciclo de debates representados pela participação do Primeiro Vice-Presidente da ATRICON, o Conselheiro Luiz Sérgio Gadelha, do TCU do Ceará, e da Presidente do TCE de Tocantins, Conselheira Doris Coutinho, hoje novamente aqui presente, que foram palestrantes, como aqui também estão outros colegas Conselheiros, o Manoel Castro, Presidente do TCE da Bahia, Conselheiro Jorge Malheiros, Presidente do TCE do Acre, o Conselheiro Vilson dos Santos, TCE de Santa Catarina, o Auditor Técnico do Distrito Federal, Luiz Genédio, estão aqui o Presidente da FENASTC, que eu desejo destacar, que é exatamente o Amilson Carneiro, o Diretor-Social da FENASTC, Marcelo Henrique Pereira, o Presidente do Centro de Auditores Públicos Externo do Tribunal de Contas do meu Estado, Rio Grande do Sul, Roberto Marista Sanchotene(F) e outros representantes da área técnica dos servidores dos Tribunais de Contas.

Além de trazermos dados e informações, também viemos buscar dados e sugestões, críticas construtivas e positivas a fim de elevar o conhecimento de todos os Tribunais de Contas do Brasil, as conclusões extraídas deste ciclo de debates para que possamos compartilhar com o aprimoramento do controle externo, em especial no que diz com as atribuições das Cortes de contas do país. Momento muito oportuno se prospecta à realização desta evento que tem como escopo tratar do

Controle Público – Instrumento da cidadania, porquanto dele se destaca a mazela da corrupção, em primeiro lugar, que atinge toda a humanidade e que tanto tem sido destacada na imprensa nacional nos últimos dias. Constatam-se casos de corrupção tanto em países do chamado primeiro mundo, nações desenvolvidas, quanto em outros classificados como emergentes, tanto na iniciativa pública quanto na privada e teríamos inúmeros maus exemplos a citar, certamente do amplo domínio de todos, mas que pela premência do tempo não o faremos. Todavia, vale relembra o caso do Ministro da Agricultura do Japão, país desenvolvido, que recentemente se suicidou quando descoberto o seu envolvimento em corrupção. O caso da ERON, empresa privada, que por intermédio de auditorias contratadas fraudava os seus balanços, enfim, inúmeros outros casos.

Segundo reportagem da imprensa nacional de maio de 2007, a corrupção consome nove 9,8 bilhões por ano do Produto Interno Bruto brasileiro ou quase a metade dos vinte bilhões previstos para investimentos no orçamento federal de 2006. Se essa estimativa do professor Marcos Gonçalves da Silva, Coordenador da Escola de Economia São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas, estiver correta, o Brasil contribui com menos de 0,5% do volume total que é gasto no mundo em corrupção, em suborno, ou seja, um trilhão de dólares no mundo em corrupção, segundo o Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crimes – UNODC. Percentualmente a participação brasileira no balcão global da corrupção pode até ser classificada em pequena, mas em valores absolutos é gigantesca, especialmente quando relacionado ao que poderia gerar. Com 9,8 bilhões retirados dos cofres públicos municipais, estaduais e federais, poderiam ser construídas quinhentas e trinta e oito mil casas populares, abrigando 2,1 milhão de pessoas, dados também do economista da Fundação Getúlio Vargas.

Nações com menor índice de corrupção, entretanto, são as que têm o maior número de auditores e fiscais formados e treinados. A Dinamarca e a Holanda possuem cem auditores para cada cem mil habitantes. O Brasil tem somente oito auditores por cem mil habitantes, doze mil e oitocentos auditores no total – dados de Stéfani Camits(F), citados no Word Economic Forum. Se quisermos os mesmos níveis de lisura da Dinamarca e Holanda precisaríamos formar e treinar mais cento e sessenta mil auditores. Porém, não temos tal disponibilidade.

Daí devemos buscar alternativas viáveis e possíveis à nossa realidade e nisso se inclui o aperfeiçoamento, a modernização e o fortalecimento do sistema de controle. Daí a importância que assume a interligação

dos mesmos em sua instrumentalização e nela começa o controle interno. Dada a sua necessidade e importância no sistema de controle e seu esquecimento por uns, não usam o mau uso por outros. Queremos urgente promover a plena institucionalização e funcionamento do controle interno previsto na Constituição.

Com vista a este propósito, através da ATRICON propusemos a realização de um mutirão nacional de fortalecimento do controle interno a partir dos Municípios, porque o controle interno da União funciona, o controle interno dos Estados funciona, em alguns mais ou menos, em outros melhor, e nos Municípios? E por que dessa proposta? Porque constatamos ser esse instrumento de ordem constitucional muito frágil nas diversas esferas do Governo, notadamente nos Municípios e não observado e/ou inexistente em muitas, se não na maioria das municipalidades do Brasil, quando não pouco eficiente em alguns Estados, mas felizmente melhor estruturado na União com a CGU – Controladoria-Geral da União. Nesse sentido firmamos diversos termos de Cooperação Técnica com instituições públicas e privadas com vista a criarmos maior consciência da importância e necessidade de organização e ativação do controle interno. Fizemos convênio com a Controladoria-Geral da União, também com a Associação Brasileira de Escolas do Legislativo, com o Instituto Brasileiro de Obras Públicas, com o Conselho Nacional de Controle Interno e no último dia 13 de maio com o próprio Senado da República junto com o seu Presidente, Senador Garibaldi Alves. Ainda estamos em tratativas com a Câmara dos Deputados, com a Confederação Nacional dos Municípios e a Associação Brasileira dos Municípios para trabalharmos juntos nesse mutirão.

Eu pediria para mostrar umas lâminas que eu trouxe aqui, não sei se estão aí, sobre a origem das fraudes. Origem da fraude, vejam aí. Por má conduta, 7% das fraudes decorrem de má conduta [soa a campanha]; 13% por supressão dos controles dos dirigentes; 17% por particularidades da dívida(F) estatal; e 63% das fraudes têm origem na insuficiência do controle interno.

Vejam um outro dado. Da mesma forma a descoberta das fraudes é feita da seguinte maneira: auditoria externa – 2%; informação de funcionário – 2%; investigação especial – 2%; [ininteligível] – 3%; denúncia anônima – 5%; informação de terceiros – 9%; auditoria interna – 26%; e controle interno por setor – 51%, o que dá entre auditoria interna e controle interno por setor 77%.

Verifica-se aqui a importância do controle interno como principal instrumento de combate às fraudes e qualificação do trabalho realizado na área pública.

Mas os Tribunais de Contas estão procurando um aprimoramento através do PROMOEX – Programa de Modernização do Controle Externo, que o Conselheiro Luiz Sérgio Gadelha – TC do Ceará [soa a campanha] e a própria Conselheira Doris estiveram aqui sobre isto falando.

Apenas para concluir, Presidente, eu diria que o PROMOEX pretende o treinamento e o aprimoramento técnico e respectiva instrumentação. É um convênio firmado com o BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, com o apoio do Ministério do Planejamento, e o BID considera o maior programa de modernização do controle externo hoje existente no mundo. Eu deixaria aqui, para consideração e para os anais deste conclave, considerações a respeito de tudo isto que eu trouxe por escrito para melhor exemplificar o quadro.

Mas nós estamos também tratando, dentro do PROMOEX, de um Anteprojeto de Lei processual nacional. Esse Anteprojeto teve um grupo de trabalho presidido pelo Ministro do TCU, Benjamim Zymler, oriundo do quadro técnico do TCU, e Relator o Conselheiro Hélio Milesk do TC-RS, também oriundo do quadro técnico [soa a campanha] de auditores do respectivo Tribunal.

Pois bem. Tão importante trabalho está agora sob exame, coordenação e sob elaboração final pelo Ministro Marcos Vilela, que foi Presidente do TCU e cuja elevada qualificação o levou a ser também presidente da Academia Brasileira de Letras. Não poderia estar em melhores mãos.

Mas nós também queríamos destacar, Sr. Presidente, que temos estimulado a criação das Corregedorias, das Ouvidorias e do Disque-denúncia, o que participa aqui todo o esquema da auditoria social, do interesse social da cidadania, e a criação do Colégio de Corregedores que tem hoje como Presidente o Corregedor-Geral do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães. Por fim, também aprovamos também um Código de Ética da ATRICON ainda em 1999 para todos os Tribunais de Contas, mas muito tem se discutido sobre a formatação dos Tribunais de Contas. Dada a natureza política do corpo de julgadores, porquanto a maioria originária do parlamento, quando não dos quadros do Executivo e daí surgirem propostas como a criação de Auditorias-Gerais, concurso para os seus membros e até a extinção dos Tribunais de Contas. Se existem problemas nos Tribunais, existe também nas auditorias públicas, quando não nas privadas, nos Tribunais de Contas quanto dos Tribunais de Justiça, por vezes surgem até no Ministério Público e na Igreja. Recentemente ouvimos o Papa Bento XVI pedindo desculpas à sociedade norte-americana e, antes

disso, um antecessor dele teve que demitir o Bispo Dom Marcinkus da direção do Banco do Vaticano por desvio de dinheiro.

Algumas proposições preocupam e estamos convictos de que as críticas do modelo institucional devem ser sempre bem-vindas e esta tem sido a nossa postura. Contudo, preocupo quando inconsciente, principalmente quando se revela total desconhecimento sobre a estrutura do controle interno adotado no Brasil [soa a campanha].

Apenas para reflexão e concluindo, fui constituído como alguns dos outros colegas aqui presentes desde o Conselheiro Manoel Castro, os Senadores e o Deputado Sérgio Miranda. Na constituinte nós aprovamos a inclusão de um representante do Ministério Público no quadro de Conselheiros e de Ministros do Tribunal de Contas da União e dos Estados e também de um representante do quadro de auditores. E vejo que é exatamente o representante do Ministério Público hoje Presidente do Tribunal de Contas da União, o Ministro Oto Rodrigues, é exatamente também o Relator, o Presidente do GT, do Grupo de Trabalho da lei processual oriundo dos quadros de auditores do Tribunal de Contas da União. Incluímos o Ministério Público Especial de Contas, incluímos auditores, agora [soa a campanha] temos todo um processo, todo um sistema de tramitação dos processos de auditorias e sobre essa tramitação eu deixo as considerações aqui ao exame dos colegas.

Eu só queria ao final, para o Senador Renato Casagrande, principalmente, que é o autor de uma proposta, da Emenda Constitucional nº 30, e a de nº 28, do Deputado Vital do Rego, que propõe a criação do Conselho dos Tribunais de Contas, dizer que pessoalmente sou a favor. Têm aqueles nos Tribunais que são contrários, mas há uma grande parte favorável. De qualquer forma, nós fomos distinguidos pelo Ministro Ubiratan Aguiar, Vice-Presidente do Tribunal de Contas da União, que aceitou o encargo de presidir um grupo de trabalho de relacionamento com o Congresso Nacional para discutir as duas PECs de criação do Conselho Nacional de Controle Externo dos Tribunais de Contas.

E, por fim, dizer que quero entregar também à consideração aqui dos senhores a Carta de Natal, que é a conclusão de um Congresso, do 24º Congresso dos Tribunais de Contas que aconteceu em novembro do ano passado em Rio Grande do Norte, Natal, e junto com a Carta de Natal, que traduz os compromissos, os objetivos e o programa de trabalho dos Tribunais de Contas, deixo também à consideração uma seleção de artigos que acabei de publicar sobre todas essas questões e dentre eles dois que alertam para o momento

atual, qual seja, o último ano de administração, como enfrentar o último ano, porque a Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece exigências especiais. E destacar que a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei dos Crimes Fiscais trouxeram uma nova estrutura, um novo ordenamento que veio fortalecer e muito o sistema de controle das contas públicas, mas também multiplicou por três o número de processos que os Tribunais de Contas têm a examinar.

De qualquer forma e por tudo isso, dada a complexidade da matéria, é da maior importância este ciclo de debates. Reiteramos aqui os nossos cumprimentos e desde logo volto a dizer: estaremos levando para todos os Tribunais de Contas as observações que aqui foram feitas por cada um dos conferencistas, por cada um dos debatedores a fim de que possam contribuir para o aperfeiçoamento do sistema de trabalho do controle de contas públicas em nosso país. Muito obrigado.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa Coordenação cumprimenta e agradece ao Dr. Victor Faccioni, Presidente da ATRICON, pela exposição e pela enorme contribuição trazida a este seminário. Registramos, com prazer, a presença do Dr. Cláudio Abramo, Diretor-Executivo da ONG Transparência Brasil. Queremos mais uma vez agradecer e registrar as presenças da Conselheira Doris Coutinho, Presidente do TCE do Tocantins, Conselheiro e ex-Deputado Manoel Castro, nosso ex-colega, Presidente do TCE da Bahia, Conselheiro Jorge Malheiros, Presidente do TCE do Acre, Conselheiro Otávio Gilson, do TCE de Santa Catarina, a Diretoria Executiva do Sindicato dos Analistas de Controle do Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

Antes de passar a palavra para a exposição do Dr. Cláudio Abramo, eu quero também deixar aqui a mensagem da Coordenação desse evento, aos senhores e senhoras convidados e também aos senhores expositores. Cremos que o tema debatido por esta Mesa é da mais alta pertinência e relevância para a sociedade brasileira, isso porque as denúncias e os escândalos em relação a contratos firmados nas mais diversas esferas de Governo têm feito bater às portas do Congresso Nacional constantes reclames e protestos para que exerçamos com mais afinco e vigor o papel fiscalizador a nós atribuído pela Constituição Cidadã de 1988. Discutir o sistema político e o processo orçamentário no Brasil é assim uma forma de compreendermos melhor os instrumentos de confecção do orçamento, o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a LOA, bem como os mecanismos de fiscalização no âmbito não só do Congresso Nacional, mas também do Tribunal de Contas da União e dos demais Tribunais. É uma forma, também, de reforçarmos o sistema de

freios e contrapesos, base da democracia e da república, sempre com o intuito de ressaltar que na projeção ao bem público também é cabível o velho ditado: “Prevenir é melhor do que remediar”. O exercício do poder geral de cautela é legal, doutrinário e jurisprudencialmente reconhecido para o Tribunal de Contas. A atividade de fiscalização é nobre e indissociável do Poder Legislativo. Para o parlamento tão importante como legiferar deve ser fiscalizar. No desempenho do papel do Legislativo, ínsito à democracia e ao estado de direito, a Constituição atina a esse Poder diversas atribuições de controle ou de modulação de atos dos outros dois Poderes da república. Especificamente para o necessário controle sobre os atos que envolvem a receita e a despesa públicas, a Lei Maior atribui a titularidade do controle externo ao Legislativo. Essa atividade tem tamanha estatura que lhe é garantido o adjutório de um órgão especializado, o Tribunal de Contas. Na esfera federal o titular do controle externo é o Congresso Nacional, que dispõe do auxílio do TCU. Diferentemente do que muitos imaginem, o TCU não é subordinado ao Congresso Nacional. Em momento algum o texto constitucional o coloca nessa posição, ainda que determine expressamente sua assistência ao parlamento no desempenho desse controle. O Supremo Tribunal Federal assinalou em 1984 que o Tribunal de Contas não é preposto do Legislativo. A função que exerce recebe-a diretamente da Constituição que lhe define as atribuições. O constituinte originário garantiu à Corte de Contas atribuição privativa para se auto-organizar pela combinação do art. 73 com o art. 96 da Constituição, bem como competências que lhe são próprias e privativas, em especial as elencadas no art. 71.

Em que pese a titularidade do controle externo pertencer ao Congresso Nacional, sem que se altere o texto constitucional não há possibilidade que alguma das competências do TCU seja evocada pela Casa Legislativa. Pontada a relevância da Corte de Contas e a importância do trabalho que executa, cumpre abordar a sua contribuição no que tange ao tema da Mesa, ciclo de debates “Controle Público – Instrumento de cidadania – O sistema político e o processo orçamentário no Brasil”.

Resumidamente o ciclo orçamentário pode ser estratificado em cinco fases: planejamento, aprovação, execução, controle e avaliação. A atuação do Tribunal de Contas só não se faz presente na etapa de aprovação que compete exclusivamente ao Legislativo. Nas etapas de controle e de avaliação a intervenção do órgão de contas é diretamente sentida, tanto sob o aspecto da legalidade quanto sob o prisma finalístico

que envolve a análise da eficiência, da eficácia e da economicidade na ação governamental.

No que atine ao planejamento, é inequívoco que um orçamento adequadamente planejado deve levar em conta o resultado das ações pretéritas de controle de avaliação empreendidas pela Corte de Contas. Em cumprimento ao seu mister constitucional, entre outras atribuições o Tribunal de Contas julga contas e procede a fiscalizações de diversas naturezas. A Corte examina a conformidade e desempenho ao cumprir essas funções. No exame de conformidade é precedida a análise da legalidade, legitimidade e economicidade da gestão em relação a padrões normativos e operacionais expressos nas normas e regulamentos aplicáveis e da capacidade dos controles internos de identificar e corrigir falhas e irregularidades. Ao se dedicar ao exame de desempenho o órgão analisa a eficácia, a eficiência e efetividade da gestão em relação a padrões administrativos e gerenciais, expressa em metas e resultados negociados com a administração superior ou definidos nas Leis Orçamentárias e da capacidade dos controles internos de minimizar riscos e evitar falhas e irregularidades.

Seria equivocados atribuir uma maior importância a um ou a outro aspecto do controle, assim como não se pode conferir prevalência à fiscalização em relação às contas. Contudo, reconhece-se que a atividade fiscalizatória, concomitante ou prévio à despesa é mais eficaz para os fins de proteção ao erário do que o julgamento das contas que se realiza a posteriori.

Nas fiscalizações tempestivas com o gasto há a possibilidade de adoção de medidas cautelares, ações acautelatórias que permitam impedir a prática de ilegalidades, a ocorrência de danos e a violação de direitos. É certo que o controle não é onipresente, portanto, nem sempre a ação preventiva será possível, mas as melhores práticas em todo o mundo demonstram que esse é o caminho. Evitar a configuração do dano é muito mais efetivo do que lutar pela recomposição do patrimônio já lesado. Essa é a única possibilidade dos processos de contas que, mal comparando, assemelham-se a um trabalho de um legista sobre um cadáver investigando lhe a causa mortis. O corpo morto já está, só um milagre pode ressuscitá-lo. Essa mórbida analogia não é só propósito, mas é muito baixa a taxa de sucesso das ações judiciais de execução fundadas nas decisões dos Tribunais de Contas que imputam débitos ou aplicam multas, dotadas que são de força executória. A razão é óbvia: quem atua com o fim de lesar o horário se assegura de não ter patrimônio próprio que possa lastrear a execução forçada. Inexistindo patrimônio, não há ressarcimento.

Ao se estudar o planejamento estatal é obrigatório tratar das peças orçamentárias. O Plano Plurianual – PPA é a peça de planejamento estratégico, enquanto a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO é a peça do sistema de planejamento que a partir dos programas e das determinações do PPA dispõe sobre um conjunto de elementos que necessariamente devem ser observados quando da elaboração do orçamento anual.

Por outras palavras, face à transição do PPA para a Lei Orçamentária Anual – LOA, essa por fim é um documento que expressa as escolhas públicas realizadas por um determinado grupo social em relação a quanto estão dispostos a pagar para dispor da cesta de bens demandadas junto ao Governo. No planejamento da atividade do Estado, corporificado nas três peças orçamentárias complementares e articuladas, a atuação do Tribunal de Contas nos âmbitos de desempenho adquire especial relevância. As auditorias de desempenho com os seus achados quanto à eficiência, eficácia e efetividade, os objetos fiscalizados são valiosíssimos insumos para as tomadas de decisão. Notadamente as auditorias operacionais, em programas de Governo, para as quais há inclusive uma unidade específica na estrutura organizacional do TCU, que é a Secretaria de Fiscalização de Programas de Governo, a SEPROG.

O Senado Federal, a Câmara dos Deputados e suas respectivas Comissões Técnicas ou de Inquérito podem demandar ao TCU a realização de auditorias e inspeções, segundo o art. 71, inciso IV, da Constituição. Paralelamente também podem solicitar à Corte de Contas a prestação de informações sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre os resultados de auditorias em inspeções realizadas, art. 71, inciso VII, da Constituição. Significa dizer que, além de poder solicitar ao Tribunal a realização de fiscalizações que julgam importantes, o Legislativo detém a prerrogativa de requerer a prestação de informações sobre qualquer fiscalização que o órgão tenha feito.

Diante do exposto, afirma-se que as Casas Legislativas têm à disposição poderosos instrumentos legais para garantir a contínua melhoria na qualidade da análise das Leis Orçamentárias. Pode, assim, contar com o auxílio de um órgão técnico cujo trabalho é de reconhecida excelência e qualidade pelo seu corpo descritivo e também pelo seu corpo funcional, pelo seu corpo de técnicos absolutamente qualificados, que é o Tribunal de Contas da União.

São essas as considerações que julgamos importantes colocar como nossa contribuição para os debates dessa Mesa, de certo uma oportunidade singular para o aperfeiçoamento da democracia e da república.

Creio que todos nós ganharemos sobremaneira com as intervenções feitas durante este evento, sobretudo em relação do amplo conhecimento dos debatedores em relação à matéria, além do conhecimento e também da qualidade dos debatedores e convidados. Muito obrigado aos senhores.

Passo a palavra ao nosso último debatedor, aliás, o último expositor, o Dr. Cláudio Abramo, por vinte minutos.

SR. CLÁUDIO WEBER ABRAMO: Muito obrigado Senador Marconi Perillo, eu cumprimento a todos da Mesa e a vocês que nos assistem, me desculpem pelo atraso, enfim, não foi de minha responsabilidade, os céus paulistas estavam encobertos, então eu atrasei em uma hora.

Eu vou me deter nos aspectos que propiciam, no meu entender e no entender da organização que eu represento, que propiciam os desvios de dinheiro público na administração.

A Transparência Brasil tem trabalhado consistentemente segundo a máxima, segundo o princípio, de que corrupção tem causa. Corrupção não é um problema subjetivo, não reside dentro das pessoas, não se combate corrupção dizendo que ela é feia, propugnando pela transformação das pessoas. Corrupção existe nas instituições e existe nos mecanismos gerenciais, para todo o mecanismo de corrupção se pode identificar um conjunto de causas objetivas. Então causas objetivas se atacam por medidas objetivas. Onde estão as causas não apenas de corrupção, mas também da enorme ineficiência que se verifica no gasto público no Brasil da qual ineficiência a corrupção é meramente um aspecto? Eu imagino que se deva desperdiçar muito mais dinheiro por incompetência do que por corrupção no Brasil.

Muito bem. Então existem três grandes famílias de causas para a corrupção. A primeira delas é estrutural, tem a ver com a economia. Uma sociedade que tem poucos recursos não conseguirá aplicá-los, esses poucos recursos, no aperfeiçoamento dos seus mecanismos de controle. Então é um tanto inútil esperar-se que a República do Togo, por exemplo, será um país muito íntegro, não vai acontecer. Como também é improvável que num país como o Brasil, com imensas desigualdades regionais entre os Estados e etc., entre os Municípios, não se deve esperar que em um Município muito pobre, um Estado muito pobre, que não tem arrecadação, tenha uma estrutura administrativa íntegra. É uma contradição em termos, não vai acontecer e não há discurso que mude isso. As causas de natureza estrutural são de difícil intervenção, está certo? A economia muda com o tempo, muda com o desenvolvimento econômico, não acontece da noite do

dia e certamente não acontece por mera vontade de agentes políticos, não é assim que se dá.

Já o segundo conjunto de causas tem, enfim, sobre esse conjunto de causas há uma muito maior possibilidade de intervenção, não apenas dos agentes políticos e dos agentes sociais de modo geral, que são as causas institucionais, ou seja, aquelas que residem nos regulamentos, nas leis, na Constituição. É sobre essas que eu vou me concentrar um pouco mais, não sem antes mencionar o terceiro conjunto de causas, que são as causas administrativas. As leis precisam ser aplicadas, a fiscalização precisa funcionar, precisa se dar de acordo com aquilo que esteja consignado nos regulamentos respectivos. A não aplicação da lei não é um problema jurídico, é um problema administrativo. Sobre esse eu não vou me estender muito, porque não vai dar tempo, mas eu quero me centrar em causas de natureza institucional que têm evidente relação com a corrupção no Brasil.

Mencionarei três dessas causas, não são exaustivas, ou seja, existem outras causas, mas eu queria frisar especialmente a primeira delas, que é a enorme facilidade que os detentores de cargos de responsabilidade têm de nomear pessoas para ocupar cargos de confiança. Nós estamos assistindo agora, nesses dias, o escândalo que ocorreu no Governo gaúcho, quando o Secretário da Casa Civil, numa conversa com o vice-Governador, disse lá que o partido fulano de tal estava no DETRAN para arrecadar dinheiro. A Governadora Yeda Crusius, ao comentar esse episódio, disse: “Pôxa, por que é que estão olhando tanto para o Rio Grande do Sul? Acontece em todo lugar”. Está certa ela. Está errada, naturalmente, em reclamar da atenção que se dê ao caso, que tem que se dar atenção.

A Constituição brasileira garante ao Chefe do Executivo a prerrogativa de nomear pessoas. No Governo Federal são vinte e sete mil indivíduos, segundo a última conta. Esta lista é secreta, aliás, a gente não sabe exatamente quem são. No Governo do Estado de São Paulo são vinte mil pessoas de acordo com declaração do Governador José Serra. Suponho que deva ser algo parecido em Minas Gerais e na Bahia, que têm governos mais ou menos do mesmo tamanho. Não sei quantos são numa cidade como São Paulo, que tem o terceiro PIB brasileiro ou o quarto, deve ser aí doze mil, eu não sei. Como é que o governante usa esses cargos? Compra os partidos, loteia o Estado sob a alegação da governabilidade, dirige-se aos partidos que fazem parte, que estão representados, que estejam representados na respectiva Casa Legislativa e compra os Deputados, Senadores, Vereadores, Deputados Estaduais. Compra. Qual é a contrapartida? A contrapartida é óbvia. Por que o partido político gos-

taria de ter uma diretoria que fura poço – no dizer do ex-Presidente da Câmara dos Deputados -, para que finalidade? Por que motivo, com tanta concupiscência os partidos políticos querem esses cargos? A resposta está no noticiário sobre corrupção, aquilo que se conhece sobre a corrupção, da conta de que nada menos do que 3,4 novos casos de corrupção acontecem por dia e são noticiados na imprensa. Nós fazemos essa conta, fazemos esse acompanhamento. 3,4 por dia, mil e tantos por ano.

Há a facilidade de nomeação. O loteamento do Estado pelas forças políticas é o componente importantíssimo nesse mecanismo e têm efeitos gravíssimos sobre a representação política e sobre a administração pública naturalmente, porque não é possível ter-se um quadro funcional na administração pública de qualquer esfera se o indivíduo que pertence a essas carreiras sabe que ele somente conseguirá ascender se ele se acertar com algum partido, porque se ele não se acertar com algum partido não vai haver possibilidade de ascensão profissional. Isso é o oposto do que se espero de um corpo funcional competente no Estado. Um corpo funcional competente no Estado não pode ser dependente do estamento político, pelo menos é isso o que reza toda a doutrina republicana, reza isso, quer dizer, o corpo funcional do Estado tem que ser independente das forças políticas. Não estou dizendo que um novo governante não possa nomear pessoas para ocupar funções importantes como Secretário, Secretarias e coisa e tal. Mas, digamos, dois mil no Governo Federal, que tal? Dois mil e quinhentos? Nos Estados Unidos, que tem um Governo Federal maior do que o brasileiro, o número de pessoas que são nomeados para ocupar cargo de confiança são nove mil e cinquenta e um exatamente listadas num livro, que chama Plum Book, o Livro Ameixa. Ameixa porque em inglês é um Plan Job, é um bom emprego. Desses nove mil e cinquenta e um, uma boa tarde aí são de cargos rituais(F) e pelo menos metade depende de aprovação do Congresso.

Qual é a consequência que esse gênero de cooptação que se dá em todo o lugar, em todos os lugares e por todos os partidos, não é que um partido faz e o outro não faz, todos fazem e todos os governantes fazem? Um dos defeitos gravíssimos é o abastardamento da atividade parlamentar, por que o que é que faz o Deputado, o Senador, o Vereador, o Deputado Estadual? Faz o que o seu dono mandar, porque ele tem um negócio ali. A equação é simplíssima, quer dizer, como é que se garantem maiorias? Dessa forma. Agora esperar-se que esse mecanismo resulte em alguma espécie de eficiência da gestão do Estado é

realmente ser muito ilusório, que não pode funcionar, é evidente que não pode funcionar.

Essa garantia está na Constituição. Como é que se pode alterar esse estado de coisas? Mudando-se a Constituição. Qual é a chance disso sair dessa Casa? Ah, não acredito que seja muito alta se não houver pressão muito violenta sobre os senhores que pertencem a essa Casa. Qual é essa pressão? A única pressão que funciona sobre político é o risco dele não ser reeleito, como todo mundo sabe, certo? Não é outra coisa. Então os representantes, particularmente os representantes no Congresso Nacional, apenas se moverão nessa direção se se sentirem muito ameaçados; de graça não farão. E isso é algo que cabe à sociedade organizada, aos jornais, à imprensa, aos grupos de pressão fazer, pressionar para que eles se sintam ameaçados. Portanto, aí eu tenho um certo pessimismo a respeito da possibilidade desse estado de coisas mudar.

Um segundo efeito de problemas constitucionais que enxergo é a imensa autonomia que a Constituição brasileira confere a Estados e Municípios. De acordo com alguns o Brasil é um país mais descentralizado do mundo. No Brasil um Município é ente federado, o que significa que Xiririca da Serra, com quatro mil habitantes, tem exatamente as mesmas estruturas que uma cidade como o Rio de Janeiro, Belo Horizonte ou São Paulo. Ao lado disso, quer dizer, essa autonomia significa autonomia de 100% num planejamento, execução e fiscalização das suas despesas, dos seus gastos.

Qual é a chance disso funcionar? Outra vez é minúscula. De acordo com o último censo municipal do IBGE, 82% dos Municípios brasileiros não arrecadam o suficiente para viver, dependem de repasses, sejam constitucionais, sejam voluntários. Desses 82%, a metade, o que dá 41% do total, dependem em mais de 90% de repasses para sobreviver. O que isso significa em termos da possibilidade de se criarem naquela sociedade as tensões decorrentes do chamado conflito distributivo? Como é que vai se criar naquela sociedade o contraditório com relação à Prefeitura? Não há produção econômica, todo mundo depende da Prefeitura, ou seja, o armazinho vende pano para a escola da Prefeitura, a merenda escolar é fornecida pelo sujeito do botequim e não tem outro botequim lá. A quem pertence a rádio do local? Ao papagaio da concunhada do Prefeito, não é?

A Constituição também especifica, como disse o Senador a Constituição Cidadã, que tem aspectos dessa tal cidadania, é o seguinte. Então tem lá um dinheiro do orçamento federal e dos orçamentos estaduais que são transferidos para Estados e Municípios por conta de educação, saúde, saneamento básico,

são as transferências ditas constitucionais, são receita própria dos Municípios. Qual é a contrapartida cidadã, conforme se diz? Em cada um desses lugares têm um tal de Conselho Gestor da Política Pública naquela área, quando tem, mas em mais de 90% dos casos, de acordo com o IBGE, tem. O Ministro Jorge Hage esteve aqui na semana passada, eu acredito até tenha falado até sobre isso, eu não sei se ele falou especificamente sobre isso, mas a Controladoria-Geral da União faz auditorias por sorteio em Municípios e agora também em Estados, em certos programas, e constata que em mais de 90%, este é o número deles, em mais de 90% das situações os tais Conselhos Gestores são inoperantes. É claro que são inoperantes. Numa sociedade em que não há produção econômica, como é possível imaginar-se que alguém que pertencerá a um Conselho será independente da Prefeitura? Não vai acontecer. Isso é ilusão. Uma necessidade evidente é o aperto brutal mesmo das condições de controle dos dinheiros que são repassados a municipalidades e a determinados Estados. Há alguns Estados aí, como esses que são ex-territórios, que não têm condições de sobrevivência, eles são Estados eu não sei como. Eles dependem de repasse, dependem de dinheiro que não é gerado localmente. Se depende de dinheiro que não é gerado localmente, não pode ter autonomia de gestão desse dinheiro, isso é um contra-senso. Essas condições de controle precisam ser alteradas. Isso é mais fácil fazer do que parece, não é, porque não é absolutamente descabido, por exemplo, de se condicionar, sei lá, o repasse de royalties da Petrobrás para onde tem petróleo a determinadas condições de controle. Como, aliás, o Governo Federal começa a fazer com os seus programas voluntários, não os constitucionais, que não pode fiscalizar, mas a CGU pode fiscalizar os programas voluntários.

Então existe aí uma possibilidade de alteração desde que se reconheça que o controle não funciona, e desde que se reconheça, que me perdoem os representantes dos Tribunais de Contas aqui, que Tribunal de Contas realmente não funciona, porque eles são dominados pelos mesmos políticos que estão lá. Como que se define um Conselheiro de Tribunal de Contas? Você vai lá e garante que lá no futuro não vão me chatear. Essa é a lógica do Tribunal de Contas. Ele não pode funcionar dessa maneira.

Então todo o discurso legalista e jurisdicente a respeito de Tribunais de Contas precisaria, em primeiro lugar, ser mitigado pela constatação de que é de conhecimento generalizado. Todo mundo sabe que é assim, os políticos agem dessa maneira, os governantes agem dessa forma. Então imaginar-se que Tribunais de Contas vão funcionar como organismos

de controle, com as Casas Legislativas cooptadas do jeito que são, se pode colocar isso num papel como um modelo, dizer que seria bom se fosse assim em Júpiter. Aqui, nesse país, não funciona assim. Insistir-se nessa solução é jogar dinheiro pela janela. O problema político precisa ser enfrentado e não ficar aí dizendo que o Tribunal de Contas existe e então, portanto, ele é uma maravilha. Não é. O meu tempo é muito curto, eu poderia falar disso o dia inteiro.

Eu queria mencionar muito rapidamente um terceiro aspecto das instituições brasileiras que trabalha em detrimento do controle e da eficiência dos assuntos(F), que é a ineficiência de uma legislação no Brasil que regulamente o acesso à informação. A Constituição brasileira garante no seu art. 5º, inciso XXXIII, o direito de acesso à informação por qualquer pessoa, não precisa nem ser cidadão. Por outro lado, a mesma Constituição diz no seu art. 37, define no seu art. 37 como um dos princípios da gestão pública o princípio da publicidade, o que os governantes naturalmente interpretam como sendo o direito de contratar uma agência de publicidade. Bom, durante muitos anos eu pessoalmente achava que a Constituição seria, enfim, que esse texto é autoregulado, já que se tem direito, se a gente pedir a informação para o governante, o governante nos dá, enfim, não precisa ser o governante, qualquer indivíduo do Estado, do Judiciário, do Legislativo e etc. Basta pedir, mencionar o texto constitucional e se obtém a informação. É, não é assim que acontece. O sujeitinho do outro lado pergunta: “Para que você quer a informação?” Por exemplo, o Procurador-Geral do Estado do Maranhão, por exemplo. A Transparência Brasil enviou vários ofícios a diversas Casas, diversos Governos, Secretarias de Fazenda e Procuradorias para procurar informações a respeito de precatórios, que é um assunto que está sendo votado aqui nesta semana, eu acho que ia ser votado ontem e foi adiado de novo, que é um assunto que o Senado está discutindo sem conhecimento de causa, sem conhecer os números, sem ouvir o contraditório e está votando. Então eu queria saber os números. “Sr. Governo do Estado do Maranhão, aí no caso, o senhor poderia, por favor, Procurador, me dar uma lista dos precatórios ou pelo menos os números agregados de quais precatórios estão atrasados, qual é a situação no Maranhão?” Aí escreve o sujeito lá: “Para que você quer essa informação?” Aí eu escrevi de volta: “Vai catar coquinho, o senhor não tem que saber porque que eu quero; eu quero saber porque eu quero saber, eu tenho o direito constitucional”, mas não dão a informação, não dão. Essa resposta é muito comum [soa a campainha], infelizmente, e os jornais

sabem disso muito bem, sabem que para obter uma informação precisam ir à justiça.

Esta Casa aqui, esta Casa não, a Casa irmã, a Câmara dos Deputados, publica como os Deputados gastam as suas verbas indenizatórias porque a Mesa do Senado foi processada por um jornal, eles iam perder, então eles passaram a publicar. Muito recentemente, este ano, o Senado passou a publicar como os Senadores gastam a sua verba de gabinete. Na maior parte dos gastos nas Assembléias Legislativas Estaduais não dão nenhuma informação desse tipo, nenhuma informação, nem sequer informa se o sujeito comparece ao trabalho no Plenário e nas Comissões. Esse Senado, não se sabe se os Senadores vêm trabalhar, porque não está publicado. Muito bem.

Em 2006 – e eu termino – houve no âmbito de uma Comissão que se chama Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção, que funciona lá na CGU, se redigiu uma Lei de Acesso à Informação e se enviou para a Casa Civil, que seria uma Lei de Acesso à Informação de iniciativa do Executivo. Foi mandado para a Casa Civil. O então candidato Luiz Inácio Lula de Silva em 2006, em setembro, por aí, em cerimônia no Palácio do Planalto quando lançou um outro projeto, prometeu que ele enviaria ao Congresso aquele Projeto de Lei. Pouco tempo depois deu uma entrevista à Folha de São Paulo que disse isso mesmo. E agora recentemente, na ONU, disse outra vez a mesma coisa. O projeto está há um ano, quase dois anos lá na Casa Civil e nada acontece. Cadê o projeto? Onde que está, Sr. Lula, o projeto? Onde que está, D. Dilma, a regulamentação do acesso à informação, sem a qual o indivíduo que pertence a uma comunidade qualquer não tem instrumento real de pressão sobre o Executivo para entender, por exemplo, quais são os números relativos ao programa? Está gastando dinheiro aí para contratar, sei lá, ambulâncias, vai, para posto de saúde. Quais são os números que se mostram a necessidade dessas ambulâncias aqui ou ali? O Congresso Nacional vota o orçamento sem esses números, que é outro problema, a criação de indicadores e a busca de indicadores objetivos sobre programas. Eu não sei se você falou sobre isso, falou? É algo muito importante para a melhoria da eficiência da gestão, se faz pouco, eu não tenho tempo de entrar nisso.

Então o meu tempo já acabou, eu agradeço a atenção e me coloco à disposição para qualquer pergunta ou reclamação. Obrigado [palmas].

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Bom, esta Coordenação agradece ao expositor Dr. Cláudio Abramo.

Gostaria apenas de fazer algumas considerações em relação ao projeto que diz respeito aos precatórios.

Esse projeto está sendo debatido aqui na CCJ já algum tempo e eu considero importante que ele seja debatido na medida em que precatório no Brasil virou caso de polícia. É impressionante o quanto alguns advogados e alguns Tribunais não têm respeito ao dinheiro público. Quando o Estado perde uma causa ou o Município, muitas vezes por negligência do próprio Estado, negligência da sua Procuradoria, atribui-se a uma causa que deveria às vezes custar mil, cem mil, um milhão. Então é preciso regulamentar sim os precatórios. Não sei se a maneira está sendo a mais adequada, até porque eu não sou membro efetivo da CCJ, mas esse assunto precisa ser resolvido, precisa ser colocado, inclusive, a cláusula do deságio legal dos leilões reversos, porque na verdade o que se pratica quando se atribui a um detentor de um determinado crédito um precatório, geralmente inflaciona, multiplica-se por mil, por dois mil aquilo que ele deveria ter direito. De modo quando você observa num determinado Estado dez bilhões de reais de dívida de precatório, se você for trazer a valor presente vai chegar-se a um milhão, a um bilhão de dívida. E o pior de tudo são as fábricas de escritórios de advocacia que está aí à espreita buscando procurar o coitado do detentor de um precatório para comprar o seu direito e comprar por um preço dez, quinze vezes menor do que ele tem direito.

Então de certa forma, Dr. Cláudio Abramo, o senhor tem razão ao colocar essa questão. O Senado realmente precisa discutir, os Governadores estão interessadíssimos, até porque hoje em alguns casos a Justiça está determinando sequestro nas contas bancárias dos Governos e dos Municípios, então é preciso regulamentar definitivamente essa questão dos precatórios até para que eles possam ser obrigatoriamente pagos. É preciso ter-se anualmente no orçamento um percentual de recursos do orçamento dos Estados, dos Municípios, já que a União não tem esse problema de precatórios, para que eles possam ser pagos, agora de acordo com critérios bastante rígidos.

Eu, por exemplo, quando Governador, foi instado pelo então Presidente do Supremo Tribunal Federal a começar a pagar precatórios alimentícios. Havia vinte anos que não se pagava um precatório alimentício no meu Estado, no estado de Goiás, e nós começamos, num acordo com o Tribunal Regional do Trabalho e depois com o Tribunal de Justiça a pagar, sempre solicitando aos Juizes que fossem parcimoniosos em relação à solicitação de deságio para o Estado. O fato é que nós conseguimos, repassando mensalmente uma quantia do orçamento, à época era um milhão de reais, nós conseguimos pagar 90% dos precatórios alimentícios do TRT.

Os precatórios precisam ser pagos, agora a forma como eles são calculados é algo extremamente estranho e extremamente prejudicial. Eu não diria que sempre, tem exceções, mas de uma maneira geral infelizmente não se preocupa muito com o erário, com as outras funções que o erário tem.

Por fim eu queria dizer também que as minhas informações, desde que cheguei ao Senado no ano passado, quanto à minha verba indenizatória também estão todas disponíveis, os gastos que são feitos são gastos com combustível, com aluguel de escritório e acho que é uma bobagem não se divulgar. Dever-se-ia estar se divulgando há muito mais tempo, até para que não paire dúvidas em relação ao que está sendo feito. É claro que alguns realmente cometem equívocos, Dr. Cláudio Abramo, e V. Ex^a. acompanha isso muito bem através do Transparência Brasil, mas eu não vejo nada mais, pelo contrário, eu acho absolutamente necessário que haja esse tipo de transparência, até para que a sociedade possa respeitar alguns dos seus políticos.

Eu vou começar aqui a ler as perguntas que foram feitas aos expositores. A primeira é ao professor Caio Marini. “A atuação de órgãos institucionais de controle, Tribunais de Contas, Ministério Público, Legislativo e etc., no exame estrito da legalidade é mais claro, perceptível e previsível, pois há sanções para quem transgredir tais normas. O exame de cumprimento das metas de resultados, no entanto, parece pouco efetivo por não haver sanção para quem não alcança os resultados constantes dos planos e programas de Governo. Em outras palavras, o gestor não se sente imune ou incomodado com relação às avaliações. Pergunto: Como o senhor vê este impasse?”

Tem outras perguntas aqui do Dr. Luiz Genésio. Eu vou passar ao professor Caio para que ele daqui a pouco responda. Eu vou ler todos para que a gente inicie o processo de respostas.

Ao professor Caio e ao Senador Casagrande, de Heloísa Garcia Pinto, Diretora-Nacional do PROMO-EX. “As avaliações dos resultados dos programas governamentais já estão sendo inseridas nas atividades dos Tribunais de Contas brasileiros. Pergunto: Quais as medidas de acessibilidade e de aceitabilidade que as Casas Legislativas podem e hoje estão formando para que tais trabalhos oriundos dos Tribunais de Contas sejam considerados e etc.” Depois o senhor poderia completar a leitura e responder.

De Luiz Belo para o professor Cláudio Abramo. “A Polícia Federal descobriu um desvio de aproximadamente trezentos milhões de reais na Assembleia Legislativa de Alagoas. O assalto aos cofres públicos se deu pelos Srs. Deputados durante oito anos de for-

ma continuada. Não se sabe há quantos o Tribunal de Contas não realiza auditoria in loco nesse órgão e em tantos outros, um caso típico de simbiose. Eu gostaria de saber a sua opinião quanto à responsabilidade civil e criminal desses Conselheiros e gestores do Tribunal de Contas no referido período”.

Para o jornalista Luiz Nassif, é do Benjamim Lima Júnior, do Tribunal de Contas da União. “O senhor vem a tempo se antecipando nas críticas ao atual modelo econômico capitaneado pelo Banco Central de derretimento de dólar em virtude de uma política equivocada de juros. Há uma crise no déficit de conta corrente, cada vez mais irá requerer recursos externos e para o qual não temos dado atenção. Nesse contexto, como o senhor avaliaria a atuação do parlamento, dos Tribunais de Contas e também da mídia na reversão desse quadro?”

Dr. Sérgio, do gabinete do Senador Gim Argello, para o Senador Luiz Nassif. “O senhor informou que o país tem prejuízo de dez bilhões/ano com operações de swap. O que faz essa operação de swap... Como poderíamos controlar esse prejuízo sem afetar a conquista da democracia do Estado brasileiro, que é a independência operacional do Banco Central?”

Dr. Sérgio Miranda, Deputado Sérgio Miranda. “Na maioria dos Municípios brasileiros não existe controle interno, a sua implementação pelos gestores é lenta. Temos, ainda, dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal que ainda não foram implantados, como o Conselho de Gestão e contabilidade de custos. Por que não lutamos também para a implementação da contabilidade prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal?” Jailson, do Mato Grosso.

Ao Senador Renato Casagrande, o Vander de Mello do TCE do Mato Grosso está elogiando, eu vou deixar aqui para que ele possa depois responder.

Pergunta do Gilson, TCE de Santa Catarina. “Por que não possibilitar aos Tribunais de Contas as condições de quebra de sigilo? Eu acho que seria um instrumento nacional que ajudaria muito a combater a corrupção”. A quem você está perguntando, Gilson?

SR. GILSON: Ao ex-Deputado.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Tá, eu vou passar então ao Deputado Sérgio.

“Deputado Sérgio Miranda, na Bahia os Deputados Estaduais incluíram no orçamento da própria Assembleia Legislativa rubrica para subvenções sociais, que foram direcionadas para entidades privadas, através de convênios firmados pela Assembleia Legislativa, tendo como objetivo a distribuição de cestas básicas, remédios, festas em Municípios onde cada Deputado tinha ou tem base eleitoral. Na sua experiência, como avalia esse fato, mormente o fato de tudo isso ter ocor-

rindo no orçamento da Assembléia Legislativa?” Amilson, Presidente da FENASTC.

Dr. Caio Marini. “O Tribunal de Contas da comunidade européia não julga contas, avalia resultados e, quando detecta fraude, encaminha relatório para o correspondente ao nosso Ministério Público. O senhor acha possível que os nossos Tribunais de Contas, que se ocupam, sobretudo, com o julgamento de contas, têm condições de avaliar resultados?” Amilson, também da FENASTC.

Conselheiro Faccioni. “Os oito auditores por cem mil habitantes com muito esforço e competência têm se esforçado para bem desempenhar o exercício dos misteres constitucionais do controle externo. Em muitos Tribunais de Contas, infelizmente, o dever de casa não é cumprido, mas é esquivado e transverso. A imprensa tem noticiado a cada semana a existência de vícios, hábitos irregulares, envolvimento em ilícitos, crimes comuns e de improbidade entre membros de Tribunais de Contas, os quais, mesmo estando sujeitos aos princípios processuais do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, negligenciaram ou mereceriam de plano a edição de ações preventivas ou emergenciais, como a sugestão por parte da ATRICON, do afastamento liminar dos envolvidos dos corpos deliberativos dos TCs, permitindo a livre, isenta e justa apuração dos fatos interna e externamente. Quando teremos, enfim, esta realidade?” Marcelo Henrique, da FENASTC. Eu vou pedir para passar ao Dr. Faccioni.

Presidente da ATRICON, também ao Dr. Faccioni. “O senhor considera o fato de ter existido ou existir desvios na Igreja, justificam os desvios na administração pública e nos TCEs? Quer dizer que a Igreja absorveu todos os desviados? Por outro lado, propor reforma de ingresso nos TCEs é uma das principais razões dos vícios ocorridos na igreja. Diante desses fatos, como podemos acabar ou diminuir na administração pública com a corrupção? Como também podemos tornar os Tribunais de Contas imunes a esses desvios?” Domingos, de Mato Grosso.

Ao Dr. Cláudio. Esta é a quinta Audiência sobre Controle dos Gastos. Tivemos debates muito interessantes que me encheu de esperança sobre a capacidade do ser humano em poder fazer a coisa certa. Denunciamos aqui a composição do Pleno do TCE do Mato Grosso, onde cinco Conselheiros foram escolhidos pelos Governadores por livre escolha, contrariando a Constituição. Na sua opinião, conforme vossa fala, nós que estivemos aqui participando dessas audiências perdemos o nosso tempo?” Vander da Silva, TCE-Mato Grosso.

Dr. Cláudio Abramo. “Hoje tramita no Congresso a PEC 75/2007 de autoria da Deputada Alice Portugal, PCdoB da Bahia. Se o senhor a conhece, o que o senhor acha dessa proposta? Se não, qual seria o modelo adequado na sua visão para um perfeito funcionamento dos Tribunais de Contas?” Sérgio Pessoa, SINDCONTAS, Paraíba.

Dr. Cláudio Abramo. “Se é sabido e consabido que os TCs não funcionam, tendo a voz corrente da sociedade, opinião pública, imprensa, entidades civis, órgãos de servidores dos TCs, comunidade geral com ressonância, e de outro lado isoladamente os membros colegiados dos TCs dizem que as instituições são eficientes no combate às mazelas do poder público. Há alguma perspectiva viável de um encontro de contas que possa motivar a efetiva mudança desse quadro envolvendo conscientemente e sistematicamente de modo responsável os membros dos TCs, ou seja, que “caia a ficha” dizendo-se “não fazemos direito, somos ineficientes e precisamos e vamos mudar”. Marcelo Henrique, da FENASTC.

Por fim, uma pergunta a mim dirigida. “V. Ex^a. subscreveu uma PEC da FENASTC que propunha o concurso público para Ministro, Conselheiro do TCU e TCEs, tendo inclusive ido à Bahia a nosso convite para participar do Congresso e falar sobre aquela proposta. O senhor foi Governador de Goiás, naturalmente deve ter influído no processo de escolha dos Conselheiros dos Tribunais de Contas do seu Estado. Qual é a sua posição hoje sobre a forma de provimento dos cargos de Ministro e Conselheiros dos Tribunais de Contas”. Amilson caminhoneiro, Presidente da FENASTC.

A minha posição continua a mesma, eu continuo defendendo o concurso público de provas e títulos. Infelizmente a minha Emenda não prosperou, nós não tivemos número para aprová-la na CCJ e no Plenário. Continuo pensando a mesma coisa. Como não houve a modificação em nível constitucional, em nível da Constituição Federal, nós tivemos que obedecer aos critérios que estão dispostos na Constituição Federal e na Constituição—

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: A sua Emenda qual era?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): A minha Emenda determinava concurso público de provas e títulos para todos os Conselheiros, mas primeiro para os Tribunais de Contas da União e depois as Constituições Estaduais fariam as suas adaptações. Então a minha resposta é essa.

Eu passo a palavra... Tem uma pergunta aqui ao Senador Casagrande também.

Eu peço licença ao Senador Renato Casagrande e aos expositores para que eu me ausente por alguns

minutos, já que terei que fazer um pronunciamento agora como autor do requerimento em homenagem aos Cem Anos da Imigração Japonesa, mas cumprimento a todos, já repassei as perguntas todas, Presidente, e vou passar a palavra inicialmente ao primeiro expositor, o Dr. Caio Marini, para que ele possa responder as indagações. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Obrigado.

SR. CAIO MARINI: Muito bem. Eu vou ser muito breve para que a gente possa aproveitar bem o tempo. Eu agradeço aí as perguntas que foram colocadas, sintetizando são de três naturezas, quer dizer, a questão de que o controle baseado na legalidade aparentemente tem mais consequência do que o controle de resultados do ponto de vista da sua institucionalidade. A segunda diz respeito à questão de como promover maior acessibilidade às informações sobre resultados e a terceira faz uma referência muito interessante a uma experiência internacional, notadamente no campo aí da Europa. Então eu faria assim um comentário muito breve, quer dizer, chamando talvez a atenção para três responsabilidades, quer dizer, eu acho que a resposta a essas questões de certa forma pressupõe avanços, enfim, cobranças que precisam ser feitas a três instâncias, quer dizer, primeiro ressaltar e repetir o comentário que fiz no início: não há como avançar na perspectiva da gestão orientada para resultados e do controle para resultados se não há resultados.

Então há um compromisso do Executivo de avançar nessa perspectiva, de certa forma recuperar um pouco a cultura da formulação estratégica perdida, quer dizer, o PPA não é plano estratégico, o PPA tem uma perspectiva de curto e médio prazo, quer dizer, a idéia de ter planos, projetos nacionais como o Nas-sif mencionou, essa experiência foi perdida e de certa forma a gente não recuperou essa cultura de uma forma mais objetiva, eu diria mais abrangente na experiência recente da administração pública. Então há necessidade de se avançar nessa perspectiva, há experiências isoladas, reitero o caso de Minas Gerais, há outras experiências nesse campo muito interessantes acontecendo em alguns Estados, no Espírito Santo, São Paulo, o próprio Governo Federal, sem dúvida o PAC é uma referência do ponto de vista de orientação a resultado que permite algum tipo de cobrança, embora eu ache que há uma confusão conceitual, a gente ainda confunde esforço, iniciativa, ações, coisas a fazer com resultados a alcançar.

O segundo ponto, que quero me referir, quer dizer, há uma provocação como foi feito aí por uma revista de um Tribunal de Contas que me pediu, um pouco por conta de uma entrevista que dei a uma revista semanal

em que aí pinçaram uma frase aparentemente solta, mas que reitero a consciência desse argumento, que é não basta transparência. Eu insisto nisso, não basta transparência sobre as contas. O que é absolutamente fundamental é que a gente avance nessa perspectiva, mas que avance também na transparência sobre resultados, quer dizer, eu quero viver aí ainda este mundo em que haja disponibilidade de informação, haja prestação de contas sobre as contas, mas que haja prestação de contas sobre resultados. Para isso precisa ter resultado. Então eu acho que há um papel do Legislativo, que é o segundo componente, que é um pouco do ponto de vista político fazer esse redirecionamento e se for necessário instituir instrumentos legais para que esse exercício seja fortalecido, que a gente faça isso.

Terceiro, tem também o papel da sociedade, quer dizer, é necessário que a sociedade, acho que isso tem acontecido com muito vigor, avance no ponto de vista das pressões para que efetivamente esse exercício da cobrança de resultado possa acontecer. As experiências começam a acontecer no cenário internacional, no cenário nacional, então volto ao argumento aí da provocação do artigo que me foi proposto aí pela revista do Tribunal de Contas: transparência não basta; é um ótimo começo, um belíssimo começo, mas o que na verdade a gente precisa é avançar nessa perspectiva da prestação de contas sobre os resultados. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Muito obrigado ao Dr. Caio. Vamos então às perguntas ao Dr. Sérgio Miranda, pedindo que também seja sucinto igual foi o Dr. Caio.

SR. SÉRGIO MIRANDA: A pergunta do Presidente da FENASTC sobre as subvenções sociais. Tudo aquilo que eu falei sobre a utilização das Emendas individuais como forma de garantir maiorias aqui no Congresso Nacional, isso acontece com muito mais vigor nas Assembléias Estaduais. Conheci um Governador, que foi o Governador Itamar Franco, que teve a coragem de suspender isso em Minas e viveu durante seus quatro anos grandes dificuldades políticas na Assembléia. Posteriormente isso foi recomposto e cada Deputado tem um determinado número de Emendas e facilita subvenções. Essa é uma das distorções. Acho que nós podemos, como está proposto em alguns documentos da consultoria de orçamento, você qualificar as Emendas individuais para determinados programas onde haja medidas concretas para viabilizar aquelas Emendas.

A outra pergunta é sobre a LRF. É verdade. A LRF, a aplicação dela sempre foi seletiva, alguns artigos são aplicados e outros não. Há uma seletividade

na LRF. A compensação das subvenções, aonde que isso foi feito? Das renúncias fiscais, onde, qual? Nunca houve, desde o início. Então a aplicação da LRF, ela foi seletiva. Interessa a questão das metas primárias, então isso vem forte no orçamento, as regras do contingenciamento. Em alguns artigos foram tão draconianos que se tornaram inaplicáveis. Não tenho aqui em mão, eu participei um ano do debate da LRF. Alguns artigos foram inaplicáveis, não tem condição de você, qualquer crescimento de despesa obrigatória de caráter continuado ou aumentar um tributo ou criar um novo tributo ou aumentar a base de cálculo. O Governo, para justificar o que faz, ele considera a base de cálculo o crescimento da economia, ferindo todo e qualquer conceito do que é base de cálculo em termos de direito tributário. Então eu considero também, nós tentamos aprovar o Conselho de Gestão, porque muitas questões da LRF, elas não foram de fato regulamentadas: relação entre Município e Estado nas despesas e várias outras questões, mas não conseguiu aprovar Conselho de Gestão.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Está na Câmara ainda.

SR. SÉRGIO MIRANDA: Está na Câmara ainda e a nossa tentativa é que o Conselho de Gestão, que houvesse uma participação também do Legislativo.

E o problema da contabilidade de custos que é outra coisa essencial que tenta se incorporar na Lei Orçamentária e que não se consegue. Foi através do exame de custos do metrô quadrado de construção que o Deputado Giovanni Queiroz levantou os questionamentos sobre o TRT de São Paulo, não é, quando comparou o custo de metro quadrado. Então não há uma cultura da contabilidade de custo.

E a última pergunta é por que não possibilitar aos Tribunais de Contas as condições de quebra de sigilo, sigilo bancário, fiscal? Eu acho que seria um instrumento nacional que ajudaria muito no combate à corrupção. Eu não sei o quanto isso ajudaria. Eu tenho dúvidas sobre isso, sinceramente, precisava ser mais esclarecido, não é, porque acho que os Tribunais de Contas podem instaurar processo e o Judiciário pode quebrar sigilo, pode quebrar sigilo e ajudar, não é? O Congresso, quando nas CPIs começou a quebrar de forma indiscriminada sigilos, eu acho que isso às vezes cria muitos constrangimentos aos direitos individuais das pessoas. Então é preciso saber uma combinação, como para combater a corrupção não é necessário, não deve justificar estados policiais, não deve ser por aí, não é? Ao contrário, nos estados policiais viceja a corrupção, é isso que nós aprendemos com a própria vida nacional.

São essas as respostas que eu dou.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Muito obrigado ao Dr. Sérgio Miranda. Dr. Cláudio Abramo.

Sr. CLÁUDIO WEBER ABRAMO: O Dr. Nassif primeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): O Dr. Nassif primeiro? Dr. Nassif.

SR. LUIZ NASSIF: A minha questão é fácil, a questão da deterioração das contas externas e do Banco Central, eu acho que é o maior desafio. Um dos pontos que é colocado pelo Sérgio aqui e pelo Benjamim, mas o Sérgio coloca o seguinte: o swap reverso, ele explica um pouquinho o quê que é o swap reverso e como poderíamos controlar esse prejuízo quem afetar uma conquista da democracia e do Estado brasileiro que é independente operacional do Banco Central. Eu não considero uma conquista do Estado brasileiro e nem da democracia. Nós temos um problema muito sério que vai ter que ser analisado pelas as Agências em geral que é a proporção das Agências por interesses privados. O Banco Central é uma Agência apropriada pelos interesses de mercado, mas claramente.

O swap reverso é uma operação em que o Banco Central, ele combina venda futura de câmbio com venda futura de juros. É um pouco técnico aqui, mas só para explicar para vocês o seguinte: sempre que os juros estão subindo e o dólar está caindo, o Banco Central leva prejuízo, o mercado ganha, quer dizer, hoje qualquer pessoa sabe que os juros vão subir e que o dólar vai cair, isso é desde o ano passado você tem esse quadro, e o Banco Central criou uma moda(F). Uma rapaziada lá que tem uma mesa de operação do Banco Central, uma mesa de operação do Banco Central fazendo esses leilões autorizados pela diretoria do Banco Central, eles conseguem, eu estou falando no período do ano passado para cá, impor dez milhões de reais de prejuízo. Qual é a lógica? Daí você fala: “Mas por que é que vocês fazem isso?” “Não, se não fizesse isso o câmbio estaria posterior”. “Quem disse? Quem mede a eficácia disso?” Por exemplo, o Tribunal de Contas, quando foi discutir concessão rodoviária e tudo mais aí, pediu para o pessoal abrir as contas. Abriram as contas, as fórmulas, daí julgaram, avaliaram se as contas estavam corretas ou não. O pessoal do Banco Central, ele ganhou uma tal blindagem da opinião pública, da imprensa e o receio de crise financeira, que eles podem cometer qualquer besteira que você fala: “Mais isso daí, você está fazendo uma coisa terrível”. “Não, mas se não fizer vai ser mais terrível ainda”. Então isso daí é religião, não é mais a parte racional, quer dizer, nós estamos aí, eu nem vou dizer agora, nós estamos há quinze anos aí com uma política de

juros, lição de casa, lição de casa, lição de casa, lição de casa. O que é lição de casa? Fazer um superávit fiscal, desorganizar toda a estrutura de gastos públicos aí para poder pagar juros, definir qualquer taxa de juros, em qualquer nível. Uma vez eu fiz um decálogo dos chamados juristas, tipo o Mailson, em qualquer hipótese juros altos. Se a inflação está subindo, juros altos para a inflação cair, se está caindo juros altos para a inflação não voltar. Se parou a inflação, juros altos para não ela renascer. Isso não existe, isso aí é transferência de recursos, é você tirar do contribuinte, é tirar do Estado brasileiro, tirar da infra-estrutura. O que nós jogamos nos últimos anos... Eu falei esse prejuízo de dez bi, é do ano passado para cá. O prejuízo total aí desde que começou esse swap reverso lá do tempo do Armínio e tudo mais, eram de mais de cinquenta bi, uma operação, uma rapaziadinha que define na hora lá. Isso não existe, isso daí atropela qualquer norma fiscal.

O ex-Deputado Sérgio colocou muito bem essa questão de enquadrar o Banco Central, está na hora de enquadrar o Banco Central em Lei de Responsabilidade Fiscal. O Brasil, ele avançou desde os anos 80, quando acabou com a conta movimento do Banco do Brasil, quando acertou a questão da separação do orçamento, quando definiu Lei de Responsabilidade Fiscal, agora tem que enquadrar o Banco Central. Essa história do poder absoluto do Banco Central, não existe. O poder absoluto é o seguinte: eu tenho aqui, vamos pegar um médico, vamos pegar uma criança aí que está com infecção. Você chega e o médico, o bom médico, quando ele vai cuidar da criança, ele vai dar uma dosagem de antibiótico para curar a infecção, mas que não seja excessiva para não afetar outros órgãos da criança. Aqui o Banco Central, ele tem uma meta, que é esse negócio da inflação, que é álibi, ele joga a taxa de juros necessária, daí você fala: “Pessoal – eu lembro disso daí desde os tempos do Gustavo Franco -, vocês estão arrebatando as contas públicas”. “Isso não é problema meu, é da Secretaria da Receita Federal”. “Mas vocês estão arrebatando aí as contas externas”. Mas isso não é problema meu, isso é problema do MDIC”.

Então a pior coisa, essa avaliação qualitativa que o Tribunal está começando a discutir, qual que é a lógica e se insere dentro da lógica, tem que entrar no Banco Central. Porque o Banco Central, quando definiu, olha, você tem limite, você tem limite para queimar dinheiro público aqui. Então ele vai adaptar às suas prioridades, ele vai fazer... você tem várias gradações que você pode dar em política econômica: você pode reduzir um pouco os juros aqui, aumentar um pouco a parte fiscal ali. Quando você fala o seguinte: “Olha, você tem plena

liberdade para jogar os juros onde você quiser”, o cara vai por ali. O Henrique Meirelles virou gênio, gente, o Henrique Meirelles virou gênio. A única coisa que ele faz é o seguinte: aumentou a inflação, pode aumentar a taxa de juros porque o problema fiscal não é meu. Ele é enaltecido no mundo inteiro por quê? Porque o maior lucro que o sistema financeiro já teve nos últimos anos foi por conta dessa política de juros. Para quê? Para quê? Para controlar a inflação pontualmente, se amanhã as contas externas arrebentarem novamente, ir tudo para o vinagre. Então eu diria que esse negócio do swap reverso, analisa a experiência internacional, analisa a eficácia. Tem maneiras estatísticas aí, maneiras estatísticas de analisar a eficácia dessas operações e analise também, peçam os dados aí, aí os Tribunais de Contas, eu não sei qual é a ascendência de Tribunais de Contas sobre o Banco Central, peçam a relação aí de vencedores desse jogo aí, se bem que todo mundo ganha, é uma moleza tão grande.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Essa informação não vem.

SR. LUIZ NASSIF: Não vem?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É sigilo.

SR. LUIZ NASSIF: É sigilo? Mas é para o Tribunal.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não, nem para o Tribunal.

SR. LUIZ NASSIF: Nem para o Tribunal? Não, mas eles são democráticos, todo mundo que entra ganha aí, não tem perigo de perder também.

Bom, em relação a essa questão de como que o Congresso pode entrar nessa questão das contas externas, pessoal, hoje no meu blog eu tracei um pouquinho o quê que pode acontecer se vier. Você tem o JP Morgan, antes de ontem ele está prevendo aí uma necessidade de financiamento externo no próximo ano, com essa deterioração das contas externas, de mais de quarenta bi. Com a crise sistêmica internacional você não vai ter financiamento para esse dinheiro. Essa história de que as reservas brasileiras são maiores que a dívida é conversa. O que interessa não é a dívida, o que interessa é a exigibilidade. Você tem aí quatrocentos, quinhentos milhões de dólares aí que os caras podem sacar quando quiser. Então nós estamos falando em algo de segurança nacional, algo de segurança nacional. Você tem uma trajetória, qualquer economista bem intencionado pega e traça aquela trajetória. Imagina o seguinte: o Fernando Henrique, quando foi eleito em 1998, foi eleito por ampla maioria. Em fevereiro de 1999 você tinha uma crise política instaurada nesse país, ele ameaçado de perder o cargo, uma crise política brava, brava, e não tinha o radicalismo que você tem hoje na discussão política

por conta do câmbio. Se você tiver uma crise cambial, como tudo está levando a se temer aí em 2010, 2011, em período eleitoral, radicalização política, hoje qualquer tapioca dá uma crise institucional, você imagina sem a blindagem da economia, sem o Lula para fazer a mediação, sem o Fernando Henrique para fazer a mediação, nós temos um quadro complexo.

Eu acho que tem que chamar as autoridades aí e não adianta esperar jornal, gente. Os jornais no ano passado tiveram um dos melhores resultados da sua história por quê? Porque custo de jornal é câmbio, é câmbio. Se o câmbio cai de dois e trinta para dois reais, por exemplo, é como se os jornais tivessem tido um aumento, um ganho de aumento de tiragem de 30 a 40% sem ter investido em aumento de tiragem. Essa queda de dois e vinte para um e sessenta dá um lucro fantástico, eles não vão reagir. Então o que eu estou falando é algo que tem que juntar oposição e situação porque vai pegar as eleições direto, vai acirrar o clima de radicalização, vai ter uma baita de uma herança maldita aí para o sucessor do Lula. Isso daí não são elucubrações, isso são dados concretos. Um país que sai de uma previsão de superávit nas transações correntes de sete bi em dezembro, já está com uma previsão de déficit de vinte e dois bi, se não acordar para esses dados aí é melhor esperar a próxima crise e o Sr. Crise mais uma vez resolver para a gente aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Dr. Cláudio.

SR. CLÁUDIO WEBER ABRAMO: Muito bem. Há uma pergunta aqui do Sr. Sérgio Pessoa do SINDCONTAS da Paraíba, aliás, lugar para onde vou no domingo, segunda-feira tem lá um troço lá, me pergunta se eu conheço a PEC nº 75, de 2007, de autoria da Deputada Alice Portugal. Não conheço. De quem se trata, quem é que fez a pergunta? Ah, é essa que está aqui.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É da auditoria.

SR. CLÁUDIO WEBER ABRAMO: Enfim, eu não posso discorrer sobre esse assunto, seria não razoável.

Bom, me fazem uma pergunta a respeito da possível responsabilização até criminal do Tribunal de Contas que não identifica irregularidades. Se deu o exemplo aí de Alagoas, em que havia desvios na Assembléia Legislativa de lá, um monte de gente presa e tal e coisa. Olha, eu não sou exatamente especializado em direito penal, mas eu acho que não. A responsabilidade do auditor não se estende a não descobrir alguma coisa, que é muito conveniente naturalmente. Então agora o que é que acontece num Estado como Alagoas? É claro que todo mundo está ali no mesmo barco, é claro, foi até dito aqui, é conhecido perfeitamente. Não é só em Alagoas não, basicamente é assim. Disseram que

é uma simbiose. É claro que é uma simbiose, é tudo a mesma gente, são os mesmos caras. Esperando o quê? São os mesmos camaradinhos. Agora esperar que esses camaradinhos vão fazer controle, não vai, isso não acontecerá. É inútil. Ainda me perguntam: o que foi, esse seminário foi inútil? Eu não sei, vocês que podem me dizer, quem fez a pergunta, se foi inútil ou não foi inútil. O que me parece é que não paga a pena viver de ilusão. Viver de ilusão não faz bem para a saúde. É claro que na vida pública, naquilo que diz no espaço público, ele é muito construído de ilusão, especialmente nos nossos tempos em que o marketing se sobrepõe à realidade, tende a se sobrepor.

Agora no longo prazo, não é, não há possibilidade de um país prosseguir, de uma comunidade prosseguir, de um pequeno grupo progredir se viver de ilusão, e as ilusões que estão aí são bem claras, elas mostram claramente, me parece, aonde é que estão os problemas. O Nassif mencionou a captura das Agências reguladoras pelos interesses privados. É claro, o Estado brasileiro é capturado por Agências privadas de modo geral. Se não é interesse das empresas, quem é que controla, sei lá, a ANAC? São as empresas de aviação, pô. Quem é que controla a Agência reguladora de comunicações? São as operadoras desses aparelhos aqui, são eles que controlam, eles são donos daquilo. Não estão sob o controle público, quer dizer, isso é uma falha gravíssima do modelo de Agências que foi criado no Governo FHC e que não foi, foi um pouquinho melhorado nesse Governo, mas não foi melhorado adequadamente, não adiantou, continuam capturados. Agora para quem é que trabalham esses caras? Vocês acham que trabalham para nós? Vocês estão brincando; eles trabalham para eles. Então é imaginar-se... E para quem trabalham os Tribunais de Contas? É para eles, não é para nós. Qual é a chance disso mudar? Só muda à força, muda à força onde há força política, só muda sob ameaça, ameaça de não ser eleito, ameaça de ir para a cadeia, ameaça de não ter tão tranqüila a sua vida. A impunidade, quer dizer, a impunidade strictu sensu é quando se verifica que o cara é culpado e ele não é preso. Isso praticamente não acontece no Brasil. No Brasil ocorre é que nunca se descobre que o cara é culpado, nunca há uma sentença que transite em julgado. E diferentemente do Senador Marconi Perillo, ele não está aqui, mas as multas que são aplicadas pelos Tribunais de Contas, elas são inoperantes não porque o sujeito trabalhou como laranja. Não, porque elas não podem ser cobradas, o sujeito vai à Justiça e susta, e na Justiça, a Justiça brasileira funciona para quem pode pagar advogado, é assim que funciona, é para isso que funciona, quer dizer, se o cara consegue pagar um advogado, que é caro, quanto mais... quanto

maior, mais alto o coturno do meliante mais caro é o advogado, ele procrastinará uma decisão na Justiça para sempre, porque assim é feito o Código de Processo Penal, é feito para isso, é para isso, porque ganham todos, ganha o advogado e ganha o cliente dele, fica ali, o negócio é manter para sempre.

No Brasil as mesmas causas cíveis, desculpe aqui, é que uma coisa leva a outra, as causas comerciais, por exemplo, elas são resolvidas como? São resolvidas cansando o adversário, cansando o oponente. “Vamos para a Justiça para ver se ele agüenta”. Não tem nada que ver com o direito e nem, sabe, com um direito que o indivíduo ache que de fato tenha. Se você consegue pagar um advogado, agüentar mais do que eu, você vai ganhar, certamente, porque não será a Justiça que vai interferir nesse procedimento de modo a fazer com que a Justiça seja célere. Não é célere e uma das causas disso tudo que se chama de impunidade, a principal causa é isso aí. Muito bem, ou seja, eu mudei muito de assunto.

Eu queria só terminar fazendo uma observação, outra vez o Senador Marconi Perillo não está aqui, mas é sobre a história dos precatórios. Eu não tenho dúvida de que se deve ter muito problema com a definição de precatórios descabidos, de coisas de errar conta de propósito. O Nassif uma vez me contou, nós estávamos sentados, eu não sei se você se lembra disso, nós estávamos sentados num lugar esperando alguma coisa e ele me contou que alguns juristas não sabem fazer conta, que ao invés de fazer o juro composto, ele somava, de modo que uma dívida de dez reais se transformava em um trilhão. Eu não tenho dúvida de que isso aconteça. Agora a proposta de Emenda à Constituição que está aí sendo discutida na Comissão de Constituição e Justiça aqui do Senado, que é originária do Sr. Nelson Jobim, não foi o Renan, porque o Renan apresentou, assinou, mas quem fez isso foi o Jobim e que o Valdir Raupp está... desculpe, o Senador, S. Ex^a. está relatando, tem vulnerabilidades gravíssimas que não estão sendo levadas em consideração nas discussões da Comissão, apesar de nós termos já nos dirigido a todos os membros da Comissão, ao Senador Marco Maciel, e tentado instar os Senadores a discutir isso com conhecimento de causa, isso não está sendo feito. Então isso é perigoso, não se está... Eu não estou dizendo que a questão dos precatórios seja tranquila, não, mas é necessário discutir.

SR. SÉRGIO MIRANDA: Dr. Cláudio, só uma informação para você: na Lei de Responsabilidade Fiscal define que precatórios não pagos se incorporam à dívida. Isso já foi regulamentado, porque as dívidas dos Estados, todos estouraram. A União conseguiu fazer isso por pressão minha na Comissão Mista de Orçamento,

que no relatório de gestão fiscal venha os precatórios não pagos, mas a União tem cumprido os precatórios, mas isso é um dos pontos. Se incluísse na--

SR. CLÁUDIO WEBER ABRAMO: A União não tem problema com precatório, quem tem problema com precatório e dizem que tem problema. Por exemplo, um Estado que diz problema com precatório é São Paulo e não tem, não tem. O principal pressionador dessa Emenda à Constituição, quem é? O senhor sabe quem é, está ali ó.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Quem?

SR. CLÁUDIO WEBER ABRAMO: É o Sr. José Serra. Por quê? Precisa perguntar para ele, agora São Paulo não é um Estado que tenha problema com precatório, não é.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Diz que tem.

SR. CLÁUDIO WEBER ABRAMO: Ah, mas não tem, não tem. O que é que acontece ali é que o mecanismo que está sendo proposto ali nessa Emenda à Constituição é um mecanismo que vai praticamente assegurar, viu Deputado, a irresponsabilidade fiscal, porque vai estimular o não pagamento de dívida de compra de coisas, de contratos. Eu não estou falando desses negócios de sentença judicial alimentícia, que seja, ou desapropriação, mesmo nas compras. Vai fazer a compra, o cara não vai pagar, vai deixar para o seguinte. O que vai acontecer, vai acontecer o quê? Vai entrar num leilão no qual a participação vai ficar ao talante do Governador, ou seja, lá quem for que ele definir. Isso daí é um convite à corrupção, é um convite à corrupção e é um convite, mais importante do que isso, mais amplamente, é um convite à irresponsabilidade, porque o sujeito contrata sabendo que poderá não pagar, que vai deixar para o coitado do seguinte, que vai fazer o mesmo, que vai fazer o mesmo e que vai fazer o mesmo. É o oposto do que se espera de responsabilidade fiscal, não, que o Estado cumpra com as suas obrigações.

Então não é fato que esses assuntos estejam discutidos com conhecimento de causa, os argumentos que estão sendo apresentados não estão calcados em números. Aonde é que estão os números? Não estão. Eu já perguntei isso dezenas de vezes, muitas vezes: “Senadores, onde estão os números que alimentam o raciocínio de V. Ex^{as}.? Onde é que estão os números que embasam o raciocínio que está levando ao voto nessa Comissão? Onde estão esses números? Onde que estão as estatísticas? Onde que estão essas alegações aí, calcadas na exibição de documentação estatística, de que a situação dos Municípios brasileiros em relação ao precatórios é X, Y, Z, onde está?” Não está. De modo que votar dessa maneira não faz bem,

não faz bem. Votar sem saber, não se deve votar sem saber. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Obrigado ao Dr. Cláudio. Passo a palavra agora, também, ao Victor Faccioni, pois têm perguntas a ele.

SR. VICTOR FACCIONI: Eu tenho aqui o encaminhamento, um chamado de três participantes. O primeiro deles é o Domingos do MT, eu creio que seja Mato Grosso. Pergunta: “O senhor considera o fato de ter existido e/ou existir desvios da Igreja justifica os desvios na administração pública nos TCs?” Eu diria que não, não justifica, mas explica. Significa que em todas as frentes deve ser combatido os desvios e que desvios acontecem até lá. “Quer dizer – pergunta ele novamente – que a Igreja absorveu todos os desviados?” Não foi o que eu disse ou o que eu saiba. Pelo que eu soube é ao contrário, os demitiu até. Bispo Marcinkus, por exemplo, foi demitido da direção do Banco do Vaticano.

Outra pergunta: “Por outro lado, propor reforma de ingresso nos TCs é indispensável em razão dos desvios ocorridos na igreja?” Eu diria que a citação à Igreja poderia ser substituída pela citação até dos Tribunais de Justiça ou do próprio Congresso Nacional. Ou no Congresso Nacional com uma participação do povo e etc., da Justiça Eleitoral, da imprensa não existem desvios? Aonde têm pessoas tem possibilidade de desvios. Esse é o problema. Ou alguém me diz que não existem desvios feitos por concursados? Concurados inclusive no Judiciário, concursados em toda a parte. Existe ou não existe? Não é o concurso que torna imune a pessoa, é a impunidade. A impunidade, esta é a questão.

Outra pergunta: “Diante desses fatos como podemos acabar e/ou diminuir na administração pública a corrupção?” Minha resposta: creio que sim, que podemos diminuir e devemos aperfeiçoando e fortalecendo o sistema de controle e de punidade e é o que estamos buscando nos Tribunais através do PROMOEX e que estamos buscando também na discussão da legislação que limita muito a atuação.

Outra pergunta: “Como também podemos tornar os Tribunais de Contas imunes a esses desvios?” Eu diria com maior transparência e fortalecimento do Ministério Público e dos próprios Tribunais. O PROMOEX tem também esse objetivo em mira, tornando-os mais eficientes juntamente com o Ministério Público e a própria legislação que restringe a atuação e a execução das decisões dos TCs.

O professor Cláudio Abramo lamentavelmente não pode ouvir uma exposição que eu fiz antes de sua chegada, onde em síntese agora eu estou colocando

algumas dessas questões, sobre a composição dos TCs, que eu lembrei que desde a constituinte colocamos dois membros oriundos do Ministério Público e dos auditores, inclusive o atual Presidente do Tribunal de Contas da União é oriundo dos quadros do Ministério Público. Agora decisões políticas inadequadas não são exclusivas de políticos ou de ex-políticos. Vemos idem desvios e não cumprimentos entre concursados como disse. E o que é pior: às vezes quanto mais insuspeita uma pessoa, maior o perigo de desvio, porque a insuspeição às vezes a estimula, a facilita. Este é o problema.

Mas, Santo Deus, começou com a história da civilização cristã no antigo Testamento, Deus deu o paraíso a Adão e Eva e proibiu só uma coisa: não comer uma fruta. Por quê? Essa fruta fazia falta à vida deles? Satanás disse a Eva, conta a Bíblia: “Ah, mas essa fruta dá poder e Deus não quer que vocês tenham o poder de concorrer com o poder deles”. Isso explica muito da conduta da pessoa humana. Mas aí tinha o controle de quem? De Deus. E houve a punição. Então o problema é a impunidade. Temos que fortalecer a ação do Ministério Público.

Outra pergunta. Vem de Joselito Mimoso, analista TCE-Bahia. Os TCs poderiam colaborar para aumentar o número de auditores por habitante, diminuindo drasticamente os cargos de Comissão dos TCs, que lamentavelmente é exagerado em todos os TCs. Com a economia poderiam fazer com concurso para técnicos. Como a ATRICON pode ajudar?” Eu diria que a ATRICON pode ajudar sugerindo isso, a que cada Tribunal reexamine o seu quadro e é o que cada Tribunal está fazendo em razão, inclusive, de exigências do PROMOEX, e exigindo uma avaliação mais rigorosa da criação e funcionamento do controle, onde não existe e onde não funciona.

Outra pergunta vem de Marcelo Henrique, da FENASTC. “Oito auditores por cem mil habitantes, com muito esforço e competência, têm se esforçado para desempenhar os exercícios dos misteres constitucionais do controle externo. Em muitos Tribunais de Contas, infelizmente, o dever de casa não é cumprido, mas esquivado e transverso. A imprensa tem noticiado a cada semana a existência de vícios, atos irregulares envolvendo ilícitos, crimes comuns e de improbidade entre os membros de Tribunal de Contas, os quais mesmo estando sujeitos aos princípios constitucionais do contraditório, da ampla defesa e do desvio legal, mereceriam de plano a edição de ações preventivas emergenciais. Como a sugestão por parte da ATRICON é do afastamento liminar dos envolvidos dos corpos deliberativos dos TCs, permitindo livre, isenta e justa apuração dos fatos interna e externamente, quando,

enfim, teremos esta realidade?” O que eu posso dizer é que nós já propomos isso, inclusive quando por proposta nossa, minha inclusive, foi adotado um Código de Ética para referência a todos os Tribunais de Contas adotado pela ATRICON e a ABRACON, num Congresso realizado no Ceará, o 20º Congresso dos Tribunais de Contas realizado no Ceará.

Eram eu acho que as respostas que eu poderia dar.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Obrigado, Dr. Victor. O Dr. Cláudio tem uma observação.

SR. CLÁUDIO WEBER ABRAMO: Eu queria observar, essas alusões religiosas infelizmente a mim me escapa, eu sou ateu, então eu não compreendo isso aí. Agora eu queria observar o seguinte, eu não percebo muito bem aonde é que se chega com isso daí, entende, qual é o ponto. Sabe, a justificativa social para a existência de religiões são esses códigos morais, e a punição, o princípio da punição, “puna-se”, é muito característica de uma sociedade católica como a nossa. Agora, punir não adianta muito para resolver o problema daquilo que propiciou o ato. Isso é objetivo, não é subjetivo. Ao contrário do que se imagina tão frequentemente, não é, um ato de corrupção para ficar nisso, não se dá porque uma pessoa é desonesta, e o ato de corrupção não se evitará educando-se as pessoas para serem honestas, porque isso daí é a função de religiões, por exemplo, não apenas, mas por isso que elas existem, fazer a reforma moral das pessoas. Não vamos combater corrupção com esse gênero de discurso. Nós vamos combater corrupção e as ineficiências de modo geral atacando as causas objetivas. O quê que são causas objetivas? São causas que, se eu as escrevo, o Nassif aqui do lado pode entender, o senhor pode entender, o senhor pode entender, podemos até discordar, está certo, podemos discutir sobre elas, agora discutir peculiaridades morais que estão dentro da cabeça das pessoas, que são por definição inatingíveis por terceiros, isso é inútil.

Quanto aos concursados, eu acho que o que precisa se levar em consideração é a diferença entre condições necessárias e condições suficientes. É claro que o fato do indivíduo ser concursado não o torna imune ao cometimento de atos questionáveis ou mesmo desonestos. Não. Mas o fato de o indivíduo poder ser nomeado livremente coloca esse indivíduo, tanto na administração direta como mesmo nos Tribunais de Contas em que uma grande parte dos seus Conselheiros têm essa origem, coloca... estabelece um compromisso. Então se a ascensão de alguém na administração pública é regulamentada por concurso interno, é muito diferente dele ser guindado àquela

posição mesmo sendo concursado. Uma boa parte dos organismos do Estado brasileiro naquilo que diz respeito, por exemplo, a finanças, os cargos são ocupados por pessoas concursadas, são concursados, mas são agentes políticos do mesmo jeito. O problema está em ser agente político, o problema não está se é concursado ou não. Se ele é nomeado por um político, dançou. É claro que há político que chega no Governo, tem que nomear pessoas para ocupar determinadas funções, como eu disse Secretário, algumas coisas assim, agora não vinte e sete mil, não, porque isso significa a ocupação do Estado e dos Tribunais de Contas que estão junto, que é o Estado também, que não estão livres, quantos Conselheiros... quantos indivíduos um Conselheiro do Tribunal de Contas nomeia na sua quota? Imagina agora o vocabulário. Quantos nomeiam mais ou menos na Bahia, quantos nomeiam um Conselheiro?

SR. MANOEL CASTRO: Normalmente três ou quatro(F).

SR. CLÁUDIO WEBER ABRAMO: Para o seu gabinete, quantas pessoas ele nomeia como cargo de confiança?

SR. MANOEL CASTRO: Pelo gabinete dele tem cargos de ocupação restrita. O Conselheiro, o Ministro Aroldo Cedraz que foi o último, o penúltimo foi Raimundo Carneiro, que veio aqui do Senado, pode esclarecer, eu estou lhe dando a informação correta, ele não nomeia mais do que três pessoas no Tribunal de Contas da União.

SR. CLÁUDIO WEBER ABRAMO: Eu já termino, Senador. Eu me lembro que quando houve a norma do CNJ, Conselho Nacional de Justiça, coibindo o nepotismo no Judiciário, teve uma Juíza de Alagoas que disse o seguinte: “Tudo bem, eu não contrato os meus parentes, contrato os meus amigos”. Esse é o problema da nomeação, que faz com que o Estado seja culpado pelos amigos, e não raro esses amigos são quadrilhas. O noticiário está mostrando isso todo dia. Então nomear é um problema, tem que ser coibido isso, tem que ser reduzido como qualquer país minimamente organizado faz, não nomeia tanta gente. Não é muito difícil.

SR. VICTOR FACCIONI: Sr. Presidente, permita que eu apenas diga--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Uma tréplica?

SR. VICTOR FACCIONI: Não, não, não, é até um elogio.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Eu vou dar um minuto para o senhor, Dr. Victor, para responder. Fique à vontade.

SR. VICTOR FACCIONI: A valiosa contribuição que o Dr. Cláudio Weber Abramo tem dado com a ONG Transparência Brasil na discussão de toda essa questão em nosso país. Ele falou que é ateu, mas eu diria que não é à toa que faz esse trabalho, que atua, pois é um trabalho positivo que para nós traz muito de contribuição e nós agradecemos. Se contestamos alguns dados, às vezes é do ponto de vista referencial ou comparativo, mas não em termos de princípios. V. Ex^a. está correto nesse sentido e nesse sentido, inclusive, gostaríamos de poder ter algum tipo de contribuição mais íntima, mais próxima com V. Ex^a. nos próximos tempos que viermos a ter possibilidade em eventos dos Tribunais de Contas.

SR. CLÁUDIO WEBER ABRAMO: Perfeito.

SR. VICTOR FACCIONI: Obrigado.

SR. MANOEL CASTRO: Presidente, eu peço permissão, eu queria fazer duas observações muito rápidas, mas eu acho interessante porque são informações tanto para os dois palestrantes, o Cláudio Abramo e também ao jornalista Luiz Nassif. Jornalista, em relação ao Banco Central, não apenas ao Banco Central, nós temos uma dificuldade muito grande na legislação brasileira, tivemos dificuldade inclusive na época das privatizações dos bancos estaduais, teve muita discussão na Bahia e o próprio [ininteligível] em função do sigilo bancário. Há muitas restrições. Eu não vou entrar em detalhes, até porque o espaço é muito curto, mas quero informar a V. Ex^a. que o TCU teve processos que foi ao Supremo relacionado a dois casos pelo menos, um do Banco do Brasil, inclusive era um caso de um gerente num dos países da Europa que se questionava se o que ele estava fazendo tinha a ver com a parte operacional ou com a parte da administração pública. Isso foi parar no Supremo. Com relação à Petrobrás, também há uma discussão enorme e o chefe do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União teve uma participação ativa. Eu não tenho os detalhes agora, posso falhar e não quero essa responsabilidade, mas eu vou pedir inclusive ao Ministério Público do Tribunal de Contas da União que dê alguma informação ao senhor em relação a esse assunto, mas há limites e há impossibilidades concretas em função dessa questão do sigilo bancário, e foi muito importante esse pronunciamento de V. S^a. aqui hoje com relação inclusive ao problema do swap reverso, porque muitos dentro do próprio Tribunal, quando eu falo, esse avanço da administração pública que falou o professor Caio Marini, que dentre dos Tribunais, muitas vezes, nós estamos assim com indignação, como se viu aqui vários depoimentos indignados, mas que nem tem idéia do que existe swap reverso.

Dr. Cláudio Abramo, o Victor Faccioni já falou da importância da Transparência Brasil, mas eu queria dizer a V. Ex^a. apenas de que não tenha nenhuma dúvida e isso é verdade, eu fiquei na dúvida de três ou quatro porque criaram um cargo lá de TCE-1 e que era, vamos dizer assim, não obrigatório, mas que terminou sendo distribuído entre os Conselheiros e que no Tribunal de Contas da União era muito rígido, infelizmente alguns Tribunais não têm nem concursado, mas V. Ex^a. tem razão no global, evidentemente que nós vivemos isso em algumas instituições, eu me lembro porque eu trabalhava no Banco do Estado da Bahia, eu era chefe do Departamento Econômico, o Ângelo Sá quando foi para o Banco do Brasil, ele não(F) nomeou seis ou oito pessoas do Banco do Brasil e ainda assim o Departamento Econômico do Banco do Brasil naquela época, ele, Ângelo, achava que o Departamento Econômico do Banco Econômico na época e do Banco de Estado que eu tinha participado, nos convidou para ir discutir com o Departamento Econômico do Banco do Brasil porque nós tínhamos avanço em relação ao Banco do Brasil e isso quando o Ângelo foi Presidente. Então, veja bem, eu estou exatamente de acordo com o conceito.

Agora eu queria fazer algumas ponderações em nome da individualidade, porque eu acho V. Ex^a. é um homem tão importante no exercício de sua entidade, na medida de que faz um julgamento desse comprometimento. Vejamos: o Tribunal de Contas da União, eu vou dar um exemplo aqui que qualquer um aqui, tem muita gente aqui ligada ao Tribunal, a importância do hoje Deputado Humberto Souto na presidência do Tribunal de Contas da União. O processo de modernização do Tribunal deve a Humberto Souto, como deve a Valdir Campelo, como deve a Adílson Motta, o processo de seleção, a discussão tida na discussão de Aroldo Cedraz não leva essa importância. Eu acho que V. Ex^a. comete, com todo respeito, claro, respeito às individualidades, a injustiça, quando admitir que um Ministro do Supremo, eu vou falar do Carlos Ayres porque passou em Tribunal de Contas, ele foi Procurador do Tribunal de Contas em Sergipe, que ele vá ser compromissado com o Governo. Eu acho que essa generalização termina incorrendo em injustiça, embora haja erro, há distorções com a participação do próprio Congresso, quando não do Poder Legislativo, não o Congresso, o Poder Legislativo, que acontece muito mais nos Estados, quando não interfere na escolha. As escolhas aqui, se for olhar os antecedentes do Adílson Motta, a escolha do Cedraz, entrou numa discussão por força do próprio Governo e que não tendo outro candidato que era uma pessoa de excelente conceito, o Paulo Delgado. Por força das circunstâncias eu, Paulo Delgado e Aroldo Cedraz, estivemos juntos pelo menos

três vezes discutindo como aproximar a relação dos Tribunais de Contas com o Congresso, fomos a Adilson Motta e depois eles disputaram entre si. Imaginar que um ou outro vá ficar comprometido, eu respeito, mas discordo. Desculpe.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Obrigado. Vamos encerrar então. Damos também um minuto para que você possa--

SR. MARCELO HENRIQUE PEREIRA: Obrigado, obrigado pela deferência, Senador. A entidade representativa dos servidores dos Tribunais de Contas do Brasil que se faz presente em numeroso contingente nessa Sessão especial não poderia deixar de passar em branco determinadas colocações que dizem respeito à própria natureza dos cargos que fazem parte dos Tribunais de Contas em sua imensa maioria que são os servidores concursados.

Eu queria dizer em nome da entidade, ao Conselheiro Faccioni, que por certo o concurso público não é a solução edêmica para todos os problemas da humanidade, mas por certo é a forma mais adequada para que nós possamos ter efetivamente cumpridos os requisitos constitucionais, a investidura de pessoas que estejam sob o amparo e o anteparo do direito, porque esses servidores encontram-se, como o senhor sabe, submetidos a processo administrativo disciplinar. Esses servidores podem ser demitidos a qualquer momento e essa relação de permanência ou esse controle que se exerce sobre a atividade administrativa e técnica dos servidores não é aplicável em isonomia para os membros dos Tribunais de Contas. A história republicana desse país não registra nenhum caso de afastamento liminar ou definitivo de membro do Tribunal de Contas, muito embora envolvido em escândalos, em corrupção, em malversação de dinheiro público no exercício da função judicante. Essas questões precisam ser levadas a efeito.

Quando se fala também do PROMOEX e se decanta-o como uma maravilha capaz de solucionar praticamente todas as dificuldades administrativas, institucionais e de judicatura dos Tribunais de Contas, é necessário dizer que o PROMOEX precisa e prescinde da participação efetiva dos servidores públicos concursados efetivos e não apenas como tem sido levado a efeito em grande parte ou se não na quase totalidade dos Tribunais por membros de cargos comissionados. Essa reivindicação é a reivindicação que a FENASTC já fez na semana passada ao Vice-Presidente da ATRICON e faz na sua presença, respeitosamente, para que não somente nos assuntos afetos ao PROMOEX, mas toda e qualquer deliberação relativa à saúde institucional dos Tribunais de Contas conte com a Federação, conte com as entidades representativas

como parceiros, para que enfim nós possamos atacar no cerne os problemas existenciais.

Por fim e terminando a minha fala, também a respeito da lei processual para os Tribunais de Contas há vícios insanáveis que foram apontados, inclusive tem sido reiteradamente apontados pelo Conselheiro Substituto Aberdal Amorim, do Rio Grande do Sul, e que merecem da ATRICON, assim como da FENASTC, uma grande atenção para que nós não venhamos a postergar com recursos infundados a malversação de dinheiro público, a corrupção e os atos de improbidade administrativa. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, então vamos dar--

SR. VICTOR FACCIONI: Apenas para dizer que eu quero agradecer a manifestação e receber como uma valiosa colaboração, e que em grande parte das considerações feitas, eu concordo plenamente com elas.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Dr. Victor. Bem, eu já estou com fome (risos), talvez outros também já estejam, e nós temos aqui um costume de a gente começar mais ou menos na hora certa e terminar mais ou menos na hora certa. Então já que está na hora da gente terminar, de a gente encerrar o nosso assunto, veio uma pergunta para mim que não é uma pergunta, é um encaminhamento do processo e desses procedimentos feitos pelo Vander, lá do Mato Grosso: "Qual vai ser o desdobramento?" Nós optamos, vocês sabem, para fazermos um debate mais profundo sobre "Controle Público como instrumento de cidadania" para que a gente possa tentar romper um pouco da desconfiança que tem no controle hoje e manifestado aqui por alguns e na última fala pelo Dr. Cláudio Abramo.

Então se a gente puder caminhar no sentido do aperfeiçoamento legal e da mudança de postura, de estabelecimento de cultura diferenciada dessa que nós temos hoje, que a administração pública é vista como meio de aumentar patrimônio, de prática fisiológica, se nós pudermos caminhar no sentido de estabelecer uma nova cultura, e o ser humano, precisa estabelecer sobre ele um sistema de vigilância para que ele tenha medo de qualquer atividade ilícita que ele possa estar cometendo, eu acho que nós avançamos no Brasil, não há como não reconhecer avanço em administrações públicas, seja através da Lei de Responsabilidade Fiscal, seja através dos mecanismos de controle novos que se estabeleceu, seja através da Internet, da tecnologia nova. Nós avançamos, temos muito que avançar ainda. Então para isso, para nós não ficarmos aqui só no debate, ficamos com cinco Mesas, a nossa

equipe técnica do meu gabinete e da Comissão aqui vai estar apresentando para nós o resultado, as conclusões desse trabalho no dia 03 de julho. Hoje é dia 12, dia dos namorados e das namoradas. Então dia 03 de julho, vamos dar um tempo, nós já vamos entregar para as pessoas, encaminhar para quem participou, os palestrantes, o DVD aqui, ainda sem lapidar, sem lapidar das audiências nossas, para que vocês possam também contribuir. Então nós estamos com base no que nós ouvimos e recebemos de documentos, nós no dia 03 entregaremos as propostas, que uma parte dela será referente a aperfeiçoamento legal, proposta de Projeto de Lei, outras serão encaminhamentos à administração pública e de desdobramento aqui dentro do Congresso. Então vamos pré-agendar, já estão todos convidados, para o dia 03 de julho, que também é uma quinta-feira, para que a gente apresente os resultados e já os Projetos de Lei, se alguns forem apresentados como sugestões, para que nós possamos, enquanto Comissão, darmos entrada para tramitar no Congresso Nacional. O processo é lento, mas é assim que se começa. Eu acho que nós temos condições de estabelecermos esses avanços.

Então eu queria agradecer a todos vocês que participaram dessas cinco Audiências Públicas, desse ciclo de debate, muitos vieram em todas, outras não, mas agradecer as pessoas que vieram, agradecer aos Conselheiros dos Tribunais de Contas que participaram aqui junto conosco, agradecer ao Caio, ao Dr. Sérgio Miranda, meu amigo, ao Dr. Cláudio Abramo e ao nosso companheiro e jornalista Luiz Nassif, em nome dos quatro aqui agradecer aos expositores dessas Mesas que nós tivemos nesses últimos dias. Eu acho que foi produtivo, agradeço e desejo uma boa tarde a todos vocês. Obrigada, gente [palmas].

Sessão encerrada às 12h45

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

ATA DA 19ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2008, ÀS 11:30 HORAS.

Às doze horas e quinze minutos do dia dezessete de junho de dois mil e oito, na Sala nº 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senhores Senadores

RENATO CASAGRANDE, VALDIR RAUPP, MARCONI PERILLO, GIM ARGELLO, EXPEDITO JÚNIOR, ALMEIDA LIMA, ADELMIR SANTANA e FLEXA RIBEIRO. Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, o Senhor Presidente informa que a presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 23/2008-CMA, aprovado em 03.06.2008, de autoria do Senhor Senador **GIM ARGELLO**, com o objetivo de “tratar da questão sobre a legislação aplicável às locações de áreas de uso por concessionários nos aeroportos brasileiros”. Comparecem os seguintes convidados: Tenente-Brigadeiro-do-Ar Jorge Godinho Barreto Nery, Titular da Secretaria de Aviação Civil do Ministério da Defesa; Horácio Sabóia Vieira, Titular da 3ª Diretoria Técnica da 3ª Secretaria de Controle Externo do TCU – Tribunal de Contas da União; Carlos Alberto Martins de Souza, Diretor Comercial da Infraero – Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária e Modesto Gomes Lopes, Presidente da Abrasca – Associação Brasileira dos Concessionários Aeroportuários. O Senhor Modesto Gomes Lopes solicita, e a Presidência concede, autorização para que o Senhor Augusto César Carvalho, Presidente da Associação dos Concessionários Aeroportuários de Salvador, faça também uma breve apresentação. Após a explanação dos convidados, apresentam seus questionamentos os Senhores Senadores **GIM ARGELLO e FLEXA RIBEIRO**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e dois minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA REUNIÃO REALIZADA EM 17/06/2008

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da sessão anterior queiram permanecer como se encontram. Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública em conformidade com a aprovação do Requerimento nº. 23/2008 desta comissão, de iniciativa

do eminente Senador Gim Argello, aprovado no dia 3 de junho de 2008. A presidência solicita ao secretário da comissão que conduza os ilustres convidados para compor a Mesa: Sr. Horácio Sabóia Vieira, titular da 3ª Diretoria Técnica da 3ª Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas da União; Tenente-Brigadeiro Jorge Godinho, titular da Secretaria de Aviação Civil do Ministério da Defesa; Sr. Carlos Alberto de Souza, Diretor Comercial da INFRAERO e o Sr. Modesto Lopes, presidente da Associação Brasileira dos Concessionários Aeroportuários.

Esta presidência agradece, penhoradamente, a disposição dos ilustres convidados de comparecerem a esta comissão, com vistas a aprimorar, aprofundar, discutir os conhecimentos a respeito da relação da INFRAERO com seus concessionários.

Apresentamos a nossa justificativa em razão do atraso, já informado aos senhores convidados, que foi em decorrência de questões meteorológicas, o Aeroporto de Brasília estava fechado e não nos permitiu chegar a tempo. Mas com esse pequeno atraso nós estaremos começando os nossos trabalhos imediatamente.

Acho que seria de bom alvitre comentar que estou eu e mais dois membros dessa comissão, a Senadora Marisa Serrano e a Senadora Fátima Cleide, além do próprio Secretário José Francisco e o Deputado Francisco Rodrigues, retornando de uma visita rápida a Saragosa, realizada nesse final de semana, quando, no domingo, na Expo Saragosa 2008, foi destinado o dia ao Brasil. E essa exposição terá uma duração de três meses com participação de mais de cem países, com investimento superior a oito bilhões de reais, efetivamente um movimento muito grande para discutir sobre a água e o desenvolvimento sustentável.

Na nossa participação, nós estávamos acompanhando o ilustre presidente da Agência Nacional de Águas, Deputado José Machado, que fez uma exposição com muita consistência e com muita propriedade da legislação existente hoje no Brasil, sobre o uso múltiplo das águas. Nós temos um marco regulatório, novo, incipiente, mas temos um marco regulatório.

E essa exposição, circundada com a nossa participação e de outros membros brasileiros, informando sobre as experiências que o Brasil tem a respeito do uso de suas águas. Apesar do Brasil deter o maior percentual de água doce do planeta, nós temos, em razão das nossas dimensões continentais, alguns problemas também.

Há abundância de água em algumas regiões e escassez de água em outras regiões, como, por exemplo, em determinadas áreas do semi-árido nordestino há uma escassez acentuada de água. E hoje nós já

observamos também os mananciais que abastecem os grandes centros experimentando um forte estresse, já chegando ao limite da sua capacidade de oferta desse insumo vital, desse insumo fundamental à vida que é a água. De sorte que é muito interessante que essa discussão começa a ter, num caráter nacional, uma articulação entre os diversos países que se manifestarem interessados em discutir sobre o tema.

Estarão ainda participando desta Expo Saragosa 2008, a ex-Ministra Marina Silva, o próprio atual Ministro do Meio Ambiente e o Presidente da República, em datas agendadas *a posteriori*.

Mas vamos iniciar os nossos trabalhos de hoje e eu consulto o Senador Gim Argello, autor do requerimento, se gostaria de fazer algumas considerações iniciais a respeito de sua propositura. Se tem, tem V.Exª a palavra.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Muito obrigado, Sr. Presidente Senador Leomar Quintanilha. Gostaria de cumprimentar o nosso Tenente-Brigadeiro Jorge Godinho; gostaria de cumprimentar o Sr. Horácio Sabóia do TCU; gostaria de cumprimentar o Dr. Carlos Alberto, diretor comercial da INFRAERO, Dr. Carlos Alberto meus cumprimentos; gostaria de cumprimentar também o Dr. Modesto Gomes Lopes, presidente da Associação Brasileira de Concessionários Aeroportuários-ABRASCA; gostaria também de cumprimentar, vi passando há pouco, o ex-presidente da INFRAERO, Brigadeiro Zé Carlos, que passou há pouco. Brigadeiro Edir, também me informaram que está aqui. Meus cumprimentos.

O que eu queria deixar registrado, primeiramente, antes de escutar, e depois vou fazer as considerações, é que do formato, como é que está acontecendo hoje, esse formato com os concessionários dos aeroportos brasileiros. Porque chegou, e eu tenho comigo umas quatro ou cinco reclamações só do aeroporto do Distrito Federal, que o tratamento dado não está sendo isonômico para todos, não está sendo um tratamento aonde a pessoa... O que contrata prevalece no período do contrato. Que são feitas obras, são feitas modificações e depois existem algumas mudanças nisso. Mas eu vou esperar primeiro a fala de todos vocês para depois detalhar o que me apresentaram.

Mas mais do que isso, também gostaria de fazer um registro logo para iniciar desse formato que está sendo feito no Aeroporto do Distrito Federal, aonde quando você chega, daqui para lá, que todos nós somos freqüentadores, ainda mais os parlamentares de outros estados, quase semanalmente temos a obrigação de passar por ali. Do lado direito lá vai concessionária, vai os depósitos, vai aquelas revendas cheias de automóveis, vai aqueles... locadora de carro... Tudo

bem. Está chegando. Agora, do lado esquerdo, vocês não acham que não faz muito sentido colocar revenda de automóvel do lado esquerdo, fazendo fundo da revenda com a pista? Justamente, se você abrir a porta daquela revenda, uma porta mais simples, a pessoa já tem acesso direto ao , aonde deveria ter uma linha de proteção, uma proteção que nós todos imaginamos, não só no Aeroporto Internacional de Brasília, mas nos demais aeroportos.

Não faz sentido, claro que a INFRAERO tem que arrecadar, vive disso, mas colocar revenda de automóvel, todo mundo que for daqui pra lá pra o Aeroporto, é só ver, parece que que até inaugurou uma ou duas agora do lado esquerdo, fazendo fundo com a pista. Vejam vocês, como é que fica... Não sei se vocês vão falar sobre isso. Daqui a pouco eu volto novamente.

Sr. Presidente, seriam essas considerações para começar. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado, Senador Gim Argello. Acho que nós poderíamos estabelecer o seguinte critério para que houvesse o melhor aproveitamento dos trabalhos desta Audiência Pública: é que nós concedêssemos um tempo preliminar, para que cada um dos convidados, se assim o desejasse, se manifestasse a respeito. Então nós começaríamos e depois entraríamos então na parte do debate.

Então, eu acho que seria interessante que nós começássemos com a manifestação do Sr. Presidente da ABRASCA, Associação Brasileira dos Concessionários Aeroportuários, Sr. Modesto Gomes Lopes. Nós vamos estabelecer um prazo, para ter um determinado controle, mas não será um prazo tão rigoroso, se V.S.^a entender ser necessário para melhor esclarecimento do seu ponto de vista, que esse prazo se estenda um pouco mais, nós concederemos um pouco mais de prazo, mas inicialmente nós já proporíamos aí o uso de 15 minutos.

Tem V.S.^a a palavra, Sr. Modesto Gomes Lopes.

SR. MODESTO GOMES LOPES: Excelentíssimo Sr. Senador Gim Argello... Perdão. Primeiramente eu queria agradecer à S.Ex.^a, o Sr. Presidente desta Audiência Pública, Senador Leomar Quintanilha e aos seus pares que aprovaram o requerimento do Sr. Senador Gim Argello, para que esta audiência se realizasse.

Antes, porém, gostaria de, ao mesmo tempo, convidar os ilustres membros da Mesa... Perdão, cumprimentar o Excelentíssimo Sr. Tenente-Brigadeiro Godinho, o Dr. Horácio Sabóia Vieira, Dr. Carlos Alberto Martins. E também os demais parlamentares, autoridades aqui presentes, os senhores jornalistas, as nossas ACAPs regionais, a diretoria da ABRASCA e os concessionários, pequenos, médios e grandes de

todo o país, que aqui estão representados e demais órgãos de classe, todas as senhoras e os senhores, além dos funcionários desta Casa.

Isto posto, farei um breve resumo da situação atual das concessões de áreas comerciais dos aeroportos brasileiros administrados pela INFRAERO e, a seguir, será apresentado um resumo de um estudo feito para nós para melhor compreensão desse tema.

Atualmente, em alguns pontos, as normas que regulam a utilização de áreas aeroportuárias no Brasil, representam obstáculo para o desenvolvimento e o sucesso das áreas comerciais, pois estabelecem um prazo extremamente curto para utilização dos espaços internos, dos terminais destinados ao comércio. Com isso--

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sr. Modesto, só um minutinho. Eu gostaria de convidar o brigadeiro para compor, sente aqui conosco, por favor. Obrigado pela sua presença.

SR. MODESTO GOMES LOPES: Com isso, dificultam maiores investimentos sejam feitos para oferecer serviços e produtos de qualidade internacional aos passageiros, na medida que o tempo exíguo previsto para as empresas desenvolverem seus negócios, não permite amortização dos valores empenhados e a percepção de um lucro razoável.

A Portaria 774/93, do Ministério da Aeronáutica, estabelece que os contratos deverão ser celebrados com prazo máximo de cinco anos, podendo ser renovados por igual período, desde que previsto no edital e de acordo com a legislação vigente. Esta limitação de prazo foi feita com base na Lei 8.666, de 1993, art. 57, inciso II, que estabelece a prestação de serviços a ser executados de forma contínua, que poderão ter sua duração prorrogada por igual período. Esse entendimento foi repellido pelo TCU, através da Decisão 701 de 1994 e 017 de 1995, que firmou que nos contratos de concessão de áreas firmados pela INFRAERO, não se aplicam aos referidos instrumentos, pois não ensejam comprometimento de custos orçamentários, pelo contrário, geram significativas receitas para a INFRAERO.

Diante de tal posicionamento, o Tribunal de Contas da União firmou Acórdão nº. 1.315/2006 que recomendou ao Ministério da Defesa, à Casa Civil da Presidência da República, e às presidências da Câmara e do Senado Federal, adoção de gestões necessárias à elaboração de lei que discipline as concessões de uso de áreas comerciais dos aeroportos administrados pela INFRAERO, sobretudo quanto ao estabelecimento de prazos máximos de duração desses ajustes.

Diante do exposto, propomos inclusive, com o objetivo de se eliminar carente situação adversa à

promoção de receitas do Poder Público, que as licitações nas áreas ocupadas sejam suspensas, até que surja um consenso, criando para isto regulamento que discipline as concessões de uso de áreas comerciais nos aeroportos administrados pela INFRAERO, com aumento nos prazos contratuais, que possibilite justa amortização. Lembrando que no ano de 2007, a receita da área comercial foi a segunda maior da INFRAERO e mais de 50% da representação de sua folha de pagamento, sendo que tais receitas, como se sabe, não são sua atividade-fim.

Também pediria licença para agradecer, não podia deixar de fazê-lo, ao Excelentíssimo Sr. Senador Delcídio Amaral, presidente da Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios, que nos deu voz naquela Subcomissão o ano passado, onde podemos manifestar nossas preocupações sobre o mesmo assunto aqui elaborado, que foi o início da nossa cruzada nesta Casa.

Agora, Sr. Presidente, Sr. Senador Leomar Quintanilha, gostaria de pedir licença a V.Ex^a para, se possível, convidar o presidente da ACAP de Salvador, o nosso colega Dr. Augusto, para uma breve apresentação, uma síntese muito rápida do breve estudo que nós preparamos para a ocasião de hoje. De forma que eu queria solicitar esta autorização, Sr. Presidente. É Augusto Cezar.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Enquanto a gente procura se... Vamos verificar se nós temos um microfone sem fio, se ele puder utilizar esse aqui...

SR. AUGUSTO CEZAR CARVALHO: Boa tarde, Sr. Senador, presidente da comissão, boa tarde senadores presentes, autoridades, senhoras e senhores.

Vou fazer uma breve apresentação da nossa Associação Brasileira dos Concessionários Aeroportuários – ABRASCA. Por sinal estamos aqui representados pela ACAP Rio, as ACAPs Regionais do Rio, São Paulo, Salvador, Belém, Goiânia, Natal, Porto Alegre, Brasília, Vitória, Recife, e concessionários. Por favor.

Quem somos? Somos mais de três mil empresas geradoras de receita para a INFRAERO, a maioria de pequeno porte. Diria que, possivelmente, em torno de 85 a 90% das empresas são empresas de pequeno porte. Sessenta e cinco mil empregos diretos. A segunda maior fonte de receita da INFRAERO. Tenho certeza que o objetivo da INFRAERO é em breve ser a primeira, que já conversamos na nossa parceria com a INFRAERO, que é uma nossa preocupação essa busca do primeiro lugar, porque tem acontecido que às vezes as licitações, já que é pelo maior preço, tem puxado para um nível tão alto que corre-se o risco de que os consumidores que paguem a conta. Então

temos que ter muito cuidado nesse nível de valor da licitação. Porque o empresário tem que buscar a sua receita e se esse valor cresce muito, termina o consumidor pagando.

Oitenta milhões de clientes potenciais que circulam nos aeroportos nacionais, números INFRAERO-ABRASCA.

O que significamos? Conforto, beleza e estética nos aeroportos brasileiros. Tenho quase certeza que todos são cientes, as nossas lojas são entregues cruas e cada concessionário é que faz seu investimento. Alternativa de lazer e compras para usuários de aeroportos e habitantes locais. Suporte à indústria do turismo em áreas de aeroportos. Apoio imediato às operações aeroportuárias em situações de emergência, que por sinal hoje nós tivemos um exemplo; com certeza eu soube que teve o fechamento do Aeroporto de Brasília, e eu não tenho dúvida que os lojistas foi que abraçaram esses clientes que estavam aguardando ou esses que estavam chegando; ontem também aconteceu no Aeroporto de Curitiba um problema e nós somos, terminamos sendo o suporte. Fonte permanente segura de empregos e arrecadação. Setor em expansão acompanhando uma tendência mundial.

Nosso problema: Os prazos contratuais foram estabelecidos na Portaria 774/93 do Ministério da Aeronáutica e Lei 8.666/93. Atualmente o prazo é de cinco anos, podendo ser renovado por igual período. Todavia, esse posicionamento foi repellido pelo TCU através das decisões 701/94 e 017/95, firmando que nos contratos de concessão de área assinado pela INFRAERO não se aplica os referidos instrumentos, pois não ensejam o comprometimento de recursos orçamentários, pelo contrário, gera significativa receita para a INFRAERO.

Esse entendimento foi ratificado pelo TCU através do Acórdão 1.315/06, de agosto, que recomenda a elaboração de lei disciplinadora das concessões de uso de área comerciais em aeroportos. Como consequência, os prazos de concessão não cobrem custo de investimento e todo setor está sob ameaça grave e imediata de colapso.

Recomendação do Tribunal de Contas da União: O Acórdão 1.315/06 em 2 de agosto de 2006, 9.3, recomendar ao Ministério da Defesa, à Casa Civil da Presidência da República e as presidências da Câmara dos Deputados e do Senado Federal a adoção das gestões necessárias à elaboração de lei que disciplina as concessões de uso de áreas comerciais dos aeroportos administrados pela INFRAERO, sobretudo quanto ao estabelecimento de prazos máximos de duração desses ajustes.

Riscos: Caso não sejam adotadas medidas urgentes para a solução do problema, conforme recomendação do TCU, o sistema entrará em rápido colapso, caracterizando mais um imenso problema no setor aéreo. Para tal crise, perfeitamente anunciada, não será possível obter explicação ou justificativa perante a sociedade e os muitos milhares de cidadãos e atividades seriamente prejudicados.

Solução proposta: suspensão imediata e temporária dos processos de encerramento de contrato das áreas ocupadas, até que seja cumprida a Recomendação 9.3 do TCU, contida no Acórdão 1.315/06 de agosto e urgentíssimo acionamento das ações pertinentes para cumprimento da referida recomendação. Obrigado.

SR. MODESTO GOMES LOPES: Sr. Presidente, senhores membros da Mesa, apenas para mais algumas considerações, breves considerações. Como se recorda a revista Exame de agosto de 2007, “Melhores e Maiores”, dentro das 500 maiores empresas do país, a INFRAERO, por aquela estatística, ocupava em agosto do ano passado o 20º lugar, considerando-se as 50 maiores empresas estatais, por venda. Com o crescimento de 14,5% para o período de 2006, 2005, perdão, 2005/2006, e em consequência, só para sublinhar, a importância das receitas deste setor que, como se sabe, já foi dito, esse setor compõe, portanto, grande parcela da receita da INFRAERO, apenas suplantado pelo setor de carga.

Por outro lado ainda, há que considerar que com... Estamos presentes em toda a rede administrada pela INFRAERO, desde o Acre, o Aeroporto Internacional Rio Branco e outros, ao Rio Grande do Sul, no Salgado Filho, passando por todas as grandes capitais do país e todos os estados brasileiros.

Na verdade, Srs. Senadores, senhoras e senhores, o que nós pretendemos é, sempre em consonância com a INFRAERO, porque temos certeza de que as amarras são de ordem legal e não de outra ordem no nosso simples entender, sempre em consonância com a INFRAERO, o que nós desejamos na verdade? Nós desejamos, podemos, queremos e temos experiência suficiente para isso, continuar os nossos trabalhos, continuar colaborando com a nossa experiência, que em alguns casos são empresas já muito antigas [soa a campanha] e isso não quer dizer que tenham que se continuar, mas de qualquer sorte, dado que meu tempo já se exauriu, apenas dizer que nós queremos, à medida do possível, regulamentação legal que nos permita continuar a colaborar com o bem ao serviço público, à geração de receitas, criação de empregos e ao desenvolvimento nacional, com o suporte, entre

outras áreas, para a área turística, pólo gerador de receita e ajudador da economia.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Bem, foram utilizados os 15 minutos que nós preliminarmente indicamos. Se V.S^a entender que precisa de mais um pouco, não teria problema. Senão, vamos partir para a sequência dos convidados.

SR. MODESTO GOMES LOPES: Excelência, nós estamos satisfeitos. Era, em princípio, o que tínhamos a dizer.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Agradeço então ao Sr. Modesto Gomes, presidente da ABRASCA, pelas considerações preliminares nesta Audiência Pública.

Nós poderíamos passar agora para a sequência dos demais convidados. Eu consultaria se alguns dos convidados teria interesse em fazer, ter sua participação em primeiro ou nós poderíamos observar essa sequência que está aqui? Teríamos o Tenente-Brigadeiro-do-Ar José Jorge Godinho, depois o Dr. Horácio Sabóia, da Diretoria Técnica do TCU e depois o Sr. Carlos Alberto Martins de Souza, Diretor Comercial da INFRAERO.

Talvez nós pudéssemos começar pelo Diretor Comercial da INFRAERO. Então tem V.S^a a palavra.

SR. CARLOS ALBERTO MARTINS DE SOUZA: Bem, muito boa tarde, quero agradecer o convite ao Senador Quintanilha, é muito importante uma audiência como essa, onde possa expor todos os aspectos envolvidos na questão. E, senador, quero deixar a INFRAERO à vontade, em termos maiores detalhes na nossa Sede, tanto com nossos gerentes, com nossos advogados, para que possa subsidiar melhor a sua comissão. Mas de qualquer maneira, meus parabéns pela audiência, é muito importante realmente ouvir todos os interessados.

O Sr. Modesto colocou muito bem, acho que há uma convergência muito grande, apenas um outro detalhe que eu vou abordar, mas não é a área comercial da INFRAERO que tem a maior receita. Todo e qualquer aeroporto do mundo, ele tem na sua área comercial e na sua área de carga, o resultado operacional é que realmente faz com que haja o transporte aéreo, porque senão as tarifas de embarque seriam... as tarifas de pouso e decolagem permaneceriam absurdas e não haveria então como subsistir o transporte aéreo.

Hoje, o resultado operacional da INFRAERO, ele é 100%, resultado operacional, receita menos o custeio, ele é 100% carga e área comercial. Então daí a extrema relevância de manter a receita da área comercial. É importante se ressaltar, porque houve muita crítica no passado que a INFRAERO tinha uma área comercial

desproporcional. Isso não é verdadeiro no sentido de que todo e qualquer aeroporto, isso, inclusive, recente reportagem de aeroportos de Xangai e de Pequim mostraram isso claramente, que para haver aeroporto, tem que haver área comercial.

O Modesto colocou muito bem a questão legal. E a INFRAERO, como uma empresa pública, e mesmo que não fosse uma empresa pública, tem que cumprir a lei. Um pequeno detalhe de que ele mencionou, a 744, realmente ela coloca 5 mais 5, quando não houver investimento. Quando houver investimento, aí se soma o prazo de amortização.

Para a INFRAERO, como eu mencionei, é muito importante a questão da licitação de menor preço, pelo que eu mencionei da relevância da receita comercial para a atividade aeroportuária do país. Nós convergimos muito naquela questão do concessionário que, ali digamos, cumpriu cinco mais cinco, mais o seu período de investimento, nós temos concessionários que tem 20, 18 anos, isso tudo dentro de um cálculo feito pela INFRAERO de acordo com a lei.

Independentemente do parecer do TCU e do aspecto legal, eu ressalto, é fundamental para a INFRAERO essa receita. Só um detalhe que seria muito interessante a lei permitir. Eu tenho discutido isso muito com a turma da ABRASCA: é o direito de preferência. É o famoso *face refusing* (F) em algumas atividades. Mal comparando, é o sócio que ao querer sair da sociedade, o sócio que fique tem preferência na compra de suas ações, ou talvez o próprio inquilino. Eu vou vender o imóvel, o inquilino tem preferência. Agora, que essa preferência, evidentemente, seja a preço de mercado. Que essa preferência, eventualmente num pregão eletrônico, que agora a própria regulamentação que a defesa está elaborando, permite o pregão eletrônico. Nem isso hoje é permitido. É permitido para serviços, mas não para concessão. Quer dizer, fica muito vulnerável, o concessionário que tem ali, de repente até, uma atividade importante para o segmento.

Isso não quer dizer que a licitação vai colocar um outro concessionário fora do *mix*. Creio que os senhores conhecem na INFRAERO, em qualquer aeroporto, tem um *mix* que se tem uma drogaria, a próxima licitação vai ser para uma drogaria, quer dizer, se tem um restaurante, é para um restaurante. Isso faz parte do *mix* do aeroporto. Mas esse direito de preferência eu acho que atenderia e muito, não só os anseios do nosso concessionário, também os anseios da INFRAERO, que não é da INFRAERO, na realidade, é da nação brasileira, é uma empresa pública, que seria o melhor preço, se o concessionário pudesse pelo menor cobrir o melhor preço.

Isso, eu o exemplo que eu dou sempre, já dei, o Modesto está cansado de ouvir, acho que todos conhecem, é da H. STERN. A gente pode dizer, todo mundo conhece a H. STERN, é uma empresa bonita, a vitrine linda, é uma empresa, é uma grife, ela dá ao aeroporto um *status* muito bonito e é uma empresa que fatura bem, é uma empresa lucrativa, quer dizer, é tudo aquilo que uma... INFRAERO ou qualquer proprietário gostaria de ter do seu concessionário. O quê que acontece? Terminou o prazo da INFRAERO, nós somos obrigados a licitar, sem direito de preferência. Vai entrar uma joalheria, mas de repente não é o padrão da INFRAERO.

Então acho que esse direito de preferência, realmente acho que é o foco de uma possível futura legislação que pudesse permitir, bem elaborado, bem burilado, eu acho que é por aí. Mas era só isso que eu tinha a mencionar, é que na realidade é a lei, mas eu coloco: não é só o interesse da lei não, de fazer licitação; o interesse da INFRAERO também o é. Porque, lógico, o interesse da INFRAERO é a sua receita, como eu mencionei. E repito, viu, senador, qualquer outro esclarecimento, detalhes, a INFRAERO está à disposição para discutir e colaborar com a comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Muito obrigado. Agradeço as colocações iniciais do ilustre Diretor Comercial da INFRAERO, com a consciência de que essa Audiência Pública se propõe inclusive a colher subsídios, se for o caso, para o aprimoramento da legislação hoje existente.

Nós agradecemos as suas considerações preliminares, vamos deixar para sua participação, uma nova participação, quando V.S.^a assim desejar na parte do debate. Nós ouviríamos agora o ilustre Tenente-Brigadeiro-do-Ar, Jorge Godinho Barreto Nery, titular da Secretaria de Aviação Civil do Ministério da Defesa. Tem V.S.^a a palavra.

SR. JORGE GODINHO BARRETO NERY: Presidente Senador Quintanilha, o Ministério da Defesa sente-se honrado e agradecido com o convite. Naturalmente, o nosso ministro deveria estar aqui presente que o convite foi feito a ele, por circunstâncias ele não pôde estar e nos indicou para que pudéssemos tratar com os senhores desse assunto. Eu serei bem rápido, porque eu imagino que o melhor é nos colocarmos à disposição dos senhores para que as demandas aqui dos conhecimentos que os senhores necessitem ter, nós possamos contribuir.

E nos colocamos a partir de agora à disposição dos senhores para que nós possamos contribuir com os trabalhos que o Ministério da Defesa está executando junto com a INFRAERO, naturalmente em cumprimen-

mento ao próprio Acórdão 1.315, que o TCU já havia recomendado algum tempo atrás e que nós estamos muito bem adiantados, para que possamos certamente, em breve, termos uma regulação como foi recomendado, talvez não digo à altura, mas que possa cobrir essa vacância que é o espaço que terá enquanto o Projeto de Lei ou a Lei, seja ela definida e possa ser aplicada, este período, este regulamento eu imagino que... A maneira como nós estamos construindo, ele poderá contribuir bastante com esses anseios e com essas necessidades. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado, Brigadeiro. Nós passaremos então imediatamente a palavra ao Dr. Horácio Sabóia Vieira, titular da 3ª Diretoria Técnica da 3ª Secretaria do Controle Externo do Tribunal de Contas da União.

SR. HORÁCIO SABÓIA VIEIRA: Muito obrigado, Excelência. É uma honra para mim representar o Tribunal de Contas da União no seu papel maior de auxiliar o Congresso Nacional no desempenho do controle externo.

A minha apresentação, de certa forma, ficou muito facilitada pela exposição do Dr. Modesto, representante da ABRASCA, que já trouxe, resumidamente, algumas decisões do TCU. Eu elaborei um pequeno quadro-resumo em que procurei destacar, dentre as decisões do TCU que contêm recomendações ou determinações, os aspectos legais que são a preocupação maior do Tribunal de Contas da União quanto à questão.

Então, a primeira decisão já foi mencionada pelo ilustre participante da ABRASCA, essa decisão reflete algumas preocupações do Tribunal, que eu gostaria de destacar. Ali na questão do... Da licitação, em todas as decisões o TCU, em todas as que eu resumi aí, o TCU firma posição no sentido de que a licitação é obrigatória. Inclusive, uma decisão que não está no quadro, recente, o TCU firmou entendimento da necessidade de licitação inclusive para a prestação de serviço de transporte aéreo de passageiros.

Outra preocupação do TCU diz respeito ao prazo contratual, como eu procurei destacar nessa linha. O TCU enxerga, a partir dos dispositivos legais, que há que haver um prazo limite, peremptório, em respeito aos princípios maiores da isonomia, que qualquer empresário, qualquer cidadão, tem o direito de ter acesso à condição de contratado, de prestador de serviços da administração pública. Por outro lado, também nas principais decisões do TCU sobre o assunto, e além da Decisão 17 já foi mencionada a 1.315/2006, nessa mesma Decisão 1.315, o TCU determina à INFRAERO que nas renovações de contrato, promova estudo para se assegurar da razoabilidade dos prazos em

contrapartida com a viabilização econômico-financeira do empreendimento.

E nessa mesma decisão, o TCU, no voto do Relator, distingue duas situações: se não há benfeitorias, se não há investimento prévio, necessário muitas vezes para a viabilização do negócio, então o prazo é o que a lei diz, cinco anos prorrogável por mais cinco; se houver necessidade, e me parece que seja um grande número de casos, de investimento prévio, o TCU se depara com a necessidade de uma legislação que defina esse prazo. Destaco para os senhores que tanto na Decisão 17 quanto na 1.315, o TCU tem uma preocupação explícita que está no texto das decisões, com o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Finalmente, talvez valha a pena destacar uma decisão mais recente, no Acórdão 904, agora de maio, do dia 14 de maio, em que o TCU reafirmou implicitamente no voto do Relator, a obrigatoriedade, aliás, expressamente na decisão, da obrigatoriedade da licitação e trouxe uma pequena inovação no seu posicionamento, ao entender como aplicável, no que couber à questão, a Lei das Concessões.

A Lei das Concessões é um diploma jurídico que procura equilibrar a situação econômico-financeira, considerando o interesse do consumidor, mas também a viabilidade do negócio. Então ainda que a ABRASCA e seus representados não se assemelhem literalmente, não se equiparem a prestadores de serviço público, mas a lógica da Lei das Concessões ao procurar um equilíbrio entre a exploração comercial e o interesse do usuário, a lógica desse dispositivo legal foi compreendida pelo Plenário do TCU como subsidiariamente aplicável a essa situação.

A ressalva que no Voto do Relator desse Acórdão contem, é que há uma faceta, que é o risco negocial, que é típico de qualquer exploração econômica e que deve, como em qualquer regime de exploração econômica livre, como em nosso país, o risco negocial deve ser arcado pela contratada, pela concessionária, no caso.

Eu iria mencionar a orientação do TCU no sentido da elaboração de uma norma legal que defina, regulamente melhor a questão, mas não vou repetir porque já fomos muito bem esclarecidos quanto a isso pelo representante da ABRASCA.

Concluo dizendo que, das decisões que eu brevemente expus aos senhores aí na tela, resulta a clara preocupação do Tribunal de Contas da União em uma solução que contemple esse equilíbrio necessário entre viabilizar a exploração, como está refletido nesses dois itens aqui, equilíbrio econômico-financeiro do contrato, ao mesmo tempo, concomitantemente, com o respeito aos princípios maiores da Administração, consubs-

tanciados na Lei das Licitações, em que a isonomia, a igualdade de participação, também seja, de forma equilibrada, de forma adequada, contemplada.

E, nesse sentido, o TCU tem repetidamente insistido na questão do prazo contratual, que respeita-das essas variáveis já destacadas nas outras linhas, há que haver um prazo peremptório, expirado o qual, haja um processo de livre participação, uma licitação em que todos interessados possam acorrer.

Desde 2002 o Tribunal de Contas da União já vem percebendo a importância estratégica das receitas comerciais da INFRAERO. Em 2002 o TCU proferiu uma decisão em um processo de fiscalização e nessa decisão foram destacadas três áreas de risco e de importância estratégica para a INFRAERO e uma das áreas que já então em 2002 o Plenário enxergou, percebeu como de importância para a INFRAERO, já despontou a área de exploração comercial dos aeroportos.

Na época a INFRAERO já nos falou, através de seus diretores, de conceitos então inovadores como aéreo-shopping no contexto estratégia de buscar incrementar essas receitas. Então, desde então, senhoras e senhores, o Tribunal de Contas da União tem procurado exercer seu papel, ponderando esses aspectos com o equilíbrio que é um norte para a atuação do controle externo. Agradeço a palavra, S.Ex^a, Senador Quintanilha, e concluo aqui a minha apresentação. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Agradeço ao Dr. Horácio, a contribuição que traz V.Ex^a ao debate estabelecido, e eu consulto o Senador Gim Argello se gostaria de fazer novas considerações a respeito do tema, uma vez que teve a oportunidade de ouvir os reclamos colocados de um lado, os concessionários, e do outro as informações prestadas, não só pela INFRAERO, o órgão concedente, mas também com a análise do Tribunal de Contas da União. Tem V.Ex^a a palavra.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Muito obrigado, Senador Quintanilha, nosso presidente dessa comissão, e a todos os senhores pela explanação feita. Todos os senhores colocaram de uma forma que ficou muito bem entendido. Ficou muito bem entendido que nós temos três mil pequenas empresas, existem as grandes empresas, mas existem as pequenas empresas, que se sentem participantes ativas, como se fosse até da família da INFRAERO, da família aeroportuária. Enfim, começa a trabalhar, passa um, dois, três, cinco anos, se renova por mais cinco anos, passam 10 anos, e vem disso um risco para depois, um ponto que eles fizeram, que eles construíram, ser depois desalojados.

Mas eu acho que o senhor deu uma solução. Eu tinha realmente essa preocupação, porque a pessoa constrói um ponto, quer dizer, claro que falando para que todos possam entender, todo mundo gostaria de ser dono do melhor ponto de café do Aeroporto de Congonhas, digamos assim. Mas aquilo ali já está. Já é um ponto confirmado. Agora, quem tem uma loja mais humilde, que conseguiu construir um ponto em determinado corredor que não tem tanto acesso e fez dali se tornar um ponto, e passou cinco anos, fez toda uma obra de infra-estrutura ali, fez melhoramentos necessários, fez investimentos necessários, vai participar de uma licitação de alguém que quer também o fruto de seu trabalho.

Evidente que a INFRAERO não pode escolher ou determinar que se continue com aquele inquilino, digamos assim, mas essa questão de dar preferência, achei que foi muito bem colocada, Dr. Carlos Alberto. Porque se tiver a preferência de quem está ocupando, vai para o mercado, valor de mercado, o responsável pelo Tribunal de Contas colocou muito bem, eu fiz alguns telefonemas até para poder entender por que é que aqui, no caso do Distrito Federal, a TERRACAP, que é um órgão aqui, tem até a participação do Governo, 51% é do Governo do Distrito Federal e 49% do Governo Federal, ela coloca sempre terrenos aqui, porque o Distrito Federal, todos vocês sabem, foi desapropriado e as terras aqui, a maioria delas são públicas e a TERRACAP é a imobiliária que vende essas terras. Quando tem algum inquilino... Eu liguei para um diretor, para o Sr. presidente da TERRACAP, quando tem algum inquilino, algum inquilino não, quando tem um invasor, alguém que fez alguma benfeitoria neste imóvel que é colocado a venda, é colocado a venda respeitando todas as leis, todas as normas, a 8.666, tudo. Colocou a venda; o valor alcançado por essa licitação pode ser dada a preferência daquele que por acaso está ocupando ou está usando.

Se a lei serve aqui para o Distrito Federal, deve também servir para esse direito de preferência que o Dr. Carlos Alberto colocou. Para renovação de contrato. Renovou o contrato; vai para licitação de determinado ponto, porque tem que ser, se a lei diz que tem que ser assim, nós vamos respeitar a lei, só se existir um entendimento tem que mudar, mas aí você fere o princípio de isonomia até da parte da INFRAERO de ter todo o cuidado e precisar de arrecadação, que é normal. Mas disputa de determinado ponto. Se serve um ponto de farmácia para alguém por mil reais, deve servir para aquele que está usando por mil reais. Entendeu, Senador Quintanilha?

Mas o que tem que ter é o direito de quem está lá dentro dizer que por aquele valor comercial serve para

ele ou não. Entendeu, Sr. Brigadeiro? Porque daí você daria uma certa proteção a quem construiu o ponto, a quem fez o ponto, sabe fazer essa avaliação melhor, e aquele também que gostaria de participar se... “Não, pra mim serve por tal valor.” Vai para licitação. Está bom. Uma licitação pública, todo mundo, tudo divulgado, vai lá. Serve para determinada empresa. Se a empresa que estiver locando disser “Não, realmente tem vínculo comercial, dá para sustentar”, a INFRAERO... aí contemplou o que a INFRAERO quer, que é a disputa de mercado, e eu acho que também faz uma linha de proteção para quem está usando e, evidentemente, descontando também quem fez os investimentos, tem que ser considerado isso tudo, porque as pessoas recebem as lojas sem infra-estrutura quase nenhuma, quer dizer, dá todo o conhecimento.

Acho que pode ser se for usado... O senhor podia até pesquisar, Sr. presidente do Tribunal de Contas, por que é que aqui no Distrito Federal, quer dizer, é uma empresa pública, com capital do Governo Federal, ela pode dar esse tipo de preferência, e é usual fazer isso aqui. Eu consultei um diretor, ele falou “Não, nós fazemos aqui.” Quem tem... E eles estão parados em leis.

Evidentemente que a lei é nacional, deve servir para a INFRAERO também. Mas uma outra questão, Sr. Brigadeiro, e eu volto neste tema já, já, uma outra questão que eu queria ver com o senhor é a questão da segurança. Falei com o senhor que a INFRAERO precisa de faturamento, precisa. Mas Dr. Carlos Alberto, Sr. Brigadeiro: acha certo colocar naquela posição... Estou falando do Aeroporto de Brasília porque é um lugar que eu passo sempre ali, colocar uma revenda... Porque quando é... você vai embarcar para um hangar ou alguma coisa assim, tem todas as normas, as regras, para não invadir pista, que você não pode ficar andando pela pista, você não pode... E no caso de deixar uma revenda de automóveis, porque uma coisa é dentro dos aeroportos outra coisa é você usar todos os espaços disponíveis. E essa de... Essas revendas colocadas ali, eu não tenho... não conheço, não sei quem são, eu só achei que deve ter algum problema a nível de segurança para os aeroportos, por ter acesso tão facilitado à pista onde deveria ter maior segurança, Sr. Brigadeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): V.Ex^a concluiu?

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Concluí.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Bem, eu gostaria de saber primeiro se o representante da ABRASCA gostaria de fazer algum comentário a respeito das afirmações do Senador Gim Argello. Se sim... Porque ele comentou

diretamente e preliminarmente sobre os interesses inclusive da questão da preferência. Se gostaria de fazer algum comentário, senão já passaria a palavra aqui para o Brigadeiro e ao ilustre representante do Tribunal de Contas.

SR. MODESTO GOMES LOPES: Sr. Presidente, se me permite eu gostaria de fazer umas breves considerações. Primeiramente, é evidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Tem V.S^a a palavra.

SR. MODESTO GOMES LOPES: Muito obrigado. Eu peço desculpas por ter me adiantado. Gostaria de fazer algumas considerações atinentes à questão colocada pelo Sr. Senador Gim Argello. É bem verdade que nós sabemos que não se pode atropelar a Carta Magna, pois que dentro do Estado Democrático de Direito, que não se conhece nenhum outro regime melhor e pelo qual nós todos estamos de acordo, é preciso que se leve em conta a legislação constituída. Entretanto, o Sr. Senador acaba de tocar num ponto importantíssimo. Entendemos que dentro da lei nenhum direito... Direito de ponto comercial nunca existiu e não deve existir.

Por outro lado também, todos nós sabemos que é na área, sobretudo de indústrias e serviços, é claro que o ponto comercial, não obstante o aeroporto ser um lugar de passagem, etc, mas tem a ver sim também com quem opera, atinente a qualidade de serviços, preços, etc. De forma que penso ser muito bem colocado, de forma que era isso o que tinha a dizer.

Atinente à outra questão, relativa circunstancialmente ao Aeroporto de Brasília, realmente não tenho opinião sobre o assunto, até porque não é matéria que eventualmente possa ter... Não é do meu conhecimento.

Ainda, Sr. Presidente, se V.Ex^a me permite, eu faria um breve comentário atinente à participação, aproveitando o momento do Dr. Carlos Alberto Martins, Diretor Comercial da INFRAERO, apenas para reafirmar o seguinte: o nosso problema não é, nem nunca foi com a INFRAERO. Eu dizia aqui no início da nossa fala: o problema é de aspecto legal. Nós não temos nenhum atrito com a INFRAERO. A INFRAERO pelo menos até onde eu saiba e tem chegado ao meu conhecimento, não praticou nenhum ato injusto até agora.

O que nós precisamos é de fato da compreensão da INFRAERO e me parece que nós estamos em bom caminho. No que tange a essa situação, nós continuamos afirmando que a grande maioria ou pelo menos um número muito expressivo dos nossos associados são de micro, pequenos e médias empresas. E estas, na verdade, são, como se sabe, a grande base da economia do Brasil, não só no aspecto da INFRAERO,

como em outro aspecto, e de fato nós precisamos de uma legislação que contemple um tempo maior. Todo mundo sabe que cinco anos para se iniciar um negócio, por mais simples que seja, montá-lo, prepará-lo, quando se deu por conta, a espada está na cabeça para a renovação. Na melhor hipótese renova-se por mais cinco. Mas entendemos que não é suficiente.

Entendemos perfeitamente que é muito salutar e jamais deve deixar de existir o direito à participação de todos; do contrário o direito já estaria prejudicado. Por outro lado nós entendemos que à medida que uma empresa presta bons serviços, uma empresa tem a sua tradição, tem a sua qualidade, penso que isso também deve ser levado em conta, à medida que assim é no mercado como um todo.

Nós nos nossos negócios, temos preferência à empresa “A”, “B” ou “C” que está estabelecida no mercado em geral há mais tempo, com melhor qualidade, com preço competitivo.

Por outro lado ainda, Dr. Carlos Alberto, nós entendemos e somos os primeiros a propugnar por preços justos no que tange ao pagamento atinente às áreas públicas, atinente às licitações. Por quê? Porque à medida que a empresa INFRAERO, uma empresa pública e de grande expressão nacional como tive a oportunidade de expressar aqui na Reunião da Subcomissão de Assuntos Econômicos, acho que é dever de todos nós preservar este grande... Esta grande empresa que é um bem nacional. Então nós, os empresários, devemos propugnar por preços justos.

O que nós queremos é que se leve também em conta esse trinômio: qualidade, preço e remuneração justa para ambos os lados. Porque nós entendemos que quando uma determinada área, ao ser licitada, ela foge dos padrões de mercado, os padrões de mercado, na verdade ao se prestar um grande benefício pagando mais uma empresa pública, quiçá nós estamos a prestar um desserviço a essa mesma empresa pública e a própria nação como um todo.

Nós, portanto, era esse o registro que eu queria deixar para a apreciação do Dr. Carlos Alberto. Com referência, portanto, à posição do Tribunal de Contas, atinente aos comentários do Dr. Horácio Sabóia Oliveira, muito nos agrada, portanto, ao ouvir dessa Egrégia Corte, portanto o que acabamos de ouvir. Houve uma época em que se comentava que o tribunal seria uma fortaleza inexpugnável, etc. Mas não é verdade. Nós batemos algumas vezes e sempre fomos sempre muito bem recebidos. E, portanto, atinente aos comentários do Dr. Horácio Sabóia, ouvi atentamente e creio que, portanto, atende-nos perfeitamente esta flexibilidade se houver, por outro lado, boa vontade de todos os agentes envolvidos.

Nós concessionários, temos certeza, pelo menos na nossa associação, que a gente preconiza preço justo, qualidade de serviços e, sobretudo, o respeito [soa a campanha] ao dever cívico que cada um de nós tem com o nosso negócio. Nós temos consciência da importância do nosso trabalho para o bom serviço ao usuário, ao passageiro, ao turista, etc, que afinal de contas, é isso que conta, de forma que fiquei muito satisfeito em ouvir e, portanto, era o que eu tinha a comentar, pedindo sempre, portanto, a boa vontade onde... Até onde a lei permite, no sentido de que se encontre uma solução urgente para, sobretudo, para as micro, pequenas e médias empresas, porque essas de fato estão sofrendo muito e sofrem mais, como se sabe, realmente as maiores, nessas ocasiões tem sempre um pouco mais de suporte. Muito obrigado, presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado, Sr. Modesto. Nós passaremos a palavra ao Dr. Horácio Sabóia, que vai comentar a respeito das colocações feitas pelo Senador Gim Argello.

SR. HORÁCIO SABÓIA VIEIRA: Obrigado, Sr. Presidente. Apenas para assegurar ao ilustre senador a pergunta que S.Ex^a formulou quanto a possível aplicação, pela INFRAERO, de dispositivos legais que o GDF aplica nos seus contratos, teremos que pesquisar e examinar essa questão específica e poderemos depois remeter ao gabinete de S.Ex^a a resposta. Apenas destacando que nos normativos legais que o plenário... Aos quais o Plenário do Tribunal de Contas fez referência nas suas decisões, até onde pesquisamos, não havia referência a alguma lei de preferência. E a posição do tribunal, como é bastante razoável, é expressa pelo plenário. Então das decisões do plenário, não conseguimos identificar uma lei que, porventura, dê base para o direito de preferência. Mas vamos pesquisar um pouco melhor e nossa assessoria parlamentar já anotou o pedido de S.Ex^a e alguma informação enviaremos posteriormente ao seu gabinete. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado Dr. Sabóia. Tenho a honra de passar ao Dr. Augusto Cezar, da ACAPS, para suas considerações a respeito das manifestações expendidas pelo Senador Gim Argello.

SR. AUGUSTO CEZAR CARVALHO: São só duas colocações, a título de esclarecimento. Que na realidade, hoje nós pagamos o percentual por faturamento. Então, na realidade, quando se faz uma licitação tem um mínimo garantido. Mas há uma incidência sobre “X” por cento do faturamento. Então no momento que

se paga “X” por cento do faturamento, esse é um valor real e atualizado do custo do aluguel.

E também um outro exemplo que nós fomos buscar esses dias com o trabalho é que recentemente o pessoal que trabalha com Correio, que tem a franquia, estava passando por esse mesmo problema, de empresas que estavam vendo a hora da morte com seus funcionários sentindo que a empresa ia fechar e depois de tanto tempo eles trabalhando naquelas empresas, eles iam ser demitidos e alguns com idades avançadas, o mercado já não abraçaria mais eles porque hoje o mercado após 40 anos já considera no Brasil, já difícil de abraçá-los, e eles perguntavam aos seus patrões: “Como é que vou me aposentar? Porque a empresa vai fechar.” E houve grande questionamento. E chegou a uma conclusão, saiu um resultado de tudo isso: hoje os Correios, as franquias têm o prazo de dez mais dez. Então nós ficamos a pensar: Se houve esse avanço em relação aos Correios que tem um investimento tão pequeno e já chegou a essa conclusão, poderia servir um pouco como parâmetro para os nossos sofrimentos. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Então vamos passar a palavra ao ilustre Diretor Comercial da INFRAERO, Dr. Carlos Alberto.

SR. CARLOS ALBERTO MARTINS DE SOUZA: Caro senador, são duas questões, não é? A questão, o Modesto colocou muito bem, interessa a qualidade. Porque a qualidade é o interesse do passageiro. Na realidade, tudo isso que nós estamos aqui discutindo é o atendimento ao passageiro. Então não é só a questão do preço, não é só a questão da garantia da receita, que são fundamentais para a sobrevivência da INFRAERO, mas a qualidade também. Tanto assim que nas nossas licitações existe uma série de requisitos para garantir essa qualidade.

A questão específica de Brasília, na realidade a INFRAERO, todo e qualquer aeroporto, tem o plano diretor aeronáutico, é o PDA, aprovado pela ANAC, e ali estão colocadas todas as questões de segurança. Não só distâncias de pistas, como altura de prédio, a rampa, essa área que o senhor mencionou, é uma área comercial dentro do nosso PDA, existe um distanciamento e a necessidade de uma cerca em termos de segurança e a questão da altura.

Então isso, até onde eu conheço, é dentro do nosso Plano Diretor, aprovado inclusive pela ANAC, em termos de segurança.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Mais alguém gostaria de fazer algum comentário? Bem, se não, eu iria fazer uma proposição. Que até o dia... Hoje 18 até o dia 28, ou

seja, nesses próximos 10 dias, tanto os representantes da Associação dos Concessionários, como qualquer um dos ilustres convidados que pudessem nos apresentar, até o dia 28, sugestões para o aprimoramento da legislação existente, para que nós pudéssemos formular, quem sabe, um Projeto de Lei que viesse melhor conciliar os interesses do concedente e do concessionário, nessa relação que visa o interesse público. Até porque essa sugestão vai ao encontro da determinação do TCU de que tanto Câmara e Senado pudessem formular norma específica aplicável às concessões aeroportuárias.

Então acho que até o dia 10 é um prazo razoável, onde as partes interessadas podem apresentar sugestões que visem o aprimoramento dessa Legislação hoje existente e quem sabe nós possamos transformar isso numa lei e aí procurar melhorar a qualidade e a condição de vida dos usuários dos serviços aeroportuários. Senador Gim Argello.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Sr. Presidente, só para pedir ao Diretor da INFRAERO então que, por favor, o senhor encaminhe pra mim essa última alteração, quando foi feito esse último plano aeroportuário aqui, para eu saber a extensão, até onde vai, isso foi feito e quando foi colocado esses novos itens e justamente ali perto da pista. Porque é uma coisa que chega que agride, quando se passa lá, se olhar, o senhor vai ver que realmente agride. Eu Quero saber até onde vai esse plano dentro do conceito para saber se vai até perto do balão do aeroporto, ver se vai esticando ali.

Outra... que eu gostaria, o senhor por favor me envie, é essas colocações feitas pelos representantes dos micro e pequenos lojistas, tem muito sentido. Tem muito sentido sim, porque eu não sabia que o reajuste é automático. Todo mês você tem reajuste no faturamento, vocês vão faturando e já vai tendo o reajuste quase que automático do aluguel de vocês. É isso?

SR. MODESTO GOMES LOPES: Não. Se V.Ex^a, Sr. Presidente, permite... Na verdade é um reajuste anual. Reajuste anual previsto em contrato.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Então não é pelo...

SR. MODESTO GOMES LOPES: Agora, quando o nosso colega de Salvador se refere que está de certa forma atualizado porque o que incide em cima do percentual, do faturamento, isso automaticamente está sempre atualizado no quanto. O reajuste ele prende-se anualmente ao que tange a metragem quadrada... [pronunciamento fora do microfone].

SR. AUGUSTO CEZAR CARVALHO: Cada atividade, senador, tem “X” por cento do seu faturamento. Então, a loja “A” paga 7% do faturamento. Então, de-

pendendo do faturamento mensal, ele paga 7%. Se o valor mínimo for inferior, então se cobre “X” por cento. Então, por exemplo, vai para a licitação e a loja “A” ganhou a licitação por 10 mil mensais. Mas incide 7% do faturamento e ela, no mês, consegue faturar 200 mil, então é 14 mil reais, então não 10. Então nós pagamos acima do mínimo garantido. Se isso é uma realidade, mudar por mudar... Não faz sentido.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Não pode ter um furor arrecadatário da INFRAERO só no sentido de arrecadar, arrecadar e ainda, se é dessa forma como o senhor está colocando, se todo o mês faturou mais, trabalhou mais, fez o ponto, trabalhou mais, faturou mais paga mais. Isso que estou... Não é um valor fixo, não.

SR. AUGUSTO CEZAR CARVALHO: Vou dar um exemplo para o senhor entender. Nós temos já com clareza, no meu caso específico, eu não gosto nem de citar caso específico, 20 e tantos anos no Aeroporto de Salvador, onde a INFRAERO, nossa parceira, pode ver, são 20 e tantos anos que a nossa empresa nunca pagou o mínimo garantido. Sempre foi o valor do faturamento. Então, isso estou dando como exemplo. E aí, o por que de tirar um cliente que paga sempre o maior valor? Presta-se um bom serviço...

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Com qualidade para a população. É verdade. Tem que ser avaliado mesmo, viu, Tribunal de Contas? Nós temos que pensar na legislação porque o que ele fala faz muito sentido. Tem vinte e tantos anos, esse exemplo típico. Vinte e tantos anos está trabalhando, fazendo bom serviço, prestando bom serviço, dando qualidade. Não é alguém que vai pagar mais cinco mil reais que tem que ser trocado porque vai afetar a todos. Quer dizer, ele fez o ponto dele, isso é um negócio importante de ser discutido mesmo, até isso deve ter uma lei específica, a lei de shoppings, vou estudar isso também, essa lei de shoppings, como é que funciona porque não pode ser só questão de arrecadar por arrecadar. Não. Daqui dez dias que o Presidente Quintanilha colocou, vamos ver uma legislação própria para isso, porque foi feito já para outras categorias, acho que tem que ser observado mesmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Eu queria fazer duas correções. Primeiro que hoje não é 18, é 17. Errei na data. E segundo o prazo é de dez dias e seria até o dia 27, quem quisesse apresentar alguma sugestão ou fizesse à secretaria desta comissão. Mas eu passo a palavra ao Dr. Carlos Alberto, diretor comercial da INFRAERO, que quer fazer um comentário e em seguida ao nosso ilustre Brigadeiro.

SR. CARLOS ALBERTO MARTINS DE SOUZA:

Só para colocar claro. Esse modelo, esse modelo não é o modelo da INFRAERO. Todo e qualquer shopping, ele tem a parte fixa e a parte variável. E foi bem colocado pela ABRASCA, dependendo do tipo de serviço, por exemplo, combustível, é a mesma coisa. Só que não é 7%. É uma pena que não seja 7%. Porque combustível a margem é muito pequena, então é 1,5% e o fixo. Agora, isso qualquer shopping trabalha assim. É o modelo.

Agora, a gente tem que estar sempre preocupado com o novo entrante. Porque à medida que a gente mantém a mesma concessão durante 10, 20, 30, 40 anos, existem outros empresários querendo entrar no negócio. Eu acho que é muito importante a isonomia e a preferência. A questão dos empregados, evidentemente que é algo extremamente crítico e preocupante. Mas eu lembro que em diversos serviços nossos, continuados, serviços, por exemplo, de manutenção, serviços de carga, a empresa que entra é quase que certo que ela realmente... E é muito mais barato para ela, ela permanece com aquele mesmo corpo de empregados.

Agora, eu quero colocar uma forma muito clara que o interesse da INFRAERO é a qualidade do serviço a frente da sua receita. Isso qualquer empresa tem na sua imagem essa preocupação. É a preocupação com o usuário, a preocupação com o passageiro. Se houver uma lei que me permita realmente manter uma empresa como a do Modesto, uma empresa como a H. STERN, é tudo que eu quero, justamente, porque é a parte variável; é a parte variável. Mas para isso preciso ter a cobertura de uma lei.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Perfeitamente. Com a palavra o Brigadeiro Jorge Godinho.

SR. JORGE GODINHO BARRETO NERY: Sr. Presidente, eu gostaria apenas de dizer o que que nós estamos falando a respeito, já que o senhor deu um prazo, e talvez depois de eu tiver falado, se o senhor achar conveniente, o senhor dá um pouco mais de espaço nesse prazo porque talvez nós possamos contribuir com alguma coisa efetiva.

Em função do Acórdão do TCU, o Ministério da Defesa, ele fez um Grupo de Trabalho e isto o nosso ministro assinou a Portaria designando a Defesa, a INFRAERO, e obviamente dentro da Defesa as Secretarias correspondentes, para tratar desse assunto que seria o regulamento que cobre esse espaço enquanto a lei ela chega. E nós fizemos esse trabalho.

No primeiro momento em que saiu a portaria de designação, nós tivemos uma demanda muito grande dos interessados que são os concessionários, muitos

dos senhores aqui representados, que desejavam participar desse trabalho de grupo. Naquele primeiro momento nós achamos conveniente não dar acesso a esta participação para que nós tivéssemos uma visão, num trabalho rápido, de num primeiro momento termos o modelo deste regulamento feito pelo próprio Executivo.

E conversamos com aquele que nos procuraram que daríamos uma oportunidade após esse trabalho estar pronto, para que nós fizéssemos, eu denominei até assim Audiência Pública, mas na realidade não é Audiência Pública, é um trabalho, diria assim, uma oficina de trabalho, onde teremos oportunidade de ouvir todos os concessionários que estão implicados em todos os aeroportos, pra que nós possamos, já que é um documento que será assinado pelo Ministro da Defesa, e ele ter na realidade duas visões. A visão que o Executivo está colocando, contemplando todas as recomendações e as leis vigentes que o TCU aqui ressaltou, mas também ouvindo os concessionários para verificar se há pertinência de nós podermos contemplar, neste documento, aquilo que os senhores estão aqui começando a falar e que já observei que no documento que já foi terminado, porque esse grupo de trabalho, ele fez 23 reuniões.

Então os senhores observam que o regulamento vigente ele tinha 95 artigos, este regulamento tem 159 artigos. E ele contempla já um regulamento do DNIT que foi recomendação do TCU, aonde esse regulamento do DNIT, ele já contemplava alguns avanços em função de situações semelhantes passadas e nós estamos trazendo à tona esse documento.

Então hoje mesmo eu saí da Defesa, o meu departamento já está preparando uma série de ofícios, aonde nós vamos enviar a todos os senhores aqui representados um ofício e junto um CD com este documento que foi elaborado pela Defesa, para que os senhores tomem conhecimento, observem, critiquem, analisem. Marcamos para o dia 3 de julho a data em que nós nos encontraremos com os senhores certamente aqui em Brasília, são muitas pessoas, porque no primeiro levantamento que fizemos a informação que eu tive, assim que saí de lá era quase 60 representações, então, se no mínimo cada um dos senhores que representam através das associações trouxe duas pessoas, terei um evento de 120 pessoas.

Então é um trabalho que nós já estamos elaborando para que no dia 3 nós possamos fazer isto. E aí, senador, é a sugestão que eu dou ao senhor, se achar conveniente, depois desse trabalho terminar, de naturalmente eu terei que levar à apreciação do ministro e a assessoria jurídica para olhar o aspecto jurídico. E nós temos um prazo dado por nós mesmos para que

nós possamos terminar isso até a primeira quinzena de julho, haja vista a necessidade de termos esse referencial para que os contratos possam ser renovados e muitos dos contratos que os senhores estão vivenciando hoje, estão findando agora, se não me engano no mês de junho/julho e se nós não fizermos isso, talvez nós ficamos num momento difícil, tanto para a INFRAERO quanto para os senhores, cumprir a determinação das revogações, renovações, etc.

Nesse documento, já contempla, nos prazos essas observações feitas pelo TCU. Ou seja, quem não tem nenhum investimento continua cinco anos, quem tem investimento, aí os prazos mudam. É isso que eu gostaria que os senhores tomassem conhecimento, opinassem, para que até com contraditório, não quer dizer que nós vamos atender. Se for legal e legítimo, certamente será bem-vinda a opinião dos senhores. O que nós não poderemos contemplar no documento, é um anseio que ainda não tem a legitimidade porque ele não tem a legalidade para tal. Aí, senador, é a proposta que eu faço ao senhor é, se o senhor concordar, mesmo que determine esse prazo agora, se achar conveniente nós poderemos contribuir com esse documento que ficará *a posteriori* pronto e encaminharei para o senhor aqui...

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Brigadeiro?

SR. JORGE GODINHO BARRETO NERY: Pois não, senador.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): O senhor... surgiu uma dúvida. Já deve ter gente que está disputando, concessionárias que estão disputando na justiça o direito de permanecer nestas lojas enquanto esse documento não ficou pronto, essas diretrizes. Esse pessoal está sendo também atendido? O senhor lembra de alguma coisa ou não?

SR. JORGE GODINHO BARRETO NERY: Não sei se a INFRAERO poderia responder com mais propriedade, porque esse assunto específico eu não tenho conhecimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Dr. Carlos Alberto.

SR. CARLOS ALBERTO MARTINS DE SOUZA: Pois não. Recorrer na justiça é um direito e nós temos casos e mais casos. Então, algumas liminares foram feitas, algumas liminares foram cassadas, mas no mérito realmente a INFRAERO cumpre e o Juiz dá--

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Mas ninguém está olhando para esse pessoal ainda não? Não está sendo cuidado não? Está respeitando só o que a decisão judicial... Não está dentro desse contexto novo de avaliar.

SR. CARLOS ALBERTO MARTINS DE SOUZA: Só decisão, só decisão, porque a INFRAERO--

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): É bom esse documento pra gente poder tentar proteger aqueles que se sintam por acaso desprotegidos.

SR. CARLOS ALBERTO MARTINS DE SOUZA: A INFRAERO, ela cumpre a regulamentação e a legislação no sentido de que, terminou o contrato, ela entra com processo de reintegração de posse. Aí cabe uma liminar ou não.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Eu entendo louvável o esforço e a iniciativa que o Ministério da Defesa está fazendo e compreendo que se nós queremos fazer um trabalho conjunto, devamos estabelecer um prazo que possa contemplar essa... O resultado desse grupo de trabalho. E exatamente para que o outro lado, que também tem interesse e apresentar uma proposta na legislação, que hoje não consta da legislação e que o Ministério da Defesa não pode contemplar, é que nós estaremos ouvindo e recebendo as sugestões.

Então nós mudaríamos o prazo, ao invés de dez dias, para o final do mês de julho. Dia 30 de julho nós solicitaríamos que encaminhassem a esta comissão, à secretaria dessa comissão, as sugestões pertinentes para nós continuarmos o debate e quem sabe apresentarmos uma proposição de transformar em Projeto de Lei.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): E a audiência seria dia 3 Brigadeiro?

SR. JORGE GODINHO BARRETO NERY: É dia 3, é onde nós vamos conversar com os concessionários. 3 de julho agora.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): 3 de julho. Então deu prazo...

SR. JORGE GODINHO BARRETO NERY: É porque hoje nós estamos enviando esses ofícios e certamente para dar um tempo para que possam analisar e por serem associações espalhadas no Brasil todo, imagino que talvez tenham que discutir o assunto... E porque também não poderemos recebê-los todos numa representatividade muito grande, haja vista a quantidade de pessoas. Essa é a idéia para que haja um tempo de discussão e aqueles que vão representar essas associações possam realmente levar as suas reivindicações.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Eu consulto aos ilustres membros da Mesa se interessam ainda tecer algum comentário. Senão eu consulto ao Senador Gim Argello.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Obrigada, presidente. É só para fazer a referência, que agora há pouco eu passei o telefone para o eminente repre-

sentante do Tribunal de Contas da União, Dr. Horácio Sabóia Vieira, que era o presidente da empresa aqui do Distrito Federal, da TERRACAP, que é o Dr. Antonio Gomes, que é até membro do Ministério Público Federal, é o presidente aqui, é pessoa também que... cumpridor de todos seus deveres e todas as leis. Ele falou do direito de preferência que eles usam aqui no Distrito Federal. Foi isso, não foi? Então é só porque estamos colaborando para ver se consegue essa saída legal usando o modelo que é aplicado aqui numa empresa pública também, de capital misto. Sr. Horácio.

SR. HORÁCIO SABÓIA VIEIRA: Pois não, senador. Vou receber, será enviado pelo representante da TERRACAP para a nossa assessoria parlamentar todo o arcabouço jurídico que eles usam para conceder esse direito de preferência. E então poderemos examinar e submeter ao plenário do TCU até para que possa aí enxergar se é possível também estender o semelhante à INFRAERO ou não. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Muito bem. Eu acho que nós podemos então concluir os nossos trabalhos. Sr. Modesto, tem V.Exª a palavra.

SR. MODESTO GOMES LOPES: Sr. Presidente, para ainda agradecer a V.Exª e ao Senador Gim Argello e todos os a quem já fiz referência, aos ilustres membros da Mesa, eu faria um apelo no sentido que me parece consenso, pelo menos pelas opiniões que foram manifestas. Nós, como aqui foi dito, nós temos casos de fato que são portanto... São muito... Alguns prazos já vencidos, outros contratos vencendo nos próximos dias, etc.

Obviamente, dentro do limite legal, eu faria um apelo ao digníssimo representante da INFRAERO, ao Dr. Carlos Alberto Martins, até onde a lei assim o determina, que houvesse se possível um pouco de tolerância nesse tempo. Porque veja, uma licitação, como sabe, ela pode demorar três meses, pode demorar seis meses e em determinados casos até ela pode demandar um contencioso e demorar muito mais tempo.

À medida que se afigura, para grande esperança nossa, portanto uma solução que a todos contemple, estando presentes nessa reunião os ilustres membros do Poder Legislativo, S.Exªs, os Srs. Senadores, o Tribunal de Contas da União, e por outro lado os digníssimos representantes de uma empresa pública, que não deixa de ser Poder Executivo, eu apelaria para dentro dos limites da lei que, se possível, fosse então levado em conta a suspensão temporária desses certames licitatórios, pelo menos até essa reunião de julho e se possível até, portanto, essa conclusão desses trabalhos. Era o que eu propunha e apelaria no sentido da defesa de nossos concessionários e dos usuários.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Acho que o diretor comercial falaria a respeito disso aí, se vai poder suspender ou não. Dr. Carlos Alberto.

SR. CARLOS ALBERTO MARTINS DE SOUZA: A INFRAERO, como uma empresa pública, ela não há como deixar de cumprir a lei e os Pareceres, Acórdãos do TCU. Para não dizer que é impossível, o que nós temos feito, evidentemente isso junto ao juiz, alguns processos de reintegração de posse tem sido feito um acordo vantajoso, evidentemente com a decisão judicial para os dois lados.

A licitação prossegue... Senão, pela Legislação terminou contrato, reintegração de posse, fecha a loja, fecha o hangar, a INFRAERO fica sem receita e faço a licitação. O que tem se conseguido junto e com o parecer do nosso jurídico, evidentemente, um acordo junto ao juiz de que enquanto a licitação corre, a licitação não é postergada, nem é suspensão, enquanto a licitação corre, o concessionário permanece pagando evidentemente o valor anterior do seu contrato, e uma vez homologada a licitação, ele tem um mês então para entregar ou continuar, se ele for o vencedor. Aí que entra a grande vantagem de direito de preferência, nesse caso.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Mais um comentário, Sr. Modesto para nós encerrarmos a nossa reunião.

SR. MODESTO GOMES LOPES: Eu não me referi exatamente, Dr. Carlos Alberto, a esses casos, me referi àqueles casos onde, ao término do contrato, como determina a lei e com toda justiça, obviamente, a INFRAERO toma as chaves do lojista e não pode ser de outra forma à luz da legislação vigente. Porém, o que quero dizer é que nesses casos as lojas ficam fechadas até o novo certame licitatório e, na melhor das hipóteses, ele quase nunca se conclui em 90 dias. 90, 180 dias, etc. As lojas ficam fechadas, geram aparência desagradável, há portanto uma descontinuidade dos serviços e em nosso entender, ninguém aproveita essa situação. Era nesse sentido que eventualmente eu apelaria, se possível, com o tributo da INFRAERO, que sempre procurou nos atender dentro do critério de parceira na medida do possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Registramos com satisfação a presença do Senador Flexa Ribeiro, que já manifesta interesse em fazer uma observação e a quem concedo imediatamente a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Leomar Quintanilha, Srs. Senadores, senhores convidados, quero primeiro, presidente, lamentar de não ter ouvido os pronunciamentos de cada

um dos convidados. Estava na sessão, no plenário, em homenagem ao saudoso Senador Jefferson Peres. E tão logo me desincumbi da missão de homenageá-lo em nome da minoria na casa, eu vim até aqui porque tinha maior interesse em participar desta comissão. Vou tomar conhecimento pela leitura das notas taquigráficas de cada uma das exposições dos senhores convidados, mas gostaria de fazer, se o presidente me permitir, alguns questionamentos, até para formular e aprofundar o raciocínio em relação à questão dos contratos de locação das áreas dos aeroportos brasileiros e também de algumas dúvidas com relação à tão falada questão de... da privatização da INFRAERO.

Eu perguntaria ao representante do Ministério da Defesa, Tenente-Brigadeiro Jorge Godinho: a reformulação do marco regulatório dos aeroportos está na Ordem do Dia. Cogita-se, por exemplo, da sua concessão para a iniciativa privada e da abertura do capital da INFRAERO. O Ministério da Defesa estuda alguma proposta nesse sentido? Que papel teriam as receitas comerciais na remuneração do operador aeroportuário? Caso houvesse o repasse dos aeroportos para a iniciativa privada, o Ministério pretende encaminhar ao Congresso Nacional uma proposta de reformulação do Código Brasileiro de Aeronáutica? As locações comerciais em aeroportos seriam objeto desse projeto?

Ao Sr. Horácio Sabóia Vieira, do Tribunal de Contas da União: como o senhor caracterizaria o regime jurídico das locações para lojas nos aeroportos? Trata-se de uma locação comercial ou de uma concessão de uso de bem público? O tribunal vê algum impedimento a que a INFRAERO faça locações com prazos superiores a cinco anos?

Ao Sr. Carlos Alberto de Sousa, da INFRAERO: qual a importância da locação de áreas comerciais nos aeroportos para o equilíbrio financeiro da INFRAERO? Que percentual da receita total da INFRAERO tem origem nessas locações? Qual é a política da INFRAERO para locação comercial nos aeroportos?

E, finalmente, para o Sr. Modesto Gomes Lopes, da Associação Brasileira dos Concessionários Aeroportuários: por que a locação comercial nos aeroportos tornou-se um problema neste momento? Como operou o setor nos últimos anos? A ABRASCA tem alguma proposta concreta de alteração legislativa? Eram essas as questões, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Flexa, algumas das questões levantadas por V.Ex^a foram comentadas aqui, mas eu entendo que os ilustres convidados, demonstrando um interesse muito grande em contribuir com o debate, certamente não objetarão em renovar suas

afirmações dando conhecimento a V.Ex^a do que haveríamos já quase que praticamente concluído como sugestão de comportamento de ações, com vistas a aprimorarmos essa relação que existe hoje entre concedente e concessionário.

Nós passaríamos então a palavra ao Brigadeiro Jorge Godinho, para responder as questões que V.Ex^a formulou. Tem V.Ex^a a palavra.

SR. JORGE GODINHO BARRETO NERY: Pois não. Senador Flexa, o senhor nos fez a pergunta sobre a questão da reformulação do marco regulatório da empresa, se a Defesa está fazendo alguma coisa. Eu digo ao senhor que sim. Hoje mesmo... Ontem nós tivemos uma reunião onde esteve presente o BNDES, representante da INFRAERO, do Ministério da Defesa, da ANAC, ou seja, dos setores envolvidos com o assunto, uma decisão do Ministro da Defesa em utilizar o BNDES como um facilitador para que se faça uma avaliação da situação atual e se trace políticas públicas para o setor, ou seja, para a própria Aviação Civil. Aí incluso a própria INFRAERO, entra a ANAC, entra a própria Secretaria do Ministério da Defesa e também a própria INFRAERO.

Naturalmente que para que se faça um estudo ou se possa ter alguma coisa a respeito, se vai fazer abertura de capital, qual o modelo que vai se usar para a empresa, naturalmente este é um estudo que antecede, haja vista ele servir como alicerce, para que se construa em cima dele qualquer um desses modelos.

Então esse é um trabalho que estávamos fazendo a partir de ontem, já com algumas reuniões e ontem já com um modelo de um convênio “guarda-chuva”, assim chamamos, por que ele abriga justamente os termos de cooperações que vão acontecer em consequência, para que se estude pontualmente tanto a questão da análise da situação da ANAC, da INFRAERO, e aí ressaltando essa questão que o senhor levantou e que eu imagino que teremos isso durante esse ano, no decorrer desse ano, alguma informação que certamente o ministro deverá trazer ao conhecimento dos senhores, porque em setembro ele pretende trazer para a agenda nacional, como ele sempre tem dito, as questões do Ministério da Defesa a esta casa para que seja apreciada.

Então isto é um assunto que estamos tratando junto com o BNDES e os setores envolvidos, primeiro formulando esse “guarda-chuva” que assim nós chamamos esse convênio, para depois especificamente tratar-se de cada um de *per se*. A respeito da pergunta que V.Ex^a fez sobre a questão da reformulação do CBA e se ele inclui isto, o que nós temos observado é que hoje nessa Casa, no próprio Congresso, já existe uma demanda muito grande de muitas emendas aos

artigos do CBA, que é um indicador de que realmente ele precisa ser trabalhado. Então é um assunto que nós estamos na pauta, temos atendido pontualmente a esses artigos que tem sido trazido aqui através de Projeto de Lei, contribuindo com aquilo que é possível, para que realmente nós possamos atendê-lo pontualmente, porque são assuntos que podem ser atendidos de uma maneira muito mais rápida do que tratar do Código como um todo, que o sabe que existe uma série de implicações, porque nós estamos tratando de uma forma mais globalizada.

O que não invalida é esse tratamento que nós estamos fazendo em função dos trabalhos dentro da Defesa para que tenhamos, certamente no futuro, uma proposta até contemplando estes artigos e essas emendas, que hoje são várias, do próprio Código Brasileiro, atendendo a uma demanda mais emergente à aprovação desses pontos dentro do Código. Existe, sim, a intenção, a Defesa está trabalhando com isso, não temos no momento um Código Novo ou uma Lei Geral de Aviação Civil como muitos falam, mas estamos pontualmente atendendo a essas demandas que muitas delas vêm aqui da própria Casa ou vêm do Executivo ou de qualquer cidadão brasileiro dentro do setor.

E hoje nós temos uma quantidade muito grande já de emendas, artigos dentro do Código Brasileiro de Aeronáutica. Parece-me que eu não esqueci, algumas das perguntas que o senhor dirigiu.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado, brigadeiro. Diretor comercial, me parece que endereçou uma pergunta à INFRAERO. Se V.S^a pudesse responder.

SR. CARLOS ALBERTO MARTINS DE SOUZA: Bem, senador, quanto às suas questões, eu gostaria de falar um pouquinho sobre privatização e abertura de capital, porque esse é o anseio da INFRAERO, que é abertura de capital para uma maior flexibilidade e agilidade na gestão da INFRAERO, a exemplo de uma PETROBRÁS.

A questão de privatização é muito importante. Há tempos atrás foi falado da privatização de Viracopos. Então tem que se tomar muito cuidado. Viracopos hoje representa 30% do IBTDA, quer dizer, do resultado operacional da INFRAERO. Viracopos, 30% do resultado operacional, ela sustenta, vamos dizer assim, aeroportos como Bagé, Altamira, Palmas, enfim. A INFRAERO ela não tem como missão apenas operar e explorar aeroportos para garantir a sua receita. Ela tem uma missão de integração nacional.

Então tem que tomar muito cuidado quando se fala de privatização, mas não quando se fala de parceria. Parceria para crescimento, parceria para incremento, parceria no novo TPS, ou novo terminal de carga ou

mesmo novo aeroporto, porque a sustentação econômica da INFRAERO depende do conjunto.

E temos as jóias da coroa, que realmente que são Guarulhos e de Viracopos. Hoje a receita operacional, é muito importante falar de receita operacional, porque a receita de... Vamos chamar, aeroportuárias, de pouso e decolagem e embarque de passageiro, é uma receita altíssima. É uma receita meio a meio com a comercial e de carga. Só que o custo é da mesma monta.

Então, a diferença, receita operacional, vamos dizer assim, da atividade-fim, da atividade operacional da INFRAERO, posso dizer que é zero, como qualquer aeroporto no mundo como eu mencionei anteriormente. O que sustenta o aeroporto, o que sustenta, o transporte aéreo justamente são as receitas comerciais e a receita de carga da empresa. Hoje a receita de carga e da INFRAERO, são responsáveis por 100%, o ano passado 500 milhões, da receita operacional, praticamente meio a meio a carga um pouquinho acima e isso depende de ano para ano.

E a política comercial da INFRAERO é a política legal de concessões. A política foi colocada aqui, ditada pela Regulação 744 e pela Lei de Concessões e pela Lei 8.666, que, hoje, qualquer concessão sem investimento ela pode ser cinco mais cinco e com investimento incluiu-se a isso o prazo de amortização calculado de acordo com o investimento.

Hoje nós temos concessões de 20 anos, 25 anos, de hotéis e mesmo de grandes galpões de manutenção de uma Gol, de uma TAM, de 20 anos. É a política comercial da INFRAERO, que nós estamos discutindo aqui como flexibilizá-la no interesse de qualidade, que é o interesse do usuário, no interesse dos concessionários e o interesse da receita, que é justamente nessa discussão que a Defesa está estudando e o próprio TCU e estou muito esperançoso, viu, senador, não é... Esperançoso mesmo que saia alguma coisa que consiga-se dar preferência ao concessionário atual, desde que ele tenha receita, qualidade e isonomia de preço.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Dr. Sabóia. Dr. Sabóia. V.Ex^a tem a palavra.

SR. HORÁCIO SABÓIA VIEIRA: Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Senador. Respondemos com muito prazer quaisquer indagações oriundas do Congresso e seus representantes. Pediria apenas então a atenção de S.Ex^a para duas decisões que o TCU tomou. A 1.315, nessa decisão em uma de suas determinações, o TCU se refere a concessão de uso de áreas comerciais, ao determinar orientações para a INFRAERO renovar o contrato, bem aqui, determina que a INFRAERO faça parecer técnico para, no caso de renovação de contrato, a INFRAERO deve ponderar a viabilidade eco-

nômica, ou seja, o prazo para recuperar investimentos e outras variáveis, e aí nessa determinação o plenário do TCU fez uso da expressão “concessão de uso de áreas comerciais.” Então respondendo a pergunta do ilustre senador, o Tribunal de Contas da União entende que esse espaço é uma concessão de uso.

E tanto é assim que dentre, na legislação que o TCU entende aplicável a esse tipo de exploração, inclui também os normativos que se aplicam aos imóveis da União. E no voto do Ministro Relator nesse último Acórdão, Ministro Relator que levou esse acórdão ao plenário do TCU, Acórdão 904, também ficou dito que o que não é, quer dizer, a concessão de uso de área comercial não se equipara às concessões no sentido de prestação de serviço público.

Então, dessas duas decisões, a leitura delas deixa claro o regime jurídico dessa atividade. Os membros da ABRASCA exploram comercialmente áreas comerciais de aeroportos. E o TCU tem entendido isso como concessão de uso de áreas comerciais.

Questão do prazo que S.Ex^a nos indagou, em reiteradas decisões o TCU tem dito: um, que o prazo da Lei das Licitações, ele não é peremptório, não é aplicável para as concessões de uso quando há investimento, ou seja, para viabilizar exploração comercial a empresa faz o investimento e o prazo tem que ser compatível com a recuperação do investimento, portanto, o prazo de cinco anos e mais cinco, não é peremptório para esse caso. E aponta também para a necessidade, o TCU apontou de uma legislação que seja específica quanto ao assunto. Então, o TCU tem firmado entendimento, sumariando, de que no caso de concessão de uso de áreas comerciais que requerem investimento prévio, o prazo não está adstrito aos cinco anos mais cinco da Lei das Licitações. Nesse caso, com base em parecer a ser elaborado pela INFRAERO, o prazo deverá ser suficiente para contemplar o equilíbrio econômico-financeiro. São as considerações que fazemos. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sr. Modesto, tem V.S^a a palavra para os esclarecimentos sugeridos pelo Senador Flexa Ribeiro.

SR. MODESTO GOMES LOPES: Excelentíssimo Senador Flexa Ribeiro, obrigado pela pergunta de V.Ex^a. Portanto eu teria a dizer o seguinte, respondendo a V.Ex^a como se tornou um problema no momento, creio que foi essa a pergunta. Na verdade, Excelência, eu não diria que seria propriamente um problema, e sim, posto que já se vislumbra a solução do mesmo. Entretanto, esse fato originou-se a medida que pela própria circunstância definida em lei, os contratos que dantes eram renovados praticamente com ajustes

onde cabia, por força de instrumentos legais já aqui citados, em certos casos não houve renovação. Não tem sido possível.

Isso gerou, portanto, está gerando realmente uma situação muito difícil, sobretudo para as micro, pequenas e médias empresas. Portanto, o que nós vemos, atendendo o honroso convite de trazer a nossa participação aqui, é no sentido de que se encontre um aspecto legal que contemple uma melhor situação que nós entendemos que esse prazo de cinco anos, em qualquer circunstância, ele é um prazo muito exiguo e que dificilmente ele contempla os interesses de todas as partes envolvidas.

Tanto é assim que quando se pega o histórico da própria INFRAERO, que vem lá desde os tempos de A.C.(F), desde os primórdios, dificilmente se encontra um caso onde o indivíduo tem 25 anos. Até porque como nós dissemos aqui, e qualquer pessoa ou empresa que milite no comércio com os seus, sabe que é muito pouco tempo para se estabelecer no comércio, para se formar a sua base clientela e se ter a justa remuneração.

Daí então considero respondida a primeira pergunta de V.Ex^a. A segunda pergunta, creio que ela se insere exatamente dentro da primeira, porque à medida que nós não temos renovados os contratos, nós ficamos numa situação de grande dificuldade.

E por fim, pergunta V.Ex^a se nós temos alguma proposta de algum dispositivo legal a apresentar como sugestão que poderia ser contemplado como Projeto de Lei etc. Sim, Excelência, nós temos portanto uma proposição, um alinhavo de algumas idéias que, nós pretendemos apresentar a esta digníssima comissão dentro do prazo que já foi estabelecido pelo Excelentíssimo Sr. Presidente, o Senador Leomar Quintanilha, se não falha a memória foi data de 30 de julho. 30 de julho.

Então, portanto nós vamos... Portanto é uma série de troca de informações, tem algumas sugestões de usuários, concessionários, etc, e nós pretendemos apresentar então essa sugestão nesta ocasião.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Flexa, sobre o prazo, é importante informar à V.Ex^a que das observações aqui colocadas, evidenciou-se a dificuldade que tem o concessionário, que muitas vezes utiliza... Obtém a concessão de uma área crua, uma área inculta, bruta, e nela faz investimentos. E nem sempre o prazo do contrato, previsto em lei, é suficiente para que ele tenha uma compensação financeira para os investimentos ali realizados. E nem o concessionário tem direito de preferência, já que prescreveu o prazo e ele precisa

ser licitado novamente o contrato, ele não tem nenhum direito de preferência.

Então foram essas as colocações apresentadas aqui sobre uma possibilidade de se encontrar um aspecto no arcabouço jurídico existente ou numa proposição nova, alguma situação que contemple essa forma de corrigir, de certa forma, essa injustiça que está se praticando contra os concessionários.

O Brigadeiro afirmou que o Ministério da Defesa já está desenvolvendo um trabalho, está com uma força-tarefa, fazendo um apanhado e um levantamento e espera concluir esse trabalho até meados de julho, e nós havíamos proposto na comissão que então, até o final de julho, ou seja, depois da conclusão do trabalho dessa força-tarefa do Ministério da Defesa, as instituições e pessoas interessadas que quisessem apresentar sugestões de texto que pudesse ser transformado num Projeto de Lei os encaminhasse até esta comissão, até o final de julho, quando nós submeteríamos aos membros da comissão e depois pudéssemos inclusive apresentar uma alternativa, uma sugestão para melhorar essa relação que há entre concedente e concessionário.

Não havendo mais quem queira fazer qualquer comentário, agradeço a presença dos eminentes senadores, agradeço a presença do Sr. Modesto Gomes Lopes, presidente da ABRASCA, do Sr. Augusto Cezar da ACAP, do Tenente-Brigadeiro Jorge Godinho do Ministério da Defesa, do Dr. Horácio Sabóia Vieira do Tribunal de Contas da União, e do Dr. Carlos Alberto Martins, Diretor Comercial da INFRAERO, que contribuíram com suas inteligências e seu esforço pessoal, para a formulação desses subsídios que possam encaminhar a uma solução que melhore essa relação entre concedentes e concessionários com relação ao serviço aeroportuário.

Nada mais havendo a tratar, agradecendo mais uma vez a atenção e o atendimento do convite dos ilustres participantes, declaro encerrada a presente sessão.

Sessão encerrada às 14h02

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE – CMA

**ATA DA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA,
DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE,
DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª
LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE
2008, ÀS 10:00 HORAS.**

Às dez horas e dezoito minutos do dia dezoito de junho de dois mil e oito, na Sala nº 15, da Ala Se-

nador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senhores Senadores **RENATO CASAGRANDE**, **VALDIR RAUPP**, **GILBERTO GOELNNER**, **MARCONI PERILLO**, **GIM ARGELLO**, **FLÁVIO ARNS**, **AUGUSTO BOTELHO**, **SERYS SLHESSARENKO**, **GERALDO MESQUITA**, **ADELMIR SANTANA**, **FLEXA RIBEIRO** e **ARTHUR VIRGÍLIO**. Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, o Senhor Presidente informa que a presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 21/2008-CMA, de autoria do Senhor Senador **RENATO CASAGRANDE**, com o objetivo de “debater a ampliação da participação da energia eólica na matriz energética brasileira, bem como decisões recentes do governo federal relativas ao setor.” Comparecem os seguintes convidados: Lauro Fiúza, Presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica – ABEE; Luiz Henrique Mascarenhas Corrêa Silva, Diretor Financeiro e de Câmbio do Banco do Nordeste – BNB; Ricardo Baitelo, Coordenador da Campanha de Energias Renováveis do Greenpeace; Frederico Reichmann Neto, representante da Confederação Nacional da Indústria – CNI e Ramón Fiestas, Presidente-Coordenador do Comitê Latino-Americano do Conselho Global de Energia Eólica – GWEC, convidado em conformidade com o Aditamento ao Requerimento nº 21/2008, aprovado EXTRA-PAUTA no início da reunião. A Presidência comunica ao Plenário a presença do Embaixador da Dinamarca no Brasil, Christian Konigsfeldt, e do Deputado Paulo Teixeira, membro da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados – CMADS, que usam da palavra. Após a explanação dos convidados, apresentam seus questionamentos os Senhores Senadores **RENATO CASAGRANDE** e **AUGUSTO BOTELHO**. EXTRA-PAUTA é apreciado, com aquiescência da Comissão, o Requerimento nº 24/2008-CMA, que “requer, para fins de instrução da matéria sobre energia eólica que seja convidado o Sr. Ministro de Estado das Minas e Energia, Senador Edison Lobão, para que venha a esta Comissão discorrer sobre a política governamental para o Setor”. Autoria: Senador **RENATO CASAGRANDE**. Resultado: **Aprovado**. No transcorrer dos trabalhos, o Senhor Senador **LEOMAR QUINTANILHA** passa temporariamente a Presidência ao Senhor Senador **RENATO CASAGRANDE**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta

e cinco minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA REUNIÃO REALIZADA EM 19/06/2008

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Bom dia a todos. Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Os senhores senadores que concordam com a dispensa da leitura da ata da sessão anterior queiram permanecer como se encontram. **Aprovado**.

Esta reunião destina-se à realização de Audiência Pública, em conformidade com o Requerimento nº. 21/2008, aprovado nesta Comissão e de iniciativa do eminente Senador Renato Casagrande, para discutirmos sobre a ampliação da participação da energia eólica na matriz energética brasileira, bem como tecer comentários a respeito de decisões recentes do Governo Federal relativas ao setor.

Tem-se conhecimento que muitos países têm avançado muito na produção de energia eólica e nota-se que, no Brasil, discute-se muito a respeito, mas os investimentos ainda não se nivelam aos dos países que têm privilegiado essa matriz energética. De qualquer sorte, o país tem buscado, também, alternativas diversas e variadas para completar essa gama enorme de geração de energia elétrica originária dos mais diversos setores, por último, de forma mais acentuada, com relação a energias renováveis originárias das biomassas, sobretudo com relação ao etanol e ao biodiesel.

De sorte que esta Audiência de hoje se propõe a oferecer um debate significativo e construtivo para a formação de juízo, de opinião da Casa a respeito dessa matriz importante de energia, que é a energia eólica.

Como o Senador Renato Casagrande foi o autor do requerimento propondo essa audiência pública, nós iniciáramos passando a ele a palavra para que ele justificasse o seu requerimento.

Antes, eu solicito à secretaria da Mesa que convide para integrá-la o ilustre Presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica, Dr. Lauro Fiúza; o ilustre Diretor-Financeiro e de Câmbio do Banco do Nordeste, Luiz Henrique Mascarenhas Corrêa Silva; o ilustre Coordenador da Campanha de Energias Renováveis do *Greenpeace*, Ricardo Baitelo; o ilustre Representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI),

Dr. Frederico Reichmann Neto; e o ilustre Secretário para América Latina da Associação Internacional de Energia Eólica, Ramón Fiestas.

Temos conhecimento de que se encontra conosco, enriquecendo com sua presença esta nossa reunião, o ilustre Embaixador da Dinamarca, Christian Konigsfeldt – me corrija a pronúncia se não estiver correta. Konigsfeldt – estou tendo um auxílio aqui. E eu gostaria de convidá-lo a compor a Mesa conosco para participar desse debate... Já que o seu país investe bastante na produção e geração de energia elétrica.

Então, nós iniciariamos passando a palavra ao Senador Renato Casagrande para que ele justificasse a apresentação do seu requerimento que motivou a realização dessa audiência pública.

Eu registro, portanto, os nossos agradecimentos a todos que aceitaram o convite para dar a sua contribuição, trazer a sua inteligência, a sua expertise, o seu conhecimento a respeito da matéria para nos ajudar no Senado a, se for o caso, construir ou melhorar um arcabouço jurídico pertinente sobre a matéria discutida.

Com a palavra o Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Sr. Presidente, senhores convidados, Embaixador da Dinamarca, nossos visitantes, senhoras e senhores. Antes, Sr. Presidente, de justificar meu requerimento, eu fiz um aditamento ao meu requerimento para que eu pudesse fazer o convite ao Sr. Ramón Fiestas para participar da Audiência Pública e gostaria muito que o senhor pudesse colocá-lo em apreciação para que nós pudéssemos ter, como já temos, na prática, a participação do Secretário para América Latina da Associação Internacional de Energia Eólica.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Perfeito. Faremos, então, a apreciação por parte da Comissão da indicação em aditamento do Sr. Ramón Fiestas. Não é isso?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão, a proposta apresentada pelo Senador Renato Casagrande. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão. Em votação. Os senhores senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado o aditamento proposto. Tem V.Ex^a a palavra.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Sr. Presidente. Serei muito sucinto, porque o tema, por si só, já é um tema que desperta muito interesse, é um tema de muita importância e o tema de muita importância não é só energia eólica, o tema de importância é o tema de energia.

Hoje, que nós debatemos crescimento econômico, fala-se em energia. A hora que nós vamos debater medição de desenvolvimento, fala-se em energia. A hora que nós vamos debater mudanças climáticas, que é o grande tema do momento, as mudanças climáticas estão relacionadas e as mudanças globais estão relacionadas ao consumo de energia, tanto em quantidade como na qualidade da energia que nós consumimos e as fontes que nós consumimos e as necessidades que nós temos de investimento em novas fontes de energia, através de investimento em pesquisa necessárias para... Em todo o país.

Dois fatos me chamaram atenção nessa semana, Sr. Presidente. O primeiro fato é que o Japão está lançando o carro a hidrogênio, que é uma demonstração clara do avanço que nós poderemos ter com pesquisa na substituição de fontes de energia... De fontes fósseis de energia. E acho que o combustível fóssil é a primeira geração; o renovável, a segunda, e há outras fontes de energia como o hidrogênio, é uma terceira geração que nós temos colocado, aí, como alternativa com base em pesquisa. Então, isso me chamou atenção que a gente já vem estudando esse assunto energia há bastante tempo, aqui, no Congresso Nacional, especialmente quando vim participar da Comissão de Meio Ambiente e fui ser Relator da Comissão Mista de Mudanças Climáticas.

Outro assunto e outro tema que me chamou muita atenção essa semana foi o tema... Foi a proposta defendida pelo Presidente dos Estados Unidos, George Bush, de que ele defende o início da exploração de petróleo no Alasca e no mar. Isso é um assunto importante, porque ainda se vê que muitos governantes nesse mundo têm um olhar pelo retrovisor. Só olhando para trás. Bush daria uma grande contribuição se, de fato, entrasse em um debate mundial, global. E o debate “mudanças climáticas” é o primeiro grande tema global que nós temos para poder desafiar os governantes do mundo, mas se entrasse no debate talvez nós pudéssemos incentivar energias alternativas, renováveis, pesquisa nessa área, e não ficar só olhando para trás ou só olhando para os interesses comerciais de um setor importante para o Brasil também, mas um setor que precisa, efetivamente, ser mais um na matriz energética e não ser o mais importante na matriz energética.

Então, o nosso debate sobre energia eólica está baseado, apoiado nessa necessidade da construção de alternativas para o consumo de energia. O mundo vai consumir cada vez mais energia. Porque só uma parte do mundo hoje consome energia em uma base de desenvolvimento adequada. O Brasil tem consumido muita energia, os países em desenvolvimento

vão consumir mais energia, e nós não podemos só ter o olhar para os combustíveis fósseis, para a fonte fóssil de energia, porque isso seria destruição efetiva do nosso planeta.

Então, incentivar energia eólica no Brasil está claro que é uma necessidade. Porque nós temos na eólica uma fonte de energia sem nenhuma poluição efetiva, sem nenhuma emissão e utilizando, a, um potencial que Deus nos deu, que a natureza nos deu e que a gente precisa aproveitá-lo, cada vez mais, incentivando a indústria local, incentivando os investimentos locais. Estou muito animado com o Ministro Edison Lobão, que tem defendido um leilão próprio e específico na área de energia eólica.

Eu estou... Convidei, tomei iniciativa, junto com os senhores, de fazer essa audiência hoje com base na reunião que houve em Fortaleza, que eu não pude participar, na segunda-feira, com a presença do Governador do Ceará e de outros governadores, com o Presidente do Banco do Nordeste. Então, com base naquela reunião é que eu tomei a iniciativa de que na Comissão de Meio Ambiente a gente possa trazer para cá o debate e verificar quais são as proposta de alteração legal e quais são as ações administrativas que poderão ajudar na construção de uma política mais audaciosa de incentivo a fontes alternativas e renováveis de energia eólica, que se encaixa perfeitamente naquilo que nós estamos desejando em nível de país.

Tive a oportunidade de visitar o Ceará, visitar um parque eólico e estou naturalmente interessado muito em que o Congresso possa colaborar nesse debate.

Essa é a razão principal... São as razões principais da nossa audiência pública. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado, Senador Renato Casagrande. Eu creio que seria importante nós estabelecermos um critério para a apresentação dos expositores, e eu consultaria, preliminarmente, se nós poderemos seguir essa sequência que está elencado aqui no... na pauta de hoje: Lauro Fiúza, Luiz Henrique, Ricardo Baitelo, Frederico Reichmann, Ramón Fiestas ou, se alguém desejaria falar primeiro... Por necessidade, talvez, até de se ausentar, vôu ou qualquer coisa assim. Não havendo, então nós iniciáramos, então, por essa sequência que está estabelecida aqui.

Nós vamos conceder, preliminarmente, o prazo de 15 minutos para que cada um faça a sua exposição inicial. Esse prazo é um critério, não é muito rigoroso. Se, efetivamente, precisar de mais tempo para que a exposição possa alcançar os seus objetivos, nós consideraremos esse tempo.

Então, nós vamos começar com o Dr. Lauro Fiúza, Presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica – ABEE. Tem V.S^a a palavra.

SR. LAURO FIÚZA: Muito obrigado, Sr. Senador Leomar Quintanilha, Senador Casagrande, demais autoridades, senhores e senhoras.

Primeiro, é uma honra estar aqui no Senado tendo a oportunidade de discutir um tema muito caro para nós. Não que seja caro em dinheiro, mas caro em importância. Porque nós estamos vivendo um momento, como o Senador Casagrande falou, de grandes mudanças na geração de energia no mundo. E nós, no Brasil, temos uma situação bastante peculiar que nos coloca em uma posição diferente da maioria dos países do mundo.

Se nós formos fazer um reflexo do século passado, do começo do século, a grande mudança que causou o rápido crescimento do mundo inteiro foi uma decisão de um lorde, um jovem lorde do almirantado britânico, quando decidiu trocar o sistema de propulsão da armada britânica, sepultando a era do carvão e começando a era do petróleo, do óleo. O mundo nunca cresceu tanto como nesse período do século passado.

Mas o óleo abundante, que foi a base desse crescimento, teve seu preço estável até a década de 70, girando em torno de dois dólares o barril. A partir daí, com as mudanças políticas e uma visão diferente tomada pelos países detentores das reservas de óleo do mundo, nós tivemos os primeiros choques no preço do petróleo que começou a mudar a história da energia no mundo.

De 73, quando nós tivemos o primeiro choque, até 2002, o petróleo saltou de dois para uma média entre 16 e 20 dólares. E de 2002 para os dias de hoje, ele salta dessa média de 20 dólares para 136, 134, que é o preço que nós vivemos hoje. Isso significa que abre em si oportunidades nunca imaginadas antes para a pesquisa e o desenvolvimento de outras formas de energia e também de decisões estratégicas que o mundo precisa tomar para fugir da dependência do petróleo na sua formação básica de geração de energia.

Como o Senador Casagrande acaba de falar, nenhum desenvolvimento pode acontecer sem energia. Há pouco tempo atrás, um senhor de Bangladesh, que tem feito a história do mundo olhando para o desenvolvimento social das camadas mais pobres do mundo, que é Muhammad Yunus, criador do banco do povo, fez uma declaração lá em Santa Catarina, no local em que eu estava presente, e foi muito taxativo. Ele disse: “Estou absolutamente convicto de que a erradicação da pobreza no mundo passa exclusivamente pelo desenvolvimento econômico. Nenhuma outra ação vai resolver essa questão. E, quando se fala em desen-

volvimento, se fala em energia. O petróleo vai perder a sua importância na geração de energia e vai ser usado, daqui para frente, para coisas mais nobres”.

Essa é uma decisão estratégica que o nosso país também precisa tomar. O Brasil tem o seu desenvolvimento de hoje calcado em algumas decisões estratégicas que foram tomadas lá atrás. Decisões corajosas que pareciam inapropriadas para a época. Mas a decisão de grandes reservatórios, de produzir energia utilizando a nossa fartura em disponibilidade de água foi tomada lá na década de 50. Daí, nasceram as grandes usinas hidrelétricas, como Itaipu, Ilha Solteira, Paulo Afonso, Xingó, Tucuruí e tantas outras. Só que esse ciclo parou na década de 80, e somente agora nós estamos passando a repensar na exploração do grande potencial hidroelétrico que ainda nós temos.

Outra decisão estratégica que foi tomada lá nos idos de 70 foi a criação do PROÁLCOOL. Também considerada de duvidosa eficácia, que, naquele momento, parecia sem sentido se investir e incentivar uma energia para transporte, que inicia a utilização do álcool, que custava o equivalente a 30 dólares o barril, quando o petróleo custava dois. Graças a essa decisão estratégica e graças, também, à criação de outra coisa que foi a EMBRAPA, uma decisão também estratégica, o Brasil hoje desenvolveu uma tecnologia e uma produtividade utilizando o solo e o sol que nós temos para ser líder mundial na produção do etanol.

Outra grande decisão estratégica foi quando se, saindo de uma... de uma informação que o Brasil não tinha petróleo, a PETROBRAS começou a pesquisar petróleo em águas profundas. *Offshore*. De lâminas de 123 metros que era o início da criação dessa tecnologia, em 1973, nós chegamos em 2003 a perfurar, em profundidade de lâmina de dois mil metros. E é graças a essa tecnologia que o Brasil hoje descobre as grandes reservas do pré-sal aonde se encontra petróleo a sete mil metros. E o Brasil tem essa tecnologia; uma decisão de 30, 40 anos atrás de se investir em uma coisa que parecia impossível de trazer resultados práticos.

Eu lembro, aqui, também, outra decisão estratégica, que é fundamental para a criação de cérebros para desenvolver tecnologia no país. Foi a criação do CTA e o ITA, que começou também nos idos de 50, com a idéia maluca de se criar uma geração de engenheiros para fazer avião no Brasil. Um país agrícola, sem nenhuma tradição de tecnologia elevada. Graças a essa decisão tomada por um brasileiro chamado Marechal Montenegro, que lutou contra tudo e contra todos. Essa geração dos últimos 40 anos da produção de engenheiros de mais alto nível, nós temos a honra de ter no Brasil a EMBRAER, símbolo da competência brasileira, superando todas as indústrias aeronáuticas

do mundo, na Alemanha, na França, na Itália, na Inglaterra, na Holanda, Canadá, e se colocando no terceiro lugar do mundo.

Essas coisas não acontecem da noite para o dia. Acontecem em função de decisões estratégicas que um país tem que tomar, Senador. E o que isso tem a ver com geração eólica? É que nós estamos no momento também de clamar por uma decisão estratégica, porque é uma decisão política de olhar para uma fonte de geração de energia inesgotável. E que nos leva a crer que realmente Deus é brasileiro. Porque nós temos de graça, por toda a costa brasileira, as maiores jazidas de ventos do mundo, ventos que são, por sua característica brasileira, diferentes, e nos dão a condição de ter energia de forma regular, confiável, perene, ecologicamente saudável, como o Senador Casagrande ressalta, no momento em que o mundo busca para salvar, através de decisões de limpeza do nosso ambiente, salvando o nosso país e o nosso mundo para as gerações que vêm lá na frente.

Eólica tem uma vantagem nesse momento crucial de aumento de preço de todas as *commodities*, entre elas está o petróleo. Nós só podemos explorar petróleo a sete mil metros de profundidade, porque o barril está 136 dólares. E a tendência é que esse preço não volte mais a cair abaixo de 100 dólares. Especialistas do assunto já apontam a possibilidade de nós termos um preço de 200 dólares até o final desse ano.

A eólica é uma das poucas formas de geração de energia elétrica, no momento, que tem o seu preço pautado exclusivamente no investimento. Porque, daí para frente, o combustível custa zero. Quer dizer, nos próximos 20, 30, 40 anos, a vida útil de um parque feito para gerar utilizando o vento como seu motor propulsor, não varia de preço, o que não acontece com todos os outros combustíveis utilizados para gerar energia.

Nós temos outra grande vantagem. O Brasil tem uma peculiaridade que poucos países a possuem, que é a complementaridade do regime de chuvas com os regimes de vento. A nossa matriz energética número um é e será sempre a geração hidráulica. Só que o nosso avanço para a produção de energia hidráulica será na Amazônia, aonde o grande potencial existente brasileiro existente.

E, para contemplar o meio ambiente e salvar a Amazônia para o nosso futuro, a tecnologia de exploração de energia hidráulica sai das grandes barragens com altura elevada, formando grandes lagos, para a tecnologia de fio d'água, em que se utiliza somente o fluxo da água do rio para produzir a energia. Qual é a consequência disso? É que, no período de seca, quando as chuvas param, a produção de energia de uma usina de fio d'água reduz substancialmente.

E como é que nós poderíamos complementar, no período de seca, essa energia não gerada que o país continua consumindo? É com a geração de outras fontes. No momento, nós temos algumas alternativas sendo implantadas no Brasil. Via térmica, que utiliza o óleo, carvão e gás, ou via o que se chama hoje de energias alternativas, e a eólica desponta como uma das principais dela.

E onde que está a peculiaridade brasileira? É que, no período de seca, quando as chuvas param, os ventos são mais fortes. Então, é nesse período que a eólica entra com muita força, colocando no sistema interligado a energia que a hidráulica não pode produzir. Então, a eólica no Brasil ela não concorre com nenhuma outra forma de geração. Ela é uma irmã siamesa da geração hidráulica; elas se complementam, elas coexistem harmonicamente, mantendo a produção de energia do país estável.

No seminário que eu participei no começo do ano nos Estados Unidos me chamou atenção uma frase que era o lema do seminário sobre energia: “A questão da energia não passa mais por preço, passa, sim, pela existência e segurança dela”.

Não quero dizer que nós queremos fazer apologia de geração de energia que a nossa economia não possa pagar [soa a campainha], mas, sim, que a não-existência da energia, essa sim, esse sim é o grande alvo da nossa iniciativa.

Só para terminar, nós temos alguns mitos para derrubar para que isso aconteça. Primeiro, que a energia eólica é cara. Ela não é absolutamente mais cara de que outras formas de geração de energia que estão sendo implantadas no Brasil. Ela custa um terço do quilowatt gerado por uma usina térmica. Então, quem é caro? A térmica ou a eólica? Uma térmica gera energia entre 500 e 800 reais, dependendo do combustível que você use. A eólica gera a 200.

Outro mito é que a energia eólica não pode ser armazenada, porque o vento é constante. Ela pode ser armazenada, sim. Ela armazena água nos reservatórios, evitando que se esvaziem os lagos para produzir energia enquanto nós temos ventos, preservando o tempo de entrada das térmicas, que também são necessárias. Nós não somos contra a existência delas. Pelo contrário, o Brasil não pode dispensar nenhuma forma de geração, cada uma no seu tempo, cada uma na sua hora.

Energia térmica é aquela que tem disponibilidade imediata, quando há necessidade. A eólica, como a da biomassa, como da fotovoltaica, elas complementam esse sistema, fazendo um balanço economicamente interessante para a economia.

E, finalmente, o outro mito é que nós não podemos importar tecnologia nesse momento, quando nós temos outras formas. Senhores, todas as térmicas brasileiras são 100% importadas. Não são fabricadas no Brasil e não serão fabricadas no Brasil nunca. Porque a escala de produção requer grandes indústrias e grandes investimentos.

Existem, hoje, no mundo, poucas fábricas de térmicas de grande porte, que é o que nós estamos comprando. A eólica, sim, ela tem na matriz industrial brasileira a capacidade de rapidamente colocar todo o nosso parque envolvido na produção de geradores imediatamente.

Para que isso aconteça, o que é que falta? Falta um programa de longo prazo em quantidades absorvíveis pelo nosso sistema, que indiquem para os investidores, quer industriais, quer empreendedores de parques, um horizonte de médio e longo prazo para os seus investimentos. Nós temos a possibilidade de desenvolver no Brasil uma indústria de geração eólica rapidamente e nos transformarmos em uma das potências mundiais não só na formação de energia eólica, mas também na produção de equipamentos eólicos para vender para o mundo. Muito obrigado [aplausos].

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Agradecemos ao Dr. Lauro Fúza, suas considerações iniciais. E, antes de passarmos a palavra ao segundo expositor, nós gostaríamos de agradecer a rica presença do Dr. Antonio Rubens de Almeida, Gerente da Câmara de Infra-Estrutura de Santa Catarina, que nos honra com sua presença nesse debate.

Tenho a honra de passar a palavra ao Dr. Luiz Henrique Mascarenhas Corrêa Silva, eminente Diretor Financeiro e de Câmbio do Banco do Nordeste do Brasil. Tem V.Sª 15 minutos.

SR. LUIZ HENRIQUE MASCARENHAS CORRÊA SILVA Prezado Senador Quintanilha, Presidente desta Comissão, Senador Casagrande, demais autoridades, senhoras e senhores. Primeiro, eu gostaria, em nome do Banco do Nordeste, agradecer o convite para participar desta audiência. E, em nome do Presidente Roberto Smith, pedir desculpas, porque, por questões de saúde, ele ficou impossibilitado de comparecer hoje aqui.

O Senador Casagrande, quando iniciou seu pronunciamento, falou de um binômio crescimento de energia. Isso é algo que é indissociável. E a gente sabe que crescimento em um país do estágio do nosso a demanda de energia geralmente é o dobro do crescimento do PIB. E o Banco do Nordeste, que tem por missão o

desenvolvimento do Nordeste, tem uma preocupação significativa com a questão energética.

O Nordeste tem crescido em taxas mais elevadas do que o resto do país, e isso nos deixa feliz e, ao mesmo tempo, nos deixa preocupados. Nordeste é uma região que tem carência hídrica e, por conseguinte, é um importador de energia.

Agora, como já foi dito aqui, quer dizer, Deus foi muito generoso com o país. Se nós olharmos o mapa eólico brasileiro, ele nos dá conta de que temos o potencial de 143 *gigawatts* de energia eólica no Brasil, dos quais, 75 *gigawatts* no Nordeste. E cabe lembrar que esse levantamento foi feito com torres de 50 metros, e hoje você tem os geradores em torno de 100 metros. Ou seja, se isso fosse feito, com torres mais altas, provavelmente o potencial seria maior.

O Lauro Fiúza também comentou dos mitos que cercam a questão de geração de energia eólica: a questão do preço, a questão da capacidade. E a gente sabe que esses mitos eles não condizem com a realidade. Eu acho que esses mitos eles advêm de uma preocupação de que se queira que a energia eólica substitua a energia térmica. Acho que nenhum de nós aqui pretende isso. Acho que a energia térmica tem uma finalidade na matriz energética brasileira, e a energia eólica tem outra, como já foi dito, a questão complementar que ela tem. Os ventos em regime de chuvas.

E a questão do preço, ela é facilmente comprovada. Ou seja, uma térmica, se passar a despachar o ano inteiro, apesar de, quando você vê os leilões de térmicas, os preços apresentados na faixa de 140 reais, esse preço ele muda a partir do momento que ela começa a despachar além do termo que estava previsto e tem, na verdade, está vinculado ao caráter emergencial que ela tem que ter.

Em um evento que houve em Fortaleza, alguém usou uma figura de linguagem muito interessante sobre as térmicas. Ela é a rede debaixo do trapezista, só que ela não pode virar o trapézio. Isso é realmente com o que a gente concorda e acredita não pode ocorrer, e que a gente vê: se não houver outros tipos de complemento na nossa matriz energética, pode ocorrer com a questão das térmicas.

Quando a gente olha as eólicas, sob o ponto de vista de financiador, a preocupação básica, hoje em dia, é saber como vai se dar o fluxo de recebíveis dessas empresas que são criadas. Ou seja, os contratos de compra de energia. As que estão instaladas ou em fase de instalação, e, das quais, boa parte delas foram financiadas pelo Banco do Nordeste, nós na verdade, temos hoje projetos que montam a 537 *megawatts*, quando concluídos, a sua totalidade, estão financiados basicamente pelo Banco do Nordeste e pela SUDENE,

pois são empreendimentos do Nordeste, eles trazem um alívio à preocupação que nós temos, sob o ponto de vista de fornecimento de energia para a região e para os demais investimentos que estão ocorrendo na região.

Quando a gente analisa um projeto, não sendo de energia, a gente fica preocupado, principalmente os eletrointensivos, como é que vai dar o financiamento daquela energia e a que custo. Ou seja, o que eu estou querendo evidenciar é que existe uma relação muito grande entre o que estamos tratando aqui hoje e todos os demais setores da economia e a questão de financiamento e continuidade desse crescimento.

Voltando à questão dos recebíveis, ou seja, a forma como vai se dar o ingresso de recursos das empresas eólicas e falando mais explicitamente sobre os gargalos e as preocupações que nós precisamos ter, como foi citado, também, no início, pelo Senador Casagrande, para que a gente possa mudar o andamento desse processo, a gente cai na questão do leilão. Para nosso alento, o Ministro Lobão, na reunião de Fortaleza, anunciou que haveria um leilão no começo com o ano que vem. Isso realmente é muito salutar.

Agora, existe uma preocupação adicional. É preciso que a gente tenha a regulamentação desse leilão e a evidência da periodicidade desses leilões para que isso comece a andar de forma mais consistente. O Dr. Lauro Fiúza também comentou que, além da geração eólica, nós podemos trazer um parque de equipamentos para o país, seja pela capacidade que existe aqui e seja pelo potencial que nós podemos ter, a partir desse parque, passar a exportar equipamentos. Porque diversos países têm adotado uma política de crescimento e da participação de energia eólica nas matrizes.

Senador Casagrande, o próprio Governo americano tem feito isso, a despeito do que foi comentado no início. No início do ano passado, 2007, a capacidade instalada americana era em torno 11.600 *megawatts* e, no final do ano, terminou em 16.9 *megawatts*, ou seja, um acréscimo próximo de 50%. Isso denota, apesar de toda a preocupação que foi expressa pelo senhor com a mudança de política de exploração de petróleo do Governo americano, ele continua também preocupado com fontes alternativas ou, como foi bem dito pelo Dr. Lauro Fiúza, complementares.

O Banco do Nordeste, como agente financeiro, ele tem por obrigação financiar qualquer tipo de investimento que tenha capacidade econômica e que respeite as regras em vigor, principalmente as que estão em relação a meio ambiente. E a gente sabe que diversos outros tipos de geração, quando atende a seus requisitos, são passíveis de serem financiados, porque eles têm sido.

Só que, na questão da eólica, a gente volta à questão do leilão específico, porque os leilões que têm ocorrido, com os preços que têm sido praticados ou a forma, os prazos dos contratos de compra de energia, trazem deficiência para esse tipo de geração. Ou seja, você não consegue que ela se torne economicamente competitiva, vis-à-vis outras formas, e elas acabam não tendo sucesso nesses leilões. Por isso o montante ainda reduzido de projetos que conseguiram os seus contratos de compra e energia e, por conseqüente, conseguem se financiar.

Mais uma vez, a solução para isso é leilões específicos para eólicas. Eu acredito que se isso não ocorrer, se o Governo Brasileiro não tomar essa atitude, o próprio mercado o fará. Porque existe uma preocupação grande dentro das outras empresas eletrointensivas com o futuro do fornecimento de energia e com o custo dele. O fornecimento, de certa forma, ele está garantido, porque as térmicas dão certa tranquilidade ao país, só que elas trazem o componente custo, que é significativo. No momento em que as térmicas começam a ser despachadas além do que foram programadas para fazerem, o custo, o impacto do custo para as empresas que compram essa energia é significativo, como já foi dito pelo Dr. Lauro Fiúza. Ou seja, ela passa a ser três vezes o preço de uma eólica.

E, em um futuro próximo, mantendo-se as taxas de crescimento atuais, essa demanda, ela vai ocorrer, e a preocupação das empresas principalmente as eletrointensivas, ela é presente. A gente, em conversa com diversos grupos, a gente começa a ouvir dos respectivos dirigentes a intenção de começar a fazer leilões livres. Só que, na verdade, essa é uma decisão complicada de se tomar. Quando você tem, no curto prazo, energia mais barata, ou seja, do que os 200 que em tese é o que se fala para as eólicas. Mas isso, se o Governo não fizer, com certeza, a iniciativa privada o fará, porque a energia mais cara é aquela que você não pode ter.

Essa questão do leilão, e eu volto a bater nessa tecla, porque, se isso continuar sendo retardado, uma série de investimentos vão ser retardados. Nós temos já um... posso dizer que ainda modesto parque fornecedores de equipamentos instalado no país e um potencial parque sendo prospectado. Esse parque só se instalará a partir do momento que existam essas regras claras.

A questão de não existir um parque instalado, com capacidade produtiva, traz, por conseqüência outro problema, que é o fornecimento de equipamentos para as nossas eólicas. Nós, enquanto financiadores, aceitamos, na verdade, os aéreo geradores como garantia dos financiamentos. E, hoje em dia, aceitamos,

porque, se algum projeto não chegar a ser concluído, a coisa mais fácil que tem no mercado é vender um aéreo gerador. A demanda é extremamente aquecida. Ou seja, existe mercado, só que nós estamos perdendo espaço nesse mercado. Ou seja, a definição de regras claras, com periodicidade, propiciará que uma nova indústria se instale, ou seja, de volume, com capacidade produtiva, geração de emprego e de renda.

Foi falado mais de uma vez que realmente Deus é brasileiro. E é. Nós temos recursos hídricos abundantes, nós temos um pré-sal e nós temos a capacidade eólica que eu já citei, aqui. Agora, acho que nós precisamos ter inteligência para montar a nossa matriz energética e de fato aproveitar tudo isso que foi-nos dado. Essa é, na realidade, a grande preocupação. E eu queria deixar, de público, digamos, o compromisso do Banco com o financiamento desse setor. O Banco já é hoje o maior financiador desse setor. E esse compromisso permanece confiante de que essas regras vão ser implementadas no tempo mais curto possível. Muito obrigado [aplausos].

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado, Dr. Luiz Henrique, pela contribuição inicial que traz. Passamos imediatamente a palavra ao Dr. Ricardo Baitelo, Coordenador da Campanha de Energias Renováveis do *Greenpeace*.

Registramos, ainda, a presença, aqui, do ilustre Deputado Paulo Teixeira. Vai contribuir nesse debate. Tem V.S^a a palavra.

DR. RICARDO BAITELO: Bom dia a todos. Gostaria de cumprimentar o Senador Renato Casagrande, Senador Leomar Quintanilha, Presidente da Comissão, os demais senadores e deputados presentes. E agradecer, em nome do *Greenpeace*, o espaço, nossa apresentação, nossa exposição de idéias, explicar um pouco do que o *Greenpeace* tem feito em relação à energia eólica, qual é o enorme potencial do Brasil nessa forma de energia e o que precisa ser feito para a gente chegar a utilizar exatamente esse potencial.

Por favor. Então, a motivação inicial de tudo isso eu acho que todo mundo já sabe: o cenário de mudanças climáticas mundial, no qual a gente se encontra, existem uma série de cenários feitos pelo IPCC, no qual a temperatura global deve aumentar entre um e até mais de quatro graus até o final do século, e, infelizmente, nós estamos, pelo ritmo que a gente vai, de aumento de emissões, nós estamos fora de qualquer tipo desse cenário. Então, nós estamos além do cenário mais grave, do cenário vermelho, e essas emissões têm um impacto enorme, um impacto global, não é impacto apenas em outras regiões, é um impacto no Brasil, com a savanização da Amazônia, elevação do nível do mar, e é preciso que a gente atue rapidamente em relação

a esse sentido, não apenas reduzir as emissões, mas a primeira tarefa é reduzir a aceleração dessas emissões. Primeiramente, estabilizar essas emissões, e o tempo para que isso seja feito é muito curto, de cerca de dez a 15 anos.

Pode passar. Como a maioria deve saber, a matriz brasileira, a matriz de emissões brasileiras do Ministério de Ciência e Tecnologia dá conta de que a maior parte das nossas emissões, ao contrário da matriz mundial, não vem do consumo de energia, mas sim do uso do solo e do desmatamento da Amazônia. Contudo, a parte energética, a questão energética ela deve ser tratada. O Brasil, apesar de ter uma matriz extremamente limpa, atualmente vem na contramão da redução, aí, de emissões da matriz mundial. Então, é preciso, sim, pensar em soluções mais limpas para a matriz brasileira, diferente do que tem acontecido hoje, do que o panorama tem mostrado. Então, nos últimos leilões de energia nova, a gente vê um aumento, aí, de energias fósseis em relação às energias renováveis, e é possível manter a porção renovável para o futuro do Brasil. Pode passar.

Nessa transparência, temos o cenário “Revolução Energética”, lançado pelo *Greenpeace*, que tem um capítulo brasileiro. De acordo com esse cenário, a grande participação hidroelétrica ela deve se saturar e deve ter uma redução, uma vez que o aumento, a ampliação hidroelétrica é cada vez mais difícil no país, por conta, aí, de se tratarem cada vez mais de regiões delicadas para a penetração de hidroelétricas. A região amazônica tem, aí, uma série de limitações, aí, para o uso da hidroelétrica, e é muito importante também comentar que os reservatórios, a geração hidroelétrica com grandes reservatórios já não é mais uma realidade hoje em dia. Então, é preciso diversificar essa matriz de forma a garantir a segurança energética nacional.

Dentro disso a gente propõe é que a biomassa, a energia solar e a energia eólica também compõem uma matriz de 2050, mostrando que é possível ter uma matriz limpa para o Brasil, que obviamente vai ter uma participação do gás natural, não do carvão e do óleo combustível, que são os combustíveis mais sujos. Então, a parte fóssil também garante a segurança energética, mas em uma fração um pouco menor, então entendendo a geração termoelétrica a gás natural como a menos poluente de todas.

Não está incluída, aí, nessa matriz a eficiência energética, quer dizer, não é possível visualizar, mas essa matriz diversificada só é possível com uma grande parcela de eficiência energética que é proposta também no cenário, no qual a gente tem um enorme potencial.

Em relação à geração eólica, é interessante observar que, das dez maiores capacidades instaladas, a gente tem países como a Alemanha, Estados Unidos e Espanha, entre as três primeiras posições, mas a quarta e a quinta posição são ocupadas, respectivamente, por Índia e China, que são países que não tinham geração eólica há cinco anos, então é uma prova de como é possível desenvolver esse mercado em um curto tempo, a partir de uma sinalização do Governo do investimento industrial.

Então, o custo da energia eólica no Brasil é viável em 200 reais o megawatt/hora, o desenvolvimento tecnológico é enorme, o crescimento dos geradores, o crescimento da altura dos geradores é muito grande, o impacto ambiental, também conhecido pela maioria, é muito baixo, a gente não tem uso de combustível, não tem ocupação do solo, e tem o grande caráter, aí, da complementação com a geração hidroelétrica. Então, a gente garante a energia, garante a segurança energética a partir da geração eólica.

O que aconteceu no começo do ano com o cenário de racionamento foi o despacho das térmicas, aí, como forma de garantir essa segurança energética, mas isso provoca um grande efeito colateral sobre o preço. Então, a gente acaba tendo um racionamento pelo preço, e não pela energia, e a complementação da geração eólica com a geração hidroelétrica é capaz de garantir energia firme e evitar, aí, a oscilação do preço de liquidação e diferença, que foi grande problema detectado no começo do ano.

Por favor. Aqui também já foi comentado anteriormente o grande potencial que o Brasil possui de energia eólica. Então, esse é o atlas feito em 2001, de acordo com o qual, o potencial brasileiro é de 143 *gigawatts*, o que equivaleria a dez usinas de Itaipu. É importante lembrar, mais uma vez, que esse potencial foi feito para uma altura média, aí, de geradores de 60 metros. Ao se elevar a altura, aí, desses geradores para 100 metros no atlas, esse potencial pode, no mínimo, duplicar. Então, nós estamos falando, aí, de um potencial de quase 300 *gigawatts* que ainda não é utilizado no Brasil.

Aqui a situação do PROINFA. Atualmente, então, em relação à eólica a gente tem seis parques em funcionamento, 15 parques em construção; esse número deve ter subido um pouco mais, mas 60% ainda não tiveram a construção iniciada por uma série de motivos. A gente coloca, de uma série... de uma forma geral, o PROINFA, o programa, no início, teve algumas imprecisões legais que acabaram, aí, atrasando a real implementação e o início do programa; alguns outros problemas de licenciamento; a questão da forma de financiamento de como prover o acesso ao crédito, por

forma do BNDES, as condições foram modificadas; preço das fontes em relação à eólica havia uma crítica, em relação à biomassa também havia uma crítica em relação ao preço da fonte não ser o adequado, aí, para a viabilização.

A questão do índice de nacionalização, em relação à eólica, também foi muito importante, aí, para contribuir para o atraso da entrada, uma vez que a gente tem, aí, apenas dois fabricantes no Brasil. E a questão dos créditos de carbono, também, que não foram concedidos aos empreendedores, aí foi uma problemática que afastou os investimentos. Os créditos são entendidos como essenciais para a viabilização do empreendimento, ele deveriam pertencer ao empreendedor, no caso, acabaram sendo concedidos a ELETROBRAS.

Como uma síntese do PROINFA, houve uma falta de sinalização em relação às metas, a meta de energia eólica de 1.400 *megawatts*. E a indústria internacional entende que essa meta não é suficiente para atrair os investimentos, nós precisamos de uma continuação do programa ou uma regularidade, no caso, se optar por leilões no futuro, uma regularidade, uma garantia de que haverá a possibilidade da expansão e a abertura, aí, para a expansão desse setor. Por favor.

Então, aqui, foi lançado pelo *Greenpeace* um cenário, não um cenário, um relatório a caminho da sustentabilidade energética, que propõe, recomenda, aí, uma série de mudanças e de sugestões para a penetração das novas formas de energia renovável na matriz do Brasil, considerando o enorme potencial aí mostrado anteriormente.

Então, aí tem uma série de itens, o principal deles eu diria que é pensar em preços de energia como uma somatória de benefícios técnicos, sociais e ambientais. Então, não apenas analisar, qualificar uma forma de energia pelo seu preço e inviabilizar esse tipo de energia, mas pensar nos benefícios somados desse tipo de energia, dessa modalidade. Então, existem benefícios técnicos, benefícios econômicos da energia eólica em relação ao preço total de energia, benefícios ambientais; existe a garantia, aí, de energia firme, a complementaridade da eólica com outras formas, com energia solar, com energia de biomassas e ambas complementando, aí, a matriz hidroelétrica nos períodos de seca. Então, isso tem que ser analisado em conjunto, não apenas uma fonte energética competindo com outra, mas sim todas se complementando.

Então, o que se necessita, também, é de uma estrutura regulatória que garanta a promoção da indústria nacional com incentivos fiscais, leis locais à maneira que se vê na China e Índia, índices elevados de nacionalização, quando houver uma indústria na-

cional sólida, transparência das bases e objetivo das políticas na sinalização, tempo e estratégia do planejamento para investidores. Pode passar.

Como um todo, o exemplo mundial que vem... O exemplo de maior sucesso dentre os países que têm tido, aí, um grande desenvolvimento de energias renováveis mostra que as tarifas FD(F) são um mecanismo que tem tido maior sucesso. Então, embora a Inglaterra tenha optado por outros mecanismos, os Estados Unidos também por outros mecanismos, mais de 40 países mostram que o mercado, principalmente eólico, funciona com obrigações contratuais entre as concessionárias e produtores, então, garantia de acesso à rede, um tempo de duração do sistema tarifário adequado, revisão periódica das tarifas. Isso vai ser um pouco mais tratado pelo Ramón Fiestas, então eu acabei deixando um pouco mais curta na minha fala.

Já foi comentado, também, leilões específicos para cada fonte, os preços são diferentes. Então, não funcionou o leilão de energias renováveis de 2007, por causa da diferenciação eólica. Esperamos, felizmente, que haja o leilão logo, conforme sinalizado pelo Ministro de Minas e Energia.

Outra questão: medidas em relação ao custo e distribuição. Então, a geração centralizada tem, aí, os custos incluídos e, enquanto isso, os empreendedores do PROINFA se vêem obrigados a custear as despesas de distribuição. Isso precisa realmente ser tratado.

Políticas públicas que não misturem incentivos renováveis com apoios a combustíveis fósseis. Então, separação, aí, dos objetivos de cada política. Modalidades tarifárias também diferenciadas, complementadas por outros incentivos, não apenas a modalidade tarifária, mas incluir outro tipo de incentivo; um exemplo, produtores que pagam taxas a municípios para projetos de desenvolvimento local. Por favor.

Aqui, finalizando, aí, a apresentação, projetos de lei em tramitação no Congresso, destacando, aí, o Projeto de Lei nº. 1.563, do Deputado Paulo Teixeira, que propõe a continuação do PROINFA e uma expansão a 15% de participação na matriz elétrica das fontes do PROINFA a 2020, expansão do programa, de forma a incluir o aquecimento solar e uma forte ênfase na geração distribuída.

O projeto do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame também prevê uma participação até mais agressiva das energias renováveis até 2020, incluindo, também, obrigação de instalações de painéis fotovoltaicos e uma ênfase também à eficiência energética. O projeto do Deputado Silvinho Peccioli, que obriga a aquisição de renováveis por concessionárias e a criação de créditos também. Guilherme Campos, que prevê incentivos tributários para aquisição de bens e serviços na

utilização de renováveis. O projeto anterior a esse, do Mauro Passos, comercialização e geração distribuída, ou seja, obrigação do acesso à rede, comercialização a consumidores, conexão de rede, a rede de pequena geração, inclusive painéis fotovoltaicos. E o projeto que antecedeu a todos esses, ao qual eles estão apensados, que garante um fundo especial para financiar pesquisa e produção de energia eólica e solar.

Então, essas são as iniciativas que devem continuar de forma a criar esse arcabouço. O fundamental, aí, para a energia eólica é que se crie essa estrutura, esse marco regulatório para viabilizar a energia, uma vez que a gente detecta que o interesse é múltiplo por parte dos bancos, por parte dos empreendedores, por parte da sociedade. Então são necessários alguns ajustes de forma a viabilizar esse tipo de energia. Muito obrigado [aplausos].

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Agradeço ao Dr. Ricardo Baitelo. Passamos imediatamente a palavra ao Dr. Frederico Reichmann Neto, da Confederação Nacional da Indústria.

SR. FREDERICO REICHMANN NETO: Senador Quintanilha, Senador Casagrande, demais membros da Mesa, senhoras e senhores. A Confederação Nacional da Indústria agradece a oportunidade de se pronunciar nesta audiência pública.

Eu gostaria da próxima lâmina. A questão da indústria ligada à energia, de modo geral, diz respeito em duas pontas. Primeiro, porque a indústria é um fomentador de produtos e equipamentos materiais para que se ofereça energia com qualidade e confiabilidade para a população brasileira, propiciando conforto e modernidade para o cidadão e equidade social.

Segundo, porque a indústria é um dos... enquanto setor da economia, é um dos principais consumidores de energia, quando comparado com o comércio, quando comparado com o consumidor doméstico e com o Poder Público. E essa indústria ela precisa de disponibilidade de preço, de qualidade e de suprimento para que ela possa ser competitiva, tanto no cenário global quanto no cenário regional da América Latina.

Assim, o custo da energia para o consumidor industrial tem crescido também acima da inflação, e a oferta de energia no Brasil, que tem uma matriz de base hídrica, tem sofrido algumas restrições no seu planejamento, por conta dos desafios sociais e ambientais dos grandes projetos de investimentos hidroelétricos. O próximo.

Nós estamos vivenciando um crescimento econômico por conta do PAC, que deve se intensificar nos próximos anos. E a indústria, atualmente, está com 82% da sua capacidade instalada em atividade. Essa

é o maior nível de atividade registrado nos últimos 30 anos. E temos, aí, uma tendência de ampliar esse nível de atividade.

Então, nossa questão é: Como atender o crescimento da demanda por energia, devido à escassez do gás natural, que era um grande energético do início desse milênio, que nós acreditávamos muito que o gás natural pudesse suprir a deficiência da energia eólica programada no Plano Nacional de Expansão Energética do início dos anos 90, 2015, que a gente chamava. Nós tínhamos, aí, vários projetos hidroelétricos que deveriam entrar em geração e não entraram, por questões diversas de crise econômica, por questões diversas já mencionadas, ambientais, sociais e da estrutura da nossa Constituição. E, aí, então, o gás natural também sofreu um percalço, aí, devido a questões de política internacional de nosso vizinho e por questões, também, ligadas à exploração e à infra-estrutura da distribuição desse gás da nossa plataforma continental.

Próximo *slide*, por favor. Aí, é importante que se diversifique a matriz energética. A gente acredita e tem fé nisso que, para o futuro, deveremos diversificar a matriz energética, não privilegiando uma única fonte de energia, mas, principalmente na matriz elétrica, talvez dando preferência para a geração distribuída, que é menos impactante e que tem sido adotada em alguns países, a exemplo do Japão, que tem peculiaridades de energia diferentes da brasileira. Mas é uma solução que pode reduzir o impacto e o aumento de custo, e nós poderemos adaptar essa questão às peculiaridades do Brasil. E, com isso, nós poderemos, também, melhorar a competitividade do produto brasileiro no mercado mundial. A próxima lâmina.

Bom, mais especificamente, com relação à energia eólica, já foi citado, aqui, pelos meus antecessores que nós temos um potencial na ordem de 143 *gigawatts*, o que equivaleria, aproximadamente, a um pouquinho mais de dez Itaipu. E eu não estou citando, aqui, o potencial *offshore*, que é a energia eólica gerada na plataforma continental, que seria, mais ou menos, uma segunda geração de energia eólica, a exemplo da segunda geração de álcool etílico, que é aquele álcool extraído da hidrólise da celulose e seria a segunda geração do potencial hidráulico, que é a geração hidráulica através dessas novas usinas de fio d'água. Então, nós ainda estamos falando de uma primeira geração do parque eólico, sem considerar todo o potencial oceânico.

Para se ter uma idéia desse potencial, sem considerar o *offshore*, hoje nós geramos 96 *gigawatts* de energia e, desses 143, o Nordeste tem potencial de 75 *gigawatts*, também já foi mencionado isso, como a observação de que nós temos uma região privilegia-

da, em termos de vento, que é a nossa costa, com a preferência para a região nordestina, também já foi mencionado. Próximo *slide*.

Bom, dos 147 *megawatts*... Estou falando, agora, em *megawatts*, desse total, 218 são decorrentes do PROINFA. E isso equivale a 0,23% da participação energética da nossa matriz. Ali, nós temos uma distribuição do PROINFA, sendo que a energia eólica está com 0,23%, conforme a tabela ali demonstra. Próximo *slide*.

Bom, e qual é a situação atual do PROINFA? Nós temos, aí, empreendimentos selecionados, nós temos 3.300 em números redondos de empreendimentos selecionados, sendo que, das eólicas, nós somos 54 empreendimentos, com 1.420 e poucos *megawatts*. Desse total, nós temos, em andamento, um total de 54 empreendimentos; das eólicas, nós temos 16, com 149 *megawatts*. E, os que já entraram em operação, nós temos seis eólicas, com 218 *megawatts*, de um total de 1.215.

Podemos passar para o próximo *slide*. Bom, no ambiente externo do PROINFA, nós temos uma potência de 3.230 *megawatts*, mas em um horizonte acima de 2010. Até 2010, não temos nada previsto no ambiente fora do PROINFA. Próximo.

Bom, e quais são as barreiras que nós industriais vemos na expansão do parque eólico brasileiro? Primeiro, é uma ausência de uma política de incentivo ao desenvolvimento industrial para a indústria de equipamentos. Atualmente, nós temos somente três empresas que produzem equipamentos eólicos no Brasil, sendo que, dessas três, o principal mercado das três é o mercado internacional, e não o mercado nacional.

Seria importante nós darmos uma estudada nas condições de financiamento e nas questões ambientais. Salienta-se que, aqui, a energia eólica é uma energia de baixo impacto ambiental. Nós temos alguma coisa em termos de som, quem questiona um pouco de ave e fauna, e a questão da paisagem também é questionada. Mas, em relação aos outros tipos de energia, ela é considerada uma energia de baixíssimo impacto ambiental.

Um desafio grande que nós temos que superar, e, para isso, nós temos que nos empenharmos, é a conexão à rede. A energia eólica pode ser considerada uma geração distribuída, e esses pingos em uma rede pesada, como é a rede brasileira que interliga o Norte ao Sul do país, ela tem que ser uma rede muito sólida, em termos de confiabilidade do sistema. E a introdução de geração distribuída sem uma regulamentação e sem controle pode gerar problemas regionais, inclusive com blecautes sérios por conta de falta de regulamentação.

Então, têm empresas concessionárias que já estão empenhadas em estudar formas seguras de colocar geração distribuída nos sistemas de transmissão sem grandes custos. E, além do mais, o ambiente regulatório é um ambiente incerto, que pode propiciar aumento de custo. Próximo *slide*.

No cenário mundial, o principal produtor de energia eólica é a Alemanha, seguido da Espanha, Estados Unidos, Índia e Dinamarca. Todo o parque eólico mundial está crescendo, dados de 2005, há uma taxa de 33,5%. E essa realmente é uma taxa impressionante, sendo que alguns países estão crescendo a taxas muito superiores, como a China, nos *slides* que nós vamos... Vou mostrar daqui a pouquinho. Mas o próximo *slide*, por favor.

Aí, então, a China, para se ter uma idéia, ela já está... passou do oitavo gerador de energia mundial para o sexto gerador, com crescimento de 94,2%. E ela tem um parque industrial sólido na área de geração eólica, como a gente pode ver mais à frente.

Bom, podemos entrar nos Estados Unidos, por favor, já no próximo *slide*. Os Estados Unidos são líderes em adição de capacidade. Eles desenvolvem uma política agressiva, de incentivos, via créditos tributários e fundos para investimento em tecnologia. A capacidade instalada deles, em 2006, era de 2.4 *gigawatts*, com investimentos de aproximadamente quatro bilhões de dólares. Eles têm como principais objetivos políticos prover 20% da demanda elétrica do país, até 2030, com energia eólica, alcançar a liderança de tecnologia de geração limpa nesse horizonte, e, como objetivos secundários, lógico, é consequência, melhorar a qualidade do meio ambiente e, importante, revitalizar as áreas rurais através dos *royalties* pelo uso da terra. O próximo *slide*, por favor.

Bom, aí, nós temos um percentual do consumo de eletricidade de eólico no mundo. E, aí, a Dinamarca, que nós temos o Embaixador aqui na Mesa, companheiro de Mesa, é a nação que está liderando, com 22,5%, e o Brasil, ele está na mesma condição da China, com 0,23% de oferta de eletricidade de origem eólica, mas a China está crescendo a uma velocidade bem superior à nossa. O próximo *slide*, por favor.

Bom, e quais são as nossas perspectivas? Primeiro, no cenário mundial. Em 2010, espera-se que a capacidade instalada no mundo alcance 132 *megawatts*. Quando... Mil *megawatts*. Quando hoje temos 78,7 mil *megawatts* instalados. Há uma tendência de a Europa perder sua posição de liderança, talvez para a Ásia, talvez para América do Norte, porque 41% da capacidade instalada ficará fora do continente europeu. A meta dos chineses é alcançar cinco mil *megawatts* até 2010. E a China hoje tem 2,4 mil *megawatts*, mas

tem 20 fabricantes de turbina que empregam aproximadamente 25 mil pessoas.

Em 2014, espera-se que 210 mil *megawatts* [soa a campainha] estejam instalados no mundo, e a Alemanha pretende atender 30% da sua demanda com energia eólica até 2030. Uma observação interessante é que a indústria eólica alemã já consome mais aço e emprega mais que a indústria automobilística. Próximo *slide*, por favor.

E, no Brasil, nós poderemos nos tornar um grande produtor, com vantagens competitivas, porque nós temos 70% da nossa população concentrada em uma faixa próxima ao litoral, nós temos ventos que não temos grandes problemas de tufões, nossos ventos têm regularidade e têm velocidade satisfatória, são altos, são bem comportados e, mais importante, que já foi citado aqui, a complementaridade energética em função da sazonalidade da hidraulicidade.

É importante que se faça uma política de desenvolvimento para a indústria nacional, para que se desenvolvam equipamentos eólicos e principalmente se desenvolva, também, a pesquisa tecnológica. E precisa-se criar uma base industrial sólida para sustentar o mercado, através de uma cadeia nacional consolidada. Vamos para o fim, por favor.

A expansão da energia eólica requer incentivos e medidas que atraem investimentos não só na geração, mas também fabricação de equipamentos, coisa que eu já citei no início. É necessário investir também, já destaquei, em pesquisa e desenvolvimento. Nós precisamos desenvolver modelos de pás giradoras apropriadas ao nosso ecossistema, as nossas condições de vento e clima e nós temos condições de fabricação nacional com potencial de baixo custo. Para tanto, nós temos que superar o principal gargalo, que seria uma Reforma Tributária para não onerar muito a nossa indústria, por causa da competitividade, principalmente dos países asiáticos.

A falta de investimento e planejamento em longo prazo do Governo Federal, na política setorial, são um dos principais fatores contra o desenvolvimento da energia eólica no país.

E, finalmente... Temos condições de instalar e ampliar planos industriais para atender ao mercado interno e nos tornar uma plataforma de exportação de equipamentos para a produção de energia de fontes alternativas.

A demanda mundial por equipamento é uma cadeia produtiva a ser alavancada com perspectiva de geração de emprego em larga escala. A energia de fontes alternativas é viável. Temos tecnologia, perspectiva de escala e preço. Falta um projeto ousado, de longo prazo, com apoio de recursos públicos para

desenvolver a indústria eólica no país e, consequentemente, ampliar o parque eólico nacional.

A próxima faz favor. E, com isso, eu termino a minha apresentação. Agradeço a todos [aplausos].

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado, Dr. Reichmann.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Sr. Presidente, só pedir aos expositores para deixar com a Comissão todas as exposições que... Esse material para a gente poder...

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Perfeitamente. Acho que a propositura do...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Se a secretaria puder até imprimir algumas, eu agradeceria.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Casagrande, é pertinente. Gostaria de saber se os expositores poderão deixar conosco esse material que foi apresentado?

SR. FREDERICO REICHMANN NETO: O material acho que já está aqui no arquivo...

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Será colocado na página do Senado no *link* da Comissão.

Passamos imediatamente a palavra ao Sr. Ramón Fiestas, Secretário para América Latina da Associação Internacional de Energia Eólica. Tem V.S.^a a palavra por 15 minutos.

SR. RAMÓN FIESTAS: Senador Leomar Quintanilha, Presidente da Comissão, Senador Casagrande, Deputado Teixeira, Exmos Srs., autoridades, amigos e amigas, antes de mais nada, gostaria de agradecer ao Senado pelo convite feito ao Conselho Mundial de Energia Eólica para estarmos hoje aqui com os Senhores transmitindo algumas idéias y algumas informações que certamente poderão ser interessantes para o desenvolvimento da produção de energia eólica no Brasil. Quero agradecer de forma especial ao convite do Senador Renato Casagrande pelo empenho na participação do Conselho Mundial de Energia Eólica no evento de hoje aqui em Brasília.

A minha apresentação fala sobre como é possível promover o uso de energia elétrica a partir das novas fontes renováveis segundo a experiência internacional.

Dividi a apresentação em duas partes. Uma se refere às energias renováveis no debate político, no qual a mensagem não poderia ser mais clara: a intervenção pública para apoiar a produção de energia renovável é uma oportunidade e uma necessidade. Também queria falar aos Senhores sobre os princípios de regulamentação da produção de energia re-

novável de acordo com a experiência internacional e os diferentes marcos regulatórios, para que possam entender como funciona o apoio à energia renovável no âmbito internacional.

Esta manhã, o Senador Casagrande nos falou a respeito de três problemas importantes que a humanidade tem de enfrentar no campo energético. São três vetores: sustentabilidade ambiental, segurança do abastecimento e desenvolvimento econômico-social, que estão criando uma pressão internacional alarmante. Esse triângulo ficou conhecido na comunidade científica internacional como “a perfeita tempestade” – the perfect storm -, e este é um conceito que vem dos Estados Unidos. Quem o divulga não acredita que o problema tenha uma solução. Dizem que é “a tempestade perfeita” porque são três ciclones que estão se agrupando progressivamente, e cada um deles não tem solução. Essa é a mensagem de alguns ciclos intelectuais dos Estados Unidos. Mas isso é radicalmente falso.

Acrescentei ao triângulo um relatório recente do Conselho Mundial do Petróleo no qual dizem que o problema não são as reservas petrolíferas, pois há suficientes. O problema está na produção. A demanda de petróleo no mundo, Senadores e Deputados, é muito superior à capacidade de produção. Por tanto, está havendo um grande distanciamento entre a oferta e a demanda.

A Agência Internacional de Energia prognosticou que em 2010 – ou seja, depois de amanhã – haverá um hiato definitivo entre a oferta e a demanda de petróleo que não se equilibrará novamente. Isso explica duas coisas: que os preços do petróleo estejam subindo de forma extraordinária, porque estão sendo estocadas quantidades extraordinárias deste produto naqueles países que querem garantir o seu abastecimento frente à certeza da escassez que acontecerá em 2010, e que os Estados Unidos tenham anunciado um candidato a presidente que está disposto a desenvolver pesquisas profundas ou qualquer alternativa de busca de petróleo que seja capaz de solucionar o problema.

Há um elemento novo no discurso norte-americano. Eles estão falando da energia renovável. Isso é novo, porque até agora não haviam falado nisso.

A transparência lhes demonstra que, frente ao problema energético, o estímulo à energia renovável é uma parte da solução. Não dá para ver muito bem, talvez as cores e a luz não estejam ajudando muito, mas houve um enorme aumento nos investimentos em energia limpa nos últimos 5 anos, com taxas de crescimento da ordem de 70%, 65% ao ano em média, como os Senhores podem ver.

Isto significa que 1% dos ativos fixos totais dos investimentos mundiais está destinado à energia lim-

pa. Dos ativos fixos de todas as infra-estruturas, 1% é para energia limpa. 19% dos investimentos mundiais na indústria energética estão direcionados às infra-estruturas de energia renovável. Se compararmos esse percentual com qualquer outra indústria, podemos dizer que ele representa 250% dos investimentos que podem ser feitos, por exemplo, na indústria de aeronaves, aeronáutica. Isto significa que há esperanças, que o mundo está mais voltado para o desenvolvimento de energias renováveis.

Vamos ver para onde se volta de forma massiva. A energia eólica está sendo vista como a chave para o desenvolvimento econômico e social em muitos países e em muitos continentes do mundo. Vemos como os investimentos que estão sendo feitos apenas na área da geração de energia eólica representam, por exemplo, em 2007, nada menos que 38 bilhões de dólares, com “b”. A indústria eólica emprega 450 mil pessoas em todo o mundo, uma capacidade de emprego prodigiosa se comparada a outras energias e outras indústrias que não têm nada a ver com a energia renovável.

Como digo, está havendo um crescimento da ordem de 70% ao ano, de 2004 a 2007, no desenvolvimento eólico no mundo.

A transparência mostra o aumento de preços das turbinas. Damos uma boa referência de preços para aqueles temerosos de que haja pouca transparência ou passividade (F) nesse setor. Este setor é fundamentalmente transparente em termos de custos tanto de investimento quanto de operação. Os custos das turbinas subiram 13% entre os anos 2004 e 2007. Isso significa que o aumento é bastante inferior ao crescimento dos índices de inflação que podemos calcular ou que podemos obter do ponto de vista mundial.

Por que há um desenvolvimento da energia eólica tão significativo no mundo? Porque descobriram que essa energia é fundamental para garantir o abastecimento nos países.

Os países que apostaram em investimentos em energia eólica descobriram que uma parte importante de sua produção de energia vem dessa fonte. Isto é muito recente, o mundo não sabe. A Dinamarca cobre mais de 20% de sua demanda energética com energia eólica, a Espanha cobre mais de 11%. Quero dar-lhes um dado: no mês de abril, ou seja, há dois meses apenas, 25% da produção de eletricidade na Espanha veio de fontes eólicas, e há períodos contínuos de três ou quatro dias, sequências de três ou quatro dias durante os quais 40% da demanda energética espanhola é coberta pela energia eólica. São 40%! Em Portugal, estão próximos dos 10%, e assim sucessivamente. A média européia é de 3,8% porque todos os países que vemos sob a linha azul ainda não deram o passo

necessário para implantar a energia eólica como deve ser, do ponto de vista regulatório, e teremos a oportunidade de ver isso em seguida.

Não há problemas do ponto de vista tecnológico. A transparência aponta que, nos últimos sete anos, 40% da potência elétrica instalada no mercado europeu é eólica, e 50% é de ciclos combinados. Essa é a origem e o sentido dos investimentos, 40% eólica e 50% de gás natural conjugado com a eólica. O carvão, a energia nuclear e o *fuel oil* podem experimentar uma tendência de alta progressivamente. Por quê? Porque os preços do carvão, os preços do gás natural vão continuar em alta, como está previsto no relatório do Conselho Mundial de Petróleo. O problema está nos preços que serão praticados em consequência da crise do hiato entre oferta e procura.

Bom, não quero me deter nessa porque parece que já foi mostrada anteriormente, mas quero destacar duas questões. Índia e China são dois países em vias de desenvolvimento que apostaram decididamente na energia eólica. Esse não é um negócio de países ricos... É uma atividade energética à qual estão somando-se todos os países que têm recursos naturais e que entendem que terão, no futuro, uma fonte de produção de eletricidade que vai tirá-los de muitos problemas econômicos, porque as instalações eólicas de hoje são as de água de ontem. Essa é a mensagem.

A China chegou ao 8º lugar em 2005, mas, provavelmente, a veremos em primeiro em alguns anos.

O que estou dizendo é que o Brasil está diante de uma oportunidade. É uma oportunidade porque é um país que tem um imenso potencial eólico, como vimos antes, e que está subaproveitado. Na primeira transparência vimos que há uma responsabilidade social e política no desenvolvimento das energias renováveis. É uma responsabilidade do ponto de vista da garantia do abastecimento aos cidadãos de uma forma limpa e segura. Daí vem a lição: a América Latina praticamente não aparece na transparência, não conhece a energia eólica. A Ásia tem 27% de penetração, a América do Norte tem 28%. Os Estados Unidos foram líderes mundiais em 2007, com 5.000 MW instalados, e a Europa vai perder sua liderança para a Ásia ou para os Estados Unidos, não porque deixe de produzir e instalar energia eólica. A Europa tem um plano ambicioso, mas ele fica pequeno se comparado aos planos e às necessidades da China, da Ásia ou dos Estados Unidos.

Quero dizer que, na Espanha, o apoio às energias renováveis está avaliado em 850 milhões de Euros, que se tornaram um investimento com retornos sociais de 880 milhões de Euros em redução do preço dos combustíveis fósseis utilizados pelas centrais, em

custos de direitos de emissão evitados. Isto representa mais que o apoio... E não estamos contando o efeito na indústria, que representa 45 mil empregos diretos no setor eólico espanhol, com 15.000 MW instalados de energia eólica.

Vou apresentá-los brevemente aos princípios básicos da regulamentação desde a perspectiva internacional.

Há duas questões que são absolutamente essenciais para que se possa desenvolver com sucesso a produção de energia renovável, que são os pilares sobre os quais se fundam o desenvolvimento eólico: o planejamento e a regulamentação. Ambos devem funcionar perfeitamente integrados, na medida em que o planejamento é uma decisão política clara de promoção de objetivos de produção eólica a longo prazo, e a regulamentação é a decisão política clara de cumprir com esses objetivos. Isso deve ser coordenado nos âmbitos federal, regional e local, porque se não forem implementados os procedimentos adequados, é difícil que tudo possa funcionar. É possível fazer com que funcione em perfeita integração do ponto de vista regulatório, como veremos mais adiante.

O objetivo do consumo de novas energias renováveis é um pacto que a sociedade deve fazer para avançar em rumo a uma energia mais moderna, a uma energia menos contaminadora no sistema elétrico e é um compromisso que forma a base de tudo. É o pacto social a longo prazo para desenvolver a energia renovável. Os motivos estão aí: descarbonizar a matriz de geração de energia e promover a geração distribuída, e que núcleos isolados tenham acesso à eletricidade. É, também, reduzir a dependência energética e assegurar o abastecimento economicamente eficiente a longo prazo. Este objetivo deve ser expresso em uma decisão parlamentar com o maior respaldo possível e com reflexo na lei. Devem cobrar do Governo o cumprimento do objetivo no âmbito de um planejamento a ser feito do ponto de vista governamental. Para quê? Para que seja proposta, a longo prazo, a execução deste objetivos, e que sejam identificados os potenciais exploráveis, para que sejam propostas medidas e mecanismos para a execução e para que sejam quantificadas as necessidades de financiamento do plano e as fontes desses recursos.

A estrutura básica da regulamentação da energia renovável depende da definição de instituições de promoção dessa energia. Um país que não tem instituições para a promoção das energias renováveis é um lugar onde, dificilmente, as energias renováveis terão sucesso. É necessário um Instituto específico para promovê-las. Por quê? Porque ele terá funções específicas e dependerá organicamente da estrutura

administrativa que decide, mas terá o objetivo de desenvolver um plano de energias renováveis que será entregue para a execução pelo Governo. É preciso estabelecer competências administrativas e separar as que são federais das que são regionais. É necessário estabelecer procedimentos administrativos dentro do regime que o país escolher. Se for concessão; concessão. Se for autorização; autorização. Ou que quer que seja.

É preciso regular direitos e deveres dos produtores e de outros operadores, além de determinar os mecanismos de financiamento e as instituições, como eu disse. Há ainda os procedimentos de liquidação e o desenvolvimento regulamentar.

São três os pilares fundamentais do desenvolvimento de um marco regulatório: garantir o acesso à rede, com uma série de condições que estão listadas aí, não vou aborrecê-los com elas – vão receber esse material para poder ver com detalhes; melhorar progressivamente os mecanismos de apoio em função da experiência de cada país e estabelecer procedimentos administrativos simples. Tudo isso deve ser supervisionado por um órgão de verificação do cumprimento dos objetivos e da regulamentação. É assim que funciona na Alemanha, na Espanha, na Dinamarca, nos Estados Unidos, os países que estão desenvolvendo a energia eólica.

Qual é a chave do sucesso do sistema de apoio? Agora falo dos sistemas de apoio e não dos marcos regulatórios. Não há dúvida de que o fiden tarif (F) é o sistema de maior sucesso. Baseia-se em proporcionar uma rentabilidade razoável para os investimentos, a remuneração é garantida e a atualização da remuneração é certa e conhecida, perdura no tempo e não há mudanças abruptas. Quando há mudanças, não há aplicação retroativa, os direitos adquiridos dos produtores não são afetados. As revisões são objetivas, ou seja, há uma série de parâmetros para fazer essas revisões da remuneração. Isto é o que vai garantir a segurança jurídica e facilitar o investimento. Foi definido um modelo específico de financiamento que é o Project Finance, que teve muito sucesso na Espanha no desenvolvimento das energias renováveis. Por quê? Porque o próprio projeto financia as necessidades de capital e o aporte financeiro é praticamente residual no projeto. Ésta é a chave. Desta forma a energia eólica está sendo implantada masivamente no mundo.

Quero fazer uma observação. Aquí estão situados os diferentes mecanismos de apoio da União Européia do ponto da vista das modalidades destes mecanismos. Há o fiden tarif (F), há obrigações e parcelas – ou seja, parcelas que são cobradas das companhias energéticas para que comprem energia renovável.

Há mecanismos baseados em incentivos fiscais e há outros baseados em leilões (F). Os Senhores podem ver que o único país que optou por leilões (F) é a Irlanda. Eles estão abandonando essa tecnologia agora. Não sobrou ninguém com essa metodologia. Por quê? Porque não produz efeitos. Podem estar seguros de que produzem 200 ou 300 MW, mas é impossível desenvolver uma indústria local a partir de leilões (F). É preciso dar sinais a longo prazo para isso, e leilões (F) não os dão.

Bom, aqui há benchmarking dos modelos de sucesso da Dinamarca, da Espanha e também da Alemanha que optaram por modelos fiden tarif (F). Não quero aborrecê-los mais.

Aqui apresento os graus de remuneração, para que os Senhores tenham um idéia de quanto custa a energia eólica nos diferentes pontos da Europa e quais são os mecanismos mais eficientes em função do custo de implementação. Vemos outra vez que os mecanismos baseados no fiden tarif (F) são economicamente mais eficientes e eficazes...

[troca da presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Prof. Ramón, o senhor necessita de quanto tempo mais?

SR. RAMÓN FIESTAS: Um minuto.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Ok.

SR. RAMÓN FIESTAS: São mais eficazes, do ponto da implementação, a longo prazo.

Por último, dentro deste prazo de um minuto de cortesia que me deu o Senador, quero dizer que um sinal político é decisivo no impacto sobre os custos do desenvolvimento de energias renováveis. Há um estudo feito pela Agência Internacional de Energia no qual foi calculado o excesso de custo de capital para investimentos em energia eólica de 15 centavos de dólar por megawatt/hora como consequência de decisões políticas inestáveis. Se há um sinal político claro, o custo da instalação se reduz, porque o risco é menor e o custo de financiamento é menor. A chave sempre está em proporcionar segurança estabilidade. Esta é a recomendação que posso dar. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Sr. Ramón Fiesta.

Bem... Nós temos a alegria de ter aqui a participação do Embaixador da Dinamarca, o Sr. Christian, e também pedirei uma saudação dele, uma saudação dele, uma manifestação dele com relação ao tema de energia eólica.

SR. EMBAIXADOR CHRISTIAN KONIGSFELDT: Senador Casagrande, senadores, deputados, autori-

dades, quero agradecer o convite para participar desta reunião, em um tema que é muito importante para o povo brasileiro e para o mundo todo.

A Dinamarca tem uma experiência, durante muitos anos, com a geração elétrica na base da energia eólica, porque a Dinamarca, o povo da Dinamarca quer energia limpa, energia segura, energia renovável.

Baseado nessas experiências e também no Memorando *Understanding*, que foi assinado em Copenhague, em setembro do ano passado, durante a visita de Estado do Sr. Presidente Lula na Dinamarca, o Governo dinamarquês está pronto, queremos compartilhar com o Brasil e também cooperar com o Brasil e também com autoridades federais, estaduais e municipais, em todas as áreas que são necessárias para utilizar a energia eólica.

Por exemplo, no quadro legislativo, que é necessário, também, nas áreas, condições para ligações com a *grade*(F). Então, eu acho que amplas oportunidades de cooperação e compartilhar experiências entre a Dinamarca e o Brasil.

Também quero sublinhar que, enquanto a Dinamarca tem essa experiência durante muitos anos, temos empresas de primeira classe que querem também trabalhar aqui no Brasil, que está, neste momento, a estabelecer no mercado, na esperança de que o mercado vai se desenvolver.

Estou muito feliz de informar que há um representante da empresa Vestas, que tem no mercado mundial mais de 23% da produção de turbinas. Então, essa empresa está no caminho para começar o trabalho aqui no Brasil para utilizar o imenso potencial que este país tem também na área de energia eólica.

E, como Embaixador da Dinamarca, tenho o prazer de facilitar a cooperação entre os dois governos e também um prazer de facilitar o trabalho das empresas dinamarquesas do mercado brasileiro. Obrigado [aplausos].

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, pela participação do nosso Embaixador. Alegria de tê-lo aqui, para a Dinamarca que tem na energia eólica uma fonte importante da sua matriz elétrica. Muito obrigado.

Senador, por favor, eu quero ir para ali que eu quero fazer uma colocação.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Já ouviram o embaixador?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Já ouvimos. Foi breve, porque ele fez uma compensação aqui com o Ramón Fiestas [risos].

É igual energia, quando você tem muito de um lado, tem que ter... Muito obrigado.

[troca da presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Mas eu quero até aproveitar para abusar um pouco do Embaixador, que nos brinda com a sua visita, para agendar com ele uma visita nossa à Embaixada, onde nós poderemos, inclusive, ampliar a discussão e a conversação sobre o uso de energia eólica, já que o seu país utiliza bastante, né?

Nós passaremos, então, agora à segunda fase da audiência pública, com a participação dos eminentes senhores Parlamentares. Nós poderíamos começar com a concordância do eminente proponente, já que essa proposição ela é conjunta com a Comissão de Meio Ambiente da Câmara. Nós seguiríamos e passaríamos a palavra, então, ao Deputado Paulo Teixeira, do PT de São Paulo. Tem V.Ex^a a palavra.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Senador Leomar Quintanilha, Senador Renato Casagrande, demais senadores. Quero cumprimentar todos os membros da Mesa na figura do Embaixador Christian Konigsfeldt. E eu acho que, sobre energia eólica, tudo foi dito. E eu não quero repetir os aspectos de convencimento.

Eu só queria dizer que, essa semana, aqui, participaram Lauro Fiúza e também o Luiz Henrique, nós participamos e fomos co-organizadores de um Seminário em Fortaleza, organizado pelo Banco do Nordeste, presidido pelo Dr. Roberto Smith, também pela ABEEólica, presidida pelo Lauro Fiúza e também pelo *Greenpeace* e a Subcomissão de Fontes Renováveis de energia da Câmara dos Deputados.

E, ali, participaram cinco governadores do Nordeste, peso político incrível, e quatro vice-governadores. Tivemos nove estados representados pelas autoridades maiores e também contamos com a presença do Presidente do Senado brasileiro, Senador Garibaldi Alves e o Ministro Edison Lobão.

Me parece... E eu gostaria de tratar dessas três questões. Primeiro, há uma informação no Estado brasileiro sobre energia eólica que me parece controversa, né? Então, nós precisávamos discutir com o Estado brasileiro, com quem planeja a área energética, sobre qual deveria ser e qual a realidade, o estado da arte da energia eólica. Por exemplo, o Ministro tem uma informação de que o fator de capacidade da energia eólica é de 20%, enquanto os dois empreendimentos hoje existentes, os empreendimentos existentes apontam fator de capacidade de 35%. Então, nós precisávamos de geração segura. Então, nós temos uma informação, digamos, desconhecida do Estado brasileiro com quem está produzindo essa energia.

O segundo aspecto... Fala-se muito que o preço da energia eólica é um preço elevado e que não comportaria na matriz elétrica brasileira. E a demonstra-

ção é que esse preço é menor do que uma série de outras fontes que já estão na matriz elétrica brasileira. A energia termoeletrica, que é de óleo diesel, ela é competitiva em relação à nuclear, a de gás... Enfim, nós temos, digamos, um desencontro nessa informação também.

E o terceiro aspecto, que é importante, é que estava a CNI representada por diversos Presidentes regionais, mas o Brasil precisa ampliar a sua fábrica de equipamentos, né? E tem uma questão que é importante dizer é que como disse o Governador da Bahia, é como “o gato correndo atrás do rabo”. Quer dizer, a indústria de equipamento não se instala, porque não se compra; não se compra, porque não tem indústria de equipamentos. Alguém tem que dar um passo adiante.

Portanto, o que eu queria dizer é que o que eu acho importante é que se deu um passo à frente, porque aquele Seminário demonstrou uma força política impressionante. O Nordeste brasileiro quer a energia eólica pelo seu potencial e pela capacidade de desenvolver indústria naquela região e o número de investidores que estão naquela região querendo investir em energia dessa fonte.

Eu queria, para terminar, colocar três questões, Senador Quintanilha.

A primeira questão é que a Câmara acabou de instalar uma Comissão Especial para construir um marco regulatório de incentivo às fontes renováveis. Então, ela vai ser instalada quarta-feira que vem, já tem o Presidente, que é o Rodrigo Rocha Loures, aliás, filho do Vice-Presidente da CNI, e o Fernando Ferro, de Pernambuco, que será o Relator.

Então, nós vamos agora fazer um longo debate de um marco regulatório e, certamente, a indústria, certamente, os empreendedores, certamente, a sociedade civil e os Bancos serão convidados a fazer esse diálogo na Câmara Federal.

Segundo aspecto era importante... E, aí, Senador, eu acho que V.Ex^a pode cumprir essa tarefa de chamar o Governo aqui, de chamar a EPE aqui para um diálogo, igualmente, chamar, eventualmente, os governadores e também chamar o Ministério de Desenvolvimento de Indústria e Comércio. Está aqui a Laura Porto, que é do Ministério de Minas e Energia. Ela é uma entusiasta. Mas é fundamental também trazer o Ministério de Indústria e Comércio.

Por fim, eu quero parabenizar... Nós vamos continuar o diálogo com o Governo, agora. Aquela Comissão que se formou lá vai tentar conversar com a Ministra Dilma Rousseff, com o Presidente Lula e também com a EPE, não é? Isso não é em prejuízo, Senador, de a Comissão poder fazer o diálogo. Mas nós também tentar

prosseguir convidando V.Ex^a, convidando os senadores aqui presentes, Senador Casagrande, que é Presidente da Comissão de Assuntos Climáticos, para fazer junto o diálogo com o Governo. Nas próximas rodadas, se o senhor me der a oportunidade, vou convidá-lo e também ao Senador Renato Casagrande.

Portanto, eu creio que o Nordeste Brasileiro deu um passo adiante, e nós podemos fazer com que esse passo se some ao Senado brasileiro e ao Congresso brasileiro na Câmara, para que a gente possa ampliar a participação da energia eólica na matriz elétrica brasileira.

Nós não abrimos mão da nossa energia hidrelétrica, não é? Mas ela tem um teto, que, para além desse teto, nós queremos uma introdução de fontes renováveis: eólica, biomassa, solar... E esse convencimento eu acho que ele está sendo construído, e é fundamental que ele se faça a partir desse momento em uma ação envolvendo o Congresso brasileiro.

Então, parabenizá-lo, Senador Leomar Quintanilha, parabenizando também o Senador Renato Casagrande por essa maravilhosa iniciativa do Senado brasileiro.

Pedindo licença que eu tenho uma... um compromisso do meio-dia à uma e tenho um compromisso à uma. Portanto, é aqui no Senado o da uma hora, então eu vou ter que rapidamente voltar e peço licença para me retirar.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Deputado Paulo Teixeira, a Mesa é que agradece a presença, a rica participação de V.Ex^a neste encontro e aceita, prontamente, o convite formulado para que nós possamos interagir, tanto a Comissão de Meio Ambiente do Senado quanto a Comissão de Meio Ambiente da Câmara, e as ações que estão ali sendo desenvolvidas, independentemente, das Comissões, com vistas a dialogar, a levar o diálogo para o âmbito do Governo. Porque nós ouvimos de diversos interlocutores que há dificuldade, inclusive no marco regulatório. E é essa a nossa contribuição mais efetiva, é exatamente encontrar a forma mais justa, mais adequada para estabelecer a legislação que vai balizar o uso de energia alternativa.

De forma que eu agradeço muito a participação de V.Ex^a e, de pronto, aceito o convite. Tenho certeza que tanto de minha parte quanto de parte do Senador Renato Casagrande e dos demais membros da Comissão para fazermos esse trabalho conjuntamente.

Eu consultaria a Mesa se alguns palestrantes gostariam de fazer comentários a respeito das ponderações feitas pelo Senador Paulo Teixeira.

SR. LUIZ HENRIQUE MASCARENHAS CORRÊA SILVA: Senador, o senhor me permite só uma informação, antes que o deputado se ausente?

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Pois não.

SR. LUIZ HENRIQUE MASCARENHAS CORRÊA SILVA: O fator de capacidade nos parques eólicos do Ceará tem se verificado acima de 50%, só a título de informação. E nós usamos, na análise do estudo de habilidade, em torno de 40%, 41%, porque é o que a gente... É fator de capacidade. Entre 41% e 42%, fator de capacidade nos estudos de viabilidade, porque são informações que a gente tem confiança, recebidas da indústria que produz os equipamentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Dr. Fiúza.

SR. LAURO FIÚZA: Eu gostaria de acrescentar, aqui... A fala do Deputado Paulo Teixeira, a importante participação do Ministério de Minas e Energia quando criou o PROINFA. É outro, um dos mitos que existe é que o PROINFA fracassou no que tange à energia eólica. Isso é exatamente o contrário.

O PROINFA é extremamente sucesso nessa matéria, porque ele abarcou três modalidades de energia renovável. A eólica, a de pequenas centrais hidrelétricas e a de biomassa. PCH, que é pequena central hidrelétrica, e biomassa são tecnologias já existentes no Brasil há mais de 100 anos. Então, a poção dedicada a essas duas formas de geração de energia foi prontamente atendida pelo mercado, e praticamente todos os empreendimentos nessas duas modalidades, se não estão concluídos, estão em fase final de conclusão.

Na eólica, nós iniciamos uma nova tecnologia de geração de energia. Quer dizer, ela é incipiente para o Brasil, e, aí, obviamente, o prazo do... o prazo gasto para o aprendizado na implantação dessa nova tecnologia seguiu um ritmo diferente. Eu poderia dizer que o PROINFA não cometeu erros, mas identificou falhas no processo existente e, ao longo do tempo, foi corrigindo essas falhas. A realidade dos fatos, hoje, é que praticamente todos os empreendimentos contratados com o PPA, que é o contrato de fornecimento de energias, já estão em franca implantação e, com a prorrogação dos prazos que o Ministério de Minas e Energia, que é o gestor do PROINFA, está concedendo, todos eles serão implantados até o final do ano que vem.

Então, essas falhas serviram para nos trazer um aprendizado de como devem ser feito, a partir de agora, um novo programa. E eu queria ressaltar a presença da Dr^a Laura Porto, que é a mentora desse programa, a gestora desse programa no Ministério e a quem eu hipoteco grande parte do sucesso desse programa.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Agradecemos a presença da Dr^a Laura Porto.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, eu só quero... Eu também estou com compromisso...

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Tem V.Ex^a a palavra.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Gostaria só de agradecer aos convidados a presença. Está claro que a alternativa de energia eólica é totalmente viável. Tantos investimentos na Dinamarca, da Alemanha, os investimentos da Espanha, os investimentos de Portugal, os investimentos da China, da Índia, os investimentos que todos querem fazer aqui, empresários... Podemos acusá-los de tudo, menos de loucos. Não farão investimento onde não tiver o mínimo de viabilidade técnica e econômica.

Então, nós assistimos, aqui, a necessidade de uma política, talvez, de maior tempo, né? De planejamento em médio prazo e longo prazo e com a regulamentação adequada com relação aos leilões de energia eólica. Primeiro, temos os leilões, depois sabermos ter clareza das regras desses leilões e depois nas regras da geração e da comercialização da energia.

O Governo brasileiro deu um grande passo, eu concordo plenamente com o Dr. Lauro Fiúza, foi um grande passo, na hora em que a política energética brasileira estabeleceu o PROINFA. Foi um passo importante, porque trata, de forma diferenciada, essas fontes de geração de energia. Agora, a energia eólica, pelo potencial que nós temos, talvez o potencial mais palpável, e, com o levantamento feito, a energia eólica tenha mais potencial do que nós temos de geração de PCHs... A biomassa depende muito do que vai se utilizar, de fato, a biomassa para a eletricidade, porque a biomassa, daqui a pouquinho, também, é para etanol. Então, tem uma competição, aí, da biomassa que já está acontecendo para a geração de energia, também, mais na área de combustível. Então, eu acho que a eólica é a saída que nós temos para que a gente não diminua a qualidade da nossa matriz energética. Então, o Governo precisa ter uma política mais clara para atrair investimentos, para atrair empresas. O Governo brasileiro tem que ter uma política de mais longo prazo, com mais clareza, com leilões predeterminados para que nós possamos ter os investimentos.

Dr^a Laura está aqui, e o nosso Ministro é colega nosso aqui do Senado. Nós estamos todos nós não temos mais necessidade, entre aspas, de "convencimento", como disse o nosso companheiro Paulo Teixeira, tá? Se nós pudéssemos convidar, podíamos fazer um requerimento, vamos seguir a pauta que o Paulo

apresentou, diálogo com o Governo. Eu acho que essa Comissão, aqui, poderia fazer um convite ao Ministro Edison Lobão para vir aqui. Só ele... Em debater à exaustão o que o Governo está pensando. A Dr^a Laura acompanhou toda a nossa Audiência e sabe aquilo que nós estamos desejando, né? Para que a gente possa tentar ajudar o Ministro politicamente a construir uma política sobre energia eólica.

Dentro do PROINFA, eu acho que energia eólica merece e precisa de uma política mais consistente. Nós, então, podíamos aprovar, hoje, um requerimento, combinarmos com o nosso companheiro e Senador Edison Lobão para ele vir à Comissão e, com base naquilo que a gente ouviu aqui hoje, com base no Seminário que foi feito em Fortaleza, podemos fazer audiência conjunta, tá certo? Eu acho que podemos fazer audiência conjunta para trazermos o Ministro aqui, para que a gente possa tentar tirar dele, apoiá-lo dentro do Governo, né? Para que a gente construa e lance um plano para a área de energia eólica. É isso, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Casagrande, seria importante que V.Ex^a formulasse o requerimento, para que nós pudéssemos já discutir. Como nós já conhecemos o teor, já vamos antecipar, aqui, já a discussão do requerimento apresentado por V.Ex^a, que é do convite ao Ministro das Minas e Energia, Edison Lobão, para nesta Comissão, que funcionará em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, discutir sobre o plano do Governo com relação à energia eólica.

Em discussão, o requerimento apresentado pelo Senador Renato Casagrande. Não havendo quem queira discutir, encerramos a discussão e passamos à votação. Os senhores senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado o requerimento.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Possivelmente, ele vai dar entrada no requerimento por escrito, o Senador Renato Casagrande.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Perfeitamente, Ok.

O Sr. Ramón Fiestas manifesta interesse em tecer um comentário também a respeito do que foi aqui expandido. Tem V.Ex^a a palavra.

SR. RAMÓN FIESTAS: Obrigado, Presidente. O Conselho Mundial de Energia Eólica recebe com muita satisfação a iniciativa que acaba de ser proposta de avançar na definição de um marco regulatório que proporcione esta visibilidade a longo prazo e a estabilidade para o Brasil, além destas iniciativas que estão sendo levadas adiante pelos Senadores e pelo Deputado Teixeira, para que o pacto social possa cristalizar neste país. Queria dizer que a informação que você viram na

apresentação e muitas outras – sobre preço da eletricidade, sobre preço de geradores, sobre custo – estão à disposição, em carácter gratuito, em uns pendrives que nós temos para dar de presente aos interessados. Pode lhes ser útil. O Senhor Monje poderá entregar a informação àqueles que queiram. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): O Sr. Luiz Monje manifesta interesse em tecer algumas considerações. Eu concedo a V.S^a a palavra.

SR. LUIZ MONJE: Obrigado. Em primeiro lugar, quero agradecer por me conceder a palavra, Senhor Presidente. Como fez o Senhor Fiestas, quero dar as boas-vindas à iniciativa que tomou forma nessa reunião.

Eu trabalho para a companhia Vestas, que, como comentou o Senhor Embaixador – agradeço muito por suas palavras -, é líder mundial. Minha intervenção vai ser breve. Falou-se da presença industrial eólica e da força que esse setor tem ou pode vir a ter no Brasil, com vistas ao exterior. Queria dizer que, como empresa, estamos caminhando para que quando todo esse caldo de cultura que os Senhores estão desenvolvendo, e que nós estamos desenvolvendo, avance, estaremos na primeira linha. Mas queria também falar de nossa experiência internacional, do que aconteceu em outros países. A Vestas é uma companhia originária da Dinamarca, mas que hoje tem um carácter praticamente global.

Como foi comentado ao longo desta reunião, em todos os países nos quais houve sinais claros do Estado quanto ao desenvolvimento a longo prazo e, principalmente, quanto à vontade política de aceitar a energia eólica dentro da matriz energética nacional, promoveu-se não apenas o desenvolvimento, o crescimento dentro da matriz energética, mas também o desenvolvimento da indústria. Temos forte participação em diversos países do mundo, na Dinamarca, obviamente, mas também na Alemanha, no Reino Unido, na China, na Índia, na Itália, na Espanha e nos Estados Unidos. Em todos estes países, o processo começou quando o mercado avançou, e nós favorecemos esse desenvolvimento. Não queríamos apenas ter fábricas de produção nestes países para um mercado nacional, conseguimos transformá-los em plataformas exclusivamente exportadoras. Exportamos da Itália, da Índia, da Espanha. Estamos convencidos de que o Brasil tem potencial para que façamos o mesmo aqui. Acreditamos que os Senhores têm todas as condições para obter sucesso. Agora estão sendo encaixadas as peças do quebra-cabeça, e nós esperamos estar com os Senhores neste caminho. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Bem. Nós agradecemos ao Sr. Luiz Monje, que, com esse forte sotaque baiano [risos], fez uma colocação perfeitamente compreensível da forte presença da empresa que ele representa, a Vestas, não é? No mercado mundial de produção de equipamentos de energia eólica.

Nos interessa muito conhecer com mais detalhes o nível de produção, a capacidade de geração dos equipamentos da empresa. Se V.S^a pudesse, depois, nos deixar o seu cartão, para nós estreitarmos esse relacionamento.

Eu consulto a Mesa se alguns dos senhores palestrantes desejaria fazer mais alguma consideração final, se não, passo a palavra ao eminente Senador Augusto Botelho para fazer a sua contribuição a esse debate.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu, primeiramente, queria dizer que o meu Estado é o Estado de Roraima. E Roraima, em língua indígena, significa “pai dos ventos”, e fico meio triste porque o Ministério de Minas e Energia ainda não fez um inventário da capacidade eólica do meu Estado. Espero que a nossa doutora possa cobrar do Ministro Lobão.

Bom, eu queria alguns esclarecimentos. O Dr. Lauro Fiúza falou que a eólica é um terço do custo da energia térmica. Queria que ele esclarecesse um pouquinho isso... Uma pergunta para o senhor, direta.

A outra pergunta, eu também eu não me lembro quem falou que as turbinas eólicas aumentaram em 180% sua capacidade. Eu entendi isso. Eu não recebi nenhum impresso, queria um esclarecimento bem a respeito disso.

E outra pergunta talvez vai caber para o senhor também. Qual o custo de instalação, instalação e produção de uma usina hidrelétrica comparada com a termoeletrica e com a hidrelétrica, a termoeletrica e a eólica para produzir, por exemplo, 100 megawatts/hora? Estou falando de uma cidade, da maioria das cidades de nossos municípios do Brasil, que têm alguns isolados que usam termoeletrica. Queria saber se o senhor tem esses dados de valores de custos.

Também alguém falou que os leilões não impulsionaram energia eólica em algum país, que os leilões não conseguiram impulsionar, se não me engano, foi o Dr. Ramón, né? Eu queria um esclarecimento bem a respeito disso também.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Ok. Muito bem. Dr. Fiúza, para consideração a respeito das ponderações pelo Senador Augusto Botelho. Em seguida, o Sr. Ramón.

SR. LAURO FIÚZA: Senador, a sua pergunta é sobre o custo da geração térmica. Se nós pegarmos

isoladamente uma usina térmica a óleo diesel, quando ela produz energia, ela, hoje, está fazendo isso a um custo de mais ou menos 800 reais por megawatt. Uma térmica a óleo combustível varia entre 450, 550, dependendo do tamanho dela e do equipamento empregado. E uma eólica, hoje, no PROINFA, que tem um processo de compra com o preço mais alto nas regiões em que o fator de capacidade é menor, que é o caso do Rio Grande do Sul, e um preço menor onde a produtividade da geração é maior, que é o caso do Nordeste, a média está em 230 reais. Então, quando eu falo que a energia eólica é um terço da térmica, é dentro dessa visão.

O que acontece e que gera uma confusão na análise do povo brasileiro é que os leilões atuais de energia são montados não para comprar energia firme e permanente. As térmicas que estão sendo contratadas pelo sistema brasileiro são para preencher um vazio nas épocas de seca, que é quando os reservatórios estão na sua linha mais baixa. E, para o senhor compreender melhor, o ciclo de chuvas é de seis a sete em sete anos. Então, nós sabemos, pelo histórico da vida brasileira, de que a cada seis ou sete anos nós entramos no período de seca. Então, temos fatura de água durante um período e carência no outro. Mas, anualmente, sempre no período do segundo semestre, os reservatórios são esvaziados e, aí, o sistema, que é o ONS, que regula a produção de energia, tem que atuar despachando as térmicas para complementar essa energia, de tal maneira que, antes do período das chuvas reiniciarem, aqueles reservatórios, que são a base de sustentação do nosso sistema, não estejam com o seu nível de água abaixo do que chamamos “a linha crítica”.

Quando você faz a média do custo das térmicas, considerando os períodos em que elas estão paradas mais o período em que elas funcionam, você tem essa média em torno de 140 reais, que é o que é anunciado pelo resultado dos leilões. Nesses 140, nós temos que dividir esse valor em duas partes. Uma que é que se chama receita fixa. O empreendedor que investe e monta a usina, ele recebe todo mês, parado, aquela receita fixa. É com essa receita que ele faz o seu pagamento do investimento e tira a sua taxa interna de retorno. Que é a forma econômica de se medir um investimento. A outra parte desse valor vai para uma conta, que é um fundo para pagar os custos variáveis de quando aquela usina é chamada para produzir energia. Então, aquilo, ao longo do ano, se cria um bolsão, que, naqueles períodos de um a dois meses, em que as térmicas terão que entrar, se pague esse valor de 600, que é a diferença entre o 140 e o custo do combustível gasto naquele período. Então, está

certo quando se fala que a energia custa 140, mas ao longo do ano, parada e funcionando.

A comparação começa a ter dificuldades de uma explicação popular é que a eólica ela não tem períodos de parada e funcionando. Ela funciona menos no primeiro semestre e funciona muito mais no segundo. Se nós fizermos um tratamento para a eólica idêntico ao que se faz com a térmica, também a eólica, em um preço médio, vai ficar abaixo dos 140.

Então, não é justo se comparar a eólica pelo preço pontual de 230 ou 240. Porque, ela sendo complemento da hidráulica, o que ela faz? Ela evita que o NOS despache as térmicas antes do tempo. Então, teria que se creditar ao preço da eólica os custos evitados dessa energia térmica, que é mais cara.

Quando nós fazemos isso, o estudo que nós da abeeólica encomendamos para um grande escritório de pesquisa energética do Brasil, liderado pela Dr^a Leontina Pinto, e nós pedimos para ela calcular o impacto no sistema interligado com a existência de um determinado volume de eólica. Que é o valor que nós vamos ter com o PROINFA concluído. E o resultado, Senador, foi absolutamente surpresa para todos nós que estamos nesse setor, inclusive nós da eólica.

Nesse período que nós passamos agora, em que as térmicas, ao invés de funcionar um mês ou dois meses, funcionaram cinco meses para garantir a manutenção da energia nesse ano e no futuro ano, nós teríamos evitado, talvez, esse um bilhão de reais que nós gastamos hoje nas térmicas. Então, se nós creditarmos esse custo evitado, a eólica, em vez de 240, devia estar sendo... custaria ao sistema muito menos que esses 140 reais.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sr. Ramón Fiestas.

SR. RAMÓN FIESTAS: A experiência internacional demonstra que a energia eólica se desenvolve em sistemas regulatórios que ofereçam segurança jurídica e confiabilidade para os investidores. Isto é possível quando os Estados desenvolvem marcos regulatórios nos quais as condições de mecanismos de apoio e os direitos dos produtores de energia eólica estejam garantidos a longo prazo, o que não acontece com os leilões (F). Por tanto, se os investidores identificam que há risco regulatório, porque o leilão (F) não está suficientemente desenvolvido ou a regulamentação do país é instável, porque não há uma decisão firme, eles buscam outros nichos de mercado ou outro mercado. Esse é um dos grandes riscos para o desenvolvimento da energia eólica na América Latina. Está ocorrendo com sucesso na China, nos Estados Unidos, na Índia e na Europa principalmente. Estes lugares oferecem estabilidade. Isso faz com que a indústria volte sua

atenção para os países mais estáveis em termos de regulamentação. Isto faz com que os lugares do mundo onde há instabilidade não sejam atrativos para os investimentos. Então, a chave para desenvolver a energia eólica é tratar de criar um modelo regulatório que conquiste a confiança dos investidores. Na Espanha, nós não descobrimos isto no primeiro dia de vigência do marco regulatório das energias renováveis. Levamos 25 para encontrar o segredo do sucesso, que era garantir essa estabilidade. Hesitamos por muito tempo até chegar à regulamentação e, a partir de 2000, 2001, a energia eólica se desenvolveu massivamente. O segredo está em criar um marco regulatório que garanta a estabilidade, e isto não é possível através de leilões (F). Essa é a experiência que temos.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Muito obrigado, Sr. Ramón Fiestas. Eu vejo, aqui, Sr. Monje, que a empresa que V.S^a representa, a Vestas, tem sua sede em Zaragoza. E nós estamos voltando de lá. Eu, a Senadora Marisa Serrano e a Senadora Fátima Cleide estivemos participando, agora, neste final de semana, na Expo 2008, que está discutindo um tema muito interessante que é a água, a água e o desenvolvimento sustentável. Ficamos encantados lá com a sua cidade e, sobretudo, com o evento, que, além de estar abordando um tema de interesse mundial, interesse momentoso, a água é efetivamente um dos bens, é um dos recursos, é um dos insumos que causam maior preocupação a todos no planeta, um evento muito importante, com a participação de mais de cem países, e estava o Brasil lá, com a sua representação, dizendo da sua experiência com o uso desses recursos tão importantes.

Meus cumprimentos a V.S^a e eu espero que a gente possa voltar a Zaragoza, agora, para tratar não só da água, mas também das questões eólicas.

SR. LUIZ MONJE: Muitíssimo obrigado, Senhor Presidente, por suas palavras. Aproveito para, como um bom aragonês, convidar os Senhores para que conheçam essa magnífica Expo Internacional cujo lema, como comentava o Presidente, é “Água e desenvolvimento sustentável”. São dois aspectos absolutamente fundamentais e, acredito, estão indivisivelmente unidos. Como também foi dito, a energia eólica tem muitíssimo a ver com isso. Não foi citado aqui, mas também é interessante destacar que, quando geramos eletricidade a partir dos ventos, não é necessário, por exemplo, (ininteligível) isso evita a evaporação de água de nossos rios. Obviamente que a água não desaparece. A água continua seu ciclo natural de evaporação, e chove novamente, mas não represamos os rios em prejuízo das populações que vivem a jusante deles. Por tanto, repito em nome da Vestas da Espanha, em Zaragoza,

que ficaremos felizes de estar com os Senhores e de poder mostrar nossa hospitalidade. Se quiserem ver a utilização em larga escala da energia eólica e saber como está integrada no entorno de perímetros urbanos, Zaragoza é o melhor exemplo, pois em sua periferia há cerca de 500 a 600 MW instalados. São máquinas de potência menor. Talvez estejamos falando de 800 ou 900 aerogeradores. São lugares magníficos para que os Senhores tenham uma idéia de como a energia eólica se integrou não apenas na paisagem, mas também na sociedade, e quais são os benefícios reais que esta energia trouxe para todo o entorno ao criar tecido industrial, ao gerar e distribuir riqueza entre todos os agentes sociais, econômicos e administrativos envolvidos. Serão muito bem-vindos. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Agradeço e espero que nós possamos contar com a participação da empresa que V.S^a representa, interagindo nessa discussão mais ampla que nós pretendemos fazer sobre as questões relacionadas à energia eólica.

Eu consulto a Mesa, já que nós estamos com a hora adiantada e já encaminhamos para o encerramento desta rica audiência, eu consulto a Mesa se alguém ainda pretende fazer alguma consideração. Eu só solicitaria que fosse o mais breve possível.

Então, passo a palavra ao Dr. Luiz Henrique, do Banco do Nordeste do Brasil.

SR. LUIZ HENRIQUE MASCARENHAS CORRÊA SILVA: É relativamente breve, é com relação aos leilões. Quando a gente defende, aqui, leilões, a gente defende leilões específicos para o setor eólico. Isso quer dizer uma regulação específica. Porque o leilão em si ele é só mesmo mecanismo de definição de preço da compra da energia. Então, só para ficar claro, para não haver... Porque, como o Ramón citou, aqui, não é por leilões que se desenvolve o setor, realmente o leilão, *per se*, não desenvolve o setor. O que a gente defende, aqui, é fruto exatamente do diálogo que houve em Fortaleza, é que haja leilões específicos para as eólicas, com regras específicas e com regularidade pré-definida para dar, sim, a segurança jurídica para que se façam os investimentos. Só esclarecer isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Também quer fazer uso da palavra? Para as considerações finais, Dr. Ricardo Baitelo.

DR. RICARDO BAITELO: Gostaria de agradecer mais uma vez, em nome do *Greenpeace*, a oportunidade de estar discutindo a energia eólica, um tema extremamente importante que a gente trabalha na campanha de energias renováveis.

Gostaria, também, de endossar as palavras do Sr. Lauro Fiúza, em relação ao PROINFA. Então, a gente faz críticas positivas, a nossa idéia é de parabenizar o programa e de todos juntos chegarmos a um consenso de qual deve ser o marco regulatório tão importante para a energia eólica. Então, é um trabalho conjunto que deveremos fazer para conseguir obter esse marco e, finalmente, desenvolver a geração eólica no Brasil. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado. Mais alguém? Dr. Fiúza.

SR. LAURO FIÚZA: Também quero deixar patente a minha alegria de estar participando aqui dessa... Acho que histórica reunião no Senado, e que esse tema começa a ser realmente considerado pela Casa máxima do Brasil como importante, e sinto que, a partir dessa semana, com o diálogo havido no Ceará, como o Deputado Paulo Teixeira disse, com a presença política muito forte para chamar atenção dessa riqueza que nós temos no Brasil... Com essa Sessão de hoje, chamados pelo Senado, eu sinto que nós estamos agora no caminho de colocar a eólica na matriz energética brasileira. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado, Dr. Fiúza. Mais alguém? Não havendo mais quem queira se manifestar, eu, para dar objetividade a esta reunião, gostaria de deixar formulada mais uma proposta... Eu sugeriria a quem se interessasse que nos apresentasse, até o dia 30 do mês de julho, uma sugestão para o marco regulatório sobre a energia eólica. Que alguém pudesse apresentar alguma sugestão sobre a legislação existente, o que nós poderíamos contribuir para aprimorar, para melhorar, para enriquecer a legislação existente para nós pudéssemos transformar em um debate da Comissão, em um debate do próprio Senado e do Congresso Nacional, com vistas a contribuir para a ampliação e a agilização da... E o incremento do uso da energia eólica na nossa matriz energética.

Por último, quero agradecer penhoradamente à deferência de cada um dos senhores palestrantes em atender ao convite desta reunião e trazer a sua expertise, o seu conhecimento, a sua inteligência para esse debate que realizamos aqui nessa manhã. Ao Dr. Lauro Fiúza, Presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica; ao Dr. Luiz Henrique Mascarenhas Corrêa da Silva, Diretor Financeiro e de Câmbio do Banco do Nordeste do Brasil; ao Dr. Ricardo Baitelo, Coordenador da Campanha de Energias Renováveis do *Greenpeace*; ao Dr. Frederico Reichmann Neto, Representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI); ao Dr. Ramón Fiestas, Secretário para a América Latina da

Associação Internacional de Energia Elétrica; ao nosso Deputado Paulo Teixeira, que já nos deixou; ao nosso ilustre Embaixador da Dinamarca, Christian Konigsfeldt; além do doutor... Da empresa Vestas, representante da empresa Vestas, Luis Monje; e da nossa querida representante do Ministério de Minas e Energia. Além dos demais senhores e senhoras que nos brindaram com suas ilustres presenças. Agradecendo a todos pela participação efetiva.

Declaro encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 12h45.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PARTICIPAR
E ACOMPANHAR AS ATIVIDADES DO FÓRUM
DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E DO
FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

ATA DA 3ª REUNIÃO, DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PARTICIPAR E ACOMPANHAR AS ATIVIDADES DO FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E DO FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 2008.

Às quatorze horas e cinquenta e um minutos do dia dezoito de junho de dois mil e oito, na Sala nº 9, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Eventual do Senhor Senador **RENATO CASAGRANDE**, reúne-se a Subcomissão Temporária para participar e acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas e do Fórum Mundial da Água, com a presença dos(as) Senhores(as) Senadores(as) **MARINA SILVA**, **LEOMAR QUINTANILHA** e **MARISA SERRANO**. Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Subcomissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A seguir, passa-se à deliberação da pauta destinada à eleição do Presidente da Subcomissão. É eleita por aclamação a Senhora Senadora **MARINA SILVA**. Na seqüência, O Senhor Presidente Eventual passa direção dos trabalhos à Presidente eleita. Usam da palavra os Senhores Senadores **LEOMAR QUINTANILHA** e **MARISA SERRANO**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e treze minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra

dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **RENATO CASAGRANDE**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA REUNIÃO REALIZADA EM 18.06.2008

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Subcomissão Temporária para participar e acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas e do Fórum Mundial da Água, em nome da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Os senhores senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. Em votação a Ata. Aprovada.

A presente reunião tem, aqui, um requerimento do Sr. Senador Leomar Quintanilha, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, que comunica a essa Comissão a indicação da Senadora Marisa Serrano... Marina Silva, desculpa... Para compor a Subcomissão Temporária para participar e acompanhar o Fórum das Águas, das Américas, o Fórum Mundial da Água, em nome da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e, como titular, em substituição ao Senador, companheiro nosso, Sibá Machado. Aproveito a oportunidade para renovar meus protestos de estima e consideração, Leomar Quintanilha. Então, a Dra. Marina, nossa Ministra eterna, componente da nossa Subcomissão.

E, além do ofício informando... Também... Na Pauta da sessão de hoje, senadoras, Senador Leomar Quintanilha, há a eleição do Presidente da Subcomissão. Eu sou o Vice-Presidente. Com o afastamento e com a saída do nosso amigo Senador Sibá Machado, assumi, temporariamente, a Presidência e vou, então, conduzir a eleição do Presidente. Quem está indicada por todos nós para ser a Presidente é a Senadora Marina Silva, não só pelo PT, por todos nós.

Então, vamos colocar em discussão a indicação da Senadora Marina Silva para Presidente.

Eu, pessoalmente, como Presidente, posso comentar também, acho que vai ser uma excelente Presidente da nossa Subcomissão... Nossa Subcomissão já tem uma agenda...

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Aqui, nas bacias nacionais tem um encontro já em novembro, em Foz do Iguaçu, que

é o Fórum das Américas, e queremos acompanhar de perto todo esse trabalho.

Passo a palavra para os seus comentários, Senador Leomar Quintanilha, e depois à Senadora Marisa Serrano.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Meu caro Presidente, Senador Renato Casagrande, minhas caras colegas Marisa Serrano e Marina Silva. Estou seguro de que esta nossa reunião será muito breve, mas muito importante, em razão da decisão que se propõe a tomar com relação à condução da nossa caríssima colega Marina Silva à Presidência dessa importante Subcomissão.

Acho que seria de bom alvitre fazer um breve comentário de que eu e a Senadora Marisa Serrano, também a Senadora Fátima Cleide e o Deputado Francisco Rodrigues e também o nosso ilustre Secretário da Secretaria de... Secretário-Chefe da Secretaria de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, estivemos participando da Expo Zaragoza 2008, que é uma exposição muito ampla e que tem como tema para este ano “A Água e o Desenvolvimento Sustentável”.

E nós estivemos exatamente participando desse Fórum no dia do Brasil, lá em Zaragoza, cuja Mesa de debate foi presidida pelo nosso querido Presidente da Agência Nacional de Águas, na Agência Nacional de Água, Deputado José Machado. Estiveram presentes, também, o Secretário Nacional de Saneamento, o Prefeito de uma cidade do Rio de Janeiro e outras autoridades que integravam o Plenário, além das nossas queridas colegas, Senadora Marisa Serrano e Senadora Fátima Cleide, participando deste debate, em que discutimos a água, em que, com muita propriedade, o Presidente da ANA falou sobre o marco regulatório existente no Brasil, falou sobre o arcabouço jurídico aqui existente, falou da incipiência do nosso trabalho, mas da sua existência e da sua consistência, falou que o Brasil está permanentemente trabalhando com vistas a aprimorar esse arcabouço jurídico, e nós tivemos a oportunidade de falar ressaltando a experiência que o Brasil tem na preservação de suas florestas primitivas.

Nenhum país tem reservas de florestas primitivas nos índices e nos níveis que o Brasil tem, de 64%, e que são... Que exerce uma influência muito grande sobre os recursos hídricos do Brasil, que detém seguramente o maior percentual de água doce do planeta. E disse, ali, também, que o Brasil também estava avançando muito com relação ao controle do uso de suas florestas e que nós havíamos conseguido avanços consideráveis exatamente na gestão da ilustre colega,

enquanto ocupava o Ministério do Meio Ambiente, Ministra Marina Silva.

Nós tivemos a oportunidade de afirmar a tantos quanto estavam participando daquele Fórum – não só representantes brasileiros, mas de outros países – dos avanços que o Brasil estava alcançando no uso de suas terras, no uso de seus recursos, no uso da água e os avanços que nós havíamos... que o País havia conquistado sob a gestão da Ministra Marina Silva.

Quando ela retorna agora ao nosso convívio, para alegria nossa, e aí nós ficamos divididos entre a alegria e a tristeza: tristeza por ver pessoa com tão obstinação... com tanta obstinação, com tanta consciência da sua responsabilidade na condução do processo de aproveitamento e de sustentabilidade com respeito aos nossos recursos naturais, vê-la deixar o Ministério nos causou uma certa tristeza, uma certa preocupação, mas, aqui, no seio do Senado e, particularmente, da Comissão de Meio Ambiente e da Subcomissão da Água, a alegria nossa é enorme. Enorme. Não cabe em nossos corações o tamanho da nossa alegria em receber a nossa colega de volta, com tanta experiência, com a experiência acumulada à frente do Ministério e que, seguramente, vem enriquecer muito o trabalho que nós estamos aqui realizando.

Por isso, é com muita alegria que voto com satisfação mesmo a escolha do seu nome para presidir essa Comissão, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Senador Leomar Quintanilha. Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Sr. Presidente, nosso Vice-Presidente. Eu gostaria, aqui, também, de dizer a todos e à Senadora Marina, a V.Ex^a que o Senador Leomar Quintanilha nessa ida a Zaragoza e quando ele participou da Mesa, ele foi muito feliz nas suas colocações. Senadora Fátima Cleide e eu o cumprimentamos efusivamente, porque foi uma fala muito consistente. Várias pessoas, depois, espanholas o procuraram, pessoas da Espanha, que trabalham nessa área, o procuraram para saber mais sobre aquilo que ele tinha... sobre as suas colocações, e para nós foi uma alegria muito grande ele representar a nossa Comissão na Mesa Diretiva dos trabalhos e falando em nome do Congresso Nacional, e, principalmente, falou em nome do Congresso, porque nós tínhamos lá também um Deputado, o Francisco, que é de Roraima e que... E, falando em nome do Congresso, fez as colocações daquilo que nós estamos... as nossas preocupações, mas também da obstinação que os brasileiros têm, de uns anos para cá, de garantir a preservação de seu meio ambiente, de lutar para isso, e a consciência que toma conta da sociedade. Incipien-

te, ainda, em alguns lugares com mais profundidade, mas isso é uma realidade.

Então, eu queria cumprimentar o nosso Presidente também pela sua exposição muito clara e muito digna e que nos deixou, assim, muito felizes de fazer parte dessa comitiva. Cumprimentar, também, o nosso Secretário, que nos deu uma retaguarda muito boa na viagem e nos facilitou enormemente a que nós pudéssemos fazer nosso trabalho.

Mas, quanto à nossa Subcomissão, eu queria dizer a V.Ex^a que também quero me unir ao Senador Quintanilha nas palavras ditas a respeito da Senadora Marina, independente de coloração partidária e de ela ser Situação e eu Oposição. Nós temos uma simpatia muito grande, acredito, uma pela outra, que não é de hoje, e tenho um respeito muito grande pelo seu trabalho. Podemos, às vezes, nos aprofundar em algumas questões, divergir em outra, mas o espírito é um só: fazer o melhor pelo país. E a convergência é muito grande, e eu tenho certeza que vamos trabalhar juntas nessa convergência... Porque, na questão da água, como em outras questões, também, mas principalmente nessa, nós trabalhamos juntas. Temos a mesma idéia, e um Estado como o meu, que eu não canso de falar, que é um estado eminentemente aquífero, porque é um Estado que tem o aquífero Guarani embaixo e que tem o pantanal em cima, que tem, de um lado, o rio Paraná e, do outro lado, lá, o rio Paraguai. Então, quer dizer que estamos... E muitas nuvens em cima, porque é um Estado que lá nós não podemos dizer nunca que falta água, porque isso não é a nossa realidade.

Então, não tem como um Estado como o Mato Grosso do Sul a gente não ficar feliz de ver a Senadora Marina presidindo essa Subcomissão. Portanto, eu acho que, tendo a Senadora Marina na Presidência e V.Ex^a na Vice-Presidência, nós estamos tranquilos que vamos fazer, aí, um belíssimo trabalho em prol da manutenção e da garantia da perenização dos nossos rios e dos nossos recursos hídricos. Obrigada, Sr, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigada, Senadora. Mais tranquilo estarei eu como vice [risos]. Ficarei bem acompanhado.

Em votação a proposta da Senadora Marina para presidir a Subcomissão. Os parlamentares que concordam permaneçam como estão. Aprovado. E eu convido a Senadora para assumir a Presidência da Subcomissão.

Enquanto ela chega aqui, só lembrá-los de que temos uma Audiência Pública amanhã às 10 horas da manhã para discutir energia eólica. Dez da manhã, Lauro Fiúza, Presidente da Associação Brasileira de Ener-

gia Eólica; Luiz Henrique Mascarenhas Correia Silva, Diretor Financeiro de Câmbio do Banco do Nordeste; Ricardo Baitello, Coordenador da Campanha Energia Renovável do *Greenpeace*; Frederico Reichmann Neto, Representante da Confederação Nacional da Indústria; Ramón Fiestas, Secretário para a América Latina da Associação Internacional de Energia Eólica.

Então, amanhã às dez horas da manhã todos convidados para poderem assumir, aqui, o debate sobre a energia eólica... Pela CMA, pela Comissão presidida pelo nosso comandante Leomar Quintanilha.

Senadora Marina, pode chegar mais para cá.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Tudo bem. Boa tarde a todos. Primeiro, eu quero agradecer a Deus por estarmos aqui, quero cumprimentar meus colegas senadores. E, já agradecendo pelas palavras de acolhimento de todos vocês, estou aqui, de alguma forma, para dar continuidade ao trabalho que vinha sendo feito pelo meu colega suplente o Senador Sibá Machado, mas tenho plena consciência de que era um trabalho realizado em parceria entre todos vocês.

A nossa Senadora Marisa Serrano é a nossa Relatora, e eu já sei que vou contar com um suporte de altíssima qualidade e envolvimento.

O nosso Vice-Presidente é o Senador Casagrande, e, como eu tenho muito medo de avião, toda vez que estiver sobrevôos mais complexos você vem em meu socorro, Casagrande. Mas sei que a sua competência e o seu trabalho, inclusive nesse período em que conduziu a Comissão, é motivo de, enfim, de segurança, e agradeço imensamente por poder contar com o seu suporte nessa Vice-Presidência. Agradeço meu colega e vizinho Senador Quintanilha, inclusive pelas palavras carinhosas e o apoio que sempre nos deu na Presidência da Comissão.

Acho que a visita de vocês à Expo Zaragoza também é um marco, porque nós trazemos para dentro da Casa um pouco da realidade dessas agendas. Uma coisa é a gente debatê-las do ponto de vista do Legislativo, dos processos legislativos, e outra coisa é a experiência no cotidiano das... No nosso caso, da Política Nacional de Recursos Hídricos, que o Brasil tem uma Política Nacional de Recursos Hídricos. O Brasil tem uma lei das águas, e todo o sistema nacional de recursos hídricos brasileiro é um sistema altamente horizontalizado.

O Brasil é um dos poucos países que têm um sistema de fato horizontalizado, que têm uma estrutura de um órgão de formulação, que é o Ministério do Meio Ambiente, através da Secretaria Nacional de recursos hídricos, e um órgão de implementação, uma Agência

técnica, com técnicos altamente competentes, especializados, que começou com o nosso ex-presidente Kelman, agora o nosso Presidente José Machado, e que tem prestado relevantes trabalhos, serviços para a população. Mas o sistema, como eu disse, ele é um sistema horizontalizado. Então, você tem a responsabilidade no âmbito nos Estados, e, sobretudo, os comitês de bacia, que dão suporte para toda essa ação e essa gestão descentralizada. E, ainda, por uma inovação da Política Nacional de recursos hídricos do Brasil, nós temos as Agências de bacia, onde os recursos que são arrecadados em função da cobrança voluntária, do pagamento voluntário pelo uso da água, são gerenciados por essa Agência. E, graças a um esforço muito grande que fizemos, inclusive durante a minha gestão junto ao Congresso Nacional, também junto ao Ministério da Fazenda, principalmente do Planejamento, nós conseguimos que os recursos oriundos da cobrança pelo uso da água fossem destinados 100% às atividades na bacia, em que se situa aquela cobrança, para que se tenham investimentos para a recuperação da bacia.

Então, nós temos uma agenda bastante significativa. Foi muito feliz a iniciativa de criar essa Subcomissão. Tem um termo de referência para que possamos terminar nosso trabalho até o final do ano que vem, março de ano que vem. Mas, com certeza, teremos uma agenda pela frente muito significativa. Existe um plano de trabalho que foi feito pelos senhores, inclusive com a participação e a colaboração da Agência Nacional de Águas. E a única coisa que vou fazer é verificar o que precisa ser atualizado, se tem algo que, porventura, a gente ache que deva agregar, ainda, em algum ponto. Acho que há espaço para isso... Não sei se os colegas concordam, para que possamos implementar.

Eu olhei, de fato temos, aqui, um plano que foi muito bem pensado pelos senhores, e eu vou estar me esforçando para, em parceria com todos vocês e aqueles que nos dão apoio, realizarmos esse trabalho. Eu acho que é oportuno e conveniente que até lá, façamos aqui mesmo na Comissão, talvez, o debate sobre alguns temas, algumas questões que dizem respeito a essa agenda no Brasil, em que pese sejamos responsáveis por 11% dos recursos da água doce disponível no planeta. Nós já temos regiões que vivem o conflito do uso da água, que é o caso da bacia do Piracicaba, do Capivari-Jundiá, onde já tivemos que fazer, inclusive, a mediação desse conflito.

Então, regiões populosas... A gente discute muito a questão da transposição do Rio São Francisco, mas o Rio de Janeiro é abastecido de água graças a um processo de transposição de águas também.

Então, essa é a realidade do Brasil, onde nós temos bastante água em algumas regiões, como é o caso da Amazônia, com precipitações altamente significativas, e, em outras, escassez do uso da água, como é o caso do semi-árido brasileiro. Eu já vi que nós temos, aqui, uma agenda também voltada para essa região.

De sorte que eu quero mesmo é agradecer. Essa primeira reunião é muito mais para esse fim. Agradecer a confiança dos colegas; fazer um apelo para que possamos trabalhar juntos. Eu acredito nos processos horizontais. Concordo inteiramente que alguns temas estão acima das nossas siglas partidárias, e vamos procurar tratá-los suprapartidariamente, sem que isso signifique diluir as nossas diferenças, mas também que nós não venhamos a subsumir as nossas competências e as nossas convergências. Elas devem se sobrepôr, em muitos momentos, para que possamos ter um bom trabalho, sobretudo em uma agenda que diz respeito a tudo que promove a vida no planeta e boa parte do que promove a economia em um país como o Brasil, que já é um dos maiores exportadores de água no planeta.

Logo que eu assumi o Ministério, já para concluir, o Presidente Kelman me disse: “Ministra, a senhora sabe que o Brasil é um grande exportador de água?”. E eu, de certa forma, fiquei um pouco, enfim, assustada com aquilo, e ele disse que era exatamente através da nossa produção de grãos e de carne, já que, para cada quilo de grãos, precisa de mil litros de água, e cada quilo de carne, dois mil litros de água. Quando vendemos a nossa carne e o nosso grão, nós estamos vendendo água em forma de *commodities*, porque os países que não têm a possibilidade dessa produção de proteína e nem da alimentação para ração animal, eles compram do Brasil exatamente porque temos maiores facilidades, e, por isso, os nossos custos são menores, mas há que embutir nesses custos também o custo do cuidado, porque, se não tivermos cuidado, nós vamos comprometer os nossos recursos hídricos. Se não eles dizem: “Vocês acabarão praticando um dano ambiental”. A gente não trabalha com esse conceito. Temos que rechaçar esse conceito, mas nós temos que ter a responsabilidade de não matar a galinha dos ovos de ouro da nossa economia.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

A senhora me permite?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Pois não.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

Em Zaragoza, tem um espaço que só trata disso. Todas as verduras, frutas, carne, quanto tem de água cada um. É uma... Na entrada de uma... de um espaço que

atravessa como se fosse uma ponte que fizeram, mas essa ponte é uma ponte para verificar as possibilidades todas da água no planeta. E, na entrada, há um quadrado inteirinho com a quantidade de alimentos.

Eu e a Senadora Fátima Cleide nos surpreendemos em saber quanto de água tem em cada alimento. Eu acho que era uma coisa que realmente nós brasileiros nunca nos demos conta e que só esse quadrado que vi em Zaragoza – e a Senadora Fátima Cleide pode atestar isso – o quanto nos surpreendeu. Eu acho que isso era outra coisa que a gente tem que explicar para os brasileiros que nós temos muita água consumida através daquilo que nós comemos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Exatamente... É uma das nossas grandes riquezas. Então, muito obrigada.

Eu e o Senador Casagrande vamos fazer, aqui, um trabalho mão a mão, em parceria. Muito obrigada.

Está encerrada a presente sessão.

Sessão encerrada às 15h13.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EM CONJUNTO COM A 16ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E CIDADANIA E COM A 11ª REUNIÃO A COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONOMICOS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 08 DE MAIO DE 2008, ÀS 14 HORAS.

Às quatorze horas e vinte e dois minutos do dia oito de maio do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão de Constituição Justiça e Cidadania, sob a Presidência do Senhor Senador **MARCO MACIEL**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em conjunto com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **EDUARDO SUPPLY, PEDRO SIMON, JARBAS VASCONCELOS, HERÁCLITO FORTES, VIRGÍNIO DE CARVALHO, ARTHUR VIRGÍLIO, EDUARDO AZEREDO, JOÃO TENÓRIO, ALOIZIO MERCADANTE, GEOVANI BORGES, FLEXA RIBEIRO, TASSO JEREISSATI, NEUTO DE CONTO, ADELMIR SANTANA E SÉRGIO ZAMBIASI**, do Senhor Senador não-membro **JOSÉ SARNEY** e dos Senhores Deputados **DR. ROSINHA E ANTÔNIO C. PANNUNZIO**. Justificou a ausência o Senador Geraldo Mesquita Júnior. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o

Presidente declara aberto os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. O Presidente inicia à apreciação da pauta da Reunião que se destina a instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2008, que *“institui o regime de tributação unificada – rtu na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai; e altera as leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003”* (projeto do sa-coleiro), em atendimento aos requerimentos: nº 20, de 2008-CRE, de autoria dos Senadores Tasso Jereissati e Eduardo Suplicy; nº 21, de 2008-CRE, de autoria dos Senadores Arthur Virgílio, Flexa Ribeiro e Eduardo Suplicy; nº 22, de 2008-CRE, de autoria dos Senadores Flexa Ribeiro e Eduardo Suplicy; nº 24, de 2008-CRE, de autoria do Senador Aloizio Mercadante; nº 10, de 2008-CAE, de autoria do Senador Aloizio Mercadante; nº 11, de 2008-CAE, de autoria dos Senadores Flexa Ribeiro e Tasso Jereissati; nº 12, de 2008-CAE, de autoria do Senador Romeu Tuma; nº 10, de 2008-CCJ, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko e do Senador Flexa Ribeiro. O Senhor Presidente passa a palavra aos convidados: Clecy Maria Busato Lionço, Secretária Adjunta da Receita Federal do Brasil; Welber Oliveira Barral, Secretário de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Ministro João Luiz Pereira Pinto, Diretor do Departamento da América do Sul I, do Ministério das Relações Exteriores; Edson Vismona, Presidente do Instituto Brasileiro de Defesa da Competitividade; Humberto Barbato, Presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica – Abinee; Lourival Kiçula, Presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Produtos Eletrônicos – Eletros; Márcio Gonçalves – Diretor de Antipirataria para América Latina da Motion Picture Association (MPA); Absalão Ferreira Calado, Presidente da Associação da Feira dos Importados de Brasília e Jorge Antonio Deher Rachid, Secretário da Receita Federal do Brasil. O Presidente concede a palavra aos Senadores **TASSO JEREISSATI, ARTHUR VIRGÍLIO, SÉRGIO ZAMBIASI, FLEXA RIBEIRO, ALOIZIO MERCADANTE E JOSÉ SARNEY**. O Senhor Presidente nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às dezessete horas e quarenta minutos, lavrando a presente Ata os Secretários José Alexandre Girão Mota Da Silva, Gildete Leite De Melo E Luiz Gonzaga que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **MARCO MACIEL**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EM CONJUNTO COM A 16ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E CIDADANIA E COM A 11ª REUNIÃO A COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONOMICOS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 08 DE MAIO DE 2008, ÀS 14 HORAS E 22 MINUTOS

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, da 12ª Comissão de Assuntos de Relações Exteriores de Defesa Nacional e 16ª Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, convido para que venha compor a mesa o Senador Heráclito Fortes, Presidente da Comissão de Relações Exteriores de Defesa Nacional, e gostaria também de convidar o Senador José Sarney para integrar a mesa.

E antes de iniciarmos os nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas das reuniões anteriores, as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordarem com a proposta dessa Presidência queiram permanecer como se encontram.

Senhoras e Srs. Senadores, Srs. Convidados, a presente reunião foi convocada com o fim de instruir o projeto de lei da Câmara 27 de 2008 que “Institui o Regime de Tributação Unificada – RTU – na importação por via terrestre de mercadorias procedentes do Paraguai e altera as Leis 10.637 de 30 de dezembro de 2002 e 10.833 de 29 de dezembro de 2003 – Projeto Sacoleiro”. Em atendimento ao requerimento dos Srs. Senadores Tasso Jereissati e Eduardo Suplicy; Arthur Virgílio, Flexa Ribeiro e Eduardo Suplicy; Flexa Ribeiro e Eduardo Suplicy; Senador Aloizio Mercadante; Senador Aloizio Mercadante; Senadores Flexa Ribeiro e Tasso Jereissati; Senador Romeu Tuma; Senadora Serys Slhessarenko e Senador Flexa Ribeiro.

Lida a ementa do projeto em tramitação em urgência constitucional eu gostaria de iniciar os nossos trabalhos, convidando a Drª. Clecy Maria Buzato Lionço, Secretária Adjunta de Receita Federal para a mesa, representando obviamente o Secretário Geral da Receita Federal o Dr. Jorge Antonio Rachid, eu convidaria a Drª. Clecy Maria Buzato Lionço para ocupar lugar à mesa para que possa fazer a exposição sobre o tema objeto da presente audiência pública, tendo em vista o grande número de expositores, são 10, nós vamos fixar o prazo de 10 minutos para cada expositor e isso, obviamente, não exclui a possibilidade de intervenções e do debate.

Com a palavra, portanto, agora gostaria de aproveitar a ocasião para convidar também o Dr. Welber

Oliveira Barral que é o Secretário de Comércio Exterior do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; o Sr. Ministro Bruno de Risios Bath, Chefe de Departamento do Mercosul, DMSUL; o Dr. Edson Vismona, Presidente do Instituto Brasileiro de Defesa da Competitividade; Dr. Humberto Barbato, Presidente da Associação Brasileira de Indústria Elétrica e Eletrônica – ABINEE; Dr. Lourival Kiçula, Presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Produtos Eletrodomésticos a ELETROS; Dr. Synésio Batista da Costa, Presidente da Associação Brasileira de Fabricantes de Brinquedos – ABRINQ; Dr. Marcio Gonçalves, Presidente, melhor, Diretor da Antipirataria para América Latina da *Motion Picture Association* – MPA; Sr. Paulo Rosa, Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Discos ABPD e finalmente, o Sr. Absalão Ferreira Calado, Presidente da Associação da Feira dos Importados de Brasília. Também gostaria de convidar para ter acesso ao plenário, o Ministro João Luis Pereira Pinto, que substituirá o Ministro Bruno de Risios Bath. Então eu vou conceder a palavra pela ordem à Drª. Clecy Maria Buzato Lionço, para que ela faça a sua exposição sobre a proposição que está sendo objeto da presente audiência pública. Com a palavra a Drª. Clecy.

SRA. CLECY MARIA BUZATO LIONÇO: Excelentíssimo Sr. Presidente da mesa, Senador Marco Maciel, obrigada pelo convite, eu gostaria de registrar aqui que o Dr. Rachid está tentando vir, ele deve chegar antes do término da audiência também se integrar a nossa discussão.

Srs. Senadores, Srs. Convidados que integram essa audiência eu gostaria de ter a oportunidade, se me permitem, de fazer uma breve exposição sobre a nossa atuação da Receita Federal e que vai contextualizar a razão pela qual foi encaminhado esse projeto de lei. Por favor, primeiro lugar ressaltar a missão da Receita Federal que é além de prover os recursos para garantir o bem estar social e prestar serviço de excelência, também tem a obrigação de assegurar a segurança, garantir a segurança, confiança e facilitar o comércio internacional. No controle aduaneiro, especificamente, nos cabe cobrança dos impostos, cobrança dos direitos antidumping, salvaguardas, verificação do tratamento administrativo, anuência de todos os órgãos e licenças e o combate à pirataria, ao contrabando e o descaminho. Nós temos ao longo do tempo, então, um foco muito grande voltado para as atividades de combate, nós vamos focar aqui nas atividades de combate ao contrabando e descaminho que é um dos motivos pelo qual esse projeto se insere nas discussões nacionais.

Em 2005 nós criamos divisões de repressão ao contrabando e descaminho nas 10 regiões fiscais e na unidade central, em 2007 criamos também uma coordenação especial na unidade central para cuidar dessa matéria e também criamos uma coordenação especial de operações aéreas para dar suporte também aéreo para as atividades de repressão ao contrabando nas nossas fronteiras, ou seja, o foco da Receita Federal nos últimos anos tem sido fortalecer a sua atuação no controle das fronteiras do Brasil no que se refere a sua missão.

Os resultados se mostram no gráfico, aí que se apresenta, em 2006, ao longo dos três, quatro últimos anos há uma tendência crescente, no ano passado nós apreendemos mercadorias em valores, ainda subestimados, digamos, em mais de um bilhão de reais, já em 2008 o primeiro trimestre registra 250 milhões em apreensões. Uma das unidades ou uma das regiões onde mais se apreende mercadorias é a região de Foz do Iguaçu, por isso se verifica também uma tendência crescente em 2006, 2007 aparentemente diminui, mas, não é isso, é uma contextualização, nós fizemos um esforço muito grande em 2006 e dentre as mercadorias que encontram os valores aí se encontram muitos veículos apreendemos cerca de 8 mil veículos que transportavam mercadorias sujeitas a pena de perdimento, então elevou bastante o valor em 2006, mas, isso não significa que não tenhamos continuado apreendendo e estamos apreendendo nos anos seguintes.

Quais são os projetos, então que a Receita Federal tem focado, nessa região? Primeira é a revitalização da Ponte Internacional da Amizade dentro de um contexto de buscar fortalecer a vocação daquela região que é para o turismo. Turismo sadio, turismo de negócios ou turismo propriamente dito. E há outro projeto que se insere também dentro desse cenário de... vamos dizer, de regularização e de formalização do comércio que ocorre naquela fronteira e a criação desse Regime de Tributação Unificada, que é objeto aqui da nossa discussão, que é objeto principal do Projeto de Lei 27. A revitalização da Ponte da Amizade tem como principais objetivos: melhorar o atendimento ao turista, como mencionei, melhorar as próprias condições logísticas do comércio bilateral, que cresceu muito nos últimos anos, melhorar o controle aduaneiro também, melhorar as condições de segurança no trabalho de todos os servidores de instituições que atuam naquele local, resguardar o projeto arquitetônico, da própria Ponte da Amizade, que é um elemento de integração positiva entre os dois países e que veio se degradando nos últimos tempos e com isso tudo fortalecer a imagem institucional do Estado naquela fronteira.

Com relação à logística para o comércio bilateral nós temos aí a questão do controle aduaneiro envolvendo uma delimitação mais clara das cabeceiras da ponte, de cada lado brasileiro, a chamada zona primária, ter pistas próprias para veículos de carga e de passageiros, reorganizando o fluxo na saída e no retorno, a instalação de equipamento de controle, como própria, exemplos: balanças, *scanners* e outros, que permitem aumentar a segurança, mas, também agilidade no controle do comércio bilateral. Com relação de atendimento ao turista: melhoria das instalações, comodidade para o atendimento, atendimento bancário, proximidade do controle e da atuação de todos os órgãos, e também aí as condições de trabalho e segurança como já havia mencionado.

Eu gostaria de passar aí então uma breve retrospectiva do que era a Ponte Internacional da Amizade no passado, gostaria que fossem passando as imagens rapidamente, para que se tenha uma visão de qual era o cenário; como ocorriam as coisas aí nessa fronteira, são imagens bastante ilustrativas, vamos dizer um certo caos, naquela fronteira em termos de veículos, movimentação de pessoas e veículos misturados. Hoje como já estamos, o que já melhoramos, ainda não concluímos o projeto, mas já temos melhorias, são novas instalações, atendimento aos contribuintes, o fluxo, pistas exclusivas para motoqueiros e para os veículos de uma forma organizada, já na saída já temos também a nova área quase pronta, algumas imagens que mostram hoje já algumas mudanças, algumas questões internas também de melhoria do ambiente e a ponte como é hoje, próximo a ponte, a ponte ainda está dessa forma.

No futuro, qual é a idéia de ter nessa fronteira? Então aí o projeto arquitetônico, parte dele, então, já está construído, parte ainda não, inclui aí a organização do tráfego, inclui também a... Continuando, então nós temos aí, pode seguir, por favor, com as imagens, o projeto de melhoria da imagem da ponte ainda não se concluiu também tem uma parte de ajardinamento também que ainda se vai completar.

Toda essa área de ajardinamento pretende melhorar o ambiente sob a ponte, onde hoje ainda se utiliza um local aonde se utiliza, como há muito mato, muita, vamos dizer, uma área pouco preservada ainda é utilizada para o desvio de mercadorias. Então nesse sentido esse projeto é de suma importância porque nós fizemos, organizar aquele local, para permitir então aumento de segurança e ao mesmo tempo melhor condições para a própria imagem do país, para os próprios turistas que para lá se deslocam e tudo mais.

Outro projeto que é conjugado com o projeto de reestruturação da cabeceira e daquela região fronteira-

ça das instalações, ele está relacionado com o regime que é o objeto do Projeto de Lei, que permite então, o objetivo dele é permitir a importação de mercadorias, nessa fronteira específica, mediante a explicação de um regime específico que contemple uma tributação unificada dos tributos federais, um controle integrado entre as aduanas e a simplificação de procedimentos, como uma forma de estimular a importação legal e a formalização desse comércio pelas pequenas empresas brasileiras.

Como nós vimos naquelas imagens, aquelas imagens de volume de importação que ocorria naquela fronteira e que supostamente seria de turismo, na verdade não tem características de turismo aquilo tem características de mercadoria destinada ao comércio, então o que se busca com o Regime é justamente trazer, o ideal seria a totalidade de comércio ilegal para esse Regime, ou pelo menos estimular, reduzir essa quantidade de contrabando e descaminho destinado ao comércio fazendo com que as empresas migrem os seus processos de compra e de logística para este, a utilização desse Regime. Quem são os beneficiários desse regime no Brasil? As empresas microimportadoras optantes do Simples Nacional, habilitados pela Receita Federal que atuam no varejo vendendo mercadorias importadas sob o amparo desse Regime. Esse é o universo de empresas que se quer atingir, no Paraguai os comerciantes estabelecidos nas regiões fronteiriças.

A tributação consiste no quê? Na unificação de todos os tributos federais incidentes na importação, através de... Vamos dizer, do estabelecimento de uma tributação unificada, um único valor, embora os tributos vão ser destacados por questões legais tem que haver a destinação específica, mas, no contexto geral seria uma única alíquota seria a conhecida do contribuinte e o ICMS que embora não seja um tributo federal, nós não podemos legislar sobre o ICMS, mas, a idéia é que se celebrem acordos ou convênios de forma a dar o mesmo tratamento do ICMS, a alíquota, a lei está estabelecendo a alíquota e hoje a alíquota unificada seria de 42,3%, sendo 18% de imposto de importação, uma média hoje de imposto de importação aplicado, 15% de IPI e depois tem a PIS e o COFINS que tem as alíquotas normais dentro do processo de tributação interno. Então essa alíquota na verdade pode, poderia ser, vamos dizer, trabalhada ou diminuída e uma melhor calibragem do seu tamanho pelo próprio Poder Executivo, mas exclusivamente, no que se refere no imposto de importação, o IPI que hoje já são de competência do Poder Executivo e são impostos regulatórios. A base de cálculo seria o valor da mercadoria e seria apropriada com base na fatura de venda

dessas mercadorias no Paraguai, mas também levando em consideração uma lista de preços referenciais mínimas, ou seja, com isso se espera manter a base de cálculo num nível adequado para os bens, estariam incluídos nesse Regime.

Esse instrumento é muito importante porque um dos elementos, uma das questões, que sempre são colocadas nas discussões, é de que há muita mercadoria pirata neste comércio e com essa elevação do preço para o patamar de produto legítimo, não é, que é isso que nós temos que nos inspirar seguramente vai ser um forte poder inibidor, até dificultador, que se utilize esse Regime para eventual tentativa de importação de produto pirata, até porque, não haverá nenhuma razão pela qual vai se pagar um tributo alto, sobre um valor alto, em um produto que não vale efetivamente aquilo pela qualidade e por ser pirateado. Isso é um instrumento, não significa, outros instrumentos a Receita utiliza e utilizará no controle do Regime, como ela o faz em todo processo de importação brasileiro no sentido de prevenir e reprimir fortemente a importação de produtos piratas, ou seja, esse regime não permitirá a importação de produtos piratas.

Como eu mencionava, então, haverá bens que deverão estar dentro desse regime, a idéia é ter uma lista negativa que a própria lei tem que determinar, porque seriam vedações à entrada no regime, e depois uma lista positiva, uma lista dentre os produtos que são todos aqueles não proibidos. Ainda assim, seria elaborada uma lista, concreta, positiva, claramente definida do que pode ser importado nesse regime. Lista essa que seria objeto de acompanhamento, monitoramento... Como nós vamos ver depois por uma comissão que se criará para essa finalidade. A lista negativa inclui os produtos que são realmente danosos aí o que nós temos, muito mais problemas para permitir num regime dessa natureza. Há alguns produtos só para mencionar que embora não estejam na lista positiva, na lista negativa melhor dizendo, elas tampouco se pensa que elas entrariam na lista positiva pela dificuldade que nós teríamos para fazer o controle, um exemplo são os brinquedos, hoje os brinquedos para serem importados, para serem distribuídos para venda no Brasil, exigem certificação de qualidade e registro junto ao INMETRO, ou seja, é praticamente impossível nós fazermos esse controle sob esses produtos num regime dessa natureza na fronteira terrestre lá em Foz do Iguaçu. Dessa forma não há nenhuma intenção da administração tributária da aduaneira do Brasil, da Receita Federal de apoiar a inclusão desse tipo de produto na lista positiva. Há outros produtos também que nós temos bastante dificuldade para aceitar uma possível inclusão, então esse cenário nós teremos que avaliar

pontualmente por ocasião da lista positiva, mas eu já menciono a questão dos brinquedos, que eu vejo que eu sei que aqui tem representantes de setor e que é sistematicamente citado como exemplo danoso, ou seja, nós temos dificuldades, não que isso seria um impedimento para que nós aplicássemos o regime, mas pela dificuldade operacional de se fazer isso pelo menos nessa primeira etapa do projeto, onde nós ainda estamos testando o modelo, seguramente ela não fará parte da primeira etapa do projeto.

Quanto aos procedimentos de controle foi desenhado um procedimento que contempla desde o controle no país de exportação, com a atuação da aduana e do fisco paraguaio e também com a aduana e com o fisco brasileiro. Então a aquisição no Paraguai será feita por representantes da microimportadora brasileira, a transmissão será eletrônica dos dados de compra através do comércio formalizado e das empresas se habilitarem no Paraguai para esse regime que terão que cumprir pré-requisitos de tecnologia e de transmissão de dados ao fisco, esses dados da compra vão estar associados à lista positiva, ou seja, não pode ser transmitido uma nota, uma fatura, por exemplo, de um produto que não está incluído na lista positiva, o transporte, depois de efetuado a compra, vai ser feito através de uma linha diferenciada, segregada na fronteira com a atuação da aduana paraguaia e brasileira, em locais específicos. O pagamento vai ser eletrônico dos tributos, e vai ser pré-requisito para a entrega da mercadoria, o desembaraço da mercadoria no Brasil e o despacho aduaneiro vai ser simplificado em local específico a visto dos bens e da fatura transmitida.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: D. Clecy, só uma explicação aqui. É só que eu não entendi o transporte diferenciado. O quê que é isso?

SRA. CLECY MARIA BUZATO LIONÇO: Nós vamos exigir a habilitação de transportadores. Que eles têm que cumprir determinados requisitos em relação aos veículos e os cuidados que eles tem que fazer para o transporte dessa mercadoria, inclusive usando uma linha, vamos dizer, física, específica, para utilização própria do regime, então digamos que um táxi seja habilitado para fazer o regime, ele não vai ficar proibido de fazer o transporte de passageiros fora do regime, mas se ele estiver transportando mercadorias para um beneficiário do regime naquela situação ele terá que fazer um trabalho, um fluxo diferenciado; terá um procedimento diferenciado de apresentação junto às alfândegas dos dois países. O despacho será feito de uma forma simplificada, nós não vamos exigir uma nova declaração, a declaração vai ser feita com base na própria fatura de venda que nós já teríamos dentro do sistema e ao qual já estaria vinculado o pagamento

dos impostos, como eu mencionei com base no próprio valor da fatura, ou com base no preço mínimo de referência que seria estabelecido no próprio sistema para esses casos.

A emissão, o beneficiário aqui no Brasil também está obrigado a emitir nota fiscal de venda e ao emitir a nota fiscal de venda, ele terá que indicar na nota fiscal de venda para o consumidor que essa venda se faz de um produto com base no RTU, isso tudo para dar condições para que o fisco faça também as verificações posteriores sobre a boa aplicação desse regime. Aí temos um fluxo gráfico, o comerciante, com base em uma lista positiva de mercadoria faz uma fatura, que é transmitido ao fisco paraguaio e ao fisco brasileiro, essa fatura também é de conhecimento do representante da empresa importadora, microimportadora que vai então fazer o procedimento aqui no Brasil de despacho aduaneiro, pagar os tributos e depois a microimportadora vai ter a emissão de documentário fiscal, que também vai ser informado ao fisco brasileiro. Ou seja, nós temos um fluxo de controle e de procedimentos que se fecha para o monitoramento de tudo que foi importado com base nesse regime.

Nós temos uma maquete do recinto onde nós já estamos preparando para ser o local onde nós vamos fazer o despacho aduaneiro do lado brasileiro, é um recinto que vai estar localizado a cerca de 200 m da ponte, com uma via clara e definida dentro daquela logística de reestruturação da ponte de encaminhamento desde o lado paraguaio até esse recinto, ele não tem como se desviar e entrar no Brasil sem fazer esse controle, o procedimento se fez, iniciou procedimento como um procedimento de venda e de compra com base no regime.

O regime prevê também um monitoramento e isso é necessário por várias razões, há um, eu esqueci-me de mencionar que o projeto prevê a definição de um montante, um valor máximo anual que pode ser utilizado para importação com base nesse regime, que também poderá e será feito um monitoramento trimestral de uso de forma que a cota não se utilize numa única operação, num único momento, que ela seja distribuída ao longo do ano. Esse valor será definido pelo poder executivo, com base aí nas discussões com todos os órgãos integrantes do governo [soa a campainha] e o próprio empresariado interessado.

A partir dessa eleição do valor dos produtos que vão estar na lista positiva e da alíquota que vai ser definida, [soa a campainha] a comissão de tratamento terá um trabalho, uma comissão integrada por representantes do governo, dos setores empresariais interessados, de monitorar valores e as quantidades, a situação das mercadorias. A receita devesse divulgar

esses dados na internet para que sejam públicos tudo que se importa para esse regime, ou seja, para que a sociedade brasileira possa acompanhar par e passo os efeitos desse regime, que entendemos que pode ser um instrumento importante e é um instrumento importante para a formalização desse comércio, para que nós tenhamos um maior conhecimento desse comércio ilegal, que hoje ingressa no país e não paga imposto nenhum e contribui aí para toda a, vamos dizer, todo o ambiente desfavorável aos negócios com a falta de competitividade.

Então, com isso se espera reduzir esse volume de comércio ilegal e migrando para a legalidade de forma a ter então um tratamento tributário adequado seja para a formalização, seja também para garantir um mínimo de competitividade no resto da indústria brasileira. Essa é a idéia do regime. A receita federal fica encarregada do controle do regime e da aplicação de penalidades, que inclui desde a suspensão até a cassação do regime no caso de descumprimento de regras basilares que estão definidas na própria lei. Então essa é a exposição inicial, Sr. Senador. Ficamos a disposição para esclarecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Vou agora chamar para fazer sua exposição o Sr. Welber Oliveira Barral, Secretário de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento de Indústria e Comercio Exterior. O convidado terá 10 minutos para fazer sua explanação e a seguir convidarei o ministro João Luis Pereira Pinto, Diretor do Departamento de América do Sul do departamento de Mercosul.

SR. WELBER OLIVEIRA BARRAL: Sr. Presidente, boa tarde. Boa tarde a todos. Esse tema foi analisado fundamentalmente pelo ministério da fazenda e houve uma participação a posteriori do ministério do desenvolvimento. O raciocínio por trás do RTU é a busca de tentar trazer legalidade e algum controle de arrecadação sobre uma atividade que nós reconhecemos que já existe hoje na fronteira brasileira e que vive na ilegalidade, apesar dos esforços governamentais contra os atos ilegais que hoje ocorrem.

As principais características do projeto, na visão do ministério do desenvolvimento, são de que um lado ele se limita a importações via terrestre do Paraguai, esta é uma limitação importante. Há evidentemente uma preocupação, sempre presente no ministério do desenvolvimento, com os efeitos para a indústria nacional, mas a limitação via terrestre, ao lado de haver uma lista de produtos que poderão ser importados, ao lado da possibilidade de se alterar a lista pelo executivo, inclusive com a criação de uma comissão de monitoramento, seriam os mecanismos que poderiam deter qualquer expansão desta lista e expansão desta

prática. Por outro lado, nós não temos uma avaliação clara com relação a qual pode ser o grau de aceitação dessa lista, não, do regime. De um lado ele teria a vantagem de regularização e normalização de uma prática que já existe. De outro lado, corre-se o risco de que na realidade ele tenha uma aplicação muito pequena, comparativamente à prática que ocorre hoje.

Em outras palavras, talvez o regime sirva para regularizar uma prática que já existe, mas não há expectativa, pelo menos pelo ministério do desenvolvimento, de que essa prática possa ter grande impacto na indústria nacional de um lado, nem que seja amplamente aceito pelos atuais operadores. De qualquer forma, ao lado dessa não-aceitação por uma gama muito ampla de operadores que hoje estão nesse comércio ilegal, é importante notar que alguma evolução no que se refere ao setor de eletro-eletrônicos e de informática, que seria um dos principais objetos dessa importação ilegal do Paraguai, como é o caso de notebooks, TVs, monitores, câmeras fotográficas, celulares, etc., já têm hoje um preço bastante competitivo no Brasil, o que diminuiria também, eventualmente, uma atração, tanto pelo regime, quanto quiçá pela redução da ilegalidade.

Por outro lado, outros produtos são trazidos de forma ilegal. Produtos com tecnologias mais atualizadas é o caso de pen-drives e cartões de memória e produtos que são hoje obsoletos, que não são mais produzidos no Brasil. É o caso de radiorelógios, alguns tipos de brinquedos já ultrapassados. Esses seriam, na visão do ministério do desenvolvimento, os candidatos naturais à inclusão no regime.

Desta forma, embora haja alguns temas ainda que nós entendemos que devam ser coordenados entre a receita federal e o ministério do desenvolvimento, para dar maior transparência à fiscalização desse regime e por outro lado, algum esclarecimento no que se refere à lista e à forma de composição dessa lista de produtos que poderão ser importados, a grande verdade é que o sistema poderia levar a uma parcial legalização de alguns operadores e a fiscalização que fosse feita pela comissão de monitoramento poderia por outro lado impedir excessos e impedir inclusive a importação de alguns bens que estão hoje controlados por outras razões, por exemplo, têxteis, para os quais temos um acordo internacional, materiais bem sensíveis que são definidos em lei e que dependem de licença de importação específica. Nós entendemos também que a comissão tem que ter o cuidado no futuro ao determinar esses itens para a não-inclusão de algumas partes e peças que poderiam gerar fraudes, que poderiam gerar mais contrabando ainda. Então esses seriam alguns cuidados que hoje, como está

na lei, poderiam ser incluídos pela comissão, que poderiam fiscalizar esses pontos que nos mencionamos. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Gostaria de convidar agora o doutor, o Ministro João Luís Pereira Pinto, diretor do departamento da América do Sul para fazer sua exposição. V. EX^a terá o prazo de 10 minutos para sua exposição.

SR. MINISTRO JOÃO LUIS PEREIRA PINTO: Obrigado, Sr. Presidente. Eu vou me ater mais a questão política bilateral com o Paraguai já que os detalhes a Dr^a. Clecy já mencionou e a exposição do Ministério da Indústria e Desenvolvimento de Comércio Exterior também foi bastante precisa.

A origem dessa proposta surgiu como consequência de uma reunião havida em Assunção em 1º de abril de 2005, neste momento a situação em *Ciudad del Este*, Foz de Iguaçu estava extremamente tensa e houve um pedido do governo paraguaio de ajuda do governo do Brasil para distender os ânimos na região e ver formas de tornar o comércio, a economia da região, algo mais estável e de certa forma desvinculando-a do sistema anterior de triangulação comercial. Desta reunião diversas medidas surgiram e uma delas foi modernização e atualização da Ponte da Amizade, tanto do lado brasileiro, quanto do lado paraguaio, as obras do lado paraguaio estão atrasadas, mas começaram a serem feitas há poucos meses atrás, o aumento da quota de \$100 dólares para \$300 dólares foi uma consequência dessas reuniões e um compromisso muito forte do governo paraguaio no sentido de formalizar a economia na *Ciudad del Este*.

O governo paraguaio tem, tem criado mecanismos, a fazenda paraguaia, a aduana paraguaia tem se modernizado o pessoal tem sido treinado, eles, enfim o governo paraguaio realmente se empenhou em contribuir para a formalização da economia na região de *Ciudad del Este*, não é uma tarefa fácil, não é uma tarefa fácil porque há resistências de vários setores da sociedade de *Ciudad del Este*, mas é inegável a disposição do governo central de trabalhar nesse sentido, a consequência disso que enfim, começa-se a criar em *Ciudad del Este* e no Paraguai de uma forma mais lenta o uso da nota fiscal, que é uma condição, um pré-requisito para que possa ser adotado o RTU.

Este assunto da RTU, inclusive, tem um desdobramento curioso porque o novo governo que tomará posse no Paraguai em agosto já manifestou seu interesse que seja adotado este regime. Então isso significa um comprometimento com a formalização da economia, é um sinal que não deve ser desprezado, e é extremamente positivo no sentido de permitir um adensamento das economias dos dois países.

Uma coisa que para nós no Itamaraty é muito clara, é que esse RTU não é absolutamente a solução para todos os problemas de *Ciudad del Este*. Os problemas são outros, são mais amplos do que isso, enfim é apenas um regime que terá, na realidade, muito pequeno impacto, como de fato ocorre também com o aumento da cota de 100 para 300 dólares. A sociedade de *Ciudad del Este* achava que isso ia resolver todos os problemas dos sacoleiros e de fato não ocorreu. Este regime também é uma coisa, é um mecanismo que tem a parte não visível é muito mais importante enfim que essa aparente liberalização do comércio.

Eu tinha alguns comentários a fazer sobre, sobre o funcionamento do RTU, mas, já foram mais do que explicados. O que eu queria ressaltar apenas é que esse mecanismo está sendo negociado com a parte paraguaia desde seu início e a limitação de entrada de determinados produtos está perfeitamente clara na mente das autoridades paraguaias, eles sabem que determinados produtos, os que me vem a cabeça, além dos brinquedos, mencionados pela Dr^a. Clecy são CD's e DVD's, sem contar as tradicionais bebidas, álcool, arma de fogo, etc, estes não estão sequer na lista inicial. E isso não fará parte do, e isso eles aceitaram, foi um processo negociador que enfim está em curso há um ano e meio, aliás, há pouco mais de um ano e meio e que enfim satisfaz essas expectativas do governo paraguaio e especificamente da comunidade de *Ciudad del Este*, enfim é isso que eu tinha para comentar inicialmente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): A mesa agradece a contribuição do Ministro João Luis Pereira Pinto Diretor do Departamento de América do Sul do MERCOSUL e convida agora o Dr. Edson Vismona, Presidente do Instituto Brasileiro de Defesa da Competitividade. O Dr. Edson Vismona terá direito de 10 minutos para a sua exposição. A seguir convocaremos o Senhor Humberto Barbato, Presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica – ABINEE.

SR. EDSON VISMONA: Excelentíssimo Sr. Presidente Marco Maciel, Senador Presidente da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, Excelentíssimos Srs. Senadores, Srs. Deputados, Secretário Rachid, Secretária Clecy, Secretário Barral, Ministro Pereira Pinto e companheiros da indústria que aqui também terão a oportunidade de se manifestar, eu gostaria de inicialmente apresentar o nosso Instituto. O Instituto Brasil Legal foi formado em 2005 por oito grandes empresas do setor de informática e eletrônica de consumo, empresas multinacionais globalizadas que com presença no mundo inteiro, mas que no Brasil entenderam a importância de se unir para combater a ilegalidade,

porque a grande concorrência que essas empresas sofrem, não está entre a concorrência leal entre elas, mas sim entre elas que pagam impostos, que cumprem os regulamentos técnicos, que desenvolvem emprego e renda no Brasil, com outras que não pagando impostos, não cumprindo com os regulamentos técnicos, muitas vezes não tendo sequer um funcionário aqui no Brasil começam a tomar conta desse mercado, nossa missão então é defender investimentos e emprego e a capacitação dos trabalhadores brasileiros que essas empresas propiciam aqui no nosso mercado. A próxima, por favor.

O RTU, chamado Regime de Tributação Unificada, como já foi aqui explanado tem um objetivo muito meritório; legalizar sacoleiros. Formalizar a atividade dos sacoleiros, porém nós percebemos que essa intenção na prática pode ser bem outra, e é essa a nossa missão aqui de, perante os nossos Senadores e Deputados, apresentar a realidade do nosso mercado. O RTU propõe aí uma legalização com uma tributação diferenciada de 42% no PIS, COFINS e IPI, imposto de importação, e pelos cálculos que nós fizemos, isso já representa um subsídio, um subsídio à importação de produtos acabados, que não passarão por qualquer tipo de processo produtivo no Paraguai. O Paraguai será um corredor de importação de produtos vindos da China e de Taiwan. Temos aí uma lista de produtos permitidos e a cota anual que se fala em R\$240.000,00 por ano, por sacoleiro. Se nós tivermos cinco mil sacoleiros registrados nesse regime, pelo Simples Nacional, isso representará por ano um bilhão, quatrocentos e quarenta milhões de reais que poderão ser importados por esse regime que representa um certo subsídio, a próxima, por favor.

A origem do PL, algo que temos que enfatizar é um projeto interessante esse projeto de lei, ele nasce no Paraguai, ele não nasce de um pleito dos sacoleiros brasileiros ou de algum movimento social aqui gerido, não, ele nasce no Paraguai, como disse o nosso Ministro, numa reunião em *Ciudad del Este*, e essa apresentação, temos aí um depoimento de um Diretor da Câmara de Comércio e Tecnologia de *Ciudad del Este*, publicado no jornal de Iguazu, diz que essa lei irá nos garantir um alívio muito grande, pois estamos sofrendo com o aumento da fiscalização da Receita Federal. Perdemos 50% do movimento. Essa demonstração que esse Diretor de Tecnologia do Paraguai afirmou no jornal a Receita Federal num esforço muito meritório, junto com a polícia federal, vem realizando um trabalho hercúleo na fronteira. E aí estão os dados que demonstram os resultados desse trabalho, o crescimento das apreensões feitas só em eletrônicos e informática. Crescemos de 2006 para 2007 em

valores, nos outros anos nós não tínhamos valores apresentados pela Receita, mas crescemos de 44 milhões de eletrônicos apreendidos, para 79 milhões em 2007, informática de 56 milhões para 58 milhões de reais apreendidos. Então demonstra isso o que o Diretor da Câmara do Comércio da *Ciudad del Este* afirma; a força da atuação da Receita Federal é que estava justificando então uma medida de flexibilização, ou seja, nós avançamos, coibimos a ilegalidade e aí vem uma proposta para flexibilizar essa ação da própria Receita Federal do Brasil. Ou seja, ela é uma medida contraditória. A próxima, por favor.

O foco dessa lei está em eletrônico e informática. Pelo seu valor agregado, a gente percebe claramente, que a vocação de *Ciudad del Este* tem muita força a importação de eletrônicos e especialmente de informática. E mais uma vez eu cito as declarações de um dos diretores da Câmara de Comércio de *Ciudad del Este* onde ele diz, no momento que estava tramitando na Câmara Federal esse projeto de lei, ele afirmou: “Em relação às Emendas esperamos que todas sejam derrubadas, principalmente, aquelas que falam sobre proibição de produtos, como os equipamentos de informática. Com esses produtos proibidos, esse projeto nem precisa ser votado ou aprovado”. Demonstrando, então, que o foco desse movimento que nasceu em *Ciudad del Este* está assim fortalecendo essa idéia do comércio de eletrônicos e informática. A próxima.

As dificuldades para a fiscalização da fronteira, não obstante os avanços que nós identificamos que temos participado, inclusive na presença de treinamentos intensivos realizados pela Receita Federal, nós temos aí alguns dados: *Notebook*, que é hoje o grande avanço que está havendo na informática mundial, há uma migração do *Desktop*, uma tendência mundial do *Desktop* para o *Notebook*. Nós temos um dado aí que identificamos pelo sistema Alice, me diz o Humberto Barbato com mais conhecimento, que esses números são maiores, mas de qualquer forma uma média diz 5 mil, 10 mil produtos que são oficialmente importados, Notebooks importados pelo Brasil, e o mercado aponta por pesquisas, pelo conhecimento que cada um tem nesse processo de comercialização, que só uma marca tem comercializado no Brasil 30 mil Notebooks por mês. Uma única marca. Essa marca não tem nenhum funcionário no Brasil, ela não fabrica em outro país que não seja Taiwan, e ela tem como modelo de negócios exportar para o mundo inteiro. É uma empresa global. E que, numa declaração que uma das diretoras dessa empresa deu, é que ela não está muito preocupada de como esses produtos entram nos países, a preocupação deles é produzir um produto de qualidade a um baixo custo. Como essa comercialização é feita é

problema dos distribuidores, ou seja, não há um centavo dessa empresa investido no Brasil.

Nós sabemos e identificamos até em outras audiências públicas realizadas na Câmara Federal por depoimento de funcionários da UNAFISCO e do SINDIRECEITA, auditores e fiscais, que esta lei irá causar uma grande dificuldade de fiscalização, ou seja, a Receita Federal que já tem dificuldades vai ter que se desdobrar agora para fiscalizar um novo regime tributário que não beneficia em nada as indústrias aqui instaladas. Próxima, por favor.

O Brasil é hoje o quinto maior mercado de computadores do mundo, já alcançamos esse patamar mercê da Lei do Bem que desonerou 9,25% de PIS e COFINS. Essa medida com as apreensões feitas pela Receita Federal alavancou o Brasil para o quinto maior mercado de computadores do mundo e chegaremos com certeza ao terceiro lugar até 2012, talvez até 2010 nós cheguemos já a este patamar alcançado. A pergunta que fazemos: Nós seremos fabricantes ou importadores? Porque o que nós estamos aqui discutindo, Srs. Senadores, não é o mérito da formalização, da legalização, mas é o custo que isso pode causar para as indústrias das empresas instaladas no Brasil, nos estados do Amazonas, da Bahia, do Rio Grande do Sul, de São Paulo, Minas Gerais.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE):

Presidente a gente pode fazer alguns questionamentos? Agora, só mais para esclarecimentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM-PE): Talvez quando ele terminasse a exposição dele, V^a Ex^a possa fazer a intervenção.

SR. EDSON VISMONA: E nós temos essa informação de que uma empresa que está crescendo e muito no mercado de notebooks não tem nenhum parafuso aqui, sendo produzido aqui no Brasil, então é um alerta que nós fazemos e é o momento oportuno nesta Casa de fazermos esse alerta porque os setores industriais estão extremamente preocupados com essa possibilidade de abriremos por conta de uma formalização, abriremos o mercado para produtos acabados vindos da China e de Taiwan. Por favor.

Os importados e a lei. Nós temos identificado no mercado que os produtos importados não respeitam os regulamentos técnicos e eu fiquei muito feliz aqui, com a afirmação da Secretária Clecy quando ela diz a questão dos brinquedos, que tem regulamentos técnicos, pois os produtos eletrônicos e de informática também têm. Os plugs e os fios necessariamente certificados pelo INMETRO, os produtos brasileiros só podem ser comercializados no nosso país com certificação INMETRO e os importados não atendem essa certificação. Nós já identificamos isso no mercado, estamos es-

sas questões para ANATEL, para o INMETRO, para o IPENS, para os PROCONS, para o Departamento Nacional de Proteção ao Consumidor, onde nós identificamos produtos importados que não atendem a regulamentação técnica. Então essa questão também tem que ser levada em consideração. Esses produtos vêm com manual em inglês, em chinês, em espanhol, mas, não vem em português, ou seja, afrontam o código de defesa do consumidor, não têm assistência técnica, aquela máxima de uma das nossas associadas muito feliz na propaganda: “La garantía soy yo” é o que serve para estes produtos temos sempre que ter essa questão em mente e as Emendas que foram apresentadas na Câmara e que estão sendo apresentadas aqui no Senado, especialmente pelo Senador Arthur Virgílio, estas Emendas contemplam grande parte essas preocupações; de defesa do consumidor e de defesa a regulamentação técnica brasileira, mas na Câmara não foram aprovadas, não foram consideradas por conta de um regime de urgência urgentíssimo que eu não sei por que esse regime foi implantado para a discussão de um lei tão importante. A próxima, por favor.

A reivindicação paraguaia, com todo respeito, ela não está atendendo ao que eu acho que seria mais interessante nesse comércio bilateral Brasil/Paraguai. O Brasil tem sim que incentivar e investir, propiciar mecanismos de investimento e infra-estrutura no Paraguai, de criação de processos industriais no Paraguai. É uma obrigação nesse processo de integração Mercosul, é isso que o tratado do Mercosul, senhores, prevê o fortalecimento da troca econômica, mas, nunca, jamais, de fortalecer o Paraguai como corredor de importação de produtos acabados. Sem que nenhum; nenhum componente seja agregado no Paraguai. Esse regime contraria completamente o que nós temos hoje no tratado de Assuncion, ela incentivava a importação de produtos acabados em prejuízo das indústrias nacionais. A pergunta é por quê? Por que nós vamos permitir isso? Se fôssemos fortalecer algum processo de industrialização no Paraguai isso seria meritório, mas, a transição pura e simples de produtos acabados usando o Paraguai que não paga imposto de importação? E os representantes setoriais poderão afirmar isso com mais conhecimento é algo que nós não entendemos.

Essa postura é uma outra pergunta, irá abrandar as demandas pela alteração, por exemplo, do Tratado de Itaipu? Me parece que não. A demonstração que nós conseguimos colher do novo presidente, após a eleição no Paraguai, é de que eles não vão abrandar esses pleitos com relação à mudança do Tratado de Itaipu por conta dessa legislação, ou seja, isso não vai acontecer e nós estaremos então entregando uma pos-

sibilidade de defender o mercado nacional, de defender as indústrias brasileiras, defender as indústrias instaladas no Brasil, por conta de algo que não vai acontecer, porque repito esse propósito não será alcançado com esse Regime de Tributação Unificada e nós seremos extremamente prejudicados com isso. E a pergunta: quem defende os nossos interesses? Os interesses nacionais, quem está defendendo isso?

Aqui estamos na Casa Parlamentar que tem demonstrado esse objetivo em defender os nossos interesses. Uma lei que nasceu no Paraguai e que não atende aos interesses, me parece muito claro isso, não atende aos interesses realmente necessários para o desenvolvimento de um comércio bilateral. Nós não podemos compreender que esse processo se dê nesta linha. E terminando eu só gostaria de apresentar aqui, o que não é uma coincidência, é uma propaganda feita no estado de São Paulo, setembro de 2007, quando já estava em tramitação a medida provisória convocando pessoas para o comércio eletrônico via revendedores, só temos aqui produtos eletrônicos e de informática, cobrando uma taxa: “faça o comércio via internet” Não tem a identificação de quem faz isso, mas, o site para cadastramento de revendedores pela internet de produtos eletrônicos e de informática já mirando nessa aprovação desse Regime Tributário Unificado é um nome sugestivo: www.chinadirect.com.br, quem se cadastra aqui, poderá pagando uma módica quantia ter acesso a distribuição de produtos eletrônicos que virão do Paraguai.

É isso, Srs. Senadores, Senhores Deputados que eu gostaria de apresentar como uma grande preocupação de todos nós que defendemos a legalidade nesse país e nós não queremos realizar nenhuma desavença com o Paraguai, ao contrário nós queremos fortalecer os mecanismos de integração em base mais sólidas de um efetivo desenvolvimento sustentável para o Mercosul. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Antes de conceder a palavra ao nobre Senador Tasso Jereissati, eu queria registrar a presença no plenário dessa Comissão do Governador do Amapá, Dr. Waldez que se encontra sentado no plenário ao lado do Senador José Sarney. E gostaria também de antes de conceder a palavra ao Senador Tasso Jereissati, dizer ao Dr. Edson Vismona que o projeto se encontra em regime de urgência com o apoio no art. 64, § 1º, que diz que o Presidente da República poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa, o que confere a propulsão sobre esse regime uma tramitação em torno de noventa dias nas duas Casas do Congresso.

Concedo agora a palavra ao Senador Tasso Jereissati para fazer uma interpelação.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Não é bem a palavra, é mais um esclarecimento sobre o que o Sr. Edson falou. Eu entendi que o líder do mercado de Notebooks no Brasil é um produto importado, mas importado ilegalmente. É uma marca que segundo eu entendi não tem um funcionário no Brasil, não tem representante no Brasil.

SR. EDSON VISMONA: É o que nós estamos identificando no mercado atualmente.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): E ele importa ilegalmente?

SR. EDSON VISMONA: Ilegalmente. Porque não há registros de um tamanho tão grande de importação de produtos dessa categoria Notebooks, registros que sustentem essa comercialização legalmente.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Isso me parece muito grave, não, não, é bem assim não.

SR. HUMBERTO BARBATO: O líder do mercado, não é um produto ilegal, o líder de mercado não é evidentemente essa marca a que o nosso companheiro Edson Vismona faz referência. É a indústria instalada no Brasil, entretanto no mercado de *notebooks*, ainda se registra cerca de 45% a 50% de produtos comercializados de maneira ilegal. É isso que ocorre no Brasil nesse instante, diferente do *desktop*.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): OK.

SR. EDSON VISMONA: A ilegalidade de *notebook* está crescendo e a do *desktop* está caindo.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Sendo que 80, 90% é de uma marca só?

SR. EDSON VISMONA: Não, não, não. Esta marca que está crescendo, vigorosamente no mercado, não sei se já chegou à liderança ou não, mas está crescendo vigorosamente ela não tem nenhum processo produtivo no Brasil. Ela é completamente importada.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): E os indícios que ela é via Paraguai?

SR. EDSON VISMONA: E aí um dado importante, Senador, um produto importado, legalmente, pagaria todos os impostos, como que conseguiria concorrer com produtos que, respeitando o processo produtivo básico, tem isenção de impostos? Se o importado paga todos os impostos, ele não conseguiria nunca ter um preço competitivo no mercado brasileiro.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Normalmente a entrada dessa marca é via Paraguai?

SR. EDSON VISMONA: É o que nós podemos identificar, porque não se justifica um preço tão baixo de um produto importado.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, quantos expositores restam ainda?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Seis expositores. Mas o limite são dez minutos para cada um.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sem dúvida. Eu peço a V.Ex^a que me inscreva, para após a última exposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): V.Ex^a será o segundo debatedor.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): É um prazer, Sr. Presidente, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu concedo agora a palavra ao Dr. Humberto Barbato, Presidente da Associação de Indústria Elétrica e Eletrônica, Abinee. O Dr. Humberto Barbato terá 10 minutos para a sua exposição. A seguir convidarei o Dr. Lourival Kiçula, Presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos – ELETROS.

SR. HUMBERTO BARBATO: Senador Marco Maciel, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, Srs. Senadores, membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Comissão de Assuntos Econômicos, Secretário Rachid, Secretário Barral. Senhoras e Senhores, boa tarde. É uma grande honra para a Abinee poder participar dessa audiência pública, uma vez que nós entendemos de muita importância debater esse tema que causa uma profunda preocupação nas indústrias do setor eletroeletrônico. Como é de conhecimento de todos a Abinee, desde a sua fundação, há 45 anos, ainda no tempo da Alauk, nós atuamos fortemente nas negociações de acordos internacionais de que o Brasil participa e os assuntos relativos à política de comércio exterior, sempre com o objetivo de colaborar na intensificação dos processos integracionistas latino-americanos e mais amplos.

Ao longo dos anos, a atuação da Abinee sempre buscou um entendimento e, no caso da América Latina, e, a partir do Mercosul, nós temos pautado a nossa atuação no sentido de adensar as cadeias produtivas, principalmente no âmbito do Mercosul.

Também temos nos preocupado em estimular o processo de industrialização dos nossos parceiros regionais, sem jamais esquecer a defesa da indústria instalada no Brasil, que investe, que gera empregos e que trabalha pelo crescimento sócio-econômico do país.

Como justificativa apresentada para requererem que fôssemos convidados, os Srs. Senadores destacaram o objetivo de discutir se os benefícios a serem concedidos ao Paraguai transgredirão as disposições

estabelecidas pelo Mercosul basicamente no que respeita ao regime de origem do bloco, e se tais benefícios não poderão ser reivindicados pelos demais membros do mercado comum.

Respondendo a essa questão, é importante destacar que em nenhum momento o PL 27 exige ou se quer que os produtos sejam paraguaios. Na verdade contempla produtos procedentes do Paraguai, sem qualquer requisito de origem do Mercosul.

Dessa forma, se aprovado, o PL, o Governo brasileiro estará beneficiando, sim, produtos de qualquer origem, chineses, coreanos, somente para mencionar as origens que já prejudicam sensivelmente a indústria brasileira. Esse prejuízo é confirmado, também, pelo recente fechamento de diversos centros de compras populares na Avenida Paulista e nos seus arredores, na cidade de São Paulo.

Assim, podemos afirmar com toda a certeza, que no que respeita a redução no imposto de importação o pretendido do regime transgredir, sim, as regras do Mercosul, dando motivo a que os demais países reivindiquem o mesmo tratamento.

Aliás, mais do que os países membros do Mercosul, todos os países sul-americanos, com os quais o Brasil faz fronteira, poderão reivindicar o mesmo tratamento.

E vamos ainda mais longe, no nosso entendimento é de que, por força da cláusula da nação mais favorecida, cláusula pétrea no âmbito do comércio internacional desde a criação do antigo GATE e vigente atualmente na OMC, todos os países que se sentirem prejudicados pela concessão exclusiva que pretende o RTU, poderão pleitear compensações comerciais.

Sras. e Srs. Senadores são largamente conhecidos os descaminhos verificados na entrada de produtos no Brasil provenientes da República do Paraguai. Em que pese, a intensificação da fiscalização, que a nossa Receita Federal vem realizando, como pode ser atestado pelo crescente volume de produtos apreendidos, são reconhecidas por todas as dificuldades para se conter a entrada ilegal de produtos no país, inclusive de produtos falsificados.

Parece-nos paradoxal que melhorar o trabalho da Receita e, em seguida, termos que ceder a pressões dos comerciantes instalados lá na região de fronteira, o que torna justo questionar: para que melhorar, então, o trabalho de fiscalização?

É importante destacar que o PL 27 poderá comprometer todo o esforço de fiscalização, que tem sido feito pela autoridade aduaneira, pois junto com os produtos que venham a ser importados de forma regular, outros produtos irregulares virão, inclusive aqueles que

oferecem riscos à saúde dos consumidores e também ao meio ambiente.

Nessa questão ambiental é importante destacar um aspecto: Como deverá proceder o consumidor dos bens importados sob os auspícios do RTU, no que diz respeito ao descarte e disposição final dos produtos? O que nós vamos fazer com esses produtos? Nós chegamos ao absurdo, nesse instante, a indústria brasileira de pilhas produz pilhas sem mercúrio, pilhas essas que poderiam, podem ser lançadas na natureza sem degradar o meio ambiente. Com todo o investimento que as indústrias de pilhas fizeram no Brasil, hoje nós não podemos anunciar isso porque são 33%, pelo menos, a quantidade de pilhas oriundas da China, que entram no Brasil e, portanto, entram com mercúrio. Por conseguinte nós não podemos fazer a campanha dizendo que se pode utilizar a pilha nacional de maneira tranqüila, porque o que poderá acontecer é que então o consumidor irá lançar uma pilha imaginando que essa pilha seja brasileira e essa pilha é chinesa, até porque essas pilhas se vendem em todos os camelôs que se encontram nas ruas do país.

Respeitamos o esforço diplomático do nosso governo junto ao Paraguai e o seu objetivo de trazer para a legalidade, pelo menos, parte do comércio ilegal verificado naquela fronteira. Entretanto, todo esse esforço não pode ser feito em prejuízo das pessoas e também da indústria que acredita, investe, e gera empregos.

Nas reuniões promovidas pela Receita Federal em meados do ano passado e nas realizadas, separadamente, com representantes dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento e das Relações Exteriores, a Abinee informou a decisão unânime de sua diretoria pela rejeição da concessão desse RTE, Regime Tributário Específico, porém, ao que tudo indica, nós não conseguimos sensibilizar o governo brasileiro.

Justificamos, àquela época, a nossa posição, afirmando que em consonância com a política industrial e de comércio exterior, e também com o PAC, a Abinee tem colaborado com o governo em todos os níveis, no sentido de combater o descaminho, o subfaturamento e a concorrência desleal.

Destacamos que somente após vários anos de constante força da iniciativa privada, em conjunto com órgãos governamentais, visando o combate ao mercado cinza na área de informática, só recentemente começamos a auferir os resultados das ações empreendidas.

De 2005 para 2007, felizmente nós conseguimos baixar um mercado que antes era de 70% de computadores ilegais no Brasil para 35%. O que foi uma grande vantagem.

O que não podemos é através desse regime aduaneiro, que será implementado, que está sendo votado, que está sendo analisado, que nós possamos regredir nesse trabalho que tivemos ao longo desses anos.

Entretanto, por meio desse PL 27, o governo brasileiro continua querendo conceder benefícios para produtos fabricados em terceiros países, destinados exclusivamente ao consumidor final e importados pelo Paraguai que poderão ser reexportados para o Brasil com tratamento tarifário especial, visando reduzir a entrada ilegal de produtos.

A Abinee é contrária a essa medida, porque como já dissemos, o Mercosul prevê um regime de origem que deveria ser respeitado, em qualquer caso de redução de imposto de importação. E, portanto, a adoção desse regime especial é mais uma violação à nossa já, moribunda união aduaneira.

Uma vez transformado em lei, o citado Projeto de Lei criará condições altamente prejudiciais para a indústria eletroeletrônica instalada no Brasil. Mais uma vez demonstramos a disposição de dar nossa contribuição, porém, é importante ressaltar que nós não podemos aceitar a inclusão de produtos que prejudiquem a produção local de bens finais. Nesse sentido, as Emendas apresentadas pelo ilustre Senador Arthur Virgílio poderão ser aprovadas, amenizar os efeitos danosos do PL 27 para a indústria estabelecida no Brasil, pois dentre outros objetivos visa ampliar a lista de produtos excluídos do Regime Tributário Unificado, preservar os produtos fabricados, segundo o PPB, o Processo Produtivo Básico, oficialmente estabelecidos numa clara defesa dos fabricados na Zona Franca de Manaus e em todo o território nacional ao amparo da lei da informática. Exigir a anuência prévia de órgãos fiscalizadores para que os produtos importados cumpram as normas de segurança de programas de eficiência energética e mesmo de saúde exigidas do produto nacional, e elevar de 42,25 para 59,25 a alíquota única incidente sobre os produtos importados. A esse respeito, eu quero destacar que em meados de 2007, atendendo a sugestão do ilustre Secretário da Receita Federal, Dr. Jorge Rachid, a Abinee realizou um estudo, uma amostra de 49 produtos indicados pela Receita Federal, que indicou uma alíquota média de 93,84% para a somatória dos tributos incidentes nas importações. O que é bastante superior à alíquota sugerida na Emenda do Senador Arthur Virgílio.

Sras. e Srs. Senadores, eu saliento que os investimentos produtivos realizados no Brasil não podem ficar à mercê da resolução de problemas que devem ser enfrentados pela diplomacia brasileira. Os responsáveis por nossa política externa precisam entender que os investimentos já realizados e a serem realizados no

Brasil não podem ser comprometidos por uma postura benevolente para com os países fronteiriços, o que tem nos caracterizado de uns tempos para cá.

Senhoras e Senhores reafirmamos a nossa confiança de que essa Casa não permitirá a adoção do presente regime que trará perdas à nossa indústria eletroeletrônica, com danos, com reflexos danosos aos investimentos e também à geração de empregos. Muito Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): A Presidência agradece a contribuição do Dr. Humberto Barbato, Presidente da Associação Brasileira de Indústria Elétrica e Eletrônica, Abinee, e convido agora o Dr. Lourival Kiçula, Presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos, ELETROS. O Dr. Lourival terá 10 minutos para a sua exposição. Com a palavra o Dr. Lourival Kiçula.

SR. LOURIVAL KIÇULA: Sr. Presidente Senador Marco Maciel, Srs. Senadores, Deputados.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O senhor me permite apenas, por favor, uma observação que o Senador Arthur Virgílio fez agora para mim, ele estava pensando que o senhor era o representante da Motion Picture.

SR. LOURIVAL KIÇULA: O Leslie Nielsen é meu irmão.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pois é, e eu explicava para ele que não, que o senhor é representante...

SR. LOURIVAL KIÇULA: Aliás, um grande ator, brilhante ator. Pena que ele não é muito simpático, senão eu estava bem. Mas isso é interessante, porque já fui confundido várias vezes nos Estados Unidos, todo mundo fala: "You look so familiar". Então, Senadores, Deputados, Srs. Secretários, Barral, Rachid, senhores companheiros da indústria, senhores representantes do Governo Paraguai, é um prazer para a ELETROS estar aqui na oportunidade de demonstrar claramente o que pensamos com relação a esse Regime de Tributação Simplificada no setor eletroeletrônicos.

Com alegria vimos que Márcio Gonçalves e Synésio já fizeram um trabalho bem feito, já não tem mais CDs e DVDs e também não tem mais brinquedos. No entanto, o Humberto, Edson e eu, estamos trabalhando mal porque eletroeletrônico está tudo lá, está aumentando o volume de eletroeletrônico.

A Indústria Brasileira de Eletroeletrônica, a ELETROS, fundada em 94, representando todos os fabricantes eletroeletrônicos de consumo instalado no território brasileiro. Abrange linha branca, geladeiras, fogões, etc., eletrodomésticos portáteis que são bate-deiras, etc e produtos chamados da linha marrom que

são imagem e som e a nossa futura TV digital, por enquanto só em São Paulo.

O setor faturou em 2007 um pouco mais de 30 bilhões, exportou 720 milhões e geramos 450 mil empregos, sendo que somente no pólo industrial de Manaus geramos 42 mil postos de trabalhos diretos.

Nós tivemos algumas vitórias nessa luta, por exemplo, a luta contra a concorrência desleal fez com que solicitássemos investigação antidumping contra produtos feitos na China, o ferro elétrico... Com importação desleal e o governo brasileiro aprovou a investigação antidumping em vigor até 2011. Também no caso de ventiladores conseguimos a prorrogação do antidumping por mais cinco anos.

A aprovação do regime de tributação vai com certeza, ampliar a perda do setor eletrônico de consumo. Nós já tivemos, estamos tendo com contrabando e pirataria uma perda bastante significativa. Vai agravar as dificuldades de competitividade. Sem dúvida é irreversível e devastador o impacto disso.

Como dizia já Barbato, dentro da ELETROS estamos trabalhando, como nós vamos fazer, inclusive, logística reversa e tudo mais com relação a refrigeradores, como a gente entrega, recebe, como extrai o gás, como extrai, cuidando desses produtos para que junto ao meio ambiente a gente evolua rapidamente. A esses produtos nós não teremos como cuidar, não sei o que acontecerá, não sei qual será o destino final dessa mercadoria.

Os produtos contrabandeados e piratas não seguem normas da ANATEL e nem do INMETRO, que são para nós a garantia de qualidade e segurança para o consumidor. Eles não estão sujeitos à regra do Código de Defesa do Consumidor, quer dizer, quem eles vão procurar? Aonde o consumidor vai? A quem o consumidor vai recorrer no caso de problemas? Eles não poderão reclamar, não poderão contar com o pós-venda, porque as indústrias que vendem através dos seus revendedores a substituição ou conserto dos seus produtos e nem o serviço de atendimento ao consumidor, nem assistência técnica e reposição de peças. Não terão o manual de instrução em português e nem certificação. Alguns produtos, será que a indústria internacional, vamos dizer, algumas empresas que pertencem a ELETROS, sendo que esses produtos chegarão com marcas, que são detidas por essas nossas empresas, teremos que dar garantia? Vamos dar garantias piratas?

Essa medida ela é inédita no mundo, ela transgride as regras do comércio do Tratado de Integração do Mercosul e das regras da OMC. E o risco grande de que outros países decidam, então, utilizar também

essas facilidades que estamos dando ao Paraguai para trazer produtos importados ou fabricados lá.

Nós sofreremos um processo maior de desindustrialização dos produtos de eletrônicos de consumo. Haverá o sucateamento de indústria, aqui instalado, a suspensão de investimento e modernização e naturalmente a redução do quadro de trabalhadores. Novos investimentos, evidentemente, em algumas áreas serão cancelados. Nós deixaremos de ser atrativo para as multinacionais, os produtos serão internalizados em condições desleais. No seguimento de áudios portáteis já temos tido grandes problemas, cada vez mais temos dificuldades de produzir aqui no Brasil, porque tem uma forte, não só pirataria, mas como contrabando. Nós vamos perder um mercado ainda maior e o Paraguai se institucionaliza como fornecedor oficial e beneficiário de produtos contrabandeados em terceiro país.

A fiscalização na fronteira ficará muito mais complicada. O trabalho que foi feito lá na Ponte da Amizade é fantástico, foi muito bem feito, está sendo muito bem feito, mas vai ser mais difícil, com certeza, em função da burocracia do novo regime, pela dificuldade de determinar, inclusive, se o produto é falsificado ou contrabandeado, porque os produtos entram no Paraguai com alíquota zero. Muitos dos produtos, inclusive de um que falamos aqui, agora, eles entram com a alíquota zero, ora e depois recebem 48%, quando se vão entrar aqui têm que pagar II e etc, etc. Então, sem dúvida, o RTU é menor do que uma tributação normal. O Paraguai não produz, senhores, eletroeletrônicos de consumo. Portanto esses produtos virão de outros países e os senhores sabem que outros países que não têm relações diplomáticas com o Brasil que têm muito interesse em estar no Brasil ou nas proximidades, aliás, eles estão fortemente em *Ciudad del Este*. No Paraguai a alíquota de imposto de importação, como eu disse, é zero para muitos produtos.

A medida, então, não estimula o surgimento de indústria no Paraguai, nós acreditamos que desestimula também os investimentos na região. O Brasil, no âmbito do Mercosul, deveria estimular a criação de planos de industrialização com a participação regional, principalmente com relação ao Paraguai, visando a reconversão para plataformas industriais ou senão, pelo menos, plataformas de serviço.

Nós achamos que todos os brasileiros saem perdendo com o RTU. Os consumidores, a indústria eletrônica, e até os sacoleiros, que hoje têm maiores facilidades de comprar e vender seus produtos. Agora vão ter que comprar, e soube agora, que eles vão ter que ter nota fiscal para venda a consumidor. É isso mesmo?

A medida não traz qualquer contribuição para a economia brasileira e o país dará um recado aos outros países de falta de seriedade e respeito às normas do comércio.

Eu agradeço a oportunidade, estou à disposição e peço aos Srs. Senadores que olhem com carinho, principalmente as Emendas que são apresentadas pelo Senador Arthur Virgílio, na área dos Deputados nós fizemos algumas interferências, mas a gente prefere que isso não seja aprovado, ainda que com essas colocações e sim seja reprovado. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu quero agradecer a colaboração do Dr. Lourival Kiçula e, aproveito também para informar ao plenário, que o Dr. Synésio Batista da Costa, Presidente da Associação Brasileira de Fabricantes de Brinquedos, ABRINQ, me enviou uma mensagem telegráfica dizendo da impossibilidade de comparecer. Então, eu convidarei, a seguir, para fazer a sua exposição, o Dr. Márcio Gonçalves, Diretor de Antipirataria para a América Latina da *Motion Picture Association* – MPA.

SR. MÁRCIO GONÇALVES: Boa tarde a todos. Eu, primeiramente, gostaria de agradecer a oportunidade de estar presente aqui hoje e poder discutir esse assunto que muito interessa ao nosso segmento. Eu reitero as palavras dos meus colegas que me antecederam sobre a preocupação que a gente tem. A gente sabe que a idéia do projeto é nobre, mas a gente tem uma preocupação muito grande de que isso possa trazer problemas para a nossa indústria. Então eu queria dar um pouco a visão da indústria, e só para explicar um pouco, a MPA é uma associação que representa os estúdios de cinema, a gente está aqui no Brasil desde 1950 e o escritório do Brasil representa para toda a América Latina.

O setor de áudio visual que a gente representa, representa não apenas o setor segmento de vídeo, de DVD, mas também esse segmento de cinema, televisão por assinatura, televisão aberta e internet, que é uma modalidade que vai crescer, sem dúvida nenhuma. E as nossas empresas associadas produzem muitos filmes nacionais, eu só mencionei aqui alguns mais recentes, como *Tropa de Elite*, *Meu nome não é Johnny*, que, inclusive, foram recentemente vítimas de pirataria, com bastante alarde na imprensa.

Bom, a MPA no Brasil tem um braço antipirataria, que é uma parceria em conjunto com a indústria de música, uma vez que o problema que a gente enfrenta é muito similar ao problema que a indústria de música enfrenta, então a gente buscou unir esforços, não apenas para a gente ser mais eficiente, mas também para poder colaborar de forma mais efetiva com as autori-

dades que têm esse trabalho como fonte primária de apoio para as nossas entidades nessa luta.

Bom, o Brasil é um dos dez maiores mercados do mundo, é o maior mercado da América Latina nesse segmento. São mais de duas mil salas de cinema, nove mil locadoras, e esse número, inclusive, já foi maior, mais de duas mil lojas de varejo. Só para ter uma idéia, o Brasil possui vídeo-locadoras em mais de 90% dos municípios brasileiros, o que faz com que o mercado seja realmente bem representativo e coloque o produto de forma bem democrática para todo mundo que gosta de cinema.

E aqui eu só estou colocando alguns dados que eu acho que são interessantes para a gente poder contextualizar.

Nos últimos anos a indústria teve, principalmente, segmento de DVD, teve um crescimento, teve um boom bastante importante até 2006. O mercado não chegou a trinta milhões de unidades, foram vinte e oito milhões de unidades. Em 2007, até pela facilidade da tecnologia de fabricar o produto pirata, esse mercado sofreu uma queda, que é a primeira queda dos últimos cinco anos e nesse primeiro trimestre de 2008, a gente teve uma queda também bastante acentuada, só queria destacar ali, 33% no segmento de venda ao varejo e 32,8% de queda no segmento que a gente chama de locação, que é a venda para locadoras. Então, uma queda bem acentuada nos dois segmentos, que são os principais segmentos para o setor.

É óbvio que muito desse problema tem vários fatores, mas pirataria, sem dúvida, é um dos maiores fatores que contribuem para essa queda. O prejuízo estimado que a MPA possui em pesquisa são dados de 2005, a gente está refazendo essa pesquisa, mas de perda de cento e noventa e oito milhões de dólares para o setor e 59% das unidades vendidas são falsificadas.

Bom, a nossa preocupação com o PL foi já expressada há pouco pelos nossos colegas, mas é justamente a preocupação que a gente tem, é mais ou menos similar, que é justamente de dar um caráter legal, uma legalização entre aspas, por um produto que já começa, na sua origem, ilegal. No caso específico de CDs e DVDs a gente tem que destacar que muitos dos CDs que são importados pelo Paraguai, ou fabricados pelo Paraguai, mesmo virgens eles têm, muitas vezes, características ilegais que não pagam a patente para o detentor da patente. Então já o produto virgem, muitas vezes, é ilegal. E ocorre que também, a gente sabe que há um fluxo muito intenso de pessoas aqui no Brasil que vão até o Paraguai e compram o produto já acabado para comercializar nos nossos centros de comércio ambulante.

Aqui eu estou dando alguns dados de importação de mídia virgem do Paraguai nos últimos anos, a gente vai ver que tem um crescimento bastante grande até 2006. Em 2007 houve uma queda dessas importações, a gente imagina que essa queda tenha sido por dois fatores, eventualmente, a importação que estava sendo feita pelo Paraguai, legalmente, passou a ser feita eventualmente de forma ilegal e também a gente tem conhecimento de fábricas instaladas no Paraguai. Para também contextualizar, o Brasil tem, não mais do que dez fábricas, o Paraguai a gente estima que tenha quinze fábricas de CDs e DVDs virgens. E aqui, só um parêntese também, das nossas fábricas que a gente tem no Brasil, apenas uma fábrica faz o CD e o DVD virgem que é utilizado, na maioria das vezes, pelo pirata para fazer a gravação. A grande quantidade dos CDs e DVDs virgens utilizados pelos piratas é feita através de CD virgem e o DVD virgem, muitas o Brasil também importa, no ano passado, dados do Alice Web(F), cerca de 500 milhões de unidades. Obviamente nem toda a mídia virgem é utilizada para a pirataria, a gente utiliza a mídia virgem para fazer backup de documentos, para gravar foto de família, documentos, mas a gente sabe que grande parte dessas mídias, especialmente produto de algumas marcas específicas, são utilizados por pirataria. Aqui eu elenquei três fábricas que a gente tem conhecimento no Paraguai, que estão fabricando, CD e DVD virgem, que tem uma capacidade de fabricar 150, mais de 150 milhões de unidades por ano.

E aqui, um dado que também é interessante; essas fábricas na maioria das vezes, não pertencem a paraguaios, é controlada por alguns grupos de chineses.

Aqui eu só quero também reforçar o que já foi dito, que é realmente enaltecer o trabalho da Receita Federal na fronteira. Eu só destaquei aqui os números de apreensões de CDs e DVDs virgens nos últimos anos. Os senhores podem observar que o crescimento tem sido exponencial e a gente tem que louvar esses esforços da Receita Federal e poder apoiar para que isso possa continuar nesse sentido.

E aqui também, só para destacar um pouco dos dados de apreensões que ocorrem no Brasil inteiro, a região Sul, especialmente pela fronteira com o Paraguai, é onde a gente encontra a maior quantidade de produtos apreendidos. É mais, inclusive, do que São Paulo e Rio de Janeiro, justamente pela fronteira. Aí é óbvio que os piratas são criativos. A Receita Federal tem intensificado os trabalhos na fronteira com Foz do Iguaçu, alguns já mudaram a operação um pouquinho mais para o norte, foram para Guaíra, outros estão tentando trazer para o Uruguai. A Receita Federal recentemente fez uma apreensão importante também nesse

sentido. Então realmente eu só queria destacar esses números para poder reforçar a importância e reconhecer o trabalho da Receita Federal nessa área.

E aí, finalmente, para finalizar, realmente eu falei bem rápido, foi mencionado aqui que talvez os CDs e DVDs já estejam incluídos nessa lista negativa, para a gente é realmente importante.

Mas a gente tem algumas Emendas que a gente, inclusive a do Senador Arthur Virgílio também de limitar esses valores. Eventualmente a necessidade de apresentar autorização dos titulares, ou dos titulares dos direitos, ou dos detentores das patentes e limitar a venda dos produtos ao consumidor final, porque a gente sabe que continua sendo um fluxo muito importante de mercadoria para o Brasil vindo do Paraguai. Acho que essa é a última, disponibilizo meus dados. Muito Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu agradeço a colaboração do Dr. Márcio Gonçalves e devo levar ao conhecimento do plenário que o Dr. Paulo Rosa, Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Discos – ABPD, não compareceu. Então vou passar, vou conceder a palavra ao último convidado inscrito, que é o Dr. Absalão Ferreira Calado, que é o Presidente da Associação da Feira dos Importados de Brasília. Gostaria também de acrescentar que tão logo o Dr. Absalão faça sua exposição, nós vamos abrir o espaço para o debate, estando inscritos já sete Srs. Senadores. Sras. e Srs. Senadores, com a palavra o Dr. Absalão Ferreira Calado.

SR. ABSALÃO FERREIRA CALADO: Boa tarde, Excelentíssimo Presidente Marco Maciel. Boa tarde, Secretário Rachid. Boa tarde a todas as Senadoras e Senadores e os Representantes das Indústrias.

Veja só, esse regime único de arrecadação, ao nosso ver, é o caminho da dignidade do setor representativo no Brasil, que é o setor dos vendedores ambulantes, dos microempresários.

Foi citado aqui que não foi levado, essa lei não foi criada no Brasil. Sim, pode ter sido na reunião do Presidente Lula com o Presidente paraguaio, mas a bancada de Brasília, sim, nós pedimos que eles apresentassem uma lei, a criação do microimportador. Essa criação do microimportador, ao nosso ver, senhores, ela vai exatamente ajudar a combater tanto descaminho, como a pirataria. Por quê? Porque a pessoa, realmente foi colocado aqui que ela não vai beneficiar o sacoleiro não, que a pessoa para ter o benefício da lei, ele vai ter que abrir uma microempresa, ele vai ter que estar no regime de microempresa unificado, que foi aprovado por essa Casa, certo? Então, a partir do momento que a pessoa tem endereço fixo, que a pessoa abre essa microempresa, para ter direito a essa

quota, certo, então ele está sujeito à toda fiscalização. Hoje os camelôs não estão sujeitos à fiscalização nenhuma, só a polícia, só a Receita que pega, e é uma guerra entre a Receita e os ambulantes.

Para vocês terem uma idéia, nós hoje, somos 2090 comerciantes na Feira dos Importados, antes todos eram camelôs. Hoje quase todos têm uma microempresa aberta. Muitos compram os produtos de importadoras que só vem a ser dirigido pelos senhores, a grande maioria dos produtos da feira dos importados tem procedência e tem nota fiscal. Infelizmente, nós sofremos sim com a pirataria dentro da Feira dos Importados, ao redor da Feira dos Importados, como todos os senhores sabem, não só em Brasília como no país todo. O braço da pirataria, do descaminho é muito forte. Essa lei, a meu ver, essa criação de regime único de tributação ela vai combater isso, porque a pessoa vai ter condição de ter um local de trabalho, vai poder chegar numa instituição financeira, fazer um empréstimo para comprar o produto. Hoje não. Hoje é uma guerra. Está provado que só a repreensão não vai resolver, certo? Desde que eu me entendo, de jovem, que eu comecei a trabalhar nas ruas, com muito orgulho, viajei muito para o Paraguai, hoje eu não viajo mais, hoje eu tenho uma empresa aberta, certo? Mas viajei muito. O Estado me ofereceu uma oportunidade de abrir uma microempresa que transferiu a gente do Mané Garrincha para o SIA. E nós abrimos a empresa, hoje nós somos importadores, nós estamos trabalhando, nós estamos gerando emprego. Então eu acho assim hoje, que nós temos que proteger sim a nossa indústria brasileira e temos que proteger os empregos. Só que existe uma camada grande da população que não tem essa oportunidade de estar trabalhando nas empresas e a partir do momento que, hoje o Estado não arrecada nada, 42% que os senhores acham muito pouco, para nós eu acho muito, certo? A quota, ela tem que ser um pouco mais amena para a gente sobreviver, para a gente gerar emprego, e principalmente, ser digno do nosso trabalho, que nós somos muito perseguidos, certo? Se a solução do país fosse, se toda a desmazela do comércio fosse só os camelôs, era muito fácil de resolver, a quantidade são poucas, certo? Era só a gente conseguir criar emprego para todo mundo, mas a solução não é essa, certo? Nós queremos trabalhar, queremos produzir e queremos, sim, ser considerado empresário, gerar impostos e divisas para o país. Hoje, realmente, a pessoa que pega mil reais, quinhentos reais e vai para o Paraguai comprar, a lei não vai beneficiar essas pessoas não. Mas eles vão, através de cursos pelo Sebrae, oferecidos pelo Sebrae, vão abrir uma microempresa e vão ser um gerador de emprego. Esse é o caminho. Tem

que ser aperfeiçoado? Tem. Mas eu acho assim hoje, que, como todos aqui pediram para que essa lei não fosse aprovada, eu peço que todo Senador analise exatamente os pontos positivos, que essa Casa está dando contribuição para esse país para dar dignidade a milhares de pessoas que estão trabalhando na rua, que vão deixar de estar na economia informal e vão vir para a economia formal. Porque pegar uma varinha mágica e entregar na Polícia Federal e na Polícia Civil para resolver a solução, não vai ser essa a solução. Vamos todos fazer um esforço, todo mundo ceder um pouquinho e, como bem colocaram aqui, vamos ver a aceitação dessa lei por essa camada de trabalhadores que tem nosso país. Eu agradeço a compreensão de todos e espero que seja aprovada. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): A mesa agradece a contribuição do Dr. Absalão Ferreira Calado, Presidente da Associação da Feira de Importados de Brasília e inicia a segunda parte da nossa reunião, abrindo para interpelações e eu convido para fazer uso à palavra, o primeiro orador inscrito, que é o Senador Tasso Jereissati. Eu indago, Sua Excelência deseja formular. O segundo é o Senador Arthur Virgílio.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu queria fazer duas colocações ao Dr. Rachid. A primeira é a seguinte: eu entenderia uma redução tarifária, vamos chamar uma simplificação e redução tarifária para produtores do Paraguai ou brasileiro para o intercâmbio de fronteira Brasil/Paraguai. O que eu tenho dificuldade de entender é por que uma simplificação e redução tributária quando conglomeram todos os impostos, há produtos, que na verdade, são concorrentes dos produtos brasileiros de grandes empresas que vêm da China, vem de Taiwan, etc. O que representaria, na verdade, uma concorrência desleal em relação aos produtos brasileiros. Nós já sofremos hoje uma grande concorrência, em alguns aspectos, até desleal, dentro dos produtos vindo dessas regiões, porque as condições tributárias deles são diferentes, salariais são diferentes, então nós já estamos em desvantagem. Portanto, eu não entendo dar essa liberdade e dar este privilégio a produtos chineses e taiwaneses e etc. Essa é uma questão. A segunda questão que eu coloco, é do seguinte teor: por que se acredita que vai se evitar o contrabando se colocando essa tributação de essa alíquota de 42%? Porque eu imagino que 42% é baixa para padrões de quem pagam imposto do comércio e indústria tradicional, mas para quem não paga já hoje e eu vou chamar, para quem não paga, é alto. Não compensa pagar, me parece que não compensa pagar 42%. Então, será que isso evita o comércio informal? Vamos chamar assim. Porque 42 é alto. E mais uma

terceira colocação que é a seguinte: me foi trazida, eu vi aqui chegando o Senador Pedro Simon, e eu como sou relator desse processo, me procurou, e eu gostaria até que o Pedro Simon me confirmasse essa preocupação, o Senador Zambiasi, do Rio Grande do Sul, muito preocupado e fez uma Emenda, inclusive, em nome dos gaúchos, para a zona de livre comércio nas fronteiras do Rio Grande do Sul, dizendo que a fronteira do Rio Grande do Sul que as cidades brasileiras estão morrendo em função de estarem concorrendo com o lado de lá da fronteira com cidades que são de livre comércio, que são as zonas de livre comércio. Atravessando, praticamente, a rua, é zona de livre comércio e algumas cidades do Sul, do Rio Grande do Sul, estariam praticamente virando comércio, a área comercial virando deserto. O Pedro Simon poderia até me ajudar nisso. Se confirma essa situação lá no Rio Grande do Sul e que é muito preocupante.

Então, a terceira questão é a seguinte: não seria o caso, ou precipitado, nós estarmos discutindo um assunto pontual, que nós discutimos a questão, esta questão de uma maneira mais ampla, o problema dessas cidades de fronteiras brasileiras, que mais cedo ou mais tarde vão se defrontar. Evidentemente, quanto eu vejo o Senador Zambiasi trazer esse problema, abre um precedente, porque se a *Ciudad del Este* tem, porque é que a zona de fronteira do Rio Grande do Sul, que nós estamos vivendo o mesmo problema não tem? E isso vai desencadear todo um processo. Não seria mais sensato, vamos dizer assim, se nós fizéssemos um estudo mais aprofundado e tivéssemos uma política para essas regiões para evitar que nós tivéssemos essas ações, aparentemente desiguais, porque eu mesmo fiquei sem argumento quando o Senador Zambiasi me disse: “Bom, você está fazendo para lá e não vai aceitar aqui a do Rio Grande por quê? Qual é a razão? Qual é a diferença?”.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Concedo a palavra ao Dr. Rachid para responder as indagações do Senador Tasso Jereissati.

SR. JORGE ANTONIO DEHER RACHID: Prezado Presidente Marco Maciel, prezados Senadores, representantes do Poder Executivo, gostaria de agradecer a Secretária Clecy Lionço pela apresentação, infelizmente eu não pude comparecer logo no início desse importante debate aqui na audiência pública, representantes da iniciativa privada, aqui presentes.

Respondendo o questionamento do Senador Tasso, eu gostaria Senador, se me permitisse, um pequeno intróito sobre este tema. Temos uma orientação, um firme propósito de buscar uma política de aperfeiçoamento do controle aduaneiro. Isso nós começamos com essa linha. A Receita Federal recebeu recursos,

tanto na área de tecnologia como pessoal em termo de estrutura. Inclusive estruturas físicas, justamente para aperfeiçoar esse controle. Temos uma fronteira seca aí de mais de 15 mil km, com uma realidade bastante distinta, né? Criamos divisões específicas de repressão, são 10 divisões. Hoje o coordenador especial dessa divisão, o coordenador nacional, está aqui presente com o Auditor Fiscal Mauro Brito. Reformulamos, no caso específico de Foz do Iguaçu, a Ponte Internacional da Amizade. Ali o ambiente era ruim, era difícil o trabalho. Então reformulamos, os senhores viram, tiveram a oportunidade de conhecer aquele local. Intensificamos aí o trabalho integrado com outros órgãos, Polícias Federal, Estadual, a Rodoviária, enfim. Fortalecemos aí o combate à repressão, trabalhando com inteligência.

Chegamos a um determinado ponto, que o controle estava bastante, vamos chamar assim, em condições melhores, em termos segurança, tanto de trabalho como também de fluxo de comércio. Começamos nos aproximar, a gente já vinha com tratativas com o Governo Paraguai, prestamos consultoria ao Governo Paraguai. Também, tanto na administração tributária como na administração aduaneira. E o propósito desse ambiente nós verificamos. Em primeiro lugar, temos que estimular a importação legal de mercadorias. O Paraguai faz parte aí, são países membros do Mercosul. Temos aí um acordo aprovado por esta Casa. Temos que combater a concorrência desleal. O controle mais rigoroso. O quê que foi construído, o quê que foi engendrado? Realmente é um regime que busca essas premissas.

Esse regime ele não vai substituir a forte atuação ao combate ao contrabando, ao descaminho. Esse regime não vai substituir. Nós vamos aperfeiçoar, vamos em frente. O trabalho integrado com outras instituições, o uso de inteligência, enfim, não irá substituir. Vamos continuar aumentando a fiscalização não só na fronteira paraguaia, como é a nossa missão. É cobrir todo o território. Queremos, especialmente ali, naquela cidade, um ambiente propício ao turismo, ao comércio formal. Então por isso que foi criado esse regime. Esse regime, inclusive, respeitando, inclusive, a todos os representantes aí das entidades, eu acho que a preocupação dos senhores é a mesma preocupação nossa, nós não podemos, de forma alguma, queremos realmente mercadorias de qualidade. De forma alguma nós estamos pensando em permitir nesse regime a importação de produtos contrafeitos, piratas, de forma alguma, de forma alguma. É um canal, um espaço específico para quem quer formalizar. Queremos isso. Hoje essas mercadorias entram no mercado e não pagam, pagam zero de imposto.

Esse regime vai eliminar isso? Não, de forma alguma. Vai continuar. A turma vai continuar experimentando, apostando na ineficiência da Administração Pública, só que essa aposta vai ficar mais alta. Entre arriscar e pagar a alíquota, aqui colocada, de 42% é o custo, é o custo da sonegação, é o custo do contrabando, do descaminho. O regime prevê, mas já buscando responder, Senador, a pergunta formulada, o regime prevê uma tributação unificada de 42,3%. Isso representa uma parte de imposto de importação de 18%, 15% de IPI e o restante de PIS e Cofins, 9,25% de PIS e Cofins. Então 18 de II, 15 de IPI, 9, 25 de PIS e Cofins.

O regime também, ele foi construído para quê? Somente poderão ser importadas mercadorias relacionadas em ato do Poder Executivo. Tem as restrições legais ali, armas, munições, já foram colocadas.

O Poder Executivo vai estabelecer limites, inclusive fixar limites quantitativos por tipo de mercadoria para as importações. “Olha, essa mercadoria não entra, mas essa pode entrar uma quantidade X”. Vai ser criada uma comissão de monitoramento do regime tributário. Essa comissão, ela é composta, além dos representantes do Poder Executivo, teremos também representantes das entidades representativas do setor industrial, inclusive uma do pólo industrial de Manaus, de comércio, de serviço e de representantes das duas Casas do Congresso: Câmara e Senado. E, evidentemente, o coordenador dessa comissão, ele poderá chamar entidades representativas de segmento da economia nacional se sentir, num dado momento, prejudicado. Então, são revistos isso, reuniões agendadas aí a cada três meses ou extraordinariamente, enfim.

Então, quando se coloca, por que nós acreditamos que esses 42%, para quem sonega, de fato, é muito, mas para quem quer se formalizar é a oportunidade, dentro dos limites, o limite até X reais de importação ano, nós estamos falando de 240 mil. Determinadas mercadorias, quer dizer, para quem quiser ele vai pagar. Hoje entra sem pagar nada. Amanhã poderá entrar pagando lá essa tarifa.

Mais uma vez eu repito, temos enorme, evidente, preocupações no que diz respeito a produtos contrafeitos, é a nossa obrigação, temos que atuar de forma firme nesse segmento e vamos continuar atuando. Eu espero que naquele ambiente tenhamos, como aqui já foi colocado, treinamentos, cooperação, em várias das nossas unidades temos treinamento, a cooperação naquele ambiente, naquele espaço, para que os profissionais que atuam naquele espaço tenham um melhor conhecimento para coibir.

O terceiro ponto colocado com relação ao estudo mais aprofundado, especialmente da fronteira, de

outras fronteiras, ou citando a própria fronteira do Rio Grande do Sul, mas temos, já dispomos no Mercosul de um regime próprio de fronteira. Um comércio fronteiriço. Já há uma regulação a respeito dessa matéria. E observamos que as características da fronteira lá do Uruguai, por exemplo, ou mesmo da Argentina, tem outras características, tem outras, claro, nós não podemos nos descuidar, tanto é que a pressão que nós estamos colocando, a organização em termos de trabalho que nós impomos ali na fronteira, que já vinha no Rio Grande do Sul, ou ali no Paraná, naquela região, como a que colocada, a turma está subindo. Está chegando ao centro-oeste. O centro-oeste o ambiente, a própria logística é difícil. É fronteira seca. Então não adiantamos atuarmos lá, naquele ponto de fronteira, o ideal é nós atuarmos um pouco mais recuado, com uma base um pouco mais recuada, onde, efetivamente, ali naquela base a gente vá pegar a logística lá da distribuição do comércio. Inclusive essa proposta consta num projeto de lei em discussão aqui no Senado, que é o Projeto do Porto Seco, ele tem... Está prevista essa proposta de ter uma base de controle mais efetivo para essas áreas, para as áreas de maior dificuldade em termos de logística no combate ao contrabando.

Então, entendemos que temos um remédio, nesse momento, controlado para ser aplicado nessa área. Temos os acordos do Mercosul, teríamos que examinar, claro, nós temos sempre que estar estudando, aprofundando, como que é a situação da fronteira A,B,C, mas enfim, pode ser examinado. Hoje temos o comércio de fronteira, um regime próprio de venda de balcão e tal. Hoje já tem. Ele já atende para essas áreas, enfim, mas sempre estamos à disposição, é nossa obrigação estar sempre aprofundando, estudando os nossos desafios aí pelas nossas fronteiras, Senador.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Só complementando. Como que o senhor encara essa proposta do Senador Zambiasi?

SR. JORGE ANTONIO DEHER RACHID: Não, temos que examinar, veja, para as fronteiras, mais uma vez, temos a regulação do comércio fronteiriço. Eu tenho lá, eu posso sair de um lado, comprar, voltar. Nessas fronteiras nós não temos uma característica como tem *Ciudad del Este*, nós não temos a característica semelhante a *Ciudad del Este*.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu sei que não é semelhante, mas o argumento é o seguinte: como existe zona de livre comércio do lado de lá da fronteira e do lado de cá da fronteira, não existe zona, o lado comercial das cidades brasileiras. Senador Simon, é Santana do Livramento a cidade, se eu não me engano? Uruguiana e Santana do Livramento. Jaguarão e Santana do Livramento viraram

verdadeiros desertos porque ninguém dessas cidades faz compras na sua cidade, vão e fazem compra do lado, onde existem zonas de livre comércio. Então a proposta dele é que nessas zonas haja livre comércio. Eu sei que são características diferentes, mas eu colocando no contexto que estão surgindo problemas diferentes em cada uma dessas cidades fronteiriças. E aí tem essa proposta do Senador Zambiasi, que me parece que é uma reivindicação do Sul, como é que o senhor encara essa visão?

SR. JORGE ANTONIO DEHER RACHID: Lamento não conhecer na íntegra a proposta que está sendo colocada, mas mais uma vez eu coloco... É uma Emenda a esse projeto. Mais uma vez eu coloco, podemos estudar melhorias aí, como nós estamos estudando em outros pontos. Não necessariamente precisamos estender modelos. No caso específico, o remédio que nós estamos adotando para *Ciudad del Este*. Mas temos que verificar qual a melhoria, o quanto isso que encaixa nas normas hoje vigentes no Mercosul.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Concedo a palavra ao Nobre Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, eu tenho algumas convicções na vida, e uma dessas é que a aprovação, aqui no Senado dessa matéria, se ela se desse, será muito mais tensa do que na Câmara. É bom não termos ilusão quanto a isso. Eu gostaria de, antes do meu próprio arrazoado fazer alguns comentários em relação ao debate entre o Senador Tasso Jereissati e o Dr. Rachid. O que eu vejo mesmo, Dr. Rachid, é que essa medida vai propiciar uma verdadeira fábrica de CNPJs, infinito, para tudo se juntar de modo a legalizar a ilegalidade, e por outro lado hoje a Receita está, a meu ver, não completamente pronta para enfrentar a ilegalidade tal como ela se põe, e ela vai ter agora um trabalho dobrado, ela vai ter que ver o que da lista de produtos permitidos está passando e o que não deveria passar. É um trabalho dobrado.

O senhor falou que a Receita está tratando de se aperfeiçoar para se adequar a essa situação, me pareceria mais lógico se aperfeiçoar primeiro para depois, então, se tentar esse tipo de medida.

O representante da ELETROS foi definitivo, essa frase que deu uma que ninguém precisaria ter falado mais nada, a meu ver; que o Paraguai não produz eletroeletrônico, por exemplo então nós estamos aqui discutindo o quê? O Paraguai, facilitando a indústria do Paraguai, gerando empregos no Paraguai? Ou na verdade gerando empregos no Taiwan, na Ásia? Enfim.

Eu gostaria de dizer com muita clareza, com muita, muita abertura, com muita sinceridade que para mim

tem uma posição fechada de governo, tanto que eu, por exemplo, apresentei, não sei outros, eu apresentei como parlamentar, quatorze Emendas, nenhuma delas foi aceita. Então eu estou realmente produzindo muito mal ou tem uma posição fechada para se atender determinado objetivo político no que entende o governo brasileiro como sendo a relação ideal entre o Brasil e o Paraguai. Com a Bolívia a gente já viu no que deu, quem sabe agora seja a vez de fazer esse favor. Discutir Itaipu, como fez o Ministro Celso Amorim eu até justifico, Itaipu é uma coisa, agora discutir a legalização da ilegalidade a pretexto de melhoras as relações bilaterais, é simplesmente o Brasil não está sabendo defender o interesse dos brasileiros. Os que produzem e geram emprego aqui.

Eu vejo nitidamente nessa sala, dois, três setores, que eu me referiria ao doutor, ao meu amigo Absalão, prezado representante da feira do Paraguai aqui. Mas eu vejo dos dois produtos importados, por exemplo, dos dois outros setores eu vi com clareza, de um lado o Governo e de um lado quem empreende. De um lado o Governo com suas regras e seus compromissos políticos e de outro lado quem gera emprego. Com muita clareza eu vi isso. Então eu até já vi o Governo fazendo concessões e não seria o primeiro Governo a fazer concessões, e não seria o primeiro Governo a eventualmente fazer concessões que não fossem boas para o seu povo. Isso a história está cheia de exemplos. Mas com o dinheiro público talvez seja a primeira vez. Usar dinheiro público para isso, subsidiar isso, me parece que beira a falta de racionalidade ou pelo menos vai para o lado de uma racionalidade, que não é aquela que eu julgo a melhor racionalidade para os interesses de meu país.

O Brasil tem que praticar um princípio, o princípio é: Não ser ilegal, não ser pirata, não praticar nada parecido com descaminho, não tolerar o crime e não contemplar que use dessas práticas. E eu não sei se nós estamos indo para o caminho certo, enveredando por essa trilha.

Então nós vemos, nós vemos, eu até, Dr. Rachid, eu estou aqui, eu estou surpreso porque essa postura da Receita tão assim condescendente é a primeira, tomara que não seja, porque eu nunca encontrei moleza na minha relação como defensor, pois é, na minha relação como parlamentar pelo Estado do Amazonas, com as exceções que se contém no próprio modelo da zona franca da Manaus. Eu tenho tido desde os tempos do Dr. Everaldo Maciel, não mudou em relação aos tempos de V. Sa., eu respeito a ambos, tenho muito carinho por ambos, mas eu nunca levei uma ali. Eu estou estranhando que parece que é uma nova Receita, essa Receita parece que recebeu uma ordem

clara, política que diz faça e faça e acabou a história porque é uma decisão política do Governo brasileiro e da Diplomacia brasileira. Eu tenho aqui uma, quando esse projeto de lei, que passa a trancar a pauta a partir do dia 9, quando ele, quando era ainda uma MP ano passado, o Presidente do Sindicato Nacional dos Analistas Tributários da Receita Federal, Dr. Paulo Antenor de Oliveira, afirmou, a MP era 380 de 2007, que a chamada MP do sacoleiro poderia trazer problemas para o Brasil, uma vez que outros parceiros comerciais poderiam exigir o mesmo tratamento dispensado ao Brasil, ao Paraguai na proposta, ou seja, era o pensamento de alguém que trabalha pela visão do analista tributário assim como o doutor, o Ministro João Luis Pereira Pinto trabalha pela visão de um diplomata profissional e assim como nós vimos os autônomos sendo defendidos pelo Sr. Absalão, e assim como eu percebi claramente empresários defendendo os seus interesses, interesses que se misturam com milhares e milhares de empregos no país enfim.

Mas, eu gostaria de dizer que tem uma bela, eu ouvi aqui o Senador, o Senador Adelmir me dizer que estava se esclarecendo de muita coisa, porque o debate, é muito importante que se realize esse debate neste momento. Vamos ter uma votação que vai ser bastante intensa e eu espero e se depender de mim vai ser assim, calorosa e intensa.

E veja o Sr. Absalão é a figura do pequeno e em sua consciência com exceção de quem seja uma pessoa perversa de coração, quem é que é contra o pequeno ter oportunidade?

O Senador Tasso Jereissati falou algo que é de extrema lucidez para fazer a mesma coisa pagando 42% eu entendo que a racionalidade desse pequeno significaria dizer, não vou, o que eu ganho não dá para pagar esses 42, então teria alguma coisa por trás disso. Teria alguma coisa por trás disso. Então eu questiono se na verdade essa Medida Provisória terminará beneficiando os pequenos, ou, terminará por fazer, para completar o interesse de organizações sediadas em Taiwan, no Panamá, em Miami. Esse é o meu medo. Esse é o meu medo, enfim.

Muito bem, nós temos um número, que é um número assustador, pirataria, contrabando e descaminho, descaminho, contrabando seria na verdade alguém trazer algo ilegal para dentro, armas, não é? Então é contrabando quando alguém traz armas para dentro da fronteira brasileira, descaminho significa trazer algo legal, uma televisão, por vias ilegais e pirataria todo mundo sabe o que é. É, por exemplo, o José Padilha ter visto o filme dele pelas mãos de pessoas que viram antes dele, esse é o melhor resumo da definição de pirataria, enfim.

No mundo, Presidente Marco Maciel, 520 bilhões de dólares ano. No Brasil discutimos muito, quase nos engalfinhamos aqui por causa de CPMF, 40 bilhões/ano, 42 bilhões/ano. Pois o Brasil deixa de arrecadar, e olha que a vontade de arrecadar do Dr. Rachid não é pequena, mas é, nós temos, deixa de arrecadar 42, 36 bilhões/ano no mínimo pela via da pirataria, do contrabando e do descaminho.

Então o Brasil não pode a meu ver tomar nenhuma atitude que seja precipitada e me parece que é uma precipitação muito clara aí, no campo dessa proposta de lei.

Muito bem, aí eu vejo as regras do Mercosul sendo burladas para que terceiros países obtenham a tarifa privilegiada, que essas regras propiciam, para virem concorrer com o parque industrial brasileiro.

E me chamou muita atenção no depoimento do Dr. Edson Luis Vismona, o depoimento do Diretor da Câmara de Comércio de Tecnologia e Informação em *Ciudad del Este*. Eu fiquei impressionado. Tecnologia e Informação em *Ciudad del Este*, eu imagino que se eu for lá vou encontrar umas fábricas enormes, que na verdade eu vejo como adversário em potencial, potencial não, adversário prático e diário da Receita Federal brasileira, o depoimento dele é muito nítido, essa lei vem resolver um problema que ele vê. Qual o problema que ele vê? Ele está muito pressionado pela Receita Federal brasileira, com essa lei ele vai desafogar, vai desafogar porque legaliza, não. Ele vai desafogar porque com certeza ele encontra aí a capa para aumentar ou no mínimo legitimar a ilegalidade que hoje ele pratica. O resultado então, isso me interessa muito de perto, o desemprego no meu Estado, que bom que eu vejo que tem solidariedade de outros estados, estarei firme ao lado do Senador Zambiasi, Senador Simon, Senador Paulo Paim, nesse episódio, nós estamos hoje percebendo como está sendo frutífera esta reunião.

Os estados todos que são produtores pagarão um preço elevado por isso. E nós estamos aqui vendo quando eu disse que era Governo de um lado e quem empreende de outro, aqui nós temos: o Fórum contra a Pirataria e a ilegalidade, Estudo Brasileiro em Defesa da Competitividade, a ABINEE, a ELETROS, a ABIÓTICA, ABRINQ, a ABIPLA, ADIPEC e, portanto há muita legitimidade no que se faz.

Eu gostaria de dizer, fazer aqui umas indagações que são muito importantes. Quantos microimportadores serão credenciados? Limite para cada um, eu ouvi falar em R\$140.000,00. Controle das eventuais cotas fiquei preocupado, Dr. Rachid que está trabalhando para implantar, então nós vamos, enquanto a gente não implanta tudo eu suponho que alguma coisa vai

passar, então nós vamos, então já está implantado, então vamos sair do gerúndio para o já implantado, então corrija Dr. Rachid sua primeira resposta ao Senador Jereissati, estamos implantando não, já implantamos, porque senão não estamos prontos para debelar a ameaça, esse verbo tem uma importância muito grande para mim, enfim, como aliás tudo que a língua portuguesa diz.

Então muito bem, como a gente vai evitar que essas organizações criminosas que eu me referi de Taiwan, de Miami e do Panamá, elas sejam as grandes vitoriosas desse episódio? E aí eu pergunto: que acha disso a UMC? Como é que nós vamos trabalhar isso dentro da Mercosul? Óbvio para mim é que a Ásia vence, Paraguai se ilude e o Brasil perde. Não vejo que nós cheguemos a deter o contrabando por essa via. Vejo perda de emprego no Brasil e não vejo acréscimo de empregos no Paraguai, vejo que pode haver uma fábrica também de notas fiscais frias e, muito bem, tenho medo de desinvestimento no nosso país em função de medidas como essa.

E eu gostaria de resumir, Sr. Presidente, para V.Ex^a e os Ilustríssimos participantes dessa Audiência Pública, as Emendas que apresentei e nenhuma delas foi considerada hábil para ser aproveitada no relatório aqui, nem na Câmara e nem aqui no relatório da Senadora Serys Slhessarenko, que a meu ver representava claramente o Governo, como claramente representa o Governo o Dr. Rachid, como claramente representa o Governo o Ministro Pereira Pinto, enfim.

Então a primeira Emenda. Estabelecer limite anual de R\$ 60.000,00 para cada optante do regime, sem deixar isso para posterior deliberação do Poder Executivo.

Outra Emenda: Importação pelo Regime de Tributação Unificada deve impedir o ingresso de produtos falsos, piratas e contrafeitos que de qualquer forma afronta a legislação brasileira, ou seja, nós pedimos o óbvio e isso não foi aceito pela relatora.

A terceira Emenda, eu mudo o § único do art. 3º, tratando da importação via terrestre e esse aqui é muito grande, mais basicamente eu vou resumir, a importação de produtos pelo RTU não pode representar liberação de produtos acabados, bem como suas partes e peças, ou seja, nós estaríamos facilitando essa desindustrialização de que eu tenho medo.

Aí outra Emenda: Na operação de importação não pode ser permitida a interposição de terceiros que possam dificultar a fiscalização e resultar em procedimento fraudulento. Então nada de se permitir a transferência para terceiros de nítidas vantagens fornecidas para microimportadores. Eu sinceramente não alcanço porque essa Emenda não foi acatada, eu não consigo

entender como é que alguém possa achar bonito que é beneficiado por selo possa anunciar sua cota para um terceiro. E a minha Emenda foi rejeitada.

Então quem viu o filme 300 que se prepare porque vamos ter que lutar muito. Não se pode admitir outra Emenda, que produtos importados ingressem no Brasil sem respeitar os regulamentos técnicos que preservem a saúde e a segurança das pessoas especialmente porque os que aqui fabricados e comercializados são obrigados a obedecer. Se trata de bom senso a meu ver. Puro e simples.

Outra Emenda: A importação mediante esse regime especial deve seguir expressa e objetivamente o Código de Valoração Aduaneira e da Nomenclatura de Valor Estatístico para que sejam coibidas práticas danosas ao erário, como subfaturamento e a declaração errônea de conteúdo e origem, sinceramente eu espero sair esclarecido, porque eu pensei que isso ia ser aceito pacificamente.

Outra Emenda: Não se pode admitir depois dos avanços obtidos pela Receita Federal do Brasil, no combate ao contrabando e ao descaminho, que o transporte dos produtos importados no Paraguai sejam realizados em ônibus, vans e automóveis. Eu sugiro, Sr. Presidente, que estabeleçamos um sistema de transporte, um sistema de transporte especial, ou seja, é muito claro para evitarmos a mixórdia de hoje. Até pelos aspectos de segurança, saúde, enfim. Também para facilitar obviamente a fiscalização por parte da Receita Federal.

Outra Emenda: A adoção de Declaração Simplificada representa possibilidade de serem afastados procedimentos para o controle da aduana e especialmente tendo em vista a excepcionalidade desse Regime Tributário que ser avaliado de modo preciso e criterioso e, portanto não deve ser permitido esse registro simplificado.

Outra: Uma vez que está previsto o pagamento dos impostos incidentes quando do registro da declaração de importação é fundamental que esse pagamento ocorra dentro dos parâmetros definidos pelo Banco Central do Brasil coibindo assim a lavagem de dinheiro e a evasão de divisas.

Outra, sinceramente eu aqui peço que se respeite as regras do Banco Central do Brasil, Dr. Rachid, eu peço que se respeite as regras do Banco Central do Brasil, eu peço que nós simplesmente enfrentemos a lavagem de dinheiro e a evasão de divisas e não tive acolhida dessa Emenda por parte da Sra. Relatora.

Outra Emenda: Com a adoção da tarifa consolidada pelo Brasil na Organização Mundial do Comércio e que deve ser aplicada nesse regime especial, inclusive para não criar maiores controvérsias no âmbito das

negociações comerciais multilaterais a alíquota única deve ser majorada e isso está muito claramente posto quando aqui houve o debate do Senador Jereissati e V. S^a, porque ficou patente que se é pequeno mesmo para ganhar o mesmo que ganha hoje, se é pequeno não ganha muito, não interessa paga 42, então alguém tem interesse em pagar 42 para chegou a um fim que não é um fim que beneficia o pequeno que aqui é legitimamente representado pelo Sr. Absalão.

Muito bem outra Emenda, a tarifa essa, eu proponho o seguinte que 35% a título de imposto de importação e a tarifa consolidada no Brasil pela UMC e deve ser aplicada nesse regime especial, inclusive para não criar maiores controvérsias no âmbito das negociações comerciais multilaterais.

Outra ainda, a definição da alíquota não pode ficar ao arbítrio do Poder Executivo devendo ser fixada pelo Poder Legislativo para a segurança do próprio Sistema Tributário e, portanto do contribuinte.

Outra ainda, Dr. Rachid, o Regime Excepcional deve obrigatoriamente ser direcionado para vendas ao consumidor final, não sendo admitido que esse seja um mecanismo de fornecimento para estabelecimentos comerciais que representariam uma evidente distorção e mais um procedimento de concorrência desleal com as empresas instaladas no Brasil e que arcam com o pagamento de imposto de forma.

E, finalmente, Dr. Rachid uma última que atende uma antiga e reiterada demanda da região Amazônica que é a possibilidade da utilização de incentivos para industrialização dos produtos originários dos recursos naturais regionais, entretanto como albergado pelo PLC a possibilidade fica restrita a área de livre comércio de Macapá/Santana, ocorre que o art. 6º do Decreto-Lei 1.435 de 16 de dezembro de 1975 já prevê esse incentivo para toda Amazônia Ocidental, apenas o limitando para matérias primas agrícolas e extrativas vegetais, o que obviamente cerceou a eficácia.

Com o presente PLC essa possibilidade se amplia para segmentos animal, vegetal, mineral excetos do capítulo 26 da MCM ou Agrosilva pastoril, a presente Emenda, portanto apenas absorve o texto do PLC incluindo aí as áreas onde já há previsão desse incentivo.

Portanto Dr. Rachid, eu gostaria muito de ouvi-lo claro que, sinceramente até, eu só estou surpreso com a bondade que demonstrou dessa vez, mas não me surpreende se eu não me der bem de novo, parece que eu tenho menos prestígio do que Ciudad Del Leste neste episódio, o que me deixa contestado pelo apreço e admiração que tenho por V. Ex^a. , agora eu estou definido obviamente, mas eu queria entender algumas coisas, algumas dimensões tão óbvias que

tenho talvez até me tapeado para usar uma expressão mais chula se tivesse aceito algumas, não aceitando nenhuma. O Itamaraty diz isso eu entendo por vias de política externa, eu não seria, mas, se fosse [ininteligível] seria outra, como não sou, ela é que é, eu respeito a vontade que as zonas manifestaram em 2003, 2002 e 2006, muito bem. E entendo o seu papel de servidor público, não quero mais ser, que existe uma contradição entre o Rachid duro e esse Rachid mais mole, eu não digo mole, esse Rachid mais bonzinho, mais *light* há e eu sinceramente fiquei mais seguro de que tenho muita razão ao estar escabreado quando ouço o setor produtivo falar e quando eu vejo que nenhuma Emenda é boa então quem sabe eu deva renunciar ao mandato, enfim não é possível que eu e minha assessoria só produzamos coisas que não possam ser aceitas pelo crivo tão lúcido de V. S^a. E do Governo que aí está. Eu percebo que nós temos que elucidar essa questão para valer eu vejo perigo claro para emprego no país, vejo perigo claro para emprego no meu estado. E isso me faz lutar com unhas e dentes para que esse projeto não seja aprovado, Sr. Presidente, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu concedo a palavra agora ao Dr. Rachid para responder as colocações feitas pelo Senador Arthur Virgílio, o líder do PSDB aqui nessa casa.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente, será que antes não era possível ouvir o Senador Zambiasi? Porque o Senador Tasso fez uma interpelação sobre as Emendas dele e ele veio especialmente para fazer esse esclarecimento que o Senador Tasso pediu. O próprio representante da Fazenda...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): De minha parte nada oponho, eu cederei a palavra ao Senador Sérgio Zambiasi para formular, as questões já foram suscitadas pelo Senador Pedro Simon e foram reportadas pelo intermédio do Senador Tasso Jereissati.

SENADOR SERGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado Presidente Marco Maciel, Ministro Rachid e aos colegas aqui e ademais que estão nos acompanhando, obrigado Senador Tasso, que teve a gentileza de incluir na discussão uma questão que é extremamente, que é vital para o Rio Grande do Sul. O Rio Grande do Sul tem uma metade que está estigmatizada, metade sul do Rio Grande do Sul, aliás, os territórios da cidadania criados agora pelo Governo Lula e o Ministro Tarso Genro, todos os municípios do Rio Grande do Sul incluídos nos territórios de cidadania são da metade sul. Lá próximos de Livramento, Jaguarão, exatamente pela dificuldade de desenvolvimento que nós estamos enfrentando. Eu inventei de apresentar uma PEC aqui no Congresso reduzindo a faixa fronteira para quem

não conhece o tema ainda, nós temos uma faixa de fronteira lá criada em 1860 e ampliada em 1930 e ampliada novamente em 37 que abrange 150 km em todo o Brasil, significa que esta faixa tem o tamanho da Espanha, com o orçamento de 160 milhões de reais. Metade do Rio Grande do Sul é faixa de fronteira e agora confundiram a PEC de faixa de fronteira com plantação de eucalipto, isso é a coisa mais maluca que eu já vi na minha vida. Na realidade a Lei de Faixa de Fronteira, ela dificulta investimentos de sócios estrangeiros, se forem plantadores de eucalipto não interessa, aliás os maiores plantadores de eucalipto do Rio Grande do Sul, são Aracruz e a Votorantim, que são brasileiros e tem mais a [ininteligível] que é uma empresa estrangeira que eu não sei a origem dela, mas, está lá também.

E aí estão dizendo que plantar eucalipto é ruim, dificultando esse processo de desenvolvimento e esqueceram-se que o proprietário daquelas regiões sendo brasileiro pode plantar o que bem entende e ainda não foram buscar as informações necessárias, podem usar apenas 25% da área, me corrija o Senador Pedro Simon. O quê que nós estamos pensando? O Uruguai tem alguma coisa em torno de seis *freeshops* se não me engano, seis a oito.

Então muito bom para o turismo uruguaio, péssimo para aquela região. Porque as pessoas vão até a fronteira para fazer compras no Uruguai e não permanecem então se instala num hotelzinho por ali pode até fazer alguma coisa, um posto de gasolina em Jaguarão, Livramento também, mas, uma loja ali não sobrevive, não sobrevive. Livramento em 2006, a Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul fez uma projeção, uma projeção de que o município teria 94 mil habitantes em 2006, IBGE pesquisou 2007, 84 mil. Dez mil a menos que a previsão de 2006. Jaguarão, a Fundação previa 34 mil habitantes. Jaguarão é triplíce fronteira – Argentina, Uruguai e Brasil, tem 29 mil habitantes. Pesquisa do IBGE de 2007.

Quer dizer que há uma fortíssima migração, porque as expectativas de investimentos são muito difíceis e a proposta que nós estamos fazendo Senador Tasso, é oferecer uma alternativa de dar competitividade a região com o apoio do Governo Federal. Oferecendo essa oportunidade de desenvolvimento e esse debate como vocês estão fazendo. Se a Emenda vai ser acolhida ou não eu espero que sim, ou se propõe uma alternativa, Senador [ininteligível], o senhor que ajudou tanto as nossas fronteiras lá. O senhor e o Senador Simon que abriram o Mercosul, e eu defendo tanto, mas eu acho que nós temos que olhar aquela questão porque o que nós percebemos é a dificuldade de encontrarmos estímulo para que se implantem empreendimentos que

gerem desenvolvimento, riqueza, emprego, qualidade de vida sob pena de encontrarmos aqueles vazios enormes na metade sul, que provocam migrações ao invés de investimentos que possam gerar o desenvolvimento que eu defendo.

Então essa foi a proposta, por essa razão nós incluímos no projeto esta proposta, esta Emenda para criar nos municípios de Livramento e Jaguarão áreas de livre comércio sob regime fiscal especial com a finalidade de promover o desenvolvimento econômico e social da região da fronteira do extremo sul e oeste do estado e de incrementar a relação bilaterais com a República Oriental do Uruguai segundo a política de integração latino americana. É isso Presidente, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com a palavra o Dr. Rachid, para responder as colocações feitas pelo líder Senador Arthur Virgílio.

SR. JORGE ANTONIO DEHER RACHID: Muito obrigado, Presidente, inicialmente gostaria de cumprimentar o Senador Arthur Virgílio pela oportunidade, de ter dirigido algumas palavras a mim e à minha instituição, Receita Federal do Brasil. Eu diria, Senador, não, cada vez mais, é igual rapadura, doce, mas duro. Acho que é o papel da Receita Federal.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): [pronunciamento fora do microfone].

SR. JORGE ANTONIO DEHER RACHID: Não tem não. Não tem não, Senador Tasso.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Mais dura do que doce.

SR. JORGE ANTONIO DEHER RACHID: Então não há nenhuma, muito pelo contrário, o que eu, mais uma vez eu diria, que esse regime, ela não substitui a forte atuação da Receita Federal, nós estamos disponibilizando, criamos esse regime para permitir contribuintes que queiram se formalizar, que paguem tributos. Eventualmente aqui, o que o senhor, inclusive já havia mencionado, não é, nós não queremos, mesmo o próprio Senador Tasso, nós não queremos de forma alguma liberar ou criar algum privilégio para produtos de origem asiática, não. Aqui é o controle efetivo. Havendo a contrafação, havendo produto não, que respeite as nossas normas, eles serão retidos como são retidos em outros pontos de fronteira. E da mesma forma, eventual produto ilícito que entre, essa possibilidade existe de acordo com mais das nossas fronteiras marítimas e terrestre.

No que diz respeito à quantidade de CNPJs que poderão ser criadas, temos preocupações com relação a isso, por isso que são empresas que estarão no Simples, terão um controle como temos o controle hoje de habilitação, fazemos análise de risco, identi-

ficamos, eventualmente, contribuintes que importam, Sr. Presidente, ou pelo menos se habilitam para importar e queremos ver realmente quem são os reais importadores, qual a capacidade financeira para efetuar importação, a autorização para tanto, isso vai continuar. O trabalho de inteligência vai ser adotado, vai continuar, enfim, uma vez detectando, a norma já prevê, serão efetivamente excluídos do regime. Não queremos usar o termo aqui, não é legalizar a ilegalidade, é um produto. Se essa operação é ilegal e o contribuinte cometer ilícitos, uma vez detectado, serão punidos. Não há nenhuma, o que se quer, o que se pretende nessa norma, tendo esse controle, conforme eu já mencionei, uma câmera(F) de monitoramento com a presença de entidades, representantes das entidades privadas, representantes das duas Casas aqui do Congresso. A fixação aqui, Senador, o senhor já mencionou uma vez esse projeto, essa lei aqui aprovada, sancionada pelo Presidente, haverá regulamentação. E nessa regulamentação que eu coloco, nós estamos aí construindo o espaço adequado para que seja feito esse controle. Acredito que a Secretária Clecy Lionço mencionou aqui, esse controle não se dará lá na fronteira junto com os turistas, junto, não, o controle vai se dar num local recuado, aproximadamente 300, 400 metros da Ponte Internacional da Amizade onde vai ter um corredor próprio, com transporte próprio, com veículo próprio, para que seja feito esse controle aduaneiro naquele espaço.

Então quer dizer, nós estamos buscando aí a melhor, melhores condições tanto para os que vão praticar legalmente esse comércio como para os profissionais que atuam na área para efetivar esse controle. Então, por exemplo, esse 42% de alíquota aplicável, ora, se for um produto de origem paraguaia nem imposto de importação teríamos. Se for um produto de origem fora do Mercosul, se entrar em outras fronteiras tem a aplicação da alíquota, se entrar também de forma irregular nem os 42% serão pagos. O que nós queremos é que seja pago. E este controle, essa câmera de monitoramento pode verificar. Alguém pode fixar, “Olha nós não queremos produtos de origem A, B ou C ou que contenham tais características”, ok, não tenha. Isso vai ser coibido naquele ambiente, ali naquele ambiente controlado. Claro, nós temos também fronteiras, mais uma vez repito, a logística nossa é uma logística delicada aí para efetuar o nosso trabalho, naquele controle, naquela fronteira haverá a coibição, será coibida a entrada de produtos que não respeitem as nossas normas.

Então, mais uma vez, de forma alguma, a Receita Federal vai continuar atuando como vem atuando, de maneira muito firme, muito forte, não vai ser esse

regime que vai atender e nem pode. A instituição Receita Federal, como papel de Estado que ela dispõe, Sr. Presidente, ela não vai atender os anseios aqui, que foram mencionados aqui, na imprensa, na exposição anterior, anseios de terceiros aí mencionados. Não, muito pelo contrário, nós seremos rigorosos, Senador, seremos rigorosos como estando sendo e vamos buscar uma atuação mais forte para coibir. Eu vejo que essa, como o senhor mencionou, eu até anotei a trilha, eu acho que é como eu coloquei, a preocupação dos setores empresariais aí são as nossas preocupações. Acho que estamos alinhados em relação a isso. Eu só digo o seguinte, esse regime da forma que foi construído nós temos como administração tributária aduaneira um conforto para efetuar, permitir e consequentemente efetuar o comércio lícito de mercadorias naquele ponto. Se eventualmente, Senador Arthur Virgílio, ficou algum ponto a desejar.

Me permita, Presidente, eu acho que o senhor comentou sobre fábrica de notas fiscais frias, nós queremos que o controle seja eletrônico, as equipes já estão conversando, quando a mercadoria sair do outro lado o fisco brasileiro vai tomar conhecimento. Quando a mercadoria for vendida do outro lado, não é, o fisco brasileiro vai tomar conhecimento. É a nota fiscal eletrônica que vai ser usada, estabelecida. Se eventualmente ficou alguma coisa para trás, por favor, me chame atenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Concedo...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSBD-AM): A sua explanação foi muito clara, sem que eu, claro, veja razão substantiva para mudar de lado. Percebo que os problemas remanescem e o futuro dirá, se essa lei for aprovada e eu farei o impossível para ela não ser, se essa lei for aprovada e as consequências surgirem do jeito que eu temo, será uma perda terrível. Ou seja, o risco, portanto, para resumir meus sentimentos. Eu tenho a impressão que seria melhor mais meditação, seria melhor menos assaudamento(F) e menos fé na interrogação. Eu vejo que o Governo coloca muita fé numa interrogação. Pode ser que razão não assista à V.Sa., e se não assistir a V.Sa. o prejuízo para o país será muito grande, sob a forma de empregos, sob a forma de custo social, sob a forma de custo econômico, sob forma de desinvestimento do país. Eu continuo entendendo que é uma matéria absolutamente desimportante, do ponto de vista das necessidades do Brasil para desdobrar o seu processo de crescimento econômico. E ao mesmo tempo uma matéria que poderá ser muito importante se levarmos em conta seu potencial de causar malefícios à economia

já estruturada no país, com muita ênfase para o pólo industrial de Manaus.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Concedo agora a palavra, pela ordem de inscrição, ao Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Marco Maciel, Presidente Senador Aloizio Mercadante, Dr. Jorge Rachid, Secretário da Receita Federal do Brasil, senhores convidados a essa Audiência Pública.

Dr. Rachid, V.Ex^a, todas as vezes que comparece aqui ao Senado, nas nossas diferentes comissões, eu faço sempre questão de realçar o trabalho desempenhado à frente da Receita Federal do Brasil, e até lhe agradecer por confirmar aquilo que a oposição dizia ao final do ano passado, de que poderíamos não prorrogar a CPMF que não haveria queda de arrecadação em nosso país. V.Ex^a confirmou isso dando superávit em todos esses meses, ao longo de 2008, sem a CPMF. O que lhe dá uma certeza de que agimos corretamente ao começarmos a redução da carga tributária com a não continuidade da CPMF.

V.Ex^a, Dr. Rachid, eu gostaria de perguntar a V.Sa., se o PLC que nós estamos discutindo, nº 27, ele é uma reedição da Medida Provisória 380, que foi retirada a sua urgência na Câmara por ocasião da tramitação ainda do projeto da CPMF e depois reeditado como Projeto de Lei pelo Executivo com regime de urgência. Então, se não havia urgência, naquela altura, para que tramitasse como Medida Provisória que o Governo retirou, por que tramitar agora esse Projeto de Lei em regime de urgência? Por que não retirar esse regime de urgência? E aí os líderes do Governo já foram por mim questionados a esse respeito, para que o Senado Federal pudesse aprofundar a discussão e levar adiante a elucidação de todas essas dúvidas que aqui foram levantadas. Então se a Medida Provisória pôde ser retirada do Governo, não há motivo de ter um projeto de regime de urgência.

Então, o primeiro ponto que gostaria que V.Sa. explicitasse seria da possibilidade, já que nós estamos com o Senador Mercadante aí, da base do Governo, da retirada do regime de urgência, para que nós possamos, então, dar continuidade à discussão do Senado Federal deste projeto. Até porque o fato da urgência alegada não gerou efeito algum, Dr. Rachid, pois o Poder Executivo nunca editou a lista positiva que tinha que fazê-lo inviabilizando a adoção do regime unificado. Observamos, contudo, que muitas das queixas dos setores envolvidos decorrem da ignorância quanto aos produtos que serão importados pelo RTU. O Governo Federal já tem algum estudo, proposta referente aos

produtos que deverão integrar essa lista positiva? Seria uma primeira questão.

Uma segunda questão, Dr. Rachid, que o Parecer nº 27 de 2008, institui um regime tributário unificado com a finalidade de facilitar a formalização dos chamados sacoleiros. Não faz referência alguma, contudo, às regras sanitárias e de normalização técnica que todos os produtos comercializados no país devem obedecer. Na regulamentação da lei há riscos de serem abertas brechas para que produtos que gerem riscos à nossa população ingressem em nosso país, já que não haverá uma fiscalização com relação a essa normalização técnica.

Eu, diferentemente do Senador Arthur Virgílio, que não colocou esperança com relação às suas Emendas, por não terem sido acatadas pela nobre Senadora Serys Slhessarenko, eu quero dizer que eu deposito todas as minhas esperanças nas Emendas que encaminhei ao nobre Senador Tasso Jereissati, que é o Relator na Comissão de Constituição e Justiça, de que ele possa, no seu Parecer, acatar as Emendas que chegaram às suas mãos e que possam tornar democrática a discussão e o processo. Tenho certeza absoluta que o Senador Tasso Jereissati, com a competência e a dedicação que demonstra em todas as suas tarefas, vai poder discutir as Emendas que chegaram às Comissões, chegaram às suas mãos como Relator e acatá-las até porque o nobre Senador Arthur Virgílio quando fez a Emenda com relação, estendendo os benefícios do livre comércio para a Amazônia Ocidental esqueceu um único Estado da Amazônia que não teve essa oportunidade de ser atendido, que foi o Estado do Pará. E eu fiz uma Emenda, encaminhei ao Senador Tasso Jereissati para que ele pudesse corrigir essa distorção. Então eu gostaria, Dr. Rachid, que o senhor pudesse responder essas duas questões.

Eu gostaria de fazer também uma pergunta ao Presidente do Instituto Brasileiro de Defesa de Competitividade, Dr. Edson Vismona, que é a seguinte: não havendo qualquer distinção ou especificação no Projeto de Lei sobre a origem dos bens a serem importados com base no RTU, no caso de a tarifa alfandegária paga pelo Paraguai ser inferior à que se pagaria, se o bem ingressasse diretamente em território brasileiro, a aprovação do Projeto poderá ocasionar impactos negativos sobre a atividade empresarial de outros importadores brasileiros? Porque me parece, Dr. Rachid, que nós estamos atendendo os interesses do nosso país irmão, o Paraguai, e esquecendo dos interesses da indústria brasileira. V.Sa. mesmo disse que não vai abranger a todos os sacoleiros, alguns vão se beneficiar, outros não. Ou seja, não teremos uma solução para o problema. A importação, entre aspas, desses

produtos vindos pela Ponte da Amizade, vão continuar. Alguns vão, como V.Sa. disse, pagar os 42% de tributos, outros vão dar continuidade à forma como vem sendo feita até hoje. Então não haverá uma solução para esse problema. Não será solucionado de uma vez por todas. Então eu gostaria de ter essas informações, tanto do Dr. Rachid, quanto do Dr. Vismona.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com a palavra o Dr. Rachid.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, antes do Dr. Rachid, eu queria, solicitar para fazer uma intervenção. Me desculpa, mas eu estou com uma série de compromissos hoje, não pude acompanhar toda a audiência, mas pude acompanhar pela televisão algumas das intervenções.

Queria primeiro parabenizar o Dr. Rachid, que sempre pautou a sua carreira, as suas intervenções pela competência, pela defesa do interesse público, isso só devia dar orgulho, a gente vê a competência, o compromisso que os funcionários da Receita têm com a função que a Constituição e as políticas públicas destinam. Ele está discutindo com transparência, buscando esclarecer e fundamentar.

Eu queria inicialmente dizer, talvez porque eu esteja no Parlamento do Mercosul e agora estou assumindo aí essa Comissão da Representação do Brasil no Parlamento do Mercosul, que esse é um tema sensível na relação bilateral. Portanto a atitude do Senado Federal tem implicações dos nossos interesses diplomáticos.

O Brasil, quero lembrar a todos, não é apenas mais da metade do território e do PIB da população da América do Sul. O Brasil hoje tem um superávit comercial no âmbito do Mercosul, incluindo a Venezuela, de mais de 10 bilhões de dólares. E o Brasil tem superávit comercial com todos os países do Mercosul.

Essa condição de ser um país muito grande, uma assimetria muito profunda, com pequenas economias que se relacionam diretamente com a fronteira brasileira, exige a nossa atitude para promover a integração e construir uma zona de estabilidade econômica, social, diplomática, institucional, que não é uma tarefa fácil, é só olhar o que vive a Bolívia nesse momento ou mesmo o Paraguai, que vive uma inflação de 15%, ou mesmo a situação inflacionária da Argentina, que é muito mais dramática, um desajuste dos preços relativos, uma situação de intervenção do Estado na política de exportações para tentar estabilizar a oferta interna, eles não têm uma empresa petrolífera para amortecer o choque de petróleo de preço. Tudo isso é uma agenda que vai exigir do Brasil cada vez mais esforço na construção do Mercosul, especialmente pelo momento econômico que nós atravessamos, que é muito mais

confortável do que alguns dos países e das pequenas economias da região.

Dito isso, eu também queria ponderar que nós temos agora no Paraguai uma mudança eleitoral importante. A mudança de governo de uma cultura de mais de sessenta anos de um novo governo, que chega com novas expectativas e que chega com uma nova agenda no Brasil. E também um governo que deve mudar as relações internacionais do Paraguai, por exemplo, já há manifestações públicas durante a campanha e pós-campanha, o novo governo de Fernando Lugo é de uma retomada de uma relação estratégica com a China, o que vai mudar todo o padrão histórico do comércio do Paraguai que sempre foi alinhado historicamente à Taiwan. É uma relação sólida e muito profunda com Taiwan que deverá ser modificada agora, o que recoloca parte da discussão que nós estamos fazendo num outro patamar.

Nós temos também um projeto de ZPEs, foi uma longa negociação nessa Casa, que acabou de ser aprovado na Câmara. Finalmente chegou ao Senado e que tem uma interface com o que nós estamos discutindo, porque talvez o projeto de ZPEs possa resolver parte dos problemas que nós estamos querendo equacionar no âmbito desta discussão. E é evidente que o Brasil vai ter que ter uma política para regulamentar esse pequeno comércio, de uma forma que, evidentemente, preserve os interesses nacionais, considere os interesses do parque produtivo instalado, mas tem uma dimensão de relação diplomática, de redução de assimetria, de parceria com o Paraguai que precisa ser considerado. Que eventualmente pode ser também, passar a ser uma demanda de outros estados do Mercosul, que à medida que o Zambiasi coloca, a vivência que ele tem no Rio Grande do Sul, o Senador Pedro Simon, o tema da fronteira com o Uruguai... O Uruguai também, como nação, pode colocar questões referentes ao comércio bilateral, a exemplo do tratado que nós estamos fazendo com o Paraguai.

Por tudo isso, eu considero que seria, eu não tenho condições de falar pelo Governo, não tenho autorização do Governo para tratar dessa matéria, mas a mim, pessoalmente, me parece que seria prudente nós darmos um tempo de amadurecimento para essa legislação. Agora, o tempo de amadurecimento não pode ser como, nós já fizemos alguns acordos no passado e eu, inclusive, patrocinei um acordo, e aqui me penitencio publicamente, no Clia, que eram os portos secos, e nós fizemos acordo com a oposição de não votar para discutir o mérito e resolver, já se vão um ano e eu não consigo colocar na pauta um projeto que eu já dei o Parecer. Talvez faça até um requerimento público para poder solicitar que esse projeto venha

a ser discutido, porque está na Comissão de Constituição e Justiça, um tema que a gente não consegue retomar. Então teríamos que fazer um entendimento um pouco mais amplo, não pode ser, simplesmente, tirar esse projeto da pauta. Esse projeto é importante, é estratégico diplomaticamente nas relações bilaterais, na organização de pequenos comerciantes que, alguns são pequenos, outros nem tanto e não deveriam ter qualquer tipo de facilitação. Então, dentro desse espírito, eu conversei com o Senador Arthur Virgílio, se nós poderíamos estabelecer um compromisso, o Senador Tasso está aqui, com a oposição, de darmos um prazo de 30 dias. Ou seja, nós tiramos, eu não tenho como tirar a urgência. Isso é o Presidente que decide, pode ser que ele não esteja em concordância, não conheço todas as razões de Estado que orientam esse projeto, que elas existem na relação diplomática bilateral, eu sei que o Presidente vai ter um encontro agora com o Presidente Fernando Lugo, em quantos dias?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Semana que vem.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Semana que vem os dois vão se encontrar, isso pode ser um tema de amadurecimento na relação bilateral. Nós vamos ter no Parlamento do Mercosul também um debate importante sobre Itaipu, que é o tema mais sensível na relação com o Paraguai e não há, evidentemente, nenhuma disposição em alterar o Tratado de Itaipu. O Senador Sarney foi muito feliz na forma como defendeu, a vivência que ele tem sobre essa matéria. Eu acho que nós poderíamos propor uma retirada da urgência constitucional dentro de um acordo de entendimento desta Casa, de um prazo de 30 dias. Em 30 dias nós votaríamos à matéria. Daríamos urgência, os líderes dariam urgência, restabelece a urgência e nós tramitamos o projeto. E nesses trinta dias nós poderíamos fazer uma análise mais rigorosa, mais cuidadosa de todos esses aspectos que estão sendo colocados, inclusive das Emendas que foram apresentadas, para a gente ver, exatamente, tentar buscar, aprofundar essa discussão. Nós não vamos, evidentemente, eu vi aqui a agilidade e a competência da equipe do nosso Secretário da Receita Federal do Brasil, já tem Parecer sobre todas as Emendas, por escrito, aqui na mesa. Vai falando a Emenda e a Assessoria ali já “pá, pá, pá, pá”, já vão trazendo o papelzinho aqui com o Parecer sobre tudo. Mas de qualquer forma, o Parecer da Receita é parte do problema. Temos que ir, nos entendermos, discutindo e aprofundando.

Então, a minha sugestão concreta, Presidente, era, me reporte aqui ao Ministro João Luis Pereira Pinto, que é o Diretor de Departamento da América do Sul, consultei-o sobre isso, consultei aqui o nosso Secretá-

rio Jorge Rachid, eles não têm, evidentemente, poder decisório, como eu não tenho, mas me parece que é uma atitude de bom senso, de equilíbrio, que daria tempo de nós amadurecermos na Casa o encaminhamento e, ao mesmo tempo, não seria uma retirada da urgência sem compromisso de retomar o projeto. Em 30 dias nós retomariamos essa iniciativa. Então, essa é a sugestão que encaminharei ao Governo e a minha contribuição a aprofundar essa discussão, com todas as mediações que eu disse, não conheço as razões de Estado, acho que é um tema sensível na relação com o Paraguai. Já há preocupação no Paraguai em relação ao atraso da tramitação dessa matéria e nós temos que considerar isso nas relações bilaterais.

Então a minha sugestão é essa, que nós tirássemos a urgência constitucional com o compromisso das lideranças da oposição de assinarmos a urgência em 30 dias e retomarmos o regime de urgência. Isso daria tempo da matéria tramitar nas Comissões. Porque como está não pode nem ter votação nas Comissões. A partir de hoje ela tem que ir diretamente ao plenário. O que inviabiliza, inclusive, esse amadurecimento da discussão que nós estamos fazendo. Se houver entendimento desta forma e os Parlamentares que aqui estão estiverem de acordo, eu acho que seria uma boa providência parlamentar para nós aprofundarmos e acomodarmos aí tantos aspectos relevantes que foram apresentados nessa audiência.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Gostaria de antes de passar a palavra ao Dr. Rachid, dizer que acho que é positiva a sugestão que o Senador Aloizio Mercadante, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado faz, para que nós possamos votar essa matéria com melhor conhecimento de causa e acredito que isso seria bom para o Senado e também seria bom para o país. Obviamente isso agora vai depender de uma reunião de líderes, que oficialmente se realizará na próxima terça-feira, eu acho que o assunto pode ser discutido, encaminhado, permitindo, conseqüentemente, que se vote a matéria, primeiro com maior esclarecimento, tendo em vista a sua complexidade, e também permitindo fazer com os diferentes atores dos diferentes partidos políticos aqui representados, para que eles possam assim também ter a condição de expressar o ponto de vista de suas respectivas bancadas. Eu não vejo inconveniente, mas obviamente isso vai depender agora de conversas e acho que há um clima propício nessa direção. Posso estar equivocado, mas acho que há um clima propício nessa direção. Indagarei ao Senador José Sarney se ele desejaria fazer alguma manifestação.

SENADOR JOSÉ SARNEY (PMDB-AP): Sr. Presidente, a minha manifestação, ela não se refe-

re exatamente ao tema levantado nesse instante. Eu apenas quero dizer que eu estou aqui desde o princípio, ouvindo com o maior cuidado as exposições que foram feitas e o debate desse tema, que é tão fascinante. E a minha conclusão é de que, na realidade, ele é um assunto que deve merecer um estudo de todos nós, mas eu confesso que não tenho essa visão tão catastrófica que teve algumas exposições feitas aqui pelos nossos representantes de entidades que estão envolvidas com esse setor, porque eu confio muito na Receita Federal. Eu sei que essa lei não passaria com todas essas portas abertas, que aqui foram colocadas, sob a vigilância de uma equipe tão competente, sob a direção do Dr. Rachid, que tem se imposto sempre ao país com muito respeito pela maneira com que ele dirige uma repartição tão sensível, que diz respeito a cada cidadão brasileiro e tem feito isso com absoluta competência, descrição, de tal maneira que merece o respeito de todos nós. Se há um Órgão que não vaza nada, que não tem nenhuma presença de área, de coisas do Brasil, é a Receita Federal. E isso devemos, em grande parte, à equipe que lá trabalha e à V.Ex^a também que tem dirigido com tanta competência.

Como V.Ex^a sabe, eu estou aqui há sete anos lutando dentro do Congresso para ver se conseguimos agregar valores à região da Amazônia, que eu represento o Estado do Amapá, com a dispensa de IPI para as indústrias que utilizem material local, que digam respeito ao setor mineral, setor vegetal, setor animal e setor da biodiversidade, restrito exclusivamente a isso. Acho que é um assunto justo, que ninguém contestaria nesse Brasil e que é uma maneira de nós desenvolvermos a Amazônia com os seus próprios recursos naturais e para isso nós estamos tendo a compreensão de todos os colegas que participaram dessa decisão, eu espero que cheguemos a uma conclusão.

As ponderações do Senador Aloizio Mercadante são válidas, mas elas dependem, sem dúvida alguma, de uma articulação política na qual ele tem toda a autoridade para fazê-lo, como o Senador Tasso Jereissati e outros companheiros que estão conosco aqui presentes.

Eu não quero deixar de ressaltar também o quanto nós devemos levar em consideração as palavras do Sr. Absalão, que representa uma parte pequena nesse elo tão grande que nós estamos aqui tratando, mas que fez, de uma maneira simples, mas de uma maneira muito objetiva, expressando os interesses dessa camada que nós resolvemos, vulgarmente, chamar de sacoleiros no Brasil, mas que, na realidade, corresponde a uma gente pobre e que realmente busca essa linha como uma maneira de sobrevivência. De maneira que eu acho que foi muito rica a exposição que aqui tratamos

e é nesse sentido que eu quero me congratular com o Presidente da Casa, com Dr. Rachid e com todos que aqui tiveram a oportunidade de se manifestar. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Concedo a palavra ao nobre Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Presidentes Marco Maciel, Aloizio Mercadante, eu gostaria de dar o meu apoio às considerações feitas pelo Senador Mercadante, acreditando que isso é o de mais sensato que se pode fazer. Dr. Rachid está vendo que essa é uma matéria mais complexa, tem a própria questão da proposta do Senador Sarney, que vem lutando por isso há tantos e tantos anos. A questão do Rio Grande do Sul que está sendo colocada também agora, sendo que a da proposta do Senador José Sarney já está dentro do próprio projeto, já aparece uma reivindicação do Pará e... a zona livre, zona aonde?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [ininteligível]
...Santarém, Almerim e Pacaré(F).

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Enfim, eu acho que nada mais... Eu gostaria, eu, por exemplo, como Relator, Senador Mercadante, gostaria até de conhecer melhor essa situação do Rio Grande do Sul, que eu não conhecia, me informar melhor, porque me sensibilizaram os argumentos do Senador Zambiasi e aqui foi importante também nós ouvirmos o Absalão, a posição do Absalão em relação a isso. Que eu acho que, se nós pudermos aqui aprofundar essa discussão para que nós possamos realmente fazer uma votação que seja acima de qualquer interesse partidário, não tem nem oposição e nem situação aqui, mas que realmente possa contribuir para, pelo menos, aperfeiçoar esse projeto que nos chegou. Portanto, eu queria, Senador Marco Maciel, e aqui falo, vou falar com o Senador Arthur Virgílio, em nome do PSDB também e gostaria de dizer que é nosso total apoio a proposta do Senador Mercadante, evidentemente que dependendo da posição do Executivo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu gostaria, então, agora de conceder a palavra ao Dr. Rachid para suas considerações finais. Com a palavra Dr. Rachid.

SR. JORGE ANTONIO DEHER RACHID: Muito obrigado, Sr. Presidente. Antes de responder ao Senador Flexa Ribeiro, gostaria de agradecer as palavras do Presidente José Sarney. Eu diria, Presidente, o papel da Receita Federal é de todo o corpo funcional. Eu acho que, e é um corpo funcional de excelência, formado por Auditores Fiscais, por Analistas Tributários, enfim, que dá uma resposta efetiva ao cumprimento

da nossa missão. Gostaria de agradecer ao Senador Mercadante também, pelos comentários.

Eu acho que a primeira questão que o Senador Flexa Ribeiro colocou, no que diz respeito à retirada do regime de urgência, eu acho que isso já foi amplamente debatido, até porque na minha condição não tenho a prerrogativa para tratar dessa questão. Trato aqui da questão da Administração Tributária e Aduaneira. Eu diria, Senador, que mesmo a questão do CPMF do ano passado, ela faz falta, ela continua fazendo falta, no entanto é outra realidade. Estamos sem a CPMF, enfim, matéria vencida. Vamos para frente. Cabe à Receita buscar, cobrar os tributos e, felizmente, os resultados de arrecadação apontam, no ano passado, por exemplo, a arrecadação de multa e juros bastante expressiva. É sinal que contribuintes que não pagavam estão pagando. Acho que sem onerar os que cumprem com a sua obrigação tributária.

O segundo ponto que o senhor mencionou diz respeito à lista dos produtos, se já existe essa lista. Olha, nós já chegamos discutir, inclusive, em algumas oportunidades, com as entidades privadas, no que diz respeito à lista, mas formalmente ela não, não tem. Até não poderia. Foi editada a Medida Provisória, nós começamos a discussão. Mas logo a seguir a Medida foi retirada. Então essa lista poderá e deverá ser discutida junto com as entidades. E lembrando sempre, uma vez estando numa lista, autorizada a importação, haverá o monitoramento. O monitoramento feito pelas representações do Poder Executivo, me refiro ao Ministério da Fazenda, ao Ministério MDIC, Secretário Barral, Ministério das Relações Exteriores, MCT, além das entidades do setor privado.

Quer dizer, então esse monitoramento, podemos chegar numa condição: “Olha, tal produto entra, tal produto não deve entrar ou tem que ser retirado, ou deve ser colocado em tais quantidades”, enfim, é um modelo bastante, vamos chamar assim, flexível para o efetivo controle. Nós não queremos colocar na lista produtos que causem conseqüências ao mercado nacional. Não é do nosso interesse, de forma alguma. Por isso que esse monitoramento está bem traduzido aqui, penso. Evidentemente a proposta, ela sempre tem que ser aperfeiçoada, mas esse monitoramento ele está traduzido aqui nesse Projeto de Lei.

Eu até, pequeno comentário, Presidente Sarney, no que diz respeito ao que foi colocado, realmente o volume de mercadorias que entram por ali é pequeno em relação ao volume que é produzido aqui no mercado nacional, enfim, tem alguns produtos, inclusive, que o próprio Governo, e convalidado aqui nessa Casa, porque muito disso é lei, produtos aí que foram desonerados. Me refiro aos equipamentos de informática,

enfim, são produtos que foram desonerados e, efetivamente, desestimulam o comércio ilegal.

Um outro ponto, Senador, que o senhor colocou a respeito dos controles técnicos sanitários. Não, esse controle segue em regra geral, é o que eu havia comentado, naquele ambiente, naquele espaço nós receberemos, o cumprimento ali vai ser o mesmo em todo o ponto de fronteira, aeroporto, porto, em termos de mercadorias, ingresso de mercadorias. Ou seja, estão sujeitos ao controle e anuência. Já existem comandos legais que obrigam esses controles pela alfândega. Isso não será alterado.

E para finalizar, entendo, no que diz respeito ao, se esse regime soluciona o problema? Não. Acho que é difícil em matéria tanto tributária como aduaneira, um movimento único onde elimina dada situação, dado problema. Não, é um conjunto de fatores. Foi o que eu mencionei, aqui está sendo criado um regime que vai permitir determinadas pessoas, dentro de determinadas condições, de determinados limites, em operar e aderir esse regime pagando tributos. Pelo menos hoje, se essas pessoas continuam fazendo sem pagamento de impostos, amanhã teremos essa oportunidade. Bom, mas há possibilidade de haver desvios, aí é a competência, é a agilidade, a inteligência da Administração Tributária em agir. Rapidez, inteligência em agir e coibir eventual espaço para a prática de ilícitos, tanto tributários como aduaneiros.

Então entendemos dessa forma e eu acho que, Presidente, respondendo essa questão, se tiver mais outra, mas eu diria isso, deixando absolutamente claro...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [ininteligível].

SR. JORGE ANTONIO DEHER RACHID: Eu preciso comentar agora, Senador?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [ininteligível], eu vou pedir ajuda do Ceará.

SR. JORGE ANTONIO DEHER RACHID: Do Ceará também? [risos] Eu mais uma vez queria afirmar que esse regime não substitui a nossa atuação, eu acho que, de forma alguma. Vamos continuar atuando de maneira firme no combate de ilícitos aduaneiros. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu vou, antes de encerrar a sessão, solicitar ao Dr. Edson Vismona que responda a indagação feita pelo Senador Flexa Ribeiro.

SR. EDSON VISMONA: Obrigado, Presidente. Excelentíssimo Senador Flexa Ribeiro, o senhor citou um aspecto muito importante dessa proposta legislativa, que é a falta de isonomia que ela traz no seu bojo. Na verdade essa lei não é nada isonômica, porque ela faz uma distinção entre países dentro do Mercosul,

beneficia só o Paraguai, ela faz uma distinção entre áreas de fronteiras brasileiras, ela faz uma distinção entre importadores brasileiros e afeta, diretamente, a competitividade da indústria eletroeletrônica e de informática. Isto está muito claro, pelo que nós pudemos identificar nessa lei.

Para o senhor ter uma idéia, Senador, na região de fronteira de Pedro Juan Caballero com Ponta Porã, existe um shopping chamado Shopping China, que é de uma estrutura digna de Miami, no que tange ao mercado que ele abrange. É um mercado sofisticado que está lá para atender o Brasil, não para atender o Paraguai. Está lá para atender o mercado brasileiro. E essa estrutura vai se fortalecer e muito. E não quero ser catastrofista, Presidente Sarney, mas realista, de que essa estrutura vai ser utilizada e aprofundada para servir de trampolim para o ingresso de produtos importados, não do Paraguai, não é essa a intenção da lei, mas com certeza de Taiwan e da China, e as declarações do Presidente eleito do Paraguai, Fernando Lugo, demonstram isso. Ele quer mudar de patamar também no que tange ao comércio internacional, deixando de lado o parceiro antigo e tradicional, que é Taiwan, e passando a ter como parceiro a própria China, o que vai afetar diretamente a nossa competitividade, com certeza.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Então, nada mais havendo a tratar, eu quero declarar encerrada a presente reunião, não antes sem agradecer a presença dos expositores e, de modo especial, do Dr. Rachid, que muito contribuiu para o esclarecimento da matéria e, conseqüentemente, o seu adequado processo de encaminhamento de discussão e votação.

Muito obrigado. Está encerrada a reunião.

Sessão encerrada às 17h31

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EM CONJUNTO COM A 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA E A 4ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 14 DE MAIO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 07, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e nove minutos do dia quatorze de maio do ano de dois mil e oito, na sala de

reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **NEUTO DE CONTO**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e a Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **EDUARDO SUPPLY, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, MOZARILDO CAVALCANTI, JOÃO RIBEIRO, MÃO SANTA, JARBAS VASCONCELOS, VIRGÍNIO DE CARVALHO, EDUARDO AZEREDO, JOÃO TENÓRIO, CRISTOVAM BUARQUE, ALOÍZIO MERCADANTE, SERYS SLHESSARENKO, GEOVANI BORGES, KÁTIA ABREU, ROSALBA CIARLINI e FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara aberto os trabalhos. A Reunião tem como objetivo discutir os recentes questionamentos feitos principalmente pela União Européia na questão preço de alimentos versus biocombustíveis e o trabalho da Força Tarefa designada pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da República Luis Inácio Lula da Silva, em atendimento aos requerimentos nº 27, de 2008 – CRE e nº 04, de 2008 – CRABIO, de autoria do senador João Tenório. Faz o uso da palavra o Senador João Tenório. O Presidente concede a palavra ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes para fazer sua exposição. Fazem o uso da palavra os Senadores **OSMAR DIAS, KÁTIA ABREU, ALOÍZIO MERCADANTE, GILBERTO GOEHER**. Faz o uso da palavra o Ministro Reinhold Stephanes O Presidente concede a palavra ao Chefe do Departamento de Energia, André Corrêa do Lago, representando o Ministério das Relações Exteriores. Faz o uso da palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti e solicita a inclusão de item Extrapauta requerimento nº 30, de 2008 – CRE de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti que “requer, nos termos do art. 93, inciso II, do regimento interno do senado federal, seja convidado o governador do estado de Roraima, **José de Anchieta Júnior**, para debater em audiência pública desta comissão, na reunião de amanhã, 15 de maio de 2008, sobre o processo envolvendo a terra indígena raposa serra do sol”. Assumiu a Presidência interinamente o Senador João Tenório.. Aprovado. O Presidente concede a palavra ao Dr Arnaldo Campos, Diretor de Financiamento do Departamento de Proteção da Produção, que representa o Ministro das Relações Exteriores. Assume a Presidência o Senador Neuto De Conto. O Presidente concede a palavra ao Dr. Francelino José Lamy de Miranda Grando, Secretário de Tecnologia Industrial, representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Faz o uso da palavra o Senador João Tenório. O Presidente concede a pala-

vra ao Dr. Egon Krakhecke, Secretário da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, representando o Ministério do Meio Ambiente. Fazem o uso da palavra os Senador Flexa Ribeiro e o Presidente da CRABIL João Tenório. O Presidente nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às treze horas e trinta e oito minutos, lavrando eu, JOSÉ Alexandre Girão Mota Da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador, Vice-Presidente no exercício da Presidência.

ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EM CONJUNTO COM A 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA E A 4ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 14 DE MAIO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 07, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA DO SENADO FEDERAL

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Requeiro a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Sobre a mesa há requerimento de autoria do Senador João Tenório, que requer seja realizada Audiência Pública conjunta com o objetivo de discutir os recentes questionamentos feitos, principalmente pela União Européia, na questão de preço de alimentos versus biocombustíveis. Com a palavra o autor do requerimento, o Senador João Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Gostaria de registrar aqui, entre nós, a presença do Embaixador da Delegação de Comissão Européia, o Sr. João Pacheco, acompanhado que está do Primeiro Conselheiro Chefe de Ciência e Tecnologia, Sr. Angel Landabaso.

Estamos aqui felizes com a presença dos senhores convidados, gostaria de registrar em primeiro lugar a presença do Ministro Reinhold Stephanes e dos representantes dos Ministérios que aqui foram convidados para discutir o tema: o Sr. Francelino Grando, que representa o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Dr. Arnaldo Campos, Diretor de Financiamento do Departamento de Proteção da Pro-

dução, que representa o Ministro do Desenvolvimento Agrário; o Ministro André Aranha Corrêa do Lago, Chefe do Departamento de Energia, representando o Ministro das Relações Exteriores; o Sr. Egon Krakhecke, que é o Secretário do Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, representando o Ministério do Meio Ambiente.

Sr. Presidente, senhores que nos visitam e, evidentemente, trarão contribuições importantes a esse nosso encontro de hoje. Na verdade a idéia de sugerir a promoção desse encontro diz respeito há alguns movimentos recentes que têm acontecido, diz respeito também à criação pelo Presidente da República da força-tarefa, na qual estão presentes todos esses Ministérios aqui citados e aqui convidados, para formarem um grupo de trabalho que, digamos assim, identificará as razões, a gênese das diferenças de entendimento que existe hoje entre aqueles que produzem biocombustível, sobretudo o etanol, e os países potencialmente consumidores, quais sejam, os Estados Unidos, a União Européia, de um modo mais importante, e o Japão, que são os três mercados que se apresentam assim aparentemente com maior intensidade e possibilidade de realização.

Na verdade o que o Governo fez agora no momento, criando esse grupo de trabalho, essa força-tarefa, é uma continuação do trabalho que o Presidente da República tem feito. O Presidente Lula – e eu me sinto muito à vontade de falar isso por ser do partido de oposição – tem sido, assim, eu diria, um caixeiro viajante dos biocombustíveis e, sobretudo, do etanol. Tem sido um lutador de uma maneira bastante intensa em defesa dessa idéia brasileira de produzir biocombustíveis. Então como consequência desse andamento do Presidente, desse trabalho que o Presidente tem feito, ele acabou de criar essa força-tarefa que tem como objetivo dar continuidade, mais do que isso, dar suporte, dar praticidade ao discurso que tem sido feito pelo Presidente nas suas viagens que têm acontecido, sobretudo recentemente na União Européia, onde foi identificado um ambiente de maior, digamos assim, rejeição às idéias que por acaso venham a consolidar a posição do biocombustível e, de uma maneira mais ampla, em particular do etanol.

Quero fazer aqui uma correção, porque no nosso convite aos senhores palestrantes é feita uma referência a rejeições identificadas na União Européia. Na verdade nós cometemos um engano, isso não é verdade. Nós identificamos claramente reações em alguns países, em alguns núcleos da Comunidade Européia, não à União Européia como uma entidade como um todo. Então é necessário fazer essa correção por conta de que é importante desenvolver esse diálogo de uma

maneira muito serena e muito tranqüila no sentido de conduzir resultados positivos.

Então no que diz respeito ao Executivo, as iniciativas estão tomadas. De um lado o caminhar do Presidente da República defendendo os biocombustíveis, de outro lado a criação mais concreta e mais objetiva da força-tarefa que tem como objetivo tentar implementar as idéias de aproximação entre as diversas regiões potencialmente consumidoras, e o Brasil é um produtor importante no que diz respeito ao etanol.

Do lado do Legislativo, têm sido tomadas algumas medidas interessantes também. A nossa Subcomissão aqui tem buscado estabelecer contatos permanentes com outros parlamentos e isso aconteceu muito objetivamente, primeiro, no Reino Unido, na Inglaterra, onde nós estivemos há aproximadamente um ano atrás numa missão com três Senadores da República, presidida pelo Presidente da Comissão de Relações Exteriores Heráclito Fortes, e três Deputados Federais que também participaram, e tivemos a oportunidade de iniciar uma conversa, assim, muito interessante com o parlamento inglês, quando foi colocado do lado dele as dúvidas sobre ser adequada ou não a produção de biocombustíveis do Brasil e do nosso lado, evidentemente, a defesa da tese. E naquele momento, é interessante esse ponto, o maior destaque das dúvidas que os europeus – e os americanos também, é bom que se diga – tinham em relação à questão de etanol no Brasil, era a questão da Amazônia. Havia uma percepção para o lado desses países que o crescimento da produção de álcool, de etanol no Brasil ou de biocombustíveis de uma maneira mais ampla, ele seria feito em termos de uma “invasão” do bioma Amazônia. Então se iniciou a discussão, se iniciou o diálogo, melhor dizendo, sobre esse tema, levando em consideração a questão da Amazônia. E depois de um ano realmente as coisas ficaram muito esclarecidas e hoje saiu da pauta de discussão a questão de criticar os biocombustíveis por conta da Amazônia. Ficou muito provado e claro, por exemplo, que o etanol jamais pode ser produzido no bioma Amazônia, porque trata-se de uma planta que necessita de quatro, cinco ou seis meses de sol, fato esse que não acontece no Amazonas. No Amazonas chove praticamente todo dia. Então torna absolutamente impossível a produção e, sobretudo, a colheita da cana-de-açúcar, torna impossível a colheita e também a maturação da cana que torna-se impossível. Então saiu da agenda a questão da Amazônia.

Mas recentemente, com a crise dos alimentos, do preço dos alimentos, o tema voltou de uma maneira diferente, muito mais voltado para a competição entre biocombustível e alimentos. Os números mostram exatamente o contrário. O Brasil, como todos sabem,

já está muito repetido, o Brasil utiliza hoje cerca de três milhões e meio de hectares para produzir cana para álcool, utiliza cerca de cinquenta e cinco, de cinquenta a cinquenta e cinco milhões de hectares para produzir grãos e utiliza cerca de duzentos a duzentos e vinte milhões de hectares para produzir pecuária. Então não são três milhões e meio que vai competir com esses números fantásticos que representa a produção brasileira. Do outro lado, o Professor Gutemberg cita num artigo recentemente publicado, que o mundo hoje tem cerca de dez milhões de hectares utilizados para a produção de biocombustíveis e tem um bilhão e duzentos milhões de hectares utilizados na produção de alimento. Então há um descompasso muito grande que prova a insustentabilidade dessa tese. Então é a segunda, digamos assim, contestação que está sendo derrubada pouco a pouco.

Mas voltando ao trabalho da nossa Subcomissão, sobretudo no que diz respeito a essa relação com os países das regiões do mundo, nós tivemos primeiramente essa viagem ao Reino Unido que foi extremamente proveitosa. Depois nós tivemos uma viagem a Washington, quando tivemos contato com cinco Senadores mais, digamos assim, ligados nessa questão do etanol lá nos Estados Unidos, e a receptividade de um diálogo entre os dois países foi muito oportuna, muito interessante. Nós sempre temos levado a tese de que a manutenção da produção americana de etanol é uma coisa importante para a consolidação do etanol como combustível. O etanol precisa ter uma massa crítica, ter um tamanho para habitar o mundo dos combustíveis, caso contrário vai ficar uma coisa muito pequena para conviver com esse mundo imenso que é o mundo dos combustíveis no mundo. Evidentemente a proteção que o americano dá tem que ser reestudada, tem que ser revalidada, ajustada e calibrada de uma maneira conveniente, mas a proteção para que eles não tenham que parar de repente com a produção do etanol é uma coisa que na nossa avaliação é positiva. Nós levarmos essa percepção nossa ao Senado americano, estivemos com cinco Senadores que estão, todos eles, extremamente ligados a essa questão do etanol, todos eles têm uma percepção muito forte de que a grande saída para o etanol é o álcool brasileiro, o álcool de cana-de-açúcar, mas que também defende a necessidade de manutenção da produção de milho, por enquanto, pelo menos, no sentido de fazer com que esse produto tenha um volume mínimo, eu repito, uma massa crítica para que possamos ser considerados a ir habitar o mundo dos combustíveis.

Estivemos recentemente na África do Sul, quando foi dada também a oportunidade de discutirmos um pouco a utilização de etanol, sobretudo na África, e fica

muito claro quando chegou em cima da África que a quantidade de terra disponível para produzir alimentos, etanol, seja lá o que for, é um fatalmente concreto e que coloca de lado qualquer temor que possa vir a ter de que faltará terra para a produção simultânea de biocombustível e de alimentos. Então foi uma experiência muito interessante que nós tivemos lá.

Enfim, o Legislativo tem feito um trabalho, assim, paralelo que eu acho que é importante. Por outro lado, a iniciativa privada que atua no setor tem tido um trabalho muito eficiente no que diz respeito a esse relacionamento. Por exemplo, a UNICA, que é a maior associação que agrega, eu diria, quase que 80% da produção nacional, ela abriu escritórios já em Washington, abriu escritório em Bruxelas e está prestes a abrir o escritório em Tóquio, que são possivelmente os três mercados mais potencialmente importantes para o álcool brasileiro. Então há uma iniciativa também do setor privado no sentido de chegar ao nível do consumidor final e faria com que seria um ingrediente importante nesse trabalho que o Brasil todo está fazendo no sentido de “vender” a idéia e a imagem do biocombustível.

Portanto, Sr. Ministro, senhores representantes dos Ministérios, eu gostaria de aqui me referir a uma colaboração importante que nós estamos tendo do Itamaraty na pessoa de alguns Embaixadores. Eu gostaria de citar aqui. Nós estivemos em Washington e o Embaixador Antônio Patriota teve uma participação muito importante, nos acompanhou da maioria das nossas Audiências com os Senadores americanos. Quando da estada em Londres o Embaixador José Maurício Bustani também teve uma participação importante nos debates que nós tivemos no Parlamento e mesmo com os empresários da Inglaterra. E, recentemente, a nossa presença em Cape Town, o Embaixador Joaquim Augusto Salles nos deu assim uma contribuição muito importante no que diz respeito aos contatos que lá foram feitos. Então um agradecimento, eu gostaria de registrar o trabalho que o Itamaraty está fazendo, a colaboração que o Itamaraty está dando a esse tipo de trabalho.

Dito isso, Sr. Presidente, senhores aqui presentes, eu gostaria de deixar só uma idéia, uma reflexão aqui que é o seguinte: nós estamos com três segmentos, três setores da vida nacional trabalhando muito fortemente para estabelecer essa relação entre o Brasil produtor e os países do mundo consumidores e também produtores. Então o que nós gostaríamos de deixar uma sugestão aqui é que esse trabalho fosse feito de uma maneira coordenada. Nós não podemos ter o Executivo, através da sua força-tarefa, atuando com um discurso, com um formato de discurso de uma linha, o parlamento brasileiro de outro caminho, em outro caminhar, e

os produtores também levando discurso diferenciado. Então a minha sugestão, eu não vou fazer nenhuma pergunta, a minha sugestão é no sentido de que nós tentemos fazer com que esses trabalhos sejam trabalhados coordenados e fale o mesmo discurso, faça o mesmo discurso no sentido de se tirar o maior proveito de um formato que possa se trabalhar junto. Era isso, Sr. Presidente, que eu gostaria de dizer.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Em votação o requerimento de autoria do Senador João Tenório. As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

A presente Reunião destina-se a Audiência Pública conjunta em cumprimento ao Requerimento nº 4, de 2008, da CRABIO, Requerimento nº 27, de 2008, da CRE, e Requerimento nº 9, de 2008, da CRA, todos de autoria do Senador João Tenório, com o objetivo de discutir os recentes questionamentos feitos principalmente pela União Européia na questão preço de alimentos *versus* biocombustíveis e o trabalho da força-tarefa designada pelo Exmo. Sr. Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, com a participação dos seguintes convidados: o eminente Deputado Reinhold Stephanes, Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que já se encontra na mesa; Dr. Egon Krakhecke, Secretário da Secretaria Executiva do Desenvolvimento Rural Sustentável, representando o Ministro do Meio Ambiente, que também se já se encontra à mesa; Dr. Francelino José Lamy de Miranda Grando, Secretário da Tecnologia Industrial, representando o Ministério do Desenvolvimento Industrial e Comércio Exterior, que também já se encontra à mesa; Dr. Arnaldo Campos, Diretor de Financiamento do Departamento de Proteção da Produção, representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que também se encontra à mesa; o Ministro André Aranha Corrêa do Lago, Chefe do Departamento de Energia, representante do Ministério das Relações Exteriores, que também se encontra à mesa; também temos a alegria de contar nesta Reunião com o Embaixador João Pacheco, Chefe da Delegação dos Parlamentares Europeus, que nos dá a alegria e a satisfação de estar no nosso meio.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, passamos a palavra de imediato, o Ministro tem outros compromissos, o Ministro Stephanes, e ele, então, vai fazer a sua explanação, nós vamos fazer as perguntas necessárias a ele, vamos liberá-lo, e ele vai deixar aqui o seu Secretário Manoel Bertoni, que também vai ficar aqui, que é extremamente competente na área para substituí-lo. Mas antes vamos ouvir então, de imediato, a palavra

do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Deputado Reinhold Stephanes.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: É um prazer estar novamente aqui na Comissão. E eu gostaria, por dever de justiça, ressaltar a presença do nosso Embaixador da União Européia, pelo trabalho que ele tem feito no sentido de aproximar e ajudar a resolver as questões que a gente tem junto à União Européia, principalmente na área da agricultura. Isso merece, efetivamente, o destaque e o nosso agradecimento público pela forma com que o Embaixador sempre tem conduzido essas relações entre o Brasil e a União Européia, e, principalmente, na área pela qual eu respondo.

Mas eu acho que nós poderíamos começar falando um pouquinho sobre o movimento de preços, quer dizer, efetivamente nós estamos num movimento de preços, de aumento, de tendência de aumento no mercado mundial, e isso se dá basicamente por quatro razões, três ou quatro razões.

A primeira razão, efetivamente, é que o mundo está crescendo e à medida que o mundo está crescendo, e é a primeira vez na história que nós podemos ver do século passado para cá que o mundo cresce de forma contínua, a taxas elevadas, por um período relativamente longo. A última vez que esse fenômeno tinha acontecido, ele cresceu durante quatro anos seguidos, que foi no período de 70 a 74, que foi interrompido logo pela primeira crise do petróleo, pelo primeiro impacto do aumento do preço do petróleo. Mas então é a primeira vez que isto acontece num período mais longo. Então, evidentemente, isto está levando a um aumento de renda, aumento de renda está levando a um aumento de demanda. Povos que não conseguiam se alimentar bem, passam a se alimentar mais e se alimentar melhor. Povos que não comiam proteína animal, passam a comer proteína animal ou passa a comer em quantidades maiores. E aí, para cada quilo de proteína animal, principalmente da carne de boi, nós precisamos praticamente de sete quilos de proteína vegetal para que isso aconteça. Então efetivamente a primeira razão é que se dá por um aumento de demanda em função do aumento de renda. Está muito claro isso.

A segunda razão, e ela efetivamente existe, por mais que nós tentamos discuti-la, mas ela existe, é o uso de matéria-prima agrícola para a produção de biocombustíveis, quer dizer, não há absolutamente nenhuma competição em termos de Brasil, mas na medida que os Estados Unidos utilizam hoje oitenta milhões de toneladas de milho para transformar em álcool, o que no próximo ano serão cento e vinte milhões de toneladas de milho, isso efetivamente gerou também um impacto no mercado mundial. Da mesma

forma que a União Européia, assim como os Estados Unidos, na medida em que mantém uma agricultura subsidiada, ela, evidentemente, destorce a locação de fatores de produção, isso num fenômeno totalmente normal e natural, essa distorção que surge. E aí também começa a haver competição entre área de produção de alimentos com área de produção de agroenergia. Então a segunda razão para esse aumento seria essa, embora de forma secundária. A razão mais forte, evidentemente, é o aumento de renda, o mundo está comendo mais, está consumindo mais, quanto a isso não há nenhuma dúvida.

A terceira questão é que as pessoas também estão vivendo mais tempo, quer dizer, nós temos, além do crescimento da população normal, nós também estamos tendo as pessoas vivendo mais tempo.

E, finalmente, um fenômeno que começa a demonstrar o seu efeito são as mudanças climáticas, quer dizer, elas efetivamente já estão começando a se fazer presentes em alguns países, aonde nós já temos secas mais prolongadas, com alterações de clima já se consolidando, sendo que exemplos que poderíamos citar seria a Austrália. Quando a gente fala hoje em arroz, quer dizer, um dos responsáveis pela explosão dos preços do arroz é a Austrália, que teve uma queda extremamente grande na sua produção de arroz, já que o arroz da Austrália, em grande parte, era para o comércio internacional. E podemos citar outro exemplo, o Rio Grande do Sul, que é um Estado que nos últimos dez anos, ele já tem sete anos de baixa produtividade, já é um Estado que hoje já tem a menor produtividade em vários produtos dentre os Estados produtores daqueles produtos, quando no passado era um Estado que tinha uma produtividade bem elevada, e tudo isso já em função da fixação de mudanças climáticas. Então o fenômeno de mudanças climáticas, efetivamente, já começa a mostrar os seus efeitos.

Então de maneira geral quase todos os produtos, à exceção do café e do algodão, tiveram movimentos de altas e movimentos de altas bastante grandes.

A nossa visão é que esse novo patamar de preços, que foi atingido agora a nível mundial, ele está aí possivelmente para ficar. Podemos ter pequenos recuos na área do arroz, que é possível haver pequenos recuos, podemos ter pequenos recuos na área do trigo, que já estão acontecendo, mas não retornarão mais aos patamares anteriores. E a tendência, na nossa visão, é de que não nesse ano, nem no próximo, mas talvez logo à frente, em 2010, 2011 ou 2012 nós ainda podemos ter impactos maiores em termos de aumentos de preço, desde que as tendências continuem dentro dos números que hoje se apresentam para análise. Porque efetivamente nós tínhamos um mundo de oferta

de produtos agrícolas, ou seja, havia mais ofertas que demanda, e agora invertemos isso para um mundo de demanda por produtos agrícolas, ou seja, a demanda é maior que a oferta. O crescimento mundial por alimentos está em torno de 5%, alguns países puxam isso de forma maior, como o caso da China, a China só no complexo soja vem aumentando seu consumo a 20% ao ano, e a capacidade mundial de dar resposta a esta produção, evidentemente, não chega a esse mesmo índice ou a esse mesmo número. Tanto que se observarmos os estoques de trigo, os estoques de milho e os estoques de arroz, eles vêm caindo já há cinco anos, quer dizer, na verdade nós estávamos comendo estoques. Os estoques desses produtos hoje são praticamente a metade do que eles eram cinco ou seis anos atrás, só que os impactos só ocorreram basicamente a partir do ano passado, mas os sinais já vinham sendo demonstrados já há mais tempo. Então, efetivamente, nós temos aí uma questão colocada, é uma questão evidentemente grave.

Como é que o Brasil se situa dentro deste quadro? Como é que o Brasil se situa dentro deste quadro? Bom, aí nós temos que considerar que o Brasil é um dos poucos países do mundo que hoje consegue produzir efetivamente para as suas necessidades internas, para o crescimento da demanda interna, que também tem sido grande, e, ainda, mesmo assim, ser o país que mais cresce na produção de excedentes em termos de exportação, hoje, dos países que participam do mercado de exportação no mundo. Então isso é um dado extremamente importante para mostrar a característica e a capacidade de produção do Brasil. E, também, demonstrar a capacidade que o Brasil tem de compatibilizar a produção de energia com produção de alimentos. Ora, se nós estamos crescendo em produção de energia e é importante também citar que o Brasil faz isso há trinta anos, quer dizer, dentro do Brasil isso não é nenhuma novidade, mas se nós estamos crescendo nessa área, estamos crescendo na produção para alimentar a nossa população interna e somos o país que mais produz excedentes no mundo, a cada ano o adicional de excedentes, evidentemente que o Brasil está muito bem situado neste quadro. E é claro que, por outro lado, este quadro mundial que se apresenta é uma grande oportunidade para o Brasil.

Gostaria, também, de citar alguns números que o Senador Tenório já colocou, mas muitas vezes a gente observa que nem nós no Brasil e muito menos lá fora se tem uma idéia clara em termos das dimensões do Brasil, quer dizer, então quando nós participarmos de uma discussão na União Européia sobre a sustentabilidade da soja, se fazia uma grande discussão em termos para ver até onde o Brasil produzia a soja de

forma sustentável. E se tinha a idéia que o Brasil era uma grande plantação de soja. Aí no final nós chegamos e dissemos: “Olha, o Brasil só produz soja em 3% do seu território”. Aí acabou a reunião, porque era só 3% do território nacional. Então o problema é que as nossas dimensões, elas são muito diferentes. Elas não podem ser vistas com os olhos que se olha a Europa ou que se olham alguns outros países. Ela tem que ser vista dentro da realidade brasileira.

A mesma questão é em relação à produção do etanol. Nós hoje produzimos a cana-de-açúcar em sete e meio milhões de hectares, em termos redondos, sete e meio milhões. A metade disso vai para açúcar, em torno da metade, a outra metade vai para álcool. Então, teoricamente, para a produção de energia, nós estaríamos usando apenas três milhões e meio de hectares, o que representa 0,5% ou menos de 0,5%, um pouquinho menos, do território brasileiro. E mesmo que nós dobrássemos essa produção, que está previsto evidentemente para os próximos seis ou sete anos, nós estaríamos avançando para mais ou menos 0,9% do território nacional ou, colocando em termos de área agrícola, menos de 3% da área agrícola para a agricultura e pastagem do Brasil, quer dizer, então seria um número ainda relativamente pequeno.

Agora também é importante citar – e isso o Senador já colocou aqui – que nós utilizamos para a agricultura um pouco mais de cinquenta milhões de hectares, que é uma área relativamente pequena considerando que o Brasil tem oitocentos e cinquenta e um milhões de hectares, então nós utilizamos aí bem menos de 10% para a área da agricultura propriamente dito, mas usamos uma área muito grande para a produção da pecuária, são quase duzentos milhões de hectares. Há uma pequena dúvida em relação a esse número, mas em termos redondos deve estar em torno disto, duzentos milhões de hectares. E temos uma baixa produtividade na utilização dessas terras, como também temos uma grande parte dessas terras utilizadas para a pecuária chamadas, no sentido agrônomo, de áreas degradadas, quer dizer, no sentido agrônomo área degradada é aquela que a pastagem, na medida que você não vai fazendo as correções de solo, as adubações, o tratamento e o manejo necessário, quer dizer, a pastagem começa a diminuir a sua capacidade de produção, e aí se no início você pode por dois bois por hectares, daqui a pouco você passa um e meio, daqui a pouco um, daqui a pouco meio boi por hectare. Então nós temos uma produtividade extremamente baixa. Estima-se – e esses estudos são estudos com relativa consistência – de que nós teríamos aí cinquenta milhões de hectares a serem utilizados para outros fins, ou seja, para a agricultura ou mesmo para a expansão

da cana-de-açúcar. O importante é informar que hoje, naturalmente, a expansão da cana-de-açúcar está se dando em torno de 60% em algumas regiões e 70% em outras regiões em cima de áreas de pastagens. Então isso é muito bom, ou seja, não há nenhuma competição com a produção de outros produtos. E esses outros produtos que seguem parte dessa área, que é relativamente muito pequena para cana-de-açúcar, estão evidentemente avançando também em áreas de pastagens.

O Brasil está elaborando o seu zoneamento para a produção de cana, este zoneamento talvez seja o zoneamento mais completo que se faça, que já se tenha realizado, tanto dentro do Brasil como possivelmente fora do Brasil, ele define a questão agrícola, quer dizer, a vocação agrícola de todo o Brasil para produzir cana, que variedades de cana e que tratamentos precisa se dar a essa cana nas várias regiões do Brasil ou nas várias microrregiões, não é nem regiões, é bem detalhado esse trabalho, mas ele, também, procura fazer uma análise também ambiental disso, quer dizer, então é isso que torna esse zoneamento diferente dos outros zoneamentos que até aqui foram realizados, quer dizer, e procura inclusive, além de fazer esses zoneamento ambiental, ele procura estabelecer regiões aonde não se quer que se plante cana, quer dizer, então também se examina isto e se mapeia tudo isto. E, finalmente, ele também apresenta os mapas das regiões aonde o Governo gostaria para onde a cana teria o seu avanço. Então são pelo menos quatro tipos de mapas que vão se apresentar e, dentro deles, vão ser tomadas a decisão do zoneamento. É claro que quando eu falo que... Nós temos regiões aonde você não vai poder plantar cana, você tem regiões aonde a cana pode ser plantada e têm regiões aonde ela teria preferência e ela seria direcionada mais para estas regiões. E aí, quando a gente fala desse terceiro item, dessas regiões, aí se daria, claro, com preferência em cima de áreas de pastagens e, principalmente, em áreas de pastagens já degradadas, ou seja, seria a forma de recuperação dessas áreas.

Mas vejam bem. De qualquer forma nós estamos falando de uma dimensão de três milhões de hectares que seria a nossa necessidade adicional e esses três milhões de hectares dentro de um universo de duzentos milhões de hectares dentro dos quais nós poderíamos localizar esses três milhões de hectares.

Eu acho que em síntese seriam então essas as colocações que nós teríamos que fazer inicialmente, ou seja, mostrando claramente que o Brasil tem as condições perfeitas de conciliar a produção de energia com a produção de alimentos.

E ainda um dado que eu não citei, mas esse dado hoje já é claro para todos, quer dizer, quando o Brasil fala em produzir energia, nós estamos falando a um custo compatível com o mercado, ou seja, produzir álcool no Brasil compete com a produção de gasolina, mesmo não tendo aumentado a gasolina há dois anos e meio, a gasolina não tendo sido aumentada há dois anos e meio. Imagina se nós incorporássemos os aumentos do mercado internacional ao mercado interno o que seria hoje a diferença do custo da produção do álcool com o preço da gasolina. Diferente, evidentemente, da União Européia e dos Estados Unidos, aonde isso precisa ser altamente subsidiado, já que o custo é de duas a três vezes maior, o custo de produção.

O Brasil tem a cana-de-açúcar e aí também um dado que é interessante citar, se no passado produzíamos quatro mil litros por hectare, hoje já estamos em nove mil litros por hectare. A pesquisa já está nos dando indicação de que podemos chegar nos próximos anos a doze mil hectares e se mudarmos o processo tecnológico da produção do álcool, que também está previsto para os próximos cinco ou dez anos e aproveitarmos o bagaço da cana também, nós podemos passar a quinze mil litros por hectare, ou seja, isso é um dado extraordinário, já que são poucos países do mundo que teriam condições de produzir cana.

Claro que aqui se falou na África como um país que tem uma grande possibilidade de expansão, mas é uma expansão um pouco demorada porque eles muitas qualidades que o Brasil tem, mas não tem a estrutura de produção organizada que o Brasil já tem. E aí, às vezes, eu até faço assim uma pequena comparação. Ela não tem muito rigor técnico, mas ela serve simbolicamente para mostrar a capacidade de competição do Brasil. É que nós daqui a pouco vamos ter uma cana dessa grossura, com três metros de altura produzindo, enquanto, quer dizer, que alguns países vão precisar pegar duas espigazinhas de milho na mesma área para fazer. Então evidentemente que o Brasil tem uma vantagem comparativa extremamente grande e é uma vantagem de mercado, de competição efetivamente.

Então era isso que eu queria dizer, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado ao Ministro Reinhold Stephanes. Eu gostaria de fazer uma pequena intervenção. A cana-de-açúcar foi a primeira cultura que veio para o Brasil, em 1530, e a tecnologia e o avanço na tecnologia, bem explicada aqui pelo nosso Senador João Tenório e agora pelo Ministro, se aprofundando na sua análise, sem dúvida nenhuma eu já disse que quando aqui estive a missão européia, de que nós

só ocupamos o território brasileiro, da área agricultável atualmente, 2%, e que 1% disso é produzido para açúcar. Portanto, fica só 1% do nosso território sendo utilizado para produzir etanol, e que produzimos atualmente, nesses três milhões e meio de hectares, passa um pouco de dezenove milhões de litros, volume que abastece 25% da nossa frota de automóvel que tem no Brasil, e ainda exportamos em torno de 10%. Portanto, se o Brasil pensar em aumentar dez vezes, nós só ocuparíamos 10% das nossas terras agricultáveis. E, sem dúvida nenhuma, passaríamos sim a ser um grande abastecedor para o mercado mundial. São números em que sem irmos buscar os noventa milhões de hectares que nós temos nos cerrados, sem agredir o meio ambiente e nem a reserva permanente. O Ministro muito bem se explicou sobre as terras degradáveis, que o cálculo está em torno de trinta milhões de hectares nas nossas fazendas e, ainda, poderíamos agregar mais uns vinte milhões de hectares consorciando a produção de alimentos com a pecuária.

Esses números dão ao país, sem dúvida nenhuma, dados altamente promissores e nos dão, também, na atual produtividade, é três vezes mais barato produzir etanol da cana do que do milho. E com os números que podemos dobrar a produtividade, certamente ficaria bem mais em conta do que se produzir do milho. Levando em conta, ainda, que principalmente a Europa e os Estados Unidos dão um subsídio bastante elevado para poder competir ou para poder produzir. E estranhamos e nós achamos, inclusive, injustificável quando algum país se utiliza do milho para produzir etanol e deixa de produzir alimento, transformar o milho em alimento, e enxerga o quintal dos outros países, enxerga o Brasil como ameaçador da proposta de produção de alimentos e, principalmente, quando nas suas elevações de preço.

Dito isto, eu gostaria só de referendar um fato significativo e muito importante que nós ainda temos. Se nós usássemos só o bagaço e a palha da cana, e aqui o Senador João Tenório sabe, com Audiências Públicas já chegamos a esses números, nós temos só no bagaço e na palha uma Itaipu adormecida nos canaviais, que poderíamos transformar em energia limpa, um bioenergia muito fácil, com material já pronto. Então realmente Deus foi bondoso com o Brasil: nos deu o clima, nos deu terra, nos deu água, nos deu solo, nos deu tecnologia, nos deu o homem e que isso faz com que nós tenhamos esta grandiosidade e uma expectativa extraordinária.

E para encerrar, eu não vou fazer pergunta porque o discurso é o mesmo, Sr. Ministro, eu levo mais um fato que este Brasil, esse gigante pela sua própria natureza, como o nosso próprio Hino assim nos diz,

que estava muito embernado, muito paralisado, com o crescimento de somente entre 4 a 5%, sacudiu, mexeu, não só com a sociedade nacional, como o próprio mundo está voltado as suas vistas para a nossa produção e, principalmente, para a produção primária.

Eu passo a palavra para os Senadores e para o Ministro depois poder responder, porque ele tem compromisso e terá que se ausentar. Como primeiro Senador inscrito, o Senador Osmar Dias, pelo Paraná.

SR. SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sr. Presidente Senador Neuto De Conto, Senador João Tenório, Presidente da Subcomissão, Ministro Reinhold Stephanes, convidados.

O Ministro fez um pronunciamento inicial que praticamente responde todas as questões. Eu tenho que acrescentar apenas algumas coisas que eu tenho pensado, até um pouco diferente do que eu pensava há um mês atrás, a respeito do pronunciamento do Relator da ONU, que nos indignou quando fez aquela afirmação de que os países que estão produzindo biocombustível estão praticando um crime contra a humanidade. Ele nos deixou indignado, mas agora eu acho que nós temos que agradecê-lo. Agradecê-lo porque ele chamou a atenção, internamente, para uma questão que estava um pouco despercebida, e externamente o mundo acordou para uma realidade que o Ministro chamou a atenção agora. Internamente é o seguinte. Eu sou de um Estado produtor, o Ministro é do mesmo Estado, eu tenho defendido mesmo publicamente a atuação do Ministro da Agricultura pela forma com que ele conduz o Ministério, com conhecimento, quando não o conhece, estuda e sabe conduzir o Ministério com muita eficiência e, sobretudo, colocando respeito no Ministério da Agricultura, que é o que nós precisamos, porque muitas vezes o Ministério da Agricultura era tratado como um Ministério de segunda classe. Hoje não, o Ministério é de primeira linha dentro do Governo do Presidente Lula. E isso, talvez, tenha ajudado também a chamar a atenção para uma questão que no Paraná as pessoas começaram há um tempo a querer colocar como um problema e não como uma solução para o país. Quando se falava em agronegócio no Paraná, parecia que estava falando no capeta. Agronegócio era coisa do capeta. E nós, agora, vimos o mundo acordar e o Brasil também, ao fato de que o agronegócio é uma atividade séria, decente como qualquer outra atividade econômica, e que não pode prescindir nem de grandes, nem de médios, nem de pequenos produtores, e que nós não podemos continuar nesse divisionismo que enfraquece o setor e suas reivindicações. Dividir o setor entre grandes e pequenos, familiares, dizer que os agricultores familiares não são do agronegócio, no momento em que eles produzem

e colocam os seus produtos no mercado, eles estão participando do agronegócio. E hoje são exportadores como todos são praticamente no país.

Eu não vou discutir aqui essa questão que me parece vai ficar para o passado, porque os agricultores voltaram a ser respeitados nesse país. E voltaram a ser respeitados pela sociedade e pelo Governo, o que é mais importante. O Presidente Lula tem feito um discurso que nós temos que aplaudir, o mesmo discurso que faz o Ministro Reinhold Stephanes. Eu acho que o Ministro tem conversado bastante com o Presidente e nos deixa muito confortados, porque sabemos que temos o apoio do Governo, o setor da agricultura, o setor produtivo tem o apoio do Governo, inclusive nessa questão política internacional, porque o Presidente foi na veia quando colocou os interesses dos países grandes produtores do petróleo nessa produção. O petróleo estava vinte dólares o barril há dez anos atrás e hoje está cento e vinte. As pessoas não estão discutindo este assunto. As pessoas não estão discutindo que o crescimento no consumo de alimentos no mundo ocorre a um grau de 5% ao ano e que, em alguns produtos, é muito mais elevado ainda esse aumento do consumo. Até ouvi outro dia uma repórter dizendo: “Ah, mas a culpa do aumento dos preços dos alimentos é do aquecimento global”. O aumento do consumo de alimentos também é problema de aquecimento global? Se a gente for contar o número de casos na rua... Lá em Curitiba, Ministro, na nossa capital, são quinhentas novas unidades que entram nas ruas por dia. Por dia quinhentos novos carros que são emplacados por dia. Isso deve ser culpa do aquecimento global também.

Nós vimos um discurso todo torto até agora. Agora sim. Agradecemos àquele Relator da ONU que falou aquela bobagem, aquela besteira, chamou a atenção, e a reação das pessoas que entendem do assunto para colocar no seu devido trilho, no seu devido lugar esse debate. E o debate é o seguinte: o Ministro colocou quatro causas aqui pelo aumento de preço dos alimentos. Soma-se a isso esse problema seriíssimo que nós temos de lincar o aumento do preço dos produtos agrícolas com fertilizantes, que toda vez que tem uma boa safra sobe o preço do fertilizante na outra. E isso também se liga à proteção do petróleo, fertilizante e petróleo têm uma relação estreita.

E nós não vamos conter os preços, Ministro, se não for produzindo mais, e esse é o discurso que nós temos que ter mesmo. Produzir mais. V. Ex^a. bateu no ponto certo nessa questão das pastagens degradadas. Nós temos duzentos e dez, duzentos e vinte milhões de hectares e poderíamos produzir a mesma quantidade de carne e de leite com cinquenta, sessenta,

setenta milhões de hectares a menos. Mas aí eu deixo aqui uma sugestão a V. Ex^a. Que o Governo lance um programa de recuperação de pastagens degradadas, mesmo que seja de médio e longo prazo. Que o Governo lance um programa de assistência técnica para mostrar aos produtores que eles podem produzir a mesma quantidade de carne em muito menos área e usar parte da área para produção de alimentos e biocombustível. Nós temos sim terra, clima, gente, tudo para produzir biocombustíveis e produzir alimentos, mas acredito que neste momento o Governo precisa colocar em prática um programa de estímulo aos produtores para que eles aproveitem as suas áreas degradadas no plantio de grãos e no plantio de culturas para o biocombustível.

E também, Ministro, gostaria de deixar uma outra sugestão. Talvez já V. Ex^a. esteja trabalhando nessa direção e creio que sim. É o problema do trigo. Dá para alcançarmos aí a auto-suficiência? V. Ex^a. foi Secretário da Agricultura do Paraná e eu também, e nós trabalhamos numa época que o Paraná produzia 60% do trigo nacional. Ainda produz, mas nós estamos importando 70% do trigo para consumir. Dá para chegar rapidamente a 80% da oferta de trigo para o nosso consumo. 20% ao ano, 25% ao ano de crescimento, isso é possível, mas tem duas coisas que o produtor de trigo não pode prescindir: uma é a garantia do preço. O preço de garantia não tem sido garantido, historicamente não, e aí cai o preço na hora dele vender, aí ele não planta no outro ano. Para manter e crescer a área, preço de garantia; e a outra, pelo menos para o trigo, colocar no Fundo de Catástrofe recursos suficientes para atrair seguradoras. Oferecer seguro para os produtores de trigo. Com o seguro e o preço de garantia, rapidamente o Brasil vai produzir para o seu consumo e nós não vamos ficar dependentes, principalmente da Argentina, que o resultado está aí, o preço da farinha subindo, do pão, do custo de vida.

Ministro, eu não faço perguntas, apenas deixo essas sugestões e apenas para cumprimentar a V. Ex^a. pela postura que tem adotado diante do Ministério da Agricultura, de defesa do setor produtivo, de defesa do país e pode contar com o nosso apoio.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado ao Senador Osmar Dias. Pela ordem de inscrição, Senadora por Tocantins, Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigada, Presidente. Quero cumprimentar a todos os nossos visitantes, convidados, muito obrigado pela presença, pela boa vontade de estar aqui conosco, cumprimentar a todos em nome do nosso Ministro da Agricultura Reinhold Stephanes e, também, Senador João Tenório e

Senador Neuto De Conto pela iniciativa desta Comissão conjunta, dessa Audiência Pública conjunta.

Ministro, nós temos passado, ao longo de algum tempo, nos defendendo. Nós já nos defendemos contra o trabalho escravo e ainda vivemos defendendo e mostrando ao Brasil a respeito das dificuldades trabalhistas deste país, das dicotomias, de uma Lei Industrial, Comercial que foi imposta ao campo. Nós temos que explicar para o mundo que nós não temos aftosa, nós temos que explicar ao mundo que nós não estamos destruindo a Amazônia e agora nós temos que provar para o mundo que o etanol não faz mal à saúde.

Eu acho, Ministro, eu aprendi com um grande mestre na política do meu Estado, que os grandes líderes não se explicam. E isso não vale só para os políticos, mas vale também para uma Nação. O Brasil é um grande líder e precisamos acostumar a parar de dar tantas explicações, tantas desculpas como se nós fôssemos permanentemente réus do mundo todo. Réus porque temos tecnologia, porque temos produtividade, porque temos força de trabalho, apesar de não termos nem 10% da logística de transporte e de portos que o resto do mundo tem; apesar de que temos, impedidos esse tempo todo de desenvolver a engenharia genética nesse país, por problemas ideológicos, os nossos transgênicos; apesar de não conseguirmos registrar os nossos defensivos genéricos; apesar de não termos uma Lei forte contra a defesa da concorrência que nos proteja dos cartéis de fertilizantes e desses mesmos defensivos no país. Mesmo assim conseguimos ser competitivos graças a esse esforço e a tecnologia aplicada da porteira para dentro. O nosso grande problema é a porteira para fora.

Esta afirmação que ficou emblemática do cidadão que, graças a Deus, tinha assento na ONU, eu acho que ele poderia ter duas classificações: ou inocente ou de má-fé. Eu prefiro apostar na má-fé. Ninguém senta na ONU por inocência. Aquilo é má-fé e é uma campanha difamatória contra o etanol em proteção ao petróleo. Eu nunca vi aquele cidadão reclamar do preço do aumento do petróleo, porque ele sabe muito bem que aumento de petróleo é aumento no custo de produção e aumento de alimentos. Eu nunca vi ele reclamar que uma vaca na União Européia recebe por dia de subsídio três euros e meio por dia e que tem muito cidadão africano que não ganha um euro por dia para comer.

Então, Sr. Presidente, eu atribuo, e nós todos sabemos e V. Ex^a. com a sua competência sabe, que nós temos uma crise de aumento de consumo, principalmente ordenada pelos países emergentes que estão crescendo, as pessoas ganhando mais, portanto, comendo melhor. Nós tivemos um aumento do petró-

leo que significa aumento de fertilizante e aumento de frete e aumento de óleo diesel, do preço do óleo diesel, nas nossas máquinas que plantam e que colhem; nós tivemos problemas climáticos especialmente na Rússia e Austrália, que são países importantes produtores; nós tivemos a transferência da especulação imobiliária americana com a crise do *suprime* para o mercado de *commodities*, que são os alimentos. Esses especuladores transferiram os seus investimentos para as *commodities* e fizeram com que elas subissem. Então eu não vejo nenhuma novidade em nada disso, mesmo porque, como o senhor disse, nós temos 0,7% de oitocentos e cinquenta milhões de hectares plantado de cana.

E apenas para discordar, Ministro, se eu não compreendi bem, o senhor explicando a questão do Zoneamento Econômico Ecológico. Nós temos já de início a Constituição que graças a Deus nos protege. Então eu não entendo um zoneamento, se eu entendi mal me corrija, que vá o Governo decidir aonde o João, o Pedro e a Maria vão plantar cana. Em qualquer país civilizado e inteligente do mundo, o José, o Pedro, a Maria e a Joana vão plantar cana ou soja ou milho ou algodão se o mercado assim determinar, se ele sentir que vai ter renda e lucratividade. Isso está garantido no art. 170 da Constituição Federal, no seu § único: “É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei”, que é o caso da reserva permanente, que é o caso da reserva legal. Fora isso, Ministro, não pode existir zoneamento de mercado, zoneamento que possa impor o que a Constituição nos garante. O zoneamento sim para orientar o produtor de que aqui a cana não é produtiva, que ele vai ter prejuízo, que a área correta de plantio de cana em determinado Estado e determinada região é o que há de mais inteligente que um país possa fazer.

Eu disse outro dia na tribuna – e até foi publicado no jornal O Globo pelo jornalista Ilimar em sua coluna, que nós temos, Ministro, 55 milhões de hectares no Brasil produzindo grãos, apenas 55 milhões de hectares que produz 140 milhões de toneladas; nós temos 127 milhões de hectares de terras públicas, sem destinação; nós temos 108 milhões de hectares de propriedade dos índios do Brasil; nós temos 77 milhões de hectares onde estão os assentamentos; nós temos 170 milhões de hectares de pastagens; nós temos 5 milhões de plantio de floresta; e nós temos mais 7 milhões de plantio de cana. Tirando isso tudo aqui, deixando os índios com os seus 108 milhões de hectares, encontrando mais 100 milhões de hectares que seja alternativo ou que seja de áreas novas, 100 milhões de hectares a mais

do que nós plantamos hoje dá para abastecer, com os índices de produtividade do Brasil, médios, que podem ser muito bem alterados para mais, mas considerando a média da produtividade brasileira de arroz, trigo, milho e soja, nós conseguimos com 100 milhões de hectares alimentar 400 milhões de pessoas. A União Européia tem quatrocentos e cinquenta milhões de pessoas. Nós só precisamos de uma coisa muito simples. Nós precisamos de condições de trabalhar. Nós somos uma indústria a céu aberto e que precisamos sim, de quando em vez, da proteção do Estado brasileiro. Nós produzimos 1/3 do PIB, 1/3 do emprego e 1/3 das exportações. Eu repito isso duzentas vezes por dia nesta Casa. Não estamos pedindo nada mais do que nós merecemos. Se nós der condições para isso, fortalecer o seu Ministério, principalmente, nós damos conta desse recado. Agora nos dê estradas, nos dê hidrovias, nos dê ferrovias, nos dê portos, nos dê o combate na defesa da concorrência. Vamos alterar a destinação das lavras da rocha fosfática no país, vamos tirar a TEC(F) da importação desses produtos da Ucrânia e da Rússia, como V. Ex^a. derrubou um dia desse, foi responsabilidade sua um cartel que permitia e protegia duas empresas no país com relação ao glifosato e ao nitrato de amônia, o senhor conseguiu derrubar o *antidumping*, para que nós possamos ter alguns sinais para nós diminuirmos o nosso custo de produção.

Para encerrar, Ministro, nós estamos hoje na seguinte condição. Um cálculo econômico de qualquer empresário, quer seja urbano, industrial, comercial, de serviços, quando ele vai calcular o seu custo de produção, ele calcula o seu custo operacional efetivo, ele calcula o seu custo operacional total, que é o desgaste do seu patrimônio, e o custo total que implica no custo de capital da sua propriedade, do seu patrimônio. Se o produtor rural brasileiro fizer esta conta direitinho, como o dever de casa manda, ele tem que parar de plantar. Ele tem que parar de produzir carne de qualquer espécie e tamanho. Ele só tem o direito de calcular o custo operacional efetivo. Se ele for mais além, ele está fora do ramo. Ele não pode ver, porque ele não precisa ver, não tem como ver essa conta. Ele não pode fazer essa conta empresarial porque ele vai ver que ele está extremamente prejudicado e o custo operacional efetivo é uma enganação, é apenas o que eu gastei para plantar por hectare ou para produzir um quilo de carne, e o que eu vendi aquele produto, e mato o custo com a receita. E aí ainda eu estou empatando. Só calculado esse custo eu estou empatando. Imagine se eu for por o preço da minha propriedade e calcular apenas a poupança sobre ela, se eu for colocar o des-

gaste e depreciação das minhas máquinas, da minha cerca, do meu curral e dos meus alojamentos.

Então, Ministro, eu quero concluir com isso que isso tudo é conversa afiada do mundo todo. Etanol não vai tirar comida da boca de ninguém. O que vai tirar as pessoas do ramo é mercado. E o Brasil precisa dar condições, porque é o único país do mundo, que tem condições de ampliar a sua área plantada de grãos e abastecer o resto do mundo.

Então eu concluo as minhas palavras dizendo a V. Ex^a. que o senhor está correto em defender o etanol e a agricultura brasileira. Não tem nada de errado, a não ser preconceito por inveja e competição econômica do mundo. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com a palavra, pela ordem de inscrição, antes agradecendo à Senadora Kátia Abreu, o Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sr. Presidente, Sr. Ministro Reinhold Stephanes, Senador João Tenório, Presidente da Subcomissão, Senador Neuto De Conto, Presidente da Comissão da Agricultura e Reforma Agrária, demos Senadores, Senadoras e convidados. Saúdo todos.

Eu estive agora pela manhã numa reunião com a delegação da Primeira-Ministra da Alemanha, vários empresários estavam presentes, e a gente sente em cada contato um imenso interesse pelo Brasil e, particularmente, eu diria, inclusive, pela nossa produção de energia sustentável, pelo biocombustível, que é uma marca muito importante da nova trajetória da agricultura brasileira. Ainda que a gente produza há trinta anos, a mudança na frota de automóveis deu impulso ao etanol, ao biocombustível, ao biodiesel, absolutamente espetacular e irreversível.

Eu queria dizer que eu estou entre aqueles, e acho que o Ministro tem sido muito feliz nos seus pronunciamentos sobre essa matéria, o Brasil deve reconhecer que há uma grave crise de alimentos no mundo e demonstrar ao mundo, e o Ministro fez isso com muita competência, mostrando que os estoques de alimentos vêm se esgotando nos últimos anos, o mundo vem comendo o que tinha estocado, e que o Brasil, nos últimos seis anos, é o país que mais gerou excedente agrícola exportável. Portanto, a nossa contribuição a melhorar a oferta de alimentos é incontestável, nós aumentamos significativamente a nossa produtividade, mesmo a área plantada para atingir 140 milhões de toneladas de grãos, e o país demonstrar um plano, uma programação, uma política agrícola agressiva para ampliar com rapidez a oferta de alimentos e a nossa capacidade de exportação. Eu acho que essa é a contrapartida da nossa resposta a essa crise. Essa

crise tem razões profundas, quer dizer, o aumento da renda e a urbanização na Ásia é um elemento estrutural, o novo eixo dinâmico da economia mundial é a Ásia, e a China tem metade da terra que o Brasil tem para produzir alimentos. É evidente que eles não terão como suportar e assegurar a oferta de alimentos. Países como Índia e China estão chegando no limite da sua capacidade, quer dizer, o custo marginal para ampliar a produção é muito elevado.

Mas a segunda razão desta crise evidentemente foram as alterações climáticas. Elas atingiram duramente países como Rússia, Austrália, mesmo aqui na nossa região, Haiti e Nicarágua viveram dois furacões devastadores, como em parte os Estados Unidos, e isso desestabilizou a agricultura em muitos países.

Eu acho que a terceira razão que nós devemos demonstrar é o petróleo, e o petróleo não encarece a agricultura apenas pelo custo do transporte ou a matéria-prima de produção dos equipamentos agrícolas. Eu quero lembrar que o nitrogênio, 70% do nitrogênio é gás, um gás que o preço médio passou de dezoito dólares, alguns anos atrás, a cento e vinte e cinco dólares ontem, e num mundo que só tem quatro grandes fábricas produtoras de fertilizantes, é um cartel, é uma estrutura cartelizada, que sofreu um choque de preços e repassa isso para a produção agrícola. Então além do transporte de grãos, o custo da matéria-prima se eleva com a elevação do preço do petróleo.

E a especulação financeira, evidentemente, o mercado de futuros, que é um mercado muito ágil, rapidamente o capital financeiro se desloca onde tem rentabilidade, especialmente num cenário que os grandes bancos americanos tiveram um prejuízo de 430 milhões(F) de dólares nessa crise do *suprime*, e essa crise se desentendeu, em termos de valores absolutos é a mais grave crise financeira do pós-guerra. Então rapidamente eles tentam compensar com outras atividades e migraram para o mercado futuro de grãos, identificando que não há estoque, como é o caso do petróleo, não há resposta de curto prazo na produção e a agricultura tem um ciclo natural que é reversível para você reverter esse quadro e não especular nessa atividade, infelizmente.

O quê que eu quero chamar a atenção? Eu acho que o Brasil deve reconhecer que o etanol do milho encarece a cadeia produtiva de proteína da carne e pode ter algum impacto estruturante nessa elevação de preços de produtos. Assim como o biocombustível da beterraba e da canola na Europa, também tem um impacto, porque são custos extremamente elevados, são áreas que estão deixando de ser disponível para quem já não tem uma competitividade estrutural para

produzir alimentos, como é o caso dos Estados Unidos e, particularmente, o caso da Europa.

Agora qual é o foco do nosso discurso? Aonde que nós sairemos dessa defensiva? Quer dizer, eu acho que nós temos que sair com uma agenda propositiva, mostrando que nós estamos com uma política agressiva de aumento da oferta agrícola, nós vamos aumentar ainda mais o nosso excedente exportável, e focar o debate nos subsídios e no protecionismo agrícola dos países ricos. Essa é o verdadeiro crime da política internacional que fomenta essa crise estrutural de oferta de alimentos. Nós estamos falando de subsídios de 430 bilhões de dólares/ano. É isso que impede que boa parte, especialmente da agricultura de subsistência, que são bilhões de pessoas no planeta que estão no limiar da fome, de poder produzir o seu cultivo e poder se alimentar. Se nós retirarmos os subsídios, se a rodada de Doha for centrada na resposta mais importante que a humanidade tem que dar agora, que não é permitir que cem milhões de pessoas estejam expostas à fome, e trinta e sete países estão sem nenhuma condição de sustentar e de ter uma política de segurança alimentar, nós seguramente abriremos um caminho novo para a agricultura mundial. Nós vamos aumentar a nossa competitividade, nós vamos arrebentar essa bolha especulativa de preços, nós vamos abrir novos mercados para as nossas exportações e vamos dar chance para pequenos países da América Latina, da América Central, da África, da Ásia e pequenas comunidades poderem produzir a agricultura de subsistência e terem competitividade e condições de sustentar a sua sobrevivência. Então eu diria que, para mim, esse é o foco central da discussão.

Eu queria concluir sugerindo, nós estamos vivendo um momento extraordinário da agricultura brasileira, e um cenário de futuro extremamente promissor, mesmo porque para o Brasil é muito cômoda a questão da matriz energética porque nós temos potencial hidroelétrico, que está em andamento, nós temos ainda energia eólica no Ceará, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul, nós temos possibilidade de energia solar, eu falei isso para a delegação alemã, eles estão fazendo um esforço brutal na energia solar, só que nós temos três meses mais sol do que eles para poder competir também na energia solar. E nós temos no pré-sal estimativa de trinta milhões de barris de petróleo. A Bacia de Santos, em dois anos, vai estar produzindo trinta e três milhões de metros cúbicos/dia de gás e vai produzir nada menos do que duzentos mil barris de petróleo/dia. Então nós temos uma resposta estruturante. O Brasil vai virar um grande exportador de energia também, inclusive de petróleo.

Portanto, seria muito cômodo nós aceitarmos essa discussão do etanol e nós substituímos a nossa matriz de etanol por petróleo. O Brasil não tem esse problema. Não terá mais esse problema. Agora, seria um grave equívoco, porque o etanol é uma energia renovável e o petróleo é uma energia que está se esgotando. Os Estados Unidos só tem reserva para cinco anos, a Europa praticamente não tem mais reservas, só numa área do norte, o Japão não tem reservas de petróleo, não há grandes descobertas nos últimos trinta anos de reserva de petróleo e nós estamos fazendo uma grande descoberta. Então nós temos que manter o etanol como uma saída global à crise de energia que se avizinha e de uma energia renovável, uma energia que no espaço urbano ajuda a reduzir a emissão de CO₂. Então eu acho que nós estamos prontos para esse debate, muito bem posicionado para o futuro.

Eu queria sugerir, para concluir, primeiro, que o Brasil se prepare para enfrentar a questão do direito de retaliação na OMC dos subsídios que os americanos patrocinaram no algodão, nós vencemos o painel, nós temos o direito de retaliação de três bilhões de reais e nós temos que saber exatamente o que nós vamos fazer em relação a essa questão, porque isso vai ser uma referência para muitos países em desenvolvimento e, talvez, para começar realmente a colocar uma agenda nova na rodada de Doha, e isso tem que se fazer até junho. Qual vai ser a atitude do Brasil? Nós vamos enfrentar a questão de patentes, por exemplo, na cadeia do algodão? Nós vamos começar a produzir máquinas e equipamentos sem reconhecimento de patentes? Qual vai ser a nossa atitude na questão desse painel de controvérsia que o Brasil tem o direito, inclusive, de tomar uma atitude? Que atitude nós vamos tomar? Segundo, o Fundo de Catástrofe, eu acho muito feliz a intervenção do Senador Osmar Dias, por sinal é um dos grandes especialistas desta Casa na agricultura, sempre foi uma voz muito coerente, muito competente, eu acho espetacular a sugestão dele de nós termos uma meta de atingir pelo menos 80% da produção de trigo, ter uma política específica, e o Fundo de Catástrofe e preço mínimo, é o momento ideal para nós construirmos uma política de segurança estratégica da agricultura. Nós vamos ter um aumento de renda espetacular no campo e nós podemos criar uma política de financiamento de preço mínimo e de segurança estratégica para a agricultura brasileira. E acho que, com isso, nós daríamos um grande passo no sentido de impulso à produção agrícola, estabilidade da renda agrícola, e isso se faz no auge do ciclo. A hora é agora de nós avançarmos numa política de financiamento do futuro, de criarmos uma política anticíclica usando esse momento exuberante que a agri-

cultura atravessa para prepararmos para instabilidades e dificuldades futuras.

E, por último, a renegociação da dívida agrícola, eu acho que tem que sair logo essa Medida Provisória, porque vai ser mais um grande instrumento de alavancagem no investimento agrícola, na produção agrícola, mostrando que o Brasil sabe como aumentar a oferta de alimentos, baixar o custo de vida aqui dentro, que cresceu 20% nos últimos doze meses os alimentos, que pega a população de baixa renda, e, principalmente, a maioria dos países que não têm as condições estruturais que o Brasil tem de aumentar a oferta e amenizar essa tragédia que é a fome e a desnutrição. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado ao Senador Aloizio Mercadante. Só para anunciar, Senador Aloizio, no dia de ontem o Ministro José Múcio nos participou de que está pronta a Medida Provisória, ela deve chegar ao Congresso Nacional até, prazo máximo, dia 20. Espero, portanto, esta semana nós termos o processo para recomposição das dívidas agrícolas.

Como último orador inscrito na primeira parte para intervenção do Ministro nós ouviremos, então, o Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Ministro, Sr. Neuto De Conto, Presidente da Comissão, Presidente João Tenório, da Subcomissão de Biocombustíveis.

Eu quero ser breve, mas não deixaria de cumprir o Senador Aloizio Mercadante pela precisão e segurança de todas as colocações que colocou aqui, que apresentou nesse momento nessa Subcomissão de Biocombustíveis. Da mesma forma o Senador Osmar Dias e a Senadora Kátia Abreu.

Eu vou me ater a dois itens primordiais. Primeiro, que o país ainda necessita sim de um zoneamento e está ultimando a análise que poderá contribuir, cada Estado está fazendo o seu levantamento socioambiental, econômico, zoneamento, aliás, e que vai possibilitar, inclusive, a definição real do quê que é a Amazônia Legal ou o que é a Amazônia, porque o Estado de Mato Grosso, que eu estou me referindo, inclusive Tocantins e Piauí, pertence hoje, na sua totalidade, ao bioma amazônico, quando na realidade o Estado do Mato Grosso tem menos de 30% de floresta, não que foi dizimada, bioma floresta. Em Tocantins o bioma floresta é ao redor de 10% ou menos e Piauí da mesma forma. Então eu vejo que a edição da... ainda que existe a Lei ambiental brasileira baseada na Medida Provisória 2.166, nós deveremos discuti-la e esse é um assunto que envolve o IBAMA, envolve o Ministério

do Meio Ambiente, envolve essa nossa Comissão de Agricultura, Comissão de Meio Ambiente.

Eu vejo a necessidade até porque posições que tanto o Governador do Mato Grosso, Blairo Maggi, quanto o Ministro Reinhold Stephanes, às vezes são mal interpretados. Quando o Ministro colocou, não me recorde a data, mas há um mês atrás, quando começou essa discussão, do aproveitamento das áreas degradadas, houve uma má interpretação total. Confunde-se e a imprensa até confunde áreas de degradação de pastagem, que é notória por causa da dificuldade econômica da recuperação das mesmas, e a sugestão de nós as recuperarmos para que os duzentos milhões de cabeças do país, duzentos e poucos milhões de cabeças de gado do país, possam ser explorados numa área bem menor do que hoje se usa, quem sabe a metade, e isso já há sugestão de recuperação dessas áreas, eu diria que para essas regiões aonde é possível – eu acho que todas elas são – a integração silvopastoril virá a ser uma solução. É uma experiência que a EMBRAPA tem demonstrado efetiva, economicamente viável e de muito interesse para qualquer atividade, tanto pequena, média ou grande. Essa integração, então, vai ser a consolidação de uma exploração econômica efetiva e socialmente, ambientalmente mais propícia. Então, nesse sentido, eu vejo que a redefinição e a rediscussão do zoneamento do bioma floresta é mais do que necessário, porque hoje até o Estado de Mato Grosso apresenta-se fora da discussão e de introdução, inclusive, de cana-de-açúcar, não só pela dificuldade logística, mas, também, porque se insere cem por cento na sua definição geográfica no bioma amazônico, quando se sabe que não é a realidade. Então, Secretário Egon Krakhecke, quando separaram os dois Estados, ficou essa definição de que Mato Grosso seria do bioma amazônico pela contribuição fiscal e com o auxílio de todos esses investimentos que foram feitos lá nessa área. Hoje eu acho que nós precisamos rediscutir isso daí, eu vejo que é importante a Câmara, o Senado e o Ministério do Meio Ambiente voltarem a redefinir a MP 2.166, que poderia dar uma contribuição muito grande para a gente realmente redefinir essa parte e dar condições para que essa posição de cana-de-açúcar ou qualquer cultura advinda dos Estados do Mato Grosso, Tocantins, o Piauí, seja colocado como advinda da Amazônia e explorada ilegalmente, quando nós sabemos que não está havendo esse desmatamento que estão propalando. Nós participamos pela Comissão do Meio Ambiente em diversas viagens para o Pará, para Rondônia, amanhã estaremos indo para o Mato Grosso e verificamos que a realidade é bem diferente. Quem sabe esses índices não perfazem nem 10% do

que foi colocado pelos órgãos que divulgaram precipitadamente.

Então fica aí a nossa sugestão de a gente redefinir sim esse zoneamento e poder contribuir, então, numa nova Lei Agrícola para o país. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado ao Senador Gilberto Goellner e passamos, então, a palavra ao Ministro Reinhold Stephanes para que ele faça as suas considerações sobre as manifestações dos Srs. Senadores.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Bom, primeiro eu tenho que agradecer a todos os Senadores que fizeram as intervenções, agradecer as referências que fizeram à agricultura, ao Ministro, ao Ministério e também as sugestões. Embora a Senadora Kátia não está mais aqui, mas ela, evidentemente, fez algumas colocações e dentro delas também algumas discordâncias, não é? Mas se ela não discordasse, não seria a Senadora Kátia Abreu, e nós respeitamos muito isso.

Mas o Senador Osmar Dias começou levantando uma premissa que eu acho extremamente importante, quer dizer, de repente a agricultura passou a ser importante para o Brasil e para o mundo e isso é bom. Até porque quando se observa quando o mundo era de oferta de produtos agrícolas, nos últimos trinta anos os preços de produtos agrícolas eram declinantes, quer dizer, qualquer comparação que se faça com o aumento dos preços de transporte, de educação, de saúde, de bens e serviços, vamos observar que a agricultura sempre está puxando os preços para baixo, ou seja, todo ganho que havia de aumento de produtividade ou de eficiência na área agrícola era transferido para a mesa do consumidor. O que, aliás, era bom, mas também criava problemas de renda para o produtor agrícola, o que, por sua vez, não era bom, ao ponto que num dos planos chamou-se, no Plano Real, que era a Âncora Verde, se dizia com muito orgulho porque durante três anos a cesta básica não aumentou de preço, mas alguém estava pagando isso. Bom, hoje nós temos uma inversão desta curva, depois de quase trinta anos. E aí, quer dizer, o mundo passou a observar que efetivamente a agricultura era um tema importante e que o mundo tinha que se preocupar com a agricultura. E eu acho que isto é bom.

A questão dos fertilizantes que foi levantada, quer dizer, vários pontos foram levantados tanto pelo Senador Osmar, como por outras pessoas, é uma questão extremamente sensível, é uma questão estratégica para nós, nós somos altamente dependentes de importação. No potássio nós vamos chegar daqui a pouco a 80% das necessidades de importação, no fósforo nós vamos chegar a quase 60%. E o preço desses produtos tem crescido muito e tem crescido não só pelo aumento de

demanda ou pelo aumento do preço do petróleo, mas também por movimentos especulativos que se somam a isso, e o interessante dessa questão é o Ministério está com grupo de inteligência estudando isso já há muitos meses e mantendo muito contato inclusive com o setor privado, com a área de produção agrícola brasileira, com as representações, com as cooperativas, com as grandes organizações, tipo a Pró-Soja, enfim, produtores de cana, como que nós podemos sair desta dependência que nós temos?

E aí algumas questões se colocam e que foram colocadas aqui. Por exemplo, em termos de fósforo o Brasil tem minerais suficientes no seu solo para se tornar auto-suficiente, ou seja, num trabalho a médio prazo nós podemos chegar lá. Agora existem problemas de legislação, existem empresas que estão com centenas de permissões de lavra e de pesquisa, mas que não a fazem, não a executam. Então tudo isso tem que ser equacionado, assim como, também, existe a questão dos nitrogenados, aonde nós temos que envolver, possivelmente, a própria Petrobrás nisto. Mas já há um trabalho, eu quero dizer que há um trabalho. Não vamos ter solução a curto prazo, mas, pelo menos numa visão de médio ou longo prazo, nós temos que encontrar um caminho para esta questão de fertilizantes.

Quando nós falamos em recuperação de pastagens, também foi uma questão levantada aqui primeiro pelo Senador Osmar e depois por outros Senadores, efetivamente é uma realidade, quer dizer, nós podemos, hoje, recuperar cinquenta milhões de hectares, nós temos que ter uma programa para isso, eu concordo, já estamos pensando nesse programa, quer dizer, nós temos que ter um programa que nos conduza, quer dizer, sair do discurso para a prática, quer dizer, se nós chegamos a esta conclusão, agora nós temos que tornar isso em termos práticos, como nós ainda temos também de quarenta a cinco milhões de hectares a serem incorporados de outras áreas, eu costumo dizer, sem necessidade de derrubar nenhuma árvore no bioma amazônico – eu estou falando em bioma amazônico -, sem necessidade de derrubar nenhuma árvore. Claro que ainda algumas vão ser derrubadas em função do próprio direito legal que algumas propriedades têm, até que se encontre uma compensação para que essas pessoas deixem de derrubar.

Mas ainda ontem ou esses dias, foi colocada essa questão, foi dito: “Bom, quem é que afinal de contas está desmatando na Amazônia?” Quão importante é definir quem está desmatando e por que, quais são as causas do desmatamento. Bom, aí alguém colocou: “Bom, você tem vários aí”. E, dentro dessas colocações, falou-se: “Nós ainda temos avanço da pecuária,

da grande pecuária em termos de desmatamento". Aí a minha primeira reação foi o seguinte: "Gente, isto não pode acontecer". Porque a grande pecuária não traz absolutamente nenhum grande benefício, nenhum benefício econômico, primeiro que ela não emprega gente, e nós temos áreas suficientes, nós temos gado suficiente, nós podemos produzir muito mais nas áreas que estão abertas, nós não precisamos abrir mais áreas, gente, isso tem que ser coibido, agora temos que apenas encontrar um instrumento de coibir isso, ou seja, o Ministro da Agricultura está perfeitamente de acordo com isso. Agora também têm outras posições de maior racionalidade, quer dizer, evidentemente que o Ministro da Agricultura não pode se colocar favor do conceito Amazônia Legal, que, aliás, é um conceito de usos e costumes, porque ele não existe. O que existe é apenas uma Lei que diz que, para efeito de financiamento, na região amazônica, mas aí região como região, geográfica, não como região de bioma, nem região de floresta, mas que passou a se usar e até se pintar de verde todo o Mato Grosso, todo o Tocantins, parte do Maranhão e passou-se a usar isso. E aí criou-se uma confusão. Eu fiz essa pergunta numa ocasião no meio dos doutores e cientistas nossos, eu falei: "Escuta, por que é que bioma, que é Amazônia Legal?" Ninguém soube dizer, nem o meu diretor de produção agrícola, nem o meu diretor de política agrícola, ninguém soube responder, ou seja, nós criamos isso como uso e costume e passamos a adotar isso. Nas próprias estatísticas quando aparece que na Amazônia tem tanta população, tantos bois, tanto isso, na verdade você está incluindo todo o Mato Grosso e está incluindo 70 a 80% de cerrado que não tem nada a ver ou todo o Tocantins. Então, evidentemente, isso tem que ser, na minha visão, melhor colocado.

Da mesma forma que, evidentemente, a questão da Portaria que coloca propriedades que chegam até perto de Cuiabá, Diamantino, que são regiões consolidadas como regiões de restrição, quer dizer, consolidadas não só na produção da soja, do milho, como também das indústrias, se tem lá Sadia ou se tem lá a Perdigoão, enfim, são regiões altamente consolidadas. De repente sai e é colocado como área restritiva e não é área de bioma Amazônia, quer dizer, então evidentemente isso cria problemas.

Agora no restante, evidentemente, nós somos totalmente de acordo que nós podemos incorporar ainda noventa milhões de hectares na nossa produção, e aí alguém falou que poderíamos produzir para praticamente uma Europa inteira a mais sem precisar derrubar nenhuma árvore a mais no bioma Amazônia. Agora como fazer para que não se derrube nenhuma árvore, quer dizer, aí eu não saberia dizer como e nem é

a minha função. Agora como Ministro da Agricultura eu acho que este deve ser o objetivo a ser alcançado.

A questão, também, do trigo, o Senador Osmar levantou bem, nós fomos Secretários, um pouquinho antes do que o outro lá, e exatamente naquele momento o Brasil era praticamente auto-suficiente em produção de trigo, o Paraná era o maior produtor brasileiro de trigo, produzia o dobro, mas menos do que produz hoje já naquela época, e a política de trigo adotada pelo Brasil, então, eu acho que foi o Ministro Delfim, na época, o Delfim disse assim: "Olha, se é mais barato importar da Argentina e se o Canadá e os Estados Unidos têm excesso de produção e estão subsidiando as exportações, por que é que nós vamos produzir internamente?" E aí acabou se desincentivando um pouco, não se deu muita importância à produção do trigo e hoje nós somos dependentes em 70% na importação do trigo, quer dizer, é o único produto que nós somos dependentes. Mas, como também foi colocado, pelo mercado que se estabeleceu e, evidentemente, que esse mercado hoje em setecentos e sessenta reais a tonelada possivelmente não vá se manter, a gente acredita que ele vá cair um pouco, mas em qualquer hipótese será um mercado, em termos de preço, altamente favorável ao retorno à auto-suficiência interna da produção de trigo, até mesmo pela instabilidade que nós temos do fornecimento do trigo por parte da Argentina. Então, isso também foi colocado aqui, a capacidade de terra e de produtores de máquina nós temos, mas no momento nós temos uma limitação que é semente. Então possivelmente um programa de cinco anos ou seis ou sete, num avanço gradativo, o Brasil pode se tornar novamente auto-suficiente na produção de trigo. Claro que o trigo na região sul tem um certo risco climático, embora ele não se verificou nos últimos anos, mas ele pode acontecer, mas nós também já sabemos que aqui no centro-oeste nós temos dois mil e quinhentos, aliás, só em Goiás, nós temos dois mil e quinhentos pivôs, aonde possivelmente pode ser uma boa opção de se produzir trigo agora nesse período do inverno usando os pivôs, quer dizer, fazendo de forma irrigada.

A questão levantada pela Senadora Kátia quanto ao zoneamento, evidentemente isso é uma questão que pode ainda gerar debate, mas há uma tendência, veja bem, há uma tendência evidentemente de o Governo definir que não se plante cana no bioma amazônico, quer dizer, há essa a tendência.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Não, aí o conceito é um pouco maior, quer dizer, isso daí vai ser uma discussão, mas vamos dizer que há uma

tendência em relação a isso. Sob o ponto de vista de produção, de aumento de produção, não haveria necessidade, mesmo que fossem já em áreas degradadas. Agora, por outro lado também, é verdade que, numa área de pastagem degradada, seria muito melhor se plantar cana do que se manter a área de pastagem degradada, quer dizer, ela teria um balanço positivo. Mas, de qualquer forma, essa é uma discussão que ela vai ficar no momento que o zoneamento estiver pronto e no momento da decisão, e será uma decisão de Governo, quer dizer, e como decisão de Governo aí é claro que envolve todo o debate e aí teria que ser cumprida.

Aqui também se colocou muito a questão de produtividade. Na minha exposição inicial eu não passei essa informação, mas é uma informação extremamente importante, quer dizer, o grande crescimento agrícola que o Brasil vem tendo em média de 4,8% nos últimos vinte anos e com possibilidade de manter esse nível de crescimento em torno de 5% e talvez até aumentar esse crescimento, porque na medida que os preços no mercado estimulam, o que aí passa a ser um crescimento extraordinariamente alto, onde se joga isso a médio e longo prazo, é importante se dizer que quase 70% deste aumento se dá via produtividade, e a tendência é que nós aumentemos cada vez mais a nossa produção via produtividade. Então a questão da tecnologia, a questão da eficiência, a questão do manejo têm sido, também, extremamente importante na melhoria da agricultura brasileira.

Questões foram colocadas pelo Senador Gilberto também, a questão a questão da integração lavoura-pecuária, lavoura-floresta também é uma questão que está avançando bastante, embora existam algumas dúvidas, mas isso está avançando bastante.

Sobre mudanças climáticas... Aliás, sobre a renegociação da dívida o projeto está pronto, deverá ser assinado entre sexta e segunda-feira. O Fundo de Catástrofe, em princípio, que também deverá ser assinado em conjunto, quer dizer, havia interesse do Governo em lançar esses dois instrumentos, e assim como possivelmente também assinar a criação do adido agrícola, que também é uma reivindicação de grande interesse que o Brasil vem tendo já na área da agricultura há muito tempo. Tudo isso deverá acontecer nos próximos dias, eu acho que são notícias muito boas.

Só para finalizar – e aí eu acho que eu respondi a todas as colocações -, mudanças climáticas. É uma informação que poucas pessoas têm, mas a EMBRAPA tem uma plataforma de estudos sobre mudanças climáticas em Campinas, São Paulo. Essa plataforma é composta de mais de setenta especialistas em questões climáticas e alguns, além de especialistas, mui-

tos cientistas participam disso. Ela vem estudando e projetando cenários para todas as regiões e todas as culturas que se produzem no Brasil, quer dizer, ela já tem cenário para saber o quê que vai acontecer com a área que hoje planta café dentro de dez, vinte, trinta, quarenta ou cinquenta anos dependendo do nível de aquecimento que nós vamos ter. Todos esses cenários, tem para todos os produtos projetados, e ela já trabalha, hoje, com mais de duzentos projetos no sentido de, dentro desses projetos, na maioria deles de estudar a adaptação de culturas a possíveis cenários futuros. Então eu quero apenas passar essa informação que efetivamente já existe uma massa crítica de estudo muito forte em relação às mudanças climáticas e o que fazer para que a agricultura brasileira mantenha, enfim, a liderança e a possibilidade de continuar produzindo bem para o futuro.

Finalmente, só uma informação. Embora isso não foi colocado, mas isso é muito perguntado: o quê que acontece com o feijão? Porque o feijão, estava a saca de sessenta/quilo, a saca chegou de sessenta reais a duzentos e oitenta reais. O feijão não é uma *commodity*, assim como o arroz não é uma *commodity* também, o preço se forma praticamente por razões de mercado interno e agora já está caindo, hoje a nível de produtor já está em noventa, noventa e cinco, possivelmente não vai recuar mais aos sessenta que esteve no passado, mas aí a sugestão colocada para o trigo, pelo Senador Osmar Dias, é a mesma que precisamos ter para o feijão. Nós precisamos ter um preço/garantia para que as pessoas efetivamente produzam feijão. Nós precisamos de uma política específica para evitar essas grandes flutuações. Por quê? Porque uma das razões que nós chegamos a esse preço é que num determinado tempo ele caiu a menos de quarenta a saca e não valeu a pena produzir. Depois mais um probleminha climático, aí o problema surgiu.

Então, gente, muito obrigado, agradeço as possibilidades que me foram dadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado ao Ministro Reinhold Stephanes. Ele tem compromisso, vai se retirar. Continua a Reunião, vamos ouvir os demais convidados. E nós passamos, então, de imediato, a palavra para o Ministro André Aranha Corrêa do Lago, Chefe do Departamento de Energia, representando o Ministro das Relações Exteriores.

SR. ANDRÉ ARANHA CORRÊA DO LAGO: Muito obrigado, Senador. Em nome do Ministro das Relações Exteriores agradeço o convite que foi feito para participar dessa Audiência Pública extremamente oportuna, uma vez que essa questão dos biocombustíveis *versus* alimentos tem gerado uma discussão

internacional de uma intensidade que surpreendeu a todos e, principalmente, a nós brasileiros, que conhecemos esse tema há mais tempo e que já tivemos um amplo debate interno sobre a questão.

Eu gostaria de esclarecer a posição do Itamaraty nessa questão. O Ministério das Relações Exteriores tem participado, nos últimos meses, de discussões coordenadas pela Casa Civil a respeito de como o Governo brasileiro deve reagir a essa circunstância internacional.

Eu, antes de mais nada, gostaria de comentar que a questão do debate da comida *versus* biocombustíveis é apenas umas das críticas que estão sendo dirigidas aos biocombustíveis. Nós identificamos, de maneira a facilitar o debate no Brasil e internacionalmente, nós identificamos cinco dimensões das críticas aos biocombustíveis que devem ser abordadas.

A primeira é a questão da vantagem dos biocombustíveis com relação a outras energias no tocante às emissões de gases de efeito estufa. Uma outra questão é a questão do balanço energético, qual é a vantagem de um biocombustível com relação à energia que custa para produzi-lo. Uma outra dimensão é o efeito sobre a biodiversidade, sobre a água, os deslocamentos de terra, todas essas questões relacionadas ao que também se costuma chamar do uso da terra. A quarta questão é a questão social, que também é um debate importante, que é a dimensão social da produção dos biocombustíveis no mundo. E, finalmente, a quinta é esta que está nos ocupando hoje, que é da comida *versus* os biocombustíveis.

Eu acredito que o principal motivo desse debate é uma questão de falta de informação no mundo sobre os biocombustíveis. E para nós, brasileiros, é uma coisa estranha, porque como nós estamos muito habituados a lidar com esse tema, nós já temos naturalmente uma quantidade de informações que às vezes nós partimos do princípio de que os outros também têm, mas os biocombustíveis são uma novidade muito significativa nos outros países.

Então a primeira preocupação nossa é com relação à informação. Como o senhor sabe, Senador, o Presidente Lula convocou para o mês de novembro próximo, em São Paulo, uma grande Conferência Internacional sobre Biocombustíveis e essa Conferência será, eu acredito, uma ocasião muito importante para que se possa ter um debate mais informado sobre a questão. E o esforço do Governo é justamente no sentido de, com vistas a essa Conferência, já trabalhar junto aos nossos principais parceiros internacionais e, se possível, junto à imprensa internacional, para que não se chegue a São Paulo tendo que explicar tudo do zero, quer dizer, nós temos que já estimular esse de-

bate antes e já divulgar informações. E nesse sentido o Ministro Celso Amorim instruiu que as Embaixadas fossem particularmente ativas nessa área e a atuação das Embaixadas está sendo feita também graças ao trabalho de coordenação com os outros Ministérios e também com esta Casa e também com a Câmara dos Deputados. Então o que nós estamos procurando é ir diretamente àqueles que estão questionando os biocombustíveis, trabalho que nós temos feito com... Recentemente estiveram dois Deputados em Bruxelas, como o senhor sabe, que foi o Deputado Mendes Thame e Duarte Nogueira, que foram levados às pessoas que estão tomando decisões na União Européia com relação aos biocombustíveis para esclarecimentos. Nós temos trabalhado também muito com o Ministério da Agricultura e o nosso Bertoni tem participado de várias reuniões internacionais e nós temos envolvido também a UNICA, como também Organizações Não Governamentais, porque nós acreditamos que o que nós temos que refletir é a abertura e a ampliação desse debate dentro do Brasil. Esse debate não é uma novidade.

Então especificamente com relação à União Européia, tendo em vista que ela é citada na Audiência de hoje, eu gostaria de esclarecer que o Governo brasileiro está trabalhando muito ativamente em três dimensões. Primeiro, junto à Comissão Européia. A Comissão Européia fez essas propostas diretivas que estão já em estudo pelo Parlamento e pelo Conselho Europeu, pelos países membros. Então junto à Comissão, já antes da diretiva ficar pronta, houve uma ampla discussão e eu estava, por sinal, naquela época, eu tinha a função de Ministro Conselheiro na nossa missão junto à União Européia, e recentemente, há dois meses, eu assumi a diretoria do Departamento de Energia. E nessas discussões que nós tivemos com a Comissão, nós procuramos esclarecer várias dúvidas que eles tinham e, também, mostrar para eles que certas restrições que eles apresentavam aos biocombustíveis não se aplicavam ao Brasil. Portanto, as diretivas que a Comissão apresentou já haviam sido nitidamente vistas e alteradas, e evidentemente, como elas refletem também uma grande divisão dentro da Comissão Européia, porque, como o senhor sabe, por exemplo, o Comissário de Comércio é favorável à importação de biocombustíveis, por exemplo, o Comissário de Agricultura, evidentemente, tem muito mais dificuldades, o Comissário de Meio Ambiente sofre pressões de ONGs e o Comissário de Energia vê de maneira muito clara as perspectivas que os biocombustíveis oferecem para a Europa. Portanto, neste momento exato na União Européia o que está acontecendo é um debate no parlamento e entre os países

membros. E nesse tido sentido também nós estamos muito presentes tanto junto ao parlamento como junto aos países membros. A presença hoje da Chanceler, Primeira-Ministra da Alemanha, é muito significativa, pois a Alemanha é um dos países mais difíceis na área de biocombustíveis, junto com a França e a Holanda. E hoje, na presença do Presidente Lula e da Ministra Merkel, será assinado um acordo de energia entre o Brasil e a Alemanha, com especial ênfase sobre os renováveis e a eficiência energética. O que é que esse acordo simboliza? Esse acordo simboliza a disposição do Brasil de dialogar e ao mesmo tempo demonstra que a Alemanha, que procurou nas negociações desse acordo mostrar suas grandes preocupações com relação aos biocombustíveis, está disposta a discutir, ou seja, ela não está com uma posição tão radical quanto alguns órgãos de imprensa diriam. A verdade é que a Alemanha está profundamente dividida, mas nós esperamos que, com base nesse acordo, a posição da Alemanha no Conselho Europeu seja favorável à criação da meta de 10% de mistura de biocombustíveis de 2020, que é a proposta da Comissão.

E nesse ponto, rapidamente, eu queria mencionar que o que nós acreditamos que seja o mais importante nesse momento é a questão dos mandatos. Os Estados Unidos criaram um mandato para os biocombustíveis, ou seja, há uma Lei, eles devem produzir biocombustíveis. Então a questão do acesso ao mercado, a questão da sustentabilidade, da discussão de critérios de sustentabilidade é uma segunda etapa. O mais importante é o mandato. Porque nós sabemos que a partir do momento que os Estados Unidos tiverem um mandato muito claro, nós sabemos que eles não serão capazes de produzir a quantidade de combustível que esse mandato prevê.

A mesma coisa é a nossa preocupação com relação à União Européia. O nosso desejo é que haja um mandato da União Européia e é isso que está sendo discutido. Caso esse mandato passe – e isso será decidido nos próximos meses – a questão do acesso ao mercado, a questão da sustentabilidade será discutida de maneira muito mais sóbria depois, porque é do interesse, será uma obrigação da União Européia de ter uma certa quantidade de biocombustíveis. E nós estamos convencidos de que o Brasil, hoje, produz o biocombustível mais sustentável do mundo. Nós estamos absolutamente convencidos disso. Por isso, quando mais questiona os biocombustíveis mais se fortalece a qualidade do biocombustível brasileiro.

Então esse debate, apesar de não recomendado, é um debate que tem mostrado a diferença do biocombustível brasileiro. No entanto, nós também somos vítimas de uma incompreensão muito significativa da

dimensão dos biocombustíveis. Agora eu também acho, nós também achamos que é perigoso achar que só o Brasil é capaz de produzir biocombustível sustentável. Não, nós estamos convencidos de que em várias regiões do mundo poderá ser produzido biocombustível sustentável. A defesa de que só o nosso é sustentável cria uma ameaça à expansão dos biocombustíveis no mundo. Então nós acreditamos que o nosso discurso tem que deixar muito claro tanto a importância do mandato quanto a disposição do Brasil de discutir a sustentabilidade, quanto a possibilidade de muitos outros países produzirem um biocombustível que poderá suprir as necessidades que esses mandatos nos países ricos estão criando.

Eu gostaria de comentar, eu acho que os Senadores e o debate que antecedeu, eu acho que já foram levantadas as principais questões das vantagens dos biocombustíveis e os motivos pelos quais há um crescimento do custo dos alimentos no mundo, mas eu gostaria de mencionar duas questões que o Presidente Lula tem insistido bastante e que tem dirigido muito o nosso esforço na divulgação dos biocombustíveis. Primeiro é que os biocombustíveis não podem ser vistos apenas como um produto agrícola. Os biocombustíveis têm que ser analisados como uma alternativa energética, que têm valores extraordinários no contexto da mudança do clima. Então as vantagens dos biocombustíveis na área de mudança do clima, sobretudo do brasileiro, são indiscutíveis e devem ser cada vez mais divulgadas. A segunda dimensão, que é muito importante, são os benefícios que os biocombustíveis podem levar aos países em desenvolvimento, principalmente aos países mais pobres, porque há países da África onde nem sequer 20% da população tem acesso à energia. Com o petróleo a cento e vinte, essa proporção da população que tem acesso à energia não tem a menor possibilidade de crescer. Os biocombustíveis são, portanto, uma enorme oportunidade para eles, não só do ponto de vista de energia, mas, também, de geração de renda. Há um preconceito quase neocolonialista de que a Europa ou os Estados Unidos saberiam melhor o quê que os outros países precisam. Os países devem decidir por si próprio e os países têm condições muito diferentes. Realmente há certos países nos quais os biocombustíveis não se aplicam e há certos países onde há possibilidades extraordinárias, sempre citado é Moçambique. Moçambique é um país que tem extraordinária possibilidade. E a terceira questão é que o aumento do preço das *commodities* agrícolas, em princípio, deveria ser uma coisa muito positiva para os países em desenvolvimento e é uma coisa pela qual os países em desenvolvimento vêm pedindo há muitos anos. E aí eu volto um pouco ao que mencionou o Se-

nador Mercadante: o que impede que o aumento das *commodities* agrícolas seja positivo para os países em desenvolvimento foram as deturpações dos subsídios dos países desenvolvidos nos últimos anos, que impediu que uma lógica econômica e as vantagens comparativas dos países em desenvolvimento pudessem se aplicar à produção de agricultura.

Eu vou ficar por aqui, aberto aos comentários, obrigado.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Senador Neuto De Conto.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com a palavra....

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Eu queria pedir a V. Ex^a., só aproveitando a chegada do Senador João Tenório, pedindo escusas aos palestrantes, é que tem um requerimento, devido à urgência da Reunião da Comissão de Relações Exteriores, que eu gostaria que o Senador João Tenório colocasse em votação para que nós pudéssemos realizar essa Sessão amanhã da Comissão de Relações Exteriores.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Mozarildo, o Senador Tenório vai lê-lo e já colocamos em votação.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Essa é uma Reunião conjunta da qual faz parte também a Comissão de Relações Exteriores. Então apreciaremos o Requerimento nº 30, de 2008 do Senador Mozarildo Cavalcanti, que é o seguinte: "Requeiro, nos termos do art. 83, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Governador do Estado de Roraima, José de Anchieta Júnior, para debater em Audiência Pública desta Comissão, na Reunião de amanhã, 15 de maio de 2008, sobre o processo envolvendo a terra indígena Raposa Serra do Sol".

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Em discussão. Com a palavra o autor, se assim desejar.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Apenas que a matéria é devidamente bastante conhecida de todos e eu gostaria apenas de que fosse aprovada para que o Governador, estando aqui em Brasília, como está, tivesse a oportunidade de explanar sobre o assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Continua em discussão. Em votação. As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Eu gostaria também de anunciar a presença em nosso Plenário do Deputado Duarte Nogueira, do PSDB-SP. Eu queria saber se algum dos Senadores quer fazer alguma pergunta ao Ministro André Corrêa

do Lago. Como ninguém quer fazer, com a palavra o Dr. Arnoldo Campos, Diretor de Financiamento do Departamento de Proteção da Produção, representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Sr. Presidente, eu fui informado agora que eu teria que fazer um protocolo da aprovação, porque o senhor não faz parte da Comissão de Relações.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Bom, submetemos então à aprovação, quem concorda permaneça como está. Aprovado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Porque é da outra Comissão?

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): É da outra Comissão.

SR. ARNOLDO CAMPOS: Boa tarde a todos e a todas. Eu vou tentar ser bem rápido, colocando só algumas questões do ponto de vista do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

A primeira delas que eu queria dividir com vocês é a gente entender a dimensão e a profundidade dessa crise de alimentos que a gente está vivenciando. Eu quero socializar com vocês aqui alguns gráficos que mostram a evolução dos preços dos alimentos no mercado interno e externo. Isso nos coloca o desafio de compreender esse momento que nós estamos vivendo da alta dos alimentos. Sem de forma alguma discordar das causas que foram apresentadas até agora, como o aumento do consumo, a questão do etanol americano, a questão climática, nós temos um fenômeno relativamente recente que é a entrada do mercado financeiro no setor de alimentos, e eu quero mostrar um pouco isso porque por mais que nós tenhamos curvas de crescimento da demanda, e nós tivemos um desvio importante da produção de milho para a fabricação de etanol, algumas coisas não se explicam só por oferta e demanda. Há um componente novo que a gente precisa entender melhor.

Então como vocês podem ver ali, esse é um produto de mercado interno, nós tivemos desde 2004 oscilações no mercado de feijão sem grandes variações como essa que ocorreu a partir da metade de 2007. Os preços evoluíram, quase que dobraram ou mais do que dobraram, chegaram quase a triplicar com relação à média histórica para o período. Pode passar.

O arroz, como vocês podem ver, também vinha num crescente de preços até o início desse ano, mas as pontinhas são os últimos dados que nós temos do mercado interno e externo. Então aquela pontinha vermelha lá de cima do arroz é o arroz no mercado internacional. Ele triplicou de preços em poucos meses. Em menos de cinco meses o preço do arroz subiu quase 300%. O que explica isso não é só a oferta e demanda. No

mercado interno a tendência sempre desses produtos é de ter uma variação menor. Pode passar.

Aqui é o trigo. Vejam, no vermelho é o mercado internacional, a farinha de trigo no mercado internacional. Vejam que também há uma curva de preço sempre em ascensão, mas a partir de um determinado momento ela explode. E internamente essa explosão, ela está ocorrendo num prazo diferente do internacional. Nós estamos absorvendo esses aumentos, mas numa proporção muito menor. Então o Brasil se mostra mais preparado para essa conjuntura de preços elevados, mas alguma coisa ocorreu que o trigo explodiu e não é só o problema da Austrália. Pode passar.

As carnes, vejam a carne bovina. A curva dela é uma curva que já vinha desde 2005 se ampliando, mas há uma explosão a partir da metade do ano passado. Pode passar.

O leite da mesma forma, a curva dele explode a partir de um determinado momento, em fins de 2006, início de 2007. Pode passar.

Aqui o frango não tem grandes oscilações, de qualquer forma varia muito mais no mercado externo do que no mercado interno. Pode passar.

O milho também vem oscilando e a partir da metade de 2006 ele passa a ter, que é aonde entra o programa americano, principalmente, passa a ter uma evolução também bastante vertical dos preços, com uma explosão de preços ocorrendo aí no período. Pode passar.

E a soja, que é um produto que também sofreu impacto recente, a partir de janeiro de 2007 ela explode.

Então a compreensão da crise dos alimentos precisa ser aprofundada e a gente conseguir captar quais são os motores desse comportamento de preços. A gente não consegue encontrar uma causa isolada nesse processo, mas um conjunto de fatores, e a gente pode dizer que a crise americana imobiliária e o próprio etanol americano têm componentes importantes.

Então eu só queria ilustrar essa evolução de preços, que ela coloca a grande maioria dos alimentos num novo patamar que provavelmente não retornará mais ao passado. Nós vamos viver um período de alta nos preços e quando voltar a ter uma estabilidade, vai estabilizar num novo patamar.

Isso coloca para o Brasil dois grandes desafios: 1) Conter a inflação de alimentos no mercado interno, ou seja, se os alimentos subirem no mercado interno nós vamos comprometer o crescimento da economia como um todo. Nós estamos observando uma pressão de preços importantes no mercado interno que está levando a uma tendência de subir os juros. Se essa tendência continuar, nós vamos ter um impacto no

crescimento da economia como um todo. Então o setor de alimentos passa a ser uma variável importante para a macroeconomia. Sempre foi, evidentemente, mas antes como âncora positiva, com variação sempre abaixo do índice geral de inflação, mas, agora, com o impacto que pode vir a ser negativo se o Governo não conseguir e a sociedade, os produtores, enfim, não conseguir equilibrar esse problema interno de preços; 2) Aproveitar uma oportunidade histórica de ampliar a participação do Brasil no mercado externo, quer dizer, nós estamos assistindo a um novo patamar de preço que coloca vários produtos que antes nem ser exportados num patamar de exportação. Veja o caso do milho, que era um produto que nós pouco exportávamos, inclusive importávamos alguma coisa. O milho agora é um produto de exportação importante. O arroz vai entrar nessa dinâmica e o Brasil precisa se preocupar com isso, vai exportar arroz. O próprio trigo, se nós começarmos a produzir mais, pode ser um produto de exportação. Então há uma oportunidade extraordinária e isso coloca um desafio grande.

Para o MDA o que nós assistimos? Do IPCA, o segmento do IPCA alimentos e bebidas tem quase cem itens, e desses cem itens a grande maioria deles é composta de produtos alimentares que tem a agricultura familiar como principal produtora. Desses quase cem itens, cinco produtos são os responsáveis por essa inflação de alimentos que a gente está assistindo hoje no Brasil, que é o leite, o trigo, o arroz, o milho e o feijão. Esses são os principais responsáveis pelo aumento da inflação de alimentos no período recente. Mas nós temos quase noventa itens que estão relativamente estabilizados, que precisam continuar estabilizados e que a gente precisa ter uma atenção especial porque eles contribuem para a estabilidade da inflação de alimentos. Então ao mesmo tempo que tem que atacar alguns produtos que estão com problemas, nós temos que manter o bom desempenho dos demais para que a inflação, no médio e longo prazo, se mantenha estável. E isso significa investir, entre outros, na agricultura familiar, que é a principal responsável pela maior parte dos alimentos que estão no IPCA brasileiro, desde o feijão, o milho, o leite, as hortaliças em geral, boa tarde das frutas, os tubérculos, as leguminosas, boa parte delas é produzida, majoritariamente, pela agricultura familiar e é importante que a gente possa continuar investindo, como tem sido feito nesse Governo, na agricultura familiar, agora com foco ainda maior na produção de alimentos.

Para finalizar, é importante dizer que dentro do Governo Federal tem um grupo de trabalho em andamento, inclusive tem uma reunião daqui a pouco, às 14h30, em que estão participando os Ministérios envol-

vidos com a questão dos alimentos, junto com o Ministério da Fazenda, discutindo as possíveis medidas para que ao mesmo tempo a gente possa ter segurança de abastecimento, segurança alimentar interna, e que a gente tenha ferramentas também de aproveitar essas oportunidades que o mercado externo está nos dando. Então provavelmente junto com os anúncios do Plano Safra da Agricultura Brasileira nós vamos ter medidas específicas para estimular a produção de alimentos e para garantir o suprimento interno. Então coisas como ajustes na política de garantia de preços mínimos, o apoio à formação de estoques público e privados, a ampliação de limites de financiamento, correções na política de crédito de seguro devem ser feitas tanto para a agricultura empresarial quanto para a agricultura familiar para que a gente possa aproveitar essas oportunidades e garantir que no Brasil a inflação de alimentos não vai prejudicar o crescimento econômico que há tão pouco tempo a gente conseguiu produzir.

Então eram mais esses informes que eu queria passar para vocês.

[Troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO

(PSDB-AL): Agradeço ao Dr. Arnaldo Campos pela contribuição a essa Sessão, passando a palavra ao Dr. Francelino Grando, Secretário de Tecnologia Industrial, representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

SR. FRANCELINO JOSÉ LAMY DE MIRANDA

GRANDO: Sr. Senador, muito obrigado. Quero, em primeiro lugar, agradecer em nome do Ministro Miguel Jorge a oportunidade desse convite, parabenizar pela importante contribuição para o debate, hospedando aqui nesta Casa uma mesa que contou com a participação honrosa do Ministro da Agricultura e que de fato centralizou muito adequadamente o debate até agora, de maneira que coube ao amigo de longa data Arnaldo, aqui a esse Secretário uma contribuição complementar e, dado ao adiantado da hora, procurarei fazê-la de maneira muito sucinta e também trazendo um outro tema ou um outro enfoque para que possa aproveitar realmente essa oportunidade.

O enfoque é exatamente do desenvolvimento tecnológico. A Senadora Kátia Abreu, eu me afastei um pouco para cumprimentá-la quando ela se ausentava, eu dizia-lhe que ela já me roubara a minha base de introdução, que era exatamente a reflexão que ela fez: é preciso que o país haja mais e ainda melhor na mesma direção que age, e, portanto, de uma maneira ativa, de uma maneira propositiva, de uma maneira construtiva em si, de uma maneira que eu poderia traduzir pelo ataque e não pela defesa. É muito importante que nós modifiquemos a ótica de estarmos nos

defendendo e passemos para a ótica que nos pertence, onde nós podemos estar confortáveis, com todas as conquistas que o país fez no campo e na indústria, como nós podemos contribuir para o desenvolvimento do planeta assim como contribuirmos para o desenvolvimento deste país pela geração de emprego, pela geração de renda, pela geração de divisas, pela geração de tecnologia.

Vou trazer, então, um foco muito específico no que chamam de desenvolvimento tecnológico, sem mencionar o desenvolvimento tecnológico dos *flex-fuel cars*, que respondem hoje já por cinco milhões e duzentas mil unidades de veículos rodando no país e por 88% da produção de veículos. Ora, o impacto que isso tem nas mudanças climáticas até a geração de uma nova tecnologia que *de per si* pode e deve ser disseminada e exportada, escapando dessa referência ao *flex-fuel cars*, mas sim especificamente o desenvolvimento tecnológico se faz necessário para a produção de biocombustíveis.

E aí eu gostaria de trazer, sobretudo na presença de um companheiro aqui, que nós estivemos há muitas mãos, estivemos construindo o programa brasileiro de biodiesel, saiu da paciência aqui da platéia do Coordenador da Comissão Executiva do Governo na Casa Civil, Dr. Rodrigo Rodrigues, que ao longo de mais cinco anos, não é Rodrigo, vínhamos nesse caminho, para trazer essa expressão importante ao debate de biocombustível que é o biodiesel, somando-se ao nosso etanol, porque é neste conjunto que se situam as grandes vantagens competitivas e a extraordinária contribuição que esse país dá ao mundo na possibilidade de plantar energia.

Mas da maneira que nós ainda produzimos hoje, ainda que estejamos na liderança tecnológica do mundo, ainda me parece estarmos na pré-história do uso do biocombustível. Por quê? Porque nós produzimos biocombustível hoje, no caso do biodiesel, ainda de maneira incipiente, ainda com importantes desafios tecnológicos a serem superados. No caso do etanol também, nós ainda produzimos, como lá no meu Estado de origem, o Espírito Santo, a gente produz o combustível só do caldo de cana e isto é, grosseiramente falando, 1/3. Então há um outro terço que nós já dominamos e o país caminha, a sua indústria caminha já para esta segunda fase, que é a adição da biomassa na produção de combustível. Então isso aumenta... O Ministro Reinhold Stephanes mencionou que talvez chegássemos a doze ou quinze mil litros por hectare.

Mas há uma terceira fronteira e esta sim, Srs. Senadores, senhores ouvintes aqui, esta sim parece a oportunidade que o país lidera e precisa fazer esforços para ser vitorioso: o combustível de terceira geração, ou

seja, a quebra da celulose para alcançar diretamente o carbono. Fazendo uma imagem quase poética aqui, é preciso quebrar a lignina e alcançar o carbono. Este é o enorme desafio estratégico que muda absolutamente o patamar, a discussão da produção de biocombustíveis e a participação de biocombustíveis na matriz energética do Planeta, até porque aí não é mais da cana, mas pode ser da casca do feijão, da palha do arroz, da pastagem degradada. Então está é uma dimensão que nós precisamos ter dentro do debate, seja para a canalização de esforços da sociedade brasileira, Governo, academia e setor empresarial, tanto no campo quando na indústria de transformação, canalizar esforços da sociedade brasileira, nós precisamos de investimentos significativos para alcançar essa fronteira tecnológica dos biocombustíveis de terceira geração.

Tendo apenas pincelado para chamar a atenção para esse aspecto do debate, eu quero realmente ser muito sucinto e passar rapidamente para um outro ponto. E aqui me roubou a fala, também com muito brilho, o Ministro André Corrêa do Lago, quando trouxe a questão de que não é possível falar apenas no nosso etanol. É bem verdade, mas volto a dizer, não é pela defesa, diz assim: “Ah, como o nosso é bom”. Não é isso que nós precisamos dizer. Nós precisamos dizer como esta alternativa é correta para o Planeta e como em tantas regiões do Planeta, com a mesma lógica, construímos o Programa do Biodiesel que por determinação do Presidente Lula que dizia: “É preciso gerar uma alternativa de renda e emprego de qualidade nas regiões economicamente mais necessitadas”. É isso que dizia o Presidente Lula, é isso que nos guiou, não é Dr. Rodrigo, no biodiesel. Essa dimensão não pode ser perdida. Não é uma questão apenas de adicionar outro componente à matriz energética, mas é a qualidade da produção de energia para a melhoria da qualidade de vida, especialmente pela geração de alternativa econômica de emprego e de renda. Isso, pensando globalmente.

Então eu vou pedir licença para fazer uma referência de um ponto de vista pessoal. Eu tive o privilégio de estar, os dois últimos anos, na África, em Nairóbi, no Quênia, onde é a sede nacional da *United Nations Environment Programme*. No nosso PNUMA, como nos referimos aqui no Brasil, por disputar um edital eu tive durante dois anos a responsabilidade de coordenar a Área de Educação Ambiental da ONU para o Meio Ambiente, a UNEP(F), e vivi muito intensamente essa oportunidade de estar no continente-mãe África, viajei muito, conversei muito, discuti muito, aprendi muito e posso afirmar e, portanto, com fundamento, quanto é importante um programa para plantar energia e gerar emprego e renda em extensas áreas do continente

africano. Quando falamos, e não tenho dúvida de que um bem intencionado jovem canadense, uma bem intencionada menina holandesa, quando falam: “Ah, nós estamos plantando energia e tirando... contra a produção de alimentos”, está pensando no coitadinho do africano, magrinho, famélico, porque essa é a posição permanente do colonizador, ainda que seja uma jovem holandesa bem intencionada, mas é colonizadora porque é filha, neta, bisneta, tataraneta de colonizadores. São como se diz lá, em *suarrili*, é um *zungo*, não deixa de ser um *zungo*, um branco que olha para a África dessa maneira mesma maneira tutelar. Não é a posição deste país, não é a posição do Governo e não é a posição do Presidente Lula, muito pelo contrário.

E eu concluo essa rápida intervenção chamando a atenção, então, ou trazendo essa reflexão para esse debate tão qualificado desta Casa para a questão da contribuição solidária e generosa que o país pode fazer para o continente africano, em países asiáticos, onde o que é necessário é uma alternativa de geração de renda. Na maioria dos países africanos a maioria da população não dispõe de nenhum recurso monetário. São economias de escambo. Alguém compra um maço de coentro, vende o coentro para comprar dois tomates da vizinha do lado. É do bolso à boca todos os dias porque não existe atividade econômica que permita a monetização da economia. A possibilidade de plantar energia pode significar a redenção de populações que se tornam capazes, portanto, de obter renda e, com renda, tal como extensa parcela da população brasileira hoje, longe de receber esmolas, participa da geração de riquezas nacionais e retroalimenta a economia, por isso essa enorme expansão do consumo em geral na economia brasileira pelo bolsa-família.

Guardadas as proporções, um programa eficaz de transferência de tecnologia brasileira para países africanos, para países do sudeste asiático, pode significar mais uma grande contribuição que esse país generoso e solidariamente pode trazer ao mundo, significando redenção de populações inteiras, plantando energia e, portanto, alcançando um patamar de consumo que expressa uma efetiva melhoria na sua qualidade de vida.

A minha última referência é de uma experiência muito concreta também, muito pessoal, muito real. Volto aqui, é muito importante que nessa Casa de debates, um Secretário que se orgulha de ser filiado ao Partido dos Trabalhadores desde a sua fundação, está aqui um barbudinho do PT, fazer mais um cumprimento à Senadora Kátia Abreu. A questão que a Senadora traz e eu contava a ela quando ela perguntava assim: “isto é inocência ou é má-fé do Jean Ziegler?”, que eu tive a oportunidade de conhecer pessoalmente. Sem

emitir juízo sobre si, eu lhe conto uma experiência muito concreta. Saí do Governo brasileiro para ir para a ONU exatamente no entusiasmo de que tínhamos o Programa de Biodiesel em execução implantado no país. E cheguei, embora cuidasse de outras áreas, mas cheguei com todo esse entusiasmo. E fui procurar exatamente os diretores da área de energia, de cidades, de sustentabilidade e etc., achando que tínhamos muito em comum. E me surpreendeu, isto eu estou falando de três anos atrás, me surpreendeu a mesma reação fria de todos. “Há dúvidas, é controverso, o problema dos alimentos”. Exatamente, meu colega Secretário, bastaram-me duas ou três semanas para saber que esses dois diretores estavam lá, como funcionários da ONU, no mesmo nível que eu, o topo da hierarquia, que é o *Professional Five*, custeados por programas cujos responsáveis financeiros eram a Chevron, a British Petroleum e até a nossa Petrobras, galhardamente, entre outros.

Portanto, com esse depoimento bastante pessoal, sem emitir nenhum juízo de valores, eu agradeço novamente a oportunidade de estar aqui e espero ter podido, de maneira muito sucinta, contribuir para esse importante debate. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Agradecendo ao Dr. Francelino Grando eu gostaria só de fazer um comentário concordando com o Secretário para depois a gente entrar no debate final. Eu acredito que muito mais na inocência do que no... Eu pessoalmente, eu não gosto muito de teoria de conspiração, não sou muito chegado a ela. Então eu acho que o grande problema que se vive hoje nessa reação contra o biocombustível de um modo geral e particularmente do etanol, é muito mais desinformação do que uma formatação de algo de interesse de alguns segmentos da economia contra o programa. E digo isso, porque, por exemplo, nós recebemos, dentro desse nosso trabalho de tentar dar uma contribuição na área parlamentar, nós recebemos aqui, há umas duas semanas atrás, três semanas atrás, um grupo de representantes da Alemanha do parlamento europeu, e depois de chegarem aqui, realmente cheio de idéias pré-concebidas, e quando não foi nossa surpresa que aqui estávamos, depois de uns quarenta minutos de conversa, houve assim como que uma mudança importante de percepção deles com relação ao tema. Então eu acho que é muito isso. Esses números que aqui foram citados tão bem pelo Ministro Reinhold Stephanes, a participação do Senador Mercadante foi de uma precisão matemática muito grande e os demais Senadores que aqui se pronunciaram, mas eu acho que essas informações devem migrar e evoluir de uma maneira que atinja o “nosso mercado”, que é um

mercado de formação dos países desenvolvidos. Eu acredito mais, eu sou levado a acreditar mais na falta de percepção, na falta de, digamos assim, de informação ou de qualidade na informação, do que mesmo uma conspiração, uma grande conspiração contra o nosso programa.

Bom, fazendo essas considerações rápidas eu passo a palavra para o Dr. Egon Krakhecke, me perdoe a pronúncia, porque não é fácil o nome dele mesmo não. Ele é o Secretário do Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, representando o Ministério do Meio Ambiente.

SR. EGON KRAKHECKE: Com esse nome até alguém poderia achar que eu sou o representante da União Européia e não o Embaixador do João Pacheco.

Mas eu queria cumprimentar o nosso caro Senador Neuto De Conto, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Senador João Tenório, Presidente da Subcomissão de Biocombustíveis, meus companheiros de Governo, Bertoni, Grando, Arnoldo, Rodrigo. Saudar, também, o Dr. Eduardo, que está galhardamente aqui em toda esta Sessão, ele que é a liderança do setor sucroalcooleiro do Nordeste, participando aqui, saudar a todos os demais presentes aqui e dizer inicialmente, Senador João Tenório, que também acho que uma boa parte dos preconceitos que têm sido divulgados com relação às resistências que têm sido oferecidas aos biocombustíveis, notadamente aos biocombustíveis brasileiros, decorrem de desinformação, em grande medida decorrem de desinformação. Todavia, acho que há poderosos interesses por trás também de divulgar desinformação para manter um nível de desinformação na opinião pública mundial em relação à temática, particularmente na Europa, que são muito fortes e já foram levantados aqui. Prefiro não precisar me alongar nisto.

Eu queria agradecer muito, em nome do Ministério do Meio Ambiente, o convite aqui formulado para que o Ministério se fizesse presente neste importante debate, Senador Neuto De Conto, e dizer aqui, trazer um pouco da posição do Ministério do Meio Ambiente em relação a essa temática candente, esse tema dos biocombustíveis que é inflamável, literalmente. E dizer que talvez nenhum país do mundo, reiterando algumas falas aqui já feitas, nenhum país do mundo têm a condição mais privilegiada do que o Brasil tem para fazer a produção de biocombustíveis de forma sustentável e fazê-la também de forma a não fazer competição com a produção de alimentos, que é a preocupação central que a Europa expressou para oferecer algum tipo de resistência aos biocombustíveis de maneira geral.

Penso, então, com relação a essas desinformações que tem havido, que nós precisamos fazer um grande esforço para mostrar, distinguir, diferenciar o etanol brasileiro, o nosso biocombustível, dos demais produtores de biocombustíveis no mundo. Quando eu digo isso também tenho em mente o que disse o Ministro André, de que nós não podemos nos colocar na posição de produtores exclusivos, só o Brasil que tem condições de produzir de biocombustíveis. Essa posição seria absolutamente equivocada e nos isolaria no contexto internacional. Há um grande número de países que têm condições de produzir biocombustíveis de forma sustentável e, também, de forma a não competir com a produção de alimentos. E é por isso que o Brasil adota uma política de cooperação internacional, inclusive nesta área, especialmente a cooperação Sul-Sul, com a África em particular, por outra razão que inclusive a EMBRAPA, o Governo brasileiro instalou um escritório da EMBRAPA na Europa, justamente procurando estreitar essa cooperação com os países da África.

Dizendo essas palavras iniciais, e não há mais muita coisa aqui para acrescentar com relação ao que foi dito, talvez alguém pudesse ter tido aqui no início a impressão de que o Ministério do Meio Ambiente talvez viesse aqui para confrontar com o Ministério da Agricultura, mas não veio. Aliás, pouco se tem divulgado a cooperação e a parceria que nós temos tido, o Ministério do Meio Ambiente com o Ministério da Agricultura, como também com outros Ministérios do Governo Federal, tem procurado divulgar e aí há muita desinformação também que se espalha em relação a isso, criando mitos aí que não correspondem absolutamente em muitos casos aos fatos. Não significa que não haja divergência e é natural, vivemos numa sociedade contraditória e tal e vivemos numa democracia também. Mas não é nisso, absolutamente neste ponto aqui nós temos uma concordância muito grande com as palavras que o Ministro Reinhold Stephanes proferiu aqui no início, na abertura da sua fala.

Eu queria, assim, abordar também um pouquinho, um pouco a origem dessas desinformações que há, e um pouco, também, apontar para a necessidade da Europa quando critica os biocombustíveis olhar para dentro de si própria, como faz a produção, que é produtor também de biocombustíveis, tanto do etanol quanto do biodiesel, para olhar lá se tem restrição. Eventualmente em relação à disputa que há entre diária, produção de alimentos e produção de biocombustíveis, lá dentro se dá isso na Europa. Quando usa o trigo para produzir etanol, está tirando comida da mesa, é evidente; quanto utiliza a colza para produzir biodiesel também está retirando uma fonte de alimentos da mesa. Portanto,

deveria estar olhando um pouquinho para dentro de si próprio para fazer uma autocritica antes de estender aos outros produtores a crítica com relação à competição na produção de alimentos.

E quando eu digo que é importante a gente trabalhar na linha da diferenciação dos biocombustíveis brasileiros, tenho presente evidentemente também que o etanol produzido a partir de milho tem muito menos eficiência do que o etanol produzido a partir da cana aqui no Brasil. Isso foi dito aqui muito rapidamente pelo Ministro André, de que tem também uma vantagem grande no que respeita à emissão de gases do efeito estufa e aí é importante a gente lembrar o que o presidente Lula, numa fala, num foro internacional, no final do ano passado, mencionou. Nós conseguimos com a produção de biocombustível, substituindo combustíveis fósseis, evitar a emissão de mais de seiscentos milhões de toneladas de gases de efeito estufa. Portanto, os nossos biocombustíveis têm uma contribuição importante, como têm os biocombustíveis em geral produzidos no mundo, a dar em relação às mudanças climáticas. E isso também o Ministro destacou aqui, é importante a gente também estar colocando isto na Ordem do Dia, porque é absolutamente importante. É óbvio que a indústria petrolífera, o complexo petrolífero tem uma resistência muito grande porque mexe com interesses poderosos. Não que os biocombustíveis represente uma ameaça de substituir integralmente, não vão nunca substituir integralmente, vão fazer apenas uma substituição parcial, mas são interesses obviamente muito poderosos. A indústria automobilística europeia tem uma resistência muito grande a ampliar a utilização do etanol, particularmente do etanol. Eu estive no mês de novembro na Alemanha participando de um simpósio sobre biocombustíveis e mudanças climáticas, com foco sobretudo na discussão da sustentabilidade dos biocombustíveis, e lá fiquei sabendo que uma empresa brasileira, grande produtora de automóveis, que foi pioneira na introdução do flex aqui no Brasil em 2003, não aceitou que a subsidiária brasileira levasse para a Europa um automóvel flex para ser protótipo, para rodar lá. Não quis que fosse para lá, para se ver o nível de resistência que há por parte da indústria europeia em relação ao etanol.

Então há poderosos interesses por trás disso, inclusive de procurar espalhar a desinformação em relação a essa temática. E nós precisamos nos vacinar, evidentemente. E eu acho que está acontecendo isso. Aquilo que o Ziegler falou e tal, e causou uma profunda celeuma, talvez tenha ajudado a nós no sentido de a gente acordar um pouco mais e ir para a ofensiva em relação a isso. Eu acho que o Brasil está sendo eficiente no sentido de fazer o rebate disso e a vinda

há poucos dias atrás do Ministro de Meio Ambiente da Alemanha com uma delegação de parlamentares, a outra delegação do parlamento europeu também que esteve antes disso aqui no Brasil, foram momentos importantes em que o Brasil pode mostrar que tem uma produção diferenciada aqui de biocombustíveis, e acho que no caso especialmente da delegação alemã, saiu daqui convencida de que realmente a nossa produção é diferenciada em relação à produção dos Estados Unidos, à produção da própria Europa, e eu creio que isso já está se refletindo um pouquinho talvez na própria visita agora, que essa missão do Ministro do Meio Ambiente da Alemanha foi precursor em relação à visita da Chanceler Angela Merkel, isso já está se refletindo um pouco na própria visita, nos objetivos da visita.

Eu creio, então, que nós estamos trilhando um caminho creio que adequado, mas precisamos estar absolutamente vigilantes no sentido de mostrar que a nossa produção tem condições de ser sustentável. Nós temos alguns problemas aí de insustentabilidade que nós estamos progressivamente enfrentando, mas não são da natureza que tem sido colocada aí na opinião pública internacional. Há alguma pressão dos empresários do setor sucroalcooleiro no sentido de buscarem as terras mais férteis que oferecem possibilidade de produção maior por área. Essa procura há efetivamente, eu sou testemunha no meu Estado, no Mato Grosso do Sul isso ocorre, ocorre muito no Estado de Goiás também, só para citar dois exemplos, mas por isso mesmo que o Governo brasileiro, o Presidente Lula determinou que fosse feito o zoneamento agroecológico, não é, e também que se iniciasse a discussão sobre a certificação, selo socioambiental, exatamente para que nós pudéssemos ir num rumo que assegure exatamente a sustentabilidade, que não haja problema de competição com a produção de alimentos.

Então eu queria dizer isso do ponto de vista do Ministério do Meio Ambiente, nós temos isso. Temos alguns pontos aí que eu acho que nós precisamos de estar avançando, já houve um avanço grande, mas precisamos estar avançando, e estamos inclusive discutindo no âmbito do zoneamento agroecológico da cana, que é coordenada pelo Ministério da Agricultura, numa parceria com o Ministério do Meio Ambiente por decisão inclusive do grupo interministerial que o Presidente Lula criou sob a coordenação da Casa Civil.

Então estes eram alguns pontos de vista aqui em nome do Ministério do Meio Ambiente que eu gostaria de trazer aqui a este Plenário. Muito obrigado, Presidente, pela oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Agradeço a participação do Dr. Egon

Krakhecke, Secretário do Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável. Pergunto se o Senador Flexa quer ter uma participação na nossa Reunião?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Neuto De Conto, Presidente Senador João Tenório, senhores convidados, Srs. Senadores.

Eu quero, primeiro, lamentar de não ter podido assistir as conferências em função de compromissos na Comissão de Constituição e Justiça, na Comissão de Integração, mas quero parabenizar tanto ao Presidente da Comissão de Agricultura quanto ao Presidente da Subcomissão de Biocombustível por esta Audiência Pública. Eu acho que o tema é da maior importância, precisa ser aprofundado, precisa ser melhor explicado para os brasileiros e também a nível internacional. Eu não tenho dúvida que por trás de toda essa questão tem predominando o aspecto econômico, de interesses econômicos com o avanço do Brasil na produção de etanol. E a preocupação que é colocada pelo mundo com a utilização de áreas para a produção de combustíveis no caso de etanol em substituição à produção de alimentos, ela realmente merece uma preocupação, mas não é o caso do Brasil, não é o nosso caso. Pode ser caso de outros países que utilizam, como no caso dos Estados Unidos, metade da produção de milho para a produção de etanol. E nós aqui trabalhamos na produção de etanol com a cana-de-açúcar que não produz a questão de alimento, a não ser o açúcar. E se ela transformasse tudo em açúcar, haveria um excesso de produção do produto e teria que haver eu acho até que uma distribuição gratuita a nível mundial se isso fosse tudo transformado em açúcar.

Então eu acredito que das informações que aqui nos foram dadas vão surgir esclarecimentos a respeito do assunto. Eu me preocupo com relação à questão dos biocombustíveis e também, evidentemente, porque a área mais hoje em foco com relação a essa questão é a minha região, a região amazônica, em que a nível internacional é colocada como se a produção de etanol ou até propriamente de alimentos pudesse vir a trazer ou viria a trazer a devastação da Amazônia. E não é verdade isso. Não é verdade isso porque nós já tivemos várias oportunidades de reunir com o Ministério do Meio Ambiente, com o Ministério... O Dr. Egon participou de várias reuniões conosco, com o setor produtivo, com as Organizações Não Governamentais ligadas à área ambiental e que nós discutíamos, naquela altura, uma proposta, um projeto de minha autoria em que se permitia a utilização das áreas alteradas, já antropizadas na Amazônia, projeto esse que não altera, diferentemente do que está sendo propalado aí pelas Organizações Não Governamentais, não altera a área de reserva legal da Amazônia, permanece em 80%.

Ele apenas autoriza a utilização das áreas alteradas e a compensação por áreas definidas pelo zoneamento econômico-ecológico em áreas de preservação. E mais, e mais: não há necessidade de se derrubar uma única árvore para que se possa produzir mais alimentos e se possa fazer o reflorestamento com utilização econômica, porque pelo projeto que eu apresentei, Senador João Tenório, a utilização da área de reserva legal só poderia ser feita para reflorestamento; não poderia ser plantado cana e nem grãos nessa área. Então é preciso que isso fique efetivamente, Dr. Egon, compreendido pelo Ministério de Meio Ambiente. Há preservação da área de reserva legal. Os 20% hoje permitidos para a agricultura, para a pecuária, esses vão continuar sendo utilizados, e existem áreas abertas que possam vir a aumentar a produção tanto de alimentos quanto de etanol.

Na questão dos biocombustíveis, no caso da Amazônia, da área de reserva legal, você pode aproveitar esse reflorestamento – e aí vem o meu projeto fazer a correção – também com espécies não só nativas como exóticas, aonde se inclui o dendê, a palma, que hoje o Estado do Pará é o maior produtor de óleo de palma do Brasil e tem apenas e tão-somente oitenta mil hectares de área plantada. E tem uma capacidade, um potencial de áreas adequadas para esse cultivo da ordem de dois milhões de hectares. Então o Brasil poderia ser o maior produtor de óleo de palma do mundo se utilizasse as áreas alteradas. Nós não queremos abrir a floresta, nós não queremos avançar sobre a floresta. Nós queremos pura e simplesmente usar as áreas já alteradas, dentro da reserva legal, e fazer o reflorestamento utilizando, entre outras espécies, não só a palma, mas entre outras espécies a palma para utilizar para biocombustível, e sabendo nós que a produção de biocombustível pelo óleo de palma é utilizado o resíduo final, porque ele passa da extração do óleo bruto, pela extração vem para o refino, vem para os óleos comestíveis, margarina e tudinho. O que sobra de tudo isso, que era levado como alimento para o animal, para a pecuária, aí dessa sobra você transforma em biocombustível, ou seja, você não está perdendo nada que possa produzir alimento, nada que possa vir, pelo contrário, você está ganhando um subproduto que era mal utilizado e que traz na produção do biocombustível um esforço grande para diminuir, então, a questão da emissão de carbono, a redução dos combustíveis fósseis, com um combustível renovável.

Eu continuo insistindo, apesar de que a mídia, alimentada pelas Organizações Não Governamentais, alimentada agora, para surpresa minha, pelo MST, que se contrário ao projeto, fazendo uma carta aberta na Internet, sem que possa, entre outros projetos, não só

com relação a esse, entre outros projetos se coloca contra o projeto, de que se fique esclarecido que não há nenhum objetivo no projeto de devastação, muito pelo contrário. O objetivo é de fazer a recomposição da floresta de forma inteligente, de forma economicamente factível e se preserve, não se avance sobre a floresta, sobre nenhuma árvore a mais. Não há necessidade disso.

E como pergunta ou questionamento eu gostaria de saber do Dr. Egon, que é o Secretário de Extrativismo do Ministério do Meio Ambiente, com o qual já tivemos no ano passado a ocasião de conversar sobre o projeto, qual é a posição hoje do Ministério de Meio Ambiente sobre a possibilidade de se fazer uma política de preservação inteligente da Amazônia, mantendo 83, 84% da mata hoje que está virgem, intocável, desta forma, e utilizando de forma intensiva as áreas já antropizadas, já alteradas, e fazendo a reserva, mantida a reserva de 80%, mas fazendo por compensação dentro da mesma bacia hidrográfica em áreas de preservação?

SR. EGON KRAKHECKE: Senador Flexa Ribeiro, de fato tive a oportunidade de participar de algumas conversas lá sobre questões de interesse da Amazônia, acompanhando a Ministra Marina Silva, e um dos temas foi exatamente a mudança no Código Florestal na questão da reserva legal, da compensação ou da recomposição parcial com espécies florestais exóticas. Foi uma discussão que parecia que estava chegando a um bom entendimento e depois sofreu algum tipo de, vamos dizer, foi truncado esse debate. Eu creio que há necessidade de ser retomado, eu acho que há um espaço aí para continuar essa interlocução que se iniciou e que depois se truncou.

Mas eu queria, em relação à sua observação com referência ao dendê, realmente observar que se trata de uma matéria-prima que tem um potencial fantástico para o biodiesel. Talvez seja a matéria-prima com maior potencial, que tem condições de produzir algo como cinco toneladas de óleo, de biodiesel, por hectare, em contraposição que aquela que é a matéria-prima mais utilizada hoje no mundo para a produção de biodiesel, que é a soja, que é algo como seiscentos litros por hectare. Então é uma diferença muito grande. E há outras palmáceas brasileiras que também apresentam potencial em relação a isso. Eu creio que aí vamos ter que fazer um esforço muito grande inclusive para reverter um pouco a matriz de matérias-primas para a produção do biodiesel, porque nos vulnerabiliza um pouco. A soja não é eventualmente a melhor matéria-prima para isso nem no Brasil e nem fora do Brasil. Eu acho que esse esforço nós vamos ter que desenvolver, pesquisas e tal, no sentido de a gente

poder ter mais segurança em relação a poder avançar mais no Programa Nacional de Produção de Biodiesel, que é absolutamente fundamental.

Eu queria dizer uma coisa que talvez tenha tido pouco destaque. Na semana passada, quando o Presidente da República lançou o PAS, o Plano Amazônia Sustentável, e alguns complementos que talvez tenham passado um pouco despercebido, particularmente a Operação Arco Verde, que é composta por um conjunto de medidas que visam fazer com que a Amazônia, naquilo em que ela tem de, vamos dizer, de avanço na ilegalidade e na insustentabilidade do modelo de produção, possa se por em dia, e uma providência em particular que me parece muito importante, que é o Pró-Recuperação. É a criação de uma linha de crédito específica ao amparo do FNO, do FCO e do FNE para permitir que os proprietários rurais possam recompor o seu passivo ambiental, recuperar a sua reserva legal com uma linha de crédito diferenciada, com juros de 4% ao ano, com prazo de até vinte anos, com uma possibilidade de carência de doze anos e com uma grande novidade, que é admitir como garantia o penhor da própria floresta em recomposição. Esta é uma inovação total. Até aqui nós só conhecíamos o penhor de safra agrícola como garantia, mas não o penhor da própria floresta em recuperação, em recomposição. Então eu creio que esta é uma linha de crédito que vai ajudar muito nesse sentido de permitir que a Amazônia se ponha em dia. Não é só a Amazônia, os cerrados também, porque atinge o FCO também, ou seja, o Fundo Constitucional do Centro-Oeste, o Nordeste da mesma forma. Então eu creio que aí vai haver um incentivo grande.

Há leituras, evidentemente, que é possível fazer a recomposição da reserva legal com espécie de uso econômicos, espécies florestais de uso econômicos. Essa é uma discussão, ainda têm algumas dúvidas, algumas interrogações, mas creio que este plano, esse conjunto de medidas aí que o Governo denominou de Operação Arco Verde, talvez não tenha tido uma leitura ainda apropriada na sua escala. Eu mencionei apenas uma medida, mas há um conjunto de outras medidas que trabalham nesse mesmo sentido de fazer a reversão do modelo no que tem de insustentável e de ilegal para ir para a legalidade e para a sustentabilidade, que eu creio que vai ser um avanço muito grande para a Amazônia, que vai contribuir para a gente fazer uma reversão no próprio modelo de produção agropecuário naquilo que tem o Brasil ainda de insustentabilidade para ser mais sustentável, notadamente podendo ter ganhos de produtividade. Ao invés de ter um modelo que sempre privilegiou o espaço territorial, o avanço na área, ter ganho sobretudo na produtividade. E temos

pesquisa acumulada, tecnologia acumulada aí que nos permite avançar muito rapidamente.

A fala do Ministro Reinhold Stephanes foi importante nesse sentido, porque nós, hoje, temos duzentos milhões de hectares de pastagens. Com cento e cinquenta milhões, talvez menos que isso, nós podemos sustentar perfeitamente duzentos milhões de cabeças de gado bovino no Brasil e destinar a área para outras atividades com toda certeza.

Eu acho que há muitos avanços aí que nós podemos ter. Eu não sei se estou respondendo adequadamente ao seu questionamento, mas eu creio que há um espaço aí para a gente retomar aquela discussão que infelizmente acabou sendo interrompida no final do ano.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Dr. Egon, eu quero discordar da proposta incluída no PAS porque ele apenas trouxe uma fonte de financiamento para retomar a reserva legal, mas não fez as alterações necessárias, e o senhor sabe disso, sabe que há necessidade de se fazer ajuste no Código Florestal, reconhecido pelo Ministério de Meio Ambiente, um Código que vem de quarenta anos, e que haja, ao seu fazer o reflorestamento... Ninguém, todos, já está comprovado, que a utilização dessas áreas com reflorestamento economicamente elas são mais vantajosas que a própria pecuária, que seria o fazendeiro florestal. Mas da forma como está o Código Florestal, que você faz a recuperação da área e não utiliza economicamente aquele investimento feito, não tem nem como repor o financiamento, não há como repor o financiamento que o Governo está oferecendo. Então nós precisamos aplaudir a fonte de financiamento, que é importante, mas nós precisamos avançar nas negociações para que nós possamos fazer os ajustes necessários que levam ao mesmo objetivo. Eu tenho repetido diversas vezes, lamento a saída da Ministra Marina Silva, que eu tenho o maior respeito por ela. Apenas convergimos no mérito dela e de todos nós, que é termos uma floresta, termos uma região que seja sustentável ecologicamente. Divergimos na forma, na forma de se tentar, de se conseguir isso, é que há divergência, mas no mérito não. Nós da Amazônia queremos a floresta permanente, que seja eterna, e ela pode ser e deve e será eterna, mas nós temos também que atentar para a questão do desenvolvimento do homem, dos vinte e três milhões de brasileiros que lá estão e que precisam ter a melhoria da condição de vida. E, para isso, nós temos hoje tecnologia, temos recursos para que se possa fazer de forma inteligente a utilização das áreas já abertas e não tocamos mais na floresta.

Eu inclusive tive a oportunidade nessa discussão, e V. S^a. tem razão, ele foi distorcido ao final do ano passado, mas nós temos todo... E eu quero o apoio do Ministério do Meio Ambiente para que nós possamos voltar ao projeto original, que o projeto original, repito, não avança sobre a floresta, não muda a área de reserva legal, ele apenas autoriza a utilização plena das áreas alteradas com a recomposição. E ele está sendo carimbado pelas Organizações Não Governamentais e agora pelo MST como Projeto Floresta Zero. Eu não sei de onde tiraram isso, porque o projeto não derruba uma única árvore. Então eu queria o apoio de V. S^a. para que a gente pudesse dar sequência aos entendimentos e chegarmos a fazer as alterações necessárias para que façamos o que todos nós queremos: a recuperação da floresta amazônica nas áreas já alteradas e a preservação da floresta da forma como ela se encontra hoje, sem que haja necessidade de se derrubar uma única árvore a mais. E a proposta que eu cheguei a fazer para a Ministra Marina Silva era um pacto, um pacto entre o setor governamental, o setor produtivo, o setor das Organizações Não Governamentais, o setor dos trabalhadores, no sentido de desmatamento zero. O desmatamento, daqui para frente, não se derruba nada. Até isso foi proposto e até isso não foi aceito. Eu quero o seu apoio para que a gente possa continuar a discussão com o novo Ministro.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Obrigado, Senador.

SR. EGON KRAKHECKE: Se o senhor me permitir eu gostaria de fazer um esclarecimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Rápido, porque estamos em cima da hora.

SR. EGON KRAKHECKE: Só um esclarecimento. Eu vou estar à disposição lá no limite da minha permanência das minhas atribuições, em relação ao uso da área, da reserva legal recomposta, é possível fazer o manejo sustentável e tirar, tranquilo, não há problema, é possível pagar inclusive com o resultado, com o produto do manejo sustentável da reserva legal em recomposição ou recomposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Eu agradeço ao Dr. Egon--

SR. EGON KRAKHECKE: E pagar o empréstimo.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): — a compreensão no que diz respeito à questão do tempo. Antes de devolver a palavra ao Senador Neuto De Conto para ele fazer as suas considerações finais e encerrar a nossa Sessão, eu gostaria, primeiro, de registrar a presença do Deputado Zenaldo Coutinho, que engrandecesse essa Sessão que nós

estamos realizando, do Pará, correligionário e conterrâneo do nosso querido Senador Flexa Ribeiro.

Muito bem. Eu queria só fazer dois comentários finais para devolver a palavra ao Presidente, a V. Ex^a. Primeiro é o seguinte: eu queria deixar um registro aqui que eu tenho tido contatos permanente com o grupo da Comissão Européia que está lidando e está estudando uma convivência e uma troca de informações com o Governo brasileiro, porque eles estão querendo estabelecer como se fosse um acordo de inovação tecnológica. E eles têm manifestado, em alguns contatos que nós temos tido, uma certa dificuldade de implementar esse programa. Eu acho que esse programa é importante, primeiro pelo mérito dele. Segundo, porque é mais um canal que se estabelece entre o Brasil e aqueles que teoricamente são os que mais estão a contestar a questão dos biocombustíveis. Então eu acho que é da maior importância que a gente ande e implemente esse programa, porque funcionará nos dois vieses. Essa é a primeira questão.

A outra questão, só para lembrar, eu tinha proposto, no começo, que eu gostaria só de registrar no final da minha participação, que o objetivo maior desse nosso encontro hoje é reconhecer que está havendo um trabalho importantíssimo do Executivo, e esse trabalho importantíssimo se manifesta concretamente com a constituição desse grupo que pretende não apenas rebater como levar as informações mais concretas aos grandes consumidores potenciais de biocombustível no mundo. Então nós estamos reconhecendo que esse trabalho está sendo feito, quer ser pelo Presidente da República, de uma maneira verbal, como também pela atitude de criar essa força-tarefa. Queremos dizer que o Senado, o Congresso brasileiro aqui no Senado, por intermédio da Comissão de Agricultura, da Subcomissão de Biocombustíveis, e na Câmara também com a participação de alguns Deputados que têm se dedicado de uma maneira importante a esse tema, é outro grupo que está trabalhando de uma maneira importante para estabelecer a verdade e uma interação maior entre aqueles que fazem o biocombustível no mundo, particularmente o Brasil e os países desenvolvidos. E os empresários que estão tendo uma ação, também, pontual, mas muito importante, como é o caso que eu citei da UNICA, que abriu escritórios em Washington, em Bruxelas e agora abre um escritório em Tóquio, no Japão. Então são três setores que estão trabalhando, eu diria, de uma maneira meio separadas. Então a proposição que nós fizemos no começo e, repito agora, é no sentido de que se integre mais esses três grupos, no sentido de se não trabalhem juntos sempre, mas, pelo menos, montarem o arcabouço, uma formatação do mesmo discurso para ser levado a esses países que

de certa forma faz a opinião mundial a favor ou contra, no caso específico, aos biocombustíveis.

Então, Sr. Presidente, eram essas as considerações que eu gostaria de dizer e gostaria de agradecer, sensibilizado pela presença de todos os senhores que aqui vieram trazer contribuições importantes e informações absolutamente necessárias para a formulação de um formato que deva ser verbalizado, levado à opinião pública não apenas brasileira, mas, sobretudo, internacional hoje, no que diz respeito às verdades e às falácias sobre biocombustível de um modo mais amplo e, particularmente, na competição que na nossa avaliação, e de todos que aqui estiveram presentes, não existe entre biocombustível e a produção de alimento. Muito obrigado, Sr. Presidente.

[Troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Eu agradeço o importante comando do nosso Senador João Tenório na Subcomissão de Biocombustíveis, por tudo que tem feito neste importante tema, em que todas as semanas é palpitante, quando aqui autoridades de vários Ministérios que conhecem profundamente o setor de petróleo e, principalmente, bioenergia. E, logicamente, as críticas internacionais se fazem presentes e as respostas estão sendo contundentes e fortes. Estamos provando ao mundo a capacidade que o nosso Brasil tem, além de todas as situações favores do clima, da terra, da água, mas a tecnologia vem muito forte. A tecnologia para buscar o petróleo, a tecnologia que nós adquirimos e produzimos para produzir a cana, em mais de sessenta variedades para solos diversos do Brasil, fazem com que não só mexa com a sociedade brasileira, mas que as vistas do mundo estão voltadas para o Brasil. Isto é muito importante.

Quando se fala de Amazônia, eu fico a me perguntar: como é que podem os países do mundo querer manter ou interferir na manutenção, que a queremos, todos nós temos o mesmo discurso, mas nós temos no Brasil, meu caro Senador Flexa Ribeiro, 26% da floresta nativa do mundo ainda de pé e temos que mantê-la e ampliá-la. Por isso que essa interferência universal graciosamente, esta é a palavra que eu queria chegar, querem que seja o pulmão do mundo sem custo nenhum para aqueles que acabaram com suas florestas para ser potências industriais, serem grandes potências que abastecem e enriquecem o universo e querem agora continuar a ter este pulmão que está no Brasil. Queremos mantê-lo sim, mas sem perder a soberania sobre ela. E não tenho dúvida nenhuma que a ampliação de alimentos, elas estão principalmente na produtividade praticamente sem ampliar as suas áreas.

Dito isto, eu quero agradecer e cumprimentar a cada um dos que aqui estiveram, se manifestaram e enriqueceram. Certamente mais um passo está sendo dado, através da Comissão de Agricultura, para o crescimento de alimentos, o crescimento de bioenergia, o crescimento de petróleo e o crescimento de nós, brasileiros. Muito obrigado a todos.

Sessão encerrada às 13h38.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE MAIO DO ANO DE DOIS MIL E OITO, ÀS DEZ HORAS.

Às dez horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e nove de maio do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **HERÁCLITO FORTES**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores **EDUARDO SUPPLY, MOZARILDO CAVALCANTI, PEDRO SIMON, MÃO SANTA, JARBAS VASCONCELOS, ROMEUTUMA, EDUARDO AZEREDO, FERNANDO COLLOR, CRISTOVAM BUARQUE, SERYS SLHESSARENKO, FÁTIMA CLEIDE, FRANCISCO DORNELLES, LEOMAR QUINTANILHA, WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA, GEOVANI BORGES, JOSÉ NERY, CÉSAR BORGES, ROSALBA CIARLINI E FLEXA RIBEIRO** e dos Senadores não-membros **JOÃO PEDRO, MARCONI PERILLO E JOSÉ AGRIPINO**. Justificaram a ausência os Senadores Antonio Carlos Valadares e Geraldo Mesquita Júnior. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. O Senhor Presidente inicia a apreciação da pauta, que se destina à discussão e votação das Emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 01, de 2008 – CN (PLDO) que “dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da lei orçamentária de 2009 e dá outras providências”. O Presidente concede a palavra ao Relator Senador **MOZARILDO CAVALCANTI** para fazer a leitura do seu Relatório. Foram aprovadas as seguintes emendas ao texto: nº 1, de autoria do Senador Heráclito Fortes – aditiva – garantir recursos mínimos para a manutenção do sistema de engenharia do exército – ref. dispositivo – Art. 26; nº 2, de autoria do Senador Heráclito Fortes – aditiva – evitar limitação de empenho na função defesa

nacional – ref. dispositivo – Anexo V– Inciso II; nº 3, de autoria do Senador Heráclito Fortes, nº 11, de autoria do Senador Augusto Botelho, e nº 12, de autoria do Senador Inácio Arruda – aditiva – vedar formação de reserva de contingência à conta de recursos “royalties” vinculadas ao comando da marinha – ref. dispositivo – inclusão de parágrafo ao art. 13 do PLDO 2009; nº 4, de autoria do Senador Heráclito Fortes, nº 8, de autoria do Senador Augusto Botelho, e nº 13, de autoria do Senador Inácio Arruda – modificativa – evitar limitação de empenho na função defesa nacional – ref. dispositivo – Anexo V– Inciso II; nº 5, de autoria do Senador Heráclito Fortes, nº 10, de autoria do Senador Augusto Botelho, e nº 14, de autoria do Senador Inácio Arruda – modificativa – excluir dotação de limitação de empenho – ref. dispositivo – Art. 71, parágrafo 1º, Inciso IV; nº 7, de autoria do Senador Heráclito Fortes, e nº 9, de autoria do Senador Augusto Botelho – aditiva – evitar limitação de empenho na função defesa nacional – ref. dispositivo – Anexo V – Inciso I; nº 15, de autoria do Senador Heráclito Fortes – aditiva – evitar limitação de empenho em programas do Ministério das Relações Exteriores – ref. dispositivo: Anexo V – Inciso II; nº 16, de autoria do Senador Heráclito Fortes – aditiva – limitação Do Programa Inteligência Federal – ref. dispositivo – Anexo V – Inciso II. Foram aprovadas as seguintes emendas ao anexo de metas e prioridades: nº 3, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, e nº 6, de autoria do Senador Cristovam Buarque – Programa: 0623 – segurança do voo e controle do espaço aéreo brasileiro – Ação: 2923 – operação e manutenção de equipamentos e sistemas do controle do espaço aéreo brasileiro; nº 4, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, e nº 7, de autoria do Senador Cristovam Buarque – Programa: 0628 – reaparelhamento e adequação do exército brasileiro. Ação: 3134 – instalação e adequação de organizações militares; nº 5, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, e nº 8, de autoria do Senador Cristovam Buarque – Programa: 0629 – tecnologia de uso Naval. Ação: 1421– construção do protótipo de reator nuclear; nº 9, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko – Programa: 0628 – reaparelhamento e adequação do exército brasileiro. Ação: 5375 – modernização operacional das organizações militares do exército; e nº 10, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko – Programa: 0472 – Proantar. Ação: 6618 – monitoramento das mudanças ambientais locais e globais observadas na Antártica. O Senhor Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às dez horas e cinquenta e um minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente

com o Registro da Estenotipia informatizada da presente reunião. – Senador **HERÁCLITO FORTES**, Presidente.

**REGISTRO DA ESTENOTIPIA INFORMATIZADA
DA DÉCIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA,
REALIZADA NO DIA 29 DE MAIO DE 2008,
ÀS 10 HORAS E 45 MINUTOS.**

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram.

Passamos, portanto, à Pauta. A presente reunião destina-se à discussão e votação das Emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 01/2008 do Congresso Nacional que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2009 e das outras providências.

Concedo a palavra ao Sr. Senador Mozarildo Cavalcanti, Relator das Emendas, para ler o seu relatório.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Conforme regimentalmente previsto a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional convocou reunião para o dia 29 de maio de 2008 para analisar e discutir as propostas de Emenda a serem apresentadas ao Projeto de Lei nº 001/2008... PLN nº 001/2008 da LDO nos termos do disposto art. 87 da Resolução nº 01/2006 do Congresso Nacional e Item nº 2 parte especial da Normativa do Parecer preliminar aprovado pela CMO.

No prazo estabelecido foram aprovadas 16 propostas de Emendas de texto e 10 propostas de Emendas ao anexo 1 do PLDO/2009 Metas e Prioridades, conforme discriminado nos anexos 1 e 2 deste relatório.

Análise das propostas – A CRE, nos termos do disposto do art. 87, poderá apresentar até cinco Emendas ao anexo de Metas e Prioridades. Não há limitação quantitativa quanto à apresentação de Emenda de texto. As propostas de Emenda deverão relacionar-se às subáreas temáticas do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Defesa e as matérias que sejam regimentalmente afetadas à CRE do Senado Federal.

A análise empreendida focalizou inicialmente a adequação das propostas de Emenda apresentadas às disposições da legislação pertinente, especialmente, à Resolução nº 01/2006 do Congresso Nacional e às demais orientações contidas no Parecer preliminar aprovado pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO. Ao final foi analisado o mérito de cada uma das propostas apresentadas, especialmente, relacionadas com o anexo de Metas e Prioridades do PLDO/2009.

Análise das propostas apresentadas – Emendas de texto – O exame das propostas de Emenda de texto apresentadas discriminadas no anexo 1 permitiu as seguintes conclusões: a proposta da Emenda nº 6 refere-se a matéria não afeta regimentalmente à Comissão de Relações Exteriores o que contraria o Item nº 2.2.3B do Parecer preliminar. Além disso, entende-se que a redação proposta interfere negativamente nas competências e prerrogativas do Congresso Nacional. Por esse motivo, opina-se pela sua inadmissão.

As demais propostas de Emendas atendem as disposições legais pertinentes e, principalmente, as propostas de Emendas aditivas estão corretamente enquadradas na estrutura do PLDO/2009. A redação e enquadramento de algumas propostas podem ser aperfeiçoados sem prejuízo dos objetivos por ele pretendidos.

Emendas ao anexo de Metas e Prioridades – Tendo em vista a limitação quantitativa de Emendas a serem apresentadas pela CRE do Senado Federal fixado em cinco as propostas de Emenda ao anexo de Metas e Prioridade do PLDO/2009, foram submetidas a exame do que resultaram as seguintes conclusões: Primeiro – As propostas de Emenda de nº 1 e nº 2, anexo 2 não podem ser acatadas por essa Comissão tendo em vista que as ações nelas propostas não atendem ao critério de interesse nacional exigido pela Resolução nº 1/06 do Congresso Nacional nos termos da interpretação contida no Item nº 2.2.3 do Parecer preliminar aprovado pela CMO.

As demais propostas de Emenda apresentadas atendem os dispostos legais e regimentais pertinentes e podem ser acatadas.

Voto. Diante do exposto, analisando o mérito de cada uma das Emendas propostas votamos para que esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional delibere: Primeiro pela admissão de proposta de Emenda ao texto nº 06, anexo 1 e das propostas de Emenda ao anexo de Metas e Prioridades nº 1 e nº 2, anexo 2; pela apresentação de Emendas ao texto Projeto de Lei nº 001/2008 constante do anexo 1 excluindo-se as repetições e excetuando-se as propostas de nº 6; pela apresentação das seguintes Emendas ao anexo

de Metas e Prioridades do PLDO/2009 – proposta nº 03/06, proposta nº 04/7, proposta nº 05/8, proposta nº 9, proposta nº 10.

Propomos ainda que a Secretaria da Comissão de Relações Exteriores seja incumbida a proceder a:

Aos aperfeiçoamentos cabíveis na redação e no enquadramento das propostas de Emenda, conforme indicado no anexo 1 sem prejuízo dos objetivos por elas pretendidos;

Às adequações necessárias da formalização e apresentação das Emendas ao PLDO/2009, junto à Comissão Mista de Planos e Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO.

Este é o Voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em discussão o Parecer. Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a Sessão. E sendo convocada logo a seguir uma outra Sessão para aprovação de embaixadores indicados para três postos e que serão... Que são colocados agora em apreciação.

Sessão encerrada às 10h53.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE MAIO DO ANO DE DOIS MIL E OITO, ÀS ONZE HORAS

Às dez horas e cinquenta e cinco minutos do dia vinte e nove de maio do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **HERÁCLITO FORTES**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **EDUARDO SUPLICY, MOZARILDO CAVALCANTI, PEDRO SIMON, MÃO SANTA, JARBAS VASCONCELOS, PAULO DUQUE, ROMEU TUMA, EDUARDO AZEREDO, FERNANDO COLLOR, CRISTOVAM BUARQUE, SERYS SLHESARENKO, FÁTIMA CLEIDE, FRANCISCO DORNELLES, LEOMAR QUINTANILHA, WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA, GEOVANI BORGES, JOSÉ NERY, CÉSAR BORGES, ROSALBA CIARLINI E FLEXA RIBEIRO** e dos Senadores não-membros **JOÃO PEDRO, GÉRSO CAMATA, MARCONI PERILLO E JOSÉ AGRIPINO**. Justificaram a ausência os Senadores Antônio Carlos

Valadares, Marcelo Crivella e Geraldo Mesquita Júnior. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. O Senhor Presidente convida a Senhora Embaixadora Maria Nazareth Farani Azevedo e os Senhores Embaixadores Affonso José Santos e Fernando José Marroni de Abreu. O Senhor Presidente inicia a apreciação da pauta. **Item 01:** Mensagem (SF) nº 74, de 2008, de autoria do Presidente da República, que “*Submete à Apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor AFFONSO JOSÉ SANTOS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Congo*”. O Presidente concede a palavra ao Senhor Senador **MOZARLDO CAVALCANTI**, Relator “Ad Hoc”, para fazer a leitura do Relatório. **Item 02:** Mensagem (SF) nº 75, de 2008, de autoria do Presidente da República, que “*Submete à Apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor FERNANDO JOSÉ MARRONI DE ABREU, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao reino Hashemita da Jordânia*”. O Presidente concede a palavra ao Senhor Senador **ROMEU TUMA**, Relator “Ad Hoc”, para fazer a leitura do Relatório. O Presidente faz uso da palavra e abre o processo de votação. O Senador **CRISTOVAM BUARQUE** faz uso da palavra. **Item 03:** Mensagem (SF) nº 84, de 2008, de autoria do Presidente da República, que “*Submete à Apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora MARIA NAZARETH FARANI AZEVEDO, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil em Genebra*”. O Presidente concede a palavra à Senhora Senadora **ROSALBA CIARLINI**, Relatora “Ad Hoc”, para fazer a leitura do Relatório. O Presidente concede a palavra ao Senhor Embaixador **AFFONSO JOSÉ SANTOS** para fazer sua exposição. O Senhor Senador Eduardo Azeredo assume a presidência. O Presidente em exercício concede a palavra ao Senhor Embaixador **FERNANDO JOSÉ MARRONI DE ABREU** para fazer sua exposição. O Presidente em exercício concede a palavra à Senhora Embaixadora **MARIA NAZARETH FARANI AZEVEDO** para fazer sua exposição. Os Senadores **ROMEU TUMA E JOÃO TENÓRIO** fazem uso da palavra. O Senhor Senador Heráclito Fortes reassume a presidência. O Presidente concede a palavra aos Senhores Senadores **EDUARDO SUPLYCY, AGRIPINO MAIA, MÃO SANTA, FER-**

NANDO COLLOR e GERSON CAMATA. O Presidente torna a reunião secreta às doze horas e cinquenta e três minutos. O Presidente reabre a reunião às doze horas e cinquenta e oito minutos. O Presidente comunica a aprovação dos embaixadores. O Senhor Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às doze horas e cinquenta e oito minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia informatizada da presente reunião. – Senador **HERÁCLITO FORTES**, Presidente.

**REGISTRO DA ESTENOTIPIA INFORMATIZADA
DA DÉCIMA QUINTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALI-
ZADA NO DIA 29 DE MAIO DE 2008,
ÀS 10 HORAS E 55 MINUTOS**

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Havendo número regimental declaro aberta a 15ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 2ª Sessão Legislativa ordinária da 53ª legislatura. Submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Antes de iniciar a apreciação da Pauta convido para compor a Mesa a Sra. Embaixadora e os Srs. Embaixadores Maria Nazareth Farani Azevedo indicada para Genebra; Affonso José Santos, República do Congo e Fernando José Marroni Abreu, Reino da Jordânia. Passamos à apreciação da Pauta. Mensagem 74. Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Affonso José Santos Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Oficial do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Congo. Autoria, Presidência da República e a relatoria do Senador Virgínio de Carvalho, estando ausente solicito ao Senador Mozarildo Cavalcanti a exercer a função de relator ad hoc.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, esta Casa Legislativa é chamada a opinar sobre a indicação que o Sr. Presidente da República deseja fazer do Sr. Affonso José Santos, Ministro de segunda classe do quadro permanente da carreira de diplomata para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Congo. A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previa-

mente por voto secreto a escolha do chefe de missão diplomática em caráter permanente. Art. 52, Inciso IV. De acordo com o curriculum elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, em razão de preceito regimental, o Sr. Affonso José dos Santos é filho de Mário Santos e Catharina Anna Le Gall Santos. Formou-se em Direito pela Universidade do Estado da Guanabara em 1967. Ingressou no ano seguinte no curso preparatório para carreira diplomática no Instituto Rio Branco. Tornou-se terceiro Secretário em 70, segundo Secretário em 73 e primeiro Secretário em 1980. Conselheiro em 1990 e Ministro de segunda classe em 1998. Dentre as divisões do departamento a que serviu no Itamaraty citamos a Divisão das Nações Unidas, a Divisão da Europa II, o Departamento da Europa, a Divisão Especial de Acompanhamento e Controle Administrativo da Unidade no Exterior, a Secretaria Geral, e o Departamento do Oriente Próximo. Integrou as equipes das Missões Diplomáticas Brasileiras na Reunião da Consulta ad hoc sobre o Fertilizante das Organizações das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO, em 1973. Na Reunião do Instituto Internacional para Unificação do Direito Privado em Roma, Itália, 1974. Na 7ª Sessão do Comitê Técnico de Consulta do Grupo Consultivo de Pesquisa Agrícola Internacional em Roma em 1974. Na Conferência Nacional de Imigração convocada pelo Governo italiano em 75. Na Expo Brasil em Sydney na Austrália em 78. Na Feira Internacional de Bucareste, Romênia em 81, e na Conferência Internacional de Segurança Química em Estocolmo na Suécia, em 94. Serviu nas embaixadas em Roma em 73, Ancara em Turquia em 1980, Helsinki na Finlândia em 1982, Lomé no Togo em 87, Berna na Suíça em 89, Estocolmo na Suécia em 92, Riad na Arábia Saudita em 95 e Cingapura em 2003. Integrou ainda o Consulado de Sydney na Austrália e Los Angeles nos Estados Unidos em 2007. Foi agraciado com a Ordem do Mérito Itália grau de Cavaleiro, com medalha Santos Dumont, Brasil e com a medalha Tamandaré do Brasil.

Quanto à República do Congo, informa o Sumário Executivo elaborado pelo Itamaraty que se trata do quinto maior produtor africano de petróleo. Tendo base industrial pouco expressiva com indústrias rarefeitas e rudimentares predominantemente ligadas ao processamento de alimentos. A mineração apresenta perspectivas interessantes, sobretudo nos setores de magnésio e bauxita. O setor agrícola, apesar das condições geográficas favoráveis, não atende às necessidades locais de abastecimento. As relações diplomáticas com o Congo se iniciaram em 1980, e se mantiveram em baixa até 2007, quando foi realizada a Segunda Sessão da Comissão Mista Brasil – República do Con-

go, visando à retomada da relação bilateral. Na ocasião foram assinados o Memorando de Entendimento sobre Cooperação Técnica nas Áreas da Agricultura, da Pecuária e da Pesca; o Acordo de Cooperação na Área de Esportes, e o Memorando de Entendimento no Domínio da Cultura e das Artes. Naquele mesmo ano foi realizada a primeira visita de um Chefe de Estado brasileiro ao Congo, oportunidade na qual foram assinados acordos de apoio ao programa de prevenção e controle da malária, de luta contra a Aids, de formação de Recursos Humanos e de transferência de técnicas para o cultivo da palma africana e para o apoio à produção de cana-de-açúcar. Um dos temas nevrálgicos da relação bilateral é a dívida Congoleza com o Brasil em razão da construção da rodovia Epena-Impfondo-Dongou executada pela Construtora Andrade Gutierrez. De acordo com o Ministério da Fazenda, o encaminhamento da questão da dívida é pré-condição para que o país possa aceder a novas linhas de financiamento. Nesse sentido sinalizaram com a perspectiva de um perdão de 90% do montante.

Em abril deste ano, como resultado de missão para negociação da dívida, os países elaboraram Acordo Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica, Técnica e Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Congo para Constituir Entendimento Especial de Cooperação sobre a Atividade Econômica, Financeira e Comercial cujos termos o relatório do Ministério das Relações Exteriores não minudencia.

No intercâmbio comercial verifica-se déficit decorrente na balança comercial brasileira com a República do Congo. A Pauta exportadora conta... Centra-se em açúcar, tubos de diversos tipos utilizados em oleodutos, gasodutos, ferro, aço, carne, papel e celulose. O Brasil importa daquela nação, sobretudo óleo bruto de petróleo. Solucionada a questão da dívida, estuda-se o incentivo ao investimento brasileiro nas áreas de produção de óleo de amendoim; nas transferências de técnicas para a utilização dos derivados da cana-de-açúcar, como bagaço e o melado; na construção de uma cervejaria; de uma fábrica de cimento e de outra fábrica para produção de chapas galvanizadas; na exploração de recursos minerais e na pesca de atum e sardinha. Tendo em vista a natureza ora apreciada não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste Relatório. É o Relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Passamos ao item 2. Submete a apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Fernando José Marroni de Abreu, Ministro de segunda classe da carreira de diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo

de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Jordânia. Autoria Presidência da República, relatoria Sr. Senador Antonio Carlos Valadares, que estando ausente solicito ao Senador Romeu Tuma que exerça a função de Relator ad hoc.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Uma honra para mim poder relatar em nome do Senador Antonio Carlos Valadares, a indicação do Sr. Fernando José Marroni de Abreu, Ministro de segunda classe da carreira de diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador junto ao Reino Hashemita da Jordânia. Interessante, realmente sempre que ouvi falar de Jordânia... Não sabia que tinha essa... Ela tem relação com a religião? Dinastia... Desculpa a ignorância. Por isso que eu digo, aqui vocês vêm dar uma aula para nós. E não dá para sabatar, dá para absorver e discutir as curiosidades e as dificuldades que a gente tem de entender no plano geográfico, econômico, religioso alguns fatos que são importantes. Então V.Ex^a. fez acompanhar... o Presidente fez acompanhar o... A indicação do curriculum vitae. V.Ex^a. nasceu em São Borja, Rio Grande do Sul, filho de Fernando da Encarnação Abreu e Lygia Marroni de Abreu, graduou-se em Engenharia Química pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto Rio Branco concluiu em 81, o Curso de Preparação à Carreira Diplomática. Em 89 o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas e em 2004 o Curso de Altos Estudos. Nomeado Terceiro Secretário em 82, o diplomata em apreço foi promovido a Segundo Secretário em 86, por merecimento, foi promovido a Primeiro Secretário em 94, a Conselheiro em 2000 e a Ministro de Segunda Classe em 2005. Entre os cargos exercidos e as missões importantes em que participou cumpre destacar o seguinte: Assessor e Chefe de Gabinete da Subsecretaria de Planejamento Político e Econômico; Primeiro Secretário na Embaixada em Roma; Representante Alterno na Representação Permanente junto à Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. É alternos mesmo? É alternos mesmo. FAO; Assessor Internacional e Chefe de Gabinete no Ministério Extraordinário de Política Fundiária; Conselheiro do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia; Chefe de Gabinete do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Assessor Especial e Chefe de Gabinete do Ministério da Defesa e Ministro Conselheiro na Embaixada em Madri. Se ficou alguma coisa fora o senhor pode corrigir. O Sr. Fernando José Marroni de Abreu possui várias condecorações entre as quais foram destacadas a da Ordem Nacional do Mérito, da França, no grau de Cavaleiro; a Ordem do Rio Branco, do Brasil, no grau de Comendador e a Medalha do Pacificador

do Brasil, medalha oferecida pelo Exército Brasileiro, com a qual tenho muita honra de tê-la recebida também. Consta ainda do processado além do curriculum vitae, documento informativo anexado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre o Reino Hashemita da Jordânia. Há dados básicos, dados sobre política interna e externa bem como informações sobre as relações bilaterais com o Brasil.

O Reino Hashemita da Jordânia é uma monarquia constitucional que tem à sua frente desde 1999 o Rei Abdullah II. De um lado os tradicionalistas mostram-se insatisfeitos com suas tendências democratas e com sua aproximação de Israel e dos Estados Unidos da América; de outro, críticos progressistas o acusam de não concretizar reformas. O fato é que a Jordânia representa a moderação no Oriente Médio, desempenhando importante papel no processo de paz na região. As relações Brasil-Jordânia, formalizada em 1959 ainda são parcas. Apesar disso, cumpre lembrar que, com relativa frequência, verifica-se troca de apoio em negociações perante as Nações Unidas. Ressalta-se também que no ano passado o Brasil reassentou 117 refugiados palestinos originários de campo de refugiados localizados em território jordaniano. Além disso, as relações comerciais bilaterais, de 2005 a 2007 têm se intensificado, sobretudo em razão da aquisição de aeronaves da Empresa Brasileira de Aeronáutica – EMBRAER por empresa jordaniana. Nesse período também as importações brasileiras aumentaram em mais de 300%. Em 2007 o intercâmbio comercial aproximou-se de 300 milhões de dólares com o saldo favorável para o Brasil que exportou além das aeronaves, açúcar, chapas de alumínio e frangos, e importou resíduos de alumínios e adubos fertilizantes. Somos o maior parceiro comercial da Jordânia na América Latina. O Brasil tem ainda apoiado a negociação que visa ao estabelecimento de acordo preferencial de comércio entre Jordânia e mercado comum do sul, MERCOSUL, assim como acordo de cooperação nas áreas de turismo, econômica e comercial. Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste Relatório. Este é o Relatório a respeito da indicação do doutor... Do Embaixador Fernando José Marroni de Abreu, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Antes de passar ao item 3 eu queria dizer aos Srs. Senadores que em caráter excepcional eu estou atendendo ao pedido aqui, justo, dos Senadores Dornelles e do Senador Cristovam Buarque. Ambos têm... O Senador Dornelles tem reuniões em Brasília para tratar do orçamento e o Senador Cristovam vai representar os companheiros na missa do nosso

querido companheiro Jefferson Peres que honrou esta Comissão inclusive sendo seu Presidente. Dito isso, eu abrirei a partir de agora o processo de votação colocando à vontade os Senadores que após lerem as mensagens que receberam se sentirem em condições de exercer o voto, que o façam de acordo com a sua necessidade de tempo. E em segundo lugar eu quero registrar a presença do Embaixador do Brasil na Nigéria, Pedro Luiz Rodrigues, que se encontra no Brasil e que nos visita nesse momento e agradecer a maneira cortês e dedicada com que ele recebeu a delegação por mim presidida em visita àquele país. Senador Cristovam tem a palavra.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Presidente, já que o senhor abriu a possibilidade de que nós possamos sair e votando antes eu quero aproveitar essa generosidade e dizer que eu lamento muito não estar aqui para poder participar da sabatina, ter os debates que nós temos aqui para poder estar até o fim, comemorar inclusive a aprovação. Mas, mais uma vez nós temos aqui uma prova da seriedade do Presidente Lula e do Ministro Celso Amorim com a permanência dos Embaixadores de carreira, com a possibilidade de termos um quadro de representantes do Brasil escolhidos dentre aqueles que se prepararam para isso. Eu fico feliz e também fico feliz com o nível de qualificação dos Embaixadores e no caso aqui da Embaixadora que ele indica com a experiência dela de seis anos quase, cinco anos Chefe de Gabinete acompanhando toda a mudança que houve na política de Relações Exteriores do Brasil, nesses últimos anos, graças ao Ministro Amorim e ao Presidente Lula. Essa instituição Lula/Amorim que hoje faz parte do cenário internacional. E aproveito para dizer também que um outro Embaixador ilustre está aqui, que é o Embaixador Carrilho, grande amigo de muitos de nós. Era isso e eu vou ter que sair porque só tenho esse voo para Manaus e eu quero prestar minhas homenagens ao Jefferson Peres.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): [pronunciamento fora do microfone] Submete apreciação do Senado Federal a indicação da Sra. Maria Nazareth Farani Azevedo, Ministra de primeira classe da carreira de diplomata do quadro permanente de Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil em Genebra. Autoria Presidência da República, relatoria Senador Fernando Collor de Mello. Encontrando-se ausente solicito à Senadora Rosalba Ciarlini que exerça a função de Relatora ad hoc.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): É este o Relatório. Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação que o Sr.

Presidente da República faz da Sra. Maria Nazareth Farani Azevedo, Ministra de primeira classe da carreira de diplomata do cargo permanente do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil em Genebra. A Constituição Federal atribui competência privativa para o Senado Federal para apreciar previamente e deliberar por voto secreto a escolha de chefes de missões diplomáticas de caráter permanente. Nascida em Alegre, no Espírito Santo, filha de José Farani e Maria Luiza Jorge Farani, a indicada concluiu no Instituto Rio Branco o curso de preparação à carreira de diplomata em 1981. O curso de Aperfeiçoamento de Diplomata em 1989 e o curso de Altos Estudos em 2001. Nomeada Terceira Secretária em 1982, a Diplomata foi promovida a Segunda Secretária em 1986. Por merecimento, foi promovida Primeira Secretária em 1993, a Conselheira em 99, a Ministra de Segunda Classe em 2003 e Ministra de Primeira Classe em 2007. Todos por merecimento. Entre os cargos exercidos e as missões importantes que participou cumpre destacar as seguintes: Segunda e Primeira Secretária na Associação Nacional Latino-americana de Integração – ALADI; Chefe de Gabinete da Subsecretaria Geral de Assuntos de Integração Econômica e de Comércio Exterior; Negociadora Chefe para Assuntos do Meio Ambiente na Organização das Nações Unidas – ONU, em Genebra; Representante do Brasil no Comitê de Comércio e Meio Ambiente da Organização Mundial do Comércio – OMC; Primeira Secretária na Delegação Permanente em Genebra; Chefe da Divisão de Acesso a Mercados e Chefe de Delegação das Reuniões do Grupo Técnico Brasil Chile Espanha França sobre Fontes Inovadoras de Financiamento de Combate a Fome e a Pobreza, realizadas em Paris, Nova York, São Paulo e Madri. Foi ainda agraciada com as seguintes condecorações internacionais: Medalha Ordem do Mérito Santos Dumont; Medalha Ordem do Mérito Aeronáutico; Medalha Ordem do Mérito Tamandaré; Ordem do Mérito da Defesa no grau de Grão Mestre e Ordem do Rio Branco no grau de Grande Oficial. Consta também do arrazoado, além do curriculum vitae relatado, documento informativo anexo pelo Ministério das Relações Exteriores contendo dados básicos sobre os Organismos Internacionais com sede em Genebra que estão sobre o acompanhamento da Missão Permanente do Brasil. Além do próprio escritório das Nações Unidas, Genebra é sede das seguintes organizações internacionais e agências especializadas da ONU, onde a indicada atuará como Delegada Permanente do Brasil: o Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos, o Conselho de Direitos Humanos, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, o Comitê Internacional

da Cruz Vermelha, a Organização Mundial de Saúde, a Organização Internacional do Trabalho e a Organização Internacional para Migrações. O documento elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores traz em separado informações sobre as agências e convenções ambientais sediadas em Genebra. Neste ponto vale ressaltar o painel intergovernamental sobre mudanças do clima, estabelecido em 1988 pelo programa das Nações Unidas para o meio ambiente que mantém vários escritórios em Genebra e pela Organização Meteorológica Mundial – OMM. A atuação de cientistas brasileiros tem se destacado no painel que já conta com a participação de número superior a 30 brasileiros. A análise do curriculum da diplomata revela sua plena capacidade para o exercício das atribuições do cargo. Seu histórico funcional e sua formação profissional são altamente coincidente com as áreas de atuação das organizações e agências a serem acompanhadas pela representante brasileira. Por fim, importa destacar a relevância do posto para o qual a diplomata é indicada, haja vista a diversidade e complexidade dos temas que poderão ser enfrentados pelo Brasil nesses fóruns.

Diante do exposto julgamos que os Senadores membros desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste Relatório dado a natureza da matéria ora apreciada. É este o Relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Agradeço a V.Ex^a. Concedo a palavra ao Embaixador Affonso José Santos, para fazer sua exposição.

SR. AFFONSO JOSÉ SANTOS: Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Senadores, senhoras e senhores. Eu inicialmente queria manifestar minha honra e o prazer que é para mim estar dirigindo a palavra a esta ilustre congregação. Eu fui designado, indicado pelo Ministro das Relações Exteriores para a Embaixada... Para ser Embaixador na Embaixada no Congo, e creio que isso vai... Como a Embaixada está sendo aberta atualmente, vai ser um desafio muito grande para nós. Como pano de fundo, a Embaixada... A República do Congo é uma das colônias, ex-colônias européias, nesse caso uma colônia francesa que, a exemplo de muitas outras, tornou-se independente nos anos de 1960. Não diferente de outras colônias na África, houve a República do Congo passou por diversas crises, guerras civis, teve entre a sua independência em 1977, três guerras civis e o assassinato do Presidente. Essa situação deixou a República destruída, devastada, e o Banco Mundial calcula que o dispêndio de dinheiro perdido durante esse período foi de 2.5 bilhões de dólares. Além de

mortes de acima de 10 mil pessoas, e de deslocamento de 800 mil pessoas que perderam suas casas e que se encontram desabrigadas no país. Neste quadro, o Banco Mundial que retomou a sua atividade com relação a esse país, a partir de 2001, apresenta ainda estatísticas avassaladoras. Por exemplo, descobriu-se, levantou-se que 11% das crianças abaixo de 15 anos no país são órfãs em função das guerras civis. E que acima de 60 mil mulheres e moças já foram vítimas de estupro. E ainda cinco mil crianças combateram como soldados, entre 15 anos e 20 anos. Esse é um quadro terrível, o país passou por uma fase muito difícil e agora, graças ao petróleo que existe que é um dos sustentos do país, e o manganês, zinco, ouro, diamante, o país está se recuperando e está com uma dívida de quatro bilhões de dólares atualmente que o Banco Mundial está procurando fazer com que... Equacionar o pagamento.

Neste quadro é que nós vamos estabelecer relações diplomáticas com a Embaixada residente no Congo. Até então nossa representação era feita através de... Em Libreville, no Gabão, e a Embaixada do Congo através de Havana, em Cuba. O comércio nosso com o Congo é no momento relativamente insignificante. Mas, infelizmente altamente deficitário para o Brasil. Nós estamos importando do Congo, importamos o ano passado por volta de 136 milhões de dólares e exportamos apenas 49 milhões. Com um saldo, em déficit de 87 milhões. Em grande parte, não em grande parte, mas as importações do Congo são quase que 98% petróleo e óleos diversos. As exportações brasileiras até agora tem sido de carne, tubos galvanizados, claro, justamente para a indústria petroleira do Congo. Açúcar, como eu já disse papel, aço, ferro, essa gama de produtos pode ser aumentado consideravelmente. E a nossa intenção é fazer isso. O mercado africano é hoje o quarto mais importante para o Brasil. Nós temos aumentado de... Saltou desde 97 de 3.5 bilhões, para... espantoso 15.6 bilhões em 2006. Dessa quantia, 7.4 bilhões de dólares são nossas exportações para aquele continente. A grande vantagem para os exportadores brasileiros em relação à África tem sido o fato de que não há barreiras tarifárias como encontramos em outros continentes. Há uma receptividade muito maior à possibilidade de intercâmbio comercial muito mais importantes e o Itamaraty tem feito um esforço muito grande nesse sentido. Mas não são só nos produtos que citei que nós encontramos oportunidades de exportar para o Congo. Existe o campo da energia em que a República tem uma série de deficiências no setor elétrico, com constantes quedas de voltagem e dificuldades para suas atividades até industriais. Investimentos também que o Itamaraty está procurando

conseguir que haja parcerias de all inventory na pesca de atum e de sardinha, são indústrias incipientes no Congo, e possivelmente vamos encontrar parceiros aqui no Brasil. Agora, muito importante é o petróleo e a construção civil. Com relação à construção civil, já tivemos a Andrade Gutierrez que participou de 81 a 87, da construção de uma importante rodovia no Congo. Aliás, essa rodovia até hoje permanece a única rodovia que se possa chamar com R maiúsculo, e infelizmente, depois de deslocar acima de cinco mil pessoas para essa construção, o Governo do Congo não cumpriu com a sua parte da transação e a dívida, que era de 37 milhões de dólares, subiu com juros e mora para 100 milhões. A empresa Andrade Gutierrez conseguiu numa arbitragem internacional que tivesse ganhado de causa e com isso conseguiu equacionar este problema. Com isso se abre uma porta muito grande para a introdução da empresa de novo que vou ter na semana que vem um encontro com o Sérgio Andrade, da empresa, que já me adiantou que estão com... Vão reabrir o escritório em Brasavill e vão retomar os trabalhos de infra-estrutura que o Congo procura de nós.

Outro grande baluarte do Brasil é a PETROBRAS. Eu estive presente na assinatura mês passado no Rio de Janeiro, na sede da PETROBRAS, de uma torre de prospecção de petróleo no Congo e utilizando as técnicas e as tecnologias que a PETROBRAS desenvolveu de... Para explorar poços em mar profundo. A PETROBRAS pretende também ter uma atuação muito forte no Congo. Uma das coisas que nós temos que tomar muito cuidado é com os concorrentes mais agressivos e mais fortes do que nós no momento. Uma delas sendo países asiáticos como a China, que tem já linhas de crédito na ordem de 50 bilhões de dólares com relação à África em geral. A China tem tido um papel, como eu disse, agressivo, e utiliza sua cadeia diplomática na África para ajudar a seus empresários e suas companhias estatais a penetrarem não somente atrás de matérias-primas, mas agora também na construção de infra-estrutura, obras de infra-estrutura do país. Somente em Brasavill, a China já construiu o Ministério das Relações Exteriores. Aliás, também o colega da Nigéria, eles construíram na Nigéria o Ministério das Relações Exteriores em tempos recordes, pelo orçamento mais baixo e no final simplesmente disseram que não queriam receber nada e era um presente do povo chinês para o povo nigeriano. A mesma coisa estão fazendo agora no Congo, em Brasavill. Estão construindo barragens, estão construindo estradas, a estrada que vai da capital de Brasavill a Point Nort está sendo construída pelos chineses, além do estádio estão construindo também uma área de lazer muito grande ao lado do rio Congo,

na cidade, enfim, a presença chinesa é preocupante para as nossas companhias de construção que tem tido um papel muito relevante na África.

Eu gostaria só de terminar dizendo que a iniciativa de abertura da nossa Embaixada, para mim parece extremamente oportuna. Uma Embaixada residente num país que tem tantas possibilidades como o Congo é muito importante. E eu espero estar à altura de poder desenvolver um trabalho positivo nesse país. Só isso. Agradeço a atenção e a paciência. Muito obrigado.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Embaixador Affonso José Santos. Concedo a palavra agora ao Embaixador Fernando José Marroni de Abreu, indicado para a Jordânia.

SR. FERNANDO JOSÉ MARRONI DE ABREU: Muito obrigado Senador Eduardo Azeredo, Sras. e Srs. Senadores gostaria, em primeiro lugar, de manifestar meu prazer de comparecer pela primeira vez à Comissão de Relações Exteriores e Defesa, e gostaria brevemente de recordar algumas informações já de conhecimento de V.Exas. A Jordânia é fruto do desmembramento do império otomano, foi inicialmente um protetorado inglês, em 1946 teve a sua independência. É um país considerado um elemento de moderação na região, uma região altamente conflitiva, tem sido vítima de várias guerras e a Jordânia nesse ambiente tem conseguido manter a estabilidade interna, tem recebido refugiados palestinos principalmente, mas iraquianos mais recentemente e graças ao trabalho, ao empenho do Rei Hussein, pai do atual rei, a Jordânia tem tido um papel relevante no diálogo com os países da região sempre em busca da estabilidade e da paz. O atual rei Abdullah II assumiu logo após a morte de seu pai, em 1999, e tem procurado modernizar a Jordânia. Tem enfatizado o desenvolvimento na área de serviços, de pesquisas, tem tentado atrair investimentos principalmente na área de tecnologia de ponta, o país não tem muitos recursos naturais, é um dos poucos países da região que não tem petróleo, as riquezas minerais são basicamente fosfato e potássio, e também xisto betuminoso. No relacionamento bilateral nós temos relações desde 1959, inicialmente a Embaixada era cumulativa com a nossa Embaixada em Beirute, em 1984 nós abrimos a Embaixada residente, nós temos tido um crescimento moderado, historicamente no comércio no relacionamento econômico bilateral e recentemente houve um crescimento mais acentuado graças à venda de aviões da EMBRAER conforme consta do Relatório. Gostaria de aproveitar a oportunidade de agradecer a gentileza do Senador Romeu Tuma pela leitura do Relatório.

Nós também na questão ainda comercial e econômica a PETROBRAS assinou juntamente com o Governo jordaniano e uma empresa privada jordaniana e a empresa francesa TOTAL um contrato no valor de um bilhão e meio de dólares para estudo, exploração e... Prospecção e exploração de xisto betuminoso que é um dos poucos recursos que dispõe a Jordânia. A PETROBRAS já tem alguma experiência nessa área, tem uma unidade no Paraná, e a empresa TOTAL é atualmente a que dispõe de tecnologia para craqueamento e desenvolvimento do óleo. Então há alguma perspectiva de bom retorno e de maior presença nessa área. Eu não queria tomar mais o tempo de V.Exas., eu evidentemente estou à disposição. Muito obrigado. Obrigado Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Embaixador Fernando José Marroni de Abreu, e concedo agora a palavra à Embaixadora Maria Nazareth Farani Azevedo indicada para a o Brasil em Genebra, na OIT.

SRA. MARIA NAZARETH FARANI AZEVEDO: Eu agradeço a Senadora Rosalba pela leitura do meu Relatório, ao Presidente Collor pela relatoria, eu devo dizer que é grande a emoção de estar aqui hoje perante essa Comissão. Eu iniciaria a minha exposição recordando uma informação que eu considere muito relevante para a conversa hoje aqui que é o fato de que os documentos da ONU dão conta de que dois terços das iniciativas dos trabalhos e da organização se desenvolve em Genebra. De fato a agenda multilateral em Genebra tem crescido muito, se intensificado e se diversificado bastante.

A Delegação Permanente do Brasil junto aos Organismos da ONU em Genebra, DEBRALGEN como nós convencionamos chamá-la no Itamaraty, ela tem sob a sua responsabilidade a negociação dos temas relativos a aspectos políticos, ambientais e sociais da agenda internacional. Eu talvez descreveria rapidamente alguns dos aspectos e dos organismos perante os quais a Delegação trabalha sem a pretensão claro de ser exaustiva, mas desde já me coloco à disposição dos Srs. Senadores, de V.Exas., para responder qualquer pergunta que seja considerada pertinente. Bem, no plano dos temas políticos eu destacaria o Conselho de Direitos Humanos. Que é um órgão novo que foi criado agora em 2006, que busca implementar, proteger e promover os Direitos Humanos a partir de uma ótica menos seletiva, menos política, e mais universal. O Brasil tem uma participação muito grande nesse Conselho e foi... Acaba de ser reeleito neste mesmo mês de maio para um período de três anos, 2008/2011. Destacaria também a sede em Genebra do Alto Comissariado para Refugiados, é um Alto Co-

missariado que ganha importância, sobretudo em função do número crescente de deslocados e refugiados no mundo em função de conflitos armados. No plano social de políticas sociais eu destacaria a OMS, que é uma organização que também cresce muito, ganha importância e busca se transformar com a agregação, com a incorporação de novos temas. V.Exas. deverão ter visto uma chamada no jornal Estado de São Paulo, essa semana, que fala da incorporação do tema política de saúde e propriedade intelectual na agenda da OMS. É um tema de extrema relevância para o Brasil porque tem tudo a ver com acesso a medicamentos mais baratos para países pobres. E esse é um tema que a Delegação vai se empenhar e trabalhar na OMS.

Bom, eu destacaria também a sede da OIT, é uma organização que tenho certeza V.Exas. tem grande familiaridade, o Brasil é muito atuante na OIT nós participamos, sobretudo dos trabalhos de combate ao trabalho infantil, ao combate ao trabalho infantil, erradicação, e trabalhamos também ativamente na questão de cooperação sul e sul. Ainda no plano social eu destacaria a criação da Unitaid. É uma central de compras de medicamentos. Foi criada em 2006 na esteira de uma iniciativa do Presidente Lula Ação contra a Fome e a Pobreza que reuniu em Genebra em 2004, 60 Chefes de Estado para conversarem sobre questões de fome, pobreza, doenças. E eu tenho a honra aqui de dizer perante V.Exas. que eu fui encarregada pelo Presidente da República e pelo Ministro Celso Amorim de coordenar todo o processo negociador que culminou nessa reunião e na sua declaração hoje assinada por mais de cem países.

Bem, no plano ambiental, como bem ressaltou a Senadora Rosalba, a agenda em Genebra é muito densa. Eu destacaria apenas a sede do IPCC que é o painel intergovernamental de mudanças climáticas que é, na realidade, o braço científico e técnico da convenção de mudanças do clima. Genebra tem também uma vertente parlamentar. É a sede da UIP. E eu peço até licença para ressaltar a importante participação na última reunião da UIP dos Senadores Heráclito Fortes, Efraim Morais, João Tenório e outros. Bem, em cada uma dessas organizações, agências ou programas que têm sede em Genebra, o Brasil participa também de diferentes conselhos. Conselho administrativo, Conselho Executivo, Grupos temáticos, Grupos de Trabalho, etc. Em cada um deles o gerenciador deve procurar defender o interesse brasileiro a partir de diferentes nuances perspectivas ou ênfases. Porque a coordenação, o objetivo do negociador brasileiro é perseguir o interesse do Brasil, o interesse em jogo, e para isso nós temos que não só trabalhar nas grandes conferências, mas também nos grupos de trabalho, nos grupos

regionais e eu destacaria então uma coordenação de posições no âmbito do MERCOSUL, dos BRICS, do IBAS, do G 77... Então talvez para reunir o conceito e a magnitude do trabalho em Genebra, eu me permitiria citar uma frase do Senador Mercadante, eu estive aqui semana passada com o Ministro Celso Amorim, acompanhando numa audiência perante a Comissão do MERCOSUL. E o Senador Mercadante disse uma frase que eu tenho a honra de repetir que é o seguinte: “O Brasil hoje está presente ou convidado a participar de todos os fóruns internacionais”. Então, o trabalho, essa frase ela resume o trabalho de Genebra. O Brasil está presente em todos os órgãos, organismos, grupos de trabalho, etc. Bem, então é esse o trabalho que se eu tiver a confiança de V.Exas. me espera em Genebra. Eu estou tranqüila, confiante, mas, sobretudo determinada a trabalhar como fiz sempre nos quase 30 anos que tenho de Itamaraty. Agradeço a atenção e me coloco...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SRA. MARIA NAZARETH FARANI AZEVEDO: É porque tem dois anos de Rio Branco. Então são 27 quase 30. Muito obrigado então, me coloco à disposição para responder as perguntas. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Muito obrigada a Embaixadora Maria Nazareth Farani Azevedo, que representará o Brasil na Delegacia Permanente do Brasil em Genebra. São vários órgãos como podemos ver pela sua exposição, órgãos da ONU que são sediados em Genebra. Bom, terminadas então as exposições, nós passaremos à fase de interpelações antes e depois a fase secreta. Mas por enquanto vamos ainda... Tem já inscrição do Senador Romeu Tuma e também do Senador João Tenório reservando alguma questão que seja de caráter mais reservado para a fase reservada da reunião.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Peço que me inscreva, Senador.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Nosso líder tem sempre preferência. Aliás, irmão de diplomata sempre tem preferência nesta Comissão. Mas Presidente, Srs. Embaixadores, aqui a presença de V.Exas. dizem que era para sabatiná-los. Eu sempre digo que nós vamos receber uma aula sobre a geografia econômica e dados concretos sobre o problema internacional que vivemos no dia-a-dia. V.Exas. verificam, eu relatei em nome de outro Senador alguém que vai para o oriente. Está aqui alguém que vai para a África, no Congo. E está aqui alguém que vai para uma entidade em Genebra. A diversidade de assuntos que foram tratados nos traz realmente uma gama de conhecimento. Nós temos que formar um mosaico

de tudo isso dentro da globalização, do que realmente está acontecendo. Claro que as informações, Senador José Agripino, nós temos dificuldade em armazená-las todas. Eu tenho a cautela sempre de levar comigo a Pauta, para que se leia com mais calma, com mais atenção, pela gama de informações. Então, cada dia a admiração pelo Itamaraty aumenta. Porque a qualidade de seus membros, se é que se pode aumentar alguma coisa que está no máximo, no meu ponto de vista, não só pela minha presença durante 12 anos nesta Casa e sempre nesta Comissão, graças à indicação do Senador José Agripino, mas também por participação em algumas atividades como Diretor da Polícia Federal junto a membros do Itamaraty em vários países do mundo, em várias entidades que representam a atividade internacional e que o Brasil está sempre presente. A única viagem que eu peço aqui que o Presidente possa me indicar é ir à ONU, para poder ter essa gama geral de todos os debates que estão sendo tratados internacionalmente.

E fico encantado, às vezes emocionado com a presença de diplomatas brasileiros presidindo várias comissões de vital importância para a comunidade internacional. É claro que V.Ex^a. indo pela Jordânia, eu recordo aqui que eu estive na Jordânia. E alguns países árabes, Senador Presidente, quando o Brasil tinha uma qualificação especial na produção de armamentos e carros leves para combate no deserto, inclusive o desenvolvimento do tanque Duque de Caxias que infelizmente não vingou com a guerra, o Brasil grande produtor de armamento e, maior clientela era no oriente, perdeu essa qualificação em razão da guerra. Ainda o Senador César Borges queria detalhar um pouquinho que foi feito na medida 413 sobre alguns aspectos da indústria de fabricação de veículos militares. Está no projeto lá. Estava difícil ler tudo aquilo, não é Senador José Agripino? Aquele 413. É uma miscelânea que dificilmente o senhor vai conseguir a não ser pegar por parcela e detalhar. Então a expectativa de recuperação da indústria bélica e também a reformulação do material bélico nacional que as Forças Armadas estão defasadas, o... A Jordânia era um bom cliente lá. Eu estive por lá e era um país... Muita simpatia e tem um grau de ligação muito forte com Jerusalém, por ser próximo, e acredito que o Brasil, dando essa prioridade que está dando para a África, Senador que vai ao Congo, o Brasil tem dado uma prioridade muito grande, a Embaixadora deve saber por estar assistindo lá com o nosso Ministro essa importância indicando bons e grandes Embaixadores para vários países da África, também está se voltando para o oriente. O oriente é hoje também um parceiro muito bom e poderá ser no futuro bem melhor ainda,

porque há aquela simpatia das comunidades árabes que vivem no Brasil e tem uma intensa relação com nacionalidade. Então eu acho que isso é importante o papel de V.Ex^a. vai ser bom, quem sabe um dia eu possa voltar a comprar minha lembrança de Jerusalém na Jordânia. Porque a Jordânia tem um problema político grave. Porque quando houve a dissolução na Palestina os refugiados procuraram a Jordânia, procuraram o Líbano, então houve uma confusão religiosa, política e de segurança também. O que a Jordânia, pelo menos o que eu leio e tenho sentido, V.Ex^a. faz uma descrição aqui, ela tem que manter o equilíbrio. Porque ela está num local que... Como chama? As fronteiras são todas quase com conflitos. Então se ela não mantiver o equilíbrio, se há algum desgaste, ele está tentando manter o equilíbrio para poder manter a Jordânia isolada de conflitos religiosos ou militares que possam trazer. Eu vi agora no Líbano. O Líbano ficou um ano e pouco sem Parlamento e quatro ou cinco meses sem Governo. Precisou... Os Estados Unidos não conseguiu resolver, nenhum país conseguiu intervir, nem a comunidade européia, precisou um país árabe, segundo me relatou um Diplomata árabe um bilhão e meio para recuperar algumas coisas e... Não foi o Catar, foi... O Catar mesmo. Conseguiu resolver dentro da língua árabe, não precisou usar o inglês. Então usaram na língua árabe, conseguiram restabelecer um Governo que é um país tão importante, tem um turismo impressionante, bom. O Exército é mais fraco que o Hamas. Então o Exército está na rua, o Hamas recolheu porque poderia superar. Então é quase uma brigada que tem lá. Eu conheci, troquei idéia com alguns oficiais, eles não têm um Exército forte para... Ou para invadir algum país ou uma defesa muito ampla e eles sofrem muito, todas as conseqüências que trazem qualquer briga ou... O Líbano não paga o preço. E está próximo da Jordânia. Então a Jordânia passa a ser um refúgio. Então eu queria cumprimentar, V.Ex^a. vai para a Genebra, Genebra é um centro quase que mundial de decisões importantes sobre vários pontos de discussão de interesse internacional, todas as entidades que a ONU tem praticamente sua sede é em Genebra, eu estive lá discutindo um problema de carne quando estava na Polícia Federal por contrabando, que a exportação de língua que não era nada de língua, tinha mais língua do que pata de boi.

Então a própria delegação do mercado comum europeu nós tivemos reuniões, eu estava na Receita e procuramos um acordo. Porque não existe corrupção ou sonegação se não for dos dois lados. Não adianta dizer que é do brasileiro. Então nós traçávamos alguns planos de trocas de informações para poder acompanhar de perto e evitar o prejuízo dos dois lados. Então

a Genebra tem importância, porque o meu primeiro trabalho foi lá, contei para senhora, como Delegado de polícia fui bem atendido e conseguimos quebrar um sigilo bancário há mais de 35 anos atrás. E eu acho até, a senhora falou nos refugiados, um assunto que quando eu estava na polícia de São Paulo, eu cuidava muito com a ACNUR aquele período de guerra e terrorismo e tudo, a ACNUR tinha uma interferência permanente no Brasil. E tinha um bom relacionamento que eu era Diretor de polícia e dava apoio eminente. Hoje eu não sei, eu fico às vezes na dúvida na confusão entre clandestinos e refugiados, pela decisão que alguns Governadores têm em ceder... Não sei se é um atestado, refugiados e clandestinos para deportação. Isso aí talvez seja um assunto que a senhora vai ter que dentro desse comissariado de refugiados tem algumas informações que eu gostaria de acompanhar de perto. Outra coisa que é os Direitos Humanos. Direitos Humanos que a ONU criou, eu estive lá numa reunião dessas, ela é menos radical do que aquela que faz procedimento de que Direitos Humanos é só tortura e só o respeito à parte física. Não é isto. É muito mais abrangente, ela pega educação, cultura, alimentação, tudo isso tem e eu vi na ONU, e V.Ex^a. se referiu aqui uma amplitude muito maior do significado de Direitos Humanos. Eu tive a felicidade na Academia Nacional de Polícia instalar a primeira cadeira de Direitos Humanos para os delegados de polícia na sua formação profissional. E hoje ela se desenvolve bem e acredito que o papel importante, o Congo eu posso falar porque me baseio aqui, só fiquei aqui na dúvida se a dívida, Embaixador, a dívida realmente foi acertada com o perdão de 90% da dívida ou se ainda está em debate. A dívida do Congo. Está em debate a dívida do Congo para restabelecer o trabalho das empresas nacionais, prestação de serviço que estão trabalhando em estradas no Congo segundo o seu relatório aqui.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Desculpa estar fazendo toda essa... Mas eu sou entusiasmado nesta Comissão aqui. É a única que realmente me apaixona. Muito obrigado e espero... Só dizer uma palavra em árabe para V.Ex^a. [ininteligível]. Que Deus o acompanhe.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Romeu Tuma. A propósito, até V.Ex^a. tem sempre participado da questão ligada aos crimes eletrônicos, eu participei ontem do Seminário Internacional realizado na Câmara sobre o assunto, com a presença de representantes dos Estados Unidos e como também da Comunidade Européia, mas ao contrário do que nós vemos aqui, o

Brasil participa de vários fóruns internacionais, neste fórum o Governo Brasileiro ainda não se faz representar e as justificativas não são convincentes. Eu vou aguardar um pouco mais, a Embaixadora Gladys vai fazer algumas gestões, para que nós possamos ter um posicionamento já que o Brasil não está participando ainda da Convenção de Budapeste que as justificativas para não participar não são convincentes.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Aliás, queria cumprimentar V.Ex^a. por essa luta. Porque ela é importante principalmente na área da pedofilia que hoje nós estamos na CPI aqui, e a cada dia a gente fica assim... Será que aumentou a pedofilia? Não. É que ninguém informava nada. Era todo mundo resguardado com um sigilo inexplicável. E com a pressão, e com aquele projeto que V.Ex^a. está aqui, nós temos que votar logo, ontem um Delegado da polícia de São Paulo disse que vai mandar algumas sugestões a V.Ex^a. para a gente aprovar. E está lá nos Direitos Humanos, esse problema da violência contra crianças.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Muito obrigado. Eu agradeço. Também só quis trazer esse repórter aos Srs. Senadores que é tema que interessa do ponto de vista das Relações Internacionais. Com a palavra o Senador João Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente, Srs. Embaixadores, talvez essa seja uma das sessões dessa Comissão que traz, propõe a indicação, analisa a indicação de missões diplomáticas que tem mais a ver com o Brasil, que tem mais interesse brasileiro envolvido na questão. Começaria pela Embaixadora Maria Nazareth, dizendo aqui... Apenas se referindo rapidamente à missão... Às missões que V.Ex^a. terá que desempenhar que tem muito a ver com o Brasil. A questão ambiental hoje está na... É uma questão discutida eu não diria nem diuturnamente, mas a cada hora, a cada hora. O Brasil tem sido... O Brasil tem sido assim meio que segregado, é a palavra correta, no que diz respeito às suas preocupações, suas questões e preocupações com o meio ambiente. Primeiro a Amazônia, é o que se fala hoje, manifestações cada vez mais intensas de organismos e autoridades internacionais, então evidentemente isso vai merecer de V.Ex^a. um empenho grande no sentido de... Poderia muitas vezes desmistificar muita coisa que se diz e que se comenta sobre o desprezo que o Governo Brasileiro, que a sociedade brasileira daria às questões do meio ambiente. Outra, digamos assim, missão que V.Ex^a. terá que enfrentar e tenho certeza que o fará com toda competência é a questão do trabalho de criança, trabalho de menores, trabalho... Chamado trabalho escravo, que muitas vezes tivemos a oportunidade de

ontem conversar um pouco sobre o assunto, há muito... Uma interpretação muito vaga do que seja isso. Isso merece uma avaliação cuidadosa, porque digamos assim, caracterizar um trabalho escravo, por exemplo, é uma coisa séria, sobretudo num país como o Brasil que tem o meio de comunicação absolutamente aberto, caracterizar um trabalho escravo no Brasil é uma coisa difícil. Mas acontece com frequência.

Então isso será um trabalho que V.Ex^a. terá que desempenhar muito forte. Tenho certeza que fará com toda competência. A questão, o fato de estar em Genebra se discutir mais intensamente Genebra a questão do IPCC que é uma coisa absolutamente importante não apenas para o Brasil, para o mundo todo, mas, sobretudo pelo Brasil, pelas ações, pela importância que o Brasil passou a ter nessa questão, quer seja ela do lado negativo, como é o caso tão recorrente de afirmação de que o Brasil está destruindo a mata amazônica, de um lado, do outro lado a contribuição absolutamente efetiva que o Brasil tem dado nas questões de produção de biocombustível, como é um exemplo, enfim, V.Ex^a. terá uma missão muito grande de muito interesse para o Brasil. Muito interesse para o Brasil mesmo.

Então tenho certeza que será bem desempenhado e conferirá ao país aquele trabalho que o país espera e tenho certeza que será realizado. No que diz respeito à Jordânia, nós tivemos também um pouco de oportunidade conversar ontem com o Embaixador, o Brasil tem uma relação comercial não diria muito intensa, mas uma relação comercial importante que pode ser muito importante. A Jordânia dispõe de um produto que é um produto absolutamente estratégico para o mundo todo hoje. E todo mundo, e o Brasil em particular sofre as consequências do escasseamento desse produto. Se fala muito em petróleo, o escasseamento do petróleo, esquecemos uma outra coisa que é fundamental para proporcionar alimentos e eu diria até combustíveis renováveis, que é a questão de fertilizante. Tem uma intensificação das relações comerciais brasileiras que, digamos assim, que destaque, que discrimine no bom sentido a questão de fertilizantes, sobretudo fosfato que é um produto importante para a Jordânia, será algo que sem sombra de dúvida terá uma importância muito grande para o país. Então será uma das missões de V.Ex^a. que terá... Tenho certeza que está na sua agenda, nas preocupações da sua agenda de trabalho. Outra questão será uma troca de... Não será bem uma exportação, mas será uma troca de experiências é o espírito conciliador dos dois países. A Jordânia, como V.Ex^a. bem o disse, é um país que vive cercado de digamos assim, conflitos por todos os lados e tem mantido um equilíbrio raro. Então esse

equilíbrio que tem sido demonstrado pela Jordânia e esse espírito pacificador que é uma coisa marcante do povo brasileiro, sem sombra de dúvida nenhuma marcarão um intercâmbio muito importante para a Jordânia e para nós. E uma coisa muito importante também, a Jordânia aprendeu a conviver com vizinhos belicosos. E nós temos vizinhos belicosos e precisamos conviver com eles. Então precisamos aprender a paciência que vem de lá no sentido de que possamos ter esta convivência é importante.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não tínhamos, passamos a ter.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Não tínhamos. Mais recentemente passamos a ter. E o terceiro ponto é com relação à África, eu não conheço a história da relação com o Congo, mas eu tive uma oportunidade pequena mas foi uma experiência assim absolutamente importante pra mim, eu tive a oportunidade de estar em Angola. Não conhecia a África, fui na missão com o Presidente Heráclito à África do Sul, mais particularmente à Cidade do Cabo para participar de um encontro lá que... A Embaixadora Maria Nazareth se referiu a ele, e na volta por uma questão de possibilidade de chegar ao Brasil num determinado dia eu tive que passar duas noites e um dia em Angola. E fiquei absolutamente impressionado. Pra mim foi um choque cultural muito grande porque eu não tinha a menor idéia do que era a África profunda, que é exatamente o Congo, Angola, e fiquei muito impressionado. E uma das coisas que me chamou atenção profundamente foi a explosão de desenvolvimento que acontece hoje em Angola e, sobretudo em Luanda. E a presença das empresas brasileiras lá é uma coisa absolutamente marcante. Não apenas nas obras físicas, mas no relacionamento. O exemplo só para se ter uma idéia. A cidade de Luanda está sendo cortada de avenidas por todos os lados, construções, estão sendo construídos no momento 42 hotéis em Luanda. De uma vez só. Uma cidade que não tem hotel, tem um hotel só praticamente. Então é uma explosão de desenvolvimento e a presença das empresas brasileiras, lá as avenidas que estão se abrindo se diz Avenida Odebrecht, avenida das grandes empresas brasileiras passou a ter um nome na avenida para mostrar a importância que se tem. E um exemplo importante que eu identifiquei lá, por exemplo, o país, a cidade e o país não tem uma rede de distribuição de bens de alimentos. Eles... O Governo solicitou que a Odebrecht construísse uma rede de supermercados que não é especialidade deles. E, além disso, que operasse a rede, porque não tem experiência de como operar esse tipo de serviço lá. Então pra mim Angola e particularmente em Luanda foi um exemplo magnífico de como pode haver uma

interface, uma troca de interesses entre o Brasil e os países da África.

Tenho certeza absoluta que essa mesma percepção se aplicará no Congo se resolvendo essas pendências que evidentemente não são tão importantes como o interesse por esse relacionamento. Tenho certeza que a indicação de V.Exas. para esses postos, essas missões que eu repito, nunca vi um grupo talvez assim que tenha tanto a ver com os interesses brasileiros, aprovados aqui juntos, digamos assim. Tenho certeza que esse trabalho, o empenho será grande e o trabalho será extremamente eficaz. Parabéns e boa sorte.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com a palavra o nobre Senador Eduardo Suplicy. Antes disso, com a permissão do Senador, quero registrar a presença aqui entre nós com muita alegria do Presidente da Câmara de Vereadores de Belo Horizonte, Totó Teixeira. Está feito o registro. Senador Suplicy com a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente Senador Heráclito Fortes, Sr. Vice-Presidente, Senador Eduardo Azeredo, quero desejar muito sucesso nas missões que respectivamente o Embaixador Affonso José Santos, a Embaixadora Maria Nazareth Farani Azevedo e Fernando José Marroni de Abreu exercerão no Congo, ali em Genebra e na Jordânia. Eu quero cumprimentar a Embaixadora Maria Nazareth Farani Azevedo pela maneira como tem se destacado no trabalho junto ao Ministro Celso Amorim, uma vez que como Chefe de Gabinete do mesmo, nestes anos, prestou uma colaboração muito intensa, inclusive conosco da Comissão de Relações Exteriores em todos os momentos que nós precisávamos ter a atenção do Ministro e tudo aquilo que tem havido. E ela vai, ali em Genebra, estar cuidando dessas diversas missões permanentes em que o Brasil estará presente, desde a questão do escritório das Nações Unidas, dos Direitos Humanos, temas como a organização internacional para as migrações e outros, eu até agradeceria se puder a senhora nos informar a respeito da organização internacional para as migrações que é algo tão importante, como o Brasil foi aceito como membro em 2004, parece que estaria para ser enviado ainda não foi a exposição de motivos do ingresso do Brasil na... Nessa organização, e seria importante que... Até porque muitas entidades por vezes nos perguntam a respeito como está este ponto e que certamente como a senhora estará acompanhando de perto isso e seria importante a informação para o Congresso Nacional. Eu aqui gostaria também de fazer um apelo como a senhora estará ali tratando da... De questão de Direitos Humanos dos refugiados, até da Cruz Vermelha

e de todos esses pontos, isto está relacionado a uma questão que tem preocupado os Senadores em especial desta Comissão, ou seja, a cooperação que nós brasileiros poderemos ter para que haja a resolução do problema na Colômbia relacionado àquelas pessoas que estão seqüestradas, que estão presas. Houve avanços na direção de um diálogo que depois foram interrompidos com os fatos internacionalmente conhecidos recentemente, mas eu gostaria de transmitir à Embaixadora Maria Nazareth Azevedo que esta Comissão está pronta para estar colaborando de perto, se interessando, o Senador José Nery ainda hoje conversou comigo perguntando se seria o caso de nós estarmos convidando representantes do Congresso da Colômbia, do Governo da Colômbia para aqui estarem interagindo conosco e eu até transmiti, eu quero dizer isso abertamente ao Senador José Nery e ao Presidente Heráclito Fortes, eu acho que podemos sim dar passos nessa direção.

Mas eu gostaria inclusive, Senador Heráclito Fortes, que como Presidente possa V.Ex^a. estar dialogando com a Embaixadora Maria Nazareth, portanto com o Ministro Celso Amorim para que possamos fazer isso em cooperação com o Governo. Eu sei que... Estou consciente de que o Governo Brasileiro avalia que qualquer passo sempre que precisa ser dado em consonância inclusive com as autoridades do Governo da Colômbia. Quando ainda algumas semanas eu apresentei um Requerimento para que a Senadora Piedad Córdoba pudesse nos dizer aqui, eu avaliei que seria melhor antes de votar o Requerimento ter um diálogo, porque é preciso se fazer qualquer passo com o conhecimento e a anuência do Governo da Colômbia, portanto com o Embaixador da Colômbia. Então eu até sugiro que possamos depois estar tratando deste assunto da maneira que o próprio Presidente Heráclito Fortes com os Senadores José Nery e outros que se importaram com este tema possam fazer da forma a melhor possível.

Gostaria de transmitir ao Embaixador Affonso José Santos, ao Embaixador Fernando José de Abreu, quero até dizer eu estive em Amã em janeiro último, juntamente com o Embaixador Bernardo Azevedo Brito, que reside em Amã, mas é Embaixador no Iraque e cooperando para o bom relacionamento, e gostaria de transmitir o Relatório.

Assim como o Embaixador Affonso José Santos de minha viagem ao Iraque, porque isto guarda paralelo com que pode ser sugerido também ao Congo, à Jordânia, mas em especial eu acredito que o Embaixador Fernando Marroni de Abreu, ali em Amã poderá continuar e cooperar com o Embaixador Bernardo Azevedo sobre os passos que foram dados aqui. Eu

tenho notícia de que o Ministro de Relações Exteriores do Iraque está para visitar o Brasil proximoamente, é possível que ele venha exatamente na semana que estarei indo para o Timor Leste, eu gostaria Sr. Presidente, eu vou precisar me ausentar por um compromisso com a Ministra Dilma Rousseff, marcado para daqui a instantes, e gostaria de transmitir a V.Ex^a. que acabo de receber a carta com o convite oficial do Presidente José Ramos-Horta para que eu vá ao Timor Leste explicar a Proposta da Renda Básica de Cidadania, e encaminho a V.Ex^a. este ofício bem como a programação do Congresso Internacional da Basic Income Earth Network, o Congresso Internacional da Rede Mundial da Renda Básica com o qual estarei participando como co-chair na mesma semana que vou ao Timor Leste. Então vou estar ausente de 13 a 22. E... Mas colaborando com a Comissão que V.Ex^a. preside ao Timor Leste e Dublin na Irlanda. Então peço licença e todo o sucesso na missão que os três irão exercer. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Está feito o registro. Com a palavra o Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente, Srs. Embaixadores, eu já participei de muitas reuniões desta Comissão. E pela intimidade que tenho das sabatinas, eu posso até fazer uma espécie de desabafo, eu entendo que muitos dos Embaixadores e Embaixadoras que chegam, chegam preocupados com a sabatina, com eventuais perguntas agressivas, ou contestações, chegam meio nervosos. Mas na verdade essa Comissão é uma Comissão importante porque ela promove a identificação de pensamento entre aqueles que vão desempenhar missões e aqueles que vão votar, para que os senhores desempenhem as missões.

Esse é o momento de transmissão de preocupações e até aconselhamentos. Não é nem momento de grandes questões, não. É uma espécie de interação entre os Embaixadores e a classe política que ouve os Embaixadores para aprová-los. E eu queria fazer algumas observações muito rápidas. Veja Presidente Heráclito, a amostra que nós temos aqui para a sabatina de hoje. Um indicado para um país da África, um indicado para um país da Europa, aliás, para organismos multinacionais sediados num país da Europa e um indicado para um país do oriente. Três realidades completamente diferentes, e que nos possibilitam reflexões das mais diversas.

O Embaixador Affonso, V.Ex^a. vai ter uma missão pesada, vai para um país em reconstrução e vai instalar a Embaixada nesse país em reconstrução. Eu acho que a sua grande tarefa vai ser dar exemplo. Eles acreditam

no Brasil. Eu tenho a informação, a Angola, Moçambique, os países da África todos têm uma enorme simpatia pelo Brasil, nos tem como o igual que cresceu. E aceita o nosso conselho e aceita a nossa orientação. E talvez não aceite de países como Estados Unidos, como Canadá, como Inglaterra, com quem eles têm algumas idiossincrasias, ou diferenças. Mas do Brasil aceitam. Essa questão da Andrade Gutierrez tem que ser contida com muito jeito, com muita humildade, mas vai se chegar a bom termo. Mas acho que a sua grande missão lá vai ser do bom aconselhamento no encaminhamento das questões. Da organização institucional, a transmissão, digamos, do bom momento que vive o Brasil, da evolução da democracia brasileira, do exemplo que nós podemos repassar, contar as histórias, ter boa relação com a classe política do Congo... E evidentemente fazer o trabalho diplomático de relação comercial. Mas a relação política com o país, a grande ajuda que o Brasil pode dar ao Congo neste momento é o do aconselhamento com a consciência de que o conselho vai ser bem ouvido. Porque o africano tem ouvidos abertos para as opiniões brasileiras.

Embaixador Fernando, eu conheço Amã. Eu vou lhe dizer aqui uma coisa que o senhor não sabe. Eu tenho dois filhos, e um deles, é casado com uma moça que é filha de mãe jordaniana e pai escocês. E o casamento foi lá em Amã. Por essa razão eu tenho alguma intimidade com a realidade da Jordânia. Eu estive lá em Amã já... Uma Amã que era diferente da Amã que é hoje. V.Ex^a. vai morar numa cidade agradável. Amã está ali cercada por conflito de todos os lados. Conflitos ou pré-conflitos. É Líbano, é Síria, é Iraque, Egito... E sobrevive graças à capacidade política do regime político que é o reinado. Hussein foi um craque e Abdullah herdou as características do pai. Com uma coisa curiosa, tanto o filho como o pai foram casados com rainhas lindíssimas. A rainha Noor e a atual rainha. Mas a Jordânia é um país curioso. Porque ele não tem petróleo, mas tem uma coisa que os outros não têm. Serviços. Quem quer ver o Mar Morto, quem quer ver Petra, aquilo que passou no Indiana Jones, Petra está na Jordânia. Quem quer fazer mergulho vai ao golfo de Acaba. Maravilha um privilégio. Quem quer se tratar, naquela região toda e procura meios médicos de boa qualidade, vai para a Jordânia. E a comida daquela região sai em boa medida da área irrigada do rio Jordão. O Iraque tem um oleoduto ligando o Iraque à Jordânia. Troca de comida por petróleo. Então é um país curiosíssimo e que pela razão que aqui foi colocada pelo Senador Romeu Tuma, pela razão da... De terem recebido os palestinos e terem se adestrado na arte da convivência, a Jordânia é um país que para o

Brasil significa uma espécie de síntese da capacidade de conviver e ter relação política.

Se o Brasil quer, com a presença do Embaixador Affonso no Congo, ter uma presença expressiva por razões políticas, quem sabe algum dia contar com o voto do Congo para ir para o Conselho de Segurança. Quem sabe contar com o voto da Síria, ou o voto do Líbano, ou o voto de quem quer que seja mais na frente não seja uma boa oportunidade o exercício da boa convivência pela adoção do modelo de convivência da Jordânia com os países vizinhos? Claro que é importante a relação comercial. Mas nos dois postos, a relação política é fundamental para os interesses do Brasil que almeja ser um país de porte top. Quem sabe vou lhe visitar um dia lá. E a última que reservei para fazer uma observação, Embaixadora Maria Nazareth, Presidente Heráclito, Vice-Presidente Azeredo, não sei se V.Ex^{as}. sabem, mas a Embaixadora Maria Nazareth ocupa uma função importante na hierarquia do Itamaraty, há anos, 3 anos, 4 anos, não sei quanto tempo, ela é Chefe de Gabinete do Ministro Celso Amorim, e não é Chefe de Gabinete qualquer, é uma Chefe de Gabinete que o Ministro confia. Confia e delega poderes. É normal as pessoas que detêm poder usar o poder de forma conveniente. Mas nem sempre o uso do poder agrada. Às vezes agrada, às vezes não agrada. É como o líder. O líder inspira ódio e amor. O curioso é que a Embaixadora Maria Nazareth exercendo o poder e tendo o poder delegado pelo Ministro, ela foi para a inclusão do nome dela nas listas de acesso a promoção de cargos de Ministro de Primeira por votação direta e secreta, onde cada qual pode votar como quiser sem saber, ninguém sabe quem votou em A B ou C. Ela foi a primeira ou foi a segunda mais votada. O que vale dizer que ela é uma mulher hábil, competente, ela sabe usar o poder e sabe transacionar. E para completar, capixaba. Não sabia. Diz aqui o nosso Camata. Então acho que essas questões são questões complicadíssimas. O que V.Ex^a. vai encontrar em Genebra é uma pedreira. São problemas de repercussão internacional onde o Brasil está inserido diretamente. Meio Ambiente, Direitos Humanos, questões de relação de capital e trabalho, são coisas nitroglicerina pura. Que se não for muito bem conduzida, pode gerar problema. Então acho que está indo para lá a pessoa certa para o lugar certo. Então quero desejar muito bom êxito aos três Embaixadores. Eu vi as exposições sintéticas, bem colocadas e tive a oportunidade de transmitir minhas preocupações a esses meus... Não digo aconselhamentos, mas meu sentimento em relação às missões que V.Exas. com certeza vão lá desempenhar. Muito boa sorte.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com a palavra o Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Presidente Heráclito, depois do nosso José Agripino e eu... Mas da África eu me lembro é do navio negreiro, de Castro Alves que foi um anódino, dos discursos de Joaquim Nabuco. Mas também do lado bom que ninguém esquece. Que beleza aqueles filmes do Tarzan, do... E lá da... Do mundo bíblico, religioso. Mas eu chamaria a atenção para a nossa Embaixadora. Olha, eu menino, a senhora não tinha nascido, a senhora deve ter uns vinte e cinco anos de idade, eu não sei se ela é bonita como a mãe. Deixa eu olhar. Empata. Mas, o Presidente Heráclito Fortes está ungido e inspirado na sua... que nós estamos orgulhosos porque eu sou do Piauí e ele vem presidindo com muita eficiência. O José Agripino traduziu bem o relacionamento. Eu quero crer que a moralização da grandeza democrática e do valor profissional começou aqui. Esta Casa repudiou... Eu aprendi, sou um homem comum, cada macaco no seu galho. É assim que se fala no nordeste. Quando no começo do nosso mandato era o useiro e vezeiro colocar nomes estranhos ao ideal que vocês abraçaram e acho que é o que mais nos aproxima da paz e da tolerância. Mudou o mundo e os Embaixadores. Agora, eu queria dizer para a senhora com toda a admiração do aspecto da história religiosa, aonde ele vai Jordânia, a África que veio seus filhos enriquecer a nossa gente, como o Paim que enriquece aqui o nosso Congresso. A senhora, eu menino, minha maior satisfação naquele tempo eram difíceis as coisas, Heráclito, não sei, quando meu pai me deu um relógio Mido. Aí eu podia ir ao Ginásio. Suíço. Naquele tempo não tinha essas coisas não. Fundo preto... Não tinha relógio assim fácil. Então eu me tornei um homem, e homem até poderoso. Eu tinha um relógio Mido. Então essa era a imagem da Suíça. Mas depois então tanto que eu quis ser e eu consegui ir, e não foi o Heráclito que me levou porque ele ainda vai me levar. Mas fomos juntos, ele era da União parlamentar do mundo e eu fui representando o palatino, representando o Ney Lopes, que era o seu Presidente. Então, Embaixadora Maria Nazareth, eu passei lá dez dias e vi que a senhora... E realmente a senhora está aí, a pessoa certa no lugar certo. Mas acho que no momento atual nós precisamos da Suíça. Não é daquele relógio que meu pai me deu. Esse Brasil está precisando é de educação. E o povo educado. Eu estive lá alguns dias com o Heráclito, ele voltou, eu fiquei com a minha Adalgiza, andando lá dez dias, andando como cidadão piauiense, só, de mão dada. Andando como gente comum. E eu não vi ninguém falar alto. Eu não vi uma briga. Eu não vi um bêbado. Eu

gosto de bêbado. Principalmente em comício. Comício sem bêbado não tem graça. Mas não vi lá. Não vi. E andava de... E um, também pobre, ninguém me pediu. Ou eles achavam que eu era pobre, porque ninguém me pediu dinheiro. Então eu andava de madrugada e não vi soldado. Atentai bem a observação. Dez dias andando no sol, terminou o congresso eu fiquei lá, no Hotelzinho Íbis. Primeira surpresa agradável. E aí nós temos que aprender muito. Observação. Nós estamos aqui para... A mocinha que servia era da Bahia. Hotel modesto... Filosofia de vida. Então ela ganhava lá três mil francos suíços. Vale mais que o dólar. Hoje não? Porque eu estou indo já já. Eu quero saber. Hoje está mais barato que o dólar americano? E eu perguntei até o Heráclito se a senhora ia na frente... [risos] Eu vou nessa aqui. Tanto eu gosto, como Dornelles. Mas vamos juntos. Então, mas a mocinha lá me contou. E eu tomava café baiano. E depois tinha outra pernambucana. Para você ver que aqui não tem perspectiva para a nossa mocidade. E disse que casou lá com um holandês, ele ganhava um e sete. Viviam. Ela pagava a água, aluguel... E tal. Mas vivia muito bem, muito feliz e tudo. Encontrei num hotel que o Heráclito ficou que eu ia lá tomar vinho para ele pagar, ele saiu e eu continuei porque eu fazia câmbio lá. Sábado e domingo é difícil. É tudo fechado lá. Ela era de Pernambuco, Heráclito. A mocinha. Você saiu e eu gozando, ia trocar lá o dinheiro. Não, o outro mês eu vou viajar. Uma mocinha saída de Pernambuco, nordestina, novinha. Falava não sei quantos idiomas. Porque só lá na Genebra fala francês, inglês, português, um quarto da população é português. O Portugal é o nordeste de lá. Vão tudo trabalhar lá.

Então... Mas aí, Heráclito, ela já ia para as Bahamas ser Gerente de um hotel da cadeia. Quer dizer, pessoal humilde e simples. Mas o que mais me encantou foi a maneira como eles tratam os velhinhos. Então V Exa. eu acho que, além disso, aí... Religião que tem lá uma série de... Recebe todas as religiões, o Calvino, eu vi aqueles quadros... Eu acho e eu entendo que nós precisamos é de educação, Cristovam. Se tivesse um jeito da senhora massificar aquela civilização porque nós vivemos uma barbárie. Eu estudei no Rio, adoro o Rio, mas eu não tenho coragem de andar com a minha mulher de mão dada lá na Rua do Ouvidor depois de seis horas da tarde. Na Cinelândia... E eu cheguei ela não tinha nascido. Nem Adalgiza. Então nós vivemos uma barbárie. E lá eu não vi, andava sozinho, andei procurando como um cidadão comum. Então além desses organismos internacionais que a senhora está qualificada, eu não... Ainda teve a felicidade e a senhora foi aqui redigida pelo Presidente Fernando Collor, um dos homens que contribuiu muito com a educação do

Brasil, foi CIEP, aquele negócio que você fez... que eu inaugurei um bocado lá no Piauí. Como era o nome? CAIC, CIAP. E na globalização. Então foi o Presidente Collor que fez aqui a apresentação do caso. E importante, e o Presidente Collor é uma pessoa que tem que ser reestudada. Outro dia nós falamos ali naquele negócio de rural. Confusão doida. Passamos a noite brigando para arrumar dois meses de trabalho para os bichinhos do campo. Dois meses, bota, tem carteira, não tem, discute. Eu achei muito pouco. Porque no Governo revolucionário eles fizeram com João Paulo Reis Veloso o FUNRURAL, eu fui médico, eu conheço a vantagem. E davam 30% do salário mínimo, o Presidente Collor pegou e deu de uma tacada só salário mínimo para todo o trabalhador rural. Eu vivi a época. Você não tem nada. Mas seja feliz e irradie como a senhora está irradiando beleza por aí, irradie educação para o Brasil vindo da Suíça. Porque a beleza a senhora vai levar daqui para lá. Felicidades.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com a palavra o nobre Senador Fernando Collor, último orador inscrito.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sr. Embaixador, Sra. Embaixadora, Sras. Senadoras, Srs. Senadores. Embaixadora, lendo seu Curriculum, eu percebi com muita clareza a extrema compatibilidade para o cargo o qual a senhora foi indicada e os postos e atividades da sua carreira diplomática. Creio que tenha sido uma das mais felizes indicações que o Ministro Celso Amorim teve enquanto Ministro das Relações Exteriores. No entanto, há uma certa desinformação de nossa parte do que significa exatamente... Do que significaria as suas atribuições como Embaixadora junto às missões permanentes das Nações Unidas em Genebra. Lá nós temos um sem número de missões. E o exercício dessa sua função implicaria em participar de cada uma dessas missões sempre a sua pessoa ou alguém do seu staff, qual a interface desse seu trabalho como Delegada do Brasil junto a essas missões e o nosso Embaixador junto à Suíça e de que forma a sua participação nesses diversos órgãos poderia trazer benefícios ao nosso país. Por exemplo, recentemente a senhora participou de 2004 ou 2003, até 2006, de vários encontros com outros países, Espanha, e outros dois países que não me recordo... Alemanha, França, tratando da questão da fome no mundo e das soluções para isso. Hoje o problema da fome ele assume proporções gigantescas no mundo, no planeta. Diversos são aqueles que saem com pontos de vista diferentes para explicar o porquê dessa fome. Seja em função da China, da população da China com percentual elevado ter alcançado níveis de consumo maiores do que anteriormente, seja a Índia,

enfim, outros dizem equivocadamente que em função da política de biocombustíveis que o Brasil vem em boa hora coordenando, enfim, então seriam essas duas perguntas que eu gostaria de fazer à senhora.

Primeiro, objetivamente a sua participação. Qual será a sua participação e suas atribuições juntos a esses diversos órgãos. E em segundo lugar, como a senhora analisa hoje a questão da fome e as suas causas e as soluções que a senhora eventualmente possa ter ouvido ou de sua própria convicção nesses seminários e simpósios que a senhora participou ao longo dos últimos anos.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com a palavra a Embaixadora Maria Nazareth Farani.

SRA. MARIA NAZARETH FARANI AZEVEDO: Obrigada, Presidente Collor. O senhor não estava aqui antes, eu tive o prazer de agradecer a sua relatoria, realmente é uma honra ter o senhor como Relator. Bom, iniciando a primeira pergunta, Genebra realmente, eu disse aqui na minha exposição, documentos da ONU informam que dois terços dos trabalhos da ONU hoje se desenvolvem em Genebra. Nós temos em Genebra um sem número de organismos como o senhor mesmo disse. Para começar a explicar eu poderia dizer que o trabalho que eu estou sendo indicada, para o qual estou sendo indicada hoje em Genebra é feito por dois Embaixadores. E nós estamos fazendo uma modificação no posto. Hoje dois Embaixadores se responsabilizam por esses assuntos. São muitos assuntos. O Brasil participa desde a década de 70, ininterruptamente da Comissão antes e agora do Conselho de Direitos Humanos, nós temos sido eleitos quase que sem interrupção, talvez nesse período um ou dois anos de interrupção.

Bom, o meu trabalho é representar o Brasil junto a todos esses organismos. A delegação do Brasil, a delegação permanente do Brasil em Genebra ela trabalha em três áreas diferentes. A política ambiental e a social. No campo político a minha missão seria representar o Brasil numa Comissão de Direitos Humanos, junto ao alto Comissariado de Direitos Humanos, junto ao alto Comissariado de Refugiados, e junto a Cruz Vermelha, e por aí vai. Um sem número de organismos. O que eu faria? Eu sou a Representante do Brasil nesses órgãos. Mas eu tenho que me valer de uma equipe para esses trabalhos. Eu expliquei aqui mais cedo que para cada organismo multilateral hoje existente na área política, social ou ambiental em Genebra o Brasil não participa apenas... O Brasil não participa apenas a do órgão maior, vamos dizer assim, da conferência ou da assembléia. Nós participamos desde baixo, desde o Grupo de Trabalho mais simples, o grupo de interesse até o

mais alto nível. E para cada... Para defender e para perseguir o interesse brasileiro em cada um desses níveis claro tenho que me valer de uma equipe. Mas essa equipe, cada diplomata lá tem que ter muito claro qual é o interesse do governo brasileiro. Quem é o Brasil? Para começar tem que saber quem é o Brasil. E se o diplomata não sabe qual é a particularidade do Brasil, que o Brasil é um país em desenvolvimento, que o Brasil é um país de dimensões continentais, que o Brasil é um país que tem importantes assimetrias sociais, que tem uma economia complexa e diversificada, que o Brasil valoriza a democracia, valoriza a busca de um desenvolvimento econômico sustentável e com inclusão social, então esse é o trabalho do diplomata lá. Tem muito presente quem é o Brasil e a partir disso defender o interesse do Brasil.

Para isso nós temos que fazer um trabalho de base. Esse trabalho de base começa numa coordenação nos grupos de interesse, nos grupos regionais. MERCOSUL, IBAS, CPLP, G77, BRICS e por aí vai. Um sem número de grupos. Sem falar nos grupos que se formam espontaneamente em torno de um determinado assunto. Então essa é a magnitude do trabalho. É fácil listar os organismos todos, mas o trabalho é muito grande. E no meu... Do meu ponto de vista muito importante. Eu disse aqui também mais cedo que o Senador Mercadante na Comissão do MERCOSUL, na semana passada, afirmou que o Brasil hoje, que a projeção internacional do Brasil hoje é tão grande que o Brasil hoje participa de todos os fóruns internacionais. Daqueles nos quais ele não participa, ele é convidado. Essa é uma frase que resume a essência do trabalho em Genebra. Qual é a diferença do meu trabalho para o Embaixador bilateral? O Embaixador, ou possivelmente a Embaixadora bilateral ela lida com as questões entre o Brasil e a Suíça. Eu não tenho essa competência. Eu lido com as questões do Brasil na ONU. Dos interesses do Brasil na ONU, na OMS, na OIT, na Cruz Vermelha, e por aí vai.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Se reporta diretamente ao Ministro de Estado, e não ao Embaixador em Genebra?

SRA. MARIA NAZARETH FARANI AZEVEDO: Não, eu me reporto diretamente ao Ministro de Estado, à Secretaria de Estado de Relações Exteriores. O senhor comentou também sobre a questão da fome. Eu fui mandatada, encarregada pelo Presidente Lula e pelo Ministro Celso Amorim de coordenar um processo negociador que culminou no lançamento da iniciativa global contra a fome e a pobreza. É uma iniciativa... O Presidente Lula na sua primeira viagem ao exterior, em 2003, no seu primeiro mandato ele foi... Ele apresentou uma proposta de uma ação internacional contra a

fome. E o Ministro Celso Amorim voltou dessa viagem e me chamou ao Gabinete dele e me disse você está encarregada eu passei um ano e meio coordenando um processo negociador com alemães, franceses, chilenos, e a Espanha. Exatamente. E esse processo negociador culminou numa reunião em setembro de 2004 na ONU com a presença de 60 Chefes de Estado. Acho que não existe na história, pelo menos diz o Ministro Celso Amorim que ele não se recorda de que um Presidente tenha convocado uma reunião que tenha fora do contexto das Nações Unidas, e sei que o senhor foi anfitrião aqui da Rio 92, uma reunião muito importante, mas estou fazendo essa diferença porque essa é uma reunião fora do contexto da ONU. Uma reunião por iniciativa de um Presidente apenas. E nós contamos com 60 Chefes de Estado nessa reunião que durou por volta de quatro horas onde foram debatidas diferentes questões relacionadas ao combate a fome, doenças, e a fome. Fome, doenças e a pobreza. Bem, dessa reunião resultou uma declaração a qual aderiram mais de 100 países. Essa declaração o que é que faz? Busca mecanismos inovadores para financiar a questão da fome. Há um resultado concreto. Claro que as coisas no plano multilateral levam um tempo para maturar. E essa declaração ela propunha vários cursos de ação para nós encontrarmos maneiras inovadoras de combater a fome. Um resultado concreto disso que já se vê e já é uma instituição em Genebra é a Unitaïd. A Unitaïd é um centro de compras de medicamentos. O que é que faz esse centro? Compra medicamentos em grande quantidade, abaixa o preço e aí os governos de países em desenvolvimento podem ter acesso a medicamentos mais baratos.

Então esse é um resultado concreto e eu vou trabalhar com essa entidade também em Genebra. O senhor pediu que eu comentasse a questão da fome. A boa notícia é que tem mais gente comendo. A má notícia é que não tem comida para todo mundo. E isso há várias razões para que isso aconteça. A primeira delas eu acho que é uma coisa boa, é o crescimento nos países emergentes. Só a China e a Índia, o aumento do consumo da população da China e Índia que comporta um quarto da população mundial, só isso já levou a um desequilíbrio, e esse desequilíbrio foi, vamos dizer assim, incrementado ou acirrado com o fato de que não houve uma produção que acompanhasse essa demanda. Por que é que não aconteceu, por que é que não existe hoje uma oferta de alimentos à altura da demanda? Várias razões. A primeira delas eu diria até pela minha formação que eu acho que eu cheguei a comentar com o senhor, eu fui negociadora agrícola durante quase três anos em Genebra, fui negociadora ambiental, então eu conheço isso de perto e eu sei

que nos últimos 20, 30 anos os países desenvolvidos o que é que vem fazendo? Subsidiando a agricultura. E barbaramente. Então o produtor no país desenvolvido ele não se preocupa se está com eficiência com a produção, com nada. Ele tem a renda dele garantida. Não bastasse isso, esses países em desenvolvimento costumavam dizer para os países pobres não precisa produzir não, eu tenho aqui o alimento mais barato. Por quê? Porque o subsídio entra e coloca o preço lá embaixo, o trigo é mais barato, o arroz é mais barato, tudo é mais barato. Então não há um incentivo para a produção.

Hoje há várias críticas dizendo não aos biocombustíveis, a política de biocombustível prejudica... É o que está prejudicando a produção de alimentos. Não é verdade. Porque na África não há biocombustível. E há fome, e não há agricultura. Então isso é um problema estrutural. Não é um problema conjuntural. E uma outra razão para isso que eu poderia atribuir é a questão da especulação financeira. Em cima dessa perspectiva de subida dos preços dos alimentos, há também várias entidades especulando e colocando o preço ainda mais alto. Então por aí acho que dá para explicar... Não sei se minha resposta está satisfatória, mas eu continuo a disposição do senhor para responder.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Não, está satisfatória Embaixadora, eu agradeço pelas respostas tão precisas e em tempo tão curto e lhe desejo muito êxito nessa sua nova missão. Parabéns.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu queria fazer um registro de... Um samborjense apaixonado que está aqui desde cedo, é o Deputado Luis Carlos Heinze que está se solidarizando aqui com o sucesso de um conterrâneo, que é o Embaixador Fernando José Marroni de Abreu. Infelizmente não posso quebrar o Regimento da Casa, meu desejo era que V.Ex^a. fizesse uso da palavra para fazer as saudações a seu conterrâneo. De qualquer maneira fica feito o registro e a alegria dessa Comissão de tê-lo como participante dessa Sessão. Senador Camata. Não é membro da Comissão, mas é um entusiasta das vitórias que o Espírito Santo tem. Então toda vez que há um Embaixador ou um Diplomata capixaba aqui o Senador Camata comparece. Como o seu Estado é um Estado rico com membros na diplomacia, ele é uma presença constante. Eu vou... Vou com maior prazer lhe conceder a palavra.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Gostaria de agradecer a V.Ex^a., não sou membro da Comissão, cumprimentar esses novos Embaixadores, eu conheço alguns Embaixadores há muitos anos, eu sei que é uma vida difícil para a família, vai para um país, vai para outro, deixa filho aqui, deixa filho no outro

país, a gente pensa que é uma vida maravilhosa, mas é uma vida sacrificada. Mas eu queria cumprimentar a Maria Nazareth Farani Azevedo porque ela é de Alegre. Alegre é uma cidade internacional no Espírito Santo. Quando tem uma festa de Alegre, Sr. Presidente, porque ali é a capital libanesa do Estado. Toda a maior colônia libanesa do Espírito Santo está lá. A gente vai lá tem gente da Arábia Saudita, do Líbano, da Jordânia... Eles têm parentes pelo mundo árabe todo. Então é uma festa realmente internacional. E lá ocorreu um fato muito interessante que uma amiga da família do Dr. Farani, ela candidatou o filho dela Prefeito, num distrito que separou de Alegre, onde Paulo Lemos hoje é o Prefeito. Ela pediu para eu ir lá, a campanha estava muito difícil. E quando eu cheguei lá, ela disse: olha o apelido dele aqui é gringo. Quando eu cheguei lá ele não falava português direito não. Ele era candidato a Prefeito. Mas ele não está conseguindo se expressar em português? Ela disse não, é porque ele nasceu aqui, mas ele viveu a vida toda no Líbano e voltou agora só para ser candidato a Prefeito. Eu disse vai ser difícil fazer a campanha dele vamos começar a dar umas aulas de português pra ele para dar um aperfeiçoamento nele, na próxima ele entra. Então uma cidade internacional pode terminar...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Como Ministro.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Pode chegar a Ministro de Relações Exteriores. Queria dizer que o Ministro Celso Amorim perdeu a Chefe do Gabinete dele, o que é uma grande perda, para nós Senadores também o acesso que ela nos dava constantemente ao Ministro, mas espero que o Ministro consiga uma pessoa à altura dela. Cumprimentar também o Embaixador Affonso José Santos, que está indo lá para a República do Congo e também o Embaixador Fernando José Marroni de Abreu que está indo lá para a Jordânia e dizer que esperamos que eles tenham lá muito sucesso, desejar à Maria Nazareth também muito sucesso nessa nova missão. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Camata, eu queria lhe pedir encarecidamente um favor, que na festa de Alegre levasse o Senador Mão Santa para representar a Comissão, ele demonstrou desejo ali imediato, e tenho certeza que estará muito bem representada esta Comissão e seremos conhecedores todos das curiosidades e das peculiaridades de Alegre. Eu agora vou ter que cumprir o que o Regimento manda e transformar a Sessão de aberta em secreta. Quero deixar claro à filha... O genro é meio complicado, mas eu vou abrir exceção e deixar ficar, porque genro quando briga às vezes é confusão. Mas vou acreditar que esse não

brigue nunca. Então os familiares dos diplomatas podem permanecer porque a partir de agora a Sessão é secreta. Os diplomatas também, os diplomatas de carreira que estão aqui podem permanecer.

Sessão secreta às 12h53.

Sessão reaberta às 12h58.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Está reaberta a Sessão. Comunico à Casa o seguinte resultado: Affonso José Santos foi aprovado para a República do Congo, Fernando José Marroni de Abreu para o Reino da Jordânia e Maria Nazareth Farani Azevedo, Delegada do Brasil em Genebra. Algum Sr. Senador deseja se manifestar? Nada mais... Senador Fernando Collor.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Apenas cumprimentar mais uma vez, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Senadores, a Embaixadora Maria Nazareth Farani Azevedo, Srs. Embaixadores aqui presentes também, todos aprovados bom que se frise por unanimidade dos integrantes desta Comissão. Parabéns, Sr. Presidente, pela condução dos trabalhos.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Fica feito o registro. Nada havendo a tratar, declaro encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 12h58.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 5 DE JUNHO DE 2008, ÀS 10 HORAS.

Às dez horas e cinquenta e quatro minutos do dia cinco de junho do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **HERÁCLITO FORTES**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **EDUARDO SUPLICY**, **ANTÔNIO CARLOS VALADARES**, **MOZARILDO CAVALCANTI**, **PEDRO SIMON**, **MÃO SANTA**, **JARBAS VASCONCELOS**, **MARCO MACIEL**, **VIRGINIO DE CARVALHO**, **ROMEU TUMA**, **ARTHUR VIRGÍLIO**, **EDUARDO AZEREDO**, **INÁCIO ARRUDA**, **ALOIZIO MERCADANTE**, **SERYS SLHESSARENKO**, **FÁTIMA CLEIDE**, **GERALDO MESQUITA JUNIOR**, **GEOVANI BORGES**, **JOSÉ NERY**, **FLEXA RIBEIRO**, **TASSO JEREISSATI** e **JEFFERSON PRAIA**. Justificaram a ausência os Senadores **JOÃO TENÓRIO**, **CRISTOVAM BUARQUE** e **AUGUSTO BO-**

TELHO. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. O Senhor Presidente inicia a apreciação da pauta.

Item 01: Mensagem (SF) nº 95, de 2008, de autoria do Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Sérgio Augusto de Abreu e Lima Florêncio Sobrinho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos Mexicanos*. O Presidente concede a palavra ao Senador **MARCO MACIEL**, relator “ad hoc”, para fazer a leitura do Relatório. **Item 02:** Mensagem (SF) nº 96, de 2008, de autoria do Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Roberto Carvalho de Azevêdo, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e a outras Organizações Econômicas com sede em Genebra*. O Presidente concede a palavra à Senadora **SERYS SLHESSARENKO**, relatora “ad hoc”, para fazer a leitura do Relatório. **Item 03:** Mensagem (SF) nº 105, de 2008, de autoria do Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor Clodoaldo Hugueney Filho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Popular da China, e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil na Mongólia e na República Popular Democrática da Coreia, desde que obtidos os agréments dos governos desses países*. O Presidente concede a palavra ao Senhor Senador **JARBAS VASCONCELOS**, para fazer a leitura de seu Relatório. **Item 04:** Mensagem (SF) nº 106, de 2008, de autoria do Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Luiz Augusto de Castro Neves, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Japão*. O Presidente retira a matéria de pauta. O Presidente anuncia a abertura do processo de votação. Em seguida, concede a palavra ao Senador **EDUARDO SUPLICY**, que pede o encaminhamento de carta ao Ministro da Defesa, Nelson Jobim, sobre a situação dos Sargentos Laci de Araújo e Fernan-

do Alcântara de Figueiredo, detidos pelo Exército. O Presidente propõe a criação de uma comissão para tratar da questão junto ao Ministro da Defesa, designando, para compor a comissão, as Senadoras Serys Slhessarenko e Fátima Cleide, e os Senadores José Nery e Eduardo Suplicy, para presidi-la. Aprovado. Foi encaminhado, ainda, ofício da Comissão ao Ministro da Defesa informando sobre a constituição da comissão. O Senador **VALDIR RAUPP** faz uso da palavra. O Presidente concede a palavra aos Embaixadores **SÉRGIO AUGUSTO DE ABREU E LIMA FLORÊNCIO SOBRINHO, ROBERTO CARVALHO DE AZEVEDO** e **CLODOALDO HUGUENEY FILHO** para fazerem suas exposições. O Presidente concede a palavra ao Senador **ALOIZIO MERCADANTE**, que pede a realização de uma audiência pública reservada, em data a ser marcada, para discutir a Rodada de Doha e suas implicações nos vários setores da indústria brasileira. O Presidente concede a palavra aos Senadores **ANTÔNIO CARLOS VALADARES, EDUARDO SUP LICY, MÃO SANTA E ARTHUR VIRGÍLIO**. O Presidente torna a sessão secreta às treze horas e trinta e dois minutos. O Presidente reabre a sessão às treze horas e trinta e nove minutos. O Presidente comunica a aprovação dos Embaixadores. O Senhor Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às dez horas e quarenta minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia informatizada da presente reunião. – Senador **HERÁCLITO FORTES**, Presidente.

REGISTRO DA ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 05 DE JUNHO DE 2008, ÀS 10 HORAS E 54 MINUTOS

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior. Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Antes de iniciar a apreciação da pauta, comunico aos Senadores que esta Comissão recebeu convite da Presidente da Comissão de Defesa do Senado Argentino, Senadora Maria Cristina Perceval, para uma reunião em Buenos Aires no segundo semestre de

2008 para tratar de tema de defesa e segurança entre os dois países. Cópia do referido convite se encontra nesta Comissão à disposição dos Srs. e Sras. Senadoras. A data será posteriormente acertada.

Dando prosseguimento à nossa Reunião, convidado para comporem a Mesa os Srs. Embaixadores Sérgio Augusto de Abreu e Lima Florêncio Sobrinho, indicado pelo Governo para representar o Brasil na República do México, Roberto Carvalho de Azevedo, para a Organização Mundial do Comércio e outras Organizações Econômicas em Genebra, Clodoaldo Hugueney Filho, República Popular da China e, cumulativamente, na Mongólia e na República Popular Democrática da Coreia.

Passamos, portanto, à apreciação da pauta. Item 1, Mensagem nº 95, de 2008: “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Sérgio Augusto de Abreu e Lima Florêncio Sobrinho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos Mexicanos”. A autoria é do Presidente da República e a relatoria é do Senador João Ribeiro, que, encontrando-se ausente, eu pediria a gentileza para o Senador Marco Maciel exercer a função de Relator *ad hoc*.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente Senador Heráclito Fortes, Sras. e Srs. Senadores, Srs. Embaixadores.

Sr. Presidente, com base no art. 52, inciso IV, da Constituição Federal e legislação ordinária pertinente, o Sr. Presidente da República, na forma da Mensagem nº 271, de 14 de maio de 2008, submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Sr. Sérgio Augusto de Abreu e Lima Florêncio Sobrinho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos Mexicanos. Acompanha a Mensagem Presidencial, como é de hábito, *Curriculum Vitae* do indicado fornecido pelo Itamaraty, do qual cabe destacar o seguinte: nasceu no Rio de Janeiro em 1945, o Diplomata em questão é filho do Sr. João Florêncio Sobrinho e de Marina de Abreu e Lima Florêncio Sobrinho. Formou-se em Administração pela Escola de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas e Economia pela Universidade do Estado da Guanabara em 1968. É Mestre em Economia pela Universidade de Ottawa – Canadá. Ingressou no curso de preparação à carreira de Diplomata em 1969, no Instituto Rio Branco, tendo sido promovido a Terceiro Secretário em 1971 e daí advieram sucessivas promoções, até por fim a função de Ministro de Primeira Classe, ao cargo

de Ministro de Primeira Classe em 19 de dezembro de 1999. Dentre os relevantes cargos que exerceu na Secretaria de Estado, cumpre destacar, foi Chefe da Divisão de Estudos e Pesquisas Econômicas e, também, Chefe da Divisão do Mercado Comum em 1991 e Chefe do Departamento de Integração em 1992. No exterior serviu na Embaixada de Ottawa, no Canadá; na Embaixada em Teerã, onde foi encarregado de negócios; em El Salvador, igualmente encarregado de negócios; Missão junto à UNESCO em Paris, em 1984; Missão junto à ONU em 1994; Embaixador em Quito, em 2002; Delegado Permanente Alternado do Brasil em Genebra, 2005; Delegação Permanente em Genebra, Embaixador Alternado em 2006; chefiou a delegação brasileira à 16ª Reunião do Conselho do Sela, em Caracas, 1990; em 1997 foi Assessor Especial e Chefe de Gabinete da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, onde se tornou em 1999 Secretário de Avaliação, Promoção e Normas. Foi professor de política externa brasileira no Instituto Rio Branco, sendo autor de várias publicações, entre as quais o livro “MERCOSUL hoje”, “Política externa e políticas sociais”, etc. Recebeu várias condecorações, inclusive a Medalha de Mérito Tamandaré e a Ordem de Rio Branco, no grau de Grã-Cruz.

Consta do processado, informação anexada pelo Itamaraty sobre os Estados Unidos Mexicanos. Sr. Presidente, sem querer me alongar na leitura do *currículum*, eu gostaria de mencionar que o Embaixador irá, após aprovação por esta Casa e nomeação do Presidente da República, irá servir nos Estados Unidos Mexicanos. O México vem seguindo, como se sabe, estratégia de diversificação nas relações externas, buscando estabelecer numerosos acordos com outros países e blocos para contrabalançar a dependência econômico-comercial em relação aos Estados Unidos e fortalecer seu papel nos fóruns multilaterais. Entretanto, é mesmo com os Estados Unidos que o México tem o seu mais denso e intenso relacionamento, visto que aquele país é o destino de 85% das exportações mexicanas. O México possui, também, acordos de livre comércio com a União Européia e com a Comunidade Andina e procura estreitar as suas relações com o MERCOSUL, em especial com o Brasil, seu principal parceiro comercial na América Latina. Em 2007 a balança comercial mexicana registrou déficit com o Brasil na ordem de três bilhões, quinhentos e setenta e um milhões de dólares, registrando redução de 19% em relação a 2006. Ao final do quarto trimestre de 2007 havia duzentos e noventa e três empresas com participação brasileira em seu capital operando no México, principalmente em atividades comerciais e de serviços. Ressalte-se que o Acordo de Complementação

Econômica nº 55, firmado em 2002, entre o México e o MERCOSUL para o setor automotivo, tem gerado considerável conclusivo fluxo de exportação de automóveis e autopeças para o México.

Finalmente, destaca-se a informação contida no documento encaminhado pelo Ministério das Relações Exteriores segundo a qual diversos parlamentares mexicanos têm manifestado interesse no agendamento da Segunda Reunião Interparlamentar Brasil-México a ser realizada em nosso país. Não tem sido possível, segundo o documento, obter reação por parte do Congresso brasileiro sobre possíveis datas a serem agendadas, ao que a meu ver deve constituir preocupação nossa, visto que temos notório interesse em estreitar cada vez mais as relações com o país tão amigo.

Gostaria, antes de encerrar as minhas considerações, dizer que o Embaixador do Brasil no México, que está encerrando a sua Missão nesses dias, é o Embaixador Ivan Cannabrava, e devo cumprimentá-lo pelo trabalho que realizou à frente da Embaixada do Brasil nos Estados Unidos Mexicanos. Além de ser um Diplomata extremamente competente e capaz, realizou um trabalho que vem sendo reconhecido por todos nós, de modo em especial àqueles que acompanham de modo mais particular o desempenho do Diplomata e Embaixador Ivan Cannabrava. Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Esse é o relatório, que oferece à Comissão as condições necessárias para deliberar sobre a matéria.

Item 2 da pauta. Mensagem nº 96, de 2008: “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Roberto Carvalho de Azevêdo, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e a outras Organizações Econômicas com sede em Genebra”. A autoria é da Presidência da República e a relatoria é do Senador Eduardo Azeredo, que, estando ausente, solicitou à Senadora Serys Slhessarenko para que exerça a função de Relatora *ad hoc*. Com a palavra.

SENADORA SERYS SLHESARENKO (PT-MT): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Ministros. A Constituição da República inclui no rol de competências privativas do Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em Sessão secreta, a escolha de Chefe de Missão Diplomática de caráter permanente. Nesse sentido, esta Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação que o Sr. Presidente da República faz do Sr. Roberto Carvalho de Azevêdo, Ministro de Primeira Classe da

Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado permanente no Brasil junto à Organização Mundial do Comércio – OMC e a outras Organizações Econômicas sediadas em Genebra. Para tanto, o Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, art. 383, do Regimento Interno do Senado, elaborou *curriculum* do Diplomata indicado, bem como a análise conjuntural do posto a que se destina.

Dos documentos produzidos extraímos para este relatório as informações que se seguem. Nascido na cidade de Salvador, em 03 de outubro de 1957, o indicado é filho de Renato Muylaerte de Azevêdo e Normisa de Souza Carvalho de Azevêdo. Graduiu-se em Engenharia Elétrica na Universidade de Brasília em 1983. Ingressou na carreira diplomática no posto de Terceiro Secretário em 1984, após conclusão do curso de Preparação da Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco. Ascendeu a Conselheiro em 2000, a Ministro de Segunda Classe em 2004 e a Ministro de Primeira Classe em 2007. Na Chancelaria exerceu, entre outras, as seguintes funções: chefe de delegação em diferentes Comitês, da Comissão do CODEX Alimentares da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – FAO de 1988 a 1991; subchefe de Assuntos Econômicos – Gabinete do Ministro de Estado, em 1995; Coordenador Nacional do Grupo de Negociação Sobre Solução de Controvérsias da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA em 2001; Coordenador-Geral de Contenciosos em 2001; chefe da delegação de negociação da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE para revisão do entendimento setorial sobre crédito à exportação de aeronaves civis em 2005; diretor do Departamento Econômico em 2005; chefe da delegação da rodada de negociações multilaterais da Organização Mundial do Comércio, Rodada de Doha, 2006; Subsecretário-Geral da Subsecretaria-Geral de Assuntos Econômicos e Tecnológicos em 2006. No exterior desempenhou os cargos de Primeiro Secretário na Embaixada em Montevidéu em 1991; Presidente do Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro em 1991; Primeiro Secretário na Missão Permanente em Genebra em 1997.

Registramos, ainda, que o indicado tem atuado de maneira superlativa no sistema de solução de controvérsias da OMC. Ele chefiou inúmeras delegações em contenciosos com distintos países. Nessa condição o Sr. Roberto de Azevêdo teve papel destacado na obtenção para o Brasil de percentual de êxito incomum entre os seus pares. O Diplomata atuou, ainda, como painelista por indicação de outros países. No tocante ao posto designado, delegação do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e a outras

Organizações Econômicas com sede em Genebra, referimo-nos a algumas considerações trazidas pelo informe ministerial de modo a subsidiar a sabatina pela Comissão. A delegação foi criada por Decreto 6.437, de 17 de abril de 2008. Além de acompanhar os temas da OMC, ela é responsável pela atuação do Brasil na Organização Mundial de Propriedade Intelectual, na Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento na União Internacional de Telecomunicações no Grupo dos 15 (G-15), entre outros. O Brasil integrou o grupo pioneiro de vinte e três países signatários do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio – GATT, de 1947, e foi, por igual, membro fundador da OMC. Não obstante a modéstia do peso da economia brasileira no comércio internacional, o país adquiriu ao longo dos tempos papel de liderança entre os países em desenvolvimento nas diferentes rodadas de negociação. Destacamos, também, o desempenho do Brasil nas disputas comerciais levadas a efeito com base no Entendimento sobre Solução de Controvérsias da OMC. O país tomou parte como demandante, demandado ou terceira parte interessada, em 1986, dos trezentos e setenta e três contenciosos iniciados na OMC. Ficamos, assim, atrás apenas dos Estados Unidos da América, da União Européia e do Canadá. O Brasil tem recorrido ao sistema em defesa de interesses de diferentes setores da nossa economia: aeronáutico, siderúrgico e agrícola, sendo no agrícola algodão, açúcar, frango e bananas. A política externa brasileira tem elegido o sistema de solução de controvérsias da Organização como importante pilar de sua ação na área comercial.

Outro item relevante no contexto da OMC é a denominada Rodada de Doha de negociações multilaterais, lançada em 2001 no Catar. Conduzidas em diferentes instâncias negociadoras a Rodada abrange as seguintes áreas: comércio de produtos agrícolas, comércio de produtos não agrícolas, regras de defesa comercial, *antidumping*, subsídios, comércio de serviços, regras sobre tratamento especial diferenciado para países em desenvolvimento, dispositivos de propriedade intelectual, inclusive relação entre patentes de medicamentos, saúde pública e facilitação de comércio, procedimentos de administração aduaneira. O Brasil tem tido atuação de destaque nas negociações. O nosso país protagonizou a criação do Grupo dos 20 – G-20, grupo que reúne países em desenvolvimento, exportadores agrícolas, Argentina, África do Sul e detentores de grande população rural, com acentuada preocupação com segurança alimentar, no caso da China, Índia e Egito. O grupo tem sido, desde então, o responsável por melhor nível de articulação dos países em desenvolvimento e por imprimir ao processo

negociador maior abrangência com participação mais substantiva daqueles países.

Em relação às demais Organizações Econômicas sediadas em Genebra e que se encontram com responsabilidade da delegação, ressaltamos que elas são majoritariamente de concertação para temas relacionados à agenda econômica internacional, Cooperação Sul-Sul, a ampliação de mecanismos de fortalecimento e cooperação técnica. Entre elas merecem destaque a OMPI e a UNCTAD tanto pela tradição de ambas as Organizações quanto pela sua importância como fórum multilateral legítimo para avançar a pauta temática diretamente relacionada aos interesses do país.

Diante do exposto, Sr. Presidente, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial. Lido o Parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Esse é o Parecer, que oferece as condições necessárias para que a Comissão delibere sobre a indicação.

Item 3, Mensagem nº 105, de 2008: “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Clodoaldo Hugueney Filho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Popular da China e, cumulativamente, na Mongólia e na República Popular Democrática da Coreia, desde que obtidos os agréments dos Governos dos países”. A autoria é da Presidência da República e a relatoria cabe ao Senador Jarbas Vasconcelos, a quem passo a palavra.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Srs. Embaixadores. É a Mensagem Presidencial de nº 105, de 2008, que submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, da Constituição, c.c. o art. 39, da Lei 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Sr. Clodoaldo Hugueney Filho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Popular da China e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil na Mongólia e na República Popular Democrática da Coreia, a popular Coreia do Norte.

O Itamaraty manteve a praxe e também preceito regimental de enviar a esta Casa dados e *Curriculum Vitae* do Diplomata. O Dr. Clodoaldo é um Ministro de Primeira Classe, um destacado servidor do Itamaraty e tem com desenvoltura e determinação honrado os lugares que têm ocupado dentro da diplomacia brasileira. Ele nasceu no Rio de Janeiro, fez curso de

Direito na Pontifícia Universidade Católica daquela cidade, ingressou na carreira diplomática no posto de Terceiro Secretário em 1966, após cursar o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco. Ascendeu a Conselheiro em 1978, Ministro de Segunda Classe em 1982 e Ministro de Primeira Classe em 1990, sempre por merecimento. Entre as funções desempenhadas na Chancelaria destacam-se as de Chefe da Divisão de Política Comercial de 1983 a 1988, Chefe de Departamento Econômico entre 1991 e 1992 e Subsecretário-Geral de Assuntos Econômicos no ano de 1992. Ainda na Administração Pública Federal trabalhou na Presidência da República, na Secretaria de Planejamento e Coordenação, como Secretário para Assuntos Internacionais e, no Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, na Secretaria Nacional de Planejamento, como Diretor do Departamento de Assuntos Internacionais também em 1990. No exterior o Dr. Clodoaldo exerceu, entre outros, os cargos de Encarregado de Negócios da Missão do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos, em Washington, em 1972; Conselheiro em Londres de 1979 a 1983; Embaixador em Caracas de 1993 a 1999; Embaixador na Missão junto às Comunidades Econômicas Européias em 1999; e Embaixador junto à Delegação Permanente em Genebra de 2005 até o presente. Desempenhou, ainda, numerosas e importantes funções em missões temporárias, integrando e chefiando delegações, constituindo-se o ilustre Embaixador um dos nossos mais preparados e hábeis negociadores diplomáticos, mormente em assuntos comerciais e econômicos, agenda que sem dúvida ocupará um lugar central nas relações entre Brasil e China.

Sr. Presidente, o Dr. Clodoaldo vai, com toda certeza, ocupar um cargo que deve ser objeto de cobiça do corpo diplomático do Brasil. A China tem se destacado nas últimas décadas, sobretudo nessa última década, pelo crescimento, o seu crescimento econômico, o seu desenvolvimento. Embora avesso às questões de direitos humanos, a China tem um importante papel quando consegue compatibilizar – e eu acho que é o único país do mundo que faz isso com muita competência – dois modelos de economia: uma economia de mercado e uma economia planejada. Os negócios com o Brasil têm sido num crescente nesses últimos anos, tem crescido de forma substancial. Em 2007, o ano que findou, o fluxo comercial entre China e o Brasil foram de mais de vinte e três bilhões de reais de dólares. Para chamar a atenção, isso em 2002 havia sido na ordem de quatro bilhões de dólares. Então veja o salto quantitativo desse fluxo comercial entre Brasil e China.

Eu não tenho dúvida de que o Embaixador vai ocupar um lugar da maior importância, e uma pessoa com as suas características, a sua história, o seu *curriculum*, vai com certeza engrandecer e procurar estreitar ainda mais esse relacionamento entre o Brasil e a China que é muito importante. Sobretudo esses países como Brasil, Índia, China, em fase de grande crescimento, tem um papel de destaque dentro do corpo diplomático brasileiro.

Há apenas a questão a colocar, Sr. Presidente, de que a China deve ser olhada não somente como parceira – e é importante como parceira -, mas a China não deixa de ser também uma concorrente e é sobre esses dois prismas que o Brasil deve manter esse relacionamento. Muitas vezes a gente tem caminhado apenas como se o Brasil fosse apenas parceiro da China e busca trilhar esse caminho. Essa parceria é muito importante, ela é fundamental para o Brasil inteiro, não é só para determinadas regiões do país. Eu tive a oportunidade de, no ano passado, ir à China numa missão comercial da FECOMERCIO de Pernambuco. Pernambuco inclusive instalou em Xangai um escritório de representação e tem sido um sucesso absoluto, não somente de ida de chineses à Pernambuco, como o pessoal do comércio em Pernambuco em busca da abertura de novos negócios com relação à China. Então, eu acho que há que se compatibilizar esses objetivos e essas visões de ter essa relação com a China sempre de olho de que a China é um grande mercado, é uma grande parceria a ser aprofundada, mas também é o nosso concorrente.

E para findar, Sr. Presidente, não me resta nenhuma dúvida, não só pelas informações do Itamaraty, mas por acompanhar de longe a trajetória diplomática do indicado, eu não tenho dúvida de que pelo seu conhecimento, pela sua formação, pela sua dimensão, ele irá ter um papel de destaque nessa missão importante que ele vai cumprir como Embaixador do Brasil junto à República da China. Vai, ainda, acumular a Embaixada na Mongólia, um país pequeno, e, também, a República Popular Democrática, essa com uma ojeriza maior ainda do que a China com relação às questões de Direitos Humanos.

De forma que a habilidade reconhecida pelo próprio Itamaraty com relação ao indicado para a embaixada do Brasil junto à China, ela tem que ser referendada, sem dúvida, não somente pela Comissão de Relações Exteriores, mas pelo Plenário da Casa quando for apreciar o nome do Dr. Clodoaldo para ocupar tão importante missão. É esse o Parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O Parecer oferece as condições necessárias para deliberar sobre a matéria.

Item 4, Mensagem (SF) nº 106, de 2008, de autoria do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Luiz Augusto de Castro Neves, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Japão.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A matéria é retirada de pauta.

Antes de conceder a palavra ao Embaixador Sérgio Augusto, eu anuncio a partir desse momento a abertura do processo de votação, uma vez que os Srs. Senadores têm em mãos o relatório com o Parecer e os respectivos *curriculums*. Eu estou fazendo isso porque outras Comissões estão funcionando e os Srs. Senadores têm compromissos nelas, de forma que aqueles que tiverem se sentindo em condições, independente da exposição de motivos dos Srs. Embaixadores, de exercer o direito do voto, a partir desse momento poderão fazer. Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente. Eu gostaria de transmitir algo de urgência para o momento. Eu acabo de receber um Ofício da Presidente do Conselho Estadual da Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, Sra. Rose Nogueira, relatando do apelo dos familiares dos Sargentos Fernando Alcântara de Figueiredo e Laci Marinho de Araújo para que possam as Forças Armadas, em especial o Exército e a Aeronáutica, tratarem com o devido respeito aos direitos humanos, uma vez que foram o Sargento Laci de Araújo e o seu--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Companheiro.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): — e o Sargento Fernando Alcântara de Figueiredo detidos, sendo que o Sargento Laci de Araújo deveria permanecer no Hospital Militar de São Paulo, submetido a tratamento, até que o Parecer do Conselho Federal de Medicina o avaliasse. Mas nesta manhã a Polícia do Exército o colocou num helicóptero e estaria sendo transferido para Brasília em avião no presente momento. Eu gostaria, Sr. Presidente, de encaminhar esta carta tanto ao Comandante do Exército como ao Ministro da Defesa Nelson Jobim para assegurar que estes Sargentos sejam tratados com respeito aos seus direitos e não submetidos a quaisquer situações, ainda mais diante da situação de doença em que se encontra o Sargento Laci de Araújo. Eu gostaria, Sr. Presidente, que possamos encaminhar em nome da Comissão de Relações Exteriores, se todos acordarmos e V. Ex^a.,

um ofício tanto ao Ministro Nelson Jobim quanto ao Comandante do Exército para que não haja abusos como os que foram relatados hoje pela imprensa com respeito a estes Sargentos. É a solicitação que faço, pedindo desculpas, mas a interferência se fazia necessária agora, uma vez que este Oficial do Exército estará chegando em breve em Brasília e para que, então, as Forças Armadas possam tratá-lo sem qualquer atitude que possa significar um desrespeito aos direitos humanos.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Esta presidência agradece a V. Ex^a. trazer este assunto que nós consideramos da maior gravidade, principalmente o cerco feito a uma emissora de televisão em São Paulo para prender os dois Sargentos. É inconcebível que no regime democrático que nós vivemos fatos dessa natureza aconteçam, ocorram, até porque existiriam outros mecanismos legais para cobrar dos Sargentos, no caso o comportamento que a disciplina militar exigisse.

Diante disso, eu proponho à Comissão a criação imediata de uma Comissão presidida por V. Ex^a., pela Senadora Serys e pelo Senador Valdir Raupp para tratar dessa questão com o Comandante do Exército, com o Ministro da Defesa e quem os senhores acharem conveniente. É um fato grave que, trazido a Plenário, a Comissão se sente no dever de tomar providência nesse sentido. Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

V. Ex^a. está incumbido dessa missão e esta Comissão aguarda uma resposta satisfatória à opinião pública brasileira sobre o assunto.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Então tendo V. Ex^a. submetido à Comissão e acatado nos termos, eu sugiro, Sr. Presidente, que possa a Secretaria preparar um breve ofício que V. Ex^a., eu próprio e os membros por V. Ex^a. designados, pedindo ao Ministro Nelson Jobim e ao Comandante de Exército que tomem as precauções devidas para que não haja qualquer outro abuso e que encaminhem de pronto.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Ex^a. tem delegação desta Comissão e, afinal de contas, credibilidade é o que não lhe falta.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Então V. Ex^a. tem toda a credibilidade. Agora houve aqui uma falha. O nosso Senador Raupp, como é um visitante prazeroso a esta Comissão, embora não pertença a ela, eu vou ter que substituir pelo Senador Valadares. Aliás, eu gostaria de poupar o Senador Valadares. Cadê o Senador José Nery? O

Senador José Nery fica, então, designado e o Senador Raupp—

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O Senador Valadares está ali.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O José Nery está aqui?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O Valadares.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, mas eu vou poupá-lo.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Agradeço a V. Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Agora eu faria um apelo ao Senador Raupp, que embora não seja da Comissão, mas com a importância que tem de líder de um dos partidos da base, colaborasse com o Congresso, com o Senado e fizesse parte dessa missão. É um apelo que esta Comissão lhe faz.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Agradeço a V. Ex^a., Senador Heráclito, pela deferência e me coloco à disposição, mesmo não sendo membro desta Comissão. Mas minutos antes de V. Ex^a. falar da minha designação, eu já tinha pedido à minha assessoria para me colocar numa vaga de suplência. E o suplente aqui V. Ex^a. sabe que sempre acaba atuando e votando, porque nem todos comparecem. Nós temos uma vaga do PMDB aqui na Comissão, eu já estou voltando como suplente da Comissão e a partir da semana que vem já atuando aqui na Comissão, mas declino desta missão devido ao acúmulo de trabalho e está bem representada pelos nobres Senadores que V. Ex^a. já designou. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Esta Comissão recebe com muita alegria o aviso, a comunicação de V. Ex^a., o que só vem mostrar que a Comissão está ganhando peso no Senado. Em segundo lugar, eu vou ficar com essa vocação premonitória, que eu não sabia ser possuidor. Então V. Ex^a. colaborará com a participação na Comissão.

Concedo a palavra ao Embaixador Sérgio Augusto de Abreu e Lima Florêncio Sobrinho para fazer a sua exposição.

SR. SÉRGIO AUGUSTO DE ABREU E LIMA FLORÊNCIO SOBRINHO: Exmo. Sr. Senador Heráclito Fortes, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa do Senado Federal, Exmos. Srs. Relatores, Senador João Ribeiro e Senador Marco Maciel, Exmos. Srs. Senadores e Sras. Senadoras, minhas senhoras, meus senhores, meu querido filho Pedro.

O México é um país de paradoxos e extremos, de triunfos e tragédias. Bem mais do que a maioria dos países, a geografia no México arquitetou muito de sua história. Alguns traços são marcantes: uma notá-

vel riqueza cultural, pensadores de extraordinário valor como Octavio Paz e Carlos Fuentes, evolução política que carrega as cicatrizes da perda de metade de seu território para o vizinho do norte, o poder desagregador e construtor de uma revolução profunda, uma trajetória econômica pautada pela riqueza do petróleo e pelo comércio com os Estados Unidos. Essa apresentação terá como base três eixos centrais da história mexicana: a conquista pelos espanhóis do Império Asteca, a Revolução Mexicana de 1911 e o Acordo de Livre Comércio, NAFTA de 1994. Parte substancial da exposição será dedicada às relações bilaterais entre Brasil e México.

A conquista do Império Asteca é acompanhada de uma pergunta central: como pode um exército de oitocentos homens, seguidores de Cortez, dominar um Império com centenas de milhares de habitantes? As divisões no interior do Império Asteca e os apoios a Cortez por parte de culturas indígenas subjugadas pelo Império explicam em grande medida a conquista espanhola. A colonização estruturou-se basicamente no Sistema de Encomenda. Esse sistema consistia em conceder terras e oferecer aos espanhóis indígenas que lhes prestavam serviços sem qualquer remuneração. Os espanhóis, privilegiados com as Encomendas, passaram a constituir uma aristocracia européia no novo mundo, eram os encomendeiros. A Encomenda se assemelhava à servidão e teve papel fundamental na colonização. Promoveu devastação cultural e social que explicam as enormes injustiças sociais agudizadas com o Caudilismo e que constituem as raízes da Revolução Mexicana de 1911. Numa analogia superficial, a Encomenda seria para o México o que foi a escravidão para o Brasil. Com o desenvolvimento da colônia, a miscigenação entre espanhóis e indígenas, os crioulos ganham expressão econômica e influência política; seus interesses passam a ser incompatíveis com os da metrópole. Em 1821 o México se torna independente, marcado pela instabilidade política e rebeliões sociais. O México vai viver cinquenta anos de lutas internas e guerras externas, quando se sucederão aproximadamente cinquenta governos, quase todos resultantes de golpes militares. Em 1848 o país perde para os Estados Unidos metade de seu território, a área anexada corresponde hoje a seis Estados norte-americanos.

As três últimas décadas do Século XIX são dominadas por um ícone do Caudilismo latino, Porfirio Díaz. Foram tempos de massacres, discriminação e usurpação de terras indígenas, tempos de concentração de riquezas nas mãos de oligarquias locais e de hegemonia política do Governo central. Esse era o terreno propício para o florescimento de uma das re-

voluções mais profundas da América Latina. Em 1911 nasce a Revolução Mexicana. Em sua fase reformista serão lançadas as sementes do novo México: a reforma agrária, que é o coração da revolução; construção de fortes organizações trabalhistas; nasce, também, o Partido Nacional Revolucionário, logo depois Partido Revolucionário Institucional – PRI, que durante setenta anos dominará a política mexicana, virtualmente sem rivais.

A última fase da Revolução, que se estende até 1970, será uma fase de estabilidade política, modernização e projeto econômico. O México terá o mais acelerado crescimento econômico da América Latina. A partir dos anos 70 até o surgimento do NAFTA, em 1994, o México vai passar por diferentes etapas. Uma turbulência política nos anos 60, ao mesmo tempo uma reforma política que promove maior participação dos partidos da oposição. Entretanto, o PRI continuará a manter, até 1999, maioria na Câmara, monopólio no Senado e controle dos sindicatos. Os anos 70 são pautados por elevada inflação, crise de endividamento externo, fuga de capitais, dolarização informal da economia. Mas surge um novo elemento: as reservas petrolíferas são multiplicadas em mais de dez vezes e atingem sessenta bilhões de barris em 1980. À semelhança do Brasil, o México terá nos anos 70 o esgotamento do modelo de substituição de importações. O NAFTA será um ponto de inflexão na trajetória mexicana. Já foi dito que com o NAFTA o México se distanciava de história e assumia sua geografia. A economia vai pautar-se por políticas macroeconômicas de corte liberal; o nível de endividamento estrangeiro se agiganta; setores de infra-estrutura ganham dinamismo; as exportações se multiplicam. Essa vertente virtuosa do NAFTA contrasta com reduzido avanço tecnológico, perda de autonomia em política industrial e trabalhista, deterioração do setor agrícola e agravamento da dependência em relação aos Estados Unidos. No plano político o México torna-se membro da OCDE e, conseqüentemente, afasta dos Grupos do Setenta e Sete, que congrega os países em desenvolvimento. Apesar desses efeitos, o México vem desenvolvendo uma atuação externa que busca compensar no plano político a excessiva dependência econômica dos Estados Unidos na esfera econômica. É visível o esforço do Governo mexicano de aproximar-se de países em desenvolvimento.

Relações bilaterais com o Brasil. O atual Presidente Felipe Calderón vem se aproximando com solidez de seus parceiros latinos. O Brasil, juntamente com o Chile e Argentina, é considerado pelo próprio Presidente parceiro estratégico. É visível o desejo de marcar uma inflexão. É importante que o Brasil tenha

consciência clara dessas mudanças mexicanas. Há exemplos expressivos de uma relação bilateral mais densa e que exhibe potencial muito promissor. Brasil e México são as duas maiores economias da América Latina, 65% do PIB da região, e tem mais da metade da população. O Brasil é o primeiro parceiro comercial do México na América Latina e o México é o maior investidor latino-americano no Brasil. Há dois Acordos de Complementação Econômica: o Acordo de Complementação Econômica 55 entre o México e o MERCOSUL, responsável pela intensificação substancial do intercâmbio no setor automotivo que corresponde hoje a 50% do comércio bilateral global. Esse comércio alcançou, em 2007, 6,2 bilhões de dólares e transformou o México no sétimo maior sócio comercial brasileiro; o outro Acordo, o Acordo de Complementação Econômica 53, entre Brasil e México, também gerou substancial dinamismo e poderá ter sua ampliação, cobertura e um aprofundamento das preferências. Poderá ser um embrião do que deverá chamar Acordo de Complementação 53 de segunda geração.

Dois temas dominam o debate político no México: o combate ao crime organizado e ao narcotráfico e a reforma energética destinada a flexibilizar o monopólio da PEMEX. Esta estatal petrolífera enfrenta problemas de redução expressiva de reservas, queda de produtividade, defasagem tecnológica, gestão financeira deficiente. Há indícios de reservas importantes, mas em águas profundas. A PEMEX não dispõe, entretanto, de recursos, nem de tecnologia para prospecção dessas áreas. Há entendimentos em curso com a PETROBRAS muito promissores.

A agricultura mexicana enfrenta problemas estruturais de baixa produtividade. Ao mesmo tempo o mesmo México tem projeto de adicionar até 8% de etanol na gasolina. Guadalajara já desenvolve importante projeto piloto num Estado que é o segundo maior produtor de cana do país. No México, entretanto, há excessiva pulverização de pequenas propriedades agrícolas e de usinas de açúcar, o que explica a baixa produtividade. O aporte tecnológico da EMBRAPA e de empresas brasileiras do setor sucroalcooleiro poderão ser de grande valia.

O momento atual reflete uma verdadeira redescoberta de oportunidades da economia mexicana para o empresariado brasileiro. Assim, já estão no México: PETROBRAS, Banco do Brasil, Grupo Ultra, Unigel, Odebrecht, Andrade Gutierrez, Weg, Marcopolo e outras empresas. No setor de tecnologia da informação estão: Itaútec, Stefanini, Datasul e Microsiga. A cooperação cultural é significativa. O Centro de Estudos brasileiros no México já conta com mais de mil e duzentos alunos. O setor consular apresenta problemas

derivados do elevado número de brasileiros que buscam o México como país de trânsito para chegar aos Estados Unidos. Há cerca de catorze mil brasileiros registrados no setor consular, sendo mil em situação irregular. Em outubro de 2005 o México passou a exigir visto para brasileiros, o que gerou problemas para o fluxo turístico e de empresários. Há entendimentos avançados, entretanto, sobre esses temas. Está em curso uma ampla e diversificada agenda de discussões de temas multilaterais entre Brasil e México, tais como: Conselho de Segurança, onde há diferenças sensíveis, mas maior compreensão das respectivas posições; cooperação no âmbito do G-5; colaboração conjunta no Haiti; Plano Puebla-Panamá, OEA e o seu papel na crise Equador-Colômbia.

Finalmente, concluo essa apresentação com uma feliz analogia do Ministro Celso Amorim sobre as circunstâncias geográficas distintas entre Brasil e México. Afirmou: “Caberia ao Brasil imaginar o que significa ser vizinho de uma superpotência e caberia ao México ter presente o que significa para o Brasil partilhar fronteira com dez países da América do Sul”. Alguns mal entendidos surgidos no passado decorreram da dificuldade de compreender tais circunstâncias. É chegada a hora de pensar que o entendimento das diferenças pode e deve ser fonte de enriquecimento das relações bilaterais. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Concedo a palavra ao Embaixador Roberto Carvalho de Azevêdo para fazer a sua exposição.

SR. ROBERTO CARVALHO DE AZEVÊDO: Muito obrigado. Eu queria agradecer inicialmente ao Presidente da Comissão, o Senador Heráclito Fortes, Vice-Presidente Relator Senador Eduardo Azeredo, a Relatora *ad hoc* Senadora Serys Slhessarenko e aos Srs. Senadores. Eu queria agradecer a todos a oportunidade de fazer essa apresentação, em particular dizer que é uma honra para mim dirigir-me a essa Casa nessa ocasião.

A missão do Brasil junto à OMC, na verdade, vai se ocupar de vários outros organismos internacionais sediados em Genebra. Além da OMC estariam a UNCTAD, a OMPI, o G-15, o Escritório Internacional para Têxteis e Vestuário, o Centro para Comércio Internacional, a União Internacional para Proteção de Novas Variedades de Plantas, a Cúpula Mundial da Sociedade da Informação, enfim, vários outros foros, alguns deles inclusive informais, relação com a Academia, sobretudo eventos e entidades que tenham uma componente econômica e comercial expressiva. É uma agenda naturalmente muito diversificada, nós vamos ter desafios importantes, sobretudo nos organismos

mais importantes, na UNCTAD, por exemplo, nós vamos ter que confrontar os países desenvolvidos que procuram transformar a Organização em um mero foro de cooperação técnica, na OMPI vamos tentar avançar a agenda para o desenvolvimento, que é uma iniciativa que o Brasil co-patrocinou, foi adotada no ano passado na Organização, mas a maior parte das atividades da missão vai acontecer no âmbito da OMC, disso não resta a menor dúvida.

A OMC tem hoje uma visibilidade, uma importância que o GATT, que era o predecessor da OMC nunca teve. Nunca teve por que, o que é que mudou? Mudou porque a OMC, em primeiro lugar, é um organismo que tem dentes. A OMC tem um mecanismo de solução de controvérsias que no final do procedimento pode resultar em retaliações, sanções comerciais. Têm disciplinas mais abrangentes e profundas em áreas novas, em agricultura, em *antidumping*, direitos compensatórios, salvaguardas, serviços, propriedade intelectual, enfim, é uma ampla gama de temas que no GATT não eram contemplados. A representatividade da OMC também é muito maior, hoje são mais de cento e cinquenta países. E o impacto das decisões da OMC no cotidiano das sociedades nacionais é muito maior do que eram no GATT. Hoje em dia as decisões na OMC afetam estruturas de produção, pagamentos de subsídios, portanto, renda de produtores, de agentes econômicos, condições de financiamento, competição com produtos importados, nível de emprego, enfim, a vida da OMC está intimamente ligada à vida da Nação, do país.

O Brasil, então, à luz disso tudo, não pode estar alheio à evolução desse mecanismo. Como que esse mecanismo vai evoluir ao longo dos próximos anos? Existem duas vertentes na OMC de evolução do sistema. A primeira vertente é a vertente do mecanismo de solução de controvérsias. O mecanismo de solução de controvérsias vai preenchendo lacunas, criando jurisprudência e, com isso, as regras vão mudando. Em 1997 nós não tínhamos uma estrutura minimamente suficiente, existia apenas um Diplomata em Genebra que basicamente acompanhava o que os advogados que eram contratados pelas empresas privadas faziam. Hoje nós temos uma equipe de primeira linha, muito qualificada, de Diplomatas, tanto em Brasília quanto em Genebra, nas duas cidades, que definem a estratégia dos contenciosos, preparam os argumentos e defendem o Brasil diante da Organização. Na verdade a defesa do Brasil, ao contrário do que muitos possam pensar, não é feita pelos advogados, é feita pelos Diplomatas que vão ou de Brasília ou que estão em Genebra, que sentam e fazem a defesa do Brasil. O Brasil hoje já participou de oitenta e seis contenciosos na OMC.

Isso é 1/4 das atividades do mecanismo de solução de controvérsias na OMC. Entre um em cada quatro painéis ou procedimentos o Brasil está presente. O Brasil é o quarto maior usuário do sistema, atrás apenas de Estados Unidos, União Européia e Canadá, e mesmo assim estamos muito próximos do Canadá, a diferença é de poucos contenciosos.

Alguns dos casos que nós defendemos na OMC e participamos são casos emblemáticos, que marcam a história da OMC. É o caso, por exemplo, do contencioso Embraer-Bombardier contra o Canadá. É o caso dos contenciosos em agricultura de açúcar contra a União Européia, de algodão contra os Estados Unidos, de pneus que a União Européia abriu contra o Brasil e vários outros casos que também são de grande importância comercial para o Brasil, como é o caso dos contenciosos de frango, por exemplo, com a Argentina e depois com a União Européia, e de siderúrgicos contra os Estados Unidos. Nós somos hoje, sem dúvida, o país que tem a melhor performance no mecanismo de solução de controvérsias da OMC dentre todos os usuários centrais do sistema. A nossa performance, taxa de êxito, é muito superior a de Estados Unidos, União Européia, Japão, de todos os grandes participantes do sistema.

A consequência dessa nossa participação, desse nosso aparelhamento, é que na OMC hoje nós somos muito respeitados nessa área. Dificilmente um país vai abrir um contencioso contra o Brasil sem pensar muito cuidadosamente sobre se vale a pena ou não enfrentar o Brasil no mecanismo de solução de controvérsias. Outra consequência disso é que os nossos parceiros comerciais tendem a procurar uma solução negociada. É mais negócio para eles encontrarem uma solução acordada com o Brasil do que iniciar um contencioso contra o Brasil.

A segunda vertente na OMC de evolução do sistema é a negociação, propriamente dita, e a Rodada de Doha é a manifestação mais patente dessa vertente. Aliás, vale a pena mencionar que a Rodada de Doha não morreu, apesar do que dizem os jornais, a gente às vezes ouve nos jornais muitas críticas, “Ah, o Brasil optou pelo sistema multilateral”. Não é verdade, a Rodada segue, nós estamos negociando, e é possível até que tenhamos algum tipo de desbloqueio nas próximas semanas, quem sabe já em nível ministerial no mês de julho.

O Brasil hoje faz parte do núcleo central das decisões da OMC. Hoje nada, nada acontece na OMC sem que o Brasil seja ou consultado ou tenha participado da formulação original da iniciativa. É uma pergunta, aliás, que intriga muita gente. Nós recebemos aqui, eu recebi pessoalmente no meu gabinete, uma

equipe de consultores internacionais que tinha sido contratada por um Governo, um Governo de uma grande potência, eu prefiro não mencionar o nome, central hoje, que veio me perguntar como que o país, quer dizer, eles foram contratos pelo Governo e a pergunta do Governo deles era a seguinte: “Por quê que o meu país, que é tão grande no comércio internacional, é tão pequeno na OMC, tem tão pouca expressão na OMC, e o Brasil, que tem uma participação tão modesta no comércio internacional, tem uma expressão tão grande na OMC?” Essa pergunta na verdade faz sentido, faz todo o sentido na verdade, faz todo o sentido porque o Brasil, na vertente negociadora, ele deixou de ser um país que reage bem à agenda, aliás sempre fomos um país que reage bem, mas passamos a ser um país que define a agenda, que dá os contornos da agenda, e esse não é um passo qualquer, é um passo muito importante para o país, sobretudo com os riscos de ampliação dessa agenda. Não é à toa, a gente vê sempre a possibilidade de inclusão de padrões trabalhistas, de padrões ambientais, de temas ambientais e aqui nesse de temas ambientais, em particular, existe o risco muito grave da tentativa de exportação dos países desenvolvidos, dos custos de descarbonização das economias deles.

Então, Sr. Presidente, eu não quero me alongar nessa exposição para que nós tenhamos mais tempo na Sessão de debate. Eu concluo apenas com a esperança de que, se aprovado nessa Casa, eu esteja à altura dos desafios que se colocam nos foros em que representarei o Brasil. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Concedo a palavra ao Embaixador Clodoaldo Hugueney Filho para fazer a sua exposição.

SR. CLODOALDO HUGUENEY FILHO: Exmo. Sr. Senador Heráclito Fortes, Exmo. Senador Jarbas Vasconcelos, Exmos. Srs. Senadores e Suplente presente, membros da Comissão e Suplente presente, minha senhoras e meus senhores. Eu queria, em primeiro lugar, agradecer ao Presidente por ter colocado o meu nome nesta Sessão e agradecer muitíssimo ao Senador Jarbas Vasconcelos por seu relatório e as palavras elogiosas ao meu respeito. Eu conheço o Senador Jarbas Vasconcelos há alguns anos e tenho uma enorme admiração por ele.

Eu queria, também, aproveitar a oportunidade de agradecer ao Presidente da República e ao Ministro Celso Amorim a indicação do meu nome para o posto de Embaixador em Pequim, cumulativo com Mongólia e Coréia do Norte. Essa é a quarta vez, Sr. Presidente, que eu compareço perante essa Comissão e devo dizer que esse sempre foi para mim um momento importante.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Quais foram as outras?

SR. CLODOALDO HUGUENEY FILHO: Foi quando eu fui para Embaixador na Venezuela, para Embaixador ante a União Européia e para a delegação em Genebra, representante permanente em Genebra. Em todas as oportunidades eu sempre valorizei muito esse debate e essa oportunidade de me apresentar perante a Comissão e ouvir da Comissão e de seus membros recomendações sobre a futura missão.

Eu não vou me aventurar pela história da China, porque a história da China são cinco mil anos de história e eu não tenho conhecimento suficiente para ingressar numa digressão sobre a história da China. Então eu vou me concentrar na relação entre Brasil e a China e vou simplesmente procurar desenvolver algumas categorizações e alguma análise dessas relações usando para isso a figura da China como potência. E vou procurar, então, fazer uma breve análise, no final, das relações bilaterais entre Brasil e a China, o momento por que estão passando, os desafios como colocou o Senador Jarbas Vasconcelos, que são da parceria e da competição. Eu acho que esse dualismo é o que caracteriza e vem caracterizando essa relação entre o Brasil e a China. E, depois, vou me referir brevemente à Mongólia e à Coréia do Norte.

Se a gente olhar a China de hoje, a China é claramente uma potência mundial, além de uma potência regional. A China é a terceira maior economia do mundo, é o segundo maior exportador do mundo, ela tem um PIB de 3,3 trilhões de dólares, em 2007, uma população de 1,3 bilhões de habitantes, seu território é o quarto maior território do mundo, com 9,6 milhões de Km², suas exportações somaram em 2007 um trilhão e duzentos e vinte bilhões de dólares, correspondendo a mais de 60% do PIB da China; na realidade de exportação não, é o total do comércio exterior da China.

Então como uma potência mundial, a China é um país hoje importante para qualquer país do mundo. Eu acho que é um país extremamente importante para o Brasil e ela também é uma potência regional, porque está fora da nossa região, então ela é excêntrica em relação ao Brasil e o Brasil está dentro das preocupações da China também num universo um pouco mais afastado. As prioridades do ponto de vista regional da China claramente estão em relação ao seu entorno e manter esse entorno estabilizado.

Mas a China é uma potência que tem características, a meu ver, muito especiais. Em primeiro lugar ela é uma potência assimétrica. Ela é claramente uma potência econômica, mas ela é uma potência militar reduzida, ela é uma potência com uma capacidade de projeção mundial também limitada e é uma potên-

cia que, como uma potência assimétrica, ela tem que ter um comportamento marcado pelo pragmatismo, buscando evitar conflitos, buscando sobretudo evitar conflitos com a superpotência atual, que são os Estados Unidos, e manter uma relação estável com os Estados Unidos e procurar ter um comportamento calcado naqueles princípios desenvolvidos por Deng Xiao Ping para orientar políticas externas chinesas, que ficaram conhecidas como os princípios dos vinte e quatro caracteres. Eu não vou citar todos os princípios, mas têm alguns que me parecem importantes, como, por exemplo, “Oculte as capacidades e ganhe tempo” e “nunca propague liderança”.

Então a China é, também, uma potência emergente. A diferença de uma potência estabelecida é que a China está crescendo. A China, há trinta anos atrás, era uma economia menor do que a economia brasileira. A China deve, pelos cálculos da OCDE e de outros analistas, superar os Estados Unidos em PIB calculado por poder de compra entre 2025 e 2030 como a maior economia do mundo.

Então como potência emergente, o que o Brasil também é, junto com a Índia, por exemplo, interessa à China ter espaços abertos para a sua expansão no mundo, favorecer o princípio do multilateralismo, buscar a construção de um mundo multipolar. Então são características que também nós temos e isso propicia, eu acho, a possibilidade de um extraordinário diálogo político e a construção de uma visão de mundo conjunta entre o Brasil e a China. É algo que vem sendo feito a partir do momento em que se definiu uma parceria estratégica entre o Brasil e a China e que definiu em seguida um diálogo estratégico entre o Brasil e a China.

A China tem uma característica única eu acho como potência. Eu acho que pela primeira vez na história uma potência que é um país em desenvolvimento. A renda per capita da China, como os senhores viram na informação encaminhada pelo Itamaraty, é a 105ª renda per capita do mundo. É uma renda per capita bem inferior à brasileira, é uma renda per capita de dois mil e quinhentos dólares e a China é um país de imensas desigualdades e que enfrenta como o Brasil problemas semelhantes: problemas de desigualdades campo/cidade, que lá são multiplicadas pelas características especiais do modelo de desenvolvimento recente da China, desigualdades crescentes de renda, com um processo de concentração de renda e crescimento das desigualdades sociais dentro da China a partir do momento em que a China ingressa com Deng Xiao Ping em 1978 num socialismo de mercado. Então a China tem, como o Brasil, uma série de desafios que vencer para superar o problema do subdesenvolvimento. E ela

combina, então, essa característica, ser uma potência mundial sendo um país em desenvolvimento, o que abre também para o Brasil uma perspectiva de diálogo muito grande, porque os problemas brasileiros são em muitos casos semelhantes aos problemas da China.

As relações do Brasil com a China passaram por um período de extraordinária evolução. Elas foram restabelecidas em 1974 e, inicialmente, as relações eram marcadas muito por uma preocupação com temas comerciais e pelo crescimento do comércio, só que o comércio de 1974 era um comércio diferente. A China, refletindo a sua realidade de 1974, era basicamente uma exportadora de matérias-primas e exportava para o Brasil petróleo e carvão. O Brasil exportava para a China produtos siderúrgicos, calçados, além de exportar também açúcar e minério de ferro. Ao longo desses anos a pauta cresceu, inicialmente passou por uma expansão e, só para dar uma idéia da dimensão, era considerado um grande resultado ter alcançado o nível de um bilhão e duzentos milhões de dólares de comércio bilateral em 1985. O comércio atual bilateral, como indicado pelo Relator, é da ordem de vinte e quatro bilhões de dólares e continua crescendo. Então essa parceria do Brasil com a China produziu resultados espetaculares no plano comercial, um crescimento extraordinário da relação comercial. É claro que ao longo do percurso ocorreram altos e baixos nessa relação, mas ao mesmo tempo ela produziu desafios em termos de competitividade porque a pauta mudou completamente.

Hoje, basicamente, o Brasil é um exportador de matérias-primas para a China e um importador de produtos industrializados. A nossa pauta está concentrada em quatro ou cinco produtos que chegam a quase 90% da pauta, entre os quais minério de ferro, complexo soja e etc., e a pauta de exportações da China para o Brasil é extremamente diversificada, uma grande parte dela representando insumos para a indústria brasileira dentro do processo de globalização. Mas outra parte sim representa um desafio para o Brasil com o crescimento de exportações em áreas tradicionais como têxteis e brinquedos e isso levou à introdução de medidas de redução de comércio entre o Brasil e a China.

A parceria não é uma parceria exclusivamente comercial, embora a dimensão econômica seja uma dimensão extraordinariamente importante porque é a grande dimensão da China e é uma dimensão em que os dois podem ganhar. A parceria política é extremamente importante, como eu disse, porque há uma visão de mundo coincidente, embora em certos temas exista uma visão divergente como na questão de direitos humanos, por exemplo. Mas na maioria esmagadora de

temas há uma visão coincidente. O Embaixador Roberto Azevêdo mencionou o Grupo dos 20 na OMC, que é um grupo extremamente importante para esse desenvolvimento da negociação agrícola. A China é um dos membros importantes do Grupo dos 20. Nós criamos, junto com a China, a Rússia e a Índia, o Grupo dos 4, que é uma parceria de países emergentes, que são potências emergentes e são países um pouco excêntricos também em relação à ordem mundial. Então existe uma perspectiva de crescimento do diálogo político que é enorme. Existe uma dimensão presente no relacionamento a partir da visita do Presidente Sarney à China em 1988, que foi a primeira visita de um Chefe de Estado à China, um componente de cooperação científica e tecnológica que produziu o projeto que é considerado o maior projeto e o mais hesitoso projeto de cooperação entre países em desenvolvimento, que foi o lançamento de satélite de sensoriamento remoto; já foram lançados três satélites e está em programação para 2010 o lançamento do quarto satélite.

Eu concluiria dizendo que as relações, então, passaram por uma extraordinária evolução, existe uma agenda hoje enorme com a China, essa agenda pode e deve crescer e se transformar para desenvolver mais o conceito de parceria e tentar controlar o conceito de competição e mantermos sob controle as áreas onde podem haver atritos e ocorrerão atritos dado à densidade da relação, mas é preciso desenvolver uma nova agenda positiva, renovada nas relações entre o Brasil e a China, é preciso criar uma visão de mais longo prazo dessas relações, a China seguramente vê o Brasil como supridor de matérias-primas importante para ela. O Brasil precisa desenvolver uma visão alternativa desse relacionamento que reflita mais intensamente os interesses brasileiros, e é preciso haver um melhor conhecimento da realidade chinesa. Isso não é algo fácil, é um país muito diferente, é um país que tem uma história, como eu disse, de cinco mil anos, tem uma língua extraordinariamente complexa e o conhecimento da China é algo que eu acho que permitirá alicerçar em bases concretas essa relação.

Se me permite, Presidente, só para concluir, muito brevemente, no caso da Coreia do Norte nós estabelecemos relações em 2001, a Coreia do Norte abriu uma Embaixada em Brasília em 2005, é um país com o qual nós temos relações limitadas, mas o comércio vem crescendo e as relações poderão se desenvolver na medida em que a Coreia do Norte vá se tornando um parceiro mais integrado na ordem internacional e na medida em que, por exemplo, prospere o Processo Ex a partir de tentativa de normalização das relações com a Coreia do Norte.

Com a Mongólia, é um país também pequeno, muito diferente da Coreia, no sentido de que é um país com uma população escassa, é um país que tem também uma história milenar muito ligada à história da China, também ligada à história da Rússia e depois da União Soviética e é um país com quem nós temos um comércio muito pequeno, mas que tem crescido. Só para ter uma idéia, são basicamente 2,5 milhões de dólares de comércio em 2007, basicamente exportações brasileiras. É um país que tem uma base mineral importante e a Vale do Rio Doce, por exemplo, estabeleceu uma subsidiária na Mongólia. Então eu acho que é um país também com quem a gente pode desenvolver uma relação frutífera para o Brasil. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Nós passamos, agora, à parte das interpelações e ela poderá ser feita em duas etapas: a pública e em seguida a privada. Os Senadores que estão inscritos poderão fazer. Senador Valadares, V. Ex^a. é o primeiro, se tiver um questionamento reservado, poderá fazê-lo na Sessão reservada ou poderá, caso não seja reservado, poderá fazer imediatamente. Portanto, passo-lhe a palavra.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Agradeço a V. Ex^a. Presidente, Srs. Embaixadores. Conforta-me saber que os três candidatos que certamente serão votados e eleitos nesta Comissão e no Plenário estão devidamente preparados para o exercício de suas funções, funções que serão designadas pelo Itamaraty, onde deverão representar o nosso Brasil, que mantém com a OMC, com a China e com o México relações de interesse bilateral importantes.

O Dr. Clodoaldo Filho, cujo nome do meio é difícil de pronunciar, é Hugueneu, ele discorreu sobre as propriedades, as características da China, o comércio bilateral entre o Brasil e este grande país milenar e mostrou que o Brasil é um grande exportador de matérias-primas: o ferro e a soja estão entre as *commodities* mais importantes desse relacionamento, que o Brasil poderia diversificar, fazendo com que a cadeia produtiva do Brasil pudesse concentrar exportações agregando valores, ou seja, aproveitando os nossos produtos industriais que aqui existem e não são poucos em termos de produção de automóvel, computadores e até petróleo, quer dizer, aumentando esse fluxo comercial nós estaríamos também incrementando a mão-de-obra local. Então eu gostaria de saber do Sr. Embaixador, Dr. Clodoaldo, quais os setores diversificados da economia nacional, em termos de produtos manufaturados, que poderiam ser objeto de negociação com a China?

Aqui no relatório do nobre Senador Jarbas Vasconcelos consta que o Brasil tem uma *joint venture* com a China para o ingresso da Embraer no mercado de aviação regional. Eu gostaria de saber como que está essa *joint venture* com a aeroespacial chinesa AVIC II? E, por último, com relação ao Sr. Embaixador Dr. Clodoaldo, como é que está esta questão da invasão dos produtos advindos da China, a exemplo de tecidos e sapatos, que no ano passado provocaram uma grieta geral da indústria do Brasil, do Rio Grande do Sul, de São Paulo, de outros Estados, que praticamente estavam fechando as suas portas em virtude da concorrência desigual, vez que a China, em matéria de observância à legislação trabalhista, não tem o mesmo rigor que tem o Brasil? A previdência lá não está no mesmo plano das prioridades que tem no Brasil, como também a legislação trabalhista é praticamente ausente nas fábricas, enfim, nas empresas locais. Eu gostaria de saber da opinião de V. Ex^a. a respeito desse assunto, notadamente quanto à importação de produtos industriais da China, direcionando para calçados e tecidos.

Com relação ao México, nós temos uma admiração muito grande pela força da história mexicana, um país sacrificado, perdeu territórios importantes para os Estados Unidos na base não da compra, mas de uma invasão devidamente elaborada pelos Estados Unidos, pelo exército dos Estados Unidos, como foi o caso do Texas. Agora eu não me recordo se o Novo México foi comprado ou foi invasão. Foi invasão ou foi comprado? Há controvérsias?

SR. SÉRGIO AUGUSTO DE ABREU E LIMA FLORÊNCIO SOBRINHO: A área anexada pelos Estados Unidos do México corresponde hoje a seis Estados norte-americanos e corresponde à metade do território original do México.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Então V. Ex^a. considera que foi uma anexação forçada, violenta?

SR. SÉRGIO AUGUSTO DE ABREU E LIMA FLORÊNCIO SOBRINHO: Foi uma anexação, houve um pagamento de quinze milhões de dólares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Mas com relação ao Novo México, não é? O Texas também? O Texas foi uma invasão mesmo.

SR. SÉRGIO AUGUSTO DE ABREU E LIMA FLORÊNCIO SOBRINHO: É, na verdade foi uma invasão.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Então, quer dizer, o México teve então o seu território sacrificado em função de anexações feitas pelos americanos e por isso que durou muito a sua autonomia, a sua independência e a fixação de

um regime realmente democrático, mais de setenta anos como V. Ex^a. disse um partido só mandando na política local. Então eu gostaria de saber, lá houve um movimento que ainda deve estar... que criou uma certa turbulência no México, foi o Zapatismo, onde um dos Estados, uma das províncias mais pobres, Chiapas, lá foi a sede dessa revolta, e tudo aquilo que representa minoria na hora de falar ou maioria na hora de se calar e agüentar, todos os intolerados buscando uma palavra, a sua palavra, tudo que incomoda o poder e as boas consciências, tudo que se relaciona com essa filosofia são marcos. Então eu gostaria de saber como é que está, se esse movimento ainda está latente, se esse movimento revolucionário ainda existe no México e qual a preocupação, por exemplo, da Embaixada do México com relação às propostas que são divulgadas por este movimento, que eu não sei se é um movimento separatista ou um movimento de maior autonomia dessa província Chiapas?

Eram essas as perguntas, Sr. Presidente, que eu gostaria de fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em primeiro lugar passo a palavra ao Embaixador Clodoaldo Hugueneu Filho.

SR. CLODOALDO HUGUENEU FILHO: Obrigada, Sr. Presidente. O meu nome é melhor português, porque senão fica mais difícil. Na realidade é um nome francês, a pronúncia correta seria Hugueneu e aí fica mais difícil.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em respeito ao Deputado Aldo Rabello, ex-Presidente da Casa, vamos dispensar o beicinho.

SR. CLODOALDO HUGUENEU FILHO: Tá bom. Bom, essa pergunta é muito importante sobre as relações comerciais entre o Brasil e a China porque a relação econômica com a China tem claramente uma dimensão central na relação bilateral. Como eu indiquei, é uma relação hoje que se espalha por todos os setores, tem um diálogo político enorme, mas a relação econômica é determinante e eu acho que aí é onde surgem, digamos, as grandes oportunidades, mas também onde surgem os principais problemas.

No campo das oportunidades eu acho que a China se transformou em um parceiro comercial extraordinário do Brasil e a demanda da China por *commodities* não só beneficiou enormemente o Brasil, que é um produtor de produtos agrícolas e de minérios extremamente importante, como promoveu não só diretamente, através de exportações brasileiras que cresceram muitíssimo, como promoveu uma alta de preços importantes desses produtos no mercado internacional. Basta olhar o que aconteceu, por exemplo, com o preço do minério do ferro, do qual a Vale é uma enorme exportadora para

a China, a China é o principal mercado da Vale hoje, como no passado, há muitas décadas atrás, o Japão foi o principal mercado da Vale, o que aconteceu com o complexo soja e o preço da soja no mercado internacional e com outras *commodities*. O Brasil também, hoje, é um exportador de petróleo para a China. Então a China tem um impacto direto e um impacto indireto, mas a pauta é concentrada e na realidade nós temos que fazer um esforço de diversificação.

Existem empresas brasileiras que estão presentes na China já há muito tempo, por exemplo, a Embraco é uma empresa que está presente na China há muito tempo, a Weg é uma empresa que está presente na China há muito tempo na área de compressores, motores elétricos, a Embraer está presente na China. Então nós temos uma participação no mercado chinês, nós exportamos manufaturas para a China. Na realidade o crescimento das exportações de produtos manufaturados é também importante, mas ele fica minimizado pelo extraordinário crescimento das exportações de produtos básicos. Eu acho que existem perspectivas de crescimento em outros produtos: na parte de tecnologia da informação, nós exploramos um pouco a área de software, ainda não tivemos resultados importantes, mas existem empresas como, por exemplo, a Politec, que deseja estabelecer uma subsidiária na China, existem áreas como a área de produtos químicos, onde eu acho que o Brasil pode incentivar as suas exportações para a China, a parte de máquinas e equipamentos, equipamento de transporte, maquinário agrícola, eu acho que é um área que é possível, mas não dá para esquecer que hoje a China produz sete milhões de automóveis, não é um exportador de automóveis, mas deverá se tornar um importante exportador de automóveis no futuro.

Então eu acho que há uma parte importante na área de produtos industrializados que nós temos que desenvolver e isso vai demandar um esforço grande de conhecimento e de constante trabalho junto ao mercado chinês, não é algo que possa se fazer da noite para o dia. Então as empresas brasileiras terão que se esforçar com o apoio do Itamaraty, com o apoio do Governo, para ter uma presença maior na China e para trabalharem o mercado chinês. Existe um grande evento que é a Feira de Xangai em 2010, o Brasil até agora não tomou uma decisão definitiva sobre a sua participação na feira... Já tomou? Já tomou, então isso é um evento de extraordinária importância para a projeção de uma imagem do Brasil na China como um grande produtor de produtos industrializados. No caso da Embraer, houve uma venda importante ou uma colocação de uma ordem importante de cinquenta aviões ERJ-145 fabricados pela subsidiária da Embraer e

pela *joint venture* com a AVIC-I, em Harbin, na China, e foram encomendados outros cinquenta aviões fabricados pela Embraer, aqui em São José dos Campos, 170 e 190. Algumas dessas encomendas tem sido canceladas, mas há hoje uma presença importante do avião da Embraer na China e uma perspectiva de crescimento, embora a China também esteja desenvolvendo um modelo de jato regional.

Sobre a questão da competição nos produtos ditos tradicionais, esse é um desafio importante. A China hoje é o maior, disparado, o maior exportador de produtos têxteis mundiais. Ela investiu durante anos na modernização da sua indústria têxtil esperando o final das quotas no setor têxtil. Durante um período longo de tempo, só para dar uma idéia, a China importou 2/3 da produção mundial de equipamentos têxteis para modernizar a sua indústria. Então é uma indústria extraordinariamente competitiva, sem falar das outras questões como o câmbio, observação da legislação trabalhista e etc. Então têm áreas, como a área de brinquedos, onde a China hoje domina o mercado mundial; praticamente não existe indústria de brinquedos hoje fora da China. As indústrias na Europa, nos Estados Unidos, todas mudaram para a China e hoje o que existe como indústria de brinquedos fora da China é uma indústria de desenho, de modelos de brinquedos; a fabricação toda é feita na China.

Essa é outra questão que eu acho que é importante entender: a China é um centro manufatureiro. Então, do total das exportações chinesas, se calcula que apenas 20% é valor agregado na China; 80% é importação de insumos de outros países. O déficit da China com o sudeste asiático, a região que produz esses insumos, é da ordem de cento e trinta bilhões de dólares, enquanto a China também mantém um superávit de duzentos e cinquenta bilhões com os Estados Unidos. Então a China é um centro de globalização e de integração de cadeia produtiva.

Sobre a questão dos tecidos, sapatos, eu acredito firmemente em que é necessário tomar medidas que permitam salvaguardar os interesses da indústria brasileira. Essas medidas são um paliativo a curto prazo, não resolverão a longo prazo se forem só na área de proteção. É preciso combinar a proteção com medidas de investimento, aprimoramento da situação de competitividade, produtividade das empresas, apoio aos trabalhadores nos setores atingidos. Mas o Brasil tomou medidas e vem tomando medidas. Foram negociados um acordo de limitação voluntária de exportações de têxteis, esse acordo reduziu as exportações, agora está se considerando a possibilidade de estender esse acordo, deve ir uma missão do MDIC à China em julho, esse foi um acordo Governo a Governo. No caso de

brinquedos foi feito um acordo entre o setor de brinquedos brasileiro, ABRINQ e o setor chinês, privado, é um acordo privado, que limita a participação da China no mercado brasileiro de brinquedos a cerca de 40%. Em outras áreas tem sido adotado uma quantidade de medidas *antidumping* contra as exportações chinesas. Essa, aliás, é uma queixa constante dos chineses. Só para dar uma idéia, cerca de 90% das ações *antidumping* recentes do Brasil são contra a China. Então têm sido adotadas medidas de proteção. As medidas são necessárias, mas elas surtirão efeito durante um tempo e depois não mais se não forem acompanhadas de medidas de reestruturação e modernização da indústria brasileira nesses setores.

E felizmente, só um comentário final que eu acho que é importante para colocar esse problema num contexto mais de médio e longo prazo, a China está passando por transformações importantes. Há hoje uma consciência de que a grande estratégia da China tem que ser o desenvolvimento crescente do consumo interno, do consumo doméstico. Essa estratégia de consumo doméstico vem aliada a uma estratégia de aumento do poder aquisitivo da população chinesa, reformas, por exemplo, no setor de legislação trabalhista, melhoria das condições de vida da população para se tornar consumidores crescentes de produtos industriais. Então há um conjunto de medidas que vão auxiliar também a equacionar a médio prazo esse problema. A outra questão é a questão do câmbio. O *Renminbi*, o *Yuan*, vem se valorizando de forma importante no último ano e há uma valorização, uma tendência a seguir um processo de valorização da moeda chinesa. Obrigado.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Presidente, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois não, tem V. Ex^a. a palavra e em seguida--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Primeiro pedir desculpas porque eu estava numa Audiência também sobre política externa com o Embaixador Régis na representação do MERCOSUL, mas a minha pergunta é muito específica e ela se relaciona com a resposta que o Embaixador Clodoaldo apresentou. Eu queria primeiro saudar, eu acho que o Brasil se sente muito confortável com a qualidade da representação que o Itamaraty representa e com a carreira profissional que os três Embaixadores, o Roberto, o Sérgio e o Clodoaldo têm expressado na sua vida pública. A minha pergunta é muito específica à nossa representação na OMC e pediria se eu pudesse fazer antes do Embaixador Roberto se manifestar. É possível? É bem objetiva e--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É possível.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):
-- e bem específica. A minha questão básica--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A democracia nesta Comissão é um fato.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): A minha questão é sobre NAMA e a Rodada do Uruguai, ou seja, como é que nós vamos tratar os produtos industriais, as regras de acesso? A minha preocupação é porque apesar de nós termos uma tarifa consolidada de 35%, ou seja, nós poderemos aumentar tarifas até 35%, a nossa tarifa aplicada, que efetivamente nós exercemos, está em torno de 12%. Nós estamos negociando -- e queria saber se isso procede e quero já manifestar a minha imensa preocupação --, nós estamos negociando... A Europa e os Estados Unidos sugeriram aquela fórmula Suíça, que é um critério matemático de cálculo da redução, e como eles têm alíquotas muito menores do que as nossas, a União Européia 3,9%, o que eles vão conceder de redução é muito menos do que nós concederemos. O coeficiente 30, quer dizer, o coeficiente 15 dos Estados Unidos daria, por exemplo, para calçados americano, 10,7%, enquanto hoje nós temos uma tarifa consolidada de 35% para calçados e uma tarifa aplicada de 19,6%. No setor têxtil nós temos uma tarifa consolidada de 34,9% e uma tarifa aplicada que era de 16,3%. Os Estados Unidos ficariam com 10,4% e nós com 16,4%. Ora, esse retrato que nós estamos assistindo da China, o único instrumento que nós temos eficaz de defesa em alguns setores, além do *antidumping*, são as tarifas, e alguns setores que têm grande impacto no emprego, grande relevância na nossa estrutura produtiva, serão decisivamente impactados se essa negociação for adiante como está sendo anunciada, pré-anunciada. Automóveis, nós temos uma alíquota efetiva de 19,4%, consolidada de 31,7%. Na negociação nós vamos para 15,6% e os americanos ficam com 10,4%. E nós já estamos com esse câmbio apreciado, um fluxo de importações crescendo violentamente. Em setores sensíveis como calçado, têxtil, é absolutamente preocupante essa opção. Qual foi o instrumento que o Brasil utilizou agora no setor têxtil? Foi aumentar tarifa. Foi isso que está pelo menos permitindo algum oxigênio para nós enfrentarmos essa concorrência, muitas vezes no caso do setor têxtil, uma concorrência predatória, porque os produtos entram sem a fiscalização efetiva da alfândega, mas há um problema. A tese que nós vamos compensar, porque Doha veio na expectativa de reduzir subsídios de barreiras agrícolas. Essa foi a concessão que nós fizemos na Rodada do Uruguai. E na questão

da agricultura, quer dizer, um país como o nosso, tem trezentos e vinte milhões de hectares, um país como o nosso que há seis anos é o país que mais aumenta a produção agrícola exportável no mundo, o país que é o principal produtor de carne, exportador de carne, de frango, o terceiro em porcos, suíno, o primeiro em soja, o primeiro em suco de laranja, o primeiro em café, o primeiro em açúcar, o primeiro em álcool. Eu não sei se nós devemos caminhar nessa direção, mesmo porque há um choque de oferta, uma crise de oferta no mundo em alimentos, a rentabilidade da agricultura vai crescer nesses nove anos porque não há estoques e nós faremos uma concessão na indústria, que é uma base tecnológica, uma base de valor agregado, uma base essencial na nossa estrutura produtiva, para compensar uma área que nós temos uma vantagem comparativa insuperável, mesmo porque o aumento da renda e da população na Ásia vai obrigar a importação crescente de alimentos, eles não têm terra para poder suportar o aumento da renda da população.

Então eu vejo com grande preocupação se nós avançarmos em Doha nessa direção. Eu sou favorável aos esforços negociadores, eu acho que a essência deveria ser a redução das barreiras tarifárias e não tarifárias na agricultura e os subsídios. Quero lembrar que a Europa acaba de criar mais um fundo de subsídio, agora recente, quer dizer, vão cortar a gordura que eles estão criando a mais e por isso eu acho que nós temos que ter muito cuidado e uma visão muito estratégica em relação a Doha. Apesar de todo o esforço do Governo brasileiro eu vejo com muita preocupação e quero saber se de fato é essa a tabela que está sendo construída e o coeficiente 30, o coeficiente 15 para os Estados Unidos e a União Européia, que do meu ponto de vista terá um impacto muito severo num momento em que nós estamos com o câmbio depreciado, com déficit nas ações correntes de catorze bilhões de dólares em quatro meses e acho que os países industrializados, em desenvolvimento em geral, devem analisar com muito rigor essas condições que eu acho que não são... Porque na agricultura não tem fórmula Suíça; tem na indústria, onde nós somos menos competitivos. Aonde nós somos mais competitivos, não só não teve nenhuma concessão, como não tem fórmula Suíça. Então eu acho que há uma assimetria na mesa de negociação e nós deveríamos ter muita cautela.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A Mesa indaga ao Senador Valadares, que era questionador, se permite que a resposta do Embaixador Roberto Azevêdo seja dada antes da continuação?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Claro, esta Comissão é um exemplo de democracia quando V. Ex^a. preside.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu vou passar a palavra ao Embaixador Roberto Azevêdo, já prevenindo a ele que caso seja aprovado por esta Comissão e pelo Plenário, ele já sabe o que o aguarda, até porque o Senador Mercadante é membro da União Parlamentar Internacional, Secretário da Seção Brasileira e fatalmente estará em Genebra em setembro na reunião e essa conversa terá continuidade com toda a certeza, se V. Ex^a. não for convocado para a Comissão de Assuntos Econômicos. Com a palavra.

SR. ROBERTO CARVALHO DE AZEVÊDO: Muito obrigado Presidente, obrigado Senador Mercadante pela pergunta. Eu acho esse debate na verdade muito saudável, muito útil. Na verdade esse debate existe sempre permanente, por exemplo, entre negociadores, setor privado, nós sempre estamos consultando, mesmo hoje à tarde eu estou saindo daqui e embarcando para São Paulo para conversar com as pessoas, com os setores interessados, fazemos isso com entidades de indústrias, com empresas, entidades de classe, sindicatos, enfim, para conversar e saber exatamente como que a Rodada pode ter um impacto na atividade diárias deles.

Na verdade, Senador, eu diria até que o quadro, os coeficientes já não são mais 30 e 15, já mudaram, já estão mais baixos na verdade, são até mais agressivos do que o coeficiente 30. O papel que está hoje sobre a mesa prevê, por exemplo, intervalo para países em desenvolvimento que varia entre 19 e 23, mais ou menos, ou 25, 26, dependendo se você vai usar flexibilidades ou não – eu vou explicar já, já, o que são as flexibilidades -, e os países desenvolvidos estão com o coeficiente entre 7 e 9.

Então a geografia que V. Ex^a. nos apresentou é absolutamente perfeita, não tenho nenhum reparo a fazer no diagnóstico, talvez alguns comentários sobre o impacto, na verdade, prático. Para os países desenvolvidos, efetivamente em NAMA o ganho que existiria para um país como o Brasil é que nesses mercados desenvolvidos os picos tarifários todos desaparecem. Então nós temos ainda alguns poucos picos em produtos do nosso interesse, calçados, por exemplo, alguma coisa de couro nos Estados Unidos, na União Européia, esses picos todos caem. Então a tarifa máxima americana vai partir, no final dessa Rodada, vai se situar em torno de 6%, a tarifa máxima americana, e a européia mais ou menos por aí também. A média, então, essa vai despencar, tantos os Estados Unidos quanto a União Européia vão ter uma tarifa média em

torno de 2%. E o que isso significa? São países que têm um processo industrial já amadurecido e que a tarifa já não é um instrumento de proteção. Para esses países a proteção não vem mais da tarifa. Já não vem agora e deixará então completamente de ser isso depois dessa Rodada. Aonde que vem a proteção deles? Não é que eles vão ficar sem proteção. A proteção vem de instrumentos de defesa comercial, portanto, é na área de *antidumping*, de direitos compensatórios, salvaguardas que eles aplicam nas nossas exportações e são muito sujeitas a direitos *antidumping* nos mercados consumidores dos países desenvolvidos. Outra área de barreiras técnicas, fazem barreiras técnicas muito estritas, que encarecem a nossa produção e aumentam a competitividade dos produtos dele lá dentro. Ou barreiras sanitárias ou fitossanitárias, isso acontece muito em agricultura, que já tem barreira alta, tarifária, e além disso ainda tem a barreira sanitária e fitossanitária. Nós temos então muito presente esse quadro todo. Por quê? É um ganho? É, é um ganho para a indústria brasileira, mas também não é um ganho que justifique um esforço despropositado da nossa tarde também em NAMA.

Com relação à NAMA, especificamente, os setores, por exemplo, que V. Ex^a. citou, têxteis, brinquedos, automóveis, esses setores dificilmente estarão sujeitos ao corte da fórmula Suíça. Por quê? Porque justamente o que nós estamos negociando agora, mais recentemente, na semana passada eu estava em Genebra justamente negociando o novo texto, as consequências do novo texto e vamos continuar isso na semana que vem. Portanto, estou indo para Genebra domingo, a partir de segunda-feira vamos negociar. O que é que está em jogo hoje? O que está em jogo hoje, menos do que o coeficiente, é a quantidade de flexibilidade que um país em desenvolvimento pode usar, ou seja, para uma determinada percentagem de linhas tarifárias do nosso universo nós não vamos aplicar a fórmula Suíça integral, o corte não vai ser o corte integral; nós vamos aplicar apenas 50% do corte. Então aonde é que nós vamos ter efetivamente cortes na tarifa aplicada para os setores protegidos pelas flexibilidades? No caso do setor automotivo, por exemplo. Por quê? Porque no setor automotivo, o automóvel hoje tem a consolidada a 35 e aplicada a 35. Então qualquer corte que seja será um corte na tarifa aplicada, mas não será um corte na dimensão que V. Ex^a. suscitou, por exemplo, não vai abaixar entre 35 para 12 ou 35 para 13, porque aí seria um avanço extraordinário em termos de acesso a mercado para os países exportadores. Vai ser um corte que vai descer de 35 para 24, 25, e isso ao longo dos anos. Então nós temos aí um período de implementação de mais ou menos, imaginamos nós,

que já que está sendo negociado, em torno de nove anos. Então em nove anos nós vamos ter uma queda de 35 para 24, 25%. São aí os dez pontos percentuais, mais ou menos um ponto percentual por ano até o final do período de implementação. E ali estabiliza. Esse é um corte que está sendo negociado, a indústria sabe disso, tem presente esse cenário e é um corte que nós imaginamos que seja um corte manobrável, administrado. Isso no setor automotivo. Em brinquedos é um pouco menos, até o corte é menor ainda, porque brinquedos têm uma tarifa média aplicada mais baixa. Têxteis, quase todo o setor têxtil vai estar coberto também pelas flexibilidades.

Então depois da Rodada nós tivemos, V. Ex^a. se recordará, um aumento nas tarifas aplicadas no ano passado, quase todas subiram para o teto de 35%, mas com a Rodada o máximo que vai acontecer é que essas tarifas vão voltar ao que nós já aplicávamos no ano passado. Sobre esse ponto, é uma coisa importante, eu acho que o Embaixador Hugueney estava comentando agora a pouco, o setor têxtil reclama muito, por exemplo, das importações da China. A minha percepção, eu estou aqui em Brasília acompanhando esse assunto na CAMEX, discutindo com o setor, a China não é um problema de tarifa, não é um problema de tarifa. Não tem tarifa que proteja a indústria têxtil brasileira das exportações chinesas. Há pouco tempo atrás eu vi problemas, por exemplo, de importação de ternos a menos um dólar a unidade. Pode botar 30%, 50%, 100%, não vai resolver. O problema não é tarifário. A China é um problema, na minha opinião, de valorização aduaneira, nós temos que ter instrumentos eficazes na fronteira para fazer o cálculo correto na importação para evitar subfaturamento, evitar fraude, evitar problemas de polícia, não problemas de aduana, e aplicação correta dos instrumentos de defesa comercial, direitos de *antidumping*, direitos compensatórios, compensatórios mesmo, salvaguardas, por exemplo, tem pico de importação, aplica salvaguardas *erga omnes* sobre a China. Então têm instrumentos para proteger. Eu não acho francamente que a tarifa vá resolver o problema; o problema é muito maior do que um problema tarifário.

Agora agricultura, compensação. Os cortes não vão ser cortes muito grandes. Aonde nós não vamos aplicar a flexibilidade e nós estamos negociando, foi um grande ganho, aliás, dos países de desenvolvimento e do Brasil em particular, porque o texto fechava em 10% do seu universo tarifário. Nós já conseguimos ampliar, com uma queda pequena no coeficiente, em mais de 20% ou 30% este valor. Na verdade o que está previsto hoje no texto é o uso de flexibilidade de 12 a 14% do seu universo tarifário. Então já aumentou

de 20 a 40% o número de flexibilidades que a gente vai poder usar. Nós estamos falando aí algo em torno de mil e trezentas, mil e quatrocentas linhas tarifárias, não é pouca coisa. Então tirando esse universo que vai ser protegido pelas flexibilidades, que vai ter um corte que é apenas metade do corte da fórmula Suíça, o resto do universo tarifário, as outras oito mil e quinhentas linhas, que sejam, vai ser um corte muito pequeno aplicado. Vai ser um corte em torno de... Os americanos e europeus que estão ouvindo isso vão me crucificar em Genebra, mas o corte é pequeno, é um corte de 1%, é um corte de 2%, é uma coisa bem administrável, não é um corte muito grande. Franca-mente qual é a perda que nós temos?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria propor, Presidente, se for possível, que depois da conclusão dessa negociação, eu tenho um Projeto que eu não consegui aprovar, infelizmente, que é uma espécie de *Fast Track* brasileiro, o Congresso daria um mandato negocial, colocaria limites prévios como fazem os americanos e não deixam o Executivo exposto às pressões e você tem um outro instrumento. Como nós não temos ainda esse mecanismo, a minha sugestão é que, concluindo essa negociação, nós fizéssemos uma Sessão reservada e pudéssemos discutir isso com profundidade antes do Brasil bater o martelo nesse entendimento. Faço esse apelo aqui público ao Itamaraty, ao Embaixador Roberto, para que retornando essa negociação, a gente faça uma Audiência Pública reservada e discuta com profundidade o caminho do entendimento de Doha e as implicações que nós teremos nos vários setores da indústria brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Uma Sessão reservada com data a ser marcada, não é na Sessão reservada de hoje?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Com data a ser marcada, inclusive para não prejudicar... Eu acho que essa preocupação manifesta assim entrelinhas é verdadeira. Nós não podemos também expor argumentos ou inquietações. Eu acho que nós devemos fazer uma Sessão reservada, depois que o Embaixador concluir essa Rodada nova de negociação, para a gente aprofundar esse debate e para que a indústria, a produção do Brasil e o Congresso Nacional estejam inteiramente envolvidos com as implicações das decisões que vão ser tomadas. É só olhar 1994 e ver o que aconteceu com a balança comercial do Brasil e o que pode acontecer a partir de 2008.

SR. ROBERTO CARVALHO DE AZEVEDO: Eu acho--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Só antes de passar a palavra para o Embaixador, eu só queria dizer a V. Ex^a. que nós esta-

mos à disposição para fazer essa Sessão reservada. Agora tem um porém: nós temos que aprovar hoje aqui e depois no Plenário. Feito isso, nós faríamos, eu acho que pelo assunto poderia ser feito conjuntamente com a Comissão de Assuntos Econômicos.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Excelente iniciativa, faremos.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com a palavra para mais alguns esclarecimentos.

SR. ROBERTO CARVALHO DE AZEVEDO: Complementando, então, justamente eu acho que esse impacto seria melhor numa outra Sessão, mas para o senhor ter uma idéia, Senador, apenas 1% das tarifas aplicadas do Brasil, na verdade, vão ser afetadas nos primeiros sete ou oito anos de implementação. Só a partir do sétimo, oitavo ano é que nós vamos começar a ter cortes em mais do que 1% das nossas tarifas aplicadas. Aí os números vão aumentando até a chegar quase à metade do nosso universo tarifário, mas sempre em cortes muito reduzidos. Qual é a nossa contribuição? A contribuição, francamente, é que desaparece o que a gente chama da água, não é? Nós não vamos mais ter muito espaço para subir tarifas, mas não vai ter um impacto na nossa tarifa, na nossa estrutura tarifária que nós temos hoje, esse impacto será, na minha opinião e de acordo com os contatos e consultas que eu venho mantendo, é uma dimensão administrável, perfeitamente administrável.

O último comentário sobre a agricultura, o Brasil jamais fará uma troca de agricultura por NAMA. Nós nunca pensamos nisso, nunca teve na cabeça do negociador brasileiro de que nós iríamos desestruturar o parque industrial brasileiro ou fazer concessões para ter uma compensação em agricultura. Isso não existe. Em nenhum momento passou pela nossa cabeça isso. O que nós fizemos em NAMA tem que ser administrável em NAMA. O problema de agricultura é que a situação em agricultura é absurda. Você tem subsídios imensos, tarifas altíssimas, quotas pequenas, mal administradas, que a gente não consegue preencher. Então a ênfase que a gente dá em agricultura não é para ter uma compensação de NAMA, é para corrigir um desequilíbrio, uma assimetria que a gente já herdou da Rodada do Uruguai. A Rodada do Uruguai ainda deixou para os países ricos, muito água para subsidiar, é esse o problema que nós tivemos com o algodão, estamos tendo com outros produtos e é isso que a gente está tentando corrigir, mas em nenhum momento a gente vai fazer uma troca de agricultura por NAMA. O Brasil não virou um país agrícola, o Brasil continua sendo um país com complexidade de economia, de indústria fantástica e a gente tem que preservar isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Antes de passar a palavra ao Embaixador Sérgio Florêncio para continuar respondendo ao Senador Valadares, eu queria pedir à Comissão a compreensão para acrescentar... Eu queria pedir ao Embaixador Marcos Vinícius que não saia da sala, eu queria ter pelo menos o prazer de anunciar a sua presença aqui ao vivo.

Aquela Comissão que foi aprovada, presidida por V. Ex^a., nós recebemos uma solicitação para acrescentar o nome da Senadora Fátima Cleide e agora a Senadora Serys também pede a inclusão. Desde que V. Ex^a. concorde--

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Claro. Sr. Presidente, se me permite, em função desta missão eu estou precisando tomar providências de pronto, inclusive me deslocando para saber como está o Sargento que está chegando na base aérea. Eu gostaria de muito brevemente cumprimentar os três Embaixadores, Clodoaldo Hugueney Filho, Roberto Carvalho de Azevêdo e Sérgio Augusto Abreu e Lima Florêncio Sobrinho, desejar sucesso em suas missões. Eu queria--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Olha, V. Ex^a. permita, a presidência está com a palavra, deixa eu terminar pelo menos aqui a leitura.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Sem dúvida.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Bom, então a Comissão fica o seguinte: Eduardo Supply, Senadoras Serys Shessarenko e Fátima Cleide e o Senador José Nery. Se todos estiverem de acordo permaneçam como se encontram.

Eu queria fazer o registro aqui da presença do Embaixador Luiz Augusto de Castro Neves, que se encontra aqui e será sabatinado na próxima semana, designado que foi para representar o Brasil no Japão; o Embaixador Marcos Vinícius de Souza, que é o indicado do Itamaraty para os assuntos da América Central e Caribe. Eu não vou revelar há quantos anos eu sou amigo dele para não comprometer a idade de ambos, mas pelo menos três décadas já se vão; a Embaixadora Maria Nazareth Azevedo, que é Chefe de Gabinete do Ministro Celso Amorim; quero registrar, também, a presença de um estreante nessa Comissão, que é o Senador Jefferson Praia, que assume a Comissão em substituição ao nosso saudoso companheiro Jefferson Peres. Faço esse registro e passo a palavra ao Embaixador Sérgio Florêncio para continuar respondendo ao Senador Valadares.

SR. SÉRGIO AUGUSTO DE ABREU E LIMA FLORÊNCIO SOBRINHO: Muito obrigado, Senador

Heráclito Fortes. Eu gostaria, em primeiro lugar, de agradecer as perguntas apresentadas pelo Senador Valadares que demonstram não só interesse, mas um conhecimento, uma reflexão profunda, amadurecida sobre a realidade mexicana, sobre sua história, sobre como sua história moldou o seu presente, como a geografia arquitetou a sua história.

Em primeiro lugar eu compartilho da admiração do Senador Valadares pela força, pelo vigor da história mexicana, uma história de triunfos, de tragédia, a tragédia da conquista, os triunfos associados ao processo de reforma introduzido pela Revolução Mexicana de 1911, que foi uma revolução agrária, que foi uma revolução social com raízes muito profundas e que se estendem até hoje.

Em segundo lugar, coincido também com a visão do Senador do sacrifício que representou para a população mexicana, para o imaginário coletivo mexicano, o que representou a perda de metade do seu território para os Estados Unidos e agregar um elemento histórico que na verdade a questão do Texas, ela se inicia em 1919 quando trezentas famílias são autorizadas pelo próprio Governo mexicano de se instalarem no Texas e a partir daí há um crescimento substancial da população de norte-americanos naquela região e na década de 30, de vinte e sete mil famílias instaladas apenas três mil eram famílias de mexicanos. Então já havia uma maioria norte-americana e a partir daí houve uma guerra e, finalmente, assinou-se o Acordo de Guadalupe que, então, configurou a anexação do Texas. Posteriormente houve uma segunda guerra com os Estados Unidos em que outras áreas, inclusive a Califórnia, o Novo México, o Wyoming, Arizona, Nevada, vários Estados foram, então, anexados e essa parte do território mexicano que foi anexado e que corresponde à metade do território original, corresponde hoje a seis Estados norte-americanos. São dados, digamos, históricos diante da preocupação do Senador para a compreensão do que isso significa e significa muito na evolução histórica do país.

O Senador se referiu, também, à questão do Partido Revolucionário Institucional, que durante setenta anos permaneceu no poder, com grande influência política marcante, influência política no México, de fato um prolongado período que o Partido Revolucionário Institucional esteve na frente da política mexicana e de certa forma dificultou um avanço da representatividade política no país. Mas é preciso considerar, ao mesmo tempo, que o surgimento do Partido Revolucionário Institucional ainda na fase chamada reformista da Revolução Mexicana significou um importante passo no sentido da pacificação de um país marcado, não só naquele momento, mas marcado nas décadas

anteriores por um profundo processo de caos social e político. Eu mencionei que durante cinquenta anos, do Século XIX, se sucederam aproximadamente cinquenta governos no México, quase a totalidade deles resultantes de golpes militares. Então, digamos, o Partido Revolucionário Institucional teve esse papel importante, original, no sentido da pacificação do processo político mexicano.

Com relação a Chiapas, é outra preocupação muito legítima do Senador. Chiapas foi tradicionalmente a região mais pobre do sul do México, diversos movimentos de insurreição durante o fenômeno do Caudilismo, no Século XIX, tiveram a sua origem na região de Chiapas, movimentos de combate à dominação de ditadores como Porfirio Díaz tiveram na figura de Zapata, na figura de outros líderes da região de Chiapas um importante protagonismo e hoje continua, ainda, a haver uma oposição ao Governo central por parte de movimentos sociais e de partidos políticos originários da região de Chiapas, mas que buscam, em sua maioria, um processo de ampliação do grau de autonomia política.

Então eram esses os comentários e agradecer muito a reflexão importante que o Senador Valadares agregou ao nosso debate aqui que eu considero encerrado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Valadares, considera-se satisfeito? Podendo ainda fazer alguma pergunta, então, na Sessão reservada.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu quero agradecer a digressão histórica do Embaixador, que prova conhecimento da realidade do México e dizer que ainda me preocupa a existência de uma latente insatisfação nesta região do Chiapas, se isso pode contribuir no amanhã para um novo movimento que possa desencadear até numa guerrilha visando a separação. Se há esse perigo hoje, se há esse estado de espírito ou se o Governo já conseguiu fazer a conciliação devida para evitar que tal fato venha a acontecer? Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Antes de passar a palavra ao Senador Suplicy, eu indago ao Senador Jefferson Praia se ele deseja exercer o direito do voto, uma vez que logo em seguida nós iremos encerrar o processo de votação. Eu solicito ao nosso Secretário da Comissão, Alexandre, que, se for necessário, oriente o nosso novo Senador, lembrando a ele que bola preta é reprovação e bola branca é aprovação. Qualquer dúvida, como é o primeiro voto que V. Ex^a. participa, apenas para... Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sr. Presidente Senador Heráclito Fortes. Eu queria dizer ao Embaixador Clodoaldo Hugueney Filho transmitir que em janeiro do ano passado estive em visita à China e em julho passado à Coreia do Norte. Eu vou inclusive lhe dar a cópia dos artigos mencionando o que foi o bem sucedido nessa viagem, em que transmiti às autoridades chinesas, na verdade na Coreia do Sul, mas vou falar sobre Coreia do Norte, na China, especialmente junto ao Presidente da Academia do Trabalho e Seguridade. Perguntei a ele, depois de expor sobre a proposição da Renda Básica de Cidadania, em que medida seria viável na China, para um bilhão e mais de trezentos milhões de habitantes, e ele me respondeu, após as minhas explicações, de que era consistente com os propósitos de harmonia pregados por Confúcio e com os propósitos do presente Governo chinês, mas que seriam necessários três planos quinquenais e que, portanto, será viável em 2020. Então eu disse a ele que, para uma sociedade de cinco mil anos de idade, 2020 é depois de amanhã e que eu ficava muito contente com o seu diagnóstico. Eu me coloquei à disposição porque ele disse que gostaria que eu voltasse lá para expor a toda a Academia. E na Coreia do Sul, perante o Presidente do parlamento e diversos parlamentares, eu disse a ele que seria importante colaborarmos, nós brasileiros, com o processo de unificação e pacificação das duas Coreias e que uma sugestão seria que pudesse a Confederação Brasileira de Futebol, a CBF, organizar com as correspondentes organizações da Coreia do Norte e do Sul, uma vez que os coreanos vibraram tanto com o Brasil quando se sagrou campeão mundial na Coreia e no Japão, que seria interessante que pudesse ser realizado um jogo entre a Seleção Brasileira versus a Seleção Mista de ambas as Coreias, uma na capital da Coreia do Sul e outra na Coreia do Norte. Ele considerou isso muito positivo, inclusive o Embaixador do Brasil que me acompanhava avaliou que era muito positivo. Então eu queria transmitir a V. Ex^a. essa proposta que quem sabe possa ser efetivada.

Eu lembro que quando em agosto acho que de 2004 o Brasil jogou no Haiti e o Presidente Lula ficou tão impressionado com as boas vindas que o povo do Haiti deu emocionadamente ao Brasil ali, eu acompanhei o Presidente quando ele foi cumprimentar os jogadores e ali o Romário, o Ronaldo, o Ronaldinho e outros disseram ao Presidente Lula: “Se quiser, pode nos chamar outra vez para novas missões de paz como esta”. Então eu lembrei disto bem, isto está registrado no meu artigo aqui que lhe encaminho, assim como também encaminho ao Embaixador Roberto Carvalho de Azevêdo, mas aqui com uma observação con-

tida aqui também. Eu tenho dito que nós, brasileiros, precisamos estar cientes, os empresários e os trabalhadores, da forma como funcionam os sistemas de transferências de renda nos países desenvolvidos. Um trabalhador que recebe nos Estados Unidos um salário mínimo e recebe, digamos, dez mil dólares por ano, tem direito ao *Earned Income Tax Credit*, 40% a mais do que recebe, e isto poderia ser considerado e discutido na OMC.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Suplicy, a taquigrafia tem dificuldades. Eles pedem que V. Ex^a. traduza para que possa fielmente transmitir o que V. Ex^a. disse ao país.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Um crédito fiscal por remuneração recebida, e que nós, ou seja, os empresários, os trabalhadores, Senadores, devemos estar conscientes de que quando uma empresa contrata um trabalhador nos Estados Unidos da América, dependendo da sua remuneração a sociedade como um todo lhe paga mais 40%. Isso poderia até ser visto como subsídio ao trabalho, aos trabalhadores, pago pela sociedade, beneficiando tanto as empresas quanto aos trabalhadores. Eu perguntaria: será que deveríamos nós, brasileiros, questionar na OMC tais subsídios que nos últimos três anos somaram mais de quarenta bilhões de dólares pagos a mais de vinte e quatro milhões de famílias nos Estados Unidos? Que resultou que o Reino Unido criasse o *Family Tax Credit*, que paga aos trabalhadores que recebem, digamos, oitocentos *pounds* em Londres, 50% a mais, resultando em mil e duzentos *pounds*, deveríamos nós protestar? A minha recomendação é que não, é que façamos de maneira semelhante ou melhor. E qual é a melhor maneira? É a Renda Básica de Cidadania incondicional para todos os habitantes. E aqui eu trato disso no livro que lhe encaminho de pronto.

E ao Embaixador Sérgio Augusto, também desejando sucesso no México, quero lhe dizer que no México amplia-se, se profunda o debate sobre esse tema, inclusive eu vou lhe encaminhar junto a proposta de um dividendo do NAFTA, uma proposta para uma renda garantida para todos na América do Norte, nos três países, Estados Unidos, Canadá e México, que foi considerado o melhor trabalho na Conferência Ambiental de 2006 na Cidade do Cabo. Então para que possa bem acompanhar esse debate também lhe encaminho esse texto.

E vou, Sr. Presidente, precisar acompanhar o que é que está havendo com o Sargento Laci, que está chegando na base aérea, e vou conversar com o Ministro, se possível, Nelson Jobim, para que os cuidados que V. Ex^a. e todos nós aqui aprovamos sejam assegurados ao Sargento Laci Marinho de Araújo, bem como--

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): É o negócio aí do casamento? É o Sargento que casou?

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): O Sargento, sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O companheiro.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Lá na Globo não botou ele--

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Então, mas é para que ele possa ser devidamente hospitalizado. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Suplicy, V. Ex^a. quer que responda primeiro o Embaixador Roberto Azevêdo, Senador Suplicy? A pergunta de V. Ex^a. é dirigida ao Embaixador Roberto Azevêdo?

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com a palavra o Embaixador.

SR. ROBERTO CARVALHO DE AZEVÊDO: Muito obrigado, Excelência, pela pergunta. No que diz respeito à OMC, em particular, esse tipo de mecanismo, de suplementação de renda, não se caracterizaria como um subsídio tal como definido subsídio na OMC. Nós temos hoje na OMC um acordo, que é um acordo de subsídios e medidas compensatórias e o texto legal define precisamente o que é um subsídio. Por questões até históricas a OMC sempre procurou, desde a época do GATT, diferenciar subsídios ou pagamentos ao trabalhador, portanto, o que a gente chama do padrão trabalhista, numa questão trabalhista, da empresa. Então toda a definição de subsídios hoje na OMC se dá no nível da empresa e jamais no nível do trabalhador. Muito obrigado, aliás, pelo exemplar. Isso significa que um questionamento desse tipo não se colocaria, até porque eu acho que nós deveríamos pensar muito bem, como V. Ex^a. mesmo colocou, nós temos até alguns instrumentos que são parecidos. Poderia se argumentar, por exemplo, que o bolsa-família seja um tipo de suplementação de renda também, não é? É uma questão de que tipo de instrumento legal, como que se dá esse apoio. Eu tenho dificuldades em ver como que o Brasil levaria isso adiante na OMC, mas concordo com V. Ex^a. de que sem dúvida é um tipo de instrumento, de mecanismo de suplementação de renda que nós poderíamos adotar. Até aonde eu sei não há nenhum impeditivo nas disciplinas da OMC para que nós possamos fazer a mesma coisa, muito pelo contrário, até como país em desenvolvimento nós podemos usar dispositivos especiais que dão tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento que nos dariam até uma margem de flexibilidade maior do

que os países desenvolvidos têm para adotarem instrumentos dessa natureza.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): O melhor será implementarmos o que já é lei aprovada pelo Congresso, a Renda Básica Incondicional como direito à cidadania. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Suplicy, eu quero, embora seu fã incondicional, revelar uma mágoa que eu tenho para com V. Ex^a.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Não dei ainda a V. Ex^a. o livro?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Nunca recebi esse seu livro, eu que sou seu fã, seu divulgador. Tenho visto nas livrarias, principalmente de aeroportos, uma vendagem principalmente para jovens, eu não sei se pela capa ou se pelo conteúdo, mas de qualquer maneira eu quero fazer o registro aqui: a minha tietagem tem sido um fracasso com relação a V. Ex^a.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Esse aqui é de V. Ex^a., um notável aprendizado desde os tempos do boxe até o Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu acho que esse livro é dedicado a mim como um aviso, como uma ameaça. V. Ex^a. lembra que na juventude foi lutador de boxe.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): É verdade.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Indiretamente está pedindo que eu não lhe provoque tanto como venho fazendo até agora. Eu vou tentar respeitá-lo. Agora quero, por gentileza, o endereço do fotógrafo que lhe produziu tão bem nessa capa.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): O meu *jeb* será o meu livro para V. Ex^a., Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Alguns dos Srs. Embaixadores querem entrar no debate? Com a palavra.

SR. CLODOALDO HUGUENEY FILHO: Muito obrigado. Eu gostaria de registrar, primeiro, o meu agradecimento ao Senador Suplicy pelo livro, em segundo mencionar que este diálogo sobre Renda Mínima eu acho que é um diálogo interessante com os chineses porque estão havendo transformações importantes na legislação trabalhista chinesa e há, como eu disse, um projeto de melhor redistribuição da renda na China. Estão sendo tomadas medidas também a nível do campo, para estender ao campo proteções da segurança social. Então eu acho que é um momento propício para um tipo de debate como esse. É claro que com um bilhão e trezentos milhões, mas o fato é que nas últimas

décadas os chineses retiraram da pobreza trezentos milhões de pessoas. Então isso é um dado--

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Trabalhando, né? [ininteligível] contraditório aqui do Suplicy. Quem não trabalha não merece ganhar--

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Eu vou dar ao Senador Mão Santa, eu já dei para ele, eu já dei esse livro.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Mas é que eu prefiro ler aqui as cartas--

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Tá bem, mas--

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Ele manda trabalhar, quem não trabalha--

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Na China há instrumentos de transferência de renda sobre os quais eu vou explicar bem ao Senador Mão Santa. Tem o trabalho e a parte de participação para valer na renda da Nação.

SR. CLODOALDO HUGUENEY FILHO: Sobre a questão do futebol e de uma partida da Seleção Brasileira com a Seleção conjunta das duas Coreias, me parece uma iniciativa extremamente feliz, porque todos nós sabemos da importância que o esporte tem e pode exercer no plano da diplomacia. O exemplo do jogo no Haiti eu acho que foi uma coisa emocionante. Eu encontrei com o Ministro Amorim depois e ele mencionou o quão emocionado ele ficou com a receptividade e o impacto que a partida teve no ambiente político no Haiti. De modo que agora que eu acho que o Processo *Ex Apartid* caminha e há uma perspectiva de normalização das relações, isso poderia ser uma iniciativa que podia ter uma importância nesse processo.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Quando ocorrer o jogo, eu quero ir lá assistir, Embaixador.

SR. CLODOALDO HUGUENEY FILHO: Tá bom.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu queria pedir ao Senador Suplicy que estendesse essa sua generosidade envolvendo a seleção brasileira aos países africanos. Seria uma excursão fantástica. Evidentemente que times como o Real Madri iriam perder durante um mês os seus atletas, mas isso não tem nenhum problema. Agora os jogadores da Seleção estão sempre à disposição para atender o Brasil, mas nenhum dispensa o cachê, de forma que o Ricardo Teixeira precisa tomar conhecimento dessa sua generosidade e concordar com esse calendário que V. Ex^a. fará para a Seleção Brasileira, que acho fantástico.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): No Iraque, eles querem muito que a Seleção vá jogar com o time do Iraque também.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Heráclito, bota nessa sua tabela para jogar no Piauí, que tinha um campo de futebol e o PT acabou lá, não tem mais não.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É verdade, é evidente.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Estamos jogando no Maranhão, em Tocantins.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mas olha, o Senador Arthur Virgílio não está inscrito, mas eu sei que ele, como Diplomata, ele já tem inscrição cativa aqui. O meu questionamento, Senador, V. Ex^a. tem sempre umas perguntas aqui desconcertantes para os seus colegas, principalmente os que são da sua geração. Quer fazer na Sessão aberta ou quer fazer na Sessão fechada?

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Os da minha geração estão cursando o Rio Branco agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com a palavra.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Se vingar, Presidente, essa idéia do meu querido amigo Senador Suplicy que na verdade é bem mais *Handsome* do que o que está ali no livro, ele é uma figura realmente bonita por dentro e por fora, mas se vingar a idéia dele de levar a Seleção para jogar no Iraque, vamos dizer que mais do que na Argentina, no *La Bombonera*, o Brasil estará literalmente jogando em campo minado.

Mas, Sr. Presidente, de maneira bastante breve eu gostaria de saudar os três Embaixadores, o Sérgio Augusto de Abreu e Lima Florêncio Sobrinho, Roberto Carvalho de Azevêdo, o Sérgio vai para o México, o Roberto Augusto para a OMC, e o Clodoaldo Hugueney amplia a representação, a sua representação na direção de Mongólia e Coréia do Norte.

Eu vejo que são postos fascinantes, ontem mesmo discutíamos aqui à farta e fui voto vencido com o Senador Jefferson Praia e não nos cabia outra destinação, Embaixador Azevêdo, mas nós aqui advertimos, aliás, foi o outro Senador, o Senador João Pedro quem o fez pela primeira vez, advertimos que a aprovação das Zonas de Processamento de Exportações do jeito que foi feito, enfim, poderiam dar vez a questionamento contra o Governo brasileiro, não só no âmbito do MERCOSUL, como no âmbito da Organização Mundial do Comércio. Portanto, que nós aguardemos então para ver qual será a reação dos países. Mas eu não acredito muito no instrumento. Se o instrumento der certo prejudica e muito o pólo industrial da Zona Franca de Manaus, que é dever precípuo nosso defender aqui, mas me parece uma coisa muito *Old Fashioned*, muito

Cadillac “rabo de peixe”, instrumento talvez válido em algum momento para a China, que produz a pirataria, que trabalha com *dumping* social, com trabalho praticamente escravo, enfim, e com todas as ilegalidades que nós percebemos no ingresso dos seus produtos nos mercados que têm conquistado. Eu não gostaria muito de ver o Brasil trilhando esse caminho de produzir coisas ruins, ainda que a preços baixos, não gostaria disso. Mas vamos ver. Se eu estiver certo e o instrumento for frágil, démodé, ultrapassado, os problemas serão menores. Se mesmo num mundo menos sorridente de hoje, se por ventura vingarem as Zonas de Processamento de Exportações, nós teremos problemas no Amazonas, problemas na indústria tradicional brasileira também, algum problema na área de indústria brasileira de informática e quem sabe questionamentos de outros países junto à OMC.

Em relação ao nosso Embaixador Abreu e Lima, que vai para o México, eu suponho que ele viverá, depois de ter percorrido toda a brilhante carreira que fez até agora, a oportunidade de servir, eu não sei se é a sua primeira vez no México, mas estará diante de um país fascinante, que tem muitas similitudes com o Brasil. É um país concorrente potencial do Brasil, complementar sobre outros aspectos, eu lhe desejo muitos êxitos.

Em relação ao Embaixador Clodoaldo Hugueney Filho, figura também extremamente respeitada e acatada no Itamaraty, eu deposito nele toda a confiança quanto à sua atuação profissional, inclusive com algo que eu julgo que deva ser aí sim um objetivo da diplomacia brasileira, muito mais do que essa desvantajosa luta, a luta em si não, mas a insistência que, aliás, o Governo brasileiro já amorteceu essa insistência, pelo tal lugar como membro permanente no Conselho de Segurança da ONU. Eu vejo isso tão pequeno, tão tolo, a ONU virando Liga das Nações, depois dos bombardeios unilaterais dos Estados Unidos ao Iraque, virando Liga das Nações e nós lutando para posto de mando na Liga das Nações. Eu tenho a impressão que a luta seria, e o Brasil poderia protagonizar um papel de líder efetivamente, a luta seria pelo retorno aos quadros do multilateralismo. E temos uma outra luta pela alteração do modo de produção desses países, a começar por esse junto ao qual V. Ex^a. está acreditado, que é a China. Quando as pessoas dizem: “Ah, mas o desmatamento na Amazônia...” Eles são lamentáveis, são grandes, devem ser detidos, mas não são eles os responsáveis pela emissão do grosso CO₂ do planeta, essa é uma verdade científica. A floresta em pé, ela garante absorção de CO₂ dos países que os emitem, a começar por Estados Unidos e China e a China desbravadamente aumentando as emissões

de CO₂. E mais, a terceira conclusão a que chego é que se aqui não derrubarmos nenhuma árvore mais, nenhuma, vira um santuário, ficam só os mosquitos, saem os seres humanos da Amazônia, nós teremos o perecimento da floresta amazônica a médio prazo, porque ela não terá a capacidade de absorver tanto CO₂ como o que é emitido pelos países que elevam ao máximo a sua capacidade de produzir.

Outro dia estive numa reunião em Londres, eu estava um pouco contristado porque eu rejeito um pouco aquela figura do coitadinho. Eu era Prefeito de Manaus, me recusei a permanecer numa reunião do Partido Socialista Italiano porque estavam me dando o papel do coitadinho, ou seja, tinha lá uma índia guatemalteca toda a caráter, tinha lá um guerrilheiro de procedência duvidosa e eu percebi que eu era a terceira figura exótica, engravatado e falando outra língua. Eu digo: “Eu vou me recusar a esse papel”. Eu digo: “Eu recuso a hospedagem de vocês, vou pagar eu próprio o meu hotel e a minha vida aqui”. Foi em Roma, Roma tem muita coisa boa para se fazer além ficar participando do que para mim era uma farsa clara. Pouco depois estourou e Deus castiga, estourou aquele escândalo envolvendo o Bettino Craxi. Então era uma montagem absoluta, eu não participei daquela fraude, daquela farsa, enfim.

Eu percebo, eu estive outro dia lá no... no... naquela história do Príncipe Charles, o Príncipe Charles tem que justificar o que gasta, tem que justificar aquela vida que ele leva que é de dar inveja em todos nós juntos e mais os que não estão nessa sala. Então ele está preocupado com o aquecimento global. E é muito comum brasileiros se purgando de uma culpa que não têm, ou seja, ali todos em fila, diante de sua alteza, todos se justificando, se explicando, todos coitadinhos, “Pôxa, mas nós somos tão mal, nós liquidamos com a floresta e nós... Agora me dá dez milhões de dólares para eu fazer um projetinho para beneficiar uma área e não sei o que”. Eu não sou muito chegado a isso, de jeito algum. Isso ofende o que eu procuro manter em mim, que é um senso de altivez, e acho que deve se conversar de igual para igual. Então ao intervir, o Senador Suplicy estava presente, eu fui claro, eu digo: “Eu sou completamente a favor de se enfrentar duramente, com repressão, os desmatamentos fora das áreas de manejo, sou completamente a favor de se reprimir politicamente as queimadas; agora não vamos dizer que a culpa do aquecimento global, que tem razões que extrapolam o ser humano, é um ciclo de aquecimento que está previsto há milhões de anos, mas que pode ser gravado ao invés de atenuado pela irresponsabilidade dos seres humanos ao tratar com a questão climática, não venham me dizer que a culpa começa no

Brasil e se esgota no Brasil, começa na Amazônia e se esgota na Amazônia, porque tem muito a ver com a Inglaterra, tem muito a ver com a França, tem muito a ver com os países desenvolvidos, tem muito a ver com os Estados Unidos e tem muitíssimo a ver com a China”. Os Estados Unidos e China então, como *pole positions* ambos. Ali é uma luta dura, é Allan Prost e Nelson Piquet. Não, nem Nelson Piquet, é Senna, Allan Prost e Schumacher, Schumacher atrás um pouquinho dos dois.

Então vamos lutar, ou seja, em cada contato com essa sociedade deve ser a elas transmitida a nossa opinião de que é preciso mudar o modo de produzir os resultados para as suas vidas, porque como está não é possível se imaginar que a floresta amazônica fique de pé. Ela cai, ainda que nenhuma árvore seja derrubada ela cai, ela cai porque ela não aguenta absorver tanto CO₂ emitidos por esses países que entendem que não têm outro jeito de alimentar seus povos a não ser o de sacrificar, apressar certas dificuldades que a humanidade vai ter que ultrapassar. Eu entendo que vem o aquecimento global de qualquer jeito, viria de qualquer jeito, então o nosso dever é nos prepararmos para adaptar a vida humana a uma vida com temperaturas mais quentes, enfim, e vermos quais são as saídas para preparar a floresta amazônica para ela se manter de pé. E aí eu olho para os institutos de pesquisas do Brasil, é risível o que destinam para o INPA, é risível o que destinam para as Universidades, é risível o que destinam para o Museu Goeldi no Pará, é absolutamente risível, é lamentável porque a preocupação é retórica. Quando se vai à ponta, se vai lá, se vai à ponta da cadeia, e nesse Brasil está ficando a gente falar em ponta da cadeia que as pessoas sempre interpretam outra coisa, se vai à ponta da cadeia se chega à conclusão de que as destinações orçamentárias são raríssimas, são escassas, são mínimas, são medíocres e o Brasil precisaria levar a sério, priorizar a Amazônia para valer, tratar a Amazônia como prioridade nacional, já que ela é uma prioridade planetária, já que ela é uma preocupação planetária e precisa deixar de ser tratada como questão paroquial e ser tratada como tema de importância.

Então eu vejo que estamos diante de três Embaixadores categorizados que pelo seu passado e pelo seu presente haverão de nos dar um futuro proximíssimo de representação muito competente. Eu teria uma pergunta ao Embaixador Clodoaldo, se puder depois me informar qual é a altura exata do ditador da Coreia do Norte eu adoraria saber. Ele usa um salto imenso, eu queria saber qual é a altura exata dele. Me informe por e-mail depois.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com certeza na Sessão secreta.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Se me permitir cumprir a missão que V. Ex^a. me atribuiu, que preciso me deslocar para saber--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Antes, porém, lhe peço um minuto.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a. tem toda razão em ter cautela com essas farsas que se montam para enganar estrangeiros envolvendo índios e minorias. Certa vez, na metade da década de 90, a informalidade me permite eu contar, eu queria que o Senador Suplicy ouvisse, eu estava em Washington e fomos recepcionados pelo Banco Mundial. No hall de entrada ofereceram um jantar numa sala separada, e depois, embaixo, fizeram uns espetáculos, umas demonstrações de folclore e eis que surge um grupo de dança de índios americanos, *Siouxs*, coisa que o valha. Muito engraçado, aquele toque de tambor, e um índio baixinho era o que mais se destacava: trocado, tocando aquele tambor, ele rodopiava. De repente nós estávamos num grupo de brasileiros, o Benito Gama, o Luiz Eduardo, eu e mais outro, ele aproxima-se batendo naquele tambor e estarrece a todos com a seguinte frase: “Benito, não saia daí sem falar comigo”. Eu me lembrei que tinha tomado vinho Uruguaio pela primeira vez, que tinha sido apresentado um vinho Uruguaio, pensei imediatamente que era o efeito, mas não podia, porque não tinha sido em exagero e todos ouviram aquela mesma coisa, o índio *Siouxs* conhecendo o Benito e pedindo para ele não sair. Foi aquela dúvida, aquela brincadeira. Quando nós chegamos no estacionamento dos carros estava lá o indiozinho, que não era americano, era baiano e motorista da Embaixada da Argentina, queria uma passagem de volta para o Brasil. Então V. Ex^a. veja como é que as coisas acontecem, isso é no mundo inteiro. Essa cautela que V. Ex^a. demonstra ter, ela é procedente e o que viu na Itália é corriqueiro se ver pelo mundo afora.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Se V. Ex^a. me permitir--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A sua resposta tem que ser na reservada. Algum dos Embaixadores teria algum questionamento? Não. Então Senador Suplicy, V. Ex^a. pede a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Sr. Presidente, eu quero ver se é possível achar em que Estado se encontra o Sargento Laci, seja chegando lá na base aérea, se talvez tenha chegado, então se

conduzido ao hospital ou para onde foi. Eu quero ver se cumprindo a missão--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): De que mal padece o Sargento?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Amor.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Ele está, segundo as informações, ele não se encontra bem de saúde e precisa ser hospitalizado. Eu gostaria só de cumprimentar o Senador Arthur Virgílio pela maneira como defendeu ontem e ainda hoje o Amazonas. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu vou passar agora à Sessão secreta, mas quero pedir quero que permaneçam na sala apenas os Diplomatas, e eu vou abrir, D. Normisa, uma exceção para a senhora, porque eu não conheço filho que negue segredo à mãe. Não adianta a senhora ficar lá fora, depois vai perguntar e ele vai contar tudo e sei que mãe não conta o que ouve do Filho. Então a senhora pode permanecer na sala.

SRA. NORMISA DE SOUZA CARVALHO DE AZEVEDO: Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A Sessão está suspensa até o procedimento, ficando claro que os senhores diplomatas podem permanecer.

Sessão secreta às 13h32.

Sessão reaberta ao público às 13h39.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Está reaberta a Sessão. Comunico a aprovação dos Embaixadores Sérgio Augusto de Abreu e Lima Florêncio Sobrinho para o México, Roberto Carvalho de Azevêdo para a Organização Mundial do Comércio e outras Organizações Econômicas em Genebra e Clodoaldo Hugueneu Filho, República Popular da China e, cumulativamente, na Mongólia e na República Popular Democrática da Coreia.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente Sessão. Muito obrigado a todos.

Sessão encerrada às 13h40.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE JUNHO DE 2008, ÀS 09:00 HORAS.

Às nove horas e cinquenta minutos do dia onze de junho do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **HERÁCLITO FORTES**, reúne-se a Comissão de Re-

lações Exteriores e Defesa Nacional com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **EDUARDO SUPLICY, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, JOÃO RIBEIRO, PEDRO SIMON, JARBAS VASCONCELOS, PAULO DUQUE, MARCO MACIEL, ROMEUTUMA, EDUARDO AZEREDO, JOÃO TENÓRIO, FERNANDO COLLOR, CRISTOVAM BUARQUE, INÁCIO ARRUDA, AUGUSTO BOTELHO, WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA, GEOVANI BORGES, VALDIR RAUPP, JOSÉ NERY, ROSALBA CIARLINI, FLEXA RIBEIRO E JEFFERSON PRAIA**. Justificou a ausência o Senador **GERALDO MESQUITA JÚNIOR**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. O presidente convida os embaixadores Ivan Oliveira Cannabrava, Eduardo dos Santos e Luiz Augusto de Castro Neves para comporem a mesa. O presidente faz a inversão da pauta. **Item 2:** Mensagem (SF) nº 107, de 2008, de autoria do Presidente da República, que “*Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Ivan Oliveira Cannabrava, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Bélgica, e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil no Grão-Ducado de Luxemburgo, desde que obtido o Agrément do Governo desses países.*” O Presidente concede a palavra ao Relator Senador **MARCO MACIEL**, para fazer a leitura de seu Relatório. O Presidente abre o processo de votação. **Item 1:** Mensagem (SF) nº 97, de 2008, de autoria do Presidente da República, que “*Submete À apreciação do Senado Federal indicação do Senhor Eduardo dos Santos, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Paraguai.*” O Presidente concede a palavra ao Senador **EDUARDO AZEREDO**, Relator “Ad Hoc” para fazer a leitura do Relatório. O presidente passa à apreciação da Pauta Extra. **Item 3:** Mensagem (SF) nº 106, de 2008, de autoria do Presidente da República, que “*Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, Inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da lei Nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor Luiz Augusto de Castro Neves, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Japão.*” O Presidente concede a palavra ao Senador **ROMEUTUMA**, Relator “Ad Hoc” para fazer a leitura do Relatório. O Presidente concede a palavra aos

Embaixadores **IVAN OLIVEIRA CANNABRAVA, EDUARDO DOS SANTOS E LUIZ AUGUSTO DE CASTRO NEVES** para fazerem suas explanações. O Presidente passa a Presidência para o Senador Eduardo Azeredo. O Presidente em exercício concede a palavra aos Senadores **ROMEUTUMA, EDUARDO SUPLICY, PAULO E FERNANDO COLLOR**. O Presidente em exercício, Senador Eduardo Azeredo passa a Presidência para o Senador Eduardo Suplicy. O Presidente em exercício torna a reunião secreta às onze horas e trinta e três minutos. A sessão é reaberta às onze horas e trinta e oito minutos. O Senador Eduardo Azeredo reassume a Presidência. O Presidente comunica a aprovação dos Embaixadores. O Presidente submete a apreciação os itens Extrapauta. **Item 1:** Requerimento nº 36, de 2008 – CRE, de autoria dos Senadores Eduardo Azeredo e Papaléo Paes, que “*requerem nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com os incisos II, ix e x do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), em conjunto, com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), a fim de debater as relações bilaterais entre o Brasil e a França na fronteira entre o estado do Amapá e a Guiana Francesa. Serão convidados: Embaixador Celso Amorim, Embaixador Antoine Pouille, Paulo de Tarso Vannuchi, Secretário Especial de Direitos Humanos e o Deputado Camilo Capiberibe.*” Aprovado. O Presidente concede a palavra ao Senador **EDUARDO SUPLICY** que informa sobre o caso dos Sargentos do Exército Brasileiro Laci Marinho de Araújo e Fernando Alcântara. **Item 2:** Requerimento nº 35, de 2008 – CRE, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros que “*requeremos, nos termos do inciso ii, do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, e no inciso v, do art. 58, da Constituição Federal, seja realizada audiência pública conjunta desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e a Subcomissão Permanente da Amazônia, com o tema “a política indigenista do Governo Federal e a atuação de organizações não governamentais na Amazônia.” para tanto requeremos que sejam convidados os senhores: dr. Paulo Fernando da Costa Lacerda, diretor-geral da agência brasileira de inteligência – ABIN; Luiz Fernando Corrêa, Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal, e Gal. Augusto Heleno Ribeiro Pereira, Comandante Militar da Amazônia.*” Aprovado. O Presidente nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às onze horas e cinquenta e um minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diá-

rio do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **HERÁCLITO FORTES**, Presidente.

REGISTRO DA ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA 17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE JUNHO DE 2008, ÀS 09 HORAS E 50 MINUTOS

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Havendo número regimental declaro aberta a 17ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior. Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Antes de iniciar a apreciação da pauta, convido para compor a Mesa os Srs. Embaixadores Eduardo dos Santos, indicado para o Paraguai, Ivan Oliveira Cannabrava, indicado para o Reino da Bélgica, cumulativamente, no cargo de Embaixador do Brasil no Grão-Ducado de Luxemburgo, Luiz Augusto Castro Neves, indicado para o Japão.

Mensagem nº. 107, de 2008. Não terminativo. Submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Sr. Ivan Oliveira Cannabrava, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Bélgica e, cumulativamente, no cargo de Embaixador do Brasil no Grão-Ducado de Luxemburgo, desde que obtido o agrément do governo desses países. Autoria: Presidente da República. Relator: Senador Marco Maciel, a quem passo a palavra.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, nobre Senador Heráclito Fortes, Srs. Senadores Eduardo Azeredo e Cristovam Buarque, Srªs. e Srs. Senadores, Senador Romeu Tuma. Sr. Presidente, esta Casa Legislativa é chamada a opinar sobre a indicação que o Sr. Presidente da República deseja fazer do Sr. Ivan Oliveira Cannabrava, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do quadro especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil, junto ao reino da Bélgica e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil no Grão-Ducado de Luxemburgo, desde que obtido o agrément do governo desse país.

A Constituição atribui, como todos nós sabemos, competência privativa ao Senado Federal para examinar, previamente, por voto secreto, a escolha dos chefes de escolha diplomática, de caráter permanente. Art. 52,

inciso IV. De acordo com o currículo feito e elaborado pelo Ministério das relações exteriores, em razão de preceito regimental, o Embaixador Ivan Oliveira Cannabrava ingressou no curso preparatório para a carreira diplomática no Instituto Rio Branco, em 63, tornando-se terceiro Secretário dois anos depois, ascendeu à função de segundo Secretário, primeiro Secretário, Conselheiro, Ministro de Segunda Classe em 1982 e Ministro de Primeira Classe, em 1990. Sempre por merecimento. Dentre as divisões dos Departamentos que se viu na burocracia do Itamaraty, citamos a Divisão Jurídica, a Divisão da Organização dos Estados, o Departamento das Américas, a Divisão da América Meridional, o Departamento das Américas, a Divisão da América Central e Setentrional e a Subsecretaria Geral de Assuntos Políticos.

Chefiou equipes de Missões Diplomáticas Brasileiras, na Reunião Regional, parece, Ocidental, na Reunião preparatória da Conferência da Organização das Nações Unidas sobre a água, ocorrida em Bagdá, em 1976, a Reunião da Antártida, em Puntarena, Chile, a Reunião da Comissão Econômica para a América Latina, a Reunião do Comitê Científico sobre a Pesquisa Antártica, em Shamuni, na França, a Conferência Regional sobre Medidas de Fortalecimento da Confiança e da Segurança, em Santiago, e muitas outras missões temporárias no exterior. Serviu nas embaixadas de Bonn, Assunção, Washington, Tóquio, Luanda, Tel-Aviv, Tóquio novamente, e México.

Possui diversas condecorações recebidas pelo diplomata, não somente nacionais, mas inúmeras comendas outorgadas por diferentes Governos, de diferentes continentes.

Quanto às relações belgo-brasileiras, informa o Itamaraty que, em meados de 2007, foi lançado projeto ambicioso para recuperar a quase inexistente prioridade dada pela Bélgica, nos últimos anos, à América Latina e Caribe. O diálogo diplomático foi intensificado com diversos países, entre os quais o Brasil. No entanto, o impasse político causado pela falta de entendimento entre os líderes de idioma holandês e francês sobre a divisão dos cargos nas eleições de 2007 imobilizou o país, criou um ambiente insólito de instabilidade política, e, em consequência, tirou a vitalidade desse movimento diplomático recém inaugurado.

Sr. Presidente, sem descer a outras observações sobre a Missão que será... Uma vez concluído o processo de apreciação nesta Casa, atribuído ao nobre Sr. Cannabrava, eu gostaria também de destacar que no âmbito parlamentar, missão belga dirigida pelo Presidente do Parlamento Valão, Sr. José Hapart, visitou o Congresso Brasileiro e esteve em reunião na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Tive a ocasião

de recebê-los e tivemos um dia de intensos debates e discussões sobre o Federalismo, sobre o Sistema de Governo, sobre o Sistema Eleitoral e Partidário.

Devo também, antes de encerrar, dizer que o comércio bilateral foi de US\$ 5 bilhões em 2007 e de US\$ 1,8 bilhão, no período de janeiro a abril, deste ano. Segundo os dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

Diante do exposto, em cumprimento ao que dispõe o Art. 52, IV, da Constituição Federal, submeto a escolha do Sr. Ivan Oliveira Cannabrava para as funções que acabo de me referir. Devo dizer que por conhecê-lo, a longa data, sei que é um dos Embaixadores... Trata-se de um Embaixador extremamente habilitado, competente, capaz, e devo aproveitar a ocasião para, mais uma vez, me referir ao fato que o Itamaraty ser uma Casa diplomática, com amplo reconhecimento no exterior, mercê da qualificação dos seus integrantes. Sr. Presidente, meu voto é pelo acolhimento à indicação e é esse também o meu parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Esse é o parecer do Senador Marco Maciel, que a Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a Indicação. Passamos agora ao Item 01. Mensagem 97/08. O Item é não terminativo. Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Eduardo dos Santos, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Paraguai.

Antes de passar a palavra ao Senador, eu quero dizer que tendo em vista as inúmeras Comissões que estão funcionando, nessa manhã, inclusive, uma oitiva de Audiência Pública, na Comissão de Infra-Estrutura, nós vamos, excepcionalmente, abrir, a partir de agora, o processo de votação, para aqueles Srs. Senadores, que tiveram acesso ao currículo e todo o processado, e que se acham em condições de exercer o voto, possam fazer a partir de agora. Com a palavra, o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, o Embaixador Eduardo dos Santos, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, ele ingressou em 74 no curso preparatório, lá no Instituto Rio Branco, e terminando o curso de Ciências Políticas, pela Universidade Federal de Rio de Janeiro, várias promoções, chegando a Ministro de Primeira Classe, em 1999. Entre as divisões do departamento que serviu no Itamaraty, a Divisão da América Meridional, Divisão da América Meridional dois, a um e a dois, Gabinete do Ministro de Estado e no Planalto serviu ainda junto a Secretaria do Tesouro Nacional e

ao Gabinete do Ministério da Fazenda e Presidência da República.

Chefiou as equipes das missões diplomáticas brasileiras na II Reunião da Força Tarefa do G-7/8 ampliado sobre os testes nucleares de Índia e Paquistão, 1996; a III Reunião de Alto Nível da Nova Agenda de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço Brasil-Uruguai, Montevideu, 2003, como chefe de delegação; IV Reunião de Alto Nível da Nova Agenda de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço Brasil-Uruguai, em Porto Alegre, 2004;

Serviu nas Embaixadas em Moscou (1977); Buenos Aires (1979); Londres (1989 e 1994); Montevideu (2002); Berna (2006); e junto ao Principado de Liechtenstein (2006), com várias homenagens e medalhas recebidas. E com relação à República do Paraguai o sumário elaborado pelo Itamaraty dá os dados principais sobre o relacionamento do Brasil com o Paraguai, e lembrando exatamente a dependência que o Paraguai tem em relação ao Mercosul.

Três temas de relevo para o Paraguai junto ao MERCOSUL: a questão das assimetrias, o Fundo para Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM) e o relacionamento do MERCOSUL com terceiros países, que muito tem facilitado o acesso do Paraguai a países com os quais não mantinha relações mais diretas. Os fechamentos de Embaixadas estrangeiras no Paraguai e a existência de apenas quatro missões européias em Assunção simbolizam a diminuição da relevância do país tem do ponto de vista da sua economia, em especial.

A grande fragilidade econômica e institucional do Paraguai fez com que durante bom tempo houvesse essa linha de dificuldades.

O Brasil é individualmente o principal parceiro comercial do Paraguai. As relações bilaterais são profundas e abarcam todos os campos da vida internacional, especialmente o significado de Itaipu e também a presença de brasileiros descendentes, no Paraguai. São mais de 200 mil brasileiros que moram ou trabalham no Paraguai.

A percepção de que o Tratado de Itaipu deve ser revisto por conter cláusulas supostamente lesivas ao interesse paraguaio tem sido amplamente difundida. A assinatura do Memorando de Entendimento que eliminou o fator de ajuste ligado à inflação norte-americana tirou um argumento dos críticos mais acerbos, mas o assunto ainda está em pauta, sobretudo com a vitória de Fernando Armindo Lugo Méndez nas eleições presidenciais.

Este é o Relatório preparado pelo Senador Mão Santa, que eu subscrevo, Sr. Presidente, exatamente com os dados principais do Embaixador Eduardo dos

Santos e também sobre o Paraguai, país para o qual ele está sendo indicado. O parecer é favorável à indicação do Embaixador.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O parecer é pela aprovação. Passamos, então, ao Item 03 da Pauta Extra. Não Terminativo, Mensagem 106/08. Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do Art. 52, Inciso IV da Constituição e com o Art. 39 da Lei nº. 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Sr. Luiz Augusto de Castro Neves, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Japão. A autoria é do Presidente da República, relatoria é do Senador Paulo Duque que, encontrando-se ausente, solicito ao Senador Romeu Tuma, que exercite a função de Relator.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Obrigado, Presidente. O Relatório é com respeito à indicação do Sr. Luiz Augusto de Castro Neves, Ministro de Primeira Classe da Carreira Diplomática do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Japão. Vai atravessar o universo: 12 horas de diferença, de fuso horário.

Esta Casa do Congresso é chamada para se manifestar sobre a indicação que o Sr. Presidente da República faz do Sr. Luiz Augusto de Castro Neves, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores para exercer um importante cargo de Embaixador do Brasil junto ao Japão.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal, para apreciar, previamente, e deliberar, por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática, em caráter permanente. Art. 52, Inciso IV: “O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou *curriculum vitae* do Diplomata, do qual extraímos, para esse Relatório, as informações que se seguem.

Nascido no Rio de Janeiro – RJ, filho de Almerio de Castro Neves e Julieta Borges de Castro Neves, graduou-se em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1969. No Instituto Rio Branco, concluiu, em 1982, o Curso de Altos Estudos. Também obteve título de Mestre em Economia em 1977.

Nomeado Terceiro-Secretário em 1968, o diplomata foi promovido a Segundo-Secretário em 1972; Primeiro-Secretário em 1978; Conselheiro em 1981; Ministro de Segunda Classe em 1987; e Ministro de Primeira Classe em 1995.

Entre os cargos exercidos e as missões importantes de que participou, cumpre destacar os seguintes: Professor de Economia do Instituto Rio Branco; Adjunto da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional; Subchefe de Assuntos Econômicos da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional; Ministro-Conselheiro na Delegação junto à Organização dos Estados Americanos (OEA) em Washington; Ministro-Conselheiro na Embaixada em Ottawa, Canadá; Secretário Executivo da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República; Diretor-Geral do Departamento das Américas, Embaixador em Assunção e em Pequim.

Consta, ainda, do processado, além do *curriculum vitae* relatado, documento informativo, anexado pelo Ministério das Relações Exteriores, sobre o Japão. Há dados básicos sobre o Japão e, também, informações sobre relações bilaterais com o Brasil.

O Japão é o país com a décima maior população do mundo, apesar de sua área ser inferior a quatrocentos mil quilômetros quadrados. Caracteriza-se como monarquia constitucional parlamentar, tendo abandonado o feudalismo apenas na segunda metade do século XIX com o início da Restauração Meiji. Na primeira metade do século XX, o Japão adotou política expansionista em direção ao Leste da Ásia.

Posteriormente aos ataques nucleares sofridos durante a Segunda Guerra Mundial, o Japão tornou-se modelo de reconstrução econômica, adotando instituições democráticas e formando aliança estratégica com os Estados Unidos da América.

As relações bilaterais Brasil-Japão remontam ao Tratado de Comércio, Amizade e Navegação, assinado em 1895. Trata-se de nosso parceiro mais tradicional na Ásia.

No Brasil, localiza-se a maior colônia de descendentes japoneses no exterior, formada em virtude da emigração ocorrida a partir de 1908. No entanto, na década de 1990, a situação começou a se inverter e atualmente a comunidade brasileira é a terceira maior no Japão, sendo que as questões envolvendo brasileiros no Japão passaram a ocupar posição relevante na agenda bilateral.

A instabilidade econômica no Brasil e na América Latina, nos anos 80, e a estagnação econômica vivida pelo Japão, na década seguinte, levaram ao recuo dos investimentos japoneses no Brasil. Enquanto, em 1991, a corrente de comércio bilateral com o Japão, então segundo maior parceiro comercial do Brasil, representava 7,6% da corrente total brasileira, no ano de 2007, representou somente 3,2%.

Porém, recentemente intensificaram os esforços para promover o estreitamento das relações bilaterais,

tendo o ano de 2008, quando se completa o centenário da imigração japonesa no Brasil, sido eleito como o “Ano do Intercâmbio”.

Em 2007, verificou-se aumento tanto de importações quanto de exportações entre Brasil e Japão, porém, em ambos os casos, esse crescimento ficou abaixo do crescimento total das exportações e importações brasileiras. 82% das exportações brasileiras para o Japão são produtos básicos e manufaturados (minérios de ferro não aglomerados, alumínio bruto, frango congelado, minérios de ferro aglomerados, café não torrado, álcool etílico de uso industrial, níquel bruto, sucos de laranja, pasta de madeira e soja), sendo que essa concentração em itens de menor valor agregado revela tendência inversa à verificada, em geral, no comércio brasileiro. O governo brasileiro – a exemplo de iniciativas como a assinatura pela EMBRAER de dois contratos – tem adotado estratégia de diversificação de sua pauta, com vistas a nela incluir itens de maior valor agregado.

Por sua vez, a pauta de exportações japonesas mostra-se bem mais diversificada, destacando-se itens relacionados à indústria de transporte (partes para carros, tratores, helicópteros, motores, motocicletas, etc), poliacrilato de sódio, escavadoras, discos ópticos, centros de usinagem, entre outros.

Cumpre, ainda, destacar, entre os temas de interesse bilateral, a busca de cooperação em matéria de biocombustíveis; a adoção pelo Brasil do padrão japonês de TV digital; o empenho do governo e empresários nipônicos na construção do trem de alta velocidade para ligação das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo; o interesse do sistema financeiro japonês pelo mercado brasileiro, especialmente após a crise de hipotecas nos Estados Unidos da América; e, também, iniciativas no âmbito da energia nuclear.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste Relatório.

Portanto, este é o Relatório elaborado pelo eminente Senador Paulo Duque, que, como Relator *ad hoc*, aprovo.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O Relatório é pela aprovação. Passo agora a palavra ao Embaixador Ivan Cannabrava, para fazer sua exposição.

SR. IVAN OLIVEIRA CANNABRAVA: Senhores membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa do Senado Federal, é com muito prazer que compareço, hoje, a essa Comissão, na verdade, é a 5ª Embaixada, anteriormente estive aqui quando fui indicado para Angola, Israel, Japão e México. Isso é uma demonstração da qual tenho muito orgulho de

participar, dessa estreita relação que existe entre o Itamaraty e o Poder Legislativo.

A Bélgica é um país pequeno, 30 mil quilômetros quadrados, uma área equivalente ao Estado de Sergipe. Uma população de 10,5 milhões de habitantes. E ao longo de sua história, ela foi ocupada por franceses, posteriormente, fez parte do Reino da Holanda, e isso gerou duas comunidades diferentes, de língua francesa e língua holandesa. Quando da independência da Bélgica, em 1830, que ela se separou da Holanda, foi adotada a língua francesa, como língua oficial. O que já criou um certo problema, porque havia uma comunidade grande de língua holandesa. Mas, como, naquele momento, a independência era da Holanda, quer dizer, tinham que se adotar elementos que separasse a Bélgica da Holanda, mas aí já está um primeiro elemento da separação entre o norte da Bélgica, falando holandês, e o sul, Valônia, falando francês. Ainda há uma mínima comunidade, a terceira, alemã, com 1% da população.

Um outro elemento que contribui para um clima de tensão, no País, entre as comunidades, foi que, inicialmente, a grande industrialização da Bélgica foi na parte da Valônia, do sul, a parte francesa. Com a decadência dessas indústrias, que exatamente carvão, minério de ferro, a Flandres passou a ocupar a dianteira do progresso. Então, a Flandres passou a ter uma população maior e passou a ter um desenvolvimento tecnológico maior e uma representação menor. Inclusive, a língua oficial é francesa. Isso foi modificado. Hoje, as duas línguas são oficiais e, evidentemente, inclusive, todos os primeiros Ministros da Bélgica, uma única exceção, todos têm sido da Comunidade Flamenga.

Portanto, a Bélgica, hoje, está dividida em três regiões: Flandres, no norte, neozelandesa(F), sul, Valônia, e a Comunidade Alemã que, eu já disse, é considerada a menor, com 1% da população. São todas essas três regiões têm governos próprios, o Estado é uma Federação, mas com uma enorme autonomia e é muito interessante, porque as regiões têm especificado suas atribuições, e a Federação tem o poder residual. De modo que é um sistema muito particular o que existe na [ininteligível].

Ultimamente tem havido, inclusive, por parte da Flandres, movimentos, partidos de extrema direita, que defendem, inclusive, a secessão do País. Na verdade, menos de 10% aceitam a idéia do separatismo. Na Flandres, tem havido um problema especial que é o progresso dos partidos de extrema-direita, com uma posição muito dura com relação aos imigrantes. Isso para nós tem alguma repercussão, porque temos uma comunidade, depois vou me referir, de brasileiros residentes na Bélgica.

A Bélgica foi dos primeiros países a integrar-se ao processo da Revolução Industrial, chegou a ser, no início do Século 20, a quarta economia mundial. Como eu já disse, quer dizer, hoje em dia a grande área de progresso tecnológico é o norte, a região da Flandres, e mais no sul tem havido uma certa recuperação também.

Em matéria de política externa são três grandes eixos. A Bélgica tem primeiro, a questão da construção Européia, a primeira prioridade, a segunda, Aliança Atlântica, relação especial com os Estados Unidos, e a terceira uma relação muito especial com as três ex-colônias, na África, República Democrática do Congo, Ruanda e Burundi. Com o Brasil as relações datam do final do século passado. Na verdade, Companhias Belgas já participaram, no Século 19, desculpe, das primeiras construções de ferrovias brasileiras, iluminação a gás no Rio de Janeiro.

Eu quando fiz a minha tese para o curso de altos estudos do Itamaraty descobri uma coisa muito interessante, que quando no início do século, no Governo do Presidente Prudente de Moraes, a Bélgica envia uma grande expedição à Antártida, chefiada pelo Adrien de Gerlache, eles param no Rio de Janeiro e recebem toda assistência do arsenal de Marinha, foram recebidos pelo Prudente de Moraes. Isso levou Gerlache a levar uma bandeira brasileira, para a Antártida, onde ele hasteou a bandeira brasileira. E nós nunca adotamos uma posição territorialista, na Antártida, mas enfim, a bandeira brasileira já foi hasteada, no início do Século 20.

Em 1920, a grande visita do Rei Alberto e a Rainha Elizabeth, que não só em visita ao Rio de Janeiro, mas vão a Minas Gerais. Um ano depois surge a Companhia Belgo-mineira, e dez anos depois já empresas como a Electrabel, a Solveig, que já começam a se instalar no Brasil.

Hoje em dia, esses investimentos belgas estão por volta de um bilhão e novecentos, no Brasil, basicamente setores serviços, eletricidade, água quente, gás, e o comércio é um comércio importante. Desculpe, dentre as empresas belgas há uma que eu teria que mencionar, que é a maior cervejaria do mundo, que é a Interbrew, que fez uma associação aqui com a AmBev, é a maior cervejaria do mundo. A indústria farmacêutica muito importante também. O comércio está por volta de cinco bilhões de dólares nos dois sentidos, com bom superávit a nosso favor, dois bilhões. Vendemos basicamente pasta de madeira, suco de laranja, minério de ferro, alumínio, e chegamos a vender, inclusive, aviões da EMBRAER, e a EMBRAER, inclusive, tem aqui uma sucursal com eles.

Na questão dos brasileiros, nós temos quatro mil brasileiros em situação regular, e temos uma margem grande, entre 20 e 30 mil brasileiros em situação irregular, na Bélgica. Na verdade, eles têm entrado via aeroportos como Paris, Londres, desculpa, Paris, Lisboa e Amsterdã. Porque o início dessa colônia foram os vôos da VASP, que duraram de 92 a 2000. Com a interrupção, acabou de haver essa linha direta. É uma comunidade de jovens, basicamente entre 20 e 30 anos, muitos, inclusive, sem curso secundário completo. Não sei, talvez a gente possa até pensar uma coisa como a gente tinha no Japão, que é a questão do supletivo, realmente, nesse momento, eu não sei se nós temos, mas no Japão foi uma coisa que deu muito bom resultado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mas é que é um assunto tão importante essa... Esse cuidado com os ilegais, que estão, hoje, me parece que é uma visão especializada do Itamaraty, de tentar resolver ou, pelo menos, que haja mais condescendência, num trato mais--

SR. IVAN OLIVEIRA CANNABRAVA: Exato.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): --correto. Então, acho que V. Ex^a. traz um assunto que mexe com a sensibilidade brasileira.

SR. IVAN OLIVEIRA CANNABRAVA: O senhor tem toda razão.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Então, o trabalho que foi feito no Japão, quando era uma clandestinidade organizada de exploração da mão-de-obra, praticamente levá-los como escravos, sem assistência médica, sem nada, o próprio Japão teve o cuidado de mandar uma equipe especial, Presidente Collor, para tratar com as autoridades brasileiras a forma de legalizar a presença, inclusive, dar toda a assistência médica, trabalhista, tudo aquilo--

SR. IVAN OLIVEIRA CANNABRAVA: É verdade.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): --que fosse necessário para que eles realmente pudessem--

SR. IVAN OLIVEIRA CANNABRAVA: Hum-hum.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): --compor o corpo de trabalhadores, sem ter nenhuma consequência de perseguição... É claro, que os brasileiros tiveram que se acostumar, lá a criminalidade é menor, e houve alguns incidentes graves no início, mas hoje acho é um exemplo bom que talvez o Itamaraty possa usar em outros países, para poder tratar desse intercâmbio--

SR. IVAN OLIVEIRA CANNABRAVA: É verdade. É verdade.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): --de mão-de-obra e de pessoas. Obrigado e peço desculpas ao senhor.

SR. IVAN OLIVEIRA CANNABRAVA: Pois não. Não, é verdade. A Embaixada tem... Há um Conselho de Cidadãos, a Embaixada tem organizado Reuniões com a Colônia, inclusive, um evento muito... Um Foro importante, recente, é uma reunião de pais com crianças brasileiras, para que não se percam as raízes com o Brasil. Isso é, sobretudo, importante, Senador, Sr. Presidente, é porque tem havido, paralelamente, uma evolução negativa com a questão dos imigrantes na Bélgica.

Uma população de 10 milhões, com um milhão de imigrantes, basicamente turcos e marroquinos. E tem havido, por parte de alguns partidos da Flandres, uma posição muito dura com relação aos imigrantes. De modo que a gente precisa é um acompanhamento que tem que se fazer. E eles dão dados, há um dado impressionante. Em 2005, numa população de 10 milhões de belgas, onde há um milhão de estrangeiros, o número de crianças, 54% das crianças, que nasceram, em 2005, foram filhas de imigrantes. Num universo... Isso para um país que tem preocupação com a presença de imigrantes, eu não preciso dizer onde é que... Mas enfim, no mais, muito obrigado e eu fico à disposição. Eu quis me manter dentro dos 10 minutos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Agradeço o Sr. Embaixador e concedo a palavra ao Embaixador Eduardo dos Santos, para fazer sua exposição.

SR. EDUARDO DOS SANTOS: Muitíssimo obrigado, Sr. Presidente, Srs. Senadores, membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. É pra mim uma grande honra voltar a esta Comissão e submeter-me à sabatina dos Srs. Senadores. Estou aqui para receber a orientação e as instruções para a missão, para qual fui indicado, pelo Presidente da República.

Eu creio que não é necessário justificar a relevância do Paraguai, na política externa do Brasil, o Relatório é bastante expressivo. Trata-se de um país vizinho, membro originário do MERCOSUL, sócio em Itaipu e que, hoje, tem a particularidade de abrigar uma expressiva comunidade de brasileiros. A esses fatores, eu diria que se somam muitos outros de natureza política, econômica, comercial, cultural, humana, que dão a essa relação uma fortíssima densidade.

Os nossos vínculos com o Paraguai sempre foram relevantes e o Brasil sempre deu, a esse país,

um tratamento especial e prioritário, no âmbito da sua política regional. Prova disso são de que, ao longo do século XX, nós reforçamos continuamente os laços bilaterais, com iniciativas pioneiras de integração, como foram a Ponte da Amizade, a ponte sobre o Rio Apa, as concessões dos portos francos em Paranaguá e Santos, nos governos anteriores, e Itaipu foi o coroa-mento dessa obra de aproximação de entendimento e de construção de confiança.

Itaipu, passados 35 anos do Tratado de 1973, permanece como uma grande obra, que é orgulho para brasileiros e paraguaios, um elo físico de integração perene para beneficiar os dois países. Eu apenas, o Congresso Nacional, especialmente os Senadores que integram essa Comissão, estão perfeitamente cientes do alcance e das implicações do debate atual, que tem que ser feito, em torno desse assunto. Eu não vou me aprofundar neste comentário introdutório, me coloco à disposição para algum esclarecimento posterior.

Eu apenas gostaria de dizer que Itaipu não surgiu do nada e nem é um fato isolado. Os países da Bacia do Prata, ao menos desde os anos 40, 50, do século passado, aproximaram-se e conjugaram seus esforços pelo aproveitamento dos recursos naturais e pelo seu potencial econômico. Essa é a origem do Tratado da Bacia do Prata, de 1969, no qual cujo âmbito está inscrito juridicamente o Tratado de Itaipu que, por sua vez, está referenciado a um importante documento regional, que é a Declaração de Assunção, sobre o aproveitamento de rios internacionais. Apenas para mostrar que Itaipu, hoje, é uma obra de grande alcance regional e que marcou um momento culminante na relação entre o Brasil e o Paraguai.

Mas a relação do Brasil com o Paraguai não se esgota em Itaipu, bem sabem V. Exas. Hoje vivemos um momento especial com a transição para um governo eleito, que é um momento muito relevante no processo de afirmação de consolidação e de aprimoramento da democracia do Paraguai, o que o Governo Brasileiro, a sociedade brasileira, saúda de maneira muito enfática.

Creio que é um interesse do Brasil continuar a apoiar os esforços pela... Do Paraguai, pelo progresso e pela sua estabilidade. Isso é do nosso interesse fortalecer as relações no plano do comércio, pela integração produtiva, dos investimentos, da integração energética e econômica, da cooperação técnica, da relação cultural, dos mais diversos campos. Um exemplo dessa prioridade que o Brasil concede ao Paraguai é o Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL, um fundo para o qual o Brasil contribui com mais de 70% de seus recursos e que beneficia diretamente o Paraguai. Hoje, o Paraguai já se beneficia de pelo menos

dez projetos, oito Projetos do FOCEM já foram aprovados, seis já estão em execução, dois ainda acabam de ser aprovados, em projetos de infra-estrutura e de saneamento, etc, isso significa desembolsos superiores a 100 milhões de dólares ao Paraguai.

Nós temos dedicado uma atenção muito especial ao tema dos “brasiguaios”. É um tema extremamente sensível, a migração dos brasileiros para o Paraguai remonta à década de 1960. Hoje são mais de duzentos mil brasileiros dedicados à agricultura, que contribuem para o desenvolvimento do Paraguai. Colocou o Paraguai na quarta posição de maiores exportadores mundiais de soja, são responsáveis por 80% da soja produzida no Paraguai, e o Governo Brasileiro, acho que refletindo sentimento do Congresso Nacional, da sociedade brasileira, está plenamente comprometido a apoiar essa comunidade. Tem mobilizado a sua representação diplomática e consular no Paraguai, tem procurado concluir entendimentos, Poderes Executivos de práticas, com as autoridades paraguaias, para permitir que esses brasileiros continuem, lá, trabalhando, de maneira tranqüila, contribuindo para o progresso do Paraguai e necessitando regularizar a situação.

Esses entendimentos com o Paraguai ainda não estão totalmente implementados, necessitam de algumas providências, não quero entrar em detalhes, V. Exas bem conhecem o assunto, mas é um assunto que reputo de grande prioridade. Nós somos conscientes da situação econômica do Paraguai, dos seus problemas, suas deficiências de infra-estrutura, inclusive, na questão da Hidrovia Paraguai-Paraná que necessita obras de melhoramento para navegação.

Nós temos um comércio altamente superavitário para o Brasil, o comércio exterior do Paraguai já é deficitário em si. Então, a nossa preocupação creio ser a de fomentar e de apoiar projetos de crescimento, projetos de geração de renda e emprego no Paraguai. E essa creio ser a preocupação do Governo do Presidente Lula, do Itamaraty, que tem procurado preparar um novo programa de ações e medidas e iniciativas que visem a apoiar os novos esforços do Paraguai nesse seu... Em matéria de desenvolvimento econômico, inclusive, apoiando projetos de industrialização que permitam, ao Paraguai, usar mais energia que possui em Itaipu. Este programa está sendo preparado, não quero me antecipar a decisões que serão tomadas nos níveis competentes do Governo Brasileiro e do Congresso Nacional, mas eu quero dizer que isso é algo mais que poderemos fazer pelo Paraguai, adicionalmente ao muito que já foi feito, ao muito que já foi feito.

O Brasil, por exemplo, recentemente estabeleceu... Tomou providências no sentido da construção de uma segunda ponte para o Rio Paraguai, fez a

doação de um fundo para melhorar a cabeceira da Ponte da Amizade, facilitou com a questão do fator ajuste o rendimento de Itaipu, em favor do Paraguai. De maneira que há muito que o Brasil tem feito, mais pode ser agregado.

Poucos exemplos, a questão do agronegócio, o Paraguai é um país que tem vocação natural para o agronegócio, a exemplo do oeste brasileiro. Eu acho que a cooperação do Brasil com o Paraguai, nessa hora, fortalecendo mecanismos de fiscalização sanitária, fito sanitária, poderá prestar uma grande contribuição. Isso já tem sido feito em alguma medida e poderá ser intensificado.

Área de biocombustíveis é outro fator de importância. A área do turismo, o Brasil pode cooperar na questão da recuperação das missões, dando uma viabilidade, cooperação com as universidades do Paraguai, enfim, trata-se de construir uma nova agenda integrada de cooperação com o Paraguai, que reflita o relacionamento estratégico que nós temos com esse país irmão.

Um outro aspecto fundamental que é do pleno conhecimento e que... Da decisão... Que depende da decisão do Congresso Nacional, que são as medidas de caráter tributário, que estão sendo tomadas, em matéria tributária, na questão do comércio em Ciudad del Este. Não vou entrar em detalhe, porque é do perfeito conhecimento de V. Exas.

Para terminar, eu diria, Sr. Presidente, que obviamente o futuro imediato da nossa relação bilateral com o Paraguai não está condicionado apenas à questão de Itaipu, mas também à forte participação econômica que o Brasil tem nesse país. Somos o principal parceiro comercial, segundo maior investidor, a principal rota de acesso para exportação e importação do país. Os brasileiros são proprietários de importantes terras e produtores agrícolas no Paraguai, enfim, somos a maior economia do bloco, ao qual o Paraguai está integrado e isso nos impõe uma responsabilidade muito grande.

Com o advento do Governo do Presidente Lula, creio que é o momento de o Brasil retomar uma estratégia de cooperação com o Paraguai. Penso que nos cabe atuar como parceiros ativos, desse processo, e creio que jamais faltará ao Brasil boa vontade e disposição de diálogo, ânimo de cooperação, para concretizar no melhor espírito de colaboração e entendimento, concretizar aquilo que é possível e é realizável na nossa relação.

Eu termino, nesse momento, se V. Ex^a. permitir, e me coloco à disposição dos Excelentíssimos Srs. Senadores da Comissão. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Agradeço a exposição do Embaixador Eduardo dos Santos, passo a palavra ao Embaixador Luiz Augusto de Castro Neves, para que também faça sua exposição. Com a palavra.

SR. LUIZ AUGUSTO DE CASTRO NEVES: Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Heráclito Fortes, Sr. Vice-Presidente, Senador Eduardo Azeredo, Srs. Senadores, membros dessa Comissão. Quero dizer inicialmente da minha honra de estar mais uma vez nesse Plenário, nessa Comissão, para ser sabatinado, para submeter à indicação, que me foi feita pelo Poder Executivo, para ser Embaixador do Brasil, no Japão.

O Japão, como todos sabem, é o mais tradicional parceiro do Brasil na Ásia. As relações nipo-brasileiras datam do século XIX e adquiriram particular importância a partir de 1908, precisamente há um século, com o estabelecimento de uma importante corrente migratória do Japão para o Brasil, deitando as bases para uma colônia de descendentes brasileiros, que hoje atinge quase dois milhões de pessoas. Quer dizer, 1,8 milhões de nikkeis brasileiros constituem a maior colônia de descendentes japoneses, fora do Japão.

A partir de 1990 é preciso também que se diga, com a modificação na Legislação Japonesa, permitindo a absorção de mão-de-obra estrangeira, desde que de descendentes japoneses, verificou-se um fluxo no sentido contrário. Hoje são mais de 320 mil cidadãos brasileiros descendentes japoneses, que trabalham, no Japão, e que constituem a terceira mais importante colônia estrangeira no Japão, atrás apenas de chineses e coreanos.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O senhor mencionou 1990?

SR. LUIZ AUGUSTO DE CASTRO NEVES: 90. [soa a campanha]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Daqui para cá?

SR. LUIZ AUGUSTO DE CASTRO NEVES: Daqui para cá. Enfim, evidentemente que o fator humano, subjacente às relações bilaterais, desempenha um papel entre as duas nações, porque [soa a campanha], é fora de dúvida, a influência da emigração japonesa, na formação do Brasil, na formação da cultura brasileira, e também é fora de dúvida que a presença da terceira maior colônia estrangeira no Japão, que é descendentes japoneses, constitui também um aspecto importante na relação bilateral.

A relação Brasil-Japão adquiriu um particular conteúdo, nas décadas de 70 e 60, com um relacionamento muito denso e muito multifacetado, caracte-

rizado por pesados investimentos japoneses no Brasil, em setores de infra-estrutura e setores de mineração e também setores industriais. Foi realmente um ano... Duas décadas de uma presença crescente do Japão. O Japão chegou a ser o mais importante parceiro econômico e comercial do Brasil. Entretanto, a partir da crise havida a partir de 1980, tanto na economia brasileira, quanto, posteriormente, o fim da chamada bolha, na economia japonesa, levaram a uma retração progressiva e hoje temos um... Uma situação que está a merecer, realmente, um relançamento, cujas bases começaram a ser deitadas, com o relançamento da relação nipo-brasileira.

Hoje o principal parceiro, na Ásia, é a China, como todos sabem. O comércio Brasil-Japão tem crescido de uma forma muito aquém do crescimento, por exemplo, do comércio brasileiro para com o restante do mundo. Já ainda na Ásia, para a guisa de ilustração, as exportações do Brasil para a China têm crescido a uma taxa de 24%, ao ano, e as importações provenientes da China têm crescido a uma taxa de 50%, ao ano.

Então, por outro lado temos que ver que o Japão, que já foi nosso parceiro, na Ásia, é hoje o nosso parceiro mais tradicional e o segundo mais importante, tem todas as potencialidades para que as relações, no campo econômico, comercial, no campo de investimentos, sejam relançadas com grande potencialidade.

E eu me permitiria salientar aqui, por exemplo, na área de biocombustíveis. O Japão, como sabem, é um país altamente desenvolvido, com alta renda per capita, mas extremamente carente de recursos naturais, em particular de recursos energéticos. E o Brasil tem uma grande potencialidade, como todos sabem também, nessa área de biocombustíveis, que, além disso, ainda apresenta, digamos assim, conseqüências extremamente positivas do ponto de vista ambiental, o que é obviamente um grande interesse e uma prioridade japonesa.

A outra área que eu gostaria de me referir é na área científica e tecnológica, a questão da TV Digital. O Brasil está caminhando na direção da adoção do padrão digital japonês, que é um padrão altamente sofisticado e altamente moderno, e ao mesmo tempo um padrão que permitirá por suas características tecnológicas, poderá ser um poderoso instrumento de inclusão social, na medida em que a TV Digital dará um acesso maior de pessoas a essa modalidade de transmissão, e que, portanto, é um campo que está, digamos assim, cujas negociações estão sendo finalizadas e que implicarão, em algum momento, em investimentos japoneses no Brasil, na área de semicondutores.

O Japão já foi o terceiro maior investidor estrangeiro no Brasil. Hoje em dia ocupa o 9º lugar. Já foi um

parceiro importante no comércio das duas direções e, hoje em dia, o volume desse comércio é da ordem de nove milhões de dólares, portanto, relativamente reduzido, no contexto do crescimento das exportações brasileiras, para o restante do mundo.

É preciso que se mencione que o comércio tem sido, de uma maneira geral, equilibrado. Nós tivemos, há três anos atrás superávits modestos, no comércio Brasil-Japão, o ano passado tivemos um pequeno déficit em favor do Japão, no nosso comércio. Mas, de uma maneira geral, embora o movimento nas duas direções seja na ordem de nove bilhões de dólares, podemos dizer que, de uma maneira geral, o comércio é equilibrado.

Agora é preciso notar também que as exportações brasileiras, para o Japão, de maneira geral, são exportações de produtos de base, chamadas *commodities*, como minério de ferro, alumínio bruto, enfim, níquel, pasta de madeira, soja, e também álcool etílico de uso industrial e frango congelado, quer dizer, no setor de alimentos. Já as importações brasileiras do Japão são mais diversificadas, mais disseminadas e de produtos de alto valor agregado. Mas devo dizer também que esses produtos de grande valor agregado, em sua grande maioria, são produtos intermediários, são insumos para a indústria brasileira.

Hoje em dia, num mundo mais globalizado, num mundo onde os processos produtivos tendem a ser cada vez mais internacionalizados, a capacidade que nós temos de importar insumos industriais é instrumento importante na manutenção da competitividade da indústria brasileira em relação a outros mercados. De modo que temos que ver que o comércio nas duas direções e as importações brasileiras do Japão são instrumentos importantes na própria inserção da economia brasileira, na economia mundial.

Há também alguns investimentos importantes que estão sendo, nesse momento, negociados com a parte japonesa e eu chamaria atenção, por exemplo, para a questão do chamado trem bala. Recentemente, houve uma missão brasileira ao Japão, para negociar ou para examinar a tecnologia japonesa e a facilidade do estabelecimento de uma... Reaparelhamento da malha ferroviária brasileira, e em particular, o estabelecimento de um trem de alta velocidade entre os três grandes centros urbanos brasileiros. E os primeiros trechos, que foram objeto de conversações a respeito, foram trecho Campinas – São Paulo e o trecho São Paulo – Rio de Janeiro.

Houve, até naquele momento eu estava de Embaixador na China, a possibilidade de uma missão também à China, para verificar o que está sendo feito, sobre o assunto, na China. E verificou-se que a

tecnologia usada pelos chineses é especificamente a tecnologia japonesa. Então, na verdade, isso constitui, talvez, um elemento importante de julgamento aqui na parte chinesa.

Não. O trem alemão da China é o trem, aquele de... Shanghai, do aeroporto de Shanghai, de Pudong, ao centro de Shanghai, que é um trem experimental de alto custo, mas um trem que levita, ele não toca nos trilhos, é uma tecnologia extremamente sofisticada e extremamente cara. Os próprios chineses pararam por aí e mantêm esse trem em operação muito mais como elemento de pesquisa do que propriamente uma opção a ser feita, até o momento.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Senador Eduardo Azeredo andou nesse trem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Andamos juntos.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Não. Eu vi o trem passar e fiquei impressionadíssimo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): A informação é que tem uma outra tecnologia sendo construída, de Shanghai a uma outra cidade vizinha. Não sei, parece com a mesma tecnologia.

SR. LUIZ AUGUSTO DE CASTRO NEVES: Eles estão ainda pesquisando essa... Enfim, essa tecnologia e a viabilidade disso. O que os chineses estão procurando fazer é ver se esse segundo trem, que seria Shanghai/[ininteligível], se não me falha a memória, poderá ser um trem híbrido, ou seja, que use uma tecnologia convencional de alta velocidade, mas que permita a sua conversão, desde que a estrutura de custo seja favorável, para esse trem que funciona, digamos assim, com forte campo magnético que o leva a flutuar alguns milímetros acima dos trilhos.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É a tecnologia dos super condutores, é isso que eles usam nesse trem. Tanto na França quanto lá na...

SR. LUIZ AUGUSTO DE CASTRO NEVES: Exatamente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): O de Shanghai, que funciona por um trecho ainda, está sendo expandido. Mas a velocidade espantosa acho que ela é de mais de 400 quilômetros. Por exemplo, se for de São Paulo ao Rio, poderá ser feito em uma hora e pouco.

SR. LUIZ AUGUSTO DE CASTRO NEVES: Uma hora.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Se for esse trem.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mas a tese que foi assinada pelo ex-Governador Geraldo Alckmin, e está em tratativa, é com o trem japonês, é [ininteli-

gível], que eu tive a oportunidade de... a 250 quilômetros por hora, com conforto maravilhoso e... O grande problema nosso é que a bitola não cabe o trem. Tem que reformular todos os trilhos. Porque a desativação das grandes ferrovias que nós tínhamos, e depois o transporte rodoviário substituiu, apagando do mapa quase todas as ferrovias brasileiras.

Então, não há assistência nenhuma, tem que começar do zero. Então, esse acordo já foi feito, já foi renovado e acredito que a tecnologia que, provavelmente, não será a chinesa. Pelo avanço que se tem é com a japonesa que V. Ex^a. poderá, talvez, se envolver um pouquinho mais para que realmente se desafogue, em São Paulo, o trânsito criminoso, hoje, que vem matando muita gente, pela poluição, não só pelos acidentes. Que hoje, diz um especialista em poluição, que em São Paulo, quem lá vive, no meio do trânsito, estaria sob uma chaminé, aspirando toda a fumaça do buraco que sai.

Então, acho que é tão importante no desenvolvimento da ferrovia, acho que o Presidente Collor começou a trabalhar nesse sentido, na Presidência, buscar meios para recuperar parte das ferrovias. E é um ponto que nós devotamos ao senhor, para tratar e ver se apressa esse acordo de estudos com o trem japonês. E tem o trem francês, também de alta velocidade, que tem, talvez, as mesmas qualidades do japonês.

SR. LUIZ AUGUSTO DE CASTRO NEVES: Muito obrigado. O senhor mencionou exatamente o aspecto fundamental de não só ter que mudar os trilhos, como também o próprio traçado da via férrea, porque tem que diminuir o número de curvas.

Mas se me permitem, Srs. Senadores, eu queria abordar dois pontos mais antes de concluir a minha exposição. Um deles diz respeito à questão de cooperação técnica. O Japão talvez seja hoje o maior provedor de cooperação técnica ao mundo, através da JAICA, *Japan Internacional Corporation Agency*, Agência de Corporação Internacional do Japão. E já desenvolveu diversos projetos no Brasil, mas hoje talvez o que seja mais promissor seja uma cooperação tripartite com a JAICA, onde a Agência Brasileira de Cooperação, a ABC, já tem um entendimento, um convênio com a JAICA, para a prestação de assistência técnica em terceiros países. Por exemplo, os países de língua portuguesa de África e Ásia, Timor Leste, no caso, onde o Brasil evidentemente tem um trânsito e uma capacidade de atuar bem maior que a japonesa. E o Japão dispõe de recursos, de tecnologia e, nesse campo, os primeiros resultados dessa cooperação tripartite, entre Brasil e Japão, em terceiros mercados, em terceiros países, têm sido muito promissores e talvez seja um ponto a expandir ainda mais nesse campo.

E o outro ponto que eu queria comentar, era voltar um pouco à questão da presença da comunidade brasileira no Japão, de cerca de 320 mil pessoas, e o Japão, além da Embaixada, dispõe de dois Consulados Gerais, em Tóquio e Nagoya, e está em vias de abrir um terceiro Consulado Geral, na cidade de Hamamatsu, que é a cidade onde tem a maior concentração de brasileiros trabalhando. Então, nesse sentido é um aspecto muito importante, é a assistência a essa comunidade brasileira, no exterior.

Não obstante, descendentes de japoneses, essa comunidade é essencialmente e culturalmente, falando, uma comunidade brasileira. O que, às vezes, tem causado alguns problemas de adaptação na vida do Japão, que é uma vida muito dura, como já foi assinalado aqui. E isso tem levado, por exemplo, a que as crianças, os jovens, filhos desses trabalhadores brasileiros, que estão no Japão, muitas vezes tenham dificuldade de entrar para uma escola japonesa, uma vez que não falam a língua, não foram habituados a falar em casa, por uma circunstância ou outra, e a inexistência de escolas brasileiras, ou em grande número, pelo menos, ou pelo menos ao alcance econômico dessas crianças, dessas famílias, levou que houvesse uma... Enfim, problemas com adolescentes que não freqüentavam a escola e, evidentemente, por esse tipo de circunstância, tivemos algum problema de delinquência e hoje estamos mais atentos à questão. Estamos tratando da possibilidade de estabelecimento de currículos brasileiros, no Japão, de escolas brasileiras no Japão, que sejam economicamente acessíveis a essas crianças e a esses adolescentes, da colônia brasileira no Japão.

Então, é nesse espírito que o Itamaraty está expandindo a sua rede consular no Japão no sentido de dar um maior apoio, uma maior assistência à comunidade brasileira e, em particular, na questão da educação no Japão, uma educação que deve ser também mais um traço de união entre a sociedade japonesa e a sociedade brasileira. Com isso, eu também me coloco à disposição de V. Exas para quaisquer esclarecimentos que hajam por bem perguntar. Muito obrigado. Muito obrigado, Sr. Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Embaixador. Antes de passar às interpelações, eu quero só lembrar que o Príncipe Herdeiro do Japão estará aqui, em Brasília, na próxima semana, no dia 18, iniciando a viagem que fará, exatamente dentro das comemorações do Centenário da Imigração Brasileira. Estará também em São Paulo devendo estar também em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro. São as quatro cidades que ele estará visitando. E lembrar que eu pude participar, lá

no Japão, do início das comemorações, a importância dada pelo Governo Japonês é muito grande, a Cerimônia contou com a presença do Imperador, da Imperatriz, do Príncipe Herdeiro, do Presidente dos três Poderes, da Suprema Corte, do Senado. De maneira que eu considero que... Ainda o Primeiro-Ministro estava presente. Então, os Srs. Senadores que puderem participar dessa recepção aqui, ao Príncipe Herdeiro, estarão exatamente demonstrando que o Brasil também dá essa mesma importância à participação dos japoneses, aqui, no País e também dos brasileiros que lá vivem hoje.

O primeiro inscrito é o Senador Paulo Duque. Com a palavra, Senador.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Eu quero desculpar o meu atraso e agradecer, aqui, publicamente ao Senador Romeu Tuma, por ter procedido à leitura do Relatório, em relação ao Embaixador... Futuro Embaixador. Já é Embaixador brasileiro, no Japão.

Eu só tenho uma curiosidade, desse outro lado da política, Hiroshima, Pearl Harbour, guerra, uma curiosidade sobre o Japão. Sabemos, pelo seu Relatório, que o Brasil exporta bastante alimentos para aquele país. Eu gostaria de saber sobre o tipo de solo, o tipo de alimentação, as dificuldades que esse país tem em produzir alimentos para sua população. Se é verdadeiro isso, se é algum tipo de intriga, enfim, qual é a realidade? Ele é grande produtor de alimentos ou não é?

SR. LUIZ AUGUSTO DE CASTRO NEVES: Sr. Senador, e me permite, meu coestaduano, o Japão, como todos sabem, é o décimo país mais populoso do mundo, espalhado em um arquipélago de muitas ilhas, montanhoso, vulcânico, tem terras de boa qualidade, mas muito reduzida. Quer dizer, elas não são suficientes para atender a demanda de alimentos da sua população, que é também uma população extremamente rica. Quer dizer, o Japão é um país de primeiro mundo, é uma das mais altas rendas per capita do mundo, então, a demanda por alimentos da população japonesa é uma demanda muito sofisticada. E o Japão é um importador líquido de alimentos, e não só importador líquido, mas também exportador crescente de alimentos, procurando, cada vez mais, diversificar suas fontes.

Eu recorro, por exemplo, que hoje um dos países exportadores de alimentos para o Japão é também um país importador de alimentos, em função de sua grande população, que é a China. E recentemente houve problemas entre Japão e China, com queixas japonesas, sobre a qualidade sanitária dos alimentos, peixes basicamente exportados da China para o Japão.

É realmente um campo importante, é o campo da importação de alimentos. Porque a exigência ter-

ritorial do Japão e o volume, enfim, o tamanho de sua população, condenam o Japão a ser cada vez mais um importador líquido de produtos alimentícios.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Obrigado pelo esclarecimento, é uma realidade isso, e cada vez precisando mais de alimentos, porque cada vez tem mais gente lá no Japão. É isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado Senador Paulo Duque. Com a palavra, o Senador Fernando Collor.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Embaixadores. Inicialmente eu gostaria de desejar a cada um dos senhores pleno êxito na missão que lhes está sendo confiada pelo Presidente da República com a aprovação, desta Casa, por intermédio da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

É uma grata coincidência que hoje tenhamos aqui três Embaixadores que estarão assumindo postos em diferentes continentes e regiões do nosso planeta. Temos a Ásia, temos a América do Sul, temos a Europa. Não vou, portanto, me estender nas perguntas que gostaria de fazer a cada um dos senhores, e me cingiria à questão da América do Sul e, particularmente, do Paraguai.

Sr. Embaixador expôs aqui com a clareza, que lhe permitiu o tempo, da missão espinhosa que terá pela frente. Um novo Governo vai ser instalado, no próximo mês de agosto, um Governo que não conquistou maioria na Assembléia. Que para governar vai necessitar de algum tipo de entendimento com outros partidos, e pela forma como a campanha foi produzida, os ânimos foram muito acirrados politicamente. Essa posição político-partidária que lhe permita obter uma maioria, para governar, é, portanto, complicada, além dos temas que foram objeto da sua campanha eleitoral, centrados basicamente no Brasil.

Há também uma clara percepção de que se permeia, no nosso entorno, no entorno brasileiro, um sentimento anti-Brasil. Aquele sentimento de que nós somos o País imperialista, desse nosso continente. E com isso tudo recrudescendo antigas mágoas e aticando o inconsistente coletivo contra o Brasil, que nunca desejou, nunca quis, ter nenhum papel protagonista na política, como representante dessa região, nem muito menos fez valer a sua importância geopolítica.

Nós sabemos também que a primeira maneira, a primeira forma e talvez a única maneira de se conquistar, na situação em que hoje vive o Paraguai, uma unidade em torno do seu Governante, é a indicação de um inimigo externo comum. E esse é o meu receio. E esse é meu receio. Na medida em que essas bandeiras levantadas pelo Presidente eleito sejam levadas

adiante e essa questão de Itaipu, do Tratado, em que ele pede que seja revisto, e o argumento que ele utiliza não me parece estar à altura da sua preparação, da sua formação, porque ele diz que o Tratado não é válido, porque foi assinado por dois ditadores. O Tratado entre Estados. E, talvez, assim também, ele pudesse questionar o Tratado de Latrão, que criou o Estado do Vaticano e que foi assinado por Benito Mussolini.

O outro ponto, em relação aos brasiguaios. Ele tem uma posição claramente duvidosa em relação ao trabalho que vem sendo realizado pelos brasileiros, que estão ocupando a fronteira, terras na fronteira, do Brasil com o Paraguai. Coincidentemente, essas terras são terras ricas, produtivas, e que vêm, inclusive, proporcionando ao Paraguai esse fato extraordinário de ser um dos grandes exportadores de soja do mundo. E nós sabemos que o território dele, agriculturável, não tem condições de produzir toda essa soja. Parte dela vem do Brasil e parte dela produzida pelos brasiguaios.

A outra questão que ele tratou, na relação com o Brasil, é em relação ao MERCOSUL. O Tratado de Asunción, que ele também deseja rever o Tratado. Ele deseja corrigir as assimetrias existentes, na relação com os outros países, com base na revisão de Tratados. Quando existem N maneiras de nós corrigirmos estas assimetrias, havendo disposição para o diálogo, havendo a cordialidade, que sempre cercou as nossas relações com o Paraguai, com os nossos vizinhos, e, sobretudo, o interesse particular do Governo do Presidente Lula de colaborar com economias mais frágeis do que a nossa, como é o caso do Paraguai.

De modo que eu lhe desejo, Sr. Embaixador, muita paciência e, ao mesmo tempo, muita firmeza na condução dos interesses maiores do povo e do Governo Brasileiro, nessa sua nova e muito árdua missão. Era isso que eu gostaria de falar, Sr. Presidente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Collor. Embaixador Eduardo dos Santos.

SR. EDUARDO DOS SANTOS: Senador Fernando Collor, as palavras de V. Ex^a. são pra mim uma inspiração, um grande Conselho, que terei sempre presente. Fico muito feliz que essa sua manifestação reforça em mim o senso de uma responsabilidade para uma missão extremamente sensível que terei pela frente, caso seja aprovado pelo Senado Federal.

Tenho apenas a comentar, com relação ao Tratado de Itaipu, o Brasil sempre se pautou nas relações internacionais pelo princípio *pacta sunt servanda*, o respeito aos Tratados é uma pedra angular das relações internacionais. Nada impede que a nossa cooperação com o Paraguai, inclusive, em matéria energética, se

diversifique, se amplie, se fortaleça, através de novas iniciativas. Uma específica é a possibilidade de que o Paraguai disponha de uma linha de transmissão da margem direita de Itaipu até Assunção, que vai fortalecer o sistema de abastecimento energético do Paraguai, o que lhe permitirá usar a energia que ele detém, que ele possui, da qual é proprietário.

Itaipu é um Tratado entre iguais, Itaipu é uma obra-prima jurídica e política, que estabelece critérios de distribuição de energia e etc, e que tem sido observados na implantação desse projeto, que já data de 35 anos. Portanto, eu fico muito satisfeito, Presidente, com esse seu... Com a sua observação e a sua recomendação.

Quanto à relação dos brasiguaios, creio que como mencionei no meu comentário introdutório, é um tema, que talvez, o mais sensível em termos imediatos para o Brasil. Nós temos a responsabilidade de proteger essa comunidade. Temos procurado todos os entendimentos com o Governo Paraguaio, para que os nossos compatriotas que trabalham no Paraguai, contribuem para sua riqueza, o seu progresso, tenham sua situação regularizada, seus títulos de propriedade regularizados.

Temos consciência que ainda muito falta ser feito, no lado paraguaio, e o Governo Brasileiro tem a melhor disposição de cooperação, através de suas Instituições competentes, como o IBGE, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, procurar criar condições para que sejam estabelecidas, para que essa situação seja normalizada.

O Presidente Fernando Armindo Lugo Méndez, obviamente, participou de uma campanha eleitoral em que esses temas ganharam uma ressonância muito particular, não só o tema de Itaipu, como o tema dos brasileiros, a questão da posição do Brasil, as percepções específicas, como o Brasil é visto no Paraguai, que são influenciadas pela história.

Estou razoavelmente tranqüilo, no sentido de que agora, no momento de transição, no momento que se próxima à posse do Governo, as posições já estão mais assentadas e eu acho que o que existe entre o Brasil e o Paraguai, a partir de agora é um novo canal de diálogo, um diálogo que vai se aprimorar e vai discutir as questões pendentes com maturidade, com firmeza do nosso lado, procurando colocar os assuntos com toda clareza necessária.

Esses são os comentários que eu gostaria de fazer, mas, sobretudo, queria agradecer a V. Ex^a. por essa sua orientação muito clara, muito enfática, que irei seguir no curso da minha missão, se para ela for aprovado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Embaixador. O próximo

orador seria eu e eu faço uma permuta com o Senador Romeu Tuma. Eu falo depois do Senador Romeu Tuma, com a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Obrigado. Depois das colocações do Presidente Collor fica difícil, pela experiência, por tudo que passou durante a administração da República, a gente fazer qualquer colocação, principalmente com respeito ao Paraguai. Mas eu tenho uma virtude. Presidente Collor confiou em mim, me manteve na Polícia Federal e eu consegui ser Vice-Presidente da *Interpol*, onde realmente os contatos com os países, praticamente todos, o Japão, a Europa Ocidental, a Bélgica, a Suíça e outros países, eu agradeço publicamente a confiança de V. Ex^a.

Pude desenvolver um trabalho, conhecer um pouco as dificuldades que o Itamaraty atravessa, na busca de um relacionamento perfeito com outros países do mundo. Por isso, eu sempre defendi aqui que é um patrimônio permanente do Brasil os representantes do Itamaraty serem formados como diplomatas. Eu sempre fui contra, não pelas virtudes ou não qualidades de políticos que são designados para Embaixadas, mas pela experiência que cada membro do Itamaraty tem durante... Tem da sua formação profissional aos cargos que ocupam, em várias fases. A gente vê o currículo dos três e consegue entender porquê da importância de nós termos representantes diplomatas nos países em que temos a representação.

Eu acho que V. Ex^a. colocou bem. Eu tinha uma relação muito forte... Muito com o Paraguai. Tanto é que lá eu era retratado como o “*super polícia*”, pela facilidade que tinha de combater o crime. E o General Oviedo, quando comandava o Exército, a Cavalaria, naquele país, e foi o principal autor da derrubada do outro Governo, e botou o General lá, e depois teve os problemas de ordem pessoal e tudo... São crimes que o Paraguai, hoje, vem entendendo bem tudo que ocorreu, ele nunca deixou de atender qualquer pedido, quando havia um criminoso que, imediatamente, se refugiava no Paraguai.

Eu tive um caso pessoal de seqüestro, onde a polícia estava trazendo alguma dificuldade para devolver o bandido e o dinheiro de um milhão de dólares, que foi pago pelo resgate, já o Oviedo entrou e em quinze minutos já estava resolvido, já estava... Não preso, mas o carona de avião, que eu dei voz de prisão, quando atravessou a fronteira brasileira, e mais boa parte do dinheiro, que foi pago. Então, tinha um bom relacionamento. Não estou falando em matéria de ter sido eleito ou não, mas essa relação era muito forte.

Na campanha eleitoral, como o Presidente Collor falou, começou a deteriorar um pouco pela colocação dos candidatos que tinham que crescer na pesquisa,

para derrotar o General, que tinha uma ligação mais forte com o Brasil. Acho que hoje talvez isso tenha melhorado, porque o próprio eleito, o Bispo, ele se assustou um pouco, porque a violência começou a tomar conta do campo. O senhor lê nas matérias jornalísticas, os proprietários dessas áreas de produção de soja, na fronteira brasileira, estão se armando para evitar as invasões e a quebra do seu patrimônio. Não querem deixar o Paraguai.

Então, é uma missão de suma importância de V. Ex^a., nesse trato. Sei que terá muitas portas abertas lá. Tenho certeza, porque como Membro do MERCOSUL, hoje, eu sei a dependência do Paraguai e do Uruguai, que tem uma porcentagem bem maior nos fundos que são da formação do Fundo do MERCOSUL. E o Paraguai tem, por excelência, recebido uma boa porcentagem disso.

Eu queria até comunicar ao senhor, que ontem fui Relator de uma matéria que foi aprovada na CAE, que é a Reciprocidade do Preço do Imposto de Renda no Transporte, entre Brasil e Paraguai. Se o senhor permitir, eu daria uma cópia do Relatório que foi aprovado, talvez tenha alguma validade para V. Ex^a.

E também o Porto de Paranaguá, aquele interesse bastante forte do Paraguai, não só de receber as importações por lá, mas como as exportações. E sempre há uma força de que tenta botar sob suspeita as importações, então, a qualificação tem que ser melhorada e esse relacionamento, para que o Paraguai possa continuar a ter o Tratado que tem com o Brasil, de trazer as suas mercadorias, sem nenhuma fiscalização do Governo Brasileiro. Então, a confiança recíproca deve existir e talvez seja uma responsabilidade do Embaixador mantê-la dos Tratados junto com os representantes do país amigo, que é o Paraguai.

Eu tenho o Paraguai como um simpático amigo. Gosto muito do Paraguai. Nós estamos discutindo agora a Lei sobre os sacoleiros, que também é uma grande preocupação do Presidente, que deixa a governança no Paraguai. O Presidente Lula esteve com ele, apresentou o Projeto, há algumas dificuldades com a área empresarial brasileira, mas talvez possa se encontrar uma força de equilíbrio para dar legalidade, não ao contrabando, nem a cópia de produtos piratas, mas à indústria paraguaia, para que possa realmente ter um mercado mais facilitado, principalmente, na região de Foz do Iguaçu com Ciudad del Este e Ponta Porã também. E esse contrabando teria que sumir do mapa para se dar uma legalidade no transporte das mercadorias, com o pagamento de impostos e a criação de microempresas. Acho que já há um caminho nesse sentido e V. Ex^a. terá essa missão.

A Bélgica, eu sei o problema que se agravou com a queda do Comunismo, no Leste Europeu. Eu tenho uma experiência na Suíça, em Genebra, que eu fui a um Congresso Internacional, na Itália, e voltei por Genebra. Fui até Genebra, e fui com a minha senhora. E quando eu fui trocar um dinheiro no aeroporto, ela ficou para retirar as malas lá, para vigiar. Uma senhora veio e pediu que ela a ajudasse a botar a mala, ela foi ajudar e aí um cidadão do Leste Europeu furtou a pasta com os documentos. Por sorte, o dinheiro tinha levado para trocar, não era muito. Mas eu fui falar com o Chefe de Polícia do aeroporto: “Estranho, a Suíça ter ladrão de aeroporto”. Eu não... A gente sabe que... Aí ele disse que aconteceu o seguinte: “Com a queda do Comunismo, aqueles desempregados do Leste Europeu passaram para a Europa Ocidental como clandestinos”. Não tem emprego. Hoje, a Suíça que tinha garagem aberta, vendia as coisas na porta, hoje tem grade nas portas, porque houve um aumento da criminalidade, em decorrência da falta de oportunidade. Não sei se isso está sendo resolvido, hoje, com essa integração.

Por isso que os clandestinos têm que ter uma visão diferenciada, porque eles para parar para o crime, para sobreviver, não conseguem pensar muito. Quando o filho está passando fome em casa, eles vão querer conseguir, acho que... O brasileiro tem que ter uma assistência permanente. É uma população não muito grande, como tem em outros países da Europa. Há um convênio europeu de que o país onde entra um clandestino é responsável por ele. Se entrar pela Espanha, por Portugal e for para a Itália ou para a Suíça, quem vai responder é pelo país que deu entrada. Então, há um processo muito forte com a Comunidade Européia de proteção de suas fronteiras, para evitar a clandestinidade. Então, é uma missão que talvez possa trazer um pouco de tranquilidade.

No Japão, o senhor falou da JAICA. Eu tive muita experiência com a JAICA, quando era Chefe de Polícia, em São Paulo. Porque a JAICA dava sempre uma ou duas vagas para a preparação, na área jurídica, para policiais e técnicos de criminalística. Então, nós tivemos, em São Paulo, uma boa evolução da polícia científica, como das autoridades policiais, que foram fazer curso, pela JAICA, com um ano de estudos, no Japão. Então, ela tem essa qualidade de oferecer, aos países amigos, a oportunidade de desenvolvimento tecnológico, em vários ramos da atividade humana.

E eu até com V. Ex^a. foi levantado, na última Reunião do MERCOSUL, a criação da Universidade Latino Americana, em Foz do Iguaçu, em terreno que será cedido pela Itaipu binacional. Eu sei que isso deve evoluir, provavelmente, talvez venha o reconheci-

to das universidades dos países vizinhos, com o aprimoramento, no Brasil. Então, há a Comissão de Educação, presidida pela Senadora Marisa Serrano, aqui no MERCOSUL. Então, há um desenvolvimento muito grande e satisfatório, dentro do MERCOSUL, com os projetos que vão vagarosamente se desenvolvendo, nas Reuniões, que estão se realizando, com projetos, resoluções, e sempre o nosso Embaixador, junto ao MERCOSUL, ao início da nossa chegada, oferece um jantar, aliás, muito saboroso, mas ele nos faz uma exposição de toda a discussão que está sendo feita no MERCOSUL e outras representações que ele tenha, porque o Uruguai praticamente é a sede dessa política internacional do Continente Sul-Americano.

Eu quero desejar boa sorte e não sei se terei vida para visitá-los outra vez. Porque já estive... No Japão, já estive umas três ou quatro vezes, onde tive a oportunidade de ter um profundo relacionamento com a Escola Nacional de Polícia, porque o Vice-Presidente da Ásia era o Diretor da escola com quem eu tinha bom relacionamento, na Interpol. E acho que o Brasil tem alguns convênios importantes que pode desenvolver. Porque, nós temos não só como boa qualidade, vários descendentes japoneses, que são policiais e falam a língua. Porque é interessante como a colônia japonesa cultua a língua japonesa com seus filhos, até a idade escolar. Normalmente o filho de japonês aprende a falar antes de ir para a escola pública. E isto traz uma boa possibilidade de relação com os...

Eu vi no Japão, Embaixador, a fábrica de automóveis e me levaram para conhecer, e o chefe de uma linha de montagem, de alta qualidade, era um *dekasegui*, que foi para lá como empregado e acabou assumindo a chefia da linha de montagem. Então, era uma satisfação muito grande, conversei com ele, me explicou como é que viviam os *dekasegui*, e o período inicial de sofrimento que tinham. Hoje tem jornal, tem o escritório de turismo, tem tudo isso, que dá uma assistência privada àqueles que foram para o Japão, tentar a vida, e muitos que tinham dois anos acabaram praticamente... Que o pior, largar a esposa aqui para casar outra vez lá. Então, boa sorte. Espero o grande sucesso que sempre os representantes do Itamaraty tiveram nos países amigos. Desculpa pela demora na colocação.

[troca de presidência]

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUP-
LICY (PT-SP):** Obrigado, Senador Romeu Tuma. Sendo eu o próximo orador inscrito, eu gostaria de transmitir, primeiramente, aos três Embaixadores, muito sucesso em suas respectivas missões. Gostaria de transmitir ao Embaixador Ivan Cannabrava, que além do excelente relacionamento e desenvolvimento de

relações comerciais e de investimento, entre a Bélgica e o Brasil, há também uma interação cultural bastante interessante.

E eu gostaria de lhe transmitir que há na Bélgica um intelectual de grande valor hoje que, inclusive, em 2001, recebeu o Prêmio Frank(F) do Rei da Bélgica, por ser a pessoa que, em 2001, ganhou do... Recebeu o Prêmio Frank(F), consignado do Rei da Bélgica por ser aquela pessoa que em todos os campos da atividade mais havia se distinguido, e este é o Professor Philippe Van Parijs, que já esteve, acredito, três vezes no Brasil, e que é o Intelectual, o Filósofo, o Economista no mundo, que mais tem se distinguido como o defensor da proposta de uma renda básica incondicional. O professor Philippe Van Parijs. Ele em dois... Depois de ter falecido na... O Filósofo e ex-Professor da Universidade de Harvard, John Rawls, considerado um dos mais influentes filósofos contemporâneos, autor de "*A Theory of Justice*", Uma Teoria da Justiça, em 2002, a Universidade de Harvard o convidou, o Professor Philippe Van Parijs, para o substituir a partir de 2005.

E lá por ser, Philippe Van Parijs um amigo pessoal de... Amartya Sen, Prêmio Nobel de Economia. O Professor Amartya Sen o convidou para dar o curso sobre... Primeiro se denominou "Justiça e Diversidade Cultural" e depois "Justiça e Instituições". Em sendo um amigo de ambos, eu tive a oportunidade de assistir a primeira aula, em que ambos deram... Considerei muito interessante. Vou aqui brevemente relatar, o Professor Amartya Sen explicou como é que naquele curso que... Onde havia um enorme número de estudantes de pós-graduação, disse Amartya Sen que ali eles iriam ver quais as Instituições que poderiam elevar o grau de justiça na sociedade.

Por exemplo, obviamente a Abolição da Escravidão eleva o grau de justiça. Se propiciarmos a oportunidade de boa qualidade, educação para todos os meninos e meninas, estaremos elevando o grau de justiça, e que naquele curso iriam examinar em que medida a renda básica, defendida e argumentada, por Philippe Van Parijs poderia ou não elevar o grau de justiça, e por aí foram.

Então, quero... Depois vou lhe dar os dados sobre este Professor, que é amigo do Brasil, e tem muito interagido, e já dialogou, antes, com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, conversou com o Presidente Lula, algumas vezes, e a Universidade de São Paulo o convidou para no ano que vem, em 2009, estar aqui, por duas semanas, dando uma síntese do curso que dá lá em Harvard, em Louvain, para dar na Universidade de São Paulo, depois lhe darei mais elementos.

Gostaria de transmitir ao Embaixador Eduardo dos Santos, também, muito sucesso. Acho que conforme os

Senadores aqui expuseram, acho que esta transição para o Presidente Fernando Armindo Lugo Mendéz é de grande importância, de modificações nas relações entre Brasil e o Paraguai. Mas conforme V. Ex^a. mencionou, eu acho muito positivo, inclusive, aquilo que o Ministro Celso Amorim já anunciou, e que o senhor aqui nos colocou, que será muito propício, neste diálogo, com o Presidente Fernando Armindo Lugo Mendéz, que o Brasil possa senão alterar, conforme o Presidente Fernando Armindo Lugo Mendéz gostaria, em princípio mencionou, os termos do acordo entre o Brasil e o Paraguai sobre Itaipu, mas que possa realizar ações como a linha de transmissão entre Itaipu e Assunção, para prover a devida energia, que se faz necessária, em Assunção, e outras iniciativas que poderão fazer com que haja um sentido de cooperação bastante satisfatório, para o Paraguai. E também que propicie um melhor entendimento, com respeito aos brasiguaios e aqueles que estão hoje preocupados.

Então, certamente o senhor vai ter um trabalho intensíssimo, mas eu gostaria de transmitir que o Presidente Fernando Armindo Lugo Mendéz, quando nos visitou aqui no Senado, acompanhado do Presidente do Senado, disse que gostaria que eu fosse lá explicar a Renda Básica de Cidadania e eu aceitei. Então, provavelmente no início do segundo semestre haverá oportunidade, porque nesse semestre não haverá mais tempo.

Quero informar que na próxima sexta-feira, depois de amanhã estarei seguindo para o Timor Leste. Segunda, terça e quarta, estarei lá, a convite do Presidente José Ramos-Horta, para explicar ao Gabinete do Ministro, ao Parlamento, e na Universidade em Dili, do Timor Leste, como é que eles podem, mesmo sendo um país ainda... Bom, primeiro o mais novo, mas também de renda per capita muito baixa, mas tendo já uma receita mensal de 100 milhões de dólares de recursos, provenientes dos *royalties* do petróleo, pensar na criação de um fundo que venha propiciar para um milhão e cem mil habitantes, uma renda básica modesta, que seja. Mas com o tempo poderá colaborar para que haja um sentido de maior equidade e justiça na sociedade.

Quando eu expliquei, em janeiro último, ao Presidente José Ramos-Horta, Prêmio Nobel da Paz, a respeito, inclusive, somente tinha exposto este assunto, em Bagdá, para as Autoridades do Iraque, ele pediu-me que fosse ao Timor Leste, por isso estou fazendo essa visita lá.

Gostaria de agradecer ao Embaixador Luiz Augusto de Castro Neves, que embora não presente, solicitou a toda sua equipe, que em janeiro do ano passado eu visitei a República Popular da China, pu-

desse ser dada a maior atenção possível, e assim foi dada, tanto em Pequim, quanto em Shanghai, quanto em Shiantu correu muito bem.

E queria transmitir até... Na semana passada, eu fiz aqui um pronunciamento, onde li um artigo do Sr. Antonio Ermírio de Moraes, que expôs da importância do Brasil ser solidário para com a China, diante dos efeitos dos terremotos e inundações, que poderão ser muito graves, a partir do transbordamento das barragens, em decorrência dos terremotos havidos. E na ocasião, a Embaixadora Gladys me forneceu os dados sobre a ajuda que o Brasil vem já apropriando, tanto para a China, quanto também para Miamar, que eu registrei devidamente. Mas, inclusive, sobre o Japão, desejando também sucesso na sua missão.

Aproveito a oportunidade para convidá-lo, não sei se já sabia, mas amanhã, às 10 horas, no Plenário do Senado, haverá uma Sessão Especial em homenagem aos 100 anos do início da imigração japonesa no Brasil. Então, queria lhe convidar, acredito que o Presidente do Senado já o tenha feito, mas acho que é importante que V. Ex^a. possa também estar presente nessa Cerimônia, que é parte da comemoração dos 100 anos da imigração.

E gostaria de me colocar à disposição, também, de ajudar em tudo que for necessário para a maior integração entre o Brasil e o Japão. Os dados que aqui nos falou, de que se nós temos cerca de um milhão e oitocentos mil... Quase dois milhões de brasileiros e japoneses, lá no Japão, mas que agora já 350 mil... 320 mil nikkeis ou brasileiros vivendo no Japão. Isso certamente envolve uma interação muito mais intensa entre nós. Mas é muito importante que possamos, sobretudo, nestas áreas de infra-estrutura, a partir do Programa de Aceleração do Crescimento e Investimentos, como o Brasil está por realizar, da construção do trem bala. Que bom será podermos ter toda cooperação e tecnologia, interação com o Japão. Certamente o senhor, como Embaixador, terá um papel muito importante nesta área e nós estamos aqui dispostos a cooperar.

Eu queria dar, aos três Senadores, exemplares de meus livros. Alguns dos senhores já têm, mas outros, acho que não têm. Então--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Pois não, Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Se V. Ex^a. permitisse, eu peço até desculpas, porque estava encerrando, mas como o nosso Cannabrava, se permitir, a gente sempre gosta de ler, não só o currículo dos

Embaixadores, mas algumas informações que nos chegam pelo Itamaraty.

Recentemente, nós tivemos a aprovação da Medida Provisória que traz a reforma da infra-estrutura e da logística dos portos brasileiros. E eu vi aqui, na informação da Chancelaria, que é uma cooperação prestada pelo Governo Brasileiro, pelos portos belgas, principalmente para construir um Centro de Excelência, em Santos, que é minha cidade, em São Paulo. E também o Secretário Especial de Portos, Ministro Pedro Brito, visitou a Bélgica nesse sentido, que era o processo de modernização dos portos brasileiros.

Então, acho que isto é uma coisa muito importante para nós, pela experiência do Porto de Antuérpia, que me parece que é um dos principais do mundo, pela distribuição entre a Ásia, Oriente e as Américas. Se o senhor vai se dedicar que realmente isto aconteça, porque a infra-estrutura dos portos brasileiros tem trazido grandes dificuldades.

Numa visita que fiz à China, com o Ministro de Indústria e Comércio, isso tem mais de dez anos, ele me dizia que tudo indicava que o Brasil seria o melhor parceiro, nas Américas, da China. Mas, a grande dificuldade era o preço de transporte, pela dificuldade que ofereciam os portos brasileiros.

Então, eu peço desculpas por... Eu já tinha lido, tinha assinalado aqui, mas foi no entusiasmo de se referir aos senhores três... Eu esqueci disso, que eu acho que para nós brasileiros é importante o desenvolvimento dos portos brasileiros.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Senador Romeu Tuma, poderia me ajudar na--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Perfeitamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): --contagem dos votos?

Primeiro nós temos que fazer um breve intervalo para a Sessão Secreta. Mas mesmo que formalmente é regimental. Então, é... Mas a Reunião torna-se secreta. Sr. Senador Romeu Tuma, quer falar algo na Sessão Secreta?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não. Absolutamente. Acho que foi tudo praticamente do interesse público... [risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Os senhores gostariam de transmitir na Sessão reservada?

Então, encerrada a Sessão Reservada. Pode avisar que está encerrada a Sessão Reservada. Mas a apuração nós fazemos... Senador Paulo Duque e Senador Romeu Tuma. Se puder... Os senhores, por favor. Ele substituiu o Professor...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Van Parijs. Que ele... Ele substituiu o Professor John Rawls... É, o Philippe Van Parijs substituiu o... O Philippe Van Parijs que é da Universidade de Louvain...

Esse meu livro, o senhor já tem? Este aqui? Exata... O senhor veja na página 202, aqui, uma palestra dele, mas também, no final do livro, o pronunciamento dele por ocasião... Na página 202. E aqui...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): No dia que o Presidente sancionou a Lei. Porque ele assistiu a sanção da Lei. Dois textos dele. Página 202 e ao final do livro. Está no índice aí. Ah, o Presidente chegou.

Sessão secreta às 11h33.

Sessão reaberta às 11:38.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): A Reunião é reaberta e comunico a aprovação dos Embaixadores Eduardo dos Santos, para a República do Paraguai, Ivan Oliveira Cannabava, para o Reino da Bélgica e, cumulativamente, no cargo de Embaixador do Brasil, no Grão-ducado de Luxemburgo, e Embaixador Luiz Augusto de Castro Neves, para o Japão.

Antes de encerrar ainda a Reunião, eu quero colocar em votação o Requerimento n. 36, que requer a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores, a fim de debater as relações bilaterais entre o Brasil e França, na fronteira entre o Estado do Amapá e a Guiana Francesa. Aprovado. Participando do evento, na condição dos expositores convidados, o Embaixador Celso Amorim, o Embaixador Antoine Pouillieute, representante da França no Brasil, e o Dr. Paulo de Tarso Vanucci, Secretário Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, e o Deputado Camilo Capiberibe, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, da Assembléia Legislativa do Amapá.

A justificação apresentada pelo Senador Papaléo Paes, e também subscrita por mim, é no sentido de que o Estado do Amapá faz fronteira com a Guiana Francesa, e podemos dizer que, historicamente, a boa relação entre os países é esse Departamento Ultramarino, componente da República Francesa, como tal representado na Assembléia e Senado Franceses.

Nos últimos tempos, no entanto, essa boa relação tem sofrido abalos devido a denúncias de violên-

cia contra cidadãos brasileiros, que trabalham do lado francês, quer seja forma legal ou ilegalmente. O caso mais recente que se refere à brasileira Denise Dias de Oliveira, morta na Guiana Francesa, quando era deportada para o Brasil.

A presente Audiência Pública visa debater ações políticas que possam garantir a segurança, a saúde e a integridade física dos brasileiros naquela fronteira, bem como buscar soluções para a convivência pacífica com nossos vizinhos franceses.

Eu aproveito até... Eu não pude fazer uma intervenção... Que a Comissão de Educação rapidamente para... Os cumprimentos, mas eu queria só colocar esse mesmo assunto, que é para os três Embaixadores. Acho que é a situação dos brasileiros no exterior, ela tende a apresentar mais dificuldades. Aqui são três Embaixadas; a do Japão, onde nós temos esse grande número de brasileiros lá, a Embaixada do Japão, basicamente o problema é mais a questão de educação ou de inserção, pelo fato de ser uma língua diferente, aquela coisa toda; a do Paraguai é o problema dos brasiguaios; e na Bélgica e Luxemburgo, na verdade, é um volume crescente também de brasileiros que tem lá, nos dois países. Relativamente é um percentual grande, tanto na Bélgica quanto em Luxemburgo.

Eu tive em Luxemburgo há uns quatro meses atrás e a série, inclusive, da matriz da Belgo-mineira, da SELOR, e eu pude ver brasileiros na rua, como normalmente você encontrando com brasileiros lá. De maneira que esse Requerimento está na mesma linha, na linha da preocupação com os brasileiros que estão no exterior. É verdade que o nosso número ainda é muito pequeno, felizmente, são três milhões de brasileiros apenas, pelos últimos números, em relação à população de 190 milhões, não chega a 2% da população, fora. Se olharmos o Paraguai, por exemplo, tem mais de 700 mil paraguaios fora. 12% da população paraguaia está fora do seu país. No Brasil, são menos de 2%. Mas é um problema crescente. Nós temos que estar atentos, então, esse... Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sr. Presidente, só sobre esse Requerimento, eu já fui com o então Secretário-Geral do Itamaraty, que aposentou, agora ele tem dado alguma assessoria, ele era muito ativo, não estou lembrando o nome, era muito ativo no Itamaraty, e fui com ele na Guiana. Acho que era Guiana Holandesa, se não me engano. E o nosso problema nas Guianas são os garimpeiros e um pouco do tráfico de drogas. Então, esta é uma discussão diferenciada do que praticamente tem no Paraguai, na Bélgica, e em outros lugares, onde os brasileiros vão para buscar uma forma de tentar um progresso. Lá é

uma... É considerada uma concorrência das Guianas e a prática, às vezes, de crime. Então, é uma coisa delicada que tem que ser realmente discutida e é cumprimento de Lei.

Então, eu acho que é importante essa discussão para que o volume realmente não traga uma consequência mais grave, com a presença de brasileiros, lá, que poderão amanhã, sem dúvida, sofrer prisões, perseguições e, às vezes, até morte, porque nós tivemos um caso de um avião que foi derrubado, isso lá na Venezuela, por causa de garimpo e toda essa busca de uma aventura, no interesse de, por sorte, ter uma riqueza maior. Então, acho importante esse, mas eu vejo com uma visão diferenciada da presença de brasileiros da Bélgica, do Paraguai, porque lá é uma outra questão que tem que ser discutida.

Eu aprovo e compreendo e acho necessário que se faça, inclusive, com a Embaixada francesa, também.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Estou de acordo. Permitiria, Sr. Presidente... Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Suplicy, com a palavra.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Com respeito à Missão que o Presidente Heráclito Fortes solicitou a mim e aos Senadores José Nery, Serys Slhessarenko e Fátima Cleide, na semana passada, para acompanharmos o caso do Sargento Laci Marinho de Araújo e Fernando Alcântara. Quero dizer que ainda hoje, pela manhã, visitei a carceragem da Polícia do Exército, o Sargento Laci Marinho de Araújo, que ele se encontra em situação de bem maior tranquilidade, do que quando detido, na semana passada, que conforme eu havia sugerido a ele, que ele pudesse escrever uma carta à Juíza, inclusive, com o auxílio de seu amigo, Sargento Fernando Alcântara. Isto foi feito, permitido pela Juíza Zilá Petersen, foi entregue esse Ofício da parte dele, com cópia para nós, Senadores, que eu acabo de registrar e entregar aos Senadores da Comissão. Então, a Juíza Zilá Petersen recebeu a carta, que peço a gentileza de ser registrada, na nossa Comissão, e ela deverá, então, tomar a decisão a respeito.

Quero dizer que o General Salvador, Comandante do Planalto, do Exército, acompanhou-me hoje na visita à Polícia do Exército, inclusive, na visita à carceragem e eu espero que dessa maneira a nossa Comissão colabore para que este episódio seja superado o quanto antes.

Relato que no diálogo com o Sargento Laci Marinho de Araújo, perguntei se era desejo dele, depois de 13 anos de servir ao Exército, sair do Exército. Se ele conhece o Regulamento a respeito. Ele disse que

sim, conhece o Art. 150, que permite a uma pessoa, que segue a carreira nas Forças Armadas, sair por livre e espontânea vontade.

E eu disse que... E sendo assim, eu conversei com o Comandante do Planalto, ele disse que isso ele pode escrever ao próprio... Aos superiores dele, e que isto, então, eu também transmitiria à Juíza, para conhecimento. E que por outro lado, hoje, a situação está normalizada. Ele tomou o café da manhã, diferentemente de ontem, porque ontem quando acordou, o café já tinha servido. Ele ficou sem café ontem. Ele recebeu a devida... Uma receita médica, do médico Antonio da Silva, Psiquiatra, que o visitou ontem. E está tomando os medicamentos a partir de hoje de manhã. E por isso, Sr. Presidente, a missão que nos foi confiada está sendo cumprida. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Suplicy. Será devidamente registrado. Sim. Só vamos registrar...

Antes ainda, Senador Paulo Duque, eu queria só, então, colocar em votação o Requerimento. Se estiverem de acordo. Estão de acordo.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Eu estou em desacordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador, estou só aprovando o Requerimento do Senador Papaléo, da questão da Audiência Pública sobre o Amapá, que ela não tinha sido terminada. Isso, o senhor está de acordo? Não...

Agora voltamos a palavra à V. Ex^a., para falar sobre essa questão do Senador Suplicy.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Do respeito e admiração que eu tenho, o povo do meu Estado tem pelo Senador Suplicy, que é um dos mais queridos lá no Rio de Janeiro, que eu acho esse assunto não tem nada a ver com esta Comissão. Estou fora. Não voto nisso. Não quero saber desse assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Não há votação nenhuma, não. Senador Suplicy apenas faz um relato.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Não há votação. Eu estou relatando um fato.

SR. SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Um fato, qual seja, uma missão.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): V. Ex^a. me desculpe, Senador Paulo Duque, V. Ex^a. acho que agora esquece que a nossa Comissão é de Relações Exteriores e Defesa Nacional. E o assunto que eu trago aqui refere-se à Defesa Nacional, às Forças Armadas. Houve um assunto, na semana passada, eu reporte aqui. O Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana encaminhou um Ofício, que eu aqui relatei, e que levou o Presidente das Relações Exte-

riores e Defesa Nacional, Heráclito Fortes, a designar a Comissão para acompanhar o caso e, portanto, eu acompanhei o caso e relatei, apenas relatei, das providências que estou tomando, e que tomei como Presidente da Comissão, assim designado, inclusive, para visitar o Sargento Laci Marinho de Araújo, na semana passada, quando ele estava algemado e foi levado ao hospital. Para acompanhar se ele estava sendo devidamente tratado e, hoje também, para verificar como é... E fui acompanhado pelo Comandante do Exército que, muito respeitosamente, nesta missão, me acompanhou. É apenas um relato--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Sim. Não há nada... Não há nada a ser decidido.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): --V. Ex^a. pode se incomodar com o problema--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Não há nada a ser decidido. O relato está feito, eu agradeço ao Senador Suplicy...

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): --mas eu cumpri a atribuição que me foi dada.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Está certo. Eu agradeço ao Senador Paulo...

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Cumprimento V. Ex^a. pelo êxito da missão.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Está ótimo. Ainda quero colocar mais um Requerimento em votação. Requerimento n. 35, que requer também uma Audiência Pública Conjunta, dessa Comissão, com a Subcomissão Permanente da Amazônia, com o tema "Política Indigenista do Governo Federal e a atuação de Organizações Não-Governamentais na Amazônia". Requerendo a presença do Dr. Paulo Fernando Lacerda, Diretor-Geral da ABIN, Dr. Luiz Fernando Corrêa, Diretor-Geral do Departamento da Polícia Federal e o General Augusto Heleno, Comandante Militar da Amazônia. Está subscrito pelo Senador Mozarildo, vários outros Senadores, Geraldo Mesquita, Dr. Virgílio, Cristovam Buarque, Heráclito Fortes e por mim.

Em votação em discussão.

Sim. Votação... Essa aqui da Audiência sobre a Amazônia, sobre os indígenas?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Está bem. Então, em votação. Quem estiver de acordo... Permaneçam como se encontram. Aprovado. Eu quero então, portanto, encerrar essa Sessão agradecendo a presença dos Srs. Senadores, e desejando muito sucesso aos Embaixadores Eduardo dos Santos, Ivan Cannabrava e Luiz August-

to Castro Neves. Muito obrigado e está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 11h51.

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 10ª REUNIÃO (CONJUNTA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, 4ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS E 13ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 14 DE MAIO DE 2008.

Às dez horas e vinte e nove minutos do dia quatorze de maio de dois mil e oito, na Sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **NEUTO DE CONTO** e do Senador **JOÃO TENÓRIO**, reúnem-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a Subcomissão dos Biocombustíveis e, sob a Presidência, em exercício, também do Senador **JOÃO TENÓRIO**, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos seguintes senadores(as): **DEL-CÍDIO AMARAL, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, EXPEDITO JÚNIOR, JAYME CAMPOS, GILBERTO GOELLNER, KÁTIA ABREU, FLEXA RIBEIRO, CARLOS DUNGA, OSMAR DIAS, VALTER PEREIRA, MÃO SANTA, ROSALBA CIARLINI, EDUARDO SUPLYCY, MOZARILDO CAVALCANTI, JOÃO RIBEIRO, JARBAS VASCONCELOS, VIRGÍNIO DE CARVALHO, EDUARDO AZEREDO, CRISTOVAM BUARQUE, ALOIZIO MERCADANTE, SERYS SLHESSARENKO E GEOVANI BORGES**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores(as): João Pedro, Leomar Quintanilha, Pedro Simon, Heráclito Fortes, Sibá Machado, Marcelo Crivella, Almeida Lima, Paulo Duque, Marco Maciel, Romeu Tuma, Arthur Virgílio e Fernando Collor. Deixa de comparecer por motivo justificado a Senadora Marisa Serrano. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Neuto de Conto, informa que a presente reunião destina-se à realização de audiência pública de acordo com a seguinte pauta: **Audiência Pública Conjunta**, em cumprimento aos **Requerimentos nº 4, de 2008 – CRA-BIO, Requerimento nº**

27, de 2008 – CRE e Requerimento nº 9, de 2008 – CRA, todos de autoria do Senador João Tenório, com o objetivo de discutir os **recentes questionamentos feitos principalmente pela União Européia na questão preço de alimentos versus biocombustíveis e o trabalho da Força Tarefa designada pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva**, com a participação dos seguintes convidados: **Dr. Francelino Grando** – Secretário de Tecnologia Industrial – Representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; **Dr. Arnoldo Campos** – Diretor de Financiamento do Departamento de Proteção da Produção – Representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário; **Deputado Reinhold Stephanes** – Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; **Ministro André Aranha Corrêa do Lago** – Chefe do Departamento de Energia – Representante do Ministério das Relações Exteriores; **Dr. Egon Krakhecke** – Secretário da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável – Representante do Ministério do Meio Ambiente. Após a exposição dos Senhores convidados fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores(as): Kátia Abreu, Osmar Dias, Aloizio Mercadante, Gilberto Goellner, Mozarildo Cavalcanti e Flexa Ribeiro. **RESULTADO: AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA REALIZADA. EXTRA-PAUTA: Requerimento nº 9, de 2008 – CRA. ASSUNTO:** Requer nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada, audiência pública conjunta entre a Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de discutir os recentes ataques feitos, principalmente pela União Européia aos biocombustíveis e o trabalho da Força Tarefa designada pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, com a participação dos seguintes convidados: **Sr. Miguel Jorge** – Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; **Sr. Guilherme Cassel** – Ministro do Desenvolvimento Agrário; **Sra. Marina da Silva** – Ministra do Meio Ambiente; **Sr. Reinhold Stephanes** – Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **AUTOR: Senador João Tenório.** Iniciada a discussão, e não havendo oradores inscritos, passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **RESULTADO: APROVADO.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e oito minutos, lavrando nós, Marcello Varela, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e José Alexandre Girão M. da Silva, Secretário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a presente Ata que, lida e

aprovada, será assinada pelo Senhores Presidentes da CRA, CRA-BIO e da CRE e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **NEUTO DE CONTO**, PRESIDENTE DA CRA; – Senador **JOÃO TENÓRIO**, PRESIDENTE DA CRA-BIO; – Senador **JOÃO TENÓRIO**, PRESIDENTE, em exercício, DA CRE.

COMISSÃO DE AGRICULTURA
E REFORMA AGRÁRIA – CRA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS
BIOCOMBUSTÍVEIS – CRABIO

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL – CRE

10ª REUNIÃO (CONJUNTA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, 4ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS E 13ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 14 DE MAIO DE 2008, ÀS 10 HORAS e 29 MINUTOS

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Requeiro a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Sobre a mesa há requerimento de autoria do Senador João Tenório, que requer seja realizada Audiência Pública conjunta com o objetivo de discutir os recentes questionamentos feitos, principalmente pela União Européia, na questão de preço de alimentos *versus* biocombustíveis. Com a palavra o autor do requerimento, o Senador João Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Gostaria de registrar aqui, entre nós, a presença do Embaixador da Delegação de Comissão Européia, o Sr. João Pacheco, acompanhado que está do Primeiro Conselheiro Chefe de Ciência e Tecnologia, Sr. Angel Landabaso.

Estamos aqui felizes com a presença dos senhores convidados, gostaria de registrar em primeiro lugar a presença do Ministro Reinhold Stephanes e dos representantes dos Ministérios que aqui foram convidados para discutir o tema: o Sr. Francelino Grando, que representa o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Dr. Arnoldo Campos, Diretor de Financiamento do Departamento de Proteção da Pro-

dução, que representa o Ministro do Desenvolvimento Agrário; o Ministro André Aranha Corrêa do Lago, Chefe do Departamento de Energia, representando o Ministro das Relações Exteriores; o Sr. Egon Krakhecke, que é o Secretário do Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, representando o Ministério do Meio Ambiente.

Sr. Presidente, senhores que nos visitam e, evidentemente, trarão contribuições importantes a esse nosso encontro de hoje. Na verdade a idéia de sugerir a promoção desse encontro diz respeito há alguns movimentos recentes que têm acontecido, diz respeito também à criação pelo Presidente da República da força-tarefa, na qual estão presentes todos esses Ministérios aqui citados e aqui convidados, para formarem um grupo de trabalho que, digamos assim, identificará as razões, a gênese das diferenças de entendimento que existe hoje entre aqueles que produzem biocombustível, sobretudo o etanol, e os países potencialmente consumidores, quais sejam, os Estados Unidos, a União Européia, de um modo mais importante, e o Japão, que são os três mercados que se apresentam assim aparentemente com maior intensidade e possibilidade de realização.

Na verdade o que o Governo fez agora no momento, criando esse grupo de trabalho, essa força-tarefa, é uma continuação do trabalho que o Presidente da República tem feito. O Presidente Lula – e eu me sinto muito à vontade de falar isso por ser do partido de oposição – tem sido, assim, eu diria, um caixeiro viajante dos biocombustíveis e, sobretudo, do etanol. Tem sido um lutador de uma maneira bastante intensa em defesa dessa idéia brasileira de produzir biocombustíveis. Então como consequência desse andamento do Presidente, desse trabalho que o Presidente tem feito, ele acabou de criar essa força-tarefa que tem como objetivo dar continuidade, mais do que isso, dar suporte, dar praticidade ao discurso que tem sido feito pelo Presidente nas suas viagens que têm acontecido, sobretudo recentemente na União Européia, onde foi identificado um ambiente de maior, digamos assim, rejeição às idéias que por acaso venham a consolidar a posição do biocombustível e, de uma maneira mais ampla, em particular do etanol.

Quero fazer aqui uma correção, porque no nosso convite aos senhores palestrantes é feita uma referência a rejeições identificadas na União Européia. Na verdade nós cometemos um engano, isso não é verdade. Nós identificamos claramente reações em alguns países, em alguns núcleos da Comunidade Européia, não à União Européia como uma entidade como um todo. Então é necessário fazer essa correção por conta de que é importante desenvolver esse diálogo de uma

maneira muito serena e muito tranqüila no sentido de conduzir resultados positivos.

Então no que diz respeito ao Executivo, as iniciativas estão tomadas. De um lado o caminhar do Presidente da República defendendo os biocombustíveis, de outro lado a criação mais concreta e mais objetiva da força-tarefa que tem como objetivo tentar implementar as idéias de aproximação entre as diversas regiões potencialmente consumidoras, e o Brasil é um produtor importante no que diz respeito ao etanol.

Do lado do Legislativo, têm sido tomadas algumas medidas interessantes também. A nossa Subcomissão aqui tem buscado estabelecer contatos permanentes com outros parlamentos e isso aconteceu muito objetivamente, primeiro, no Reino Unido, na Inglaterra, onde nós estivemos há aproximadamente um ano atrás numa missão com três Senadores da República, presidida pelo Presidente da Comissão de Relações Exteriores Heráclito Fortes, e três Deputados Federais que também participaram, e tivemos a oportunidade de iniciar uma conversa, assim, muito interessante com o parlamento inglês, quando foi colocado do lado dele as dúvidas sobre ser adequada ou não a produção de biocombustíveis do Brasil e do nosso lado, evidentemente, a defesa da tese. E naquele momento, é interessante esse ponto, o maior destaque das dúvidas que os europeus – e os americanos também, é bom que se diga – tinham em relação à questão de etanol no Brasil, era a questão da Amazônia. Havia uma percepção para o lado desses países que o crescimento da produção de álcool, de etanol no Brasil ou de biocombustíveis de uma maneira mais ampla, ele seria feito em termos de uma “invasão” do bioma Amazônia. Então se iniciou a discussão, se iniciou o diálogo, melhor dizendo, sobre esse tema, levando em consideração a questão da Amazônia. E depois de um ano realmente as coisas ficaram muito esclarecidas e hoje saiu da pauta de discussão a questão de criticar os biocombustíveis por conta da Amazônia. Ficou muito provado e claro, por exemplo, que o etanol jamais pode ser produzido no bioma Amazônia, porque trata-se de uma planta que necessita de quatro, cinco ou seis meses de sol, fato esse que não acontece no Amazonas. No Amazonas chove praticamente todo dia. Então torna absolutamente impossível a produção e, sobretudo, a colheita da cana-de-açúcar, torna impossível a colheita e também a maturação da cana que torna-se impossível. Então saiu da agenda a questão da Amazônia.

Mas recentemente, com a crise dos alimentos, do preço dos alimentos, o tema voltou de uma maneira diferente, muito mais voltado para a competição entre biocombustível e alimentos. Os números mostram exatamente o contrário. O Brasil, como todos sabem,

já está muito repetido, o Brasil utiliza hoje cerca de três milhões e meio de hectares para produzir cana para álcool, utiliza cerca de cinquenta e cinco, de cinquenta a cinquenta e cinco milhões de hectares para produzir grãos e utiliza cerca de duzentos a duzentos e vinte milhões de hectares para produzir pecuária. Então não é três milhões e meio que vai competir com esses números fantásticos que representa a produção brasileira. Do outro lado, o Professor Gutemberg cita num artigo recentemente publicado, que o mundo hoje tem cerca de dez milhões de hectares utilizados para a produção de biocombustíveis e tem um bilhão e duzentos milhões de hectares utilizados na produção de alimento. Então há um descompasso muito grande que prova a insustentabilidade dessa tese. Então é a segunda, digamos assim, contestação que está sendo derrubada pouco a pouco.

Mas voltando ao trabalho da nossa Subcomissão, sobretudo no que diz respeito a essa relação com os países das regiões do mundo, nós tivemos primeiramente essa viagem ao Reino Unido que foi extremamente proveitosa. Depois nós tivemos uma viagem a Washington, quando tivemos contato com cinco Senadores mais, digamos assim, ligados nessa questão do etanol lá nos Estados Unidos, e a receptividade de um diálogo entre os dois países foi muito oportuna, muito interessante. Nós sempre temos levado a tese de que a manutenção da produção americana de etanol é uma coisa importante para a consolidação do etanol como combustível. O etanol precisa ter uma massa crítica, ter um tamanho para habitar o mundo dos combustíveis, caso contrário vai ficar uma coisa muito pequena para conviver com esse mundo imenso que é o mundo dos combustíveis no mundo. Evidentemente a proteção que o americano dá tem que ser reestudada, tem que ser revalidada, ajustada e calibrada de uma maneira conveniente, mas a proteção para que eles não tenham que parar de repente com a produção do etanol é uma coisa que na nossa avaliação é positiva. Nós levarmos essa percepção nossa ao Senado americano, estivemos com cinco Senadores que estão, todos eles, extremamente ligados a essa questão do etanol, todos eles têm uma percepção muito forte de que a grande saída para o etanol é o álcool brasileiro, o álcool de cana-de-açúcar, mas que também defende a necessidade de manutenção da produção de milho, por enquanto, pelo menos, no sentido de fazer com que esse produto tenha um volume mínimo, eu repito, uma massa crítica para que possamos ser considerados a ir habitar o mundo dos combustíveis.

Estivemos recentemente na África do Sul, quando foi dada também a oportunidade de discutirmos um pouco a utilização de etanol, sobretudo na África, e fica

muito claro quando chegou em cima da África que a quantidade de terra disponível para produzir alimentos, etanol, seja lá o que for, é um fatalmente concreto e que coloca de lado qualquer temor que possa vir a ter de que faltará terra para a produção simultânea de biocombustível e de alimentos. Então foi uma experiência muito interessante que nós tivemos lá.

Enfim, o Legislativo tem feito um trabalho, assim, paralelo que eu acho que é importante. Por outro lado, a iniciativa privada que atua no setor tem tido um trabalho muito eficiente no que diz respeito a esse relacionamento. Por exemplo, a UNICA, que é a maior associação que agrega, eu diria, quase que 80% da produção nacional, ela abriu escritórios já em Washington, abriu escritório em Bruxelas e está prestes a abrir o escritório em Tóquio, que são possivelmente os três mercados mais potencialmente importantes para o álcool brasileiro. Então há uma iniciativa também do setor privado no sentido de chegar ao nível do consumidor final e faria com que seria um ingrediente importante nesse trabalho que o Brasil todo está fazendo no sentido de “vender” a idéia e a imagem do biocombustível.

Portanto, Sr. Ministro, senhores representantes dos Ministérios, eu gostaria de aqui me referir a uma colaboração importante que nós estamos tendo do Itamaraty na pessoa de alguns Embaixadores. Eu gostaria de citar aqui. Nós estivemos em Washington e o Embaixador Antônio Patriota teve uma participação muito importante, nos acompanhou da maioria das nossas Audiências com os Senadores americanos. Quando da estada em Londres o Embaixador José Maurício Bustani também teve uma participação importante nos debates que nós tivemos no Parlamento e mesmo com os empresários da Inglaterra. E, recentemente, a nossa presença em Cape Town, o Embaixador Joaquim Augusto Salles nos deu assim uma contribuição muito importante no que diz respeito aos contatos que lá foram feitos. Então um agradecimento, eu gostaria de registrar o trabalho que o Itamaraty está fazendo, a colaboração que o Itamaraty está dando a esse tipo de trabalho.

Dito isso, Sr. Presidente, senhores aqui presentes, eu gostaria de deixar só uma idéia, uma reflexão aqui que é o seguinte: nós estamos com três segmentos, três setores da vida nacional trabalhando muito fortemente para estabelecer essa relação entre o Brasil produtor e os países do mundo consumidores e também produtores. Então o que nós gostaríamos de deixar uma sugestão aqui é que esse trabalho fosse feito de uma maneira coordenada. Nós não podemos ter o Executivo, através da sua força-tarefa, atuando com um discurso, com um formato de discurso de uma linha, o parlamento brasileiro de outro caminho, em outro caminhar, e

os produtores também levando discurso diferenciado. Então a minha sugestão, eu não vou fazer nenhuma pergunta, a minha sugestão é no sentido de que nós tentemos fazer com que esses trabalhos sejam trabalhados coordenados e fale o mesmo discurso, faça o mesmo discurso no sentido de se tirar o maior proveito de um formato que possa se trabalhar junto. Era isso, Sr. Presidente, que eu gostaria de dizer.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Em votação o requerimento de autoria do Senador João Tenório. As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

A presente Reunião destina-se a Audiência Pública conjunta em cumprimento ao Requerimento nº 4, de 2008, da CRABIO, Requerimento nº 27, de 2008, da CRE, e Requerimento nº 9, de 2008, da CRA, todos de autoria do Senador João Tenório, com o objetivo de discutir os recentes questionamentos feitos principalmente pela União Européia na questão preço de alimentos *versus* biocombustíveis e o trabalho da força-tarefa designada pelo Exmo. Sr. Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, com a participação dos seguintes convidados: o eminente Deputado Reinhold Stephanes, Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que já se encontra na mesa; Dr. Egon Krakhecke, Secretário da Secretaria Executiva do Desenvolvimento Rural Sustentável, representando o Ministro do Meio Ambiente, que também se já se encontra à mesa; Dr. Francelino José Lamy de Miranda Grando, Secretário da Tecnologia Industrial, representando o Ministério do Desenvolvimento Industrial e Comércio Exterior, que também já se encontra à mesa; Dr. Arnaldo Campos, Diretor de Financiamento do Departamento de Proteção da Produção, representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que também se encontra à mesa; o Ministro André Aranha Corrêa do Lago, Chefe do Departamento de Energia, representante do Ministério das Relações Exteriores, que também se encontra à mesa; também temos a alegria de contar nesta Reunião com o Embaixador João Pacheco, Chefe da Delegação dos Parlamentares Europeus, que nos dá a alegria e a satisfação de estar no nosso meio.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, passamos a palavra de imediato, o Ministro tem outros compromissos, o Ministro Stephanes, e ele, então, vai fazer a sua explanação, nós vamos fazer as perguntas necessárias a ele, vamos liberá-lo, e ele vai deixar aqui o seu Secretário Manoel Bertoni, que também vai ficar aqui, que é extremamente competente na área para substituí-lo. Mas antes vamos ouvir então, de imediato, a palavra

do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Deputado Reinhold Stephanes.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: É um prazer estar novamente aqui na Comissão. E eu gostaria, por dever de justiça, ressaltar a presença do nosso Embaixador da União Européia, pelo trabalho que ele tem feito no sentido de aproximar e ajudar a resolver as questões que a gente tem junto à União Européia, principalmente na área da agricultura. Isso merece, efetivamente, o destaque e o nosso agradecimento público pela forma com que o Embaixador sempre tem conduzido essas relações entre o Brasil e a União Européia, e, principalmente, na área pela qual eu respondo.

Mas eu acho que nós poderíamos começar falando um pouquinho sobre o movimento de preços, quer dizer, efetivamente nós estamos num movimento de preços, de aumento, de tendência de aumento no mercado mundial, e isso se dá basicamente por quatro razões, três ou quatro razões.

A primeira razão, efetivamente, é que o mundo está crescendo e à medida que o mundo está crescendo, e é a primeira vez na história que nós podemos ver do século passado para cá que o mundo cresce de forma contínua, a taxas elevadas, por um período relativamente longo. A última vez que esse fenômeno tinha acontecido, ele cresceu durante quatro anos seguidos, que foi no período de 70 a 74, que foi interrompido logo pela primeira crise do petróleo, pelo primeiro impacto do aumento do preço do petróleo. Mas então é a primeira vez que isto acontece num período mais longo. Então, evidentemente, isto está levando a um aumento de renda, aumento de renda está levando a um aumento de demanda. Povos que não conseguiam se alimentar bem, passam a se alimentar mais e se alimentar melhor. Povos que não comiam proteína animal, passam a comer proteína animal ou passa a comer em quantidades maiores. E aí, para cada quilo de proteína animal, principalmente da carne de boi, nós precisamos praticamente de sete quilos de proteína vegetal para que isso aconteça. Então efetivamente a primeira razão é que se dá por um aumento de demanda em função do aumento de renda. Está muito claro isso.

A segunda razão, e ela efetivamente existe, por mais que nós tentamos discuti-la, mas ela existe, é o uso de matéria-prima agrícola para a produção de biocombustíveis, quer dizer, não há absolutamente nenhuma competição em termos de Brasil, mas na medida que os Estados Unidos utilizam hoje oitenta milhões de toneladas de milho para transformar em álcool, o que no próximo ano serão cento e vinte milhões de toneladas de milho, isso efetivamente gerou também um impacto no mercado mundial. Da mesma

forma que a União Européia, assim como os Estados Unidos, na medida em que mantém uma agricultura subsidiada, ela, evidentemente, destorce a locação de fatores de produção, isso num fenômeno totalmente normal e natural, essa distorção que surge. E aí também começa a haver competição entre área de produção de alimentos com área de produção de agroenergia. Então a segunda razão para esse aumento seria essa, embora de forma secundária. A razão mais forte, evidentemente, é o aumento de renda, o mundo está comendo mais, está consumindo mais, quanto a isso não há nenhuma dúvida.

A terceira questão é que as pessoas também estão vivendo mais tempo, quer dizer, nós temos, além do crescimento da população normal, nós também estamos tendo as pessoas vivendo mais tempo.

E, finalmente, um fenômeno que começa a demonstrar o seu efeito são as mudanças climáticas, quer dizer, elas efetivamente já estão começando a se fazer presentes em alguns países, aonde nós já temos secas mais prolongadas, com alterações de clima já se consolidando, sendo que exemplos que poderíamos citar seria a Austrália. Quando a gente fala hoje em arroz, quer dizer, um dos responsáveis pela explosão dos preços do arroz é a Austrália, que teve uma queda extremamente grande na sua produção de arroz, já que o arroz da Austrália, em grande parte, era para o comércio internacional. E podemos citar outro exemplo, o Rio Grande do Sul, que é um Estado que nos últimos dez anos, ele já tem sete anos de baixa produtividade, já é um Estado que hoje já tem a menor produtividade em vários produtos dentre os Estados produtores daqueles produtos, quando no passado era um Estado que tinha uma produtividade bem elevada, e tudo isso já em função da fixação de mudanças climáticas. Então o fenômeno de mudanças climáticas, efetivamente, já começa a mostrar os seus efeitos.

Então de maneira geral quase todos os produtos, à exceção do café e do algodão, tiveram movimentos de altas e movimentos de altas bastante grandes.

A nossa visão é que esse novo patamar de preços, que foi atingido agora a nível mundial, ele está aí possivelmente para ficar. Podemos ter pequenos recuos na área do arroz, que é possível haver pequenos recuos, podemos ter pequenos recuos na área do trigo, que já estão acontecendo, mas não retornarão mais aos patamares anteriores. E a tendência, na nossa visão, é de que não nesse ano, nem no próximo, mas talvez logo à frente, em 2010, 2011 ou 2012 nós ainda podemos ter impactos maiores em termos de aumentos de preço, desde que as tendências continuem dentro dos números que hoje se apresentam para análise. Porque efetivamente nós tínhamos um mundo de oferta

de produtos agrícolas, ou seja, havia mais ofertas que demanda, e agora invertemos isso para um mundo de demanda por produtos agrícolas, ou seja, a demanda é maior que a oferta. O crescimento mundial por alimentos está em torno de 5%, alguns países puxam isso de forma maior, como o caso da China, a China só no complexo soja vem aumentando seu consumo a 20% ao ano, e a capacidade mundial de dar resposta a esta produção, evidentemente, não chega a esse mesmo índice ou a esse mesmo número. Tanto que se observarmos os estoques de trigo, os estoques de milho e os estoques de arroz, eles vêm caindo já há cinco anos, quer dizer, na verdade nós estávamos comendo estoques. Os estoques desses produtos hoje são praticamente a metade do que eles eram cinco ou seis anos atrás, só que os impactos só ocorreram basicamente a partir do ano passado, mas os sinais já vinham sendo demonstrados já há mais tempo. Então, efetivamente, nós temos aí uma questão colocada, é uma questão evidentemente grave.

Como é que o Brasil se situa dentro deste quadro? Como é que o Brasil se situa dentro deste quadro? Bom, aí nós temos que considerar que o Brasil é um dos poucos países do mundo que hoje consegue produzir efetivamente para as suas necessidades internas, para o crescimento da demanda interna, que também tem sido grande, e, ainda, mesmo assim, ser o país que mais cresce na produção de excedentes em termos de exportação, hoje, dos países que participam do mercado de exportação no mundo. Então isso é um dado extremamente importante para mostrar a característica e a capacidade de produção do Brasil. E, também, demonstrar a capacidade que o Brasil tem de compatibilizar a produção de energia com produção de alimentos. Ora, se nós estamos crescendo em produção de energia e é importante também citar que o Brasil faz isso há trinta anos, quer dizer, dentro do Brasil isso não é nenhuma novidade, mas se nós estamos crescendo nessa área, estamos crescendo na produção para alimentar a nossa população interna e somos o país que mais produz excedentes no mundo, a cada ano o adicional de excedentes, evidentemente que o Brasil está muito bem situado neste quadro. E é claro que, por outro lado, este quadro mundial que se apresenta é uma grande oportunidade para o Brasil.

Gostaria, também, de citar alguns números que o Senador Tenório já colocou, mas muitas vezes a gente observa que nem nós no Brasil e muito menos lá fora se tem uma idéia clara em termos das dimensões do Brasil, quer dizer, então quando nós participarmos de uma discussão na União Européia sobre a sustentabilidade da soja, se fazia uma grande discussão em termos para ver até onde o Brasil produzia a soja de

forma sustentável. E se tinha a idéia que o Brasil era uma grande plantação de soja. Aí no final nós chegamos e dissemos: “Olha, o Brasil só produz soja em 3% do seu território”. Aí acabou a reunião, porque era só 3% do território nacional. Então o problema é que as nossas dimensões, elas são muito diferentes. Elas não podem ser vistas com os olhos que se olha a Europa ou que se olham alguns outros países. Ela tem que ser vista dentro da realidade brasileira.

A mesma questão é em relação à produção do etanol. Nós hoje produzimos a cana-de-açúcar em sete e meio milhões de hectares, em termos redondos, sete e meio milhões. A metade disso vai para açúcar, em torno da metade, a outra metade vai para álcool. Então, teoricamente, para a produção de energia, nós estaríamos usando apenas três milhões e meio de hectares, o que representa 0,5% ou menos de 0,5%, um pouquinho menos, do território brasileiro. E mesmo que nós dobrássemos essa produção, que está previsto evidentemente para os próximos seis ou sete anos, nós estaríamos avançando para mais ou menos 0,9% do território nacional ou, colocando em termos de área agrícola, menos de 3% da área agrícola para a agricultura e pastagem do Brasil, quer dizer, então seria um número ainda relativamente pequeno.

Agora também é importante citar – e isso o Senador já colocou aqui – que nós utilizamos para a agricultura um pouco mais de cinquenta milhões de hectares, que é uma área relativamente pequena considerando que o Brasil tem oitocentos e cinquenta e um milhões de hectares, então nós utilizamos aí bem menos de 10% para a área da agricultura propriamente dito, mas usamos uma área muito grande para a produção da pecuária, são quase duzentos milhões de hectares. Há uma pequena dúvida em relação a esse número, mas em termos redondos deve estar em torno disto, duzentos milhões de hectares. E temos uma baixa produtividade na utilização dessas terras, como também temos uma grande parte dessas terras utilizadas para a pecuária chamadas, no sentido agrônomo, de áreas degradadas, quer dizer, no sentido agrônomo área degradada é aquela que a pastagem, na medida que você não vai fazendo as correções de solo, as adubações, o tratamento e o manejo necessário, quer dizer, a pastagem começa a diminuir a sua capacidade de produção, e aí se no início você pode por dois bois por hectares, daqui a pouco você passa um e meio, daqui a pouco um, daqui a pouco meio boi por hectare. Então nós temos uma produtividade extremamente baixa. Estima-se – e esses estudos são estudos com relativa consistência – de que nós teríamos aí cinquenta milhões de hectares a serem utilizados para outros fins, ou seja, para a agricultura ou mesmo para a expansão

da cana-de-açúcar. O importante é informar que hoje, naturalmente, a expansão da cana-de-açúcar está se dando em torno de 60% em algumas regiões e 70% em outras regiões em cima de áreas de pastagens. Então isso é muito bom, ou seja, não há nenhuma competição com a produção de outros produtos. E esses outros produtos que seguem parte dessa área, que é relativamente muito pequena para cana-de-açúcar, estão evidentemente avançando também em áreas de pastagens.

O Brasil está elaborando o seu zoneamento para a produção de cana, este zoneamento talvez seja o zoneamento mais completo que se faça, que já se tenha realizado, tanto dentro do Brasil como possivelmente fora do Brasil, ele define a questão agrícola, quer dizer, a vocação agrícola de todo o Brasil para produzir cana, que variedades de cana e que tratamentos precisa se dar a essa cana nas várias regiões do Brasil ou nas várias microrregiões, não é nem regiões, é bem detalhado esse trabalho, mas ele, também, procura fazer uma análise também ambiental disso, quer dizer, então é isso que torna esse zoneamento diferente dos outros zoneamentos que até aqui foram realizados, quer dizer, e procura inclusive, além de fazer esses zoneamento ambiental, ele procura estabelecer regiões aonde não se quer que se plante cana, quer dizer, então também se examina isto e se mapeia tudo isto. E, finalmente, ele também apresenta os mapas das regiões aonde o Governo gostaria para onde a cana teria o seu avanço. Então são pelo menos quatro tipos de mapas que vão se apresentar e, dentro deles, vão ser tomadas a decisão do zoneamento. É claro que quando eu falo que... Nós temos regiões aonde você não vai poder plantar cana, você tem regiões aonde a cana pode ser plantada e têm regiões aonde ela teria preferência e ela seria direcionada mais para estas regiões. E aí, quando a gente fala desse terceiro item, dessas regiões, aí se daria, claro, com preferência em cima de áreas de pastagens e, principalmente, em áreas de pastagens já degradadas, ou seja, seria a forma de recuperação dessas áreas.

Mas vejam bem. De qualquer forma nós estamos falando de uma dimensão de três milhões de hectares que seria a nossa necessidade adicional e esses três milhões de hectares dentro de um universo de duzentos milhões de hectares dentro dos quais nós poderíamos localizar esses três milhões de hectares.

Eu acho que em síntese seriam então essas as colocações que nós teríamos que fazer inicialmente, ou seja, mostrando claramente que o Brasil tem as condições perfeitas de conciliar a produção de energia com a produção de alimentos.

E ainda um dado que eu não citei, mas esse dado hoje já é claro para todos, quer dizer, quando o Brasil fala em produzir energia, nós estamos falando a um custo compatível com o mercado, ou seja, produzir álcool no Brasil compete com a produção de gasolina, mesmo não tendo aumentado a gasolina há dois anos e meio, a gasolina não tendo sido aumentada há dois anos e meio. Imagina se nós incorporássemos os aumentos do mercado internacional ao mercado interno o que seria hoje a diferença do custo da produção do álcool com o preço da gasolina. Diferente, evidentemente, da União Européia e dos Estados Unidos, aonde isso precisa ser altamente subsidiado, já que o custo é de duas a três vezes maior, o custo de produção.

O Brasil tem a cana-de-açúcar e aí também um dado que é interessante citar, se no passado produzíamos quatro mil litros por hectare, hoje já estamos em nove mil litros por hectare. A pesquisa já está nos dando indicação de que podemos chegar nos próximos anos a doze mil hectares e se mudarmos o processo tecnológico da produção do álcool, que também está previsto para os próximos cinco ou dez anos e aproveitarmos o bagaço da cana também, nós podemos passar a quinze mil litros por hectare, ou seja, isso é um dado extraordinário, já que são poucos países do mundo que teriam condições de produzir cana.

Claro que aqui se falou na África como um país que tem uma grande possibilidade de expansão, mas é uma expansão um pouco demorada porque eles muitas qualidades que o Brasil tem, mas não tem a estrutura de produção organizada que o Brasil já tem. E aí, às vezes, eu até faço assim uma pequena comparação. Ela não tem muito rigor técnico, mas ela serve simbolicamente para mostrar a capacidade de competição do Brasil. É que nós daqui a pouco vamos ter uma cana dessa grossura, com três metros de altura produzindo, enquanto, quer dizer, que alguns países vão precisar pegar duas espigazinhas de milho na mesma área para fazer. Então evidentemente que o Brasil tem uma vantagem comparativa extremamente grande e é uma vantagem de mercado, de competição efetivamente.

Então era isso que eu queria dizer, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado ao Ministro Reinhold Stephanes. Eu gostaria de fazer uma pequena intervenção. A cana-de-açúcar foi a primeira cultura que veio para o Brasil, em 1530, e a tecnologia e o avanço na tecnologia, bem explicada aqui pelo nosso Senador João Tenório e agora pelo Ministro, se aprofundando na sua análise, sem dúvida nenhuma eu já disse que quando aqui estive a missão européia, de que nós

só ocupamos o território brasileiro, da área agricultável atualmente, 2%, e que 1% disso é produzido para açúcar. Portanto, fica só 1% do nosso território sendo utilizado para produzir etanol, e que produzimos atualmente, nesses três milhões e meio de hectares, passa um pouco de dezenove milhões de litros, volume que abastece 25% da nossa frota de automóvel que tem no Brasil, e ainda exportamos em torno de 10%. Portanto, se o Brasil pensar em aumentar dez vezes, nós só ocuparíamos 10% das nossas terras agricultáveis. E, sem dúvida nenhuma, passaríamos sim a ser um grande abastecedor para o mercado mundial. São números em que sem irmos buscar os noventa milhões de hectares que nós temos nos cerrados, sem agredir o meio ambiente e nem a reserva permanente. O Ministro muito bem se explicou sobre as terras degradáveis, que o cálculo está em torno de trinta milhões de hectares nas nossas fazendas e, ainda, poderíamos agregar mais uns vinte milhões de hectares consorciando a produção de alimentos com a pecuária.

Esses números dão ao país, sem dúvida nenhuma, dados altamente promissores e nos dão, também, na atual produtividade, é três vezes mais barato produzir etanol da cana do que do milho. E com os números que podemos dobrar a produtividade, certamente ficaria bem mais em conta do que se produzir do milho. Levando em conta, ainda, que principalmente a Europa e os Estados Unidos dão um subsídio bastante elevado para poder competir ou para poder produzir. E estranhamos e nós achamos, inclusive, injustificável quando algum país se utiliza do milho para produzir etanol e deixa de produzir alimento, transformar o milho em alimento, e enxerga o quintal dos outros países, enxerga o Brasil como ameaçador da proposta de produção de alimentos e, principalmente, quando nas suas elevações de preço.

Dito isto, eu gostaria só de referendar um fato significativo e muito importante que nós ainda temos. Se nós usássemos só o bagaço e a palha da cana, e aqui o Senador João Tenório sabe, com Audiências Públicas já chegamos a esses números, nós temos só no bagaço e na palha uma Itaipu adormecida nos canaviais, que poderíamos transformar em energia limpa, um bioenergia muito fácil, com material já pronto. Então realmente Deus foi bondoso com o Brasil: nos deu o clima, nos deu terra, nos deu água, nos deu solo, nos deu tecnologia, nos deu o homem e que isso faz com que nós tenhamos esta grandiosidade e uma expectativa extraordinária.

E para encerrar, eu não vou fazer pergunta porque o discurso é o mesmo, Sr. Ministro, eu levo mais um fato que este Brasil, esse gigante pela sua própria natureza, como o nosso próprio Hino assim nos diz,

que estava muito embernado, muito paralisado, com o crescimento de somente entre 4 a 5%, sacudiu, mexeu, não só com a sociedade nacional, como o próprio mundo está voltado as suas vistas para a nossa produção e, principalmente, para a produção primária.

Eu passo a palavra para os Senadores e para o Ministro depois poder responder, porque ele tem compromisso e terá que se ausentar. Como primeiro Senador inscrito, o Senador Osmar Dias, pelo Paraná.

SR. SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sr. Presidente Senador Neuto De Conto, Senador João Tenório, Presidente da Subcomissão, Ministro Reinhold Stephanes, convidados.

O Ministro fez um pronunciamento inicial que praticamente responde todas as questões. Eu tenho que acrescentar apenas algumas coisas que eu tenho pensado, até um pouco diferente do que eu pensava há um mês atrás, a respeito do pronunciamento do Relator da ONU, que nos indignou quando fez aquela afirmação de que os países que estão produzindo biocombustível estão praticando um crime contra a humanidade. Ele nos deixou indignado, mas agora eu acho que nós temos que agradecê-lo. Agradecê-lo porque ele chamou a atenção, internamente, para uma questão que estava um pouco despercebida, e externamente o mundo acordou para uma realidade que o Ministro chamou a atenção agora. Internamente é o seguinte. Eu sou de um Estado produtor, o Ministro é do mesmo Estado, eu tenho defendido mesmo publicamente a atuação do Ministro da Agricultura pela forma com que ele conduz o Ministério, com conhecimento, quando não o conhece, estuda e sabe conduzir o Ministério com muita eficiência e, sobretudo, colocando respeito no Ministério da Agricultura, que é o que nós precisamos, porque muitas vezes o Ministério da Agricultura era tratado como um Ministério de segunda classe. Hoje não, o Ministério é de primeira linha dentro do Governo do Presidente Lula. E isso, talvez, tenha ajudado também a chamar a atenção para uma questão que no Paraná as pessoas começaram há um tempo a querer colocar como um problema e não como uma solução para o país. Quando se falava em agronegócio no Paraná, parecia que estava falando no capeta. Agronegócio era coisa do capeta. E nós, agora, vimos o mundo acordar e o Brasil também, ao fato de que o agronegócio é uma atividade séria, decente como qualquer outra atividade econômica, e que não pode prescindir nem de grandes, nem de médios, nem de pequenos produtores, e que nós não podemos continuar nesse divisionismo que enfraquece o setor e suas reivindicações. Dividir o setor entre grandes e pequenos, familiares, dizer que os agricultores familiares não são do agronegócio, no momento em que eles produzem

e colocam os seus produtos no mercado, eles estão participando do agronegócio. E hoje são exportadores como todos são praticamente no país.

Eu não vou discutir aqui essa questão que me parece vai ficar para o passado, porque os agricultores voltaram a ser respeitados nesse país. E voltaram a ser respeitados pela sociedade e pelo Governo, o que é mais importante. O Presidente Lula tem feito um discurso que nós temos que aplaudir, o mesmo discurso que faz o Ministro Reinhold Stephanes. Eu acho que o Ministro tem conversado bastante com o Presidente e nos deixa muito confortados, porque sabemos que temos o apoio do Governo, o setor da agricultura, o setor produtivo tem o apoio do Governo, inclusive nessa questão política internacional, porque o Presidente foi na veia quando colocou os interesses dos países grandes produtores do petróleo nessa produção. O petróleo estava vinte dólares o barril há dez anos atrás e hoje está cento e vinte. As pessoas não estão discutindo este assunto. As pessoas não estão discutindo que o crescimento no consumo de alimentos no mundo ocorre a um grau de 5% ao ano e que, em alguns produtos, é muito mais elevado ainda esse aumento do consumo. Até ouvi outro dia uma repórter dizendo: “Ah, mas a culpa do aumento dos preços dos alimentos é do aquecimento global”. O aumento do consumo de alimentos também é problema de aquecimento global? Se a gente for contar o número de casos na rua... Lá em Curitiba, Ministro, na nossa capital, são quinhentas novas unidades que entram nas ruas por dia. Por dia quinhentos novos carros que são emplacados por dia. Isso deve ser culpa do aquecimento global também.

Nós vimos um discurso todo torto até agora. Agora sim. Agradecemos àquele Relator da ONU que falou aquela bobagem, aquela besteira, chamou a atenção, e a reação das pessoas que entendem do assunto para colocar no seu devido trilho, no seu devido lugar esse debate. E o debate é o seguinte: o Ministro colocou quatro causas aqui pelo aumento de preço dos alimentos. Soma-se a isso esse problema seriíssimo que nós temos de lincar o aumento do preço dos produtos agrícolas com fertilizantes, que toda vez que tem uma boa safra sobe o preço do fertilizante na outra. E isso também se liga à proteção do petróleo, fertilizante e petróleo têm uma relação estreita.

E nós não vamos conter os preços, Ministro, se não for produzindo mais, e esse é o discurso que nós temos que ter mesmo. Produzir mais. V. Ex^a. bateu no ponto certo nessa questão das pastagens degradadas. Nós temos duzentos e dez, duzentos e vinte milhões de hectares e poderíamos produzir a mesma quantidade de carne e de leite com cinquenta, sessenta,

setenta milhões de hectares a menos. Mas aí eu deixo aqui uma sugestão a V. Ex^a. Que o Governo lance um programa de recuperação de pastagens degradadas, mesmo que seja de médio e longo prazo. Que o Governo lance um programa de assistência técnica para mostrar aos produtores que eles podem produzir a mesma quantidade de carne em muito menos área e usar parte da área para produção de alimentos e biocombustível. Nós temos sim terra, clima, gente, tudo para produzir biocombustíveis e produzir alimentos, mas acredito que neste momento o Governo precisa colocar em prática um programa de estímulo aos produtores para que eles aproveitem as suas áreas degradadas no plantio de grãos e no plantio de culturas para o biocombustível.

E também, Ministro, gostaria de deixar uma outra sugestão. Talvez já V. Ex^a. esteja trabalhando nessa direção e creio que sim. É o problema do trigo. Dá para alcançarmos aí a auto-suficiência? V. Ex^a. foi Secretário da Agricultura do Paraná e eu também, e nós trabalhamos numa época que o Paraná produzia 60% do trigo nacional. Ainda produz, mas nós estamos importando 70% do trigo para consumir. Dá para chegar rapidamente a 80% da oferta de trigo para o nosso consumo. 20% ao ano, 25% ao ano de crescimento, isso é possível, mas tem duas coisas que o produtor de trigo não pode prescindir: uma é a garantia do preço. O preço de garantia não tem sido garantido, historicamente não, e aí cai o preço na hora dele vender, aí ele não planta no outro ano. Para manter e crescer a área, preço de garantia; e a outra, pelo menos para o trigo, colocar no Fundo de Catástrofe recursos suficientes para atrair seguradoras. Oferecer seguro para os produtores de trigo. Com o seguro e o preço de garantia, rapidamente o Brasil vai produzir para o seu consumo e nós não vamos ficar dependentes, principalmente da Argentina, que o resultado está aí, o preço da farinha subindo, do pão, do custo de vida.

Ministro, eu não faço perguntas, apenas deixo essas sugestões e apenas para cumprimentar a V. Ex^a. pela postura que tem adotado diante do Ministério da Agricultura, de defesa do setor produtivo, de defesa do país e pode contar com o nosso apoio.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado ao Senador Osmar Dias. Pela ordem de inscrição, Senadora por Tocantins, Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigada, Presidente. Quero cumprimentar a todos os nossos visitantes, convidados, muito obrigado pela presença, pela boa vontade de estar aqui conosco, cumprimentar a todos em nome do nosso Ministro da Agricultura Reinhold Stephanes e, também, Senador João Tenório e

Senador Neuto De Conto pela iniciativa desta Comissão conjunta, dessa Audiência Pública conjunta.

Ministro, nós temos passado, ao longo de algum tempo, nos defendendo. Nós já nos defendemos contra o trabalho escravo e ainda vivemos defendendo e mostrando ao Brasil a respeito das dificuldades trabalhistas deste país, das dicotomias, de uma Lei Industrial, Comercial que foi imposta ao campo. Nós temos que explicar para o mundo que nós não temos aftosa, nós temos que explicar ao mundo que nós não estamos destruindo a Amazônia e agora nós temos que provar para o mundo que o etanol não faz mal à saúde.

Eu acho, Ministro, eu aprendi com um grande mestre na política do meu Estado, que os grandes líderes não se explicam. E isso não vale só para os políticos, mas vale também para uma Nação. O Brasil é um grande líder e precisamos acostumar a parar de dar tantas explicações, tantas desculpas como se nós fôssemos permanentemente réus do mundo todo. Réus porque temos tecnologia, porque temos produtividade, porque temos força de trabalho, apesar de não termos nem 10% da logística de transporte e de portos que o resto do mundo tem; apesar de que temos, impedidos esse tempo todo de desenvolver a engenharia genética nesse país, por problemas ideológicos, os nossos transgênicos; apesar de não conseguirmos registrar os nossos defensivos genéricos; apesar de não termos uma Lei forte contra a defesa da concorrência que nos proteja dos cartéis de fertilizantes e desses mesmos defensivos no país. Mesmo assim conseguimos ser competitivos graças a esse esforço e a tecnologia aplicada da porteira para dentro. O nosso grande problema é a porteira para fora.

Esta afirmação que ficou emblemática do cidadão que, graças a Deus, tinha assento na ONU, eu acho que ele poderia ter duas classificações: ou inocente ou de má-fé. Eu prefiro apostar na má-fé. Ninguém senta na ONU por inocência. Aquilo é má-fé e é uma campanha difamatória contra o etanol em proteção ao petróleo. Eu nunca vi aquele cidadão reclamar do preço do aumento do petróleo, porque ele sabe muito bem que aumento de petróleo é aumento no custo de produção e aumento de alimentos. Eu nunca vi ele reclamar que uma vaca na União Européia recebe por dia de subsídio três euros e meio por dia e que tem muito cidadão africano que não ganha um euro por dia para comer.

Então, Sr. Presidente, eu atribuo, e nós todos sabemos e V. Ex^a. com a sua competência sabe, que nós temos uma crise de aumento de consumo, principalmente ordenada pelos países emergentes que estão crescendo, as pessoas ganhando mais, portanto, comendo melhor. Nós tivemos um aumento do petró-

leo que significa aumento de fertilizante e aumento de frete e aumento de óleo diesel, do preço do óleo diesel, nas nossas máquinas que plantam e que colhem; nós tivemos problemas climáticos especialmente na Rússia e Austrália, que são países importantes produtores; nós tivemos a transferência da especulação imobiliária americana com a crise do *suprime* para o mercado de *commodities*, que são os alimentos. Esses especuladores transferiram os seus investimentos para as *commodities* e fizeram com que elas subissem. Então eu não vejo nenhuma novidade em nada disso, mesmo porque, como o senhor disse, nós temos 0,7% de oitocentos e cinquenta milhões de hectares plantado de cana.

E apenas para discordar, Ministro, se eu não compreendi bem, o senhor explicando a questão do Zoneamento Econômico Ecológico. Nós temos já de início a Constituição que graças a Deus nos protege. Então eu não entendo um zoneamento, se eu entendi mal me corrija, que vá o Governo decidir aonde o João, o Pedro e a Maria vão plantar cana. Em qualquer país civilizado e inteligente do mundo, o José, o Pedro, a Maria e a Joana vão plantar cana ou soja ou milho ou algodão se o mercado assim determinar, se ele sentir que vai ter renda e lucratividade. Isso está garantido no art. 170 da Constituição Federal, no seu § único: “É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei”, que é o caso da reserva permanente, que é o caso da reserva legal. Fora isso, Ministro, não pode existir zoneamento de mercado, zoneamento que possa impor o que a Constituição nos garante. O zoneamento sim para orientar o produtor de que aqui a cana não é produtiva, que ele vai ter prejuízo, que a área correta de plantio de cana em determinado Estado e determinada região é o que há de mais inteligente que um país possa fazer.

Eu disse outro dia na tribuna – e até foi publicado no jornal O Globo pelo jornalista Ilimar em sua coluna, que nós temos, Ministro, 55 milhões de hectares no Brasil produzindo grãos, apenas 55 milhões de hectares que produz 140 milhões de toneladas; nós temos 127 milhões de hectares de terras públicas, sem destinação; nós temos 108 milhões de hectares de propriedade dos índios do Brasil; nós temos 77 milhões de hectares onde estão os assentamentos; nós temos 170 milhões de hectares de pastagens; nós temos 5 milhões de plantio de floresta; e nós temos mais 7 milhões de plantio de cana. Tirando isso tudo aqui, deixando os índios com os seus 108 milhões de hectares, encontrando mais 100 milhões de hectares que seja alternativo ou que seja de áreas novas, 100 milhões de hectares a mais

do que nós plantamos hoje dá para abastecer, com os índices de produtividade do Brasil, médios, que podem ser muito bem alterados para mais, mas considerando a média da produtividade brasileira de arroz, trigo, milho e soja, nós conseguimos com 100 milhões de hectares alimentar 400 milhões de pessoas. A União Européia tem quatrocentos e cinquenta milhões de pessoas. Nós só precisamos de uma coisa muito simples. Nós precisamos de condições de trabalhar. Nós somos uma indústria a céu aberto e que precisamos sim, de quando em vez, da proteção do Estado brasileiro. Nós produzimos 1/3 do PIB, 1/3 do emprego e 1/3 das exportações. Eu repito isso duzentas vezes por dia nesta Casa. Não estamos pedindo nada mais do que nós merecemos. Se nós der condições para isso, fortalecer o seu Ministério, principalmente, nós damos conta desse recado. Agora nos dê estradas, nos dê hidrovias, nos dê ferrovias, nos dê portos, nos dê o combate na defesa da concorrência. Vamos alterar a destinação das lavras da rocha fosfática no país, vamos tirar a TEC(F) da importação desses produtos da Ucrânia e da Rússia, como V. Ex^a. derrubou um dia desse, foi responsabilidade sua um cartel que permitia e protegia duas empresas no país com relação ao glifosato e ao nitrato de amônia, o senhor conseguiu derrubar o *antidumping*, para que nós possamos ter alguns sinais para nós diminuirmos o nosso custo de produção.

Para encerrar, Ministro, nós estamos hoje na seguinte condição. Um cálculo econômico de qualquer empresário, quer seja urbano, industrial, comercial, de serviços, quando ele vai calcular o seu custo de produção, ele calcula o seu custo operacional efetivo, ele calcula o seu custo operacional total, que é o desgaste do seu patrimônio, e o custo total que implica no custo de capital da sua propriedade, do seu patrimônio. Se o produtor rural brasileiro fizer esta conta direitinho, como o dever de casa manda, ele tem que parar de plantar. Ele tem que parar de produzir carne de qualquer espécie e tamanho. Ele só tem o direito de calcular o custo operacional efetivo. Se ele for mais além, ele está fora do ramo. Ele não pode ver, porque ele não precisa ver, não tem como ver essa conta. Ele não pode fazer essa conta empresarial porque ele vai ver que ele está extremamente prejudicado e o custo operacional efetivo é uma enganação, é apenas o que eu gastei para plantar por hectare ou para produzir um quilo de carne, e o que eu vendi aquele produto, e mato o custo com a receita. E aí ainda eu estou empatando. Só calculado esse custo eu estou empatando. Imagine se eu for por o preço da minha propriedade e calcular apenas a poupança sobre ela, se eu for colocar o des-

gaste e depreciação das minhas máquinas, da minha cerca, do meu curral e dos meus alojamentos.

Então, Ministro, eu quero concluir com isso que isso tudo é conversa afiada do mundo todo. Etanol não vai tirar comida da boca de ninguém. O que vai tirar as pessoas do ramo é mercado. E o Brasil precisa dar condições, porque é o único país do mundo, que tem condições de ampliar a sua área plantada de grãos e abastecer o resto do mundo.

Então eu concluo as minhas palavras dizendo a V. Ex^a. que o senhor está correto em defender o etanol e a agricultura brasileira. Não tem nada de errado, a não ser preconceito por inveja e competição econômica do mundo. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com a palavra, pela ordem de inscrição, antes agradecendo à Senadora Kátia Abreu, o Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sr. Presidente, Sr. Ministro Reinhold Stephanes, Senador João Tenório, Presidente da Subcomissão, Senador Neuto De Conto, Presidente da Comissão da Agricultura e Reforma Agrária, demos Senadores, Senadoras e convidados. Saúdo todos.

Eu estive agora pela manhã numa reunião com a delegação da Primeira-Ministra da Alemanha, vários empresários estão presentes, e a gente sente em cada contato um imenso interesse pelo Brasil e, particularmente, eu diria, inclusive, pela nossa produção de energia sustentável, pelo biocombustível, que é uma marca muito importante da nova trajetória da agricultura brasileira. Ainda que a gente produza há trinta anos, a mudança na frota de automóveis deu impulso ao etanol, ao biocombustível, ao biodiesel, absolutamente espetacular e irreversível.

Eu queria dizer que eu estou entre aqueles, e acho que o Ministro tem sido muito feliz nos seus pronunciamentos sobre essa matéria, o Brasil deve reconhecer que há uma grave crise de alimentos no mundo e demonstrar ao mundo, e o Ministro fez isso com muita competência, mostrando que os estoques de alimentos vêm se esgotando nos últimos anos, o mundo vem comendo o que tinha estocado, e que o Brasil, nos últimos seis anos, é o país que mais gerou excedente agrícola exportável. Portanto, a nossa contribuição a melhorar a oferta de alimentos é incontestável, nós aumentamos significativamente a nossa produtividade, mesmo a área plantada para atingir 140 milhões de toneladas de grãos, e o país demonstrar um plano, uma programação, uma política agrícola agressiva para ampliar com rapidez a oferta de alimentos e a nossa capacidade de exportação. Eu acho que essa é a contrapartida da nossa resposta a essa crise. Essa

crise tem razões profundas, quer dizer, o aumento da renda e a urbanização na Ásia é um elemento estrutural, o novo eixo dinâmico da economia mundial é a Ásia, e a China tem metade da terra que o Brasil tem para produzir alimentos. É evidente que eles não terão como suportar e assegurar a oferta de alimentos. Países como Índia e China estão chegando no limite da sua capacidade, quer dizer, o custo marginal para ampliar a produção é muito elevado.

Mas a segunda razão desta crise evidentemente foram as alterações climáticas. Elas atingiram duramente países como Rússia, Austrália, mesmo aqui na nossa região, Haiti e Nicarágua viveram dois furacões devastadores, como em parte os Estados Unidos, e isso desestabilizou a agricultura em muitos países.

Eu acho que a terceira razão que nós devemos demonstrar é o petróleo, e o petróleo não encarece a agricultura apenas pelo custo do transporte ou a matéria-prima de produção dos equipamentos agrícolas. Eu quero lembrar que o nitrogênio, 70% do nitrogênio é gás, um gás que o preço médio passou de dezoito dólares, alguns anos atrás, a cento e vinte e cinco dólares ontem, e num mundo que só tem quatro grandes fábricas produtoras de fertilizantes, é um cartel, é uma estrutura cartelizada, que sofreu um choque de preços e repassa isso para a produção agrícola. Então além do transporte de grãos, o custo da matéria-prima se eleva com a elevação do preço do petróleo.

E a especulação financeira, evidentemente, o mercado de futuros, que é um mercado muito ágil, rapidamente o capital financeiro se desloca onde tem rentabilidade, especialmente num cenário que os grandes bancos americanos tiveram um prejuízo de 430 milhões(F) de dólares nessa crise do *suprime*, e essa crise se desentendeu, em termos de valores absolutos é a mais grave crise financeira do pós-guerra. Então rapidamente eles tentam compensar com outras atividades e migraram para o mercado futuro de grãos, identificando que não há estoque, como é o caso do petróleo, não há resposta de curto prazo na produção e a agricultura tem um ciclo natural que é reversível para você reverter esse quadro e não especular nessa atividade, infelizmente.

O quê que eu quero chamar a atenção? Eu acho que o Brasil deve reconhecer que o etanol do milho encarece a cadeia produtiva de proteína da carne e pode ter algum impacto estruturante nessa elevação de preços de produtos. Assim como o biocombustível da beterraba e da canola na Europa, também tem um impacto, porque são custos extremamente elevados, são áreas que estão deixando de ser disponível para quem já não tem uma competitividade estrutural para

produzir alimentos, como é o caso dos Estados Unidos e, particularmente, o caso da Europa.

Agora qual é o foco do nosso discurso? Aonde que nós sairemos dessa defensiva? Quer dizer, eu acho que nós temos que sair com uma agenda propositiva, mostrando que nós estamos com uma política agressiva de aumento da oferta agrícola, nós vamos aumentar ainda mais o nosso excedente exportável, e focar o debate nos subsídios e no protecionismo agrícola dos países ricos. Essa é o verdadeiro crime da política internacional que fomenta essa crise estrutural de oferta de alimentos. Nós estamos falando de subsídios de 430 bilhões de dólares/ano. É isso que impede que boa parte, especialmente da agricultura de subsistência, que são bilhões de pessoas no planeta que estão no limiar da fome, de poder produzir o seu cultivo e poder se alimentar. Se nós retirarmos os subsídios, se a rodada de Doha for centrada na resposta mais importante que a humanidade tem que dar agora, que não é permitir que cem milhões de pessoas estejam expostas à fome, e trinta e sete países estão sem nenhuma condição de sustentar e de ter uma política de segurança alimentar, nós seguramente abriremos um caminho novo para a agricultura mundial. Nós vamos aumentar a nossa competitividade, nós vamos arrebentar essa bolha especulativa de preços, nós vamos abrir novos mercados para as nossas exportações e vamos dar chance para pequenos países da América Latina, da América Central, da África, da Ásia e pequenas comunidades poderem produzir a agricultura de subsistência e terem competitividade e condições de sustentar a sua sobrevivência. Então eu diria que, para mim, esse é o foco central da discussão.

Eu queria concluir sugerindo, nós estamos vivendo um momento extraordinário da agricultura brasileira, e um cenário de futuro extremamente promissor, mesmo porque para o Brasil é muito cômoda a questão da matriz energética porque nós temos potencial hidroelétrico, que está em andamento, nós temos ainda energia eólica no Ceará, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul, nós temos possibilidade de energia solar, eu falei isso para a delegação alemã, eles estão fazendo um esforço brutal na energia solar, só que nós temos três meses mais sol do que eles para poder competir também na energia solar. E nós temos no pré-sal estimativa de trinta milhões de barris de petróleo. A Bacia de Santos, em dois anos, vai estar produzindo trinta e três milhões de metros cúbicos/dia de gás e vai produzir nada menos do que duzentos mil barris de petróleo/dia. Então nós temos uma resposta estruturante. O Brasil vai virar um grande exportador de energia também, inclusive de petróleo.

Portanto, seria muito cômodo nós aceitarmos essa discussão do etanol e nós substituímos a nossa matriz de etanol por petróleo. O Brasil não tem esse problema. Não terá mais esse problema. Agora, seria um grave equívoco, porque o etanol é uma energia renovável e o petróleo é uma energia que está se esgotando. Os Estados Unidos só tem reserva para cinco anos, a Europa praticamente não tem mais reservas, só numa área do norte, o Japão não tem reservas de petróleo, não há grandes descobertas nos últimos trinta anos de reserva de petróleo e nós estamos fazendo uma grande descoberta. Então nós temos que manter o etanol como uma saída global à crise de energia que se avizinha e de uma energia renovável, uma energia que no espaço urbano ajuda a reduzir a emissão de CO₂. Então eu acho que nós estamos prontos para esse debate, muito bem posicionado para o futuro.

Eu queria sugerir, para concluir, primeiro, que o Brasil se prepare para enfrentar a questão do direito de retaliação na OMC dos subsídios que os americanos patrocinaram no algodão, nós vencemos o painel, nós temos o direito de retaliação de três bilhões de reais e nós temos que saber exatamente o que nós vamos fazer em relação a essa questão, porque isso vai ser uma referência para muitos países em desenvolvimento e, talvez, para começar realmente a colocar uma agenda nova na rodada de Doha, e isso tem que se fazer até junho. Qual vai ser a atitude do Brasil? Nós vamos enfrentar a questão de patentes, por exemplo, na cadeia do algodão? Nós vamos começar a produzir máquinas e equipamentos sem reconhecimento de patentes? Qual vai ser a nossa atitude na questão desse painel de controvérsia que o Brasil tem o direito, inclusive, de tomar uma atitude? Que atitude nós vamos tomar? Segundo, o Fundo de Catástrofe, eu acho muito feliz a intervenção do Senador Osmar Dias, por sinal é um dos grandes especialistas desta Casa na agricultura, sempre foi uma voz muito coerente, muito competente, eu acho espetacular a sugestão dele de nós termos uma meta de atingir pelo menos 80% da produção de trigo, ter uma política específica, e o Fundo de Catástrofe e preço mínimo, é o momento ideal para nós construirmos uma política de segurança estratégica da agricultura. Nós vamos ter um aumento de renda espetacular no campo e nós podemos criar uma política de financiamento de preço mínimo e de segurança estratégica para a agricultura brasileira. E acho que, com isso, nós daríamos um grande passo no sentido de impulso à produção agrícola, estabilidade da renda agrícola, e isso se faz no auge do ciclo. A hora é agora. De nós avançarmos numa política de financiamento do futuro, de criarmos uma política anticíclica usando esse momento exuberante que a agri-

cultura atravessa para prepararmos para instabilidades e dificuldades futuras.

E, por último, a renegociação da dívida agrícola, eu acho que tem que sair logo essa Medida Provisória, porque vai ser mais um grande instrumento de alavancagem no investimento agrícola, na produção agrícola, mostrando que o Brasil sabe como aumentar a oferta de alimentos, baixar o custo de vida aqui dentro, que cresceu 20% nos últimos doze meses os alimentos, que pega a população de baixa renda, e, principalmente, a maioria dos países que não têm as condições estruturais que o Brasil tem de aumentar a oferta e amenizar essa tragédia que é a fome e a desnutrição. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado ao Senador Aloizio Mercadante. Só para anunciar, Senador Aloizio, no dia de ontem o Ministro José Múcio nos participou de que está pronta a Medida Provisória, ela deve chegar ao Congresso Nacional até, prazo máximo, dia 20. Espero, portanto, esta semana nós termos o processo para recomposição das dívidas agrícolas.

Como último orador inscrito na primeira parte para intervenção do Ministro nós ouviremos, então, o Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Ministro, Sr. Neuto De Conto, Presidente da Comissão, Presidente João Tenório, da Subcomissão de Biocombustíveis.

Eu quero ser breve, mas não deixaria de cumprir o Senador Aloizio Mercadante pela precisão e segurança de todas as colocações que colocou aqui, que apresentou nesse momento nessa Subcomissão de Biocombustíveis. Da mesma forma o Senador Osmar Dias e a Senadora Kátia Abreu.

Eu vou me ater a dois itens primordiais. Primeiro, que o país ainda necessita sim de um zoneamento e está ultimando a análise que poderá contribuir, cada Estado está fazendo o seu levantamento socioambiental, econômico, zoneamento, aliás, e que vai possibilitar, inclusive, a definição real do quê que é a Amazônia Legal ou o que é a Amazônia, porque o Estado de Mato Grosso, que eu estou me referindo, inclusive Tocantins e Piauí, pertence hoje, na sua totalidade, ao bioma amazônico, quando na realidade o Estado do Mato Grosso tem menos de 30% de floresta, não que foi dizimada, bioma floresta. Em Tocantins o bioma floresta é ao redor de 10% ou menos e Piauí da mesma forma. Então eu vejo que a edição da... ainda que existe a Lei ambiental brasileira baseada na Medida Provisória 2.166, nós deveremos discuti-la e esse é um assunto que envolve o IBAMA, envolve o Ministério

do Meio Ambiente, envolve essa nossa Comissão de Agricultura, Comissão de Meio Ambiente.

Eu vejo a necessidade até porque posições que tanto o Governador do Mato Grosso, Blairo Maggi, quanto o Ministro Reinhold Stephanes, às vezes são mal interpretados. Quando o Ministro colocou, não me recorde a data, mas há um mês atrás, quando começou essa discussão, do aproveitamento das áreas degradadas, houve uma má interpretação total. Confunde-se e a imprensa até confunde áreas de degradação de pastagem, que é notória por causa da dificuldade econômica da recuperação das mesmas, e a sugestão de nós as recuperarmos para que os duzentos milhões de cabeças do país, duzentos e poucos milhões de cabeças de gado do país, possam ser explorados numa área bem menor do que hoje se usa, quem sabe a metade, e isso já há sugestão de recuperação dessas áreas, eu diria que para essas regiões aonde é possível – eu acho que todas elas são – a integração silvopastoril virá a ser uma solução. É uma experiência que a EMBRAPA tem demonstrado efetiva, economicamente viável e de muito interesse para qualquer atividade, tanto pequena, média ou grande. Essa integração, então, vai ser a consolidação de uma exploração econômica efetiva e socialmente, ambientalmente mais propícia. Então, nesse sentido, eu vejo que a redefinição e a rediscussão do zoneamento do bioma floresta é mais do que necessário, porque hoje até o Estado de Mato Grosso apresenta-se fora da discussão e de introdução, inclusive, de cana-de-açúcar, não só pela dificuldade logística, mas, também, porque se insere cem por cento na sua definição geográfica no bioma amazônico, quando se sabe que não é a realidade. Então, Secretário Egon Krakhecke, quando separaram os dois Estados, ficou essa definição de que Mato Grosso seria do bioma amazônico pela contribuição fiscal e com o auxílio de todos esses investimentos que foram feitos lá nessa área. Hoje eu acho que nós precisamos rediscutir isso daí, eu vejo que é importante a Câmara, o Senado e o Ministério do Meio Ambiente voltarem a redefinir a MP 2.166, que poderia dar uma contribuição muito grande para a gente realmente redefinir essa parte e dar condições para que essa posição de cana-de-açúcar ou qualquer cultura advinda dos Estados do Mato Grosso, Tocantins, o Piauí, seja colocado como advinda da Amazônia e explorada ilegalmente, quando nós sabemos que não está havendo esse desmatamento que estão propalando. Nós participamos pela Comissão do Meio Ambiente em diversas viagens para o Pará, para Rondônia, amanhã estaremos indo para o Mato Grosso e verificamos que a realidade é bem diferente. Quem sabe esses índices não perfazem nem 10% do

que foi colocado pelos órgãos que divulgaram precipitadamente.

Então fica aí a nossa sugestão de a gente redefinir sim esse zoneamento e poder contribuir, então, numa nova Lei Agrícola para o país. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado ao Senador Gilberto Goellner e passamos, então, a palavra ao Ministro Reinhold Stephanes para que ele faça as suas considerações sobre as manifestações dos Srs. Senadores.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Bom, primeiro eu tenho que agradecer a todos os Senadores que fizeram as intervenções, agradecer as referências que fizeram à agricultura, ao Ministro, ao Ministério e também as sugestões. Embora a Senadora Kátia não está mais aqui, mas ela, evidentemente, fez algumas colocações e dentro delas também algumas discordâncias, não é? Mas se ela não discordasse, não seria a Senadora Kátia Abreu, e nós respeitamos muito isso.

Mas o Senador Osmar Dias começou levantando uma premissa que eu acho extremamente importante, quer dizer, de repente a agricultura passou a ser importante para o Brasil e para o mundo e isso é bom. Até porque quando se observa quando o mundo era de oferta de produtos agrícolas, nos últimos trinta anos os preços de produtos agrícolas eram declinantes, quer dizer, qualquer comparação que se faça com o aumento dos preços de transporte, de educação, de saúde, de bens e serviços, vamos observar que a agricultura sempre está puxando os preços para baixo, ou seja, todo ganho que havia de aumento de produtividade ou de eficiência na área agrícola era transferido para a mesa do consumidor. O que, aliás, era bom, mas também criava problemas de renda para o produtor agrícola, o que, por sua vez, não era bom, ao ponto que num dos planos chamou-se, no Plano Real, que era a Âncora Verde, se dizia com muito orgulho porque durante três anos a cesta básica não aumentou de preço, mas alguém estava pagando isso. Bom, hoje nós temos uma inversão desta curva, depois de quase trinta anos. E aí, quer dizer, o mundo passou a observar que efetivamente a agricultura era um tema importante e que o mundo tinha que se preocupar com a agricultura. E eu acho que isto é bom.

A questão dos fertilizantes que foi levantada, quer dizer, vários pontos foram levantados tanto pelo Senador Osmar, como por outras pessoas, é uma questão extremamente sensível, é uma questão estratégica para nós, nós somos altamente dependentes de importação. No potássio nós vamos chegar daqui a pouco a 80% das necessidades de importação, no fósforo nós vamos chegar a quase 60%. E o preço desses produtos tem crescido muito e tem crescido não só pelo aumento de

demanda ou pelo aumento do preço do petróleo, mas também por movimentos especulativos que se somam a isso, e o interessante dessa questão é o Ministério está com grupo de inteligência estudando isso já há muitos meses e mantendo muito contato inclusive com o setor privado, com a área de produção agrícola brasileira, com as representações, com as cooperativas, com as grandes organizações, tipo a Pró-Soja, enfim, produtores de cana, como que nós podemos sair desta dependência que nós temos?

E aí algumas questões se colocam e que foram colocadas aqui. Por exemplo, em termos de fósforo o Brasil tem minerais suficientes no seu solo para se tornar auto-suficiente, ou seja, num trabalho a médio prazo nós podemos chegar lá. Agora existem problemas de legislação, existem empresas que estão com centenas de permissões de lavra e de pesquisa, mas que não a fazem, não a executam. Então tudo isso tem que ser equacionado, assim como, também, existe a questão dos nitrogenados, aonde nós temos que envolver, possivelmente, a própria Petrobrás nisto. Mas já há um trabalho, eu quero dizer que há um trabalho. Não vamos ter solução a curto prazo, mas, pelo menos numa visão de médio ou longo prazo, nós temos que encontrar um caminho para esta questão de fertilizantes.

Quando nós falamos em recuperação de pastagens, também foi uma questão levantada aqui primeiro pelo Senador Osmar e depois por outros Senadores, efetivamente é uma realidade, quer dizer, nós podemos, hoje, recuperar cinquenta milhões de hectares, nós temos que ter uma programa para isso, eu concordo, já estamos pensando nesse programa, quer dizer, nós temos que ter um programa que nos conduza, quer dizer, sair do discurso para a prática, quer dizer, se nós chegamos a esta conclusão, agora nós temos que tornar isso em termos práticos, como nós ainda temos também de quarenta a cinco milhões de hectares a serem incorporados de outras áreas, eu costumo dizer, sem necessidade de derrubar nenhuma árvore no bioma amazônico – eu estou falando em bioma amazônico -, sem necessidade de derrubar nenhuma árvore. Claro que ainda algumas vão ser derrubadas em função do próprio direito legal que algumas propriedades têm, até que se encontre uma compensação para que essas pessoas deixem de derrubar.

Mas ainda ontem ou esses dias, foi colocada essa questão, foi dito: “Bom, quem é que afinal de contas está desmatando na Amazônia?” Quão importante é definir quem está desmatando e por que, quais são as causas do desmatamento. Bom, aí alguém colocou: “Bom, você tem vários aí”. E, dentro dessas colocações, falou-se: “Nós ainda temos avanço da pecuária,

da grande pecuária em termos de desmatamento". Aí a minha primeira reação foi o seguinte: "Gente, isto não pode acontecer". Porque a grande pecuária não traz absolutamente nenhum grande benefício, nenhum benefício econômico, primeiro que ela não emprega gente, e nós temos áreas suficientes, nós temos gado suficiente, nós podemos produzir muito mais nas áreas que estão abertas, nós não precisamos abrir mais áreas, gente, isso tem que ser coibido, agora temos que apenas encontrar um instrumento de coibir isso, ou seja, o Ministro da Agricultura está perfeitamente de acordo com isso. Agora também têm outras posições de maior racionalidade, quer dizer, evidentemente que o Ministro da Agricultura não pode se colocar favor do conceito Amazônia Legal, que, aliás, é um conceito de usos e costumes, porque ele não existe. O que existe é apenas uma Lei que diz que, para efeito de financiamento, na região amazônica, mas aí região como região, geográfica, não como região de bioma, nem região de floresta, mas que passou a se usar e até se pintar de verde todo o Mato Grosso, todo o Tocantins, parte do Maranhão e passou-se a usar isso. E aí criou-se uma confusão. Eu fiz essa pergunta numa ocasião no meio dos doutores e cientistas nossos, eu falei: "Escuta, por que é que bioma, que é Amazônia Legal?" Ninguém soube dizer, nem o meu diretor de produção agrícola, nem o meu diretor de política agrícola, ninguém soube responder, ou seja, nós criamos isso como uso e costume e passamos a adotar isso. Nas próprias estatísticas quando aparece que na Amazônia tem tanta população, tantos bois, tanto isso, na verdade você está incluindo todo o Mato Grosso e está incluindo 70 a 80% de cerrado que não tem nada a ver ou todo o Tocantins. Então, evidentemente, isso tem que ser, na minha visão, melhor colocado.

Da mesma forma que, evidentemente, a questão da Portaria que coloca propriedades que chegam até perto de Cuiabá, Diamantino, que são regiões consolidadas como regiões de restrição, quer dizer, consolidadas não só na produção da soja, do milho, como também das indústrias, se tem lá Sadia ou se tem lá a Perdígão, enfim, são regiões altamente consolidadas. De repente sai e é colocado como área restritiva e não é área de bioma Amazônia, quer dizer, então evidentemente isso cria problemas.

Agora no restante, evidentemente, nós somos totalmente de acordo que nós podemos incorporar ainda noventa milhões de hectares na nossa produção, e aí alguém falou que poderíamos produzir para praticamente uma Europa inteira a mais sem precisar derrubar nenhuma árvore a mais no bioma Amazônia. Agora como fazer para que não se derrube nenhuma árvore, quer dizer, aí eu não saberia dizer como e nem é

a minha função. Agora como Ministro da Agricultura eu acho que este deve ser o objetivo a ser alcançado.

A questão, também, do trigo, o Senador Osmar levantou bem, nós fomos Secretários, um pouquinho antes do que o outro lá, e exatamente naquele momento o Brasil era praticamente auto-suficiente em produção de trigo, o Paraná era o maior produtor brasileiro de trigo, produzia o dobro, mas menos do que produz hoje já naquela época, e a política de trigo adotada pelo Brasil, então, eu acho que foi o Ministro Delfim, na época, o Delfim disse assim: "Olha, se é mais barato importar da Argentina e se o Canadá e os Estados Unidos têm excesso de produção e estão subsidiando as exportações, por que é que nós vamos produzir internamente?" E aí acabou se desincentivando um pouco, não se deu muita importância à produção do trigo e hoje nós somos dependentes em 70% na importação do trigo, quer dizer, é o único produto que nós somos dependentes. Mas, como também foi colocado, pelo mercado que se estabeleceu e, evidentemente, que esse mercado hoje em setecentos e sessenta reais a tonelada possivelmente não vá se manter, a gente acredita que ele vá cair um pouco, mas em qualquer hipótese será um mercado, em termos de preço, altamente favorável ao retorno à auto-suficiência interna da produção de trigo, até mesmo pela instabilidade que nós temos do fornecimento do trigo por parte da Argentina. Então, isso também foi colocado aqui, a capacidade de terra e de produtores de máquina nós temos, mas no momento nós temos uma limitação que é semente. Então possivelmente um programa de cinco anos ou seis ou sete, num avanço gradativo, o Brasil pode se tornar novamente auto-suficiente na produção de trigo. Claro que o trigo na região sul tem um certo risco climático, embora ele não se verificou nos últimos anos, mas ele pode acontecer, mas nós também já sabemos que aqui no centro-oeste nós temos dois mil e quinhentos, aliás, só em Goiás, nós temos dois mil e quinhentos pivôs, aonde possivelmente pode ser uma boa opção de se produzir trigo agora nesse período do inverno usando os pivôs, quer dizer, fazendo de forma irrigada.

A questão levantada pela Senadora Kátia quanto ao zoneamento, evidentemente isso é uma questão que pode ainda gerar debate, mas há uma tendência, veja bem, há uma tendência evidentemente de o Governo definir que não se plante cana no bioma amazônico, quer dizer, há essa a tendência.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Não, aí o conceito é um pouco maior, quer dizer, isso daí vai ser uma discussão, mas vamos dizer que há uma

tendência em relação a isso. Sob o ponto de vista de produção, de aumento de produção, não haveria necessidade, mesmo que fossem já em áreas degradadas. Agora, por outro lado também, é verdade que, numa área de pastagem degradada, seria muito melhor se plantar cana do que se manter a área de pastagem degradada, quer dizer, ela teria um balanço positivo. Mas, de qualquer forma, essa é uma discussão que ela vai ficar no momento que o zoneamento estiver pronto e no momento da decisão, e será uma decisão de Governo, quer dizer, e como decisão de Governo aí é claro que envolve todo o debate e aí teria que ser cumprida.

Aqui também se colocou muito a questão de produtividade. Na minha exposição inicial eu não passei essa informação, mas é uma informação extremamente importante, quer dizer, o grande crescimento agrícola que o Brasil vem tendo em média de 4,8% nos últimos vinte anos e com possibilidade de manter esse nível de crescimento em torno de 5% e talvez até aumentar esse crescimento, porque na medida que os preços no mercado estimulam, o que aí passa a ser um crescimento extraordinariamente alto, onde se joga isso a médio e longo prazo, é importante se dizer que quase 70% deste aumento se dá via produtividade, e a tendência é que nós aumentemos cada vez mais a nossa produção via produtividade. Então a questão da tecnologia, a questão da eficiência, a questão do manejo têm sido, também, extremamente importante na melhoria da agricultura brasileira.

Questões foram colocadas pelo Senador Gilberto também, a questão a questão da integração lavoura-pecuária, lavoura-floresta também é uma questão que está avançando bastante, embora existam algumas dúvidas, mas isso está avançando bastante.

Sobre mudanças climáticas... Aliás, sobre a renegociação da dívida o projeto está pronto, deverá ser assinado entre sexta e segunda-feira. O Fundo de Catástrofe, em princípio, que também deverá ser assinado em conjunto, quer dizer, havia interesse do Governo em lançar esses dois instrumentos, e assim como possivelmente também assinar a criação do adido agrícola, que também é uma reivindicação de grande interesse que o Brasil vem tendo já na área da agricultura há muito tempo. Tudo isso deverá acontecer nos próximos dias, eu acho que são notícias muito boas.

Só para finalizar – e aí eu acho que eu respondi a todas as colocações -, mudanças climáticas. É uma informação que poucas pessoas têm, mas a EMBRAPA tem uma plataforma de estudos sobre mudanças climáticas em Campinas, São Paulo. Essa plataforma é composta de mais de setenta especialistas em questões climáticas e alguns, além de especialistas, mui-

tos cientistas participam disso. Ela vem estudando e projetando cenários para todas as regiões e todas as culturas que se produzem no Brasil, quer dizer, ela já tem cenário para saber o quê que vai acontecer com a área que hoje planta café dentro de dez, vinte, trinta, quarenta ou cinquenta anos dependendo do nível de aquecimento que nós vamos ter. Todos esses cenários, tem para todos os produtos projetados, e ela já trabalha, hoje, com mais de duzentos projetos no sentido de, dentro desses projetos, na maioria deles de estudar a adaptação de culturas a possíveis cenários futuros. Então eu quero apenas passar essa informação que efetivamente já existe uma massa crítica de estudo muito forte em relação às mudanças climáticas e o que fazer para que a agricultura brasileira mantenha, enfim, a liderança e a possibilidade de continuar produzindo bem para o futuro.

Finalmente, só uma informação. Embora isso não foi colocado, mas isso é muito perguntado: o quê que acontece com o feijão? Porque o feijão, estava a saca de sessenta/quilo, a saca chegou de sessenta reais a duzentos e oitenta reais. O feijão não é uma *commodity*, assim como o arroz não é uma *commodity* também, o preço se forma praticamente por razões de mercado interno e agora já está caindo, hoje a nível de produtor já está em noventa, noventa e cinco, possivelmente não vai recuar mais aos sessenta que esteve no passado, mas aí a sugestão colocada para o trigo, pelo Senador Osmar Dias, é a mesma que precisamos ter para o feijão. Nós precisamos ter um preço/garantia para que as pessoas efetivamente produzam feijão. Nós precisamos de uma política específica para evitar essas grandes flutuações. Por quê? Porque uma das razões que nós chegamos a esse preço é que num determinado tempo ele caiu a menos de quarenta a saca e não valeu a pena produzir. Depois mais um probleminha climático, aí o problema surgiu.

Então, gente, muito obrigado, agradeço as possibilidades que me foram dadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado ao Ministro Reinhold Stephanes. Ele tem compromisso, vai se retirar. Continua a Reunião, vamos ouvir os demais convidados. E nós passamos, então, de imediato, a palavra para o Ministro André Aranha Corrêa do Lago, Chefe do Departamento de Energia, representando o Ministro das Relações Exteriores.

SR. ANDRÉ ARANHA CORRÊA DO LAGO: Muito obrigado, Senador. Em nome do Ministro das Relações Exteriores agradeço o convite que foi feito para participar dessa Audiência Pública extremamente oportuna, uma vez que essa questão dos biocombustíveis *versus* alimentos tem gerado uma discussão

internacional de uma intensidade que surpreendeu a todos e, principalmente, a nós brasileiros, que conhecemos esse tema há mais tempo e que já tivemos um amplo debate interno sobre a questão.

Eu gostaria de esclarecer a posição do Itamaraty nessa questão. O Ministério das Relações Exteriores tem participado, nos últimos meses, de discussões coordenadas pela Casa Civil a respeito de como o Governo brasileiro deve reagir a essa circunstância internacional.

Eu, antes de mais nada, gostaria de comentar que a questão do debate da comida *versus* biocombustíveis é apenas umas das críticas que estão sendo dirigidas aos biocombustíveis. Nós identificamos, de maneira a facilitar o debate no Brasil e internacionalmente, nós identificamos cinco dimensões das críticas aos biocombustíveis que devem ser abordadas.

A primeira é a questão da vantagem dos biocombustíveis com relação a outras energias no tocante às emissões de gases de efeito estufa. Uma outra questão é a questão do balanço energético, qual é a vantagem de um biocombustível com relação à energia que custa para produzi-lo. Uma outra dimensão é o efeito sobre a biodiversidade, sobre a água, os deslocamentos de terra, todas essas questões relacionadas ao que também se costuma chamar do uso da terra. A quarta questão é a questão social, que também é um debate importante, que é a dimensão social da produção dos biocombustíveis no mundo. E, finalmente, a quinta é esta que está nos ocupando hoje, que é da comida *versus* os biocombustíveis.

Eu acredito que o principal motivo desse debate é uma questão de falta de informação no mundo sobre os biocombustíveis. E para nós, brasileiros, é uma coisa estranha, porque como nós estamos muito habituados a lidar com esse tema, nós já temos naturalmente uma quantidade de informações que às vezes nós partimos do princípio de que os outros também têm, mas os biocombustíveis são uma novidade muito significativa nos outros países.

Então a primeira preocupação nossa é com relação à informação. Como o senhor sabe, Senador, o Presidente Lula convocou para o mês de novembro próximo, em São Paulo, uma grande Conferência Internacional sobre Biocombustíveis e essa Conferência será, eu acredito, uma ocasião muito importante para que se possa ter um debate mais informado sobre a questão. E o esforço do Governo é justamente no sentido de, com vistas a essa Conferência, já trabalhar junto aos nossos principais parceiros internacionais e, se possível, junto à imprensa internacional, para que não se chegue a São Paulo tendo que explicar tudo do zero, quer dizer, nós temos que já estimular esse de-

bate antes e já divulgar informações. E nesse sentido o Ministro Celso Amorim instruiu que as Embaixadas fossem particularmente ativas nessa área e a atuação das Embaixadas está sendo feita também graças ao trabalho de coordenação com os outros Ministérios e também com esta Casa e também com a Câmara dos Deputados. Então o que nós estamos procurando é ir diretamente àqueles que estão questionando os biocombustíveis, trabalho que nós temos feito com... Recentemente estiveram dois Deputados em Bruxelas, como o senhor sabe, que foi o Deputado Mendes Thame e Duarte Nogueira, que foram levados às pessoas que estão tomando decisões na União Européia com relação aos biocombustíveis para esclarecimentos. Nós temos trabalhado também muito com o Ministério da Agricultura e o nosso Bertoni tem participado de várias reuniões internacionais e nós temos envolvido também a UNICA, como também Organizações Não Governamentais, porque nós acreditamos que o que nós temos que refletir é a abertura e a ampliação desse debate dentro do Brasil. Esse debate não é uma novidade.

Então especificamente com relação à União Européia, tendo em vista que ela é citada na Audiência de hoje, eu gostaria de esclarecer que o Governo brasileiro está trabalhando muito ativamente em três dimensões. Primeiro, junto à Comissão Européia. A Comissão Européia fez essas propostas diretivas que estão já em estudo pelo Parlamento e pelo Conselho Europeu, pelos países membros. Então junto à Comissão, já antes da diretiva ficar pronta, houve uma ampla discussão e eu estava, por sinal, naquela época, eu tinha a função de Ministro Conselheiro na nossa missão junto à União Européia, e recentemente, há dois meses, eu assumi a diretoria do Departamento de Energia. E nessas discussões que nós tivemos com a Comissão, nós procuramos esclarecer várias dúvidas que eles tinham e, também, mostrar para eles que certas restrições que eles apresentavam aos biocombustíveis não se aplicavam ao Brasil. Portanto, as diretivas que a Comissão apresentou já haviam sido nitidamente vistas e alteradas, e evidentemente, como elas refletem também uma grande divisão dentro da Comissão Européia, porque, como o senhor sabe, por exemplo, o Comissário de Comércio é favorável à importação de biocombustíveis, por exemplo, o Comissário de Agricultura, evidentemente, tem muito mais dificuldades, o Comissário de Meio Ambiente sofre pressões de ONGs e o Comissário de Energia vê de maneira muito clara as perspectivas que os biocombustíveis oferecem para a Europa. Portanto, neste momento exato na União Européia o que está acontecendo é um debate no parlamento e entre os países

membros. E nesse tido sentido também nós estamos muito presentes tanto junto ao parlamento como junto aos países membros. A presença hoje da Chanceler, Primeira-Ministra da Alemanha, é muito significativa, pois a Alemanha é um dos países mais difíceis na área de biocombustíveis, junto com a França e a Holanda. E hoje, na presença do Presidente Lula e da Ministra Merkel, será assinado um acordo de energia entre o Brasil e a Alemanha, com especial ênfase sobre os renováveis e a eficiência energética. O que é que esse acordo simboliza? Esse acordo simboliza a disposição do Brasil de dialogar e ao mesmo tempo demonstra que a Alemanha, que procurou nas negociações desse acordo mostrar suas grandes preocupações com relação aos biocombustíveis, está disposta a discutir, ou seja, ela não está com uma posição tão radical quanto alguns órgãos de imprensa diriam. A verdade é que a Alemanha está profundamente dividida, mas nós esperamos que, com base nesse acordo, a posição da Alemanha no Conselho Europeu seja favorável à criação da meta de 10% de mistura de biocombustíveis de 2020, que é a proposta da Comissão.

E nesse ponto, rapidamente, eu queria mencionar que o que nós acreditamos que seja o mais importante nesse momento é a questão dos mandatos. Os Estados Unidos criaram um mandato para os biocombustíveis, ou seja, há uma Lei, eles devem produzir biocombustíveis. Então a questão do acesso ao mercado, a questão da sustentabilidade, da discussão de critérios de sustentabilidade é uma segunda etapa. O mais importante é o mandato. Porque nós sabemos que a partir do momento que os Estados Unidos tiverem um mandato muito claro, nós sabemos que eles não serão capazes de produzir a quantidade de combustível que esse mandato prevê.

A mesma coisa é a nossa preocupação com relação à União Européia. O nosso desejo é que haja um mandato da União Européia e é isso que está sendo discutido. Caso esse mandato passe – e isso será decidido nos próximos meses – a questão do acesso ao mercado, a questão da sustentabilidade será discutida de maneira muito mais sóbria depois, porque é do interesse, será uma obrigação da União Européia de ter uma certa quantidade de biocombustíveis. E nós estamos convencidos de que o Brasil, hoje, produz o biocombustível mais sustentável do mundo. Nós estamos absolutamente convencidos disso. Por isso, quando mais questiona os biocombustíveis mais se fortalece a qualidade do biocombustível brasileiro.

Então esse debate, apesar de não recomendado, é um debate que tem mostrado a diferença do biocombustível brasileiro. No entanto, nós também somos vítimas de uma incompreensão muito significativa da

dimensão dos biocombustíveis. Agora eu também acho, nós também achamos que é perigoso achar que só o Brasil é capaz de produzir biocombustível sustentável. Não, nós estamos convencidos de que em várias regiões do mundo poderá ser produzido biocombustível sustentável. A defesa de que só o nosso é sustentável cria uma ameaça à expansão dos biocombustíveis no mundo. Então nós acreditamos que o nosso discurso tem que deixar muito claro tanto a importância do mandato quanto a disposição do Brasil de discutir a sustentabilidade, quanto a possibilidade de muitos outros países produzirem um biocombustível que poderá suprir as necessidades que esses mandatos nos países ricos estão criando.

Eu gostaria de comentar, eu acho que os Senadores e o debate que antecedeu, eu acho que já foram levantadas as principais questões das vantagens dos biocombustíveis e os motivos pelos quais há um crescimento do custo dos alimentos no mundo, mas eu gostaria de mencionar duas questões que o Presidente Lula tem insistido bastante e que tem dirigido muito o nosso esforço na divulgação dos biocombustíveis. Primeiro é que os biocombustíveis não podem ser vistos apenas como um produto agrícola. Os biocombustíveis têm que ser analisados como uma alternativa energética, que têm valores extraordinários no contexto da mudança do clima. Então as vantagens dos biocombustíveis na área de mudança do clima, sobretudo do brasileiro, são indiscutíveis e devem ser cada vez mais divulgadas. A segunda dimensão, que é muito importante, são os benefícios que os biocombustíveis podem levar aos países em desenvolvimento, principalmente aos países mais pobres, porque há países da África onde nem sequer 20% da população tem acesso à energia. Com o petróleo a cento e vinte, essa proporção da população que tem acesso à energia não tem a menor possibilidade de crescer. Os biocombustíveis são, portanto, uma enorme oportunidade para eles, não só do ponto de vista de energia, mas, também, de geração de renda. Há um preconceito quase neocolonialista de que a Europa ou os Estados Unidos saberiam melhor o quê que os outros países precisam. Os países devem decidir por si próprio e os países têm condições muito diferentes. Realmente há certos países nos quais os biocombustíveis não se aplicam e há certos países onde há possibilidades extraordinárias, sempre citado é Moçambique. Moçambique é um país que tem extraordinária possibilidade. E a terceira questão é que o aumento do preço das *commodities* agrícolas, em princípio, deveria ser uma coisa muito positiva para os países em desenvolvimento e é uma coisa pela qual os países em desenvolvimento vêm pedindo há muitos anos. E aí eu volto um pouco ao que mencionou o Se-

nador Mercadante: o que impede que o aumento das *commodities* agrícolas seja positivo para os países em desenvolvimento foram as deturpações dos subsídios dos países desenvolvidos nos últimos anos, que impediu que uma lógica econômica e as vantagens comparativas dos países em desenvolvimento pudessem se aplicar à produção de agricultura.

Eu vou ficar por aqui, aberto aos comentários, obrigado.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Senador Neuto De Conto.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com a palavra--

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Eu queria pedir a V. Ex^a., só aproveitando a chegada do Senador João Tenório, pedindo escusas aos palestrantes, é que tem um requerimento, devido à urgência da Reunião da Comissão de Relações Exteriores, que eu gostaria que o Senador João Tenório colocasse em votação para que nós pudéssemos realizar essa Sessão amanhã da Comissão de Relações Exteriores.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Mozarildo, o Senador Tenório vai lê-lo e já colocamos em votação.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Essa é uma Reunião conjunta da qual faz parte também a Comissão de Relações Exteriores. Então apreciaremos o requerimento do Senador Mozarildo Cavalcanti, que é o seguinte: "Requeiro, nos termos do art. 83, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Governador do Estado de Roraima, José de Anchieta Júnior, para debater em Audiência Pública desta Comissão, na Reunião de amanhã, 15 de maio de 2008, sobre o processo envolvendo a terra indígena Raposa Serra do Sol".

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Em discussão. Com a palavra o autor, se assim desejar.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Apenas que a matéria é devidamente bastante conhecida de todos e eu gostaria apenas de que fosse aprovada para que o Governador, estando aqui em Brasília, como está, tivesse a oportunidade de explanar sobre o assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Continua em discussão. Em votação. As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Eu gostaria também de anunciar a presença em nosso Plenário do Deputado Duarte Nogueira, do PSDB-SP. Eu queria saber se algum dos Senadores quer fazer alguma pergunta ao Ministro André Corrêa

do Lago. Como ninguém quer fazer, com a palavra o Dr. Arnoldo Campos, Diretor de Financiamento do Departamento de Proteção da Produção, representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Sr. Presidente, eu fui informado agora que eu teria que fazer um protocolo da aprovação, porque o senhor não faz parte da Comissão de Relações.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Bom, submetemos então à aprovação, quem concorda permaneça como está. Aprovado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Porque é da outra Comissão?

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): É da outra Comissão.

SR. ARNOLDO CAMPOS: Boa tarde a todos e a todas. Eu vou tentar ser bem rápido, colocando só algumas questões do ponto de vista do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

A primeira delas que eu queria dividir com vocês é a gente entender a dimensão e a profundidade dessa crise de alimentos que a gente está vivenciando. Eu quero socializar com vocês aqui alguns gráficos que mostram a evolução dos preços dos alimentos no mercado interno e externo. Isso nos coloca o desafio de compreender esse momento que nós estamos vivendo da alta dos alimentos. Sem de forma alguma discordar das causas que foram apresentadas até agora, como o aumento do consumo, a questão do etanol americano, a questão climática, nós temos um fenômeno relativamente recente que é a entrada do mercado financeiro no setor de alimentos, e eu quero mostrar um pouco isso porque por mais que nós tenhamos curvas de crescimento da demanda, e nós tivemos um desvio importante da produção de milho para a fabricação de etanol, algumas coisas não se explicam só por oferta e demanda. Há um componente novo que a gente precisa entender melhor.

Então como vocês podem ver ali, esse é um produto de mercado interno, nós tivemos desde 2004 oscilações no mercado de feijão sem grandes variações como essa que ocorreu a partir da metade de 2007. Os preços evoluíram, quase que dobraram ou mais do que dobraram, chegaram quase a triplicar com relação à média histórica para o período. Pode passar.

O arroz, como vocês podem ver, também vinha num crescente de preços até o início desse ano, mas as pontinhas são os últimos dados que nós temos do mercado interno e externo. Então aquela pontinha vermelha lá de cima do arroz é o arroz no mercado internacional. Ele triplicou de preços em poucos meses. Em menos de cinco meses o preço do arroz subiu quase 300%. O que explica isso não é só a oferta e demanda. No

mercado interno a tendência sempre desses produtos é de ter uma variação menor. Pode passar.

Aqui é o trigo. Vejam, no vermelho é o mercado internacional, a farinha de trigo no mercado internacional. Vejam que também há uma curva de preço sempre em ascensão, mas a partir de um determinado momento ela explode. E internamente essa explosão, ela está ocorrendo num prazo diferente do internacional. Nós estamos absorvendo esses aumentos, mas numa proporção muito menor. Então o Brasil se mostra mais preparado para essa conjuntura de preços elevados, mas alguma coisa ocorreu que o trigo explodiu e não é só o problema da Austrália. Pode passar.

As carnes, vejam a carne bovina. A curva dela é uma curva que já vinha desde 2005 se ampliando, mas há uma explosão a partir da metade do ano passado. Pode passar.

O leite da mesma forma, a curva dele explode a partir de um determinado momento, em fins de 2006, início de 2007. Pode passar.

Aqui o frango não tem grandes oscilações, de qualquer forma varia muito mais no mercado externo do que no mercado interno. Pode passar.

O milho também vem oscilando e a partir da metade de 2006 ele passa a ter, que é aonde entra o programa americano, principalmente, passa a ter uma evolução também bastante vertical dos preços, com uma explosão de preços ocorrendo aí no período. Pode passar.

E a soja, que é um produto que também sofreu impacto recente, a partir de janeiro de 2007 ela explode.

Então a compreensão da crise dos alimentos precisa ser aprofundada e a gente conseguir captar quais são os motores desse comportamento de preços. A gente não consegue encontrar uma causa isolada nesse processo, mas um conjunto de fatores, e a gente pode dizer que a crise americana imobiliária e o próprio etanol americano têm componentes importantes.

Então eu só queria ilustrar essa evolução de preços, que ela coloca a grande maioria dos alimentos num novo patamar que provavelmente não retornará mais ao passado. Nós vamos viver um período de alta nos preços e quando voltar a ter uma estabilidade, vai estabilizar num novo patamar.

Isso coloca para o Brasil dois grandes desafios: 1) Conter a inflação de alimentos no mercado interno, ou seja, se os alimentos subirem no mercado interno nós vamos comprometer o crescimento da economia como um todo. Nós estamos observando uma pressão de preços importantes no mercado interno que está levando a uma tendência de subir os juros. Se essa tendência continuar, nós vamos ter um impacto no

crescimento da economia como um todo. Então o setor de alimentos passa a ser uma variável importante para a macroeconomia. Sempre foi, evidentemente, mas antes como âncora positiva, com variação sempre abaixo do índice geral de inflação, mas, agora, com o impacto que pode vir a ser negativo se o Governo não conseguir e a sociedade, os produtores, enfim, não conseguir equilibrar esse problema interno de preços; 2) Aproveitar uma oportunidade histórica de ampliar a participação do Brasil no mercado externo, quer dizer, nós estamos assistindo a um novo patamar de preço que coloca vários produtos que antes nem ser exportados num patamar de exportação. Veja o caso do milho, que era um produto que nós pouco exportávamos, inclusive importávamos alguma coisa. O milho agora é um produto de exportação importante. O arroz vai entrar nessa dinâmica e o Brasil precisa se preocupar com isso, vai exportar arroz. O próprio trigo, se nós começarmos a produzir mais, pode ser um produto de exportação. Então há uma oportunidade extraordinária e isso coloca um desafio grande.

Para o MDA o que nós assistimos? Do IPCA, o segmento do IPCA alimentos e bebidas tem quase cem itens, e desses cem itens a grande maioria deles é composta de produtos alimentares que tem a agricultura familiar como principal produtora. Desses quase cem itens, cinco produtos são os responsáveis por essa inflação de alimentos que a gente está assistindo hoje no Brasil, que é o leite, o trigo, o arroz, o milho e o feijão. Esses são os principais responsáveis pelo aumento da inflação de alimentos no período recente. Mas nós temos quase noventa itens que estão relativamente estabilizados, que precisam continuar estabilizados e que a gente precisa ter uma atenção especial porque eles contribuem para a estabilidade da inflação de alimentos. Então ao mesmo tempo que tem que atacar alguns produtos que estão com problemas, nós temos que manter o bom desempenho dos demais para que a inflação, no médio e longo prazo, se mantenha estável. E isso significa investir, entre outros, na agricultura familiar, que é a principal responsável pela maior parte dos alimentos que estão no IPCA brasileiro, desde o feijão, o milho, o leite, as hortaliças em geral, boa tarde das frutas, os tubérculos, as leguminosas, boa parte delas é produzida, majoritariamente, pela agricultura familiar e é importante que a gente possa continuar investindo, como tem sido feito nesse Governo, na agricultura familiar, agora com foco ainda maior na produção de alimentos.

Para finalizar, é importante dizer que dentro do Governo Federal tem um grupo de trabalho em andamento, inclusive tem uma reunião daqui a pouco, às 14h30, em que estão participando os Ministérios envol-

vidos com a questão dos alimentos, junto com o Ministério da Fazenda, discutindo as possíveis medidas para que ao mesmo tempo a gente possa ter segurança de abastecimento, segurança alimentar interna, e que a gente tenha ferramentas também de aproveitar essas oportunidades que o mercado externo está nos dando. Então provavelmente junto com os anúncios do Plano Safra da Agricultura Brasileira nós vamos ter medidas específicas para estimular a produção de alimentos e para garantir o suprimento interno. Então coisas como ajustes na política de garantia de preços mínimos, o apoio à formação de estoques público e privados, a ampliação de limites de financiamento, correções na política de crédito de seguro devem ser feitas tanto para a agricultura empresarial quanto para a agricultura familiar para que a gente possa aproveitar essas oportunidades e garantir que no Brasil a inflação de alimentos não vai prejudicar o crescimento econômico que há tão pouco tempo a gente conseguiu produzir.

Então eram mais esses informes que eu queria passar para vocês.

[Troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO

(PSDB-AL): Agradeço ao Dr. Arnaldo Campos pela contribuição a essa Sessão, passando a palavra ao Dr. Francelino Grando, Secretário de Tecnologia Industrial, representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

SR. FRANCELINO JOSÉ LAMY DE MIRANDA

GRANDO: Sr. Senador, muito obrigado. Quero, em primeiro lugar, agradecer em nome do Ministro Miguel Jorge a oportunidade desse convite, parabenizar pela importante contribuição para o debate, hospedando aqui nesta Casa uma mesa que contou com a participação honrosa do Ministro da Agricultura e que de fato centralizou muito adequadamente o debate até agora, de maneira que coube ao amigo de longa data Arnaldo, aqui a esse Secretário uma contribuição complementar e, dado ao adiantado da hora, procurarei fazê-la de maneira muito sucinta e também trazendo um outro tema ou um outro enfoque para que possa aproveitar realmente essa oportunidade.

O enfoque é exatamente do desenvolvimento tecnológico. A Senadora Kátia Abreu, eu me afastei um pouco para cumprimentá-la quando ela se ausentava, eu dizia-lhe que ela já me roubara a minha base de introdução, que era exatamente a reflexão que ela fez: é preciso que o país haja mais e ainda melhor na mesma direção que age, e, portanto, de uma maneira ativa, de uma maneira propositiva, de uma maneira construtiva em si, de uma maneira que eu poderia traduzir pelo ataque e não pela defesa. É muito importante que nós modifiquemos a ótica de estarmos nos

defendendo e passemos para a ótica que nos pertence, onde nós podemos estar confortáveis, com todas as conquistas que o país fez no campo e na indústria, como nós podemos contribuir para o desenvolvimento do planeta assim como contribuirmos para o desenvolvimento deste país pela geração de emprego, pela geração de renda, pela geração de divisas, pela geração de tecnologia.

Vou trazer, então, um foco muito específico no que chamam de desenvolvimento tecnológico, sem mencionar o desenvolvimento tecnológico dos *flex-fuel cars*, que respondem hoje já por cinco milhões e duzentas mil unidades de veículos rodando no país e por 88% da produção de veículos. Ora, o impacto que isso tem nas mudanças climáticas até a geração de uma nova tecnologia que *de per si* pode e deve ser disseminada e exportada, escapando dessa referência ao *flex-fuel cars*, mas sim especificamente o desenvolvimento tecnológico se faz necessário para a produção de biocombustíveis.

E aí eu gostaria de trazer, sobretudo na presença de um companheiro aqui, que nós estivemos há muitas mãos, estivemos construindo o programa brasileiro de biodiesel, saiu da paciência aqui da platéia do Coordenador da Comissão Executiva do Governo na Casa Civil, Dr. Rodrigo Rodrigues, que ao longo de mais cinco anos, não é Rodrigo, vínhamos nesse caminho, para trazer essa expressão importante ao debate de biocombustível que é o biodiesel, somando-se ao nosso etanol, porque é neste conjunto que se situam as grandes vantagens competitivas e a extraordinária contribuição que esse país dá ao mundo na possibilidade de plantar energia.

Mas da maneira que nós ainda produzimos hoje, ainda que estejamos na liderança tecnológica do mundo, ainda me parece estarmos na pré-história do uso do biocombustível. Por quê? Porque nós produzimos biocombustível hoje, no caso do biodiesel, ainda de maneira incipiente, ainda com importantes desafios tecnológicos a serem superados. No caso do etanol também, nós ainda produzimos, como lá no meu Estado de origem, o Espírito Santo, a gente produz o combustível só do caldo de cana e isto é, grosseiramente falando, 1/3. Então há um outro terço que nós já dominamos e o país caminha, a sua indústria caminha já para esta segunda fase, que é a adição da biomassa na produção de combustível. Então isso aumenta... O Ministro Reinhold Stephanes mencionou que talvez chegássemos a doze ou quinze mil litros por hectare.

Mas há uma terceira fronteira e esta sim, Srs. Senadores, senhores ouvintes aqui, esta sim parece a oportunidade que o país lidera e precisa fazer esforços para ser vitorioso: o combustível de terceira geração, ou

seja, a quebra da celulose para alcançar diretamente o carbono. Fazendo uma imagem quase poética aqui, é preciso quebrar a lignina e alcançar o carbono. Este é o enorme desafio estratégico que muda absolutamente o patamar, a discussão da produção de biocombustíveis e a participação de biocombustíveis na matriz energética do Planeta, até porque aí não é mais da cana, mas pode ser da casca do feijão, da palha do arroz, da pastagem degradada. Então está é uma dimensão que nós precisamos ter dentro do debate, seja para a canalização de esforços da sociedade brasileira, Governo, academia e setor empresarial, tanto no campo quando na indústria de transformação, canalizar esforços da sociedade brasileira, nós precisamos de investimentos significativos para alcançar essa fronteira tecnológica dos biocombustíveis de terceira geração.

Tendo apenas pincelado para chamar a atenção para esse aspecto do debate, eu quero realmente ser muito sucinto e passar rapidamente para um outro ponto. E aqui me roubou a fala, também com muito brilho, o Ministro André Corrêa do Lago, quando trouxe a questão de que não é possível falar apenas no nosso etanol. É bem verdade, mas volto a dizer, não é pela defesa, diz assim: “Ah, como o nosso é bom”. Não é isso que nós precisamos dizer. Nós precisamos dizer como esta alternativa é correta para o Planeta e como em tantas regiões do Planeta, com a mesma lógica, construímos o Programa do Biodiesel que por determinação do Presidente Lula que dizia: “É preciso gerar uma alternativa de renda e emprego de qualidade nas regiões economicamente mais necessitadas”. É isso que dizia o Presidente Lula, é isso que nos guiou, não é Dr. Rodrigo, no biodiesel. Essa dimensão não pode ser perdida. Não é uma questão apenas de adicionar outro componente à matriz energética, mas é a qualidade da produção de energia para a melhoria da qualidade de vida, especialmente pela geração de alternativa econômica de emprego e de renda. Isso, pensando globalmente.

Então eu vou pedir licença para fazer uma referência de um ponto de vista pessoal. Eu tive o privilégio de estar, os dois últimos anos, na África, em Nairóbi, no Quênia, onde é a sede nacional da *United Nations Environment Programme*. No nosso PNUMA, como nos referimos aqui no Brasil, por disputar um edital eu tive durante dois anos a responsabilidade de coordenar a Área de Educação Ambiental da ONU para o Meio Ambiente, a UNEP(F), e vivi muito intensamente essa oportunidade de estar no continente-mãe África, viajei muito, conversei muito, discuti muito, aprendi muito e posso afirmar e, portanto, com fundamento, quanto é importante um programa para plantar energia e gerar emprego e renda em extensas áreas do continente

africano. Quando falamos, e não tenho dúvida de que um bem intencionado jovem canadense, uma bem intencionada menina holandesa, quando falam: “Ah, nós estamos plantando energia e tirando... contra a produção de alimentos”, está pensando no coitadinho do africano, magrinho, famélico, porque essa é a posição permanente do colonizador, ainda que seja uma jovem holandesa bem intencionada, mas é colonizadora porque é filha, neta, bisneta, tataraneta de colonizadores. São como se diz lá, em *suarriili*, é um *zungo*, não deixa de ser um *zungo*, um branco que olha para a África dessa maneira mesma maneira tutelar. Não é a posição deste país, não é a posição do Governo e não é a posição do Presidente Lula, muito pelo contrário.

E eu concluo essa rápida intervenção chamando a atenção, então, ou trazendo essa reflexão para esse debate tão qualificado desta Casa para a questão da contribuição solidária e generosa que o país pode fazer para o continente africano, em países asiáticos, onde o que é necessário é uma alternativa de geração de renda. Na maioria dos países africanos a maioria da população não dispõe de nenhum recurso monetário. São economias de escambo. Alguém compra um maço de coentro, vende o coentro para comprar dois tomates da vizinha do lado. É do bolso à boca todos os dias porque não existe atividade econômica que permita a monetização da economia. A possibilidade de plantar energia pode significar a redenção de populações que se tornam capazes, portanto, de obter renda e, com renda, tal como extensa parcela da população brasileira hoje, longe de receber esmolas, participa da geração de riquezas nacionais e retroalimenta a economia, por isso essa enorme expansão do consumo em geral na economia brasileira pelo bolsa-família.

Guardadas as proporções, um programa eficaz de transferência de tecnologia brasileira para países africanos, para países do sudeste asiático, pode significar mais uma grande contribuição que esse país generoso e solidariamente pode trazer ao mundo, significando redenção de populações inteiras, plantando energia e, portanto, alcançando um patamar de consumo que expressa uma efetiva melhoria na sua qualidade de vida.

A minha última referência é de uma experiência muito concreta também, muito pessoal, muito real. Volto aqui, é muito importante que nessa Casa de debates, um Secretário que se orgulha de ser filiado ao Partido dos Trabalhadores desde a sua fundação, está aqui um barbudinho do PT, fazer mais um cumprimento à Senadora Kátia Abreu. A questão que a Senadora traz e eu contava a ela quando ela perguntava assim: “isto é inocência ou é má-fé do Jean Ziegler?”, que eu tive a oportunidade de conhecer pessoalmente. Sem

emitir juízo sobre si, eu lhe conto uma experiência muito concreta. Saí do Governo brasileiro para ir para a ONU exatamente no entusiasmo de que tínhamos o Programa de Biodiesel em execução implantado no país. E cheguei, embora cuidasse de outras áreas, mas cheguei com todo esse entusiasmo. E fui procurar exatamente os diretores da área de energia, de cidades, de sustentabilidade e etc., achando que tínhamos muito em comum. E me surpreendeu, isto eu estou falando de três anos atrás, me surpreendeu a mesma reação fria de todos. “Há dúvidas, é controverso, o problema dos alimentos”. Exatamente, meu colega Secretário, bastaram-me duas ou três semanas para saber que esses dois diretores estavam lá, como funcionários da ONU, no mesmo nível que eu, o topo da hierarquia, que é o *Professional Five*, custeados por programas cujos responsáveis financeiros eram a Chevron, a British Petroleum e até a nossa Petrobras, galhardamente, entre outros.

Portanto, com esse depoimento bastante pessoal, sem emitir nenhum juízo de valores, eu agradeço novamente a oportunidade de estar aqui e espero ter podido, de maneira muito sucinta, contribuir para esse importante debate. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Agradecendo ao Dr. Francelino Grando eu gostaria só de fazer um comentário concordando com o Secretário para depois a gente entrar no debate final. Eu acredito que muito mais na inocência do que no... Eu pessoalmente, eu não gosto muito de teoria de conspiração, não sou muito chegado a ela. Então eu acho que o grande problema que se vive hoje nessa reação contra o biocombustível de um modo geral e particularmente do etanol, é muito mais desinformação do que uma formatação de algo de interesse de alguns segmentos da economia contra o programa. E digo isso, porque, por exemplo, nós recebemos, dentro desse nosso trabalho de tentar dar uma contribuição na área parlamentar, nós recebemos aqui, há umas duas semanas atrás, três semanas atrás, um grupo de representantes da Alemanha do parlamento europeu, e depois de chegarem aqui, realmente cheio de idéias pré-concebidas, e quando não foi nossa surpresa que aqui estávamos, depois de uns quarenta minutos de conversa, houve assim como que uma mudança importante de percepção deles com relação ao tema. Então eu acho que é muito isso. Esses números que aqui foram citados tão bem pelo Ministro Reinhold Stephanes, a participação do Senador Mercadante foi de uma precisão matemática muito grande e os demais Senadores que aqui se pronunciaram, mas eu acho que essas informações devem migrar e evoluir de uma maneira que atinja o “nosso mercado”, que é um

mercado de formação dos países desenvolvidos. Eu acredito mais, eu sou levado a acreditar mais na falta de percepção, na falta de, digamos assim, de informação ou de qualidade na informação, do que mesmo uma conspiração, uma grande conspiração contra o nosso programa.

Bom, fazendo essas considerações rápidas eu passo a palavra para o Dr. Egon Krakhecke, me perdoe a pronúncia, porque não é fácil o nome dele mesmo não. Ele é o Secretário do Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, representando o Ministério do Meio Ambiente.

SR. EGON KRAKHECKE: Com esse nome até alguém poderia achar que eu sou o representante da União Européia e não o Embaixador do João Pacheco.

Mas eu queria cumprimentar o nosso caro Senador Neuto De Conto, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Senador João Tenório, Presidente da Subcomissão de Biocombustíveis, meus companheiros de Governo, Bertoni, Grando, Arnoldo, Rodrigo. Saudar, também, o Dr. Eduardo, que está galhardamente aqui em toda esta Sessão, ele que é a liderança do setor sucroalcooleiro do Nordeste, participando aqui, saudar a todos os demais presentes aqui e dizer inicialmente, Senador João Tenório, que também acho que uma boa parte dos preconceitos que têm sido divulgados com relação às resistências que têm sido oferecidas aos biocombustíveis, notadamente aos biocombustíveis brasileiros, decorrem de desinformação, em grande medida decorrem de desinformação. Todavia, acho que há poderosos interesses por trás também de divulgar desinformação para manter um nível de desinformação na opinião pública mundial em relação à temática, particularmente na Europa, que são muito fortes e já foram levantados aqui. Prefiro não precisar me alongar nisto.

Eu queria agradecer muito, em nome do Ministério do Meio Ambiente, o convite aqui formulado para que o Ministério se fizesse presente neste importante debate, Senador Neuto De Conto, e dizer aqui, trazer um pouco da posição do Ministério do Meio Ambiente em relação a essa temática candente, esse tema dos biocombustíveis que é inflamável, literalmente. E dizer que talvez nenhum país do mundo, reiterando algumas falas aqui já feitas, nenhum país do mundo têm a condição mais privilegiada do que o Brasil tem para fazer a produção de biocombustíveis de forma sustentável e fazê-la também de forma a não fazer competição com a produção de alimentos, que é a preocupação central que a Europa expressou para oferecer algum tipo de resistência aos biocombustíveis de maneira geral.

Penso, então, com relação a essas desinformações que tem havido, que nós precisamos fazer um grande esforço para mostrar, distinguir, diferenciar o etanol brasileiro, o nosso biocombustível, dos demais produtores de biocombustíveis no mundo. Quando eu digo isso também tenho em mente o que disse o Ministro André, de que nós não podemos nos colocar na posição de produtores exclusivos, só o Brasil que tem condições de produzir de biocombustíveis. Essa posição seria absolutamente equivocada e nos isolaria no contexto internacional. Há um grande número de países que têm condições de produzir biocombustíveis de forma sustentável e, também, de forma a não competir com a produção de alimentos. E é por isso que o Brasil adota uma política de cooperação internacional, inclusive nesta área, especialmente a cooperação Sul-Sul, com a África em particular, por outra razão que inclusive a EMBRAPA, o Governo brasileiro instalou um escritório da EMBRAPA na Europa, justamente procurando estreitar essa cooperação com os países da África.

Dizendo essas palavras iniciais, e não há mais muita coisa aqui para acrescentar com relação ao que foi dito, talvez alguém pudesse ter tido aqui no início a impressão de que o Ministério do Meio Ambiente talvez viesse aqui para confrontar com o Ministério da Agricultura, mas não veio. Aliás, pouco se tem divulgado a cooperação e a parceria que nós temos tido, o Ministério do Meio Ambiente com o Ministério da Agricultura, como também com outros Ministérios do Governo Federal, tem procurado divulgar e aí há muita desinformação também que se espalha em relação a isso, criando mitos aí que não correspondem absolutamente em muitos casos aos fatos. Não significa que não haja divergência e é natural, vivemos numa sociedade contraditória e tal e vivemos numa democracia também. Mas não é nisso, absolutamente neste ponto aqui nós temos uma concordância muito grande com as palavras que o Ministro Reinhold Stephanes proferiu aqui no início, na abertura da sua fala.

Eu queria, assim, abordar também um pouquinho, um pouco a origem dessas desinformações que há, e um pouco, também, apontar para a necessidade da Europa quando critica os biocombustíveis olhar para dentro de si própria, como faz a produção, que é produtor também de biocombustíveis, tanto do etanol quanto do biodiesel, para olhar lá se tem restrição. Eventualmente em relação à disputa que há entre diária, produção de alimentos e produção de biocombustíveis, lá dentro se dá isso na Europa. Quando usa o trigo para produzir etanol, está tirando comida da mesa, é evidente; quanto utiliza a colza para produzir biodiesel também está retirando uma fonte de alimentos da mesa. Portanto,

deveria estar olhando um pouquinho para dentro de si próprio para fazer uma autocritica antes de estender aos outros produtores a crítica com relação à competição na produção de alimentos.

E quando eu digo que é importante a gente trabalhar na linha da diferenciação dos biocombustíveis brasileiros, tenho presente evidentemente também que o etanol produzido a partir de milho tem muito menos eficiência do que o etanol produzido a partir da cana aqui no Brasil. Isso foi dito aqui muito rapidamente pelo Ministro André, de que tem também uma vantagem grande no que respeita à emissão de gases do efeito estufa e aí é importante a gente lembrar o que o presidente Lula, numa fala, num foro internacional, no final do ano passado, mencionou. Nós conseguimos com a produção de biocombustível, substituindo combustíveis fósseis, evitar a emissão de mais de seiscentos milhões de toneladas de gases de efeito estufa. Portanto, os nossos biocombustíveis têm uma contribuição importante, como têm os biocombustíveis em geral produzidos no mundo, a dar em relação às mudanças climáticas. E isso também o Ministro destacou aqui, é importante a gente também estar colocando isto na Ordem do Dia, porque é absolutamente importante. É óbvio que a indústria petrolífera, o complexo petrolífero tem uma resistência muito grande porque mexe com interesses poderosos. Não que os biocombustíveis represente uma ameaça de substituir integralmente, não vão nunca substituir integralmente, vão fazer apenas uma substituição parcial, mas são interesses obviamente muito poderosos. A indústria automobilística europeia tem uma resistência muito grande a ampliar a utilização do etanol, particularmente do etanol. Eu estive no mês de novembro na Alemanha participando de um simpósio sobre biocombustíveis e mudanças climáticas, com foco sobretudo na discussão da sustentabilidade dos biocombustíveis, e lá fiquei sabendo que uma empresa brasileira, grande produtora de automóveis, que foi pioneira na introdução do flex aqui no Brasil em 2003, não aceitou que a subsidiária brasileira levasse para a Europa um automóvel flex para ser protótipo, para rodar lá. Não quis que fosse para lá, para se ver o nível de resistência que há por parte da indústria europeia em relação ao etanol.

Então há poderosos interesses por trás disso, inclusive de procurar espalhar a desinformação em relação a essa temática. E nós precisamos nos vacinar, evidentemente. E eu acho que está acontecendo isso. Aquilo que o Ziegler falou e tal, e causou uma profunda celeuma, talvez tenha ajudado a nós no sentido de a gente acordar um pouco mais e ir para a ofensiva em relação a isso. Eu acho que o Brasil está sendo eficiente no sentido de fazer o rebate disso e a vinda

há poucos dias atrás do Ministro de Meio Ambiente da Alemanha com uma delegação de parlamentares, a outra delegação do parlamento europeu também que esteve antes disso aqui no Brasil, foram momentos importantes em que o Brasil pode mostrar que tem uma produção diferenciada aqui de biocombustíveis, e acho que no caso especialmente da delegação alemã, saiu daqui convencida de que realmente a nossa produção é diferenciada em relação à produção dos Estados Unidos, à produção da própria Europa, e eu creio que isso já está se refletindo um pouquinho talvez na própria visita agora, que essa missão do Ministro do Meio Ambiente da Alemanha foi precursor em relação à visita da Chanceler Angela Merkel, isso já está se refletindo um pouco na própria visita, nos objetivos da visita.

Eu creio, então, que nós estamos trilhando um caminho creio que adequado, mas precisamos estar absolutamente vigilantes no sentido de mostrar que a nossa produção tem condições de ser sustentável. Nós temos alguns problemas aí de insustentabilidade que nós estamos progressivamente enfrentando, mas não são da natureza que tem sido colocada aí na opinião pública internacional. Há alguma pressão dos empresários do setor sucroalcooleiro no sentido de buscarem as terras mais férteis que oferecem possibilidade de produção maior por área. Essa procura há efetivamente, eu sou testemunha no meu Estado, no Mato Grosso do Sul isso ocorre, ocorre muito no Estado de Goiás também, só para citar dois exemplos, mas por isso mesmo que o Governo brasileiro, o Presidente Lula determinou que fosse feito o zoneamento agroecológico, não é, e também que se iniciasse a discussão sobre a certificação, selo socioambiental, exatamente para que nós pudéssemos ir num rumo que assegure exatamente a sustentabilidade, que não haja problema de competição com a produção de alimentos.

Então eu queria dizer isso do ponto de vista do Ministério do Meio Ambiente, nós temos isso. Temos alguns pontos aí que eu acho que nós precisamos de estar avançando, já houve um avanço grande, mas precisamos estar avançando, e estamos inclusive discutindo no âmbito do zoneamento agroecológico da cana, que é coordenada pelo Ministério da Agricultura, numa parceria com o Ministério do Meio Ambiente por decisão inclusive do grupo interministerial que o Presidente Lula criou sob a coordenação da Casa Civil.

Então estes eram alguns pontos de vista aqui em nome do Ministério do Meio Ambiente que eu gostaria de trazer aqui a este Plenário. Muito obrigado, Presidente, pela oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Agradeço a participação do Dr. Egon

Krakhecke, Secretário do Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável. Pergunto se o Senador Flexa quer ter uma participação na nossa Reunião?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Neuto De Conto, Presidente Senador João Tenório, senhores convidados, Srs. Senadores.

Eu quero, primeiro, lamentar de não ter podido assistir as conferências em função de compromissos na Comissão de Constituição e Justiça, na Comissão de Integração, mas quero parabenizar tanto ao Presidente da Comissão de Agricultura quanto ao Presidente da Subcomissão de Biocombustível por esta Audiência Pública. Eu acho que o tema é da maior importância, precisa ser aprofundado, precisa ser melhor explicado para os brasileiros e também a nível internacional. Eu não tenho dúvida que por trás de toda essa questão tem predominando o aspecto econômico, de interesses econômicos com o avanço do Brasil na produção de etanol. E a preocupação que é colocada pelo mundo com a utilização de áreas para a produção de combustíveis no caso de etanol em substituição à produção de alimentos, ela realmente merece uma preocupação, mas não é o caso do Brasil, não é o nosso caso. Pode ser caso de outros países que utilizam, como no caso dos Estados Unidos, metade da produção de milho para a produção de etanol. E nós aqui trabalhamos na produção de etanol com a cana-de-açúcar que não produz a questão de alimento, a não ser o açúcar. E se ela transformasse tudo em açúcar, haveria um excesso de produção do produto e teria que haver eu acho até que uma distribuição gratuita a nível mundial se isso fosse tudo transformado em açúcar.

Então eu acredito que das informações que aqui nos foram dadas vão surgir esclarecimentos a respeito do assunto. Eu me preocupo com relação à questão dos biocombustíveis e também, evidentemente, porque a área mais hoje em foco com relação a essa questão é a minha região, a região amazônica, em que a nível internacional é colocada como se a produção de etanol ou até propriamente de alimentos pudesse vir a trazer ou viria a trazer a devastação da Amazônia. E não é verdade isso. Não é verdade isso porque nós já tivemos várias oportunidades de reunir com o Ministério do Meio Ambiente, com o Ministério... O Dr. Egon participou de várias reuniões conosco, com o setor produtivo, com as Organizações Não Governamentais ligadas à área ambiental e que nós discutíamos, naquela altura, uma proposta, um projeto de minha autoria em que se permitia a utilização das áreas alteradas, já antropizadas na Amazônia, projeto esse que não altera, diferentemente do que está sendo propalado aí pelas Organizações Não Governamentais, não altera a área de reserva legal da Amazônia, permanece em 80%.

Ele apenas autoriza a utilização das áreas alteradas e a compensação por áreas definidas pelo zoneamento econômico-ecológico em áreas de preservação. E mais, e mais: não há necessidade de se derrubar uma única árvore para que se possa produzir mais alimentos e se possa fazer o reflorestamento com utilização econômica, porque pelo projeto que eu apresentei, Senador João Tenório, a utilização da área de reserva legal só poderia ser feita para reflorestamento; não poderia ser plantado cana e nem grãos nessa área. Então é preciso que isso fique efetivamente, Dr. Egon, compreendido pelo Ministério de Meio Ambiente. Há preservação da área de reserva legal. Os 20% hoje permitidos para a agricultura, para a pecuária, esses vão continuar sendo utilizados, e existem áreas abertas que possam vir a aumentar a produção tanto de alimentos quanto de etanol.

Na questão dos biocombustíveis, no caso da Amazônia, da área de reserva legal, você pode aproveitar esse reflorestamento – e aí vem o meu projeto fazer a correção – também com espécies não só nativas como exóticas, aonde se inclui o dendê, a palma, que hoje o Estado do Pará é o maior produtor de óleo de palma do Brasil e tem apenas e tão-somente oitenta mil hectares de área plantada. E tem uma capacidade, um potencial de áreas adequadas para esse cultivo da ordem de dois milhões de hectares. Então o Brasil poderia ser o maior produtor de óleo de palma do mundo se utilizasse as áreas alteradas. Nós não queremos abrir a floresta, nós não queremos avançar sobre a floresta. Nós queremos pura e simplesmente usar as áreas já alteradas, dentro da reserva legal, e fazer o reflorestamento utilizando, entre outras espécies, não só a palma, mas entre outras espécies a palma para utilizar para biocombustível, e sabendo nós que a produção de biocombustível pelo óleo de palma é utilizado o resíduo final, porque ele passa da extração do óleo bruto, pela extração vem para o refino, vem para os óleos comestíveis, margarina e tudinho. O que sobra de tudo isso, que era levado como alimento para o animal, para a pecuária, aí dessa sobra você transforma em biocombustível, ou seja, você não está perdendo nada que possa produzir alimento, nada que possa vir, pelo contrário, você está ganhando um subproduto que era mal utilizado e que traz na produção do biocombustível um esforço grande para diminuir, então, a questão da emissão de carbono, a redução dos combustíveis fósseis, com um combustível renovável.

Eu continuo insistindo, apesar de que a mídia, alimentada pelas Organizações Não Governamentais, alimentada agora, para surpresa minha, pelo MST, que se contrário ao projeto, fazendo uma carta aberta na Internet, sem que possa, entre outros projetos, não só

com relação a esse, entre outros projetos se coloca contra o projeto, de que se fique esclarecido que não há nenhum objetivo no projeto de devastação, muito pelo contrário. O objetivo é de fazer a recomposição da floresta de forma inteligente, de forma economicamente factível e se preserve, não se avance sobre a floresta, sobre nenhuma árvore a mais. Não há necessidade disso.

E como pergunta ou questionamento eu gostaria de saber do Dr. Egon, que é o Secretário de Extrativismo do Ministério do Meio Ambiente, com o qual já tivemos no ano passado a ocasião de conversar sobre o projeto, qual é a posição hoje do Ministério de Meio Ambiente sobre a possibilidade de se fazer uma política de preservação inteligente da Amazônia, mantendo 83, 84% da mata hoje que está virgem, intocável, desta forma, e utilizando de forma intensiva as áreas já antropizadas, já alteradas, e fazendo a reserva, mantida a reserva de 80%, mas fazendo por compensação dentro da mesma bacia hidrográfica em áreas de preservação?

SR. EGON KRAKHECKE: Senador Flexa Ribeiro, de fato tive a oportunidade de participar de algumas conversas lá sobre questões de interesse da Amazônia, acompanhando a Ministra Marina Silva, e um dos temas foi exatamente a mudança no Código Florestal na questão da reserva legal, da compensação ou da recomposição parcial com espécies florestais exóticas. Foi uma discussão que parecia que estava chegando a um bom entendimento e depois sofreu algum tipo de, vamos dizer, foi truncado esse debate. Eu creio que há necessidade de ser retomado, eu acho que há um espaço aí para continuar essa interlocução que se iniciou e que depois se truncou.

Mas eu queria, em relação à sua observação com referência ao dendê, realmente observar que se trata de uma matéria-prima que tem um potencial fantástico para o biodiesel. Talvez seja a matéria-prima com maior potencial, que tem condições de produzir algo como cinco toneladas de óleo, de biodiesel, por hectare, em contraposição que aquela que é a matéria-prima mais utilizada hoje no mundo para a produção de biodiesel, que é a soja, que é algo como seiscentos litros por hectare. Então é uma diferença muito grande. E há outras palmáceas brasileiras que também apresentam potencial em relação a isso. Eu creio que aí vamos ter que fazer um esforço muito grande inclusive para reverter um pouco a matriz de matérias-primas para a produção do biodiesel, porque nos vulnerabiliza um pouco. A soja não é eventualmente a melhor matéria-prima para isso nem no Brasil e nem fora do Brasil. Eu acho que esse esforço nós vamos ter que desenvolver, pesquisas e tal, no sentido de a gente

poder ter mais segurança em relação a poder avançar mais no Programa Nacional de Produção de Biodiesel, que é absolutamente fundamental.

Eu queria dizer uma coisa que talvez tenha tido pouco destaque. Na semana passada, quando o Presidente da República lançou o PAS, o Plano Amazônia Sustentável, e alguns complementos que talvez tenham passado um pouco despercebido, particularmente a Operação Arco Verde, que é composta por um conjunto de medidas que visam fazer com que a Amazônia, naquilo em que ela tem de, vamos dizer, de avanço na ilegalidade e na insustentabilidade do modelo de produção, possa se por em dia, e uma providência em particular que me parece muito importante, que é o Pró-Recuperação. É a criação de uma linha de crédito específica ao amparo do FNO, do FCO e do FNE para permitir que os proprietários rurais possam recompor o seu passivo ambiental, recuperar a sua reserva legal com uma linha de crédito diferenciada, com juros de 4% ao ano, com prazo de até vinte anos, com uma possibilidade de carência de doze anos e com uma grande novidade, que é admitir como garantia o penhor da própria floresta em recomposição. Esta é uma inovação total. Até aqui nós só conhecíamos o penhor de safra agrícola como garantia, mas não o penhor da própria floresta em recuperação, em recomposição. Então eu creio que esta é uma linha de crédito que vai ajudar muito nesse sentido de permitir que a Amazônia se ponha em dia. Não é só a Amazônia, os cerrados também, porque atinge o FCO também, ou seja, o Fundo Constitucional do Centro-Oeste, o Nordeste da mesma forma. Então eu creio que aí vai haver um incentivo grande.

Há leituras, evidentemente, que é possível fazer a recomposição da reserva legal com espécie de uso econômicos, espécies florestais de uso econômicos. Essa é uma discussão, ainda têm algumas dúvidas, algumas interrogações, mas creio que este plano, esse conjunto de medidas aí que o Governo denominou de Operação Arco Verde, talvez não tenha tido uma leitura ainda apropriada na sua escala. Eu mencionei apenas uma medida, mas há um conjunto de outras medidas que trabalham nesse mesmo sentido de fazer a reversão do modelo no que tem de insustentável e de ilegal para ir para a legalidade e para a sustentabilidade, que eu creio que vai ser um avanço muito grande para a Amazônia, que vai contribuir para a gente fazer uma reversão no próprio modelo de produção agropecuário naquilo que tem o Brasil ainda de insustentabilidade para ser mais sustentável, notadamente podendo ter ganhos de produtividade. Ao invés de ter um modelo que sempre privilegiou o espaço territorial, o avanço na área, ter ganho sobretudo na produtividade. E temos

pesquisa acumulada, tecnologia acumulada aí que nos permite avançar muito rapidamente.

A fala do Ministro Reinhold Stephanes foi importante nesse sentido, porque nós, hoje, temos duzentos milhões de hectares de pastagens. Com cento e cinquenta milhões, talvez menos que isso, nós podemos sustentar perfeitamente duzentos milhões de cabeças de gado bovino no Brasil e destinar a área para outras atividades com toda certeza.

Eu acho que há muitos avanços aí que nós podemos ter. Eu não sei se estou respondendo adequadamente ao seu questionamento, mas eu creio que há um espaço aí para a gente retomar aquela discussão que infelizmente acabou sendo interrompida no final do ano.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Dr. Egon, eu quero discordar da proposta incluída no PAS porque ele apenas trouxe uma fonte de financiamento para retomar a reserva legal, mas não fez as alterações necessárias, e o senhor sabe disso, sabe que há necessidade de se fazer ajuste no Código Florestal, reconhecido pelo Ministério de Meio Ambiente, um Código que vem de quarenta anos, e que haja, ao seu fazer o reflorestamento... Ninguém, todos, já está comprovado, que a utilização dessas áreas com reflorestamento economicamente elas são mais vantajosas que a própria pecuária, que seria o fazendeiro florestal. Mas da forma como está o Código Florestal, que você faz a recuperação da área e não utiliza economicamente aquele investimento feito, não tem nem como repor o financiamento, não há como repor o financiamento que o Governo está oferecendo. Então nós precisamos aplaudir a fonte de financiamento, que é importante, mas nós precisamos avançar nas negociações para que nós possamos fazer os ajustes necessários que levam ao mesmo objetivo. Eu tenho repetido diversas vezes, lamento a saída da Ministra Marina Silva, que eu tenho o maior respeito por ela. Apenas convergimos no mérito dela e de todos nós, que é termos uma floresta, termos uma região que seja sustentável ecologicamente. Divergimos na forma, na forma de se tentar, de se conseguir isso, é que há divergência, mas no mérito não. Nós da Amazônia queremos a floresta permanente, que seja eterna, e ela pode ser e deve e será eterna, mas nós temos também que atentar para a questão do desenvolvimento do homem, dos vinte e três milhões de brasileiros que lá estão e que precisam ter a melhoria da condição de vida. E, para isso, nós temos hoje tecnologia, temos recursos para que se possa fazer de forma inteligente a utilização das áreas já abertas e não tocamos mais na floresta.

Eu inclusive tive a oportunidade nessa discussão, e V. S^a. tem razão, ele foi distorcido ao final do ano passado, mas nós temos todo... E eu quero o apoio do Ministério do Meio Ambiente para que nós possamos voltar ao projeto original, que o projeto original, repito, não avança sobre a floresta, não muda a área de reserva legal, ele apenas autoriza a utilização plena das áreas alteradas com a recomposição. E ele está sendo carimbado pelas Organizações Não Governamentais e agora pelo MST como Projeto Floresta Zero. Eu não sei de onde tiraram isso, porque o projeto não derruba uma única árvore. Então eu queria o apoio de V. S^a. para que a gente pudesse dar sequência aos entendimentos e chegarmos a fazer as alterações necessárias para que façamos o que todos nós queremos: a recuperação da floresta amazônica nas áreas já alteradas e a preservação da floresta da forma como ela se encontra hoje, sem que haja necessidade de se derrubar uma única árvore a mais. E a proposta que eu cheguei a fazer para a Ministra Marina Silva era um pacto, um pacto entre o setor governamental, o setor produtivo, o setor das Organizações Não Governamentais, o setor dos trabalhadores, no sentido de desmatamento zero. O desmatamento, daqui para frente, não se derruba nada. Até isso foi proposto e até isso não foi aceito. Eu quero o seu apoio para que a gente possa continuar a discussão com o novo Ministro.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Obrigado, Senador.

SR. EGON KRAKHECKE: Se o senhor me permitir eu gostaria de fazer um esclarecimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Rápido, porque estamos em cima da hora.

SR. EGON KRAKHECKE: Só um esclarecimento. Eu vou estar à disposição lá no limite da minha permanência das minhas atribuições, em relação ao uso da área, da reserva legal recomposta, é possível fazer o manejo sustentável e tirar, tranquilo, não há problema, é possível pagar inclusive com o resultado, com o produto do manejo sustentável da reserva legal em recomposição ou recomposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Eu agradeço ao Dr. Egon--

SR. EGON KRAKHECKE: E pagar o empréstimo.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): — a compreensão no que diz respeito à questão do tempo. Antes de devolver a palavra ao Senador Neuto De Conto para ele fazer as suas considerações finais e encerrar a nossa Sessão, eu gostaria, primeiro, de registrar a presença do Deputado Zenaldo Coutinho, que engrandecesse essa Sessão que nós

estamos realizando, do Pará, correligionário e conterrâneo do nosso querido Senador Flexa Ribeiro.

Muito bem. Eu queria só fazer dois comentários finais para devolver a palavra ao Presidente, a V. Ex^a. Primeiro é o seguinte: eu queria deixar um registro aqui que eu tenho tido contatos permanente com o grupo da Comissão Européia que está lidando e está estudando uma convivência e uma troca de informações com o Governo brasileiro, porque eles estão querendo estabelecer como se fosse um acordo de inovação tecnológica. E eles têm manifestado, em alguns contatos que nós temos tido, uma certa dificuldade de implementar esse programa. Eu acho que esse programa é importante, primeiro pelo mérito dele. Segundo, porque é mais um canal que se estabelece entre o Brasil e aqueles que teoricamente são os que mais estão a contestar a questão dos biocombustíveis. Então eu acho que é da maior importância que a gente ande e implemente esse programa, porque funcionará nos dois vieses. Essa é a primeira questão.

A outra questão, só para lembrar, eu tinha proposto, no começo, que eu gostaria só de registrar no final da minha participação, que o objetivo maior desse nosso encontro hoje é reconhecer que está havendo um trabalho importantíssimo do Executivo, e esse trabalho importantíssimo se manifesta concretamente com a constituição desse grupo que pretende não apenas rebater como levar as informações mais concretas aos grandes consumidores potenciais de biocombustível no mundo. Então nós estamos reconhecendo que esse trabalho está sendo feito, quer ser pelo Presidente da República, de uma maneira verbal, como também pela atitude de criar essa força-tarefa. Queremos dizer que o Senado, o Congresso brasileiro aqui no Senado, por intermédio da Comissão de Agricultura, da Subcomissão de Biocombustíveis, e na Câmara também com a participação de alguns Deputados que têm se dedicado de uma maneira importante a esse tema, é outro grupo que está trabalhando de uma maneira importante para estabelecer a verdade e uma interação maior entre aqueles que fazem o biocombustível no mundo, particularmente o Brasil e os países desenvolvidos. E os empresários que estão tendo uma ação, também, pontual, mas muito importante, como é o caso que eu citei da UNICA, que abriu escritórios em Washington, em Bruxelas e agora abre um escritório em Tóquio, no Japão. Então são três setores que estão trabalhando, eu diria, de uma maneira meio separadas. Então a proposição que nós fizemos no começo e, repito agora, é no sentido de que se integre mais esses três grupos, no sentido de se não trabalhem juntos sempre, mas, pelo menos, montarem o arcabouço, uma formatação do mesmo discurso para ser levado a esses países que

de certa forma faz a opinião mundial a favor ou contra, no caso específico, aos biocombustíveis.

Então, Sr. Presidente, eram essas as considerações que eu gostaria de dizer e gostaria de agradecer, sensibilizado pela presença de todos os senhores que aqui vieram trazer contribuições importantes e informações absolutamente necessárias para a formulação de um formato que deva ser verbalizado, levado à opinião pública não apenas brasileira, mas, sobretudo, internacional hoje, no que diz respeito às verdades e às falácias sobre biocombustível de um modo mais amplo e, particularmente, na competição que na nossa avaliação, e de todos que aqui estiveram presentes, não existe entre biocombustível e a produção de alimento. Muito obrigado, Sr. Presidente.

[Troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Eu agradeço o importante comando do nosso Senador João Tenório na Subcomissão de Biocombustíveis, por tudo que tem feito neste importante tema, em que todas as semanas é palpitante, quando aqui autoridades de vários Ministérios que conhecem profundamente o setor de petróleo e, principalmente, bioenergia. E, logicamente, as críticas internacionais se fazem presentes e as respostas estão sendo contundentes e fortes. Estamos provando ao mundo a capacidade que o nosso Brasil tem, além de todas as situações favores do clima, da terra, da água, mas a tecnologia vem muito forte. A tecnologia para buscar o petróleo, a tecnologia que nós adquirimos e produzimos para produzir a cana, em mais de sessenta variedades para solos diversos do Brasil, fazem com que não só mexa com a sociedade brasileira, mas que as vistas do mundo estão voltadas para o Brasil. Isto é muito importante.

Quando se fala de Amazônia, eu fico a me perguntar: como é que podem os países do mundo querer manter ou interferir na manutenção, que a queremos, todos nós temos o mesmo discurso, mas nós temos no Brasil, meu caro Senador Flexa Ribeiro, 26% da floresta nativa do mundo ainda de pé e temos que mantê-la e ampliá-la. Por isso que essa interferência universal graciosamente, esta é a palavra que eu queria chegar, querem que seja o pulmão do mundo sem custo nenhum para aqueles que acabaram com suas florestas para ser potências industriais, serem grandes potências que abastecem e enriquecem o universo e querem agora continuar a ter este pulmão que está no Brasil. Queremos mantê-lo sim, mas sem perder a soberania sobre ela. E não tenho dúvida nenhuma que a ampliação de alimentos, elas estão principalmente na produtividade praticamente sem ampliar as suas áreas.

Dito isto, eu quero agradecer e cumprimentar a cada um dos que aqui estiveram, se manifestaram e enriqueceram. Certamente mais um passo está sendo dado, através da Comissão de Agricultura, para o crescimento de alimentos, o crescimento de bioenergia, o crescimento de petróleo e o crescimento de nós, brasileiros. Muito obrigado a todos.

Sessão encerrada às 13h38.

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 11ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 2008.

Às 15 horas do dia vinte e oito de maio de dois mil e oito, na sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **NEUTO DE CONTO**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores: **ANTÔNIO CARLOS VALADARES, JOÃO PEDRO, PEDRO SIMOM, JAYME CAMPOS, GILBERTO GOELLNER, FLEXA RIBEIRO, CÉSAR BORGES, JOSÉ NERY, VALDIR RAUPP, VALTER PEREIRA, JOÃO TENÓRIO e JOÃO DURVAL**. O Senhor Presidente da Comissão, Senador **NEUTO DE CONTO**, propõe a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é aprovada. A presente reunião tem a finalidade de apreciar as Emendas da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA ao **PL nº 1, de 2008 – CN, Lei de Diretrizes Orçamentárias/2009 – LDO**. Em seguida, o Presidente esclarece que, dentre as vinte e duas emendas apresentadas, as cinco representantes da Comissão foram aprovadas de acordo com a relevância para o País. A Comissão aprovou, tendo como Relator o Senador Valter Pereira, as seguintes emendas: **Emenda nº 1-CRA/2008 – Ação: 4280 – Fomento à Projetos de Diversificação Econômica e Agregação de Valor na Agricultura Familiar/0351 – Agricultura Familiar – PRONAF/ Meta: 11.477 ; Emenda nº 2-CRA/2008 – Ação: 7H17 – Apoio à Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário/ 6003 Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário/ Meta: 15.000; Emenda nº 3-CRA/2008 – Ação: 8611 – Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário/ 6003 – Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário/ Meta: 320.830; Emenda nº 4-CRA/2008 – Ação: 7G82 – Fomento a Pequenos e Médios Produtores Rurais de Culturas Destinadas à Produção de Biodiesel/ 6003 – Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário/ Meta: 30.000 – Emenda nº 5-CRA/2008 – Ação: 6492 – Fomento à**

Elaboração e Implantação de Projetos de Inclusão Digital/ 1008 – Inclusão Digital / Meta: 15; Emenda nº 6-CRA/2008 (TEXTO). Inclua-se onde couber: Formação de Estoques Públicos; **Emenda nº 7-CRA/2008 (TEXTO).** Inclua-se onde couber: Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural (Lei nº 10.823 de 19 de dezembro de 2003, e Decreto nº 5.121 de 29 de junho de 2004). **EXTRA-PAUTA:** Item nº 1: Requerimento nº 10/2008 – CRA. Autor: Senador José Nery. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às 15 horas e 45 minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – **SENADOR NEUTO DE CONTO, PRESIDENTE DA COMISSÃO.**

COMISSÃO DE AGRICULTURA
E REFORMA AGRÁRIA – CRA

11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 28 DE MAIO DE 2008 ÀS 15 HORAS E 22 MINUTOS

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião Extraordinária da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que com a anuência do Plenário, é dada como aprovada. A presente reunião destina-se à apreciação das emendas da Comissão da Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, ao PL nº. 1/2008-CN, Lei de Diretrizes Orçamentárias. Esclareço que foram apresentadas 22 emendas à LDO, conforme o quadro que encontra-se sobre as bancadas.

Com a palavra, o Relator Senador pelo Mato Grosso do Sul, Senador Valter Pereira.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Pela ordem, Senador.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Eu consulto V.Ex^a. se era possível extrapauta, e antes mesmo da leitura e apreciação do relatório sobre as emendas para o projeto de lei das diretrizes orçamentárias, se é possível votar um requerimento de minha autoria que trata sobre uma Audiência Pública nessa Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Vai ser votado tão logo discutirmos as emendas como extrapauta.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, tendo em vista que eu pedi para tirar as cópias do relatório e do voto que devo proferir sobre as emendas, eu sugiro a V.Ex^a. que defira o pedido do... Eu sugiro que atenda o pedido de inversão de pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Então, nós vamos inverter a pauta e vamos entrar na pauta extra.

Requerimento de autoria do Senador José Nery, que requer com base no Art. 93, do Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, para debater a crise mundial de preço dos alimentos e de suas consequências no Brasil, a ser realizada no dia 29 de maio de 2008, quinta-feira, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Jean Ziegler, Relator para o Direito e Alimentação da Organização das Nações Unidas – ONU; Sr. Reinhold Stefanes, Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; Sr. Patrus Ananias de Souza, Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Sr. Ariovaldo Umbelino, Professor Titular de Geografia Agrária da USP e Diretor da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA; Sr. Fábio de Sales Meirelles, Presidente da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA; Sr. Manoel José dos Santos, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, CONTAG.

Com a palavra, o autor do requerimento, Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senador Gilberto, Senador Valter Pereira.

A proposição para que possamos discutir na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária a crise mundial da produção alimentar e suas consequências no Brasil, convidando para tal um conjunto de instituições, de autoridades, que nos ajudarão a refletir sobre esse grave problema, bem como, nos anteciparmos na busca de alternativas que permitam ao Brasil enfrentar essa crise sem maiores consequências para o nosso povo, especialmente para os setores mais pobres da nossa população.

Essa Audiência Pública é importante, sobretudo, porque esse tema é um tema que preocupa Governos, a sociedade, e deve igualmente preocupar o Parlamento Brasileiro, notadamente o Senado Federal, e em especial, essa Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para que sejamos rápidos e precisos no diagnóstico da crise e, evidentemente, na elaboração de todas as

proposições que ajudem o Brasil a efetivamente se antecipar com medidas alternativas, projetos alternativos para superar o problema da crise alimentar mundial, do qual o nosso país, em alguma medida, será, é, já está sendo atingido e, com certeza, nos antecipar é muito importante.

Por isso, rogo aos Srs. Senadores a aprovação do referido requerimento de Audiência Pública. Muito obrigado.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Para discutir, Sr. Presidente. Vai ser muito rápido.

Eu acho que a iniciativa do Senador José Nery é procedente, realmente precisamos promover uma discussão sobre esse assunto que a todos inquieta.

Há uma sugestão aqui da Liderança do Governo para incluir dentre esse rol de autoridades que serão chamadas a falar sobre o assunto, o Ministro Guilherme Cassel, que é do Ministério de Desenvolvimento Agrário. Realmente, ele pode dar alguma contribuição, já que sob a sua Pasta passa toda uma política de agricultura familiar, onde ele poderá efetivamente dar uma contribuição. Essa é a sugestão.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, Senador Valter Pereira, inclusive, eu havia sido contactado para essa sugestão. Absolutamente por um pequeno lapso não fiz a sugestão, mas é bastante adequada a presença do Ministro. E eu creio que muito contribuirá para o debate desse tema muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Eu gostaria só de fazer um registro. Que para convidar todas essas autoridades para amanhã--

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Não, Sr. Presidente, quando o requerimento foi apresentado, já quase 30 dias, aliás, exatamente no dia 29 de abril, havia tempo. Mas aí, aprovamos com esse teor, mas a data será marcada de acordo com o calendário da Comissão, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): A próxima semana. Com a palavra, o eminente Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu gostaria de dar uma contribuição, não sei se é... É oportuna por se tratar de uma situação que eu não diria que é uma crise mundial de preço dos alimentos, que ela vem acompanhada de uma situação que assusta a produção brasileira que é o aumento do custo de produção. Vem acompanhado. Então, eu não diria que ela não fosse oportuna esse debate, porque ele se, é um elo muito forte em relação também à produção de biocombustíveis, que nós já tratamos aqui nessa

Comissão. E a correlação entre biocombustíveis, ao uso de grãos para biocombustíveis, e a diminuição, vamos dizer, desses mesmos grãos de oleaginosas que estariam afetos à alimentação.

A gente já conhece as causas que ocasionaram tudo isso aí, e já são de conhecimento público. Eu diria que o que pode ser feito em relação a segurar, assegurar uma maior produção, o Governo Brasileiro está atento, que é em relação aos fertilizantes. O Ministro da Agricultura já firmou posição que devemos fazer investimentos grandes na área de nitrogenados, e aí entra a Petrobras, na área de gás, na área de novas jazidas de fosfato, a dificuldade que se tem com as jazidas de potássio. E é o grande custo que hoje é, é importar esses fertilizantes.

E esse, eu diria que o grande gargalo para o país hoje nos próximos cinco, dez anos, e já começando a partir do próximo ano, vai ser, a partir desse ano, vai ser o encarecimento da matéria-prima que é o fertilizante e que proporciona a produção agrícola brasileira; que viabiliza a produção agrícola brasileira.

E eu acho oportuno, mas a sugestão que eu dou, que eu não estou vendo aqui presente, é trazer alguém na área de mercado, que pudesse explicar, Senador José Nery, essa especulação de mercado que existe na subida das *commodities*, e quais seriam as tendências de cada produto, de cada produto em si da base da alimentação do brasileiro.

Então, se fosse a gente indicar alguém, eu indicaria uma pessoa extremamente... Que possui informações e presta informações diariamente, que é o Presidente de uma empresa de mercado, que é a Agroconsulte, o Sr. André Pessoa, o Sr. André Pessoa, cuja sede é em Florianópolis, a Agroconsulte. Então, eu colocaria uma sugestão a esse nome, porque ele tem posições muito recentes e em condições de nos dar informações a respeito de mercado.

Outro também seria a Agência Céleres, de Uberlândia, o titular da Agência Céleres. E também são duas empresas, são as duas empresas de mercado que mais participam das informações diárias de todas as *commodities* agrícolas brasileiras. Essa é a minha contribuição.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Senador Gilberto.

Pelo número de pessoas que serão convocadas, certamente teremos que fazer, eminente Senador José Nery, duas sessões, porque vai ter dez debatedores. E numa sessão, não vamos conseguir ouvi-los todos. E ainda mais o nosso debate. Então, vamos discutir isso para ver num horário que dê para fazer isso.

Em votação, então, o requerimento com os dois adendos.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Mas eu perguntaria ao proponente do requerimento, Senador José Nery, se não poderia fazer uma adaptação aqui de algum palestrante, substituir um, uma das entidades por alguém de mercado. Seria só um de mercado, um dos dois. Consultaria, a Comissão consultaria dos dois, qual--

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Autor do requerimento, com a palavra.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Eu gostaria de fazer uma sugestão adicional ao Sr. Presidente, aos Srs. Senadores.

A possibilidade de fazer são seis: são oito palestrantes, duas mesas. Quatro; depois quatro, e logo em seguida, o debate, que se faça o debate com todos que estão na Plenária e na Mesa, eu acho que seria uma forma de encaminhar, de definir um tempo para cada expositor, mas em duas mesas à disposição. É a proposta que eu faço a V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Então, como nos adendos, acatando as três, duas sugestões, os dois adendos do Senador Valter Pereira, e Senador Gilberto Goellner. Então, nós encerramos a discussão e colocamos o requerimento em votação. Sras. e Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão.

Retornando ao Item 1º da pauta, nós colocamos, então, a palavra ao Relator, Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Ao PL, dispõe sobre as emendas da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nos termos do PL nº. 1/2008. Origem: Poder Executivo.

Relatório. O PLDO nº. 1/2008 recebeu 22 emendas perante esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, sendo duas de texto e as demais de inclusão de metas.

Voto do Relator. Quanto às emendas apresentadas, analisadas por natureza; temos que:

2.1. Emendas de texto. Ambas as emendas de caráter aditivo referem-se ao anexo 5, Inciso I, do PLDO 2009, com o objetivo de considerar as ações, formação de estoques públicos e concessão de subvenção ao prêmio do seguro rural, de caráter obrigatório não passíveis de contingenciamento.

2.2. Emendas de inclusão de metas. As emendas apresentadas, visando inclusão de metas no respectivo anexo, obedecem às normas legais e regimentais.

2.3. Conclusão. Em razão de todo o exposto, o voto: A. Pelo acolhimento das emendas de texto de nº. 3 e 4, devido ao seu caráter meritório; B. Pela aglutinação das emendas nº. 2 e 9, aprovando-as como uma só emenda por se tratar do mesmo objeto; C. Pela aglu-

tação das emendas de nº. 5, 10 e 17, aprovando-as como uma só emenda por se tratar do mesmo objeto; D. Pela aglutinação das emendas de nº. 6 e 18, aprovando-as como uma só emenda por se tratar do mesmo objeto; E. Pela aprovação da emenda de nº. 16, pela sua importância no cenário atual; F. Pela aprovação da emenda de nº. 22, pela sua relevância.

Em que pese o elevado mérito das demais emendas, sentimo-nos na obrigação de não acatá-las devido à limitação do número de emendas fixado por essa Comissão pelo Item 2.1.6 alínea “a” do parecer preliminar.

Sendo aprovado o presente relatório, torna-se necessário adequar as metas propostas.

Esse é o nosso relatório, Sr. Presidente. E junto com o parecer e voto, está o anexo ao mesmo parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Colocando em discussão o parecer do Relator Senador Valter Pereira. Como ninguém queira discuti-lo, encerramos a sua votação. As emendas apresentadas são encaminhadas à Comissão Mista do Plano de Orçamento Público de Fiscalização. Em votação. Aprovado.

A Emenda nº. 1 foi pela rejeição. A Emenda nº. 2, pela aprovação aglutinada à Emenda nº. 9. A 3, pela aprovação conforme parecer preliminar Item 2.1.4. Emenda 4, pela aprovação conforme parecer preliminar Item 2.1.4. A emenda 5, pela aprovação, aglutinadas às Emendas nº. 10 e 17. A nº. 6, pela aprovação, aglutinada à Emenda nº. 18. 7, pela rejeição. 8, pela rejeição. 9, pela aprovação aglutinada à Emenda nº. 2. 10, pela aprovação aglutinada às Emendas 5 e 17. 11, pela rejeição. 12, pela rejeição. 13, pela rejeição. 14, pela rejeição. 15, pela rejeição. 16, pela aprovação. 17, pela aprovação aglutinada às emendas nº. 5 e 10. 18, pela aprovação aglutinada à Emenda nº. 6. 19, pela rejeição. 20, pela rejeição. 21, pela rejeição. 22, pela rejeição.

Em votação. A 22, aprovada. Sras. e Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Sem nada mais a tratar, encerramos a presente sessão.

Sessão encerrada às 15h42.

COMISSÃO DE AGRICULTURA
E REFORMA AGRÁRIA

**ATA DA 12ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA)
DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA
AGRÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 4 DE
JUNHO DE 2008.**

Às nove horas e trinta e quatro minutos do dia quatro de junho de dois mil e oito, na Sala 7, da Ala

Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **NEUTO DE CONTO**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes Senadores(as): **DELCÍDIO AMARAL, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, EXPEDITO JÚNIOR, HERÁCLITO FORTES, JAYME CAMPOS, GILBERTO GOELLNER, KÁTIA ABREU, FLEXA RIBEIRO, MARISA SERRANO, OSMAR DIAS, PAULO PAIM, CÉSAR BORGES, AUGUSTO BOTELHO, JOSÉ NERY, VALDIR RAUPP E MARCONI PERILLO**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores(as): João Pedro, Leomar Quintanilha, Pedro Simon e Carlos Dunga. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Neuto de Conto, informa que a presente reunião destina-se à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte Pauta: **ITEM 1: PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 56, DE 2007. (NÃO TERMINATIVO). EMENTA:** Inclui a pesca industrial nas atividades vinculadas ao setor rural e dá outras providências. **AUTOR:** Deputado Nilson Pinto. **RELATORA “Ad Hoc”:** Senadora Marisa Serrano. **RELATÓRIO:** Pela rejeição da matéria. **OBS:** Em reunião realizada em 26/9/2007, foi lido o relatório pela Senadora Marisa Serrano, Relatora “Ad Hoc”, ocasião em que foi concedido vista ao Senador Flexa Ribeiro, o qual apresentou voto em separado, pela aprovação da matéria com uma emenda que apresenta. Iniciada a fase de discussão da matéria fazem uso da palavra os Senadores(as) Marisa Serrano e Flexa Ribeiro. **RESULTADO: Rejeitado o relatório da Senadora Marisa Serrano, Relatora “ad hoc”. Aprovado o voto em separado do Senador Flexa Ribeiro, com Emenda nº 1 – CRA, que passa a constituir parecer favorável da CRA, ocasião em que foi designado Relator do vencido. A matéria será encaminhada à Secretaria – Geral da Mesa.** **ITEM 2: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63, DE 2005 – COMPLEMENTAR. (NÃO TERMINATIVO). EMENTA:** Altera os arts. 6º e 16 da Lei Complementar nº 76 de 1993, a fim de garantir o pagamento de créditos tributários através da retenção sobre o valor a ser pago a título de indenização por desapropriação de interesse social para reforma agrária. **AUTOR:** Senador Álvaro Dias. **RELATOR:** Senador Leomar Quintanilha. **RELATÓRIO:** Pela rejeição da matéria. **RESULTADO: Retirado de Pauta.** **ITEM 3: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 475, DE 2003. (NÃO TERMINATIVO). EMENTA:** Prorroga o prazo para que sejam ratificadas as concessões e alienações de terras feitas pelos Estados em Faixa de Fronteira, e dá outras providências. **AUTOR:** Senador Jonas Pinheiro. **RELATORA:** Senadora Marisa Serrano. **RELATOR “Ad**

Hoc”: Senador João Durval. **RELATÓRIO:** Pela aprovação, nos termos do substitutivo que apresenta. **OBS:** Em reunião realizada em 16.4.2008 foi lido o relatório pelo Senador João Durval, relator “Ad Hoc”, ocasião em que foi concedido vista ao Senador Gilberto Goellner, nos termos do art. 132, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, que o devolveu nos termos do Substitutivo que apresenta. **RESULTADO: Retirado de Pauta.** **ITEM 4: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 523, DE 2003. (NÃO TERMINATIVO). EMENTA:** Altera o parágrafo único do artigo 106 da Lei nº 8213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para acrescentar que a prova testemunhal seja considerada para efeito de comprovação do exercício da atividade rural. **AUTOR:** Senador Marcelo Crivella. **RELATOR:** Senador Jayme Campos. **RELATÓRIO:** Pela aprovação, nos termos do substitutivo que apresenta. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a matéria, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Kátia Abreu, Flexa Ribeiro e Gilberto Goellner. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **RESULTADO: Aprovado o parecer favorável nos termos da Emenda nº 1 – CRA (Substitutiva). A matéria será encaminhada à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.** **ITEM 5: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 171, DE 2004. (NÃO TERMINATIVO). EMENTA:** Altera o art. da Lei nº 6.019, de 03 de janeiro de 1974, que “dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências”, para permitir a utilização do trabalho temporário na área rural. **AUTOR:** Senador Ramez Tebet. **RELATORA:** Senadora Kátia Abreu. **RELATÓRIO:** Pela aprovação, nos termos da emenda que apresenta. **OBS:** Em reunião realizada em 16/4/2008, foi lido o relatório pela Senadora Kátia Abreu, ocasião em que foi concedido vista ao Senador Sibá Machado, nos termos do art. 132, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal. Devolvido sem manifestação. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a matéria os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Kátia Abreu, Gilberto Goellner e Expedito Júnior. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **RESULTADO: Aprovado o parecer favorável, nos termos da Emenda nº 1 – CRA. A matéria será encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.** **ITEM 6: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 237, DE 2006. (NÃO TERMINATIVO). EMENTA:** Altera e acresce dispositivos à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, o Código de Processo Civil, e dá outras providências.

AUTORES: Senador Sibá Machado, Senador Eduardo Suplicy e Senadora Ana Júlia Carepa. **RELATORA:** Senadora Kátia Abreu. **RELATÓRIO:** Pela rejeição da matéria. **OBS:** Em reunião realizada em 16/4/2008, foi lido o relatório pela Senadora Kátia Abreu, ocasião em que foi concedido vista ao Senador Carlos Dunga, nos termos do art. 132, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal, que o devolveu sem manifestação. Iniciada a discussão e não havendo oradores para discuti-la, passa-se a votação da mesma, ocasião em que foi aprovada por unanimidade. **RESULTADO: Aprovado o parecer pela rejeição do projeto. A matéria será encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. ITEM 7: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 4, DE 2007. (NÃO TERMINATIVO). EMENTA:** Dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), na aquisição de insumos e equipamentos especificados, utilizados na produção de leite. **AUTOR:** Senador Álvaro Dias. **RELATOR:** Senador Expedito Júnior. **RELATOR “Ad Hoc”:** Senador Gilberto Goellner. **RELATÓRIO:** Pela aprovação, com três emendas que apresenta. **OBS:** Em reunião realizada em 16/4/2008, foi lido o relatório pelo Senador Gilberto Goellner, ocasião em que foi concedido vista coletiva, nos termos do art. 132, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal. Devolvido sem manifestação. Iniciada a discussão e não havendo oradores para discuti-la, passa-se a votação da mesma, ocasião em que foi aprovada por unanimidade. **RESULTADO: Aprovado o parecer favorável a matéria com as Emendas nº 1, 2 e 3 – CRA. A matéria será encaminhada à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. ITEM 8: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 56, DE 2007. (NÃO TERMINATIVO). EMENTA:** Altera o art. 143, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a concessão de aposentadoria por idade a trabalhadores rurais e segurados especiais, e dá outras providências. **AUTOR:** Senador Álvaro Dias. **RELATOR:** Senador Gilberto Goellner. **RELATÓRIO:** Pela aprovação da matéria, nos termos do substitutivo que apresenta. **RESULTADO: Retirado de Pauta, a pedido do Relator. ITEM 9: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 60, DE 2007. (NÃO TERMINATIVO). EMENTA:** Altera o art. 1º da Lei nº 11.368, de 9 de novembro de 2006, a fim de prorrogar o prazo para o trabalhador rural requerer sua aposentadoria. **AUTOR:** Senador César Borges. **RELATORA:** Senadora Kátia Abreu. **RELATÓRIO:** Pela declaração de prejudicialidade e pelo arquivamento do Projeto. Iniciada a discussão e não havendo oradores para discuti-la, passa-se a votação da mesma, ocasião em que foi aprovada por unanimidade. **RESULTADO: Aprovado o parecer pela pre-**

judicialidade. A matéria será encaminhada à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. ITEM 10: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 21, DE 2008. (NÃO TERMINATIVO). EMENTA: Acrescenta parágrafos ao art. 11 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a manutenção da condição de segurado especial, para produtores rurais com até dois empregados, fixando contribuição diferenciada, e dá outras providências. **AUTOR:** Senador Paulo Paim. **RELATOR:** Senador Flexa Ribeiro. **RELATOR “Ad Hoc”:** Senador Expedito Júnior. **RELATÓRIO:** Pela aprovação da matéria, com uma Emenda que apresenta. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Kátia Abreu, Paulo Paim, Expedito Júnior e Flexa Ribeiro. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **RESULTADO: Aprovado o parecer favorável com a Emenda nº 1 – CRA. A matéria será encaminhada à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. ITEM 11: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 389, DE 2005. (NÃO TERMINATIVO). EMENTA:** Autoriza o Poder Executivo Federal a implantar o Aproveitamento Hidrelétrico do Rio Madeira, no Estado de Rondônia, inclusive as usinas hidrelétricas de Jirau e de Santo Antônio e a hidrovía do rio Madeira. **AUTOR:** Senador Valdir Raupp. **RELATORA:** Senadora Kátia Abreu. **RELATÓRIO:** Pela aprovação do projeto, com duas emendas que apresenta. **OBS:** A matéria foi instruída pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, a qual obteve parecer favorável. Iniciada a discussão e não havendo oradores para discuti-la, passa-se a votação da mesma, ocasião em que foi aprovada por unanimidade. **RESULTADO: Aprovado o parecer favorável com as Emendas nº 1 e 2 – CRA. A matéria será encaminhada à Secretaria – Geral da Mesa. ITEM 12: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 90, DE 2007. (NÃO TERMINATIVO). EMENTA:** Susta a aplicação do artigo 3º, do Decreto nº 4.680, de 24 de abril de 2003, que regulamenta o direito à informação, assegurado pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, quanto aos alimentos e ingredientes alimentares destinados ao consumo humano ou animal que contenham ou sejam produzidos a partir de organismos geneticamente modificados, e da Portaria nº 2.658, de 22 de dezembro de 2003, do Ministério da Justiça, que regulamenta o disposto no § 1º, do artigo 2º, do Decreto nº 4.680, de 24 de abril de 2003. **AUTORA:** Senadora Kátia Abreu. **RELATOR:** Senador Marconi Perillo. **RELATÓRIO:** Pela aprovação do projeto. **RESULTADO: Concedido vista coletiva. ITEM 13: REQUERIMENTO Nº 11 DE 2008 – CRA. ASSUNTO:** Requer, nos termos do artigo 93, inciso II,

do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública perante esta Douta, a fim de debater os custos de produção da agropecuária brasileira, com a participação dos seguintes convidados: **Ricardo Cotta**, representante da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil – **CNA**; **Manoel José dos Santos**, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – **Contag**; **Luiz Antônio Fayet**, Consultor em Logística e Infra-Estrutura; **Edilson Guimarães**, Secretário de Política Agrícola do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – **MAPA**. **AUTORA**: Senadora Kátia Abreu. No encaminhamento, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Gilberto Goellner e Kátia Abreu. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **RESULTADO: Aprovado, com adendo do Senador Gilberto Goellner, no sentido de convidar o Presidente da CTNBio. ITEM 14: REQUERIMENTO Nº, DE 2008 – CRA. ASSUNTO:** Requer, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública perante esta Comissão, em conjunto com as Comissões de Assuntos Econômicos – CAE, e de Serviços de Infra-Estrutura – CI, a fim de debater a auditoria aprovada pelo Tribunal de Contas da União – TCU para avaliar a situação dos portos marítimos e fluviais em todo o País por ineficiência operacional, com a participação dos seguintes convidados: **Marcos Vilaça**, Ministro do Tribunal de Contas da União; **Fernando Antonio Brito Fialho**, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – **ANTAQ**; **Luiz Antônio Fayet**, representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – **CNA**; **Sérgio Salomão**, presidente da Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres de Uso Público – **Abratec**; **Paulo Godoy**, presidente da Associação Brasileira da Infra-estrutura e Indústrias de Base – **ABDIB**; **AUTORES**: Senadora Kátia Abreu e Senador Gilberto Goellner. **RESULTADO: Retirado de Pauta, a pedido da Autora. EXTRA-PAUTA: REQUERIMENTO Nº 12, DE 2008 – CRA. ASSUNTO:** Requer, nos termos regimentais, que seja aprovada a realização de Audiência Pública nesta Comissão para discutir as ações a serem tomadas pelo Governo Brasileiro após aprovação pelo Tribunal da Organização Mundial do Comércio – OMC, que deu razão à queixa apresentada pelo Brasil relacionada ao comércio de algodão, bem como a aplicação de sanções contra os Estados Unidos, com a participação dos seguintes convidados: Representante do Ministério de Relações Exteriores – **MRE**; Representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – **MAPA**; Presidente da Associação Brasileira

dos Produtores de Algodão – **ABRAPA**; **Dr. Helio Tolini** – Consultor. **AUTOR**: Senador Gilberto Goellner. No encaminhamento, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Gilberto Goellner e Kátia Abreu. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **RESULTADO: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e seis minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – **SENADOR NEUTO DE CONTO, PRESIDENTE DA COMISSÃO.**

COMISSÃO DE AGRICULTURA
E REFORMA AGRÁRIA – CRA

12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 04 DE JUNHO DE 2008, ÀS 09 HORAS E 34 MINUTOS

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Havendo número regimental declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Requeiro a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior que com a anuência do Plenário é dada como aprovada. Aprovado.

A presente reunião destina-se à apreciação de matérias. Gostaria, antes, de fazer um registro às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores. No dia de ontem, o Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva se manifestou firmemente na Conferência Internacional sobre Segurança Alimentar, na FAU, em Roma. A manifestação foi muito forte, muito firme e que foi divulgada para o mundo. Principalmente, na produção de alimento e álcool. E nós, desta Comissão, temos que aplaudir. Vejam que esse país, que tem 177 milhões de hectares nos campos e nas pastagens e tem somente, 62,5 milhões de hectares para todas as culturas do Brasil; somente 7,3%. E representa, além de produzir para alimentar os 190 milhões de brasileiros, é o maior exportador de alimentos para o mundo. E vai continuar sendo. E não podemos ter interferências por aqueles que não conhecem o Brasil. Nós só usamos, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, 1% do nosso diretório agricultável para produzir cana-de-açúcar. E deste 1%, alimentamos e abastecemos toda a nossa frota, em 25% da nossa frota e, ainda, exportamos em

torno de 10%. E sem dúvida nenhuma, aquela manifestação firme faz com que os brasileiros tenham a segurança de que nós podemos, sim, aumentar quatro vezes a nossa produção. Quatro vezes. Chegar a 200 milhões de hectares sem agredir meio ambiente e nem reservas permanentes. Isso vai nos dar a oportunidade de demonstrar e ser, sem dúvida nenhuma, o maior exportador de alimentos do mundo e, também, o maior produtor e exportador de etanol através da cana, do universo.

Por isso, é um momento que todos os segmentos no setor produtivo primário se sentem fortalecidos, fortes, firmes, embora com todas as divergências que nós sabemos, internamente, a dificuldade que temos para produzir, a dificuldade que tem a sociedade como um todo para colocar esta produção à disposição de todos aqueles que precisam.

Segundo comunicado, nós oficiamos ao Ministro Carlos Minc para que viesse aqui, à nossa Comissão, ainda nesta semana e não foi possível atender à sua agenda. Amanhã é o Dia Internacional, Dia Mundial do Meio Ambiente, seria o dia de amanhã, e nós estamos procurando agendar para a próxima quarta-feira, provavelmente no mesmo horário de hoje, para aqui ouvirmos do novo Ministro, todo o quadro, planejamento, do meio ambiente do Brasil, a divisão das terras, as terras que estão sendo vendidas para estrangeiros, enfim, o quadro total desse importante tema neste momento. Dito isto--

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Sr. Presidente, o senhor permite um aparte?

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Sim, Senador.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

É o seguinte: quando vejo o seu discurso, realmente, seu pronunciamento, eu reforço a grande repercussão que o Presidente Lula está tendo no mundo em defesa do etanol brasileiro, em defesa da produção desse etanol com a cana-de-açúcar, realmente, que ela não está entrando na Amazônia. Agora, ao mesmo tempo, a produção de grãos, como ela está localizada em áreas do Centro-Oeste, em mais de 50%, e o Estado do Mato Grosso, pela distância que possui, pela dificuldade de logística, dificuldade de oneração do custo do petróleo e a oneração que houve, no mundo, pela demanda de fertilizantes, já indicam a projeção negativa de renda das culturas, como a soja, que é a principal cultura, que hoje é o grande componente das rações animais, pelo farelo e, também, pelo óleo de soja, que é suprido no mundo todo e no Brasil. O país é auto-suficiente e exportador.

Dito isso, eu diria o seguinte: que mesmo com a Reforma Tributária, que mesmo se isentando a tributa-

ção na cesta alimentar, mesmo assim, nós não vamos poder ocupar espaços crescentes na produção e na oferta de alimentos no mundo, em função de que essas áreas que o senhor se refere, realmente elas estão no Brasil central e esse Brasil central, hoje, está sendo inviabilizado por esses dois componentes que eu falei, que é o fertilizante e o petróleo, que tem onerado os fretes. Então, nós estamos na contramão da história e já está se pensando, as entidades já pensam o seguinte: que esse impasse vai acontecer na safra seguinte, não é nessa, na próxima safra e, se algo não for feito para a viabilização e a renda desses produtores, dessas áreas de grãos, aqui do Centro-Oeste, como até o subsídio ao fertilizante, nós estaremos diminuindo a área, inviabilizando a produção e, realmente, não aproveitando essa grande oportunidade que tem de fornecimento de alimentos para o mundo.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado Senador Gilberto Goellner. Realmente, temos as nossas deficiências. Mas o segundo ponto que o Presidente também atacou é o subsídio dos países ricos que inviabiliza a competitividade dos países, que têm a condição de produzir e poder vender e, certamente, com a queda dos subsídios, poderemos também ter mais um ponto muito forte. E a logística, sem dúvida nenhuma, ela faz parte dos preços e se isso tem que ser estratégico para o país. Quer seja na produção de fertilizantes, quer seja no logístico, tem que ser. Que se for estratégia do Brasil, nós seremos, nos próximos 10 anos, 50% do PIB nacional sairá do produto primário.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Sr. Presidente, permite mais um aparte. O senhor falou, agora, algo atual, que o Brasil acaba de ganhar a batalha na OMC, da queda dos subsídios ao algodão produzido aqui no país e, com isso, eu vejo que esta Comissão teria que promover, e isso eu já deixo, quero levar o Requerimento à Comissão, para nós trazermos aqui o nosso Ministro das Relações Exteriores e todo Itamaraty para que, realmente, exponha aqui qual é a atitude que o Governo vai tomar. Que já vimos, pela imprensa, que o Governo vai se omitir da realização dessa facilidade que teria hoje, desse subsídio, nós vamos perder a oportunidade de mais de quatro bilhões de dólares que podemos retalhar os Estados Unidos entrando lá, isso tudo em função da inserção do país na Comissão de... Do grupo de países na...--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

--no grupo de países de segurança... Não me lembro agora o nome do conclave. Então, o Brasil estaria se... Saindo, não aproveitando essa grande oportunidade

conquistada, e dizer que esse embate ocorreu com, as custas, do produtor brasileiro. Nós participamos como produtor e, na oportunidade, foram investidos, de parte de produtores da cadeia do algodão brasileiro, dos fornecedores de agro-químicos, máquinas e equipamentos, mais de três milhões de dólares foram gastos com assistência advocatícia nos Estados Unidos para se conseguir esse feito maravilhoso.

Então, já deixo aqui; vou preparar, agora, até o final dessa Reunião, um Requerimento para que a gente, realmente, debata essa grande oportunidade, porque se nós não vamos aproveitar essa grande oportunidade dessa primeira queda de subsídio internacional, muito menos nós vamos poder, quem sabe até, porque não colocar subsídio aqui para viabilizar a produção brasileira. Que se a gente ganha e não leva, nós também podemos instituir aqui um subsídio para viabilizar a agricultura brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Aguardamos o Requerimento para fazer as devidas convocações, para atender o eminente Senador e, logicamente, a nossa Comissão em defesa dos interesses dos que plantam algodão.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Pela ordem, Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, como eu tenho que ir ao médico, por dois motivos, não é o da vista, eu tenho o Item nº 10, de minha autoria, que é um projeto que visa melhorar a condição de segurado especial para o produtor rural. Eu recebi informações de que a Medida Provisória relatada pelo Senador Flávio Arns já contemplaria a minha preocupação. Eu falei aqui com a Senadora Kátia e com outros Senadores, inclusive com a liderança do PT, pelo menos um assessor, que nós, se possível, votaríamos o projeto aqui, que não é terminativo, na Comissão de Assuntos Sociais; o que for melhor para o empreendedor e trabalhador, eu me comprometo a considerá-lo prejudicado, desde que a Medida Provisória, que ainda depende de análise, contemple o espírito do projeto que ora eu estou solicitando para que seja votado, com uma inversão de pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Pela inversão de pauta, colocamos, então, em apreciação. Em votação. Aprovado. Então, Item 10. Projeto de Lei do Senado nº 21, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim, que acrescenta parágrafo ao art. 11 da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a manutenção da condição de segurado especial para produtores rurais com até dois empregados, fixando contribuições diferenciadas, e dá

outras providências. Com a palavra o Relator. Ele não está presente, o Senador Flexa Ribeiro. Nós convidamos o Senador, em *ad hoc*, Expedito Júnior, para fazer o Relatório. O Relatório é pela aprovação.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, eu vou... Como todo mundo já tem conhecimento do Relatório, eu vou direto, então, à análise feita pelo Relator, o Senador Flexa Ribeiro: Apesar da baixa formalidade no campo, o tratamento especial que o sistema previdenciário brasileiro dispensa ao trabalhador rural constitui, hoje, uma das políticas sociais mais importantes em termos de redistribuição de renda e de inclusão social. Em verdade, ela é uma grande geradora de segurança social para a agricultura familiar brasileira. Não é demais enfatizar que, com a previdência pública rural, entre os benefícios produzidos por ela, ao país, estão: a redução da migração do campo para a cidade, o desenvolvimento da agricultura familiar e o fortalecimento da segurança alimentar, uma vez que a agricultura familiar produz a maioria dos alimentos construídos no Brasil. Por isso apresentamos, ao final desta emenda, permitindo a utilização de empregados por apenas 108 dias/ano, afastando, desse modo, eventual vício de inconstitucionalidade. Necessário se faz, também, ajustar o § 1º, do art. 11, da Lei 8.213 de 1991, que define, como regime de economia familiar, a atividade em que o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados. À vista do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 21, de 2008, com as emendas, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Senador *ad hoc*, Relator Expedito Júnior, que conclui pela aprovação, com a emenda que apresenta. Em discussão.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, nós votamos, à semana passada, a MP 410, que trata do trabalho temporário, que o Senador Flávio Arns foi o Relator. A MP trata do trabalho temporário por 60 dias, sem carteira assinada, e sim, apenas, um contrato de trabalho; claro que o trabalhador não perderá nenhum de seus direitos. Infelizmente, a MP passou pela Câmara, e houve uma alteração, nessa MP, por parte dos Srs. Deputados, colocando que o contrato temporário, sem carteira, apenas um contrato formalizado, desburocratizado, e permitindo que o trabalhador, mesmo contribuindo por um tempo, se ele for desempregado novamente, não perde a condição

de segurado especial, para efeito de Previdência, para efeito de aposentadoria, mas, infelizmente, essa alteração prejudica enormemente o projeto, a MP, pois inclui as convenções coletivas para que possa ser efetivado, esse contrato temporário. E na discussão, inclusive, eu convidei o Ministério do Trabalho para fazer convenção coletiva, no interior do Brasil, de vaqueiro, de cerqueiro, de tratorista, de operador de colheitadeira. Porque, convenção coletiva, Sr. Presidente, no Brasil, nós temos essa tradição na área urbana e, na área rural, apenas no trabalho de açúcar e álcool. Nos canaviais. Por quê? Porque a Legislação é tão carregada e tão numerosa e tão densa, que não tem o que acordar. Não há acordo coletivo que sobreponha à lei. Então, nós não temos, numa convenção coletiva, o que discutir, com relação ao trabalho de vaqueiro, de tratorista, de operador de colheitadeira.

Então, esse foi um instrumento, um artifício usado pelo Ministério do Trabalho, contrapondo-se à origem da MP, da Casa Civil, e conseguiu incluir esse texto terrível, que coloca a MP sem efeito, sem eficácia. Na relatoria, o Senador Flávio Arns entendeu essa situação e fez uma emenda de redação, separando do texto que a possibilidade do trabalho temporário de 60 dias pode assinar carteira, A; letra B, um contrato, apenas, sem perda de direitos; e C, ou convenção coletiva; o que, espera-se, que o Presidente possa vir a votar esse item, ou nós vamos deixar impraticável esse trabalho temporário. É melhor que a MP seja jogada no lixo; ela não tem efeito. Se for exigir a convenção coletiva, ela não tem efeito nenhum e nós vamos perder esse pequeno avanço de formalizar mais de três milhões de trabalhadores rurais neste país, nós temos, apenas, um milhão e meio formalizados. Justamente por isso, eles querem se inserir no processo, eles querem ser formalizados, mas não querem perder o direito de segurado especial. Então, eu conversei com o Senador Paim para que a gente possa, Paim, aprovar esse projeto e, lá na frente, assim que a MP puder ser sancionada, ou vetada nesse item específico, que o projeto possa ser retirado. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Continua em discussão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu quero, primeiro, justificar o fato de não ter estado aqui desde o início, que estava numa audiência fora do gabinete e agradecer ao Senador Expedito Júnior, por ter sido o Relator *ad hoc* do projeto do Senador Paulo Paim, que trata sobre a manutenção da condição

de segurado especial para produtores rurais com até dois empregados, fixando contribuição diferenciada e dá outras providências. O Parecer, conforme foi lido pelo nobre Senador Expedito Júnior, é favorável. Ele, inclusive, apresentou uma emenda para que possa, através dessa emenda, definir e regulamentar o regime de economia familiar, atividade em que o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados permanentes.

Então, essa foi uma emenda, exatamente, para esclarecer de vez o processo. Sabemos que existe uma Medida Provisória, como bem colocou a Senadora Kátia Abreu, que é uma das grandes lideranças do setor, do agronegócio, junto com o Senador Jayme Campos, com o Senador Gilberto Goellner, com V. Ex^a. e a própria Senadora Kátia Abreu, pelo que eu pude compreender ao final da sua exposição, ela propõe aquilo que eu iria trazer aos meus pares. No sentido de que, como nós não sabemos qual o final dessa Medida Provisória, se haverá a tramitação dela, como é que ela será, ao final, aprovada, que a gente possa dar seguimento ao projeto do Senador Paulo Paim que não é terminativo nesta Comissão, e faremos os ajustes, se caso forem necessários, na Comissão de Assuntos Sociais, ou mesmo, a nível de Plenário, quando lá chegar.

Então, eu pediria; eu acho que essa é a proposta, Senadora Kátia Abreu, que V. Ex^a. colocou aqui e eu a parabenizo, porque com isso nós vamos dar sequência a esse projeto da maior importância. E vamos discuti-lo, com mais profundidade, vendo a consequência da Medida Provisória, como bem colocou a Senadora Kátia Abreu, ela pode se tornar inócua. E se tornando inócua, o projeto do Senador Paulo Paim vai fazer as correções necessárias. Eu também peço aos meus pares, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, que a gente possa aprovar o projeto, conforme o parecer lido pelo nobre Senador Expedito Júnior, e discuti-lo à frente, quando chegar na Comissão de Assuntos Sociais, de forma terminativa.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigada Senador Flexa Ribeiro; Senador Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Mas há, também, o compromisso, já... Acho que nada impede de que possamos votar hoje esse Relatório. Porque já há o compromisso do próprio Autor do projeto, caso isso venha acontecer, ele mesmo retira o projeto, de repente, até porque isso já está atendido na Medida Provisória. Então, o que for melhor. Acho que isso não

atrapalha. Acho que isso é até bom. Porque, caso não sejamos atendidos na Medida Provisória, nós temos o projeto do Senador Paulo Paim.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Continua em discussão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só para completar, eu, conversando com o Senador Paulo Paim, ontem, é lamentável que o Executivo continue puxando propostas do Legislativo e incorporando esses projetos como Medidas Provisórias. Às vezes, ele o faz por inteiro e, às vezes, o faz pela metade. Então, isso complica o processo legislativo. Nós tínhamos que tomar uma ação, junto ao Presidente do Senado, para que o Poder Legislativo fosse respeitado pelo Executivo. De tal forma que não acatasse Medidas Provisórias cujos objetos sejam de projetos em tramitação nas Casas Legislativas. Porque aí nós vamos poder discutir aquilo que está tramitando e não o Executivo assumir a paternidade de projetos. Já fez com vários Senadores, inclusive comigo próprio. E o faz agora com o Senador Paulo Paim, trazendo risco para a proposta que o Senador faz no atendimento dos agricultores familiares.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Continua em discussão. Encerrada a discussão. Não havendo mais quem quero discutir, em votação. Sr^{as}. e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

A matéria será encaminhada à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. Retornamos para o Item primeiro. Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2007, de autoria do Deputado Nilson Pinto, que inclui a pesca industrial nas atividades vinculadas ao setor rural e dá outras providências. Comunico à Comissão que, em Reunião realizada em 26 de setembro de 2007, foi lido o Relatório, pela Senadora Marisa Serrano, Relatora *ad hoc*, pela rejeição, ocasião em que foi concedido vista ao Senador Flexa Ribeiro, o qual apresentou Voto em separado pela aprovação da matéria e com uma emenda que apresenta. A matéria foi objeto de reunião no dia 4 de março do corrente, na qual o Senador Flexa Ribeiro fez a leitura de seu Voto em separado, tendo sido a proposição retirada de pauta. Em discussão o Projeto de Lei. Com a palavra a Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Presidente. Como V. Ex^a. disse, o Deputado Nilson Pinto é o autor do projeto e o Senador Garibaldi Alves Filho é o Relator. E como fui designada Relatora *ad hoc*, eu apenas li o Relatório do Relator Garibaldi. E o Senador Flexa Ribeiro pediu para retirar de pauta, para que ele pudesse analisar com mais propriedade o projeto. E eu quero informar aos nobres

pares e a V. Ex^a. que o Senador Garibaldi Alves rejeitou o projeto, por duas questões. Porque a ementa não estava completa, porque a ementa não dizia todo o espírito do projeto e porque já, na lei agrícola já está, segundo a idéia do Senador Garibaldi, essa equiparação com o produtor da pesca, o pescador, aquele que trabalha com a pesca, seja industrial seja a pesca tradicional, que isso já estava vinculado ao campo. A idéia expressa pelo Deputado Nilson Pinto é outra.

Então, eu acredito que houve um equívoco do Senador Garibaldi. Ele está aí equiparando o produtor rural, e é essa a idéia dele, o produtor rural ao produtor de peixes. Então, o produtor rural e o produtor de peixes. Aí eu queria perguntar, achei interessante até o Senador Flexa, que trabalhou mais nessa idéia, se nós não equipararmos aquele que produz no mar, ou que busca do mar o seu sustento, ou que trabalha industrializando, através das fazendas de produção de peixes, de rãs e de outros crustáceos e outros, onde que eles estão? Se eles não são rural e não são urbano, ficam aonde? Quer dizer, eu não vejo como não aceitar a proposta do Senador Flexa Ribeiro. Eu acho que, com a emenda que o Senador Flexa oferece, eu acredito que sana o problema jurídico, de forma, do projeto do Deputado Nilson Pinto e nos dá a possibilidade de dizer que, cada vez mais, os nossos rios estão se tornando menos piscosos, ninguém mais consegue sobreviver, ou muito poucos conseguem sobreviver, exclusivamente, da pesca tradicional, porque os nossos rios não oferecem a piscosidade que ofereciam antes e é necessário, principalmente para a agricultura familiar, que pode ser uma grande saída ter, as fazendas de peixe, onde possam achar ali o seu sustento.

E para terminar, Sr. Presidente, eu quero dar um informe que, no meu Estado de Mato Grosso do Sul, os índios, com o apoio do Governo do Estado, com o apoio do Governo Federal, estão trabalhando, os índios que são aculturados, que não têm como tirar dos rios o seu sustento através da pesca, eles estão oferecendo aos índios uma oportunidade de poder trabalhar nas fazendas de... Nas fazendas que trabalham não só com peixes, mas com todo tipo de aquíferos para poder ter ali o seu sustento. Quer dizer, essa é uma saída grande, então, temos que facilitar e não prejudicar. Portanto, eu, particularmente, sou pela aprovação do projeto com a emenda do Senador Flexa.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Realmente, Senadora Marisa Serrano, todo pescador, seja da pesca de qualquer circunstância, na aquíicultura também, ele é considerado um produtor rural, conseqüentemente está enquadrado nesse quadro. Ouviremos a palavra do eminente Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Neuto De Conto, Sr^{as}. Senadoras, Srs. Senadores. Eu quero agradecer à Senadora Marisa Serrano, que foi Relatora *ad hoc* do parecer do nobre Senador, hoje Presidente do Senado, Garibaldi Alves. Ela, por si só, já deu todas as informações que poderiam esclarecer aos componentes desta Comissão para que possamos discutir e votar esse projeto. Eu acredito que o próprio Senador Garibaldi Alves, como disse a Senadora Marisa Serrano, quando fez o seu parecer, ele disse, e eu aqui vou repetir, no seu parecer: “Considero bastante pertinente a observação do Relator Senador Garibaldi Alves com relação à técnica legislativa. Realmente, a ementa do PLC nº 56, de 2007, descreve medida diferente da adotada no corpo do projeto. No caso, a ementa informa que o projeto inclui a pesca industrial nas atividades vinculadas ao setor rural. No entanto, o art. 1º da proposição equipara os produtores rurais com os produtores de pescados e cultivados. Pesca industrial e cultivo de peixes e de outros organismos aquáticos são matérias diferentes”. O próprio Relator... Aí é importante isso que a Senadora Marisa Serrano ressaltou. O próprio Relator, Senador Garibaldi Alves, mencionou que tal imprecisão do projeto original poderia ser corrigida por meio de uma emenda de redação. No entanto, não apresentou tal emenda. Apresento, neste Voto em separado, a emenda de redação que corrige a falha de técnica legislativa apontada. Com todo o respeito ao nosso nobre Senador Garibaldi Alves Filho, discordo do entendimento de S. Ex^a. com relação à juridicidade do projeto. Compreendo que não há sobreposição entre a equiparação pretendida pelo projeto sob análise e a lei agrícola. A lei agrícola equipara a produção, o processamento e a comercialização de produtos pecuários, pesqueiros e florestais à atividade agrícola. O PLS nº 56, de 2007, por sua vez, equipara os produtores de peixes, crustáceos e demais organismos de água doce ou salgada ao produtor rural. São os produtores desses produtos. Ou seja, a Lei Agrícola refere-se à atividade agrícola, enquanto a proposição sob análise refere-se ao produtor rural.

Com relação ao mérito, deve-se esclarecer que a aquicultura pode ser definida como processo de produção em cativeiro de organismos de habitat aquático, tais como peixes, camarões, rãs, entre outras espécies. Considero absolutamente pertinente a equiparação dos produtores de peixes, crustáceos e afins aos produtores rurais. Esses aquicultores devem ser considerados como produtores rurais para que tenham acesso às políticas agrícolas e ao crédito rural. Ressalte-se que a aquicultura é cada vez mais importante para as populações das regiões pesqueiras tradicionais que

vêm enfrentando problemas com a escassez da pesca extrativista, como bem colocou a Senadora Marisa Serrano também, causada pela sobrepesca dos principais estoques de pesqueiros comerciais. Além de beneficiar as populações tradicionalmente envolvidas com o setor pesqueiro, a aquicultura deve ser incentivada também para o desenvolvimento de populações rurais, principalmente de agricultura familiar. De acordo com o estudo desenvolvido pela Universidade de Santa Catarina, o cultivo aquícola eleva a renda mensal dos pescadores tradicionais. O estudo mostra que, quando os pescadores da comunidade viviam só da pesca extrativista, o salário mensal era em torno de um salário mínimo e meio, e que hoje está em cerca de cinco salários mínimos. O nosso Voto, como já foi colocado, é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2007, com a emenda de redação a seguir: Emenda nº 1. Dê-se à ementa do PLC nº 56, de 2007 a redação a seguir: “Equipara aos produtores rurais, os produtores de peixes, crustáceos e demais organismos de água doce ou salgada, pessoas físicas ou jurídicas, que se dedicam à produção ou industrialização de pescados e cultivados”. Então, os pescadores que utilizam o extrativismo, a pesca artesanal, esses já estão incluídos como produtor rural. O que nós estamos querendo aqui é trazer, para o enquadramento de produtor rural, os produtores de organismos de água doce ou salgada, mas produtores industriais na aquicultura.

Como nós temos, hoje, um problema que preocupa o mundo todo, que é, exatamente, o problema de produção de alimentos, nós temos a obrigação de facilitar e o Brasil tem um papel importante como fornecedor de proteínas, não só para si próprio como para o resto do mundo, exportando seu excedente. Então, facilitando, colocando a pesca industrial como produtor rural, nós vamos, com certeza absoluta, ter a capacidade de expandir enormemente essa cultura e fazer com que o país possa, realmente, ocupar o lugar de destaque, que não ocupa hoje, a nível internacional. Nós temos hoje dois grandes Estados produtores de pescado, que disputam a primazia de ser o maior produtor, o Estado de V. Ex^a., Senador Neuto De Conto, que é Santa Catarina e o meu Estado, o Estado do Pará, que têm disputado essa liderança da produção de pescado. Mas é evidente que se baseiam, essencialmente, na pesca extrativista, ou seja, na busca de captura dentro do ecossistema existente. Nós estamos falando aqui da produção industrial, ou seja, da fazenda de peixes. Que é isso que o projeto quer introduzir a nível do produtor rural. Então, eu peço, também, aos meus pares, que se possa aprovar esse projeto, até porque ele não é terminativo aqui, me parece. Não é terminativo na Comissão de Agricultura; ele deve ir à

Mesa. Então, nós podemos discuti-lo, se necessário for, ainda, no Plenário da Casa. É o que eu solicito aos companheiros.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Continua em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, em votação. Vamos votar, primeiramente, o parecer da... O Relatório da Senadora Marisa Serrano, que é pela rejeição. Quem... Lido pela Senadora, o Relatório é do Senador Garibaldi Alves. Como ninguém queira...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Nós vamos votar seja rejeitado o parecer, depois nós votamos o separado. Então, em votação o parecer do Senador Garibaldi, lido em *ad hoc* pela Senadora Marisa Serrano. Quem o aprova... Quem rejeita permaneça como se encontra. O Relatório foi rejeitado. A matéria será encaminhada... Não. Em votação o Voto em separado do Senador Flexa Ribeiro, que conclui pela aprovação com emenda que apresenta. Srs. e Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Designo o nobre Senador Flexa Ribeiro como Relator do vencido, nos termos do art. 128, Regimento Interno do Senado Federal. A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa. Aprovado. Item 2: Projeto de Lei do Senado nº 63, de 2005. Complementar, de autoria do Senador Alvaro Dias, que altera os arts. 6 e 16 da Lei Complementar nº 76, de 1993, a fim de garantir o pagamento de créditos tributários através da retenção sobre o valor a ser pago a título de indenização por desapropriação de interesse social para reforma agrária.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com a palavra o Relator, Leomar Quintanilha... Ele não está presente. Essa madrugada faleceu a senhora mãe do eminente Senador Leomar Quintanilha, até estamos aqui com um pouco de pesar, neste momento, e nós vamos designar então, Relator *ad hoc*. Sim, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu solicitaria a V. Exa. que, ouvido o Plenário, nós pudessemos retirar de pauta esse item, pela ausência, tanto do Autor, Senador Alvaro Dias, como do Relator, Senador Leomar Quintanilha, que eu quero aqui, também, sentimentá-lo pela perda de sua genitora, para que possamos colocá-lo numa próxima Sessão, com a presença de ambos.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Está retirado de pauta. Item 3º: Projeto de Lei do Senado nº 475, de 2003, de autoria do

Senador Jonas Pinheiro, que prorroga o prazo para que sejam retificadas as concessões e alienações de terras feitas pelos Estados em faixa de fronteira e dá outras providências. Comunico que o Senador João Durval, Relator *ad hoc*, fez a leitura do Relatório em 16 de abril do corrente, tendo concluído pela aprovação, nos termos do substitutivo que apresenta. Naquela oportunidade, foi concedido vista ao Senador Gilberto Goellner, que apresentou Voto em separado pela aprovação, nos termos do substitutivo que apresenta. Em discussão. Gostaria antes que fosse lido o Voto em separado. Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Sr. Presidente, Srs. Senadores. Pela ausência da Relatora, Senadora Marisa Serrano, que presidiu a CPI dos Cartões, então, eu estou apresentando, aqui, um Voto em separado ao PLS 475, e eu vou lê-lo, Senador, vou ler o Relatório. “Trata-se do Projeto de Lei PLS 475, de autoria do Senador Jonas Pinheiro, que prorroga até 31 de dezembro de 2006, o prazo para que detentores de título de alienação ou de concessão de terra em faixa de fronteira requeressem ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, INCRA, a ratificação de que trata o § 1º, do art. 5º, da lei de nº 4.947, de 06 de abril de 66.”

O Autor justifica seu projeto alegando que a Lei 9.871, de 23 de novembro de 99, havia estipulado um prazo exíguo e, por conseguinte, insuficiente para que os detentores desses títulos de concessão ou de alienação de terra em faixa de fronteira pudessem reunir todos os documentos exigidos para compor o processo que acompanharia o pedido de ratificação do título. E, na análise, o pedido desse Voto em separado está respaldado no art. 132, do § 6º, I, do Regimento Interno da Casa, está sendo apresentado em razão do seu Autor não concordar com o Voto dado por essa Relatora ao PLS 475, na sua íntegra. Embora haja opinado pela aprovação da matéria sob exame, a Relatora o fez mediante apresentação de um projeto substitutivo ao original, cujo teor, no entanto, não abarca todo o entendimento do Autor desse Voto a respeito do tema tratado. É certo que a proposição analisada se limita a tão-somente prorrogar o prazo previsto na Lei 9.871, sucessivas vezes dilatado em benefício dos detentores daqueles títulos citados. Também é isenta de erro a posição adotada pela ilustre Relatora, Senadora Marisa Serrano, a qual registra que, tendo em vista haver se esgotado, em 31 de dezembro de 2003, o prazo concedido a mais pelo Projeto de Lei 475, não se pode, daí em adiante, falar ainda em prorrogação, mas, diversamente, utilizar a técnica de reabertura de outro prazo ou de estabelecimento de novo termo para concessão de novo prazo. A discordância com o Relator

da Comissão se resume, simplesmente, na exigüidade do prazo que fora conferido aos detentores dos títulos de terra em faixa de fronteira, tanto na proposta original, o PLS 475, quanto no Relatório ora apresentado por esta Comissão, para que eles apresentassem ao INCRA o requerimento de ratificação dos títulos de terra que possuísem. Para que se tenha uma noção exata da importância social e econômica de que se reveste a proposição em apreço, basta tornar pública a precariedade da situação em que se encontram aqueles titulares desses imóveis rurais aqui tratados, não conseguem ter sucesso quando buscam financiamento bancário, porquanto as instituições financeiras não têm considerado válidos, como garantia, esses imóveis situados em faixa de fronteira cujos títulos não tenham sido ratificados pelo Governo. No entanto, os entraves burocráticos, que são comuns nos órgãos públicos desse país, têm tornado por demais morosa a obtenção de todos os documentos necessários para instruir o processo que devem embasar o requerimento de ratificação desses títulos. É necessário, portanto, que se preestabeleça um prazo hábil mais razoável, a fim de que, se tornar natimorta, por ineficaz, a proposição legislativa sugerida, e também, para que reste efetivamente prestigiado o direito de quem adquiriu porção de terra em faixa de fronteira, confiante em atos e em documentos exarados e expedidos por entes governamentais.

A propósito, vale conferir trecho das razões apontadas na justificação da matéria, na qual é citada: As normas regulamentares do processo de ratificação prescrevem que o interessado apresente uma série de documentos, entre os quais a certidão da cadeia dominial complexa, o laudo técnico de vistoria, que servirá para comprovar que a propriedade está explorada em mais de 50% de sua área e a planta georeferenciada, cuja elaboração exige emprego de equipamentos eletrônicos de GPS para isso. O proprietário terá que realizar pesquisa em diferentes cartórios e, não raras vezes, valer-se de serviços prestados por profissionais especializados contratados por ele. Isso porque há uma dificuldade enorme de se obterem as certidões dominiais nos Cartórios de Registro de Imóveis, as quais, muitas vezes, demandam meses para serem expedidas. Já houve casos extremos em que os indivíduos tiveram que ingressar em juízo para obter a emissão desses documentos. É, portanto, em vista de se saber que reunir toda a documentação exigida pelo INCRA, para solicitar a ratificação dos títulos de alienação ou de concessão de terras em áreas de faixa de fronteira, é uma tarefa árdua; em vista, também, de se saber que essa ratificação que está sendo exigida pelas autoridades governamentais terá um grande be-

nefício e alcance social, somos de opinião que deva ser estipulado um prazo mais amplo para a apresentação do componente requerimento de ratificação dos títulos pelos particulares, o que propomos nesse Voto em separado. O Voto. Em face do exposto, opinamos pela aprovação do PLS 475, de 2003, nos termos do seguindo substitutivo: Que é uma ementa que estabelece prazo de cinco anos para que, detentores de título de concessão ou de alienação de terras em áreas de fronteira, outorgado pelos governos estaduais, apresentem requerimento de ratificação de títulos e dá outras providências. Art. 1º. Fica estabelecido o prazo de cinco anos, contados da publicação desta lei, para que os detentores de títulos de alienação ou de concessão de terras situados em faixa de fronteira, expedidos pelos governos estaduais, requeiram ao Instituto, ao INCRA, a ratificação de que trata o art. 5º desta Lei 4.947. § Único. Aplica-se, no que couber, o dispositivo da Lei 9.871, de novembro de 99. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação". Era esse o Voto, com a ementa em separado. Sr. Presidente, eu pergunto se o senhor já possui aí... Já foi encaminhado?

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com a palavra a Senadora Marisa Serrano, para discussão.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Presidente. Eu quero informar a todos que o Projeto de Lei do Senador, querido, saudoso Senador Jonas Pinheiro, é muito importante para todos aqueles Estados, para os dez Estados brasileiros que têm fronteiras. Que fazem fronteiras com qualquer país. Porque as terras fronteiriças são todos de domínio da União. Mas, em alguma época, isso às vezes centenas de anos, os proprietários rurais das faixas de fronteira adquiriram essas terras. No meu Estado, por exemplo, a própria União doou terras que estão sendo questionados pela própria União. Isso há 100 anos atrás, há 80 anos atrás. Portanto, é necessário que haja uma equiparação entre as terras de qualquer lugar do país com as terras fronteiriças. E que os que estão na fronteira possam ter o domínio efetivo da terra, e inquestionável. Até hoje todos os que têm, em geral, principalmente no meu Estado, o Mato Grosso, do Jonas Pinheiro, são terras de domínio questionável. Portanto, como o Senador Jonas Pinheiro colocou uma data, até 31 de dezembro de 2006 e uma data que não tinha mais nem condições, porque já tinha até passado, não é nem prorrogável, eu propus dois anos depois da publicação da lei. Quando a lei for publicada, teriam dois anos para se organizar. Mas o Senador Goellner coloca algo melhor, ele faz a proposta e eu, num Voto em separado, ele justifica por que é que esses dois anos seriam poucos. E propõe uma... Um

prazo mais elástico, de cinco anos. Eu concordo. Eu acho que, com a morosidade e, principalmente, com a burocracia que temos é necessário uma cadeia dominial, como ele coloca, extremamente discutível e discutida nesse país, difícil de ser amarrada, todos os elos dessa cadeia, portanto, eu acredito que nós podemos votar, sim, colocando não os dois anos que eu coloquei no meu Relatório, mas sim os cinco anos a partir da publicação da lei, para que todos possam, finalmente, tornar real e efetivo o domínio da terra. Então, eu estou de acordo com o Voto em separado do Senador Goellner, passando de dois para cinco anos a proposta, a partir da publicação da lei, para que os produtores rurais... Para que os donos de terra dessas regiões possam regularizar a sua situação. Eram essas minhas palavras, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Continua em discussão. Com a palavra o Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sr. Presidente, este é um assunto que já foi discutido nesta Comissão; na gestão de V. Ex^a. uma vez. Na gestão passada umas três vezes. Em duas oportunidades o Presidente do INCRA esteve aqui, prometeu e não cumpriu. Prometeu que ele iria até o Paraná, no ano passado, para, numa reunião com os representantes dos produtores da faixa de fronteira, tomar as providências para que aqueles proprietários tivessem seus títulos ratificados. Aí ele voltou aqui em fevereiro e prometeu, mais uma vez, que, no mês de abril estaria no Paraná, para tomar as providências. Não tomou conhecimento da promessa que fez aqui. Assim fica difícil confiar no INCRA, com um Presidente que não cumpre o que fala. O Paraná tem 40 Municípios na faixa de fronteira, com um número significativo de produtores, que devem chegar perto de 40 mil produtores rurais, que precisam ter tranquilidade para continuarem na terra que compraram, que pagaram, que tiveram a sua família formada, criada, investimentos feitos durante dezenas de anos, alguém... Algumas famílias até por século, mais de um século de investimento naquelas áreas. Eles oferecem a segurança na fronteira, que o país precisa porque estão lá trabalhando, produzindo alimentos, empregando, gerando renda e emprego. E eles, na década de 90, eles foram convocados a gastar dinheiro e tempo para, alguns indo a cinco, seis, sete cartórios, fazer um levantamento dos documentos, levantar a cadeia dominial, chegaram com seus documentos, gastaram cinco, sete, oito, dez mil reais para levantar esses documentos, pagaram os técnicos, fizeram a medição de suas áreas, fizeram o georeferenciamento exigido das suas áreas, levaram esses documentos ao INCRA e o que o INCRA responde? Nós não temos gente suficien-

te para analisar os processos, mas na hora de exigir que os proprietários fizessem esse levantamento, eles tiveram gente suficiente para ir, lá na propriedade, incomodar os proprietários. Eles foram lá incomodar os proprietários para que eles fizessem. Exigiram esses documentos. Eu já sugeri aqui, dezenas de vezes: se o INCRA não tem funcionários, nós podemos fazer convênio entre o INCRA e as Universidades Estaduais, as Universidades Federais, as Universidades Particulares, as Faculdades; entre o INCRA e o Governo do Estado, através das empresas de assistência técnica e extensão rural; o INCRA e as entidades ligadas à terra de todos os Estados, cada um tem a sua empresa, mas, fundamentalmente, convênios com as Universidades, sejam privadas ou públicas. Se o INCRA não quer fazer, aí é outra história. Se ele quer criar um fato para deixar os produtores numa situação de insegurança total, uma insegurança jurídica total, aí é outra história. Se querem fazer como alguns pregam, que essas áreas têm que ser colocadas à disposição da Reforma Agrária, aí é outra história.

Mas eu digo, com muita franqueza, a paciência está esgotando, Presidente. Porque o Presidente do INCRA vem aqui, promete, ironiza as posições colocadas pelos Senadores, é cínico para discutir esse assunto e não toma as providências. Então, eu acho que aprovar a lei dando um prazo de mais cinco anos, é o mínimo que nós podemos fazer. Mas nós temos que fazer mais. Nós temos que cobrar que o INCRA cumpra a sua parte nessa história. Porque os produtores já cumpriram. Já fizeram o levantamento, pagaram, gastaram, investiram e não podem viver nessa insegurança. De minha parte, Sr. Presidente, eu não vou mais convidar o Presidente do INCRA para ir para o Paraná. Ele não quer ir, ele não quer resolver o problema. Se quisesse já teria ido. E também não adianta chamar para Audiência Pública porque é perder tempo. A gente tem Audiência Pública, fica aqui duas, três horas debatendo com o Presidente do INCRA, depois ele não cumpre o que fala aqui. Então, não adianta nada para mim. Eu vou votar a favor do Relatório do Senador Gilberto.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigada, Sr. Presidente. Eu gostaria de fazer algumas considerações, Sr. Presidente, para a análise dos colegas. Primeiro lugar, Senador Gilberto, sinceramente, com toda a burocracia de georeferenciamento, de prova vintenária, cinco anos, eu tenho, praticamente, com certeza absoluta, que será impossível para regularizar

todas essas áreas. Nós, na verdade, tínhamos que colocar, no mínimo, dez anos para que o INCRA... Não pela ineficiência dos produtores em comprovar, não, pela ineficiência do órgão público em fazê-lo. O que tem de grave nisso, Sr. Presidente, é porque a faixa de fronteira, ela é regulamentada, a característica dela, como disse bem o Senador Gilberto, substituindo o nosso querido Jonas Pinheiro que está fazendo tanta falta, aqui, para nós, nesse momento, a Instrução Normativa 42, do ano de 2000, ela colocou as características do que é faixa de fronteira, que é você ter a posse da terra, e produzir, estiver com atividade em 50% dela, para que você possa receber seu título. Não tem nada a ver com produtividade, ou improdutividade, ou arrecadação de terra para Reforma Agrária, nada. Era apenas uma condição para que, por exemplo, o Senador Neuto De Conto pudesse ter o seu título de sua terra em mãos. Documentado. Porque o senhor tem a posse dela, muitas vezes, por mais de 100 anos, que é uma coisa familiar. Só que o INCRA publicou a Instrução Normativa 27-A que trata o seguinte: Não é mais apenas a questão de você ter a posse e produzir em 50%, atividade em 50% da área. A Instrução Normativa 27-A coloca as condições de GUT(F) e GE(F) sobre propriedade na faixa de fronteira.

Então, o que vai acontecer? Se antes de eu receber o meu título, se antes de eu ser titulada, eu recebo a vistoria do INCRA, é óbvio que eu vou ser desapropriada, sem direito a indenização, porque eu não sou titulada. Eu vou ter apenas o direito do investimento das benfeitorias. Então, aquele dia que o Presidente do INCRA veio cá e o Senador Osmar Dias está certo, ele foi extremamente cínico, porque disse que o sonho da vida dele é titular as terras do Brasil e não é verdade, acontece o seguinte: o que nós estamos querendo e reivindicando é que continue a prerrogativa dos 50% para que eu receba meu título. E no dia seguinte, se quiser, ou então, à tarde, depois que eu receber meu título, seis horas da tarde, pode chegar o INCRA para me vistoriar. E aí sim, dizer se eu tenho GUT(F) e GE(F). Porque, se eu estiver improdutiva, aí vou receber o valor da terra nua e vou receber as benfeitorias. Então, esse prazo de 10 anos não é só pela ineficiência do INCRA, mas também pela insegurança jurídica que vivem, hoje, 10% dos Municípios do Brasil, dos 5200 municípios, 10% são na faixa de fronteira. Então, a insegurança jurídica é permanente e constante. Então, dez anos é muito pouco para que isso tudo possa acontecer. Agora, eu gostaria que levassem em consideração, está toda a assessoria técnica aqui, jurídica, nessa Comissão, quem arrecadou essas terras na faixa de fronteira, que na época era 150 quilômetros e é até hoje, mas arrecadou também

100 quilômetros às margens das rodovias federais na Região Norte. Isso foi a Lei de Segurança Nacional. A Lei 1.164, de 1971, que é do período militar. Então, não só arrecadou 150 na faixa de fronteira, mas arrecadou 100 de todas as margens de BR do Brasil, da Região Norte do país. Então, nós estamos na mesma situação do que os produtores da faixa de fronteira. Mas, tem um decreto de 87, o decreto é 2.375, que revoga os efeitos da Lei de Segurança Nacional. Ou seja, quando revoga essa lei, devolve a condição aos produtores da faixa de fronteira e às margens das BRs na Região Norte do país. O que é que nós podemos fazer? A partir do momento que esse Decreto 2.375 torna sem efeito as condições da lei, ou seja, volta, a posse, para quem nela está, o INCRA pode repassar aos órgãos estaduais para a titulação. Foi feito isso lá no Amapá, agora dia 27 de dezembro do ano passado, o Amapá conseguiu que essas terras na faixa de fronteira e às margens das BRs fossem devolvidas ao Estado do Amapá, e o instituto de terras do Amapá está titulando os produtores rurais.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Só uma pergunta, Senadora Kátia, o decreto tem competência legal para revogar uma lei?

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Os efeitos, os efeitos dessa lei. Tem. Ele está valendo desde 87, tanto é que o Amapá já recebeu de volta essas terras arrecadadas, essas terras arrecadadas. Então, é uma informação que nós temos é essa, e o Amapá--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Permite um aparte, nobre Senadora Kátia Abreu?

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): É Decreto-Lei. Ele tem força de lei.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Permite um aparte, nobre Senadora Kátia Abreu?

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): É Decreto-Lei.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Me parece, salvo engano, gostaria que V. Ex^a. me esclarecesse, para que o decreto possa ter efeito, é necessário que o... A lei, o decreto-lei possa ter efeito, é necessário que os Estados façam o que eles chamam de arrecadação. Arrecadar essas terras de volta. Parece que seria uma ação de cada Estado para fazer essa solicitação.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Não, Senador, tem que haver o desejo do INCRA. É através de um convênio que é permitido... Inclusive hoje, áreas, quaisquer áreas que sejam da União--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sim, mas por ação do Estado. O Estado tem que se pronunciar que teria interesse em trazer de volta.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Exatamente. O Estado tem que se pronunciar, demonstrar interesse e o INCRA tem que concordar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Isso. Exatamente, exatamente.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): E repassar essas terras, então, arrecadadas anteriormente, que foram revogadas pelo Decreto-Lei 2.375, de 87; olha o tempo que já foi revogado e que nós já poderíamos ter, então, de volta para nossos Estados e, com maior simplicidade, ter titulado esses produtores rurais. Então, eu gostaria, eu não sei de que forma, no substitutivo do Senador Gilberto, sugeri essas duas modificações, que não apenas cinco anos, mas dez, Farnese(F), mais dez, pela ineficiência do estado brasileiro, independente de Governo, pela burocracia e também não só para a questão das terras de fronteira, mais às margens das BRs da Região Norte do país e que pudessem ser imediatamente cumpridas e automaticamente devolvidas aos institutos de terras dos Estados para que pudessem ser titulados. Não sei se é possível colocar isso no Relatório, eu creio que sim.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Se o Relator concordar é possível e tem todo meu apoio, Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigada, Senador Flexa.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Pela forma legal... Primeiramente, o Decreto-Lei é a nossa Medida Provisória de hoje, né? Por isso que... Um decreto derrubar uma lei é meio complicado. Segundo, o Voto em separado não pode receber emendas.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Presidente, só um aparte. Depende. O decreto, no Brasil, ele desmancha até artigo da Constituição, como foi o caso dos quilombolas.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): É verdade.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O nobre Senador Gilberto Goellner pode alterar o Voto em separado dele. Não como emenda, mas como alteração de texto.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu retiro o projeto e reapresento. Com a emenda.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu acredito que é uma forma também de fazê-lo. No Relatório, que é meu o Relatório, e já disse que acato, em vez dos dois anos, cinco anos, então eu posso, no

meu Relatório, fazer essa... Aceitar essa mudança e já votar hoje. A única incorporação dele foi a troca de prazos. Eu acho que se todos concordarem aqui com os dez anos propostos pela Senadora Kátia...

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pela ordem, Presidente.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Nós temos então, dois anos que eu tinha proposto, após a publicação da lei, o Senador Gilberto colocou cinco e Senadora Kátia está propondo dez. Eu acho que nós... A partir da publicação da lei.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Eu acho que a Senadora Marisa apresenta uma solução que é mais objetiva. Ela, como Relatora do processo, pode incorporar essas idéias no seu Relatório e a gente votaria o Relatório da Senadora Marisa. E eu aproveito, pela ordem que eu fiz, para sugerir, aos membros da Comissão, que a gente analise, com carinho, a PEC apresentada pelo Senador Zambiasi, que reduz a faixa de fronteira de 150 para 50 quilômetros. Talvez até 50 quilômetros seja demais.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Eu... Nós temos aqui uma pequena dificuldade, porque o Relatório já foi lido na outra Sessão, conseqüentemente, nós precisamos retirar de pauta e apresentar um novo Relatório na próxima Sessão.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Só um comentário, Sr. Presidente. Eu tenho aqui uma dúvida. Se o decreto-lei revogou essas áreas de faixa de fronteira e às margens das BRs da Região Norte, não existe mais faixa de fronteira. A faixa de fronteira foi criada pela Lei 1.164 que era a Lei de Segurança Nacional. Faixa de fronteira e margens das rodovias do norte. E faixas de fronteira também. É a mesma lei.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Só do norte?

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Só do norte.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): [pronunciamento fora do microfone], e centro-oeste?.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Não, o sul não tem margens de rodovias.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Mas tem faixa de fronteira.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Mas eu estou falando as duas coisas. Eu digo que não existe mais faixa de fronteira, porque, na realidade, o que foi arrecadado de 150 km de faixa de fronteira e 100 de BR na Região Norte, foi por conta da segurança nacional. Então, ficou sob suspensão a titulação dessas terras. Com o Decreto-Lei 2.375, ele simplesmente revoga os

efeitos da lei de segurança, portanto, não existe faixa de fronteira mais. No Brasil inteiro. Faixa de fronteira é faixa de fronteira. No Brasil inteiro. Então, não existe a faixa de fronteira mais, nesse sentido--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): --e nem a faixa... A do Zambiasi, sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senadora Marisa.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu ia fazer uma proposta. A proposta seria o seguinte: podíamos retirar de pauta, eu faria uma nova análise à luz dos... Uma nova análise à luz das informações que a Senadora Kátia Abreu trouxe da legislação, eu acho que temos que analisar essa legislação novamente, discutir e, se for o caso, apresentar a proposta do Relatório em cima dessas novas idéias que foram surgir hoje. Porque se há um decreto-lei--

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senadora Marisa, o Relatório já foi lido.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sim, podemos apresentar um novo Relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Então, temos que apresentar no substitutivo--

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Retirar ou apresentar um novo Relatório.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sr. Presidente, dentro de um acordo, aqui, pode o novo projeto. Não foi votado.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Não foi votado, pode ser retirado. E aí nós apresentáramos então, um novo Relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Então, retiramos de pauta e aguardamos o novo Relatório para a próxima Sessão.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, mas eu preciso falar pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): É que é importante. A Senadora Marisa vai estudar sob a luz da proposta da Senadora Kátia Abreu, o seu novo Relatório. E esse projeto poderá ser, como a Emenda Constitucional apresentada pelo Senador Zambiasi, inócuo. Se a Senadora Kátia está apresentando a tese correta. E eu acredito que esteja.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Só para corrigir, Senador Osmar Dias, eu falei foi o contrário. O Decreto-Lei 1.164/71, e a lei que revogou os efeitos da questão dessa arrecadação é a 2.375, apenas

para constar em gravação. De 87. Eu só falei, troquei os números. Que nós estamos acreditamos que está incluído, aqui, não só as margens das rodovias da Região Norte, mas toda a faixa de fronteira do país. Se isso se concretizar, V. Exa. tem razão, nós estamos legislando alguma coisa que não tem sentido.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Porque aí, o Relatório da Senadora Marisa pode ser pela conclusão de que não existe mais faixa de fronteira e, portanto, não há necessidade de ratificação dos títulos.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Acho que vale a pena verificar tudo isso, economizar, aqui--

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Acho que uma consulta com a assessoria jurídica separa, se aprofundarmos bastante, que é uma tese levantada, que é a pela primeira vez que eu a ouço--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): E que, de toda sorte, Presidente, mesmo assim, eu acho que os dez anos seriam imprescindíveis para que a gente pudesse regularizar todo esse passivo na faixa de fronteira e também nas margens das rodovias do país.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Então, está retirado de pauta. Item 4. Projeto de Lei do Senado nº 523, de 2003, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que altera o § Único, do art. 106, da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para acrescentar que a prova testemunhal seja concedida e feita a comprovação do exercício da atividade rural. Com a palavra o Relator, Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores. Já é de conhecimento desta Comissão, naturalmente, o Relatório e também a análise desta matéria. Todavia, diante do exposto, Sr. Presidente, o nosso Voto é pela aprovação do PLS nº 523, de 2003, nos termos do substitutivo já apresentado diante do projeto. Que altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os benefícios da Previdência Social e o Decreto nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940, do Código Penal, para acrescentar que a prova testemunhal seja considerada, para efeito de comprovação do exercício da atividade rural. E no seu art. 1º e no § 3º, do art. 55 e o § Único, do art. 106, da Lei 8.213, de 24 de julho de 91, com a redação dada pela Lei nº 9.063, de 14 de junho de 1995, passam a vigorar com a seguinte redação: "§ 3º. A comprovação do tempo de serviço para os efeitos dessa lei, inclusive mediante justificação administrativa ou judicial, conforme o disposto no art. 108, só produzirá efeito quando baseado em indício de prova material, não sendo admitida prova exclusivamente testemunhal,

salvo no caso do inciso IV, do art. 106 e na ocorrência de motivo de força maior, ou caso fortuito, conforme disposto em Regulamento”. E no § 4º, Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Senadores: “A prova testemunhal, mediante notificação do declarante, formalizada, a declaração, em termo circunstanciado, quando verificada a impossibilidade de apresentação, nas provas previstas nos incisos anteriores, do § Único deste artigo, após preliminar inspeção do Instituto Nacional de Seguridade Social no local onde haja sido exercida a atividade rural e entrevista com testemunhas, bem como a elaboração de Relatório circunstanciado de ambas as ações, não cabendo, nesse caso, a autorização de sistema de amostragem”. E no art. 2º, Sr. Presidente: No art. 342, da Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940, no Código Penal, alterado pelo art. 1º da Lei 10.268, de 28 de agosto de 2001, passado a vigorar com a seguinte redação: “No § 2º. As penas aumentam de um terço até o dobro se o crime é praticado com o fim de obter prova destinada à Previdência Social, acrescido de multa de hum mil reais, até cem mil reais”. De forma, Sr. Presidente, este é o meu Relatório, este é meu parecer, no sentido, também, de nós evitarmos as fraudes que, constantemente, nós temos visto, através da imprensa, de que tem sido o Instituto Nacional de Seguridade Social. Esse é meu Voto, Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Senador Jayme Campos. O Relator conclui pela aprovação, nos termos do substitutivo que apresenta. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação o Relatório do Senador Jayme Campos, pela aprovação com emenda substitutiva que apresenta. Sr^{as.} e Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria será encaminhada à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. Artigo 5º. Aliás, Item 5º. Ou melhor, Item 5 da pauta. Projeto de Lei do Senado nº 171, de 2004, de autoria do Senador Ramez Tebet, que altera o art. 4º, da Lei 6.019, de 03 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências, para permitir a utilização do trabalho temporário na área rural. A Relatora, Senadora Kátia Abreu realizou a leitura do Relatório em 16 de abril do corrente, tendo concluído pela aprovação, nos termos da emenda que apresenta. Naquela ocasião foi concedido vista do projeto ao Senador Sibá Machado, que o devolveu sem manifestação. Em discussão, o Relatório da Senadora Kátia Abreu, já lido. Não havendo quem queira discutir... Em discussão.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, apenas para rememorar a leitura do Relatório,

não vou lê-lo novamente, mas trata da condição de ser, também, estendido ao setor rural a mesma condição do trabalho temporário que há na cidade. Segundo a Constituição Federal, nós não podemos tratar os cidadãos e os segmentos econômicos de forma diferenciada. Então, se eu, dono de um comércio, de uma loja, chegou a época do Natal, ou Dia das Mães, eu posso contratar um terceirizado para que, naquele período, eu aumente em dois, três, quatro, cinco, seis os meus servidores naquele período, por que é que também na zona rural, no setor rural, nós não podemos, no período de safra, ou em períodos temporários de alguns serviços no campo, também não contratar esse terceirizado? Então, nós estamos pedindo, Sr. Presidente, a igualdade de tratamento. Que nós possamos estender para o campo também, a contratação do trabalho temporário terceirizado. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Continua em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, em votação o Relatório da Senadora Kátia Abreu, pela aprovação, com emendas que apresenta. As Sras. Senadoras e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. O Relatório será... Da Senadora Kátia Abreu passa a constituir o parecer da CRA. A matéria será encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, posteriormente, à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. Item 6. Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2006, de autoria dos Senadores Sibá Machado e Eduardo Suplicy e Senadora Ana Júlia Carepa, que altera e acresce dispositivo à Lei 5.869, de 11 de janeiro de 1973, o Código de Processo Civil e dá outras providências. A Relatora, Senadora Kátia Abreu fez a leitura do Relatório em 16 de abril do corrente ano, tendo concluído pela rejeição da matéria. Foi concedido vista, naquela oportunidade, ao Senador Carlos Dunga, que o devolveu sem manifestação. Em discussão, o Relatório. Em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, em votação. Os senhores e senhoras que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado o parecer pela rejeição.

O projeto será encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em discussão terminativa. Item 7. Projeto de Lei do Senado nº 4, de 2007, de autoria do Senador Alvaro Dias, que dispõe sobre isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados, IPI, na aquisição de insumos e equipamentos especificados, utilizados na produção de leite. O Relator *ad hoc*, Senador Gilberto Goellner, concluiu pela aprovação, com três emendas que apresenta. Foi concedido vista coletiva. Em discussão o Relatório.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Um dia cheguei a Presidente, Sr. Presidente. Presidente, na verdade esse... O projeto do Senador Alvaro Dias, ele apresentou a isenção só do IPI. Nós fizemos algumas correções, as emendas que nós apresentamos que foram acatadas pelo Relator *ad hoc*, o Senador Gilberto, que é... Que, na verdade, o IPI, praticamente... Já não são tributados. Então, não há por que... A alíquota já é zero, então, não há porque nós... É quase que inócuo. Então, nós fizemos a emenda no sentido da constitucionalidade, no que tange... Nós não podemos estar fazendo, legislando aqui direto para os Ministérios, quem teria que fazer isso é o Presidente da República, e as nossas emendas são no sentido de ir aumentando PIS, PASEP e COFINS. Na importação e na comercialização no mercado interno, uréia bovina, rações, micro nutrientes e sais minerais. E na comercialização no mercado interno de teteiras, ceifeiras, enfardadeiras e outras máquinas para colher e dispor o feno; máquinas de ordenhar, máquinas e aparelhos para preparação de alimentos ou rações e máquinas e aparelhos para trituração e moagem de grãos. Sr. Presidente, o Estado de Rondônia, ele é o oitavo produtor, hoje, de leite, no Brasil. E um projeto dessa magnitude, praticamente, foi o que nós mais defendíamos durante as nossas discussões, durante as nossas reuniões, que fazíamos, nos 52 Municípios do Estado de Rondônia. E era um projeto que nós gostaríamos de ter apresentado inclusive, a esta Casa. Então vem em boa hora, nós estamos simplesmente propondo, aqui, melhorar o projeto, mas eu quero cumprimentar o Senador Alvaro Dias por ter apresentado esta proposição, Sr. Presidente. Nosso Voto também é favorável. Com as emendas que apresentamos. E que foi acatado pelo Relator *ad hoc*.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Continua em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, em votação. As Sras. e Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos, em discussão terminativa. Item 8. O Projeto de Lei do Senado nº 56, de 2007, de autoria do Senador Alvaro Dias, que altera o art. 143, da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a concessão de aposentadoria por idade a trabalhadores rurais e segurados especiais, e dá outras providências. Com a palavra o Relator, Senador Gilberto Goellner.

SR. RELATOR SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores. Eu peço a retirada de pauta dessa matéria, em função

da MP 410. Peço a retirada de pauta dessa matéria, em função da coincidência da matéria com a MP 410.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Concedido. Está retirado de pauta, o pedido. Item 9 da pauta. Projeto de Lei do Senado nº 60, de 2007, de autoria do Senador César Borges, que altera o art. 1º, da Lei 11.368, 09 de novembro de 2006, a fim de prorrogar o prazo para trabalhador rural requerer sua aposentadoria. Com a palavra a Relatora, Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, esse é o Relatório: É submetido à apreciação desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária [interrupção no áudio] de autoria do nobre Senador César Borges, que altera o art. 1º, da Lei 11.368, de 09 de novembro de 2006, a fim de prorrogar o prazo para o trabalhador rural requerer a sua aposentadoria. A citada proposição veio a esta Comissão face... Sr. Presidente, desculpe. Esse Relatório já foi lido e foi dado pela prejudicialidade e pelo arquivamento, porque uma Medida Provisória já tratou dele. Agora que estou me lembrando aqui, depois que comecei a ler.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senadora Kátia, ele não foi lido ainda não. Ele está aqui.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Mas então, vou me ater apenas ao Voto final que é pela declaração de prejudicialidade e pelo arquivamento do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Continua em discussão.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Porque essa matéria já foi tratada e votada nas duas casas em Medida Provisória.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Não havendo mais quem queira discutir, em votação. As Sr^{as}. e Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado o parecer pela prejudicialidade da matéria. A matéria será encaminhada à Comissão de Assuntos Sociais, em discussão terminativa. Item 11 da pauta. O Projeto de Decreto Legislativo nº 389, de 2005, de autoria do Senador Valdir Raupp, que autoriza o Poder Executivo Federal a implantar o aproveitamento hidrelétrico do Rio Madeira, no Estado de Rondônia, inclusive as usinas hidrelétricas de Jirau e de Santo Antonio e a hidrovia do Rio Madeira. Com a palavra a Relatora, Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigada, Sr. Presidente. Esse projeto do Senador Valdir Raupp é da maior importância para o país. Eu tenho feito vários pronunciamentos chamando a atenção dos colegas, que muitos aqui têm a mesma bandeira, que

é o aproveitamento hídrico dos rios do Brasil, não só do Rio Madeira, mas do Rio Tocantins, de todos os rios que têm o potencial hídrico. Infelizmente, nós estamos construindo as nossas hidrelétricas sem as eclusas, que dão a permissão de passagem às barcas, que trata do frete mais barato e menos poluente do mundo. Nós gastamos 42 dólares para transportar uma tonelada em mil quilômetros, gastamos 26 dólares na ferrovia e gastamos 18 na hidrovia. Então, isso traria um custo de produção... Uma redução no custo de produção incalculável, principalmente para o agronegócio brasileiro. Então, vem à apreciação desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 389, de 2005, de autoria do Senador Valdir Raupp, que autoriza o Poder Executivo a implantar o aproveitamento hidrelétrico do Rio Madeira, no Estado de Rondônia, composto pelas usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antonio e pela hidrovia do Rio Madeira.

Sr. Presidente, o meu Voto é pela aprovação deste projeto, mas quero informar aos colegas Senadores e Senadoras que na MP 412, votada à semana passada, que eu tive o prazer de ser Relatora, nós conseguimos incluir, pelo menos, a obrigatoriedade do projeto executivo da eclusa a ser feito simultaneamente à licitação da hidrelétrica. Infelizmente, nós não conseguimos a obrigatoriedade da construção da hidrelétrica, que esse que seria um ato inteligente do Senado Federal e não apenas autorizar o Poder Executivo. Isso tinha que ser uma coisa óbvia, que requer planejamento estratégico, que requer do Poder Executivo uma visão mais ampla do desenvolvimento do país. Então, apenas para deixar reforçada essa autorização, mas, na realidade, nós conseguimos que o projeto executivo seja uma obrigatoriedade, mas eu espero retomar esse debate e que seja obrigatória a construção da eclusa junto com a hidrelétrica.

Apenas para exemplificar e encerrar, Sr. Presidente, no rio Tocantins nós temos 1.900 quilômetros de hidrovia até chegar à eclusa de Tucuruí, próximo a Belém. Teríamos 1.900 de hidrovia, se não fossem duas hidrelétricas. Uma próximo a Palmas, Luiz Eduardo Magalhães, que não fez a eclusa junto com a hidrelétrica e agora a segunda na divisa com o Maranhão, Estreito, que está sendo construída a segunda hidrelétrica sem a eclusa, também, no meu Estado, empatando 1.900 quilômetros de hidrovias, quase que sem gasto nenhum, a não ser a construção das eclusas. Na época, no Governo anterior, à época, se tivesse construído a eclusa junto com a hidrelétrica de Lajeado, nós teríamos gasto 380 milhões de reais. Agora, depois do lago cheio, da hidrelétrica funcionando, nós vamos gastar nada mais nada menos 620 milhões de reais. É o desperdício de dinheiro público, é

o desperdício do dinheiro do contribuinte e impedindo que o Custo-Brasil possa ser reavaliado e possa ser diminuído. Então, é pela aprovação do Projeto de Lei do Senador Valdir Raupp.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Continua em discussão. A Relatora concluiu pela aprovação com duas emendas que apresenta. Informo à Comissão que a matéria foi instruída pela Comissão de Serviços de Infra-estrutura, a qual obteve parecer favorável. Continua em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, em votação. As Sr^{as.} e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Pela ordem, Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): O Item 12 da pauta, eu quero pedir vista para melhor apreciação, conforme permitido regimentalmente. Então, porque é concedido o direito, Senadora Kátia Abreu, de pedir em qualquer uma das Sessões, de qualquer processo. Então, eu peço vista para melhor exame. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Logo após a leitura do parecer...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Exatamente. Direito de pedido de vista todo Senador tem, mas também de ler o Relatório, está na prerrogativa do Regimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): O Projeto de Decreto Legislativo nº 90, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que susta a aplicação do art. 3º, do Decreto 4.680, 24 de abril de 2003, que regulamenta o direito à informação, assegurando pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, quanto aos alimentos e ingredientes alimentares destinados ao consumo humano, ou animal, que contenham ou sejam produzidos a partir de organizações geneticamente modificadas e da Portaria 2.658, de 22 de dezembro de 2003, do Ministério da Justiça, que regulamenta o disposto do art. 1º... Do § 1º, do art. 2º, do Decreto 4.680, de 24 de abril de 2003. Com a palavra o Relator, Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente Neuto De Conto, Sr^{a.} Senadora Kátia Abreu, Srs. Senadores. É com prazer que relato este projeto de iniciativa da competente e dinâmica Senadora Kátia Abreu. Relatório. Vem, a esta Comissão, o Projeto de Decreto Legislativo nº 90, de 2007, que pretende sustar a aplicação do art. 3º, do Decreto nº 4.680, de 2003, como também da Portaria nº 2.658, de 2003, do

Ministério da Justiça. O Decreto nº 4.680, de 2003 regulamenta o direito à informação assegurado pela Lei 8.078, de 90, Código de Defesa do Consumidor, quanto aos alimentos e ingredientes alimentares destinados a consumo humano ou animal que contenham ou sejam produzidos a partir de organismos geneticamente modificados. A Portaria nº 2.658, de 2003, do Ministério da Justiça, regulamenta o decreto supracitado. Não foram apresentadas emendas. Análise. A Constituição Federal confere ao Congresso Nacional a competência para sustar os atos normativos que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites da delegação legislativa. Isso está na Constituição Federal, no seu art. 49, inciso V. Na justificação, a autora do PDS, Senadora Kátia Abreu, argumenta que o Poder Executivo não elaborou o regulamento de que trata o art. 40 da Lei 11.105, de 2005, ou seja, a Lei de Biossegurança e que a matéria continua sendo disciplinada pelo Decreto 4.680, de 2003, sendo que tal decreto está em desacordo com a Lei de Biossegurança. O artigo da Lei de Biossegurança, art. 40, da Lei de Biossegurança, dispõe: “Os alimentos e ingredientes alimentares destinados ao consumo humano ou animal que contenham ou sejam produzidos a partir de OGM ou derivados, deverão conter informação nesse sentido em seus rótulos, conforme regulamento”.

Ora, Sr. Presidente, o Decreto 5.591, de 22 de novembro de 2005, regulamenta a Lei de Biossegurança. No entanto, tal regulamento determina que a rotulagem de alimentos que contenham organismos geneticamente modificados e derivados será regulamentada em decreto específico. O decreto específico a que se refere o regulamento da Lei de Biossegurança é o próprio Decreto nº 4.680, de 2003, do qual se pretende sustar a aplicação do art. 3º. O mencionado art. 3º, do Decreto 4.680, de 2003, dispõe sobre a rotulagem de alimentos produzidos a partir de animais alimentados com rações que contenham organismos geneticamente modificados, OGM, ou derivados, nos seguintes termos: “Artigo 3º. Os alimentos ou ingredientes produzidos a partir de animais alimentados com rações contendo ingredientes transgênicos deverão trazer, no painel principal, em tamanho e destaque previstos no art. 2º, a seguinte expressão: Nome do animal alimentado com ração contendo ingrediente transgênico, ou nome do ingrediente produzido a partir de animal alimentado com ração contendo ingrediente transgênico”. A Portaria 2.658, de 2003, do Ministério da Justiça, detalha as regras para rotulagem de alimentos produzidos a partir de organismos geneticamente modificados, ou de seus derivados e define o símbolo de transgênico, que deverá acompanhar o rótulo dos produtos. Considerando pertinente a preocupação da

Senadora Kátia Abreu com o teor dos atos normativos expedidos pelo Poder Executivo e concordamos que é inviável e desnecessária a rotulagem de alimentos produzidos com animais alimentados com rações que contenham produtos transgênicos. Está, também, correto o entendimento de que os símbolos definidos pela portaria do Ministério da Justiça, antes de informar, inibem e constroem o consumidor. Pois o induzem a pensar que o produto é prejudicial à saúde. No entanto, do ponto de vista jurídico, entendemos que a justificação do projeto, de forma imprecisa, embasa a argumentação da exorbitação do poder de regulamentação da Lei de Biossegurança. Mas, como essa lei foi publicada posteriormente aos atos *infralegis* e, dada a hierarquia das normas, o decreto e a portaria estariam, automaticamente, revogados. Por esse motivo, entendemos que o correto embasamento da proposição deve ser o Código de Defesa do Consumidor que, em seu art. 9º, determina: “O fornecedor de produtos e serviços, potencialmente nocivos ou perigosos à saúde ou à segurança, deverá informar, de maneira ostensiva e adequada, a respeito de suas nocividade ou periculosidade, sem prejuízo da adoção de outras medidas cabíveis em cada caso concreto”. Estamos convictos de que a utilização de produtos que contenham OGM para a alimentação de animais não é potencialmente nociva ou prejudicial à saúde ou segurança. A transgenia é uma técnica de engenharia genética e não se transmite de um ser vivo para outro pela alimentação. Se não há nocividade, então não existe, segundo o Código de Defesa do Consumidor, a obrigação legal de rotular, motivo pelo qual o Decreto 4.680, de 2003, e a Portaria 2.658, de 2003, exorbitam do poder de regulamentação, sendo possível terem sua aplicação sustada por meio de Decreto Legislativo. Essa é a análise, Sr. Presidente. Eu vou ao Voto. Em face do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 90, de 2007. Muito obrigado a V. Ex^a.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Pela ordem, Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Eu gostaria, Sr. Presidente, apenas de uma argumentação para o Senador Nery, quem sabe eu posso demovê-lo da idéia de vista. Na realidade, o Relatório do Senador Marconi Perillo está perfeito. Quero parabenizar o Senador e agradecer pela aprovação do projeto. Mas, em resumo, Senador Nery, a Lei 11.105, que é a Lei de Biossegurança, que trata, também, da rotulagem especial para transgênico, ela trata da rotulagem especial

para transgênico e seus derivados apenas. Então, a lei já determina que o transgênico e seu derivado seja rotulado. O que é o transgênico e o que é o derivado? V. Ex^a. conhece bem. O transgênico, por exemplo, é o milho. E o derivado é o fubá. O fubá não tem como disseminar. Ele não pode ser plantado, ele, na realidade, não é um animal que vai parir. Então, ele está apenas finalizado para o consumo. Então, ele é um derivado. Mas tem que estar rotulado dizendo que é derivado de um produto transgênico. Ou o próprio milho a ser consumido. É um produto transgênico. Agora, a carne de animal, Sr. Presidente, quando ele come a ração, como ele vai comer o fubá, imagine que ele fosse comer o fubá, ele não se torna, o boi não se torna, Senador Nery, nem transgênico e, muito menos, derivado transgênico, porque ele tenha comido o transgênico, ou o seu derivado. Não há possibilidade mínima de eu comer uma pizza, que tenha fatias de lombo de porco em cima dela, que a pizza seja rotulada que o lombo do porco, o porco tenha comido produto transgênico.

Então, é simplesmente impossível de efetivar essa situação. Mesmo porque, a Lei de Biossegurança já determina o que deve ser ou não rotulado. A segunda coisa é com relação à portaria. A portaria inclui um triângulo com um T no meio. Muito parecido com aqueles alertas de ruas, de rodovias, de BRs, como se tivesse alertando para um perigo. Ou seja, um produtor que produz um produto transgênico, em detrimento do outro não transgênico, que já recebe um triângulo desses, vamos dizer na cara, não é, Sr. Presidente, ele já perde a competitividade. E transgênico não deve ter sinal de alerta e de perigo, como nas rodovias do país indicando perigo de acidente. Ou nós respeitamos a CTNBio, que já avaliou esse produto, ou nós podemos pegar os cientistas do país e exportar todos eles. Então, não justifica, Senador Nery, as duas ilegalidades. Uma, a ilegalidade do art. 3º desse Decreto, que contraria a Lei 11.105 e essa portaria que rotula, com esse triângulo, com sinal de alerta, contrariando o que a CTNBio fez. A CTNBio que deveria dizer se nós temos que colocar um sinal de alerta ou não em qualquer produto que está no mercado. Então, nós temos que fazer uma opção: ou esse país respeita a ciência ou vamos fazer um Projeto de Lei fechando a CTNBio. Era essa a minha argumentação, Senador José Nery, se permite, convencê-lo de aprovar esse projeto da maior importância e principalmente nós recusarmos, nessa Casa, de aprovar projetos inexecutáveis, simplesmente inexecutáveis. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Continua em discussão. Com a palavra o Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, Senador Neuto De Conto, Srs. Senadores, Sr^a. Senadora Kátia Abreu, Autora do Projeto de Decreto Legislativo e ao eminente Relator, Senador Marconi Perillo. Eu vou, primeiro, afirmar a necessidade do pedido de vista, Senadora Kátia Abreu, não por discordância pessoal com V. Ex^a. ou com o Senador Marconi Perillo. Mas aqui é uma questão de mérito, com a qual, pela nossa compreensão, que temos ido muito longe na definição da legislação em relação à transgenia, que não pode se tornar absolutas algumas definições e ações que ferem direitos constitucionais, ferem direito... No caso do decreto, procuradoria legislativa eu tenho o entendimento que o princípio básico é o direito à informação ao cidadão, ao consumidor, precisa ter noção e informação correta do produto que ele vai consumir e por que não a informação de que aquele subproduto ou produto ele tem na sua... O produto de origem animal, ele foi alimentado com ração transgênica. Eu creio que o alerta é necessário, por essa razão, para discutir melhor essa questão e espero apenas poder contribuir com o debate em que eu considero importante, inclusive fazer isso na véspera do Dia Mundial do Meio Ambiente, questão que se relaciona exatamente com os temas que aqui estamos debatendo e são essas razões que explicam, Sr. Presidente, o pedido de vista para melhor análise desse tema, que considero bastante importante e, ao fazê-lo, não é por desmerecer a iniciativa, evidentemente, discordância com o seu conteúdo e a necessidade de um debate mais amplo sobre essa questão, que pretendo expor adequadamente, no momento oportuno. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com a palavra o Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar ao Relator, pedir vista em conjunto até para a gente poder andar mais rápido, devido a importância que tem esse projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Então, concedemos vista coletiva do Item 12... 13 da pauta.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente. Apenas um último comentário, com todo respeito ao Senador Nery pelo pedido de vista, é um direito que lhe assiste, pelo Regimento da Casa, mas eu não poderia deixar aqui de registrar uma certa tristeza. Quando eu avalio os países do mundo e fiz isso um quadro interessante, que na hora oportuna deverei mostrar, quantos anos de atraso em aprovação de transgênicos, nós brasileiros, estamos. Uma média, mais ou menos, de 12 anos, em detrimento de outros países. Nem a União Européia,

que é a mais preconceituosa com relação a transgênico exige uma rotulagem tão... Não sei nem que nome dou, uma rotulagem inexeqüível como essa, na proposta nesse decreto, contrariando a Lei de Biossegurança. Muito obrigada, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Sr. Presidente, gostaria de acrescentar que no caso das--

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Acrescentar que, no caso das células tronco nós estávamos na frente, no mundo. Com esses três anos, que nós fizemos agora, nós passamos a ficar... Saímos da ponta da pesquisa com as células tronco. Então, não podemos permitir que o país fique andando para trás, com essas dificuldades, com esses preconceitos. Realmente, ninguém sabe o que um alimento transgênico vai fazer numa pessoa daqui a 50 anos. Mas eu sei de uma coisa. Que o alimento transgênico, em abundância, vai salvar milhares de pessoas de morrer de fome e de adquirir doenças em virtude da fome. Agora, se vai acontecer um problema daqui a 50 anos e tudo, com certeza não vai ser um problema tão grave, como acontece atualmente. Então, essa barreira contra os transgênicos que as pessoas fazem, que as organizações fazem é justamente para evitar que a gente, por exemplo, no Brasil, a gente não usando transgênico, a gente gasta muito mais agrotóxico do que em outros países. E a gente compra agrotóxico deles. Quem vende, para a gente, agrotóxico, são eles. Então, por isso que tem que financiar as ONGs para ficarem batendo nos transgênicos.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Muito bem. Quatro vezes mais, Sr. Presidente, quatro meses mais de defensivos. Parabéns Senador, o senhor realmente é um encanto.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, eu pediria a V. Ex^a. que, se possível, incluísse na pauta da próxima Sessão ordinária, a votação desse projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Será incluído. Vista coletiva e será incluído.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, queria manifestar, ainda, que não há essas razões absolutas de conhecimento, mais profundo conhecimento científico, para as afirmações que são feitas aqui. Portanto, eu acho que nesse tema, um

pouco mais de cautela, faz sentido. E que espero que o bom senso prevaleça, porque não é, em última instância, as formas de produção, o lucro que isso pode gerar, sem levar em conta as questões fundamentais do direito do consumidor, do direito à vida e, evidentemente, discutiremos isso adequadamente no próximo momento, na próxima Sessão. Creio que não dá aqui para, também, aceitar argumentos de verdade absoluta. Mesmo com todo respeito à ciência. Até porque alguns de nós, infelizmente, Senador Botelho, não estarão vivos daqui a 50 anos para avaliar e perceber os estragos que possamos ter feito à humanidade por conta dessa falta de precaução em assuntos tão graves, tão importantes como este. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Item 13 da pauta. Requerimento de autoria da Senadora Kátia Abreu que requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a fim de debater os custos de produção da agropecuária brasileira, com a participação dos seguintes convidados: Ricardo Cota(F), representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, CNA; Manoel José dos Santos, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, CONTAG; Luiz Antonio Fayet, consultor em logística e infra-estrutura; Edilson Guimarães, Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. Com a palavra a autora do Requerimento, Senadora Kátia Abreu.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Presidente, eu gostaria que fosse incluído aí, entre os apresentadores, essa... A entidade que há pouco a gente mencionou, que realmente está aprovando os transgênicos, que vem a diminuir os custos de produção, que é o Dr. Walter Colli, Presidente da CTNBio.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Pela ordem, Sr. Presidente. Eu gostaria não só de cumprimentar, mas agradecer ao Senador Gilberto por essa inclusão. Acho da maior importância, quando nós discutimos custo de produção, nós não podemos deixar de falar nos insumos, que, claro, está contemplado, aqui, pela CNA e pela CONTAG, nós não podemos deixar de falar de infra-estrutura e muito menos de engenharia genética. Então, pelo Requerimento de minha autoria, quero aprovar, com muito gosto, essa inclusão do Presidente da CTNBio, Walter Colli, um grande cientista do país, que pode vir nos dizer a respeito, a quantas andam as aprovações de transgênicos no país e quanto de prejuízo já tivemos pela não implementação de vários outros, que poderiam ter sido aprovado há mais tempo. Então, quero agradecer ao

Senador Gilberto e pedir o apoio dos colegas para a aprovação desse Requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Em votação o Requerimento. As Srs. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. Item 14. Requerimento de autoria da Senadora Kátia Abreu e Senador Gilberto Goellner, que requer nos termos do art. 93, inciso... Lido o Regimento... Do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta Comissão em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, CAE, e de Serviços de Infra-Estrutura, CI, a fim de debater a auditoria aprovada pelo Tribunal de Contas da União, TCU, para avaliar a situação dos portos marítimos e fluviais em todo o país, por interferência operacional, com a participação dos seguintes convidados: Marcos Vilaça, Ministro do Trabalho e Contas da União... Ministro do Tribunal de Contas da União; Fernando Antonio Brito Fialho, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, ANTAQ; Luiz Antonio Fayet, representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, CNA; Sérgio Salomão, Presidente da Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres de Uso Público; Paulo Godoy, Presidente da Associação Brasileira de Infra-Estrutura da Indústria de Base. Com a palavra os autores do Requerimento.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Pela ordem, Sr. Presidente. Eu gostaria de considerar a retirada desse Requerimento, provisoriamente, por um simples motivo. O que me motivou a fazer esse Requerimento foi, exatamente, aquela resolução da ANTAQ, a 517, que proibia, enfim, a construção do porto privado misto. Mas, através da MP 412, votada à semana passada, que já mencionei aqui hoje, que fui Relatora, houve um acordo da oposição com o Governo. O que ficou estabelecido? Nós aprovamos a MP do REPORTE, que traz incentivos fiscais para investimentos nos portos do Brasil, eu consegui acrescentar os portos que são secos, consegui acrescentar o projeto executivo da eclusa concomitante ao projeto da hidrelétrica e também estender o REPORTE até 2011. E essa questão da Resolução 517, o líder do Governo, Senador Jucá, o Senador Jucá subiu à Tribuna e fez o compromisso, porque nós íamos obstruir a votação dessa MP se a ANTAQ não reformulasse a sua resolução, que contraria a Lei dos Portos e, também, a lei que criou a própria ANTAQ, que não pode exigir a proporcionalidade de cargas, próprias e de terceiros, para quem queira construir um porto privado. Então, o Senador Jucá subiu à Tribuna, leu a carta do Presidente da ANTAQ, dizendo que a resolução vai cair e

que o decreto novo, que deve sair nos próximos dias, deverá constar, então, que não será necessário estabelecer o percentual de carga própria e de terceiros para o investimento privado no Brasil, que está ansioso da construção desses portos.

Então, gostaria, nesse momento, de retirar, acreditando na palavra do líder Jucá, que sempre mereceu nosso crédito, e na palavra do Governo e do Presidente da ANTAQ, que essa resolução deverá ser modificada. Eu tenho certeza que isso vai acontecer. Na hipótese remota desse país ter perdido a palavra completamente, nós poderemos, então, reavaliar a apresentação desse Requerimento. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Está retirado de pauta. Último Item, extra-pauta. O Requerimento, de autoria do Senador Gilberto Goellner. “Requeiro, nos termos do Regimento, que seja aprovada a realização de Audiência Pública, nesta Comissão, para discutir as ações a serem tomadas pelo Governo Brasileiro após a aprovação, pelo Tribunal da Organização Mundial do Comércio, OMC, que deu razão às queixas apresentadas pelo Brasil, relacionadas ao comércio de algodão, bem como a aplicação de sanção contra os Estados Unidos. Para essa Audiência Pública sugiro que sejam convidados os seguintes participantes: Representante do Ministério das Relações Exteriores, MRE; representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, MAPA; Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão, ABRAPA e Dr. Hélio Tolini, consultor”. Com a palavra o Autor do Requerimento, Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores. O Brasil acaba de vencer uma grande batalha, que se desenvolve há mais de seis anos, em relação aos países ricos, que tanto subsidiam a sua agricultura e a sua pecuária também. E, no dia de ontem, apareceram manchetes muito contraditórias quanto à retaliação que o país poderá fazer. Como por exemplo: “País não decidiu se vai retalhar Estados Unidos”. “Subsídio é arma de destruição, diz Amorim”. “O Brasil foi leniente com os Estados Unidos, diz Pedro Camargo Neto, ex-Secretário de Produção do Ministério da Agricultura”. “Governo Brasileiro quer usar poder de retaliação para negociar rodada de Doha”. “Brasil obtém vitória definitiva contra algodão dos Estados Unidos”. “Subsídio condenado”. “A guerra dos subsídios”. “Com o aval da OMC, Brasília poderá impor sanções aos Estados Unidos”.

Sr. Presidente, é um assunto de extrema importância. Nós já ganhamos essa ação há dois anos, os produtores rurais, os cotonicultores do país, junto com a cadeia produtiva, os fornecedores de máquinas e

insumos, demandaram recursos para que o Itamaraty pudesse defender essa causa na OMC. Foram mais de três milhões de dólares gastos com assistência jurídica, lá nos Estados Unidos, com grandes escritórios, e nós não podemos perder essa grande oportunidade. Baseado que o custo de produção está aumentando, o algodão brasileiro está sem viabilidade de renda por força, principalmente, dos fertilizantes, que aumentaram cinco vezes nos últimos cinco anos, 500%, e também devido ao elevado custo do petróleo, que está onerando os fretes de escoamento desse algodão. Então, pediria, da suma importância isso aí. Eu gostaria que os...

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Continua em discussão. Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, eu gostaria de pedir ao Senador Gilberto, que ele pudesse fazer uma reflexão e uma modificação, com relação aos convidados um e dois. Devido à importância desse assunto, nós não queremos um representante do Ministério das Relações Exteriores e nem da Agricultura. Nós queremos os Ministros. Ministro Celso Amorim e Ministro Reinold Stephane. Ou... Sob pena do algodão brasileiro ser extirpado do território nacional, assim como foi o cacau e está sendo o trigo brasileiro. E o algodão, na nossa balança comercial, é um item, um componente, importantíssimo para o Brasil, para a produção interna. Então, que os dois Ministros venham dizer aos Senadores da República o que pretendem fazer diante dessa situação que pode nos levar à bancarrota.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Anuência total. Eu só vejo que o Ministro Celso Amorim, extremamente, com agenda apertada, mas seria ótimo se a gente conseguisse esse feito, Senador.

[falas sobrepostas].

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Eu tenho certeza que ele vai atender ao nosso convite, não tenho a menor dúvida, mas nós temos, também, uma forma de fazê-lo priorizar a nossa Comissão na sua agenda que é o instrumento de convocação, mas eu tenho certeza que ele vai atender ao nosso convite.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Está retirado de pauta, aliás, o anterior. Queremos também fazer uma comunicação final, que é a pela primeira vez que nós realizamos às 9h00 da manhã a Comissão de Agricultura e, pela audiência, nós vamos manter este horário para a próxima quarta-feira, 9h00 da manhã. Esperamos que... Saímos da concorrência de todas as Comissões, que elas são muito concorridas, e são os mesmos parlamentares e que, para nós, temos que dar a devida importância

que a Comissão tem, não só perante o Senado, mas perante o Brasil, já que a agricultura é o grande celeiro. Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a presente Reunião.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, antes de encerrar, eu gostaria de fazer uma última consideração, mas muito importante, Sr. Presidente. Por favor, me permita. É para fazer uma correção a respeito da questão de faixa de fronteira que foi aqui debatido. A assessoria trouxe toda a legislação, para que a gente pudesse aqui fazer uma correção e, realmente, e infelizmente, a lei que revoga a questão das terras públicas por questão de segurança nacional, excluiu a faixa de fronteira. Infelizmente ficou bastante claro que foi excluída a faixa de fronteira. Senão nós poderíamos realmente ter incluído--

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): O projeto foi retirado de pauta.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Foi retirado de pauta, mas eu gostaria de deixar, apenas, registrado, que já foi verificado...

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Eu gostaria que chegasse, a informação, à Senadora Marisa Serrano.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Isso. Eu estava tentando, inclusive, pedir que ela pudesse retornar, para a gente desfazer o engano, mas continua. Os 100 quilômetros das BRs, na Região Norte, já foram revogados e podem ser repassados aos Estados tranquilamente, para desafogar o trabalho do INCRA e melhorar sua eficiência produtiva. Mas aqui não tira a possibilidade de nós estendermos, para 10 anos, a questão da regularização na faixa de fronteira. Muito obrigada, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Agradecer a todas as Sr^{as}. Senadoras e Srs. Senadores, encerramos a presente Sessão.

Sessão encerrada às 11h36.

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 13ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 2008.

Às dez horas e três minutos do dia doze de junho de dois mil e oito, na Sala 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **NEUTO DE CONTO**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes Senadores(as): **JOÃO PEDRO, JAYME CAMPOS,**

GILBERTO GOELLNER, FLEXA RIBEIRO, PAULO PAIM, JOSÉ NERY, ELISEU RESENDE, MARCONI PERILLO, JOÃO TENÓRIO E JOÃO DURVAL. Deixam de comparecer os Senhores Senadores(as): Delcídio Amaral, Antonio Carlos Valadares, Expedito Júnior, Leomar Quintanilha, Pedro Simon, Heráclito Fortes, Kátia Abreu, Marisa Serrano, Carlos Dunga e Osmar Dias. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Neuto de Conto, informa que a presente reunião destina-se à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte Pauta: **ITEM 1: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63, DE 2005 – COMPLEMENTAR. (NÃO TERMINATIVO). EMENTA:** Altera os arts. 6º e 16 da Lei Complementar nº 76 de 1993, a fim de garantir o pagamento de créditos tributários através da retenção sobre o valor a ser pago a título de indenização por desapropriação de interesse social para reforma agrária. **AUTOR:** Senador Álvaro Dias. **RELATOR:** Senador Leomar Quintanilha. **RELATOR “Ad Hoc”:** Senador João Pedro. **RELATÓRIO:** Pela Rejeição. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): João Pedro e Gilberto Goellner. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **RESULTADO: Aprovado o parecer pela rejeição.** A matéria será encaminhada a Secretaria-Geral da Mesa. **ITEM 2: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 56, DE 2007. (NÃO TERMINATIVO). EMENTA:** Altera o art. 143, da Lei n.º 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a concessão de aposentadoria por idade a trabalhadores rurais e segurados especiais, e dá outras providências. **AUTOR:** Senador Álvaro Dias. **RELATOR:** Senador Gilberto Goellner. **RELATÓRIO:** Pela prejudicialidade e arquivamento da matéria. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): João Pedro e Gilberto Goellner. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **RESULTADO: Aprovado o parecer pela prejudicialidade. A matéria será encaminhada à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. ITEM 3: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 426, DE 2007. (NÃO TERMINATIVO). EMENTA:** Altera a Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, para dispor sobre a jornada de trabalho do trabalhador rural. **AUTORA:** Senadora Lúcia Vânia. **RELATOR:** Senador Valter Pereira. **RELATOR “Ad Hoc”:** Senador João Tenório. **RELATÓRIO:** Pela aprovação. **RESULTADO:** Concedido vista ao Senador Gilberto Goellner. **ITEM 4: REQUERIMENTO Nº 13, DE 2008 – CRA. ASSUNTO:** Requer, nos termos do

inciso II, do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), com a finalidade de analisar e discutir sobre a Cadeia Produtiva de Caprinos e Ovinos no Brasil, com a presença dos seguintes convidados: **Sr. Francisco Edilson Maia da Costa** – Presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Caprinos e Ovinos do MAPA e Presidente da Comissão Nacional de Ovinos-Caprinocultura da CNA; **Sr. Enio Queijada de Souza** – Coordenador da Carteira de Ovinos e Caprinos do SEBRAE Nacional; **Sr. Paulo Afonso Schwab** – Presidente da Associação Brasileira de Criadores de Ovinos – ARCO; **Sr. Acari Luis Menestrini** – Diretor-Presidente da Companhia Brasileira de Látex – CBL. **AUTOR:** Senador Neuto de Conto. No encaminhamento, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): João Pedro, Gilberto Goellner e José Nery. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **RESULTADO: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. EXTRA-PAUTA: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 475, DE 2003. (NÃO TERMINATIVO). EMENTA:** Prorroga o prazo para que sejam ratificadas as concessões e alienações de terras feitas pelos Estados em Faixa de Fronteira, e dá outras providências. **AUTOR:** Senador Jonas Pinheiro. **RELATORA:** Senadora Marisa Serrano. **RELATOR “Ad Hoc”:** Senador João Durval. **RELATÓRIO:** Pela aprovação, nos termos do substitutivo que apresenta. **OBS:** Em reunião realizada em 16.4.2008 foi lido o relatório pelo Senador João Durval, relator “Ad Hoc”, ocasião em que foi concedido vista ao Senador Gilberto Goellner, nos termos do art. 132, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, que o devolveu nos termos do Substitutivo que apresenta. **RESULTADO: Retirado de Pauta. REQUERIMENTO Nº 14, DE 2008 – CRA. ASSUNTO:** Requer, nos termos regimentais, que seja aprovada a realização de Audiência Pública para que, em data a ser marcada e confirmada, venham expor e esclarecer aos senadores e demais interessados desta Comissão, a situação de compra e venda de terras na Amazônia, conforme tem sido noticiado na imprensa, os seguintes convidados: Superintendentes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – **INCRA – AM**; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – **IBAMA – AM**; Representantes da **ONG “COOL EARTH”**; Representantes da empresa madeireira **GETHAL Amazonas S/A**; **Sr. Sebastião Nunes** – Presidente do Instituto de Terras do Amazonas – **ITEAM**. **AUTOR:** Senador João Pedro. No encaminhamento, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto, os seguintes Senhores(as)

Senadores(as): João Pedro, Gilberto Goellner e José Nery. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **RESULTADO: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dois minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – **SENADOR NEUTO DE CONTO, PRESIDENTE DA COMISSÃO.**

COMISSÃO DE AGRICULTURA
E REFORMA AGRÁRIA – CRA

13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 12 DE JUNHO DE 2008, ÀS 10 HORAS E 02 MINUTOS

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do plenário, é dada como aprovada. Aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação de matérias. Item 1. Projeto de Lei do Senado nº. 63/2005, complementado, de autoria do Senador Alvaro Dias, que altera o art. 6º e 16 da Lei Complementar nº. 76/1993, a fim de garantir o pagamento dos créditos tributários através da retenção sobre o valor a ser pago a título de indenização por desapropriação de interesse social para a reforma agrária.

Com a palavra, o relator, que não se encontra presente, o Senador Leomar Quintanilha. Eu gostaria de saber se o...

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, Presidente. Seria possível, como ele não se encontra, às vezes ele pode chegar, nós passaríamos para o item 2. Fazer uma inversão para eu poder relatar o...

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Eu gostaria, Sr. Senador Gilberto Goellner, que, em substituição do relatório do item 1, do Senador Leomar Quintanilha, eu solicitaria ao Senador João Pedro, em seguida, se ele pudesse, *ad hoc*, ler o relatório.

E fazemos, então, a inversão da pauta. Passamos para o item 2, enquanto que o Senador João Pedro possa se preparar.

Item 2. Projeto de Lei do Senado nº. 56/2007, de autoria do Senador Alvaro Dias, que altera o art. 143 da Lei 8.203, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a concessão de aposentaria por idade de trabalhadores rurais e segurados especiais e dá outras providências.

Com a palavra, o relator, o Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente e senhores senadores. *“Trata-se de um benefício previdenciário assistencial do setor rural e seu impacto na redução da pobreza do campo. O PLS nº. 56/2007, exposto no item anterior, deixa clara a relevância do benefício assistencial da Previdência Social, estipulado no art. 143 da Lei nº. 8.213. Além disso, demonstra que as restrições que impediam os trabalhadores rurais de comprovar o exercício de sua atividade e o requerimento de sua contribuição em 1981, quando o benefício, em questão, foi criado, ainda existe. E mais, não há perspectiva de que tais limitações desapareçam em julho de 2008, quando, de acordo com a Lei 11.368, está prevista a expiração do prazo para requerer o benefício.*

Assim, a ampliação do período proposto pelo PLS nº. 56 seria muito oportuna. Trata-se, na verdade, de uma mera adaptação, com o intuito de abrandar as grandes dificuldades ainda vivenciadas pelo homem do campo. Com a extensão do prazo para 24 de julho de 2021, dá-se mais tempo para que a evolução das relações trabalhistas no meio rural ocorra, permitindo, assim, a formalização do recolhimento rotineiro de contribuições sociais. Há que ressaltar que, com a Medida Provisória nº. 410, em 28 de dezembro de 2007, o prazo previsto no art. 143 da Lei 8.213/91, achado exíguo, foi prorrogado até 31 de dezembro de 2010. Nesse caso, o PLS nº. 56/2007 propõe apenas que seja mais dilatado esse prazo para que aqueles que possam comprovar tão somente o exercício de atividade rural requeiram a aposentaria por idade no valor de um salário mínimo.

Assim sendo, entendemos que, mesmo que sendo meritória a proposta apresentada pelo Senador Alvaro Dias, com a edição da Medida Provisória 410, em 28 de dezembro de 2007, nos termos do art. 334, do Regimento Interno do Senado Federal, ela está prejudicada. Por isso o nosso voto, ante ao exposto, o parecer é pela prejudicialidade da proposta e, consequentemente, pelo arquivo do PLS nº. 56.”

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): O Relator Senador Gilberto Goellner

concluiu pela prejudicialidade e pelo arquivamento do projeto. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os senhores e senhoras senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

A matéria será encaminhada à Comissão de Assuntos em decisão terminativa.

Voltamos ao item 1. Já com a palavra o Senador João Pedro, *ad hoc*, para dar o parecer, para ler o parecer.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, sobre o Projeto de Lei do Senado, o PL nº. 63/2005, complementar, que altera os art. 6º e 16 da Lei Complementar nº. 76/93. Passo a ler o relatório, Sr. Presidente.

“Esta Comissão passa a examinar, nesta oportunidade, o PLS nº. 63/2005, complementar, que, se aprovado, altera o § 1º do art. 6º com o art. 16 da Lei Complementar de nº 76, de 6 de julho de 93.

Composto de apenas dois artigos, o projeto foi apresentado em 9 de março de 2005, pelo ilustre Senador Alvaro Dias. Com as alterações que propõe o texto da LC nº. 76/93, a proposição tem por objetivo determinar expressamente que os órgãos de arrecadação tributária deverão ser intimados para se manifestarem sobre a existência de crédito tributário líquido e exigível, antes do levantamento da parcela da indenização correspondente a 80% do total depositado, a fim de que tais valores devidos ao fisco sejam abatidos no montante a ser pago ao expropriado.

Para tanto, o art. 1º da proposição, que altera o § 1º do art. 6º da Lei Complementar nº. 76/93, veda ao expropriando o levantamento de 80% do depósito previamente realizado pelo expropriante, até que com essa quantia sejam devidamente quitados todos os créditos tributários, porventura, devidos à unidade federativa e ao município onde esteja localizado o imóvel, bem como à União.

No mesmo sentido da anterior disposição do art. 16 da LC 76/93, também alterado pelo art. 1º da proposição, impossibilita o levantamento da indenização ou do propósito judicial, até que expropriando demonstre a quitação dos tributos federais, estaduais e municipais incidentes sobre o imóvel rural.

Por fim, o art. 2º do projeto, que encerra a cláusula de vigência, estabelece que a entrada em vigor da lei será na data de sua publicação. A proposição chega a esta comissão.

Da análise – Tendo em vista o disposto no art. 104B, inciso I e XIV do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária opinar sobre proposições concernentes ao direito agrário e, mais especificamente, à reforma agrária, os requisitos formais de constitucionalidade, que são atendidos pelo PLS 63/2005, complementar, tendo em vista que compete, privativamente, à União legislar sobre o direito agrário e processual, a teor do disposto no art. 22, inciso I, da Constituição da República, bem como por não ter sido vulnerada cláusula pétria alguma.

Ademais, a matéria substanciada na proposição insere-se no âmbito das atribuições do Congresso Nacional, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 48 do texto constitucional. Ressalte-se, também, que não há vício de iniciativa nos termos do art. 61 da Carta Magna na página 14.

Por outro lado, quanto à possibilidade de a União reter o montante correspondente a seus critérios tributários líquidos e exigíveis, embora não se possa sustentar a mesma razão trazida acima, com relação aos estados e aos municípios, entendemos que a disposição acarreta vício de juridicidade de duas naturezas: a) por subversão do intuito secular da compensação, previsto tanto no Código Tributário Nacional quanto no Código Civil; e b) por subversão da ação sumária de desapropriação por interesse social.

No primeiro caso, a juridicidade se deve ao fato de que, ao prever a hipótese de a União descontar do valor a ser pago, a título de indenização, pela desapropriação de terras para fins de reforma agrária, eventuais créditos tributários, o que a proposta faz, efetivamente, é distorcer o conceito do instituto jurídico de compensação, que, de acordo com o Código Civil, exige que as obrigações detenham a mesma natureza.

Ademais, deve-se ter presente que o valor da indenização pode ser impenhorável, em decorrência da eventual incidência da lei de proteção ao bem da família sobre o imóvel desapropriado, o que esbarraria na vedação prevista no art. 373, inciso III, do Código Civil.

No segundo caso, cabe registrar que a lei, que o objeto da Lei Complementar nº. 76/93 é a disciplina do procedimento sumário de desapropriação por interesse social para

fins de reforma agrária. É importante salientar que a indispensabilidade do rito sumário não é imperativo apenas da lei, mas da própria Constituição da República, que, em seu art. 184, § 3º, dispõe que cabe à lei complementar estabelecer procedimento contraditório, especial de rito sumário para o processo judicial de desapropriação.

Ora, não parece razoável trazer para o bojo do processo de desapropriação que, por imperativo constitucional, deve ser rito sumário: discussões sobre débitos tributários a casos incidentes sobre o bem desapropriado.

É fundamental salientar que discussões sobre eventuais créditos da fazenda pública devem ser travadas na via ordinária, qual seja, a ação de execução fiscal, na qual o devedor terá oportunidade de contraditar a constituição do crédito tributário, mediante oposição de encargos a execução, o que não pode admitir é que se atropelem procedimentos com previsões, inclusive, constitucionais em nome de uma suposta justiça aos cofres públicos.

Destarte, por quanto demonstrada a inconstitucionalidade e a injuridicidade da proposição e análise, coincidimos, entendemos que outra conclusão não podemos alcançar, senão pela rejeição do projeto.”

O voto, Sr. Presidente. “*Diante de todo exposto, somos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº. 63/2005, complementar. Sala da comissão. Senador Quintanilha.*” João Pedro, *ad hoc*.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Senador João Pedro, que conclui o relatório *ad hoc* pela rejeição do projeto.

Em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, em votação. Os senhores e as senhoras senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado o parecer pela rejeição. A matéria será encaminhada à secretaria geral da mesa.

Item 3 da pauta. O Projeto de Lei do Senado nº. 426/2007, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que altera a Lei nº. 5.889, de 8 de junho de 1973, para dispor sobre a jornada de trabalho do trabalhador rural.

Com a palavra, o Sr. Relator, o Senador Valter Pereira, que não se encontra presente. Solicitamos ao Senador João Tenório, queira fazer a relatoria *ad hoc*.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente, senhores senadores, em decorrência do Requerimento nº. 1.297/2007, do Senador Neuto De Conto, é submetido ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº. 426/2007, que tem por fina-

lidade dispor sobre a jornada de trabalho do empregado rural.

“O projeto, ao alterar a Lei nº. 5.889, de 8 de junho de 1973, determina que a duração normal do trabalho para o empregado rural será de oito horas diárias e 44 semanais, facultada a compensação de horários e redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.

A proposição prevê também: I) intervalo de uma a duas horas para repouso e alimentação em trabalhos cuja duração exceda seis horas; II) intervalo obrigatório de 15 minutos em trabalhos com duração maior do que quatro e menor do que seis horas; III) que esses intervalos não sejam computados na duração do trabalho; IV) em caso de inobservância dos intervalos para descanso e alimentação, a remuneração do período correspondente terá um acréscimo de, no mínimo, 50% sobre o valor da hora normal de trabalho; V) intervalo de no mínimo 11 horas entre duas jornadas de trabalho; VI) possibilidade de prestação de horas extras no limite de duas por dia, com remuneração acrescida de, no mínimo, 50% da hora normal e outro repouso semanal remunerado, preferencialmente, aos domingos.

Ao justificar a sua iniciativa, o autor enfatiza que, em audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, ficaram evidenciados incontáveis abusos que são cometidos contra trabalhadores rurais e, em consequência, a necessidade de se adequar a lei que constitui as normas reguladoras do trabalho rural aos ditames da Constituição Federal.

O projeto foi objeto de análise da Comissão de Assuntos Sociais, que deliberou pela sua aprovação. Até o momento não foram apresentadas emendas.

Pela análise – Nós temos no início do inciso VI, do art. 104B, do Regimento Interno do Senado Federal, aliás, nos termos do inciso VI, do art. 104B do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária dar parecer sobre o presente projeto de lei no que tange aos aspectos que envolvem emprego, previdência e rendas rurais presentes na proposição.

O projeto pretende inserir, na Lei 5.889/1973, normas constantes da consolidação da Lei de Trabalho, que hoje já são de

observância obrigatória nas relações de trabalho na área rural.

Observe-se que o art. 1º da Lei 5.889/1973 estabelece que as relações de trabalho rural estarão por ela reguladas e, no que com elas não conflitam, pelas normas da CLT.

A única inovação que constatamos no projeto está presente no caput do art. 5ºA, que determina a concessão de um intervalo para repouso e alimentação de no mínimo uma hora, quando se trata de trabalho contínuo, cuja duração não exceda seis horas.

Atualmente a lei reguladora do trabalho rural estabelece, em seu art. 5º, a obrigatoriedade da concessão do intervalo, observados usos e costumes da região.

De todo o modo, o mérito da proposição reside em trazer para o texto da Lei 5.889, de 1973, e nele explicitar normas que, ainda que já consagradas pela Constituição Federal e pela CLT, poderão, efetivamente, contribuir para impedir, daqui para frente, os abusos que ainda são infringidos contra o trabalhador que vive no campo.

O voto. À vista do exposto, opinamos pela aprovação do projeto do Senado nº. 426/2007.”

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): O relatório lido *ad hoc* pelo Senador João Tenório que conclui pela aprovação. Em discussão.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, senhores senadores--

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): --Eu vejo que as alterações propostas nesse projeto nada mais são do que abranger regras já contidas na CLT, nas relações de trabalho rural, deixando de lado as especificidades dessas relações no meio rural.

Por isso, eu vejo que, da forma como está o projeto, eu sou contrário ao mesmo. E eu gostaria de... Eu vejo que essa situação da CLT urbana e rural praticamente estão nas mesmas condições; eu vejo que é impraticável, porque as especificidades são diferentes. Inclusive, essa obrigatoriedade que existe hoje de se fazer a refeição em um ambiente, refeitório aos trabalhadores lá no campo, isso é impraticável.

Então, em vista disso, eu sou contrário. E gostaria de pedir vistas a esse projeto, da forma como ele está, que a gente pudesse discutir melhor e fazer uma ampliação dessa discussão.

Gostaria de ouvir, também, os demais senadores para que a gente possa fazer uma adequação melhor a esse projeto, devido à complexidade do mesmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com a palavra o Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente e senhores senadores. O Senador Gilberto tem uma opinião, e eu quero concordar com o Senador. Esta matéria, Sr. Presidente e senhores senadores, eu conheço os compromissos da Senadora Lúcia Vânia, é uma senadora zelosa e propositiva, ela tem uma atuação importante.

Agora, eu penso que este projeto, essa alteração da Lei 5.889, acaba confundindo os trabalhadores, porque a regra é clara, nos direitos sociais, no capítulo 2 da nossa Constituição. Se tem uma coisa que está cristalina, é essa equiparação da carga de trabalho, das horas a serem trabalhadas pelos trabalhadores, uma coisa que foi consagrada na Constituição. São direitos...

O art. 7º é claro: “são direitos de trabalhadores urbanos e rurais, além de outros, que visem à melhoria de sua condição social”. O inciso III diz: “duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e 44 semanais”. Isso está bem explícito.

Então, eu penso, de vez em quando nós ouvimos uma máxima, diz: “O Brasil não tem problema de... não faltam leis, falta cumprir as leis”. Então, essa é uma regra que está clara, bem definida no capítulo 2º dos direitos sociais da nossa Constituição. Daí a minha manifestação contrária ao esse projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Então, nós concedemos vista ao projeto do Senador Gilberto Goellner e passamos para o item 4 da pauta.

O requerimento de autoria do Senador Neuto De Conto, que requer, nos termos do inciso II, do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a finalidade de analisar e discutir a cadeia produtiva de caprinos e ovinos no Brasil, com a presença de seguintes autoridades: I) Sr. Francisco Edilson Maia da Costa, Presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Caprinos e Ovinos do MAPA e Presidente da Comissão Nacional de Ovinos e Caprinos da CNA; II) o Sr. Enio Queijada de Souza, Coordenador da Carteira de Ovinos e Caprinos do SEBRAE Nacional; III) Sr. Paulo Afonso Schwab, Presidente da Associação Brasileira de Criadores de Ovinos (ARCO); IV) Sr. Acari Luis Menestrini, Diretor-Presidente da Companhia Brasileira de Látex (CBL).

Em discussão. Em votação o requerimento. Senhores e senhoras senadores que o aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Pauta-extra. Item 1. Projeto de Lei do Senado nº. 475/2003, de autoria do Senador Jonas Pinheiro, que prorroga o prazo para que seja ratificada as concessões e alienações de terras feitas pelos Estados em faixa de fronteira e dá outras providências.

Comunico ao Senador João Durval, relator *ad hoc*. Fez a leitura do relatório em 16 de abril do corrente, tendo concluído pela aprovação, nos termos do substitutivo que apresenta. Naquela oportunidade, foi concedida vista ao Senador Gilberto Goellner, que apresentou voto em separado pela aprovação nos termos do substitutivo que apresente.

Em discussão. Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Eu gostaria de justificar, aqui, esse projeto foi já discutido aqui amplamente na última reunião desta Comissão, aonde a relatora Senadora Marisa Serrano, juntamente conosco, pediu vistas, e, como ela não pode relatar e nós fizemos esse trabalho em conjunto, eu gostaria de colocar novamente em apreciação, lendo o relatório. Pode ser, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Já foram lidos os dois.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Já foram? Não, o voto modifica o prazo.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Ah, o voto do Senador Gilberto Goellner. Com a palavra, para leitura do relatório.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Então, o voto é pela aprovação do PLS 475, nos termos do substitutivo que apresento a seguir.

“Projeto de Lei do Senado nº. 475, substitutivo. Estabelece prazo de dez anos para que os detentores de títulos de concessão ou de alienação de terras em áreas de fronteira de até 150 km, outorgados pelos Governos Estaduais, apresentem ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) requerimento de ratificação desses títulos e dá outras providências.

Art. 1º: Fica estabelecido o prazo de dez anos, contado da publicação dessa lei, para que os detentores de títulos de alienação ou de concessão de terras situadas em faixas de fronteira, expedidas pelos Governos Estaduais, requeiram ao INCRA a ratificação de que trata o art. 5º, § 1º, da Lei 4.947, de 6 de abril de 66.

Observado o disposto do Decreto Lei nº. 1.414, de 18 de agosto de 75. Parágrafo Único: aplica-se no que couber o disposto a Lei nº. 9.871, de 23 de no-

vembro de 99. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Sr. Presidente, gostaria só de justificar que esse prazo não está sendo dado ao INCRA, está sendo dado aos produtores que estão nessa região de faixa de fronteira, que hoje ainda é 150 km, e a tendência do projeto, em análise nesta Casa, é de diminuir essa faixa para 50. E isso aqui é mais um fruto, essa dilação de prazo é dada em função da grande burocracia que existe no país impossibilitando pequenos proprietários, principalmente que não dispõem de condições financeiras para realizar em tempo hábil essa ratificação e o pessoal... A verdade é que está se dando nesta Casa sempre prorrogações, prorrogações, para ver se, num determinado prazo, isso aí se viabilize. A verdade é que existem tanto de parte dos produtores dificuldades para realização, e por isso esse projeto iria colaborar, como também a burocracia nos órgãos, não só do INCRA, mas todos os órgão, os cartórios, e tudo o que envolve a tramitação de papéis de comprovação dessas áreas está a dificultar, então, a viabilização da ratificação e concessões das alienações de terras concedidas pelo Estado.

Então, o nosso voto é que se aprecie aqui realmente essa dilação de prazo, num tempo mais vasto para que, realmente, se consiga o êxito, que é fazer com que todo mundo se regularize. Esse é o nosso voto, pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Continua em discussão. Com a palavra o Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, senhores senadores, Senador Gilberto. Esse é um debate importante, importante porque diz respeito ao ordenamento fundiário do nosso País, inclusive V. Exa. fala, e o projeto está tratando dos imóveis na faixa de fronteira. Há um projeto tramitando que, inclusive – eu concordo, Senador Zambiasi – que diminui a faixa de fronteiras, é que a faixa de fronteiras hoje, Sr. Presidente, de 150 ela foi decidida, ela foi aprovada lá na década de 30, do Presidente Getúlio Vargas, e era um contexto econômico, a geopolítica era uma outra, dentro de um outro contexto. E nós precisamos focar, discutir mais.

Eu tenho uma preocupação muito grande com essa questão e penso – e aí eu quero contraditar com o Senador Gilberto –, eu penso que nós fazemos essa dilação para dez anos, e aí eu quero olhar a Amazônia. Você imagine na Amazônia, que tem um desrespeito brutal à questão ambiental, tem um índice grande de grilagem de terras, nós apresentarmos uma dilação para dez anos para você ratificar o seu imóvel. Eu penso que é muito, tratando-se de Amazônia, você ratificar o

domínio, o uso de um imóvel, principalmente na Amazônia, pela sua extensão, onde os imóveis são grandes, onde o módulo rural é grande; são 500 hectares, são 1.000 hectares, são 2.000 hectares.

Então, eu penso – e aqui eu gostaria de colocar com muita tranquilidade, Senador Gilberto, no sentido de lhe refletir acerca dessa proposta. Você, então, para cadastrar, para justificar, para regularizar o seu imóvel ter essa dilação de dez anos. Eu penso que nós poderíamos ir pelo embate, pela radicalidade da disputa da terra lá na Amazônia; nós poderíamos ter um tempo menor. Então, eu tenho essa opinião. Eu acho que nós temos que impor um rigor nisso, todo o mundo. O Brasil tem que justificar, tem que cadastrar, tem que reafirmar a dominialidade do seu lote, da sua terra.

Então, fazer uma dilação de dez anos é muito. Inclusive, o que eu sei é que a posição do INCRA, que é o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, é de dois anos, Senador Gilberto, de dois anos, ou seja, nós precisamos, quem é proprietário, dizer: “Está aqui, o meu lote é esse”. Quem não tem buscar regularização fundiária, buscar regularizar o seu lote. E aí eu penso que o prazo, na minha opinião, eu fico com essa propositura do INCRA de dois anos. Daí a minha divergência com o Senador Gilberto.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com a palavra o Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Infelizmente, eu vejo o seguinte, que, na última reunião, inclusive o Senador João Pedro esteve presente, foi amplamente já debatido esse assunto, aqui, quando a proposta era cinco anos e o grupo, senadores aqui presentes, acharam muito exíguo o prazo de cinco anos. Então, a Senadora Marisa Serrano se pronunciou e outros senadores se pronunciaram que deveria ser mais elástico o prazo, por dez anos, para viabilizar, então, o tempo necessário, devido à burocracia que existe nos órgãos públicos, para instruir o processo de ratificação desses títulos.

Então, eu vejo que a matéria já foi discutida aqui, e nós deveríamos, então, se não houver quorum suficiente agora, que se fosse colocado numa outra sessão que permitisse, então, a presença de todos os componentes aqui da Comissão, porque, como foi posto, unicamente a gente justificou os motivos que levam à dilação desse prazo devido aos já fundamentos que se têm de que os residentes nessas regiões não estão conseguindo. Realmente é um prazo longo, mas que em dois anos novamente, cada vez se dá dois anos,

dois anos, dois anos, e não se tem, então, a finalização desse processo.

Então, eu vejo que... Eu concordo que os estados devem convocar os seus produtores e auxiliar na retificação e agilização dessa regularização fundiária. Agora, pelo menos está se dando um prazo. E sem prazo nós vamos encontrar dificuldade de ver. Nós precisamos ter prazo. Agora, sem esse prazo longo também vai ter dificuldade de continuar, e isso aí já se vem prorrogando desde 99, desde 1999, faz oito anos, e sucessivas vezes dilatado, em benefício exclusivo dos detentores daqueles títulos citados.

Infelizmente, o INCRA não tem condições hoje de atendimento a toda essa demanda. Como ele tem outras prerrogativas também, todos os estados reclamam, porque não é só um ou dois estados; todos os estados têm problemas. Essa é a nossa posição.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Os senadores...

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com a palavra o Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, senhores senadores. Conversei aqui um pouco com o Senador Gilberto sobre a possibilidade de uma readequação do prazo proposto em seu relatório, tendo em vista que as sucessivas prorrogações ocorridas não foram suficientes ou os detentores de título de imóveis rurais nessas faixas de fronteira não cumpriram minimamente a sua obrigação.

Então, prorrogar por mais dez anos, daqui a dez anos eles pedirão mais dez anos, e ficará uma situação insustentável a vida toda.

Então, nesse sentido, queria propor ao Senador Gilberto um acordo para votação, para prorrogação desse prazo, tal qual o relatório apresentado pelo Senador João Durval fosse, no máximo, de dois anos, tendo em vista que um prazo tão longo não... está provado que não é a garantia de que esses produtores rurais farão a confirmação desses títulos, não farão a ratificação desses títulos. Portanto, a questão principal, aqui, Sr. Presidente, a meu ver, não é de prazo, é do interesse mesmo de promover essa retificação junto ao INCRA.

Tendo em vista essas sucessivas, pelo menos três vezes já foram prorrogados, o que o próprio Senador Gilberto nos informou já citou na faixa de oito anos; na verdade, desde 99. Então, eu sugeriria para que pudéssemos, se possível, fazer um acordo em prol de dois anos e um trabalho mais efetivo junto a esses produtores, junto ao INCRA para que essa ratificação

seja promovida de forma a garantir esses títulos de forma regular, sem que se faça adiamentos que têm levado à não-efetivação, por parte dos produtores, do cumprimento dessa determinação legal.

Portanto, eu proponho, aqui, ao Senador Gilberto, não fiz conversando com ele, de que poderíamos apoiar, aqui, se for por até dois anos; mais do que esse prazo fica difícil, tendo em vista que as sucessivas prorrogações não significaram uma atuação mais decisiva dos produtores rurais no sentido de fazer a ratificação desses títulos em áreas de fronteira.

É o que eu tenho a propor. Se for necessário até prorrogar a votação, tudo bem, mas eu queria sugerir ao Senador Gilberto esse entendimento e um trabalho junto aos produtores e, ao mesmo tempo, junto ao INCRA para operacionalizar esse processo de confirmação dos detentores desses títulos de imóveis rurais em áreas de fronteiras. Muito obrigado.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Só um esclarecimento. O relatório da eminente Senadora Marisa Serrano, lido pelo Senador João Durval *ad hoc*, ele estabelece dois anos.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Então, o procedimento primeiro é votar este relatório. É isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Exatamente. Num comum acordo no debate e na discussão na última sessão, foi combinado de que teria um novo relatório, um voto em separado para chegarmos aos dez anos. Com a palavra o Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, senhores senadores. Eu retiro de pauta, então, esse voto, mas sugiro, já com a devida consideração do Senador José Nery e João Pedro, que se promova aqui uma audiência pública com a presença dos órgãos envolvidos para que realmente se ouça, então, o clamor do órgão, também, e as necessidades dos representantes de todos esses produtores de faixa de fronteira, para que realmente se estabeleça, então, uma nova diretriz para esse assunto da prorrogação desse Projeto de Lei 475, que vem, que já foi prorrogado em 2003, por dois anos, venceu em 2006, e já está vencido e precisa de um novo prazo.

Então, eu acho que nós não vamos discutir prazo, vamos primeiro sentir toda a situação de todos os órgãos envolvidos que possam viabilizar, então, a solução para essas ratificações de imóveis.

Então, eu gostaria de propor uma audiência pública em requerimento que eu vou encaminhar e se discuta, novamente, para depois, então, se definir um prazo necessário.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): V. Exa. pode apresentar o requerimento para instruir a matéria.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): E nós não podemos mais conceder vistas, porque já houve. O que nós podemos é tirar de pauta a matéria--

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Posso retirar de pauta?

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): --Para um novo debate, mas os votos, tanto da Marisa Serrano, lido em *ad hoc*, será o primeiro votado sempre e, se derrotado, voltaria a ser a segunda proposta, que é o voto em separado.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Então, eu retiro de pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Concedo a retirada de pauta.

O item 2 da pauta extra, requerimento da autoria do Senador João Pedro, que requer audiência pública com o objetivo de discutir e estabelecer a situação de compras e venda de terras na Amazônia, no município de Manicoré, Amazonas, com a participação do superintendente do INCRA no Estado do Amazonas, do IBAMA Amazonas, representante da ONG Cool Heart e representante da Madeireira Gethal Amazonas S.A.

Com a palavra o autor do requerimento, Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, senhores senadores, eu gostaria que todos os senadores desta sessão apoiassem esse requerimento. Diz respeito, Senador José Nery, à aquisição de 160 mil hectares de terra lá no município de Manicoré, por esse sueco que tem nacionalidade inglesa e que compra terras na Amazônia. Então, ele adquiriu esse imóvel. Na realidade, nós precisamos é fazer esse debate aqui para ver se ele adquiriu mesmo, e o que é que é isso. Com a presença do IBAMA; o gestor titular do IBAMA no Amazonas é o engenheiro agrônomo Henrique Pereira e a gestora do INCRA, a Sra. Socorro Marques, mais a Gethal, que era detentora e trabalhava em Itacoatiara, no Amazonas. Até hoje tem escritório, mas trabalha lá desde 1972, nesta empresa, e eles repassam esta terra a esta ONG, a *Cool Heart*, e agora ganhou força na mídia internacional, além da mídia nacional. Eu estou querendo tratar isso.

Agora, qual é o espírito, Sr. Presidente e senhores senadores? Na realidade, não é ficar nos marcos desta situação. É, quem sabe, nós construirmos uma nova legislação para aquisição de terras por estrangeiros na Amazônia. Eu quero dizer a V.Exas. este é o

meu intuito, o meu desejo, nós trabalharmos aqui uma legislação. O Brasil tem uma legislação de 1971, que é aquisição de terras por estrangeiros, mas ela foi alterada em 1998, eu penso que, pelo papel estratégico da Amazônia, pela importância da sua territorialidade, pela discussão que ganha hoje a matriz energética, essa crise alimentar, nós precisamos ter uma legislação que possa refletir os dias atuais com esse olhar, com esse comprometimento, com as terras da Amazônia.

Então, é discutir essa situação com o INCRA, com o IBAMA. Eu não coloquei aí e gostaria de levantar aqui, Sr. Presidente, o Instituto de Terras do Estado do Amazonas, porque, na realidade, essas terras não são terras da União, embora a Amazônia, 70% das terras da Amazônia são terras da União, a Gethal foi adquirindo terras particulares concedidas pelo Estado. Na realidade, não são terras públicas. A gente tem que ter esse cuidado.

Bom, quem sabe se nós fizemos um levantamento rigoroso, podemos até encontrar. Mas aí eu estou fazendo hipótese, aqui, de que são terras públicas. A princípio são terras do Estado, títulos que a Gethal adquiriu e que repassou a esse cidadão, este sueco que quer preservar a Amazônia adquirindo terras.

Então, esse é o requerimento: trazer o INCRA, o IBAMA, o Instituto de Terras, a Gethal, que detinha essas terras, para nós fazermos uma discussão. Mais do que isso, abrimos aqui um debate para nós construirmos uma legislação, sem xenofobia, sem isso, eu estou com o espírito aberto, mas nós precisamos criar uma legislação que possa tratar com interesse nacional as terras da Amazônia. Esse é o requerimento, Sr. Presidente.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, para discussão.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu vejo muito importante, Senador João Pedro, essa sua propositura. Eu apoio integralmente e gostaria só de ressaltar que também o Senador Jayme Campos, do Estado do Mato Grosso, e faz parte desta Comissão, anunciou no dia de ontem que apresentará um projeto para autorizar o Executivo a criar uma agência reguladora territorial rural. O órgão teria finalidade de fiscalizar, monitorar e autorizar transações comerciais e imobiliárias no campo.

Então, eu acho que essa comprar de terras por estrangeiros, realmente, precisa ser monitorada, não sei se é no tamanho de uma agência reguladora. Agora, devemos trazer, aqui, sim, também algum órgão do Governo que pudesse nos apresentar qual seria esse encaminhamento ou seria por intermédio de um projeto

de lei ou um órgão competente no País que pudesse monitorar isso aí.

Então, eu não sei se, na sua proposição de nomes aí, constam também só órgãos já colocados aqui, mas teríamos que trazer, possivelmente, uma secretaria que pudesse apresentar forma de regulamentação que coubesse essa parte territorial, principalmente da Amazônia, que está sendo objeto de cobiça por estrangeiros, principalmente pela importância que possui a Amazônia brasileira.

Então, eu acho muito procedente e lhe parabeno pela oportunidade do seu requerimento. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): A título de informação, atendendo vários requerimentos dos senhores senadores, entro num tema geral Brasil. Nós estamos aguardando a confirmação, provavelmente, para a próxima semana do Ministro Guilherme Cassel, que também faz parte desses temas, só que com vários requerimentos que nós temos, ele está para nos confirmar para quarta-feira. E, na outra quarta-feira, também, o Ministro Carlos Minc, atendendo vários requerimentos que nós temos aí, que, talvez, também já se enquadra alguma coisa nesse pleito que, embora, aqui, esse é exclusivo do Amazonas.

Com a palavra o Senador Jose Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, senhores senadores. O requerimento do Senador João Pedro trata de uma questão específica: aquisição de terra por estrangeiro na Amazônia e tem um exemplo, aí, de área adquirida no Estado do Amazonas, total de 160 mil hectares e, sem dúvida, um tema da maior importância.

E, de certa forma, se vincula a um debate mais amplo, que está relacionado com um tema que, de vez em quando, vem à baila, que é a chamada internacionalização da Amazônia.

Alguns organismos oficiais tratam essa questão como uma questão, e de fato é, estratégica, do ponto de vista da ocupação do imenso território da Amazônia, sem levar em consideração sobre quais as condições reais e objetivas em que ocorre a internacionalização da Amazônia hoje, agora, tendo em vista que a aquisição de terra é apenas um aspecto, ao aspecto da biopirataria.

E, nesse sentido, esse tema específico da aquisição de terras por estrangeiros necessita, realmente, de uma posição muito firme do Congresso Nacional e do Governo Brasileiro, sob pena de, quando abrimos o olho, a quase totalidade do território da Amazônia estará sobre o controle de estrangeiros, tendo em vista que não apenas diretamente eles fazem essa aquisição, mas também a fazem de forma disfarçada,

através de prepostos em nosso País, e, quando do incremento desse debate sobre o incremento da produção de cana, visando à produção, à transformação em etanol, em combustível, em biocombustível, há uma febre de aquisições de áreas, de áreas enormes na Amazônia, e o Estado do Pará tem, por exemplo, várias áreas adquiridas, inclusive, não de agora, mas, há tempo, por bancos, por empresas estrangeiras e por muitos prepostos que atendem aos interesses desses grupos econômicos internacionais.

Então, é bastante oportuna essa iniciativa, e acho que o apelo fundamental é esse: precisamos de uma legislação mais efetiva, mais coercitiva, mesmo, rigorosa quanto à proibição dessa forma de apropriação no território nacional para interesses estratégicos, fundamentais de outros países, especialmente da América, dos Estados Unidos e de alguns países europeus.

Portanto, o Brasil precisa se dar conta, e o Presidente da República disse outro dia: “A Amazônia tem dono”. Só que precisa declarar objetivamente: “Tem dono e esse dono são os brasileiros e brasileiras que estão lá”, e o Brasil como um todo tem que entender a Amazônia como parte fundamental para o seu desenvolvimento.

Então, oportuno esse debate e, muito mais, é oportuna as iniciativas que possamos tomar no sentido que disse o próprio Senador João Pedro: endurecer essa legislação e não permitir qualquer brecha ou possibilidade para que essas áreas continuem sendo adquiridas, inclusive verificar a possibilidade jurídico-legal de cancelamento dessas aquisições, tendo em vista a preservação do interesse nacional, sobre essas áreas; até esse aspecto precisa ser examinado, sob pena desse processo de internacionalização continuar se consolidando pela exploração mineral, na medida em que são empresas estrangeiras que controlam, fundamentalmente, a exploração mineral na Amazônia, pela aquisição de terras; enfim, essas questões.

Ou nós examinamos e tomamos uma atitude mais séria, comprometida com os interesses do nosso País ou nos prepararemos para, daqui a pouco tempo, a Amazônia concentra cobiça sob vários aspectos: pela nossa biodiversidade; é o fato de termos a quantidade de água; de possibilidade de desenvolvimento sustentado, não esse desenvolvimento predatório e criminoso que hoje está ocorrendo e que nós não fomos capazes de tomar as medidas necessárias para coibi-lo ou para impedi-lo.

Então, aprovo, apóio o requerimento e acho que esse debate, aqui, poderá ajudar muito nesse movimento em que vamos elaborar e aprovar medidas no Congresso Nacional para colocar nos devidos termos essa ganância e essa apropriação indevida de

área no território nacional na Amazônia brasileira. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Continua em discussão.

Encerrada a discussão. Em votação o requerimento. As senhoras e os senhores senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão.

Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 11h02.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA CONJUNTA COM A 13ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2008.

AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA

Às dez horas e quarenta e quatro minutos do dia vinte e sete de maio de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala sete, sob a Presidência do Senhor Senador Leomar Quintanilha, Presidente da Comissão e com a presença dos Senhores Senadores Renato Casagrande, Fátima Cleide, César Borges, Leomar Quintanilha, Gilberto Gollner, Gim Argelo, Almeida Lima, Inácio Arruda, Ideli Salvatti, Aldemir Santana, Romeu Tuma, Antonio Carlos Júnior, Eduardo Azeredo, Sérgio Zambiasi, Cristovam Buarque, Expedito Júnior, Francisco Dornelles, Rosalba Ciarlini e Flexa Ribeiro, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e a Comissão de Meio Ambiente Defesa do Consumidor. Deixam de comparecer os Senhores Senadores, Augusto Botelho, Fátima Cleide, Eliseu Resende, Herácliot Fortes, José Agripino Mario Couto, Marisa Serrano, Marconi Pirillo, Valdir Raupp, Wellington Salgado de Oliveira, Geovani Borges, Valter Pereira, Demóstenes Torres, Virgínio de Carvalho, João Tenório. Justifica a ausência o Senhor Senador Marcelo Crivella. O senador Cícero Lucena encontra-se licenciado do cargo. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Wellington Salgado de Oliveira, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 08, de 2007-CCT, de autoria do Senador

Flexa Ribeiro, que requer "..., nos termos do inciso I do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública conjunta da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, conjuntamente com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para instruir o PLS 213/2007 e o PLS 677/2007 que regulamentam o mercado de cartões de crédito nos termos constitucionais e regimentais, solicito ainda que sejam convidadas para participar da Audiência Pública as seguintes instituições e entidades: 1 – Banco Central do Brasil; 2 – Ministério da Fazenda; 3 – Ministério da Justiça; 4 – Confederação Nacional do Comércio; 5 – Associação Brasileira de Empresas de Cartões de Crédito e Serviços – ABECS; 6 – Associação Nacional dos Usuários de Cartão de Crédito – ANUCC e 7 – Associação Brasileira de Defesa do Consumidor – Pro Teste que sejam formulados convites. Comparecem a Audiência Pública a Sra. Maria Beatriz Corrêa Sales, Diretora – Substituta do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor – DPDC do Ministério da Justiça; Vanessa Alves Vieira, Advogada da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor – PRO TESTE; Sr. Marcelo de Matos Ramos, Coordenador Geral de Comunicação e Mídia da Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE do Ministério da Fazenda; Félix Cardamone, Diretor Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Cartões de Crédito e Serviços – ABECS; Antonio Rios, Diretor da Associação Brasileira de Empresas de Cartões de Crédito e Serviços – ABECS; José Antonio Marciano, Chefe do Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos – DEBAN do Banco Central do Brasil – BACEN, e Carlos Thadeu de Freitas Gomes, Chefe da Divisão Econômica da Confederação Nacional do Comércio – CNC. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam a palavra os Senhores Senadores Flexa Ribeiro, autor do Requerimento, Renato Casagrande, Eduardo Azeredo, e Adelmir Santana Júnior. O Senhor Presidente, Senador Wellington Salgado de Oliveira, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às quatorze horas, determinando que eu, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – SENADOR LEOMAR QUINTANILHA, Presidente da

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA
DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO
E CONTROLE – CMA

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO
E INFORMÁTICA – CCT

16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, CONJUNTA COM A 13ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 27 DE MAIO DE 2008

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em conjunto com a 16ª Reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, que se realiza nesta data, 27 de maio de 2008.

Iniciando os trabalhos desta Reunião, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das Reuniões anteriores. As senhoras e os Srs. Senadores que concordam com os termos permaneçam como se encontram. Aprovado. As Atas, então aprovadas, serão publicadas no Diário do Senado Federal.

Senhoras e Srs. Senadores, a realização desta Audiência Pública atende aos Requerimentos nºs 08, de 2008, da Comissão de Ciência e Tecnologia, e 12, de 2008, da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, de autoria dos Senadores Flexa Ribeiro e Adelmir Santana, com o objetivo de instruir o PLS 213/2007 e o PLS 677/2007, que regulamentam o mercado de cartões de crédito.

Para darmos início à presente Audiência Pública, solicito ao senhor Secretário que conduza os ilustres convidados para tomar assento à Mesa. Os nossos convidados são: Dra. Maria Beatriz Corrêa Sales, Diretora substituta do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça; Dra. Vanessa Alves Vieira; Dr. Félix Cardamone, Diretor-Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Cartões de Crédito e Serviços – ABECS; Dr. Marcelo de Matos Ramos, Coordenador-Geral de Comunicação e Mídia da Secretaria de Acompanhamento Econômico –

SEAE do Ministério da Fazenda; Antônio Rios, Diretor da Associação Brasileira de Empresas de Cartões de Crédito e Serviços – ABECS; José Antônio Marciano, Chefe do Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos – DEBAN do Banco Central do Brasil; Carlos Thadeu de Freitas Gomes, Chefe da Divisão Econômica da Confederação Nacional do Comércio.

O critério adotado para esta Audiência Pública, para que nós possamos ter um melhor aproveitamento, é de conceder aos ilustres convidados um tempo para as observações preliminares de dez minutos e, em seguida, passaremos ao debate. Eu consulto aos ilustres convidados se nós poderíamos seguir essa ordem de convite para compor a Mesa, substituindo aqui apenas o primeiro e o segundo lugares, que já solicitaram essa alteração. Falaria primeiro então a Dra. Vanessa Alves Vieira. Se há uma concordância da Mesa, nós iniciáramos, então, ouvindo a manifestação da Dra. Vanessa Alves Vieira. Tem V. S^a. a palavra.

SR^a. VANESSA ALVES VIEIRA: Bom dia a todos. Estou aqui hoje representando a Dra. Maria Inês Dolci, sou também Advogada da PRO TESTE e viemos aqui nos manifestar sobre esses Projetos de Lei apresentados pelos Senadores Adelmir Santana.

A PRO TESTE inicialmente agradece esse convite, nós já temos efetuado um trabalho bastante grande nesse campo dos cartões de crédito e gostaríamos de contribuir aí com a nossa visão referente ao objeto desses Projetos de Lei. Julgamos bastante oportuna e louvável a iniciativa do Senador de apresentar esses Projetos de Lei e de requerer essa Audiência Pública para que haja efetivamente um debate democrático sobre essas propostas que podem alterar e muito o mercado de cartões de crédito.

A PRO TESTE recentemente, no ano de 2007, elaborou um seminário financeiro para discussão dos vários problemas enfrentados aí referente às tarifas bancárias, cartões de crédito, e recentemente, há cerca de um mês atrás, houve a realização do Seminário Internacional da PRO TESTE sobre cartões de crédito e o consumidor em conjunto com a Fundação Getúlio Vargas. Tivemos o prazer de contar com a presença do Senador, e também com vários outros participantes aqui da Mesa, o que possibilitou um amplo debate com várias visões sobre o mercado de cartões de crédito, com a visão do Ministério Público, dos consumidores, dos órgãos governamentais, das empresas, representantes aí dos diversos setores que estão envolvidos no problema dos cartões de crédito. O que foi detectado e surgiu como uma proposta do seminário é que há necessidade de que haja uma regulamentação efetiva e ampla sobre os cartões de crédito, porque o que nós

vislumbramos hoje é uma ausência de regulamentação, acaba ficando aí em algumas Resoluções do Banco Central e no próprio Código de Defesa do Consumidor a defesa dos consumidores nesse mercado. Portanto, seria essencial que houvesse uma lei específica para os cartões de crédito. O que nós observamos também é que há diversos Projetos de lei prevendo alterações pontuais no Código de Defesa do Consumidor, prevendo regulamentações pontuais sobre os cartões de crédito, o que talvez não seja a forma mais adequada de se regulamentar esse setor.

Especificamente, portanto, como a PRO TESTE já vem realizando esse trabalho de pesquisa e análise do mercado de cartões de crédito, nós nos manifestamos especificamente sobre esse Projeto de Lei no sentido de que não pode ser acolhida essa diferenciação de preços entre o pagamento à vista e o pagamento através do cartão de crédito, isso porque gerará uma desvantagem excessiva ao consumidor e uma elevação sem justa causa dos preços, além de implicar um prejuízo, o consumidor vai acabar pagando uma conta que não é dele.

Nós temos observado que o mercado de cartões de crédito tem crescido cada vez mais, tem se tornado um mecanismo de facilitação do pagamento, diminuição da inadimplência e também de possibilidade e facilidade de crédito ao consumidor, e não se pode estabelecer um gravame, um obstáculo a esse crescimento do mercado de cartões de crédito através dessa diferenciação de preços que se pretende. O consumidor já arca com anuidades, com taxas referentes ao uso dos cartões de crédito, com juros altíssimos que chegam por vezes a 400% ao ano e ele não pode arcar com mais esse custo por somente estar utilizando o cartão de crédito.

Desse modo, nós não concordamos com essa proposta de que haja essa diferenciação porque entendemos que isso implicará em grandes prejuízos aos consumidores e ao próprio mercado que sentirá uma sensível diminuição do uso do cartão de crédito e o impedimento de muitas pessoas ao crédito, ao acesso ao crédito, que também pode hoje ser considerado um direito básico do consumidor, porque se o consumidor não tem crédito, ele deixará de ter acesso há muitos bens fundamentais para a sua vida. Desse modo, esse é o posicionamento da PRO TESTE.

No que se refere ao compartilhamento da infraestrutura, nós observamos que isso pode implicar numa diminuição dos custos para os lojistas, para os fornecedores, e que essa diminuição dos custos tende a ser repassada para o consumidor. Então de certa forma parece que seria uma boa medida a ser adotada; o compartilhamento.

Então desse modo nós entendemos que esses Projetos se relacionam e têm que ser analisados sempre sob essa ótica, da sua conformidade com o Código de Defesa do Consumidor, de não se criar gravames excessivos ao consumidor sem elevar sem justa causa os preços que já é uma conta que o consumidor vem arcando com as anuidades, com as taxas, com os juros e que ele não pode arcar com mais esse prejuízo que está querendo ser colocado a ele.

Desse modo, esse é o posicionamento da PRO TESTE, estamos sempre à disposição contribuindo para a melhoria desse mercado, para a harmonização das relações de consumo e nos colocamos à disposição para o debate. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Muito obrigado à Dra. Vanessa. Passaremos imediatamente a ouvir a manifestação da Dra. Maria Beatriz Corrêa Sales, Diretora-Substituta do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça. Tem V. S^a. a palavra por dez minutos.

SR^a. MARIA BEATRIZ CORRÊA SALES: Obrigada, Presidente. Bom dia a todos, a todas, especialmente aos Senadores presentes, Senador Casagrande, Senador Cristovam Buarque. O DPDC também agradece a oportunidade de participar desse debate e para o DPDC, para o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, esse debate é muito importante e também muito difícil.

O DPDC tem uma série histórica de notas técnicas exaradas com posicionamentos contrários à possibilidade de diferenciação de preços. O DPDC diz nessas notas que haveria, como disse bem aqui a Dra. Vanessa, vantagem excessiva ao fornecedor, enriquecimento sem causa, elevação sem justa causa de valor de produto no caso de haver diferenciação de se cobrar mais caro por um produto comprado por meio de cartão de crédito que, como se sabe, é meio de pagamento à vista. No entanto, tendo em vista que a Secretaria de Direito Econômico vislumbra racionalidade em ambos os Projetos, viemos aqui para discuti-los, para ouvi-los, para ouvir os demais órgãos governamentais, com quem temos tido constantes reuniões sobre esse tema da regulamentação dos cartões de crédito, e estamos muito dispostos a ponderar o valor constitucional da defesa do consumidor com o valor também constitucional do incremento da livre iniciativa. Eu acredito que o Projeto de Lei 213 seja exatamente isso, um incremento da livre iniciativa, que se adequadamente ponderado com a defesa do consumidor pode trazer grandes benefícios sim ao mercado de consumo. Nós nos preocupamos, é claro, com a oferta, com a publicidade, que os senhores

também sabem, a oferta vincula o fornecedor, a oferta tem que ser clara, o preço tem que ser ostensivo, a precificação dos produtos hoje, quando temos preços únicos, já não é fácil para o consumidor. Com preços diferenciados talvez tenhamos que pensar novas formas, enfim. Temos de ser criados e o DPDC não se furta a esse debate.

Eu não vou usar todo o meu tempo, eu acho que nós temos muitas autoridades que têm muito mais a contribuir que nós e nós esperamos pelo debate para que esse incremento à livre iniciativa, ponderado com a defesa do consumidor, tenha bom fim aqui nessa Audiência. Obrigada, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Dra. Maria Beatriz, a Mesa agradece a sua colaboração com o tempo, tenho certeza que ele será bem aproveitado na hora do debate e de qualquer sorte nós agradecemos as suas considerações iniciais. Passaremos, então, imediatamente, a palavra ao Dr. Félix Cardamone, Diretor-Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Cartões de Crédito e Serviços – ABECS.

SR. FÉLIX CARDAMONE: Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Tem V. S^a. a palavra por dez minutos.

SR. FÉLIX CARDAMONE: Muito obrigado, Sr. Presidente. Antes de proceder à minha apresentação, quero agradecer à Comissão de Ciência e Tecnologia e a Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor pelo convite. Agradeço, também, ao autor dos Projetos oras em discussão, Senador Adelmir Santana, e o autor do requerimento dessa Audiência Pública, Senador Flexa Ribeiro. Quero, também, fazer uma menção de pesar pelo falecimento do Senador Jefferson Peres, que infelizmente não se encontra mais entre nós. E, por último, quero cumprimentar os Srs. Senadores que integram a CMA e a CCT e aos membros integrantes da Mesa e a todos os demais convidados para participar dessa Audiência.

Para discutir o objeto do Projeto eu considero importante entendermos o funcionamento da indústria de cartões. Quais são os integrantes desse sistema? Nós temos as bandeiras, os emissores, as credenciadoras de estabelecimento, os estabelecimentos credenciados, todos interligados em função dos consumidores, os portadores de cartões de crédito. Em seguida, temos as principais responsabilidades e atividades da bandeira, do emissor e da credenciadora. Como funciona esse sistema? O emissor emite um cartão para o cliente, esse cliente faz uma compra, essa compra transita entre a credenciadora, a bandeira, o emissor,

retorna com a autorização da transação ou não, e isso vale destacar que apenas, em média, sete segundos. A liquidação financeira acontece em vinte e oito dias, em média para o cliente, em trinta dias, em média, para o estabelecimento comercial. Nos próximos slides mostrarei alguns números da indústria.

São noventa e sete milhões de cartões de crédito, duzentos e cinco milhões de cartões de débito e cento e cinquenta milhões de cartões de loja e rede, totalizando quatrocentos e cinquenta e dois milhões de cartões nas mãos dos consumidores brasileiros. O volume financeiro transacionado é de oitenta e cinco bilhões por trimestre e prevemos chegar perto dos quatrocentos bilhões no final de 2008, com aproximadamente 1,4 bilhões de transações por trimestre. A quantidade de transações por cartão ao ano chega a 11,8, mas esse gráfico deixa muito claro que o potencial de crescimento, se comparados com países de primeiro mundo como, por exemplo, no Reino Unido, o volume chega a quase trinta e oito transações. Quanto à participação de meios de pagamento no mercado brasileiro, vemos que o dinheiro reina soberano com aproximadamente 60%, porém, os cartões tiveram um crescimento expressivo e praticamente substituíram o cheque, isso graças ao foco no consumidor e ao desenvolvimento de diversos produtos como, por exemplo, o parcelamento no cartão, que praticamente substituiu o cheque pré-datado no mercado. Mais uma vez, comparando com o mercado mundial, fica claro o potencial de crescimento desse meio de pagamento, cartão, por exemplo, quando nos Estados Unidos tem 40% de penetração.

Enfim, são duzentos e quarenta e sete milhões de cartões de crédito e de lojas com limites pré-aprovados, uma forte penetração em todas as camadas sociais da população. Nos últimos anos o crescimento se deu basicamente na classe “c” e “d”, que têm acesso a diversas formas de pagamento no ato da compra, à vista e parcelado, como também no pagamento da sua fatura, aonde o cliente pode escolher o pagamento valor integral, parcelado ou o rotativo. Adicionalmente são 1,2 milhões de estabelecimentos credenciados que aceitam cartões no Brasil, uma penetração de 33% no total de estabelecimentos potenciais, e a sinalização das bandeiras aumenta o fluxo dos consumidores nos estabelecimentos gerando conveniência e comodidade para ambos.

Como sabemos, cada meio de pagamento tem o seu custo e é isso que tentamos demonstrar nessa página em relação ao dinheiro, carnê, cheque e cartão, e esses custos têm as suas diferentes ponderações, mas devem sempre ser levado em consideração, como também cada meio de pagamento gera

seus benefícios e aqui nós gostaríamos de destacar o caso dos cartões. Para os estabelecimentos, as vendas realizadas com cartões são garantidas, eliminando o risco de inadimplência e otimizando o fluxo de caixa. A regularidade de depósito facilita o planejamento financeiro da empresa e gera um aumento de fluxo de consumidores, os mais de quatrocentos e cinquenta milhões de portadores. Para os consumidores o cartão proporciona segurança e conveniência por não precisar portar grandes somas de dinheiro. E, para a sociedade, transação rastreável é um incentivo à emissão de notas fiscais, menor custo em relação ao pagamento papel e reduz a falsificação de dinheiro.

Agora buscamos avaliar o Projeto de Lei em questão que diz: “Não se considera abusiva a fixação de preço diferenciado na venda de bens ou na prestação de serviços pagos com cartões de crédito em relação ao preço à vista”. Primeiro: qual é a diferença entre preço à vista e preço a prazo? No caso do preço à vista, o consumidor efetuou o pagamento e no ato leva a mercadoria e recebe a quitação, uma nota fiscal, uma nota de venda, e os meios de pagamento disponíveis são: dinheiro, cheque, cartão de débito e, também, o cartão de crédito. No caso de venda a prazo, o pagamento é integralizado em prestações dentro de um prazo fixado a contar da aquisição e da entrega da mercadoria, e os meios de pagamento são: carnê, cheque pré-datado e o cartão de crédito parcelado.

Qual é a atual situação do mercado? Hoje existe um único preço para o produto e o estabelecimento oferece as formas de pagamento disponíveis que for conveniente a ele. O meio de pagamento é livre e o consumidor decide com o que quer pagar. Logo, os descontos são avaliados e aplicados por conveniência e oportunidade do estabelecimento – é importante dizer que os descontos hoje já existem – e garante a concorrência entre os meios de pagamento e a formação de preços sem interferência externa. Em resumo, uma relação totalmente livre e bilateral entre estabelecimentos e consumidores.

Finalmente, como a ABECS avalia os possíveis impactos do Projeto de Lei 213? Primeiro, os novos valores serão calculados a partir dos valores vigentes, que pode servir de estímulo à elevação dos preços. Nada garante que os preços irão cair. Não há como regular e controlar o repasse de custos. Interfere na livre relação de negociação, consumidor e mercado. Quebra a isonomia no mercado de meios de pagamento. Para o consumidor a relação fica sem transparência e de difícil entendimento e para os estabelecimentos comerciais a formação de preço não é transparente e racional. Adicionalmente, fica difícil a administração e logística de diferentes preços.

Com isso, Sr. Presidente, eu encerro a minha apresentação. Obrigado a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Agradeço ao Dr. Félix Cardamone a sua participação inicial, preliminar, nessa Audiência Pública, da mesma forma como agradecemos também a homenagem prestada ao nosso querido e saudoso colega Jefferson Peres, que era o Relator deste Projeto de Lei. Passo a palavra ao Dr. Marcelo de Matos Ramos, Coordenador-Geral de Comunicação e Mídia da Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE do Ministério da Fazenda. Tem V. S^a. dez minutos, tem a palavra.

SR. MARCELO DE MATOS RAMOS: Obrigado. Eu vou tentar ser breve, Srs. Senadores, companheiros aqui da Mesa, público. Em nome do Ministro Mantega e do Secretário de Acompanhamento Econômico, Nelson Barbosa, eu agradeço a oportunidade de vir aqui discutir com os legisladores Projeto de Lei.

Felizmente o Dr. Cardamone aqui já avançou algumas das coisas que eu pretendia falar, então eu vou tentar acelerar para que a minha palestra caiba nos dez minutos. Por favor, pode passar.

A estrutura da apresentação é essa, eu vou passar muito rápido aqui no papel da Secretaria, o panorama do mercado de cartões, o qual o Sr. Cardamone já falou bastante, a estrutura da indústria e finalmente a discussão dos PLs. Por favor.

A SEAE é o braço do Ministério da Fazenda, herdeiro de uma política de acompanhamento e controle de preços vindo de décadas passadas, de 80, e com a edição da Lei 8.884 (Defesa da Concorrência) passou-se para uma estrutura mais moderna de controle de preços através da concorrência. O SEAE atua principalmente pela promoção e defesa da concorrência, atuando como o [ininteligível] dos reguladores econômicos e no acompanhamento de mercados.

A missão da SEAE, então, pelo Decreto que dá o Regimento do Ministério, assegurar a defesa da ordem econômica e a articulação com os demais órgãos do Governo encarregados de garantir a defesa da concorrência. Nesse espírito de colaboração nós temos um convênio com o Banco Central e a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça cujo objetivo é elaborar análises e estudos sobre a concorrência na indústria de cartões de pagamentos no que se refere à estrutura de mercado, estrutura de preços e etc. É uma pesquisa que está em andamento, em conjunto aí com o Banco Central e a SDE, até por isso muitas das coisas que eu vou falar aqui são impressões preliminares, mas ainda não são definitivas, pois as nossas posições definitivas sobre o tema dos dois PLs só virão quando concluirmos esses estudos. Por favor.

Então, eu tinha preparado um breve panorama, mas o Dr. Cardamone foi bastante exaustivo, eu vou passar bem rápido. Aí eu só falo da explosão, todos aqui conhecemos no uso de cartão de crédito, na emissão. Por favor. 76% do total de transações. Por favor. 87% no faturamento do setor, isso em 2004 a 2007.

Esse é um gráfico interessante feito através de uma pesquisa que o BACEN fez com o Datafolha, contratou a Datafolha para levantar como o brasileiro usa a moeda. Ele é voltado um pouco para a moeda, mas também fala de como o brasileiro usa outros meios de pagamento. É interessante ver aqui como o uso de outros meios em relação ao dinheiro varia com relação à quantidade, o numerário utilizado, e, também, como a coisa varia em relação a diferentes classes sociais. As classes “a” e “b” hoje, para compras de mais de cem reais, usam majoritariamente outros meios ao invés de dinheiro. Por favor.

Aí é a evolução também bastante significativa da participação dos gastos de cartões de crédito no consumo privado e aqui são alguns slides sobre como a população de baixa renda, principalmente, tem passado a utilizar bastante os cartões, que é uma evolução de 29% para 62%, índice de 2003 e 2007 no número de cartões de crédito imposto à população de baixa renda. Por favor.

Aqui é um perfil do tipo de compra. Compras parceladas: 55%. Por favor.

E aqui, finalmente, o último slide sobre a baixa renda, falando da grande utilização no parcelamento sem juros no cartão por essa população. Por favor.

Aqui é uma breve introdução sobre a estrutura da indústria, enfim, a característica geral dela é que ela é uma indústria com um índice de concentração bastante razoável, tanto a nível das próprias bandeiras. Por favor.

Na questão dos emissores existe de fato um número razoável de emissores, porém, com um grande nível de concentração entre os principais. Aqui em 2006 estimasse que os cinco principais emissores, os grandes bancos, concentravam 71% do mercado em número de cartões e os cinco maiores emissores, também, 79% do mercado em termos de volume de transações. No mercado de credenciadores idem, os maiores credenciadores respondem por cerca de 70% do mercado, ou seja, trata-se de um mercado que tem que ser olhado com cuidado pelas suas características, ou seja, ele exibe alta concentração, existem barreiras na entrada hoje significativas e se trata de uma indústria de rede, que é o tipo de indústria que também, tradicionalmente, o fenômeno da concorrência tem que ser estimulado às vezes não só através de mecanismos de mercado. Por favor.

Aqui a gente passa a discutir exatamente os PLs(F). Como eu chamo a atenção de novo, que essa é uma análise preliminar, a posição final do Ministério acontecerá quando nós concluirmos o estudo em conjunto com os outros órgãos. O PL 231 propõe que se possa fazer preço diferenciado na venda de bens. Hoje isso não é possível por algumas normas expedidas pelo Poder Público, tanto do Conselho Nacional de Defesa do Consumidor como uma Portaria do próprio Ministério da Fazenda. Por favor.

Entretanto, a nossa impressão preliminar a respeito é que essa regra vigente do não sobrepreço tem alguns efeitos anticoncorrenciais. Por quê? Porque ela mascara a possibilidade de que os consumidores imponham uma disciplina de preços sobre os instrumentos de pagamento protegendo tanto as bandeiras quando os credenciadores da concorrência entre eles, já que o consumidor não consegue enxergar a diferença de preços, dos custos implicados no uso do cartão ou não. O que ocorre é que também isso estimula que a concorrência entre esses atores se dê em outros fatores que não o preço. Aí nós encontramos essa questão das promoções, descontos, programas de milhagem, prêmios, sorteios e etc. Por favor.

No entanto, nós também acreditamos que a regra de não sobrepreço, a sua extinção pode trazer algumas coisas que devem ser acompanhadas com cuidado, como o acompanhamento da diferenciação de preços para evitar abusos, a questão também que foi realçada pelo Dr. Cardamone aqui que o cartão implica na traciabilidade das transações, ou seja, há um problema possível aí de utilização da diferenciação de preços para estimular a evasão fiscal e, finalmente, temos que avaliar também como a diferenciação repercutirá nos preços das operações parceladas. Por favor.

Quanto ao segundo Projeto, o compartilhamento, ele dispõe que as redes de captura do processamento deverão ser interconectas, funcionalmente compatíveis e determina que esse compartilhamento será objeto de livre negociação entre as empresas e que os acordos devem ser assegurados em termos não discriminatórios. Por favor.

Aqui é uma repetição mais ou menos de como é a cadeia de captura de processamento, o qual o Dr. Cardamone falou um pouco. No Brasil essas redes são todas caracterizadas por um alto grau de integração e existem alguns serviços terceirizados, mas de fato a responsabilidade pelo serviço em geral é concentrada em uma única empresa. Por favor. [soa a campainha].

O não compartilhamento implica em uma série de problemas, como custo sobrepuja a ampliação, o não compartilhamento faz com que os estabelecimentos tenham uma única opção de credenciamento, tenham

que contratar empresa diferente para cada bandeira, a questão do PDV que hoje existe, mas ele só é viável para estabelecimento de grande porte devido ao seu custo excessivo, e nós sabemos, existem informações no mercado que já existem alguns projetos de compartilhamento feito pelas redes. Por favor.

Ganhos esperados. Seria a aplicação mais eficiente dos recursos, redução nos custos de transação, a possibilidade de entrada de novos *players*, já que eles não precisariam instalar uma nova rede, e aumento de variedades de serviços oferecidos. Por favor.

Aqui tem algumas questões. Como o Projeto de Lei deixa à cargo dos participantes como se fazer isso, existem alguns modelos diferentes de como se fazer esse compartilhamento: ou separando as atividades ou não separando as atividades de rede, processamento e credenciamento. Por favor.

No caso em que haja um compartilhamento de terminais, será necessária alguma regulação e acompanhamento do mercado para evitar condutas discriminatórias. O Projeto de Lei já fala em que não seja discriminatório, mas, enfim, temos que nos preocupar em como fazer o *enforcement* disso. Por favor.

Hoje é o modelo atual, você tem as credenciadoras de cada bandeira e existe alguns outros modelos – vamos passar bem rápido, eu tenho certeza que o Dr. Marciano vai falar mais sobre isso –, existem modelos alternativos em outros países, Japão e Coreia usam um modelo onde existe um provedor de serviço de rede, no Canadá existe um acordo de intercâmbio entre as bandeiras, isso é feito no final. Por favor.

E, finalmente, alguns modelos nos Estados Unidos também usam processador independente ou um adquirente pode fazer o credenciamento de várias bandeiras.

E aqui, finalmente, já existe no mercado uma rede que permite a utilização de seus terminais para o processamento de múltiplos pedidos e existe a perspectiva de entrada de grandes *players* no mercado especializados em fazer esse credenciamento em bases não discriminatórias, como a ARTSIS(F), interessada em entrar no mercado brasileiro e apostando no fim desse modelo atual. E, também, a SEAE tem prestado muita atenção na entrada de outras possíveis plataformas que possam minorar o problema, como a questão do pagamento móvel, feito através de celulares, que poderia permitir a entrada de novos *players* no setor.

Eu encerro aqui a minha apresentação, obrigado, desculpe ter passado um pouco do tempo e realço de novo que essas são conclusões preliminares do Ministério.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUIN-TANILHA (PMDB-TO): Obrigado ao Dr. Marcelo Ra-

mos. O seu sobretempo acabou compensando com a economia dos seus antecessores. Passamos a palavra ao Dr. Antônio Rios, Diretor da Associação Brasileira de Empresas de Cartões de Crédito e Serviços – ABECS. Tem V. S^a. a palavra por dez minutos.

SR. ANTÔNIO RIOS: Agradeço, Sr. Presidente, a palavra, agradeço à Comissão de Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente e Defesa do Consumidor pelo convite de aqui estar, de poder debater esse assunto que é extremamente importante, vital para o futuro da indústria de meios de pagamento. Cumprimento o Exmo. Senador Adelmir Santana, autor do Projeto a que vou me referenciar aqui, cumprimento a todos os Srs. Senadores presentes e a todos os membros aqui da Mesa.

Bom, eu inicio a minha apresentação, por favor, basicamente elencando os pontos principais dos argumentos do Projeto. O Projeto se baseia exatamente nos pontos de que a falta de compartilhamento de terminais poderia ser uma importante barreira, a entrada de novas bandeiras no mercado, que isso gera custos desnecessários para o comerciante, que há desperdício de recursos com investimento desnecessário feito em máquinas e que não há barreiras tecnológicas ao compartilhamento. Em primeiro lugar, eu acho que vale a pena mencionar que a falta de compartilhamento não tem sido a barreira de entrada de novas bandeiras no mercado brasileiro. Aqui temos alguns pontos importantes. Nos últimos cinco anos nós tivemos a entrada de duas bandeiras multinacionais, uma francesa chamada AURA, que já atua a nível nacional, e uma outra sulamericana, que atua principalmente no interior do país, em especial nas regiões Sul e Sudeste do país. Tivemos a consolidação de duas bandeiras nacionais que hoje já atuam em âmbito nacional, que é a HIPERCARD e a GOODCARD, e tivemos o surgimento e consolidação de dezenas de bandeiras regionais e algumas delas estão exemplificadas aqui nesse slide. É que na realidade o mercado brasileiro já pratica o compartilhamento. Cerca de 45% das transações já cursam através dos PDVs de redes varejistas, a Rede TELECOM, que antes era privada das redes de cartões, hoje são gerenciadas e tocadas pelas empresas de telefonia, ou seja, portanto são compartilhadas.

O processamento das transações, em geral, são feitos por empresas terceirizadas e, portanto, os equipamentos utilizados também já são compartilhados. Como já mencionado aqui nos últimos anos surgiu uma rede, chamada GetNet, que já fornece e possibilita justamente rede para novos entrantes, sejam eles bandeiras, sejam eles redes adquirentes, e, também, o desenvolvimento tecnológico já tem permitido que os nossos equipamentos sejam compartilhados entre

lojistas, que é uma outra forma de se compartilhar os equipamentos da rede. Além do mais, a indústria vem utilizando a sua infra-estrutura de POS como canal de distribuição de produtos e serviços para outros setores da economia, quer dizer, os bancos vêm utilizando essa infra-estrutura para fornecimento de serviços correspondente bancário. A gente vem compartilhando com operadoras de telefonia móvel para venda de recarga de celular pré-pago nos nossos equipamentos. Essa infra-estrutura também vem sendo utilizada para compartilhar com operadora de saúde suplementar na autorização de procedimentos, com operadoras de cartão de benefício, tanto alimentação, combustível, farmácia, além de outros segmentos como as empresas de *bureau* de crédito, que fazem consulta de qualidade do crédito, de emissores de cheque, inclusive, que são a SERASA e o SPC, isso tudo levando remuneração adicional para os lojistas, em especial para o pequeno varejista e agregação de valor, uma vez que leva fluxo de pessoas para dentro dos seus estabelecimentos.

Em relação ao crescimento junto ao pequeno comércio, aqui nós temos um gráfico que é bastante elucidativo, aqui é representado pela soma dos estabelecimentos credenciados, pelas quatro principais redes: VISANET, REDECARD, AMEX e HIPERCARD, que em 2002 detinham o somatório de um milhão e quinhentos mil estabelecimentos comerciais, em 2002, e atingiram, em 2007, quase três milhões, ou seja, um crescimento de quase 100%, que mostra que o crescimento da aceitação vem sendo vigoroso com o modelo que aí está e com as soluções que o mercado vem construindo. Isso também acontece de forma regional, ou seja, se nós olharmos a dinâmica regional, hoje o Brasil é praticamente 100% coberto com a aceitação eletrônica em todos os Municípios e, em especial, nas periferias dos grandes centros urbanos, onde se localizam os pequenos comerciantes.

E aqui, senhores, um exemplo claro de que a aceitação de cartão vem efetivamente se espalhando por todos os segmentos da economia, desde engraxates, sorveteiros, e aqui com solução *mobile(F)*, vendedores de arte indígena no Norte e no Nordeste, enfim, e basicamente isso tem acontecido em razão de que a indústria vem buscando adequar os seus preços a esse *target* de mercado e vem desenvolvendo novas tecnologias que permitem que elas já nasçam de forma compartilhada, uma vez que esses segmentos não requerem, não permitem a utilização de outra forma de tecnologia.

Em relação à questão do desperdício de investimentos em máquinas, alguns argumentos devem ser colocados aqui em contraponto. Na medida em que

há uma evolução nas compras de novos equipamentos pela indústria, isso provoca um ganho de escala e permite o oferecimento de preços menores pela indústria fornecedora desses equipamentos, além do que temos que observar a necessidade operacional dos estabelecimentos comerciais. O compartilhamento não necessariamente levará à existência de uma única máquina no ponto de venda, uma vez que esse estabelecimento precisará, pela sua dinâmica operacional, manter um equipamento adicional para operar o seu fluxo. Por exemplo, um restaurante, no momento de pagamento das compras, do serviço, em que todas as pessoas tentam pagar ao mesmo tempo, e é importante a existência de mais de uma máquina, às vezes duas ou três, para que isso aconteça.

Bom, agora entrando na questão tecnológica, é importante a gente entender que compartilhamento leva necessariamente a uma necessidade de padronização e necessidade de padronização leva à queda de inovação, e aqui nós trouxemos um gráfico, um *chart(F)* importante que os senhores observem, que é a comparação do que existe no mercado americano, em termos de cartão de crédito e débito, e do que existe no mercado brasileiro, quer dizer, o mercado brasileiro é sem sombra de dúvidas o mercado mais inovador do mundo em termos de solução de serviços e *fitios(F)* e segurança no mercado; e isso se deve exatamente ao controle que as empresas de rede tem sobre a sua infra-estrutura, o que permite facilitar – conforme o slide seguinte, por favor, nos mostra – as trocas de versão de software, os lançamentos de novos produtos, a implantação de procedimentos de segurança e, também, os processos de instalação e manutenção. Ainda com relação à questão do óbice tecnológico, embora ele não exista, os equipamentos que nós temos hoje na nossa rede, ele suporta no máximo a instalação de quatro bandeiras e, como os senhores viram, o mercado brasileiro é muito mais rico que isso, e cerca de 45% da infra-estrutura é não compartilhável, uma vez que os equipamentos não têm memória suficiente para receber mais de uma bandeira na sua máquina. Isso poderia levar a investimentos que, dependendo do porte desse compartilhamento, poderia chegar a oitocentos milhões de reais, sem incluir os investimentos e ajustes no sistema de informação.

Bom, até aqui nós falamos apenas das máquinas, mas quando nós vamos para todo o processo de infra-estrutura, que são os sistemas que fazem a autorização das transações e a liquidação das transações, aí, senhores, a questão se torna imensamente mais complexa e o que nos leva a uma conclusão de impeditivo ao compartilhamento, porque nós estamos falando de sistemas que têm características especí-

ficas dos produtos e serviços que são o coração, a inteligência do nosso negócio.

E por conta disso – pode passar – a nossa conclusão, Srs. Senadores, é que o mercado tem buscado e tem encontrado soluções para a questão, seja já compartilhando a Rede TELECOM, que antes era privada, hoje é compartilhada, o crescimento do PDV como solução de captura vem acontecendo nos meios varejistas, entre lojistas que são as soluções tecnológicas novas [soa a campainha] da indústria, vem compartilhando verticalmente com outros setores, vem buscando a adequação da sua estrutura de preços. No entanto, a gente vem, sem sombra de dúvidas, estimulado pela diretiva do Banco Central, discutindo na indústria a possibilidade de se padronizar uma cesta básica de produtos, uma vez que, como vocês viram, a nossa solução é muito mais complexa do que existe em outros mercados e nós não achamos que seja bom para o país a pasteurização ou a não inovação de produtos, mas a padronização de algumas cestas básicas colocando essa solução à disposição de clientes que queiram operar de forma compartilhada e com essas soluções básicas, mas não de uma forma imposta. E no caso do sistema de captura e processamento a nossa conclusão é de que realmente se trata de um compartilhamento inviável.

Sr. Presidente, eu concluo aqui as minhas observações e fico à disposição para o debate, para as perguntas que seguirão na Audiência.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): A Mesa agradece as precisas considerações de V. S^a. e passa imediatamente a palavra ao Dr. José Antônio Marciano, Chefe do Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos – DEBAN do Banco Central do Brasil. Tem V. S^a. dez minutos.

SR. JOSÉ ANTÔNIO MARCIANO: Obrigado, Presidente. Eu agradeço o convite feito ao Banco Central para participar dessa Audiência Pública.

É um tema realmente que está muito em discussão na sociedade e o fato de termos várias iniciativas de setores organizados da sociedade demonstra o interesse e a disposição de todos os envolvidos, seja dos legisladores, como esta Casa, na pessoa do Senador Adelmir Santana, com quatro Projetos encaminhados sobre o mesmo tema, e nós estamos de fato envolvidos com o tema já de algum tempo, desde que cartões de pagamento, eu entendo, no sistema de pagamentos de varejo no país. E como mencionou o nosso colega de Mesa, o Marcelo Ramos e a Dra. Beatriz, nós estamos num trabalho conjunto com a SDE e o SEAE procurando oferecer ao país um diagnóstico e linhas

de atuação que poderiam trazer maior eficiência para o sistema de pagamentos brasileiro.

Inicialmente o que nós estamos falando de diferenciação de preço é o que comumente se chama de regra de não sobrepreço. Regra de não sobrepreço é não cobrar alguma coisa além do valor real do bem. É importante notar que a situação que nós temos hoje, como não existe uma regra, não é permitida a regra de sobrepreço, os preços então estariam nivelados por cima. Talvez essa consideração seja importante, porque acreditar que todos os preços devem subir porque está trabalhando com cartão seria dizer que a indústria todinha, o comércio todo, estaria trabalhando com preço baixo do preço real do produto.

Na situação atual lembrando aqui, nós temos o contrato das bandeiras, uma Portaria do Ministério da Fazenda, tem a nota do DPDC, como a Dra. Beatriz mencionou, e temos uma decisão judicial que já está sob *judice* no STJ. O interessante notar é que enquanto se discute se é conveniente ou não a diferenciação de preços, no Distrito Federal ela é permitida desde 2004 e não é tão visível assim.

Falando da experiência internacional, nós buscamos alguns países só para poder situar o que é que está acontecendo lá fora. O que nós notamos é que países em que havia proibição para a diferenciação de preços, essa regra foi quebrada, foi dado liberdade e não trouxe movimentos significativos no mercado porque obviamente existem outros fatores a serem considerados do que estritamente a vontade de diferenciar o preço. Nós temos hoje, da nossa amostra, é somente no Chile que é proibido. No Reino Unido a regra é interessante, porque no Reino Unido é permitido, mas limitada à taxa de desconto. Então isso daí significa o quê? Nós temos uma taxa de desconto médio de 2,5% em alguns países, aqui no Brasil 2,8% no global, mas dependendo do segmento chega a 4%, 4,5%. Então por que dar um desconto de 10% numa venda com cheque ou dinheiro quando o custo do lojista não representa toda essa diferença? Esses são alguns comentários que nós observamos na espécie internacional.

Quais seriam as conseqüências possíveis? Nós estamos falando em possíveis porque nós não temos um estudo conclusivo e, como mencionou o Marcelo Ramos, nós gostaríamos de oferecer um diagnóstico mais preciso, quando concluirmos o trabalho em andamento. A questão de você poder saber quanto custa utilizar cada instrumento de pagamento. Hoje, notadamente no Brasil, ninguém sabe quanto custa este ou aquele instrumento de pagamento, o consumidor não sabe quanto custa. A questão das vendas parceladas também pode trazer maior transparência, mas eu acho que o que talvez motiva mais a apresentação do

Projeto está exatamente no poder de negociação dos estabelecimentos, porque hoje um dos aspectos mais reclamados por parte dos estabelecimentos é o fato de não poder negociar um preço mais justo, segundo os comerciantes.

Do ponto de vista de conhecimento na utilização, os gráficos que foram mostrados, evidentemente, sinalizam que o Brasil é um mercado potencial imenso para a indústria de cartões. O efeito nisso daí seria transitório até que se o mercado achasse um novo ponto de equilíbrio, dependendo muito do que os consumidores vão fazer e o que os estabelecimentos vão conseguir negociar com os credenciadores.

Enfim, do ponto de vista desse sistema de pagamentos, olhando, não seria interessante, não seria desejável a gente trabalhar com dois preços no mercado, isso de fato complicaria a vida de todo mundo, mas a livre fixação de preços pode diminuir o poder de mercado que tem a indústria em cima do lojista, do estabelecimento, que é um dos pontos muito reclamados. Se o preço for justo para todo mundo, se na cadeia produtiva todos estiverem satisfeitos com o preço, certamente que o mercado vai continuar crescendo e nós vamos ter maior eficiência para o país.

E, finalmente, o que é que vai regular de fato a possível diferenciação em cada segmento do mercado é o valor agregado que as vendas com cartões proporcionam. Nós temos a questão da segurança, da adimplência e o controle, que já foram mencionados pelo Cardamone. Então de fato com relação à diferenciação de preços, nós achamos que no momento, dado à grande reclamação que existe com relação aos custos do lado do estabelecimento, poderia ter alguma contribuição, mas gostaríamos de ter o diagnóstico completo da indústria de cartões conforme o trabalho que estamos realizando.

Eu passo agora a falar sobre o compartilhamento de infra-estrutura. No sistema de pagamentos de varejo nós temos uma série de fatores para funcionar e o que é interessante notar aí é que existem pedaços da cadeia produtiva em que existem arranjos cooperativos ou arranjos competitivos podendo trazer maior bem-estar social, maior eficiência econômica. O que nós estamos falando é o seguinte: na infra-estrutura nós entendemos que a cooperação traz os melhores efeitos, a promoção da eficiência econômica é arranjo cooperativo de infra-estrutura. Já na parte de oferta de serviços e produtos têm que haver maior ambiente competitivo. E o que é que nós observamos nisso daí? Competição para a oferta de instrumentos e pagamento e cooperação na infra-estrutura. É disso que nós estamos falando quando nós olhamos a infra-estrutura e vemos por quê? Porque tem efeito de rede, ganho de

escala, uma infra-estrutura requer investimento muito alto para colocar em funcionamento, não é qualquer agente econômico que consegue fazer esse investimento de rede. Então uma infra-estrutura que tenha um custo mais baixo viabiliza o ingresso de outras empresas credenciadoras e, obviamente, com maior concorrência o mercado saberá ter um preço mais justo. Participantes da infra-estrutura.

O Cardamone apresentou algumas coisas, eu estou exemplificando ali, são uma série de empresas e entidades que agem para que isso funcione. Vamos passar a ver de uma forma mais simplificada o que é que está acontecendo no Brasil. A nossa estrutura hoje que nós temos, os maiores emissores de cartão são o Master Card e Visa e tem um sistema que a RE-DECARDS processa somente o credenciamento e as transações Master Card [soa a campanha] e Diners, e a VISANET somente Visa. Para os pequenos, para os demais concorrentes no mercado, tem a HIPERCARD, que tem a sua estrutura própria, a AMEX tem estrutura própria e como foi mencionado; os regionais, bem menores. Mas os maiores *players* de mercado têm estrutura dedicada, não compartilhável.

Passando rapidamente pela experiência internacional, nós vemos no Canadá que tudo é feito por credenciadores, mas existe uma ligação direta entre as bandeiras. Coréia, Japão, Holanda e França; existe só um provedor de serviço de rede. O provedor de serviço de rede não é só uma empresa de telecomunicações, é a que faz a captura de transação, tem a rede de terminais e tudo, e tem os credenciadores que concorrem livremente no mercado. Nos Estados Unidos é mais complexo, têm sistemas que são verticalizados, integrais, mas de qualquer forma existe uma ampla liberdade de credenciamento e as transações são capturadas em terminais únicos nos pontos de venda. Alemanha, Itália e Espanha, um outro modelo de compartilhamento. Enfim, em todos os países que nós estamos olhando não se replica o modelo de infra-estrutura que nós temos no Brasil.

Então o que nós podemos dizer? Cada uma dessas redes tem baixa capacidade instalada e um gráfico que nós divulgamos, nós temos essa daí, a quantidade de transações por terminais no Brasil é pequena de uma bandeira em relação à outra, ou seja, existe capacidade instalada não utilizada. Baixa interoperabilidade, acabamos de falar, cada um tem o seu. Temos custo de desenvolvimento e a questão da infra-estrutura continua sendo utilizada como sendo uma vantagem competitiva, mas dada a ampliação do mercado, se tivéssemos a possibilidade de ter um terminal só, evidentemente seria mais acessível para o estabelecimento ser credenciado e escolher qual o

cartão com que ele quer trabalhar. Esses pontos todos estão discutidos na diretiva que nós emitimos, o Banco do Brasil emitiu. Isso daqui é um documento institucional aprovado pela diretoria colegiada do banco e que traz claramente uma recomendação para a indústria que tenha maior uso da infra-estrutura para ter eficiência nesse mercado.

Eu encerro aqui a apresentação, reafirmando que nós estamos trabalhando, em conjunto com a SDE é a SEAE, procurando oferecer aos legisladores, reguladores e órgãos de defesa do consumidor subsídios para uma visão mais detalhada de como funciona a indústria de cartões no Brasil e quais que seriam as possíveis medidas que poderiam aumentar a eficiência dessa indústria. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Agradeço a contribuição preliminar do Dr. José Antônio Marciano, Chefe do Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos do Banco Central do Brasil, lembrando que o Senador Jefferson Peres era o Relator deste Projeto de Lei nº 213, de 2007, e um dos muitos interessados na realização desta Audiência Pública. Nós deveremos, em substituição ao Senador Jefferson, designar outro Relator para a matéria. Passo a palavra, imediatamente, ao Dr. Carlos Thadeu de Freitas Gomes, Chefe da Divisão Econômica da Confederação Nacional do Comércio, para expender as suas opiniões preliminares a respeito dos Projetos de Lei em discussão. Tem V. S^a. a palavra por dez minutos.

SR. CARLOS THADEU DE FREITAS GOMES: Senador Quintanilha, outros Senadores presentes, Casagrande, Adelmir Santana, é um prazer estar aqui, principalmente depois que o Banco Central falou, porque praticamente ele deu as linhas gerais dessa área de cartões de crédito que eu acho fundamental. Esse Projeto do Senador Adelmir Santana é um Projeto que vem num momento certo. Todos os países do mundo estão discutindo hoje essa indústria dos cartões de crédito. Nos Estados Unidos, na Austrália, no Chile, no México, na Espanha, todos eles. Por quê? É uma indústria que está mudando constantemente. Novidades tecnológicas. É preciso então mais transparência. Os Bancos Centrais que são mais encarregados dessa área, porque os Bancos Centrais já regulam os meios de pagamento, já regulam o crédito. Então a maior parte dos Bancos Centrais são encarregados também de dar mais transparências aos cartões de crédito.

Vou dar um exemplo. Recentemente o Banco Central regulou um assunto importante, os bancos, as tarifas bancárias, que hoje até deu nos jornais que elas estão até caindo, porque o Banco Central padronizou as tarifas bancárias e exigiu mais transparência,

um custo efetivo maior de cada tarifa. Com isso, as tarifas caíram. É um exemplo que aonde nós temos fiscalização, aonde nós temos supervisão, as coisas podem funcionar.

Esse mercado de cartão de crédito é um mercado complicado por natureza, é um mercado que tem dois lados e que tem, o que nós chamamos em economia, externalidades. Por quê? Ambos os lados ganham, ganha um lado com a rede e o outro também ganha com a rede.

Agora, evidentemente, vamos começar com a parte de preços, a diferenciação de preços. Por que é uma coisa importante? Mesmo que não seja uma coisa obrigatória, mas deveria ser uma coisa viável como é em muitos países hoje: Austrália, no Chile, nos Estados Unidos. Obviamente que não se vai ter dois preços constantemente para o mesmo produto, agora os meios de pagamentos usados para comprar esse produto têm diferentes custos de transação. Então é natural que você possa ter um produto um pouco mais caro do que o outro. É óbvio que quem vai dizer isso, são outros fatores de mercado; a elasticidade de preços de cada bem, como está o mercado. Então não necessariamente se vão ter dois preços, mas é importante que tenha a liberdade de você ter dois preços.

Tem outro aspecto muito importante também. É que essa maior transparência, ela é necessária para que você possa ver a taxa de desconto, quanto é que cada comerciante está pagando. Como hoje no Banco Central você tem, por exemplo, quanto é que cada um de nós está pagando aos bancos, a tarifa bancária. É importante então essa transparência para você auditar os custos que estão sendo cobrados do comerciante.

Agora o uso da rede compartilhada também é uma coisa muito importante para baixar os custos de cada comerciante. Isso é uma coisa natural, o Banco Central inclusive tem um projeto sobre esse assunto, já está estudando isso com outros órgãos do Governo e tem uma posição até da diretoria do Banco Central recomendando uma maior eficiência no uso desse sistema, para você compartilhar os custos. Isso é uma coisa tão evidente que eu acho que está mostrando o seguinte: o que existe no Brasil hoje é o que nós chamamos uma falta de um órgão para legislar sobre esse assunto. Por exemplo, o Banco Central americano recentemente mandou para o Congresso americano um projeto aonde ele pede mais transparência dos cartões de crédito para o consumidor, também para o consumidor, porque o consumidor não sabe quanto custa cada operação que ele está pagando. Às vezes está lá escrito quanto é que custa, mas não tem o custo efetivo de cada operação. E hoje, realmente, a indústria de

cartão de crédito é uma indústria que está crescendo muito e tem que crescer, porque é uma indústria que está usando a moeda digital, a moeda que todos nós gostamos de usar, é a moeda que tem uma série de vantagem, evita fraude e outras coisas e tem seus custos também, é uma indústria concentradora. Então a indústria de cartão de crédito é uma indústria que está inovando constantemente. A moeda tecnológica está aí e os Bancos Centrais não podem deixar a moeda tecnológica fugir de seu controle, principalmente nessa parte de fixação de preços que eu acho que vão chegar sempre a um preço único, mas tem um detalhe muito importante por trás disso. É como falou aqui, o preço justo, o Marciano tocou nesse ponto. Qual é o preço justo para ambos os lados? Hoje, realmente, quem está pagando é o comerciante pelo preço, mais do que o outro lado, porque o outro lado, o consumidor, às vezes, ele tem uma série de vantagens para ter o cartão de crédito, talvez não pague tarifas, tem seus bônus, tem milhagens. É óbvio que tem a vantagem, mas há um excesso de vantagens que está sendo tirada do comerciante na fixação do preço justo. É óbvio que é difícil você tentar regular preço, é impossível você regular tarifa, ninguém quer regular tarifa e nem preço. O que você quer é dar transparência para que você tenha os custos olhados por todo mundo e dentro de um mercado que está em constante mutação.

Por isso que eu acho que o Projeto do Senador Adelmir Santana merece todo o nosso carinho possível, tem que ser estudado, evidentemente, vai mexer em muitas complexidades, agora eu principalmente, Senador, eu acho que seria importante também definir o órgão que vai supervisionar os cartões de crédito, porque esse órgão vai ter uma importância fundamental, viu Marciano? Vai ter uma importância fundamental na evolução desse Projeto. Eu acho que realmente as coisas andam por aí.

Agora, foi muito bom nós estarmos agora conversando sobre esse assunto porque não é um assunto que é só aqui no Brasil que está sendo conversado hoje. Todo dia têm manchetes de jornais dizendo que é importante discutir os cartões de crédito porque eles têm muitas vantagens, excelentes vantagens para todos nós, mas, também, nós temos uma moeda, cartão de crédito, que tem dois lados. Se nós olharmos a economia, principalmente a teoria dos jogos, seria para saber, via teoria dos jogos, qual é o preço ótimo para ambos os lados, mas isso não dá para você fazer via regulação e sim dando liberdade para que o comércio possa ter preços diferenciados.

Senador, seu Projeto é muito bom, eu espero que tenha sucesso aqui no Congresso.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Agradeço ao Dr. Carlos Thadeu de Freitas Gomes pelas manifestações expendidas. Vamos passar agora à segunda parte dessa Audiência Pública, que é a participação, a interação com os Srs. Senadores no debate, aproveitando aqui as inteligências que trazem suas opiniões a respeito do uso de cartão de crédito à luz do Projeto de Lei apresentado pelo eminente Senador Adelmir Santana. Naturalmente o uso dos cartões de crédito mostrou que veio para ficar, está aumentando o seu uso a cada dia, há uma democratização e eu acredito que haverá quase que uma universalização no seu uso pela sua praticidade, e quando houver o equilíbrio entre o custo e o benefício, seguramente essa universalidade de use dará com maior segurança. Passaremos, então, a palavra ao eminente Senador Adelmir Santana, autor do PLS 213. Tem V. Ex^a. a palavra.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sr. Presidente Senador Leomar Quintanilha, Srs. debatedores, não vou aqui nominar a todos, uma vez que já foram todos nominados.

O autor do requerimento está ausente, essa Casa tem muitas movimentações ao mesmo tempo, agora está se realizando uma sessão de homenagem à indústria e o Flexa é egresso da indústria, está lá na sessão. Eu tive a sorte de ser o primeiro a falar e até cheguei com atraso aqui.

Sr. Presidente, o estágio em que se discute essa questão, em que se debate essa questão dos cartões, já é avançado em algumas partes do mundo. No Brasil, contudo, somente após o lançamento desses Projetos é que se começa a discutir isso aqui no parlamento. Há uma discussão que ocorre em razão desse convênio celebrado entre o Banco Central, a Secretaria de Direito Econômico e a Secretaria de Acompanhamento de Preços que se deu nas entidades representativas das atividades empresariais e que se estende, porque esse convênio já vem de 2006. Muito bem. O estágio, portanto, de debate no Brasil, é pequeno. Esse estágio de debate no mundo é crescente, bem disse o representante da CNC, Carlos Thadeu. O parlamento europeu discute essa matéria, o Senado americano discute essa matéria com profundidade. As reclamações são constantes com relação aos marcos regulatórios não existentes, reclamações essas que partem hoje do comércio varejista no mundo inteiro, e aqui também no Brasil. A iniciativa do Executivo, volto a repetir, se limita hoje a essa questão do convênio celebrado entre essas três instituições, o BACEN, a Secretaria de Direito Econômico e a Secretaria de Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda, o Ministério da Justiça e Ministério da Fazenda. E agora o debate vem para o

parlamento por iniciativa nosso desses dois Projetos. Aliás, não são só apenas dois, viu Carlos Thadeu, já existe um outro Projeto que define o organismo regulador disso. Mas aqui nós estamos debatendo apenas dois Projetos, o 213 e o outro que trata do compartilhamento.

O 213, que é o que permite cobrança diferenciada, na verdade ele não obriga, ele permite. E por que é que nós propusemos esse Projeto? Porque os custos dessa operação, bem disse aqui o Carlos Thadeu, disse o Banco Central, tem taxas de desconto que vão até 4,5%. Quando nós pensamos nisso, as taxas de descontos, em alguns casos, eram maiores do que essas, já foram no passado bem maiores. Está relacionando com o tamanho da instituição, da empresa, do número de operações.

E há um outro custo nessa história, que não foi mencionado aqui, eu cheguei depois, não ouvi todas as explanações, que é o prazo de ressarcimento da compra. A operação não é uma operação para o comerciante, uma operação à vista, é de mais trinta, é o dia da compra mais trinta dias para que esses recursos caiam na sua conta. Todos nós sabemos o custo de recursos financeiros no nosso país, taxas de juros que são as mais elevadas no mundo. Isso certamente na fixação dos preços, para o consumidor, é levado em conta.

A proposta, portanto, reflete, esse Projeto 213, uma permissividade, uma permissão para que haja a cobrança diferenciada e não obriga. Portanto, os valores fixados pelo comerciante, eles estão ligados ao mercado, o mercado é quem regula isso. Se ele for fixar preços mais elevados para a compra de cartão de crédito ou preços mais baixos para quem compra com moeda ou dinheiro, isso quem vai regular é o mercado, ele vai verificar se isso é bom ou ruim, se vai perder ou aumentar clientes. Certamente isso o mercado regulará. Apenas o Projeto permite esse tipo de operação, o que não é permitido hoje. Na prática não é permitido. O Código de Defesa do Consumidor considera as vendas com cartão de crédito como venda à vista e eu já disse aqui que é de mais trinta em alguns casos.

Uma outra coisa é que na prática o desconto também já existe. Ainda ontem, ontem eu cheguei numa loja, fui comprar um determinado presente e, como consumidor, não como parlamentar, peço desconto, aí pergunta: “Como vai pagar?” Essa pergunta é clássica: “Como vai pagar?” “Você vai pagar como?” Se você disser que é com o cartão, o desconto inexistente, porque embutido naquele preço, na formação daquele preço da mercadoria, estão uma série de custos: aluguéis de equipamento, prazo de ressarcimento da compra, custo de... Essa taxa de desconto, o custo do creden-

ciamento. Para falar numa linguagem mais simples, o custo do credenciamento para ter a bandeira, para ter o direito a receber essa moeda, que é importante. Eu nunca me posicionei contrário aos cartões de crédito, ao contrário, eu sou favorável. É seguro, é importante, é importante para o país, é uma moeda segura para o comerciante, para o consumidor, e esse Projeto, ele tem por objetivo buscar no futuro uma relação entre comerciante e bandeira que essa taxa seja tão insignificante que ela não esteja... Seja presente na formação do preço. Imagine os senhores se o crédito fosse feito no ato da operação da venda ou setenta e duas horas, quarenta horas, mas são trinta dias. Trinta dias para um pequeno empresário, para qualquer que seja, vai influenciar no seu capital de giro e, portanto, é um custo que é embutido na formação do preço final.

Ademais, eu queria dizer o seguinte: que os preços entre à vista, cartão de crédito, cheque, têm diferenças. Entretanto, há um subsídio, na minha visão, um subsídio cruzado nessas operações. O comerciante ao fixar o preço leva em conta os custos fixos da sua operação, aluguel, pessoal, encargos, leva em conta também os encargos fiscais, trabalhistas, tributos e também os custos para poder receber esse tipo de moeda, que é crescente, que representa muito no seu faturamento, portanto, está embutido no preço final esse custo.

Falando desse Projeto 213, também eu queria chamar a atenção que a relação é transparente entre a bandeira e o comerciante porque há um contrato. Ninguém em sã consciência vai assinar um contrato se não tiver as suas vantagens. Existem vantagens em ter a oportunidade de receber essa moeda, porque é uma moeda que está presente. Aliás, cresce essa moeda de forma exponencial, como foram colocados aqui os dados de 2002 até 2007. Cresce e cresce de uma forma que a gente não consegue entender, porque cresce de forma exponencial a demanda, mas não há uma redução de preços. Eu recebi agora um estudo em que mostra as margens de custo. Nas operações dos cartões os custos cada vez mais vão diminuindo. Na medida em que cresce o volume de operações diminui os custos para as bandeiras. Entre 2004, por exemplo, 2005 até 2007, o custo para as bandeiras nas operações, no ato de fazer uma transação, os custos significavam... Já chegou a significar 0,55% do total. E a margem, hoje, que no passado era 0,61%, hoje é de 0,74%, quer dizer, crescem as operações, diminuem os custos, hoje é da ordem de 0,39%, mas as margens dos cartões crescem.

Então a gente busca com isso, o que nós desejamos mesmo é que essas operações sejam claras, que sejam visíveis e represente uma redução de cus-

tos para os que são comerciantes e especificamente para os consumidores. Os consumidores não têm noção, não sabem que naquele custo que ele paga tem ali embutido um custo de credenciamento, um custo de aluguel de equipamento, um custo de telefonia, um custo de prazo de ressarcimento dos valores. É essa a discussão que nós queremos. Nós não queremos de maneira nenhuma que haja grandes diferenças de preços. Na medida em que forem reduzidos esses custos dessas operações, custo de credenciamento, custo de aluguel, provavelmente no futuro não haverá diferença. A diferença será tão pequena que ela não será estimulada ou será falada.

Eu quero só um minutinho, o nosso Relator não está aqui, eu estou fazendo inclusive o papel do nosso Flexa Ribeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Fique à vontade, Senador.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Um outro aspecto que eu gostaria de chamar a atenção, Sr. Presidente, é com relação ao Projeto 677. Esse 677 é o que permite a questão do compartilhamento. Foi dito aqui, a própria Associação dos Cartões de Crédito já hoje fala em compartilhamento, fala e já pratica isso em algumas grandes empresas, mas não é uma prática dos pequenos negócios. Todos os senhores, ao irem hoje ao supermercado, supermercado não, vão a uma loja menor num centro comercial, haverão de verificar uma série de equipamentos sobre o balcão que representam um credenciamento de uma série de bandeiras. Coitado do comerciante se fosse se credenciar em todas essas bandeiras. Certamente iria ocupar uma metragem extremamente grande do seu ambiente de comércio para adequar e para colocar essas bandeiras. O que nós buscamos com isso – e sabemos que é perfeitamente possível – é esse compartilhamento, um único equipamento para atender a todos. E já é possível, já há admissibilidade. Nós estivemos recentemente em São Paulo lá no PRO TESTE, num debate, dizendo que a autoregulação do próprio sistema já caminha nessa direção. Isso significa sensível redução de custos para os empresários.

Dizia-me o Rios, num dos nossos debates, que já foram vários, eu até quero aqui louvar que nesse debate é importante essa presença dos senhores aqui, creiam que não significa a ausência dos Senadores que isso não seja de conhecimento da casa, é porque todos estão em outras atividades; isso é gravado, é repassado várias vezes e saem relatórios. Então, Rios dizia que só o grupo Visa, eu acho que foi a Visa, tem oitocentos mil equipamentos no Brasil inteiro, eu não me lembro a cifra, sei que era uma coisa monstruosa e isso representa muitos aluguéis, uma renda extre-

mamente importante para a bandeira. Eu não estou contrário às rendas e contrário aos rendimentos de qualquer que seja o segmento do negócio. O que eu acho que é que nós temos que buscar uma redução de custos em benefício dos consumidores. O mercado, portanto, é que regula isso. Agora nós precisamos criar a transparência, criar a possibilidade de concorrência para que esses custos sejam efetivamente reduzidos. Nesse instante a gente percebe que não há essa possibilidade de grandes concorrências quando a gente sabe que mais de 90% das operações estão em duas grandes credenciadoras: a VISANET e a REDECARD, que são as duas grandes detentoras desse mercado.

Então, senhores, com relação ao 213, que estabelece essa diferença, eu creio que isso nunca será usado. Volto a repetir: o mercado regulará isso. Agora nós não podemos é inibir, através do Código de Defesa do Consumidor, proibir que haja essa possibilidade. Nós sabemos que na prática isso já existe, a famosa e clássica pergunta: “Vai pagar como? Com cheque, dinheiro ou cartão?” Se eu descer com cartão, “Ah não, não tem desconto”. “Eu vou pagar em dinheiro”. “Ah, tem um desconto de 10%”. Ora, mas se ele, consumidor, quiser denunciar, baseado no Código de Defesa do Consumidor, vai ter o amparo da lei, porque não pode haver diferenças de preços entre as compras com moeda circulante, com cheque ou com cartão de crédito. É o que diz o Código de Defesa do Consumidor.

Então, Sr. Presidente, diante dessas considerações eu fiz aqui algumas perguntas dirigidas aos nossos expositores.

Uma das questões que eu queria falar é exatamente dirigida ao Chefe da Divisão Econômica da CNC, o Dr. Carlos Thadeu. Para os pequenos estabelecimentos, qual a sua estimativa dos custos com transações envolvendo cartões de crédito e de débito? Eu não sei se os senhores sabem, os cartões de débito também têm pagado uma taxa para se credenciar, embora diminuam os custos porque o retorno é mais rápido. Ao invés de ser de mais trinta, é de mais vinte e quatro, quarenta e oito horas ou às vezes--

SR. ANTÔNIO RIOS: Quarenta e oito horas.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF):

--Quarenta e oito horas. Vinte e quatro, quarenta e oito, mas tem caso de setenta e duas, também, Rios. Baixou? Então está bom. De débito. Veja, é uma operação simples, tira de uma conta e passa para a outra, paga uma taxa de credenciamento e ainda são quarenta e oito horas para que esse crédito esteja na conta.

Então, voltando à minha pergunta: para os pequenos estabelecimentos qual é a sua estimativa dos custos com transações envolvendo cartão de crédito e débito, incluindo aí o custo financeiro de mais trinta,

associada a essa demora desse de mais trinta para receber o pagamento sobre os custos totais? Eu vou fazer todos os meus questionamentos, mas essa é especificamente para o Carlos Thadeu.

A outra eu faço para o Dr. Félix Cardamone, a quem tivemos o prazer de um debate em São Paulo, lá no PRO TESTE. Representantes da ABECS têm dito, em diferentes ocasiões, que defendem a autoregulação em oposição à regulação, oposição a essa série de Projetos que temos aqui. Uma das características da indústria de cartões no Brasil é a elevada concentração no segmento de adquirentes. Ao contrário de outros países, como nos Estados Unidos, onde a concorrência no segmento é bastante acirrada, no Brasil há somente um adquirente para a bandeira Visa, a VISANET, e uma para a bandeira Master Card, que é a REDECARD. Juntas VISANET e REDECARD controlam cerca de 90% do mercado. A ABECS tem alguma posição em relação a esta elevada concentração do segmento de adquirentes?

Uma outra questão, Sr. Presidente, agora já até devido com o Rios, ao Dr. Félix e ao Rios e também ao José Antônio lá do Banco Central, serve para os três. No Brasil alguns terminais de venda, conhecidos pela sigla POS – que foi mostrado aqui – transformaram-se em terminais multiuso, e que é uma vantagem, capazes de efetuar diversas operações além daquelas para o qual foram originalmente criados. Quais sejam as concretizações de venda de cartões de pagamento, venda inclusive de telefonia, essa coisa toda. Esse caráter multiuso dos terminais impede o seu compartilhamento? Seria possível compartilhar somente a operação de compra e venda com cartões de débito e crédito? Ainda nessa questão: Quais os aspectos positivos e negativos da ausência de compartilhamento no Brasil? No Brasil alguns terminais de POS são compartilhados, como os que foi citado aqui, já tem uma empresa, parece que é a GetNet, que já compartilha isso, que captura transações para diversas bandeiras pequenas, não a essas duas que eu citei. Há evidências comprovadas de que esses terminais serem menos seguros do que os terminais exclusivos da VISANET e da REDECARD ou do American Express? Essa é a pergunta. E por último, nessa mesma questão, a VISANET e a REDECARD, os maiores adquirentes ou credenciadores no Brasil, cobram taxas de desconto dos comerciantes muito maiores dos que observados nos mercados norte-americano e europeu. Já as tarifas de intercâmbio que os adquirentes pagam aos bancos emissores são marginalmente maiores do que as cobradas em países desenvolvidos. Além disso, no Brasil VISANET e REDECARD contam com a receita de aluguel de terminais, isso que eu falei, aquelas maquininhas que

ficam sobre os balcões. No caso da REDECARD, que publica os seus balanços, as receitas com aluguel terminais corresponde hoje a cerca de 1/4 do faturamento. Isso é publicação dos balanços da REDECARD. A VISANET e a REDECARD também possuem escala. Em particular a VISANET, que com um faturamento anual superior a cem bilhões é uma das maiores credenciadoras do mundo. Temos, portanto, um quadro em que mesmo tendo ocorrido alguma redução nas taxas cobradas nos últimos anos, as receitas das credenciadoras brasileiras são proporcionalmente maiores que as das congêneres norte-americanas e européias, mas os custos são praticamente os mesmos, aqueles custos que eu citei por cada operação. Como os senhores – falo para os três – avaliam a contribuição da baixa concorrência no mercado de credenciamento e da ausência de compartilhamento de terminais para esse cenário?

Ao Chefe do DEBAN, José Antônio Marciano, especificamente, ao Diretor-Presidente também da ABECS, ao Félix Cardamone, ao Sr. Antônio Rios, ao Chefe da Divisão Econômica da Confederação Nacional do Comércio, Dr. Carlos Thadeu de Freitas Gomes, eu vou fazer um outro questionamento. Um dos efeitos da aprovação desse Projeto 213, de 2007, que já foi aprovado em algumas Comissões aqui no Senado, que permitirá a cobrança de preços... Permitirá, não obriga, isso para diferenciar das colocações feitas pela expositora Vanessa, que fez essa exposição. Permitirá, não obriga. Os efeitos da aprovação desse Projeto que permitirá essa cobrança de preços diferenciados entre pagamento à vista e com cartão será um aumento da competição entre os diferentes meios de pagamentos. Como os senhores vêem o aumento de competição entre os diferentes meios de pagamento? Isso poderia levar a uma queda na taxa de desconto que os estabelecimentos comerciais pagam para os credenciadores?

Por último, a última questão, Sr. Presidente, e aí dirigida à Diretora-Substituta Dra. Maria Beatriz Corrêa e à Vanessa, eu faço a seguinte pergunta... Vale para você, Maria Beatriz, e vale para a Vanessa que veio substituir aqui a Dra. Maria Inês Dulce. A legislação atual proíbe a cobrança de preços diferenciados para pagamentos à vista ou com cartão de crédito ou de débito. As senhoras acham que esta interpretação de fato, que está no Código de Defesa do Consumidor, beneficia os consumidores, em especial aqueles que não possuem ou não querem pagar com cartão? Veja, até eu sempre dei o exemplo, o Rios é testemunha desse meu exemplo. O vendedor de gravata de uma pequena loja num Shopping importante aqui em Brasília, o Brasília Shopping, que é um Shopping

cujas vendas, lá nesse Shopping, mais de 70% se dá com cartão de crédito, ao fixar o preço da gravata ele coloca seus custos, além do aluguel, do pessoal, dos encargos financeiros, dos encargos fiscais, trabalhistas, enfim, toda essa carga tributária horrenda e excessiva, ele coloca na formação dos seus preços o preço do credenciamento, o preço da taxa de desconto, o preço de aluguel do equipamento, o preço do prazo que o dinheiro volta para a sua conta e aí estabelece o preço final de venda da gravata. O rapazinho que passou aqui no concurso para ser motorista do Senado precisa trabalhar de gravata, ainda não tem cartão de crédito, vai a esta loja comprar a gravata e pergunta qual é o preço. E o preço é cem, só que nesses cem estão embutidos todos esses custos e ele quer pagar em dinheiro. O dono da loja não está, é muito pequena, tem só o balconista, ele diz: "Não, o preço é igual; tanto faz cartão de crédito, cheque ou dinheiro, é cem reais". Este, coitado, está subsidiando a todos nós que temos cartão de crédito e a isso eu chamo de subsídio cruzado. É uma maldade que se faz com aquele que queria pagar em moeda corrente.

São esses os questionamentos, Sr. Presidente, eu enumerei para que cada um naturalmente ver a resposta que melhor lhe convier. Muito obrigado ao senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Agradeço ao Senador Adelmir Santana que, além de apresentar o Projeto de Lei objeto da discussão nesta Audiência Pública, traz aí uma série de questionamentos aos ilustres debatedores que certamente virá a contribuir para o aprimoramento da legislação pertinente nesta Casa. Eu até tive a intenção de interrompê-lo, apesar de não querer, como Presidente dos trabalhos, estar participando do debate, mas o assunto é muito instigante, nos estimula a todos a participar. E eu gostaria, antes de passar a palavra aos ilustres Senadores Flexa Ribeiro, Relator do Projeto 677, também ao Senador Renato Casagrande e a posteriori aos ilustres debatedores, eu gostaria de comentar a respeito de experiência própria como consumidor da prática existente no mercado aqui da nossa capital. Eu tive até o instinto de fazê-lo no momento em que V. Ex^a. abordou o assunto, que é a questão do desconto na hora do negócio feito e com a escolha da forma de pagamento. Quando você escolhe a forma de pagamento por cartão, não há desconto. Aliás, eu tenho visto em vários estabelecimentos comerciais, não há desconto nem se você oferecer a forma de pagamento em espécie. Eu, pessoalmente, já vivi essa situação várias vezes. Também não há desconto se você não optar quando o próprio fornecedor oferece, você pode dividir a sua compra em quatro vezes sem juros. Muito

bem, eu quero pagar só numa vez, também não tem desconto. Quer dizer, não há o benefício para o consumidor. Será – e aí é a segunda pergunta que eu faço – que esse benefício fica só para o vendedor?

O outro questionamento que eu gostaria de mencionar é com relação exatamente ao pagamento via cartão a débito. Qual é a vantagem que leva o consumidor no pagamento a débito? Se o custo financeiro é bem inferior ao custo com o prazo estabelecido de trinta, sessenta ou noventa dias, que aí tem o custo financeiro de mais trinta, sessenta ou noventa dias, e a débito não, é de mais a operacionalização do problema, vinte e quatro, trinta e seis horas no máximo, e não há efetivamente desconto para o consumidor. Qual é o ganho do consumidor nesse tipo de prática em termos de custo de mercadoria? Porque há outro tipo de ganho, efetivamente a segurança, o transporte do cartão realmente dá segurança também para o consumidor.

Eu gostaria de deixar essas duas indagações para quando os eminentes debatedores forem se manifestar a respeito das opiniões expendidas por V. Ex^{as}. e dos demais Senadores, que nós vamos ouvir os outros dois Senadores e aí passaremos a palavra aos debatedores para as respostas cabíveis. Eu espero que essas indagações que eu coloco, que eu considero também pertinentes, que há uma prática usual no mercado, eu possa também ouvir.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Renato Casagrande, tem V. Ex^a. a palavra e eu gostaria, antes de conceder a palavra, consultar V. Ex^a. se V. Ex^a. aceitaria ser o Relator do PLS 213 em substituição ao nosso saudoso colega Jefferson Peres.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Com muita honra, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Fica V. Ex^a. então designado Relator da matéria.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Principalmente de um assunto tão importante como esse. Obrigado pela confiança.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Fica V. Ex^a. designado Relator dessa matéria a partir desse instante. Tem V. Ex^a. a palavra.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Muito obrigado. Sr. Presidente, senhores convidados, convidadas. Eu vou pedir a fala antes do autor da Audiência Pública, porque o Senador Adelmir hoje já incorporou o espírito do Flexa e falou muito, e se o Fle-

xa falar antes de mim eu não consigo sair daqui, eu vou ter que sair antes de ouvir as respostas, porque eu tenho outros compromissos, mas o Flexa estava numa sessão solene importante, eu tenho que passar lá também para dar um abraço nos nossos amigos da indústria.

Mas, Sr. Presidente, a minha colocação é muito rápida, porque de fato o Senador Adelmir fez uma abordagem muito detalhada de questionamentos e de dúvidas com relação ao tema. O tema é um tema importante, cada vez mais importante para o nosso país, para o mundo, e um tema que merece um acompanhamento do Congresso Nacional, do Senado, como nós estamos fazendo. O Senador Adelmir fez a apresentação desses Projetos e eu louvo o Senador Adelmir por ter apresentado e nos dar a oportunidade deste debate de aperfeiçoá-lo e aprofundarmos a regulamentação, não numa visão legalista simplesmente, mas numa questão da transparência e de simplesmente de alguns parâmetros para que o consumidor seja protegido. A livre concorrência também é uma forma de nós, naturalmente, protegermos o consumidor.

Então eu vou pedir desculpas aos convidados e às convidadas, que eu não vou poder participar aqui das respostas, mas eu acho que tem uma questão que o Aldemir já resvalou nela, que eu acho que é importante. A taxa de desconto cobrada pelas administradoras de cartões é uma taxa que naturalmente varia de estabelecimento para estabelecimento. Então estabelecimentos grandes, pelo que a gente tem informação, é uma taxa que pode ser... Isso é de leitura, pode ser que isso seja diferente, mas o que nós temos de informação é que num estabelecimento com maior movimento a taxa aí chegue em torno de 2%, essa taxa de desconto cobrada das administradoras dos cartões. Num outro estabelecimento pequeno, com pouco movimento, ela chega em torno de 5%. Então tem uma diferença naturalmente porque o poder de barganha e de negociação dos grandes comércios é um poder maior do que o pequeno comércio. Mas têm pequenos comerciantes que acabam não utilizando os cartões porque acrescentar 5% no seu custo, de fato, como nem todos usam o cartão ainda, é um diferencial numa economia estabelecida como a nossa, 5% acabam sendo um percentual que lhe dá competitividade ou não. Então essa taxa é uma taxa que tende a diminuir, tende a se reduzir com esse aumento de números de estabelecimentos hoje que estão usando esse novo meio de pagamento? Precisaremos... Porque nós queremos fugir de qualquer nível de regulamentação de preço, eu acho que o preço tem que ser estabelecido na concorrência, mas precisamos também de um acompanhamento da Comissão de Fiscalização

e Controle sobre esse comportamento, até para que se explicitasse efetivamente as taxas cobradas e que se estabeleça uma concorrência para que as taxas cobradas e os comerciantes tenham a capacidade de ter alternativas de se vincularem a uma bandeira ou à outra bandeira, porque 2% para 5% nessa economia nossa é um diferencial grande que eu acho que nós precisamos levar em consideração.

Era isso simplesmente, eu vou pedir desculpas ao Flexa, ao Adelmir, aos convidados, que eu vou ter que me retirar, mas a minha assessoria está aqui, o comentário feito a essa pergunta a assessoria naturalmente vai anotar e me repassará.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Senador, muito obrigado. Passo a palavra ao autor do requerimento, que deveria ter sido o primeiro, o Senador Flexa Ribeiro. É o autor do requerimento dessa Sessão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Adelmir Santana, senhores convidados, Srs. Senadores. Eu quero primeiro pedir desculpas aos nossos convidados por não ter assistido às exposições de cada um dos senhores e senhoras. Eu estava--

SR. PRESIDENTE SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Senadora Flexa, eu fiz essa justificativa. Você como egresso da área industrial, estava tendo uma sessão de homenagem--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Muito obrigado. Eu participei da sessão solene em homenagem aos duzentos anos da indústria brasileira e os setenta anos da CNI, depois tive que relatar um Projeto do Senador Paulo Paim na Comissão de Educação e não podia deixar de vir aqui, até porque como Relator dos Projetos do nobre Senador Adelmir Santana e autor do requerimento eu tenho alguns questionamentos a fazer.

Eu vou poder tomar conhecimento das exposições de cada um através do material distribuído e através das notas taquigráficas para que a gente possa, então, avançar na tramitação dos dois Projetos.

O Senador Adelmir Santana apresentou dois Projetos que tratam do mesmo tema, que é a questão dos cartões de crédito, um referente ao preço diferenciado das mercadorias compradas com o cartão à prazo e as mercadorias compradas à vista, em dinheiro, e um outro que trata do compartilhamento da infra-estrutura de coleta e processamento de informações no mercado de cartões de crédito e débito.

Senador Adelmir Santana, é importante essa Audiência Pública e a TV Senado para que a gente possa de início dirimir uma dúvida. Por ocasião do Parecer que fiz no primeiro Projeto seu, com relação aos custos

diferenciados nas compras por cartão e a dinheiro, a imprensa noticiou que o meu Parecer era contrário aos interesses do consumidor porque eu pretendia, no meu Parecer, que tivesse um preço diferenciado a maior para as compras com cartões de crédito. Lamentavelmente foi um mal entendido, porque é exatamente o contrário e é o objetivo do Projeto de V. Ex^a., é exatamente que se proteja aqueles consumidores que, querendo fazer a compra à vista através de pagamentos, ou cheque ou a dinheiro, eles possam ter um preço diferenciado daqueles que comprem no cartão com prazos de doze meses e que quando querem comprar à vista o preço é o mesmo, quando todos nós sabemos que no prazo, apesar da propaganda dizer que já é sem juros, sem acréscimo, na realidade dentro daqueles valores estão incorporados, como não poderia deixar de ser, além do custo financeiro pelo prazo de pagamento também o custo que tem da taxa de administração das diversas bandeiras dos cartões de crédito. Então o meu Parecer em relação a esse Projeto de V. Ex^a. foi no sentido sim de proteger o usuário, que se faça um preço diferenciado no sentido de que aqueles que queiram comprar à vista e a dinheiro possam fazê-lo com um preço menor do que o que compra através de cartão de crédito ou à prazo, através de carnê ou qualquer outro sistema de financiamento que exista.

Mas eu gostaria de fazer alguns questionamentos a respeito dos dois Projetos.

Então eu perguntaria à Dra. Maria Beatriz Corrêa Sales, Diretora-Substituta do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor. A Nota nº 103-CGAJ/DNPC/2004, do Departamento Nacional do Ministério de Justiça, conclui que dentro do marco legal vigente a diferenciação de preços para pagamentos à vista e com cartão é abusiva. Com isso, os custos associados às transações com cartão são distribuídos por todos os consumidores, independentemente da forma de pagamento. A senhora concorda que a legislação atual prejudica os consumidores que não possuem cartão de crédito, pois eles acabam subsidiando os demais consumidores?

Ao Diretor-Presidente e ao Diretor da ABECS, Sr. Félix Cardamone e Antônio Rios, e ao Chefe do DEBAN, Sr. José Antônio Marciano. Em algumas ocasiões representantes da ABECS argumentam que no Brasil os terminais de venda, conhecidos como POS, são mais avançados do que seus similares nos países desenvolvidos. Gostaria de saber dos senhores, primeiramente, se esse diagnóstico procede e, em segundo lugar, que motivos levariam os países desenvolvidos a adotarem uma tecnologia mais atrasada?

Ao chefe do DEBAN, Sr. José Antônio Marciano. Em 2006 o Banco Central emitiu a Diretiva nº 1, que

incentivava um maior compartilhamento de terminais de captura e processamento de informações. Desde então se observou muito pouco avanço nesse sentido. O DEBAN também publicou um estudo intitulado “Diagnóstico do sistema de pagamentos de varejo no Brasil”. O senhor poderia nos explicar por que o Banco Central defende o compartilhamento da infra-estrutura de captura e processamento de informações? A segunda pergunta: O Banco Central dispõe da competência legal para obrigar as empresas participantes do sistema brasileiro de pagamentos a compartilharem seus terminais?

Ao Dr. Carlos Thadeu de Freitas Gomes, Chefe da Divisão Econômica da Confederação Nacional do Comércio: A despeito da proibição de cobrança de preços diferenciados muitos estabelecimentos comerciais, sobretudo os pequenos, costumam oferecer um desconto para pagamento à vista. Na sua opinião esse desconto usualmente entre 5 e 10% representa somente o repasse dos custos de transação com o cartão que inclui também o custo financeiro associado à demora de trinta dias para receber o pagamento nas vendas com cartão de crédito ou embute também outros repasses, por exemplo, associados à sonegação fiscal? Ou, ainda, esses descontos seriam concedidos de qualquer forma à vinculação ao pagamento à vista? Seria uma estratégia de marketing?

Eram essas as perguntas, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Bom, depois dos questionamentos dos Srs. Senadores nós vamos aqui, eu não sei por onde... Foram várias perguntas a vários expositores. Eu iniciaria então pelo Presidente da Associação Brasileira de Empresa de Cartões, que foi questionado em alguns momentos, ele daria as respostas ao que foi questionado. Em seguida nós passaríamos para dar uma medida de peso, assim uma diferenciação, ao Carlos Thadeu e, depois, à Vanessa e assim sucessivamente. Vamos lá.

SR. FÉLIX CARDAMONE: Muito obrigado, Sr. Presidente. Com relação à pergunta que o senhor dirigiu à minha pessoa, sobre a posição da ABECS sobre a concentração de adquirentes, na realidade eu acho que o que vale ressaltar é que há uns trinta anos atrás, vinte ou trinta anos atrás existiam diversos adquirentes num mercado de cartões que era bastante pequeno no país. A criação da REDECARD e a criação da VISANET, que ocorreu em torno de doze ou treze anos atrás, foi basicamente em função de criar maior sinergia entre essas redes para que elas tivessem escala e poder de barganha para começar efetivamente um trabalho mais aprimorado, sendo que a REDECARD no seu início era uma empresa constituída pelo Citi-

bank, pelo Itaú e pelo Unibanco que aportaram seus ativos naquele momento; basicamente as suas redes, pequenas redes, sem escala, até porque o mercado de cartões era um mercado bastante pequeno devido também a um mercado com alta inflação. E com a VISANET o Banco Real, o Banco do Brasil e o Banco Bradesco fizeram o mesmo. Naquele momento houve convergência de um grupo para uma bandeira. Como as duas bandeiras são bandeiras predominantes no mercado mundial, então um grupo foi para uma bandeira e o outro grupo, naturalmente, foi para a outra bandeira, sendo que os bancos acabaram ficando emissores de várias bandeiras para atingir e atender as necessidades dos seus respectivos clientes. Esse modelo proporcionou um crescimento vertiginoso do mercado de cartões no país e não podemos deixar de mencionar que esse crescimento se deu numa época de estabilidade econômica, que foi basicamente a partir do ano de 1994, e uma redução das taxas de juros, porque antigamente, na época da hiperinflação, a utilização do cartão praticamente era uma coisa proibitiva para os estabelecimentos comerciais.

Hoje o modelo que nós temos, ele permite sim a entrada de novos participantes nesse mercado. Como a gente vê basicamente, eu poderia citar aqui a GetNet ou também a HIPERCARD e outros tantos participantes que vem trabalhando e crescendo de acordo com a sua capacidade. A posição da ABECS sobre essa concentração? Na realidade a ABECS é uma associação e ela não tem uma posição nem em contrário e nem a favor. Esse é um dado de mercado que nós temos que respeitar. Agora o que a ABECS efetivamente entende é que esse mercado atingiu dimensões muito grandes para a economia nacional, hoje sendo responsável, o mercado de cartões sendo responsável por 20% do volume transacionado na economia e que isso faz com que alguns ajustes nas relações devam ser feitas e é isso que nós estamos buscando no nosso código de autoregulação. Eu espero que isso tenha atendido à demanda de V. Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Passo a palavra ao Carlos Thadeu, que eu foi questionado tanto por mim como pelo Senador Flexa, nas questões que nós fizemos.

SR. CARLOS THADEU DE FREITAS GOMES: Senador Adelmir, antes de mais nada o senhor fez uma pergunta muito importante, porque no Reino Unido o cartão de débito não pode ter uma sobretaxa, só o cartão de crédito pode ser sobretaxado. Por quê? O cartão de débito é um depósito à vista, então não tem sentido você cobrar mais pelo uso do cartão de débito. Já o cartão de crédito não, você pode cobrar pelo uso dele porque você recebe daí alguns dias e tem custos

dentro dele. Então isso mostra de novo que cada meio de pagamento tem um custo com transação. É uma legislação nova que foi colocada no Reino Unido.

Em relação à sua pergunta, Senador, sobre o custo para o pequeno comerciante, o custo é crescente porque as taxas de juros estão subindo constantemente, ainda mais agora, devido a essa perspectiva de preços mais elevados as taxas de juros estão subindo. O pequeno comerciante pega dinheiro emprestado nos bancos, porque ele não tem caixa suficiente para esperar trinta dias ou mais até, até menos um pouco. Muito bem. O que é que acontece? Na medida em que hoje o custo do dinheiro público do pequeno comerciante é muito caro, porque ele não é o grande comerciante que tem acesso fácil aos bancos, então o custo dele é o custo de tomada de dinheiro que é uma taxa relativamente alta, em termos reais pode ser até acima de 2% ao mês, tendo em conta que hoje nós estamos vivendo um momento de ascensão de taxa de juros. Então é um custo muito elevado para essa demora. Quando nós tínhamos no Brasil uma estabilidade de preço, como nós temos ainda, mas com preços decrescentes, com juros decrescentes, esse custo era menor, só que nós estamos vivendo hoje, em termos internacionais, momentos diferentes, os preços estão subindo e os juros estão subindo e esse custo está aumentando para o pequeno comerciante. É mais um ponto importante para o Banco Central que eu acho. Por quê? Às vezes é importante segurar o consumo em certos momentos da economia que você não está querendo que esse consumo cresça demais, e essa legislação sobre os cartões de crédito até pode ser útil ao Banco Central em certos momentos para segurar o excesso de consumo, que hoje está vindo principalmente dos cartões de crédito. Por quê? Com o processo inflacionário um pouco maior, se o consumidor tem um prazo para pagar aquela compra, ele vai usar e sobreusar o cartão de crédito. Essa é uma grande realidade e quem paga o custo desse uso e sobreuso é o comerciante.

Em relação à pergunta do Senador Flexa Ribeiro, evidentemente que o desconto que o consumidor tem do comerciante, quando ele paga à vista, esse desconto leva em conta os custos financeiros do comerciante, os custos fixos que ele tem e o marketing também, que ele às vezes precisa ter um marketing específico. Agora num processo ancessional(F) de taxa de juros, obviamente que esse desconto vai aumentar, porque os custos de juros, hoje, recaem principalmente sobre quem é pequeno. O grande tem acesso a um recurso barato; o pequeno não tem. Eu espero que tenha respondido a ambas as perguntas, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Obrigado, Carlos Thadeu. Eu queria ouvir o questionamento que foi feito à D. Vanessa Alves Vieira, que aqui representa a Associação Brasileira de Defesa do Consumidor. Mas antes, Vanessa, parece-me que o Flexa fez um questionamento que não se deu por satisfeito com a resposta do Félix Cardamone.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É, o mesmo questionamento foi feito também ao Dr. Antônio Rios e ao Dr. José Antônio Marciano. É com relação à utilização dos terminais compartilhados, em que a informação que se tem, que nos foi transmitida, é que a tecnologia no Brasil é mais avançada que no resto do mundo. Então eu gostaria de saber se procede essa informação e por que é que os países de primeiro mundo estão com uma tecnologia... Se a bandeira é internacional.

SR. PRESIDENTE SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Eu só queria esclarecer que nós, como fizemos as perguntas em blocos e questionamentos a todos, tanto eu, como o Senador Casagrande e V. Ex^a., vai chegar o momento em que os demais irão dar as respostas dos seus questionamentos. Mas como ela também foi feita ao Félix, o Félix deve lhe responder. Por favor, Félix.

SR. FÉLIX CARDAMONE: Senador, eu peço desculpas, eu havia entendido que a dinâmica seria outra. Perdão por isso.

A questão que o senhor mencionou é uma realidade. Aonde houve o grande crescimento do mercado de cartões – e isso está demonstrado na apresentação que eu fiz algum tempo atrás – foi exatamente contra o consumo ou a utilização do talão de cheque. Nós vemos que a utilização do dinheiro continua estável e houve uma inversão nos últimos dez anos aonde o cartão de crédito passou a ser muito mais utilizado e o cheque a ser muito menos utilizado. E por que é que isso ocorreu? Isso ocorreu pelo seguinte motivo: o mercado de cartões de crédito, buscando atender à demanda do consumidor, passou a oferecer o parcelado, lojista, o parcelado sem juros, para competir com o cheque pré-datado. Acontece que isso traz muita conveniência para o cliente final, sem dúvida nenhuma, que tem o plástico, ele faz o seu parcelado, como também traz muita conveniência para o lojista, que fora todo o custo administrativo de ter aqueles cheques, portar, guardar, enfim, fazer a custódia do mesmo, ele também foge do risco de inadimplência, porque na hora que a aprovação é aprovada o risco fica 100% com o banco emissor. Então essa foi a razão desse crescimento. E depois dessa funcionalidade outras tantas funcionalidades foram colocadas para agregar valor aos terminais e, ao mesmo tempo, gerar fluxo para os

estabelecimentos comerciais. Então alguns exemplos: recarga de celular pré-pago, o terminal de correspondente bancário, como agora também o sistema de troco fácil, aonde o cliente vai, faz uma compra e pode sacar dinheiro, ter um troco dentro do estabelecimento evitando o seu deslocamento para um banco ou para um auto-atendimento, alguma coisa neste sentido. Então a sofisticação acabou ocorrendo nesse sentido. E não vamos esquecer que o mercado brasileiro realmente, o mercado financeiro brasileiro realmente é um mercado financeiro muito mais sofisticado do que de outros lugares do mundo. Por exemplo, se hoje o senhor for fazer uma compensação de cheque nos Estados Unidos, esse cheque demorará quinze dias, vinte dias, um mês, alguma coisa que o valha, e aqui no Brasil, fruto de todo o investimento do sistema financeiro no passado, o senhor faz a compensação em vinte e quatro horas ou até no mesmo momento se for dentro do banco. O mercado europeu, o mercado americano, como não tinham essas características do mercado financeiro brasileiro, eles se concentraram basicamente no débito e no crédito e assim ficaram. Então o mercado financeiro americano, o mercado financeiro europeu, por ser menos sofisticado, ele efetivamente ficou só no débito e o crédito, facilitando muito mais esses compartilhamentos do que ocorreu hoje no Brasil, que foi uma sofisticação cada vez maior nos terminais. Mais uma vez eu peço desculpas.

SR. PRESIDENTE SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Eu só queria recapitular como nós estamos procedendo. Foram feitas perguntas a toda à Mesa, por mais de um Senador, então cada vez cada um dos expositores estará respondendo os questionamentos feitos independentemente do Senador, mas feito pelos Senadores.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu ainda queria, se V. Ex^a. permitir, um--

SR. PRESIDENTE SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Por favor, por favor.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): — um esclarecimento do Dr. Cardamone. V. S^a. falou a pouco, quando se referiu ao parcelamento, expressou sem juros. O senhor confirma que no parcelamento não estão embutidos juros? A primeira confirmação que eu gostaria de ter era essa, porque é o que diz a propaganda, quer dizer, parcela em doze vezes sem juros e V. S^a. falou isso, sem juros. Para mim os juros estão embutidos. Eu só queria saber se V. S^a. confirma que não há juros nesses parcelamentos. Agora V. S^a. falou e eu olhei, acho que a explanação de V. S^a., realmente houve uma manutenção de pagamento em dinheiro, em torno de 60%, isso se manteve estável. O que houve foi uma substituição do cheque pelos cartões,

o que é muito mais prático, evidentemente. Agora o que é estranho, vendo aqui as transparências, é que a participação do Brasil a nível de cartões ainda é muita pouca, muita pouca. Eu estou vendo aqui quantidade de transações por cartão/ano, uma planilha, você vê o Brasil com 11,8. Eu acho que são milhões?

SR. FÉLIX CARDAMONE: 11,8 transações por cliente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Por cliente?

SR. FÉLIX CARDAMONE: Isso.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Por cliente.

SR. FÉLIX CARDAMONE: Por ano.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Por ano. Quando você vai aos países, outros; você tem: Estados Unidos com 41, França 61. Então lá o uso é muito mais intenso do que no Brasil, o que deveria levar a ter uma tecnologia bem mais avançada para isso. Agora um outro detalhe que é importante, que a gente esclareça aqui para o consumidor. Na hora que ele deu o troco, como V. S^a. colocou, eu pago e tenho a possibilidade de ter o troco. Eu estou tomando um empréstimo, eu estou tomando um empréstimo, eu também queria esclarecer isso, ou se esse dinheiro não tem custo nenhum, porque se não tiver custo nenhum vai todo mundo correr lá nas bandeiras e tomar o dinheiro sem custo, quer dizer, o sistema financeiro vai ficar sem ter a sua atividade principal que é vender a sua mercadoria, que é o dinheiro, já que a gente pode chegar no cartão e tirar dinheiro sem ter nenhum acréscimo. E, por último, qual é a dificuldade que poderia ter, Senador Adelmir, no sentido de haver o compartilhamento das máquinas? Porque me parece que quando o Senador Adelmir fez o Projeto, ele como membro da CNA, Vice-Presidente da CNA, ele--

SR. PRESIDENTE SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): CNC.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): CNC, melhor dizendo, desculpe.

SR. PRESIDENTE SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Até que gostaria de estar do lado da agricultura.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Está preocupado com o comerciante, além de preocupado com o usuário, que foi o objetivo do seu primeiro Projeto, ele no segundo Projeto está preocupado com o comerciante, principalmente o pequeno, que ao não ter o compartilhamento vai ter que pagar pelas máquinas das diversas bandeiras ao invés de ter uma única máquina para usar todas as bandeiras. Então eram essas.

SR. PRESIDENTE SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Eu queria, viu Senador Flexa, eu sei que o senhor, como Relator, é de dar essas concessões, mas eu queria que nós voltássemos toda a Mesa a responder os questionamentos iniciais, até porque o Senador Azeredo também tem algumas questões, e aí a gente daria uma nova rodada incluindo o Senador Azeredo. O senhor ainda tem alguma complementação? Por favor, Félix, depois eu passaria a palavra à Sra. Vanessa.

SR. FÉLIX CARDAMONE: Pois não, Sr. Presidente. Quanto à sua primeira pergunta, sobre parcelamento sem juros, o que acontece quando ocorre um parcelamento sem juros? O estabelecimento comercial fixa um preço e nesse preço pode sim estar embutido os juros, mas existe uma situação que é a seguinte: o banco assume o risco dessas parcelas no momento em que a transação é efetuada. Então existe uma composição de preço feita pelo estabelecimento comercial que pode estar juros embutidos ou não, eu não vou julgar aqui o mérito, mas sim pode ter juros embutidos. Porém, apesar dos juros estarem embutidos pelo estabelecimento comercial, quem está assumindo o risco de crédito é o banco, é o emissor do cartão que vai debitar a conta do portador do cartão, do consumidor, em duas, três ou até doze vezes e correndo esse risco de inadimplência.

O segundo ponto é a questão de como funciona nos outros países. Essa funcionalidade propriamente dita, ela não existe em outros países. Essa é uma característica puramente do mercado brasileiro.

A questão do troco versus empréstimos que o senhor mencionou. O troco, quando essa transação ocorre, essa transação ocorre no cartão de débito e não no cartão de crédito. Então o cliente, na realidade, ele está sacando da sua conta corrente. Então não existem juros porque a modalidade é uma modalidade do cliente pagar com o cartão de débito, vamos supor um valor de trinta reais, e ele pede mais setenta reais, que seriam os setenta reais de troco. O banco debita cem reais na conta do cliente e repassa os cem reais para o estabelecimento, e aqui é importante ressaltar que a taxa de desconto, que foi mencionada algumas vezes aqui nas discussões, ela incide apenas sobre o valor da compra e não no valor do saque.

Por último, pergunta de V. Ex^a. sobre a dificuldade de compartilhamento, eu diria que existe uma dificuldade técnica de compartilhamento devido a essa complexidade. Porém, já em alinhamento com o Banco Central do Brasil aqui representado pelo Dr. Marciano, nós estamos fazendo um trabalho, a ABECS está liderando esse trabalho, trazendo os adquirentes para a mesa para nós tentarmos montar um padrão básico

– e isso foi mencionado pelo Sr. Antônio Luiz -, um padrão básico aonde será oferecido para os clientes um terminal mais simples, um terminal que ofereça apenas o débito e crédito e, assim, o cliente, neste caso o estabelecimento comercial, poderá ter a opção de ter um terminal mais completo, aonde ele oferecerá diversos tipos de produtos e etc. ou um terminal bem mais simples que será um terminal basicamente com débito e crédito.

E é importante ressaltar, só peço mais um segundo, Sr. Presidente, que sempre nós mencionamos a questão dos prazos e custos. Eu gostaria de deixar claro o seguinte: hoje em dia o estabelecimento comercial recebe os seus recursos em trinta dias. Porém, esse prazo também é praticamente repassado na sua integridade para o cliente final, o portador do cartão. O pagamento médio, o prazo médio de pagamento do portador é em torno de vinte e sete dias, podendo chegar a trinta e cinco, trinta e seis dias de acordo com a data da compra, mas em média é vinte e sete, vinte e oito dias, vinte e oito dias para ser mais exato, e o prazo de pagamento para o estabelecimento é trinta dias. Qual é a diferença para os outros países? No momento em que um cliente entra num crédito rotativo, por exemplo, nos Estados Unidos, ele passa a pagar os juros a partir da data da compra e no Brasil o mercado foi desenhado aonde o cliente passa a pagar os juros a partir da data do vencimento da fatura. Então existe essa diferença básica. E a pergunta: por que é que nos outros países não foi para toda essa evolução? Como eu já mencionei é a questão que basicamente lá eles ficaram no débito e crédito simplesmente.

Um outro ponto que é um custo bastante elevado da indústria, e aqui eu faço questão de fazer uma menção até pela presença do Senador Eduardo Azeredo, é a questão das fraudes. O volume de fraudes existente dentro do país é uma coisa absurda, chega a centenas de milhões de reais por ano dentro da indústria financeira, muito disso focado nas fraudes de cartões de crédito. Essas fraudes são enormes, hoje o Brasil é o pólo dos fraudadores de cartões. Por exemplo, nos Estados Unidos, uma fraude contra cartão de crédito é considerado crime contra a moeda. Então isso é prisão inafiançável nos Estados Unidos. Como hoje nós não temos ainda uma legislação, existe um Projeto de Lei do Senador Eduardo Azeredo exatamente nesse sentido, e aqui eu fiz essa menção porque isso ajudará muito na redução dos custos da indústria de cartões, quer dizer, não é só o que nós estamos discutindo aqui, mas também existem outros pontos extremamente relevantes para um crescimento sustentável da indústria. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Como todos os componentes da Mesa foram questionados, eu vou seguir aqui para que eles respondam todos os questionamentos que foram feitos a cada um e depois a gente retoma as questões. Concedo a palavra a Vanessa Alves Vieira, que está representando aqui a Associação Brasileira de Defesa do Consumidor. A ela foram feitos alguns questionamentos também.

SR^a. VANESSA ALVES VIEIRA: Boa tarde. Bom, os questionamentos do Senador Flexa Ribeiro e do Senador Adelmir Santana foram mais ou menos no mesmo sentido, se nós acreditamos que há benefícios para o consumidor nesse modelo atual de não haver a diferenciação de preços? A PRO TESTE acredita que devem ser pensadas, idealizadas medidas tendentes à universalização do acesso ao crédito, do acesso ao consumo principalmente para a população de baixa renda, logicamente não conduzindo a um super endividamento, que nós temos observado como um problema aí nas relações de consumo também, porém, o porquê é que nós nos posicionamos contrariamente a essa diferenciação? Porque é difícil acreditar que haverá uma conduta do mercado no sentido de que os Senadores estão apontando de haver uma redução nos preços para o consumidor. Nós acreditamos que a tendência é que tão logo esse Projeto esteja em vigor, a sinalização para o mercado será de que é possível que você estabeleça um preço maior ao consumidor que efetuar a sua compra a partir do cartão de crédito. Será uma sinalização nesse sentido. Nós acreditamos sim que há que se pensar em medidas para ampliar esse acesso ao crédito e para amenizar esse problema que é a taxa de desconto que gera aí um ônus aos comerciantes. Mas há que se pensar que não há somente esse ônus, há também muitas vantagens trazidas aos comerciantes a partir do uso do cartão de crédito, como a ampliação do poder de compra e a diminuição do risco da inadimplência. Então há que se pensar em medidas que não transfiram ao consumidor esse prejuízo no sentido de amenizar esse problema da taxa de desconto. Há que se pensar em medidas conjuntas entre as empresas no sentido de amenizar esse problema e não transferir para o consumidor, que é a parte mais vulnerável das relações de consumo, esse problema da excessiva taxa de desconto. Então nós nos posicionamos no sentido de que é preciso debater e discutir, se pensar outras estratégias que não conduzam a um prejuízo ao consumidor, a vantagens excessivas às empresas em desvantagem notável ao consumidor.

Há que se diferenciar também, a PRO TESTE tem se manifestado neste sentido, à venda à vista e

à venda a prazo. Sim, nós somos favoráveis que haja uma diferenciação de preços nesse sentido e há necessidade de que haja uma regulamentação melhor no sentido de que aquele consumidor que compre à vista tenha sim um desconto, porque nós acreditamos, como o Senador se manifestou, que os juros estão embutidos. Então aquele consumidor que vai às Casas Bahia e é conduzido aí pela informação de que é sem juros o parcelamento e tudo mais, ele está sim não tendo a informação clara e adequada sobre aquela relação jurídica, aquela compra que ele está efetuando. Então há necessidade sim de que haja uma melhor regulamentação conduzindo a descontos nas compras efetuadas à vista, diferenciando essa situação da venda à vista e da venda à prazo da venda à vista e a venda com cartão de crédito, que nós entendemos que sim, que constitui uma venda à vista e não pode haver essa diferenciação. Então é nesse sentido que nós nos manifestamos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Muito obrigado, Vanessa. Eu queria ouvir o Chefe do Departamento de Operações Bancárias do Banco Central, José Antônio Marciano, sobre os questionamentos que foram feitos e dirigidos a ele.

SR. JOSÉ ANTÔNIO MARCIANO: Muito bem. Obrigado pelas perguntas. Eu vou começar falando o seguinte: o Banco Central do Brasil tem um Projeto Modernização do Sistema de Pagamentos de Varejo e o objetivo desse projeto é aumentar a participação relativa dos instrumentos de pagamentos eletrônicos em relação ao papel, principalmente a substituição dos cheques. Esse projeto nós iniciamos em 2003 e o Senador Flexa mencionou o diagnóstico. Eu aproveito a oportunidade para passar para o Presidente da Mesa uma via do diagnóstico, aqui está a atualização até 2006, a de 2007 estará brevemente e a diretiva também. O diagnóstico do sistema de pagamentos de varejo apontou uma série de deficiências, uma série de pontos que merecem ser analisados no cenário brasileiro, e essa questão dos cartões está dentro desse projeto. Quando se olha os instrumentos e pagamentos utilizados no Brasil, evidentemente os gráficos estão aí, não vou repetir números, mas os cartões são os que mais crescem, por isso que chamou a atenção do Banco Central como instrumentos de pagamento. Agora qual é a nossa linha de atuação e, inclusive, junto com os órgãos de defesa da concorrência? É tornar-se o mercado mais competitivo possível para que os custos associados à utilização dos instrumentos de pagamento sejam mais justos e que haja com segurança, eficiência, no uso de qualquer instrumento de pagamento que substitua a moeda do Banco Central. Nós gostamos sempre de frisar que a moeda do Banco Central

é a única de curso forçado, ninguém pode se recusar a aceitar moeda do Banco Central. Então quando se olha do lado... o que é que representa para o comércio a seleção dos instrumentos de pagamentos, como que o estabelecimento seleciona, quais os instrumentos de pagamento que ele vai aceitar, o eletrônico tem que ter infra-estrutura. E daí vem a questão dos POS. Qual é o problema do POS? As múltiplas redes de terminais de captura de transação. Nós vamos aceitar, e é bem evidente o aspecto de um que um terminal de POS no Brasil executa uma variedade muito grande de funções, não é diferente também com os caixas automáticos de banco, executam muitas funções. Agora qual é o custo imposto para o lojista para ter essa infra-estrutura em cima do balcão quando ele quiser receber somente pagamentos, cartões de débito ou cartões de crédito? É sobre esse aspecto que nós editamos a diretiva. Nós entendemos que o compartilhamento de infra-estrutura é um modelo cooperativo e que traz maiores resultados do ponto de vista de eficiência de uso do instrumento de pagamento. Ora, por que o compartilhamento hoje no Brasil é discutido como sendo de difícil consecução? Se voltarmos um pouco atrás, como o Presidente da ABECS falou a pouco, antigamente cada banco emissor criava a sua rede de captura de transações e assim tinha Cartão Elo, cada banco era obrigado a ter uma rede. A criação da REDECARD e da VISANET foi um passo para dar um pouco mais de eficiência e de permitir que se fosse mais fácil o credenciamento e a utilização de cartões no país. Não há dúvida que foi um passo muito importante. Faltou o passo seguinte, nós entendemos que faltou o passo seguinte; que é o compartilhamento entre essas redes.

Se falar que nós temos uma tecnologia mais evoluída ou menos evoluída do que em outros países, é importante ressaltar que nos outros países a infra-estrutura foi montada para captura de pagamentos. Nós não vamos negar os benefícios de terminais multifuncionais, mas por quê que o comerciante, quando resolve trabalhar com cartões, ele não tem a opção de ter um terminal para receber pagamentos, que é a grande discussão? A quantidade de transações, todos os gráficos mostrados pela ABECS evidenciam somente as transações de pagamentos e aí esse último gráfico que foi mostrado aí já evidencia que há uma capacidade instalada que não vem sendo utilizada quando se olha a quantidade de transações por habitante. E se olhar por terminal, também, olhando pagamentos. Óbvio que se o estabelecimento dispõe, como, por exemplo, em São Paulo eu vi na semana passada, eu fui a um restaurante e me assustei com a quantidade de terminais que havia em cima do balcão. Senador, o senhor precisa visitar esse restaurante. Não era um

de cada bandeira, eram três de cada bandeira e eu fui conversar com o rapaz, eu falei: “Vocês precisam de tudo isso?” Eu estava à noite, num jantar, ele falou: “Vem aqui na hora do almoço e veja o quanto de fila que forma aqui para eu poder receber os vales restaurantes e ticket refeição. Opção do estabelecimento, eu não vou discutir isso daí. Agora temos que pensar nisso daí”.

Do ponto de vista do Projeto de Lei, a questão, como bem ressaltado pelo Senador, o Projeto é permissivo. Longe de a gente estar discutindo aqui, eu gostaria de enfatizar, nós não queremos engessamento de mercado, nós acreditamos que a livre concorrência é que traz os melhores benefícios. Nós queremos é dar condições a que haja a livre concorrência dentro do nosso trabalho junto com a SDE e a SEAE nós estamos enfatizando muito isso.

A outra questão: cartões de débito ou cartões de crédito? No Brasil, como o cartão de crédito vem sendo oferecido como uma forma de substituir o cheque pré-datado, que era largamente utilizado pela população, ele está tendo um esquecimento grande também no uso do cartão de crédito. Em outros países o cartão de débito é que é muito utilizado; o cartão de crédito é pouco utilizado porque o cartão de crédito tem custos maiores associados, seja para o lojista, seja para o consumidor. Então nós temos vários países, como Holanda, Reino Unido, em que é esmagadora a quantidade de transações de débito. Que mais, Senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR ADELMI R SANTANA (DEM-DF): Redução de custos.

SR. JOSÉ ANTÔNIO MARCIANO: Nós acreditamos que compartilhamento traz reduções de custos. Nós temos um tipo de atividade econômica que tem efeito de rede, ganho de escala, o que parece que não está sendo percebido pelos usuários, usuário lojista, é que as grandes escalas tenham sido repassadas numa redução de custos, mas é uma indústria que depende e muito disso. Olhando pelo lado da diferenciação de preços, acreditar que uma diferenciação de preço venha inibir o uso do cartão, nós achamos que é uma coisa que só poderemos ter um efeito conclusivo após implantada a medida. Não existe nenhum estudo hoje no mundo que indique que diferenciar preço trouxe uma redução de custo direta, não é um efeito direto, mas de qualquer forma nós temos aí uma arma muito grande que está se dando ao estabelecimento para obter essa redução de custo. Disso, nós não temos dúvida. Como que ela vai ser utilizada em maior ou menor medida, só os uso e costumes da população em continuar utilizando o cartão e dos estabelecimentos ter um preço mais justo, que na hora que as coisas... o mercado tende a se equilibrar na hora que todos es-

tiverem satisfeitos e nós acreditamos que pode chegar num equilíbrio de redução de custos sim. Com relação a isso eu gostaria de mencionar também a questão dos consumidores, como a PRO TESTE vem falando e nós tivemos outras manifestações de associações de consumidores. Existem algumas diferenças no mundo que são muito mais interessantes do que intervenção regulatória. Um caso típico é o caso da Espanha, em que houve um acordo entre os estabelecimentos, associações de bares, restaurante, lojistas, o comércio em geral, com a associação dos consumidores juntos e as bandeiras e os emissores, foi feito um grande acordo planejando uma redução nas taxas de desconto, nas taxas de desconto deles que, sem dúvida nenhuma, é muito inferior às nossas, programada até tal ano reduz para 25% e depois reduz 50%. Esses acordos, na minha visão, são mais eficientes do que uma intervenção direta de preços como o próprio colega Carlos Thadeu mencionou, longe da gente imaginar em voltar à época de se engessar o mercado, é ter condições. A Austrália é outro mundo, está do outro lado do mundo e teve uma outra visão sobre a indústria de cartões, tomou uma série de medidas.

Em resumo, no trabalho que nós estamos fazendo – e eu ressalto a importância desse trabalho para um maior debate – nós estamos analisando todas essas experiências internacionais e analisando a situação brasileira, de que forma que nós podemos aproveitar a experiência internacional para tornar a indústria de cartões no Brasil mais eficiente. Não questionamos nesse momento que o modelo de desenvolvimento que ela teve até hoje foi um modelo errado. Ela evoluiu desse jeito, a sociedade aceitou a evolução e está usando os benefícios que ela proporcionou, mas estamos discutindo é se esse modelo continua bom daqui para frente. Nós achamos que há muitas evidências, muita coisa que pode se alterar a estrutura do mercado, porque esse trabalho nosso, o Senador Adelmir Santana por diversas vezes já cobrou da gente uma resposta mais rápida nesse trabalho, não é fácil, porque nós não estamos olhando meramente a questão do preço final, nós estamos olhando toda a cadeia produtiva e de como que esse preço chega, se reflete nos consumidores finais, e para isso olhando a estrutura do mercado, o mercado concorrencial, existe manifestação do poder de mercado, existe abuso do poder econômico. São aspectos relevantes para que se tenha um mercado competitivo e eficientemente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Tem também sobre a questão de compartilhamento. Já existe POS, no caso da GetNet, que foi citado aqui, que compartilha. Se ele é menos

seguro dos exclusivos, do tipo VISANET e tipo REDECARD.

SR. JOSÉ ANTÔNIO MARCIANO: Eu vou deixar essa questão, sobre a avaliação de segurança dos terminais, para o representante da indústria, porque eu não conheço as estatísticas que ele dispõe.

SR. PRESIDENTE SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Então com a palavra o Rios para todos os questionamentos que lhe foram feitos.

SR. ANTÔNIO RIOS: Obrigado, Sr. Presidente. Bom, realmente é uma série de questões, eu vou começar com as questões do Exmo. Senador Adelmir Santana, primeiro falando sobre a questão da concentração. Eu só acrescentaria ao que o Félix já respondeu que a indústria de cartões, ela é concentrada por natureza no mundo inteiro. As três principais bandeiras; Visa, Master Card e American Express, em geral, em todos os países do mundo, apresenta uma hegemonia de participação em mercado. No caso brasileiro, Senador, eu diria que a nossa situação é diferenciada em relação ao resto do mundo, como nós pudemos observar na apresentação, uma vez que nós temos não só a entrada de bandeiras multinacionais no nosso mercado, a gente mencionou Aura e Cabal, Cabal é uma bandeira aqui da Argentina que atua fortemente no interior do país, e bandeiras nacionais já com uma certa expressividade, ou seja, em outras palavras, a concentração de mercado vem se reduzindo no mercado brasileiro.

Em relação à unicidade de adquirência em relação à bandeira, isso tem trazido para o mercado brasileiro uma série de vantagens, uma vez que possibilita justamente um maior investimento no crescimento da rede e na aceitação dos cartões no mercado brasileiro. Então se nós comparamos armas a nossa penetração em termos de mercado, é claro que quando a gente compara com os países de primeiro mundo é complicado porque a cultura de uso de cartões nesses países é muito mais evoluída do que a nossa cultura. No entanto, quando nós comparamos países de mesma natureza, por exemplo, Brasil e México, a nossa participação é muito superior à participação de mercado dos cartões, ou seja, a penetração das transações de cartão no total dos meios de pagamento, exatamente pelo modelo e pela forma em que o mercado brasileiro cresceu nos últimos anos, procurando inovar, procurando colocar soluções de pagamento que são aderentes não só ao consumidor, é importante que se diga isso, mas também ao comerciante, quer dizer, a partir do momento que nós levamos, e a unicidade de adquirência permite um trabalho muito importante em sinergia com o comércio no sentido de promover o processo de venda, promover o processo de consu-

mo, que é importante para a economia, porque mais consumo significa mais crescimento e mais empregos em nosso país.

Em relação à questão dos POS multiuso, eu acho que de fato é uma realidade que é diferente sim, Senador Adelmir, em relação ao que nós experienciamos no resto do mundo. O senhor me pergunta se é impeditivo ao compartilhamento? Impeditivo eu não diria, mas provocaria certamente uma interferência não desejável no processo de evolução e de inovação no mercado brasileiro, porque como os senhores sabem existe uma memória, uma memória na máquina que é uma memória disponível para que sejam baixados os programas, porque cada produto representa um programa que é baixado na memória local no equipamento. O equipamento está lá no estabelecimento e tem um programinha que é baixado lá naquela memória e aquilo ali tem um espaço, tem um espaço disponível. Ora, se existe um equipamento multiuso, ou seja, significa que vários programas estão interagindo simultaneamente naquele terminal. Isso reduz a capacidade de memória do equipamento, portanto, é um impeditivo natural ao compartilhamento nesse sentido, em especial no mercado brasileiro, quando nós percebemos a multiplicidade de bandeiras. Em determinados mercados regionais, por exemplo, se eu contar as bandeiras multinacionais, as nacionais e as regionais, pode dar em determinado lugar dez bandeiras. Não cabe num único POS. Para isso nós teríamos que elevar demasiadamente a capacidade de memória de um POS, o que significaria um preço maior de custo do equipamento, que no limite, Senador, tenderia ao PDV, tenderia ao próprio computador que várias redes utilizam que representa um custo mais alto para o comerciante e é exatamente por isso que eles não utilizam. E quando nós oferecemos a nossa infra-estrutura, nós oferecemos não só a máquina, mas todo o serviço embutido que é a manutenção do equipamento, a substituição quando quebra, os consumíveis, ou seja, tem, não só o custo do equipamento no aluguel, tem o custo de servir para que o estabelecimento tenha aquela máquina sempre pronta para vender e para não perder as suas vendas, porque isso para o comerciante é muito mais oneroso do que a taxa, os custos cobrados pelas bandeiras, é ele perder venda. O comerciante não gosta de perder venda por natureza.

Em relação à pergunta sobre a questão da Getnet, se é mais seguro? Não, não é. Os nossos equipamentos têm o mesmo nível de segurança dos equipamentos da GetNet porque são equipamentos fornecidos pelas mesmas redes. O quê que complica no processo de segurança quando a gente pensa no compartilhamento? A questão é a seguinte: vamos imaginar, senhores,

uma bandeira “a” passando as suas transações numa rede gerenciada pela bandeira “b” ou pelo adquirente da bandeira “b” ou mesmo por uma GetNet que é um rede independente. Toda vez que eu quiser, que a bandeira “a” quiser implementar uma nova *fitio*(F) de segurança, e o mercado brasileiro, como o Félix já demonstrou, é mais complexo nesse sentido, eu vou ter que negociar, quer dizer, as redes vão ter que negociar com vários agentes simultaneamente para poder realizar esse *improvement* aí da segurança, essa melhoraria da segurança, o que complica o processo de estar *updated*, de estar atualizado em relação à questão da segurança. Aliás, esse foi um dos impeditivos do compartilhamento lá atrás. No momento em que determinadas bandeiras iniciaram o processo de atualização das máquinas para aceitação de chip, isso dificultou o processo porque desbalanceou o estágio das diversas bandeiras em relação aos seus objetivos de segurança na rede de equipamentos. Essa, aliás, é uma das razões do mercado americano, na nossa avaliação, até hoje não ter chip, porque é difícil fazer um *roll out*(F), é difícil fazer uma atualização das *fitios*(F) de segurança com uma rede pulverizada e totalmente compartimentada do ponto de vista dos gestores dessas redes.

A próxima pergunta do Senador diz respeito à questão das taxas maiores, quer dizer, comparado com o intercâmbio que é praticado no resto do mundo. Na realidade, Senador, o intercâmbio no mercado brasileiro é sim superior ao intercâmbio médio praticado em outros países do mundo e eu vou explicar a principal razão dessa diferença. É justamente em função do parcelado. O parcelado lojista senhores, só existe no Brasil, não existe em outro lugar do mundo. É uma realidade brasileira que foi criada para substituir o cheque pré-datado que era também uma realidade brasileira. Então foi uma solução do mercado de pagamentos, de meios eletrônicos, para uma realidade de mercado que já existia, não foi criado pela indústria. Ela se adaptou a uma necessidade do mercado. E essa transação, por natureza, ela representa um risco maior para o emissor, tem uma inadimplência maior. Portanto, é cobrado, sim do estabelecimento uma taxa maior, essa é uma das razões da nossa taxa média ser um pouco superior à taxa de outros países como o mercado americano, e essa taxa, parte dela, esse adicional que é cobrado é repassado sobre uma forma de um intercâmbio maior ao emissor exatamente para remunerar esse risco adicional que ele tem. Portanto, o nosso intercâmbio, o intercâmbio no mercado brasileiro é superior e essa é uma das razões para que as taxas cobradas dos estabelecimentos comerciais também sejam superiores do que o que a gente observa em outros mercados.

No entanto, mais uma vez, se compararmos as nossas taxas a taxas de mercados comparáveis, por exemplo, como México, Chile, as nossas taxas não chegam a ser superiores, chegam a se equiparar às taxas desses mercados, em especial quando a gente calcula a tarifa média cobrada por uma transação, ou seja, a taxa multiplicada pelo *ticket* médio da transação. Então a gente acredita que sim, os nossos preços são competitivos quando a gente compara não só com os demais meios de pagamentos existentes na economia brasileira, mas, também, quando a gente compara com outros mercados.

Bom, passo agora à pergunta do Senador Leomar Quintanilha, na sequência, que ele perguntou que quando o lojista não concede o desconto à prazo, com quem fica o ganho financeiro? Na realidade de fato o parcelado do lojista é considerado, é definido como uma transação sem juros sob a ótica da bandeira, sob a ótica do adquirente, sob a ótica do consumidor que está pagando em parcelas o preço da mercadoria. No momento em que o consumidor decide pagar à vista ou pagar em uma única transação, realmente é uma questão de negociação entre ele e o lojista porque é o lojista que define a taxa. O que é importante que se diga aqui é que não existe ganho financeiro em hipótese alguma para o sistema de cartões, a não ser a taxa adicional que é pequena, que é cobrada sobre uma transação parcelada em função... Mas quando ela é parcelada, quando ela é feita como uma transação parcelada, em função do risco maior que nós temos nesse tipo de transação.

Passo à pergunta do Senador Renato Casagrande, que pergunta sobre a taxa de desconto, se em função do crescimento ela tende a diminuir com o aumento da quantidade de aceitos e de transações. Sim, a tendência é de redução. Já existe, obviamente que diferenciado por segmento, mas existe um movimento, uma tendência de redução. Essa tendência de redução, às vezes, ela é mascarada exatamente pelo crescimento da participação das transações parceladas e aí você não acaba percebendo que essa redução está acontecendo, mas na prática existe uma redução, em especial dos preços de soluções de captura – eu expus isso na minha apresentação. Para os pequenos comércios existe uma redução, eu cito aqui exemplos de táxi, por exemplo, que a indústria vem credenciando, ao preço de aluguel de POS, embutido em todos os serviços, de vinte e nove reais, exatamente por ser um setor específico, um segmento que não consegue pagar com uma taxa um pouco maior, ou seja, tem uma série de movimentos e também uma tecnologia diferenciada, ou seja, uma série de movimentos que

a indústria vem fazendo para se adaptar à realidade de chegar no pequeno, não é?

E, por fim, a pergunta do Senador Flexa Ribeiro, nobre paraense, aliás, congratulações aos nossos queridos amigos paraenses, meus conterrâneos também, quanto aos POS mais avançados. Na realidade, Senador, o que a gente afirma não é que o POS, não é que o hardware em si é mais avançado. O hardware é o mesmo, porque os fornecedores, nós compramos POS dos fornecedores mundiais de POS, enfim, os que fornecem lá fornecem aqui. O que nós de fato afirmamos é que do ponto de vista da tecnologia de solução de produtos, da tecnologia de levar coisas diferentes, seja para o consumidor, seja para o comerciante, afirmo mais uma vez, positivo para ambos os lados, nós estamos num estágio mais avançado. Como o Félix demonstrou, a própria indústria financeira está num estágio mais avançado e esse estágio mais avançado se transferiu para a indústria de meios de pagamento que vem buscando soluções eficientes para melhorar os custos e melhorar as transações. Eu cito aqui, como exemplo, o mercado brasileiro hoje tem praticado transações que não existe paralelo no resto do mundo. Nós hoje já conseguimos capturar transações de pagamentos de financiamentos agrícolas do agricultor comprando uma máquina agrícola, acessando a sua linha de crédito diretamente no banco através de uma transação eletrônica num ponto de venda, numa feira agrícola, como aconteceu recentemente na Agrishow. Isso tudo não existe. Os americanos vêm aqui, vêm esse negócio, eles ficam malucos. De fato dito por americanos, não sou eu que estou dizendo, porque nós já tivemos oportunidade de apresentar para eles as soluções que nós temos aqui, eles ficam encantados, eles falam: “Nós precisávamos levar isso daqui para o mercado americano”. Então, nesse sentido de evolução tecnológica das soluções de produtos, os softwares que são embarcados nas máquinas, nós sim estamos num estágio mais evoluídos do que, eu diria, o mercado americano e o resto do mundo como um todo, não só nos Estados Unidos como na Europa também.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Muito Obrigado, me parece que falta a manifestação da Dra. Maria Beatriz Corrêa Sales, a quem passo a palavra.

SRª. MARIA BEATRIZ CORRÊA SALES: Eu acredito e eu tomo a liberdade de modificar a pergunta de V. Exªs. Eu acho que a pergunta, na verdade, é sobre se o DPDC vai modificar o seu posicionamento e eu digo que pode ser. O posicionamento do DPDC hoje é calcado no fato de que se considera a diferen-

ciação de preços, elevação de preços sem justa causa, considera-se que há nesse caso para o comerciante vantagem manifestamente excessiva e eu estou citando aqui dois incisos do art. 39 do Código de Defesa do Consumidor. O Projeto de Lei 213, de sua autoria, Senador, busca inserir no art. 39 nove um § 2º e até hoje a Secretaria de Direitos Econômicos se posicionou contrariamente a essa inserção em função do fato de que tendo em vista os incisos do art. 39, que listam as práticas abusivas, seria anti-sistêmico que se inserisse como parágrafo uma prática abusiva. Na verdade nós entendemos, entendíamos, talvez eu já posso dizer dessa maneira, que há na diferenciação de preço vantagem manifestamente excessiva. Nos estudos decorrentes do convênio da SDE com a SEAE e com o BACEN, meus companheiros aqui de Governo, nos estudos que já têm resultados preliminares há sérios indícios de que não, de que não é assim. Ao contrário, há racionalidade econômica nessa diferenciação. Então eu digo aos senhores que o posicionamento do DPDC é sempre o de defesa do consumidor e que se houver mais do que indícios; se houver uma clara convicção de que essa diferenciação é benéfica para o consumidor, eu tenho certeza de que a Secretaria de Direito Econômico apoiará sem restrições a aprovação desse Projeto de Lei. Nós estamos sim a depender dessa convicção e eu acho que esse debate aclarou um pouco mais, nos aproximou um pouco mais dela. Eu agradeço o convite também por isso.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF):

Sr. Presidente, permita-me uma intervenção. Eu fico extremamente feliz--

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Tem V. Ex^a. a palavra.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Eu fico extremamente feliz por termos clareado isso. Eu acho que o exemplo da gravata foi bem sintomático, quer dizer, nós não queremos de maneira alguma... O Projeto, ele permite, ele não obriga. Na verdade o que nós queremos é que essa lógica econômica seja prevalecente. Na verdade a lógica já existe, ele poderia cobrar mais, e hoje o que está ocorrendo é que todos estão pagando embutido no preço final, quando da fixação do preço de qualquer produto, todos esses custos: os custos do equipamento, o custo da tentativa de credenciamento, o custo de financiamento de trinta dias. É isso que nós estamos querendo, não obrigando o comerciante, porque até ele hoje se quiser, se quiser não, já põe, o comerciante já inclui na formação de preços todos esses custos: custo de equipamento, custo de aluguel, custo de credenciamento, custo do dinheiro a retornar, isso tudo está incluso no preço. Então, nós queremos é que seja permitido; que não

seja uma criminalidade essa diferença como preceitua hoje o Código de Defesa do Consumidor. Esse é o nosso objetivo.

Eu agradeço demais e fico feliz, eu não ouvi a exposição inicial da senhora, mas fico feliz em saber que é possível que os organismos de fiscalização, os organismos de defesa do consumidor... Aliás, eu fiquei surpreso com as colocações da Dra. Vanessa, porque no debate que tivemos lá no PRO TESTE isso ficou muito claro. O que nós queremos não é criar mecanismos de diferenciação de preço, é a permissividade. Se naquele preço está embutida essa série de custos, quem está pagando isso, nós chamamos isso de subsídio cruzado, são exatamente os consumidores de menor poder aquisitivo, hipoteticamente os que não tem cartão e hipoteticamente os de menor poder aquisitivo. Agradeço demais as suas colocações e tenho certeza que a senhora sai desse debate com o pensamento extremamente, vamos dizer assim, condizente com a nossa intenção através desse Projeto de Lei.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Só lamentei profundamente não ter conseguido modificar o ponto de vista da Dra. Vanessa que era, na minha visão, quando da exposição do debate no PRO TESTE, era um pouco diferente das colocações que ela fez aqui hoje.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Nós temos na lista de inscrição o Senador Eduardo Azeredo, mas naturalmente a precedência é o atendimento ao apelo de pela ordem de V. Ex^a. Tem V. Ex^a. a palavra então.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Eu não sei se a Dra. Beatriz conclui, Sr. Presidente. Já conclui, doutora?

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Concluiu?

SR^a. MARIA BEATRIZ CORRÊA SALES: Ainda não, presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Então vamos aguardar a conclusão da Dra. Beatriz. Desculpe, porque a interpretação que a Mesa fez foi de que a senhora tivesse concluído a sua manifestação.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Eu vi pelo semblante dela que ela não tinha concluído.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): A senhora tem ainda longos três minutos para concluir.

SR^a. MARIA BEATRIZ CORRÊA SALES: Muito obrigada Presidente. Vou concluir neles. Eu queria aqui dizer que esse debate, assim como as conclusões preliminares do nosso grupo de trabalho, serão levadas à discussão no sistema nacional de defesa do consumidor, que tem majoritariamente defendido esse posicionamento com base na legislação atual.

O Senador Adelmir Santana me perguntou sobre se haveria a possibilidade de autuação de um estabelecimento comercial que oferecesse esse desconto hoje? Há, e essa insegurança jurídica de fato não pode permanecer. Essa discussão, então, será levada ao sistema nacional de defesa do consumidor, que é formada, os senhores sabem, é coordenado pelo DPDC, mas é formado pelos PROCONS estaduais e municipais, os Ministérios Públicos, as associações de defesa do consumidor, aqui representadas pela PROTESTE. Eu tenho certeza de que numa próxima oportunidade eu trarei um posicionamento não do DPDC, mas do sistema nacional de defesa do consumidor a respeito. Eu agradeço, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senadora Flexa Ribeiro, pela ordem tem V. Ex^a. a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É muito rápido, só para concordar com a Dra. Beatriz, que ela está chegando à convicção, porque na realidade as grandes redes não fazem preço diferenciado. Você não vai chegar numa rede nacional e querer pagar menos à dinheiro do que no cartão. Mas a grande maioria dos pequenos estabelecimentos está incorrendo numa penalidade, porque eles na realidade praticam esse desconto. Você chega numa loja, num pequeno estabelecimento, “Quanto custa?” “É ‘X’ para pagar no cartão”. “Não, mas eu quero pagar no dinheiro, o que é que você dá?” No mínimo, no mínimo ele diz: “Eu te dou 5% de desconto”, no mínimo, e eles estão incorrendo numa penalidade. O que o Projeto do Senador Adelmir propõe é exatamente que haja a possibilidade de ter esse preço diferenciado, porque não há como esconder, não há como desconhecer, e aí é importante, Presidente Leomar Quintanilha, porque houve um desvirtuamento quando eu apresentei o parecer de que nós estávamos querendo, como colocou e eu fiquei preocupado também com a representante do PROTESTE, como colocou que seria em prejuízo ao consumidor e na realidade é em benefício ao consumidor. Nós nunca pudemos imaginar que ao pagar em dinheiro, ao diferenciar, que o comerciante vá aumentar o preço. Não vai, ele vai baixar, que aí é lei de mercado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado, Senador Flexa. Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Se o Flexa deixar eu falo todos esses minutos, hein. Já está na hora do almoço, eu não vou demorar também não. Eu quero só fazer uma observação rápida.

Olha, nós temos que primeiro reconhecer que o sistema brasileiro é um sistema extremamente avançado. Nós tivemos como um subproduto da inflação uma modernização, uma automatização do sistema financeiro brasileiro. Isso é inegável, nós temos aí um sistema bancário realmente em determinados momentos, muito mais avançado do que o próprio sistema americano e a questão do cartão de crédito ficou um pouco mais atrasada. Por que é que ficou mais atrasada? Talvez pela própria inflação, quer dizer, a inflação levava que a compra no cartão de crédito fosse boa porque você tinha mais tempo, mas, por outro lado, o comerciante tinha mais receio de vender no cartão de crédito porque demorava mais a receber. Com a estabilidade econômica do Brasil, a partir de 1994, não foi nesse Governo não, foi em 1994 que começou a estabilidade, nós tivemos realmente a possibilidade de que o país normal pudesse ter essas questões evoluindo. É inegável que o cartão de crédito é muito melhor do que o cheque do ponto de vista de segurança e os números aqui mostram com clareza isso. Em qualquer país desenvolvido o número de transações com cartão de crédito é muito maior do que em cheque. Não faz muito tempo, os brasileiros que iam ao exterior não podiam usar cartão de crédito no exterior, tinham que sair daqui carregando um bocado de dinheiro na mão; tinha realmente um risco muito maior de roubo e de tudo, de furtos, de perda de dinheiro. Isso tudo as pessoas às vezes esquecem, que tem pouco tempo que essa vantagem passou a existir no Brasil, eu acho que deve ter uns vinte anos talvez só que o cartão brasileiro é internacional, é aceito no exterior, e isso facilita, evidentemente, a vida de todos.

Eu tenho alguma dúvida só com relação à questão... Eu acho que o Projeto do Senador Adelmir, ele tem razão na hora que coloca que o custo acaba sendo dividido para todos, mas eu concordo que o risco de que na prática haja um aumento geral também existe. É um pouco o que a Dra. Vanessa coloca, quer dizer, se não for entendido que é na verdade só a retirada de uma punição, foi entendido que é uma liberação para que se cobre mais quando for em cartão de crédito, aí não está bom. Se for entendido assim, o Projeto vai permitir que se cobre mais para o cartão de crédito, aí vai ser ruim para a população como um todo. O risco existe, o risco existe que seja entendido assim. Se ele for entendido como a permissão de que não haja uma punição se alguém quiser cobrar menos se for em dinheiro, eu acho que aí vai bem, mas nós

precisamos é de dar uma clareza nisso que não seja de outra maneira. Se for entendido como: “Olha, pode cobrar diferenciado, pode cobrar a mais no cartão de crédito”. Aí todo mundo vai perder, o consumidor vai perder. Então é isso que nós precisamos ter uma definição talvez mais clara ou conseguir-se chegar a uma definição sobre esse risco.

O número de cartões de crédito no Brasil ainda é pequeno em relação ao mundial, existe por outro lado essa questão do número de transações ser pequeno em termos percentuais, quer dizer, são onze transações por ano, é muito pouco para o cartão. Talvez seja porque os cartões também mandam cartões demais para outros, é aquela quantidade de cartão, então o pessoal acaba tendo mais de um cartão e acaba dividindo demais o número.

As queixas são grandes, todos sabem disso, as queixas com relação à questão de oferta indesejada de cartão, às questões ligadas à taxa que é cobrada de juros e de multa. Eu concordo, é evidente, eu sei que um dos problemas é exatamente esse do custo elevado de fraudes e por isso eu estou lutando também, é um dos motivos. Eu acredito, Dr. Cardamone, que nós vamos ter agora uma solução. Nós tivemos uma evolução nas negociações com o Governo, especialmente com o Ministério da Justiça, e eu acho que agora nós podemos, já nos próximos dias, ter um Projeto já com concessões de lado a lado, mas que atende ao principal que nós queremos, que é dotar o Brasil de uma lei sobre crimes eletrônicos. Ainda agora à tarde eu vou receber dois dos membros da comunidade européia que estão aqui no Brasil, que nós vamos ter depois de amanhã um debate na Câmara, passado esse debate, eu espero que seja o último, que nós possamos já caminhar para a aprovação e aí sim a implementação. É verdade sim, essa questão de nós não termos legislação contribui, já melhorou, o processo de queixas em relação à perda de cartões já melhorou, quer dizer, hoje as pessoas já não são tão irresponsáveis, quando perdem o cartão já avisam imediatamente para ela não ter que arcar com esse custo. No passado era uma terrível, eu mesmo já tive casos desse de falsificação de cartão de crédito que demorou dois, três meses para conseguir terminar a pendência, mesmo podendo e tendo uma capacidade de ação maior do que o cidadão comum. Então isso felizmente melhorou, eu não sei o que vocês fizeram, o pessoal do cartão de crédito, mas melhorou. Hoje realmente eu não sei se é o processo de seguros, o seguro de cartão também é o principal item para que não haja esse risco de perda para o consumidor.

Mas o ponto final que eu queria colocar, apenas como última pergunta, é sobre essa questão da pa-

dronização de equipamentos. Olha, essa questão do restaurante aí, isso vai piorar cada vez mais, porque como hoje as maquininhas estão exigindo a senha, a senha do cartão de chip, então o quê que acontece? No mesmo momento o garçom tem que levar na mesa uma maquininha. Então tem que ter uma segunda para levar na outra mesa que está saindo, uma terceira para o outro. Se o restaurante é grande, ele tem que ter um punhado de maquininhas para levar na mesa, que é o processo mais correto e mais seguro, é a pessoa digitar na mesa o seu código e não levar o cartão embora. Quando o cartão vai embora--

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): O aluguel dessas maquininhas que andam é mais caro do que o aluguel das maquininhas fixas.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Pois é, então o que os cartões precisam fazer é dar um jeito de baratear o preço das maquininhas para que a gente possa ter uma situação realmente muito mais segura, e fazer a transação ainda em papel é muito arriscado, quer dizer, todos esses casos que já aconteceu comigo, seguramente foi numa transação em papel, certo, em que você dá o cartão, o cartão vai para a cozinha, vai para onde você não sabe onde está o cartão e lá o sujeito passa o cartão e fica com a cópia do papel e com essa cópia do papel é que é feito. Ainda existe, existem ainda várias máquinas de papel sim senhor, não acabou não, e é isso que... Existe, sim, ainda tem ainda. Então a minha pergunta é mais sobre isso, o Dr. Félix talvez pudesse me responder qual é o conveniente maior de a gente tentar... Eu sei que a capacidade não, falando no chip aí, o chip está evoluindo, está cada vez mais barato, então a capacidade dá para colocar junto, mas eu acho que esse é o caminho, essa padronização, senão não vai ter jeito. Isso que o Dr. José Antônio viu no restaurante vai ser pior ainda, que vai ter que ter, um restaurante grande, uma porção desse grande da vida aí, vai ter que ter cem máquinas para poder atender todo mundo. É vinte da Visa, é vinte da Master Card, é vinte do outro lá, para poder levar na mesa de cada um.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sr. Presidente, só antes de o senhor dar o direito de resposta--

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Tem V. Ex^a. a palavra, Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): O Relator falecido, o Senador Jefferson, foi substituído pelo Relator Casagrande. Toda a intenção do nosso Projeto, Senador Azeredo, é exatamente essa, não é aumentar preço, é dar a permissividade para que haja a redução de preços, uma vez que os preços fixados

estão levando em conta todos esses custos, quer dizer, naturalmente como o Relator Casagrande não está aqui, mas certamente tomará conhecimento dessas colocações, o Senador Flexa foi Relator desse Projeto em outra Comissão, então isso vai se complementar, esse desejo nosso, que não é de alteração de preço, que não é obrigar que haja esses dois preços, mas que haja a permissividade para que ele não seja incriminado pelo Código de Defesa do Consumidor ao conceder este ou aquele desconto no pagamento em dinheiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): E a redução de preços, naturalmente, é do interesse direto do consumidor.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF):

Que na prática existe, mas muitas vezes, se ele for denunciado, ele está cometendo um crime perante o Código de Defesa do Consumidor.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Vai responder à pergunta... Foi endereçada ao Dr. Félix? Dr. Félix, tem V. S^a. a palavra. V. S^a. já poderia aproveitar para fazer as suas considerações finais, por favor.

SR. FÉLIX CARDAMONE: Obrigado, Sr. Presidente. O que nós acreditamos na ABECS e o que nós estamos buscando fazer, é dar opções para o cliente, esse cliente sendo o estabelecimento comercial. Então é claro que no caso de uma grande churrascaria, como V. Ex^a. bem exemplificou, serão necessárias diversas máquinas, e o que o próprio Banco Central tem nos cobrado é que o mercado dê a possibilidade de existir uma máquina que tenha apenas o débito e o crédito e outras mais sofisticadas para que o estabelecimento comercial possa escolher qual é o melhor produto que atenda. Nós não temos a pretensão, seja na ABECS, como na indústria, de querer adivinhar o que cada cliente quer. Eu acho que a evolução desse mercado passa exatamente por isso, criar alternativas para que os clientes de estabelecimentos comerciais possam escolher o produto que melhor os atende.

Se o senhor me permite, Sr. Presidente, o senhor tinha feito uma--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Teria um produto então que atendesse às várias bandeiras?

SR. FÉLIX CARDAMONE: É, esse é o projeto que a ABECS está tentando endereçar, um produto muito mais simples que padronizado atenda as bandeiras, mas que com certeza não terão as funcionalidades disponíveis hoje, e se o estabelecimento comercial assim o quiser ele estará disponível.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Internacionalmente já existem vários desses sistemas em outros países?

SR. FÉLIX CARDAMONE: É o que existe hoje nos outros países. Quando nós vamos para a Europa e para os Estados Unidos, é uma máquina só, porém uma máquina que só faz débito e crédito, não tem o correspondente bancário, recarga de celular, parcelado, etc. e etc., carregamento, por exemplo, pagamento de vale-alimentação, vale-refeição... São diversas funcionalidades que hoje estão embarcadas no POS. Então, por exemplo, ter um produto simples a ser compartilhado, sim, é possível. Correto? Agora é claro que se V. Ex^a. começa a embarcar mais tecnologia, existe uma série de limitações.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Mas é mais fácil então você ter um equipamento para cartão de crédito e outro equipamento para vale-refeição. É mais negócio isso, quer dizer, um equipamento só para--

SR. FÉLIX CARDAMONE: Na realidade é a mesma rede, na realidade é a mesma rede. Pode ser, pode ser, sem dúvida nenhuma.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só para completar.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Tem V. Ex^a. a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): No caso do que o Dr. Félix colocou, essa máquina que seria menos sofisticada, ela seria, vamos dizer, um padrão que poderia ser usado por todos e seria optativo, quem quisesse ter acesso a outro tipo de carregamento, aí faria um aluguel de um outro equipamento, mas permitiria que aquele que só quisesse crédito e débito, e eu acho que até o parcelamento já poderia estar incluído como um padrão, pudesse ter essa máquina única.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): O Dr. José Antônio quer comentar a respeito dos questionamentos levantados pelo Senador Eduardo Azeredo e pelo Senador Flexa Ribeiro.

SR^a. VANESSA ALVES VIEIRA: Eu gostaria de pedir licença porque eu tenho que me ausentar, realmente o horário do voo já está em cima.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Dra. Vanessa, fique V. S^a. à vontade, mas leve consigo o reconhecimento e os agradecimentos da Comissão, das duas Comissões, de Meio Ambiente e Ciência e Tecnologia, que realizam essa Audiência Pública conjunta para tratar de tema tão instigante, tão momentoso e tão importante para

a sociedade brasileira que é o uso do cartão, que aumenta aí em progressão geométrica, e a contribuição de V. S^a. para esse demente, para o aprimoramento da legislação vigente, foi muito importante. Fique com os nossos agradecimentos, V. S^a. fique à vontade.

SR^a. VANESSA ALVES VIEIRA: Eu agradeço aos nobres Senadores também. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Dr. José Antônio.

SR. JOSÉ ANTÔNIO MARCIANO: Bem, nas questões que foram formuladas, eu acho que acabou não respondendo a última questão que o senhor havia colocado, Senador, é a questão da competência legal para o Banco Central determinar. Nós não trabalhamos com essa possibilidade. Seria interpretativa, não seria explícita.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Eu sugeriria a V. S^a. que ao comentar as questões levantadas já fizesse suas considerações finais também.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Existe também um projeto nessa direção.

SR. JOSÉ ANTÔNIO MARCIANO: Existe.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Existem mais projetos dando poderes ao Banco Central para ser um organismo fiscalizador.

SR. JOSÉ ANTÔNIO MARCIANO: Certo, então eu estava devendo essa resposta para o senhor. Senador Eduardo Azeredo, eu gostaria de parabenizá-lo que o envolvimento que o senhor teve com a questão do crime eletrônico e também esse projeto é muito importante no que se refere ao conhecimento de imagem eletrônica. Dentro do nosso projeto de sistema de pagamentos de varejo é fundamental a aprovação dessas medidas pelo Legislativo porque vai propiciar uma série de inovações que estão em andamento no sistema de pagamentos de varejo.

O outro comentário também que eu gostaria de concluir é exatamente nessa linha que o senhor está falando, é o que nós estamos debatendo hoje. O Banco Central emitiu a diretiva e o que aconteceu? Desde a edição da diretiva nós temos feito reuniões rotineiras com todos os participantes da indústria de cartões, com os bancos emissores, com os credenciadores, com as redes de captura, procurando achar o ponto de equilíbrio nisso daí para que de fato deslanche, quer dizer, há uma inércia natural do mercado e essa inércia tem provocado todas essas reações que nós estamos acompanhando hoje, quer dizer, existe uma manifestação explícita do Banco Central de que há interesse sim no compartilhamento e o compartilhamento passa por uma série de evoluções aí na questão dos terminais e tudo. E a criação de um terminalzinho simplificado

é uma das medidas que a gente vem discutindo e incentivando, porque quando o senhor falou aí que vai ter que ter vinte terminais Visa, vinte terminais REDECARD, isso daí para atender a população dentro do estabelecimento. Agora quando nós voltamos e colocamos esse atendimento numa mesa de restaurante, por exemplo, nessa mesa de restaurante tem que vir um a um esses terminais e, enquanto o último não pagar a conta, ninguém sai. Então são questões que realmente nós estamos envolvidos procurando induzir isso daí não através de regulação, nos colocamos isso daí no nível de que o Banco Central tem um papel neutro nesse mercado e ele tem um papel relevante nas soluções que venham a serem tomadas.

Eu queria concluir agradecendo a oportunidade de conversar com os senhores e estou à disposição no Banco Central para futuros questionamentos que quiserem fazer a qualquer momento. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado ao Dr. José Antônio. Passamos a palavra ao Dr. Antônio Rios para as suas ponderações a respeito dos questionamentos efetuados, aproveitando para fazer as suas considerações finais também.

SR. ANTÔNIO RIOS: Obrigado, Sr. Presidente. Bom, é só um comentário final a respeito da questão do exemplo dos restaurantes. A gente de fato tem debatido muito isso, quer dizer, a indústria, ela veio nesses últimos anos justamente com um foco muito grande no crescimento da aceitação. Essa era a dinâmica, era esse o foco, e obviamente que se falar em compartilhamento exige um entendimento tão complexo entre as diversas redes que certamente desvia esse foco do crescimento porque isso implica em tecnologia, isso em implica em adaptação de processos, sistemas, e significa parar para poder entender e ver como é que faz isso. Então o que a gente vem discutindo recentemente, como o Marciano já explicitou, o próprio Félix também nas suas abordagens, é como é que a gente pode encontrar numa solução que não iniba o avanço tecnológico, o avanço de inovação que o mercado brasileiro tem quando a gente compara com o resto do mundo? E aí vem essa idéia de: bom, vamos ver se é possível tratar segmentos específicos, e restaurante é um segmento que está como foco dessa análise para que a gente possa, efetivamente, melhorar o processo de uso do cartão nesse tipo de estabelecimento, assim como pequenos comércios, enfim, aí tem um desenho sendo estruturado nessa direção. E a gente entende, quer dizer, que o mercado, ele tem condições e por isso a ABECs defende a não regulação, defende a continuidade desse processo que vem sendo induzido e conduzido pelo Banco Central, uma vez que o

mercado, como explicitar na minha apresentação, ele vem buscando e vem encontrado às soluções para poder viabilizar a aceitação pelo pequeno comércio, seja através, como mencionei, de redução de preços, seja através da criação de novas tecnologias que permitam inclusive o compartilhamento entre os lojistas, é o mesmo POS sendo utilizado por diferentes lojistas, por exemplo, em feiras como possivelmente a nossa lá de Belém do Pará, a feira do Ver-o-Peso, enfim, em locais onde existam vários comerciantes e que possam interagir num determinado ponto com uma única máquina passando transações de diversos lojistas, quer dizer, na realidade o mercado possibilita “n” soluções e a nossa preocupação é de que a regulação venha engessar e venha a trazer, ao invés de benefício, prejuízo para a indústria, prejuízo para o comerciante, para o consumidor e para o país, em última instância. Então essa é a razão de nós defendermos a continuidade do processo de evolução que a indústria vem tendo como um todo no mercado brasileiro.

E aproveito, Senador, para agradecer aos nobres Exmos. Senadores aqui presentes e a oportunidade de a gente poder ter colocado a nossa visão e enriquecer o debate que, aliás, foi de altíssimo nível. Parabéns a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado. Temos a honra de passar a palavra ao Dr. Marcelo de Matos Ramos para suas considerações finais.

SR. MARCELO DE MATOS RAMOS: Eu só gostaria de fazer uma observação de que a semelhança do DPDC e da SDE, que foi questionado aqui sobre um instrumento normativo que vai contra a questão da regra de diferenciação de preços, o Ministério da Fazenda também tem uma, que é uma Portaria de 94, mas da nossa parte eu acho que também não há problemas em alterá-la, até porque ela certamente, pela data, surgiu lá na aurora do Plano Real, onde havia uma preocupação muito grande em não gerar de novo expectativas inflacionárias, naquele momento seria um muito importante que não houvesse qualquer coisa nesse sentido. Eu acho que foi por isso que essa Portaria passou, mas nós podemos revê-la. E, finalmente, eu agradeço aí a oportunidade de vir aqui, eu acho que o debate foi muito frutífero e produtivo. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Concedo a palavra à Dra. Maria Beatriz Corrêa Sales para as suas considerações finais.

SR^a. MARIA BEATRIZ CORRÊA SALES: Eu novamente agradeço ao convite, agradeço a oportunidade, agradeço o esclarecimento de idéias e repito o que eu disse na minha sala inicial. Eu acho que uma das

grandes preocupações do DPDC, além desse foco na questão da diferenciação e o benefício que isso pode trazer para o consumidor, nós nos preocupamos com a transparência que é uma questão que também permeia a diferenciação, mas a transparência, caso haja modificação, tende a haver na oferta, porque como os senhores bem disseram há uma certa clandestinidade hoje no oferecimento de descontos e esse Projeto tem a grande virtude de acabar com essa clandestinidade. Terminada a clandestinidade, passamos ao ponto diametralmente oposto, que é o da absoluta transparência. Então que a oferta, a publicidade, que a educação para o consumo sejam incluídas nesse debate, que elas sejam incluídas como o custo também, porque há custos na modificação de oferta, há custos publicitários, há custos marqueteiros. A transparência é muito cara, é muito cara ao DPDC e também é muito cara ao comércio.

Então eu queria terminar pedindo que esses pontos fossem incluídos nesse debate, no debate sobre esses Projetos. Agradeço muito ao convite.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Bem, estamos chegando ao final de mais uma Audiência Pública, esta provocada pelos eminentes Senadores Flexa Ribeiro e Adelmir Santana, para discutirmos em Reunião conjunta das Comissões de Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente e Defesa do Consumidor o PLS 213 e o PLS 667, que tratam da regulamentação do uso de cartões de crédito no país. Nós agradecemos--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): — Atendo à V. Ex^a. em um minutinho. Nós agradecemos a presença dos ilustres convidados, Dra. Maria Beatriz Corrêa Sales, Diretora-Substituta do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor – DPDC do Ministério da Justiça, da Dra. Vanessa Alves Vieira, ilustre Advogada da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor, que já nos deixou a pouco, do Dr. Félix Cardamone, Diretor-Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Cartões de Crédito e Serviços – ABECS, do Dr. Marcelo de Matos Ramos, ilustre Coordenador-Geral de Comunicação e Mídia da Secretaria de Acompanhamento Econômica – SEAE do Ministério da Fazenda, do Dr. Antônio Rios, Diretor da Associação Brasileira de Empresas de Cartões de Crédito e Serviços – ABECS, do Dr. José Antônio Marciano, Chefe do Departamento de Operações Bancárias e de Sistemas de Pagamentos – DEBAN do Banco Central do Brasil e do Dr. Carlos Thadeu de Freitas Gomes, Chefe da Divisão Econômica da Confederação Nacional do Comércio, que neste curto

período de pouco mais de duas, três horas, puderam nos propiciar um debate instigante, um debate muito interessante, momentoso sobre um assunto do maior relevo para a sociedade brasileira, que absorve com muito interesse o uso do cartão de crédito em substituição a outras formas de pagamento, e seguramente este debate traz ricos subsídios para a formatação, para o aprimoramento da legislação pertinente. Portanto, nós agradecemos penhoradamente aos ilustres debatedores ao atendimento do nosso convite.

Nós interromperemos por um minuto a Sessão para nos despedirmos dos ilustres convidados.

Sessão interrompida às 13h59.

[Soa a campanha]

Sessão retomada às 14h01.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Retomamos os trabalhos para apreciação de requerimento que há sobre a mesa, requerimento do eminente Senador Flexa Ribeiro. “Requeiro, nos termos do art. 50, da Constituição Federal, c.c. o art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam convidadas as autoridades abaixo relacionadas para que no âmbito desta Comissão seja discutida a questão ambiental da Amazônia e o PAS – Plano Amazônia Sustentável. Autoridades convidadas: Ministro Extraordinário dos Assuntos Estratégicos, S. Ex^a. Roberto Mangabeira Unger, e o Ministro do Meio Ambiente a ser nomeado, Sr. Carlos Minc”. Em discussão o acolhimento extrapauta deste requerimento. Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovada a inclusão extrapauta. Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Bastante rápido, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): -- para argumentar as razões da apresentação deste requerimento. Tem V. Ex^a. a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Em primeiro lugar eu quero agradecer a V. Ex^a. por ter incluído, com a aprovação do Plenário, extrapauta, o requerimento. A questão ambiental, eu gostaria até de ampliar, fazer um aditivo ao requerimento, ampliar para que a gente possa discutir a questão ambiental no Brasil e especialmente na Amazônia, porque o foco, a questão ambiental, ela é nacional, mas está com o foco dirigido para a região amazônica. Então vamos aproveitar, discuti-la amplamente e um foco especial na região amazônica, convidando o Ministro Mangabeira Unger que é o gestor do Plano Amazônia Sustentável, e o novo Ministro de Meio Ambiente que

substitui a Ministra Marina Silva, que toma posse hoje pela parte da tarde. Então esta Comissão, tão bem presidida por V. Ex^a., Comissão de Meio Ambiente de Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, vai ter a oportunidade de ouvir o Ministro e ouvir também o Ministro Mangabeira Unger com relação a essa questão que aflige a todos nós, brasileiros, amazônidas, e o mundo como um todo, que é a questão ambiental, principalmente a nós amazônidas, Senador Leomar Quintanilha, que queremos sim preservar as nossas florestas, mas queremos desenvolver a nossa região, e esse debate vai ser bastante importante, até porque o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, nos jornais de hoje, ele já declara, num evento em que participou, de que a Amazônia é brasileira e quem tem que definir o modelo de desenvolvimento para a Amazônia somos nós, brasileiros, e especialmente os brasileiros que lá habitam. Então vem ao encontro daquilo que a gente vem dizendo há muito tempo, diferentemente do que era defendido ou colocado pelos países já desenvolvidos querendo restringir, repito, o desenvolvimento sustentável da nossa região amazônica.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão o requerimento apresentado. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle o requerimento apresentado pelo eminente Senador Flexa Ribeiro.

Agradecendo a participação dos eminentes Senadores Flexa Ribeiro, Adelmir Santana e os demais que aqui compareceram, declaro encerrada a presente Sessão.

Sessão encerrada às 14h04.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 2008.

Às nove horas e quarenta e seis minutos do dia vinte e oito de maio de dois mil e oito, na sala dezoito, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira, Presidente da Comissão e a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Renato Casagrande, Ideli Salvatti, Geovani Borges, Romeu Tuma, Virgínio de Carvalho, Antonio Carlos Júnior, Sérgio Zambiasi, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Flexa Ribeiro e Marconi Perillo. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Valdir Raupp, Valter Pereira, Demóstenes

Torres, João Tenório, Eduardo Azeredo e Cristovam Buarque. Justifica a ausência o Senhor Senador Marcelo Crivella. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado do cargo. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Wellington Salgado de Oliveira submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 671, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Expedito Júnior, que “Autoriza as providências para a divulgação, pela Internet, das informações relativas a gastos públicos classificados como indenizatórios.” O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o parecer favorável é aprovado. **Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº. 046, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Comunitário para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Hartz, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº. 050, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Santuário FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº. 472, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Novo Horizonte Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cupira, Estado de Pernambuco.” O relator designado é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº. 026, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária Guarani para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caetés, Estado de Pernambuco.” O relator designado é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº. 040, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Quixabense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quixabá, Estado de Pernambuco.” O relator

designado é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº. 023, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Apeuense de Radiodifusão Comunitária – AARC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Castanhal, Estado do Pará.” O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº. 024, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Modelo – ACCM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Castanhal, Estado do Pará.” O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº. 025, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Medianeira S/C Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Buritis, Estado de Minas Gerais.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Virgínio de Carvalho e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº. 028, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Difusão Cultural Ramal Livre para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Antonio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº. 435, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária Cohab Nova Carolina S.O.S Vida Nova de Carolina para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carolina, Estado do Maranhão.” O relator designado é o Senador Geovani Borges e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº. 437, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à União dos Moradores da Coheb Sacavém para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Luís, Estado do Maranhão.” O relator designado é o Senador Geovani Borges e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº. 043, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que

“Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Liberdade Itarema Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itarema, Estado do Ceará.” O relator designado é o Senador Geovani Borges e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº. 471, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Centro Social Comunitário Joel Canela de Oliveira para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Felipe Guerra, Estado do Rio Grande do Norte.” A relatora designada é a Senadora Rosalba Ciarlini e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº. 473, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Amigos de Ilmo Marinho para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ilmo Marinho, Estado do Rio Grande do Norte.” A relatora designada é a Senadora Rosalba Ciarlini e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº. 475, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Educacional e de Desenvolvimento – RN para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Doutor Severiano, Estado do Rio Grande do Norte.” A relatora designada é a Senadora Rosalba Ciarlini e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº. 029, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação de Jardim de Piranhas/RN para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jardim de Piranhas, Estado do Rio Grande do Norte.” A relatora designada é a Senadora Rosalba Ciarlini e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº. 452, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária Fortaleza para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº. 468, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente Cristã de Ilhota para executar serviço de radiodifusão comunitária

na cidade de Ilhota, Estado de Santa Catarina.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº. 005, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Fundação João XXIII para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Mafra, Estado de Santa Catarina.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº. 009, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Alternativa para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Urubici, Estado de Santa Catarina.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. Nesse momento, os Senadores Geovani Borges e Flexa Ribeiro requerem, oralmente, a inclusão extra-pauta de Projeto de Decreto Legislativo e Projeto de Resolução do Senado com o que todos concordam. **Extra-Pauta, Item 01: Projeto de Decreto Legislativo nº. 054, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Semeador para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Santana, Estado do Amapá.” O relator designado é o Senador Geovani Borges e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 02: Projeto de Resolução do Senado nº. 011, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Antonio Carlos Júnior, que “Dispõe sobre a apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens e revoga a Resolução do Senado Federal nº 39, de 1992.” O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o parecer favorável, com a emenda nº 02-CCT é aprovado. Fica adiada, em virtude da ausência do relator, a seguinte matéria: **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº. 346, de 2005**. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às dez horas e vinte e cinco minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – **SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO
E INFORMÁTICA – CCT

**17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO
DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA INOVAÇÃO, COMUNI-
CAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 2ª SESSÃO LEGIS-
LATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REA-
LIZADA EM 28 DE MAIO DE 2008**

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, que se realiza nessa data, 28 de maio de 2008. Submeto à apreciação do Plenário, a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior. As senhoras e Srs. Senadores que concordam com os seus termos, permaneçam como se encontram. Aprovado. A Ata está aprovada e será publicada no Diário Oficial.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, eu não sei se era possível, tendo em vista que a seguir eu terei que presidir a Comissão de Justiça, da qual vossa Excelência é membro titular, se poderia ter preferência na relatoria das duas proposições, aliás, eu acho que são duas proposições, nas quais eu sou Relator, acho que duas ou três, se for possível, eu não quero quebrar nenhum procedimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Qual é o Item de V.Ex^a.? É terminativo, teremos que ter votação ao final.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Ah, sim. Eu suspeito que sejam, são os Itens 5, 6 e 7.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Submeto à Comissão se podemos fazer uma inversão de Pauta, tendo em vista que o nosso Senador Marco Maciel precisa presidir a CCJ. Os Senadores que estão de acordo, senhoras e Srs. Senadores permaneçam como se encontram. Aprovado.

Vamos, então, sabendo que é um projeto terminativo, votaremos em bloco ao final, o Item 05, 06 e 07. O Item 05 é o Projeto de Decreto Legislativo 472 de 2007, aprova o ato que outorga permissão à Novo Horizonte Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Cupira, Estado de Pernambuco. Autoria: Poder Executivo, Relatoria do ilustre Senador Marco Maciel, com o parecer favorável. Item 06 é o Projeto de Decreto Legislativo 026 de 2008, aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária Gua-

rani para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Caetés, Estado de Pernambuco. Autoria: Poder Executivo, relatoria também do Senador Marco Maciel com o parecer favorável. E o Item 07 também é o projeto de Decreto Legislativo 040 de 2008, aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Quixabense(F) para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Quixabá, Estado de Pernambuco. Autoria: Poder Executivo, relatoria do Senador Marco Maciel, também com parecer favorável. Nessas três cidades, com certeza, o Senador Marco Maciel, bate recorde de votos, porque é uma figura no Estado de Pernambuco, que realmente, em todo local, em todo Brasil, não só em Pernambuco, já é realmente o Senador do Brasil, não só de Pernambuco. Com a palavra o ilustre Senador.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Muito obrigado a V.Ex^a. nobre Senador Wellington Salgado de Oliveira. Sr. Presidente, Senador Wellington Salgado, Sras. e Srs. Senadores, o Item nº 5, como o Sr. Presidente acaba de enunciar diz respeito ao ato que outorga permissão à Novo Horizonte Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na Cidade de Cupira, Estado de Pernambuco.

Sr. Presidente, o meu voto, tendo em vista que o exame a documentação que acompanha o PDS nº 472 de 2007 não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na resolução 3992 do Senado Federal e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, jurisdição e técnica legislativa, somos de opinião pela aprovação do ato que outorga a permissão à Novo Horizonte Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora com frequência modulada na Cidade de Cupira, Estado de Pernambuco, na forma de projeto de Decreto Legislativo ordinário, ou melhor, originário da Câmara dos Deputados.

O mesmo Parecer, Sr. Presidente, meu, diz respeito ao Item 06, que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária Guarani para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Caetés, no Estado de Pernambuco.

O meu Parecer em função de precedentes sobre o assunto, é no sentido de que, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 26 de 2008, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, jurisdição e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato, que autoriza a Associação de Difusão Comunitária Guarani a executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Caetés, Estado de Pernambuco, na forma de Projeto

de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

E finalmente, Sr. Presidente, o Item 07, que diz respeito a ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Quixabense(F) para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Quixabá, no Estado de Pernambuco.

O meu voto, Sr. Presidente, é no sentido, pela aprovação do ato, que autoriza à Associação Comunitária e Cultural Quixabense a executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Quixabá, Estado de Pernambuco, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados. São esses, conseqüentemente, Sr. Presidente, agradecendo a gentileza de V.Ex^a., as proposições nas quais eu sou Relator, nessa presente Reunião.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, ilustre Senador Marco Maciel, em discussão os três relatórios, não havendo quem queira discutir, passaremos à votação em bloco ao final. Senador Sérgio Zambiasi, temos duas rádios, que V.Ex^a. é o Relator.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente, de comum acordo com o Senador Sérgio Zambiasi, que os Itens 15, 16, 17 e 18 fossem logo apreciados, em função de que eu vou ter que me ausentar para participar da Audiência Pública do teatro.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Vamos fazer, agora, V.Ex^a. sabe que temos que votar em bloco ao final, senão caem todas as votações.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Certo.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então, Senador Sérgio Zambiasi, grande radialista, domina todo o sul com a sua voz e a sua audiência, acaba de ceder, e claro que com a concordância de todos os membros dessa Comissão, uma alteração de Pauta, passaremos então aos Itens 15, 16, 17 e 18. Pois não, Senador Geovani.

SENADOR GEOVANI BORGES (PMDB-AP): Eu gostaria de solicitar Extrapauta, colocasse na ordem do dia, hoje, o Projeto de Decreto Legislativo, nº 54 de 2008.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu vou pedir à secretária que pegasse, para que possamos colocar extra pauta e ler assim que for possível. Passaremos após o projeto terminativo, leremos e colocaremos Extrapauta, está bom assim?

SENADOR GEOVANI BORGES (PMDB-AP): Perfeito, colocar para a votação ainda hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Claro, claro.

SENADOR GEOVANI BORGES (PMDB-AP): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com a palavra a Senadora Rosalba para os Itens 15, 16, 17 e 18. Eu vou deixá-la para que V.Ex^a. possa ler os projetos de decretos legislativos, com a palavra, Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente, os Itens 15, 16, 17 e 18, são Projetos de Lei legislativos. O Item 15, nº 471, o Item 16, 473 e o Item 17, 475 e o 18, 029. Todos eles são atos que outorgam a autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária. O Item 15 é na Cidade de Felipe Guerra, no Estado do Rio Grande do Norte, através do Centro Social Comunitário Joel Canela de Oliveira, o 16, Associação Amigos de Elmo Marinho, na Cidade de Elmo Marinho, no Estado do Rio Grande do Norte, o 17 também é no Rio Grande do Norte, na Cidade Dr. Severiano, junto à Associação Comunitária Educacional e de Desenvolvimento Cultural e Comunicação Social de Dr. Severiano e o 18, na Cidade Jardim de Piranhas, no Estado do Rio Grande do Norte, outorga a autorização à Associação Comunitária de Comunicação, para serviços de radiodifusão.

Todos eles, Sr. Presidente, analisada a documentação, está de conforme com as determinações das leis e nós somos favoráveis à aprovação, entendendo que as rádios comunitárias no Estado do Rio Grande do Norte, todas trarão um grande serviço à comunidade, na promoção da cidadania.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito bem Senadora Rosalba, em discussão os quatro relatórios da Senadora. Não havendo quem queira discutir passaremos à votação ao final. Passaremos ao Item 9 e 10, desculpe, passaremos ao Item 03 e 04, do Senador Sérgio Zambiasi, a quem eu passo a palavra nesse momento.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado Presidente Wellington. O Item 03, Projeto de Decreto Legislativo 46 de 2008, aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Comunitário, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Nova Hartz, Estado do Rio Grande do Sul. Autoria: Poder Executivo e o Parecer é favorável.

O Item 04, determinativo, Projeto de Decreto Legislativo 50 de 2008, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Santuário FM Ltda., para explorar o serviço da radiodifusão sonora em frequência

modulada, na Cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul, autoria: Poder Executivo e o Parecer também é favorável, Presidente Wellington.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão os relatórios do Senador Sérgio Zambiasi, não havendo quem queira discutir, passaremos a votação ao final. Passaremos agora o Item 08 e 09. Autoria do Poder Executivo, o Projeto de Decreto Legislativo nº 23 e o Projeto de Decreto Legislativo nº 24 ambos de relatoria do Senador Flexa Ribeiro, esse grande expoente do tucanato brasileiro, que realmente, nessa casa acabou não sendo líder do PSDB, mas sempre nas grandes discussões presentes, a quem eu passo a palavra, com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Wellington Salgado, Sr^{as}. Senadoras, Srs. Senadores, os Itens 08 e 09 da Pauta dizem respeito à outorga de autorização à Associação Apeuense de Radiodifusão Comunitária – AARC, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Castanhal, Estado do Pará, esse o Item 08, o item 9 também que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Modelo – ACCM, para executar serviços de radiodifusão comunitária na Cidade de Castanhal, Estado do Pará. A Cidade de Castanhal, Senador Wellington Salgado, fica no Nordeste Paraense, é conhecida no Estado como cidade modelo, é uma cidade que fica a 60 quilômetros da capital do Estado, Belém, uma cidade que tem uma atividade industrial e agropecuária muito importante e tem colaborado com o desenvolvimento do nosso Estado, tem o os nossos amigos, Prefeito Hélio Leite e o Vice-Prefeito Milton Campos, que é do PSDB e tenho certeza absoluta que a aprovação da outorga dessas duas rádios comunitárias, tanto a AARC, como a ACCM, serão de maior valia para que a informação possa chegar a todos os habitantes daquele querido município do Estado do Pará.

Então, os votos quanto para a Associação Apeuense de Radiodifusão Comunitária, quanto para a Associação Comunitária e Cultural Modelo, tendo o exame da documentação que acompanha o PDS nº 23 e o PDS nº 24 não evidenciaram violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, jurisdição e técnica legislativa, opinamos pela aprovação dos atos que autorizam tanto a Associação Apeuense de Radiodifusão Comunitária – AARC, quanto à Associação Comunitária e Cultural Modelo – ACCM, a executarem serviços de radiodifusão comunitária na Cidade de Castanhal, Estado do Pará, na forma do Projeto de Decreto Le-

gislativo originário da Câmara dos Deputados. Esse é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão o relatório do ilustre Senador Flexa Ribeiro. Não havendo quem queira discutir, passaremos à votação ao final. Item 10, o item 10 é o Projeto de Decreto Legislativo 25 de 2008, aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Medianeira S/C Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na Cidade de Buritis, Estado de Minas Gerais. Autoria do Poder Executivo seria relatoria do Senador Eduardo Azeredo, do meu Estado de Minas Gerais, não estando presente, em homenagem a nossa visita, que nós fizemos, do lançamento do Diretório em Aracaju, tivemos a oportunidade de estar naquela cidade maravilhosa, o Senador Almeida Lima nos convidou, fomos muito bem recebidos na inauguração do comitê do PMDB lá e a cidade está linda realmente, muito bem cuidada, não vou elogiar muito, porque parece que o nosso Senador é oposição lá e vai ser candidato, então não pode elogiar muito [risos] Então, não pode elogiar tanto, senão o Almeida me liga aí. Então, Senador Virgínio, pediria como Relator *ad hoc*, em homenagem a essa visita que o PMDB fez à Cidade de V.Ex^a.

SENADOR VIRGINIO DE CARVALHO (PSC-SE): Obrigado Presidente, pelo elogio a minha Cidade de Aracaju, mas digo que ela já esteve melhor e eu espero que nos próximos dias... Ela ficará melhor ainda [risos], mas vamos ao voto, vamos aqui ao Parecer, o relatório voto, o projeto de educação legislativo 025 de 2008 aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Medianeira S/C Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Buritis, Estado de Minas Gerais, com o seu parecer favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão o Parecer. Não havendo quem queira discutir passaremos a votação ao final. Eu queria dizer, antes de terminar, que o meu pai nasceu em Aracaju, lá na praia e fui a uma visita com ele, à Barra dos Coqueiros, à Praia de Atalaia, hoje tem o nome 23, tem uma praia com o nome de um número.

SENADOR VIRGINIO DE CARVALHO (PSC-SE): 13 de julho.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): 13 de julho, exatamente essa praia, meu pai nasceu ali, cresceu ali, então quer dizer, tenho o sangue, o Sergipe, com certeza correndo aqui.

SENADOR VIRGINIO DE CARVALHO (PSC-SE): Ali na 13 de julho.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Já misturei esse sangue com um monte de sangue, a minha mãe é portuguesa.

SENADOR VIRGINIO DE CARVALHO (PSC-SE): Talvez seja por isso que a gente tem essa grande afinidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É claro, Senador. Passaremos ao Item 11, projeto de Decreto Legislativo 28 de 2008, aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Difusão Cultural Ramal Livre para executar serviços de radiodifusão comunitária na Cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo. Seria a relatoria do Senador Romeu Tuma, que não está presente, pediria para fazer o relatório *ad hoc* o Senador AC Júnior, a quem eu passo a palavra.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, senhoras e Srs. Senadores, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 28 de 2008 não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, jurisdição e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária de Difusão Cultural Ramal Livre para executar serviços de radiodifusão comunitária na Cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados, esse é o voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão ao voto do Relator *ad hoc* ACM Júnior, não havendo quem queira discutir, passaremos à votação ao final. Passaremos agora ao item 12, 13 e 14, todos de autoria do Poder Executivo, relatoria do Senador Geovani Borges, a quem eu passo a palavra.

SENADOR GEOVANI BORGES (PMDB-AP): [interrupção de áudio] a executar serviços de radiodifusão na Cidade de Carolina, Estado do Maranhão. Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 435 de 2007, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, jurisdição e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato.

É o voto, Sr. Presidente, pela aprovação. O Item, página 111, a União dos Moradores da [ininteligível] executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de São Luís, Estado do Maranhão. Pela aprovação, Sr. Presidente. O item 14, a rádio Liberdade Itarema Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Itarema, Estado do Ceará, do Maranhão para o Ceará, pela aprovação, Sr. Presidente. E finalmente, Extrapauta, que eu também

sou Relator, eu quero aproveitar se eu já posso pedir a aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): V.Ex^a. está tão ansioso, que eu acho melhor a gente botar logo Extrapauta.

SENADOR GEOVANI BORGES (PMDB-AP): Aproveitar o embalo, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Que os outros são todos terminativos, mas esse seria não terminativo.

SENADOR GEOVANI BORGES (PMDB-AP): Não, é terminativo também.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ah é terminativo também. Ok. Perfeito. É rádio também.

SENADOR GEOVANI BORGES (PMDB-AP): Só o pacote.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com certeza, V.Ex^a. tem a palavra.

SENADOR GEOVANI BORGES (PMDB-AP): Outorga a permissão à Fundação Semeador, para executar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, na Cidade de Santana, Estado do Amapá. Pela aprovação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mais alguma declaração, que essa é realmente do Estado de V.Ex^a. O Estado do Amapá.

SENADOR GEOVANI BORGES (PMDB-AP): É a minha cidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Santana, cidade de V.Ex^a.?

SENADOR GEOVANI BORGES (PMDB-AP): Por coincidência é a minha cidade, onde eu tive a honra de ter sido Prefeito lá, também.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Perfeito. Então, V.Ex^a., com certeza está levando mais algo para a cidade que, com certeza vai ser um grande benefício.

SENADOR GEOVANI BORGES (PMDB-AP): Benefício para a cidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Quem bom.

SENADOR GEOVANI BORGES (PMDB-AP): Essa rádio comunitária, no caso é educativa, tem prestado um grande serviço para o Brasil. Às vezes você faz uma pesquisa à população, dá mais importância à construção de um hospital, de uma escola, em relação

aos meios de comunicação, que é importante, onde a cidade passa a ter mais uma voz, né?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): E essa questão também, eu queria fazer uma colocação, essa questão das rádios educativas, muitas vezes algumas pessoas questionam porque rádio educativa não tem licitação, eu acho importantíssimo isso, Senador Geovani, por quê? Porque muitas vezes você vai abrir licitação numa rádio que não tem um público que vai parar, mas ao mesmo tempo aquela rádio vai fazer um trabalho e não tem interesse, de repente aquele que vai comprar não é nem da região, então essas rádios educativas, elas cumprem essa função no momento em que é outorgado; via Ministério, mas cumprindo todos os trâmites legais, porém em regiões que necessitam realmente da área.

SENADOR GEOVANI BORGES (PMDB-AP): E fiscalizado, posteriormente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão o relatório do ilustre Senador, não havendo quem queira discutir, passaremos à votação ao final. Iremos agora aos Itens, que seriam os relatados pela Senadora Ideli Salvatti. Pediria que fosse o Item 19, 20, 21 e 22 relatados pelo Senador Augusto Botelho, que eu sempre presto atenção nas suas colocações do Plenário, mas eu acho que o Estado de V.Ex^a., nesse momento está vivendo uma situação que é de interesse da Nação, então eu tenho realmente procurado, toda vez que V.Ex^a. sobe a Tribuna para discutir essa questão das terras, porque eu, inclusive, eu fiquei muito preocupado, quando eu vi que após tirar as terras indígenas, mais lagos e mais rios, só sobra 30%, em torno disso, para o Governador administrar, não sei se isso é correto, a informação que eu tenho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): É, na realidade vai sobrar 8% para ser utilizado, porque do que sobra... As florestas só são 20% e o lavrado, o campo a gente só pode usar 35%, sobra 8% no final, mas o problema não é, isso a coisa mais grave, a coisa mais grave é as áreas indígenas que ficam abandonadas à própria sorte, os índios. São demarcadas as áreas e largam para lá.

No meu ponto de vista, os índios têm que ser integrados num processo produtivo, e eles querem, os índios que já estão em contato com a nossa civilização a mais de 250 anos querem se integrar, então nós temos que criar meios para fazer isso, nós temos trabalhado, tentado com Emendas Parlamentares, melhorar a qualidade de vida, mostrar o que é agricultura mecanizada para eles e graças a Deus, esse Governador que entrou agora e o outro que morreu,

também estava integrando, começando a fazer projetos do Estado, para mecanizar a agricultura, para eles aprenderem a usar a agricultura mecanizada doando tratores, inclusive, para os indígenas.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu queria dizer para V.Ex^a. que a posição de V.Ex^a. vai ser o meu voto em qualquer situação nesse sentido, porque eu tenho, assim, o maior apreço por V.Ex^a., V.Ex^a. é um homem correto e pelo seu Estado, não tem nem como falar aqui, então o voto que V.Ex^a., colocar nesse sentido, em qualquer direção, eu acompanharei representando Minas, eu acompanharei o voto de V.Ex^a.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Agradeço, sensibilizado, a confiança depositada pelo nobre colega. Então vamos aprovar as rádios. Eu sou o relator *ad hoc* da Senadora Ideli Salvatti. Item 19, Projeto de Decreto Legislativo 452, aprova ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária Fortaleza, para executar serviços de radiodifusão comunitária na Cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina. Parecer Favorável da relatora, o qual eu reafirmo.

Item 20: aprova ato que outorga autorização à Associação Beneficente Cristã de Ilhota, para executar serviços de radiodifusão comunitária na Cidade de Ilhota, Estado de Santa Catarina. Parecer favorável. 21: aprova ato que renova a concessão outorgada à Fundação João XXIII para explorar serviços de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Mafra, Estado de Santa Catarina. Parecer favorável. Item 22, terminativo: aprova ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Alternativa, para executar serviços de radiodifusão comunitária na Cidade de Urubici, Estado de Santa Catarina. Parecer favorável.

Os pareceres são favoráveis aos quatro projetos, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão, não havendo quem queira discutir, passaremos à votação dos relatórios. Aguardaremos só um pouco, porque o Senador Marco Maciel pediu para chamá-lo, que ele está na presidência, mas podemos ir colhendo os votos. Como vota o Senador Augusto Botelho?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com os relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Como vota o Senador Renato Casagrande? Senador, V.Ex^a. estava na ponta direita, por sinal, ontem eu estava no aeroporto, encontrei um amigo de V.Ex^a., Salvador, mandou um abraço para V.Ex^a., o nome dele, eu não esqueci

porque é o nome da capital do Estado da Bahia. Geovani Borges, como vota V.Ex^a.?

SENADOR GEOVANI BORGES (PMDB-AP):

Com os relatores, Excelência.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON

SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Virgínio de Carvalho, de Sergipe?

SENADOR VIRGINIO DE CARVALHO (PSC-SE):

[pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON

SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O maior radialista do Sul. Senador, eu não vou dizer do Brasil, senão eu posso arrumar complicação, mas do Sul eu tenho certeza. Senador Sérgio Zambiasi, como vota V.Ex^a.?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Apenas um radialista do sul, com muito orgulho. Eu acompanho os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON

SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não é o que corre à boca miúda, à boca graúda, não é nem miúda. Como vota a Senadora Rosalba?

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON

SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Como vota o Senador Flexa, assim que desligar o telefone, como vota a V.Ex^a.?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com a Relatora e com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON

SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, Antonio Carlos Júnior, como vota V.Ex^a.?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA): Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON

SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Estamos só aguardando a vinda do Senador Marco Maciel, está no corredor, temos que ter um pouquinho de paciência, é rápido o Senador, como vota V.Ex^a.?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): [ininteligível] Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON

SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Está bom, muito obrigado. Então, diante disso, terminamos os votos. Vamos aos requerimentos e os projetos não terminativos. Item 02 da Pauta, Senador Sérgio Zambiasi, o Item 01 da Pauta, o Senador Eduardo Azeredo não vai estar presente, então estamos tirando de Pauta. Item 02 da Pauta, Projeto de Lei do Senado, 671 de 2007, autoriza as providências para a divulgação, pela internet, das informações relativas a gastos públicos classificados como indenizatórios. Aatoria do

Senador Expedito Júnior, relatoria do ilustre Senador Sérgio Zambiasi, com o Parecer favorável. Observação 1: Matéria terminativa na Comissão de Constituição Justiça e Cidadania. Com a palavra o Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente, analisando o projeto, nós mantivemos, conforme vontade do autor, sem alterações, não há Emendas e, portanto, o Parecer é favorável ao Item 02 da Pauta, ao Projeto de Lei do Senado, 671 de 2007, que autoriza as providências para a divulgação pela internet, das informações relativas a gastos públicos classificados como indenizatórios. O Senado já está fazendo, a Câmara também, os poderes iniciam esse processo de transparência, algumas Câmaras Municipais já estão fazendo também, as Assembléias Legislativas também começam a fazer esse procedimento e afinal um projeto de transparência na área pública ganha definitivamente, consagra definitivamente esse espaço em nível de mídia e nível de internet, então o Parecer é favorável, sem Emendas.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON

SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Antes de colocar em discussão, eu queria falar, Senador Sérgio Zambiasi, que eu militei a minha vida em iniciativa privada e há três anos eu tive a oportunidade de entrar na vida pública e realmente é uma mudança muito grande, um homem público de um homem privado, é uma diferença muito grande, o homem público tem a sua vida realmente, tem que ser aberta à população, todos os seus gastos têm que ser claro, eu senti realmente isso, muitas situações em que você como homem da iniciativa privada não tem que dar satisfeito a ninguém, você como homem público, tem que ter a sua vida totalmente disponível à população, a verdade é essa e esse projeto, no qual V.Ex^a. é o Relator, demonstra mais uma vez o que nós já fazemos no Senado, pelo menos lá o meu Secretário, todo final de mês coloca lá onde são gastas as verbas indenizatórias. Eu acho que todos deviam, inclusive eu não consigo gastar o que está lá, mas está disponível, no que nós gastamos, junto às nossas bases, isso é importantíssimo, estamos vivendo um momento maravilhoso no país, porque a transparência está aí, a segurança, a população, eu não vou ficar falando que é só uma questão do Governo Lula, porque na verdade é um amadurecimento do Brasil como um todo, a verdade é essa. Então, em discussão ainda, o Senador deveria discutir esse projeto? Não havendo quem queira discutir, Senadores que estejam de acordo com a relatoria do projeto do Senador Sérgio Zambiasi permaneçam como estão. Aprovado. Mais algum Item na Pauta?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sobre a mesa, Extrapauta, Projeto da Comissão de Tecnologia, sobre o projeto número 11 de 2008, que dispõe sobre a apreciação dos atos de outorga de renovação à permissão para serviços de radiodifusão sonora, edições de imagens e revoga a Resolução do Senado, nº39 de 92. Relator Senador Flexa Ribeiro. O Parecer, projeto Extrapauta, com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Wellington Salgado—

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu queria que todos os Senadores presentes prestassem atenção, que esse é um projeto importantíssimo, Senador Flexa Ribeiro, V.Ex^a. foi escolhido como Relator, porque hoje, nessa casa, claro que junto com mais alguns Senadores, mas V.Ex^a. está se tornando um grande especialista nessa área e talvez seja esse projeto que vai regulamentar toda a tramitação de rádio e televisões na nossa Comissão. Eu sei que V.Ex^a. estudou bastante com outros Senadores, então eu passaria agora a palavra a V.Ex^a., pediria a atenção dos demais Senadores. Com a palavra Senador.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --Presidente Senador Wellington Salgado, Srs. Senadores, Sras. Senadoras. Após exame na Comissão de Constituição e Justiça, chega para análise na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, o Projeto de Resolução do Senado, PRS número 8 de 2008, que dispõe sobre a apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora, de sons e imagens e revoga a resolução do Senado federal nº 39 de 1992.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Um aparte, Senador, eu esqueci de dizer, esse é um projeto de autoria do Senador Antonio Carlos, e V.Ex^a. vai falar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): De autoria do nobre Senador Antonio Carlos Júnior, a medida propõe a revisão da norma interna, que vem nortear o cumprimento por esta Casa Legislativa, da prerrogativa conferida pela Carta Magna, no art. 223, de revisão dos atos de outorga e renovação para exploração de serviço; de radiodifusão praticados pelo Poder Executivo. O projeto não recebeu Emendas. Análise, Sr. Presidente, nos termos do Parecer já apresentado por ocasião da apreciação da matéria na Comissão de Constituição e Justiça, reiteramos o nosso entendimento de que a Resolução número 39 de 1992 necessita

de revisão. Em primeiro lugar, a carência identificada decorre de alterações efetuadas nas leis e decretos, que regula a matéria no âmbito do Poder Executivo ocorridos durante a sua vigência.

É preciso considerar também a atualização pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, do instrumento que disciplina o exame desses atos naquela Casa. Não podemos correr o risco de que a Câmara dos Deputados e o Senado Federal apliquem critérios significativamente distintos, também nos parece descabido que o Senado proceda à mera repetição dos procedimentos já realizados pela Câmara.

De outra parte, impede reiterar que a Resolução nº 39, ou melhor, de outra parte impende reiterar que a Resolução nº 39 de 1992, não incorpora o exame da documentação referente ao serviço de radiodifusão comunitária. Desse modo, as incompatibilidades entre a norma e a nova realidade no setor de radiodifusão, induzem à conclusão de que os critérios adotados pelo Senado, no exame dos atos de outorga e renovação de serviço de radiodifusão necessitam serem revistos. Demonstradas as razões que recomendam a atualização da Resolução nº 39 de 1992, não podemos deixar de justificar a Emenda de Relator por nós apresentada na Comissão de Constituição e Justiça e que adotamos como parte integrante deste Parecer. Pelo alto significado dos meios de comunicação eletrônicos em nosso cotidiano, não poderemos prescindir da participação da sociedade no controle democrático dos serviços prestados pelas emissoras de rádio e televisão.

Dentro dessa perspectiva, a abertura da possibilidade de manifestação da comunidade envolvida oferece ao Parlamento a instrumentação necessária a uma tomada de decisão informada. Por outro lado, a definição de um mecanismo que permita ao Senado Federal ir além do mero exame dos aspectos técnicos desses atos, constitui em nosso entendimento, medida fundamental. Cumpre salientar que a Comissão de Constituição e Justiça, não atentou para o fato de que a Emenda por ela aprovada, estipulou o prazo de 15 dias para o recebimento das manifestações da comunidade. Ocorre que o regimento interno estabelece esse mesmo prazo para que a matéria seja votada na Comissão. Não haveria, pois, como conciliar os dois ventos. Nesse sentido faz-se necessário propor a adequação do texto e estipular em 10 dias o prazo previsto. Além disso, para fins de padronização, propomos a substituição do vocábulo denúncias constante no §4º, do art. 2º, da Emenda, pelo vocábulo contestações.

Vamos ao voto, Sr. Presidente. Pelas razões acima expendidas, somos de Parecer pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado número 11 de 2008, com

a incorporação da Emenda apresentada e aprovada na CCJ. Quero, ao finalizar o nosso Parecer, parabenizar o Senador Antonio Carlos Júnior, autor do projeto. Ele, em bom momento, ofereceu à discussão do Senado Federal, esse projeto que traz, evidentemente, a adequação das normas hoje vigentes, para a concessão, permissão e autorização do serviço de radiodifusão sonora e imagem, para que nós possamos aperfeiçoá-la e o Senado Federal, ao aprovar, como fizemos hoje, dezenas de concessões foram hoje aprovadas e são praticamente repetidas, eu não diria a cada sessão, mas a cada 15 dias, tal a profusão e a necessidade, a necessidade de termos essas rádios, que levem as informações, que levem cultura, que levem entretenimento à população brasileira.

Então essa revisão das normas para a permissão outorga ou concessão, que o Senador Antonio Carlos Júnior em tão boa hora propôs, é de vital importância e o Parecer é pela aprovação com as Emendas apresentadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com a palavra o Senador autor do projeto, Senador ACM Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMBA): Sr. Presidente, senhoras e Srs. Senadores, esse projeto tem grande importância em função da defasagem que a resolução 39 do Senado Federal tinha em relação as alterações que a legislação pertinente sofreu, além da Câmara dos Deputados no ano passado ter modificado e modernizado a tramitação dentro daquela casa e nós nada fizemos até então.

Então, daí a importância de fazer essa adequação e não adiantava também repetir os procedimentos da Câmara dos Deputados e em boa hora o Senador Flexa Ribeiro apresentou uma Emenda que também, digamos, fortalece as prerrogativas do Senado Federal em relação à aprovação, quando abre prazo para que haja contestações, ele inclusive, fez uma Emenda extremamente interessante, agora de redação, para poder adequar melhor ainda a Resolução e agora eu acho que ela ficou bastante apropriada para a tramitação dos novos processos que venham a chegar ao Senado e aí, particularmente a essa Comissão.

Então, eu também saúdo a presteza com que o Senador Flexa Ribeiro apresentou o relatório e também as Emendas que foram interessantes para melhorar e para tornar mais adequado ao projeto. Eu agradeço ao Senador Flexa Ribeiro e peço também a aprovação do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ainda em discussão. Eu queria só fazer uma colocação, porque muitas vezes a política é acompanhada só de duas

maneiras, oposição e situação e eu sempre procuro colocar que o resultado desse Brasil que dá certo hoje é fruto justamente desses encontros de forças e o momento agora aqui está acontecendo, um relatório que tem certeza que vai melhorar substancialmente a tramitação de documentos nessa Casa, feito pela oposição atuante, porém, que sabe qual é o melhor caminho para o Brasil. Eu me sinto muito feliz de participar desse momento.

Então passaremos à votação, se não houver ninguém mais que queira debater o assunto. Então, as senhoras e Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como estão. Aprovado. Parabéns Senador ACM Júnior, é uma mudança na tramitação das rádios e televisões aqui no Senado. Senador Flexa Ribeiro, como Relator, acolhendo as Emendas também, está de parabéns, é um marco na história dessa Comissão. Então, tem mais alguma coisa, secretária? Então, nada mais tendo a declarar. Então declaro encerrada essa Reunião.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

**ATA DA 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª
SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 2008.**

EMENDAS À LDO 2009

Às dez horas e vinte e cinco minutos do dia vinte e oito de maio de dois mil e oito, na sala 19, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira, Presidente da Comissão e com as presenças dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Renato Casagrande, Ideli Salvatti, Geovani Borges, Romeu Tuma, Virgínio de Carvalho, Antonio Carlos Júnior, Sérgio Zambiasi, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Flexa Ribeiro e Marconi Perillo, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Valdir Raupp, Valter Pereira, Demóstenes Torres, João Tenório, Eduardo Azeredo e Cristovam Buarque. Justifica a ausência o Senhor Senador Marcelo Crivella. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado do cargo. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Wellington Salgado de Oliveira submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, o Senhor Presidente informa que o objetivo da reunião é o de discutir e aprovar as emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática à Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2009. Neste momento o Senhor Presidente, passa a palavra ao

Senador Antonio Carlos Júnior, relator das Emendas à LDO de 2009 nesta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para proferir seu parecer. Prosseguindo, a Comissão analisa e aprova as cinco (5) emendas ao “Anexo I – Prioridades e Metas” ao PL nº 01/2008 – CN: **Emenda n.º 01 – “Apoio a Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Biotecnologia”**, apresentada pelos Senadores Flexa Ribeiro e Cristovam Buarque. **Emenda n.º 02 “Implantação do Centro Nacional de Tecnologia do Etanol – CNTE”**, apresentada pelos Senadores Flexa Ribeiro e Cristovam Buarque. **Emenda n.º 03 “Fomento à Elaboração e Implantação de Projetos de Inclusão Digital”**, apresentada pelos Senadores Flexa Ribeiro e Cristovam Buarque. **Emenda n.º 04 “Apoio à Implantação e Modernização de Centros Vocacionais Tecnológicos”**, apresentada pelos Senadores Flexa Ribeiro e Cristovam Buarque. **Emenda n.º 05 “Apoio a Redes e Laboratórios de Pesquisa em Física de Altas Energias”**, apresentada pelos Senadores Flexa Ribeiro e Cristovam Buarque. Prosseguindo, a Comissão analisa e aprova as oito (8) emendas de texto ao PL nº 01/2008 – CN: **Emenda n.º 01 “Inclua-se o seguinte Inciso na Seção I do Anexo V do PL 01/2008-CN”**, apresentada pelo Senador Augusto Botelho. **Emenda n.º 02 “Inclusão de Parágrafo no Artigo 13 do Corpo da Lei. (Royalties Marinha do Brasil)”**, apresentada pelo Senador Augusto Botelho. **Emenda n.º 03 “Modifica a Redação do Item 2 do Inciso II do Anexo V (Função Defesa Nacional)”**, apresentada pelo Senador Augusto Botelho. **Emenda n.º 04 “Modifica o Inciso IV do Artigo 71 do Corpo da Lei (OMPS)”**, apresentada pelo Senador Augusto Botelho. **Emenda n.º 05 “Anexo V – Inciso II Item 2”**, apresentada pelo Senador Flexa Ribeiro. **Emenda n.º 06 “Corpo da Lei – Artigo 72 Inciso V”** apresentada pelo Senador Flexa Ribeiro. **Emenda n.º 07 “Limitação de Empenho”** apresentada pela Senadora Fátima Cleide. **Emenda n.º 08 “Limitação Orçamentária e Financeira”** apresentada pela Senadora Fátima Cleide. Finda a discussão e deliberação das Emendas da Comissão à LDO de 2009, o Senhor Presidente determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às dez horas quarenta e seis minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA, Presidente

da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO
E INFORMÁTICA – CCT

18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 28 DE MAIO DE 2008

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, que se realiza nesta data, 28 de maio de 2008. Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior. As senhoras e senhores senadores que concordam com esse termo permaneçam como se encontram. Aprovado. A Ata está aprovada e será publicada no Diário Oficial.

A presente Reunião tem como item único a discussão e votação das Emendas dessa Comissão, ao PL nº 1/2008, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2009 e dá outras providências perante a Comissão Mista de Planos e Orçamentos Públicos e Fiscalização, tendo como Relator o Senador ACM Júnior, a quem eu passo a palavra.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Só um minutinho... Claro, claro. Eu queria colocar que essa Comissão, como é uma Comissão nova, no ano passado tivemos problemas para incluir a nossa Comissão no orçamento, mas esse ano eu tive uma Reunião com o Presidente, vai haver uma Reunião do Congresso Nacional, onde vai ser finalmente qualificada a nossa Comissão, para que entrasse no orçamento. Como é uma Comissão nova, foi criada o ano passado, então encontrou algumas dificuldades, mas esse ano vai estar tudo correto.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEB-BA): Sr. Presidente, senhoras e senhores senadores, de acordo com o Parecer preliminar relativo ao Projeto de Lei nº 1/2008, do Congresso Nacional, aprovado pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em 20/5/2008, cada Comissão permanente da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderá apresentar até cinco Emendas ao Anexo 1,

“Prioridades e Metas”. Quanto às Emendas de texto, que incluem naquelas que incidem sobre os demais anexos, sujeitos a alterações no âmbito do Congresso Nacional, o Parecer preliminar não fixa limite máximo para apresentação de Emendas. Ainda de acordo com o mencionado Parecer preliminar, a Emenda ao Anexo 1 deve estar de acordo com as competências regimentais da Comissão e representar interesse nacional. O que significa? Que a execução da ação deve ocorrer a nível nacional ou, se executada em localidade específica, gerará benefícios em proveito de duas ou mais regiões. Além disso, a ação deve constar no PPA 2008, 2011. Foram apresentadas 18 propostas de Emendas, sendo oito relativas ao texto e dez relativas ao Anexo 1. As propostas de emendas de texto pretendem:

1º) Proteger do contingenciamento. A) As subfunções: defesa área e defesa naval e defesa terrestre, promoção industrial no âmbito do Ministério da Defesa; a Emenda n. 1, do Senador Augusto Botelho. B) Parte da função de ciência e tecnologia e a função defesa nacional; Emenda n. 3, do Senador Augusto Botelho. C) Despesas da conta de receita oriundas de atividades produtivas e bens de serviço, destinadas à melhoria ou manutenção das atividades próprias produtivas; n. 4, do Senador Augusto Botelho. D) Função: ciência e tecnologia; e subfunções: desenvolvimento científico, desenvolvimento tecnológico e engenharia e difusão do conhecimento científico e tecnológico; Emenda, 10 do Senador Flexa Ribeiro, e Emenda 12, da Senadora Fátima Cleide. E) Despesas custeadas com recursos provenientes de receitas próprias, decorrentes da comercialização de bens e/ou serviços; Emenda 11, do Senador Flexa Ribeiro, e 13, da Senadora Fátima Cleide.

2º) Evitar que parcelas dos *royalties* do petróleo e gás natural devidas à Marinha do Brasil constituam reserva de contingência destinada a contribuir para a produção do superávit primário; n. 2, do Senador Augusto Botelho.

Tais propostas têm importante mérito, pois pretendem evitar o contingenciamento de gastos importantes para o desenvolvimento e a segurança do país, com os relativos à Defesa Nacional, à Ciência e Tecnologia e àqueles que são executados a conta de receitas próprias, oriundas das atividades produtivas. Quanto essas propostas apresentadas ao Anexo 1, constatou-se que referem-se a cinco ações de grande importância para a pesquisa e o desenvolvimento científico e tecnológico, conforme abaixo discriminado:

4942: Apoio à pesquisa, desenvolvimento e inovação de biotecnologia; n. 5, do Senador Flexa Ribeiro, e 14, do Senador Cristovam Buarque. São as emendas.

102S: Implantação de Centro Nacional de Tecnologia do Etanol. É a Emenda n. 6, do Senador Flexa Ribeiro, e 15, do Senador Cristovam Buarque.

6429: Fomenta a elaboração de implantação de projeto de inclusão digital; Emenda n. 7, do Senador Flexa Ribeiro, e 16, do Senador Cristovam Buarque. E apoio à implantação de modernização de centros vocacionais(F) tecnológicos; a Emenda n. 8, do Senador Flexa, e 17, do Senador Cristovam.

E, por fim, apoio a redes e laboratórios de pesquisa de Física e altas energias; Emenda n. 9, do Senador Flexa, e 18, do Senador Cristovam.

O voto. Diante do exposto, votamos no sentido de que essa Comissão delibere pela apresentação de Emendas ao Projeto de Lei de diretrizes orçamentárias, para o exercício de 2009, Projeto de Lei nº 1/2008, do Congresso Nacional, conforme segue:

1º) Emendas de texto na forma proposta pelos nobres senadores.

2º) Emendas ao Anexo 1, prioridades da forma abaixo.

Então, aqui, nós temos os acréscimos de meta, e, portanto, esse é o Parecer, em relação às Emendas, à LDO.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão, alguma consideração, Senador Flexa?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só para, Presidente Wellington Salgado, agradecer à Relatora Ideli Salvatti e ao Relator *ad hoc*, Senador Antonio Carlos Júnior, pela aceitação das Emendas que foram por mim propostas; todas elas no sentido de poder incluir metas importantes para o desenvolvimento da ciência, tecnologia em nosso país. Eu fico muito feliz e tenho certeza absoluta de que nós vamos avançar com o trabalho da Comissão, tão bem presidida por V.Ex^a., nesse importante segmento.

O Brasil só alcançará o patamar de país de primeiro mundo, se investirmos em ciência e tecnologia, principalmente nas regiões menos desenvolvidas, como, e na região amazônica, que tem a maior biodiversidade do planeta e tem muita riqueza a ser, de forma correta e sustentável, explorada com ciência e tecnologia.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro. Eu queria dizer que eu tive a oportunidade de ter um jantar com a bancada do PMDB, na casa do Senador Presidente Garibaldi, com o Ministro Mangabeira, onde o Ministro colocou realmente que o Brasil, hoje, ele se encontra entre os países que detêm a tecnologia e os países que fazem a mão-de-obra barata. E descobrir qual é o caminho que nós vamos é a grande decisão que nós temos que

tomar: ou o país vai para um caminho de tecnologia ou vai para um caminho de tentar fazer uma mão-de-obra barata, como a Índia faz, como a China faz, que eu acho que não é o nosso caminho. Entendeu? Então, quando V.Ex^a. coloca que a tecnologia é importante, a pesquisa, a inovação, é justamente para que possamos passar para esse grupo de cima, esse grupo que detém a tecnologia, e não um grupo que vai fazer uma mão-de-obra barata, para poder fazer um produto com o menor preço, mas que, ao mesmo tempo, não dá uma qualidade de vida aos trabalhadores dessa nação.

Então eu fiquei muito impressionado com a colocação feita pelo Ministro Mangabeira. Não tinha oportunidade de estar com ele, e vi uma coisa muito importante, Senador Flexa, que o Ministro Mangabeira colocou. Ele colocou que a grande força desse país vai estar justamente em todas as classes sociais, A, B e C, servir ao exército, porque, no momento em que você estiver servindo o exército, descendentes de classe A, classe B, classe D, classe E, dormindo junto, servindo ao país junto, ali se forma uma Nação. É uma coisa impressionante esse raciocínio dele, e eu acordo plenamente. Então, foi uma noite agradável, um jantar agradável, proporcionado pelo nosso Presidente Garibaldi. Alguma declaração, Senador Romeu Tuma? Eu estava com saudade de V.Ex^a.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não, é um prazer estar aqui com V.Ex^a. Infelizmente, mas graças a Deus eu estou aqui vivo, depois de alguns dias de intranquilidade, mas eu estou bem, graças a Deus. E V.Ex^a. está falando que nós temos que ter a plataforma superior, na produtividade, na tecnologia, e isso eu estou praticamente aprendendo um pouco com a China. A China, ela tem uma superprodução de produtos facilmente consumíveis, pelo preço e pela falta de tecnologia, que era a cópia de tudo o que existia. Na última visita que fiz à ONU, eu vi, nas lojas dos Estados Unidos, andando para comprar uma gravata de presente ao Presidente, que tudo *made in China*, de uma alta tecnologia, costura de primeira, a mais de 100 dólares a gravata, quando você compra, na 25, dez por R\$ 3,00; três por R\$ 10,00.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): E, em gravata, V.Ex^a. é um especialista. [ininteligível] me contou a história de V.Ex^a. Então, em gravata, quando dá o Pa-recer, eu acompanho.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Então, você compra três por R\$ 10,00. Então, quando você vai à China, segundo um empresário importador, disse assim: “eu preciso de um sapato que custe 10 reais”. Ele te faz. Eu quero uma qualidade boa de 100 reais. Ele faz. Então, a tecnologia na Ásia, hoje, ela se de-

envolveu para concorrer com o mundo em qualquer segmento.

Então, não há mais a possibilidade de dizer..., eu peço desculpas às jovens. Eu tenho um amigo que fabrica lingerie de primeira, não vou falar o nome aqui, vai falar que é propaganda. Aliás, ele casou agora e saiu em tudo o que é revista. Mas ele me disse o seguinte: “A nossa oportunidade de exportação está na boa qualidade. A hora que a China começar a empatar conosco, nós vamos passar apertado”. Então, é correta essa evolução tecnológica o mais rápido possível, para que a gente não perca totalmente a guerra no futuro.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Posso só fazer uma votação rápida, e eu quero continuar o assunto com V.Ex^a. Não, eu quero continuar o assunto com V.Ex^a. Então, em votação, os senadores que queiram fazer mais alguma declaração. Senador Flexa, sobre...? Não? Então, em votação, os senadores, estando de acordo, permaneçam como estão. Aprovado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Deixa eu terminar, então.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu queria só aplaudir, quando V.Ex^a. perguntou ao Flexa se ele queria fazer alguma declaração, ele disse que não e, em seguida, pediu pela ordem [risos]. Mas ela é uma flecha mesmo, não tem jeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Romeu Tuma, V.Ex^a, eu estava na CPI do cartão corporativo, V.Ex^a. estava acamado, se restabelecendo, e me ligou da cama, para discutir o que estava acontecendo ali. Quer dizer, mesmo acamado, o Senador Romeu Tuma estava ligado na TV Senado, me ligou, veio alguém da assessoria: “Olha, o Senador Romeu Tuma no telefone”. Aí eu atendi: “Mas esse cidadão está questionando, falando isso, falando isso...”. Quer dizer, mesmo acamado o Senador Romeu Tuma estava acompanhando, trabalhando. É por isso que V.Ex^a. é um daqueles senadores que não é o senador de São Paulo, é o Senador do Brasil, o grande xerife.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Obrigado, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Wellington Salgado, Senador Romeu Tuma, primeiro eu fico muito feliz na sua recuperação. A sua ausência, aqui, é sentida por todos nós, pela expe-

riência, pelos ensinamentos que todos nós colhemos da sua sabedoria. Eu gostaria, só, Presidente Wellington, de fazer uma correção de redação no voto que proferi há pouco, no projeto do Senador Antonio Carlos Júnior. Na Emenda n. 1, no § 2º, quando relatei, na sessão anterior, § 2º diz: “A apresentação de manifestações de que trata o 1º deverá ser feita por escrito”. Na de que hoje diz o seguinte: A apresentação de manifestações de que trata o § 2º poderá ser feita”.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Houve um erro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O correto é: “Deverá ser feita”. Só para fazer a correção.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então, assessoria e todos presentes, a correção está feita. Alguma declaração a mais a ser feita? Senador Romeu Tuma— [interrupção no áudio] --com certeza--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Ele é meu sobrinho, por isso que ele fala...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): --com certeza tem uma... Quando o Senador Romeu Tuma fica bem de saúde, um monte de bandido fica preocupado, Senador [risos].

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador Wellington, eu estava aqui falando com a sua Secretária. Tem uma coisa importante que a gente tem que tomar cuidado ao analisar o pedido de rádio, que às vezes eles vêm incompletos. Então, esta semana, eu relatei dois com falta, levantada pela assessoria, de vários documentos. Ela me disse que V.Exª aprovou uma Resolução.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O Senador ACM foi o Relator, e houve uma mudança na tramitação. Vou encaminhar para V.Exª., para V.Exª. dar uma olhada no que nós aprovamos hoje.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Está ótimo, parabéns por tudo e que Deus o abençoe.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Bom, nada mais tenho a declarar, declaro encerrada essa Reunião. É incrível isso aí.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE JUNHO DE 2008.

Às nove horas e quarenta e um minutos do dia quatro de junho de dois mil e oito, na sala treze, Ala

Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira, Presidente da Comissão e a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Renato Casagrande, Romeu Tuma, Virgínio de Carvalho, Antonio Carlos Júnior, Sérgio Zambiasi, Expedito Júnior, Flávio Arns, Gerson Camata, Gim Argello, Marco Maciel e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Marcelo Crivella, Ideli Salvatti, Valdir Raupp, Geovani Borges, Valter Pereira, Demóstenes Torres e Eduardo Azeredo. Justificam a ausência os Senhores Senadores João Tenório e Cristovam Buarque. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado do cargo. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Wellington Salgado de Oliveira submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 111, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns, que “Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para incluir mecanismos de acesso dos deficientes visuais a livros adquiridos por programas governamentais.” O relator designado é o Senador Antonio Carlos Júnior e o parecer favorável é aprovado. O Senhor Presidente, Senador Wellington Salgado de Oliveira faz o comunicado que se segue: “Comunico aos Excelentíssimos Senhores Senadores o recebimento do Aviso nº 00067/2008/MC do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, Senador Hélio Costa, que encaminha o parecer do Senhor Presidente da ANATEL – Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg, em resposta ao Requerimento de Informação nº 33, de 2007 – CCT (Requerimento n.º 1357, de 2007-PLEN), de nossa autoria, com base na Consulta Pública n.º 833, de 2007 – Anatel “Proposta de Regulamento sobre Canalização e Condições de Uso de Radiofrequências para os Serviços Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos – SARC, Especial de Repetição de televisão – RpTV e Especial de Circuito Fechado de Televisão com Utilização de Radioenlace – CFTV”. As Senhoras e Senhores Senadores que desejarem uma cópia do mesmo, dirijam-se à Secretaria desta Comissão. A matéria vai para o arquivo”. Nesse momento, o Senador Wellington Salgado de Oliveira requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de requerimento com o que todos concordam **Extra-Pauta, Item 01: Aditamento nº 01 ao Requerimento nº. 30, de 2007-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Marcelo Crivella e Wellington Salgado de Oliveira, que requer, “... nos termos do artigo 90, inciso V, e 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal em Aditamento ao Requerimento nº 30, de 2007-CCT, seja convidado para participar da audiência

pública, aprovada por esta comissão em 31 de outubro de 2007, que tem por finalidade instruir o Projeto de Lei do Senado nº 521, de 2007, o Dr. André Franco Montoro Filho”. O requerimento é aprovado. Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores, as seguintes matérias: **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº. 409, de 2003; Item 03: Projeto de Lei do Senado nº. 346, de 2005; Item 04: Projeto de Lei do Senado nº. 121, de 2008; Item 05: Aviso nº. 15, de 2008; Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº. 36, de 2008; Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº. 18, de 2008; Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº. 32, de 2008; Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº. 490, de 2007; Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº. 20, de 2008; Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº. 30, de 2008 e Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº. 31, de 2008.** Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às nove horas e cinquenta e oito minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – **SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO
E INFORMÁTICA – CCT

19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 04 DE JUNHO DE 2008

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, que se realiza nessa data, 4 de junho de 2008. Submeto à apreciação do Plenário, a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da Reunião anterior. As senhoras e Srs. Senadores, que concordam com seus termos, permaneçam como se encontram. Aprovado. A Ata será publicada no Diário do Senado Federal.

Vamos ao item não-terminativo, primeiramente. Item 02 da Pauta. Projeto de Lei do Senado nº 111 de 2008, que altera a lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para incluir mecanismos de acesso dos deficientes visuais a livros adquiridos por programas

governamentais. Autoria do Senador Flávio Arns, Relatoria do Senador Antonio Carlos Júnior, com o Parecer favorável, matéria terminativa na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH. Com a palavra o Relator Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA): Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado PLS nº 111 de 2008, de autoria do Senador Flávio Arns, pretende alterar a lei de acessibilidade para impor ao Poder Público, que coloque à disposição dos cidadãos com deficiência visual o conteúdo de livros didáticos, científicos, técnicos e literários em portal na internet.

Para evitar problemas de direito autoral e resguardar as prerrogativas da iniciativa, o projeto cerca-se de alguns cuidados: 1º – Limita a proposta às obras já em domínio público autorizadas ou com direitos adquiridos pelos diversos programas didáticos e de incentivo à leitura; 2º – Restringe a disponibilidade do acervo apenas à consulta ou à reprodução em braile de uma única cópia para o usuário; 3º – Determina que a vigência dessas normas ocorra 180 dias após a publicação da lei.

O autor lembra que a lei ao ser modificada, tem por objetivo garantir às pessoas com deficiência o direito de acesso à informação, à comunicação, ao trabalho, à educação, à cultura e ao lazer, por isso ela mesma preconiza a eliminação de barreiras de comunicação para o acesso à informação e entende a acessibilidade como uma possibilidade de condição de uso dos sistemas e meios de comunicação. Com segurança e autonomia. Ordena que o Poder Público promova a eliminação de barreiras na comunicação e estabeleça mecanismos e alternativas técnicas, que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização para as pessoas com deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação. O presente PLS número 111 de 2008, que não recebeu emendas nessa Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática deverá ser examinado ainda pela Comissão de Educação Cultura e Esporte, e pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa cabendo ao último a decisão terminativa.

Não há dúvida, quanto ao mérito do projeto em análise, cuja proposta irá beneficiar cerca de 2 milhões e meio de cidadãos brasileiros com deficiência visual, a grande maioria ainda excluída do acesso aos avanços que a tecnologia da informação pode prover. De fato, a tecnologia expandiu consideravelmente o acesso aos cegos aos livros, antes limitados às obras que eram editadas em braile ou lidas em voz alta por outras pessoas. Hoje existem programas, que permi-

tem ao cego utilizar os recursos de um computador sem ajuda de outrem.

Esses programas dispõem de sintetizador de voz capaz de ler textos na internet além de arquivos de texto, planilhas, correio eletrônico e todo conteúdo disponível na tela do computador. Eles lêem todos os comandos e rastreiam a imagem na tela permitindo que se navegue por meio do teclado ou do mouse. Para tanto, não demandam o emprego de equipamentos especiais, pode-se utilizar qualquer tipo de computador, desde que haja recursos multimídia e determinado sistema operacional. Trata-se, pois, de uma tecnologia cada vez mais acessível ao cidadão comum, seja pela oferta crescente de computadores a preços populares, seja pela existência em todo país de telecentros comunitários mantidos pelo Ministério da Ciência e Tecnologia.

Louve-se o enorme zelo do autor do projeto, que cercou a sua proposta de todos os cuidados possíveis, para garantir a eficácia da medida sugerida sem desprezar as regras da livre iniciativa. Esse cuidado está presente em três circunstâncias bem específicas: na delimitação do acervo a ser inserido no portal, que respeita a questão dos direitos autorais, na vedação de transferência dos arquivos, que possibilita consulta às obras, mas evita a proliferação de cópias não autorizadas e no período de vacância legal de 180 dias, que permite a mobilização de todos os implicados para a montagem do acervo respeitável.

O voto. Diante do exposto e do evidente mérito da proposta, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado, nº 111 de 2008. É o voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão, com a palavra o autor, primeiramente Senador Flávio Arns, depois Senador Gim Argello. Com a palavra o autor do projeto, Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu quero, em primeiro lugar louvar o relatório do Senador Antonio Carlos, está bem preciso, bem exato, enfatizando assim os aspectos com os quais se procurou tomar cuidado nesse Projeto de Lei, dizer que este Projeto de Lei era de autoria da Senadora Íris de Araújo, que está aqui, isso escrito no relatório também, que não pode prosperar em função do término da Legislatura, e por ser um bom Projeto de Lei e destacando o que a Senadora havia apresentado, reapresentamos o projeto.

Então para a pessoa cega é algo, assim da maior importância, que existem programas nacionais, por exemplo, Programa Nacional do Livro Didático, Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio, Programa Nacional Biblioteca da Escola, Plano Nacional do Livro e Leitura. Nada mais tranquilo, eu diria, do que o Po-

der Público poder negociar, nesta hora da elaboração dos contratos, junto com os autores, a possibilidade de haver a inclusão do acesso da pessoa cega, para esses livros que estão sendo colocados à disposição da comunidade. Então esses programas nacionais, programas já de domínio público, ou que possa haver uma negociação nesse sentido, e ao mesmo tempo dizendo-se que em termos de cópias só se pode, caso venha a imprimir uma cópia, que possa ser uma cópia, e como o Senador Antonio Carlos colocou, dando o seu prazo de 180 dias para isto passar a vigorar.

Penso que é um Projeto de Lei importante, abre possibilidades, inclusive, já outras iniciativas vêm sendo tomadas nessa área. Aqui no Senado mesmo, a gráfica do Senado, duas semanas atrás tomou a iniciativa de imprimir o jornal semanal, jornal do Senado em braile. São 300 cópias, por enquanto, cópias que estão sendo direcionadas para bibliotecas, para centros, telecentros comunitários, onde possam ser divulgadas essas notícias. Agora em termos, assim, de expansão, eles estão pensando em ter as pessoas da gráfica, ter todo o cadastro de pessoas cegas, para que a própria pessoa cega já receba regularmente, ou tenha acesso regularmente através do computador, da internet, ao material disponível do jornal do Senado.

Então eu acho que são iniciativas que vão se somando para no fundo dar à pessoa com deficiência visual, a questão, como o Senador Antonio Carlos colocou, o direito da acessibilidade, e não é só não ter a barreira arquitetônica; que é um desafio aqui, inclusive nessa sala já foram feitas adequações e adaptações para que alguém possa vir numa Audiência Pública, sem a necessidade de ser empurrado aí para cima, então já tem a rampa, tudo direitinho, e estão adequando todas as instalações do Senado gradativamente para que haja acessibilidade, mas a acessibilidade também em termos de comunicação, que é importante. Então é um projeto importante, um relatório importante, passa depois por outras duas Comissões para um debate necessário. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Obrigado, autor do projeto, Senador Flávio Arns, com a palavra o Senador Gim Argello.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Sr. Presidente, para continuar na mesma linha, porque é um projeto do Senador Flávio Arns, um projeto originário da Senadora Íris de Araújo, como bem lembrou o Senador Flávio Arns, mas pela sensibilidade do Senador Flávio Arns, ele produziu esse projeto, e agora com um Parecer muito bem construído também pelo Senador Antonio Carlos. É um projeto dos mais relevantes, dos mais importantes, porque, veja, eu estive aqui por

Brasília, nós temos toda essa luta de acessibilidade, nós temos aqui escola especial para deficientes visuais... Agora esse projeto é muito importante, porque você vai dar conteúdo para eles, eles vão ter, e vejam vocês, que a preocupação do Senador Flávio Arns e do Relator ACM foram tantos que para tanto não demanda emprego de equipamento especial, pode-se utilizar qualquer tipo de computador, desde que haja o conteúdo e o produto, esse liberado, então é isso que essa Comissão tão bem dirigida por V.Ex^a está fazendo. Nós estamos dando essa condição para que os cegos do Brasil inteiro, uma população de mais de 2 milhões, 2 milhões e meio de pessoas, possam ter esse acesso. Parabéns Senador Flávio Arns, parabéns Senador Antonio Carlos Magalhães, porque é dessa forma que o país, principalmente os deficientes visuais, está vendo que a nossa preocupação, é com aqueles que precisam realmente de bons legisladores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado Senador Gim Argello, alguma consideração, Senador Virginio?

SENADOR VIRGINIO de CARVALHO (PSC-SE): Eu só gostaria de reiterar o que os nossos colegas acabam de dizer, porque os deficientes é uma questão que tem causado grande preocupação para todos nós, e temos pensado em outros tipos de deficiência, e não resta dúvida, de que a deficiência visual, eu creio que é uma deficiência pouco questionada, e eu vejo agora, quero parabenizar o autor da matéria, o Senador Flávio Arns e também o Relator, que demonstrou um interesse muito forte e eu creio que essa matéria, ela não terá grandes discussões, porque não é possível que não haja uma sensibilidade em aprovar isto nas outras sessões.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado Senador Virginio. Não havendo quem mais queira discutir, em votação. Srs. Senadores e Sras. Senadoras que estejam de acordo permaneçam como estão. Aprovado o projeto, parabéns Senador Flávio Arns.

O Item 01 da Pauta, não está presente o Senador Demóstenes Torres, é praxe da Casa quando não está presente o Relator, passaremos para a próxima Reunião. Item 03 da Pauta, não-terminativo também, é o Projeto de Lei 346 de 2005. Autoria do Senador Pedro Simon, e relatoria do Senador Eduardo Azeredo, que também não está presente. Passaremos para a próxima. O Item 04 da Pauta é o Projeto de Lei também não-terminativo, Autoria do Senador Magno Malta, que proíbe as empresas de cartões de pagamento autorizarem transações relacionadas com jogos de azar e pornografia infantil via rede mundial de computadores.

Autoria do Senador Magno Malta, Presidente da CPI da Pedofilia. Não está presente também, passaremos para a próxima Reunião. Projeto Item 05, comunicação recebida, é projeto do... Relatoria do Senador Marcelo Crivella, que também não está presente. Passaremos para a outra. Os demais projetos são terminativos, estamos faltando *quorum* aí, 2, 4, 6, faltam 3 Senadores, então vamos passar o Requerimento para ver se conseguimos *quorum* em um tempo, se não tivermos, vamos encerrar a Reunião.

Requerimento sobre a mesa, requeiro nos termos do art. 90 inciso 5, 93, inciso 1 do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 30 de 2007 CCT, seja convidado para participar da Audiência Pública aprovada por essa Comissão em dia 31 de outubro de 2007, que tem por finalidade instruir o Projeto de Lei nº 521 de 2007, Dr. André Franco Montoro Filho, sala de Sessões, Senador Marcelo Crivella. Eu subscrevo junto com o Senador Marcelo Crivella, os Senadores que estão de acordo com esse Requerimento, para aprovar, permaneçam como estão. Aprovado.

Requerimento sobre a mesa... Acabou? Agora eu queria fazer um comunicado aos senhores. Convite. É com imenso prazer que formalizamos a participação de V.Sa. no programa do painel executivo do 52º Painel Telebrasil, promovido pela Associação Brasileira de Telecomunicações – TELEBRASIL, que se realizará de 4 a 8 de junho de 2008, no Hotel Costa do Sauípe. *Convention* – Bahia, claro que esse comunicado é que V.Ex^a ACM Júnior possa autorizar a nossa ida até o Estado de V.Ex^a.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BR): Com todo prazer, eu não só autorizo como eu aguardo a presença de todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então, esse é um painel que acontece todo ano, é importantíssimo, onde estão reunidas todas as empresas do setor, me convidaram para fazer uma palestra representando essa Comissão, que é “Conteúdo Multimídia de Serviços Digitais para o Brasil Digital”, abordando um ou mais aspectos da cadeia de valores de comunicações convergentes, ou seja, produção, programação, empacotamento e distribuição do conteúdo digital multimídia, no dia 7 de junho de 2008, às 9:25. Certo que vossa presença abrilhantará o nosso evento; solicitamos que nos envie o fax que já foi comunicado.

Queria dizer também, Senador ACM, que por eu estar no Estado de V.Ex^a, onde a sua família tem uma grande representação política, vou visitar onde está o nosso amigo ACM, o Senador ACM, quero visitá-lo, é uma pessoa que eu acho que fez muita falta nesse

Senado nos últimos tempos, e realmente foi alguém que eu conheci, que foi aquela história de: Ou amava ou odiava, acho que eu estava na parte que amava, realmente o Senador ACM, eu tinha um muito carinho por ele, vou visitá-lo, conversar um pouco com ele, para ver como é que ele nos orienta, mesmo que seja de alguma maneira, porque eu tinha uma admiração muito grande por ele, e estou muito tempo sem vê-lo, então vou visitá-lo. E passamos... Mais algum Requerimento?

Comunicado: comunico aos Excelentíssimos Srs. Senadores [ininteligível] Aviso nº 0067 de 2008 do Sr. Ministro das Comunicações, Senador Hélio Costa, que encaminha o Parecer do Sr. Presidente da Anatel, embaixador Ronaldo Mota Sardenberg, em resposta ao Requerimento de informação nº 33 de 2007 – CCT. Requerimento número 1357 de 2007, de nossa autoria, com base na consulta pública 833 de 2007 – Anatel. Proposta de regulamento sobre canalização e condições de uso de rádio de frequência para os serviços auxiliares de radiodifusão e correlatos – SARC, especial de repetição de televisão – RPTV, especial de circuito fechado de televisão, com utilização de Radioenlace – CFTV. As Sras. e Srs. Senadores que quiserem uma cópia do mesmo dirijam-se à secretaria dessa Comissão, a matéria vai para o arquivo. Temos aqui a resposta, eu acho importante nesse momento, eu queria que a secretária também providenciasse uma cópia para mim.

Presente o Senador Camata, bom dia tê-lo aqui. Bom, temos *quorum*? Não temos *quorum*, então não podemos. Algumas considerações mais, Senador Camata, V.Ex^a que acaba de chegar, ontem eu estava... Estava na outra Comissão.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Não, Excelência, eu fui o primeiro a chegar.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): V.Ex^a sempre cedo. Foi o Gim primeiro, V.Ex^a foi o segundo.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Estava na secretaria tomando algumas providências administrativas e demorei a chegar ao Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): V.Ex^a acorda cedo.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Peço desculpas diante de V.Ex^a pelo atraso.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Que nada V.Ex^a é sempre bom tê-lo aqui. Alguma consideração a mais de algum Senador? Senador ACM, Senador Gim, grande vice-líder do Governo, Senador Flávio Arns? Senador Virginio? Então como não temos *qu-*

orum para votar os projetos terminativos, declaro encerrada a Reunião, muito obrigado.

Sessão encerrada às 9h58

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

**ATA DA 20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª
SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGIS-
LATURA, REALIZADA EM 11 DE JUNHO DE 2008.**

Às nove horas e vinte e cinco minutos do dia onze de junho de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala treze, sob a Presidência do Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira, Presidente da Comissão e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Renato Casagrande, Valdir Raupp, Geovani Borges, Valter Pereira, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, Cristovam Buarque, Expedito Júnior, Flávio Arns, Gim Argello e Flexa Ribeiro reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Marcelo Crivella, Ideli Salvatti, Demóstenes Torres, Virgínio de Carvalho, Antonio Carlos Júnior, João Tenório e Sérgio Zambiasi. O senador Cícero Lucena encontra-se licenciado do cargo. O Senhor Presidente, Senador Wellington Salgado de Oliveira registra a presença para acompanhar a Audiência Pública da Deputada Federal Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM). Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Wellington Salgado de Oliveira, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 030, de 2007-CCT, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que requer "... nos termos dos artigos 90, inciso V, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para tratar das possíveis tecnologias aplicadas com a finalidade de identificar, por meio eletrônico, medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos saneantes e outros produtos, a fim de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 521, de 2007. Para tanto, indica-se como convidados as seguintes pessoas: Diretor-Presidente da ANVISA; Presidente da Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais – ALANAC; Presidente da Federação Brasileira da Indústria Farmacêutica – FEBRAFARMA; Presidente da Associação Brasileira da Indústria Farmacêutica – ABIFARMA", e ao Aditamento nº 01 ao Requerimento nº 030, de 2007-CCT, de autoria dos Senadores Marcelo Crivella e Wellin-

ton Salgado de Oliveira, que requer “..., nos termos do artigo 90, inciso V, e 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento no 30, de 2007-CCT, seja convidado para participar da audiência pública, aprovada por esta Comissão em 31 de outubro de 2007, que tem por finalidade instruir o Projeto de Lei do Senado no 521, de 2007, o Dr. André Franco Montoro Filho.” Comparecem à Audiência Pública, o Sr. Carlos Alexandre Geyer, Diretor-Presidente da Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais – ALANAC; Lauro Moretto, Diretor Executivo Técnico Regulatório da Federação Brasileira da Indústria Farmacêutica – FEBRAFARMA; Marcelo Liebhardt, Gerente de Assuntos Econômicos, Comércio Exterior e Informática da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa – INTERFARMA; Dirceu Raposo de Mello, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e André Franco Montoro Filho, Presidente do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial – ETCO. Finda a exposição, a Presidência franquia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam a palavra os Senhores Senadores Flávio Arns e Valdir Raupp. O Senhor Presidente, Senador Wellington Salgado de Oliveira, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às onze horas e trinta e três minutos, determinando que eu, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – **SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO
E INFORMÁTICA – CCT

20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE JUNHO DE 2008

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária

da 53ª legislatura, que se realiza nesta data, 11 de junho de 2008.

Iniciando os trabalhos desta reunião, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. As senhoras e senhores senadores que concordam com seus termos permaneçam como se encontram. Aprovado. A ata está aprovada e será publicada no Diário Oficial.

Senhoras e senhores senadores, a realização desta audiência pública atende ao Requerimento nº. 30/07, da CCT, de autoria do Senador Marcelo Crivella, e Aditamento nº. 01, de minha autoria, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado 521/07, que altera a Lei 6.360, de 23 de setembro de 76, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos: cosméticos, saneamentos e outros produtos, e dá outras providências para determinar a obrigatoriedade da identificação dos medicamentos por meio do sistema eletrônico.

Para darmos início à presente audiência pública, solicito ao Senador Expedito Júnior que acompanhe os convidados para tomarem assento à Mesa.

Lendo o Requerimento: “*Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 93 do regimento interno do Senado Federal, que sejam convidados, para fins de debater nesta Comissão de Ciência, Tecnologia, assuntos relacionados a interferências prejudiciais entre emissoras de TV e transmissoras para tanto*”.

Esse é o requerimento que, então, é do Senador Romeu Tuma, que é extrapauta. Esse eu vou esperar a chegada de outros senadores para que possamos aprová-lo.

Na verdade... Cadê o Requerimento da Audiência Pública de hoje? Você tem? Está aqui.

Audiência Pública. “*Assunto: Instruir o Projeto de Lei do Senado nº. 521/07 [pronunciamento fora do microfone] que altera a Lei 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos: cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências para determinar a obrigatoriedade de identificação dos medicamentos por meio de sistema eletrônico*”.

Presente, também, já que nós estamos falando em sistema eletrônico, Senador Azeredo, especialista desta Casa em informática e tecnologia de ponta, convidado para várias palestras pela Europa, por enquanto, não é senador?

Autoria do requerimento em aditamento do Senador Marcelo Crivella e de minha autoria. Autoria do PLS 521/2007 Senador Valdir Raupp. Convidados: Sr. Carlos Alexandre Geyer, Diretor-Presidente da Asso-

ciação dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais, ALANAC. Prazer tê-lo aqui. Sr. Lauro Moretto, Diretor Executivo Técnico Regulatório da Federação Brasileira da Indústria Farmacêutica, FEBRAFARMA. Professor Lauro, prazer tê-lo aqui. Sr. Marcelo Liebhardt, Gerente de Assuntos Econômicos, Comércio Exterior e Informática da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa, INTERFARMA. Bom dia, Sr. Marcelo. Sr. Dirceu Raposo de Mello, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, ANVISA; Sr. André Franco Montoro Filho, Presidente do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial, ETCO. O nome... Esta Casa... É bom tê-lo aqui, mas o nome já pertence a esta Casa, já faz parte da história, é prazer muito grande tê-lo aqui.

Então, obedecendo a ordem dos inscritos... [pronunciamento fora do microfone] Então, o primeiro seria o Sr. Carlos, está tendo um probleminha de acerto, questões tecnológicas. Passaremos, então, ao segundo depoente, depoente não, o segundo convidado, Sr. Lauro Moretto, Diretor Executivo Técnico Regulatório da Federação Brasileira da Indústria Farmacêutica.

Quero dizer que estamos ao vivo com a TV Senado neste momento. Com a palavra o Sr. Lauro Moretto.

SR. LAURO MORETTO: Eu posso fazer o depoimento daqui mesmo? Fazer a exposição daqui?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Da maneira que V. S^a. se sentir mais à vontade.

SR. LAURO MORETTO: Então... Alô, alô. Funciona.

Então, a nossa contribuição para esta audiência pública será pautada por algumas considerações sobre o §... Sobre o § 4º, inserido na Lei 6.360. Então, nossa contribuição é oferecer alguns comentários para esse... a proposta, que é determinar a obrigatoriedade de identificação por meio de sistema eletrônico os insumos, medicamentos, drogas farmacêuticas, etc. Próximo.

E aqui está o conteúdo ou o que se propõe esse § 4º: *“A embalagem destinada a conter ou acondicionar droga, medicamento ou insumo farmacêutico deverá possuir identificação baseada em sistema de detecção por meio eletrônico que permita acessar dados que identifiquem o produto quanto a: número de registro, nome de produtor, data de fabricação, prazo de validade, número de lote e outros dados estabelecidos em regulamentação pelo órgão sanitário competente”*.

Então, o que se extrai como premissa explícita do PLS? Identificar droga, medicamento ou insumo farmacêutico por sistema eletrônico. É o que está implícito... o que está explícito. O que está implícito, a gente

entende do objetivo desse § 4º, é rastrear, por meio eletrônico, droga, medicamento ou insumo farmacêutico legalmente produzidos nas transações, através do segmento farmacêutico autorizado. Quer dizer, a gente entende que esse é o objetivo que está implícito no PLS. Contribuir com as ações de fiscalização sanitária para identificar e rastrear droga, medicamento ou insumo farmacêutico ilegalmente produzidos, inseridos no segmento farmacêutico autorizado. Este é outra coisa implícita. Uma é rastrear; outra é ajudar as ações de fiscalização; e; finalmente, o terceiro item, que a gente considera extremamente importante, é facilitar o recolhimento por ação do fabricante ou por... pelo órgão sanitário de vigilância sanitária de droga, medicamento ou insumo farmacêutico legalmente produzidos, que estão no segmento farmacêutico autorizado, por ação tanto da empresa quanto da vigilância sanitária.

O PLS 521, ele está convergente com as ações da OMS. E a gente está resgatando, aqui, algumas contribuições que foram deliberadas na Assembléia Mundial da Saúde, de 88, que, naquela época, portanto 20 anos atrás, recomendava ao Diretor-Geral que empreendesse programas de prevenção e detecção de produtos farmacêuticos falsificados e contrabandeados nos processos de importação e exportação.

Em 92, em Genebra, também foi realizada a primeira reunião internacional sobre medicamentos falsificados, em um workshop organizado em conjunto pela OMS e a Federação Internacional da Indústria de Medicamentos, que é essa sigla IFPMA. Próximo.

As ações se sucedem. Em 94, a Assembléia Mundial da Saúde adotou resolução propondo que a OMS ajudasse os Estados membros a assegurar boa qualidade dos medicamentos e combater a utilização de medicamentos falsificados. Isso foi refletido no *WHO Technical Report Series* de 885, quando foram inseridas as diretrizes provisórias para a elaboração e capacitação, programas para inspeção e exames de substâncias falsificadas. Ou seja, a OMS deu seqüência a esse trabalho.

Em 2006, em Roma, foi fundado e foi criado o projeto IMPACT, que é um programa da OMS para combater os medicamentos falsificados e para construir um sistema efetivo de colaboração internacional. Esse projeto contou com 160 participantes. O Brasil, inclusive, participou; 57 autoridades nacionais; sete organizações internacionais; e 12 associações que representaram pacientes, profissionais de saúde, fabricantes, revendedores.

Esse IMPACT é o *International Medical Products Anti-Counterfeiting Taskforce*. Esse projeto continua se desenvolvendo, e, mais recentemente, ele constituiu cinco grandes grupos de trabalho: um para compor e

estruturar a Legislação infra-estrutura regulatória como contribuição aos países membros, como implementar essa regulação, como fazer cumprir e punir aqueles que estão fora do processo regular.

Esse grupo de trabalho para identificar e selecionar tecnologias que permita rastrear e identificar com autenticidade os medicamentos e o processo de comunicação. Tudo isso está em andamento pelo projeto IMPACT ainda em fase não conclusiva. Próximo.

O que nós temos por ação e por recomendação da OMS? Trabalhos feitos pela EMEA, que é a associação agência européia na área de medicina, que elaborou uma consulta pública para exatamente identificar qual o mecanismo que se utiliza e se utilizaria no sistema, nos países europeus do bloco europeu. Da mesma maneira, a FDA nos Estados Unidos também promoveu consulta pública, todas venceram em março, no sentido de identificar o que se pretendia, o que se pretende usar lá. Próximo.

Dentro da Legislação brasileira, Dr. Dirceu, que certamente fará a exposição maior, nós temos, desde a portaria 802, da Secretaria de Vigilância Sanitária, e a resolução da ANVISA 51092320, que já disciplina o que se insere nas embalagens de medicamentos, como mecanismo de autenticação e que serve para aquelas três funções básicas que nós falamos.

Também na Resolução 210, que fala das boas práticas de fabricação, esses mecanismos estão implícitos, e o processo de acompanhamento é imprescindível.

Nós acompanhamos ações da ANVISA e da Polícia Federal nesse I Encontro de Prevenção e Combate à Falsificação, que foi feito em Foz do Iguaçu, em 2006. Participamos de ações organizadas pela ANVISA e estamos, também, e fizemos contribuições para a consulta pública, que foi nº. 08, que foi editada em 4 de março desse ano. Próximo.

O que nós comentamos do ponto de vista da nossa entidade? Que são comentários convergentes. Quer dizer, o PLS 521 é convergente com as ações recomendadas pela OMS. Portanto, não há o que se opor a esse princípio. O disposto nesse PLS tem pontos convergentes, com proposta de ações regulamentadoras de outras nações e blocos econômicos, o que representa também uma vantagem.

E esse vai dar amparo, que não entendemos, à consulta pública da ANVISA, porque está na seleção de mecanismos que possam facilitar a autenticidade e a rastreabilidade dos medicamentos. Próximo.

O que a gente entende que seria um comentário divergente em relação a esse item? Ele não caracteriza a identificação eletrônica dos produtos através de todos os zeros do segmento farmacêutico, ou seja, a

produção, distribuição, “dispensação”. Ele só fala em criar o sistema de identificação de rastreamento eletrônico. Mas não diz para que cadeias e para que elos desse processo do segmento. Ele estabelece prazo de 180 dias, que é absolutamente inexecutável para se implantar em todo o segmento, se nós formos pensar produção, distribuição e os pontos de varejo.

Ele não tem por objetivo caracterizar a tecnologia de codificação dos medicamentos, e a gente entende que a consulta pública da ANVISA vem como complemento desse processo. [Soa a campainha] Próximo.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pode ficar à vontade e continuar... Porque toca automaticamente o relógio.

SR. LAURO MORETTO: E daí, esse disposto, ele se destina, e aqui nós temos uma dificuldade de entender. Destina-se à droga, medicamento ou insumo? Ou seja, não deixa claro se o sistema servirá para identificar medicamento ou insumo ou ambos. Em nossa percepção, teria que ser droga, medicamento e insumo. E eu, pessoalmente, como professor e já meio ranzinza, me oponho, aqui, a um órgão nosso decidindo o que fazer com droga, que é um termo que já foi usurpado do setor industrial farmacêutico.

Então, a gente utiliza hoje fármaco ou princípio ativo farmacêutico, em lugar de droga, e, aliás, toda a nossa estrutura deveria banir esse termo, e nós fabricamos medicamentos, e não drogas. Próximo.

A tecnologia. Que requisito se quer que permita autenticidade, rastreabilidade, baixa probabilidade de fraude, compatibilidade com linhas e embalagens na indústria, com distribuidores e com pontos de venda que tenham serviço de assistência técnica global, que à capacitação tecnológica de todo o setor seja dado tempo para absorção. Próximo.

Que ela abranja todo o segmento, não só a indústria e nem tampouco só a ponta, tenha baixo custo de implementação, que tenha harmonização internacional, seja compatível com os outros sistemas internacionais, e que a solução tecnológica seja aberta, não exclusiva de um único produtor, de um único fornecedor, e que o registro eletrônico individualizado das informações fique em cada ponto do segmento. Ou seja, com a fábrica, com a distribuição ou com a ponta. Eles têm que ter o artigo correspondente das transações realizadas. Próximo.

Que o banco de dados da gestão seja de responsabilidade de cada um dos componentes do segmento, farmacêutico e suas transações, que a fiscalização das boas práticas do segmento pelos órgãos reguladores e fiscalizadores seja feita em todos os respectivos âmbitos: municipal, estadual e federal. Próximo.

Que o prazo seja ideal para a implementação da tecnologia em todo o segmento, e nós acreditamos que inferior a 60 meses seria praticamente inviável. E a implementação ideal deverá incluir testes paralelos antes de uma publicação. Ou seja, a regulamentação, nesse caso, deveria ser precedida de testes antes da sua obrigatoriedade. Próximo.

Conclusões. A gente incita, aqui, nós trabalhamos uma harmonização, padronização internacional, que tenha programas e fiscalização efetivas, que faça ensaio-piloto, um sistema aberto, envolva todo o segmento e que seja à prova de fraude por terceiros. Próximo.

E aí acabou a nossa apresentação. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Estava aqui me aconselhando sobre os 60 meses que eu achei muito, mas parece que tem uma lógica nos medicamentos.

Então, muito obrigado ao professor Lauro Moretto, Diretor Executivo. Passaremos, agora, à apresentação do seu trabalho Sr. Marcelo Liebhardt, Gerente de Assuntos Econômicos, Comércio Exterior e Informática da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa, INTERFARMA.

Lembrando, ainda, para o telespectador da TV Senado, que essa é uma Audiência Pública, cujo objetivo é instruir o Projeto de Lei do Senado nº. 521/07, que altera a Lei 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas e os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências para determinar a obrigatoriedade de identificação dos medicamentos por meio de sistema eletrônico.

Autoria do Requerimento é do Senador Marcelo Crivella, também de minha autoria. Autoria do PLS 521 é do Senador Valdir Raupp. Passaremos, então, à explanação do segundo convidado, Dr. Lauro Moretto.

Desculpe, Marcelo Liebhardt. Com a palavra.

SR. MARCELO LIEBHARDT: Estou aguardando a apresentação.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Nesta Comissão que é de Ciência e Tecnologia não podemos ter problema de tecnologia de jeito nenhum. Mesmo que dá jeito. Pronto. Salvou a Comissão.

Sr. Marcelo Liebhardt, nós estamos tendo problemas tecnológicos. Se não resolver, nós poderíamos passar para o outro enquanto dá solução ao problema de V. S^a?

SR. MARCELO LIEBHARDT: Pode sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não se incomoda? Então, passaremos, então, ao meu lado di-

reito, Sr. Dirceu Raposo de Mello, Diretor-Presidente da ANVISA, que tem lá, também, como membro o ex-ministro de esporte.

SR. DIRCEU RAPOSO DE MELLO: O da saúde também.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ah, o da saúde também. Dois ex-ministros, então.

Com a palavra o Sr. Dirceu Raposo de Mello.

SR. DIRCEU RAPOSO DE MELLO: Bem, bom dia. Bom dia senhores senadores, Presidente Wellington. Então, eu vou falar rapidamente numa ação que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, fruto de todos aqueles fatos descritos anteriormente pelo professor Lauro Moretto e pela nossa participação naqueles encontros, naqueles eventos, quer dizer, a ANVISA propôs à sociedade, através, em março deste ano, uma consulta pública que procura disciplinar e se preocupa com a autenticidade e a rastreabilidade dos medicamentos no mercado nacional.

Então, podemos passar? Então, aqui, um breve histórico. Em 97, já foi citado também pelo professor Lauro, então, a I Conferência Pan-Americana de Harmonização da Regulamentação Farmacêutica na região das Américas, fica definido como ação prioritária entre os países o combate à falsificação de medicamentos. Esse é de 97. Cabe lembrar que, em 1997, 98, o Brasil foi... Nós, à época, a ANVISA ainda não existia, a ANVISA é de 1999, e inclusive os fatos, a falsificação de medicamentos no país ocasionou uma CPI de medicamentos.

Nós, nesse ano de 1998, tivemos, se não me falha a memória, algo em torno de 178 apreensões de produtos falsificados no Brasil. Em 1999, ocorre a II Conferência Pan-Americana, e o grupo técnico para falsificação de medicamentos elege o Brasil como coordenador. O Brasil até hoje é o ponto focal para as Américas na rede Pandora, que é uma rede que organiza e é ligada à Organização Pan-Americana de Saúde, e organiza todas as ações na área de saúde e combate à falsificação de medicamentos, é uma das ações, e o Brasil é o ponto focal, coordenador da Comissão.

Em 1999, a OMS publica as pautas para formulação de medidas para combater os medicamentos falsificados. Pode passar. Em 2001, o grupo técnico faz o diagnóstico da situação das Américas, cria e amplia uma rede de pontos focais nos países e propõe um plano de ação conjunta.

Em 2002 ocorre a III Conferência Pan-Americana, que aprova a proposta do grupo de trabalho: o plano de ação para a prevenção no combate a falsificação de medicamentos para a nossa região.

Em 2002 e 2003, a ANVISA celebra o acordo de cooperação com a Secretaria de Fazenda de Minas Gerais, fiscalizando notas fiscais, propondo a fiscalização de uma etapa da cadeia, não só a cadeia da produção, mas também da distribuição agora. Próximo, por favor.

Em 2004 ocorre o Fórum Nacional de Prevenção de Combate à Falsificação e Fraude, ainda o acordo de cooperação técnica com a Casa da Moeda, no sentido de que a Casa da Moeda, com a *expertise* que tem na fabricação de dinheiro, pudesse nos orientar com relação a ações no sentido a prevenir a falsificação de medicamentos.

Em 2006, o I Encontro para a Prevenção e Combate à Falsificação e Contrabando de Medicamentos, o professor Lauro já falou, foi em Foz do Iguaçu, foi organizado pela agência. Em 2007, o Seminário Interno sobre Rastreamento e Autenticidade de Medicamentos no Mercado Brasileiro, isso nós fizemos já com a perspectiva de estudar propostas para viabilizar, nas embalagens de medicamentos, novas soluções para dificultar o combate... para combater a falsificação. E, em 2008, todo este trabalho se reflete numa proposta que foi colocada à sociedade através da Consulta Pública nº. 08, de 4 de março.

Cabe lembrar, aqui, eu vou falar isso com uma ponta de orgulho, que obviamente o mundo inteiro está estudando essas soluções e foi um lapso temporal, mas como foi apresentado pelo professor Lauro, o FDA e o EMEA, que são as grandes agências de vigilância sanitária do planeta, apresentaram suas propostas uma semana ou duas semanas depois da Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Brasil.

Então, a ANVISA vai levar isto como... Nós levamos como uma espécie de troféu. Nos antecipamos ao mundo em uma semana com relação à proposta para combate à falsificação e garantia de autenticidade dos medicamentos e melhoria da rastreabilidade. Próximo, por favor.

Qual é o objetivo, então? É o fortalecimento do controle da cadeia por parte do sistema nacional de vigilância sanitária e atender ao Plano Nacional de Prevenção de combate à falsificação de medicamentos no Brasil e ao plano pan-americano. Se trabalhamos muito forte na rede Pandra, que é a rede de organização de vigilância sanitária nas Américas, também temos claro que a solução buscada por conta da globalização da cadeia produtiva de medicamentos, especificamente no mundo, ela não pode ser uma solução isolada.

Eu estarei na... Daqui a duas semanas indo a Portugal, numa reunião com o Presidente do INFARMED. Portugal até o ano passado tinha... o ex-presidente da agência portuguesa era o presidente da agência eu-

ropéia, do EMEA. Era o principal dirigente do EMEA. E, sem dúvida nenhuma, Portugal, apesar de um país pequeno, é país que tem importância muito grande para o Brasil nas relações, como uma porta de entrada para o mercado farmacêutico europeu e tem... também está estudando, junto com a União Européia, soluções que sejam integradas não só dentro do continente, mas para fora dele, porque muitos produtos fabricados na Europa são distribuídos no resto do planeta.

O Marcelo, numa reunião que fizemos há uma semana – não é Marcelo? – fez uma apresentação, não sei se você trouxe, mas ele traz aqui o quadro das soluções hoje ou das aplicações que se faz hoje na Europa e que mostram uma verdadeira Babel. Os países lá, mesmo dentro de uma agência única, têm várias soluções que, num determinado momento, pode ser que não se falem mais. E isso não é interessante para o combate global com o qual todas as agências estão preocupadas. Próximo, por favor.

Então, com relação aos impactos positivos. O que a gente pretende com a consulta pública? Facilitar para o consumidor e à cadeia produtiva a identificação de medicamentos falsificados. Facilitar e tornar eficaz as ações de vigilância sanitária no controle e inspeção de medicamentos. Combater a informalidade no mercado de medicamentos. Melhorar a eficácia do recolhimento, quando se precisa fazer o recolhimento de um produto que tem um desvio qualquer para que ele possa ser identificado os pontos aonde ele foi distribuído, cada farmácia onde é que esse produto está, para que ele possa ser recolhido, ser retirado do mercado. Diminuir, obviamente o interesse no roubo de cargas de medicamento.

O que ocorre hoje? Hoje de manhã, agora, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, a Vigilância Sanitária do Distrito Federal e a Polícia do Distrito Federal fizeram uma ação. Nós temos muitas parcerias com a Polícia Federal e com as polícias de alguns estados, e uma ação da ANVISA com a polícia do DF agora apreendeu uma série de produtos, estavam sendo comercializados e estavam sendo guardados até em lava-rápido. Tinha um lava rápido de carro que guardava produtos anabolizantes, alguns produtos contrabandeados de países aqui fronteiriços com o Brasil.

Mas o que ocorre? O que nós temos visto? Nós temos visto que, se em 98 a falsificação de medicamentos era algo aparentemente atraente, o crime também muda, não é? Ele migra. Hoje, uma das grandes preocupações... Não posso dizer que seja a principal, mas uma das grandes preocupações da indústria farmacêutica é o roubo das cargas no transporte dos medicamentos através do país, num país continental como o nosso.

Então, ficou mais fácil roubar a carga de um produto que é autêntico do que montar toda uma estrutura para falsificar um produto e depois colocá-lo na distribuição. Não quer dizer que a falsificação tenha acabado. Não é esse obviamente o ponto. O fato é que o roubo de carga hoje mudou um pouco o perfil desse tipo de crime. Por isso a nossa preocupação com a rastreabilidade: saber, conseguir mapear a cadeia do produto desde a sua produção, passando pela distribuição e chegando ao ponto de venda.

Quer dizer, a idéia é que nós temos é que o usuário, o consumidor, o agente da vigilância sanitária possa, a qualquer momento, chegar numa farmácia e falar: “Eu quero auditar determinado produto”. Vai à prateleira lá no local e confere se aquele produto deve estar disponível para venda naquele estabelecimento ou não. E, se não estiver, deve haver uma explicação adequada para que ele esteja sendo comercializado ali. Se não, é o indício de um crime.

Diminuir os custos de operação e os riscos de erro de digitação de notas fiscais no segmento das distribuidoras. Hoje, as distribuidoras, quando fornecem para uma farmácia seu produto, devem anotar na nota fiscal o número do lote, enfim, dados de que aquele produto está indo para uma farmácia. É uma anotação meramente manual. E isto, primeiro, causa... Pode ser eletrônica, inclusive. Mas isso causa muitos problemas com relação à digitação, enfim, as distribuidoras, via de regra, cumprem mal esta determinação legal.

Diminuir os custos de operação e os riscos de erro de digitação dos lotes do sistema nacional de gerenciamento de produto controlado no segmento varejista. Quer dizer, a idéia... Como o segmento varejista comercializa muito mais do que o segmento de manipulação, nós estamos estudando uma adaptação no Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados, que hoje está forte, já temos mais de 22 mil farmácias transmitindo diariamente as suas movimentações de alguns produtos específicos; ampliar isso para o mercado varejista e fazer com que isto seja... ocorra em toda a gama de produtos oferecidos à disposição da população. Próximo, por favor.

Atender às recomendações da CPI de medicamentos do Tribunal de Contas da União, que já alertaram com relação à questão da falsificação e roubo de cargas; qualificar as medidas adotadas para a prevenção e combate à falsificação e fraude; qualificar a assistência farmacêutica; atender às recomendações da I Conferência Nacional de Vigilância Sanitária, no que se refere à responsabilidade do estado em adotar ações estratégicas de controle, fiscalização e monitoramento do uso de produtos. Avanço na regulação

priorizando a proteção dos direitos da saúde da população. Próximo.

Quais foram as preocupações na nossa proposta? Então, os requisitos mínimos para a definição de mecanismo de rastreabilidade e autenticidade de medicamentos. Primeiro, baixo custo total de implementação. Nós temos dito que as soluções que serão viáveis são aquelas que não encareçam o produto final. Quer dizer, o consumidor tem que ficar... tem que ser um beneficiário do sistema, e nós estamos estudando propostas de substituição de tecnologias hoje colocadas.

Então, vai colocar este determinado... essa determinada solução tecnológica? Então, nós vamos tirar a raspadinha? A solução... Bom dia, Senador. A solução que nós pretendemos, estamos estudando, é que ela seja substitutiva para não agregar custo. O custo total da implantação deve considerar: a aquisição de maquinário especial pelos fabricantes; o impacto causado pela redução na velocidade de linha de produção, algo que nós não pretendemos que ocorra; aquisição de equipamento de leitura especial para atacadistas e varejistas e demais entes da cadeia de produtos farmacêuticos; viabilidade para assegurar continuidade e efetividade das ações de vigilância sanitária. Próximo.

A capacidade de reposição ou correção imediata dos equipamentos: então, deve haver capacidade instalada para resolver demandas derivadas de problemas de equipamentos utilizados pelo mecanismo proposto.

A capacidade de fornecimento nacional e internacional da solução: o proponente deve provar a capacidade de instalar os equipamentos, softwares e demais componentes da solução com os mesmos níveis de segurança e confiabilidade, tanto em instalações industriais no país quanto fora.

Capacidade e facilidade de identificação imediata da autenticidade de um produto: a solução deve possibilitar a identificação visual e inequívoca da autenticidade de um produto sem o uso de meios remotos. Se houver a necessidade de utilização de mecanismos especialmente desenvolvidos para essa finalidade, o fornecedor da solução deverá assegurar ampla disponibilidade e acesso sem custos adicionais desses mecanismos aos usuários.

Disponibilidade e acesso a informações para rastrear o produto: a solução deve possibilitar a identificação de movimentações de um produto por meio de consulta a banco de dados eletrônico que apresente alta disponibilidade. Isso está lá na consulta pública. São os requisitos. O banco tem que estar disponível 24 horas por dia, sete dias por semana, com o índice de indisponibilidade inferior a 0,1%. A ANVISA poderá

auditar permanentemente a disponibilidade dos serviços de conexão.

A presença de um identificador único de medicamentos: a gente, nas nossas reuniões, nós acabamos assumindo um nome, uma marca para esse tipo de informação, é o I1, e a gente chama de DNA, o DNA do produto. Quer dizer, todo produto vai ter um número que é exclusivo dele, de maneira que o mesmo produto não possa ter o mesmo número. Cada medicamento a ser comercializado no território nacional deverá conter o identificador único de medicamentos gerado de acordo com normas estabelecidas pela ANVISA. Próximo.

Baixa possibilidade de fraude do mecanismo de rastreabilidade e autenticidade, presença de informações: além da identificação única, cada embalagem de medicamento deverá conter e ser capaz de fornecer, ainda que mediante a utilização de finalidade e sem necessidade de uso de meios remotos, as seguintes informações. Então ela tem que ter: número de registro do Ministério da Saúde, nome comercial, DCB, apresentação do medicamento – apresentação é número de cápsulas, 18, 20 –, número do lote, data de fabricação, prazo de validade, nome do detentor do registro e o CNPJ do detentor do registro. Próximo.

A consulta pública rendeu, aí, 70 mensagens por e-mail; nós recebemos 70 mensagens por e-mail, 20 volumes de cartas e fax. O fórum de discussão que nós mantemos, quando a consulta está aberta, teve 45 colaboradores, e foram apresentadas 17 tecnologias... 17 empresas apresentaram tecnologias ou propostas de solução para que fossem avaliadas pela Agência. Próximo.

As propostas apresentadas são as mais variadas, vão desde a impressão de códigos de dimensão, bi-dimensionais, códigos de pontos, bidimensionais, nas embalagens, que a gente chama de data datamatrix, vai também para uso de tintas forenses(F) nas embalagens, assinatura criptográfica do identificador único, selo de segurança, etiquetas com radiofrequência, embalagens com materiais especiais, autenticação de superfície a laser e a combinação de várias dessas tecnologias. Acho que é a última.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Marcelo, tem muita...

SR. DIRCEU RAPOSO DE MELLO: Não, não, acho que é a última. Próximo.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pode continuar, por favor.

SR. DIRCEU RAPOSO DE MELLO: Enfim, a partir daí nós instituímos um grupo de trabalho. Até o dia 16, agora, o grupo vai consolidar essas informa-

ções, e, a partir daí, nós vamos seguir o caminho das consultas públicas, que é promover a discussão através de audiências públicas com a sociedade. Próximo. Acho que é o último.

Aqui o cronograma das reuniões. Próximo. Próximo. Acho que é isso.

É importante frisar que, com relação ao que o professor Lauro Moretto apresentou, dos 60 meses, dos cinco anos de implementação da proposta, eu acho que, estrategicamente, nós devemos fazer, primeiro, claro que nós já temos a proposta de algumas empresas de se apresentarem como pilotos para isso: “Olha, nós temos algumas soluções, gostaríamos de submetê-las à agência voluntariamente, sem custos, para nós interessa isso”. Em segundo lugar, o prazo de 60 meses, ele prevê a implantação em toda a cadeia e em todos os produtos. Nós poderíamos, estrategicamente, iniciar com os produtos de maior valor agregado, que são os que têm o maior apelo para a falsificação e para o roubo. Quer dizer, poderíamos iniciar escalonando a implementação para produtos e até o prazo de, eventualmente, 60 meses, todos os produtos no mercado nacional estariam dentro dessa norma. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado ao Sr. Dirceu Raposo de Mello, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Acabamos de resolver o nosso problema tecnológico do Sr. Marcelo e passaremos, então, ao outro explanador, Sr. Marcelo Liebhardt, Gerente de Assuntos Econômicos, Comércio Exterior e Informática da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa, INTERFARMA.

Voltando a explicar que essa é uma audiência pública cujo objetivo é instruir o Projeto de Lei do Senado 521 de 2007, que altera a Lei 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária, a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências para determinar a obrigatoriedade da identificação de medicamentos por meio de sistema eletrônico.

A autoria do Requerimento é do Senador Marcelo Crivella, subscrito pelo Presidente Wellington Salgado, e a autoria do PLS 521/07 é do Senador Valdir Raupp. Com a palavra o Sr. Marcelo Liebhardt.

SR. MARCELO LIEBHARDT: Bom dia a todos. Me toca colocar um pouco qual é a experiência internacional com relação à rastreabilidade. Como vocês sabem, a rastreabilidade está vindo por várias áreas, vários segmentos.

Semana passada teve uma audiência pública na Câmara tratando da rastreabilidade do boi. Um que-

sito do sistema internacional, do comércio internacional para ter segurança com relação aos produtos que participam do processo da *supply chain*.

Rastreabilidade para medicamentos é uma questão ainda mais séria. Como foi colocado pelos palestrantes anteriores, tudo isso deriva, e o PL é muito oportuno, porque ele vem de uma demanda que está surgindo no mundo inteiro. Quais são os fatos que estão acontecendo mundialmente? Para 2010, se calcula que o comércio mundial de medicamentos falsificados possa atingir 75 bilhões de dólares. Que há um incremento que é exponencial quando comparado com 2005: 90% de incremento em apenas 15 anos. Desculpe, cinco anos.

E a falsificação vai representar 16% das vendas mundiais de medicamentos. E qual o problema do medicamento falsificado? O problema do medicamento falsificado que pode ter e causar efeitos colaterais que podem ir até a morte. Os medicamentos criam resistências, esses medicamentos falsificados, à utilização dos medicamentos verdadeiros. A perda de confiança no sistema de saúde pública como um todo. As marcas ficam desacreditadas. E há perda de receita fiscal por parte do Estado.

As estimativas mostram que, na América Latina, no Sudeste da Ásia, na África subsaariana, 30% dos medicamentos são falsificados. E que em países em desenvolvimento eles representam menos de 1% das vendas, por conta da fiscalização das agências reguladoras e da polícia e outros elementos na cadeia.

E um problema gravíssimo é o problema das vendas de medicamentos pela Internet. Há uma série de *sites*, provavelmente muitos de vocês recebem diariamente 10, 15, 20 e-mails vendendo ou pretendendo vender medicamentos; 50% desses medicamentos são falsificados.

E aqui uma questão que, ainda mais assustadora, que é o fato de que é extremamente rentável falsificar medicamentos. E o crime organizado ele muda gradativamente dos narcóticos para a falsificação de medicamentos. Por conta de quê? De que, na maioria dos países, as legislações são mais brandas para a falsificação de medicamentos do que aquela que aplicada às drogas ilegais.

Então, não é apenas uma vertente de fundo de quintal. Há... crime organizado também está envolvido nesse processo. E quais são as iniciativas que estão acontecendo mundo afora com relação à rastreabilidade, a qual, então, o PL vem no momento oportuno, como a consulta pública da ANVISA vem no momento oportuno.

Nos Estados Unidos, a agência ANVISA nos Estados Unidos, que é a FDA, já vem a um tempo tentando

de estabelecer esta rastreabilidade na cadeia. Estados independentemente, como a Califórnia e a Flórida, já têm colocado suas próprias legislações, tentando fazer a rastreabilidade. E a própria indústria está tentando, também, por conta de que os medicamentos que são de maior prestígio de alguma empresa são os que são visados inicialmente para a falsificação.

Na Europa, a União Européia, como o Dr. Dirceu salientou, está fazendo também uma audiência pública, terminou há pouco. A Turquia e a Espanha estão implementando também sistemas. E eu gostaria também de acrescentar, por exemplo, no caso da Turquia, o motivo é um: a rastreabilidade também é interessante para os programas do Governo. Porque os programas de Governo precisam ter uma lógica entre a receita que é aviada pelo médico e o medicamento que é dispensado.

Então, com a rastreabilidade, o que se evita é que haja falsas demandas para o sistema público de saúde, porque nunca se consegue identificar o medicamento, ou seja, vendas que não fraudadas. E a indústria também tem realizado e está realizando diversos testes na União Européia.

Quais são os componentes do sistema de rastreabilidade? Componentes do sistema de rastreabilidade, por via eletrônica, ele requer, primeiro, uma interface física. Provavelmente todos vocês conhecem o código de barras. Só que, como a quantidade de informação que é veiculada ou que vai junto, supera a capacidade do código de barras, então tem se avançado em duas tecnologias que suporta maior informação, que são: a radiofrequência, o código bidimensional ou 2D. Dentro dessa interface física ou dentro desse código, se coloca as informações, que elas têm que estar estandarizadas para permitir a rastreabilidade.

Como o Dr. Dirceu colocou, e o Lauro também salientou, os produtos precisam ser serializados. Cada caixinha precisa ser identificada ao longo de sua vida na comercialização. Então, cada caixinha vai levar o número como se fosse o número de chassi do veículo. Então, cada caixinha está individualmente identificada e é diferente da outra caixinha que é produzida na linha.

E o pedigree é o quê? O pedigree é que, em cada segmento da cadeia, saiu da indústria, é lido, vai para o banco central de dados e aí se fala: saiu da fábrica e tal. Quando chega no distribuidor, aí é lido novamente: chegou no distribuidor tal. Então, se é um rol de cargas e não chegou no distribuidor tal, aí é identificado que essa carga foi roubada. E, quando chega na farmácia, a mesma coisa. Leitura na entrada e na saída.

E por que é que é preciso padronizar? Bom, nos Estados Unidos, como as legislações estaduais na ma-

téria são bastante específicas, então cada estado está tentando legislar sobre isso de forma independente. E o FDA, que é a agência central, está tentando de que isso não aconteça até que haja uma convergência nos Estados Unidos para que todos adotem um sistema que se conversa internamente.

No caso da União Européia, vocês têm que... Qual é o problema com a codificação? É que cada país, na União Européia, tem seu sistema de codificação. Então, a União Européia o que está tentando é também fazer uma convergência, de modo que o que está contido como código naquele código 2D, radiofrequência, código de barras, [soa a campainha] seja uniforme. Todos deverão lembrar que o código de barras normal tem essa forma. O código 2D é um quadradinho menor que comporta maior informação, menos espaço, permite a leitura de símbolos danificados, e a leitura não precisa passar certinho na frente do leitor. Ele pode entrar em diversas posições. Então, por isso que está havendo, assim, uma convergência com relação à solução tecnológica para a utilização desse código 2D.

E implementar um sistema não é uma coisa tão simples, requer um trabalho intensivo; por conta disso que os pilotos estão solicitando que haja a possibilidade de ampliar, porque esses testes-pilotos precisam integrar sistemas que eles consistem em: saber como funciona cada cadeia de suprimento – a cadeia de suprimento nossa aqui no Brasil precisa ser listada a cada sequência do que ocorre nessa cadeia –; tem que ser padronizado para uma solução única nacional; tem que ser desenvolvido o sistema e finalmente validado e homologado, e essa é a função do projeto-piloto.

Quem está fazendo pilotos pelo mundo afora? A Pfizer tem sido pioneira nesses pilotos nos Estados Unidos, na Europa, no México; a Bayer Schering está fazendo em vários lugares do mundo; e, na Suíça, várias empresas que estão fazendo testes-pilotos também em decorrência dessa iniciativa da União Européia.

Então, as conclusões preliminares reforçam aquilo que tanto o professor Lauro Moretto quanto o Dr. Dirceu colocaram. É fundamental uma harmonização internacional, [soa a campainha] porque a indústria brasileira também vai exportar, cada vez mais, em função das políticas do Governo. Daí que, quando chegar na Europa, quando chegar nos Estados Unidos, precisa ser lido lá e precisa haver uma integração, de forma que aquilo que é exportado daqui não chegue lá e fique barrado de entrar por conta de que não está podendo ser identificado.

Soluções pacote fechado, mais outro reforço, devem ser evitadas. Um projeto-piloto local é fundamental para poder aceitar toda essa máquina, todos esses sistemas, todos esses leitores. O comprometimento de

toda a cadeia deve ser obrigatório pela ANVISA. Uma vez implementado, o sistema deve ser à prova de erro, ou seja, tem que passar a funcionar, se o consumidor for ver, o sistema não pode estar fora do ar, o sistema tem que ser lido, porque, se não, cai no descrédito da população.

E, por conta dos órgãos reguladores, é fiscalizar, fiscalizar toda a cadeia, fiscalizar as boas práticas de manufatura, fiscalizar as boas práticas de distribuição, o armazenamento dos produtos, ou seja, toda a cadeia tem que ser devidamente fiscalizada pelos órgãos reguladores.

E era mais ou menos isso que eu queria colocar para vocês. Obrigado.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Agradeço a participação do Dr. Marcelo Liebhardt, que é Gerente de Assuntos Econômicos, Comércio Exterior e Informática da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa. Quero também destacar, novamente, a importância desse debate que é, assim, algo pelo qual, sem dúvida alguma, toda a população tem interesse em participar, discutir, para ter a certeza de que o que está comprando em termos de medicamentos é aquilo que realmente foi prescrito, que não há falsificação, identificação dos medicamentos. Rastreabilidade. Pedigree. De acordo com o que foi colocado.

E quero dizer, se nós já temos a rastreabilidade dos bois, que é algo difícil e complicado, por que não ter a rastreabilidade dos medicamentos? Porque, hoje em dia, também, nós não podemos mais, pelo menos muitos países não aceitam a venda do boi que não seja... que não esteja sujeito ao sistema de rastreabilidade. Então, isso é algo importante, fundamental e felizmente esse debate está acontecendo aqui para que se chegue a conclusões a favor da população.

Passo, em seguida, a palavra ao Dr. Carlos Alexandre Geyer [pronunciamento fora do microfone], Diretor-Presidente da Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais, ALANAC. Com a palavra V. S^a.

SR. CARLOS ALEXANDRE GEYER: Bom dia, Sr. Presidente, bom dia aos integrantes da Mesa, bom dia a todos os demais senadores presentes e convidados.

As palestras que me antecederam praticamente esgotaram o assunto. Então, serei bastante breve. A palestra do Dr. Lauro colocou com muita propriedade os pontos convergentes e os pontos divergentes e, com muita propriedade, também, colocou a necessidade, por toda a complexidade do processo, de termos um prazo de 60 meses para a implantação.

Dr. Dirceu colocou, com muita propriedade, todo o esforço que a agência vem fazendo nos últimos dez anos, desde a sua criação, nos últimos nove anos, para que o medicamento brasileiro se torne cada vez mais seguro. Essa nossa primeira lâmina coloca isso com bastante clareza.

Em 98, a portaria 802 do Ministério da Saúde, foi a portaria que criou número de lote, nome e endereço completo, código de barras, a tinta reativa, o lacre e o selo de segurança, teve como efeito uma redução significativa do número de medicamentos falsificados.

Nós tivemos – isso já foi apresentado inclusive pelo Dr. Dirceu, isso levou a uma CPI da indústria farmacêutica –, nós tivemos um número de 197 casos detectados no período de 97 e 98 de medicamentos falsificados, e houve uma redução, entre 99 e 2006, para apenas 18 casos identificados, conforme dados da própria ANVISA. Próximo, por favor.

Bem, o que eu quero enfatizar bastante na minha apresentação é a parte final da apresentação do Marcelo. É a fiscalização. Porque a ALANAC é sempre francamente favorável a todas as políticas, todas as práticas que tragam segurança para o medicamento e principalmente para o consumidor de medicamentos. Ou seja, minimização do risco sanitário. Então, tudo o que se puder fazer nesse sentido temos que fazer. Obviamente, o processo de harmonização e de integração desses sistemas é que é complexo, e isso foi também mostrado na palestra do Dr. Marcelo; a complexidade de integração desses sistemas. Porque nós não podemos ter um sistema fechado, não podemos ter um sistema que seja só nacional, válido somente no Brasil. Nós temos que ter o internacional, nós temos que ter a garantia de que esse sistema será aberto e que esse sistema será atualizável e que esse sistema será disponibilizado sempre para todos os produtores.

Algumas considerações importantes relacionadas ao programa de rastreabilidade. O roubo de carga e a falsificação de medicamentos estão intrinsecamente ligados aos seguintes fatores: falta de inspeção nas unidades de atacado e varejo. Bom, aqui, para ter uma idéia da magnitude do problema, nós temos em torno de 300 indústrias farmacêuticas no país; 300 indústrias com a estrutura de fiscalização que se tem, consegue-se, com algum esforço, fiscalizá-las. Nós temos... Inclusive tem um projeto de lei tramitando no Congresso para prorrogar para dois anos as boas práticas de fabricação, justamente pela dificuldade das visas locais em inspecionarem as indústrias farmacêuticas no período de 12 meses, no período de um ano.

Então, existe esse projeto para prorrogar para 24 meses, para se ter a garantia de fiscalização. Porque, muitas vezes, é demorado, muitas vezes, as indústrias

precisam solicitar com quatro, cinco, seis meses de antecedência que a fiscalização seja feita. Isto são fiscalizações feitas pelas visas estaduais. A ANVISA necessita dessa fiscalização, ela monitora essa fiscalização, mas ela também depende desse funcionamento.

Então, 300 indústrias, para serem fiscalizadas, têm esse problema. Nós passamos para alguma coisa em torno de três mil atacadistas, distribuidores. O problema já aumenta. E, aí, nós chegamos a 60 mil pontos de varejo; o problema se torna exponencial e extremamente complexo na parte de fiscalização.

Então, falta de ação e articulação das polícias rodoviária, federal, com a vigilância sanitária. O Dr. Dirceu disse que, em alguns locais aqui no Distrito Federal, em alguns estados principais, essa interação já está se fazendo de uma forma mais efetiva. Mas, num país de dimensões continentais como o nosso, é problemático nós conseguirmos essa integração.

Falta de punição para os infratores. Esse é outro problema gravíssimo que nós enfrentamos. Quer dizer, roubo de cargas é uma realidade, nós sabemos que talvez o medicamento seja o segundo ou terceiro produto mais roubado no país, principalmente aqueles medicamentos de alto valor agregado, medicamentos para *lifestyle*, tipo Viagra, tipo medicamentos oncológicos, por exemplo, esses medicamentos de alto valor agregado, que alcançam um valor significativo no mercado paralelo, são alvo de muitos roubos, e isso precisa de uma punição exemplar, porque somente com a fiscalização e a punição exemplar nós vamos desestimular o surgimento dessa nova indústria, como bem o Dr. Marcelo colocou.

Problemas de infra-estrutura básica das vigilâncias locais que tornam ineficiente esse tipo de fiscalização por parte das visas. Eu já coloquei que nós temos dificuldade para a fiscalização das indústrias. Aumenta a dificuldade para fiscalização de três mil pontos de atacado para 60 mil pontos de varejo. Essa dificuldade é imensa. Dr. Dirceu colocou que, após um ano de implantação do sistema de informação de produtos controlados, 20 mil pontos de venda já estão integrados no sistema. Portanto, um terço da cadeia varejista está integrada no sistema. Isso mostra o tamanho dessa cadeia e mostra a dificuldade que é fazer uma integração nesse país. E nós precisamos fazer um trabalho muito intenso.

E o Dr. Dirceu colocou, o Dr. Lauro colocou também, o Dr. Marcelo colocou: é um trabalho muito intenso de... Porque nós temos visas municipais, visas estaduais e nós temos a ANVISA. E a ANVISA, por mais que tente montar uma estrutura de fiscalização federal, ela é dependente dessas outras visas, princi-

palmente para fiscalização dos distribuidores e fiscalização dos varejistas.

Então, se as visas locais não estiverem aparelhadas para fiscalizar de forma adequada, todo e qualquer sistema de rastreabilidade vai falhar. Então, sem fiscalização, qualquer sistema de rastreabilidade que venha a ser implantado vai falhar. O Senador Presidente colocou com muita propriedade o rastreamento bovino, mas o rastreamento bovino ele também depende de um eficaz monitoramento das rezes que estão sendo rastreadas. Se falhar esse monitoramento, portanto, se falhar essa fiscalização, nós teremos uma chance à fraude. Então... O próximo, por favor.

Algumas posições... Nós entendemos que o sistema de rastreabilidade, autenticidade de medicamentos deverá ser exequível e compatível para com a realidade do mercado brasileiro, sem inviabilizar as operações de comércio exterior. Isso foi colocado por todos os palestrantes anteriormente.

Para o efetivo funcionamento do sistema, é fundamental que a ANVISA e as visas locais possuam uma infra-estrutura específica e efetiva para a fiscalização. Também já foi colocado com bastante ênfase. Importante atentar também para o fato de que o projeto de lei em questão vislumbra a evolução do que já existe definido hoje, que é a portaria 802, que eu já mencionei, e a RDC 32002, que é uma RDC que obriga os distribuidores a colocarem número de lote na nota fiscal e de preferência informatizada, de preferência, para minimizar os erros. E a ALANAC chama atenção sobre essa evolução [soa a campainha], uma vez que, ao analisarmos as normativas de que tratam sobre rastreabilidade de produtos farmacêuticos, vemos o não cumprimento total das mesmas.

Então, se as regras hoje existentes estivessem sendo fiscalizadas com o devido rigor, nós teríamos um problema menor do que nós temos. Isto chama atenção para o seguinte: se sofisticarmos mais os mecanismos de rastreabilidade, nós vamos precisar intensificar mais a fiscalização.

Recentemente nós tivemos na assembléia da ALIFAR, Associação Latino-Americana de Indústrias Farmacêuticas, e pudemos observar que há uma disparidade muito grande, isso foi colocado lá na Europa, está na América Latina uma disparidade muito grande de visões sobre, como dizem os latinos, traçabilidade, que é a nossa rastreabilidade.

Então, têm países extremamente atrasados, outros estão agora pensando, outros já estão tentando entrar nesse processo. Então, é um processo que, em nível mundial, principalmente nas economias menos desenvolvidas, está muito atrasado. E isso vem ao encontro do que o Dr. Marcelo colocou, que, nas econo-

mias mais desenvolvidas, onde há mais fiscalização, apenas 1% nós temos de problemas de falsificação de medicamentos. O próximo, por favor.

Então, fica claro que existe um problema muito grande de insuficiência de fiscalização em toda a cadeia de distribuição, o que inviabilizará a adoção de qualquer tecnologia para rastreabilidade, autenticidade, uma vez que não será a tecnologia que evitará a perda de rastreabilidade ou o aparecimento de produto farmacêutico não autêntico, será a fiscalização que minimizará tais problemas.

Volto a enfatizar a necessidade de fiscalização. Precisamos avançar no sistema de rastreamento? Precisamos. Agora, precisamos evoluir mais ainda na fiscalização. [Soa a campainha] Anteriormente, a adoção de uma nova tecnologia para rastreabilidade e autenticidade que se consolide, é necessário que se consolide papel da ANVISA como órgão fiscalizador de toda a cadeia de distribuição de medicamentos, bem como das polícias também, pois, sem isso, as ações de tecnologia determinadas pela futura lei de nada adiantarão para alcançar o objetivo proposto, acarretando apenas ônus adicional à indústria farmacêutica e mínimo benefício para o consumidor no que concerne à redução do risco sanitário que hoje existe.

Então, colocação final. Sem uma fiscalização adequada, qualquer sistema de rastreabilidade que venha a ser implantado poderá resultar inócuo. Haverá uma melhora, mas não significativa com relação ao custo desse sistema. Então, é preciso que se alie um novo sistema com uma fiscalização cada vez mais atuante e eficaz. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Agradeço, nesse momento, a participação, nesse primeiro momento, do Dr. Carlos Alexandre Geyer, que é Diretor-Presidente da Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais. Quero novamente ressaltar a importância desse projeto de lei, que, na minha ótica, pode causar uma verdadeira revolução em termos, assim, de credibilidade para a indústria farmacêutica, em termos de segurança para o público e em termos da construção, assim, de instrumentos adequados para se punir o crime organizado de roubo e de falsificação, como foi colocado, os dois aspectos vindo juntos. E quero dizer da importância disso, inclusive eu queria sugerir à secretaria que enviasse este projeto de lei ao Ministério Público Federal para que o Ministério Público Federal opine para ver se existem os instrumentos para o Ministério Público, depois, na sequência, verificar se tem os instrumentos para fazer com que a lei seja cumprida, e, ao mesmo tempo, também para a Polícia Federal, para que a Polícia Federal também sugira, diante do debate que está acontecen-

do, se o instrumento legal permite o acompanhamento da polícia para esses casos específicos. Porque tem a lei e os instrumentos para o cumprimento da lei na sequência, para que não fiquemos, assim, num debate de boas intenções.

Eu quero dizer que fizemos esse debate na Comissão de Assuntos Sociais em relação à pedofilia. A própria Polícia Federal apresentou o pleito de que teria que ser punida aquela pessoa que, mesmo que gratuitamente, acesse imagens de crianças e de jovens sendo violentados sexualmente. Quer dizer, violência sexual contra crianças e adolescentes. Porque hoje eles não têm um instrumento para prender a pessoa que, por um acaso, acesse imagens onde a exploração sexual de crianças e adolescentes esteja acontecendo.

Então esta lei já foi aprovada, está sendo discutida, aqui, está sendo aprovada no Senado, já foi aprovada em algumas instâncias. E a mesma coisa aqui. Porque eu acho, assim, um crime hediondo haver a falsificação de um medicamento. É um crime hediondo. Então, nesta ótica, aparelhar a questão dos nossos órgãos fiscalizadores com instrumentos, assim, possíveis para que eles mesmos digam se o que está sendo engendrado permita essa fiscalização.

Muito bem. Eu passo em seguida a palavra, com bastante satisfação, ao Dr. André Franco Montoro Filho, fazendo uma homenagem, na figura, dele para a família dele. Porque Franco Montoro foi uma personalidade no Brasil, de São Paulo, Governador, Senador, e eu diria que o Brasil, hoje, deve muito à figura de Franco Montoro. Ter aqui nesta audiência pública André Franco Montoro Filho é um orgulho para o Senado, para o Congresso, para esta Comissão, para o Brasil, até um momento, assim, importante de se prestar essa homenagem à família e a todos os irmãos, que, além de você, vocês são em sete irmãos, uma família grande, mas que todos os irmãos se sintam homenageados pelos pais que vocês tiveram e que deixaram a marca nessa história do Brasil a favor da democracia, da democratização, da participação e do combate à violência. Uma alegria tê-lo aqui.

O Dr. André, desculpe, é Presidente do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial. Com a palavra V. S^a.

SR. ANDRÉ FRANCO MONTORO FILHO: Senador Flávio Arns, muito obrigado pelas considerações. Fico até emocionado pela lembrança à família e agradeço realmente, de todo o coração, essas observações. Mas eu vim aqui na qualidade de Presidente do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial, o ETCO, e acredito ser interessante – pode passar para a próxima – apresentar inicialmente o nosso Instituto, que é uma organização da sociedade civil de interesse público,

reconhecida pelo Ministério da Justiça, que tem como fundamento da sua própria existência o fato de que o sucesso da atividade produtiva, o desenvolvimento econômico que todos nós queremos, pela sua geração de renda, de emprego, de salários, depende de instituições formais e informais, ou seja, usos, costumes, leis, normas que estabeleçam um ambiente propício para a atividade econômica, ou seja, para um bom ambiente de negócios. Ou seja, essa institucional é fundamental para o bom desenvolvimento, desenvolvimento sadio da economia. E, de outro lado, nós temos que... E, portanto, nossa função específica é... Pode passar para a próxima. Nosso objetivo é promover a ética concorrencial para melhorar o ambiente de negócios.

Lembrando que desvios de conduta como a pirataria, a falsificação, a sonegação, a informalidade poluem esse ambiente de negócios e acarretam grandes prejuízos para o funcionamento de toda a economia e de toda a nação. E essa é a razão pela qual nós procuramos – pode passar para a próxima –, dentro da nossa atuação, procurar, em primeiro lugar, identificar quais são os fatores que incentivam esses desvios de conduta, relacionados já da sonegação, da informalidade, da pirataria, todas as transgressões, e já encontramos alguns elementos que são, não apenas no Brasil, mas no mundo todo, fatores que incentivam esses desvios de conduta, que é a carga tributária, a excessiva burocracia, a impunidade e outros fatores.

A partir desses estudos, é importante que haja um processo de conscientização da opinião pública e dos órgãos dos malefícios sociais e econômicos das concorrências desleais e dos benefícios que um comportamento ético pode dar para toda a sociedade. Próximo.

A terceira linha de ação, estratégia de atuação, é... Nós procuramos, a partir desses estudos, levantar fatores que possam ser aplicados e, portanto, para melhorar esse ambiente de negócios e para estimular a concorrência leal, e levar esses fatores e apoiar iniciativas, nesse sentido, de entidades públicas e privadas para melhorias institucionais e legais que promovam, estimulem a concorrência leal. E, por outro lado, também, propor mecanismos que previnam desvios de conduta e punam as transgressões, como é o caso desse sistema de rastreamento de medicamentos. Pode passar para a próxima.

E, nessa direção, um dos estudos que nós fizemos foi pedida essa consultoria a Marquise que fizesse um estudo sobre o setor farmacêutico. E nós verificamos dados realmente dramáticos do nível de informalidade no setor. É alarmante, cerca de 23% dos impostos são desviados ou sonegados; são dois ou três bilhões ao ano que faltam aos cofres públicos e, que, portan-

to, poderia haver um apoio substancial à saúde, sem necessidade de novos impostos, bastaria, em grande parte, se ter uma menor sonegação; quase 40% da mão-de-obra no setor é informal; além disso, 27% das vendas dos medicamentos nas classes terapêuticas pesquisadas são feitas através da troca ileal do pedido, é “impuroterapia”, e há um déficit de farmacêuticos no Brasil bastante grande. Pode passar.

Esses dados geram grandes problemas para o setor e para o país. Você expõe a população aos riscos de saúde, você tem uso de medicamentos em qualidade inferior, em dosagens inadequadas, você tem distorções tributárias, concorrências desleais. Ou seja, há uma série de fatores que acabam gerando prejuízos específicos no setor farmacêutico, por esse alto nível de informalidade. A próxima.

Dentro desse estudo, foi verificado que não existe uma prata de bala que resolva todos os problemas do setor. Mas que é necessário um conjunto de medidas, mas nas quais se sobressai o sistema de rastreamento como sendo, talvez, um dos mais importantes para reduzir essa informalidade, sonegação e os perigos dentro desse setor. O próximo.

Os benefícios do sistema já foram apresentados por vários dos expositores, mas eu gostaria de enfatizar um ponto, aqui, que é o... 1, 2, 3, 4, o 5º, que esse sistema de rastreamento, um grande benefício é que ele permite uma muito maior eficiência no processo de fiscalização. É a utilização da informática, dos métodos modernos da informática para ajudar a fiscalização.

No mundo inteiro e mesmo no Brasil, nós temos diversos exemplos onde a utilização da informática se tornou algo fundamental para se ter uma melhor fiscalização a custos menores, sem precisar contratar mais gente, já que... E sem, portanto, ajudando até na redução do déficit público, dos gastos públicos, permitindo uma muito maior eficiência pela utilização de eficientes e de modernos mecanismos da informática que permitem.

Eu mesmo tive a oportunidade, enquanto Secretário do Planejamento de São Paulo, de informatizar o orçamento, e houve uma redução enorme na necessidade de pessoal para fazer toda a elaboração do orçamento e o acompanhamento do orçamento. Eu me recordo até que, quando eu fui nomeado, o chefe da área de orçamento solicitou mais técnicos, porque não tinha condições. Falei: “Espera um pouco, vamos fazer a informatização”. Foi feita a informatização, um ano depois ele falou: “Olha, não precisa contratar mais gente”. Até alguns saíram, se aposentaram, aquele período em que havia a reforma da Previdência, alguns funcionários com medo de se aposentar, e ele falou: “Não precisa, eu estou dando conta com essas

pessoas, e eles estão fazendo um trabalho muito mais eficiente”, porque a informática está permitindo acesso à informação muito mais rápido, está permitindo que os técnicos trabalhem mais com a inteligência, com informações muito mais rápidas. E esse eu acho que é um ponto muito importante a ser enfatizado. E os outros já foram permitidos.

Um segundo ponto que acho que também é importante, não sei se a minha perspectiva, aqui, está muito de questão de gastos públicos, etc., mas esse sistema, se for aplicado também na questão para o Ministério da Saúde, para a organização da distribuição de medicamentos na rede pública, eu acho que será um elemento que facilitará enormemente o controle e a fiscalização da distribuição de medicamentos no Brasil. O próximo.

Os requisitos, o Dr. Dirceu já apresentou com bastante clareza, que eu posso até passar para o próximo ponto. Próxima.

Então, o... A partir desse estudo do Makinsen, o ETCO, que congrega quase 70% da produção dos laboratórios no Brasil [soa a campainha], passou... Se interessou nesse mecanismo e nós passamos a estudar as soluções apresentadas. Até, inicialmente, havia uma intenção de auto-regulação, das próprias empresas, similaridade que algumas empresas no mundo fazem, mas, depois, com o contrato com o Dr. Dirceu, com a ANVISA, se decidiu fazer ou procurar algum trabalho conjunto, juntando empresas privadas, iniciativa privada, com o setor público, procurando uma solução.

E, nessa tarefa, nós tivemos oportunidade de entrar em contato e procurar diversos fornecedores, inclusive um fornecedor específico, que chegou a fazer testes em algumas empresas associadas ao teste, ao ETCO, e nós verificamos que existem soluções viáveis. Existem soluções que atendem a todos aqueles requisitos que a ANVISA colocou, que o Dr. Dirceu aqui apresentou. Elas são, fundamentalmente, na tecnologia atual, no momento, soluções que contam com a impressão e código dimensional na embalagem secundária, que permite e que viabiliza sistemas de rastreamento com todos aqueles requisitos que foram colocados pelo Dr. Dirceu, e por constar da pesquisa, há possibilidade de se agregar as informações em todos os elos da cadeia, quer dizer, na produção, na distribuição e nos pontos de venda, você pode... Existem as soluções tecnológicas que permitem a segregação de informações, porque, muitas vezes, uma empresa não quer que a empresa concorrente saiba do seu... da sua estratégia de venda e muitas vezes não quer também que a ANVISA saiba. Que são certos segredos comerciais que realmente a empresa quer, como também o distribuidor, como o ponto de venda.

Mas, então, esse sistema permite, os sistemas disponíveis permitem que você segregue as informações e só tenham acesso àquelas informações aqueles que são ali adequados. E nós temos informações, até foram algumas testadas, que é possível, sem grandes impactos sobre a cadeia produtiva, sobre a produção, se você teve a produção e distribuição do comércio, ter esse sistema. A próxima.

Basicamente, o sistema seria algo desse tipo, teria um banco de dados central, que receberia informações dos diversos elos da cadeia, que, então, já na indústria, na linha de produção já seria lido e on-line isso seria encaminhado a um banco de dados, na hora da produção. Na hora da saída também seria informado a esse banco de dados que saiu. Aí vai para o depósito, também todas essas informações seriam... O medicamento seria rastreado por essas todas informações e iria o distribuidor e até o ponto de venda e, depois, até o consumidor.

E essas, como até o Marcelo colocou nesse... nesse 2D, no datamatrix(F), é possível se colocar um grande número de informações que identificam aquela embalagem e que, na verdade, pode estar acoplado no banco de dados a mais informações ainda. Está certo? Porque aí, no computador, o espaço é limitado. E todos aqueles itens necessários podem ser apresentados. E pode-se fazer o seqüenciamento, saber onde que está esse ponto.

E aí uma coisa que nós descobrimos e verificamos é que, em grande parte, mesmo um puro sistema de rastreamento já preenche 90% das necessidades de autenticidades, porque você fica sabendo onde que está aquele produto. Se o produto não chegou na farmácia, opa, onde que ficou? Se o produto foi roubado, imediatamente é comunicado. Quer dizer, saiu do depósito, o distribuidor, do distribuidor o caminhão foi roubado, não chegou na farmácia e imediatamente comunica. Facilita a fiscalização e facilita também o próprio policiamento.

E, além disso, existem tecnologias que permitam que o próprio consumidor tenha condições de ele checar se realmente aquele produto devia estar lá. Se ele comprou aquele produto, ele vai poder acessar e verificar. “Olha, esse produto devia estar cá ou não. Mas esse aqui não devia estar nessa farmácia, devia estar na outra. Então tem alguma coisa errada”. Quer dizer, ele junto ao sistema de rastreabilidade já é um sistema de autenticidade ao mesmo tempo. Próxima.

E aí é para terminar. Concluindo que o sistema de rastreamento é uma ferramenta muito poderosa para corrigir esses desvios resultantes da falsificação e da informalidade do setor, com o avanço das tecnologias na área da informática, que é até a preocupação desta

nossa Comissão, de Ciência e Tecnologia, é o controle, sistema de controle unitário [soa a campainha] dos medicamentos se tornou viável.

Insisto num ponto que foi também tocado por outros expositores de que o sistema no Brasil se deve conversar com os sistemas, usando a linguagem de informática e computação, deve conversar com sistemas de outros países para que possa haver a integração, estar em linha com as iniciativas internacionais, e nós entendemos de que é fundamental que se faça um projeto-piloto e até nós já notificamos a ANVISA que empresas, laboratórios associados ao ETCO estão dispostos, nacionais e internacionais, estão dispostos a participar desse processo-piloto que deveria, a nosso entender, pegar toda a cadeia. Quer dizer, se quer testar, tem que testar todo o funcionamento do sistema de rastreamento.

Não, claramente esse projeto-piloto pode ser uma, duas linhas por cada empresa, e que tenha alguns distribuidores e alguns pontos de venda para que se possa testar esse sistema e que possa fazer aperfeiçoamentos.

E termino lembrando uma experiência que está sendo altamente exitosa no Brasil, que nós temos o prazer de estar participando, que é a questão da nota fiscal eletrônica. Onde eu considero que foi um dos mais exitosos casos de parceria público-privadas existentes no Brasil. Houve o entendimento entre o fisco federal, os fiscos estaduais e empresas privadas no desenvolvimento de um sistema capaz de criar a nota fiscal eletrônica. E, durante quase dois anos, empresas voluntariamente se prontificaram a participar dessa experiência junto com a Receita Federal, com os fiscos estaduais, e desenvolveram um sistema que hoje já se tornou obrigatório no ramo de combustíveis e no ramo de cigarro com total êxito, e, em setembro, serão mais sete ou oito outros setores, e já estão pensando em outros setores para o ano que vem.

E está sendo um grande sucesso, que é também, mais uma vez, a utilização da informática para ajudar a fiscalização. E está sendo um êxito absoluto. Acredito que oito milhões de notas, dois milhões de notas e com mais de 200 milhões de reais em notas fiscais, com absoluto sucesso, porque houve essa experiência preliminar, houve essa cooperação e se chegou a um ponto onde, então, podia fazer a massificação, que está sendo feita, também, paulatinamente. Primeiro esses dois setores, agora mais sete e aí para o futuro. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço a participação do Dr. André Franco Montoro Filho, que é Presidente do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial. Quero destacar que este

projeto de lei, que está sob análise desta Comissão, de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, é de autoria do Senador Valdir Raupp, que está aqui presente, não é terminativo nesta Comissão, seguirá posteriormente para a Comissão de Assuntos Sociais, porque envolve uma questão, também, além da parte de tecnologia, envolve uma questão de saúde, e lá terá caráter terminativo e, posteriormente, caso aprovado, seguirá para a Câmara dos Deputados, para apreciação por aquela Casa.

Quero novamente ressaltar a importância do projeto, o benefício que isto pode trazer para as indústrias, que pode trazer para a população, para uma tranquilidade, uma segurança social muito grande. É um projeto singelo, eu diria, o § 4º, que se acrescenta ao art. 60 da Lei 6.360, de 76, que diz, no § 4º sugerido: “A embalagem destinada a conter ou acondicionar droga, medicamento ou insumo farmacêutico deverá possuir identificação baseado em sistema de detecção por meio eletrônico que permita acessar dados que identifiquem o produto quanto a número de registro, nome do produtor, data de fabricação, prazo de validade, número do lote e outros dados estabelecidos em regulamento pelo órgão sanitário competente, que seria no caso a ANVISA, cujo presidente está aqui presente participando desta Audiência Pública.

Então, nesse sentido, tenho a honra de passar a palavra ao autor do projeto de lei, objeto desta audiência, que é o nosso amigo Senador Valdir Raupp, líder do PMDB.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, senhoras e senhores senadores e demais--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não é Alvaro Dias, mas não fico bravo também de me chamar, também, de Alvaro Dias.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): É que o Alvaro estava apresentando nesse momento três emendas lá na CCJ, e eu estava lá [risos]. Estou com o nome do Alvaro na cabeça ainda. Senador Flávio Arns, grande Senador pelo Estado do Paraná. Dizer da nossa satisfação de estar aqui em nome do André Franco Montoro Filho e as autoridades convidadas. Agradecer a presença dos demais convidados aqui nesta Comissão. Dizer que nós senadores somos como juízes e às vezes mediadores das partes. A gente é sempre provocado a apresentar projetos que venham beneficiar a sociedade brasileira. Esse é nosso papel e nosso dever.

E esse entendo que é um projeto importante, apesar do controle, que já temos avançado bastante nessa área, mas ainda há falhas, não só no Brasil, eu vou aqui apenas fazer a leitura da justificativa desse

projeto para ver o grau de importância dessa matéria. *“A falsificação ou adulteração de medicamentos é prática tipificada como crime hediondo pela legislação brasileira. Mesmo com o rigor da punição ainda hoje não se conseguiu banir esse crime da sociedade. Há estimativas de que 25% dos medicamentos em circulação em todo o mundo são falsificados. Cabe ao Poder Público coibir essa prática mediante ações permanentes de fiscalização e pela adoção de mecanismos de controle que empecem ou dificultem a falsificação e a adulteração dos medicamentos e de outros produtos que possam, de alguma maneira interferir na saúde das pessoas.*

A instituição de um sistema de detecção eletrônica de dados que identifique os medicamentos tornará mais efetiva as ações de fiscalização sanitária e permitirá o rastreamento mais fácil e ágil de medicamentos falsificados. Essa é uma medida eminentemente de defesa do consumidor e da saúde pública no nosso país”.

Eu queria agradecer imensamente, eu tenho certeza que os expositores aqui contribuíram de alguma forma para engrandecer esse projeto. Eu peço desculpas por não ter podido estar anteriormente aqui, devido a um projeto que eu estava relatando na CCJ, foi adiada a votação também em função também das audiências públicas que estão tendo lá na Comissão de Infra-Estrutura, estamos ouvindo lá hoje quatro pessoas, e deu uma certa esvaziada nas comissões.

Então, eu peço desculpas por isso e agradeço mais uma vez a presença de todos os convidados aqui desta Comissão. E agradeço também a Presidência do nobre Senador Flávio Arns. Perdoe-me mais uma vez. Muito obrigado [risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não tem problema. Eu ia brincar, Senador Osmar Dias... Não, Valdir Raupp [risos].

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Já me confundiram muitas vezes com o Osmar Dias.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Mas não tem problema. Não há dificuldade alguma. Nós somos muito amigos, e V.Ex^a desempenha um papel, assim, fundamental dentro do Congresso, no Senado, não só pela sua pessoa, mas também pela liderança do PMDB que V.Ex^a exerce. Muito bem.

Eu quero dizer para os expositores, também, que uma audiência pública tem repercussões, tem desdobramentos, porque a TV Senado, durante um bom tempo, hoje, não sei se ainda está acontecendo isso, mas passou ao vivo para o Brasil boa parte da realização desta audiência. Mas, mesmo não sendo ao vivo, há a repetição desta audiência em outros horários da TV Senado. E eu, inclusive, como Presidente eventual desta Comissão, cuja Presidência é exerci-

da pelo Wellington Salgado, eu, inclusive, incentivo, neste momento, a todos quantos acompanham este debate pela TV Senado para que entrem em contato, caso tenham sugestões, posições a respeito do assunto, idéias, seja lá o que for, para que entre em contato com a Comissão de Ciência e Tecnologia e, na seqüência, com a Comissão de Assuntos Sociais, quando esse projeto for apreciado por aquela Comissão, para contribuir. Porque nós, inclusive, temos aqui no Senado Federal a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. A idéia é justamente esta, para que a sociedade possa participar da elaboração da Legislação. Legislação participativa.

Eu quero passar novamente a palavra aos expositores, porque, à medida que as falas foram se sucedendo, outros pontos de vista foram sendo externados. Há uma convergência me parece bastante grande em termos da preocupação com o assunto, e eu gostaria, sim, que houvesse, assim, a mensagem final dos expositores com uma ênfase, inclusive, que interessa aos relatores, normalmente, se o texto do projeto de lei é adequado ou não ou se o texto precisa ser, Senador Valdir Raupp, aprimorado. Porque, fruto da reflexão, muitas vezes, uma expressão pode ser acrescentada, uma palavra pode ser mudada, um outro parágrafo pode ser dito, inclusive nós pedimos para que o texto da lei seja mandado para o Ministério Público e para a polícia também, porque foi levantado, nos debates, que esta falsificação e o roubo de medicamentos, e todos sabemos disso, está ligado ao crime organizado. E a gente precisa ter, criar os instrumentos necessários para que os órgãos repressores possam estar também com... Vamos dizer, com aspectos normativos legais à disposição para poderem exercer o seu trabalho. Porque, às vezes, nós temos a lei e não existe, assim, algo que permita a polícia, o Ministério Público agir de uma maneira mais eficiente também. Então, para que eles também opinem.

Então, a minha pergunta aos expositores é se o texto é adequado, o que é que os expositores consideram em relação à sugestão do Dr. André de ter um projeto-piloto, como sugerido, e fazendo uma comparação com a nota fiscal eletrônica, que vem tendo sucesso – inclusive quero dizer que um amigo meu, outro dia, foi numa loja de departamentos, foi comprar um produto, foi pagar em dinheiro, e a pessoa disse: “Olha, eu não posso aceitar o dinheiro sem CPF”, e a pessoa deu o CPF e saiu o número errado, “Não, esse não é o seu CPF”. Quer dizer, foi lá e teve que dar outro CPF para que... Claro, porque o número estava errado. Então, a nota já saiu com o sistema ligado, com a Receita, com tudo, para sair com a nota fiscal adequada. Quer dizer, é um sistema que já une todas as pessoas.

Existem instrumentos para isso, e o Dr. André colocou, de maneira própria, bem adequada, que eu também compartilho da idéia de um projeto-piloto. Como é que os expositores pensam nesse sentido?

Outro aspecto é que existe uma preocupação da indústria farmacêutica de que talvez isso vá aumentar custos para a questão de medicamentos. E eu quero só ressaltar, assim, no sentido de... Será que isso não representaria a diminuição de custos? Porque um dos graves problemas que a indústria farmacêutica enfrenta hoje em dia é o roubo de medicamentos. Então, os preços de seguro, preço de caminhão, medo do motorista... E, se houver um sistema de rastreabilidade, quer dizer, medicamento roubado já de imediato, eu tenho a impressão que o sistema bem elaborado me parece, salvo melhor juízo, que diminuiria os custos.

E, ao mesmo tempo, eu tinha feito aqui a pergunta, mas também no final o Dr. André mostrou o acompanhamento, quer dizer, como é que isto... Que nós temos que ter um sistema onde, na minha ótica, o consumidor, aquele que vá comprar o produto, a ponta da cadeia, que ele possa chegar no local e dizer: “Eu quero ter certeza de que esse medicamento que estou comprando não é falsificado”. Quer dizer, qual que seria de fato, no detalhe, foi apontado, mas se pudesse externar um pouco mais, porque a preocupação: chego na farmácia, e coisas sérias. Eu, inclusive, antes eu falei em crime hediondo, já é crime hediondo, como o Senador Valdir Raupp enfatizou, mas quero ter a certeza de que o medicamento que eu estou comprando é o medicamento verdadeiro, e não o falsificado. Como é que isso poderia ser feito?

Então, eu passaria a palavra novamente, pela mesma ordem, ou talvez pela ordem inversa, agora, da parte anterior, e passaria, em primeiro lugar, ao Dr. André Franco Montoro Filho para as considerações finais e algum apanhado que queira fazer a respeito desses aspectos que foram mencionados.

[Pronunciamento fora do microfone]

Bom, então vamos começar... Primeiro, o Dr. Lauro. Então, está bem. Vamos seguir então... Eu faço uma retificação na minha sugestão, que, de fato, não foi das melhores.

Dr. Lauro Moretto, que é Diretor Executivo Técnico Regulatório da Federação Brasileira da Indústria Farmacêutica, FEBRAFARMA.

SR. LAURO MORETTO: Isso. Então, eu tomaria a liberdade de fazer alguns comentários, em que nós acreditamos que a redação do § 4º não está amplamente clara. E o sentido é que nós colocaríamos, em primeiro lugar, parece que é ambígua a redação com relação à droga, medicamento ou insumo.

Na nossa visão, isso daria uma interpretação que poderia ser equivocada ou gerar polêmica. Nós falaríamos de fármaco em lugar de droga, falaríamos em medicamento e insumo, ou eliminaria insumo, se assim fosse necessário.

O que é imprescindível, na nossa visão, é que tanto o princípio ativo utilizado na fabricação de medicamentos tenha uma rastreabilidade e seja identificado de onde vem e para que empresa vai ser utilizado.

Em segundo lugar, o medicamento é absolutamente objeto da regulamentação da determinação da lei. Em relação aos insumos, o termo insumo é vago e precisaria ser caracterizado, se é material de embalagem, primário, secundário... O que for, e se for substância química ou farmacêutica auxiliar, um recipiente, deveria ser caracterizado melhor.

O segundo ponto que nós caracterizamos é que não está claro que para a finalidade explícita na lei, que seria para a rastreabilidade através dos elos da... do segmento farmacêutico. Ou seja, a produção ou fornecedores de insumos, produção de medicamentos, distribuidores e o estabelecimento de varejista.

Aqui, nós fizemos uma contribuição, e que, na hora da apresentação, eu não me lembro de tê-lo feito com a devida ênfase. Diz respeito ao prazo de aplicação da... dessa lei, que nós falamos em até 60 meses, ou seja, prazo mais amplo, evidentemente aqui valeria a pena pensar de que, sem interesse de Governo em ter estabelecimentos que poderão ter dificuldades, que qualquer incentivo governamental no sentido de adquirir a tecnologia, de implantar a tecnologia poderá reduzir esse prazo.

Seriam as considerações principais que eu gostaria de fazer. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço ao Dr. Lauro Moretto e passo, em seguida, a palavra ao Dr. Dirceu Raposo de Mello, que é Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, ANVISA.

SR. DIRCEU RAPOSO DE MELLO: Obrigado, Senador Flávio. Bem, as considerações do professor Lauro são bastante pertinentes, mas eu queria... Eu tenho... Minha equipe passou, aqui, uma sugestão que nós já fizemos, que, no escopo, na redação do projeto, têm essas adequações que o professor Lauro coloca, mas tem uma adequação sugerida para ementa. E a nossa proposta é: *"A ementa cria o sistema de rastreamento da produção e consumo de medicamentos com emprego de tecnologias de captura, armazenamento e transmissão eletrônica de dados"*.

Na ementa, está colocado criação do sistema de código de barras. Sistema de código de barras restringe, nós temos uma série... Nós recebemos, através

da consulta pública, 17 manifestações com relação à proposta de solução tecnológica, e o código de barra é uma delas. Então, que fique mais amplo, para que a melhor tecnologia possa ser implementada, não engessando, assim, o processo normativo e escolha da tecnologia.

Queria colocar o seguinte. Esta questão da rastreabilidade e da autenticidade, ela não vai se encerrar nunca. Porque se falsifica dinheiro, quer dizer, o falsário, o criminoso sempre procura se adequar e burlar a proteção que o Estado, que o mercado impõe aos seus produtos. Mas, quer dizer, o fato é que nós temos que buscar sempre a dificuldade para garantir, no caso particularmente dos medicamentos e dos produtos relacionados à saúde, que o consumidor, o usuário, o paciente, enfim, seja o beneficiário e tenha as garantias de que aquele produto que ele está consumindo, adquirindo, sejam produtos autênticos e de procedência adequada.

Por fim, eu queria mais uma vez agradecer a oportunidade da participação e colocar, reiterar a posição da Agência Nacional de Vigilância Sanitária como assessorando, se formos chamados, estamos à disposição para contribuir na construção desta lei, e a nossa equipe de pronto já está ao seu dispor e ao dispor do Congresso, do Senado Federal da República para que os senhores possam... Para que nós possamos auxiliar, na medida do possível, e participar da elaboração de uma lei adequada, de uma boa lei, que seja implementada no Brasil para que o nosso usuário, o nosso paciente tenha efetivamente o direito de obter produtos com qualidade de procedência adequada. Muito obrigado Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Em relação ao projeto-piloto, a ANVISA...

SR. DIRCEU RAPOSO DE MELLO: Não. As colocações do professor Lauro com relação à droga, quer dizer, isso mudou. Ele tem uma... Como professor, meu professor, inclusive, de farmácia, ele tem uma visão bastante acadêmica, e eu acho que adequada do projeto. No projeto está droga, e ele coloca lá, com muita propriedade, que droga não é mais a definição adequada para um produto farmacêutico.

Eu acho que são considerações que devem ser avaliadas. Mas, de qualquer maneira, do ponto de vista da Agência Nacional, nós estamos à disposição para contribuir, com certeza, professor Lauro, professor da Universidade de São Paulo, é uma pessoa muito conhecida e respeitada no meio acadêmico, acho que também está à disposição para contribuir.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Dr. Raposo foi um bom aluno?

SR. DIRCEU RAPOSO DE MELLO: Foi.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Foi.

SR. DIRCEU RAPOSO DE MELLO: Continua sendo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): [Risos] Continua sendo. Então... Eu passo, em seguida, a palavra ao Dr. Marcelo Liebhardt, que é Gerente de Assuntos Econômicos, Comércio Exterior e Informática, da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa, INTERFARMA.

SR. MARCELO LIEBHARDT: S.Ex^a, Sr. Senador Flávio Arns, colocou a questão de que havia uma preocupação com relação aos custos. No que me diz respeito, com relação à Interfarma, eu acho que a prioridade sempre é a saúde da população.

Como primeiro item a ser observado, a questão do custo, ela poderá... Daí a importância do projeto-piloto. Quer dizer, a realização do projeto-piloto permite ir fazendo ajustes para que a tecnologia que venha a ser utilizada seja mais adequada e a de menor custo também. Daí que, através desse processo que está sendo inovador no mundo inteiro também, não devemos considerar a indústria, mas a distribuição e a farmácia, e, com certeza, o projeto-piloto vai tentar atender a essas questões de ir para uma solução que diminua esses encargos. Mas, mais uma vez, o objetivo final é a questão de que o consumidor de medicamentos tem que receber o medicamento do qual tenha absoluta certeza de que está recebendo o medicamento perfeitamente legal e...

Além do mais, isso aqui também é uma coisa interessante de verificar que a questão da rastreabilidade ela está se estendendo para outras áreas, e relatando, mais uma vez, a questão da rastreabilidade do bovino, eu me lembro, à época que eu trabalhava na antiga CFP, hoje CONAB, nós tínhamos... o Brasil fazia estoques reguladores de carne bovina. Nós não tínhamos avançado a ponto do Brasil ser um país exportador de carne. Hoje, o Brasil é um dos principais produtores mundiais, um dos principais exportadores e, por questões regulatórias, está também procurando entrar dentro do escopo do comércio mundial. E o escopo do comércio mundial, ele requer que a cadeia de suprimentos seja segura, o que chama de *secure supply chain*.

E isso aí avança por vários motivos. Um dos quais é também a questão da segurança. Por exemplo, vocês enviam hoje um contêiner para os Estados Unidos, ele é radiografado antes de entrar nos Estados Unidos. Depois do 11 de setembro, então, a coisa ficou muito mais patente. Daí que nós também temos que participar desse processo internacional de globalização, no qual a nossa cadeia de suprimento tem que ser cada

vez mais segura, porque aí envolve não apenas segurança do consumidor do medicamento, mas envolve outras questões, que são sonegação fiscal, como o professor André Franco Montoro colocou, a questão do roubo de cargas. Então nós precisamos...

E eu diria que um dos grandes focos de investimento no país passa não apenas por um marco legal, mas por uma fiscalização muito assertiva. Muito assertiva por que motivo? Porque o investidor, quando vem ao Brasil, ele quer saber não apenas que o que a Legislação diz, ele quer saber de que a Legislação é aplicada e que ele vai ter segurança no seu investimento.

Então, eu vejo que tudo isso aqui faz parte de um processo de integração e de globalização do país dentro desse contexto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Pontos muito importantes também trazidos pelo Dr. Marcelo nesta parte... Também na parte final.

E passo em seguida a palavra ao Dr. Carlos Alexandre Geyer, que é Diretor-Presidente da Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais, ALANAC.

SR. CARLOS ALEXANDRE GEYER: Concor damos com todas as colocações feitas pelo professor Lauro, Dr. Dirceu, Dr. Marcelo. Achamos que um projeto-piloto é fundamental para operacionalizar o sistema e atingir a melhor relação custo/benefício, uma vez que nós temos uma disparidade de preços de medicamentos muito grande no país, por exemplo, nós vamos implantar o mesmo sistema para um... uma embalagem de Dipirona ou de paracetamol, que tem um custo baixíssimo, e para uma embalagem de Viagra, por exemplo. Então, é preciso que esses medicamentos suportem o custo desse processo de rastreabilidade.

E achamos que seria muito interessante que o projeto contemplasse também elementos que possibilitassem uma interação maior com a fiscalização. A rastreabilidade, ela pressupõe uma fiscalização intensiva para podermos aproveitar os mecanismos de rastreabilidade. O mecanismo de rastreabilidade, sem uma fiscalização efetiva, ele se torna inócuo. Porque, como foi dito com muita propriedade, o falsificador ele realmente vai cada vez se aprimorando mais. Se nós não tivermos uma fiscalização efetiva e que possa aproveitar todos os requisitos, todos os benefícios da rastreabilidade que foram implantados, nós talvez não cheguemos a proporcionar à população aquele benefício que tanto esperamos.

Essas são as colocações que eu gostaria de fazer, dizendo que a ALANAC está inteiramente à disposição para discutir o aprimoramento, para discutir... Porque

nós vemos isso como uma necessidade pública de dar segurança ao consumidor de medicamentos, minimizar o risco sanitário e, obviamente, integrar cada vez mais o Brasil no comércio internacional.

E aí vem a minha colocação final, que é preciso que esse sistema seja um sistema que se comunique, que seja amplamente integrado com todos os demais sistemas a serem adotados internacionalmente, porque se não, corremos o risco de ficarmos isolados. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço ao Dr. Carlos Alexandre Geyer. Eu quero também destacar que a consultoria do Senado está aqui presente também para acompanhar a discussão desse projeto, para que estas sugestões importantes sejam incorporadas. Eu penso, se for possível o debate que vai continuar, depois, em termos da apresentação e votação do projeto para aprimoramento do texto.

Quero destacar a presença da Deputada Federal Vanessa Grazziotin, seja muito bem vinda. V.Ex^a que também é autora do projeto de lei na Câmara. Isto. Que bom. Estamos aí debatendo o assunto, que é também objeto, aí, da sua preocupação. Seja muito bem vinda, aqui, à Comissão do Senado Federal.

Passo em seguida a palavra ao Dr. André Franco Montoro Filho, que é Presidente do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial, ETCO.

SR. ANDRÉ FRANCO MONTORO FILHO: Senador Flávio Arns, V.Ex^a colocou três questões para a nossa apreciação. A primeira referente à questão da sugestão que eu fiz do projeto-piloto, eu acredito, realmente, é fundamental que se tenha esse teste inicial para que se possa realmente construir conjuntamente uma solução.

V.Ex^a perguntou, também, a respeito da... do consumidor. Como que ele identifica. Como o Dr. Dirceu falou, a falsificação até notas... Moedas... Hã? A Ferrari falsifica. Então, é realmente um problema que é impossível, vamos dizer, de se pensar 100% de segurança; é algo que vai a exame de laboratórios e uma série de requisitos.

Mas esse sistema de rastreamento previne, e o consumidor pode ter certeza do medicamento, ou grande certeza, através desse sistema, porque o código bidirecional estará e terá um número que ele pode acessar, ou via informática ou via computador, se existir na farmácia, pode acessar via telefone, perguntar o número, aí vai ligar para o sistema central, ele fala: “Esse número aqui?”. Fala: “Esse número não devia estar nessa farmácia. Ou devia estar nessa farmácia, realmente é esse produto, esse número está correto”. E ele pode, também, ter, até foi sugerido pelo Dr. Dir-

ceu, também, numa reunião que nós participamos, ter locais onde tivesse a possibilidade de ele checar, entrar na informática e acessar, de forma que há a possibilidade, grande possibilidade, de o consumidor ter realmente um acesso fácil e poder verificar se aquele medicamento corresponde, realmente devia estar lá, e o número é único. Quer dizer, então, é realmente identificação da grande, enorme segurança.

E, finalmente, a questão do... Que V. Ex^a perguntou a respeito de custos e benefícios do sistema para a própria indústria. Já foi feito em algumas indústrias filiadas a ETCO um teste com uma tecnologia, e verificou-se que o impacto sobre a linha de produção não é muito grande. E o custo dessa impressão também não é exagerado. Há, claro, que algum custo, mas, por todas as informações que nós recebemos, claro, de produtores, que estão oferecendo tecnologia, os custos seriam bastante moderados, bastante módicos.

Claro, só se vai saber isso com o teste. Por isso que eu acho importante que se tenha o teste-piloto. E, além do mais, V. Ex^a tem toda razão quando esse processo, esse sistema de rastreamento também gera benefício para as empresas. E V. Ex^a falou do seguro, isso é evidente. Quer dizer, mesmo no seguro de automóveis, hoje, você, se tem o sistema de rastreamento, você paga uma tarifa menor. E, claramente, as empresas terão esse resultado de... Das companhias de seguro ser mais barato. E além desse processo de informatização poder ser, para as grandes empresas, as informações poderem ser utilizadas em termos de sua logística, seu marketing, e, para as empresas menores, eu acredito que será até um impulso de modernização e informatização dessas empresas. Porque elas estarão ali em contato com a tecnologia mais moderna, que poderá até estimulá-las à utilização de outras tecnologias para o seu próprio benefício.

De forma que eu acredito que também para o setor produtivo existem aspectos positivos para grandes e pequenas empresas. E esse próprio sistema e a utilização não devem ser muito custosos, porque, à medida que você... que se estabeleça essa obrigatoriedade, os próprios fornecedores irão desenvolver sistemas de custos bastante acessíveis.

E eu me lembro, para terminar, da experiência da nota fiscal eletrônica, onde a receita... O CONFAZ ofereceu, no seu *site* da nota fiscal eletrônica, um programa pronto para *download* para as empresas utilizarem a custo zero. Foi desenvolvido. E isso me lembra também uma outra possibilidade desse sistema contar com o apoio dos fiscos estaduais.

O fisco federal não tem muito interesse, porque não há IPI sobre grande parte dos medicamentos, de forma que o fisco federal não tem muito... Mas os fiscos

estaduais, com o ICMS, eles teriam enorme interesse em participar desse processo. E, eventualmente, poderiam até conceder, como o caso que a Receita Federal concede em alguns casos, no caso de cigarros, um crédito fiscal para a implantação do sistema.

Então, eu acho que há até essa possibilidade de entendimento com os fiscos estaduais de se conseguir um financiamento, um sistema mais simples. E eu, quando tive a oportunidade de conversar, apresentar essas idéias, fui procurado e senti com os fiscos estaduais muito interesse nessa tecnologia. Fui inclusive convidado por uma Comissão lá do CONFAZ para que eu comentasse um pouco a respeito do andamento desse sistema de rastreamento, que os fiscos estaduais têm interesse e poderiam também contribuir. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Agradeço a participação, a presença dos expositores. Quero destacar novamente a importância do projeto de lei de autoria do Senador Valdir Raupp, incentivar as pessoas que acompanham esta audiência pela TV Senado, pela Rádio Senado, pela agência Senado, pelos meios de comunicação do Senado, jornal do Senado, para que também participem, sugiram, enfim, estejam presentes nesse debate. Agradecer a presença do Senador Valdir Raupp, da Deputada Vanessa Grazziotin, novamente, destacar o trabalho dela, sempre de muita qualidade na Câmara dos Deputados, e esta preocupação é preocupação dela como parlamentar e parabenizá-la por isso, que é um projeto de grande repercussão para a segurança da população. Agradecer a todos e, com isso, declarar encerrada a presente audiência pública. Obrigado.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

**ATA DA 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª
SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGIS-
LATURA, REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 2008.**

Às nove horas e quarenta e nove minutos do dia dezoito de junho de dois mil e oito, na sala dezenove, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Gim Argello, Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Renato Casagrande, Valdir Raupp, Geovani Borges, Romeu Tuma, Virgínio de Carvalho, Antonio Carlos Júnior, Eduardo Azeredo, Sérgio Zambiasi, Expedito Júnior, Flávio Arns, Marco Maciel e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Marcelo Crivella, Ideli Salvatti, Wellington Salgado de Oliveira, Valter Pereira, Demóstenes Torres, João Tenório e Cristovam

Buarque. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado do cargo. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Eventual, Senador Gim Argello, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 02: Aviso nº 15, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria de Araté Editorial S/A, “Comunicação recebida da Araté Editorial S/A, em cumprimento ao art. 3º, parágrafo único, da Lei nº 10.610, de 2002, a alteração de controle societário ocorrida na referida empresa jornalística.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Flexa Ribeiro e o parecer pelo conhecimento da matéria e remessa à Câmara dos Deputados, é aprovado. **Item 03: Projeto de Lei do Senado nº. 121, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Magno Malta, que “Proíbe as empresas de cartões de pagamento de autorizarem transações relacionadas com jogos de azar e pornografia infantil via rede mundial de computadores.” O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o parecer favorável com as Emendas nº 01, 02 e 03 – CCT é aprovado. **Item 04: Requerimento nº 11, de 2008 – CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Romeu Tuma, que requer “..., nos termos do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam convidados para fins de debater, nesta Comissão de Ciência e Tecnologia, assuntos relacionados às interferências prejudiciais entre emissoras de TV e Retransmissoras tanto na região metropolitana da cidade de São Paulo como no interior do estado, as seguintes autoridades: 1 – Sr. Ara Apkhar Minassian – Superintendente de Comunicação de Massa da ANATEL; 2 – Sr. Edilson Ribeiro dos Santos – Superintendente de Fiscalização da ANATEL; 3 – Sra. Zilda Beatriz S. Campos de Abreu – Secretária de Serviços de Comunicação de Massa do Ministério das Comunicações; e 4 – Sr. Everaldo Gomes Ferreira – Gerente Regional da ANATEL em São Paulo”. O requerimento é aprovado. **Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº. 36, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Península Norte para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brasília, Distrito Federal.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Expedito Júnior e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº. 39, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Frequência Brasileira de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Triunfo, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator

designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº. 18, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão de Inácio Martins para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Inácio Martins, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº. 32, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão de São Jerônimo da Serra – Paraná para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº. 490, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Para o desenvolvimento de Santana dos Garrotes – PB para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana dos Garrotes, Estado da Paraíba.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Renato Casagrande e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº. 14, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Fundação Sócio Cultural Amigos de Manaíra – FUNSCAM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manaíra, Estado da Paraíba.” O relator designado é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº. 20, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Novo Século Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Braço do Norte, Estado de Santa Catarina.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº. 30, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Simpatia FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campos Novos, Santa Catarina.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº. 31, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão

à Rádio Fm Medianeira S/C Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Navegantes, Estado de Santa Catarina.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº. 15, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária dos Moradores de Seridó para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Vicente do Seridó, Estado da Paraíba.” O relator designado é o Senador Geovani Borges e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 01: Requerimento nº 12, de 2008 – CCT**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Romeu Tuma e Augusto Botelho, que “Nos termos do inciso II do § 2º, do art. 58 da Constituição Federal combinado com o inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), para discutir o “Atual Estágio de desenvolvimento Tecnológico da Produção de Energia Nuclear no País”. Deverão ser convidadas a expor seus pontos de vista autoridades, lideranças acadêmicas e cientistas credenciadas a debater o tema em questão. Os nomes serão encaminhados à Secretaria da CCT oportunamente.” O requerimento é aprovado. Fica adiada, em virtude da ausência do relator, a seguinte matéria: **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 409 de 2003**. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às dez horas e trinta e oito minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – **SENADOR GIM ARGELLO**, Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO
E INFORMÁTICA – CCT

21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 18 DE JUNHO DE 2008

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia,

Inovação, Comunicação e Informática, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, que se realiza nessa data, 18 de junho de 2008. Ao dar início aos trabalhos desta reunião, submeto à apreciação do plenário a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. As senhoras e senhores senadores que concordam com seus termos permaneçam como se encontram. Aprovada. A ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Senhoras e senhores senadores, aproveito esta oportunidade para comunicar a V.Ex^{as} que recebi a correspondência Aviso nº. 587, do Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Walton Alencar Rodrigues, contendo cópia do pronunciamento feito pelo Sr. Ministro Marcos Vinícios Vilaça, em sessão ordinária do plenário daquele tribunal, a respeito da sua visita à fábrica de combustível nuclear das Indústrias Nucleares do Brasil (INB), situada em Resende, no Rio de Janeiro.

Destaco, entre as valiosas informações contidas naquele expediente, que o Ministro Vilaça manifestou sua satisfação com tudo o que viu e ouviu, especialmente com o fato de que, apesar da tecnologia empregada, dos cuidados e dos sistemas de segurança lá alocados e dos modernos equipamentos, foi o alto profissionalismo que encontrou nos obstinados servidores da INB. Segundo aquele magistrado, a despeito da remuneração pouco atrativa, denotou com preocupação a elevada faixa média etária dos empregados e das dificuldades da substituição daqueles profissionais nas condições atualmente oferecidas.

Ressaltou, ainda, que, naquela visita, pôde sentir o forte comprometimento dos cientistas e técnicos altamente qualificados, não apenas com os métodos e processos utilizados, mas com o importante papel que a empresa desempenha em nome do Brasil no contexto mundial. Em um cenário cada vez mais preocupante de escassez de energia, em que estudos apontam a restrição energética como maior obstáculo ao crescimento e ao crescimento econômico a médio e longo prazo, onde a energia nuclear voltou a ser alternativa das mais atraentes.

Esse é o comunicado que nos foi feito pelo Ministro Presidente do TCU, Walton Alencar Rodrigues.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Será que V.Ex^a, depois, podia autorizar distribuir cópia desse aviso?

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Já tem cópia, e já vai ser distribuído, Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO

(PTB-DF): O Senador Flexa Ribeiro pediu para ser colocado o item já de nº. 03, que é não terminativo. É isso, senador?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Três, eu sou o relator do três. Três e quatro, eu sou relator dos dois.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO

(PTB-DF): Então, por favor, Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu vou ser rápido, se me permitirem, até porque esse projeto do Senador Magno Malta vem de encontro àquilo que está se discutindo na CPI da Pedofilia. Então, o que pede o Senador Magno Malta é que se proibam as empresas de cartões de pagamento de autorizarem transações relacionadas com o jogo de azar, que é proibido, é crime, e pornografia infantil via rede mundial de computadores. Então, a proibição para que, realmente, os cartões de crédito de uso de informática internacional, não autorizem o desconto em conta do uso do cartão de crédito.

Nós fizemos o voto favorável e três emendas: dê-se ao inciso I, do art. 1º do Projeto de Lei do Senado a seguinte redação: "*Participação em jogos de azar ou loterias não autorizadas*", que não está no projeto original; dê-se ao inciso II, do art. 1º do Projeto de Lei do Senado 121/08, a seguinte redação: "*Acesso a sítios que apresentem venda, forneçam ou divulguem fotografia, cenas ou imagens com pornografia ou cenas de sexo explícito envolvendo crianças ou adolescentes*"; Emenda 3, da comissão, todas da comissão, as três emendas, exclui-se o §2º do texto do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº. 121/08, renomeando-se o §1º, como Parágrafo Único, com a seguinte redação: "*A proibição constante do 'caput' compreende todos cartões de crédito, débito ou pagamentos emitidos no Brasil*".

Esse projeto, Presidente, senhores e senhoras senadoras, vem de encontro à decisão da CPI, ontem, de aprovar um projeto que deverá ir a plenário, indicando os crimes de pedofilia e a forma com que eles são praticados e as penas a que estarão sujeitos, visto que até hoje não havia uma regulamentação a respeito disso.

Esse projeto foi apresentado anteriormente e vem de encontro aos objetivos desse crime tão horroroso que se pratica com liberdade quase que total, através das formas de Orkut, UOL e outras empresas de informática, com cenas horríveis e que trazem uma angústia profunda àqueles que realmente respeitam as crianças. Eu acredito que esse projeto, como não é terminativo aqui, tem que ir para outra comissão, onde vai ser terminativo, eu pediria que fosse aprovado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO

(PTB-DF): Vou colocar em discussão o Projeto de Lei do Senado nº. 121/08, não terminativo, que proíbe as empresas de cartão de pagamento de autorizar transações relacionadas com jogo de azar e pornografia infantil via rede mundial de computadores.

Antes de abrir para discussão, gostaria de, primeiramente, já parabenizar o Senador Magno Malta e o Senador Romeu Tuma por esse projeto e pelo trabalho que tem sido desenvolvido à frente da CPI da Pedofilia. Realmente, eu estou vendo, são crimes bárbaros e que estavam quase que consentidos por essa rede mundial de informática. Vocês realmente estão fazendo um trabalho que está dignificando os trabalhos do Senado da República com a CPI.

Essa CPI da pornografia realmente está sendo comentada no país inteiro, e, mais do que isso, pelo bom trabalho que o Sr. Senador Romeu Tuma, do PTB, e o Senador Magno Malta, também, do partido PR, estão fazendo à frente daquela CPI.

Está aberto à discussão, para o Projeto de Lei do Senado 121/08. Se algum senador quiser [sobreposição de falas].

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Muito obrigado pelas referências, senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO

(PTB-DF): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Senadores que votarem favoravelmente ao projeto se mantenham como estão. Está aprovado, então, portanto, o Projeto de Lei nº. 121/08.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Se eu pudesse ler o item 4, porque é um requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO

(PTB-DF): O item 4 é um requerimento de autoria do nobre Senador Romeu Tuma. Senador Romeu Tuma, V.Ex^a tem a palavra para fazer a leitura do item nº. 4.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, senhoras e senhores senadores. Eu estou pedindo uma audiência com os responsáveis, principalmente a ANATEL, para discutirmos sobre as grandes reclamações que as redes de televisão e rádio organizadas e com autorização da ANATEL e do Ministério das Comunicações têm sofrido com as interferências de rádios não autorizadas.

E tivemos, recentemente, em alguns programas de televisão, a demonstração das queixas de pilotos que são praticamente interrompidos nas suas comunicações com rádios clandestinas.

Então, qual é o objetivo? É trazer os homens da ANATEL para sabermos realmente quais são as condições em que estão trabalhando e podermos apoiá-los, no sentido de melhorar as condições de fiscalização e também um entrelaçamento com a Polícia Federal,

que é quem faz os flagrantes e a apreensão dos equipamentos clandestinamente vendidos e postos no ar sem autorização do Ministério de Comunicações, sem passar pela comissão própria, que é a nossa, essa de comunicações.

Então, eu acredito que seja bastante importante essa atenção com a ANATEL, para podermos colaborar com eles, no sentido de minorarmos a interferência de rádios clandestinas. É esse o requerimento que submeto à apreciação dos senhores senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO

(PTB-DF): Em discussão o requerimento de autoria do nobre Senador Romeu Tuma. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os senadores que votam favoravelmente permaneçam como estão. Está aprovado o requerimento.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Depois, eu pediria que marcassem a data antes do recesso, se fosse possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO

(PTB-DF): Vamos ver, então, com a nossa secretária.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Antes do recesso, se a secretaria pudesse marcar a audiência antes do recesso.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO

(PTB-DF): A secretária já vai dar a data antes de terminar essa sessão.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Obrigado o senhor, Senador Romeu Tuma.

Peço para que assuma relatoria *ad hoc* do item nº. 2, do Projeto não terminativo, que é o Aviso nº. 15/2008, o nobre Senador Flexa Ribeiro, em lugar do Senador Marcelo Crivella, que não pôde estar aqui. Por favor, assuma a relatoria *ad hoc*. E o senhor já--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO

(PTB-DF): Autorizado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Gim Argello, senhores senadores. Para mim é uma honra muito grande ser incumbido de ler, como relator *ad hoc*, o parecer do nobre Senador Marcelo Crivella. Chega a esta comissão para exame o Aviso nº. 15/2008 da Areté Editorial S/A, que comunica alterações de controle societário, em cumprimento ao disposto no art. 3º, Parágrafo Único, da Lei nº. 10.610, de 20 de dezembro de 2002.

A mencionada lei instituiu as normas gerais que regem a participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e

imagens, conforme o §4º, do art. 222 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº. 36, de 28 de maio de 2002.

Interessa, em particular, seu art. 3º, que reza: “*As alterações de controle societário de empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens serão comunicadas ao Congresso Nacional. Parágrafo Único. A comunicação ao Congresso Nacional de alteração de controle societário de empresas de radiodifusão será de responsabilidade do órgão competente do Poder Executivo, e a comunicação de alterações de controle societário de empresas jornalísticas será de responsabilidade destas empresas*”.

Verifica-se, do dispositivo citado, que, diferentemente do que ocorre com as entidades ligadas à radiodifusão, recai sobre as próprias empresas jornalísticas a responsabilidade pela comunicação de alterações de controle acionário ao Congresso Nacional.

Em outra vertente, observa-se que esta casa legislativa não dispõe de documento normativo que possa orientar o exame dessas comunicações, motivo pelo qual se aproveita a oportunidade para sugerir que se iniciem estudos a esse respeito.

O nobre Presidente, Senador Wellington Salgado, constituiu uma comissão... uma subcomissão, que é presidida pelo Senador Antonio Carlos Júnior, para tratar da questão da legislação sobre radiodifusão. Seria, também, eu acho que atendendo aqui ao encaminhamento do Senador Marcelo Crivella, que fosse ampliada, também, para as empresas jornalísticas, como ele aqui propõe no seu parecer.

Quanto ao documento em análise, verifica-se que descreve as alterações de controle que resultaram na atual estrutura societária da entidade Areté Editorial S/A. De acordo com as informações prestadas, restou respeitado o limite de participação de investidores estrangeiros, previsto no art. 222, §1º, da Constituição Federal.

Diante do exposto, considerando que, de acordo com a legislação citada, a comunicação em apreço deve ser feita às duas casas do Congresso Nacional, somos de parecer pelo conhecimento da matéria e remessa do respectivo processado à Câmara dos deputados. Este é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro. Coloco o voto, então, em discussão. O voto do Senador Expedito... É do item nº. 2, do Aviso 15/2008; o item nº. 2, da Ordem do Dia da nossa reunião. Então, está em discussão. Por favor, Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Só para cumprimentar o Senador Flexa e o Senador Crivella, porque é interessante, Presidente, senhores senado-

res, se tomar conhecimento das alterações contratuais ou societárias dessas empresas, que são concessões do Governo. Então, como concessão, é obrigação das autoridades comunicarem principalmente os órgãos que dão autorização ao funcionamento da radiodifusão.

E acredito que esse relatório deve ser aprovado e, realmente, as comunicações serem também informadas ao Congresso Nacional para que se acompanhem quais são os sócios. Porque teve um caso, aqui, que não vou citar, porque já foi feita a análise, a discussão, de que um membro societário teria vendido e não tomou conhecimento que foi anulado pelo Ministério. Então, ele continuou como Diretor sem saber. Então, eu acho que essa comunicação tem que ser imediata, até para que dê segurança àqueles que foram substituídos.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Continua em discussão. Pela ordem, Senador Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, eu gostaria só de verificar quantas matérias nós temos aí para votar com *quorum* qualificado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Com *quorum* qualificado são seis matérias.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Eu gostaria de fazer um apelo. Se estiver, se já estão prontas para ser votadas – o questionamento que faço –, se estiverem prontas, para a gente fazer a votação agora. Eu tenho uma audiência agora às 10h30, no Tribunal de Contas da União.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Vamos começar agora, então, Senador Expedito.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): E eu gostaria de participar do processo de votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Muito obrigado pela sugestão. Está aceita.

Continua em discussão o item nº. 2. Não havendo mais quem queira discutir, em votação. Votação pelo processo simbólico. Os que concordarem permaneçam como estão, os que discordarem se manifestem. Está aprovado, portanto, o item nº. 2.

Peço ao nobre Senador Sérgio Zambiasi que faça a sua relatoria, pelo item terminativo, item nº. 6 da Ordem do Dia.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Pois não, Presidente Gim Argello. Item nº. 6, terminativo, é projeto de Decreto Legislativo 39/2008: “*Aprova o ato que outorga permissão à Frequência Brasileira de*

Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Triunfo”, meu Estado, do Rio Grande do Sul, autoria do Poder Executivo e o relatório, o parecer é favorável, Presidente Gim Argello.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Muito obrigado. Em discussão o parecer; em discussão o parecer do item nº. 6. Não havendo quem queira discutir, em votação. Votação pelo processo simbólico. Os que votarem “sim” permaneçam como estão, os que forem contrários se manifestem. Está aprovado, portanto, o item terminativo nº. 6.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Votação em conjunto em final. Obrigado Senador Flexa Ribeiro, obrigado Senador Sérgio Zambiasi. Então, peço para fazer o relatório o nobre Senador Flávio Arns. O item nº. 7.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sete e oito.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Sete, e aproveito, também, o item nº. 8.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Nº. 7, Sr. Presidente: “*Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão de Inácio Martins para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Inácio Martins, Estado do Paraná*”. O parecer é favorável.

E o item nº. 8: “*Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão de São Jerônimo da Serra, Paraná, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná*”. E o parecer é favorável também.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Em discussão o parecer ao item nº. 7 e ao item nº. 8. Em discussão. Não havendo quem queira discutir...

Vou colocar agora, por favor, o item nº. 10. O item nº. 10, o senador relator é o... da relatoria é o Senador Augusto Botelho. Por favor, Senador Augusto Botelho, o senhor relata o item nº. 10.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, Projeto de Decreto Legislativo nº. 14/2008: “*Aprova o ato que outorga autorização à Fundação Sociocultural Amigos de Manaíra (FUNSCAM), para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manaíra, no Estado da Paraíba*”. O voto, o parecer é favorável, Sr. Presidente. Parecer favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Com parecer favorável, submeto, coloco

em discussão. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, vamos fazer a votação em bloco, logo em seguida.

Então, peço, por favor, que façam o relatório para o item nº. 9. Senador *ad hoc* Renato Casagrande. Por favor, Senador Renato Casagrande, o senhor vai fazer no lugar da Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, o item 9, Projeto de Decreto Legislativo 490, que aprova o ato de outorga à Associação de Radiodifusão Comunitária para o Desenvolvimento de Santana dos Garrotes, na Paraíba, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana dos Garrotes, Estado da Paraíba. Meu voto é favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Muito obrigado, Senador Renato Casagrande. Submeto à discussão o item nº. 9. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação em bloco, logo em seguida. Peço ao nobre Senador Flávio Arns que, por favor, faça o relatório do item nº. 11; 11, do Senador Flávio Arns, 11, 12 e 13, por favor.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): A relatoria desses itens é da Senadora Ideli Salvatti, que sofreu um acidente em São Paulo, levou alguns pontos no rosto, no aeroporto, quando se dirigia a Brasília, e a gente espera que ela tenha um restabelecimento rápido também.

O item 11: “*Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Novo Século Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Braço do Norte, Estado de Santa Catarina*”. O parecer é favorável.

O item 12: “*Aprova o ato que outorga permissão à Simpatia FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campos Novos, Santa Catarina*”. Com o parecer favorável também.

E o item 13, Sr. Presidente: “*Aprova o ato que outorga permissão à rádio FM Medianeira S/C Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Navegantes, Estado de Santa Catarina*”. Parecer favorável também.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Muito obrigado, nobre Senador Flávio Arns. Também desejamos um rápido restabelecimento da Senadora Ideli Salvatti.

Coloco em discussão, então, portanto, o item nº. 13, 12 e 11. Em discussão. Vamos colocar em votação, em bloco, logo no final do item 14.

O item 14, eu peço ao nobre Senador Geovani Borges, por favor, faça seu relato. Item nº. 14. Item nº. 14, Senador Geovani Borges.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pois, não. Eu vou examinar isso, só tem... que eu não tinha visto. Eu sei que um desses projetos está na mão do Senador Tasso Jereissati.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Item n. 14, Senador Geovani Borges.

SENADOR GEOVANI BORGES (PMDB-AP): Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº. 15 de 2008, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução 39 de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga a permissão à Associação Comunitária dos Moradores de Seridó, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Vicente do Seridó, Estado da Paraíba, na forma do Projeto originário da Câmara dos Deputados. É como voto, Sr. Presidente, pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Agradeço ao nobre Senador Geovani Borges e coloco em discussão. Não havendo quem queira discutir, está aprovado em discussão. Vamos colocar em votação logo em seguida, à votação em bloco.

Peço ao nobre Senador Expedito Júnior que, por favor, faça o relato do último item da Ordem do Dia a ser aprovado com *quorum* qualificado, que é o item nº. 5.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente: *“Aprova ato o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Península Norte para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brasília, Distrito Federal”*.

Para mim é uma honra, Sr. Presidente, relatar um projeto que seria a relatoria do Senador Cristovam Buarque, e, é lógico, de um Estado que V.Ex^a também representa e representa tão bem aqui nessa Casa. O parecer é favorável.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Parecer favorável. Coloco, submeto em discussão o parecer. Está aprovado o parecer. Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V.Ex^a fará agora a votação nominal, e eu pediria a V.Ex^a que a votação fosse em bloco, ou seja, que nós aprovássemos, se os membros da comissão concordarem, que se aprove com uma única votação todos esses proje-

tos terminativos que foram aqui relatados com votos todos eles favoráveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Muito obrigado, Senador. Submeto, então, o pedido do Senador Flexa Ribeiro ao plenário. Se todos concordarem permaneçam como estão. Está concordado. Então, faremos a votação, como pede o nobre Senador Flexa Ribeiro, em bloco. Pergunto como vota o nobre Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com os relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Com o relator. Senador Renato Casagrande?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Com o relator. Senador Geovani Borges, nobre Senador Geovani Borges? Sim, com o relator. Nobre Senador Romeu Tuma?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Com os relatores. Nobre Senador Virginio Carvalho?

SEN. VIRGINIO DE CARVALHO (PSC-SE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Com o relator. Nobre Senador Antonio Carlos Júnior?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Sim, com o relator o nobre senador. Senador Eduardo Azeredo? Senador Eduardo Azeredo, com o relator. Senador Sérgio Zambiasi?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com os relatores, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Com os relatores. Sim. Nobre Senador Expedito Júnior?

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sim, com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Sim, com o relator. Nobre Senador Flávio Arns?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Sim, com o relator. Nobre Senador Flexa Ribeiro?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com os relatores, Presidente. Gostaria, aqui, de deixar registrados os votos de pleno restabelecimento à Se-

nadora Ideli Salvatti, que sofreu um acidente, ontem, em São Paulo. Então, acho que a Senadora recebeu alguns pontos, mas tenho certeza de que hoje ou amanhã já estará no convívio nosso, aqui, nas comissões e no plenário.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador, vamos fazer uma promessa para Santa Catarina.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E, também, lamentar a ausência do nosso Presidente Wellington Salgado, face aos outros compromissos que ele teve de assumir no dia de hoje e que V.Ex^a tão bem o substitui na Presidência da Comissão de Ciência e Tecnologia.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Obrigado, Senador. Mas o Senador Wellington é insubstituível. Ele, realmente, ele comanda essa Comissão com elegância a toda prova.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Pela ordem... se V.Ex^a...

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Só para dar o resultado Senador Romeu Tuma, por favor.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Só uma referência, aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Muito obrigado, muito obrigado pela referência, Senador Flexa Ribeiro. Os Projetos do item 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13 e 14 foram todos eles aprovados pelo plenário, sem nenhum voto contrário. Nós tivemos, então, 11 votos favoráveis.

Parabéns aos membros desta comissão, parabéns a esta comissão, que conseguimos, então, colocar a pauta em ordem. Parabéns também ao nobre Presidente desta comissão, Senador Wellington Salgado. Agora, com a palavra, o nobre Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, quando pedi a V.Ex^a que distribuisse o comunicado feito pelo Ministro Marcos Vinícios Vilaça ao Plenário do Tribunal de Contas da União, eu ouvi algumas coisas que não deu para ter uma conexão correta da leitura que V.Ex^a fez, com muita tranquilidade, mas alguns ruídos atrapalharam.

Eu queria cumprimentar o presidente do tribunal. Podíamos ter colocado, a pedido do Ministro Marcos Vilaça, para recebermos o seu relatório sobre a visita que fez à fábrica de combustível nuclear do INB, que é controlada pelo CNEN. Acho tão importante que ele nos alerta da importância de o Brasil entrar no mundo da geração de energia nuclear, porque, se não, nós ficaremos a reboque, visto que o Brasil é signatário do acordo internacional de não-fabricação de armas nucleares, então seremos sempre fiscalizados para que isso não aconteça.

E o que ele propõe, aqui, é que realmente haja um interesse mais permanente do Governo, porque lhe agradou a visita que fez, e eu queria cumprimentar por essa iniciativa do Tribunal de Contas e lembrar, senador, que nós, do Senado, fomos autores da modificação da fabricação unilateral do Instituto de Fabricação Nuclear, dos contrastes para a identificação de doença cancerígena. E o Congresso aprovou, e, hoje, outros institutos médicos podem fabricar, porque a demora na identificação da doença poderia trazer terríveis consequências. Inclusive, a vida do contraste ela é curta, se há demora do seu uso, ela inviabiliza o contraste necessário à identificação.

Então, eu acho que é um assunto, senador, que, Presidente, que, em breve, a gente poderia discutir com mais profundidade, visto que essa comissão é própria sobre a produção de energia, hoje, nuclear no Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Sim, senhor. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, eu quero também me associar a tudo que o Senador Romeu Tuma já mencionou na sua fala. Nós estamos recebendo um documento do Tribunal de Contas da União, endereçado pelo presidente, Dr. Walton Rodrigues, em função de uma visita que o Ministro Marcos Vinícios Vilaça fez para... que fez em companhia, como ele diz, de três técnicos à fábrica de combustível nuclear das Indústrias Nucleares do Brasil (INB), em Resende, Rio de Janeiro.

E ele inclusive aponta no relatório que seria importante os vários Ministérios, as várias comissões, se deterem sobre esse debate, que é um debate técnico, debate econômico, debate de independência, de orçamento, filosófico.

Agora, me preocuparia se nós só recebêssemos esse documento e não déssemos, como o Senador Romeu Tuma falou, algum desdobramento ao assunto. Quer dizer, estaríamos recebendo, lendo, tomando conhecimento e parando por aí. E é um debate que, inclusive, eu tive ocasião de presidir a Subcomissão de Ciência e Tecnologia quando era uma subcomissão da Comissão de Educação, na sequência, se transformou nesta Comissão Permanente de Ciência e Tecnologia, e, naquela ocasião, nós fizemos, já, um debate, lá naquela subcomissão, sobre esta questão de energia nuclear, e foi algo muito interessante, bom.

Eu acho que agora, quer dizer, passado algum tempo, assunto amadurecido, discussões... Mais discussões tendo sido realizadas, um debate mundial sobre o assunto, eu pensaria que seria interessante nós, como o Senador Romeu Tuma sugeriu, retomarmos esse debate, mas não só na ciência, mas poderia ser na ciência e tecnologia e, a partir daí, até estender

isso, mas que houvesse, assim, a presença das pessoas que coordenam esse setor no Brasil, a própria presença do Ministro Marcos Vilaça, que foi lá, fez o relatório e que deu origem a este debate no dia de hoje, o próprio Ministro do Planejamento, porque... o Ministro das Minas e Energia, o Ministério das Minas e Energia, como ele sugere, também, alguém mais, também, mas o Planejamento, porque isso implica, conforme ele coloca aqui, um recurso de 120 a 150 milhões por ano, para os próximos anos, se bem que ele aponta que, nos últimos cinco anos, nada foi aplicado nesse setor, para se decidir.

Eu acho que, em termos de ciência e tecnologia, a gente poderia até pegar as notas taquigráficas daquela audiência pública, revermos e, a partir daí, prosseguirmos o debate. Mas me parece interessante, também. A única preocupação é que acho que o Senador Romeu Tuma foi muito claro nisso, não só receber isso, mas ter o desdobramento em termos de alguma ação que aconteça, em função de um relatório, que, afinal, o Tribunal de Contas da União apresentou.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu tenho impressão de que ele nos dá um alerta [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Senador Romeu Tuma, Senador Flávio Arns, senadores da comissão, acho que todos aqui ficamos... Estamos muito interessados nesse tema. Se os senhores construírem um requerimento, a gente poderia já aprovar, até convidando essas autoridades para que a gente possa promover esse debate no fórum da nossa comissão.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Combinar com a sua secretária, e ela elabora. Senador Arns, eu e outros assinamos o requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Então, a secretaria aqui está informando que já na próxima agora vai construir-- [sobreposição de falas].

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não trazer muita gente, para que não estenda que nem...

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador Gim Argello, eu gostaria de pedir a palavra para discutir o assunto um pouco, também.

Eu visitei o Centro de Tecnologia Nuclear da Marinha, o ARAMAR, e realmente a preocupação que o Ministro Vilaça fala, aqui, da idade dos nossos cientistas. Eles estão já próximos de sua aposentadoria e tudo, e nós não vamos ter gente para substituí-los.

Se a gente não investir, não melhorar o salário daqueles trabalhadores, para que novos jovens queiram ser atraídos para lá. Certo? Mas também eu devo afirmar, aqui, que o Presidente Lula já dispôs 130 mi-

lhões pelos próximos dez anos para a gente concluir o nosso reator nuclear, para montar o reator nuclear, que já está pronto, o projeto todo executado, o reator poderá ser usado tanto no submarino como no... como usado em pequenas usinas de geração elétrica em pequenas cidades com energia nuclear.

Agora, os 130 milhões pelos próximos dez anos já foram garantidos pelo Presidente Lula. Já está... isso já começou, inclusive, esse ano já começou a ir esse dinheiro. Agora, nós temos que pensar também, justamente nisso, na reposição do nosso pessoal lá. E o conhecimento de energia nuclear ninguém passa, ninguém dá e nem vende. Até atrapalha para os outros terem. Para gente ter esse nosso primeiro... primeira centrífuga do Brasil. foi trazida... o Almirante, a primeira vez que comprou uma centrífuga velha de uma universidade da Alemanha e comunicou a Embaixada do Brasil que ia trazer a centrífuga.

Quando eles já estavam chegando com a centrífuga dentro do navio, vieram os *mariners*, que foi na Alemanha, na Alemanha, naquela época da Alemanha dividida, vieram os *mariners* e recolheram e disseram que o Brasil não poderia trazer. Aí o Almirante de outra viagem foi e comprou e trouxe ilegalmente e montou lá na USP. A primeira centrífuga nossa está na USP. Nós só temos esse conhecimento de centrifugação de minério atômico por causa desse ato do Almirante, que eu não lembro o nome do Almirante para poder citar aqui.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Foi uma ação pessoal.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Uma ação pessoal de um patriota.

Então, nós temos que investir nisso, porque nos próximos 50 anos a energia nuclear vai ser a energia. Não tem jeito de não ser. O petróleo vai se esgotar. Do jeito que o mundo está crescendo e tudo. E uma das coisas para limitar o crescimento de um país, a principal limitação é a energia. Em todas as suas formas.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Até para a utilidade médica que nós sentimos de perto...

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Isso. Na parte médica, graças a Deus, nós demos um passo no Brasil já esse ano, é de permitir que outras entidades possam produzir os fármacos radioativos, que são utilizados para fazer diagnóstico e para fazer tratamento também.

Então, nesse passo nós demos. Mas temos que dar o outro passo, que é de fechar nosso ciclo de produção de combustível nuclear, que eu creio que conseguiremos brevemente, e também produzir mesmo para ter uma fonte de energia.

Nós, no Brasil, felizmente temos a hidráulica, que é muito importante e temos em abundância. Mas, do jeito que a gente... Se começar a crescer 6% ao ano, nós vamos ter falta de energia e nós vamos ter que utilizar a nuclear. Felizmente, hoje, no jornal, inclusive, já se falava na quarta usina, que deve ser feita no nordeste, a quarta usina nuclear, e Angra 3. Então, nós temos que fazer realmente discussões aqui nesta Casa para chamar atenção e, principalmente, para resolver o problema dos nossos trabalhadores dessa área. Que só são cientistas... Eu digo trabalhadores, mas são trabalhadores altamente especializados, são uns verdadeiros cientistas, são cientistas e têm que ter uma remuneração condigna para que outros jovens queiram entrar na área.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Permite um aparte, senador?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Permite o aparte, sim, senhor.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): V.Ex^a citou um setor importantíssimo. Porque há os convênios com a Universidade de São Paulo feitos pela Marinha. O centro de preparação nuclear e as discussões são feitas em conjunto com a Universidade de São Paulo. Talvez o Almirante responsável por essa área de energia nuclear também deva ser convidado. Não só pelo atraso na construção do submarino nuclear, que parou por mais de dez anos, por falta de investimentos, mas também pelo desenvolvimento da tecnologia que a Marinha vem tentando investir nesse sentido. Desculpa o aparte, mas eu achei importante.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Senador Flávio.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Também gostaria só de um esclarecimento, não propriamente aparte, que V.Ex^a colocou a iniciativa em relação a fármacos radioativos nucleares. Eu só gostaria que V.Ex^a explicasse um pouco mais, porque, no final do ano passado, nós fizemos, inclusive, uma audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais, em função de que não havia medicamento disponível, não havia medicamento disponível no mercado nacional, em função de um problema que havia acontecido no Canadá, no Canadá, e que o Canadá estava priorizando, naturalmente, o atendimento das necessidades internas do país, em detrimento da necessidade dos outros países, e o Brasil, em uma situação insustentável, de não receber o medicamento para fazer o contraste, os exames de contraste, que, hoje em dia, até diria, são uma rotina e vão se tornar uma rotina cada vez maior. E, inclusive, hospitais grandes do Brasil interrompendo os exames, colocando em risco a saúde da população, que precisava, em uma emergência, cirurgia cardíaca,

nerológica; sabe lá tantas coisas quando o contraste é usado, e as pessoas vieram aqui e disseram, e foram feitas sugestões, que a gente também deveria retomar esse assunto para ver se alguma coisa aconteceu do final do ano para esse mês de junho, no sentido de... Pode não acontecer nada em um período de dez anos, mas, de repente, uma população inteira, um país inteiro fica à mercê da falta de medicamento.

Por isso que eu estranhei sua observação, porque eu tenho a impressão, quase a certeza de que esse assunto... nada foi feito em função dos aspectos que foram mencionados naquela audiência. Porque haveria necessidade de se ter, inclusive, autorização da questão de disseminação da teoria do conhecimento nuclear, dentro de regras específicas.

Mas o pessoal de São Paulo esteve aqui, inclusive, também explicando que eles teriam toda a condição de fazer qualquer tipo de medicamento, bastando, para isso, haver essas articulações todas.

Eu acho que a gente devia ter certeza desse assunto, salvo melhor juízo.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Se V.Ex^a permitir, eu tenho a impressão que houve um avanço. Porque o grupo de oncologistas que aqui estiveram para pedir a rapidez na aprovação do projeto e foram praticamente aqueles que elaboraram os dados para que se aprovassem, eu encontrei agora, em uma homenagem ao Dr. Roberto Kalil, que é médico cardiologista, e mais o empresário Antonio Ermírio, que é Diretor do Hospital Beneficência, pelo serviço prestado à saúde o Ministro Temporão entregou a eles a medalha Oswaldo Cruz. Lá encontrei a médica, uma das líderes na área de oncologia, uma das professoras da USP, e disse que está avançando, eles estão encontrando mais facilidade na fabricação do contraste. O que tem dado uma velocidade maior na identificação da doença.

O que nós precisamos é saber, realmente, como o Senador propõe, é o que falta, porque alguns hospitais dizem que preenchem os pré-requisitos para a fabricação do contraste. Tinham condições de fabricar. E acredito que alguns já estejam fazendo: o Hospital das Clínicas e outros, mas sem a quantidade necessária, porque o Brasil é grande, e é uma doença que vem avançando.

Então, eu não sei se os senadores concordam, eu proporia o requerimento, com base neste relatório apresentado pelo Ministro Marcos Vinícios Vilaça, de que fizéssemos uma audiência pública, com os nomes posteriormente que seriam indicados pelo Senador Arns, pelo Senador Augusto Botelho, eu poderia apresentar, mas que fosse aprovado hoje, para dar uma

velocidade maior no início dessas discussões, visto que a aflição do Senador Arns tem sua razão de ser.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não, eu inclusive... Se me permite só fazer um complemento. O próprio Senador Romeu Tuma ou o Senador Augusto Botelho sugeriram a Comissão Nacional de Energia Nuclear. Que nem, a Comissão Nacional de Energia Nuclear pode esclarecer os dois assuntos. Eu acho que não há dúvida nesse sentido. Quer dizer, por um lado se refere à usina, mas, por outro lado, é o componente nuclear, assim, de uma maneira geral.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): São os fiscais de toda a unidade nuclear no país...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É. Exatamente.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): E tem mais de 30 anos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Eu vou, então, colocar em discussão e votação o requerimento, o requerimento para uma sessão, para uma audiência pública, e os nomes, por favor, Senador Augusto Botelho, Senador Romeu Tuma e o Senador Flávio Arns encaminhem para a nossa secretaria até a data de amanhã. Está bem? Encaminhem os nomes. Antes de colocar chamamos um número que eu acredito que oito, nomes de vários... Seis nomes. É isso?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): O assunto seria nós discutirmos essa... Baseado no relatório do Ministro Marcos Vilaça, a situação do programa nuclear brasileiro, e um item especial, pegar uma parte especial para ver os fármacos, o que nós andamos do ano passado para cá. Eu creio que já a lei foi aprovada. Porque, realmente, a energia nuclear é monopólio da nação. Então, nós quebramos o monopólio.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): A médica, que é professora da USP, que liderou o movimento pela possibilidade de outros setores fabricarem os--

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Indicaremos os nomes. Posteriormente. Mas vamos aprovar o voto, o requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Está em discussão o requerimento. Requerimento verbal dos três senadores, aqui, Senador Flávio Arns, Senador Romeu Tuma e Senador Augusto Botelho e o Senador Virginio também compartilha desse requerimento.

Então, eu coloco em discussão o requerimento. Não havendo quem queira discutir, em votação. Votação por processo simbólico. Os senadores que concordarem permaneçam como estão. Está aprovado o requerimento, então.

Os nomes são quatro nomes, cada um dos senhores senadores, então, por favor, indique um nome para ser convidado para essa audiência pública, para que possa discutir nesta Comissão, possa discutir de uma forma como é feita a Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, mas Ciência e Tecnologia, que possa discutir, então, o problema do... de Angra 3.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): A CNEN fica definindo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): A CNEM fica definindo. A CNEN fica definido. Os senhores, então, por favor, definam os nomes e apresentem à secretaria. Já está, portanto, aprovado o requerimento.

Agradeço a presença de todos os senhores. Hoje vencemos a pauta. Parabéns a esta comissão, ao Sr. Presidente dessa Comissão, Senador Wellington. Gostaria, também, de restabelecer, desejar um pronto restabelecimento à Senadora Ideli Salvatti. Agradecendo a todos e, em especial, aos senhores que foram senadores *ad hoc*.

Muito obrigado e está encerrada mais uma reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, do Senado da República.



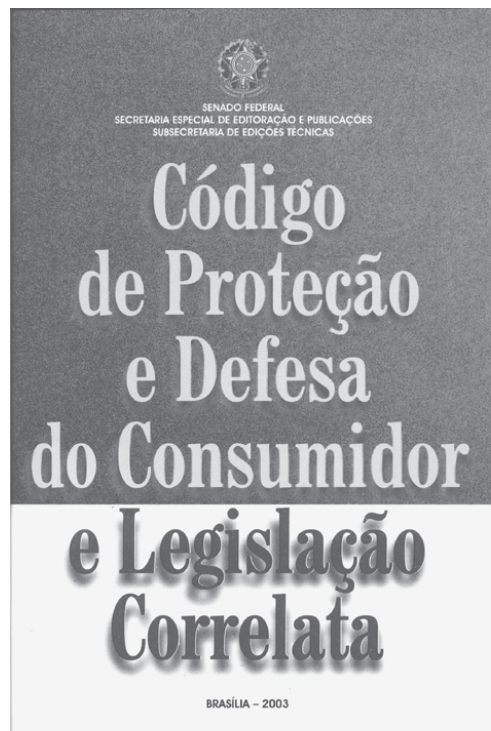
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Código de Proteção e Defesa do Consumidor

Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e legislação correlata. Contém índice temático remissivo.

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo



Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 786 PÁGINAS

(OS: 13963/2008)